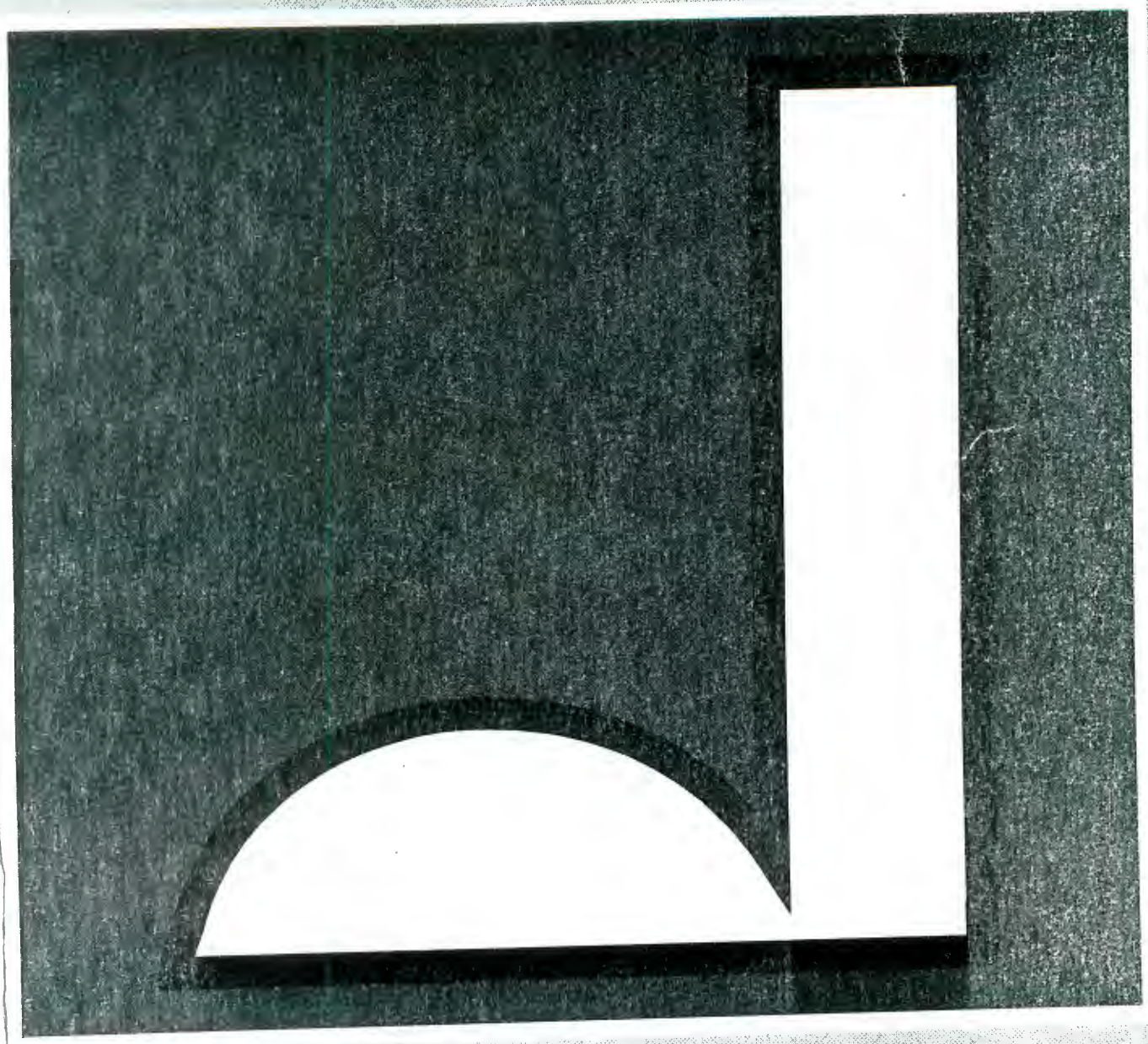
EXEMPLAR ÚNICO
PARLAMENTO BRASILEIRO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – SUP. "B" AO Nº 217 – TERÇA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23
(PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)

LÍDER
Tião Viana - PT

Vice-Líderes
Roberto Saturnino-PT
Ana Júlia Carepa-PT
Flávio Arns-PT
Ideli Salvatti-PT

LÍDER - PL
Magno Malta

VICE-LÍDER - PL
Aelton Freitas

LÍDER – PSB - 3
Antonio Carlos Valadares

VICE-LÍDER – PSB
Geraldo Mesquita Júnior

Líder – PTB - 3
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PMDB - 22

LÍDER
Renan Calheiros
Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá
Papaléo Paes

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28
PFL –17 / PSDB - 11

LÍDER
Efraim Morais - PFL
Vice-Líderes
Tasso Jereissati-PSDB
Césas Borges-PFL
Eduardo Azeredo-PSDB
Rodolpho Tourinho-PFL

LÍDER – PFL
José Agripino

Vice-Líderes – PFL
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge
João Ribeiro

LIDER – PSDB
Arthur Virgílio

Vice-Líderes – PSDB
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 5

LÍDER
Jefferson Péres

Vice-Líder
Almeida Lima

LIDERANÇA DO PPS – 2

LÍDER
Mozarildo Cavalcanti

LIDERANÇA DO GOVERNO

LÍDER
Aloísio Mercadante – PT

Vice-Líderes
Fernando Bezerra-PTB
Patrícia Saboya Gomes-PPS
Hélio Costa-PMDB
Marcelo Crivella-PL

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Sérgio Castro
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 31.10.2003

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Terceira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia primeiro de abril do ano de dois mil e três, às dezessete horas e trinta minutos. 007

Ata da Quarta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e três, às doze horas e trinta minutos. 041

Ata da Quinta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e sete de março do ano de dois mil e três, às dez horas. 048

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia três de abril do ano de dois mil e três, às dez horas. 062

Ata da Sétima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dez de abril do ano de dois mil e três, às dez horas. 083

Ata da Oitava Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e três, às dez horas. 114

Ata da Nona Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia oito de maio do ano de dois mil e três, às dez horas. 146

Ata da Décima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quinze de maio do ano de dois mil e três, às dez horas. 170

Ata Da Décima Primeira Reunião Ordinária Da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de relações exteriores e defesa nacional, realizada no dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e três, às dez horas. 193

Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária Da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e três, às dez horas. 203

Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária Da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia cinco de junho do ano de dois mil e três, às dez horas. 215

Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária Da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia doze de junho do ano de dois mil e três, às dez horas. 222

Ata da Sexta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de junho do ano de dois mil e três, após a ordem do dia. 238

Notas Taquigráficas da Décima Quinta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e três, às dez horas..... 244

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia três de julho do ano de dois mil e três, às dez horas..... 267

Ata da Segunda Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dez de julho do ano de dois mil e três, às dez horas..... 276

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezesseis de julho do ano de dois mil e três, às dezessete horas..... 283.

Ata da Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezessete de julho do ano de dois mil e três, às dez horas..... 287

Ata da Décima Sexta Reunião Ordinária Da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia sete de agosto do ano de dois mil e três, às dez horas..... 302

Ata da Sétima Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte de agosto do ano de dois mil e três, às dezoito horas e trinta minutos..... 333

Ata da oitava Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Trigésima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e sete de agosto de 2003, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões nº 02, Ala Nilo Coelho 343

Ata da Décima Oitava Reunião Ordinária Da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e três, às dez horas..... 347

Ata da Nona Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia onze de setembro do ano de dois mil e três, às nove horas e trinta minutos..... 357

Ata da Vigésima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas..... 377

Ata da Décima Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas..... 389

Ata da Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas..... 406

Ata da Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dois de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas..... 406

Ata da Vigésima Segunda Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezesseis de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas..... 428

Ata da Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Nona Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura, realizada conjuntamente no dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas..... 436

Ata da Vigésima Quarta Reunião Ordinária Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura, realizada no dia trinta de outubro do ano de dois mil e três, às nove horas e trinta minutos..... 467

Ata da Vigésima Quinta Reunião Ordinária Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura, realizada no dia seis de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas..... 484

Ata da Vigésima Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da

Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia treze de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas..... 510

Ata da Vigésima Sétima Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura, realizada no dia vinte de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas 518

Ata da Vigésima Nona Reunião Ordinária Da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quatro de dezembro do ano de dois mil e três, às dez horas..... 522

Ata da Décima Primeira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia nove de dezembro do ano de dois mil e três, às onze horas e trinta minutos 545

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e três, às nove horas. 567

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da vigésima Reunião Ordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2003 ás dez horas..... 583

Ata da vigésima primeira Reunião Ordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de novembro de 2003 ás quatorze horas e trinta minutos. 620

Ata da vigésima segunda Reunião Extraordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 11 de novembro de 2003, às dez horas..... 630

Ata da vigésima terceira Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Ordinária Legislativa da 52º Legislatura da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 13 de novembro de 2003..... 666

Ata da vigésima quarta Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Ordinária Legislativa da 52º Legislatura da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 13 de novembro de 2003..... 684

Ata da vigésima quinta Reunião Ordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 18 de novembro de 2003 às quatorze horas e trinta minutos. 701

Ata da vigésima sexta Reunião Extraordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 25 de novembro de 2003 às dez horas. 715

Ata da vigésima sétima Reunião Ordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 2 de dezembro de 2003 às quatorze horas e trinta minutos 748

Ata da vigésima oitava Reunião Ordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 9 de dezembro de 2003 ás quatorze horas e trinta minutos. 755

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

Ata da quarta Reunião realizada em 3-7-2003, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02, de 2003-CN "Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". 767

Ata da quinta Reunião realizada em 9-7-2003, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02, de 2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil"..... 768

Ata da sexta Reunião realizada em 16-7-2003, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02, de 2003-CN "Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". 793

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 13 e 15 de maio de 2003..... 833

Ata da Sétima Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada no dia 20 de maio de 2003..... 844

Ata da Oitava Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 27 e 29 de maio de 2003..... 860

Ata da Nona Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 10 e 12 de junho de 2003..... 865

Ata da Décima Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 24, 25 e 26 de junho de 2003..... 876

Ata da Terceira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia primeiro de abril do ano de dois mil e três, às dezessete horas e trinta minutos.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia primeiro de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **JEFFERSON PÉRES, RODOLPHO TOURINHO, JOÃO RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO, ROSEANA SARNEY, DUCIOMAR COSTA, LUIZ OTÁVIO, ARTHUR VIRGÍLIO, HELOÍSA HELENA, HÉLIO COSTA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, GILBERTO MESTRINHO, TASSO JEREISSATI, ALOIZIO MERCADANTE, JOSÉ AGRIPINO, JOÃO ALBERTO SOUZA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, JOÃO CAPIBERIBE, FERNANDO BEZERRA, AELTON FREITAS, MARCO MACIEL, PEDRO SIMON, EDSON LOBÃO e LÚCIA VÂNIA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Mensagem nº 66, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO** para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana".O Relator, Senador **PEDRO SIMON**, faz a leitura do relatório. O Senhor Presidente prossegue com a leitura de dois Ofícios enviados pelo Senhor Vice-Presidente da República, **JOSÉ ALENCAR**, congratulando as indicações dos Senhores Itamar Franco e Tilden Santiago, concedendo a palavra ao Senhor **ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO** para sua exposição. A requerimento do Senhor Presidente e com a aprovação dos membros da Comissão, a reunião permanece aberta para argüição dos indicados. Passa-se a apreciação do item seguinte. **Item 02** – Mensagem nº 59, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora **CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA,** Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética".Faz a leitura do relatório o Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, relator da matéria. Na seqüência, a Senhora **CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA** faz sua exposição de motivos. A seguir, é invertida a pauta. **Extra-pauta – Item 01** – Requerimento N° 184, de 2003 que "sugerem a Sua Santidade, o Papa João Paulo II, que convoque conclave dos líderes religiosos mundiais, preferencialmente em Bagdá, ou em outra Capital de um dos países envolvidos no conflito, para discutir soluções pacíficas para a crise no Iraque e propugnar pelo cessar das hostilidades e pela paz." O Relator, Senador **TASSO JEREISSATI**, faz a leitura do parecer que é favorável à matéria. Passa-se a leitura do item seguinte. **Item 02** – Requerimento n° 185, de 2003 que "conclama aos governos dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas que convoquem reunião de emergência daquele organismo para debater estratégias que visem fazer cumprir a Resolução 1441 de forma pacífica e cessar de imediato a intervenção militar no Iraque". Não havendo quem queira discutir, as matérias foram aprovadas. Segue a apreciação da pauta. **Item 03** – Mensagem nº 65, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **TILDEN JOSÉ SANTIAGO** para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba".Passa-se a palavra ao Senhor Senador **HÉLIO COSTA**, relator "ad hoc" da matéria para que leia o parecer. O Presidente passa a palavra ao Senhor **TILDEN JOSÉ SANTIAGO** que faz sua exposição. Fazem uso da palavra, para argüição, os Senhores Senadores: **ALOIZIO MERCADANTE, EDUARDO AZEREDO, ARTHUR VIRGÍLIO, HÉLIO COSTA, PEDRO SIMON e ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES.** O Senhor Presidente solicita aos Senadores **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, PEDRO SIMON** e **EDUARDO AZEREDO** que façam a apuração dos votos. Para a Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, houve 17 votos favoráveis. Para os indicados a Embaixador na Itália, Itamar Franco e em Cuba, Tilden Santiago –, houve 16 votos a favor e um contrário. O Senhor Presidente anuncia que os três indicados foram aprovados quase por consenso. Sendo assim, encerra-se a reunião às 21 horas e 23 minutos. Para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apa-

nhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA PRIMEIRO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS 17:30 HORAS

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão pedido de dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos à apreciação das matérias da pauta.

Vamos ouvir, hoje, os indicados a Embaixadores: o Senador Itamar Augusto Cautiero Franco, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana; a Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, para assumir o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, e o Sr. Tilden José Santiago, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

Em primeiro lugar, vamos solicitar ao Senador Pedro Simon, Relator da mensagem sobre o Embaixador Itamar Franco, que leia o seu parecer.

Em seguida, ouviremos o ex-Presidente, ex-Governador, ex-Senador, nosso colega, Itamar Franco. Depois, faremos a argüição para prosseguirmos com as demais indicações.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Candidatos a Embaixadores, prezado Senador, ex-Presidente e amigo, Itamar Franco, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República fez do Sr. Itamar Augusto Cautiero Franco, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de Caráter Permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou **curriculum vitae** do indicado, do qual extraímos para este relatório as seguintes informações.

Nascido em Juiz de Fora, filho de Augusto César Stiebler Franco e Itália Cautiero Franco, o Sr. Itamar Franco é engenheiro, graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e fez o Curso de Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas.

Nas lides políticas, desde a sua formação universitária, foi Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Juiz de Fora; subseqüentemente, foi Prefeito, por duas vezes, no seu Município natal, Juiz de Fora; foi Senador da República, por dois mandatos, de 1974 a 1982 e de 1982 até sua eleição para Vice-Presidente da República, em 1989; foi Presidente da República de 1992 a 1994 e Governador de Minas Gerais, em 1998.

Em sua atuação parlamentar, que marcou época e presença no Congresso Nacional como Senador da República, foi Presidente da Comissão de Economia e da Comissão de Finanças, membro da Comissão de Educação e Cultura, da Comissão de Relações Exteriores e Legislação Social, da Comissão de Serviço Público, entre outras. Foi Presidente da Comissão do Distrito Federal, Vice-Líder do MDB, 3º Secretário da Mesa Diretora do Senado, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o acordo nuclear Brasil/Alemanha, Presidente da Comissão Mista que examinou a emenda das eleições diretas, Emenda Dante de Oliveira, Líder do Partido Liberal, Senador Constituinte, titular da Comissão de Organização dos Poderes da Assembléia Nacional Constituinte, 2º Vice-Presidente da Subcomissão do Poder Legislativo da Assembléia Nacional Constituinte, Membro do Parlamento Latino-Americano/Senado Federal e Presidente da Comissão Mista que estudou o comércio entre o Brasil e o Leste Europeu.

O Sr. Itamar Franco possui trabalhos publicados em diversas áreas, decorrentes de sua longa trajetória parlamentar, dentre os quais cabe destacar: **Homenagem a Juscelino Kubitschek de Oliveira,** 1976; **A Imprensa e o Parlamentar,** 1977; **Tributo ao Liberal Pedro Aleixo,** 1988; **O Negro no Brasil Atual,** 1980; **A Dívida Externa e Soberania Nacional,** 1983; **Compromisso de um Democrata com o Povo Mineiro,** 1986.

O Sr. Itamar Franco ocupou por duas vezes o cargo de Embaixador do Brasil em Lisboa, de 1995 a 1996, e junto à OEA (Organização dos Estados Americanos), em Washington, de 1996 a 1998, tendo participado de inúmeras missões oficiais no exterior, dentre as quais cabe destacar:

Integrante da Delegação Brasileira, como observador parlamentar à Assembléia Geral das Nações Unidas, 1978;

Membro da Comissão de Parlamentares Brasileiros que estiveram visitando as usinas nucleares da Alemanha, da França e a Agência Internacional de Energia Atômica, na Áustria, 1979;

Membro da Delegação de Parlamentares Brasileiros em visita à Arábia Saudita, 1981;

Participante, como Delegado, do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar que visitou a Bulgária, 1981;

Participante, como Observador, do Grupo Brasileiro na 65ª Conferência Interparlamentar, realizada em Bonn, Alemanha, 1978;

Integrante da Comissão Parlamentar Brasileira em visita ao Senado japonês, 1983;

Observador Parlamentar da XXXIX Sessão da Assembléia Geral da ONU, 1984;

Participou do Conselho Argentino dos 40 anos da OEA, 1988.

No cargo de Vice-Presidente da República:

Visita Oficial, na cerimônia de posse da Exmª Sª Presidente da República da Nicarágua, Drª Violeta Barrios Chamorro, de 24 a 27/04/90;

Visita Oficial à cerimônia de posse do Exmº Sr. Presidente da República da Costa Rica, Dr. Rafael Angel Calderon Fournier, de 06 a 10/05/90.

Dentre as condecorações, que são inúmeras e são imensas, cumpre citar as seguintes: Ordem do Mérito Legislativo de Minas Gerais; Medalha de Honra ao Mérito Militar; Grau de Comendador; Medalha de Honra da Inconfidência Mineira; Ordem do Mérito de Rio Branco; Ordem do Mérito do Trabalho e Ordem do Mérito Militar.

No que concerne à importância das relações bilaterais Brasil/Itália, fundada em notórios fatores históricos, políticos, econômicos e culturais, urge revelarmos a simpatia recíproca nutrida por ambos os países, refletida em intensa agenda de cooperação e comércio.

Pela tradição, os relatórios de indicações de embaixadores resumem-se à apresentação de dados biográficos dos indicados. No entanto, creio que podemos e devemos abrir uma pequena exceção para o Sr. Itamar Augusto Cautiero Franco, por ser ele um ex-Presidente da República.

Quero aqui, mesmo que de modo breve, destacar o importante papel desempenhado pelo Sr. Itamar Franco no recente processo de democratização e de estabilidade econômica no Brasil.

Em 1992, o Brasil passou por momentos muito delicados. Em setembro daquele ano, um **impeachment** determinou o afastamento do então Presidente Fernando Collor de Melo. Ocupava a Vice-Presidência da República o Sr. Itamar Franco.

Durante todo o traumático processo que levaria ao afastamento do então Presidente, manteve-se o Sr. Itamar Franco numa postura de total isenção. Não defendeu o Presidente, como queriam alguns, mas também não cedeu aos apelos daqueles que lhe cobravam um engajamento contrário. Cumpriu à risca o papel que destina a Constituição aos Vice-Presidentes. Sua postura serena foi fundamental para que o processo transcorresse dentro da normalidade.

Empossado, Itamar Franco liderou um Governo de transição que reuniu apoio maciço no Congresso Nacional e teve um excelente desempenho. Foi no Governo de Itamar Franco que se elaborou e implantou o Plano Real, que viria a debelar um processo inflacionário que durava já duas décadas.

Itamar Franco indicou para o Ministério das Relações Exteriores e, posteriormente, para o Ministério da Fazenda o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que viria, depois, a suceder Itamar Franco. Iria sucedê-lo com seu apoio e com a colaboração de Itamar à sua campanha.

Deixou o Planalto com uma grande aprovação popular, a mais alta tida até então, o que, sem dúvida, acabou contribuindo para a eleição do candidato que apoiou, Fernando Henrique Cardoso.

Eu poderia destacar aqui inúmeras decisões fundamentais que foram adotadas naquele governo de transição. Reporto-me apenas a duas decisões, porque penso que foram simbólicas e que representam a administração Itamar Franco. Uma, a constituição da Comissão Especial de Investigações destinada a analisar denúncias de corrupção no âmbito da administração pública. A verdade é que nunca, antes, o combate à corrupção tinha sido erigido como prioridade neste País. Itamar Franco teve a coragem e a sensibilidade de perceber a grandeza do problema que, infelizmente, ainda hoje nos infelicita.

Em segundo lugar, eu destacaria a criação do Consea, Conselho de Segurança Alimentar, sob a inspiração do Betinho. Aliás, é importante salientar, o Senador Presidente desta Comissão nos procurou na ocasião e trouxe ao nosso gabinete Luiz Inácio Lula da Silva, que trazia o projeto do PT e que achava importante que o levássemos ao Ministro da Fazenda.

Quando tomei conhecimento do projeto, senti sua importância e disse que ele deveria ser levado ao Presidente da República. Imediatamente, conversei por telefone com o Presidente, que marcou uma audiência. O Lula e toda a sua assessoria foram ao ga-

binete da Presidência. Lá estavam o Presidente da República, com seus Ministros especiais. E do debate nasceu aquele projeto, magnífico, diga-se de passagem, e o Presidente Itamar teve a grandeza de colocar o Betinho em um dos cargos e o Bispo de Duque de Caxias em uma das outras grandes e importantes posições. Esse programa que hoje se chama Fome Zero iniciou-se e teve êxito no Governo de Itamar Franco.

Itamar Franco foi Senador da República por 16 anos. Conheci-o em 1978, quando cheguei ao Senado Federal. Ao longo de todos esses anos, minha admiração pelo seu trabalho político e administrativo só tem feito crescer. Penso que Itamar Franco terá, no futuro, seu nome incluído na relação dos grandes estadistas brasileiros.

Agora o Sr. Itamar Franco está sendo indicado para a nossa Embaixada em Roma. A diplomacia brasileira é das mais conceituadas do mundo. Nossos embaixadores de carreira estão entre os mais bem preparados intelectualmente. No entanto, é também da nossa tradição indicar nomes de relevo na política, na economia, na cultura para certas embaixadas de grande importância. Esse é o caso.

Apresento o meu relatório com a plena convicção de que o candidato cumpre, com extensas sobras, todos os requisitos e qualificações exigidas para o cargo.

Tenho aqui, Sr. Presidente, uma longa exposição, uma análise que poderá ser feita da administração do Sr. Itamar Franco no Governo de Minas Gerais e as conclusões do Tribunal de Contas e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais sobre a sua atuação e a aprovação de suas contas. Se for o caso, se alguma das Srªs e dos Srs. Senadores quiser, terei oportunidade de explicar, na hora oportuna.

Creio, Sr. Presidente, que – isso é algo que vivencio ao longo de toda a minha vida, e lá se vão 45 anos de vida pública – normalmente o Congresso, o Senado, a Câmara, a Assembléia Legislativa votam com a mais absoluta tranqüilidade principalmente quando se trata de um homem que não conhecem. Quem é ele? É um homem saído não se sabe de onde. Não se sabe quem é, não se conhece a sua a biografia, não se sabe de quem se trata, não se tem o mínimo conhecimento dele e, no entanto, a sua indicação é aprovada com a maior tranqüilidade, com a maior serenidade, sem nenhuma dúvida, sem nenhuma interrogação, sem absolutamente nenhum problema.

Quando se trata de um homem público, é diferente. O homem público é público. E, principalmente, o homem público que subiu, que cresceu, que tem personalidade, ele agradou e não agradou. Ele disse algo com que alguém simpatizou e com que alguém antipatizou. Ele teve a sua vida, a sua atuação e, como político, foi para a tribuna. Alguém que foi por 16 anos Senador da República, alguém que foi Presidente da República, que foi duas vezes Prefeito, que foi Governador de seu Estado, evidentemente debateu, discutiu, analisou. É claro que teve seus adversários. É evidente que se chegou a Presidente da República e nomeou 200, há muitos outros chateados. O Lula nomeou 500 e há mil chateados, porque esperavam a nomeação e não conseguiram. Isso faz parte da normalidade. O homem público, quando expõe o seu nome, tem algo a mais do que o homem que está na vida comum. Ele tem o seu nome exposto, é vitrina diária.

O Sr. Itamar Franco, desde os tempos de Senador da República, era um Senador complicado, difícil, que, às vezes, parava o Congresso Nacional. Naquela época, um Senador podia parar o Congresso Nacional; hoje não conseguimos. Ele parou o Congresso Nacional várias vezes, para conversar e debater, porque havia uma questão de ética, de formação e de firmeza que exigia ser atendida. Ele presidiu a comissão nuclear, que, na época da ditadura, foi um dos marcos mais importantes da história do Parlamento brasileiro. Foi a primeira vez que se fez algo de positivo, concreto, real, sobre aquela matéria. É evidente que deve haver pessoas com ressentimentos, dúvidas e interrogações. E acho mais do que normal.

E esta é a hora em que temos de fazer análise da personalidade, dignidade, correção, decência, honra ou, ao contrário, da indignidade, imoralidade, indecência da vida do cidadão. Alguém que ponha no seu voto uma mágoa pessoal, um ressentimento não está à altura de desempenhar sua importante missão em uma hora como esta, em que temos de fazer a análise da pessoa e do que ela representa.

Vejo no Sr. Itamar Franco um homem que merece respeito e consideração. Que o Senador Itamar Franco, o Presidente Itamar Franco, o político Itamar Franco é um homem complicado, difícil, é verdade; que é um homem cujos amigos têm que entrar na sua profundidade, é verdade; mas a dignidade, a correção, a seriedade, a firmeza, a garantia de suas posições nas horas mais dramáticas e difíceis, a retidão de sua personalidade e a firmeza de seu comportamento me parecem uma realidade da qual não podemos fugir.

Por isso, com muita tranqüilidade, apresento o meu parecer favorável.

E antecipo o meu voto, acreditando que vamos ter, nesta reunião, um momento de afirmação do Con-

gresso, desta Comissão, desta Casa, que é política. Há aqui ex-Governadores, ex-Presidentes da República, ex-Presidentes do Senado, ex-Ministros, Lideranças da maior grandeza que se mostram homens livres, respeitáveis, que têm suas convicções e restrições, mas têm a competência de, na hora exata, produzir a média do pensamento.

Vou ser muito sincero: penso que passará, tranqüila e serenamente, por esta Casa, o nome do ex-Senador Itamar Franco, mas, se não passasse, seria mais desgastante para a Casa do que para ele. Não teríamos como explicar à sociedade que o Sr. Itamar Franco, com uma biografia como a sua, teria sido rejeitado pela Casa. Não acredito nisso, nem me passa pela cabeça. Estou apenas querendo dizer, com isso, que este é realmente um momento importante e significativo.

O Presidente Lula age corretamente. Ninguém tem mais respeito pelo Itamaraty do que eu. O serviço de relações exteriores do Brasil é de primeira grandeza. Pode haver igual, mas não melhor. Guardo um enorme carinho, porque, na época do regime militar, quando praticamente quase tudo soçobrou, o Itamaraty permaneceu na sua linha, na sua dignidade, na sua seriedade. Foi, inclusive, um momento em que o Itamaraty se firmou, olhando para a África e para a América do Sul – o que antes não se fazia. E olhou com grande profundidade. O Itamaraty nos honra.

Mas agem bem os Presidentes da República, quando, de vez em quando, indicam alguém que, por aspectos relacionados à cultura, à economia ou à política, representa algo importante para a Nação. Estamos indicando um ex-Presidente da República para a Itália. O nome da sua mãe é Itália. Sua identidade com esse país é da maior profundidade. Nessas condições, estamos indicando para Embaixador na Itália alguém que gosta, estima, tem carinho e respeito por esse país.

Sou do Rio Grande do Sul, onde a colonização mais importante é a italiana. Temos um enorme respeito pela Itália, temos um carinho profundo pela Itália. É uma das grandes nações, e há todas as condições de aprofundar e levar muito além o relacionamento entre Brasil e Itália. E me parece que Itamar Franco reúne as condições para ser um grande Embaixador, até por sua biografia, por sua história, até pelas relações de sangue entre ele e a Itália.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Acabo de receber dois ofícios do Vice-Presidente da República, José Alencar. Com a anuência de ambos os indicados aqui, que são seus conterrâneos, do Estado de Minas Gerais, passo a ler as duas breves mensagens.

Caríssimo e eminente amigo Presidente Itamar Franco,

Ao cumprimentá-lo pela escolha de Roma, desejo-lhe sucesso na nobre missão de Embaixador do Brasil. Imagino o orgulho e a emoção de Dª Itália, se aqui estivesse, ao ver o filho ilustre novamente alçado à condição de representante do Governo brasileiro justamente no país com que ela se identificava nas origens e no próprio nome.

Esteja certo, Presidente, que ela estará ao seu lado, assistindo-o no prosseguimento de sua atuação em favor do Brasil, ao qual tem prestado tão relevantes serviços.

Meus parabéns e votos de crescente êxito em sua brilhante carreira de homem público de comportamento exemplar, sob todos os aspectos.

Um abraço do amigo, – **José Alencar**, Vice-Presidente da República.

Brasília, 1º de abril de 2003

Ambos os ofícios são do dia 1º de abril.

Caríssimo e eminente amigo Embaixador Tilden Santiago,

Cumprimento-o por sua indicação para o posto em Havana e externo-lhe meus votos de muito sucesso no desempenho da nobre missão de Embaixador do Brasil.

Estou seguro de que o ilustre amigo voltará a demonstrar ali o elevado espírito público que sempre marcou a sua atuação política e administrativa, voltada permanentemente à defesa da ética, ao compromisso com princípios e ao devotamento às causas sociais.

Com meus parabéns, desejo-lhe crescente êxito na nova carreira, que irá enriquecer ainda mais o seu portfólio de relevantes serviços ao País.

Com abraço, – **José Alencar**, Vice-Presidente da República.

Brasília, 1º de abril de 2003

Concedo a palavra ao nosso sempre Senador e Presidente, Governador e Embaixador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Eduardo Suplicy; Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella; Sr. Relator, Senador Pedro Simon, a quem desde já agradeço pelas palavras generosas a meu respeito.

Quero agradecer também ao Sr. Vice-Presidente da República, meu prezado amigo José Alencar, pela carta a mim dirigida.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, permita-me agradecer também às pessoas que me ajudaram neste pronunciamento: Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu; Embaixadores Andrea Matarazzo, Carlos Alberto Leite Barbosa, Mauro Vieira e Paulo Tarso Flecha de Lima; o Conselheiro Sérgio Karnas; os Diplomatas do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores e a Assessoria de Assuntos Internacionais do Sebrae, na pessoa de Renato Cordeiro.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é uma honra para mim que V. Exªs me recebam nesta Alta Casa da República, onde, durante 16 anos, representei, com grande orgulho, o Estado de Minas Gerais.

No cumprimento do mandato constitucional, venho à presença de V. Exªs, após ter sido indicado pelo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para desempenhar-me como seu Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Italiana, em Roma.

Sinto-me honrado com a possibilidade de voltar a participar de nosso Itamaraty, onde destaco a atuação do Ministro Celso Amorim, com quem tive a felicidade de trabalhar quando exerci a Presidência da República.

O Brasil, no início da imigração italiana de massa.

A presença italiana no Brasil até a metade do século XIX limitou-se a poucas centenas de indivíduos, apesar do matrimônio, em 1842, entre o Imperador D. Pedro II e Teresa Cristina de Bourbon, irmã do rei das duas Sicílias, do início de uma imigração exígua de trabalhadores manuais e da hospitalidade concedida aos exilados políticos que tinham participado dos movimentos de 1821 e 1831, na Itália. Muitos desses continuaram a lutar em terras brasileiras, movidos pelos mesmos ideais que os inspiravam no país de origem, como, por exemplo, Líbero Badaró e Giuseppe Garibaldi, este último comprometido, de forma tenaz, com a revolução separatista iniciada no Rio Grande do Sul em 1835.

Sistema político.

A Itália é uma República, com sistema parlamentarista de Governo. O Presidente é eleito para mandato de sete anos, por colégio eleitoral constituído pelas duas Casas do Parlamento e representantes dos Conselhos Regionais, três para cada região italiana, para garantir a representação regional.

O Governo é composto pelo Conselho de Ministros, presidido pelo Primeiro-Ministro designado pelo Presidente da República e encarregado de formar um gabinete com o apoio do Parlamento.

O Parlamento é bicameral, constituído pela Câmara dos Deputados (630 Deputados) e pelo Senado da República (315 Senadores) aos quais somam-se os ex-Presidentes da República, membros de direito vitalício, e cinco Senadores vitalícios, designados pelo Presidente da República, que se tenham distinguido por elevados méritos nos setores cultural ou social.

Os membros do Parlamento são eleitos para mandato de cinco anos. Desde 1994, 75% dos Deputados e Senadores são eleitos pelo voto direto e 25%, pelo voto proporcional com base em listas elaboradas pelos Partidos.

Chefe de Estado: Presidente Carlo Ciampi, eleito em maio de 1999, para mandato de sete anos.

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi.

Ministro do Exterior: Franco Frantini.

Embaixador da Itália no Brasil: Vicenzo Petrona.

Principais indicadores econômicos e financeiros.

PIB, na moeda americana: US$1,4 trilhão em 2001.

Taxa de crescimento do PIB: média de 1,9% entre 1996 a 2000, 2,9% em 2000, 1,8% em 2001.

PIB **per capita**: US$24,3 mil em moeda americana, no ano de 2001.

Moeda: euro.

Inflação: média de 2,3% entre 1996 e 2000, 2,5% em 2000; e 2,7% em 2001.

Taxa de desemprego: 10% em 2001.

Exportações: US$243 bilhões em 2001.

Importações: US$226 bilhões em 2001.

Saldo comercial: US$17 bilhões no ano de 2001.

Principais exportações: máquinas, têxteis, couros, equipamentos de transporte e produtos químicos.

Principais importações: máquinas, equipamentos de transporte, produtos químicos e energia.

Taxa de crescimento da produção industrial: 0,4% no ano de 2001. T

Taxa de alfabetização: 98%.

Taxa de mortalidade infantil: 5,76% por mil.

Expectativa de vida: 79,25.

Srªs e Srs. Senadores, não está dito na Constituição italiana que a República seja federativa. Está, sim, dito que é una e indivisível (no art. 5º), ou seja, como os italianos a entendem, unitária.

Com a Lei Constitucional nº 3, de 18 de outubro de 2001, chamada Mudança ao Título V da Parte II da Constituição, foram modificados vários artigos da Constituição, o que dá mais autonomia fiscal e administrativa às diversas regiões, umas mais, outras menos. Com isso, conclui-se que oficialmente a Repúbli-

ca é unitária, mas do ponto de vista de alguns ela seria federativa, sem que isso esteja escrito ou definido explicitamente.

Claudio Brambilla, representante do Escritório Legislativo Liga Norte do Partido Separatista, faz reflexões sobre o dogma da unidade do Estado. O título fala por si; já na Constituição existe o federalismo. Argumenta no texto que, no art. 5º da Constituição, a República é una e indivisível, mas reconhece e promove as autonomias locais.

Cristiano Ercorlano, em "Federalismo e Regionalismo. Autonomia outorgada pelo art. 5º da Constituição. Princípio de Autogoverno Social", também faz uma análise da unidade e indivisibilidade da República, após a concessão de autonomia a algumas regiões pela citada Lei nº 3.

Fiz questão de explicar essa parte, porque alguns consideram a República como federativa, quando ela é, na verdade, unitária.

Complementos. Dados básicos: O aniversário da República é no dia 2 de junho. Parlamentarismo desde 1º de janeiro de 1948. Organização Administrativa: A Itália é dividida em 20 regiões, e cinco delas – Sicilia, Sardegna, Trentino Alto Adige, Friuli Venezia Giulia e Vale D´Aosta – gozam de **status** especial.

Cada região possui um conselho regional, órgão legislativo eleito por voto universal, a cada cinco anos, e uma junta regional – Poder Executivo. Essas regiões são subdivididas em 95 províncias.

A Itália, como recordarão V. Exªs, é uma das fontes da cultura ocidental, berço do cristianismo, origem da nossa língua base e território de uma civilização que cobriu grande parte do Planeta e que marcou profundamente a história.

É desnecessário enumerar os gênios do espírito humano que, desde a Itália, desde a antiguidade e pelos tempos afora, criaram marcos do conhecimento, da estética, da reflexão, da construção, da arte e da Ciência.

O território da Itália tem pouco mais de 300 mil quilômetros quadrados. Os italianos somam cerca de um terço da população brasileira, mas sua renda **per capita** é oito vezes maior do que a do Brasil, pois alcança os US$24 mil.

No Brasil, a presença econômica italiana é destacada. A Itália, em 2001, foi o quinto maior investidor externo no País, respondendo por 5% do estoque total de investimentos estrangeiros diretos do Brasil. No ano 2000, as empresas italianas investiram US$488 milhões, e o setor de telefonia tem sido um dos mais atraentes para essas operações.

Outros campos de atividade econômica ostentam a presença de grandes empresas italianas, tais como a indústria automobilística, de produtos agro-alimentares, de seguros, de bancos e empresas financeiras, de energia, de pneus e cabos.

O intercâmbio comercial da Itália com o Brasil vem decrescendo, desde 1998, quando atingiu seu maior valor, acima de US$5 bilhões. Em 2001, o comércio bilateral ficou nos US$3.9 bilhões, com um déficit de US$370 milhões para o Brasil.

Compramos da Itália principalmente veículos, tratores, autopeças; e vendemos couros e peles, minério, concentrado de ferro, e café.

A Itália, Srªs e Srs. Senadores, é um importante membro da União Européia. Sua economia compara-se à do Reino Unido. Seu Produto Interno Bruto é superior a US$1 trilhão. Com essas credenciais, participa do grupo das sete nações mais ricas do mundo, o G7, e também do G8 quando a ele se junta a Rússia. A Itália, portanto, tem papel ativo na discussão e encaminhamento das soluções para problemas de caráter mundial, tanto no plano econômico quanto no político.

O funcionamento da democracia italiana foi marcado, até há poucos anos, pela predominância das forças democratas cristãs, embora com governos de curta duração. Desde o fim da II Guerra Mundial até o ano 2000 – notem, Srªs e Srs. Senadores –, a Itália teve 58 governos. No início da década de 90, iniciou-se a denominada Operação Mãos Limpas, que pretendeu identificar e reprimir os vínculos ilícitos, entre expoentes da sociedade e da política italiana e a máfia.

O processo conhecido como Mãos Limpas iniciou-se, na Itália, em 17 de fevereiro de 1992, com a prisão do engenheiro Mário Chiesa, integrante do Partido Socialista Italiano, por suborno. As investigações sobre as atividades de Chiesa vinham sendo conduzidas pelo Ministério Público, tendo à frente o Dr. Antonio Di Pietro. Trata-se do maior e mais abrangente processo por corrupção política realizado na Itália. A justiça identificou a ligação entre o crime organizado e os partidos políticos, com o objetivo de lesar o Estado e apropriar-se indevidamente de recursos públicos.

Em julho de 1992, eram 73 os envolvidos, sendo 61 presos em prisão domiciliar, desses, 43 eram políticos, 17 do Partido Socialista Italiano liderado por Bettino Craxi, então presidente do Conselho de Ministros, 15 democratas cristãos e 11 de outros partidos.

As propinas envolviam empresas de limpeza prestadoras de serviços ao Estado, obras públicas

como a ampliação da Auto-Estrada Veneza-Pádua, entre outras.

Após 25 meses, o resultado foi: 4.525 presos, 10 suicídios e 1.069 parlamentares e políticos envolvidos nos processos sediados em Milão e guiados por um **pool** de procuradores e juízes.

Em 1994, Silvio Berlusconi venceu as eleições e liderou um governo de coalizão de centro-direita. Berlusconi renunciou em 1995 e, em 1996, uma coligação de centro-esquerda, organizada por Romano Prodi, chegou ao poder. Berlusconi voltou a ser primeiro Ministro nas eleições de 2001.

O panorama político-partidário da Itália é hoje denominado por duas grandes reuniões: na centro-direita está a Casa Del Libertar, Casa das Liberdades, e na centro-esquerda, a Olivo, Oliveira.

A primeira, atualmente no poder, congrega os seguintes partidos: Força Itália, de centro, criada por Berlusconi, em 1994; a Aliança Nacional de Inspiração Neofascista, sob a liderança de Gianfranco Fini; a Liga Norte, partido autonomista liderado por Umberto Bossi; há ainda a mini-coligação, que reúne a ala direitista da antiga democracia cristã.

A reunião de centro-esquerda Oliveira reúne o Partido Democrático de Esquerda, originário do núcleo social democrata do antigo Partido Comunista Italiano; o Partido Popular Italiano, que deriva dos segmentos esquerdistas do antigo Partido Democrata Cristão; a Renovação Italiana, que compõe o núcleo centrista; os Verdes, que agrupam militantes mais ativos, identificados com temas ambientais e com a proteção dos direitos civis – noto que o atual Prefeito de Roma, Rutteli, foi eleito sob essa legenda; e outros partidos menores, existem outras agremiações partidárias não aliadas a nenhum dos dois blocos maiores.

É importante ainda observar que, no ano de 2002, o Governo italiano aprovou legislação que permite a eleição de italianos residentes no exterior para o Parlamento italiano.

A política externa italiana foi, ao longo da Guerra Fria, resolutamente anticomunista e pró-ocidental. Não obstante, os Governos italianos faziam, ocasionalmente, gestos (inaudível) para a ex-União Soviética, a Líbia e outros países. Esse contraste vem sendo substituído, no atual Governo Berlusconi, por uma linha claramente pró-americana. A Itália busca hoje apresentar-se como parceira privilegiada dos Estados Unidos, na Europa, distanciando-se, assim, da Alemanha e da França e se aproximando do Reino Unido, em muitas das grandes questões internacionais da atualidade, o Oriente Médio, Iraque, terrorismo.

Entretanto, Srªs e Srs. Senadores, observou-se uma divergência de posição entre o Chefe de Governo Berlusconi e o Chefe de Estado Ciampi com relação à posição da Itália na guerra contra o Iraque. Berlusconi, que num primeiro momento vinha apoiando explicitamente os Estados Unidos, tomou, em seguida, posição moderada, não se juntando ao Reino Unido e Espanha em Açores, em razão da posição fortemente contrária à guerra da opinião pública italiana, inclusive, da maioria dos seus próprios eleitores. Pesou nessa sua moderação a forte pressão diplomática do Vaticano e de grupos católicos e pacifistas. Não obstante, Silvio Berlusconi adiantou que seu partido e os demais que compõem a aliança que o apóiam poderiam votar, como aconteceu, a favor do uso do espaço aéreo e das bases terrestres e marítimas em território italiano pelas forças norte-americanas.

Sem o aval da ONU e da Otan ou da União Européia a uma ação bélica unilateral, Carlo Azeglio Ciampi lançou mão da Constituição para opor-se a uma participação direta, ativa – nem homens, nem meios –, da Itália no conflito. Afirmou que uma guerra sem o endosso da ONU é inconstitucional, fere o art. 11 da Constituição italiana, que reza que a Itália repudia a guerra como instrumento de ofensa.

Restou, entretanto, uma questão aberta que é a concessão por parte da Itália de um mínimo suporte logístico, ajuda passiva. Vale dizer: a permissão de sobrevôo no espaço aéreo italiano e do uso das bases terrestres e marítimas pelas forças norte-americanas. Para resolver essa questão, coube a Ciampi, na condição de comandante supremo das Forças Armadas, convocar o Conselho Supremo de Defesa, do qual é Presidente, o que fez em 19 de março.

Diante do acima exposto e da sugestão de Bush de que a Itália faz parte da união de 45 países que apóiam os Estados Unidos, em carta endereçada a Berlusconi, Bush agradeceu o apoio italiano e o empenho pessoal do Ministro. Cerca de 70% da opinião pública italiana declararam desconhecer a posição de seu país quanto ao conflito.

Em 19 de março, o Conselho Supremo de defesa italiana, presidido pelo Presidente Ciampi, definiu sua proposta de limites para o apoio da Itália à união anglo-americana. Os seis principais pontos foram:

I – militar: excluída a participação nas ações de guerra de militares italianos;

II – armamentos: nenhum armamento ou equipamento militar será fornecido ou colocado à disposição tanto dos Estados Unidos quanto da Grã-Bretanha;

III – ataque direto: excluído o uso de estruturas militares como base de ataque a objetivos iraquianos;

IV – posição da Itália: não beligerante; bases e espaço aéreo: as bases militares localizadas em território italiano podem ser utilizadas somente para trânsito, abastecimento e manutenção de equipamento militar, foi autorizado o uso do espaço aéreo italiano para sobrevôo de aeronaves;

V – proteção: deve ser reforçado o aparato do proteção das bases militares.

O Parlamento italiano aprovou por 304 votos contra 247 o sobrevôo em espaço aéreo italiano de aeronaves, tanto dos Estados Unidos como da Grã-Bretanha, bem como o uso das bases militares. Berlusconi, sentindo-se vitorioso, declarou que o seu governo logrou dar apoio pleno ao ataque legítimo dos Estados Unidos sem ser beligerante. O motivo de tanta repercussão da decisão italiana ao apoio dos Estados Unidos deveu-se à posição dúbia assumida ultimamente por Berlusconi, às declarações desencontradas de autoridades italianas, bem como a carta do Presidente Bush a Berlusconi, agradecendo o apoio da Itália. O mesmo não se deu, por exemplo, com relação à posição da França e da Alemanha, publicamente contrárias à guerra.

Sr. Presidente, tomei o cuidado de trazer esses aspectos, face ao momento atual que vivemos em função da guerra com o Iraque.

A Itália na condição de país-membro da organização do Tratado do Atlântico Norte participou de operações de paz relevantes no cenário europeu. A exemplo do Kosovo e da Albânia, enviou forças militares para colaborar com a paz no Afeganistão. Os interesses geopolíticos da Itália estão muito próximos também do universo mediterrâneo, o que facilmente é compreensível.

As relações do Brasil com a Itália oferece perspectivas singulares de cooperação e amizade estreitas, dada a identificação cultural de grande parte da nossa população com os italianos. Vieram da Itália correntes migratórias importantes nos séculos XIX e XX. Esse contingente participou e participa de forma marcante na formação ética, social e cultural do nosso País, especialmente nos Estados do Sul e do Sudeste, como aqui se referiu o nosso Relator.

Lembramos também a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial com a FEB, na Itália, na defesa da democracia e da liberdade. A missão da embaixada em Roma é, naturalmente, estimular ainda mais a diversidade, a força e o dinamismo desses laços que em todos os campos de atividade traduzem a longa história de amizade e cooperação que temos com a República italiana.

Cuidaremos para que se concretize a criação de um grupo parlamentar bilateral, para o que solicito desde logo o apoio e as boas idéias das Srªs e dos Srs. Senadores, a partir da positiva experiência do Grupo Parlamentar Brasil/Itália do Congresso Nacional.

Na mesma linha, aproximaremos ainda mais os Poderes Legislativos dos dois países, com a realização de missões parlamentares, instrumento valioso para ampliar o conhecimento pessoal e as afinidades entre os representantes eleitos dos dois povos.

Em novembro de 2002, o então Presidente da Câmara dos Deputados da Itália, Pier Ferdinando Castini, realizou visita oficial ao Brasil, ocasião em que participou convidado pelo ex-Deputado, Presidente da Câmara, Aécio Neves, da Cúpula Parlamentar de Integração Continental. Merece destaque o acordo de cooperação parlamentar assinado em 2001 pelo ex-Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, e sua contraparte italiana Deputado Ferdinando Castini.

Visita de autoridade e de lideranças empresariais e de outros segmentos da sociedade civil, não só no plano político diplomático, mas em todos os demais setores de interesse para relações bilaterais, deve introduzir múltiplas iniciativas conjuntas, conforme foi possível verificar pessoalmente em visita que fiz à região de Piemonte.

Os investimentos de capitais de origem italiana têm contribuído de maneira relevante para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. A Itália é o quinto maior mercado de origem dos investimentos externos diretos do Brasil. Empresas como a Fiat, Pirelli, Olivetti, Ferrero, Parmalat, Benetton, Telecom Itália e a Agip têm forte presença no mercado brasileiro, considerado ponto estratégico para o mercado ampliado do Mercosul e do restante do continente sul-americano.

Somente na última década, o montante acumulado de investimentos italianos na economia brasileira apresentou o crescimento de cerca de 300%. Os investimentos italianos no Brasil, no período de 1991 a 2000, concentraram os seguintes setores: produtos químicos, máquinas, ferramentas, automóveis -, a Fiat, a Ivecco –, produtos agroalimentares – Ferrero, Parmalat –, produtos têxteis, seguros, comércio, transporte, setor financeiro – Banco Sudameris controlado pelo Comit –, telecomunicações – Telecom

Itália –, energia – Agip –, pneus e cabos – Pirelli –, sivicultura e pesca.

Segundo dados da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Tradicionais, a Itália respondia em 1998 por 4,7% do estoque acumulado de investimentos italianos no Brasil. Estima-se que em 2002, o total de investimentos italianos no Brasil tem alcançado a expressiva marca dos sete bilhões.

No ano de 2000, as empresas italianas investiram 488 milhões de dólares no Brasil. É importante ressaltar que nos últimos anos a Telecom Itália investiu montante superior a um bilhão de dólares no Brasil, no setor de telefonia móvel e fixa.

No setor energético, a Agip, empresa pertencente à Holding Eni, ganhou licitação para prospecção de postos de petróleo na Bacia de Campos e vem expandindo aceleradamente sua rede de postos de distribuição de combustível, com a compra de redes de São Paulo e diversos postos da Shell na Região Centro-Oeste.

A Agip do Brasil e outras subsidiárias controlam ainda a distribuidora de gás Liquigás e Gás Brasiliano, outros grupos empresariais importantes na Itália como os grupos Daniele, Natuzzi Couros realizaram recentemente expressivos investimentos produtivos no Brasil.

O intercâmbio comercial com a Itália, favorável ao Brasil durante vários anos atingiu o ponto de inflexão em 1995, quando registrou o déficit superior a um bilhão. O volume total de comércio, importações e exportações, foi claramente excedente até 1998, quando superou a casa dos cinco milhões.

Nos últimos três anos, paralelamente ao decréscimo do montante global do comércio bilateral, passou de 5,1 bilhões para 3,9 bilhões em 2001. Verificou-se sucessivo decréscimo das importações brasileiras, que em 2000 praticamente equivaleram às exportações italianas, superávit italiano de apenas US$25 milhões.

No ano 2001, o intercâmbio comercial Brasil-Itália apresentou, portanto, um montante de US$3.9 bilhões, exportações brasileiras de US$1.8 bilhões, importações brasileiras de US$2.1 bilhões, resultando num déficit de US$370 milhões, sendo que a Itália ocupou a nona posição entre os países compradores de produtos brasileiros. Em 2000, havia ocupado a sexta posição. Verificou-se ainda, em 2001, uma retração no comércio de 7,5% em relação a 2000, que foi de US$431 milhões. Essa retração decorreu da redução de 15,7% verificada nas exportações brasileiras, sendo que nossas importações mantiveram-se no mesmo patamar, 0.6%.

No terreno econômico-comercial é imprescindível fazer com que as exportações do Brasil para a Itália incorporem produtos de alto valor agregado, de maneira que as empresas possam contribuir rapidamente para que a estrutura da nossa pauta de vendas se afaste do padrão tradicional característico das relações comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

É necessário reverter a tendência declinante do valor anual do intercâmbio comercial, que vem caindo dos US$5 bilhões que atingimos, como já disse, em 1998.

Assim, uma das metas será justamente favorecer os negócios e as parcerias, não só campo do comércio, mas também no dos investimentos: na transferência de tecnologia, nas experiências de administração e **marketing**, no acesso a mercados externos de alto nível de exigência, entre as pequenas e médias empresas do Brasil e da Itália.

Com esse propósito, pretendo valer-me de mecanismos como o do Sebrae, o qual deve ser posto em contato com entidades similares de nível nacional e regional. A autonomia das regiões na Itália de hoje oferece possibilidade de parcerias que tenciono explorar plenamente.

O Executivo brasileiro, pelo Ministro Furlan, reafirmou a prioridade atribuída à participação de micro e pequenas empresas na ampliação de nossa base exportadora.

É do conhecimento internacional que o melhor modelo de sucesso de empresas de pequeno porte é o italiano. O Brasil já se vem beneficiando disso por intermédio da colaboração entre o BNDES e o Sebrae e com o fomento com outras empresas.

No momento, está em andamento projeto conjunto dessas entidades para a implantação de quatro distritos industriais no Brasil. Além disso, várias missões de pequenos empresários têm visitado os distritos industriais italianos.

O Brasil e a Itália criaram mecanismos para expandir e aprofundar as suas relações a partir de uma perspectiva integrada e abrangente. Refiro-me ao Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento, que prevê o estabelecimento de um Conselho Ítalo-Brasileiro para Cooperação Econômica, Industrial e Financeira e para o Desenvolvimento, a ser presidido pelos respectivos chanceleres.

Nenhuma dessas instâncias previstas no Acordo-Quadro se reuniu. Um dos objetivos será justamente

instalar esses foros ainda em 2003 e contribuir para que esses mecanismos de cooperação e decisão conjunta se constituam em realidades operacionais.

O Governo italiano deverá implementar, a partir do corrente ano, o denominado Plano de Grandes Obras Públicas, constituído, principalmente, por importantes projetos. Na área de infra-estrutura, são mais de 200 obras ao longo de dez anos, das quais 19 são consideradas prioritárias. Entre essas cabe assinalar a construção da ponte sobre o Estreito de Messina, que deverá interligar a região da Calábria à Ilha da Sicília, a construção de novos eixos rodoviários e ferroviários em diversas regiões, o projeto de abastecimento hídrico da Itália Meridional. Os recursos previstos para todos os projetos desse plano de obras montam a 125 bilhões de euros.

A alta prioridade atribuída pelo Governo aos projetos mencionados abre, inegavelmente, perspectivas à engenharia e à construção nacional.

A Itália é servida por uma rede de 102 câmaras de comércio, articuladas em base provincial: dezenove uniões de regionais de comércio, dezoito centros de comércio exterior, uma união de câmaras de comércio e numerosas agências especializadas nacionais.

A Câmara de Comércio de Milão merece destaque particular. Compreende uma entidade central e oito entidades especializadas, que proporcionam excelente suporte operacional a empresas italianas em diversos setores estratégicos de atuação.

A região de Milão é a mais importante plataforma produtiva industrial, a origem da maioria das exportações de valor, com produto agregado, e a fonte de maior parte do produto interno bruto do país.

A Embaixada em Roma certamente se ocupará de associar essa vasta e eficiente rede de contatos e negócios em toda a Itália, constituída pelas câmaras e centros de comércio, e, no caso de Milão, também pelo Consulado Geral do Brasil, aos interesses exportadores dos empresários e trabalhadores brasileiros.

Outra área de interesse central, na cooperação entre as autoridades judiciárias e policiais dos dois países, no combate ao crime organizado, nas esferas nacional e internacional – a Itália detém importante experiência neste setor –, é promover missões de conhecimento mútuo e de cooperação entre autoridades policiais e do Poder Judiciário dos dois países, de maneira que possamos aproveitar as reconhecidas capacidades italianas nesse campo, ativar ainda mais a cooperação judiciária entre o Brasil e a Itália, com base nos acordos vigentes, assinados na década de 90, e que atendem às áreas penal, civil e de execução de sentenças e de extradição. Nesse campo, julgo importante concluir o mais rapidamente possível a negociação em curso de entendimento com a Itália sobre a transferência de pessoas condenadas.

Atualização da chamada questão do Iraque.

Ainda quanto à guerra no Iraque, estou convencido de que as diferenças de posição não constituirão entrave às relações entre o Brasil e a Itália, porque o pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é coerente com a História brasileira de afirmação da autodeterminação dos povos e respeito às instituições internacionais.

Quero relembrar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que quando houve um pedido de intervenção das Nações Unidos no Haiti, o Brasil, pelo nosso entendimento com o chanceler e por determinação do próprio Presidente da República, deu voto contrário a essa intervenção. Julgo importante mostrar isso às Srªs e aos Srs. Senadores.

Julgo importante divulgar o que disse o Presidente Ciampi sobre a União Européia em 25 de março de 2003. Durante o almoço oferecido ao Grão-Duque de Luxemburgo, no contexto do 46º aniversário da assinatura do Tratado de Roma, o embrião da União Européia, o Presidente italiano Carlo Ciampi fez declarações a favor da União Européia, que relato abaixo. Tais declarações, embora nada explosivas, têm significado especial no atual momento de rachadura dos membros da União Européia diante do apoio aos Estados Unidos na guerra contra o Iraque.

Afirmou o Presidente italiano:

> *Os Tratados de Roma deram início ao processo comunitário, desenvolveram o equilíbrio entre a supernacionalidade e a cooperação intergovernamental, promoveram a estabilidade e o bem-estar. Desde então a Europa sempre progrediu. Ontem, éramos 6; hoje, 15, e, em breve, seremos 25.*

Também com 25 membros a Europa deverá manter no centro de seus objetivos o prosseguimento da unidade política. Esta permanece a única possibilidade de fixar os interesses nacionais dentro de uma perspectiva européia e seu único instrumento de realização. A Europa deve falar como uma única voz. A manutenção da coesão européia é um bem preciso que tem que ser salvaguardado.

E concluiu:

> *Não podemos nos resignar com uma Europa incompleta. Uma autêntica política externa européia é uma necessidade para a*

estabilidade e a segurança nas relações internacionais. A unidade européia reforça a OTAN e a ONU, é necessária para os europeus, promove a democracia e a liberdade.

As últimas declarações do Presidente italiano, há poucos dias, rebatendo algumas iniciativas em relação ao problema das Nações Unidas:

O papel das Nações Unidas é fundamental e irrenunciável. O mundo precisa de uma ONU que tenha crédito, seja coesa e representativa. Com mais de 50 anos, a Carta de São Francisco, que criou a ONU, precisa de modificações que a reforcem, e não a enfraqueça. Considerações de Berlusconi, respondendo à jornalista em entrevista neste final de semana: Sobre a reconstrução do Iraque: "A Itália não ficará de fora da reconstrução do Iraque. Sob a presidência italiana da União Européia no segundo semestre deste ano, perguntado sobre a sua conversa com Prodi, Berlusconi respondeu: Falamos sobre o nosso semestre da presidência italiana, e, sobretudo, aquilo que colocaremos no programa. Creio que teremos uma boa colaboração com a comissão e com o seu presidente. Compartilhei com ele em todos os pontos.

Sobre a crise européia, gerada pela falta de unanimidade em apoiar os Estados Unidos na guerra do Iraque, Berlusconi afirmou que, durante sua conversa com Prodi, disse que após o que aconteceu, a Europa deve tentar se reunificar e aprender a trabalhar junta, a não se dividir. Deverá ser cada vez mais aquele ente político único capaz de desenvolver uma política externa única, tendo à disposição uma força própria, de modo a tornar-se protagonista também nas questões internacionais. Naturalmente devem ser reativadas e consolidadas as posições e as relações transatlânticas, bem como o papel da ONU.

O Presidente da Comissão Européia, o italiano Romano Prodi, em visita ao Presidente Cassini, disse que a ONU deve ter um papel fundamental na reconstrução do Iraque. Após a visita ao Presidente do Senado, Prodi disse que era melhor que a guerra não tivesse começado e que a maior parte da opinião pública européia é contra a guerra.

Srªs e Srs. Senadores, nesta apresentação, condensei algumas das metas que pretendo atingir na execução da política externa do Brasil para a Itália. Os objetivos são diversificados, pois correspondem à grande variedade e amplitude das significativas relações que o Brasil mantém historicamente com a República Italiana.

Finalmente, tenho a certeza de que o caminho de mudança para onde o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está conduzindo o País, será tema de grande interesse e curiosidade por parte das lideranças políticas e sociais da Itália.

Reitero o meu empenho em auxiliar, tornar realidade o seu projeto de mudança para o País, ou seja, essencialmente vencer a fome e a miséria que ainda flagelam o nosso Brasil, de maneira injusta e intolerável, tantos milhões de nossos compatriotas.

Antes de terminar, Sr. Presidente, voltando a esta Casa algumas vezes, mas sobretudo agora, onde exerci o cargo, representando o meu Estado por dezesseis anos, busquei, numa homenagem ao nosso relator e a todas as Srªs e Srs. Senadores, as palavras do Deputado Ulysses Guimarães quando da sessão solene da promulgação da nova Constituição brasileira. Dizia o nobre e querido Deputado Ulysses Guimarães:

Todos os dias quando divisava na chegada ao Congresso, a concha côncava da Câmara, rogando as bençãos do céu, e a concha convexa do Senado Federal, ouvindo as súplicas da terra, a alegria inundava o meu coração. Era como ver a aurora, o mar, o canto do rio, ouvir os passarinhos.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

Muito bem! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Itamar Franco.

Quero informar que já estão inscritos os Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Hélio Costa, Antonio Carlos Magalhães, João Ribeiro. Estão abertas aqui as possibilidades de inscrição, basta levantar a mão para que eu possa anotar.

Quero dar algumas informações. Primeiro, em função do acúmulo de designados para embaixadores, temos tido, nas últimas semanas, e ainda vamos ter um número significativo de embaixadores indicados e, portanto, temos feito três a cada ocasião.

Nas últimas ocasiões, até para facilitar, porque alguns Senadores tinham outras obrigações e queriam, pelo menos, ouvir os três indicados, foram feitas as três exposições e, em seguida, a argüição, de acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, que diz o seguinte:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após a argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes da missão diplomática de caráter permanente;

Na última vez, entretanto, consultados todos os indicados e também os Senadores, avaliou-se que não havia qualquer tema que necessitasse a reserva e, assim, fizemos a argüição em reunião aberta.

Eu queria fazer uma consulta, até pelo enorme interesse que esta reunião desperta. Certamente, neste instante, a **TV Senado** está transmitindo a reunião para todo o Brasil.

Acho que é uma homenagem a V. Exª, Presidente Itamar Franco, esse interesse tão grande. Mas a indagação que quero formular é se V. Exª considera que alguns temas – a pergunta é válida também para os Senadores e para os indicados Tilden José Santiago e Celina Maria Assumpção do Valle Pereira – merecerão reserva. Porque, se assim for, teremos que obedecer à Constituição.

Mas como até a exposição original tem sido, salvo engano, desde o tempo do Senador Antonio Carlos Magalhães, feita abertamente, se todos considerarem que as relações do Brasil com a Itália e a Suíça podem ser discutidas abertamente – preservando-se o voto secreto –, a reunião poderia continuar a ser aberta.

Digo isso porque, às vezes, as pessoas que assistem às reuniões da Comissão de Relações Exteriores alegam que aprendem muito com essas reuniões, com o diálogo dos indicados com os Senadores, e que gostam de acompanhá-las. Há como que um desejo da população, graças à **TV Senado**, de acompanhar o conhecimento que aqui se transmite aos Senadores.

Consulto então V. Exª se acredita que podemos continuar com a reunião aberta. Ou poderíamos ter o seguinte procedimento: apresentada alguma pergunta que V. Exª considere mereça reserva, faríamos essa parte reservadamente.

A pergunta a V. Exª é: se gostaria que continuasse aberta a reunião e se gostaria de compartilhar a exposição dos indicados para Cuba e para a Suíça, porque aí poderíamos fazer a argüição em seguida.

O SR. ITAMAR FRANCO – Nobre Presidente, Senador Eduardo Suplicy, será uma honra para mim ouvir tanto o futuro embaixador quanto a futura embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E não haveria objeção a que a reunião continuasse aberta?

O SR. ITAMAR FRANCO – Em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E consulto se todos também estão de acordo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, com todo o respeito, essa indagação que V. Exª faz ao ex-Presidente Itamar Franco deve ser feita ao Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas eu a fiz, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – A indagação deve ser respondida pelo Plenário da Comissão. Penso que não há nenhuma razão para que não façamos uma reunião aberta, mas essa definição cabe ao Plenário da Comissão, aos Srs. Senadores que estão aqui para ouvir e votar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª tem razão, mas me permita expressar que entendi pelo menos ter feito a pergunta. Se assim não compreendeu, eu a formulo novamente.

Estão todos de acordo que a reunião continue aberta?

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

É a segunda vez que formulo a pergunta, mas eu o faço, por atenção a V. Exª, outra vez.

Assim todos acordaram e assim continuará.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães para transmitir o seu parecer sobre a Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, indicada pelo Presidente da República para ser Embaixadora na Suíça.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srªs e Srs. Senadores, meus senhores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira para o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o **curriculum vitae** da diplomata indicada, do qual extraímos, para este relatório, as informações que se seguem.

Nascida em 16 de abril de 1939, filha de Olavo Nunes Assumpção e Maria Barão de Assumpção, a Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira licenciou-se em Língua e Literatura Francesa pela Universidade de Marselha, na França, e em Letras Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, além de ter concluído o Curso de Prática Consular e o Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco.

A ilustre diplomata ingressou na carreira no posto de Terceira Secretária, em 1969. Ascendeu a Conselheira em 1981, a Ministra de Segunda Classe em 1989 e a Ministra de Primeira Classe em 1997.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se: a de Assessora de Ministro de Estado, Chefe Substituta da Secretaria de Assuntos Legislativos, Chefe da Divisão de Atos Internacionais, Chefe da Divisão Europa, Chefe do Departamento de Serviço Exterior, Chefe de Gabinete do Subsecretário de Serviço Exterior e Diretora-Geral do Departamento de Organismos Internacionais, sempre se saindo muito bem nos postos em que atuou.

No exterior, exerceu, entre outros cargos, o cargo de Conselheira em Washington, de Conselheira em Otawa, de Ministra Conselheira em Paris e de Embaixadora em Genebra, de 2000 até o presente.

Desempenhou, ainda, numerosas e importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações em diversas reuniões e negociações bilaterais e multilaterais, e em conferências em organizações internacionais.

A diplomata possui a condecoração do Brasil da Ordem do Rio Branco, do Mérito Aeronáutico, do Mérito Naval, do Mérito Militar, a Medalha Santos Dumont, do Senegal, do México e de Portugal, a Ordem de Cristo.

A Confederação Helvética, nome oficial da Suíça, país para onde foi designada a diplomata, é uma confederação dividida em 23 cantões e três semicantões autônomos. Sua capital é Berna e o país tem oito milhões de habitantes, numa área de 41.285 quilômetros quadrados.

O Produto Interno Bruto é de US$370 bilhões, em 2002, o que lhe propicia uma renda per capita de US$46 mil.

O Poder Executivo é exercido pelo Conselho Federal, composto de sete membros, eleitos por quatro anos pela Assembléia Federal. Os Conselheiros Federais são também titulares dos departamentos federais, que equivalem a Ministérios.

Anualmente, a Assembléia elege dois, entre os sete Conselheiros, para a Presidência e a Vice-Presidência da Confederação.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembléia Federal, composta de duas Câmaras: o Conselho de Estado, equivalente ao nosso Senado, que é composto por 46 membros, com mandatos de 1 a 4 anos, e o Conselho Nacional, equivalente à Câmara dos Deputados, composto por 200 membros, eleitos por 4 anos.

Segundo informa o Itamaraty, a excelência das relações entre o Brasil e a Suíça vem sendo reafirmada pelos constantes contatos políticos de alto nível e pela forte presença suíça na economia brasileira.

Reitera que a importância desse relacionamento decorre sobretudo da posição da Suíça como um dos principais centros financeiros internacionais, de seu expressivo estoque de investimentos no país, que se encontra entre os dez maiores.

Para a Suíça, o Brasil representa o mais relevante interlocutor na América Latina, ocupando a posição de principal parceiro comercial suíço na região e principal destinatário de seus investimentos.

Cerca de 60% dos investimentos suíços na América Latina estão concentrados no Brasil. Fora da Europa e logo atrás dos Estados Unidos e do Canadá, o Brasil é o mais importante País de destino de investimentos suíços. A maioria das grandes empresas multinacionais suíças dos setores farmacêutico, químico e alimentício e de máquinas estão instaladas no Brasil desde o início do século XX. Com unidades de produção própria, as filiais dessas empresas no Brasil empregam cerca de 80 mil pessoas.

O comércio bilateral, tradicionalmente deficitário para o Brasil, tem-se caracterizado por exportações brasileiras de matérias-primas e semifaturados e por exportações suíças de produtos de tecnologia sofisticada e de alto valor agregado, tais como maquinário de precisão, relógios e compostos químicos.

No plano político, os contatos de alto nível têm possibilitado uma troca de impressões ampla e objetiva sobre os principais aspectos da agenda bilateral, bem como sobre os grandes temas da atualidade internacional.

O recente ingresso da Suíça na ONU, em 10 de setembro de 2002, deverá contribuir para o aproveitamento de todo o potencial de cooperação existente entre o Brasil e a Suíça, nos principais fóruns multilaterais.

Considera-se que seria conveniente a implementação de mecanismos de cooperação judicial mais ágeis do que os previstos em 1932. O campo de

maior interesse do Brasil seria o de lavagem de dinheiro decorrente do narcotráfico e da corrupção.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação, ponderada, certa, do Senhor Presidente da República.

Assim, o meu parecer é totalmente favorável à candidata a Embaixadora na República Helvética.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra à Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira. Em seguida passaremos ao exame do nome de Tilden Santiago.

A SRª CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Eduardo Suplicy; Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella; Sr. Relator, Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem agradeço pelo relatório e pelas palavras generosas; Srªs e Srs. Senadores, ao submeter-me à elevada apreciação de V. Exªs em razão da indicação, pelo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do meu nome para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, gostaria, inicialmente, de expressar o meu respeito e admiração pelo Senado Federal e por esta Comissão, os quais, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, atuam na promoção e defesa dos interesses nacionais por intermédio da execução da política externa brasileira.

Na minha apresentação, falarei em linhas gerais sobre a Confederação Helvética, inclusive sobre sua formação; em seguida, falarei sobre as relações bilaterais e finalizarei com uma idéia sobre as perspectivas futuras.

A Suíça ocupa uma área equivalente à do Estado do Rio de Janeiro, no coração da Europa, e faz fronteira com sete países: França, Alemanha, Áustria, Liechtenstein e Itália.

Sua população é de 7,2 milhões de habitantes, cuja composição étnica compreende 65% de suíços de origem alemã, 18% de origem francesa, 10% de origem italiana e 1% de romanches.

Quanto às confissões religiosas, 46% são católicos romanos e 40% protestantes.

A área territorial da Suíça é pequena, cercada por sete países, como vimos, seis deles membros da União Européia. Sua localização geográfica, bem como a composição étnica e confessional guardam uma relação importante com algumas das principais características da Confederação Helvética, tais como o sistema federalista de governo, a neutralidade, como veremos adiante.

A economia suíça.

A Confederação Helvética é um dos países mais ricos do mundo. Seu PIB em 2002 foi estimado em US$276 bilhões, com uma taxa de crescimento de 1,2%, com estimativas para 2003 de 1,7%. Seu PIB **per capita** é também dos mais elevados do mundo. Em 2002, foi de US$36 mil.

O país goza de baixos níveis de inflação – em 2000, foi de 1,5% – e de desemprego, 1,9%. Não obstante, o diferencial positivo, a diferença a mais que existe entre a economia da Suíça com relação à União Européia tem diminuído, da mesma forma que o diferencial negativo da economia Suíça com relação aos Estados Unidos tem aumentado. Ou seja, o que se observa atualmente é um ligeiro declínio econômico da Suíça. Segundo a OCDE, esse declínio se deve à estagnação mundial dos anos 90, bem como a alguns fatores estruturais próprios da economia suíça. Não se deve, por exemplo, a dificuldades em matéria de recursos. Os níveis de investimentos são elevados, a oferta da mão-de-obra suíça também é bem explorada. As dificuldades têm relação com um lento crescimento da produtividade suíça e aos preços elevados no país. A economia suiça está muito integrada à economia internacional.

Darei, em breves linhas, alguns números sobre o comércio, porque o Senador Antonio Carlos Magalhães, por ocasião da sua relatoria, já mencionou alguns desses dados; portanto, não me estenderei muito.

O comércio externo da Suíça em 2000, por exemplo, foi da ordem de US$163 bilhões. Em 2001, cerca de US$185 bilhões. Esse comércio tem a seguinte distribuição: as exportações suíças destinam-se essencialmente para a Europa, em torno de 61%, sendo que, dentro da Europa, a Alemanha recebe 22% das exportações suíças, os Estados Unidos 10,6%. Os países emergentes têm uma participação de 9,8%, e o Brasil de 0,9%.

As importações repetem o mesmo esquema, sendo que 80% procedem da Europa, 5,3% dos Estados Unidos e 3,7% dos países emergentes – dos quais o Brasil representa 0,6%.

O sistema político da Confederação Helvética.

O sistema político se caracteriza por três elementos importantes: sistema de governo federativo, democracia direta e a neutralidade em política externa.

A origem do Estado suíço remonta a 1291, quando três cantões das montanhas se associaram num pacto de defesa mútua, mantendo, entretanto,

suas respectivas autonomias de jurisdição e gestão. Essa aliança respondia ao desejo desses cantões de salvaguardar seus direitos de jurisdição e gestão em face da política hegemônica dos habsburgos.

Gradativamente, outros cantões foram se associando, movidos também pelo desejo de defesa comum da independência reivindicada por cada cantão com relação a outros senhores e cortes européias.

Não podemos esquecer que a Europa conhece durante longos anos conflitos entre as cortes e, depois, entre os Estados. Justamente a localização geográfica da Suíça ou desses cantões que não constituem ainda a Suíça significava passagem por suas terras de outras forças e um certo desejo de arregimentar, entre os diferentes cantões, alianças, ou para o lado da Lombardia, ou da Borgonha, aproveitando-se do fato de justamente esses cantões terem uma conexão cultural com os países vizinhos. Então, mais e mais cantões foram se juntando aos três cantões originais, sempre com o objetivo de ter uma defesa comum e manter a sua autonomia. Podemos, portanto, dizer que a geografia contribuiu para que o sistema escolhido de governo fosse o federativo.

Da necessidade de defender-se do contágio dos conflitos circunvizinhos, surgiu também o princípio da neutralidade, que se foi consolidando até ser internacionalmente reconhecido, em 1815, pelo Congresso de Viena. Ou seja, os cantões eram cercados de forças, senhores e cortes mais poderosos, de língua francesa, ou de língua italiana. Lembramos também que, durante uma época da formação dos Estados europeus, houve guerras religiosas. Então, havia um sentido, uma ameaça até de desmembramento dos cantões. A neutralidade, portanto, permitiria que se mantivessem ausentes dos conflitos nas vizinhanças.

Portanto, em 1815, o Congresso de Viena, que se sucedeu à derrota de Napoleão, reconheceu o princípio da neutralidade da Suíça. Em 1848, ao cabo de uma curta guerra civil entre os cantões católicos, conservadores e protestantes liberais, foi criada a Confederação Helvética e, adotada a sua constituição, ela sofreu revisões amplas em 1874 e 1967 e outras adaptações ao longo dos anos.

Como está estruturada a Confederação Helvética do ponto de vista político?

Há uma semelhança com o Brasil, além do próprio fato de ser um sistema federativo. No nível menor há as comunas – são três mil; em seguida, os cantões, que corresponderiam aos nossos Estados. São vinte cantões, mais seis subcantões e a Confederação, que seria – digamos – a União.

O Senador Antonio Carlos Magalhães tam[illegible] teve a oportunidade de mencionar como estão estruturados os poderes. Portanto, não vou me estender a respeito. O Legislativo é uma assembléia federal, com duas câmaras, o Conselho Nacional e o Conselho dos Estados, e o número de membros também foi dito.

Menciono rapidamente os quatro principais partidos. A Suíça tem quatro partidos principais: Partido Radical Democrata, Partido Democrata Cristão, Partido Socialista e União Democrática de Centro.

É interessante observar, como disse S. Exª. que é a Assembléia Federal que escolhe o Conselho Federal; o Conselho Federal é o Poder Executivo na Suíça, composto de sete conselheiros federais, que são, ao mesmo tempo, titulares de pastas. Nesse Conselho Federal há uma distribuição mais ou menos fixa por partidos: o Radical Democrata tem 102, o Democrata Cristão tem dois, o Partido Socialista também tem dois e a União Democrática de Centro tem um representante.

Essa foi a forma que encontraram para estabelecer o equilíbrio. Há longas negociações políticas quando se elegem os Conselheiros Federais, porque se procura estabelecer um certo equilíbrio geográfico, lingüístico e religioso. O país tem, realmente, características muito próprias.

O Conselho Federal, que é o Executivo, é um órgão colegiado. O Presidente da Confederação Helvética inclusive é um membro do Conselho Federal igual aos demais. Atualmente, o presidente do Conselho Federal é o titular da pasta do Interior, Pascal Couchepin, que já esteve no Brasil. O ministro da Economia deverá vir ao Brasil. Ele é eleito por um ano apenas. Há uma rotação dos sete membros desse Conselho Federal na eleição do presidente e do vice-presidente. É interessante essa distribuição dos cargos do Conselho Federal entre os quatro partidos, e já com uma atribuição fixa.

O Judiciário é um tribunal federal, eleito também pela Assembléia Federal para um mandato de sete anos. Ele não fica em Berna, fica em Lausane. Há um tribunal federal da previdência social, que decide os conflitos que surgem nessa área, e há uma corte administrativa federal.

O que é importante a respeito do sistema político da Confederação Helvética é a democracia direta que eu mencionei como sendo uma das características do sistema.

A iniciativa parlamentar na Suíça pode ser tomada por um cidadão, por um grupo de interesses, pelos membros do Parlamento Federal, pela administra-

ção, pelos cantões ou pelo Conselho Federal. Quando ela parte de um cidadão, denomina-se iniciativa popular e só pode ser tomada com relação à Constituição. Se um cidadão ou um grupo de cidadãos ou um grupo de interesse objetiva emendar a Constituição, ele tem dezoito meses para colher cem mil assinaturas de apoio a essa iniciativa popular – que pode simplesmente conter a idéia em si ou a emenda pode já vir articulada. Ela é então apresentada.

De um modo geral, o Conselho Federal apresenta um contraprojeto e então isso é submetido a um referendo. Não são poucos os casos. Infelizmente não tomei nota dos dados estatísticos, mas creio que, ao longo de toda a história, foram 149 iniciativas de emenda à Constituição. Dessas iniciativas, foi aprovado um número mais reduzido; a Constituição tem sofrido poucas alterações.

Outro instrumento, outro mecanismo da democracia direta é o referendo. Toda emenda constitucional, mesmo que parta do Poder Legislativo, é submetida a referendo. Também tratados internacionais são submetidos a referendo – por exemplo, a adesão à ONU, que se deu no ano passado.

O Legislativo não tem a obrigação de submeter as leis ordinárias a referendo, mas os cidadãos podem pedir, mediante o apoiamento de 50 mil assinaturas, que aquele projeto de lei ou aquela lei seja submetida a referendo – nesse caso, o prazo para se colher as assinaturas é de doze meses. Essa é a tão falada democracia direta suíça, característica realmente importante daquele país.

A terceira característica do sistema político é a neutralidade em matéria de política externa, que é um princípio fundamental da política externa Suíça desde o século XVII. Ela foi respeitada durante as duas guerras mundiais, da mesma forma foi aceita pelos dois blocos durante a guerra-fria, e teve um efeito estabilizador na Europa.

A neutralidade Suíça enquadra-se perfeitamente dentro das disposições da Convenção de Haia de 1907, que trata da neutralidade. E isso, traduzido no plano concreto, significa que a Confederação reconhece os Estados, mas não os Governos. Essa neutralidade foi que explicou, de uma certa forma, a demora da Suíça, da Confederação Helvética, em aderir às Nações Unidas. A adesão deu-se no ano passado.

No entanto, embora só ano passado tenha aderido às Nações Unidas, na verdade a Suíça já participava do sistema das Nações Unidas e dos organismos especializados. Basta dizer que antes mesmo daquele país entrar para a ONU eu tinha como companheiro das negociações que se dão na Conferência de Desarmamento, em Genebra, o representante da Suíça, que também participava dos demais fóruns de Genebra. Portanto, a adesão à ONU foi a culminação dessa participação da Suíça em outros órgãos das Nações Unidas.

A neutralidade também é um elemento a ser destacado no contexto atual da guerra do Iraque. A posição da Confederação Helvética é naturalmente pela neutralidade. Antes do início das operações militares, o governo suíço já havia deixado claro que se o ataque ao Iraque não se desse com o apoio do Conselho de Segurança da ONU, a Confederação Helvética não o apoiaria. Se fosse autorizado pelo Conselho de Segurança, ela também não disse que o apoiaria, mas disse que ele seria examinado do ângulo da política externa. Portanto, poderia inclusive não haver apoio.

O que fez a Suíça dentro desse princípio da neutralidade na questão do Iraque? Os sobrevôos de aviões militares que tenham objetivo de abastecimento de alimentos e coisas assim poderão ser autorizados, mas em bases **ad hoc**. Os outros não serão autorizados.

Da mesma forma, Berna não atendeu ao pedido americano para que os diplomatas iraquianos em Berna e em Genebra deixassem o país, exercendo, assim a neutralidade na sua forma plena.

O princípio da neutralidade, condicionando, de certa forma, a política externa Suíça, levou a que rejeitassem também, em 1992, a adesão ou a participação no espaço econômico europeu e, em 1997, o ingresso na União Européia.

As Relações entre o Brasil e a Suíça.

Os primeiros laços com a Suíça se estabeleceram em 1818, quando D. João VI autorizou, por decreto, a imigração de cerca de dois mil colonos suíços, que fundaram a cidade de Nova Friburgo. Foi o primeiro caso de imigrantes não portugueses em uma imigração dirigida.

Tivemos também um outro laço com a Suíça quando o Presidente do Conselho Federal, na época Walter Hauser, em 1900, deu um laudo arbitral favorável ao Brasil na questão do Amapá.

As relações entre os dois países são excelentes. A partir de 1994, o que se observa é um número maior de visitas de autoridades suíças ao Brasil, sobretudo na área econômica. Deveríamos ter tido, no mês passado, março, a visita da ministra das Relações Exteriores, que foi adiada em razão da guerra no Iraque. Mas talvez ela venha em maio. E teremos mais adiante, no segundo semestre, a visita do ministro da Economia ao Brasil.

Esses contatos são importantes e representam um elemento dinamizador da política externa. Portanto, devem ser incentivados.

Relações econômicas.

O Brasil é o principal mercado da Suíça na América Latina, tanto em termos de comércio como de investimento. A Suíça é o 19º parceiro comercial do Brasil. O comércio bilateral é deficitário e vem crescendo nos últimos sete anos, a partir da abertura comercial brasileira, mas segue o padrão das relações comerciais entre o país desenvolvido e em desenvolvimento, ou seja, é deficitário para o Brasil. A pauta de exportação brasileira é em **commodities**, com produtos de pouco valor agregados, enquanto o contrário se dá em relação à Suíça.

Uma exceção, no que diz respeito às exportações brasileiras, é a exportação de aviões da Embraer para a Suíça. A companhia suíça – que era regional e que, agora, virou nacional, desde a falência da Swissair – é, na Europa, o principal comprador e usuário de aviões da Embraer. Então, já foram entregues, relativamente em pouco tempo, 25 aviões da Embraer – acho que é o ERJ-145 – e há o compromisso de entregar mais 60 aviões. Na verdade, esse compromisso era maior. No entanto, em razão de dificuldades que a companhia aérea suíça enfrenta, haverá uma suspensão de parte dessas encomendas.

Mas, justamente, essas exportações de aviões da Embraer permitiram que fosse diminuído o déficit no comércio bilateral. Temo que, com a suspensão parcial dos contratos, o déficit volte a aumentar. Nós importamos, sobretudo, produtos da indústria química e farmacêutica da Suíça.

Com relação aos dados de exportação, todos já foram mencionados – a exportação e importação e comércio bilateral foram mencionados pelo Senador Antonio Carlos Magalhães –, e eu vou me permitir passar para outro tópico.

Investimentos.

O Brasil representa para a Suíça o principal destino de seus investimentos fora da Europa – Estados Unidos e Canadá. Nesse ponto, precisamos prestar um pouco de atenção, porque o México, tanto em comércio bilateral como em investimentos, começa a aumentar a sua participação, embora ainda seja bem menor do que a do Brasil. Mas o México assinou, com a Confederação Helvética, um acordo de livre comércio. Além do mais, o México é membro da OCDE. Então, esse intercâmbio comercial de investimentos entre o México e a Confederação Helvética e a Suíça começa a crescer um pouco.

De qualquer forma, no momento, 60% dos investimentos suíços na América Latina estão no Brasil. A Suíça é o 10º maior investidor no Brasil, com um estoque de US$4,113 bilhões, ou 2,26% do total dos investimentos estrangeiros no Brasil.

A Suíça, até recentemente, foi o quinto maior investidor no Brasil. Essa queda se deu, justamente, no período das privatizações no Brasil. A Suíça não aproveitou as oportunidades que se criaram no Brasil com a privatização. Pessoalmente, posso supor que isso se deveu ao fato de que as privatizações se deram, sobretudo, na área de serviços. Não é a área onde a Suíça, normalmente, procura investir fora do país. Ela investe na área de produtos químicos e na área farmacêutica. Talvez isso explique o pouco interesse da Suíça em participar do processo de privatização no Brasil.

Algumas das empresas suíças, estabelecidas no Brasil, são as empresas mais representativas da economia suíça. Na área farmacêutica, a Norvatis, que tem uma importante tecnologia de ponta, a Roche, a Givodan e a Firmelic. Na alimentação, a Nestlé que está aqui, como a Roche, desde o começo do século XX, e a Sandoz e a Suchar. Na área de máquinas, a ABB, a Suser a Schindler, de elevadores. Nos serviços financeiros, nós temos o SBS, o UBS e o Credit Suisse, e seguros via Intertour e Zurich Turismo.

Perspectivas do relacionamento.

Como disse, esse intercâmbio maior, a visita de autoridades, que é um elemento importante no relacionamento diplomático, vem aumentando desde 1994 e continuará crescendo, já que este ano haverá provavelmente dois ministros suíços visitando o Brasil. A importância do intercâmbio comercial e de investimentos também mostra que o futuro desse relacionamento só tende a incrementar. Não obstante, devemos todos ter a preocupação de evitar que se acentue, no que diz respeito às relações comerciais, a situação típica das relações entre um país desenvolvido e um país em desenvolvimento.

Caso a minha indicação receba a aprovação de V. Exªs, uma das orientações que eu seguiria na minha atuação em Berna seria, inicialmente, intensificar e diversificar o diálogo político bilateral. Certamente a adesão da Suíça à ONU deverá contribuir para isso. Em Genebra, onde estou como embaixadora alterna, ocupando-me das negociações dos organismos políticos e desarmamento, pude constatar que há muita afinidade nas posições políticas do Brasil e da Suíça, o que, portanto, facilitará um aprofundamento do relacionamento bilateral, possibilitando inclusive uma concertação política entre os dois países.

Outro objetivo seria o de multiplicar as visitas de alto nível, porque esse contato direto sem dúvida favorece o aprofundamento das relações.

Apoiar iniciativas no âmbito parlamentar visando a um diálogo parlamentar mais intenso entre os dois países. As próprias características do sistema político parlamentar suíço podem despertar inclusive interesse por aprofundar o relacionamento bilateral.

É inescapável buscar um aumento do comércio bilateral, com ênfase no incremento das exportações brasileiras de maior valor agregado – o exemplo da Embraer mostra que é possível fazer isso –, e procurar diversificar a pauta de exportações.

Buscar também aumentar o fluxo de investimentos suíços no Brasil. Eles já têm um estoque de investimentos importante, uma experiência altamente positiva, portanto não haveria razão para não acreditar que se possa aumentar o fluxo de investimentos suíços no Brasil. Para isso há mecanismos usuais que nossas embaixadas utilizam, como seminários, visitas de empresários. Mas a própria Suíça oferece também alguns mecanismos que podem nos ajudar. Eles têm um organismo que incentiva investimentos suíços em países em desenvolvimento. O Brasil é graduado como país em desenvolvimento – em muitos países ele não consta como tal. Conseguimos, graças à atuação de um ex-embaixador suíço no Brasil, um grande amigo do Brasil, que tem hoje um papel importante na área econômica na Suíça, que o Brasil fosse incluído nesse programa de fomento dos investimentos suíços. Há também o mecanismo do Suisse Development Finance Corporation. Deveríamos procurar tirar proveito desse mecanismo e aumentar os investimentos, sobretudo na área de pequenas e médias empresas.

É importante que se estimule também a cooperação universitária e cultural, sobretudo nas áreas estratégicas, como da indústria de precisão e indústria química, nas quais a Suíça alcança uma excelência única, que a torna competitiva com indústrias semelhantes nos Estados Unidos e na Alemanha.

É importante também promover a imagem do Brasil no exterior, um trabalho que as nossas embaixadas vêm fazendo e que na Suíça se tornará razoavelmente fácil, pelo interesse que desperta lá o nosso país. Há um clima muito amistoso com relação aos brasileiros, ainda que tenhamos alguns problemas na área de tratamento de brasileiros em situação irregular, ilegal, na Suíça. Às vezes temos razões para nos queixar de certos acontecimentos – alguns talvez sejam do conhecimento de V. Exªs –, que já mobilizaram o antigo Secretário de Direitos Humanos no Brasil, o professor Paulo Sérgio Pinheiro.

Em síntese, o que me cabe fazer é defender e promover os interesses do Brasil, cumprindo as instruções do Governo, da Chancelaria, com o apoio do Congresso brasileiro.

Agradeço, portanto, ao Sr. Presidente, às Srªs e aos Srs. Senadores, a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira.

Passaremos à leitura, pelo Senador Hélio Costa, do parecer sobre a indicação do ex-Deputado Tilden José Santiago.

Como tem de se ausentar, o Senador Tasso Jereissati pergunta se V. Exªs estariam de acordo com a leitura do breve parecer sobre o requerimento apresentado ontem por diversos Senadores, inclusive eu, sugerindo a Sua Santidade o Papa João Paulo II que convoque os líderes religiosos mundiais para, preferencialmente em Bagdá – mas pode ser em Washington, em Londres ou em outra capital de um dos países envolvidos no conflito –, discutir soluções pacíficas para a crise no Iraque e propugnar pelo cessar das hostilidades e pela paz.

Muitos dos Senadores assinaram ontem o original.

Peço à Srª Lúcia que colha as assinaturas, no próprio requerimento, dos que desejarem assinar.

Se me permite, então, Senador Hélio Costa, porque, assim, ainda com **quorum**, votaríamos o requerimento, vou passar a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISATI (PSDB – CE) – A proposição não extrapola as atribuições da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por se tratar de matéria afeta a relações internacionais.

No mérito, o requerimento é da maior oportunidade e relevância. No momento em que o mundo se depara com imagens e relatos de fatos estarrecedores, não podemos ficar omissos. Nossa tradição cristã, que prega a prática de receber, acolher e conviver com todas as religiões, não admite a percepção de que vivemos uma nova cruzada.

A iniciativa, portanto, de uma demonstração explícita de todas as lideranças religiosas do mundo em favor da paz, sob a convocação de Sua Santidade, sem dúvida trará peso considerável aos apelos ouvidos em todo o mundo no sentido do fim das hostilidades e recondução das negociações de paz, vital para o futuro das novas gerações.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do requerimento, na forma em que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou de pleno acordo com o relatório, mas creio que não seria conveniente pedir ao Papa para ir a Bagdá agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sua Santidade indo, talvez o Presidente George Walker Bush mande suspender o bombardeio, e se possa chegar a uma solução. Entretanto, é claro que o Papa João Paulo II vai...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que fique esclarecido que há outras opções, porque também concordo com o Senador Antonio Carlos que querer mandar o Papa para lá é querer dizer... Mas ele tem outras opções para escolher.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quem sabe a Suíça ou Roma mesmo.

Chegará, dentro de instantes, pela Mesa, o requerimento dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana que conclama os governos dos países-membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas a convocarem reunião de emergência daquele organismo para debater estratégias que visem fazer cumprir a Resolução nº 1441 de forma pacífica e cessar, de imediato, a intervenção militar no Iraque.

Se todos considerarem, no espírito do parecer do Senador Tasso Jereissati, que esse requerimento também pode ser aprovado, estaríamos já simplificando o procedimento.

Como o Senador Tasso Jereissati terá de se ausentar, quem sabe o Senador Pedro Simon queira se considerar Relator desse outro requerimento. Assim, quando chegar, já teríamos formalmente a assinatura de todos e a aprovação.

As Srªs e o Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado também este requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Srª Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira; ilustre Presidente, Governador e futuro Embaixador Itamar Franco; meu caro companheiro Tilden José Santiago, jornalista, Deputado, Secretário e futuro Embaixador, nesta tarde tive o prazer de ler o relatório do Senador Tião Viana, que se encontra fora do Congresso Nacional em uma missão. S. Exª pediu, inicialmente, à Senadora Patrícia Saboya Gomes que o lesse. Hoje, por impossibilidade de estar presente, a Senadora pediu-me para apresentá-lo, o que faço a seguir.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Tilden José Santiago para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, nos termos do art. 52, inciso IV. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou **curriculum vitae** do interessado.

O Sr. Tilden José Santiago nasceu em Nova Era, Minas Gerais. Filho de Geraldo Santiago e Maristela Santiago, possui licenciatura em Filosofia pela Universidade de Minas Gerais e em Teologia pela Universidade Pontifícia Gregoriana de Roma. Professor universitário na Universidade Federal e na Universidade Católica de Minas Gerais, o Sr. Tilden José Santiago cursou créditos de mestrado em Filosofia também na Universidade Federal de Minas Gerais.

Como Deputado Federal, em seu terceiro mandato, é autor da lei que regulamentou o serviço de TV a cabo no Brasil e instituiu a obrigatoriedade dos canais de acesso público gratuito, comunitário, legislativo, universitário e educativo-cultural, e da lei que ampliou de três para oito anos o período de inelegibilidade dos políticos cassados por corrupção. Em tramitação está também o seu projeto de lei que regulamenta a guarda compartilhada dos filhos na separação dos casais.

É um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e da CUT, presidiu o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e foi Secretário de Estado do Meio Ambiente de Minas Gerais na gestão do Governador Itamar Franco. Foi candidato a Senador pelo PT de Minas Gerais, tendo recebido mais de três milhões de votos.

No que concerne à importância das relações bilaterais Brasil-Cuba, cumpre relevar a expressiva pauta de cooperação que se tem desenvolvido entre os dois países, bem como a amizade e simpatia recíprocas que temos mantido nos mais diversos fóruns e circunstâncias.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir considerações no âmbito deste relatório.

Sala das Comissões, Relator, Senador Tião Viana.

Futuro Embaixador, quero acrescentar o prazer, a satisfação e a honra que tenho de fazer a leitura deste relatório, pois sei, assim como V. Sª, quanto es-

peramos do futuro Embaixador em Cuba no estreitamento das relações do nosso País com aquela ilha. V. Sª foi professor, jornalista, padre operário – trabalhou no Oriente Médio, nos **kibutzim**, e tem vivido intensamente a situação daquela região, que hoje aflige a todos nós –, líder sindical, Deputado Federal, Secretário de Estado, candidato a Senador e, agora, Embaixador do Brasil. É uma honra para nós.

O povo de Nova Era, hoje, que certamente está-nos assistindo pela **TV Senado**, deve estar extremamente orgulhoso do seu filho mais ilustre e mais querido. E D. Maristela deve estar emocionada neste momento, sabendo que seu filho será o Embaixador do Brasil em Cuba.

Vaja con Díos, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao nosso querido ex-Deputado, companheiro de Partido, agora designado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser Embaixador em Cuba, Tilden José Santiago.

O SR. TILDEN JOSÉ SANTIAGO – "É preciso que Cuba se abra para o mundo, e que o mundo se abra para Cuba" – palavras proféticas de João Paulo II, na histórica visita à Ilha.

Sr. Presidente, meu amigo e companheiro, Senador Eduardo Suplicy; Drª Celina Assumpção, agora companheira de trabalho na diplomacia brasileira, Embaixadora; Sr. Presidente da República, Governador de Minas, Senador, agora Embaixador Itamar Franco, com quem tive a alegria de estar junto no Governo de Minas Gerais, a seu convite, na Secretaria do Meio Ambiente; Srªs e Srs. Senadores, com quem convivi por cerca de dez anos no Congresso Nacional, alguns com uma forte amizade; minhas senhoras e meus senhores, meus colegas jornalistas:

Senti emoção, grande alegria e orgulho ao ser escolhido pelo Presidente Lula para representar o Brasil em Cuba. A sugestão nasceu dele. Também senti emoção pela rápida resposta positiva do Presidente Fidel Castro ao pedido de **agrément** enviado pelo Itamaraty.

Minhas ações diplomáticas – e não seria exagero dizer a totalidade da minha vida – visarão, a partir de agora, dependendo do resultado desta sabatina, dois grandes objetivos: o incremento do intercâmbio Brasil–Cuba/Cuba–Brasil, com avanço de ambos na caminhada histórica de libertação; e a reinserção, cada vez maior, da pátria de José Martí no cenário das nações, no contexto do Caribe, da América Latina e do mundo. O primeiro objetivo situa-se no campo comercial, econômico e financeiro; o segundo, mais diretamente no campo filosófico, da política e das relações internacionais.

Minha contribuição será inspirada no internacionalismo, no patriotismo e no sentimento de independência de Rio Branco, José Martí, Tiradentes, Antônio Maceu, José Bonifácio, Carlos Manoel de Céspedes, sob o olhar dos Chanceleres Celso Amorim e Felipe Peres Roque, e dos Presidentes Lula e Fidel Castro. É bom lembrar que Tiradentes e José Bonifácio fazem companhia a Bolívar e a dezenas de libertadores latino-americanos nos jardins da Praça da Fraternidade, em plena Havana.

Sr. Presidente, a contribuição que darei como Embaixador do Brasil em Cuba será inspirada também na minha visão de mundo. No meu entender, tudo que existe está perpassado de claro e escuro, de organização e desorganização, de caos e de cosmo. Não existe para os mortais, em nosso planeta, um paraíso exalando paz, um jardim recluso ou uma redoma de pura unidade e unificação. A comunidade científica mundial garante que todos – mundo vegetal, reino animal, mundo humano, universo inteiro – nascemos há 15 bilhões de anos de um imenso caos, de uma enorme explosão, mas também de um cosmo, quer dizer, da ordem que se foi criando e continua se criando, ao longo de todos os milênios. Caos e cosmo são inseparáveis e articulam-se mutuamente, especialmente no mundo humano, onde as contradições se desdobram, dando origem a homicidas, a ecocidas e biocidas, de um lado, e, por outro lado, a anjos da guarda, profetas e santos, como bem observou Leonardo Boff.

Cuba, Brasil, Caribe e América Latina não escapam dessa dicotomia estrutural de tudo que existe. O desafio é fazer conviver o caos e o cosmo de forma criadora, a exemplo de Francisco de Assis, no meu entender, o mais realista de todos os viventes.

Foi isso que tentei durante mais de quarenta anos, como padre operário, jornalista, professor, sindicalista, Deputado Federal, Secretário de Estado do Governador Itamar e militante ambientalista. Eu me joguei e me molhei até hoje na realidade humana, com base na espiritualidade, no jornalismo, na educação, no sindicalismo, na política e na ecologia. Agora, continuarei a molhar-me na realidade humana, baseado na diplomacia, mantendo a paciência história diante da presença ambivalente do joio e do trigo.

Estréio como Embaixador num momento de acirramento do pólo positivo com o pólo negativo neste Planeta a ser trabalho à luz da diplomacia. De um lado, o time da guerra, do diabólico, semeando ódio,

ofensa, discórdia, dúvida, erro, desespero, tristeza, trevas, semeando a morte. De outro lado, o time da paz, do simbólico, divulgando o amor, o perdão, a união, a fé, a verdade, a esperança, a alegria, a luz, divulgando a vida.

A exemplo de Jesus de Nazaré e dos grandes místicos do Oriente e do Ocidente, não vou, como Embaixador, correr o risco de arrancar o trigo ao extirpar o joio. Continuarei a distingui-los, curvar-me-ei à inexorável coexistência do bem e do mal, mas, a partir de agora, passo a viver, como diplomata, um projeto de vida, que se orienta pelo trigo sem nunca perder de vista a presença ameaçadora do joio. Estou aberto à fonte primordial da vida, de onde emana toda a paz, certo que, como Santo Agostinho, o Bispo de Ipona, "requieto estará meu coração enquanto não descansar em Ti, Senhor".

É com esses propósitos que venho dialogar com V. Exªs sobre a nossa representação em Cuba, colocando-me à disposição de cada Senador da República componente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional durante esta sabatina. E o faço em obediência à Constituição, que atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (art. 52, §4º)

Srªs e Srs. Senadores, não é de hoje que busco entender a dinâmica de Cuba, o que não é difícil para quem mais do que estima acabou experimentando uma verdadeira paixão por aquela terra e seu povo. É mais do que gratificante defender os interesses do Brasil em terras de Cuba, zelando pela vitalidade de ambas sociedades e palmilhando a caminhada libertadora histórica dos dois povos.

Além da leitura de livros e textos, analisando a sociedade e a história cubanas, a Ilha sempre suscitou uma tomada de posição da minha parte. Não sou conhecedor acadêmico e neutro de Cuba. Durante três mandatos de Deputado Federal, participei da Frente Parlamentar Brasil-Cuba, o que nos levou a muita leitura e estudos e visitas à Ilha. Vibrei com o triunfo da Revolução em janeiro de 1959. Um ano depois, quando Fidel, Che Guevara e a trupe de barbudos abraçaram o marxismo e caíram nos braços da União Soviética, experimentei certa perplexidade clerical. E não podia ser diferente. Eu tinha 19 anos, vestia batina no seminário da velha Mariana, primeira capital de Minas, e tornava-me um peripatético obcecado na leitura exclusiva de Aristóteles, de Platão e de Tomás de Aquino. Eu era um filósofo perdido nas correntes do pensamento clássico e alienado da política nacional e internacional.

Pouco depois, convivi em Roma, durante a Teologia, com um jovem estudante cubano Presidente do Diretório Estudantil da Universidade Gregoriana dos Jesuítas, sobrinho-neto de um dos pais da Pátria, carregando o nome do seu ascendente Carlos Manuel de Céspedes, hoje Monsenhor em Havana e grande intelectual. Com ele, minha perplexidade começou a passar e aprendi que toda a história de Cuba como nação é marcada por um nacionalismo sadio e por uma rebeldia permanente, face à Espanha, primeiro, e depois, em face aos Estados Unidos da América, pois ambos tiveram uma postura nitidamente colonialista em relação à ilha. Mais tarde, na vivência de três anos com palestinos, jordanianos e israelenses, nesse **carrefour** da história que é o Oriente Médio, em meados dos anos 60, comecei a entender que Cuba não era um joguete da Guerra Fria, apenas ela não tinha alternativa num mundo inteiramente controlado por duas superpotências.

Resistência.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, Sr. Presidente, éramos, no Brasil, na América Latina, uma juventude irrequieta, rebelde, que resista à ditadura, privados totalmente das liberdades democráticas. Vivi essa fase juntamente com José Dirceu, José Serra, Vladimir Palmeira, Almino Alfonso, José Genoíno, Haroldo Lima, Aloísio Nunes, Aldo Arantes, José Aníbal, Nilmário Miranda, Gilnei Viana, Nelson Rodrigues Filho e tantos outros hoje na política institucional. Nesse momento, não poucos, mesmo nas fileiras eclesiais, alimentados pelo Movimento Fé e Política, ficamos fascinados e vimos de perto o internacionalismo revolucionário de Cuba, presente na África e na América Latina, com destemor, convicção e generosidade.

Certamente, só quem experimentou aquele momento consegue captar ser a mesma a vitalidade com que Cuba busca hoje uma relação democrática com os outros Estados. Agora, a forma é outra, naturalmente. É uma relação de Estado para Estado, respeitosa, mas na raiz está a mesma solidariedade internacional, revolucionária de outrora, capaz de doar a própria vida, eternizada para a posteridade no rosto imortal de Che Guevara, cuja lembrança os esbirros do conservadorismo boliviano não conseguiram sepultar. Riscaram Che do mapa da vida, mas não o símbolo do internacionalismo e da generosidade heróica que ele continua a ser para os jovens – com boina ou sem boina – do mundo inteiro e para as nações.

A solidariedade, o companheirismo, a fraternidade de cubanos e brasileiros ultrapassam nossas fronteiras geográficas e possuem as mesmas raízes

históricas, advindas da Península Ibérica e de África e transplantadas da grande Pátria de Bolívar, Tiradentes, José Marti, que é **nuestra** América, nossa América, a América Latina.

Viagens.

A partir de 1986, restabelecidas as relações diplomáticas de Estado para Estado, intensifico meus contatos e o conseqüente conhecimento da realidade cubana. De lá para cá, fui mais de dez vezes a Cuba, por motivos os mais diferentes: encontros visando à solidariedade, reunião de jovens de todo o mundo; semana cristã pela paz, organizada pelos teólogos da Libertação latino-americanos; visita oficial do então Governador de Minas, Senador Eduardo Azeredo, ilustre membro desta Comissão; foro de São Paulo; visita específica para conhecimento do Estado cubano e do Partido Comunista cubano; visita a empresas e iniciativas na área rural. Nos últimos cinco anos, a presença de minha filha, Alessandra Rodrigues Santiago, estudando Medicina em Pinar del Rio, e as investigações e entrevistas sobre o primeiro padre guerrilheiro da América Latina, Padre Guilhermo Sardiñas, motivaram ainda mais as minhas viagens.

Particularmente, as pesquisas e entrevistas sobre o Padre Sardiñas me possibilitaram um aprofundamento do processo sócio-econômico-político-cultural-histórico desenvolvido por Cuba.

Muitos sacerdotes participaram do movimento anti-Batista na segunda metade dos anos 50, mas só um padre cubano subiu à Sierra Maestra e conviveu com Fidel e com Che, a quem entrevistei como jornalista e escritor sobre esses acontecimentos.

Após o triunfo, em janeiro de 1959, Padre Guilherme Sardiñas esteve no Brasil numa delegação enviada pela revolução cubana recém-vitoriosa. Impossível penetrar na vida de Sardiñas, sacerdote-guerrilheiro, comandante da revolução, sem captar a alma do povo cubano, cuja história foi uma sucessão de lutas nacionalistas, face ao mandonismo e à dominação, primeiro espanhola, depois norte-americana. Impossível abordar quem foi Sardiñas sem descobrir os valores e a potencialidade do povo e da nação cubana, que não se fechou sobre si mesma, mas vem concretizando o desejo do mestre, do apóstolo e herói nacional de independência de Cuba. "Yo quiero que la ley primera de nuestra república sea el culto de los cubanos a la dignidad plena del hombre, dizia José Martí".

Atos e visitas.

Os atos em vigor assinados pelo Brasil com a República de Cuba e as visitas de autoridades brasileiras a Cuba no período de julho de 1999 a dezembro de 2002 são um termômetro do crescimento das relações entre Brasil e Cuba. Desde o restabelecimento das relações diplomáticas em 14 de junho de 1986, durante o Governo Sarney – por feliz coincidência hoje Presidente desta Casa -, foram 26 atos assinados e 52 visitas oficiais realizadas. Além do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Marco Aurélio de Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal, inúmeros Ministros de Estado, Governadores, Parlamentares, Prefeitos, juristas, empresários, líderes partidários e sindicais estiveram oficialmente em Havana.

Abraço como missão a intenção do atual Governo de intensificar o intercâmbio com Cuba, que, no meu entendimento, se fará prioritariamente em três níveis: no plano das trocas comerciais de nossos produtos, no campo tecnológico-científico e na dimensão das atividades culturais e esportivas, que revelam a alma dos dois povos.

É o que deduzo de vários encontros mantidos com Embaixadores no Itamaraty, especialmente com o nosso Chanceler, o Ministro Celso Amorim, e com nosso Presidente Lula, além de ser convicção que carrego dentro de mim.

Entendo que os atos já assinados e os futuros com a República de Cuba não devem permanecer letra morta nos arquivos, nem meros protocolos de intenção no fundo das gavetas. Temos de tornar realidade histórica esses belos e bons desejos. E não podemos nos contentar com uma mera similitude psicológica e sentimental-afetiva entre o povo brasileiro e o povo cubano. Apesar de nossas diferenças, somos povos parecidos e amigos e temos tudo para uma solidariedade de nação, um companheirismo efetivo, fruto do incremento das relações econômico-comerciais, possibilitando o bem-estar de nossa gente e desenhando no céu da América Latina um exemplo histórico de fraternidade, sonhada no passado por Tiradentes, José Martí e tantos outros nacionalistas e iluminados.

Temos que dar continuidade e avançar no trabalho diplomático entre o Brasil e Cuba, e o faremos com ousadia e realismo, a partir do reconhecimento do acúmulo já obtido, graças à dedicação de nossos Embaixadores Ítalo Zappa, o saudoso Zappa, Asdrúbal Pinto de Ulyssea, José Nogueira Filho, Álvaro Gurgel de Alencar e Luciano Martins em Havana e Jorge Bolaños, Ramón Sánchez Parodi e Jorge Lescano Pérez em Brasília. Merecem também menção os conselheiros políticos que muito contribuíram nessa caminhada: Sergio Cervantes e Jorge Ferrera, en-

tre tantos brasileiros e cubanos que serviram e servem às duas pátrias.

Diplomacia.

Se merecer a aprovação de V. Exªs, estou prestes a assumir a Embaixada em Havana, num momento fecundo da diplomacia brasileira. Vários pronunciamentos, iniciativas do Presidente Lula e do Chanceler Celso Amorim são sinais dos novos tempos também no mundo diplomático: o grupo de Amigos da Venezuela, incluídos os Estados Unidos e Espanha, a ponte Porto Alegre/Davos, os encontros com os Presidentes da Alemanha, França, anteriormente com Bush e, mais recentemente, com Álvaro Uribe, Presidente colombiano.

De todas as últimas iniciativas no campo diplomático, ganham relevo, diante da invasão do Iraque, já tão abordada pelo Presidente e Governador Itamar Franco, os pronunciamentos do Presidente Lula e do Chanceler Celso Amorim e os comentários do Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República para as Relações Internacionais. Os três sublinhando a defesa da paz, do multilateralismo, a condenação da guerra e o papel da ONU.

Vivemos o desafio de construir um novo modelo de desenvolvimento econômico. A eleição de Lula demonstrou que essa é a vontade da maioria do povo brasileiro, a vítima primeira dos males decorrentes do modelo neoliberal de crescimento e de uma globalização pautada pela dominação. Junto com o novo modelo econômico, alternativo ao neoliberal, certamente já está emergindo uma nova diplomacia, diferente da diplomacia predatória, de rapina, dos países ricos, viciados a um eterno colonialismo, outrora geográfico-político, hoje econômico, financeiro e cultural.

Brasil e Cuba, pelo passado e pelo presente, surgem no horizonte futuro da humanidade como arquitetos credenciados a desenhar e promover a engenharia de um novo modelo econômico e diplomático, inspirado na globalização, sim, mas a globalização pautada pela solidariedade.

Cooperação.

Entre os projetos de cooperação em andamento, ressalte-se aquele desenvolvido no âmbito do Programa de Recuperação Econômica de Cuba, com a participação no lado brasileiro do Ipea, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Receita Federal, dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho, bem como do Banco Central. Tais órgãos vêm transferindo a experiência brasileira, em suas respectivas áreas, às instituições congêneres cubanas. O foco da cooperação em curso está centrado na área de biotecnologia, tendo sido identificados dezoito projetos conjuntos nesse campo, com parcerias já definidas.

Economia e comércio.

Ao Brasil interessa colaborar com Cuba no incremento de seu volume de exportações, com vistas à aceleração do processo de saldo da dívida. No plano dos investimentos, cabe destacar a assinatura, em novembro de 1998, de contrato de exploração e prospecção de petróleo pela Braspetro, em Cuba. Os trabalhos de prospecção realizados em área situada na costa centro-norte, a 300 quilômetros de Havana, não se revelaram promissores. Mas Cuba tem procurado interessar a empresa brasileira na exploração de petróleo, em sua zona econômica exclusiva no Golfo Pérsico, onde o México e os Estados Unidos já obtiveram resultados positivos.

Joint venture.

Em 2000, por exemplo, Cuba adquiriu 480 ônibus do Brasil para transporte coletivo e interprovincial em Havana. A empresa brasileira Busscar opera em regime de joint venture com a cubana Unicamoto, montando carrocerias e motores. Importante joint venture é constituída, também, entre a Souza Cruz e a estatal cubana na fabricação de cigarros.

Hotelaria, turismo e pesca, sobretudo da lagosta, são campos para um fecundo intercâmbio. É bom lembrar que, de um total de dois milhões de turistas que freqüentam por ano a ilha, enquanto os Estados Unidos da América mandam 150 mil turistas, e a Argentina, 20 mil, o Brasil envia apenas oito mil.

Antes mesmo de assumir a Embaixada em Havana, tenho sido procurado por empresários, cientistas, professores universitários, reitores, artistas, agentes de cultura, líderes sindicais de entidades de classe, líderes esportistas, ministros, secretários de Estado, governadores e parlamentares interessados no intercâmbio com Cuba.

Além das áreas de intercâmbio a que me referi acima, inúmeras outras opções me foram sugeridas. Entre elas: mineração e processamento de níquel, medicamentos genéricos, vacinas, indústria açucareira e derivados, produção de álcool combustível, barcos para lagosta, tecnologias de pesca, transporte aéreo, desporto, educação física e recreação, reflorestamento, diversas iniciativas no campo da cultura, da saúde, da engenharia genética e biotecnologia, da informática e da telefonia celular. Nossa exportação de bens e serviços pode operar, pelo que me chegou como sugestões, nas mais diferentes áreas.

Meu acordo com o Presidente da República, com o Chanceler Celso Amorim e com o Ministro Luiz

Fernando Furlan é trabalhar nesses primeiros sessenta dias em Cuba, estudando, analisando e dialogando diretamente com as autoridades cubanas sobre o intercâmbio já em andamento e as possibilidades de seu crescimento. E, a partir daí, estabelecer prioridades para a intensificação de nossas negociações, que certamente passarão por esta Casa tão importante na condução da nossa política externa.

Balança comercial.

A balança comercial bilateral tem sido bastante favorável ao Brasil. Nossas exportações apresentam um movimento continuamente crescente. Enquanto as importações, de 1997 para cá, caíram, subiram, e depois voltaram a cair, as duas tabelas abaixo, no texto que distribuí aos Senadores, dão uma visão clara do comportamento da balança comercial bilateral em milhões de dólares, desde 1997 até o primeiro semestre de 2002. O Governo cubano sempre tem demonstrado interesse em saldar pelo menos parte dos atrasados comerciais, atrasados que sobem a US$40 bilhões. Agora, por exemplo, tem interesse em fazê-lo oferecendo-nos barcos pesqueiros e tecnologia mais avançada para a pesca da lagosta, além de produtos da indústria farmacêutica.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a ilha de Cuba, com 110.922km² – o arquipélago perfaz 114.500km² –, está presente desde os primórdios da história da América, já que foi descoberta pelo próprio Cristóvão Colombo em 1492. Com esse território, ela se tornou uma próspera colônia espanhola e hoje é uma nação independente que se destaca no Caribe, na América Latina e no mundo, mesmo tendo uma população de apenas 11.400.000 habitantes, um PIB, em 2001, de US$25,5 bilhões, e um PIB **per capita** de US$2.277,00. A população cubana é composta por 51% de mestiços, 37% de brancos, 11% de negros e 1% de chineses. Não existe colônia imigrante expressiva. A organização do Estado funciona com um regime de partido único, o Partido Comunista Cubano, e um órgão supremo como Poder Legislativo, um Congresso unicameral, a Assembléia Nacional do Poder Popular, com 609 membros que acabam de ser eleitos por voto direto para mandato de cinco anos.

Na minha opinião, Srªs e Srs. Senadores, a característica principal de Cuba é a sua vocação solidária e internacionalista, na qual as cubanas e os cubanos foram forjados graças ao conceito universal de pátria, que lhes foi legado por Jose Martí para quem "**patria es humanidad**". Esse nobre conceito de pátria está explicitado na própria Constituição cubana, citando José Martí.

É com esse parceiro que vamos intensificar o intercâmbio nas mais diferentes áreas do comércio, da pesquisa científica, da cultura e dos esportes. No cenário político, a meta é a reinserção cada vez maior de Cuba não só entre os povos de nossa América, desde o rio Bravo até a Patagônia, mas no cenário mundial das nações.

Srªs e Srs. Senadores, esta é uma missão que pretendo assumir com a devida aprovação desta Casa Legislativa, com o irrestrito apoio de nossos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e como executor da política do Governo do Presidente Lula, que pretende implementar uma nova relação com os países-irmãos, onde a diplomacia seja sempre um instrumento da paz, da solidariedade, do desenvolvimento econômico e do fim da desigualdade entre os povos.

Aí vai a minha sintonia e fidelidade, como Embaixador, ao meu povo, ao povo brasileiro, na força que deu a essa expressão Darcy Ribeiro: ao povo brasileiro, cujos sentimentos ousarei irradiar em Cuba, no Caribe, na América Latina. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Hoje estamos aprendendo muito a respeito da história e das relações do Brasil com a Itália, com a Suíça e, agora, com Cuba. É interessante notar que são países com renda **per capita** de US$24,3 mil, US$36 mil e US$2,3 mil, respectivamente. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem nos propiciado uma oportunidade de aprendizado muito grande.

Passaremos, agora, à argüição, podendo as Srªs e os Srs. Senadores sabatinar os três indicados a embaixadores.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante e, em seguida, aos Senadores Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Hélio Costa, Antonio Carlos Magalhães e João Ribeiro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, são tantos os afazeres que não podemos ficar o tempo inteiro na audiência, que penso foi bastante rica, pela consistência das exposições. Eu gostaria de ser muito breve e objetivo.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a Embaixadora Celina, que possui uma carreira exemplar, com uma consistência e uma vivência profissional que lhe possibilitarão representar o Brasil da melhor forma possível. Tenho absoluta convicção de que o profissionalismo e a competência do Itamaraty estarão preservados nessa função e de que nós poderemos, com essa relação bilateral, aprofundar os laços

científicos, tecnológicos, comerciais e culturais, especialmente com um país importante no bojo da União Européia.

Eu tenho absoluta convicção de que V. Exª fará esse trabalho com a maior competência e seriedade, e com consistência profissional.

Eu gostaria também de expressar publicamente a simpatia e, eu diria, quase que a emoção de ver o Tilden – permita-me V. Sª me expressar assim, pela nossa intimidade e convivência – indicado para embaixador. Sei que isso tem um significado muito especial para ele.

Para quem conhece Tilden Santiago, é muito difícil separar o coração, o sentimento e as responsabilidades públicas. É tudo uma coisa só. E penso que o texto expressa um pouco a sua história, o sentimento, o carinho que ele tem pelo povo cubano, o respeito que tem pelo país.

É uma relação importante, política, diplomática, cultural, comercial, científica e tecnológica.

Tenho certeza de que, nessa tarefa nova, com a sua experiência parlamentar e de secretário de Governo, com uma longa experiência de vida pública, V. Sª desempenhará também essa função, que é um cargo novo, inédito, de forma muito promissora para os dois países.

Especialmente pelo isolamento que Cuba sofre, pelo bloqueio econômico, pelas dificuldades das relações diplomáticas, num mundo marcado pela instabilidade, pela insegurança, pela incerteza, uma voz amiga, para aprofundar as relações entre os dois países com serenidade, com sobriedade, com a cautela que as relações diplomáticas exigem, só fará bem ao Brasil, ao nosso povo e à relação entre esses dois países.

Quero concluir dizendo que o Presidente Lula foi muito feliz ao indicar o Presidente Itamar para Embaixador na Itália.

A carreira política de V. Sª como Prefeito, como Senador por tanto tempo, como Governador, Vice-Presidente da República, Presidente da República e como Embaixador em dois postos relevantes – em Portugal e na OEA – o credenciam de forma absolutamente inquestionável. E precisamos colocar as razões de Estado acima dos interesses partidários e políticos ou de qualquer outra motivação.

Tenho certeza de que o espírito público vai prevalecer no Senado Federal, nesta Comissão e no Plenário do Senado, e que as diferenças políticas são muito menores do que a responsabilidade de um país que precisa ter na sua diplomacia também pessoas de quadros políticos, homens públicos com a experiência, com a vivência, eu diria, com a riqueza da trajetória de V. Sª.

Por tudo isso, tenho certeza de que vamos contar com o apoio do Itamaraty, da nossa carreira diplomática, para aqueles que não fazem parte da escola. Acho que o Brasil está correto em dar preferência a embaixadores de carreira, e o nosso Governo deu preferência a diplomatas de carreira. Mas a representação de uma Nação e do Presidente de um Governo não pode ser feita apenas por funcionários de carreira. Existem alguns postos que têm que ser tratados, eu diria, com essa dimensão. Isso faz parte da história do Itamaraty e da nossa história diplomática.

Portanto, é importante um ex-Presidente da República representar o nosso País em um país tão importante nas nossas relações culturais, históricas, fraternais como a Itália. Temos muita coisa a recuperar na relação com a Itália, inclusive do ponto de vista comercial. Não só houve uma regressão no comércio bilateral como ele é muito desequilibrado, assim como com toda a União Européia, do ponto de vista da qualidade das relações.

Nossa pauta de exportações é basicamente constituída de **commodities.** E importamos manufaturas, muito valor agregado, tecnologia, equipamentos. Precisamos melhorar nossa pauta de exportações, ter um grande empenho comercial, científico, tecnológico, cultural, político.

Por tudo isso, acho que o Brasil está muito bem representado por V. Sª. Eu queria dar este depoimento, não apenas como Líder do Governo, mas sobretudo por tudo o que acompanhei da vida de V. Sª. Tenho absoluta confiança e segurança de que o País estará muito bem representado.

Quero parabenizar, portanto, a Comissão pela argüição, e concluir a minha intervenção.

Não tenho nenhuma questão específica. Os esclarecimentos nos depoimentos e na trajetória dão toda segurança ao País da representação que teremos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Como não houve perguntas, não houve manifestação. Quem sabe haverá após ouvirmos os demais.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero primeiro registrar meus cumprimentos à Embaixadora Celina, por sua apresentação profissional, que mostra mais uma vez como o Itamaraty está bem preparado para representar o Brasil. As nossas relações com a Suíça

precisam ser evidentemente ampliadas, para recuperarmos aquela posição, nos investimentos, a que ela tão bem se referiu aqui.

Ao caro companheiro – posso dizer assim – Tilden Santiago, futuro Embaixador do Brasil em Cuba, quero dizer que seu entusiasmo por aquele país é muito marcante e sempre nos chamou a atenção. A sua postura recente de procurar os Senadores, mostrando o seu desejo de poder servir bem o seu País em Cuba, espelha isso.

Tivemos uma disputa recente, eleitoral, em Minas, democrática, respeitosa, e poucas vezes pude discordar de V. Sª. Houve sempre convergência nos nossos pensamentos. V. Sª terá uma dificuldade, na questão da dívida de Cuba com o Brasil num momento em que o nosso País precisa tanto de recursos, mas talvez isso seja algo de menor importância na relação que precisamos ter com um país que necessita muito da presença do Brasil, como um líder latino que o Brasil é.

Presidente Itamar, quero dizer a V. Exª que estamos aqui, hoje, no cumprimento de uma obrigação de mineiros e de brasileiros. Sou, hoje, Senador por Minas Gerais e cumpro aqui uma obrigação maior, a de discutir as questões do Brasil, assim que nossas divergências políticas são abandonadas nesse momento, quero me referir à questão específica da Itália como um dos nossos principais parceiros e investidores no Brasil.

A Itália, dentro desse projeto de crescimento do Brasil, tem um papel muito relevante, V. Exª sabe bem disse; a globalização, por outro lado, traz preocupações com os empregos, temos uma linha de diplomacia comercial brasileira que evoluiu muito bem, com alguns dos nomes muito expressivos como o Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, que aqui estava ainda há pouco, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que esteve representando também o Brasil na Itália, e cuidou muito bem dos destinos das empresas brasileiras, dos interesses brasileiros também.

Um assunto que me preocupa muito é que precisamos ter uma abertura permanente, exigência da globalização, ao capital estrangeiro, aos investimentos externos, essa mesma globalização exige um incentivo e um trabalho na busca desses investimentos. No momento, a Fiat, nossa principal empresa italiana no Brasil, passa dificuldades internacionais muito sérias, e a Fiat brasileira tem um papel muito relevante no complexo Fiat mundial. Temos, em Minas Gerais, a planta da Fiat e também da Iveco, recentemente, e a minha colocação aqui é exatamente nesse sentido.

Eu gostaria de saber qual a opinião de V. Exª sobre essa moderna diplomacia, a necessidade dessa diplomacia que busca com trabalhos os investimentos, defendendo os interesses das empresas brasileiras e, ao mesmo tempo, sua opinião sobre a crise da Fiat, as suas possíveis conseqüências sobre o emprego dos brasileiros e seus investimentos no País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Presidente Itamar Franco, tem a palavra V. Exª.

O SR. ITAMAR FRANCO – Sr. Presidente, evidentemente, eu, que fui Senador durante 16 anos, jamais poderia imaginar que numa Comissão de Relações Exteriores os problemas de ordem pessoal fossem levados em consideração, razão pela a colocação inicial de V. Exª refletirá a minha resposta exatamente nesse sentido. Aqui não estamos para discutir problemas de ordem pessoal; estamos para tentar discutir o meu nome ou não, na indicação do Senhor Presidente da República.

V. Exª sabe da importância da Itália, das afinidades culturais, sentimentais e históricas que nos une ao povo italiano, e posso dizer isso porque, neto de imigrante italiano que aqui chegou ao Brasil, foi sapateiro, tendo a minha mãe nascido na cidade de São João Nepomuceno, portanto, filha de imigrante, e criado por ela, sempre tive no meu lar as considerações de ordem daquele povo, que sofreu muito, sobretudo quando se dirigiu ao nosso Brasil.

E, apesar disso tudo, a diversidade com a Itália é muito grande em relação ao Brasil. Basta dizer, como pude demonstrar aqui, que o nosso intercâmbio comercial caiu bastante, caiu de 5 bilhões para 3,8 bilhões, sendo que na balança comercial pesou um déficit para o Brasil de 370 milhões. Significa exatamente aquilo que o Presidente Lula tem dito e o nosso querido Embaixador Tilden disse, vamos ampliar esse conceito daqueles países que hoje, como a Itália, representam praticamente países desenvolvidos.

Recordando a V. Exª, sabemos que a Itália é um país do Grupo dos Sete, que se torna Grupo dos Oito quando a Rússia faz parte. A importância de se juntar a esse país que abre de repente uma porta ao mercado comum, que luta agora insistentemente pelo seu povo, não pelas suas autoridades, na busca de uma paz, de uma nova Organização das Nações Unidas, que o Brasil defende há muitos anos. Não só no meu período como Presidente, mas também no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sempre imaginamos uma Organização das Nações Unidas, de cujo Conselho o Brasil pudesse fazer. Tudo isso leva a que busquemos uma amplitude com o comércio italiano, que, no momento, é muito fraco.

A Fiat é a grande empresa da Itália aqui no Brasil. Tanto V. Exª quanto eu sabemos o quanto representa a Fiat, não só para os mineiros, mas para os brasileiros e o que significa a Iveco, não só para os mineiros, mas para os brasileiros.

A Fiat italiana já vem demonstrando dificuldades muito grandes, que se afloraram com a morte do Dr. Gianni Agnelli. É claro que a General Motors, que tem interesses fundamentais em adquirir a Fiat italiana, vê essas dificuldades ao examinar os balanços financeiros, mas, sobretudo, porque o Governo italiano vê na Fiat o grande propulsionador da sua obra financeira perante as regiões que cercam a Itália.

Portanto, uma das nossas missões é fazer justiça. Tanto fiz justiça – V. Exª há de se recordar – que fiz questão de citar todos aqueles Embaixadores que me ajudaram nesse projeto que debati no Senado. Essa foi minha homenagem a todos aqueles Embaixadores que foram aqui citados. Citei, em meu agradecimento inicial: Andrea Matarazzo, que deixou há pouco a Embaixada; Carlos Alberto Leite Barbosa, mineiro como nós; Mauro Vieira e Paulo Tarso Flecha de Lima, com quem pude conversar nesses últimos dias, pedindo algumas informações detalhes. Recebi de todos a melhor colaboração e a melhor informação.

Reconheço que S. Exªs fizeram grande trabalho. Por que um País como a Itália, que tem tantas afinidades culturais com o Brasil, até mesmo em função de nossa língua, tem problemas de mercado com o Brasil? O Senador Aloizio Mercadante falou muito bem do problema da importação e da exportação. Creio que essa será uma das grandes batalhas que o futuro embaixador – se for o nosso caso de sermos aprovados por esta Comissão e pelo Plenário do Senado – um dos grandes deveres junto ao País e ao Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Itamar Franco, Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle, Deputado Tilden Santiago, não farei perguntas, apenas expenderei alguns conceitos e opiniões. Começarei pela Embaixadora Celina, em quem vejo uma profissional de currículo brilhante, de folha de serviço inatacável, representando o que há de melhor, numa Casa que, por tradição, representa o que há de melhor na burocracia brasileira – sou parlamentarista – à altura do que de mais exigente se pudesse colocar no parlamentarismo.

A simples leitura do seu currículo mostra as responsabilidades que passaram por suas mãos e as credenciais que farão de V. Exª uma grande embaixadora junto à Confederação Helvética, pelo que conhece da Suíça, pelo que conhece do Brasil e pelo que conhece da sua careira.

Passo ao meu querido amigo Tilden Santiago. De início, o Brasil já manda para lá alguém à altura do Comandante Fidel Castro, no brilhantismo e na extensão do discurso. O pré-requisito é amar o seu país, mas uma das condições que podem fazer de alguém um bom embaixador, um embaixador sensível, representando seu país junto a outro Estado, sem dúvida, é a capacidade de aprender a também defender os interesses desse outro Estado junto a seu país, com tudo que está acontecendo e com a toda situação delicada que envolve a diplomacia norte-americana hoje. Vejo isso na Embaixadora Donna Hrinak. Eu a considero uma Embaixadora de primeiro nível, alguém que consegue defender situações difíceis, procurando entrar na alma do país junto ao qual ela está acreditada.

Eu quis pegar um pólo oposto ao pólo ideológico em que se situa brilhantemente o Deputado Tilden Santiago para dizer que não tenho nenhuma dúvida de que S. Exª saberá representar o Brasil e cultivar esse seu amor, que é telúrico, por Cuba.

Deputado exemplar, adversário absolutamente leal, embora duro, o Embaixador Tilden Santiago dará alegrias a mais para o Presidente Lula.

Imagino que para as pessoas honradas como, por exemplo, o Presidente Lula, o poder deve ser aquela maçada – e, seguramente, o é -, aquela seqüência de encargos, o cansaço psicológico, o cansaço físico, mas com alguns momentos de prazer. Por exemplo, imagino como deve ter sido prazeroso para o Presidente Lula assinar a mensagem que indicava V. Exª para representar o Brasil em Cuba. Esses pequenos momentos representam muita grandeza e tenho certeza de que a sua realização pessoal significará, ao fim, a realização comercial, diplomática e política dos interesses brasileiros junto à ilha de Cuba.

Presidente Itamar Franco, não tenho dúvida de que, tratando-se de alguém que tem a sua experiência na vida pública, tendo sido praticamente tudo ao longo de uma carreira muito brilhante, com decisão sempre pelo voto, tendo chegado a Governador do seu Estado e Presidente da República, a sua indicação para a Embaixada do Brasil na Itália – da mesma maneira que, antes, a sua indicação para a Embaixada do Brasil em Lisboa e, depois, para Embaixador na missão permanente junto à OEA –, antes e agora, ou seja, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique e o do Presidente Lula, ambos os Chefes de Estado pensaram que isso seria uma demonstração

de prestígio para quem estava recebendo V. Exª. Afinal, está-se enviando para essa missão e enviou-se para as missões anteriores alguém que governou o seu País, que iniciou o processo de estabilidade econômica, que cumpriu com o seu dever e que, sem dúvida alguma, representa uma clara referência da opinião pública brasileira.

V. Exª foi duas vezes Embaixador – essa será, portanto, a terceira – e tem toda a perspectiva de se enquadrar de maneira muito adequada a essa política externa sólida, competente e profissional que faz o Itamaraty. Se antes eu aplaudi e aprovei a sua indicação, embora não como Senador, mas como cidadão, para duas missões diplomáticas, desta vez não teria como fugir à coerência de imaginar que trata-se de um lance político acertado do Presidente Lula.

Portanto, desejo-lhe muita sorte. Fiquei muito feliz por ouvir a sua correta exposição, sóbria e muito bem recheada de dados sobre a realidade italiana. Desejo-lhe sorte e felicidades. Tenho a convicção de que juntamente com os demais indicados trará um claro retorno para o Brasil.

A Itália respondeu concedendo-lhe o **agrément** de maneira muito rápida e pronta . O Brasil precisa responder à Itália, agora, concedendo a sua indicação pelo Plenário do Senado Federal e pelo Plenário desta Comissão, de maneira rápida e pronta, para que possamos nos alçar à confiança que imediatamente veio da Itália para cá.

Adianto-lhe o meu voto e que esta é a sensação que permeia o meu Partido, que tenho honra de liderar nesta Casa, o PSDB.

Sr. Presidente, desejo a V. Exª que prossiga na sua exitosa missão presidindo esta relevantíssima Comissão, numa hora em que o Brasil cada vez mais vai aumentar a sua preocupação, até quanto aos rumos de política interna, a partir de rumos que possa traçar de política internacional.

Digo que foi uma bela jornada. Começou pela tarde, seguiu noite adentro. E aqui temos a profissional de carreira típica, capaz de exercitar qualquer função dentro do Itamaraty, de Ministra de Estado a Embaixadora em qualquer missão importante e delicada, a Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira.

O Embaixador Tilden Santiago é uma figura que enternece pelo seu passado e que a todos nos contagia pelo seu amor a Cuba. Quando digo amor a Cuba, no fundo, quero que S. Exª tenha amor a mim, um amigo que o admira tanto e vê nele, sobretudo, um amor, algo para o que não se precisa definir o objeto direto desse amor. S. Exª ama e pronto; vive em estado de paixão, e isso faz de S. Exª uma figura respeitada por todos nós neste Congresso.

O Presidente Itamar Franco vai para a Itália como ex-Presidente da República. Imagino que, se eu fosse italiano, eu ficaria profundamente orgulhoso de receber um ex-Presidente da República, como demonstração de que o País eleva ao grau máximo de confiança a sua relação com a República Italiana.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Tem a palavra o Sr. Tilden Santiago.

O SR. TILDEN SANTIAGO – Em primeiro lugar, Senador Eduardo Azeredo, sobre a questão da dívida, os atrasados comerciais de Cuba para com o Brasil é uma questão que tanto o Governo brasileiro como também eles têm uma consciência muito aguda. É curioso, porque estamos altamente interessados em aumentar as importações de Cuba para cá, justamente para facilitar a obtenção de um maior equilíbrio.

Talvez, numa visão simplista, a diplomacia poderia ser vista como uma luta em que o Embaixador vai brigar pelos interesses do seu país sem levar em consideração o outro. Entretanto, o Senador Arthur Virgílio se antecipou e apresentou a verdadeira visão telúrica que se deve ter na ação diplomática.

Então, sobre saldar essa dívida, o país está bem consciente. O eixo central do nosso trabalho será um incremento das negociações, com essa finalidade: saldar esses débitos.

Com relação à palavra do Senador Arthur Virgílio, a mensagem que V. Exª me passou, no início da reunião, vai para os meus anais, para os meus arquivos, para as minhas lembranças. E suas palavras de agora irão ainda mais. Sempre tivemos empatia, na Câmara Federal, apesar de um ser situação e o outro, oposição. Sempre houve uma identidade muito grande, quando conversávamos ou quando subíamos à tribuna.

Foi interessante V. Exª falar da alegria do Presidente Lula. Eu queria reafirmar que a idéia nasceu dele. O Presidente foi o primeiro que me falou. Aliás, Sua Excelência me pegou pelo braço, quando foi a Belo Horizonte se encontrar com o Governador Itamar Franco, e disse: "Governador, estou com uma dúvida atroz. Não sei se mando o Tilden para a Faixa de Gaza ou para a Ilha de Cuba." O Governador, "mui amigo", disse: "Não, ele já foi palestino; manda para a

Faixa de Gaza." O Senador Hélio Costa o salvou, porque disse: "Não, o Tilden é latino-americano. O lugar dele é na Ilha de Cuba." Na hora em que o Presidente Lula assinou a mensagem para enviar ao Senado, V. Exª precisava ver a alegria no seu rosto e a convicção com que Sua Excelência fez esse gesto, dizendo: "Embaixador em Cuba." E revidei assim: "Estou diante do Presidente da República".

Então, é um momento muito forte. Nesse momento em que a Nação brasileira inteira busca um avanço em todos os sentidos, penso que a Embaixada em Cuba ganha realmente um significado. Tenho a grande alegria de cumprir essa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento V. Exª pela maneira competente e serena com que conduziu os trabalhos desta Comissão, nesta tarde tão importante para a diplomacia brasileira. Ao mesmo tempo, cumprimento os três Senadores autores dos relatórios que aprovaram as indicações da Embaixadora Celina Maria, do Embaixador Itamar Franco e do Embaixador Tilden Santiago.

Relatórios dos Senadores Pedro Simon, Antonio Carlos Magalhães e Tião Viana, que representei na apresentação do relatório do Embaixador Tilden Santiago.

Nós, mineiros, ficamos muito orgulhosos de ter o nosso ex-Governador, nosso ex-Presidente para representar os interesses do nosso País junto a uma nação tão importante para os brasileiros. Sou neto de italianos, assim como o é o Governador Itamar Franco. Sabemos das relações cordiais, íntimas, tão extraordinárias, durante tantos anos, entre o Brasil e a Itália, entre brasileiros e italianos.

O Embaixador Itamar Franco, se me permite já chamá-lo assim, está testado no mais alto nível da diplomacia brasileira, porque, como Presidente da República, soube comandar todo um processo de reaproximação do Brasil em momentos difíceis da nossa história, assumindo a Presidência da República num momento da maior crise institucional deste País, nas últimas décadas. Ele soube recompor toda a política nacional e externa brasileira, dando ao Brasil a dimensão que o País merece e possui.

Isso é motivo de muita alegria para nós, porque sabemos que o Brasil estará muito bem representado junto à nação amiga – a Itália. Nós, mineiros, que temos nas empresas italianas em nosso Estado um importante fator econômico, porque, afinal de contas, talvez a empresa Fiat seja a maior contribuição para as nossas finanças em Minas Gerais.

Sabemos que, com a presença do Governador, em Roma, representando o Brasil, estaremos certamente expandindo as posições econômicas Brasil e Itália, num momento em que vamos precisar muitíssimo dessas relações, desses entendimentos, e da presença firme da diplomacia brasileira, porque estamos sendo acossados do lado de cá pelas insistentes influências que nos querem levar a participar da Alca, que não temos necessariamente de aceitar neste momento, podendo ser prejudicial às relações econômicas do Brasil. Entendo que o Brasil começa a caminhar para a União Européia, a dar valor às propostas que vêm da Europa, notadamente dos países amigos, com os quais sempre tivemos um ótimo relacionamento.

Particularmente, para quem acompanha a carreira do Embaixador Itamar Franco durante tantos anos e o viu como Prefeito da sua querida Juiz de Fora, para, depois, galgar todos os mais altos escalões da política até chegar a Presidente da República, Embaixador em Portugal, Embaixador junto à Organização dos Estados Americanos e agora Embaixador junto ao Governo da Itália, é uma honra muito grande poder estar aqui neste momento, participando desta Comissão que aprova o seu nome. V. Exª merece, tem todas as qualificações, não apenas como ex-Presidente, mas como figura humana, pelo seu caráter, pela sua dignidade, pela sua seriedade, pela sua condução da coisa pública, pela história que fez no Brasil, como Governador, como Presidente, no trato da coisa pública. V. Exª tem, acima de tudo, o respeito dos mineiros e dos brasileiros pelas suas posições firmes e coerentes, pela sua maneira leal, pela convicção que V. Exª imprime a todas as suas ações e, sobretudo, pela sua qualidade de homem sério, digno e honesto.

Meu querido amigo Tilden Santiago, com quem vivemos a aventura de correr pelas cidades de Minas Gerais numa campanha memorável que levou o Presidente Lula até o Palácio do Planalto. Estivemos juntos e participamos de uma mesma emoção, quando caminhamos em direção ao Senado da República.

Quero dizer a V. Exª que seu lugar está reservado. V. Exª vai ficar em Cuba um pouco e, depois, voltará depressa. Vamos trazer Tilden Santiago para o Senado da República. Aqui é o seu lugar.

Embaixadora Celina Vale Pereira, tenho a certeza de que, conforme disse o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, o Itamaraty mostra, por meio de V. Exª, a qualidade de seu quadro de pessoal. O Brasil estará bem representado junto a um país tão impor-

tante para nós e no Conselho das Nações. Parabéns a V. Exª, parabéns ao Embaixador Itamar Franco. Espero que S. Exª permita-me, agora, chamá-lo assim. O cargo de embaixador é bonito, fico feliz por poder chamá-lo assim. Vou visitá-lo naquele Palácio maravilhoso lá na Piazza Navona.

Vou esperar que Tilden Santiago cumpra sua promessa de mandar muitos charutos cubanos, para que eu possa distribuí-los entre Virgílio Guimarães, Aloizio Mercadante e outros companheiros.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vamos esclarecer que é uma brincadeira, pois constará dos Anais. Não é verdade: S. Exª não prometeu charutos para ninguém. É uma brincadeira, mas alguém poderá levar a serio.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Parabéns, Embaixador Itamar Franco, parabéns Embaixador Tilden Santiago, parabéns Embaixadora Celina Vale Pereira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Serei muito breve, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, cumprimento V. Exª pela maneira como tem presidido esta Comissão. Não me surpreende, mas me agrada.

Em segundo lugar, em relação à Embaixadora Celina Maria Assunção Vale Pereira, fiz o relatório e pude dizer até algumas coisas sobre sua pessoa, e diria muito mais se o relatório fosse feito depois que ouvi sua explanação e, sobretudo, depois do encontro que tivemos no meu gabinete, quando pude observar sua capacidade e, ao mesmo tempo, como o Itamaraty possui diplomatas de excelência.

Quanto a Tilden Santiago, trata-se de uma pessoa a quem quero bem de graça. Damo-nos muito bem, apesar de comportamentos políticos opostos. Sempre tivemos um relacionamento excepcional. Sua atuação na Embaixada de Cuba será – tenho certeza – notável para o Brasil. S. Exª fez questão de dizê-lo aqui mesmo, para quem entende suas palavras tão bem pronunciadas. Seu pronunciamento é excepcional. V. Exª fez questão de falar sempre no lado democrático, o que é muito importante. E será, certamente, um Embaixador, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da maior competência. Fico feliz que V. Exª vá para a Embaixada de Cuba.

Ao mesmo tempo, congratulo-me também porque, graças a um Embaixador tão competente quanto V. Exª, Ítalo Zappa, fui o primeiro Ministro brasileiro a ir a Cuba e fazer a ligação telefônica entre Fidel Castro e o Presidente José Sarney. Tudo isso resultou numa amizade entre mim e o Presidente Fidel Castro, que, sempre que pode, vai à Bahia e me visita.

Quanto ao Presidente Itamar Franco, vim para votar pelos seus méritos e, ao mesmo tempo, fazer-lhe um agradecimento. Porque, num momento difícil por que passei, em que poucas pessoas me deram apoio, S. Exª soube me dar um apoio muito importante, e que me cativou. De maneira que fiz questão de vir aqui e relembrar, também, uma conversa que tivemos, em 21 de novembro de 1994, em seu gabinete, onde a minha amiga comum, D. Ruth Hargreaves, estava presente, assim como o Governador Paulo Souto e o Prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy. Discutíamos ali o seu futuro, e V. Exª não estava muito crente nele, mas, naquela conversa, surgiu a oportunidade... "Embaixador em Portugal? Eu até que aceitaria". Fui correndo à casa do Presidente Fernando Henrique, que ainda não havia assumido o governo – era dia 21 de novembro -, e lhe disse: "Olhe, vou trazer-lhe um presente: o Itamar aceita a Embaixada de Portugal". No outro dia, cedo, ele telefonou para V. Exª, fez o convite, e V. Exª foi para Portugal, depois foi para a OEA, depois para o Governo de Minas e, agora, vai para Roma.

Vim aqui para dar esse testemunho e, mais do que isso, para fazer um agradecimento. Na situação difícil que enfrentei, V. Exª, sem ter maiores obrigações comigo, foi muito presente na sua solidariedade. Não preciso dizer que vou votar em V. Exª, porque o voto deixou de ser secreto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permitam-me fazer uma interrupção na lista de oradores – falta ainda o Senador Pedro Simon. Essas palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães fizeram surgir a necessidade de um que eu faça um registro também.

Quero dizer que a presença de V. Exª nesta reunião me traz muita satisfação, Presidente Itamar Franco. Há três semanas, o Senador Hélio Costa me perguntou se seria, de fato, necessária a vinda de V. Exª à Comissão de Relações Exteriores. Respondemos que sim, que a designação para a embaixada em Portugal depende da aprovação da Comissão de Relações Exteriores. Ademais, disse-lhe que, especialmente por estar ocupando a presidencia da comissão, gostaria muito de receber o ex-presidente, ex-senador, ex-governador e ex-embaixador Itamar Franco.

Lembro-me – e o Senador Pedro Simon recordará esse fato ainda com mais facilidade do que eu, dado o estreito relacionamento entre ambos –, de que houve época em que enfrentamos dificuldades para ouvi-lo. Por isso, as palavras tão respeitosas aqui proferidas hoje pelo Senador Antonio Carlos e o fato de ter S. Exª feito questão de aqui vir, para quem pôde observar, representaram algo politicamente importante para esta comissão. O Senador Pedro Simon saberá dar mais detalhes sobre o assunto, mas, no momento em que testemunhei o Senador Antonio Carlos Magalhães cumprimentando o Presidente Itamar Franco e dizendo-lhe que vinha aqui para aprovar a sua indicação, percebi que algo havia mudado em relação ao que tinha sido planejado e previamente anunciado pelo partido do Senador Antonio Carlos Magalhães. Uma surpresa positiva aconteceu!

Considerei importante fazer esse registro sobre a atitude e a presença do Senador Antonio Carlos. Penso que o Senador Pedro Simon poderá recordar ainda melhor os momentos de dificuldades. De qualquer forma, felizmente, hoje o Senador Itamar Franco volta à sua Casa – V. Exª se lembra de que houve um momento de dificuldade para que isso ocorresse.

Senador Pedro Simon, V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não há dúvidas de que presenciamos hoje uma reunião da maior importância, uma reunião rara aqui na Comissão, pelo seu contexto e pelo vários significados. Quero dizer, de saída, que é uma alegria muito grande para mim votar na Embaixadora Celina, gaúcha de Santa Maria da Boca do Monte, com uma biografia extraordinária, das mais brilhantes representantes do Itamaraty.

Lamentavelmente, minha cara Embaixadora, o Rio Grande do Sul não está mais tão presente como estava e como deveria estar no nosso Itamaraty. Não sei se a nossa gente não está fazendo concurso ou se os mineiros e os paulistas estão subindo e deixando a nossa turma lá em baixo. A verdade é que, com V. Exª, são três embaixadores gaúchos, contra dezenas de embaixadores paulistas, cariocas e mineiros.

Mas V. Exª honra o nosso Estado pela sua biografia, V. Exª é o símbolo do nosso Itamaraty. Hoje, quando estamos votando em V. Exª e em mais dois Ministros. V. Exª, pela sua biografia, sua história, os cargos que ocupou e os degraus que vem subindo, representa o que há de melhor no nosso Itamaraty. E, tenho certeza, representará o nosso Brasil, em uma nação da maior importância, que é a Suíça, com muita dignidade, capacidade e competência, o nosso Brasil lá na Suíça.

A Suíça levou muito tempo para fazer parte da ONU, e, quando assim o fez, pareceu ter pé frio, visto que toda essa desgraça veio depois de sua entrada. Na verdade, na verdade, ela não deu muita sorte. Mas, repito, tenho certeza que V. Exª vai nos honrar e dignificar o Brasil e o Rio Grande do Sul de um modo especial.

Meu amigo Tilden, também fiquei emocionado com o seu pronunciamento, que vai entrar para a história, pois nunca um embaixador fez um discurso tão emocionante e tão apaixonado como V. Exª.

Conhecendo-o há muito tempo – inclusive, já repartimos o pão e rezamos juntos, várias vezes, com o nosso grupo católico – pude ver a paixão de V. Exª ao dedicar-se de corpo e alma ao que faz. E naquela luta, no Oriente Médio, como padre operário, V. Exª expressou o afeto, o carinho, a admiração e o respeito por Cuba, mas também mostrou que isso não influenciará a sua vontade de defender os nossos interesses e buscar o que for possível para que possamos melhorar as nossas relações.

E me atrevo a dizer que as amizades e as ligações que V. Exª tem lá e aqui podem ajudar aquele Governo nesse momento tão difícil por que passa, quando o seu Presidente chega ao 75 anos e o país não encontra uma fórmula, uma saída para os problemas. Assim, como bem diz o nosso diplomata, Líder do PSDB, V. Exª poderá fazer esse grande trabalho dentro do espírito e da competência diplomática de avançar e recuar quando necessário.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já demonstrou a sua preocupação em buscar o entendimento internacional, assim como fez com os amigos da Venezuela e, também, com o Mercosul, que está caindo em desgraça. E para tanto conta com V. Exª como aliado. Sei da grande alegria em rever sua filha, que se está formando em Medicina, mas também tenho certeza que o Presidente Lula agiu muito bem em indicar o seu nome para ocupar o cargo. Com o amor, a paixão, a sinceridade e a integridade, V. Exª haverá de ser um grande Embaixador.

Meu bravo Presidente Itamar Franco, V. Exª é uma figura muito importante na história deste País. V. Exª é uma pessoa simples e singela, e não se impõe. Já foi Presidente da República, mas não ocupou uma única vez o espaço de rádio e de televisão, apesar da insistência de todos nós: Fernando Henrique, eu e todos mais. V. Exª mandava que o Ministro fizesse isso, inclusive nas horas mais importantes. V. Exª é um homem que representou muito para este País. Por volta de 1974, o MDB estava desaparecendo. Em 1970, ele praticamente desapareceu. Primeiro, ganhou a

Arena; em segundo lugar, o voto em branco e, em terceiro lugar, o MDB. E achávamos que ele estava desaparecido. Em 1974, os grandes líderes do Partido não quiseram ser candidatos. Mas V. Exª veio das Minas Gerais, de Juiz de Fora, renunciou à Prefeitura, e disse: Eu vou ser candidato!

E, daquele gesto em diante, fez a sua biografia. Foi um Senador, repito, da maior importância, do maior significado. Era época de regime militar e V. Exª representou uma posição de resistência à dignidade do Senado, à bravura do Senado, à seriedade do Senado. Eu me lembro das muitas vezes em que representantes da Arena e do MDB iam ao seu gabinete. Eles chegavam a um acordo, e o Líder do MDB, Sr. Paulo Brossard, dizia: "o acordo está feito! Agora, o Itamar vocês vão convidar, porque eu não sei se o convenço". V. Exª era irredutível nas suas convicções.

Penso que a passagem de V. Exª pela Presidência da República foi muito importante. Salientei que V. Exª foi Vice-Presidente, porque tenho na minha alma as dores da posição de Vice. No Governo do Sr. Getúlio Vargas, foi o Vice-Presidente, Sr. Café Filho, quem liderou a derrubada dele e assumiu o lugar com os adversários dele.

Com relação a isso, eu vi em V. Exª exatamente o contrário. V. Exª foi impressionante! Nós lutávamos, nos esforçávamos, discutíamos sobre como era e como não era, mas V. Exª não participou. V. Exª teve a dignidade de não emitir uma palavra para atingir, derrubar o Presidente Collor; mas também não houve uma palavra na posição contrária, de defesa.

Assumindo a Presidência da República, V. Exª convocou uma unanimidade. Na verdade, V. Exª fez um chamamento a toda a Nação. E seu Governo foi isso. O PT, equivocadamente – não sei se foi um equívoco, porque agora conseguiu a Presidência da República –, não aceitou o chamamento. Convidamos a Srª Luiza Erundina, mas o PT isolou-a, afastou-a, fazendo com que ela tivesse que se licenciar do Partido, para aceitar o nosso convite.

V. Exª foi buscar o Deputado Roberto Freire, à época mais idealista do que hoje, defendia com mais convicção suas idéias. Hoje, ele é um comunista histórico. V. Exª foi buscar o PFL, o PMDB, os vários partidos, para um entendimento de paz, de desenvolvimento, de crescimento.

Tenho a obrigação de dizer que me emocionava a preocupação de V. Exª com a seriedade da coisa pública.

Houve uma questão de uma privatização, quando o Sr. Fernando Henrique Cardoso era o Ministro da Fazenda. De repente, um membro da Comissão de Privatizações me procurou, por intermédio do Presidente do Senado, Senador Humberto Lucena, e mostrou-me um dossiê absolutamente contra as privatizações. Quer dizer, não mostrou, mas falou para mim. Eu disse a ele que pusesse no papel. Ele não queria, mas pedia que eu levasse a questão ao Presidente da República. Eu disse que não levaria ao Presidente da República o que eu ouvi dizer e tornei a pedir a ele que pusesse no papel o que estava me dizendo. Levei ao Presidente que, no dia seguinte, convocou a Comissão e anulou a privatização. Ele tinha razão; mas não teve nenhuma dúvida em anular o que estava acontecendo para restabelecer a questão.

Nós todos conhecemos o episódio – o cidadão está aqui, um homem da maior importância – da CPI dos Anões do Orçamento. Em determinado momento, foi citado o nome do Chefe da Casa Civil. Ele foi a V. Exª dizer que se afastaria, enquanto não houvesse uma decisão ele não faria parte da equipe. E foi absolvido, por unanimidade, com aplauso, e voltou para o seu Governo.

V. Exª fez uma coisa que nenhum dos seus sucessores quiseram fazer. Infelizmente, o nosso querido Fernando Henrique anulou aquela sua medida. Espero que o Lula a traga de volta. Foi criada uma comissão de investigações, composta de pessoas notáveis, sem nenhuma participação do Governo, com a mais absoluta autonomia para investigar todos os atos de Governo. Chegava uma denúncia ao Governo, e seja o que fosse ia para essa comissão, que fazia a investigação com plenos poderes e chegava à conclusão.

O problema da fome foi um gesto de grandeza. O Lula levou um susto quando eu disse para ele que a audiência não ia ser com o Ministro da Fazenda, a audiência ia ser com o Presidente da República, e levou um susto maior quando ele chegou lá e estavam V. Exª e mais seis Ministros, e levou um susto maior ainda quando foi apoiado por unanimidade e outro maior ainda quando, na Presidência, foi colocado o nosso querido Betinho, que era a pessoa que estava indicada e que era um dos que mais criticavam o Governo de V. Exª, um dos maiores opositores e – diga-se de passagem –, passou dois anos na Presidência do Conselho falando, ele mais debatendo, analisando, porque na verdade era o Dom Morelli que fazia tudo, que coordenava tudo, e no entanto não citava o Governo, nem coisa nenhuma, e nem por isso V. Exª o retirou.

Citarei um caso que eu não podia citar, mas vou citar: lá pelas tantas, V. Exª me procura e diz: "Olha,

Pedro, preciso de um favor teu. Tenho meu sobrinho, que é filho do meu irmão que pagou a minha formatura, me ajudou a trabalhar, é mais velho do que eu e preciso arrumar um trabalho para ele. Eu gostaria que você o colocasse no teu gabinete". Eu te respondi: "Tá brincando? Coloca tu no teu, aqui. Você está no Governo e vai pedir para eu colocar no meu gabinete? Coloca no teu. Em segundo lugar, não tenho gabinete, só tenho o meu gabinete". Porque eu, Líder do teu Governo, não constituí gabinete de Líder, fiquei com a minha gente, com o meu número, nenhum a mais. E não nomeei e V. Exª também não nomeou, e ele morreu sem ser nomeado coisa nenhuma.

Isso é um exemplo, quer dizer, um Presidente da República não nomear um sobrinho seu, que está ali com ele, não nomear no seu Governo, não conseguir, com as milhares de relações que tinha, alguma coisa nesse sentido. Esse era o seu estilo. Um estilo estranho, lá pelas tantas V. Exª comprou, de verdade, uma enorme cafeteira desse tamanho, comprava o café e nos chamava, tomávamos, e dizia: "Não, eu não vou sair daqui com o café frio, eu vou sair daqui com meu café quente".

Eram coisas realmente que emocionavam em V. Exª. V. Exª contando dinheiro, preocupado – até a imprensa o ridicularizou –, na hora de fazer as contas da sua mãe, que estava muito doente, e chamou o Ministro da Saúde e disse: "Olha como está aqui. Eu que pago as contas da doença da minha mãe, olha como aumentou aqui e ali, como essas pessoas podem viver?" As pessoas não conseguem entender por que V. Exª não morava no Palácio, ficou um tempão sem morar no Palácio, e morava quase numa edícola, morava numa república com alguns mineiros, e dividam as contas e, dividindo as contas, lá pelas tantas V. Exª chamou o seu Ministro e disse: "Olha, quem está pagando o gás lá em casa sou eu, e o preço não dá para aumentar".

Quer dizer, essas questões de manter a dignidade, a seriedade, de se impor são muito importantes em V. Exª. V. Exª aceitou o Plano Real. Foi o Plano mais bonito que se teve neste País, porque ele foi democrático, ele não foi de cima para baixo, ele foi feito aqui – eu era Líder do Governo. Não cantamos um Deputado, nenhum Senador. Todo mundo... Houve mais de 60 emendas do Congresso Nacional, quer dizer, não foi um Plano impossível de emendar, não. Todo mundo emendou. Mas o Ministro da Fazenda, o Fernando Henrique, e outros membros do Governo vieram quinhentas vezes aqui, debater, uma por uma, e o Plano saiu. Saiu qualquer coisa de espetacular, primeiro a URV, depois da URV veio o Plano Real. E foi uma das fases indiscutivelmente mais significativas e mais importantes da história deste País. Não teve o impacto espetacular do Plano Cruzado, que congelou tudo e no dia seguinte cada um ganhava 20% a mais, deu um aumento de salário mínimo de 20%, mas teve o plano da serenidade, da tranqüilidade que se levou através do tempo.

V. Exª foi Embaixador em Lisboa, foi Embaixador em Washington, voltou a Governador de Minas Gerais, apoiou o Lula, uma atitude importante e significativa. V. Exª é de uma terra conservadora, diziam que até mesmo reacionária, e apoiou um homem de esquerda, quer dizer...

Mas V. Exª, em tudo isso, mantém o seu estilo, o seu caráter, a sua dignidade. Assisti com muita emoção a manifestação do Senador Antonio Carlos. O Senador Antonio Carlos tem realmente esse mérito importante de dizer as coisas que sente, na hora precisa. Mas S. Exª diz exatamente que fez isso porque, na hora difícil por que passou, V. Exª foi uma das pouquíssimas pessoas que esteve ao lado dele. Isso é V. Exª. Na hora difícil, várias pessoas tiveram V. Exª ao lado. Por isso creio que esta Casa fará justiça imensa, e V. Exª será um grande Embaixador. Não tenho a paixão pela Itália, como tenho tido por Cuba, mas não há dúvida alguma de que haverá de ser um Embaixador competente, sério, responsável. V. Exª sabe, como nós, que sua missão na Itália será bem mais difícil do que em Portugal, onde há um relacionamento mais de pai para filho. Será bem mais difícil do que na OEA, onde não se pode fazer muito. Na Itália, neste momento, V. Exª, como ex-Presidente da República, tem uma missão importante, significativa, e tenho a convicção de que V. Exª se revelará um grande diplomata e nos honrará muito nessa nova missão.

Meus cumprimentos, Presidente. V. Exª inclusive mandou o Papa para Bagdá. Ainda bem que o Senador Antonio Carlos levantou que não precisa ser obrigatoriamente para Bagdá, pode ser em Roma. Foi uma moção muito importante. Tanto esta com a anterior são duas moções importantíssimas, e até é importante que se vote em uma reunião como esta, porque a hora é importante e isso é significativo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Pedro Simon, Certamente, o testemunho de V. Exª, tanto por ocasião da leitura de seu parecer quanto agora, estão contribuindo para o resultado desta reunião.

Pergunto se todos os Senadores já votaram. (Pausa.)

Solicito aos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Pedro Simon e Eduardo Azeredo que façam,

respectivamente, a apuração dos votos. Peço-lhes que tragam as três urnas para a mesa e façam a contagem.

Vamos aguardar um pouco.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos anunciar o resultado. Para a indicada, Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, houve 17 votos favoráveis. Portanto, todos votaram favoravelmente. Para os indicados a Embaixador – na Itália, Itamar Franco e, em Cuba, Tilden Santiago –, houve 16 votos a favor e um contrário. Total: 17 votos.

Os três indicados foram aprovados quase por consenso. (Pausa.) Meus cumprimentos.

Na próxima quinta-feira, às 10h, para falar sobre o conflito dos Estados Unidos e Reino Unido com o Iraque, receberemos a Embaixadora Donna Hrinak, dos Estados Unidos, e o Embaixador Roger Bone, do Reino Unido.

Está encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 21h23min.)

Ata da Quarta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e três, às doze horas e trinta minutos.

Às doze horas e trinta minutos do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: Mozarildo Cavalvanti, Gilberto Mestrinho, Lúcia Vânia, João Capiberibe, Jefferson Péres, Fernando Bezerra, Rodolpho Tourinho, Tião Viana, Eduardo Azeredo, João Alberto Souza, José Agripino, Arthur Virgílio, Patrícia Saboya Gomes, Hélio Costa E Aelton Freitas. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. Item 01 – Requerimento nº 223, de 2003 "de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e às liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano" e Item 02 – Requerimento nº 10, de 2003/CRE que "requer, nos termos do inciso IV, do artigo 103, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de censura ao governo de Cuba por flagrantes violações aos direitos humanos no julgamento do dissidente Hector Palácios e dos jornalistas Ricardo Gonzáles e Raúl Rivero, em meio a dezenas de outros cidadãos cubanos condenados por defenderem a liberdade de expressão e a reforma democrática do regime de Havana." Considerando que os dois requerimentos tratam sobre o mesmo assunto e já tendo sido lido o parecer do Requerimento Nº 223, de 2003 na reunião anterior, passa-se a palavra ao Senador Jefferson Péres, autor do Requerimento Nº 10 de 2003, que faz sua exposição de motivos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: Arthur Virgílio, José Agripino, Tião Viana, Fernando Bezerra e Hélio Costa. O Senhor Presidente concede pedido de vista coletivo aos Senhores Senadores Fernando Bezerra e Hélio Costa. A votação do Requerimento Nº 10,de 2003/CRE foi adiada. Sendo assim, encerra-se a reunião às 13 horas e 30 minutos. Para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Quarta Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no dia Vinte e Nove de Abril do Ano de Dois Mil e Três, Às Doze Horas e Trinta Minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação da matéria da pauta. Hoje, há apenas o Requerimento nº 223, de 2003, de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades

individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano.

Há, também, requerimento sobre o mesmo assunto, de autoria do Senador Jefferson Péres, que é o Item 2, no qual S. Exª requer, nos termos do inciso IV do art.103 do Regimento Interno do Senado Federal, o voto de censura ao Governo de Cuba por flagrantes violações aos direitos humanos no julgamento do dissidente Héctor Palácio Ruiz e dos jornalistas Ricardo González e Raúl Rivero, em meio a dezenas de outros cidadãos cubanos condenados por defenderem a liberdade de expressão e a reforma democrática do regime de Havana.

Em verdade, são dois requerimentos sobre o mesmo assunto. Lembro também que o Senador Romero Jucá fez um pronunciamento sobre esse tema, no plenário do Senado, formulando diversas sugestões, as quais, inclusive, foram consideradas no relatório já lido pelo Senador Tião Viana, na última semana.

Por respeito ao Senador Jefferson Péres, que não pôde estar presente na semana passada, os requerimentos foram apenas lidos. Todos avaliamos que seria importante a presença de S. Exª, como um dos autores, para a votação da matéria.

Informo que a próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se dará na outra quinta-feira, dia 08 – porque esta, dia 1º, é feriado –, ocasião em que ouviremos e argüiremos dois indicados a Embaixadores: Marcelo Andrade de Moraes Jardim, para a República da Polônia; e Renan Leite Paes Barreto, para a República da Guatemala.

Já tendo sido lidos os requerimentos referentes aos Itens 1 e 2 e também o parecer do Senador Tião Viana, podemos passar à discussão da matéria.

Tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, meus agradecimentos pela deferência que tiveram para comigo de não votarem o requerimento devido à minha ausência. Aliás, trata-se de uma deferência que eu teria com qualquer Membro da Comissão.

Eu estava no Rio de Janeiro para uma reunião do Diretório do meu Partido, e o Senador Eduardo Suplicy teve a gentileza de me mandar um **fax** com o parecer do Senador Tião Viana, que é no sentido de que manifestemos nossas preocupações com o que está acontecendo em Cuba e enviarmos uma delegação de Senadores para visitar aquele País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, compreendo os escrúpulos do Senador Tião Viana. A minha origem é de esquerda. Nasci admirando a Revolução Cubana. Lembro-me do entusiasmo com que li **Furacão sobre Cuba**, um livro de Jean-Paul Sartre, editado em 1961, creio, dois anos depois da vitória de Fidel Castro. Lembro-me da esperança que tive de que aquele fosse um novo tipo de socialismo, um socialismo humanístico. Poucos anos depois, decepcionei-me, quando vi que era um modelo estalinista que se implantara naquele País.

Pensei também depois, e depositei minhas esperanças, no fim da Guerra Fria. Julguei que, como tinha deixado de ser uma cunha soviética nas Américas, Cuba deixasse de ser importante para os Estados Unidos, um perigo para os Estados Unidos – como realmente deixou de ser. Creio que, hoje, o Governo americano não dá muita importância a Cuba, não tem muita preocupação com ela. E pensei que o regime sofresse uma lenta e gradual abertura, mesmo mais lenta do que a do nosso Presidente Ernesto Geisel, mas sempre abertura.

Choquei-me, Sr. Presidente, quando vi o recrudescimento da repressão lá, a condenação daqueles jornalistas, políticos e intelectuais à pena de até 28 anos de prisão pelo crime de opinião, sob o pretexto de que teriam recebido auxílio da representação americana, e, vejam bem, com o testemunho de agentes do Serviço de Segurança Cubano, [illegible] r Agripino, infiltrados no movimento. Essas foram testemunhas-chave de acusação. E, então, lembrei-me do regime militar brasileiro: já pensou se dissidentes de esquerda fossem acusados de receber ajuda da Embaixada cubana – como, aliás, muitos receberam – e, com o depoimento de agentes do SNI, recebessem punições, penas de prisão e julgamento sumário de até 28 anos? Isso para mim é inconcebível. Pior ainda foi a condenação à morte daqueles três, um deles muito jovem, 21 anos, que seqüestraram um barco, mas não mataram nem feriram ninguém, diga-se de passagem, apenas ameaçaram. Foi um julgamento sumário. Foram fuzilados sumariamente, com seis dias de julgamento, sem direito à apelação numa instância superior. Foi algo realmente chocante. E, quando visitamos o Embaixador cubano, a convite do Senador Suplicy, ouvimos a velha explicação de sempre: "Cuba está em guerra; os Estados Unidos..." Ou seja, tudo se justifica.

Inclusive, já é tempo de desmistificar ou "desmitificar" isso de que o embargo americano é o responsável pela truculência do Governo e é responsável pelo subdesenvolvimento cubano. Isso é uma falácia! Cuba comercializa com todos os países, à exceção dos Estados Unidos e das empresas multinacionais americanas. E é uma contradição, em termos. Inte-

ressante, Senador Arthur Virgílio, é que os defensores cegos do regime cubano não verificaram essa contradição.

A revolução cubana foi feita contra a ditadura odiosa, corrupta e sanguinária do Batista, mas sob alegação também de que o país era explorado pelos americanos. Havia grandes capitais americanos nas usinas de açúcar, nos serviços de infra-estrutura, e diziam que o país era extremamente explorado. Assim, as empresas americanas foram expropriadas – aliás, confiscadas. Diga-se de passagem, um embargo é feito a uma questão judicial pendente. As empresas americanas foram confiscadas e nunca receberam indenização. Essa é a principal alegação jurídica dos Estados Unidos para o embargo. Não é o fato de o regime ser comunista.

Muito bem, é uma contradição, em termos. Cuba livrou-se da exploração das empresas americanas, livrou-se do comércio que, segundo o catecismo de certas correntes de esquerda, é também responsável pela subjugação de um país economicamente a outro, e livrou-se dos empréstimos externos, também escorchantes e exploradores. Passei quatro anos aqui neste Senado ouvindo meu eminente e saudoso Senador Lauro Campos votar sistematicamente contra todos os empréstimos, sob a alegação de que o país que aceitava empréstimo estrangeiro se escravizava ao emprestador. Então, Cuba, livre dos empréstimos escravizadores, do capital explorador das empresas americanas e do comércio espoliador com os Estados Unidos, deveria ser o país mais próspero do mundo. No entanto, alegam que é por isso que estão subdesenvolvidos e não em função da ineficiência do sistema – essa é que é a verdade.

Muito bem, eu dedicaria uma hora para falar um pouco sobre Cuba nessa tentativa de desmistificação.

Vamos ao que importa. Nada, nada, a meu ver, justifica que, 44 anos depois, quando caíram todas as ditaduras de direita das Américas, quando não há um país em regime ditatorial aqui e não há uma ameaça iminente dos Estados Unidos a Cuba – os Estados Unidos não estão ameaçando intervir em Cuba; não há nenhum indício – quando Cuba não está sob ameaça de intervenção americana, não se justifica que este país seja um regime de partido único, que nega as liberdades elementares de associação, expressão e reunião e ainda fuzile pessoas que querem deixar o país.

Isso, para mim, é inaceitável. Não consigo conviver com isso. Acho que se eu silenciar, se não manifestar o meu protesto e a minha indignação contra isso, eu realmente estaria numa crise de consciência comigo mesmo. Chega de tolerância com os excessos do regime cubano! Não quero interferir no regime lá, não estou propondo que se rompam relações diplomáticas com Cuba; estou propondo – eu, como o Senador Arthur Virgílio e o Senador José Agripino – que manifestemos nossa clara repulsa.

Embora reconhecendo as razões que levaram o Senador Tião Viana a emitir o seu parecer, não tenho preocupação com o que está acontecendo em Cuba ou com o que aconteceu recentemente. Estou indignado com o que aconteceu, inconformado.

O Brasil tem para com os outros países das Américas a cláusula – mesmo no Mercosul – democrática. O Paraguai só não sofreu um golpe há dois ou três anos, porque sabia que o Brasil, a Argentina e o Uruguai teriam que romper relações com ele, pela interrupção do processo democrático. Não quero que rompam com Cuba, porque o regime é anterior – não é um fato novo. Não estou propondo isso. Mas acho que, se nós nos manifestarmos, endurecendo um pouco com Cuba, estaremos ajudando o processo de abertura daquele país. E eles, endurecendo – ao contrário – estão alienando solidariedade, estão criando um problema gravíssimo.

Se o governo Bush cortar agora a remessa de cerca de US$1 bilhão de residentes cubanos nos Estados Unidos para Cuba, acho que a economia desaba, porque já está em péssima situação. Só não está pior devido ao turismo, graças a investimentos italianos, espanhóis e franceses lá.

Enfim, Sr. Presidente, lamento não poder concordar com o meu estimado amigo, o Senador Tião Viana, mas eu, de minha parte, mantenho o requerimento, nos termos em que eu o propus.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª tem a palavra. Em seguida, o Senador Tião Viana e José Agripino.

V. Exª prefere falar após o Senador José Agripino, que é um dos autores? (Pausa)

Os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Tião Viana e Fernando Bezerra já estão inscritos.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, tenho a idéia de que, em matéria de política externa, sempre que possível – e quando não for possível não é – devemos procurar chegar a posições que sejam nacionais.

No episódio lato da guerra contra o Iraque, fomos uníssonos em oferecer apoio e respaldo à posição adotada pelo Governo brasileiro, pelo Presidente Lula, pelo Chanceler Celso Amorim.

No episódio restrito, específico do requerimento, pedindo repúdio a esse gesto atroz e torpe cometido pelo governo de Cuba, assinamos a matéria os Senadores José Agripino, Jefferson Péres e eu próprio. O acerto tácito que tínhamos – e não é a primeira vez que fazemos isso, por coincidência, os três – era de que deliberaríamos conjuntamente até o final do processo. Sendo assim, não tendo como unidade a não ser a insistência na resolução, na manutenção da resolução, submetendo-a a voto da Comissão, essa é a minha posição e a do meu Partido.

Faço ainda algumas poucas considerações. Não quero repetir argumentos usados, expendidos aqui de maneira muito competente e cirúrgica pelo Senador Jefferson Péres. Portanto, não repito, procuro acrescentar.

Se o Governo Bush toma a iniciativa de impedir a chegada desse bilhão de dólares a Cuba, ele tampouco serve à causa da abertura democrática em Cuba até porque, quanto mais fechado, o regime mais tende a se isolar nos seus próprios erros e a cometer mais gestos de fechamento, e jamais de desanuviar o ambiente político.

Tenho como idéia muito firme que o Brasil precisa, sem deixar de ser pragmático, ser firme em relação à questão da paz, à defesa de Direitos Humanos, à defesa da democracia, à manutenção e à consolidação da democracia como princípio essencial e fundamental para todos nós, base a partir de que não se começa qualquer coisa, sem o que não se começa nem se termina nada bem neste País. Ou seja, a nossa idéia é procurar estimular os povos à nossa volta e os distantes a adotarem formas democráticas de governo. O Brasil precisa, a meu ver, pelo seu Governo, mostrar firmeza nesse episódio, não dar, em nenhum momento, a idéia de que seria mais duro se não fosse um governo com o qual supostamente alguns teriam relações sentimentais, enfim.

Eu, como Senador pelo Amazonas, brasileiro, não me sinto no direito de ter relação sentimental com povo nenhum, nenhum. Tenho interesses brasileiros a defender, tenho princípios a resguardar, e não adianta dizer algo como: "Ah! Mas fui a Cuba, numa época tão romântica". Esqueci isso. Isso é do meu passado. Se um dia eu fizer um livro de memórias, mencionarei o fato com o maior carinho. Mas não posso dizer que, por causa disso, serei mais ameno com relação a Cuba, pois isso coloca em xeque o Governo brasileiro, que sei, é dotado das melhores intenções.

Sr. Presidente, adensando no pragmatismo, o Governo brasileiro, que foi firme e muito firme – alguns consideraram que exageradamente firme, outros que firme, mas de qualquer maneira, entre firme e exageradamente firme – ele foi muito firme no episódio da guerra do Iraque, precisa ser firme – entre firme e considerado exageradamente firme por alguns –, no episódio de Cuba e em outros que surjam e que coloquem em xeque a opinião humanista de um governo que precisa se afirmar também por esse lado.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que, uma vez, fiz uma viagem a convite da ONU com outros Parlamentares, Deputados Federais e Senadores. Fui naquele clima não mais de comunista, porém de alguém que via no imperialismo americano o maior fantasma a impedir que Cuba se realizasse enquanto nação, enquanto projeto. Lá, estranhei uma senhora, diretora de uma escola, por ser firme. E, se eu não fosse tão pró-Cuba como eu era naquela época, eu diria que ela era autoritária, mas como eu era tão pró-Cuba, eu não diria autoritária, mas apenas firme. Eu passava a mão na cabeça mesmo. Eu era alguém que vinha de uma geração que explicava por a+b que era justa a invasão da Hungria. A minha geração explicava por a+b+c que a invasão da Tchecoslováquia era justa, era a defesa do socialismo contra os inimigos da humanidade. Sobre isso, eu sentava num bar e pontificava – sobretudo se fosse num bar – da maneira mais aguda, defendendo o que seria a intenção e o gesto da então União Soviética.

Mas essa senhora primeiro fez uma explanação muito bonita sobre o compromisso internacionalista de Cuba e sobre os cubanos que iam para o exterior defender Angola, Moçambique, exportar os ideais da revolução. Depois, ela disse que dirigiu uma escola tão capaz, bonita, competente e criativa que ela buscava perfeição. Os alunos e professores dessa escola, que era de elite – e é de se estranhar que lá tivesse isso também -, tinham que ser bonitos, fisicamente inteiros, jovens e robustos. Ela disse que eram evitados os deficientes físicos como professores, e aí abandonei toda aquela solidariedade que havia me levado a Cuba e perguntei se porventura alguns desses heróis internacionalistas, um desses que foi para Angola e voltou deficiente porque estava defendendo os ideais da revolução cubana, socialista, o que Cuba entende, juntamente com Angola, que seja o melhor do ponto de vista da liberdade para Angola, se um desses heróis volta – e não mais na vida militar, mas na civil – e diz que quer dar aula nessa escola. Ela me disse que não aceitaria esse herói dando aula na escola, porque a figura desse deficiente atrapalharia o psicológico daquelas crianças que estavam destinadas a ser grandes cientistas, atletas, atores, etc.

Enfim, o que Cuba tem feito me pareceu mais para o lado do fascismo do que para o lado do que eu imaginava que fosse uma perspectiva histórica pela esquerda.

Atualmente tenho uma posição muito clara e tranqüila. Hoje eu não explicaria a atrocidade que foi a invasão da Hungria, da União Soviética, sufocando a tentativa de um povo de chegar à forma mais democrática de governo. Não consigo imaginar que tenhamos algum tipo de punição política arbitrária que justifique, porque, se os Estados Unidos fizerem isso eles cairão – os assassinos de Miami estão ali perto. Essa é uma fase superada da minha vida.

Aconteceram atrocidades e excessos, excessos que foram tão bem condenados e com unidade nacional no episódio da guerra contra o Iraque e que saberemos condenar tão bem toda vez que ele se manifeste diante de uma nação que se afirma como uma potência que quer ser econômica, mas que não haverá de ser bélica, digo que a minha posição, já que o nosso compromisso é pela unidade das três forças que assinaram essa moção, é no sentido de colocar voto e dizer que de direita ou de esquerda atrocidade é atrocidade e o Brasil é a favor dos direitos humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, já tive a oportunidade de me manifestar sobre o requerimento do qual sou subscritor, mas gostaria, de forma rápida, fazer algumas considerações adicionais.

Na década de 50 a 60, na região do Caribe, existiram duas ditaduras notórias, a do Haiti, com Papa Doc e a de Cuba com Fulgencio Batista. Ambas caíram. Papa Doc cedeu lugar a Baby Doc, que finalmente cedeu lugar ao regime que supôs-se democrático, com eleição de presidente da república a intervalos de tempo.

Bem ou mal o país vem decidindo os seus destinos pelo voto. Fulgencio Batista foi derrubado por uma revolução, e assumiu Fidel Castro, homem que, ao longo do tempo, adquiriu notoriedade internacional pela coragem de suas atitudes. Não discuto a seriedade do seu comportamento como repúblico. Penso que Cuba não guarda corrupção nos seus procedimentos e hábitos de política. Em alguns segmentos, é exemplar, como na política de saúde, de educação, mas é um regime que envelheceu com o tempo, e é sobre isso que quero me manifestar.

O recente episódio, que terminou com o fuzilamento de pessoas que manifestaram dissensão em relação ao regime, é um sinal amarelo de que é preciso que o mundo se manifeste de forma muito clara em relação a Cuba. Uma manifestação nos Estados Unidos em relação ao que aconteceu em Cuba teria pouca significação por conta de seu antagonismo tradicional. Agora, seria importante uma posição do Brasil, que tem sido aliado de Cuba há anos, motivado por uma razão que não é de ordem econômica, porque, se o fosse, o Brasil teria se alinhado aos interesses dos Estados Unidos e nunca de Cuba. Mas o que se vê é Fidel Castro, posse atrás de posse, presente em Brasília, assistindo à posse dos Governos que se sucedem, numa manifestação clara de amizade, de apreço, de entendimento.

Uma manifestação de censura do Brasil será um sinal amarelo no regime que, na minha opinião, está envelhecendo e adquirindo vícios inaceitáveis.

Não se pode aceitar o quê? Qual é a razão da posição do Brasil, tradicional, aliada de Cuba? É a defesa de um princípio chamado autodeterminação dos povos – dos povos, não do Governo –; autodeterminação do povo cubano, que tem um líder, que, na minha opinião, comanda um regime que envelheceu. A autodeterminação dos povos, com o episódio recém-ocorrido e que é objeto do requerimento, foi duramente atingida por duas teses que, na minha opinião, se sobrepõe a ela, a da autodeterminação dos povos, quais sejam, a defesa da vida e a ausência de liberdades democráticas. O direito de ir e vir, a liberdade de expressão são causas não praticadas em Cuba.

Por essa razão é que concordei e tomei a iniciativa, junto com os Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio, de oferecer esta moção; por entender que uma moção do Brasil terá significação importante, porque é a moção de um aliado, por ser uma coisa semelhante à manifestação do escritor José Saramago, português, comunista, tradicional, que alertou o mundo, quando se manifestou em relação ao episódio. O Brasil, tradicional aliado, tem autoridade moral para se manifestar, porque não moveu a posição do Brasil, hora nenhuma, a questão econômica, foi questão política, foi questão de identidade política.

Agora, acho que chegou a hora de se manifestar, e de forma muito clara, com relação a vícios que não podem se agudizar. "Cesteiro que faz um cesto faz um cento", e não sei se três fuzilados de agora serão 300 de amanhã, e antes que sejam, creio que é oportuno que o Congresso brasileiro se manifeste. E, neste sentido, encaminho voto favorável, nos termos do requerimento que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador José Agripino.

Senador Tião Viana, V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo que é um assunto importantíssimo o que estamos debatendo, no plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pois concepções universais estão sendo relembradas aqui.

O Senador Jefferson Péres, juntamente com os Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, transmite claramente os seus sentimentos de sofrimento com a perda de três vidas por uma decisão do Governo cubano e abomina claramente o comportamento de restrição de liberdade de expressão em defesa de um outro modelo político para Cuba. Então, é inquestionável esse sentimento.

Quando apresentei o meu requerimento, tinha como propósito único e claro acolher essa manifestação crítica a essas práticas que também abominamos de modo integral. Há uma conquista democrática e de direitos humanos, no nosso País, que nos permite defender claramente o Estado Pleno de Direito, o estado democrático efetivo; abominamos e abolimos a pena de morte da nossa prática diária, mas, infelizmente, 84 países ainda praticam a pena de morte. A União Européia, graças a Deus, já se livrou desse tipo de prática abominável, mas há alguns países que ainda a exercem, colocada por razões de Estado.

Entendo que a situação de Cuba deve ser tratada de modo muito especial por nós. É um exemplo isolado de defesa de um Estado socialista, um exemplo vivo de um povo que, há dezenas de anos, tenta construir a sua história, tenta definir o seu caminho político, o seu destino. Ao mesmo tempo, temos uma oposição sistemática e cruel, praticada pelo Governo americano contra o povo cubano, que já gerou uma perda da ordem de US$70 bilhões para um país com aquela população, com aquela dimensão populacional e socioeconômica de toda natureza, uma situação que nos permite um acompanhamento judicioso.

O nosso País, infelizmente, tem uma relação de política econômica com Cuba muito negativa. O Brasil compra US$6 milhões, em média, de Cuba por ano e vende US$100 milhões para Cuba. Então, não é efetivamente um comportamento solidário como prática de Estado. Precisamos corrigir isso. A presença de ações de qualquer multinacional americana em qualquer empresa brasileira ou não torna restritiva a venda de produtos para Cuba. Portanto, o embargo é real, é verdadeiro, não é abstrato. Isso para mim é um posicionamento muito claro. Nós temos, felizmente, alguns países que não acataram esse comportamento e tentam praticar uma relação comercial e econômica efetiva com o povo cubano.

Temos situações que precisam ser colocadas para reflexão aqui. O jornal **US Today,** de hoje, diz o seguinte: "Em 1994, o Governo Clinton fez um acordo de imigração com Cuba que permite que não mais de 20 mil cubanos migrem anualmente para os Estados Unidos, atitude restritiva do Governo americano. Em 2001, somente 76 cubanos receberam asilo político do Governo americano. Nesse mesmo ano, o Governo Fidel Castro permitiu que 27.703 cubanos pudessem emigrar para os Estados Unidos, reconhecidos pelo Governo cubano." Então, existe uma situação de intolerância política efetiva do Governo americano com o povo cubano. Existe uma ação de restrição; existe uma ação organizada e ordenada de inviabilização do regime cubano. Não podemos deixar esse fato fora deste debate; temos que acolher como claro e concreto esse comportamento. E estamos vendo o comportamento de política externa do Presidente George W. Bush.

Sr. Presidente, estive em Cuba em 1993, num momento delicadíssimo da crise de Cuba, porque o muro havia caído, a ajuda soviética havia sido restrita. E eu jurava que, com a crise socioeconômica que vi naquele país, o regime cubano não sobreviveria mais dois anos. Era quase asfixia absoluta de alternativas de manutenção da sua ordem política, econômica, etc. Felizmente, aquele povo venceu aquela crise; felizmente, aquele povo melhorou muito os seus indicadores. E é muito importante lembrarmos que, quando se entra em Cuba, ainda se vêem frases do tipo: "Todos os dias 35 mil crianças morrem, no Planeta, em função da fome ou de doenças evitáveis; em Cuba, não morre nenhuma". Então, as conquista sociais efetivas na área da saúde, na área da educação, na área do combate à fome e à miséria foram asseguradas por aquele povo. Temos que levar em conta isso.

Há poucos meses, eu estava debatendo, no meu Estado, com uma imigrante cubana, casada, que veio, por opção, morar no nosso País e perguntei a ela em tom de provocação: "Em Cuba, como vão as coisas?". Ela disse: "Vão bem". E eu disse: "E o nosso País, como você está sentindo?" Ela disse: "É um país bonito, mas muito triste". E eu disse: "Por quê?" Ela respondeu: "Porque aqui morrem muitas pessoas de fome. Há muita gente na miséria. Há muita gente sem escola. Há muita gente humilhada porque não tem saúde. E no meu país não há isso". E eu disse: "Mas vocês não têm liberdade política". Ela disse: "De que liberdade política você fala? O nosso país tem liberdade política". Ela falava isso.

Então, o meu conceito universal de liberdade política, e direitos humanos é o mesmo do Senador Arthur Virgílio e do Senador Jefferson Péres. Mas, às vezes, não é o entendimento de outras pessoas. Então, temos que relevar isso. Por essas razões, por entender que precisamos aprofundar este debate sob pena de dificultarmos mais o destino do povo cubano na sua busca de um novo Estado democrático, de uma nova alternativa, por eu também condenar o partido único, por eu condenar o centralismo democrático, por eu condenar qualquer regime ditatorial, entendo que nós deveríamos, nesse momento, ter a cautela de designar uma missão para observar se está havendo desrespeito aos direitos humanos em Cuba, para depois concluirmos um parecer formal de repúdio àquele país.

Sou contrário. Entendo que o posicionamento do Senador Jefferson Péres, que merece o mais absoluto respeito, na sua intenção, do Senador Arthur Virgílio e do Senador José Agripino, tem um vício anti-regimental, quando aponta aconselhamento ao Governo brasileiro em relação a Cuba.

O Regimento Interno, art. 225, II, é claro, quando estabelece que a indicação não poderá conter sugestão ou conselho a qualquer Poder.

Defendo o meu parecer e voto contra o do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador José Agripino informou que, em virtude de um compromisso inadiável, terá de sair e pede seja a sua manifestação considerada como voto. Acredito que isso pode ser feito. Se todos estiverem de acordo, assim vou considerar, porque é um procedimento de respeito a S. Exª, um dos autores da proposição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, vejo que está em jogo uma questão de princípio. Tenho dois pontos a levantar nesta intervenção.

Inicialmente, não vejo, sinceramente, nada de mais em se manter relações diplomáticas, relação de troca de apoio científico e tecnológico, relação cultural, relação comercial, e, nesse episódio específico, fazer uma censura, que é absolutamente construtiva e, ao mesmo tempo, não nos obriga a amordaçar nossa consciência.

A segunda preliminar visaria, quem sabe, tornar regimental o requerimento. Tiraríamos tudo o que não fosse a censura a esse gesto atroz, tudo o que não fosse a censura a esse gesto torpe, tiraríamos, e não incorreríamos no eventual vício regimental, detectado competentemente pelo Senador Tião Viana.

Não gostaríamos de trocar, digamos assim, pela perfumaria o essencial, que é a condenação de algo com o qual a nossa consciência não se apazigua.

Finalmente, gostaria de dizer também que concordo, por todas as razões, até pelas mais práticas, com o voto do Senador José Agripino Maia.

Não estou também – não sei se o Senador Jefferson Péres concordará comigo – morrendo de pressa de ver essa matéria votada. Se V. Exª quiser deixar para depois, até lhe faço um pedido.

O SR. FERNADO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não tenho nenhuma pressa. Nada a obstar, aliás, é um direito regimental do Senador Fernando Bezerra. Essa é uma matéria sobre a qual deveria ser ouvida toda a Comissão de Relações Exteriores. Seria bom sabermos o que pensa sobre isso cada membro desta Comissão. Portanto, não tenho nenhuma pressa em votar isso agora.

Quanto às dificuldades regimentais – o Senador Jefferson me segredou aqui que concorda em retirar qualquer coisa que signifique aconselhamento a Cuba -, o que não aceito retirar é a censura clara a um gesto atroz e torpe do governo cubano nesse episódio. É preciso que tenhamos coerência, e a coerência nos indica atitudes firmes, seja para o lado do aspecto ideológico, seja para o outro lado, porque esse é o Brasil da afirmação pacifista, da afirmação democrática, que todos temos interesse em construir. Portanto, não tenho nenhuma pressa em votar.

Gostaria, até, que realmente essa matéria fosse votada por todos, que V. Exª a colocasse em votação em um dia em que não estive ausente nenhum suplente. Gostaria que fossem ouvidos os suplentes também. Queria saber o que pensam os suplentes dessa posição, que, a meu ver, é apenas condenável, por pessoas que, à unanimidade desta Casa, com certeza, têm todo um compromisso democrático a por ele zelar.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Tião Viana, diante das ponderações feitas, tem uma observação a fazer.

O Senador Fernando Bezerra e o Senador Hélio Costa estão inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, após ouvir novamente o Senador Arthur Virgílio, gostaria de expressar a minha concordância com a posição que ele manifesta agora. Isso porque eu fui muito claro nas minhas considerações. Acolhi todos os sentimentos e críticas que eles externavam. Tratava-se de uma ferida aberta contra os direitos humanos e contra as liberdades supostamente praticadas pelo povo cubano.

Ficando a matéria restrita a essa manifestação crítica e não havendo nenhuma responsabilidade que se impõe ao Governo brasileiro de ação restritiva, estou plenamente de acordo com a manifestação dos Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A Comissão repudia a atrocidade da vida em Cuba. Esse é o fato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Fernando Bezerra havia considerado a hipótese de pedir vista. Se puder haver um entendimento ainda nesta reunião – quem sabe? -, talvez cheguemos a um consenso.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, meu pedido de vista foi no sentido de harmonizar a proposta feita pelo Senador Arthur Virgílio e pelo Senador Jefferson Péres com as ponderações de ordem regimental que foram colocadas aqui pelo Senador Tião Viana. O Senador Tião Viana não se coloca contra a idéia e a proposta dos Senadores, mas faz um alerta com relação à questão regimental. Foi nesse sentido o meu pedido de vista. Se há aqui uma forma de harmonizarmos as propostas, não vejo razão para o pedido de vista. O bom senso do Senador Arthur Virgílio e o bom senso do Senador Tião Viana convergem para uma proposta que será certamente aprovada pela unanimidade dos presentes nesta reunião.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de passar a palavra ao Senador Hélio Costa – talvez S. Exª queira se manifestar também a respeito do entendimento -, desejo registrar que os três autores do requerimento manifestaram o seu protesto e estão de acordo com a exclusão da parte anti-regimental ou anticonstitucional. Entretanto, na proposição do Relator, Senador Tião Viana, há ainda sugestões adicionais que significariam a visita a Cuba por parte. (Pausa) Então não constará do requerimento final essa proposta.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, do ponto de vista prático o mais simples seria acompanhar o pedido de vista do Senador Fernando Bezerra e fazê-lo em conjunto. Isso porque com um pedido de vista em conjunto nós teríamos tempo suficiente para apresentarmos os ajustes redacionais que merece essa proposta. Certamente já na próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores viríamos aqui com um resultado definitivo do que nós entendemos seja um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª, em cooperação com o Senador Fernando Bezerra, pede vista para harmonizar os requerimentos e o ponto de vista do parecer.

Fica concedido o pedido de vista coletiva.

Esse item constará da pauta da próxima reunião de quinta-feira.

Consulto os Srs. Senadores sobre o seguinte: como houve um apelo para que todos estivessem presentes, desejo saber se podemos colocar na pauta esse assunto como primeiro item, já que houve uma harmonização a respeito. Solicito aos Senadores Hélio Costa e Fernando Bezerra que harmonizem as proposições e redijam um texto com o qual todos concordem.

Peço ao Senador Hélio Costa que procure dar uma redação harmônica com aquilo que está sendo objeto de consideração.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h e 30min.)

Ata da Quinta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e sete de março do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e sete de março do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **JEFFERSON PÉRES, MARCELO CRIVELLA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, GILBERTO**

MESTRINHO, ALOIZIO MERCADANTE, EDUARDO AZEREDO, EDISON LOBÃO, JOÃO ALBERTO SOUZA, MARCO MACIEL, AELTON FREITAS, HÉLIO COSTA, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, JOSÉ AGRIPINO, LUIZ OTÁVIO, PEDRO SIMON, ARTHUR VIRGÍLIO, LÚCIA VÂNIA e JOÃO CAPIBERIBE. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Mensagem Nº 300, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **STELIO MARCOS AMARANTE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda." O Relator, Senador **GILBERTO MESTRINHO**, faz a leitura do relatório. Na seqüência, o Presidente requer a leitura dos relatórios seguintes. **Item 02** – Mensagem Nº 362, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora **GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago." Faz a leitura do relatório o Senhor Senador **MARCO MACIEL**, relator "ad hoc" da matéria. **Item 03** – Mensagem Nº 13, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **ANTONIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura." Passa-se a palavra ao Senhor Senador **AELTON FREITAS**, relator "ad hoc" da matéria para que leia o parecer. O Presidente passa a palavra ao Senhor **STELIO MARCOS AMARANTE** que faz sua exposição de motivos. Em seguida, a Senhora **GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES** e o Senhor **ANTONIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA** fazem as suas exposições de motivos. Passa-se à argüição dos Senhores Embaixadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **EDUARDO AZEREDO, AELTON FREITAS, GILBERTO MESTRINHO, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO MATARAZZO SUPLICY.** O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores **GILBERTO MESTRINHO, AELTON FREITAS** e à Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** que escrutinem os votos. Segue, então, a apreciação do **Item 01** da **extra-pauta** – Requerimento N°08, de 2003-CRE, de autoria do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** que requer, "nos termos regimentais que, juntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado promova o I Encontro das Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa que deverá se realizar no Senado Federal, no período de 26 a 30 de maio de 2003." Tem a palavra a Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA GOMES** para proferir o parecer. As Senhoras Senadoras **PATRÍCIA SABOYA GOMES, LÚCIA VÂNIA, HELOÍSA HELENA, ROSEANA SARNEY** e **FÁTIMA CLEIDE** são convidadas a representarem esta Comissão neste Encontro. Não havendo quem queira discutir, o requerimento foi aprovado. O Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade. Sendo assim, encerra-se a reunião às 12 horas. Para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Quinta Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no dia Vinte e Sete de Março do Ano de Dois Mil e Três, Às Dez Horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da ata da reunião anterior. (Pausa)

Aprovada.

Estando todos de acordo, dispensada a leitura, passamos à apreciação das matérias de pauta.

Item 1:

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Srs. Stelio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.

Pergunto aos Srs. Senadores se poderíamos realizar as três exposições dos embaixadores indicados. Se houver concordância, tanto dos Srs. Senadores quanto dos Embaixadores, poderíamos proceder à argüição, como fizemos nas duas ocasiões anteriores, conjuntamente.

Então, convido para sentar-se à mesa o Sr. Stelio Marcos Amarante, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda; a Srª Gilda Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago; e do Sr. Antonio Augusto Dayrell de Lima, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco.

Vamos realizar o procedimento sugerido, uma vez que todos estão de acordo.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, Relator da mensagem indicando o nome de Stelio Marcos Amarante, para que leia o parecer. Em seguida, daremos a palavra o Srº Stelio Marcos Amarante.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, o Presidente da República, na forma constitucional, encaminhou ao Senado a indicação do Sr. Stelio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe do Ministério das Relações Exteriores, para, com aprovação da Comissão e do Senado, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Irlanda.

As relações do Brasil com a Irlanda são recentes. A Irlanda instalou a embaixada do Brasil a partir de 1991. Todavia, esse intercâmbio é promissor com negócios na faixa de US$600 milhões. O embaixador Amarante, pelo currículo apresentado e pelos cargos já exercidos no Itamaraty, por seu trabalho diplomático, tem todas as credenciais para ser indicado e aprovado como Embaixador do Brasil junto à Irlanda, com o objetivo de fomentar, cada vez mais, essas relações e abrir caminhos para o alargamento das exportações brasileiras.

O meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou solicitar ao Senador Marco Maciel que leia o parecer do Senador João Alberto Souza, a respeito da Sra. Gilda Maria Ramos Guimarães, indicada para ser Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Peço que depois o Senador Aelton Freitas leia o parecer seguinte.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exemplo do que fez o Senador Gilberto Mestrinho, também serei conciso no parecer relativo à indicação da Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães para chefiar a nossa embaixada em Trinidad Tobago.

Gostaria de lembrar que a Embaixadora, além de ter um excelente currículo, é uma pessoa que domina muito bem as questões internacionais. Sua indicação, portanto, a meu ver, preenche todos os requisitos necessários à sua aprovação.

De mais a mais, o Brasil cada vez procura ampliar sua presença no exterior, envolvendo aí não somente os chamados países do Primeiro Mundo mas também outros países mormente aqueles aos quais nós devemos dar cada vez mais atenção, inclusive os países do nosso hemisfério, já que agora se fala muito nessas negociações com a Alca e precisamos ampliar as parcerias com os diferentes países que participam desses esforços com relação à criação da Alça.

Portanto, face ao exposto, gostaria de reiterar aquilo que já diria se aqui estivesse o Senador João Alberto: o parecer é pela aprovação da indicação feita, sem prejuízo de eventuais observações que a Embaixadora Gilda Guimarães venha a produzir no plenário desta Comissão logo a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Solicito ao Senador Aelton Freitas que leia o parecer do Senador Jefferson Péres a respeito do indicado para ser Embaixador junto à Unesco, Antonio Augusto Dayrell de Lima.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Presidente, Srs. Senadores, lendo o breve relato Senador Jefferson Péres chegamos à conclusão, como disseram os dois Senadores que já me antecederam, que também o Sr. Dr. Antonio Augusto Dayrell de Lima tem todos os requisitos necessários para assumir tal posto, representando nosso país junto à Unesco.

É uma pessoa nascida em Liverpool, no Reino Unido, brasileiro, de acordo com o art. 129, II, da Constituição de 1946. O ilustre Diplomata indicado ingressou na carreira diplomática no posto de 3º Secretário em 1967, ascendeu a Conselheiro em 1979; como Ministro de 2ª Classe em 1986, e Ministro de 1ª Classe, a

partir de 1995, sempre por merecimento. Segundo informe do Itamaraty, o diplomata também já participou de vários organismos internos e comissões nacionais, assim como em negociações bilaterais como assessor, como delegado e chefe de delegação. Participou também de um grande número de reuniões internacionais relativas a produtos de base, assuntos sociais, descolonização, segurança, paz internacional, campo especial, meio ambiente, assuntos marítimos e Antártida, junto à Unesco, com seus organismos e programas, assim como em vários outros organismos internacionais especializados e conferências específicas sobre tratados internacionais. Portanto, concluímos que tem todos os requisitos para representar muito bem o nosso País junto à Unesco e estamos de acordo com o Relator Jefferson Peres.

Para avaliação de aspecto da instituição onde o Diplomata vai exercer as suas funções como Delegado Permanente do Brasil, transcreve-se neste relatório o seguinte trecho e informações anexadas pela divisão de acordo com assuntos multilaterais e culturais do Itamaraty. A Organização tem como principal objetivo contribuir para a paz e a segurança mundiais, promovendo a colaboração entre as nações nos campos educacional, científico, cultural e de comunicação e visa igualmente incentivar o respeito à justiça e aos direitos humanos e as liberdades fundamentais sem distinção de raça, língua e credo.

Portanto, para concluir, para complementar com essas metas, age em diversas frentes na realização dos estudos prospectivos sobre políticas em área de sua competência na difusão e intercâmbio de conhecimento por meio do ensino de pesquisa, formação e treinamento, no estabelecimento de instruções normativas internacionais e o apoio à cooperação técnica e a disponibilização de peritos.

O Diplomata indicado é portador de condecorações pelo Brasil, pela Ordem Rio Branco, de Mérito Aeronáutico, de Mérito Naval, de Mérito Militar e de Mérito Científico. Pela Argentina, de Ordem ao Libertador San Martín.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial em todos os sentidos. Os três, pelo que se vê, têm currículos excelentes, exemplares e, desde já, como Senador e mais um membro desta Comissão, podemos desejar felicidades a todos, principalmente a quem acabamos de nos referir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Passamos, então, a palavra ao Sr. Stelio Marcos Amarante, indicado para ser Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda, que, inclusive foi Embaixador em La Paz, na Bolívia, além dos outros cargos que constam do seu currículo.

O SR. STELIO MARCOS AMARANTE – Muito obrigado.

Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sr. Senador Gilberto Mestrinho, a quem agradeço a gentileza de seu relatório, as palavras tão amáveis, Senadores Marco Maciel, Aelton Freitas, Eduardo Azeredo, bom dia, muito obrigado pela presença. Para mim, é uma honra muito grande comparecer pela segunda vez à Comissão de Relações Exteriores desta feita para fazer uma apresentação sobre o posto para o qual tive a honra de ser indicado, para chefiá-lo, que é a Embaixada do Brasil em Dublin. Esta Embaixada foi por nós aberta em 1991, e, recentemente, recebemos, então, por parte dos irlandeses, o tratamento de reciprocidade, quando, em 2001, abriram sua Embaixada em Brasília.

A Irlanda é um país que não é, embora pareça pequeno, tão pequeno para os padrões europeus. A área da Irlanda representa 1/3 da área da Grã-Bretanha, e a área de toda a Ilha equivale mais ou menos à área de Portugal e, em termos brasileiro, seria como se tivéssemos as áreas dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Apesar de não ser assim tão pequena, tem uma população baixíssima. A República da Irlanda só está, agora, alcançando os 4 milhões de habitantes, porque a Ilha está ocupada em 4/5 pela República e o outro quinto pela chamada Irlanda do Norte que é, então, parte da Grã-Bretanha, faz parte do Reino Unido da Grã-Bretanha, Irlanda. Esta população pequena está crescendo, já esteve em apenas 2 milhões e 600 mil habitantes e, no passado, no início do Século XIX, a população era de apenas a 8 milhões de habitantes, quando passaram por uma crise terrível, que foi a grande fome irlandesa. Em meados do Século XIX, tiveram três quebras da safra de batatas, e os agricultores irlandeses pobres se alimentavam quase que exclusivamente de batatas, embora o país produzisse milho, carne e trigo, que era exportado. E a grande tristeza disso foi que, enquanto os irlandeses morriam de fome naquele momento, eles continuavam exportando. Quer dizer, os donos das terras fizeram com que se mantivessem os contratos. E a Inglaterra estava naquele momento de "ultraliberalismo", de **laissez-faire**, achando que a mão invisível do mercado resolveria tudo e resolveu de uma maneira terrível: morreram mais de um milhão de ir-

landeses e também um milhão e meio, em pouco tempo, emigraram para os Estados Unidos, dando início a um fluxo migratório que fez com que o país perdesse população constantemente. Essa tendência só foi revertida agora, em 1970, quando começou a cair o fluxo migratório para os Estados Unidos, e, pelo contrário, o país começou a receber mais imigrantes.

Mas isso é uma coisa que já pode ser considerada passado na Irlanda, um passado muito triste, com muitas lutas para conseguir a independência. Mas hoje o país está numa fase extraordinária, que lhe valeu, inclusive, o apelido de "O Tigre Celta". O país cresceu constantemente, ao longo dos dez últimos anos, a uma taxa de quase 10% ao ano. Isso foi uma coisa fantástica. E o dado que, para nós, tem mais importância, eu diria, é que a Irlanda, com quatro milhões de habitantes, exporta, hoje em dia, US$85 bilhões. O Brasil exporta US$60 bilhões e a "Irlandinha" exporta US$85 bilhões.

Agora, são exportações de altíssimo valor agregado. Eles exportam, sobretudo, produtos farmacêuticos, produtos químicos e equipamentos de informática, além de **software.** Eles chegaram a esta posição por várias razões. A mais importante foi terem adotado uma política financeira virtuosa. O país, assim como o Brasil dos anos 70, se endividou muito na época dos créditos fáceis e juros baixos. Eles ficaram muito endividados. Eles estavam numa situação muito difícil quando um determinado governo irlandês, já nos anos 80, tomou a decisão de acertar as finanças públicas. Começaram a reduzir os gastos, mais ou menos o que estamos fazendo agora, aqui no Brasil, que já fizemos também no passado, mas que agora estamos buscando fazer novamente. Os resultados foram fantásticos. Eles tinham uma dívida total que chegou a 110% do PIB e reduziram-na para 37%, o que lhes dá uma folga extraordinária.

Com este bom panorama financeiro, os investimentos estrangeiros começaram a fluir para a Irlanda. Aí eles também tomaram uma medida muito inteligente: fizeram investimentos imensos na educação da mão-de-obra, mas voltadas mais para o lado científico. Então, a mão-de-obra irlandesa atualmente é, na Europa, a que tem a melhor qualificação científica. Por isso são grandes exportadores de **software** e de produtos de alto valor agregado.

Agora, a vantagem principal para eles foi realmente estar no Mercado Comum Europeu. Entraram para o Mercado Comum em 1973 e, a partir daquele ano, receberam subsídios, os subsídios comunitários, que são extraordinários. Eles chegaram a receber 5% do PIB em subsídios. Se o Brasil recebesse 5% do PIB, acho que, em um bilhão de dólares, estaríamos recebendo cinco bilhões de dólares sem uma contrapartida.

Atualmente, a Irlanda já está sendo graduada. Ou seja, ela já não estará mais recebendo da União Européia todos esses subsídios. Eles já estão sendo reduzidos. Talvez só fique o da agricultura.

Em termos de investimentos, a Irlanda teve uma sorte muito grande. Com esse número imenso de americanos de origem irlandesa, muitos deles bem sucedidos, presidentes de empresas, essas empresas americanas investiram pesadamente na Irlanda e fizeram desse país uma espécie de Zona Franca de Manaus, ancorada ao lado da União Européia. Com isso eles estão com facilidades de exportação. Isso facilita a exportação e ainda permite que eles cheguem a esse volume tão alto de exportações. São empresas na sua maioria americanas. Segundo li, são mais ou menos quatrocentas empresas americanas de **high tech,** empresas que fazem chips, todas elas estão com suas filiais na Irlanda. Graças a isso, eles estão com esse setor muito desenvolvido.

Esse é o quadro positivo que havia até o ano passado. Com a crise européia, com a estagnação da economia européia na Alemanha, na França, a Irlanda já não está crescendo tanto. Talvez cresça 3% neste ano de 2003, o que para eles é muito pouco. Ao mesmo tempo eles já estão voltando a ter déficits em suas contas externas.Talvez o déficit da Irlanda suba neste ano para 2,3% do PIB, o que é muito perigoso, porque ele pode chegar aos 3%, que é o limite que o Banco Central Europeu e a União Européia admitem para que o país possa continuar dentro do Acordo de Maastricht, para manter a sua moeda como o euro.

Isso está tendo repercussões políticas. O país agora é governado por uma coalizão de um partido tradicional. Eles têm uns partidos curiosos e que não são partidos ideológicos. São partidos formados no início do processo de independência e que têm nomes gaélicos – Fiána Fáil, Sinn Féin, Fine Gael. Esses partidos não são marcadamente ideológicos. Não são de esquerda, são frentes, talvez, com uma ideologia tênue. Eles têm dois partidos com uma ideologia mais marcada. Um deles é trabalhista e outro é socialista. O trabalhista é mais forte eleitoralmente O governo está sendo detido por um desses tradicionais, em associação com um outro partido, que é de tendência mais liberal em economia e que tem uma líder, uma mulher muito forte na Irlanda, chamada Mary Robinson. Ela é a nº 2 na estrutura política do país.

Eles têm um sistema eleitoral que talvez seja interessante mencionar. Eles têm um senado curioso:

não é eleito por voto universal. Eles têm 60 senadores, onze dos quais são indicados pelo Primeiro-Ministro. Os demais são eleitos por órgãos classistas, digamos assim. As universidades elegem 6 senadores. Os setores da indústria elegem mais 2; o setor de agricultura e o comércio também elegem senadores. Trata-se de um senado parecido com o que tínhamos em 1936, na época do Chico Campos.

Na câmara baixa já não acontece isso. Lá ocorre votação universal. Eles têm o voto distrital, mas não se trata do sistema inglês, majoritário, por distrito. Trata-se de um sistema onde cada distrito pode ter três, quatro ou cinco deputados, ou seja, pode eleger até cinco deputados, de forma também curiosa. Na votação, o eleitor escolhe dois nomes: escolhe o seu predileto e põe um segundo candidato. Se no Brasil fosse assim, não haveria o problema das últimas eleições, em que foram eleitos candidatos com mínima representatividade. Lá não. Eles têm o que chamam de **single transferable vote**, quer dizer, o voto pode ser transferido para um segundo candidato caso não haja definição com relação ao **quorum** deles. É um sistema muito complicado, e creio que não poderíamos fazer isso no Brasil, talvez por causa de nossas máquinas e porque seria muito complicado para os eleitores. A apuração também é muito complicada. Às vezes, eles têm que fazer vários escrutínios até conseguir o resultado. Contudo, do ponto de vista de votação proporcional, talvez os resultados sejam dos mais justos possíveis.

Agradeço muito a atenção de V. Exª e estou à disposição para eventual aprofundamento desses temas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Stelio Marcos Amarante.

Concedo a palavra à indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil perante a República de Trinidad e Tobago, Srª Gilda Maria Ramos Guimarães.

A SRª GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Exmos Srs. Senadores, eu queria me associar às palavras do Embaixador Stelio Amarante e dizer da honra que é para mim comparecer aqui, pela segunda vez, para uma sabatina por V. Exªs. Também me sinto honrada por ter sido indicada pelo Senhor Presidente da República para, caso aprovada pelo Senado, exercer as funções de Embaixadora perante o Governo de Trinidad e Tobago.

Farei uma breve exposição sobre o país, as relações com o Brasil e o programa de trabalho que pretendo implementar lá.

Trinidad e Tobago é ex-colônia inglesa. O país ficou independente em 1962, sendo que, em 1976, adotaram uma Constituição republicana. É uma República parlamentarista, em que se segue o modelo westminsteriano inglês: o Chefe de Estado é eleito pelo parlamento bicameral, composto pela Câmara de Representantes, com 36 membros eleitos por voto direto, e pelo Senado, com seus 31 parlamentares nomeados pelo presidente da República. O Chefe de Governo é o Primeiro Ministro, eleito pelo partido majoritário.

A composição da população de Trinidad Tobago é a seguinte: 40% de origem africana, 40% de origem indiana, 20% de várias procedências: europeus, chineses, etc. São dois os partidos principais: Movimento Nacional do Povo e Congresso Nacional Unido, expressões políticas das principais etnias – africana e indiana. O Movimento Nacional do Povo, predominantemente africano, está hoje no poder, ou seja, o Chefe de Governo é desse partido. E o Congresso Nacional Unido é uma expressão política da parcela indiana de 40% da população.

Após as eleições realizadas em 2001, houve um impasse que durou de janeiro a outubro de 2002, em virtude do empate ocorrido no número de deputados da Câmara de Representantes. Então, o Governo ficou praticamente mobilizado. Em outubro, houve eleições, sendo vencedora a maioria do Movimento Nacional do Povo, ao qual pertence o Primeiro Ministro, Patrick Manning.

Quanto ao índice de desenvolvimento humano, o país está classificado entre os países de mais alto desenvolvimento humano segundo o relatório da ONU sobre o tema: 2% de analfabetismo, um PIB de US$8,9 bilhões, uma dívida externa de US$2,7 bilhões, uma população de 1,3 milhões, com uma extensão de 5.128 quilômetros quadrados.

Dado esse panorama, eles têm uma política econômica externa com interesses, particularmente, voltados para o seu sócio comercial, os Estados Unidos.

É um país que pertence ao Caricom e apóia, consistentemente, as iniciativas desse organismo. Tem uma relação comercial muita próxima, intensa com a Venezuela, e tem manifestado grande interesse em uma intensificação da aproximação com o Brasil.

Em relação à economia, os grandes itens são reservas de petróleo – 120 mil barris diários, e gás natural, 270 bilhões de metros cúbicos. Possuem também um dos maiores postos de betume do mundo.

A ausência de descobertas recentes de reservas significativas faz com que o governo se dedique

muito à ampliação do comércio de gás natural e à busca de novas reservas de atividades exploratórias.

As relações com o Brasil datam de 1942, quando o Brasil participou dos esforços conjuntos com os aliados contra o nazismo. Tínhamos então o vice-consulado em 1942. Como Trinidad e Tobago fica numa rota estratégica para os Estados Unidos houve combates lá e perdemos alguns navios durante a guerra. Inclusive o navio Parnaíba que afundou durante a guerra. Posteriormente, tivemos um consulado.

Depois da Independência, em 1962, três anos depois, passamos a ter uma representação no âmbito da embaixada, desde 1965.

Um dado que chama muito a atenção é o intercâmbio comercial entre o Brasil e Trinidad e Tobago. Nossas exportações para Trinidad e Tobago, em 2002, elevaram-se a US$144 milhões e as importações a US$ 25 milhões, sendo que tivemos um saldo favorável de US$119 milhões.

Essa área das relações comerciais apresenta grandes perspectivas de crescimento, à qual pretendo dar uma especial atenção.

Tivemos esses índices de exportação, que considero muito significativos, sem uma grande estrutura de apoio, pois quase não temos estrutura de apoio na embaixada. Lutarei para ter uma estrutura de apoio para fomentar essas atividades comerciais, que são, como disse, as que oferecem maiores perspectivas de crescimento.

Temos com Trinidad e Tobago um acordo de alcance parcial, assinado em 2001, que está dependendo da ratificação deles, que,por sua vez, estão dependendo de uma resposta do Caricom.

Por exemplo, Senador, em outubro, houve uma missão da Vale do Rio Doce, que entrou em contato com a Ispat – Importadora de Minério de Ferro, que estamos mandado de Carajás. A idéia era fazer uma usina siderúrgica em Trinidad, mas a engenharia do projeto não prosperou. Então, se fez essa usina de "pelletização" de minério de ferro de Carajás.

Hoje, somos exportadores de 65% desses **pellets**, desse minério de ferro. Temos 35%, o Canadá tem 65% e o Peru tem 10%. Mas a iniciativa dessa exportação dos **pellets**, cuja usina está no Maranhão, é uma expectativa de que possamos ser um dos principais – talvez o primeiro – exportador desse material.

A distância geográfica, por exemplo, entre o Maranhão e Trinidad e Tobago é de cinco dias por via marítima, o que favorece muito essa relação, quer dizer, a proximidade do Nordeste e do Norte é um fator extremamente positivo para o incremento dessas atividades comerciais. Isso é muito importante.

Além do ponto de vista comercial, do ponto de vista político, o relacionamento também é importante, porque Trinidad e Tobago é um país que integra o Caricom, composto de 15 países, em que podemos ter a facilidade de acesso também aos votos políticos em organismos internacionais. São 15 países que votam nos organismos internacionais.

Outra área na qual penso que também podemos desenvolver o trabalho é na cooperação técnica. Temos hoje um acordo, mas um acordo antigo, de 1971, de cooperação técnica econômica e cultural, que penso podemos atualizar. Há várias áreas em que podemos fomentar essa cooperação. Por exemplo, em área de turismo, em área de combate a Aids – temos um grande conhecimento nessa área –, doenças tropicais, etc. Creio que deveríamos atualizar esse acordo.

Nunca foi criado um grupo parlamentar de amizade Brasil-Trinidad e Tobago. Talvez se possa pensar nisso, dado o interesse que temos tanto comercial quanto político na região. Essas são mais ou menos as linhas de um programa de trabalho que pretendia desenvolver.

Quero agradecer a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães.

Concedo a palavra ao Embaixador Sr. Antonio Augusto Dayrell de Lima, indicado para ser Delegado Permanente do Brasil junto à Unesco.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy. Srªs e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero me associar a todos os meus colegas. É para mim também uma honra extrema estar mais uma vez nesta Comissão para discutir a indicação do meu nome.

A Unesco declarou, em seu ato constitutivo, em 46, que se as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser reerguidas as defesas da paz. Creio que essa é uma observação bastante pertinente nos dias de hoje; idealista, mas também muito prática.

Hoje, a melhoria da educação, o aprimoramento da ciência e a proteção do patrimônio mundial são as imagens mais corriqueiras que temos da União. É justamente por causa dessa imagem de marca, algo técnica e professoral, que eu gostaria de realçar outros aspectos dessa organização, que venham a mostrar a sua importância política e contemporaneidade.

Espero fazer isso respondendo a três indagações, que, penso, são essenciais.

As perguntas que devem presidir a sabatina de um candidato a Delegado Permanente junto à Unesco são: qual o sentido maior desse foro internacional, qual é a sua importância para o Brasil e quais seriam as prioridades diplomáticas que lá deveríamos perseguir.

É por intermédio da evolução diplomática da Unesco que melhor entenderemos o seu papel. Portanto, creio que seria interessante fazer um pouquinho de história.

A Unesco foi concebida sob a influência preponderante do Reino Unido, dos Estados Unidos e da França, a partir de reuniões e conferências de Ministros de Educação aliados, em Londres, desde 1942. O nosso País também lá estava. Foi um dos 20 países fundadores da organização, com o Professor Paulo Carneiro, cuja trajetória profissional de vida, aliás, se confunde com a história da própria Unesco, como os senhores sabem.

Esse grande brasileiro foi um dos pais da Unesco. Promoveu várias realizações importantes, de âmbitos humanista e universal, por meio da organização. Podemos dizer, portanto, que a Unesco tem uma marca de nascença brasileira que outros se encarregaram inclusive de perpetuar e relançar.

A Unesco viria, desde o seu início, a exprimir, portanto, uma visão solidarista das relações internacionais. Mas, na realidade, não acolhia apenas idealismo e iluminismo em um pós-guerra, mas também um claro interesse ocidental em sanar o mundo ainda intoxicado pela propaganda de guerra e substituí-la pela difusão de uma mensagem democrática liberal. E já despontava, então, o desejo de um foro em que estivesse expressa e legitimada uma visão mais integrada, holística e mundial, diferente da que estava além da então chamada "cortina de ferro".

Vemos, portanto, que a Unesco já nasce bastante politizada, e a União Soviética e os países socialistas esperaram quase uma década para participar da Agência. O grupo socialista só veio a entender o real alcance político da Organização quando se deu conta do grau de envolvimento desta na Guerra da Coréia.

Nos anos 60, começaria também a acontecer a segunda onda da descolonização, com a plena emergência nacional dos países em desenvolvimento, e a Unesco teve papel fundamental nesse processo, pois forneceu o embasamento intelectual necessário à afirmação da identidade cultural do Terceiro Mundo e à promoção da luta contra o racismo. Uma multidão de atores internacionais, agora, podia exibir comportamentos parlamentares autônomos ou de bloco, na ONU, em plena guerra fria.

Nos anos 70 e 80, houve uma grande convergência de reivindicações totalmente novas, de um vasto número de nações em desenvolvimento, dirigidas no sentido de uma reestruturação do próprio sistema internacional. Foi esse conjunto de propostas e de iniciativas que, aliado à perda do domínio e controle parlamentar nos foros internacionais por parte do grupo de países ocidentais – lembrem-se, por exemplo, do voto contra o sionismo, na Assembléia Geral, em 75 –, favoreceu o aparecimento da chamada crise do multilateralismo. Justamente na Unesco seria exercido o primeiro teste de uma postura mais restritiva com relação às Nações Unidas pelos norte-americanos, com seu lamentável abandono, em 84, da Organização.

Na realidade, a Organização, então, apenas tentava preparar o mundo para algumas das transformações globais que viriam, efetivamente, a acontecer mais tarde e, desde então, a chamada crise multilateral não se acalmou em nada e existe, ao contrário, a mais nua e crua prática do realismo político nos organismos internacionais, como vimos até recentemente. Na raiz desse fenômeno, talvez esteja a própria questão da coerência das Nações Unidas como sistema atual de poder em um mundo globalizado, onde se confrontam, hoje, uma só hegemonia – política, econômica e cultural – e o inarredável e natural pluralismo mundial.

Essa questão não é política, moral ou cultural, mas funcional, pois seria organicamente insustentável para a comunidade internacional um confronto dessa natureza entre uma hegemonia e o pluralismo, vigor, extensão ou capilaridade. Quer dizer, ele pode, em sã consciência, imaginar ou desejar um mundo global submetido a uma única maneira de ser, e acho que é mais ou menos evidente.

Na última assembléia geral, um ano depois do 11 de setembro, do atentado de Nova Iorque, ouvimos o próprio Presidente dos Estados Unidos anunciar que o país voltaria à Unesco. Isso foi confirmado, inclusive, recentemente, em plena Guerra do Iraque.

Na verdade, a extrema pertinência política do diálogo intercultural e a falência das teses da morte das ideologias, cientificamente em voga, demonstram a atualidade permanente do Organismo. O mundo está, realmente, ainda resvalando numa certa incompreensão sócio-cultural, intolerância, por obscuros e obtusos motivos religiosos, étnicos ou ultranacionalistas, os quais acreditávamos ultrapassados na

mente moderna e a menção central da Unesco de contribuir para a paz e a segurança por meio da colaboração entre as nações adquire, portanto, ainda maior sentido moral e prático. Essa missão, inclusive, foi atualizada da maneira mais abrangente possível com os próprios avanços tecnológicos que conduziram à globalização, sem deixar de levar em conta as enormes conquistas universais, em termos de direitos humanos e sociais.

O que se pode dizer, em conclusão a este primeiro enfoque, é que o campo de atuação dessa Organização extravasa o da educação, da ciência e da cultura, já que se ocupa também, por exemplo, de comunicação, informática, tecnologia, meio ambiente, direitos humanos e direitos sociais.

Não há dúvida de que a Unesco, desde que começou a ser submetida a críticas internacionais severas e desde a última administração, tende a concentrar seus esforços sem pulverizá-los, com vista a tornar mais efetiva sua ação em inícios de vocação dessa Organização, em um processo de reforma radical que encontra, talvez, as melhores soluções gerenciais.

Várias dessas atividades da Unesco estão histórica e intimamente associadas ao desenvolvimento de inúmeras políticas públicas em áreas importantes para o Brasil – no setor educacional, científico ou do patrimônio cultural ou natural. A elas eu posso voltar especificamente se assim o desejarem.

Mas, na realidade, a pertinência da Organização para o Brasil vai muito além desse quadro.

Quando o atual Diretor-Geral da Unesco, Koichiro Matsuura, assumiu o cargo, ele disse o seguinte:

Em todo o mundo, as sociedades continuam a ser ameaçadas pela pobreza, pela violência, pela intolerância, pelo conflito armado, pela ignorância, pelo aquecimento da Terra, pelo abuso do uso de drogas, pelo crime, fatores que afetam adversamente a qualidade das nossas vidas.

No início desse novo século, a nossa maior prioridade deve ser a erradicação da pobreza, da ignorância e da violência, que adquire novas dimensões e novos significados em um mundo caracterizado pela globalização.

Sr. Presidente, reconhecemos, nessas prioridades, as nossas.

A Unesco foi uma das primeiras Organizações a planejar, em médio prazo, assim, a definir objetivos estratégicos encarando prioridades. Tem um extenso programa de trabalho com três linhas de força e dois objetivos estratégicos bem focados nas áreas de sua competência. Mas, sobretudo, definiu-se, recentemente, dois temas transversais, atuais, que a tudo isso se sobrepõem e permeiam, portanto, toda ação da Organização, que tem profunda ressonância no Brasil. Refiro-me à erradicação da pobreza, especialmente da extrema pobreza, e à contribuição das tecnologias da informação e da comunicação para construção de sociedades do conhecimento, pois, sem a solução prioritária desses problemas não há esperança para solução de outros problemas e as guerras nascerão nas mentes dos homens.

Nos últimos 20 anos, a Unesco soube, portanto, prever, interpretar, sobrenadar as convulsões trazidas pelos fundamentalismos de todo bordo, pela implosão da União Soviética, pela crescente visão neoconservadora norte-americana, assim como pela própria globalização. Ela forneceu pistas para dirimir as dúvidas trazidas pela ciência e a tecnologia em mundo globalizado sem perder seu sentido ético. Conservou-se, portanto, como uma Instituição mundial de referência incontestada nas áreas de sua competência.

O fato de que, deste Fórum, composto por quase 190 nações, possam nascer consensos universais, em vez de imposições unilaterais em áreas tão sensíveis como as que se referem às idéias, ressalta o pleno vigor do multilateralismo. O seu papel normativo inovador, por exemplo, em campos pioneiros como o da diversidade cultural da bioética não pára de crescer.

Na conflituosa conjuntura internacional, em que se torna indispensável um diálogo entre civilizações e culturas, a Unesco só aumentou a sua atualidade. Tornou-se o fórum ideal de uma batalha para coibir uma nova divisão internacional do trabalho, baseado em um único fator preponderante: o conhecimento, criador de uma nova classe mundial de excluídos. E, hoje, entre todos os objetivos, sobressai o conceito de desenvolvimento humano e de universalização da cidadania, ficando claro que a Unesco pode fornecer, como tem fornecido, elementos inestimáveis para o nosso desenvolvimento.

A Organização tem também se adiantado em inúmeras áreas, cujo futuro é extremamente problemático para a humanidade, como, por exemplo, o da previsível escassez global da água doce.

Constitui-se, portanto, no meu entender, uma plataforma privilegiada para os países em desenvolvimento e a observação da globalização, sendo um dos fóruns mais esclarecidos dessa.

É mais do que propícia ver a colação de novos modelos políticos e sociais que se impõem hoje em dia, além de se constituir realmente em uma arena internacional estratégica, portanto, uma agência espe-

cializada, as Nações Unidas, que estabeleceu, aqui no Brasil, estratégias de parcerias abrangentes, inovadoras com inúmeros interlocutores na área governamental e na sociedade civil.

Vários membros do Senado integram um grupo de Parlamentares Amigos da Unesco, criado em 1997.

Esta Comissão apreciará, portanto, que a Delegação do Brasil junto a Unesco, sob o mando do Itamaraty, possa ter as 21 prioridades diplomáticas – e com isso vou encerrar o meu apanhado – que contemplem pelo menos o seguinte:

– a sintonia fina com as prioridades nacionais nas quatro áreas de competência da Organização, as quais tenham incidências no campo social;

– a participação ativa, nesse sentido, nos conselhos e comissões da Unesco;

– o concerto político com os Estados, membros da Unesco, que apresentem o melhor perfil de cooperação com o Brasil;

– a cooperação e o concerto políticos com os países de língua portuguesa e a promoção da lusofonia e da latinidade;

– a cooperação com os países do entorno sul-americano e a cooperação sul-sul em geral;

– a transmissão e utilização internacional do cabedal científico e tecnológico do Brasil, ao qual já nos qualificamos, podendo transmitir a outros países em desenvolvimento;

– o estímulo à universalização da organização e a volta dos membros que dela se retiraram, sem que o equilíbrio institucional seja rompido;

– a defesa do pluralismo da diversidade cultural com a utilização de tecnologias inovadoras – sobre isso, a Unesco desenvolve vários aspectos interessantes. Por exemplo, o desenvolvimento de um **software** de tradução simultânea, que, realmente, é interativo e cujo projeto, atualmente, está sendo liderado por um brasileiro. A participação dos esforços de combate ao racismo e o resgate da memória histórica da escravidão e sua abolição, assim como a proteção aos povos indígenas;

– a plena utilização do foro para a promoção de instrumentos e mecanismos de direitos humanos, com vistas, inclusive, à solução de casos individuais de violação dos direitos humanos – se V. Exª quiserem, posso voltar a me referir a isso;

– a utilização do foro para a divulgação do acervo da cultura brasileira; a divulgação do foro para a divulgação das realizações do Governo e da sociedade brasileira;

– a promoção da internacionalização de centros de excelência brasileira; a participação ativa na elaboração internacional de normas e instrumentos relativos à ética na ciência;

– a busca de oportunidades científica e tecnológica inovadoras de interesse para o Brasil;

– a utilização de mecanismos de preservação e proteção na área do patrimônio sendo intangível, inclusive, o cultural – isso é novo;

– a busca de parcerias para a manutenção plena do **status** dos sítios ou bens protegidos no Brasil;

– a utilização da competência da Unesco em favor do desenvolvimento sustentável;

– a visita de autoridades brasileiras e delegações oficiais do Brasil à Unesco;

– a presença de funcionários internacionais de qualidade do Brasil na Secretaria da Organização – aliás, o diretor-geral adjunto é um brasileiro, o Dr. Márcio Barbosa;

– a reforma do Conselho Executivo da Conferência Geral, assim como a defesa da busca das mais eficientes soluções gerenciais para a organização; e

– a continuação da busca de uma redução, eqüitativamente, para a *(palavra incompreensível)* da contribuição financeira do Brasil à Organização.

Estarei atento aos acréscimos e às observações que V. Exª possam fazer. Desculpem-me por ter lido todo esse catálogo, mas para darmos uma visão da Unesco, em custo prazo de tempo, penso que só poderia ler um texto, em vez de divagar e ficar falando várias horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado a V. Exª, nobre Embaixador Antonio Augusto Dayrell de Lima.

Passamos, agora, à fase de argüição por parte dos Srs. Senadores.

Antes, apresento algumas informações aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Na próxima terça-feira, às 17h30min, estaremos aqui argüindo e apreciando a indicação do nome do ex-Presidente, ex-Governador e ex-Senador Itamar Augusto Cautiero Franco para representar o Brasil junto à Itália – e o Relator é o nobre Senador Pedro Simon. Peço a atenção, porque precisamos publicar o seu parecer e, se puder, peço que o entregue o quanto antes. Apreciaremos também o nome do Sr. Tilden José Santiago, ex-Deputado Federal, para representar o Brasil junto à Cuba; e o da Srª Celina Maria Assunção do Vale Pereira para ser Embaixadora na Suíça. No caso, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães já entregou o seu parecer.

Na próxima quinta-feira, às 10h da manhã – teremos duas reuniões na próxima semana –, nós ouviremos a Embaixadora dos Estados Unidos, Srª Donna Hrinak, bem como o Embaixador do Reino Unido no Brasil, Sr. Roger Bone. Então, ouviremos os dois ao mesmo tempo.

Sobre o conflito no Iraque, a Embaixadora dos Estados Unidos e o Embaixador do Reino Unido para exporem o ponto de vista de seus governos relativamente ao que ocorre no Iraque, tendo a Comissão já ouvido o embaixador do Iraque na última semana.

Estão abertas as inscrições para a argüição dos embaixadores.

Pergunto se algum dos Srs. Senadores deseja formular alguma pergunta aos três indicados.

Dado o grande interesse na reunião de hoje da Comissão de Ética, se não houver objeção dos Srs. Senadores e dos indicados, continuaremos com a reunião aberta para que logo possamos concluí-la.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao embaixador Stelio Amarante em relação aos investimentos.

Embaixador, dentre os poucos investimentos que a Irlanda tem no Brasil, pode-se citar a Kerry, que foi instalada em Minas Gerais, na cidade de Três Corações, terra natal de Pelé. Queria saber a sua opinião sobre a possibilidade de que esse seja apenas um projeto inicial, pois queremos que, além da Kerry, outras empresas irlandesas possam se instalar no Brasil.

Faço essa indagação com a visão muito clara de que cabe aos embaixadores brasileiros o desempenho dessa função comercial moderna, tão bem exercida pelo Itamaraty, e que outros países exercem também com muita freqüência no Brasil.

O SR. STELIO MARCOS AMARANTE – Muito obrigado, Senador. Aliás, quero pedir desculpas, porque na minha exposição acabei omitindo esse aspecto tão importante, que é o meu desejo de aprofundar as nossas relações econômicas com a Irlanda.

De fato há esse investimento pioneiro do grupo Kerry, um grupo muito poderoso e de capital genuinamente irlandês que se dedica à produção de acessórios para a indústria alimentícia. Eles têm duas ou três fábricas no Brasil, sendo a principal a de Minas Gerais, mas têm também uma em São Paulo e teriam comprado mais duas outras empresas.

O meu desejo é que, a partir desse investimento em Três Corações, consigamos estimular os irlandeses a formar um **cluster,** e que seus investimentos sejam feitos não somente no setor de alimentos mas também no de tecnologia avançada. Sei que eles estão muito interessados, inclusive já mandaram uma missão ao Brasil e querem enviar outra – eles têm uma empresa estatal de fomento das empresas genuinamente irlandesas: chama-se **Enterprise Ireland.** A minha idéia é ver se, da nossa parte, há receptividade a isso. Do próprio Estado de Minas Gerais, onde eles têm essa base, certamente, a matriz recebe informações muito boas. Acredito que a rentabilidade dessa empresa deva ser alta, pois já compraram duas outras.

O que estou sentindo é que, da nossa parte, estamos muito tímidos. Eles já fizeram visitas importantes. A ex-Presidente da República da Irlanda Mary Robinson já veio; depois, veio o Primeiro-Ministro, que, aliás, inaugurou a embaixada aqui; recentemente, veio o Ministro do Meio Ambiente. Mandaram missões da **Enterprise Ireland**. E, da nossa parte, a coisa está muito modesta. Tivemos uma missão da Firjan, em 2001, e uma missão de Deputados gaúchos, mas creio que não estamos exercendo a reciprocidade. Nossa embaixada é muito mais antiga do que a deles aqui, e eles estão fazendo muito mais, embora já tenham um comércio muito superavitário conosco. Eles já estão na faixa dos US$200 milhões, e não subimos além dos US$100 milhões. Eles exportam produtos que cobrem 100 itens da pauta aduaneira, e nós apenas exportamos 60 itens. Isso mostra um esforço muito grande deles de prospecção, o que não estamos fazendo. Meu desejo é um pouco a minha especialidade na carreira: promoção comercial. Fiz isso em quatro postos e vou tentar contribuir para reduzir esse **gap**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Embaixadores – que tenho certeza que muito bem representarão o nosso País, tanto na Irlanda, quanto na República do Trinidad e Tobago e na Unesco –, quero complementar as palavras do meu companheiro, Senador Eduardo Azeredo, defendendo, além da Bandeira do Brasil, a das nossas Minas Gerais.

Considerando o currículo dos senhores, bem como os países para onde estão indo e a importância desse intercâmbio para o nosso País, acredito que sejam, além de executivos representando o Brasil lá fora, também bons negociadores. Vemos que pode aumentar muito o intercâmbio dos países onde os senhores representarão o nosso Governo e o nosso País, nos próximos quatro anos, como aumentar muito essa área de negócios de intercâmbio com o Brasil.

Fiquei encantado ao tomar conhecimento da renda **per capita** dos irlandeses e do seu poder de exportação – hoje equivalente a US$20 mil por habitante. Quem dera, Senador Marcelo Crivella, o Brasil chegasse a um décimo disso. E acreditamos que é possível, em razão do conhecimento que os senhores têm – já sendo Ministros de 1ª Classe, com a convivência e a experiência que têm no Itamaraty –, trazer muitos conhecimentos e resultados que deram certo nos países em que os senhores nos representarão, aumentando cada vez mais o intercâmbio com o nosso País.

Como Senador mineiro, como representante do nosso Estado, quero estar também à disposição de V. Exªs para o que precisarem nesta Casa, em todos os sentidos.

Parabéns, muitas felicidades e sucesso na nova vida dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Embaixadores, os indicados – o Embaixador Stelio Marcos Amarante e a Embaixadora Gilda Maria Ramos – mostraram clareza na exposição que fizeram, apresentaram seus currículos e o conhecimento que têm das causas brasileiras, na abordagem do aspecto das relações econômicas e comerciais entre Brasil e os países onde serão representantes, e o Embaixador Antonio Augusto Dayrell de Lima, que é um nome conhecido no cenário brasileiro, vai nos representar junto a um órgão importantíssimo, a Unesco.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, diante de um quadro assim, não me cabe fazer perguntas, mas apenas desejar sucesso aos novos embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Membros do nosso Corpo Diplomático e futuros representantes do Brasil na Irlanda, em Trinidad e Tobago e na Unesco, a cada reunião que fazemos nesta Comissão de Relação Exteriores, ficamos mesmo orgulhosos, porque o nosso Corpo Diplomático é, sem sombra de dúvida – pelo menos na amostragem que tem sido feita na nossa Comissão –, de extremo gabarito.

Sentimos não poder, às vezes, acompanhar as reuniões desde o princípio, exatamente por esse volume de informações tão interessantes e pertinentes que os senhores trazem a esta Casa. E nas conversas que têm os Senadores, bilaterais, ficamos mesmo muito impressionados com o preparo e o cabedal de cada um dos senhores.

Como contribuição, apenas, gostaria de lembrar à nossa futura Embaixadora em Trinidad e Tobago sobre uma tecnologia brasileira extremamente importante, mas pouco divulgada no exterior: o cimento. Digo isso, pois V. Exª se envolveu com os temas siderúrgicos, e eles estão muito correlacionados.

O Brasil tem uma tecnologia de produzir o cimento portland de alto forno. Isso é algo nosso. A grande vantagem desse cimento, já testado por mais de vinte anos nas construções brasileiras, é ter 85% da sua matéria prima advinda da escória de alto forno. A escória de alto forno é esse material que fica em suspensão na produção do aço, essa borra, essa nata, que é tirada do alto forno e jogada fora no pátio, que se esfria como um carvão de churrasco. Depois, como ela tem volume, com baixa densidade, porque o volume é grande, mas o peso é pequeno, ela é moída e incorporada num saco de cimento. Logo, 85% de um saco de cimento é escória. Isso é tecnologia nossa.

Então, quem hoje tem siderúrgica, automaticamente, deve ter perto uma fábrica de cimento. Dr. Antônio Ermírio de Morais é um grande exemplo disso. Em Barra Mansa, ele tem a Siderúrgica Barra Mansa e, ao lado, ele tem a fábrica de cimento Votoran, que é a maior do País. A fábrica de cimento Tupi, que também tem capital estrangeiro, fica do lado da Companhia Siderúrgica Nacional, com um contrato de cem anos para pegar essa escória. Não paga nada por ela. A única coisa que a Companhia Siderúrgica pede é que o sujeito remova-a de lá, porque é uma escória, não tem nem interesse para eles.

Gostaria de deixar essa contribuição e desejar sucesso aos nossos Embaixadores.

Sr. Presidente, o Embaixador da Alemanha esteve ontem me visitando no gabinete e me fez portador de uma solicitação, que é a de vir à nossa Comissão para falar da posição da Alemanha no conflito entre Estados Unidos e Iraque. Disse-lhe que iria submeter a proposta a V. Exª para ver a possibilidade disso acontecer. O Embaixador tem uma posição muito parecida com a nossa. Afirmou, também, não sei com que propósito, que a Alemanha está disputando o segundo lugar na parceria comercial com o Brasil. Hoje, são os Estados Unidos, a Argentina e, em seguida, a Alemanha, mas o Embaixador acredita que este ano a Alemanha passará a Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Embaixadora Gilda tem a palavra.

A SRª GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES – Senador, agradeço o comentário de V. Exª. Tenho aqui a pauta de exportação nossa para Trinidad, que se compõe de cem itens, na qual não consta cimento portland de alto forno. Estarei muito atenta a isso. Temos uma pauta em que dois itens representam quase 80%, que são minérios de ferro aglomerado e concentrados em óleos brutos de petróleo. Estarei muito atenta a isso. É muito importante esse comentário de V. Exª. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Há mais algum Senador que gostaria de usar da palavra?

Gostaria de fazer uma breve indagação aos senhores três indicados e a senhora, uma vez que estamos vivendo um conflito que, certamente, está chamando atenção de todo o corpo diplomático brasileiro.

Já convidamos para vir a esta Comissão, na próxima semana, a Embaixadora dos Estados Unidos e o Embaixador do Reino Unido. Ambos têm uma posição semelhante. Poderíamos convidar o Embaixador da República Federal da Alemanha em uma oportunidade um pouco mais à frente, para que, na próxima semana, possamos dialogar entre nós se seria o caso de ouvirmos os Embaixadores dos países-membros do Conselho de Segurança da ONU no Brasil que têm proposto um caminho diferente, como a Alemanha, China e Rússia. Apresento a sugestão para reflexão para que, na próxima semana, possamos decidir conjuntamente.

Gostaria de informar que recebi um ofício do Presidente da Assembléia da República da Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa, Sr. Jaime Gama, sugerindo que uma delegação do Congresso brasileiro de aproximadamente cinco membros possa visitar a Assembléia da República de Portugal. Peço à Secretaria da Comissão que encaminhe cópia do ofício a todos seus membros titulares. Os Srs. Senadores que avaliarem o convite interessante poderão comunicar à Presidência da Comissão.

Informo que, logo após o encerramento desse item, deveríamos apreciar um item extrapauta. Trata-se de um requerimento de autorização à co-promoção do I Encontro de Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, evento que a Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados promoverá.

Gostaria de iniciar pelo Sr. Antônio Augusto Dayrell de Lima, que, inclusive, expressou o grande papel que poderá ter a Unesco em construir as condições da verdadeira paz no mundo, que nos apresente sua visão, preocupação e recomendação relativamente ao conflito no Iraque.

Depois, pedirei uma palavra de cada um dos três sobre tema, a título de considerações finais.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DAYRELL DE LIMA – Muito obrigado.

Evidentemente, a Unesco é uma organização criada no pós-guerra. E cumpriu muito bem sua função, tanto o é que atualmente está no Afeganistão ao lado do Unicef e de outras organizações fundamentais, onde desempenha um papel fundamental.

Entretanto, considero o papel preventivo mais importante no momento, na medida em que se fala de confronto de civilizações, sendo que alguns já externaram de forma cabal esse conceito. É mais ou menos como se os princípios iluministas de racionalidade, que remontam o século XVIII, tivessem sendo negados por causa dos fundamentalismos de todo bordo. E digo bem "de todo bordo" e não de apenas uma das partes. Digamos que o nosso credo nacionalista caiu um pouco pelo chão e, talvez, a visão internacional mais solidarista esteja sendo posta de lado por uma real política exagerada em um mundo muito hegemônico, em que não há mais capacidade de diálogo.

Creio que a Organização das Nações Unidas não irá se esvaziar, porque um sistema internacional é necessário. Não existe a possibilidade de um sistema internacional solipsista, ou seja, que pensa que a realidade é a sua própria realidade, que está dentro da própria pessoa e que não existe realidade fora de sua cabeça. Teremos de enfrentar essa situação de exaltação, digamos assim.

Considero interessante no fundamentalismo, no exagero que está havendo em termos políticos, a ava-

liação de que faltou educação, que estamos resvalando na barbárie, na falta de civilização. É como se a mensagem do esclarecimento, das luzes, que um professor tivesse dado não tivesse funcionado e os alunos reprovados saíssem brigando na classe. Não é bem isso. Entendo que os fundamentalismos de hoje, e todo o bordo, volto a esclarecer, são argumentados até com precisão, são até esclarecidos e difundidos pelos mais modernos meios de comunicação e de marketing. Não nascem por um súbito obscurecimento da razão, mas porque existe uma compreensão aguda desses ensinamentos racionalistas. É justamente por pensar por si mesmo, e não por um mestre externo, que o exaltado moderno não se precipita no caminho que considera salvaguardar sua própria identidade. Penso que é esse o problema fundamental, que não é tanto de ordem econômica ou política, mas de ordem cultural, quando falamos de confronto de civilizações, seja um fundamentalista islâmico ou um fundamentalista americano, porque, hoje em dia, temos um Presidente americano criacionista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães.

A SRª GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES – Penso, Senador, que a nossa posição, expressada, inclusive, pelo Presidente Lula, é extremamente equilibrada, porque creio que essa guerra é preocupante. Foi ignorado um organismo multilateral, da importância das Nações Unidas, portanto, nós nos vemos numa situação em que não há um equilíbrio de poder, não há forças equilibradas, mas somente uma força que não respeitou as Nações Unidas, o que considero muito preocupante. O nosso papel é exatamente de contribuir para revitalizar essa Organização das Nações Unidas, que é um fórum importantíssimo nesse contexto. Penso que a nossa posição foi muito clara, muito equilibrada e muito correta. Esperemos que essa Organização internacional seja realmente revitalizada e que venha a desempenhar, outra vez, o seu papel internacional de fundamental importância.

Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães.

Concedo a palavra ao Embaixador Stelio Marcos Amarante.

O SR. STELIO MARCOS AMARANTE – Com relação à posição brasileira, penso que há uma unanimidade em que estamos seguindo o caminho da correção. Esta guerra, por não ter sido autorizada pelas Nações Unidas, é ilegal. O Brasil tem enfatizado isso e buscado – de maneira muito clara e já há muito tempo, muito antes da detonação do conflito – evitar que se chegasse a esse ponto. Esperemos que realmente as Nações Unidas possam sair desse episódio não destroçadas, mas tenho meus receios quanto a isso. Não estou tão otimista quanto ao futuro e também vejo, na União Européia, uma cisão muito grave entre a Grã-Bretanha e a França, que talvez fosse já um desamor antigo, e também entre a Alemanha, a França e os Estados Unidos, isto é, todas essas tendências que já vinham latentes há muito tempo surgiram agora de uma maneira muito clara. Não sei como vão fazer para acertar isso, talvez só com o próximo governo americano, se não for reeleito o Presidente Bush, tenhamos uma chance de reconciliação. Creio que seria positivo se isso servisse para que os europeus se unissem mais. O problema da União Européia é que não há uma posição unânime sobre os temas de política externa, isso a debilita muito. Além dessa debilidade, a União Européia, do ponto de vista bélico, também se enfraqueceu muito perante os Estados Unidos, deixando de fazer investimentos em armamentos, que é uma coisa sensata economicamente. Mas, do ponto de vista político, tornaram-se anões armamentistas, o que fez com que, neste momento, os Estados Unidos tivessem essa posição incontestável de poderio e que a União Européia – a Alemanha, por exemplo – não tenha como bloquear ou frear essas tendências. Esperemos que isso seja resolvido de outra maneira, não por meio de aumento de gastos militares na União Européia.

A Irlanda ficou numa posição muito difícil, por depender muito dos Estados Unidos, dos investimentos americanos e dos mercados da Alemanha, França e Grã-Bretanha. Embora seja um país profundamente católico, que tenderia a atender ao apelo do Papa no sentido de que esse conflito cessasse, a Irlanda manteve-se numa posição muito prudente, não se exprimindo claramente em favor de qualquer uma das partes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Solicito aos Senadores Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas e Lúcia Vânia a gentileza de apurarem os votos.

Primeiramente, pergunto se todos os Srs. Senadores já votaram, porque ainda não o fiz. Em seguida, daremos início à votação.

Enquanto alguns dos Srs. Senadores ainda votam, peço à Senadora Patrícia Saboya Gomes que dê seu parecer a respeito do requerimento que propus, a fim de que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também possa co-patrocinar o encontro das Parlamentares mulheres de língua portugue-

sa, segundo a proposição da Deputada Maria José Maninha, na Câmara dos Deputados. Portanto, solicito a V. Exª a gentileza de expressar sua opinião.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Marcelo Crivella, para que eu possa votar.

Tem a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, sinto-me honrada, por V. Exª pedir minha opinião sobre esse requerimento, que trata justamente do encontro de mulheres Parlamentares de língua portuguesa, a ser realizado no Senado Federal.

A iniciativa de V. Exª, assim como da Deputada Maria José Maninha, do PT do Distrito Federal, é de extrema importância para todos nós.

Aproveito a oportunidade para dizer que a Senadora Lúcia Vânia e eu nos atrasamos para a reunião desta Comissão, porque estávamos entregando o Prêmio Berta Lutz às cinco homenageadas brasileiras pelo desempenho e pelo papel que vêm exercendo.

Portanto, é de fundamental importância a iniciativa de V. Exª, assim como da Deputada Maria José Maninha. Creio que realizaremos esse encontro no Senado entre os dias 26 e 30 de maio, para trocarmos idéias e experiências.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Solicito às Senadoras Patrícia Saboya Gomes, Lúcia Vânia, Heloísa Helena, Roseana Sarney e Fátima Cleide que representem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nesse encontro das Parlamentares mulheres dos povos de língua portuguesa.

Aprovado o requerimento.

Os Senadores Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas e Lúcia Vânia informam-nos que os três indicados para representar o Brasil em Trinidad e Tobago, na República da Irlanda e na Unesco – Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães, Sr. Stelio Marcos Amarante e Embaixador Antônio Augusto Dayrell de Lima respectivamente –, foram aprovados unanimemente, com dezesseis votos a favor e nenhum voto contrário, por todos os Membros da Comissão.

Meus cumprimentos a V. Exªs.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12h00min.)

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia três de abril do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia três de abril do ano de dois mil e três, no Plenário Dois da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **HÉLIO COSTA, EDISON LOBÃO, FERNANDO BEZERRA, JEFFERSON PÉRES, ARTHUR VIRGÍLIO, JOSÉ AGRIPINO, JOÃO CAPIBERIBE, PEDRO SIMON, EDUARDO AZEREDO, ROSEANA SARNEY, ALOIZIO MERCADANTE, MARCELO CRIVELLA, LUIZ OTÁVIO, SÉRGIO GUERRA, JOÃO ALBERTO SOUZA, DUCIOMAR COSTA, FÁTIMA CLEIDE, LÚCIA VÂNIA, TASSO JEREISSATI e VALDIR RAUP**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Projeto de Decreto Legislativo N°07 de 2003 que "aprova os textos dos Protocolos Facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados e à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, assinados em Nova York, em 6 de setembro de 2000".O Senhor Presidente concede a palavra à Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA GOMES**, relatora da matéria, que faz a leitura do relatório com Parecer favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, o Parecer é aprovado. Passa-se, então, para apreciação do item seguinte. **Item 02** – Audiência Pública com presença da Embaixadora dos Estados Unidos Americanos **DONNA JEAN HRINAK** para expor as razões do conflito entre a República dos Estados Unidos da América e a República do Iraque e também a presença do Embaixador do Reino Unido **ROGER BONE** para expor as razões que levaram seu país a apoiar o mencionado conflito. O Senhor Presidente informa que a reunião será reservada aos Senadores, Deputados e Assessores de ambas as Embaixadas e aos Parlamentares. Ainda, informa à imprensa que, segundo entendimento com ambos os Embaixadores, a reunião será gravada pela **TV Senado** e transmitida após seu termino. Concede a palavra à Senhora Embaixadora **DONNA JEAN HRINAK** que faz sua exposição. Em seguida, o Senhor Presidente informa que a lista de interpelação está aberta e passa a palavra ao Senhor Embaixador **ROGER BONE** para fazer sua exposição. Feitas as exposições, utilizam da palavra os Senhores Senadores: **ARTHUR VIRGÍLIO, HÉLIO COSTA JOÃO CAPIBERIBE, TASSO JEREISSATI, EURÍPEDES CAMARGO, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO AZEREDO, PATRÍCIA SABOYA GOMES e ALOIZIO MERCADANTE.**

Concede-se novamente a palavra à Embaixadora que compromete-se a responder as perguntas dos Senhores Senadores por escrito, pois um grupo de organizações populares a aguardava numa pequena manifestação em frente à Embaixada. Sendo assim, a Embaixadora ausenta-se. Passa-se a palavra ao Senhor Embaixador **ROGER BONE** para que responda às perguntas. O Senhor Senador **HÉLIO COSTA** pede a palavra pela ordem. Concede-se, novamente, a palavra ao Senhor Embaixador para considerações finais. O Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Embaixadores e encerra-se a reunião às 12 horas e 40 minutos. Para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Sexta Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no dia Três de Abril do Ano de Dois Mil e Três, às Dez Horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Hoje, vamos dedicar esta reunião à audiência da Embaixadora dos Estados Unidos, Donna Jean Hrinak, e do Embaixador do Reino Unido, Roger Bone. A intenção é que sejam expostas as razões do conflito entre os Estados Unidos da América, o Reino Unido e o Iraque.

Antes de darmos início à audiência, quero informar que nos foi feita uma solicitação pela Cruz Vermelha, cujo diretor para a América Latina nos visitou ontem, no sentido de que esta Comissão possa examinar com celeridade os textos dos protocolos facultativos da Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados, à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, assinados em Nova Iorque, em 06 de setembro de 2001.

Solicitamos à Senadora Patrícia Saboya Gomes que leia o seu parecer, que é muito simples. Iniciaremos esta reunião com este item, rapidamente.

Antes, porém, convido a tomar assento à mesa a Embaixadora dos Estados Unidos da América, Donna Jean Hrinak, e o Embaixador do Reino Unido, Roger Bone. Quero informar que também se encontra presente a representante da Unicef no Brasil, Srª Reiko Niimi – seja muito bem-vinda à nossa reunião.

Informo, ainda, que foram convidados os Deputados Federais da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, e encontra-se aqui o Deputado José Múcio, representando a Câmara dos Deputados – seja muito bem-vindo, Deputado.

Peço à Senadora Patrícia Saboya Gomes que leia o seu parecer.

A SRª RELATORA (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy; Embaixadora Donna Hrinak; Embaixador Roger Boné; Srª Reiko Niimi, representante da Unicef no Brasil, eu gostaria de dizer da satisfação de ter sido designada Relatora desse protocolo que hoje o Brasil irá ratificar.

Estamos vivendo momentos particularmente inquietantes. As cenas que estamos presenciando, todos os dias, são, infelizmente, desumanas e, lamentavelmente, em todos os conflitos, as crianças e as mulheres são a parte da população mais afetada. Não sabemos ao certo quantas crianças acabam sendo vítimas – morrem, são feridas ou ficam órfãs –, mas, sem dúvida alguma, elas são a parcela mais frágil das guerras.

Neste momento em que se discute o papel das Nações Unidas na administração dos conflitos mundiais, temos aqui, na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, uma boa notícia: o Brasil está dando o primeiro passo rumo à ratificação de dois importantes protocolos facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, hoje o documento de direitos humanos mais aceito na história da humanidade. O primeiro desses protocolos diz respeito ao estabelecimento de normas rígidas sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados. O segundo refere-se à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantil.

O Brasil é reconhecidamente um país pacífico. Nas relações internacionais, sua posição tem sido a de neutralidade e de busca da resolução dos conflitos pelo caminho da diplomacia. O País vive atualmente tempos de apreensão diante do agravamento da violência e de problemas gravíssimos, como o crime organizado e o tráfico de drogas. Milhares de crianças não estão tendo a oportunidade de se desenvolver plenamente, são cada vez mais cedo aliciadas pelo tráfico, exploradas sexualmente e expostas a todo e qualquer tipo de violência.

Nesta Casa, Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, temos tido a oportunidade de dar continuidade a um trabalho pela luta de defesa das crianças e adolescentes, dessa vez não só em defesa das crianças de meu Estado, Ceará, que ainda é muito pobre e sofrido, mas buscando fazer o melhor possível por todas as crianças e adolescentes do nosso País, inclusive aprovan-

do uma CPI Mista, feita pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, pela qual deveremos investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País, tendo em vista, inclusive, algo que nos deu um estímulo muito grande, a palavra do nosso Presidente Lula de que esta será uma missão de seu Governo: combater veementemente a exploração sexual de nossas crianças e adolescentes.

Portanto, para mim e para aqueles que lutam pelas organizações não-governamentais e governamentais, que têm um trabalho efetivo em relação ao tema de crianças e adolescentes, é muito importante poder ler este parecer.

Passo agora a ler o relatório, Sr. Presidente.

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2003, que aprova os textos dos protocolos facultativos à Convenção Sobre os Direitos das Crianças, relativos ao envolvimento das crianças em conflitos armados e à venda de crianças à prostituição infantil e à pornografia infantil, assinados em Nova Iorque, em 06 de setembro de 2000.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido. O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 25 de fevereiro 2003, tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a proposição, a Mensagem nº 1.035, de 2001, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 242, de 10 de dezembro de 2001, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores da qual cabe destacar o seguinte: o Brasil é parte da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, desde 1990, quando esta foi promulgada pelo Decreto nº 9.710.

Os dois protocolos facultativos, que ampliam a abrangência do CDC, refletem relevantes princípios internacionais e representam importantes instrumentos para a proteção das crianças contra o envolvimento em conflitos armados e a exploração sexual.

A exposição de motivos informa ainda que, no âmbito da Organização das Nações Unidas, os protocolos foram adotados por votação unânime pela Comissão de Direitos Humanos, submetidos ao crivo do Conselho Econômico e Social, em 25 de maio de 2000, aprovados pela Assembléia-Geral da ONU.

No Brasil, foram consultados o Ministério da Defesa e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos que declaram não ter oposição à assinatura. A Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, por sua vez, também apresentou parecer favorável à assinatura.

Os protocolos em apreço, em consonância com as mais modernas tendências da proteção aos direitos da criança, buscam assegurar à condição humana proteger a infância tanto em conflitos armados quanto em situações que se apresentem o risco de graves delitos, condenáveis em todos os sistemas jurídicos das nações civilizadas, como a pornografia infantil e a prostituição de menores.

A exploração infantil, em suas diferentes formas, é conduta inaceitável cabendo à comunidade internacional cooperar no sentido de condenar e coibir práticas como o recrutamento forçado de menores de 18 anos e os abusos relacionados à venda de crianças, pornografia infantil e delitos afins.

O Brasil não pode e não deve se furtar em mostrar-se atuante, no sistema jurídico interno e internacional, no combate a todo e qualquer tipo de violação dos direitos da infância. Trata-se, toda a evidência, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, celebrado no âmbito das Organizações das Nações Unidas, o que é muito positivo para as relações internacionais do Brasil e para a imagem do País junto à comunidade internacional.

VOTO.

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versando em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2003.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Informamos que já há número regimental, podemos votar a matéria.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo às mãos da Embaixadora Donna Hrinak e do Embaixador Roger Bonn dois dos requerimentos

que foram aprovados por esta Comissão, na última terça-feira. O primeiro, que teve como Relator o Senador Pedro Simon, de autoria deste Senador e também dos Líderes Aloizio Mercadante e Tião Viana, "conclama os governos dos países membros do Conselho de Segurança da ONU a convocar reunião de emergência daquele organismo, para debater estratégias que visem fazer cumprir a Resolução nº 441, de forma pacífica, e cessar, de imediato, a intervenção militar no Iraque."

E o outro, também assinado por inúmeros Senadores, inclusive por mim, sugerindo a Sua Santidade, o Papa João Paulo II, que "convoque conclave dos líderes religiosos mundiais para discutir soluções de paz para o conflito no Iraque, de preferência em Bagdá ou em uma das capitais dos países envolvidos no conflito."

Passo a palavra à Embaixadora Donna Jean Hrinak.

Saliento que tivemos o seguinte entendimento: esta parte da reunião será reservada à presença dos Senadores e Deputados Federais, podendo também permanecer a representante do Unicef, os assessores de ambas as Embaixadas e os assessores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Informo à imprensa que, segundo entendimento com ambos os Embaixadores, esta reunião será, embora reservada, gravada pela **TV Senado**. Logo que for concluída, a Embaixadora Donna Hrinak e o Embaixador Roger Bonn autorizaram que seja transmitida pela **TV Senado**, hoje mesmo, no horário em que a emissora puder transmitir. Embora a reunião se processe reservadamente, será inteiramente transparente em seu conteúdo para divulgação à opinião pública. É esse o entendimento.

Peço a atenção dos jornalistas e outras pessoas que não sejam as que mencionei – Senadores, Deputados e os assessores da Embaixadora e do Embaixador e do próprio Senado Federal, que estão convidados a permanecer –, enfim, aos demais presentes, peço a gentileza de se ausentarem neste momento.

Aguardaremos 30 segundos para que todos possam se retirar.

Peço a gentileza dos seguranças a fim de permitirem aos fotógrafos chegarem mais perto para tirarem as fotos; depois, devem se ausentar.

Esta reunião se dá em prosseguimento ao grande interesse que houve, há duas semanas, quando tivemos aqui uma audiência com o Embaixador do Iraque Jarallah Alobaidy.

E, então, ficamos hoje de ouvir os Embaixadores, tanto dos Estados Unidos quanto do Reino Unido. E é a isso que procedemos, de pronto. Quero agradecer a atenção da Embaixadora Donna Hrinak, assim como do Embaixador Roger Bone, ambos têm tido muita atenção para com o Congresso Nacional e ambos se dispuseram a participar desse diálogo com as Srªs e com os Srs. Senadores e também Deputados e Deputadas Federais.

Agora, peço licença aos jornalistas para que possamos prosseguir, já informando, portanto, que tudo se tornará transparente, pois a **TV Senado** vai transmitir esta reunião, que será gravada a partir deste instante. Assim, a **TV Senado** terá condições de passar ao vivo a reunião do Conselho de Ética, que também está sendo objeto de grande interesse. E, logo que terminar a reunião do Conselho de Ética, a **TV Senado** transmitirá esta reunião. Se porventura o Conselho de Ética estiver sendo transmitido até o horário da sessão ordinária do Senado Federal, então após a sessão do Senado esta reunião poderá ser transmitida.

Então, passamos a palavra à Embaixadora Donna Hrinak. Seja bem-vinda.

A SRª EMBAIXADORA (Donna Hrinak) – Bom dia!

Primeiro, gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por convidar-me para falar com os senhores hoje. Gostaria também de agradecer o Vice-Presidente da Comissão, Senador Marcelo Crivella, e aos outros Senadores e Deputados aqui presentes.

Estou especialmente feliz de ter ao meu lado o excelente e estimado Colega, bem como parceiro de coalizão, o honorável Sr. Roger Bone.

Durante as últimas semanas, tenho explicado aos meus chefes, ao Congresso e à imprensa dos Estados Unidos por que o Brasil, nosso parceiro essencial no hemisfério, não está do nosso lado no conflito no Iraque. Falei sobre a preferência brasileira sempre pela busca de soluções pacíficas contra o conflito, que remonta ao século passado, com o Barão do Rio Branco. Expliquei a firme crença do seu País em trabalhar no âmbito das instituições multilaterais para solucionar problemas e também expus a preocupação do Brasil com o possível impacto econômico da guerra.

Nem todos em Washington concordam com a posição do Brasil, mas, pelo menos agora, há um melhor entendimento da reação do Brasil aos eventos que ora se desenrolam no Iraque. É neste espírito

que estou aqui hoje, para criar um entendimento mais profundo. Acredito que quanto mais entendermos um ao outro tanto melhor serão as discussões sobre uma gama de questões que enfrentamos. Espero ter esse diálogo com os senhores hoje sobre o Iraque.

O Secretário de Estado Colin Powell falou recentemente perante o nosso Congresso e enfatizou o seguinte:

"Este é um conflito que não pedimos, que não buscamos, que não queremos, que fizemos tudo para evitar. Em outras palavras, a força não foi nossa primeira escolha. Como já observei antes, a guerra sempre foi uma opção, porém a última opção.

Trabalhamos arduamente com a comunidade internacional para aprovar a Resolução nº 1441, do Conselho de Segurança da ONU, que dava ao regime iraquiano a última chance para se desarmar de maneira pacífica, mas que também alertava sobre as graves conseqüências caso isso não fosse feito. O regime iraquiano rejeitou essa chance, forçando a coalizão a concluir que a força era necessária para desarmá-lo.

O regime iraquiano não apenas rejeitou aquela chance, mas ele a ignorou e, ao longo de 12 anos, infringiu 17 resoluções do Conselho de Segurança da ONU. A comunidade internacional está unida na convicção de que Saddam Hussein é uma ameaça perigosa e deve ser desarmado.

Duas semanas atrás, esta Comissão se reuniu com o representante do Governo iraquiano e emitiu um pronunciamento que dizia:

"Conclamamos seus governantes a ouvirem a voz dos povos de todo o mundo, no sentido de que terão nosso apoio para persuadir o Governo iraquiano a destruir inteiramente suas armas de destruição em massa, bem como para promover a democratização das instituições políticas do Iraque, por meios pacíficos".

Meu Governo compartilha com esta Comissão o desejo de que o Iraque se desfaça de suas armas de destruição em massa e que um Iraque democrático esteja disposto e seja capaz de viver em paz com seus vizinhos e tenha prosperidade.

É evidente que concordamos com relação à ameaça imposta pelo Iraque. Durante doze anos, tentamos a diplomacia. Por várias vezes, apelamos para a Organização das Nações Unidas e, com a Resolução nº 1.441, a ONU orientou o Iraque que deixasse claro que havia se desarmado. Mas o Iraque, novamente, não o fez.

Não podemos ignorar o fato de que Saddam Hussein tem um histórico. Iniciou guerras contra o Irã e contra o Kuwait. Durante o último conflito, Israel e Arábia Saudita foram alvos. Talvez o mais chocante seja o fato de que faz guerra contra seu próprio povo. Isso ocorreu quando lançou gases contra milhares de cidadãos iraquianos em Halarja, em 1988. E ele não tolera divergências.

Não podemos ignorar o fato de que Saddam Hussein não se desarmou. Não podemos ignorar os fatos apresentados pelo Chefe dos Inspetores, Hans Blix, em seus relatórios para a ONU:

"Foi decepcionante que a declaração do Iraque, de 07 de dezembro, não tenha revelado novas provas documentais. Quando provas de itens proscritos não são exibidas, são necessários relatos confiáveis que sejam aceitáveis ou os próprios itens proscritos".

No final, o Iraque não apresentou nem um nem outro.

Não podemos ignorar o fato de que em todos esses anos os inspetores da ONU chegavam ao Iraque, eram expulsos e, depois, retornavam. Mas a postura básica do regime de Saddam Hussein não se alterou. Ao contrário, esse ditador manteve e, em alguns casos, aumentou seu arsenal de armas de destruição em massa. Vamos examinar algumas delas:

Antraz: o Iraque declarou 8,5 mil litros, enquanto a ONU estima 26 mil litros.

Toxina botulínica: o Iraque declarou 19 mil litros, mas a ONU estima o dobro, 38 mil litros.

Gás neutróxico vx: há 1,5 tonelada não explicada, e uma gota é letal.

Sistemas para distribuição de armas químicas biológicas: existem mais de 30 mil munições, cartuchos e bombas não explicados.

Desenvolvimento nuclear: o Iraque tentou várias vezes adquirir, de forma ilegal, materiais controlados utilizados para enriquecimento do urânio.

Mísseis balísticos: muitos testes dos mísseis balísticos Al Samud II e Al Faht excederam o limite de 150 quilômetros estabelecido pela Organização das Nações Unidas, mas o Iraque declarou falsamente que esses sistemas atendiam às exigências da ONU.

É uma lista impressionante, que representa um patente desafio à vontade da comunidade internacional, como explicitado naquelas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Ninguém quer a guerra, mas os Estados Unidos, o Reino Unido e uma coalizão internacional, formada por quase 50 nações, comprometeram-se a garantir aquelas Resoluções, para deixar mal o Iraque e libertar o povo iraquiano da tirania de Saddam Hussein.

O meu país está entre os que se comprometeram a ajudar a reconstruir o Iraque. Nós não somente

ajudaremos a reconstruir os estragos causados pelo conflito, como também os danos maiores causados por anos de decadência e mal uso dos recursos. Agora mesmo, a comunidade internacional está-se reunindo para atender às necessidades humanitárias do povo iraquiano. Os Estados Unidos, o Reino Unido e os aliados da coalizão fornecerão segurança para evitar o caos e a retaliação. O nosso intuito é libertar o Iraque, destituí-lo de todas as armas ilegais e os meios para distribuí-las, eliminar instrutores terroristas e preservar o Iraque como um Estado unificado.

Depois disso, junto com os nossos parceiros e com o próprio povo iraquiano, vamos iniciar o processo de reconstrução econômica e política daquele país. Acredito que estamos de acordo sobre alguns fundamentos básicos: que Saddam Hussein é uma ameaça, que deve ser desarmado de acordo com as Resoluções da ONU e que o povo iraquiano merece viver num país democrático e em paz com os seus vizinhos e consigo mesmo.

Portanto, as nossas diferenças são sobre as táticas, e não sobre os objetivos. Estamos num momento importante da história. Seria um erro mascarar as diferenças que surgiram entre as nações, os desafios que enfrentamos. É hora de se concentrar não somente nos sentimentos, mas também nas responsabilidades. O mundo mudou muito desde o fim da Guerra Fria, e nós, agora, enfrentamos o perigo oculto, porém mortal, do terrorismo global e das armas de destruição em massa, bem como a ameaça visível, mas freqüentemente ignorada, da pobreza e da fome.

A partir de 11 de setembro, as pessoas nos Estados Unidos e ao redor do mundo entenderam, de uma nova forma, a ameaça do terrorismo global. O mundo, como demonstrado na Resolução da ONU, logo após os atentados, está bastante ciente de que terroristas procuram adquirir armas de destruição em massa, e todos nós devemos reconhecer, com tristeza e honestidade, que os esforços internacionais para manter tais armas fora do alcance de líderes temerários não têm surtido efeito. A maneira de lidar com tiranos é combatê-los. Sabemos disso, porque sofremos na própria pele. Reconhecemos que muitas pessoas sérias deste hemisfério, deste Congresso, têm opiniões diferentes sobre o assunto e respeitamos os seus pontos de vista. Na verdade, lamento que a primeira oportunidade de vir aqui tenha sido para conversar com V. Exªs somente sobre o Iraque. Temos uma enorme agenda hemisférica com um grande número de iniciativas para proteger o meio ambiente, combater o tráfico de drogas e outras formas de crime internacional, aumentar o acesso à assistência médica e à educação, fortalecer o papel das mulheres na sociedade e erradicar a pobreza para mencionar apenas algumas.

Espero ter muitas oportunidades para conversar com V. Exªs sobre esses e muitos outros temas de importância para o nosso relacionamento bilateral e nossa agenda regional. Devemos desarmar e destituir Saddam Hussein, mas não deixaremos que ele nos desvie do nosso esforço no sentido de enfrentar os desafios e alcançar as metas que traçamos para nós neste hemisfério.

Obrigada por me ouvirem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Embaixadora Donna Hrinak.

Quero informar que já está aberta a lista de argüição.

Passamos agora a palavra ao Embaixador do Reino Unido, Roger Bone.

O SR. EMBAIXADOR (Roger Bone) – Exmºs Srs. Senadores, bom dia. Gostaria de agradecer ao Senador Suplicy pelo convite para participar desta reunião. Agradeço também aos Senadores aqui presentes pela sua participação. Como sempre, é um grande prazer estar com a minha Colega, a Embaixadora dos Estados Unidos.

Esta é uma ótima oportunidade para esclarecer ao Congresso Nacional brasileiro a posição do Reino Unido em relação ao Iraque. Tenho consciência dos fortes sentimentos despertados pela ação militar nos Membros desta Casa e na população brasileira. Sei também que há outras questões importantes para o Brasil, que vêm à tona: questões morais, jurídicas e geopolíticas.

Os sentimentos despertados no Reino Unido por esse conflito não são mais brandos do que aqui. Não há decisão mais difícil para uma nação democrática e pacífica do que enviar suas tropas a um campo de batalha. Uma decisão assim somente é tomada como último recurso, pois conhecemos suas graves implicações.

Como foi possível que chegássemos a esse ponto? Há 12 anos, a Comunidade Internacional vem trabalhando em conjunto para tentar desarmar o Iraque, em resposta à invasão do Kwait pelas tropas iraquianas. Porém, Saddam Hussein apresenta, há muito mais tempo, um histórico de agressão e de uso de armas de destruição em massa contra seu próprio povo e seus vizinhos.

Não pretendo discorrer sobre cada detalhe dos esforços da Comunidade Internacional para eliminar as armas de destruição em massa do Iraque ao longo

desses 12 anos. Mas asseguro que se trata de um histórico de constante obstrução, engano e não cumprimento de suas obrigações, em desrespeito às 17 resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

Em novembro de 2002, o Conselho de Segurança concordou, por unanimidade, que a proliferação de armas de destruição em massa no Iraque constituía uma ameaça constante à paz e à segurança internacionais e que o Iraque havia descumprido as exigências de desarmamento impostas pelo Direito Internacional. Em seguida, o Conselho de Segurança afirmou que a atitude do Iraque constituía uma grave violação à Resolução nº 687, de 1991, e que, portanto, seriam renovadas as disposições da Resolução nº 678, de 1990, autorizando os Estados-membros a utilizarem todos os meios necessários para restaurar a paz e a segurança internacionais.

O governo britânico acredita que esse argumento forneça o embasamento legal para o uso da força no Iraque. Caso os Membros desta Casa desejem, terei muito prazer em fornecer uma cópia integral do parecer do Procurador-Geral do Reino Unido sobre a questão, emitido em 17 de março último.

Por meio da Resolução nº 1.441, a Comunidade Internacional deu ao Iraque uma última chance de cumprir as exigências de desarmamento, mediante cooperação imediata, ativa e incondicional, com os inspetores de armas da ONU. Nenhum membro do Conselho de Segurança tentou argumentar que tenha havido cooperação imediata, ativa e incondicional. O chefe dos inspetores, Dr. Blix, e sua equipe apresentaram uma longa lista de questões em aberto sobre as armas de destruição em massa do Iraque.

Creio que todos aqui tenham ciência dos esforços diplomáticos do Reino Unido, em conjunto com os Estados Unidos e outros membros do Conselho de Segurança, para tentar aprovar uma ulterior resolução que impusesse um programa realista de desarmamento e que permitisse ao Iraque cumprir suas obrigações. Infelizmente, esses esforços não deram os frutos desejados.

Um dos argumentos apresentados defendia a idéia de que os inspetores precisavam de mais tempo. Tempo não era a questão. Saddam teve vários anos à sua disposição para cumprir as exigências da ONU, o que faltou foi cooperação. As inspeções não foram eficazes.

Era necessário decidir, portanto: agir imediatamente para desarmar Saddam Hussein ou simplesmente evitar lidar com essa ameaça. Temos plena convicção de que evitar o problema garantiria a impunidade de Saddam e permitiria que ele continuasse a aumentar seu arsenal de armas de destruição em massa.

A proliferação de armas de destruição em massa é a maior ameaça à paz e à segurança internacionais que existe no mundo. Não importa se essas armas estão nas mãos de tiranos imperiosos como Saddam Hussein ou se pertencem a grupos de terroristas fanáticos. Ambos odeiam a liberdade e a democracia, ideais tão caras ao Brasil e ao Reino Unindo.

Se ignorarmos essa ameaça no presente, seu impacto será ainda maior no futuro. É verdade que um conflito militar gera instabilidade, mas, neste caso, ele visa à salvaguardar a estabilidade e a ordem geopolítica a longo prazo. Nossas liberdades, nossos direitos, nossas economias e nossos modos de vida dependem disso. Esse é o motivo para o Reino Unido ter decidido participar da ação militar.

A remoção de Saddan Hussein devolverá a liberdade e a esperança ao povo iraquiano. Quatro milhões de iraquianos vivem no exílio; 60% da população depende de ajuda humanitária para alimentar-se, e centenas de milhares foram levados de suas casas ou assassinados.

Os direitos humanos do povo iraquiano não significam nada para um governo que tem, no medo e na brutalidade, seus principais argumentos.

A ação militar tem um objetivo muito claro: eliminar as armas de destruição em massa do Iraque. Todas as medidas tomadas visam levar a esta meta final. Essa ação não é contra o povo do Iraque. O Reino Unido tem um sério comprometimento com o futuro do Iraque e com a devolução do seu governo e seus recursos ao povo iraquiano.

A curto prazo, os recursos advindos do petróleo iraquiano serão direcionados a um fundo especial, sob os cuidados da ONU, para garantir que a população do Iraque seja beneficiada.

Nossa motivação não é o petróleo. Desejamos que o Iraque se torne uma nação estável, unida e obediente à lei, uma nação que garanta à população um governo representativo eficaz e não mais represente uma ameaça a seus vizinhos e à segurança internacional.

Uma de nossas prioridades é fornecer, imediatamente, ajuda humanitária ao povo iraquiano. As ações humanitárias já começaram, e o Reino Unido comprometeu-se a destinar uma verba adicional de R$600 milhões para essas ações. As tropas britânicas construíram um aqueduto que leva água potável do Kuwait a mais de um milhão de iraquianos, e a população no sul do país já começou a receber ajuda

humanitária em forma de alimentos. Ao mesmo tempo, intensificam-se os esforços para levar ajuda humanitária ao norte do Iraque.

Em 28 de março, o Conselho de Segurança aprovou por unanimidade a Resolução nº 1472 sobre o programa Petróleo por Alimentos, permitindo a retomada da distribuição de ajuda humanitária ao povo do Iraque por meio desse programa. A Resolução também representa um compromisso do Conselho de Segurança de cooperar para a construção de um futuro melhor para o Iraque. Além disso, o Reino Unido tem um comprometimento a longo prazo com o Iraque: trabalharemos junto às Nações Unidas e à Comunidade Internacional para ajudar a população do Iraque a superar o triste legado deixado por Saddan Hussein após tantos anos de tirania.

Já está na hora de o Iraque realizar plenamente seus potenciais e fazer justiça à riqueza da sua história, cultura e diversidade.

O Reino Unido compromete-se a retirar suas tropas do Iraque assim que for possível.

Esperamos ver, em breve, um governo de transição civil estabelecido no Iraque. Pretendemos cooperar com a Comunidade Internacional para garantir o maior apoio internacional possível para a reconstrução do Iraque. Espero que o Brasil possa assumir um papel importante nesses esforços, apesar das divergências de opinião que possamos ter tido até agora sobre este conflito. Tenho certeza de que o Brasil e o Reino Unido compartilham a mesma opinião sobre a importância do sistema das Nações Unidas e o papel singular dessa Organização para a garantia da paz e da segurança internacionais.

Essa foi uma breve apresentação dos motivos que levaram o Reino Unido a participar da ação militar no Iraque. Permanece nossa firme opinião de que essa ação é justa, pois representa uma reação a uma ameaça direta à segurança internacional. Contudo, não se trata de uma ação unilateral. Muitos outros países compartilham os mesmos objetivos. A ação militar conta com o apoio de uma ampla coalizão de quase 50 países, incluindo a maioria dos Estados europeus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Roger Bone.

Antes de a Presidência iniciar a argüição por parte do Srs. Senadores, farei uma consulta. Quando do comparecimento do Embaixador do Iraque a esta Comissão, muitos Senadores quiseram expressar sua opinião e fazer perguntas. Em razão disso, a Presidência permitiu que todos se pronunciassem e, em seguida, o Embaixador respondeu aos questionamentos.

Pergunto se todos estão de acordo com esse procedimento. Dessa forma, daremos a todos a oportunidade de se expressarem. Estão inscritos os Senadores Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante, Hélio Costa, João Capiberibe, Tasso Jereissati e Eurípedes Camargo. Se todos forem suficientemente concisos, todos poderão manifestar-se. Posteriormente, a Srª Embaixadora e o Sr. Embaixador poderão responder a todos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, saúdo com muita fraternidade a presença da Embaixadora Donna Hrinak, dos Estados Unidos, e do Embaixador Roger Bone, do Reino Unido.

Não me surpreende a competente exposição que ambos fizeram: o Embaixador, pela sua tradição de profissionalismo e seriedade ao lidar com as questões internacionais sob o ponto de vista do seu país, e a Embaixadora, que me causa uma impressão muito forte. Eu dizia à Embaixadora que consegui vê-la elogiada por ninguém menos que o Presidente Hugo Chaves, que pessoalmente disse ter uma impressão muito correta de sua participação naquele imbróglio da Venezuela. É uma profissional que merece o nosso respeito, e é fundamental expressarmos a ambos o respeito desta Casa.

Sr. Presidente, pontuarei a minha posição. Primeiramente, quero dizer da repulsa que sinto pelo governo ditatorial de Saddam Hussein.

Não se discute o julgamento do regime que ali está, mas se o desejo justo de ver uma ditadura desmontada estaria sendo expresso da maneira mais correta, levando-se em conta o que possa ter havido em termos de danos para o sistema multilateral, o Direito Internacional regulado pelo funcionamento das Nações Unidas, ou seja, o que possa isso ter significado de perda qualitativa e de densidade para a Organização das Nações Unidas, para o próprio sistema de Bretton Woods, que, na minha opinião, precisa de reformas urgentes. Ele capenga, mas prefiro algum Bretton Woods a nenhum Bretton Woods. Prefiro alguma ONU a nenhuma ONU, algum Conselho de Segurança a nenhum Conselho de Segurança.

Não sei se mais pressão internacional, mais tempo aos inspetores da ONU ou se as próprias tropas aquarteladas ali perto iriam aos poucos desvendando esse mistério das tais armas químicas, mas, de qualquer maneira, devo também ressaltar, para que fique bem nítido, que sinto que uma posição anti-

americana não é a do Governo brasileiro. De jeito algum, ao contrário. Nesse ponto, Governo e Oposição se irmanam para reconhecer que os Estados Unidos são o principal parceiro com que contamos nas nossas relações comerciais com o mundo, um parceiro político.

Então, que sejam escoimados todos esses fantasmas. Não há antiamericanismo; não há solidariedade a uma ditadura. O que há é o questionamento sobre se foi correta – e parece-me que não foi – a intervenção militar sem o respaldo claro do Conselho de Segurança da ONU. Creio que pode ter sido atingido o processo de velocidade da globalização dos mercados. Receio que isso possa acarretar problemas – e temo que os Estados Unidos se fechem um pouco nas suas próprias fronteiras, atrasando um pouco as negociações. Não sou contra a participação do Brasil na Alca, mas gostaria de ver a Alca abrindo mercados substanciais para produtos brasileiros. Não ideologizo essa questão, mas gostaria muito de ter certeza de que isso não atrapalhará o avanço da Alca e a própria abertura, para que ela se torne viável e rentável e, portanto, concretamente boa para o Brasil e para o Mercosul.

Temo que estejamos presenciando momento de enfraquecimento da Organização Mundial do Comércio. Gostaria muito de ressaltar que a decisão unilateral, por mais que se busque respaldo ético para ela, sempre me parecerá inferior em qualidade a uma decisão efetivamente multilateral.

Srª Embaixadora e Sr. Embaixador, quero dizer-lhes que o fato de 50 países se motivarem com a legitimidade de os seus Governos participarem desta campanha não me dá a impressão de que substituam a ONU, que precisa ser fortalecida por todos nós, inclusive no período do pós-guerra, no período da reconstrução. Gostaria muito que houvesse uma solução da ONU, já que houve, a meu ver, o arranhão, a fim de se restabelecer a confiança do mundo no sistema multilateral, para que não prevaleça unilateralismo, a ética de um só, enfim, a ética de uma potência.

Temo que o evento – com conseqüências ainda não dimensionadas na sua totalidade – possa servir de combustível para "bin ladens" e coisas parecidas estimularem-se e terem forças para incendiar a possibilidade negativa e nefasta do terrorismo internacional.

Ressalto aqui a minha preocupação com qualquer perspectiva que, a meu ver, seria nefasta também: uma divisão entre civilização judaico-cristã e mulçumana. Observo a tensão se avolumar entre Estados Unidos e Síria. Preocupa-me muito a posição da Coréia, ou seja, o mundo teria que se conscientizar multilateralmente de que os esforços na direção da paz têm que ser encetados com a participação de todos. O Brasil reconhece seu tamanho político limitado, mas é um País que está sempre às ordens para trabalhar acordo de paz.

Este mundo conturbado me causa tensão. Temo reflexos econômicos. No pós-guerra, acontecendo algo parecido como a perda do valor da moeda norte-americana, os Estados Unidos passariam a receber um valor real menor pelo que exportassem, o que os levaria, por medida de política econômica– quem sabe –, a restringirem suas importações, com reflexos claros sobre as economias emergentes, até porque os fluxos de capital se tornariam mais raros. Poderíamos ver o aprofundamento de uma crise mundial, a qual poderia levar a um quadro recessivo. Isso me preocupa profundamente.

Ainda gostaria de dizer, Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, que é extremamente relevante que três pontos sejam bem aclarados entre nós. Primeiro, a reconstrução do Iraque; segundo, que essa reconstrução ocorra sob a égide da ONU, o que creio ser essencial; terceiro, a criação de imediato de condições para o estabelecimento de um Estado palestino. A meu ver, o fato de uma pomba, e não um falcão, representar hoje o homem da maior confiança da autoridade palestina, que está ali com uma perspectiva de negociação, serviria para desanuviar bastante aquele quadro milenar de crise no Oriente Médio.

Eu, pessoalmente, sou admirador da democracia inglesa e americana e pertenço a um País que está, ele próprio, consolidando sua democracia, um País que é o terceiro em tradição de funcionamento parlamentar ininterrupto – acima da Suécia, da Itália, da Alemanha. Vale dizer, em tradição parlamentar. Após o primeiro, que é o Reino Unido, do Embaixador Roger Bone, é o segundo, que são os Estados Unidos, da Embaixadora Donna Hrinak, o terceiro é o Brasil. Temos muita convicção de que nossa democracia veio para ficar, para se consolidar. Digo, portanto, como democrata que procuro ser – e ser democrata significa procurar se aprimorar a cada momento –, que, pessoalmente, sou contra o esforço bélico. Entendo que as conseqüências poderão ser piores e mais graves para todos os envolvidos do que se possa analisar do ponto de vista militar meramente. Sei que esse não é o limite que V. Exª se impõe, Embaixadora, e não é esse o limite que se impõe o nosso competente Embaixador Roger Bone.

Finalmente, tenho uma preocupação muito grande que devo relatar a V. Exªs, qual seja, o fato de que represento uma região de interesse nacional ex-

plícito e de interesse planetário. Refiro-me à Amazônia, que poderá ser, pelo Brasil – e claro que sempre sob a bandeira brasileira, sempre sob o crivo da soberania nacional –, uma grande parceira da humanidade a partir do momento em que o Brasil aplique políticas corretas – e está fazendo isso – de perspectivas de auto-sustentabilidade, a partir do momento em que o Brasil desenvolva o que a biota lhe propicia – a biotecnologia está aí –, a possibilidade do ecoturismo, a possibilidade da extração de riquezas minerais absolutamente fantásticas que ali estão encerradas, e algo precioso, essa **commodity** do século XXI, valiosa, que é a água.

Preciso ter muita certeza – e não duvido nem um pouco de que seja essa sua convicção, Embaixador – de que seja essa a convicção do Reino Unido, mas preciso ter muita certeza de que, em momento algum, seu País haveria de concordar com a tese que foi explicitada pela primeira vez pelo Presidente François Mitterrand, da soberania restrita sobre a Amazônia. Não, ela é brasileira e haverá de ser brasileira sempre. O Brasil será responsável ao perceber os reflexos sobre o mundo e, portanto, saberá explorá-la com competência, independentemente de quem governe o País conjunturalmente. Isso nos causa certa inquietação, porque percebemos que, dentro de poucos anos, a água será uma **commodity** mais valorizada do que o próprio petróleo. E uma palavra tranqüilizadora, dita para brasileiros, que, da minha região ou não, têm consciência de que a Amazônia é uma questão nacional – não estou falando da minha paróquia, da minha província, mas do interesse de meu País sobre sua região mais estratégica, sobre a sua mais promissora fronteira de desenvolvimento. Falo, sabendo que minha região desperta interesse planetário, e é assim que deve ser. E falo com a certeza de que o mundo inteiro, pelas suas lideranças responsáveis, haverá de compreender que a soberania nacional do Brasil sobre a Amazônia é intocável, intangível, irrecusável, seja porque temos direito a isso, seja porque saberemos sempre agir com responsabilidade em relação a uma área tão importante.

No mais, quero concluir dizendo a V. Exªs que temos muita confiança em nossa parceria com o Reino Unido, que é histórica, e com os Estados Unidos, que também é histórica, pragmática e efetiva. E não haverá de ter nenhuma solução de continuidade em razão da posição do Governo brasileiro que tem sido, a meu ver, cada vez mais, com o tempo, serena, ou seja, marca que é a favor do multilateralismo, da paz e marca a sua condenação à guerra e, ao mesmo tempo, explicita que a discordância entre democratas significa que interesses outros, que passam por Alca, por negociações bilaterais, que passam pela reconstrução do multilateralismo, não haverá de ser afetada em nenhum momento.

Embaixadora, aprecio muito o seu trabalho e percebo que V. Exª, com o peso que tem como Embaixadora, consegue também representar os interesses do País que a recebe, e imagino que tenha colocado com clareza e sinceridade a minha posição, que é a do meu Partido, que, serenamente, torce por algo parecido com o fim da guerra, a cessação das hostilidades, a negociação como forma primeira e última de se chegar à solução dos conflitos, o respeito ao multilateralismo, o respeito ao princípio de autodeterminação dos povos e ao de não-intervenção. E, mesmo quando o Brasil vivia a infelicidade de uma ditadura militar, ele ainda assim era muito fiel a esses dois princípios na sua política externa.

Agradeço a presença honrosa de ambos. Eu dizia, há pouco, aos Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo que precisamos intensificar esses contatos. E, sinceramente, apesar da clara oposição que, pessoalmente e pelo meu Partido, nutro em relação ao gesto que me pareceu um erro tático da coalizão, eu gostaria de repetir o meu respeito e admiração por ambos os ilustres Embaixadores que aqui compareceram e prestaram depoimentos tão sinceros e tão corretos do ponto de vista da atividade diplomática.

Muito obrigado, Srª Embaixadora e Sr. Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

Passamos a palavra ao Senador Hélio Costa, do PMDB.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente Eduardo Suplicy.

Inicialmente, saúdo a Embaixadora Donna Hrinak e o Embaixador Roger Bone e, sobretudo, ressalto os esforços que têm sido feitos pela ilustre Embaixadora dos Estados Unidos no aprimoramento das relações entre o seu País e o Brasil, relações diplomáticas, culturais, sobretudo comerciais. O mesmo repito com relação ao Embaixador Roger Bone. As relações do nosso País com o Reino Unido são imensas, e tenho certeza de que, por intermédio de V. Exª, continuaremos aprimorando essas relações.

Antes de ser Senador antes de ser um Parlamentar, Srª Embaixadora e Sr. Embaixador, fui um jornalista que cobria os eventos internacionais. Por essa razão, talvez aqui neste plenário eu seja o único Parlamentar que tenha tido três vezes a experiência

de estar numa guerra. Cobri, como jornalista, três conflitos de gravíssimas proporções. O último deles foi a guerra civil em El Salvador, que considero a mais dramática e violenta que vi.

Talvez essa visão de perto da guerra, de ter visto pessoas morrendo na minha frente, de ter sentido o drama de inocentes, das crianças, das mulheres, dos desprotegidos da guerra, é que me faz pensar de uma forma tão coerente e tão poderosa com relação à paz e nos esforços que temos que fazer para que essa paz seja encontrada.

Tenho algumas preocupações nesse sentido. É evidente que o povo americano apóia as ações do Governo americano. Vivi nos Estados Unidos durante 18 anos e sei como é. Certo ou errado, na hora do conflito internacional, o povo americano apóia o Governo. O mesmo ocorre, certamente, no Reino Unido. Mas tenho preocupações porque, tendo vivido nos Estados Unidos e na Europa durante o período da Guerra do Vietnã e, como jornalista, observei algo que se repete, Srª Embaixadora. Na época da Guerra do Vietnã, recebia companheiros jornalistas que visitavam Washington e que queriam ir até a sepultura do Presidente John Kennedy ou do Senador Robert Kennedy. E, aos sábados, era comum vermos 200, 300 sepulturas abertas, semanalmente, para receber jovens americanos mortos no Vietnã. E, só depois que a imprensa, por meio do jornal **The New York Times**, expôs o massacre de My Lai e as ações do Tenente William Calley e do Capitão Ernest Medina, e um fotojornalista recebeu um prêmio internacional pela foto de uma criança correndo ainda em chamas no Vietnã, a opinião pública americana começou a entender a gravidade e os horrores daquela guerra e começou a mudar de opinião.

Nesse ponto, o movimento jovem foi importantíssimo para sensibilizar o Governo, e acabou fazendo com que Lyndon Johnson sequer se candidatasse à reeleição, o que levou certamente ao fim do conflito. Mas a imprensa, durante muito tempo nos Estados Unidos, esteve cerceada. Não divulgava os fatos. Não divulgava a realidade da guerra.

Agora, tenho sérias preocupações, Srª Embaixadora, porque ocorre o mesmo. Falo diariamente com meus amigos americanos. Tenho dois filhos cidadãos americanos que moram nos Estados Unidos e vivem o drama diretamente. Sinto que estamos passando pela mesma situação. Ainda na semana passada, um repórter americano da Rede NBC, Peter Arnett, famoso, reconhecido como um dos mais importantes repórteres na cobertura de conflitos internacionais há anos, perdeu o emprego, porque fez uma declaração contrária ao Governo americano. Pouco depois, outro personagem de televisão – não digo que Geraldo Rivera seja um jornalista por excelência porque, na verdade, atua em **talk show**, etc – acabou sendo expulso do Iraque, porque também teria divulgado alguma informação que o Governo americano não gostou com relação ao posicionamento de suas tropas.

São fatos que me causam preocupação, Srª Embaixadora, pois é fundamental que a imprensa americana não ignore a guerra. E faço uma referência ao que li no **Financial Times**, de autoria do ilustre jornalista Jurek Martin. Lerei em inglês para que não haja a menor dúvida do que ele realmente disse: "**US Journalism has become too respectful of authority, too inclined to take what government says at face value**", ou seja, o jornalismo americano está ficando muito obediente à autoridade constituída e muito inclinado a aceitar o que o Governo diz.

Outro jornalista, também inglês, Sr. Embaixador Roger Bone, Lionel Barber, diz, também no **Financial Times** – mais uma vez em inglês, para que não haja problemas. Acredito que seu tradutor é profissional e excelente, mas lerei em inglês: "**Also US media have been generally reluctant to show photos and footage of dead and captured G.I.s, sometimes at the administration's explicit request, in sharp contrast to foreign practices into the internet**".

Tradução: a mídia americana tem sido relutante em mostrar fotos, filmes e vídeos de soldados americanos mortos ou capturados, algumas vezes por solicitação expressa do Governo, uma atitude frontalmente contrária ao que ocorre na imprensa de outros países.

Tenho essa preocupação, Srª Embaixadora, porque é importante que V. Exª, uma profissional da mais alta qualificação, possa informar ao seu Governo que é importante podermos ver daqui que, lá, a guerra está sendo contada na sua triste realidade, com todas as suas dores, com todos os seus problemas.

Tenho algumas observações extraídas, inclusive, da sua própria declaração inicial, Embaixadora. V. Exª disse que "lamentavelmente, o Brasil não está do nosso lado". Lembrarei o atentado terrorista de 11 de setembro, quando o Brasil inteiro se solidarizou com o seu País, quando o Brasil inteiro viu o absurdo que tinha sido cometido contra o povo americano. Não se tratava de derrubar as torres do World Trade Center ou de atacar o Pentágono ou Nova Iorque, mas, sim, o povo americano, lamentavelmente. E o Brasil inteiro ficou solidário e lamentou esse ato absurdo, ridículo e inaceitável cometido contra o povo americano. Mas o

Brasil tem lado, sim. O Brasil está do lado da paz, Embaixadora.

O Presidente Lula fez uma declaração na semana passada, que faço questão de repetir. As posições do Governo são as seguintes: em primeiro lugar, o Iraque deve cumprir as resoluções da ONU relativas ao seu desarmamento. Tem que cumprir, não tenha dúvida. Segundo, o desarmamento do Iraque deve ser alcançado, mas de forma pacífica e negociada. Terceiro, os inspetores da ONU deveriam ter tido mais tempo para fazer o seu trabalho, que estava dando resultados concretos, como a destruição dos mísseis Al-Samoud. O Governo defende a solução do problema na esfera da ONU, única instância que tem legitimidade para tal, conforme determina o Direito Internacional Público.

Os Partidos que apóiam o Governo condenam a intervenção militar unilateral e propugnam por uma resolução multilateral e legal do conflito, de acordo com a tradição diplomática do Brasil.

Lembro que uma ditadura não pode ser combatida com atos ditatoriais. A América Latina é um exemplo típico disso. Houve ditaduras perversas na América Latina, na Argentina, no Chile, mesmo no Brasil, durante algum tempo. E como essas ditaduras foram combatidas? Com atos de democracia, de liberdade, de transformação dos corações e mentes dos seus povos; não foi com um ato agressivo. Não precisamos invadir o Chile ou a Argentina para conseguir a paz e a estabilidade democrática no País.

Então, tenho certeza de que V. Exª há de entender que o nosso Governo tem um lado, sim, que é o lado da paz. Certamente, se o Governo americano conseguir alcançar a paz, estaremos mais uma vez, como estivemos no 11 de setembro, fechados com os Estados Unidos, contrários ao terrorismo. Ninguém aceitou o que se fez por se tratar de um ato terrorista, que não admitimos. Conhecemos a figura de Saddam Hussein: um ditador cruel, sanguinário, absurdo e inaceitável. Ele tinha que sair, sim, mas tinha que sair democraticamente. Tínhamos que encontrar o caminho por meio das Nações Unidas, prestigiando-a, dando força ao Secretário-Geral, para que ele pudesse, com toda a sua experiência de funcionário de muitos anos, conhecedor profundo das questões do Oriente, conduzir o processo a uma paz duradoura.

Srª Embaixadora, tenho que me reportar aos anos de Jimmy Carter e, mais recentemente, Bill Clinton, que foram dois presidentes que conseguiram resistir à tentação de impor a maioria política a outros povos. Jimmy Carter, então, sai do governo com uma demonstração de absoluta seriedade e equilíbrio no trato das coisas internacionais. Não fosse por ele, talvez os Estados Unidos tivessem criado um outro Vietnam na América Central. E Bill Clinton, com todas as dificuldades pessoais que possa ter tido, tinha o maior respeito do povo brasileiro e era sempre reconhecido pelos seus esforços, pela maneira como lidava com as questões internacionais.

O que estamos sentindo do Presidente Bush é que, lamentavelmente, S. Exª ainda não viu a importância, o reflexo econômico sobre os países, como o Brasil, do que está acontecendo no Iraque. Estamos preparados até para uma situação de emergência. É assim com a economia globalizada de hoje: é como se diz, quando a Bolsa de Nova York dá um espirro, vamos para o CTI com uma pneumonia dupla. Tudo que se faz em Londres tem reflexo em Brasília. Essa é a situação da economia globalizada. É assim que estamos vivendo hoje no mundo inteiro. Esse é o perigo que corremos.

Na verdade, fico extremamente preocupado com essas relações comerciais, porque, na medida em que o Brasil não está apoiando as ações dos Estados Unidos e do Reino Unido, faço um apelo a V. Exªs para que contribuam, num futuro imediato, a fim de que possamos consolidar as nossas relações e que elas não sejam estremecidas por essa posição política que o Brasil assume – por uma razão até não ideológica, mas humanitária, de sermos contra a guerra, contra qualquer guerra. Não existe nenhuma guerra justa, todas as guerras são injustas. Não existe nenhuma bomba inteligente, toda bomba é burra, lamentavelmente.

E faço três perguntas aos dois, ao Embaixador e à Embaixadora, porque elas têm rigorosamente respostas semelhantes, porém não idênticas. A primeira delas: o que se pode fazer, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, para que tanto o Departamento de Estado Americano quanto o **Foreign Service** da Inglaterra possam mostrar a necessidade de a imprensa americana ter a sua tradicional e respeitável liberdade de poder dizer tudo sobre a guerra? Tudo, absolutamente tudo! O povo americano merece isso, e o povo inglês também merece isso.

Segunda pergunta: a reconstrução do Iraque. Leio no jornal **Washington Post** de hoje: "O Departamento de Defesa dos Estados Unidos já faz planos para administração temporária da indústria iraquiana do petróleo depois da guerra, já criando um conflito entre os aliados europeus". E depois: "A Casa Branca mantém que todos os recursos advindos do óleo iraquiano financiarão a reconstrução do país no pós-guerra".

Isso tem que ser bem explicado, Srª Embaixadora, porque existe uma generalizada informação no Brasil de que o interesse americano pela guerra do Iraque seria o óleo, o petróleo. O interesse da Inglaterra na guerra do Iraque seriam os campos petrolíferos do Iraque. Então, temos que explicar isso bem, e é a oportunidade que V. Exªs vão ter de poder dizer se é assim, ou não. Como já vi pela sua dissertação – que ficou muito bem feita –, V. Exª comparou os dados que o Governo do Iraque informou e os dados que a Organização das Nações Unidas, por intermédio do Sr. Blix, conseguiu, mostrando a disparidade das armas químicas, biológicas e de destruição em massa que o Iraque diz ter e que a ONU, na verdade, já dizia que era mais.

Mas entendo que é fundamental que essa explicação seja muito bem dada, para não deixar nenhuma dúvida com relação à verdadeira posição dos Estados Unidos e a razão pela qual o país entrou nesse conflito.

Finalmente, quero reforçar o apelo feito pelo Líder Arthur Virgílio. Entendo, Srª Embaixadora, Donna Hrinak, que, infelizmente, essa questão toda está muito relacionada com a situação dos palestinos.

Ainda há três meses, tive a oportunidade de passar uma semana entre Israel, Jordânia e o Estado Palestino, fazendo inclusive uma visita a Ramala, onde estava o Líder Yasser Arafat, e senti que lá há um povo desesperado, sem absolutamente nenhuma proteção internacional.

Acredito que essa seria a grande oportunidade de, terminada essa guerra, fazer-se, urgentemente, um esforço internacional para se dar ao povo palestino o mesmo direito que têm os israelenses de possuir a sua terra, ter o seu país. Isso é fundamental!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Passamos a palavra ao Senador João Capiberibe, do PSB. Em seguida, falará o Senador Tasso Jereissati.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB/AP) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Srª Embaixadora; Sr. Embaixador, acompanhei as explicações da Srª Embaixadora sobre os motivos que levaram as forças de coalizão a atacar o Iraque. Buscou a Srª Embaixadora demonstrar que foram exauridas todas as possibilidades na esfera da diplomacia e sustentou a necessidade do ataque, em razão de que se trata de uma ditadura sanguinária – e parece-me que há um certo consenso, nesta Casa, de que o regime político do Iraque é uma ditadura que não respeita os direitos dos seus concidadãos –, e de se garantirem os direitos do povo iraquiano, além das preocupações com o meio ambiente global.

Foi repetido, algumas vezes, que esse ataque ao Iraque era para libertar o povo iraquiano. No entanto, temos vários exemplos na América Latina, nos anos 70, quando proliferaram regimes ditatoriais sanguinários, como os de Somoza, Trujillo, Videla e Pinochet, com o apoio dos Estados Unidos. Em nenhum momento houve intervenções para garantir os direitos humanos ali desrespeitados e tampouco as democracias destruídas ao longo desse período.

O próprio ditador Saddam Hussein, na guerra entre o Irã e o Iraque, foi apoiado pelos americanos e, depois de tão pouco tempo – dez anos ou pouco mais –, o aliado se transforma no inimigo público número um dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Cada vez que se busca compreender essa guerra, mais aumentam nossas dúvidas e, às vezes, pergunto-me quem mais nos atemoriza, a nós, os brasileiros: se Saddam Hussein ou a política americana, os Estados Unidos.

Vimos, aqui, algumas manifestações de preocupação, inclusive com os nossos recursos, já que somos uma potência ambiental, detentora de grandes estoques de recursos naturais. Aqui já houve uma manifestação de preocupação nesse sentido. A dúvida é saber quem mais nos atemoriza. Sabe-se que a opinião pública em todo o mundo tem-se manifestado inicialmente por uma solução negociada no sentido de que se paralise a guerra. Há o caso do nosso Embaixador na Inglaterra, José Maurício Bustani, que trabalhou no controle de armas da Organização das Nações Unidas. S. Exª foi afastado com o voto dos Estados Unidos, porque pretendia, da mesma forma, inspecionar as armas do Iraque e dos Estados Unidos.

A minha pergunta é: os Estados Unidos possuem armas químicas? Elas são inspecionadas? Os Estados Unidos permitiriam, hoje, a inspeção dessas armas pelos inspetores da Organização das Nações Unidas?

São algumas questões que me preocupam e me parece necessário um esclarecimento.

Uma outra questão é que continuo acreditando que seja possível uma globalização solidária, a cooperação entre os povos. Neste ano, tivemos o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e também o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Tivemos uma ação muito significativa que acena para uma

possibilidade de diálogo, que foi a presença do nosso Presidente Lula nos dois Fóruns, numa demonstração clara da necessidade de se conversar, de se estreitar essa discussão e também sugerir algumas soluções para as graves perturbações deste início de século e de milênio, entre eles a crise ambiental.

É contraditória a agenda de preocupações sobre a crise ambiental, aqui avançada pela Srª Embaixadora, enquanto ocorrem bombardeios que provocam mudanças climáticas. Os Estados Unidos também não assinaram a Convenção de Kyoto. Isso, evidentemente, mexe com a vida de todos nós, não importa onde estejamos e de que nacionalidade somos, pois as mudanças climáticas são concretas, fazem transformações e causam danos em todo mundo.

Finalmente, num mar de contradição, a pergunta é exatamente: quem mais nos assusta?

Como ficam essas relações internacionais depois da ruptura com a ONU e da divisão do Conselho de Segurança: russos e chineses de um lado? Será que isso não provocará um efeito contrário daquilo que se espera?

Desarma-se Saddam Hussein pela força das armas, mas se dispara uma nova corrida armamentista, porque as decisões unilaterais que foram tomadas hoje em relação ao Iraque, amanhã podem ser tomadas contra outro país. É preocupante que haja novamente uma corrida armamentista, e isso não ajuda em absolutamente nada a crise social provocada pela imensa concentração de riqueza no Hemisfério Norte e pela ampla exclusão social no Hemisfério Sul, sobretudo provocada pelo descontrole dos capitais financeiros.

São grandes as preocupações suscitadas a partir de uma decisão unilateral.

Finalmente, devo dizer que o nosso País, com uma imensa população, com um bom nível tecnológico e uma grande disposição política, certamente deverá se reposicionar e ampliar seu leque de relações no pós-guerra.

Eram essas as minhas preocupações. Quero agradecer imensamente a oportunidade de ouvi-los e de defender a posição dos vossos governos e saber que nós, brasileiros, temos uma índole muito pacífica e que vamos nos caracterizar sistematicamente no cenário internacional com posições antiguerra, com posições pela paz e, sobretudo, em busca de reduzir as grandes desigualdades que hoje existem entre o mundo rico do Hemisfério Norte e a imensa pobreza do Hemisfério Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati do PSDB. Em seguida, terá a palavra o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB/CE) – Sr. Presidente, Srª Embaixadora Donna Hrinak, Sr. Embaixador Roger Bone, eu gostaria de agradecer a explanação muito franca, muito aberta que foi feita para nós, Senadores, nesta Comissão e colocar como pressuposto a algumas observações que farei, três aspectos importantes: o nosso repúdio à ditadura sanguinária, conhecida, violenta de Saddam Hussein, o nosso repúdio a qualquer tipo de guerra ou de iniciativas que gerem violência, mesmo que seja em contraposição à violência, e a nossa convicção e respeito que temos pelas sociedades americana e inglesa. Em relação à sociedade americana, a certeza de que é o nosso mais importante parceiro nas relações comerciais e, portanto, essa relação deve ser sempre preservada, apesar de diferenças eventuais e momentâneas.

Eu gostaria que dois pontos fossem esclarecidos, para conhecer melhor a visão dos Srs. Embaixadores.

A meu ver, na visão de um leigo que não é especialista em relações internacionais, essa escalada de violência, como foi colocada pelo Senador Hélio Costa, começou ainda na visita que o atual Primeiro-Ministro de Israel fez a um templo ou a um local sagrado muçulmano em Jerusalém, o que desencadeou a imediata reação dos palestinos; e essa onda de violência, que aparentemente estava estagnada há algum tempo, retornou. Quando o Primeiro-Ministro foi eleito, isso foi se intensificando e se alastrando pelo Oriente Médio, tomando, a meu ver, características muito perigosas, características que levaram a uma intensa hostilidade. Aparentemente, em anos recentes, a mais intensa hostilidade entre as religiões cristã e muçulmana.

Viajo com certa freqüência aos Estados Unidos, pois tenho relações comerciais com os americanos, mas nunca tive a oportunidade – eu talvez me engane – de perceber uma hostilidade tão grande entre religiões, chegando até, em determinados momentos, à beira de preconceitos.

E essa onda se alastrou nesse sentido, de maneira que tivemos o lamentável acontecimento de 11 de Setembro e agora a Guerra do Iraque, o que me leva a crer – novamente como leigo, não sou especialista em assuntos internacionais – que, se a questão Palestina não for resolvida, podemos, os ocidentais, os americanos, os ingleses tirar o poder de Saddam

Hussein, colocar outra pessoa em seu lugar, ou outro tipo de regime, mas essa onda de violência vai continuar. E essa perigosa visão de ser uma guerra religiosa – pelo menos, por parte de alguns, tem essa característica – também vai continuar. E mais do que a evidente obrigação das forças de coalizão de, depois dessa guerra, reconstruir o Iraque, existe, em nome da paz mundial e da paz nos próprios territórios americanos e ingleses, a necessidade urgente de se interromper a violência no Oriente Médio, principalmente entre Israel e os palestinos. E isso tem que ser resolvido com a solução dos problemas dos palestinos.

A recente tendência bélica do Primeiro-Ministro de Israel, que teve sempre o apoio e o aparente estímulo dos governos da coalizão, a meu ver, está no berço dessa onda de violência que não vai se acabar com o fim do regime de Saddam Hussein.

Eu gostaria saber a posição dos Srs. Embaixadores, se a minha visão é correta, e se já existe uma disposição firme no sentido de, logo em seguida a essa guerra, ser tomada uma iniciativa concreta para que tenham fim essas hostilidades no Oriente Médio.

E a segunda pergunta que faço – que também já foi feita de outra maneira – é que tem sido dito pela imprensa internacional sobre as divergências crescentes entre o governo americano e o governo inglês em relação ao pós-guerra e à maneira de administrar o futuro Iraque sem Saddam Hussein.

Eu gostaria de ouvir dos Srs. Embaixadores, americano e inglês, qual é o fundamento dessas diferenças.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Informo que a Embaixadora Donna Hrinak havia me dito que iria receber um grupo de entidades de brasileiros – até, a meu pedido – na Embaixada, por volta de meio-dia. Por uma questão de respeito aos Srs. Senadores inscritos, faço um apelo à Embaixadora – até mesmo porque fui eu que pedi à V. Exª para receber essas pessoas – no sentido de que as mesmas esperem um pouco mais para que V. Exª possa, respeitando o Senado Federal, ouvir ainda as observações dos demais Senadores inscritos Eurípedes Carmargo, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo, Patrícia Saboya Gomes e Aloizio Mercadante, que estão inscritos.

Dessa forma, peço que os Srs. Senadores possam continuar externando seus entendimentos e indagações, se V. Exª permitir. (Pausa)

Muito obrigado.

Todos estão sendo bastante objetivos, de maneira que acredito que vamos ter uma reunião bastante eficaz.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT/DF) – Senhora Embaixadora Donna Hrinak, Sr. Embaixador Roger Bone, sinto-me contemplado com as colocações de meus Pares nesta reunião.

Eu gostaria apenas de apresentar um entendimento que vejo nas ruas no dia-a-dia. Sou de origem de um bairro muito popular no Distrito Federal, onde resido até hoje; por isso é essa visão das ruas que eu gostaria de tentar passar aqui: a preocupação sobre as questões internacionais, sobre essa situação da guerra pelos comentários do dia-a-dia dos moradores do Brasil e do mundo, como um todo.

Não há compreensão por parte das pessoas para com uma situação em que se tenta impor vontades por meio das armas. Não há dúvida de que Saddam Hussein seja um sanguinário, mas o que se procura fazer é contornar essa situação multiplicando o sangue derramado. Isso não é compreendido pela população.

Outro ponto é que as imagens do que se passa na guerra são controladas pelos interesses dos que controlam essas imagens. Revolta a população, além das bombas, a imagem de um soldado com um fuzil e uma granada passando a mão sobre a cabeça de uma criança iraquiana, como que dizendo: "Aqui está a bomba, mas também o carinho". Parece que a intenção é escarnecer daquele povo. Essa é a impressão que vem das ruas.

Outra questão que também nos preocupa diz respeito às instituições multilaterais. Essas instituições são uma proteção ao indivíduo, e trabalhamos para que elas possam ser respaldadas e apoiadas, mas quando elas são violadas, como no caso da ONU, qual é a proteção que têm os indivíduos nesse processo? Essa é a preocupação que temos neste momento.

Quanto à reconstrução do Iraque: passam-se informações de que essa reconstrução, até para se poder ganhar simpatia com a idéia de que a guerra também traz benefícios, ocorrerá. Qual será a participação dos organismos multilaterais nesse processo, tendo em vista que as armas têm mais poder do que o diálogo? Essa seria a lógica que se observa nessa guerra. A ONU não teve condições de dialogar para restabelecer a paz. Isso foi feito, então, pelas armas. Como seria resolvida essa questão no pós-guerra, di-

ante do sentimento de fragilidade que se introduziu no mundo? Para haver confiança é preciso haver paz. Essa guerra faz com que a confiança no ser humano diminua. Qual seria o trabalho necessário para resolver essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Eurípedes Camargo.

Passamos a palavra ao Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, do PL.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL/RJ) – Sr. Presidente, Srª Embaixadora Donna Jean Hrinak e Sr. Embaixador Roger Borne, eu gostaria de expor a V. Exªs que tem sido para nós, evangélicos – eu sou um bispo –, um paradoxo, uma controvérsia, uma profunda incoerência a posição unilateral que os americanos tomaram no conflito com o Iraque.

Os evangélicos no Brasil, que somam mais de 30 milhões segundo o IBGE, têm profundas raízes com os ingleses e americanos. Cresci em uma igreja metodista onde os hinos eram traduzidos do inglês. Nossos pastores, professores da escola dominical, nossos heróis, na verdade, eram os missionários americanos que iam para a África, para o Oriente. Assisti a muitos filmes de um ilustre americano chamado Tommy Lee Osborne que formou, no meu espírito, na minha alma, uma idéia do povo americano tão extraordinária que quando completei a maioridade também fui ser pastor e missionário na África, onde passei 10 anos revivendo os sonhos que via nos filmes. Fui colega de muitos pastores americanos lá, e também na Índia e nas Filipinas.

Dessa maneira, nós, evangélicos, não conseguimos ver, com clareza, nesse ato da Guerra do Iraque, aquela nação que, sob a égide da Bíblia, da fé, dos princípios cristãos, levantou-se como a grande nação. Os americanos são 4% da população do mundo, mas representam 50% da riqueza. A Toys "R" Us , nos Estados Unidos, vende US$20 bilhões em brinquedos por ano. Nosso maior grupo varejista de alimentos, no Brasil, não chega a vender US$4 bilhões. Isso, para nós, sempre esteve associado ao poder da fé, da justiça, dos princípios cristãos.

Chego a pensar que os americanos, por causa do excesso de poder que possuem, talvez tenham, em um momento da sua história, caído naquela situação do Rei Davi, que também muito rico e poderoso, marido de muitas centenas de mulheres, apaixonou-se por uma mulher e frustrou um reino, um legado. Milhões de pessoas que lêem a Bíblia não conseguem entender também como um rei tão rico, tão abençoado, foi cair por uma paixão. Talvez, pela necessidade do petróleo – depois daquele ato em 1971, quando o Iraque expulsou as grandes companhias americanas e inglesas, estatizando o petróleo – tenha começado a surgir ali um conflito. Não sei.

Srª Embaixadora, eu gostaria que V. Exª, juntamente com o Embaixador, tivesse a preocupação de desmistificar esse conceito de guerra santa, que já foi assunto de um discurso inflamado do Presidente do Senado Federal. S. Exª foi, também, muito controverso. Começou o seu discurso falando das palavras de Jesus sobre a paz e o terminou contradizendo o mesmo Jesus ao ridicularizar a nação americana por acreditar na figura do diabo, figura esta que foi atestada pelo Cristo, enaltecido no princípio do seu discurso.

Como vivemos em um mundo de paradoxos, de controvérsias, quero dizer que são mais de 30 milhões de brasileiros, pastores e bispos de diversas denominações, origem do esforço de muitos missionários, ingleses e americanos principalmente, que, aqui nesta terra, fundaram, na alma do nosso povo, uma admiração tão grande a essa nação que também reconhecíamos como a contemporânea terra prometida, contemporânea nação escolhida. Víamos no dólar "**In God we trust**", e também depois colocamos na nossa moeda uma frase semelhante. E, agora, temos a tristeza de ver, neste momento, uma nação que tanto amamos e tanto admiramos se envolver num conflito que, a nosso ver, tem profundas ligações com os interesses geopolíticos.

Eu gostaria de encerrar esta minha participação, Srª Embaixadora, lembrando o Apóstolo Paulo. Já de cabelos brancos, esse grande apóstolo, considerando a natureza do ser humano – e não estou aqui tecendo comentário algum preconceituoso, estou apenas fazendo considerações – dizia: "Maldito o homem que sou, porque o bem que quero fazer, esse não faço, mas o mal que não quero, esse faço." O Apóstolo Paulo dizia que os nossos erros são diretamente proporcionais ao poder que temos. Quanto mais poder, maiores serão os nossos erros, indistintamente de quem somos. Mas ele concluía dizendo o seguinte: "Mas, glória a Deus, por isso, porque, quando reconheço a minha pequenez, o poder de Deus se aperfeiçoa na minha fraqueza; e, quando estou fraco, aí é que sou forte."

Penso que as questões da guerra vão ficar claras na reconstrução do Iraque. E, para nós, uma esperança de ver a nação americana, um dia, reconhecer a sua fraqueza, pelas necessidades econômicas que possui e, de alguma forma, nessa fraqueza, tirar forças.

Muito obrigado, Srª Embaixadora!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella, do PL.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo do PSDB.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) – Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, Sr. Presidente da Comissão, Eduardo Suplicy, a questão apresentada como justificativa tanto pelos Estados Unidos quanto pela Inglaterra, ou seja, as forças aliadas, é o não-cumprimento da Resolução da ONU, tirada depois do fim da Guerra do Kuwait.

Entretanto, a própria ONU não chegou a essa conclusão de maneira terminativa. Armas químicas, até agora, não foram encontradas, nem as armas de destruição em massa, pelo que se tem notícia, até o momento. Permanecendo, portanto, a justa desconfiança de que, por trás dessa guerra, estaria não só o desejo de pôr fim a um regime que todos sabem ser ditatorial, mas também de que há um interesse econômico ligado ao petróleo.

Quando da Guerra do Kuwait, a opinião pública mundial e o Brasil estiveram ao lado dos americanos, porque ali era diferente: era uma invasão do Iraque ao Kuwait. Da mesma maneira, no combate ao terrorismo. É evidente que ninguém em sã consciência pode concordar com o terrorismo pelo mundo afora, especialmente com o que aconteceu nos Estados Unidos mais recentemente e em outras partes do mundo também. Há pouco tempo lembrávamos que brasileiros também morreram. Não foi um ataque apenas aos Estados Unidos, foi à civilização como um todo.

A nossa tradição brasileira é pacifista, no sentido de não concordar com guerras e que, quando acontecem, que sejam rápidas e que se encerrem na busca do cessar fogo e da paz rápida.

De maneira que a nossa posição, do nosso Partido, o PSDB, é uma preocupação muito clara com o ponto a que se chegou: a morte de inocentes está ocorrendo! São crianças, mulheres, civis, que não têm nada a ver com a guerra e que, infelizmente, acabam perdendo suas vidas.

Ao mesmo tempo, preocupam-nos outros pontos. É evidente que o mais importante é a vida humana. Mas gostaria de abordar um ponto que é a questão que foi, inclusive, hoje, abordada pelo **Jornal do Brasil**: a Unesco, patrimônio cultural, está em risco. A Unesco está relatando a sua preocupação com informações alarmantes sobre ataques americanos e ingleses ao patrimônio cultural do Iraque, inclusive com a informação de que, antes da guerra, a Unesco forneceu ao Governo e ao Exército americanos listas e mapas dos lugares de maior valor cultural, pedindo que não fossem bombardeados. Nós todos vimos, há algum tempo, atos terroristas na região árabe contra patrimônios históricos e culturais, fato que provocou grande revolta em todos. De maneira que, se agora tivermos também ataques a monumentos culturais, a igrejas, a pontos religiosos importantes, evidentemente que a condenação deve ser a mesma. Agora não por terrorismo, mas por guerra.

De maneira que eu gostaria de colocar aqui, além exatamente da nossa preocupação com o mais importante, que são as vidas humanas, essa nossa preocupação com a questão do patrimônio cultural ameaçado e a expectativa de que possamos ter, o mais rápido possível, um cessar fogo, encerrando essa guerra que realmente não combina com o século em que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) – Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, já tive a oportunidade, esta manhã, de me pronunciar sobre a ratificação do protocolo que o Brasil assina com normas muito rígidas pela não-participação de menores de 18 anos no envolvimento de conflitos armados. E essa, como eu disse também pela manhã, tem sido uma preocupação não só minha, mas certamente de muitos dos Senadores e Senadoras, de Parlamentares que, em seu mandato, têm buscado uma sociedade mais justa, mais humana, em que os direitos humanos possam ser respeitados e principalmente os direitos de tantas crianças e adolescentes que, em um País como o nosso com tantas dificuldades, ainda vivem à margem da sociedade, sem direito a uma educação de qualidade, ao acesso à saúde, sem oportunidades de trabalho para que possam crescer e se desenvolver com dignidade, e sendo, muitas vezes, explorados sexualmente ou mesmo no trabalho infantil – que é um dos problemas graves do País.

O Brasil tem tido a parceria dos Estados Unidos em diversos projetos – eu mesma já tive oportunidade de visitar alguns projetos sociais que têm oferecido melhores condições de vida a algumas crianças. A minha preocupação com relação a essa guerra não é apenas como Senadora, como representante do Estado do Ceará, mas também como mulher, como mãe. Ontem, eu tive oportunidade de, ao lado do nosso Presidente, Senador Eduardo Suplicy, receber o representante da Cruz Vermelha, que relatou, inclusive para os jornais, o horror da guerra.

E é nesse sentido que vai a minha indagação: quais são os mecanismos, os instrumentos que os dois países têm utilizado para proteger essas crian-

ças que, pelo que estamos assistindo, têm sido vítimas, pois ou são mortas, ou feridas, ou se tornam órfãs. Essa tem sido uma das grandes preocupações do mundo inteiro com relação aos conflitos armados. Isso acaba sendo uma grande perversidade, porque, se de um lado, lutamos pela garantia desses direitos humanos e pela garantia dos direitos das nossas crianças e adolescentes, em um conflito como esse, elas acabam sendo as principais vítimas.

Então, eu gostaria de saber quais são os instrumentos que estão sendo utilizados para protegê-las, o que está se pensando em termos de futuro, e também em relação àqueles que têm procurado fugir da guerra, que têm se abrigado em países vizinhos: adolescentes, crianças, mães e mulheres que, sabemos, muitas vezes, acabam sendo explorados sexualmente durante os conflitos.

Sei do compromisso dos Srs. Embaixadores, das relações existentes entre o Brasil e os Estados Unidos, enfim, dessa parceria que há entre os dois países e da boa vontade, carinho e atenção que V. Exª tem demonstrado por todos nós brasileiros.

Dessa forma, pergunto, não querendo ser agressiva ou hostilizar, de forma alguma: o que os Estados Unidos poderão fazer para proteger as crianças e os adolescentes?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Com a palavra o Sr. Aloizio Mercadante, Líder do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT/SP) – Embaixador Roger Bone, Embaixadora Donna Hrinak, estamos realizando uma audiência pública relacionada aos episódios do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, na qual tenho a responsabilidade de acompanhar os depoimentos e os desdobramentos. Peço desculpas porque, infelizmente, tive que me ausentar, mas, posteriormente, terei acesso a toda a audiência, pela qual tenho imenso interesse.

Agradeço a presença de V. Exªs neste plenário, prestigiando o Senado Federal, esclarecendo e expondo a posição de vossas nações e de vossos governos. Particularmente, preocupam-me os desdobramentos dessa situação.

Quero registrar, publicamente, que o trabalho que V. Exª, Srª Embaixadora, tem realizado na representação do governo americano é uma contribuição inestimável no sentido de buscar a aproximação dos dois países, de esclarecer os fatos, de buscar construir pontes e ajudar a administrar os conflitos que, evidentemente, existem, tanto do ponto de vista diplomático quanto do econômico e comercial, o que é próprio das nações e dos governos.

É exatamente em nome desse empenho e respeito ao trabalho de V. Exª que faço questão de estar presente. Em primeiro lugar, para fazer este depoimento; em segundo lugar, porque, no início desta apresentação, V. Exª disse que uma das funções importantes da Embaixada é informar o governo, o congresso e as autoridades americanas sobre o comportamento, a evolução e o posicionamento do Governo e da sociedade brasileira diante desse episódio.

É sobre isso que eu gostaria de argumentar. Somos um País que tem uma longa tradição de paz. Há mais de um século, o Brasil não se envolve diretamente em nenhum conflito. Não houve nenhum envolvimento nas guerras dos países vizinhos, mas participou de alguns momentos extremamente importantes da História, inclusive ao lado dos Exércitos inglês e americano, como ocorreu na última guerra mundial contra o nazifacismo.

Temos essa cultura e a convicção de que a diplomacia é o melhor caminho para dirimir os conflitos e os impasses entre as Nações. Mais do que isso: temos na ONU uma referência fundamental. Trata-se de uma instituição que se constituiu no pós-guerra para, primeiro, dar legitimidade ao direito internacional e é o organismo multilateral de negociação, de busca de soluções, para uma agenda que, eu diria, tem o apoio da sociedade e do Governo brasileiro. Estivemos muito empenhados em apoiar todas as iniciativas internacionais de combate ao terrorismo e à destruição e controle das armas de destruição em massa.

Inclusive, o nosso Embaixador José Maurício Bustani, que esteve à frente da Opac e, agora, representará o Brasil junto ao Reino Unido, teve um trabalho reconhecido internacionalmente de empenho e eficiência nesse esforço de destruição de armas químicas, com resultados bastante promissores. Esse esforço, esse empenho tem que ocorrer, no nosso ponto de vista, com o amparo das instituições multilaterais, que são essenciais para que esse processo tenha continuidade, para que a paz possa ser preservada e para que a diplomacia e a negociação sejam a prioridade no tratamento dos conflitos e nas relações entre as nações, entre os povos.

O Governo brasileiro apoiou enfaticamente a Resolução nº 1.441, do Conselho de Segurança da ONU. Inclusive, V. Sª estava comigo na audiência do Presidente Lula, ainda não empossado, com o Presidente Bush. É fato inédito, na história brasileira, um presidente americano convidar um presidente eleito,

e isso foi dito pelo próprio Presidente Bush. Foi uma reunião muito franca, amistosa, em que foi proposta a criação de um organismo de cúpula dos dois Ministérios, para aprimorar as relações bilaterais e toda a agenda. O Presidente Lula, naquela ocasião, reafirmou o compromisso do Governo brasileiro de apoiar todas as determinações do Conselho de Segurança da ONU, como instituição legítima e multilateral para tratar dos interesses da segurança internacional.

A nossa avaliação – e o Chanceler Celso Amorim fez um depoimento no plenário do Senado Federal nesta direção – é que, de fato, houve, por parte do regime de Saddam Hussein, uma desobediência, durante um longo período, às resoluções. Sofreu sanções, como bloqueio econômico, com prejuízos econômicos e sociais muito grandes ao Iraque. O Governo brasileiro não tem embaixadas no Iraque. Acompanhamos toda essa evolução, o posicionamento firme da ONU no sentido do desarmamento e da fiscalização. O Governo apoiou a constituição de uma missão diplomática sob orientação da ONU, para fiscalizar, investigar e apurar o arsenal de armas do Governo iraquiano, com o compromisso de apuração dos indícios e de destruição de todos os equipamentos que fossem identificados.

Tivemos uma evolução nesse processo. Mísseis vinham sendo destruídos. O Parlamento iraquiano aprovou uma lei – uma das reivindicações do Conselho de Segurança da ONU – que determinava a proibição de produção de armas de destruição em massa no Iraque.

Portanto, tínhamos, nessa evolução diplomática, um cenário promissor de que o conflito militar, de que o confronto pudesse ser evitado, para que vítimas civis, pessoas absolutamente inocentes e que já vinham de um longo sofrimento, pudessem ser preservadas.

Nós exigíamos – e o Presidente Lula disse isso ao Presidente Bush – que o Iraque cumprisse rigorosamente todas as exigências da ONU e do Conselho de Segurança. E o Governo brasileiro dava total e irrestrito apoio ao Conselho de Segurança, para que as inspeções fossem feitas, as armas de destruição em massa fossem destruídas e todas as exigências da ONU fossem rigorosamente cumpridas.

No entanto, o Conselho de Segurança da ONU não se posicionou favoravelmente ao ataque militar. Essa é a nossa interpretação. Houve um esforço diplomático dos Governos americano, inglês, espanhol e de outros, que achavam que essa era a solução para o impasse, no entanto não houve uma determinação do Conselho de Segurança clara nesse sentido. Inclusive, os Governos da coalizão acabaram não apresentando a moção no Conselho de Segurança.

Então, a posição do Governo brasileiro é amparada no direito internacional, coerente com a nossa defesa das instituições multilaterais. Ela vem amparada na nossa tradição pacifista de buscar, por meio da diplomacia, as soluções para os impasses. E nós identificávamos que a missão da ONU vinha avançando, que progressos estavam sendo feitos, que um tempo deveria ser dado para concluir o trabalho da missão, o que foi respaldado, inclusive, por vários países com assento no Conselho de Segurança da ONU. Destaco a França, a China, a Rússia e o apoio da Alemanha, que não faz parte, mas foi um apoio público. Majoritariamente – eu diria –, essa era a expectativa naquele cenário.

Portanto, a nossa posição em defesa da paz, de uma solução negociada e, ainda agora, de cumprimento rigoroso da Resolução nº 1.441 orientou a nossa diplomacia. E tenho certeza de que precisaremos repensar a institucionalidade internacional. Não podemos ter um órgão com legitimidade e sem poder, como é a ONU hoje, e não podemos ter poder sem legitimidade.

A reconstrução, o fortalecimento da ONU como instituição e a evolução desse cenário são o que mais preocupa o nosso Governo.

Quero lhe adiantar que todo o esforço, de forma fraterna e franca, na direção de preservar o respeito ao Direito Internacional e às instituições multilaterais é o que orientará o nosso posicionamento. E tenho certeza de que o Embaixador Roger também tem trabalhado nessa direção, respaldado na importância de nossas relações bilaterais com a Inglaterra e com os Estados Unidos, na longa tradição cultural, política, diplomática, nos profundos interesses comerciais, culturais, científicos e tecnológicos.

Nossa posição tem amparo no Direito Internacional e o respaldo de parcela importante e majoritária das nações que compõem a ONU e o Conselho de Segurança. Amparados nessa atitude, nesses princípios, nesses valores é que estamos nos conduzindo nesse episódio, com respeito, com seriedade, mas com firmeza na defesa de princípios essenciais para que a civilização, a comunidade internacional possa evoluir num mundo mais pacífico e mais justo.

Portanto, daremos todo apoio ao combate ao terrorismo, à destruição das armas de destruição em massa. Mas achamos que havia um espaço para a diplomacia, havia progresso com a diplomacia. Portanto, o confronto foi precipitado e não teve o amparo, a legitimidade de uma decisão clara do Conselho de

Segurança, que, seguramente, se houvesse, o Governo brasileiro acompanharia.

A nossa posição está amparada nessas condições políticas, institucionais e nesses valores que, tenho certeza, serão compreendidos porque fazem parte do sentimento majoritário das nações na busca de outros caminhos que não os da guerra para dirimir conflitos de interesse entre os povos e entre as nações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Passo a palavra à Embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak.

A SRª EMBAIXADORA (Donna Jean Hrinak) – Muito obrigada, Senador.

Fui informada de que há um grupo de organizações populares e até alguns Deputados em uma pequena manifestação em frente à Embaixada. Penso que a minha responsabilidade neste momento é de atendê-los.

Contudo, tenho várias perguntas formuladas pelos Senadores. Há uma da Senadora Patrícia Saboya Gomes sobre nossos preparativos para atender especialmente aos meninos e adolescentes que podem ser vítimas do conflito e, em geral, o que está sendo feito para evitar que o conflito atinja os civis.

A outra pergunta é a do Senador Azeredo, sobre a questão do patrimônio cultural. Há também uma pergunta do Senador Tasso Jereissati sobre a política dos Estados Unidos com respeito ao Oriente Médio.

Como esses assuntos podem estar ligados com o que estamos fazendo no Iraque? Se me permitirem, Srªs e Srs. Senadores, comprometo-me a responder por escrito a todas as perguntas anotadas. Gostaria de desculpar-me com os Srs. Senadores, para poder atender às pessoas que me aguardam na Embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Apenas gostaria de transmitir a V. Exª as moções aqui aprovadas sobre a preocupação que é de todos nós, como V. Exª pode sentir. E até mesmo pudemos aprender com pessoas tanto dos Estados Unidos como do Reino Unido – tais como Bertrand Russell, John Lennon, Martin Luther King Jr. e Bob Dylan – que é necessário e possível fazer todo o esforço para persuadir os que não estão de acordo conosco a modificar a sua postura por meios que não sejam a guerra, a violência, o ódio, a vingança.

Então, queremos perguntar, juntamente com Bob Dylan, um dos maiores compositores norte-americanos:

"Quantas estradas os homens precisarão percorrer até que, finalmente, possamos chamá-los de homens?

Quantas vezes as balas de canhões precisarão voar até que possam, finalmente, ser silenciadas?

Quantas vezes os homens precisarão olhar para cima até que, finalmente, possam ver o céu?

Quantos ouvidos as pessoas precisarão ter até que, finalmente, possam ouvir outras chorarem?

Quantas pessoas precisarão morrer até que, finalmente, possamos perceber que muitas pessoas já morreram?

A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento."

Espero que o Presidente George W. Bush ouça a palavra melhor de tantos líderes religiosos, inclusive da religião que professa, evangélica, protestante, batista, mas também do Papa João Paulo II. Foi por essa razão que sugerimos ao Papa que considere a possibilidade de ir a Bagdá verificar se o bombardeio pode ser interrompido.

Nós gostaríamos que a Embaixadora Donna Hrinak respondesse a todas as perguntas. Iríamos até a Embaixada para dizer às pessoas que lá estão, se avaliar adequado, que é importante que a senhora possa responder a todas as perguntas. Certamente, aquelas pessoas compreenderão a importância de responder as questões não apenas por escrito, mas oralmente nesta ocasião. A decisão é da senhora.

A SRª EMBAIXADORA (Donna Jean Hrinak) – Srªs e Srs. Senadores, muito obrigada pelas perguntas tão sérias e pelas preocupações obviamente tão sinceras que expressaram aqui. Comprometo-me a responder por escrito, pois creio que tenho que ir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora tem licença para se retirar.

Passamos a palavra ao Embaixador Roger Bone.

O SR. EMBAIXADOR (Roger Bone) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Fico muito contente em ter vindo hoje aqui esclarecer ao Congresso Nacional a posição do Reino Unido com relação ao Iraque. A reunião foi muito produtiva. A troca de idéias com as Srªs e Srs. Senadores presentes foi de grande utilidade para nós. Em minha apresentação inicial, creio que descrevo os motivos que levaram o Reino Unido a participar, em cooperação, numa ampla coalizão de países, da ação militar no Iraque.

(Exposição em língua estrangeira, com tradução.)

Senadores, se me permitem, eu gostaria de, antes de sair, acrescentar duas breves palavras a respeito das perguntas que foram suscitadas aqui.

Permitam-me afirmar, com toda a sinceridade, que o Governo britânico não tinha nem nutria qualquer desejo de entrar ou travar uma guerra no Iraque.

Entramos na guerra como último recurso, como derradeiro recurso, após muitos anos a fio esperando que Saddam Hussein tomasse a iniciativa de cumprir aquilo que era dele exigido nos termos das resoluções emitidas pelo Conselho de Segurança da ONU.

Como afirmei em minha apresentação inicial, o Governo Britânico está absolutamente confiante acerca do fundamento e do embasamento jurídico que nos leva à ação que adotamos.

A propagação de armas de destruição em massa constitui a mais importante ameaça a que todos estamos hoje expostos no cenário internacional. Se nos abstivermos de enfrentar esse problema que se apresenta à segurança internacional no presente, o seu impacto será cada vez maior no futuro que se avizinha. E fazemos isso com o coração partido. Estamos empenhados em ajudar na reconstrução do Iraque após a cessação das hostilidades. Temos disponível todo o poder para tanto e pretendemos trabalhar em cooperação conjunta com os parceiros internacionais.

Deixo claro que levo muito a sério e recebo, no fundo do meu coração, as observações expressas, sobretudo pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, com relação ao risco que se apresenta para a vida humana, para as crianças e para as mulheres afetadas envolvidas no conflito.

Estamos convencidos, do fundo do nosso coração, de que, após a cessação das hostilidades no Iraque, será possível e viável construir um novo Iraque, marcado pelo respeito aos direitos humanos em oposição ao atual regime ditatorial de um ditador sanguinário e brutal.

O Senador Tasso Jereissati fez alusão ao importante tema de Israel e do povo palestino. Trata-se de questão de suma importância. Estamos comprometidos em ver estabelecido um assentamento justo e duradouro para um Estado de Israel livre do terror ou da ação terrorista e um Estado Palestino viável nos moldes dos limites geográficos estabelecidos em 1967, em conformidade com as resoluções do Conselho da ONU, para a implementação dos dispositivos ali constantes.

Isso, por sua vez, traz à tona três resultados importantes.

Por fim, com relação aos assentamentos israelenses, deve-se encontrar uma solução ou superação do drama vivido pelos refugiados palestinos e uma capital palestina em Jerusalém. Porém, tudo isso deve depender de uma garantia de haver um Estado de Israel livre do terror ou livre da ação terrorista.

Srªs e Srs. Senadores, permitam-me brevemente concluir. Levo muito a sério e aceito do fundo do meu coração todas as expressões e opiniões veiculadas acerca das preocupações de V. Exªs acerca do Iraque. Somos sensíveis a todas as opiniões expressas e compartilhamos do mesmo objetivo brasileiro e da mesma aspiração brasileira de um Iraque livre, democrático e próspero. Nisso consiste o nosso objetivo, em última instância.

Sr. Presidente, muitíssimo obrigado pelo convite e por terem ouvido com atenção o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Hélio Costa, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Eu, com muita atenção, ouvi a posição do Sr. Embaixador Roger Bone, que me dá uma repercussão diferente do que tenho ouvido de posições americanas e inglesas, que é exatamente da instalação do Estado Palestino, com a sua capital no Estado de Israel. Ou, pelo menos, possivelmente o entendimento que eu tenho é de que V. Exª está falando de Jerusalém ser transformada em uma cidade internacional que possa ser a capital palestina, ou ter representação palestina na cidade de Jerusalém.

Eu peço a confirmação dessa posição de V. Exª, porque realmente é muito importante. Talvez isso seja um dos detalhes fundamentais para se conseguir um entendimento de paz, no Oriente Médio, entre palestinos e israelenses.

Em segundo lugar, pergunto sobre a sua declaração inicial, em que V. Exª disse que as tropas britânicas deixarão o Iraque assim que possível. Então, V. Exª disse: **as soon as possible**. E eu pergunto: **When "as soon as possible" is possible?** Ou seja, quando é que o mais cedo quanto possível é possível?

O SR. EMBAIXADOR (Roger Bone) – Sr. Senador, eu fui bastante cauteloso na escolha de palavras quando expressei o meu ponto de vista. Eu disse que precisamos, primeiramente, como pré-condição, haver um Estado de Israel livre do terrorismo. Em segundo lugar, colocar fim aos assentamentos israelenses na região. Em terceiro lugar, uma solução para o

drama experimentado pelos refugiados israelenses. Aí, sim, teremos as condições que nos levarão a alcançar um acordo acerca do estabelecimento de uma capital palestina em Jerusalém.

Eu terei muito prazer em conversar mais intensamente com V. Exª sobre esse tema e espero que compreenda com quanta cautela expressei meu ponto de vista.

Com relação à segunda pergunta acerca de quando "tão logo" é possível, eu diria que as tropas poderão ser retiradas do Iraque assim que seja possível, porém esse "quando" depende de podermos estabelecer uma plena estabilidade no Iraque e assim criarmos um fundamento para que o próprio povo iraquiano possa construir um estado livre da tirania à qual ele tem estado acostumado e exposto há tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu quero agradecer, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presença da Embaixadora americana, Srª Donna Hrinak e do Embaixador inglês, Sr. Roger Bone, **(corte na gravação)** e também por prestarem os esclarecimentos.

Muito obrigado a ambos, especialmente a V. Exª, Embaixador, que pôde permanecer até a conclusão, respondendo a todas as perguntas.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h40min.)

Ata da Sétima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dez de abril do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia dez de abril do ano de dois mil e três, no Plenário 2, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **JEFFERSON PÉRES, AELTON FREITAS, RODOLPHO TOURINHO, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, MARCELO CRIVELLA, GILBERTO MESTRINHO, LUIZ OTÁVIO, JOÃO CAPIBERIBE, HÉLIO COSTA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, HELOÍSA HELENA, EDUARDO AZEREDO, JOSÉ AGRIPINO, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO RIBEIRO e ARTHUR VIRGÍLIO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente requer inversão de pauta. **Item 01 – extra pauta** – Projeto de Decreto Legislativo Nº 12, de 2003 que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação Naval, celebrado em Windhoek, em 3 de dezembro de 2001". Concede-se a palavra ao Senhor Senador **LUIZ OTÁVIO** para que leia seu parecer. Discutiu a matéria o Senador **MARCELO CRIVELLA.** Em votação, o parecer é aprovado. Segue-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Mensagem Nº 16, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia." O Senhor Presidente designa como relator "ad hoc" o Senhor Senador **JOÃO CAPIBERIBE** que faz a leitura do relatório. Em seguida, passa-se a palavra ao Senhor **CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES** que faz sua exposição de motivos. Segue a apreciação dos itens. **Item 02** – Mensagem Nº 336, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **LUIZ TUPY CALDAS DE MOURA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá." O Senhor Presidente designa como relator "ad hoc" o Senhor Senador **RODOLPHO TOURINHO** que faz a leitura do relatório. Após leitura, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **LUIZ TUPY CALDAS DE MOURA** para que faça sua exposição de motivos. **Item 03** – Mensagem Nº 337, de 2002 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **PEDRO PAULO PINTO ASSUMPÇÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Coréia". O Senhor Senador **GILBERTO MESTRINHO,** relator da matéria, faz a leitura do seu relatório. Concede-se a palavra ao Senhor **PEDRO PAULO PINTO ASSUMPÇÃO** que faz sua exposição de motivos. Passa-se à argüição dos Senhores Embaixadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **HÉLIO COSTA, MARCELO CRIVELLA, RODOLPHO TOURINHO e GILBERTO MESTRINHO.** O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores **RODOLPHO**

TOURINHO, **GILBERTO MESTRINHO** e ao Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA** que escrutinem os votos. O Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade. Sendo assim, encerra-se a reunião às 13 horas e 50 minutos. Para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Sétima Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia 10 De Abril do Ano de Dois Mil e Três, às Dez Horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Dispensada.

Antes de passarmos à apreciação das matérias constantes da pauta, informo a V. Exªs que estamos recebendo a visita de cortesia do Embaixador de Israel, Daniel Gazit, acompanhado do Senador Marcelo Crivella, que estiveram em meu gabinete, oportunidade em que o Embaixador Daniel Gazit disse-me que gostaria, no momento em que esta Comissão considerar adequado, de se colocar à disposição para uma visita a esta Casa com o propósito de expor o ponto de vista de Israel a respeito de tudo o que se passa no Oriente Médio, sobretudo em seu país, bem como expor as dificuldades com os palestinos.

Em breve, portanto, poderemos ter a oportuna visita do Embaixador de Israel a esta Casa. Conforme expliquei ao Embaixador, temos uma pauta a cumprir relativamente ao exame dos nomes indicados tanto pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto pelo Presidente Lula. Após esse processo bastante ativo, marcaremos a data para a vinda de S. Exª a esta Comissão.

Agradeço a visita do Embaixador de Israel, Daniel Gazit, que, se desejar – uma vez que esta parte da reunião é aberta – poderá nos honrar com sua permanência.

Hoje, apreciaremos as indicações dos nomes dos Srs. Carlos Augusto Rego Santos Neves, indicado para Embaixador do Brasil na Federação da Rússia; Luís Tupi Caldas de Moura, indicado para Embaixador do Brasil na República do Panamá, e Pedro Paulo Pinto Assunção, indicado para Embaixador do Brasil na República da Coréia.

Convido S. Exªs para tomarem assento à mesa.

Conforme temos procedido nas últimas reuniões, se as Srªs e os Srs. Senadores, bem como os três indicados, estiverem de acordo, ouviremos a exposição de cada um dos indicados, e só então os Senadores os argüiriam simultaneamente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª. Por força do trancamento da pauta no Senado, o que tem atrasado as decisões conclusivas não só desta Comissão, mas certamente as de outras, e tendo em vista que inúmeros Embaixadores ainda serão ouvidos pela nossa Comissão, inclusive para colaborar com o trabalho do Ministério das Relações Exteriores, gostaria de sugerir a V. Exª que adotasse um procedimento mais prático, que nos ajudaria. A minha sugestão é que cada um dos Srs. Embaixadores indicados apresentasse por escrito o seu trabalho à Comissão – para que pudéssemos, depois, com tempo e detalhadamente, fazer a leitura da exposição de cada um – e que fosse concedido o tempo de rigorosamente dez minutos a cada um para uma rápida explanação da sua carreira e do país para onde vão. Com isso teríamos tempo de fazer a audiência pública com os Embaixadores.

O que está acontecendo é que passamos três horas ouvindo as exposições, o Plenário se esvazia e ficamos sem os Senadores que querem fazer perguntas aos Embaixadores. Assim, infelizmente, não estamos cumprindo rigorosamente aquilo a que nos dispomos. Essa é a primeira observação que tenho a fazer.

Em segundo lugar, Sr. Embaixador, porque tenho de me ausentar por alguns minutos para participar de uma reunião da nossa Subcomissão de Cinema da Comissão de Educação, eu gostaria de registrar que recebi hoje pela manhã uma correspondência da Embaixadora dos Estados Unidos da América no Brasil, a Srª Donna Hrinak, que aqui participou, na semana passada, de uma audiência pública a convite do nosso Presidente Eduardo Suplicy. A Embaixado-

ra fez observações sobre todas as perguntas que o Senador Hélio Costa lhe apresentou e também manda as respostas das perguntas feitas pelos outros Senadores que aqui a interrogaram. Considero-me plenamente atendido com as respostas da Embaixadora, que abordou todos os temas que solicitamos. Evidentemente que não concordo com a grande maioria deles, mas aceito e entendo que é um ato rigorosamente correto por parte da Embaixadora o de atender à solicitação que fizemos em Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa, muito obrigado.

Com respeito à correspondência da Embaixadora Donna Hrinak, também a Senadora Patrícia Saboya Gomes encaminhou a resposta que recebeu pessoalmente da Embaixadora. E ontem o Ministro Conselheiro da Embaixada Norte-Americana encaminhou-me o texto das respostas enviadas pela Embaixadora Donna Hrinak.

Assim, peço à Secretaria da Comissão que providencie cópias das respostas encaminhadas pela Embaixadora Donna Hrinak para serem distribuídas a todos os membros da Comissão bem como à imprensa.

Srs. Senadores, temos na pauta um projeto de decreto legislativo que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre cooperação naval, celebrado em Windhoek, Namíbia, em 03 de dezembro de 2001, cujo Relator é o Senador Luiz Otávio.

Consulto os membros da Comissão se poderíamos proceder rapidamente ao exame desse item. (Pausa)

Peço ao Senador Luiz Otávio para fazer um breve parecer.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, Srs. Embaixadores presentes na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o projeto em pauta é o PDC nº 2310, de 2002, na origem, Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2003, que aprova o texto de acordo com o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre cooperação naval.

Julgamos o projeto de decreto legislativo apreciado conveniente e oportuno aos interesses nacionais no que tange à constitucionalidade e legalidade e versado em boa técnica legislativa, pelo que votamos pela sua aprovação.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, a Namíbia, país de um milhão de habitantes situado no deserto de Kalahari, possui uma colônia de brasileiros expressiva. Somos muito bem recebidos lá. Eu mesmo estive várias vezes em Windhoek, a capital. O país possui a mesma moeda da África do Sul, o rand, e se encontra em franco desenvolvimento. Creio que a presença brasileira ali é fundamental, pois há grandes riquezas a serem exploradas. Deixo registrado na Comissão que os brasileiros que lá vivem são muito felizes, apesar da temperatura altíssima. O pouso no aeroporto também é terrível, por falta de sustentação no ar, pois o deserto é muito quente. Mas quando pousamos e conhecemos a cidade, é realmente um lugar muito aprazível. Espero que os brasileiros que lá vivem possam também usufruir desse contrato de US$32 milhões, mais US$18 milhões de contrapartida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos à apreciação da mensagem designando Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de Primeira Classe do Quadro do Itamaraty, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia.

Peço ao Senador João Capiberibe para ler o parecer do Senador Jefferson Peres.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srªs e Srs. Senadores, fico honrado em ser o Relator **ad hoc**; mantive ontem uma longa conversa com nosso futuro Embaixador na Rússia num momento importante da história da humanidade.

Passo a ler o parecer do Senador Jefferson Peres.

"Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 16, de 2003, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia. A Constituição Federal, em seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno desta Casa (art. 383, inciso I), elaborou o **curriculum vitae** do candidato.

De acordo com esse documento, o Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1944. É diplomata de carreira desde fevereiro de 1966, sendo promovido a Segundo Secretário em 1968, e, por merecimento, a Primeiro Secretário, em 1974; a Conselheiro, em 1978; a Ministro de Segunda Classe, em 1983; e a Ministro de Primeira Classe, em 1987. Na Secretaria de Estado exerceu várias funções de relevância, dentre as quais podem ser destacadas: Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, de 1983 a 1985; Chefe da Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas, de 1984 a 1985; Chefe de Gabinete do Secretário-Geral de Relações Exteriores, de 1985 a 1988; e Secretário de Planejamento Diplomático, de 1999 a 2001. Em representações do Brasil no exterior, o Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves serviu em Nova Iorque, como Cônsul Adjunto, de 1969 a 1972; em Hong Kong, como Cônsul Adjunto, de 1972 a 1973; e Encarregado de Negócios, em 1973, em Taipé; em Buenos Aires, como Segundo Secretário, em 1974, e Primeiro Secretário, de 1974 a 1977; em Genebra, como Conselheiro, de 1979 a 1983; em Nova Iorque, como Cônsul-Geral, de 1988 a 1992; na Cidade do México, como Embaixador, de 1992 a 1996; em Otawa, como Embaixador, de 1996 a 1999; e, por fim, em Houston, como Cônsul-Geral, de 2001 a 2003.

Constam do processo, além do **curriculum vitae,** documentos informativos sobre a Federação da Rússia elaborados pelo Ministério das Relações Exteriores, nos quais foi demonstrado o estreitamento das relações entre o Brasil e a Rússia no pós-Guerra Fria. Desde 1997 foi criado o mais alto nível de interlocução entre os dois Países. Exemplo disso é a Comissão de Alto Nível de Cooperação, coordenada pelo Vice-Presidente brasileiro e o Primeiro-Ministro russo e encarregada da definição de estratégias e de diretrizes para o desenvolvimento das relações bilaterais. Sobre esse mecanismo foi criada a Comissão de Assuntos Políticos para envolver consultas sobre temas políticos presentes na agenda internacional. Já sobre questões técnicas, ambos os Países estabeleceram a Comissão Intergovernamental de Cooperação, co-presidida pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores brasileiro e pelo Ministro-Chefe da Administração russo, que deverá ter a sua próxima reunião no segundo semestre do corrente ano. Tal enfoque técnico tem se concentrado nas áreas econômico-comercial, energética, espacial, técnico-militar e científico-tecnológica e de cooperação.

Em 2002, com a visita do Presidente Fernando Henrique à Rússia, foram declaradas as principais linhas de relação bilateral e celebrados os seguintes acordos: Tratado de Extradição, Programa de Intercâmbio Cultural e Educacional, Memorando de Entendimentos entre o Banco do Brasil e o Banco de Comércio Exterior da Rússia e o Memorando entre o BNDES e o Banco de Relações Econômicas da Rússia. Como resultado desse estreitamento de relações bilaterais, a Rússia tornou-se o 13º destino das exportações brasileiras, principalmente em razão das [illegible] das recentes de carne suína e de aves.

Esse êxito comercial também se deve ao fato de as duas economias serem complementares. Em confirmação dessa realidade, em agosto de 2002, foi constituído o Conselho Empresarial Brasil-Rússia para aproximar mais os setores produtivos.

O documento do Ministério das Relações Exteriores também tece análises sobre a política interna e externa e a conjuntura econômica da Federação da Rússia sob o comando de Vladimir Putin.

Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Passamos a palavra ao Embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves, para fazer a sua exposição.

V. Exª pode ouvir a recomendação do Senador Hélio Costa: na medida do possível, a exposição inicial de cada um deve durar cerca de dez minutos. Se assim for, teremos mais tempo para o diálogo com os Srs. Senadores.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é importante que os Embaixadores entendam que devem fazer esse resumo apenas se for possível – às vezes é impossível fazê-lo. O que pedimos é que, sendo possível, façam o resumo, até porque nós todos na Comissão estamos acostumados a ouvir os

Embaixadores e sabemos da sua competência, do seu preparo especialíssimo para ocupar esses cargos. Até hoje só temos tido surpresas agradabilíssimas ao ouvir os Embaixadores, mas, infelizmente, com a pauta que nós temos, se ouvirmos apenas três Embaixadores por semana, não conseguiremos liberá-los até o final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria de dizer aos três indicados para as respectivas Embaixadas que o Senador Hélio Costa tem em mente também a eqüidade para com os que já ouvimos – na semana passada, por exemplo, ouvimos os indicados Itamar Franco e Tilden Santiago, que fizeram exposições bastante prolongadas. Sendo assim, temos que nos nortear pela eqüidade, para que sejam levados em consideração ambos os aspectos.

Com a palavra o embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves.

O SR. CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. É para mim uma particular honra, dada a admiração que tenho há muito tempo por V. Exª, prestar o meu depoimento perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, sendo V. Exª o seu Presidente.

Com relação aos aspectos práticos, devo dizer que eu não conhecia a prática de se fazer a leitura do parecer do Relator com antecedência à exposição dos Embaixadores. De certa maneira, poupa-nos entrar em aspectos já abordados pelo Relator, Senador Jefferson Peres, como, por exemplo, a estruturação da relação entre os países, as comissões, subcomissões, consultas estratégicas. Assim, como isso estava incluído na minha exposição, não será necessário repetir.

Procurarei orientar a minha exposição tentando compartilhar com as Srªs e os Srs. Senadores e também com a Comissão a perplexidade geral sobre o ocorrido na União Soviética, obviamente olhando para o futuro. Não estamos aqui fazendo um estudo, não somos um centro de estudos históricos, apenas olhando para o que o Brasil poderá fazer, qual será a atuação do Brasil na Rússia. Mas não podemos esquecer que a Rússia era a União Soviética, sofreu uma **débâcle** sem precedentes e, ademais – um assunto que curiosamente é pouco anotado, pouco suscitado –, a Rússia não pode escapar a uma comparação com a China. Ambos os países viviam sob uma economia centralmente planificada.

E rememorando minha longa carreira, pela penosa leitura de tão longas décadas em que estive dedicado ao serviço do meu País no exterior, em Hong Kong, entre 1972 e 1974, recordo-me que jamais poderia imaginar que a China, vivendo aquela economia de imensa austeridade, uma pobreza bem administrada, pudesse algum dia rivalizar com quem quer que seja, com o Brasil, com a Rússia, então, nem pensar! No entanto, vemos aí um paradoxo, vemos um fato que merece uma reflexão: por que a China está se dando tão bem e por que a Rússia está se dando tão mal? Então, em uma exposição que espero seja bastante breve, Senador Hélio Costa, vou suscitar e compartilhar com V. Exªs a interpretação, relativamente própria, porque a vejo sob uma ótica brasileira, que desenvolvi dessas leituras sobre a Rússia.

Em primeiro lugar, quero dizer que a Rússia é um país colossal, tem duas vezes a área do Brasil, ou seja, é um país gigantesco. A Rússia tem origens que datam do século IX e – coisa pouco sabida– começou a nascer em torno da cidade de Kiev, uma aglomeração de casas de madeira, como uma extensão do Império Romano do Oriente, então, como uma extensão de Bizâncio, como uma extensão da Igreja Ortodoxa Cristã, da Igreja Ortodoxa chamada Grega – não por causa da Grécia de hoje, quer dizer, a Igreja Ortodoxa Grega de hoje, na Grécia, chama-se Igreja Ortodoxa Grega porque assim era chamada a Igreja de Bizâncio. Portanto, eles se consideravam – Roma era muito fraca, havia caído – o repositório da verdadeira fé. E a Rússia nasceu inspirada e se crendo portadora dessa verdadeira fé.

Com isso, a Rússia, aliás, todos esses países da Ásia Central, eles se originam e vão-se formando por meio de sucessivas movimentações de povos nômades, que não se sabe muito bem de onde vêm, não se sabe muito bem como ali chegaram, não se sabe de onde tiraram tanta energia. Mas a Rússia se formou a partir dos sítios, o que quer dizer muito pouco, porque ninguém sabe exatamente o que foram os sítios. Posteriormente, a Rússia foi invadida por hordas e hordas de tribos nômades que certamente, havendo perdido suas condições de vida nas estepes centrais, deslocavam-se para o oeste e iam aparecendo na Europa, iam aparecendo ali no Oriente Médio.

No século XIII, a Rússia sofre a grande invasão dos Kahns, quando há uma certa organização em torno não só de Kiev, mas também de Moscou, ainda um aglomerado de cabanas de madeira. Imaginem V. Exªs, essa invasão forma uma dinastia na China, a Dinastia Yuan, dos grandes Kahns, derrubando a anterior e ocupando a cidade central e toda a China. Quando Marco Polo foi à China, ela estava sendo governada por Kublai Kahn, o neto de Genghis Kahn. Portanto, Marco Polo não teve contato com a China verdadeira-

mente chinesa, com um governo verdadeiramente chinês da China, mas com um governo mongol.

Essas mesmas hordas haviam avançado para o oeste e ocupado a Rússia durante 250 anos, mais ou menos o tempo que estiveram na China. Kiev foi poupada, mas não Moscou, que já se tornava o centro da Rússia. Essa ocupação marcou profundamente o País.

Vamos sugerir um início de explicação. Surgiu na história russa um dilema: somos um país oriental, um país tártaro ou um país ocidental? Evidentemente, eles se sentiam bastante atrasados quando se comparavam ao Ocidente, e a aventura ocidental da Rússia implicava progresso econômico, mudanças de hábitos sociais, cismas, mudanças de abordagem religiosa, às vezes por coisas especiosas, como sabemos. Um dos importantes cismas na Rússia, por exemplo, tinha a ver com o fato de que se devia fazer o sinal da cruz com dois dedos ou com três dedos. Milhares de pessoas morreram por essa causa. V. Exªs não podem avaliar.

Enfim, a Rússia caminhou nesse rumo até o século XVII. No início do século XVIII, houve uma gigantesca mudança na Rússia. Pedro, o Grande – devemos lembrar que esse nome vigora hoje, mas antes era só Pedro –, ou seja, o Czar Pedro decide não somente equiparar a Rússia à Europa, mas sobrepujá-la, e esse é um traço importante.

O tipo de governo predominante na época, em qualquer parte da Europa, era o de elite, um governo aristocrático, que funcionava na parte superior, na fina cultura, nas discussões entre a aristocracia. E a maneira de Pedro, o Grande, sobrepujar a Europa foi construir São Petersburgo, uma cidade plenamente européia, com um desenho espetacularmente europeu, geométrico, que simbolizava o Iluminismo, a Idade da Razão, que nascia na Europa. Pedro, o Grande, construiu São Petersburgo na beira do Báltico, numa região desolada, plana, cheia de pântanos, que parte do ano estava congelada. Ali, ele resolveu fazer uma grande cidade.

E quando V. Exªs ouvem essa idéia de se fazer uma grande cidade como símbolo do progresso, de desafio, como se ela fosse portadora da modernidade, encontramos algum eco entre a Rússia e um país que conhecemos mais de perto.

Constrói-se a cidade, que é esplêndida, e Pedro, o Grande, apresenta-se ante a Europa.

A etapa final do reinado de Pedro, o Grande, se deu como sempre acontece na Rússia, onde as novas idéias suscitam movimentação social e inquietação sempre nas camadas superiores – não estamos falando de movimentações sociais de base, estamos falando de massas. A Rússia conservou seus servos até 1867, portanto, 21 anos antes de abolirmos a escravatura.

O reinado de Pedro, o Grande, sofre esse pequeno retrocesso, mas o seu ideário é retomado por Catarina II, a Grande, princesa alemã que havia se casado com um membro da dinastia russa dos Romanov. O marido morre em circunstâncias misteriosas, ela consegue – desculpem o termo futebolístico – "botar para córner" o filho mais velho e ela, uma princesa alemã, assume o poder na Rússia, de maneira incontrastável, mas também de maneira espetacular. Catarina, a Grande, forma, juntamente com o Marquês de Pombal...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Desculpe-me, mas qual foi o termo que V. Sª usou?

O SR. CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES – Eu disse que ela "botou para escanteio" o filho mais velho. (Risos)

Catarina II é uma pessoa de presença extraordinária, dizem que era uma mulher bonita demais. Ela se corresponde com o Voltaire e com Diderot, que a apresentam à Europa como modelo de monarca esclarecido, iluminado, informado, modernizador, preocupado com a educação e com o destino do seu povo – vejam bem, não é com o povão, e sim do povo das camadas superiores. Enfim, ela quer modernizar o seu país. Inclusive, os franceses usam Catarina para apresentá-la como modelo a Luís XV. Essa era a época dos déspotas esclarecidos: Frederico, o Grande, da Prússia; José I, da Áustria; Catarina II e Marquês de Pombal. Enfim, são esses monarcas autoritários e modernizadores informados pelo Século das Luzes.

Provavelmente, ficamos na área das aparências. Na verdade, Catarina, quando viu o que estava acontecendo com a Revolução Francesa, ela, evidentemente, deu vários passos atrás e provavelmente rompeu suas correspondências com alguns dos filósofos, até porque alguns deles fugiram da França e outros foram decapitados. Portanto, a Rússia sofre um encolhimento, havia avançado demais – esse sentido é importante.

Quando, então, a França reposta, Napoleão resolve invadir a Rússia. Napoleão organiza a chamada **Grande Armée**, um grande exército invencível que tinha de caminhar da França à Rússia, comandado pelo próprio Napoleão, e apresenta-se diante das forças russas. É curioso, Napoleão vinha vencendo muito na Europa, porque os seus exércitos eram populares. As guerras anteriores na Europa eram lutadas basicamente pela aristocracia e por mercenários. Napoleão

tem um exército popular, porque é um exército revolucionário. O que a Rússia tem para enfrentá-lo? O que ela tem em abundância: população. Vejam, a aristocracia russa recorre a quem? Recorre aos servos, o que terá grandes conseqüências na Rússia. Comandado pelo General Kutusov, a Rússia consegue deter o avanço francês em Borodino e o General Kutusov, num gesto de audácia extraordinária, evacua Moscou, recua para o interior da Rússia, leva os mantimentos e incendeia parte da cidade, de modo que Napoleão não contaria com quase nada em Moscou. Napoleão se vê na situação de não poder mais abastecer suas tropas, não pode mais atacar; tenta recuar e o inverno destrói a grande armada. Napoleão chega arruinado e, na verdade, é derrotado nessa grande tentativa de conter a Rússia. É a primeira vez que a Rússia salva a Europa, mas não será a última.

Há um detalhe: com o final da campanha napoleônica, Napoleão é finalmente derrotado em Waterloo; reúne-se o Congresso de Viena e quem são as duas maiores potências presentes no Congresso de Viena ditando à Europa como ela se formará? É justamente a Rússia e o Império Austro-Húngaro. Vejam V. Exªs que a Rússia, de país atrasado, complexado, acanhado, em um século, lança-se e afirma-se como potência européia; ela consegue destruir o maior exército jamais organizado na Europa e comanda o Congresso que restabelece a paz na Europa, redesenhando-a e, mais do que isso, constitui a Santa Aliança, cujo reacionarismo e cujas conseqüências as próprias Américas sentiram.

Novamente, observemos que, no início e no curso do século XX, a Rússia tem duas decisivas intervenções na Europa. A primeira, com a Rússia atacada, a Alemanha declara guerra e os exércitos russos se organizam, marcham, mas, ao mesmo tempo, ocorre na Rússia a revolução social, política e econômica em 1917. A Rússia retira-se da guerra, faz um acordo de paz em separado, estabelece o poder dos sovietes. Lênin, Trotski e Stalin assumem o comando da Rússia, que é atacada pelas potências européias e feita a paz.

Vejam V. Exªs que, novamente, a Rússia tem esta característica: ela não só quer se rivalizar e enfrentar a Europa; ela quer sobrepujar a Europa. E o que fazem então os comunistas bolcheviques no poder? Eles não somente se defendem, mas querem e tentam patrocinar a revolução social nas capitais européias, nos países europeus e em todo o mundo. É a idéia, como chamam os franceses, **a fuite en avant**, do salto adiante, de tentar fazer mais, com a audácia, de certa forma, de ter a sensação de haver conseguido fazer isso.

A Rússia, durante os anos que se seguem, como sabemos, atravessa nova política econômica, atravessa os anos terríveis de Stalin. Depois, faz uma paz com Hitler, provisória, e verifica que ela é insustentável. Então declara guerra à Alemanha, que se movimenta para invadir a Rússia.

Na verdade, a Rússia – isso é pouco dito – foi realmente o grande país vitorioso na Segunda Guerra Mundial. Não houvesse ocorrido a resistência russa e depois a invasão do Exército Vermelho, do Exército Russo, por toda a Europa, dificilmente a participação americana teria sido tão decisiva e tão modesta como foi na Segunda Guerra Mundial. Isso custou à Rússia algo como, dependendo dos autores, entre 20 milhões a 30 milhões de pessoas – 20 milhões a 30 milhões de russos morreram. Mas novamente a Rússia teve uma intervenção decisiva na história européia.

Temos então três intervenções decisivas: Napoleão; subseqüentemente, o Congresso de Viena; a revolução social que mudou o mundo, a Europa; e a Segunda Guerra Mundial, em que a participação da Rússia foi absolutamente decisiva.

A Rússia, nessas circunstâncias, é um país europeu, com particularidades. Mas essa sua idéia de enfrentar a Europa, que a inferiorizava, de uma maneira que sobrepujasse e, se fosse o caso, agredisse a Europa é um traço que eu diria permanente e que talvez explique, onde quero chegar, com o que ocorreu com a **débâcle** da Rússia.

Numa pequena reflexão, V. Exªs se recordarão que, ao abrirem as suas memórias, Henry Kissinger diz algo, pelo estilo, no primeiro volume das suas memórias. Ele narra os anos 60 dos Estados Unidos e ele ia se referir à Guerra do Vietnã e à tragédia do Presidente Richard Nixon, que o havia levado ao **impeachment**, praticamente, e à renúncia. Ele se confessa impotente diante da tarefa, dizendo que aquilo é coisa que ele como historiador, como diplomata, como cientista político tentaria cobrir, mas que aquilo não era matéria para pessoa como ele; aquilo era matéria para um escritor e para um escritor de gênio.

Não posso deixar de pedir a atenção de V. Exªs para isso que Kissinger observava como ausente, e ausente não só na história americana, mas também ausente em geral na história dos países. A Rússia teve isso e, consistentemente, ela tem tido isso. Imediatamente, salta à lembrança de V. Exªs a obra-prima de Tolstoi, que é "Guerra e Paz". Depois de passados, talvez, cinqüenta anos da campanha de Napoleão e da resistência russa, Tolstoi apresenta esse

panorama, que justamente Henry Kissinger disse que ele mesmo não poderia fazer. É um panorama do país, da sociedade em seus diferentes estratos; é um panorama da guerra, da resistência e é uma indagação sobre o ser nacional que havia tornado possível tudo aquilo. O que se sente presente ali – além de toda a matéria literária sobre o que, de fato, Kissinger tem razão, pois nenhum historiador, nenhum cientista político, nenhum diplomata poderia reproduzir aquilo – é o sentimento dos indivíduos participantes naquele processo histórico.

Isso não é um caso isolado na Rússia. Nós nos recordaremos de um livro que sofreu certo ocaso por razões políticas, que é o de Boris Pasternak, "Doutor Jivago". É um livro que está sendo imensamente valorizado atualmente. Ele apresenta o retrato da Revolução, dos primeiros anos de esperança da Revolução e dos anos de desencanto que se seguiram, com o stalinismo e as políticas autoritárias e totalitárias dos anos 30. É um livro extraordinário e extremamente comovedor, em que o autor, sendo romancista, apresenta-se, sobretudo, como um poeta, sendo que o principal personagem é um poeta, o Dr. Jivago. O livro se encerra com poemas belíssimos que seriam os de Boris Pasternak, como se fossem do Dr. Jivago.

Nos tempos mais recentes, observemos o que é a obra do Soljenitsin se não um grande panorama do "Arquipélago do Gulag", o arquipélago das prisões e das repressões. Nenhum historiador, nenhum diplomata, nenhum cientista político podia escrever isso que Soljenitsin nos apresenta nessa e em muitas outras de suas obras. Mencionei apenas uma, mas há "Cancer World", "Pavilhão dos Cancerosos"; há também o livro "Um dia na vida de Ivan Denisovich".

Finalmente, Soljenitsin está dedicando suas últimas décadas de escritor a preparar uma obra monumental, que será sua obra magna. O primeiro volume já foi lançado, e creio que se está lançando o segundo. O primeiro volume se chama "Agosto de 1914". Será, portanto, um volume sobre a Rússia da pré-guerra, a Rússia da guerra e a Rússia da Revolução Vermelha.

Não estou citando Dostoievski, porque esse caráter histórico não está ali. Mas todos percebemos, ao ler Dostoievski, como ele está impregnado desse sentir social e histórico, que é tão inseparável dos russos.

O grande clássico de Pushkin, "Eugene Onegin", não é outra coisa senão, em forma poética, a vida de um cidadão comum na Rússia que mudava velozmente no século XIX.

Ouso fazer uma comparação, porque disso muito devemos nós, brasileiros, orgulhar-nos. Somente encontro paralelo com obras de densidade histórica como essas que marcam a vida russa na obra de Euclides da Cunha.

Então, há dois traços definidores: recapitulando, o Oriente, a Rússia profunda e a modernidade e como enfrentar a modernidade e a Europa.

Uma primeira reflexão que faço, portanto, sobre a derrocada soviética é a indagação sobre se não terá ocorrido um momento em que a Rússia novamente se enfrentou com um sentimento de fragilização interior que procurou transformar num salto adiante, ultraliberal. Detenhamo-nos no que ocorria, na Rússia, no correr dos anos 80. O mundo vinha ocupado pela globalidade, ou seja, dedicava-se a uma mudança completamente sem precedentes de orientação econômica, de modo de produção, de forma que o capitalismo europeu e o norte-americano se estendiam à Ásia e a outras nações em desenvolvimento. As linhas de produção de automóveis, que antes se localizavam em Detroit, agora se estendem por duas dúzias de países. Assim, o capitalismo consegue sobreviver, enriquecer, concorrer por meio de uma completa reorganização de seus métodos financeiros e, sobretudo, por uma completa reorganização geográfica.

Evidentemente que uma economia fechada, centralmente dirigida teria dificuldades em fazer isso. A Rússia começa a sentir que há uma grande distância. E vai-se ampliando a distância entre a Rússia e o Ocidente – quando digo Rússia, como o General De Gaulle insistia em fazer, refiro-me à União Soviética.

Há essa necessidade de mudança. É o que Mikhail Gorbachev começa a fazer. Ele começa fazer isso – de modo que hoje parece tímido – com a **perestroika** e a **glasnost**. São as formas democráticas, é a transparência, são as reformas econômicas. Gorbachev mais ou menos esgota o seu processo com certa rapidez. Ele começa lentamente e se esgota. O colapso de Gorbachev é bastante rápido.

E o que fazem então os russos? Volto ao ponto inicial da comparação entre a China e a Rússia. Há naquela época, a China se encaminhava para um programa de reformas lentas, graduais e seguras. Eram feitas com muito cuidado e sob rígido controle do Estado. Nada de grandes privatizações, nada de grandes aberturas. Eles preferiram fazer as coisas aos poucos e seguramente, garantindo taxas grandes de crescimento e da maneira chinesa. Optaram por ser confucionistas nesse aspecto.

A Rússia faz algo inteiramente diferente. O entusiasmo com que adere ao ideário neoliberal justificaria uma indagação sobre se ela não sofre da famosa Síndrome de Estocolmo, em que a vítima adere aos

seus captores. Assim, além de derrotada na Guerra Fria, tem sua economia destruída e desorganizada, vê seu sistema político prostrado, vê-se moralmente abatida. Provavelmente, uma derrota militar, exceto a nuclear, não teria promovido efeitos tão devastadores na Rússia como provocou a **débâcle** no início dos anos 90.

Não obstante, a Rússia adere ao neoliberalismo, mas "dobrando a mesa", dobrando a aposta. Decide desregulamentar todos os preços, abre-se totalmente à concorrência, implantam-se todos os esquemas financeiros os mais ousados, propostos pelos centros mais avançados do capitalismo financeiro, e o resultado é absolutamente catastrófico. Estamos nos anos de Boris Yeltsin. Com isso, agrava-se não só essa adesão que se dá, mas somam-se a isso as características pessoais do governante. Penso que a melhor maneira de definir Yeltsin é considerá-lo como a reencarnação do patriarca Dimitri Karamazov: constantemente ébrio, constantemente alucinado, constantemente maltratando e acossando os seus filhos. Enfim, uma figura absolutamente imprevisível e que parece sempre possuído por uma força um tanto diabólica.

O Governo Yeltsin é absolutamente catastrófico, absolutamente irresponsável. Ele consegue destruir o seu País em tal grau, que todos conhecemos as estatísticas de diminuição da população, de aumento da taxa de mortalidade. Um homem russo tem uma vida prevista de 57 anos. Se eu fosse russo, provavelmente já não estaria entre os senhores. Assim, todos os índices são catastróficos: miséria, fome, doenças, todo tipo de mazelas. Isso em meio a uma pretensa ajuda.

Nesse ponto, há um elemento ao qual retorno e insisto. Trata-se dessa adesão imensa, no sentido de fazer mais: "Se são os americanos que lideram o Ocidente, vamos ser mais americanos que os americanos, como no passado tentamos ser mais europeus que os europeus. Adotamos todas aquelas medidas." Foram realizadas, na época do Ieltsin, todas a privatizações. Foram feitas de forma absolutamente anárquica.

Para que os senhores tenham uma idéia, um dos instrumentos básicos da privatização era um bônus. Davam bônus das diversas fábricas, indústrias, corporações e entidades estatais para seus empregados. Distribuíam, então, lotes de bônus. Os sujeitos transformavam-se em proprietários. Proprietários de quê? Era um país onde não havia o que comer, onde o aparato produtivo estava completamente desfeito, desorganizado. O Estado não atuava mais. Em pouco tempo, as pessoas usavam aqueles bônus – 50 mil rublos teoricamente valiam US$50 mil – para comprar comida, roupa, para pagar a conta da eletricidade. O valor daqueles títulos caiu para 10%. Rapidamente, um título que valia 50 mil rublos passou a valer 05 mil rublos. Eram negociados no meio da rua de qualquer maneira. Grupos reuniram aqueles títulos de propriedade e, pagando o preço pelo qual eram transacionados no mercado – entre os ex-empregados das indústrias –, compraram galinhas-mortas: as corporações russas fracionadas. Compraram barato: por 10% do preço. O Estado aceitava o valor de face. Dessa maneira foi feita a privatização na Rússia. O primeiro objetivo da nova classe que dominava a economia russa não era fazer com que aquelas unidades produzissem, mas dilapidá-las, vendê-las, explorá-las, sucateá-las, o que fosse possível para fazer dinheiro.

Muito recentemente – e agora estamos passando para o Governo de Putin –, essas unidades começam a ser vistas como produtivas. Essa é a grande transição que se faz de Ieltsin para Putin. Ieltsin, já fisicamente debilitado, desmoralizado, politicamente insignificante, é dominado pelo que se chama "família". É um grupo liderado por sua filha, que o domina plenamente, e pelo grupo dos chamados de oligarcas. Não no sentido político, como às vezes usa-se no Brasil, mas oligarcas econômicos. O termo mais certo seria plutocratas.

Ieltsin consegue fazer uma transição negociada com Putin. Esse assumiu o poder. É um mistério o porquê Putin foi escolhido e não outra pessoa. Putin era pouco conhecido, um indivíduo discreto. Tem aparência discreta e modesta. No entanto, possui uma personalidade muito forte e o treinamento de um oficial graduado da KGB. É portador daquela mensagem, ao mesmo tempo autoritária e nacional, que caracterizava a atuação da KGB. A KBG, na União Soviética, funcionava um pouco como um dublê do Partido Comunista. Onde o Partido Comunista fraquejava entrava, realmente, a estrutura da KGB, que era quem jogava os lances mais difíceis de vida política.

O Governo do Putin, atualmente, é assim. Ele é eleito com 53% de votos, governa já durante três anos, acalma o país e tem sorte. Estive na Venezuela. Faço um paralelo, mais ou menos, com a época em que o Putin assumiu o poder. Eu estava lá, porque era Secretário de Assuntos Políticos do Ministério. Perguntaram-me quais as perspectivas do governo do Presidente Hugo Chávez. Respondi: se o preço do petróleo sobe, Deus é chavista. Se Deus é chavista, vai ser difícil derrotá-lo. No caso, aplica-se o mesmo ao Governo de Putin. O preço do petróleo sobe. O petróleo é o elemento central na economia russa atual-

mente. Dessa forma, a vida na Rússia melhorou. Nos anos de Putin, a Rússia que não crescia, mas diminuía a cada ano, passou a crescer 5% ao ano – cifra que se mantém até hoje com a previsão de uma ligeira diminuição para 4% no curso do ano de 2003.

Os oligarcas, que fazem algum tipo de pacto de Putin, esqueceram o passado. Vamos administrar e tentar administrar produtivamente as empresas privatizadas. Ou seja, elas não serão mais objeto de butim dos que as haviam comprado, mas passarão a funcionar. Isso se aplica à área do petróleo, em parte à área do gás natural, indústrias manufatureiras, bancos, etc.

Então, essa é a Rússia que temos hoje, uma Rússia que começa a ser otimista, a se refazer de um vendaval que durou dez anos, a se refazer, como no passado, dos excessos da sua tentativa de ser moderna, de ser européia, de sobrepujar a Europa e, neste caso, de sobrepujar até o que havia de mais avançado em termos de idéias modernas, de globalização, de monetarismo, de liberalismo econômico, etc.

Esse processo está sendo purgando na Rússia, e creio que o país deve se recuperar.

Devemos fazer uma diferença. Hoje, há dados conhecidos de que o Produto Interno Bruto russo é de pouco menos de US$200 bilhões. V. Exªs podem imaginar o que esse valor significa se comparado ao valor anterior. Mas isso deverá ser corrigido por um critério das Nações Unidas, aprovado pelo Fundo Monetário Nacional e pelo banco, de paridade e de poder de compra. Então, é razoável dizer que o Produto Interno Bruto da Rússia, hoje, esteja em torno de US$1,3 trilhão e que a sua renda **per capita**, em paridade e poder de compra, está em torno de US$8 mil mensais.

Portanto, essa é a Rússia que o Brasil encontra e com a qual irá trabalhar.

A estruturação das relações entre o Brasil e a Rússia foi apresentada pelo Relator, como disse, de forma admirável, sinteticamente. E o desafio que temos é de duas ordens: estabelecer um relacionamento político e restabelecer um relacionamento econômico-comercial com a Rússia.

Passemos ao relacionamento econômico-comercial. Temos um bom comércio com a Rússia. Exportamos cerca de US$1,2 bilhão e importamos cerca de US$400 milhões. Exportamos para a Rússia basicamente açúcar, mais de 50%; seguido de carne e carcaças suínas, 27%; frangos, 15%, desse total de US$1,2 bilhão; depois, carne de gado.

Também há uma lista de produtos que considero muito promissora, mas cujas presenças são quase traços. São artigos tradicionalmente brasileiros, tais como peças de vestuário, artigos de cutelaria – da Tramontina -, cadeiras de dentista, equipamentos... Nesse mercado, há muito com o que trabalhar.

O Ministro Furlan visitará a Rússia daqui a 40 dias. Essa é uma das razões por que irei à Rússia direto do Texas, caso esta Comissão aprove minha indicação, o Plenário do Senado haja por bem votar favoravelmente a minha indicação e o Presidente da República assine o Diploma Legal. Assim que isso acontecer, no mesmo dia, irei à Rússia preparar a missão do Ministro Furlan.

Essa missão será secundada por uma outra da Agência de Promoção de Exportações, Apex, que, em suas ações, será seguida de um arcabouço, de uma rede e de uma tessitura de estruturação das nossas relações – já muito bem apresentadas, realço mais uma vez, pelo Relator.

Finalmente, uma palavra sobre as nossas relações com a Rússia. Deixarei para a fase de perguntas, se for o caso e houver interesse de V. Exªs, as posições internacionais da Rússia. Vejam V. Exªs que não é por acaso que o Ministro Celso Amorim já fez duas viagens à Rússia. S. Exª me dizia, ontem, que há algo curioso em sua vida, porque S. Exª, desde que assumiu o Ministério, só conseguiu ir uma vez ao Rio de Janeiro, sua cidade, mas já foi duas vezes a Moscou, sendo recebido, da última vez, pelo Presidente Vladimir Putin. Nesse aspecto, os russos são muito soviéticos ainda, eles são muito ciosos em suas tarefas. Não é por acaso que eles fazem esses gestos – aliás, fizeram gestos também de homenagem ao Brasil. Em onze dias me foi dado o **agrément.** E isso não tem nada a ver com a minha pessoa. Ele pediu que o Presidente da República e o Ministro Celso Amorim tivessem ciência desta distinção, porque o prazo normal é de quatro a cinco semanas, e não onze dias. Há, portanto, um ambiente favorável. Creio que a Rússia sofreu, como dizem os senhores usando um termo de um dos clássicos brasileiros, um período de ilusão americana. Esse período foi de fato inteiramente ilusório. Creio que a ele se seguiu uma decepção, porque a ajuda que eles esperavam dos Estados Unidos não se materializou nem indiretamente, nem através do Fundo Monetário Internacional. Para os senhores terem uma idéia, os investimentos externos dos Estados Unidos na Rússia são em igual volume aos do dinheiro investido na Costa Rica. Assim, os senhores podem imaginar o interesse na economia russa.

Portanto, repito, a ajuda foi realmente quase nenhuma, e há inclusive aqueles que crêem que os

Estados Unidos – é um termo que popularizei quando estive no Brasil como Secretário de Planejamento Político – tiveram "paciência estratégica". É um termo que os americanos que estão no poder nos Estados Unidos usavam para se referir a Rússia: "Vamos ter paciência estratégica". Quer dizer, "vamos deixar o negócio desabar bem, ficar bem desossado, vamos falar mais e fazer pouco". E, de fato, foi pouca a contribuição. A ajuda veio mais da Europa, da Alemanha e, em segundo lugar, como investidor, da Itália.

Vejo que não é um acaso, não é um capricho o alinhamento da Rússia com a França, com a Alemanha nesse episódio do Iraque. Creio que há aí uma virada, creio que a Rússia deve retornar ao concerto europeu de que ela sempre fez parte como membro muito disciplinado. Essa questão da ameaça da Rússia/Europa é um viés muito impróprio, porque a Rússia nunca foi imperial na Europa, exceto no período em que se seguiu a II Guerra Mundial, com aqueles estados-tampão para a proteção do regime comunista russo. A Rússia nunca foi imperial na Europa; a Rússia é imperial na Ásia Central. A grande derrota da Rússia foi a Guerra da Criméia, no Século XIX.

De modo que a Rússia, na Europa, será um membro bem comportado. A Rússia conserva as suas riquezas, conserva sua extensão, conserva a sua população ainda muito respeitável. Mas não se deve subestimar o preço a pagar pela reconstrução do País. Para que os senhores possam ter uma idéia, Alemanha Oriental, que tem cerca de 16 milhões de pessoas, demandou da Alemanha Ocidental, com o governo Kohl, um programa de incorporação que durou dez anos e previu gastos anuais – obviamente a fundo perdido, sem retorno – de US$100 bilhões. Em dez anos foram gastos US$1 trilhão para tentar trazer àquelas 16 milhões de pessoas o nível dos outros habitantes da Alemanha Ocidental, que orçavam em torno de 60 milhões de pessoas. Não obstante o gasto de US$1 trilhão em dez anos, a Alemanha Oriental ainda tem uma situação inferior e ainda está muito ressentida com relação aos termos de sua integração na Alemanha unificada. Tanto isso é verdade que, até hoje, o Partido Comunista é o partido mais votado na Alemanha Oriental.

Fala-se de integração econômica e de integrar-se países artificialmente separados, de desigualdades muito maiores do que as das Alemanhas. Proclamam que será tomada uma série de medidas, mas a única coisa em que não se fala é como se vai tornar a economia desses países compatível para que possa haver benefícios mútuos, convivência devida, enfim, uma harmonização dessa integração da economia. Integrar economicamente um país é muito caro. A União Européia sabe disso porque gastou bilhões de dólares na Espanha, em Portugal, até hoje gasta na Grécia e prepara-se também para contribuições e transferências, sem retorno e da mesma ordem, nos novos países que se incorporarão à Europa. Em resumo, vejo a Rússia saindo de mais uma grande catástrofe, de várias; e, seguramente, sairá engrandecida como saiu das demais, num processo de amadurecimento na maior crueldade. Seguramente, em algum lugar da Rússia, há um menino crescendo que vai escrever a grande obra desses 15 anos, de 1988 até os dias que correm, de barbaridade que esse país sofreu.

Estarei à disposição dos senhores, obviamente, para responder a qualquer questão pontual, qualquer detalhe sobre aspectos da exposição ou alguém que haja faltado à exposição.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra pela ordem o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Confesso que considero perfeito o método que V. Exª utiliza na Comissão. Entretanto, em alguns momentos, temos outros deveres, nas quintas-feiras pela manhã, em outras Comissões. Não queria sair daqui sem dizer que o Itamaraty tem sido, ao longo do seu tempo, a melhor escola de homens públicos do Brasil. Neste instante, vemos aqui três embaixadores da melhor qualidade que vão para os seus postos, o Sr. Carlos Augusto dos Santos Neves, um dos homens mais cultos do Itamaraty; o Sr. Pedro Paulo, que tem demonstrado alta competência na sua carreira, e o Sr. Luiz Tupi Caldas de Moura, que também tem sido um excelente homem no Itamaraty em todas as funções que exerce.

Eu tenho que me ausentar e gostaria que V. Exª me autorizasse a dar o meu voto, que será positivo, a esses três nomes que engrandecem o Itamaraty e vão engrandecer os postos que vão ocupar. Creio que V. Exª, que é um liberal nesses casos, vai dar essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dadas as circunstâncias, vamos compreender isso. Está aberta a possibilidade de os Srs. Senadores depositarem os seus votos, assim como de se inscreverem para a argüição.

Quero agradecer a excelente exposição do Embaixador Carlos Augusto Rego dos Santos Neves.

É muito difícil, de fato, tecer considerações, com o conhecimento que S. Sª. tem, de uma nação como a Rússia, que tem valores como Tolstoi, Dostoievski, Pasternak, e tantos outros que ele aqui citou para nos dar uma idéia da Rússia de hoje, com extraordinária riqueza histórica. Foi muito importante estarmos aqui aprendendo com o seu conhecimento. Fico pensando até se o menino citado por S. Exª não seria um embaixador brasileiro.

O relator referente ao Embaixador Luiz Tupi Caldas de Moura é o Senador Fernando Bezerra, que precisou se ausentar nesta sessão. Pergunto ao Senador Tourinho se poderia fazer a gentileza de ler o parecer do Senador Fernando Bezerra. (Pausa)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Parecer do relator, Fernando Bezerra, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Tupi Caldas de Moura, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Luiz Tupi Caldas de Moura, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Luiz Tupi Caldas de Moura, filho de Francisco de Moura e Lourdes Caldas de Moura, nasceu no Rio de Janeiro em 16 de abril de 1941, tendo se formado em Ciências Econômicas, pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro.

Concluiu o curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco, bem como o Curso de Altos Estudos e o Curso de Prática Diplomática e Consular, do mesmo Instituto. Foi nomeado Terceiro Secretário em 1970. Foi promovido a Segundo Secretário em 1973, a Primeiro Secretário em 1979, a Conselheiro em 1982, a Ministro de Segunda Classe em 1988 e a Ministro de Primeira Classe em 1996, todos por merecimento.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Chefe de Divisão das Nações Unidas, de 1987 a 1990; Chefe, substituto, do Departamento de Organismos Internacionais, de 1989 a 1990; Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, de 1996 a 1998; Secretário Executivo da Comissão de Promoções, de 1996 a 1998; e membro do Conselho de Política Exterior, também de 1996 a 1998.

Entre as funções desempenhadas no exterior destacam-se: Ministro-Conselheiro na missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) e Representante Permanente Alterno, entre 1990 e 1994; e Embaixador junto à Organização das Nações Unidas e Representante Permanente Adjunto, entre 1999 e 2002.

No cumprimento das missões para que foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, desempenhou funções de relevância, tendo chefiado a delegação brasileira em várias ocasiões, como a XXI e XXII Reuniões da Cecon, em Washington, em 1990 e 1992; XXVI e XXVII Reuniões Anuais do Cies, também em Washington, em 1991 e 1992. Chefiou ainda a delegação brasileira na IX e X Reuniões dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, em Nova York, em 1999; nas Sessões Substantivas de 1999 e 2000 da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, em Nova York, na VII Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, também em Nova York, em 1999, na III Sessão do Comitê Preparatório para a Conferência de Exame em 2000 dos Estados Partes do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em Nova York, em 1999; nas Sessões Anuais da Junta Executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em Nova York, em 1999, 2000, 2001 e 2002.

O diplomata em apreço foi agraciado com inúmeras condecorações, tanto nacionais como estrangeiras, entre as quais podemos destacar: Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil; Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil; Ordem do Mérito das Forças Armadas, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Santos Dumont, Brasil; Ordem de Bernardo O'Higgins, Grã-Cruz, Chile; Ordem do Infante Dom Henrique, Grã-Cruz, Portugal; Ordem Francisco de Miranda, Primeira Classe, Venezuela; Ordem Nacional do Cedro, Grande Oficial, Líbano; Legion d'Honneur, Comendador, França.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** que acabamos de relatar, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, que, além de conter os dados biográficos da Presidenta do Panamá, Mireya Elisa Moscoso Rodríguez, e de seu Chanceler, José Miguel Alemán Healy, avalia a política interna e as relações bilaterais entre o Brasil e o Panamá, destacando o intercâmbio econômico, onde, no primeiro semestre de 2002, o Brasil obteve superávit da ordem de US$ 51,4 milhões. Na agenda das relações bilaterais, figuram itens como a questão de cessão pelo Brasil de originais das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826, celebrado na cidade do Panamá por convocação de Simon Bolívar, a retirada do Panamá da lista da SRF de países com baixa tributação (os chamados "paraísos fiscais"), a cooperação judiciária para combate aos crimes transnacionais (narcotráfico, contrabando de armas e outros do gênero), entre outros. Cabe mencionar ainda o "Programa de Modernização do Canal do Panamá e Áreas Adjacentes", de grande interesse para empresas brasileiras, onde o projetado Centro Logístico Multimodal das Américas poderá converter o Panamá no mais importante centro de movimentação de mercadorias da região centro-americana.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

É o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Passo a palavra ao Embaixador Luiz Tupi Caldas de Moura.

O SR. LUIZ TUPI CALDAS DE MOURA – Exmº Sr. Presidente da Comissão, Senador Eduardo Suplicy, Exmº Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Marcelo Crivella, Exmºs Srs. Senadores, quero agradecer ao Senador Fernando Bezerra pelo relatório e pelas considerações amáveis. Tive a oportunidade de ontem estar com ele. Realmente muito me esvaneceu ter me recebido em seu gabinete. Agradeço ao Senador Rodolpho Tourinho pela gentileza da apresentação do relatório. E tendo presente a sugestão do Senador Hélio Costa, vou fazer uma apresentação muita sucinta sobre a situação política e econômica do Panamá, as suas relações externas e, sobretudo, o seu relacionamento com o Brasil.

O Panamá, com sabemos, é um país relativamente pequeno, com pouco mais de 75 mil quilômetros quadrados, com uma população de cerca de 2,8 milhões de habitantes, tem um Produto Nacional Bruto de, aproximadamente, US$10 bilhões, uma renda **per capita** estimada em cerca de US$ 3,5 mil. Lá praticamente não há analfabetismo. O salário mínimo é de US$ 253. Apesar de haver uma moeda local, balboa, a moeda corrente é o dólar norte-americano, em uso desde a independência do país, em 1903. Este ano, portanto, em novembro próximo, o Panamá celebrará o centenário de sua independência.

Quanto à situação política, em 2 de maio de 1999, realizaram-se as mais recentes eleições gerais, para a Presidência e para a Assembléia Legislativa, que tem uma característica especial, é unicameral, com 71 legisladores. Os respectivos mandatos são de cinco anos. O voto é obrigatório para maiores de dezoito anos.

Foi, então, eleita, com cerca de 45% dos votos, a atual Presidenta Mireya Moscoso. Eram mais de 1,7 milhão de eleitores. Assumiu a Presidência apoiada por uma coalizão, que lhe deu a maioria na Assembléia. No entanto, no ano 2000, a oposição logrou reverter essa situação: obteve a maioria na Assembléia, que passou a dificultar alguns dos projetos da Presidenta. Essa situação persistiu até o ano de 2002, quando, em setembro, fragmentou-se a oposição majoritária e a Presidenta pôde levar adiante alguns de seus projetos, como a indicação de um juiz para a Suprema Corte – são nove juízes – e também a aprovação do orçamento. As próximas eleições gerais estão previstas para maio de 2004. O quadro sucessório ainda é impreciso. Em princípio são três candidatos principais: um, do partido arnulfista, o mesmo da Presidenta, o ex-chanceler Miguel Alemán, que inclusive esteve em visita ao Brasil, afastou-se do cargo em fevereiro passado, se não me engano, e já deu início à campanha. Há o candidato da oposição, filho do Omar Torrijos, Martín Torrijos, derrotado pela Presidenta Moscoso, em 1999, que obteve uma votação bastante expressiva de 35%, se não me engano. Mais recentemente, surgiu um terceiro candidato, o ex-Presidente Guilherme Andara, que curiosamente também é do partido arnulfista, mas foi indicado pelo pequeno partido Solidariedad. A situação, enfim, ainda está muito tensa em relação a essa indicação porque, sendo ele membro do partido arnulfista, está provocando enorme desconforto no partido. Já se fala até mesmo em expulsar o Guilherme Andara do partido.

A economia do Panamá gira em torno de serviços que abrangem cerca de 80% das atividades econômicas. O setor industrial tem uma participação de 12%; o agrícola, em aproximadamente 7%. O comércio exterior se dá, sobretudo, por operações no âmbito da Zona Livre de Colón. A pequena produção industrial destina-se ao mercado interno. Na sua produ-

ção agrícola, o Panamá retira seus principais produtos de exportação: banana, camarões, pescados. No contexto de sua política comercial, o Panamá tem buscado reforçar os laços de integração com os países vizinhos e com os Estados Unidos. Recentemente, assinou um tratado de livre comércio com El Salvador. Estão em curso negociações com o México, o Chile e os Estados Unidos. O Panamá é beneficiário do sistema geral de preferências tarifárias dos Estados Unidos e também da Caribean Base Iniciativity, também dos Estados Unidos.

No ano 2000, a balança comercial do Panamá alcançou a cifra de US$12,4 bilhões, dos quais mais de 60% dizem respeito a transações no âmbito da Zona Livre de Colón. Os demais, cerca de US$4,2 bilhões, são classificados como operações no país: US$707 milhões de exportação e US$3,5 bilhões de importações. A maior parte desse comércio é feito com os Estados Unidos. Mais adiante, vou referir-me ao comércio com o Brasil.

As principais atividades econômicas estão, assim, concentradas no setor de serviços: trânsito pelo canal, uso da bandeira panamenha em meios de transporte marítimos, operações na Zona Livre de Colón, funcionamento do centro bancário na cidade do Panamá e turismo. Estima-se que o trânsito anual pelo canal seja superior a 13 mil embarcações, que gera um recurso estimado em cerca de US$800 milhões anuais. Sob a bandeira panamenha, estão registradas mais de 14 mil embarcações, metade de cargueiros, com uma tonelagem avaliada em 200 milhões de toneladas. A maior parte desses interesses é de estrangeiros. O uso da bandeira chamada bandeira de conveniência panamenha, 60% seriam de interesses japoneses e 30% de interesses gregos. Operam no Panamá mais de 100 bancos, inclusive o Banco do Brasil, que está no Panamá há 30 anos precisamente. Dezoito por cento desses bancos estão autorizados a operar com não-residência. É o caso Banco do Brasil.

O setor turismo, apesar da forte concorrência do Caribe, Costa Rica, República Dominicana e México, tem gerado importantes recursos para a economia panamenha. Em 2001, foram de cerca de US$700 milhões.

O Panamá, nos últimos anos, tem sido afetado negativamente pela instabilidade econômica internacional, em especial da economia norte-americana, com as inevitáveis conseqüências da retração de investimentos, do comércio exterior e da regrada ação de impostos.

No plano interno, seguem não resolvidos os projetos de reforma fiscal e da previdência social, bem como não atendidas as reivindicações da classe trabalhadora no sentido do reajuste do salário mínimo, que é de US$253. As perspectivas da economia panamenha para o futuro próximo são incertas, tanto em função da situação econômica internacional, quanto da aproximação das eleições gerais de 2004.

Nesse contexto, o Governo Moscoso está empenhado num grande esforço de promoção do país, com oportunidade de investimentos e também na consecução de acordos comerciais que permitam maior acesso a seus produtos de exportação.

O Panamá é membro dos principais organismos e organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No plano bilateral, sobressai naturalmente o seu estreito relacionamento com os Estados Unidos e seus vizinhos mais próximos, Costa Rica e Colômbia. Como sabemos, a independência do Panamá e sua afirmação como nação se devem, essencialmente, ao interesse dos Estados Unidos na construção do canal e na sua utilização.

Não me estenderei nos antecedentes históricos sobre o relacionamento Panamá/Estados Unidos. Recordarei apenas que o interesse norte-americano foi o fator decisivo para a independência do Panamá, da sua separação da Colômbia, em 1903. Feita a independência, os Estados Unidos compraram, no ano de 1904, por US$40 milhões, todos os direitos para a construção do canal da falida companhia francesa Companie Universale du Canal Internacionaliste, uma história trágica pela perda de mais de 25 mil pessoas na obra, pelo escândalo que se formou na França a respeito da atuação da companhia e pelo descrédito em que caiu o célebre construtor do canal de Suez, Ferdinand de Lesseps. É também uma história que tem o seu fascínio pela grandiosidade do empreendimento, na época considerado a oitava maravilha do mundo, pelo que representou em termos estratégicos e comerciais e pelas articulações políticas e financeiras envolvidas.

A administração e o controle do canal pelos Estados Unidos e a presença de contingentes militares norte-americanos em áreas adjacentes constituíram questões de permanente inconformidade para os panamenhos, em defesa de sua soberania e do princípio da não-intervenção. Essa situação só seria equacionada em 1977, com a assinatura dos Tratados Carter-Torrijos, ou seja, o Tratado do Canal do Panamá e o Tratado sobre a Neutralidade Permanente e o Funcionamento do Canal do Panamá. O primei-

ro tratado substituiu o Tratado Hay-Bunau-Varilla, de 1903, e acordos bilaterais subseqüentes e transferiu o canal definitivamente ao Panamá em 31 de dezembro de 1999.

Com o Tratado de Neutralidade, as partes concordaram em garantir a neutralidade do canal, e aí cito a parte do tratado, "de modo a que, tanto em tempo de paz e de guerra, o canal permanecerá seguro e aberto ao trânsito pacífico de embarcações de todos os países, em termos de total igualdade".

O Panamá tem, como vizinhos diretos, Costa Rica e Colômbia. Com a Costa Rica, o relacionamento é harmonioso, sem problemas. Já com a Colômbia, apesar das boas relações governamentais, ressalta-se a delicada questão da presença da guerrilha e de paramilitares colombianos na Península de Darian.

O Brasil mantém um bom relacionamento com o Panamá. No plano multilateral, temos uma convivência permanente e somos membros das principais organizações e organismos internacionais. Como países latino-americanos, somos membros de diversos agrupamentos regionais de coordenação e de cooperação, como o Grupo Latino-Americano e Caribenho, como o Grupo do Rio, como o Sistema Econômico Latino-Americano.

O Brasil manteve posição inequívoca de apoio às reivindicações do Panamá sobre o canal. Por ocasião da invasão do Panamá pelos Estados Unidos em dezembro de 1989, o Governo brasileiro reiterou sua posição de condenação ao uso da força nas relações internacionais e seu apoio à soberania panamenha.

A presença do Brasil no Panamá, além, evidentemente, da Embaixada, é, em essência, refletida pela existência da agência do Banco do Brasil e por um pequeno contingente de brasileiros: funcionários que operam em companhias multinacionais e também do acordo de cooperação cultural do Brasil com o Panamá que, se não me engano, data de 1944, em que estudantes panamenhos vêm ao Brasil e muitos deles se casaram com brasileiras. Desse modo, existe um contingente bastante representativo.

Infelizmente, a Varig, há tempos, não voa mais para o Panamá. Atualmente, a única linha direta do Brasil-Panamá é operada pela Copa Airlines. Trata-se de uma associação de maioria panamenha com a Continental norte-americana, que faz seis vôos semanais entre São Paulo e a cidade do Panamá.

O Brasil tem participado, nos últimos anos, da Exposição Comercial Internacional, a Expocomer, inaugurada em 1983, que conta com expressiva presença de exportadores e importadores do mundo inteiro. Recentemente, em meados de março, realizou-se a Expocomer 2003. O Brasil se fez representar por um grupo com cerca de 40 empresas.

O ponto alto do relacionamento bilateral, sem dúvida, foram as visitas recíprocas dos nossos Chefes de Estado. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve duas vezes no Panamá, em novembro de 2000 e em março de 2002. A Presidenta Mireya Moscoso visitou o Brasil em agosto de 2001. A primeira visita do ex-Presidente se deu no quadro da realização da X Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Na oportunidade, à margem da cúpula, realizou-se a cerimônia, cessão e depósito das Atas do Congresso Anfiteônico de 1826, feita pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à Presidenta Moscoso.

A visita de Estado da Presidenta Moscoso ao Brasil, em agosto de 2001, constituiu oportunidade para a assinatura de seis instrumentos, entre os quais está o acordo de cooperação no campo da luta contra o crime organizado e o acordo sobre cooperação entre as respectivas academias diplomáticas.

A segunda visita do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ocorreu em março de 2002, quando participou da cerimônia de lançamento das obras de dragagem do Lago Gatun, o contexto do projeto de modernização do canal. Também participou da inauguração da XX Expocomer.

Apesar da fluidez da convivência do Brasil com o Panamá, ainda se encontra em nível baixo o relacionamento econômico e comercial. Em 2002, o Brasil exportou pouco mais de US$100 milhões e importou menos de US$20 milhões. Tradicionalmente, o Brasil tem mantido saldos comerciais na relação com o Panamá. Em função, em particular, dos projetos panamenhos de modernização do Canal de Panamá, da Zona Livre de Colón e do aproveitamento das áreas em que estão localizadas as bases militares norte-americanas, há uma série de oportunidades comerciais a serem exploradas. Será sempre por esforço muito árduo, em função da acirrada competição pelos eventuais contratos, especialmente à luz das maiores facilidades e agilidade das empresas norte-americanas, européias e asiáticas. Os projetos de modernização do canal estão ainda em fase de estudos. Em meados de novembro último, o administrador da autoridade do Canal realizou visita ao Brasil, quando se encontrou com representantes do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, a Sindarma, da Petrobras, da Vale do Rio Doce, do BNDES, e de grandes empreiteiras.

No BNDES, o administrador da autoridade do Canal acentuou o interesse panamenho em estabelecer uma parceria de longo prazo com o Brasil. Indicou que juntamente com as hidrovias que possui para o escoamento da produção do Norte e do Centro-Oeste, o Brasil poderá fazer uso das facilidades do Canal nas suas operações de exportação para a Ásia e Oriente próximo, tais como soja e minério de ferro.

Parelelamente, as perspectivas no tocante aos projetos no âmbito do Canal e da Zona Livre de Colón, ainda há outros grandes projetos que dependem da montagem da necessária engenharia financeira que, basicamente, constitui programa habitacional para a população de baixa renda apresentada pela consultoria brasileira ao Ministério da Habitação do Panamá. E dois projetos na área de transporte de massa, um apresentado pela empresa francesa, pela filial brasileira, a ABB Alstom, e, o outro, por um consórcio brasileiro, chamado Consórcio Centenário, integrado por várias empresas, que são Cet, Concremat, Eletra, Equipav, International Engines, Marcopolo, Tour&Transport. Esse projeto ainda depende também de um acordo sobre a fonte de financiamento.

Por outro lado, existem cerca de 100 empresas brasileiras que têm vínculos comerciais com o Panamá. Um número também bastante significativo de empresas panamenhas tem vínculos com o Brasil.

Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, no contexto da missão de ampliar e defender os interesses do Brasil junto ao Panamá, e a partir da orientação que recebi do Itamaraty no plano da execução das diretrizes determinadas pelo Sr. Presidente da República, tenciono, caso tenha a minha indicação aprovada por V. Exªs, desenvolver junto ao Governo e à sociedade panamenhas a intensificação do diálogo político, a ampliação do intercâmbio de visitas de alto nível, o aprofundamento e a diversificação dos laços de cooperação econômica, comercial e cultural.

O Panamá é um país amigo e fraterno, com interesse genuíno no Brasil. Estou certo de que será possível elevar ainda mais os vínculos de amizade e de cooperação que unem Brasil e Panamá, países latino-americanos com formação cultural muito semelhante e com as mesmas aspirações de desenvolvimento, de justiça social e de progresso dos seus povos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço vênia, finalmente, para aqui fazer um agradecimento muito especial ao meu colega e amigo o Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção, que atualmente está no Panamá e que muito me ajudou com as informações que forneci a V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Luiz Tupi Caldas de Moura, que também nos trouxe um relato muito significativo a respeito da história do Panamá e de nossas relações com aquele país.

Agora, vamos solicitar ao Senador Gilberto Mestrinho que leia o parecer a respeito do Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, o Presidente da República submeteu a esta Casa, na forma do que dispõe o art. 52, § 4º, da Constituição Federal, o nome do Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção para representar o nosso País junto à República da Coréia.

Acompanhando a indicação, o Itamaraty elaborou um dossiê completo, não somente com o **curriculum vitae** do Sr. Embaixador mas também com informações sobre variados aspectos históricos, econômicos e sociais da Coréia do Sul.

O Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção, pelo seu currículo de 41 anos de atividades intensas no Itamaraty – o seu primeiro cargo foi em 1961 –, é qualificado para exercitar com proficiência e sucesso a missão de nos representar junto àquela República do sudeste asiático.

A Coréia é de grande importância para o Brasil não somente pela atividade econômica, mas, sobretudo, como exemplo de país que se desenvolveu de uma maneira inteligente. A Coréia do Sul, até a década de 50, quando foi invadida pela Coréia do Norte, era um país eminentemente agrário. Havia os senhores da terra e o seu desenvolvimento era fraquíssimo. No pós-guerra, com as reformas feitas, a Coréia começou um processo de desenvolvimento, por incrível que pareça, exportando perucas de cabelo natural – essa foi a primeira atividade exportadora da Coréia. Com isso, foi avançando e, aos poucos, construiu um grande parque industrial. Hoje, tem um volume de exportações incrivelmente superior ao nosso.

Os coreanos dizem que são mais inteligentes do que os japoneses, porque enquanto os japoneses, para tomar uma decisão, se reúnem demais, até que todos concordem – é a chamada Teoria Z –, eles começam a atividade para, depois, consertá-la, durante o andamento. Com isso, eles têm avançado e suas atividades se espalham pelo mundo.

Nós mesmos, no Amazonas, tínhamos a presença coreana, num dos maiores empreendimentos da Zona Franca, de uma das maiores empresas coreanas, a Samsung. Temos também a LG. Temos uma

presença coreana grande no Estado, que precisa ser incrementada. Precisamos fomentar as nossas exportações para a Coréia, a fim de reduzir o nosso déficit, já que somos um País eminentemente importador. Também são muito importantes os acordos culturais, para que possamos fazer a interação entre estudantes brasileiros e coreanos, para, aos poucos, descobrir esse milagre da transformação que ocorreu na Coréia.

Por exemplo, em 1980, a Coréia não tinha nenhuma patente registrada no mundo. O Brasil tinha três ou quatro patentes. Em 1998, a Coréia tinha 4.348 patentes e o Brasil tinha 87. Isso mostra a evolução fantástica da Coréia nesse período todo. Então, é um país com que, por várias razões, vale a pena uma aproximação e tenho certeza de que o Embaixador Pedro Paulo será um elemento importante nessa interação, nessa ligação, na presença do Brasil naquele país do sudeste asiático.

Assim, Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho, por nos trazer tantos conhecimentos sobre o desenvolvimento da Coréia.

Concedo a palavra ao Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção.

O SR. PEDRO PAULO PINTO ASSUMPÇÃO – Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmº Sr. Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Comissão, Srª Senadora, Srs. Senadores, senhoras e senhores, nos últimos sete anos, esta é a terceira vez que me submeto à Comissão de Relações Exteriores buscando a aprovação de meu nome para mais uma representação diplomática no exterior, na capacidade de Embaixador do Brasil. E o faço com grande prazer e muito honrado, porque, para mim, não se trata, apenas, de uma praxe constitucional a ser cumprida, mas, sobretudo, da possibilidade e de uma excelente oportunidade para que funcionários de carreira do Ministério das Relações Exteriores possam intercambiar idéias com elevados representantes da sociedade brasileira. Afinal, como Embaixador, representamos pessoalmente o Presidente da República, representamos as instituições e a Nação, ou seja, o povo brasileiro. Então, esse é um episódio muito importante para cada um de nós, candidatos a uma Embaixada no exterior.

Sou muito sensível à sugestão feita pelo Senador Hélio Costa de fazer uma apresentação a mais breve possível, deixando o máximo de espaço para a sabatina. O debate, além de ser muito importante, certamente enriquecerá, de forma extraordinária, o conhecimento recíproco, sobretudo, em benefício dos representantes futuros no exterior.

Sr. Presidente, eu desejaria passar aos presentes, com a sua autorização, a essência de quatro aspectos que me parecem fundamentais ao abordar os temas Coréia e Coréia/Brasil.

Em primeiro lugar, é necessário falar um pouco, muito rapidamente, sobre a essência da história da Coréia; em segundo, porque está diretamente ligada a isso, sobre a essência do seu relacionamento internacional; depois, pretendo dizer alguma coisa, também, da essência de sua política e de política interna; e, finalmente, da qualidade da Coréia como potência econômica, a décima-primeira do mundo, na frente do Brasil – e, aí, evidentemente, identificar os pontos de interesse bilaterais e plasmar, de forma tentativa, evidentemente sujeita às instruções sempre do Sr. Presidente da República, tal como serão oportunamente a mim transmitidas pelo Itamaraty, e identificar o programa de atuação do Chefe da Missão Diplomática brasileira em Seul.

Breve história da Coréia. A Coréia, até o ano de 1900, havia vivido 20 séculos, dois mil anos, de unidade política, regimes autocráticos. A partir de 1900, a Coréia não resiste à onda universal inaugurada em torno de uma fase acelerada de colonialismo.

A Coréia é invadida pelo Japão, em 1905, e formalmente incorporada ao Japão em 1910. Cito esse episódio porque não pretendo, Sr. Presidente, referir-me a nomes, nem a números, nem a valores, mas apenas ao essencial para identificar a essência dos quatros episódios que são importantes na compreensão do assunto.

Em 1910, o Japão incorpora formalmente a Coréia. Aí se vai viver uma incorporação, eu diria, extremamente selvagem da dominação do Japão sobre a Coréia, que deixa, até hoje, resquícios de animosidade latente entre os dois países. Essa fase chegou a tal intensidade que o grande programa do Japão, tal como definido em uma frase, significa: Japão e Coréia, um só país. A idéia, portanto, do Japão, era acabar com a Coréia e fazer apenas um Japão.

Em 1948, alguns anos depois do final da II Guerra Mundial – depois da derrota dos japoneses –, os japoneses aceitam, de certa forma, abandonar a Coréia, desde que tivessem um estímulo para isso. O estímulo veio evidentemente de dois países importantes, que também haviam participado da II Guerra Mundial e que estimularam esse desfecho, evidentemente pressionando o Japão. Qual foi esse estímulo? O estímulo foi fazer a independência da Coréia.

Portanto, em 1948, surgiram os dois Estados, que se tornaram, ao longo de um prazo muito curto, dois inimigos figadais; dois Estados que, ao assumir a independência, mantiveram a postura permanente de que nenhum deles aceitava a independência do outro. Cada um se sentia no direito de reunir a Coréia sob a sua soberania.

Em 1950 – uma data importante, me desculpem citar uma segunda data – a Coréia do Norte invade a Coréia do Sul. Essa invasão, no entanto, discretamente apoiada pela União Soviética, mas com apoio mais ostensivo da China, é realizada. E os americanos, evidentemente vencedores da coalizão que derrotou o eixo na II Guerra Mundial, promovem uma reação, através de forças da ONU, mas sob sua direção. Esse contra-ataque das forças da ONU sob a liderança dos Estados Unidos forçou uma recuada, em relação ao norte, dos invasores da Coréia do Norte. Essa forçada até o norte parou no Paralelo 38, que evidentemente muito mais tarde se vê constituir na linha divisória entre as duas Coréias.

Com a aquiescência da União Soviética, sobretudo a linha divisória de 48, recuperada com o rechaço da invasão norte-coreana até esta área, foi depois formalizada como a linha divisória entre as duas Coréias.

Esse estado de beligerância, no entanto, não termina porque em 1953 não é assinado um acordo de paz entre a Coréia do Norte e a Coréia do Sul. É assinado simplesmente um armistício, que significa na linguagem diplomática apenas um cessar de hostilidade. Porque continua até então o desejo de soberania única, um reivindicando o território do outro.

Essa é basicamente, num pequeno resumo, toda a história da Coréia até então.

A partir de 1953, com a independência qualificada dessa forma, a Coréia tem sucessivos regimes militares. Três presidentes em meios militares, evidentemente com presidências muito fortes, mas, sobretudo o primeiro deles – é o único nome provavelmente que vou citar aqui –, Rhee Syng-Man, foi o primeiro presidente da Coréia do Sul independente e promove um forte desenvolvimento econômico da Coréia, com forte nacionalismo.

Já por volta de 1970, começa uma distensão e uma passagem do regime militar propriamente dito para o regime civil. E, em 1997, elege-se um primeiro presidente da Coréia, verdadeiramente civil, num processo reconhecido universalmente como limpo e democrático.

Esse Presidente eleito em 1997 é substituído recentemente por um outro presidente, esse num processo realmente considerado totalmente democrático, eleito em dezembro e empossado em 25 de fevereiro.

Esse é um pouco da história, do antecedente histórico, da política interna da Coréia.

É importante assinalar que a Coréia hoje vive sob o regime da sua Constituição de 1987. É uma constituição que estabelece um regime unicameral, tem 277 membros desse parlamento, dos quais 47 não são eleitos, são apenas indicados pelos partidos, respeitando proporção obtida nas eleições diretas realizadas para presidente.

O mandato do presidente é único, apenas de cinco anos. O mandato da Assembléia Nacional é de quatro anos. Existe um conselho de gabinete formado pelo Presidente; pelo Primeiro-Ministro, que é nomeado pelo Presidente, não sendo eleito; e, evidentemente, pelos Ministros de Estado. Esse é um traço essencial da política interna coreana.

Quanto à política externa coreana, o ponto central ainda é o problema da Coréia do Norte, que, evidentemente, ainda ameaça uma possível invasão da Coréia do Sul. A Coréia do Norte mantém na sua agenda esse espectro permanente em relação à Coréia do Sul.

Nos anos 90, acontecem dois fatos que considero necessário citar para ver como o entorno que descrevi anteriormente tem importância nos dias de hoje da Coréia do Sul. Em 1990, ainda não havia relações entre Moscou e Piong Yang ou Seul. Nesse ano, estabelecem-se as relações diplomáticas entre a Coréia do Sul e Moscou. Em 1992, estabelecem-se as relações diplomáticas entre a Coréia do Sul e a China. Esse fato, evidentemente, é surpreendente, porque, como mencionei anteriormente, a existência da Coréia do Norte depende, e dependia naquela época muito mais, do apoio muito expressivo que recebia tanto da Rússia – Rússia hoje – como da China. No entanto, ocorreu um fato extremamente curioso: num dado momento, a partir do extraordinário desenvolvimento econômico alcançado aceleradamente pela Coréia do Sul, naturalmente os russos e os chineses chegaram à conclusão de que poderiam continuar a apoiar a Coréia do Norte, mas, em função de seus interesses, iriam estabelecer relações com a Coréia do Sul.

Logo depois que os dois países estabeleceram relações diplomáticas com a Coréia do Sul, com diferença de dois anos, foi possível que a Coréia do Sul se tornasse membro das Nações Unidas – fato muito importante. Ao mesmo tempo também, a Coréia do Sul concordou que a Coréia do Norte viesse a ser membro também das Nações Unidas.

Em 1995 é tal a importância que vai adquirindo a Coréia, não só como potência econômica, mas internacionalmente, que a Coréia do Sul é eleita, neste ano, para o Conselho das Nações Unidas, como membro não permanente. Isso, evidentemente, é um desenvolvimento extraordinário.

A Coréia do Sul pertence, basicamente, a todos os organismos internacionais, bancos internacionais, etc., o que não sucede, evidentemente, com a Coréia do Norte, que até esta data é apenas membro das Nações Unidas; não pertence a nenhum outro organismo internacional. Essa é a essência da política externa da Coréia do Sul.

Devo falar um pouco, também em essência, sobre a economia coreana, que, evidentemente, transformou a Coréia e lhe deu um lugar especial no Conselho das Nações.

Como acentuou o meu Relator, Senador Gilberto Mestrinho em seu excelente relatório, a Coréia do Sul é um milagre econômico extraordinário. Vou citar poucos números, para que não os esqueçamos e para caracterizar o que acabo de dizer: em 2001, a Coréia teve um PIB de US$482 bilhões, mas o seu comércio exterior, exportação e importação estavam em cerca de quase US$300 bilhões, um milagre verdadeiramente econômico. Aliás, a literatura especializada – permitam-me uma pequena digressão – refere-se a dois milagres do século XX: o grande milagre político da criação do Estado de Israel e o grande milagre econômico da criação da Coréia.

Qual é a razão – e o mundo pesquisa muito – do verdadeiro milagre econômico da Coréia, algo que leva muitos autores a citar a Coréia como um exemplo a ser seguido pelo Brasil? Acredito ser essa possibilidade um exagero. Essas experiências não são tão automaticamente transferíveis, já que qualidades culturais, geográficas, disposição em relação à vida e a filosofia de vida de seus respectivos povos não possibilitam pensar que, automaticamente, seja transferível um modelo de um país para o outro.

Há basicamente dois fatores muito importantes – há muitos, mas dois são essenciais. Primeiro foi a revolução cultural na Coréia, o sistema de educação que, aliás, foi mencionado muito oportunamente pelo relator, Senador Gilberto Mestrinho. Vou citar alguns dados de importância essencial: em 1970, a Coréia já não tinha nenhum analfabeto, todos os habitantes tinham o primeiro grau; em 1990, todos os habitantes da Coréia também já tinham o segundo grau – seria, no Brasil, o que consideramos o fim do ginasial dos nossos tempos. Finalmente, gostaria de mencionar que, do total da população coreana com o segundo nível, 50% já tinham chegado à universidade ou a cursos superiores de formação técnica.

Nesse ponto temos uma observação a fazer para caracterizar a importância desse dado: esse índice era superior, em 90, ao que fora atingido pela Inglaterra, Japão e Alemanha. Isso dá uma amostra extraordinária de um dos grandes fundamentos do fantástico progresso econômico da Coréia.

Um outro dado importante – e isso diz respeito à filosofia de vida – é a paixão desmensurada pelo trabalho, os coreanos são fanáticos pelo trabalho. Um dado importante relativo ao assunto é que a jornada de trabalho semanal é de seis dias, com o mínimo de nove horas por dia, podendo chegar a dez de acordo com a legislação local. Essa situação é extraordinária; nenhum país tem essa situação. Aliás, um dado curioso é que a Coréia do Sul, que é membro da OCDE, é o único país que, em relação à OCDE, se encontra na ilegalidade, pois é o único país que adota a semana de seis dias – todos os outros países da OCDE adotam a semana de cinco dias. Há uma grande discussão entre empresariado e as classes trabalhadoras, negociação que ainda não tem desfecho conhecido, porque há resistência para diminuir as horas de trabalho. A idéia não conta com o apoio da classe empresarial, e a outra classe, logicamente, apóia entusiasticamente alguma ação nessa linha.

O outro ponto importante – seria o terceiro elemento – é que há trinta anos a Coréia compreendeu rapidamente que era um país com riqueza natural muito escassa, com agricultura modesta, altamente protegida. A sua grande cultura agrícola é o arroz e a importação desse produto paga uma tarifa de 900% – é praticamente proibido importar arroz na Coréia. Isso é apenas um exemplo.

Há trinta anos – talvez um pouquinho mais –, eles chegaram à conclusão de que o futuro deles estava em produzir para exportar, selecionando os produtos aos quais seriam possível agregar valor rapidamente. Essa foi uma decisão que eles tomaram. Em conseqüência, desenvolveu-se muito na Coréia a indústria de informática, que até hoje é exemplo para todo o mundo, e a indústria química e farmacêutica.

Hoje a Coréia é um país de economia extraordinariamente aberta. Das 500 maiores empresas do mundo, citadas pela revista **Forbes**, 198 já estão localizadas na Coréia, que continua atraindo inversões e a presença de empresas estrangeiras, todas elas, evidentemente, desejosas de participar dos insumos tão competitivos oferecidos para a Coréia, para que possam realizar suas exportações para todo o mundo.

Ainda sobre a questão laboral na Coréia, um dado importante é que o coreano trabalha mais horas do que o trabalhador de qualquer país do mundo, inclusive o dos Estados Unidos, o do Japão, etc. Hoje, o seu grande competidor no mundo, que é o Japão, em termos de avanço tecnológico, está apenas 12 anos à frente da Coréia. Cito isso porque, muitas vezes, comenta-se que a Coréia virou um competidor do Japão ao exportar os mesmos produtos que os japoneses fazem, só que de pior qualidade.

Segundo essa leitura especializada, em termos de avanço tecnológico, o Japão se encontraria relativamente estagnado, isto é, não estaria avançando de forma acelerada, como aconteceu no passado, enquanto os coreanos estariam avançando muito rapidamente. Há apenas um **gap** de 12 anos. E, a continuar esse ritmo, estima-se que, em um prazo de 15 anos, a Coréia poderá alcançar ou até ultrapassar o Japão. Esse é um dado impressionante.

Com relação à essência do relacionamento comercial entre Brasil e Coréia – isso já foi mencionado no relatório do Senador Gilberto Mestrinho e também no relatório que o Itamaraty apresentou à Comissão –, já constam várias referências a respeito das estatísticas do comércio bilateral. Seria apenas suficiente dizer que, em 2001, o comércio bilateral ficou em US$2,3 bilhões, só que, evidentemente, com um extraordinário déficit para o Brasil, que importa da Coréia cerca de US$1,5 bilhão e exporta para aquele país apenas US$800 milhões. Existe, portanto, um **gap** extraordinário que tende a crescer se não tomarmos providências para ativar a conquista de espaço adicional no mercado coreano.

Penso que existe essa disposição, visto que o Brasil, no momento, vive a política de tentar expandir suas fronteiras de mercado internacional, e, certamente, a Coréia, que é essa potência econômica, tem esse comércio internacional – eles importam basicamente US$130 bilhões. É um país de 98 mil Km² – do tamanho de Pernambuco – e, portanto, tem uma população equivalente à do Estado de São Paulo somada com a população do Rio Grande do Sul, que possui 47 milhões de habitantes. Esses são dados importantes, pois colocam a Coréia como um interlocutor extraordinariamente atrativo para o Brasil.

Retomando uma referência feita pelo meu estimado colega Santos Neves, há um dado de política internacional que devo citar aqui: fala-se muito na reunificação das duas Coréias. No entanto, essa reunificação apresenta um preço apenas para a Coréia do Sul. Existe uma comissão chamada Coréia para o Século 2001, que já estimou o custo dessa absorção da Coréia do Norte pela Coréia do Sul, que seria US$1,3 trilhões, ou seja, seriam basicamente três PIBs coreanos.

A Coréia tem uma posição muito discreta, e a política oficial deles a esse respeito é a seguinte: "Desejamos essa reunificação, mas de forma a mais pacífica possível. Para evitar açodamentos e decisões impensadas, o que fazemos, evidentemente, é buscar o melhor relacionamento político com a Coréia do Norte, por meio de uma cooperação econômica. E esperamos que essa reunificação venha a ter um desfecho pacífico, com os menores custos possíveis".

Uma das idéias aventadas no relatório Coréia 2001 é a de que a Coréia do Sul venha localizar suas produções intensivas do fator trabalho na Coréia do Norte, onde, evidentemente, os custos de trabalho são muito mais baratos. Apesar de ter um custo de trabalho mais elevado, com uma renda **per capita** de quase US$10 mil, a Coréia do Sul compensa isso não só com o extraordinário avanço tecnológico, com instrumentos de **management**, de gerência, bastante sofisticados, mas também com uma política de investimento extraordinariamente bem direcionada em favor de produção dirigida à exportação.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu podia fazer. Espero ter atendido a recomendação do Senador Hélio Costa de ser o mais breve possível. Estou à disposição para qualquer pergunta e para aprofundar qualquer aspecto que tratei na minha exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção.

Em verdade, os três indicados, assim como V. Exª, tentaram atender o Senador Hélio Costa, mas tinham tanto o que nos relatar a respeito dos respectivos países e das nossas relações, que acabaram nos ensinando muito e trazendo conhecimentos muito significativos, inclusive sobre a Coréia.

Passamos, agora, à fase de argüição. Prevê a Constituição que essa fase seja realizada reservadamente. O nosso entendimento é que isso deve ocorrer na medida em que houver temas que os Senadores ou os indicados considerem sigilosos.

Como fizemos na reunião passada, consulto as Srªs e os Srs. Senadores e os Srs. Embaixadores se podemos prosseguir com a reunião aberta.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, acredito que, em não havendo nenhum contencioso do Brasil com esses países, a reunião poderá ser aberta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se todos estiverem de acordo, vamos continuar a reunião em aberto. Se, porventura, os indicados avaliarem que há algum aspecto que devem falar reservadamente, poderão informar à Presidência, e assim procederemos. Por outro lado, vamos considerar uma grande vantagem, graças à **TV Senado**, a oportunidade de pessoas no Brasil inteiro acompanharem os trabalhos e os conhecimentos que estão sendo transmitidos aqui. Por essa razão, vamos manter aberta a reunião.

Está inscrito para argüição o Senador Hélio Costa, que tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Devo, até pela citação feita várias vezes do meu nome, com relação à solicitação que fiz, reportar-me novamente à proposta inicial, que não teve evidentemente nenhuma intenção de cercear a exposição dos Srs. Embaixadores. Pelo contrário, Sr. Presidente, a minha intenção foi a de, sabendo do alto nível dos Diplomatas do Itamaraty e reconhecendo neles uma representação absolutamente elevada do nosso Governo lá fora, usar o tempo que teríamos de duas horas e meia a três horas para trocarmos idéias, para conversarmos sobre o trabalho que esses Srs. Embaixadores terão em países tão importantes como a Rússia, a Coréia e o Panamá.

Até volto a insistir com V. Exª, Sr. Presidente, para que, nas próximas reuniões da nossa Comissão, possamos dedicar mais tempo às perguntas que, eventualmente, queremos fazer do que necessariamente às exposições.

Evidentemente, fiquei encantado de ver o Embaixador Santos Neves rebuscar, na China, as dinastias de Kublai Kahn e Gengis Kahn, passando pelas travessuras de Yeltsin, para chegar em Putin e contar a história da nova Rússia para nós. Mas, certamente, tenho perguntas atualizadas para o Embaixador Santos Neves sobre a posição que o Brasil vai adotar em determinada situação específica para o nosso País.

Da mesma forma, quando ouvi o Embaixador Caldas de Moura falando sobre o Panamá, tive **flash-backs** de Arnulfo Arias, de Omar Torrijos, de todas essas figuras que fizeram, de repente, um país do tamanho de um pequeno Estado brasileiro destacar-se na América Latina ou por ditaduras ou, evidentemente, por participação na vida ativa do país.

Também tenho algumas observações a fazer e, certamente, eu as farei com respeito à Coréia, porque é o grande país em desenvolvimento na Ásia e tem um comércio importantíssimo com o Brasil, o que precisamos corrigir, porque, neste momento, conforme V. Exª mesmo lembrou, estamos em déficit no comércio com a Coréia. Talvez, até em razão disso, precisamos entrar imediatamente em conversações com o Governo coreano. Trabalha-se nove horas por dia, seis dias por semana, mas não podemos esquecer que pagam US$0,50 por hora de trabalho. Essa é a competição que sofremos no Brasil. Eu mesmo, há alguns anos, tentei trazer para aqui o que chamamos de **drawback** – uma firma americana poderia trazer seus produtos ao Brasil, para que a mão-de-obra brasileira fosse executada aqui –, mas lamentavelmente, perdemos para a Coréia, porque era muito mais barato fazer isso na Coréia do que no Brasil.

Mas quero, inicialmente, dirigir-me ao Embaixador Santos Neves, porque tenho uma preocupação. Durante esses últimos anos, discutimos amplamente, nas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, a questão da compra de aviões pela FAB. Surgiram três propostas importantes no contexto. A primeiras delas era americana: duas empresas dos Estados Unidos simplesmente venderiam US$1 bilhão de aviões para o Brasil. Certamente, elas nos venderiam os aviões, como o fizeram para o Chile, sem os instrumentos de guerra que a FAB precisava. Qualquer avião não moderno que o Brasil ainda dispõe poderia simplesmente ser concorrente de um F-16, que foi vendido para o Chile, que não dá um tiro, não tem um computador preparado para fazer uma intervenção realmente militar.

A segunda proposta partiu dos franceses: a de um **joint venture** entre a Embraer e a Dassault, no sentido de se fazer um investimento de US$1 bilhão no Brasil e uma modernização do avião que já existe na frota da FAB e de se iniciar a fabricação dos aviões da Dassault no Brasil. Ou seja, a transferência de tecnologia era a proposta francesa.

E havia uma proposta russa: a dos aviões Sukhoy, que, segundo li em várias revistas especializadas, agradava muito a direção da FAB, até porque era um avião relativamente moderno, porém muito mais barato dos que os aviões americanos e franceses.

Como sei que esse assunto certamente voltará a ser discutido a qualquer momento nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também na Câmara, pergunto se, como Embaixador na Rús-

sia, V. Exª pode informar a esta Comissão, tão logo quanto possível, qual é o projeto russo para a venda de aviões ao Brasil. Eles continuam interessados, continuam tentando fazer os contatos no sentido de vender esses aviões para o Brasil. E o que nos interessa? Interessa-nos a transferência de tecnologia. Existem informações de que os russos estariam dispostos a fazer a transferência de tecnologia, como os franceses já se manifestaram. Mas realmente não podemos dizer que existe um documento oficial, formal, do Governo russo, no sentido de que, se decidirmos comprar US$1 bilhão de aviões russos, eles vão fazer a transferência de tecnologia, até para que não aconteça o que houve há alguns anos, quando algumas firmas brasileiras importaram um carro russo chamado Lada, mas, depois de três anos, ninguém sabia onde comprar um pneu ou um parafuso para aquele carro, porque ninguém mais sabia da existência da fábrica. Aparentemente, a fábrica entrou em colapso na Rússia, ainda na época da União Soviética, e ficamos aqui sem saber o que fazer.

É muitíssimo importante que, como representante do Brasil junto ao Governo russo, à Federação russa, V. Exª possa informar a esta Comissão que posição deveremos ter com relação a essa proposta russa. Pode ser a melhor posição, a melhor proposta, mas devemos ser bem informados. E, neste momento, não temos as informações suficientemente necessárias para que tomemos a decisão.

Quero também fazer uma observação e uma pergunta ao nosso futuro Embaixador no Panamá, Embaixador Caldas de Moura. Fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores na Câmara e fui visitado insistentemente pelo Embaixador do Panamá no Brasil, inclusive durante a visita da Presidente Mireya Moscoso. Eles faziam uma solicitação – e continuam fazendo-a – para que fosse assinado o acordo mútuo de não-exigência de vistos entre brasileiros e panamenhos, da mesma forma que o temos com a Argentina, o Paraguai, o Uruguai. Os panamenhos pedem que o Brasil assine esse acordo, que está no Itamaraty há pelo menos três anos, segundo me consta. E não conseguimos nunca uma informação exata da razão por que, até hoje, não temos esse acordo.

Por que faço essa pergunta? Porque fiquei de dar essa resposta ao Embaixador do Panamá e, lamentavelmente, nunca consegui obter uma resposta objetiva. Espero que V. Exª transmita essa informação a mim ou diretamente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Há, evidentemente, a preocupação de que o comércio entre o Brasil e o Panamá possa crescer novamente, porque já chegamos a mais de US$200 milhões e hoje estamos na casa dos US$40 milhões. O Brasil pode ser um bom parceiro do Panamá, que é um porto livre; é uma situação especial que certamente podemos utilizar.

Tenho certeza de que V. Exª vai trabalhar nesse sentido. Penso que o Itamaraty deve fazer tudo o que puder no exterior para aumentar as relações comerciais entre o Brasil e os demais países. Hoje, com essa economia globalizada, isso é fundamental, importantíssimo. Gostaria até de ver – e o Presidente Lula repetiu isso várias vezes durante a campanha e em outros discursos – o Itamaraty inteiramente envolvido no processo das relações econômicas entre o Brasil e os países onde somos representados por Embaixadores.

Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção, tenho algumas observações a fazer, principalmente no que diz respeito às relações entre a Coréia do Sul e a Coréia do Norte.

A minha experiência na Comissão de Relações Exteriores me levou a vários entendimentos com o Embaixador da Coréia do Sul, que, há cerca de um ano e meio, conseguiu inclusive, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, passar um requerimento, que foi oficializado pelo Governo brasileiro, em que a nossa Comissão, na Câmara, manifestava-se – era um voto de aplauso, vamos dizer assim – pela iniciativa coreana de participar de todos os entendimentos pela reunificação da Coréia.

No instante em que parece que houve a quebra de um acordo bilateral entre Estados Unidos e Coréia do Norte, impunha-se o envio de óleo combustível para a Coréia do Norte substituir o programa nuclear. E a falta do envio desse combustível leva a uma situação beligerante novamente, quase a ponto de se romperem as relações ainda muito tênues entre a Coréia do Sul e a Coréia do Norte. Eu gostaria que V. Exª pudesse, lá na frente, dar informações objetivas, diretas, para a nossa Comissão, sobre como estão esses entendimentos da reunificação, porque consideramos importantíssimo para a paz na região a reunificação das duas Coréias. E, evidentemente, queremos saber a posição do Governo brasileiro, se este vai atuar, de alguma forma, nesse processo de reunificação. Para nós, seria muito importante que tivéssemos um papel a desempenhar neste momento.

Sobre a questão do milagre da Coréia do Sul, há uma explicação, Sr. Embaixador: o contrabando, a pirataria que se faz. Lamentavelmente, o Brasil é vítima disso, porque são milhões e milhões de dólares que a indústria brasileira perde, na medida em que o contrabando chega ao País de uma forma tão aberta, gritante e

absurda. Por essa razão, infelizmente, temos alguma coisa a reclamar da Coréia. Algo tem que ser feito.

Nesta semana, estiveram aqui artistas importantes que vieram trazer para o Presidente José Sarney um documento, pedindo o combate à pirataria artística, porque são os DVDs, os videocassetes, os **videolaser**, todos os tipos de VDs e vídeos que estão sendo pirateados de forma brutal, principalmente em Hong Kong e na Coréia do Sul. Essa questão precisa ser tratada de maneira muito especial, porque prejudica a indústria brasileira, todos os níveis da economia nacional.

Certamente, tenho que cumprimentar os três Embaixadores. Mais uma vez, o Itamaraty mostra a qualidade do seu pessoal, do seu corpo diplomático. Não nos impressiona mais ouvir dissertações tão corretas, tão bem-feitas, tão bem analisadas. Para nós, é uma honra muito grande saber que o Brasil é representado em um nível tão elevado, tão alto, pelos Srs. Embaixadores, que vão assumir cargos de extrema importância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Pergunto aos Srs. Senadores se podemos prosseguir com as argüições, para que os Embaixadores possam responder conjuntamente. (Pausa)

Concedo a palavra ao Embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves.

O SR. CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Hélio Costa pela ampla oportunidade que me dá, ao formular uma pergunta tão cheia de conseqüências e facetas.

A decisão de compra de armamento – está claro que já está presente na sua pergunta – envolve uma quantidade de considerações, e a transferência de tecnologia é uma delas. A confiabilidade é importantíssima. Ilustrarei com uma circunstância: quando era Embaixador no México, a Força Aérea Mexicana era equipada por uns aviões suíços, semelhantes aos nossos Tucanos. Deu-se a situação complicada em Chiapas, e, como costuma acontecer, a manutenção nem sempre é a melhor, os aviões nem sempre estão em situação de combate imediato. Sem entrar no mérito do movimento de Chiapas, o fato é que os americanos se dirigiram, então, aos suíços, fabricantes dos aviões, pedindo que providenciassem as peças de reposição e fizessem as manutenções adequadas. Simplesmente, os suíços disseram que não iriam fazê-lo enquanto durassem as hostilidades. É uma situação curiosa, porque o sujeito vende armas, mas, se há hostilidade, não há manutenção, não há peça de reposição, não há competência.

Isso deve ser tratado com uma medida de desconfiança e, ao mesmo tempo, com uma exigência de confiança absolutamente total. Não se compra armamento se não se souber se há segurança de que o armamento será assistido, modernizado, quando for o caso. Desse modo, creio que essas opções duvidosas devem ser descartadas já no início.

Vejamos a questão da transferência da tecnologia, que, dada a tecnologia que envolve um avião de combate, é muito complexa. De que tecnologia estamos tratando? Se falamos dos chamados **avionics**, estamos tratando de uma questão fundamental na aviação.

Eu não entendia, até há pouco tempo, o mecanismo do grande progresso na aviação nos últimos 30 anos, da época dos Boeings até hoje. Eu julgava que a modernização se dava porque os motores eram melhores, e os motores, sendo melhores, eram mais econômicos. Era um completo engano. A grande revolução se deu no desenho, porque os aviões passaram a ser assistidos pelos computadores, encontrando hoje muito menos resistência no ar. Hoje há o Boeing 707, da Presidência, um avião com um desenho antigo e, por isso, barulhento, dispendioso. Onde é que está a transferência de tecnologia?

Eu era Embaixador no Canadá quando tínhamos aqueles problemas com a Bombardier. Fui sozinho visitar a Bombardier. O ambiente era de tal hostilidade, que decidi ir lá. Fui recebido de forma muito fria, muito inamistosa. O mínimo que me disse o Presidente da Bombardier era que eles levariam a Embraer à bancarrota. A conversa se seguiu. E quero dizer a V. Exª algo que me dá imenso prazer: a ação da Bombardier hoje caiu 75%. A Bombardier, no ano passado, teve um prejuízo de US$600 milhões, e a Embraer, um lucro de mais de US$1 bilhão. Além disso, a ação da Embraer está muitas vezes superior ao que era antes.

Agora, vejam a diferença: eles têm um avião obsoleto, o que é visível a olho nu. Visitando a fábrica, pode-se reconhecer isso. É como se reconhece um automóvel. Não é preciso conhecer a marca para se saber se é dos anos 50, 60 ou 70. É reconhecível.

Que tecnologia vai se transferir? Vou-lhes mostrar um detalhe curioso. Na Bombardier, perguntei quantos países forneciam peças para os aviões deles. Responderam-me que eram em torno de 20 países. Cheguei em Ottawa – a fábrica era em Montreal – e liguei para o Maurício Botelho, da Embraer. Perguntei ao Maurício quantos países lhes forneciam as

peças dos aviões. Ele também me respondeu: "Em torno de 20". Há mais ou menos a mesma coisa em muitos componentes dos aviões, nos **avionics**, em controles de toda ordem, nos flaps, etc. Há fabricantes mais ou menos localizáveis. Portanto, às vezes, as pessoas pensam que estão obtendo uma grande transferência de tecnologia quando, na verdade, não estão. A minha opinião de leigo no assunto, mas com a experiência nessas negociações muito difíceis, nas quais o Brasil saiu-se extraordinariamente vitorioso, é que a grande coisa a ser transferida é o desenho do avião. O resto se compra no mercado internacional.

A grande vitória da Embraer – e essa foi a percepção do Brasil – é que a Bombardier recebeu a fábrica de presente. A Bombardier é de uma família canadense. Eles fazem vagões de trem, e nada mais diferente de um avião do que um vagão de trem. Eles receberam aquela empresa, pagaram um dólar por ela, livres de dívidas. Eu até dizia aos canadenses: "Nossa diferença com os senhores é que temos um avião subsidiado. Os senhores, não. Os senhores têm um subsídio que voa. É diferente". Vejam que eles não tinham condições de modernizar o avião, porque o receberam de presente. Nós tínhamos condições de modernizar sempre o nosso avião, porque ele foi desenvolvido por nós.

Não tenho condições de dar opinião sobre o acordo que a Dassault nos propõe, mas eu, se tivesse oportunidade de examiná-lo, teria todas estas desconfianças: Quantos fornecedores tem a Dassault? Por que deles podemos comprar. Vão nos transferir desenho? O que vão nos transferir exatamente? Amplio inclusive a questão, e já estou falando como se já tivesse sido aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, sem me deixar contaminar, como dizem os americanos, pela "**localities**", que é a doença que afeta os Embaixadores que ficam muito afetados pelo lugar.

Vejam os senhores, vou citar só umas áreas que são selecionadas para cooperação entre a Academia de Ciência da União Soviética e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: imagiadores de satélites; combustível líquido para lançadores de satélites; utilização do centro de lançamento de Alcântara; cooperação técnico-militar; memorando de entendimento assinado quando da visita do Ministro Quintão à Rússia. Outras áreas: tecnologia da informação e das comunicações; materiais avançados; nanociência e nanotecnologias; pesquisa e desenvolvimento de matemática computacional, e por aí afora.

A Rússia hoje é um repositório gigantesco de conhecimento científico. O senhor citou o exemplo do Lada, que é perfeito, porque era um carro de amargar o tal do Lada. Há uma história de um fotógrafo que flagrou o Presidente Fernando Henrique, que teve a má idéia de comprar um Lada, empurrando o seu automóvel. Mas, veja o senhor, o Lada é exatamente o oposto. Ele era um objeto de consumo, era um Fiat de 1960. A Fiat foi à Rússia e montou a fábrica inteira. Quer dizer, não houve nenhuma transferência de tecnologia. A Fiat foi lá, montou a fábrica, pôs o nome de Lada e o carro ficou sendo feito durante 30 anos. O mesmo carro. É igual ao avião da Bombardier. Eles deram a fábrica de presente para a família, mas não ensinaram a família a fazer avião.

O que vejo é que uma compra de armamento militar deve ser feita no contexto de uma ampla cooperação, mas não numa cooperação restrita ao aparelho. Ao que dizem, esse avião é fantástico, de imenso desempenho, de longe muito superior aos outros. Dizem que o avião é tão bom que pode até provocar um certo mal-estar, digamos assim, em certos países da vizinhança, porque tem um desempenho superior a todos os disponíveis por outros países.

Portanto, a minha resposta não é no sentido de indicar este ou aquele aparelho. É a seguinte: a compra de armamento tem que ser feita de maneira muito ampla, o conceito de transferência de tecnologia tem que ser muito amplo, tem que haver um acordo de cooperação extremamente amplo. E creio que aí está um país que inclusive se vê naquela situação de que tem os seus cientistas, tem seus especialistas, tem a sua tecnologia, mas no momento não tem condições de produzir. Então, o que ele tem condições de fazer é ajudar o desenvolvimento de projetos, o que ele tem condições de fazer é não vender a sua tecnologia, é participar de projetos de aplicação da tecnologia disponível e já pesquisada nos seus diversos centros de excelência. Portanto, uma associação de uma amplitude maior. Quer dizer, é esse o avião, diria eu. Mas temos o privilégio de ter o ex-Embaixador na Rússia como Ministro da Defesa hoje em dia, e certamente – não conversei com S. Exª especificamente sobre o tema – estará aconselhando as diversas Armas a fazerem uma boa escolha, em particular a Força Aérea.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Era apenas para agradecer ao Embaixador Santos Neves e acrescentar que minha pergunta foi feita em razão da certeza de que voltamos ao assunto do US$ 1 bilhão

– e me preocupa a maneira como o Brasil vai gastar, lamentavelmente, eu diria até, esse US$ 1 bilhão nesse particular assunto – e, sobretudo, já caminhando para, lá na frente, entrarmos numa outra seara, exatamente a da transferência de tecnologia de satélites, colocação de satélites em órbita.

O Brasil, a antiga União Soviética, hoje Rússia, Ucrânia, França, China, são alguns poucos países que detêm a tecnologia da colocação de satélite em órbita. Nesse contexto, tenho certeza de que o Itamaraty poderá ter um papel muito importante no estreitamento das relações, possibilitando a abertura de caminho para que o Brasil não precise celebrar aquele acordo horroroso proposto no ano passado, o Acordo de Alcântara, em que se estabelecia a entrega da Base Aérea de Alcântara aos americanos, ao invés de desenvolvermos a nossa própria tecnologia.

O SR. CARLOS AUGUSTO SANTOS NEVES – Compartilho integralmente da opinião de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Embaixador Luiz Tupi Caldas de Moura.

O SR. LUIZ TUPI CALDAS DE MOURA – Quanto à pergunta formulada pelo Senador Hélio Costa, tenho prazer de dizer-lhe que o assunto está resolvido.

Tenho aqui uma informação da Divisão de Relações Internacionais do Itamaraty, que relata que possuímos dois acordos sobre a isenção de visto com o Panamá. Acredito que um deles seja aquele a que V. Exª se referiu, ou seja, a isenção de vistos em passaportes comuns.

Esse acordo foi assinado em 10 de abril de 2000. Entrou em vigor no dia 10 de janeiro de 2002. Teve sua promulgação, por meio do Decreto nº 4092, no dia 16 de janeiro de 2002.

O segundo acordo de isenção de vistos diz respeito a passaportes diplomáticos, consulares, oficiais, especiais ou equivalentes, assinado na mesma data, 10 de abril de 2000, e que entrou em vigor em 10 de maio de 2000.

Portanto, felizmente, o assunto está resolvido.

Quanto à sua segunda consideração, mais do que uma pergunta, efetivamente, um vetor fundamental da atuação do diplomata brasileiro hoje, do embaixador em especial, é a área de promoção comercial. A área de promoção da imagem do Brasil e da promoção comercial.

Nesse sentido, está presente aqui o atual Embaixador do Panamá, que tem sido incansável nessa tarefa. Evidentemente, o Embaixador não faz negócio, mas cria oportunidades, aproxima e informa sobre oportunidades.

No caso específico do Panamá, temos também contado sempre e tradicionalmente com o apoio Banco do Brasil, que está lá há 30 anos e que, como disse, opera por intermédio do que chamam de balcão de negócios, financiamentos, exportações, basicamente, se não me engano, por meio do Proer.

Nesse exercício, é fundamental também, não há dúvida, a atuação do empresário. O empresário tem tido oportunidade em feiras que se realizam anualmente. Tivemos uma em março, que contou com a presença de 40 empresas brasileiras. O Itamaraty está sempre em contato, no caso o Departamento de Promoção Comercial, e tem dado o apoio necessário e possível aos empresários.

De modo que temos esperança de que, em função de potencial de comércio e outras oportunidades comerciais com o Panamá, como todos esses planos de modernização do canal, da Zona de Colón, da utilização das áreas onde estavam localizadas as antigas bases militares, possamos aproveitar comercialmente. Também poderá haver o adensamento da relação entre empresários dos dois países.

Agradeço a V. Exª pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção.

O SR. PEDRO PAULO PINTO ASSUMPÇÃO – Agradeço ao Senador Hélio Costa suas muito oportunas perguntas e comentários sobre a Coréia.

Dois assuntos foram levantados: reunificação e a pirataria.

A reunificação é um problema extremamente complexo entre as duas Coréias não só pelos antecedentes políticos mencionados em resumo, mas também em função do alto custo que isso poderia implicar, sobretudo para a Coréia do Sul.

Quanto ao seu interesse em saber qual seria o papel do Brasil no exercício dessa natureza, penso que o Brasil, à vista dos fundamentos da sua política diplomática, é claro, favoreceria um processo de reunificação, negociado da forma a mais pacífica possível e respeitando os interesses de ambas as partes, evidentemente, com os ajustes necessários. Seria a nossa posição geral.

Quanto às iniciativas específicas para promover uma aproximação maior entre as duas Coréias, primeiramente há uma cooperação bastante ativa e, diria, por baixo do pano, até um pouco ilegal entre as duas Coréias. Ilegal no sentido de que grandes empresas coreanas, não vou citar o nome por razões óbvias, teriam passado somas importantes ao Governo norte-coreano, ante a possibilidade de obtenção de

contratos comerciais importantes para execução de obras, infra-estrutura, etc. Isso evidentemente embora feito dessa forma traz um claro benefício para a Coréia do Norte, um país paupérrimo até de divisas. Ela importa US$1,5 bilhão e exporta apenas US$600 milhões, um país que tem uma sede extraordinária de recursos externos. Nesse caso a Coréia do Sul, país desenvolvido vizinho, oferece essa possibilidade.

O papel que o Brasil pode ter nessa reunificação derivaria primeiramente da sua grande autoridade moral em promover processos de aproximação pela via negociada. Isso nós dá um **status** muito importante entre as nações, especificamente no jogo diplomático que se pode fazer em torno das Nações Unidas, que certamente terá um papel importante nesse jogo.

O senhor mencionou como provavelmente um obstáculo a esse processo de reunificação o acordo celebrado entre os Estados Unidos e a Coréia, em 1994, ainda no Governo Bill Clinton. O acordo estabelecia que os americanos dariam aos coreanos ajuda econômica de toda natureza, inclusive em espécie, alimentos, etc., mediante promessa da Coréia do Norte de parar o desenvolvimento do programa nuclear.

O fato é que os americanos não cumpriram à risca o acordo. Por várias razões. Houve também uma certa responsabilidade da Coréia, que nunca perdeu essa atitude belicosa em relação à Coréia do Sul. Os americanos, de fato, ficaram, por oposição no próprio congresso americano, desencantados com essa atitude e passaram a avaliar que talvez não valesse à pena dar ajuda prometida porque não se tinha certeza de que a Coréia de fato iria interromper o programa de desenvolvimento nuclear.

Muito recentemente, depois que o Presidente Bush, em 2002, anunciou o seu famoso conceito de eixo do mal, aí incluindo a Coréia do Norte, o Iraque e o Irã, tal atitude passou a despertar uma animosidade sem precedentes da Coréia do Norte em relação a Washington. Evidentemente animosidade essa seguida por certos atos, como lançamento, ainda recentemente, de dois foguetes terra-mar que chegaram próximo do Japão, mas sem nenhuma ameaça estratégica: apenas como um aviso de que estava desenvolvendo um foguete, que poderia ser melhorado, para, algum dia, atingir um país importante. E o grande candidato, primeiro, seria a Coréia do Sul, o primeiro foguete a atingiria; o segundo seria o Japão, e, evidentemente num processo muito mais sofisticado, poderiam pensar em atingir os Estados Unidos.

O fato é que esse processo é muito delicado. Especificamente o Brasil, com essa posição geral de promover reunificações ou solucionar conflitos através de um processo negociado, tem autoridade moral. O que podemos de fato? Recentemente, não quero tirar a autoria dessa iniciativa, numa conversa no Senado, ouvi uma sugestão muito interessante a ser tomada pelo Brasil para promover amistosamente essa reaproximação entre as duas Coréias. O que me lembrava um pouco certas iniciativas havidas nos Estados Unidos na gestão do Presidente Richard Nixon. Mas vou deixar que essa iniciativa seja anunciada por seu próprio autor, que, aliás, entusiasmou-me. Muito obrigado.

Sobre a pirataria, respondo que a posição do Brasil, obviamente de todo país que é responsável, é contra a pirataria, ainda que muitas vezes não consigamos controlá-la, porque a pirataria, evidentemente, entusiasma e desperta a iniciativa de pessoas altamente sofisticadas no comércio internacional. É por isso que, sendo ilegal, ela continua a existir. O fato é que nós não aceitamos a pirataria como tal, como uma prática normal de comércio, por razões óbvias. A posição do Governo é combater essa prática ilícita de comércio internacional. Se o problema se agudiza dessa forma como V. Exª acaba de mencionar e se os interesses brasileiros forem levados ao Itamaraty de forma concreta, tenho a impressão de que esse vai ser um dos temas constantes da minha agenda de atuação em Seul. E tudo farei para encaminhar esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção estava se referindo a uma idéia que surgiu do nosso diálogo ontem, quando ele me visitou. Temos estado aqui preocupados com a guerra do Iraque, com eventualmente mais uma próxima ameaça – porque primeiro o Iraque, depois a Coréia do Norte e o Irã, conforme ele observou. Então o que poderia ser feito para evitar outra guerra dos Estados Unidos na Coréia do Norte? E como o Brasil poderia colaborar para isso? Como? Lembro da extraordinária simpatia que o Brasil obteve por sua seleção de futebol no campeonato mundial ao conquistar a Copa, ali na Coréia, no Japão. E qual poderia ser essa proposição?

Peço ao Embaixador Pedro Paulo que verifique a possibilidade da seleção brasileira, eventualmente, fazer uma visita à capital da Coréia do Sul e à da Coréia do Norte, jogar com ambos os times ou, eventualmente, até com uma seleção conjunta, de ambos os times, nos dois países, quem sabe, com o espírito de promover um passo importante na unificação, reunificação de ambas as Coréias. Os Estados Unidos já utilizaram o pingue-pongue para o restabelecimento das rela-

ções entre eles e a República Popular da China. Quem sabe, através do futebol, colaboraríamos para que haja a paz? Aliás, no espírito do que nos foi lembrado pelo Embaixador Santos Neves, porque estamos hoje aqui relembrando Tolstoi, de **Guerra e Paz**, que inspirou Gandhi, Martin Luther King Jr. e outros.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, realmente, um dos melhores momentos da nossa vida parlamentar acontece quando, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, temos a oportunidade de ouvir os nossos Embaixadores, que nos remetem aos cinco continentes da Terra com dissertações tão bonitas, tão claras e tão absorventes. O tempo passa, e nós somos tomados.

Tenho uma honra dupla, porque os três Embaixadores, como a maioria dos que vieram, que compareceram a esta Comissão nesta 52ª Legislatura, são do meu Estado. Isso mostra realmente que o fluminense, em especial o carioca, tem essa alma de diplomacia, de democracia, essa visão do mundo. Talvez por isso nosso Estado seja tão sacrificado.

Nesses dois primeiros meses do ano – aqui está um desabafo para nós, fluminenses, cariocas -, o nosso Estado arrecadou R$6,5 bilhões para o Governo Federal e recebeu de contrapartida R$200 milhões. Contando as verbas do SUS, mais R$200 milhões. Quer dizer, no Estado do Rio de Janeiro, considerando o Imposto de Renda, o PIS, o Pasep, o Cofins, enfim, os impostos federais, R$6,5 bilhões são recolhidos. Dessa quantia, volta menos de 5% para o nosso Estado. Durante o ano passado, foram recolhidos US$10 bilhões e menos de US$1 bilhão voltou para o nosso Estado, que não tem dinheiro sequer para a folha de pagamento. A Governadora está na iminência de receber um mandado de prisão do Tribunal de Justiça porque não pagou o 13º salário e não dispõe de recursos para fazê-lo.

Voltando a essa missão extraordinária que os senhores terão, representando o nosso País na Rússia, no Panamá e na Coréia, faço um apelo, como um brasileiro que morou durante dez anos no exterior e nos lugares mais difíceis da África, no sentido de que lembrem da nossa comunidade. Quero pedir o apoio dos senhores – já tive a oportunidade de ir ao Itamaraty expor essa idéia aos ilustres Embaixadores –, pois precisamos investir mais nos Consulados brasileiros no exterior.

Sr. Presidente, como alguns dizem, há mais de 2 milhões de brasileiros vivendo no exterior – talvez 2,5 milhões. Segundo o Banco Central, há uma remessa de US$5 bilhões anualmente, o que é mais ou menos US$100 por mês. Ora, o orçamento do Itamaraty para esse ano, no que se refere ao aparelhamento e assistência aos nossos Embaixadores e Cônsules que estão no exterior, é de apenas R$250 milhões, aliás, R$238 milhões. Já que o Banco Central recolhe 1% dessas remessas com um mínimo de US$20, seria uma atitude muito coerente tirar desses recursos uma contribuição para assistir aos brasileiros no exterior, assistir aos nossos Embaixadores, aos Cônsules, enfim, garantir todo o nosso aparato lá fora. Isso poderia, num futuro muito próximo, aumentar as nossas exportações. Com uma Embaixada bem equipada, ou um Consulado, com técnicos especializados em descobrir negócios, nossa pauta de exportação poderá ser atendida, o que é o grande objetivo dessa Nação com tantas desigualdades sociais.

Estou aqui para congratular-me com os nossos Embaixadores e dizer-lhes que é uma honra para nós tê-los recebido. Com certeza, aqui serão aprovados por unanimidade e no plenário a consagração será total.

Parabéns!

Que Deus os abençoe com as suas famílias! Para nós, brasileiros, é uma honra ter um corpo diplomático da categoria do existente no Itamaraty.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra o nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, quero cumprimentar os Embaixadores Santos Neves, Pedro Paulo e Luiz Tupi pela forma como conduziram as suas exposições, o que não é surpresa tendo em vista o preparo dos membros do Itamaraty. Isso nos deixa muito à vontade. Tenho certeza de que V. Exªs farão excelente trabalho lá fora em prol do nosso País e, sobretudo, aumentarão o intercâmbio comercial desses países com o Brasil.

A minha pergunta, que é muito objetiva, é dirigida aos três.

Considerando que pelo menos grande parte das mazelas no Brasil passam pela pouca participação do setor externo em nossa economia e considerando que as condições e os números apontados aqui pelo Embaixador Pedro Paulo – de US$300 bilhões no ano entre a exportação e importação da Coréia – como conseguir isso? Eles conseguiram obter uma revolução cultural baseada num enorme avanço em educação, numa paixão desmesurada pelo trabalho – não é

tanto o nosso caso, pois penso que se trata de uma questão cultural – e no direcionamento para trabalhar com produtos, para exportar produtos que agregassem valor, o que dever ser feito, mas é uma questão de tempo. Pergunto, portanto: como podemos conseguir isso considerando que a nossa grande mazela passa por aí?

Essa pouca participação acaba influenciando nos altos juros, no desemprego, na dívida pública, enfim, exerce influência no quadro geral. Lembro aqui a experiência do Embaixador Santos Neves em Nova York, no México, no Canadá, outra vez nos Estados Unidos. E tenho essa preocupação por entender que, às vezes, são considerados conflitos até ideológicos num tema em que não deveria existir, que seria o dos acordos internacionais como a Nafta e a Alca. Minha pergunta, objetiva, é a seguinte: há alguma condição de tentarmos fazer crescer essa participação do setor externo na economia do Brasil sem que venhamos a participar de acordos, com a Europa, com os Estados, em bloco, com o Mercosul, ou em separado, como o Chile tem feito? Eu gostaria muito de saber a opinião de cada um dos senhores sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Carlos Augusto Santos Neves.

O SR. CARLOS AUGUSTO SANTOS NEVES – Senador, muito obrigado. Penso que V. Exª toca num ponto que transcende até as argüições nossas, porque diz respeito a um aspecto crucial do futuro do próprio País. O fato é que, nos últimos dez anos, se V. Exª observar, as exportações brasileiras estão estacionárias. No último ano houve uma aparente melhoria – digo aparente porque se trata de uma melhoria simplesmente quantitativa – devido ao fato de ter havido também melhores preços para **commodities** e porque a recessão força muitas companhias a exportarem produtos que, em condições normais, seriam absorvidos pelo mercado brasileiro. Razões contábeis aconselham essas companhias a exportarem porque elas têm o chamado **break even**, elas têm que cobrir os custos fixos; e, se não derem uma determinada dimensão a sua produção, estão em maus lençóis.

Essa não é uma característica permanente, pois o País, se melhorar sua situação, não exportará sua produção, e sim a absorverá, pois, na verdade essa produção não tem preços competitivos. Essas manufaturas não têm preços competitivos, problema com o qual o País vem convivendo já há muito tempo.

A verdade é um pouco mais séria e um pouco mais grave do que isso, porque se vem observando uma sensível perda de qualidade na pauta das exportações brasileiras. Anos atrás, tínhamos na pauta de exportações, por exemplo, firmas de engenharia do seu Estado, que orgulhavam o País realizando obras formidáveis em toda parte, inclusive no Iraque. Atualmente, Senador, o Brasil vem perdendo e vem se transformando num país exportador de recursos naturais com algum grau de elaboração. Por exemplo, exportamos alumina, mas não exportamos alumínio. Exportamos ferro minimamente elaborado, além do minério de ferro, mas não estamos exportando máquinas, ferramentas, coisas de alto valor agregado. Exportamos pasta de papel, todo o complexo da soja, mas não estamos exportando óleo de soja, mas o farelo. Então, há realmente uma perda. Fala-se muito como uma característica da globalidade – e creio que aí está o segredo da Coréia.

Há um livro que o Presidente Fernando Henrique Cardoso gostava muito de citar, um admirável livro de um espanhol que ensina na Califórnia, o professor Manuel Castels, que cita como característica da globalidade a existência de cadeias globais de produção – exatamente o que eu apontava, no caso dos aviões. A linha de montagem não é mais aquela linha fordista, em que o automóvel ia passando e o Carlitos apertava os botõezinhos e chegava em casa repetindo os mesmos movimentos. Não. Essa linha hoje é virtual; dá-se em vários países. Portanto, para qualquer objeto transacionado globalmente, há peças, partes e softwares, desenhos etc., que têm uma infinidade de origem.

O fato é que a Coréia participa de muitas dessas cadeias globais de produção, assim como o Japão, os países da Ásia, Cingapura, a China, os países europeus, os Estados Unidos também, naturalmente. No entanto, nós temos uma participação muito episódica, muito tênue. Enquanto essa questão não encontrar uma solução, creio que dificilmente haverá outra melhoria nas nossas exportações que não seja resultante de uma expansão do horizonte agrícola brasileiro, agregando novas terras. Melhorias de produtividade pela introdução de transgênicos é uma outra possibilidade – um assunto extremamente polêmico. Desse modo, trata-se de uma questão de imensa importância.

Senador, quando me referi à ilusão americana da Rússia, nesse abraço demasiado, que teve tantas conseqüências daninhas para Rússia e sua economia, eu havia feito a comparação com a China, sempre observando que a China não havia abraçado ninguém, que a China havia autogerido e autogestado o seu modelo de desenvolvimento, que o Estado chinês tem uma presença intensa na vida econômica chine-

sa, não por ser a China um país socialista, mas por ser um país dedicado ao seu desenvolvimento econômico.

Não tenho nenhuma dúvida sobre a inconveniência de um modelo em que o Estado se ausenta. O resultado é esse. Na Coréia, o Estado está presentíssimo. O Embaixador Pedro Paulo apontou isso na sua exposição, e, certamente, regressando da Coréia, no momento em que for convidado a comparecer nesta Comissão para falar da sua experiência, ele lhe dirá realmente da presença decisiva, como orientador, como gestor, como propiciante de fundos de investimento. Não vejo desenvolvimento se dar sem a presença do Estado. Não é aquele Estado obsoleto, é um outro Estado, mas estamos falando, obviamente, de algo que funcione e não de algo que não funcione.

No caso da União Soviética, o Estado era obsoleto. Dizia-se que o trabalhador fingia que trabalhava e o Estado fingia que pagava a ele, e o resultado era aquele famoso automóvel há pouco citado pelo Senador Hélio Costa.

Portanto, com relação a essa grande questão, do meu modesto ponto de vista, temos que realmente fazer uma reflexão muito profunda, porque não é por acaso que o Brasil tem esse desempenho estacionário. Transvestir esse desempenho utilizando expressões que parecem engrandecer o desempenho exportador brasileiro – como dizer que o Brasil é um **global trader** – é algo que faz, talvez, as pessoas chegarem em casa um pouco mais felizes, mas considero totalmente impróprio chamarem **global trader** um país que não exporta sequer 1% do que é comerciado internacionalmente.

Essa é uma questão absolutamente crucial, uma questão que me penaliza e me mobiliza de tal maneira que não posso expressar o sentido de ultraje que sinto quando vejo o desempenho do País. E não teremos divisas, não teremos condições de realizar uma série de ajustes necessários – de taxa de juro, por exemplo – enquanto o Governo estiver induzindo a recessão no país. E se o País não a induzir, naturalmente demandará importações que não tem condições de financiar, porque não exporta.

Essa é uma questão crucial. Quanto ao caso da Rússia especificamente, temos aqui, pelo menos, algumas pequenas linhas a explorar, porque, como o país sofreu uma **débâcle**, evidentemente há linhas a buscar. Quer dizer, temos que tentar. Temos nos concentrados em açùcar e carnes suínas congeladas. Isto é penoso: açúcar de cana, carnes suínas congeladas, como eu disse, mais de 80% são de carnes e açúcar. Com o mau humor de um burocrata russo, isso vai para outro mercado. O que já ocorreu. Dizem, por exemplo, que a carne do suíno exportado de Santa Catarina contém uma doença – eu nem sabia que existia essa doença no suíno. Nesse caso, há uma restrição.

No entanto, do outro lado, temos uma série de produtos. A Apex vai explorar, porque existem os motocompressores, tubos catódicos, cadeiras de dentistas, tratores rodoviários, pneus, facas de cozinha.

Veja que não estamos nos computadores, mas, de qualquer maneira, isso é melhor do que nada. Temos joalherias, calçados, naturalmente, parte de aparelhos para cozinhas, ferro e aço, enfim, certos bens médios de tecnologia **standard** que podemos exportar. Vamos explorar isso e vamos explorar com grande afinco.

O grande desafio no caso da Rússia, como é o caso de outros países com os quais temos relações comerciais um pouco amarradas, é o fato de terem dificuldades de exportar para o Brasil.

A lista de exportação russa é mais triste do que a nossa, porque eles têm simplesmente nitrato de amônia, que inclusive está sofrendo direitos compensatórios, e alguns outros produtos de uma fórmula química – o engenheiro Marcelo Crivella conhece, se me permitem, porque também fui da Escola Nacional de Engenharia – de uma tal singeleza que vemos que o produto é de um grau mínimo de elaboração. Mais simples do que nitrato de amônia é só a água, porque é H_2O. O nitrato de amônia, se não me engano, é NH_4. Quer dizer, não tem nem carbono.

Enquanto eles estiverem vendendo US$400 milhões para o Brasil e nós estivermos exportando para lá US$1,2 bilhões, tudo bem. Um dia verão que o nosso açúcar é amargo, que a galinha tem não sei o quê, que a carne de vaca tem febre aftosa. Estamos tentando resolver isso. Quando sair daqui, vou conversar com o Ministro da Agricultura – já conversei com o Ministro Furlan – para ver se estabilizamos os produtos que já exportamos.

Entretanto, o problema, Senador, é grave.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Poderia entender que essa participação do Estado a que o senhor se refere, até para mudar esse perfil de exportação colonial, seria uma condução de acordos bem feitos, como apresentei antes, ou individualmente, com regiões, com a Europa, com os Estados Unidos? Poderia entender que é essa a posição?

O SR. CARLOS AUGUSTO SANTOS NEVES – Há duas questões. Eu valorizo menos, Senador, com toda sinceridade, os acordos. Os acordos comerciais,

tradicionalmente, são baseados em preferências tarifárias. Para falar em preferência tarifária, vamos usar o mercado americano, já que o mercado europeu é peculiar, tendo uma tarifa externa comum, que é a própria razão de ser da União Européia.

No caso do mercado americano, o comércio entre o México e os Estados Unidos é pouco resultante de uma preferência tarifária. Esse comércio é muito resultante de uma proximidade geográfica conjugada, naturalmente, à mão-de-obra barata no México.

O assunto é muito complicado. Fui Embaixador no México no primeiro ano e meio de Governo do Presidente Vicente Fox e, como estava na Texas, fui à fronteira. Como engenheiro, gosto de ver fábricas. Senador, em um ano e meio, 25% das indústrias maquiladoras mexicanas transferiram-se para a China. Todas as indústrias de vestuário transferiram-se para a China, assim como 60% da Philips. Atualmente, estão sendo produzidos ali aparelhos de televisão de 52", porque o transporte dos mesmos é muito caro em função do tamanho, e lâmpadas, que, embora leves e fáceis de carregar, quando em volume equivalente, por exemplo, a US$5 mil, têm que ser produzidas ali na fronteira. A zona produtora está se estiolando e irá desaparecer. Por quê? Porque a solução era artificiosa e não atacava a origem do problema, que é a necessidade de o País selecionar o que pode produzir, encontrar meios de fazê-lo e vender sua produção no mercado internacional.

Atualmente, o mercado internacional está muito definido e tem seus fornecedores. Quando se pensa em produzir determinado produto, primeiramente, tem-se que verificar quem já produz o mesmo artigo e quem o vende nos Estados Unidos, na Europa, qual é a cadeia global de produção. Às vezes, não é necessário entrar na produção final. Pode-se atuar nas fases intermediárias, como fornecedor de insumos.

Por isso, vejo a questão muito menos como um questão de acordo comercial. Se V. Exª me permite, essa não é área de minha competência nem direi algo que provoque alguém: o que me assombra na Alca é que, entrando em vigor, não vislumbro o Brasil exportando mais do que exporta hoje para os Estados Unidos. Não se trata de um instrumento indutor de exportações. É um instrumento obsoleto. É como o telefone de manivela, que serviu há muitos anos. O acordo de livre comércio se originou há 40 ou 50 anos. Essa proposta tem 15 anos. O mundo mudou e não é mais tempo de exportar por causa de preferência tarifária. Hoje, a questão é a produção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Gilberto Mestrinho gostaria de usar da palavra?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, para nós foi motivo de satisfação ouvir as explanações dos Srs. Embaixadores, pela alta qualificação profissional que têm e pelo conhecimento perfeito da função que exercerão e que já exercem profissionalmente.

Não farei perguntas, mas desejo sucesso a V. Exªs durante o tempo em que representarão o Brasil na Rússia, na Coréia e no Panamá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Embaixador Luiz Tupi Caldas de Moura responderá à pergunta formulada pelo Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. LUIZ TUPI CALDAS DE MOURA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com o benefício da resposta bastante precisa e abrangente, dada pelo Embaixador Santos Neves, com a qual estou inteiramente de acordo, faria apenas algumas considerações.

Primeiramente, considero a questão transcendente, como o disse o Embaixador Carlos Augusto Santos Neves. Tem a ver com o próprio modelo de desenvolvimento e como levá-lo adiante. Entendo que existe uma palavra-chave, que também é uma questão-chave, que é a competitividade. Cada vez mais o comércio exterior passou a ser altamente competitivo. Inclusive, o modelo que praticamente todos os países têm adotado é o de aumentar exportações e tentar colher, digamos assim, recursos internos para financiamento do seu próprio desenvolvimento no processo de exportações.

Então, a competitividade e a disputa por mercado e por financiamento ficam cada vez mais difíceis. Nesse caso, o Brasil tem muitas desvantagens, principalmente na área de financiamento.

Por exemplo, quanto à questão específica dos aviões de grande porte, a Varig, que hoje está numa situação delicada, antigamente possuía grandes aviões **boeing**, mas, em determinado momento, precisou devolvê-los. Lembro-me que um dos problemas que afetavam diretamente a Varig era a questão do financiamento dos aviões. O Eximbank americano vendia os aviões para as empresas americanas a uma taxa obviamente muito mais favorável do que aquela estipulada a outras empresas. A questão do financiamento é fundamental.

No caso específico do Panamá – o Embaixador Pedro Paulo conhece o assunto bem melhor do que eu –, essa situação tem dificultado uma série de operações. Existem oportunidades que não se materializam. Por quê? O País compete em condições de de-

sigualdade. Ele não tem a mesma capacidade financeira e a mesma agilidade das empresas americanas, européias e asiáticas. Considero esse ponto fundamental.

Ao citar a Coréia, o Embaixador Pedro Paulo abordou outra questão que diz respeito à educação, ao desenvolvimento tecnológico e também à questão do financiamento. Devemos, cada vez mais, nos aprimorar para que tenhamos condições de competitividade. É preciso juntar esses elementos: educação, desenvolvimento tecnológico com maior valor agregado e financiamento.

Em relação especificamente aos acordos, o Embaixador Santos Neves mencionou a questão de que a essência dos acordos seria a preferência tarifária. Os acordos têm a sua importância, porque dão uma moldura institucional e também certa previsibilidade. Até mesmo na implementação de acordos que prevêem as tais preferências tarifárias, há aqueles que prevêem quantidades de importação e exportação. Portanto, existe uma previsibilidade.

A questão fundamental – e V. Exªs conhecem muito melhor do que nós, e que foi o exemplo mencionado pelo Embaixador Santos Neves – é a da Alca. É fundamental que o acordo seja um acordo de fato, ou seja, que atenda aos interesses das partes. Não pode ser um acordo de apenas uma via.

Agradeço, ainda, a reflexão do Senador Rodolpho Tourinho.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Embaixador Pedro Paulo Pinto Assumpção.

O SR. PEDRO PAULO PINTO ASSUMPÇÃO – A essência da pergunta do Senador Rodolpho Tourinho está, provavelmente, baseada em dois aspectos. Primeiramente, a adequação ou a necessidade da participação do Estado na modernização do setor externo da economia brasileira ou da economia em geral. Além disso, creio que S. Exª desejaria que eu ilustrasse a minha resposta com algum exemplo coreano que eu já deva conhecer.

Quanto ao primeiro aspecto, menciono que realmente considero a participação do Estado importante para a modernização da economia, especialmente no setor externo. No entanto, faço uma ponderação. Evidentemente, o Estado obsoleto e não moderno não modernizará nada, mas, sim, atrapalhará. É preciso analisar se o aparelho do Estado, na sua organização e no seu funcionamento, atingiu parâmetros de organização de grande eficiência.

O Estado coreano é extremamente moderno. Faço essa afirmação, em virtude das matérias que li, até agora, a respeito da Coréia e de todas as conversas que mantive sobre o assunto. Por isso, secundo inteiramente a observação feita pelo meu colega Santos Neves no sentido de que, na Coréia, existe uma participação extraordinária do Estado na formação e na facilitação dos grandes conglomerados comerciais, chamados **chaebol**, que são muito importantes.

Mas essa participação direta e importante do Estado não cria clientelismo. Aí é que é o dado importante. Como o Estado é moderno, ele está disposto a ajudar empresas que se formem modernamente e que estejam preparadas para competir com eficiência no comércio internacional, mesmo porque a Coréia, tendo basicamente três quartos do seu PIB dedicados ao comércio internacional, evidentemente, ou é extremamente competitiva ou não teria essa participação assegurada.

Para lhe dar um exemplo concreto de como isso funciona, vou-lhe citar apenas um de que tive conhecimento direto e ao qual vou me referir – até com a presença de colega nosso do setor de promoção comercial do Itamaraty, que tem dado uma contribuição extraordinária ao Brasil. Nosso sistema está bem estabelecido e é muito conhecido do empresariado brasileiro, mas quero me referir a um exemplo coreano de promoção das exportações.

É fundamental recordar que um país de tal avanço tecnológico aplica à sua promoção de exportação uma estrutura altamente avançada, com o uso da informática. Como funciona isso? Como pensamos na promoção de exportação, na promoção tradicional? Enviamos missões empresariais, participamos de feiras internacionais, mantemos um sistema bastante ágil de listas de importadores e exportadores, que podem ser consultadas por meio da Brasil Trade Net, que é um grande sucesso até agora do nosso sistema de promoção de exportação, mas devo assinalar que os coreanos foram muito além disso. Aquilo que chamamos de Brasil Trade Net é um sistema que os coreanos tinham há 25 anos. Hoje, o sistema funciona da seguinte forma: a Coréia dispõe, no exterior, contrastando com o que chamamos de setores de promoção comercial nas Embaixadas ou até independentes, o que chamam de **Cotra**, que em inglês quer dizer **Corean Trade Office**. Em São Paulo, há um grande; no próprio Panamá também há um muito importante. Visitei o do Panamá e devo visitar, proximamente, o de São Paulo.

E funciona da seguinte forma – vou dar-lhes os detalhes concretos, para verificarem o fator distância,

porque, nos relatos que recebo, um dos empecilhos de se comercializar mais com a Coréia é a dificuldade de se fazerem contatos empresariais diretos.

A Coréia, evidentemente, deve-se considerar no centro do mundo, mas talvez não pensemos da mesma forma. A distância é longa. Como eles fizeram para eliminar o problema da distância? Solução através da informática. Qual é essa solução, concretamente? Esse centro de promoção comercial, além de atos tradicionais, como distribuir folhetos, fornecer listas, dar endereço, fazem outras coisas. Eles publicam periodicamente, nos jornais, que esses centros estão dispostos a receber consultas de potenciais importadores de produtos coreanos em determinado país onde haja esse centro. As pessoas vão a esse centro, dão o seu nome, dizem o tipo de produto que desejam, indicam quais as condições, como as de financiamento, que desejam que sejam aplicáveis a essas importações e eles tomam nota, preenchem um formulário.

Evidentemente, acumula-se o número de consultas e esses formulários são enviados, eletronicamente, para Seul. Lá, isso é distribuído entre os potenciais exportadores interessados, da Coréia, para exportar tal produto, por exemplo, para o Brasil. Nesse momento, não cessa o aparato do trabalho público – é aí nesse momento que se identifica o interesse do país, e também para caracterizar que o aparato público pode continuar a dar essa colaboração. Então, o que acontece? Esses centros comerciais publicam, depois, um outro aviso, dizendo que em tal período iniciaremos conferências diretas entre os potenciais exportadores e importadores – e essas pessoas são convidadas a esse centro comercial. E, nesse momento, cada importador brasileiro – seria o caso de São Paulo, por exemplo – conversa com seus vários potenciais exportadores para o Brasil. Essa pessoa, então, discute o produto pela Internet, visita, também pela Internet, a fábrica e discute as condições todas. As informações que tenho são que, no caso do Panamá, por exemplo, de cada dez conferências por Internet, dessa forma, há pelo menos uma média de três negócios fechados. Assinalo que nenhum importador panamenho foi à Coréia e nenhum exportador coreano foi ao Panamá. Quer dizer, a um custo baixíssimo pode-se contratar a operação comercial.

Isso significa que o Estado, para chegar a esse ponto, evidentemente não está obsoleto. Ele dá uma contribuição extraordinariamente moderna, tornando, pela via eletrônica, mais ainda competitiva a exportação coreana. Então, participo da opinião de que o Estado moderno dá contribuição moderna, então, a operação se faz modernamente.

Creio que essa era a essência de sua pergunta e deixo essa contribuição. Creio que algum dia, provavelmente, no Brasil, consideraremos uma sugestão dessa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Antes de encerrar, peço aos Senadores Rodolpho Tourinho, Gilberto Mestrinho e Marcelo Crivella que, respectivamente, façam a apuração dos votos, porque todos os Srs. Senadores já votaram.

Peço aos Srs. Senadores que cada um examine a respectiva urna indicada e se responsabilize por ela, fazendo a contagem com o devido cuidado para não se repetir o que ocorreu outro dia. Temos que ser precisos na contagem dos presentes e do número de votos obtidos por cada um dos indicados.

(Procede-se à apuração.)

Por unanimidade de votos, cumprimento os Srs. Embaixadores Carlos Augusto Rego dos Santos Neves, Luiz Tupi Caldas de Moura e Pedro Paulo Pinto Assunção, indicados, respectivamente, para a Rússia, paras as Repúblicas do Panamá e da Coréia.

Nossos cumprimentos pela excepcional contribuição dos três à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h e 50min.)

Ata da Oitava Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e três, no Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **LÚCIA VÂNIA, MOZARILDO CAVALCANTI, AELTON FREITAS, ALOIZIO MERCADANTE, JOÃO CAPIBERIBE, EDISON LOBÃO, RODOLPHO TOURINHO, EDUARDO AZEREDO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, PATRÍCIA SABOYA GOMES, TIÃO VIANA, MARCELO CRIVELLA, HÉLIO COSTA, JOÃO**

ALBERTO SOUZA, PEDRO SIMON, ROSEANA SARNEY, LUIZ OTÁVIO, MARCO MACIEL, GILBERTO MESTRINHO, ARTHUR VIRGÍLIO JOSÉ AGRIPINO e FLÁVIO ARNS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a apreciação dos itens de pauta. **Item 01** – Mensagem Nº 12, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **SÉRGIO SILVA AMARAL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa". A Relatora, Senadora **LUCIA VÂNIA**, faz a leitura do relatório. Na seqüência, o Presidente passa a palavra ao Senhor **SÉRGIO SILVA AMARAL** que faz sua exposição de motivos. Passa-se à arguição do Senhor Embaixador. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, RODOLPHO TOURINHO, PEDRO SIMON, HÉLIO COSTA, TIÃO VIANA, MARCELO CRIVELLA, ARTHUR VIRGÍLIO, JOÃO CAPIBERIBE e CÉSAR BORGES.** Em seguida, o Senhor Presidente requer a leitura da próxima matéria de pauta. **Item 02** – Mensagem Nº 04, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **RICARDO LUIZ VIANA DE CARVALHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia". Faz a leitura do relatório a Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**. Após leitura do relatório, o Senhor Presidente inverte a pauta . **Item 01– extra pauta–** Mensagem Nº 06, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **ORLANDO GALVÊAS OLIVEIRA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Barbados, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristovão e Névis". O Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, relator da matéria, faz a leitura do parecer. O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, GILBERTO MESTRINHO** e o Senhor Senador **RODOLPHO TOURINHO** que escrutinem os votos. Segue-se então a apreciação do próximo item de pauta. **Item 02– extra pauta–** Requerimento N° 223, de 2003 "de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e às liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano". Passa-se a palavra ao Senhor Senador **TIÃO VIANA**, relator da matéria, para ler seu parecer. Após leitura do parecer, a Comissão consentiu que o Requerimento deveria ser adiado pela ausência do Senhor Senador **JEFFERSON PÉRES** que apresentou um requerimento junto à Comissão com assunto semelhante. Sendo assim, encerra-se a reunião às 13 horas e 35 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Oitava Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia Vinte e Quatro de Abril do Ano de Dois Mil e Três, às Dez Horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias.

Item nº 01:

Mensagem (SF) N º 12, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Sérgio Silva do Amaral, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República francesa."

Eu gostaria de aqui externar o quanto a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional considera significativo e importante que possa o Ministro Sérgio Silva do Amaral aqui estar presente, já que, às vésperas da reunião marcada para ouvi-lo, foi submetido a uma delicada cirurgia, mas felizmente está muito bem de saúde, acompanhado inclusive de sua senhora, a Embaixatriz Rosário do Amaral. Que seja bem-vinda. Desejamos registrar quão importante é para todos nós seu pronto restabelecimento.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para ler o relatório.

A SRª RELATORA (Lúcia Vânia) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Sérgio Silva do Amaral, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata:

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 12, de 2003, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio Silva do Amaral, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador junto à República Francesa.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Sérgio Silva do Amaral, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador junto à República francesa.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Sérgio Silva do Amaral, filho de Pedro Augusto Amaral e Maria Aparecida da Silva Amaral, nasceu em 1º de junho de 1944, em São Paulo. É doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne) .

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1971, e, sucessivamente promovido, chegando a Ministro de Primeira Classe, em 1994.

No serviço público federal, exerceu funções de relevância tanto no Ministério das Relações Exteriores quanto em outras pastas, chegando a Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, em 1995 e 1999, e a Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 2001 e 2002. Foi também Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, em 1994.

Entre as funções desempenhadas no exterior, destacam-se as de Embaixador em Londres, em 1999 e 2001, e de Ministro Conselheiro em Washington, em 1991 e 1993.

O Ministro Sérgio Silva do Amaral tem chefiado delegações do Brasil em inúmeras missões internacionais, dentre as quais cabe destacar as relacionadas à negociação da dívida externa brasileira na década de 1980; tem proferido palestras e publicado em periódicos internacionais a respeito deste assunto.

O diplomata em apreço foi agraciado com a condecoração de Grande Oficial da Ordem do Rio Branco.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** que acabamos de relatar, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores referente às relações entre o Brasil e a França.

Segundo o relatório do Ministério das Relações Exteriores, as relações entre Brasil e França experimentaram, no passado recente, um desenvolvimento inédito em todos os campos da já tradicional e densa interação bilateral. Os laços históricos de amizade e confiança entre os dois países tornaram-se ainda mais estreitos, servindo de base para a articulação de iniciativas em campos como a concertação política, comércio e investimentos, segurança e defesa, ciência e tecnologia, educação e cultura.

O texto ressalta ainda que nunca antes se verificou tão intensa troca de visitas de autoridades do mais alto nível de parte a parte. Faz referências às três viagens do Presidente Fernando Henrique Cardoso (em 1976, 2000 e 2001) **sic** à França, e do Presidente francês Jacques Chirac ao Brasil em 1997 e 1999. O Primeiro-Ministro francês, Leonel Jospin, também visitou o Brasil em 2001. Com isso, o diálogo entre os dois países tem aumentado significativamente.

Cabe destacar, também, os avanços nas relações econômicas e comerciais entre Brasil e França. Nos últimos anos, as exportações brasileiras para a França quase dobraram, o mesmo ocorrendo com as importações. O fluxo comercial passou de US$1,7 bilhão, em 1994, para mais de US$3 bilhões, em 2002. Além dos tradicionais produtos exportados pelo Brasil, como soja e minério de ferro, o País passou a contar, na sua pauta de exportação para a França com itens de alto valor agregado, como aviões e automóveis.

No que concerne a investimentos, recentemente, grandes grupos franceses instalaram-se no Brasil em setores diversos, automotivo, energético, hoteleiro, entre outros, totalizando cerca de 700 empresas francesas no País. O estoque total dos investimentos franceses diretos no Brasil cresceu de cerca de US$2,5 bilhões, em 1995, para mais de US$10 bilhões nos dias atuais, o que assegura à França um lugar entre os cinco maiores investidores franceses no País.Também na área de ciência e tecnologia, Brasil e França mantêm tradicional e produtiva cooperação.

Na área de segurança e defesa, a agenda entre Brasil e França tem sido intensa e marcada por fatos positivos, com destaque para a preferência concedi-

da pelo Governo brasileiro à parceria com a República francesa nos projetos Pro-Amazonas e Promotec – com um contrato de financiamento no valor aproximado de US$430 milhões. Ressalte-se ainda a aquisição do porta-aviões Foch, atual São Paulo, e a definição pela compra, pelo Ministério da Defesa, de helicópteros franceses para o Exército brasileiro, e também a associação estratégica entre Embraer e a francesa Dassault.

Finalmente, é importante mencionar os desenvolvimentos na cooperação intensificada, desde 1997, na área de fronteira comum. Deverão ocorrer saltos qualitativos no futuro próximo – ressalta o relatório – com a construção da ponte sobre o rio Oiapoque e a criação do Parque Nacional da Guiana – em iniciativa semelhante à do Governo brasileiro, com a criação do Parque Nacional do Tumucumaque – e com o estabelecimento da Carta de Circulação Transfronteiriça.

No plano internacional, o documento do Ministério das Relações Exteriores apresenta a França "como interlocutor valioso para a diplomacia brasileira, como fonte de informações e avaliações de cenários e também por iniciativas e ações conjuntas".

O Brasil, por sua vez, seria visto pela República francesa como "um ator importante na cena mundial, cujo apoio é capaz de acrescentar credibilidade e abrangência à sua iniciativa e com a qual procura trabalhar em parceria sólida no plano bilateral".

Quanto ao Mercosul, o relatório informa que a aposta da França é verdadeira. A idéia de um mercado ampliado na América do Sul agrada às empresas francesas. A classe política da França, por sua vez, apoiaria a criação de um pólo alternativo de concertação representado pelo Mercosul.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Lúcia Vânia, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Passamos agora a palavra ao Ministro Sérgio Amaral, indicado para representar o Brasil na República francesa.

Tem S. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Suplicy, e, por seu intermédio, aos Membros desta Comissão, a manifestação de solidariedade que tiveram comigo, refletida numa visita do Presidente desta Comissão a mim no hospital. Agradeço também a compreensão manifestada em face da necessidade de adiamento da minha presença nesta Casa.

Eu gostaria de iniciar esta minha curta apresentação – sei que a Comissão hoje prefere uma apresentação mais curta, e eu também, e, depois da fala da relatora, na verdade, eu teria pouco a acrescentar – com uma breve referência histórica.

Se fizermos um retrospecto das relações França-Brasil, veremos que elas são marcadas por muitos encontros em nossa história comum, por muitos momentos de convergência e mesmo de amizade, ainda que tenha começado com um desencontro, porque todos nos lembramos de que os franceses foram os primeiros a chegar à nossa costa para explorar o pau-brasil, o que obrigou os portugueses a se decidirem pela colonização do nosso território.

Os franceses se estabeleceram, como todos sabem, no Rio de Janeiro e, depois, em Pernambuco, no Maranhão e, posteriormente, em Caiena, território que anexaram por força de um acordo com a Holanda. As famílias reais de Portugal e da França se uniram, criando a Casa Real Brasileira Orleans e Bragança. O positivismo teve uma forte presença na Proclamação da República, nossos militares muito devem à missão Gamelain, assim como a Universidade de São Paulo tem um débito considerável com os franceses, porque foi um grupo de grandes intelectuais franceses, entre os quais Lévy-Strauss, que fez certamente da USP o que ela é hoje.

Mas não é do passado que vamos falar; é do futuro. E no futuro o que vemos hoje são elementos, fatores que fazem da nossa relação uma grande oportunidade, em vários campos. Temos coincidências na agenda interna, temos convergência na nossa forma de perceber o momento internacional e temos grandes oportunidades de intercâmbio nos mais diferentes setores, que são favorecidos por um substancial incremento dos investimentos franceses no Brasil nos últimos anos.

A França ocupa hoje um papel relevante e diferenciado entre os países do G-7. Seu PIB cresce, passou recentemente o da Inglaterra – eles ficam disputando, e a França tem tomado a dianteira, com US$1,5 trilhão, como observou a Senadora Lúcia Vânia. Mas o que é importante é que, além de um grande produtor, a França é também uma potência comercial, é hoje o quarto país exportador no mundo, com uma exportação, no ano passado, de US$330 bilhões, exportação que representa 22% do produto francês. Sublinho esse dado porque, Senador Su-

plicy, Presidente da Comissão, o que estamos vendo hoje é que todos os países que se destacam, que tomam a dianteira, sejam os mais adiantados, sejam os médios, como a Coréia, o México – não enquadraria a China como um exemplo de país médio, mas vem crescendo de forma substancial –, têm na exportação um fator fundamental do seu desenvolvimento. Esses países mencionados como médios têm nas exportações cerca de 30% a 40% do produto. Esse fato também se manifesta na França. Enquanto estamos, apesar de ter aumentado substancialmente nossas exportações, com índices que representam de 10% a 11% do nosso produto.

A França é um dos mais prósperos países do G-7, que tem uma trajetória própria e diferenciada. Ela apresenta algumas peculiaridades como, no seu sistema político, a coabitação, uma espécie de gestão compartilhada entre o Presidente e o Primeiro-Ministro, o que, a julgar pelos próprios membros do Governo Jospin, foi um dos fatores de paralisia das reformas francesas nos últimos anos. Pelo menos é o que diz o Chefe de Gabinete do Ministro Jospin num livro recente, publicado na França, chamado **Matignon, rive gauche**.

A França fez as reformas, mas não com o fervor, talvez, como fizeram os Estados Unidos e a Inglaterra. Em 1986, a França tinha 3.500 empresas públicas; hoje, ainda tem 1.500, e o compromisso do novo governo é reduzir o número dessas empresas. O Estado tem uma participação substancial na economia – 53% das despesas são públicas –, e o Governo francês busca preservar, de certa forma, a sua participação ou pelo menos as garantias expressas no Estado do bem-estar social.

Não obstante essas peculiaridades, não obstante a falta desse fervor de certas reformas liberalizantes, a França cresceu 3.3%, em média, de 1998 a 2000. Alcançou e está ultrapassando a economia inglesa.

O que é curioso é que, **mutatis mutandis**, levando em conta as diferenças óbvias entre Brasil e França, compartilhamos uma série de coincidências e convergências, seja na nossa agenda interna, seja, como eu disse, na nossa agenda internacional. Na agenda interna, as prioridades, hoje, na França são a segurança e a exclusão, que toma a forma de um amplo debate sobre a imigração, problema que não temos; em segundo lugar, estão a economia e o emprego; e, em terceiro lugar, a previdência social e o Estado do bem-estar social, ou seja, o papel do Estado na economia.

Se olharmos apenas pelo enunciado dos tópicos principais dessa agenda, veremos que são temas familiares e atuais para nós também. Eu gostaria de mencioná-los rapidamente, porque acredito que é um ponto importante da relação entre o Brasil e a França, e o meu futuro como Embaixador – se aprovado por esta Comissão – é ter na França um posto de observação para mudanças que também queremos fazer e para preocupações que também temos no que diz respeito à dimensão e à profundidade dessas mudanças.

Segurança.

Essa questão tomou um papel de destaque na política francesa nas eleições. Foi um dos seus temas centrais por causa da imigração. Mas, na verdade, a criminalidade na França não é maior do que nos Estados Unidos ou na Alemanha, não obstante o novo Ministro do Interior, Sarkozi, ter tomado uma série de medidas para fortalecer a segurança, inclusive com um importante aumento dos efetivos policiais. Mas ele vem sendo criticado por desrespeito aos direitos humanos e por perseguir – como se diz na imprensa francesa – os mendigos da Romênia e as prostitutas da África.

No que diz respeito ao segundo ponto, economia e emprego, a França se ressente, como a maioria dos países, de um certo desaquecimento da economia mundial. Em 2003, a economia deverá crescer menos do que os 2,6% previstos – vai crescer menos de 2% –, e o déficit público será maior do que o esperado, que era de 2,6% do produto e, no entanto, poderá chegar ou mesmo ultrapassar 3%, colocando em questão o limite fixado pela União Européia.

O resultado disso é que o movimento das empresas francesas – que seria Confederação da Indústria da França – pede a reforma do Estado e, nela, basicamente a flexibilização da lei de modernização social, que dificulta a demissão no setor público e no setor privado, o emagrecimento do setor público e a reforma da previdência social.

Portanto, a França também vive hoje sob a égide da mudança. Mas essa demanda por mudança se faz num momento em que a economia mundial não é a mesma sob a qual governou o Primeiro-Ministro Jospin, em que a França se beneficiou como grande exportador que é. Durante o período Jospin, as finanças estavam em ordem, a inflação era baixa, e a França cresceu. Esse cenário permitiu a criação de 1,6 milhão de empregos, o que neste momento será difícil de ser repetido, ainda que o desemprego esteja hoje em 9%.

O Governo do Primeiro-Ministro Jean-Pierre Raffarin quer criar empregos mediante novos investimentos no setor privado em vez de no setor público. Um dos passos seria a privatização das grandes em-

presas francesas que ainda não foram privatizadas, como a França Telecom – Telecomunicações, a Air France, a eletricidade de França e o gás de França. Mas o Governo hesita em perder o controle de empresas em setores estratégicos como esses, os sindicatos são contra e muitos alegam que o momento não é oportuno, em face da queda nas bolsas de valores.

A reforma tributária também é um ponto da agenda. As despesas públicas representam 53% das despesas da economia francesa contra 38%, na média dos países da OCDE. O Imposto de Renda pode chegar a 60%, e o TVA, que é o imposto sobre valor agregado, é de 19,6%. O setor privado reclama, como é normal e esperado, contra uma carga tributária excessiva que afeta a competitividade dos produtos franceses. Vemos aí mais um ponto de semelhança.

A convergência é ainda maior na discussão sobre a previdência social. A previdência social francesa assegura aos aposentados um nível de vida comparável ao dos trabalhadores da ativa. Isso é insustentável demograficamente. A população acima de 40 anos deverá passar de 1/5 para 1/3 do total da população francesa. Em vez de dois trabalhadores para um aposentado, como é hoje, a relação será de um trabalhador para um aposentado. Portanto, ou os que trabalham deverão pagar mais ou os aposentados deverão receber menos, uma equação que também conhecemos bem. A pressão demográfica fará com que essas medidas tenham que ser tomadas nos próximos 5 anos.

O serviço de saúde pública da França é um dos melhores do mundo, consome 10% do PIB, contra 13% nos Estados Unidos e mais de 10% na Alemanha, mas, não obstante isso, os gastos são considerados elevados. Houve um acordo no Parlamento com os sindicatos e com os empresários para limitar os gastos com saúde. Isso foi cumprido em 1999, em que o sistema de saúde passou de um déficit para superávit, mas no ano passado o déficit voltou e, neste ano, deverá ser de mais de 4 bilhões de euros.

Muitas dessas questões nos são familiares, o que faz da França um importante posto de observação para nós. Diferentemente de outros países, que buscaram dar uma resposta aos desafios do mundo global numa liberalização profunda, a França, como o Brasil, busca um equilíbrio.

Preservamos um papel do Estado na economia, e o BNDES, o Banco do Brasil e a Petrobras são uma ilustração disso. Vimos buscando – isso tem sido uma prioridade do atual Governo – reforçar as nossas políticas públicas em saúde, educação, na redução das desigualdades sociais. Na verdade, em vez de diminuir estamos buscando crescer o nosso Estado do bem-estar social. Mas essas coincidências não se limitam ao plano interno. Elas são igualmente importantes no plano internacional, porque a França busca hoje novo protagonismo em linhas que são de interesse para nós.

Em primeiro lugar, a busca de um equilíbrio de poder, de um contraponto à supremacia norte-americana pela restauração do eixo franco-alemão e pelo alargamento da União Européia. Mas esse objetivo encontra limites nas próprias fissuras dentro da União Européia que a questão do Iraque explicitou.

Segundo ponto, o compromisso com o multilateralismo, que também é nosso e que se explicitou com mais clareza também na questão do Iraque, mas que também se reflete na simpatia por uma reforma ao conselho de segurança e mesmo uma simpatia pela candidatura brasileira. A França é nesse sentido um posto importante de interlocução, de discussão sobre as formas de redução das assimetrias na governança global. Evidentemente que essas convergências encontram limite no comércio em que a França tem sido também, ou tido, um protagonismo na reação, na restrição, na oposição à reforma da política agrícola comum, seja no que diz respeito ao volume de recursos, seja no que diz respeito a uma mudança da natureza dos subsídios. Em vez de subsídios à produção, subsídios à renda, que não teriam um impacto sobre a competição dos produtos agrícolas dos países exportadores como o Brasil.

Essas coincidências na agenda interna, convergências na percepção sobre a realidade global têm o seu seguimento em grandes oportunidades de cooperação, de expansão da cooperação bilateral em vários campos: na economia, ciência e tecnologia, educação, cultura, meio ambiente. Na cooperação fronteiriça é bom ter presente que somos vizinhos da França através da fronteira entre o Amapá e a Guiana.

Na economia, tivemos uma expansão surpreendente e expressiva dos investimentos franceses no Brasil. O estoque de investimentos franceses, em 1995, era de US$2 bilhões. No ano passado, o estoque de investimentos franceses era de US$12 bilhões. Em sete anos os franceses aumentaram seus investimentos no Brasil de US$2 bilhões para US$12 bilhões, e a França se situa hoje em quinto lugar, depois dos Estados Unidos, Espanha, dos Países Baixos e das Ilhas Caiman, que reúnem uma série de investimentos de diferentes origens, mas não identificados.

As principais empresas francesas têm presença no Brasil. São mais de 550 empresas. Das 40 empresas que compõem o índice da Bolsa de Valores da

França, chamado CAC-40, 36 estão presentes no Brasil. O desafio hoje talvez não seja tanto buscar novas empresas, ainda que haja algumas que certamente se beneficiariam de estar presentes aqui, como trariam uma contribuição, mas sobretudo de fazer ver a estas empresas que o Brasil é um importante mercado para ser uma plataforma de investimentos e de exportações.

Estamos assistindo, nos últimos anos, a um redesenho do mapa das empresas multinacionais. Elas estão redesenhando a sua presença no mundo. Em vez de estarem presentes numa dezena de países, elas estão se localizando em um ou dois países por região. Na América Latina, os candidatos naturais, ao ver das empresas, são o México e o Brasil. Para nós nos consolidarmos como uma grande plataforma de investimentos e de exportações, temos de aumentar as condições de competitividade da economia, o que nos leva ao imperativo das reformas tributária e previdenciária. E temos que ampliar o nosso mercado. Isso não quer dizer apenas aumentar o poder aquisitivo da população, mas aumentar o acesso do Brasil a novos mercados. Isso coloca em questão a abertura do mercado sul-americano, que é percebido pelas empresas multinacionais como um passo fundamental para mais investimentos no Brasil, porque, quando elas investem no Brasil, hoje, elas não estão pensando apenas no mercado brasileiro, estão pensando no mercado latino-americano. Para isso, é importante que concluamos, como iniciamos no Governo passado e está-se fazendo no presente Governo, acordos de livre comércio com os nossos vizinhos. Porque não faz o menor sentido que o México entre nos países andinos com uma tarifa melhor que a que os produtos brasileiros têm para vender para Peru, para Bolívia, para Equador e para Venezuela. Nesse sentido, o BNDES tem um papel muito importante em identificar e favorecer as oportunidades de investimento.

No que diz respeito às pequenas empresas, a grande questão está em maiores **joint ventures** com empresas francesas, com vistas a trazê-las para cá ou a levar empresas brasileiras a investirem na França. Trazer empresas francesas, médias e pequenas, para o Brasil significa parcerias para exportar para terceiros mercados. Levar pequenas e médias empresas brasileiras para a França significa parcerias para que as empresas brasileiras consigam colocar produtos de maior valor agregado no mercado francês.

O comércio está crescendo, mas é preciso reconhecer que ele ainda é pequeno. As exportações brasileiras passaram de um bilhão em 1995 para um e meio bilhão no ano passado, mas podem ser muito maiores. Para isso, precisamos tomar uma série de medidas, como, por exemplo, facilitar o acesso de produtos brasileiros na França ou aumentar a promoção dos nossos produtos; reforçar – espero que isso ocorra – a capacidade da Embaixada em realizar missões, seminários setoriais, **joint ventures**; e, de forma geral, por uma ação conjunta do Itamaraty e do Ministério do Desenvolvimento, desenvolver atividades de **marketing**, como já se tem feito, embora de uma forma tímida, ou o trabalho de promoção da marca Brasil.

Não vou entrar nas possibilidades de expansão da cooperação em cada setor, porque elas são muitas e algumas já foram mencionadas no relatório da Senadora Lúcia Vânia. Estou pronto a desenvolver, na medida em que possa, alguns dos setores, como, por exemplo, ciência e tecnologia. No setor de educação, já temos uma cooperação com as grandes escolas francesas. No setor da cultura, o Brasil foi distinguido com a escolha de ser o País do Ano, em 2005, o que nos dará campo, para, junto com os franceses, fazermos uma série de promoções culturais, inclusive em várias cidades francesas. No setor do meio ambiente – que é um assunto que me toca de perto, pois já tive um envolvimento grande na questão de meio ambiente na Amazônia –, já existe uma série de atividades, mas pode haver outras, por exemplo, na cooperação entre a Guiana e o Amapá, no que diz respeito ao ecoturismo e à proteção dos parques naturais, como o Tumucumaque, o quinto parque natural do mundo, em que podemos, sem qualquer dúvida, ter uma parceria muito importante com os franceses.

No setor do turismo, que é uma área em que o Brasil precisa dar um salto, a França é um grande pólo, pois recebe 76 milhões de turistas por ano, mais que a sua população, que é de 60 milhões, e o Brasil recebe entre três e cinco milhões. A França é um país em que podemos fazer, com grandes vantagens, promoção do turismo brasileiro, pois estaremos atingindo não só ao público francês – e a França já envia ao Brasil 180 mil turistas por ano –, mas a todos os turistas que visitam a França. É muito importante – e espero poder fazer na França o que foi feito na Inglaterra – a criação de um escritório de turismo. A cooperação transfronteiriça entre o Amapá e a Guiana poderá ter um impulso com a conclusão da ponte sobre o rio Oiapoque, que foi objeto de conversas entre o Presidente Lula e o Presidente Chirac, em que combinaram inclusive a conclusão dessa ponte em 2004, a ser inaugurada por esses dois Presidentes.

Eu gostaria de destacar, por fim, no contexto dessa ampla relação, que estou convencido de que as

questões de política interna têm uma importância inusitada para a atividade diplomática. Certamente, será importante para nós acompanhar como a França vai resolver algumas das questões da sua agenda interna, que são desafios também para nós. Eis a relevância da diplomacia parlamentar, a diplomacia desse intercâmbio de experiências por parte daqueles que são os legisladores e que terão de encontrar soluções para muitos dos problemas difíceis que tanto um quanto outro país terão de enfrentar nos próximos anos.

Em resumo, não é só na história que temos muitos encontros. Hoje, há coincidências na agenda interna, convergências no plano internacional. Estamos todos cientes das muitas oportunidades que existem no sentido estratégico da nossa relação.

Como francófilo que sou desde pequeno, terei uma grande satisfação se puder dar uma contribuição, ainda que limitada, para o fortalecimento dessas relações se vier a merecer a aprovação desta Comissão e do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro Sérgio Amaral.

Estão inscritos o Senador Antonio Carlos Magalhães; a Senadora Lúcia Vânia; os Senadores Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, Pedro Simon e Hélio Costa.

Eu gostaria de informar que hoje a única argüição é a do Ministro Sérgio Amaral. Há ainda alguns itens, mas apenas serão lidos os relatórios, porque são indicações para representações cumulativas.

Em seguida, teremos o parecer do Senador Tião Viana sobre a questão de Cuba, resultado dos requerimentos apresentados pelos Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e Jefferson Péres.

Apresentaremos a discussão, na medida em que houver pelo menos a presença de um dos autores dos requerimentos.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella; meu caro Ministro Sérgio Amaral, não desejo de nenhuma forma argüi-lo, desejo exaltá-lo. Exaltar a sua figura de embaixador em todos os postos que exerceu no Itamaraty e fora dele. V. Exª sempre foi um diplomata – eu poderia dizer na mais legítima das expressões – completo. V. Exª serviu à Casa de Rio Branco muito bem e, quando convocado ao Poder Executivo, jamais faltou aos seus deveres com o País.

Por isso, a indicação de V. Exª para Embaixador na República francesa é digna de elogios dos Presidentes Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos agiram com espírito público e, sobretudo, com grande amor ao País ao colocar na França um representante do quilate de V. Exª.

V. Exª tem também um traço, nessa simplicidade, nesse modo educado de falar que é muito importe para mim, pois V. Exª trata Governo e Oposição, seja no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados, do mesmo modo, como o mesmo cavalheirismo e com a mesma educação.

Portanto, quando V. Exª vem ao Senado Federal para ser argüido, penso que merece uma aprovação unânime desta Casa. Às vezes, isso não acontece, mas uma vez ou outra, sim. No seu caso, se houver Justiça completa, vai acontecer, não só nesta Comissão como fora dela.

Quero dizer a V. Exª que, nos postos que exerceu fora do Brasil, sempre foi um grande Embaixador. Em Londres, principalmente, marcou sua presença de modo a merecer elogios de toda a política do Reino Unido. Agora, vai a Paris substituir o embaixador, que também é uma figura muito conhecida e de valor no Itamaraty, Marcos Azambuja, o qual fez um bom relacionamento em Paris, mas não tenho dúvida de que ninguém vai superar a atuação de V. Exª.

Portanto, quero dizer de público, nesta Casa, o quanto o admiro, não só porque V. Exª gosta da Bahia, mas porque tem sido um grande Embaixador para o Brasil. Fico muito feliz por V. Exª representar, logo mais, o Brasil em Paris. Sei que o Brasil vai crescer muito com sua atuação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer as palavras muito generosas do Senador Antonio Carlos Magalhães que, certamente, vão muito além das minhas qualidades, mas não do meu entusiasmo. Fiquei muito satisfeito com a menção que o Senador fez ao que acho deva ser o sentido público do diplomata. O diplomata é um funcionário do Estado. Evidentemente, coube-me, em alguns momentos, participar do Executivo, onde eu tinha uma função mais política, mas, como diplomada, sou um funcionário do Estado brasileiro que, como tal, não pode e não deve fazer diferença entre o que é Governo e o que é Oposição, e nem entre os Estados, embora eu tenha mais simpatia por alguns,

como é o caso da Bahia e de Goiás, da Senadora Lúcia Vânia.

Quero, agora, aproveitando a oportunidade da sua referência, dizer que cada vez mais a relação entre os Estados não é um assunto exclusivo de diplomatas ou do Governo central. Cada vez mais, a diplomacia é "pôr juntos" Estados, Regiões, empresas, intelectuais; é diversificar o relacionamento, porque as relações, hoje, entre os Estados são, cada vez mais, entre sociedades. Os agentes dessas sociedades são os que constroem a trama de interesses que faz a força da relação.

Quero agradecer as palavras de S. Exª, que foram muito generosas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SR. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Ministro Sérgio Amaral, gostaria de agradecer ao Senador Suplicy a honrosa tarefa que me conferiu: a de relatar esta matéria. Esse agradecimento deve-se a dois motivos. Primeiro, porque relatei uma matéria que mostra o perfil de um homem produtivo, eficiente, competente, que demonstrou, por onde passou, seu amor à causa pública. Em segundo lugar, pela ligação afetiva que o Ministro Sérgio Amaral tem com meu Estado, especialmente com a cidade de Pirenópolis. Integrando-se ao cotidiano da cidade, S. Exª ajudou na reforma do nosso patrimônio histórico, colocando Pirenópolis entre as mais belas cidades históricas deste País.

Portanto, é com muito orgulho e com muita satisfação que estou aqui para desejar ao Embaixador sucesso, por suas palavras e pelo seu cuidado em analisar cada ponto. S. Exª vê a França como um centro de experiência que poderá nos fornecer matéria-prima de discussão bastante rica, assim, já antevemos o sucesso de sua presença nesse novo posto.

Gostaria, Embaixador, de fazer um questionamento sobre algo que, de certa forma, deixa-me intrigada. A França manteve, durante o conflito no Iraque, uma posição de independência, até mesmo de confronto com as forças anglo-americanas.

Na visão de V. Exª , essa postura teria que conseqüências no futuro?

Isso poderia gerar uma nova correlação de forças futuramente na comunidade internacional?

Para finalizar, gostaria, mais uma vez, de mencionar o êxito da sua passagem pelo Ministério do Desenvolvimento, o que, para nós, seus amigos e companheiros, é motivo de orgulho, porque, hoje, o nosso País exibe para o mundo uma balança comercial superavitária, graças aos esforços de V. Exª, abrindo novos mercados e implementando uma gestão inovadora e moderna.

Parabéns e sucesso nessa nova empreitada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Sérgio Amaral, tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia por suas palavras amigas e encorajadoras. S. Exª faz referência a algo de que muito me orgulho, mesmo sendo paulista, qual seja, o meu vínculo, afetivo e forte, com o Estado de Goiás.

Quero também dizer que V. Exª levanta, Senadora, uma das questões talvez mais relevantes, hoje, que intriga a todos nós, quando analisamos o papel político da França no mundo. Não sei se teria uma resposta conclusiva, mas é uma questão que, talvez, seja a grande interrogação no cenário das relações internacionais: o novo protagonismo francês.

Este novo protagonismo certamente é facilitado pelo fim da coabitação. O Presidente Jacques Chirac se sente mais livre em conduzir a política externa, ainda que antes S. Exª já tivesse a primazia, na medida em que, no sistema francês, o Presidente tem a primazia na política externa e na defesa, mas evidentemente que é mais difícil exercer essa primazia com um governo compartilhado, com um condomínio com a oposição. Portanto, S. Exª se sente mais livre e com mais desenvoltura. E retoma, assim, a tradição francesa de ver na Europa, ou buscar construir na Europa, um contraponto à supremacia norte-americana. E, finalmente, faz algo que, para nós, é importante: uma afirmação e uma defesa do multilateralismo, que é uma causa que tem um grande apoio de todos os membros das Nações Unidas e certamente tem o respaldo, na política interna francesa, dos cidadãos franceses.

Mas é preciso levar em conta também os possíveis limites ou dificuldades dessa postura. E o primeiro deles é que esse novo protagonismo francês – restaurando uma tradição que vem de Charles de Gaulle – gerou fissuras na União Européia, que são conhecidas. Um grupo de países: França, Alemanha, com o apoio da Rússia, contra uma guerra no Iraque – sem o respaldo do Conselho de Segurança e de outros – e Grã-Bretanha, Espanha e Itália favoráveis. E isso não é apenas uma fissura interna na União Européia, mas é uma fissura entre a União Européia e os Estados Unidos.

Há poucos dias, realizou-se, em Atenas, uma reunião do Conselho Europeu em que se buscou re-

compor essas dificuldades, essas fricções criadas recentemente, e certamente se tem avançado nessa direção. Mas o que esse episódio do Iraque mostrou, do ponto de vista do projeto europeu, é que vai ser difícil que ele avance em dois setores numa maior união ou convergência na política externa e na política de defesa.

É bom lembrar que a situação, hoje, é muito diferente da situação de Charles de Gaulle, não só pelas características pessoais, mas, sobretudo, porque o General De Gaulle buscava surgir como o **tertius**, o terceiro caminho, entre os dois pólos da Guerra Fria: os Estados Unidos e a União Soviética. Estes dois pólos não existem mais.

Um protagonismo francês que vá além do que seriam os limites apropriados poderá transformar a França não no **tertius**, mas num opositor. E não acredito que a própria França queira ser ou desempenhar esse papel. E já vemos alguns sinais de aproximação na conversa recente do Presidente Chirac com o Presidente Bush, como também na iniciativa francesa de se antecipar e propor a suspensão das sanções econômicas ao Iraque. Não é exatamente o que os Estados Unidos querem – a eliminação dessas sanções, a sua revogação –, mas a França certamente está na direção daquilo que os Estados Unidos gostariam de ver.

E, por fim, não menos importante, um outro limite está no fato de que os meios econômicos franceses, ainda que as exportações da França para os Estados Unidos representem apenas 9% das exportações francesas, já começam a ver com preocupação não só as exportações francesas para os Estados Unidos, mas a própria situação dos investimentos nos dois países. Porque há na Europa muito investimento americano, e, nos Estados Unidos, muitos investimentos franceses, e certamente os meios econômicos não vêem com simpatia um possível estremecimento nas relações.

Em outras palavras, é prematuro saber se esse protagonismo francês é o início de um processo que leva a uma afirmação européia mais Rússia, como um contraponto aos Estados Unidos ou é um momento em que as relações tenderão a se recompor, como aconteceu muitas vezes no passado.

Rapidamente, sobre a questão de comércio, agradeço muito sua lembrança, porque certamente será uma prioridade do meu trabalho, e penso em fazer aí uma parceria muito grande com a Apex, órgão de promoção da exportação que o novo Governo fortaleceu como tinha que ser, e com os Estados. Sempre trabalhei com os Estados. Lembro-me que organizei uma reunião de turismo com todos os Estados do Nordeste em Londres; trabalhei com Minas, com o Rio Grande do Sul. Aproveito esta oportunidade para oferecer os trabalhos da Embaixada. Quero que seja uma Embaixada dos Estados também, porque só assim será possível ter êxito no trabalho de promoção comercial. Já se foi o tempo em que fazíamos promoção comercial genericamente. Precisamos ter foco, precisamos ter foco em regiões, precisamos ter focos em produtos, precisamos fazer das embaixadas a casa dos empresários. Eu gostaria que os Estados se sentissem à vontade para terem na Embaixada um escritório, uma base de operação, seja dos representantes dos Estados, seja dos empresários. Um dos meus objetivos, nas próximas semanas, será tentar estruturar com a Apex algo neste sentido. Se a Apex quiser poderá fazer da Embaixada na França um projeto piloto para experiências mais ousadas de promoção comercial, porque precisamos ter mais missões, mais **joint ventures**, precisamos levar empresas brasileiras a se localizarem no exterior. Repito, se quisermos, em vez de vender produtos primários como o café, vender café solúvel; em vez de vender frutas, vender produtos processados; calçados, em vez de couro, e daí por diante. É preciso ter uma presença. Só vamos agregar valores se entrarmos nos canais de distribuição, e isso implica uma presença no exterior. No período do Ministério de Desenvolvimento, desenvolvemos uma linha de financiamento do BNDES para apoiar essas empresas, o que me traz muita satisfação. É preciso que elas saiam para o exterior para vender produtos de maior valor agregado e também trabalharmos, como eu gostaria de poder fazer, na marca Brasil. Temos um campo grande. A França é um grande mercado que precisamos explorar mais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) – Sr. Embaixador, Sr. Ministro, é uma satisfação poder vê-lo aqui restabelecido do ponto de vista da saúde. Todos torcemos muito pela sua plena recuperação, o que se vê que felizmente aconteceu. Ao mesmo tempo, quero cumprimentá-lo pela exposição. Foi uma exposição segura que mostra bem o seu conhecimento sobre a França, o conhecimento sobre a diplomacia moderna, a visão que o Brasil precisava ter de trabalhar junto com as suas empresas e com os seus Estados. Fico muito feliz de ver a sua colocação. Em um País do tamanho do Brasil não podemos nos dar ao luxo de deixar de lado o número de Estados que temos na sua ação internacional. Precisamos ter uma ação evidentemente coordenada pelo Itamaraty, mas que possibilite que os Estados brasileiros, com diversidades tão grandes, pos-

sam também levar suas propostas, como já aconteceu, e V. Exª já pôde apoiar em outras ocasiões, inclusive o esforço de Minas Gerais.

Por falar em Minas Gerais, como representante do nosso Estado, fico feliz ao verificar que, das seis maiores empresas que exportam para a França, três são mineiras. Trabalham lá a Vale do Rio Doce, a Cargil e a NBR. Lembro ainda que a nossa fábrica de helicópteros de Itajubá também é uma associação do Governo de Minas com grupos franceses, o que gerou a Eurocopter. O processo de geoprocessamento utilizado em Belo Horizonte teve a sua tecnologia adquirida na cidade de Lion. Quando fui Prefeito de Belo Horizonte, pude estar lá, pessoalmente. Esse processo, hoje, está sendo muito utilizado na segurança pública de Belo Horizonte, com toda a integração tecnológica, para facilitar o combate ao crime. Esse é um processo tecnológico importante que a França tem e pode expandir-se muito aqui no Brasil, em outras cidades, para a melhoria dessa grave questão.

Estive há pouco tempo com o Embaixador da França, em Ouro Preto. S. Exª visitava aquela cidade, como admirador, e me dizia da satisfação de ter V. Exª lá como Embaixador do Brasil. S. Exª está aqui há alguns anos e manifestou a sua alegria de ter uma pessoa com a formação que o Embaixador tem para representar o Brasil.

Por fim, faço apenas uma pergunta, Ministro Sérgio Amaral, com relação aos produtos agrícolas. Temos algumas pendências com a França quanto à proteção que faz dos seus produtos, com subsídios, o que às vezes prejudica as exportações brasileiras nesse setor.

Outra pendência, que ainda não existe mas que representa um potencial problema, é a questão da Embraer. No momento em que a Embraer entra no segmento de aviões de maior capacidade, vai acabar se chocando um pouco com a Airbus, e poderemos ter algum tipo de dificuldade no aspecto comercial. Essa é a observação que deixaria por fim.

Cumprimento o Sr. Ministro Sérgio Amaral. Não tenho dúvidas de que S. Exª será um grande Embaixador do Brasil na França.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao prezado amigo, Senador Eduardo Azeredo, por suas palavras muito amistosas, amáveis e generosas. A sua apresentação confirma o fato de que temos de trabalhar Estado por Estado, região por região. Não é possível um trabalho genérico de um Embaixador hoje.

Minas Gerais, realmente, tem relações privilegiadas com a França, tradicionais, não só do ponto de vista do comércio, mas do ponto de vista de investimentos, e V. Exª, como Governador – eu sei disso – deu um grande impulso a essas relações. Dessa forma, vejo com grande alegria a possibilidade de trabalhar junto, não só com o Governo de Minas Gerais, o que já foi objeto de uma conversa minha com o Governador Aécio Neves, mas com a Fiemg. Eu e o Presidente Robson Braga de Andrade já conversamos sobre algumas iniciativas que podemos tomar, não só na área de comércio; na área de cultura também, conversei com a Srª Angela Gutierrez, uma grande mecenas da arte brasileira, para levarmos para Paris um pouco do barroco brasileiro; e, aí, sim, não temos só Minas, mas outros Estados.

Mas nem tudo são flores. Temos o problema da agricultura, que é, sem dúvida, a grande preocupação de um Embaixador brasileiro na França. Ver o que se pode fazer para acrescentar algumas areias a esse processo de mudança. Embora veja com preocupação a situação atual, não vejo com igual preocupação as perspectivas, por duas razões. Em primeiro lugar, porque a realidade muda e, na última década, ou um pouco mais de uma década, a população do campo, na França, caiu para um terço do que já foi. Na verdade, existem 600 mil franceses, de uma população de 60 milhões, que vivem no campo. E muitos dos que vivem no campo não têm mais qualquer atividade voltada à agricultura. Portanto, torna-se cada vez mais difícil justificar uma política agrícola comum, da qual a França é a principal beneficiária. Ela recebe um quarto dos recursos da política agrícola comum. E esses recursos subsidiados fizeram com que a França se transformasse no quarto produtor mundial de cereais e de carne. Quer dizer, a União Européia não tolera mais essa situação. Em segundo lugar, ainda que tenha sido uma decisão muito ruim adiar o início da negociação dessa política agrícola comum – o que os franceses conseguiram – para o próximo período orçamentário, que começa em 2006, lança uma interrogação muito grande sobre as negociações no âmbito da OMC, do Mercosul-União Européia e da própria Alca, porque se as negociações Mercosul-União Européia e da Alca condicionam o avanço na questão dos subsídios internos a uma solução na OMC, e a solução dos subsídios da agricultura, os subsídios internos na OMC, está condicionada ao avanço da PAC (Política Agrícola Comum), quando isso se realizará?

Temos aí uma interrogação preocupante, mas a França conseguiu adiar. O fato, porém, é que o orçamento ficou congelado. Então, o mesmo volume de recursos de hoje ficará até 2006, com um pequeno aumento para compensar pela perda inflacionária de 1% ao ano. De qualquer forma, pode-se dizer que esse mesmo volume de recursos será dividido por um número muito maior de países.

Estamos no caminho da mudança. Agora, o problema é que, do nosso ponto de vista – e com toda a razão –, essa mudança é muito lenta. Temos que encontrar os meios de acelerar esse processo de mudança, porque não é justificável que um País como o Brasil, que tem no complexo do agronegócio mais de 40% da sua exportação, venha a abrir mercados se não houver uma abertura correspondente naqueles setores em que somos mais competitivos e exportarmos mais.

Essa questão da agricultura é, sem dúvida, a pedra no sapato do relacionamento do Brasil com a França, mas precisamos vê-la com realismo e impedir que contamine o resto do relacionamento, que é muito bom, e ver o que podemos fazer para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, Ministro Sérgio Amaral, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pela clareza e pela competência da sua exposição. Não faço isso com a benevolência do amigo, mas de quem reconhece em V. Exª a sua competência por tudo o que fez e por onde passou – Washington, Londres, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Certamente, V. Exª dará continuidade a essa trajetória na França.

V. Exª expôs claramente o que também considero ser hoje o maior problema da economia brasileira, que é a baixa participação do setor externo. Isso explica, em última análise, os nossos juros altos. Essa posição de 10% é muito pequena, mesmo quando se compara com a dos outros países, que estão em torno de 30%, 40%, como V. Exª afirmou.

Entendo também que existe um caminho, que é o caminho dessa negociação, do aumento de competitividade dos nossos produtos. No entanto, queria fazer uma pergunta mais simples, em relação à Alca.

O que assistimos hoje no México, por exemplo, é a oposição e o governo se unindo – sem razão até – para atacar o Nafta, pelo que já se conseguiu no México hoje, na economia mexicana, com esse acordo. Assiste-se hoje ao fracasso da Rodada de Doha em decorrência mais da posição assumida pela Comunidade Européia do que pela assumida pelos Estados Unidos. Nunca estivemos numa posição tão difícil em relação ao Mercosul.

Então, que caminhos práticos teríamos nessa negociação da Alca? Certamente isso passará pela França, porque, como mencionou o Senador Eduardo Azeredo, talvez o grande problema de tudo isso esteja na França hoje. Que caminhos práticos teríamos em relação à Alca?

No mais, quero desejar a V. Exª sucesso – sei que o terá – como Embaixador na França, repetindo o êxito que obteve em seus outros postos ao longo de sua carreira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Quero agradecer muito ao Senador Rodolpho Tourinho por suas palavras, palavras benevolentes, que partem de um amigo. As palavras refletem mais os olhos do amigo do que uma avaliação – acredito – fidedigna, das minhas atividades.

Tenho uma obsessão por essa questão da baixa participação das exportações em relação ao produto brasileiro. Durante o período no Ministério do Desenvolvimento, acompanhei com muito interesse a trajetória de alguns países – China, Índia, Coréia e México – onde estive em comissões comerciais de 120 a 180 empresários, em cada caso. E o que países tão diferentes como a China e o México, por exemplo, têm em comum? Ou com a Coréia? É a abertura do comércio exterior.

A abertura do comércio exterior, no caso da Coréia, é de quase 40%; no caso da China, cerca de 30%, e, no caso do México, de um pouco menos. Não é abertura ao comércio exterior, é exportação. Se fosse a abertura ao comércio exterior, seria exportação e importação. No caso do Brasil, no ano passado, foi de 11%.

Isso mostra que esses países, que estão tendo êxito no seu desenvolvimento, que estão tirando proveito da globalização, o estão fazendo porque conseguiram se transformar em importantes países exportadores. Acho que esse é o nosso caminho.

Em um primeiro momento, a exportação foi percebida como uma prioridade por nós, porque resolveu o problema do déficit em conta corrente. Chegamos a ter um déficit em conta corrente de 5% do produto. Era o indicador de como éramos percebidos, em primeiro lugar. Isso resolvemos. No ano passado, o déficit em conta corrente foi inferior a 2%. Do ponto de vista da relação déficit em conta corrente com o pro-

duto, não precisamos fazer mais. Atingimos uma posição muito razoável. Mas, hoje, há um outro indicador que está começando a ser percebido como preocupação, que é o das exportações na sua relação com a dívida externa. E aí é muito baixo. As exportações são pequenas. Não é, na verdade, a dívida que é grande. As exportações é que são pequenas. Portanto, a exportação continua sendo e será por muito tempo uma grande prioridade. Exportação não é uma ou outra coisa, é um conjunto. São as reformas em que o Governo está empenhado, é um processo de maior agregação de valor, é um processo de melhor financiamento, é uma política de promoção comercial agressiva, é um conjunto de coisas.

Estamos empenhados em uma mais ampla frente de negociações comerciais da História do País: OMC, Mercosul, União Européia, Alca. O que estamos vendo é que o êxito dessas negociações não depende tanto de nós quanto deles, porque é, por parte da União Européia, o principal empecilho da política agrícola. Evidentemente, não se pode esperar de nós que abramos a nossa economia sem termos minimamente aquilo que há muito tempo já deveria estar sobre a mesa de negociação, ou ter já saído dela com resultados, que é a agricultura.

Então, vejo que, na medida em que a agricultura, hoje, parece ser um freio para a velocidade com que caminham essas negociações – OMC, Alca, União Européia –, é o caminho das negociações bilaterais ou sub-regionais. Foi algo em que me empenhei muito e vejo com grande satisfação que este Governo continua nesse empenho, que é, em primeiro lugar, concluir as negociações com o Grupo Andino. Repito mais uma vez: não faz nenhum sentido que o México entre nos países do Grupo Andino com uma tarifa muito menor que a nossa.

Esses mercados são vistos como mercados naturais para quem investe no Brasil. É importante que seja assim, porque isso nos trará mais investimentos. Não faz sentido que não tenhamos um acordo com a China. Demos início a um acordo com a China, e espero que ele possa avançar rapidamente, que será nos anos 40, 50 a grande potência econômica.

O PIB da China, entre 2040 e 2050, a continuarem as coisas como vão hoje, será igual aos Estados Unidos. E não é sem motivo que a China, hoje, optou pelo silêncio político e pela atividade econômica. A China não tem, como a França, uma preocupação em assumir um protagonismo político, porque está preocupada em fortalecer a sua economia, que já tem um peso que poderá ser comparado à economia americana ou mesmo da União Européia, para entrar em cena. Em outras palavras, a nossa saída é estarmos presentes, como estamos, nas mesas de negociação, com uma posição firme, dura e agressiva, e, se as negociações não adiantarem, fazermos acordos bilaterais ou sub-regionais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB/RS) – Em primeiro lugar, as boas-vindas a V. Exª, que, devido ao atraso, deixou-nos na expectativa, torcendo e rezando para que desse certo, como deu. Aliás, não fossem as notícias, parece que V. Exª está chegando de uma estação de veraneio tal o aspecto positivo. Talvez seja a notícia de ir para a França que, antecipadamente, lhe deu esse novo ânimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Já caminhou quatro quilômetros ontem. Está dizendo que está em boa forma.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB/RS) – Penso que foi muito feliz a sua indicação pelo Governo, porque V. Exª tem uma biografia realmente respeitável. Ao lado dos cargos que desempenhou na sua missão no Itamaraty, chamado para missões extras, V. Exª as desempenhou com grande significado. Creio que há muito tempo não há tanta expectativa em relação à indicação de um Embaixador para a França como a de V. Exª.

Na verdade, os acontecimentos levaram a uma aproximação dos nossos povos e governos. O Presidente Lula, em mais de uma oportunidade, falou com os dirigentes franceses, e a identidade das nossas posições foi absolutamente clara e precisa. Hoje, tudo se resume a números e a fatos. As posições são tomadas por questões e interesses. Mas, com toda a sinceridade, não posso deixar de ver, na decisão tomada pela França, um pouco do velho estilo francês de liberdade. A história da França mostra que ela teve, em muitas ocasiões, um desempenho corajoso como o que teve recentemente.

A história haverá de mostrar que a França, seguida pela Alemanha, Rússia e China, teve uma missão significativa quando vivíamos uma das maiores tragédias com ponto de vista da diplomacia do pós-guerra. É inconcebível, mas estamos vivendo uma nova realidade, pois os americanos não se contentam mais em ser uma grande nação, que exerce imensa influência via Organização das Nações Unidas. Agora, com todas as letras, os Estados Unidos querem exercer o seu poderio e a sua força pessoalmente. Assusta-me a decisão americana de iniciar uma guerra por antecipação, ou seja, prevendo que os interesses americanos podem ser prejudicados no

futuro, antecipam a guerra. Não vou durar tanto e, quando vejo uma menina como a Senadora sentada à minha frente, fico a me perguntar quando, passado o petróleo – e a questão fundamental se chama água –, o americano poderá dizer que as reservas de água da Amazônia são uma questão de honra, uma questão de humanidade. E quando vemos, hoje, mapas, como um que circula, bem ou mal, pelos Estados Unidos – uns dizem que são oficiais, dos colégios, embora eu não acredite, e o governo americano já desmentiu –, um mapa da América em que a Amazônia aparece como uma nova Antártida, um continente internacional, e o Brasil está lá pequenino, num cantinho. E os Estados Unidos usaram o Iraque, armaram o Iraque. Primeiro, o americano armou o Irã, que, tirando a Rússia e os Estados Unidos, teve o maior exército, o mais moderno, o mais espetacular, montado pelo governo americano, porque o xeque de lá era o maior amigo americano da época. Depois, chegou lá o Koumeini, que ganhou uma revolução, mudou e aí ele armou o Iraque para lutar contra o Irã. Quer dizer, o Iraque foi o grande aliado americano armado, em tudo e por tudo, para que pudesse fazer frente ao Irã. Depois, houve a questão do Afeganistão, e houve uma virada com relação ao Iraque. Então, as mudanças na política americana são muito dependentes dos interesses que eles detêm.

Por isso, digo a V. Exª, com toda a sinceridade, que, olhando a humanidade, quando todos os números se nos apresentam para dizer que o petróleo não será mais o problema deste século, mas, sim, a água e pelo fato de no Brasil estarem as maiores reservas de água doce do mundo inteiro, e a floresta amazônica, que é a maior reserva florestal tropical do mundo inteiro, fico angustiado com esta postura do governo americano: de tomar decisões por antecipação. Quer dizer, no futuro, podem nos prejudicar. Isso me faz lembrar da fábula do lobo e do cordeiro. O lobo, caminhando pela mata, vê adiante uma água e pensa: aquela água pode me pertencer, e o cordeiro vai tomar aquela água que é minha; então, não o deixo chegar lá.

Nesse sentido, embora pareça mentira, o americano teve contra ele a França, a Alemanha, a Rússia, a China etc. Quando vier a luta, daqui a 20 ou 30 anos, pela Amazônia, a França, a Inglaterra, a Alemanha estarão todas juntas contra nós. Teremos poucas pessoas que levantarão a voz, defendendo os nossos interesses.

Por isso, entendo que quando a França toma a posição que tomou – e eu não vi um cadáver, nem sangue, porque a imprensa americana teve controle absoluto, inédito sobre a guerra, os jornalistas acompanhavam no campo de frente para tirar fotografia e revelar aquilo que achavam que deveria ser revelado – diante desse contexto, não aceito a tese que se vende de que o Presidente é um homem de direita, que está adotando posições equivocadas dentro da França, mas, sim, que, na verdade, não tem nada de brilho, está apenas aproveitando uma chance para aparecer; e que, por outro lado, na verdade, o interesse da França com relação ao Iraque era o petróleo, portanto, ela tinha interesse em que as coisas continuassem. O que vejo, com toda a sinceridade, é uma questão muito importante de respeito com relação à posição francesa.

Outra questão que eu gostaria de ver é essa decisão. Está certo, intervieram, mas terminou que não houve uma guerra, mas um massacre. Os coitadinhos, os pobres diabos do lado de lá não tinham coisa nenhuma. Agora, o que acontecerá? O americano já designou o novo comandante; eles já escolheram as companhias que farão a reconstrução, que casualmente são ligadas ao Vice-Presidente as empresas. O americano já pediu que a ONU liberasse o Iraque do controle que tinha na exportação do petróleo. Eu não sei. Não pensa V. Exª que, de certa forma, o Brasil, deveria ser um dos países a cobrar da ONU, pois ela, bem ou mal – bem ou mal, não; mal –, está viva? E, estando viva, penso que o Conselho deveria voltar a se reunir para discutir as questões posteriores com relação à ONU.

É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Senador Pedro Simon pelas palavras afetuosas que dirigiu a mim e à minha recuperação, com uma ressalva: talvez eu não tenha vindo de um lugar de veraneio, mas de um SPA, pois perdi oito quilos. Aliás, é um SPA que se mostrou muito eficiente no que se refere ao emagrecimento.

V. Exª suscitou questões extremamente importantes para a política internacional hoje. Antes disso, eu gostaria de mencionar também o ponto de identidade e da convergência entre o Brasil e a França, com o que concordo inteiramente. Isso para mim é uma grande responsabilidade, pois, se as relações não melhorarem substancialmente, será certamente por culpa do Embaixador e não das condições e das convergências entre os dois países.

O ponto que considero muito relevante é, sem dúvida, o papel que a França vem exercendo. Penso

que realmente merece o respeito de todos nós; mais do que isso, merece, a meu ver, atenção muito particular, pois a França está desempenhando um papel que os Estados Unidos abdicaram de desempenhar.

Cada grande momento da História, cada mudança, cada revolução foi acompanhada de nova visão ordenadora. Todos nos lembramos, depois da Primeira Guerra Mundial, da proposta de Woodrow Wilson de uma Liga das Nações. Depois da Segunda Guerra Mundial, foram os Estados Unidos que defenderam e foram os instrumentais na criação da ONU e na criação das instituições de Bretton Woods: do Fundo Monetário e do Banco Mundial. Por quê? Porque vivemos um novo momento da História, das relações internacionais, que precisavam não somente de uma visão, mas de instituições que levassem essa visão à prática.

Vivemos, nos anos 90, uma mudança que não foi menor – talvez, tenha sido maior –: o fim da Guerra Fria. No entanto, em um mundo inteiramente novo, porque não é mais um mundo bipolar, não é mais um mundo que vive na iminência de uma guerra nuclear, é um mundo inteiramente diferente, não temos nenhuma nova visão ordenadora das relações internacionais. Ao contrário, pretendemos viver com as mesmas instituições que foram criadas por um momento diferente e que não dão conta da nova realidade. Essas instituições precisam passar por um processo de transformação e de evolução que permita não somente criar as instâncias políticas para a prevenção de um conflito, mas, mais do que isso, que permita corrigir as grandes assimetrias econômicas da globalização de que todos temos conhecimento e que, muitas vezes, sofremos na própria carne.

Ou seja, de um lado, é a falta de regulamentação dos mercados financeiros que vem gerando a destruição de riquezas e, de outro, a regulação excessiva das trocas comerciais. A verdade é que não conseguimos nos ver livres do protecionismo. Ele apenas assume formas diferentes. O protecionismo hoje não mais se refere a tarifas. Os países mais avançados praticam muito bem isso. A tarifa nos Estados Unidos é de 4%. Mas eles encontram formas, como no setor do aço, para evitar as nossas exportações, ou dão subsídio à agricultura, como fazem a União Européia e os Estados Unidos, que impedem nossa competição com o que eles produzem.

Então, temos, de um lado, falta de regulação dos mercados financeiros, uma regulação excessiva nos mercados comerciais, e não temos uma visão de novas instituições.

A França assume um protagonismo, que todos vemos com respeito e, eu diria mesmo, com esperança, mas também com responsabilidade, que é a de produzir ou de oferecer uma visão alternativa. E todos temos interesse neles, porque vemos que, como está, não dá para ficar. Mas como poderia ser? Temos, muitas vezes, idéias pontuais, e o Brasil as tem oferecido, mas é preciso ter uma visão mais ampla. Creio que a França tem essa responsabilidade e a competência intelectual – mostrou isso ao longo da História – para fazê-lo.

Certamente, acredito – essa é uma área em que tenho interesse pessoal muito grande – que vamos encontrar na França pontos, focos e instituições de interlocução política muito valiosos para esse processo de construção de uma nova visão de mundo, porque a realidade mudou, e não temos essa nova visão. O que temos é uma política casuística, como a que os Estados Unidos têm feito, que apóiam certas instituições, por exemplo, as de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial. Ora têm uma posição ambígua em relação às Nações Unidas, ao Conselho de Segurança, ora adotam uma posição contrária a certas instituições ou medidas que eles mesmos ajudaram a construir, como o Tribunal Penal Internacional ou o Protocolo de Kyoto.

Temos um papel também a contribuir nessa reflexão, nesse debate que é político, mas certamente contamos com a França na esperança de que nos dê alguns dos subsídios, porque acredito que a comunidade internacional precisa deles.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero, inicialmente, cumprimentá-lo, Ministro Sérgio Amaral, por sua designação, e também o Governo, porque V. Exª é um dos diplomatas mais preparados para assumir qualquer posição em qualquer país, neste momento, a fim de representar o nosso Brasil.

Tenho, Sr. Embaixador, duas observações e pelo menos duas perguntas. A minha primeira observação diz respeito a um pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início da sua administração, segundo o qual faria do Ministério das Relações Exteriores e dos diplomatas brasileiros um ponto de apoio para os interesses comerciais brasileiros no exterior. E vejo que a indicação de V. Exª está dentro desse contexto, sobretudo porque há, neste momento, discussões importantíssimas no que diz res-

peito à participação do Brasil na Alca, como também no mercado da União Européia.

No caso dos Estados Unidos, temos a dificuldade das cotas impostas aos produtos brasileiros, notadamente, como diz V. Exª, o aço, o calçado, os têxteis. As cotas podemos discutir, as divergências temos condições de superar, mas, quando as imposições são, por exemplo, como as francesas e as européias, ou seja, barreiras fitossanitárias – na Europa, querem identificar o milho que o frango importado comeu, para saber se é transgênico, ou não –, fica difícil discutir.

Nesse contexto é que vamos precisar de uma atuação muito voltada para esses interesses comerciais brasileiros, porque, com a economia globalizada como está, vamos, cada vez mais, depender daquilo que produzimos, do que exportamos e da nossa balança comercial.

Não precisamos dizer que, no ano passado, os americanos puseram US$30 bilhões de subsídio nos seus produtos agrícolas, e os europeus, US$40 bilhões – mais do que os americanos.

Assim, fica difícil competir, extremamente difícil. Mas vale aqui uma reflexão: será que, um dia, vamos parar de cobrar dos outros países para que não dêem subsídios à agricultura? Por que não fazemos o mesmo? Se perguntarmos ao agricultor brasileiro quanto ele recebe de subsídio do Governo, de qualquer Governo, em todos os anos passados, não dá 10% do subsídio agrícola nos Estados Unidos ou na Europa. Na verdade, não existe o subsídio brasileiro. Já que não conseguimos combater o problema, vamos fazer o mesmo que eles, em princípio.

Outra preocupação minha, Sr. Embaixador, é com relação à transferência de tecnologia. Temos uma relação comercial, cultural amistosa com a França muito mais tradicional do que com qualquer outro país europeu e até mesmo com os Estados Unidos. V. Exª certamente se lembra de que, no antigo ginasial, aprendíamos primeiro francês, para depois aprender inglês. Agora, inverteram-se as coisas, e o inglês passou a ser mais importante, porque se tornou uma língua universal. Mas lá atrás, primeiro era o francês. Todos aprendíamos a cantar a Marseillese, na verdade. O francês tinha uma influência muito grande na cultura brasileira.

Pois bem, temos um bom relacionamento com o Governo francês, e há tudo para desenvolvermos um bom relacionamento comercial. A França se propõe – e eu sei – a transferir tecnologia para o Brasil. Exemplo disso foi o que aconteceu, no ano passado, na discussão sobre a venda de jatos para a Força Aérea Brasileira. Gastaríamos US$1 bilhão comprando aviões americanos que sequer estavam equipados para fazer o trabalho demandado pelo Brasil, enquanto uma empresa francesa se associava a uma empresa brasileira e oferecia transferência de tecnologia. Mas o Governo passado não entendeu a importância dessa transferência de tecnologia, e simplesmente ficou tudo paralisado. O Governo não quis realmente discutir o tema pelo caminho certo. Temos de trabalhar com os países que vão transferir tecnologia para o Brasil. Precisamos de moderna tecnologia, notadamente no setor aeroespacial. Vejam o Acordo de Alcântara. Querem, sim, um acordo, mas desejam chegar aqui e impedir os brasileiros de participarem, de estarem presentes no ato do lançamento dos foguetes americanos. Vamos precisar de crachá para entrar em Alcântara?

Os franceses têm essa tecnologia e, como eles possuem disposição para discutir a transferência de tecnologia aeronáutica, será que estariam também dispostos a fazer um acordo de cooperação no setor espacial, que tem US$30 bilhões para os próximos anos? E o Brasil pode participar desse mercado de US$30 bilhões, porque é um dos seis países que detêm um pouco ou muita tecnologia aeroespacial.

Então, Sr. Embaixador, congratulando-me com V. Exª mais uma vez pela sua designação, apresento duas perguntas: a primeira delas é com relação à nossa Embaixada em Paris. Um amigo meu acaba de voltar da China e me disse que, na Embaixada Alemã, em Beijing, há 70 diplomatas encarregados das relações comerciais entre a Alemanha e a China.

Então, pergunto a V. Exª: quantos assessores comerciais terá V. Exª na Embaixada francesa, falando francês fluentemente como V. Exª, capazes e qualificados para nos ajudar a desenvolver esse entendimento comercial com a França, grande parceira e aliada nossa, na qual realmente podemos depositar nossas esperanças de manter um bom relacionamento?

Em segundo lugar, eu gostaria de saber se V. Exª pode nos informar, tão logo assuma o seu posto e desenvolva o seu trabalho, como procederíamos para trabalhar em direção a um acordo que substituísse o Acordo de Alcântara, um acordo que faríamos com a França, mas pelo qual houvesse transferência de tecnologia, para que possamos desenvolver a nossa indústria aeroespacial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Agradeço ao Senador Hélio Costa pelas palavras de apoio,

assim como pelas perguntas de S. Exª, que me permitem complementar um pouco a minha apresentação inicial.

Gostei muito da sua referência ao protecionismo, que me permite voltar a um tema que eu havia apenas esboçado.

O protecionismo mudou de fisionomia. É cada vez menos tarifa e, eu diria, até um certo ponto, cada vez menos quota. E ele está migrando para uma área, que chamaria "área dos invisíveis", em que a questão não está tanto no produto, mas no modo de produzir. O que os países mais protecionistas hoje estão buscando é impedir a entrada de produtos que são fabricados ou produzidos sob circunstâncias que eles não consideram adequadas, por exemplo: se o produto é feito de acordo com os requisitos ambientais, se o produto é feito de acordo com os requisitos das cláusulas do trabalho. Estive no Japão com uma missão comercial. O grande problema com o Japão é que não conseguimos exportar frutas. Faz 30 anos que discutimos com os japoneses sobre a venda de frutas brasileiras para o Japão, mas elas não podem entrar, porque eles alegam que as frutas brasileiras são mordidas por um mosquito que pode contaminar os requisitos de saúde da fruta. E eu disse lá que esperava que não passássemos mais 30 anos discutindo essa questão, para chegarmos a algum avanço. E não chegamos até agora.

Mas existe ainda outro aspecto muito importante, que é o aspecto da imagem. A proteção, muitas vezes, migra da ação do Estado para as percepções da sociedade – e a questão ambiental é uma delas. E existe outra que é muito importante. Lembro-me que o ***Financial Times***, algum tempo atrás, publicou um artigo que dizia que "Quem quiser comprar um marca-passo vai comprá-lo da Tchecoslováquia, que produz muito bem, vamos supor, ou vai comprar da Suíça? Vai comprar da Suíça, porque, pela tradição da sua indústria de relojoaria, é percebido como um país que faz coisas de precisão."

Isso mostra a complexidade da exportação hoje. Não se trata apenas de lidar com um produto de qualidade e com redes de distribuição. Se quisermos exportar **commodities**, não há problema. Mas, se quisermos exportar produtos com maior valor agregado, vamos nos deparar com essas barreiras crescentes, que não são tão perceptíveis, mas que são muito eficientes.

E o que a embaixada pode fazer? Estou absolutamente convencido de que as embaixadas têm que ter um papel central nisso, porque elas estão no local. É muito mais oneroso para o País buscar abrir canais separados da embaixada, porque muitos assuntos dependem de negociação com o governo e dependem do conhecimento do mercado local. Infelizmente, não temos, como os alemães, 70 pessoas no setor de promoção comercial, porque nem a embaixada como um todo tem isso. Mas nem sempre a questão é o número de funcionários. É o que esses funcionários fazem.

Quando cheguei a Londres, o setor de promoção comercial tinha seis ou sete funcionários. Paris deve ter algo parecido. E os seis ou sete funcionários ficavam fazendo estudos de mercado e tinham feito, no último ano ou nos dois últimos, 18 estudos do mercado. E perguntei: o que aconteceu com esses estudos? Eles disseram: isso não sabemos, pois os mandamos para Brasília. Eu disse: então, vamos parar com esses estudos de mercado; só os faremos se houver uma demanda efetiva. E disse que queria todos na rua. E todos na rua quer dizer todos visitando os supermercados, conversando com os produtores. E estabelecemos uma relação muito estreita com os importadores de carne, o que nos permitiu resolver alguns dos problemas de protecionismo da União Européia.

Acredito que temos um grande desafio. Fico muito satisfeito que a Apex tenha tido um aumento. E o Congresso foi decisivo nisto: na transformação da natureza da Agência de Promoção de Exportações vinculada ao SEBRAE, que passou ao Ministério de Desenvolvimento e teve, praticamente, dobrado os seus recursos. E conversas, a meu ver, importantes que espero ter, entre várias outras, é com o Ministro Fulam, e com o novo presidente da Apex, porque quero fazer uma parceria com eles. E há uma coisa que eu gostaria de fazer, além de colocar o pessoal do serviço de promoção comercial na rua e atrair empresários para terem na embaixada uma sede de operações. Existe uma coisa muito fácil, e o Ministério do Desenvolvimento tem um número, hoje, superior a 100 especialistas em comércio exterior. Esses funcionários trabalham no Ministério. Então, por que uma parte deles não pode passar um ano no exterior, por exemplo, em cidades que não são sede da Embaixada? Por que não em cidades como as francesas Lion, Marselha, Havre? Lá não pisou um brasileiro. A um custo muito baixo, ele vai, com uma tarefa de seis meses, identificar a oportunidade de exportação. Se ele identificar, ele continua. Se ele não identificar, ele volta. O importante é termos pessoas na rua, pessoas junto a empresas, abrindo portas para a exportação, porque esse é realmente um trabalho de rua, não um trabalho de gabinete. É muito mais barato ter pessoas executando esse trabalho; elas retornam e trazem suas experiências.

A questão da transferência tecnológica é fundamental. Creio que daqui a alguns anos, quando se abrirem os dossiês dessa licitação para a venda de aviões, V. Exª poderá constatar que o Ministério do Desenvolvimento deu um parecer sobre essa licitação na linha do que ouvi de V. Exª.

Essa licitação é muito importante, mas, evidentemente, existe um componente, que é atender a demanda legítima da aeronáutica. Do ponto de vista da função que eu ocupava no Ministério do Desenvolvimento, também a transferência de tecnologia é fundamental.

Temos uma indústria aeronáutica, e essa compra deve ser vista como algo que traga ou possa trazer um **upgrade** para o aprimoramento, para elevação da capacidade de produção da nossa indústria. Isso não quer dizer que "a", "b" ou "c" tenham que ganhar, mas, na escolha, esse componente tem que ser levado em consideração; e espero que venha a ser.

Gostei muito da menção a Alcântara, porque uma das coisas que gostaria de fazer em minha nova função é fazer uma aproximação – se possível, uma cooperação – entre a Base de Kouru, na Guiana, e a base de Alcântara, no Brasil, que seria um passo, também, para aumentar a cooperação entre o Norte e o Nordeste do Brasil com a Guiana e, portanto, com a França.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Srs. Senadores, estão ainda inscritos os Senadores Tião Viana, Marcelo Crivella e Arthur Virgílio.

Normalmente, antes da argüição, sempre pergunto aos Senadores e ao indicado se poderíamos manter aberta a reunião, na medida em que os assuntos que estão sendo tratados podem ser de livre conhecimento de todos. Mas se o Embaixador indicado entender que há afirmação ou resposta que preferiria fosse dada em reunião reservada, basta nos informar que transformaremos a reunião em secreta. Senão, poderemos dar continuidade à reunião aberta, com a grande vantagem de que todos aqueles que escutam a Rádio Senado e assistem à TV Senado poderão acompanhar e aprender muito com a argüição de V. Exª.

Com a chegada do Senador Arthur Virgílio, passaremos a apreciar o requerimento do Senador Arthur Virgílio, do Senador Jefferson Péres, do Senador José Agripino sobre o caso de Cuba, após completarmos essa parte da reunião.

Trata-se de uma decisão de relativa importância, portanto, peço a todos que permaneçam no plenário, para que tenhamos **quorum** para decidir sobre o requerimento.

O parecer do Senador Tião Viana já foi distribuído e se encontra sobre as mesas.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT/AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, caro Ministro Sérgio Amaral, inicialmente, desejo cumprimentá-lo e desejar-lhe pleno êxito na tão honrosa missão de representar o nosso País junto à República francesa.

Pelo adiantado da hora, serei muito objetivo, até porque teremos de decidir assunto de extrema responsabilidade daqui a pouco, em plenário, com o Ministro da Justiça.

Sobre promoção de comércio exterior, julgo, que por sua experiência no campo da gestão pública, na gestão do comércio, representando nosso País em funções ministeriais e também devido à função de carreira que exerce, talvez seja a pessoa mais indicada para representar um novo momento das relações de promoção comercial do Brasil junto à Comunidade Européia ou à União Européia.

Lamento dizer que, numa recente visita, junto com outros Senadores, ao Itamaraty – por convite honroso do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães –, tivemos a oportunidade de verificar a realidade da promoção de comércio exterior no Itamaraty. Infelizmente, o quadro é dramático. Uma qualificação fantástica de profissionais ali existentes, mas a série histórica demonstrou que o Governo anterior, em 1994, investia algo em torno de US$16,8 milhões para a promoção de comércio exterior, como estímulo a políticas específicas de comércio exterior, e, no ano passado, tivemos apenas US$1,8 milhão para promoção daquele setor.

Então, um discurso de euforia, de atualização do Estado brasileiro nessa área, mas a prática da valorização do corpo diplomático era muito reduzida.

Isso compartilha com a tese do pouco estímulo e o pouco entusiasmo na abertura de embaixadas estratégicas para o nosso País, que, sem dúvida alguma, elevam, promovem a valorização do comércio exterior.

Então, indago objetivamente se é possível pensarmos além do Itamaraty, que hoje faz esse diagnóstico sincero, para aceitar os desafios de compartilhar com o Governo atual uma recuperação orçamentária para o setor.

Poderíamos ter na sua pessoa, junto à República francesa, um elo articulador de todas as embaixadas da União Européia, para que pudéssemos ousar no avanço da promoção do comércio exterior?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Sr. Presidente, agradeço o Senador, não só os cumprimentos, mas a importância ou a pertinência dessa indagação. Não adianta ter boa vontade se faltam os recursos. Infelizmente os recursos são sempre difíceis e escassos.

Existe uma prática tradicional no setor público brasileiro. Qualquer que seja sua coloração política, sempre que se tem que cortar recursos, começa-se pelo Itamaraty, por entenderem muitos que uma parte das atividades do Itamaraty são mais supérfluas e podem ser cortadas. Isso, infelizmente, como muito bem V. Exª apontou, é um equívoco. Creio que precisamos todos – aí o Congresso Nacional tem um papel muito importante – trabalhar juntos para evitar que isso ocorra.

O Itamaraty, nos últimos anos, tem tido muito poucos recursos para promoção comercial. Se tem podido trabalhar, é porque contou com a ajuda de vários. Eu mesmo me coloco entre eles, porque nós, no ano passado, destacamos para o Itamaraty, para as embaixadas, um volume expressivo de recurso; a Apex fez o mesmo. A verdade é que não há condições de fazer promoção comercial sem um engajamento estreito dos empresários com as embaixadas.

Sem qualquer pretensão, eu gostaria de oferecer a embaixada para as experiências novas do Governo – aí falo do Ministério do Desenvolvimento, da Apex, do Ministério do Esporte e Turismo. Lembro-me de que, em Londres – permita-me a oportunidade de mencionar –, o então Ministro Carlos Melles, do Turismo, ajudou muito a embaixada, porque os recursos dados à embaixada têm uma capacidade de multiplicação muito maior, pois essas atividades a embaixada desempenha com custo fixo zero. A embaixada está lá, as pessoas são, via de regra, competentes e vêem com entusiasmo a possibilidade de trabalhar. Eu dizia sempre que, em Londres, eu me sentia como alguém com um BMW, mas sem dinheiro para colocar a gasolina. Infelizmente, isso ocorre com freqüência.

O dinheiro que vai para as embaixadas – e o Ministro Carlos Melles me permita a inconfidência – começou com US$200 mil, o que nos permitiu abrir um escritório de turismo, o primeiro escritório de turismo do Brasil no exterior, que conseguiu dois vôos **charter** para o Nordeste e colocar na imprensa britânica 104 matérias sobre o Brasil num ano a custo zero graças aos contatos do diretor do escritório ou graças às viagens que conseguimos com um custo próximo a zero.

Portanto, vejo com muito entusiasmo esse comentário sobre a importância do engajamento da Embaixada e de um mínimo de recursos, porque não adianta ter pessoas e instalações – e em geral elas são, tanto umas quanto as outras, boas – se não tivermos a gasolina para fazer essa máquina operar.

Não sei qual é a situação orçamentária do Itamaraty na promoção comercial este ano, e acredito que não seja aquilo que todos gostaríamos que fosse, mas vejo com alegria que a Apex tem recursos, sim, e que totalizam quase o dobro. Espero que ela não se esqueça da parceria com as embaixadas – sobre isso vou conversar com o Presidente da Apex –, porque não vamos conseguir entrar em algumas áreas novas se não tivermos um mínimo de recursos para promover a imagem. Repito, porque se trata de uma obsessão minha: devemos agregar valores e melhorar a imagem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco PL/RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Exmº Sr. Embaixador, para nós, é um momento especial quando o corpo do Itamaraty vem a esta Comissão e expõe com tanta lucidez e clareza um cabedal de informações. Somos, de fato, bem representados no exterior; e acredito que realmente faltem os recursos.

Insisto na tecla – e fiz até uma proposição – de canalizar parte dos recursos oriundos dos brasileiros que vivem no exterior. Segundo o Itamaraty, são mais de 2,5 milhões de brasileiros vivendo no exterior remetendo US$5 bilhões anualmente. Ora, por que não termos uma contribuição para ser reinvestida nas nossas embaixadas, cujo orçamento, segundo o Itamaraty, neste ano, será de US$250 milhões – muito pouco, para nossa representação. É pouco ou quase nada para um País que quer ter, como disse o eminente Senador Tourinho, uma expressiva participação no comércio exterior.

Hoje, pela manhã, na Comissão de Orçamento, quase chorei, porque estávamos estudando a proposta do Governo. Sabe quanto o Governo terá para gastar este ano? Pouco mais de US$100 bilhões. Senador Antonio Carlos Magalhães, a Ford sozinha tem um **turn over** para 2003 de US$200 bilhões. Como vamos crescer? Vamos crescer exportando. Como é possível os franceses venderem para a Argentina produtos do **agrobussiness**? Como é possível o Chile comprar **champignon** e milho da Argentina quando estamos do lado? Será que o BNDES não vê que é necessária uma parceria com o Itamaraty para cobrirmos as exportações européias, pelo menos na América do Sul, e ter

uma política de reposição disso pelas nossas? Tenho certeza de que o nosso embaixador, brilhante e preocupado como é, encontrará caminhos.

Quero fazer um apelo: morei no exterior por 10 anos, na África, e, quando via uma bandeirinha do Brasil na Embaixada, o coração vinha à boca. Olhava para o outro lado da rua e via a embaixada americana e constatava como era diferente. Na minha época, em Pretória, a embaixada brasileira era o segundo andar de um prédio humilde que dividíamos com o Paraguai ou com a Argentina e eu pensava: que pouca importância se dá vender o nosso País no exterior e como nós, brasileiros, somos bem aceitos.

Falo isso, porque represento uma Igreja que tem sede em 70 países e cresce muito. Quando cheguei à África do Sul, eu disse que vinha do Brasil, mas ninguém sabia onde ficava. Cinco anos depois, já tínhamos quase 500 Igrejas. O nome "Brasil" corria de boca em boca, citado principalmente pelos mais humildes, que são os que procuram a Igreja. Hoje, há vôos diários da África do Sul para o Brasil. A Varig não tem nenhum para lá, abriu mão deles e recebe uma comissão. Os sul-africanos contribuíram para o crescimento de nossa exportação. Quando lá cheguei, em 1991, o Brasil vendia para a África do Sul 200 milhões; hoje vende 400 milhões. A África do Sul não vendia nada para o Brasil. Hoje vende 250 milhões e quer vender alguns aviões de defesa.

Na França, temos uma grande Igreja. Compramos um teatro em Paris, pagamos à vista, não devemos nada, mas até hoje não pudemos abri-lo. Sabem por quê? Porque falta a marca Brasil na Europa. É diferente na América do Sul, no México. Não temos problemas na África, nem na Ásia, mas na Europa sofremos. Compramos, pagamos e não pudemos tomar posse.

Quero pedir o empenho de V. Exª. É interesse do Governo brasileiro. Afinal de contas é uma parcela... Quem toma conta da Igreja lá não é um bispo brasileiro; é um bispo português. A França tem aqui muitos interesses, pois, como V. Exª disse, das 40 empresas, 36 estão em nosso país. Meu Deus, por que não permitir que funcione um teatro comprado e pago à vista, reformado, bonito, com letreiros? Aquela não é a terra onde houve a revolução pela liberdade? Será que lá não há liberdade de culto?

Quero desejar sucesso a V. Exª. Estou vivamente impressionado com tudo que V. Exª disse. Quero pedir em meu nome, e tenho certeza em nome de todos nós, que V. Exª olhe pelos nossos companheiros que estão na França, em Paris, pagando aluguel, num salão pequeno, porque não podem tomar posse daquilo que compraram e pagaram à vista.

É o anseio nosso.

Muito obrigado, Sr. Embaixador. Embora a votação seja secreta, V. Exª terá o meu voto. Desejo que o nome de V. Exª seja aprovado por unanimidade em nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Sr. Presidente, sei da sua preocupação com o horário, por isso procurarei ser mais breve nos comentários que me faltam, agradecendo, em primeiro lugar, ao Senador Marcelo Crivella a indagação que suscitou uma série de questões muito relevantes das quais vou pinçar duas.

A primeira diz respeito à promoção comercial.

Nesse contexto, S. Exª mencionou o papel do BNDES, que é uma das instituições mais importantes em nosso País. Nunca pensei que teria a possibilidade de ser presidente, como o fui, do Conselho de um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo. Tive a grande satisfação de ajudar que ele se direcionasse cada vez mais para a exportação. No ano passado, as exportações representaram nos financiamentos do BNDES mais de um quarto, além de o BNDES criar uma linha nova para o financiamento de empresas brasileiras que se dirigem ao exterior.

Na França, acredito que existe uma oportunidade que não chegamos a mencionar aqui, que é o acompanhamento das atividades e do funcionamento da OCDE, instituição cada vez mais importante como coordenação dos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos fazem análise de risco dos países, a qual é seguida pelas instituições de garantia de crédito à exportação. Penso que haveria muito interesse que o BNDES acompanhasse mais de perto os trabalhos da OCDE. A Embaixada poderia oferecer ao BNDES o apoio para que fizesse isso.

Segundo, há brasileiros no exterior, com os quais V. Exª, com boas razões, se preocupa e que constituem, acredito, uma comunidade cada vez mais importante. Essa é uma das realidades do mundo globalizado. Temos uma comunidade muito importante de brasileiros no exterior. E, no caso de Paris, a Embaixada tem também as funções de consulado. Portanto, é um momento não só de aprimorarmos nossas condições de apoio aos brasileiros no exterior, mas também de vermos os brasileiros no exterior como braços da presença do Brasil, como braços que divulgam a realidade brasileira e que já passam a ser

uma presença e uma influência política que outros países aproveitam com muita competência, como é o caso da Índia, em relação aos indianos na Inglaterra; como é o caso da Coréia, em relação aos coreanos nos Estados Unidos.

Acredito que esse ponto que V. Exª levantou deve ser tratado com muita atenção pelo Itamaraty, e eu gostaria de poder fazê-lo na Embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O último inscrito é o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB/AM) – Sr. Presidente, Ministro Sérgio Amaral, o meu voto favorável para a indicação de V. Exª para qualquer coisa de valor e de mérito não poderia nunca ser secreto. Ele é mais do que aberto, pela admiração, pelo sentimento de fraternidade, pelo respeito que tenho pela figura pública de inestimável valor que V. Exª representa para o Brasil.

A sua presença aqui é uma boa notícia, a sua ida para Paris é outra boa notícia. Está de parabéns o Governo do Presidente Lula, primeiro, pela isenção com que agiu, pela competência com que agiu ao escolher o que era melhor para a representação do Brasil em Paris. Ouvi até do meu querido amigo e Líder Tião Viana a notícia de que, se faltava dinheiro antes, parece que agora não vai faltar mais. Agora a coisa está resolvida, e isso é muito bom.

Quero aqui, portanto, homenagear o Ministro; o Diplomata correto, de carreira profissional, de seguimento na sua linha de progressão profissional e funcional impecável; o grande Ministro do Desenvolvimento, que, na verdade, presenciou e articulou esta grande e significativa virada positiva na balança comercial brasileira; o homem de caráter reto, que o tempo inteiro responde de maneira positiva e correta por seus atos na vida pública, enfim, alguém que, com toda certeza, aproximará a França do Brasil mais e bem mais, alguém que, com toda certeza, continuará a ser o homem público de escol, do melhor nível possível, nesta exigente missão que se lhe apresenta a sua brilhante carreira de diplomata.

Não tenho nenhuma pergunta. Eu sequer precisaria estar aqui para manifestar o meu apreço, mas fiz questão de estar, porque reconheço o quanto o Brasil ganhará com sua indicação. Meus parabéns duplos: ao Governo brasileiro, pela inteligência política que demonstrou, e a V. Exª, pela oportunidade que vamos dar ao Brasil de se aproximar brilhantemente do ponto de vista político, econômico e cultural deste grande país amigo e irmão que é a França.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente agradeço ao Senador Arthur Virgílio por essas palavras de apoio, que, sei, não têm estado limitadas ao âmbito desta Comissão, mas tem feito parte de outras de suas intervenções nesta Casa. Mais do que uma avaliação objetiva, elas refletem, na verdade, a amizade que se estabeleceu entre nós ao longo de todas as lides em que estivemos juntos na questão da Amazônia. A minha ligação com a Amazônia é muito forte, vem da época em que fui Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, em que o então Ministro, o Embaixador Ricupero, e eu fizemos uma certa divisão de trabalho que se focalizou mais nas questões ambientais para ele e mais na questão da Amazônia para mim. Daí vem a minha grande convicção sobre o potencial dessa região.

Particularmente, espero poder ter, na França, uma oportunidade de trabalhar com alguns temas, como o do ecoturismo. Já conversei com o grupo Accor, um grupo poderosíssimo, que tem uma presença enorme no Brasil, com 15% de seus investimentos hoteleiros. Às vezes não percebemos, porque ele investe sob nomes diferentes. No Brasil, são três nomes. Trata-se de uma das maiores cadeias mundiais de turismo, e estão interessados em trabalhar em ecoturismo. Eu gostaria de fazer isso dentro do contexto dessas relações fronteiriças entre o Amapá e a Guiana.

Agradeço a V. Exª pela sua presença. As suas palavras são para mim um grande estímulo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o nobre Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB/AP) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, eu peço desculpas. Eu não queria, por motivo algum, faltar a esta reunião da Comissão de hoje da indicação do Ministro Sérgio Amaral para ocupar o cargo de Embaixador em Paris.

Registro aqui o meu voto favorável e manifesto minha satisfação de tê-lo como Embaixador em Paris. Tenho convicção da cooperação com a França, e vamos fazê-la crescer muito. Estou também muito convencido de que a cooperação transfronteiriça com a Guiana é um marco importante nas relações com a França, primeiro, porque, na Guiana, cuja população é de 180 mil habitantes, vivem 20 mil brasileiros, os quais têm uma influência decisiva na cultura, na economia da Guiana, ou seja, é a mão de obra especializada com os quais os guianenses contam. A história

da Guiana é muito surrealista em alguns aspectos, e a mão-de-obra brasileira é muito considerada ali. Depois, desde 1996, na renovação do acordo franco-brasileiro, a cooperação transfronteiriça se desenvolveu e continuará se desenvolvendo com a presença do Embaixador. É nosso desejo retomar vários projetos de parceria entre empresas brasileiras e francesas que ficaram pelo meio do caminho. Penso que, com a presença de V. Exª em Paris, teremos a oportunidade de retomar o grande programa de ecoturismo, tendo a Guiana como porta de entrada para a Amazônia, passando pelo Amapá, Pará e o Amazonas, possivelmente até discutindo a possibilidade da retomada do vôo Paris-Caiena-Manaus, da Varig. Não sei se os que estão aqui se lembram, mas esse vôo existia.

É nosso desejo termos uma relação muito forte com as autoridades francesas e com os políticos em função da cooperação entre a França e o Brasil. O nosso desejo é ir à França para a retomada da discussão sobre os nossos programas, que continuam. A Ministra francesa do Meio Ambiente, há 15 dias, esteve no Amapá, juntamente com o Secretário de Estado para o Turismo, e ali tivemos a oportunidade de estabelecer alguns acordos e também fazer uma agenda de encontros para a retomada de projetos.

Portanto, digo-lhe que estou muito satisfeito e muito feliz com essa indicação. Espero que possamos, junto com o Governo francês, ampliar a cooperação entre os nossos países.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado. Sr. Presidente, manifesto a minha satisfação em ter a presença e a intervenção do Senador João Capiberibe. De tudo que eu li e ouvi nos últimos meses sobre as relações Brasil/França, o que mais me surpreendeu e despertou, vamos dizer, o entusiasmo foi a densidade das relações que já existem entre o Amapá e a Guiana. Eu sei que V. Exª teve um papel central nisso. Fiquei bastante impressionado com o que já existe em matéria de cultura, de educação e mesmo do que se projeta fazer em outras áreas como saúde, agricultura. Tenho um entusiasmo particular com as questões de meio ambiente, de ecoturismo, de preservação dos parques naturais.

Acredito que temos que ter um pouco mais de ambição. Não estou ainda credenciado para falar de maneira absolutamente afirmativa sobre certas questões, mas já antecipei algumas delas aqui. Penso que devemos trabalhar por uma cooperação entre a Base de Kouru e a Base de Alcântara e podemos trabalhar muito mais na área de biodiversidade.

Tenho a grande satisfação de ter completado, durante o período em que estive no Ministério do Meio Ambiente, o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que está em busca de parceiros. Penso que as empresas francesas podem ser boas parceiras desse Centro de Biotecnologia. Assim, estaríamos encontrando um canal concreto para a parceria em matéria de biodiversidade, sobre cuja existência falamos há muito tempo, sem nunca lhe darmos instrumentos adequados de implementação. Vou um pouco mais além: penso que devemos progressivamente associar a França aos trabalhos do Tratado da Amazônia. Afinal de contas, Guiana é Amazônia e, nesse ponto, creio que devemos ser mais flexíveis. Esse é um dos pontos que eu gostaria de aprofundar – tenho certeza de que com o seu apoio – nas minhas conversas, na minha instituição, com o Ministro Celso Amorim, sobre as atividades da Embaixada em Paris.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Sr. Presidente, agradeço pela sua compreensão. A compreensão de V. Exª me permite saudar esse competente homem público, Ministro Sérgio Amaral. Não poderia deixar, neste momento, de fazer essa intervenção de agradecimento ao Ministro Sérgio Amaral pela amizade que sempre devotou ao nosso Estado, a Bahia. Lembro-me de que, quando estava em Londres, fez um trabalho brilhantíssimo pelo turismo brasileiro, em especial para a Bahia, conseguindo vôos **charter**, com a Aetur, e também conseguindo despertar o interesse daquele homem da economia do setor privado, James Sherwood, para ir à Bahia. Ele esteve na Bahia também, para os seus investimentos.

V. Exª conhece bem o nosso Estado. Penso que lá, em Paris, na França, representando o Brasil, vamos estreitar muito essas relações. O proveito será para o País, em particular para a Bahia.

Trago ao seu conhecimento, Ministro Sérgio Amaral, que a Bahia tem hoje captado regatas francesas, importantíssimas, de nível internacional. Esse esporte tem grande repercussão na França. Há regatas como Jacques Vabre, a mini **transati** e outras, que estreitam nossa relação com a França. Há também o Accor, que, como disse V. Exª, tem tantos investimentos no Brasil. Esse grupo está solidificado na Bahia e, recentemente, o **Club Med** também inaugurou a sua segunda unidade.

Portanto, os nossos laços, no setor de turismo, são muito grandes. Sei que, pelo seu entusiasmo

pelo setor, pela sua competência, V. Exª vai representar muito bem o Brasil, em particular a Bahia, lá em Paris.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Sérgio Amaral, tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Sr. Presidente, agradeço o Senador César Borges pelas palavras.

Na verdade, quem tem a agradecer sou eu, porque me lembro muito bem do apoio que tive da Bahia na Embaixada em Londres, por uma série de atividades de promoção do turismo. Lembro-me de que dedicamos um 7 de Setembro juntos à Bahia, como fizemos depois ao Rio Grande do Sul e tínhamos outros Estados preparados.

Penso que essas promoções têm um forte impacto de imagem e de atração de interesse da sociedade. E só foi possível graças a sua compreensão, ao seu apoio e, se me permite citar um querido amigo baiano, Paulo Gaudêncio, que considero um dos competentes Secretários de Turismo.

Sem dúvida, a minha ligação com a Bahia é conhecida. O Senador Antonio Carlos diz que a minha mulher tem a baianidade dos baianos, e é verdade.

Espero contar com o apoio da Bahia, assim como dos muitos outros Estados que certamente terão na França uma série de interesses e terão em mim uma pessoa muito interessada em continuar a desenvolver essa política de promoção dos Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Sérgio Amaral, comigo já são 12 os Senadores que puderam dialogar com V. Exª nessa argüição. Justamente hoje, pudemos ter uma oportunidade muito rica de conhecimento das relações entre o Brasil e a França e toda a contribuição que V. Exª tem tido desde o seu trabalho, seja junto ao Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, depois com o Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso e como Embaixador no Reino Unido, agora indo para a França.

Uma das preocupações principais do Governo Lula é o que está por ser anunciado, nesses próximos dias, sobre a política de emprego.

V. Exª teve o conhecimento, no Reino Unido, das diversas políticas de busca de melhor emprego, oportunidade de emprego do governo Tony Blair. Agora vai ter a oportunidade de conhecer mais de perto, na França, outros métodos. Mas de alguma maneira, todos visam à preocupação com a diminuição da taxa de desemprego.

O Ministro do Trabalho, Jacques Wagner, informou ontem que, devido às diversas reflexões que têm sido levadas ao Governo, resolveu aguardar um pouco antes de anunciar a forma como serão aplicadas as medidas referentes ao estímulo emprego, seja do jovem ou das demais categorias.

No Reino Unido, houve um desenvolvimento nesses últimos anos com a aplicação do **Family Tax Credit**, que é uma contrapartida ao **Earned Income Tax Credit**, que é aplicado desde 1975 nos Estados Unidos e muito expandido de 1992, 1993 para cá.

A França tem outros métodos. Eu pergunto se V. Exª, em virtude do estudo que tem realizado e acompanhado, como Ministro da área do desenvolvimento, tem também interagido com o atual Governo e encaminhado sugestões ou se, à luz do que observou nesse país ou para onde vai, gostaria de fazer alguma reflexão sobre as considerações que o Governo do Presidente Lula está realizando para tomar a decisão.

Essa é a pergunta que pediria que respondesse brevemente em razão do adiantado da hora.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Obrigado, Presidente. A sua pergunta é tão relevante quanto complexa. Esse não é um assunto que eu me considere ainda inteiramente informado.

Na França, acredito que houve dois fatores muito importantes para substanciar a redução do desemprego nos últimos anos. Primeiro, foi o crescimento da economia; segundo, a semana de 35 horas, ainda que essa questão tenha sido muito controversa. Isso porque se uns a consideram como um fator importante para a redução do desemprego, outros acreditam que é muito difícil mensurar isso. Evidentemente, o órgão de representação dos empresários, o Medef, ainda continua a se opor a essa medida. Sei que essa é uma questão de grande preocupação para o Governo Lula e certamente está na pauta das conversas que gostaria de ter e pretendo ter com alguns Ministros do presente Governo, inclusive o Ministro do Trabalho, para me orientar sobre as prioridades da ação que vou ter, numa área que escapa um pouco à tradição diplomática, mas que considero neste momento muito importante, qual seja, buscar alguns subsídios da experiência francesa para o debate que se faz no Brasil sobre questões tão relevantes como as do emprego.

Gostaria de aproveitar para agradecer muito a V. Exª pela oportunidade que tive de estar nesta Comissão e participar de um debate que para mim foi tão enriquecedor. Aproveito a oportunidade para agradecer de público a confiança do Presidente Lula em me propor ao Governo francês como seu embaixador.

Essa é mais uma demonstração muito clara da maturidade da democracia e das instituições brasileiras.

Agradeço ainda pessoalmente a V. Exª pela gentileza que teve em me visitar, em nome da Comissão, no hospital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Srs. Senadores, proponho que, por facilidade processual, pudéssemos ouvir rapidamente os pareceres da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Antonio Carlos Magalhães sobre os indicados Ricardo Luiz Viana de Carvalho, para acumular o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname e junto à Santa Lúcia; e, em seguida, sobre o indicado Orlando Galvêas de Oliveira para acumular o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados, mas também junto à Federação de São Cristovão e Névis.

Poderíamos ouvir rapidamente os pareceres. Ambos os Relatores podem sintetizar seus relatórios. Teríamos, assim, a apuração dos três indicados, uma vez que, como se trata de indicações cumulativas, não haverá argüição.

Senadora Lúcia Vânia, V. Exª tem a palavra.

A SRª RELATORA (Lúcia Vânia) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 4, de 2003, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

A Constituição Federal, em seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno desta Casa, elaborou o **curriculum vitae** do candidato.

De acordo com esse documento, o Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho nasceu em Campos, Estado do Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1942, tendo exercido o posto de Segundo-Tenente da Marinha de Guerra do Brasil entre os anos de 1964 e 1967. É diplomata de carreira desde fevereiro de 1970 e sempre foi promovido por merecimento: a Segundo Secretário, em 1974; a Primeiro Secretário, em 1979; a Conselheiro, em 1982; a Ministro de Segunda Classe, em 1989, e a Ministro de Primeira Classe, em 2001.

Na Secretaria de Estado, exerceu várias funções de relevância, entre as quais podem ser destacadas as de Secretário Substituto de Informações (1983 a 1985), de Assessor Chefe de Gabinete do Ministro de Estado (1983 a 1985), Chefe de Divisão de Estados Americanos (1988 a 1989) e Chefe de Divisão de Assuntos Humanitários e de Meio Ambiente (1989 a 1990).

Em representações do Brasil no exterior, o Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho serviu em Bruxelas como Terceiro Secretário, Segundo Secretário e Encarregado de Negócios (1974 a 1977); em Buenos Aires, como Segundo Secretário e Primeiro Secretário (1977 a 1979); em Zurique, como Encarregado de Negócios em Missão Transitória (1983); em Londres, como Conselheiro (1985 a 1988); em Beirute, como Encarregado de Negócios em Missão Transitória (1987); em Caracas, como Conselheiro (1990 a 1992); e em Paris, como Conselheiro (1993 a 1997); em Harare, como Ministro e Embaixador (1997 a 2000), e em Panamaribo, como Embaixador, desde 2001.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** do relatado, documento informativo sobre Santa Lúcia, que descreve um pouco da história dessa ilha caribenha, que alcançou sua independência em 1979 em relação ao jugo da Grã-Bretanha. De acordo com esse informativo, Santa Lúcia possui como tradicional fonte econômica a plantação de bananas. Membro do **Commonwealth**, da OEA e da ONU e das Organizações Regionais Caribenhas, Santa Lúcia é uma monarquia parlamentarista, cuja atual administração tem se preocupado com a segurança pública e com a diversificação da economia, principalmente com o turismo, embora esse tenha sido prejudicado pelo furacão Lenny, que atingiu o país em 1999.

O Brasil mantém relações diplomáticas com Santa Lúcia desde sua independência, apesar de guardar certo distanciamento. Contudo, estrategicamente, as relações atuais são enquadradas num cenário regional do Caribe da América Central, o que direcionará a atuação brasileira com esse Estado. Inclusive, nesse espírito, o Brasil já aderiu à associação dos Estados caribenhos na qualidade de observador e tem intensificado visitas à região, conforme

informa o documento do Ministério das Relações Exteriores.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala das Comissões.

Lúcia Vânia – Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães) – Em primeiro lugar, eu queria solicitar a V. Exª que tem sido tão atento – o seguinte: ali há bolas pretas e bolas marrons escuras. Ponha bolas mais claras, bolas brancas, porque pode um Senador chegar ali e trocar umas pelas outras, já que são tão parecidas. Eu tive que olhar, porque no caso do Sérgio Amaral eu não iria fazer uma coisa dessas. Mas ponha bolas mais claras, é mais fácil para aqueles que enxergam mal, que não é o meu caso, felizmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou pedir à Secretaria que providencie bolas com cores inconfundíveis.

Agora, a bola branca é de abstenção, não?

Então, que sejam bem claras.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães) – Coloque como de abstenção essa escura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A bola clara é "sim". Vou procurar a Secretaria da Comissão para atender à sugestão.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães) – Eu agradeço a V. Exª.

Quanto ao parecer em relação ao Sr. Orlando Galvêas Oliveira, para exercer cumulativamente os cargos de Embaixador do Brasil em Barbados, e na Federação de São Cristóvão e Névis, sou inteiramente favorável. Meu parecer é favorável, embora acredite que metade da Comissão, ou quase toda, inclusive eu, dificilmente saberíamos da existência da Federação de São Cristóvão e Neves.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Concluídos os pareceres e a argüição do Ministro Sérgio Amaral, solicito aos Senadores Eduardo Azeredo, Gilberto Mestrinho e Hélio Costa a gentileza de fazerem a apuração das três urnas, respectivamente.

Tendo chegado o Senador José Agripino, por favor, que S. Exª possa ter o tempo de votar.

Pergunto se todos os Senadores já votaram.

Se algum Senador não votou ainda, por favor, que o faça.

Senador Rodolpho Tourinho, poderia fazer a gentileza, assim, teríamos três Partidos diferentes apurando os votos.

São 15 votos favoráveis a Orlando Galvêas Oliveira.

Aprovado.

Ministro Sérgio Amaral, meus cumprimentos, 15 votos, aprovado para o cargo de Embaixador, por unanimidade, conforme havia já sido previsto pelo Senador Antonio Carlos.

Ricardo Luiz Viana de Carvalho, também 15 votos favoráveis.

Queremos cumprimentar a agradecer ao Embaixador Sérgio Amaral pela presença.

Vamos dar um minuto de intervalo para os cumprimentos ao Embaixador Sérgio Amaral.

(Pausa)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) – Sr. Presidente, os jornais de hoje noticiam – inclusive na pessoa de V. Exª –, que o ex-Presidente Itamar Franco estaria disposto a desistir da indicação para a Embaixada de Roma.

Como V. Exªs sabem, aqui, nesta Comissão o depoimento do ex-Presidente Itamar Franco teve duração de uma hora – ouvimos outros depoimentos por quase quatro horas – e todos ouvimos atentamente a leitura do texto feita pelo ex-Presidente. A indicação de S. Exª foi aprovada por 13 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção.

Sr. Presidente, eu gostaria de saber a veracidade dessa questão, porque eu a considero grave em relação ao comportamento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esta Comissão, em nenhum momento, entrou em questões políticas. Inclusive, aqui, relevamos o não-cumprimento da Lei Fiscal pelo ex-Governador, já que o 13º salário referente a 2002, em Minas, foi pago, na verdade, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso por meio de medida provisória, que, aliás, estava trancando a pauta do Senado Federal há poucos dias; e que a Lei de Saúde não foi cumprida. Nada disso foi levado em consideração.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir a manifestação de V. Exª, já que os jornais dizem que o ex-Presidente teria dito a V. Exª que estaria disposto

a desistir da indicação. Não é possível que esta Comissão adote uma posição de vai-e-vem, porque tal procedimento reeditaria uma posição estilo Jânio Quadros de idas e vindas. Aliás, depois da aprovação pelo Governo italiano, não me parece adequada uma posição de novos apelos para que S. Exª vá para aquela Embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Eduardo Azeredo, gostaria de informar a V. Exª que não tive a iniciativa de procurar a imprensa para dar a informação que foi registrada. Também não sou, não me considero e não poderia ser um porta-voz do ex-Presidente, ex-Governador, ex-Senador Itamar Franco exatamente pelo respeito que tenho por S. Exª. Exatamente no momento da votação da indicação do nome de S. Exª, fui ao meu gabinete para dar atenção, rapidamente, a um episódio que ocorria naquele instante, e em seguida voltei ao plenário. Pensei até que eu tivesse perdido a votação por ter ela ocorrido no momento em que eu estava recebendo os representantes da Assembléia Nacional de Cuba, mas isso não ocorreu. A votação para a Embaixada de Roma foi realizada logo após a indicação do Embaixador Tilden Santiago. Então, ao voltar ao plenário, percebi que a votação havia sido rápida; pude apenas registrar o meu voto "sim". Mas o meu voto foi um dos não registrados.

Pelo respeito que tenho pelo ex-Presidente Itamar Franco, telefonei, ontem, para S. Exª para explicar esse episódio. É verdade que S. Exª expressou ter ficado bastante preocupado e triste com o fato de, na Casa, onde serviu o povo brasileiro por 16 anos, ter havido uma votação, salvo engano, de 29 a 25 votos, com duas abstenções. E teria havido, com certeza, mais votos, se o Presidente tivesse dado mais cinco minutos para votação do Deputado Tilden Santiago. Teria havido, pelo menos, o meu voto, o do Senador Paulo Paim e do Senador Sérgio Zambiasi. Ambos me disseram que seria o voto "sim"; haveria mais votos, pelo menos 32, que foram registrados oralmente após a votação.

S. Exª externou que estava bastante triste, preocupado com algumas situações, talvez outros detalhes, mas aqui não serei o seu porta-voz.

De fato, quando a imprensa me perguntou – eu não tomei a iniciativa de dizer, porque não caberia mim –, eu disse que de fato o ex-Presidente Itamar Franco mencionou que tinha ficado bastante entristecido com o episódio e que estava considerando a hipótese.

Fiz o apelo e o reitero perante a Comissão para que ele considere que foi aprovado legitimamente pelos Senadores. Apelo para que o Embaixador Itamar Franco, Presidente, Governador e Senador – sempre assim será considerado – aceite a missão para a qual foi indicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aprovado pelo Senado Federal com toda a legitimidade. Reitero aqui o que disse a ele pelo telefone: como Senador e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estarei colaborando, no máximo das minhas possibilidades, para o bom sucesso de sua missão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PMDB/MG) – Trata-se apenas de uma indecisão momentânea. Não há uma decisão; é uma indecisão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quem vai falar pelo ex-Presidente Itamar Franco, quando ele entender adequado, é o ex-Presidente Itamar Franco. Eu seria a última pessoa. Apenas, quando perguntado, expressei que ele mostrou preocupação com o ocorrido.

Senador Hélio Costa tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Sr. Presidente, sinto-me compelido a fazer duas observações importantes com relação a esse quase incidente, diríamos assim, da votação do nome do Governador Itamar Franco no plenário do Senado.

Nesta Comissão, a questão foi conduzida da forma mais correta, mais objetiva e mais simples, como V. Exª sempre o fez. E o ex-Governador e ex-Presidente Itamar Franco teve oportunidade de, durante quase uma hora, manifestar o seu ponto de vista, discursar sobre as questões relacionadas com as relações Brasil-Itália e se apresentar como candidato.

O ex-Governador nunca entrou em nenhum detalhamento capaz de prejudicar qualquer relação dele em qualquer circunstância com qualquer entidade ou personalidade passada ou presente de Minas Gerais. Mas é importante lembrar que o ex-Governador fica certamente sentido com o que aconteceu no Senado. Não necessariamente com os Senadores, porque o que houve foi um atropelo.

Imagine, Sr. Presidente, que eu mesmo, que sou amigo de longa data, de muitos anos, do ex-Governador Itamar Franco jamais estaria ausente a uma sessão que se propunha a aprovar o nome do ex-Governador Itamar Franco para um cargo de Embaixador na Itália. No entanto, eu sequer sabia que naquele dia haveria a votação do nome do ex-Governador Itamar Franco. V. Exª certamente incorreu no mesmo erro, porque também não estava informado de que, naquele instante, ocorreria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu sabia, mas naquele instante, foi como eu já expliquei, o Presidente José Sarney deu um intervalo pequeno. Lembro-me de que, na votação imediatamente anterior, S. Exª tinha dado cinco minutos a mais. A responsabilidade é minha. Estava na Ordem do Dia e publicado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Sr. Presidente, a pauta estava trancada no plenário do Senado Federal. Naquele dia que antecedia o começo da Semana Santa, foi destrancada a pauta, e, evidentemente, todas as matérias que tinham de ser votadas foram colocadas em votação. Por essa razão, V. Exª não votou; não votou o amigo de muitos anos, que sou eu, Senador Hélio Costa; não votou o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante; não votou o Senador Antonio Carlos Magalhães; não votaram vários Senadores que certamente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E tanto o Senador Antonio Carlos Magalhães como o ex-Senador Itamar Franco me relataram o telefonema do Senador Antonio Carlos Magalhães a S. Exª, informando que também não pôde votar por uma questão de tempo, mas que teria votado favoravelmente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Sem dúvida nenhuma. Mas podemos fazer uma interpretação daquela votação ocorrida no plenário, que foi "apertada", por assim dizer. Sigo algumas observações que ouvi de vários companheiros, inclusive de Lideranças de outros Partidos, entre elas o nosso ilustre Senador Arthur Virgílio, porque as posições do ex-Governador Itamar Franco são muito claras, nítidas: quando tem que tomar uma posição, mesmo sabendo que perde o voto de um Senador, no momento em que vai ser colocado como candidato a Embaixador, S. Exª perde o voto, mas fala o que tem de dizer e cumpre rigorosamente o seu compromisso com sua moral, com sua ética, com seu destino.

Sobretudo, é importante ressaltar que a única coisa que se falou aqui anteriormente – e, diga-se de passagem, isso foi exposto por um Senador de Santa Catarina – referia-se às contas do então Senador Itamar Franco, que não teriam sido aprovadas. Será que o Senador não sabe que só quem pode dizer se as contas estão aprovadas ou não é o Tribunal de Contas de um Estado? O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ainda não se pronunciou, e, dessa forma, ninguém pode dizer se as contas foram ou não aprovadas.

Entraram em detalhes ainda sobre o pagamento ou não do 13º salário. Isso acontece com os Governos. O Governador Eduardo Azeredo deixou o 13º salário para ser pago pelo Governador Itamar Franco. O Governador Itamar Franco deixou de pagar o 13º, que foi pago pelo Governador Aécio Neves. E assim fica.

Essas são coisas que acontecem em final de governo, mas não podemos, em hipótese alguma, deixar de ressaltar aqui o homem que foi, por duas vezes, Prefeito de sua cidade, que foi Senador da República por 16 anos, convivendo com muitos dos Senadores que ainda estão hoje nesta Casa. S. Exª prestou no Senado um grande serviço ao País e mostrou a qualidade do seu trabalho parlamentar e, sobretudo, sua firmeza, sua seriedade, sua honestidade, a maneira como conduziu as coisas públicas. Como Presidente da República, passou por um dos momentos mais sérios que a nossa Nação viveu, por um momento de instabilidade, em que todos achavam que o Brasil mergulhava numa crise sem precedentes. Foi exatamente Itamar Franco, como Presidente da República, que trouxe de volta a normalidade político-administrativa ao País. Possibilitou a reforma que até hoje é o sustentáculo do progresso econômico do Brasil, com a criação do Plano Real e da moeda.

Realmente, surpreende-me que não tenha havido uma preocupação generalizada, talvez por parte de todos nós – vamos fazer **mea-culpa** –, no sentido de que, num determinado dia, numa determinada hora, o nome do ex-Governador Itamar Franco seria colocado à deliberação do Plenário. E aqueles que evidentemente sempre tiveram dificuldades com o ex-Governador e que, infelizmente, votariam contra S. Exª tiveram a oportunidade de fazê-lo ali.

Devo ressaltar que são inúmeros os amigos do Governador e que todos vamos ficar muito honrados de tê-lo como nosso representante junto ao Governo da Itália. Temos a certeza de que S. Exª vai, sim, assumir as suas funções. É evidente que é difícil aceitar a situação em que foi feita a votação. Se tivesse ocorrido em um momento comum, normal, haveria, certamente, números muito mais expressivos. Mas todos ficamos muito honrados com a sua indicação e temos certeza de que S. Exª prestará um grande serviço ao País ao assumir a Embaixada do Brasil em Roma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) – Sr. Presidente, gostaria de me pronunciar apenas para fazer um esclarecimento.

Fui citado pelo Senador Hélio Costa, que disse que não consegui pagar o 13º salário quando saí do Governo de Minas Gerais em 1998, o que é parcialmente verdadeiro, pois um terço dos funcionários de Minas, aqueles de menor salário, receberam-no integralmente. Não consegui quitar integralmente o pagamento do 13º salário e, por isso, fui impiedosamente criticado pelo Governador Itamar Franco. Entretanto, fico satisfeito em ver que o Senador Hélio Costa reconhece que também o Governador Itamar Franco não conseguiu quitar o 13º salário de 2002, precisando recorrer à medida provisória do Presidente Fernando Henrique para remediar a situação.

Dou-me por satisfeito. V. Exª sabe muito bem, Sr. Presidente, que o meu voto foi aberto. Abstive-me de votar, exatamente para que não houvesse uma confusão partindo de nossas divergências políticas. Era uma questão de relevância para a representação do País.

Espero, realmente, que o ex-Presidente Itamar Franco possa assumir a Embaixada em Roma, para a qual foi designado. Considero importante que S. Exª possa fazer isso, até mesmo em respeito à nossa Comissão, que aprovou a sua indicação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT/AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Não utilizarei mais que dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT/AC) – Sr. Presidente, gostaria de externar a solidariedade do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo ao ex-Presidente Itamar Franco. Votamos unanimemente em favor da sua indicação. Só lamento que tenhamos sido surpreendidos por uma votação que não teve como antecedente nenhuma crítica na tribuna por parte de qualquer orador. O que ocorreu não foi procedimento comum na Casa. Agiram de maneira atípica, o que não foi elegante para a história do Senado Federal, com a autoridade que tem nesse tipo de situação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero aqui expressar minha solidariedade pessoal ao ex-Presidente Itamar Franco, porque, de fato, nos 16 anos em que trabalhou nesta Casa, S. Exª honrou e dignificou seu mandato, assim como fez nos mandatos de Presidente da República, de Governador e de Embaixador. Reitero o apelo que faço publicamente para que S. Exª bem se desincumba da missão para a qual foi designado.

Gostaria de dizer ao Senador Hélio Costa e ao meu companheiro e Líder, Senador Tião Viana, que o episódio serve de lição para nós, porque aqui, na vida política do Senado, precisamos estar muito atentos para as votações, porque surpresas podem acontecer. Temos que estar mais do que atentos para não sermos surpreendidos. Precisamos estar com os nossos Líderes. Ao dizer isso, assumo a minha responsabilidade. Não se pode permitir mais que ocorram situações como essa. Digo isso e assumo a minha cota de responsabilidade pelo ocorrido.

Peço ao Senador Tião Viana que profira o parecer sobre o requerimento dos Senadores Jefferson Péres, José Agripino e Arthur Virgílio. Antes, porém, gostaria de registrar que o Senador Jefferson Péres, como Líder do PDT, foi chamado a uma reunião hoje do Diretório Nacional do PDT, no Rio de Janeiro, e pediu que, apenas se estivessem presentes os co-autores, Arthur Virgílio e José Agripino, examinássemos a matéria. Como os dois Senadores estão presentes, vamos respeitar o seu pedido e ouvir o parecer do Senador Tião Viana.

O SR. RELATOR (Tião Viana) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Requerimento nº 223, de 2003, dos eminentes Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e Jefferson Péres, tem como objeto uma moção de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano.

O meu voto é o que se segue.

Pelo que se depreende da leitura do requerimento em tela, há, na solicitação, dois núcleos temáticos. O primeiro diz respeito a uma condenação ao Governo cubano, nos termos retroexpostos, e o segundo sugere ou aconselha o Poder Executivo a adotar as providências.

Cumpre destacar, inicialmente, aspectos históricos daquele país que, de maneira alguma, podem ser desprezados no momento da cuidadosa análise exigida pelo tema central do requerimento.

Nesses termos, cumpre destacar: Cuba sofre há mais de 40 anos com uma política de bloqueio criminal, uma verdadeira guerra de dimensão econômica, comercial, financeira, política e diplomática que trouxe, como conseqüência, a morte de 3.478 cidadãos cubanos e a mutilação de outros 2.099, entre tantos outros danos humanos.

Existem cálculos que estimam o prejuízo econômico, em Cuba, da ordem de US$70 bilhões em função da política de bloqueio. O povo cubano vive uma

etapa histórica de construção do seu regime, baseado no direito de escolher o seu próprio sistema político, com base na Carta das Nações Unidas, que define o princípio da igualdade entre os Estados e reconhece o direito à livre determinação dos povos.

Cuba é uma Nação que tem, praticamente, 100% do seu povo alfabetizado, e com acesso gratuito ao serviço de saúde. E, apesar de uma luta cotidiana, o país vive sob a responsabilidade real de aniquilamento de todo o esforço realizado ao longo de décadas.

O apoio recebido dos países que compunham o bloco socialista europeu, em particular a União Soviética, deixou de existir com a queda do Muro de Berlim. Há a solidariedade do país com a Amazônia e o Nordeste brasileiro e com inúmeros países africanos, para onde cuba envia centenas de médicos e técnicos de diversas áreas – e Cuba vinha fazendo progresso na área de direitos humanos –, que, neste momento, sofre um revés em virtude do endurecimento da política externa dos Estados Unidos, exemplo claro na redução do número de vistos concedidos pelos Estados Unidos a cubanos, que caiu de uma média histórica de 7.500 no trimestre para cerca de apenas 500 nesse início de 2003. Isso não significa, todavia, um apoio incondicional ao regime político cubano. Como todo regime político, o cubano tem virtudes e defeitos. Sabemos todos das pressões que são feitas a Cuba por nações, entre outras, que, no passado ou no presente, não se revelaram e nem vêm se revelando merecedoras, no conceito internacional, de reconhecimento inconteste no campo dos direitos humanos, quer em seu próprio território ou alhures, quando no exercício de pretensões imperialistas.

Em nossa opinião, o aprimoramento do regime político cubano poderia ser alcançado de forma mais eficiente por meio de um processo de ampliação do diálogo internacional e mesmo do apoio que Cuba viesse a receber dos países com os quais mantém boas relações internacionais. A condenação, pura e simples, com a aprovação do voto e censura, em análise, principalmente se feita sem levar em consideração a totalidade e as circunstâncias dos fatos motivadores do presente voto, de pouco ou nada contribuirá para este processo.

Neste momento, parece-me adequado lembrar das sempre oportunas reflexões de Rosa Luxemburgo, especialmente em sua **Análise Sobre a Revolução Russa**, escrito em 1918, publicada em 1922, de onde extraímos a seguinte passagem:

"Liberdade apenas para os apoiadores do governo, apenas para os membros de um partido, por mais abrangente que ele seja, não é liberdade alguma. Liberdade é sempre, exclusivamente liberdade, para aquele que pensa diferente".

Assim, o nosso ponto de vista é que:

CONSIDERANDO os tradicionais laços de amizade que unem o Brasil e Cuba;

INVOCANDO os termos da "Declaração Universal dos Direitos dos Homens", bem como os compromissos inscritos nas Convenções da ONU relativos aos direitos políticos e sociais;

ASSINALANDO a existência de cláusula democrática no contexto da Organização dos Estados Americanos;

ENFATIZANDO que o respeito de diferenças de opiniões e a liberdade de organização e expressão é de fundamental importância para a convivência pacífica entre forças políticas em qualquer regime;

CONSIDERANDO que a pena de morte é proibida pelo texto da Carta Magna brasileira, em virtude de sua incompatibilidade última com os direitos humanos fundamentais e da sua inutilidade na prevenção do crime;

OBSERVANDO que o fuzilamento de três cidadãos cubanos e a prisão de 78 dissidentes deverão aumentar, sobremaneira, a tensão política em todo o hemisfério, com conseqüência negativa para as relações entre Cuba e as demais nações americanas;

PREOCUPADOS com o fato desses consternadores incidentes ocorrerem justamente no momento em que as instituições multilaterais e o sistema de segurança coletiva, instituído pela Carta das Nações Unidas, estão fragilizados pelo predomínio do unilateralismo bélico como instrumento de afirmação de interesses estratégicos no cenário mundial;

CERTOS de que tais incidentes, se não resolvidos de forma adequada, provocarão inevitável regressão na justa luta do povo de Cuba contra o descabido embargo econômico e as ações ilegais, patrocinadas por aqueles que usam o compreensivo desejo de liberdade e democracia da cidadania cubana para impor uma agenda estéril de confronto e tensionamento;

CONSTATANDO que as enormes e condenáveis pressões econômicas e políticas, exercidas sobre o Governo de Cuba, inclusive através de mecanismos de caráter extraterritorial, como a famigerada Lei Helms-Burton, não justificam e muito menos legitimam o desrespeito aos direitos humanos e o cerceamento ao direito à informação e à participação;

CONSIDERANDO que as prisões de dissidentes e os fuzilamentos vêm ocasionando veementes

protestos em vários países do mundo, particularmente por parte das organizações de defesa dos direitos humanos;

CONVICTOS de que a realização de reformas democráticas em Cuba, de forma alguma, representará ameaça à sua independência e soberania;

DESEJOSOS de estabelecer um diálogo de alto nível entre o Parlamento brasileiro e o Governo cubano, com o objetivo de, sem interferir nos assuntos internos de Cuba, cooperar no aprimoramento das formas e condições do exercício dos direitos políticos;

OBJETIVANDO o aprimoramento do regime político cubano, que poderá ser alcançado de forma mais eficiente por meio de um processo de ampliação do diálogo internacional e mesmo por meio do apoio que Cuba venha a receber dos países com os quais mantém boas relações diplomáticas; e

MANIFESTANDO a preocupação ante o fuzilamento de três cidadãos cubanos que tentavam fugir para os EUA e a prisão de 78 dissidentes daquele País, bem como solicitando ao Governo cubano que considere a possibilidade de anistiá-los,

PROPOMOS a constituição de uma Comissão de Senadores que venha visitar aquele País, em data a ser acordada, como uma alternativa mais concreta e profícua para conhecer mais de perto a realidade vivida pelo povo cubano e expressar as preocupações aqui mencionadas à Assembléia Nacional de Cuba e ao Governo do Presidente Fidel Castro Ruiz.

Ante o exposto, e sem prejuízo de votação da matéria, em termos que nos permitam seu adequado e desejado exame, sugerimos que a moção seja aprovada, nos termos constantes desse parecer.

Concluo, Sr. Presidente, registrando e tornando concreto o respeito pelas intenções e o protesto legítimo que fizeram os eminentes Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e Jefferson Péres. Foi um protesto em defesa da vida – é o meu entendimento –, um protesto a favor do Estado democrático e pleno de direito, um protesto que contribui para o avanço da luta internacional a favor dos direitos humanos.

Gostaria de ponderar que, em 84 países, ainda existe a pena de morte, uma prática abominável aos olhos da democracia e da defesa dos direitos humanos do nosso País.

Com esse processo, esperamos contribuir, unidos aos três Senadores que assinaram o requerimento, com o esclarecimento e com o aperfeiçoamento das instituições democráticas em Cuba.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou fazer um esclarecimento sobre o procedimento de votação anterior.

O Senador Rodolpho Tourinho, um dos apuradores, votou durante a apuração dos resultados. Houve uma comunicação de que havia 15 bolas, mas S. Exª acrescentou mais uma, para que fosse o 16º a votar. Portanto, para que não haja qualquer engano, registro que, em vez de 15 votos, conforme a lista de assinatura dos presentes, são 16 votos para cada um dos três indicados hoje.

Recordo que foram apuradores os Senadores Eduardo Azeredo, Gilberto Mestrinho e Rodolpho Tourinho. Estão os três Senadores de acordo com a Presidência de que este é o resultado oficial?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) – Sim, Sr. Presidente. Na verdade, existiam 15 bolas. Contei 15, mas houve o voto do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Que S. Exª acrescentou posteriormente.

E o Senador Gilberto Mestrinho também está de acordo que assinalemos que são 16 votos?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB/AM) – Com o do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem. Mas precisamos ter muito cuidado com essas apurações.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) – Com a votação eletrônica, futuramente haverá um avanço tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nesta sala, ainda não contamos com o voto eletrônico.

Gostaria de lembrar, com respeito ao parecer do Senador Tião Viana, que S. Exª acrescentou uma das proposições formuladas pelo Senador Romero Jucá em seu pronunciamento em plenário. Penso que o Senador Arthur Virgílio se lembra de que o Senador Romero Jucá havia expressado que seria interessante que uma comissão de Senadores, representando esta Comissão, pudesse fazer o que está proposto na conclusão do parecer do Senador Tião Viana.

Queria recordar esses fatos e registrar que, ontem, o Embaixador Jorge Lescano Perez recebeu os membros desta Comissão – o Senador Rodolpho Tourinho estava presente, e havia representantes de todos os partidos desta Comissão – e pode relatar muitos fatos, alguns dos quais estão contidos no parecer do Senador Tião Viana, que leva em consideração as explicações dadas pelo Embaixador e, ao

mesmo tempo, as preocupações dos diversos Senadores, inclusive dos requerentes.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que a havia pedido para discutir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB/AM) – Sr. Presidente, o parecer do nobre Líder Tião Viana é percuciente, é clarividente, como costuma acontecer com as peças de sua lavra.

O nosso desejo – e essa é a posição que me transmite também o Líder José Agripino, que assinou, juntamente comigo e com o Senador Jefferson Péres, essa moção – é de convergir, de procurar, nesses temas de política externa, chegar, sempre que possível, a posições que sejam nacionais, posições do País. Daí a sugestão que lhe fiz, ainda há pouco, informalmente, e que agora faço formalmente, de que adiemos a discussão sobre a retirada ou não da moção, para se adotar – espero que por unanimidade – o parecer do Líder Tião Viana, na próxima reunião, até porque, embora presentes o Senador José Agripino e eu próprio, não está presente o Senador Jefferson Péres, com quem tentamos manter contato e não conseguimos.

Faço aqui algumas considerações. O Brasil, ao longo da sua política externa em relação à Cuba de Fidel Castro, tem tido uma posição bastante firme, bastante sensata; como sempre, a Diplomacia brasileira é sensata. Marco, por exemplo, a célebre conferência de Punta Del Este, de 1961, quando, com o voto brilhante do então Chanceler Francisco Clementino de Santiago Dantas, o Brasil não seguiu, àquela altura, a posição americana, que era majoritária na OEA, que excluía Cuba do sistema interamericano. O Brasil se absteve, e foi, de fato, um momento de afirmação daquilo que se denominava de política externa independente.

O Brasil, na OEA, também tem sido uma voz permanente a negociar e a clamar pelo fim do embargo e até pela sua diminuição gradativa. O Brasil, portanto, tem sido amigo de Cuba, tem com aquele país laços afetivos de amizade – isso é ressaltado no parecer do Líder Tião Viana e na moção assinada por mim e pelos Senadores Jefferson Péres e Agripino Maia.

O que eu gostaria muito de deixar patente é que, de fato, o Brasil se posicionou contra a guerra entre Estados Unidos e Iraque e o fez condenando a brutal ditadura de Saddam Hussein. O País não tomou partido, não fez jogo festivo, não fingiu que se tratava de um líder legítimo injustiçado; o tempo inteiro, afirmou-se que era um tirano e que tirano merece muito pouco respeito de quem professa a democracia, como nós.

O Brasil, que foi firme nesse episódio, precisa ser muito cauteloso, até porque diplomacia exige pragmatismo, e pragmatismo nos leva a admitir os Estados Unidos como nosso principal parceiro. Tenho muito interesse em ver o Brasil participando ativamente da reconstrução do Iraque, até porque o nosso País não sofre hostilidade por parte daquele povo.

O Brasil tem muito **know-how** no que diz respeito ao Iraque; as empresas brasileiras de grande porte no ramo da construção civil, por exemplo, conhecem bastante como fazer grandes obras no Iraque. O Brasil tem nos Estados Unidos um parceiro para resolver suas aflições de caixa, quando a situação complica um pouco. Isso se faz diretamente, a partir do Tesouro americano, ou indiretamente, por via, por exemplo, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, aos quais o Brasil termina se atando e por aí abrindo até a perspectiva de ajuda de países outros. O Brasil é soberano e não foi a favor da guerra, mas é pragmático e, portanto, não tem que hostilizar os Estados Unidos. Parece-me que essa é uma preocupação também do Governo brasileiro.

Entretanto, o Brasil, que tem um claro compromisso com os direitos humanos, é um País que marcha para ser, mais cedo ou mais tarde, uma potência econômica. Não pretende ser uma potência militar; é um País pacifista, pela própria índole de seus Governos e de sua gente. O Brasil, a meu ver, deveria ter, e temos tido, a necessária firmeza para também "não passar a mão sobre a cabeça do Governo cubano" nesse episódio:

Não existe, a meu ver, atrocidade progressista, ou seja, atrocidade de esquerda, atrocidade que tenhamos que justificar, e já passei dessa época.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, eu conseguia, quando jovem, justificar a invasão da Tchecoslováquia. Sentaria com V. Exª num bar e explicaria que aquilo se deu em nome do socialismo, que aquilo se justificava assim, que aqueles eram os inimigos do socialismo e tinham de ser punidos. Eu conseguia chegar a esse nível de estupidez política na época mais bonita do meu idealismo e da força maior da minha juventude. Hoje, não consigo fazê-lo. Hoje, não consigo separar atrocidade de esquerda, progressista – e, portanto, não atrocidade –, de atrocidade de direita, portanto, esta, sim, punível e condenável. A posição tem que ser muito firme: foi uma atrocidade, foi torpe. O comportamento do Governo cubano foi torpe, e concordo com José Saramago nesse episódio. Não prego rompimento de relações.

Ele pode, como pessoa, romper relações com Cuba, mas o Brasil, como País, está longe disso e nem deve querer isso. Mas foi torpe, foi vil o assassinato de três pessoas, o julgamento sumário, a idéia brutal de impedir que pessoas lutassem pela sua própria liberdade. Aquilo poderia gerar outra pena, mas jamais a demonstração de recrudescimento, os fuzilamentos, o paredão, nada parecido com isso.

A prisão política, numa hora em que Cuba precisa mostrar sinais claros de abertura política, até para se credenciar a forçar a redução do bloqueio econômico que tanto mal tem causado à sua economia, pareceu-me um gesto de absoluta insensatez do Governo Fidel Castro.

Mantenho meus laços de amizade com pessoas do Governo cubano, mantenho meus laços de amizade com o povo cubano, mantenho meu maior respeito por aquele país, mas não poderia, sob pena de ser incoerente – e penso que interpreto o que pensa o Senador Jefferson Péres e o Líder Agripino Maia –, imaginar que temos que arranjar um jeito para Cuba; não, se somos tão enfáticos quando se trata de defender direitos humanos em qualquer latitude.

Por isso, considero muito satisfatória a peça escrita e aqui exibida pelo Líder Tião Viana e me disponho a examiná-la com a maior boa vontade.

Só não deliberamos agora em razão de o Senador Jefferson Péres estar ausente. Essa é também a posição do Líder Agripino Maia.

No mais, que o Brasil faça de cada ato seu, de cada reunião sua na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de cada manifestação congressual sua, um gesto permanente de defesa da democracia, de estímulo a que os países que ainda não a adotaram a adotem. É um País que pode ser um belo exemplo, pela sua preocupação com a idéia que é universal e a mais fraterna de todas: a idéia da liberdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL/RN) – Sr. Presidente, serei breve, até porque o Senador Arthur Virgílio já manifestou argumentos que endosso.

Conheci o Comandante em Chefe Fidel Castro, Presidente de Cuba, nas posses dos Presidentes do Brasil. Fidel vinha ao Congresso sistematicamente. Compareceu às posses do Presidente Fernando Henrique e do Presidente Lula. Compareceu a várias posses, e isso é produto, evidentemente, da posição que o Brasil tem assumido de forma altiva em relação a Cuba, em razão de um princípio que defendemos: a autodeterminação dos povos. Esse é um princípio que a Diplomacia brasileira defende e do qual não abre mão.

No entanto, o que penso é que a autodeterminação dos povos tem um limite, e esse limite é – como disse o Senador Tião Viana, com muita propriedade, em seu relatório – a defesa da vida e a defesa do estado democrático.

Creio que o caso dos cubanos que foram assassinatos ou eliminados, pena de morte ou não, feriu o direito à vida, a defesa da vida e o estado democrático, e contra isso é que nos manifestamos.

Minha posição, ao assinar esse requerimento, tem o claro sentido de afirmar que endosso a posição do Brasil de se colocar ao lado de Cuba sistematicamente, mesmo quando em jogo estão, **a lateri**, interesses econômicos. No momento em que o País se posiciona ao lado de Cuba e em que Cuba se posiciona contra os Estados Unidos, as relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos, seu grande parceiro, ficam fragilizadas.

Entretanto, o Brasil abre mão disso em defesa da tese da autodeterminação dos povos. Isso não significa dizer que tenhamos alinhamento automático com Cuba e que adotemos posição permanente em qualquer circunstância. A circunstância dura, a da eliminação de cubanos que tiveram divergências políticas com o regime, indignou o mundo, indignou-nos e me levou, como Líder do PFL, a assinar o requerimento.

Considero que os termos colocados no relatório do Senador Tião Viana são palatáveis. No entanto, penso que a matéria deve ser votada com a presença do Senador Jefferson Péres, que é Líder de um Partido, tanto quanto o Senador Arthur Virgílio e eu. Creio que os Membros da Comissão podem dar oportunidade a S. Exª de se manifestar.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Exª e aos Membros desta Comissão tolerância para que apreciemos esse requerimento, avaliando os argumentos apresentados pelo Senador Arthur Virgílio e por mim, assim como os que o Senador Jefferson Péres haverá de apresentar.

Solicito que avaliemos e votemos o requerimento do Senador Tião Viana, com a presença do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Acredito que há consenso no sentido de se respeitar o desejo de que o Senador Jefferson Péres, como autor do requerimento, esteja presente. Inclusive, S. Exª me telefonou pela manhã, avisando que não poderia

vir à reunião. Penso que podemos apreciar o parecer do Senador Tião Viana e votar o requerimento na próxima reunião.

Eu gostaria de fazer uma consulta ao Plenário. Como o dia normal de nossas reuniões é quinta-feira pela manhã e como, na próxima semana, o dia 1º de maio será feriado, indago se V. Exªs consideram adequada, só para a finalidade de votar esse requerimento, em boa parte já discutido, a realização de uma reunião extraordinária na terça-feira, às 12h30min. Não poderíamos marcá-la para terça-feira à tarde, porque coincidiria com a reunião do Conselho de Ética, que demandará muita atenção.

Indago se V. Exªs consideram adequado marcarmos uma reunião extraordinária para exame desse requerimento, porque, provavelmente, estaremos todos aqui, inclusive o Senador Jefferson Péres. (Pausa)

Estando todos avisados, convoco uma reunião extraordinária para a próxima terça-feira, a fim de examinarmos essa matéria.

Esta Presidência informa que foi retirado de pauta o Item nº 3, referente à apreciação do nome do Sr. Tomaz Maurício Guggenheim para, cumulativamente, exercer o cargo de Embaixador na República Gabonesa e na República Democrática de São Tomé e Príncipe, em razão da mensagem enviada pela Presidência da República e pelo Ministro das Relações Exteriores, que informa que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo o Embaixador João Carlos de Souza Gomes, deseja estabelecer uma Embaixada junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h35 min.)

Ata da Nona Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia oito de maio do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia oito de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **JEFFERSON PÉRES, HÉLIO COSTA, MARCO MACIEL, AELTON FREITAS, RODOLPHO TOURINHO, GILBERTO MESTRINHO, MARCELO CRIVELLA, JOSÉ AGRIPINO, ARTHUR VIRGÍLIO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, EDUARDO AZEREDO, JOÃO CAPIBERIBE, LÚCIA VÂNIA, EDISON LOBÃO, JOÃO ALBERTO SOUZA, PATRÍCIA SABOYA GOMES e TIÃO VIANA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, informa a presença do Senhor Embaixador de Portugal, Antonio Franco. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Requerimento Nº 223, de 2003 "de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e às liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano".O Senhor Senador **HÉLIO COSTA** faz a leitura do voto em separado que estabelece um consenso entre os Requerimentos nº 223, de 2003; e o Requerimento nº 10, de 2003/CRE de autoria do Senador **JEFFERSON PÉRES** que trata da mesma matéria. Após leituta do voto em separado, passa-se à discussão. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **ARTHUR VIRGÍLIO, HÉLIO COSTA, JOSÉ AGRIPINO e MARCELO CRIVELLA.** Não havendo mais quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. **Item 02** -- Requerimento Nº 10, de 2003/CRE que "requer, nos termos do inciso IV, do artigo 103, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de censura ao governo de Cuba por flagrantes violações aos direitos humanos no julgamento do dissidente Hector Palácios e dos jornalistas Ricardo Gonzáles e Raúl Rivero, em meio a dezenas de outros cidadãos cubanos condenados por defenderem a liberdade de expressão e a reforma democrática do regime de Havana." Prejudicado pela aprovação do voto em separado apresentado ao Requerimento nº 223, de 2003. O Senhor Presidente inverte os itens de pauta. **Item 04** – Mensagem Nº 70, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia." O Senhor Senador **JOSÉ AGRIPINO** faz a leitura do seu relatório. Por sugestão do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, faz-se a leitura do próximo item e posteriormente a arguição dos Embaixadores. **Item 03** – Mensagem Nº 62, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **RENAN LEITE PAES BARRETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira

de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala." O Senhor Presidente designa o Senhor Senador **RODOLPHO TOURINHO** como relator "ad hoc" que faz a leitura do relatório. O Senhor Embaixador **MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM** faz sua exposição de motivos. Em seguida, passa-se a palavra ao Senhor Embaixador **RENAN LEITE PAES BARRETO** para que faça sua exposição de motivos. Passa-se à arguição dos Senhores Embaixadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **EDUARDO AZEREDO, ARTHUR VIRGÍLIO, GILBERTO MESTRINHO, EDISON LOBÃO, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO MATARAZZO SUPLICY e HÉLIO COSTA.** Após a apuração dos votos, o Senhor Presidente informa que houve 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção para ambos. Sendo assim, encerra-se a reunião às 13 horas e 10 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Nona Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia Oito de Maio do Ano de Dois Mil e Três, às Dez Horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria de informar que estamos recebendo a visita do Embaixador Antonio Franco, de Portugal. Seja V. Exª muito bem-vindo à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Hoje está em pauta assunto que guarda relação com os interesses de Brasil e Portugal, da amizade que nos une.

O Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, informou-me que o Embaixador gostaria de nos fazer uma visita. Então, eu o convidei para assistir a nossa reunião. Seja V. Exª muito bem-vindo.

Designamos como o Item 01 os requerimentos dos Senadores Arthur Virgílio, José Agripino Maia e Jefferson Péres, relativos a repúdio e condenação de ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades individuais ocorridos em Cuba. O Senador Hélio Costa havia sido designado para chegar a um entendimento entre as diversas proposições e o parecer do Senador Tião Viana.

Esse é um assunto que, tudo indica, será consensual. Podemos, rapidamente, passar a ele, como primeiro tema.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebi a missão, designada por V. Exª, de encontrar o caminho de condensarmos as duas propostas apresentadas pelos Líderes do PSDB e do PFL com o substitutivo apresentado pelo Líder do PT, Senador Tião Viana.

A minha preocupação, Sr. Presidente, foi atender à exigência da própria Constituição, que, em seu art. 84, deixa muito claro que compete privativamente ao Presidente da República ser a voz e a expressão da política internacional do País. Na verdade, a condução da política externa é privativa do Presidente da República.

O que podemos fazer em nossa Comissão é produzir um documento que seja, evidentemente, entendido como uma expressão da preocupação dos Srs. Senadores que compõem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Plenário do Senado Federal.

Feito isso, procurei, entre os dois textos, apenas fazer o papel de editor, tendo uma atuação do ponto de vista redacional, partindo do pressuposto de que há um ditado, muito conhecido na língua inglesa, que diz o seguinte: **edites the best who edites the least**. Evidentemente, sabendo que os nossos companheiros Senadores todos entendem o inglês perfeitamente, farei a tradução para os telespectadores da **TV Senado**: "edita melhor quem edita menos".

Então, procurei apenas retirar, Sr. Presidente, o que considerei excesso de adjetivos dos dois textos. Ao fazer isso, pareço ter encontrado a solução de um texto sóbrio e sereno, porém firme, duro, que vai ao encontro da necessidade que todos vimos de fazer um documento da Casa que refletisse a preocupação de todos os Senadores da República, não apenas dos liderados por aqueles que apresentaram os documentos, mas de todos os Senadores, com respeito a essa posição, inadmissível e inaceitável, de execução sumária dos que se opõem a um regime.

Eu, particularmente, tenho de fazer constar aqui, sem dúvida alguma, o nome de mais duas vítimas, jornalistas, dessa situação: Ricardo Gonzáles e Raúl Rivero. Mais uma vez, são os jornalistas as vítimas de uma situação de intransigência política.

Gostaria de ler, Sr. Presidente, o requerimento da maneira como foi terminado, por assim dizer. Com a ajuda dos companheiros, de técnicos legislativos, conseguimos chegar à seguinte redação:

"O requerimento condena o fuzilamento de três cidadãos cubanos que tentavam fugir para os Estados Unidos e a prisão de 78 dissidentes daquele país.

Nós, Senadores da República Federativa do Brasil, considerando os tradicionais laços de amizade que unem Brasil e Cuba, invocando os termos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como os compromissos inscritos na convenção da ONU relativos aos direitos sociais e políticos; assinalando a existência de cláusula democrática no contexto da Organização dos Estados Americanos; enfatizando que o respeito às diferenças de opinião e à liberdade de organização e expressão é de fundamental importância para a convivência pacífica entre forças políticas em qualquer regime; considerando que a pena de morte é proibida no texto da Carta Magna brasileira, em virtude de sua incompatibilidade última com os direitos humanos fundamentais e da sua inutilidade na prevenção do crime; observando que o fuzilamento de três cidadãos cubanos e a prisão de 78 dissidentes deverão aumentar sobremaneira a tensão política em todo o hemisfério com conseqüências negativas para as relações entre Cuba e as demais Nações americanas; preocupados com o fato de que esses consternadores incidentes ocorrem justamente no momento em que as instituições multilaterais e o sistema de segurança coletivo instituído pela Carta das Nações Unidas estão fragilizados pelo domínio do unilateralismo bélico como instrumento de afirmação de interesses estratégicos no cenário mundial; certos de que tais incidentes, se não resolvidos de forma adequada, provocarão inevitável regressão na justa luta do povo de Cuba contra o embargo econômico e as ações efetuadas contra o desejo de liberdade e democracia da cidadania cubana; constatando que as pressões econômicas e políticas exercidas sobre o Governo de Cuba não justificam e, muito menos, legitimam o desrespeito aos direitos humanos e o cerceamento do direito à informação e à participação; considerando que as prisões e o fuzilamento de dissidentes vêm ocasionando veementes protestos em vários países e no âmbito de organizações de defesa dos direitos humanos; e convictos de que a realização de reformas democráticas em Cuba, de forma alguma, representará ameaça à sua independência e soberania, condenamos o fuzilamento dos cidadãos cubanos dissidente Hector Palácios e dos jornalistas Ricardo Gonzáles e Raul Rivero, que tentavam fugir para os Estados Unidos, bem como a prisão de 78 dissidentes daquele país.

Sala de sessões(...)"

Esse é o resultado, Sr. Presidente, da edição que fizemos dos dois textos, do que foi apresentado pelas Lideranças do PSDB, do PFL e, ao mesmo tempo, pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está para o exame de todos os Senadores, inclusive dos autores, avaliar se chegamos a um entendimento adequado.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois bem, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, quero congratular-me, sem nenhuma surpresa, com o eminente Senador Hélio Costa pelo texto competente e talentoso. Não há surpresa, mas é bom, mesmo sem surpresa, registrar-se a admiração continuada e crescente por este Senador que se afirma por seus méritos, a cada momento, diante dos olhos de seus Colegas.

Tenho algumas observações a fazer. Considero o texto generoso com Cuba, que é um país amigo. Há pouco reparo. No entanto, gostaria de fazer uma sugestão de emenda, uma observação a respeito do parágrafo que se refere à pena de morte. O Brasil é contrário à pena de morte – particularmente também sou. Faço uma distinção essencial, embora condenando a pena de morte em quaisquer de suas manifestações – o respeito à vida humana é algo que vai fundo no meu coração e na minha razão -, há uma diferença fundamental entre alguém que pune o criminoso comum por essa via que julgo injusta e drástica e a pena de morte por razões políticas. Alguns Estados americanos acreditam que o estuprador deva ser condenado à morte. Entendo que não deveria ser assim. Agora, o que nenhuma pessoa em sã consciência pode admitir é que alguém detentor do poder imagine que possa condenar à morte um adversário político seu; e, nesse caso drástico, e por isso foi torpe o que aconteceu, alguém que não estava conspirando sequer contra o regime, alguém que estava fugindo de um regime que julga ditatorial em busca de ares que julga de liberdade. Algo grave! Algo grave que deve merecer o nosso repúdio para mantermos a coerência e a autoridade com que condenamos a guerra Estados Unidos/Iraque e mantermos também bem viva a chama de um país que haverá de se afirmar brevemente, se Deus quiser, como potência econômica, que não se afirmará como potência militar, porque não é essa a sua destinação, mas um país que precisa se afirmar

pela condenação clara a toda e qualquer agressão aos direitos humanos que desonre a tradição pacifista que professamos.

E, por outro lado, fico com Saramago: para mim, bastou! Já defendi Cuba e já estive com V. Exª, Sr. Presidente, lá. Para mim, bastou! Fico com Saramago! Continuo ouvindo e admirando Chico Buarque, mas não justifico o que houve, sob pena de, das duas uma, eu retornar a um certo passado juvenil, idealista, do qual não me arrependo, generoso de minha parte, não me arrependo, ou voltaria a esse passado, ou entraria para o rol daqueles que, de má-fé, vou repetir o que disse aqui na reunião passada, dividem atrocidades em dois tipos: atrocidade progressista de esquerda, atrocidade em defesa da revolução – Essa pode! Essa poderia! Essa seria perdoável! – ou atrocidade de direita, atrocidade que seria vista como negativa, atrocidade reacionária. Esta se condenaria com toda a veemência das passeatas, com toda a veemência da festividade! Aprendi, com a maturidade e com o meu efetivo casamento com a democracia, que atrocidade é atrocidade, que crime é crime, que violência a direitos humanos é violência a direitos humanos. Parta de onde partir: da esquerda, da direita, do centro, de costa, de bola, de rebola, de carambola, de viés, de través, de onde vier. Violência é violência, e não posso compactuar com ela! Agressão a direitos humanos é agressão a direitos humanos, e não posso compactuar com isso!

E, por isso, sugiro, Senador Hélio Costa, quando reafirmo a admiração aqui pelo seu texto, uma única emenda. A outra foi uma observação, mas não há mal algum que fique assim. Apreciando o fato de V. Exª ter enxugado os adjetivos, gostaria só de adjetivar no final.

"Convictos de que a realização de reformas democráticas em Cuba, de forma alguma, representará ameaça à sua independência e soberania(...)" Perfeito! Aí, vem o final: "Condenamos o fuzilamento dos cidadãos cubanos, dissidente Hector Palácios e jornalistas Ricardo González e Raul Rivero, que tentavam fugir para os Estados Unidos da América, bem como a prisão de 78 dissidentes daquele País."

Gostaria de sugerir uma emenda: condenamos com indignação! Porque temos que estar indignados diante de algo que foi atentado à vida humana, à Democracia, algo que não foi bom para o Estado cubano, não foi bom para o povo cubano, não foi bom para a nossa consciência democrática. Se isso acontece em qualquer país, a nossa obrigação moral como cidadãos, parlamentares, num país pacifista como o Brasil, é estabelecermos a condenaçao rasa, total, inarredável, irretratável.

Quanto ao mais, é dizer que o Senador Hélio Costa está de parabéns pela capacidade que teve de captar os dois sentimentos: o sentimento do Líder Tião Viana e o sentimento do Líder do PFL, Senador José Agripino, o meu próprio e o do Senador Jefferson Péres, que, conosco, assinou pelo PDT a moção que, agora, está muito bem contemplada pelo talento desse grande jornalista e parlamentar que é o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de, inicialmente, agradecer as palavras do Senador Arthur Virgílio e, sobretudo, lembrar a minha vida há cerca de trinta anos, quando repórter internacional convivia com dissidentes e refugiados cubanos.

Nunca, Sr. Presidente, encontrei um brasileiro no exterior e que estivesse definitivamente lá: "Vou ficar no exterior e nunca mais volto ao Brasil!" Esse é o mesmo sentimento do povo cubano. Nunca encontrei cubano algum que não estivesse sonhando em, um dia, voltar para o seu país. Razão pela qual tenho uma lembrança tão forte daqueles cubanos que saíram de Cuba e foram para os Estados Unidos, conforme disse o Senador Arthur Virgílio, não para combater um regime que consideram não apropriado para o seu País, mas simplesmente porque estavam se negando a participar daquele regime. E, então, deixam o seu país e vão para os Estados Unidos.

Senador Arthur Virgílio, tenho que levar em consideração o que V. Exª sugere porque acrescenta ao texto, mas quero fazer uma observação: esse foi um dos pouquíssimos itens que eu não alterei a redação, nem do que V. Exª propôs nem do que o Senador Tião Viana propôs no substitutivo. O seu texto, na realidade, foi mantido integralmente — o texto que eu entendi ser o original partindo da apresentação feita por V. Exª e pelo Líder do PFL.

Então, considero que é perfeitamente justificável e reforça a posição, já considerando que, ao final deste documento, nós podemos com um adjetivo mostrar toda a nossa indignação com o que aconteceu em Cuba.

Ao mesmo tempo quero dizer que, no que diz respeito ao último parágrafo, onde V. Exª diz "condenamos e com indignação o fuzilamento de cidadãos", o que eu fiz no texto foi, não necessariamente uma edição, mas uma nova redação, sem deixar de conter rigorosamente todos os itens e ingredientes daquele pensamento original que orientou V. Exª a redigir o texto.

Sr. Presidente, creio que é perfeitamente cabível, nós devemos sim incluir esse único adjetivo, até porque a minha preocupação com os adjetivos não foi apenas na formatação jornalística de texto, mas também porque entendo que um documento oficial partindo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do Plenário do Senado da República tem de ser isento, firme, sóbrio e que não tenha excessos nem para um lado e nem para o outro. Então, é perfeitamente cabível a apresentação de V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com isso o Senador Hélio Costa vai ganhar algumas atribuições extras, será convidado mais vezes para fundir textos e chegar a boas soluções na Casa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Será uma honra, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero apenas informar que, pela qualidade e tendo em vista o ocorrido na Colômbia, senti-me na responsabilidade de apresentar um requerimento e vou propor como Relator o Senador Hélio Costa; esse requerimento será examinado na próxima reunião.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, creio que essa deva ser a terceira ou quarta reunião em que essa matéria é apreciada. Já houve até oportunidade de se convocar uma reunião extraordinária para se apreciar um único item, ou seja, o requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio, do Senador Jefferson Péres e minha.

Creio que o Senado faz bem, na condução competente de V. Exª, pelo fato de tratar-se de uma manifestação oficial do Senado Federal da República Federativa do Brasil, uma Nação tradicionalmente amiga de Cuba, uma manifestação de sua indignação em função de fatos que significam o encruamento de uma situação que tem que ser denunciada no plano internacional.

Nós esperávamos, Arthur Virgílio, Jefferson Péres e eu, que o Relator Tião Viana mantivesse na íntegra os termos do requerimento que nós apresentamos, por entender no passado de S. Exª uma posição avançada no tocante ao respeito aos direitos humanos, à liberdade democrática, à defesa da vida. Mas, por razões que não cabem aqui avaliar, S. Exª resolveu apresentar um substitutivo suavizando os termos do requerimento apresentado. Fato com o qual nós não concordamos; surgiu a polêmica, polêmica apropriada, porque repito que essa é uma manifestação do Senado Federal do Brasil, é uma medida muito importante, pode até não ter relevo no primeiro momento, mas é algo que vai ficar escrito e que poderá ser consultado em muitos fóruns importantes, amanhã e no futuro.

Então, creio que nós estamos cumprindo a nossa obrigação de fazer uma reflexão aprofundada dos termos em que essa manifestação deve ser divulgada.

Creio que, depois de idas e vindas, a indignação que nos assolava – a nós, líderes, que apresentamos o requerimento – pode ser corretamente reproduzida pela competente síntese efetuada pelo Senador Hélio Costa. Com a adequação proposta – com a qual concordo inteiramente –, a indignação, que está reposta ao texto, que é o invólucro de tudo que pretendemos, ficará claramente explicitada – e creio que este Plenário concordará com ela, é a posição do Senado do Brasil –, para que outras Nações da América Latina ou do mundo conheçam a posição de um País que, ao longo do tempo, com independência, mesmo se sujeitando a penalidades no campo econômico, politicamente se colocou ao lado de Cuba, mas, na hora de condenar politicamente o comportamento do Governo cubano, não hesitou, não teve receio de fazê-lo e o fez com indignação.

Com essas palavras, quero manifestar que estou absolutamente de acordo com os termos do relatório apresentado pelo Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, agradeço, mais uma vez, ao Senador José Agripino.

Foi com base nas proposições de S. Exª e do Senador Arthur Virgílio que se chegou a este consenso, a este texto, que hoje apresentamos à Mesa da nossa Comissão.

Mas tenho uma observação a fazer, à qual não me referi na exposição inicial. Fiz uma modificação no antepenúltimo parágrafo do texto original que tem que ser levada em consideração nas próximas horas. Onde se diz, no texto original, "manifestamos a preocupação ante o fuzilamento de três cidadãos cubanos", fiz questão de citar nominalmente os três cidadãos que foram fuzilados: o dissidente Hector Palhiços e os jornalistas Ricardo González e Raul Ri[illegible].

Mas tenho informações, que estão sendo ratificadas pela Assessoria da própria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Liderança, de que, talvez, um desses indicados não tenha sido fuzilado. Se isso realmente se confirmar, temos que corrigir o texto. Assim, eu pediria a V. Exª que esperássemos até o fim da reunião para que aprovássemos essa redação final, a menos que retiremos os nomes,

como está no texto original. Mas creio que é fundamental indicarmos os nomes dos que foram fuzilados. Portanto, até o fim da reunião poderíamos ter essa informação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A informação que se tem é que nenhum dos três, ditos aqui como fuzilados, o foram. Daqueles que estão presos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ah, dos que estão presos?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso já me tranqüiliza, Sr. Presidente. Seria pior se fossem mais três!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, será melhor votarmos sem os nomes para não incidirmos em erro.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na verdade, os três nomes são citados no relatório original. Apenas mudei a posição dos mesmos. Em vez de incluí-los no meio do texto, fiz questão de incluí-los no último parágrafo, para reafirmar a nossa posição.

Então, a melhor solução é não incluirmos os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de perguntar aos senhores e ao nosso brilhante Senador Hélio Costa – isso talvez seja impertinência ou idealismo da minha parte – se seria possível incluir, no § 4º, onde se lê "enfatizando que o respeito às diferenças de opinião e à liberdade de organização", uma vírgula e a expressão "e culto religioso", o que é de fundamental importância para a convivência pacífica entre forças políticas em qualquer regime. Apenas para grifar uma posição nossa, brasileira. Os nossos irmãos cubanos sofrem muito porque não têm direito à fé, não têm direito sequer a ler a bíblia em espanhol. Não se pode entrar com isso no país. Quantas vezes tentamos abrir, lá, uma igrejinha e enviar um pastor para falar de Jesus e não conseguimos.

Não sei se terei outra oportunidade na vida, por isso rompi meu silêncio. Mas, neste momento, poderíamos elencar nesses direitos fundamentais o direito à fé, que é o alimento da nossa alma. Ninguém pode ser feliz com uma alma faminta e o que alimenta nossa alma é, nos momentos de angústia e tristeza, ler uma palavra, seja de um pastor, seja de um padre, seja onde for, e fazer uma oração. E o povo cubano tem sido tolhido nesse direito.

Por isso, com muita humildade, eu gostaria de submeter meu pedido para que colocássemos liberdade de culto entre esses direitos fundamentais do ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, do ponto de vista redacional, evidentemente não existe nenhum impedimento.

Do ponto de vista constitucional, a nossa própria Constituição assegura o direito de religião e a liberdade do culto religioso. Fica a critério dos Srs. Senadores da Comissão aprovarem a inclusão da expressão "de religião". (Pausa)

Aceita a sugestão, eu faria o texto da seguinte maneira: "(...)enfatizando que o respeito às diferenças de opinião e à liberdade de organização, expressão e de religião é de fundamental importância para a convivência pacífica entre forças políticas em qualquer regime".

Submeto à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Acho que está dentro do espírito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Brilhante!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com as modificações, primeiro no sentido de não haver, no parágrafo final, a menção de nomes, e com o acréscimo da expressão "de religião" ao §4º, agora mencionado, submeto à votação.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra. Mais uma vez, acabamos de receber um boletim tirado da Internet, com data de 17 de abril de 2003, onde temos os nomes confirmados daqueles dissidentes que foram fuzilados.

Aqui está: "(...)o fuzilamento de Lorenzo Enrique Copello Castillo, Bárbaro Leodan Sevilla Garcia e Jorge Luiz Martinez Isaac(...)". São os três que são apontados e, então, confirmados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que reprovou a execução dos três dissidentes em Cuba, condenados pelo seqüestro de uma embarcação e a tomada de seus passageiros como reféns.

Tendo a confirmação dos nomes, sugiro que possamos incluí-los no texto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem! Haverá a substituição dos três nomes, conforme o Senador Hélio Costa acaba de mencionar.

Submeto à apreciação e votação pelo Plenário do requerimento, tal como expresso na redação final proposta pelo Relator, Senador Hélio Costa.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, por unanimidade.

Cumprimento todos os membros da Comissão pela forma cuidadosa e responsável de tratar esse assunto, pela maneira como foi feito, com muito respeito, amizade e sinceridade para com o povo e o Governo de Cuba.

Informo aos Srs. Senadores, especialmente ao Senador Arthur Virgílio, que é autor de inúmeros requerimentos que ainda estão pendentes, inclusive de convocação de autoridades, que até a próxima semana estaremos concluindo essa longa seqüência de embaixadores. Então, proponho que a partir da semana seguinte coloquemos na pauta todos aqueles requerimentos, em entendimento e consenso com V. Exª e os demais autores de requerimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, minha confiança em V. Exª é total. Quanto aos requerimentos, aprendi a fazê-los com V. Exª, ou seja, estou no bom caminho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Entretanto, há um requerimento que envolve certa urgência, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Tião Viana, no mesmo sentido. Ou seja, que possa ser formada uma subcomissão permanente, destinada a estudar, propor e adotar medidas necessárias à implementação das proposições aprovadas no 1º Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior, dentro do projeto Brasileiros no Exterior.

A propósito desse assunto, recebi hoje a visita do Embaixador de Portugal, Antonio Jardim. Além disso, o Embaixador Marcelo Jardim, um dos expositores de hoje, poderá nos trazer algumas palavras a esse respeito.

Informo a V. Exª que, como de praxe, seguiremos a pauta, mas, ao final, vamos examinar também esse requerimento.

O Senador José Agripino, tendo em vista a direção do PFL estar reunida, perguntou-me se poderia relatar o parecer relativo ao Embaixador Marcelo Andrade de Moraes Jardim, em primeiro lugar.

Hoje, dois Embaixadores serão argüidos: Renan Leite Paes Barreto, indicado para a Guatemala, e Marcelo Jardim, para a Polônia.

Pergunto se podemos ouvi-los conjuntamente. (Pausa)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estou de acordo, Sr. Presidente, principalmente porque temos a convenção do Partido e, portanto, queremos dar o voto favorável a esses dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Convido para sentarem-se à mesa os Embaixadores Marcelo Andrade de Moraes Jardim e Renan Leite Paes Barreto. (Pausa)

Peço ao Senador José Agripino para ler o seu parecer.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação do nome do Sr. Marcelo Andrade de Moraes Jardim, indicação feita pelo Sr. Presidente da República, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Polônia.

O Sr. Marcelo Jardim é Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata, e há alguns registros rápidos que gostaria de fazer sobre a carreira de S. Exª.

As promoções do Diplomata Marcelo Jardim a 2º Secretário, 1º Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe, Ministro de Primeira Classe, ocorreram por merecimento. O que, de forma muito clara, define a competência, a categoria e o conhecimento de S. Exª na sua carreira.

Em nome da Secretaria de Estado, S. Exª exerceu as funções de coordenador executivo da Secretaria Geral de Política Exterior, em 1992; chefe da divisão da América Meridional I, de 1992 a 1996; e diretor-geral do Departamento de Europa, em 1996. No exterior, foi cônsul adjunto em Genebra, em 1978, e cônsul-geral adjunto em Nova Iorque, de 1987 a 1992. Exerceu diversas missões no exterior. É um diplomata de muito conceito na Casa. Até o presente momento, exerce as funções de chefe do Departamento de Europa e, na sua gestão, ocorreram as negociações para a liquidação de um débito que a Polônia tinha com a República Federativa do Brasil, de US$3,7 bilhões. No campo político, as gestões do Embaixador Marcelo Jardim foram de fundamental importância para que se chegasse a uma conclusão.

Os dados que eu gostaria de apresentar sobre a indicação de Marcelo Jardim são esses, altamente positivos e que recomendam a sua indicação. É o que posso dizer para o momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado. Tem a palavra o Embaixador Marcelo Jardim para sua exposição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª poderia fazer logo a leitura do outro relatório e, depois, daria a palavra ao Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se todos os membros da Comissão estiverem de acordo, vamos assim proceder para facilidade processual. (Pausa)

Senador Antonio Carlos Magalhães, vamos seguir a sugestão de V. Exª.

Solicito ao Senador Rodolpho Tourinho, como Relator **ad hoc**, que leia o parecer do Senador Tião Viana.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Renan Leite Paes Barreto, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.

O Ministro de Primeira Classe Renan Leite Paes Barreto nasceu no Rio de Janeiro, exerceu vários cargos e desempenhou funções extremamente importantes dentro da sua carreira nas áreas de turismo, de cooperação técnica, de operações comerciais e, sobretudo, foi assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 1986 a 1987; assessor de Ministro de Estado nas áreas de comunicações e energia e recursos minerais; outra vez, assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 1994 a 1995; e chefe da assessoria diplomática da Vice-Presidência da República, de 1999 a 2002, tendo exercido todas essas funções com muita competência e brilhantismo.

Hoje é muito importante, nas relações do Brasil com a Guatemala – ressaltando, ainda, o bom nível de cooperação técnica que mantemos com aquela República no comércio bilateral –, que tenhamos pessoa tão bem qualificada para exercer essa função. As relações também são muito cordiais entre os dois países. Temos absoluta convicção de que o Sr. Renan exercerá essas funções com muita eficiência.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos necessários para deliberar sobre o assunto, mesmo porque já tivemos maiores detalhes no relatório. Nossa posição é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Passo a palavra aos Embaixadores Marcelo Andrade de Moraes Jardim e, em seguida, ouviremos Renan Leite Paes Barreto.

O SR. MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª e as Srªs. e Srs. Senadores a atenção. É uma satisfação, honra e prestígio para mim, pessoalmente, como profissional da carreira diplomática, poder vir a esta Casa e estar hoje perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pela indicação que fez o Senhor Presidente da República de meu nome, que muito me honra, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República da Polônia.

A Polônia é um País central, de crescente importância política e econômica no novo cenário que se desenrola hoje no Continente Europeu e, por extensão, no mundo contemporâneo. A Polônia viveu, por longo tempo, de 1772 até 1918 – foram 180 anos –, dividida e sob ocupação, cercada por vizinhos poderosos: o Império Austro-Húngaro, o Império Russo, a Prússia e, posteriormente, a Alemanha. Esse país foi seguidamente invadido, teve seu território dividido e fraturado até que, finalmente, após a Segunda Guerra Mundial, se reunifica sob o regime comunista, até 1989, e, posteriormente, de lá para cá, inserindo-se nas correntes mais liberais e democráticas que conformam, hoje, uma nova Europa.

A Polônia tem uma extensão territorial de 312 mil km² e uma população de 38 milhões de habitantes. É membro de todas as grandes organizações internacionais – Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio – e acaba de aderir à União Européia por meio da assinatura do Tratado de Adesão, em Atenas, no mês de março último.

O Governo polonês dará seqüência, nos próximos meses, aos procedimentos constitucionais internos, realizando um referendo nos dias 07 e 08 de junho próximos, para que haja uma definição popular sobre a adesão formal do país à União Européia. E o referendo deverá ser favorável a essa adesão, que deverá ocorrer em 1º de maio do próximo ano.

A Polônia já havia, antes, optado por sua inserção no bloco ocidental, quando, em 1999, aderiu plenamente à Organização do Tratado do Atlântico Norte e, de lá para cá, vem tendo uma atuação política e diplomática de grande peso na sua região, no seu espaço, no seu entorno imediato, com crescente repercussão no contexto europeu mais amplo. A Polônia, por força de sua população e de sua economia, constitui o mais forte política e economicamente dos novos países que aderirão, a partir de 1º de maio próximo, à

União Européia. O espaço comum europeu, político e econômico, passará, dos atuais 15 países, para 25 nações.

O Produto Interno Bruto da Polônia atinge, pelos padrões tradicionais, US$178 bilhões. Pelo conceito do poder de compra e de aquisição, vai a quase US$400 bilhões, projetando, em um e em outro modelo, rendas **per capita** de US$4,5 mil até cerca de US$9,7 a US$9,8 mil, o que faz desse país, cuja economia já ultrapassou o período da transição para o de uma inserção mais aberta, mais competitiva no espaço econômico europeu, um dos parceiros e um dos países de maior importância naquele contexto.

Os seus maiores parceiros comerciais são a Alemanha, a Rússia, a Itália, a França e, posteriormente, os demais membros da União Européia.

A Polônia é uma república parlamentar. Seu presidente é eleito pelo voto direto para um mandato de 4 anos, com reeleição por um termo, um outro mandato. O governo é compartilhado com um primeiro-ministro, que o chefia, com um vice-primeiro-ministro, tradicionalmente o ministro da economia e finanças, e por um gabinete, que, no momento, é formado, tanto no presidente quanto no governo do gabinete do primeiro-ministro, por uma coalizão do chamado centro-esquerda. Primeiro, o Presidente Aleksander Kwasniewski é ex-integrante do partido comunista polonês e fez a transição da política para a social democracia mediante a Aliança da Esquerda Democrática, à qual pertence também o Primeiro-Ministro Leszek Miler.

Há alguns outros dados relevantes que eu gostaria de mencionar sobre a economia polonesa, a qual sofreu o impacto de uma liberalização radical após 1990. Eles inovaram na ocasião: quando todo o Leste Europeu adotou novas políticas independentes a partir da queda do Muro de Berlim, eles contrataram um economista da Universidade de Harvard, Jeffrey Sachs, para coordenar o programa econômico. Por ser o programa adotado excessivamente liberal, foi necessário estabelecer pesos e contrapesos e que houvesse recuos nos resultados projetados.

De qualquer maneira, a Polônia é um país que tem ainda uma agricultura pesada, um setor extremamente importante para eles e que vai, obviamente, beneficiar-se da adesão à União Européia. Já estão previstas alocações de 880 milhões de euros para o próximo ano de 2004 somente para a agricultura; de um bilhão de euros para 2005; e de 1,2 bilhão de euros da Comunidade Européia sob a forma de subsídios, para incentivo à produção agrícola e também como instrumento para a fixação da população rural no campo. Portanto, a Polônia terá, nesse aspecto, a lucrar com a sua adesão às estruturas européias.

A Polônia tem uma dívida externa que, hoje, está na faixa dos US$64 bilhões, acumulando reservas cambiais de quase US$30 bilhões. O setor privado da economia, doze anos após a queda do Muro de Berlim e a mudança do regime, passou de 18%, em 1990, para 78%, hoje. Não se pode mais dizer, com esses números, que a Polônia ainda seja uma economia de transição; ela já é, hoje, uma economia fortemente inserida no sistema liberal capitalista europeu.

A Polônia tem um Produto Interno Bruto, como disse, de US$178 bilhões contra US$1,8 trilhão da Alemanha – um de seus vizinhos mais próximos –, o que mostra a relativa dependência em relação à Alemanha. Essa vizinhança com a terceira maior economia do mundo traz as vantagens adicionais de um mercado de grande expressão para os produtos poloneses.

É importante também salientar o papel fundamental que a religião católica exerce na Polônia. O catolicismo é a religião de 92% da população. Não é à toa que o atual Papa exercia poder político e influência de grande magnitude quando Bispo e Cardeal de Cracóvia. Um dos grandes heróis nacionais ainda é o Cardeal Stefan Wyszynski, que foi o representante maior da resistência ao regime comunista. O fator religioso ainda é, por conseguinte, bastante importante e tenderá a continuar a sê-lo pelas próximas décadas.

No que diz respeito à política externa, a Polônia fez uma clara opção pela Europa e pelas estruturas euroatlânticas ao se filiar, como já mencionei, à Otan e, recentemente, ao aderir, no plano econômico, à União Européia.

O país exerce também uma influência crescentemente importante sobre as demais nações da Europa Central e, com a adesão de mais dez outros países, não apenas à União Européia, mas também à Otan, consegue bloquear sua tradicional, frágil e desconfortável fronteira com a Rússia, passando a ter outros Estados como um escudo de proteção.

No que diz respeito ao Brasil, o que nos interessa mais, a Polônia é a maior parceira comercial, política, econômica e cultural que nós temos em toda Europa Central. Eu diria que a intensidade de nossas relações com a Polônia, mercê, inclusive, da existência de uma comunidade de descendentes poloneses, muitos nascidos na própria Polônia, que vivem no Brasil e são cerca de um milhão e trezentos mil, obviamente compõe um elemento de grande importância para esse fator.

Em 1995, em março, o então Presidente Lech Walessa, que era candidato à reeleição, fez uma visita ao Brasil e foi ao Paraná e ao Rio Grande do Sul, onde fez campanha, porque eles podem votar aqui e o direito ao voto se estende até a terceira geração.

De forma que a existência dessa comunidade, a preservação de vínculos com a Polônia por meio dela e o fato de ela ser constituída de pessoas que têm um nível socioeconômico e de educação bastante elevado, nos Estados do Paraná e no Rio Grande do Sul, sobretudo, mas também em Santa Catarina, em São Paulo, no próprio Rio de Janeiro, faz com que a presença do Brasil na Polônia seja também lembrada.

No plano político, o Presidente da Polônia esteve no Brasil em abril de 2002; o então Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Polônia em fevereiro de 2002 e o Primeiro-Ministro polonês esteve aqui em 2000. Há registro de inúmeras visitas recíprocas de ministros brasileiros à Polônia e de poloneses ao Brasil.

No plano econômico, temos também uma projeção bastante expressiva desse excelente estado de relações. Embora os números comerciais sejam ainda muito aquém do que se pode esperar, pelo potencial das duas economias, temos hoje, na Polônia, uma extraordinária vitrine de produtos de alta tecnologia brasileira, em especial da indústria aeronáutica brasileira.

A empresa estatal Lot, que está sendo privatizada, tem hoje voando, nas suas linhas, 15 aeronaves do tipo Embraer ERJ-145 e acaba de assinar um contrato fechado para aquisição de outras 10 do modelo Embraer ERJ-170, de 70 lugares, reservando-se 12 opções para aquisição de outras do modelo ERJ-190. De forma que a Lot, uma companhia de muita qualidade, tem sido a grande vitrine e a garota-propaganda da indústria aeronáutica brasileira.

Em razão do número bastante elevado, pois até o final do próximo ano serão exercidas as opções de 37 aeronaves voando naquela empresa, a Embraer estará inaugurando, nos próximos meses do corrente ano, um centro de manutenção técnica de treinamento de pessoal e tripulação e de reposição de peças e, sobretudo, de projeção de vendas e de prospecção de mercados em outros países da Europa Central.

Então, a Polônia é uma base na qual nós operamos e continuaremos a operar com produtos de alta tecnologia brasileira, atingindo não apenas aquele país, mas toda a região de crescente importância que o cerca.

Há, também, um projeto iniciado ainda à época da Companhia Vale do Rio Doce Estatal, desenhado pelo Dr. Eliezer Batista, de utilização de um grande terminal no porto de Gdansk, com um ramal ferroviário para absorção e distribuição de produtos siderúrgicos minerais brasileiros na Polônia e na Europa Central.

Hoje, a Empresa Vale do Rio Doce dá seqüência a negociações para a aquisição de uma grande usina siderúrgica na Polônia, a de número 2, em Klatovich, e a partir daí pretende ter um grande centro operacional, a exemplo do que já vem fazendo nos Estados Unidos com a Califórnia Steel e em outras empresas das quais é acionista também no Canadá. Teria, a partir daí, uma grande base operacional na Europa. Essas negociações poderão e deverão, talvez, provavelmente, chegar a um bom termo, de forma que a nossa presença econômica na Polônia reflete, também, a qualidade excelente dessas relações políticas.

Gostaria de mencionar, em função da existência da grande comunidade em nosso País, a importância das relações culturais, na área de ciência e tecnologia e de formação educacional existente entre os dois países. Há um importante Centro de Estudos Brasileiros na Universidade de Varsóvia e também na Universidade de Cracóvia. A Universidade de Cracóvia é um projeto que espero poder ter a felicidade de concluir, de criação da carta de Santiago Dantas, isso porque, em 1962, quando Ministro do Exterior, o saudoso professor Francisco Clementino Santiago Dantas visitou Cracóvia, onde recebeu o título de Doutor **Honoris Causa** daquela Universidade. É de praxe, na Universidade, o homenageado fazer um discurso e uma aula magna, e que essa aula tenha que ser por texto escrito. O Dr. Santiago Dantas realizou essa aula, quando fez uma viagem com o Ministro do Exterior, e não teve tempo de preparar seu texto. Levou, então, uma pasta de couro preta, com cerca de 15 folhas em branco e ali ele improvisou um texto que, hoje, está reproduzido aqui e passou, com isso, a constar do patrimônio da Universidade de Cracóvia.

Então, é importante, pois há uma grande vinculação com o Brasil e com um grande brasileiro e já existem projetos de cooperação cultural e educacional avançados, naquela Universidade. Esse é um outro ponto que queremos resolver, também.

Não gostaria de ir mais além, talvez tenha ocupado demais o tempo dos senhores, mas penso que seria importante e relevante fazer essas considerações a esta Comissão, pelo que, agradeço imensamente a paciência e a boa vontade de V. Exªs, do Sr.

Presidente, do Sr. Vice-Presidente e dos demais Senadores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Marcelo Andrade de Moraes Jardim.

Informo que o Senador Tião Viana justifica que está, neste instante, acompanhando a audiência pública do Ministro da Saúde, Humberto Costa, e, por isso, não pôde estar presente à leitura do parecer sobre o Embaixador Renan Leite Paes Barreto, a quem, agora, passo a palavra.

Informo, também, que há diversos membros do PFL que estão, neste instante, precisando estar na Convenção do PFL. Por essa razão, alguns Senadores já estão com autorização para votar.

O SR. RENAN LEITE PAES BARRETO – Gostaria, inicialmente, de transmitir a satisfação e a honra que tenho de estar aqui presente no Senado da República diante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Estar presente nesta Comissão, de certa maneira, é a realização do sonho de todos os diplomatas que, como eu, entraram na carreira há 30 anos.

Farei uma breve menção à história da Guatemala para destacar, depois, alguns pontos que considero mais importantes do relacionamento daquele país com o Brasil.

Quando o conquistador espanhol Pedro de Alvarado chegou à Guatemala, em 1524, deparou-se, para surpresa sua e dos demais conquistadores – que, aliás, massacraram a população local –, com um império que lá se encontrava há cerca de 2.500 anos, posto que se instalou na região há 1.000 anos a.C. Era um império de um nível cultural absolutamente superior a tudo que já se tinha visto na região, na medida em que eles tinham um conhecimento muito profundo de Astronomia – aliás, foram eles que descobriram que o ano tem 365 dias – e um conhecimento muito grande em Matemática. Tinham textos escritos, alguns dos quais até hoje não foi possível decifrar. Portanto, haviam instalado um império que, em alguns casos, lembrava os antigos egípcios, na medida da importância dos sacerdotes, e, em outros, as cidades-estados gregas, posto que as cidades cerimoniais dos maias também eram autônomas entre si, política e administrativamente.

Quando os espanhóis chegaram, formaram a Capitania da Guatemala, que incluiu todos os cinco países da América Central. Isso perdurou até 1821, quando houve a independência da Espanha, mas essa Capitania se incorporou ao México, do qual só se libertou em 1823, formando uma República Federativa, com a capital na Guatemala, que perdurou até 1839. Com isso, a elite guatemalteca pôde ter uma influência, uma ascendência sobre os demais países centro-americanos, que perdurou praticamente até o início do século XX, quando então a emergência dos Estados Unidos da América na região foi tão avassaladora que tomou conta e absolutamente terminou com aquela influência original que os guatemaltecos tinham em relação a seus vizinhos.

Do ponto de vista econômico, caberia mencionar a chamada Revolução Liberal de 1871, que, aliás, foi comum aos demais países da América Central e que, na esteira das idéias filosóficas do positivismo da II Revolução Industrial na Europa e até do pensamento de Adam Smith sobre a divisão internacional do trabalho, aprofundou o modelo agroexportador, comum também aos demais países centro-americanos, fazendo com que a elite guatemalteca passasse a se especializar somente na venda de café, açúcar, banana e cardamomo. Isso gerou riquezas para o país, mas essas não foram distribuídas homogeneamente pelo resto da sociedade guatemalteca. Nisso talvez haja a origem do que mais tarde veio de forma trágica ser revelado nos 36 anos de guerra civil que assolaram o país.

Falar da Guatemala individualmente é possível, mas, de toda maneira, o contexto regional está sempre presente na medida em que se trata de países que foram unificados e cuja história revelou-se em quase todos os aspectos muito parecida.

Do ponto de vista político, o que se viu também, desde a independência até meados do século XX, foi uma sucessão de golpes de estado, ditaduras e, nas experiências civis, o que eles chamam de regimes paternalistas, em que alguns presidentes tratavam o país como se fosse uma fazenda. Houve um presidente, chamado Manuel Estrada Cabrera, que governou a Guatemala de 1898 a 1920 e praticamente exercia a justiça, o legislativo e tudo; não era um regime militar, mas era uma forma não totalmente representativa de governança.

Do ponto de vista econômico, cabe também mencionar que a Guatemala, junto com seus vizinhos, foi precursora nas Américas do processo de integração. De fato, na seqüência das idéias advindas da Europa com a assinatura do Tratado de Roma, em 1959, a América Central firmou um tratado de integração que resultou no Mercado Comum Centro-Americano, nos idos de 1961; foi realmente a precursora de todo esse processo integrador que hoje em dia existe no mundo.

Caberia mencionar também, no aspecto político, uma experiência democrática que houve na Guatemala, de 1944 a 1954. Aliás, há até um livro publicado sobre o assunto de um historiador chamado Piero Gleijeses, cujo título é **Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and The United States**. Na verdade, quando, em 1944, um governo civil tomou o poder na Guatemala, chefiado por Juan José Arévolo, resolveu fazer reformas modernizantes que permitiram a ascensão da classe média. Em certo sentido, iniciou um processo de reforma agrária, e nisso ele foi seguido pelo seu sucessor, que era Jacobo Arbenz Gusmán. Mas essa modernização política na Guatemala, que se seguiu também a uma modernização econômica, porque eles começaram a criar um certo processo, embora incipiente, de industrialização, chocou-se com o macarthismo, que então, no início dos anos 50, já dominava a política americana, e chegou a um ponto em que, no governo Eisenhower – isso consta, inclusive, de documentos do Departamento de Estado, que tenho comigo aqui –, o governo americano, temendo o que chamou de comunismo, pagou 200 mercenários para invadirem a Guatemala, a partir de Honduras, e derrubarem o governo de Jacobo Arbenz Gusmán. Instalaram de volta, então, o regime militar, desta vez chefiado pelo coronel Carlos Castillo Armas. Essa experiência terminou sendo traumática na vida democrática guatemalteca.

Aliás, puramente a título de registro, devo mencionar que, no momento da queda do Arbenz, em 1954, vivia no país um jovem argentino, chamado Ernesto Guevara, que presenciou essa invasão do Carlos Castillo Armas, que derrubou o presidente constitucional.

Do ponto de vista de política externa da Guatemala, por razões óbvias, o grande protagonista são os Estados Unidos da América, seguidos do México, dos demais países da América Central. Dos países da Europa, a Alemanha tem uma grande presença, e da Ásia, o Japão e Taywan.

Do ponto de vista de nossa política bilateral, o Brasil abriu relações com a Guatemala em 1906, só que a legação era em Cuba. A nossa representação ficava em Cuba e era cumulativa com os demais países da América Central. Somente em 1950 abrimos uma legação na cidade da Guatemala, que foi elevada ao **status** de embaixada em 1953.

Gostaria de fazer uma breve menção à nossa relação multilateral. O Brasil participou com observadores militares e mesmo com militares numa missão de paz a partir de 1996 e também em missões de desarmamento de minas na América Central, da Marminca, o que foi uma conseqüência natural da nossa participação ativa no apoio ao grupo de Contadora, e, mais ainda, como membros efetivos, no grupo de apoio a Contadora, no qual a Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Peru prestaram solidariedade ao grupo dos demais países que formavam Contadora, que era México, Venezuela, Panamá e Colômbia, e que resultou no chamado Grupo do Rio, que está em vigor até hoje.

Na verdade, naquele momento, houve uma inflexão na política brasileira em relação à América Central. Cabe ressaltar que o Brasil, tão distante, achou que o conflito da América Central poderia ter conseqüências que contaminassem o resto da América Latina. Afinal, não nos esqueçamos que em 1983 houve uma invasão norte-americana em Granada, não nos esqueçamos do grau de polarização política desse período chamado de "segunda guerra fria", que caracterizou a guerra civil na América Central, de que a Nicarágua era o país mais em evidência, mas que contaminou todo o processo político centro-americano. O Chanceler Celso Amorim, quando era embaixador na ONU, chegou a dizer que se houve alguma virtude nesse processo de paz, a mais importante foi, e é verdade, a democratização de todos os países da América Central após o final do conflito armado.

Os pontos que eu gostaria de destacar, entretanto, no relacionamento bilateral seriam os seguintes: de um lado, um aspecto tópico. Em 1982 – digo isso apenas para registro –, o embaixador e o secretário brasileiros que estavam na Guatemala foram tomados como reféns por um grupo guerrilheiro. Naquele momento, conta-me o Embaixador Baena Soares, que era Secretário-Geral de Relações Exteriores – aliás, estava como Ministro interino –, que recebeu um telefonema do Embaixador Abreu e Silva, dizendo que a situação não estava boa e que ia passar o telefone à outra interlocutora. De repente, o Embaixador Baena Soares ouve a seguinte frase: "Sou comandante do movimento guerrilheiro guatemalteco; na realidade, temos aqui como reféns o Embaixador do Brasil e o Secretário". Isso, na época, por todas as razões, foi um choque, ainda mais porque, naquele momento, estava-se comemorando um ano de uma invasão similar que tinha acontecido na Embaixada da Espanha, que resultou em uma série de mortes. Com exclusão do Embaixador da Espanha, vários diplomatas espanhóis faleceram naquele episódio. Entre os personagens presentes na Embaixada da Espanha, naquele momento, havia um grupo de indígenas, entre eles, o pai de Rigoberta Menchú, atualmente conhecida como Premio Nobel da Paz.

De volta, então, aos idos de 1982, o Embaixador Baena Soares resolveu mandar dois diplomatas que trabalhavam com ele, no gabinete da Secretaria-Geral, para a negociação. Um foi o Ministro Teixeira Soares; o outro está aqui presente, na época, Secretário João Carlos Souza Gomes. Eles chegaram à Guatemala para negociar a liberação do Embaixador do Brasil. Foi uma situação complicada, uma vez que o Governo guatemalteco, em um primeiro momento, disse: "Não temos nada que ver com isso. Vocês negociam com os guerrilheiros." E os guerrilheiros tampouco queriam negociar, porque, para eles, o Brasil era apenas a paisagem. Eles queriam a libertação de alguns prisioneiros, a leitura de um manifesto na rede de rádio e televisão local. A situação, realmente, poderia ter-se tornado muito mais complicada. Finalmente, a negociação foi muito bem feita, e a liberação do Embaixador do Brasil e do Secretário terminou ocorrendo em 72 horas. O grupo guerrilheiro teve suas demandas atendidas e terminou exilado no México.

O segundo ponto que gostaria de mencionar – de que até já falei – é a participação brasileira no Grupo de Contador e no grupo de apoio a Contador. Não poderia deixar de fazê-lo.

Por fim, queria fazer algumas observações finais. Embora haja uma grande distância política, geográfica e econômica do Brasil em relação aos países da América Central, nossa influência já está chegando às fronteiras da América Central, não apenas pelo próprio estágio de desenvolvimento do País, mas, também, porque a política atual da nossa chancelaria é priorizar a política brasileira na América do Sul. Com isso, atingimos as fronteiras dos países que estão na fronteira da América Central. Há, também, do ponto de vista político, com este momento pós-guerra no Iraque e um certo vazio na política dos Estados Unidos com relação à América Latina, um campo fértil para que o Brasil mostre, de forma mais consistente, desta vez, a sua influência, a sua presença, o que, aliás, pelas conversas que tive com autoridades guatemaltecas, é bem recebida.

O Brasil pode fornecer, não apenas pela sofisticação do seu parque industrial, mas até pelo lado positivo da distância, que é o fato de a nossa presença não exercer nenhuma ameaça hegemônica na região, produtos sofisticados, com tecnologia adaptada ao mercado centro-americano. Bem ou mal, não é só a Guatemala, que tem 12 milhões de habitantes, mas o mercado centro-americano, que tem 33 milhões. Nossos caminhões, por exemplo, são feitos para estradas esburacadas. Enfim, a nossa tecnologia intermediária se adapta, diretamente, às condições dos países centro-americanos.

Outro dia, ligou para mim o filho do ex-Senador Ronan Tito, de Belo Horizonte. Disse que estava negociando a venda de 30 ônibus brasileiros, de segunda mão, para a Guatemala. Explicou-me que os ônibus que existem na Guatemala têm janelas pequenas e são feitos no Hemisfério Norte e que os brasileiros são mais adaptados às condições climáticas da região. A sua suspensão e durabilidade, segundo os importadores, seria realmente de grande oportunidade se pudesse vender isso. Como não pode deixar de ser, o problema que está havendo é na área de transporte, ponto de estrangulamento do nosso comércio com a região, e o financiamento, outro ponto que dificulta a relação com os países da área. Esses são pontos que cabem ser mencionados.

Por outro lado, os jornais de ontem mesmo noticiaram que os Governadores do Acre e do Amazonas estão solicitando ao Presidente Lula a construção de uma hidrovia sobre o rio Purus, que poderia ter ligação com a BR-316, que liga o Brasil ao Peru, e BR-174, que o liga à Venezuela.

Ora, se analisarmos a pauta de exportações do Brasil para a Guatemala, no terceiro item, constataremos produtos eletroeletrônicos. Pude ver alguma coisa com nove empresas da Zona Franca de Manaus, como Siemens, Xerox, Honda, Atlethic, Bic, etc, no que se refere à venda de cabos televisores, equipamentos para celulares. Se verificarmos no mapa, a região amazônica não está totalmente distante da América Central. A distância é grande quando se considera o Brasil a partir de Brasília ou do Rio de Janeiro, porém Manaus já faz parte do contexto.

De toda a maneira, neste momento, eles estão negociando um tratado de livre comércio dos países centro-americanos com os Estados Unidos. A quarta rodada de negociações começará na próxima semana. Nesse contexto, cabe ressaltar que uma empresa como a Ambev, por exemplo, está fazendo um investimento de US$50 milhões na construção de uma fábrica de cerveja, porque eles pretendem, com uma **joint venture** local, ter acesso não apenas aos 33 milhões de consumidores centro-americanos, mas também, futuramente, ao mercado dos Estados Unidos da América.

Portanto, embora seja modesto o comércio entre o Brasil e a América Central e apesar da série de pontos de estrangulamento, existem no horizonte algumas luzes que podem permitir ao Brasil – seja pelo prestígio político de que desfruta hoje em dia em todas as Américas, seja porque seria conseqüência na-

tural do esforço de aumentar nossa presença na América do Sul e na América Central – estar no limiar do que pode ser uma nova era nessas relações.

Para finalizar, devo lembrar que o desequilíbrio entre a balança comercial brasileira e guatemalteca é absolutamente brutal. No ano passado, exportamos US$113 milhões e importamos menos de US$500 mil. Nesse sentido, o Itamaraty, por seu Departamento de Promoção Comercial, está começando a desenvolver estudos do que eles chamam de processo substitutivo seletivo de importações. O objetivo é verificar se há países com desequilíbrios permanentes na balança comercial para se tentar incrementar as compras de produtos desses países que são mercados tradicionalmente superavitários para o Brasil, como também verificar a possibilidade de construção de **joint ventures**, para que depois o Brasil importe produtos de empresas de capital brasileiro.

Por fim, ontem, os jornais publicaram que o BNDES concedeu financiamento de US$1 bilhão para os exportadores argentinos que queiram vender ao Brasil. Apenas para registro, porque agora estou falando da Argentina, isso pode vir a ser um precedente positivo para que, com relação a outros países com que tenhamos desequilíbrio estrutural e permanente, como a Guatemala, possamos um dia financiar a exportação deles e, com isso, aumentar o comércio total.

Gostaria de agradecer a V. Exªs e dizer que, se for aprovado por esta Comissão, pretendo aumentar, na medida do possível, o esforço para melhorar as relações comerciais, de cooperação técnica e política.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Renan Leite Paes Barreto.

Passa-se à argüição por parte dos Srs. Senadores.

Quero informar que, se os Srs. Senadores e os Srs Embaixadores Marcelo Jardim e Renan Paes Barreto avaliarem que é preciso fazer qualquer parte da argüição em reunião reservada, poderão assim solicitar – isso de ambas as partes. Se avaliarem que a exposição pode ser transmitida abertamente, assim continuaremos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não é questão de ser secreta ou não. Quero apenas oferecer a minha palavra de cumprimento ao Embaixador Marcelo Jardim e ao Embaixador Renan Barreto. As duas exposições deixaram claro o conhecimento que ambos têm dos países em que estarão representando o Brasil. O currículo também mostra toda uma carreira de sucesso e dedicação à diplomacia brasileira. Tanto o Marcelo, que já conheço há tanto tempo, quanto o Renan são Embaixadores que poderão, nessa nova fase do Brasil, estabelecer laços importantes, o primeiro na Polônia, um país que vem crescendo, um país que saiu da cortina de ferro recentemente para se integrar ao Mercado Comum Europeu, à Europa como um todo, e o Embaixador Renan na Guatemala, que é um país que os dados demonstram ser um dos mais importantes da América Central e um grande comprador do Brasil. Isso mostra que esse relacionamento deve ser incrementado.

Portanto, nós da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional queremos desejar muito sucesso a ambos os Embaixadores. É muito bom sabermos que estaremos tão bem representados, na Polônia, pelo Embaixador Marcelo Jardim e, na Guatemala, pelo Embaixador Renan Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, cumprimento o Embaixador Marcelo Jardim, o Embaixador Renan Leite Paes Barreto e praticamente repito a origem, o cerne da fala e da manifestação do Senador Eduardo Azeredo. Conheço muito bem a trajetória pessoal e profissional de ambos os profissionais da diplomacia que aqui se apresentam e posso, imagino eu, falar de maneira abalizada sobre ambas as carreiras e sobre ambas as pessoas.

São dois diplomatas do melhor nível dessa elite da burocracia brasileira que é o Itamaraty, preparados para exercer qualquer função exigente no campo das relações exteriores e demonstraram isso à farta nesse início de argüição com as brilhantes exposições que fizeram. Evidentemente estão muito preparados para que, no específico, Marcelo Jardim se desincumbir muito bem da função de Embaixador junto à República da Polônia e Renan Barreto junto à República da Guatemala.

São profissionais corretos, com vida pública ilibada. Imagino que o Brasil terá muito a ganhar na medida em que esses dois profissionais de escol aproximem cada vez mais os interesses brasileiros daqueles da Polônia e da Guatemala. Entendo até que o papel do verdadeiro diplomata é sair da sua missão no exterior na certeza de que melhorou a relação comercial do seu país com aquele que o acolheu, melhoraram as relações políticas entre ambas as nações, melhorou o convívio cultural e todas as demais manifestações entre os dois Estados: o representado e aquele que, de fato, o recepcionou.

Portanto, a confiança é tanta que votei antes da argüição. Eu já havia votado. O voto não é secreto. Entendo que o Brasil ganha com a indicação dos dois

diplomatas para os dois relevantes postos para os quais indica de maneira muito feliz o Governo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, efetivamente, é até um excesso, mas a Constituição exige que inquiramos indicados provenientes dos quadros do Itamaraty para Embaixador.

O Itamaraty é uma escola de alto conceito e que dá uma formação extraordinária de conhecimento não só de país, mas de mundo e do inter-relacionamento que deve haver entre esses dois grupos. Assim, os dois Embaixadores estão sendo indicados.

Marcelo Jardim foi indicado para a Polônia, país importante porque é o centro dos Bálcãs, um pólo de irradiação de atividade econômica para a Europa. E a Polônia está em franco crescimento – Polônia e Hungria são os dois países que mais se estão desenvolvendo naquela região.

Renan Barreto foi indicado para a Guatemala, na América Central, que, em proporções menores, é também um centro do mercado que pode ser considerável para a região, para o nosso País e, inclusive, para nós da Amazônia, com a Zona Franca. A dificuldade que temos é a falta de navegação marítima entre a América Central e a Amazônia e o próprio Brasil. Há que haver entendimento para a formação de um complexo de atividades, tomando por base o porto de Everglade, com o Governo da Flórida, especificamente com o Condado de Hollywood, e a Zona Franca de Manaus, em que haverá, terminado esse entendimento, uma linha natural de navegação, porque haverá uma espécie de porto franco da Zona Franca em Miami, em Everglade. Com isso, talvez melhore, porque teremos um acesso à América Central, que é grande compradora de madeiras e de uma série de produtos que fabricamos na Zona Franca.

Então, estou certo de que a escolha é merecida e de que só resta desejar aos Srs. Embaixadores sucesso na representação brasileira na Polônia e na Guatemala.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, houve um tempo em que nós, brasileiros, nos orgulhávamos muito dos nossos Diplomatas e dos funcionários do Banco do Brasil, que eram tidos como a elite do funcionalismo brasileiro e que, a todo instante, eram convocados para as funções mais relevantes deste País, tanto os do Itamaraty quanto os do Banco do Brasil. Por razões que não desejo examinar, os servidores do Banco do Brasil foram ficando para trás ao tempo em que os do Itamaraty mais ainda avançavam. Esse orgulho nós continuamos a ter dos nossos representantes da Diplomacia brasileira.

Conheço pessoalmente os Embaixadores Renan Barreto e Marcelo Jardim, com os quais já estive inúmeras vezes no Brasil e no exterior. Sei o quanto são capazes e o quanto honram a Diplomacia brasileira. Não quero me alongar, até porque precisamos completar esse processo de aprovação e votação.

Quero apenas dizer da minha alegria em também contribuir com o meu voto para que um e outro possam representar-nos no exterior.

Cumprimentos ao Presidente da República pela escolha feliz que fez dos dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Marcelo Crivella, se me permite, antes de passar a palavra a V. Exª, quero dizer que, visto que o Embaixador Marcelo Jardim foi Diretor da Área da Europa no Itamaraty e tratou, inclusive recentemente, de assunto que V. Exª trouxe e que motivou a visita do Embaixador de Portugal, António Franco, e pelo qual, ontem, fui procurado pelos Presidente e Vice-Presidente da Casa do Brasil em Lisboa, Carlos Viana e Eliana Bibas, gostaria de informá-lo, porque é possível que V. Exª faça alguma pergunta sobre este assunto ao Embaixador Marcelo Jardim, que na visita do Embaixador António Franco, este informou da existência da nova lei portuguesa de estrangeiros, Decreto-Lei nº 34/2003, que busca entendimentos que facilitem a regularização de brasileiros que estão ilegais em Portugal. O Embaixador explicou que Portugal precisa adequar a sua legislação migratória aos preceitos da Comunidade Européia; que já aconteceram dois processos de regularização extraordinária de estrangeiros em situação ilegal. No último, em 2000, foram beneficiados mais de 30 mil brasileiros. Hoje vivem, em Portugal, 50 mil brasileiros legalizados e pouco mais de três mil ilegais.

A situação econômica em Portugal não é a mesma de anos anteriores, pois o desemprego recentemente pulou de 4% para 7%. O Embaixador António Franco informou também que, no âmbito do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, assinado em Porto Seguro, em 2000, existe uma Subcomissão Consular e de Livre Circulação de Pessoas; que esta Subcomissão se reuniu em abril de 2002 e teve a participação de diplomatas, setores

policiais dos dois países. Na ocasião, sugeriram uma regulamentação bilateral de contratação de mão-de-obra e troca de informações dos serviços especializados. Ainda não uma conclusão sobre isso, mas essa situação levou a que o Embaixador procurasse novamente o Itamaraty, justamente o Embaixador Marcelo Jardim, do Departamento da Área da Europa, sugerindo uma urgente reunião da Subcomissão para ampliar o âmbito do acordo, criando a figura eventualmente da contratação temporária; e que, inclusive, no dia 06 de maio, há poucos dias, portanto, o Embaixador José Gregori esteve com o Embaixador do Brasil em Portugal, e com o Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, António Martins da Cruz, também, conversando sobre o mesmo assunto.

Tudo isso está relacionado à proposição que V. Exª fez de constituirmos uma Subcomissão para tratarmos dos assuntos de brasileiros no exterior.

São as informações que queria transmitir a todos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fico realmente maravilhado com toda a preocupação de V. Exª com os brasileiros que vivem no exterior. Passei dez anos da minha vida morando no exterior.

Antes de me dirigir aos eminentes Embaixadores, eu gostaria de ressaltar um ponto, que V. Exª foi muito feliz em citar: é que esses acordos que fazemos para que brasileiros entrem sem vistos em países da Europa e da América do Norte – países ricos, especialmente, eu também incluo a África do Sul, se bem que com o Japão não temos, mas para África do Sul e alguns países da Europa não precisamos de visto –, às vezes, é um tiro pela culatra.

No caso de Portugal, temos, segundo disse o Embaixador, nas últimas três semanas, 150 brasileiros que viajaram para lá e não entraram exatamente porque não passaram por um crivo da Embaixada portuguesa, no Brasil, para mostrar que aqui tem emprego, salário, saldo em banco, família, e foram, por um funcionário da migração portuguesa, considerados como imigrantes ilegais. Estariam indo para ficar e, portanto, não deixaram entrar.

Essa situação é complicada, porque o sujeito gasta dinheiro com passagem, passa uma noite mal dormida, às vezes duas, naqueles hoteizinhos, que não passam de uma sala; só tem acesso ao **free shop**, aos banheiros. Há casos em que o sujeito não pode tomar banho e ainda é obrigado a voltar no próximo vôo. Fora todo o embaraço que se sofre nessa situação. Realmente, é algo que precisamos tratar com muito cuidado. Não sei se prestamos um grande serviço aos nossos cidadãos quando tiramos a obrigatoriedade de visto de turista. Agora mesmo, disse-me o Embaixador, são 3.500 brasileiros que não aproveitaram essas duas oportunidades de se legalizar no país. Terão que voltar aqui para fazer essa aplicação porque não vão mais aceitar que o pedido de visto para o trabalho seja feito lá.

Voltando aos nossos eminentes Embaixadores, é um momento ímpar quando chega quinta-feira, às 10h neste Senado, quando deixamos por instantes de ser Senadores para ser alunos. E nos deliciamos com essas explanações tão bonitas, tão consistentes de pessoas que poderiam ficar aqui falando por horas porque instruem a nossa mente e levam a nossa alma a viajar por esse mundo de Deus. Parabéns! E fico mais feliz ainda porque a maioria dos que têm passado nesta Comissão vem do meu Estado, como é o caso dos dois que estão aqui. Um, de berço; outro, adotado porque nascido em Juiz de Fora, o que chamamos no Rio de Janeiro de carioca do brejo. Em Juiz de Fora não se torce pelo Tupi, se torce pelo Botafogo, se torce pelo Flamengo. Foram anexados culturalmente ao nosso Rio de Janeiro.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao nosso Embaixador. Sei que tem muita gente nos acompanhando pela **TV Senado**. Qual foi o nosso pecado? Tenho defendido aqui que façamos uma proposição da nossa Comissão mesmo, assinada por todos, para que parte dos recursos dos brasileiros que moram no exterior e são enviados para o Brasil seja de alguma forma destinada a prover nossos escritórios consulares, embaixadas no exterior. Hoje o orçamento é irrisório, 250 milhões para a representação brasileira internacional – venhamos e convenhamos – é uma verba irrisória. E os brasileiros que estão lá fora nos enviam US$5 bilhões por ano.

Embaixador Marcelo Jardim, qual tem sido o nosso pecado para que as nossas exportações recentes com a Polônia, que tiveram saldo de mais de US$100 milhões, tenham caído, no ano de 2002, para menos de US$1 milhão? Em dois anos deixamos de ter um saldo de US$100 milhões para menos de US$1 milhão no ano de 2000, se estão certos os relatórios que nos chegaram às mãos. Isso me saltou aos olhos e gostaria que V. Exª pudesse nos orientar e nos dizer o que pode ser feito para que a nossa representação no exterior tenha mais sucesso com relaçao às nossas exportações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Marcelo Jardim.

O SR. MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Senador Crivella, meu vizinho e conterrâneo, pela gentileza de suas palavras e observações.

Há dois pontos. Primeiro, esse que V. Exª abordou por último. Tenho a impressão de que talvez na montagem da informação que tenha sido enviada pelo Itamaraty tenha havido uma pequena discrepância. A rigor, no ano de 2002, o nosso comércio com a Polônia praticamente beirou os US$200 milhões. O que houve foi que o saldo foi reduzido a apenas a US$40 mil, literalmente, porque foram US$99,5 milhões de exportação e US$100 mil de importações brasileiras. Nos anos anteriores o Brasil havia exportado US$194 milhões, em 1997; US$138 milhões, em 1998; US$125 milhões, em 1999; US$210 milhões, em 2000; US$168 milhões, em 2001.

As importações foram menores. Esse comércio nos últimos seis anos tem sido tradicionalmente superavitário em relação ao Brasil. Como mencionou o Embaixador Renan Paes Barreto, ao se referir ao caso da Guatemala, isso chega a nos causar alguma preocupação. Por quê? Como já disse, temos hoje com a Polônia uma pauta de produtos, quase todos, industrializados. Alguns produtos, no caso, por exemplo, dos aviões a jato, das peças de manutenção e reposição dessas aeronaves e de alguns agregados, na área siderúrgica, de tecnologia bastante avançada, têm grande valor agregado. Assim, a nós interessa que não haja disparidades muito grandes em um fluxo de comércio que poderia ser então caracterizado por imensas exportações brasileiras e um pouco de moeda de troca.

O Senador Edison Lobão, por exemplo, conhece muito bem a Ferronorte. Hoje todos os trilhos desse grande projeto de integração na área de transporte têm sido adquiridos na Polônia. Há um direcionamento para aquele mercado, de tal forma que se possa ter uma massa crítica que compense os nossos saldos importantes nas exportações.

A idéia que V. Exª lança aqui é uma semente que – tenho a certeza e desejo – germinará, ou seja, que no futuro possamos auferir recursos dessas duas fontes dos saldos crescentes que, felizmente, o nosso comércio exterior vem apresentando e, ao mesmo tempo, das remessas de divisas por brasileiros vivendo no exterior, que representam hoje talvez o maior ingresso no País em divisas, superior à exportação de aviões a jato, de petróleo, de derivados de petróleo, de café, da própria soja. O maior produto hoje de entrada de divisas no Brasil é a remessa do trabalho honesto de brasileiros no exterior. Seria mais que justo e natural que se pudesse imaginar meios e modos de se criar mecanismos que direcionem uma parcela, por ínfima que seja, desses quase US$5 bilhões, como V. Exª mencionou, para uma revitalização da rede consular e da rede da malha de apoio e proteção a brasileiros no exterior. Esses brasileiros muitas vezes são expostos a situações de constrangimento e de dificuldades. O Ministério das Relações Exteriores, por força dos constrangimentos mais que conhecidos de natureza orçamentária, muitas vezes tem dificuldades em atender com a presteza e com a amplitude necessárias.

No caso específico de Portugal, um pouco com base no que V. Exª e o Presidente Eduardo Suplicy mencionaram com tanta oportunidade, pelas dificuldades potenciais que no momento começam já a se materializar, tive a honra de ter sido designado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso como negociador do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta com Portugal. Foi um exercício difícil, mas extremamente gratificante da arte da diplomacia, da negociação e, sobretudo, revestido de um interesse, de ambas as parte, em se chegar a uma solução. Havíamos chegado a um ponto, não digo de ruptura, mas de grande tensão e esgarçamento do tecido de nossas relações com Portugal, em razão do longo suplício que foi o problema dos dentistas e de outros profissionais brasileiros, como engenheiros, médicos publicitários, que já vinham sendo contaminados por todo o clima negativo e de dificuldades que surgiam e que claramente se cristalizavam.

Houve, da parte do Governo português de ex e deste novo Governo do 1º Ministro Durão Barroso, mostras claras de desejo de evitar situações críticas na área de migração.

Sou testemunha de que o meu trabalho e o da equipe que me acompanhou foi, em boa parte, facilitado por uma grande manifestação de vontade política do governo português de flexibilizar em alguns pontos. Isso nos permitiu chegar a um acordo no sentido de que, no plano dos profissionais liberais, dito universitários, o brasileiro em Portugal seja equiparado, para o exercício pleno de sua atividade profissional, aos nacionais dos outros países da União Européia. A mais não poderíamos chegar.

Sr. Senador, eu diria que existe um problema potencial embrionário, que começa a aparecer. Refiro-me ao caso de brasileiros em situação ilegal, que, como V. Exª, com tanta clareza e coragem, mencionou, deve-se ao tratamento – digamos – liberal que existe em face da inexistência de visto. Muitas pessoas vão ao país, fazem despesas e se expõem ao arbí-

trio de um funcionário do setor de imigração, muitas vezes para tal não plenamente preparado, o qual irá decidir se aquela pessoa pode ou não entrar naquele país. Isso acontece mesmo com vistos dos Estados Unidos. Há sempre episódios muito desagradáveis.

O que o Itamaraty está fazendo? Como o Presidente mencionou, instruímos o Embaixador do Brasil em Portugal a contatar as mais altas autoridades para tratar desse problema. Anteontem o Embaixador conversou com o Primeiro-Ministro e com o Ministro das Relações Exteriores, entregou-lhes um **aide-mémoire** e expôs a ambos, de forma categórica, muito límpida as preocupações do Governo brasileiro ante esse estado de coisas, que poderá evoluir negativamente para uma situação que claramente terá todos os elementos para contaminar negativamente o relacionamento político, econômico, cultural e humano, que é tão positivo.

É difícil, porque obviamente o que o Embaixador mencionou ao Presidente da Comissão e a V. Exª procede. O país vive uma crise de estagnação, de queda das atividades econômicas. O nível de desemprego é muito elevado e há os compromissos assumidos no plano europeu, como o Acordo de Shengen de imigração, que são mais restritivos à ampliação já feita e aprovada da União Européia, liberando-se, por conseguinte, a livre circulação. Os principais países aderiram automaticamente ao acordo de Shengen, que regulamenta a livre circulação de nacionais de países integrantes da União Européia no espaço europeu. Efetivamente existem razões que levam o governo português a tomar medidas mais coercitivas.

Há também outra realidade, que é uma relação excepcional e diferenciada entre Brasil e Portugal. Estamos procurando convencer o governo português da necessidade de resolver o problema. Esperamos o decidido apoio do Congresso Nacional brasileiro, cujas relações com a Assembléia da República Portuguesa são tão íntimas, tão intensas. Queremos que na regulamentação da lei de 12 de março último seja conferido tratamento, senão diferenciado, mais flexível aos brasileiros, na medida em que nossas relações são excepcionais e estão calçadas juridicamente em instrumentos, como o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, ou de uma forma talvez um pouco menos estreita, ligeiramente mais lata aos nacionais de países da Língua Portuguesa – CPLP.

Esse é um trabalho que deve ser feito junto ao Parlamento, aos Congressistas portugueses, e que já vem sendo feito há alguns dias junto a autoridades do governo português. É nossa intenção usar dos mecanismos diplomáticos de que o País dispõe com Portugal, no caso a Subcomissão para o Trato de Assuntos Consulares de Imigração, da mesma forma que estamos solicitando também, de forma a evitar problemas potenciais, a reunião da Subcomissão para o Exercício de Profissões Liberais, que também existe no âmbito do tratado. Proximamente, no mês de junho, deveremos ter esse encontro.

Antes que os problemas surjam, a idéia é que, através do diálogo aberto, franco, direto, possamos colocar as questões que nos preocupam e que, certamente, preocupam também os portugueses.

É importante que se saliente que o estoque dos investimentos de Portugal no estrangeiro concentrados no Brasil chega a 52% de todos os investimentos portugueses no exterior, o que mostra que há uma relação de confiança no Brasil, que há uma relação privilegiada com o nosso País. É importante que trabalhemos junto com eles. Toda a boa vontade existe de nossa parte, mas também é indispensável que haja uma posição de firmeza, levando-se ao limite da intransigência, onde for possível, na defesa dos interesses dos nacionais brasileiros.

Desculpe-me se me alonguei um pouco, mas era para lhe transmitir algumas informações sobre o estado dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou pedir, na conclusão, ao Embaixador Renan Leite Paes Barreto e ao Embaixador Marcelo Jardim que façam uma reflexão sobre o tema exposto, se há também um desenvolvimento relacionado a essa questão da livre circulação de pessoas na América Central e nas Américas.

Pergunto ao Embaixador Renan Leite Paes Barreto em que medida está a questão da livre circulação hoje na Guatemala e nos demais países da América Central, assim como no México e nos outros países da América do Sul e nos Estados Unidos, se é possível vislumbrar, hoje, a evolução da livre circulação das pessoas nas Américas, diante da barreira criada ao sul dos Estados Unidos com respeito ao restante da América e que tem causado tanta preocupação. Refiro-me ao muro junto ao rio Grande. Pergunto em que medida avalia V. Exª que poderá haver uma evolução importante no que diz respeito à integração dos povos da América.

Pergunto ao Embaixador Marcelo Jardim, na medida em que, especialmente nas últimas duas décadas, houve uma formidável evolução nesse sentido com a livre evolução de pessoas entre os países da União Européia, que agora se estende para países como a Colômbia, qual a provável evolução disso e como poderemos ver a evolução da livre circulação

de pessoas, que um dia poderá ocorrer, dos povos da África, da Ásia, das Américas, da Oceania para os países da União Européia, ressaltando que impacto haverá à Polônia dessa maior integração, inclusive do ponto de vista da circulação de pessoas.

No diálogo que tive há pouco com o Embaixador de Portugal, ele me informou que há quatro milhões de portugueses fora de Portugal e que, da população hoje do Brasil de 175 milhões, estima-se um número como de 2 a 3 milhões, aproximadamente. Ou seja, ainda são relativamente poucos para o tamanho da população brasileira que tem procurado viver no exterior. Isso é algo interessante do ponto de vista dos brasileiros, já que muitos preferem estar no Brasil.

Peço a ambos que, na conclusão, dêem uma breve informação e façam uma reflexão sobre o tema.

Tem a palavra o Embaixador Renan Leite Paes Barreto.

O SR. RENAN LEITE PAES BARRETO – A pergunta de V. Exª se reveste de uma extraordinária importância. De fato, no momento em que estamos vivendo esse processo de globalização de blocos econômicos, a livre circulação de idéias, a Internet, a comunicação de massa, a circulação de pessoas não está acompanhando esse processo no mesmo ritmo. A própria discussão da Alca, tanto quanto eu saiba, não está contemplando a livre circulação de pessoas, mas as mercadorias. Realmente, esse é um ponto que a nossa chancelaria e também a chancelaria dos demais países americanos deveriam levantar, creio eu, no processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas.

Recentemente, assinamos aqui em Brasília, como V. Exª sabe, um acordo pelo qual os povos dos países integrantes do Mercosul já dão os primeiros passos no sentido da livre circulação, isso é verdade também no âmbito do mercado comum centro-americano.

Aliás, nas relações bilaterais Brasil-Guatemala, devo relembrar que quando o então Chanceler da Guatemala Francisco Orellana esteve aqui, em outubro do ano passado, foi assinado um acordo de supressão de vistos em passaportes comuns entre brasileiros e guatemaltecos.

Na minha experiência pessoal, gostaria de recordar que fui cônsul, durante quatro anos, em Nova Iorque. Naquele momento, estávamos dando início – o Itamaraty, por meio do seu departamento consular e jurídico – a uma nova política em relação aos imigrantes brasileiros. Então, tive a oportunidade de participar dos primeiros consulados itinerantes que fazíamos na região de Nova Iorque, onde se estimava a existência de 250 mil brasileiros. Inclusive, presenciei cenas que, num certo momento, chegavam até nos comover, como, por exemplo, o deslocamento de funcionários e diplomatas do Brasil em Nova Iorque para uma cidade vizinha, chamada Newark, onde há 35 a 40 mil brasileiros.

Na legislação trabalhista dos Estados Unidos, perder um dia de trabalho implica perda de salário, e isso pode ter conseqüências no emprego. O fato é que chegamos subitamente à cidade de Newark, com o consulado se deslocando para trazer assistência aos brasileiros que lá residiam, e, de repente, presenciei cenas de crianças de seis, sete anos, que não tinham sido registradas como brasileiras – não havia consulado em Newark – e os pais não tinham tido tempo, oportunidades ou pensaram que poderiam se arriscar se fossem passar o dia inteiro em Nova Iorque, perder um ou dois dias de trabalho para fazer esse registro.

Então, filas intermináveis colocavam-se diante de nós, nos primeiros momentos daqueles consulados itinerantes, pessoas nos abraçavam, pais comovidos dizendo que, finalmente, os filhos estavam adquirindo a nacionalidade brasileira, além de todos esses dramas humanos que o agente consular presencia, na medida em que as repartições consulares no exterior registram os aspectos da vida civil das pessoas, ou seja, concedem atestado de óbito, registro de nascimento, casamento ou divórcio. Pude presenciar um pouco desses dramas humanos, no bom sentido, porque estávamos resolvendo, mas, de fato, deve haver um arcabouço jurídico mais liberalizante em relação a essa circulação de pessoas. Na época estimávamos algo em torno de 600 ou 700 mil brasileiros morando nos Estados Unidos. Para as autoridades americanas, 90% desse total era considerado ilegal, mas ilegal porque apenas a documentação deles em relação à estada nos Estados Unidos não estava, vamos dizer, atualizada. Para nós não eram ilegais e, de fato, não estavam cometendo nenhuma irregularidade, salvo não terem conseguido a legalização.

Para concluir, quero dizer que considero o tema da pergunta de V. Exª, a circulação de pessoas, extremamente relevante.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Esse assunto efetivamente desperta um interesse geral. No entanto, no mundo atual, no mundo em que vivemos, os países têm que adotar sistemas de guarda porque o terrorismo se alastra, o narcotráfico se alastra, o desemprego aumenta no mundo inteiro e se os países não estabelecerem condições de entrada,

de ingresso e de permanência, vai haver maiores problemas sociais neste país. Imaginem se os Estados Unidos abrissem as fronteiras da liberdade da imigração, todos os países da América Central e as Antilhas iriam para lá viver o **american way of life**. Isso justifica o cuidado na seleção e na concessão do visto para aqueles que querem migrar de um país para outro. Inclusive nós, no Brasil, temos que ter esse cuidado. A população migrante dos países vizinhos é muito grande, e nessa população migrante a quantidade de bandidos é muito grande também. Essa é a colocação que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Gilberto Mestrinho, o Embaixador Renan Paes Barreto gostaria de aduzir um argumento, por favor.

O SR. RENAN LEITE PAES BARRETO – Concordo com as palavras de V. Exª. Na política de migração dos Estados Unidos, há duas linhas contraditórias que se sucedem ou se sobrepõe: há momentos em que as autoridades americanas restringem a entrada de estrangeiros, atendendo sobretudo às pressões de sindicatos e taxas de desemprego; e há momentos em que fazem vista grossa, porque a dinâmica do capitalismo americano praticamente não funcionaria nos moldes em que funciona, se não fossem os endocumentados, que, afinal recebem salários mais baixos e não têm os mesmos privilégios em termos de sistema de saúde. Na prática, já existe isso. Se quisessem efetivamente proibir a entrada de estrangeiros, não teriam 20 milhões de mexicanos, não teriam 700 mil brasileiros. Afinal, um povo que consegue deslocar o ser exército para o outro lado do mundo, que têm os avanços tecnológicos que os Estados Unidos têm, se quisesse controlar o avanço de migrantes em suas próprias fronteiras, bastaria, por exemplo, fazer uma checagem na rua 46 em Nova Iorque, onde de cada 10 brasileiros talvez 8 estariam endocumentados. A política de migração americana deixa essa lacuna, inclusive propositalmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – gostaria de ponderar, diante da observação do prezado Senador Gilberto Mestrinho, que, obviamente, todas as nações têm o direito de estar cuidando das suas fronteiras, mas é próprio do povo norte-americano e da sua história que para lá vão pessoas dos mais diversos lugares do mundo. Costuma-se dizer "fazer a América", "buscar a América". Isso faz parte da história do povo norte-americano. No final do século XIX, a França, por exemplo, deu de presente aos Estados Unidos a Estátua da Liberdade, para representar esse simbolismo de que a América é um lugar onde todos são bem-vindos. E assim muitos foram para lá com essa perspectiva.

É claro que há a preocupação, e não apenas por parte das autoridades americanas, mas também das européias e portuguesas, com o terrorismo, com a bandidagem, com as máfias ou com as organizações de atividades ilegais, inclusive em relação àqueles que organizam empresas um tanto irregulares para poderem contratar pessoas seja para prostituição ou outras atividades informais. Isso tudo precisa ser objeto de consideração.

Por outro lado, há poucos dias, li o livro **Onze Minutos** – não sei se V. Exª já teve a oportunidade de lê-lo –, última obra de Paulo Coelho, que fala de uma moça do interior do Brasil que vai a um dos lugares de maior renda **per capita** do mundo, Genebra, e ali inicia a sua vida de prostituição. Trata-se de uma história até comovente e interessante, que nos leva também a uma reflexão de que de tudo há que se aprender.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Efetivamente, nós da América Latina, somos fruto da imigração. Até nas pedras da rua estão os traços do imigrante, diz uma canção popular. Mas o mundo tem mudado, mudou totalmente e a história da imigração, toda ela, nem sempre foi boa.

Há pouco, o Embaixador Renan citou um grande rival do Cortés. O que essa gente fez com os imigrantes foi terrível na América Central e no México. E essas raízes ficaram. Hoje se cria um nacionalismo próprio, mas é preciso ter cuidado, porque o mundo de hoje não é o mundo de ontem; como o de amanhã não será o de hoje.

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, que também viveu muito tempo no exterior.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Presidente.

Inicialmente, cumprimento o Embaixador Renan Paes Barreto pela difícil missão que terá como Embaixador na Guatemala. Cumprimento também o Embaixador Marcelo Jardim, indicado para a Embaixada na Polônia, um país de tradições extraordinárias, do qual conheci praticamente cada metro do seu território nas diversas oportunidades que tive de trabalhar lá.

Mas eu queria, inicialmente, relatar o porquê de considerar difícil a missão do Embaixador Renan Paes Barreto. Tive oportunidade de, como jornalista e

correspondente de guerra, cobrir a guerra civil na Guatemala. Identifiquei, na época, um dos países mais violentos que conheci, incluindo os países que conheci na África e no Oriente Médio. Mas a guerra civil, na Guatemala, foi um conflito de seriíssimas proporções. Até hoje – ainda agora conversava a respeito com o próprio Embaixador Paes Barreto – não se conseguiu entender por que desapareceram, nesse conflito, por assim dizer, 200 mil pessoas. Um país tão pequeno, encravado no meio da América Central! Duzentas mil pessoas foram vitimadas nesse processo da guerra civil, e a maior parte era de índios, nativos, que, simplesmente, foram dizimados por um governo autoritário, um governo mão de ferro, um governo militarista, um governo que não tinha a menor consideração com o ser humano.

Eu dizia para S. Exª que, num determinado momento, em um dos dias da nossa cobertura – eu, no centro da capital, da cidade da Guatemala – rompe-se, de repente, um tremendo tiroteio entre forças do exército e os guerrilheiros, e eu fui colhido, junto com a minha equipe, exatamente no centro do tiroteio. Só nos restou deitar no chão – e estávamos exatamente no meio da rua de uma avenida central – e sair rolando até chegar à beirada da calçada. De repente, cai na nossa frente uma bomba de gás lacrimogêneo, atirada com um lança-granadas, à distância, e fomos salvos por um comerciante que, atendendo aos nossos gritos e apelos, porque esmurrávamos a porta de uma pequena loja, levantou um pouquinho aquela porta corrediça, e eu lhe fiz um dramático apelo: "Somos jornalistas e estamos aqui fazendo a cobertura da guerra. Por favor!" Ele, então, nos puxou para dentro da loja e abaixou a porta. Lá ficamos durante três horas, quietinhos, sem fazer barulho, observando. Quando terminou aquele tiroteio sem fim, conseguimos sair e voltar ao nosso hotel.

Agora, consta que um dos líderes desse movimento militar do passado é candidato a Presidente, Sr. Presidente! Imaginem se essa figura chegar novamente ao poder na Guatemala, o que não irá acontecer com este país! Observem a importância que existe agora na relação entre Brasil e Estados Unidos. V. Exª, evidentemente, vai sentir isso no instante em que se aportar ao país, a preocupação que já existe, principalmente dos grupos liberais, dos partidos e das pessoas que estão empenhadas na manutenção da democracia e das liberdades individuais. Tenho certeza de que V. Exª vai cumprir, rigorosamente, a sua difícil missão na Guatemala.

Sr. Presidente, quero saudar também o nosso Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, que, neste momento, está ocupando a Presidência da nossa Subcomissão.

Quero aproveitar para fazer um comentário, já que o Embaixador disse que está indo para Polônia. Aquele país é um dos maiores exportadores de imigrantes para os Estados Unidos. A colônia polonesa, nos Estados Unidos, chega a quase 10 milhões de pessoas. Há regiões inteiras nos Estados Unidos que são povoadas por poloneses. Vivem lá como se vivessem na Polônia, falando polonês e inglês. Vivem a cultura polonesa e se sentem na Polônia, muito embora, é importante lembrar, o polonês, nos Estados Unidos, é mais ou menos como o português para o brasileiro. Toda piada de mau gosto é atribuída aos poloneses – não sei por que cargas d'água!

Aproveitando a correlação da imigração e até com a preocupação do Senador Gilberto Mestrinho, eu gostaria de lembrar de algo que estamos esquecendo sempre que abordamos os assuntos internacionais e as preocupações que deve ter o Ministério das Relações Exteriores e, notadamente, os embaixadores que estão sendo designados. Nós sempre nos preocupamos com os vivos. Eu quero manifestar uma preocupação muito séria com os mortos. E por quê? Quando morre um brasileiro no exterior, quem é o responsável? O que acontece? Para que local se manda o corpo? Quem arranja o transporte do corpo para o Brasil? Quem é que paga a conta? O que acontece com a responsabilidade civil e com a responsabilidade governamental? Temos de estabelecer o princípio de que o cidadão brasileiro, em qualquer lugar do mundo, é um cidadão brasileiro no gozo de todos os seus direitos e, evidentemente, com todas as suas responsabilidades. Digo isso porque vivi um momento como esse, Sr. Presidente. Não sei se foi à época em que o Embaixador Paes Barreto estava em Nova York, mas relato em três minutos um fato que me deixou profundamente chocado e que até hoje me faz lembrar de um instante absurdo das relações, pelo menos da imprensa e minha, com o Itamaraty.

Numa quinta-feira, a minha secretária, em Nova York, disse-me que tinha uma pessoa que queria falar comigo e era apresentada por um amigo. Mandei a pessoa entrar e disse: "Olha, vou receber o senhor aqui rapidamente porque estou indo para o Brasil e tenho 1h e 30min para chegar ao aeroporto e vou levar, daqui lá no, mínimo 45min. Então, vamos fazer o seguinte: vou receber o senhor na segunda-feira quando voltar." Ele me deixou um cartão e dei um cartão meu de chefe da sucursal da Rede Globo em Nova York para ele.

Vim ao Brasil, passei o fim de semana, como sempre fazia de quinze em quinze dias no máximo, peguei um avião e cheguei em Nova York. Às 9h, entrei no meu escritório e lá havia um recado da Polícia de Nova York para que eu entrasse em contato, imediatamente, com o detetive Trapano. Liguei para ele, que me perguntou: "O senhor conhece o Seu Francisco (estou dando um nome fictício)?" Eu lhe disse: "Olha, conhecer não. Estive com ele na quinta-feira, não pude atendê-lo porque estava viajando, mas ele ficou de voltar hoje aqui às 9h. Estou esperando por ele." Ele me disse: "Ele não vai poder comparecer". Eu digo: "Por quê? Ele foi preso?" Ele disse: "Não. Ele morreu. Ele foi assassinado e encontramos no bolso dele um cartão seu. Só que ele foi assassinado em circunstâncias meio complicadas e misteriosas. Ele foi achado morto num hotelzinho de relações escusas, freqüentado por homossexuais, e queríamos que o senhor identificasse o corpo".

Eu disse: "Nem sei se serei capaz de identificá-lo, porque vi esse cidadão, rigorosamente, por três minutos. Não sei se o rosto dele, simpático, que apareceu aqui no meu escritório, é o mesmo do de um corpo sem vida que vou encontrar no necrotério da cidade." Ele disse: "É, mas, na verdade, se o senhor não quiser ir vou ter que intimá-lo". Eu disse: "Perfeitamente. Então, antes da intimação, vou identificar o corpo." Cheguei ao necrotério de Nova York, onde os corpos são colocados como se fosse naquela maquininha de vender cachorro quente, onde as salsichas vão passando uma a uma. É uma esteira rolante em que se olham aqueles corpos passando e quando chega o corpo que você acha que é o que tem que identificar, você aperta um botão e pára a máquina.

Então, de repente, passou um corpo que eu achava que era e apertei o botão: "Ah, esse aqui!" Tiraram o corpo e fui fazer a inspeção para ver se era mesmo a pessoa com a qual tive três minutos de relação.

Disse: "Realmente, é este. Agora, posso fazer uma pergunta?" O repórter dentro de mim não deixava passar aquela oportunidade, porque o rosto do rapaz estava todo cheio de hematomas. E eu disse assim: "Por que ele está com o rosto cheio de hematomas?" "Ah, o senhor que saber por quê? Bom, isso aí já é um processo. Um minutinho só." E, aí, pegou um papel e começou a preencher uma ficha em que eu estava reclamando que o corpo que fui identificar estava com hematomas e aquilo iria iniciar uma ação na Justiça. Foi uma tragédia.

Liguei para o Consulado brasileiro: "Olha, gente, estou ligando porque fui submetido a essa situação, encontrei essa pessoa três minutos e agora estou aqui sem saber o que fazer e queria que o Consulado assumisse isso."

Veio alguém do Consulado e me pediu para assinar um documento de que eu teria identificado o corpo. Assinei o documento. O corpo ficou à disposição no necrotério e ninguém tomou conhecimento do pobre coitado do Francisco.

De repente, pedi a um amigo da **Rede Globo** de Brasília, Antonio Carlos Drummond, diretor da empresa, que localizasse a família do pobre coitado, porque, no mínimo, o corpo teria que voltar para o Brasil.

Duas horas depois, me ligou o irmão do morto e disse: "Hélio Costa, muito obrigado." Respondi que não havia feito nada, apenas havia identificado o corpo e queria saber que providências tomar. "Por favor, mande-me o corpo do meu irmão! O senhor é a única pessoa que eu tenho aí." Fui ao Consulado e perguntei como fazer. "Vamos cremar o corpo. É a melhor solução. Ao invés de mandar um corpo inteiro, vamos mandar uma caixinha." O irmão autorizou a cremação do corpo e enviamos as cinzas.

Três meses depois, Sr. Presidente, recebo uma ligação da direção da **Rede Globo**, pedindo para eu vir ao Brasil, urgentemente. Chego ao Rio de Janeiro pensando que tinha sido demitido. Só podia ser isso. "Queremos saber se você está tendo algum problema financeiro." "Eu? Problema financeiro? Por quê?" "Porque há uma reclamação aqui de que o senhor está devendo US$5 mil a uma agência funerária." "Eu, devendo US$5 mil a uma agência funerária? Não morreu ninguém da minha família! Não conheço isso." Aí, me trazem os documentos. Era o pobre coitado do Francisco, cremado.

A conta foi para mim, Sr. Presidente. Além de eu identificar o pobre coitado, além de cuidar do cidadão e arranjar o transporte das cinzas da vítima, ainda me mandaram a conta de US$5 mil para eu pagar.

Fui ao Consulado e disse: "Não tenho como pagar isso aqui. Vocês é que vão pagar isso?" Ninguém queria assumir a conta, o Governo também não era responsável.

Sr. Presidente, estou lhe narrando um fato que certamente se repete todos os dias, porque são inúmeros os casos de brasileiros que morrem no exterior, e não sabemos como resolvê-los. De quem é a responsabilidade, até humana, de resolver essas questões? Ainda recentemente eu lembrava a V. Exª o caso de uma brasileira que morreu ao tentar atravessar o rio Grande, na fronteira do México com os Estados Unidos. Não foi a primeira, nem a segunda.

Inúmeros brasileiros já morreram nessa situação, e temos que tomar uma providência.

Então, eu pediria que V. Exª encaminhasse ao Ministério das Relações Exteriores essa indagação: de quem é a responsabilidade, quando morre um cidadão brasileiro no exterior? Quem tem a obrigação de repatriá-lo? Quem tem a obrigação de mandar o seu corpo à sua família, à sua terra?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Sr. Renan Leite Paes Barreto.

O SR. RENAN LEITE PAES BARRETO – A história que V. Exª contou, de fato, é impressionante. Não me lembro se isso teria acontecido no período em que eu estive lá, que foi de 1995 a 1999.

Mas, tanto quanto eu saiba, a responsabilidade sobre o translado do corpo de uma pessoa falecida no exterior é da família, originalmente. Há uma verba consular – alocada aos Consulados –, muito inferior à necessidade. Em alguns casos, essa verba é utilizada. No período em que estávamos em Nova Iorque, usávamos muito o apoio das igrejas, sobretudo o das evangélicas, para inúmeras coisas. Brasileiros sem recursos, por exemplo, ficavam hospedados nas igrejas até que pudessem partir, no caso de estarem sendo repatriados. Fazíamos também coleta de recursos por intermédio das igrejas.

Mas, efetivamente, quanto aos recursos alocados – sobretudo porque mudamos o perfil da nossa população, que era de imigrantes e tornou-se de emigrantes –, seria necessário que houvesse um reforço, não apenas em termos financeiros, mas também em termos legais, jurídicos.

De toda forma, só para registro, em 1995, houve uma modificação na nossa política consular, e os consulados brasileiros, no exterior, passaram a ser mais pró-ativos do que eram até então.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Faço, então, uma sugestão, Sr. Presidente. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, no período em que fui Presidente, identificamos que, todos os anos, nas emendas de Bancada, existe sempre uma emenda daquela Comissão, na Câmara, destinada ao Itamaraty. São quatro emendas, na realidade: uma vai para o Exército; uma, para a Marinha; uma, para a Aeronáutica; e a outra, para o Ministério das Relações Exteriores. Na minha época de Presidente da Comissão, fizemos um acordo com o Ministério das Relações Exteriores, e destinamos essa verba toda aos países de língua portuguesa, ao CPLP, para incremento das relações de todos os tipos entre o Brasil e os países de língua portuguesa.

Entendo que esse seria o caminho, Sr. Presidente, para que alocássemos recursos e o Ministério das Relações Exteriores tivesse condições de, em casos dessa natureza, poder assumir a responsabilidade, despachar o corpo para o Brasil, o que é, no mínimo, um ato de caridade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Na oportunidade que estivermos examinando as emendas, poderemos fazer essa consideração. Ademais, conforme dito no início da reunião, teríamos hoje um requerimento extrapauta, relacionado à questão dos brasileiros no exterior. Como não há um número suficiente para deliberarmos sobre esse ponto, fica adiado esse item para o início da próxima reunião. Assim, já dada a todos a informação, porque foi distribuído hoje, ressalto que anexo a este requerimento está o documento de Lisboa, que trata das conclusões do Primeiro Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior. Peço aos membros da Comissão que possam conhecê-lo para assim, na próxima semana, examinarmos esse assunto.

O Embaixador Marcelo Jardim poderá complementar a informação sobre o tema, por favor.

O SR. MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM – Só rapidamente, pelo adiantado da hora. Todo processo de integração implica uma série de valores a serem adotados como regras de comportamento: transparência, ética, livre circulação de pessoas. Essa é a nossa postura no âmbito do Mercosul e essa é e tem sido a postura adotada pelos países formadores do espaço europeu comunitário.

Há também uma outra questão: da mesma forma que se tem na economia, no comércio, a tarifa externa comum, que é uma barreira a produtos de terceiros, países fora do bloco, há a tarifa externa comum adaptada à imigração, à questão de certas restrições a nacionais de outros países fora daquele espaço.

No caso específico da Polônia, temos acordos já em plena vigência de livre trânsito de nacionais. Brasileiros que viajam à Polônia e poloneses que vêm ao Brasil estão dispensados dos requisitos de visto de entrada, como turistas, como diplomatas, como oficiais de seus governos. Obviamente, quem vai trabalhar tem que ter contrato, mas isso faz parte da própria legislação brasileira, no caso polonesa.

No aspecto da Polônia em si, a entrada na União Européia virá gerar grandes benefícios também nessa questão. A idéia inicial era de que os paí-

ses mais desenvolvidos do espaço europeu pudessem ser invadidos por hordas, digamos assim, de poloneses sem emprego que desejariam maiores oportunidades de emprego. No entanto, há aí uma lógica virtuosa.

Em primeiro lugar, a coincidência de dificuldades econômicas, sobretudo na maior economia européia, terceira maior do mundo, que é a alemã, gerando desemprego e obviamente dificuldades a imigrantes, que possam querer melhorar as suas condições de vida. Por outro lado, as medidas de preempção, por parte sobretudo dos países europeus mais importantes de, para evitar um fluxo de imigração não desejada em seus territórios, incentivarem investimentos produtivos nesses países que estão entrando agora.

A Polônia, no caso específico, possui o maior estoque de investimento comunitário de países da União Européia em todo o espaço da Europa Central, e o redirecionamento, sobretudo a partir da entrada plena no espaço europeu de investimentos produtivos, deverá ser ainda maior, fixando, por conseguinte, o produto nacional nas fronteiras do seu país. Porque, acredito que à exceção de alguns diplomatas, como nós, a maior parte das pessoas quer mesmo morar, com felicidade e tranqüilidade, dentro do seu próprio país, em sua própria nação. Acredito que a imigração só se faz por aventura, quando somos mais novos, ou por necessidade, quando a situação econômica assim impõe.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não vejo dificuldades maiores, sobretudo, no caso da Polônia e de outros países centro-europeus, no que respeita ao risco do aumento da imigração indesejada ao Brasil. Pelo contrário, com o exemplo de 1,3 milhão de descendentes poloneses que temos, sua vinda para o Brasil, da mesma forma que os estrangeiros que construíram a América, como disse o Senador Presidente, será sempre bem-vinda e é sempre uma contribuição positiva. Até porque, no caso específico da Polônia, inexiste uma síndrome que atualmente é extremamente perigosa e complicada: a questão das máfias da Europa Oriental. Não existe propriamente uma máfia polonesa, de forma que também nesse aspecto nada haveríamos a temer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço aos Senadores Hélio Costa e Gilberto Mestrinho que votem, se ainda não o fizeram. Peço também que colaborem, logo a seguir, para escrutinar os votos depositados.

Enquanto S. Exªs fazem a contagem dos votos, aproveito a oportunidade para informar aos Srs. Senadores sobre o convite realizado pelo Assembléia da República Portuguesa, no sentido de que uma comissão composta de Senadores e Deputados possa visitar aquele país. Os Senadores Luiz Otávio, Marcelo Crivella, Fernando Bezerra, Rodolpho Tourinho e Duciomar Costa expressaram disposição de participar desta visita que se realizará de 19 a 25 de maio do corrente ano. Os custos, exceto passagem aérea, serão pagos pela República de Portugal.

Conversei com a Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Zulaiê Cobra, e acordamos que participarão dessa missão a Portugal três Deputados e dois Senadores.

Cumprimentamos o Embaixador Marcelo Jardim e o Embaixador Renan Paes Barreto. Informamos que houve 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção para ambos.

Agradecemos pelos depoimentos de ambos e desejamos sucesso em suas missões.

Registramos a presença da Srª. Lívia, esposa do Embaixador Renan Paes Barreto.

Permitam-me apenas completar a informação: estamos diante de um bom dilema. Na verdade, cinco Senadores expressaram o desejo de participar da missão a Portugal. Contudo, acordamos ser razoável que a Câmara seja representada por três membros, e o Senado, por dois. O Senador Marcelo Crivella é um dos indicados. Partilho com V. Exªs que critério adotar, já que, provavelmente, essa missão não será a única da nossa gestão. Primeiramente, deixei para os demais, e há cinco interessados fora o Vice-Presidente da Comissão. Inclusive, acabo de receber um convite para fazer uma palestra na Colômbia, dia 12 de junho, sobre orçamento participativo e a renda básica de cidadania, num simpósio. Já avisei ao Vice-Presidente – e aviso a todos – que no dia 12 haverá sessão e S. Exª irá presidi-la. Se eu viajar muito, teremos que equilibrar isso. Quem sabe podemos, se estiverem de acordo, ter um Vice-Presidente escolhido e depois utilizar o critério de sorteio para a escolha dos demais? Se os Srs. Senadores considerarem adequado, poderemos proceder de acordo com esse critério. (Pausa)

Está bem. V. Exªs preferem fazer hoje ou na próxima quinta-feira o sorteio para a escolha de um dentre os quatro outros? (Pausa)

Pediria à Sra. Lúcia que escrevesse os outros quatro nomes num papel – Duciomar Costa, Rodolp-

ho Tourinho, Luiz Otávio e Fernando Bezerra –, para que seja feito o sorteio, aberto a todos.

Agradecemos a presença do Sr. Carlos Viana e da Srª Eliana Bibas, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Casa do Brasil de Lisboa, que trouxeram o documento sobre os brasileiros no exterior.

Quero informar também que um dos principais preocupados com essa questão é o Procurador da República Guilherme Shelb, que participou do Primeiro Encontro de Brasileiros no Exterior, realizado em Lisboa, e informou-me que há a previsão de um segundo encontro, a ser realizado em Nova Iorque, dessa vez mais voltado para aqueles que estão no Hemisfério Norte, mais do lado dos Estados Unidos, do Canadá e do México. Esse encontro será realizado no segundo semestre.

A propósito, solicitei ao Presidente do Banco do Brasil, instituição que foi um dos patrocinadores do primeiro encontro, se fosse possível, que colaborasse também como patrocinador desse segundo, para que se possa receber o Sr. Guilherme Shelb, que exporá a importância e as razões desse encontro.

Esse item – a formação de subcomissão para acompanhar esse tema – será o primeiro da pauta na próxima semana.

Façamos o sorteio do nome que acompanhará o vice-presidente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Todos os anos, no fim de agosto até a primeira quinzena de setembro, o Congresso envia a Nova Iorque Deputados e Senadores para participarem da Assembléia Geral da ONU. Seria interessante sugerir aos patrocinadores desse Encontro de Brasileiros no Exterior que, se possível, realizassem o encontro em data inserida exatamente dentro desse espaço de tempo – entre 15 de agosto e 15 de setembro -, porque, certamente, teríamos Deputados e Senadores que gostariam muito de participar de um encontro como esse e, já estando lá, teriam mais facilidade para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Qual a sua sugestão? Será que V. Exª poderia repeti-la? Desculpe, fui interrompido.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Que o senhor sugira aos organizadores do Encontro de Brasileiros no Exterior a ser realizado em Nova Iorque que façam o evento entre 15 de agosto e 15 de setembro para aproveitar a presença dos Parlamentares presentes à Assembléia Geral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Foi acolhida a sugestão.

O nosso Vice-Presidente escolherá o nome e, se este não puder ir, na próxima semana escolheremos outro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco\PL – RJ) – Sr. Presidente, antes de revelar o nome do sorteado, gostaria, em nome dos milhares de telespectadores da **TV Senado**, de fazer um apelo ao Senador Hélio Costa para nos desvendar o último capítulo daquela novela: quem pagou os US$5 mil do Francisco lá em Nova Iorque?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não queria entrar em detalhes, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco\PL – PT) – Perdoe-me a indiscrição.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A situação chegou a um ponto tão grave, que solicitei ao meu companheiro e querido amigo Antônio Carlos Drumond, que era o representante do jornalismo da **TV Globo** em Brasília, que fosse ao gabinete do então Ministro Silveira no Ministério das Relações Exteriores e, do seu lado, fizesse um telefonema para mim.

Posicionei-me, em determinado momento, na minha sala em Nova Iorque, e o Antônio Carlos Drummond foi ao Ministério das Relações Exteriores, ligou para mim e passou o telefone ao Ministro para conversar comigo. Portanto, atendendo ao meu apelo, ele pagou.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco\PL – PT) – Revelado o segredo, o sorteado foi o Senador Duciomar Costa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Faremos a comunicação ao Senador Duciomar Costa.

Muito obrigado, Embaixadores Marcelo Jardim e Renan Paes Barreto.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h e 10min.)

Ata da Décima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quinze de maio do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia quinze de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO**

MATARAZZO SUPLICY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JOSÉ AGRIPINO, PEDRO SIMON, MARCELO CRIVELLA, RODOLPHO TOURINHO, LÚCIA VÂNIA, ANTERO PAES DE BARROS, HÉLIO COSTA, DUCIOMAR COSTA, TIÃO VIANA, LUIZ OTÁVIO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, JOÃO CAPIBERIBE, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, JOÃO RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO, HELOÍSA HELENA, AELTON FREITAS, GILBERTO MESTRINHO, JOÃO ALBERTO SOUZA, MARCO MACIEL E ARTHUR VIRGÍLIO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e requer inversão de pauta que é aprovada pela Comissão. **Extrapauta, Item um: Mensagem (SF) nº 89, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá. O Senhor Presidente designa relator "ad hoc" Senador Hélio Costa que procede à leitura do relatório. Após a leitura, o Senhor Embaixador faz sua exposição de motivos. Passa-se à argüição. **Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, João Capiberibe, Antônio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa e o Senhor Senador Marcelo Crivella**. Após a votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Rodolpho Tourinho para servir como escrutinador. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação do indicado por dezessete votos. Retoma-se os itens de pauta. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação, **o Requerimento nº 04 – 2003/CRE**, de autoria do Senhor Senador Marcelo Crivella, requerendo a criação de uma Subcomissão Permanente destinada a estudar, propor e adotar medidas necessárias à implementação das propostas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior" e o **Requerimento nº 11 – 2003/CRE** no âmbito da mesma matéria, a criação de uma "Subcomissão Permanente destinada à Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior". Não havendo quem queira discutir, os Requerimentos foram aprovados. **Item três: Projeto de Lei da Câmara nº 02, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que dispõe sobre a alienação por doação de uma Corveta da Marinha do Brasil. O Senhor Presidente designa relatora "ad hoc", Senadora Patrícia Saboya Gomes que faz a leitura do parecer favorável. O Senhor **Senador Hélio Costa faz uso da palavra**. O parecer foi aprovado. **Item quatro: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 150, de 2002,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata de alocação especial de Direitos Especiais de Saque – DES. O Senhor Presidente designa o Senador Rodolpho Tourinho, relator "ad hoc", que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item cinco: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 08, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, e recuperação da atual Ponte Barão de Mauá, celebrado em 21 de novembro de 2000. O Senhor Senador Pedro Simon procede à leitura do seu parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir o parecer é aprovado. **Item seis: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 10, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países Membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000. O Senhor Senador Eduardo Azeredo procede à leitura do seu parecer favorável. **Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella**. O projeto é aprovado. **Item sete: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 13, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus dois Protocolos, relativos ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea e à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, celebrados em Palermo, em 15 de dezembro de 2000. A Senadora Patrícia Saboya Gomes faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. Os demais itens da Pauta

são discutidos conjuntamente por tratarem do mesmo assunto. **Itens oito, nove, dez e onze: Requerimentos n°s 122, 123, 124, 125 –2003/CRE** que requerem votos de aplauso junto ao governo da República Francesa; da República Popular da China; da Federação Russa e da República Federal da Alemanha, respectivamente, por integrarem movimento de oposição à decisão dos Estados Unidos de declarar guerra ao Iraque. O Senhor Presidente designa o Senhor Senador Pedro Simon como relator "ad hoc" que faz uma síntese dos pareceres, favoráveis. Não havendo quem queira discutir, os requerimentos foram aprovados. Passa-se ao último item da **extrapauta, item dois: o Requerimento n° 13 – 2003/CRE,** de autoria do Senador Pedro Simon, que requer ao Senador Eduardo Suplicy que seja solicitado o depoimento, perante esta Comissão, de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia. Segue considerações do Senhor Senador Pedro Simon. O Senador Arthur Virgílio faz uso da palavra. O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 13 horas e 05 minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Décima Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada No Dia Quinze de Maio do Ano de Dois Mil e Três, às Dez Horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Requeiro a inversão da pauta, iniciando com a sabatina do Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos, então, à apreciação da matéria.

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 89, DE 2003

(Mensagem Nº 00155, de 29/04/2003, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Parecer: Será apreciado em reunião secreta.

Resultado: O Senador Eduardo Azeredo está por chegar. Devido ao adiantado da hora, designamos o Senador Hélio Costa para ler o parecer do Senador Eduardo Azeredo, como Relator **ad hoc.** O Senador Hélio Costa tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta Casa do Senado Federal é chamada a opinar sobre a indicação do Senhor Presidente da República em face do Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o **curriculum vitae** do indicado, do qual extraímos para este relatório as seguintes informações: nascido em Santos, São Paulo, filho de Sílvio Leão e Alair de Andrade Leão, o Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto, depois de concluir o curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado, subseqüentemente, Terceiro Secretário em 11 de janeiro de 1972, Segundo Secretário, por merecimento, em 22 de janeiro de 1976, Primeiro Secretário, também por merecimento, em 21 de junho de 1979, Conselheiro, por merecimento, em 22 de junho de 1983, Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de junho de 1989, e Ministro de Primeira Classe em 29 de junho de 1996.

Cumpre destacar ainda, dentre as missões e cargos exercidos pelo Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto, os seguintes: Segundo Secretário, em Londres, 1976

a 1979; Primeiro Secretário, em Tóquio, de 1979 a 1983; Ministro Conselheiro, em Londres, de 1990 a 1993; Ministro Conselheiro, em Washington, de 1993 a 1995; Coordenador da Coordenadoria de Assuntos Econômicos e Comerciais da Secretaria Geral, de 1983 a 1985; Chefe da Divisão de Produtos de Base, de 1985 a 1988; Coordenador Executivo da Secretaria Geral, de 1988 a 1990; Coordenador Geral de Acompanhamento da Execução do Controle BID/MRE, de 1996 a 1998; Delegado na Reunião do Comitê Executivo e do Conselho da Organização Internacional do Cacau, em Londres, em 1974; Delegado à Conferência da ONU para a Negociação do Terceiro Acordo Internacional do Cacau, em Genebra, em 1979; Chefe na Reunião dos Altos Funcionários de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, na Tailândia, em 1996; Chefe da Reunião do Grupo Negociador de Agricultura, GAT, Genebra, em 1987; representante permanente na Organização Internacional do Café, em Londres, de 1990 a 1992; representante permanente na Organização Internacional do Açúcar, em Londres, de 1990 a 1992; Diretor Geral do Departamento Econômico, de 1988 até os presentes dias.

Dentre as condecorações que o Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto recebeu, cumpre citar as seguintes: Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil; Ordem do Tesouro Sagrado, Japão; Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro, CPCD e RBR.

No que concerne à importância das relações bilaterais entre o Brasil e Canadá, cumpre destacar a grande importância do setor comercial, pelo incremento das potencialidades não exploradas, haja vista a natureza complementar das duas economias.

Ao contrário do que as recentes controvérsias parecem sinalizar, Brasil e Canadá registraram, em 2002, no comércio bilateral, as cifras de 653.123,135 dólares americanos para exportação e 639.770,621 dólares para importação, conforme Relatório formulado pelo Ministério das Relações Exteriores que acompanha a indicação ora apreciada. Esses números, de acordo com o entendimento dos dois Governos, estão muito aquém da dimensão das duas economias. Verifica-se o esforço de normalização das relações entre Brasil e Canadá, agastadas nas recentes contendas comerciais – o caso Bombardier/Embraer e o subseqüente embargo canadense às exportações de carne bovina brasileira são episódios superados, conforme aduz Relatório do Ministério das Relações Exteriores, supracitado.

No âmbito da área política da Chancelaria canadense, é visível o desejo de recompor o relacionamento bilateral. Exemplo disto têm sido as visitas efetuadas ao Brasil por autoridades diplomáticas. A postura da Chancelaria canadense deve manter-se elevada nas suas futuras relações com o Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo do Canadá tem, reiteradamente, feito comentários positivos a respeito do processo político brasileiro, enfatizado a força do mandato do futuro Presidente brasileiro e afirmado que as agendas hemisféricas do novo Governo brasileiro e a do Canadá deverão ser convergentes, sobretudo na área social.

Tendo em vista a natureza da matéria hora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito do presente Relatório."

Esse é o Relatório feito pelo Sr. Senador Eduardo Azeredo e que tenho a honra de apresentar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Embaixador Valdemar Carneiro Leão, indicado para ser Embaixador no Canadá pelo tempo que julgar necessário.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, agradeço pelo Relatório apresentado e digo que é extremamente difícil fazer uma apresentação sobre países da dimensão e da importância do Canadá em tempo muito curto. No entanto, procurarei ater-me a um tempo que permita uma interação com os Srs. Senadores e uma sessão de perguntas e respostas, enfim, um tempo que me permita explorar questões que não foram levantadas nesta apresentação.

Vou ater-me, portanto, a alguns pontos que, nas minhas visitas ao Canadá e no estudo que procurei fazer desde o momento em que o Senhor Presidente da República me distinguiu com essa indicação, me pareceram os que mereceriam mais atenção e mais relevância para serem explorados nesta curta apresentação.

Eu fui ao Canadá quatro vezes na vida e, em todas as ocasiões, em missões curtas, em missões de trabalho, encontrei sempre um país extremamente dinâmico, um país pujante, um país rico, um país que se diferenciava um pouco do seu grande vizinho do sul por preocupações de natureza social. Não me irei estender nessa matéria. Basta ter presente, por exemplo, que educação e saúde são áreas inteira-

mente socializadas no Canadá, ao contrário do seu vizinho do sul.

Como disse, vou ater-me aos pontos que me chamaram mais atenção, que me pareceram mais relevantes e que, nos estudos e nas visitas que fiz, instigaram mais a minha reflexão.

Em primeiro lugar, é impossível olhar para o Canadá e não se surpreender com aspectos de sua geografia física e humana. Estamos diante do segundo maior país do mundo em dimensões, um país com uma área que é superior em mais de um milhão de quilômetros quadrados à área do Brasil e com uma população de apenas 32 milhões de habitantes. É um dado que, para um brasileiro, não deixa de ser chocante pelo contraste do tamanho das populações. Mas há outras características que chamam a atenção a quem observa a geografia canadense. Uma delas é o fato de que essa população, pequena em relação à dimensão do território, está toda ela, ou em grande parte, concentrada – um pouco estendendo-se de leste a oeste – ao longo da fronteira americana. Esse dado é relevante não apenas do ponto de vista de geografia humana, no que tange à distribuição espacial da população, mas sobretudo porque revela a dimensão e a pujança das relações comerciais, econômicas de modo geral entre esses dois países nessa área de fronteira. Vou examinar isso um pouquinho mais tarde, mas chamo a atenção para o fato de haver uma população que se estende por uma faixa de duzentos quilômetros de profundidade acima da fronteira.

Outro ponto que me chamou a atenção na geografia humana canadense – penso que a nós também é algo que não deixa de surpreender – é o fortíssimo componente imigratório na população do país. Praticamente um em cada seis habitantes do Canadá nasceu fora do Canadá. E esse dado é especialmente relevante para imigrantes de origem asiática, sobretudo na área de Toronto.

Finalmente, ainda no que se refere à geografia humana, destaco a característica que salta aos olhos de todos nós e presente em nossa mente: o bilingüismo canadense, que tem raízes históricas, e, mais que isso, o multiculturalismo que o país procurou implantar, sobretudo em virtude do forte componente imigratório na sua população.

Não me vou estender na parte política. Destaco apenas duas questões que mereceriam nossa atenção. A primeira é que o grande debate político canadense tem seu foco no pacto federativo. Trata-se de uma federação, como o Brasil, onde ainda a repartição de responsabilidades, mormente na área fiscal e na área regulatória, está em debate. Não é um debate encerrado, mas vivo, e todos, claro, temos presente, entre outras questões, o movimento separatista no Quebec.

Vou deter-me um pouquinho mais na economia canadense porque me parece algo em que há interesse direto para o Brasil nessas nossas relações. Estamos falando de um país com um PIB, hoje, da ordem de US$700 bilhões para uma população, lembro, de apenas 32 milhões de habitantes. Estamos, portanto, falando de uma renda **per capita** da ordem de US$23 mil. Outro dia, comentando com o Presidente Eduardo Suplicy, S. Exª alertou-me para o fato de que também o índice de desenvolvimento humano do Canadá se situa entre os mais elevados do mundo, segundo ou terceiro lugar. Também dizia o Senador que há alguns anos estava em primeira posição.

Estamos, portanto, diante de uma economia de grande envergadura, evidentemente, mas o que surpreende, o que chama a atenção no comércio canadense, em primeiro lugar, é o peso do comércio dentro do PIB. O comércio externo do Canadá representa 80% do PIB canadense. E mais do que isso, as exportações canadenses têm, em 87% do seu valor, o destino dos Estados Unidos. Portanto, são dados que chamam a atenção. Há uma economia extremamente centrada no comércio e um comércio extremamente focado no seu grande vizinho do sul. É tal o porte das relações comerciais e de investimentos de lado a lado que o comércio bilateral Estados Unidos – Canadá eleva-se a uma cifra diária – insisto: diária – superior a US$1 bilhão.

Detenho-me um pouco agora nas relações com o Brasil. Em primeiro lugar, com relação às questões propriamente comerciais, retomo as palavras do Sr. Relator.

É curioso observar que os nossos dados estatísticos sobre a nossa relação comercial com o Canadá nunca batem com as estatísticas canadenses. Não é uma peculiaridade do nosso comércio com o Canadá, pois a diferença ocorre em outros casos, mas notamos discrepâncias muito grandes, o que se deve, essencialmente, ao fato de que boa parte de nossas importações para o Canadá não entra naquele país por portos canadenses, mas por portos dos Estados Unidos, o que cria, evidentemente, distorções na comparação estatística e no exame do comércio bilateral.

Pode-se dizer, sem entrar muito nos detalhes, que, de 1994 a 1998, com o processo de estabilização da economia brasileira, cresceram fortemente as importações brasileiras no Canadá. A partir de 1999, com a primeira desvalorização do Real e com o ganho de

competitividade dos produtos brasileiros, passou a crescer a pauta exportadora brasileira para o Canadá, até o momento em que ela passa de deficitária, por parte do Brasil, a superavitária, em 2001 e 2002.

Constatamos – o Itamaraty e os funcionários canadenses –, depois de cotejar esses dados, que, se examinarmos a importação nas duas pontas, provavelmente teremos uma fotografia mais precisa do comércio bilateral, que hoje está mais ou menos nos seguintes termos: 1,3 bilhão de exportações brasileiras para o Canadá, em torno de 650 a 700 milhões de importações brasileiras para o Canadá. Portanto, claramente, estamos hoje com um superávit bastante expressivo em relação ao Canadá.

Essa pauta exportadora brasileira é muito concentrada em produtos primários ou de baixo valor agregado – açúcar, café, calçados –, mas destaco, sobretudo, o fato de que cresceram muito, no ano passado, as nossas exportações de produtos siderúrgicos para o Canadá, atingindo US$150 milhões.

Do lado de cá, temos algo de interesse para todos nós: muita importação de papel jornal e de produtos minerais, sobretudo potássio, e crescem também as importações de produtos de alto valor agregado, sobretudo na área de informática e telefonia.

Há um reconhecimento, por parte dos dois Governos, de que esse comércio é vigoroso, porém, está muito aquém das potencialidades de ambos os lados.

Um dado mereceria ser ressaltado. Há uma pergunta que vem à mente: o Nafta, de alguma maneira, por conta da maior competitividade, do maior acesso que permitiu ao México, terá subtraído alguma parcela das exportações brasileiras no mercado canadense? Aparentemente, não. O que ocorreu foi, sim, um aumento bastante expressivo das exportações mexicanas, mas não necessariamente em detrimento das exportações brasileiras.

Em 1995, quando o Nafta entrou em vigor, o México exportava para o Canadá cinco vezes o que o Brasil exportava. Hoje, o México está exportando para o Canadá nove vezes o que o Brasil exporta.

No capítulo "investimentos", o Brasil tem sido um destino importante para os investimentos canadenses, embora ainda muito aquém do que seria desejável.

No conjunto, é possível afirmar que há um relacionamento denso na área econômico-comercial entre os dois países, mas há um potencial de crescimento extremamente importante.

Ressalto que há afinidades que mereceriam ser exploradas na área política, especialmente na área política multilateral. O Canadá tem posições que se aproximam das posições brasileiras em muitas questões, da ênfase a operações de paz das Nações Unidas, em multilateralismo, aos direitos humanos, ao meio ambiente e em todas essas áreas. Repito: tem posições que, em muitos casos, se aproximam das posições brasileiras.

Não poderia fazer essa apresentação sem deixar de fazer uma menção ao grande desentendimento ocorrido entre os dois países, por conta do contencioso na esfera da indústria aeronáutica civil, o chamado contencioso Embraer/Bombadier, que começou em 1996 e se estende até o presente. Ele não está resolvido, mas em vias de solução. Essa é a nossa expectativa, mas esse incidente não está inteiramente resolvido. E gerou um desentendimento entre os dois Governos que não deixou de inibir, de alguma forma, a relação bilateral.

Esse contencioso, como disse, se iniciou em 1996, passou por fases sucessivas. Os dois Países tentaram entendimentos políticos, depois recorreram a OMC, ambos. Ambos perderam e ambos ganharam. Ambos ganharam o direito de retaliar comercialmente o outro e ambos deixaram de fazê-lo por entender que isso seria contraproducente para a relação bilateral e para o próprio comércio bilateral.

Creio que o ponto mais dramático desse contencioso ocorreu em 2001, em fevereiro de 2001, um pouco como um apêndice a esse contencioso, quando o Canadá, um pouco intempestivamente, diria quase inadvertidamente, impôs embargo à carne brasileira, alegando suspeita de doença da vaca louca. Isso gerou uma crise na relação bilateral que não foi simples, talvez a maior entre os dois Países. Para tentar superá-la, foi necessário envolver Ministros e o próprio Presidente da República. Essa crise, portanto, atingiu proporções políticas que foram muito além do que seria desejável.

Foi superada em três semanas. Não chegou propriamente a abalar o comércio bilateral, mas não há dúvida de que o pânico justificado que se instalou no Brasil não pelas preocupações do mercado canadense de carne, que eram pequenas e continuam sendo, mas pela hipótese de que aquele embargo pudesse gerar medidas de efeito dominó em países que são grandes importadores da carne brasileira, foi justificado e, evidentemente, gerou uma reação que era esperada numa situaçao dessa.

Episódio superado – o relativo à vaca louca –, continua o contencioso Embraer/Bombadier, e o estágio hoje é de que ambos os Governos buscam, mais

uma vez, uma solução negociada que ambos esperam poder alcançar.

Gostaria de encerrar enfatizando aquilo que, a meu ver, mereceria ser a prioridade ou as prioridades de um novo Chefe de Missão no Canadá.

Não posso deixar de reconhecer que é importante, é fundamental que os dois Governos superem esse contencioso, que, como disse, não impede a relação bilateral, mas não deixa de ser um fato inibidor desse relacionamento, sobretudo no aspecto mais propriamente político. Ele, de certa forma, cria um constrangimento político que é precisa ser superado pelos dois Governos.

Em segundo lugar, diria que é importante intensificar o diálogo político, porque ele vai embasar, vai abrir caminho para cooperação em várias áreas, tanto bilaterais como na área multilateral.

Em terceiro, é necessário reativar ou abrir frentes novas de cooperação econômica e comercial. O comércio bilateral é bom, mas está muito aquém, como eu disse, do seu verdadeiro potencial. Isso vale tanto para produtos manufaturados como para produtos do agronegócio, nos quais, penso, as perspectivas são também promissoras.

Na área de investimentos, o Canadá é um parceiro importante, mas o seu potencial investidor, se dirigido um pouco mais para o Brasil, será algo que receberemos de braços abertos. Trata-se de um país que tem um estoque de investimentos fora do Brasil imenso, da ordem de US$150 bilhões, e que, no Brasil, tem hoje apenas um estoque da ordem de US$4,5 bilhões.

Cooperação na área científica e tecnológica também é outra área que oferece campo importante. Os próprios canadenses estão interessados, fizeram sugestões, o CNPq emitiu opinião muito favorável a respeito, apontou áreas prioritárias de cooperação. É algo que devemos perseguir.

Por fim, creio que a própria cooperação técnica canadense, feita no Brasil pela Agência Canadense de Cooperação e Desenvolvimento Internacional, a Cida, é algo que pode se estender hoje à área social, com grande proveito.

Eu não poderia deixar de mencionar, finalmente, que penso ser fundamental que se intensifique a cooperação e o intercâmbio parlamentar entre os dois países. É uma área que apenas recentemente começou a ser ativada. Em janeiro, esteve no Canadá uma missão de Parlamentares brasileiros percorrendo o país, a convite do próprio Governo canadense. Entendo que há um grupo interparlamentar sendo ativado e penso que a relação e o intercâmbio entre os dois Parlamentos será certamente um fator de impulsão muito importante nessa relação.

Seria ocioso e cansativo, de todo modo não seria exaustivo, enumerar outras áreas de cooperação e potencial da relação bilateral, mas não quero me estender, estou à disposição.

Apenas para concluir, eu queria dizer que o Sr. Ministro de Estado e o Senhor Presidente da República me distinguiram com essa indicação, que tomei como uma manifestação e um gesto de confiança no meu trabalho, mas, sobretudo, como um estímulo para o meu trabalho futuro. Para um homem de carreira, como eu, a responsabilidade de representar o País é a suprema honra. Sinto-me muito motivado e ficaria reconhecido de poder contar com a anuência de V. Exªs e do Senado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto.

Senador Eduardo Azeredo, como houve a necessidade de iniciar, o Senador Hélio Costa leu seu parecer. Agradeço a sua presença.

A palavra está aberta aos Senadores que desejarem formular perguntas. Caso algum dos Senadores ou o Embaixador Carneiro Leão considere que haja alguma informação que prefira falar em sessão reservada, basta nos informar, que assim temos procedido. Mas, se informações que aqui estão sendo objeto de consideração puderem ser amplamente ditas, inclusive com transmissão pela **TV Senado**, prosseguiremos com a reunião aberta.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Sr. Embaixador, quero apenas justificar aqui a minha ausência inicial, pois estava sendo discuta a medida provisória, da qual sou Relator, que está trancando a pauta. Mas, com o Secretário da Receita, não conseguimos chegar a um acordo, mas está próximo.

Quero deixar aqui os meus cumprimentos ao Embaixador e dizer-lhe que foi com muita satisfação que pude fazer esse relatório, sabedor que sou de suas qualidades, que são colocadas por todos que o conhecem, pela leitura do seu currículo.

Sabemos que o Brasil estará muito bem representado no Canadá. O Governo acertou ao indicar V. Exª. Portanto, manifesto os meus cumprimentos ao Governo e a V. Exª e as minhas desculpas por ter me atrasado, em razão desse compromisso na Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A palavra está aberta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Embaixador Valdemar Carneiro Leão, o Canadá é um país que pode nos inspirar, principalmente num processo fantástico de construção democrática e de respeito à diversidade étnica e cultural. O Brasil tem uma grande afinidade com o Canadá.

E tive a felicidade de viver no Canadá, durante cinco penosos invernos. O Canadá construiu e constrói uma sociedade plural, democrática e respeitosa. Aprendi que democracia apenas se constrói com respeito às diferenças. O Canadá ensinou-me essa lição, porque eles recebem imigrantes do mundo todo e também tratam com profundo respeito as populações originárias. Os povos indígenas do Canadá, diferentemente do Brasil, são tratados com absoluto respeito. Por isso, lograram construir um país democrático, de grande qualidade de vida. Acredito ser o país que oferece a melhor qualidade de vida ao seu povo. Parece-me que o Canadá está entre os três países onde a população vive com excelentes qualidades de vida. Esse fato deve-se, fundamentalmente, ao respeito a essa grande diversidade sociocultural do Canadá. Também tenho um carinho muito grande pelo Canadá, porque, há três dias, nasceu uma neta minha, em Montreal.

São dois países da América do Norte: Canadá e seu vizinho Estados Unidos. Os Estados Unidos promoveram a derrocada das democracias latino-americanas e fomentaram a implantação de ditaduras militares, inclusive no Brasil. Enquanto isso, o Canadá, ao contrário dos Estados Unidos, buscava incentivar a permanência dessas democracias. Nos anos 60, 70, todos os países do Cone Sul, abaixo do Equador, transformaram-se em ditaduras, algumas delas sanguinárias, como a ditadura de Augusto Pinochet, no Chile.

E o golpe do Chile, fomentado pela CIA, pelo governo americano, completará 30 anos no dia 11 de setembro. Tudo já foi fartamente divulgado, inclusive a presença americana nesse golpe. Fiz um requerimento solicitando que nós, no Senado, dediquemos esse dia a rememorar o que significaram para a América Latina o Governo da Unidade Popular e o martírio de Salvador Allende, que preferiu a morte a abandonar seu posto de Presidente da República do Chile.

Portanto, precisamos manter uma aproximação muito forte com o Canadá, porque temos muito a aprender com aquele país. Recentemente, aprovamos a criação do Grupo Brasil-Canadá. Com certeza, incentivaremos fortemente as relações com o Canadá, porque percebo que ainda existe um desequilíbrio no intercâmbio comercial e parece-me que há muito campo. O Canadá possui uma das rendas **per capita** mais altas do mundo, e o Brasil ainda tem muito a oferecer aos canadenses, que são um povo que sabe acolher, um povo cosmopolita, é uma democracia aberta, tanto que, no episódio do Iraque, o Canadá não participou da guerra, recusou-se a acompanhar o seu vizinho. Embora a economia americana e a canadense sejam integradas, no campo político, há essas divergências. Portanto, penso que é fundamental para nós, brasileiros, dada essa similitude de diversidade étnico-cultural, que nos assemelha ao Canadá, buscar uma aproximação cada vez maior com aquele país. Fico muito feliz de tomar conhecimento, pelas posições externadas pelo Embaixador, de que em Otawa S. Exª e seus assessores estejam buscando cada vez mais a aproximação com o povo canadense para estabelecermos troca. Sei que as autoridades canadenses estão interessadas em se aproximar do nosso País. Portanto, era isso o que eu gostaria de salientar, nesta oportunidade, lembrando-lhes que o Canadá pode ser um grande parceiro nos vários campos de intercâmbio, que V. Exª citou. Há uma técnica particularmente interessante que os canadenses desenvolveram ao longo de sua história e que tem peso decisivo na economia do país, que é empregado no uso das florestas. Nós ainda somos detentores de uma das maiores florestas do Planeta – a Amazônica – e, por desconhecimento, por ignorância, estamos destruindo nossa floresta com essa sede de lucro de curto prazo. Agora mesmo, haverá um grande debate no Senado, porque pretendem reduzir a área de desmatamento, o que significa gastar recursos que poderíamos utilizar de outra forma. Não precisamos mais de desmatar floresta. Dispomos de muitas áreas agricultáveis desmatadas, para cujo aproveitamento necessitamos simplesmente de usar um mínimo de racionalidade. Então, temos que aprender com os canadenses, que são detentores de grandes florestas e que desenvolveram tecnologias de manejo florestal. Lá, as florestas são homogêneas em função do clima – uma árvore, para atingir o ponto de abate, leva pelo menos cem anos, porque no inverno ela adormece. Na Amazônia, uma árvore com quinze anos chega a ponto de abate para a produção de madeira, de móveis. Logo, temos que buscar nessas fontes de co-

nhecimento e de experiência, que é o caso do Canadá, a técnica para chegar ao desenvolvimento do setor florestal de modo tão intenso, tão importante na sua economia. Temos de perguntar isso a eles, para que possamos aproveitar corretamente a nossa Floresta Amazônica. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Embaixador Carneiro Leão.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, agradeço as generosas palavras do Senador Eduardo Azeredo. Corroboro aquilo que acabou de dizer o Senador João Capiberibe. Realmente, temos sintonia com o Canadá em várias áreas, e as que S. Exª destacou são especialmente importantes.

Procurei salientar também a forma como vemos as Nações Unidas e o papel que devem desempenhar. O Canadá e o Brasil têm-se empenhado, por exemplo, em operações de manutenção de paz nas forças das Nações Unidas. Não suscitei a questão do Iraque, que foi divulgada e vista por todos, inclusive pela televisão. Enfim, o Canadá se mostrou favorável à continuação das inspeções e numa posição claramente difícil para apoiar – o que acabou não fazendo – o ataque ao Iraque.

A questão florestal, Sr. Senador, é algo que realmente não deixa de chamar nossa atenção, porque o Canadá tem na exportação de seus produtos florestais uma parcela importante de sua pauta exportadora. Existem, é claro, essas diferenças que V. Exª mesmo assinalou. O Canadá possui uma floresta homogênea, ao passo que a Amazônia é uma floresta heterogênea e, portanto, é um desafio infinitamente maior, pelo menos é o entender dos especialistas, para o manejo sustentável. Mas não há dúvida de que nessa área há muita experiência a ser trocada e muito a ser aprendido e não deixará de ser uma área que procurarei observar muito de perto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Rodolpho Tourinho e, em seguida, a Senadora Lúcia Vânia.

O Senador Antonio Carlos Magalhães já havia se inscrito? Perdão. Então, tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL – BA) – Serei muito breve. Apenas para elogiar a indicação, pelo Senhor Presidente da República, do Embaixador Valdemar Carneiro Leão. Conheço-o há muito tempo, é dos melhores Diplomatas do Itamaraty, um redator excelente e um eficiente negociador. De modo que eu queria traduzir esse pensamento para saber que estamos dando um voto certo para a pessoa certa para o lugar certo.

Era só isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Embaixador, inicialmente, quero parabenizá-lo pelo novo cargo que vai assumir. Devido à grande experiência nessa área toda de negociação na área externa e como Diretor-Geral do Departamento Econômico do Itamaraty, desde 1998, se não me engano, quero colocar uma pergunta que me parece importante hoje para a nossa economia. Se vamos analisar a questão da taxa de juros, a questão de investimentos, a questão de risco Brasil, emprego, renda, enfim, de qualquer ângulo que se tente olhar as dificuldades econômicas que temos, de alguma forma esbarramos na questão da pouca inserção da área externa na economia. E muito se tem discutido também, inclusive no Governo atual, com posições, eu diria até, não muito uniformes, sobre a Alca, acordos bilaterais, Mercosul, esse relacionamento todo, que, no meu entendimento, é extremamente importante para que se atinja esse objetivo de aumentar a participação da área externa na economia brasileira.

Temos os exemplos do México, do Canadá, ainda que a fronteira ajude tremendamente em ambos os casos, mas creio que, de qualquer forma, temos ainda a questão do que vem sendo feito no Chile e em outras áreas do mundo. É preciso que tenhamos uma visão muito clara do próprio Itamaraty em relação a esses acordos, à necessidade desses acordos e como se fazer isso. Eu gostaria muito de conhecer sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra, o Embaixador Valdemar Carneiro Leão.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero agradecer muitíssimo às generosas palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem conheço há muito tempo, e manifestar minha gratidão por observações que, obviamente, têm muita subjetividade, mas que não deixam de me fazer sentir profundamente lisonjeado. Muito obrigado, Senador.

A pergunta do Senador Rodolpho Tourinho é instigante. O Canadá, como eu disse, tem uma... O tamanho do comércio no PIB canadense é algo que não deixa de espantar. Quando eu disse que 80% do PIB canadense é comércio, estamos falando aí realmente da quinta potência comercial do mundo, ape-

sar de seu PIB relativamente pequeno num contexto maior. Junto da economia do seu vizinho do sul, a diferença é colossal. Os Estados Unidos têm um PIB de um pouco mais de US$10 trilhões e o Canadá tem um PIB de US$700 bilhões. Mas o que chama a atenção é a força desse comércio, que é superior a US$1 bilhão por dia, nos dois sentidos. Então, não há o que duvidar quanto ao peso do comércio na economia canadense.

A pergunta que o Senador deseja suscitar é esta, pelo menos é como a vejo: todos estamos conscientes da necessidade de estimular o comércio. Não haverá melhor distribuição de renda se não houver crescimento e não haverá crescimento se não houver investimentos em comércio. Não temos saída, teremos que comerciar mais. E, mais que isso, não só teremos que exportar mais, teremos que importar mais. Não há crescimento se não houver maior importação. Calculamos, hoje em dia, é um dado que os senhores provavelmente conhecem, que, a partir de um certo patamar, para cada ponto percentual de crescimento do PIB, nós precisamos crescer 2,5% em importações. Ou seja, teríamos que estar crescendo as nossas exportações em taxas muito maiores que essas para viabilizar as nossas importações, que serão indispensáveis para o nosso crescimento. Portanto, o comércio está na agenda. Não há como ignorar esse dado.

O Senador apontou com muita propriedade a importância dessa matéria e levantou especificamente a questão da Alca. Afinal, como estamos nessa negociação? Não estou participando, pessoalmente, das negociações da Alca. Acompanho essas negociações um pouco de longe, enfim, nos seus grandes movimentos, mas gostaria de repetir aqui o que disse outro dia o Ministro de Estado Celso Amorim: Não existe ainda uma Alca, existe um processo negociador em curso e ela poderá ser de uma forma ou de outra. É algo que se está fazendo, que está em processo de negociação. É evidente que desejamos ter um acesso maior ao mercado americano. Não há país que possa não almejar um acesso maior a um mercado daquelas proporções, mas precisamos saber em que condições isso se dará, com que restrições e contrapartida isso se dará e em que medida esse acesso poderá ser verdadeiramente vantajoso para o Brasil.

Acho que acordos de comércio, zonas de livre comércio, estão pipocando por todas as partes do mundo. São negociações em andamento, e a Alça, certamente, é uma das maiores delas. Mas como disse o Ministro Celso Amorim, não existe ainda uma Alca, existe um processo de negociação. O Brasil deseja exportar mais, deseja ter mais acesso e é claro que deseja que esse acesso se faça em condições que sejam vantajosas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB/GO) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Valdemar Carneiro Leão.

Inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo por sua fala sucinta, objetiva e didática que, sem dúvida nenhuma, enriqueceu, acrescentou muito ao que já conhecíamos do **curriculum** de V. Sª.

Vossa Senhoria não deixou de abordar as questões sociais, a proximidade que poderia se construir entre o nosso País e o Canadá, revelando dessa forma a sua preocupação humanista; apontou outras proximidades que poderiam ser construídas na área do meio-ambiente, na área cultural e outras; apontou a grandeza do espaço que pode ser construído na área econômica e não deixou de abordar também o espaço de negociação que devemos ter em relação às divergências recentes. Portanto, acredito que V. Sª trouxe a esta Casa uma visão clara do seu posicionamento e, principalmente, mostrou a todos nós a competência com que V.Sª irá ocupar esse honroso cargo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA) – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Suplicy, Embaixador Valdemar Carneiro Leão, Srªs e Srs. Senadores quero, primeiramente, cumprimentar o Presidente da República pela indicação do seu nome para a Embaixada Brasileira no Canadá e dizer que inclusive já votei.

Estou cumprindo o meu dever de membro desta Comissão tão importante do Senado Federal. Sinto-me satisfeito, até pela importância das relações bilaterais entre Brasil e Canadá. Cumpre me destacar, também, a importância do setor comercial, pelo seu incremento e, principalmente, pelas potencialidades ainda não exploradas. Eu diria, Sr. Embaixador, que ainda hoje pela manhã estive no Itamarati com o Ministro Celso Amorim e a Ministra Marina Silva, participando da solenidade de instalação da Secretaria Permanente do Pacto Amazônico. Realmente é um fato muito importante para nós, amazônidas, e principalmente para o Brasil, porque, pela primeira vez, temos instalado no País um órgão internacional que vai tratar diretamente dessa temática, trazida ainda na Rio-92 e agora, recentemente, em Johannesburgo, na África do Sul, quando também participei acompa-

nhando o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, naqueles trabalhos.

Tenho certeza de que sua competência, sua capacidade, seu discernimento vão fazer com que também, como Embaixador brasileiro no Canadá, possamos preencher essa lacuna que existe nessa importante relação comercial de tratar a Amazônia também como uma região muito importante do Brasil e do mundo pelos seus recursos hídricos, pela condição que temos de potencialidade, principalmente no que se refere à água, à biodiversidade e outros tantos importantes insumos do nosso mundo moderno. Também não podemos esquecer a participação daquele povo que vive lá na Amazônia, principalmente a população ribeirinha, carente, que precisa continuar a existir e até aumentar seus domínios e participar mais ativamente da vida social brasileira e mundial.

Peço, inclusive, que V. Exª, ao tratar desse assunto, reforce mais ainda a posição do Itamaraty, do Ministro Celso Amorim, que sei que tem sido muito forte. O próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dado essa importância para a Amazônia, tanto que hoje determinou a criação da Secretaria Permanente do Pacto Amazônico. Tenho certeza de que V. Exª também fará tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar o Brasil e a Comunidade Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como não houve propriamente uma pergunta, vou passar a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho e, em seguida, V. Sª poderá tecer observações sobre os três.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Embaixador Carneiro Leão, lamentavelmente não tive oportunidade de assistir à toda sua palestra, já que eu estava em outra Comissão. No entanto, seu currículo, a sua atividade diplomática, a importância do Canadá, e como foi levantada a similitude que há sob alguns aspectos do Canadá com o Brasil, faz com que eu interfira nesse debate.

O Canadá, no nosso caso específico, da Amazônia, tem características especiais. O Canadá tem mais ou menos 286 milhões de hectares de florestas, e nós temos trezentos e poucos milhões. No entanto, o Canadá exportou, no ano 2000, 71 bilhões de produtos florestais. A Amazônia não exportou dois. Exportou, para ser exato, menos de um bilhão. A diferença é que o Canadá usou a floresta, inicialmente pelos métodos que foram usados na Amazônia também, aperfeiçoou esses métodos, ganhou dinheiro, melhorou a condição de vida da sua gente, desfruta de um padrão de vida hoje dos melhores do mundo. E isso pode corrigir facilmente, pela riqueza que tem, qualquer dano ambiental que aconteça.

Então, Sr. Embaixador, há muita fantasia no que se diz sobre a Amazônia. A Amazônia nunca esteve em processo de destruição. Houve alguns erros na Amazônia, induzidos por instituições internacionais, como os projetos agropastoris do sul do Pará, a ocupação inicial de Rondônia, a transformação da economia de seringais do Acre, mas todos induzidos e financiados pelo Governo Federal ou por instituições internacionais. Em conseqüência disso, criou-se uma espécie de neurose em relação à intocabilidade da floresta. Estamos tratando as árvores, no Brasil, como os indianos tratam as suas vacas. Na Índia, as vacas são considerados sagradas. A população pode até morrer de fome, mas as vacas permanecem intocadas. No Brasil é a mesma coisa, temos as árvores, temos uma floresta, mas não podemos utilizá-las pelo constrangimento das leis ambientais brasileiras, que são absurdas e ditadas de fora para dentro.

Acredito que V. Sª poderá prestar um grande serviço, a nós da Amazônia, observando toda essa política florestal do Canadá, a influência das empresas canadenses no domínio do mercado madeireiro. Eles, juntamente com os suecos, finlandeses, americanos, dominam esse mercado, e fazem com que países que não têm produção florestal produzam. A Itália, por exemplo, no ano passado, vendeu mais de US$4 bilhões em móveis, exportou sem ter uma árvore; a Alemanha, por incrível que pareça, exportou mais de US$30 bilhões em móveis. E nós, no Brasil, não fazemos isso porque as árvores são vacas sagradas. Criou-se essa mentalidade.

Então, V. Exª dará uma contribuição muito grande se procurar influenciar, informar como se atua efetivamente no Canadá, a fim de que possamos fazer com esse potencial florestal que temos seja utilizado. Porque, já no ano que vem, por incrível que pareça, o Brasil vai importar madeira do Uruguai, um país menor do que qualquer Município do Amazonas vai fornecer madeira para o Brasil. Por quê? Por causa dessa política de constrangimento interno que existe aqui, porque nossas árvores são vacas sagradas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Valdemar Carneiro Leão.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, antes de qualquer coisa, agradecer as bondosas palavras da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Luiz Otávio. Sobre as observações tanto do Senador quanto do Senador Gilberto Mestrinho, gostaria de dizer que efetivamente conheço, não em profundidade, mas pelo pouco que pude estudar, a pu-

jança da indústria florestal canadense. Temos muito realmente a observar nessa matéria, acredito que eles têm um domínio sobre essa questão, que é importante. E, por ser um segmento de peso na própria economia e, sobretudo, nas exportações, farei da matéria motivo de constante observação.

Agradeço de V. Exªs as observações que chamam a minha atenção para esse fato, que certamente não deixará de ser objeto de observação permanente durante a minha missão no Canadá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa, V. Exª tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Inicialmente, Sr. Presidente, devo lamentar ter tido de deixar o recinto da nossa Comissão para participar de uma reunião com dirigentes da empresa cinematográfica americana, na Subcomissão de Cinema, na Comissão de Educação, em que sou Vice-Presidente. Mas não poderia deixar de cumprimentar o Embaixador Carneiro Leão por essa designação. O Governo está correto em indicar V. Exª, que é um Diplomata competente e que conhece os assuntos que dizem respeito às relações Brasil/Canadá.

Certamente, V. Exª terá uma missão extremante importante na restauração das relações, principalmente comerciais Brasil/Canadá, que, muito embora no relatório que tive oportunidade e a honra de ler, já são consideradas como assunto superado, mas, na verdade, para nós, brasileiros, a questão ainda merece um tratamento muito especial por ter sido um momento muito delicado das relações Brasil/Canadá, quando da questão da vaca louca. Até porque o brasileiro é um povo afável, amigo, simpático, na visão dos canadenses, trabalhador, educado, mas acrescentarei um pouco de tempero mineiro a todas essas qualidades brasileiras. Em Minas Gerais, é comum dizermos que mineiro perdoa, mas não esquece.

Podemos até aceitar que o Canadá tenha sido rigorosamente injusto com o Brasil, que causou prejuízos enormes à economia nacional, numa situação absolutamente impensável do ponto de vista de relações bilaterais comerciais entre dois países que têm instrumentos políticos tão importantes, no comércio internacional. São inúmeras as empresas canadenses que atuam no Brasil. E, em um determinado momento, o Brasil aparece no cenário internacional como uma ameaça a uma hegemonia canadense, principalmente no setor aeronáutico, que foi rigorosamente o caso da Bombardier **versus** Embraer, que trouxe à tona uma situação que inviabilizou, por alguns meses, todo o comércio internacional da carne brasileira – isso porque, até quatro anos atrás, o Brasil vendia US$400 milhões de carne bovina e, de repente, com uma ação extraordinária executada pelo ex-Ministro Pratini de Moraes, diga-se de passagem, o Brasil passou a vender US$1,5 bilhão de carne bovina; passou a ser um grande concorrente não apenas na questão dos aviões, contestada pela Bombardier, porque estava sendo seriamente atingida. Tudo isso por quê? Porque a Embraer faz melhor, mais barato e realmente ganhou o mercado internacional dos aviões de pequeno porte de passageiros. No entanto, somos penalizados com uma acusação que fez com que o mundo inteiro deixasse de comer a carne brasileira. O que isso trouxe de prejuízo à pecuária e ao campo! Foram milhares de pessoas atingidas, trabalhadores na zona rural, fazendeiros, investidores.

Então, esse assunto está superado? Esse assunto foi bem tratado, bem cuidado pelo Governo anterior, mas merece uma permanente atenção do representante brasileiro junto ao Canadá, porque foi covardia o que se fez, o que o Governo canadense fez com o Brasil foi impensável, inadmissível. Não podemos deixar que isso aconteça novamente, porque foram milhares de empregos, milhões de reais perdidos. A credibilidade do Brasil no exterior foi seriamente atingida. Por quê? Porque aquela é uma empresa que não consegue dar certo, uma vez que ainda segue o modelo antigo, como o que havia no Brasil. A própria Embraer era o modelo Bombardier. O Governo estava tentando fazer avião. De repente, o Governo empurra, num grupo canadense, algo falido, sem solução no futuro, e nós é quem somos penalizados, porque produzimos em melhor escala, produzimos com melhor qualidade e produzimos um avião que é comprado no mundo inteiro. De repente, jogam-nos essa pecha de que a vaca brasileira está contaminada.

Na realidade, são muito mal informados com relação ao Brasil. O boi brasileiro talvez seja um dos pouquíssimos no mundo que não come proteína animal; come capim, é vegetariano. Portanto, não há como se infectar com a doença da vaca louca, que é transmitida pela proteína animal.

Então, Sr. Embaixador, V. Exª terá essa responsabilidade muito grande de continuar a reparação desse mal tão terrível causado pelo Governo canadense. É muito importante fazermos essa diferenciação.

O povo canadense é extremamente simpático e atencioso com os brasileiros, sem dúvida nenhuma, mas o Governo tem que ser visto sempre como aquele governo que nos causou tamanha dificuldade no passado. V. Exª, como Embaixador, representante do

nosso País, do nosso Governo e dos nossos interesses, certamente terá essa preocupação.

Fico muito feliz de saber que é V. Exª quem vai para lá, porque V. Exª está à altura de, realmente, defender os interesses do Brasil no Canadá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de V. Sª responder as considerações do Senador Hélio Costa, eu gostaria de fazer uma breve indagação, uma reflexão a respeito do tema que o Senador Rodolpho Tourinho levantou, sobre as negociações da Alca e do Mercosul.

O que observamos, hoje, é que o Congresso dos Estados Unidos e o Conselho da União Européia, normalmente, dispõem de um mandato negociador. Eles aprovam o denominado mandato negociador ao Poder Executivo para que este possa realizar entendimentos os mais complexos. Hoje, por exemplo, o Brasil está realizando negociações sobre o Mercosul com os países da América Latina e com mais e mais países; tem negociações com a Organização Mundial do Comércio, aquelas que serão realizadas sobre a Alça, e assim por diante.

O Governo dos Estados Unidos, hoje, teve previamente aprovado pelo Congresso aquilo que se denomina mandato negociador – até estou concluindo a elaboração de um projeto nesse sentido – e eu agradeceria se V. Sª puder nos informar como é no Canadá e como avalia essa disposição, inclusive de modificarmos um pouco o procedimento previsto no art. 84 da Constituição, que prevê que o Congresso Nacional precisa aprovar todos os acordos realizados pelo Poder Executivo.

O mandato negociador significaria que o Poder Executivo encaminharia para cá aquilo que vamos, em princípio, estabelecer e, assim, o aprovaríamos e, então, o Poder Executivo assinaria, portanto, com muito maior respaldo do Congresso Nacional.

Eu agradeceria se pudesse nos dizer como é no Canadá, se assim estiver informado, e como avalia essa iniciativa.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, eu queria dizer que registro as preocupações do Senador Hélio Costa, em particular sobre a questão desse contencioso. Como assinalei, não é um contencioso que esteja resolvido, mas que está em vias de solução – pelo menos os Governos assim o desejam – e que se tem estendido no tempo. Ele vem desde 1996, e já estamos em 2003. Estamos, praticamente, há sete anos com esse contencioso e com sucessivas etapas, que se alternam entre negociação política e embates jurídicos na OMC, em que já deu um pouco de tudo: as partes já perderam, as partes já ganharam, as partes já receberam direito de retaliar, as partes decidiram não retaliar porque entendem que isso não resolve a questão, ao contrário, só envenenaria e prejudicaria o comércio bilateral.

Acho que ambos reconhecem que esse assunto precisa, sim, encontrar uma solução definitiva.

O mundo tem quatro fabricantes de aviões: dois, de aviões de grande porte; dois, de aviões regionais. Esses dois de grande porte não vivem de braços dados, mas conseguem, ou conseguiram, encontrar um **modus vivendi** em que a concorrência se dá de uma forma, digamos, leal. Os dois Governos têm que encontrar nessas negociações – e acho que há empenho de ambas as partes – as formas que permitam a essas duas companhias manter uma concorrência saudável no mercado internacional. É nesse sentido que acho que ambos estão trabalhando.

Certeza quanto à conclusão dessas negociações é impossível ter, mas acredito que há um trabalho sendo feito nesse sentido e há uma consciência de que é um contencioso que se estende há muito tempo, que desgasta a relação e que inibe outras iniciativas – esse é o problema. A questão principal não é só que ele esteja aqui ou acolá, mas a verdade é que ele vai gerando um certo desgaste e um constrangimento político que vai inibindo outras iniciativas.

O episódio da vaca louca, que V. Exª assinalou com muita propriedade, foi lamentável. Espero que ele, sim, esteja definitivamente superado. A carne brasileira é, hoje, um dos expoentes da pauta exportadora brasileira. V. Exª lembrou a cifra de U$ [illegible] e penso que mais está por vir. Dificilmente [illegible] terá tanto potencial de crescimento na exportação de carne como o Brasil. Mais está por vir. Há barreiras complicadas pela frente – barreiras sanitárias, sempre. Esse é um dos grandes trabalhos diplomáticos a fazer, inclusive com o Canadá. Não é só em relação à carne bovina, também à carne de frango. Já se iniciou um promissor fluxo de exportação de carne de frango para o Canadá, mas é preciso que as negociações na área sanitária sejam incrementadas e que haja acordos nessa matéria. Penso que esses acordos devem merecer atenção prioritária.

Sr. Presidente, V. Exª lembrou um tópico que sei que lhe é muito caro, que é a autoridade para negociar no plano externo. Não conheço com precisão o sistema canadense, mas não é da praxe de sistemas parlamentaristas esse tipo de autorização. Até por

que, no sistema parlamentaria, o Poder Executivo e o Parlamento têm como que uma área de **overlapping**, porque o partido majoritário é quem indica o Primeiro-Ministro. Portanto, há uma espécie de simbiose entre os dois Poderes, pelo menos parcialmente. Não é praxe, que eu saiba, nos regimes parlamentaristas, que haja uma autorização para o Poder Executivo negociar. Muitas vezes, até o próprio regime parlamentarista exime o Parlamento de votar um acordo final, já que, quando o Poder Executivo negocia é o Parlamento que está negociando, de alguma forma. Não conheço em detalhes a situação do Canadá, mas não houve uma publicidade maior de como Canadá entrou na negociação da Alca. Ignoro se há uma autorização específica, mas lembro apenas que isso não parece ser a praxe em regimes parlamentaristas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Em verdade, recentemente, o Senador Aloizio Mercadante, com o apoio de inúmeros Senadores, inclusive com o meu apoio, apresentou uma proposta de emenda à Constituição que prevê a possibilidade de estar o Congresso Nacional aprovando previamente e especificamente os entendimentos sobre a Alca, o Mercosul e assim por diante. Nessa mesma direção, estou preparando um projeto de lei, formulando o mandato negociador.

Mais algum dos Senadores gostaria de se manifestar?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como faço em todas as nossas reuniões, eu gostaria de deixar uma mensagem ao nosso Embaixador do Canadá – tenho certeza de que o nome de V. Sª será aprovado aqui e, depois, no plenário da Casa –, de um brasileiro que viveu dez anos no exterior com esposa e três filhos pequenos, que teve de matricular as crianças na escola, que teve de fazer contratos de aluguel, que teve de realizar aqueles processos de imigração, enfim. E que falta me fazia a representação brasileira quando estava na Zâmbia. Na Zâmbia, não tem representação brasileira, como também não tem no Malaue e na Tanzânia. Tive um colega preso em Uganda, onde não tem representação brasileira. O escritório mais perto é o do Quênia, que fica em uma salinha num prédio comercial muito modesto. Depois, dali, só em Moçambique e na África do Sul, sendo que, na África do Sul, grande país, dividíamos nossa representação diplomática com Paraguai ou Uruguai. Na Namíbia, nada; em Botswana, nada; no Zimbábue, temos um escritório muito modesto. Mas, na verdade, os brasileiros que estão no exterior são a nossa maior fonte de recursos externos. A nossa carne bovina chega a 1 bilhão, mas os brasileiros no exterior mandam 5 bilhões ao Brasil, a uma média de 100 dólares por mês, e são 2,5 milhões de brasileiros já vivendo no exterior. Hoje, na nossa pauta de exportação, as remessas de brasileiros no exterior são a nossa maior fonte de renda. E esses brasileiros precisam de que o Itamaraty tenham recursos para atendê-los. Não é justo que enviem para cá US$5 bilhões, e o nosso Itamaraty, cujos membros têm esse cabedal, que é reflexo dos outros que já passaram por aqui – todos "dão um banho" quando falam de política externa –, tem, para sua representação exterior, 250 milhões. É essa a verba que tem para todos os consulados e embaixadas no mundo. Acho muito pouco, até porque precisamos exportar mais, precisamos ter representantes comerciais junto às nossas embaixadas. Como tem a China. A embaixada da China em Moçambique é extraordinária. Na África do Sul, nem falo, é um quarteirão. Por isso, a China está tão inserida no mercado exterior, cresce a números de 8, 10% ao ano. E nós, brasileiros, com tanto potencial, continuamos no mercado exterior com coisas pequenas, talvez não cheguemos a 5% do comércio exterior.

Portanto, gostaria de deixar com meu embaixador esta mensagem: estou aqui no Senado com um projeto de lei tramitando para fazer uma contribuição sobre essas remessas de brasileiros que moram no exterior, direto para os cofres do Itamaraty, direto para a nossa representação pelo mundo afora, a fim de que possamos atender bem a esses brasileiros que prestam um serviço tão valoroso à nossa Nação.

Quero desejar ao senhor toda a sorte, que Deus lhe abençoe, meu voto é favorável, estou impressionado com tudo o que o senhor disse, e tenho certeza de que, no Canadá, o senhor será um defensor dos brasileiros e dos nossos interesses.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se o embaixador quiser, pode fazer uso da palavra para suas considerações finais.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Falarei rapidamente para agradecer às generosas palavras do nobre Senador. Não poderia senão agradecer a sensibilidade que ele está demonstrando com a nossa situação financeira. Realmente, estamos vivendo momentos complicados

em termos de restrições, o que debilita a ação externa, que requer recursos, infelizmente. E se quisermos ampliar a presença do Brasil, não poderemos fazê-lo de outra forma que não ampliando os recursos que estão à nossa disposição, não há milagre possível.

Portanto, quero agradecer especialmente a sensibilidade do Senador a essa situação pela qual o Itamaraty está passando.

Como considerações finais, Sr. Presidente, queria me limitar a um único ponto. O embaixador do Brasil, onde quer que esteja, precisa saber que tem o apoio do Congresso Nacional. Os países outros precisam saber que este país tem Congresso, que é uma constelação de interesses e que é uma casa democrática. O apoio do Congresso Nacional é essencial ao trabalho do embaixador; não basta o Executivo. O apoio do Congresso Nacional é um instrumento poderoso na legitimidade com que ele defende os interesses brasileiros. Não posso senão registrar, com muita gratidão, o apoio que foi aqui externado.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Convido todos a votarem. Todos já votaram? Darei um minuto de intervalo para que todos possam votar, inclusive o Presidente. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Peço ao Senador Rodolpho Tourinho a gentileza de contar os votos, juntamente com o Senador Arthur Virgílio. Peço que S. Exª colabore com o Senador Rodolpho Tourinho para a contagem dos votos.

Todos já votaram? (Pausa.)

Vamos à contagem dos votos.

(Procede-se à contagem.)

Por unanimidade, com 17 votos favoráveis, foi aprovado o nome do Embaixador Valdemar Carneiro Leão para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá por designação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Temos alguns requerimentos. Antes de apreciá-los, porém, quero agradecer e pedir que façamos um breve intervalo para as despedidas.

Peço a atenção dos Srs. Senadores para alguns itens que iremos examinar em breve.

Em primeiro lugar, há um requerimento que já foi objeto de parecer na reunião passada – era preciso apenas **quorum**. Trata-se de um requerimento cujo autor é o Senador Marcelo Crivella. Com base no art. 73 do Regimento Interno, requer a criação, nesta Comissão de Relações Exteriores, de subcomissão permanente destinada a estudar, propor e adotar medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior, dentro do Projeto Brasileiros no Exterior.

Tendo já havido a discussão dessa matéria, na reunião passada, que, aliás, foi objeto de requerimento do Senador Tião Viana, no caso, cabe simplesmente a votação.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovados, portanto, os Itens nº 1 e nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – **Item 3:**

Projeto de Lei da Câmara nº 2, que dispõe sobre a alienação por doação de corveta da Marinha do Brasil. Autoria da Presidência da República. Senador Fernando Bezerra é o Relator.

Peço à Senadora Patrícia que faça a gentileza de ler o parecer do Senador Fernando Bezerra referente ao Item 3.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2003, que dispõe sobre a alienação por doação de uma corveta da Marinha do Brasil.

O texto do referido projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, foi encaminhado ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 892, de 23 de outubro de 2002, do Presidente da República, acompanhado de exposição de motivos do Ministro da Justiça.

Acompanha, também, o processado o relatório técnico da Comissão de vistoria e avaliação da Corveta Purus. Na Câmara dos Deputados, transformou-se no Projeto de Lei nº 7.241, de 2002, sendo submetido, naquela Casa, às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Redação, tendo ido à votação em plenário, em 27 de fevereiro de 2003, em virtude da aprovação do requerimento apresentado pelos Srs. Líderes, em 10 de dezembro de 2002, que solicitou, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para a matéria.

Aprovado o projeto, na Câmara dos Deputados, foi remetido ao exame do Senado Federal.

Análise.

A proposição em exame vem implementar o acordado pelos Governos do Brasil e da Namíbia, por meio de uma série de instrumentos internacionais,

conforme relata a Exposição de Motivos nº 341, MD, de 10/10/2002, assinados com vista a estabelecer vínculos de cooperação entre os dois países.

Tal cooperação deverá operacionalizar-se, principalmente pelo envio de equipamentos, transferência e aquisição de meios navais indispensáveis ao aparelhamento da Marinha.

Voto.

Por todo o exposto e tendo em vista a política de aproximação com a Namíbia e com os outros países africanos, acertadamente adotada pelo Brasil, o voto é favorável à aprovação do PLC nº 2, de 2003.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Hélio Costa tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, certamente, não tenho a menor intenção de criar um obstáculo à plena execução da proposta feita com o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2003, com respeito a essa relação Brasil/Namíbia.

Quero apenas ressaltar uma sugestão que pode, no futuro, ser observada antes de tomarmos esta decisão, porque já considero um fato consumado, inclusive vou votar favoravelmente. Mas o exemplo vem de fora. Em toda a extensão do rio Amazonas, temos inúmeras comunidade que são mantidas por usinas flutuantes, que são tocadas a óleo diesel. Curiosamente, nos Estados Unidos, existe um programa de conversão de vasos de guerra não mais utilizáveis em usinas flutuantes. Existe até uma empresa americana que, volta e meia, vem ao Brasil tentar colocar os seus serviços à disposição da Eletronorte e de várias empresas brasileiras.

O que eles fazem? Pegam uma corveta como essa e um **destroyer** antigo, que não tem mais utilização militar, e fazem uma simples conversão, porque serão utilizadas apenas as suas máquinas, os seus geradores de energia para converter a corveta em uma usina flutuante que será alocada em uma cidade ribeirinha para que produza eletricidade tocada a óleo diesel. Isso já acontece. Não sei por que razão não passou pela cabeça de ninguém a possibilidade do aproveitamento desses instrumentos que não são mais utilizados no processo militar como geradores de energia elétrica. Eu gostaria, inclusive, de ouvir opiniões daqueles que estão muito mais envolvidos no setor energético e na Região Amazônica, visto que a minha opinião é baseada apenas na leitura dinâmica sobre o assunto.

Mas deixo aqui, portanto, a minha sugestão para que, no futuro, possamos também observar essas possibilidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Fica registrada a sugestão do Senador Hélio Costa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Senador Fernando Bezerra e da Senadora Fátima Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – **Item 4:**

Projeto de decreto legislativo que aprova o texto de modificação do convênio constitutivo do Fundo Monetário Internacional que trata da alocação especial de direitos especiais de saque, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a relatoria do Senador João Capiberibe.

O Senador Rodolpho Tourinho, como Relator **ad hoc**, pode ler o parecer.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 150, que aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional que trata da alocação especial de direitos de saques/DS.

Acompanha a Mensagem nº 143, do Poder Executivo, que encaminha o texto do referido acordo ao Congresso Nacional, a exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda, da qual cabe destacar o seguinte:

> *Por ocasião da 49ª Reunião do Fundo Monetário Internacional, realizada em Hong Kong, na China, foi aprovada pela junta de governadores daquele organismo, a Resolução nº 52.4, tendo contado com o voto favorável do Governador pelo Brasil.*

A resolução trata de alocação especial de direitos especiais de saque, implicando a elevação dos ativos brasileiros em DES de 277 milhões, que representam cerca de US$389 milhões por meio de modificação do art. 28 do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional e adição do anexo "M".

Desde que a referida edição promove alterações no tratado internacional firmado pelo País,

faz-se necessária a submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Cumpre mencionar ainda que à alteração deste convênio manifestou-se favoravelmente também a Procuradoria da Fazenda Nacional. A 40ª reunião do Fundo Monetário Internacional aprovou essa modificação. A resolução aprovada pela junta de Governadores adotou as alterações sugeridas, tendo o representante brasileiro votado favoravelmente a elas. A alocação dos US$389 milhões para atender as necessidades, se e quando surgirem, suplementando os ativos de reserva existentes, por meio de direitos especiais de saque, disponibiliza alternativas emergenciais que podem ser prontamente utilizadas em face de circunstâncias econômicas e financeiras adversas.

O ajuste concedido por meio das modificações propostas amplia possibilidades de financiamento em moeda estrangeira de modo a estabilizar o sistema econômico-financeiro em caso de necessidade.

Voto.

Ante o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pelo acolhimento do Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2003, que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a construção de segunda ponte sobre o Rio Jaguarão nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco e recuperação da atual ponte de Barão de Mauá, celebrado em 21 de novembro de 2000. Autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, Relator do projeto para a leitura do seu parecer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esse projeto, que já passou pela Câmara e está aqui, Sr. Presidente, prevê a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, entre o Brasil e o Uruguai. Creio ser absolutamente necessária, porque a que lá está é mais um patrimônio histórico do que destinada realmente a cumprir as suas finalidades.

Há o apoio, a verba e a simpatia. Creio que a manifestação é totalmente favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6:

Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo sobre a supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço, entre os governos dos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000. A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Relator do projeto para a leitura do parecer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, trata-se do acordo sobre a supressão de visto em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço entre os governos dos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000.

Com fundamento no disposto no art. 49, da Constituição Federal, o Poder Executivo, através da Mensagem nº 6, de 3 de janeiro de 2001, submete ao Congresso Nacional o texto do acordo sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço, entre os governos dos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado em Maputo em 17 de julho de 2000.

O acordo foi, primeiramente, apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após exame também pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação.

Em 4 de janeiro de 2001, a Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados, e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a chancela daquela Casa em 27 de fevereiro de 2003.

A tramitação no Senado Federal foi iniciada no dia 13 de março subseqüente. Nesta Casa, a proposição sob comento foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 17 de março de 2003 e ao Relator signatário em 26 março, após o decurso do prazo regimental, sem apresentação de emendas.

Passo à análise.

Cuida-se aqui da apreciação de um singelo, mas deveras importante, acordo internacional, para estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio de funcionários e diplomatas entre os países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP. Tais integrantes decidiram firmar o instrumen-

to em análise, em que definem a isenção de vistos em passaportes de serviços, diplomáticos e especiais no trânsito entre os países.

O acordo estabelece que os cidadãos dos países da CPLP, titulares de passaportes diplomáticos especiais e de serviços, válidos, poderão entrar, passar em trânsito, permanecer e sair do território de cada uma das partes contratantes, sem a necessidade de obtenção prévia de visto, pelo prazo de até 90 dias, para os portadores de passaportes de serviços e especiais e, pelo prazo da missão oficial, no caso dos diplomatas.

Os demais dispositivos do acordo regulamentam a entrada em vigor do funcionamento do mecanismo, sendo de todo adequados à finalidade precípua do tratado.

Há que se salientar, por último, a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, grupo que tem no Brasil um de seus fundadores e principais mentores, destino importante de muitas visitas, missões e viagens de trabalho brasileiras, caracterizando-se bastante oportuna a pretendida isenção recíproca de vistos em passaportes oficiais.

Por todo o exposto, por considerarmos conveniente aos interesses do País, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa e, em seguida, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo pelo seu relatório. Tive a honra, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, na legislatura passada, de ser Relator dessa matéria, que, certamente, atende aos cidadãos dos países da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que vêm ao Brasil com vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviços. Eu gostaria, em uma oportunidade o mais próxima possível, de discutir, nesta Comissão, a possibilidade de estendermos essa não-exigência de vistos, de modo geral, aos países da comunidade de língua portuguesa, até porque é principalmente com esses países que o Brasil mantém as melhores relações na África e pode expandir suas relações comerciais e culturais. Aprovamos, na Câmara dos Deputados, na mesma oportunidade, uma verba que estava contida dentro das verbas orçamentárias da comissão, de cerca de R$12 milhões, para incrementar as relações culturais, comerciais e de amizade entre os países da comunidade de língua portuguesa. E entendo que devemos preservar sempre a relação do Brasil com esses países africanos, principalmente, razão pela qual faço essa sugestão, para que, em um futuro bem próximo, possamos estender essa não-exigência de vistos também aos cidadãos dos países da CPLP.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, solidarizo-me com o Senador por suas palavras, porque precisamos, neste momento, estreitar os laços entre o Brasil e a África, à medida que sobem nossas exportações para a África do Sul, que é hoje um grande parceiro brasileiro. Já exportamos meio bilhão de dólares para a África do Sul.

Com Portugal, já temos este acordo: nenhum cidadão brasileiro ou português precisa de visto. Para irmos a Moçambique e Angola, temos sérias dificuldades hoje. Se quisermos viajar para Angola ou Moçambique, teremos que esperar pelo menos 15 dias para obter os vistos e precisaremos de uma carta-convite de alguma organização desses países, que nos dê condições para isso.

Agora, é importante criarmos mecanismos para que esses tratados de acordo e amizade se cumpram realmente, porque, em 2002, 1,823 mil brasileiros viajaram para Portugal e não entraram. É claro que há 70 mil brasileiros morando em Portugal, que muitos outros brasileiros foram e entraram, mas 1,823 mil brasileiros, mesmo com o acordo de amizade firmado com o Brasil, em novembro de 2000, ficaram barrados por um funcionário da alfândega, que os considerou imigrantes ilegais, embora tivessem a passagem de volta.

Alguém, no aeroporto, achou que eles estavam em busca de emprego. Como sabemos, o índice de desemprego de Portugal, em 2002, subiu de 4% para 8%. Eles já têm 500 mil pessoas que trabalham lá.

Precisamos criar mecanismos para proteger nossos cidadãos, porque atitudes semelhantes não ocorrem nas fronteiras brasileiras. Nos nossos aeroportos internacionais, é mínimo o número de estrangeiros que são mandados de volta.

Alerto nossa Comissão de que, quando um brasileiro chega em Portugal e não é possível sua entrada porque o fiscal da alfândega o considera um imigrante ilegal, é obrigado a ficar em um hotelzinho de trânsito que se resume a um pequeno quarto, tem acesso apenas às dependências do **free shop**, come mal, às vezes, precisa esperar dois dias para voltar e, às vezes, não pode sequer tomar um banho, porque

precisa esperar um vôo de volta para o Brasil. Além disso, o governo português aciona a companhia aérea, cobrando as custas do período em que esse infeliz ficou nas dependências do aeroporto. Se realmente ele imigraria ilegalmente, ninguém sabe. É uma suposição. Há um tratado de amizade assinado? Sim. Mas, infelizmente, um funcionário não cumpre esse tratado.

Deixo registrada, por meio dessas palavras, minha indignação. Nós, brasileiros, tão generosos – e, entre todos esses países, somos o que tem a maior renda –, abrimos nossas fronteiras, mas não recebemos reciprocamente o mesmo tratamento quando nossos compatriotas vão ao exterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Presidência desta Comissão externa solidariedade aos pontos de vista expressados por V. Exª.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 7:

Projeto de Decreto Legislativo que submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus dois protocolos, relativos ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea e à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, celebrados em Palermo, em 15 de dezembro de 2002.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes, Relatora do Projeto, para a leitura de seu parecer.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, antes mesmo de ler o parecer, eu gostaria de agradecer a V. Exª pela oportunidade de ser Relatora de projeto fundamental para os que hoje, na sociedade brasileira, defendem os direitos da criança e do adolescente. Numa atitude de atenção com o trabalho que procuro desenvolver nesta Casa, V. Exª sempre tem tentado conceder-me a relatoria de projetos de grande interesse da sociedade, das crianças e dos adolescentes do nosso País.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto dos atos internacionais acima referidos.

Os diplomas legais em apreço foram aprovados pela Câmara dos Deputados em 27 de fevereiro de 2003, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 48, de 2002, do Poder Executivo, que encaminha o texto dos tratados ao Congresso Nacional e a Exposição de Motivos nº 348, de 27 de novembro de 2001, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: o Brasil participou ativamente nas negociações da Convenção e de seus Protocolos, cujos objetivos vieram ao encontro dos esforços do Governo brasileiro em matéria de combate ao crime organizado.

Delegações compostas por representantes do Ministério da Justiça e por diplomatas da Embaixada, em Viena, tomaram parte em todas as sessões do comitê **ad hoc** que, por mandato da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi encarregado de elaborar amplo instrumento jurídico internacional relativo ao combate ao crime organizado, com vistas a favorecer a promoção de eficaz cooperação internacional nessa área.

A Exposição de Motivos informa ainda que, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, o projeto da Convenção foi objeto de resolução aprovada na 30ª Assembléia-Geral, contando com o patrocínio do Governo brasileiro.

No Brasil, há significativo interesse do Ministério da Justiça no que concerne à aprovação interna dos referidos instrumentos.

A análise.

A convenção das Nações Unidas contra o crime organizado constitui-se um dos mais importantes instrumentos da comunidade internacional para combater de maneira eficaz e efetiva o crime transnacional. A importância desse documento é percebida pela recepção do mesmo junto a OEA, nosso grande fórum hemisférico. Dentre os principais aspectos relevantes da referida convenção, caberia assinalar os dispositivos referentes à criminalização na participação em um grupo criminoso organizado, ou seja, em uma organização criminosa, a criminalização da lavagem do produto do crime, importantes medidas para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Regras concernentes ao confisco e à apreensão de bens e valores, produto de atividades ilícitas, normas sobre jurisdição, regras acerca de extradição e transferência de pessoas condenadas e sobre proteção de testemunhas, ainda as disposições para o desenvolvimento da cooperação entre as autoridades judiciais e policiais dos Estados signatários.

Trata-se, a toda evidência, de atos internacionais convenientes e oportunos aos interesses nacionais celebrados no âmbito das Nações Unidas e recepcionados pela Organização dos Estados Americanos, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação do Direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País e para a imagem do Brasil junto a seus pares da comunidade internacional.

Voto.

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado. Em discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Os itens 8, 9, 10 e 11 referem-se a requerimentos dos Senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante, que constituem voto de aplauso junto aos governos da França, da China, da Rússia e da Alemanha, em função de proporem um movimento de oposição à decisão da declaração de guerra por parte dos Estados Unidos no caso do Iraque. Trata-se de algo que passou; no entanto, peço ao Senador Pedro Simon para fazer uma síntese dos pareceres dos quatro Senadores: Álvaro Dias, Duciomar Costa, Aelton Freitas e Antero Paes de Barros. São todos na mesma direção.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Os quatro requerimentos em análise são dos Senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante. Requerem eles que, após manifestação da Comissão de Relações Exteriores, formulem voto de aplauso junto aos governos da República Francesa, na pessoa do seu Presidente Exmo. Sr. Jacques Chirac; da República Popular da China, na pessoa do seu Presidente Exmo. Sr. Jiang Zemin; da Federação Russa, na pessoa do seu Presidente Exmo. Sr. Vladimir Putin; da República Federal da Alemanha, na pessoa do seu Chanceler Exmo. Sr. Gerhard Schroeder, que lideraram movimento de oposição à decisão dos Estados Unidos de declararem guerra ao Iraque, apontando a crença nas gestões diplomáticas e o apoio incondicional dos brasileiros para que se obtenha uma solução pacífica do impasse.

Na justificativa de suas proposições, ressalta consonância da política externa brasileira com os países que defendem o mecanismo de solução pacífica, de controvérsias gerenciadas pelas Nações Unidas na questão iraquiana. Os Relatores das matérias, os Senadores Álvaro Dias, Antero Paes de Barros, Duciomar Costa e Aelton Freitas apresentaram parecer favorável por concordarem com a posição estadunidense de agir sem a coordenação do Conselho de Segurança Nacional em situação que se configura com a legítima defesa é, na verdade, um crime de agressão quanto à integridade territorial e a independência política iraquiana.

Dessa maneira, os países contrários a essa situação, como é o caso do Brasil, França, China e Alemanha, suportam a legalidade internacional e defendem a ordem estabelecida. O Senador Antero Paes de Barros ressalta, contudo, que, desde 06 de março, o atual Presidente da República Popular da China não é mais o Sr. Jiang Zemin, que assumiu a Comissão Parlamentar Central, e, sim, o Sr. Hu Jintao. Essa mudança de poder, registra o referido Senador, não alterou a política de Estado da China, mantida, inclusive, sobre a questão iraquiana, confirmando os aplausos requeridos. Nesse sentido, sou favorável ao requerimento.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª a gentileza de dar-me a oportunidade de fazer a apresentação, bem como à Assessora Marcia Anita Sprandel pela gentileza de oferecer-me esse documento. Penso que este é um momento muito importante, Sr. Presidente. Passou, não nos lembramos muito mais dele, mas esta Comissão trazer esse voto à França, à Alemanha, à Rússia e à China, mostrando o nosso aplauso e a nossa admiração pela coragem, pelo destemor que tiveram, é do maior significado e da maior importância.

Dou meu voto favorável e só acrescento, pois tenho de fazê-lo, que deveríamos também nos lembrar um pouco do governo do Canadá, que teve a coragem de manter a sua posição no Conselho de Segurança, apesar da vizinhança americana, e também dos nossos irmãos do Chile, que, quando todos imaginavam estivessem se entregando, também deram seu voto contrário.

Meus aplausos. Essa é uma decisão muito importante que estamos tomando aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem favoráveis queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os quatro requerimentos, que tiveram como Relator **ad hoc** o Senador Pedro Simon.

Temos um requerimento em mão dos Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio, que, com fundamento no disposto no art. 58, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado, requer seja solicitado o depoimento, perante esta Comissão, de S. Exª Revmª. o Sr. Arcebispo de Manaus, D. Luiz Soares Vieira, a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia.

Reunidos em Itaici, na 41ª Assembléia Geral da CNBB, uma das maiores preocupações dos bispos brasileiros tem sido a soberania brasileira sobre a parcela da Amazônia que coube ao Brasil. O Arcebispo de Manaus disse que "a soberania brasileira sobre a Amazônia está ameaçada e que, se não tomarmos cuidado, devagar a gente pode perder essa Região". Dizendo falar em nome da CNBB, D. Luiz Soares Viana afirmou: "Dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade é conversa. A Amazônia brasileira é patrimônio do Brasil a serviço da humanidade."

D. Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana, ex-presidente da CNBB, participando da mesma entrevista, declarou que a "Amazônia transformou-se hoje numa grande prioridade para os bispos, e esta 41ª Assembléia da CNBB vai passar para a história como a assembléia da Amazônia." D. Luiz Soares Viana completou, dizendo que "a Igreja Católica se preocupa com a Região também do ponto de vista evangelizador, uma vez que faltam padres para tanto. Com isso, tem perdido fiéis. Em Rondônia, hoje, 45% da população é evangélica."

D. Mauro Morelli, Arcebispo de Duque de Caxias e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, reiterou: "Ela, a Amazônia, não é da humanidade, é do Brasil, a serviço da vida da humanidade."

Assim, o Senador Pedro Simon gostaria de acrescentar alguma palavra, ou o Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente.

A iniciativa, inicialmente, foi do Senador Pedro Simon. Tive a honra de poder a ela me agregar, por entender que é completamente justo o objetivo a ser atingido.

D. Luiz Soares Vieira é um homem de enorme integridade, de enorme acuidade e preparo intelectual. Estudioso da Amazônia, olha, sem radicalismos e, sobretudo, sem sectarismos, o fato Amazônia como algo de interesse planetário e aceita isso, mas entende que é essencial mantermos, o tempo inteiro, o domínio, a soberania brasileira sobre essa área, por razões políticas, econômicas, psicológicas, psicossociais, por todas as razões.

Dom Luiz prega, tanto quanto o Senador Pedro Simon o faz e tanto quanto eu procuro fazer, que os brasileiros se conscientizem da importância da Amazônia, do ponto de vista nacional. Ou seja, quando se fala sobre a Amazônia e se, por ventura, se tratar de um parlamentar daquela região, não estará sendo paroquial, estará sendo, mais do que nunca, nacional, porque, do exterior para cá, os sinais são de que compreendem a importância da região. É importante que, no Brasil, se processe um sentimento parecido, até por razões práticas, pragmáticas, ligadas ao futuro desenvolvimento, ao desenvolvimento estratégico deste País.

A vinda de Dom Luiz será, portanto, um alerta e uma boa oportunidade para a troca de opiniões entre a Comissão, interessada que está no tema, e um especialista, até pela sua vivência evangelizadora, pela sua presença permanente em vários Estados da região, pela sua presença permanente no interior do Estado do Amazonas. Por tudo isso, julgo que será da maior valia para nós e para o País ouvirmos Dom Luiz e podermos com ele debater um tema de tanto interesse, de tantas perspectivas, que nos leve a uma reflexão profunda sobre o futuro do País que, a meu ver, se mistura com o futuro da região amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na verdade, é uma coincidência o nobre Líder do PSDB estar na tribuna, que foi quem primeiro falou sobre a matéria. Eu lhe solicitei um aparte para dizer que estava endereçando à Mesa um ofício, pedindo a convocação de Dom Luiz. Solidarizava-me com S. Exª em aparte, e S. Exª se solidarizava comigo no requerimento.

Acredito que seja da maior importância, Sr. Presidente. Vale a pena salientar que esse foi o tema dominante na Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em Itaici. Esse foi o assunto destacado como "este será o período da Amazônia".

Podemos fazer o mesmo nesta Comissão. Não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que o problema do petróleo, o americano equacionou. A guerra do Iraque, o domínio do petróleo pelo Iraque, o pavor da Arábia Saudita, eles equacionaram esses problemas. O que vem pela frente é o problema da água, que será o grande problema da humanidade neste século. Em se falando no problema da água, fala-se em Amazônia. Fala-se nas maiores reservas de água doce do mundo, que são as águas da Amazônia.

Apavoro-me porque, quando vejo o americano entrar em luta com o Iraque, com o mundo árabe, a França, a Alemanha, a Rússia e a China protestam, mas não vejo ninguém protestar quando se fala na Amazônia. A França pensa que a Amazônia é um patrimônio da humanidade, bem como a China, o Japão e a Inglaterra. Ou seja, o mundo está sendo mais ou menos preparado para uma orientação, para uma esquematização de transformar a Amazônia em patrimônio da humanidade.

Então, o Brasil precisa dar-se conta, preparar-se no sentido de convencer-se de que a Amazônia é um patrimônio nosso, do Brasil, a favor da humanidade, claro. Vamos mantê-la, porque a humanidade precisa. É evidente que sim. A floresta amazônica, as águas e tudo o mais, precisamos defender o que está ali, mas não se podem colocar tropas, nem se deve pressionar, coagir, inventar.

Sou totalmente favorável à causa indígena, sempre fui; mas nunca gostei de ver os ianomamis colocados na fronteira; há índio ianomami tanto do lado brasileiro quanto do lado da Venezuela. Nos mapas já aparece "a nação ianomami". Penso que temos de ter o maior cuidado. Essa é a questão mais importante que temos no nosso País. É importante também o Fome Zero, claro. Vamos lutar. Vamos terminar com a miséria, com a fome, com o desemprego e com a corrupção. Façamos milhões de coisas! Podemos fazer ou não; podemos levar tempo ou não. Agora, vamos conservar a integridade do nosso território, o nosso patrimônio mais importante: a nossa terra. O mínimo que podemos fazer, em homenagem aos nossos antepassados, em respeito aos nossos filhos, é garantir a integridade do nosso território. E eu não tenho nenhuma dúvida de que aqui, em se tratando de Amazônia, o perigo é iminente, é muito grave.

Então, eu e o ilustre Líder Arthur Virgílio acreditamos que devemos aproveitar o momento em que o ilustre Prelado trará o ponto de vista, não o exclusivamente militar ou o político. Isso já foi feito aqui. Creio que nenhum dos Senadores esteve aqui, somente o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Marco Maciel, então Vice-Presidente, quando realizamos um seminário sobre a Amazônia, feito pelos Senadores da Amazônia. Mas, com todo respeito, foi feito para discutir a Amazônia, seus problemas e como se pode explorá-la, não nesse outro sentido. Entendo que precisamos debater a matéria sob outro ângulo: internacional, mundial, de todos nós, com a participação dos Senadores e de toda a sociedade brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. É um maior prazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Veja, Presidente Eduardo Suplicy, é tão importante e apaixonante o tema que eu acabei de falar e me sinto agora motivado pelas palavras do Senador Pedro Simon a novamente intervir.

Na eleição americana, por exemplo, o Presidente Bush não fez, durante a sua campanha, nenhuma menção à Amazônia. O candidato a Presidente Al Gore, do Partido Democrata, filia-se à tese da chamada soberania restrita. Ele explana sobre isso com a segurança de quem é homem preparado, afeito a debater a questão ambiental de maneira técnica e tem convicção – ele expôs isso durante a sua campanha – de que a soberania brasileira sobre a Amazônia deve ser restrita. Chegamos a um homem admirável, o Estadista francês François Mitterrand, e ele também defende essa posição, bem como a Srª Thatcher e Tony Blair.

Nós vamos, enfim, perceber que existe quase uma cultura – no seio das elites anglo-saxônicas e até latinas do tipo França e Itália – que faz esses países e a sociedade refletirem que o Brasil deveria abrir mão de parte da sua soberania – alguns exageram e falam que o Brasil deveria abrir mão de toda sua soberania – em um prazo que não está demarcado, em benefício do conjunto da humanidade.

A concessão que podemos fazer a isso me parece que é objetivamente uma só: termos o compromisso, com o mundo, de dirigirmos bem a Amazônia no caminho do desenvolvimento sustentável. Este é o nosso compromisso. Interessa ao mundo? Interessa. Se a Amazônia interessa ao mundo, eu não posso tratar mal algo que interessa ao mundo. Então, eu trato bem. Desenvolvo do ponto de vista do respeito à ecologia, às populações ali existentes, ao aproveitamento correto dos recursos naturais. Esse é o papel brasileiro.

O deles é de se beneficiarem disso, já que a região tem de fato interesse planetário, mas não de avançarem nesse passo de questionamento da soberania brasileira sobre a área.

Hoje parece que estamos falando de algo distante, Sr. Presidente, mas não é tão distante assim. Tem razão o Senador Pedro Simon quando diz que a grande **commodity** do século XXI ameaça ser a água, cujo barril, em alguns países, começa a valer mais que o barril de petróleo, principalmente levando em conta que do volume mundial de água, apenas 3% é água doce, e que parte desse total está localizada em ambiente inóspito, de difícil extração ou muito cara. Eu, que

sou do Amazonas, poderia, se fosse excêntrico ou milionário, criar pingüins. Sairia muito caro e os meus pingüins não seriam comprados por ninguém, porque eles valeriam um absurdo do ponto de vista do seu custo, e muito pouco do ponto de vista do jogo de mercado. Mas até as águas de difícil extração passariam a valer bastante, levando em conta que é rara a ocorrência da água potável no mundo hoje.

Então, precisamos nos preparar para esse debate, ter uma posição nacional, mostrar para o mundo as nossas responsabilidades, ou seja, que somos capazes de respeitar o Brasil e o mundo inteiro, administrando bem a Amazônia. Entendemos que é uma causa pela qual valeria morrer, ou seja, não admitimos de jeito algum que alguém arranhe a idéia de que a soberania brasileira deve ser total e intocável. Por isso, Senador, me alonguei no aparte; foi uma honra aparteá-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte. Acho que ele foi muito importante.

Sr. Presidente, se o plenário concordar, vamos marcar a data, mas já vamos nos preparar para o **plus**. Quer dizer, com base nisso – e V. Exª é muito competente – vamos, na Comissão, elaborar uma pauta determinada no Brasil em defesa da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vamos marcar a data então para o depoimento de D. Luiz Soares Vieira perante esta Comissão.

Há ainda inúmeros requerimentos de convocação de autoridades, alguns do Senador Arthur Virgílio.

Eu gostaria de sugerir que, na próxima reunião, examinemos esses requerimentos e outras proposições. Por enquanto, para a próxima semana, não teremos mais que examinar indicação de embaixadores, a não ser que surja uma nova indicação. Concluímos a oitiva de um grande número de indicados para serem embaixadores. Agora, poderemos examinar outras matérias, proposições, inclusive proposições de acompanhamento das negociações sobre a Alca, o Mercosul, objeto do interesse de inúmeros Senadores desta Comissão.

Senador Arthur Virgílio, V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, devo até dar uma explicação pessoal a V. Exª. Ontem, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, opinava que, em respeito ao Supremo Tribunal Federal, em respeito à dignidade, à relevância do cargo de que serão investidos os postulantes que passarem sempre pelo crivo do Senado Federal e, depois, nomeados pelo Senhor Presidente da República, fazia comparação com os embaixadores e dizia que quanto mais pudéssemos ouvir individualmente os embaixadores mais aproveitaríamos, mas faríamos uma cultura sobre aquele país, mais dimensionaríamos o profissional que se dedica a representar o Brasil naquela área determinada.

Por outro lado, quero testemunhar aqui a competência e o espírito público, marcas de V. Exª, que têm sido aplicadas aqui na sessão. Não vejo que pudesse ter sido diferente. Ontem saí de lá com um travo de que pudesse ter parecido uma crítica e não é esse o meu sentimento. O meu sentimento é de que foi uma emergência, e, nessa emergência, V. Exª se desincumbiu da maneira mais prática, com a rapidez e o espírito público de sempre.

Daqui para frente, seria desejável que, tendo sido vencida essa etapa da emergência, dedicarmos-nos a ouvir de maneira exaustiva, de maneira mais exaustiva possível os embaixadores, cada embaixador por vez.

Portanto, no momento em que reitero a minha posição e a esclareço, a esmiúço, quero também prestar uma homenagem aqui à forma correta com que V. Exª dirige esta importante Comissão do nosso Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Houve uma ocasião em que o Presidente Fernando Henrique precisava também designar Ministro para o Superior Tribunal de Justiça, dentre outros. Na mesma data, a Ministra Ellen Gracie foi uma das quatro, mas naquela ocasião também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania argüiu no mesmo dia quatro, mas havia uma emergência.

Mas vamos seguir, sim, a sua sugestão na medida do possível.

Agora teremos um indicado para embaixador por vez, a ser argüido nesta Comissão, com o objetivo de termos o melhor proveito possível.

Eu gostaria de salientar que, na última reunião, fizemos como que uma indicação, inclusive por sorteio, para que o Senador José Sarney considerasse, uma vez que a Assembléia Nacional de Portugal convidou cinco membros do Congresso Nacional – três serão Deputados Federais, dois Senadores. Os Senadores Marcelo Crivella e Duciomar Costa foram então designados pelo Presidente José Sarney para nos representar no encontro em maio, na próxima semana, em Lisboa. Quer dizer, na próxima semana,

não teremos a sua presença, V. Exª ir-nos-á representar.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h05min.)

Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária Da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **MOZARILDO CAVALCANTI, MARCO MACIEL, JEFFERSON PÉRES, HÉLIO COSTA, LUIZ OTÁVIO, RODOLPHO TOURINHO, LÚCIA VÂNIA, PEDRO SIMON, EDISON LOBÃO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, TIÃO VIANA, FÁTIMA CLEIDE, PATRÍCIA SABOYA GOMES, FLÁVIO ARNS e JOÃO RIBEIRO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A pauta é invertida por solicitação do Senador **HÉLIO COSTA**. **Item 04** –Projeto de Lei da Câmara N° 14, de 2003, de autoria da Presidência da República, que "estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências" O Senhor Senador **HÉLIO COSTA,** relator da matéria, faz a leitura do seu parecer favorável. Passa-se à discussão. Faz uso da palavra o Senhor Senador **JEFFERSON PÉRES.** Não havendo mais quem queira discutir, o projeto é aprovado. **Item 1 – extra-pauta –** Requerimento N° 14, de 2003/CRE que requer expedição de convite "para que o ilustre Senhor **SÉRGIO VIEIRA DE MELLO**, Alto Comissário de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em vias de ser designado para desempenhar missão de representação da ONU no Iraque, atuando na área de proteção humanitária em Bagdá, observando sua agenda de trabalho, possa prestar informações ao Senado Federal dos termos desta missão, seu escopo, sua competência, suas restrições e suas finalidades e, inclusive, para informar sobre a possibilidade de nosso País contribuir para a reconstrução e a democratização de suas instituições". Após considerações do Senhor Presidente, autor do Requerimento, este é aprovado. Retoma-se a apreciação dos itens de pauta. **Item 01** – Aviso N° 71, de 2000, de autoria da Presidência do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 274, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ministério das Relações Exteriores – Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi, referente a existência de improbidade, gastos incompatíveis com o interesse público e infrações a normas legais, naquelas embaixadas – (TC– 013.441/99-0)." O Senhor Senador **MARCO MACIEL**, relator da matéria, faz a leitura do parecer para que a Comissão tome conhecimento e delibere pelo arquivamento. Passa-se à discussão e o Senhor Senador **JEFFERSON PÉRES** faz uso da palavra. Não havendo mais quem queira discutir o parecer é aprovado, com o adendo proposto pelo Senador Jefferson Peres para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dirija um expediente ao Ministério das Relações Exteriores, indagando se as providências, constantes do anexo ao processo, foram adotadas.

Item 02 – Aviso N° 114, de 2001, de autoria da Presidência do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 426, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Voto que a fundamentam, referente a auditoria de desempenho operacional e de conformidade realizada nas Embaixadas do Brasil em Jacarta e Seul, no período de 14 a 25/05/2001 (TC nº 003.953/2001-5)". O Senhor Presidente designa relator "ad hoc", Senador **MARCO MACIEL**, para a leitura do parecer para que a Comissão tome conhecimento e delibere pelo arquivamento. Não havendo quem queira discutir, o parecer é aprovado, também com o adendo proposto pelo Senador Jefferson Peres no item anterior, para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dirija um expediente ao Ministério das Relações Exteriores, indagando se as providências, constantes do anexo ao processo, foram adotadas. **Item 3** – Projeto de Lei do Senado Nº 556, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera o art. 3º da Lei nº 8239, de 4 de outubro de 1991, que 'regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, que dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório", cujo relator é o Senador Luiz Otávio. Por se tratar de matéria terminativa é sobrestada sua deliberação, no

âmbito desta Comissão, em virtude da não deliberação pelo Plenário do Senado Federal, do Projeto de Lei de Conversão n° 07, de 2003, proveniente da Medida Provisória n° 103, de 2003. O Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** faz uso da palavra, solicitando que a Comissão solicite à Câmara dos Deputados agilidade na apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1999, por ser mais abrangente que o Projeto tratado no item anterior. A Comissão acata sugestão do Senador **JEFFERSON PÉRES** para que se recomende ao Relator do PLS n 556, de 1999, Senador Luiz Otávio, que requeira cópia da PEC para verificar se existe superposição de matérias pois assim o PLS ficaria prejudicado por ser a PEC mais abrangente. Segue a apreciação dos itens de pauta. **Item 5** – Mensagem N° 07, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia". O Senhor Presidente designa relator "ad hoc", Senador **TIÃO VIANA,** que faz a leitura do relatório. Não havendo quem peça a palavra, a discussão é encerrada. **Item 06** – Mensagem Nº08, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **CÉSAR DE FARIA DOMINGUES MOREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islândia". O Senhor Presidente designa a Senhora Senadora **FÁTIMA CLEIDE** como relatora "ad hoc" que faz a leitura do relatório. Não havendo quem peça a palavra, a discussão é encerrada. Os dois últimos itens: **Item 7** – Requerimento N° 02, de 2003/CRE que "requer a expedição de convites aos excelentíssimos Ministros da Defesa, Embaixador **JOSÉ VIEGAS NETO**; e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. **GUIDO MANTEGA**, para debate, nesta Comissão, acerca das necessidades – e possibilidades de atendimento – das Forças Armadas Brasileiras, do ponto de vista do seu pleno reaparelhamento" e **Item 8** – Requerimento N° 03, de 2003 que "requer a expedição de convite ao excelentíssimo senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador **CELSO AMORIM**, e os dois Secretários-Gerais do mesmo Ministério, para debaterem, na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, as perspectivas do País no tocante à Associação de Livre Comércio das Américas-ALCA" são adiados devido à ausência do Senhor Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**, autor dos requerimentos. Após a votação, o Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade. Sendo assim, encerra-se a reunião às 11 horas e 17 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Décima Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia Vinte e Dois de Maio do Ano de Dois Mil e Três, às Dez Horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à deliberação da Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias de pauta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a inversão de pauta, para que possamos analisar de imediato o Item nº 4, Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, em virtude de compromisso que tenho em outra Comissão da Casa, à qual devo estar presente.

Solicito a V. Exª essa providência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se os demais Senadores estiverem de acordo, vamos proceder a essa inversão. (Pausa)

Passamos, então, à apreciação do Item nº 4 da pauta.

Item nº 4:

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2003 (PI 07241, de 2002, na Origem)

Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Hélio Costa.

Parecer: favorável.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Hélio Costa.

O SR. RELATOR (Hélio Costa) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002 (nº 6.239, de 2002, na Casa de origem), é de autoria do Poder Executivo. A proposição foi enviada à Câmara dos Deputados em 5 de março de 2002, com a Mensagem nº 147.

O art. 1º submete ao pagamento de multa, a ser recolhida ao Banco Central do Brasil, as importações com declaração de importação registrada no Sistema Integrado de Comércio Exterior, Siscomex, o importador que estiver relacionado a diversas situações, até o art. 2º, que estipula situações nas quais não se aplica a multa de que trata o art. 1º, abarcando as importações financiadas, ou não, cujo pagamento seja de responsabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, suas fundações e autarquias, inclusive, as importações efetuadas em data anterior à publicação da futura lei.

Na realidade, Sr. Presidente, resumindo toda essa proposição, devo lembrar que, há alguns anos, as importações eram feitas de uma forma desordenada. Exemplo típico era o do importador que trazia para o Brasil 100 automóveis ou 1000 computadores e deixava para fechar o câmbio a critério, porque ele podia importar essa mercadoria, trazê-la para o Brasil, vendê-la à vista no mercado, pegar o dinheiro dessa venda à vista, colocar no mercado de capitais, obter juros desse dinheiro por 12 meses. E, 12 meses depois da compra e da chegada da mercadoria, é que ele ia pagar, ou seja, ia fechar o câmbio.

Por essa razão, foi editada uma medida provisória que vinha regulamentar essa situação, até certo ponto ilegal, porque influenciava de todas as formas não só a competição interna como o comércio exterior brasileiro. Na verdade, aquele produto importado ficava sem ter um produto nacional competitivo, porque ele vinha com preço baixo, tinha uma renda já de um preço inferior lá fora e, evidentemente, ainda tinha aplicação no mercado de capitais. Por essa razão, foi feita a medida provisória.

O mais importante é lembrar que as Forças Armadas, de um modo geral, Exército, Marinha e Aeronáutica, estavam prejudicadas nesse processo, na medida em que o pagamento das multas que passaram a ser aplicadas, quando foi regulamentada a importação pela medida provisória, tinha que ser feito dentro de um determinado prazo, que era de, parece-me, três meses.

Evidentemente, as Forças Armadas não têm previsão orçamentária para multas, e isso passou a prejudicar de todas as formas as importações mais estratégicas das Forças Armadas. Existem inúmeras multas que têm sido aplicadas ao Exército, Marinha e Aeronáutica em virtude do não pagamento dentro do prazo previsto. O Banco Central corrige uma situação e cria uma situação complicadíssima para o próprio Governo.

Esse projeto de lei visa a corrigir o que chamamos de interesses até estratégicos do próprio Governo nas importações das Forças Armadas. E vejo aqui o reflexo dessa regulamentação: a cobrança de multas que não podem ser pagas por não existir previsão orçamentária para essa despesa; o não-fechamento do câmbio, que implica na impossibilidade de se efetuar o pagamento dos compromissos externos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, com reflexos na dívida externa do Brasil; e, certamente, a abertura de um processo administrativo, no Banco Central, contra as unidades das Forças Armadas, por não-cumprimento dessa determinação do Governo.

Em face disso, aprovo certamente o relatório anterior da Câmara dos Deputados e as sugestões que foram feitas.

Na análise, a exposição de motivos do titular da Pasta da Fazenda, que acompanha a mensagem presidencial, contém um relato circunstanciado das razões de ordem econômica que motivaram a expedição da Medida Provisória nº 1.569, de 25 de março de 1997, a qual, após sucessivas reedições, foi convertida na Lei nº 9.817, de 23 de agosto de 1999, que aduz aos regulamentos substanciosos em prol das modificações ora propostas na sistemática punitiva estabelecida pela própria lei.

Tenho, aqui, em mãos, também, Sr. Presidente, um documento do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional, em que o então Secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa, concorda plenamente com o que se propõe neste projeto de lei, dizendo que "o referido projeto de lei excepciona operações formalizadas por entidades do setor público, permitindo a dispensa de multa por meio do art. 2º, inciso VII, motivo pelo qual solicitamos imediatamente a sua aprovação".

Ele está se referindo, especificamente, às questões da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, do Ministério das Minas e Energia, do Ministério dos Transportes e de vários outros órgãos da administração pública.

Sr. Presidente, o meu relatório é favorável. Peço aos Srs. Senadores que o aprovem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de obter dois esclarecimentos do Relator.

O projeto é oriundo de mensagem do Poder Executivo? Estou vendo aqui a Mensagem n° 147. É isso? Ou é de autoria de...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Do Fernando Henrique Cardoso?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Ou é originário da Câmara?

O SR. RELATOR (Hélio Costa) – O Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2003, é de autoria do Poder Executivo, ora submetido à apreciação desta Comissão. É assim que eu o recebo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – É do Poder Executivo?

O SR. RELATOR (Hélio Costa) – É do Poder Executivo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Senador Hélio Costa, estou vendo que ele revoga uma lei que é de 1999 – três anos depois. Está dita a razão porque essa é uma lei que caducou tão cedo? A Lei nº 9.817, de 23 de agosto de 1999, estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. E esse projeto revoga expressamente essa lei. Não sei se V. Exª está em condições de esclarecer o por quê.

O SR. RELATOR (Hélio Costa) – O que entendo, Senador Jefferson Péres, é que, nos últimos anos, essa situação foi sendo somada a uma série de circunstâncias nas importações estratégicas das Forças Armadas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Especificamente das Forças Armadas?

O SR. RELATOR (Hélio Costa) – Especificamente das Forças Armadas, do Ministério das Minas e Energia e, sobretudo, do Ministério dos Transportes. Conforme esclarecemos na nossa exposição, para ser paga a multa, o Ministério ou o órgão precisa ter dotação orçamentária. Como não a tem, o Ministério não paga e, por não pagar, evidentemente, fica impedido até mesmo de fazer outras importações no futuro.

O que se propõe aqui é a correção de um problema que surgiu e foi sendo acumulado durante três anos, até que alguém, atendendo à solicitação, notadamente das três Forças, fez essa sugestão ao Executivo, a qual passou pela Câmara dos Deputados e chegou até a nossa Comissão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Hélio Costa queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Gostaria de dar algumas informações a...

O SR. MARCO MACIEL (PFL/PE) – Sr. Presidente, posso relatar um projeto?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim, Senador Marco Maciel.

Apenas quero dizer que, na última reunião, foi aprovado um requerimento convidando Dom Luiz Soares Vieira para expor a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia. Informo que estamos entrando em contato com ele para verificar a possibilidade de ele vir aqui no próximo dia 5 de junho, data a confirmar.

Senador Hélio Costa, antes de V. Exª se ausentar, gostaria de convidá-los a uma reflexão. Foi noticiado pela imprensa que o Embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Melo, que hoje ocupa o Alto Comissariado da ONU sobre Direitos Humanos, está por ser designado – e a decisão provavelmente será tomada hoje – para cumprir importante missão da ONU no Iraque com respeito à reconstrução daquele país. Considero essa missão de grande importância. Segundo tudo indica, essa decisão deverá ser confirmada ainda hoje. Há pouco, informaram-me, por telefone, que S. Exª está viajando de Genebra para Nova Iorque. Dessa maneira, pedi para preparar – acredito que seria por consenso – um requerimento para convidá-lo, na medida do possível, uma vez designado para essa missão, a comparecer à nossa Comissão para explicar a sua responsabilidade, a natureza da missão, inclusive para que possamos também aqui dialogar sobre em que medida estará o Brasil participando dos esforços de reconstrução e democratização das instituições do Iraque.

Quero aqui externar essa possibilidade. Pedi para preparar o requerimento, mas gostaria que ele pudesse ser de autoria de todos os membros, se estiverem de acordo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Sr. Presidente, quando estive na ONU, há três ou quatro anos, como observador do Senado, tive a oportunidade de conhecer o Embaixador Sérgio Vieira de Melo e constatar a reputação daquele Diplomata brasileiro na Organização das Nações Unidas. S. Exª é um Diplomata altamente qualificado. Já teve missões importantíssimas na África, na Ásia e, agora,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – No Timor Leste.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Exatamente, no Timor Leste. Se for realmente confirmada a designação, concordo inteiramente com V. Exª em o convidarmos para vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Queria informar isso antes que o Senador Hélio Costa se ausentasse. Mas, se estiver de acordo, o requerimento está sendo preparado, para podermos convidá-lo conjuntamente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Terei o maior prazer em voltar aqui para assinar o requerimento, Sr. Presidente.

O Embaixador Sérgio Vieira de Melo é hoje o que chamamos em inglês – e a própria ONU o identifica – de **trouble shooter**, aquele que resolve todos os problemas, um solucionador de problemas. É uma honra para o Brasil tê-lo como uma pessoa de destaque neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estávamos conversando, Senador Antonio Carlos, sobre a proposição de convidarmos o Embaixador Sérgio Vieira de Melo para estar aqui, a se confirmar a missão como Alto Comissariado da ONU e Representante da ONU a ser designado para ajudar na reconstrução do Iraque, na democratização daquele país.

O requerimento está sendo preparado.

Já apreciamos o Item nº 4.

Vamos passar à apreciação do Item nº 1 da pauta.

Item nº 1:

Aviso nº 71, de 2000 (Aviso Nº 01997, de 14/04/2000, na origem)

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 274, de 2000, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ministério das Relações Exteriores – Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi, referente à existência de improbidade, gastos incompatíveis com o interesse público e infrações a normas legais, naquelas Embaixadas – (TC– 013.441/99-0).

Autoria: Presidência do Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Marco Maciel.

Parecer: para que a Comissão tome conhecimento e delibere pelo arquivamento.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, para proferir seu parecer.

O SR. RELATOR (Marco Maciel) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o processo que tenho oportunidade de relatar tem origem no Tribunal de Contas da União e é referente a uma auditoria realizada nas seguintes unidades do Ministério das Relações Exteriores: Embaixada do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi.

Passo a ler o relatório.

Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal, pelo Aviso nº 71, de 2000, na origem, cópia da Decisão nº 274, de 2000, do Plenário do Tribunal de Contas da União, com respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi.

O relatório em referência aponta uma série de falhas e impropriedades cometidas nessas unidades organizacionais, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de controle de bens adquiridos, de gastos, de manutenção das embaixadas, regularização do quadro de empregados locais. Também foram apontadas despesas aparentemente pessoais enquadradas como de conservação e manutenção, gastos custeados por conta da rubrica cerimonial, sem alusão ao evento correspondente, entre outros de menor expressão.

Em tal ocasião, o Tribunal de Contas da União alerta o Congresso Nacional e a Presidência da República sobre a inconveniência de cortes lineares nas dotações destinadas ao custeio de representações nacionais no exterior, para não comprometer as atividades da nossa Diplomacia, sobretudo em uma quadra em que dela se exige maior dinamismo com vistas ao incremento de nossos interesses comerciais.

Na análise, digo que se trata de comunicação feita no sentido de cientificar o Poder Legislativo das atividades do Tribunal de Contas, que auxilia o Congresso Nacional no exercício das funções de controle externo das finanças públicas, conforme está previsto em nossa Constituição Federal, aliás, especificamente, como sabem V. Exªs, nos arts. 70 e 71 da Carta de 1988.

É de notar, por oportuno, que, posteriormente – isso é o importante –, o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado o Aviso nº 181, de 2001, constante dos autos, noticiando que foram aceitas as justificativas apresentadas pelo Ministério das Relações Exteriores, relativamente aos atos e fatos indigitados na inspeção, consoante os termos da Decisão nº 1.039, de 2000, daquela egrégia Corte de Contas.

Passo ao voto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Considerando que os procedimentos aludidos neste processado estão inseridos no âmbito da competência do Tribunal de Contas; que, ademais, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização foi notificada sobre a inconveniência de cortes lineares nas dotações atinentes às representações diplomáticas; que já foram, inclusive, sanadas as falhas providenciadas no relatório de auditoria; e, finalmente, que não há providências no âmbito do Senado Federal a serem adotadas, o parecer é no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do assunto e delibere pelo encaminhamento do processado ao Arquivo.

Daí por que, Sr. Presidente, em face do exposto, meu voto é no sentido de que o processo seja devidamente arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão, o parecer.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Senador Marco Maciel, estou vendo que o Tribunal de Contas da União, além de ter constatado várias irregularidades naquela Embaixada, determinou ao Ministério das Relações Exteriores a adoção de uma série de providências. Não seria de bom alvitre, além de determinar o arquivamento, também solicitar informações ao Itamaraty, para saber se essas providências foram adotadas ou não? Considero legítimo de nossa parte saber isso.

Essa é a sugestão que faço a V. Exª, como um adendo.

O SR. RELATOR (Marco Maciel) – Nada tenho a opor à proposta do Senador Jefferson Péres. Poderíamos adotá-la, sem prejuízo do parecer pelo arquivamento. É o próprio órgão, o Tribunal de Contas, que provocou a questão; ele mesmo pede o arquivamento, sem prejuízo dessa providência.

Nada impede que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dirija um expediente ao Ministério das Relações Exteriores, indagando se as providências, constantes inclusive do anexo ao processo, foram tempestivamente adotadas. Acredito que isso seria bom, inclusive, para o conhecimento da Casa.

Como sabemos, o Itamaraty é uma instituição com excelente corpo funcional, mas trabalha sempre, infelizmente, com grandes limitações de recursos. Mas acolho integralmente a proposta do Senador Jefferson Péres, até porque isso ilustra melhor as atividades desenvolvidas pelos nossos diplomatas no Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ademais, faria com que a nossa Comissão exercesse adequadamente a função constitucional de acompanhar a boa aplicação dos recursos públicos.

Em votação, o parecer.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do Senador Marco Maciel, com o adendo proposto pelo Senador Jefferson Péres, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Item nº 2:

AVISO Nº 114, DE 2001

(Aviso nº 03236, de 11/07/2001, na origem)

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 426, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, referente à auditoria de desempenho operacional e de conformidade realizada nas Embaixadas do Brasil em Jacarta e Seul, no período de 14 a 25/05/2001 (TC nº 003.953/2001-5).

Autoria: Presidência do Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Tião Viana.

Parecer: para que a Comissão tome conhecimento e delibere pelo arquivamento.

Peço ao Senador Marco Maciel que leia também o parecer deste item, cujo Relator é o Senador Tião Viana, dada a similaridade com o que acabamos de aprovar. V. Exª pode até sintetizar, dada a semelhança da matéria com a do Item nº 1.

O SR. RELATOR AD HOC (Marco Maciel) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como lembrou o Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Suplicy, o processo que agora passo a relatar guarda muita semelhança com a questão suscitada anteriormente. Diz respeito à auditoria realizada nas Embaixadas do Brasil em Jacarta e Seul.

Novamente, a questão foi provocada pelo Tribunal de Contas da União, em conseqüência da auditoria realizada sob a coordenação do Ministro Marcos Vilaça, com a participação dos auditores Luiz Henrique, André Becker e Sérgio Freitas de Almeida. Foram detectadas algumas irregularidades, mas, posteriormente, na análise da matéria, elas foram devidamente esclarecidas.

Sr. Presidente, já que a Comissão tem uma pauta muito vasta de assuntos a deliberar hoje, passo rapidamente a prolatar meu voto.

Diante das informações dadas pelo próprio Tribunal de Contas, tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opino, mais uma vez, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dela tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo.

Talvez fosse importante adotar idêntica providência àquela sugerida, de maneira procedente, pelo ilustre Senador Jefferson Péres, quando recomendou que, independentemente disso, fosse feito um expediente ao Itamaraty, pedindo informações sobre as providências adotadas por aquela instituição.

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com o acréscimo proposto pelo Senador Jefferson Péres, acatado pelo Relator, Senador Marco Maciel, coloco em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço à Secretaria da Comissão que prepare o ofício, conforme o que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Item nº 3:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, DE 1999.

Altera o art. 3° da Lei n° 8.239, de 4 de outubro de 1991, que "regulamenta o art. 143, §§ 1° e 2°, da Constituição Federal, que dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório".

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Luiz Otávio.

Parecer: favorável.

É matéria de grande importância, mas é terminativa, e não podemos examiná-la, em virtude do sobrestamento da pauta, segundo o art. 66, § 6º, da Constituição, uma vez que não houve deliberação pelo Plenário do Senado do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 103.

Passemos, então, ao Item nº 5.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL/BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL/BA) – Sr. Presidente, há cerca de sete anos, apresentei a PEC nº 32, de 1999, que já foi aprovada aqui no Senado e está na Câmara dos Deputados aguardando a indicação de Parlamentares para compor uma comissão para examiná-la.

Penso que a minha iniciativa é mais ampla, porque introduz um modelo civil obrigatório que resulta da experiência européia de efetivo sucesso, sobretudo na empresa de mão-de-obra jovem, na área de assistência aos idosos, em atividades de segurança de trânsito, em acompanhamento e solução de pequenos conflitos familiares, proteção ao meio ambiente, informática, logística, e até de serviços médicos e odontológicos.

O Projeto de Lei nº 556/99 é mais modesto; apenas altera parcialmente a Lei nº 8.239, de 04 de outubro de 1991. Aliás, já fora ele anteriormente apensado a nossa PEC, ele já foi apensado à PEC justamente pelo fato de ter alcance mais reduzido e dessa forma contrariar o espírito do serviço social obrigatório.

Entendo que o presente projeto deve aguardar a decisão da PEC nº 32, porque regulamenta o art. 143 da Constituição, que aquela proposta altera. Depois, porque teria de adaptar sua relação ao texto aprovado. Portanto, entendo que o projeto não deveria ser votado, enquanto não houvesse uma decisão da PEC que está na Câmara dos Deputados.

O meu apelo a V. Exª é para que solicite à Câmara dos Deputados que dê andamento à PEC que engloba este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tendo sido esta, Senador Antonio Carlos, uma proposição aprovada por consenso aqui no Senado Federal, solicitaremos à Câmara dos Deputados que tome as providências em relação à tramitação da matéria o quanto antes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL/BA) – E nesse caso não se votaria este projeto,

porque um diz respeito ao outro, sendo, no entanto, mais amplo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) – Diante da manifestação do Senador, creio que deve ser recomendado ao Relator, Senador Luiz Otávio, que requeira cópia da PEC que já está na Câmara. Se realmente houver superposição e se a PEC for mais ampla, o projeto estará prejudicado. Creio que o próprio Relator deveria verificar isso. A matéria seria retirada de pauta para, se for o caso, o Relator modificar seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Tião Viana pediu a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/P/-AC) – Sr. Presidente, apenas quero expressar minha concordância com esse encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, como autor da proposição, gostaria de ...

Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL/PE) – Com a concordância do próprio autor da PEC, creio que não temos por que não acolher a sugestão apensada pelo Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, vamos solicitar ao Senador Luiz Otávio que examine as duas proposições, para verificar se há qualquer superposição de fato, como o Senador Antonio Carlos Magalhães aqui explicou. Ao mesmo tempo, vamos proceder junto à Câmara dos Deputados para que haja a tramitação mais rápida da matéria.

Passaremos aos itens referentes à apreciação do Senado Federal do nome do Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia. Para exame dessas duas matérias, estamos precisando da presença de mais alguns Senadores. Vamos contar quantos estão presentes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB/PB) – Sr. Presidente, será ocupado o cargo no exercício cumulativo de embaixada?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Exato. Portanto, não haveria argüição, apenas a leitura do relatório do Senador João Ribeiro.

Em seguida, apreciaremos também a indicação do Sr. César de Faria Domingues Moreira, Embaixador do Reino da Noruega, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Islândia.

Enquanto aguardamos a chegada de mais dois ou três Senadores, eu gostaria de ler o requerimento a que me referi há pouco e de convidar os Srs. membros para o assinarem conjuntamente, nos seguintes termos:

> "Nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado, submeto à consideração da Mesa do Senado Federal a presente solicitação, para que o ilustre Sr. Sérgio Vieira de Melo, Alto Comissário de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em vias de ser designado para desempenhar missão de representação da ONU no Iraque, atuando na área de proteção humanitária em Bagdá, observando sua agenda de trabalho, possa prestar informações ao Senado Federal a respeito dos termos dessa missão, de seu escopo, de sua competência, de suas restrições e de suas finalidades."

O brasileiro Sérgio Vieira de Melo está sendo requisitado pelo Governo dos Estados Unidos para ocupar o posto de representante das Nações Unidas para o Iraque, com a função de coordenar as várias atividades da ONU, em termos de saúde, alimentos, educação, refugiados e outros temas relacionados ao aspecto humanitário.

A depender da referida agenda de viagem do ilustre diplomata, as informações poderiam ser prestadas pessoalmente em audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal ou por escrito, conforme o mais viável, tendo em vista sempre o enriquecimento e a participação ativa do Senado Federal brasileiro nas mais altas questões que envolvem a inserção internacional do Brasil."

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, submeteria o requerimento para todos o assinarem. Seria uma oportunidade para, havendo a possibilidade de S. Exª estar aqui, convidarmos também o Ministro de Relações Exteriores e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães a, junto com o Embaixador Sérgio Vieira de Melo, estarem aqui para esclarecer sobre como poderá o Brasil contribuir para a reconstrução do Iraque e a democratização de suas instituições.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT/AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT/AC) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma retificação: ele não é Embaixador, mas funcionário da ONU.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É verdade. No requerimento, não há menção de Embaixador. Eu é que usei essa expressão. Na verdade, ele está aqui qualificado como Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento e quiserem assiná-lo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Eu gostaria de pedir ao Senador Tião Viana que lesse o parecer do Senador João Ribeiro sobre a indicação do nome do Sr. José Augusto Lindgren Alves – matéria constante do Item nº 5 – para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia, cumulativamente com o de Embaixador na República da Bulgária.

O SR. RELATOR AD HOC (Tião Viana) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Presidente da República submete o nome o Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia.

Trata-se de um servidor de carreira do Ministério das Relações Exteriores, um Diplomata, um Embaixador, que, sem dúvida alguma, cumpre todos os pré-requisitos para a envergadura da função que vai ocupar. Possui uma biografia compatível com as responsabilidades e com os desafios que tem pela frente.

O meu parecer é favorável à cumulatividade.

Permita-me, Sr. Presidente, destacar que ele é um militante da área de Direitos Humanos e membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU. São de sua autoria os livros: **Os Direitos Humanos como Tema Global** e **A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça palavra, encerro a discussão.

Neste caso, é necessário que os Senadores depositem seu voto.

Antes de colocar em votação este parecer, eu gostaria de proceder à leitura da matéria constante do Item nº 6, para que os Senadores votem a indicação dos dois nomes.

Item nº 6:

MENSAGEM (SF) Nº 08, DE 2003

(Mensagem Nº 01212 de 26/12/2002, na origem).

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. César de Faria Domingues Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islândia.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador José Agripino.

Parecer: será apreciado em reunião secreta.

Peço à Senadora Fátima Cleide que leia o parecer do Senador José Agripino, relativo à indicação do nome do Sr. César de Faria Domingues Moreira para exercer, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islândia.

A Srª RELATORA AD HOC (Fátima Cleide) – Trata-se da Mensagem nº 8, de 2003, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de César de Faria Domingues Moreira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islândia.

Esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. César de Faria Domingues Moreira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islândia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o **curriculum vitae** elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. César de Faria Domingues Moreira, filho de Miguel Domingues Moreira e Alice Nunes Faria Moreira, nascido em 24 de março de 1940, em São Luís, Maranhão, tem, entre suas qualificações acadêmicas, o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, o Curso de Especialização em Promoção Comercial e o Curso de Altos Estudos, todos pelo Instituto Rio Branco; o Curso de Especialização em Promoção Comercial, pela Universidade Manchester; e o valioso Curso de Aperfeiçoamento para Representantes Comerciais do Centro de Comércio Internacional, em Genebra.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1970, tendo ascendido a todos os postos de sua carreira, por merecimento, até a atual condição de Ministro de Primeira Classe.

Entre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, destaca-se a chefia da Divisão do Oriente Próximo II, nos explosivos anos de 1983 e 1984, poucos anos após a invasão do Irã pelo Iraque, o que iniciou uma guerra que duraria oito anos e culminaria no apoio dos Estados Unidos ao regime de Bagdá como forma de obstaculizar a expansão da Revolução Islâmica Iraniana para o Oriente Próximo e para as antigas Repúblicas Soviéticas da Ásia Central.

Destaca-se ainda a Subchefia da Assessoria de Relações com o Congresso, cuja função de interface entre o Executivo e o Legislativo é de vital importância para o logro da almejada harmonia dos Poderes para a consecução do bem comum, no caso em apreço, por intermédio da política externa.

Entre as funções desempenhadas no exterior, destacam-se as de Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios em Madri, de 1988 a 1992; no Vaticano, de 1992 a 1996; e na Ordem de Malta, de 1992 a 1996. Integrou missões brasileiras em eventos de destacada importância nas Relações Internacionais, entre os mais recentes a X Conferência da ONU sobre desarmamento em Genebra, em 1998; a comitiva do Presidente da Câmara dos Deputados em visita ao Japão, em 1996; a missão parlamentar a Portugal, França e Grã-Bretanha, em 1997; a reunião constitutiva do Foro dos Parlamentos de Língua Portuguesa, Lisboa, em 1998; e o Foro dos Senados do Mundo, em Paris, em 2000.

Em reconhecimento pela excelência de seu trabalho, o Diplomata foi agraciado no Brasil com a Ordem de Rio Branco, Título de Grande Oficial; a Ordem do Mérito Aeronáutico, Título de Comendador; a Ordem do Mérito Militar, Título de Oficial; a Ordem do Mérito Naval, Título de Oficial; a Medalha de Mérito de Tamandaré; a Medalha de Mérito Santos Dumont e o Diploma de Colaborador Emérito do Exército.

Recebeu ainda, por Governos estrangeiros, diversas condecorações, entre as quais, na Argentina, a Ordem de Maio ao Mérito; na Venezuela, a Ordem do Libertador; em Portugal, a Ordem de Cristo; e, na França, a Legião da Honra.

O posto a que aventa acumular com a Embaixada do Brasil no Reino da Noruega tem potencial de densificação econômica, em virtude do fato de que a Islândia é país membro da Associação Européia de Livre Comércio, juntamente com Suíça e Noruega, com a qual o Brasil mantém profícua relação comercial, dominada que está em sua pauta de exportação por produtos semifaturados e manufaturados.

Segundo o Itamaraty, há perspectivas de ampliação das trocas bilaterais nos setores pesqueiro e energético. A relativa pobreza de recursos naturais torna a Islândia vulnerável às flutuações do preço do peixe no mercado internacional, principal produto de sua pauta de exportações. Essa escassez também explica a dependência da Islândia em relação às importações, o que, somado ao alto poder aquisitivo de sua população, torna-a mercado de grande atratividade. Seus recursos de energia geotermal e hidrelétrica não são suficientes para suprir as necessidades de sua população, motivo para busca de novos pólos de exportação energética.

Ademais, a Associação Européia de Livre Comércio a que pertence tem visado à celebração de acordos bilaterais e birregionais, oportunidade para ampliação do comércio com o Brasil e com o Mercosul.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senadora Fátima Cleide.

Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo que peça palavra, encerro a discussão.

Vamos abrir o processo de votação.

Peço às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que exerçam o seu direito de voto quanto ao nome dos dois indicados, constantes dos Itens nºs 5 e 6 da pauta: José Augusto Lindgren Alves, para exercer cumulativamente o cargo de Embaixador na Macedônia, além de Embaixador na Bulgária; e César de Faria Domingues Moreira, para exercer o cargo de

Embaixador junto à República da Islândia, além de ser Embaixador do Reino da Noruega.

Os itens seguintes são requerimentos do Senador Arthur Virgílio, que não se encontra presente aqui. Por isso, esses itens não poderão ser apreciados.

Portanto, estes serão os últimos itens.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E o requerimento convidando...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O referente ao Bispo? Já foi votado na reunião passada, está aprovado. Apenas consultei quanto à data do dia 5 de junho. Já está aprovado. Estou propondo o dia 5 de junho. Vou conversar com ele para ver se ele pode comparecer a esta Comissão nessa data. Já está aprovado.

Com a chegada do nobre Senador Flávio Arns, já há **quorum**.

Esses serão os dois últimos itens da pauta de hoje.

Peço à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes e ao nobre Senador Flávio Arns que, se estiverem de acordo, assinem também o requerimento referente ao convite ao Sr. Sérgio Vieira de Melo.

A nobre Senadora Fátima Cleide já o assinou? Por favor, Senadora, queira assiná-lo. (Pausa)

Peço ao nobre Senador Pedro Simon e à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes a gentileza de procederem à apuração dos votos referentes às indicações constantes dos Itens nºs 5 e 6 da pauta. (Pausa)

Esses serão os últimos itens a serem apreciados hoje.

Estou pedindo um esclarecimento à Assessoria se, regimentalmente, o requerimento de convite ao Sr. Sérgio Vieira de Melo deve ser apresentado ao Plenário do Senado ou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Entendo que o convite pode ser apresentado aqui mesmo. A Assessoria levantou essa dúvida.

Proclamo o resultado da votação: o Sr. Embaixador César de Faria Domingues Moreira e o Sr. Embaixador José Augusto Lindgren Alves obtiveram 10 votos favoráveis. Portanto, houve unanimidade.

Todos os Srs. Senadores conhecem bem o requerimento para convidar a comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o alto comissário da ONU para direitos humanos, Sérgio Vieira de Mello.

Tendo sido assinado e aprovado o requerimento, por unanimidade, vamos expedir-lhe o convite para que possa vir a esta Comissão.

Estão encerrados os trabalhos de hoje. Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11h17min.)

Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JOSÉ AGRIPINO, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, MARCELO CRIVELLA, EDISON LOBÃO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, RODOLPHO TOURINHO, HELOÍSA HELENA, MARCO MACIEL, LUIZ OTÁVIO, AELTON FREITAS, HÉLIO COSTA, JOÃO ALBERTO SOUZA, PEDRO SIMON, FÁTIMA CLEIDE, ANTERO PAES DE BARROS, JOÃO CAPIBERIBE, JOÃO RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI E ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Após breves avisos à Comissão, passa-se à apreciação dos itens de pauta. **Item um – Mensagem (SF) nº 10, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **SÉRGIO EDUARDO MOREIRA,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à **República do Chipre**. O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senhor Senador Eduardo Azeredo que procede à leitura do relatório. O Presidente designa Relator "Ad Hoc", novamente, o Senhor Senador Eduardo Azeredo que prossegue com a leitura do próximo relatório. **Item dois – Mensagem (SF) nº 11, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativa-

mente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à **República do Benin**. O Senhor Senador Marcelo Crivella faz uso da palavra para relatar sobre a viagem que, recentemente, fez a convite da Assembléia Nacional de Portugal. O Presidente agradece as presenças do Embaixador de Portugal, Antonio Manoel Franco, e do Senhor Joaquim do Rosário, Conselheiro Social da Embaixada de Portugal. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Hélio Costa, Rodolpho Tourinho, Embaixador Antonio Manoel Franco. O Presidente designa membros que comporão a Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior. Prosegue-se com a votação da **extra-pauta – Item um – Requerimento n° 15, de 2003/CRE** de autoria da Senadora Heloísa Helena que "requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda, Antônio Palocci; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega; dos representantes do Governo Brasileiro no Banco Mundial (BIRD), Amaury Bier e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Martus Tavares; do Diretor do BIRD no Brasil, Vinot Thomas e do Representante do BID no Brasil, Waldemar Wirsig, a fim de discutir as relações do Brasil com esses Organismos Multilaterais, tendo em vista o processo de discussão e elaboração em curso dos Planos de Desenvolvimento Plurianuais e das estratégias de assistência dessas instituições ao País." A Senadora Heloísa Helena faz a leitura do requerimento. Faz uso da palavra o Senador Hélio Costa. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Pedro Simon e Heloísa Helena para servirem como escrutinadores. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação dos indicados por treze votos. O Senhor Presidente distribui e faz leitura de carta enviada ao Senhor Sérgio Vieira de Mello, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Representante Especial da ONU para o Iraque na qual parabeniza-o pela confirmação para missão no Iraque e reintera convite desta Comissão para explanar sobre tal missão. O Senhor Presidente informa que o **Item três – Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002** de autoria do Senador Moreira Mendes será adiado pois requer votação nominal e não há quórum no momento. **Item cinco – Requerimento n° 259, de 2003**, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa é retirado por iniciativa do Senador João Ribeiro, relator da matéria. Os **Itens seis e sete – Requerimentos n°s 02 e 03, de 2003/CRE**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, são adiados, pois o Senador não se encontra presente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO,** Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Décima Segunda Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia Vinte e Nove de Maio do Ano de Dois Mil e Três, às Dez Horas.

SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações de Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

(Pausa.)

Dispensada.

Passamos à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que recebemos o relatório do Senador Marcelo Crivella a respeito da viagem que fez a Portugal representando a nossa Comissão, juntamente com o Senador Duciomar Costa, do PTB do Pará.

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, para que faça uma breve exposição. Depois, distribuiremos o seu relatório.

(Pausa.)

O Senador Marcelo Crivella pede para ler o seu relatório daqui a alguns instantes. Sendo assim, vamos dar prosseguimento aos avisos.

Srs. Senadores, chegou a resposta ao Requerimento nº 540, que solicitava ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chanceler Celso Lafer, informação a respeito de duas notícias veiculadas na imprensa nacional dando conta sobre o veto dos Estados Unidos da América à venda de aviões Super Tucano, produzidos pela Embraer, e também à venda de frango brasileiro ao Canadá. Esse requerimento, assinado pelo Senador Roberto Saturnino e por ou-

tros diversos Senadores, teve sua resposta enviada a todos os Srs. Senadores.

Srs. Senadores, gostaria de informar que Dom Luiz Soares Vieira, arcebispo de Manaus, foi comunicado sobre o Requerimento nº 1.313, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio, para prestar esclarecimentos a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia, ameaçada de internacionalização. Tínhamos proposto uma audiência no dia 5, mas ele não poderá comparecer e agora estamos aguardando uma nova data.

Gostaria também de informar que estão sendo tomadas todas as providências para a realização do I Encontro de Mulheres Parlamentares de Países de Língua Portuguesa e do II Encontro Nacional de Deputados Estaduais. O encontro de mulheres parlamentares será realizado no Auditório Petrônio Portella nos dias 9 a 11 de junho do corrente ano. Estão sendo convidadas especialmente todas as Senadoras. Aviso em especial às Senadoras Heloísa Helena, Fátima Cleide, Lúcia Vânia, Patrícia Saboya Gomes, Roseana Sarney. Os Srs. Senadores também estão convidados. Eu estarei na abertura, no dia 9, às 9h30.

Item 1: submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima para exercer cumulativamente o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel e junto à República de Chipre. O Relator é o Senador Arthur Virgílio. Solicito ao Senador Eduardo Azeredo, Relator **ad hoc,** para ler o parecer.

Temos relativamente poucos itens na pauta e podemos fazer a reunião a tempo de participarmos da audiência do Ministro Jaques Wagner.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório do Senador Arthur Virgílio leva em consideração que o Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima serviu em Washington como Segundo-Secretário e como Primeiro-Secretário em Lisboa; foi Encarregado de Negócios também em Lisboa, assim como em Lagos e Nova Iorque, em missão junto à Organização das Nações Unidas, como Conselheiro; em Londres, serviu como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios.

A respeito do Chipre, as informações do Ministério das Relações Exteriores ressaltam a delicada questão política entre as comunidades de origem grega e de origem turca. Constituída como Estado em 1960, a República do Chipre mantém relações diplomáticas com o Brasil desde 1966, mediante embaixadas cumulativas. A Embaixada do Brasil em Tel Aviv responde também perante Chipre e a Embaixada de Chipre em Washington responde perante o Brasil. Mesmo após a invasão turca da ilha, em 1974, e a posterior proclamação da república turca do norte de Chipre, em 1984, o Brasil segue reconhecendo somente a República de Chipre, em apoio às determinações da Organização das Nações Unidas.

O documento destaca as disputas geradas pela intenção da República do Chipre, com apoio da Grécia, de ingressar na União Européia. Como a Turquia também é candidata, desde a Declaração da Cúpula de Helsink, a disputa de Chipre entre Grécia e Turquia torna-se central na pretensão dos novos ingressantes.

Do ponto de vista econômico, poucas são as relações brasileiras com a República de Chipre, destacando-se o interesse cipriota na área de telecomunicações. Em contrapartida, Chipre tem tentado desenvolver o turismo brasileiro em seu território, por intermédio da Embratur.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, concordando plenamente com a indicação do Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel e na República de Chipre.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço também ao Senador Eduardo Azeredo, que leia o parecer relativo à indicação do Sr. Carlos Alberto Ferreira Guimarães para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria e cumulativamente junto à República do Benin.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação, pelo Presidente da República, do Sr. Carlos Alberto Ferreira Guimarães, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

Temos aqui o **curriculum vitae** do interessado, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, atendendo aos preceitos regimentais.

Entre os cargos e missões de relevância para o País desempenhados pelo Diplomata em questão, cabe destacar: Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, Assessor do Chefe de Departamento de Organismos Internacionais, Assessor do Chefe de Departamento de Temas Internacionais Especiais, Chefe-substituto da Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Chefe da Divisão de Organis-

mos Internacionais Especializados. Em Moscou, foi Primeiro-Secretário; em Ankara, Encarregado de Negócios; em San Salvador, Encarregado de Negócios; no Vaticano, Conselheiro; em Paramaribu, Ministro-Conselheiro; em Lagos, de 2002 até o presente momento, Embaixador do Brasil junto à Nigéria.

O Sr. Carlos Alberto Ferreira Guimarães recebeu Condecoração do Mérito Cavalheiro na Itália.

Resta informar que a República do Benin é um pequeno País da África Ocidental, com seis milhões e duzentos mil habitantes, enfrentando diversos problemas de desenvolvimento, como de resto todos os demais países da região.

As relações diplomáticas do Brasil com Benin foram restabelecidas em 1961, e se dá cumulativamente com a Embaixada do Brasil na Nigéria. Com contatos políticos e econômicos pouco expressivos, entretanto, conforme informação do Itamaraty, o Benin vem procurando promover as relações bilaterais com Brasil. No presente momento, o Governo mostra, inclusive, interesse muito grande nas relações com os países da África, e, apesar de ser um país pequeno, em início de desenvolvimento, são seis milhões de habitantes. Não há dúvida de que o Brasil deve se interessar por suas relações com o Benin.

Pelo exposto, verifica-se que o Sr. Carlos Alberto Ferreira Guimarães preenche as condições necessárias para exercer cumulativamente a representação do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em ambas as indicações, haverá votação nominal e secreta, com utilização de urna. É necessária a presença de todos os Srs. Senadores. Já há **quorum** registrado no livro, mas será necessário também depositar os votos na urna.

Vou, porque não há nesse caso argüição, permitir, desde já, que os Srs. Senadores possam depositar o seu voto, mas só vamos realizar a apuração, quando houver, pelo menos, dez votos registrados.

Agradeço as presenças do Embaixador de Portugal, Antonio Manoel Franco, e do Sr. Joaquim do Rosário, Conselheiro Social da Embaixada do Portugal. Ambos estão justamente convidados, e são muito bem-vindos, a estar presentes por ocasião do relato que o Senador Marcelo Crivella fará brevemente sobre a viagem que, recentemente, fez a convite da Assembléia Nacional de Portugal.

Tem a palavra o Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, uma comitiva do Congresso Nacional, a convite do Governo português, esteve em Lisboa. Esse relatório, que será distribuído posteriormente aos senhores, com cópia, foi entre ao Sr. Presidente nos seguinte termos:

"Sr. Presidente, tenho a grata satisfação de me dirigir a V. Exª para encaminhar um breve relatório das atividades desenvolvidas durante a nossa estada em Portugal, quando tive a súbita honra de representar o nosso País.

Ao ensejo, levo ao conhecimento de V. Exª que, durante a minha permanência naquele País, juntamente com a comitiva, tive a oportunidade de confirmar as preocupações a respeito do problema que hoje aflige os concidadãos emigrantes, ante a vigência da recém aprovada lei de estrangeiros e a sua legislação complementar.

Com efeito, dentre as medidas que o Governo português adotou em relação aos estrangeiros em situação irregular figura a punição de seus empregadores, o que já está causando uma onda de demissões e que agrava a situação dos emigrantes. Outra, é a exigência da obtenção do visto de trabalho junto à representação portuguesa no país de origem, para que, somente após ser confirmada a existência de vagas pré-selecionadas, permita-lhes o ingresso em território português".

Eu gostaria de comunicar a V. Exªs que, hoje, em Portugal vivem cerca de 80 mil brasileiros – não certeza quanto ao número, que alguns dizer maior; outros, menor que 80 mil. A maioria deles, graças a Deus, está muito feliz, desenvolvendo um próspero trabalho e perfeitamente integrados à comunidade. Há, porém, uma minoria expressiva – que alguns estimam entre cinco e dez mil brasileiros – que não está regularizada no País.

Portugal, hoje, faz um esforço muito grande para se integrar à Comunidade Econômica Européia. É muito importante para Portugal, para o seu futuro e para a sua economia. Tenho muitos amigos portugueses e, por isso, afirmo com um certo conhecimento de causa. Os portugueses mais antigos, das províncias, costumavam dizer, quando iam à França, que iam à Europa. Mas hoje Portugal é Europa. Sempre o foi, mas hoje o é sob a ótica do comércio, das relações exteriores.

Outra informação importante: a fronteira, hoje, tem a supervisão de uma guarda internacional porque já não é mais só fronteira de Portugal, mas da Europa. Quem entra em Portugal entra na Espanha, na França. Os guardas do aeroporto são treinados em uma escola européia. No ano passado, mais de 1.800

brasileiros que foram para Portugal não conseguiram entrar porque o guarda da fronteira perguntou-lhes: "Quanto você traz no bolso?" Se respondessem US$200,00 ficava patente que não iriam fazer turismo, mas buscar emprego. "Você tem outro sapato na mala?" Se a resposta fosse não, diziam: "Seu sapato está muito velho para um turista, você veio para buscar emprego". Assim, 1.800 brasileiros tiveram o desprazer de serem devolvidos do aeroporto. No momento em que não entram, são levados para um quarto no último andar do aeroporto, passam a noite e voltam no vôo do dia seguinte. Isso é constrangedor e motivado por falta de informação. Não podemos responsabilizar o governo europeu por isso. Portugal tem que seguir as regras da Comunidade Comum Européia.

Hoje, a Europa sofre um forte processo de migração. Só em Portugal, cujo desemprego está crescendo, há 200 mil ucranianos, muitos angolanos e moçambicanos. Portugal é um país pequeno com uma economia que precisa estar integrada à Europa. Temos uma equação com variáveis que não se harmonizam. De um lado, precisamos manter os melhores laços com Portugal. O comércio Brasil – Portugal tem, historicamente, uma balança muito favorável a nós. Portugal é um bom cliente do Brasil, compra-nos US$500 bilhões; vendemos a eles pouco mais de US$200 milhões. Temos um bom parceiro. Além disso, o Brasil é o destino dos maiores investimentos de Portugal. Os executivos portugueses que estão no País também encontram dificuldades para ter um visto de trabalho. Há muitos profissionais portugueses que, de 3 em 3 meses, têm que ir à Bolívia ou ao Paraguai para renovar o visto.

Com esse cenário, chegamos à Assembléia da República, em Lisboa, e fomos falar com o Senador Suplicy de Portugal, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. S. Exª nos recebeu, ouviu nossas ponderações e nossa preocupação com os brasileiros. Havia outros Deputados de Portugal que se juntaram a nós. Gostaria de citar alguns nomes: Manoela Alencar e Eduardo Neves Moreira, brasileiro, eleito pelos portugueses do Brasil. Só no meu Estado, Rio de Janeiro, ele recebeu dezessete mil votos, que significam uma defesa grande dos brasileiros que lá estão. Mas não conseguimos sensibilizar o governo para que, na regulamentação da Lei dos Imigrantes, de 24 de março, favorecesse os imigrantes que já estão lá, os brasileiros em situação ilegal.

Sr. Presidente, pedimos duas coisas, basicamente: que os brasileiros que já estão trabalhando em Portugal, que já estavam lá antes da Lei, que paguem os seus impostos, ainda que não tenham recebido visto de trabalho por questões de burocracia, possam aplicar esse visto, aqui na Embaixada de Portugal no Brasil, mas por procuração, sem que tenham que vir aqui. Assim, iríamos poupar as finanças desses exauridos conterrâneos, que teriam que pagar os R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), que é o preço de uma passagem da Varig para vir de Portugal para cá. Além do mais, teriam que esperar aqui a concessão do visto, pelo menos, seis meses, segundo informação que obtivemos na reunião com o Secretário de Estado de Assuntos Externos.

Não sou pessimista quanto à situação dos brasileiros em Portugal, mas ressalto que todos que fizemos parte da comitiva voltamos com o firme propósito de atuar perante as máfias, principalmente no Rio de Janeiro, que têm agenciado moças inocentes, que saem do Brasil com passagem comprada para Portugal para trabalhar como balconista. Têm um visto de turismo de quinze dias, durante os quais são bem assistidas, com a promessa de que na próxima semana vai ter o visto e o emprego. Na outra semana, vence o visto, vence a passagem de retorno, os quinze dias se esgotam, e elas lá são obrigadas a serem dançarinas de restaurante, ou a trabalharem em casas de massagem, que é, infelizmente, um primeiro passo e uma grande armadilha para o caminho da prostituição e da exploração sexual.

Isso é de uma gravidade tremenda e precisa ocupar a nossa atenção e a do Ministro da Justiça! Não podemos permitir que brasileiros incautos sejam levados a Portugal, com a esperança irreal, irrealizável, fictícia, de que vão encontrar, naquele País, fartos empregos. Já não é mais essa situação que os sessenta mil brasileiros que hoje vivem bem em Portugal – médicos, dentistas, engenheiros, donos de empresas – encontraram há três, quatro anos. Essa já não é a realidade!

Sr. Presidente, esse relatório será encaminhado também aos Srs. Senadores. Dei uma visão muito realística. Pedi até ao nosso Embaixador em Portugal que estivesse aqui comigo, para que se sensibilizasse com essa situação e que também fosse um fiador da nossa proposta a respeito dos brasileiros que lá estão.

Compactuo com a idéia de que já não se deve dar vistos de trabalho em Portugal. Essa época já passou. É preciso que o brasileiro saia daqui sabendo onde vai trabalhar, quanto vai ganhar, se terá condições de viver lá e se é interessante ou não, para acabar com essa idéia de um eldorado, que não existe e que causa muita angústia e muito sofrimento.

Hoje, há na Embaixada do Brasil quinze brasileiros, pedindo para voltar para o Brasil, e não temos como pagar suas passagens. Aliás, gostaria de ressaltar que a Embaixada nos recebeu muito bem. O cônsul brasileiro tem feito um esforço tremendo para atender aos brasileiros, que estão andando na rua, fazendo serviços numa obra aqui, num restaurante ali, ganhando cinco, dez euros por dia, numa situação deprimente. E fizemos um apelo ao Presidente para que libere uma verba para que esses brasileiros tenham o direito de voltar. Já não querem ficar lá. Querem voltar.

Mais uma vez, reitero aquela proposta, Sr. Presidente, que não gostaria que fosse considerada minha, mas de todos nós, para que o Governo brasileiro adote uma taxa dentro desses cinco bilhões de dólares que a nossa comunidade que está no exterior envia para o Brasil todos os anos. Sr. Presidente, nem o nosso café, nem o nosso minério, nem o nosso cacau, nem os aviões que vendemos para o exterior têm uma receita como essa que os brasileiros enviam para o Brasil, de US$ 5 bilhões por ano. É preciso que parte deste dinheiro seja enviada as nossas representações no exterior para atender situações urgentes como essa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pois não, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu gostaria apenas de fazer um aparte ao Senador Marcelo Crivella, aproveitando a presença do Embaixador de Portugal, para também reiterar toda a admiração que temos por Portugal.

Sr. Embaixador, sabemos muito bem que Portugal, por ser a porta de entrada da Europa, não permite que haja uma liberalidade de vistos de entrada e pouca vigilância na alfândega em si. Entretanto, preocupa-nos muito, sim, o que tem acontecido com brasileiros que vão a Portugal e que são tratados incorretamente. Sabemos que muitos têm conhecimento da situação que vão encontrar, mas, ainda assim, tentam entrar, tentam trabalhar ilegalmente. Mas existe um número muito grande de pessoas que vão para lá inadvertidamente, não sabendo das dificuldades.

O apelo que nós faríamos, somando-nos à preocupação do Senador Marcelo Crivella, era para que o governo português estabelecesse tratamento especial para os brasileiros que chegam e que não têm a documentação correta, para que não haja uma situação, às vezes, humilhante. Há relatos de que nos aeroportos acontecem situações que não estão sequer de acordo com os direitos humanos.

É o apelo que faríamos, entendendo as razões de Portugal, entendendo que não se pode haver uma flexibilidade excessiva nos portos, mas reconhecendo que os brasileiros têm recebido um tratamento, às vezes, muito rígido da parte do governo português. Seria importante que pudéssemos ter, considerando a relação entre Brasil e Portugal, considerando tudo que a História nos mostrou, um tratamento diferenciado para brasileiros que, inadvertidamente, vão a Portugal sem as devidas regras estabelecidas.

Ao mesmo tempo, Senador Marcelo Crivella, seria interessante que as companhias transportadoras fossem mais rígidas no embarque de passageiros aqui no Brasil e verificassem – acho que essa é a questão básica –, que tanto a companhia portuguesa, a TAP, quanto as companhias brasileiras ou as demais companhias que fazem escala em Portugal que verificassem a documentação aqui no Brasil, para evitar o problema de chegar lá e ter que voltar, ficando em situação vergonhosa no aeroporto.

Era o que queria colocar.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Permite V. Exª um aparte, Senador Marcelo Crivella?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Rodolpho Tourinho também havia pedido. Acho que seria bom ouvirmos todos os que desejarem falar. Depois o Senador Marcelo Crivella conclui.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu não teria muito a acrescentar àquilo que o Senador Eduardo Azeredo muito propriamente colocou. Mas dentro daquilo que foi dito pelo Senador Marcelo Crivella, eu gostaria de ser um pouco mais incisivo e cobraria mais do governo português na questão do tratamento dado aos brasileiros, não só para aqueles que chegam e são levados para um quarto no primeiro ou no terceiro andar, não sei, mas também para aqueles que estão lá, aqueles 80 ou 100 mil – alguma coisa em torno de 80 mil.

Chama minha atenção a menção feita pelo Senador Marcelo Crivella aos 200 mil ucranianos. Entendo perfeitamente o governo português, mas o Brasil não é a Ucrânia para Portugal. Acho que esse é o grande problema. As relações não são só afetivas, mas são relações privilegiadas. E eu digo isso com muita tranqüilidade, tenho uma relação afetiva muito grande com Portugal, minha mulher é portuguesa, e vejo claramente a diferença de tratamento entre quem vem para cá e quem vai para lá. Eu acho que essa responsabilidade é, efetivamente, do governo

português, porque ele pertence à União Européia, mas não perdeu a sua identidade.

Portugal não pode perder a sua identidade e deve respeitar, inclusive, laços que são muito mais antigos e que foram muito mais importantes para a própria formação da nação portuguesa, Sr. Embaixador, do que esse laço recente da União Européia. Reconheço a grande vantagem, a grande importância, o enorme valor da União Européia para Portugal. Acho que é certíssimo, é perfeito, mas isso não se compara a laços de quinhentos anos. Acho que o Governo português não tem dado efetivamente o valor que devia dar a essas relações comerciais, afetivas e políticas.

Era essa a complementação que queria fazer. Já disse ao nosso Presidente aqui, Senador Eduardo Suplicy, que gostaria de me somar aos esforços desta Comissão, participando dela, para trabalhar dentro desse tema, porque há muitos pontos a serem acertados. Penso que o Governo português precisa ter outra visão deste País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de passar a palavra ao Senador Hélio Costa, informo que o relatório do Senador Marcelo Crivella conclui com a proposta de que instalemos imediatamente a comissão sobre brasileiros no exterior. O requerimento de sua iniciativa foi aprovado na reunião passada e hoje já podemos designar a comissão.

Estávamos dialogando, Senador Marcelo Crivella e eu, sobre se o número de sete Senadores seria razoável para isso. Se V. Exªs estiverem de acordo, dada a iniciativa, eu proporia que o Senador Marcelo Crivella presidisse essa subcomissão. Faço essa sugestão a S. Exª, dado que a iniciativa foi dele, repito. Quando a palavra retornar a S. Exª, sugerirei que aponte sete nomes. Obviamente os que queiram, como o Senador Rodolpho Tourinho, ser voluntários serão considerados.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, candidato-me para ser um dos membros dessa Comissão, até pelo fato de que vivi dezoito anos no exterior, entre Estados Unidos e Europa, e conheço um pouco, como o Senador Marcelo Crivella, que passou dez anos na África, a situação dos brasileiros no exterior, situação que é realmente preocupante.

Quero me somar às preocupações dos Senadores Eduardo Azeredo e Rodolpho Tourinho, com relação ao tratamento de brasileiros, principalmente na chegada ao Aeroporto de Lisboa, em Portugal. É uma situação que precisa ser revista.

Lembraria o que aconteceu, recentemente, nas relações entre Estados Unidos e Argentina, há cerca de cinco anos, quando foi liberada a emissão de vistos para argentinos irem aos Estados Unidos. Depois que a crise econômica se instalou na Argentina, o Governo americano voltou atrás e retirou a liberalidade. Os argentinos precisam de vistos novamente. Precisavam anteriormente, entraram num período em que não precisavam mais, podiam simplesmente chegar ao aeroporto e embarcar para os Estados Unidos e, agora, precisam novamente de vistos.

Então, temos que reavaliar essa possibilidade, porque as nossas relações com Portugal, economicamente, são muito boas, são excepcionais, principalmente no que diz respeito aos investimentos portugueses no Brasil. Não preciso lembrar da história das relações entre Brasil e Portugal, quando nós, sempre de braços abertos, recebemos os portugueses, que vieram para cá exatamente à procura de uma oportunidade para dar uma melhor condição de vida a sua família. Milhões e milhões de portugueses vieram para o novo mundo que era o Brasil. Ora, neste momento, num instante em que o Brasil olha para a Europa e vê Portugal como a sua porta de entrada, na medida em que ele chega lá e é recebido dessa forma, esse não é o jeito português. Pode até ser o jeito desse governo português que está lá, mas não é a tradição do povo português e muito menos da diplomacia portuguesa.

Então a minha sugestão, é que primeiro se faça – e me proponho a fazer – um requerimento para a revisão do procedimento de vistos entre Brasil/Portugal.

A melhor solução seria a seguinte: estabelecer novamente o critério da necessidade de vistos para ambos os lados: para o português vir ao Brasil e o brasileiro ir a Portugal. Assim não teremos problemas. A partir de então, quando a embaixada portuguesa emitir visto para brasileiro visitar Portugal, ele terá de ser recebido no país dignamente. Se, por acaso, algo acontecer com ele lá, como é o caso desses dez brasileiros que neste momento aguardam uma solução, compete ao governo português colocá-los num avião e mandá-los de volta ao Brasil, assim como se faz nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França. Quando alguém é indesejável, quando não pode permanecer ou quando não vai continuar no país, o próprio país se encarrega de repatriá-lo. É disso que precisamos.

Proponho-me a apresentar essa sugestão e convidaria os demais Senadores presentes a esta reunião a subscrever a proposta, a fim de que façamos uma revisão no procedimento de vistos Brasil/Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Sr. Embaixador Antonio Manoel Franco pediu para falar. Concederei a palavra antes da conclusão de V. Exª.

Sugiro à Comissão que examine o assunto, pois ontem à noite, a **Rádio CBN** informou que suspenderam um vôo com 240 brasileiros que estariam sendo devolvidos ao Brasil vindos dos Estados Unidos, em função de condições extremamente inadequadas no que diz respeito a procedimentos. Penso que seria importante que a comissão de brasileiros no exterior estivesse atenta a esse episódio que se está desenrolando. Devemos nos preocupar com esse assunto que, acredito, deveria ser um dos itens primeiros desta Comissão.

Concedo a palavra ao Embaixador Antonio Manoel Franco.

O SR. ANTONIO MANOEL FRANCO – Sr. Presidente, agradeço pela oportunidade. É um enorme prazer dirigir-me pela primeira vez a esta Comissão. Cumprimento o Senador Marcelo Crivella pelos fluentes comentários e os demais Senadores pelas observações, sobretudo pelas críticas, porque são contribuições muito mais efetivas do que seriam apenas os cumprimentos ao Estado português por sua atuação.

Devo-lhes dizer que, quando cheguei ao Brasil, há dois anos, percebendo qual ia ser a evolução econômica próxima de Portugal como País da Europa, falei com alguns governantes brasileiros sobre começarmos a conversar seriamente sobre a situação de pessoas em Portugal e no Brasil. Percebi que deveríamos disciplinar a situação para evitar os problemas que hoje estamos a enfrentar. Entretanto, não obtive grandes resultados.

Portugal hoje – como disse o Sr. Senador – se defronta com seriíssimos problemas econômicos, orçamentários, de desemprego e, neste assunto específico, de excesso de estrangeiros no país. Tais problemas não teriam essa dimensão se a situação econômica e social do país fosse boa, mas, numa situação de crise, ganham contornos diferentes.

Nos últimos dois ou três anos, houve um excesso brutal e incontrolado de imigrantes do oeste da Europa em Portugal, o que aumentou os problemas sociais, sobretudo o desemprego. A primeira preocupação portuguesa, Sr. Senador, é que esse tipo de imigração não crie em Portugal argumentos xenófobos, porque não há nada pior do que uma situação de desemprego nacional com uma grande ocorrência de imigrantes ilegais para fazer a xenofobia crescer. Não queremos xenofobia em Portugal, muito menos xenofobia com brasileiros.

Estamos sujeitos e obrigados, como o Senador apontou, às regras da União Européia. Mas, como o Sr. Senador também disse, para nós, Europa não é o amálgama. Nunca nos esquecemos, quando nos relacionamos com a Europa, das relações com o Brasil. E é por isso, Srs. Senadores, que devo dizer que há alguma estranheza no fato de que as propostas que apresentamos ao Brasil em maio de 2002, no âmbito da Subcomissão de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas, prevista no Tratado da Amizade, não tenham tido resposta. Refiro-me sobretudo a dois textos: um acordo para facilitação e circulação de pessoas entre os nossos dois países e um acordo para contratação recíproca binacional.

Insistimos, o Ministro insistiu e eu próprio, com as autoridades competentes, no sentido da urgência da reunião da subcomissão para não só obtermos respostas em relação aos textos que propusemos em 2002, mas para, em face da situação que estamos a viver, manifestar a nossa disponibilidade para evitar e prever situações desse tipo.

Se esta Comissão pode ter um efeito útil em sua reunião, quero recomendar às autoridades brasileiras competentes que dêem resposta a Portugal, porque estamos disponíveis. Não se trata de criar exceção na lei, o que seria impossível nos termos do direito europeu, mas de considerar mecanismos que evitem esse tipo de problema. A última coisa que Portugal quer ter é problemas com cidadãos brasileiros. Estimamos mais para que essa seja a nossa política.

Srs. Senadores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado. Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Em face da exposição do Embaixador de Portugal, gostaria de apresentar um requerimento ao Ministro das Relações Exteriores para que nos informe sobre o que está acontecendo com as duas propostas apresentadas por Portugal para que pudéssemos ter uma solução objetiva da questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Senador Eduardo Azeredo, facilitaria o procedimento se pudesse redigir o requerimento o mais breve possível.

Creio que, consensualmente, podemos aprovar o requerimento do Senador Eduardo Azeredo como parte deste diálogo no sentido de solicitar ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, as informações sobre o entendimento com as autoridades do Governo português sobre o tratamento de brasileiros e de portugueses aqui.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – E também em relação às duas propostas apresentadas pelo Governo português como relata o Embaixador de Portugal aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Peço a V. Exª que redija requerimento brevemente.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Peço apenas a atenção de formalizar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com todo o respeito à posição do meu colega, Senador Hélio Costa, não podemos retroceder nessa questão de pensarmos em exigir visto entre Brasil e Portugal. Não podemos pensar nessa hipótese. Temos de vencer os obstáculos atuais para não termos de retroceder nessa questão, que seria desagradável para os dois países.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa, V. Exª está de acordo em que possamos procurar avançar no bom relacionamento?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sem dúvida alguma. Penso que devemos, evidentemente, tentar tudo para evitar o retrocesso. Mas, se necessário, até chegar ao retrocesso.

Gostaria de acrescentar, até para informação do Senador Eduardo Azeredo, que, conversando com o Embaixador, ele me informou que é no âmbito do Tratado da Amizade Brasil/Portugal que existe essa Subcomissão de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas, exatamente sobre a qual V. Exª está fazendo requerimento ao Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Marcelo Crivella, V. Exª tem a palavra para concluir.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Da nossa visita a Portugal, encontramos esses problemas concretos. Os brasileiros, hoje, são 80 mil – 65 mil vivem muito bem, são prósperos, mas há problemas. Os engenheiros ainda não podem assinar um projeto porque o Crea daqui não se entendeu com o de Portugal. Com os dentistas, ocorre a mesma coisa. Com os advogados, não: a OAB do Brasil e a OAB de Portugal se sintonizaram perfeitamente, e advogados assinam com seus diplomas reconhecidos, embora isso não tenha impedido que eles exerçam sua profissão. Aliás, os dentistas brasileiros têm até um certo prestígio com os portugueses, que têm dado preferência a eles. Isso é notório.

Senti, entre as autoridades portuguesas, exatamente o que o nosso Senador nos expôs: de que consideram as relações de cinco séculos com o Brasil e os laços de amizade, língua etc., mas, hoje, estão fazendo parte de uma comunidade européia a cujas regras precisam obedecer. Isso é um consenso do Primeiro-Ministro, Manuel Durão, até os Deputados do Partido de Oposição, da Minoria, na Assembléia da República de Portugal. Portanto, precisamos ser realistas no que diz respeito às nossas relações.

Sr. Presidente, para concluir, quero crer que podemos, sim, ainda que a nossa equação tenha variáveis díspares, fazer uma curva, ou melhor, uma figura, harmonizada nessa nossa alma, nesses milhões de portugueses que estão no Brasil. Lá, os Deputados disseram para mim: "Sr. Senador, V. Exª está enganado; os portugueses que estão no Brasil são poucos e muito idosos. Daqui a 30 anos, já não haverá mais uma colônia tão expressiva de portugueses no Brasil". Eu lhe disse que esta não era a realidade, que eles estavam completamente enganados. Existem, sim, milhões de portugueses no Brasil. A colônia é muito maior. São clubes, restaurantes, negócios, padarias...

Creio que, neste ponto, a nossa subcomissão deve estabelecer um ponto de honra. Esses cinco, dez mil brasileiros que estão vivendo em Portugal, que já estão trabalhando, sob a lei de 24 de março, deveriam, sem abrir exceção à regra, ter – não sei – uma espécie de anistia ou, talvez – o que propus –, pudessem apresentar a sua documentação aqui no Brasil para visto de trabalho por meio de uma procuração. Pedi até que cópia desses documentos fosse encaminhada à nossa Subcomissão para que pudéssemos acompanhar esse procedimento burocrático.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Fomos muito bem recebidos. Trago de Portugal o abraço do povo português, das autoridades portuguesas.

A novela brasileira ainda é o maior sucesso em Portugal, assim como nossos cantores. Tive oportunidade de andar ali na Baixa e ir ao Coliseu, onde há **shows** marcados de Gal Costa e Martinho da Vila com ingressos esgotados. Não sei se Gal Costa poderá ir, pois teve recentemente um problema de saúde.

Temos a relatar o caso dos 1.800 brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª também cantou lá?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sim. Tive oportunidade de cantar. Cantei na nossa Igreja, que é o Cine, o principal cinema de Lisboa, na quarta-feira, à noite. Aliás, achei que estaria vazia,

porque era a final da Copa Uefa, e Portugal estava mobilizado para torcer pelo Porto, que ganhou o jogo com um gol de um brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Certamente com as preces feitas na Igreja! Senador, V. Exª me permite acrescentar mais um detalhe à sua explanação?

Sr. Presidente, aproveitando a presença do Embaixador de Portugal, eu gostaria de lembrar, conforme ele me faz aqui chegar uma nota, que qualquer profissional brasileiro, desde que o seu título acadêmico e profissional esteja reconhecido pela respectiva Ordem, em Portugal, conforme disse o Senador Marcelo Crivella, pode exercer livremente a profissão.

Na verdade, apenas os advogados têm este reconhecimento de Ordem para Ordem, mas S. Exª está me dizendo que, por força do Tratado de Amizade, qualquer profissional que tenha o título reconhecido pode trabalhar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – V. Exª tem toda razão. No entanto, os engenheiros têm empresas e fazem projetos, mas, na hora de assinarem o projeto e darem entrada no órgão público...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Têm de ser portugueses.

Sr. Presidente, gostaria de fazer mais uma sugestão. Refiro-me aos recursos para a repatriação de brasileiros.

No ano passado, aprovamos, na Câmara dos Deputados, um recurso da ordem de R$12 milhões, valor enviado para o Ministério das Relações Exteriores com o objetivo de atuar no relacionamento de brasileiros com todos os outros povos de língua portuguesa, principalmente os países que compõem a chamada CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Conversei com a assessoria do Itamaraty, e, realmente, esses recursos estão sendo utilizados para o intercâmbio cultural, científico. Assim, Sr. Presidente, sugiro que, embutido no valor de R$12 milhões, já seja computado o suficiente para fazer a repatriação, quando necessária. O que não podemos permitir é que brasileiros, no exterior, fiquem à mercê do tempo, aguardando o momento em que conseguirão recursos para comprarem uma passagem de volta para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Por sugestão de Parlamentares presentes à Comissão, designarei os nomes dos membros que comporão a Subcomissão para estudar os episódios de brasileiros no exterior. Inclusive, voluntários dela poderão fazer parte. O Senador Marcelo Crivella será o Presidente, e a Senadora Heloísa Helena e os Senadores João Capiberibe, Luiz Otávio, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Marco Maciel, Hélio Costa...

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Exª.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Primeiramente, eu pediria desculpa ao Bispo Crivella pela brincadeira. Às vezes, diante de muita dor, temos de buscar a algazarra da infância para agüentá-la.

Sr. Presidente, como sou muita disciplinada, não gosto de assumir tarefas que efetivamente não tenha condição de cumprir. Na Liderança do PT, a assessora Maia é uma especialista nesse tema – defendeu tese tanto no Mestrado como no Doutorado – e, com certeza, juntamente com o Arthur, estará auxiliando a Comissão. Mas, Senador Eduardo Suplicy, não posso fazer parte desta Subcomissão. Ajudarei de todas as formas possíveis, mas não vou assumir um compromisso que, antecipadamente, não tenho condições de cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os demais citados estão de acordo?

(Pausa.)

Além de S. Exªs, também comporão a Subcomissão os Senadores Pedro Simon e Marco Maciel.

A Senadora Heloísa Helena, então, declina, tendo em vista seus compromissos, que são muitos.

Sugeriria o nome da Senadora Fátima Cleide para também compor a Subcomissão, para que o PT ali esteja representado.

Senadora Fátima Cleide, V. Exª concorda? (Pausa.)

S. Exª está de acordo.

Portanto, ficam assinalados os nomes de S. Exªs. Fica assim constituída a Subcomissão.

Há, sobre a mesa, um requerimento da Senadora Heloísa Helena, no seguintes termos: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão, com a presença dos Srs. Ministros Antônio Palocci, da Fazenda, e Guido Mantega, do Planejamento; dos representantes do Governo brasileiro no Banco Mundial, Amaury Bier, e, no BID, Martus Tavares; do Diretor do Bird no Brasil, Vinod Thomas; e do representante do BID no Brasil, Waldemar Wirsig, a fim de discutir as relações do Brasil com esses organismos multilaterais, tendo em vista o processo de discussão e de elaboração em curso dos

planos de desenvolvimento plurianuais e das estratégias de assistência dessas instituições no País".

Esclareço que esse é um requerimento já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Se for aqui aprovado, faremos a reunião conjunta com a CAE.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente Srªs e Srs. Senadores, desde 1999, com a participação do Senador Eduardo Suplicy, tentávamos na Comissão de Assuntos Econômicos debater os chamados documentos de estratégia de assistência dessas instituições de financiamentos multilaterais para o Brasil, embora seja o Senado da República a única instituição que tenha a prerrogativa de autorizar as operações de crédito externo.

O Poder Executivo se reúne com esses representantes, e ao Senado da República cabe apenas a chancela das autorizações de operações de crédito externo. Isso é de fundamental importância, e desde 1999 nós tentamos isso. Nessa época aprovamos os requerimentos.

Os representantes das instituições de financiamentos multilaterais, mesmo os representantes do Brasil, não vinham. Esperamos que, agora, o Senado da República possa efetivamente participar. Não são atos simples, mas, extremamente importantes. Todas as autorizações de operações de crédito que estamos aprovando no plenário dizem respeito a uma determinada programação, para a qual não somos chamados a discutir.

É de fundamental importância, tanto em relação ao Banco Interamericano como ao Banco Mundial, que possamos fazer parte desse debate junto ao Poder Executivo e às Instituições de Financiamentos Multilaterais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Eu gostaria de agradecer a visita, à nossa Comissão, do Embaixador de Portugal Antônio Manuel Franco e do Sr. Joaquim do Rosário, Conselheiro Social.

Agradeço a presença de V. Exªs. Muito obrigado.

Peço ao Senador Marcelo Crivella, nosso vice-Presidente, que os acompanhe.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, concordo plenamente com a Senadora Heloísa Helena. Acredito até que possamos estender um pouco a idéia de se fazer a verificação daquilo que está sendo acertado em tratados também, e não somente nas operações de crédito.

Vejam V. Exªs: os tratados internacionais, quando chegam ao Congresso, já chegam prontos. O Congresso não pode sequer mexer nesses tratados. Há um ano e meio isso ocorreu na Câmara dos Deputados, quando recebemos o Tratado de Cooperação Técnica Brasil-Estados Unidos, com relação à Base Aérea de Alcântara. Ou seja, não pudemos fazer absolutamente nada, a não ser apreciar, ver o que estava errado, apresentar a nossa posição, insistir para que o Tratado fosse reformulado; e lamentavelmente, ele chegou na Comissão de Ciência e Tecnologia, foi aprovado como estava e seguiu para ser votado no Plenário. Se não fosse feito um pedido para a retirada da proposta, ele teria ido a Plenário, e, certamente, teria sido aprovado, porque, no governo passado, ele teria aprovação no Plenário.

Penso que este é o momento em que devemos, aproveitando esta oportunidade em que a Senadora Heloísa Helena fala sobre a necessidade de se reverem aqui as operações de crédito, analisar todo e qualquer documento internacional que seja levado ao Governo Brasileiro para a sua chancela. Que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados ou o Congresso possa fazer esse tipo de revisão. Afinal, essa é a função do Senado, ou seja, a revisão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Faremos reunião conjunta com a CAE, quando houver necessidade.

Considero concluído o processo de votação.

Todos os Srs. Senadores já votaram? Sim.

Se a Senadora Heloísa Helena e ao Senador Pedro Simon puderem fazer a gentileza de computar os votos dos dois Embaixadores.

Informo aos Srs. Senadores que na última reunião aprovamos, consensualmente, um convite ao Sr. Sérgio Vieira de Melo, para expor dados sobre a missão tão importante que realizará no Iraque, como representante da ONU.

As informações dão conta de que o Sr. Sérgio Vieira de Melo, alto comissário da ONU para os direitos humanos, foi confirmado para esta missão tão significativa, e, possivelmente, virá ao Brasil nos próximos dias. Tentarei contatá-lo para que ele possa estar aqui, atendendo ao nosso convite, uma vez que ele não é funcionário do Governo brasileiro. Então, seria um convite – quase uma homenagem a ele – mas de grande relevância para nós.

Eu gostaria de distribuir aos membros desta Comissão uma carta aberta que encaminhei ao Sr. Sérgio Vieira de Mello no sentido de ser considerado por ele, até porque isso foi objeto de debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Vamos primeiro anunciar o resultado para ambas as votações.

Para o Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, quantos votos houve?

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Por delegação do Senador Pedro Simon, votaram "sim" 13 Senadores, para o Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, e "sim" 13 Senadores, para o Embaixador Carlos Alberto Ferreira Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ambos foram aprovados por unanimidade.

Então, encaminho a V. Exªs cópia da carta aberta enviada ao Sr. Sérgio Vieira de Mello. Esse é o nosso último item de pauta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Essa carta é em nome da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Perdão?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª está assinando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Encaminhei essa carta como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas, se houver anuência da Comissão, melhor ainda. Então, posso ler alto para verificar se há a aprovação de todos. Se me permitem, farei a leitura.

"Caro Sr. Sérgio Vieira de Mello, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Representante Especial da ONU para o Iraque, congratulações pela sua nomeação como Representante Especial da ONU para o Iraque. Tenho certeza de que, após várias missões bem-sucedidas, cumpridas por V. Exª, como na Bósnia Herzegovina e em Timor Leste, V. Exª terá também um papel relevante, na reconstrução do Iraque, na ajuda ao desenvolvimento das instituições democráticas que possam significar novas esperanças para a população daquela Nação.

É sobre o desenvolvimento das formas de compartilhar as riquezas do Iraque entre a sua população que eu gostaria de pedir a sua atenção, levando em consideração uma proposta que tem fundamentos nas antigas Escrituras do Velho Testamento e do Novo Testamento da Bíblia Sagrada; nos ensinamentos do Alcorão e no Livro dos Hades e dos Budistas; nos ensinamentos de Thomas Moore e de Thomas Paine; e nos estudos recentes bem elaborados pelos brilhantes economistas como James Edward Meadle, James Tobin e Philippe Van Parÿs.

Num artigo publicado em 9 de abril de 2003, no jornal **The New York Times**, **Sharing Alaska's Time**, Steven Clemons propôs que os Estados Unidos e, é claro, a ONU, considerem a possibilidade de trabalhar com o petróleo do Iraque não só para reconstrução do que foi destruído pela guerra recente, mas também como uma forma de ajudar a produzir uma democracia estável, expandindo o número de participantes econômicos na economia daquela Nação.

Acredito que seria um exemplo promissor para o mundo que V. Exª proponha ao Iraque, que ele siga o exemplo muito bem sucedido do Alasca, especialmente porque eles têm um abundante recurso natural sob a forma de petróleo, apesar de ser possível seguir esse procedimento com base em qualquer riqueza criada pela Nação.

Permita-me relembrar como aquela idéia surgiu no Alasca. No início dos anos 60, o prefeito de uma pequena vila de pescadores, Bristol Bay, no Alasca, notou a grande riqueza gerada pela pesca, mas que muitos de seus moradores continuavam pobres. Propôs, então, a criação de um imposto de 3% sobre o valor da pesca, para criar um fundo que pertenceria a todos. Ele enfrentou muita resistência ao tentar convencer a população a aceitar a idéia. O trabalho de persuasão levou cinco anos. A idéia deu tão certo que, dez anos depois, Jay Raymond tornou-se governador do Estado do Alasca. Em 1976, o Governador Raymond disse aos trezentos mil residentes do Alasca: "Devemos pensar não só na nossa geração, mas também nas futuras gerações. Uma vez que o petróleo e outros recursos naturais não são renováveis, vamos separar 50% dos **royalties** gerados pela exploração desses recursos para um fundo que será acumulado e pertencerá a todos. A proposta foi aprovada não só pela assembléia estadual mas também por referendo popular: 76 mil votos "sim" e 38 mil votos "não".

Hoje, é considerado um suicídio político para qualquer liderança se colocar contra o sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca. Tem sido um grande sucesso, aqueles royalties têm sido aplicados em títulos de renda fixa dos Estados Unidos, ações de empresas do Alasca e dos Estados Unidos, empresas internacionais e investimentos imobiliários. Desde 1980, o patrimônio líquido do fundo aumentou de um bilhão de dólares para 25 bilhões de dólares hoje. Cada residente no Alasca há um ano ou mais tem o direito de receber um dividendo anual que aumentou de aproximadamente trezentos dólares no início dos anos 80 para 1.550 dólares no ano passado.

O Fundo Permanente do Alasca fez daquele estado o que conta com mais igualitária distribuição de renda nos Estados Unidos. Durante o período de 1989 a 1999, o Alasca distribuiu 6% do seu PIB, igualmente, para todos os cidadãos, hoje em torno de 626 mil. Como resultado, durante a última década, enquanto a renda média das famílias 20% mais pobres nos Estados Unidos cresceu 12%, e das famílias 20% mais ricas cresceu 26%, no Alasca, a renda média das famílias 20% mais pobres cresceu 28%, enquanto das famílias 20% mais ricas cresceu 7%. Portanto, as famílias mais pobres, nos últimos dez anos, tiveram crescimento quatro vezes maior do que o das famílias mais ricas, que também cresceram.

Esse é um exemplo para todas as nações do mundo e é especialmente válido para países como o Brasil e a África do Sul, que têm grande necessidade de erradicar a pobreza e melhorar a sua distribuição de renda em direção a uma melhor justiça social. Os economistas e cientistas sociais da Rede Européia da Renda Básica, fundada em 1986, e da Rede dos Estados Unidos da Renda Básica Garantida têm demonstrado mais e mais a sua racionalidade.

No dia 29 de abril de 2003, perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado Federal, o Secretário de Estado Collin Powell respondeu uma pergunta do Senador George Allen sobre a proposta que sugere ao povo iraquiano organizar um tipo de referendo ou plebiscito para seguir o exemplo do Fundo Permanente do Alasca. A resposta do Secretário de Estado Collin Powell foi: "I think I would bet on it", ou seja, acho que vou apostar nisso.

Gostaria de confirmar o convite da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal do Brasil para V. Sª explanar a futura missão no Iraque".

É esse o ofício.

O SR HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Parabéns, Sr. Presidente. É uma beleza de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se todos estiverem de acordo, o Senador Pedro Simon, que fez a sugestão...

Eu faria uma sugestão: vou assinar uma das cartas e pedir aos presentes, membros da comissão, que a assinem também. Depois de assim fazermos, mando outra comunicação a ele dizendo que foi aprovada a idéia na Comissão e com assinatura dos senhores senadores.

Gostaria de informar que será adiado o Item nº 3, o Projeto de Lei do Senado nº 3, pois o mesmo requer votação nominal. Adiaremos a apreciação desse item dado que, neste instante, não teríamos quórum. Também foi retirado o Item nº 5 por iniciativa do Senador João Ribeiro. Não serão votados os itens nºs 6 e 7, do Senador Arthur Virgílio, porque ele não está presente hoje.

Fica convocada a próxima reunião ordinária para o dia 5, quinta-feira próxima.

Agradeço a todos pela atenção.

Muito obrigado.

(Levanta– se a reunião às 11h46min.)

Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia cinco de junho do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia cinco de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **LÚCIA VÂNIA, DUCIOMAR COSTA, PEDRO SIMON, PATRÍCIA SABOYA GOMES, JOÃO CAPIBERIBE, MARCO MACIEL, HÉLIO COSTA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, HELOÍSA HELENA, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO ALBERTO SOUZA, FLÁVIO ARNS, ARTHUR VIRGÍLIO, JOSÉ AGRIPINO, LUIZ OTÁVIO e EDISON LOBÃO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente requer, junto ao Ministro das Relações Exteriores, Senhor Celso Amorim, a cópia das propostas apresentadas pelo Governo brasileiro e pelo Governo dos Estados Unidos no âmbito do processo de negociação da Alca. Faz uso da palavra o Senhor Senador Hélio Costa. O Senhor Presidente inverte a pauta. **Extra-pauta – Item um** – Requerimento Nº 43, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino que "requer que seja apresentado voto de solidariedade para com a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento, pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento". O Senhor Presidente designa relatora "ad hoc", Senadora **HELOÍSA HELENA**, para a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o requerimento é aprovado.

Retoma-se a apreciação dos itens de pauta. **Item um** – Mensagem N° 14, de 2003, de autoria da Presidência da República que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **OSMAR VLADIMIR CHOHFI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra". O Senhor Presidente designa relator "ad hoc", Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES,** que faz a leitura do relatório. Passa-se à apreciação do próximo item para que, ao final, seja feita a votação. **Item dois** – Mensagem N° 71, de 2003 de autoria da Presidência da República que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia". A Senhora Senadora **HELOÍSA HELENA** faz a leitura do relatório. Não havendo quem peça a palavra, a discussão é encerrada. Os dois próximos itens: **Itens três e quatro** – Projeto de Lei do Senado N° 556, de 1999 e o Projeto de Lei do Senado N° 03, de 2002, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Moreira Mendes, respectivamente, estão sobrestados devido a não deliberação pelo Plenário do Senado Federal, do Projeto de Lei de Conversão n° 17, de 2003, provenientes da Medida Provisória n° 114, de 2003 que se encontra sobrestando a Pauta (Art. 62, § 6º da Constituição Federal). **Item cinco** – Projeto de Decreto Legislativo (SF), N° 241, de 2000, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outro(s) Senhor(es) Senador(es), que "regulamenta o controle externo da atividade de inteligência previsto no artigo 6° da Lei 9883, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências". O Presidente designa relator "ad hoc", Senador **HÉLIO COSTA**, que faz a leitura do parecer pelo sobrestamento da matéria. Faz uso da palavra a Senadora **HELOÍSA HELENA**. Não havendo mais quem queira discutir, o parecer é aprovado. O Senador **HÉLIO COSTA** faz uso da palavra para leitura de ofício de apelo pelo "assassinato da cidadã brasileira Elisabel Aparecida Ferreira Vitalino, ocorrido em Miami, no último dia 1º de junho, solicitando que sejam envidados urgentes esforços no sentido de resolver os trâmites burocráticos e o necessário suporte assistencial e financeiro para o translado do seu corpo dos Estados Unidos para o Brasil, dadas as notórias carências de sua família". O ofício aprovado pel,a Comissão será encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores. Após a votação, o Senhor Presidente convida a Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** e o Senhor Senador **ANTERO PAES DE BARROS** para servirem como escrutinadores. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação dos indicados por onze votos. Sendo assim, encerra-se a reunião às 11 horas e 55 minutos. Para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas taquigráficas da Décima Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia cinco de junho do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias.

Em primeiro lugar, informo aos Srs. Membros da Comissão que, como Presidente, avaliei ser importante obtermos, junto ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a cópia da íntegra das propostas apresentadas pelo Governo brasileiro e pelo Governo dos Estados Unidos no âmbito do processo de negociação da Alca. É preciso que se considerem as negociações envolvendo a criação da Alca, o disposto no inciso I do art. 49 da Constituição, segundo o qual é da competência exclusiva do Congresso resolver definitivamente sobre acordos, tratados ou atos internacionais, e também as atribuições da Comissão de Relações Exteriores, conforme reza o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Creio que é importante, se os Srs. Senadores estiverem de acordo com o requerimento, que este seja aprovado pela Comissão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tive oportunidade, em uma de nossas últimas reuniões, de fazer uma sugestão para que o Itamaraty encontrasse recursos – talvez até de fontes colocadas no Orçamento no ano passado – para promover um intercâmbio entre os países de Língua Portuguesa. É preciso que, em momentos de crise de brasileiros no exterior, o Itamaraty possa atuar. Citei que minha grande preocupação não é com os vivos que têm problemas no exterior, mas com as pessoas que morrem no exterior.

Na semana passada, V. Exª criou uma Comissão que vai cuidar dos brasileiros que estão no exterior, da qual sou membro, com muita honra. Fui indicado por V. Exª.

Relato, rapidamente, o que hoje encontrei no jornal **O Globo** sobre o assassinato de Elisabel Aparecida Ferreira Vitalino, de 39 anos, em Miami Beach no domingo passado. Vou ler o texto:

A família de Elisabel Aparecida Ferreira Vitalino, 39 anos, a brasileira assassinada domingo em uma festa em Miami Beach, na Flórida, juntamente com dois argentinos, deverá decidir hoje se assina a procuração para que o corpo seja liberado. Os parentes da vítima foram localizados ontem em Valença, no sul fluminense. O documento foi pedido pelo Consulado Brasileiro de Miami, que reafirmou ontem que a despesa de US$4,4 mil, cerca de R$13 mil, para o translado do corpo de Elisabel, terá que ser paga pela família.

O vice-cônsul em Miami, Bernardo Filler, falou pela manhã com a Defensora Pública de Valença, Daniela Lima, explicando que a procuração permitirá que o corpo seja embalsamado, enquanto se aguarda uma solução para o translado. A irmã da vítima, Elisabeth Ferreira Vitalino, de 30 anos, foi aconselhada a não assinar o documento. Também sem recursos, a Prefeitura de Valença se prontificou apenas a fazer o translado do corpo entre o Aeroporto do Rio de Janeiro Tom Jobim e a cidade de Valença e a custear o enterro. 'Vou esperar até amanhã, porque somos pobres. E, talvez, o caso chegando ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele se sensibilize e determine que o Consulado cubra as despesas', disse ela.

Elisabel, agora não é nem Elisabete, é Elisabel Aparecida, Bebel, como era conhecida em casa. Ela estava, há quatro anos, trabalhando como babá dos filhos de uma uruguaia, cuja família afirma se chamar Margarita.

Bebel deixou Valença, há quinze anos, para trabalhar como doméstica no Rio de Janeiro, São Paulo e Uruguai, onde conheceu Margarita.

Moraram nos Estados Unidos – era o sonho dela. Ela telefonava sempre e mandava dinheiro todos os meses. "A princípio, não acreditei que a minha filha estava morta", contou a mãe.

É mais um dos casos sobre os quais estamos, repetidas vezes, informando aqui nesta Comissão. Morre um brasileiro no exterior, e ninguém assume a responsabilidade pelo corpo dessa pessoa. O consulado brasileiro diz que não é ele que paga. A família, pobre, não tem condições.

Essa pessoa está, certamente, numa câmara mortuária em Miami Beach. Aguarda-se desde domingo, a decisão sobre quem vai ficar com o corpo: se vamos trazê-lo para o Brasil ou se vamos deixá-lo por lá.

Isso é um absurdo, Sr. Presidente! São raros os casos, não são muitos. Há cerca de dois meses, uma brasileira morreu ao tentar cruzar a fronteira do México com os Estados Unidos; dois meses depois, temos esse. Possivelmente, teremos dez casos por ano, casos extremos que precisam da intervenção do governo. Quando acontece uma coisa como essa, o consulado não pode dizer "Não é comigo! Não é minha responsabilidade!". O consulado representa o governo brasileiro, a quem cabe a proteção do cidadão brasileiro em qualquer lugar do mundo onde esteja.

Estou falando isso, Sr. Presidente, porque vivi intensamente viajando pelo mundo inteiro, e foram inúmeras as oportunidades em que precisei da autoridade constituída. E vou dizer ao senhor com a maior sinceridade: foram raras as vezes em que realmente fui atendido. Em uma delas, uma situação extremamente perigosa, fazia uma cobertura da guerra civil em El Salvador, e, para dizer a verdade, quem me tirou de El Salvador, onde estava ameaçado de morte, foi um conjunto de diplomatas europeus, que, tentando proteger um outro repórter que também estava na mesma situação, acabou me levando para o aeroporto e colocando-me em segurança dentro de um avião.

Essas coisas precisam ser imediatamente vistas pelo governo, e casos como este aqui têm que ser

solucionados com a maior brevidade. Só não podemos deixar uma família, no interior do Estado do Rio de Janeiro, sem saber o que vai acontecer com o corpo de seu ente querido, neste caso, de uma moça.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Diante das ponderações do Senador Hélio Costa, farei uma sugestão, pois acredito que haja um sentimento comum de apoio à solicitação de S. Exª.

Independentemente de providências que possam significar até mesmo a formulação de projeto de lei nesse sentido, dada urgência do caso, sugiro que aprovemos uma comunicação ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que, neste caso, assim como em outros, possa a autoridade consular brasileira dar o suporte que o Itamaraty considere necessário como um meio de atender essa brasileira e a sua família.

Então, se o Senador Hélio Costa achar adequado, pediria que a assessoria da Comissão, de pronto, tendo em vista a manifestação de V. Exª e com base nela, redija agora, com o seu auxílio, um breve ofício ao Ministro das Relações Exteriores.

Se isso for feito rapidamente, ao final desta reunião, a Comissão aprovará o ofício. Está bem assim?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pediria ao Sr. Jorge que fizesse os contatos necessários e obtivesse os dados imediatamente, porque, assim, providenciaríamos e aprovaríamos o ofício ainda nesta reunião.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ótimo!

Insisto com essas proposições, Sr. Presidente, porque tive a oportunidade de, em uma de nossas reuniões aqui na Comissão de Relações Exteriores, relatar um fato que aconteceu comigo. Relatei-o em detalhes. Os telespectadores da **TV Senado** me escreveram, telefonaram e passaram inúmeros **e-mails** com relação ao caso que relatei aqui sobre uma pessoa que foi me procurar em Nova York e morreu. Aconteceu a mesma coisa, ficamos uma semana para decidir quem era o dono do corpo da pessoa que tinha falecido em Nova York.

Então, penso que a posição de V. Exª é uma resposta rápida e certa neste momento de crise em que certamente vamos atender a uma família que precisa, neste instante, do apoio do Governo e notadamente da nossa Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Na semana passada, esta Comissão aprovou, por unanimidade, o ofício encaminhado ao Sr. Sérgio Vieira de Melo, cumprimentando-o pela designação para representante da ONU no Iraque, onde já se encontra. Como formulamos uma proposta a S. Exª, gostaria de informar aos membros da Comissão, já o fiz no Plenário, que S. Exª encaminhou uma carta no dia 30 de maio último, agradecendo as palavras de apoio à sua designação e informando que se empenhará para que a presença das Nações Unidas possa mitigar o sofrimento da população iraquiana, contribuir para o desenvolvimento de instituições democráticas e para a promoção e o respeito dos direitos humanos, sem os quais não haverá paz e segurança naquele País.

"Tomei boa nota da sugestão de transpor para o Iraque o exemplo da experiência do Alasca, a qual levarei à consideração das instâncias decisórias que presentemente administram o Iraque (...)"

Diz ainda:

"Fico honrado com o convite formulado por esta Comissão para dialogar com ela, o qual aceitarei com muito gosto assim que os compromissos mais urgentes me permitirem."

Então, quando o Sr. Sérgio Vieira de Melo puder, nós teremos a sua presença nesta Comissão.

Vamos passar ao primeiro item extrapauta, que requer a apresentação de voto de solidariedade para a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento. Trata-se de requerimento do Senador Roberto Saturnino.

Concedo a palavra Senadora Heloísa Helena para fazer a leitura do relatório.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo a ler o relatório.

Com fundamento nos artigos 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Roberto Saturnino requer voto de solidariedade para com a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, à morte por apedrejamento em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento.

Na justificação do requerimento, o Senador Roberto Saturnino narra parte da biografia de Amina Lawal de 31 anos, muçulmana e analfabeta. Criada para trabalhar em afazeres domésticos, casou-se aos 14 anos, como a grande maioria de jovens do interior da Nigéria. Desse primeiro casamento teve três filhos. Depois de ter-se divorciado, Amina manteve relações com o sobrinho de segundo grau do seu ex-marido. A sharia, ou lei islâmica, condena à morte as pessoas

separadas e divorciadas que mantenham relações sexuais. O cumprimento da pena de Amina não deve ocorrer antes de janeiro de 2004 quando termina o período da amamentação.

O caso de Amina tornou-se mundialmente conhecido. Muitas pessoas, organizações não-governamentais e até alguns governos têm apelado ao governo da Nigéria para intervir na decisão do tribunal muçulmano.

Entende o Senador Roberto Saturnino que o Governo brasileiro e o Senado da República não podem ficar indiferentes a uma violação tão cabal de princípios basilares de direitos humanos.

Análise.

Vigente no Código Penal de 12 dos 18 Estados do norte da Nigéria, desde 1999, a sharia, ou lei islâmica, cujo livro referencial é o Corão...

Sr. Presidente, quero que isso seja retirado. Desculpem-me, mas eu não tinha visto. Muitas referências são feitas ao Corão, que não é um livro que prega essa violência que se espalha pelo senso comum. Nesse sentido, apelo às Srªs e aos Srs. Senadores para que reescrevam assim: "A lei islâmica tem dividido o País." Retirem essa parte do texto que diz: "cujo livro referencial é o Corão."

A Lei islâmica tem dividido o país. Com uma população aproximada de 115 milhões de habitantes, que conta ainda com 250 etnias entre os grupos hauçá, ioruba, ibo e fulani, a Nigéria se vê confrontada com a polarização de sua sociedade, dividida entre islâmicos, com 47% da população, e cristãos, com 35%. Essa polarização já provocou quase cinco mil mortes nos últimos anos.

Embora a constituição federal proíba a introdução de uma religião oficial, os fortes estados nortistas de Zamfara, Sokoto e Níger têm realizado inúmeras tentativas para a aplicação da Sharia como lei fundamental.

No ano passado, a opinião pública mundial conseguiu uma grande vitória. O tribunal de apelações islâmico-nigeriano de Sokoto absolveu Safiya Hussaini Tungar-Tudu, condenada pela Sharia a ser apedrejada até a morte após ter sido acusada de adultério. A absolvição, porém, não impediu outro tribunal islâmico nigeriano do Estado de Katsina de condenar à morte Amina Lawal pelo mesmo crime. Amina foi denunciada e levada ao tribunal da pequena aldeia onde mora, tendo sido condenada, em março de 2002, sem o apoio de advogados.

Seu pedido de interposição de recurso foi rejeitado, em 19 de agosto do mesmo ano, pelo Tribunal Superior da Lei Islâmica. O coletivo de juízes declarou que o julgamento inicial foi conduzido corretamente e que o veredicto proferido é justo, nos termos da lei e do código penal. Os juízes decidiram ainda que, em conformidade com anterior decisão do tribunal de instância inferior, Amina Lawal não será executada até o desmame da pequena Wasila, hoje com um ano e cinco meses, período que deve terminar em janeiro de 2004.

No dia 03 de junho de 2003, haverá – já houve – uma nova audiência ante o tribunal de apelação no estado. Se a condenação for confirmada, o caso chegará à Justiça comum. Apesar de não existirem antecedentes, tudo parece indicar que, nesse caso, ela poderia ser absolvida.

O Presidente nigeriano, que chegou ao poder há três anos, poderia, em último caso, lançar mão de uma lei que o permite perdoar um condenado à morte. O Presidente nigeriano Olusegun Obasanjo é cristão e atuou de forma ativa para a absolvição de Safiya Hussaini.

A porta-voz do Ministério de Assuntos Sociais da Mulher na Nigéria, Clara Obazele, criticou duramente a sentença proferida em agosto de 2002. Todos na Nigéria, segundo ela, esperavam que Amina fosse liberada da condenação anterior, denunciando que os tribunais islâmicos estão julgando unicamente Amina. Partindo do princípio de que uma mulher não pode ficar grávida sozinha, o porta-voz do Ministério da Mulher lançou, então, a pergunta: onde está o pai da criança?

Amina manteve relações sexuais com o sobrinho de segundo grau do ex-marido depois de ter-se divorciado. Durante o primeiro julgamento, ela reconheceu o que estava sendo utilizado como principal argumento da acusação. Por sua vez, jurou perante o Corão o contrário, o bastante para que se livrasse de qualquer culpa. Amina Lawal não conseguiu provar o contrário.

Em dezembro do ano passado, a posição de algumas candidatas à 52ª edição do Miss World de transformar o concurso numa campanha a favor de Amina Lawal levou a uma série de protestos de lideranças islâmicas, resultando em graves confrontos e na inviabilidade da realização do evento.

A Anistia Internacional vem acompanhando de perto o caso, inclusive com a divulgação de um abaixo-assinado na Rede Mundial de Computadores. O Parlamento Europeu já aprovou a resolução sobre a violação dos direitos da pessoa humana na Nigéria e, em particular, dos direitos da mulher, tendo em vista o caso de Amina Lawal.

A sentença contra Amina foi proferida como uma lapidação, substantivo feminino que significa ato ou efeito de lapidar ou a oficina em que se lapidam pedras preciosas e, ainda, como sabemos, de acordo com o dicionário, um suplício que consistia em apedrejar o criminoso e, em sentido figurativo, educação e aperfeiçoamento.

É simplesmente inadmissível que essa seja a situação de mulheres que vivem na Nigéria, mulheres cujo crime foi fazer valer o direito humano à felicidade. Amina e sua filha Wasila merecem um futuro. Nada mais justo do que fazermos nossa parte.

Sr. Presidente, sei que esse não é o único caso no mundo. Sabemos que existem mulheres no nosso País que estão submetidas não à condição de serem julgadas institucionalmente por apedrejamento em um tribunal, mas a situações igualmente angustiantes, por outros tipos de apedrejamento, em função do moralismo farisaico estabelecido na sociedade. Milhares de mulheres passam por situação de dor e sofrimento tanto no Brasil como em outros países, mas é extremamente importante que aprovemos o requerimento do Senador Roberto Saturnino, para que possa ser enviado ao Presidente da Nigéria e ao tribunal islâmico de Futua, na Nigéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa)

Gostaria de cumprimentar a Senadora Heloísa Helena pela extrema sensibilidade com que relatou o requerimento do Senador Roberto Saturnino, que merece o apoio unânime desta Comissão.

Item 1: Mensagem 14/2003, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Osmar Vladimir Chohfi, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino de Espanha, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Príncipe de Andorra. A relatora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Peço ao Senador Antonio Carlos Magalhães a gentileza de ler o parecer da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Faço um apelo aos Senadores membros desta Comissão que compareçam ao plenário para que possamos ter **quorum** suficiente para a votação desta mensagem. Peço a gentileza da assessoria para chamar os Senadores, que, inclusive, já assinaram o livro, para estarem presentes.

Senador Antonio Carlos Magalhães, tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A Senadora Patrícia Saboya Gomes relata o processo de indicação do Sr. Osmar Chohfi, que é um diplomata extremamente conhecido e de grande valor, Ministro de Primeira Classe, Embaixador na Espanha para, cumulativamente, exercer o cargo em Andorra.

A vida do diplomata é aqui relatada em minúcias e já foi, por esta Comissão, aprovado em outra oportunidade. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

A votação é nominal.

Vamos fazer a leitura do próximo, para que possamos votar em ambos.

Item 2: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. George Ney de Souza Fernandes para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República de Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para ler o seu parecer.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nome do Sr. George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, já é do conhecimento desta Comissão, onde foi sabatinado para Embaixador da República do Zimbábue. Vem agora a sua indicação para, cumulativamente com este, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia.

Com uma carreira diplomática exemplar, tendo alcançado o posto de 3º Secretário em concurso em dezembro de 1978, 2º Secretário, em 1980 e, por merecimento, os cargos de 1º Secretário em dezembro de 1988, Conselheiro em 1996 e Ministro de Segunda Classe em dezembro de 2001.

Chamo a atenção aos serviços prestados pelo indicado no exterior. Na Guatemala, entre 1979 a 1982, 3º Secretário, 2º Secretário, encarregado dos serviços consulares, chefe do setor de promoção comercial e encarregado de negócios. Em Montevidéu, de 1982 a 1985; em Bucarest, de 1986 a 1988. No Vaticano, como 1º Secretário e chefe do setor de administração. Em Kinshasa, encarregado de negócios. Em Santiago: 1º Secretário; conselheiro; encarregado de negócios; chefe do setor de administração e

chefe do setor de promoção comercial. Em Havana, conselheiro e chefe do setor econômico.

O indicado, já em 1979, participou, como delegado, da 6ª Assembléia Anual de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento, na Costa do Marfim. Em praticamente todos os postos diplomáticos, teve a oportunidade de atuar na área de promoção comercial ou como encarregado de negócios e, mais recentemente, na chefia de um setor econômico da Embaixada.

A pressão popular contribui para a constituição de uma democracia multipartidária, rompendo o ciclo unipartidário e representado pela UNIP – União pela Independência Nacional, que esteve no poder na Zâmbia entre 1964 e 1991. É desta data, agosto de 1991, que se renova a Constituição do País, tendo sido emendada em 1996. As relações bilaterais são pouco expressivas. Todavia, a reaproximação do Brasil com os países da África voltou a ser uma prioridade do novo Governo.

Sendo a recriação da divisão da África uma demonstração desse fato, julgamos que o indicado possui todas as condições de exercer cumulativamente os cargos supramencionados, Sr. Presidente. É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem comparecer à urna.

Os itens terminativos 3 e 4 não podem ser votados porque a pauta está trancada.

Relativamente ao projeto de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a prestação de serviços alternativos ao serviço militar obrigatório, houve entendimento, em uma das reuniões anteriores, segundo o qual o projeto do Senador Antonio Carlos poderia ser apreciado conjuntamente. Foi entendimento entre ambos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A PEC, sendo mais ampla, abrigaria o projeto do Senador Pedro Simon. Isso ficou resolvido há quinze dias nesta Comissão, e o Senador Luiz Otávio daria parecer nesse sentido. É o que ficou, mais ou menos, resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem. É o entendimento do Senador Pedro Simon. Quando voltar à pauta, esse entendimento poderá ser levado em consideração.

Item 5: Projeto de decreto legislativo que regulamenta o controle externo da atividade de inteligência, prevista no art. 6º, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência – Abin, de minha autoria. O Relator é o Senador Marcelo Crivella. Designo o Senador Hélio Costa como Relator **ad hoc**.

Lembro que há um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados relativamente a esse assunto. Quem sabe, como Relator **ad hoc**, o Senador Hélio Costa possa sugerir o sobrestamento da matéria já que...

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Caso contrário, vou pedir vista. Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª tem a palavra.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu já ia pedir vista da matéria, até porque tanto V. Exª como eu, na condição de Líderes da Minoria, já acompanhamos esse debate. Penso que a sugestão de V. Exª é até melhor do que fazer o pedido de vista agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certo. Então, tem a palavra o Senador Hélio Costa como Relator **ad hoc**.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Exª quer que eu leia o relatório ou peça o sobrestamento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se V. Exª achar adequado, pode pedir o sobrestamento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sem dúvida. Pedimos, então, o sobrestamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O parecer de V. Exª conclui pelo sobrestamento. Peço, então, que leia a conclusão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, considerando que a matéria sob apreciação foi exaustivamente examinada nos órgãos competentes de ambas as Casas do Congresso Nacional – inclusive pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência –, que concluíram pela procedência do seu disciplinamento por projeto de resolução, em vez do presente projeto de decreto legislativo e recomendando a economia processual que não se dê tramitação paralela a ambas as proposições, opino pelo sobrestamento deste projeto de decreto legislativo, até que o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 8, de 2001, seja votado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Portanto, fica indicado o sobrestamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Peço a V. Exªs que compareçam à urna de votação. Em instantes, leremos a carta proposta pelo Senador Hélio Costa, relativamente à brasileira que faleceu no exterior.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa, já está pronta a carta? (Pausa)

Enquanto aguardamos a conclusão da votação, peço ao Senador Hélio Costa que faça a leitura da carta, dirigida ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Reitero o apelo aos Srs. Senadores, inclusive àqueles que já assinaram sua presença hoje, para que aqui compareçam imediatamente, a fim de exercerem o seu direito de voto no que diz respeito aos dois Embaixadores indicados.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, diz o texto da carta ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim:

"Sr. Ministro,

Tendo em vista o assassinato da cidadã brasileira Elisabel Aparecida Ferreira Vitalino, ocorrido em Miami, no último dia 1º de junho, vimos solicitar que sejam envidados urgentes esforços no sentido de resolver os trâmites burocráticos e o necessário suporte assistencial e financeiro para o translado do seu corpo dos Estados Unidos para o Brasil, dadas as notórias carências de sua família.

Trata-se de dever humanitário do qual o Estado brasileiro não pode eximir-se, agravado pela urgência e pela excepcionalidade do lamentável fato.

Na certeza de contar com a atenção de V. Exª, subscrevemo-nos atenciosamente,

Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional."

É esse o texto.

Informo também que esse é o desejo da família, Sr. Presidente, se me permite dizer, expresso em diversas publicações nos jornais de anteontem e hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo a que todos nós, membros desta Comissão, assinemos este ofício ao Ministro das Relações Exteriores permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado unanimemente pela Comissão.

Eu peço a todos os Srs. Senadores que assinem a carta também, juntamente com o Senador Hélio Costa.

Eu reitero o apelo aos Srs. Senadores para que compareçam à reunião. Os Srs. Senadores que já votaram podem se ausentar para outras atividades.

A Comissão de Relações Exteriores permanece em aberto até o comparecimento de, pelo menos, quatro Srs. Senadores, que inclusive já assinaram. Só falta votarem. Apelo a V. Exªs para que compareçam. (Pausa)

Tendo completado o **quorum**, convido a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Antero Paes de Barros para procederem à apuração dos votos. Há dois indicados para, cumulativamente, exercerem a função de Embaixador.

(Procede-se à apuração.)

O Sr. Osmar Wladimir Chohfi, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino de Espanha e ao Principado de Andorra, e o Sr. George Ney de Souza Fernandes, indicado para exercer, cumulativamente, o cargo de Embaixador em Zâmbia e na República do Zimbábue, receberam ambos 11 votos favoráveis. Aprovadas, pois, as indicações.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h55min.)

Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia doze de junho do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia doze de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA**, em exercício, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO CAPIBERIBE, FERNANDO BEZERRA, TIÃO VIANNA, DUCIOMAR COSTA, AELTON FREITAS, GILBERTO MESTRINHO, JOÃO ALBERTO SOUZA, LUIZ OTÁVIO, HÉLIO COSTA, PEDRO SIMON, VALDIR RAUPP, JUVÊNCIO DA FONSECA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, JOSÉ AGRIPINO, MARCO MACIEL, EDISON LOBÃO, RODOLPHO TOURINHO, ARTHUR VIRGÍLIO, EDUARDO AZEREDO, ANTERO PAES**

DE BARROS, TASSO JEREISSATI, JEFFERSON PERES e as Senhoras Senadoras **FÁTIMA CLEIDE, LÚCIA VÂNIA E PATRÍCIA SABOYA GOMES.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão, justificando ausência o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e comunica a realização de reunião extraordinária na próxima terça-feira, dia dezessete de junho, às dezessete horas. A seguir, concede a palavra ao Embaixador **JOSÉ AUGUSTO DE MÉDICIS**, Secretário Executivo dos Países da Língua Portuguesa – CPLP, que tece cumprimentos à Comissão. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente coloca em discussão e votação, **extra-pauta, o Requerimento nº 16 – 2003/CRE**, de autoria do Senhor Senador **JEFFERSON PÉRES**, solicitando a realização de audiência pública com a presença da Embaixadora dos Estado Unidos Mexicanos, Senhora **CECÍLIA SOTO GONZALEZ**, para prestar esclarecimentos à Comissão acerca dos impactos econômicos e sociais da adesão de seu País ao acordo de livre comércio da América do Norte (NAFTA). Não havendo quem queira discutir, o Requerimento foi aprovado. **Item quatro: Requerimento nº 06 – 2003/CRE**, de autoria do Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**, que requer a criação no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de subcomissão permanente com a denominação de SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, com a incumbência de opinar e promover estudos concernentes ao desenvolvimento estratégico da Região Amazônica, as implicações decorrentes da localização da Amazônia na área de fronteiras, comércio externo relacionados à Zona Franca de Manaus, reservas indígenas e áreas de segurança, incluindo vigilância aérea, terrestre e fluvial, a delimitação da prospecção mineral, bem como questões relacionadas à fauna, à piscicultura e à aqüicultura. Discutiram a matéria os Senadores **JEFFERSON PERES** e **PEDRO SIMON**. O requerimento foi aprovado. **Item um da Pauta-Extra: Requerimento nº 358 – 2003**, de autoria do Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado, voto de louvor pela canonização, pelo Papa João Paulo II, da irmã amazonense Madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo. O Senador **MARCO MACIEL** procede à leitura do seu parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o requerimento foi aprovado. **Item um: Mensagem (SF) nº 120, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **ANTÔNIO PAES DE ANDRADE** para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa. O Senhor Senador **ARTHUR VIRGÍLIO** procede à leitura do seu relatório. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores **PEDRO SIMON, TASSO JEREISSATI, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, JOSÉ AGRIPINO, EDISON LOBÃO, JOÃO ALBERTO SOUZA, RENAN CALHEIROS** e a Senadora **PATRÍCIA SABOYA GOMES**. Após a votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** para servir como escrutinador. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação do indicado por dezessete votos. Os demais itens da Pauta e os constantes da Pauta-Extra são adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 12 horas e 8 minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Marcelo Crivella**, Presidente em Exercício.

Notas taquigráficas da Décima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia doze de junho do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Cumpre-me avisar que o Presidente da Comissão está em missão no exterior. Portanto, hoje a nossa reunião será presidida por mim, o Vice-Presidente.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa)

Passemos agora à apreciação da nossa pauta.

Eu gostaria de dar conhecimento a nossa Comissão de que recebemos um convite da Deputada Zulaiê Cobra para participar da assembléia geral que se realizará no próximo dia 24, às 11h, no plenário da

Câmara dos Deputados, que tem por finalidade promover, dentro da Semana Nacional Antidrogas, a assinatura de um protocolo entre o Congresso Nacional, o Ministério da Defesa e a Secretaria Nacional Antidrogas para a formação, no âmbito da Marinha, Exército e Aeronáutica, de agentes multiplicadores em prevenção ao uso indevido das drogas.

Eu gostaria também de dar conhecimento a nossa Comissão de que faremos, na semana que vem, terça-feira, às 17h e 30min, uma reunião extraordinária, para sabatinar o Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe, que está sendo indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

Eu gostaria, também, de dar conhecimento a nossa Comissão de um relatório da Primeira Missão Empresarial Brasil-Rússia. Se algum dos membros desta Comissão desejar, temos cópias para serem distribuídas.

Veio para a nossa Comissão, por ordem do Sr. Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, um resumo das negociações com a Alca.

Eu gostaria, também, de fazer um convite a meu nobre amigo Embaixador João Carlos de Sousa Gomes, que é Chefe da Secretaria de Relações com o Congresso Nacional, com o Senado Federal, para que fizesse parte da Mesa.

Tenho uma grande gratidão por V. Exª, Embaixador, por todo o apoio que tem dado a esta Comissão, nos inúmeros trabalhos e solicitações que temos feito a V. Exª.

Convido o Embaixador Secretário Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que hoje se encontra conosco, em nossa Comissão, para que venha e faça uma brevíssima apresentação desse importantíssimo trabalho que tem realizado em Lisboa – tive oportunidade de visitá-lo –, lutando com poucos recursos, para fortalecer essa comunidade dos países que falam a língua portuguesa.

Concedo a palavra agora ao nosso nobre Embaixador.

O SR. JOÃO AUGUSTO DE MÉDICIS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como combinamos, serei extremamente breve.

Tenho uma certa familiaridade com esta Comissão, porque por ela fui argüido quatro vezes, quando indicado Embaixador no Quênia, na Polônia, na China e no Chile, e também por ter exercido a função que hoje é tão bem exercida pelo Embaixador Sousa Gomes, nas relações entre o Itamaraty e o Congresso Nacional, por um período de quase quatro anos. De modo que me sinto em casa nesta Comissão, se me permitem os Srs. Senadores que assim me sinta.

Venho aqui muito rapidamente. Eu não poderia passar por Brasília sem visitar o Senado da República e sem visitar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para exprimir e expressar o respeito que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa tem pelos órgãos legislativos e a expectativa de uma colaboração sempre crescente entre a nossa comunidade e os órgãos legislativos dos países que a compõem.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa reúne os oito países de língua portuguesa espalhados pelos quatro continentes – o Brasil, nas Américas, Portugal, na Europa, os cinco países africanos, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau, e, agora, o mais jovem membro da nossa comunidade, o Timor, na Ásia. Atualmente somos um grupo que representa 220 milhões de falantes de português pelo mundo afora e temos a importante missão de lembrar que o português é hoje a terceira língua ocidental mais falada no mundo, logo depois do inglês e do espanhol, o que confere ao nosso idioma uma importância singular. Fala-se, hoje em dia, mais português que francês no mundo.

A Comunidade tem três funções básicas: a difusão e a consolidação da língua portuguesa; a coordenação e política entre os estados-membros; um programa de cooperação técnica entre os países.

Esperamos contar com o apoio do Parlamento brasileiro, como, aliás, temos sempre contado, para poder levar adiante a nossa missão.

Em nome da nossa Comunidade, apresento homenagem de respeito ao Parlamento do Brasil nesta breve passagem pela Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Agradecemos ao Embaixador João Augusto de Médicis a participação. S. Exª tem feito um trabalho realmente extraordinário em Lisboa, Portugal. Repito que tive oportunidade de visitá-lo, quando fui a Portugal com a Comissão tratar do problema dos brasileiros que estão em dificuldades por causa da nova Lei de Imigração de Portugal.

O Sr. Embaixador nos fornece alguns documentos. Entre eles, encontra-se a 4ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada nos dias 31 de julho a 1º de agosto de 2002. Se os se-

nhores membros da Comissão desejarem, poderemos passá-los às mãos de S. Exªs.

Mais uma vez, agradeço ao Sr. Embaixador.

Informo à Comissão que o Senador Duciomar Costa entregou-nos um relatório muito minucioso da visita que fizemos a Portugal para tratar do problema dos brasileiros naquele país. Se os senhores membros desta Comissão desejarem cópia, a Presidência poderá fornecer.

Enquanto aguardamos a chegada do relator do item principal da pauta – a nomeação do Embaixador em Portugal –, passo à votação de requerimento de autoria do Senador Jefferson Péres visando à realização de audiência pública com a Srª Embaixadora dos Estados Unidos Mexicanos, com a finalidade de prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca dos impactos econômicos e sociais da adesão do seu país ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Nafta.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parece-me de grande importância ouvirmos a representante do México em nosso País. Retifico o requerimento feito pela minha assessoria, pois dele consta que estamos a convidá-la para "prestar esclarecimentos", mas penso que seria mais próprio dizer "fazer um relato" a esta Comissão sobre os dez anos de experiência do México, desde sua adesão à Nafta, associação de livre comércio com dois países ricos – Estados Unidos e Canadá. Pretendemos saber os efeitos negativos e positivos dessa adesão, o que nos será muito útil, pois nos servirá de subsídio neste momento em que se debate o ingresso ou não do Brasil na Alca.

Tive o cuidado de saber antes se a Embaixadora Cecília Soto poderia comparecer, e notei que S. Exª demonstrou entusiasmo e virá tão logo o convite seja formalizado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Esta Comissão considera oportuno e de extrema importância para o nosso País o convite proposto por V. Exª.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O requerimento do Senador Jefferson Peres será encaminhado à Mesa Diretora desta Casa.

Passemos à apreciação do item nº 1 da pauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, apesar de haver chegado atrasado e, em decorrência disso, ter o mínimo de autoridade para solicitar isso a V. Exª, e apesar de ter pelo Embaixador Antônio Paes de Andrade um afeto pessoal muito profundo, até familiar, gostaria, ainda assim, de solicitar a inversão da pauta em razão de dois requerimentos muito simples que, acredito, serão aprovados unanimemente. O primeiro deles cria a Subcomissão Permanente da Amazônia, e o outro trata de uma conterrânea minha e do Senador Jefferson Péres canonizada recentemente pelo Papa João Paulo II. Creio que, em dois minutos, aprovaremos os requerimentos, pois não são matérias polêmicas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – A Presidência acata o pedido. Faremos da maneira como V. Exª solicitou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – **Item nº 4.** Requerimento nº 6, de 2003, que passo a ler:

"Nos termos do art. 73 do Regimento Interno, requer a criação, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de subcomissão permanente com a denominação de Subcomissão da Amazônia, com a incumbência de opinar e promover estudos concernentes ao desenvolvimento estratégico da Região Amazônica, às implicações decorrentes da localização da Amazônia na área de fronteira, ao comércio externo relacionado à Zona Franca de Manaus, às reservas indígenas e áreas de segurança, incluindo vigilância aérea, terrestre e fluvial, à delimitação da prospecção mineral, bem como questões relacionadas à fauna, à piscicultura e à aqüicultura."

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, qualquer brasileiro que não tenha uma posição muito clara acerca da importância da Região Amazônica padece, a meu ver, de grave processo de alienação política. Ao integrá-la, ao desenvolvê-la, ao montar um poderoso esquema militar defensivo na região, nossa última fronteira de desenvolvimento econômico, sem a qual o Brasil não terá futuro brilhante, estaremos concedendo à Amazônia a mesma importância que lhe concedem os estrangeiros que a admiram e, sobretudo, os que a cobiçam. Esse é o espírito que me leva à idéia da criação da Subcomissão Permanente da Amazônia.

Possuímos algo que será tão relevante no século XXI quanto o petróleo no século XX: a água. Possuímos a biodiversidade, a cobertura florestal, os recursos minerais, enfim, toda uma perspectiva que propiciará desenvolvimento econômico de norte a sul do País ou, então, dissabores, levando-nos a situações de conflito que podem ser evitadas por meio de políticas públicas elaboradas a partir de agora. Vejo como fundamental a participação do Senado Federal nesse processo.

Entendo que campanha eleitoral se faz de maneira simbólica. Ou se começa pelo Sul, como muitos já fizeram, ou se começa pelo extremo Norte, como Getúlio Vargas fez certa vez, pelo Acre. E para mim é muito emblemático, forte e expressivo que o Senador Pedro Simon seja tão solidário à minha região, sendo ele do outro extremo. Isso mostra que a tese que defendo é, quem sabe, aquela que o Brasil precisa assimilar: a idéia de que a importância é nacional. Não sou paroquial, não sou provinciano quando falo da Amazônia. Ao contrário, sou um homem do mundo, sou brasileiro quando falo da Amazônia.

Queria o mesmo ardor de outros parlamentares, a exemplo do Senador Pedro Simon, ardor comparável ao dos Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho, ardor comparável ao meu, na hora em que propomos algo de interesse do Brasil. E, claro, é de interesse da minha região, do meu Estado, do meu povo, mas é também de interesse do Brasil. Por isso, a proposta para a criação da Subcomissão Permanente da Amazônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, só tenho que louvar a iniciativa do Senador Arthur Virgílio – e já disse isso há pouco à **TV Amazonas**. E vou repetir o que eu disse anteontem ao Presidente do BNDES em debate na Comissão de Assuntos Econômicos: seja qual for o destino do Brasil, creio que, no futuro, a medida do êxito ou do fracasso da civilização brasileira será o que tivermos feito da Amazônia – e eu incluiria aí também o Nordeste.

Além das razões já expostas pelo Senador Arthur Virgílio para justificar a criação dessa Subcomissão, eu incluiria mais uma, já que esta Comissão é de Defesa e de Relações Exteriores: a Subcomissão terá de acompanhar de perto a execução do Tratado de Cooperação Amazônica, que tem 25 anos e só em dezembro do ano passado teve instalada a sua Secretaria Executiva aqui em Brasília.

De forma que só me resta congratular-me com V. Exª pela iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Será encaminhada a proposta.

Lembramos que a Subcomissão e a Presidência desta Comissão terão o cuidado de fazer com que ela seja composta proporcionalmente, como disse o Senador Arthur Virgílio, do Rio Grande do Sul ao extremo Norte do nosso País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas eu estava ali felicitando o Senador e dizendo-lhe que, nos tempos em que S. Exª era Senador, nunca o vi tão alegre como o tenho visto ultimamente. Eu até estranho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Uma alegria aliviada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Uma alegria impressionante, maior do que quando S. Exª estava aqui, na labuta no Senado.

Quero felicitar o Senador Arthur Virgílio. Essa é uma das medidas mais importantes que vamos adotar, como diz o nobre Senador Jefferson Péres. Ela já devia ter sido tomada há mais tempo.

Será uma Subcomissão que, ao lado do Senado e de todos nós, terá a obrigação de olhar essa questão. Até estranho que a imprensa, que o Parlamento, que os Governos, o atual e o passado, não dêem importância a essa questão. Ela está sendo apresentada aí. Há escolas nos Estados Unidos que mostram o mapa da América – já mostrei aqui na Comissão – com o Brasil sem a Amazônia. A Amazônia é tida como uma espécie de Antártida, território e patrimônio da humanidade.

E isso, como diz o Senador Arthur Virgílio, é mais grave do que o problema do Iraque. A guerra do Iraque foi um problema absurdo, violento. Mas tinha a oposição da humanidade. Tinha a oposição do povo da Inglaterra, dos governos francês, alemão, russo e chinês. A imensa maioria era contra. Mas, hoje, quando se analisa a questão da internacionalização da Amazônia, a imensa maioria é a favor. Estamos praticamente isolados nessa posição. É claro que isso é uma meta, está em um dos itens dos interesses internacionais. Hoje é o petróleo, mas todos sabem que a água é um dos dramáticos problemas iminentes. O petróleo ainda tem sucedâneo. A água, ao que se saiba, não.

Então, temos que nos preparar. O mínimo que devemos fazer é pedir que parem. Eles fizeram alguma coisa, eles lutaram.

Por isso, acredito que não só devemos ser solidários, aprovando o projeto, mas deveríamos, nós, Senado, V. Exª, como Presidente, o Presidente José Sarney, a instituição, como um todo, dar força total a ele.

Sou totalmente solidário à aprovação dessa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon.

Vamos colocar em discussão e votação o Requerimento nº 358. Um voto de louvor pela canonização, pelo Papa João Paulo II, da irmã amazonense Madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo.

O autor é o Senador Arthur Virgílio; o Relator, o Senador Marco Maciel, que está chegando ao plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, para relatar o presente requerimento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei breve.

A proposição que tenho a honra de relatar é oriunda de requerimento do nobre Líder, Senador Arthur Virgílio, e sugere que esta Casa do Congresso Nacional, de acordo com o art. 222 do Regimento Interno, aprove voto de louvor pela canonização, pelo Papa João Paulo II, da Madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo.

O requerimento solicita ainda que o voto de louvor seja comunicado à Ordem, em Manaus, Estado do Amazonas, e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB. Eu até acrescentaria que fosse levado ao conhecimento do Núncio Apostólico do Vaticano no Brasil.

Acredito, Sr. Presidente, dispensável produzir muitos argumentos a respeito da oportunidade desta proposição, visto ser uma santa que tinha sido já beatificada por Pio IX, em 1866, o que foi respaldado pelo posterior reconhecimento da santificação pelo Papa João Paulo II. Daí por que, sem delongas, acredito que o requerimento, tendo atendido os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, deva merecer a aprovação deste colegiado.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 1.

Eu gostaria de pedir ao nobre Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, que conduzisse ao nosso plenário o Sr. Antônio Paes de Andrade, para que possa ser ouvido e sabatinado na nossa Comissão. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, para relatar a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs Srs. Senadores, Dr. Paes de Andrade, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Antônio Paes de Andrade para exercer o cargo de Embaixador junto à República Portuguesa.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do indicado.

Segundo o referido documento, o Sr. Antônio Paes de Andrade, filho de José Alves de Castro e Raimunda Paes de Andrade, nasceu em 18 de maio de 1927, em Mombaça, Ceará. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro e professor da Universidade Estadual do Ceará.

Com intensa atuação parlamentar desde 1951, por ocasião do seu primeiro mandato como Deputado Estadual no Ceará, Antônio Paes de Andrade exerceu funções de relevância em sua vida pública.

A partir daquela primeira atuação no Parlamento, e nos sucessivos mandatos, ocupou posições de destaque, entre as quais a Presidência Nacional do PMDB e a Liderança do Partido Social Democrata, o extinto PSD.

Chegou a Presidente da Câmara dos Deputados, condição em virtude da qual substituiu o Excelentíssimo Senhor Presidente da República nas diversas ocasiões em que o Chefe do Governo se ausentou do País.

Além de Deputado Federal e Estadual, desempenhou cargos no primeiro escalão do Poder Executivo cearense.

O Deputado Paes de Andrade atuou também em missões parlamentares no exterior, participando de viagens de estudo sobre o voto distrital, a anistia internacional e os direitos humanos, a convite dos governos dos Estados Unidos e da Alemanha. Foi representante do Governo do Ceará no Congresso Pan-Luso-Filipino de Municípios, realizado em Lis-

boa, em 1959. Representou, ainda, a Câmara dos Deputados junto a conferências internacionais, entre as quais a da União Interparlamentar, que reúne treze países e tem suas deliberações incluídas na pauta dos trabalhos da ONU.

O indicado foi agraciado com as seguintes condecorações, todas muito justas: Ordem do Congresso Nacional – Grande Oficial; Ordem do Congresso Nacional – Chanceler; Ordem Mexicana da Águia Asteca; Ordem do Mérito do Trabalhador, do Tribunal Superior do Trabalho; Medalha da Inconfidência; Ordem do Mérito de Brasília – Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco; Ordem do Mérito das Forças Armadas – Grã-Cuz; Medalha do Imperador D. Pedro II; Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha do Mérito Mauá; Medalha do Mérito Tamandaré; Ordem do Mérito Judiciário Militar, do Superior Tribunal Militar, e Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais.

Consta, além do **curriculum vitae** que acabamos de relatar, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, referente às relações entre o Brasil e Portugal. Segundo o relatório do Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1995, as relações entre Brasil e Portugal experimentaram extraordinária intensificação do diálogo político e do intercâmbio econômico, alcançando um dos momentos mais positivos de sua história. O relacionamento bilateral caracteriza-se, hoje, por uma agenda densa, diversificada e moderna, que vai muito além de seus fundamentos tradicionais, como a amizade e os vínculos históricos, étnicos, culturais e lingüísticos.

Entre os temas da nova agenda, o documento do Ministério indica: temas políticos, como a realização periódica das Cimeiras; coordenação em temas internacionais de interesse comum; assinatura do Tratado de Amizade, Consulta e Cooperação; temas econômicos, como o aumento expressivo dos investimentos portugueses no País, o desenvolvimento de importantes projetos conjuntos em áreas como telecomunicações, concessões de rodovias e implantação de **shopping centers** e hipermercados; temas regionais, negociações do Mercosul e da União Européia, e temas culturais, forte participação do Governo português nas comemorações do V Centenário do descobrimento do Brasil e estratégias comuns de difusão da língua portuguesa.

O texto ressalta ainda a importância do projeto de implantação e aprofundamento da comunidade dos países de Língua Portuguesa, operação diplomática, com objetivo de longo prazo, que vem sendo conduzida por Brasil e Portugal.

Convém destacar, ademais, a consciência do lado português da importância estratégica crescente, que representa o estabelecimento de uma sólida parceria com o Brasil. Essa dimensão, afirma o relatório, constitui elemento dinamizador da vertente transatlântica da política externa portuguesa, que define a relação com o Brasil como prioridade política econômica. Nesse sentido, o Brasil constitui destino preferencial da maior parte dos investimentos portugueses no exterior, com potencial projeção sobre o espaço econômico do Mercosul, onde a presença ibérica tem se tornado cada vez mais intensa.

No que concerne aos problemas de residentes brasileiros em Portugal, em especial no caso de profissionais liberais brasileiros que atuam naquele País, a maioria das questões foi solucionada com a assinatura, em 2000, do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal. O referido Tratado prevê, expressamente em seu art. 12, que os brasileiros em Portugal e os portugueses no Brasil, beneficiários do Estatuto da Igualdade, gozarão dos mesmos direitos e estarão sujeitos aos mesmos deveres dos nacionais desses Estados. O art 46, por sua vez, dispõe que os nacionais de uma das partes contratantes poderão aceder a uma profissão e exercê-la no território da outra parte contratante em condições idênticas às exigidas aos nacionais dessa última. O Tratado prevê inclusive a equiparação, para efeito de exercício profissional, de nacionais brasileiros portadores de diploma de curso superior a nacionais dos demais países da União Européia. Esse benefício estende-se no Brasil a nacionais portugueses, aos quais se conferem as prerrogativas outorgadas a profissionais oriundos dos outros países do Mercosul.

Finalmente, importante chamar a atenção para a situação dos nacionais brasileiros que se encontram em situação irregular em Portugal, situação essa que se vem deteriorando, informa o relatório, desde a entrada em vigor, em 12 de março último, da nova lei de migração portuguesa. Hoje, há 7 mil brasileiros irregulares naquele país. Em 2002, dos 3.637 estrangeiros que tiveram sua entrada em Portugal denegada, 1.827 eram brasileiros.

Buscando impedir uma possível deterioração do quadro que ora se esboça de dificuldades para permanência de nacionais brasileiros não legalizados em Portugal, e o acesso de brasileiros àquele país, nosso Governo vem transmitindo ao Governo português sua preocupação ante o indesejável estado das coisas, tendo alertado para o perigoso potencial de dano para o bom relacionamento entre os dois países que essa situação representa.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Quero, no entanto, destacar que a participação de Paes de Andrade na vida política brasileira representa uma expressiva contribuição para o aperfeiçoamento das instituições, S. Exª que, desde a primeira hora em que o País viveu sob regime discricionário, soube com veemência altear a voz em pregação firme pelo restabelecimento da ordem democrática. Seu livro, **O Itinerário da Violência**, editado em 1978, é um documento expressivo sobre esse episódio, com relato e a condenação dos desvios que então foram praticados na terra brasileira.

Aliás, como escritor de bom texto, Paes de Andrade legou aos estudiosos uma alentada obra intitulada **História Constitucional do Brasil** escrita em parceria com o Professor Paulo Bonavides, também do Ceará, livro já em 4ª edição e adotado por diversas universidades do País. Parece paradoxal, mas não é.

Amigos de Paes de Andrade e eu, inicialmente por herança de meu pai, Senador Arthur Virgílio Filho, testemunhamos sua bravura nas lutas por liberdade. Depois fui seu colega de Câmara e de Congresso. Enfrentamos juntos o arbítrio, convivemos fraternalmente, consolidamos e renovamos a amizade por mim herdada. Por essa forte relação com o indicado, poderia de alguns sobrevir a idéia de suspeição, de falta de isenção. Nada mais equivocado. Justamente por conhecer o político, o homem, o constitucionalista ilustre, sou levado a opinar, com segurança, sobre o seu futuro desempenho à frente da Embaixada do Brasil em Lisboa. Tendo sido seu adversário político no Brasil e no seu Estado de tão longa militância, o Ceará, esse conjunto de divergências não me impediria jamais de manter a ligação pessoal e familiar. Cada um de nós dois procurou o tempo inteiro cumprir os seus deveres políticos preservando o velho sentimento que as vicissitudes do autoritarismo fizeram brotar.

Discursava meu pai às vésperas da decretação do Ato Institucional nº 5, e Paes solicita-lhe um aparte. "Não lhe concedo a vós, Deputado, e lhe peço para sair do meu requerimento" – sentenciou o Líder da Oposição à ditadura que as ruas questionavam e punham em cheque. Terminado o discurso, Paes pergunta a Virgílio: "Arthur, o que houve? Por que não me concedeu o aparte? Que história de requerimento é essa?" Resposta de meu pai: "É que o meu discurso foi um requerimento de cassação e não tinha por que você entrar nele".

Assim era Arthur e assim é Paes de Andrade. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Esta Casa vive um momento muito importante hoje, que emociona ao relator e a todos.

Ainda que um neófito na vida política, eu me permiti fazer uma brincadeira com o nosso indicado. Eu disse: "Depois da leitura do relator, V. Exª terá três minutos para expor suas considerações". S. Exª disse-me: "De jeito nenhum".

Concedo a palavra a V. Exª, pedindo desculpas pela brincadeira. V. Exª tem todo o tempo para expor a sua alma diante desta Comissão.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srªs e Srs. Senadores, antes de mais nada, digo que, com Arthur Virgílio, tivemos encontros e desencontros. Bravo Senador Arthur Virgílio, o que eu poderia dizer é que V. Exª faz tudo aquilo que lhe parece certo, com a chama inapagável de entusiasmo. O seu relato sobre o seu pai, grande tribuno desta Casa, que deixou o exemplo de bravura cívica inexcedível, porque contestou, aberta e ostensivamente, o regime discricionário, foi claro – e foi assim mesmo. É bom lembrar o episódio, pois faz bem ao meu coração.

Eu entrava numa reunião do Congresso Nacional. Silêncio. Arthur Virgílio estava na tribuna. Nenhum aparte. Eu fui me encaminhando ao microfone. Quando cheguei ao pé do microfone, S. Exª só fazia gesto. Não me concedeu o aparte. Como o Senador Arthur Virgílio disse, fui para o pé da tribuna e, quando S. Exª descia, disse: "Pensamos numa mesma linha de sintonia. Você contesta o regime discricionário e eu não faço outra coisa. Estamos na mesma prática política. Temos o mesmo destino. Por que você não me concedeu um aparte, Arthur?" Ele disse: "Eu não estava fazendo um discurso. Eu estava requerendo a minha cassação e você queria entrar no meu requerimento. Não." Abraçou-me – e senti que estava realmente tomado por uma violenta emoção – e me disse: "Eu não deixaria nunca você entrar no meu requerimento e requerer também a sua cassação. Aliás, você vive requerendo, diariamente, na tribuna da Câmara dos Deputados, a sua cassação. O Afonso Arinos já não está entre nós. Companheiros importantes estão exilados. Você precisa ficar aqui para desdobrar e continuar essa luta contra o regime que degrada as instituições livres e oprime o povo". Naquele instante, lembrei-me de um verso primoroso que expressava o meu sentimento: "Estamos sempre a nos despedir, não partindo nunca". Só que o Arthur Virgí-

lio estava se despedindo e partindo. Em 27 de fevereiro, foi alcançado pelo AI-5, arrancado da vida pública pela brutalidade da força. Deixou, sim, o exemplo vivo da resistência e da coragem cívica para as gerações atuais e para as porvindouras, Arthur.

Não se agradece um parecer. Contudo, V. Exª toca o recesso da minha alma. E há algo importante que quero dizer. Antes de fazer a minha exposição – e não posso declinar desse dever –, rendo uma homenagem ao meu professor de Direito Civil, Dr. Santiago Dantas, e a outro professor, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco. Recebi lições de civismo, fortaleci a minha alma para os grandes embates. Santiago Dantas e Afonso Arinos de Melo Franco, os dois se encontraram comigo porque o destino abreviou o tempo para esse encontro. Saí dos bancos da universidade para, em curto espaço de tempo, chegar a esta Casa e encontrar-me com meus professores.

Chanceler Santiago Dantas foi indiscutivelmente o grande Ministro das Relações Exteriores. Na Conferência de Punta del Este, lá estava, e aprovou por unanimidade a sua proposta de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, proposta de repúdio à corrida armamentista, de repúdio à guerra, de consagração à paz.

Essa colocação é importante para mim. Afonso Arinos e Santiago Dantas lutaram, lado a lado, na defesa dos direitos humanos; na defesa da paz, da guerra interna, porque tanto Afonso Arinos como Santiago Dantas sabiam que a guerra estava – e até hoje está – proibida em nossa Constituição. Somos pacifistas. E o Parlamento brasileiro tem um compromisso permanente com a paz.

Srªs e Srs. Senadores, essa é uma homenagem do coração. Deixo aqui o meu sentimento, que nasce e renasce do recesso da minha alma. Essa é a homenagem do estudante de ontem e do colega dos dois grandes mestres. É, sim, uma homenagem da alma, do coração, a Santiago Dantas e Afonso Arinos de Melo Franco.

No entanto, Santiago Dantas tinha divergências e discórdias profundas com Afonso Arinos na política interna, mas, quando se tratava da política externa, a voz de Santiago e a voz de Afonso Arinos de Melo Franco, nas universidades, nas duas Casas do Parlamento nacional, eram uma só voz: a voz de defesa da autodeterminação, da não-intervenção. Santiago dizia sempre, e exclamou na ONU, que a soberania, quando intocada, guarda o sacrário da honra cívica das nações.

Srs. Senadores, quero passar à exposição. Não poderia abrir mão de fazê-lo. Perdoe-me o Presidente Marcelo Crivella, mas quero deixar o meu pensamento por inteiro.

O instituto constitucional que prevê a audiência dos chefes de missão diplomática permanente no exterior, antes de sua aprovação pelo Senado, é uma saudável tradição, tão cara ao Itamaraty quanto ao Congresso Nacional. Ainda agora, em seu discurso de posse, o Ministro Celso Amorim lembrava que a política externa do País não é apenas da responsabilidade do Itamaraty, mas de todos os órgãos do Governo. Entre eles, não cabe dúvida, está o Senado da República, ao qual se reservam prerrogativas especiais no campo da atividade diplomática.

O Brasil, afirma o Ministro Celso Amorim, terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz e que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito e a igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional; uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida do nosso povo e que esteja embasada nos mesmos princípios éticos, humanistas e de justiça social que estarão presentes em todas as ações do Governo.

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral das Relações Exteriores, na mesma linha de pensamento, confirma que a paz e o progresso econômico e social de todos os povos dependem do cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas: igualdade soberana dos Estados, autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica para as controvérsias.

A política externa deve refletir sempre as palavras do Barão do Rio Branco: "Sou, antes, brasileiro e tenho o dever de colocar, acima de tudo, de todas as considerações pessoais e de meus sentimentos particulares, a dignidade e a honra do Brasil."

Em uma síntese precisa, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com clareza e descortino, nesta Casa do Congresso Nacional, em seu discurso de posse, colocou os compromissos do seu Governo com a política externa. "Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se vêem engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudanças. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanística e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional".

A presença do Senado, do Congresso Nacional, importante em todos os espaços de nosso convívio

entre as nações, assume caráter especial e peculiar nas relações entre o Brasil e Portugal, até porque envolve aspectos culturais e históricos que vieram das nossas origens e que, hoje, projetam-se no campo dos interesses sociais e econômicos.

Se o Brasil é hoje para Portugal e Portugal é para o Brasil tudo o que sabemos em termos de afinidade histórica e cultural, disso resulta a pujança atual das relações econômicas, das relações migratórias e das relações no espaço lingüístico multinacional que acrescentam nova dimensão ao relacionamento bilateral.

O Brasil é, hoje, o principal destino dos investimentos portugueses no exterior. Portugal é um dos maiores investidores do Brasil. A comunidade de imigrantes brasileiros, que se estima em cerca de 70 mil pessoas, é, hoje, a primeira ou a segunda mais numerosa do País. E a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, deu ao Brasil e a Portugal projeção política de maior responsabilidade internacional.

Dentro desse quadro, entretanto, é notável a preocupação relativa que se amplia entre os dois países. É possível afirmar que o Brasil está muito mais presente em Portugal do que Portugal no Brasil. Qualquer amostragem semanal da imprensa portuguesa indicará constante presença brasileira no noticiário, seja ele político, cultural, econômico, esportivo. Mas, no Brasil, são escassas as informações sobre Portugal. O Brasil é, hoje, um ponto de referência em Portugal, sobretudo de referência cultural, na mais ampla aceitação do termo. E, recentemente, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil tornou-se também um ponto de referência na política internacional.

Acentua-se, no caso da referência política, a projeção de Portugal no mundo, intrinsecamente ligada à expansão da língua portuguesa em que as responsabilidades atribuídas ao Brasil são cada vez mais importantes, diante da variada comunidade de países lusófonos.

São oito países que falamos a língua portuguesa. Cerca de 210 milhões de pessoas no mundo se comunicam em português. Somos a segunda língua latina do mundo. Além disso, o reconhecimento e o questionamento das responsabilidades internacionais brasileiras determina, em muito, o grau de simpatia e de interesse com que o Brasil é visto pelas diversas lideranças e correntes de opinião em Portugal. A lusofonia não determina, mas influi de maneira expressiva na avaliação que ali se faz do relacionamento com o Brasil. A lusofonia pesa, sobretudo, na avaliação que Portugal faz sobre sua própria identidade no cenário internacional.

De fato, a opção definitiva e irrevogável que o país fez, a fim de participar do destino comum europeu, não deverá permitir a Portugal esquecer o peso político decorrente da opção, feita por ponderável área do continente africano, pela manutenção da língua portuguesa, depois de obtida a independência.

Nesses países, a língua é considerada como patrimônio nacional, ao lado de sua própria história. A presença do Brasil na Comunidade, com o peso de sua importância geográfica e humana, amplia a dimensão política de permanência dos sentimentos e razões do povo português, no mundo moderno. Segundo alguns homens públicos portugueses, a opção européia trazia o risco de que Portugal fosse desaparecer na Europa, ser absorvido por ela e, mais ainda, pela Europa que avança para o leste.

Tornou-se, assim, ponto pacífico para as correntes políticas portuguesas que apenas a lusofonia pode assegurar a Portugal uma personalidade que o destaque, mesmo dentro de uma imensa Europa.

O Brasil contribui com sua geografia humana para conferir a essa conquista histórica uma dimensão internacional consistente. Bilateralmente, o equilíbrio pode vir a ser maior, pelo menos em curto prazo, mas é um equilíbrio que se dá em campos diferentes do relacionamento.

Esses trabalhadores brasileiros, sobretudo os especializados, têm participado de forma marcante na modernização da economia portuguesa, decorrente de sua integração na União Européia.

Talvez, valha, ainda, a pena salientar que a adesão de Portugal ao Bloco da União Européia não traz qualquer problema ao Bloco da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Os 210 milhões de usuários de nossa língua representam hoje sete votos no plenário da ONU e geralmente são inclinados a uma solidariedade cada vez mais consolidada pela força do idioma comum.

Como lembrava, em sua recente visita a Lisboa, o Professor Hélio Jaguaribe, Portugal, sobretudo para os nossos padrões latino-americanos, é um país rico. Com 10,4 milhões de habitantes, tem uma renda **per capita** de mais de US$15 mil, com um PIB atual de 129 milhões de euros.

O Brasil e o mundo.

Os próximos anos irão desenhar um mapa do poder mundial. A ascensão da China significará uma situação nova no espaço do Pacífico, tornando-o tão ou mais importante do que o Atlântico dentro de alguns decênios. A população asiática é bem maior do que a da Europa e a da América juntas e a sua indus-

trialização, com a transformação de seus habitantes em consumidores, desequilibrará o sistema global.

Por outro lado, tudo indica que a Europa, a partir da recente declaração de autonomia da França e da Alemanha no quadro da política internacional, exigirá uma participação maior nos negócios do mundo, escapando da tutela norte-americana a que se submeteu em conseqüência das duas grandes guerras mundiais.

Nesse contexto, o Brasil deverá buscar espaço de autonomia que lhe permita, como principal País do hemisfério sul, manter o desenvolvimento de sua economia, absorvendo os processos tecnológicos dos outros países, ao mesmo tempo criando seus próprios sistemas e buscando mercados nos quais possa competir de forma mutuamente vantajosa.

Nesse movimento, a projeção inicial e natural do Brasil se dá sobre os países com os quais mantém fronteiras terrestres. Já o caminho para a África, aberto ainda no tempo da colonização lusitana comum, é hoje facilitado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada por iniciativa do Governador e Presidente Itamar Franco e negociada pelo Embaixador José Aparecido.

É hora de consolidar e ampliar a instituição mediante intenso trabalho diplomático, a partir mesmo de Lisboa. O acordo, como se sabe, teve dois grandes pontos de apoio – o Governo português e o Governo brasileiro – e Lisboa se tornou a sede privilegiada das negociações.

A Embaixada do Brasil em Lisboa deverá ter como uma de suas prioridades o fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, plataforma da política africana no Brasil. Por outro lado, Portugal é o país que dispõe, no Ocidente, de melhor memória sobre os países asiáticos. Os portugueses foram os primeiros a percorrer e a negociar com aquelas regiões. A Embaixada do Brasil em Portugal poderá, nesse particular, servir de apoio à nossa presença em Timor Leste, que passa a ser excelente ponto de observação entre a Austrália e a Indonésia.

O Brasil e a Europa.

A tendência histórica atual é a recuperação da Europa como centro da civilização ocidental. Quaisquer que venham a ser as conseqüências do conflito no Oriente Médio, a Europa buscará nos próximos anos espaço maior no cenário mundial e poder militar que o possa garantir.

O Brasil e Portugal.

As relações entre o Brasil e Portugal foram perturbadas no passado pelo romantismo de alguns, pelo ressentimento histórico do colonizador contra o colonizado e pela falta de pragmatismo. Passados 181 anos da Independência e 195 anos da chegada da Família Real portuguesa, que havia elevado o Brasil à igualdade simbólica com Portugal, no Reino Unido, a situação está pedindo outro tipo de relacionamento.

Sem se perder o sentimento de afeto que os laços culturais naturalmente mantêm, é preciso explorar, com espírito prático, todas as possibilidades reais de colaboração recíproca, sem se descuidar, em nenhum momento, dos interesses nacionais.

A presença de capitais portugueses nos setores de serviços, como os da telefonia no Brasil, sem se falar nos imigrantes portugueses que vivem no País, e a presença de uma ponderável população brasileira em Portugal, além de empresas brasileiras naquele país, reclamam vigorosa atuação diplomática brasileira em Lisboa.

É preciso defender, Srªs e Srs. Senadores, os interesses brasileiros naquele país com a mesma disposição com que os portugueses defendem os seus interesses no Brasil, com absoluto respeito, mas da mesma forma exigindo absoluta reciprocidade, que é a garantia da amizade internacional.

Srªs e Srs. Senadores, grato pela atenção. Estou ao dispor de V. Exªs para as questões atinentes a nossas relações com um povo que fala tanto aos nossos afetos históricos e culturais, até mesmo aos afetos familiares da grande maioria de brasileiros de origem portuguesa e de origem levantina, pois nunca será demais lembrar que floresceu em Lisboa, desde o primeiro milênio, uma presença cultural árabe e de outros povos orientais em geral e que esse amálgama espiritual ajudou-nos a construir, no Brasil, o convívio fraterno com todos os povos do mundo, com todas as suas etnias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Passamos às perguntas das Srªs e dos Srs. Senadores, segundo a ordem de inscrição.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não pude comparecer às outras reuniões desta Comissão e não sei se o procedimento mudou, mas a Constituição exige que a reunião seja secreta. Nos últimos tempos, fui Presidente desta Comissão e a exposição era em reunião aberta, mas a sabatina não.

Creio que, no mérito, até contestaria a necessidade de a reunião ser secreta, mas não é do Regimento, mas da Constituição. Daí a minha estranheza

que se tenha mudado em violação a um imperativo Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – O Sr. Senador tem toda a razão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tenho participado rigorosamente de todas as reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, muito embora o Senador Jefferson Péres esteja rigorosamente correto com relação ao Regimento, também tem sido praxe, nas últimas audiências em que ouvimos os candidatos ao cargo de Embaixador, com raríssimas exceções, a reunião ser pública. Então, sugerimos a V. Exª que proceda dessa mesma forma com o ilustre futuro Embaixador Paes de Andrade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, não vou insistir. A maioria decidiu, mas quero deixar registrado em ata que isso é violação de dispositivo da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, apenas para aduzir que, embora seja dispositivo da Constituição Federal, tem sido praxe não só nesta reunião, mas desde que presidi esta Comissão, em 1995, a exposição e a sabatina serem públicas, salvo quando o embaixador tem assunto grave e que não pode ser tornado público. Isso ficou resolvido há muitos anos, nesta Comissão. Entretanto, o dispositivo constitucional diz isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ou o contrário: quando um Senador tem uma pergunta cuja resposta julga que não pode ser tornada pública.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sim, uma pergunta cuja resposta não pode ser pública.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, apenas uma intervenção final.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, não vou insistir, até porque fazer isso hoje seria uma descortesia com o prezado amigo, ex-Deputado e figura ilustríssima, que terá meu voto com toda a satisfação, mas, a partir de agora, temos que discutir. Durante os dois anos em que tive a honra de presidir esta Comissão, as sabatinas foram em reunião secreta. Se, realmente, o entendimento é o de que não há por que ser secreta, vamos mudar a Constituição. Minha intervenção é essa.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Gostaria de sugerir a V. Exª que fosse liberada a votação secreta dos Senadores que se acham informados o suficiente para votarem. Também lembro a V. Exª que hoje temos uma reunião extraordinária ao meio-dia e que há outras reuniões que se processam aqui. Essa é a razão do meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, como bem disse o Senador Jefferson Péres, do PDT do Amazonas, na sabatina do próximo embaixador, poderíamos cumprir a determinação constitucional, mas, nesta, até por uma homenagem especial ao nosso colega Parlamentar e ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade, façamos dessa forma. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Está consolidado o entendimento do Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Apenas quero aditar o seguinte: façam a reunião secreta, não deixem o público assistir, mas depois divulguem o que se realizou aqui, que é o hábito desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Dando prosseguimento a tão importante reunião, concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon para a sua pergunta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, quero dizer da imensa satisfação em poder votar no ilustre companheiro Antônio Paes de Andrade para Embaixador em Portugal. O Brasil é um dos países que talvez tenha o melhor serviço diplomático em todo o mundo. Pode haver países iguais ao nosso, mas dificilmente melhor. Sou um admirador permanente e constante do Itamaraty. Tenho dito que o Itamaraty teve uma atuação magnífica na época do regime militar. Em todos os momentos da história brasileira, não houve crise no Itamaraty, mas isso não significa que não possamos indicar, aqui e acolá, um ilustre representante da vida pública brasileira, para representar o Brasil no exterior. Isso fortalece o Itamaraty. Não há aquela história de que só um embaixador do quadro vai fortalecê-lo. Fortalece o Itamaraty o reco-

nhecimento unânime de sua capacidade e, eventualmente, aqui e acolá, um nome ilustre que honra os quadros do Brasil ser indicado para uma representação no estrangeiro.

É o caso do nosso ilustre companheiro Antônio Paes de Andrade. S. Exª tem uma biografia, uma história, uma caminhada de lutas dedicada à busca do bem comum. S. Exª participou, conforme contou, de várias etapas da nossa História, desde a época das reformas de base, quando se imaginava que o Brasil atravessaria com facilidade as dificuldades que enfrentou, até a derrocada do regime militar. S. Exª tem essa dedicação, essa capacidade, essa liderança e algo que considero muito importante: chegar a este momento da carreira e poder ter a unanimidade do aplauso, do respeito, do sentimento, da simpatia da sociedade brasileira, para representar o Brasil em Portugal.

Aliás, uma das representações mais importantes do Brasil no exterior é exatamente Portugal, não só pelas nossas origens, pelo que somos, mas, como foi analisado pelo Embaixador, com muita perfeição, por Portugal representar a porta de entrada do Brasil para o Mercado Comum Europeu. Teremos uma facilidade imensa para dialogar: o Brasil representando o Mercosul; e Portugal, o Mercado Comum Europeu.

V. Exª merece o cargo, que inclusive, nos últimos tempos, tem sido ocupado por homens públicos que representam a política brasileira e que têm honrado – e muito – o Brasil, têm dignificado muito o Brasil lá em Portugal. E, dos que foram, nenhum tem mais capacidade e mais representatividade, mais vontade de representar, de desempenhar esta missão do que V. Exª. Tenho certeza de que muitos homens públicos gostariam de, em uma etapa de vida, ter a oportunidade de desempenhar o papel de Embaixador. V. Exª merece!

Participei da Assembléia Nacional Constituinte. Com muita competência, inseriram na Constituição que, para ser embaixador, não se pode ser parlamentar. Parlamentar tem que renunciar ao mandato. Do contrário, grande número de parlamentares gostaria de ser embaixador. Justamente isso é impossível, porque um cargo como esse deve ser ocupado por alguém dedicado a ele, que não vá lá na falta, nem na dúvida de nada, que ocupe o cargo para desempenhar uma missão nova. E V. Exª vai desempenhar uma missão que seria novidade, mas, na verdade, não é isso que ocorre. V. Exª percorreu o mundo, fez tantas missão diplomáticas, de estudos, de debates, de análise de problemas sociais, econômicos e internacionais, anistia, liberdade e tudo o mais, que ser Embaixador em Portugal será uma missão tranqüila, com a qual haverá de nos honrar.

Não tenho perguntas a formular a V. Exª, a não ser desejar-lhe, em nosso nome, muitas felicidades em Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – V. Exª tem a palavra, Sr. Antônio Paes de Andrade.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Meu dileto amigo, companheiro de longas jornadas cívicas no MDB, no PMDB, tenho um compromisso que está no interior do meu coração, no recesso da minha alma, dito pelo Barão do Rio Branco e que aqui ressaltei: "Sou, antes de tudo, brasileiro. Diante de todas as vicissitudes, de todas as contrariedades pessoais, tenho o dever indeclinável de colocar, acima de tudo, a dignidade e a honra do Brasil". Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Solicito aos membros da Comissão que, em face do adiantado da hora, sejam concisos nos pronunciamentos.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jeiressati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Deputado Paes de Andrade, meu conterrâneo, gostaria de trazer minha palavra, representando os cearenses, da nossa alegria e da nossa honra em vê-lo, neste momento, sendo indicado como Embaixador brasileiro às terras mães de Portugal. Poucos políticos têm uma trajetória tão importante na história do Estado do Ceará e na história brasileira como V. Exª. E, portanto, poucos políticos estão tão à altura de receber essa incumbência quanto V. Exª.

Eventuais discordâncias políticas que tivemos durante esses últimos anos não me levariam de maneira alguma a deixar de reconhecer os méritos de V. Exª, nesse momento tão importante da sua carreira. Gostaria de deixar isso aqui bastante pontificado e apenas faço uma pequena ressalva, não se assuste: é que ao falar do saudoso Senador Arthur Virgílio e ao V. Exª falar dos seus mestres, com certeza por causa das emoções, não se homenageou – e me parece que fez falta – um dos homens mais ilustres da história política do Estado do Ceará, um dos políticos mais ilustres que conheci e que teve uma responsabilidade tão grande na sua carreira política: seu sogro Sr. José Martins Rodrigues. Eu estou fazendo isso porque tenho certeza de que no recesso do seu coração esse nome está e, com certeza, em função de toda emoção do momento, não veio à tona. Certamente, isso faz parte desse momento. Gostaria de colocar, nessas homenagens, a figura inesquecível desta Casa,

do Congresso Nacional: Martins Rodrigues. E fica aqui declarada a nossa posição, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Sr. Antônio Paes de Andrade.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Senador Tasso Jereissati, tivemos encontros e desencontros na vida pública. Talvez, se examinássemos bem, mais encontros do que desencontros. A sua palavra tocou fundo o meu coração, é um gesto de grandeza.

Martins Rodrigues, como V. Exª coloca, foi indiscutivelmente um padrão de homem público do Ceará e do Brasil. Alcançado pelo AI-5, arrancado da vida pública pela brutalidade da força daquele instrumento do AI-5, um instrumento medieval de opressão, terminou seus dias – isso eu falo com muita emoção – com uma pasta debaixo do braço – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª que foi amigo do Sr. Martins – andando nos tribunais, fazendo a sua advocacia em todas as instâncias, para ganhar o pão de cada dia. Pobre, honrado, Martins Rodrigues merece todas as homenagens.

Temos também laços familiares e a sua colocação me emocionou. É também em nome da minha família, da minha mulher, prima legítima, e do Dr. Álvaro Augusto, seu primo legítimo, que agradeço, com muita emoção, a colocação de V. Exª feita nesta hora, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, não vou fazer nenhuma argüição, apenas vou dizer que voto pelos méritos do nosso futuro Embaixador Antônio Paes de Andrade. O Senador Tasso Jereissati já citou uma das maiores razões do meu discurso e da homenagem que desejava prestar a V. Exª e ao seu partido. É exatamente a figura de José Martins Rodrigues, com quem convivi aqui por muito tempo numa afetuosa estima. Sei o quanto S. Exª foi importante na sua vida política e profissional.

Queria prestar-lhe essa homenagem, não só por Martins Rodrigues, mas pelos seus méritos. Sei que V. Exª vai honrar o Brasil na Embaixada de Portugal. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma escolha muito boa. Receba também, como Tasso Jereissati, minha homenagem a este homem extraordinário, que foi Martins Rodrigues, que deixou, nesta Casa e no Brasil, um nome glorioso de combatente e, sobretudo, de jurista.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Carlos Martins tinha consideração, afeto mesmo, por V. Exª. O seu aparte toca também o recesso da minha alma. Muito obrigado, Senador Antônio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, querido amigo – posso assim dizer – Sr. Paes de Andrade, também não tenho uma pergunta a fazer. Congratulo-me com V. Exª na certeza de que, como sempre fez na sua vida, irá representar a todos os brasileiros em Portugal com muita dignidade e seriedade.

Como tantos outros que aqui estão, tenho grande admiração por V. Exª. Ainda muito jovem, iniciando no movimento estudantil, inúmeras vezes fui à procura de V. Exª, para discutir, para debater, para lhe apoiar, para lhe acompanhar em suas lutas, pelo exemplo que servia a todos nós na juventude. Mais do que isso, tenho um carinho por V. Exª pela amizade que tinha com meu avô, Plínio Pompeu, ex-Senador. Sei do carinho que meu avô também tinha por V. Exª. Nunca Paes de Andrade foi à Sobral sem fazer uma visita aos meus avós, com toda cortesia, carinho e atenção.

Sei da importância deste momento para V. Exª, que deve estar muito emocionado. Sinto-me também emocionada por ver um conterrâneo, uma pessoa amiga, alguém que considero um pouco da minha família, pelos laços que tinha com meu avô e com toda a minha família, ocupar um cargo tão importante para o Brasil. Tenho muito orgulho de hoje estar neste lugar que ocupou meu avô, Plínio Pompeu, e de presenciar a sua ida para Portugal representar o Brasil.

Desejo-lhe toda sorte. Tenho certeza de que V. Exª vai brilhar muito, vai dar orgulho a todo nosso País e vai nos representar muito bem. Boa sorte e que Deus o acompanhe.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Este é um dia de emoções, evidentemente.

Senadora Patrícia Saboya Gomes, em poucas palavras, narrarei um quadro que toca muito seu coração. Estava em praça pública, com todos os militantes do PCdoB em um comício que reuniu cerca de 3 mil pessoas. De repente, olhei e vi uma menina. Era Patrícia, com 16 anos, que panfletava. E, ao seu lado, estava o grande Senador do Ceará, Plínio Pompeu, com mais de 90 anos, ouvindo os comunistas – ele morreu com 104 anos. Terminado o comício, ele subiu, com dificuldade, ao palanque e trazia a neta ao lado, segurando os meus panfletos, e o grande Senador disse:

"Paes de Andrade, estou em pé aqui, há quatro horas, para ouvir os desatinos desses comunistas. Mas estava aqui para ouvi-lo. Eu gosto de você, acompanho os seus passos e tenho votado com Paes de Andrade. Você conhece a minha neta?" Era Patrícia, com 16 anos, com as mãos cheias. Eu disse: "Ela é militante, tem muita coragem e está nos prestigiando. Em quase todos os comícios do PCdoB, Patrícia estava lá, desenvolta, bonita, brava, extraordinária".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Embaixador Paes de Andrade, normalmente uma sabatina na Comissão, seja qual for a indicação, para Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar ou Diretoria do Banco Central, deixa o indicado, no mínimo, tenso. Cumprimento V. Exª por conseguir uma proeza singular: transformar um dia de tensão num dia de boas emoções, movido a sorrisos, descontração e excelente freqüência.

Quando cheguei a esta Comissão, após uma reunião executiva do meu Partido, encontrei o plenário lotado. Isso é prestígio de Antônio Paes de Andrade, um ícone do PMDB, Partido a que não pertenço, mas que admiro pela história, pelas posições e pela luta, que V. Exª interpreta com muita substância. V. Exª foi Presidente do Partido, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente da República interino e um Deputado muito atuante. V. Exª é um homem jeitoso, mas firme. E é isso que se vai exigir de V. Exª como titular da Embaixada do Brasil em Portugal.

Portugal faz parte da Comunidade Econômica Européia, da União Européia. É um país diferente do que era há dez anos e muito diferente do que foi há aproximadamente 25 anos, quando estive lá pela primeira vez. É um país com grandes identidades com o Brasil e, falando o jargão comum, é a nossa porta de entrada na União Européia. Evidentemente, temos muito bom diálogo com a França e com a Espanha, mas é por Portugal que, por afinidade, entramos. Para isso, precisamos de um embaixador hábil. Não é preciso ser um craque em relações internacionais, mas deve ser uma pessoa hábil e jeitosa como V. Exª.

Creio que o Presidente Lula, quando escolheu o nome de V. Exª, agiu bem, porque satisfez a classe política e um Partido político. Dou o depoimento em nome do PFL, que, apesar de não ser o seu Partido, tem apreço por V. Exª e votará a favor da sua indicação. Fundamentalmente, Sua Excelência indicou uma pessoa que prestará serviços ao Brasil pelas suas características pessoais, pela sua história, pela sua formação e pela estima que temos à figura do sempre Deputado e sempre Presidente Paes de Andrade, a quem quero desejar todo o sucesso na nova missão.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Senador, também V. Exª traz uma dose de emoção para carregar o meu coração. Há quatro dias, nós nos encontramos e eu lhe disse: "José Agripino, eu quero lhe fazer uma visita." E V. Exª me respondeu: "Não precisa da visita. Vá gastar o seu tempo em outros acampamentos. O PFL está com você." A mesma postura, correta, limpa e digna é a dos Senadores Marco Maciel e do meu querido Edison Lobão, que aqui está esperando o momento de votar. Muito obrigado, Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Embaixador Paes de Andrade, esta é uma reunião de sabatina. Todavia, V. Exª não foi sabatinado aqui; não recebeu nenhuma pergunta. Sabe por que V. Exª não foi sabatinado? Porque esta reunião tem a duração de três horas, mas V. Exª já foi sabatinado por 52 anos, que é o tempo da sua vida pública! Foi sabatina rigorosa por parte do povo e da imprensa; enfim, por toda a Nação brasileira. V. Exª atravessou esses 52 anos sendo o mesmo homem: reto, digno, honrado, correto, inteligente, competente, solidário e fiel aos princípios democráticos deste País.

Por muitos anos, fui jornalista político aqui em Brasília e V. Exª, Deputado Federal. Convivemos intimamente: eu com V. Exª e com Martins Rodrigues. A minha sabatina era rigorosa em relação a V. Exª, sobretudo aos sábados, quando nos reuníamos para o meu artigo publicado no domingo.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – No **Diário de Notícias**.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – No **Diário de Notícias** e em vinte outros jornais deste País. Eu poucas vezes admirei uma figura pública tanto quanto admiro V. Exª. Oxalá, possuíssemos dezenas de Paes de Andrade para ocupar Embaixadas brasileiras no exterior.

V. Exª foi Chefe de um Poder da República; ocupou, interinamente, outro Poder da República e nos representará, em Portugal, como o nosso Embaixador. A honra é para o Itamaraty, para as relações diplomáticas brasileiras. É uma honra para o Brasil tê-lo como o nosso Embaixador em Portugal.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Ao agradecer o excesso de generosidade do grande Se-

nador Edison Lobão, quero relatar aqui uma passagem comum a minha e à vida de Lobão.

Fui eleito Presidente da União Interparlamentar, órgão importante, até porque as propostas aprovadas na União Interparlamentar são incluídas na pauta da ONU. Edison Lobão foi eleito o meu primeiro vice. Candidato à Presidência da Câmara, chamei o Lobão e disse: "Vou passar o comando da União Interparlamentar para você." Lobão disse "E você não vai se arrepender?" (Risos)

Tínhamos desencontros na política. S. Exª era um apaixonado pelo Governo e a paixão dele não era menor do que a minha no exercício da luta partidária. Havia discórdias e divergências internas.

Senador Edison Lobão, V. Exª não sabe, mas eu revelarei: no dia seguinte, o grupo autêntico ao qual eu pertencia se reuniu e me fez uma censura. Pois bem, senhores. Edison Lobão à frente da União Interparlamentar. S. Exª ficou em uma linha de defesa da paz, da autodeterminação contra a guerra e votou, invariavelmente, nesta linha, posição de grandeza, de correção, de alta dignidade.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, seria possível um minuto? Sei que encerraremos ao meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Gostaria também de me pronunciar a respeito de Paes de Andrade. A minha presença aqui não é pela votação. Já votei, mas não é nem pelo voto, já votei várias vezes em S. Exª. A minha presença aqui é para homenageá-lo e ouvi-lo. S. Exª foi chefe de um Poder e também Presidente do PMDB. Passei a admirá-lo pela sua correção à frente de nosso Partido.

Sou maranhense de Bacabal, gostaria de ser cearense para poder também, lá no Estado, ter essa primazia de votar em Antônio Paes de Andrade, pelo seu trabalho, por seu amor à causa pública, e, sobretudo, por algo que S. Exª tem de muito especial, que é gostar do seu semelhante e procurar sempre ser útil às pessoas que o procuram. Fui Deputado Federal com Paes de Andrade, hoje estou aqui no Senado, e S. Exª vai para esta missão em Portugal. Não tenho a menor dúvida de que será um excelente Embaixador em Portugal. O Brasil terá a oportunidade de conhecer de perto um Embaixador que lutará pelas causas brasileiras.

Quero parabenizá-lo, Paes de Andrade, e dizer-lhe que a Embaixada de Portugal é muito grande, é um local em que todos gostariam de estar. Mas V. Exª está bem acima da Embaixada de Portugal.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Querido Senador, V. Exª é do meu Partido, o PMDB. Como Deputado Federal, foi extraordinário, exemplar, no cumprimento de sua missão partidária. As suas palavras tocam fundo o recesso de minha alma. Ficou para me "ternurar". V. Exª dignifica o PMDB, honra e enaltece a representação do Maranhão nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Finalmente, ouviremos a palavra do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, Presidente desta Comissão, Embaixador Paes de Andrade, Senadoras e Senadores, o que estamos vendo aqui, muitos já disseram, é algo inédito, extraordinário mesmo. Desde a emoção do Relator, Senador Arthur Virgílio, até as indiscutíveis intervenções da Senadora Patrícia Saboya Gomes, do Senador Tasso Jereissati, todos que aqui falaram demonstram, sem dúvida, o respeito enorme que este País tem por V. Exª.

Também sou amigo do Deputado Paes de Andrade. Tenho muito orgulho dessa amizade, mas sou mesmo é seu admirador, pelo papel que V. Exª exerceu, pela retidão, pela correção, pela competência, pelas lutas, pela bravura, tudo isso posto à disposição do Brasil e do seu povo. Não tenho nenhuma dúvida, tenho plena convicção de que V. Exª honrará a já honrada diplomacia brasileira e terá um desempenho fantástico à frente da Embaixada do Brasil em Portugal. É uma embaixada importante, estratégica, não só pelas raízes, mas também pela opção preferencial de investimentos aqui em nosso País e pelos nacionais brasileiros que lá moram. Essa é uma situação difícil, e V. Exª exercerá papel fundamental para resolvê-la. Pelas intervenções vistas aqui, V. Exª conta com o apoio incondicional de todos os partidos integrantes desta Casa.

Este é um grande momento desta Comissão, pois V. Exª reescreve a história das sabatinas nesta Comissão específica. Parabéns! Conte com o nosso incondicional apoio, com o nosso voto e com o nosso esforço para que a tramitação seja rápida.

Aproveito o ensejo para fazer um apelo a todos os Líderes com assento no Senado Federal: que dispensemos algum interstício porventura existente para votarmos ainda hoje, no Plenário do Senado Federal,

a sua designação para ser, com muita honra para todos nós, o novo Embaixador do Brasil em Portugal.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – Meu querido Líder, Senador Renan Calheiros, nós todos acompanhamos, com muito orgulho, seus passos na vida pública, sua postura vertical, correta, brava. Fica aqui o meu abraço afetuoso e os agradecimentos do admirador do Líder Renan Calheiros, correto e digno.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Srªs Senadoras e Srs. Senadores, procedamos à apuração.

Senador João Alberto, por favor, peço a V. Exª que seja o nosso escrutinador.

(Procede-se à apuração dos votos)

Vou proclamar o resultado: dezessete votos a favor; não houve voto contrário. Foi aprovado por unanimidade. (Palmas)

Como Presidente desta reunião, quero comunicar que a atmosfera do nosso Plenário foi tomada pelo perfume de uma vida pública impecável, por um amigo reconhecido e elogiado por todos. É assim que as coisas acontecem. A gratidão é a memória do coração, e hoje V. Exª recebeu a gratidão, a memória de seus companheiros desta Comissão. Senti-me até inibido diante desse vulto que tomou a nossa Comissão de assalto.

Tendo em vista que V. Exª é oriundo do Estado do Ceará, gostaria de lembrar uma das frases do nosso Senhor Jesus Cristo dita em um de seus discursos mais bonitos: "Os trabalhadores são poucos, mas o Ceará é grande". Alguns lêem seara, mas o certo é o Ceará. (Risos)

Parabéns a V. Exª!

(Palmas)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Essa é mais do que uma frase de Jesus, é uma sentença.

O SR. ANTÔNIO PAES DE ANDRADE – A unanimidade engrandece a minha responsabilidade, fortalece as minhas energias cívicas, mas me preocupa muito. Quero apenas dizer aos companheiros que procurei e procurarei, por todos os meios, honrar e dignificar a nossa representação em Portugal. Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Os itens da pauta que não puderam ser vistos serão adiados para a próxima sessão extraordinária, a ser realizada na terça-feira, às 17h30min.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h10min.)

Ata da Sexta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de junho do ano de dois mil e três, após a ordem do dia.

Às treze horas e quinze minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **MARCO MACIEL, EDISON LOBÃO, PEDRO SIMON, JOSÉ AGRIPINO, ANTERO PAES DE BARROS, AELTON FREITAS, ALOÍSIO MERCADANTE, EDUARDO AZEREDO, TIÃO VIANA, ARTHUR VIRGÍLIO** e as Senhoras Senadoras **FÁTIMA CLEIDE E HELOÍSA HELENA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da **Mensagem (SF) nº 129, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **GILBERTO VERGNE SABOIA,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Dos Países Baixos. O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senhor Senador **MARCO MACIEL** que procede à leitura do relatório. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores **PEDRO SIMON** e **JOSÉ AGRIPINO**, Relator da Mensagem, que justifica a sua ausência por ocasião da leitura do relatório, agradecendo ao Senador Marco Maciel por tê-la feito em seu nome. Após a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO** e **PEDRO SIMON** para servirem como escrutinadores. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação do indicado por doze votos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dez minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas taquigráficas da Sexta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de junho do ano de dois mil e três, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos à apreciação das matérias da pauta.

Item nº 1:

Mensagem do Senado Federal nº 129, de 2003. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Gilberto Vergne Sabóia, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos. Autoria: Presidente da República.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, para que possa ler o parecer do Senador José Agripino.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente desta Comissão, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação, por parte do Senhor Presidente da República, do Embaixador Gilberto Vergne Sabóia para exercer o cargo de Embaixador junto ao Reino dos Países Baixos.

Desnecessário lembrar que a Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou oportuna e competentemente o **currículo** do indicado, cuja leitura me dispenso de fazer, visto que, ao longo de sua vida diplomática, exerceu relevantes funções não somente no exterior mas também no Brasil, inclusive sendo, durante um período da administração passada, no Governo Fernando Henrique Cardoso, Secretário de Estado para os assuntos de Direitos Humanos.

Além disso, foi acreditado em agências multilaterais e também – é bom lembrar – possui honrosas condecorações de governos de países como México, Chile, Equador, Senegal, França, Venezuela e Alemanha.

Está sendo indicado, como sabemos, para ser o nosso Embaixador junto aos Países Baixos. Trata-se de um país com o qual temos tido um crescente relacionamento. A Holanda, mercê do Porto de Rotterdam, cumpre um papel muito importante nas exportações brasileiras para a União Européia, de modo geral; ao mesmo tempo, também contribui muito para as importações que fazemos da União Européia e também da Holanda.

Por outro lado, a cooperação tem sido muito boa no campo da cooperação técnico-cultural, que tem sido muito ativa, e também por que não dizer que a interlocução no campo político tem sido algo muito positivo.

Recebemos, há poucos anos, a visita do então Primeiro-Ministro. Neste ano, pela primeira vez na nossa história, recebemos a visita da Rainha Beatriz ao Brasil, e devo destacar que, além disso, tem sido muito grande o intercâmbio no campo não somente parlamentar, mas também entre Ministros de Estado. Vários Ministros de Estado holandeses estiveram no Brasil nesses últimos anos, assim como autoridades brasileiras têm exercido missões junto ao Governo holandês.

Essa é a minha concisa fala sobre a indicação do Embaixador Gilberto Vergne Sabóia.

Sr. Presidente, se V. Exª achar de bom alvitre, poderíamos ouvir o Embaixador, para que possamos, assim, dar seqüência à análise da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Embaixador Gilberto Vergne Sabóia.

O SR. GILBERTO VEGNER SABÓIA – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Suplicy, e Srs. Membros da Comissão, eu quero, em primeiro lugar, acentuar que, distinguido com a escolha do Presidente da República para exercer a função de Embaixador junto aos Países Baixos, tenho grande honra e satisfação de estar aqui hoje perante a Comissão para cumprir uma etapa do processo de indicação dos Chefes de Missão, que, além do significado constitucional, é um importante elemento do diálogo e da mútua colaboração entre o Legislativo e o Executivo na formulação e execução da política externa.

Quero, pois, render tributo a esta Casa e aos Membros da Comissão pela contribuição que têm dado à análise das questões internacionais do ponto de vista dos interesses do Brasil. Quero também ex-

pressar a minha disposição e empenho, caso venha a merecer a confiança de V. Exªs, em trabalhar em prol do aprofundamento das relações interparlamentares entre o Brasil e os Países Baixos.

Agradeço ao Senador Marco Maciel pela apresentação do relatório e pelas generosas palavras e também ao Senador José Agripino Maia por sua contribuição a esse relatório.

Creio que ontem, por ocasião da apresentação do Embaixador Massot, que atualmente é o ocupante do cargo, falou-se bastante dos Países Baixos, o que me permite abreviar um pouco a minha apresentação, ciente que estou do tempo limitado de que dispõem os Membros da Comissão.

Eu queria, no entanto, fazer uma breve referência ao passado histórico dos Países Baixos, ao fato de que essa nação, que hoje é uma monarquia constitucional que se constituiu no século XIX, depois das guerras napoleônicas, na realidade teve o seu apogeu no século XVI, depois de conquistar a independência com lutas políticas e religiosas para se livrar da dominação espanhola e assegurar a sua independência política e a sua liberdade de escolha em matéria religiosa, transformou-se num grande centro de irradiação de comércio e de irradiação de cultura. Isso fez com que, no século XVII, esse país fosse a principal potência de navegação marítima e de comércio internacional. Esse período não durou muito tempo, porque depois foram destronados desse papel pela Grã-Bretanha e pela rivalidade francesa, mas que os levou a ter uma função no processo colonial e no processo de expansão do comércio naquele período e o que os trouxe até o Brasil, num episódio que é muito conhecido e também é motivo de vínculo entre os dois países.

Como centro de cultura, também quero recordar o papel dessa região e desse país tão intimamente central à Europa como um foco de liberdade de pensamento – quer dizer, vêm à mente Erasmo e Espinosa – e também de formação do Direito Internacional, uma vez que a obra de Hugo Grotius foi produzida e, até hoje, os Países Baixos são um país onde a cultura jurídica e o desenvolvimento do Direito Internacional têm uma posição muito central.

Modernamente, eu queria dizer que os Países Baixos, após a Segunda Guerra Mundial, acentuaram a sua prosperidade nacional, investindo no desenvolvimento de sua capacidade como centro comercial, financeiro e industrial e construíram uma sociedade de bem-estar, como outros países europeus, baseados na proteção social. Engajaram-se, desde cedo, na formação da Comunidade Européia e são propulsores do aprofundamento e da ampliação da atual União Européia, participando igualmente da união monetária.

Para a Holanda, a integração européia deve se aprofundar através do fortalecimento de três pilares: política externa e de defesa, a política monetária e a cooperação em matéria de justiça e assuntos policiais.

Dentre os temas europeus de interesse específico para o Brasil, valeria destacar a posição holandesa favorável à reforma da política agrícola comum e a gradual redução dos subsídios dados aos agricultores, tema que os Países Baixos associam à questão da expansão da União Européia e aos elevados custos que a ampliação dos subsídios traria para os contribuintes nerlandeses.

Essa, portanto, é uma convergência, é uma interface que temos com a Holanda, porque também nos beneficiaria a redução gradual desses subsídios e a modificação da política agrícola comum. A Holanda, que até a Segunda Guerra Mundial tinha buscado manter neutralidade – e foi vítima durante a invasão alemã –, no pós-guerra integrou-se a Otan, com a qual coopera muito ativamente e busca também dar importância às relações entre a Otan e a Rússia e a questão da estabilidade e a integração progressiva dos países da antiga área socialista nos mecanismos de segurança e, futuramente, nos mecanismos europeus de integração.

Na ONU, a Holanda é um grande contribuinte do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento e também para a área de refugiados. Atualmente, inclusive, o escritório de refugiados da ONU é chefiado por um holandês e a Holanda participa ativamente de algumas operações de paz, como no Kosovo, no Afeganistão e em Serra Leoa, e, como eu disse também, tem interesse e apóia as atividades na área jurídica, sendo sede de várias organizações de natureza jurídica.

Em termos de política interna, valeria acentuar que a predominância que os democratas cristãos, do centro, os trabalhistas de tendência social democrata e os liberais de tendência conservadora tiveram durante a segunda metade do século XX viu-se um pouco abalada nas eleições realizadas em 2002, devido a uma crise relacionada com a divulgação de relatórios sobre a participação nerlandesa nas tropas de paz na Bósnia, o que gerou uma certa polêmica e levou à necessidade de eleições, onde partidos menores, de tendências mais extremas, lograram obter um peso e uma participação mais importante no governo.

Mas a tendência já está sendo revertida. Nas últimas eleições, os cristãos democratas voltaram ao

poder, e o atual Primeiro-Ministro Peter Balkenende viu reforçada a posição do seu partido e continua governando com o Partido Democrata Cristão e dois outros partidos de centro-direita.

A Holanda é um país de população muito densa, 16 milhões, em um território pequeno e com alto índice de desenvolvimento econômico e social, com um Produto Nacional Bruto de quase 500 bilhões de euros e uma renda **per capita** superior a 28 mil euros. O crescimento tem sido baixo nesses últimos dois anos e há uma taxa de desemprego de 4,3%.

Dentro desse panorama, as relações com o Brasil destacam-se por seu dinamismo, pela intensidade dos contatos políticos, econômicos e culturais, como salientou, aliás, o Senador Marco Maciel, e as visitas mais recentes do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000, e da Rainha Beatriz, nos últimos meses. Essas relações estão solidamente ancoradas no intercâmbio comercial e no fluxo de investimentos holandeses, que têm estado entre os quatro mais importantes nos últimos cinco anos, calculando-se que, em 2002, tenha havido um fluxo superior a US$3 bilhões, equivalente a cerca de 17% do volume de investimentos naquele ano.

Cerca de 50 empresas importantes dos Países Baixos mantêm investimentos no Brasil em diversas áreas financeiras de comércio, alimentos, petróleo, indústrias química e metalúrgica. Portanto, o acompanhamento e o apoio dos processos dos principais empreendedores será uma prioridade para a Embaixada e também a intenção de favorecer a inclusão das pequenas e médias empresas nesses negócios para que se possa pensar numa maior criação de empregos.

Em 2002, as exportações brasileiras somaram mais de US$3 bilhões, o que faz da Holanda o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Europa e o terceiro maior mercado de exportação. Essas relações também estão aumentando no âmbito do turismo e na divulgação de uma imagem positiva do Brasil. Essa é uma área a que darei grande prioridade, procurando, com o auxílio dos órgãos federais e estaduais, a oportunidade para novos produtos, como é o caso atualmente das exportações de flores do Ceará.

No plano cultural, existem relações importantes, uma vez que há uma história comum. Conversei com o Senador Marco Maciel sobre o aniversário de 400 anos de Maurício de Nassau, que ocorrerá no próximo ano, e que será uma oportunidade para acentuarmos a colaboração entre instituições holandesas e brasileiras nas áreas de história, restauração, cultura e arte. Essa é uma questão importante.

Existe uma importante cátedra brasileira na Universidade de Laiden, que dá margem a uma troca de estudantes e professores, e uma cooperação entre o Instituto Ricardo Brenand e a Fundação Maurit Ruz (??). Pretendo, se merecer a confiança de V. Exªs, trabalhar no aprofundamento dessas relações e no intercâmbio acadêmico, além de explorar as oportunidades de aproximação entre os órgãos da sociedade civil que possam cooperar em áreas relacionadas com projetos sociais de direitos humanos e meio ambiente.

Queria brevemente aludir que a Embaixada é responsável também pelas atividades junto aos organismos internacionais. Lá estão sediados a Corte Internacional de Justiça, a que já me referi, e o Tribunal Penal Internacional, dois órgãos onde estão presentes personalidades brasileiras, como o Ministro Francisco Rezek e a Drª Sílvia Stein. O Embaixador, na Haia, é também representante na Organização para a Proibição de Armas Químicas e, por esse motivo, estará atento para que as atividades da Organização mantenham coerência e fidelidade aos propósitos da convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção, estocagem e uso de armas químicas e sua destruição e levem à realização dos propósitos dessa convenção de maneira eqüitativa, não discriminatória e universal. Deve respeitar a prioridade atribuída na Convenção ao controle das instalações declaradas nas categorias 01 e 02, que abrangem as substâncias de maior periculosidade.

Também constitui foco de atenção para a Embaixada as atividades da Conferência da AE sobre Direito Internacional Privado, uma vez que o Brasil é parte de algumas de suas convenções, como a Convenção sobre a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional e a Convenção sobre Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças.

Agradeço a V. Exª e aos Srs. Membros pela atenção a essa minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, deveríamos, conforme ocorreu ontem, transformar em reunião reservada, a não ser que os Srs. Senadores e o Sr. Embaixador prefiram que a reunião permaneça...

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Como não há nenhum interpelante, talvez possamos passar já ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Primeiro, preciso de perguntar se algum dos Senadores gostaria de tecer alguma consideração.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostar eu gostaria...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, uma palavra rápida. Como Relator, não tive oportunidade de apresentar o relatório, mas fiquei muito honrado com a Relatoria **ad hoc** do Senador Marco Maciel.

Mas eu gostaria de dirigir uma palavra, não é nenhuma pergunta, é uma palavra de consideração sobre o Embaixador Sabóia, que é um brilhante diplomata, uma das melhores cabeças da Casa, um homem com muita tradição, já desempenhou papéis ou postos da maior importância na hierarquia do Itamaraty, é um **expert** em assuntos diversos e está indicado para um país que, muito embora tenha uma dimensão física restrita, tem uma importância política e econômica muito grande para o Brasil. É a sede da Philips, da Shell, tem um mundo de investimentos no Brasil e é a sede do Porto de Roterdã, por onde entram as exportações do Brasil para a Europa toda; a carga pesada no Brasil entra por Roterdã. Tanto é que, nas relações do Brasil com a Holanda, a carga de importações e exportações está concentrada porque o ingresso de tudo se faz pelo Porto de Roterdã. Portanto, é um país de muita importância para as relações políticas e econômicas do Brasil.

Tenho certeza de que o Presidente da República fez uma indicação correta, acho que estaremos muito bem servidos com o Embaixador na Holanda. Além de cumprimentar V. Exª, desejo-lhe muito boa sorte no novo posto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Senador Pedro Simon com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estranhei no relatório o fato deles não terem muito conhecimento do Brasil e dizerem que, principalmente, não têm conhecimento da passagem deles pelo Nordeste e de que ele não gostam de recordar o fato de que foram colonizadores. É isso mesmo?

O SR. GILBERTO VERGNE SABÓIA – Isso está realmente escrito no relatório, que é um documento que o Itamaraty fornece. É possível que exista esse sentimento, digamos, entre os holandeses, de uma maneira geral, de esquecer um pouco o passado colonial, em particular, o seu passado colonial mais recente. Penso que essas atividades de natureza histórica e cultural que se destinam a lembrar a história da presença holandesa no Brasil servirão para o melhor conhecimento da verdade histórica. Não que o fato da colonização ou do colonialismo seja, em algum momento, um fator positivo. Entendemos sempre que o caminho da independência e da autonomia é o melhor caminho. Mas o fato histórico deles terem ocupado uma parte do território brasileiro, há alguns séculos, cria esse vínculo. Creio que é um fator cultural a ser explorado e que permitirá, talvez, dar melhor conhecimento aos holandeses da nossa atual realidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, eu gostaria apenas de cumprimentá-lo pela sua exposição, por todo o seu currículo, a sua vida diplomática e registrar que me chama muito atenção o fato de a Holanda ser um dos maiores investidores do Brasil. Os dados aqui apresentados colocam que, em 2002, esse país foi o primeiro investidor do Brasil e que ocuparam o quarto lugar, em 2001 e em 2000, portanto, isso mostra a importância, a relevância da representação brasileira junto aos Países Baixos, junto à Holanda. Essa questão precisa ser ainda mais aprimorada para que possamos manter esse interesse econômico da Holanda no Brasil.

Algumas empresas de grande relevância já estão aqui citadas, entretanto, citaria ainda uma delas, a Philips, que tem uma fábrica em Minas Gerais, em Varginha. Foi na época em que eu era Governador que tivemos essas tratativas. Essa empresa é muito importante, sendo, atualmente, a maior empregadora, a maior pagadora de impostos na cidade de Varginha. É o investimento holandês no nosso País, no nosso Estado.

A minha posição, portanto, é mais nesse sentido de reforçar a importância e a responsabilidade que V. Exª tem quando se trata hoje do principal investidor estrangeiro no Brasil, segundo dados de 2002, desejando que tenha muito sucesso a nossa representação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

V. Sª pode tecer comentários, obviamente. Quero apenas registrar um fato que me parece muito interessante em toda essa discussão sobre a necessidade ou não do Brasil participar da Alca. É interessante observar que, com respeito à Holanda, o Brasil tem conseguido um aumento considerável do comércio exterior. No último ano, houve um crescimento de 12% das exportações brasileiras.

Quem sabe, V Exª possa, em suas considerações finais, explicar um pouco que razões levaram a esse resultado tão positivo e se é possível considerarmos que este progresso vai continuar.

O SR. GILBERTO VEGNER SABÓIA – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e também ao Senador Eduardo Azeredo pelos comentários.

Creio que essa capacidade da economia brasileira de atrair investimentos tem sido um fator importante que atesta a vitalidade da nossa economia, do nosso mercado; a capacidade que temos de projetar, possivelmente também, um perfil de exportação para a área de integração Mercosul. Creio que essa vitalidade também se mantém mesmo num período em que o crescimento econômico dos países europeus, sobretudo, tem sido baixo. Isso mostra também que a nossa competitividade vai atraindo setores investidores de outros países que sentem, talvez, que o futuro está no Brasil. De modo que o testemunho de V. Exª sobre o investimento da Philips, em Minas, é importante, é uma fonte de geração de empregos. Vamos continuar trabalhando nesse sentido. No que for possível, pretendo, pessoalmente, se merecer a confiança de V. Exªs, me engajar nisso e conhecer os investidores. Creio que seria útil também desenvolver as oportunidades de associação entre empresas brasileiras e empresas dos Países Baixos, porque não podemos esquecer a importância da expansão da indústria e do capital investido no Brasil, autonomamente. As médias e pequenas empresas também começam a entrar, bem como alguns novos setores comerciais não tradicionais que têm capacidade de expansão e o turismo, que também é uma fonte importante de renda para o nosso País.

Essas são as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Tendo já todos os Senadores votado, faltando apenas eu, peço aos Senadores Eduardo Azeredo e Pedro Simon a gentileza de fazer a apuração dos votos. (Pausa.)

Votaram SIM 12 Srs. Senadores, informam os Senadores Pedro Simon e Eduardo Azeredo.

Está aprovado o nome do Sr. Gilberto Vegner Sabóia.

Meus cumprimentos e muito obrigado pela atenção, Embaixador Gilberto Vegner Sabóia, que tenha sucesso em sua missão na Holanda.

Aproveito a oportunidade para informar, no encerramento desta reunião, que recebi ofício, ontem, do Presidente em exercício da Confederação Brasileira de Futebol, informando que, em atendimento aos inúmeros apelos, inclusive desta Presidência, a CBF resolveu participar, sim, dos Jogos Pan-Americanos Sub-20, a serem realizados em Santo Domingo.

Peço a gentileza de encaminhar a cópia e registrar, na íntegra, a correspondência para os Srs. Membros.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h14min.)

Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **MARCELO CRIVELLA, JOÃO CAPIBERIBE, VALDIR RAUPP, JEFFERSON PÉRES, ARTHUR VIRGÍLIO, MARCO MACIEL, HÉLIO COSTA, TIÃO VIANA, EDISON LOBÃO, PEDRO SIMON, EDUARDO AZEREDO, JUVÊNCIO DA FONSECA, GILBERTO MESTRINHO, SÉRGIO GUERRA, JOSÉ AGRIPINO, LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA** e a Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a audiência pública com a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Manaus, **Dom LUIZ SOARES VIEIRA** para prestar depoimento a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia. Após a abertura da reunião, o Senhor Presidente inverte a pauta. **Extra-pauta – Item 01 –Requerimento nº 18, de 2003/CRE**, de autoria do Senador **TIÃO VIANA** e da Senadora **IDELI SALVATTI** solicitando a realização de audiência pública com a presença do Embaixador da República do Cameroun no Brasil, Decano do Grupo dos Embaixadores Africanos no Brasil e Vice– Decano do Corpo Diplomático, Senhor **MARTIN MBARGA NGUELE**; do Diretor Geral da África e Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador **PEDRO MOTTA PINTO COELHO**; do Gerente Executivo da Diretoria de Governo do Banco do Brasil, Doutor **ROGÉRIO FERNANDO LOT** e do Presidente da Central– Engenharia e Logística do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Doutor **ALBUÍNO CUNHA DE AZEREDO** para prestarem esclarecimentos sobre a *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).* Discutiram a matéria os Senadores

JEFFERSON PERES e **ARTHUR VIRGÍLIO**. O requerimento foi aprovado. Após alguns informes, o Senhor Presidente passa a palavra a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Manaus, **Dom LUIZ SOARES VIEIRA** que faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **PEDRO SIMON, GILBERTO MESTRINHO, ARTHUR VIRGÍLIO, MARCELO CRIVELLA, JEFFERSON PÉRES, JOÃO CAPIBERIBE** e **AUGUSTO BOTELHO**. O Senhor Presidente presta cumprimentos e agradecimentos a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Manaus. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas taquigráficas da Décima Quinta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo quorum regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para, hoje, especialmente, ouvirmos a Sua Excelência Reverendíssima Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo de Manaus, que prestará depoimento a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia, conforme requerimento aprovado, unanimemente, por esta Comissão, de autoria dos Srs. Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio.

Em primeiro lugar, agradeço a presença de Sua Excelência Reverendíssima Dom Luiz Soares Vieira e aproveito a oportunidade para agradecer também aos Srs. Senadores que, inclusive, já assinaram e completaram o quorum, por estarem presentes nesta reunião, pois estivemos, há poucos instantes, juntamente com o Senador Pedro Simon, participando de uma reunião do Mercosul para examinar itens importantes da pauta daquela Comissão.

Esta Presidência informa às Srªs e aos Srs. Senadores, em primeiro lugar, que o convite do Sr. Ministro da Defesa, José Viegas, que encaminhei a todos os Membros desta Comissão, para comparecerem, hoje e amanhã, ao Timbó, no Estado do Amazonas, em Itabatinga, para examinarem a Operação Timbó, somente chegou às minhas mãos no início desta semana.

Indago se algum Senador pôde comparecer a essa missão. (Pausa)

Infelizmente, como o convite chegou muito em cima da hora, quase todos os Senadores tinham compromissos, inclusive este com o Arcebispo, Dom Luiz Soares Vieira.

Então, esperamos, em uma próxima oportunidade, fazer essa visita.

Algumas pessoas perguntaram-me em que medida o Brasil prestou solidariedade à Argélia diante do trágico terremoto que lá ocorreu. Soube de uma iniciativa importante da parte de um brasileiro que, avalio, é importante registrarmos.

Falarei do senhor Silas Souza Silveira, de São Gerônimo, no Rio Grande do Sul. Soube do que S. Sª tinha feito e pedi que nos informassem. Desde 1985, tem prestado auxílio em salvamentos e levado, como ferramentas, máquinas de cortar concreto que são utilizadas para liberar pessoas presas em desmoronamentos. Quando houve um grande terremoto no México, em 1985, S. Sª foi ao México voluntariamente e recebeu uma condecoração. Um general mexicano, em seu discurso, afirmou que o gesto do brasileiro deve ser considerado como um elo na união dos povos latino-americanos. S. Sª esteve, com a mesma finalidade, no Iran, na Colômbia, no Equador e, agora, na Argélia. Tomou a iniciativa de ir à Argélia. Ficou lá duas semanas ajudando a retirar pessoas, algumas ainda com vida, dos escombros. S. Sª tem esse conhecimento e afirmou que não conseguiria manter sua consciência tranqüila sabendo que, em algum lugar, há pessoas precisando de auxílio. Afirmou: Senti-me extremamente gratificado em Argel onde, no palácio governamental, o ministro disse que o Brasil não os deixaria sozinhos.

Essa foi iniciativa de um cidadão do Rio Grande do Sul. Passo o relato às mãos do Senador Pedro Simon. Creio que S. Sª merece um cumprimento e o nosso louvor por essa ação tão importante. S. Sª trabalhou duas semanas e nem tínhamos conhecimento. Creio que é um exemplo que deve ser aqui registrado.

Há um requerimento da Senadora Ideli Salvatti que precisa de exame urgente, tendo em vista a viagem que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará

no início de agosto para a África. S. Exª propõe que façamos o seguinte:

Requeiro, nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado, c/c o inciso V do art. 58 da Constituição que sejam convidados o Embaixador da República de Cameroun no Brasil, decano do grupo diplomático de embaixadores africanos no Brasil e vice-decano do corpo diplomático, Martin Mbarga Nguele, o Diretor-Geral da África e do Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Pedro Mota Pinto Coelho, o Gerente Executivo da Diretoria do Governo do Banco do Brasil, o Sr. Rogério Fernando Lot, o Presidente da Central de Engenharia e Logística do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Albuino Cunha de Azeredo, para participarem de audiência pública junto a esta Comissão sobre a nova parceria para o desenvolvimento da África, Nepad.

A Senadora, juntamente com o Senador Tião Viana, membro desta Comissão, assinam o requerimento.

V. Exª tem a palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

A Nepad é uma organização que reúne todos os países africanos e que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento do continente. É um continente que, todos sabemos, tem um sofrimento acumulado, ao longo dos séculos, pela colonização e por toda a dificuldade de superar a realidade econômica e social pós-colonizadora. Estão-se articulando no sentido de buscar parcerias, inclusive internacionais, para encontrar a superação das condições de miséria e de dificuldades que o continente, como um todo, atravessa.

Fomos procurados pelo Embaixador da República de Camarões, exatamente a pessoa que coordena todos os embaixadores africanos em Brasília. O decano, bastante animado com o fato de o Governo brasileiro ter, em inúmeras oportunidades, ressaltado o interesse de aprofundar as relações do Brasil, do Mercosul, com o Continente Africano, está propondo que possamos fazer esse debate aqui na Comissão de Relações Exteriores, trazendo a representação dos embaixadores, juntamente com o corpo diplomático brasileiro, o Itamaraty, que cuida das relações com a África, assim como o representante do Banco do Brasil e da Petrobras, que já têm uma iniciativa em desenvolvimento de parcerias com o Continente Africano.

É importante também ressaltar que o Brasil é a segunda maior população afro-descendente do Planeta. Nosso País tem esse viés de ligação muito profunda, não apenas pela separação geológica ocorrida, mas por toda a questão cultural com a população afro-descendente trazida ao Brasil durante todo o período da escravatura.

Temos um entendimento de que, se pudermos realizar essa audiência pública, antes da viagem do Presidente da República, que deverá acontecer nos primeiros dias de agosto, nós contaremos com a parceria do Congresso Nacional, o que nos trará muitos benefícios.

Nessa última terça-feira, tive a oportunidade de participar de um almoço na residência do Embaixador da República dos Camarões, o Sr. Martin Mbarga Nguele, e pude perceber o interesse em se fazer uma discussão numa perspectiva de Mercosul, não apenas dos países do Cone Sul da América Latina, mas num sentido amplo de articulação dos países do Hemisfério Sul. Então, essa perspectiva está colocada, e há uma expectativa muito grande quanto à viagem do Presidente Lula, porque toda a articulação internacional que vem ocorrendo, dos países do "G-Outros", como está sendo designado, é algo que potencialmente pode vir a ocorrer.

Então, mesmo não sendo membro da Comissão de Relações Exteriores, estamos fazendo essa proposição, pois fui solicitada nesse sentido. Entendi o assunto como relevante, como pertinente, e até diria urgente, tendo em vista a viagem internacional do nosso Presidente.

Gostaria, então, de solicitar a aprovação do requerimento e que, apesar da questão da convocação extraordinária em julho, pudéssemos encontrar uma brecha, alguma possibilidade de realizar realmente a audiência durante o mês de julho.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, é excelente a sugestão da Senadora Ideli Salvatti. O Brasil tem dado pouca atenção à África e precisa dar essa atenção não apenas pela necessidade de estabelecermos intercâmbio com a África num interesse recíproco. Vai muito mais do que isso. É por solidariedade. A África Subsaariana vive uma tragédia inenarrável, Sr. Presidente, marcada por conflitos étnicos e tribais, guerras civis, corrupção das elites, ditaduras, violência e uma verdadeira pandemia de Aids. É uma tragédia mesmo, e o Brasil precisa voltar-se para isso e fazer parte do esforço internacional

de solidariedade e ajuda àquele povo, ainda que não tivesse uma população de origem africana. É um problema mesmo de solidariedade humana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é meritória a manifestação da Senadora Ideli Salvatti, e, além das razões muito bem expendidas pelo Senador Jefferson Péres e com as quais me ponho de acordo, vejo o fato objetivo e pragmático de o Brasil expandir uma imagem, expandir uma liderança. A propósito, passo às mãos de V. Exª, no ensejo dessa oportuníssima reunião da qual participará o Brasil, mediante o seu Governo, o Ministério das Relações Exteriores, o chamado G-3, Brasil, África do Sul e Índia, os dados das relações comerciais do Brasil com esses dois países e do Brasil com a China e Rússia, porque para mim o G-3 precisa evoluir para o G-5: Índia, África do Sul, Brasil, China e Rússia. São países que têm semelhanças com o nosso, todos eles grandes nichos de desenvolvimento tecnológico e que têm, ao mesmo tempo, problemas sociais graves, uns com mais avanço militar, outros com mais recuo social. Enfim, são países que têm problemas diferentes que encontrarão juntos um destino. É muito oportuno e entendo que o Governo do Brasil deve inserir até uma sugestão que faria a nossa Comissão, insistindo para que a diplomacia brasileira envide todos os esforços para transformar o G-3 em G-5. Seria um fórum extremamente importante para discutirmos o futuro das nossas transações comerciais.

Então, o Brasil evolui no comércio internacional, evolui no comércio internacional com todos esses países, mas eu vejo que os números são irrisórios. Com a Rússia, em 2002, importamos US$427 milhões de dólares, exportamos US$824 milhões. Com a Índia, importamos US$573 milhões e exportamos US$80 milhões. Isso é terrível, chega a ser irrisório. A Índia e China, Senador Ideli Salvatti, quando se desenvolverem plenamente, terão a classe média acima da população total, ou seja, consumidores em potencial em cima dos quais devemos colocar toda a nossa atenção. Com a África do Sul, importamos US$181 milhões e exportamos US$296 milhões apenas; China, importamos, em 2002, US$1.554 bilhão, é muito pouco, e exportamos – estávamos deficitários – US$966 milhões. Este ano, demos a virada, felizmente os números são promissores, até maio nós importamos US$736 milhões e exportamos US$1.037 bilhão. Viramos, mas ainda são números muito pouco expressivos em função do que temos que fazer. Ou seja, eu vejo que o Brasil precisa se relacionar com esses países, manter as suas relações com os Estados Unidos e procurar se afirmar pelo lado ocidental, namorar bastante as oportunidades com a União Européia, consolidar com o Mercosul, integrar ao Mercosul os países da banda norte da América do Sul e, sem dúvida alguma, não desprezar uma liderança que é quase natural junto aos países da África portuguesa e da África de um modo geral, sem disputar espaços, sem brigar por hegemonias. Mas, por meio da solidariedade proposta pela Senadora Ideli Salvatti – muito bem colocada aqui a proposição de S. Exª – e de uma ação pragmática da diplomacia, visando ampliar as nossas raízes comerciais, intercambiando cada vez mais neste mundo que exige que intercambiemos para não sucumbirmos.

Eu passo as mãos de V. Exª, Sr. Presidente, esses dados e com a recomendação de que o G-3 vire G-5 a bem do País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradecemos as informações do Senador Arthur Virgílio e pediria à Secretaria para distribuir os dados a todos os Srs. Senadores.

Concedo a palavra a nobre Senadora

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu penso que eles estão reagindo com preocupação. Mas, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para entregar a todos os Srs. Senadores que estão participando da reunião no dia de hoje, a revista **África-Brasil**, que é o órgão de divulgação do Nepad no Brasil, em que constam todas as informações, as questões que estão colocadas para esta nova parceria para o desenvolvimento da África está bastante ilustrada e desenvolvida na revista, que, aliás, é muito bonita e também traz um caderno especial sobre Moçambique. Então, quero aproveitar para distribuir o órgão de divulgação do Nepad aqui no nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem!

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Quero sugerir que essa audiência seja realizada na terceira semana de julho, Senador Ideli Salvatti, na quinta-feira, na reunião regular, uma vez que este assunto fará parte da convocação extraordinária, que inclui os acordos internacionais.

Informo que, nos dias 8 e 9 de julho, uma delegação de parlamentares da África do Sul estará visitando o Senado Federal. Na ocasião, chamarei a atenção novamente para o fato, para que os senado-

res interessados possam conversar com esses parlamentares da África do Sul.

Último aviso: o coordenador-geral das negociações da Alca, o Conselheiro Tovar da Silva Nunes, informa que será realizada a 14ª Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca em San Salvador, El Salvador, no período de 8 a 11 de julho, a qual será precedida, nos dias 5 a 7 de julho, de reunião inter-Mercosul, encontros bilaterais e reunião do Subcomitê de Administração e Orçamento. Consulto os membros da Comissão de Relação Exteriores para saber se algum de S. Exªs gostaria de ir como observador a essa reunião. Encaminharei esse ofício a todos os Srs. Senadores para que possam se manifestar.

Passamos agora à audiência do Sr. Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, que falará sobre a soberania brasileira sobre a Amazônia. V. Exª tem a palavra pelo tempo que considerar necessário, mas dando um espaço também para ouvirmos os Srs. Senadores que quiserem fazer-lhe perguntas e manifestar observações.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou muito feliz por me encontrar nesta comissão para conversar um pouco sobre a Amazônia. Agradeço o requerimento feito pelos Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio, o que realmente me envaideceu, foi um gesto de carinho e de amizade. Vamos, então, conversar um pouco sobre a Amazônia.

Recentemente, fiz uma viagem à Europa com outros bispos e outros amigos e todos eles ouviram, aqui e ali, como ouvi também, referências à Amazônia que nos deixaram muito preocupados. Fala-se que o Brasil não está cuidando da Amazônia, que ela está sendo devastada, que o nosso País não está mostrando competência para administrá-la. Naturalmente, isso tudo nos deixa muito preocupados, porque é a opinião não de uma ou de duas pessoas, mas uma opinião que se ouve com muita freqüência na Europa.

Depois, voltando ao Brasil, participamos da assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaici, no final de abril e em maio. Nós, os bispos da Amazônia, estamos numa campanha muito grande para chamar a atenção da Igreja do Brasil sobre a Amazônia, porque a Igreja Católica do Brasil não deu a devida atenção à Igreja que se encontra na Amazônia. Nessa reunião, depois de quatro ou cinco anos em que batemos na mesma tecla, felizmente conseguimos a criação de uma comissão episcopal dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para cuidar dos problemas da Amazônia.

Há uma coisa que realmente nos entristece muito: o Brasil não conhece a Amazônia. Repito: o Brasil não conhece a Amazônia. Para muita gente, a Amazônia é a floresta, é a água; esquecem-se que a Amazônia é a terra, mas também é o povo que mora lá. A Amazônia não se define somente geograficamente por seu território: define-se por seu território e pelo povo que mora lá, que é um povo muito rico por sinal. Temos lá muitos povos – não um povo só – com línguas diferentes, temos os povos indígenas de várias raças, de várias nações, temos os ribeirinhos, os imigrantes, os habitantes da cidade, temos uma população muito variada. O Brasil precisa conhecer a Amazônia porque a Amazônia corre risco sim.

Como não? Não digo um risco imediato de intervenção estrangeira, neste momento, no Brasil, porque não há condições para isso. Mas se não cuidarmos, deixaremos que se criem condições para uma futura intervenção internacional nessa parte do Brasil.

Chamo a atenção de todos para algumas questões que devem nos preocupar. Primeiramente, a questão da guerrilha, do Plano Colômbia, que está muito próxima do território brasileiro. Na Vila Bittencourt, território nacional, já houve incursões da guerrilha, não sei com que intenção, se com ou sem propósito. Temos notícias de que tentaram levar jovens e até crianças de tribos indígenas para a guerrilha na Colômbia. Essa questão é séria. Se a guerrilha for acuada, como, parece, vem começando a ocorrer, procurará uma saída; e a mais próxima, naturalmente, é o território brasileiro. Poderão adentrar o território brasileiro e, naturalmente, haverá intervenção estrangeira. Um Plano Colômbia poderá se estender para um Plano Brasil-Colômbia ou algo semelhante. Essa questão precisa ser levada a sério.

O Exército brasileiro já está presente na área, é muito bom, muito bem preparado, mas é formado por recrutas. Como deixaremos recrutas enfrentarem soldados que estão na guerrilha há mais de 20 anos? É preciso pensar seriamente no problema. É uma pulga atrás da orelha que pode crescer e se transformar em um elefante.

Ouvi notícias, por uns missionários que trabalham em Japurá, um rio que praticamente ficou sem habitantes, de que, por quilômetros e quilômetros, não se pode ver um habitante, uma casa. No entanto, à noite, o barulho de voadeiras, que é como se chama o motor de popa, é impressionante. O que está ocorrendo no rio Japurá? O que as voadeiras fazem durante toda a noite se não há tantos habitantes que justifiquem esse volume de trânsito? É preciso pensar no assunto.

O segundo ponto que nos deixa muito pensativos é o narcotráfico, que é muito maior do que pensamos. Falei sobre as voadeiras no rio Japurá. Naturalmente não se trata de questão ligada à guerrilha, embora narcotráfico e guerrilha estejam muito unidos, como sabemos. Deduzo que se trate realmente de narcotráfico, que é impressionante não só nessa área do Japurá, mas também em outras áreas do alto rio Negro – como sabemos, desce pelo rio Negro e o Amazonas.

O Amazonas é um rio intrincado, com uns meandros de braços, muito fácil de ser usado como meio de escoamento de cocaína, heroína e outras drogas. Célebres regiões no Amazonas são realmente um grande entreposto de drogas. Isso é notório.

Recentemente a Polícia Federal realizou uma operação e a descreveu na nossa reunião. Unidos com a Secretaria de Segurança do Estado, desmantelaram uma grande quadrilha que envolvia três delegados, 18 policiais civis, um oficial da Polícia Militar e outras pessoas. Não era tão especializada assim, mas um dos pontos era o narcotráfico. Algo muito sério em que precisamos pensar. Sabemos que o narcotráfico não tem nação.

Para contar um caso: encontrei, numa região no centro do Amazonas, alguns habitantes que estão plantando maconha, porque é fácil vender e a comercialização é muito simples. Eles eram agricultores, mas não conseguiam vender seus produtos. Então, para não morrerem de fome, estão plantando maconha.

Outro problema que é muito sério e que nos preocupa é a biopirataria. Isso é muito sério também. Temos algumas organizações não-governamentais muito sérias. A maioria das organizações é séria, mas algumas estão realmente se aproveitando de situações para fazerem a biopirataria. Lembro-me de uma organização não-governamental espanhola que estava fazendo isso. Ficamos sabendo. O presidente dessa organização, além disso, vinha a Manaus para explorar sexualmente menores, meninas de dez, doze anos. Então, vejam o que está acontecendo na nossa região, que é algo muito sério.

Vemos que a biopirataria está sendo combatida, mas o que está saindo do Brasil é algo inimaginável. E o pior é que estão patenteando coisas nossas. Temos, por exemplo, o caso de uma pequena empresa que produz bombons de cupuaçu, e tão bem feitos que mereceriam ser aprovados por todos. Eram tão bons que uma empresa da Holanda quis importar. Quando se fizeram os papéis para a exportação, esta não pode ser feita porque um japonês, no próprio Japão, patenteou a palavra cupuaçu. Está patenteada essa palavra, que é um fruto brasileiro, de nossa região e de outras também. Até o chá do Santo Daime foi patenteado, parece-me, nos Estados Unidos. Então, precisamos estar muito atentos a esse problema de biopirataria.

Outra coisa que nos preocupa é que temos de encontrar meios de fortalecer a sociedade amazônica. A nossa sociedade está realmente enfraquecida. Temos várias coisas que nos deixam pensativos. Primeiramente, o interior está se esvaziando. Nos rios em que passamos, as antigas comunidades estão se esvaziando. Manaus, hoje, é a cabeça de um corpo pequeno. Portanto, é uma coisa monstruosa.

Vejam o que acontece com outras regiões. Se virmos as estatísticas, ficamos muito preocupados. O que está acontecendo é que está se concentrando toda a população na cidade e o interior está se esvaziando. Isso torna a região frágil.

É necessário uma política que reverta essa situação, diminuindo a concentração populacional nas grandes cidades e fortalecendo as cidades menores. Dessa forma, teremos pontos fortes dentro da nossa região.

Ao meu lado, em uma reunião do Conselho Permanente da CNBB, estava sentado o Bispo de Tefé. Disse a ele: "Amanhã, vou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional falar um pouco sobre como estamos vendo o problema da internacionalização da Amazônia". Ele me pediu que citasse alguns pontos: ausência do Estado em muitas e muitas partes da Amazônia – por exemplo, a ineficiência do Poder Judiciário nas cidades menores, onde os juízes ficam dois dias por semana e, nos outros dias, ficam em Manaus. A ausência do Estado também traz outra problemática: sistema de saúde ineficaz. Inclusive, em alguns lugares, os médicos são peruanos e, muitos deles, sem registro no Conselho de Medicina. A ausência do Estado é preocupante.

Em segundo lugar, o problema do poder exagerado e corrupto dos prefeitos. Realmente, com a ausência do Estado, as Prefeituras são as maiores empregadoras. Assim, o prefeito fica, realmente, com um enorme poder nas mãos. Perguntam: mas, e os conselhos que deveriam funcionar? Nunca funcionarão, porque se, em um conselho, fizerem oposição ao prefeito, ele manda embora do cargo ou desemprega os parentes. Trata-se de uma situação que precisa ser pensada. Temos casos graves. O Bispo de Tefé fala claramente sobre sua cidade: ela parou no tempo devido a brigas políticas entre o Prefeito e outras alas e também acusações muito sérias que acontecem.

Ele também citou o Calha Norte, que fez muitas construções, hospitais etc., mas ou não foram inauguradas ou não estão sendo utilizadas. Ele fala do Japurá, de modo especial, onde está acontecendo isso. Com relação às reservas extrativistas, elas foram criadas, mas não, efetivamente, instaladas. É o caso de Juruá, Jutaí, Auatí-Paraná, Baixo Juruá e também nas reservas de desenvolvimento sustentável como, por exemplo, Mamirauá. É preciso garantir a participação da população local e não apenas de técnicos reunidos de fora da região, como está acontecendo lá. Também há a necessidade de se criarem outras reservas extrativistas.

A Amazônia corre perigo? Imediatamente, não, mas pode correr, porque já estão colocadas aí algumas premissas que poderão levar, realmente, a uma internacionalização da Amazônia.

Lembro algo que também nos deixa preocupados: a política externa do Governo Bush, a teoria de que o governo americano pode intervir unilateralmente quando entender que seus interesses estão em perigo. O que aconteceu no Iraque é um precedente. Não toco na questão do Iraque porque se trata de outra questão, que não me afeta, mas é um precedente que se abriu. Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que a Amazônia tem o futuro da humanidade. Temos a água doce, a Floresta Amazônica e a possibilidade de alimentar o mundo, não digo com a agricultura, mas com a piscicultura desenvolvida nos rios e não em tanques ou semelhantes. Temos, realmente, que pensar no futuro da humanidade. Daqui a 30 anos, quem sabe, a humanidade sentirá, mais fortemente em algumas regiões, o problema da água potável e também um problema que vai se acentuando: a falta de água e de alimentos. Há na nossa floresta a possibilidade de matérias primas. Há, nos nossos rios e lagos, a possibilidade de peixes – de alimento, portanto – e a possibilidade de resolver o problema de falta de água no mundo.

Na Assembléia de Itaici, levantei um problema que considero importante: a linguagem. Dizemos certas coisas sem pensar e aquilo que dizemos vai se tornando propriedade nossa. Por exemplo, diz-se que a Amazônia é patrimônio da humanidade. Diz-se também que Ouro Preto é patrimônio da humanidade, que Olinda é patrimônio da humanidade. Mas Olinda e Ouro Preto são patrimônios da humanidade conferidos pela Unesco, com o sentido de preservação. A linguagem "a Amazônia é patrimônio da humanidade" é feita em outro sentido. Não é a Unesco que está dizendo, mas uma voz comum que está sendo espalhada. E, se não tomarmos cuidado, isso vai penetrando, penetrando e, daqui a pouco, perderemos a Amazônia. É necessário que modifiquemos a linguagem. Eu diria que a Amazônia brasileira é nossa, a serviço da humanidade. Ao dizer que a Amazônia é nossa, reafirmamos a soberania nacional. Ao dizer que a Amazônia é nossa a serviço da humanidade, podemos nos abrir para prestar um serviço para todo o mundo, já que o mundo precisa.

Teríamos outras coisas para dizer, mas acho que seria interessante abrir um debate e conversar um pouco mais. É importante que o tema seja debatido, porque o Brasil não conhece a Amazônia. Desculpem-me pelo que direi: acho que, até hoje, o Brasil não disse o que quer da Amazônia e para a Amazônia. É preciso que se encontre uma resposta para isso, a fim de que o Brasil, juntamente com a Amazônia, produza um plano de desenvolvimento global da Amazônia e iniciemos, então, uma caminhada. Não precisamos mais fazer o que tem sido agora: uma ação, outra ação, coisas bonitas, ótimas, mas que não vêm ao encontro de todo o desenvolvimento na Amazônia. Por exemplo, a Zona Franca de Manaus foi resposta a uma situação; está consolidada e acho que é bom que se consolide. Precisamos hoje da Zona Franca de Manaus, mas ela ficou muito restrita. O Brasil precisa pensar e conhecer a Amazônia, e precisamos debater a Amazônia e nos unir – o povo da Amazônia e o povo brasileiro, que são um povo só – e encontrar a resposta à questão do que o Brasil quer da Amazônia e para a Amazônia, para então fazermos um plano de desenvolvimento global de toda a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, D. Luiz Soares Vieira. O depoimento de V. Sª é de extraordinária importância e está nos enriquecendo muito, provocando grande interesse.

Já estão inscritos alguns Senadores. Daremos, primeiramente, a palavra aos Senadores requerentes: Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio. Também inscreveram-se os Senadores Marcelo Crivella, Jefferson Péres, João Capiberibe, Gilberto Mestrinho e outros.

Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Inicialmente, registro o nosso agradecimento pela sua presença. Acredite, a sua manifestação na conferência da CNBB ou após a conferência – não sei – teve uma repercussão nacional muito importante. E fez V. Exª muito bem, exatamente porque trouxe, mais uma vez, o assunto à baila.

Não é possível deixar de reconhecer que a Amazônia é um assunto permanentemente debatido

no Brasil. V. Revma. disse que pouco se sabe da Amazônia, com o que concordo, mas todos falam da Amazônia. Agora, conhecer, conhecer, poucos conhecem – concordo com V. Exª.

Foram tantas as discussões, os debates travados sobre a matéria que os pontos positivos e concretos ficaram realmente muito aquém do que se poderia imaginar.

Quando da criação da Zona Franca de Manaus, todos acreditávamos que seria uma revolução, que se criaria ali uma zona industrial com inúmeras indústrias, que terminaram ficando em Manaus e não no interior. Para o interior, foi a indústria de montagem de autopeças e fábricas, saídas de outros lugares do Brasil, que foram para lá atraídas pelo incentivo.

O caso típico é o de uma fábrica de cartas de baralho, que estava na cidade de Caxias do Sul. Quando a Coopagro saiu de São Paulo e foi para Manaus, todas as outras tiveram de ir para lá, porque, se não fossem, não teriam como sobreviver.

Temos o caso do Presidente José Sarney – vamos fazer justiça –, do Projeto Calha Norte, do qual V. Exª dá um quadro tão triste da realidade de hoje. Visitei por três vezes a Amazônia e o Projeto – a última vez há uns oito anos – e o quadro não era tão negativo como esse que V. Exª está relatando. A cidade de São Gabriel da Cachoeira, que participa do Projeto, onde a parte geral estava muito bem feita. Os Ministérios se queixavam de que eles, na construção, destinaram uma parte ao Ministério da Agricultura e a outra, para o Ministério da Saúde. Os militares – infelizmente, diziam eles – iam porque a disciplina mandava; os outros realmente não apareciam.

Lá conheci um hospital, se não me engano, da marinha, que atendia a Deus e a todo mundo. Quando ocorreu uma invasão do Brasil pelas forças colombianas, visitei o lugar e vi praticamente a destruição de uma região indígena brasileira.

Mas, lamentavelmente, o Projeto Calha Norte ficou parado no tempo. Um Projeto, na minha opinião, altamente positivo, que tinha de estar avançando e avançando, e parou. Houve o desinteresse.

No Rio Grande do Sul, em certo período, espalharam a notícia de que havia a obrigatoriedade de uma guerra entre a Argentina e o Brasil, mais dia, menos dia, mais ano, menos ano. E, durante muito tempo, metade do Exército brasileiro ficou na fronteira com a Argentina. No Sul, Alegrete, na fronteira, existem cinco unidades do Exército; Santiago tem seis unidades do Exército. E, hoje, muitas daquelas unidades poderiam ser transferidas para a Amazônia.

Uma ou outra foram transferidas para a Amazônia. Uma unidade do Exército, quando está num lugar, não há nada mais importante. Onde está uma unidade do Exército, ali se forma uma cidade, que é a sua família, e essa é a melhor maneira, em primeiro lugar, de colonizar, de garantir o território e, em segundo lugar, de protegê-lo.

Depois, veio a confusão dos radares, que foi, infelizmente, algo trágico: deveria ser francês ou americano? Eu era membro da comissão e votei pelo francês – nem sei se o francês era melhor ou pior, eu achava até que era igual, embora dissessem que era melhor. Mas, como falavam que os dados recebidos iam para lá e depois vinham para cá, eu preferia que a França os usasse, porque eu tinha menos medo da França do que dos Estados Unidos. A França está lá do outro lado e os Estados Unidos estão do lado de cá.

Mas tudo isso aconteceu e o que estamos vendo? O mundo está olhando, cada vez mais, para a Amazônia, com um apetite cada vez mais exagerado. Há um comentário generalizado de que o problema do petróleo termina logo ali e de que o grande problema deste século é a água doce. E as reservas estão ali. Reservas de água doce, reservas de mata que, de certa forma, trazem a cobiça.

É interessante notar, por exemplo, que quanto ao petróleo do Iraque, a maioria do mundo ficou contra os Estados Unidos: França, Alemanha, Rússia, China, Índia, todos ficaram a favor do Iraque. Mas, no caso do Brasil, da internacionalização da Amazônia, o americano pensa assim, a Margareth Thatcher pensava assim, o Tony Blair pensa assim, o François Mitterrand pensava assim, o atual primeiro-ministro pensa assim, a Itália pensa assim, a Rússia pensa assim, o mundo, de certa forma, pensa assim. Acham que é bom, que, assim como a Antártida foi internacionalizada e é patrimônio da humanidade, que se faça o mesmo com o Brasil. E isso está crescendo.

O americano já distribuiu um mapa. É um mapa que circula e, embora eles digam que não, já recebi de várias fontes um mapa da América do Sul, da América Latina, com a Amazônia constituindo patrimônio da humanidade. E o Brasil fica com 40% do que ele era. Isso está acontecendo.

E digo a V. Exª, com toda sinceridade, que é claro que o problema número um do Brasil, hoje, é a fome. São milhões de brasileiros que passam fome. Não há o que discutir. Se eu pudesse fazer algo, como político, hoje, qual seria minha primeira ação? Se dependesse de mim, eu pegaria um pão e daria a uma criança que está morrendo de fome.

Mas entendo que a Amazônia é a questão mais importante que temos, a mais fundamental, a que nos atinge mais diretamente. A fome podemos resolver mais dias, menos dias; o problema do desenvolvimento, do progresso, poderemos levar mais ou menos dias para resolver. Mas, com relação à Amazônia, não podemos levar mais ou menos dias, porque pode haver uma intervenção.

E, ao lado disso, existem várias questões a serem analisadas. Nunca discuti que dessem aos ianomâmis as terras que queriam dar. Mas colocá-los na fronteira, do lado de cá e do lado de lá? Não entendi isso. Creio que podiam ter dado mais terras, mas no centro do Brasil, no centro da Amazônia. Porque já se fala da nação ianomâmi. E falar na nação ianomâmi no meio do Brasil é uma coisa, mas uma nação ianomâmi onde há um pedaço do Brasil, um pedaço da Colômbia e um pedaço da Venezuela.

A questão da Colômbia é uma tragédia, não sabemos o que vai acontecer. O americano já quis e ainda quer – isso acontecerá mais dia menos dia – tropas das Américas ou dele sozinho para intervir na Colômbia, para tratar da questão da Venezuela. É aquela questão que está implodindo.

É claro que o problema da droga é cruel. Hoje o problema da droga é muito mais grave, diferentemente do que ocorria anteriormente, quando a movimentação da droga se restringia à região produtora. Hoje, a droga vem, passa por ali, vai para São Paulo e para o Rio de Janeiro para, depois, ir para os Estados Unidos ou para a Europa. Há o problema da droga, que o americano considera uma questão da maior importância, o problema do contrabando de armas, o problema da guerrilha do lado de lá – de repente, começam a se meter para o lado de cá. A situação conturbada na Colômbia e a questão da Venezuela fazem daquela uma região de areia movediça. Além disso, não se sabe se estão guerreando na Venezuela, no Brasil, na Colômbia ou na Guiana: é tudo Amazônia.

Tudo isso nos leva à seguinte conclusão: temos que tomar algumas atitudes preventivas. O Lula criou muitos ministérios. Será que não era hora de criar um ministério da Amazônia? Não sei se resolveria o problema, mas talvez a situação da Amazônia melhorasse se tivéssemos um setor com autoridade, com poder, com força para concentrar e coordenar esforços naquela região.

Acho que é importante a presença de V Exª. O nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, entrou com um pedido – já aprovado – de criarmos uma subcomissão permanente para debater permanentemente essa matéria. Acho, porém, que tínhamos que fazer alguma coisa além disso. O senhor mesmo se queixou de que os bispos da Amazônia se reuniram e a CNBB não ligou muito, não deu a importância que o senhor achou que deveria ter dado.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Agora deu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agora deu. Vamos ver se agora nós aqui conseguimos a mesma coisa. Acho isso muito importante.

Lembro-me de que, quando estive lá pela primeira vez, havia um general carioca, um general sensacional, talvez seja Santa Cruz o seu nome, que nos mostrou a nossa escola de guerrilha, escola de guerrilha de defesa. O objetivo da escola é preparar a nossa gente para entrar na Amazônia e conhecê-la, andar ali. Dizia ele que dois ou três americanos pediram para conhecer a escola, algo que ele permitiu. De repente, veio a notícia de que os americanos queriam fazer um escola igual a essa lá nas Guianas. Ele protestou junto ao governo brasileiro, veio aqui, fez discurso, esteve no Congresso, fez um carnaval. Dizia: "Mas por que eles querem isso?" E criaram a escola na Guiana, à revelia do general e da luta que se fez. Essa escola de guerrilha americana, muito maior do que a nossa, com muito maior poderio do que a nossa, tem um objetivo: se for necessário ela intervém. Por isso acho que a presença de V. Exª aqui é da maior importância.

Penso, Presidente – e eu e outros senadores já dissemos isso outras vezes –, que não podemos nos omitir. Somos da Comissão de Relações Exteriores e de Segurança, devíamos dar maior prioridade a esse assunto. Devemos conversar com o Presidente Lula, chamar a sua atenção para detalhes. Penso que coisas fundamentais deveríamos fazer nesse sentido.

Com todo o respeito, quero dizer que, nesses primeiros seis meses, não vi notícia alguma sobre ações do governo na região, notícia alguma demonstrando "estamos interessados nisso". Honestamente não vi. Nenhum Ministro da Amazônia no Ministério que eu saiba... Por isso, com as bênçãos do nosso arcebispo e com o carinho do nosso Bispo Marcelo, ecumenicamente, podemos aqui tratar da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – D. Luiz Soares Vieira, gostaria de fazer ponderações? O Senador Pedro Simon não chegou a formular nenhuma pergunta, mas fez inúmeras considerações. Concedo a palavra a V. Sª.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – O Senador Pedro Simon sente o problema, que é sério, por isso não podemos minimizá-lo. Realmente se torna uma questão de soberania nacional. Além daqueles casos sobre

o qual falei, hoje temos, por exemplo, a entrada de pesqueiros da Colômbia pelos nossos rios, levando grandes quantidades de peixes. Naturalmente são águas internacionais, mas percebemos uma coisa muito séria. Por exemplo, o Rio Japurá, sobre ao qual eu estava falando, hoje está vazio de gente, mas também está se tornando um rio estéril. O mesmo está acontecendo na região de Tabatinga e outras. É um problema sério. Isso precisa ser levado em consideração.

Em relação aos ianomâmis, quem os conhece sabe muito bem quem são. Eles não representam perigo, como também não há perigo na Serra da Raposa, do Sol. O grande perigo do Brasil é não resolvermos situações que necessitam de solução. Às vezes, as questões ficam pendentes, vamos deixando, deixando...É preciso solucionar certos problemas de segurança nacional.

Por exemplo, a questão da Serra do Sol precisa ser resolvida. Protela-se, deixam índio, fazendeiro morrer. É preciso uma decisão política. Vamos resolver os nossos problemas na Amazônia. O problema de gasoduto não é questão de segurança nacional, mas fica: é gasoduto, é balsa; é gasoduto, é balsa... Então há muitas questões a serem resolvidas. A mais séria, no entanto, é a da ocupação, pois o interior vai se esvaziando.

Aquilo que V. Exª falou da Zona Franca é verdade. A Zona Franca com distrito industrial, não deveria ficar centralizada em Manaus. Isso foi mal pensado porque o custo social é muito grande. Em 1967, Manaus tinha 250 mil habitantes – vemos nos livros de estatística –; hoje é uma cidade de dois milhões de habitantes. O que aconteceu? Há emprego para todas essas pessoas na Zona Franca? Não há. Nossas fábricas têm 45 mil funcionários empregados. A cidade está cheia de comércios informais. Vemos as periferias crescerem e ainda é denominada o "Eldorado". E ainda estamos recebendo muita gente do Maranhão.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Justamente aí gostaria de apartear V. Exª. Esse crescimento populacional de Manaus, no primeiro momento, foi conseqüente de migração do interior, mas, posteriormente e hoje, o grande crescimento é oriundo da migração do Pará, do Maranhão, de Goiás. Temos em Manaus ruas inteiras de paraenses, ruas inteiras de maranhenses, nas invasões, naqueles bairros pobres da periferia. Isso proporcionou o crescimento da população de Manaus porque a população do interior não diminuiu; a população do interior cresceu. Se fizermos o gráfico, ela não cresceu na proporção de Manaus por causa da migração. Mas o interior, que tinha o dobro da população de Manaus quando da instalação da Zona Franca, hoje tem a mesma população. O que há no interior é a ausência da possibilidade de atividade econômica. O Governo Federal engessou a Amazônia, o que acabou com os projetos de desenvolvimento na região. Nos entendimentos internacionais feitos, como houve o engessamento, o homem do interior não pode produzir, retirar uma árvore, caçar, pescar.

Há uma política expulsória na Amazônia. O acordo internacional por debaixo do pano era no sentido do esvaziamento total da Amazônia sobre o qual Dom Luiz chamou a atenção. Efetivamente isso dói, mas é real. O próprio Governo brasileiro é o responsável por essa situação porque, até final do último governo, havia um programa total de internacionalização da Amazônia.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Em termos de ação governamental, ficamos sabendo pelos jornais de duas grandes áreas que foram devastadas. Uma delas foi salva. Sempre li nos jornais e revistas que a Amazônia está sendo monitorada por satélites. Agora, será que leva tanto tempo para o satélite dar a informação de que uma região está sendo devastada? Por que não acodem logo para evitar isso? É preciso uma atenção maior também para a nossa região.

Temos institutos de pesquisa como o INPA, a Universidade Federal, a Universidade Estadual, mas por que não temos pesquisas que ajudem os ribeirinhos, os homens da floresta a viverem dela sem destruí-la? Sabemos que há laboratórios internacionais jogando gente no Amazonas. Temos realmente possibilidade de fazer o nosso povo viver bem, com dignidade, mas necessitamos proporcionar conhecimento, o fruto da pesquisa para essa gente, não para grupos que vão explorar depois, mas, sim, para o povo que mora lá para que tenha condições de viver da floresta.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – O problema maior é que o poder público, especialmente o Ministério do Meio Ambiente, em vez de proporcionar esse ensinamento, manda polícia, metralhadoras e ameaças. É assim que querem fazer com que o caboclo viva nos rios da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) –Dom Luiz, é um prazer muito grande para todos nós, da Comissão, e para a Bancada do Amazonas especialmente recebê-lo em nosso seio. É despiciendo depor a seu respeito, por se tratar de figura conhecida, pelo preparo intelectual, pelo didatismo com que fala da nossa região, pela seriedade, por tudo, enfim, que o

faz uma figura de enorme peso simbólico no nosso Estado.

Tenho a dizer que nossa discordância não existe e, portanto, sequer perguntas farei. Apenas falarei um pouco sobre uma certa visão minha de Amazonas, ressaltando que a preocupação maior que tenho tido neste mandato, quando ele se refere à minha região, à nossa região, é precisamente insistir na tecla de que a Amazônia é um tema nacional, não um tema paroquial.

Certa vez, Deputado há muito tempo, ainda no período do regime militar, vou à tribuna, e um companheiro do centro-sul me disse: "você hoje vai sair do tema nacional e vai falar da paróquia?" Digo: não é paróquia, eu poderia até falar da minha paróquia, pois ela tem necessidade, mas não é paróquia, a Amazônia é uma região nacional. Eu não tinha, àquela altura, a convicção que tenho hoje de que, se o interesse planetário existe e é legítimo – ele é ilegítimo quando há cobiça; e é legítimo quando há o interesse científico, o interesse empresarial, o interesse da convivência –, parece-me completamente despropositado que nós brasileiros não tenhamos a consciência clara de que isso deve ser proporcional ao Brasil. Então, digo aos catarinenses, aos gaúchos, aos capixabas, a todos do Brasil que nada pode ser mais alienado politicamente hoje em dia do que não se ter a consciência clara de que a Amazônia interessa mais do que aos amazônidas, interessa aos brasileiros. E essa é a melhor forma de começarmos a protegê-la, pensando em desenvolvê-la de maneira sustentável.

Louvo as pessoas que demonstram crescentemente esse interesse na figura do Senador Pedro Simon, que, por força simbólica também, é do extremo sul e se porta como se fosse da Amazônia; S. Exª que cumpre com seus deveres de maneira muito pertinente, muito adequada para o povo do Rio Grande o Sul, S. Exª o faz da mesma maneira, e esse é um grande reforço para nós em relação a Amazônia, pelo seu interesse, pela competência com que aborda os temas da região e pelo seu interesse patriótico, enfim.

Patriotas todos são nesta Casa, e quero louvar ao Senador Pedro Simon pela lucidez, pois, mesmo sendo do extremo sul, sabe do peso da Amazônia para o Rio Grande do Sul, sabe que não há futuro brilhante possível para o Brasil sem futuro brilhante para a Amazônia, sem a exploração adequada, sustentável da região amazônica. Se eu fosse usar uma linguagem de coluna social, diria "é a coisa mais brega do mundo um brasileiro não se preocupar com a Amazônia, é brega, é **out. In** na coluna social seria preocupar-se com a Amazônia, saber que o futuro do Brasil está ligado ao desenvolvimento da nossa região.

Vejo que a resposta para a questão da cobiça está no desenvolvimento econômico e social e no máximo de investimentos que se possa fazer, está na visão estratégica dos governos; e ressalto, por exemplo, projetos como o Sivam, que estão aí para ajudar no econômico, no social, no militar.

Senador Eduardo Suplicy, digo a V. Exª – até não é uma condenação ao Governo de que fui Líder – uma observação que faço com a maior honestidade intelectual que possa me ocorrer. Houve a luta pela estabilidade, cobertor curto, pouco dinheiro para se investir, mas se tem algo que lamento que não tenha sido feito com muito mais ênfase – e essa é uma autocrítica que faço – é o investimento maciço no aparelhamento e reaparelhamento de nossas Forças Armadas, de modo a consolidarmos o Brasil como uma força militar defensiva, jamais ofensiva. Mas que seja defensiva, sim, uma força de forte capacidade de dissuasão e uma força, portanto, com o **know how** que se tem a partir daquele excelente centro de guerra na selva, para, a partir daí, se consolidar a idéia de que a Amazônia é nossa em qualquer circunstância. Nossa porque é nossa e nossa porque saberemos defendê-la, se necessário, imaginando que nunca será necessário fazê-lo.

Vejo o pólo industrial de Manaus como algo vital para a própria garantia da soberania nacional porque financia o interior do Estado, consolida a perspectiva da proteção ecológica, inclusive menos de 2% da floresta Amazônica foi devastado. Inclusive, têm muito mérito nisso os sucessivos governos do Governador Gilberto Mestrinho, que trabalhou nesse sentido da convivência harmônica com a natureza. Mas menos de 2% de nossa cobertura florestal no Amazônia foi devastado. Ou seja, isso tem relação com o pólo industrial de Manaus, com o financiamento das atividades econômicas do interior. O que faz hoje a Suframa – e o faz com bastante competência – é procurar expandir projetos de infra-estrutura para toda a Amazônia ocidental e para o Amapá, levando projetos infra-estruturantes para o interior também. Quanto mais, melhor, e o mais que se faça será pouco em relação à importância do tema., mas somos a pátria da água, do petróleo, do gás natural, dos outros minérios, da cobertura florestal, que pode ser explorada de maneira sustentável, da agricultura, nas áreas possíveis – no nosso vale do rio Juruá, há terras fertilíssimas e terras poucas, que devem ser aproveitadas ao que se destinam pela natureza – da pecuária, onde é possível. Estou falando do meu Estado, em Parintins

é possível, em Boca do Acre é possível; onde não é possível, seria um desastre. Onde é possível, pode-se fazer com naturalidade, com todo o cuidado técnico. É preciso trabalhar o extrativismo não com a perspectiva de grande desenvolvimento econômico, mas o extrativismo que se cobre, inclusive, de bom aspecto ecológico; é possível até mesmo se fazendo renascer, Senador Suplicy, a borracha natural.

A Embrapa, essa grande empresa brasileira, descobriu uma enxertia de copa que simplesmente acaba com a capacidade de propagação do mal-das-folhas, o chamado **microcyclus ulei**. Antigamente, se fizéssemos o plantio – por isso, Ford Foundation e Belterra faliram – colocava-se em série a **hevea**, a seringueira, e o **microcyclus ulei** passava de uma árvore para a outra. Deu-se mal na Malásia porque, lá, ficava numa árvore só; não tinha capacidade de se propagar. A Embrapa resolveu esse problema, ou seja, dá para trabalhar com unidades familiares e com o objetivo de justiça social até o extrativismo.

Falaria o dia inteiro em turismo e ecoturismo, que é a vocação natural de uma região belíssima que deixa todos nós da região, Senadores Mestrinho, Jefferson Péres, Capiberibe, Tião Viana, Augusto Botelho, embasbacados todos os dias. Imagine um japonês, que sai de um país todo construído, com exceção do Monte Fuji, e encontra aquela dádiva que Deus a todos nos ofertou!

Deve-se explorar a biotecnologia para valer. Está nascendo o centro de biotecnologia da Suframa. E quanto ao peixe, há de se ter todo cuidado também até com a reposição dos estoques. Há o peixe nos altos rios e nos lagos, bem como o criatório, para que possamos trabalhar o peixe, o quelônio nos criatórios, visando a geração, a partir daí, de empregos e as unidades familiares de maneira a se ter também a perspectiva da renda equilibrada.

Tenho muita preocupação com a biopirataria. É preciso jogo duro da Polícia Federal, dos Governos de Estado, porque está sendo patenteada muita coisa, Bispo Crivella, que foi retirada de lá pela via da biopirataria. Está sendo patenteada nos Estados Unidos, por exemplo.

E quanto à guerrilha e ao narcotráfico, assuntos que foram muito bem abordados por Dom Luiz, eu dizia ao Senador Pedro Simon que aquilo ali é um problema muito grave de segurança nacional, e não podemos ter contemplação com aquilo, nem imaginar que aquilo significa uma tentativa de luta de libertação de um povo, porque não é. Aquilo é um movimento completamente antiquado em relação ao que o mundo hoje preconiza, é um movimento que resvalou para o banditismo mesmo. Eles seqüestram pessoas, eu dizia ao Senador Pedro Simon, e têm uma técnica para isso. Seqüestram as pessoas, o bombardeio começa sobre eles, e as pessoas têm de fugir. Eles mal retiram as vendas das pessoas e elas têm de acostumar-se à luz do dia outra vez e vão algemadas, fugindo algemadas, desarmadas, portanto, com muito mais possibilidade de os seqüestrados morrerem do que os guerrilheiros. Aprendi que não se deve denunciar porque denunciei uma vez. Alguém foi seqüestrado, um trabalhador da Andrade Gutierrez, fui à tribuna e denunciei, imediatamente fui procurado por autoridades muito credenciadas do Brasil que me disseram: não prossiga na denúncia e dissuada o hoje Ministro Nilmário Miranda de fazer essa coisa meritória também. Falei com o Nilmário, que aceitou logo, porque, quanto mais falamos mais eles aumentam o tempo de reclusão dos seqüestrados e mais aumentam o preço. Então, a técnica é não se falar, e há toda uma negociação subterrânea. Ou seja, trata-se de algo que nos preocupa, porque não interessa à democracia da América do Sul, não interessa à Colômbia, não interessa ao Brasil. A Colômbia tem de saber resolver esses problemas internos sem ajuda de fora, mas com todo apoio político e moral nosso, para que faça as suas reformas e remova as estruturas arcaicas, que são, na verdade, extremamente velhas, em relação ao que a Colômbia precisa. Mas temos expectativa de que a Colômbia encontre pelo voto, pelas urnas, pela liberdade, pela democracia, o seu melhor destino. E concordo que haja ONG séria e não séria, vigilância sobre as ONGs não sérias, cooperação com as ONGs sérias, com elas cooperando conosco, sobretudo.

Hoje foi um passo. Parece que a reunião está meio esvaziada, mas ela é muito expressiva para os líderes da região e de fora da dela – volto a citar o Senador Pedro Simon e o Líder José Agripino, que estão aqui. É um passo que se dá na direção da consolidação desse conceito da Amazônia nacional. A Amazônia não será suficientemente desenvolvida nem suficientemente defendida só pelos amazônidas. Ela precisa fazer parte da preocupação empresarial, da preocupação dos trabalhadores, da preocupação dos governos com a estratégia, da preocupação individual de cada brasileiro. E me comove e me deixa mais seguro a lucidez dos brasileiros, muito mais quando constato que essa preocupação se dá de fora da Amazônia para dentro dela, ou seja, do Rio Grande do Sul, com o Senador Pedro Simon e, por aí afora, para dentro da Amazônia. A Amazônia é nacional.

Por isso, o seu brado, o seu alerta, em Itaici, a sua fala lúcida tocou a todos. Tocou-nos pela oportunidade que teremos de, a partir dela, aqui, na Comissão de Relações Exteriores, podermos, em conjunto, dar mais um passo numa luta antiga, de termos a Amazônia para os brasileiros, mas com a responsabilidade de não fazermos mal, de não explorarmos predatoriamente uma região que interessa a humanidade. Não daremos jamais o pretexto de haver quaisquer minhocas em cabeças estrangeiras quanto à nossa capacidade de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável.

Recebi de um assessor, figura muito preparada, uma frase que é quase que uma proposta publicitária com os seguintes termos: "A serviço da humanidade, sim, mas terra Brasil". A serviço da humanidade, sim, porque claramente interessa a humanidade, do ponto de vista climático, do ponto de vista, enfim, geopolítico. Imagino que qualquer país tem o direito de se preocupar com a Amazônia, e até agradeço essa preocupação legítima; mas terra Brasil. Isso não se discute, e falas, como a de Dom Luiz, fazem consolidar dentro de nós a idéia de que temos lucidez e força moral para travar o bom combate, o combate mais justo a favor do Brasil, repito, quando se luta pela Amazônia.

Muito obrigado.

É uma honra muito grande ter estado com Vossa Reverendíssima aqui no Congresso Nacional.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Falou a voz de uma pessoa que conhece a região e que sente realmente essa problemática.

O que V.Exª diz é verdade, precisamos realmente despertar o Brasil. A Amazônia brasileira é nossa. Ela é nossa mesmo, mas a serviço da humanidade. É evidente que o que pudermos fazer para que humanidade seja melhor, seja mais feliz, disponibilizaremos os nossos préstimos. Mas creio que é necessário mudar realmente a linguagem, porque, se não tomarmos cuidado, ela vai tomando conta e, sem perceber, dali a pouco, poderemos estar aceitando o que muitos falam em termos internacionais. A Amazônia é nossa; A Amazônia brasileira é nossa, a serviço da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nosso Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, que é do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Exmº Sr. Luiz Soares Vieira, que hoje traz a nossa consideração um assunto tão importante e relevante que é a nossa Amazônia:

Conheci a Amazônia há 15 anos, em uma viagem ao Oiapoque. Fiquei encantado e maravilhado em ver a glória de Deus naquele tapete verde. É inacreditável como pequenas populações indígenas conseguem alcançar o coração daquela selva e ali sobreviverem. Mas, sabendo que Vossa Reverendíssima viria aqui hoje e o quanto a Amazônia lhe é cara e sabendo da nossa missão de alertar o Brasil e os Senadores sobre esse interesse estratégico, que deve ser de todos nós, pedi ao SIAFI, o nosso sistema de computação que rege as finanças do nosso Governo, que me enviasse as transferências voluntárias feitas até essa data com relação à Região Norte, especificamente à Amazônia. E realmente levei um susto. É muito pouco! Vou passar a V. Exªs o que recebi.

Para os Srs. Senadores terem uma noção, o Amapá do nosso Senador João Capiberibe, em 2002, recebeu apenas R$6 bilhões em transferências voluntárias do Governo Federal para todos os seus Municípios; o Amazonas, esse gigante verde, maior patrimônio do povo brasileiro e, seguramente, da humanidade, recebeu R$30 milhões. Isso é muito pouco! Mas o que mais me assusta é que, em 2003, chegamos apenas a R$10 milhões. Se continuarmos nesse ritmo, abaixaremos R$20 milhões em relação ao ano anterior. Estou apavorado! Rondônia, no mês de maio, recebeu R$2 milhões para todo o Estado. Somos os guardiões do equilíbrio federativo do Brasil, mas continuamos desequilibrados em termos de Federação. Com perdão do Senador e Presidente dessa Comissão, paulistano e paulista, São Paulo ainda é o grande campeão. São Paulo recebeu R$220 milhões, São Paulo, que já pela Constituição recebe o ICMS cobrado na energia elétrica e no petróleo, que tanta falta faz aos Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e até Rio de Janeiro.

V. Exª, Senador Arthur Virgílio, realmente precisa ser a voz do povo da Amazônia, com a alma, a indignação de alguém que dedica uma vida missionária extraordinária àquele povo e que não pode se conformar com essa situação, porque vemos crianças se prostituindo! Guerrilha no meio da selva para narcotráfico! Falta de empregos! Tudo isso nos entristece.

Gostaria de saudar V. Exª e dizer que é uma honra tê-lo aqui. Fiquei muito feliz ao constatar que V. Exª conhece tudo sobre a Amazônia e que é um valoroso soldado dessa parte do Brasil.

Se V. Exª me permitisse, teria apenas uma pergunta a fazer. Como disse-lhe, estive na Amazônia há quinze anos. Estive no Oiapoque, terra de Capiberi-

be. Os brasileiros que moravam na fronteira com a Guiana Francesa iam conseguir a nacionalidade francesa, porque tinham seguridade social. Eu observei, Sr. Bispo, que havia uma proteção extraordinária à Guiana Francesa. Isso porque o governo francês loteava sua zona de fronteira e estabelecia os seus cidadãos ali, já naquela época, com bons sítios, boas casas, antenas parabólicas, de tal maneira que cada um tivesse uma propriedade de 10 hectares e as vigiava. Essa era uma verdadeira guarda de fronteira, bem-assentada. Fui até lá de barquinho. Havia um mercado com champanhe da França, maçã da França. As crianças eram as mesmas, caboclos, da mesma cor, o mesmo rosto, o mesmo cabelo, só que lá falavam "**mon chapeau**", "**monsieur**", mudava só o idioma. Mas que padrão de vida, que qualidade!

Fico sonhando com a possibilidade de nós no Brasil termos também um assentamento tão bom como esse na zona de nossa fronteira, para cumprir o objetivo de nos guardar e também para darmos uma condição de vida melhor ao nosso povo.

Mais uma vez quero saudar V. Exª e dizer-lhe que é um honra tê-lo em nossa Comissão. E deixo-lhe esta pergunta: o que V. Exª acha de termos um desenvolvimento parecido com a Guiana Francesa, do lado do Oiapoque, onde encontrei um busto do Presidente Sarney, bem no centro do Oiapoque, com uma frase: "O único Presidente do Brasil que visitou o Oiapoque." Alguns anos depois, S. Exª se elegeu Senador pelo Amapá.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Senador Crivella, agradeço a V. Exªs pelas suas colocações, inclusive por apresentar esses números, que realmente assustam. Se há uma região que precisa ser reforçada é a de fronteiras.

O melhor reforço é justamente dar condições à população de viver bem. Quando vivemos bem em um lugar, nós o defendemos. Na região de São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, que vai até a fronteira com a Colômbia e a Venezuela, se dermos condições àqueles indígenas de viverem com dignidade, é evidente que eles querem ser brasileiros. Atualmente ninguém quer ser colombiano na região, porque todos sabem da situação da Colômbia. Com a Venezuela ocorre o mesmo.

No Amapá, o Senador Capiberibe pode dizer melhor, realmente impressionava atravessar o rio e constatar que, do outro lado, o pessoal tinha salários da metrópole, da França, salários altos. Assim, todo mundo queria pelo menos ter a nacionalidade. E os índios, por lei francesa, têm dupla nacionalidade, brasileira e francesa. Era assim pelo menos. Daí o grande número de brasileiros do Amapá e do Pará que imigram para a Guiana Francesa de maneira ilegal. Eu mesmo estive umas três ou quatro vezes visitando brasileiros em Caiena, em Kuru, e fiquei impressionado ao ver que aqueles que tinham conseguido a legalização de sua vida nem pensavam em voltar para o Brasil ou juntar dinheiro para fazer a vida no Brasil depois. Entretanto, os ilegais eram uma lástima. Ficavam na mão de exploradores e viviam de maneira muito trágica, mas, mesmo assim, viviam melhor do que no Brasil.

Por que eles vão para a Guiana Francesa? Porque lá se vive melhor. É lógico, é inteligente, é sábio que ajudemos essas populações que estão nas fronteiras, dando-lhes escola, atendimento à saúde, conforto, possibilidade de comercializar os seus produtos. Dar-lhes um nível de vida bom é a melhor defesa. Isso é sábio. Valeu a pena essa sua experiência no Oiapoque porque dá-nos uma idéia do que precisamos fazer, que não é ficar jogando migalhas para a Amazônia. O Governo Federal e o Estadual têm de investir muito seriamente em nossa Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, D. Luiz, vou ser muito breve. Em primeiro lugar, meus parabéns aos Senadores Arthur Virgílio e Pedro Simon pelo requerimento. Eu e o Senador Gilberto Mestrinho não o assinamos porque não estávamos aqui, obviamente. Tenho todas as razões do mundo para saudar a presença de V. Exª aqui, dadas as nossas afinidades: sou católico, somos colegas na Academia Amazonense de Letras e somos amigos. Quero dar-lhe parabéns também por sua exposição muito lúcida. Concordo com quase tudo que V. Exª disse, D. Luiz. Em primeiro lugar, como disse o Senador Arthur Virgílio, cuidar da Amazônia não é um problema paroquial, é um problema nacional, talvez até mundial, por todas as razões. A Amazônia está com um problema muito sério, como V. Exª disse, um empobrecimento enorme no interior.

O Amazonas, meu Estado, nosso Estado, em termos econômicos e demográficos, é um anão macrocéfalo, como V. Exª observou, com uma cabeça enorme, que é Manaus, com um corpo raquítico, que é o interior, esvaziado economicamente, extremamente empobrecido, quase miserabilizado, sem fontes de emprego e renda, a girar em torno de prefeituras, porque não tem meios de sobrevivência, e de prefeitos muitas vezes corruptos – não todos, evidentemente –, que utilizam muito mal os recursos públicos.

A biopirataria campeia. Não há como evitar isso totalmente, porque biopirataria se faz levando até um galho de erva no bolso. Todos fazem pirataria. Nós fizemos também quando trouxemos o café, cuja saída era proibida, da Guiana Francesa para Belém, e, depois, para São Paulo. Fizemos biopirataria quando trouxemos a juta da Índia. Quando os ingleses levaram a nossa seringueira foi biopirataria também, mas eles a utilizaram de forma competente, fazendo heveicultura, o que nunca fizemos porque fomos incompetentes.

Outro dia ouvi um discurso do Presidente Lula, de quem divirjo freqüentemente, que aplaudi. Sua Excelência disse: "Vamos parar de culpar os outros pelos nossos problemas". A solução dos problemas brasileiros está em nossas mãos, depende de nós. Não são os americanos, os europeus, os japoneses que vão nos impedir. Depende exclusivamente de nós. Por isso, a única parte em que discordo um pouco da sua visão é quanto a essa suposta internacionalização. A meu ver, é inteiramente improcedente isso, porque haverá uma intervenção militar amanhã, se os americanos entenderem que o narcotráfico está se avolumando, está ameaçando a população americana, eu não duvido, eu não descarto. Na defesa dos interesses americanos, eles intervêm em qualquer lugar hoje. A guerra do Iraque nos mostrou isso. Refiro-me à figura da internacionalização. Dom Luiz, isso não tem sustentação jurídica nem política. Não está prevista na Carta da ONU a figura da internacionalização. A ONU não tem poderes para tirar um território de um país e declará-la área internacional. Isso não existe.

A Antártica é um caso diferente e especialíssimo. Essa região não tem população autóctone nem permanente. Ninguém, nenhum povo existe na Antártica para defender a autodeterminação. A Antártica é um deserto. Os países todos convencionaram que a Antártica seria uma área, portanto, sem soberania, de ninguém, aberta à pesquisa científica e proibida à exploração econômica. É proibido explorar qualquer coisa na Antártica. É proibido retirar uma pedra de lá sequer.

Agora, aponte-me um precedente de alguma área ou outra que tenha sido internacionalizada, sequer arrancada de um país. Isso não existe. O Direito Internacional não contempla isso. Quem o faria? No âmbito da ONU, não é possível. Os Estados Unidos fariam isso? Mas como? O congresso americano conclamaria que a Amazônia brasileira é área internacional, isso não seria uma proclamação, eles teriam de vir aqui com o exército americano e ocupar a região. Isso me parece uma hipótese tão absurda, Dom Luiz, que eu nem considero. Apegam-se a quê? A um texto fora de contexto de um ex-vice-presidente, da ex-primeira Ministra Margareth Tatcher, do ex-Presidente François Mitterrand, do ex-Ministro Michael Gorbachev, que nunca defenderam a internacionalização da Amazônia. São referências pontuais passageiras. Eles nunca se ocuparam desse assunto. Com isso se cria a idéia de uma conspiração internacional para internacionalizar a Amazônia. Isso não tem sustentação jurídica nem política.

Os americanos tiveram a maior dificuldade de intervir no Iraque, dada a rejeição da comunidade internacional, o Iraque do Saddam Hussein, um tirano, um déspota corrupto sanguinário, que agrediu dois países, que massacrou os xiitas e os curdos em seu país. Apesar de tudo, a comunidade internacional toda reagiu contra isso, porque era um ato unilateral, lesivo ao direito internacional. Imagine uma pretensão americana no Brasil democrático, líder da América do Sul, de intervir aqui para proclamar a Amazônia uma área internacional? Isso pode passar na cabeça de alguém? Apegam-se a quê? A ficções, a um suposto mapa de que haveria nas escolas americanas destacando a Amazônia do território brasileiro.

Senador Pedro Simon, o Dr. Goebels tinha razão ao dizer que "uma mentira repetida mil vezes acaba por tornar-se verdade". Isso foi tão repetido que o Itamaraty, há dois anos, na gestão do Chanceler Celso Laffer, mandou examinar, mandou investigar. Embaixada Brasileira, consulados, todos uma balela inventada aqui. Nunca houve em nenhuma escola americana tal mapa. Mas, veja bem, apesar do desmentido, houve ampla matéria no **O Estado de S.Paulo.**

Outro dia, em Manaus, um cantor popular, num **show** para milhares de pessoas, fez uma exortação contra o tal mapa e foi aplaudidíssimo. O ilustre Senador Pedro Simon, ainda há pouco, referiu-se ao tal mapa. Tudo é balela, uma invencionice. Não existe e nunca existiu isso em escola alguma dos Estados Unidos. Tudo saiu na Internet.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A balela de que não está distribuída nas universidades eu também acredito, mas que esse mapa circula, circula.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Daqui do Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, mas foi daqui e chegou lá.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Um bando de malucos, talvez, ou gaiatos. Mas há quem acredite piamente em que não existe perigo de internacionalização da Amazônia. Existe cobiça internacional? Existe. Mas tenho muito medo também da cupi-

dez nacional. Tenho muito medo de que nós destruamos a Amazônia pela nossa cupidez, de madeireiros, de pecuaristas, de garimpeiros. Tenho medo de que se faça uma ocupação predatória da Amazônia, pois, aí sim, se destruirmos a floresta, se envenenarmos os rios, perderemos a Amazônia. Assim, ela não será internacionalizada, mas nós a perderemos. Teremos dilapidado um patrimônio natural de valor incomensurável; e nós teríamos sido os responsáveis por isso.

Não temos de temer nada. O futuro da Amazônia depende de nós brasileiros. Se cuidarmos da Amazônia, não temos de temer internacionalização nenhuma. E, aí, concordo inteiramente com o V. Exª Revmª: o Brasil não tem um projeto para a Amazônia, não tem. O Brasil não definiu o que quer fazer da Amazônia; que tipo, que modelo de desenvolvimento, que não pode ser o convencional, predatório. Não podemos deixar a Amazônia abandonada, com 20 milhões de pessoas se miserabilizando, pelo menos no interior. Temos de fazer um projeto que contemple preservação ambiental e inclusão social. Se fizermos isso, Dom Luiz, não temos de temer ninguém. Ninguém nos ameaçará.

Fiz a minha parte, Dom Luiz. Aqui vou puxar a brasa para a minha sardinha. V. Exª Revmª falou, com muita razão, que a Zona Franca gera riqueza em Manaus, que não se espraia para o interior. Fiz a coisa – modéstia parte – mais racional do mundo. Como o pólo industrial de Manaus gera RS2,6 bilhões de receita federal por ano, apresentei uma emenda à Constituição criando um fundo sócioambiental da Amazônia, destinando uma parte disso a todo o interior, não somente do Amazonas mas da região Norte, menos as capitais. Ou seja, trata-se exatamente de pegar o dinheiro gerado na Zona Franca e espalhá-lo no interior, em ações sociais, em educação, em saúde etc. O Senado aprovou o projeto por unanimidade. Por que por unanimidade? Quando alguém me pergunta por que um fundo para a Amazônia, inverto a pergunta: como é concebível que o Brasil não tenha um fundo para a Amazônia e um projeto de desenvolvimento para a Amazônia? Isso é que é de espantar e não a criação de um fundo para a região. O projeto está na Câmara dos Deputados, pronto para ir a plenário e ser votado, e não há uma mobilização da região para que isso seja aprovado. Não há. Não sei por quê. Não posso carregar isso sozinho nas costas, compete às bancadas do Norte fazerem isso lá. Mas o projeto pretende dar os instrumentos para que se elabore um projeto nacional para a Amazônia.

Era isso. Parabéns pela sua exposição, e concordamos praticamente em tudo.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Concordamos no principal. O importante, quando se levanta esse problema da internacionalização da Amazônia, é frisar que temos capacidade de firmar a região realmente e de integrá-la, de desenvolvê-la e dar a ela a devida atenção. Isso passa naturalmente pelo bem estar do povo ligado à ecologia, pelo problema do meio ambiente. Quando eu falava da internacionalização da Amazônia, queria dizer não que a ONU faça isso, pois ela não tem instrumento para fazê-lo. Mas há possibilidades no futuro, no momento não há, passando por instrumentos legais todos. Hoje a lei existe para os outros; é uma questão muito séria esse problema da lei. No Iraque, ocorreu algo em que foi contra todo o direito internacional, e a coisa ocorreu.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Permita-me, mas uma intervenção americana aqui não seria uma internacionalização, mas uma ocupação americana, uma anexação.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Quando se fala em internacionalização, talvez a palavra melhor seja ocupação da região, mas ocupação é uma palavra bastante feia; contudo, na realidade, é isso que se quer dizer e, vindo de vários lugares, não só de um país. A nossa percepção é de que isso pode vir de vários lugares. Pode vir, não digo que vá acontecer, pois estamos lutando para fortificar a Amazônia. Isso não vai acontecer.

Agora, isso que V. Exª colocou, Senador, é muito interessante. Realmente talvez o perigo maior seja o perigo que vem de dentro. Todos nós sabemos o que aconteceu com Rondônia, com o sul do Pará e o que já começa a acontecer em Apuí. Ouvimos essa notícia da região de Lábria. E sabemos muito bem que a Amazônia precisa ser estudada porque, se derrubarmos a floresta para criar bois, não vai dar certo, pois há regiões em que há criação de gado e não suportam mais. Vi, no Amapá, do Senador Capiberibe, uma área irrecuperável por causa da criação de búfalos. Isso acaba realmente com a região. Então, precisamos tomar uma atitude e o Senado poderia, quem sabe, aproveitar essa idéia da criação do Ministério da Amazônia. Seria muito interessante que levássemos à frente essa discussão. A Amazônia precisa ser conhecida. E nós, o Governo Federal, estadual e municipal precisam ter um plano de desenvolvimento global da região, a fim de zonearmos e conhecer a vocação de cada região, pois é preciso respeitar a vocação da terra e do povo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, querido amigo Dom Luiz Soares Vieira, que morou e foi bispo da diocese de Macapá, antes de abordar a questão específica de segurança da Amazônia, como foi muito bem relatada pelo Sr. Bispo, queria agradecer a iniciativa do Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, uma área também que nos preocupa muito, principalmente porque seguia um modelo de desenvolvimento inspirado nos eurodescendentes. Queria contar um causo, que, aliás, é um fato, que reflete muito bem o sentimento dos povos indígenas da fronteira do Amapá e do Pará: Uma antropóloga me contou que entre os povos palicus, que dividem a fronteira da guiana com o Amapá, que os jovens palicus da guiana vieram jogar futebol com os jovens palicus que habitam o Brasil na fronteira do Amapá. E, no final da partida, ela encontrou com os palicus do Brasil, que vinham cansados e suados do jogo, e ela perguntou quem ganhou, e eles responderam: ganhou o Brasil, numa demonstração clara de que os povos indígenas daquela fronteira, os palicus, os caripunas, os galibi, os galibi-maruorno, os tiriós, os uaianas se sentem brasileiros. Por que eles se sentem brasileiros? Porque a legislação indigenista brasileira é mais favorável, é melhor de que a francesa. Do lado brasileiro, eles vivem e têm o domínio dos seus territórios.

E, no caso específico do Amapá, ao longo dos oito anos em que governamos, respeitamos os direitos originários dos povos indígenas. E, sobretudo, sua autonomia, no que diz respeito aos seus territórios.

Quando falamos em autonomia, não colocamos de maneira nenhuma em risco a soberania do nosso País. Ao contrário, ela garante a soberania do nosso País, porque aquelas populações se sentem seguras sendo brasileiras. E nós então garantimos a essas populações o direito à educação básica, ao segundo grau nas suas aldeias. E agora, a nossa expectativa é levar a energia elétrica até a fronteira, em todas as aldeias. Já que elas têm o segundo grau, algumas já contam com água tratada, no Governo do Presidente Lula a nossa expectativa é levar a energia elétrica, ou seja, é completar um programa de atendimento a essas populações.

Mas, Dom Luiz, V. Revma. enumerou alguns problemas dramáticos da nossa região, como é a guerrilha – que não está nas nossas fronteiras, mas está muito próxima –, a biopirataria, o narcotráfico, a concentração urbana e o esvaziamento do interior, a ausência do Estado. E a somatória disso chama-se: falta de política, ausência de política para a Amazônia. E eu acrescentaria mais um item nesse rosário de graves problemas da Amazônia e do nosso País, que é negligência dos tomadores de decisão, negligência dos que planejam o desenvolvimento deste País e a negligência histórica para com a Amazônia, muito bem retratada pelo Senador Marcelo Crivella, quando deu uma demonstração das transferências voluntárias. Enfatizo que nessas transferências voluntárias eu fui particularmente castigado no Amapá. Se nós levantarmos as transferências voluntárias de 1995 até 1998, verificaremos que houve uma retenção dos recursos para o meu Estado em função da política que nós desenvolvíamos ali. Nós estabelecemos uma resistência a essa avassaladora e hegemônica política fundamentada no consenso de Washington e aplicada no nosso País sem nenhuma consulta prévia e que resultou num desemprego nunca visto em nossa história, na ampliação da exclusão social e na desnacionalização do País. Resistimos de 1995 até o último dia do meu mandato às pressões do Banco Mundial, que nos obrigava a consumir produtos feitos por licitações internacionais. Nós resistimos, não obedecemos e definimos uma política em harmonia com a natureza. Uma política de inclusão.

Em função de tantas coisas negativas que levantamos, de tantos problemas que abordamos, eu gostaria de lembrar as palavras do Presidente Lula, no dia 10 de maio, em Rio Branco. Pela primeira vez, um Presidente da República do Brasil declarou que a riqueza da Amazônia está na floresta. E isso é de um significado profundo para o nosso desenvolvimento e para o nosso País. Demonstra com clareza que temos um Presidente da República com cultura brasileira e isso é fundamental. E não só declarou que a floresta é a riqueza da Amazônia, mas lançou um programa: o programa de uso sustentável da floresta. Eu diria que apenas o uso dos produtos madeireiros da floresta é suficiente para atender a toda demanda de emprego da região Amazônica. Só a utilização racional, o manejo florestal e o adensamento da cadeia produtiva de produtos madeireiros da Amazônia é suficiente para empregar todos os desempregados da região – não só empregar todos, mas empregá-los na sua comunidade de origem, garantindo-lhes o direito de permanecer onde nasceram, porque esse é um direito negado à maioria do povo brasileiro, principalmente aos nordestinos.

Falou-se aqui da questão dos maranhenses que migram para a Amazônia. O mesmo ocorre no Amapá, onde existe o maior contingente de emigrantes e o maior crescimento demográfico dos últimos anos na Amazônia. Estamos atingindo quase 6% de crescimento anual, quando a média do crescimento nacio-

nal é de 1.3%. Isto só acontece em áreas de recuos, de catástrofes ou de guerra, para onde vão os refugiados. O Amapá, nosso Estado, já recebeu refugiados econômicos – os excluídos de vários Estados brasileiros. Enfim, esta negligência é que pode, sim, permitir uma ação internacional ordenada não para intervir, mas para limitar a soberania do nosso País na região amazônica, até porque o desmatamento continua a crescer na região. De 2001 para 2002, nós atingimos o total de 25 mil quilômetros quadrados de desmatamento. Então, conforme detectou o Presidente Lula, "continuam matando a galinha dos ovos de ouro", que é a nossa floresta.

O Presidente Lula lançou um programa para a Amazônia, que nós temos que debater, aprofundar e desdobrar em políticas públicas e em projetos. Eu tenho convicção de que, se implantarmos o Programa que o Presidente Lula lançou em Rio Branco, nós estaremos preenchendo esse campo da ausência de políticas nacionais para a Amazônia.

Sua Excelência fundamenta essa política em cinco pilares. O primeiro é o investimento com tecnologia avançada na Amazônia, que é fundamental. Mas o desenvolvimento tem que ser a partir da biodiversidade que a floresta nos oferta. Nós temos que investir em tecnologia de ponta, para que possamos desdobrar a cadeia produtiva de milhares de espécies vegetais e animais. O segundo ponto é um novo padrão de financiamento, para que nunca mais voltemos a lamentar a falta de dinheiro na Amazônia. O problema não é apenas a falta de recursos, mas a má aplicação desses recursos, como é o caso do desvio de US$1,4 bilhão da Sudam, do Fundo Nacional da Amazônia e do FNO. Os recursos são resultado de renúncia fiscal do centro-sul e do sul do Brasil. Eles deveriam ser aplicados na Amazônia, mas voltam para o Sul. Esse é o segundo ponto: o novo padrão de financiamento, o monitoramento ambiental e a gestão territorial.

Sr. Bispo, o senhor tem inteira razão. Nós temos que palmilhar essa região e definir como iremos utilizá-la, onde faremos agricultura, pecuária e manejo florestal. Este estudo está pronto no meu Estado, numa aproximação de 1 para 200 mil, e nós estamos reduzindo de 1 para 50 mil não só em relação ao levantamento econômico e ecológico, mas também em relação ao social, para sabermos quem vive ali e como podem construir riquezas em suas comunidades de origem.

O terceiro ponto é a inclusão e a cidadania, exatamente para impedir que o rio Japurá se esvazie de brasileiros. Essa inclusão tem que chegar aonde o povo vive. Eu tive a felicidade de levar o Presidente Lula – que ainda não era presidente –, em novembro de 2001, para visitar um projeto encravado no meio da floresta, em um afluente do rio Jari, que, por sua vez, já é um afluente da calha norte do rio Amazonas. Fomos a uma fábrica no meio da floresta, que produz até hoje biscoitos de castanha dentro dessa linha que a Amazônia necessita, de adensar a cadeia produtiva de um só produto: a castanha. A seringa marcou a história da Amazônia. Devemos aproveitar, como V. Exª acabou de dizer, e investir no conhecimento em nossas universidades, para que esse conhecimento se transforme em tecnologia, a fim de que não continuarmos a fazer as coisas como antigamente. Por exemplo: o açaí, uma das maiores riquezas que temos e que faz parte da cultura alimentar do povo da Amazônia, ainda hoje é coletado como há duzentos anos, o que demonstra com clareza a negligência e a reprodução de políticas coloniais em nosso País e na Amazônia.

E ainda um quinto ponto: investimento em infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável e não a infra-estrutura para o avanço da fronteira agrícola. Ora, querem plantar soja em toda a Amazônia. Temos de escolher as áreas que já estão antropizadas. A floresta do sul do Pará desapareceu e no lugar dela sabem o que há? Nada. Em 24% do território não se planta nada; está abandonado. Em 29% do território do Maranhão não se planta um pé de mandioca; está abandonado. E querem seguir destruindo a floresta? Isso é um crime de lesa-pátria. Isso, sim, é nos submeter ao julgamento internacional à medida que avançamos com a fronteira agrícola e destruímos a floresta.

Eu queria fazer uma pergunta. Penso que V. Ex.ª tem inteira razão e eu gostaria, além disso, de sugerir que seja incluído nos temas transversais, desde o pré-escolar até a universidade, estudo da Amazônia em nossos currículos. Vou fazer essa sugestão e encaminhá-la ao Ministro Cristovam porque não podemos duvidar do que poderá acontecer no futuro a uma região tão rica como a nossa. Sabemos dos conflitos por causa de recursos naturais. Sabemos que a intervenção dos Estados Unidos no Iraque não ocorreu em defesa da democracia. Tudo isso que os americanos inventaram é uma grande farsa. Não existiam armas químicas, não existiam armas de destruição em massa. Eles estavam de olho no recurso natural chamado petróleo. Agora invadiram o Iraque, amanhã poderão fazer o mesmo aqui.

Portanto, temos de estudar para defender o que é nosso. O Senador Pedro Simon, do Rio Grande do

Sul, preocupa-se com essa rica região que pertence a todos os brasileiros. Temos de fazer com que nossas crianças cresçam sabendo que temos um patrimônio tão rico.

Por último, gostaria de saber por que o rio Japurá está se tornando estéril, um rio tão maravilhoso quanto aquele.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – O problema do rio Japurá...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dom Luiz, permita-me dizer, diante das observações do Senador João Capiberibe, já que S. Ex.ª falou tanto da preocupação com a diminuição da floresta, que **O Estado de S.Paulo** divulga na edição de hoje que a Amazônia tem a maior perda da mata desde 1995. A medição do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelou que em 2002 houve o maior desmatamento da Amazônia Legal desde 1995; a floresta perdeu 25,5 mil quilômetros quadrados, área superior à do Estado de Sergipe, de 21.910 quilômetros quadrados. Esse é o segundo maior desmatamento da história do monitoramento realizado pelo Inpe nos últimos quinze anos, a partir das imagens captadas pelos satélites entre julho de um ano e junho do ano seguinte. Talvez V. Exª possa tecer considerações sobre isso na resposta ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, penso que estaria na hora de abrirmos aqui o debate sobre o programa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia proposto pelo Presidente Lula. Penso que é uma oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Seria interessante.

Com a palavra Dom Luiz.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Penso que essas considerações do Senador João Capiberibe são realmente fruto de sua experiência de trabalho no Amapá. Sabemos que aconteceram mesmo esses fatos. Todavia, penso que temos que estar atentos a essas coisas. Isso aqui chama a atenção. Vejam que, no Congresso Nacional, há um projeto de lei de privatização de três áreas de floresta. Creio que é preciso prestar atenção a isso. Por que, em vez de privatizar essas áreas e dá-las para um grupo, por exemplo, não se empregam essas terras em benefício do povo que mora lá, para dar condições para que eles possam explorar a floresta, naturalmente com toda a assessoria, com todo o apoio?

Dando para grupos econômicos, essas áreas serão devastadas porque esses grupos estão interessados no lucro, querem ganhar dinheiro com a floresta, ao passo que o habitante da floresta, o ribeirinho já vive naquela área. Se dermos condições, ajudando esse pessoal a viver bem da floresta, sem estragá-la, não aconteceriam essas coisas, porque quem está fazendo isso são grupos ou pessoas incentivadas a isso. Temos visto alguns assentamentos que foram feitos, em Apuí, por exemplo, que são uma lástima. Abre-se um ramal ou se coloca uma pessoa a 150 quilômetros para viver lá, derruba-se um pedaço da mata, constrói-se uma cabana de lona, e essa pessoa vai viver nesse local, com casos de malária, de leishmaniose e de outras doenças a que, inclusive, não estão nem acostumadas. E a comercialização dos produtos? São pessoas jogadas assim que devastam a floresta, vendendo toda a madeira, porque precisam sobreviver.

Creio que é preciso também dar atenção a essa questão de assentamentos na Amazônia, localizados em áreas não são agricultáveis. Acredito que precisamos, realmente, de um estudo. O que percebemos é que, realmente, isso acontece porque não temos, repito, um plano de desenvolvimento global. Não conhecemos a Amazônia. Quais são as áreas de terra boa para a agricultura? Quais são as áreas boas para a pecuária? Quais são as áreas de mineração? Há, por exemplo, os nossos rios. Os lagos em que os peixes procriam são devastados, também, por geleiras, por pessoas que sabem ser mais fácil pescar nessas áreas.

O Senado poderia levar adiante essa discussão. Precisamos pensar realmente no conhecimento da Amazônia, em fazer a região ser conhecida, para chegarmos a esse plano de desenvolvimento global da Amazônia. Senão, ficaremos com vários programas e nunca daremos a atenção devida, e a região continuará sempre a ser a mesma coisa.

Não sei se respondi à sua pergunta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – O que aconteceu com o Japurá?

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Com o Japurá aconteceu o seguinte: ele foi se despovoando, naturalmente pela vinda do pessoal para Manaus, para Tefé, para as cidades, porque não havia condições para o povo morar lá. Depois, o Japurá tem sido o rio mais batido pelos pesqueiros da Colômbia. Então, eles compram os peixes dos ribeirinhos a um preço muito mais favorável do que o dos pesqueiros brasileiros e compram peixes que o amazonense não come, os peixes lisos. O amazonense gosta muito de peixe de escama. Não é, Senador?

E chegaram a retirar – isso foi um missionário que me contou – galhos que estavam no fundo do rio para realmente fazer o arrastão. Estão fazendo um

arrastão muito grande, e isso está fazendo sumir o peixe. Além disso, tenho em mãos o que o bispo de Tefé me escreveu sobre o contrabando de peixes ornamentais no Japurá. Peixes dali estão sendo contrabandeados pela Colômbia, o que é muito sério. O rio ficará, realmente, sem peixe. Se não tomarmos algumas medidas, teremos um rio estéril.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dom Luiz, foi muito gratificante para todos nós a sua presença. Demonstra que a Igreja Católica também está agora preocupada com os problemas da Amazônia. A criação de uma comissão na CNBB para cuidar dos assuntos específicos da Amazônia demonstra essa intenção e, sobretudo, essa forma nova de encarar a nacionalidade como um todo e desviar a ação dos que, baseados em teorias estranhas, defendem a internacionalização.

Foi elucidativa a sua observação. Nós, amazonenses, conhecemos os problemas, mas os outros Senadores, tenho certeza, tiveram uma impressão muito boa do que foi abordado.

Dom Luiz, foi dito aqui que não existe uma política para a Amazônia. Lamentavelmente, pelo menos até o último Governo, havia, sim, uma política de esvaziamento. Criavam condições para que o homem não pudesse viver na Amazônia; cerceavam a atividade econômica; expulsavam o homem do interior para as vilas, as cidades e para Manaus, porque o interior que ficou vazio é o interior do interior. As cidades do interior têm problemas sérios com a sua população, porque os que não podem chegar a Manaus ficam nas sedes municipais, mas a atividade do homem que vivia no beiradão foi totalmente proibida.

Eu, certa vez, assisti a um depoimento de uma freira de Quari, que falava da forma como o Ibama tratava o pescador do interior, com o uso até de metralhadora. Davam tiros nos utensílios de cozinha, porque tinha lá peixe fora de época.

Então, houve intenção. Dizem que o esvaziamento da Amazônia foi negociado com a Casa de Windsor. Daí vieram várias medidas: um código ambiental altamente fora da realidade brasileira; uma medida provisória sobre cultivares totalmente asfixiante da produção; uma ação constante de esvaziamento da atividade madeireira. Não defendo a atividade madeireira por devastação, por derrubada, mas a floresta pode ser manejada conscientemente, racionalmente, em benefício do homem. Defendo isso há quarenta anos. E é possível fazê-lo.

Houve na Malásia, no passado. Visitei Sarawak, a floresta da Malásia e me explicaram que, no início, houve devastação, mas hoje não fazem mais isso. Sarawak é um Estado da Malásia, na Ilha de Borneo.

O rapaz que andava comigo lá, numa propriedade de produção, mostrava, na floresta: "Esta árvore é minha" – e tinha lá o nome dele. "Aquela ali é minha e do meu irmão". Então, eles cultivavam a floresta e hoje fazem a silvicultura. E a melhor região para a silvicultura é a Amazônia, por uma razão simples: temos aquela floresta porque a maior concentração de gás carbônico sobre a Terra está sobre a Amazônia. Esse gás carbônico é absorvido e transformado em madeira, durante o crescimento das árvores. Isso é um processo constante e indefinido.

Falam em desmatamento e, com certeza, daqui a uns dias, vão dizer que o Banco Mundial tem um programa de apoio às florestas, de um modo geral. Vão pegar esse jornal, as autoridades brasileiras, e dizer: "Não, no Brasil está assim. Tem que se fazer a defesa". Já fizeram isso muitas vezes aqui. Reportagens de primeira página em revistas, páginas inteiras em revistas falando em devastação da Amazônia e não existia nada disso.

Certa vez, eu fiz um protesto contra a Nasa, que fotografou os campos naturais do Puciari, na região de Humaitá, e mostrou aquilo como resultante do desflorestamento da Floresta Amazônica, como derrubada. Ali nunca houve árvores, é um campo natural, como os pampas gaúchos.

O Ministro Lutzemberger pegou o Presidente Collor – isso me foi contado pelo próprio ex-Presidente – e, lá em Roraima, da janela do avião, mostrou: "Presidente, olha o resultado da devastação". Ocorre que os campos gerais de Roraima nunca tiveram árvores, são campos naturais, mas essa mentira oficial, divulgada por brasileiros, é que cria esse clima em relação à Amazônia – brasileiros que estão a serviço de outros, a serviço de interesses de terceiros.

Portanto, temos que mudar, efetivamente, essa forma de atuação do Governo brasileiro e adotar políticas racionais em relação à Amazônia.

O Presidente Lula, lá em Rio Branco, deu uma conotação nova, inclusive dizendo que alguma coisa não poderia fazer porque as ONGs são poderosas e estão a serviço do interesse internacional. E nós nos preocupamos muito com os americanos. Os americanos são perigosos, todos sabemos. Mas, em relação à Amazônia, a maior pressão é dos europeus. É a Comunidade Européia que faz a maior pressão contra a Amazônia.

Se o senhor imaginar o mapa do Brasil todo, o que vai ver: na fronteira do Brasil com a Venezuela e parte da Colômbia são 9.200.000 hectares de área demarcada à reserva Yanomami, com 6.000 índios. Terminando a reserva Yanomami, começa a reserva Tucano, que vai até abaixo da região chamada Cabeça do Cachorro, quase Japurá, e termina ali. Começa aqui embaixo, com o Peru. A reserva Tucano possui 8 milhões de hectares. Adiante, existe a reserva do Javari, também com 8 milhões de hectares, onde vivem 600 índios Marúbo do lado brasileiro. Do lado peruano, há uma colônia dos Filhos de Israel. Agora, pegaram a última parte da fronteira que faltava para cercar na Bolívia.

Depois dessas reservas indígenas que cercaram o Brasil, começaram a surgir reservas ambientais e ecológicas de movimento. Eu estive numa dessas reservas, acompanhando o Presidente da República. Enquanto Sua Excelência participava das solenidades, fui conversar com os moradores e perguntei como estava a vida de todos. Eles responderam: "Fulano e sicrano conseguiram emprego de guarda-barqueiro – barcos com pequenos motores de popa – para fiscalizar a reserva. As outras pessoas continuam na mesma situação. O que estranhamos é que, semanalmente, saem daqui caixas e caixas que são levadas por esses gringos, mas não sabemos para quê". Essa é a dolorosa realidade. Acentuou-se, assim, a biopirataria.

Ninguém pensa em combater a biopirataria com polícia, com repressão. Existe apenas uma forma de combater a biopirataria, que é pequena na fraude. No caso de fóssil, este contém milhões de células, de bactérias ou de fungos. É impossível controlar a situação. Como eu disse anteriormente, a biopirataria apenas pode ser controlada por meio de formação educacional, de formação de pesquisadores e de profissionais nas universidades para desenvolver o conhecimento na região. Além disso, é preciso aproveitar esse conhecimento, na prática, para fazer a utilização econômica daquilo que foi descoberto. Dessa forma, é possível combater a biopirataria, e não de outra maneira.

A **Asahi Foods** registrou o cupuaçu. O americano registrou a ayahuasca, mas os índios do Equador entraram com uma ação e ganharam. Atualmente, a ayahuasca do Daime do Acre é propriedade dos índios equatorianos. (Risos.) E vários produtos típicos existentes apenas na Amazônia, como a copaíba e a andiroba, estão patenteados internacionalmente. Essa é a realidade. No Brasil, assistimos a essa situação praticamente de braços cruzados.

Portanto, precisamos investir nas instituições de pesquisas, voltadas para o interesse nacional, a fim de que estudem a potencialidade dos nossos produtos na região, com o sentido prático de verificar o que representam, para que servem e como comercializá-los. Se isso não ocorrer, não adianta nada. Por exemplo, há um instituto na região que passou dez anos estudando o desvio genético no cromossomo da preguiça. Parece incrível, mas havia esse projeto lá. Levaram muito tempo para provar que o elefante era parente do peixe-boi. E levaram o elefante para visitar o peixe-boi num tanque. Esse instituto tem 40 anos de atividade e, até hoje, não se sabe para que serve. Quando vamos lá, mostram-nos a mesma coisa sempre; eles servem um bolinho de carne de peixe, como se fosse uma grande novidade, algo que o caboclo já faz há centenas de anos. Esse é o resultado das pesquisas.

Então, a maioria dos institutos está fechada, porque serviram muito aos técnicos estrangeiros. Por exemplo, encontrei pesquisadores e cientistas no Instituto de Ciência de Moscou, na Real Sociedade Britânica, em várias academias francesas e americanas, no Instituto de Pesquisa de Milão, e todos são pesquisadores formados no Inpa, no Amazonas. Quanto ao resultado do trabalho que fizeram no Inpa, para nós, não houve nenhum. O que eles aprenderam nas pesquisas, colocaram na mala e foram embora. E o pior: essas pesquisas são financiadas por empréstimos que o Governo brasileiro tem de pagar depois. O diretor do **Kew Garden**, em Londres, passou pelo Inpa também; na Escócia, fui fazer uma palestra na Universidade da Escócia, em Glasgow, e também encontrei um cientista que tinha passado pelo Inpa. Entretanto, para nós, não houve nenhum benefício. Essa é a dura realidade.

Então, a ponderação que V. Sª fez é importante, porque desperta a atenção para o problema. Não se importam muito com a nossa presença aqui, mas a nossa reunião será mostrada pela TV para o Brasil todo, e isso é importante. Também a Igreja está empenhada na luta para que o Brasil tome conhecimento da Amazônia, da sua realidade e da necessidade de uma política efetivamente sadia, real, não entreguista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Gilberto Mestrinho afirmou que, muitas vezes, as reportagens sobre a perda de mata nem sempre são precisas. Já houve ocasião em que, conforme S. Exª disse, informações não muito precisas sobre os campos gerais de Roraima foram dadas por alguns, como até pelo Ministro do Meio Ambiente do Governo Collor, José Lutzemberger. Essas estatísticas, na

verdade, são dados que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais informou. Dom Luiz, na sua exposição inicial, observou que, se o Inpe é capaz de detectar de pronto quando está havendo o desmatamento, por que não se toma uma medida.

Diante da sua formulação, vou perguntar à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em que medida pode haver essa resposta mais imediata? Ressalto que, ontem, o Ministério do Meio Ambiente disse que haverá uma reunião, segunda-feira próxima, da Casa Civil com outros Ministérios, como Ciência e Tecnologia e Agricultura, para tratar essa questão – apenas em complemento à informação.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – O Inpe é um instituto sério, efetivamente, mas já se enganou algumas vezes nos cálculos. A história mostra isso.

Em segundo lugar, ela diz que isso é em Mato Grosso. O que se está utilizando em Mato Grosso é o cerrado e não a floresta. Então, tem-se avançado no cerrado, o que não traz nenhum malefício ao meio ambiente, porque a soja plantada absorve tanto gás carbônico da atmosfera quanto uma floresta, por incrível que pareça. Pela velocidade de crescimento que tem, ela absorve uma quantidade fantástica de gás carbônico. Então, fiquei com uma pulga atrás da orelha, como diz D. Luiz Soares Vieira, com essa notícia. Mas ele citou uma coisa importante, a política de assentamento.

Os assentamentos do Incra são verdadeiramente criminosos com a pessoa humana, porque colocam um homem despreparado para a agricultura em lugares muito distantes e não dão qualquer assistência. E o infeliz não tem outro caminho. E o Brasil é um País interessante: segundo a legislação, depois que o agricultor tiver o título efetivo de posse da terra, ele precisa desmatar 50% do terreno. Mas vem uma medida provisória e estabelece que só é permitido desmatar 20%. Então, há essas situações surrealistas, que só o Brasil sabe criar, por falta de atenção efetiva à Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Está muito bem. Foi interessante. O Senador conhece bem o Amazonas, foi Governador várias vezes e sabe realmente da problemática. Mas insisto muito sobre uma coisa: é preciso que tenhamos um plano de desenvolvimento global da Amazônia. Sem isso, vamos acabar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O último inscrito é o Senador Augusto Botelho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Pedro Simon. V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostaria de salientar um projeto de minha autoria que transforma o ano que vem no ano da defesa da Amazônia e propõe uma série de medidas com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. É uma boa idéia, que nasce também dessa reflexão. E a reunião de hoje vai contribuir para dar mais elementos à justificativa do projeto do Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O projeto já está pronto, podemos apenas emendá-lo e aperfeiçoá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exmº Sr. Presidente, meu prezado D. Luiz Soares Vieira, gostaria, antes que o Senador Pedro Simon saísse, de elogiá-lo e dizer-lhe que S. Exª também é considerado por nós, Senadores da Amazônia, como um membro da nossa equipe. Ainda mais com essa idéia de fazer com que o ano que vem seja o ano da Amazônia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Lamento que D. Luiz Soares Vieira não conheça o meu Estado tão bem como conhece o Amapá, o Amazonas.

Vou fazer uma explanação bem rápida para que ele entenda bem. O que se deve saber da geografia: meu Estado se divide em três partes – um terço de florestas; um terço de campos gerais, que chamamos de lavrados, que equivalem a nosso cerrado aqui, que não têm árvores grandes, mas têm caimbé e mirixi, árvores de pequeno porte, retorcidas, e em escassez; e as montanhas, as serras.

Então, em Roraima há o povo do lavrado, o povo da serra, o povo da floresta e o povo ribeirinho, como em toda a Amazônia. Roraima tem uma característica especial, porque já foram demarcadas áreas indígenas lá e agora há essa que está em discussão – Raposa/Serra do Sol –, cuja forma deverá ser definida segundo a vontade do Presidente Lula, que mandou o Ministro da Justiça lá. S. Exª fez algo que ninguém havia feito até então: foi às áreas onde só Rondon havia chegado como autoridade federal, ou seja, à Raposa, à Maloca da Raposa, que nunca tinha sido

visitada nem pelo Presidente da Funai, porque o Conselho Indígena de Roraima, o Cir – uma ONG que domina nossa região -, sempre levava para a aldeia deles. E não eram todos os brasileiros. Nós, de Roraima, somos favoráveis à demarcação de todas as áreas indígenas, mas também queremos respeitar a individualidade de cada etnia, de cada grupo.

Essa união da Raposa Serra do Sol assim emendada vai criar conflitos no futuro, porque são cinco etnias misturadas: Makuxi, Wapixana, Ingariko, Taurepang e Temonas, que são bem poucos. Mesmo sendo em área única, o senhor, que pode influenciar na parte eclesial, deveria ter definido qual é a área dos Ingariko, dos Makuxi e dos Temonas, porque haverá conflito no futuro.

O povo de Roraima e o povo tradicional dessas regiões têm sofrido muito. Esta é a primeira vez em que somos ouvidos. Há trinta anos, as pessoas têm sido colocadas para fora de suas terras – estão na quarta geração de nascimento –, às vezes, pela Polícia Federal com metralhadoras.

No começo, eles até recorriam à Justiça. Entravam na Justiça Federal local, ganhavam a causa e permaneciam em suas terras. Então, a Funai recorria aos tribunais superiores e eles perdiam. Perdiam por quê? Porque são chamados de fazendeiros, mas são pequenos proprietários que viviam em uma casa igual à dos índios, de adobe e chão batido, e não tinham dinheiro para pagar um advogado para vir aqui defendê-los.

Essa é uma falha que o Governo Federal tem contra o meu povo de Roraima, e creio que o Presidente Lula irá corrigi-la. Falo e afirmo que nunca foi reassentado um cidadão removido de qualquer área declarada como indígena, no meu Estado.

Quando começaram a definir as áreas indígenas, até fiquei feliz quando definiram a São Marcos, que é muito perto da área dos Ianomâmis. Agora, a Raposa Serra do Sol vai incluir a fronteira com a Venezuela e a Guiana, que dá quase três mil quilômetros de fronteira. Será criado um problema social muito grande no meu Estado, se for mantida a política das ONGs, que têm mais voz politicamente – porque existem ONGs que não têm voz, somente agora foram ouvidas pelo Ministro –, como o CIR, que quer demarcar e retirar vilas onde pouco mais de mil casas serão desalojadas – se bem que quase um terço é ocupado por pessoas de origem indígena que permanecerão lá.

Fico feliz ao ouvir a sua voz em defesa da Amazônia, porque sou católico, sou cristão e vou à missa todas as semanas – os colegas do hospital me chamam até de padre por eu conversar bastante e ter convicção religiosa. Nós, em Roraima, nunca fomos ouvidos, mas, agora, no Governo do Lula, isso está acontecendo com os outros povos indígenas também, porque o pessoal do Raposa, do Contão, do Napoleão nunca foi ouvido porque havia um domínio sobre a palavra.

Houve a morte de um índio, recentemente, e três outras mortes relacionadas à essa causa, nos últimos trinta anos. Duas pessoas morreram quando queimaram uma ponte em uma estrada e um pequeno produtor caiu com a sua picape, morrendo seu amigo na hora e o filho dele depois, em conseqüência das queimaduras. E o Aldo Mota morreu agora em um conflito bem nítido, de uma forma estranha.

Pedi a palavra para falar disso, porque há a preocupação do Senador Gilberto Mestrinho de que toda a fronteira seja ocupada, falta somente emendar. Se a Raposa Serra do Sol sair excluindo todo mundo, tirando todas as populações das estradas do jeito que querem, só falta emendar São Marcos com Ianomâmi e ficará toda a fronteira emendada com área indígena.

Em relação aos assentamentos do Incra, que são feitos de forma não muito humana, existem pessoas que estão há quinze ou vinte anos, e nessa ampliação na área dos Waiwai, no Pará, que dista 170 Km da fronteira de Roraima com o Pará, entra em Roraima e emenda com a área dos Waimiri-Atroari. Não sei por que querem fazer toda essa área se só existem 700 Waiwai que têm quase 400 mil hectares de área que já foi reconhecida pelo Presidente Lula. Vão desalojar mais outros colonos que foram alojados há dez ou quinze anos passados pelo Incra, que passarão à condição de sem-terra. Ou seja, as coisas são feitas em Brasília sem ouvir as pessoas. Nós, Parlamentares, nunca tivemos acesso a um laudo antropológico. Gostaria de ver o laudo antropológico que autorizou a duplicação da área waiwai. Sabe-se que as áreas indígenas coincidem com as áreas de províncias minerais – D. Luiz Soares Vieira também sabe disso – e com as áreas de petróleo. A única área com petróleo confirmado em Roraima é a de Raposa/Serra do Sol, local em que se encontram também as províncias de diamante e diamantíferas.

Portanto, os índios, o povo de Roraima, meus irmãos indígenas, querem o desenvolvimento. Não querem andar mais de tanga, não querem andar flechando nem carregando jamachi nas costas. Vislumbro uma possibilidade, mas com as demarcações que acabam de ser feitas. Na semana em que foi aprovada a demarcação, já começo a ter dúvidas se o caminho será levado a sério ou se continuará a mesma ba-

lela das ONGs européias que para lá enviam dinheiro. Os antropólogos que fazem os laudos geralmente são pagos por ONGs estrangeiras.

Assim sendo, também acredito que existe risco de internacionalização da Amazônia. O Líder do meu Partido, Senador Jefferson Péres, diz que não. Mas vejo assim também. Pois o guardião da fronteira barata, que seria o pequeno proprietário, é expulso de sua terra.

Há um grande movimento de índios em Roraima, já que nossa seguridade é melhor do que a da Venezuela e a da Guiana. Assim, eles migram para cá a fim de se aposentarem pelo nosso sistema. E vivem também em Roraima. Mas são todos bem vindos, pois há espaço para todos. Gostaria que os países vizinhos dessem mais atenção a eles.

Na fronteira com a Guiana, próximo a Uiramutã, onde houve o problema recente com a construção do quartel, é cultivada a maconha normalmente. O Governo da Guiana Inglesa não reprime o cultivo de maconha. Ou seja, se tirarmos todos de lá, pior será para os próprios índios, que terão acesso à maconha sem repressão.

Gostaria de pedir a V. Exª que não se cale, que continue defendendo o cidadão. E fiquei muito feliz ao ouvi-lo falar no amazônida, pois aqui no sul do País só se fala na floresta e no rio. Esquecem das pessoas que lá vivem, esquecem do ribeirinho que pega o peixe para comer e é preso e processado pelo Ibama porque pescou fora de época. Se fosse pescar para vender, tudo bem, mas pescar para comer e sobreviver... Ele já vive lá há cem anos. Já é a quarta, quinta geração na beira do rio, e sempre pescou. Inventamos uma lei no sul do País que prende o homem, fura suas panelas e dá tiro nele. Não é mentira não, fazem como o Senador Gilberto falou. Pelo menos faziam. Espero que no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva as coisas se modifiquem e o homem seja respeitado.

Mas acredito que modificaram sim, pois até o senhor teve coragem de tomar uma posição dessas e defender o homem.

D. Luiz Soares Vieira defende o cidadão da Amazônia, não defende a floresta, nem a água, nem a terra. Como cristão, ele defende o cidadão. E estou aqui também a fim de defender a pessoa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de D. Luiz Soares Vieira responder ao Senador Augusto Botelho, gostaria de dar as boas-vindas aos Senadores do Uruguai, da Frente Ampla, que nos visitam: Senadores Rafael Michelini e Reinaldo Gargaño, e também ao Presidente da Frente Ampla, candidato à Presidência da República no Uruguai, Tabaré Vázquez. Sejam bem-vindos.

Estamos concluindo a audiência com D. Luiz Soares Vieira, Arcebispo de Manaus, que nos fala hoje a respeito da soberania e dos problemas da Amazônia. Estamos concluindo o nosso debate. Antes da resposta final, permita-me, prezado D. Luiz Soares Vieira, oferecer-lhe um exemplar de meu livro **Renda de Cidadania: A Saída é pela Porta**.

O projeto já foi aprovado pelo Senado Federal. Falta ainda a aprovação na Câmara dos Deputados. Tenho a convicção de que, uma vez instituída uma renda básica de cidadania, será facilitada a possibilidade de sobrevivência de todos aqueles que vivem inclusive no interior da Amazônia, que foi uma das preocupações colocadas na exposição. V. Exª tem oportunidade agora para tecer as suas considerações finais e responder ao Senador Augusto Botelho.

Quero dizer que para nós foi excepcional a oportunidade de ouvirmos seu depoimento, suas preocupações e conhecimento tão aprofundado da Região Amazônica, depoimento enriquecido pelas considerações dos Senadores da Região Amazônica aqui presentes.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ SOARES VIEIRA – Senador Augusto, concordo plenamente com a idéia de que precisamos olhar prioritariamente o homem amazônico, homem e mulher, bem entendido, o ser humano. Não podem acontecer injustiças. Se uma área indígena foi definida, os cidadãos que foram retirados de lá não podem ficar desamparados. Eles têm direitos. É um direito do cidadão que, possuindo uma propriedade aqui e aqui não podendo permanecer por várias razões, o Estado tenha a obrigação de colocá-lo em uma propriedade igual, pelo menos igual.

Esse tipo de acontecimento é lamentável. É um atentado à dignidade humana, aos direitos humanos, o que não podemos aceitar. Acredito que a luta a favor da Amazônia é uma luta, antes de tudo, em defesa do homem amazônico. Precisamos lembrar disso muito seriamente. Quando se fala na Amazônia, se fala de água, de floresta e de outros assuntos, mas geralmente não se fala do homem amazônico. Então, precisamos lembrar que a Amazônia é a terra, sim, mas é a terra com o seu habitante, e este vale muito mais do que a terra.

Queria agradecer a oportunidade que realmente foi muito preciosa para mim. Uma experiência interessante esse debate e vou torcer para que a Subcomis-

são da Amazônia funcione e, quem sabe, tenhamos o Ministério da Amazônia – é um sonho, mas tomara que aconteça. E repitamos sempre: a Amazônia brasileira é nossa, a serviço da humanidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado Dom Luiz Soares Vieira. Foi com muita alegria que nós recebemos sua visita.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h30min.)

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia três de julho do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia três de julho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **DUCIOMAR COSTA, JEFFERSON PÉRES, MARCELO CRIVELLA, JUVÊNCIO DA FONSECA, MOZARILDO CAVALCANTI, TIÃO VIANA, PEDRO SIMON, JOÃO CAPIBERIBE, GILBERTO MESTRINHO, HÉLIO COSTA, RODOLPHO TOURINHO, JOÃO ALBERTO SOUZA, ARTHUR VIRGÍLIO** e as Senhoras Senadoras **PATRÍCIA SABOYA GOMES** e **FÁTIMA CLEIDE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente faz a leitura de Ofício destinado à Senhora Senadora **ÍRIS DE ARAÚJO** encaminhada pelo Senhor Jorge Assunção Pinto clamando pela libertação de seu filho que se encontra preso nos Estados Unidos Americanos. Sendo assim, o Senhor Presidente propõem à Comissão o encaminhamento de uma carta à Embaixadora dos Estados Unidos no Brasil e ao Embaixador brasileiro do Brasil nos Estados Unidos, Rubens Barbosa, solicitando o retorno do jovem George Geraldo de Assunção Pinto ao Brasil que é aprovada pela Comissão. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **HÉLIO COSTA, JOÃO CAPIBERIBE** e a Senhora Senadora **ÍRIS DE ARAÚJO.** Em seguida, passa-se a análise das matérias de pauta, de acordo com a Mensagem nº288, de 2003, de Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, do período de 1º a 31 de julho de 2003. **Item 01 – Mensagem (SF) nº 111, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora **CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA,** Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein. O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senhor Senador **TIÃO VIANA** que procede à leitura do relatório. Em seguida, passa-se ao próximo item de pauta. **Item 02 – Mensagem (SF) nº 117, de 2003,** de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Belize. O Senhor Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA** procede a leitura do seu relatório. Passa-se ao próximo item de pauta. **Item 03 - Mensagem (SF) nº 125, de 2003,** de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **MÁRIO DA GRAÇA ROITER,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Bareine. O Senhor Senador **MOZARILDO CAVALCANTI** faz a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI, GILBERTO MESTRINHO** e **JUVÊNCIO DA FONSECA** que escrutinem os votos após a votação. Faz uso da palavra o Senhor Senador **HÉLIO COSTA** registrando voto de louvor ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, Chanceler **CELSO AMORIM**, pela posição adotada pelo Governo brasileiro em não assinar o acordo bilateral proposto pelos americanos para livrar seus cidadãos do Tribunal Penal Internacional. O Senhor Senador **GILBERTO MESTRINHO** faz uso da palavra sugerindo que o pronunciamento do Senador Hélio Costa seja uma decisão coletiva da Comissão e que seja encaminhado Ofício ao Ministro Celso Amorim. O Presidente coloca em votação a proposta do Senhor

Senador Gilberto Mestrinho que é aprovada. Em seguida é feita a apuração dos votos e o Senhor Presidente anuncia a aprovação dos indicados por dez votos cada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO CAPIBERIBE, HÉLIO COSTA** e **RODOLPHO TOURINHO** para discutir sobre a Subcomissão da Amazônia, a ALCA e o MERCOSUL. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas taquigráficas da Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia três de julho do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias de pauta, de acordo com a Mensagem nº288, de 2003, de Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, do período de 1º a 31 de julho de 2003.

Temos apreciações de embaixadores em cargos cumulativos, Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro e Srª Maria da Graça Roiter, que são três embaixadores que não precisarão aqui ser ouvidos, porque se referem a cargos cumulativos.

Há um assunto de emergência que a Senadora Iris de Araújo nos trouxe. Trata-se de um caso semelhante ao que vem preocupando esta Comissão e inúmeros Senadores: os brasileiros no exterior.

Recebemos, ontem, a visita do Sr. Jorge Assunção Pinto, que encaminhou à Senadora Iris de Araújo um ofício, que todos os senhores têm em mão. Diz o ofício:

"Estou requerendo a V. Exª para que possa auxiliar-me em um problema que está afligindo toda a minha família.

Trata-se de meu filho George Geraldo de Assunção Pinto, de 23 anos, que, induzido por uma agência de viagens de São Paulo, assim como tantos outros jovens dessa faixa-etária, foi tentar a vida nos Estados Unidos.

A tentativa teve início no México, por meio de agenciadores mexicanos denominados **coyotes**. Durante os preparativos para a travessia da fronteira, ele e outros desafortunados sofreram todo o tipo de maus-tratos e privações desses pseudo-agenciadores, ficando sem alimentação e água por cinco dias.

Após ameaças de morte feitas por esses **coyotes**, conseguiram fugir e entraram ilegalmente nos Estados Unidos no dia 8 de maio do corrente ano. Já bastante debilitado, procurou a polícia de imigração daquele país e entregou-se, sendo conduzido, então, para um presídio só de imigrantes, denominado CSC – Frio Detention Center, em Pearsall, Texas.

Com esses esclarecimentos, Srª Senadora, venho apelar para seu alto espírito humanitário, no sentido de que, por meio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, possa me ajudar a retirar o meu querido filho daquele presídio e trazê-lo de volta ao nosso País e ao convívio com a sua família."

Conforme V. Exªs poderão examinar, está transcrita a carta do próprio filho escrita no Frio Detention Center, Texas, em 11 de maio passado, na qual relata em maiores detalhes todas as agruras por que tem passado, havendo inclusive a informação de que já teria perdido algo em torno de dezessete quilos e que está em grave situação de saúde.

Em virtude do exposto, proponho à Comissão que, se for aprovada, assinássemos a seguinte carta endereçada à Embaixadora dos Estados Unidos no Brasil e ao Embaixador brasileiro, Rubens Barbosa, do Brasil nos Estados Unidos:

"Vimos pela presente, altamente sensibilizados pelo drama humano vivido pelo cidadão brasileiro George Geraldo de Assunção, detido por tentativa de imigração ilegal no Estado do Texas, USA, no CSC Detetion Center 410 S Cedan-Street na cidade de Persall, solicitar os seus elevados préstimos, no sentido de viabilizar a volta do jovem e inofensivo imigrante, ao convívio dos seus familiares no Brasil.

Trata-se de dever humanitário que a todos nos obriga, na relevância das funções públicas que exercemos, abreviando uma aflição penal que a ninguém interessa, agravada pela desproporção entre a eventual violação imigratória perpetrada e a rigor e crueldade da medida carcerária adotada, em descompasso com os valores mínimos do direito penal humanitário.

Contando com sua alta sensibilidade para compreender a natureza de nosso pleito, e sabedores de sua solicitude no trato de questões como a que aqui suscitamos, colocamo-nos a inteira disposição de V. Exª para maiores esclarecimentos, renovando votos de elevada estima e distinta consideração."

Submeto à consideração dos Srs. Senadores, este ofício, que inclusive é também uma iniciativa da Senadora Iris de Araújo. Esta Comissão já tem manifestado preocupação com tais casos. O Senador Hélio Costa conhece esse problema em profundidade.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Vou assinar as cartas e solicito que todos também as assinem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é importante ressaltar que o jovem está sendo penalizado até por ter tido a melhor decisão e a melhor opção.

Pela leitura da carta do pai, o jovem já havia entrado em território americano e, em vez de simplesmente se misturar aos milhares e milhares imigrantes ilegais, foi até a delegacia de polícia e se entregou às autoridades da imigração. Esse cidadão, que já havia entrado ilegalmente no País, ao procurar as autoridades, deveria ter sido protegido, encaminhado às autoridades brasileiras e deportado, e não deixado todo esse tempo à espera de um processo.

V. Exª está corretíssimo em adotar essas providências, devemos, conforme V. Exª sugeriu, encaminhar esse documento ao Embaixador, ao nosso Embaixador nos Estados Unidos, pois pelo menos neste caso em particular a decisão foi correta: procurar a autoridade e se entregar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Gostaria de dar algumas informações, até porque muitas vezes se discute a possibilidade de privatizar as penitenciárias do Brasil, tal qual foi feito nos Estados Unidos.

Uma das razões por que um migrante é preso e mantido encarcerado deve-se ao fato de que as prisões naquele país são privadas, e há todo um **lobby** de captação de presos. Há uma concorrência, uma disputa, tal qual é feito, infelizmente, no Brasil pelas funerárias nas portas dos hospitais. Nos Estados Unidos, são as penitenciárias privadas que disputam os presos, porque, num caso desses, para a sociedade americana, é muito mais fácil repatriar esse cidadão do que o manter preso indefinidamente.

Já que estamos discutindo a questão das penitenciárias brasileiras, é necessário considerar essa distorção que está ocorrendo nos Estados Unidos, que hoje são detentores do maior número de cidadãos presos, percentualmente. É um absurdo a quantidade de pessoas americanas presas nos Estados Unidos.

Temos de considerar esse fato quando da discussão sobre a eventual possibilidade de privatização das nossas penitenciárias para evitar a disputa e a manutenção das pessoas presas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Informo à Senadora Iris de Araujo que foi lida, por iniciativa de S. Exª, a carta do Sr. Jorge Assunção Pinto, pai de George Geraldo de Assunção Pinto. Tendo sido lida a carta, todos os membros resolveram unanimemente aprovar e assinar uma sugestão aos embaixadores Donna Hrinak, dos Estados Unidos no Brasil, e Rubens Barbosa, do Brasil nos Estados Unidos.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araujo para tecer considerações.

A SRª IRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, Presidente desta Comissão, primeiramente, agradeço a V. Exª pela maneira rápida e pela ação que V. Exª promoveu para termos uma resposta imediata a uma família que está aflita.

Certamente, as considerações feitas e as cartas lidas já mostraram a realidade em que vivemos. Jovens, cotidianamente, estão sendo enganados pelo idealismo, pela vontade de crescer e de colocar-se numa posição melhor, e essas empresas estão encaminhando esses jovens com promessas de emprego, mas, ao chegarem lá, sofrem horrores. Chegou ao meu gabinete uma carta relatando essa situação que considerei extremamente dolorosa, porque, falando com o pai e, depois, pelo telefone, com a mãe do jovem, pude sentir a aflição de cada um.

Agradeço a todos os Senadores que votaram e ao Sr. Presidente pelas providências adotadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria ainda, em nome da Comissão, de pedir à Secre-

taria da Comissão que acompanhe a Senadora Iris de Araujo para entregar essa carta à embaixadora Donna Hrinak.

Depois desta reunião, telefonaremos para o Embaixador Rubens Barbosa para relatar o fato oralmente e para encaminhar por fax, de pronto, o que acaba de ser aprovado.

Encerrado esse assunto, esclareço que os requerimentos encaminhados a esta Comissão que não forem objeto da convocação extraordinária, só poderão ser examinados em agosto.

Item 01. Mensagem nº 111, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

Concedo ao palavra ao Senador Tião Viana para, como Relator **ad hoc**, ler o parecer do Senador Flávio Arns.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz da Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora junto ao Principado de Liechtenstein. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para a referida matéria.

A ilustre Diplomata indicada tem um currículo oriundo da carreira diplomática: Terceira Secretária, em 1969; Conselheira, em 1981; Ministra de Segunda Classe, em 1989; e Ministra de Primeira Classe em 1997. Das funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se a de Assessora do Ministro de Estado, de 1977 a 1979; Chefe Substituta da Secretaria de Assuntos Legislativos do Gabinete do Ministro de Estado, de 1981 a 1982; Chefe da Divisão de Atos Internacionais, de 1982 a 1983; Chefe da Divisão da Europa, de 1989 a 1990; Chefe do Departamento de Serviços Exteriores, de 1990 a 1991; Chefe de Gabinete do Subsecretário de Serviços Exteriores, de 1996 a 1997; e Diretora-Geral do Departamento de Organismos Internacionais, de 1997 a 2000.

Larga experiência desenvolvida no exterior, portadora de condecorações da Ordem do Rio Branco, Ordem do Mérito Aeronáutico, Mérito Naval, Mérito Militar, Medalha Mérito Santos Dumont. Em outros países obteve medalhas também de reconhecimento de atividade diplomática.

A Formação curricular inquestionável.

Portanto, o parecer é plenamente favorável à cumulatividade da função de Embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como não há argüição neste caso, leremos os três itens da pauta para, em seguida, os Senadores votarem. O procedimento será de cédula e cada um dirá "sim" ou "não" ou "abstenção" a cada um dos nomes indicados.

Item 02. Mensagem nº 117, que submete o nome do Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize. É autor o Presidente da República.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca para ler o seu relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

A Constituição Federal, em seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente e por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno desta Casa, elaborou o **curriculum vitae** do candidato. De acordo com esse documento, o Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro nasceu na cidade de Nova York, Estados Unidos, em 20 de agosto de 1946, sendo brasileiro nato, nos termos do art. 129, inciso II, da Constituição de 1946. É diplomata de carreira desde fevereiro de 1968, tendo sido promovido a Segundo-Secretário, em 1971; por merecimento, a Primeiro-Secretário, em 1976; a Conselheiro, em 1979; a Ministro de Segunda Classe, em 1982; e a Ministro de Primeira Classe, em 1988.

Na Secretaria de Estado, exerceu várias funções, entre as quais podem ser destacadas: Coordenador de Planejamento Político da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, de 1979 a 1983; Chefe de Departamento de Organismos Internacionais, de 1987 a 1990; Diretor-Geral do Departamento de Organismos Interna-

cionais, de 2000 a 2001; Subsecretário-Geral Adjunto, em 2001; e Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, de 2001 a 2003.

Em representações diplomáticas do Brasil no exterior, o Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo e Castro serviu em Genebra como Terceiro-Secretário e como Segundo-Secretário, de 1971 e 1973; em Los Angeles, como Cônsul Adjunto, de 1973 a 1976; em Nova Iorque, perante as Nações Unidas, como Segundo-Secretário, em 1976, e como Primeiro-Secretário, de 1976 a 1978; em Washington, como Primeiro-Conselheiro, de 1984 a 1987; em Nova Iorque, perante as Nações Unidas, como Embaixador de 1990 a 1994; em Washington, perante a Organização dos Estados Americanos, como Embaixador de 1994 a 1996; em Montevidéu, como Embaixador, de 1996 a 2000.

Atualmente, conforme mencionado, exerce o cargo de Embaixador do Brasil perante os Estados Unidos do México.

Entre suas várias missões como agente diplomático, destacam-se suas participações como membro do Comitê dos Fundos Marinhos e Oceânicos das Nações Unidas e do Comitê Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, experiência que culminou em sua obra intitulada **O Brasil e o Novo Direito do Mar – Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva**.

Cabe, ainda, frisar sua participação como membro do Conselho Permanente da OEA, de 1984 a 1985 e de 1994 a 1996; representante adjunto do Brasil no Conselho de Segurança; Presidente da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas e Presidente da Comissão de Segurança Hemisférica da OEA, de 1995 a 1996.

Além do **curriculum vitae** relatado, trago documento informativo sobre Belize, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, no qual foram destacados aspectos gerais do País e sua política interna e externa, bem como das relações bilaterais com o Brasil. Entre tais dados, destaca-se o fato de Belize ser uma monarquia parlamentarista, tendo a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado. Como Chefe de Governo, desde 1998, reeleito em 2003, ocupa o cargo de Primeiro-Ministro Said Musa.

O Governo Said Musa encontra dificuldades em manter a estabilidade econômica, principalmente após o agravamento do déficit da balança comercial do país, em razão da queda dos preços internacionais da banana e do açúcar, que são os principais produtos de exportação de Belize. Como superação, aposta no incremento do turismo e do setor de construção.

Quanto às relações bilaterais com o Brasil, destaca-se o documento do Ministério das Relações Exteriores que informa ser pequeno o volume comercial entre os dois países. São comercializados basicamente produtos primários. No entanto, como está inserido na política regional caribenha e pretende estreitar relações com o México e com a região centro-americana, Belize entraria nos contextos de política externa regional planejados pelo Brasil. De modo mais pontual, há interesse recíproco em que a Braspetro realize pesquisa no mar territorial belizense, com perspectiva futura de prospecções.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações nesse relatório, mesmo porque o voto do Relator é secreto.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 3. Apreciação, pelo Senado Federal, da indicação do Sr. Mário da Graça Roiter para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuweit, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Barein.

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator da mensagem, que leia o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República deseja fazer do Sr. Mário da Graça Roiter, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuwait, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Barein. No cumprimento das missões para as quais foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado desempenhou funções de relevância, tendo participado de delegações brasileiras em reuniões internacionais. Tem experiência em negociações marítimas e em temas relacionados com a lavagem de dinheiro.

O diplomata em apreço foi agraciado com as seguintes condecorações: Ordem Royal Victoria, Grã-Bretanha; Ordem Infante Dom Henrique, Grande Oficial, de Portugal.

Consta do processado, além do **curriculum vitae**, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores com dados básicos a cerca das relações entre o Brasil e o Barein.

Segundo o relatório do Itamaraty, o Estado do Barein tornou-se independente em 1971. Trata-se de

um pequeno arquipélago localizado no golfo pérsico, com capital em Manama, e uma população de 656 mil habitantes.

No que concerne às relações bilaterais, o documento informa que o Brasil e o Barein estabeleceram relações diplomáticas em 1980 e, desde 1985, a representação brasileira naquele país é exercida pela Embaixada no Kuwait. O Barein é representado em Brasília por seu Embaixador residente em Washington.

Ainda de acordo com o relatório, as relações econômicas bilaterais se concentram na área financeira, uma vez que os Bancos do Barein chegaram a constituir-se num dos maiores credores árabes do Brasil. E o Banco do Brasil já manteve, inclusive, escritório de representação em Manama, a capital.

Outro aspecto que merece destaque do relatório do Itamaraty é que, na perspectiva do declínio das duas receitas de venda do petróleo, o Barein tem procurado diversificar sua economia, investindo nos setores de mineração, finanças, transporte, indústria naval e química, comunicações, turismo e pesca. Nesse contexto, existiriam possibilidades de parcerias com o Brasil.

Finalmente, convém ressaltar que as relações comerciais entre o Brasil e o Barein ainda são limitadas, mas com perspectivas de aumento. O Barein importa anualmente cerca de US$3 bilhões, e a participação das exportações brasileiras atingiu, em 2002, cerca de US$72 milhões. Os principais produtos brasileiros exportados para aquele mercado são carne de frango e minério de ferro, e a maioria de nossas importações é de petróleo.

Tendo em vista, portanto, a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, temos os três itens relatados.

Convido os Srs. Senadores para exercerem o direito de voto, depositando a cédula na urna para os três itens. Peço aos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Gilberto Mestrinho e Juvêncio da Fonseca que, logo após a votação, façam a gentileza de apurar os votos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador, primeiramente é necessário que todos votem. Peço aos Senadores que assinaram que, de pronto, venham cumprir o seu direito de voto.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero registrar um voto de louvor. Na verdade, quero cumprimentar o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela posição firme adotada pelo Governo brasileiro, certamente por sua indicação, no caso específico da decisão do governo americano de penalizar o Brasil e vários outros países que assinaram, inclusive no ano passado, que foi o que aconteceu no Brasil, o Protocolo do Tribunal Penal Internacional.

Sr. Presidente, posiciono-me favoravelmente à nota divulgada na última terça-feira pelo Ministro das Relações Exteriores, que comunicou a posição do Brasil em não assinar o acordo bilateral proposto pelos americanos para livrar seus cidadãos do Tribunal Penal Internacional. Mesmo conhecendo a posição americana de suspender a assistência militar ao Brasil e a outros países que não aderirem ao acordo americano, o País mantém sua posição contrária a esse acordo bilateral. O curioso é que o Brasil, no ano passado, recebeu rigorosamente nada de ajuda militar dos Estados Unidos, mas há alguns acordos que permitem um intercâmbio entre as Forças Armadas brasileiras e as americanas. Ainda assim, por menor que fosse esse acordo, ele seria importante para o Brasil, mas o governo americano decidiu cancelar esses acordos como se fosse uma forma de penalizar o Brasil porque assinou o acordo sobre o Tribunal Penal Internacional. Esse acordo daria imunidade de jurisdição aos cidadãos dos Estados Unidos em território brasileiro.

Segundo o comunicado, o tratado é contrário à letra e ao espírito do Estatuto de Roma, que criou o TPI, e atenta contra a igualdade jurídica dos Estados. Essa igualdade, em vigor desde 1º de julho de 2002, por meio do Tribunal Penal Internacional, analisa casos contra indivíduos e sua jurisdição não é restrita a uma situação específica. E o apoio ao Tribunal deve ser o mais amplo possível, pois a legislação desse Tribunal representa um grande avanço do Estado de direito ao combater a impunidade, contribuindo, dessa forma, para reduzir a incidência desses crimes no século XXI.

O Tribunal Penal Internacional é permanente, capaz de julgar indivíduos acusados das mais graves violações do direito internacional humano, os chamados crimes de guerra contra a humanidade ou de genocídio. Ele é diferente da Corte Internacional de Justiça, cuja jurisdição é restrita ao Estado. Até a criação do TPI, não havia muitos mecanismos jurídicos para resolver as grandes violações aos direitos humanos. Por isso, foram criados os tribunais como os de Nuremberg, da ex-Iugoslávia e de Ruanda. O problema

é que são tribunais dos vencedores, que atuam sem parcialidade e vinculados ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Portanto, esses tribunais são sempre influenciados pelo poder político dos membros permanentes do Conselho Internacional de Justiça de Haia.

O Tribunal Penal Internacional tem muitas vantagens. A primeira é que ele é autônomo, não é vinculado ao Conselho de Segurança e tem o mesmo **status** da Corte Internacional de Justiça de Haia. A segunda é que se trata de um tribunal de caráter permanente e não de um órgão criado pelos vencedores de qualquer conflito para um revide contra os países derrotados.

Diante dessa visão, entendo que a atitude do Governo americano em propor garantias e imunidades aos soldados americanos não se coaduna com a ordem jurídica internacional vigente. Os países que assinassem o acordo assegurariam que os militares dos Estados Unidos, atuando em seus territórios, não seriam submetidos ao julgamento no TPI. Além de o acordo proposto pelos americanos ser totalmente contrário à idéia do TPI, o Brasil já assinou o trato que cria o Tribunal. Isso aconteceu no Governo anterior. O assunto foi submetido à Comissão de Relações Exteriores e foi aprovada a participação do Brasil. Por isso, sob o prisma estritamente jurídico, não poderia o Brasil assinar um acordo bilateral que é contrário ao compromisso assumido previamente.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, considero que a posição do Governo brasileiro, além de corajosa, reafirma o propósito da diplomacia brasileira em posicionar-se na defesa dos direitos humanos e na manutenção de uma ordem mundial em que a paz e a ordem sejam as mais amplas possíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Acredito que a manifestação do Senador Hélio Costa, além de expressar o sentimento de S. Exª, também expressa o sentimento desta Comissão.

Eu consultaria os Srs. Senadores se essa manifestação de apoio à posição do Ministro Celso Amorim, relativamente a esse tratado, merece o respaldo da Comissão, a fim de comunicarmos ao Ministro Celso Amorim a manifestação lida por S. Exª. Se todos estiverem de acordo, poderíamos dizer que é também uma manifestação da Comissão.

Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, as observações feitas pelo Senador Hélio Costa podem se transformar numa decisão coletiva da Comissão e serem encaminhadas ao Ministro Celso Amorim, dizendo do nosso apoio à posição tomada.

Essa é a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Fica, portanto, o pronunciamento do Senador Hélio Costa considerado também uma manifestação da Comissão. Solicito à Secretaria da Comissão que providencie ofício ao Ministro Celso Amorim, relatando o episódio, com a manifestação encaminhada a S. Exª, nos termos propostos pelos Senadores Hélio Costa e Gilberto Mestrinho.

Por favor, todos os Srs. Senadores queiram exercer o seu direito de voto. (Pausa)

(Procede-se à apuração)

Para a Srª Celina Maria Assumpção do Valle Pereira exercer o cargo, cumulativamente, de Embaixadora junto à Confederação Helvética e junto ao Principado de Liechtenstein, foram contabilizados dez votos a favor, dos dez Srs. Senadores que compareceram.

Para o Sr. Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Embaixador do Brasil no México, também exercer a função de Embaixador junto a Belize, foram contabilizados dez votos a favor, dos dez Srs. Senadores que compareceram.

Para o Sr. Mário da Graça Roiter, Embaixador no Estado do Kuwait, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Barein, também foram contabilizados dez votos a favor, dos dez Srs. Senadores que compareceram.

Agradeço aos Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Gilberto Mestrinho e João Capiberibe, que nos ajudaram no escrutínio dos votos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Eu gostaria de fazer um pedido à Mesa. Foi aprovado o requerimento de criação da Subcomissão da Amazônia, embora estejamos em um período de convocação extraordinária. Como ela foi criada no período anterior à convocação extraordinária e dados os inúmeros problemas que temos na Amazônia, proponho que a Subcomissão seja composta e comece a funcionar em agosto, com os trabalhos preliminares. Estamos todos presentes e não vejo qual seria a in-

compatibilidade com o fato de estarmos em uma convocação extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Primeiramente, eu gostaria de dar uma informação. O Senador João Capiberibe fez um requerimento acerca da Amazônia. Por favor, Sr. Senador, mostre-me o requerimento, para dar conhecimento a todos os Srs. Senadores.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Trata-se de um requerimento para criar uma Subcomissão para discutir a Alca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas também sobre as autoridades que debaterão a Amazônia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Este é um outro requerimento, no qual convidamos os Ministros Ciro Gomes e Marina Silva; o Presidente da Ada ou da Sudam, que agora está a meio caminho, e os Presidentes da Suframa e do Banco da Amazônia, para que tomemos conhecimento sobre a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, lançado no dia 9 de maio, em Rio Branco, pelo Presidente Lula. Queremos exatamente acompanhar **pari passo** essa diretriz e a sua transformação em programa para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Era o que eu gostaria que fosse mencionado, pois, por estarmos tratando de assuntos relacionados, quem sabe poderíamos pensar nas duas ações em conjunto: na audiência dos Ministros e na Subcomissão da Amazônia.

Em sendo assim, apelo aos Srs. Senadores que desejem participar da Subcomissão da Amazônia que encaminhem os seus respectivos nomes à Secretaria, para, na próxima reunião, já anunciarmos quem manifestou interesse em participar. E, ainda que regimentalmente não possamos aprovar, mas já sabendo que há certamente consenso sobre essa audiência com os Ministros, poderíamos organizá-la para agosto, na primeira quinzena. Na primeira reunião, aprovaremos o requerimento, confirmando o que acredito seja consenso, mas, já se poderia verificar com as autoridades se podem vir na segunda ou terceira semana de agosto e isso faria parte tanto dos nossos trabalhos, como dos trabalhos da Subcomissão, porque certamente envolveria, também, o interesse da Subcomissão da Amazônia.

Está bem assim? (Pausa)

Com relação à Subcomissão da Alca, havíamos proposto que o requerimento do Senador João Capiberibe fosse examinado quando tivéssemos, aqui, um **quorum** maior. Pedi a todos para pensarem a respeito. Sugiro, no entanto, que, de agosto a novembro, realizemos pelo menos uma reunião na semana sobre Mercosul/Alca para a oitiva de autoridades do Itamaraty. Convidaremos o Ministro de Relações Exteriores, o Embaixador, o Secretário Executivo, Samuel Pinheiro Guimarães, e especialistas no assunto, como o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, que acaba de publicar na revista **Estudos Avançados da USP** um longo estudo sobre a Alca. Eu e o Senador Capiberibe nos disporíamos a organizar um possível roteiro para encaminharmos todos que tiverem idéias a esse respeito.

Gostaria de informar que os Senadores João Capiberibe e Eduardo Azeredo representarão, amanhã, em El Salvador, esta Comissão numa reunião sobre os assuntos do Mercosul, da integração da América Latina e da Alca. O Itamaraty convidou esta Comissão e fiz um encaminhamento aos Srs. Senadores. O Senador Tourinho, primeiro, tinha manifestado interesse, mas disse que não poderia ir. Serão duas reuniões seguidas e peço a ambos que tragam o relatório das atividades a nossa Comissão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é importante lembrarmos que não só partindo da proposta de V. Exª, como também da sugestão do Senador João Capiberibe, esta é a oportunidade que tem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de nesse segundo semestre de 2003 se envolver mais diretamente nas questões relacionadas com a Alca, porque o tempo urge e temos decisões importantíssimas a serem tomadas pelo Governo brasileiro. Essas decisões certamente influenciarão todo o comportamento da economia brasileira, tendo em vista as relações comerciais do Brasil com o resto do hemisfério e com o hemisfério norte. Por essa razão, penso que V. Exª está corretíssimo em estabelecer que, pelo menos uma vez por semana, tenhamos reuniões sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Poderíamos – e estou pensando alto – fazer uma seqüência, digamos, de dois ou três dias para tratarmos [illegible] nas de assuntos relacionado à Alca e ao Me[illegible] Outra alternativa seria agendarmos quatro re[illegible] às quintas-feiras, no nosso horário regular sobre [illegible] tema. Estou pensando alto, repito. Estamos abertos a sugestões.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, a importância dessa discussão está no fato de o tema Alca ser popular. Esse assunto já chegou às mesas dos bares. As pessoas e os empresários discutem esse tema. Depois dessa longa expe-

riência de doze anos de ajuste estrutural do mercado brasileiro, com repercussões no desemprego, na desnacionalização da indústria, teríamos vários atores dispostos a discutir, debater e colocar as suas dúvidas ou incertezas, ou a sua convicção na integração do Brasil a um mercado dessa proporção.

Uma subcomissão teria mais tempo para debater com os sindicatos – já que há uma grande implicação no trabalho –, com os empresários e com os especialistas. Em sendo assim, semanalmente, teríamos a oportunidade de debater, discutir e retransmitir pela **TV Senado**, além de ampliar uma rede de discussão sobre a Alca de forma mais sistemática.

O mesmo sugeri lá na Câmara, porque aquela Casa queria instalar uma comissão mista. Embasei a minha sugestão no fato de que quanto mais grupos debaterem o tema melhor. Portanto, se a Câmara criar a sua comissão para também promover o debate, teremos a oportunidade de esclarecer cada vez mais à sociedade brasileira, além de adquirirmos convicção. Por isso, acredito que uma subcomissão nos ajudaria, e muito, não só a nós, Senadores, na tomada de decisão. Imagino que um acordo como esse tem que passar pelo crivo do Senado, tem que ser discutido, debatido e votado aqui. E, para que façamos isso, é necessário que tenhamos convicção.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é fundamental essa discussão levantada por V. Exª e pelo Senador João Capiberibe, porque temos que mudar o conceito de que o Congresso é apenas um referendo das decisões do Itamaraty e do Governo, nas questões dos acordos internacionais. Tivemos experiências, no passado, malsucedidas. O caso de Alcântara, por exemplo, no Governo passado, é típico. O Governo tomou a decisão do jeito que quis; assinou um documento que, somente depois, foi submetido ao Congresso. Quer dizer, quando chegou ao Congresso o Acordo de Alcântara, não havia mais nada a fazer. Na verdade o Congresso não podia sequer modificar o texto já elaborado, a quatro mãos, entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o governo americano. Na expressão mais simples e popular, o Congresso, por assim dizer, a Câmara dos Deputados na época, especificamente, ficou sem ter o que fazer. "Vendida no lance, bola nas costas", como se diz no futebol.

A preocupação que temos, que V. Exª e o Senador João Capiberibe demonstram, é a de que estamos aqui discutindo antecipadamente o que será a Alca, para que amanhã não sejamos colhidos de surpresa num acordo, já todo fechado, todo elaborado em que nós, mais uma vez, vamos ter que referendar posições previamente assumidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Também relacionado a este assunto, queria registrar que há tramitando uma Proposta de Emenda à Constituição, do Senador Aloizio Mercadante, no sentido de que o Congresso Nacional examine e vote os acordos antes de serem assinados.

Também um projeto de lei de minha autoria, instituindo um mandato negociador, com mais detalhes, está na Comissão Mista do Mercosul, onde os Senadores Rodolpho Tourinho, Pedro Simon e o Deputado Júlio Redecker pediram vistas. O projeto será examinado, em princípio, na próxima reunião, para depois vir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Ainda ontem, dialogando com o Ministro Celso Amorim, S. Exª disse que se disporia a comparecer a esta Comissão para opinar a respeito.

Juntando essas considerações e prevendo que este acordo venha para esta Comissão, talvez fosse bom ouvirmos o Ministro Celso Amorim e outros especialistas na área. Sugiro já prevermos na segunda quinzena, além dessa reunião sobre a Amazônia, pelo menos uma reunião sobre o Mercosul, a Alca e este projeto com pessoas como o Ministro Celso Amorim, Paulo Nogueira Batista, Samuel Guimarães e outros. Nessa reunião decidiríamos, quem sabe, o início da Subcomissão proposta por V. Exª, uma reunião em que a Comissão inteira participasse para depois haver um desdobramento. Continuo pensando alto com V. Exªs.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – São importantes as ponderações de V. Exª, sobretudo porque hoje esse problema do Mercosul e da Alca não é apenas econômico, é antes de tudo político. Essa é a visão que temos hoje na Comissão do Mercosul, é o nosso novo posicionamento, que inclusive estaria muito bem representado não só pela emenda constitucional do Senador Mercadante, mas também pelo projeto de V. Exª do mandato negociador. Essa é uma fase nova em que temos que colocar todo o esforço, até para mudar essa mentalidade dentro do próprio Congresso Nacional, para que essa Casa ocupe o seu lugar e não seja surpreendido – como colocou o Senador Hélio Costa, na questão de Alcântara – com o fato já consumado, como, aliás, ocorre com os acordos internacionais. Viemos para cá para dizer "sim" – não sei se alguém disse "não". A preocupação do Senador João Capiberibe é muito importante nessa discussão da Alca. Esse é um problema político.

No primeiro momento, até para se tomar uma posição maior, deveríamos trazer aqui o Ministro Celso Amorim. Há posições conflitantes sobre o Mercosul dentro do próprio Itamaraty. Devemos ouvir toda a sociedade, dentro dessa concepção de um problema político, e colocar o Congresso dentro das negociações, e não fora delas. O Congresso tem de participar enquanto as negociações ocorrem – esse é o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não precisaríamos de um requerimento formal de convocação do Ministro para uma iniciativa como essa, e S. Exª até me disse que gostaria de vir aqui.

Se todos estiverem de acordo, a reunião prossegue – temos **quorum** –, mas podemos tomar a iniciativa de convidar o Ministro Celso Amorim para, numa das nossas primeiras reuniões de agosto, comparecer. S. Exª poderá nos trazer a informação mais completa possível sobre todos os procedimentos de acordos – ofertas feitas por outros países, como Estados Unidos, e as nossas, nos diversos encontros havidos ao longo dos primeiros oito meses de Governo.

Discutiremos também como o Congresso, que já está acompanhando esta reunião – já esteve na reunião no Paraguai –, poderá efetivamente acompanhar de perto todas as negociações. Está bem assim? (Pausa)

Consultarei, desde já, o Ministro Celso Amorim, pedindo-lhe que escolha uma das quintas-feiras de agosto para estar aqui, pois S. Exª viaja muito com o Presidente para cumprir compromissos. Então, poderíamos estabelecer isso. Se todos estiverem de acordo, fica combinado assim. Está bem? (Pausa)

Então, por hoje, encerramos nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11h e 30min.)

Ata da Segunda Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dez de julho do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia dez de julho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, AELTON FREITAS, MARCO MACIEL, JUVÊNCIO DA FONSECA, DUCIOMAR COSTA, PEDRO SIMON, JOSÉ AGRIPINO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, RODOLPHO TOURINHO, HÉLIO COSTA, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO ALBERTO SOUZA, LUIZ OTÁVIO** e as Senhoras Senadoras **HELOÍSA HELENA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, FÁTIMA CLEIDE** e **LÚCIA VÂNIA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Senador **MARCO MACIEL** pede inversão de pauta. **Item 02 – Mensagem (SF) nº 138, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **PAULO DYRCEU PINHEIRO,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe. O Senhor Senador **MARCO MACIEL** faz a leitura do relatório. Em seguida, retorna-se ao item um de pauta. **Item 01 – Mensagem (SF) nº 128, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **FRANCISCO SOARES ALVIM NETO,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica. O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senhor Senador **JOSÉ AGRIPINO** que faz a leitura do relatório. Passa-se a palavra ao Senhor Embaixador **PAULO DYRCEU PINHEIRO** que faz sua exposição de motivos. Após breves informes, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Embaixador **FRANCISCO SOARES ALVIM NETO** que faz sua exposição de motivos. A reunião torna-se secreta para sabatina dos embaixadores. Reaberta a sessão em caráter público, o Presidente comunica que os embaixadores foram aprovados por unanimidade conforme escrutínio dos Senhores Senadores **LÚCIA VÂNIA** e **RODOLPHO TOURINHO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas taquigráficas da Segunda Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dez de julho do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro a aberta a 2ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a dispensa.

Passemos à apreciação de matérias da pauta, de acordo com a Mensagem nº 288, de 2003, da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, neste período de julho.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a inversão da pauta, enquanto aguardamos a Senadora Lúcia Vânia. Aliás, já conversei a esse respeito com os Embaixadores Francisco Soares Alvim Neto e Paulo Dyrceu Pinheiro, tendo em vista as razões já apresentadas a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, faremos a leitura de ambos os pareceres.

Item 2. Mensagem nº 138, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Paulo Dyrceu Pinheiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, Relator da mensagem.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação feita pelo Senhor Presidente da República do nome do Sr. Paulo Dyrceu Pinheiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Como é sabido, a Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente, nos termos do art. 52 da Constituição.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a um preceito regimental desta Casa, encaminhou o **curriculum vitae** do indicado, do qual extraímos, de forma muito breve, alguns pontos essenciais.

S. Exª ingressou no Instituto Rio Branco, em 1962, como 3º Secretário e, sucessivamente, recebeu promoções por antiguidade e, sobretudo, por merecimento, ascendendo à função de Ministro de Primeira Classe, em janeiro de 1995. S. Exª também exerceu muitas e diferenciadas funções no Brasil e no exterior, sempre ligadas à política externa e ao comércio internacional. Agora, é indicado para a função de Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe.

Sr. Presidente, é bom lembrar que antes de exercer o cargo de Embaixador em São Tomé e Príncipe, S. Exª já havia respondido cumulativamente pela Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe. Além do mais, essa embaixada está sendo criada agora, por decisão do atual Governo. Também não podemos deixar de destacar o fato de São Tomé e Príncipe ser um país que integra a CPLP, e que tem, para nós, muita importância pelo fato de se situar em uma área estratégica, em pleno Golfo da Guiné, além de ser uma região reconhecidamente rica em reservas de petróleo. Por outro lado, é bom lembrar que as relações do Brasil com países africanos, integrantes da CPLP, têm crescido muito, sobretudo a partir da criação da própria CPLP. No Governo anterior, chefiado por Fernando Henrique Cardoso, e no atual Governo essa relação tem sido cada vez mais intensificada quer no campo bilateral quer no campo multilateral, sobretudo dentro do quadro da CPLP.

Devo também dizer que lá esteve recentemente o chanceler Celso Amorim, em maio deste ano, criando condições para ampliar o diálogo Brasil, São Tomé e Príncipe, e porque não dizer Brasil, São Tomé e Príncipe via CPLP.

O indicado tem todas as condições, posto que já exerceu relevantes funções no ramo da sua especialização em vários países do mundo. Daí por que, Sr. Presidente, sem mais delongas, eu gostaria de dizer que o meu parecer é favorável restando, todavia, ouvi-lo para que possamos debater as questões que dizem respeito às relações diplomáticas, políticas, econômicas, sociais e culturais entre São Tomé e Príncipe e também discutirmos um pouco sobre CPLP.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Marco Maciel. Eu pediria ao Senador

José Agripino Maia que leia o parecer da Senadora Lúcia Vânia referente ao item nº 1, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Francisco Soares Alvim Neto, Ministro de Segunda Classe de Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador junto à República da Costa Rica.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, faço-o com o maior prazer, até pela relação pessoal de amizade que tenho com o indicado, o que não significa muita coisa, mas significa o apreço pessoal com que faço como Relator **ad hoc** a leitura do parecer da Senadora Lúcia Vânia.

A Comissão é chamada a se manifestar sobre a indicação do Sr. Francisco Soares Alvim Neto feita pelo Senhor Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica. Anexo o **curriculum vitae** de S. Exª, que leio de forma sucinta.

Após a conclusão do curso de preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco, o Diplomata Alvim foi nomeado Terceiro Secretário, por merecimento, em 1965, tendo sido subseqüentemente promovido a Segundo Secretário, também por merecimento, em setembro de 1967. Foi promovido a Primeiro Secretário, também por merecimento, em fevereiro de 1977, a Conselheiro, também por merecimento, em novembro de 1980 e a Ministro de Segunda Classe, também por merecimento, em junho de 1991.

Dentre os cargos importantes que S. Exª exerceu cumpre destacar o cargo de assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, de 1965 a 1968, em Paris. Na Unesco, foi Segundo Secretário, de 1968 a 1971; Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, de 1975 a 1976; Assessor do Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, de 1976 a 1983; Chefe Substituto da Divisão de Cooperação Intelectual, em 1983; Chefe Substituto do Departamento Cultural, em 1989; Assessor do Secretário-Geral, de 1989 a 1992; Coordenador de Ensino, de 1990 a 1992; Diretor Substituto, de 1991 a 1992; Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos em 1992. Em Barcelona, foi Cônsul-Geral, de 1995 a 1999. Em Roterdam, Cônsul-Geral, de 1999 a 2003.

Realizou ainda as missões oficiais do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, do Ministério da Agricultura em 1965; Reunião da Comissão Mista Brasil e Argentina, em 1966, como membro; participou da XIV Sessão da Conferência-Geral da Unesco em Paris, em 1966, como membro; Reunião de Peritos sobre os Arranjos Internacionais no Campo da Comunicações Especiais, em Paris, em 1969, também como membro, e na reunião **ad hoc** da Convenção de Berna, Genebra, em 1970.

Como se pode depreender, o diplomata é homem muito ligado – isso é um fato reconhecido – à literatura. Além de bom diplomata, é um homem de muito bom preparo intelectual.

Na véspera, antes de iniciar "Cuba, Brasil, América Central", o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso efetuou visita bilateral à Costa Rica, quando foram passadas em revista as relações entre os dois países, assim como os temas de interesse regional e multilateral.

S. Exª está sendo indicado agora para exercer as elevadas funções de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica. Destaco a iniciativa do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o primeiro Presidente do Brasil a dedicar especial atenção, com visitas pessoais, a países da América Central, um pedaço do mundo ao qual o Brasil nunca deu a devida atenção e que precisa ser fortalecida. Tenho certeza de que a presença do Embaixador Francisco Alvim vai facilitar o trabalho do País nesse rumo.

No campo da aproximação política, cumpre destacar que a Costa Rica, assim como El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, foi plenamente incorporada ao mecanismo de diálogo e concertação política do Grupo do Rio, a partir da 14ª Cúpula que se realizou em junho de 2000, na Colômbia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito do presente relatório.

Creio que S. Exª guarda qualificações suficientes para a indicação de que é objeto, cuja sabatina se fará no sentido de confirmar ou não – pelo meu voto, confirmará – sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Vamos passar, agora, à exposição do Embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro e, em seguida, à do Embaixador Francisco Alvim, para depois passarmos à fase de argüição, em reunião reservada.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Dyrceu Pinheiro, indicado para Embaixador na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

O SR. PAULO DYRCEU PINHEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Digníssimos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Fede-

ral, creio que, antes de tudo, eu deva registrar o reconhecimento profundo pelo agendamento desta reunião em plena Convocação Extraordinária, de crucial importância para o futuro da Nação. Interpreto esse ato como o reconhecimento do esforço, imediatamente anunciado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de retomar a prioridade antes conferida pelo Governo e pelo Estado brasileiro às nossas relações com a África como um todo e, especialmente, agora, com a África de idioma português.

Como assinalou o Relator, Senador Marco Maciel, essa não é a minha primeira experiência na África. Fui Embaixador em Luanda, de 1986 a 1988, e, cumulativamente, junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Honra-me imensamente o Senhor Presidente da República indicar meu nome para, de novo, ser partícipe do esforço de revalorização das nossas relações com o continente, e com uma parte desse continente, com o qual o Brasil mantém vínculos históricos e culturais imediatamente reconhecíveis. Por alguns anos, na nossa década perdida e na década perdida deles, que se estenderam especialmente pelos anos 90, esses laços estiveram lamentavelmente negligenciados por várias razões, não só nossas, mas por razões da própria marginalização da África e de outras regiões do mundo após o fim da guerra fria.

É uma grande satisfação poder ter a oportunidade de voltar ao continente africano, e agora, se naturalmente merecer a aprovação dos Srs. Senadores, nesta oportunidade, poder retomar programas de cooperação que eram incipientes à minha época, como Chefe de Missão junto à República de Angola. Mas que, no momento, são projetos felizmente complementados pela participação ativa e seminal do Brasil na comunidade de países de língua portuguesa, criada em 1996, um tanto paradoxalmente em meio a esse processo de marginalização que a África sofreu durante a década de 90.

Creio que a CPLP foi um dos investimentos mais sábios que o Governo brasileiro poderia realizar justamente em um momento de vazio no relacionamento da África e de negligência por parte do mundo desenvolvido com relação a muitos ou à maioria dos países africanos.

Eu, se aprovado por V. Exªs, teria naturalmente de chegar a São Tomé no prazo mais rápido possível em função da preparação da visita programada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a seis países africanos no início de agosto próximo. Não se trata de um elemento de pressão, ou é para mim, pois como servidor público, poderia ir em qualquer cargo e contribuir para a preparação não só da visita do Presidente da República, mas para essa retomada de uma cooperação mais estreita com o menor país da África, deve-se assinalar.

São Tomé impressiona porque tudo é diminuto. É o menor País da África em termos de superfície, em termos de população, mas com indicadores bastante positivos se comparado à maioria dos países da região a que pertence, o Golfo da Guiné e a periferia do Golfo da Guiné. É um país com educação altamente disseminada, com uma taxa de alfabetização de mais de 80% da população; expectativa de vida de 67 anos, o que é aproximadamente a mesma do Brasil; a mortalidade infantil é também comparável à brasileira. Portanto, é um país naturalmente pobre, um dos mais pobres da África em termos de renda **per capita**, mas que goza de relativa estabilidade, cuja saúde é relativamente bem cuidada. Isto é, escapou de certa forma ao círculo de ferro de guerra, miséria, fome e de instabilidade política que assola muitos países africanos que eram, à época de ouro de envolvimento do Brasil com a África, países promissores, como a própria Costa do Marfim.

Felizmente, São Tomé e Príncipe é um país que oferece condições para que o Brasil, realmente, demonstre que tem um projeto de cooperação sul/sul. Estaremos engajados, de novo, em ampliar e fortalecer as relações com os países da nossa antiga família: os países em desenvolvimento, os países mais pobres. São países aos quais podemos dar mais do que receber, por ora. Esperamos que melhores condições de trocas comerciais, investimentos recíprocos, circulação de pessoas, relações culturais, intelectuais e desenvolvimento humano, em geral, possam surgir desse trabalho de retomada das relações com os países da África, especialmente os da CPLP.

A economia de São Tomé e Príncipe, naturalmente, também é diminuta. É um produto nacional que seria equivalente ao de uma pequena cidade brasileira, talvez, em termos absolutos, um pouco mais alta em termos de paridade, de poder de compra, que é o critério mais freqüentemente adotado pelas Nações Unidas. Já se denota um certo poder aquisitivo, um certo nível de conforto da população de São Tomé e Príncipe. Ainda pobre e pequeno, São Tomé terá ampliada a sua superfície graças à obra extraordinária da conversão do Direito do Mar. A sua zona de exploração econômica passará a ser quase 80 vezes maior do que sua superfície territorial física. Como zona de exploração econômica, São Tomé tem direito à exploração de 80 mil km² no Golfo da Guiné e fora deste. As águas, dentro do Golfo da Guiné, são com-

partilhadas a uma superposição de zonas de exploração econômica pertencentes a outros países do Golfo, especialmente Nigéria, Guiné, Guiné Equatorial e Gabão. Isso gerou algumas dificuldades de delimitação de fronteiras marítimas com uma conclusão de êxito. Ao menos até agora, estão muito bem encaminhadas as negociações para que esses países compartilhem, em termos de exploração dos recursos do mar, as águas que lhe são comuns. Especialmente com a Nigéria, São Tomé e Príncipe praticamente concluiu as negociações que coincidem com a criação de uma autoridade de exploração conjunta ou compartilhada dos hidrocarbonetos, dos recursos petrolíferos e de gás dessa zona compartilhada, o que equivaleria a 28 mil km².

Foram feitas muitas críticas em relação aos acordos que São Tomé e Príncipe concluiu entre 1997 e 2001, especialmente com a Nigéria e com empresas de outros países: a **Excel Móbile**, dos Estados Unidos, e uma empresa norueguesa de serviços de petróleo que fez o levantamento sísmico da região. A região é extremamente promissora. O Golfo da Guiné, depois do Golfo do México, é dado como o futuro da exploração de petróleo em águas de grande profundidade. Falamos de 700 metros de lâmina d'água até 2 mil, 3 mil metros. Naturalmente, a Petrobras está habilitada a fornecer, a transferir tecnologia e a participar desse esforço, que deve começar muito brevemente, de exploração da riqueza do fundo do mar, compartilhado por São Tomé e Príncipe, Nigéria e Guiné Equatorial, que é outro país bastante promissor. A Petrobras já está envolvida em uma **joint venture** com a empresa nacional de petróleo da Nigéria. Creio que não se poderá estender muito em recursos humanos para um esforço de participação na exploração direta de petróleo, pelo menos por ora.

Com isso, a Petrobras indicou a Agência Nacional de Petróleo, nessa fase de montagem e de regulamentação do setor petrolífero de São Tomé e Príncipe, como a agência brasileira mais apropriada para transmitir ao Governo de São Tomé e Príncipe e às autoridades especializadas do setor todas as técnicas de regulamentação de gestão do setor que tivemos a ventura de desenvolver no Brasil.

Não é apenas o petróleo que nos atrai tendo em vista os interesses amplos, nacionais, mas também a dimensão cultural, a dimensão humana e a idéia de que há uma dívida a pagar não de forma romântica, mas de forma concreta.

O Senador Marco Maciel, no seu relatório, assinala que São Tomé e Príncipe experimentou as mudas de cana que vieram para o Brasil e que deram origem ao grande ciclo da cana-de-açúcar, que tanto beneficiou o Nordeste. Não foi apenas um teste de mudas. São Tomé e Príncipe foi, durante quase um século, o principal produtor de açúcar em virtude da imigração portuguesa para as ilhas. O Brasil praticamente dizimou a economia açucareira de São Tomé e Príncipe tal como nossa borracha teve a sua economia dizimada pela migração, digamos, da seringueira da Amazônia para a Malásia.

Portanto, a nossa dívida não é apenas de sangue, de descendência, de cultura; é uma dívida material. Se merecer a aprovação de V. Ex.ªs, procurarei enfatizar esse dever de, pela cooperação técnica, resgatar o que, de certa forma, tiramos de São Tomé e Príncipe. Eles desenvolveram a cultura do cacau alternativamente, durante o séc. XIX, do café também, e houve também uma migração de espécies de mudas de cacau. São Tomé e Príncipe produziu o cacau mais fino do mundo durante um certo período e conseguiu o maior preço. Portanto, repito, é uma dívida prática, uma dívida tangível que temos. E temos, agora, a oportunidade de resgatar, seja por meio da cooperação bilateral, seja por meio dos programas e projetos da CPLP.

Não deveria estender-me. Há muitos aspectos a considerar com a criação da CPLP. Também creio que é importante assinalar que o Brasil retorna ao continente africano, no momento em que o clima de marginalização começa a ser superado. Europa e Estados Unidos voltam à África. A diplomacia presidencial está voltando. Neste momento, o Presidente Bush está em Botsuana. Naturalmente, as prioridades americanas não são exatamente ou necessariamente as brasileiras, mas, muitas vezes, coincidem, ainda que em períodos diferentes. O Brasil, quando reconheceu Angola, de certa forma, confrontou os Estados Unidos, porque reconhecemos um governo de Angola que os Estados Unidos, por intermédio da África do Sul, procuravam derrubar. Aquilo é um teatro de guerra fria. Eu passei dois e oito meses lá e pude constatar o interesse americano negativo naquele momento. Hoje, Angola pode representar 15% do suprimento de petróleo ao mercado americano. Por isso, os americanos despertaram para a região, terão uma presença importante em São Tomé e Príncipe, fala-se até – ainda é um rumor – em uma base americana militar ou naval possível, mas, de qualquer maneira, as empresas americanas estão presentes, a Exon Mobil é uma delas, já com acordo firmado com São Tomé e Príncipe. Por sua vez, a União Européia busca fortalecer os laços de cooperação para o desenvolvimento, que já estão estabelecidos por meio

do Fundo europeu de desenvolvimento e da participação de países europeus na nova parceria para o desenvolvimento da África.

Creio que o Brasil, além da CPLP, deve ter presente as oportunidades de cooperação via ou em triangulação com a Europa e com os próprios Estados Unidos. Creio que o Governo brasileiro e a sociedade brasileira devem ter presente que não podemos aspirar a ter um relacionamento exclusivo com a África, seria ilusório. Parece-me que o trabalho a desenvolver, desde a escala bastante reduzida de São Tomé e Príncipe até os países mais ricos e com maior potencial, como Angola, da comunidade de língua portuguesa, é procurarmos trabalhar conjuntamente e oferecermos a nossa experiência aos organismos europeus e americanos que estarão envolvidos nesse mesmo esforço de soerguimento ou de reerguimento da África como um continente viável.

Creio que devo interromper por aqui, agradecendo a V. Exªs a paciência e a atenção que tiveram para esta breve exposição, na esperança de poder continuar a servir ao Governo brasileiro neste retorno à África.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro, a propósito do relacionamento do Brasil com a África, eu gostaria de informar que aprovamos aqui, no final de junho, a realização de um simpósio sobre as relações do Brasil com a África, com a presença do Embaixador da República do Camerum, que é o técnico dos Embaixadores africanos no Brasil e todos os demais embaixadores, inclusive o Sr. Martin Mbarga Nguele.

Senador Antonio Carlos, preciso dar uma informação importante para V. Exª e também aos Srs. Rogério Fernando Lot e Albuíno Cunha de Azeredo e outros convidados. E a Senadora Ideli Salvatti nos informa que esta reunião ia ser realizada como preparatório da viagem, ainda na próxima semana, dia 17, quinta-feira. O que eu gostaria de informar é que, como eu estarei viajando em missão a Israel, não poderei estar presente. Caso o Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente da Comissão, porventura não volte da sua viagem à Europa, pois está acompanhando o Presidente a Portugal e outros países, caberia ao Senador mais jovem de espírito estar presidindo.

Por isso, pedi a atenção de V. Exª para que esteja a postos na eventualidade de precisar presidir esse simpósio. Passarei às mãos de V. Exª só para conhecer o requerimento já aprovado. Então, em princípio, dia 17, quinta-feira, às 10h, haverá esse simpósio. Peço ao Senador Antonio Carlos Magalhães a gentileza de presidir a reunião, caso necessário.

Passamos agora a palavra ao Embaixador Francisco Soares Alvim Neto.

O SR. FRANCISCO SOARES ALVIM NETO – Agradeço ao Sr. Presidente e a todos os presentes nesta sala por me receberem aqui com essa acolhida tão generosa. Neste momento da minha carreira, vivo esta circunstância realmente gratificante de reunir-me aqui com V. Exªs para a consideração do meu nome para a alta função de Embaixador do Brasil perante a República da Costa Rica, indicação e circunstância que muito me honram e pelas quais estou profundamente grato. Manifesto também meu particular agradecimento à Senadora Lúcia Vânia pelo seu trabalho como Relatora e ao meu amigo Senador José Agripino Maia por suas palavras que ouvi aqui.

Aliás, ouvindo as palavras do Senador, detive-me na observação feita por ele de que o Brasil e a Costa Rica realmente vivem um momento particularmente significativo de suas relações. A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso abriu, sem dúvida nenhuma, perspectivas de cooperação bastante amplas entre os dois países. Essa visita já tinha sido antecipada também pela visita do Presidente da Costa Rica ao Brasil, com o mesmo propósito.

Nesta circunstância também, que me reuniu com meu caro colega Paulo Dyrceu Pinheiro, prestes a embarcar para São Tomé e Príncipe, considerei uma feliz coincidência a exposição do meu colega em torno de uma parte do mundo tão diferente daquela para a qual eu sigo e em relação à qual nós temos vínculos tão profundos – o que, de certo modo, eu não poderia dizer da América Central, sobretudo da Costa Rica, cuja formação social e étnica é tão distinta da nossa.

Pela Costa Rica, não passaram as grandes civilizações pré-colombianas. Ela também não sofreu a escravidão, o estatuto da escravidão na dimensão em que nós, brasileiros, sofremos. Isso fez da Costa Rica um país muito distinto do nosso, primeiro pela sua formação territorial, pela distribuição das suas terras. Lá não houve aristocracia rural como no Brasil. O latifúndio não vingou ali. Havia pequenas propriedades. Desde o início, predominou o elemento branco: cerca de 95% da população é branca ou mestiça. O elemento indígena sempre foi muito raro na região.

A Costa Rica, de certo modo, entra na história – vamos dizer assim –, na história moderna, na história contemporânea com a exploração do café, em um sistema de mão-de-obra constituído por imigrantes. Isso dá à Costa Rica uma certa homogeneidade, uma

tendência para maior igualdade social. Ela não padece dos graves problemas que temos de recuperação no tempo de uma situação que forma legião de excludentes de nossos irmãos.

Na perspectiva do que seria propriamente um trabalho a desenvolver na Costa Rica neste momento privilegiado de nossas relações, eu diria que o principal elemento é – pelo menos naquilo que posso agora enxergar – o elemento político. Estamos, em relação à Costa Rica, numa posição peculiar, porque, do nosso lado, temos uma referência de prioridade que não contempla diretamente a América Central. Estamos voltados para a América do Sul. Por outro lado, a Costa Rica tem uma prioridade voltada para os países do Norte – os Estados Unidos em primeiro lugar, que são o grande parceiro da Costa Rica e com o qual ela nutre um tipo de relacionamento bastante especial, e o México.

Meu esforço, caso receba a alta aprovação de V. Exªs para ocupar a função, será no sentido de quebrar essa barreira, de fazer o possível para ir contra essa barreira. E aí volto ao elemento político: acho que é interesse de ambos os países uma meta superior, uma meta que transcende a realidade de ambos, os interesses de ambos, que é o fortalecimento das instituições democráticas no Continente. Acho que isso é um patrimônio. É um patrimônio que o Brasil pode levar e que nos coloca numa posição com a Costa Rica, que tem larga tradição democrática no subcontinente, de interlocutores credenciados a uma aproximação cada vez mais forte.

A Costa Rica terá interesse em um parceiro como o Brasil, fortalecido em suas instituições, vivendo um momento pleno de democracia e de preocupações sociais relevantes e que recuperam um passado histórico. Na Costa Rica, no seu próprio processo, caracterizado pela defesa dos valores democráticos e por uma busca de uma sociedade igualitária, o **welfare state** teve seu início praticamente com a Revolução de 46, depois não propriamente de uma revolução, mas de uma guerra civil da qual resultou a Constituição de 49, um dos documentos mais interessantes do processo democrático e político das Américas.

Destacaria ainda, entre essas linhas de força que, de certo modo, aproximam os dois países, a tradição pacifista da Costa Rica, que também tem uma resposta e um ponto de encontro, uma convergência na nossa tradição pacifista, no respeito às normas do Direito Internacional como instrumento fundamental e único de regulamentação das relações internacionais.

Nesse contexto, a experiência altamente traumática dos anos da década de 80 na região da América Central é bastante ilustrativa do desempenho da Costa Rica, no sentido de trazer a paz àquela região. Essa foi uma experiência que realmente enalteceu a Costa Rica, porque se deu num quadro em que a política americana em relação àquela parte do nosso subcontinente estava bastante agressiva – estamos falando dos anos Reagan.

Voltando à questão da atualidade das relações entre os dois países, diria que os resultados da viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso foram extremamente positivos no plano das relações econômico-comerciais. A viagem contou com o preparo cuidadoso e extremamente inspirado do colega Embaixador Sousa Gomes, que me dá a honra de estar presente, presença tão amiga, tão amistosa. O Embaixador Sousa Gomes emprestou-me o relatório que fez de sua gestão, no qual pude verificar a quantidade de contatos que foram feitos durante a visita presidencial. Hoje vejo, por meio de uma estatística de capitais brasileiros no exterior emitida pelo Banco Central, que há um considerável avanço nas relações comerciais entre os dois países, sendo que o montante de empréstimo já feito no curso desse movimento comercial entre os dois países já ascende a quase US$4,5 milhões. Os investimentos diretos nossos na Costa Rica já estão próximos de US$27,100 milhões. Os financiamentos estão na ordem de US$2,100 milhões. Não é muito, mas para o quadro anterior já é um início bastante auspicioso e, para mim ou para quem evidentemente ocupe a função, extremamente útil, visto que, por trás desses investimentos e empréstimos, existem empresas brasileiras e toda uma presença do nosso País já em comércio com a Costa Rica.

Voltando à década de oitenta, quando realmente a região passou por dificuldades tremendas, a verdade é que a Costa Rica beneficiou-se, sem sombra de dúvida, de uma interlocução privilegiada que tem com os Estados Unidos. Mas, por outro lado, pela independência com que manifestou-se e que valeu ao Presidente Aria o Prêmio Nobel da Paz, evidentemente houve o caráter agressivo – pode-se dizer – da política americana no período, que foi, em boa medida, contido pelos esforços do grupo de contadora e particularmente da Costa Rica, por meio de seu Presidente Oscar Aria. Essa tradição pacifista foi duramente criticada. Os Estados Unidos opunham-se formalmente a essa neutralidade da Costa Rica no período. Foi com base nela que a diplomacia costa-riquense conseguiu o acordo de paz firmado entre os cinco países da região no período e que pôs fim – e não digo inteiramente, porque as poções revolucionárias da re-

gião são recorrentes – ou de certo modo superou aquela dura circunstância da década de oitenta.

Teria apenas de aduzir do ponto de vista das relações entre o Brasil e a Costa Rica que, no plano educacional, temos um trabalho já realizado, bastante considerável, por meio de um programa de estudante que faculta bolsas a estudantes costarriquenses, que vêm aqui e se formam. Cerca de 300 bolsistas se beneficiaram desse programa, dentre os quais, figura o atual chanceler da Costa Rica, que se formou aqui.

A assistência técnica também é bastante desenvolvida. Algumas das nossas instituições, como a Embrapa e a Embraer, já têm programas bastante interessantes com aquele País. Do ponto de vista cultural, existe lá um centro de estudos brasileiros, que, ao que estou informado, presta muito bons serviços.

Se o Sr. Presidente concordar, darei por terminada a minha exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Francisco Soares Alvim Neto.

Vamos passar à reunião reservada de argüição. A Senadora Lúcia Vânia já está inscrita.

Peço que permaneçam na sala apenas as Srªs e Srs. Senadores para que possamos ter a argüição reservada.

O Senador Hélio Costa também se inscreve. (Pausa)

Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia. (Pausa)

(A reunião torna-se secreta.)

Conforme os Senadores Lúcia Vânia e Rodolpho Tourinho apuraram, tanto o Embaixador Francisco Soares Alvim Neto, para representar o Brasil na Costa Rica, quanto o Embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro, para representar o Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe, foram aprovados, por unanimidade, com doze votos "sim". Meus cumprimentos a ambos. Boa sorte nas suas respectivas missões.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h30min.)

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezesseis de julho do ano de dois mil e três, às dezessete horas.

Às dezessete horas do dia dezesseis de julho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, em exercício, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, JOÃO ALBERTO SOUZA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, MARCO MACIEL, GILBERTO MESTRINHO, RODOLPHO TOURINHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, PEDRO SIMON, LUIZ OTÁVIO, ALOIZIO MERCADANTE, TIÃO VIANA, LÚCIA VÂNIA E SÉRGIO GUERRA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e requer inversão dos itens de pauta pela ausência do relator que é aprovada pela Comissão. **Item dois: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 364, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que Aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2001. O Senhor Senador Valdir Raupp procede à leitura do seu parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item três: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 365, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente, assinado em Assunção, no âmbito do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em 22 de junho de 2001. O Senhor Presidente designa relatora "ad hoc", Senador Gilberto Mestrinho que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir o parecer foi aprovado. **Item quatro: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 366, de 2003,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Protocolo de Montevidéu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL, concluído em Montevidéu, em 15 de dezembro de 1997, acompanhado de seus quatro anexos Setoriais, adotados pela Decisão 9/98, do Conselho Mercado Comum, em 23 de julho de 1998. O Senhor Presidente designa novamente o Senador Gilberto Mestrinho, relator "ad hoc", que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item cinco: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 378, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação Técnica, celebrado na ci-

dade do Cabo, em 1º de março de 2000. O Senhor Presidente designa a Senadora Patrícia Saboya Gomes, relatora "ad hoc", que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item seis: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 379, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Lima, em 6 de dezembro de 1999. O Senhor Presidente procede à leitura do seu parecer favorável. **Fez uso da palavra o Senhor Senador Marco Maciel**. O projeto é aprovado. Retorna-se ao primeiro item de pauta. **Item um: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 11, de 2003**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto sobre a Renda, celebrada em Santiago, em 3 de abril de 2001. O Senhor Presidente designa a Senadora Patrícia Saboya Gomes, relatora "ad hoc", que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 17 horas e 40 minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas taquigráficas da Primeira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezesseis de julho do ano de dois mil e três, às dezessete horas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Declaro abertos os trabalhos da 1ª reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura.

Peço à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa)

Aprovada.

Passamos à apreciação das matérias em pauta, de acordo com a mensagem da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

O item 2 passa a ser o nº 1, tendo em vista a demora da chegada à Mesa do nº1.

Item 2. Esse item aprova o texto da sede entre o Governo da República Federal do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura, celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2001.

O Relator é o nobre Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo de nº 364, de 2003, e nº 2.317, de 2002, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto de acordo de sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002.

Vou direto à análise para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Basta a conclusão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Brasil, tendo permanecido fora da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, por dezoito anos, concluiu o presente acordo sede com aquela entidade, cujos objetivos revestem-se de inegável importância.

Cumpre ressaltar o relevante papel desempenhado pela reunião de ministros da educação do Mercosul, no tocante à reintegração do Brasil no referido órgão, que tem como um dos objetivos a colaboração permanente no intercâmbio de experiências de integração econômica, política e cultural.

Como é de praxe na convivência internacional, o acordo em tela estabelece uma série de imunidades e privilégios para a sede da Organização dos Estados Ibero-americanos, todos eles em conformidade com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, 1961, e com a Convenção sobre a Representação dos Estados em suas Relações com as Organizações Internacionais de Caráter Universal, de 1975, ambas ratificadas pelo Brasil.

A presença de uma sede da OEI em Brasília muito contribuirá para o estreitamento dos laços entre o Brasil e os países ibero-americanos, bem como para

a intensificação das atividades de cooperação entre o Brasil e aquela organização.

Voto

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2003.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O nobre Senador Valdir Raupp, com a sua competência, conclui favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2003.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Item 3. Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo sobre meio ambiente, assinado em Assunção, no âmbito do Mercado Comum do Mercosul, em 22 de junho de 2001.

O Relator é o Senador Sérgio Guerra, que não está presente e ofereceu parecer favorável.

Solicito ao Senador Gilberto Mestrinho que relate o projeto.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, incumbiu-me o Sr. Presidente do papel de Relator **ad hoc** do projeto que aprova o texto do acordo sobre meio ambiente, assinado em Assunção, no âmbito do Mercado Comum do Mercosul.

Trata-se de um documento que estabelece as normas ambientais entre os vários países integrantes do Mercosul, de modo que se trate com cuidado a questão ambiental, visando proteger as populações e o meio ambiente desses países. O voto do relator é favorável ao acordo. Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O relator vota favoravelmente ao acordo depois de analisá-lo.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 4. Esse item também aprova texto do Protocolo de Montevidéu sobre o comércio de serviços do Mercosul, concluído em Montevidéu em 15 de dezembro de 1997, acompanhado de seus quatro anexos setoriais. O parecer é também do Senador Sérgio Guerra. V. Exª, que nos honra sempre substituindo o Senador Sérgio Guerra, por obséquio, relata-o para nós.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, novamente como Senador **ad hoc**, fui incumbido de relatar o documento que aprova o texto do Protocolo de Montevidéu sobre o comércio de serviços do Mercosul, concluído em Montevidéu em 15 de dezembro de 1997, com quadro de anexos setoriais adotados pelo Decreto 998, Decisão 998 do Conselho de Mercado Comum. Esse é um Protocolo que objetiva o cumprimento do disposto no Tratado de Assunção e regulamenta atividades comerciais entre os países integrantes do Mercosul. A exposição de motivos do Ministro é muito clara e o voto do Sr. Relator é favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Após a análise e o voto, conclui-se favoravelmente.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 5 da pauta, que diz respeito ao Decreto Legislativo 378, que aprova o acordo entre o governo da República do Brasil e da África do Sul sobre cooperação técnica, celebrado na cidade do Cabo em 1º de março de 2000. Solicito à Senadora Patrícia Gomes que substitua o Senador Jefferson Peres. V. Exª pode relatar só a conclusão.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Cuida-se aqui de um acordo-quadro entre o Brasil e a República da África do Sul, que visa basicamente a fortalecer as relações entre os aparatos de ciência e tecnologia dos dois países por meio da cooperação entre programas e políticas correlatas dos dois países e da criação de mecanismos institucionais neces-

sários a essa cooperação. O acordo estabelece os princípios gerais pelos quais os organismos competentes das duas Repúblicas adotarão medidas conjuntas de fomento e estímulo ao setor, assim como regras relativas à propriedade intelectual, remoção de barreiras à entrada e saída de pessoas, equipamentos e materiais necessários à implementação do Tratado. Cuida-se, em suma, de um típico acordo-quadro, que só se materializará quando se desdobrar em programas e iniciativas concretas, negociadas caso a caso, obedecendo ao espírito da cooperação bilateral consagrado nesse acordo. O voto. Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país a ratificação do acordo e a análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº378, de 2003, que aprova o texto do acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da África do Sul sobre cooperação técnica, celebrado na cidade do Cabo em 1º de março de 2000. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O voto, depois de sua análise, é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 6. O relator sou eu próprio, que relato favoravelmente ao Acordo constante do Decreto Legislativo nº 379 entre o Brasil e a República do Peru no sentido de combater o tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas transacionais, celebrado em Lima em 6 de dezembro.

Em discussão.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, parece que esse Acordo foi celebrado num momento não somente importante, mas oportuno pois, como se sabe, está cada vez mais necessária uma boa cooperação entre o Brasil e o Peru. Aliás, do Brasil com os seus vizinhos setentrionais, haja vista inclusive o noticiário nos jornais de hoje, que, eventualmente, tem produzido efeitos não desejáveis nas relações entre os nossos vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 1. É o Projeto de Decreto Legislativo do próprio Senado, que aprova o texto da Convenção da República do Brasil com a República do Chile, destinado a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto de renda. Esse acordo foi celebrado em Santiago em 3 de abril de 2001. O Senador Aloizio Mercadante é o relator. Gostaria que a Senadora Patrícia Gomes fosse relatora **ad hoc** tendo em vistas as suas afinidades correligionárias.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Segundo a exposição de motivos encaminhada pelo Poder Executivo, a Convenção em apreço tem como objetivo principal criar um quadro jurídico-fiscal que, ao proporcionar previsibilidade e segurança aos investidores de ambos os países ao estabelecer regras mais precisas para a tributação dos rendimentos das pessoas físicas e jurídicas, residentes de um ou de ambos os países, e ao evitar a dupla tributação favoreçam um crescente fluxo de pessoas, capitais e serviços especializados entre Brasil e Chile, além de beneficiar a atividade comercial em geral. As regras e procedimentos essenciais são definidos nos capítulos 3 e 4. Sr. Presidente, vou tentar resumir, porque é muito grande o projeto. A Convenção visa criar um quadro jurídico-fiscal que, ao proporcionar previsibilidade e segurança aos investidores de ambos os países ao estabelecer regras mais precisas para a tributação dos rendimentos das pessoas físicas e jurídicas, residentes de um ou de ambos os países e, ao evitar a dupla tributação favoreça um crescente fluxo de pessoas, capitais, serviços especializados entre Brasil e Chile, além de beneficiar a atividade comercial em geral. O PDS passou na Câmara pelas Comissões de Relações Exteriores e Finanças e Tributação, tendo sido aprovado em ambas. Por sua vez, o relator no Senado, em sua análise, diz que a Convenção se insere em seus aspectos gerais dentro da norma internacional costumeira, oferecendo o voto favorável ao

projeto. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº11, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Após a exaustiva análise da relatora, ela opina favoravelmente à aprovação do Decreto Legislativo.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h40min.)

Ata da Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezessete de julho do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia dezessete de julho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA**, em exercício, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **PEDRO SIMON, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO AZEREDO, HELOÍSA HELENA, JOÃO CAPIBERIBE, RODOLPHO TOURINHO, LUIZ OTÁVIO** e **JOÃO ALBERTO SOUZA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com o Senhor Embaixador da República do Cameroun no Brasil, Decano do Grupo dos Embaixadores Africanos no Brasil e Vice-Decano do Corpo Diplomático, Senhor **Martin Mbarga Nguele;** o Diretor Geral da África e Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador **Pedro Motta Pinto Coelho** e o Presidente da Central– Engenharia e Logística do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Doutor **Albuíno Cunha de Azeredo** para discutirem sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) de acordo com Requerimento N° 18, de 2003/CRE aprovado na reunião de vinte e seis de junho do corrente. O Senhor Presidente concede a palavra à Senadora **IDELI SALVATTI,** co-autora do requerimento e pede para que conduza ao plenário os convidados para iniciar a reunião. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores **Martin Mbarga Nguele**; **Cesar Coly,** Embaixador do Senegal; **Pedro Motta Pinto Coelho** e **Albuíno Cunha de Azeredo** para que façam suas explanações. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores **JOÃO CAPIBERIBE e JEFFERSON PÉRES.** A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra aos outros representantes dos países africanos presentes na reunião para uma breve saudação. Fazem uso da palavra o Senhor **Lahcène Moussaoui,** Embaixador da Argélia, Senhor **Luís Antônio Valadares,** Embaixador de Cabo Verde, a Senhora **Colette Gallie Lambin Dupret,** da Embaixada da Costa do Marfim, o Senhor **Hassine Bouzid**, da Embaixada da Tunísia, o Senhor **Marcel Odongui-Bonnard**, da Embaixada do Gabão, o Embaixador da Líbia, Senhor **Mohamed Heimeda Saad Matri**, o Senhor **Daniel Muanda Lendo**, da República Democrática do Congo, o Senhor **Ramses Joseph Cleland**, representante de Gana, o Senhor **Shadia Hussein Fahmy Farrag**, representante do Egito e o Senhor **Josef Sookore Egbuson,** representante da Nigéria. O Senhor Presidente passa a palavra aos Senhores Senadores para continuidade do debate. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores **JOÃO CAPIBERIBE, JEFFERSON PÉRES, RODOLPHO TOURINHO, IDELI SALVATTI, EURÍPEDES CAMARGO, JOÃO ALBERTO SOUZA** e **EDUARDO AZEREDO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 13 horas, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão De Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezessete de julho do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura a realizar-se hoje, 17 de julho, no plenário desta Comissão de Relações Exteriores.

Solicito à Senadora Ideli Salvatti que traga ao plenário desta Comissão o Sr. Embaixador, Vice-Decano do Corpo Diplomático, Martin Mbarga Nguele, Diretor-Geral da África e Oriente Próximo do Ministério. O Sr. Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, Gerente Executivo da Diretoria de Governo do Banco do Brasil, não está presente. A Senador Ideli Salvatti pode trazer também ao plenário o Sr. Albuino Cunha de Azeredo, Presidente da Central de Engenharia e Logística do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Martin Mbarga Nguele é Embaixador da República dos Camarões no Brasil e é Decano do Grupo dos Embaixadores Africanos no Brasil. Também é Diretor-Geral do Grupo da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, Nepad.

Solicito à Senadora Ideli Salvatti que permita a entrada ao plenário da nossa Comissão dos demais embaixadores presentes, para começarmos a nossa audiência pública. S. Sªs podem sentar-se nas cadeiras do plenário da nossa Comissão.

Submeto os membros da Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos, agora, à apreciação das matérias da pauta, de acordo com a Mensagem de nº 288, de 2003, que trata da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, no período de 1º a 31 de julho de 2003.

Eu gostaria de dizer que é um imenso prazer para esta Comissão e de relevante importância para o Senado Federal ter a presença de tão ilustres Embaixadores e Diretores do Itamaraty que tratam de assuntos relacionados com o desenvolvimento do continente africano.

Eu morei na África, no continente africano, por quase dez anos e conheço muito bem as aflições daquele continente. O Presidente Lula, a quem acompanhei em viagem a Portugal, a Inglaterra e a Espanha – chegamos hoje de madrugada dessa viagem ao exterior -, repetiu reiteradas vezes em seus pronunciamentos que a África é uma prioridade nas relações exteriores do Brasil. Nosso Presidente visitará cinco países no continente africano, no próximo mês de agosto.

Portanto, eu gostaria de, em nome do Governo brasileiro, do Senado Federal, dar as mais calorosas boas-vindas aos representantes dos países africanos.

Passamos, agora, à nossa audiência pública, realizada em atendimento a requerimento da nossa Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, de forma muito especial, Srs. Embaixadores, a Embaixatriz e todos aqueles que representam os países africanos no Brasil, a solicitação para propor a realização desta audiência pública aconteceu num almoço muito gentilmente oferecido pelo Embaixador da República de Camarões, Sr. Martin, Decano dos Embaixadores africanos no Brasil.

Nesse almoço, foi-nos repassada a grande expectativa quando à iminente viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a cinco países africanos. Essa expectativa vinha casada com o movimento que o continente africano vem realizando desde a criação, em 2001, do Nepad, que tem como principal objetivo o desenvolvimento do continente, a busca de justiça para a maioria da população daquele continente.

Então, entendemos que era urgente e relevante a realização da audiência para que todos pudéssemos ter o entendimento do que é o Nepad, do que se propõem, como está organizado, quais são as suas perspectivas e o que esta viagem do Presidente Lula aos cinco países do Continente africano poderia contribuir para os interesses tanto do Brasil quanto dos países africanos.

O Brasil e África têm ligações umbilicais. Nos une cultura, composição da população e interesses comum e é esse o objetivo da audiência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado a V. Exª, nobre Senadora Ideli Salvatti.

Neste primeiro momento, conceder a palavra ao Sr. Martin Mbarga Nguele, que vai discorrer sobre os objetivos do Nepad.

O SR. MARTIN MBARGA NGUELE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, permitam-me agradecer, antes de tudo, em nome dos Embaixadores africanos, a oportunidade de nos expressarmos aqui. Isso é uma prova do interesse que

suscita o povo e o continente africano no Senado do Brasil. É desnecessário apontar que a realização da presente audiência em plena sessão extraordinária do Senado Federal é mais uma prova da nova perspectiva pela qual o Brasil vê o desenvolvimento africano.

Esta reunião vem em boa hora, no momento em que o Presidente da República vai realizar sua primeira viagem oficial ao continente africano. Nesse contexto, é da maior importância que o Congresso brasileiro possa acompanhar e envolver-se ativamente nessa renovação das relações entre o Brasil e a África.

No mundo atual, os Parlamentos devem empenhar um papel importante da aproximação entre os povos e das relações entre os Estados. Por isso, do nosso lado, celebramos esta audiência pública e a consideramos exatamente como uma manifestação de uma busca mais renovada dos laços estabelecidos pela história e pela natureza.

Não será preciso lembrarmos aqui mais uma vez os laços seculares que unem o Brasil à África ou ainda as similitudes geográficas, climáticas, culturais, sociais e históricas. Esse não é nosso objetivo hoje, já que isso são evidências. Trata-se, hoje, partindo da leitura dos últimos elementos das nossas relações, de dizer que chegou o momento de renovar e repensar o nosso relacionamento. Usando nossos laços históricos humanos e culturais, chegou a hora de as duas entidades desenvolverem uma parceria vencedora, à luz dos novos dados de gestação da situação internacional, que padece, que sofre o efeito do fator de globalização; uma parceria objetiva, o oposto de um paternalismo esterilizante, uma parceria desejosa de usar os trunfos de ambos os lados, em favor de uma cooperação que possa constituir uma alternativa à via única que está tentando se impor no cenário internacional. E a nossa convicção é que se trata aqui – como já dissemos – de uma união natural, histórica e objetiva.

Srªs e Srs. Senadores, não se trata de teoria, mas de levar em conta a evolução ocorrida aqui e acolá.

Não é inútil lembrarmos que nossos povos estão ficando isolados nessa grande competição que se tornou a economia internacional. Não devemos esquecer, no entanto, que a maioria dos encontros regionais atualmente existem em bases históricas, culturais e objetivas. Da mesma forma que os países do Norte estão se articulando, fica evidente que devemos procurar saídas para articularmos um contrapeso. Temos que reunir uma solidariedade que nos permita dialogar com os povos do Norte, ciosos das suas vantagens e dos seus privilégios. Essa cooperação deve repousar, deve ser assentada numa análise realista das fraquezas e das forças de todos os atores envolvidos sobre o que podem trazer na realização dos objetivos comuns ou do caminhar para interesses comuns.

Felizmente, constatamos que, hoje, tanto de um lado quanto do outro, o momento é propício à instalação dessa parceria.

Do lado do Governo brasileiro, observamos e registramos com felicidade uma vontade e uma atenção totais no sentido de recolocar o continente africano como uma prioridade das suas relações exteriores. Há fatos notáveis que provam essa nova orientação. Podemos citar, por exemplo, que, em junho deste ano, houve, em Fortaleza, um grande fórum Brasil/África, que se dedicou a identificar elementos capazes de orientar a nova parceira entre o Brasil e a África.

A África é um continente que conta com 780 milhões de habitantes. E, desde exatamente o dia 21 de junho de 2003, por iniciativa do Presidente Lula, o organograma do Ministério das Relações Exteriores brasileiro conta com um departamento inteiramente dedicado ao continente africano. Essa é uma das concretizações efetivas e uma das medidas apropriadas ao novo interesse pela África, acordada e anunciada pessoalmente pelo Presidente Lula durante uma audiência especial que ele aceitou dar aos representantes africanos no Palácio do Planalto em janeiro deste ano.

Finalmente, outro sinal evidente dessa vontade política é a próxima viagem do Presidente Lula ao continente africano.

No âmbito dessa renovação em que consiste o Nepad, o fórum de Fortaleza também indicou a importância desse órgão para o reforço do conhecimento recíproco entre brasileiros e africanos.

Do lado africano, constata-se, diariamente, uma conscientização maior. Dentro do cenário de crescente marginalização da África no cenário internacional, os africanos perceberam que em vez de ficarem lamentando a herança colonial era melhor assumirem seu futuro e trabalharem por seu desenvolvimento. Isso é amplamente demonstrado pela realização da última reunião de cúpula africana, em Maputo, no Moçambique, que acabou sábado passado.

Paralelamente à sua integração política, os responsáveis pela África também têm ampliado um programa de desenvolvimento comum em curto, médio e longo prazo. Esse programa, que recebeu o nome de Nova Parceria pelo Desenvolvimento da África e já obteve a adesão de todos os Estados africanos, dos países do G-8 e da União Européia, tem no seu cen-

tro os próprios recursos da África e dá um papel central à parceria em oposição ao paternalismo e ao assistencialismo. Dessa maneira o Unepad está em vias de tornar-se hoje uma estrutura integrada da união africana.

É uma obra gigantesca que envolve toda África.

No Brasil, o grupo de Embaixadores e chefes de missões diplomáticas africanas têm prazer em assumir toda a sua responsabilidade nesse particular, uma vez que o Nepad não conta com outros representantes aqui, além dos Embaixadores africanos. Nessa nova estratégia de desenvolvimento da África está claro que o Brasil ocupa papel de destaque como aliado natural da África. Numa parceria que seria uma alternativa bem-sucedida, uma alternativa de desenvolvimento no interesse de todos os envolvidos.

Srªs e Srs. Senadores, depois dessa introdução, passo a palavra ao meu colega o Sr. Embaixador do Senegal, que dará todos os esclarecimentos relativos ao Nepad. Imagino que, brevemente, o Sr. Presidente desta reunião lhe dará a palavra para tal. Evidentemente, todos os membros do grupo africano presentes estão à inteira disposição para responder a quaisquer perguntas que V. Exªs queiram fazer posteriormente.

Mais uma vez, quero agradecer ao Senado Federal, especificamente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, por esta oportunidade dada aos representantes africanos de se expressarem sobre os esforços envidados por nosso Continente em prol do desenvolvimento. Quero agradecer especialmente à Senadora Ideli Salvatti, que se envolveu profundamente na realização desta reunião. Agradeço muito a V. Exª a amável atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Embaixador Martin Mbarga Nguele, pela sua explanação sobre o Nepad.

Conforme seu pedido, gostaria de conceder a palavra ao Embaixador do Senegal, Cesar Coly. Pediria apenas ao Embaixador do Senegal que, tendo em vista o horário da nossa reunião e o grande número de Senadores inscritos para falar, seja breve no pronunciamento, a fim de que todos possam-se expressar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Permite-me V. Exª fazer uma sugestão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – São poucas as pessoas que exigem a tradução em inglês. A tradutora poderia sentar-se ao lado delas e poderíamos ganhar um tempo precioso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – A maioria das pessoas que nos estão assistindo são brasileiras. Nunca tivemos reuniões traduzidas em inglês. A tradução é em inglês. Só para eles, em inglês. Muito obrigado.

Ouçamos o Embaixador do Senegal.

O SR. CESAR COLY – Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de começar minha explanação, confesso que estou constrangido. Em face da hora, vi rapidamente o documento preparado pelo meu colega, o Embaixador Pedro Mota, e, comparando com o que eu mesmo preparei, posso dizer que é mais ou menos como se o Embaixador Pedro Mota e eu tivéssemo-nos encontrado para falar da mesma coisa.

Solicito sua indulgência para ganhar tempo e tentarei falar em português. Será um português quebrado, mas vou tentar expressar-me em português, com a permissão do Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Está permitido.

O SR. CESAR COLY – Na realidade, pensamos que a apresentação do Nepad talvez não seja necessária, porque há quase três anos temos falado dele e, lendo a apresentação do Embaixador Pedro Motta, é possível notar que os brasileiros já conhecem mais ou menos o Nepad.

É por isso que eu tentei apresentar o Nepad na área filosófica, em especial os projetos, porque o que interessa hoje à África são os projetos a serem realizados para o desenvolvimento do continente africano. É nesse sentido que procurei tratar o assunto. Não sei se posso continuar assim ou então me expressar de outra maneira. É nesse sentido que também lhes entreguei dois mapas da África: um com os grandes projetos na área de infra-estrutura e outro com as divisões, em termos de regiões, para execução da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África – Nepad.

Como disse há pouco, o Nepad não necessita mais de apresentações, mas o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho vai fazer isso por todo mundo, em português melhor.

O objetivo do Nepad, como todo mundo sabe, é um grito do coração do povo africano, de gente africana que quer acabar com antigos planos e ver, dentro

da África, povos africanos unidos e, entre os africanos, como desenvolver o continente, quer dizer, os africanos tomaram a decisão de enfrentar o touro pelos chifres. Vai ser difícil. Contamos com o apoio dos países desenvolvidos, claro, mas, primeiro, com nossas forças próprias.

Então, dez prioridades foram selecionadas.

A primeira delas é a boa governança. Por quê? Porque sabemos também que, hoje em dia, sem a democracia, sem a proteção dos investidores, ninguém vai querer chegar à África para se instalar, para participar do desenvolvimento do continente. O que aconteceu na noite de anteontem para ontem, em São Tomé e Príncipe, o que já aconteceu nas repúblicas centro-africanas e também na Mauritânia, temos que falar a verdade, foi uma vergonha para nós, africanos, porque golpes de Estado, pensamos hoje em dia, falando a verdade, é coisa de outro século. Mas, infelizmente, continuam acontecendo. Os dirigentes africanos estão se unindo para combater o que não é conforme com a democracia. No momento em que estamos falando, Presidentes africanos, inclusive o Presidente da Nigéria, estão se dirigindo para um encontro com o objetivo de saber se é necessário uma intervenção militar para reposicionar o Presidente de São Tomé e Príncipe.

Então, isso quer dizer que nós, africanos, estamos com vergonha de ver o que está acontecendo. E é difícil. Sabemos também que o que está acontecendo não está apoiando o nosso trabalho. Pelo contrário, está enfraquecendo. É difícil para nós convencer o menor investidor brasileiro a ir para a África, porque tem que se dizer a verdade.

A segunda prioridade é a boa governança na área econômica, lutar contra a corrupção. Acho que sabemos que não basta dizer que corrupção existe em todo o mundo. Não é uma desculpa, não! Cada um deve se esforçar para limpar a sua casa para poder convidar, esperar receber os amigos, os investidores em potencial.

A terceira prioridade são as infra-estruturas. Nesse sentido, você pode, para ganhar tempo, se olhar o mapa da África, só aqui na área de infra-estruturas – estradas, portos e rodoferroviárias. São algumas das mais importantes que a África escolheu. Os senhores podem ver que dentro desse programa tem um projeto de uma estrada que ligará Trípoli até Lagos. E, de Trípoli, essa estrada com projeto, vai chegar ao Cairo. Haverá também outra estrada que vai atravessar o deserto inteiro até a Nigéria.

A leitura desse mapa pode dar uma idéia e talvez convencer os brasileiros que queiram participar dos projetos de se aproximar da Secretaria Permanente do NEPAD, que está na África do Sul.

A educação é outra prioridade. Sabemos também que, hoje em dia, um País que tem uma taxa de analfabetismo muito elevada não tem como se desenvolver. Temos o exemplo do Japão, que se desenvolveu a partir da alfabetização do povo.

A saúde. Não é agradável para nós, africanos, ouvirmos, sempre, que o maior índice de aidéticos, atualmente, se encontra na África; o paludismo, se encontra na África, assim como outras doenças também. Portanto, podemos afirmar, hoje em dia, afirmar a nossa boa vontade de nos aproximar do Brasil que nessa área, por exemplo, semana passada, ontem foi fechada a conferência em Paris sobre a Aids. O Brasil foi muito elogiado e, nós, dos países africanos, estamos nos aproximando do Brasil para ver como copiar e lutar contra essa epidemia.

A nova tecnologia de informação é uma outra área que é considerada como prioridade para o desenvolvimento da África.

A agricultura. A Embrapa é, para nós, uma referência permanente. Esperamos nos apoiar com o que ela conseguiu dominar. A participação da Embrapa em vários países, sobretudo nos de Língua Portuguesa, é muito bem recebida, tanto é que vários países da África estão também se aproximando do Brasil para ver como, juntos, podemos trabalhar para acabar com a pobreza e chegar à auto-suficiência alimentária.

O meio ambiente é outra área também considerada como prioridade.

A energia. Vários projetos de barragens estão sendo estudados. Um dos maiores, que será uma prioridade da África, é a barragem do Inga, na República Democrática do Congo. No tempo de Mobutu Sese Seko, considerado um ditador, o Zaire, conhecia a paz. Ele foi muito criticado. Morreu. Mas o que ocorre atualmente é pior do que o que conhecemos durante o governo de Mobutu. Mas esse é outro assunto. A barragem do Inga, que foi uma das ilhas importantes de Mobutu, pode abastecer de energia quase toda a África. A barragem pode levar energia do centro da República do Congo até o Cairo. Ou seja, apenas com o apoio e a boa vontade dos amigos da África dá para sair do subdesenvolvimento.

Acesso ao mercado internacional, outro assunto. Nessa área, temos o dever de cooperar. É o **work trade**, a troca no trabalho. O Brasil quer exportar. Mas importar é outra coisa. O comércio é um fluxo de intercâmbio. Creio que nesse sentido também o Brasil, as-

sim como a América Latina, podem auxiliar a África a sair do monopólio dos países desenvolvidos, da Europa sobretudo. Pois o Brasil, na área industrial e agropecuária, por exemplo, alcançou um ponto muito interessante para todos os países africanos. Mas para os africanos poderem aproveitar esse intercâmbio, o Brasil deverá abrir um pouco o mercado. Não estou criticando o Embaixador Pedro Motta, estou apenas expondo meu ponto de vista, uma simples constatação. Quando conversamos com as exportadoras, dizem que querem importar, que vão importar, mas no momento da importação, proíbem. Vamos conversar a fim de chegar a um intercâmbio.

Penso que a viagem que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará à África será muito boa, pois Sua Excelência provavelmente viajará com os operadores econômicos, que descobrirão o mercado africano e nos auxiliarão no trabalho de reforço da nossa cooperação.

Em termos de projeto, há mais ou menos noventa que o Nepad pretende desenvolver. Convido V. Exªs a visitar o **site** do Nepad a fim de obter informações mais completas e de saber com quem poderão conversar.

Ao concluir, gostaria de dizer que hoje, após a reunião da África, em Maputo, a idéia que surgiu é a de que os africanos devem, em primeiro lugar, tentar arrecadar capital privado para começar a trabalhar. Ou seja, não basta dizer que vocês podem vir. Cabe aos africanos começarem a trabalhar. Esse foi o recado que os chefes de Estado africanos enviaram sábado passado ao mundo inteiro. Em primeiro lugar, aos africanos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Queremos agradecê-lo pelo seu esforço em falar nossa língua. V. Exª falou muito bem, nós o entendemos. V. Exª pode ter certeza que o esforço do Presidente Lula é exatamente no sentido de que o comércio com a África seja bilateral.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, os outros convidados não vão expor?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Estou seguindo a ordem. V. Exª quer ouvir o Embaixador brasileiro?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não estou requerendo nada, estou apenas perguntando. Senão, uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Segui a ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A exposição do Embaixador Motta nos foi distribuída previamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Sim. Se V. Exª prefere ouvi-lo, passaremos a palavra a S. Exª primeiro.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não sei, que se resolva.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Então, vamos resolver.

Concedo a palavra ao Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, para que faça as explanações finais e, depois, ao nosso ilustre Governador Albuino Cunha de Azeredo, que está aqui conosco.

O SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO – Sr. Presidente, agradeço muito.

Minha primeira afirmação é que serei muito breve, porque já distribuí o texto e gostaria de fazer alguns comentários a respeito do Nepad e de como o Brasil poderia participar do Nepad. Creio que é esse o fulcro central de nossa preocupação.

Penso que o Nepad, no presente momento, já começa a ter uma boa divulgação no Brasil; começam a ser publicados artigos. Eu mesmo gostaria de acentuar que, num colóquio que promovemos em dezembro passado – há volumes ali à disposição –, o Nepad foi objeto de um debate aberto, controverso, com posições a favor, contra, como deve ser. Quero acentuar os seguintes pontos a respeito do Nepad, além de todas as informações que já foram transmitidas aqui sobre sua composição e estrutura.

O Nepad é um programa africano, um esforço africano; tem sua origem na África. Ele é uma evolução a partir de uma série de programas também africanos, por diversos líderes africanos. E as próprias Nações Unidas, com a comunidade internacional, também desenvolveram ao longo das últimas décadas uma série de programas voltados para o desenvolvimento africano.

Portanto, o Nepad, como programa, não é um remédio para tudo; é um programa de ação, uma coisa meio abstrata, um programa de ação com uma estrutura governamental que tenta reforçar, embasar esse programa e suas atividades. Não é nada mais do que isso. Não é um remédio milagroso para os problemas africanos, mas vem em boa hora. Por quê? Porque os africanos estão fazendo um esforço extraordinário para desenvolver aspectos fundamentais que estão no Nepad. Por exemplo: consolidação da democracia em vários países; esforço em torno da consolidação política, estabilidade política; luta contra a corrupção; luta

contra a pobreza; combate às endemias; combate ao analfabetismo. São coisas que não são particulares da África. É preciso que se diga que são coisas muito próximas de nós. Estamos falando de uma atividade que nos diz respeito muito de perto. Por isso, é preciso dizer que o Presidente Lula, ao estabelecer uma prioridade para a África na nossa política externa, no fundo está estabelecendo uma prioridade para o Brasil também. Porque todos somos, Brasil e África, mais ou menos iguais – estamos na mesma condição, na mesma luta econômica, na mesma luta social -, além dos laços históricos e culturais.

Mais do que isso: o Presidente propôs, e estamos tentando cumprir seu desejo, a ampliação da nossa agenda para África com o objetivo de incorporar todas as atividades no âmbito social. Social quer dizer luta contra a pobreza, pela educação, pelo desenvolvimento de aspectos de saúde e pela proteção contra a discriminação racial, a favor da igualdade de gênero etc. Esses são os pontos priorizados, dentro dos limites de nossos parcos e limitados recursos, em nossa participação no Nepad.

Nesse contexto, espera-se dos países desenvolvidos capital, fluxo financeiro, investimentos – também do Brasil eventualmente. Precisamos difundir o Nepad no País, pois há empresários brasileiros, grupos brasileiros interessados em investir na África. É importante, como disse o embaixador Cesar Coly, conhecermos quais são esses projetos e, para isso, os embaixadores africanos poderiam contribuir muito. Falta ao Brasil ter maior conhecimento dos projetos para que eles possam ser difundidos junto aos empresários brasileiros, à comunidade acadêmica e econômica brasileira, para ver de que forma esses empresários estão dispostos a se envolver.

Estamos num ambiente do Congresso Nacional, em um debate público, e isso pode fazer uma grande diferença. O próprio Embaixador César Coly disse que temos que desenvolver um esforço para fazer com que o comércio bilateral aconteça nos dois sentidos. O Brasil ainda é muito fechado. Temos perfeitas condições de abrir o mercado brasileiro para produtos africanos, perfeitas condições, basta citar como exemplo o câmbio flutuante, que é proteção mais do que suficiente para a nossa economia.

Muitos produtos africanos poderiam ser trazidos para o Brasil, mas isso não acontece porque as tarifas são altas, desnecessariamente altas. E cito o caso de produtos nos quais somos concorrentes: não há por que aplicarmos uma tarifa alta, por exemplo, sobre a importação do açúcar ou de uma série de minérios ou sobre a importação do camarão produzido em Moçambique. São vários os produtos que poderiam chegar em grandes ou pequenas quantidades – normalmente a capacidade exportadora é pequena, mas, simbolicamente, seria muito bom se pudéssemos ter isso.

O Congresso Nacional pode atuar ativamente junto às autoridades – e até mesmo junto ao Itamaraty – na tentativa de sensibilizá-las e fazer com que nós do Itamaraty e de outros setores econômicos do governo possamos desenvolver esse trabalho, que tem que ser negociado também com o Mercosul, porque hoje somos um conjunto. Isso é possível e é exatamente o que estamos fazendo agora na preparação da visita do Presidente Lula à África. É o trabalho que estamos desenvolvendo, mas é importante que recebamos o apoio do Congresso Nacional.

Isso é para mencionar apenas um exemplo. Há outros, poderíamos nos alongar falando sobre eles, mas prometi que seria breve.

Gostaria apenas de dizer que a nossa participação no contexto do Nepad, hoje, se dará por meio de iniciativas novas, como a que acabo de mencionar, ou por meio de projetos de cooperação que temos desenvolvido graças ao apoio recebido do Congresso Nacional, sobretudo por meio da rubrica de cooperação com os países de língua portuguesa. É importante que possamos ampliar isso e obter mais recursos para permitir um trabalho com a África de uma forma holística, completa. A África não é só os países de língua portuguesa, por mais que eles sejam importantes para nós. A África é um conjunto de países e acredito que devemos trabalhar tendo isso em mente, foi assim que fizemos o Fórum Brasil-África e assim continuaremos a trabalhar.

Talvez no processo de perguntas e respostas possamos continuar falando sobre o assunto.

Agradeço muito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Vamos concluir as manifestações dos membros da Mesa ouvindo o nosso Governador Albuino Cunha de Azeredo, que é presidente da Central de Engenharia e Logística do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ALBUINO CUNHA DE AZEREDO – Saúdo a todos, em particular ao Presidente, Senador Crivella, aos demais Senadores aqui presentes e Embaixadores.

É uma satisfação estarmos aqui participando desta audiência, particularmente porque temos uma trajetória de vida de busca permanente de uma relação mais duradoura e racional com o continente africano e temos tido oportunidade de participar em vários momentos. Fico feliz em ver alguns sinais dados

ao longo dos últimos meses. O Brasil estaria voltando para uma política externa, no sentido de que essa relação seja duradoura e profícua.

Tive oportunidade de viver momentos, no passado, por incrível que pareça, até na época do regime autoritário, de uma relação mais duradoura. O Brasil teve uma política externa de exportação de serviços que contribuiu para investimentos de infra-estrutura na África. Tive oportunidade de participar de muitos deles, na Mauritânia, na Argélia, em Moçambique, em Angola e, de repente, houve uma interrupção, uma mudança brusca nesses rumos.

Estamos vendo sinais – e esperamos que não sejam só sinais – de que o Congresso, a quem reconhecemos que cabe o papel, está persuadindo o Governo brasileiro a seguir rumo a um caminho natural de uma aliança com a África, que é um parceiro não apenas histórico, como fica no papel, não apenas cultural, mas é o parceiro de que o Brasil precisa e de que a África precisa.

Estamos, aqui, hoje, ouvindo os Embaixadores, na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, E o papel de V. Exªs é extremamente importante para que essa contra-marcha sejam interrompida e, assim, volte a haver uma relação duradoura. Vimos, aqui, algumas parcerias comerciais. Recordo-me de projetos que foram desenvolvidos no passado, de interesse mútuo, como a exportação de carvão mineral de Moçambique para o Brasil. O Brasil tem essa parceria com outros países industrializados do Primeiro Mundo, que, evidentemente, poderiam dar a vez a uma parceria maior com a África. E poderíamos numerar aqui vários outros projetos.

É claro que há dificuldade de toda natureza. A própria África impediu algumas dessas articulações e ações. Tenho certeza de que estamos vivendo um novo momento, que começou, evidentemente, com a ascensão do Mandela e que hoje ganha força na África, apesar de todo esse retrocesso institucional que alguns países infelizmente estão convivendo na África. E não poderemos eliminar isso da noite para o dia, ainda conviveremos com isso na América Latina durante muito tempo. Mas, felizmente, estamos vivendo um novo momento aqui na América Latina e esperamos que a África também viva. Isso não deve ser empecilho a que nossa relação com a África seja racional, fundamentada na história e na cultura dos povos, em uma parceria que será boa para o mundo, para o País e para a África.

Acredito que há necessidade de uma determinação e de uma política externa muito clara do Brasil com relação à África. Precisamos disso e cabe realmente à Comissão de Relações Exteriores esse papel. Não acredito que possamos conseguir uma relação mais duradoura sem que ela passe por V. Exªs. Fico feliz de estar aqui. Não me alongarei, pois gostaria muito mais de poder ouvir do que falar, não viemos aqui para falar, mas para ouvir.

Neste momento, é uma alegria ver que existem sinais de que estamos pensando diferentemente. Essa visita do Presidente à África é mais um sinal forte. Que seja marcada por uma agenda positiva e de continuidade e de regularidade. Sabemos muito bem que, muitas vezes, esses movimentos são passageiros. Esperamos, portanto, que esses movimentos sejam firmes, porque o Brasil precisa disso. Para a África já é tarde, mas antes tarde do que nunca. Essa é minha saudação a V. Exªs.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Não temos muito tempo, mas gostaria que os outros representantes dos países africanos que estão conosco fizessem uma breve saudação. Já ouvimos o Embaixador do Senegal e do Camarão. Gostaríamos de ouvir a saudação do Sr. Lahcène Moussaoui, da Argélia.

O SR. LAHCÈNE MOUSSAOUI – Agradeço muito, Sr. Presidente, não tenho nada a acrescentar. Se houver perguntas, poderei responder com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado.

Temos também o Sr. Luís Antônio Valadares Dupret, que é de Cabo Verde, a quem concedo a palavra para uma breve saudação.

O SR. LUÍS ANTÔNIO VALADARES DUPRET – Muito obrigado, Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para referir um pequeno detalhe que não foi mencionado aqui. É o caso dos países africanos, ilhas, Cabo Verde, que é um arquipélago. Há vários outros países-ilhas no continente africano. E eu queria informar que há um movimento desses países no sentido de se considerar esses países no quadro do Nepad. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado.

Eu também gostaria de ouvir a Srª Colette Gallie Lambin, da Embaixada de Costa do Marfim.

A SRA COLETTE GALLIE LAMBIN – Sr. Presidente, agradeço muito a V. Exª e ao Senado a oportunidade de estarmos aqui falando e, é claro, se houver perguntas, terei muito prazer em respondê-las também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado.

Eu gostaria de conceder a palavra ao Sr. Hassine Bouzid, da Tunísia.

O SR. HASSINE BOUZID – Quero agradecer especialmente a atenção dedicada pelo Senado e pelo Governo à atualidade africana. Poderei responder a quaisquer perguntas que se façam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Também agradecemos.

Concedo a palavra ao Sr. Marcel Odongui-Bonnard, do Gabão.

O SR. MARCEL ODONGUI-BONNARD – Sr. Presidente, quero agradecer a iniciativa desta reunião e regozijar-me pelo interesse do Governo em relação ao continente africano. Quero acrescentar alguns detalhes sobre as relações comerciais entre o subcontinente latino-americano e o continente africano.

Há uma quase impossibilidade de comércio entre a América Latina, especificamente o Brasil, e a África, porque não temos meios de comunicação. Há muitas poucas linhas marítimas, bem como linhas aéreas. Isso praticamente impossibilita o nosso relacionamento comercial.

Mantenho-me à disposição dos Srs. Senadores. Se houver qualquer pergunta, eu responderei com muito prazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

É muito importante ressaltar suas palavras, porque, atualmente, o Brasil não tem um vôo para a África, seja para a África do Sul, seja para Angola, seja para a Costa do Marfim. No passado, tivemos. Isso é algo que precisa ser mudado imediatamente.

Concedo a palavra ao Sr. Mohamed Heimeda Saad Matri, Embaixador da Líbia.

O SR. MOHAMED HEIMEDA SAAD MATRI – Eu gostaria de agradecer ao Sr. Presidente e ao Senado Federal brasileiro por esta audiência.

Pretendemos, com a Nepad, conseguir, como o Presidente Lula enfatizou, uma integração física não só entre os países africanos como também entre os países africanos e o Brasil.

Foi publicado, nos jornais do mês passado, que os representantes da América Latina se uniram e que houve conversações sobre projetos concretos, no sentido de se construírem estradas, rodovias e ferrovias. Acredito que também nós, dos países africanos, poderíamos conjugar os nossos esforços com o Brasil no sentido de trocarmos experiências e conhecimentos. Muitas empresas brasileiras vão estar envolvidas nesses grandes projetos de construção, o que será extremamente interessante e importante para que nós, países africanos, possamos contar com o conhecimento e a perícia dos brasileiros nesses campos.

Agradeço a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Sr. Daniel Muanda Lendo, da República Democrática do Congo.

O SR. DANIEL MUANDA LENDO – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço muito a atenção dedicada ao continente pelas autoridades brasileiras. Quero dizer que desejo o maior envolvimento possível do Brasil nesse programa de desenvolvimento e fico à disposição dos Srs. Senadores para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Sr. Ramses Joseph Cleland, representante de Gana.

O SR. RAMSES JOSEPH CLELAND – Agradeço, Sr. Presidente, o convite para estarmos aqui e peço desculpas pela ausência do nosso representante, mas estou falando em nome dele. Gostaria de enfatizar que este é o momento certo, em que há fortalecimento das democracias parlamentares africanas. Portanto, frente ao Parlamento brasileiro, haveria, efetivamente, a possibilidade de uma discussão e de um relacionamento mais íntimo entre nós.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer. Estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Sr. Shadia Hussein Fahmy Farrag, representante do Egito, por favor.

O SR. SHADIA HUSSEIN FAHMY FARRAG – Estou aqui em nome do meu Embaixador e representando-o. Quero apenas agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Josef Sookore Egbuson, representante da Nigéria.

O SR. JOSEF SOOKORE EGBUSON – Gostaria de agradecer o convite, em nome do meu Embaixador, que represento aqui.

Ouvi tudo o que foi falado a respeito do desenvolvimento dessa parceria pelos Embaixadores de Senegal e de Camarões. Concordo perfeitamente com tudo o que foi dito. No entanto, gostaria de enfatizar de forma muito especial a importância vital dos transportes, que são, praticamente, inexistentes entre o Continente Africano e a América Latina. Hoje há apenas um vôo entre a África do Sul e a América Latina e, para haver uma cooperação efetiva entre o Bra-

sil e os países africanos, é necessário que haja, realmente, comunicação. Falo tanto em termos de linhas aéreas quanto marítimas e de informação. Hoje, para viajar da África para América Latina, temos que passar necessariamente pela Europa. E isso é algo que tem que ser modificado.

Gostaria de enfatizar também a necessidade dessa comunicação, pelo fato de ver, neste mapa, que os grandes projetos serão desenvolvidos nesse sentido praticamente, e quase que exclusivamente, na África Ocidental.

Gostaria de enfatizar também os três grandes projetos do Nepad que nos tocam profundamente, que seriam efetivamente a Democracia, a Resolução de Conflitos e o Estabelecimento da Paz, com os quais o nosso Presidente está profundamente envolvido.

Gostaria também de enfatizar a importância do Projeto do **Pipeline** 156 entre a Argélia e a Nigéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Não sei se estão aqui hoje os representantes de Moçambique e Angola. Temos algum representante de Moçambique ou Angola conosco? (Pausa)

Por estarem com conflitos lá, não devem estar presentes.

Ouvidos todos os representantes da África e as explicações sobre o Nepad, gostaria de conceder a palavra aos Srs. Senadores, para desenvolvermos o nosso debate, lembrando que já passam dez minutos do meio-dia.

Começamos com o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pois não, Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, SRAs e Srs. Embaixadores, em primeiro lugar, a minha alegria por esta reunião, este encontro, que já tarda – o Senado brasileiro já deveria ter dado sinais mais fortes de solidariedade com o drama africano -; em segundo lugar, meus cumprimentos aos governos dos países africanos pela iniciativa do Nepad, que é um passo gigantesco para toda a África.

O Sr. Presidente Luiz Inacio Lula da Silva disse há dois meses que já era tempo de os brasileiros pararem de culpar os outros pelos seus problemas e tratarem de resolvê-los nós mesmos. O colonialismo foi mal, deixou uma herança pesada, mas os povos africanos afinal compreenderam que já é tempo de olhar o futuro e tentar resolver os problemas deles, claro que com o apoio da comunidade internacional. Os tigres asiáticos deram uma lição ao mundo. A Coréia do sul, há 40 anos, era um país mais pobre que o Brasil e tão pobre quantos muitos países africanos. Hoje é um País plenamente desenvolvido.

Mas vou agora ao que interessa, que é objeto a minha pergunta. A África só vai superar os seus problemas, como nós do Brasil também – e os problemas deles são muito parecidos com os nossos, talvez apenas em escala maior –, quando iniciar um processo contínuo de desenvolvimento. Para isso, precisa superar uma pré-condição. Existe uma pré-condição, ao meu ver, que é a estabilidade institucional sem a qual não haverá investimentos indispensáveis. Nós na América Latina tivemos essa instabilidade até dez anos atrás. De dez anos para cá, tivemos uma estabilidade relativa e não temos nenhum regime de exceção, pelo menos entre os países membros da Organização dos Estados Americanos. Coincidência ou não, essa estabilidade ocorreu a partir da inclusão num dos documentos básico da OEA da chamada clausula democrática por intermédio de que os países membros da OEA romperão relação diplomáticas com os países que instituírem regimes de exceção, ou seja, ditaduras.

Pergunto aos dois Embaixadores se, em sua opinião, não seria válido que a União Africana, a Antiga Organização da Unidade Africana, instituísse uma clausula semelhante?

O SR. LAHCÈNE NGUELE – Sr. Presidente, agradeço.

Escutei com muita atenção a comunicação do nosso amigo, Senador Jefferson Péres, com quem concordo em 100%. A reunião de hoje foi dedicada essencialmente ao Nepad, por isso não foram desenvolvidos os aspectos políticos desse movimento de renovação africana. Entendo que o que se faz no plano político não tem importância menor que tudo que possamos fazer no plano econômico.

Paralelamente ao Nepad, foi criada uma nova organização política, a União Africana, que veio substituir a Organização da Unidade Africana. A União Africana é uma visão nova da África. A principal missão da OUA era o acabamento, arrematar o movimento de independência dos países africanos.

Simultâneo ao lançamento do Nepad, lançamos a União Africana. Os princípios, os fundamentos da União Africana provêm exatamente da mesma veia do Nepad. Consistem na libertação de energias africanas mediante o respeito aos direitos humanos, o bom governo, o respeito e a promoção dos direitos do homem, o papel da sociedade civil. Todos critérios modernos.

Precisaríamos de muito tempo para discutir todos esses aspectos. Talvez possamos ter outra oportunidade para dar continuidade à discussão, mas quero dizer ao nosso amigo Senador Jefferson Péres que, quanto ao que perguntou, já estamos executando. Começamos na Cúpula da Argélia, em 1999, com uma decisão de que a Cúpula não aceitará um chefe de Estado que não seja eleito democraticamente. Esse princípio consta da nova Carta da União Africana, art. 31, que determina claramente que ninguém poderá participar da Cúpula da União Africana se teve acesso ao poder fora dos meios democráticos.

Das reuniões da Cúpula ocorridas em anos passados, alguns países não participaram em respeito a esse princípio.

Em grande parte das Constituições dos países africanos, os mandatos são limitados. Estamos ainda em processo. Não estou dizendo que não há problemas, mas estamos no processo de superação de todos os problemas que a pergunta pôde sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não.

O debate começa a se acalorar.

Infelizmente não poderemos conceder a palavra, porque já passamos de 12:30 e ainda há vários Senadores inscritos. Portanto, gostaria de seguir a ordem, para que todos os Srs. Senadores tivessem oportunidade de se manifestar.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente Marcelo Crivella, Srs. Embaixadores, SRAs e Srs. Senadores, tenho um enorme interesse em participar desta reunião, mesmo porque represento um Estado que tem a maior influência africana – meu Estado é a Bahia – nos seus aspectos sociais, culturais, religiosos, influência muito viva até hoje.

Olhando os grandes projetos do Nepad (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), verificamos que boa parte deles se refere a auto-estradas, ou área de energia, ou linha de transmissão ou gasodutos. E aí é mais uma observação do que uma pergunta: entendo que, a exemplo do Brasil, que não tem ainda suas regras claras, definidas nessa área, é muito importante que isso venha a ocorrer nos países africanos.

Nessas áreas – e falo por experiência própria – tínhamos um contencioso muito grande da Petrobras em relação a projetos de petróleo na Nigéria e em Angola, que se arrastavam há alguns anos. Estive inclusive com o Ministro de minas e energia, com o Presidente Agostinho Neto e com o Presidente Olusegun Obasanjo no sentido de resolver esse problema, que era claramente de falta de regras estáveis nessa área.

Entendo que, sem que se tenha esse marco regulatório, dificilmente esses projetos contarão com a participação de empresários brasileiros ou de quaisquer outros empresários no mundo – mesmo a Petrobras.

Evidentemente, a primeira estabilidade que se quer é aquela apontada pelo Senador Jefferson Péres, que é a estabilidade institucional, mas as regras para a iniciativa privada são absolutamente necessárias. Vejo que há um grande campo de desenvolvimento na área de petróleo, mas isso seria condição fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra agora ao Senador João Capiberibe, que vem de um Estado que faz divisa com a França.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Aproveito a oportunidade para saudar os Srs. Embaixadores dos diversos países africanos e também cumprimentá-los pela iniciativa de elaborar um programa comum para o continente africano. Quero saudá-los pela iniciativa de elaborar um projeto para o conjunto dos países africanos.

Vivi em Moçambique durante três anos, depois da independência do país. O Senador Marcelo Crivella foi meu vizinho na África do Sul. Durante dois anos, eu e minha esposa colaboramos com o processo de desenvolvimento de Moçambique, país mergulhado em extremas dificuldades provocadas pelo longo período de dominação colonial.

Busquei um levantamento sobre o crescimento econômico dos nossos países e percebi que os Srs. Embaixadores agiram com muito cuidado para que esse programa fosse de fato conduzido pelos povos africanos, até porque a desconfiança procede. Ela é verdadeira em relação aos países do norte. Em todos os momentos em que nos relacionamos com os países do norte, sempre levamos desvantagens. No consenso de Washington e no ajuste estrutural que se seguiu após essa decisão de globalizar nossos mercados, tivemos sistematicamente uma queda no produto interno bruto. O mesmo ocorre quando há uma integração entre países desiguais, como é o caso do Nafta, do qual participam os Estados Unidos, o Canadá e o México. O crescimento do México não atingiu 1% nos últimos nove anos.

Portanto, há sempre uma preocupação, principalmente na África, que sofreu superexploração pelas potências ocidentais. Sabemos que se deve ao povo africano, nas suas diversas formas de exploração brutal, a revolução industrial realizada principal-

mente pela Inglaterra. Ela foi fundamentada na acumulação capitalista baseada no tráfico de africanos para a América. Então, na mesa de negociação, deve estar presente essa relação histórica com a África. E é exatamente isso que pretende o nosso País, como muito bem interpretou o Presidente Lula e a política externa brasileira, ou seja, buscar reatar relações, considerando a relação histórica que temos com a África, estabelecendo mecanismos e acordos bilaterais no seu conjunto, resguardada essa diferença histórica. Penso que temos o direito de estabelecer o consenso dos países do Sul, considerando as desigualdades e a exploração a que foram submetidos os povos africanos ao longo da História.

É necessário estabelecermos relações comerciais e concordo plenamente que é só olharmos nossa relação de troca comercial para vermos que podemos estabelecer preferência para comprar dos países africanos e o que vamos vender a eles. Temos o direito de estabelecer nosso próprio consenso.

Outra observação é quanto a um grande programa de infra-estrutura na África, que gira em torno de US$37 bilhões. O mesmo destaque dado a um programa de infra-estrutura tem de ser dado a um programa social fundamental para a educação. Nessa área, gostaria que tivéssemos tido tempo de desenvolver um pouco mais esse grande programa de educação que, até 2015, deve colocar todas as crianças na escola.

Qual seria a estratégia de mobilização internacional para obtenção desses fundos? A África ficou fora desse processo de integração de mercados, do ajuste estrutural promovido pelos agentes da governância global, pois a relação que se privilegiou ao longo desses anos foi a norte-norte, quando os investimentos proliferaram enormemente entre a Europa comunitária, dos quinze, e os Estados Unidos. Os ricos sempre se entenderam muito bem, e os pobres sempre se desentenderam historicamente.

Essa iniciativa de mudança na política externa brasileira é fundamental para nos garantir como nação autônoma, soberana, com direito a opções, com direito à tomada de decisões diante desse processo avassalador. Imagine a agenda que temos hoje em relação ao processo de integração de mercados. Teremos, até o final do ano, pelo menos duas ou três reuniões da Área de Livre Comércio das Américas e da OMC. Então, há uma agenda intensa que pressiona em busca da abertura de nossos mercados. Devemos ter a preocupação de estabelecer relações bilaterais, discutir e garantir que essas relações sejam diferenciadas, seja por nossa ligação histórica, seja pelo estágio de desenvolvimento dos países com os quais estamos discutindo e estabelecendo acordo.

Portanto, fico muito satisfeito. Penso que temos de fazer novos debates, porque ficamos sem comunicação com a África. O Brasil tinha vôo para Dacar, lembro-me muito bem, vôo direto de Recife para Dacar, tinha vôo para Luanda e para Joanesburgo. Temos que restabelecer essas ligações.

Para mostrar o quanto ficamos distantes da África durante muitos anos, vou lembrar um fato: convidei um grupo musical que trabalha com tambores, com instrumentos de percussão, para um jantar em minha casa e coloquei o disco do Bonga. Eles, ouvindo-o, perguntaram de quem era, e eu lhes disse que um compositor, um cantor africano. Então disseram que parecia música brasileira. Eu disse que não, que a música brasileira é que parece com a africana, porque está na origem de nossa música. Essa é a música originária que influenciou enormemente toda a música brasileira como a da América como um todo. A música foi muito influenciada pelo aporte cultural dos povos africanos. Esse fato demonstra com clareza que perdemos a memória histórica da relação entre o nosso povo e o povo africano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero apresentar algumas questões. Primeiramente, ressalto que a vinda de um número tão expressivo, tão representativo de embaixadores de países africanos no Brasil é uma clara demonstração da importância deste novo momento político para as relações Brasil-África. Há uma inequívoca demonstração, por parte do Governo e, de forma muito clara, do Itamaraty, de que é um momento novo, especial e para o qual teremos que, obrigatoriamente, dedicar atenção, empenho e esforço.

Não faço parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas acho de fundamental importância que a audiência de hoje tenha continuidade e que, após a visita do Presidente Lula e de sua comitiva aos cinco países, possamos fazer uma avaliação para dar continuidade.

Pelo que já foi dito aqui, listei pelo menos três questões que merecem uma continuidade de debate, às quais a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional poderia se dedicar, articulada com o Itamaraty e com o conjunto dos embaixadores africanos, para podermos ter debates para encaminhamentos: a questão das comunicações – atualmente há

essa ausência absoluta de comunicações aéreas e marítimas –, as questões empresariais – podermos identificar em quais setores do empresariado haveria necessidade de o Nepad apresentar os projetos e também convidar setores do empresariado brasileiro para que, nesta Comissão, possam se aprofundar relacionamentos, parcerias e perspectivas – e as áreas de ciência, tecnologia, educação e saúde. Entendo que são três espaços em que temos muitas condições de aprofundar as relações e parcerias entre o Brasil e os países africanos como um todo, naquela linha de intercâmbio.

O Embaixador César Coly foi muito claro porque, da mesma forma que não estamos admitindo imposições, como os Estados Unidos pretendem fazer em relação à Alca, o Brasil não pode, em momento algum, ter com os países com os quais vem buscando aprofundar qualquer tipo de comportamento de apenas pensar em si e somente em si, como o Presidente disse que determinado país faz. Acho que, na linha do intercâmbio, poderemos trabalhar, e muito, nessas questões.

Embaixador Pedro Motta Pinto, fiquei um pouco impressionada quando o senhor fez uma espécie de apelo para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pressionasse o Itamaraty para as questões relacionadas à África. Inclusive, fui perguntar ao Embaixador Cesar Coly se havia algum problema. S. Exª está muito satisfeito com o trabalho do Itamaraty, mas, como parece que o Itamaraty não está, acho importante a Comissão continuar pressionando-o para que se efetive essa perspectiva de aprofundamento, de estreitamento das relações com os países africanos.

Quero terminar com uma provocação. Todas as embaixadas de países africanos no Brasil têm correspondentes de embaixadas brasileiras em seus países? Sei que a República de Camarões não tem mais. Já teve e deixou de ter. Acho que é fundamental, até num gesto de clara boa-vontade do Governo brasileiro, que todo país que mantém embaixada no Brasil tenham embaixada brasileira em seu país. Sei que, no caso da Republica de Camarões, não há essa correspondência, não sei se isso também ocorre em outras. Mas aproveito aqui, já que ele pediu a pressão, para começar a fazer pressão no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senadora Ideli Salvatti, muito obrigado pela brilhante intervenção.

Com a palavra o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, SRAs e Srs. Senadores, este é um momento muito importante que estamos vivendo no Senado e no Brasil. Essas relações precisam ser trabalhadas, estreitadas. Eu queria agradecer também essa ponte que o Continente africano, por meio de suas estruturas, de suas embaixadas, propicia-nos. Que possamos construir essa ponte sólida entre o Brasil e o Continente africano, numa proposta duradoura dessa consolidação, a partir daquilo que temos, uma unidade cultural muito forte.

Sabemos que a cultura também tem a questão comercial da troca, do mercado como um de seus pilares. Precisamos unir a questão material para que possamos sobreviver, fortificar os laços culturais; senão, haverá um desligamento por falta do alicerce que precisa mover a possibilidade de financiar todo esse processo. Esse processo é financiado por intermédio da troca do comércio. É preciso, então, intensificar isso, como necessidade para que essa contribuição cultural seja desenvolvida.

Naquilo que nos une ao longo da construção do nosso País, desde a colonização até os dias de hoje, a África teve um papel relevante, influenciando toda a nossa vida cultural, científica – eu diria influência científica na questão da alimentação, dos costumes trazidos, processo de estudo desenvolvido como contribuição dada pela nossa origem africana.

Eu gostaria também de dizer que o Brasil se solidariza e faz esforço com a questão São Tomé e Príncipe, e o Senado, com certeza, irá se desdobrar a fim de que possamos resolvê-la, contribuindo para que as questões se restabeleçam ali, em São Tomé e Príncipe. Certamente nos desdobraremos em ações nesse sentido. Acredito que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fará isso e se somará a todo esforço dos membros do Senado brasileiro.

Esse é o nosso desejo, pela importância deste encontro. Com certeza, isso se desdobrará em várias outras ações.

Muito obrigado. Agradeço a oportunidade de estar aqui, neste momento, neste processo de discussão, que espero estar ajudando a construir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de nesta reunião expressar a minha palavra e saudar, de início, a Senadora Ideli Salvatti, por ter a feliz idéia de programar, por meio de um requerimento, esta reunião.

Sou do Maranhão, acho que o segundo Estado brasileiro mais africano. A nossa cultura, o que diz de perto até mais presente na nossa alimentação, na nossa culinária, é quase que totalmente africana.

Nós, brasileiros, temos uma simpatia muito grande pela África, talvez porque nos sentimos devedores da África. Nós, brasileiros, americanos, franceses, ingleses, que exploramos, de uma maneira ou de outra, o povo africano, talvez, sejamos culpados pelo seu atraso e pelos seus problemas. Quando eles mais precisaram de nós, éramos nós que íamos buscar o seu ouro – não o Brasil – o seu diamante, o seu petróleo e a sua gente, para servir de mão-de-obra escrava.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu me solidarizo com o povo africano neste momento de dificuldade. Eu vi aqui o Senador João Capiberibe dizer uma frase muito importante: Os ricos se entendem, mas nós não chegamos a equacionar as nossas dificuldades. Eu teria uma pergunta a fazer ao Embaixador Pedro Mota Pinto Coelho. Eu não estava presente no início da reunião. É justamente por essa falta de entendimento. Eu tenho a impressão de que quando o Senador José Sarney foi Presidente da República, S. Exª reuniu, e eles até hoje se reúnem, os países africanos de língua portuguesa, em que se busca o equacionamento da nossa língua e, também, falar sobre os problemas atinentes aos países de língua portuguesa.

Eu gostaria de perguntar ao Embaixador o que S. Exª diz acerca das guerras permanentes na África. Trata-se somente de um processo cultural, Embaixador? Eu gostaria, Sr. Presidente, que S. Exª, o Embaixador, me respondesse essa pergunta, ou seja, sobre as permanentes guerras da África.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Sr. Embaixador, por favor, tem V. Exª a palavra.

O SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO – Sr. Senador João Alberto, a pergunta que V. Exª faz é de difícil resposta, evidentemente. Acredito que todos os Embaixadores africanos que estão aqui, cada um deles teria uma lista enorme de motivos para indicar a razão desses conflitos na África. Mas, muito sinteticamente, eu poderia dizer que eles são de natureza diversa. Dependendo das circunstâncias, os motivos econômicos, normalmente, estão por trás desses conflitos, ou seja, há a luta pelos recursos. Há mesmo um dito que se pratica na África e que vale, acredito, também para outras regiões: o pior que pode acontecer com um país pobre é ele descobrir petróleo ou diamante, porque, em seguida, vêm os conflitos, as disputas e etc. Mas há também disputas de natureza étnica que, muitas vezes, se acumulam. Por que existem essas disputas de natureza étnica? Porque a herança colonial foi nefasta, na medida em que estabeleceu fronteiras artificiais e essas fronteiras artificiais separaram povos, muitas vezes, unidos. Nós vemos isso em toda a África, na África austral, na região de Botsuana, na região da África do Sul. São os mesmos povos separados por uma fronteira, e não podem passar para o outro lado, a não ser com passaporte, com visto. Então, isso gera ressentimos e dificuldades. Há problemas de natureza política também, a luta pelo poder.

Então, há que se verificar a formação do Estado africano, que é recente, ela data dos anos 50 e 60, se compararmos com a Europa, onde a formação do Estado africano, também, gerou conflitos enormes ao longo de séculos. Agora, mesmo com a Europa já mais ou menos consolidada, ainda notamos uma série de conflitos. Muitas vezes, ocorrem conflitos na Europa, com os quais estamos convivendo.

Então, porque somente se distinguirem os conflitos na África? Mais ainda, eu acredito que no momento, os africanos estão desenvolvendo um esforço enorme para resolverem os conflitos, para mitigá-los, na medida do possível e eliminá-los. Um caso muito marcante é o de Angola, onde o conflito terminou depois de 42 anos de luta. Angola, hoje, é um país pacificado. Ela dá um exemplo ao mundo, porque as forças políticas em Angola, da Oposição, da Unita, estão sendo incorporadas ao diálogo político, como se estivéssemos no Brasil. Mesmo as forças militares, o braço armado da Unita, hoje, está sendo incorporado ao exército, ou seja, inimigos de armas estão sentando juntos na caserna, para comer, no quartel, ou seja, trabalhando juntos.

Moçambique é um outro exemplo onde houve pacificação. Há dez anos nós temos uma pacificação. Ainda existem conflitos, mas os esforços são grandes. Cito o caso do Sudão, onde os conflitos estão sendo resolvidos. Mesmo na África Ocidental há o caso da República Democrática do Congo, onde os conflitos são muito sérios e diversificados, mas há um esforço grande para serem solucionados.

Há uma tendência na África, hoje, à solução dos conflitos, não à irrupção. Claro que muitas vezes acontece, como vemos na Europa e em outras regiões do mundo, o surgimento de conflitos até mesmo muito mais sangrentos e violentos do que aqueles que nós verificamos na África mas ali eles têm uma conotação específica, ligada a lutas étnicas e fratricidas. Entretanto não creio que seja uma particularidade africana.

De qualquer forma, a tendência hoje, segundo a opinião generalizada, é a solução dos conflitos. Se houver algum embaixador que discorde, por favor levante-se e se manifeste, mas eu creio que não.

Eu aproveito o ensejo apenas para dizer que o meu pedido de pressão no Itamaraty é sobre a abertura comercial, porque envolve negociação do Itamaraty com outras áreas governamentais. É importante que o Congresso se envolva nessa questão. Eu sou o primeiro a defender o Itamaraty, porque sou Diretor do Departamento da África, mas é importante que nós aliemos os esforços nesse processo de abertura comercial com a África.

Obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senador João Alberto, eu peço a V. Exª compreensão, porque já é quase uma hora da tarde. Solicito que V. Exª seja breve, por gentileza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Dentro do que falou o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, eu gostaria de perguntar se ele credita o conflito apenas aos problemas internos dos países e se não há influência externa.

O SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO – Evidentemente há influências externas também. Nós estamos falando apenas de uma situação. Há pressões internas extraordinárias que advêm de diversas partes. O conflito relativo a muitos países, por exemplo, vem da disputa sobre diamantes. Há pressões externas também na área de energia, petróleo. Há uma série de conflitos, sem dúvida, que têm uma boa parte de razões externas.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu fico com a proposta da requerente, Senadora Ideli Salvatti, de que nós devemos continuar essa discussão. Eu acho que o Brasil precisa ficar muito presente quanto a esses problemas africanos, principalmente nós que somos devedores da África.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Senador João Alberto.

Para finalizar nossa reunião, vamos ouvir o Senador pelo Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, eu quero apenas justificar a minha ausência do plenário por um bom tempo. Nós estávamos discutindo, na sala ao lado, a questão do porte de armas no Brasil, o desarmamento, que é um assunto da maior importância e uma das alternativas para se enfrentar a violência crescente no País.

Ao me desculpar, eu quero, entretanto, reiterar a importância que dou às relações do Brasil com a África, não somente pelo fato de que aquele continente fez parte da formação da Nação brasileira, uma vez que nós temos no Brasil a presença muito forte da etnia africana na nossa população, mas até mesmo por questões climáticas, porque o continente africano tem, em uma grande parte de seu território, condições climáticas semelhantes às do Brasil. Nós temos proximidade geográfica; há apenas um oceano nos separando. Há também a questão de que somos países emergentes da mesma maneira. Portanto, a proximidade comercial deve ser perseguida. O Brasil pode ter, seguramente, as nações africanas como aliadas importantes para as discussões internacionais que temos não somente no setor comercial, mas na política e em outras questões que interessam ao País.

Portanto, a minha palavra é para ressaltar o acerto da iniciativa tomada nesta Casa e das iniciativas que o Governo Federal vem tomando, com a presença do Presidente Lula nos próximos dias no Continente Africano.

Os meus cumprimentos também ao Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um encaminhamento para que a Comissão votasse neste momento um voto de repúdio ao golpe de estado em São Tomé e Príncipe, a ser encaminhado a nossa chancelaria e ao Presidente da República, para que possamos nos manifestar contra exatamente essa quebra das instituições democráticas, seja africana, seja como fizemos aqui, com nossos vizinhos da Venezuela. E aqui, caro Senador João Alberto, temos um exemplo clássico das intervenções externas negativas e positivas. O caso da Venezuela, se não fosse uma intervenção positiva de vários países, entre outros, do nosso País, a Venezuela mergulharia numa guerra civil, brutal como são todas as guerras civis.

Então, as interferências externas negativas estão por trás das guerras na África, a cobiça pelos recursos naturais da África e da América. Temos que repudiar e entendo que é louvável a atitude da organização da União Africana de não aceitar nenhum governo que não seja eleito, que não seja constituído pela decisão do povo.

Era esse voto de protesto contra o golpe que gostaríamos de encaminhar.

O SR PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senador João Capiberibe, já havia feito uma consulta à Secretaria da nossa Comissão, pois, como estamos em recesso e convocados extraordinariamente, nós, regimentalmente, não podemos fazer esse requerimento. Mas gostaria de me solidarizar com V. Exª, e acredito que é a expressão da alma de cada um dos Senadores para que, tão logo possamos fazer isso, regimentalmente falando, venhamos a apresentar essa moção de apoio e solidariedade ao povo de São Tomé e Príncipe, manifestando o nosso desejo de que seja encontrado, no mais breve tempo possível, o caminho da paz naquela nação amiga.

Ao encerrar a nossa reunião, quero parabenizar nossa Senadora Ideli Salvatti, que, aliás, foi a responsável mais importante por essa Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o dinheiro extraditado deste País. V. Exª tem tido, realmente, momentos brilhantes na sua vida parlamentar, quando nos traz assuntos tão importantes como esse que discutimos aqui, hoje, sobre a África, concomitantemente com o que fez em respeito à defesa dos nossos interesses desse envio de dólares para o exterior.

Agradeço a presença de todos os nossos Embaixadores, já são quase 13h.

Gostaria, se me permitirem, de me despedir, dizendo que nós, na Comissão de Relações Exteriores, vamos fazer um requerimento, assim que pudermos, regimentalmente, a fim de que as companhias aéreas brasileiras restabeleçam, no mais curto período de tempo, linhas aéreas que liguem o Brasil, as capitais brasileiras às capitais africanas. Como vivi 10 anos na África, gostaria de me despedir dos senhores numa língua que acho que os senhores não conhecem, mas é uma língua muito linda, que é o Idioma Zulu. E eles diriam: "Meus amigos da África, que Deus abençoe a todos!" (Palmas)

Está encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

Ata da Décima Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia sete de agosto do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia sete de agosto do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores Heloísa Helena, Juvêncio da Fonseca, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Lúcia Vânia, Hélio Costa, Aelton Freitas, Marcelo Crivella, João Capiberibe, Tião Viana, Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide, José Agripino, Edison Lobão, João Alberto Souza, Pedro Simon, Patrícia Saboya Gomes, Jefferson Péres e Arthur Virgílio. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens de pauta. **Item um: Requerimento nº 05, de 2003/CRE**, de autoria do Senador Hélio Costa, que requer, nos termos do art. 397, inciso II, §1º, do Regimento Interno, e com base no art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Dr. Roberto Átila Amaral Vieira, da Defesa, Embaixador José Viegas Filho, e das Relações Exteriores, Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, para expor e debater nesta Comissão, acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil/EEUU. Passa-se a palavra ao Senhor Senador Hélio Costa para considerações sobre o requerimento e lamentações sobre a morte do Jornalista, Senhor Roberto Marinho. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Passa-se ao **Item seis: Requerimento nº 20, de 2003/CRE,** de autoria dos Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio, que requerem, nos termos do inciso III do parágrafo 2º do art. 58 da Constituição Federal, em combinação com o inciso III do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convocados os Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, para, perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestarem esclarecimentos sobre a presença em território brasileiro de missão secreta francesa, compostas de 11 diplomatas e militares, destinada a negociar com as Forças

Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) a libertação da ex-senadora Ingrid Betancourt, seqüestrada pelo grupo terrorista colombiano em fevereiro de 2002. Faz uso da palavra Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti. Não havendo mais quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente concede a palavra ao Ilustríssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim que faz sua exposição esclarecendo assuntos pertinentes à política externa brasileira entitulados nos dois Requerimentos aprovados. Após a exposição, o Senhor Presidente comunica a presença de Comitiva Canadense composta pelo Presidente da Câmara dos Comuns do Canadá, Peter Milliken; o Embaixador do Canadá no Brasil, Jean-Pierre Juneau; o Presidente da seção canadense do Grupo Parlamentar Brasil-Canadá, Mac Harb e os Deputados Michel Guimond e Gary Lunn que são convidados a presenciar a reunião. Fazem uso da palavra para interpelação ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, os Senhores Senadores: Hélio Costa, João Capiberibe, Rodolpho Tourinho, Mozarildo Cavalcanti, Aelton Freitas, Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide e Ney Suassuna. Os demais itens são adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 13 horas e 40 minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Décima Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia sete de agosto do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberto os trabalhos da 16ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está dispensada.

Passamos agora à apreciação das matérias de pauta.

Nós temos um requerimento no sentido de que possam ser convidados os Ministros de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; os Embaixadores José Viegas e Celso Luiz Nunes Amorim para expor e debater, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, acerca do acordo de salvaguardas tecnológicas entre o Brasil e os Estados Unidos, de autoria do Senador Hélio Costa.

Também temos requerimento do Senador João Capiberibe, que não se encontra presente, portanto, não poderíamos examinar agora. Há um requerimento também dos Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio para que sejam convocados os Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa para, perante esta Comissão, prestarem esclarecimentos sobre a presença em território brasileiro de missão secreta francesa composta de 11 diplomatas e militares, destinada a negociar com a Farc a libertação da ex-Senadora Ingrid Betancourt .

Também há requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti com esse mesmo propósito, ou seja, requerendo, nos termos do art. 397, a presença do Embaixador Celso Amorim para prestar esclarecimento sobre esse mesmo tema e também convidando o Ministro José Viegas Filho, bem como o Sr. Embaixador da França, Alain Rouquié e o Embaixador da Colômbia, Jorge Enrique Garavito Durán, sobre esse assunto.

Esses requerimentos, portanto, referem-se a convites para que o Ministro Celso Amorim esteja aqui.

Eu havia dialogado com o Ministro Celso Amorim da importância de S. Exª aqui comparecer para estarmos acompanhando de perto as negociações relativas ao Mercosul, à Alca, à OMC, inclusive, o encontro que haverá, em Cancún, em setembro próximo, os preparativos para tal encontro, bem como termos a melhor interação possível com o Ministério de Relações Exteriores em cada um desses tratados.

O Ministro estaria acompanhando, nesta semana, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagem à África, mas conversou comigo sobre a possibilidade de antecipar a sua visita à nossa Comissão. Então, coincidiu com esses requerimentos que mencionei aqui. Portanto, S. Exª visitará à nossa Comissão, atendendo-nos mesmo antes da votação dos requerimentos. Assim, eu sugiro aos autores dos requerimentos que considerem atendido o objetivo dos mesmos com a presença do Ministro Celso Amorim, hoje, que muito nos honra e que está acompanhado do Embaixador Souza Gomes, que é o assessor do Ministério das Relações Exteriores junto ao Congresso Nacional, para a exposição sobre os itens que já mencionei.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu sou autor do requerimento, pedindo a participação do Ministro Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia. Evidentemente, conforme V. Exª bem colocou, o meu requerimento está amplamente atendido com a presença do Ministro Celso Amorim. Além disso, o Ministro Roberto Amaral esteve participando de um encontro como esse na Comissão de Educação, onde sou o Vice-Presidente, e expôs amplamente a posição do Ministério com relação ao assunto. Estou plenamente satisfeito com a posição do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Queria, também, que V. Exª permitisse, na abertura dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que eu fizesse menção à perda lamentável, ontem à noite, do jornalista Roberto Marinho.

Sinto-me em condições de fazer esse pronunciamento, Sr. Presidente, porque, durante 20 anos, fui um profissional na área de comunicação, sob a orientação de Roberto Marinho, como jornalista.

Pouca gente, talvez, tenha convivido com o Dr. Roberto Marinho, conforme eu convivi. Muitos funcionários, muitos jornalistas da Rede Globo sequer conheceram o Dr. Roberto, principalmente nesses últimos anos. Outros tinham dele a imagem do poderoso diretor e proprietário da Rede Globo de Televisão, que entrava em um edifício e, em raras oportunidades, tinha contato com o pessoal da casa. Mas tive o privilégio de, sendo o chefe da sucursal da Rede Globo em Nova Iorque, tendo aberto, por assim dizer, os trabalhos da Rede Globo de Televisão na Europa, tanto em Paris quanto em Londres, tive a oportunidade de conviver com esse homem extraordinário, com esse jornalista de méritos, com esse empreendedor extraordinário.

Quando tinha apenas 20 anos de idade, seu pai junta todas as economias da família, abre um jornal no Rio de Janeiro, em uma época em que o País tinha 60% de analfabetos, e, 25 dias depois, morre, deixando nas mãos desse jovem um empreendimento que vem a se tornar a mais importante rede de comunicações da América do Sul, a quarta mais importante rede de televisão do mundo.

E eu que passei por 73 países, como profissional da área de comunicação, como repórter da Rede Globo, tinha a honra de ser recebido nesses países todos. E, sempre que citado como representante, como jornalista, repórter da Rede Globo, era sempre lembrado, Sr. Ministro, pela imagem do Brasil que a Rede Globo projetava em todo o exterior.

Faço, inclusive, essa observação na abertura dos trabalhos, em que vamos ouvir o Ministro Celso Amorim, pela grande contribuição que a Rede de Televisão fez para abrir mercados internacionais para o Brasil.

Recordo-me de que, há 20 anos, a Rede Globo já vendia as suas novelas em pelo menos 15 países. Visitei todos eles na ocasião. Era um grande mercado que se foi expandindo, exatamente pela qualidade profissional do produto que apresentávamos e, especialmente, pelo que a Rede Globo representava como uma poderosa rede de comunicação, mas, sobretudo, com profissionais competentes, que mostraram para o mundo o que se podia fazer no Brasil naquela época.

Então, fica aqui o registro de pesar que faço em meu nome e no de meus companheiros na Comissão de Relações Exteriores pelo passamento lamentável do jornalista Roberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Presidência solidariza-se com a manifestação do Senador Hélio Costa, que certamente é a de todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, manifestando à família do Sr. Roberto Marinho, presidente e responsável principal pelas Organizações Globo, cumprimentando-o pelo extraordinário trabalho ao longo de sua vida.

Hoje, todos nós, brasileiros, de alguma maneira, relacionamos nosso cotidiano com as Organizações Globo, seja na leitura de seus jornais, seja assistindo à TV Globo, ouvindo as emissoras de rádio, como a Globo e a CBN, no território nacional, que, inclusive, prestam serviços tão relevantes para a realização de nosso trabalho. É também preciso lembrar a extraordinária abertura de oportunidades que a Rede Globo tem dado a milhares de brasileiros em todo o território nacional, abrindo oportunidades na área da cultura, para os artistas; nos esportes; na comunicação, o jornalismo. Nós iremos prestar essa homenagem no plenário do Senado. O Presidente José Sarney daqui a instantes se deslocará para o funeral, que será realizado na tarde de hoje. Muitos Senadores irão acompanhar o funeral. É possível que eu também o faça. Vou tomar providências nesse sentido na tarde de hoje, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Senador Mozarildo Cavalcanti, eu gostaria de ouvir sua manifestação relativa ao requerimento de sua autoria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Foi exatamente para isso que pedi a palavra, Sr. Presidente. Ou seja, primeiro, desejo dizer que meu requerimento está atendido com a presença do Ministro aqui. Louvo a presteza de S. Exª em vir a esta Comissão, obviamente para falar sobre outros temas, mas também sobre o tema objeto do meu requerimento, do requerimento do Senador Jefferson Péres e do Senador Arthur Virgílio. Esse tema envolve a missão francesa na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os temas a serem tratados referem-se às negociações que vêm sendo realizadas, aos preparativos e ao próprio envolvimento desta Comissão na interação com o Ministério das Relações Exteriores em cada uma dessas negociações, sejam elas relativas ao Mercosul, à Alca, à OMC ou aos demais tratados, bem como com relação ao episódio relativo ao avião francês em território brasileiro e o tratado referido no requerimento do Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy.

Srs. Senadores, eu queria, sem alongar-me, juntar-me às palavras que foram ditas sobre o Dr. Roberto Marinho, a quem tive oportunidade de conhecer como presidente da Embrafilme. Eu trabalhava com um aspecto que tinha a ver com a **Rede Globo**, o aspecto audiovisual. Tive muito contato com ele naquela época. Tive contato também posteriormente quando fui Ministro das Relações Exteriores pela primeira vez, durante o Governo Itamar Franco. Sempre tive com ele e sua família as melhores relações, sobretudo com seus filhos, principalmente Roberto Irineu, que era o encarregado da televisão naquele momento.

Queria também me referir à importância que tem o trabalho da **TV Globo,** pioneiramente em termos de levar mais do que a imagem do Brasil, imagens do Brasil, da nossa vida, ao exterior, aos mais distantes rincões. Tive oportunidade de testemunhar esse fato.

Finalmente, quero dizer da importância que o Dr. Roberto Marinho teve como empresário e jornalista moderno e modernizador e referir-me à sua capacidade de perceber e até mesmo antecipar-se às mudanças na sociedade brasileira. Isso é algo que deve ser reconhecido.

Sr. Presidente, V. Exª me deu uma incumbência bastante ampla. Vou tentar cumpri-la da melhor maneira possível, sem entrar em muitos detalhes na parte da negociação, pois só isso envolveria um tempo muito grande. Depois vou tratar das outras duas questões tópicas que foram objeto dos requerimentos.

Creio que ao colocar no seu convite, Sr. Presidente, as várias negociações em que o Brasil está envolvido, tanto no que diz respeito ao Mercosul, à América do Sul, mas também na Alca, nas negociações com a União Européia e também na OMC, que são os dois primeiros tópicos de pontos do convite, creio que talvez, voluntária ou involuntariamente, V. Exª levanta questões que correspondem a quase 60% ou 70% da nossa atividade diplomática, se eu fosse medi-la em número de homens e mulheres/hora. Portanto, é um conjunto de temas de grande relevância.

Vou procurar abordá-los de uma maneira mais conceitual, mas, como disse, estarei pronto a responder a qualquer pergunta de natureza mais específica.

A primeira distinção que faria nesse conjunto de negociações refere-se às negociações no Mercosul e na América do Sul em relação às outras negociações, sejam da Alca, do Mercosul com União Européia ou da OMC. Diferentemente das outras, as negociações no Mercosul e em relação ao conjunto da América do Sul, especialmente Mercosul e Comunidade Andina, há uma forte motivação de natureza política.

A integração – como o Presidente Lula tem muitas vezes ressalvado –da América do Sul, do Mercosul em particular, mas da América do Sul como um todo não é apenas um objetivo econômico, não é uma tarefa que se persegue apenas com vista a um ganho comercial. É algo de natureza muito maior. É um empreendimento de natureza política de grandes proporções, em que o Presidente Lula tem colocado muita ênfase e dado absoluta prioridade.

Então, é importante fazer essa distinção porque, embora evidentemente todos esses processos estejam interligados, as negociações do Mercosul e da América do Sul são negociações em que o componente político está muito presente como motivação até dos processos. Claro que componentes políticos estão presentes em todas as negociações, mas nessas de maneira especial.

Desde o primeiro momento do governo, até mesmo no seu discurso de posse, mas também nas suas primeiras ações, o Presidente Lula deixou muito clara a prioridade que atribui ao Mercosul. Nesse entendimento, a primeira visita que recebeu no País foi do Presidente Duhalde e, depois, do Presidente Kirchner, depois de eleito, o que revela a grande importância que têm as relações com a Argentina nesse contexto das negociações do Mercosul.

Indiscutivelmente, todos os quatro países, para falar do Mercosul propriamente dito – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, são importantes. Mas a relação entre Brasil e Argentina é, como foi no passado, a vértebra que possibilita esse processo de integração. Por isso, temos procurado desenvolver com a Argentina não só uma relação fluida de procurar remover os problemas, até com a compreensão de que, naturalmente, reaparecerão, como em toda relação econômico-comercial intensa, mas, sobretudo, com o espírito de criação de confiança.

Penso que temos procurado demonstrar aos líderes argentinos, a começar pelo Presidente Kirchner, mas também ao Ministro Bielsa e a outros, como já tínhamos feito com o Presidente do Duhalde, uma atitude de total abertura e confiança.

Isso tem sido feito de maneira constante. Aquela foi a minha primeira viagem ao exterior, a não ser aquela que acompanhei o Presidente para cerimônias de posse. E também agora, nesse mesmo instante, o Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores está também em Buenos Aires, onde vai abordar vários temas relativos à integração e à idéia – sobre a qual eu poderia voltar para falar eventualmente – de uma reunião de cúpula envolvendo América do Sul e países árabes.

Há uma relação de intensa confiança, inclusive de compartilhar iniciativas, com a Argentina – obviamente, um ponto muito importante – e também com o Uruguai e o Paraguai. Num dos primeiros movimentos da nossa política externa, quando visitei a Argentina e o Uruguai, naquele momento – mais tarde fui ao Paraguai –, o objetivo principal foi demonstrar claramente que o Brasil teria uma perspectiva nova em relação ao Mercosul. Trata-se de uma perspectiva que envolvia a compreensão da importância que tem a maior economia da região, o país que tem essa economia demonstra uma certa liderança, no sentido mais positivo da palavra, isto é, no sentido de ser capaz de atacar os diversos problemas e de agir até com um grau adequado de generosidade nesse processo de integração.

Isso foi dito diretamente aos argentinos – e também numa reunião dos Chanceleres do Mercosul, no Uruguai –, mas, naturalmente, a contrapartida dessa atitude de abertura – em que, como tenho dito algumas vezes, o político deve predominar sobre o meramente técnico ou burocrático – é a postura de uma frente unida do Mercosul nas negociações globais.

Recordo-me de que há não muito tempo havia riscos graves de desintegração ou pelo menos de fragmentação das atitudes externas do bloco, com propostas, inclusive, de possíveis acordos de livre comércio envolvendo muitos países do Mercosul, com atitudes divergentes até mesmo entre o Brasil e a Argentina.

Claro que também, nessa circunstância, fomos ajudados pela evolução política na Argentina, que possibilitou a eleição de um Presidente profundamente comprometido com o Mercosul; mas também as nossas atitudes frente ao Uruguai, ao Paraguai permitiram, creio, reverter de maneira bastante clara essa situação.

Então, a frente externa do Mercosul – e depois entrarei em alguns detalhes quando se tratar de Alca e de Mercosul/União Européia – tem sido preservada e reforçada. Essa atitude é muito importante para as negociações internacionais, porque, obviamente, há um peso muito maior quando se fala em conjunto. É muito mais difícil, para quem quer que seja, dizer que o Mercosul, se não quiser negociar com a Alca em determinados termos – porque nunca rejeitamos a negociação da Alça –, vai negociar com a Antártida. Isso não é possível, pois envolve quatro países com posição muito semelhante e unida.

Essa tem sido a nossa postura no plano externo. Temos conseguido, mas há um esforço sempre renovado, manter essa unidade e, no plano interno, do próprio Mercosul, foram lançadas várias propostas nesse sentido. Elas fazem parte de uma agenda que o Presidente Lula propôs em Assunção, na última reunião, na Mercosul 2006. Claro que ainda está em exame, mas vão desde o plano estritamente comercial, que é a recuperação da Tarifa Externa Comum, que também se havia esfacelado muito ultimamente, com compreensão para situações específicas e com um grau de flexibilidade necessário – até questões de natureza política, como a idéia e a proposta de que possamos ter um parlamento, se possível até eleito pelo voto direto em 2006.

Claro que não podemos ter a certeza de que essas propostas todas serão absorvidas com a mesma rapidez. Os países são diferentes, as preocupações são diferentes, em função até do tamanho dos países, portanto estão em discussão, em andamento.

Mas além desses aspectos mais óbvios, há muitos outros que fazem parte dessa Agenda 2006 proposta pelo Brasil, como o aprofundamento da União Aduaneira para área de serviços, o estabelecimento de um protocolo comum de compras governamentais, tema que já estava sendo discutido na Alca e em outros foros – o que não temos ainda resolvido no Mercosul, apesar da sua importância nesse foro –, além

de vários outros temas que foram bastante divulgados na época.

Então, sinto que tanto do ponto de vista interno quanto do externo, vivemos um momento de claro reforço do Mercosul, que terá desdobramentos muito positivos para os objetivos da nossa política externa, até porque – e aí talvez faça uma abertura para a América do Sul como um todo – a integração não é um fato único que esteja no nosso controle. Costumo dizer que o Brasil e os outros países da América do Sul, do Mercosul especialmente, mas também os outros, iremos nos integrar, porque o mundo moderno acaba levando a isso. A questão é saber como vamos nos integrar: se de maneira sadia, estimulando as atividades econômicas produtivas em benefício das nossas populações, ou se vamos nos integrar de uma maneira anárquica, na dependência e submetidos até a ações criminosas de narcotráfico, de contrabando etc. Então, a integração não se coloca nem como, digamos, uma mera opção, mas a forma da integração é que é a opção. Quanto mais enfatizarmos as possibilidades de uma integração sadia, até agindo com certa generosidade em relação aos nossos parceiros, melhores as chances de que a nossa integração seja saudável, que estimule o comércio produtivo, a indústria, o emprego, a melhoria de condições sociais.

Aproveito para também mencionar que, tanto nas nossas conversas com o Mercosul quanto com outros países da América do Sul – sobretudo do Mercosul, porque já é um processo mais avançado –, a dimensão social tem ganhado uma nova força, uma nova ênfase. Houve, inclusive, reuniões de Ministros da área social Brasil/Argentina, muitos Ministros do nosso lado, articulados pela Ministra Benedita da Silva.

Então, há um grande empenho, um grande esforço que permeia toda a parte comercial, inclusive, os termos, digamos, não tradicionais da área comercial, como serviços, compras governamentais, que chega ao aspecto social e que passa também ainda numa fase, digamos, mais embrionária, por questões que possam dizer respeito até a uma coordenação em matéria de política monetária. Esta, evidentemente, é mais difícil, sabemos quanto tempo a União Européia demorou para chegar lá, mas é uma meta que admitimos e aceitamos como necessária.

Menciono também, dentro desse contexto, a importância, além do que eu já disse, que tem a América do Sul como um todo para o Brasil. Vejo aqui vários Senadores de Estados do Norte, que compreendem claramente essa necessidade. Houve uma época no Brasil em que se falava em Mercosul e "Merconorte", até com boa intenção, como se o Brasil pudesse ser dividido em duas partes, uma para se integrar com o Sul e outra com o Norte. Claro que a visão nossa não é esta, mas uma que contribua para uma integração da América do Sul como um todo, porque estamos ligados a elas de maneira profunda. Enfim, por várias naturezas de vínculos, queremos aprofundar, como disse, aqueles que sejam mais conducentes ao progresso e ao desenvolvimento sustentável.

Então, há muitas iniciativas nessa área, seria longo falar do Pacto Amazônico e de muitas outras coisas que já vinham existindo e que estão sendo aprofundadas. Mas desejo enfatizar o fato de que o Presidente Lula, com a vinda do próximo dia 18 ou 19 do Presidente do Chile aqui, terá recebido todos os Presidentes da América do Sul em oito meses. Esse feito nunca ocorreu antes. Quer dizer, é uma demonstração evidente da prioridade que o Governo do Presidente Lula atribui à América do Sul. São todos Presidentes do Mercosul, claro, e também os da América do Sul, inclusive, Guiana, Suriname, com os quais as relações, digamos, têm muito ainda a serem aprofundadas.

Obviamente, poderia falar de cada um deles em detalhe, não vou fazê-lo, mas vou tomar, digamos, dois exemplos simbólicos que seriam talvez o Peru e a Colômbia. Com o Peru, pelo fato de termos, inclusive dentro desse contexto das negociações que já vinham se realizando, meio se arrastando, entre a Comunidade Andina e o Mercosul, decidido uma parceria estratégica e aprofundar rapidamente as negociações comerciais num contexto quatro mais um, porque o Peru obteve, digamos assim, uma licença para negociar, isoladamente da Comunidade Andina, com o Brasil. Estamos, digamos, razoavelmente otimistas de que possamos concluir um acordo por ocasião da visita do Presidente Lula ao Peru no próximo dia 24 ou 25 de agosto.

Recentemente, numa cerimônia pública, o Presidente Alejandro Toledo disse que o fato mais importante ocorrido Peru nos últimos trinta anos, depois do mar territorial, que, para eles, foi de grande importância, evidentemente, as 200 milhas, pois são, como sabem, ricos em recursos pesqueiros, é um novo relacionamento com o Brasil. Então, digamos, há uma nova intensidade nessas relações, o Presidente Toledo esteve aqui, o Presidente Lula foi à reunião do Grupo do Rio, mas, além de participar do aspecto multilateral, isso contribuiu muito para aprofundar as relações com o Peru. E vou mencionar também a Colômbia. Ela tem problemas, que todos conhecemos, é um país que tem suas complexidades, mas há uma relação de confiança, como hoje, como nunca houve também. O Presidente Oribe veio aqui, tivemos uma dis-

cussão ampla sobre vários temas, inclusive os mais delicados como o narcotráfico e o terrorismo. Discutimos também a integração. E eu resumiria, digamos, esse novo nível das relações com a Colômbia narrando dois ou três fatos, um até se junta com o motivo do outro requerimento. Primeiro, recentemente, quando estive na Colômbia, a primeira coisa que fiz ao visitar o Presidente Oribe foi dizer tudo que eu sabia a respeito do episódio do avião francês. O Presidente Oribe me ouviu com muita atenção e, passados dez minutos, disse assim: "Olha, eu lhe agradeço muito. É uma grande gentileza o senhor me dizer aqui tudo que se passou, mas não precisava. A nossa confiança no Brasil é absoluta. Nós sabemos que as nossas relações são de absoluta transparência". E tanto assim que, também conversando com ele, eu disse que na segunda-feira seguinte – isso foi na sexta-feira da semana retrasada –, eu estaria com o Secretário-Geral das Nações Unidas e ele me autorizou a tratar desse tema, do diálogo entre as Farcs, mas também lá com os paramilitares e o Governo colombiano e até, digamos, ajudar um pouquinho, à medida que pudermos fazê-lo, evidentemente com respeito pleno à soberania colombiana e ao Governo colombiano, nas conversas com o Secretário Geral. Isso era algo que não se ocorria, quer dizer, esse nível de confiança ilustrado por esse aspecto.

Eu queria mostrar outro lado dessa nova atitude. Nós acabamos de vir de uma reunião entre a Comunidade Andina e o Mercosul, significativamente é a segunda que se realiza em dois meses. Quer dizer, é uma disposição totalmente nova dos Chanceleres. E quem trouxe a proposta para que cheguemos a um acordo rápido, até o final do ano, foi a Comunidade Andina. E nós sabemos que isso se deve em boa parte a uma nova disposição da Colômbia. A Venezuela e o Equador já haviam manifestado interesse em negociar até numa base quatro mais um se fosse necessário.

Então, enfim, apenas para me deter um segundo nisso, eu diria que a posição pró-ativa da Comunidade Andina em relação ao Mercosul não me surpreendeu, como às vezes é noticiado, mas certamente, digamos, é um fato novo no processo do nosso relacionamento e demonstra como a mensagem do Presidente Lula no sentido da integração do conjunto da América do Sul tem tido eco. Aliás, outra comprovação também muito forte disso foi o convite feito ao Presidente Lula para comparecer à cúpula da comunidade andina. É a primeira vez que um Chefe de Estado é convidado a comparecer à cúpula da comunidade andina. Isso foi o que ocorreu há cerca de um mês e meio em Medelin. O convite foi feito pela Colômbia também. Isso demonstra que não há apenas uma política brasileira baseada na concepção de que é necessário levar em conta relações assimétricas, que se o Brasil quiser ter uma liderança nesse processo deve lembrar-se de que representa a economia mais forte. Quer dizer, não é que sejamos muito mais fortes, mas somos a economia mais forte e, por isso, temos de fazer gestos e aceitar discutir não como se fossem economias de absoluta igualdade, mas numa base de absoluta reciprocidade.

Claro que ao fim do processo queremos que todos os mercados estejam abertos e que todos os processos ocorram de maneira mais ou menos homogênea. Para avançar, necessitamos demonstrar a nossa liderança.

Mencionaria dois ou três outros fatos que se relacionam com essa prioridade sul-americana e que, creio, é de grande interesse para todos, mas inclusive para os Estados, não só para os Estados do Norte, mas ao Brasil inteiro. Os Estados do Norte ficaram mais tempo longe desse processo de integração.

Está sendo realizado – creio que termina hoje – um seminário muito importante no BNDES co-patrocinado pela Corporação Andina de Fomento, em que cada país sul-americano apresenta dois projetos ligados à integração, para ver aquilo que nós podemos financiar, dentro dos recursos da CAF (Corporação andina de Fomento) e do BNDES. Aquilo que não for possível deve ser levado depois a outras fontes de financiamento internacional. Creio que isto é importante. O próprio BNDES já tem se envolvido em projetos em outros países e nós, no Itamaraty, de maneira mais modesta, porque não temos recursos, com empenho igual, já temos também instruído o nosso Departamento de Promoção Comercial a fazer um pouco não só a promoção das nossas exportações como também das importações de países do Mercosul e da América do Sul, sobretudo no que for para substituir importações de fora da região, sempre tendo em mente que é muito importante termos uma integração saudável com todos esses países.

Como os senhores sabem, o Presidente Lula tem dado muita ênfase à questão da infra-estrutura física e é dentro dessas coisas que mencionei que, também, têm a ver com essa prioridade. Basta alguém olhar para o mapa da América do Sul e compará-lo com o da América do Norte ou com o da Europa para ver que nós vivemos num continente isolado. A integração física que se realizou na América do Norte no final do século XIV e na Europa, apesar de todos os problemas políticos que há muito tempo vêm ocorrendo, praticamente não existe na América do Sul. Então, é algo que

temos, claro que levando em conta o meio ambiente. Vivemos, hoje, uma circunstância e com a consciência de problemas diversos, mas é muito importante que essa integração física se desenvolva.

Tudo isto para dizer que a integração da América do Sul – e com isto encerro esta parte – é fundamental, até porque a economia mundial, o comércio global, no século XXI, será um comércio entre grandes blocos. Os Estados Unidos é um bloco em si mesmo, independentemente do Nafta. A Europa Ocidental, cada vez maior, é um imenso bloco comercial. Outros países na Ásia tratam, também, de se agrupar. A questão é a seguinte: qualquer país da América do Sul, inclusive o Brasil, que é o maior deles, não será senão um apêndice desses blocos se a América do Sul não se unir. Agora, se a América do Sul se unir, nós temos condições, quer dizer, o Mercosul, seja a ampliação do Mercosul ou uma coisa nova ou uma comunidade sul-americana de nações, essa comunidade ou esse bloco terá condições de ter negociações verdadeiramente favoráveis no plano internacional, de ser capaz de atrair investimentos produtivos, de defender seus interesses etc.

Sr. Presidente, passo a falar um pouco sobre a Alça, que está muito ligada, naturalmente, a algumas dessas questões que mencionei.

Quando o Governo Lula assumiu, nós encontramos uma situação, tanto em termos de calendário quanto em termos de temas que haviam sido discutidos, que nos deixava uma margem muito estreita para negociar. Por um lado, já havíamos percebido que temas de grande interesse para o Brasil, sobretudo a parte de subsídios agrícolas e outros temas de defesa comercial, como **antidumping**, salvaguardas, sobretudo **antidumping**, praticamente não eram tratados na Alca. As reuniões sobre esse tema duravam muito pouco e os Estados Unidos nos indicavam, claramente, que eles iriam discutir esses temas só na OMC, até porque eles achavam que estavam ligados à atitude de outros blocos, como a União Européia ou de outros países, como o Japão. Nós, então, víamos as coisas dessa maneira. Por outro lado, tínhamos, também, que considerar o fato de que temas que eram ou que poderiam ser sensíveis para nós em termos de política industrial, política tecnológica, política até socioambiental e regulamentação em matéria de serviços, estavam sendo negociados de forma acelerada. Não vou dizer que compromissos definitivos tivessem sido assumidos – eu não faria essa injustiça, de modo algum –, mas o processo negociador indicava um certo caminho. Um pouco de vivência nas negociações internacionais deixa claro que certas posições, ainda que bem intencionadas, não podem ser mantidas no final. Era comum se ouvir, por exemplo, o comentário: "Nós negociamos e, no final, se for bom, nós assinamos; se não for, nós não assinamos". Honestamente, não acho isto possível. Isto até poderia ser dito de boa fé, mas no final... Claro, não é impossível de todo se você perder a negociação e, no último dia, você chegar à conclusão de que tem que retirar os seus negociadores. Mas é muito difícil para um governo que chegue até o último momento da negociação, que aceite várias coisas, implícita ou explicitamente, chegar ao final e dizer: "Isto aqui não está bom para mim. Eu vou mudar tudo". Você, então, tem que fazer isto enquanto a negociação se desenvolve.

Cito dois ou três exemplos de coisas que, a meu ver, estavam sendo encaminhadas de maneira nunca definitiva – algumas até já ocorreram nesse Governo, porque as negociações e os negociadores têm uma certa inércia. Então, algumas vieram do Governo anterior, outras já ocorreram na minha gestão, sem que eu pudesse efetivamente ter uma ação mais direta sobre elas, porque é difícil acompanhar todos os detalhes de uma negociação. Verifico, por exemplo, em papéis preparados para mim, pontos que não correspondem ainda às orientações que temos seguido.

Darei dois exemplos: um é a questão de ter lista positiva ou lista negativa em investimento, admitindo que haja algum tipo de negociação de investimento, no caso da Alca. Obviamente, a lista negativa, que era o que já estava aceito, é muito perigosa e pouco positiva para o Brasil. Por quê? Porque a adoção da lista negativa quer dizer que tudo aquilo que você explicitamente não excluir está incluído na negociação. Se houver um setor novo, como decorrência da inovação tecnológica, ou um setor que se desdobre, por nova maneira de encarar os temas, ele automaticamente é incluído porque ele não foi excluído previamente.

Façamos um paralelo com o Gatt. Quando o Gatt foi criado, ele não falava de informática, que não existia. Existiam máquinas de escrever, máquinas de calcular mecanizadas, elétricas ou não. Tudo isso virou computador, **software**, uma porção de outras coisas que, na época, não existiam. Então, não se podia excluir o setor de informática – estou dando um exemplo – porque ele simplesmente não existia.

Seria muito complicado aceitarmos um processo... E se, por acaso, você esquece algum regulamento que ainda não tenha hoje, mas que queira estabelecer amanhã, aquilo já fica excluído da possibilidade. Essa foi uma das coisas que tivemos que reverter.

Compras governamentais, por exemplo. É nítido que este Governo tem uma política de compras

governamentais, que usa, inclusive, as empresas estatais e, eventualmente, até a administração direta para muitas coisas.

Embora não tivesse havido uma oferta propriamente, as coisas caminhavam para que fosse feita uma oferta, que estabelecesse um compromisso de oferta a mercados em compras governamentais. Isso poderia nos criar algum embaraço no futuro, ou alguma política industrial, tecnológica etc. Também aí tivemos que modificar um pouco o nível de ambição.

O último exemplo que dou é a área de serviços, muito complicada de regulamentar, porque é imaterial, prestam-se os serviços de maneiras diferentes. O serviço audiovisual é um exemplo, presta-se a distância. Hoje em dia, pode-se até ter serviço médico, bancário ou advocatício pela Internet. Enfim é uma área muito complexa.

Sem entrar em muitos detalhes, a OMC, que tem um acordo sobre isso, estabelece quatro modos de prestação de serviços, e um deles é o que chamam de direitos de estabelecimento, que ocorre quando o prestador de serviço se transfere para um país e presta o serviço lá. Por exemplo, uma empresa estrangeira se estabelece no Brasil para exercer determinada atividade. Na OMC, isso está disciplinado conforme o próprio acordo de serviços, que foi negociado entre muitos países e que leva em conta as necessidades dos países em desenvolvimento, a necessidade de regulamentação doméstica, enfim é um acordo, como diria o jargão da OMC, **friendly**, ou amigável, que dá margem para o país fazer cessões, só colocar na base de listas positivas.

Na Alca, isso estava sendo encaminhado – e esse é um caso que se passou até durante a minha gestão – para que a questão dos serviços passasse a ser vista junto com os investimentos. Não tinha sido ainda, mas houve uma reunião em que se concordou que houvesse uma reunião conjunta dos comitês de investimentos e serviços. Era o primeiro passo, naturalmente, para transformar serviços em investimentos. Investimento não tem regra definida na Alca e seria muito mais complicado.

Depois de muita conversa com os nossos parceiros do Mercosul, internamente, no Brasil, e em uma reunião ministerial ampla que o Presidente Lula fez no seu gabinete, com a participação de Ministros da área econômica e também da política – a Alca também é um tema político, pois terá muitas repercussões em várias áreas no futuro –, ficou decidida uma estratégia que, depois, o Presidente Lula voltou a aprovar. Não sei se fui eu ou se foi a imprensa que batizou essa estratégia, que ficou conhecida como "estratégia de três trilhos". Na realidade, ela consiste no seguinte: os assuntos que digam mais respeito a acesso a mercados serão discutidos numa base quatro mais um – Mercosul e Estados Unidos –, até em resposta ao que eles fizeram, ou seja, ofertas diferenciadas, diferentemente do que fizemos. Fizemos ofertas para todos, e eles fizeram ofertas diferenciadas para os vários blocos. E a pior era para o Mercosul. Então, não faz sentido negociarmos multilateralmente. Sofremos pressão da Guatemala, do Equador ou de El Salvador por um processo que, na realidade, os próprios Estados Unidos haviam feito bilateralmente.

Todos os temas que digam respeito a acesso a mercados, seja de bens, seja de serviços, seja até mesmo de investimentos e compras, se for o caso – posso voltar ao detalhe –, vamos discuti-los bilateralmente porque a nossa capacidade de discussão é melhor.

Quanto aos temas delicados, da mesma maneira que os Estados Unidos deslocaram os deles para a OMC, vamos também deslocar os nossos para a OMC. Vamos discutir na OMC, que é um tabuleiro mais complexo, onde há muitos países, há outros países em desenvolvimento, como a Índia, a China e a União Européia. Onde há equilíbrio de forças vamos discutir. Já que eles querem discutir **antidumping** de subsídios agrícolas lá – do que, aliás, tratarei rapidamente depois, quando falar da OMC –, vamos também discutir regras de investimento, regras para compras governamentais, regras para serviços. Se tivermos de discutir, vamos fazê-lo na OMC.

E discutimos na Alca o que for necessário à existência de um acordo, o arcabouço jurídico geral. Mesmo assim é preciso muito cuidado porque, por exemplo, admitimos discutir na Alca as regras de solução de controvérsias, e os Estados Unidos querem regras do tipo das que existem no Nafta. Para o Brasil, as regras do tipo das do Nafta não são boas porque, diferentemente das da OMC, não são obrigatórias e vinculantes; são recomendações. Ora, o mais forte sempre se sente à vontade para não seguir uma recomendação. Já os mais fracos se sentem obrigados a segui-la. Já as regras da OMC são vinculantes. Seu descumprimento dá margem à retaliação etc.

Concordamos com certas regras gerais. A idéia tem sido, freqüentemente, ventilada até por parlamentares quanto a fundos de compensação, tratamento especial e diferenciado para países mais pobres. Podemos discutir esses assuntos no arcabouço Alca. Porém, temas sensíveis à OMC, que, por sua essência, são acesso a mercado, discutiremos bilateralmente. Daí os três trilhos.

Eu tenho mantido essa conversa. O Mercosul fez uma proposta baseada nessas idéias que foi aprovada. Nós a discutimos profundamente com todos os nossos parceiros – Argentina, Paraguai, Uruguai. Enviados especiais nossos foram explicar em detalhe como era. Na última viagem que fiz ao Uruguai, tivemos uma reunião do Mercosul, em que, ponto por ponto, explicamos todas as questões. Desse modo, não há a menor dúvida de que o Mercosul tem essa posição.

Quanto a essa posição levar ou não a um impasse na Alca, eu diria que não. O impasse na Alca poderia ser provocado, ao contrário, por um excesso de ambição, sobretudo um excesso de ambição desequilibrado, que caminha mais nos assuntos que nos apresentam dificuldades e que não são suficientemente amplos nos termos em que temos interesse. Estou mencionando a estrutura, mas, evidentemente, haverá uma discussão dura e difícil na área de acesso a mercados, porque os Estados Unidos estarão interessados no nosso mercado de manufaturas, e nós estamos interessados no mercado de algumas manufaturas, mas também na área agrícola, onde sabemos que existem grandes problemas e onde, até agora, as indicações não são positivas, porque os produtos do nosso interesse foram colocados para mais de 10 anos e, ainda assim, sujeitos a cotas tarifárias. E não, portanto, como liberalização total.

Esse é o contexto da Alca em que nós estamos. As conversas com a minha contrapartida americana – menciono especificamente a contrapartida americana porque o Brasil e os Estados Unidos são os co-presidentes desse processo neste momento – têm sido positivas. Ouvi dele próprio a constatação de que, da maneira como estávamos indo, a Alca estava caminhando para um impasse e que era preciso um enfoque pragmático. Não sei se o enfoque pragmático dele corresponderá exatamente ao meu. Esse é um processo negociador. Mas o fato é que estamos dispostos a procurar uma maneira que atenda aos objetivos.

Nós não vamos ignorar que os Estados Unidos são o maior mercado do mundo, o mais dinâmico. Não vamos dizer "não" à Alca, mas a um certo projeto de Alca que estava se desenvolvendo. Vamos corrigir esse projeto para colocá-lo mais de acordo com nossos interesses.

Este é um breve resumo do atual quadro das negociações. A última reunião do Conselho de Negociações Comerciais em El Salvador foi ainda difícil. Haverá outra, se não me engano, em Trinidad & Tobago, e uma reunião ministerial em Miami, em novembro. Até a reunião de Miami temos que ter um acordo básico da estrutura das negociações, do arcabouço das negociações.

Eu já disse que o Brasil não defende um direito autoral que queira que os Estados Unidos digam que aceitam a estratégia dos três trilhos. Isso não me importa. O que me importa é que a substância das negociações corresponda aos interesses do Brasil, do Mercosul, da nossa prioridade sul-americana.

Com relação à União Européia, eu diria que há dois aspectos: primeiro, a União Européia é um grande mercado, que temos que levar em conta. Temos que explorar possibilidades de penetrar mais nesse mercado, sobretudo na área agrícola, que é muito fechada. Portanto, as negociações são importantes para nós. Esse é um aspecto e temos desenvolvido uma negociação bastante produtiva, embora ela esteja num momento crítico também, mas diferente do caso da Alca, porque não se trata de um problema de arcabouço nem de estrutura mas do que está sendo ofertado.

Há um outro interesse, e tenho dito isso aos nossos parceiros europeus. O Presidente Lula também disse às várias pessoas com quem se encontrou, como o Comissário de Comércio, Pascal Lamy, que esteve aqui; chefes de Governo, como Tony Blair, e os outros, nas duas viagens que fez, no início do mandato, para a Alemanha e a França, e, mais recentemente, também, os Primeiros-Ministros de Portugal e da Espanha. Os países têm influência, não é a Comissão Européia que decide, sozinha. Portanto, há uma posição estratégica, do Brasil e do Mercosul, de que haja equilíbrio nas negociações internacionais.

É preciso lembrar que, quando a Alca foi lançada, não existia sequer uma nova rodada da OMC prevista. Mal tínhamos acabado a Rodada Uruguai. Portanto, ninguém pensava que iria haver outra rodada. Foi lançada a idéia da Alca e foi muito importante, para o Brasil, desde aquela época, começar a negociação com a União Européia, para haver equilíbrio nas negociações. Hoje em dia, com as negociações na OMC, o equilíbrio tem um guarda-chuva mais amplo, que também pode ser usado.

Dentro desses dois parâmetros, com um desses dois objetivos, temos tido uma conversa produtiva – nem sempre fácil – com a União Européia. O nível de ambição da União Européia, em temas que são sensíveis para nós, é mais razoável; a discussão com a União Européia sobre investimentos e serviços está nos moldes que estamos propondo para a Alça. Ou seja: serviços de acordo com as normas da OMC, investimentos limitados à lista positiva, sem envolver, por exemplo, questões que são difíceis no Congresso

brasileiro e que continuavam a ser discutidas na Alca, como a relação do investidor com o Estado.

A União Européia, então, está aceitando um padrão – que eu não diria que é modesto, é até ambicioso – que está dentro de parâmetros que podemos aceitar. A grande dificuldade na relação com a União Européia tem sido obter dela uma oferta significativa na área agrícola, o que até hoje ela não fez. Estávamos aguardando a reforma da política agrícola comum, que ocorreu – e não deixa de ter sua importância, do ponto de vista da economia mundial, porque tende a diminuir, a médio e longo prazo, os subsídios mais extorsivos –, mas criou muito poucas oportunidades imediatas na área de acesso a mercados, isto é, redução de tarifas, aumento de cotas tarifárias, etc. Isso ainda está em negociação, e o nosso momento no relacionamento com a União Européia é o de dizer que fizemos uma oferta bastante generosa – a nossa oferta à União Européia foi muito maior e mais ampla do que a feita à Alca, até para provocar a situação de maior equilíbrio. Fizemos alguma oferta nas outras áreas, como investimentos, serviços e compras governamentais, limitada apenas ao aspecto de transparência, isto é, não de acesso, mas de transparência, e estamos aguardando o que a União Européia vai nos dizer sobre a agricultura.

A negociação com a União Européia encontra-se nessa situação. Eles queriam uma reunião ministerial antes da reunião da OMC em Cancun, que consideramos não ser conveniente, porque permitiria a leitura política equivocada de que estaríamos fazendo algum arranjo com a União Européia antes da reunião em Cancun, sem saber, inclusive, o que de concreto há para nós, para os países do Mercosul. Mas é possível que haja uma reunião de nível técnico para que possamos estudar, de maneira quantificada, o que eles têm a nos oferecer em matéria de acesso ao mercado de produtos agrícolas.

Com isso, passo para a OMC e os preparativos de Cancun. Vou dizer o que aconteceu na última reunião, porque penso que é um bom resumo do estado das negociações, para não precisar entrar no histórico.

Realizamos uma reunião em Montreal, denominada miniministerial, pois envolvia apenas 24 ou 25 países, em que os principais temas que apresentam dificuldades foram debatidos por esses Ministros. Além disso, a reunião possibilitou uma série de encontros bilaterais.

Não é o único, mas o principal tema que obviamente obstrui, que dificulta o avanço na rodada é a agricultura. Volto a dizer que o assunto é importante para o Brasil por questões estruturais, de equilíbrio global etc. Deveria ter havido um acordo sobre modalidades de negociação em agricultura em março, em Genebra, que não ocorreu. Havia a expectativa de que esse acordo pudesse ocorrer depois da reforma da PAC, em Cancun.

Ao abordar o assunto agricultura, concentro-me na União Européia por ser um dos principais subsidiadores. A União Européia procurou fazer, na reunião de Montreal, uma exposição sobre a reforma da política agrícola comum para mostrar os méritos e as dificuldades que tiveram – não subestimo essa atitude – para conseguir a reforma e dizer: "Vocês já têm muito a ganhar aqui. Na prática, a nossa oferta será apenas a reforma da política agrícola comum adaptada à nomenclatura da OMC".

Por exemplo, disseram que, quanto aos subsídios internos, poderiam reduzir até 60% dos subsídios mais distorcidos, desde que os Estados Unidos fizessem o mesmo. Poderiam também eliminar ou tentar a eliminação de alguns subsídios para a exportação, mas, de certa maneira, até procuraram retroceder do compromisso de eliminação gradual, mas total, assumido em Doa, excluindo, pelo menos, produtos de grande interesse para o Brasil como o açúcar, que depende ainda de outro processo que será inaugurado em outubro.

Por outro lado, em relação ao acesso a mercados, a aplicação do modelo de redução tarifária, usado na Rodada Uruguai, certamente não atende aos nossos interesses, pois se baseia em médias. Primeiramente, as médias e mínimas já são baixas. Além disso, como eu disse lá, ninguém vive na média. Ao se estabelecer 36% de média de redução tarifária, reduz-se 60% no produto de interesse dos Estados Unidos e 15% no produto de interesse do Brasil, o que atende à média, mas não ao meu interesse. E se esse produto tem uma tarifa de 200% ou 300%, como ocorre em vários casos, o atendimento é absolutamente nulo.

Portanto, houve uma grande reação a essa proposição da União Européia. Todos contestaram: Isso seria viável se fosse uma negociação apenas sobre agricultura. Se continuássemos a obrigação que vocês tinham na Rodada Uruguai, isso até poderia ser analisado. Porém, nesse contexto, numa rodada em que os outros países também deverão fazer concessões, é totalmente insuficiente.

Isso foi dito por vários países, pelo Brasil, por outros países do Grupo de Quernes, pela Argentina, pela Nova Zelândia, pela Austrália, pelos Estados Unidos, entreoutros. Creio ser o sentimento de todos, inclusive dos que conduzem o processo, como do Presidente do Conselho – que, evidentemente, deve

ser cauteloso com as palavras – e do Diretor-Geral, que esteve aqui há pouco tempo.

Como resultado da reunião, em termos de agricultura, depois de todas essas manifestações de insatisfação, ficou evidente que, para haver algum tipo de avanço e para Cancún não ser um fracasso total, o que seria muito ruim para a economia mundial como um todo, deverá existir algum movimento além do que meramente decorre da reforma da PAC.

No caso de acesso a mercado, será preciso aplicar algum tipo de fórmula que leve a uma redução maior das tarifas mais altas e, se houver produtos extremamente sensíveis – em geral, são os de nosso interesse, como carne, produto complicado na União Européia, e lácteos –, isso deverá ser compensado por quotas tarifárias verdadeiramente substanciosas que dêem um acesso a mercado razoável.

Srs. Parlamentares, falei da União Européia e agora falarei, rapidamente, sobre os Estados Unidos – outro parceiro fundamental, outro grande subsidiador. Os Estados Unidos, por sua vez, dizem: Também podemos reduzir as nossas medidas de apoio interno, mas é preciso manter uma certa proporção entre o que a União Européia faz e o que vamos fazer. Por outro lado, digamos, uma redução maior de medidas de apoio interno dependeria de melhores condições de acesso a mercados, porque a agricultura americana é mais competitiva que a européia. Então, apresentando mais condições de ascender ao mercado americano, eles têm também condições de diminuir os subsídios internamente, que também nos afetam.

Então, vê-se que é um imbricamento de condicionalidades recíprocas que não permitem que a coisa avance. Por outro lado, não podemos permitir que haja só um acordo entre Estados Unidos e União Européia e que isso seja colocado sobre a mesa de maneira absoluta. Então, o que ficou mais ou menos acertado é que daqui até 11 de agosto – está muito próximo –, quando retomam as negociações em Genebra, Estados Unidos e União Européia tentariam aproximar-se em posições, mas já recebendo também insumos e contribuições; ou eles ou, indiretamente, o Presidente do Conselho de outros países como o nosso.

Há muitos outros temas, como a questão das patentes de medicamentos, que ainda tem problemas abertos. Só a menciono porque está relacionada com estas outras questões que também estão presentes na Alca e na OMC, e que despertam sensibilidade para outros países. Então, não se pode dizer que, fechando-se a agricultura, fecha-se tudo, mas a agricultura é o gatilho que permitiria, no meu ponto de vista, avançar nas outras áreas.

Creio que a probabilidade de Cancun ter êxito está entre 40 e 50% e, mesmo que venha a ser bem sucedido, tem que ser visto de maneira qualificada. Quer dizer, seria um êxito se considerarmos que podemos fazer algum avanço que não é aquilo tudo que gostaríamos que ocorresse já, mas que, digamos, permitirá continuar negociando, tendo sempre como parâmetro o fato de que o que não avançar em agricultura também não pode avançar em outras áreas.

Claro que o Brasil tem muitas sensibilidade, por exemplo, nas áreas de manufaturas, como produtos eletroeletrônicos, onde temos enorme déficit comercial. Então, não podemos, por exemplo, aceitar negociações como as que estão sendo propostas, como as setoriais.

Deixe-me passar para os dois outros assuntos, que estou percebendo que o Presidente já está querendo escrever um bilhete. Então, antes que o bilhete venha para mim, deixe-me tentar passar o mais rapidamente para os dois outros assuntos, que são delicados. Disponho-me também a continuar a discussão posteriormente.

Com relação ao acordo salvaguardas tecnológicas, Brasil/Estados Unidos, objeto do requerimento do Senador Hélio Costa, diria essencialmente o seguinte: a posição que temos discutido é comum dos três Ministérios mais diretamente envolvidos no tema, como o da Ciência e Tecnologia, diretamente interessado no desenvolvimento tecnológico e na transferência de tecnologia; o Ministério da Defesa, porque a Base de Alcântara, inclusive, faz parte da estrutura de Forças Aéreas e, portanto, da Defesa; e o Ministério das Relações Exteriores, porque naturalmente é um acordo internacional.

Nós três nos reunimos e chegamos a um acordo básico. Vários tipos de cláusulas foram inseridas nos acordos, algumas de natureza obviamente política e outras técnicas, embora tenham também sempre um componente, digamos, de sensibilidade.

As cláusulas políticas dizem respeito essencialmente ou às nossas relações com terceiros países ou, digamos, à maneira como usaremos os recursos oriundos do aluguel ou da cessão – enfim, como se queira nominar – da Base de Alcântara.

O acordo a que os três Ministros chegaram – e isso foi consubstanciado numa exposição de motivos – é que as cláusulas de natureza política são inaceitáveis. O Governo brasileiro não pode estar sujeito a uma permissão de um terceiro governo para saber

com quem ele vai fazer acordos internacionais. É claro que não vamos fazer acordo internacional com nenhum país que esteja, por exemplo, sob sanção do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Isso não precisa nem figurar num acordo com os Estados Unidos, porque é óbvio. Mas, se há um outro país que, por exemplo, em determinado momento, os Estados Unidos considerem que cometeu algo com que não estejam de acordo e que não vemos da mesma maneira, temos que ser soberanos para decidir isso, de acordo com o bom-senso.

Com relação aos recursos, também. Embora muitas pessoas digam que isso não tem nem efeito prático, porque dinheiro não tem cor, você pode pegar o dinheiro de uma coisa e colocar em outra, mas é obviamente uma coisa ofensiva você ceder, mediante um pagamento, algo que faz parte do seu território, da sua soberania, e alguém lhe dizer como é que você pode usar os recursos. Isso me parece totalmente inaceitável.

Então, essas cláusulas eram inaceitáveis, e a nossa idéia era de que, inclusive, o projeto pudesse ser retirado de pauta, o que acho que ainda poderá ocorrer. Entretanto, não quisemos nos precipitar na retirada de pauta, até porque queremos indicar, claramente – o Governo como um todo –, que não temos nenhum preconceito – pelo contrário, temos interesse – em negociar com os Estados Unidos, desde que eles também concordem que essas cláusulas não devem ir adiante.

Agora, obviamente não era produtivo começar uma negociação com os Estados Unidos sem ter clareza também sobre aquilo que é aceitável pelo próprio Congresso Nacional, que tem de apreciar. No meio tempo, houve a negociação com a Ucrânia, que não tem essas cláusulas políticas, mas que contém algumas dessas cláusulas técnicas, que revelam alguma sensibilidade, que foram objeto, inclusive, de declarações interpretativas no decreto legislativo da Câmara dos Deputados. Creio que, depois de prévia negociação também, do Ministro Roberto Amaral com as autoridades ucranianas, se esse acordo prosperar, temos um modelo daquilo que é aceitável, não só para o Executivo, mas também para o Legislativo. Aí será o momento, então, de tentarmos reentabular negociações com os Estados Unidos.

Notamos, até surpreendentemente, porque a versão que eu tinha mais ouvido era de que os Estados Unidos não tinham interesse nenhum nesse acordo, e que tinham colocado cláusulas – digamos – realmente inaceitáveis, até como forma de não chegar ao final. E, quando fizemos a comunicação de que não íamos aceitar o acordo nesses termos e que estávamos nos preparando para, num momento adequado, até retirarmos de pauta – essa comunicação foi feita aos americanos –, e de que estávamos dispostos a negociar de novo, eles revelaram alguma abertura. Então, é algo que vamos ver. Digamos que os tempos a serem respeitados envolvem a aprovação do acordo com a Ucrânia em definitivo, para vermos o que realmente o Congresso Nacional considera aceitável e, a partir daí e dessa base, poderemos voltar a conversar com os Estados Unidos. Naturalmente, o Ministro Roberto Amaral conhece os detalhes melhor do que eu, porque S. Exª esteve envolvido diretamente nessa negociação com a Ucrânia, mas a essência é essa, e creio que, dessa maneira, o assunto me parece adequadamente encaminhado.

Finalmente, o episódio do aviãc francês – para passar do mais geral para o mais tópico, mas nem por isso menos importante. Evidentemente, isso nos preocupou muito. o Governo brasileiro agiu, no meu entender, com a atitude adequada, protestando junto ao governo francês, sobretudo em razão de não termos sido consultados previamente. A informação que me foi dada pelc Ministro Dominique de Villepin, num sábado, quando eu estava em Portugal, a caminho do aeroporto para ir para Londres, foi uma informação tardia e incompleta, como eu disse a S. Exª mais tarde, conforme figurou em nossa nota.

Não posso dizer a intenção, mas, pela maneira como me foi apresentada, eu tinha ficado com a impressão de que era algo que estava começando e que eu estava sendo objeto de uma consulta; na realidade, porém, verifiquei depois que era algo que já havia começado. Assim que tomamos conhecimento dessas circunstâncias, determinamos que o avião francês partisse imediatamente, e foi feito com bastante presteza. Quando o Ministro Dominique de Villepin me ligou, telefonei para o Secretário-Geral, que era o Ministro interino – aqui é o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, no Brasil; ele ligou para o Ministro da Justiça, nós nos inteiramos das circunstâncias, e quando S. Exª me ligou de volta e me disse as circunstâncias, determinei, claro, de acordo com o Ministério da Justiça, que o avião saísse do território nacional, o que ocorreu assim que eles nos entregaram a tal **general declaration**, que é um documento da aviação. Essas coisas todas ocorreram no sábado, entre a tarde e a noite, e o avião partiu ao meio-dia, mais ou menos, do domingo.

Eu estava nesse momento em Portugal; depois, houve a viagem, como sabem, ao Reino Unido e à Espanha. Voltei a Portugal para uma reunião da Co-

munidade dos Países de Língua Portuguesa, onde, aliás, se tratou de um assunto importante, que passou meio despercebido da mídia brasileira, que foi o restabelecimento da democracia em São Tomé e Príncipe e, em meio a isso tudo, era um pouco complexo fazer-se algum tipo de nota ou que eu tivesse ocasião de conversar pessoalmente com os meus colegas da defesa e da Justiça.

O que fiz assim que cheguei, tendo uma visão mais detalhada de outros aspectos da questão, na segunda-feira, o Embaixador Alain Rouquié foi convocado ao Palácio do Itamaraty e lhe foi entregue uma Nota, em termos educados, mas claramente de protesto, que além de dizer da expectativa de que isso não volte a ocorrer, expressa essa certeza.

E, apesar do nosso interesse em ter boas relações com a França – temos até muitos pontos de afinidade com a França na política internacional, como aliás é patente em vários outros encontros que tivemos, tanto do Presidente quanto meus – mas que a base das relações são o respeito mútuo e à soberania brasileira.

Isso levou algum tempo para ser digerido plenamente pelas autoridades francesas, houve algumas declarações contraditórias, algumas até que não eram propriamente, mas que talvez, de alguma maneira, davam alguma visão diferente de como os fatos poderiam ter transcorrido, ou poderiam dar uma visão do transcorrido, o Embaixador Rouquié foi novamente chamado ao Itamaraty para, com a indicação clara que isso não contribuía em nada e, mais do que isso, que o Governo brasileiro continuava aguardando explicações adequadas.

O Embaixador, na conversa com o Secretário-Geral, que lhe perguntou: "o senhor quer dizer "desculpas"? "Sim, quero dizer desculpas", respondeu o Secretário-Geral.

Poucos dias depois, eu estava para voltar da reunião de Montreal, recebi indicação de que o Ministro Villepin queria me telefonar, mas esse telefonema só se efetivou quando eu estava no Brasil, creio que na sexta-feira última, pouco antes da chegada do Dr. Supachai Panitchpakdi e, nesse telefonema, ele voltou a dar as explicações iniciais em que reiterou a natureza puramente médica e humanitária da missão, mas, sobretudo, disse três coisas que me parecem muito importantes e que depois reproduziram na Nota.

Primeiro, que lamentava não ter informado antes ao Governo brasileiro como desejava. Isso é o aposto que ele colocou. Segundo, que lamentava o constrangimento e o embaraço que isso havia causado ao Governo brasileiro e, terceiro, que faria tudo para evitar que qualquer coisa semelhante a essa acontecesse no futuro.

A imprensa, não só brasileira como a internacional, entre outras o **Times** de Londres, e o **Le Monde** interpretaram isso como um pedido de desculpas. O fato de a palavra desculpa não aparecer, para mim, é irrelevante. Se você lamenta por algo pelo qual é o responsável, o transtorno ou o embaraço que isso pode ter causado para o outro e diz que não vai se repetir, em minha opinião, é um pedido de desculpas.

Podemos imaginar várias circunstâncias em nossas vidas privadas em que coisas desse tipo acontecem. Não é para ficarmos nos vangloriando, mas acho que ocorreu a coisa adequada e não tenho nenhum motivo, no momento, para deixar de considerar o episódio concluído. Gostamos? Não, não gostamos. Causou mossa? Causou. Houve um pedido de desculpas? Houve. Há certeza de que isso não irá se repetir? Há, digamos, pelo menos uma forte expectativa e um compromisso do governo francês de que não voltaria a fazer algo semelhante.

Essa é a situação como se passou. O resto todo que sei é provavelmente muito parecido com o qual V. Ex.ªs sabem, pois se baseiam em especulações, deduções. Diria que, nesse meio tempo, estive na Colômbia onde pude estar com o Presidente Alvaro Uribe Vélez e tratar do tema como me referi ao início da nossa exposição. De modo que, tudo o que há a respeito, na minha opinião, não se baseia em fatos comprovados, ou pelo menos não chegou a mim como baseado em fatos comprovados. Há muitas especulações, deduções e não tenho como comprová-las.

Diante dos fatos que nos chegaram comprovadamente, o episódio foi desagradável, incômodo, manifestamos o nosso desconforto e o nosso desagrado e houve um pedido de desculpas. Essa é, portanto, a situação.

Assim, termino a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estão inscritos os Senadores Hélio Costa, João Capiberibe, Rodolpho Tourinho, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon, Aelton Freitas, Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide e Ney Suassuna. Por enquanto, são esses.

Quero informar que está visitando o Senado Federal o Presidente da Câmara dos Comuns do Canadá, acompanhado de três outros Parlamentares e do Embaixador daquele país no Brasil. Eles manifestaram interesse em presenciar este diálogo. Assim, manifestei que eles seriam bem-vindos se todos os Srs. Senadores e o Sr. Ministro estivessem de acordo. (Pausa)

Eu gostaria de convidar a presenciarem a reunião o Presidente da Câmara dos Comuns do Canadá, Peter Milliken, e o Embaixador do Canadá no Brasil, Jean-Pierre Juneau. Também estão presentes o Presidente da seção canadense do Grupo Parlamentar Brasil-Canadá, Mac Harb, e os Deputados Michel Guimond, Gary Lunn.

V. Exªs são muito bem vindos aqui, assim como o Embaixador do Canadá no Brasil.

O Ministro começará a responder às perguntas dos Srs. Senadores.

O Senador Hélio Costa tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, cumprimento o Ministro Celso Amorim pela sua exposição clara, objetiva e detalhada sobre as negociações que estão em andamento, conduzidas de uma forma muito correta por S. Exª, para a participação do Brasil no grande mercado internacional que se abre com o Mercosul, a União Européia e a Alca.

Tenho, Sr. Ministro, duas perguntas: uma relacionada com o comércio internacional e a outra relacionada à proposta do meu requerimento, que diz respeito ao Acordo de Salvaguardas de Alcântara.

No primeiro caso, e especificamente, anotei que V. Exª disse que os novos setores tecnológicos no âmbito da Alca, quando não citados especificamente, estarão incluídos oficialmente. Pergunto a V. Exª: podemos nos preparar para a discussão em torno da TV digital, já que o Brasil está prestes a decidir que sistema adotará, se o americano, o europeu ou o japonês?

Faço essa pergunta, Sr. Ministro, por uma razão muito simples. Os Estados Unidos não produzem hoje um único tubo de televisão, não produzem hoje, em território americano, um aparelho de TV. É um extraordinário mercado que podemos abrir se participarmos do novo mercado do setor tecnológico que se abre com a TV digital.

Se o Brasil adotar o sistema japonês, estará atendendo à comunidade que está preocupada com a interação pelo telefone que a TV digital e o sistema digital podem promover.

Se adotar o sistema americano de TV digital, assim como fizeram o Chile, a Argentina, o México e os próprios Estados Unidos, estará em condições de participar do mercado de exportação de todos esses equipamentos relacionados com a TV digital. O Brasil tem tecnologia hoje para participar desse mercado. Mas entendo que existem várias reações. Muita gente acha que vamos pagar **royalties** muito altos ao adotarmos o sistema americano. Na verdade, são doze dólares. É um valor muito maior do que o **royalty** praticado na venda do DVD. Por qualquer DVD que chega ao Brasil temos que pagar doze dólares em **royalties.**

Na medida em que o sistema vai determinar a participação do Brasil no mercado tecnológico internacional – se ele vai vender ou comprar –, de que maneira nos podemos resguardar nas negociações com a Alca? Temos como estabelecer um critério para iniciar uma negociação, para que o Brasil não seja excluído desse mercado importantíssimo que surge com o novo setor tecnológico que vai ser aberto pela TV digital? Independentemente de estabeleceremos ou não o princípio da televisão digital imediatamente, ou de cuidarmos primeiro das televisões abertas, esse setor é muito importante do ponto de vista comercial. O que se pode fazer a respeito disso nas negociações com a Alca?

Em segundo lugar, pergunto a V. Exª sobre o Acordo de Salvaguardas. Há cerca de dois anos, quando a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados recebeu o Acordo de Salvaguardas, preparado pelo Governo anterior, não havia rigorosamente nada que ela pudesse fazer, que os Deputados pudessem fazer e, certamente, que o Senado pudesse fazer. O acordo chegou pronto e acertado; chegou com os defeitos que V. Exª enumerou, principalmente impedindo o Brasil de usar os recursos para desenvolver o seu foguete lançador de satélites; chegou impedindo que o Brasil assinasse tratados ou convênios com outros países, como é o caso da Ucrânia.

Pergunto a V. Exª, como Ministro, como vê a inversão desse papel. Os tratados internacionais começam a ser negociados; depois, são indicados para o Presidente da República, são firmados entre os países e, somente depois, são mandados para o Congresso, que os ratifica. Por que razão não se inverte esse procedimento? Antes de esses tratados serem, na verdade, assinados, que sejam discutidos no Senado, na Câmara dos Deputados, para que, quando cheguem no Presidente da República, Sua Excelência já saiba se o Congresso, ou seja, se os representantes do povo disseram sim ou não.

No caso específico de Alcântara, participei ativamente desse processo e encontrei falhas absolutamente clamorosas, mesmo na tradução que me foi apresentada. Vi o texto original em inglês do tratado, e senti, ao lê-lo, que não havia sido originalmente escrito em inglês, mas, sim, primeiro, em português, e depois traduzido; ou seja, a camisa-de-força colocada no tratado não foi imposta pelos americanos, mas,

talvez, criada no próprio Brasil, e aceita pelos brasileiros, razão por que faço esta observação.

V. Exª mesmo afirmou aqui que na medida em que o Brasil diz que "esse tratado não assinamos", automaticamente as autoridades americanas abrem uma janela para negociar.

Penso que V. Exª está corretíssimo em manter essa posição firme, porque, na realidade, estamos defendendo a soberania nacional ao fazer essa discussão em alto nível, estamos pensando na soberania e nos interesses do País. É a pergunta que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Muito obrigado, Senador, por suas palavras. Tentarei responder o mais sinteticamente possível. São duas perguntas obviamente muito importantes.

Com relação ao que eu disse, primeiro, sobre a Alca e os novos setores tecnológicos e a implicação para a tecnologia digital. Primeiro, um esclarecimento: quando me referi ao fato de que o que não for excluído está automaticamente incluído, referia-me às disciplinas para investimentos e, possivelmente, se deixássemos, serviços. Isso era o que estava proposto, mas o Brasil já disse que dessa forma não negociará, porque não pode aceitar, em princípio, que tudo aquilo que não excluiu num determinado momento passe a fazer parte das negociações.

Com relação especificamente à tecnologia digital e às implicações que as negociações da Alca podem apresentar nisso, deixe-me pensar um pouco. É uma pergunta sobre um assunto cuja decisão tem importância muito grande, devendo ser tomada soberanamente pelo Brasil, com base em todos os argumentos. Os argumentos apresentados por V. Exª são muito importantes e interessantes. Essa decisão envolve o nosso Ministério, que não é o principal ministério envolvido. Damos apoio, subsídio, mas há outro ministério implicado.

Essa matéria está centralizada no Ministério das Comunicações, onde participamos de grupos de trabalho, e onde, certamente, os delegados do Itamaraty, que sempre têm presentes os argumentos de comércio exterior, levarão em conta os aspectos que V. Exª mencionou e como eles se relacionam com outros, como V. Exª disse.

De qualquer maneira, é uma decisão soberana do Governo brasileiro. Não diremos e não devemos dizer que um acordo internacional, seja qual for, estabelecerá qual é o sistema digital que adotaremos, ainda que seja exatamente esse a que V. Exª se referiu. À luz do que V. Exª mencionou, parece-me que, na negociação de acesso a mercados, temos que ter presente o interesse que podemos ter nesse setor, dependendo da decisão que tomarmos. É algo a ter presente, porque é uma oportunidade grande de exportações se o Brasil, realmente, for competitivo nesse setor – no conjunto do setor eletroeletrônico o Brasil ainda é deficitário. Temos que, sobretudo, melhorar a competitividade nesse setor e – se me permitirem extrapolar um pouquinho a minha área – investir em ciência e tecnologia, em treinamento, em **design** próprio, enfim, uma série de coisas que talvez não façamos plenamente ainda.

Com relação ao Acordo de Salvaguardas e à observação de V. Exª sobre o envolvimento do Congresso, primeiramente deixe-me dizer que acredito ser muito positivo o envolvimento do Congresso. De certa maneira, o Senhor Presidente já havia indicado que esse era um tema de que eu deveria tratar, mas que, infelizmente, omiti na minha explicação, na tentativa de ser sintético.

Na última reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca, contamos com a presença de dois Senadores, João Capiberibe e Eduardo Azeredo, que estavam aqui até há pouco. Essa foi uma inovação não só brasileira mas em relação a outros países, e encontrou resistência, como V. Exª provavelmente sabe. O Brasil disse que tinha que ser dessa maneira, senão não participaria da negociação. É do nosso interesse que haja participação parlamentar na negociação dos acordos.

Sobre a apreciação do Congresso antes da assinatura: a participação, ao longo das negociações, sobretudo quando elas são complexas, é extremamente útil. Não estou criticando o Governo anterior, porque às vezes descobrimos isso depois. Um acordo que se pensa que não será tão problemático pode se revelar problemático. Seria de boa prática manter um processo de consulta, sem abrir mão da prerrogativa do Executivo, que é a de negociar, e da do Legislativo, que é a de aprovar ou não. Mesmo V. Exªs participando de todas as negociações, depois que o Presidente mandar, podem, inclusive, recusar novamente, porque é uma prerrogativa constitucional do Congresso fazê-lo.

Concordo plenamente que isso deva ser aprofundado. É claro que, às vezes, depende da característica da reunião, mas a maior participação possível, na maior amplitude possível, tanto em acordos bilaterais quanto em acordos multilaterais, é bem-vinda, até porque – como muito bem sublinhou V. Exª – o

acordo terá de vir ao Congresso para ser aprovado e, se não tiver uma boa receptividade, ele não passará.

Concordo plenamente que devemos buscar meios de fazer isso da maneira mais eficiente possível. Não sei se já foi feito, pois tem uma formalidade também, mas é importante que, na próxima reunião da OMC, em Cancun, tenhamos Parlamentares presentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, queremos agradecer a visita do presidente da Câmara dos Deputados do Canadá, Sr. Peter Milliken, dos Deputados Mac Harb, Michel Guimond e Gary Lunn, bem como do Embaixador Jean-Pierre Juneau.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para apresentar as despedidas, porque o Embaixador Juneau, depois de três anos de missão no Brasil, está indo agora para uma nova missão em Bruxelas, onde representará o Canadá na União Européia.

Gostaríamos de registrar – O Ministro Celso Amorim e V. Exªs serão testemunhas – que, quando S. Exª aqui chegou, o próprio Senado debateu alguns problemas, como o da vaca louca e o que estava havendo entre a Embraer e a Bombardier. Pelo que sabemos – e o Ministro pode confirmar – esses assuntos foram equacionados de uma forma bastante positiva, de maneira que o relacionamento do Brasil com o Canadá teve uma grande melhora naquele período, e os esforços do Embaixador Jean-Pierre Junot contribuíram para isso.

Quero agradecer a presença de ambos. Peço apenas um momento para nos despedirmos. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Celso Amorim, Embaixador, SRAs e Srs. Senadores, tenho uma sugestão e uma pergunta. A sugestão é de participação de comunidades locais na integração com a América do Sul. Quem sempre conduziu as relações do Brasil com os países vizinhos foi o Ministério das Relações Exteriores. No entanto, as comunidades regionais têm grande interesse nessa cooperação. Eu poderia citar o caso de Roraima, que está integrada com a Venezuela; o nosso caso, do Amapá, com a Guiana Francesa; e de outros Estados brasileiros, tais como o Acre, com o Peru e com a Bolívia. O importante é que essa experiência do Ministério das Relações Exteriores chegue aos Estados, para que possa também haver uma base local no campo das relações das comunidades regionais.

Quando eu fazia uma visita ao Sr. Ministro na sexta-feira, S. Exª me mostrou a possibilidade de uma integração viária que sai do Amapá, passa pelo Departamento Francês da Guiana, pelo Suriname, pela República da Guiana até Roraima, de Roraima até a Venezuela e a Colômbia. Enfim, é uma integração com o Norte e pode também nos integrar com o Nordeste. É toda uma possibilidade de integração com o olhar voltado para o Norte, pois todo o Nordeste é voltado para o Centro-Sul. Há a possibilidade de integração, por intermédio de um sistema viário que está próximo de ser concretizado – já não falta tanto –, de algo em torno de 100 milhões de pessoas em direção ao Norte.

E sugeri até uma articulação do Brasil com os cinco países e as instituições financeiras internacionais, que apoiariam a integração viária desses cinco países e, a partir daí, com os restantes, Venezuela, Colômbia, Equador. Essa é a sugestão que faço.

A pergunta diz respeito às relações comerciais e de trocas entre os países do Norte e do Sul, em que sempre perdemos. Lembro-me de que na época em que trocávamos café por trator, a cada ano que passava precisávamos entregar mais sacos de café pelo mesmo trator. Sempre foram relações muito desiguais.

Nessa tentativa de formação de um bloco único das Américas, há todas as dificuldades que V. Exª levantou aqui. Pude constatar, juntamente com o Senador Eduardo Azeredo, em São Salvador, as dificuldades imensas para estabelecermos uma relação menos desigual. E essa relação de trocas sempre atrasou muito o nosso desenvolvimento.

Estamos com uma agenda intensa. Daqui a poucos dias teremos uma reunião, em Trinidad & Tobago, do Comitê de Negociações da Alca; depois, uma reunião ministerial em Cancun. Qual é a possibilidade – e o Brasil tem total interesse em ampliar as relações comerciais, essa integração – de empatarmos nesse jogo? Ganhar, penso que é quase impossível, mas podemos empatar ou estabelecer uma globalização menos desigual.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Senador, sua sugestão é extremamente bem-vinda. Já procuramos fazer isso, mas, indiscutivelmente, é algo que pode ser melhorado. Talvez nos Estados do Sul, onde o convívio fronteiriço é maior, a participação das comunidades de fronteira seja maior. Reconheço que, em relação ao Norte, isso pode ser melhorado. Embora em muitas das ações de integração, inclusive as estradas... V. Exª mencionou Roraima, lembro-me de que, da outra vez em que fui Ministro, já havia contato com o Governo do Estado.

Nesse ponto, até louvo uma expressão muito inteligente do jurista – não necessariamente concordo com tudo dele – Temístocles Cavalcanti, que dizia que o homem vive no Município e não na União. De fato, é verdade. A integração é feita para beneficiar as pessoas, e as pessoas que estão na área são as que mais diretamente podem se beneficiar. Então, a opinião, os interesses, as projeções delas realmente têm de ser levadas em conta. É um ponto muito importante o mencionado por V. Exª.

No Itamaraty, há uma Assessoria Parlamentar e de Relações com os Estados. Vamos tentar aprofundar essa questão, para atrairmos, sobretudo para as negociações com os países vizinhos, as representações estaduais e, em certos casos, as municipais, dependendo do tipo. Existe alguma coisa em questões tópicas. Por exemplo, entre Tabatinga e Letícia há o envolvimento grande das municipalidades na comissão de vizinhança entre Colômbia e Brasil. No Sul, também há.

Concordo plenamente com V. Exª. Não estou dizendo isso para diminuir a importância de se dar mais ênfase a esses aspectos. É muito bem-vinda a sugestão de V. Exª.

Com relação a sua observação, já determinei a um dos meus assessores aqui presente que inicie os estudos, para ver o que podemos fazer, o que poderia ser incluído em algum projeto ligado ao BNDES/CAF, o que exigirá mais recursos etc. Então, a sua visita está rendendo frutos, pelo menos do ponto de vista da disposição de realizar.

Com relação ao segundo ponto, digo a V. Exª que não é fácil. Vamos ser francos. Eu poderia dar uma resposta acadêmica e dizer que, em todas as situações, há ganhos recíprocos, não há perdedores nem ganhadores. Entretanto, essa seria uma resposta talvez pouco honesta intelectualmente. Mesmo quando há mais de um ganhador, sempre tem um que ganha mais, até porque tem mais força na negociação. Essa força é em mais de um sentido. Não se tem mais força, apenas porque a economia é maior, mas porque, embora haja interesses divergentes em todos os países, o apoio que se nota em grandes países desenvolvidos às suas posições negociadoras internacionais é muito forte, é geral, é da sociedade. É claro que talvez aqui, até por resquícios antigos de um sistema autoritário em que o Governo consultava pouco a sociedade e, com isso, também recebia pouco apoio de volta. Então, esse também é um fator de enfraquecimento das nossas posições. É muito importante a presença de congressistas nas discussões, mas também a discussão com a sociedade civil. Há pouco tempo, participei de duas discussões, uma sobre a Alca e outra sobre a OMC, em que estavam presentes não somente empresários, mas também sindicalistas e congressistas, em alguns casos. Isso tudo é muito importante.

Na minha conversa com o Ministro Robert Zoellick, entre outras questões, disse-lhe que, durante muito tempo, eles pregaram, corretamente, que deveríamos ser uma democracia, o que não éramos; agora, somos. Então, eles também têm de entender que, numa democracia, as decisões não são tomadas apenas pelo Poder Executivo. Uma questão como a da negociação da Alca não é puramente comercial; é uma questão política também, de convencimento, de percepção da sociedade de que há vantagens na negociação. Se a sociedade brasileira não tiver essa percepção, o Governo brasileiro não pode e nem deve impor.

Penso que melhoramos muito. Se verificarmos, no passado, as condições em que negociamos a rodada Uruguai e as condições que estamos negociando agora, por exemplo, na OMC – V. Exª também mencionou a reunião de Cancun -, há uma mudança muito grande. Há o interesse muito grande do Congresso, da sociedade civil, das classes empresariais, dos sindicatos de trabalhadores, de organizações não-governamentais etc. Então, isso tudo também nos fortalece. Entendo que essas questões, ao contrário do que colegas no passado pudessem pensar que enfraqueciam ou dificultavam a posição do negociador, nos fortalecem.

Claro que, às vezes, cria-se uma pequena dificuldade quando você, em uma negociação, faz uma concessão em algum ponto, para conseguir o que quer. Mas temos nos pautado por essa visão de transparência. A oferta brasileira na Alca está toda na página do Ministério das Relações Exteriores na Internet. Essa foi uma decisão nossa, do Governo Lula. Inclusive, a análise das ofertas principais de outros países principais também está lá – não podemos pôr a oferta porque ela é confidencial, mas a análise dela está.

Então, estamos trabalhando com o máximo de transparência até porque queremos ter esse apoio da sociedade para o que viermos a negociar. Entendo que, se ficarmos firmes em nossas posições, como disseram há pouco V. Exª e o Senador Hélio Costa, temos mais chances. E penso que temos de ter um pouco mais de autoconfiança. A auto-estima que o povo brasileiro demonstrou, independentemente da preferência, ao votar como votou, sem medo de ir para frente, da opinião estrangeira, é a mesma

auto-estima que temos de demonstrar nas negociações internacionais. Se o negociador brasileiro já entra com medo na negociação, ele vai perder. Eu tenho exemplos – eu não precisaria citar porque essas questões podem ser penosas para alguns indivíduos – em que me disseram que não era possível fazer algo, porque eles nunca aceitariam. Contudo, a primeira coisa que me foi dito pelo parceiro do outro lado foi que poderiam aceitar aquilo.

Então, se você entra com medo, já entra perdendo. Claro que não pode ser destemperado, desconhecer a realidade, mas tem de ter confiança na sua capacidade de negociação, acreditar que há um País por trás do negociador. Assim, creio que você terá mais chances de empatar e até mesmo, aqui e ali, ganhar. Contudo, isso envolve tantos outros fatores, como a consolidação da nossa integração na América do Sul.

Os casos que o Presidente mencionou, a Embraer e o caso da Vaca Louca, são muito elucidativos. Eu estava na OMC na época e disse para o delegado canadense que eles haviam subestimado a capacidade do povo brasileiro de se indignar. O povo brasileiro pode se indignar e, quando isso aconteceu, a coisa virou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer da importância desta Comissão e também registrar que o Senador João Capiberibe propôs – é um requerimento que está por ser apreciado – que haja, inclusive, uma subcomissão para acompanhar todo o desenvolvimento de relações com a Alca.

Assim como V. Exª, Ministro Celso Amorim, nos comunicou quando do último encontro, em que estiveram presentes João Capiberibe e Eduardo Azeredo, representando esta Comissão para acompanhar os trabalhos em El Salvador das negociações com a Alca, haverá outros encontros, entre os quais o de Cancún sobre a OMC e outros que V. Exª mencionou com o de Trinidad y Tobago.

O SR. CELSO AMORIM – O de Trinidade y Tobago é da Alca; o de Cancún é da OMC, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Na medida em que V. Exª puder comunicar a esta Comissão e à Presidência do Senado a respeito, estaremos previamente fazendo a indicação, em sendo bem-vinda essa participação, conforme queremos até elogiar a iniciativa de V. Exª de colocar, inclusive, para os demais países que, para o Brasil, é importante que o Congresso nacional acompanhe, teremos sempre esse procedimento e seria bom se tivéssemos as indicações prévias para planejar as presenças. Haverá certamente os rodízios dos Srs. Senadores em cada uma das oportunidades. Cada um, quando do retorno, reportará a todos os resultados dos entendimentos havidos.

Tem a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, Ministro Celso Amorim, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela clareza da sua exposição sobre assuntos tão abrangentes, o que me abre espaço para tratar de dois temas que não estariam necessariamente na agenda.

O primeiro é registrar, enfatizando o seu aspecto positivo e o momento em que ocorreu a aprovação, hoje, na Comissão do Mercosul de um projeto de lei de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que define objetivos, métodos, modalidades de participação do Governo brasileiro em negociações multilaterais ou bilaterais.

Veio em muito boa hora, até pelo que se discutiu, hoje, sobre a participação do Congresso na discussão dos acordos. A rigor, vem trazer ao Senado uma nova participação, um novo papel nessas discussões.

Como bem V. Exª mencionou, Ministro, a questão da Alca não é só econômica, mas política, o que reforça, ainda mais, a aprovação do projeto do Senador Eduardo Suplicy.

Minha pergunta foge um pouco do tema, mas tem relação com a viagem do Presidente Lula à África. Se o Presidente planeja uma viagem dessa extensão é porque a África tem alguma importância – ou muita – para as novas relações do Brasil. Pude verificar isso pela presença da Petrobras em Angola e na Nigéria, com imensas dificuldades de levar adiante seus contratos. Verificamos, também, o interesse de empresas brasileiras que estão na África. Tivemos, na semana passada ou retrasada, nesta Comissão, uma reunião com a maioria dos embaixadores africanos. Foi apresentado um plano de investimentos na África Ocidental, do interesse, mais uma vez, de empresas brasileiras. V. Exª mencionou, também, quando se referiu à União Européia, a importância dos países na definição das políticas. Obviamente, há a importância de Portugal. Pelas nossas relações com Portugal, pelo **know-how** que Portugal tem com a África, perguntaria se não seria conveniente, possível ou aconselhável uma parceria com Portugal, para atuar na África. Isso traria algum benefício? É preciso considerar, outra vez, nossas questões com a União

Européia. Não seria conveniente? Seria viável? São as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me reforçar a sua primeira indagação. É uma ótima oportunidade para que o Ministro Celso Amorim possa externar sua opinião sobre o projeto de lei que define o mandato negociador.

Gostaria de informar que, quando foi designado, na Comissão do Mercosul, o Deputado João Herrmann Neto teve a oportunidade de dialogar com o Secretário Executivo, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, que, inclusive, deu diretrizes no sentido de que o projeto poderia ser importante, interessante para o Brasil. Nada melhor do que a palavra do Ministro Celso Amorim.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CELSO AMORIM – Muito obrigado, Senador. Quero reiterar que considero extremamente útil e um instrumento de reforço da nossa posição negociadora contarmos com parâmetros e diretrizes, aliás, da mesma maneira que o governo americano. O chamado **Trade Promotion Authority** é justamente uma diretriz de negociação. Creio que isso é fundamental, muito importante, porque nos dá um balizamento para o que é possível; evita, inclusive, problemas nessa área semelhantes aos que o Senador Hélio Costa mencionou antes. Naturalmente, não pode haver uma rigidez tal, que torne a negociação impossível. Há que prevalecer certa dose de bom-senso. Quanto ao próprio **Trade Promotion Authority**, repetindo até o que o Presidente Lula disse, devemos fazer como os americanos. Eles fazem algo que é bem feito: eles mantêm sob vigilância. Mas a rigidez absoluta não pode ser absoluta. Eu não li ainda em detalhes, mas, digamos, se o projeto disser que não faremos nenhuma negociação que não reduza a zero todos os produtos que nos interessam, nesse caso não há negociação possível. Creio que ter um parâmetro, e esse parâmetro ser objeto de supervisão constante, é extremamente útil. Eu não li ainda e não posso dizer o detalhe, mas tenho certeza de que vai no bom sentido e é positivo, como, aliás, tive oportunidade de dizer pessoalmente ao próprio Presidente, quando me perguntou a esse respeito.

Com relação à viagem à África, os acontecimentos demonstram a importância de o Presidente ter ficado no Brasil nesse momento, mas obviamente a África é uma grande prioridade da política externa brasileira. Eu creio que raros Ministros, a mando do Presidente, fizeram uma viagem a sete países africanos no terceiro ou quarto mês de Governo, como foi o meu caso, para preparar a viagem do Presidente que se realizará. É claro que temos que discutir novamente as datas com os nossos parceiros, com os países visitados. Mas temos a intenção, o Presidente Lula tem intenção, aliás, a determinação que me deu, quando ainda estávamos avaliando a necessidade ou não de adiar, foi de, se necessário fosse adiar, fixar uma data o mais próximo possível, até em sacrifício de alguma outra reunião que possa se realizar. Em princípio, estamos pensando que deva realizar-se no início de novembro, mais ou menos entre três e onze. Naturalmente, isso depende dos nossos parceiros. Até seria uma boa coincidência se terminasse no dia 11 de novembro, que é a data nacional de Angola, porque o Brasil foi o primeiro País a reconhecer o Governo de Angola – isso seria algo extremamente significativo. Mas não depende só de nós, depende deles, e nós estamos conversando. A prioridade é altíssima.

Eu quero dizer também que, embora eu conhecesse algumas coisas, eu pude constatar esse enorme interesse que tem a África. A África é um continente pobre, em alguns momentos quase miserável, mas não é estagnado; ele palpita, ele pulsa, e tem uma perspectiva de andar para frente, e tem uma grande sede de presença brasileira. O que V. Exª mencionou em relação ao petróleo em Angola, eu pude ver pessoalmente, e tive ocasião de tratar com esse assunto com o Presidente Eduardo Santos. Outros interesses brasileiros expandindo para a área de serviço, que é coisa relativamente nova; além da construção, que não é tão nova e que também temos visto lá, há outras perspectivas em Moçambique – são tantas que até seria difícil enumerar: indústria aeronáutica, indústria naval e outras, dependendo do País e em proporções diferentes, e dependendo das necessidades que esses países têm de cooperação técnica nossa para consolidar suas democracias. Eu mencionei aqui rapidamente a importância que teve a atuação da comunidade língua portuguesa. E aí eu venho ao ponto que V. Exª mencionou: a reversão de uma atuação em São Tomé e Príncipe, que é um país pequeno, porque é pequeno, mas é irmão nosso, porque também fala português; e é um país estrategicamente importante, pois está no meio do Golfo da Guiné, cercado de uma bacia de petróleo. E o Brasil contribuiu, de uma maneira importante, eu diria, até porque estamos no meio da comunidade de língua portuguesa, para reverter a situação. E fizemos isso em pleno entendimento com Portugal e com os países africanos, não só o da CPLP, mas outros ali da região próxima, como a Nigéria, que V. Exª mencionou.

Então, a cooperação com Portugal existe e é bastante grande. Nessa mesma reunião que eu estava em Coimbra, em que se discutiu o tema São Tomé e Príncipe, foram discutidos muitos projetos, alguns de iniciativa brasileira, outros de iniciativa portuguesa. Os brasileiros mais notáveis são os de capacitação empresarial e de capacitação profissional na CPLP. O programa foi desenvolvido pelo Brasil, em grande parte, mas agora é um programa da CPLP. Essa parceria a que V. Exª alude existe e está presente. Nós temos consciência que, em alguns casos, nós temos vantagens comparativas, por maiores semelhanças com o povo; por outro lado, Portugal não deixa de ter suas vantagens comparativas, não só pelo conhecimento da região e da História, mas também pelo fato de ser parte da comunidade européia, o que permite alavancar recursos que nós não temos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Ministro, inicialmente, gostaria de perguntar, como Senador da Região Norte, sobre um ponto muito bem abordado por V. Exª, sobre o porquê de os Estados do Norte ainda não estarem integrados na questão do Mercosul.

Durante algum tempo realmente se falava, como V. Exª disse, em Mercosul e "merconorte", porque nós, do Norte, nos sentíamos como se estivéssemos à parte da política do Mercosul.

Vejo com bons olhos as ações que vêm sendo desenvolvidas recentemente para a integração efetiva dos Estados do Norte, como no caso específico de Roraima, com a Venezuela e com a Guiana. Recentemente, um representante do Governo da Guiana esteve na Casa e houve tratativas e avanços importantes nesse sentido.

O Senador João Capiberibe abordou a questão do chamado Arco Norte, que vai ligar Roraima ao Amapá – S. Exª falou Amapá a Roraima – e que, portanto, como S. Exª também mencionou, vai fazer uma ligação do Norte com o Nordeste, feita até hoje apenas via aérea ou marítima. Tenho a impressão de que esse vai ser um grande fator de desenvolvimento para toda aquela região Norte.

Solicito que essas questões sejam intensificadas. Vejo que V. Exª está ao lado do futuro Embaixador do Brasil na Venezuela e acho que isso vai ajudar-nos bastante nesse trabalho. Não tenho ressalva quanto a esse ponto, apenas um pedido a fazer: que esse assunto tenha mais ênfase, porque a região Norte está à parte do que é feito com relação ao Mercosul.

Quero abordar outro ponto. Fui autor de um requerimento sobre a aquela missão francesa. Não sei de que tipo de missão se tratou, se humanitária ou secreta. O certo é que V. Exª disse que o Brasil não foi consultado e que foi informado tardiamente e de maneira incompleta, o que nos causa estranheza. Sei que muitas das perguntas que eu gostaria de fazer não estão afetas à pasta de V. Exª, tanto que também requeri que viesse o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça, porque alguns fatos estão no mínimo esquisitos, Ministro.

Primeiramente, segundo consta, o pedido para o pouso do avião em território brasileiro, notoriamente na Amazônia, deu-se para abastecimento, já que o avião iria para Caiena. Basta olhar o mapa e ver que pousar em Manaus para reabastecimento não está na rota de quem vem da França e vai a Caiena. Ele deveria pousar em Macapá ou em Belém, se houvesse necessidade de reabastecimento.

Depois, segundo a imprensa publicou, o visto era de dez dias, o que me parece um tempo muito grande apenas para um reabastecimento. O avião permaneceu por vários dias em Manaus. Membros dessa comitiva saíram, alugaram um avião brasileiro, um táxi aéreo, com a intervenção do cônsul francês, que compareceu ao embarque. Inclusive, na passagem pelo aparelho de raio X, essas pessoas fizeram questão de mostrar que eram portadores de passaportes diplomáticos e deslocaram-se nesse avião até o Município de São Paulo de Olivença, na fronteira com a Colômbia. Há detalhes muito mais minuciosos, como por exemplo, a tentativa de saber do piloto se ele poderia pousar numa pista já no território colombiano.

Alguns fatos logicamente estão fora da Pasta de V. Exª, repito, mas levam a crer que a missão não era médica, nem humanitária, porque as próprias Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc, divulgaram uma nota dizendo que não havia nenhum tipo de contato com o governo francês para a libertação da SRA Ingrid Betancourt, que é uma cidadã, como sabemos, de nacionalidade colombiana e francesa. Então, parece-me que era um seqüestro de uma seqüestrada; quer dizer, os franceses iriam seqüestrar a SRA Ingrid Betancourt das Farc, segundo o que está publicado.

Embora V. Exª tenha realmente demonstrado ser um diplomata, porque disse de maneira muito conveniente que o episódio, da parte do Ministério das Relações Exteriores, está encerrado, que o fato de o Ministro Dominique de Villepin – que, segundo consta das informações, teria sido o montador dessa operação – lamentou não ter informado de maneira

adequada e, ao mesmo tempo, que se esforçará para que esse episódio não se repita, creio, Ministro, quanto à parte afeta à Pasta de V. Exª que, de certa forma, embora diplomaticamente, possa ser interpretado como um pedido de desculpas, ainda é pouco, diante da clara intromissão no território brasileiro, notadamente na Amazônia, que é permanentemente foco de ações clandestinas, seja de narcotráfico, seja de contrabando de armas, de todo tipo.

É muito curioso que um avião do porte de um Hércules C-130 tenha pousado para reabastecer e aqui tenha feito ações dentro do território brasileiro, inclusive alguns dos tripulantes tenham se hospedado no Hotel Tropical. Portanto, acho que esse episódio, embora do ponto de vista diplomático possa até estar razoavelmente explicado, não pode, no que tange a soberania do País, ser encerrado só com isso.

No meu entender, precisamos saber da Polícia Federal – portanto via Ministério da Justiça – realmente os pormenores, precisamos saber do Ministério da Defesa quanto ao pouso em Manaus para reabastecer, sua ida para Caiena e sua vinda da França, uma série de esclarecimentos. Essas solicitações não são nenhum tipo de ranhetice, não se trata de ficar mexendo em algo que poderia estar resolvido. Como Senador da Amazônia, preocupo-me muito com essa questão da soberania e da integridade do nosso território.

Aproveito e solicito ao Presidente Eduardo Suplicy que instale a Subcomissão da Amazônia, já está requerida nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque, afinal, a Amazônia representa 60% do território nacional, com uma extensa área de fronteiras secas, sem policiamento, com países altamente problemáticos – para não tocar em outros aspectos. Pelo menos precisamos, efetivamente, tomar esse incidente como um exemplo emblemático, para declarar à comunidade internacional que estamos realmente preocupados e firmes na manutenção da nossa soberania na Amazônia e da nossa integridade territorial. Temos que mostrar, Ministro, que se ocorresse uma operação inversa, se o Brasil, por alguma razão humanitária procedesse dessa forma na França, como ela agiria?

O SR. CELSO AMORIM – Senador, respondendo a sua pergunta, o Brasil não faria isso. Então, creio que essa hipótese não existiria.

Deixe-me apenas dizer o que penso e que sei – V. Exª mesmo disse que vários aspectos não são da minha Pasta, eu não me sentiria à vontade para comentá-los. Mantive contatos estreitos tanto com o Ministro José Viegas quanto com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, e fui informado por S. Exªs do que sabiam.

Volto a dizer o que penso: claro que houve vários fatos inadmissíveis, inclusive a entrada em território nacional de um aviao com proposito diferente ou pelo menos com um propósito não declarado.

Quanto à autorização de sobrevôo e pouso, não quero justificar, mas isso é meio automático, um avião de um país amigo chega, pede autorização, deixa-se. Não é necessário que seja feita uma investigação de onde ele vem, por quê, se precisava ou não.

O fato é que essas outras questões foram se acumulando e, em retrospecto, todas, evidentemente, são extremamente estranhas e todas poderiam ter dado um sinal de alarme. Não deram. Tanto que eu – volto a dizer – só soube do assunto no sábado, nas circunstâncias que já contei aqui e que não creio que seja necessário repetir.

Compartilho plenamente com V. Exª a preocupação com a soberania da Amazônia – não só com a da Amazônia, mas do Brasil todo. Acho que uma característica clara da política do Presidente Lula é não admitir arranhões à nossa soberania. Tivemos há pouco tempo outro episódio. De certa maneira, a própria atitude ligada a Alcântara é um exemplo. Um outro tratado internacional que nos queriam impor com relação à maneira de criar exceções, por exemplo, um tribunal penal internacional, que é um acordo internacional que assinamos, também não aceitamos.

Penso não haver dúvidas de que, para o governo do Presidente Lula, pela maneira como estamos negociando a Alca, tudo isso nos custa muito. Nada é fácil. Apesar de custoso, tem sido levado adiante, porque o governo do Presidente Lula é bastante empenhado – não estou dizendo que os outros não o foram – na defesa da soberania nacional nos mais variados aspectos.

Com relação ao episódio em tela, só posso dizer o que sei. É claro que fatos como esses podem dar margem a outras especulações – há especulações, deduções, mas não tenho razões para crer nelas. Se algumas pessoas me dissessem que têm certeza absoluta de alguns fatos, confiaria na palavra delas, mas não tenho razões para crer que houvesse propósitos diferentes na entrega de uma pessoa seqüestrada para outras pessoas que a recambiariam para a França ou para qualquer outro lugar. Não há razões para crer que houvesse algo diferente. Sei que houve especulações inclusive sobre se um outro guerrilheiro viria junto, mas não há nada que confirme isso. Nada me chegou ao conhecimento que deixe clara essa hipótese.

Soube, em algum lugar, que a Ingrid Betancourt poderia estar muito bem de saúde e que não necessitaria de cuidados médicos, mas não foi essa a versão que ouvi na Colômbia, dos próprios colombianos, do governo colombiano. É claro que dizer que se trata de uma missão médica é um eufemismo. Isso é evidente, mas não tenho nenhuma razão para crer que houvesse outras razões.

Em minhas conversas com a Polícia Federal, não me disseram que alguém estivesse armado ou que pudessem proceder a um resgate – essas palavras se confundem um pouco. Tudo isso não diminui o absurdo, que gerou um protesto claro. As pessoas podem, é claro, descrever fatos de maneiras diferentes, mas foi um protesto claro, entendido internacionalmente como protesto, reiterado publicamente por mim e pelo Secretário-Geral quando aqui esteve. Era um protesto e a imprensa internacional registrou o caso dessa forma.

O que o Ministro das Relações Exteriores da França me disse foi universalmente interpretado como um pedido de desculpas. É claro que não fui eu que escrevi a nota do Ministro do Exterior da França, embora concorde que o episódio foi extremamente desagradável, sobretudo porque envolveu um país com o qual queremos manter boas relações. Estou de pleno acordo que foi extremamente desagradável. Obviamente, pessoalmente, fiquei incomodado com a história, até porque havia estado, um pouco antes, com o Ministro Villepin, com quem falei sobre muitos assuntos, mas não sobre esse. E não sei se o ministro sabia ou não do ocorrido. Não posso me arrogar ser leitor da mente humana. O fato é que, em relação ao incidente, não vejo mais o que se possa fazer. Não adianta pedir uma desculpa adicional.

Penso que já houve um pedido de desculpa. Uma grande potência como a França pode até ter agido de maneira semelhante a outros países, mas pediu desculpas ao Brasil e lamentou não haver informado, o que foi seu principal erro. Não haver consultado o País, foi o maior erro. Se teríamos ou não concordado é outra questão, mas não consultou.

A França lamentou, reconheceu que o ocorrido causou constrangimento para o Brasil e manifestou a disposição de fazer com que isso não se repita. Isso, para mim, é um pedido de desculpas. E não apenas eu penso assim: os jornais **Time**, de Londres, que eu não escrevo; e o **Le Monde**, que eu também não escrevo, interpretaram a manifestação como um pedido de desculpas.

Volto a dizer que o assunto é sério, importante, mas não passou em brancas nuvens. Resultou na convocação do Embaixador da França para comparecer duas vezes no Itamaraty. Fiz declarações públicas aqui, em Nova Iorque e na Colômbia, todas no mesmo sentido, até que veio o pedido de desculpas.

A não ser que surja algum outro elemento que eu ignore, mas um fato e não uma especulação, e que demonstrem que os objetivos eram diferentes desses, creio que o episódio está encerrado. Pelo que sei do ocorrido, o grave foi não nos terem informado, não nos terem consultado, obtido a nossa permissão e nos ter avisado tardiamente como, digamos, uma espécie de remendo, quando, na realidade, a Polícia Federal já havia visto. Outras questões, como V. Exª bem disse, escapam da minha Pasta.

Quanto ao outro ponto mencionado por V. Exª, **en passant**, gostaria de dizer que damos muita importância à integração da Região Norte. V. Exª verá, no conjunto de presidentes que estiveram aqui, embora a nossa integração com o Mercosul seja mais antiga, não houve nenhum privilégio; estiveram todos, inclusive os nossos vizinhos do Norte do continente, porque concordamos plenamente. E vou até além, usando um projeto mencionado pelo Senador João Capiberibe e por V. Exª, a integração da América do Sul será boa para a integração do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me, Senador Mozarildo Cavalcanti, Ministro Celso Amorim, acrescentar uma outra preocupação também manifestada no plenário. Trata-se da candidata à Presidente e à ex-Senadora, Ingrid Betancourt, que se encontra, acredito, há mais de ano seqüestrada pelas Farc.

Tenho a percepção, Ministro Celso Amorim, de que, por toda a sua história, o Presidente Lula possa cooperar significativamente no diálogo com o Presidente Álvaro Uribe e com os movimentos sociais da Colômbia, inclusive, de alguma maneira, com pessoas que possam dialogar com as Farc, no sentido de contribuir para a pacificação naquele País.

Quem sabe, possa o Brasil, por formas as mais diversas, cooperar para que na mesa de negociações haja algum entendimento. Diversas pessoas, não somente a SRA Ingrid Betancourt, foram objeto de apelo, inclusive meu e do Presidente Lula ao Presidente Álvaro Uribe, para que possam ser resgatadas. O pai de uma brasileira, cuja mãe trabalha no Senado, foi seqüestrado há mais de um ano e meio. Entreguei ao Presidente da Colômbia uma carta pedindo esforço para que possa esse senhor voltar ao seio de sua família. Existe também essa preocupação. Se o Governo brasileiro, de alguma maneira, puder cooperar, eu gostaria de externar que seria positivo.

Se V. Exª quiser aduzir alguma informação sobre esse ponto, tem a palavra.

O SR. CELSO AMORIM – Obrigado, Senador. Apenas diria que existe hoje um clima de confiança entre o Brasil e a Colômbia que é propício até a uma eventual participação brasileira. Como lhes disse, o Presidente Uribe, sabendo que eu iria a Nova Iorque, estar com o Secretário-Geral das Nações Unidas, creio que não há nisso nenhum segredo, porque ele disse – e havia várias pessoas presentes, sabendo que eu iria dizer para o Secretário-Geral das Nações Unidas – que tinha interesse em uma maior participação da ONU na negociação de natureza mais global. No passado, houve iniciativas também para negociações em torno de temas humanitários. O Brasil estará sempre aberto a uma negociação desse tipo com as autoridades colombianas e de acordo com elas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Pedro Simon não se encontra. Com a palavra o Senador Aelton Freitas e, em seguida, o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Celso Amorim, Srs. Senadores, vou tratar aqui de um assunto que não faz parte dessa agenda, mas o considero de tamanha importância que pretendo tratá-lo de maneira informal. Ontem, na Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo ilustre Senador Ney Suassuna, foi aprovado um requerimento, Embaixador, de nº 25, por unanimidade. Os mesmos Senadores que o aprovaram, concordaram com a nossa sugestão, de trazê-lo aqui hoje e apresentá-lo de maneira informal, porque o nosso intuito, como Senador da base de apoio de sustentação do Governo Lula, é ajudar o Governo da melhor maneira possível.

Como temos na Comissão de Fiscalização e Controle a obrigação de fiscalizar as contas e de acompanhar, temos notado, pelo que foi veiculado pela imprensa e também pelo que foi dito de maneira informal pelo meio diplomático, que é grave a situação enfrentada pelos nossos representantes em diversos países. A situação atual das despesas gerais das embaixadas e dos consulados brasileiros nos países com os quais mantemos relações diplomáticas, com atenção especial ao pagamento de aluguéis e de serviços diversos, é grave.

Estamos propondo de maneira informal. Essa informalidade tem justificativa, pois o Senado já está discutindo também o orçamento. É destaque no "Jumbão", que está vindo aí. Se for preciso acrescentar e discutir algo nesse sentido... Eu gostaria, com a permissão do nosso Presidente, Senador Eduardo Suplicy, de passar às suas mãos este requerimento. Não estamos fazendo nenhuma pergunta agora. A resposta pode voltar por escrito para a Comissão de Fiscalização e Controle e para a Comissão de Relações Exteriores. Como Senador e como membro do Bloco de apoio ao Governo, com a aquiescência do nosso Presidente, como já disse, Senador Ney Suassuna, nós nos colocamos à inteira disposição, para ajudar no que for possível. Achamos ser muito oportuno passar às suas mãos, neste momento, este requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Celso Amorim deseja se manifestar.

O SR. CELSO AMORIM – Até o momento só tenho um voto, o do Presidente Lula, mas se tiver o de V. Exª também...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Perdão, o Ministro Celso Amorim deseja manifestar-se.

O SR. CELSO AMORIM – Eu gostaria, obviamente, de agradecer a manifestação de V. Exª. Evidentemente, a sua preocupação é totalmente compartilhada por nós e muito bem-vinda. Eu não falarei de todos os problemas e agruras que temos no Ministério. Eles são conhecidos. Os pagamentos aos organismos internacionais é um caso gravíssimo. O Brasil está perdendo votos em vários organismos. Já não falarei nem de aluguéis nem de ajuda para moradia para funcionários, às vezes, em postos até difíceis, onde isso é algo absolutamente necessário, para mencionar dois aspectos, sem falar na necessidade que temos, a meu ver, de expandir um pouco os nossos serviços, não somente do ponto de vista diplomático. Se quisermos estabelecer prioridade com a África, não podemos deixar de ter uma embaixada no Congo, que é um dos países mais ricos da África. Ele andou muito tempo em situação grave, mas é necessário.

Para resumir, pois desejo ouvir a pergunta do Senador Gilberto Mestrinho, há também a situação dos brasileiros. A rede consular brasileira sofreu uma contração brutal nos últimos anos. Eu penso que esse, evidentemente, em um momento em que a comunidade brasileira no exterior está aumentando, certamente, é um problema grave.

Muito obrigado pela preocupação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Celso Amorim, V. Exª, ao longo da sua trajetória, foi também Presidente da Embrafilme. Eu desejo apenas assinalar que está presente a cineasta Tizuka Yamazaki, que veio assistir à exposição de V. Exª.

Por favor, Tizuca, sente-se aqui. Muito nos honra a sua presença. Aproveito a oportunidade para cumprimentá-la pela excepcional contribuição ao cinema brasileiro. Tizuca está realizando a segunda fase do seu filme "Gaijin nº 2". Desejamos dar-lhe força.Seja bem-vinda!

Senador Gilberto Mestrinho, tem V. Exª a palavra.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Ministro Celso Amorim, SRAs e Srs. Senadores, inicialmente, eu expresso a minha alegria pela política externa que o País está adotando, assumindo a sua identidade de país sul-americano. Nós, durante 500 anos, ignoramos isso. Com exceção do período do Governo Sarney, quando se criou o Mercosul, a nossa história toda registra um afastamento dos países de língua espanhola, talvez conseqüência da divisão histórica do Tratado de Tordesilhas: nós falamos português e os outros falam espanhol. E isso fez com que nos mantivéssemos de costas uns para os outros durante muito tempo, ignorando que há um mercado igual ao brasileiro nesses países.

Se, durante muito tempo, houve desconfianças, conseqüentes ainda desse atavismo, hoje há uma aceitação da liderança brasileira, não como um poder hegemônico, mas como uma espécie de irmão que se desenvolveu mais e que pode se integrar e dar as mãos.

Então, essa política do Governo Lula resgata todo um passado histórico, uma luta de quinhentos anos e merece o nosso aplauso, a nossa consideração, o nosso respeito e estímulo, porque é preciso entender que nós jamais seremos bem-vindos à Comunidade Econômica Européia. Seremos aceitos, mas não bem-vindos. Jamais seremos bem-vindos à Comunidade comandada pelos americanos.

Por que seremos aceitos, mas não bem-vindos? Porque nós somos um país que começa a crescer e a se desenvolver. Apesar de tudo, o Brasil começa a assumir uma posição de destaque no mundo econômico internacional. Caminhamos para sermos o maior produtor agrícola do mundo. Estamos desenvolvendo, na própria manufatura, atividades que estão conquistando o mercado com sucesso extraordinário. E nós temos contingente humano. Se fizermos inversões na inteligência brasileira, este País será um grande concorrente. E eles sabem disso. Daí, talvez, as dificuldades que colocam para o nosso ingresso no cenário internacional.

V. Exª falou muito bem na questão da Alca. Eu tenho o mesmo ponto de vista. Não podemos ficar fora da Alca, nem devemos. Mas nós temos a obrigação de assumir posições na defesa dos nossos interesses. Como participar? Por que participar? Para que participar? Objetivando sempre o interesse nacional, sem entrar com medo, como disse V. Exª, mas sentindo que nós hoje falamos ainda como líderes em formação de um grupo de dezenove países, de toda América do Sul, que, acredito, nos seguirá, nos acompanhará por interesses comuns, porque nós somos o caminho do desenvolvimento.

Também esse entendimento com a Corporação Andina de Fomento é muito bom. Felizmente, quando a Bolívia presidia a Corporação Andina, se fez alteração no seu estatuto para permitir que os países lindeiros dela participassem, para beneficiar o Brasil, que então aderiu à Corporação e já teve benefícios com isso – por exemplo, a eletrificação de Roraima.

Como primeira pergunta, gostaria de saber o seguinte: nesse entendimento com a Corporação Andina, quais os projetos brasileiros colocados? Acho que o mais importante, no processo de integração do Norte brasileiro, seria o acesso ao Caribe, que seria mais fácil através da Guiana Inglesa. A Guiana Inglesa iria permitir, se o Governo brasileiro completar a ponte do rio Tacutu e houver um entendimento para a conclusão da estrada de Leto a Georgetown, teremos um acesso rápido ao Caribe, economizando mais de mil quilômetros de transporte para os produtos do interior da Amazônia.

Em relação à integração com o Pacífico, há várias alternativas. O Pacífico tem a possibilidade de uma integração com o Peru através do Acre, mas tem um caminho natural, que é a calha do rio Amazonas até Porto Vitória, depois Samariça, até o Peru. Grande parte desse trajeto está pronto. Faltam cerca de 200 quilômetros em território peruano. Isso permitiria o acesso da produção brasileira ao Pacífico e o abastecimento dos produtos do Pacífico para o Brasil, sem passar pelo canal do Panamá.

São projetos de interesse da Corporação Andina, porque dizem respeito a países andinos, à melhoria de condições andinas – com exceção da ligação com a Guiana, que não é país andino, mas o Brasil é país lindeiro e está beneficiado.

Esta seria a primeira pergunta, a posição em relação a esses projetos.

Acredito que temos um processo de integração que pode ser altamente acelerado. O Brasil tem que perder a vergonha de assumir a liderança do processo. O Brasil deve assumir uma atitude afirmativa. Todos os países da América do Sul estão querendo isso. As nossas pendências antigas com a Argentina quase desapareceram, porque a Argentina passou a

ser um país muito dependente do mercado brasileiro. Então, o Brasil pode tranqüilamente assumir a hegemonia, sem dizer – como aconselhava Gramscy – que é o líder, o chefe, o comandante.

Era isso que queria dizer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Senador, agradeço muito suas palavras iniciais e concordo com V. Exª. O Brasil, hoje, é um país que tem muito que se orgulhar da sua produção, desde a área agrícola, onde estamos nos tornando certamente o mais competitivo produtor agrícola do mundo – somos hoje o país que tem o maior superávit agrícola do mundo; não é o maior exportador, mas tem o maior superávit – até a área mais avançada da tecnologia, como é o caso dos aviões da Embraer. É um motivo de orgulho para todos nós que possamos competir num mercado onde só existem, na realidade, quatro empresas: uma americana, outra européia, outra canadense e outra brasileira, que é o mercado de jatos.

Então, de fato, tudo que V. Exª diz é verdade.

Mas voltando ao seu tema da identidade, creio que a presença de Tisuka Yamasaki aqui hoje reforça essa impressão, essa sensação de orgulho dessa identidade variada brasileira, essa identidade mestiça, de todas as proveniências, de todas as raças e que também, durante muito tempo, o Brasil não assumiu. E o filme dela é justamente um hino a essa integração. Eu tive a sorte de que ele tenha sido feito na minha gestão na Embrafilme, o que me deu um dos momentos de maior alegria naquela ocasião.

Concordo com V. Exª que o Brasil não precisa ter vergonha de ter uma liderança, mas uma liderança – creio eu – por inspiração, que presume a aceitação da responsabilidade de quem é maior, de quem é relativamente mais forte. Nós também não somos. Como eu costumava dizer na OMC, quando eles inventavam categorias novas de países – tinha pequenos e vulneráveis –, há também os países grandes e vulneráveis. O Brasil também tem muitos problemas, mas é um país maior e, portanto, tem que assumir sua responsabilidade. Se agirmos com mesquinharia em relação aos nossos vizinhos, nunca seremos capazes de exercer nenhum tipo de liderança, até porque tenho certeza de que o tipo de liderança que se exercia antigamente, pelo poder militar, pela pressão econômica, vai estar ultrapassado. Sou otimista em relação ao gênero humano e às próprias relações internacionais, pelo menos em médio e longo prazos.

Com relação aos eixos rodoviários para o Caribe e para o Pacífico, estou de pleno acordo. Evidentemente, não tenho todos os dados técnicos sobre cada um dos projetos. Tenho certeza de que os projetos que V. Exª mencionou fazem parte desse conjunto que está sendo examinado pela Corporação Andina de Fomento e pelo BNDES. Seria até interessante que examinássemos depois todos os atuais projetos submetidos ao BNDES e déssemos uma informação para o Senado. Outros também estão sendo tratados bilateralmente, muitas vezes. Nem todos serão tratados no mesmo escopo, BNDES e CAF, mas todos eles envolverão algum tipo de financiamento, de modo que o BNDES e a Corporação Andina de Fomento terão que participar.

Há uma razão para falar dessa integração. Os países andinos – não só os geograficamente andinos, mas os que fazem parte da comunidade andina – são todos países amazônicos também. Nem todos os amazônicos são andinos, mas todos os andinos são amazônicos, então é mais uma razão para que procuremos fazer a integração, que é benéfica não só aos Estados do Norte, mas a todo o Brasil, não só em termos de mercado, mas até em termos de integração política nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, procurarei ser breve, até pelo adiantado da hora. Quero parabenizar o Ministério das Relações Exteriores pela preocupação com a integração da Amazônia brasileira, e registrar e louvar a ação inovadora do Ministério das Relações Exteriores, da qual fui testemunha, com essa preocupação da integração, quando da visita do Embaixador Antonino Mena a nossa fronteira com a Bolívia, que é a maior fronteira do Brasil. Antes mesmo de tomar posse, o Embaixador Antonino Mena já visitou os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. É uma ação extremamente inovadora. Nós nunca tínhamos visto por aquelas bandas um Embaixador. Por isso, quero parabenizá-lo.

Sr. Ministro, neste momento, eu gostaria de ressaltar uma questão que considero de extrema importância e que diz respeito a direitos humanos. Como única mulher presente neste momento na Comissão, não poderia deixar de registrar uma preocupação, que é também desta Casa, que inclusive aprovou um voto de solidariedade do Senador Roberto Saturnino, no dia 26 de junho, com relação à comutação da pena da nigeriana Amina Lawal. Sabemos que o Presidente da República já apelou ao governo nigeriano, mas, diante

do fato novo da marcação da data para a execução de Amina no dia 28 de agosto, daqui a 21 dias, eu gostaria de saber se há alguma posição nova do Governo brasileiro no sentido de apelar mais veementemente contra essa posição do governo da Nigéria.

Gostaria também de ousar fazer uma sugestão: de que o Brasil se coloque, se ofereça para um possível exílio de Amina e sua família. Faço isso motivada muito pelo ensinamento do nosso companheiro Che Guevara, que dizia que a gente deve se indignar sempre, não perder a capacidade de indignação sempre que houver um atentado aos direitos humanos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O apelo da Senadora Fátima Cleide certamente tem o respaldo de todo o Senado Federal.

Quando o assunto foi objeto de apreciação em plenário, muitos foram os Senadores que se manifestaram, inclusive com respeito a essa iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de comunicar ao governo nigeriano sobre a possibilidade de a SRA Amina receber o asilo aqui no Brasil.

Então, reforço o apelo da Senadora Fátima Cleide, que, tenho certeza, é de todo o Senado. Seria muito importante que o Ministro Celso Amorim pudesse nos dar a informação a mais completa, inclusive sobre os possíveis passos, pois gostaríamos de ajudar nesse apelo junto ao governo da Nigéria.

O SR. CELSO AMORIM – Senadora, muito obrigado por suas palavras iniciais. Compartilhamos das suas preocupações plenamente com relação aos direitos humanos, aos direitos da mulher, em particular, apenas para fazer um comentário de natureza geral.

Em uma reunião recente da Organização dos Estados Americanos, em que se discutia a questão da governabilidade democrática, apesar de haver várias mulheres presentes, fui eu que sugeri que a perspectiva de gênero, como também a de raça, fosse incluída dentro da concepção de governabilidade democrática. De modo que é um tema que está muito presente na nossa política externa, eu diria.

Esse caso específico é, evidentemente, de natureza humanitária, e atinge profundamente a nossa sensibilidade. O Presidente Lula escreveu uma carta formal ao Presidente da Nigéria, com quem havia estado antes em Evian, ocasião em que eu, pelo menos, e creio que o Presidente também, não estava a par do assunto. Então, Sua Excelência se reportou à conversa que tinham tido, que tinha sido muito amistosa, e também ao interesse que temos de ter relações estreitas com a Nigéria, o maior país africano. E, digamos, embora sem querer nos intrometer nos assuntos da Nigéria, mas considerando que esse é um assunto de natureza humanitária, que extravasa fronteiras, o Presidente Lula fez justamente o apelo a que V. Exª se referiu. Não tivemos resposta. Acho que é talvez o caso de estudarmos outras formas de renovarmos o apelo.

Eu não teria comigo aqui na manga do colete uma outra fórmula que possa ser mais eficaz, mas várias coisas me ocorrem, sobre as quais eu gostaria de refletir antes de dizer alguma coisa sem muito fundamento.

A manifestação do Senado é importante, Sr. Presidente. Não sei se entendi bem, se foi, por exemplo, entregue também à Embaixada da Nigéria a manifestação do Senado. Isso seria importante, porque daria um respaldo à manifestação do Presidente Lula, mostrará que é o sentimento do povo brasileiro como um todo.

Mas vou certamente, à luz do fato de que a data da execução está tão próxima, ver que outras formas poderíamos ter que possam ser eficazes para renovar esse apelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O requerimento relativo ao assunto da SRA Amina foi aprovado já nesta Comissão. Pedi para verificar na Secretaria da Comissão se já foi apreciado em plenário. Mas eu agradeceria, Ministro Celso Amorim, se V. Exª puder nos enviar, se tiver, a carta do Presidente Lula. Logo que a recebermos, vamos encaminhar, por intermédio do Embaixador da Nigéria, uma carta desta Presidência comunicando tanto a resolução do Senado Federal no sentido de apelar pela anistia, mas também reforçando a carta do Presidente Lula, dizendo que ela poderia ter asilo aqui, no Brasil.

Então, tão logo S. Exª nos envie a carta do Presidente, providenciaremos essa correspondência.

O SR. CELSO AMORIM – Sr. Presidente, não me recordo se a carta do Presidente Lula menciona a possibilidade do asilo. É possível que sim, mas não me recordo. No entanto, de qualquer maneira, é algo que pode ser reforçado.

O SR. PRESIDENTE: (Eduardo Suplicy) – Acho que seria importante.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, tenho cinco assuntos que vou tentar tratar rapidamente.

O primeiro foi o assunto tratado pelo Senador Aelton. A nossa Comissão realmente fez essa solicitação e nós pediríamos um pouco de pressa, apenas

porque tem um "jumbão" em curso e queríamos apresentar emendas a ele, porque seria a forma mais rápida de termos algum recurso auxiliar ao orçamento.

O segundo, em relação à Ucrânia, Sr. Ministro, onde estivemos com o Ministro da Ciência e Tecnologia. O Brasil, que tem uma indústria aeronáutica importante, não sabe fazer as turbinas a gás que os aviões usam. Nós as compramos de terceiros. A Ucrânia se oferece para nos ensinar, nos passar essa tecnologia. Então, a maior pressa que pudermos dar a esse assunto será de importância vital para o Brasil. Não só esse assunto das turbinas a gás, como o dos foguetes, no caso de Alcântara, que é uma situação ímpar. Jamais vamos ter a oportunidade de ter duas tecnologias de ponta oferecidas com tantas facilidades. Então, para o Brasil, para a área tecnológica do Brasil, é de grande importância.

Em relação aos países com quem não mantemos relações diplomáticas formais, mas com os quais temos relações comerciais, como Taiwan, por exemplo, pediria ao Ministro que nos ajudasse. A Comissão de Economia já tentou, de todas as formas, solucionar isso. Toda vez que um nacional daquele país vem aqui, só pode entrar com um **laissez-passer,** que só vale por uma vez. Esse documento leva pelo menos quinze dias para ser emitido, e, a cada vez que a pessoa sai do País, é recolhido pela Polícia Federal. O Ministério das Relações Exteriores já avançou nesse assunto, fazendo um **laissez-passer** de dez entradas, mas, lamentavelmente, até hoje ele não foi impresso, por problema de concorrência ou de alguma outra ordem junto à Polícia Federal.

Portanto, eu pediria ao Ministro que, se possível, nos ajudasse. Tem-se fortalecido a nossa relação com Taiwan, que tem US$110 bilhões para investir em países estrangeiros – já investiu US$900 bilhões em países da Ásia – e pode ser um parceiro importante para nós.

Pergunto ao Ministro se não haveria jeito de mudar essa legislação, porque eles precisam de um **laisser-passer** para entrarem aqui, mas entram na China, que é sua inimiga, com o passaporte deles, assim como em todos os demais países. Só o Brasil impõe essa barreira até hoje. Será que com uma medida provisória não podíamos modificar esse **status**? Pode continuar a relação comercial apenas, mas não podiam usar o passaporte em vez do **laissez-passer**?

Tenho um projeto sobre o assunto que está tramitando, mas o processo é muito lento. Apesar de todas os nossos esforços, faz um ano e pouco que esse projeto tramita, e nós não conseguimos mudar essa situação até hoje.

Pediria ao Ministro, então, se possível, que permitíssemos a essas pessoas entrarem no País utilizando os seus passaportes, como acontece nos Estados Unidos, nos países da Europa e na China, em vez de um **laissez-passer** – o que é uma coisa incrível.

Ministro, em relação à América do Sul e Caribe, preocupa-me – inclusive achei graça quando o Senador Mestrinho fazia a sua intervenção –, porque, quando presidi a Comissão de Economia, pude verificar que os países do Pacífico praticamente não sentem a presença do Brasil comercialmente. Faltam estradas e outras coisas mais. Sempre que chego a um país vizinho, compro um livro que narra a história deles. Uma coisa é a gente dizer que não há nenhum ranço em relação a eles, no entanto, não é o que está registrado nos seus livros de história. Há sempre uma mágoa que perdura. Enquanto os militares estiveram no poder, sempre olharam a Argentina com muita preocupação. Quando cursei a Escola Superior de Guerra, a primeira hipótese de guerra era com a Argentina, a segunda, Argentina e todos os países de língua hispânica. Graças a Deus que, com a saída dos militares, isso amainou. O único país que tínhamos como parceiro era o Chile, com quem tínhamos um acordo. Os demais nos olhavam com muita desconfiança.

Já que isso está superado, não há como fazermos como fez o Khaddafi na Líbia, que criou uma estrutura especial para o continente? Será que não poderíamos transformar o Departamento da América do Sul e Caribe numa espécie de subministério para dar mais ênfase e avançarmos nas relações internacionais com esses países?

Recentemente, estive em Israel, onde estavam presentes 26 países, e todos os parlamentares clamavam para que o Brasil ocupasse a sua posição de liderança, inclusive questionando o fato de nós os deixarmos sob o jugo dos Estados Unidos e o porquê de não participarmos. Surpreendi-me, porque sequer imaginava que parlamentares de outros países ansiassem tanto por uma relação mais forte com o Brasil. Lamentavelmente, temos os Andes e todas essas tradições que precisam ser desfeitas.

Portanto, fica a sugestão de fazermos, se possível, o mesmo que Khaddafi, que criou um Ministério para a África. Não precisaria necessariamente ser um Ministério, mas algo com **status** maior do que um Departamento do Ministério.

Há ainda um último assunto que gostaria de colocar. O Presidente está se preparando para visitar os países árabes no final do ano. Ocorre que esses países não têm quota e admiram o Brasil. Temos oito milhões de descendentes de árabes no País. Nas três

vezes em que estive com o Presidente Khaddafi, ele disse: "Gostaria que o Brasil entrasse de todas as formas. Já tivemos aqui alemães nos massacrando, italianos nos massacrando, estuprando nossas mulheres, matando nossos irmãos, já tivemos todas as nacionalidades européias nos humilhando de alguma forma, mas o Brasil é um país irmão e nós o queremos aqui". Tínhamos uma agenda de US$2 bilhões, que está reduzida a US$50 milhões. O mesmo aconteceu com o Iraque, que agora começa a crescer. Houve problemas, a guerra, mas acho que deveríamos tentar voltar a ter os US$2 bilhões que tivemos no passado. Se não me engano, hoje, a maior agenda que temos é com a China, com US$1,8 bilhão. Com toda a certeza, todos esses países menores já tiveram muito mais do que isso. Não há quota. Portanto, quanto mais rápido fizermos nossas missões comerciais, melhor para eles. Tive a ousadia de reunir vários embaixadores e todos anseiam pela presença do Brasil.

Pediria também, como última colocação, que, em missões comerciais, fosse quase que obrigatória a participação de um Parlamentar, Deputado ou Senador. Digo isso porque, nos encontros meus com senadores americanos, eles atuaram como agentes de venda. Aliás, o Ministro José Serra mostrou-me uma interpelação do Embaixador ao Ministério da Saúde questionando por que nós não estávamos comprando tal produto e estávamos trocando por outro. Eles são extremamente fortes em suas solicitações comerciais. Infelizmente, não temos essa tradição.

Então, se fosse possível, seria bom que, daqui para diante, em todas as missões comerciais tivesse um Parlamentar. Isso criaria um outro **status** de relacionamento.

Finalizando, Ministro, nós, aqui no Senado da República, fazemos as sabatinas para os Embaixadores, mas depois não sabemos como foi a atuação do Embaixador no país. Penso que o Ministério deve pedir ao Embaixador um plano sobre qual vai ser a sua atuação, um plano preliminar. E, assim sendo, seria interessante se pudéssemos tomar conhecimento desse plano depois. Considerando que o Embaixador tem uma presença permanente no país, é importante que, quando ele vá, tenha um plano de ação – por exemplo: vou incentivar mais a venda disso, a venda daquilo. Aliás, ultimamente tenho visto os Embaixadores muito preocupados, correndo atrás de aumentar, e fiquei muito feliz com isso. Mas será que em todas as embaixadas é assim? Será que podíamos melhorar mudando um pouco a rotina e exigindo uma espécie de planejamento sobre qual vai ser a sua ação durante aquele mandato? E será que o Senado, que fez a sabatina, teria condições de tomar conhecimento de como se comportou, se avançamos, se perdemos, enfim, alguns dados sobre esses desempenhos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria apenas de completar a informação relativamente à SRA Amina Lawal. Em verdade, o requerimento do Senador Roberto Saturnino foi aprovado pelo Plenário e apresentava voto de solidariedade para uma causa de comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento. A carta já foi enviada à Embaixada da Nigéria com a resolução. Mas vamos reforçar, logo que a carta de apelo do Presidente Lula nos chegar, o apelo de Sua Excelência, reiterando, inclusive, a manifestação hoje havida aqui, que, acredito, seja de todos.

Tem a palavra o Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Sr. Presidente, muito obrigado.

Em primeiro lugar, agradeço a sensibilidade que tem o Senador Ney Suassuna em relação aos temas do nosso Ministério, expressa em várias questões que foram por ele mencionadas. A começar pela questão que diz respeito aos recursos, ao orçamento, à necessidade de meios para que possamos nos desincumbir das nossas missões.

Vou tentar responder a algumas das questões por S. Exª levantadas. Com relação à Ucrânia, estamos de pleno acordo. É uma parceria importante, estamos tratando de desenvolver aspectos tecnológicos, sem dúvida alguma, que são de grande relevância para nós. Por outro lado, como V. Exª bem salientou, há áreas em que estamos mais desenvolvidos, e isso pode permitir um bom intercâmbio. Quer dizer, da mesma maneira que vendemos aviões, recentemente, para a Polônia, podemos – quem sabe – vender para a Ucrânia e termos esse intercâmbio mutuamente benéfico em produtos de tecnologia avançada e também com transferência de tecnologia.

A questão de Taiwan é mais complexa. Como V. Exª sabe, o Brasil tem uma política de uma só China. As medidas que existem, embora eu não esteja familiarizado com o detalhe – vou-me familiarizar a partir da sua pergunta –, obviamente elas sao decorrência dessa política de uma só China. Agora, é claro que temos que ver por que adotarmos medidas tão rigorosas que outros países não adotam e quais as dificuldades, de natureza burocráticas ou práticas, que impediram que uma decisão já tomada pudesse ser im-

plementada. É claro que, em termos de relações comerciais, Taiwan é um país importante. Obviamente, não podemos fazer nada que fira o princípio da política de uma só China, mas, dentro desse contexto, evidentemente, o aspecto comercial com Taiwan é importante e não há por que criar entraves que não sejam absolutamente necessários.

Com relação à América do Sul, aos países do Pacífico e à sua sugestão, eu diria que realmente estamos tentando mudar essa situação. Essa perspectiva de um acordo do Mercosul com a Comunidade Andina e também, mais especificamente, do Mercosul com o Peru – este talvez mais imediatamente –, é uma realidade nova. Não me estendi na minha primeira exposição porque eu sabia que tinha muitos temas a tratar, mas, por exemplo, nessa reunião de Montevidéu, da Comunidade Andina com o Mercosul, não só foi proposto um esquema que permitiria eliminação rápida de tarifas – é claro que eles lá têm os seus problemas, e nós temos os nossos, teremos que negociar depois –, mas também um esquema de reuniões em que a pressão sobre os negociadores para chegar a uma conclusão é muito forte. Então, há um momento novo realmente nas relações do Brasil com esses países, que eu acho deva ser valorizado pelo aspecto da integração física. Uma coisa puxa outra.

Aliás, creio que os Srs. Senadores – se me permitem – deveriam ficar muito atentos às linhas aéreas quando tiverem de examinar situações das nossas companhias. Por exemplo, como o Presidente Lula costuma dizer – e eu mesmo pude constatar –, se você tem que ir, por exemplo, do Equador a Miami, para, depois, vir ao Brasil para fazer uma compra, você faz logo em Miami. Então, faz-se necessária uma conexão maior em todos os níveis, para que haja maior intercâmbio, inclusive cultural. Se as pessoas não podem viajar, elas não têm como conhecer outros países e ficam aquelas visões preconcebidas.

Acabei de escrever uma carta em reconhecimento por um artigo de um cônsul argentino que cuidava da parte cultural. Ele escreveu um belíssimo artigo, num jornal do Rio de Janeiro, sobre o fato de ter visto o Rio de Janeiro como uma cidade realmente fantástica, calorosa. E eu até achei que devia, como Ministro, escrever uma carta para ele, porque realmente achei algo belíssimo.

Mas, para que os povos se conheçam, é preciso haver comunicação, vias de acesso, comércio – sem comércio, não se criam linhas aéreas; sem linhas aéreas, não há comércio. Enfim, temos de trabalhar muito na linha que V. Exª definiu.

Creio que, quanto aos países árabes, a sua sensibilidade está plenamente incorporada ao que nós também pensamos. Tanto assim, que o Presidente tem a intenção de fazer uma visita aos países árabes, o que pretendemos organizar para dezembro. Essa missão terá um forte componente comercial embora também seja política. E o Presidente lançou uma idéia ousada, que está tendo muito boa receptividade, de um encontro entre os países da América do Sul e os países árabes, o que, provavelmente, seria no ano que vem. Então, todas essas providências estão na mesma direção do que V. Exª tem dito.

Concordo em que seria importante a presença de Parlamentares em todas essas missões, mas creio que isso tem ocorrido em algumas viagens do Presidente. Penso que é um bom princípio para termos em mente e para falarmos com o nosso Departamento de Promoção Comercial.

Na minha viagem à África, levei um Parlamentar comigo, o Deputado Luiz Alberto, que, apesar de um avião exíguo, teve até a paciência e o desconforto de viajar comigo por vários países africanos – todos que visitei.

Finalmente, a sua observação sobre plano de ação. Entendo que aí também há um dever de casa que devemos fazer, creio que até aprimorar o nosso trabalho interno no Itamaraty. Quando eu entrei para o Itamaraty, havia a tradição das instruções – todos os embaixadores saiam com instruções e planos de trabalho. Isso, ao longo do tempo, se perdeu, até porque os recursos humanos foram ficando muito escassos. Não vou aproveitar a ocasião para fazer choradeira, mas nossa política externa está, digamos, muito acima dos nossos recursos. Ou melhor, colocando de outra maneira: os nossos recursos estão muito abaixo das necessidades da nossa política externa. Então, enquanto vemos, em outros países, negociadores de Alca ou de Mercosul – de Alca, especificamente, porque os nossos sócios do Mercosul sofrem do mesmo problema – em número de vinte ou trinta pessoas, temos três, quatro ou cinco.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Perdoe-me, Sr. Ministro: V. Exª, ainda, perdeu 60 embaixadores para os outros ministérios.

O SR. CERLSO AMORIM – Não digo que perdi, porque acho que se trata de uma contribuição que damos aos outros ministérios para que lá haja diplomatas. Mas, de fato, não deixa de ser.

Estamos com planos de aumentar anualmente o nosso quadro, se necessário, até com concursos diretos, que exigirão mestrado. A idéia é que, durante o Governo do Presidente Lula, aumentemos entre 40%

a 50% o quadro diplomático, que é o mínimo para fazermos face a todas essas prioridades, a todos esses pontos, a essa quantidade de negociações internacionais, a prioridade da América do Sul, interesse pela África, interesses pelos países árabes e para continuar contribuindo para os outros ministérios, o que eu acho extremamente útil.

Veríamos com muito bons olhos, dentro dos recursos de que dispomos, uma providência. Há despesas, naturalmente, cada vez que um embaixador vem ao Brasil: há custo de passagem executiva para ir e voltar, além de outras.

Sugiro que os embaixadores sejam convocados com alguma freqüência, e embaixadores que estão em postos-chave não devem vir aqui somente por ocasião das sabatinas. Quando fui embaixador na ONU, tive ocasião de estar aqui umas duas ou três vezes, mas creio que pudesse ser benéfico para todos, inclusive para o próprio embaixador, que isso ocorresse com maior freqüência.

Para finalizar, gostaria que fosse lida a carta do Presidente Lula ao Presidente Obasanjo, que passo agora ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Seria importante ler a carta do Presidente Lula, vez que ainda não foi registrada no Senado:

"Excelentíssimo Senhor Olusegun Obasanjo, Presidente da República Federativa da Nigéria.

Senhor Presidente

Gostaria, primeiramente, de manifestar a minha grande satisfação com o encontro que mantivemos em Lausanne, à margem da reunião do diálogo ampliado no G-8.

Ao longo dos últimos anos, as aspirações comuns do Brasil e da Nigéria pelo desenvolvimento e pelo progresso social têm permitido um diálogo crescentemente franco em relação à proteção e promoção dos direitos humanos em nossos países.

Levando em consideração os laços de amizade entre o Brasil e a Nigéria, estou escrevendo-lhe para fazer um apelo humanitário pela vida da SRA Amina Lawal, cidadã nigeriana condenada à pena de morte. O caso da SRA Lawal tem sido objeto de preocupação minha e da sociedade brasileira.

O Brasil estaria pronto a acolher a SRA Lawal em seu território, caso isso fosse considerado um fator que pudesse colaborar para a solução da sua presente situação. Tenho pleno respeito pela soberania da Nigéria e não desejo, de modo algum, interferir em assuntos domésticos de um país irmão. Estou certo de que Vossa Excelência compreenderá que minha iniciativa é exclusivamente motivada por uma preocupação humanitária com a vida humana.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da mais alta consideração."

Queremos aqui – tenho a certeza de que essa é a opinião unânime de todos – sublinhar, ressaltar, o apelo que faz o Presidente Lula, inclusive a sua iniciativa de acolher a SRA Lawal aqui no Brasil, se com isso as autoridades nigerianas concordarem.

Sr. Ministro, gostaria de tratar aqui de um tema relacionado tanto às Américas quanto ao Oriente Médio.

Há duas semanas, conforme V. Exª soube pelos meus relatos, a convite de Israel, estive observando, juntamente com o Senador Ney Suassuna e cerca de trinta parlamentares da América Latina, todo o processo de paz que está se desenvolvendo entre Israel e a Palestina. Tivemos a oportunidade de encaminhar a carta do Presidente Lula – V. Exª, inclusive, acompanhou de perto a manifestação do Presidente Lula, até dizendo tanto ao Primeiro-Ministro Ariel Sharon, como ao Presidente Yasser Arafat, que aqui no Brasil tínhamos o exemplo de descendentes de árabes e descendentes de judeus que se respeitam, cooperam e vivem em paz e que, para nós, é possível que isso também ocorra lá, no Oriente Médio.

Nesses últimos dias, o governo do Presidente George Bush fez um apelo ao Governo de Israel no sentido de que não fizesse aquele muro separando Israel da Cisjordânia, inclusive dizendo que estariam considerando diminuir o aval da ordem de US$9 bilhões ao Governo de Israel, se porventura insistisse na construção daquele muro. Ontem, fiz um pronunciamento saudando essa atitude do governo norte-americano. Ao mesmo tempo, lembrei a eles que, infelizmente, há outro muro: a fronteira dos Estados Unidos com o México. Isso, no meu entender – acredito que também no de todos nós –, não precisaria estar ocorrendo.

Ainda ontem, em diálogo com parlamentares canadenses, referi-me ao fato de que na fronteira com o Canadá não há esse tipo de muro. Se o governo dos Estados Unidos deseja tanto que haja a integração das três Américas – desde o Alasca, Canadá, até a Patagônia –, seria importante que essa integração se fizesse primordialmente do ponto de vista dos seres humanos. Isso significa que talvez um dia os americanos das três Américas poderão escolher onde viver, estudar, trabalhar.

Concedo a palavra a V. Exª para encerrar seu pronunciamento. Mas, se quiser, poderá falar sobre a integração das três Américas, não apenas do ponto de vista

da circulação dos movimentos de capitais, dos bens de serviços, mas também dos seres humanos.

Muito obrigado, Ministro Celso Amorim, por sua presença hoje.

O SR. CELSO AMORIM – Sr. Presidente, eu queria agradecer a todos pelas manifestações.

Vou aproveitar para responder um aspecto da pergunta do Senador Ney Suassuna que eu não havia mencionado. S. Exª mencionou um Ministério, um vice-Ministério da América do Sul. Eu queria dizer que isso praticamente existe hoje. Na estrutura do Itamaraty, reformada já no Governo do Presidente Lula, a América do Sul foi elevada à categoria de subsecretaria. Se formos fazer um paralelo com vários outros países que têm estrutura de vice-ministérios, um subsecretário aqui é o equivalente a um vice-ministro em outros países. Apenas é um diplomata de carreira, dada a estrutura que o Itamaraty tem. Há um primeiro vice-ministro, que é o secretário-geral aqui, correspondente, digamos, à estrutura de muitos outros países, e vários vice-ministros, entre eles o da América do Sul, coisa que não ocorria no passado, e passando a integrar todos os temas políticos e econômicos, que estavam em departamentos diferentes, dando um claro e nítido sentido do empenho político que existe na questão da integração. E não como se fosse mais um assunto econômico, como se a negociação do Mercosul fosse igual à negociação com a OMC ou com um país da Ásia.

Não sei se isso atende plenamente, mas creio que tem a ver com as preocupações do Senador. E acredito que esse é um fato positivo.

Com relação ao último ponto levantado pelo Presidente da Comissão, especificamente no que diz respeito à movimentação de pessoas, quero dizer com concordo. Evidentemente, se desejássemos uma integração efetiva das Américas, teríamos que ter uma integração que contemplasse também a livre movimentação de seres humanos.

Senador Eduardo Suplicy, sou um otimista a longo prazo, mas, com relação a esse ponto, sou pessimista. Pelo menos no curto e no médio prazo, à luz dos acontecimentos, porque as restrições vão se tornando cada vez maiores para a movimentação, por motivos justificados ou não. O que V. Exª diz faz todo o sentido do ponto de vista humano e faz todo o sentido até do ponto de vista econômico. Isso porque se admitimos a livre movimentação não só de bens, mas também dos fatores de produção, entre eles o capital, deveríamos também permitir a liberdade de movimentação do outro fator de produção, que é a mão-de-obra.

Enfim, isso é algo que continuaremos defender como meta. Já temos dado passos nesse sentido com relação ao Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Chile e Bolívia também.

O SR. CELSO AMORIM – Devemos ampliar, creio eu, na América do Sul, porque esse é o exemplo que queremos realmente. Digamos que isso está mais ao nosso alcance a médio prazo.

Eu queria, Senador Eduardo Suplicy, agradecer aos Srs. Senadores pela paciência. Alguns me ouviram aqui durante todo o tempo. Tenho muita satisfação em participar destas discussões, pois são muito importantes para minha própria orientação e para a orientação do Governo, a fim de que a política externa exprima efetivamente a sensibilidade da sociedade que se reflete de maneira direta no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro Celso Amorim. Queremos continuar tendo sempre esse entrosamento com V. Exª e com o seu Ministério.

Muito obrigado pela cooperação.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h40min.)

Ata da Sétima Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte de agosto do ano de dois mil e três, às dezoito horas e trinta minutos.

Às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte de agosto do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores Marco Maciel, Mozarildo Cavalcanti, Rodolpho Tourinho, Valdir Raupp E Gilberto Mestrinho. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a Audiência Pública com o Excelentíssimo Ministro da Defesa, Senhor José Viegas Filho, que prestará esclarecimentos sobre as circunstâncias que envolveram o pouso e a liberação de uma aeronave de matrícula francesa no mês de julho, no Aeroporto Eduardo Gomes, na cidade de Manaus –AM, bem como o deslocamento de alguns passageiros até a fronteira com a Colômbia, conforme registro da imprensa de acordo com Requerimentos apresentados pelos Se-

nhores Senadores Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Péres. Após a abertura da reunião, o Senhor Presidente convida as Senhoras Senadoras do México, Cecília Romero e Letícia Burgos e a Embaixadora do México, Cecília Soto para compor a mesa enquanto aguardam o Senhor Ministro. O Senhor Presidente Passa A Palavra A Senhora Cecília Romero que faz uma breve saudação. Após informes, o Senhor Presidente agradece a presença das autoridades mexicanas e passa-se a palavra ao Senhor Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho que faz sua exposição. O Senhor Presidente interrompe a exposição para convidar o Senhor Tenente-Brigadeiro-do-Ar ASTOR MINA DE CARVALHO NETO, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, para compor a mesa. Segue a exposição do Senhor Ministro. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **MOZARILDO CAVALCANTI** e **JEFFERSON PÉRES.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Sétima Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, realizada no dia vinte de agosto do ano de dois mil e três, às dezoito horas e trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – SRAs e Srs. Senadores, enquanto aguardamos a chegada do Ministro José Viegas Filho, gostaria de convidar, para comporem a mesa, as Senadoras do México, Cecilia Romero e Leticia Burgos, e também a Embaixadora do México Cecilia Soto, que visitam o Senado da República, hoje.

Creio que o requerente, Senador Mozarildo Cavalcanti, compreenderá a oportunidade do momento enquanto aguardamos o Ministro José Viegas.

A Senadora Cecilia Romero, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal do México, juntamente com a Senadora Leticia Burgos, vieram ao Brasil com o propósito de promover uma maior aproximação entre os Congressos brasileiro e mexicano.

Também a Deputada Zulaiê Cobra visitou o Presidente José Sarney; S. Exª é Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Os Senadores Rodolpho Tourinho e Marcelo Crivella, ontem, em almoço com as SRAs Senadoras – encontro do qual também participei – ouviram a proposta de S. Exªs para que façamos uma reunião interparlamentar México/Brasil, institucionalizando o diálogo permanente entre as duas Casas congressuais.

A amizade que une os nossos povos, bem como a convergência de interesses que devem nos unir, em face da urgência das relações comerciais e das negociações comerciais hemisféricas, justificam perfeitamente a conveniência e a oportunidade da proposta. Chegamos ao entendimento de que isso poderá ocorrer na segunda semana de fevereiro do próximo ano, no México, em local a ser determinado pelo Senado mexicano. E, posteriormente, em 2005, haveria uma reunião aqui no Brasil.

Segundo a proposta da Senadora Cecilia Romero, deveremos organizar uma delegação brasileira de Deputados Federais para discussão de um temário de grande interesse bilateral. Inclusive S. Exª já nos encaminhou proposta que envolve temas da integração latino-americana, dos aspectos sociais e políticos, do federalismo e da segurança hemisférica.

Vou distribuir o texto da proposta apresentada por S. Exª.

Permita-me convidar o Ministro para adentrar ao recinto.(Pausa.)

Concedo a palavra, à Senadora Cecilia Romero, para uma breve saudação.

A SRA CECILIA ROMERO – (Pronunciamento em Espanhol).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senadora Cecília Romero.

Queria informar que no diálogo hoje havido com o Presidente José Sarney, ele avaliou que seria importante que restaurássemos e promovêssemos a Comissão de Amizade do Parlamento Brasil/México, que normalmente existe, e que possa esta Comissão estar ajudando a organizar isto, Deputados e Senadores. E eu queria pedir a todos aqueles Senadores que tenham interesse de participar destas reuniões, como desta que será prevista para fevereiro próximo, que possam informar os seus nomes, inclusive conversando com as Lideranças para que depois possamos estabelecer junto ao Presidente José Sarney os critérios de como e quantos poderão eventualmente

participar obviamente também levando-se em conta a representação dos Partidos na Casa.

Quero agradecer muito à Senadora Cecília Romero, à Senadora Letícia Burgos, e à Embaixadora Cecília Souto pela visita.

Passamos agora à audiência pública.

O Exmº Ministro da Defesa, Sr. José Viegas Filho, prestará depoimento sobre as circunstâncias que envolveram o pouso e a liberação de uma aeronave de matrícula francesa, no mês de julho, no Aeroporto Eduardo Gomes, na cidade de Manaus, bem como o deslocamento de alguns passageiros para a fronteira com a Colômbia, conforme registro da imprensa.

Os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Péres apresentaram requerimento nesse sentido.

Então, tem a palavra, para os seus esclarecimentos iniciais, o Ministro da Defesa, José Viegas Filho.

Queremos também registrar que o Ministro José Viegas, da Defesa, encontra-se acompanhado do Sr. Orlando Almeida, seu assessor, que poderá, inclusive, contribuir para os esclarecimentos relativos ao assunto.

Concedo a palavra ao Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, meus amigos, autoridades, faço-me acompanhar também do Comandante Interino da Aeronáutica, Brigadeiro Astor Mina de Carvalho Neto; Brigadeiro Sanches; meu chefe de Gabinete, Fernando Abreu; minha assessora de Comunicação Social, Dª Valéria Blanc.

Sinto-me feliz e honrado de estar aqui, perante este grupo seleto de Senadores, para prestar os esclarecimentos referentes à questão que suscitou a minha presença. Com a sua permissão, farei a leitura de um texto, rápido, e abro-me às perguntas e quaisquer comentários que os Srs. Senadores desejem fazer. De maneira que, com a sua permissão, dou início à leitura do meu texto.

Desejo manifestar, inicialmente, Sr. Senador Eduardo Suplicy, o prazer com que compareço à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Considero sempre de fundamental importância para os trabalhos do Ministério da Defesa o diálogo e a troca de idéias com os ilustres integrantes desta Comissão.

O encontro de hoje tem por objetivo prestar informações, nos aspectos concernentes ao Ministério da Defesa, sobre o recente episódio ocorrido na Amazônia brasileira envolvendo o sobrevôo e a aterrissagem de uma aeronave Hércules C130, da Força Aérea Francesa, bem como as ações de seus tripulantes e passageiros em território brasileiro. Minha presença aqui, além de um imperativo da democracia, oferece-me uma singular oportunidade para tratar com V. Exªs sobre este tema de interesse para todos os brasileiros, na medida em que envolve aspectos da preservação da nossa soberania no território nacional.

Antes de referir-me especificamente ao episódio, permitam-me, Sr. Senadores, uma rápida digressão sobre a presença militar brasileira na Amazônia, em particular, na faixa de fronteira com a Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela. Considerando que nessa faixa de fronteira há o predomínio da floresta que, por si só, constitui obstáculo natural à circulação, a presença das Forças Armadas se traduz pelo posicionamento de efetivos nas principais vias de acesso ao território nacional, que são os rios e os aeroportos das cidades fronteiriças. No que toca especificamente às forças do Exército brasileiro, estão dispostos pelotões de fronteira em cada uma das principais entradas do território nacional; um pouco mais para o interior, localizam-se as unidades maiores, que são os batalhões e as brigadas. Guarnecer todas as vias de entrada é praticamente impossível. Como sabemos, um sem número de afluentes dos rios maiores, denominados igarapés, possibilitam a navegação na faixa de fronteira de embarcações de pequeno e médio porte.

Na área de interesse para a nossa exposição, que envolve a região da Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia, Peru, as Forças Armadas dispõem de um Batalhão de Fronteira e de uma Capitania Fluvial em Tabatinga, na entrada do rio Solimões, em território nacional. Na entrada do rio Putumayo, que no Brasil recebe o nome de Içá, está estabelecido o Pelotão de Fronteira de Ipiranga.

Na confluência do Içá com o Solimões, já em território brasileiro – a mais ou menos duzentos quilômetros da fronteira –, está a localidade de Santo Antônio do Içá, que é uma confluência fluvial estratégica, que não possui, no entanto, aeródromo – o mais próximo localiza-se em São Paulo de Olivença, município às margens do rio Solimões, a cerca de cem quilômetros de Santo Antônio do Içá, a montante.

Eu já sobrevoei essa região algumas vezes. É impressionante sobrevoar o rio Solimões Ocidental: fica-se com a clara sensação de que aquilo tudo é um rio só. Ao sobrevoar o local, vê-se que o reflexo do sol na terra é contínuo, vê-se que é permanentemente água. Não há chão sólido a não ser em pedaços muito pequenos de terra. Por que eu digo isso? Porque, como tudo aquilo é água, as pequenas embarcações passam por qualquer lugar. E mesmo os esforços que nós fazemos de colocar pelotões de fronteira nos rio principais são parcialmente baldados, pela existência

abundante de igarapés que contornam essas passagens principais.

Daí que o Exército, além de colocar um pelotão de fronteira em Ipiranga, que é na entrada do Putumayo-Içá, no nosso território, teve que colocar um outro destacamento na confluência do Içá com o Solimões. Aí, sim, os navios têm que convergir duzentos quilômetros no interior do nosso País.

Há dois meses – portanto, um mês antes do episódio envolvendo a aeronave francesa e a presença dos franceses na área –, o Ministério da Defesa resolveu, por intermédio do Exército Brasileiro, deslocar de Tefé, sede da Brigada de Selva, um destacamento de vinte militares, comandado por um tenente, para Santo Antônio do Içá – como eu lhes disse –, em uma iniciativa precursora da instalação de um pelotão de fronteira. Isso se deu em razão da importância do controle dessa confluência e dos informes de inteligência colhidos na época, que demandavam uma maior presença do Estado naquela área.

Reportando-me, agora, ao episódio do avião francês, o Comando da Aeronáutica processou, no dia 8 de julho, um pedido de sobrevôo e pouso, em Manaus, da aeronave da Força Aérea francesa Hércules C-130, matrícula 61PH, oriunda de Paris, com escala na Ilhas de Cabo Verde e com destino final em Caiena.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me, Ministro, convidar a tomar assento à mesa o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Astor Mina de Carvalho Neto, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, que está aqui representando o Comando da Aeronáutica, que está no exterior.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Agradeço muito, Senador, por essa deferência com o Comandante da Aeronáutica, que me dá grande prazer. (Pausa.)

Então, foi concedida uma autorização de sobrevôo e pouso a essa aeronave francesa que acabo de descrever. Tratava-se, a princípio, de mais um processamento de autorização de sobrevôo e pouso de praxe. Até mesmo o fato de vir a território brasileiro para escala técnica, alongando o percurso a Caiena, que era o destino final para quem vem do Atlântico, em cerca de dois mil quilômetros, por si só não foi – não seria – motivo suficiente para suspeitas. Escalas técnicas de aeronaves militares em lugares de maiores recursos técnicos, como é o caso de Manaus com relação a Caiena, são constantes. Ademais, a solicitação dizia respeito ao transporte de passageiros, que, no caso de existência de vistos e cumpridas as formalidades a cargo dos órgãos federais competentes, estariam aptos ao desembarque no território nacional. A aeronave pousou em 9 de julho, de forma regular, no território brasileiro.

Os procedimentos de entrada no Brasil de onze cidadãos franceses, entre tripulantes e passageiros, foram efetuados pela Polícia Federal, tendo os mesmos recebido visto de permanência de dez dias na qualidade de turistas.

No dia 12 de julho, três dias depois, portanto, o Ministério da Defesa tomou conhecimento, por intermédio do Ministério da Justiça e das Forças Armadas, da inusitada ida de quatro passageiros do Hércules francês a São Paulo de Olivença e do retorno a Manaus, em uma possível tentativa fracassada de libertação da ex-Senadora e candidata a Presidente da Colômbia, SRA Ingrid Betancourt, que seria entregue pelas Farc, em algum ponto do território nacional, na região compreendida entre Tabatinga, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença.

A partir desse momento, mantive estreita coordenação com o Ministério da Justiça e com o Itamaraty e determinei ao Exército brasileiro que integrasse esforço de inteligência com a Polícia Federal na área. O objetivo era agir com cautela, com o emprego da inteligência e em coordenação com a Polícia, salvaguardando a vida da ex-Senadora.

É conveniente salientar que nesse mesmo dia 12 de julho, o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, recebia em Lisboa a ligação telefônica do Chanceler da França, Sr. Dominique de Villepin, comunicando, pela primeira vez, o desembarque dos cidadãos franceses em território brasileiro.

De acordo com o Ministro Villepin, como V. Exªs sabem, os cidadãos franceses dariam apoio a uma pessoa da família da ex-Senadora Ingrid Betancourt. Essa pessoa esperava um contato – uma carta ou uma fita cassete – de Ingrid ou relacionada com essa situação. Villepin indicava ser esta uma missão humanitária. Afirmava não haver pessoas armadas na missão e assinalava que não se estabeleceria nenhum contato com as Farc. Às 18 horas desse mesmo dia, o Embaixador da França no Brasil, Sr. Alan Rouquié, recebeu solicitação para que o avião abandonasse o País, o que se concretizou no dia seguinte – dia 13 – entre às 13 e 14 horas.

No mesmo dia 13 de julho, determinei ao Exército, intensificar as ações de inteligência na área, em coordenação com a Polícia Federal. Dei instruções, também, ao Exército, no sentido de aproximar efetivos para uma possível busca a guerrilheiros das Farc, em território nacional, após a eventual libertação de Ingrid Betancourt. À tarde desse mesmo dia, tomei a iniciativa de telefonar à Ministra da Defesa da Colôm-

bia informando sobre o incidente com a aeronave francesa. Deixei claro não ter o Governo brasileiro qualquer participação na eventual ação de resgate e nem ter tido conhecimento prévio dela. Ressaltei a firme determinação do Governo brasileiro de tudo fazer para não colocar a vida da ex-parlamentar em risco e manifestei a minha descrença em uma definição da situação em função do episódio envolvendo a presença dos franceses na área pública.

Do dia 13 ao dia 23 de julho, foi realizado um intenso trabalho de inteligência em toda a região. Efetivo das Forças Armadas buscaram, em vão, dados que pudessem conduzir a presença de guerrilheiros das Farc, em território nacional, acompanhados ou não da ex-Senadora Ingrid Betancourt. A despeito dos indícios de que a área pode ser utilizada por narcotraficantes colombianos, na busca de provimentos e de insumos para as suas bases de refino, nenhum dado contundente foi levantado que levasse à confirmação da presença de Ingrid em território nacional, acompanhada ou não por membros das Farc.

Astrid Betancourt, irmã de Ingrid Betancourt, esteve, efetivamente, em Santo Antônio do Içá, acompanhada do padre colombiano, Sr. Gonzalo Arango, pároco em Letícia, no período de 9 a 14 de julho.

Juan Carlos Lecompte, cônjuge de Ingrid Betancourt e o mesmo Pe. Gonzalo Arango, estiveram em São Paulo de Olivença e em Santo Antônio do Içá, de 15 a 22 de julho. Em ambas as ocasiões, não houve contato efetivo com supostos guerrilheiros homiziados em território nacional. O episódio vem a corroborar a importância de aumentarmos a presença do nosso Estado, por intermédio das forças armadas e de contingentes policiais na região da fronteira da Amazônia Ocidental. Por esta razão, além da planejada instalação do Pelotão de Fronteira em São Antônio do Içá, e a transferência, em fase final de estudos, de mais uma brigada do Exército de Niterói para a região da Cabeça do Cachorro, Alto Rio Negro, além disso faz-se necessário o fortalecimento das ações do Programa Calha Norte, para o qual é primordial a participação dos Exmºs Srs. Parlamentares, por intermédio das emendas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

SRAs e Srs. Senadores, em síntese, essa foi a participação do Ministério da Defesa no episódio descrito. O acompanhamento das ações policiais, com integração de esforços na área de inteligência, e a prudência recomendada ante a possível exposição ao perigo de vidas inocentes deram a tônica das ações.

No nosso julgamento, esse equilíbrio de ações permitiu-nos manter sob controle a situação. Contudo, o episódio em si, como bem manifestou a nota do Itamaraty entregue ao Embaixador da França em nosso País, foi lamentável.

A estada de cidadãos franceses em território brasileiro sem a precisa informação das circunstâncias que cercaram tal presença não constitui o melhor momento das relações entre o Brasil e a França.

Não confundamos as coisas: ninguém é contrário à realização de uma operação humanitária. A questão não é essa. É que se pretendeu executar no nosso País uma operação encoberta, feita sem o nosso conhecimento e sem consulta a nós, como se fosse justificável agir assim, ainda que com fins humanitários, comprometendo as nossas relações com os nossos vizinhos e buscando colher dividendos às nossas custas pelas nossas costas.

Fatos como esse reforçam a nossa convicção sobre a necessidade que se deve atribuir a uma proteção cada vez mais eficaz da Amazônia, não só nos aspectos ligados à defesa, mas também nos atinentes à vivificação e ao desenvolvimento auto-sustentado daquela porção do território nacional.

Agradeço, uma vez mais, ao Senador Eduardo Suplicy e a V. Exªs a oportunidade e coloco-me ao inteiro dispor para responder as perguntas que julguem oportuno formular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, como autor do requerimento, e, em seguida, o Senador Jefferson Péres, também autor de requerimento sobre o assunto.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Ministro, diante da explanação de V. Exª, praticamente não teria perguntas a fazer, porque é um relato muito pormenorizado, conciso, e, na verdade, corrobora todas as idéias que eu tinha a respeito, mesmo a partir de informações mais ou menos imprecisas da imprensa. V. Exª abordou o fato de que, em resumo, foi uma operação clandestina, uma operação sem o consentimento brasileiro, em que houve, no meu entender, por parte do Governo francês, um menosprezo, uma desconsideração em relação ao Governo brasileiro.

Como homem da Amazônia, preocupo-me muito com a soberania nacional naquela região. V. Exª abordou muito bem a vulnerabilidade das nossas fronteiras naquela imensa região, mas é de espantar que um avião, vindo da França para Caiena, tivesse que reabastecer em Manaus, até porque está, como V. Exª

muito bem colocou, a mais de mil quilômetros do destino final, segundo a informação, que seria Caiena.

Fora isso, também estranho muito o fato de, em sendo um pouso para reabastecimento, o avião ficar tantos dias em Manaus. Por que o Governo brasileiro – entenda-se aí tanto o Ministério da Defesa, pelo Comando da Aeronáutica, como o Ministério das Relações Exteriores – não estranhou? Se o objetivo do avião ao pousar em Manaus era o reabastecimento, por que permanecer tantos dias?

Os membros da sua "comitiva" saíram do avião, hospedaram-se no Hotel Tropical, em Manaus, depois alugaram uma pequena aeronave, um táxi aéreo como chamamos, e se deslocar para uma localidade fronteiriça com a Colômbia. Tudo isso foi, no meu entender, muito tranqüilo por parte dos franceses.

Portanto, esta é minha preocupação, que até foi intercedida pelos Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio: requerer justamente a presença de V. Exª aqui para nos dar esses esclarecimentos, que, no meu entender, são muito oportunos.

A explicação que o Ministro Celso Amorim nos prestou aqui, com todo o respeito, não me convenceu, mas não acho que devamos ficar criando problemas diplomáticos a mais. Diplomaticamente, o Brasil está até agindo muito corretamente. Porém, é preciso que realmente respondamos, de maneira muito forte e patriótica, não só ao governo francês, mas a outros que resolvam, amanhã, por qualquer que seja o motivo, por mais humanitário que seja, fazer uma operação dessa ordem sem nenhum tipo de conhecimento. E o pior: conhecimento, na verdade, Sr. Ministro, nem do Governo brasileiro nem do governo colombiano, e, segundo a nota disponibilizada pelas Farc na internet, nem com o conhecimento delas. Então, era uma operação triplamente clandestina.

O Brasil realmente precisa demonstrar a posição de irresignação diante desse episódio. Para isso, o papel do Senado é fundamental. A forma como o Ministro francês se dirigiu, depois de tudo acontecido, não a compreendo como um pedido de desculpas porque, nos termos usados, embora não entenda muito de diplomacia – V. Exª é um diplomata –, apenas lamentou o ocorrido, lamentou não ter avisado, previamente, como gostaria e que irá se esforçar para que fatos dessa natureza não se repitam. Fazendo um paralelo, é como se alguém entrasse na casa de outrem, fizesse algo errado e, depois, em vez de se desculpar ou ter de pagar por isso, apenas lamentasse ter entrado e prometesse que irá se esforçar para não entrar de novo.

Com todo o respeito, penso que precisamos, pelo menos, sinalizar aos países do primeiro mundo que não nos consideramos, como talvez eles pensem – esse episódio do avião francês é um caso muito típico –, um paizinho qualquer que aceita, portanto, que um país de primeiro mundo faça esse tipo de ação.

Diante da explanação de V. Exª, tenho apenas uma pergunta a fazer, Sr. Ministro: o avião era militar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senadores Eduardo Suplicy e Mozarildo Cavalcanti.

Fico honrado com a pergunta do Senador Mozarildo Cavalcanti e também com a referência elogiosa feita à conduta do Governo brasileiro, em particular do Ministério das Relações Exteriores. Antes de responder a pergunta de V. Exª, peço a permissão para fazer dois ou três comentários a respeito de sua intervenção.

Primeiro, um esclarecimento: embora a imprensa tenha veiculado abundantemente que o pedido de sobrevôo e pouso era para efeito de reabastecimento, na verdade, isso não corresponde com exatidão aos fatos. O pedido de sobrevôo e pouso era para transporte de passageiros e por motivos técnicos. Não era para reabastecimento. Seria realmente notável que um avião vindo do Atlântico com destino à Caiena tivesse de ser reabastecido em Manaus, que fica dois mil quilômetros distantes. Mas não foi isso. Isso, sim, teria sido inusual. Mas não foi essa a razão pela qual o pedido foi feito e o sobrevôo e o pouso foram concedidos e, sim, para transporte de passageiros. Era um pouso técnico, o que realmente não chama a atenção porque é muito freqüente que isso ocorra. Não havia razão nem para a Aeronáutica nem para a Polícia Federal suspeitar de um pedido de autorização de sobrevôo e pouso de uma aeronave que, sim, se caracteriza, salvo informação contrária do Brigadeiro Astor, como militar, é um avião militar da Força Aérea francesa. Não havia, portanto, razão para que suspeitássemos, inicialmente, de qualquer finalidade escusa nesse vôo.

O segundo comentário é que concordo com V. Exª em caracterizar a atuação do Itamaraty como muito correta. O Itamaraty levou plenamente em conta os requisitos de defesa da nossa soberania, da nossa honorabilidade como País independente – quero medir bem as minhas palavras – e da nossa perplexidade diante da tentativa de organizar uma operação que não tinha por que – se fosse tão legítima quanto se diz – ser feita à nossa revelia ou às nossas costas, de maneira que a nota que apresentou ao Embaixador

francês foi enérgica. Permito-me, também, fazer um comentário, Senador, o de que a resposta obtida pelo Brasil, do próprio chanceler francês, não contém a palavra "desculpas", mas é claramente um pedido de desculpas, na medida em que o Ministro das Relações Exteriores da França, ele próprio, não outra pessoa, lamenta a demora na informação – e essa era justamente a causa essencial do nosso mal-estar, do nosso desconforto – e se compromete a dar todos os esforços no sentido de que tal situação não se volte a produzir, o que era exatamente o requisito final da nota brasileira.

Embora a palavra "desculpas" não apareça, em linguagem diplomática isso se entende como um pedido de desculpas, o que permite ao Governo brasileiro considerar, do ponto de vista diplomático, esse incidente como encerrado. Ficam lições para serem aprendidas por todos nós, mas, do ponto de vista diplomático, creio que podemos dizer que esse incidente realmente está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Fico satisfeito em saber. Tinha dúvida sobre se a aeronave era militar. Depois da explicação de V. Exª, tenho mais uma pergunta. V. Exª diz que era um pouso técnico e para transporte de passageiros. Seria possível explicar qual foi a razão técnica desse pouso e que passageiros foram transportados?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Essas são perguntas, Senador, que só podem ser respondidas depois da concessão do sobrevôo e pouso. O que quis dizer é que a concessão de sobrevôo e pouso se deu em termos de normalidade, isto é, não havia, no pedido, nada que nos chamasse a atenção quanto a impropriedades que tivessem sido cometidas. A averiguação das razões técnicas e dos passageiros a serem transportados só pode ser feita, naturalmente, depois que o avião chega e, portanto, depois de concedida a autorização. As razões técnicas argüíveis, portanto, antes ou por ocasião do ato da concessão, são freqüentes e de diversa ordem.

Como mencionei na minha exposição, há poucos minutos, é freqüente que aviões se valham de aeroportos de bases onde haja mais instalações, como é o caso de Manaus – se V. Exª compara Manaus com Caiena –, para fazer reparos ou revisões e depois seguir seu destino final para Caiena. Isto, em si, é normal, usual, freqüente e não é suficiente para chamar a nossa atenção. Eu, que tenho acompanhado processos de concessão de sobrevôo e pouso – muitas vezes, eles passam por mim –, vejo que são muito freqüentes os pedidos, feitos também com muito pouca antecipação. Não havia nada, Senador, que nos levasse a suspeitar desse vôo. A presença dele durante mais tempo do que se esperava, sim. O que realmente colocou as nossas orelhas em posição de alerta foi a contratação do táxi aéreo para São Paulo de Olivença. Com esse fato, percebemos que algo acontecia, e, a partir desse momento, houve um acompanhamento muito claro do incidente e uma resposta bastante rápida do Governo brasileiro.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, dou-me por satisfeito.

Como conclusão, restou comprovado que não havia problema técnico nem outro passageiro a ser transportado, a não ser a possível passageira, Drª Ingrid Betancourt, que seria teoricamente resgatada das guerrilhas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – É verdade, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Quanto à questão de logística de aeroporto, creio que Belém tem as mesmas condições de Manaus, além de estar mais próxima de Caiena.

Sr. Ministro, agradeço novamente o trabalho de V. Exª e a leitura do documento muito bem elaborado, que, para mim, realmente satisfaz. Como V. Exª disse, fica um aprendizado: nós, Parlamentares do Senado, devemos ter mais cuidado com a questão da Amazônia, revitalizando o Projeto Calha Norte e dando maiores condições para que a presença não simplesmente das Forças Armadas, mas do Poder Público naquela região se faça fortemente presente.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Ministro, Sr. Brigadeiro, não há muito mais a acrescentar. Foi um incidente infeliz, uma operação desastrada do Governo francês, uma gafe diplomática enorme. Não quero exagerar o fato. O Governo brasileiro fez, depois, o que lhe competiu. Não vamos, depois disso e por isso, deteriorar as nossas relações com um país amigo como a França.

Não relaciono esse caso, de forma alguma, à suposta ameaça de internacionalização da Amazônia. Para mim, é pura paranóia. Que me desculpem os que pensam assim. Sei que, se ouvirmos dez pessoas na rua, todas afirmarão que acreditam nisso. No entanto, para mim, é paranóia pura, porque não há, absolutamente, nenhuma consistência. Não discutirei

esse assunto agora nem vou magnificar esse episódio triste.

Sr. Ministro José Viegas Filho, o Ministro Celso Amorim já deu as explicações devidas. O convite a V. Exª foi apenas para termos conhecimento do grau de vulnerabilidade do espaço aéreo do nosso território e para sabermos se houve cochilo das autoridades. Nesse particular, devo dizer, à semelhança do Senador Mozarildo Cavalcanti, que realmente não posso compreender que as autoridades brasileiras não tenham estranhado esse pedido de pouso técnico, que eu diria estapafúrdio. Caiena tem um grande aeroporto, um bom aeroporto. Manaus já teve uma linha da **Air France** (Manaus – Paris) com pouso em Caiena, com aviões de grande porte. Entretanto, ainda que Caiena seja menos equipada que o Aeroporto Eduardo Gomes, geograficamente, como já disse o Senador Mozarildo Cavalcanti, Belém está muito mais próxima de Caiena, mais a leste dela. Manaus está a oeste de Caiena, ao sul. Por isso, não faz absolutamente nenhum sentido um avião fazer um pouso técnico em Manaus. Se fosse o caso de receber passageiros, pergunto: não seria interessante pedir informações ao Governo francês sobre que passageiros eram aqueles? Por quê?

Espantou-me não ter causado estranheza esse desvio enorme de rota para um pouso técnico em Manaus – vir a Manaus e voltar para Caiena. Esse fato deveria ter sido, sim, motivo de um pedido de explicações ao Governo francês, até porque um avião militar goza do direito de extraterritorialidade, não pode nem ser inspecionado pelas nossas autoridades! Um avião militar francês pousar aqui é território francês! E isso, então, deveria ter preocupado muito as nossas autoridades. De certa forma, creio que houve um certo cochilo, talvez por ser a França um país amigo. Jamais teria imaginado uma operação desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Peres.

A explicação é muito próxima do que foi dito aqui anteriormente. A França é um país, como V. Exª mesmo argüiu, amigo do Brasil. As nossas relações com a França, tanto no terreno militar, quanto no campo civil e diplomático, são excelentes. Não havia realmente razões para que suspeitássemos dessa operação. Levarei muito em conta as observações do Senador Jefferson Péres no sentido de que devemos talvez examinar com um pouco mais de profundidade os pedidos de sobrevôo e pouso. Mas não posso deixar de reiterar, Senador, que nada havia no pedido de sobrevôo e pouso que nos chamasse a atenção, até mesmo pelo fato de fazer referência a transporte de passageiros, com destino final, que era Manaus.

Diz V. Exª que deveríamos ter tido a precaução de pedir explicações ao Governo francês quanto a que passageiros eram aqueles. Mas isso, Senador, normalmente não se faz. Quer dizer, não faz parte da praxe da concessão de sobrevôos e pousos, pela freqüência bastante elevada com que esses pedidos são feitos e concedidos. Negar sobrevôo e pouso a um avião civil ou militar é uma exceção bastante rara dos procedimentos utilizados.

Tenho a impressão de que posso fazer um comentário. Prevalece na concessão de sobrevôo e pouso o princípio **in dubio pro reu**. Não há que se argüir suspeita, a menos que haja evidentemente razão fundada para fazê-lo. Não há que se argüir previamente uma suspeita, se não estiver baseada em razões concretas, o que não foi o caso.

V. Exª sabe muito bem que, quando se julga um fato com a perspectiva **ex post facto**, descobrem-se muitos erros. Não acredito que aqui tenhamos caracterizado um erro. Mas é sempre bom levar em conta as observações de V. Exª, para que possamos, então, adotar normas mais estritas. De qualquer modo, devo-lhe dizer que o procedimento seguido pelas autoridades brasileiras ao pedirmos autorização de sobrevôo e pouso é absolutamente recíproco, comparável ao tratamento dado aos nossos aviões. Não somos questionados a respeito da natureza do vôo, das minúcias do propósito da viagem. Obrigado, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Uma dúvida, Sr. Ministro. Aproveitando sua vinda à Comissão, gostaria de referir-me ao Projeto Sivam, no qual tanto investimos. Não estou arrependido de ter votado favoravelmente a ele. São sistemas altamente sofisticados e extremamente úteis para a nossa região. Entretanto, há informações de que o Sivam não está cumprindo plenamente suas finalidades por carência de recursos. V. Exª se importaria de dar algum esclarecimento sobre isso?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Ao contrário: tenho todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro José Viegas, é importante a oportunidade de sua visita à nossa Comissão para também esclarecer sobre este ponto. Se os Srs. Senadores quiserem fazer-lhe outras perguntas, aproveitem a oportunidade, por favor.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senadores. O Projeto Sivam está implantado em 90%

de sua capacidade, e a implantação do ponto de vista técnico, é plenamente satisfatória e bem-sucedida.

O projeto Sivam se ressente, sim, agudamente de falta de recursos que já se reflete no Orçamento deste ano.

Estou seguro de que o Governo encontrará as maneiras de propiciar a satisfação dos compromissos que já tomou com relação a pagamentos que têm que ser efetuados ao longo deste ano e que chegam a – se não me falha a memória – R$375 milhões e que têm de estar disponíveis para o pagamento de contratos e aquisições, sobretudos os feitos no exterior.

Sim, é verdade. Temos carência de recursos, que, se não for resolvida, nos causará problemas potencialmente graves para o funcionamento do Sivam.

Conto com o apoio dos Senadores, sobretudo dos Membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que possamos unir esforços e manter em funcionamento o Sivam, que é legitimamente uma fonte de orgulho para o Brasil.

O Sivam é um sistema muito avançado de controle de espaço aéreo. Como V. Exªs sabem, ele permite também uma série de investigações no solo, de natureza ambiental, meteorológica, até mesmo social, prevenção de queimadas, ocupação do solo, detecção de jazidas minerais. É um projeto que tem uma versão notadamente civil de controle de espaço aéreo e outros de recursos, que são administrados pela Casa Civil, pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), que é o programa irmão do Sivam.

O segundo ponto, que pode ser talvez argüido como uma vulnerabilidade do Sivam, é o fato de que, embora, pela legislação brasileira, tenhamos a condição técnica e legal de acompanhar os vôos no nosso espaço, não temos a condição extrema de impedir a realização e o prosseguimento de vôos hostis, desde que as aeronaves envolvidas sejam aeronaves civis.

Essa é uma outra fragilidade, não do Sivam, mas do nosso regime de controle de espaço aéreo. Agora, é uma questão que tem toda sua carga de polêmica, que dificilmente poderíamos ver aqui e agora, mas estou inteiramente à disposição da Comissão, para, se for o caso, termos – aliás, eu acho que isso seria bom – uma conversa sobre a Lei do Abate.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Apenas para cumprir uma intervenção. Respeitante à Lei do Abate, já aprovada, e à falta do decreto, porque há complicadores para a execução disso, mas, voltando ao Sivam apenas: os 10% que faltam serão implantados dentro do cronograma, ou estão atrasados?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Se atrasos há, são os mesmos que afetam também 90% dos programas que se executam não só em nível governamental, mas também muitas vezes em nível da indústria privada.

Não saberia, honestamente lhe digo, descrever quais são os 10% que faltam. Tenho apenas dado global, que reflete o estágio de implantação do sistema. O Brigadeiro Astor Mina de Carvalho Neto poderá me corrigir se eu cometer alguma imprecisão, mas o que quero lhe dizer é que hoje já temos, sim, condições de controlar, no território nacional e no território amazônico, os movimentos de aviões a todo o momento em tempo real.

Outro elemento de convicção da fase avançada de implantação do sistema é que já estamos em negociações também avançadas com países vizinhos, notadamente com o Peru e a Colômbia, para o estabelecimento de interações com os sistemas de controle de espaço aéreo desses países.

O Presidente Lula vai a Lima no domingo, e existe uma possibilidade – já estamos em fase final de negociação – de um memorando de entendimentos, que permitirá uma participação entrosada do Peru com o Brasil no controle recíproco e conjugado do espaço aéreo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado ao senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Exª gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa.)

Senador Mozarildo Cavalcanti, ainda...?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Não farei mais nenhuma pergunta. É apenas para aproveitar a parte final sugerindo, Sr. Presidente, que numa outra oportunidade o Ministro pudesse vir aqui, uma vez que, daqui a pouco, discutiremos o Orçamento do ano que vem. Há emendas de comissão que devem ser trabalhadas, por isso, seria importante que os membros da Comissão comparecessem em maior número, a fim de tomarmos conhecimento da realidade das Forças Armadas, do Projeto Calha Norte, do Sivam. Ao trabalharmos juntos, poderíamos melhorar os recursos orçamentários do Ministério da Defesa para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sr. Ministro, na última reunião, consideramos a hipótese de sua visita aqui não apenas para tratar do episódio do avião da França que pousou aqui, mas também

tratarmos dos demais assuntos relacionados ao Ministério da Defesa. Entretanto, ponderou-se que este assunto era suficientemente importante e que, em sua visita hoje, explicitamente tratar-se-ia do problema havido.

Cumprimento os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Jefferson Péres, Rodolpho Tourinho especialmente porque tiveram a iniciativa de solicitar este esclarecimento, nos termos que, inclusive, tenho a impressão na forma como...

O Ministro Celso Amorim aqui veio anteriormente. Mas V. Exª expôs com clareza que o episódio não é o melhor nas nossas relações com a França. O povo francês é amigo e, com ele, temos o maior interesse em desenvolver relações de amizade, comerciais, culturais. Temos uma tradição tão forte, então o procedimento não ajudou no desenvolvimento de nossas boas relações com a França. De maneira muito altaneira e correspondendo aos propósitos dos Senadores que aqui exigiram esse procedimento da parte de nossos Ministros, isto foi feito.

Então, queremos sim, combinar, proximamente, inclusive com o objetivo de V. EXª nos esclarecer sobre todos os assuntos da Pasta da Defesa, inclusive os relacionados à Fazenda, para que possamos melhor compreendê-los. Quem sabe, na oportunidade, possamos ter a presença dos comandantes das Forças Armadas, inclusive para tratar de possíveis emendas que esta comissão pode fazer ao Orçamento no momento apropriado. Assim, teríamos a visita para apreciação dos assuntos da forma mais completa.

Confirmo que amanhã, pela manhã, estão previstas as reuniões de duas subcomissões. Às 10 horas, reúne-se a subcomissão que tratará de brasileiros no exterior. Instala-se, elege-se seu presidente, seu relator. Faz-se o levantamento de tudo o que for preciso; às 10 horas e 30 minutos, reúne-se a Subcomissão da Amazônia. Ficam todos informados.

A próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores será extraordinária, para ouvirmos, conforme requerimento unanimemente aprovado, e hoje confirmado a aceitação do convite, o Professor Joseph Stigltz, que foi Conselheiro Econômico do Presidente Bill Clinton, foi Vice-Presidente do Banco Mundial, foi designado Prêmio Nobel de Economia, e tem feito avaliações de enorme repercussão e importância. Estará presente na nossa Comissão, em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, na quarta-feira, às 14 horas, dia 27 próximo. O tema será: as diretrizes de políticas econômicas para promover o crescimento e construir uma sociedade justa, e os passos na direção de maior integração das Américas. A audiência com o Professor Joseph Stigltz se dará na Ala Nilo Coelho, sala 2, uma sala maior. Verifiquei que há aqui 37 lugares. Na Comissão de Assuntos Econômicos, 63. Mas a sala 2 da Ala Nilo Coelho possui 81 lugares. Como estamos prevendo, haverá uma presença muito grande. Inclusive farei os convites aos Ministros Antônio Palocci e Guido Mantega e ao Presidente do Banco Central e seus diretores a fim de aqui comparecerem, se puderem.

Por favor, sua palavra final, Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores. Eu me sinto muito feliz e honrado pela oportunidade de manter contato com V. Exªs. Aguardo com vivo interesse uma nova oportunidade a fim de discutir e conversar a respeito de assuntos da Defesa. O apoio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal é fundamental no sentido de que possamos desenvolver, com o apoio do Poder Legislativo, uma política de defesa, um conjunto de ações de defesa e segurança do País que permita graus aceitáveis de proteção e tranqüilidade para a população. Dessa forma, Senador, agradeço a sugestão e me coloco à disposição, como disse, com vivo interesse e com antecipação para uma nova oportunidade.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Relacionado ainda ao assunto tratado hoje, eu me lembrei que na entrevista à Rede Globo, ao Fantástico, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a certa altura, mencionou que o Brasil considera que as Nações Unidas e o Secretário Kofi Annan podem cooperar, colaborar e coordenar esforços a fim de que haja um processo de pacificação na Colômbia, entre o governo, as Farc, o M-19, o que seja. Gostaria, até como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, de registrar meu apoio, e acredito que o de todos, quando o Governo brasileiro condena atos terroristas como o que infelizmente ceifou a vida de Sérgio Vieira de Mello; quando externa sua vontade de que possam logo ser resgatadas pessoas como o Sr. Carranza, pai de uma brasileira, a Srtª Júlia. Isso foi objeto do diálogo do Presidente, ao meu lado, com o Presidente Álvaro Uribe, da Colômbia. E também, claro, a própria vontade e disposição humanitária do governo da França de resgatar Ingrid Betancourt e todos que lá se encontram seqüestrados. Toda essa situação envolve um esforço. Se nós brasileiros pudermos, vamos sim colaborar para que haja o processo de pacificação na Colômbia.

Se desejar dizer alguma palavra mais a respeito do assunto, por favor.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador. Direi uma palavra, mas com cautela. Embora seja Embaixador, não estou trabalhando no Ministério das Relações Exteriores no momento.

O Governo brasileiro, dentro da orientação dada pelo Senhor Presidente da República, dá especial importância às suas relações na América do Sul e faz disso a prioridade maior de nossa política externa. Dentro do cenário sul-americano, não pode haver dúvida de que a situação interna da Colômbia com suas implicações constitui motivo de atenção constante da nossa parte. Eu próprio já tive três encontros com a Ministra da Defesa da Colômbia nesses sete meses de Governo. Busco, portanto, manter entendimentos cada vez mais fluidos com o governo colombiano.

O Brasil tem todo interesse – posso dizer isso publicamente, com certeza do que estou dizendo – em que na Colômbia a paz o entendimento, a unificação do país e a governabilidade prevaleçam. O interesse maior do Brasil está na estabilidade na América do Sul. Esse é o propósito maior de nossa política externa. Evidentemente, o Brasil não é o único país do mundo, não é o único vizinho da Colômbia. As oportunidades de conjugação de esforços existem e devem ser aproveitadas. As Nações Unidas são o órgão que tem representatividade internacional. Apenas uma palavra de cautela quanto à excessiva intromissão de agentes internacionais não-multilaterais nessa matéria, o que poderia desfigurar a equação que os países sul-americanos têm todo o interesse em fazer no sentido de contribuir para a legítima consolidação da paz no território colombiano, sem projetar, a partir daí, implicações internacionais estranhas à nossa região e à situação da própria Colômbia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço ao Tenente-Brigadeiro Astor Mina de Carvalho Neto, ao Sr. Orlando e ao Ministro José Viegas Filho.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h51min.)

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Trigésima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e sete de agosto de 2003, às 14:00 horas, na sala de reuniões nº 02, ala nilo coelho.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e três, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **RAMEZ TEBET**, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos conjuntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senadores, **EDUARDO SUPLICY, DELCÍDIO AMARAL, ROBERTO SATURNINO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, PAULO OCTÁVIO** e **RODOLPHO TOURINHO**, e ainda, dos Senadores **TIÃO VIANA** e **JOÃO CAPIBERIBE**. Deixam de comparecer os demais Senadores da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo audiência pública com a presença do **DR. JOSEF STIGLITZ**, Ex-Vice-Presidente do Banco Mundial e Prêmio Nobel de Economia, e dos **DRS. GIOVANNI DOSI**, Professor de Economia na Escola de Estudos Avançados Sant'anna em Pisa, e **ALBERT FISHLOW**, Professor de Relações Públicas e Internacionais na Universidade de Columbia em Nova Iorque, com a finalidade de discorrer sobre "as diretrizes de política econômica para se promover o desenvolvimento e a justiça e os passos para a integração das américas", em atendimento ao requerimento de autoria do Senador **EDUARDO SUPLICY**. Usam da palavra os Senadores **RODOLPHO TOURINHO, ROBERTO SATURNINO, EDUARDO SUPLICY e TIÃO VIANA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte sete de agosto do ano de dois mil e três, às quatorze horas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está aberta esta reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária. É a 32ª reunião desta Comissão em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em sua 8ª reunião, também extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Trata-se de uma Audiência Pública com a presença do Dr. Joseph E. Stiglitz, ex Vice-Presidente do

Banco Mundial e prêmio Nobel de economia; e dos Doutores Giovanni Dosi, professor de economia na Escola de Estudos Avançados de Sant'Ana, em Pizza, e Alberto Fislov, professor de relações públicas e internacionais na Universidade de Columbia, em Nova York, com a finalidade de discorrer sobre as diretrizes de política econômica para se promover o desenvolvimento e a justiça e os passos para a integração das Américas, em atendimento ao requerimento de autoria do nobre Senador Eduardo Suplicy.

Eu convido a ilustre Embaixadora dos Estados Unidos da América do Norte, que nos honra com sua presença, para tomar assento à mesa, bem como os dois professores Giovanni Dosi e Alberto Fislov. Por gentileza, tomem assento à mesa.

SRAs e Srs. Senadores, muito importantes são as breves considerações sobre o evento que estamos realizando. É uma honra muito grande para o Senado da República receber tão ilustres personalidades. O professor Stiglitz, como todos sabem, é de renome internacional; recebeu o prêmio Nobel de economia em razão de seus relevantes estudos. O seu trabalho ajudou explicar em que circunstâncias os mercados não operam de forma eficiente e como o seu desempenho pode ser aprimorado pela intervenção seletiva do Governo. O seu livro *A Globalização e seus Malefícios, a Promessa não Cumprida de Benefícios Globais*, publicado em inglês e traduzido em vários idiomas é um sucesso internacional. No Brasil, o livro foi publicado em 2002 e teve grande repercussão no meio político.

As Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional têm a grande honra de receber, em audiência pública, essas três personalidades que se encontram à mesa, que vão discorrer sobre as diretrizes da política econômica para se promover o desenvolvimento da justiça e os passos para a integração nacional.

Eu não quero encerrar as minhas palavras sem antes parabenizar o Senador Eduardo Suplicy, idealizador desse encontro, autor dos convites junto com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que está falando neste momento. Senador Eduardo Suplicy, eu e todos nós reconhecemos que o mérito desse importante acontecimento se deve à sua iniciativa, é bem verdade que respaldada por todos os Membros da sua Comissão, pela Comissão de Assuntos Econômicos e por todo o Senado da República. Portanto, é um motivo de orgulho para esta Casa.

Como nós estamos com premência de tempo, vamos apenas dizer que os convidados farão suas exposições e em seguida, por ordem de inscrição, os Srs. e as SRAs Senadoras poderão formular as perguntas que bem entenderem.

Eu concederei a palavra ao primeiro convidado, Dr. Joseph E. Stiglitz, para fazer a sua exposição. Para fazer justiça ao idealizador deste conclave, eu tenho a grande satisfação e a honra de passar, agora, nesse momento, a Presidência destes trabalhos ao Senador Eduardo Suplicy, a quem eu peço que ocupe o nosso lugar aqui por uma questão de justiça.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª está no melhor lugar. Apenas, prossigo, pois teremos um tempo tão exíguo, que tenho a honra e o prazer de anunciar a palestra do Professor Joseph E. Stiglitz, que muito nos honra e que está acompanhado dos Professores Giovanni Dosi e Professor Albert Fislov, que representam a **Columbia University** e o IPD. E muito nos honra a presença da Embaixadora Donna Hrinak.

(Pronunciamento em inglês.)

O SR. JOSEPH E. STIGLITZ – (Pronunciamento em inglês.)

O SR. TRADUTOR – Lamento informá-los que é impossível resumir toda a fala do professor neste momento. O que ele basicamente está colocando é que, diferentemente do Consenso de Washington, a questão de que a estabilização em si da moeda traria os benefícios econômicos e garantiria o crescimento econômico hoje em dia está sendo bastante questionado. Há uma nova postura em novas abordagens devem ser levadas em consideração. Quer dizer, basicamente, é isso.

O SR. JOSEPH E. STIGLITZ – (Pronunciamento em inglês.)

O SR. GIOVANNI DOSI – O segundo ponto era sobre a negociação da OMC. A idéia fundamental é que, além das intenções oficiais de haver uma negociação que favoreça o desenvolvimento, na realidade, parece que não há como redirecionar o orçamento nas novas negociações. Nenhum acordo é melhor do que um mal acordo.

O SR. JOSEPH E. STIGLITZ – Quer dizer, há quatro questões que me ocorrem: uma delas é a agricultura continuar subsidiada. O fato de existirem barreiras para a entrada de produtos agrícolas em países como os Estados Unidos e da Europa representa uma questão crucial e vital para o Brasil no âmbito das negociações da OMC. Desde 94, temos observado um aumento muito grande nos subsídios dos Estados Unidos para a agricultura, e o máximo que pode ser esperado no acordo, pelo menos que se prevê como resultado do novo acordo, é que os Estados

Unidos voltem aos níveis de subsídio de 94, o que não representaria realmente um avanço, apenas um retorno aos níveis que já haviam sido questionados naquele primeiro acordo.

Uma outra questão seriam as barreiras não-tarifárias, como as tributações aduaneiras recíprocas e outras formas de barreira que também deverão ser abordadas. Temos nos Estados Unidos duas leis de comércio justo, só que elas são diferentes: uma se aplica aos produtores internos e outra se aplica aos produtores externos. Há uma dicotomia entre essas duas leis. Se as leis antidumping norte-americanas fossem aplicadas às empresas norte-americanas, há estudos que indicam que 80% dessas empresas entrariam em falência. Apesar de muitas conversações e de muita coisa dessa natureza, na verdade, não estão sendo assumidos compromissos efetivos ou definidos compromissos efetivos na área das barreiras não tarifárias ao comércio. Quer dizer, uma área de livre comércio onde seria mantida essa mesma barreira não tarifária não vai ser uma área de livre comércio de forma alguma, vai piorar a situação que já existe atualmente.

Outra questão seria a questão da propriedade intelectual, as negociações em torno do acordo TRIPS da rodada do Uruguai. Quando estava lá, o conselho de consultoria econômica da Casa Branca, na definição de políticas tecnológicas e científicas, considerava que essa questão não serviria aos interesses do país, do próprio Estados Unidos. Colocaram-se desfavoravelmente essa política. Na verdade toda essa conversação em torno da propriedade intelectual serve aos interesses da indústria de entretenimento e da indústria farmacêutica norte-americana, a mais ninguém. No entanto, no governo, posicionei-me ao contrário delas. Desde então temos visto que há muitos problemas associados à biopirataria e ao acesso a medicamentos por parte das populações de países pobres. Embora possa haver algum progresso em relação à questão do acesso a medicamentos por parte de populações pobres, não se está contemplando qualquer progresso efetivo em outras áreas também fundamentais.

Outra questão é que esses acordos de livre comércio estão entrando em áreas que não dizem respeito ao comércio, estão afetando o interesse de outros países em outras áreas. A inclusão de discussão sobre propriedade intelectual num acordo de livre comércio é algo que é muito questionado por economistas especialistas nesta área de livre comércio. O Professor Baguari, da Universidade de Columbia, por exemplo, se posiciona contrário a negociações da TRIPS no âmbito da OMC. No recente acordo de livre comércio entre o Chile e os Estados Unidos, os Estados Unidos insistiram na liberação completa do mercado de capitais, ou seja, na abertura para entrada de capitais sem qualquer restrição no Chile. É meio irônico, porque o próprio FMI num relatório recente diz que a liberalização do mercado de capitais, a livre entrada de capitais não favorece ao crescimento do país; na verdade, desfavorece a situação econômica dos países em desenvolvimento. Então é irônico que isso esteja sendo colocado no âmbito de uma negociação no momento. Como o FMI está adotando uma postura de não pressionar muito por esse aspecto, em seus acordos com os países, os Estados Unidos está tentando garantir a inclusão desses aspectos por meio de acordos na OMC; está usando um mecanismo diferente, já que o FMI não está mais apoiando e pressionando nesse sentido.

Queria falar apenas uma breve frase sobre outros dois tópicos, em função do tempo reduzido que ainda tenho. A primeira seria sobre a reforma agrária.

A reforma agrária representa um tipo de política econômica que pode acentuar a igualdade e promover o crescimento econômico. Geralmente os economistas falam que temos, às vezes, que sacrificar igualdade em função da eficiência; mas na área da reforma agrária é uma área em que a igualdade e a eficiência podem ser combinadas.

Segunda questão seria a política industrial.

Nos últimos anos muitos economistas têm criticado os esforços deliberados do Governo de promover as políticas industriais. E acredito que o sucesso do sudeste asiático deva-se, em grande medida, a adoção de políticas industriais e os próprios Estados Unidos também adotaram, embora, meio camufladamente políticas nesse sentido. Por exemplo, a Internet, que tanto transformou o fluxo de informações, foi uma inovação financiada pelo Governo norte americano. E a ampliação da produção agrícola nos Estados Unidos nos séculos XIX e XX também se deveu em grande medida às políticas adotadas nesse sentido. Quer dizer, como temos visto em outros países, às vezes, a política industrial não é bem administrada, e nesse caso os resultados não são satisfatórios, mas nas duas últimas décadas temos aprendido algumas lições que nos permitem evitar alguns enganos e erros e desenvolver uma política industrial adequada. Para o Brasil, com seu potencial científico, parece-me que a política industrial é um elemento essencial de qualquer estratégia de crescimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estão inscritos, além de mim, os Senadores Rodolpho Tourinho, Roberto Saturnino. Quero informar que como o Professor Joseph E. Stiglitz tem que estar no automóvel às 15h15min., vamos procurar administrar e dividir igualmente o nosso tempo.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Professor Joseph, componentes da Mesa, serei breve.

Em seu livro "A globalização e seus malefícios", V. Sª escreveu textualmente que, de todos os erros cometidos pelo FMI, os de seqüenciamento e ritmo, além da insensibilidade em relação ao contexto social, mais amplo, talvez sejam os que receberam mais atenção, e citou entre eles o erro de forçar a privatização antes que houvesse uma concorrência e estrutura regulamentares adequadas. Isso ocorreu no Brasil na definição do modelo do setor elétrico e das privatizações que foram feitas antes de ter uma agência reguladora e de marcos legais claros.

Qual a avaliação de V. Sª do papel de mercado porque a idéia era de que a iniciativa privada suprisse todas essas necessidades. Qual a sua visão sobre o papel de mercado, como o mercado faria essa ajustagem, o papel do Estado, o papel de investimentos estrangeiros, comparando a nossa baixa taxa de poupança?

O SR. JOSEPH E. STIGLITZ – Os mercados efetivamente têm um papel central a desempenhar na economia, mas o governo também tem um papel importante a desempenhar, quer dizer, o governo tem que definir as normas, atuar como um juiz de uma partida, e qualquer jogo precisa ter um juiz. Foi a falta de regras nos Estados Unidos, na verdade, a excessiva falta de regras que gerou um contexto que acabou em escândalos como da Arthur Anderson.

O governo também tem um papel catalisador neste sentido. Por exemplo, nos Estados Unidos, o governo desempenhou um papel fundamental ao disponibilizar linhas de crédito à população, e essa talvez não seja uma atitude esperada de uma economia de livre mercado. De cada quatro créditos concedidos ultimamente, um provém, direta ou indiretamente de órgãos governamentais. Para lhes alguns exemplos, há um órgão regional do governo norte-americano que permitiu a compra de casas em qualquer parte do país – o que, de outra maneira, não teria sido possível -, reduzindo e jogando para baixo o preço dos imóveis; o órgão americano responsável pela gestão de pequenas empresas concede créditos à categoria, a Federal Express começou com um empréstimo do governo.

Em países, como o Brasil, onde a taxa de poupança não é tão alta quanto deveria ser, os investimentos estrangeiros têm um papel importante a desempenhar ou podem desempenhar um papel importante, mas é preciso diferenciar os investimentos que geram novos empregos daqueles destinados aos estrangeiros para a compra de empresas nacionais já existentes. Também é importante reconhecer o risco de permitir que bancos estrangeiros comprem bancos nacionais. Isso pode ter o efeito adverso de interromper ou de reduzir o crédito disponível, principalmente pequenas empresas nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Queria brevemente fazer duas observações sobre temas levantados pelo Professor Stiglitz e pedir a sua opinião a respeito.

A primeira observação é quanto aos acordos de livre comércio. Mesmo que, por exemplo, em um acordo entre Brasil e os Estados Unidos, os Estados Unidos tivessem uma atitude mais generosa sobre a abolição de subsídios agrícolas e sobre o livre fluxo de investimentos, mesmo que, em uma primeira visão, a negociação pudesse resultar favoravelmente aos interesses do Brasil, penso que o livre comércio entre duas nações ou dois blocos de produtividade ou de avanço econômico muito diferentes tende a cristalizar, a perpetuar essa situação de desigualdade – uma economia altamente industrializada, tecnológica e a outra especializada em **agrobusiness,** mesmo em indústrias de avanço não tão sofisticado -, como costuma acontecer dentro de países em regiões, só que quando isso acontece dentro de determinados países, o governo toma a iniciativa de corrigir essa distorção, mas não haverá governo mundial que corrija essa cristalização, essa perpetuação entre dois países.

O Professor Stiglitz, essa é minha segunda observação, disse muito bem que a reforma agrária é uma oportunidade, é uma iniciativa capaz de compatibilizar o que freqüentemente parece incompatível: eficiência e equalização. Penso que existe um outro tipo de ação governamental que também tem essa mesma característica, que é o microcrédito, o crédito não apenas para a pequena empresa, mas para a microempresa. O governo brasileiro está agora tomando essa decisão de colocar seus bancos oficiais para desenvolver um grande programa de financiamento de

microcrédito a pequeníssimas empresas. Queria também ouvir a opinião do professor sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Professor Stiglitz.

O SR. JOSEPH E. STIGLITZ – Se houvesse realmente um acordo de comércio justo, seria muito benéfico para o Brasil.

Há um aspecto especial que esteve presente em acordos anteriores que é o tratamento especial e diferenciado para países menos favorecidos. Mecanismos desse tipo possibilitariam que países necessitados pudessem subsidiar indústrias incipientes e corrigir o desequilíbrio mencionado por V. Exª. Considero muito importante que qualquer acordo de livre comércio das Américas inclua uma disposição nesse sentido. Recentemente, o Brasil foi processado por aplicar taxas de juros diferenciadas. Uma situação desse tipo não pode prevalecer.

Estive há 10 dias em Bangladesh, onde os esquemas de microcréditos foram inicialmente desenvolvidos. Esse país tem se organizado para realmente aumentar a renda da sua população mais pobre.

Há duas questões que quero mencionar sobre esse tema. A reforma agrária pode ser bem sucedida desde que acompanhada de infra-estrutura, de tecnologia. Experiências anteriores de reforma agrária não foram bem sucedidas talvez pela falta desses elementos. O mesmo ocorre com o microcrédito. O microcrédito para o plantio, por exemplo, de determinados legumes precisa estar vinculado a determinadas tecnologias sobre o tema. O mercado muitas vezes não tem como atender essa necessidade, que seria, dessa forma, suprida pelo governo e pelas ONG´s.

A experiência do microcrédito tem sido bem sucedida porque tem vindo associada a outras ações, por exemplo, na área de saúde. Na realidade, faz parte de um reforma social maior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, solicitando que faça apenas uma pergunta porque o Professor Stiglitz tem horário para chegar ao aeroporto.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – É uma alegria muito grande recebê-lo no Senado Federal.

A minha pergunta é direta. Aos olhos dos americanos, a Amazônia não poderia ter uma parceria de investimento das indústrias que atuam no campo da biotecnologia e de fármacos, pelo nosso potencial de biotecnologia e nosso grande patrimônio genético, com políticas compensatórias e respeitando a nossa visão de soberania?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O governo americano tem dito que gostariam de instituir uma área de livre comércio do Alasca à Patagônia a partir de 2005. Qual é o ritmo dessa integração? Essa integração deve ter por base os interesses das grandes empresas e dos proprietários do capital de moverem os seus capitais através das fronteiras sem barreiras, de vender seus bens e serviços sem quaisquer barreiras? Mas, ao mesmo tempo, tem surgido barreiras muito grandes para os seres humanos. O Governo dos Estados Unidos, há poucas semanas, solicitou ao governo de Israel que acabasse com o muro da Cisjordânia. Não seria bom que também terminasse logo o seu muro dos Estados Unidos para o México e para a América Latina? Quando vamos ter, em todas as Américas, o direito de todos participarem da riqueza das nações e das Américas, como hoje a população do Alasca já participa através de uma renda básica paga a todos os que lá residem? Quando é que isso poderá ser válido para todos os habitantes das três Américas?

O SR. JOSEPH E. STIGLITZ – Bom, eu não vou conseguir responder isso. Esse é outro exemplo de assimetria entre os acordos de livre comércio mais recentes. Houve um enfoque na mobilidade do capital, mas não na mobilidade do trabalho. Essa assimetria tem conseqüência na distribuição dos benefícios, da renda e da riqueza dentro dos países e entre os países.

A biodiversidade é outro exemplo das deficiências atuais do regime de propriedade intelectual. Qualquer acordo justo de propriedade intelectual deveria ter uma cláusula que garantisse que os benefícios gerados pela produção na Amazônia revertessem a favor do povo da Amazônia.

Peço desculpas aos Srs. Senadores, mas o tempo é curto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Queremos muito agradecer ao Professor Joseph E. Stiglitz, ao Professor Alberto Fislov, ao Professor Giovanni Dosi, à Embaixadora Donna Hrinak – é uma alegria tê-los aqui – e ao nosso tradutor.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 15h09min.)

Ata da Décima Oitava Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY e TIÃO VIANA**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **LUIZ OTÁVIO, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO RIBEIRO, VALDIR RAUPP, LÚCIA VÂNIA, RAMEZ TEBET, JOÃO CAPIBERIBE, RODOLPHO TOURINHO, DUCIOMAR COSTA, AELTON FREITAS, PEDRO SIMON, MARCO MACIEL, FLÁVIO ARNS, FÁTIMA CLEIDE, JOSÉ AGRIPINO, HÉLIO COSTA, SIBÁ MACHADO e TIÃO VIANA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e informa que os dois primeiros itens estão sobrestados por se tratarem de projetos em caráter terminativo. O Senhor Presidente solicita a inversão de pauta, iniciando pelo **Item oito: Requerimento (SF) nº 724, de 2003**, de autoria do Senador Pedro Simon e Outro(s) Sr.(s) Senador(es), que requerem, com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Casa proponha à Organização das Nações Unidas a indicação do nome do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto, dia 19 de agosto de 2003, em atentado terrorista contra a sede da representação da ONU no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003. O Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** procede à leitura do seu parecer, favorável. Discute a matéria o Senhor Senador **PEDRO SIMON**. Não havendo mais quem queira discutir, o parecer foi aprovado. Passa-se a **Extra pauta – Item um: Requerimento nº 28, de 2003/CRE**, de autoria do Senador Hélio Costa, que "requer, nos termos do art. 50, e 58, § 2°, incisos III e V, da Constituição Federal, combinados com os arts. 110, e 397, § 1°, do Regimento Interno do Senado Federal: I- sejam convidados o Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, José Viegas Filho, e o presidente da Comissão destinada a investigar as causas do acidente ocorrido na Base de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, Coronel Antônio Carlos Cerri, para exporem e debaterem nesta Comissão, em caráter reservado, as circunstâncias que levaram à explosão ocorrida em 22/08/2003; II- sejam solicitadas informações ao Ministério da Defesa e ao Comando da Base Aérea de Alcântara sobre a presença de navios de bandeiras estrangeiras na baía de São Marco, em Alcântara, na hora do acidente". O Senhor Senador **HÉLIO COSTA** faz uso da palavra para considerações sobre o Requerimento. O Senhor Presidente propõe reunião conjunta com as Comissões de Fiscalização e Controle e Educação por terem aprovados Requerimentos sobre a mesma matéria. Discutiu a matéria o Senhor Senador **PEDRO SIMON** e o Requerimento é aprovado com adendo do autor pela extensão do convite ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Senhor Roberto Amaral. Passa-se ao **Item dois – Extra-Pauta: Requerimento (SF) N° 626, de 2003**, de autoria do Senador Hélio Costa, que requer, nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor à proposta do ex-chanceler israelense Shimon Peres de internacionalização da parte antiga da cidade de Jerusalém, com vistas à cessação das hostilidades árabe-israelenses. O Senhor Presidente designa relator "ad hoc", Senador **RODOLPHO TOURINHO** que faz a leitura do parecer favorável. Discutem a matéria os Senhores Senadores **HÉLIO COSTA** e **PEDRO SIMON**. Não havendo mais quem queira discutir o parecer foi aprovado. Seguem os itens de pauta. **Item cinco: Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 388, de 2003,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000. O Senhor Presidente designa a Senadora **LÚCIA VÂNIA**, relatora "ad hoc", que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. Os demais itens da pauta são adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 13 horas, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Décima Oitava Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reu-

nião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto C comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Dispensada.

Passamos à apreciação das matérias constantes da pauta.

Não podemos examinar os projetos terminativos. Consulto as SRAs e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de passarmos para o Item nº 8. Trata-se de requerimento do Senador Pedro Simon, que, com fundamento no Regimento Interno desta Casa, propõe à Organização das Nações Unidas, a indicação do nome do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, falecido no dia 19 de agosto de 2003, em atentado terrorista contra a Sede da Representação da ONU no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Como relator deste projeto, peço ao Senador Tião Viana, ausente neste instante o vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, que assuma a Presidência dos trabalhos, para que eu possa exercer a minha responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Tendo havido a concordância do Plenário da Comissão em acatar a inversão de pauta proposta pelo Senador Eduardo Suplicy, relator do Item nº 8 da pauta, que requer a proposição da candidatura do Embaixador Sérgio Vieira de Melo, ao Prêmio Nobel da Paz, uma indicação feita pelo Eminente Senador Pedro Simon, passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy para que possa proferir a análise da proposição e, ao mesmo tempo, o seu voto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De autoria do Senador Pedro Simon, o requerimento em apreço vem fundamentado em consistentes motivações, entre as quais incumbe destacar, conforme a sua proposição: Por sua dedicação às causas humanitárias, à democracia, por seu amor aos povos oprimidos pela guerra nos mais diferentes e distantes pontos do planeta, Sérgio Vieira de Melo se transformou, com o seu sacrifício, em Mártir da Paz. É de Justiça, portanto, que seu nome seja indicado, pelo Brasil, para o Prêmio Nobel da Paz de 2003. Com essa proposição queremos, além de homenagear esse grande brasileiro, dar o devido destaque à atuação da ONU na resolução dos mais diversos conflitos ao redor do mundo, reforçando a importância do seu papel em contraposição ao desprestígio a que tentam condená-la os pretensos senhores do Mundo.

Mérito.

O Prêmio Nobel da Paz tem sido reconhecido como a mais inconteste láurea da causa da humanidade. Entregue a cada ano a pessoas que trabalham para a edificação da paz e da segurança coletiva, o prêmio reveste-se de múltiplos simbolismos. Políticos ou religiosos, civis ou militares, homens e mulheres, negros amarelos, brancos, todos enfim, e mesmo instituições que, de alguma forma, representam o comprometimento com os direitos humanos, com a democracia, com a reconciliação e a paz, têm seus esforços reconhecidos.

Em 1999, os médicos sem fronteiras (**Médecins Sans Frontières**), receberam o prêmio. Trabalhando em condições adversas, suas equipes espalham-se ao redor do Globo assistindo a populações assoladas por guerras e epidemias.

Em 2000, o sul-coreano, Kim Dae-jung, foi o escolhido por sua luta em prol da democracia e dos direitos humanos no leste asiático.

As Nações Unidas, atuando desde 1945, como fórum por excelência, da política internacional, receberam, pelas mãos do seu Secretário-Geral Koffi Anan, o Prêmio Nobel da Paz, em 2001.

Os esforços de Jimmy Carter Junior para o desenvolvimento econômico e social e para a solução pacífica de controvérsias foram reconhecidos com o galardão de 2002.

Sérgio Vieira de Mello trabalhou com os mesmos propósitos que orientaram cada uma das pessoas e instituições reconhecidas pelos precedentes nobeis da paz.

Com dedicação irrestrita, com coragem e otimismo, foi capaz de preservar a convicção de que a ajuda humanitária pode fazer diferença e melhorar o mundo.

Suas virtudes inexcedíveis, o apego à segurança pessoal e a grande convicção no significado moral da ONU revelaram a grandeza de pretender exercitar o poder, mas sem a força.

Sua folha de serviço revela um profissional comprometido com as Nações Unidas e com a humanidade. Escolheu seus postos pelos desafios e dispensou sempre a retórica burocrática. Foi a campo, buscou as pessoas, enfrentou sofrimento, pobreza e dominação, mas encontrou esperança no olhar de cada criança refugiada, no desespero dos derrotados e fragilizados pelas guerras. Vieira de Mello exerceu seus ideais. Não esperou que lhe entregassem um mundo com menos diversidades: construiu-o como pôde.

Quando soube que Sérgio Vieira de Mello iria para o Iraque, mandei-lhe uma carta, em 26 de maio. Sugeri que informasse às autoridades que controlavam o país sobre a renda básica universal como uma contribuição para a reconstrução do Iraque. Dei como exemplo o que já ocorre no Estado americano do Alasca, onde todos os habitantes recebem uma renda anual vinda de parte dos **royalties** da exploração dos recursos naturais, principalmente o petróleo, do fundo que lá se constituiu desde 1976, o Fundo Permanente do Alasca.

Era essa, na minha opinião, a melhor maneira de os iraquianos terem acesso à maior riqueza de seu país, coisa que nunca havia acontecido. Sérgio me respondeu positivamente sim. Ele encaminharia a minha sugestão às autoridades decisórias que presentemente administram o Iraque. Também via aí uma saída para uma situação criada pelos homens e pelo horror da guerra. Via mais de uma vez que o saldo da guerra é o sofrimento humano, a dor das famílias, a fome, a falta de saúde, o atraso na educação, a destruição da vida dos civis, do povo, qualquer povo que quer ter – e tem – o simples direito à vida, esse direito que lhe tiraram. A guerra não é só um momento ruim. Ela marca gerações. Levará outras tantas para que um país e sua população sejam de novo o que já foram.

Acho que Sérgio entendia os libaneses, os cambojanos, os chechenos, os iraquianos – e os brasileiros, certamente. Creio que os autores do atentado, prezado Senador Pedro Simon, cometeram um trágico erro ao atacar a sede da ONU (Organização das Nações Unidas) no Iraque para matar Sérgio Vieira de Mello e outros funcionários daquele organismo, sob a alegação de que ele era o homem número um dos Estados Unidos. Tanto essa afirmação não condiz com a verdade que, quando Sérgio Vieira de Mello externava sua opinião acerca das tropas de ocupação, afirmava que elas deveriam sair do país o mais rapidamente possível. Em entrevista recente, quando perguntado como os iraquianos sentiam aquela presença, ele disse: "Eu não gostaria de ver tanques estrangeiros em Copacabana". Como é que poderiam estar dizendo que ele era ali simplesmente o homem número um dos Estados Unidos? Acho que, infelizmente, cometeram um erro dramático.

A indicação que ora se faz, nos termos do requerimento em apreço, apresenta ao mundo não apenas a síntese de um brasileiro que honra o seu País, mas sim a trajetória de um militante que escolheu a paz como cidadania e o trabalho como forma de exercê-la. Por ocasião da homenagem realizada diante do corpo de Sérgio Vieira de Mello no Rio de Janeiro, perante a sua senhora, Annie, seus filhos, sua mãe e perante o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva externou que Sérgio Vieira de Mello continuará, onde estiver, sua luta em busca da paz.

Estive por dez minutos em audiência com o Secretário-Geral Kofi Annan e transmiti a S. Exª o diálogo que havia tido com Sérgio Vieira de Mello. No último dia 1º de agosto ele havia me ligado e conversamos, por telefone, por uns vinte minutos. Ele disse a mim que a proposta de lá, se seguir o exemplo dos dividendos proporcionados pelo Fundo Permanente do Alasca, estava sendo muito bem aceita, que inclusive uma equipe do Banco Mundial havia estado ali e havia dito que era uma proposta factível e que recomendavam por ser viável. Mais do que isso. Em 23 de junho, o Administrador do Iraque, Embaixador Paul Bremer, anunciou na Jordânia, em palestra no Global Reconciliation Summit, que propunha aos iraquianos, conforme Sérgio Vieira de Mello havia sugerido a ele, a adoção de um sistema semelhante ao do Alasca, de dividendos proporcionados pelo fundo permanente ali criado. E é muito provável que essa proposta efetivamente venha a se realizar.

Assim, por todo o exposto, sendo conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do Requerimento nº 724, do Senador Pedro Simon – também o subscrevi e proponho que todos o façamos –, que solicita a esta Casa que proponha à Organização das Nações Unidas a indicação do nome do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto no dia 19 de agosto de 2003, em atentado terrorista contra a sede da representação da ONU no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Ressalto que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso fez proposição no mesmo sentido, na semana passada.

Felicito o Senador Pedro Simon pela iniciativa.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Acolho o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Antes de passar a palavra aos demais Senadores, leio o texto da indicação feita pelo Senador Pedro Simon em relação ao Embaixador Sérgio Vieira de Mello. S. Exª diz:

"Por sua dedicação às causas humanitárias e à democracia, por seu amor aos povos oprimidos pela guerra nos mais diferentes e distantes pontos do planeta, Sérgio Vieira de Mello se transformou, com seu sacrifício, em mártir da paz. É de justiça, portanto,

que seu nome seja indicado pelo Brasil para o Prêmio Nobel da Paz de 2003."

Penso que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vive um momento especial com esse voto extraordinário apresentado pelo Relator, Senador Eduardo Suplicy.

Antes de conceder a palavra ao nobre autor da matéria, Senador Pedro Simon, lembro o que disse recentemente o Teólogo Leonardo Boff: "Que o século XXI seja o século das mães, porque as mães não mandam seus filhos para a guerra".

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, felicito o Senador Eduardo Suplicy. O nobre Líder nos honra com sua presença e com a feliz exposição.

Disse bem o Presidente desta reunião que a Comissão vive um momento especial. Como bem salientou o Relator no seu excepcional parecer, o mundo inteiro anualmente indica pessoas que se credenciaram por seus atos, por sua bravura a favor da paz e do entendimento da humanidade para concorrer a Prêmio Nobel da Paz.

Penso que dificilmente se poderá fazer uma comparação entre as várias indicações importantíssimas e a que hoje se faz aqui, do representante brasileiro, pela própria circunstância. Sérgio Vieira de Mello morreu em combate pela paz. Não apenas prestou serviços ao mundo, trabalhou uma vida inteira, mas trabalhou durante toda a sua vida e morreu em serviço em prol da causa por que trabalhava.

É claro que nos sentimos honrados e orgulhos por ser ele um brasileiro. Sofremos tristeza e mágoa. Os elogios que o mundo inteiro oferecem ao seu nome nos atinge. Na verdade, na verdade, Vieira de Mello morreu como cidadão do mundo. Não era um Embaixador brasileiro – temos muitos e brilhantes, diga-se de passagem, que prestarem importantes serviços –, não era nem do Itamaraty. Seu pai prestou serviços ao Itamaraty, foi Embaixador. Dizem que o fato de seu pai ter sido cassado pelo movimento de 1964 tê-lo-ia levado, em vez de fazer concurso para o Itamaraty, a ficar pela Europa e fazer concurso e ser funcionário da ONU e chegar a ser um alto funcionário da ONU.

Vejo que ele foi um cidadão do mundo. Um homem que, com o correr dos tempos, era o indicado para as missões mais difíceis, nas missões mais graves, nas decisões mais dramáticas, nas decisões que exigiam mais diplomacia, fossem elas perigosíssimas, como era essa, fossem elas dificílimas, como o Timor Leste, que poderia terminar como Angola, com uma luta interna e havia já esse início. E ele foi lá com a mais absoluta competência, pacificou, fez com que se realizassem eleições, praticamente deu posse ao eleito. E é hoje considerado a pessoa mais importante do Timor Leste.

Então, um homem como este teve toda a vida dedicada à paz, porque ele buscou, ele não tinha obrigação. Se é um embaixador, é obrigado a estar porque está cumprindo a sua missão. Ele foi ao Iraque naquela situação dramática porque ele aceitou, nada o obrigava. Aliás o Secretário-Geral da ONU disse que o convidou reconhecendo que ele era o único que tinha condições para desempenhar aquele papel. O único. Mas que ele reconhecia que ele poderia não aceitar, até porque o papel era realmente muito difícil. Mas ele aceitou. Então, era um cidadão do mundo, lutando pela paz no mundo e tombando exatamente na sua missão mais difícil e mais dramática.

Vendo depois na televisão os momentos finais, aquele homem ali debaixo dos escombros, falando para cima e não dizendo quem era, apenas perguntando se morreram muitos ou não. Ele ali recebendo gotas d'água. É uma morte que... eu sou cristão. Que coisa emocionante aquelas duas horas que ele passou ali, com as pernas quebradas, sem pode se arrastar, com o corpo inteiro que poderia, se não fossem as pernas, ter saído. As pessoas ali em cima falando com ele e não conseguindo chegar onde estava.

Dizem que suas palavras até o final foram de compreensão, de paz, de querer saber como estavam as outras pessoas, despreocupado com a sua situação.

Penso, Sr. Presidente, ser muito difícil encontrar algo contrário a sua indicação. A justificativa de que contraria a tradição do Prêmio Nobel é entregar o prêmio a pessoas vivas, e no caso ele já está falecido, tem um antecedente, que foi o próprio Secretário-Geral da ONU, que, depois de morto, recebeu o prêmio.

Nobre Presidente, penso que, afora aprovarmos – e claro que aprovaremos –, afora o plenário aprovar – e claro que aprovará –, seria o caso de a direção desta Comissão solicitar que fossem feitos abaixo-assinados com a aprovação na Assembléia Legislativa, nos colégios, nas universidades, nas entidades – há pessoas importantes como o próprio Fernando Henrique Cardoso –, nos parlamentos latino-americanos. Desejaria que isso fosse algo que representasse o movimento da paz em todo o mundo, e não fosse apenas do Brasil. Era isso o que eu dizia, com a enorme responsabilidade de ver que há pessoas como essa.

Chamo a atenção para o nosso Brasil. Um brasileiro como esse nem sabíamos que existia! Quantos brasileiros, quantos heróis, quantas pessoas com imensa capacidade de ação, funcionários ou não, que estão à espera de uma oportunidade e, infelizmente, ela não aparece.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Colhidas as palavras do eminente autor, Senador Pedro Simon.

O Senador Eduardo Suplicy, como Relator, já se manifestou.

Consulto se algum dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra. (Pausa)

Não havendo, coloco em votação matéria que fala das virtudes humanas.

As SRAs e Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

Neste momento, transfiro novamente a Presidência ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Ainda há na pauta um importante requerimento do Senador Hélio Costa, referente ao acidente de Alcântara.

Quanto ao requerimento do Senador Pedro Simon, solicito à Secretaria da Mesa, desde pronto, que providencie, junto à assessoria do Senado, a tradução para o inglês da indicação do Senador Pedro Simon, bem como do parecer a respeito. Uma vez que o Plenário o aprove, será importante o Senado Federal encaminhar a matéria, em inglês, para a Academia do Prêmio Nobel apreciá-la o quanto antes. Inclusive vamos pedir que possa ser tramitado no plenário desta Casa o quanto antes.

O Requerimento nº 28, do Senador Hélio Costa, requer, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, incisos III e V, da Constituição, combinado com os arts. 110 e 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Exmºs Sr. Ministro da Defesa, José Viegas Filho, e o Presidente da Comissão destinada a investigar as causas do acidente ocorrido na Base de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, o Coronel Antônio Carlos Cerri, para exporem e debaterem, nesta Comissão, em caráter reservado, as circunstâncias que levaram à explosão ocorrida em 22 de agosto de 2003.

Serão solicitadas as informações ao Ministério da Defesa e ao comando da Base de Alcântara sob a presença de navios de bandeiras estrangeiras na Baía de São Marco, em Alcântara, na hora do acidente.

Informo que, na Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo Senador Ney Suassuna, há requerimento de teor semelhante já aprovado e que inclui também o Ministro da Ciência e Tecnologia.

Na Comissão de Educação, também há requerimento de natureza semelhante. Portanto, podemos apreciar esse requerimento, acrescentando, sugiro, o nome do Ministro Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia, propondo, assim, uma reunião conjunta se aprovado o requerimento das três referidas Comissões.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, concordo com a proposição de V. Exª, de que façamos uma reunião conjunta das três Comissões que pretendem ouvir autoridades diretamente relacionadas com esse lamentável acidente ocorrido na Base de Alcântara.

Eu queria ressaltar, Sr. Presidente, o item 2 da minha proposta, porque preciso explicar, justificar, na realidade, esse requerimento. Lerei até, se V. Exª me permite, de forma bem pausada, o que é a proposta do inciso II, eu diria assim, do meu requerimento: "Sejam solicitadas informações ao Ministério da Defesa e ao Comando da Base de Alcântara sobre a presença de navios de bandeiras estrangeiras na Baía de São Marcos, em Alcântara, na hora do acidente."

É extremamente importante, Sr. Presidente, que o Comandante da Base e o Ministro da Defesa, Senador Pedro Simon e Senadora Lúcia Vânia, venham aqui nos dar essa informação. Por uma razão: há dois anos, eu era Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados quando ocorreu o primeiro acidente na Base de Alcântara, exatamente no dia 02 de dezembro de 1997 – há três ou quatro anos, portanto. O VLS, o Veículo Lançador de Satélites que estava sendo testado naquele momento, explodiu. Na Baía de São Marcos, havia embarcações de vários países, notadamente daqueles que são os naturais concorrentes do Brasil nesse extraordinário mercado internacional de US$32 bilhões anuais, o mercado de lançamento de satélites espaciais. Havia embarcações americanas, francesas, japonesas, ucranianas e de vários países que estão, neste momento, disputando esse grande filão. Um dos navios chegou até a ser identificado pelo Governo brasileiro, pela Agência Brasileira de Inteligência como sendo uma embarcação americana que levava o nome de "Puebla".

Por que faço essa observação, Sr. Presidente? Porque recebi, naquela época, como Presidente da Comissão, inúmeras informações de pessoas que estavam envolvidas, de uma maneira ou de outra, nos

estudos relativos ao nosso programa espacial, que eram técnicos em informática, professores de engenharia eletrônica, que indagavam se tínhamos procurado averiguar o que faziam essas embarcações na Baía de São Marcos no momento em que houve o primeiro acidente com o Veículo Lançador de Satélite, em Alcântara, porque todos esses técnicos estavam absolutamente convencidos de que hoje, neste momento, com a tecnologia existente de comando à distância, é perfeitamente possível, fácil até, fazer-se uma interferência eletrônica no momento de um lançamento, ou até mesmo na seqüência de disparo de um foguete.

Não citarei nem o país nem a autoridade, mas se necessário, a portas fechadas, poderei fazê-lo, porque tenho as informações, mas se trata do chefe do Estado Maior de uma grande nação, a qual, segundo ele, teria por objetivo impedir as guerras. "E como se impedem as guerras?", diz ele. "Atuando de todas as formas, inclusive interferindo em lançamentos de foguetes." E diz ele, especificamente: "Podemos destruir um foguete que está para ser lançado."

A tecnologia existe. É tão simples entender essa tecnologia, Sr. Presidente, que a seqüência de lançamento de um foguete, como o que explodiu na hora do lançamento em Alcântara, é conduzida por computadores. Se se inocular nesse computador, Senador Pedro Simon, um vírus destinado a paralisar, interromper ou, de certo modo, alterar o processo de lançamento num dia determinado, esse computador está condenado. Ele fará rigorosamente o que estiver programado.

Sr. Presidente, neste momento de dor que estamos vivendo, com a morte de 21 técnicos competentíssimos, bravos pesquisadores, cientistas, que deram suas vidas para um Programa tão importante para o Brasil, eu não quero fazer nenhuma conjectura de que algo absurdo como isso tenha ocorrido.

Eu quero apenas, Sr. Presidente, que todas as pedras sejam levantadas. Que, ao se fazer uma investigação, como a que está sendo feita – pois espero que ela tenha sido determinada nesses termos –, que ela apure todas as possíveis causas deste acidente. Esse acidente, na verdade, vem atrasar o Programa Espacial Brasileiro de maneira lamentável. Alcântara está, como todos sabem, em um local privilegiadíssimo no globo, debaixo da linha do Equador. Nós todos sabemos que conseguimos ali colocar em órbita uma carga que é, pelo menos, 50% mais pesada do que a carga que se coloca em qualquer lugar do mundo, e com menos combustível, diga-se de passagem. Por essa razão técnica, Alcântara é tão importante para todos nós.

Nós, lá na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, defendemos intransigentemente a Soberania Nacional, impedindo praticamente – com o relatório do então Deputado Valdir Pires – que se fizesse um acordo entre, especificamente, o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e o Governo Americano, pois ele era ruim para o Brasil, feria a Soberania Nacional, e não permitia que o lucro que se poderia obter do empréstimo dessa base, que era de US$ 12 milhões ao ano, pudesse ser aplicado no desenvolvimento do nosso foguete. Automaticamente, ela já é uma cláusula nociva aos interesses nacionais, porque receberemos um dinheiro e quem dirá onde podemos empregá-lo é quem está pagando o aluguel. Mais do que isso: pela cláusula do contrato que, se não me engano, era a cláusula 14, nós não poderíamos sequer entrar na base sem ter a autorização do Governo Americano. O brasileiro tinha de pedir crachá em Washington para entrar na base de Alcântara. Tudo isso foi discutido amplamente na Comissão. O Plenário da Comissão se negou a aprovar o acordo e o enviou para a Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados que o mandou, na verdade, para a Presidência da Câmara, e está lá para ser votado até hoje.

Fizemos nosso trabalho na Comissão de Relações Exteriores. Naquele momento, o que nos chamava a atenção era exatamente esse interesse internacional na questão do lançamento de foguetes, pois são apenas cinco países, Senador Pedro Simon – somente cinco países -, possuem essa qualificação e as condições técnicas de fazer isso. O Brasil é um deles. Ele pode, sim, ser capaz de colocar em órbita um satélite. Esse segmento é milionário. Ele pode trazer muito lucro para o Brasil. Não temos nenhuma pretensão belicosa com os nossos foguetes; mas, na verdade, os nossos adversários entendem que, quem tem capacidade de colocar um satélite em órbita, possui condições de colocar uma bomba na cabeça deles. Este veículo portador de satélites é também um veículo portador de bombas; de qualquer bomba.

Eu fico extremamente preocupado, pois não sei o que está ocorrendo com esta Comissão de Inquérito. Eu gostaria, portanto, que eles viessem aqui esclarecer para os Srs. Senadores, porque, aqui, no Congresso Nacional, iremos continuar insistindo com o Programa brasileiro; é aqui que continuaremos apoiando e que queremos que o Brasil continue participando, sim, desse extraordinário filão, que é o lançamento de foguetes e de satélites. Mas, eu gostaria de saber o que ocorre no momento da explosão. Ou

seja, se esses navios estrangeiros estavam lá, no dia, e se eles podem ter feito alguma interferência por rádio. Nós não podemos nos esquecer que, na virada do século passado, há cem anos, Marconi, que inventou o rádio, conseguiu acender o Cristo Redentor com um sinal de rádio emitido da Itália. Isso ocorreu há cem anos! Agora, imaginem hoje, o que não se pode fazer. Recentemente, vimos que, em Israel, conseguiram detonar o celular de um líder palestino. Emitiram um sinal de rádio para o celular e o celular explodiu.

Então, temos, sim, de fazer essa pergunta, até porque vou encerrar a minha exposição, Sr. Presidente, lembrando que, quando moço, eu era um leitor ávido de Sir Arthur Conan Doyle, autor do famoso detetive da Scotland Yard, Sherlock Holmes. Eu me recordo de que me deparei uma vez com uma frase de Conan Doyle na boca de Sherlock Holmes que dizia algo extraordinário: "quando eliminamos o impossível, o que resta, mesmo sendo improvável, tem de ser a verdade".

Eu fico com essa argumentação, Sr. Presidente, porque é fundamental que se faça essa investigação detalhada sobre a presença de barcos estrangeiros na baía de São Marcos no dia do acidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

Então, estamos com o entendimento de que o Ministro Roberto Amaral também está no requerimento de V. Exª?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sem dúvida. Eu posso fazer um adendo aqui e incluí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E a reunião será conjunta com as três comissões. Inclusive, parece-me que podemos fazer na próxima quinta-feira. Será na forma de convite. Então, se as autoridades mencionadas puderem, em princípio, marcamos para quinta-feira que vem. Eu conversei com os demais presidentes de comissões, e S. Exªs estão de acordo.

O Senador Pedro Simon tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, eu gostaria de endossar tudo o que foi dito pelo bravo companheiro e dizer que, na verdade, S. Exª levanta uma questão tremendamente importante. Interessante que quando aconteceu o fato, a nossa primeira reação foi negativa. Pensamos em fracasso; falta de competência, disso e daquilo.

O positivo é que o Governo Lula e todos os demais não tiveram uma palavra de crítica com relação ao Governo anterior: não, é porque faltou verba, faltou isso ou aquilo. E justiça seja feita, também do lado de cá, não houve nada com relação ao Governo, foi culpa daqui ou de lá.

Desde o início se vê e se sente que algo de muito estranho aconteceu. Os argumentos apresentados pelo Senador são de estarrecer. Não há dúvida de que, talvez, nós estejamos aqui a fazer a primeira averiguação no mundo desse tipo de ação. Mas que é muito viável, é. Que é muito possível, é.

O esforço que eles fizeram para a base de Alcântara ser americana nós sabemos que foi real. A forma grotesca como eles agiram, porque o que nós queríamos era tão insignificante: usar a mais ou a menos aquela importância no próprio projeto. Houve a tentativa de impedir brasileiros de entrar ali, exigindo que viesse a licença de fora. Eles estão acostumados a agir assim.

Na verdade, todas as dependências que hoje os americanos ocupam na África, na Ásia e aqui na América são dessa natureza. Na realidade, trata-se de continuação de território americano. É como se o território fosse uma imensa embaixada americana.

E eles se surpreenderam com a reação brasileira. O interessante é que a reação brasileira aqui no Congresso foi tranqüila, unânime e pacífica; não foi passional, mas absolutamente racional. Nós caminhamos para o terreno da mais absoluta racionalidade.

Agora, eu acho que, sem paixão ou alucinação, o que o Senador Hélio Costa está apresentando realmente é muito sério. Primeiro, as nossas entidades e autoridades precisam ter – perdoem-me a franqueza – a coragem de levar isso às últimas conseqüências e de mostrar os termos do plausível. Já é interessante o fato de que as entidades, até agora, não notaram nem erro humano, nem erro de operação, nem erro instrumental. Até agora, em todas as análises feitas, não há razão plausível apresentada.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O curioso também é que, de tudo o que li sobre o acidente, falta uma explicação lógica. Um motor, seja um motor de um veículo lançador de satélites ou qualquer motor, não começa a funcionar sem acionamento. Evidentemente, ele não tem um dispositivo – seria uma grande novidade para mim – que o faz entrar em autocombustão, sem ser provocado. Se esse motor começou a funcionar, alguma coisa fez com que ele começasse a funcionar. Se não houve erro técnico, erro humano,

como esse motor começou a funcionar? É outra coisa que precisa ser esclarecida.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se não houve sabotagem, uma sabotagem interna, alguma coisa aconteceu. E não me lembro de antecedentes em lugar algum do mundo de alguém querer fazer esse tipo de investigação, mas não há dúvida nenhuma... Há pessoas que dizem que, mais importante do que o petróleo no Iraque, a guerra era necessária para constatar-se o aperfeiçoamento dos aparelhos com relação à última guerra do Iraque. A modernização tinha sido feita de tal maneira que eles precisavam ter uma demonstração, uma prova – que ainda não deu certo, porque o que eles querem é chegar ao risco zero, ou seja, fazer uma guerra dessas, que não é guerra, em que não morra um cidadão do país.

Por isso, sou totalmente solidário, Sr. Presidente. E iria além de ser solidário: não digo que se nomeie uma comissão, mas que, nessa reunião a ser realizada, seja designado um grupo de Parlamentares para acompanhar os trabalhos. Um grupo de Senadores ficaria designado para acompanhar os trabalhos a serem feitos pelo Governo, até para auxiliar, ajudar, colaborar, para ter conhecimento e trazê-lo para cá.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Talvez também fosse adequado que esse grupo de trabalho a ser instituído fizesse uma visita a Alcântara, para verificar a necessidade sentida pela população de estar mais bem informada a respeito dos riscos da base ali existente. Os alcantarenses também se preocupam com outros aspectos, segundo expressaram muitos de seus representantes, inclusive o Deputado Domingos Dutra, ex-Deputado Federal e hoje Deputado Estadual pelo Maranhão. Ele esteve aqui e expressou que os cidadãos de Alcântara querem ser ouvidos e até consideraram vir a esta Comissão. Contudo, talvez fosse mais fácil que esse grupo de Senadores visitasse a cidade, dada a relevância da situação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

Ainda há dois itens na pauta. Gostaria de saber se os Senadores podem trabalhar um pouco mais, antes do almoço. Se os Senadores estiverem de acordo, então solicito...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só que não é antes do almoço, Sr. Presidente, é durante o almoço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem, mas não poderei hoje fornecer o almoço. (Risos)

Se quiserem, podemos continuar.

Vamos ver se conseguimos fazer rapidamente o Item 2, da extrapauta, também do Senador Hélio Costa, que requer voto de louvor à proposta do ex-Chanceler israelense Shimon Peres de internacionalização da parte antiga da cidade de Jerusalém, com vistas à cessação das hostilidades árabe-israelenses. O Senador Flávio Arns é o Relator. Pediria ao Senador Rodolpho Tourinho que possa ler o seu parecer como Relator **ad hoc**.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É submetido ao exame desta Comissão o Requerimento nº 626, de 2003, do Senador Hélio Costa, que requer, com base no art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor à proposta do ex-chanceler israelense Shimon Peres de internacionalização da parte antiga da cidade de Jerusalém, com vistas à cessação das hostilidades árabes e israelenses.

O requerimento em tela tem como justificativa que a proposta advinda da Resolução nº 181 da Assembléia Geral das Nações Unidas de colocar a cidade de Jerusalém sob a tutela dessa organização internacional contribuirá muito para a construção da paz na região. Assim sendo, a posição de Shimon Peres de reforçar parcialmente essa alternativa para a parte antiga de Jerusalém é de extrema importância por seu peso político.

Na análise, a proposta de internacionalização da cidade de Jerusalém, de fato, foi sempre uma alternativa pensada para a região. A Resolução nº 181, de 1947, da Assembléia Geral das Nações Unidas, determinava na sua parte terceira que a cidade de Jerusalém, mais vilarejos e cidades circundantes, deveria ser estabelecida como ente separado, sob regime internacional especial, a ser administrada pelas Nações Unidas. Um dos objetivos centrais era o de preservar e proteger o patrimônio religioso das três grandes crenças monoteístas: a cristã, a judaica e a muçulmana e, dessa forma, evitar conflitos de natureza religiosa. Nesse espírito, a cidade de Jerusalém seria desmilitarizada e declarada neutra.

Essa solução, frustrada desde 1950, representa um passo significativo para a busca da paz na região, motivo que torna a posição por parte de Shimon Peres da retomada parcial do formulado pelas Nações Unidas de grande significação, pois é pessoa de renome no plano internacional, ex-dirigente de Israel,

justamente o país que colocou óbices à internacionalização da cidade de Jerusalém.

Votamos pela aprovação do Requerimento nº 626, de 2003.

O Relator é o Senador Flávio Arns.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, entendo que não há muito mais o que acrescentar à proposição. Ela atende, na realidade, a um momento internacional muito delicado.

Há cerca de dois anos, estive em Israel com o Ministro das Relações Exteriores Shimon Peres e senti que este era o grande projeto de paz que ele tinha para a região do Oriente Médio. Vejo que, quando ele colocou esse plano em toda a mídia internacional, há cerca de três semanas, todos os jornais do mundo cobriram essa proposta de Shimon Peres. Ela vem rigorosamente de encontro ao que há de mais nobre para se alcançar a paz no Oriente Médio, ou seja, pegar a parte antiga de Jerusalém, que é uma disputa bíblica, que é uma disputa de religiões, e colocá-la sob a tutela da ONU, onde todos teriam liberdade nas suas crenças, vivenciando a sua história dentro da antiga Jerusalém, e a moderna Jerusalém dividida entre árabes e palestinos. Não existe absolutamente nada mais correto, mais objetivo, mais simples do que essa proposta de Shimon Peres.

Foi por essa razão que fiz esse requerimento. Devemos levar a ele a certeza de que a Comissão de Relações Exteriores do Senado está acompanhando o seu trabalho pela paz no Oriente Médio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, felicito o Senador por mais esta importante manifestação. Se fossem cumpridas à risca as decisões tomadas na criação da ONU, Presidente da Liga das Nações Oswaldo Aranha, a situação do Oriente Médio teria sido infinitamente diferente, e estaríamos vendo um mundo muito mais favorável à paz do que hoje. Lamentavelmente, como as decisões não foram cumpridas, não se criou o Estado Palestino e dali se afastaram milhões, que ficaram sem lar e que ocuparam o Líbano e outras regiões. A partir daí, e até o presente momento, o conflito é permanente. Mas, dentro desse contexto, o ponto principal, eu não tenho nenhuma dúvida, é Jerusalém. E é claro que o ideal é que a ONU aprovou toda Jerusalém. Mas a proposta do Simon Peres, a parte sagrada de Jerusalém, a parte antiga de Jerusalém, já é uma grande saída. Sabemos que Israel transformou, à revelia da ONU, Jerusalém em capital de Israel, embora até hoje a imensa maioria das embaixadas esteja em Tel Aviv. O governo de Israel está em Jerusalém como capital. Por isso creio que se essa saída fosse encontrada, se a parte antiga, a parte histórica, a parte sagrada de Jerusalém fosse considerada um território internacional das ONGS, e, diga-se de passagem, Sua Santidade o Papa vem defendendo isso há muito tempo, em apelos permanentes como fórmula de entendimento e como fórmula de paz, acho que seria realmente muito importante. Por isso, dou integral solidariedade, embora a minha tese seja a de cumprimento de toda decisão da ONU, a proposta de Simon Peres, partindo de quem parte, seria algo altamente positivo neste momento no Oriente Médio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2003, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para viabilização da construção e operação de novas travessias rodoviárias sobre o rio Uruguai celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2002. Relator: Senador João Alberto Souza. Peço a gentileza da Senadora Lúcia Vânia ser a relatora **ad hoc**. O parecer é favorável.

A SRA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Acredito que podemos dispensar o relatório. Eu me reservaria a ler o voto:

"Por todo o exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2003 (PDC 1.688, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para viabilização da construção e operação de novas travessias rodoviárias sobre o rio Uruguai celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000".

O relatório opina favoravelmente ao Decreto Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As SRAs e os Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os demais itens da pauta estão adiados.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

Ata da Nona Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia onze de setembro do ano de dois mil e três, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Educação, sob a Presidência dos Senhores Senadores **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY e MARCELO CRIVELLA**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **MOZARILDO CAVALCANTI, JEFFERSON PÉRES, JOÃO ALBERTO SOUZA, LÚCIA VÂNIA, JUVÊNCIO DA FONSECA, MARCO MACIEL, TIÃO VIANA, RODOLPHO TOURINHO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, FLÁVIO ARNS, HELOÍSA HELENA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO CAPIBERIBE, ARTHUR VIRGÍLIO, FERNANDO BEZERRA, JOSÉ AGRIPINO, MARCELO CRIVELLA, DUCIOMAR COSTA, HÉLIO COSTA, TASSO JEREISSATI, EDISON LOBÃO e AUGUSTO BOTELHO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Os Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **EDUARDO AZEREDO** fazem uso da palavra para tratar de assuntos pertinentes à Comissão. Inicia-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 01** – Mensagem Nº 153, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana de Venezuela." O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **TIÃO VIANA**, relator da matéria, que faz a leitura do relatório. Passa-se, então, para a apreciação do item seguinte e posteriormente dar-se-ão as exposições dos Embaixadores. **Item 02** – Mensagem Nº 154, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca". O Relator, Senhor Senador **MARCO MACIEL,** faz a leitura do relatório. Na seqüência, o Senhor Embaixador **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES**, faz sua exposição de motivos, seguida pela exposição do Embaixador **MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY.** Por decisão do Plenário, a argüição dos Embaixadores não será em reunião secreta. Procede-se a argüição dos Embaixadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **MOZARILDO CAVALCANTI, EDUARDO AZEREDO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, JUVÊNCIO DA FONSECA, MARCELO CRIVELLA, AUGUSTO BOTELHO e MARCO MACIEL.** O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores **JUVÊNCIO DA FONSECA e AUGUSTO BOTELHO** que escrutinem os votos. O Senhor Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA** comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade. Faz uso da palavra o Senhor Embaixador **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES**. A reunião torna-se secreta para apreciação dos itens de **Extra-pauta. Item 01** – Aviso N° 15, de 2002 e Aviso N° 30, de 2003, assunto em caráter reservado e **Item 02** – Aviso N° 26, de 2002, assunto em caráter confidencial. Reaberta a sessão em caráter público, o Presidente comunica que os dois itens foram aprovados. Sendo assim, encerra-se a reunião às 12 horas e 52 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Nona Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia onze de setembro do ano de dois mil e três, às nove horas e trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passemos agora à apreciação das matérias da pauta.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Apenas para uma informação de V. Exª. Os jornais de hoje noticiam que haveria compromisso do Presidente da Nigéria de indultar Amina Lawal e que, em seguida, o Brasil concederia asilo a ela. Parece que V. Exª ou uma comissão conversou com o Embaixador da Nigéria. Receberam alguma indicação nesse sentido, desse compromisso do governo nigeriano? Eu digo isso, Sr. Presidente, porque tenho uma grande preocupação com o risco de vida que corre aquela mulher.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É muito importante a questão para a qual V. Exª chama a atenção. Nós, de fato, aprovamos aqui solicitação nesse sentido, aprovada também em Plenário, e a encaminhamos ao Embaixador. Naquela semana o Embaixador não estava presente em Brasília. Então, foi por ofício o comunicado em que o Senado Federal solicita seja dado o indulto para aquela senhora, para que ela não fosse, portanto, condenada à morte, inclusive comunicando o apelo para que pudesse ela ser asilada no Brasil.

O SR. JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Pois é, dizem os jornais de hoje que parece que já haveria uma decisão do governo nigeriano, do Presidente da República, de indultá-la. Se V. Exª não tem informação, eu lhe pediria que entrasse em contato com o Itamaraty, porque estava marcado para o dia 25, parece-me, o fuzilamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço V. Exª por ter levantado o assunto. Quero, inclusive, informar, Senador Jefferson Péres, que, tendo em conta o requerimento de V. Exª para que possamos ouvir a Embaixadora do México, SRA Cecília Soto Gonzáles, em princípio, fica marcado, e já está convidada, para a próxima quinta-feira, às dez horas, o depoimento dela sobre os efeitos, para o México, da criação do Nafta. Eu gostaria de informar que temos hoje, além dos constantes da pauta, há outros dois assuntos que a própria Secretaria da Mesa solicitou, em caráter reservado, tendo, um, o parecer do Senador Arthur Virgílio e o outro, o parecer do Senador Jefferson Péres, que poderíamos ver, rapidamente, após a oitiva dos dois Srs. Embaixadores.

Temos hoje a mensagem que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Embaixador João Carlos de Souza-Gomes e do Sr. Marcos César Meira Naslausky; o primeiro para a República Bolivariana de Venezuela e o segundo para ser Embaixador no Reino da Dinamarca.

Pergunto aos Srs. Senadores se avaliam que possamos, primeiramente, ouvir a exposição de ambos em reunião aberta, para, então, prosseguirmos com a reunião reservada. Se todos estiverem de acordo, convidamos, por favor...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu gostaria só de dar uma primeira informação aqui. Há quinze dias, os Senadores Eurípedes Camargo, Leonel Pavan, Sérgio Guerra e eu participamos de uma missão a Taiwan, onde pudemos ter um contato com o Ministro das Relações Exteriores e aproveitamos para relatar aquela questão, de pedir rapidez na questão daquele menino brasileiro do Rio Grande do Sul, cuja mãe havia morrido, e o pai o levou para conhecer a família em Taiwan – isso foi noticiado pela imprensa, pela televisão. O pai morreu lá, e os tios do menino o seguraram em Taiwan. Existem duas decisões da justiça de Taiwan, em primeira e segunda instância, dando ganho à avó do menino, que é brasileira, para que ele seja repatriado para cá. Foi importante o pedido da Deputada Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul, que acompanha o assunto. Solicitamos ao Ministro que, em nome do Senado, pedisse rapidez maior da tramitação, para que a situação seja resolvida e esse brasileiro que se encontra lá de maneira indevida, uma vez que a avó é quem tem o direito a tê-lo junto a si, tenha o assunto resolvido.

Eu queria somente noticiar V. Exª, como Presidente da Comissão, sobre essa questão que interessa ao Brasil e que está sendo bem acompanhada pelo nosso Ministro-Conselheiro Paulo Costa Pinto, que está em Taiwan pagando pelo Brasil o advogado de defesa dessa criança.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo pelas informações e aos Senadores que lá estão pelas providências tomadas.

Eu gostaria muito de tomar as providências necessárias para dar o apoio à continuidade das medidas de atenção ao caso.

Sejam bem-vindos os Srs. Embaixadores João Carlos de Souza-Gomes e Marcos César de Meira Naslausky.

Peço à Senadora Heloisa Helena a gentileza de ler o parecer do Senador Tião Viana a respeito do Embaixador João Carlos de Souza-Gomes.

S. Exª chegou. (Pausa)

O Senador Tião Viana tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, é uma satisfação poder ser o Relator da Mensagem nº 153, de 2003, do Senhor Presidente da República, que aprecia a indicação do Embaixador João Carlos de Souza-Gomes, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação do Senhor Presidente da República do nome do Sr. João Carlos de Souza-Gomes, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores enviou o extenso e detalhado currículo sobre os quase 30 anos em que o Embaixador João Carlos de Souza-Gomes vem prestando, como diplomata de carreira, relevantes serviços ao Itamaraty. Cumpre-me destacar do **curriculum vitae** do Embaixador João Carlos de Souza-Gomes os seguintes aspectos: após ingressar no Instituto Rio Branco, em 1974, galgou todos os postos da carreira por merecimento, tendo sido sempre o primeiro diplomata de sua turma a alcançar os diferentes níveis da carreira e o primeiro a chegar ao posto de embaixador, em junho de 1999. Ocupou quase uma dezena de postos de chefia, seja no exterior seja no Itamaraty, em Brasília. Ao longo de sua carreira exerceu por três vezes, as duas primeiras como chefe interino e a terceira como titular, a função de Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso. Também no Itamaraty, em Brasília, chefiou unidades ligadas a organismos internacionais e às Nações Unidas, e integrou a Secretaria-Geral e o Gabinete do Ministro.

No exterior, o Embaixador João Carlos de Souza-Gomes cumpriu inúmeras missões transitórias e permanentes. Dentre as transitórias, destaco a particularmente delicada, em 1981, quando foi designado para observar o inócuo golpe militar ocorrido no Suriname e suas repercussões sobre o relacionamento daquele país com o Brasil. De missões altamente sensíveis e com elevados riscos lhe foram confiadas duas outras. A primeira, em 1982, por ocasião do seqüestro do Embaixador brasileiro na Guatemala por guerrilheiros que ameaçavam sua vida, tendo negociado e obtido sua libertação e a de demais funcionários da embaixada em tempo recorde, em menos de 72 horas. A segunda, e mais recente, em 1998, que mereceu ampla repercussão nos meios de comunicação, também de grande delicadeza e risco, foi a de negociar e conseguir do governo da Costa Rica a localização, a prisão e a extradição para o Brasil da megafraudadora do INSS, Jorgina Freitas, responsável pelo desvio de quase US$700 milhões dos cofres da Previdência.

Serviu na Delegação Permanente do Brasil junto à Unesco, em Paris, onde logrou, dentre outros feitos, recursos para a recuperação e a restauração de cidades históricas como Olinda e Ouro Preto e a memorável inscrição de Brasília como o primeiro e único conjunto urbano do mundo no Século XX, considerado patrimônio da Humanidade. Chefiou e participou de mais de 80 delegações em reuniões internacionais sobre os mais diferentes temas da Agenda Internacional em Nova Iorque, Genebra, Paris, e em diversas cidades latino-americanas. Chefiou, durante mais de dez anos, importantes postos no exterior, como o Consulado-Geral em São Francisco, o Consulado-Geral em Montevidéu, o Escritório Financeiro em Nova Iorque e a Embaixada do Brasil na Costa Rica, considerado o seu tempo de carreira no exercício do cargo de embaixador e diplomata do Itamaraty que mais tempo ocupou postos de chefia no exterior e um dos mais condecorados da Casa de Rio Branco.

Da mensagem em apreço, consta, ainda, informações sobre a política interna venezuelana, entre as quais convém destacar a crise institucional que começa a ser solucionada em virtude de acordo político de 29 de maio último, celebrado entre o governo e a oposição. O relatório ressalta a importância na solução da referida crise no grupo de países amigos, integrados por Brasil, Estados Unidos, México, Chile, Espanha e Portugal, e no qual o Brasil tem papel de destaque. Em termos de relações bilaterais, o documento destaca a importância da parceria entre Brasil e Venezuela, citando que, desde o Protocolo de Las Guzmania, assinado em 1994, o Brasil constituiu com o país vizinho uma agenda ampla e diversificada. O relatório do Itamaraty assinala que nela sobressaem os esforços de integração física e energética, com destaque para as iniciativas de desenvolvimento fronteiriço, cooperação técnica, proteção do meio ambiente e os empreendimentos econômicos e comerciais.

Sem dúvida, convém registrar a importância da Venezuela para o Brasil. Trata-se de um dos principais fornecedores de petróleo a empresas brasileiras,

que tem se envolvido em operações de grande magnitude naquele país com a construção da segunda ponte sobre o rio Orinoco, a extensão dos metrôs de Caracas e Los Teques, e a exportação de máquinas agrícolas e equipamentos eletrônicos. Apesar da crise institucional que assolou a Venezuela em 2002, com impacto negativo em nossas relações comerciais com o país vizinho, novas oportunidades aparecem à medida que se normaliza a situação interna venezuelana. Não podemos desconsiderar a relevância daquele país para um processo sul-americano de integração, no qual a aproximação entre o Mercosul e a Comunidade Andina passa necessariamente pelo eixo Brasília-Caracas.

Em termos territoriais, convém lembrar que a nossa fronteira estende-se por 2.220km. Compartilhamos importante parcela da Amazônia, uma área para a qual devemos estar atentos, sobretudo em virtude de interesses internacionais nas riquezas da região. Nesse sentido, é fundamental a integração entre os dois países para a defesa de suas soberanias.

Finalmente, no âmbito político é grande a proximidade entre o Brasil e a Venezuela, com destaque para os vínculos de amizade entre os dois povos e os seus governantes. O Presidente Hugo Chávez, uma das primeiras lideranças latino-americanas, foi um dos primeiros chefes de Estados recebidos no Palácio do Planalto por ocasião da posse do nosso Presidente Lula, em janeiro último. O governo venezuelano percebe no Brasil um importante ator do cenário sul-americano no plano internacional.

A Venezuela já deixou claro, por exemplo, que apóia o ingresso do Brasil na condição de membro permanente da ONU. Ademais, os discursos brasileiros e venezuelanos são muito próximos no que concerne ao projeto da Área de Livre Comércio das Américas, Alca.

Em resumo, a Venezuela é um importante parceiro para o Brasil no contexto internacional e devemos estar atentos para o incremento de nossas relações bilaterais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Sr. Presidente, além do relatório lido e refletido que pude expressar nesse momento na Comissão de Relações Exteriores, desejo dizer que é uma satisfação distinta poder ser o Relator dessa matéria de indicação do Embaixador Souza-Gomes, porque posso dar testemunho, depois de quase cinco anos de atuação no Senado Federal, de modo muito específico nas Comissões de Relações Exteriores e de Orçamento, de seu comportamento diligente, sensível e elevado. O Embaixador possui grande capacidade de diálogo e de busca de interação e interseção institucional entre o Ministério das Relações Exteriores e o Congresso Nacional.

O Embaixador, na condição de representante do Ministério das Relações Exteriores no Senado Federal, nunca distinguiu a origem partidária, a cor, a visão ideológica de qualquer parlamentar e procurou estabelecer um nível de relacionamento à altura do interesse da sociedade e das prerrogativas que lhe são próprias como Embaixador e representante do seu Ministério no Parlamento.

Para a minha pessoa foi uma satisfação particular poder testemunhar o envolvimento de S. Exª numa das áreas mais difíceis do Parlamento, que é a Comissão de Orçamento, uma área estratégica de grande desafio na operação da defesa institucional; testemunhar a sua preocupação centrada numa visão de promoção do comércio exterior, uma das maiores dívidas que os governos últimos têm deixado para o Brasil, e de modo distinto com o que quer o Itamaraty, o que quer o Senado Federal; a sua preocupação com a cultura internacional e a integração cultural do Brasil, de modo particular com os países de língua irmã, e ao mesmo tempo a sua preocupação com questões fundamentais para o sentimento da defesa, que faz parte também dos pressupostos do Itamaraty, a organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a visão da importância estratégica da Amazônia no cenário internacional.

Todas essas matérias contaram com sua elevada participação. S. Exª pôde trazer ao Senado Federal, em nome de sua instituição, uma grande qualidade de debate e reflexão.

De minha parte é uma honra poder relatar essa matéria e também dizer que o Brasil ganha se a política do Presidente Lula aponta como fundamental o fortalecimento da integração sul-americana. Seguramente na Venezuela teremos um embaixador à altura desses desafios e das responsabilidades para as quais o Governo brasileiro o designa nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Creio que podemos prosseguir concedendo a palavra ao Senador Marco Maciel, para ler também o seu parecer. Passaríamos, em seguida, à exposição de ambos os Embaixadores.

Senador Marco Maciel, V. Exª pode proferir seu parecer sobre o Embaixador Marco César Naslausky.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, esta Casa do Con-

gresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Marco César Meira Naslausky, Ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira diplomática para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

A Constituição, como sabem V. Exªs, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo também a um preceito regimental desta Comissão, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou um bem elaborado **curriculum vitae** do indicado.

Sem querer me alongar em considerações, Sr. Presidente, o diplomata nasceu no Rio de Janeiro, nos fins de 1940, e ingressou na carreira diplomática como 3º Secretário em 1963 e todas as suas promoções até Ministro de Primeira Classe – leia-se Embaixador – foram feitas por merecimento, o que por si só diz bem da competência do indicado.

No Ministério de Relações Exteriores exerceu funções extremamente importantes, inclusive como Coordenador do planejamento administrativo de programação financeira, Coordenador dos assuntos diplomáticos da Secretaria-Geral, também chefiou o Departamento de Cooperação Científica e Tecnológica, assim como o Departamento de Serviço Exterior. Foi também Subsecretário-Geral de Administração e Comunicações e Diretor-Geral da ABC, a conhecida Agência Brasileira de Cooperação, que tantos serviços presta, sobretudo de assistência que o Brasil desenvolve com países do Terceiro Mundo, um bom exemplo de cooperação sul-sul.

No cumprimento das missões para as quais foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, desempenhou funções também de muita importância, tendo participado de delegações brasileiras e, em grande número, de reuniões internacionais.

Tem experiência junto a organismos internacionais e processo de integração regional, cujas reuniões agora são cada vez mais freqüentes. Foi agraciado com inúmeras comendas, não mencionarei todas elas, evidentemente, o que mostra também o apreço que S. Sª recebeu em função das tarefas que exerceu, quer no cumprimento de ações de missões temporárias, quer no cumprimento de missões de caráter permanente.

Devo também dizer que o Embaixador Marco César foi encarregado de negócios em Washington de 1979 a 1984; foi Embaixador em Bruxelas e cumulativamente em Luxemburgo, de 1990 a 1992; foi Cônsul-Geral do Brasil em Nova Iorque, em 1992; foi Embaixador na Bolívia, de 1996 a 1998, e Embaixador do Brasil junto ao Vaticano, de 1998 a 2001.

Devo também dizer que me parece algo que é reconhecimento geral da sua competência, do seu talento e do seu espírito público. Aqui, sucessivamente, foi sabatinado, sempre se desempenhando com muito êxito. Inclusive, se não estou equivocado, na última vez que S. Sª foi sabatinado, o ilustre ex-Senador Hugo Napoleão foi o Relator. Creio que a Casa o conhece muito bem.

Por fim, chamo a atenção que S. Sª vai agora ser aprovado pelo Senado Federal, por indicação do Presidente da República, para exercer as funções de Embaixador junto ao Reino da Dinamarca. É bom lembrar, nesses tempos de mundialização, que têm crescido muito as relações do Brasil com a Dinamarca, o que reputo muito importante. Certamente, S. Sª muito contribuirá para o incremento dessas relações por seu talento, sua competência e seu espírito público.

Devo mencionar, por oportuno, que tive ocasião de estar no ano de 2002 na Dinamarca e creio que há por parte do povo e do Governo da Dinamarca um interesse muito grande em estreitar relações com o Brasil em todos os campos, não somente no campo econômico, no campo comercial, especificamente, mas também nos campos cultural, social e político.

Consideramos isso muito importante pelo fato de a Dinamarca pertencer também a União Européia e ter recentemente sediado uma das mais importantes reuniões que a União Européia realizou em toda a sua história.

Creio, portanto, que tudo isso justifica o Brasil ter como seu representante junto à Dinamarca um diplomata sobre quem recai um pleno reconhecimento.

Portanto, encerro o meu parecer, dizendo que sou pela aprovação da indicação, em função das razões que acabo de expender.

É esse o parecer, Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos a palavra ao Embaixador João Carlos de Souza-Gomes para a sua exposição.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, atendendo ao seu pedido, serei o mais breve possível. Tentarei resumir a minha exposição a alguns pontos essenciais, pois muitos são de conhecimento público.

Sr. Senador Relator Tião Viana; Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella; SRAs e Srs. Sena-

dores; meu querido amigo Embaixador Marcos César Naslausky; meus amigos e colegas, é com sentimento de respeito e admiração por esta Casa que venho ao Senado, por indicação do Senhor Presidente da República, submeter-me à apreciação de V. Exªs para, caso aprovado, exercer a função de Embaixador junto à Venezuela.

Permita-me, Sr. Presidente, manifestar o meu reconhecimento a V. Exª e a cada um dos Senadores aqui presentes pelo apoio que recebi nesses quase cinco anos que exerci o cargo de chefe da assessora parlamentar do Itamaraty junto ao Congresso Nacional.

Sou grato ao Senador Jefferson Péres, que sempre deu respaldo ao Itamaraty, quando presidiu esta Comissão. Se devemos, hoje, a criação da organização do tratado de cooperação amazônica, é de justiça fazer essa referência ao Senador Jefferson Péres. Ao Sr. Relator, Senador Tião Viana, agradeço as generosas referências a mim feitas.

Cabem ao Senado importantes atribuições em matéria de política externa. Dentre elas, destaco a escolha do Chefe de Missão Diplomática. Essa tarefa é também crucial para nós embaixadores. A aprovação do Senado nos dá o indispensável respaldo dos Estados da Federação e a legitimidade política para bem cumprir a nossa missão.

Ao longo de minha carreira, sempre sustentei que a política externa não deve ser monopólio do Executivo. Membros do Legislativo dão importantes contribuições ao Brasil seja no Congresso, seja nos fóruns internacionais. Os Estados da federação são também atores importantes na ação diplomática. A integração regional, por exemplo, só pode ser realizada com êxito com o apoio dos Estados.

Por isso, reitero os meus compromissos, feitos a diversos Senadores em seus gabinetes, de realizar visitas aos Estados para colher propostas e sugestões que orientem minha missão de representar o País.

Rendo, neste momento, minha homenagem ao Congresso Nacional. A ele cabe, em última instância, decidir os destinos da Nação. Sou testemunha, pelo convívio diário que tive com V. Exªs ao longo desses quase cinco anos, de que esta Casa é a caixa de ressonância dos anseios do povo. É nela que se debatem as questões e as soluções dos Estados e os grandes temas nacionais e internacionais. Sou também testemunha de que as iniciativas de V. Exªs têm como objetivo o bem-estar de todos os brasileiros. V. Exªs dão uma contribuição histórica e de valor incalculável ao País. A atuação de V. Exªs honra e dignifica o povo brasileiro.

Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, dada a limitação do tempo, não farei, conforme havia pretendido, uma análise detalhada da história política e econômica da Venezuela até os dias de hoje. Essas considerações seriam, no entanto, importantes para melhor compreender o atual quadro de crise da Venezuela.

Menciono apenas que a grande figura da independência foi, como todos sabem, Símon Bolívar, El Libertador. Foi ele o responsável pela libertação de cinco países: a Venezuela, a Colômbia, o Peru, o Equador e a Bolívia. Apesar de seus feitos, Bolívar morreu sem alcançar seu grande sonho: o de unir a América hispânica, do México à Patagônia, numa grande confederação de países.

Após a morte de Bolívar, em 1830, segue-se longo período de cento e vinte anos, marcado por uma sucessão de caudilhos e ditadores. Tal situação estende-se até meados do século XX, mais precisamente até 1958, com a deposição do ditador Pérez Jiménez.

É importante assinalar que a prosperidade decorrente da descoberta do petróleo em 1910 não se traduziu, seja na implantação de um regime democrático, seja na prosperidade do povo. Apenas com o início do regime democrático, em 1959, os benefícios do petróleo se estenderão a parcelas mais amplas da população.

Após a derrubada do Coronel Pérez Jiménez, em 1958, a Venezuela passa um período de quarenta anos de regime democrático, dominado por dois partidos. Alternam-se no poder a Ação Democrática, a AD, e o Copei, o Partido Social Cristão. Esses dois Partidos vão garantir a estabilidade política do País.

Esses quarenta anos também podem ser divididos em dois períodos. O primeiro vai desde 1958, com a deposição de Pérez Jiménez, até 1978. Ele é caracterizado pela prosperidade econômica devida ao **boom** do petróleo.

O segundo período, que termina em 1998, com a primeira eleição de Hugo Chávez, é marcado por sucessivas crises econômicas e protestos sociais.

No primeiro período, o Estado realiza obras de infra-estrutura e procura assegurar educação e saúde à população. Os índices sociais e econômicos melhoram. No final do período, em 1998, quase 50% da população da Venezuela viviam abaixo do nível de pobreza. Hoje, o percentual da população vivendo com menos de US$2 por dia é estimado em 80%.

Esse dado reflete o grave quadro econômico e social. Esse quadro tem suas origens no próprio tipo de modelo de desenvolvimento do País, baseado no

petróleo, concomitantemente a uma série de crises internacionais. Essas crises externas têm um efeito duplamente perverso para a Venezuela. De um lado, reduzem as receitas do petróleo. De outro, com aumento dos juros internacionais, elevam a dívida externa venezuelana a níveis insustentáveis. Aliás, historicamente, as duas fontes de recursos do país têm sido as receitas do petróleo e os empréstimos externos.

No plano interno, fica patente a incapacidade dos Governos de solucionar os problemas por meio de pacotes econômicos de austeridade. Essa dificuldade resulta, invariavelmente, em protestos da população.

Em 1996, aumenta a tensão política e social. Caldera adotou um plano drástico, orientado pelo FMI. Seguem-se mais greves e protestos que beneficiarão o futuro candidato Hugo Chávez à Presidência.

A era Chávez se inicia em 1998. Neste quadro de longa e profunda crise política, econômica e institucional, que, como já vimos, remonta à década de 70.

Importante assinalar que os partidos políticos tradicionais, a AD e o Copei, têm suas bases completamente erodidas.

Chávez ganha as eleições, em dezembro de 98, com 57% dos votos, tendo como plataforma política três objetivos: combate ao partidos tradicionais, luta contra a corrupção e combate à pobreza.

Em dezembro de 99, entra em vigor a nova Constituição. São convocadas novas eleições para presidente e para a assembléia. O Presidente Chávez é eleito em julho de 2000 com 60% dos votos, e conquista a maioria de 60% das cadeiras da Assembléia.

A fim de aumentar seus poderes, Chávez obtém da Assembléia a autorização para legislar por decreto, por um ano, sobre diversas questões, entre elas matérias econômicas, financeiras e agrárias.

Em 2001, cresce a oposição ao governo Chávez. Ela decorre, dentre outras razões, de um pacote de 49 decretos controversos. O pacote, entre outros dispositivos, reduz privilégios concedidos às empresas petrolíferas estrangeiras. Aumenta, por exemplo, os **royalties** a serem pagos. É a chamada Lei dos Hidrocarbonetos.

Com base na Lei de Terras, o Presidente Chávez abre processo de expropriação de terras consideradas improdutivas. Fixa em 5.000 hectares o tamanho máximo para a propriedade privada. Segundo a Oposição, esta Lei atentaria contra a propriedade privada.

Em abril de 2002, em meio a greves, ocorre o golpe contra o Presidente Chávez. Curiosamente, os líderes não pertencem aos partidos tradicionais, seja da AD, seja do Copei. Ele é liderado pela associação patronal Fedecamaras, pela Confederação dos Trabalhadores da Venezuela – CTV e por setores das Forças Armadas.

O Presidente da Associação Patronal Fedecamaras assume o governo e se apresenta como Presidente. Ele adota três medidas: revoga os decretos baixados por Chávez, dissolve a Assembléia Nacional e demite os juízes do Supremo Tribunal. Vale recordar que o sistema é unicameral na Venezuela hoje em dia, em função da Constituição de 1999. Foi extinto o Senado, e a classe política se recente muito pelo fato de esta Constituição ter eliminado o Senado, que sempre foi um fator de equilíbrio político do País, e uma representação dos diferentes Estados da Federação.

O Brasil e a comunidade internacional condenaram o golpe. Vale lembrar que a OEA, em sua Carta Constitutiva, na Carta Democrática Interamericana e em várias resoluções que contam com o apoio do Brasil, estabelece que a ruptura da ordem democrática de um Estado-membro levará à suspensão da sua participação na organização.

Em dezembro de 2002 explode uma segunda greve. Esta, a mais séria de todas. Prevista originalmente para durar 72 horas, ela se estende por 63 dias: de fins de dezembro de 2002 até fevereiro de 2003. Essa greve geral é o exemplo mais claro da radicalização das relações entre o Governo e a Oposição.

As conseqüências dessa greve são nefastas. Durante a paralisação, a produção média de petróleo que era de 3 milhões de barris/dia caiu para 200 mil. A greve agravou a crise econômica e social. Ela paralisou mais de 50% das operações de Petróleos da Venezuela, a PDVSA, que é o coração econômico do País, quinto maior produtor de petróleo do mundo e terceiro maior fornecedor dos Estados Unidos.

Quero fazer uma referência ao Senador Rodolpho Tourinho que muito me ajudou a explicar a situação da cooperação Brasil/Venezuela e da sua experiência como brilhante Ministro de Minas e Energia.

Com relação ao Presidente Chávez, tive importantes conselhos e lições; jamais me esquecerei do Senador Antonio Carlos Magalhães. De modo que eu gostaria, desde já, de agradecer a V. Exª os seus conselhos, que terei presentes em minha atuação.

A crise política.

A solução para uma possível saída da crise política poderá fixar-se no plano político-eleitoral. Os objetivos da greve geral eram: forçar a renúncia de Chávez ou provocar a antecipação das eleições. Nenhum desses propósitos foi alcançado. O fracasso da greve re-

sultou, de certa forma, no fortalecimento do governo. A oposição, por sua vez, logrou mobilização sem precedentes na sociedade. Hoje, a oposição está reunida sob a denominação de coordenadora democrática.

Segundo o governo, apesar da crise, o Presidente Chávez mantém mais de 50% da popularidade. Segundo a oposição, a popularidade do Presidente, que em 1999 chegou a 91%, teria caído para 33%. A maioria, 60% de que dispõe na assembléia, se reduziu. Restando-lhe, hoje, uma maioria apertada de apenas três deputados.

Em meio à greve geral, em janeiro deste ano, foi criado em Quito, por iniciativa do Brasil, o Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA com vistas a solucionar a crise. É integrado pelo Brasil, pelos Estados Unidos, México, Chile, Espanha e Portugal. O grupo vem desempenhando um papel importante com vistas a encontrar uma solução política e pacífica para a crise. O resultado concreto foi o acordo alcançado entre o governo e a oposição, em maio último. Ficou acertada a possibilidade de realização de referendo, nos termos da Constituição.

Segundo o art. 72 da Constituição, existe a possibilidade da convocação do referendo para revogar o mandato do Presidente. Persistem, porém, questões fundamentais para serem resolvidas. A primeira é a fixação da data; a segunda é a decisão do Conselho Nacional Eleitoral, da Justiça Eleitoral, sobre a validade das assinaturas já colhidas pela oposição. Dessa decisão dependerá a necessidade, ou não, de coletarem-se 2 milhões e 400 mil novas assinaturas. Esse número corresponde a 20% do eleitorado. Caso as assinaturas sejam validadas seriam também necessárias duas outras pré-condições: a primeira consiste no comparecimento de 25% do eleitorado; a segunda seria a exigência de que 3 milhões e 200 mil votos sejam favoráveis à revogação do mandato.

Relações bilaterais.

O Brasil mantém relações bilaterais com a Venezuela desde 1842. Ao longo desses 161 anos, essas relações vêm-se diversificando. Na história recente, podemos identificar três períodos de seu aprofundamento. A primeira fase de aproximação ocorreu no Governo Sarney. Nesse período foram firmados 10 acordos importantes e aberta a BR–174, de Boa Vista até a fronteira. A segunda fase ocorreu no Governo Fernando Henrique Cardoso. Foram assinados 15 acordos e inaugurada a linha de transmissão da Usina Hidrelétrica de Guri a Roraima e pavimentada a BR–174. Realizaram-se, também, duas reuniões importantes entre os presidentes da América do Sul, em 2002, pela qual os chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a promover a integração física e energética no subcontinente.

Uma terceira fase, registra-se no Governo Lula. O Presidente Chávez já realizou cinco visitas ao Brasil. O Presidente Lula realizou sua primeira visita oficial à Venezuela nos dias 25 e 26 último. A visita, considerada estratégica, teve três resultados principais: o primeiro foi a liberação do crédito de U$1 bilhão para o financiamento de exportações de bens e serviços para a Venezuela; o segundo grande logro foi o compromisso em favor da integração da América do Sul; o terceiro foram ações concretas para incrementar as relações comerciais e econômicas com a Venezuela.

O Presidente Chávez reiterou por diversas vezes sua opção pelo Brasil. É a favor da integração dos países da América do Sul, antes de concluídas as negociações da Alca. O discurso do Presidente Chávez coincide, nesse sentido, com o discurso do Presidente Lula de priorizar as relações do Brasil com a América do Sul. Para o Brasil, é fundamental promover a integração física, energética, comercial e econômica do Mercosul com os demais países da América do Sul.

Nessa estratégia de integração estão em curso negociações para um acordo de livre comércio, Mercosul/Comunidade Andina, a ser concluído até dezembro do corrente ano.

Na recente visita do Presidente Lula a Lima, o Peru assinou acordo de livre comércio com o Mercosul. O Presidente Hugo Chávez já anunciou a sua intenção de associar-se também ao Mercosul.

Segundo o Chanceler Celso Amorim, a idéia da regionalização é mais forte do que a da globalização. Assim, atestam os fluxos comerciais e financeiros; criaram-se, segundo o Ministro Celso Amorim, nos últimos 20 anos, três pólos: o da América do Norte, o europeu e o asiático.

O Brasil teria ficado de fora, mas tem massa crítica para uma polarização em torno dele.

O projeto brasileiro tem como objetivo criar com a união do Mercosul e da Comunidade Andina um bloco que negocie em melhores condições acordos com os outros blocos já existentes. Não se trata, portanto, de forma alguma, de oposição ou confrontação à Alca.

O eixo Brasília-Buenos Aires-Caracas é a base da integração sul-americana. A criação desse eixo deverá sair nos demais países vizinhos. Esse eixo se fundamenta em razões econômicas e políticas.

Os três países constituem as três maiores economias sul-americanas, e os três presidentes deixaram claros os seus compromissos de consolidar esse eixo.

Relações Econômicas Comerciais.

O Brasil exportou para a Venezuela, em 2002, US$900 milhões e importou US$600 milhões. Do total dessas importações, quase 80% correspondem à venda de combustíveis e derivados de petróleo. Os principais itens da pauta de exportação brasileira são produtos manufaturados, como veículos, tratores, caldeiras, máquinas, aparelhos elétricos, celulares e alimentos.

O intercâmbio comercial Brasil-Venezuela chegou a US$2 bilhões em 2001. No ano passado, caiu para US$1,5 bilhão em função da crise.

Caso sejam superadas as dificuldades, estima-se que, em 2003, o intercâmbio retome o nível atingido a 2001, de US$2 bilhões. Prevê-se, para 2004, US$3 bilhões.

É importante destacar que o Brasil poderá se transformar em grande fornecedor de alimentos para a Venezuela. A concentração da economia venezuelana na indústria petrolífera faz com que apenas 15% da superfície agrícola seja explorada, e esta por apenas 8% da população ativa.

A agricultura, Srs. Senadores, representa menos de 4% do PIB. A indústria agroalimentar importa mais de 50% de suas matérias-primas. A Venezuela importa 70% dos alimentos que consome, mas pouquíssimas quantidades são adquiridas no Brasil.

Os dois presidentes já mantiveram encontros com empresários para incrementar as relações econômicas comerciais.

Investimentos brasileiros na Venezuela.

A Odebrecht vem realizando obras importantes, como, por exemplo, a construção da segunda ponte sobre o rio Orenoco e a extensão do metrô de Caracas, no valor de US$1 bilhão.

A Brahma adquiriu a cervejaria nacional, a mais antiga da Venezuela, e produz localmente cerveja e refrigerante. Esta sendo examinada a possibilidade de construção de uma terceira ponte sobre o rio Orenoco e a construção de represa. Outro projeto é a construção de um grande Porto Atlântico que se localizará no delta do rio Orenoco. Esse porto facilitará a integração da Venezuela com o Brasil.

Cooperação energética.

A Petrobras e a Pedevesa assinaram um protocolo de intenções visando a atuação conjunta. A Venezuela pretende participar da construção de refinarias no Brasil. O assunto foi retomado durante a visita do Presidente Lula a Caracas.

Sr. Presidente, SRAs. e Srs. Senadores, conforme tive oportunidade de expor muito brevemente, as relações Brasil-Venezuela são parcerias estratégicas para a integração do Brasil e do Mercosul com os demais países da América do Sul. Nesse sentido, caso venha merecer a aprovação de V. Exªs, pretendo pautar minha atuação pela defesa dos interesses do Brasil com base nos princípios contidos no art. 4º da Constituição Federal e na Carta das Nações Unidas.

Dentre estes princípios, destaco os seguintes: a igualdade soberana dos Estados, a autodeterminação, a não-intervenção nos assuntos internos e a solução pacífica de controvérsias.

Estarei também cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal, que determina que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Como Diplomata de carreira, que tem a honra de integrar o Itamaraty há 30 anos, terei sempre presente, no meu espírito, a lição do patrono da nossa diplomacia, o Barão do Rio Branco: sou, antes, brasileiro e tenho o dever de colocar acima de tudo, de todas as considerações pessoais e dos meus sentimentos particulares, a dignidade e a honra do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador João Carlos de Souza-Gomes.

Eu gostaria, e certamente o faço em nome de todas as SRAs e os Srs. Senadores, de agradecer a atenção de V. Exª, sobretudo durante esse tempo que vem exercendo a função de principal Assessor do Ministério das Relações Exteriores junto ao Senado Federal, pela colaboração que sempre tem dedicado a todas as nossas relações. Sou testemunha disso como Presidente da Comissão, mas também como Senador e membro desta Comissão. E cada um dos Senadores e Senadoras sabe da sua atenção para com cada um de nós.

Queremos agradecer pela atenção e eficiência com que sempre realizou o seu trabalho.

Quero, ainda, agradecer ao Embaixador Marcos César Meira Naslausky de quem, nos postos onde esteve, especialmente em Nova Iorque – algumas vezes o visitei –, sempre obtive a maior atenção, como tenho certeza o tiveram todos os Senadores e Senadoras.

Tem a palavra o Embaixador Marcos César Meira Naslausky.

O SR. MARCOS CÉSAR MEIRA NASLAUSKY – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Suplicy, Sr. Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, do meu Estado, SRAs e Srs. Senadores, caros amigos, tam-

bém havia preparado um texto escrito, como o meu colega e amigo, Embaixador João Carlos de Souza-Gomes, a quem felicito pela sua brilhante exposição, mas por efeito de tempo, se V. Exª estiver de acordo, deixarei o texto e seguirei, farei um resumo oral, ficando à disposição para perguntas eventuais.

Esta é a quarta vez que compareço à Comissão. Sou Diplomata de carreira há 40 anos e tive várias missões na Secretaria de Estado e no Exterior, a última das quais no Exterior, na Embaixada do Brasil junto à Santa Sé. Aqui na Secretaria de Estado, a minha missão atual é a de Diretor-Geral da ABC.

Quero agradecer, com muita ênfase, ao Senador Marco Maciel, pelo seu relatório e as suas palavras, que traduzem uma amizade de muitos anos.

Fui indicado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para Embaixador na Dinamarca. O Reino da Dinamarca é uma monarquia parlamentar das mais antigas da Europa. Tem como Chefe de Estado a Rainha Margrethe II. O Chefe de Governo é o Deputado Anders Fogh Rasmussen, do Partido Liberal Dinamarquês, e há um Parlamento unicameral constituído por 175 membros na Dinamarca.

A base física do país, que se situa no extremo norte da Europa, ao norte da Alemanha, tem uma parte continental, que é a península da Jutlândia, um conjunto de várias ilhas em um grande arquipélago, a maior das quais é a Zelândia, onde está a capital. Fazem parte também da Dinamarca, a maior ilha do mundo, a Groelândia, que tem 2 milhões e 200 mil quilômetros quadrados, dos quais 1 milhão e 800 mil sempre cobertos de gelo, e um pequeno arquipélago a oeste que se chama Ilhas Faroe.

A Dinamarca já teve uma extensão continental muito grande, mas, como partícipe da história européia, esteve engajada em várias guerras e teve seu território bastante reduzido. O país foi unificado, sob um governo central, em 700 d.C. Depois, veio a época dos Vikings. De 1397 a 1523, houve a União de Calmar, da qual fizeram parte a Dinamarca, a Suécia e a Noruega. A Suécia deixou a União em 1523. A união com a Dinamarca permaneceu até 1814. Isso é um pouco da história.

Em matéria de política interna, a partir de 2001, subiu ao poder o Partido Liberal Dinamarquês, que fez uma coalizão com o Partido Conservador Dinamarquês. O Partido Socialista passou para a oposição. Não há uma maioria absoluta no Congresso de 175 membros. Essa coligação negocia assunto por assunto. As questões políticas principais no momento e que têm a ver, inclusive, com a mudança de governo ocorrida são: a imigração e a manutenção ou não do sistema previdenciário.

A Dinamarca, um país tradicionalmente aberto à imigração, entrou um pouco na questão das limitações à imigração clandestina e procura definir um novo estatuto para os imigrantes, induzindo os imigrantes ilegais a deixarem o País e aumentando as facilidades concedidas aos imigrantes legais. Tudo isso é feito dentro de um quadro de democracia, de diálogo e sem nenhuma violência, como é próprio do espírito do povo.

Outra questão importante que tem a ver com o diálogo político dentro do país é a manutenção do sistema previdenciário, que é muito abrangente e generoso e que constituiu o que se chamou lá quase de um **well fare state**. Esse sistema também acusa problemas para o seu financiamento, porque a curva etária aumentou, mas tem sido possível ao governo dinamarquês financiar esse sistema, graças a um duplo superávit de orçamento fiscal e de contas externas. O país já se preocupa com o futuro e está desejoso de começar a pensar em uma reforma a longo prazo.

Economia.

O país tem um fantástico produto interno, já que a população é de apenas 5,5 milhões de habitantes. O produto interno é de US$160 bilhões, o que dá um produto **per capita** de US$30.500, o segundo da Europa, logo após a Noruega, que, todos sabem, é produtora de petróleo. Trata-se de um produto **per capita** realmente extraordinário.

O país foi tradicionalmente agrícola e, a partir da 2ª Guerra Mundial, beneficiando-se dos créditos do Plano Marshall, modernizou a agricultura e sentou as bases para se transformar numa economia industrial especializada em serviços. Esse é o quadro que existe hoje. A economia dinamarquesa é uma economia de serviços especializada em navegação. Em trinta anos, o país passou de agrícola para altamente industrializado. A Dinamarca mantém intensas relações com seus vizinhos escandinavos, está inserida na União Européia desde 1963 e mantém importantes relações com os Estados Unidos da América, com o qual tem relações consideradas e caracterizadas como estratégicas.

Em matéria de política externa, a Dinamarca está muito bem articulada e plenamente inserida na União Européia, embora não tenha aderido ao Tratado de Maastricht, que estabeleceu a união monetária. Houve um plebiscito, e a população, por pequena margem, decidiu não aderir ao sistema de moeda única, fazendo ressalvas também a temas como justiça, cidadania e defesa. Esse é um assunto em perma-

nente efervescência e discussão dentro do país. Acredita-se que, num possível próximo plebiscito, a se realizar em 2004 ou 2005, esse quadro de reservas da Dinamarca – inclusive há um possível novo tratado da União Européia – irá mudar. Será de grande importância para uma eventual mudança de posição em relação a esses sistemas a postura que vier a ser adotada pela Suécia e pelo Reino Unido, que também fizeram essas ressalvas.

As relações com a Alemanha e a França são muito intensas, como também as são com os Estados Unidos – já abordei esse assunto. Merece referência o fato de que a Dinamarca, diferentemente de outros países da região, apoiou a ação militar norte-americana no Afeganistão e no Iraque, enviando tropas e belonaves a ambas as regiões. No Iraque, inclusive, a Dinamarca designou um diplomata seu para compor a administração civil temporária. Evidentemente, esse apoio aos Estados Unidos provoca reações internas a favor e contra, mas é um dado da vida política dinamarquesa.

Faço ainda um registro especial à posição dinamarquesa em relação aos subsídios agrícolas, assunto de grande atualidade e interesse para nós. Evidentemente, como parte da União Européia, a Dinamarca está plenamente associada à política agrícola comum. A reforma recente da política agrícola que preconizou uma pequena redução dos subsídios foi apoiada pela Dinamarca que, não obstante, considerou-a muito tímida, pouco profunda e a requerer decisões mais importantes. Entretanto, reconhece o governo dinamarquês que se trata de matéria sensível e que uma reforma na questão dos subsídios agrícolas é preciso ser feita com sentido de mais longo prazo, para não produzir rupturas importantes no sistema econômico europeu, que tem na política agrícola uma das suas bases.

Evidentemente, essa questão da política agrícola nos coloca em posições diferentes, já que o Brasil considera que a questão do financiamento dos excedentes europeus desloca a idéia da liberdade de acesso a mercados. A esse propósito, lembro que, em maio do ano passado, quando o Senador Marco Maciel, na condição de Vice-Presidente, chefiou uma missão brasileira à Dinamarca, S. Exª teve a oportunidade de conversar com autoridades dinamarquesas, tanto governamentais quanto empresariais e políticas, e procurou sensibilizá-las para a dificuldade que os países em desenvolvimento, em geral, enfrentam, em particular, o Brasil, com essas barreiras constituídas pelos subsídios. Solicitei ao Senador Marco Maciel, ao ler os registros da Embaixada sobre a importante visita, que me autorizasse a utilizar uma observação que fez para usar doravante. Em sua fala, S. Exª utilizou a expressão eqüipotência, no sentido de que as potências devem ter uma posição equânime em relação aos problemas para não eternizar as situações de extrema dependência que algumas ainda têm em relação aos países mais ricos.

Relações com o Brasil.

As relações, no plano político, são de extrema cordialidade. Houve várias visitas governamentais. A Rainha visitou o Brasil em 1999; o Príncipe Herdeiro veio várias vezes ao País. Houve missões do Chanceler dinamarquês e do Chanceler Luiz Felipe Lampreia, missões empresariais e, no ano passado, a do Senador Marco Maciel, que teve alguns desdobramentos. Talvez seja preciso reforçar um pouco o segmento dessas importantes visitas políticas, para que este quadro de potencialidades no relacionamento se traduza em ações concretas.

No plano das relações comerciais, o intercâmbio nos dois sentidos está claramente abaixo das possibilidades, atinge mais ou menos US$ 300 milhões anuais, com vantagem para a Dinamarca, mas acredito que com uma ação de promoção comercial, de novas visitas empresariais, de segmento das visitas, possamos potencializar esse intercâmbio.

No campo dos investimentos, a situação é muito promissora. Embora os investimentos dinamarqueses no Brasil sejam inferiores aos suecos e finlandeses, dobraram nos últimos cinco anos, e há a grande possibilidade de que essa tendência não só se mantenha como também se acelere.

No campo cultural, merece registro a extraordinária exposição do pintor holandês Eckhaut, que esteve no Brasil com Maurício de Nassau, cuja obra fantástica está muito concentrada no Museu de Artes de Copenhague, que esteve no Brasil. Foi inaugurada em Copenhague pelo Ministro Marcos Vilaça, do Tribunal de Contas da União, foi visitada pelo Senador Marco Maciel, esteve em Recife, Brasília e São Paulo. Seria muito boa idéia se pudéssemos fazer algum tipo de reciprocidade em matéria de visita de coleções de arte brasileira à Dinamarca.

Outro elemento importante no relacionamento cultural é o bicentenário do grande escritor dinamarquês Hans Christian Andersen, que ocorrerá em 2005. E o Brasil é um dos parceiros desse programa.

O que pode fazer um novo Embaixador em Copenhague em seguimento aos colegas que me antecederam? Pretendo desenvolver, a exemplo do que fiz em postos anteriores, um sistema regular de infor-

mação política e econômica às autoridades locais, seja do Executivo, seja do parlamento ou autoridades empresariais. Essas visitas regulares que dêem notícia da evolução do quadro político e econômico brasileiro são muito produtivas.

A minha segunda idéia seria buscar intensificar os contatos oficiais também em diferentes níveis, não só do Executivo, como também interparlamentar. A experiência parlamentar de uma democracia constitucional como a Dinamarca e, sobretudo, essa discussão importante que está havendo no Parlamento sobre política migratória, integração européia, regionalização, reforma da política agrícola comum pode ser útil para uma avaliação mais ampla e profunda sobre esses problemas que estão ocorrendo, neste momento, no Parlamento brasileiro.

De maneira que convido as SRAs e os Srs. Senadores para que respondam, no momento devido, positivamente aos convites e aos estímulos que farei para um contato interparlamentar entre o Congresso brasileiro e o parlamento dinamarquês.

Eu gostaria também de desenvolver um programa cultural realista, que leve em plena consideração as limitações dos nossos meios, as prioridades, mas que procure utilizar boas coleções de arte brasileira, acervos de museus, para que esse intercâmbio não fique unilateral, que não venham apenas artistas dinamarqueses aqui. É bem verdade que Eckhaut é holandês, tem sua obra na Dinamarca, mas essa obra foi constituída no Brasil holandês do século XVIII, mas seria muito bom se pudéssemos reciprocar em termos disposições esse interesse dinamarquês. Tenho também a intenção, porque se pode fazer com pequenos recursos – fiz isso na Bolívia com bom resultado –, de conseguir meia hora em rádios locais para programas de música brasileira, para apresentação de artistas, para promoção de algo no campo artesanal. Se possível – nem sempre o é, mas, às vezes, sim, e foi feito também na Bolívia –, podemos fazer periodicamente, para não cansar, alguns artigos sobre o Brasil e, sobretudo, sobre as possíveis ligações com o país.

Vou dar um exemplo: quando fui Embaixador na Bélgica, descobri, por acaso, que quem sinalizou, participou da missão que escolheu o local onde depois foi instalada Brasília foi um belga, que foi convidado por Dom Pedro II para ser diretor-técnico do observatório nacional. Quando houve essa missão, esse homem veio aqui. Em função disso, pude escrever notas em jornal que chamavam a atenção para esse fato e, evidentemente, depois incluía algumas importantes referências ao Brasil e às possibilidades do relacionamento belgo-brasileiro.

Não quero cansar V. Exªs, mas, para concluir, também vou procurar realizar encontros ministeriais, setoriais que preparem, da melhor maneira possível, uma visita do Presidente Lula da Silva, já que os dinamarqueses convidaram o Chefe do Governo brasileiro e reiteraram o convite quando das últimas visitas de altas autoridades.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª e às SRAs e aos Srs. Senadores a atenção. Estou à disposição para responder a eventuais perguntas. Muito obrigado por sua atenção e audiência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – SRAs e Srs. Senadores, o Regimento Interno e a própria Constituição prevêem que essa fase da Comissão seja secreta. Porém, a tradição tem vogado diferentemente.

Submeto ao Plenário se devemos ou não fazer a sabatina de maneira secreta. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, desejo apenas me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – V. Exª já está inscrito.

As SRAs e Srs. Senadores que concordam com o Senador Antonio Carlos Magalhães para que vigore a tradição da Comissão, e a reunião seja aberta na parte da sabatina, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A proposta do Senador foi aclamada e vitoriosa.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, eu gostaria de inverter as minhas – não digo que farei perguntas – observações, começando pelo Embaixador que nos vai representar na Dinamarca.

Realmente, tive pouca oportunidade de conhecê-lo, mas recentemente conversamos, e, pela sua explanação, como S. Exª mesmo disse, resumidamente, mas de modo objetivo, S. Exª demonstra como o Brasil estará bem representado naquele país.

Quando S. Exª diz que dará ênfase à questão do relacionamento político, econômico e comercial, é muito importante que nossas embaixadas sejam muito mais agressivas no que tange à questão de realmente envolver-se no trabalho comercial, embora haja um ministério próprio para isso, mas deve haver um trabalho casado. A exemplo do que fazem os paí-

ses desenvolvidos, como os Estados Unidos, nossas embaixadas seguem, efetivamente, agentes de propaganda, de **marketing** e de venda dos nossos produtos, não apenas do ponto de vista da indústria, mas também da parte cultural e turística. Portanto, fiquei bem impressionado com a exposição.

Quanto ao Embaixador Souza-Gomes, pessoa que conhecemos da Casa há muitos anos, já que exerceu cargo de chefe da assessoria de relações com o Congresso, tenho até dupla razão para elogiar a escolha de S. Exª: primeiro, porque vai ajudar muito o Brasil pelo conhecimento que tem do Congresso, do Poder Executivo, da tradição que tem dentro do Ministério das Relações Exteriores, mas ajudará especialmente o meu Estado de Roraima. S. Exª mesmo disse que os acordos feitos pelo Brasil resultaram no asfaltamento da BR–174, que hoje liga a capital do Estado de Roraima com a Venezuela, como também liga a capital do Amazonas, criando um eixo importante de importação e de exportação.

Além do mais, a energia que estamos comprando da Venezuela, da hidroelétrica de Guri, fez com que o nosso Estado saísse da condição de apagão praticamente permanente, para um Estado que tem excesso de energia. Não consumimos sequer a metade da energia que vem para o nosso Estado. Daí por que estamos fazendo a interiorização e trabalhando para fazer efetivamente uma integração com a Venezuela e com a Guiana, para criarmos em Roraima um parque industrial capaz de, principalmente na área do agronegócio, desenvolver um intercâmbio comercial mais efetivo.

É importante também, Embaixador Souza-Gomes, que V. Exª se empenhe muito para que as coisas que vêm andando aparentemente com muito boa vontade de um lado e de outro sejam mais rapidamente resolvidas, que é a integração real do Brasil com a Venezuela. Costumamos dizer, lá em Roraima e conversando com os venezuelanos, que a Venezuela e o Brasil há até bem pouco tempo ficavam de costas um para o outro. A parte subdesenvolvida da Venezuela está localizada no sul daquele país, e a parte subdesenvolvida do Brasil está no norte do Brasil, infelizmente. As partes subdesenvolvidas de ambos os países estão justamente de costas. Precisamos reverter essa situação, já que isso será benéfico não somente para o Estado de Roraima – evidentemente o que mais se beneficia – mas, também, para a Região Norte como um todo.

Espero, de maneira muito firme, falando aqui como um Senador da Amazônia, que essa integração se dê rapidamente, que haja essa integração do Mercosul com a Comunidade Andina. A Venezuela tem demonstrado, reiteradamente, a intenção de entrar no Mercosul. Acredito que esse é um caminho, obviamente observando as peculiaridades. Como membro da Comissão do Mercosul, quero fazer o apelo para que aceleremos esse processo. O Presidente Lula, como V. Exª deixou bem claro, tem enfatizado, num curto espaço de tempo, não só com sua presença física, mas, também, com declarações, o interesse de o Brasil manter essa integração, essa aproximação e esse intercâmbio com a Venezuela.

Portanto, embora a votação seja secreta, quero antecipar a minha aprovação a ambos os nomes aqui hoje sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Embaixador João Carlos de Souza-Gomes.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – Querido Senador Mozarildo Cavalcanti, agradeço os comentários de V. Exª. Aliás, quando estive no gabinete de V. Exª, também aprendi muito. Recordo-me de que sua primeira frase foi esta: "Olha, Embaixador, estamos de costas para a Venezuela. Sempre andamos de costas para a Venezuela e a um custo enorme para o meu Estado".

Sou otimista. Penso que, neste momento, nunca se reuniram tantas condições favoráveis para se buscar essa integração com a Venezuela. Já temos a estrada, já asfaltada, a interligação energética, mas, sobretudo, a vontade política do Presidente Lula e do Presidente Hugo Chávez de promover essa integração.

Pelas próprias circunstâncias ligadas, as quais não tive tempo de expor, da política externa da Venezuela, é do interesse da Venezuela se aproximar do Brasil. E não é uma aproximação gratuita, mas uma aproximação que tende a dar resultados.

V. Exª sabe que o seu Estado pode exportar numerosos produtos: carne, arroz, milho, laranja, celulose, produtos manufaturados. Há notícias também de que a Venezuela não tem um parque industrial desenvolvido. Por exemplo, muitos aparelhos eletrodomésticos, Senador Marcelo Crivella, são importados de Miami e muitos deles são de segunda mão. Ora, por que não criar e instalar fábricas no Estado de Roraima e no Estado do Amazonas, onde já temos a Zona Franca, e exportar esses produtos para a Venezuela? O mercado venezuelano é de 25 milhões. O mercado caribenho, com a América Central, perfaz mais 50 milhões de consumidores. Então, o caminho natural do Norte do Brasil pode ser a Venezuela, como foco central, e a América Central e o Caribe como uma destinação natural.

Tenho acompanhado os debates de V. Exª no Senado e, como eu disse, aprendi muito. Aprendi que esta Casa e V. Exª sempre se bateram também pela soberania da Amazônia. É um importante registro que faço. Trata-se de intervenções de cunho patriótico. V. Exª também não se preocupa somente com o desenvolvimento econômico do seu Estado. Já ouvi vários pronunciamentos de V. Exª a respeito do homem de Roraima, do trabalhador de Roraima, do agricultor de Roraima. Essa sua preocupação social com o povo de Roraima também merece registro. Digo isso com isenção, como cidadão brasileiro, e como representante do Poder Executivo.

As observações de V. Exª não são, para mim, meras observações; são lições. Agradeço a V. Exª. Visitarei o seu Estado. Tenho certeza de que contarei com o apoio de V. Exª. Pretendo manter também contatos com empresários do seu Estado, para estimular as exportações de Roraima para a Venezuela.

Tenho certeza também de que Roraima poderá importar muitas coisas que são muito mais baratas do que as importadas do Sudeste do País, por exemplo, onde há centros mais desenvolvidos.

Agradeço a V. Exª pelas suas referências e pelos seus comentários e seguirei à risca as suas lições.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Seguindo a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, quero dar a minha palavra sobre os dois Embaixadores. O Embaixador João Carlos de Souza-Gomes já é nosso conhecido nesta Casa pela sua atuação e pelo seu vasto currículo lido nesta reunião.

Sr. Embaixador, é importante que possamos aumentar essa relação com a Venezuela. Sabemos o momento difícil por que a Venezuela continua atravessando. Esse será um desafio que V. Exª terá naquele País. Como vimos, houve queda do PIB venezuelano de quase 9% no ano passado. É uma crise que, portanto, tem prejudicado muito. Houve uma diminuição das exportações brasileiras, e esse comércio precisa ser reativado – digamos assim – em benefício da nossa economia.

Estive na Venezuela na época em que era Governador de Estado e pude sentir realmente uma certa queixa em relação à pouca presença do Brasil em relação à Venezuela. Foi-me dito com muita clareza que apenas o Governador de Roraima tinha uma atenção. Eu era o segundo Governador do Brasil que ia à Venezuela. Na verdade, fui àquele país para fazer uma palestra sobre uma questão ligada ao meio ambiente – é uma área por que eu tenho uma atenção especial – e pude ouvir essa queixa. Acredito que seja importante, porque ela permanece ainda, e é bom que pudéssemos ter esse desafio nas suas mãos.

Embaixador Marco Meira, eu poderia, há três ou quatro meses, estar junto ao príncipe herdeiro da Dinamarca, quando visitou Minas Gerais, para participar da inauguração de uma fábrica de cimento. Uma empresa dinamarquesa é a principal fornecedora de equipamentos para a indústria cimenteira no Brasil. A sua presença deu-se exatamente para mostrar que os países europeus, os Estados Unidos e os países mais avançados, estão sempre, por intermédio de seus governantes, dando apoio aos investimentos que as suas indústrias fazem. É a chamada diplomacia comercial, que, evidentemente, também é exercida pelo Brasil, mas precisa ser sempre incrementada. Chamou-nos a atenção o fato de um príncipe herdeiro estar numa cidade do interior de Minas Gerais, na cidade de Lavras, para poder, exatamente, apoiar o investimento de uma empresa dinamarquesa no nosso Estado.

Depois, estive na Embaixada da Dinamarca, e me preocupou a informação da Embaixadora de que não conseguiu ser recebida pelo então Governador de Minas Gerais, apesar de tentar por duas vezes. Espero que agora a questão esteja sanada e, sem dúvida alguma, o novo Governador Aécio Neves terá toda a satisfação em receber a Embaixadora. Com isso, poderemos incrementar as relações com a Dinamarca.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Prezado Presidente Senador Marcelo Crivella, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva indica, desta feita, dois excelentes homens do Itamaraty para funções importantes na Venezuela e na Dinamarca.

O Embaixador João Carlos de Souza-Gomes nos animou bastante com a sua presença aqui durante esses anos, sendo sempre um homem muito lhano, cordato, levando os interesses do Congresso ao Itamaraty e, sempre que possível, trazendo uma resposta positiva.

Ademais, é um Diplomata já provado como competente e que vai, certamente, honrar o posto.

Não tenho dúvida de que, pelo seu currículo e, sobretudo, pela habilidade, resolverá problemas que talvez sejam intrincados na política do Brasil com a Venezuela, porque eu tive contatos, por três vezes, principalmente uma aqui no Congresso, com o Presidente Hugo Chávez, uma personalidade muito difícil, sobretudo porque não tem nenhum sentimento democrático. Não há dúvida de que ele possui o sentimento popular, mas democrático, não. Ele não acredita nos poderes, algo que poderá criar problemas com os outros países democráticos. Mas V. Exª, com a habilidade que tem, vai se sair muito bem.

Eu apenas queria saber de V. Exª se por acaso já está senhor desse empréstimo garantido pelo Presidente Lula à Venezuela de mais de um bilhão de dólares ou de reais, numa fase dessa? Se V. Exª já está ciente, como será implementado?

Eu posso continuar, para depois responder aos outros?

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – Fica a critério de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quero agora me dirigir ao Embaixador Marco César Meira Naslausky, um grande Embaixador, excelente profissional.

Devo dizer que quando eu presidia a Comissão de Relações Exteriores, ouvi exposições magníficas dos homens do Itamaraty. Homens competentes, de um modo geral, claro que uns mais do que outros, mas a melhor exposição que ouvi aqui foi a do Embaixador Marco César Meira Naslausky sobre os problemas com a Bolívia, quando ele ia para lá e até se reclamava que ele deveria ir para outro país mais importante. Foi certo ele ter ido para lá, tendo em vista que os problemas com a Bolívia existiam e ele foi um excelente diplomata na solução daquelas situações.

Eu queria felicitá-lo. Acho até que a Dinamarca é um bom posto para o Embaixador, mas ela é menor do que o Embaixador Naslausky. Ele poderia estar em outro país, fazendo um trabalho competente, como fez nas embaixadas em que esteve presente.

De modo que o Itamaraty nos brindou com dois excelentes profissionais e o Presidente Lula, com certeza, acertou com os Embaixadores que indicou para a nossa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra o Embaixador João Carlos de Souza-Gomes.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – Sr. Senador Eduardo Azeredo, as possibilidades com a Venezuela, realmente são imensas. Se V. Exª comparar o potencial das relações econômicas e comerciais com o que já foi feito, verá que é forçoso reconhecer que é muito modesto. Conforme tive oportunidade de assinalar na minha exposição, o petróleo se por um lado é a riqueza da Venezuela, por outro é também uma fonte permanente de problemas. Comenta-se que, nas décadas de 70 e 80, no auge do **boom** do petróleo, absolutamente tudo era importado na Venezuela, tudo o que V. Exª possa imaginar era importado. Com isso, não se criou uma agricultura significativa; com isso não se criou um parque industrial. Não ocorreu na Venezuela o que ocorreu no Brasil com a substituição de importações, em virtude, sobretudo, de dois conflitos mundiais. O setor industrial é também reduzido; e, mais do que reduzido, depende de matérias primas importadas. A indústria alimentar, por exemplo, é relativamente pouco sofisticada e depende em 50% de matérias primas.

O seu Estado, Senador, pode se constituir em parceiro privilegiado com relação à Venezuela. Desafio V. Exª, e me corrija, se houver alguma coisa que o Estado de Minas Gerais não produza. Acho que produz tudo. É um Estado industrialmente forte, só não tem praia. Os mineiros vão à Bahia e ao Rio de Janeiro nos visitar, não é verdade, Senador? Na parte industrial, não há nada que o Estado de Minas Gerais não possa exportar, desde veículos, produtos manufaturados, roupas, calçados, têxteis, máquinas, máquinas agrícolas, celulares, enfim, eles realmente têm interesse em exportar tudo. E, conforme tive oportunidade de mencionar, o setor agrícola: Minas Gerais pode exportar laticínios, carne, couros, enfim, toda a indústria alimentar pode e deve, na minha opinião, ser objeto de um esforço de exportadores nessa parte.

Agora, como V. Exª bem sabe, muitas vezes o esforço dos empresários não é suficiente. Por isso, foi muito importante, tanto o encontro do Presidente Chavez com 400 empresários brasileiros e venezuelanos, como também recentemente, nos dias 25 e 26 de agosto, o encontro do Presidente Lula com os empresários. Tenho certeza, Senador, e um pouco também ao sabor da crise política da Venezuela, mas independentemente disso os prognósticos são otimistas: podemos chegar a 3 bilhões de dólares no ano que vem. E, certamente, com um mínimo de estabilidade, poderemos chegar a 6 bilhões, 8 bilhões ou 10 bilhões de dólares. V. Exª fique certo: no que depender de mim, o seu Estado terá sempre um lugar que corresponde a sua grandeza e ao seu potencial. Levarei sempre em conta essa sua preocupação. Fique certo de que, no limite das minhas responsabilidades, poderei, de alguma forma, atuar nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. MARCOS CÉSAR MEIRA NASLAUSKY – Sr. Presidente, eu gostaria de responder ao meu querido amigo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pensei que V. Sª já tivesse respondido. Perdão.

O SR. MARCOS CÉSAR MEIRA NASLAUSKY – Senador, há muito tempo se fala em priorizar as exportações no Brasil. Há pelo menos 30 anos estou na carreira diplomática, e a tônica tem sido: vamos exportar, vamos exportar. Um dos grandes obstáculos à exportação tem sido o financiamento. Ora, por determinação do Presidente Lula, o BNDES se dedica agora, além de outras funções tradicionais – não vou entrar nesse mérito porque não sou especialista em BNDES –, mas houve uma determinação presidencial no sentido de abrir linhas de crédito em favor da exportação de bens e serviços para determinados países. Isso foi feito com relação à Argentina, está sendo feito com o Uruguai e com a Venezuela. Segundo informações de que disponho, mas me comprometo com V. Exª a detalhar e confirmar, havia uma dificuldade com relação às garantias desse empréstimo. Não se sabia de que forma a Venezuela poderia dar garantias a um empréstimo considerável de US$1 bilhão. A solução que está sendo cogitada seria em termos dos recebidos de petróleo, ou seja, com base nos contratos petrolíferos firmados pela Venezuela com outros países, com outras companhias, isto é, o que vier a ser recebido será consolidado como forma de garantir esses empréstimos. Segundo eu soube, esses entendimentos estão progredindo. Porém, eu não teria condições de dizer a V. Exª se efetivamente essa negociação foi concluída. Tenho impressão de que alguma solução será encontrada porque o Presidente, ao chegar a Caracas, fez questão de anunciar a concessão do empréstimo. Com relação às garantias, lamento informar a V. Exª que não disponho de dados absolutamente confiáveis que possam responder à sua indagação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, estou feliz porque a sabatina de hoje traz duas grandes inteligências para nós, e feliz porque a gente nota que a linguagem do diplomata brasileiro está cada vez mais se transformando, objetivamente, e voltando-se para os grandes interesses nacionais no exterior. A diplomacia não é só a comercial, mas a diplomacia do avanço econômico do Brasil em todos os sentidos. E V. Exªs, tanto o Embaixador Marco Meira quanto o Embaixador Souza-Gomes, têm experiência grande a respeito disso. E se percebe que facilmente abordam o problema econômico, o problema diplomático, os interesses do País, o bom relacionamento com os países estrangeiros. Isso para nós é de fundamental importância. Não é mais a diplomacia da mera retórica, das posturas palacianas, mas é a agressividade do País lá fora em busca da sua autonomia econômica e da soberania nacional. Isso é muito importante.

De forma especial, parabenizo os dois Embaixadores. E a referência ao Embaixador Souza-Gomes, mais próximo de nós, quase todos os dias aqui, bem demonstrou a todos a sua capacidade de relacionamento, de fácil trato e sempre procurando atender a todos os Senadores e ao Itamaraty de maneira objetiva. O que me satisfaz também é ver que traz um acervo de inteligência e de competência próprio dos estudiosos. No seu currículo diz assim, da lavra do Relator, eminente Senador Tião Viana: "Após ingressar no Instituto Rio Branco, em 1974, galgou todos os postos de carreira por merecimento, tendo sido sempre o primeiro diplomata da sua turma a alcançar os diferentes níveis da carreira e o primeiro a chegar a Embaixador, em junho de 1999".

Portanto, acho que não podemos sabatiná-los. Estamos aqui justamente para dizer da nossa satisfação, do nosso orgulho e do nosso sentimento cívico-nacional de contribuir com esse voto para a designação dos dois Embaixadores, que é uma obrigação deste País, consagrando suas melhores inteligências, suas sabedorias no trato das questões internacionais.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não houve perguntas.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, fico realmente maravilhado cada vez que venho à nossa Comissão e trata-se de sabatinar Embaixadores, porque são brilhantes. Até hoje não vi aqui nenhum deles claudicando; pelo contrário, dominam perfeitamente o assunto e sabem falar, se expressar, não cansam de maneira nenhuma a nossa audiência, pelo contrário, a encantam. A consagração desses dois embaixadores, que tenho orgulho de serem do meu Estado, do Rio de Janeiro, vai ser unânime aqui. Serão consagrados aqui e amanhã serão sagrados nos seus locais de trabalho porque vão trabalhar para acordos, eu diria, não inte-

resseiros, mas acordos interessantes para o nosso País, acordos que não tenham por objetivo vantagens temporárias, mas que vejam, como a diplomacia brasileira bem sabe, um longo curso, a perspectiva em longo prazo, coisa que só os homens cultos e desprovidos de ambições pessoais podem pavimentar para as futuras gerações.

Portanto, com os meus companheiros aqui, quero desejar boa sorte, pedir a Deus que os abençoe, que os mantenha com saúde e que V. Exªs, na defesa do nosso Brasil, no posto que vão exercer, sejam muito felizes.

Deus os abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Quero informar aos Srs. Senadores que, após a votação, de imediato, temos que realizar uma sessão secreta para exame da mensagem sobre a criação do Parque Estadual Chandless, no Estado do Acre, e de outro item, ambos em caráter reservado. Então, peço a atenção de todos para isso.

Tendo sido concluída a lista de oradores...

O Senador Augusto Botelho gostaria de se pronunciar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Esta é a primeira reunião de que participo como membro desta Comissão, com muita honra, e a honra aumenta ainda mais quando vou ter um embaixador do meu Estado, praticamente, porque Roraima é o único Estado que tem relações com a Venezuela, país com o qual tivemos ligação rodoviária antes do que com o Brasil. Já temos laços culturais e afetivos, nossos povos já os têm, há duas cidades vizinhas que já têm um relacionamento muito intenso. Nossa exportação é bem pequena, mas é o local para onde exportamos nosso maior produto, a madeira. Não chega a ser de US$5 milhões, mas é uma exportação de Roraima.

Eu gostaria de desejar boa sorte ao Dr. Marco César Meira e ao Dr. João Carlos e de dizer que tenho certeza que, pelos predicados que vimos na biografia do Embaixador Souza-Gomes, o Brasil será bem atendido e Roraima será agraciado, contando com o seu trabalho. Estamos entrando numa fase de desenvolvimento em Roraima agora, estamos começando a cultivar soja e grãos no lavrado – que vocês chamam de cerrado aqui – e acho que será de grande valia a sua contribuição.

Muito obrigado e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Para suas conclusões, então, com a palavra o Embaixador Souza-Gomes. Em seguida, com a palavra o Sr. Embaixador Marco César Meira Naslausky.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, as palavras do meu querido amigo Senador Juvêncio da Fonseca, que honra esta Comissão com sua presença.

Tive oportunidade – V. Exª há de se recordar, Senador – de fazer duas visitas oficiais junto com V. Exª, quando, então, o Senador Ramez Tebet ocupava a Presidência desta Casa. A primeira visita oficial foi à República Tcheca. Recordo-me, pois o acompanhei em importantes encontros com as mais altas autoridades daquele País, de que V. Exª teve a preocupação de procurar atrair investimentos da República Tcheca e da Europa Oriental em favor do seu Estado. Lembro-me de que V. Exª sempre sublinhou que a questão de investimento em favor do seu Estado era uma questão crucial para geração de empregos, para o desenvolvimento econômico e social do seu Estado e para reduzir os graves problemas sociais que existem em determinadas áreas do seu Estado.

Em seguida, acompanhamos também o Presidente Tebet a uma visita à França, onde V. Exª também explorou todas as possibilidades de uma cooperação com o governo francês, nas mais diversas áreas, sobretudo no agronegócio e na pecuária.

Portanto, aqui no Senado da República, sou eu testemunha do esforço de V. Exª a favor do seu Estado e com muito prazer fui testemunho também de duas viagens, nas quais tive o privilégio e honra de acompanhá-lo. A sua preocupação com o Estado de Mato Grosso do Sul tem sido permanente. Recordo-me que ter ouvido das altas autoridades, inclusive do Presidente do Senado francês, os maiores elogios à atuação de V. Exª. De modo que as palavras generosas de V. Exª à minha pessoa sempre guardarei em meu coração com muito orgulho.

Fique certo, Senador, de que também tive uma grande honra por ter convivido com V. Exª e de poder contar com o seu apoio. Os interesses do seu Estado também estarão representados na minha modesta embaixada em Caracas.

Sr. Presidente, gostaria também de agradecer ao Senador pelo meu Estado, Marcelo Crivella. Venho acompanhando o trabalho e atuação do homem público, ser humano exemplar que é o Senador Marcelo Crivella. O Senador Crivella tem uma atuação voltada para o bem. Durante dez anos, o Senador Crivella atuou como missionário na África, o que é extraordinário. Praticou caridade, bondade, humildade, di-

vulgou o evangelho, mas não se limitou a isso. V. Exª – e todos são testemunhos disso – realizou um trabalho extraordinário de assistência social com medicamentos, alimentação e creches.

As informações de que dispomos no Itamaraty da imagem e do prestígio do Senador Marcelo Crivella são comparáveis – desculpem-me o exagero – ao Mandela, porque depois do Mandela o Senador Marcelo Crivella é o homem mais popular na África do Sul.

Quero dizer que essa preocupação não se limitou apenas à África do Sul, mas foi estendida a outros países. Quero parabenizá-lo pelo seu Projeto Nordeste, que poderá representar para este País justamente um grande diferencial em termos de assistência médica, emprego, melhores condições de vida para a população, irrigação, enfim, poderá ser a grande alavanca a que todos nós brasileiros aspiramos para desenvolver a região. V. Exª, como um dos patrocinadores, talvez o grande patrocinador deste projeto, pode ficar certo de que a sociedade brasileira o estará apoiando.

Finalmente, Senador, desculpe-me puxar a brasa para a minha sardinha, mas como cidadão do Rio de Janeiro, gostaria de agradecer a V. Exª por tudo o que tem feito a favor do meu Estado, quanto à questão da segurança, violência, **royalties** do petróleo. V. Exª tem o apoio de todos os cariocas e tenho certeza de que a população não lhe faltará.

Finalmente, Senador Augusto Botelho, gostaria de agradecer a presença de V. Exª. Já me considero um pouco como embaixador de Roraima na Venezuela. Fique certo de que não irei apenas uma vez e Roraima, mas diversas vezes. Gostaria de público estender o convite para que V. Exª visite a Venezuela em minha companhia, que fique na Embaixada, que não é a minha casa, é a casa do governo brasileiro, do contribuinte brasileiro, onde V. Exª será recebido com todas as honras e deferências que merece. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao embaixador Marcos César Naslausky.

O SR. MARCOS CÉSAR MEIRA NASLAUSKY – Antes de me referir a comentários aqui feitos, gostaria de agradecer ao Senador Antonio Carlos Magalhães as referências elogiosas a mim feitas, acho que um pouco generosas demais, e também ao Senador Marcelo Crivella. Realmente, são personalidades que ilustram esta Casa.

Agradeço a ambos as referências.

Sobre os comentários que foram feitos basicamente pelos Senadores Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca e Mozarildo Cavalcanti, que se ausentou, sobre a participação intensa dos diplomatas, naturalmente, ainda maior os Chefes de Posto, na questão das relações comerciais e econômicas entre os países. Realmente, essa – não vou dizer que seja a nova fase da diplomacia – mas é a fase mais atual da diplomacia.

Em relação à visita que fez o Príncipe herdeiro a Minas Gerais, quero recordar a observação que fiz e que embora no intercâmbio comercial o crescimento não tenha ainda adquirido o dinamismo necessário, na parte de investimentos isso ocorreu. Os investimentos dinamarqueses, num período relativamente pequeno, dobraram no Brasil. Um dos nichos de oportunidade de trabalho do Embaixador, lá – se eu for aprovado –, será realmente estimular muito as **joint ventures,** quer dizer, parcerias que tragam capitais e tecnologias dinamarquesas para iniciativas no Brasil. Evidentemente, o Estado de Minas Gerais tem todas as condições para atrair esses investimentos e estarei muito atento. Inclusive, pretendo, logo que, enfim, essa parte legal e parlamentar estiver concluída, fazer uma visita a esse investimento.

O príncipe herdeiro, não o conheço pessoalmente, mas parece que é um grande entusiasta do Brasil, já veio várias vezes e é uma pessoa extremamente acessível e eu não deixarei de quando com ele estiver mencionar.

Realmente, a parte econômica e comercial no trabalho dos diplomatas, ela vem num crescendo e de uma forma muito natural, porque a participação dos diplomatas nos fluxos de comércio, nos fluxos de investimentos ela induz uma participação sempre maior. Tive essa experiência basicamente em dois lugares: na Bélgica e na Bolívia.

Vou me referir rapidamente à Bolívia, onde estive durante 3 anos muito feliz, profissional e pessoalmente. Pude realizar em cooperação com as instituições brasileiras, na época, sobretudo com a Petrobras, um trabalho de informação e até mesmo de persuasão das autoridades locais para o incremento das relações de então. É uma espiral ascendente, quer dizer, o diplomata participa, é convidado a participar mais ainda, enfim, de maneira geral a resposta é positiva e é nesse fluxo que vamos.

Associo-me, por se tratar do Senador do meu Estado, as referências que meu colega e amigo João Carlos fez ao Senador Marcelo Crivella, um diretor da Agência Brasileira de Cooperação, a maior parte de nossos projetos se realizam na África. Viajei mais de dez vezes nesses dois anos ao Continente Africano, fui a praticamente todos os países e, realmente, a presença missionária brasileira é muito for-

te, muito reconhecida e isso se deve, em grande parte, do quilate do Senador Marcelo Crivella.

Uma última palavra para não ir muito mais além, ao nosso Presidente, que já conheço de vários anos e que sempre me brinda com uma conversa inteligente e provocadora. Na última vez que estive com ele, há dois dias, ele me deu um extraordinário material sobre renda básica de cidadania que já comecei a lei e que, evidentemente, será motivo, e se for possível da parte dele, de mais um diálogo para que possa me aprofundar um pouco mais. Acho que o Sr. realmente tocou na medula ao tratar desse assunto.

Felicito a esta Comissão por estar nas mãos de um parlamentar e um humanista da sua qualidade.

Finalmente, quero desejar ao meu colega e amigo – ele é bem mais moço do que eu, o João Carlos – de muitas lides, muitas felicidades no posto. Acho que essa exposição que ele fez nos dá a clara visão da qualidade do diplomata que foi escolhido para esse posto tão sensível da Diplomacia brasileira.

Muito obrigado mais uma vez ao Senador Maciel, que me honra com a sua amizade e a de sua família há muitos anos.

Obrigado a todos e, se Deus quiser, até Copenhague.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Caro Presidente, Senador Eduardo Suplicy, SRAs e Srs. Senadores, eu gostaria de, apenas em breve palavras, juntar a minha voz à das Senadoras e dos Senadores que me antecederam, inclusive aqueles que fizeram recentemente suas manifestações, Senadores Juvêncio da Fonseca, Augusto Botelho, Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos e tantos outros que, de alguma forma, trouxeram valiosas contribuições para o debate em torno de questões internacionais, designadamente com relação ao Reino da Dinamarca e à República Bolivariana da Venezuela.

Mais uma vez saímos todos convictos de que o Itamaraty, de fato, é uma excelente Casa diplomática mercê do seu passado, do qual Rio Branco é um bom exemplo. Pudemos assistir mais uma vez também a demonstração da competência e do espírito público daqueles que a integram.

Sempre se diz que a instituição é a sombra daqueles que são seus integrantes e, mais uma vez, vemos confirmada essa afirmação nas duas exposições feitas, tanto pelo Embaixador João Carlos quanto pelo Embaixador Marcos César. Ambos trouxeram exposições muito convincentes, que, naturalmente, demonstram também o acerto do Poder Executivo em indicá-los para chefiar as respectivas missões diplomáticas de caráter permanente.

Ao encerrar, Senador Suplicy, apenas gostaria de dizer, antecipando-me ao julgamento da Comissão, que, sob o aspecto de profissionalização do serviço público e de política externa, estamos realmente em nível de excelência, com uma diplomacia de primeiro mundo. Isso é muito importante, pois sabemos que vivemos um processo de mundialização da economia e, mais do que isso, eu diria que vivemos um processo de ampla globalização do planeta, porque esse processo de integração não se passa apenas no campo da economia que, aliás, é uma globalização assimétrica, infelizmente, mas eu diria que isso se passa em outros campos da atividade humana, no campo social e político, graças às tecnologias da informação e do conhecimento. Por isso, nesta hora, se o Brasil deseja, como tem dado provas, uma maior inserção na comunidade internacional, é fundamental que tenhamos uma boa chancelaria, o que ficou hoje, mais uma vez, à saciedade, demonstrado.

Portanto, quero cumprimentar os sabatinados de hoje e felicitar também a Comissão, na pessoa do Presidente Eduardo Suplicy, pela útil manhã que tivemos, até mesmo para que o Senado cada vez mais se habilite a exercitar não apenas o papel de Casa da Federação que desempenha desde a Constituição de 1891, mas também o papel de formulação e acompanhamento da política externa brasileira, porque acredito que esse é um novo **front** que se abre ao Senado. A questão federativa é algo indiscutível, já que consta de forma clara dos textos constitucionais desde a Carta de 1891. Entretanto, eu diria que a questão de política externa fica cada vez mais clara também em razão de dispor o Senado de prerrogativas privativas que o habilitam, portanto, a fazer esse papel extremamente importante de formulação, de acompanhamento da política externa. Neste mundo que se globaliza, é realmente algo fundamental que haja uma participação do Legislativo e que seja feito por intermédio desta Casa que dispõe, inclusive, de instrumental legal para assim proceder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Concluída a lista de oradores, quero agradecer as palavras de ambos e a todos os Srs. Senadores.

Peço aos Senadores Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho que façam a contagem dos votos, por favor.

Quero transmitir tanto ao Embaixador Souza Gomes quanto ao Embaixador César Naslausky que tenho tido grande interesse em acompanhar nos outros países o processo de se garantir a cada um o direito de participar da riqueza da Nação, através dos projetos de transferência de garantia de renda mínima, de renda de cidadania. No caso da Dinamarca, conforme conversamos dois dias atrás, há um avanço extraordinário em termos da política social. No caso da Venezuela, há um grande debate, já há uma experiência, mas coloco-me à disposição de ambos. Ali na Venezuela, inclusive, da mesma maneira, conforme o Embaixador João Carlos pôde acompanhar de perto, assim como o Embaixador Sérgio Florêncio, a convite do Governo do Equador, do Congresso equatoriano, para estar lá de 20 a 22 próximo, se surgir a oportunidade de um diálogo com as autoridades para falar sobre o mesmo assunto, coloco-me à disposição.

Qual foi o resultado?

Pois não, pode usar o som.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, cumprindo a deliberação de V. Exª o Embaixador João Carlos de Souza Gomes e o Embaixador Marcos César Meira Naslausky, ambos receberam por unanimidade os votos da Casa: 16 votos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Então, cumprimento a ambos, que estão aprovados, e os nomes serão agora encaminhados ao Plenário do Senado.

Meus parabéns!

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL-RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve fala.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A meu respeito, o senhor pode falar uns três segundos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL-RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer uma referência a um fato que é de domínio público no Itamaraty, do qual temos muito orgulho, que é a carta que o Embaixador Vieira de Mello teria enviado elogiando o seu Programa de Renda Mínima, Renda da Cidadania. Quem sabe – é difícil especular – se tivesse havido mais tempo, e com o êxito que, tenho certeza, este Programa pode representar em termos de melhoria das condições de vida para a população, possivelmente, o Iraque não estivesse nessa situação de tamanha gravidade e insensibilidade política que todos conhecemos.

O Itamaraty recebeu informações de que o Governo da África do Sul estava muito interessado também no seu Programa de Renda da Cidadania. Na América do Sul, fui intermediário do convite do Presidente do Equador, feito também pelo nosso querido Embaixador do Brasil, em Quito, o Embaixador Sérgio Florêncio, que fez um convite expresso a V. Exª para que fosse ao Equador, a convite dos Presidentes da República e do Congresso, com líderes sindicais, com líderes dos trabalhadores, com a classe empresarial do Equador para tentar sensibilizá-los em favor do seu Programa, que já conta, desde já, com uma grande simpatia e uma reação favorável.

De modo que eu não poderia deixar de fazer essa referência, Presidente Suplicy, porque penso que é motivo de orgulho para todos nós; é motivo de orgulho para nós, brasileiros; é motivo de orgulho para esta Comissão e é motivo de orgulho para esta Casa.

Eu gostaria também de dizer o quanto me senti honrado e grato por ter feito a sabatina em companhia do meu mestre e queridíssimo amigo de toda vida Embaixador Marcos César Naslausky, que é uma referência e um exemplo no Itamaraty de grande diplomata, de funcionário impecável e é sempre, como digo, um farol, uma estrela-guia em nossas vidas.

Finalmente, perdoe-me, Sr. Presidente, por estar abusando do meu tempo, mas eu gostaria de estender os agradecimentos também a Lúcia Melo, Secretária desta Comissão, que, com grande competência, com grande dedicação, tem auxiliado os trabalhos da Comissão.

Peço perdão por ter abusado da palavra e agradeço a sua indulgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado. Cumprimento a ambos.

Vamos prosseguir a nossa reunião, agora em caráter reservado. Portanto, agradeço o comparecimento de todos que estão nos acompanhando, mas, agora, teremos que fazer uma parte reservada, apenas um instante para o cumprimento aos embaixadores. (Pausa)

Está reaberta a reunião.

Concluído o exame dos assuntos reservados, queremos agradecer, por sugestão do Senador Eduardo Azeredo, mas com a anuência de todos nós, a providência que a Secretária Lúcia Melo tomou no sentido de já termos as bolas para a nossa votação: umas, pintadas de branco, sem dúvida; outras, pretas; as primeiras, "sim"; as pretas, "não" e ainda as vermelhas para abstenção.

Na próxima semana, ouviremos a Embaixadora do México, Cecília Soto, sobre os efeitos da Nafta so-

bre o México e a América Latina e outros assuntos que poderemos ainda colocar em pauta.

Quero informar que estamos em dia com todos os assuntos que estão vindo para a nossa Comissão. Há um assunto importante que a Senadora Roseana Sarney ainda não pôde concluir, mas, logo que conclua, será examinado, que é referente ao acordo entre Brasil e Ucrânia sobre a Base de Alcântara. Mas estamos em dia com os nossos deveres.

Obrigado a todos.

Estão encerrados os trabalhos.

(Levanta-se a reunião às 12h52min.)

Ata da Vigésima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas dia dezoito de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Educação, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **ROSEANA SARNEY, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO AZEREDO, JOÃO ALBERTO SOUZA, RODOLPHO TOURINHO, AELTON FREITAS, AUGUSTO BOTELHO, HELOÍSA HELENA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, EDISON LOBÃO, JOÃO CAPIBERIBE, TIÃO VIANA, MARCELO CRIVELLA, ARTHUR VIRGÍLIO, LUIZ OTÁVIO, MARCO MACIEL, FERNANDO BEZERRA, JOSÉ AGRIPINO, LÚCIA VÂNIA e GILBERTO MESTRINHO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente requer inversão de pauta pela urgência da apreciação do item um, passa-se a **Extra-Pauta: Item um:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 393, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002. A Senadora **ROSEANA SARNEY,** Relatora do projeto, faz a leitura do seu parecer favorável. Não havendo quem se manifeste, a matéria é aprovada. Inicia-se a apreciação dos itens de pauta pelo segundo item a pedido do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO. Item dois** – Mensagem Nº 178, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTÔNIO CARLOS COELHO DA ROCHA, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia." O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, Relator da matéria, que faz a leitura do relatório. Passa-se, então, para a apreciação do **Item um** – Mensagem Nº 174, de 2003 que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ JERÔNIMO MOSCARDO DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica." O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES** que faz a leitura do relatório. Na seqüência, o Senhor Embaixador **JOSÉ JERÔNIMO MOSCARDO DE SOUZA**, faz sua exposição de motivos, seguida pela exposição do Embaixador **ANTÔNIO CARLOS COELHO DA ROCHA.** Passa-se a argüição dos Embaixadores em sessão aberta. Faz uso da palavra o Senhor Senador **JOÃO CAPIBERIBE.** O Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores **JOÃO CAPIBERIBE e MARCELO CRIVELLA** que escrutinem os votos. O Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA** comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade. O Presidente comunica que os demais itens ficam adiados. Sendo assim, encerra-se a reunião às 11 horas e 42 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**l, Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dezoito de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto a Comissão à dispensa da leitura da ata da reunião.

A SRAs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Dispensada a leitura da ata.

Passamos agora a apreciação das matérias de pauta.

Como há necessidade urgente de examinar o Projeto de Decreto Legislativo nº 393/2003, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da Ucrânia, sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação da Ucrânia a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, celebrado em Kiev, de 16 de janeiro de 2002.

Há também, hoje, a apreciação dos nomes dos Embaixadores José Jerônimo Moscardo de Souza, para representar o Brasil na Bélgica, e Antônio Carlos Coelho da Rocha, para exercer o cargo de Embaixador junto à Jordânia. Os dois já estão sentados à mesa, e daqui a instante vamos ouvi-los.

Solicito à Senadora Roseana Sarney que leia o seu parecer sobre o item 1 da pauta extra, relativo ao projeto de decreto legislativo mencionado.

Concedo a palavra a Senadora Roseana Sarney.

A SRA ROSEANA SARNEY (PFL-MA) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 250, enviou ao Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação da Ucrânia, a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara.

Esse acordo foi celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída às comissões, tendo sido aprovada na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na forma do projeto de decreto legislativo. Incluída na lista de prioridades da convocação extraordinária de julho de 2003, a proposição foi encaminhada ao Senado Federal e distribuída a esta comissão e a este Relator no dia seis de agosto. Após o prazo regimental, o projeto não recebeu nenhuma emenda – é importante que se diga.

Quanto à análise, cuida o projeto de um importante e estratégico acordo para o Brasil. Em linhas gerais, o acordo em tela estabelece em dez artigos as medidas a serem adotadas para disciplinar o acesso às tecnologias relacionadas com o lançamento de foguetes oriundos da Ucrânia, na base de Alcântara.

As medidas envolvem o ingresso de equipamentos, de materiais e dados no território nacional, a utilização de instalações do Centro de Lançamento de Alcântara, o retorno de equipamentos para a Ucrânia e a recuperação de destroços, em caso de falha.

Destaco os aspectos cruciais sobre os controles de acesso, por parte do Governo ucraniano:

O art. 1º trata do objetivo do acordo, que é o de salvaguarda recíproca das tecnologias envolvidas no uso da base de Alcântara para lançamentos pela Ucrânia.

O art. 2º registra todas as definições técnicas a serem adotadas no presente acordo.

O art. 3º estabelece as proibições de se apoderar, modificar ou reproduzir dados ou equipamentos sem o consentimento por escrito da Ucrânia.

O art. 4º dispõe sobre o controle dos veículos de lançamento e outros equipamentos e informações técnicas associadas, especificando os procedimentos de salvaguardas tecnológicas a serem aplicadas em todas as fases das atividades de lançamento.

O art. 5º estabelece a proibição de repasse de informações sobre tecnologias entre os dois países, a menos que os dois governos autorizem, reciprocamente, a transferência de informações sobre os procedimentos contratuais.

O art. 6º detalha as atividades de controle por parte da Ucrânia aos equipamentos e às áreas reservadas, cabendo ao Governo brasileiro, se for necessário, informar ao Governo ucraniano sobre quaisquer ações que possam criar conflito entre o controle de acesso e os requisitos de monitoramento especificados pelas partes.

O art. 7º estipula os entendimentos sobre entrada e transporte de equipamentos ucranianos e sobre o controle da imigração e alfândega para técnicos ucranianos no território nacional.

O art. 8º reporta-se às hipóteses de atraso, cancelamento ou falha de lançamento.

Os dois artigos finais referem-se à implementação do acordo com disposições sobre ajustes e emendas, denúncias e obrigações após a expiração ou término do mesmo.

No plenário da Câmara dos Deputados corrigiu-se e aperfeiçoou-se a proposição por iniciativa do

parecer **ad hoc** da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e foram retiradas as emendas puras ao texto do acordo, adotando-se um dispositivo interpretativo do mesmo.

Esse formato, Sr. Presidente, creio que representa um marco no regime brasileiro de aprovação dos tratados estratégicos.

Por fim, impôs-se incluir nesse parecer uma rápida reflexão sobe o trágico acidente do veículo lançador brasileiro, ocorrido no último dia 22 de agosto. Como afirmei durante audiência pública desta Comissão, no dia 4 de setembro passado, na presença dos Srs. Ministros José Viegas e Roberto Amaral, temos consciência de que o tempo ainda é muito curto para que todas as informações sejam avaliadas e as causas identificadas. Temos, ademais, a convicção que as devidas conclusões serão sobremaneira benéficas para a aprendizagem do País nesse desenvolvimento tecnológico. Contudo, para além de todas essas assertivas, o grande consenso nacional que se reflete nas Casas representativas reside na necessidade de se proverem, com a brevidade possível, os recursos para que o Brasil possa soerguer o seu programa espacial independente e apto a enfrentar o acirradíssimo e milionário mercado de lançamento de satélite. E para alcançar esse intuito, uma das formas mais imediatas e transparentes é implantarem-se os acordos de cooperação para uso da base, tal como se configura o presente compromisso, devidamente avaliado nos meios políticos e técnicos. Importante enfatizar que a localização do Centro Brasileiro representa substancial economia de custo pela sua proximidade à linha do Equador, tendendo tornar Alcântara cada vez mais atrativa ao mercado internacional.

Ressalte-se que o presente acordo não exclui aprovação de outros acordos, o que, sem dúvida, dará maior dinamismo às tarefas de recuperação da base ao se somarem aos esforços orçamentários que certamente farão parte das prioridades do Poder Público.

Meu voto, por todo o exposto, considerando demais a conveniência técnica, adequação legislativa e regimental, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa)

Eu queria informar que há um requerimento, salvo engano, creio que do Senador João Capiberibe, para que um grupo desta Comissão se desloque a Alcântara. E poderíamos fazer isso após a conclusão daquele relatório que foi mencionado na reunião, para que então possamos fazer aquela visita à Base de Alcântara.

Então, que fique isso acordado em princípio. Está bem?

Então, aos que estiverem de acordo com o parecer da Senadora Roseana Sarney permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Muito obrigado, Senadora Roseana Sarney.

Nós passaremos, então, ao exame da apreciação das indicações dos Srs. José Jerônimo Moscardo de Souza e Antônio Carlos Coelho da Rocha.

Primeiramente vou solicitar aos...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, em virtude de compromisso oficial em nome do Senado, peço inversão para que eu possa relatar a indicação do Embaixador Antônio Carlos Coelho da Rocha, já, de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo.

Em princípio, nós iremos ler os pareceres com as exposições de ambos, mas V. Exª tem a palavra. O nobre Senador Gilberto Mestrinho é o Relator do outro parecer. Caso S. Exª não esteja presente, eu peço a outro Sr. Senador para que leia.

Com a palavra, o nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. RELATOR (Eduardo Azeredo) – Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou **curriculum vitae** do Embaixador Antônio Carlos Coelho da Rocha, indicado para o reino da Jordânia. Segundo o referido documento, o Sr. Antônio Carlos Coelho da Rocha, filho de Henrique Carlos Coelho da Rocha e Geni Helena Coelho da Rocha, nasceu em 10 de março de 1945, no Rio de Janeiro, sendo Bacharel em Direito pela PUC/Rio.

Concluído o curso de preparação diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário em 1967. Foi promovido a Primeiro Secretário, por merecimento, em 1976 e a Conselheiro, também por merecimento em 1979; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1982 e a Ministro de Primeira Classe, Quadro Especial, em 1997.

No Ministério das Relações Exteriores exerceu as funções de relevância como a de Subchefe da Divisão dos Estados Americanos entre 1977 e 1979 e Assessor de Ministro de Estado entre 1979 a 1985. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração da Fundação Visconde de Cabo Frio em 2000 a 2002

e Chefe da Assessoria Internacional do Ministério de Esporte e Turismo em 2001.

Entre as funções desempenhadas no exterior, destaca-se a de Encarregado de Negócios em Nairobi e Bucareste, respectivamente em 1983 e 1984 – missões transitórias. A de Ministro Conselheiro em Paris, de 1985 a 1988; a de Cônsul Geral em Chicago, de 1988 a 1992 e a de Embaixador em Manila, de 1992 a 1996 e ainda a de Embaixador do Kuwait, cumulativamente com a de Embaixador de Bahrein, entre 1996 e 1999 e a de Encarregado de Negócios em Missão Transitória em 2003.

No cumprimento das missões para as quais foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores, desempenhou funções de relevância, tendo participado de delegações brasileiras em reuniões internacionais. O diplomata foi agraciado com diversas condecorações, constando ainda em documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores com dados básicos das relações entre o Brasil e Jordânia.

Assim sendo, as relações diplomáticas entre o Brasil e Jordânia são corretas e cordiais, com os dois países trocando, freqüentemente, apoio para as suas respectivas candidaturas nas Nações Unidas. O documento ressalta que, durante a primeira Guerra do Golfo, a Jordânia desempenhou papel político importante para o Brasil ao interceder junto ao Governo de Bagdá em favor da autorização para a saída dos cerca de 150 brasileiros que se encontravam no Iraque e no Kuwait, então ocupado.

Ainda de acordo com o relatório, as exportações brasileiras para a Jordânia totalizaram cerca de US$26 milhões em 2002, compreendendo chassis para veículos automotores, café, açúcar, conserva de bovinos, fumo e pasta? de madeira. Já as importações brasileiras foram de aproximadamente US$1 milhão, incluindo inseticidas, suéteres de malha de algodão e vestuários de malha de algodão.

Finalmente, convém lembrar que, em visita a Jordânia em 2003, o Ministro Celso Amorim entregou ao monarca daquele país convite para a cúpula entre países árabes e sul-americanos a ser realizada em 2004.

Portanto, Sr. Presidente, SRAs. Senadoras e Srs. Senadores, o parecer é favorável para a indicação do Embaixador Antonio Carlos Coelho da Rocha que, pelo **curriculum** aqui lido, demonstra toda a sua capacidade para exercer esse cargo na Jordânia, um país amigo e um país importante nas relações diplomáticas do Brasil com o mundo árabe.

Quero aproveitar a minha mensagem, Sr. Presidente, para dizer, em relação ao Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza, da mesma maneira, a minha admiração pela sua atuação diplomática e o meu compromisso de que, ao dar o voto para os dois embaixadores, teremos a certeza de que o Brasil estará bem representado tanto na Jordânia quanto na Bélgica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Eduardo Azeredo.

Peço agora ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães para que S. Exª leia o parecer do nobre Senador Gilberto Mestrinho sobre o Embaixador Jerônimo Moscardo de Souza, indicado para ir à Bélgica.

O SR. RELATOR AD HOC (Antonio Carlos Magalhães) – Vaio a esta Casa, enviado por Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, a indicação do Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da carreira de Diplomata, para exercer as funções de Embaixador na Bélgica.

Eu poderia, Sr. Presidente, relatar esta mensagem com muita honra, tendo em vista que conheço as qualidades excepcionais do Embaixador José Jerônimo de Souza bem como a sua formação. Em algumas oportunidades, trabalhamos junto, e posso atestar a sua capacidade diplomática, inclusive nos vários postos que exerceu, como consta do relatório que está aqui, feito pelo Senador Gilberto Mestrinho.

Trata-se de um dos diplomatas que mais atuaram no Itamaraty. Aproveito a oportunidade para me referir ao Embaixador Antonio Carlos Coelho da Rocha, que também fez uma carreira brilhante no Itamaraty. E quero dizer que o Brasil será muito bem representado na Bélgica pelo Embaixador Jerônimo.

José Jerônimo Moscardo de Souza exerceu funções muito importantes também na área do Itamaraty e, mais do que isso, realizou trabalhos muito importantes naquela Casa, mostrando sempre o seu senso diplomático e sua capacidade de resolver problemas intrincados.

Como tudo o que acontece na vida, houve momentos em que não foi bem justiçado no Itamaraty. Mas tudo isso foi superado com a sua atuação brilhante em todos os postos que exerceu.

Por isso, manifesto-me, em consonância com o parecer do Senador Gilberto Mestrinho, favorável a essa indicação. De acordo com esse relatório, peço a aprovação unânime do Plenário para os dois Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Quero informar aos membros da Comissão de Relações Exteriores que às 15 horas o Ministro Celso Amorim estará nesta Comissão para expor os resultados e a participação do Brasil na reunião da OMC, em Cancún, recentemente realizada.

Passamos a palavra ao Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza. Em seguida, o Embaixador Antonio Carlos se pronunciará.

O SR. JOSÉ JERÔNIMO MOSCARDO DE SOUZA – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, compareço a esta Comissão com dois sentimentos. Um sentimento de proximidade e de familiaridade. Fui assessor parlamentar e devo muito da minha vida a ter sido assessor parlamentar. E vou tentar, inclusive, traduzir nos meus relatórios o que aprendi nesta Casa.

Hoje é o Dia do Diplomata. Comemora-se hoje o Dia do Diplomata. E antes de começar, eu queria evocar aqui grandes diplomatas que me inspiraram e me ajudaram na carreira, com muita gratidão.

Primeiramente, Gilberto Amado. Fui assessor de Gilberto Amado nas Nações Unidas. Foi uma grande lição, aprendida com um grande homem, um grande intelectual, um grande Senador e um grande Embaixador.

Quero fazer menção também a San Tiago Dantas, paraninfo da minha turma no Rio Branco, um dos homens mais inteligentes deste País.

Quero lembrar Araújo Castro, com quem servi e que assessorei nas Nações Unidas.

Finalmente, Expedito Rezende, o Embaixador que me fez entrar na carreira. Entrei na carreira devido a um conselho de Expedito Rezende. Foi um homem que me ensinou que para ser bom embaixador é preciso não esquecer o Brasil e mesmo não esquecer o próprio Estado, no Brasil. Expedito Rezende era piauiense, o mais universal dos embaixadores do Brasil, e o mais bairrista e o mais aferrado ao Piauí.

Finalmente, eu queria lembrar Luiz Viana Filho, que é o maior biógrafo de Rio Branco. Temos aqui um homem que construiu a biografia mais profunda de Rio Branco.

E ainda queria fazer menção a Tancredo Neves, a quem, na ONU, tive a oportunidade de assessorar. E, por isso, depois, fui chamado inclusive a integrar o Governo do Presidente Sarney, como Subchefe de Assuntos Parlamentares, o que me deu muita intimidade com a Casa. E vou tentar aqui, por intermédio de um depoimento escrito, dizer como a atividade parlamentar me influenciou.

No passado, o embaixador era uma pessoa solitária. Ele representava, por meio de uma carapaça de cerimonial e de hierarquia, o Governo, junto à chancelaria do país, e fazia a sua interlocução com o corpo diplomático local. Essa era a figura do passado. Hoje, o embaixador que não representar o país junto à sociedade como um todo, não o representa. O Governo, hoje, é apenas uma parte. É preciso dialogar com a sociedade como um todo.

Como resolver essa equação? Ninguém pode mais fazer um trabalho solitário. É preciso articular, primeiro, um plano de ação. E um plano de ação de mobilização comunitária. Foi o que procurei fazer na Romênia, e tive o concurso, para isso, de universitários, de homens de negócios e da cidadania em geral. Isso está configurado neste livro, que é um plano de ação para aproximar o Brasil da Romênia. Ele inclusive foi financiado pela Fiesp. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo financiou esse livro e, por meio de seminários com personalidades romenas e brasileiras, articulamos um plano de ação. Nesse plano de ação, tínhamos os homens que tratavam do fazer, os empresários e Governo; os acadêmicos, que tratavam do vetor "saber", e mais a cidadania em geral.

Eu passaria, neste momento, ao Presidente da Comissão, estes exemplares do plano que fizemos para a Romênia.

Eu queria, agora, de uma maneira muito sucinta, prestar contas desse plano. Ele tem uma dimensão econômica, uma dimensão acadêmica e cultural, uma dimensão turística, tudo isso baseado em uma mobilização comunitária.

Eu apresentaria o primeiro relatório, o da parte comercial, nos últimos cinco anos, que relata os superávits que obtivemos no relacionamento do Brasil com a Romênia.

Passo ao Sr. Presidente os relatórios com todo o material que fizemos na Romênia, inclusive a publicação, a utilização do **e-commerce**, a publicação de anúncios brasileiros grátis na imprensa romena, de artigos sobre Estados brasileiros. Temos aqui um artigo sobre o Brasil em geral, um artigo sobre a Bahia, publicado na primeira página de um grande jornal romeno; um artigo sobre Minas Gerais, um sobre o Amazonas, e artigos sobre Rondônia, Ceará, que também está aqui contemplado, sobre o Maranhão, sobre o Rio de Janeiro, e mais um sobre assunto geral.

É interessante que, na Embaixada, conto com um conselheiro – um secretário com o título de conselheiro – apenas, um oficial de chancelaria e dois assistentes de chancelaria.

Eu passaria, então, mais essa coletânea de artigos a V. Exªs.

Na parte de promoção comercial, eu também apresentaria um outro relatório, que é participação do Brasil em feiras internacionais. Tivemos uma participação intensa e vitoriosa, inclusive porque o Brasil ganhou o prêmio da feira de Bucareste e a medalha, com uma grande promoção. Eu trouxe as fotografias, que mostram o comparecimento do Presidente da República, Ion Iliesku, ao estande brasileiro, o que representa algo importante. Era importante a participação da comunidade também.

Ainda no campo econômico e cultural, apresento também uma parte sobre o Brasil: Por que o Brasil. São argumentos em favor do Brasil. Impressionaram-me, de maneira extraordinária, os relatórios do governo americano sobre o Brasil. Pareceram-me a melhor propaganda do Brasil os relatórios internos do governo americano, em que vemos o nosso País considerado como a quinta potência do mundo. Fiz circular esses relatórios na Romênia, e esse foi o grande argumento. Passo aqui ao Presidente o teor desse relatório.

Do ponto de vista acadêmico, quero apresentar um relatório sobre uma reunião de diplomacia acadêmica, uma reunião com todos os reitores da Romênia, patrocinada pela academia romena, em que foi feita uma aproximação inclusive com as universidades brasileiras e latino-americanas. Apresento também o relatório por escrito.

Ainda nos campos cultural e acadêmico, eu apresento os livros que a embaixada publicou. Mais de 30 livros brasileiros foram publicados pela Romênia. É preciso notar que o Governo brasileiro quase não participou disso. Foi publicação da cidadania romena mesmo e até do governo romeno. Foram traduzidos Gilberto Freire, Celso Furtado, José Sarney, isto foi resultado de um concurso, A Presença da Romênia na História do Brasil, Joseph Love, Fernando Henrique Cardoso, poetas paulistas, Érico Veríssimo, Antonio Olinto.

Eu passaria, finalmente, a algo excepcional, que foi a criação de uma biblioteca na rede de bibliotecas públicas de Bucareste. A Romênia é o único país que tem uma biblioteca dedicada, pela rede, ao Brasil. E foi algo feito em cooperação com a Academia Brasileira de Letras.

Temos, também, a participação de 1.150 alunos matriculados no curso de português gratuito da embaixada.

Este foi o plano adotado pela Romênia e aqui está o relatório do cumprimento de todas essas atividades.

Eu passaria, agora, a contemplar o projeto para a Bélgica. Pretendo, naquele País, se V. Exªs aprovarem o meu nome, fazer algo parecido com o que foi feito na Romênia. Primeiro, tratar de criar as bases de um plano piloto, com a participação, novamente, da Fiesp e da USP, e, inclusive por indicação do Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Suplicy, do Centro de Estudos Avançados da USP, que poderia participar da elaboração desse projeto, com os mesmos vetores.

A promoção de **e-commerce.** Já tenho o levantamento de todas as empresas belgas com investimentos no Brasil. Contactar essas empresas para a articulação de um plano. Nossas exportações não são somente para a Bélgica, pois por intermédio desse país exporta-se para toda a Europa. Eu pretenderia, inclusive, contatar a Belgo-Mineira, a Beaulieu, a Petrofina, a Gevaert e a Tractebel. A idéia é que essas empresas que trabalham aqui no setor petrolífero e portuário, de transporte, participassem da elaboração de um plano de aproximação entre os dois países.

No setor acadêmico, eu pretenderia fazer um grande encontro de estudantes brasileiros na Bélgica, em contatos com a Universidade de Louvain, e levantar tudo o que os estudantes brasileiros têm feito na Bélgica e na Europa. Tendo em vista que Bruxelas, hoje, é a capital européia do ponto de vista econômico, que ela o seja, também, para os estudantes. Fazer uma espécie de congresso dos estudantes, com um estreito contato com a Universidade de Louvain. Estabelecimento de centros de estudos brasileiros.

E, basicamente, a concepção de um plano piloto para aproveitamento das oportunidades entre a Bélgica e o Brasil.

Gostaria, nesse propósito, de contar com a estreita participação e acompanhamento, inclusive, da Comissão de Relações Exteriores e do Senado Federal. Hoje em dia, as nossas relações exteriores são observadas muito de perto pelo Tribunal de Contas, que faz, muito competentemente, um acompanhamento contábil e administrativo; mas é preciso um acompanhamento político, é preciso um plano político, nos mais diversos níveis. Acho que a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal poderia até seguir de perto a implementação da nossa política externa.

Fica aqui, por intermédio dessa articulação entre o fazer, que são os empresários, o saber, que é o

mundo acadêmico, e esse nível de receptividade, e o viver, que é a cidadania em geral.

Vejo, inclusive, no trabalho desenvolvido pelo Presidente Suplicy, essas mesmas preocupações. Primeiro, a preocupação com a cidadania, porque, realmente, é algo extraordinário o que vemos no mundo moderno. É mais importante a sociedade, que pode mais e sabe mais que o Governo, e não podemos fazer nada sem o concurso da sociedade.

Devo dizer também que, na experiência que tive na Romênia e que vamos aplicar na Bélgica, o grande veículo de promoção do Brasil hoje, o meu adido cultural, eram as televisões brasileiras. As telenovelas brasileiras fazem a presença do Brasil nesses países e em todos os países. Como a música popular brasileira também tem uma importância extraordinária.

Formulo um pedido ao Senador Eduardo Suplicy no sentido de que essas novelas continuem a ser exportadas em português e não em espanhol, como tem sido feito ultimamente. Temos recebido reclamações a esse respeito.

Srs. Senadores, essa seria a minha apresentação.

Farei uma sugestão: atualmente, as relações exteriores no Brasil passam por um momento importante. Com a OMC e com os êxitos continuados da política externa brasileira, é preciso articular também um apoio acadêmico a essa política externa. Há a idéia de criação de institutos interdisciplinares especializados nas várias áreas. Por exemplo, na África, seria possível a criação de um instituto africano especializado para apoiar o Brasil na África, inclusive com participação de universidades brasileiras, como a Universidade da Bahia, que poderia dar um grande apoio a essa aproximação. Precisaremos muito dessa dimensão de institutos universitários também com a Europa. Aliás, os Estados Unidos já interagem nessa área.

Finalmente, agradeço aos Srs. Senadores e registro a minha gratidão ao Senado, porque, na minha carreira, fui muito ajudado pelos Senadores. O Senador Antonio Carlos Magalhães, aqui presente, ajudou-me concretamente na minha carreira. Sei que a gratidão não é uma virtude muito difundida, mas quero ressaltá-la. Refiro-me também ao Senador Marco Maciel, a quem fui assessorar e acabei assessorado. S. Exª estimulou-me a estudar essa área de mobilização comunitária que procurei aplicar na Romênia. Informo ao Senador Marco Maciel o sucesso que teve um livro de Gilberto Freire na Europa e na Romênia de extrema atualidade. É um dos mais atuais referente aos problemas da pós-modernidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza.

Passo a palavra ao Embaixador Antônio Carlos Coelho da Rocha, designado para ser Embaixador do Brasil na Jordânia.

Gostaria de convidar o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Crivella, para sentar-se à Mesa.

Concedo a palavra ao Embaixador Antonio Carlos Coelho da Rocha.

O SR. ANTÔNIO CARLOS COELHO DA ROCHA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, SRAs e Srs. Senadores, para mim também é motivo de honra e satisfação estar mais uma vez diante desta Comissão, cumprindo esse passo indispensável e tão importante no processo de nomeação de qualquer embaixador.

Diferentemente talvez do meu colega, Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza, talvez valesse a pena, no meu caso, falar um pouco mais sobre a Jordânia e fazer sumariamente uma explanação sobre esse país que naturalmente é bem menos conhecido no Brasil do que a Bélgica.

Desse modo, farei uma súmula sobre esse país do Oriente Médio.

A Jordânia tem cerca de 90 mil quilômetros quadrados, mais ou menos a superfície de Portugal, e uma população de aproximadamente 5,5 milhões de habitantes, sendo pelo menos 60% palestinos. Esse fato já cria uma singularidade para a Jordânia, cuja capital é Amã. No país, há uma monarquia parlamentar islâmica.

O jovem Rei Abdulla II, filho do Rei Hussein, falecido em 1999, tem procurado dar continuidade à obra de seu pai, que, como se sabe, foi um grande estadista árabe, que, inclusive, no final da vida foi reconhecido em escala universal. Lembro-me de que eu estava no Kuweit quando faleceu o rei Hussein, no começo de 1999, e os Srs. Senadores se recordarão: foi uma coisa impressionante. Às exéquias do rei Hussein compareceram praticamente todos os líderes do mundo, inclusive o então Presidente Clinton, o Presidente Chirac e o Primeiro-Ministro Tony Blair. Todas as cabeças coroadas do mundo fizeram questão de ir ao enterro do Rei Hussein como uma homenagem ao papel que ele desenvolveu, sendo monarca de um país que, embora pequeno, *tinha exercido* uma influência equilibrada, moderadora muito grande, durante muitos anos. Esse país participou de fatos capitais na História do Oriente Médio, marcos nas

Nações Unidas após a Guerra dos Seis Dias, em 1967. O rei Hussein dedicou-se a esta causa de construir uma ponte entre o mundo árabe e o Ocidente até o final de sua vida.

Fazendo uma pequena súmula histórica do país, a Jordânia, como praticamente todos os países daquela região, é uma decorrência do resultado da Primeira Guerra Mundial. Quando se desintegrou o Império Otomano, no final da Primeira Guerra Mundial, naturalmente estabeleceu-se em grande parte, na maior parte da região, um protetorado britânico, e, em algumas partes menores, um protetorado francês. Então, foram essas duas potências ocidentais que passaram a influir diretamente sobre a região, e foi aí então que o primeiro rei do que seria hoje a Jordânia, o primeiro rei da Jordânia, ou da Transjordânia, subiu ao trono, passou a reinar sob protetorado britânico em 1921.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, estabeleceu-se, digamos, a independência plena da Jordânia do Reino Unido, então fundou-se o Reino Hachemita da Jordânia, que existe até hoje, ainda sob o mesmo rei Abdullah I, que era o avô do Rei Hussein e, portanto, bisavô do atual Rei Abdullah II. O Rei Abdullah I reinou até 1951, quando foi assassinado por um fanático palestino em plena mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém, uma das mais importantes mesquitas do mundo, e foi brevemente sucedido por seu filho, o Rei Talal, que chegou a ficar um ano apenas à frente do reino, mas depois foi afastado por incapacidade mental. E aí foi em 1952 que subiu ao trono o Rei Hussein, que ficou até sua morte em 1999.

As características da Jordânia são muito interessantes e muito positivas, porque é um país que, embora pequeno, sem maior poder econômico, sem uma influência política por força própria, sem poderio militar, tem, pela sua atuação política, diplomática, etc., e pela sua moderação, realmente um peso até desproporcional nas movimentações diplomáticas e nos arranjos em toda a região. É um país que, é preciso lembrar também, está rigorosamente no meio de dois conflitos importantes na região, o conflito palestino-israelense e o conflito do Iraque. A Jordânia, por um lado, a oeste, é vizinha da Cisjordânia e de Israel, e a leste, do Iraque. De modo que é um país que tem essa característica também curiosa, delicada, e tem se saído bem até o momento, justamente por conta desse equilíbrio, dessa moderação que procura sempre exercer.

Assim como o falecido Rei Hussein, o rei atual tem se empenhado ao máximo em contribuir para a busca de uma solução para o conflito entre palestinos e israelenses. Tem sido um dos mais ferrenhos defensores do mapa do caminho, do **road map**, que foi adotado, inclusive, numa reunião realizada na Jordânia, em Ácaba, neste corrente ano de 2003, a que compareceram o Presidente Bush, o Presidente de Israel e o Primeiro-Ministro palestino. Eles foram mais ou menos induzidos a aceitar esse plano, concebido e elaborado conjuntamente pelo chamado "quarteto", formado por Estados Unidos, Rússia, União Européia e Nações Unidas.

Apesar das tremendas dificuldades atuais e da conflagração muito forte na área, a Jordânia, tanto quanto se sabe, continua se empenhando e tentando evitar que naufrague completamente a tentativa de processo de paz. Têm funcionado muito as declarações constantes e reiteradas do próprio Rei, do Primeiro-Ministro, do Ministro do Exterior da Jordânia, todas nesse sentido.

Esqueci de mencionar outra singularidade da Jordânia, que, com o Egito, é o único país árabe que mantém relações com Israel. Essa é outra característica importante, que prova que a Jordânia sempre esteve decidida a fazer essa ponte e a desempenhar esse papel positivo.

Em 1994, depois de algumas negociações, conseguiram concluir um tratado de paz com Israel e, desde então, têm relações diplomáticas, as fronteiras são abertas em alguns pontos, há um certo movimento de turistas de Israel para a Jordânia, e vice-versa, e há, como parte desses acordos de paz, o compromisso de Israel – uma coisa muito importante para um país desértico como a Jordânia – de contribuir, tanto quanto possível, para minorar o déficit de água no país.

A Jordânia é um país cerca de 80% desértico, tem uma carência de água muito grande, e Israel teria se comprometido a ajudar a construção de canais, outros projetos, a dessalinização de água, etc., de modo que ela mantém, embora sempre com uma preocupação muito grande por causa do problema palestino, as relações com Israel.

Com relação ao conflito do Iraque do corrente ano, naturalmente a Jordânia fez tudo para que não se concretizasse o ataque armado, até porque são vizinhos. O Iraque é um vizinho muito importante, apesar de todos os problemas e de todas as conseqüências da guerra para o Iraque. Anteriormente ao embargo – em vigor desde 1990 –, e ainda hoje, o Iraque continua sendo o maior parceiro comercial da Jordânia, o seu maior importador e exportador, e tem laços de toda ordem com a Jordânia.

Calcula-se que haja, talvez, cerca de quatrocentos mil cidadãos iraquianos vivendo na Jordânia, refu-

giados, sobretudo da guerra anterior. Essa guerra não produziu, ao contrário do que se esperava, muitos refugiados, mas a de 90/91, sim, e existe essa ligação muito forte com o Iraque.

A Jordânia, até em alguns aspectos menores, pessoais – é preciso recordar –, tem procurado exercer um papel positivo. Por exemplo, recentemente, recebeu duas das filhas de Saddam Hussein como asiladas em território jordaniano, as mesmas que haviam fugido para a Jordânia com seus maridos anteriormente – os senhores recordarão –, e cujos maridos, enfim, supostamente perdoados pelo sogro, regressaram ao Iraque e foram ambos mortos.

Essas duas senhoras estão novamente de volta à Jordânia, e essa atitude curiosamente parece ser respeitada por todos na região, porque é bem compreendida como gesto humanitário. Não há absolutamente nada de político nisso, nem poderia haver.

É preciso lembrar também algo que, do ponto de vista humanitário, interessa ao Brasil. Em 1991, por ocasião da primeira guerra do Golfo, praticamente todos os brasileiros que se encontravam no Iraque e no Kuwait ocupado saíram pela Jordânia. Eles acabaram sendo evacuados, foram levados primeiramente para Bagdá e, depois, para Aman, de onde puderam retornar para o Brasil. Não houve problema algum. Saíram todos sãos e salvos.

Esse foi mais um gesto positivo da Jordânia que devemos recordar. Na guerra deste ano não foi necessário nada do gênero, mas tenho certeza de que a posição da Jordânia seria totalmente construtiva.

Dando uma palavrinha sobre a política interna do país, quero dizer que este foi um ano importante para a Jordânia, porque se realizou ali, pela primeira vez, desde 1997, uma eleição geral, realizaram-se eleições parlamentares, tendo sido eleito um novo parlamento. Na verdade, eles possuem um parlamento bicameral. A Câmara Alta, com 40 membros, todos designados pelo Rei, e a Câmara Baixa, com 80 membros, eleitos por sufrágio universal. E, mais uma vez, a Jordânia ocupa uma posição de certo destaque e vanguarda no mundo árabe, na medida em que as mulheres possuem direitos políticos, são eleitoras e, embora em uma escala ainda limitada, podem ser eleitas – há uma cota de mulheres na Câmara jordaniana. Dito no Ocidente, isso pode parecer totalmente banal, mas em se tratando de um país árabe, muçulmano, não é. É algo realmente extraordinário. Dessa forma, mais uma vez, eles mostram o progresso e a abertura do país, um país laico inclusive, muito ligado ao Ocidente. O rei anterior, Rei Hussein, e o atual foram educados basicamente na Inglaterra e são extremamente ligados ao Ocidente. Tudo isso contribuiu para os traços do país.

Após as eleições parlamentares deste ano, em junho, foi empossado um novo governo, no dia 29 de julho, com novos ministros. Houve um remanejamento bastante grande. Esse governo, como a maioria dos governos naquele país, caracteriza-se por ser um governo bastante moderado. Praticamente estão ausentes elementos mais fundamentalistas, mais radicais, o que garante a moderação do governo e a linha de diálogo permanente com o mundo árabe, com o Ocidente.

Quanto às relações com o Brasil, é preciso lembrar um outro fato capital, além da reunião de Aqaba, a que me referi, para a adoção do **road map**. Houve também, em junho deste ano, na Jordânia, no Mar Morto, uma importante reunião, a Reunião Extraordinária Anual do Fórum de Davos, o fórum econômico mundial, à qual esteve presente, entre outros, o Chanceler Celso Amorim. E foi um seguimento de Davos, uma reunião, enfim, muito interessante, com resultados importantes. Por ocasião da reunião, o Chanceler Celso Amorim foi recebido pelo Rei Abdulah II e entregou a ele uma carta do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que tem planos de fazer realizar uma reunião de cúpula árabe/sul-americana em 2004. O Rei Abdulah II, em princípio, aceitou, com muita satisfação, o convite e apreciou o gesto brasileiro.

Vou fazer algumas referências à economia jordaniana. Ela é uma economia frágil. Trata-se de um país com muitos problemas, a começar pela carência de água, a que me referi, e pela necessidade de desenvolver a produção e a agricultura. Mas a aridez é um problema sério, a salinidade de boa parte do território também. E, tanto quanto se saiba, o governo atual está mais empenhado do que nunca em desenvolver o país, em acelerar o desenvolvimento, em conseguir investimentos novos, inclusive do exterior. Conta muito com a ajuda econômica dos Estados Unidos. E, em vários casos, tem obtido essa ajuda, graças à boa aceitação pelo Ocidente do governo da Jordânia.

Também há planos – e é algo de certa relevância no país – de desenvolver o turismo, pois existem sítios turísticos e arqueológicos extraordinários, alguns dos mais bonitos e impressionantes do mundo, como, por exemplo, as ruínas da cidade de Petra, encravada no deserto, na rocha. Dizem, não conheço, que é uma das visões mais extraordinárias que se pode ter. Há cidadelas romanas também, e importantes, como Jerash, há vales importantes, há o próprio

Mar Morto. Parece que o pequeno litoral que eles têm em volta de Aqaba, no Mar Vermelho, já está bastante desenvolvido em termos turísticos. Como sítio de mergulho, por exemplo, é considerado um dos mais importantes do mundo.

Então, para um país pequeno, em grande parte desértico, a Jordânia oferece uma série de atrativos turísticos e conta com o desenvolvimento desse turismo, com o incremento do fluxo turístico para poder melhor se desenvolver.

Mas há um problema, fruto da própria condição do país, que é justamente a falta de água e de outros recursos. Pelo que estive lendo, há constante preocupação em evitar que haja uma degradação ambiental maior por conta do desenvolvimento do turismo, da construção de mais hotéis, o que poderia levar a um colapso. De modo que eles contam, mais do que nunca, até com a ajuda de Israel, quem sabe, para obter meios e modos de minorar o problema da água no país.

De resto, o rei e o governo atual estão empenhados em fazer reformas econômicas modernizantes, na linha habitual das privatizações, da desregulamentação, da abertura maior da economia. Há alguns sinais de que isso possa ser feito, de que possam avançar mais. Mas é importante lembrar também que, como já havia sido ocorrido anteriormente, e como aconteceu durante todo o tempo do embargo ao Iraque, essa última guerra gerou efeitos econômicos negativos, nocivos para a Jordânia, pois a região ficou convulsionada, o Iraque ficou praticamente destruído.

Evidentemente, os efeitos sobre a Jordânia foram muito duros, muito negativos, e os jordanianos ainda se ressentem muito desses problemas, que tão cedo não serão resolvidos, por conta da situação que atinge a região.

É um país que, ao contrário, talvez, de outros países árabes, mantém excelente relações com o Fundo Monetário Internacional, com o BIRD, que reescalonou a dívida oficial do país no Clube de Paris, dívida relativamente elevada em relação ao PIB, embora seu perfil não seja dos piores. O montante da dívida de curto prazo é relativamente pequeno, quase toda a dívida é de longo prazo.

É um país que tem um PIB de aproximadamente de US$9,5 bilhões, um pouco menos de US$10 bilhões. Já me referi ao turismo, que é ponderável, uma atividade importante, e tenderá a ser mais. Tem uma renda **per capita** na faixa de US$1,7 mil a US$1,8 mil e tem um déficit comercial crônico, porque é um país cuja produção não é suficientemente grande nem diversificada, de forma que tende a importar, sobretudo alimentos, máquinas, aparelhos, veículos, mais que exportar.

Entre seus principais parceiros comerciais, além do Iraque e da Arábia Saudita, estão a Síria, os Estados Unidos, a Alemanha. Esses são basicamente os principais parceiros e são os países que mais colaboram financeiramente com a Jordânia.

As relações com o Brasil são corretas, são boas, e poderiam e deveriam ser mais densas, intensificadas, diversificadas. Aí entram em jogo fatores óbvios, como a distância geográfica, as diferenças culturais, as dificuldades inerentes a um desenvolvimento maior do comércio, como a falta de linhas regulares de navegação do Brasil para aquela região – e não só para a Jordânia.

Então, o comércio bilateral é muito modesto, com um saldo crônico também considerável para o Brasil, já que as exportações da Jordânia para o Brasil são quase inexistentes, muito pequenas. As exportações do Brasil são maiores, embora numa faixa muito pequena, de US$20 milhões a US$30 milhões por ano, enquanto as exportações jordanianas são de US$2,5 milhões a US$3 milhões por ano, praticamente nada.

Entendo que haveria muita coisa que poderíamos tentar desenvolver nesse plano. Em termos de exportações brasileiras, eu, que já morei na região, no Kuwait, veria possibilidade para alimentos brasileiros, sobretudo açúcar, frango, carne bovina e seus produtos. Talvez para calçados, madeiras e seus manufaturados, papel e têxteis. Haveria possibilidade de fazermos um comércio mais relevante.

Do lado da Jordânia, os principais produtos são dois minerais, fosfato e o potássio, bastante exportados e utilizados largamente na indústria de fertilizantes. O Brasil, que eu saiba, importa fosfato principalmente do Marrocos, outro país árabe, por acaso, mas talvez pudéssemos tratar de desenvolver um pouco mais o comércio desse produto com a Jordânia, como maneira de levar a um outro patamar o comércio bilateral.

Basicamente, era isso que eu tinha a dizer, não quero me alongar mais, e estarei naturalmente à disposição das SRAs e dos Srs. Senadores para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Antônio Carlos Coelho da Rocha.

Passamos, agora, à argüição das SRAs e dos Srs. Senadores. Está aberta a palavra.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Sr. Vice-Presidente, Srs. Embaixadores José Jerônimo Moscardo de Souza e Antonio Carlos Coelho da Rocha, imagino o grau de complexidade que significa representar o Brasil – como o Embaixador Moscardo acabou de declarar –, representar a sociedade brasileira, com seu grau de complexidade e de diversidade cultural e étnica. Mas a diplomacia brasileira tem-se modernizado, para não apenas representar o Governo, mas também o povo brasileiro.

Nesse aspecto, notei o destaque dado à cultura brasileira por meio das imagens e da música. Penso que esse realmente é o maior bem produzido no País. Deveríamos fazer, já que o Embaixador Moscardo é um especialista na mobilização comunitária, um trabalho de ampla mobilização por intermédio da cultura, porque assim poderemos desenvolver todas as demais atividades, incluindo as econômicas, que têm um interesse muito particular para um país como o Brasil, seja nas relações com a Europa seja nas relações com o Oriente Médio.

Talvez pela experiência que vivemos no exterior, a presença da nossa música e da nossa cultura fosse marcante, e também, mais recentemente, da arte cênica. Mas nos faltava uma presença política, que começa a ser preenchida com a ação do Governo brasileiro nas rodadas de negociações e, mais ultimamente, com a posição clara, negociadora, propositiva, na quinta rodada ministerial da OMC. O que faz que, de fato, nossa representação seja do conjunto da sociedade e não apenas de um punhado de interesses dentro da sociedade brasileira.

Penso que essa é uma mudança fundamental na nossa representação externa, é uma mudança na posição dos nossos negociadores. O objetivo da representação é estabelecer negociações que contemplem o conjunto da sociedade brasileira, não apenas seus setores minoritários. Isso é muito importante, é o que há de moderno, eu diria, na política externa brasileira, mas ela também é resultado da decisão política dessa sociedade, na medida em que ela é capaz de estabelecer alternâncias no Governo. O Governo Lula, de fato, representa uma mudança importante no País.

No que diz respeito à política externa brasileira, essa mudança veio em boa hora e era necessária. Tive algumas experiências nesse aspecto quando Governador do Amapá, porque tenho uma relação de vizinhança com o departamento francês da Guiana, que, na verdade, é uma região francesa, portanto, faz parte das regiões da União Européia. Desde o começo isso me intrigou muito: como temos na nossa fronteira um pedaço da União Européia, e, inclusive, União Européia tem um tratamento diferenciado com seus vizinhos? Terminei indo à Bélgica, Sr. Embaixador, para conversar no comitê de regiões, exatamente para reivindicar o mesmo tratamento que a Europa dos 15 dava aos seus vizinhos do continente. Os europeus esqueceram que invadiram muitas regiões do mundo, incluindo o Brasil e que um país com vários países europeus com tradição colonial, tinham um vizinho fora do continente e o Brasil é, de fato, um país terceiro da União Européia, que tem um estatuto especial da relação com a União Européia. V. Exª vai à Bélgica e lá está sediada a Comissão Européia e o Parlamento europeu. Acredito que seria importante para o Senado e para a sociedade brasileira – como V. Exª trabalha com programa de ação – incluir no programa de ação uma aproximação para que possamos entender com profundidade toda construção da União Européia, do seu Parlamento e de todos esses 50 anos de construção de unidade européia, num momento em que o Brasil toma uma decisão fundamental, que nos coloca em destaque e cria uma perspectiva de futuro das mais interessantes, quando se opta pelo fortalecimento do Mercosul. Isso é definitivo para a história do nosso País, fortalecer, formar um grande bloco regional, pensar no plano regional e agir na diplomacia internacional é uma lição que a sociedade brasileira está começando a aprender, é uma lição muito importante para todos nós.

Portanto, nessa experiência que vivemos, tive algumas dificuldades com o Itamaraty. Primeiramente, o Itamaraty centralizou muito a diplomacia brasileira. Só o Itamaraty representava o Estado brasileiro, o Governo. Em algumas circunstâncias da história do Brasil, o Itamaraty chegou a representar o Governo. Penso que é fundamental que descentralizemos, que cada brasileiro seja, de fato, um representante da cultura e da diversidade deste País. Ali na Guiana estabelecemos um amplo acordo de cooperação com a França também com repercussões na economia local.

Infelizmente, nós brasileiros temos pouco conhecimento sobre o Oriente Médio. No entanto, vivem no Brasil milhões de libaneses e jordanianos, que, juntamente com o Senador Marcelo Crivella trabalhamos numa subcomissão que busca estabelecer uma relação com os brasileiros no exterior. Também poderíamos, por meio dos setores empresariais e acadêmicos, como foi proposto, buscar reatar esses laços com os jordanianos que vivem no Brasil e que não são poucos. Acredito que São Paulo deve ter a maior concentração. Quando vemos algumas listas telefônicas, encontramos centenas de nomes muito pareci-

dos. Tenho um amigo que é Governador na Guiana e se chama Antoine Karam. Ao verificar a lista de São Paulo, ele encontrou mais de 200 pessoas com o nome Antoine Karam. Seria talvez um trabalho da diplomacia brasileira, no âmbito da visão da relação comunitária, aproximar de seus países de origem as comunidades que vivem no Brasil há muitos anos.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Temos uma cerimônia no Itamaraty daqui a instantes.

Peço ao Vice-Presidente que passe a presidir a reunião, para que eu possa exercer o direito de voto.

Em seguida, pedirei ao Senador João Capiberibe para que também vote.

Senador Marcelo Crivella, V. Exª já votou?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Votarei agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador José Jerônimo Moscardo de Souza, com respeito à sua sugestão de propor que as novelas brasileiras sejam exportadas em português, eu agradeceria se V. Exª fizesse um ofício, que encaminharei, em nome da Comissão, às **Organizações Globo**, fazendo essa sugestão.

Quero também transmitir ao Embaixador Antônio Carlos Coelho da Rocha que a nossa Comissão dará todo o apoio à iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de realização, em 2004, de um possível encontro entre os países árabes e os países da América Latina.

Gostaria de passar a palavra a ambos, ao Embaixador Antônio Carlos Coelho da Rocha e, em seguida, ao Embaixador José Jerônimo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS COELHO DA ROCHA – Obrigado, Sr. Presidente.

SRAs e Srs. Senadores, com relação ao que acaba de ser dito pelo Senador João Capiberibe, eu gostaria de dizer apenas duas coisas. Uma delas é uma curiosidade. V. Exª mencionou o Amapá e o Departamento da Guiana. Eu servi na França, já morei lá, e há um pequeno teste que se faz: pergunta-se a um francês qual é a fronteira mais extensa da França. As pessoas tendem a dizer que é a fronteira com a Alemanha, com a Itália, com a Espanha. Não é. A maior fronteira é com o Brasil, devido à Guiana – que é um Departamento francês, portanto, parte integrante da República Francesa. É uma coisa desconhecida de muita gente, mas é verdade. O Brasil é rigorosamente um vizinho geográfico da França.

E o segundo comentário é também a respeito de algo mencionado por V. Exª e que é verdade, fruto da minha experiência, do meu tempo no Kuwait. Quando eu mencionava o Brasil, que, felizmente, é um país de superlativos – tudo é muito grande no Brasil, que possui um pouco de tudo –, quando eu dizia aos árabes que havia cerca de 10 milhões de cidadãos brasileiros com sangue árabe, a maioria não acreditava. Ficavam todos assombrados. "Não é possível" – diziam. "Isso é mais do que a população total de numerosos países árabes". No entanto, esse dado é absolutamente verdadeiro quando consideramos os brasileiros de origem libanesa, síria, palestina, jordaniana, etc. E é uma coisa realmente fantástica o fato de todos estarem absolutamente integrados em nosso Brasil. A maioria deles não fala árabe – já são gerações de brasileiros –, mas tem, ao mesmo tempo, como sempre percebi, um orgulho muito grande de sua ascendência árabe.

Eram os dois pequenos comentários que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu gostaria de dizer que, em verdade, o ofício será encaminhado tanto à **Rede Globo** quanto à **Rede Bandeirantes**, ao **SBT**, à **Rede Record**, à **RTC**, à **Rede Vida**, à **TV Cultura**, à **TV Educativa**. Enfim, a todas as emissoras brasileiras.

Tem a palavra o Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza.

O SR. JOSÉ JERÔNIMO MOSCARDO DE SOUZA – Muito obrigado.

Primeiro, eu gostaria de assinalar que a projeção internacional do Brasil se deve muito à sua cultura. Creio que o Brasil é uma potência cultural. Hoje o Brasil produz a melhor música popular do mundo, o que é algo absolutamente extraordinário. Devíamos utilizar essa projeção, que se faz de maneira espontânea. O Brasil devia acompanhar isso.

Hoje, a produção cultural gera milhões de dólares. A indústria cultural nos Estados Unidos já se aproxima da indústria aeronáutica – ou já a supera –, que é a maior indústria norte-americana. Então, devíamos cuidar da nossa música popular como algo economicamente valioso. Ainda cuidamos dela de maneira muito poética e romântica, quando ela move milhões de dólares.

A nossa presença na Romênia em muito se deveu à cultura brasileira. De um lado, a música popular tem uma acolhida absolutamente extraordinária. Segundo, o estilo de vida brasileiro, trazido pelas nove-

las, tem também algo fascinante, uma capacidade de fascínio extraordinária. E há também a literatura brasileira. Na Romênia existem seminários que estudam literatura brasileira. Há autores brasileiros conhecidos lá, como, por exemplo, Gilberto Freire e Celso Furtado. Em Bucareste, criou-se um centro acadêmico com o nome de Celso Furtado. Os romenos estão defendendo a candidatura de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de maneira extraordinária e espontânea. É algo absolutamente generoso por parte deles, eles não ganham nada com isso, e nos apóiam, até com esse programa de importância na área cultural.

Faço uma observação também sobre representar o Brasil como um todo. Uma grande comunidade formada de brasileiras casadas com estrangeiros na Romênia ajuda a Embaixada do Brasil. Uma das comunidades é libanesa, e nos tem dado um apoio extraordinário. São famílias libanesas que têm parentes no Brasil.

Aliás, grande parte do programa editorial da embaixada não foi financiado com recursos do Itamaraty, que não os tinha; foi financiado por um libanês casado com uma brasileira. Por exemplo, há também, na Romênia, uma comunidade evangélica que colabora com a embaixada. A propósito, há um programa grátis de ensino da cultura e da língua portuguesa na embaixada, em que a metade dos professores são da comunidade evangélica, da missão evangélica que está na Romênia. Então, a idéia é muito ampla. O Brasil tem essa capacidade de mobilização e de representação.

Temos também na Romênia algo incrível. Criou-se na Romênia uma escola de samba. Essa escola de samba foi criada por um cabo-verdiano. Foi um estudante de Cabo Verde que criou a escola de samba e espalhou que era brasileiro. Foram-me perguntar na Embaixada, e eu não o desmenti. Ele dizia que era brasileiro. Eu disse que era brasileiro, mas por adoção, e muito orgulhoso, porque ele me pediu uma bandeira brasileira. Na Embaixada, disseram-me que eu não deveria ter-lhe dado, porque ele era cabo-verdiano. Eu disse que era um orgulho para o Brasil que um cabo-verdiano tenha decidido fazer essa grande manifestação de amor ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Solicito aos Senadores João Capiberibe e Marcelo Crivella que façam a gentileza de contar os votos e transmitirem à Mesa o resultado. (Pausa.)

Reitero o convite às SRAs e aos Srs. Senadores feito anteriormente, porque às 15h estaremos recebendo o Ministro Celso Amorim. Também foram convidados os Senadores José Maranhão, Jonas Pinheiro e Heráclito Fortes para dialogar sobre a última reunião da OMC em Cancún.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr. Presidente, foram computados 16 votos a favor. Não houve votos contrários.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Portanto, os nomes do Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza, indicado para a Bélgica, assim como do Embaixador Antônio Carlos Coelho da Rocha, indicado para a Jordânia, foram ambos aprovados com 16 votos a favor e nenhuma abstenção ou voto contrário.

Meus parabéns a ambos e muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h42min.)

Ata da Décima Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia dezoito de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO CAPIBERIBE, MARCELO CRIVELLA** e **GILBERTO MESTRINHO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com presença do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Chanceler **CELSO AMORIM**, para debater o resultado da viagem realizada relativa a Organização Mundial do Comércio – OMC, juntamente com os Senhores Senadores José Maranhão, Jonas Pinheiro e Heráclito Fortes. Após tecer algumas considerações, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, Chanceler **CELSO AMORIM** que faz sua exposição. Passa-se à argüição. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: **NEY SUASSUNA, JOÃO CAPIBERIBE** e **HERÁCLITO FORTES.** O Senhor

Presidente passa a palavra ao Senador **JONAS PINHEIRO** para que faça sua exposição. Segue a argüição. O Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA** faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezessete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Décima Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia dezoito de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As SRAs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Está dispensada a leitura.

Hoje, nós temos uma audiência pública com a presença do Ministro da Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, para debater o resultado da viagem para Cancun para a reunião da Organização Mundial do Comércio, OMC, ocasião em que estiveram presentes os Srs. Senadores José Maranhão, Jonas Pinheiro e Heráclito Fortes. Quero, aqui, ressaltar que, neste ano, o Sr. Ministro Celso Amorim tem sempre expressado a importância de o Senado Federal, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pelos Srs. Senadores, estarem sempre acompanhando as reuniões onde o Governo brasileiro estará realizando negociações, sejam bilaterais ou multilaterais como as relativas ao Mercosul, à Alca, à OMC e outras.

Quero, então, agradecer a atenção do Sr. Ministro Celso Amorim por ter enviado Ofício ao Presidente José Sarney para que o Senado se fizesse representado pelas SRAs. e Srs. Senadores indicados pelo Presidente José Sarney. Estaremos sempre dando força a esse tipo de procedimento e, mais uma vez, agradecemos a presença do Chancelar Celso Amorim. Ressalto que, ainda há pouco, na formatura e no almoço do qual o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou por ocasião do "Dia do Diplomata" e da formatura dos formandos do Instituto Rio Branco, houve alguns aspectos de grande relevância. Primeiro porque os formandos escolheram como seu Patrono, em homenagem póstuma, o Diplomata, nosso grande representante na ONU, o Sr. Sérgio Vieira de Mello, que foi homenageado por palavras de muita justiça expressas pelo Presidente Lula. Mas gostaria de informar aos Srs. Senadores que, também, neste seu pronunciamento, realizado há pouco mais de uma hora, o Presidente Lula disse que os formandos do Instituto Rio Branco poderão sempre lembrar-se, ao longo de sua carreira diplomática e ao se tornarem embaixadores – como os aqui presentes: Sr. Jerônimo, Sr. Clodoaldo Beni, Sr. João Carlos e o Sr. Mauro Vieira – que por ocasião sua formatura eles tiveram como exemplo de um Embaixador um Ministro extraordinário, que é o Sr. Ministro Celso Amorim, que vem dignificando seu mandato de Ministro das Relações Exteriores.

Com a palavra, então, o Sr. Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Presidente, muito obrigado por suas palavras, muito obrigado aos Srs. Senadores presentes. Eu quero dizer que recebi, com muita alegria, o convite para esta audiência pública relativa à reunião em Cancun, que, de fato, foi uma reunião importante, embora ela tenha sido objeto de ampla cobertura pela imprensa brasileira e internacional, creio que é de utilidade, ainda, que se faça uma discussão nesta Casa e nesta Comissão – como lembrou V. Exª – em que já compareci algumas vezes. Proponho-me, então, a fazer um breve resumo dos aspectos mais importantes da reunião de Cancún e, depois, se for o caso, Sr. Presidente, estaria pronto para responder perguntas.

Queria, em primeiro lugar, fazer uma referência ao fato de que a Organização Mundial do Comércio é absolutamente fundamental para o Brasil por muito motivos; primeiro, porque o Brasil economicamente é um país de porte médio, ou seja, um grande país entre os países em desenvolvimento, mas, em termos da economia mundial, é um país de porte médio, pois temos menos de 1% do comércio internacional, por exemplo. E, para um país com as características do Brasil, dispor de um organismo internacional em que as questões possam ser dirimidas e as negociações possam ser feitas com um relativo equilíbrio de forças – depois eu talvez ilustre esse ponto com a própria reunião de Cancún – é algo muito importante. Não há para o Brasil nenhuma outra organização ou nenhum

outro formato de negociação comercial que substitua a Organização Mundial do Comércio.

É claro que podemos ter muitos acordos com países em desenvolvimento, por exemplo – e é o que estamos tentando fazer na América do Sul, com o Mercosul, com a comunidade andina e também para além da América do Sul, com outros países em desenvolvimento. Trata-se de algo importante a que o Presidente Lula tem dado grande impulso, mas, evidentemente, uma parte grande do mundo, uma parte grande dos mercados mundiais está, e continuará a estar por muitos anos, nos países desenvolvidos. Para a nossa relação com esses países, o fórum insubstituível é o fórum global, o da OMC. Podemos continuar negociando a Alca, podemos continuar negociando com a União Européia, em termos de condições que não sejam adequadas, mas nenhum desses fóruns substituirá a Organização Mundial do Comércio.

Começo com uma ilustração que me leva ao principal tema dessa reunião de Cancún, embora não tenha sido o tema que tenha levado ao resultado ou à ausência de resultado de Cancún. Por exemplo, nas nossas negociações na Alca e com a União Européia, nos é dito com freqüência pelos nossos principais parceiros que os temas em que temos maiores interesses, como os subsídios agrícolas, o tema central de Cancún e até outros temas, como a questão do **antidumping**, só podem ser resolvidos na Organização Mundial do Comércio.

Isso já ilustra porque, na área agrícola, evidentemente, a questão dos subsídios é central, não única, já que existem outros tipos de barreiras também. Mas a questão central são os subsídios. Na área industrial, para um país como o Brasil, hoje em dia, as principais barreiras não derivam de tarifas, mas de barreiras não-tarifárias, resultado da aplicação de medidas como **antidumping**, salvaguardas, às vezes direitos compensatórios, chamados remédios comerciais e que, na realidade, dependem de disciplinas que só podem ser negociadas globalmente. Os Estados Unidos dizem-nos com clareza e com a franqueza que lhes é peculiar que não vão negociar um acordo de **antidumping** – refiro-me a um acordo substantivo, pra valer, e não apenas formal – na Alca porque esse é um tema em que eles têm também acordo com o Japão, com os países desenvolvidos. Portanto, não há por que terem um sistema exclusivo para a nossa região.

Da mesma maneira, tanto os Estados Unidos quanto a União Européia não se revelam propensos a discutir, seja na Alca, seja nas negociações entre o Mercosul e a União Européia, a questão central dos subsídios agrícolas. Eles alegam – de certa maneira há algum fundamento nessa alegação – que, como a questão dos subsídios agrícolas está no centro da própria relação entre as maiores potências comerciais – Estados Unidos e União Européia, mas também, de certa maneira, o Japão, o Canadá etc –, não é possível, nem prático, nem razoável negociar esses temas num contexto puramente hemisférico, no caso da Alca, ou birregional, como é o caso do Mercosul com a União Européia. Portanto, os sistemas têm que ser negociados na OMC.

Então, já se pode observar que a Organização Mundial do Comércio é absolutamente fundamental para um país como o Brasil, além de ter importância por dispor de um conjunto de regras que permite que as disputas comerciais sejam resolvidas por um sistema que, embora algumas vezes nos pareça distorcido, tem um mínimo de embasamento legal que permite aos países um contraditório, julgado por peritos independentes. Também esse aspecto, para um país como o Brasil, é muito importante.

Sabemos, por exemplo, que na década de 80 o Brasil sofreu conflitos na área de informática e de patentes. E recordamos como o País sofreu retaliações unilaterais e ameaça de retaliações unilateriais – a ameaça, às vezes, já causa tanto dano quanto à retaliação em si mesma.

Então, a existência da OMC, com seu conjunto de solução de controvérsias, em que as questões são resolvidas de acordo com as regras do sistema, é extremamente importante. Digo isso porque muitas vezes se pergunta se a ausência de resultados práticos da reunião de Cancún significará o fim da OMC ou, digamos, um declínio da importância da Organização. Com relação a essa indagação, quero dizer duas coisas: que não desejamos isso e que não creio que isso ocorra, porque a mesma utilidade que a OMC tem para nós existe também para outros países. Mesmo para os países mais fortes, maiores, não interessa estarem permanentemente envolvidos em uma guerra comercial.

Os Estados Unidos e a União Européia, por exemplo, têm tido disputas variadas quanto ao uso de hormônios para o gado, aos transgênicos, quanto ao sistema de comercialização de bananas, quanto aos incentivos fiscais em paraísos fiscais para empresas norte-americanas, com benefício à exportação. Em suma, as questões mais variadas têm levado, no caso, a União Européia e os Estados Unidos a embates na OMC.

Com todos os problemas que a OMC tem e as dificuldades que possa haver para resolver os problemas, é muito melhor ter um embate legal e chegar a

uma conclusão e, eventualmente, a uma compensação, do que responder a essas questões com medidas unilaterais.

Digo que é melhor para o objeto das medidas unilaterais, obviamente, mas também para o sujeito das medidas unilaterais, porque uma certa moderação é útil. Imaginem um conflito em que se oponham, por hipótese, os Estados Unidos e a União Européia – como já ocorreu – quanto às bananas, e que os distribuidores, grandes empresas norte-americanas, pressionassem imediatamente com retaliações. O resultado provável seria uma guerra comercial entre as duas grandes potências, o que não beneficiaria ninguém, nem os Estados Unidos, nem a União Européia.

Então, quero dizer com isso – e, de certa maneira, estou começando pelo fim, porque tenho ouvido muitas perguntas sobre o que vai acontecer com a OMC – que tenho a certeza de que a OMC sobreviverá, porque atende a interesses de países como o nosso, mas também para de grandes potências comerciais.

Isso é importante reter porque, em certos momentos, durante as negociações, e até mesmo depois das negociações, foi muito usado o argumento de se deixar a OMC e passar para os acordos bilaterais. É possível até que haja um maior número de acordos bilaterais – não vou discutir – para atender a objetivos específicos de acesso a certos mercados, mas tenho certeza de que isso não substitui a centralidade da OMC.

Tenho falado da União Européia e Estados Unidos, mas poderia estar falando do Japão, do Canadá, da Austrália e, certamente, do grande número de países em desenvolvimento, seja aqueles que compuseram conosco o G-22, seja, ainda com mais razão, países menores, de menor desenvolvimento relativo, que têm pouca ou nenhuma capacidade de ação individual, mas que, na OMC, encontram um foro para as suas aspirações.

Ainda dentro dessa mesma metodologia pouco ortodoxa de começar pelo fim, quero dizer o que acredito que ocorrerá. Uma das coisas já disse: acho que a OMC continuará a existir, sim.

Agora, o que acontecerá com a Rodada de Doha? Porque muitos confundem Cancún com Doha. Dizia antes, tive ocasião de dizer, creio, nesta Casa, disse também na Câmara que não se pode confundir Cancún com Doha. Cancún é uma etapa – é claro que é etapa que tem que ser vencida, e houve um percalço. Não queremos tapar o sol com a peneira, mas a Rodada de Doha continua viva, pode continuar viva e pode e deve dar resultados.

Já passei por várias situações, como o Embaixador Clodoaldo Hugueney, que, em várias dessas pelejas, esteve também ou junto comigo, ou em outras situações, e sabemos que não há êxitos nem fracassos absolutos.

Quando saímos de Bruxelas, negociadores comerciais, em 1990, quando deveria ter acabado a Rodada do Uruguai, parecia que nunca mais ia se conseguir colocar, de novo, a Rodada do Uruguai nos trilhos. Daí a um ano e meio, menos de um ano e meio, um ano, havia um novo projeto Gatt Final, que levou mais um ano e meio ou dois anos para ser aprovado, por causa do problema agrícola entre a União Européia e Estados Unidos. Mas, quer dizer, as coisas tinham sido recolocadas no trilho e se encerraram.

Mesmo Seattle, que foi, talvez, de todos os fiascos o mais retumbante, porque foi a tal ponto que, quando voltamos a Genebra – a época eu era Embaixador em Genebra – tivemos a primeira reunião, deparamo-nos prontamente com um problema: não sabíamos se a reunião de Seattle tinha terminado ou não. Portanto, não sabíamos se iríamos recomeçar a terceira reunião ministerial ou iríamos preparar a quarta reunião ministerial.

No fim, a questão foi resolvida meio informalmente. Ficou implicitamente decidido que ela havia sido encerrada; preparou-se a quarta reunião, que foi a Reunião de Doha. Isso é só para ilustrar o nível de confusão que ocorreu em Seattle.

Da mesma maneira, os êxitos que são muitas vezes decantados também não são êxitos absolutos. Doha foi uma reunião importante. Logramos um mandato agrícola muito importante, logramos avanços não propriamente comerciais, mas avanços no reconhecimento de que a preocupação com a saúde humana e a preocupação com a vida humana é tão ou mais importante do que a preocupação com o lucro, através do acordo sobre remédios, que foi completado, agora, às vésperas da reunião de Cancún, mas também não foi a reunião de Doha um êxito absoluto, apesar desses aspectos importantes.

A prova é que, na reunião de Cancún agora, o fator que acabou determinando a impossibilidade do avanço foi justamente o resultado de questões mal resolvidas em Doha; questões que foram tratadas como ambigüidades construtivas, mas que, na realidade, eram mais contradições em termos do que ambigüidades construtivas. Os chamados temas novos, os temas de Cingapura, assim chamados porque vinham de uma agenda antiga aprovada em Cingapura, incluem investimentos, compras governamentais, facilitação de comércio e regras de concorrência. Em relação

a esses temas, a reunião de Doha havia tomado uma decisão, no fundo, contraditória, porque, por um lado, dizia que esses temas eram parte de um empreendimento único, que eles chamam, em inglês, de **single undertaking**, portanto, eram parte da negociação.

Por outro lado, dizia que uma decisão teria que ser tomada por consenso explícito – uma expressão pouco usada, na realidade nunca usada, que eu saiba, em organismos internacionais antes, muito menos na OMC, em que quase nada é explícito e, sobretudo, o consenso. Mas, enfim, quando se fez essas duas menções de que eles eram parte de um empreendimento único, mas, por outro lado, era preciso tomar uma decisão, evidentemente, havia aí uma contradição, que acabou fazendo explodir a reunião – explodir talvez seja uma palavra muito forte – tenha feito parar a reunião de Cancún, porque esse problema não se resolveu.

Obviamente, houve problemas também, creio eu, de manejo da Conferência, subestimou-se a dificuldade que alguns países em desenvolvimento, sobretudo países muito pequenos, que menor desenvolvimento relativo tinham com os temas. Achou que se colocasse um texto sobre a mesa, ele acabaria sendo aceito e aprovado. Isso, na realidade, não ocorreu.

O que quero dizer, voltando a esse raciocínio e ao fio da meada, é que não há fracassos absolutos nem êxitos absolutos. Nem a reunião de Cancun foi um fracasso absoluto – tenho várias razões para dizer que, em vários aspectos, ela foi positiva para nós – nem há êxitos absolutos. A própria reunião de Doha, apesar de seus aspectos positivos, inegavelmente, deixou uma herança de problemas que viriam a nos atormentar mais tarde.

Na realidade, esse processo de negociações comerciais é contínuo. Ele se inicia, se desenvolve, e as reuniões ministeriais são marcos, mas não são etapas necessariamente definitivas.

Dito isso, queria rapidamente me referir ao tema que para o Brasil era não único, mas era o principal em Doha. O que aconteceu em relação a esse tema? Todos sabem – porque isso já foi decantado de várias formas – que o tema principal para o Brasil na reunião de Cancun era a agricultura. Não porque o Brasil não tenha interesse na área industrial ou em outras áreas, mas o fato é que, em agricultura é onde reside, digamos assim, o déficit maior da Organização Mundial de Comércio. É onde – usamos muito uma expressão "antes de Seattle" – há um déficit de desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio, e esse déficit de desenvolvimento se expressa, sobretudo, na agricultura porque, ao contrário dos outros setores – alguns antigos como a indústria e outros até novos como o setor de serviços –, a agricultura ficou largamente ainda sujeita a um grande número de isenções, de exceções que acabam se constituindo em grandes obstáculos ao comércio e em elementos de distorção do comércio internacional que resultam em prejuízo não apenas, mas sobretudo, de países em desenvolvimento.

Desse ponto de vista, a agricultura era, para o Brasil, um elemento central. Tínhamos, obviamente, outros interesses; apenas menciono **en passant,** e se alguém desejar posso depois me referir a eles. Há uma área grande de discussão, a que se deu o nome de implementação porque se referia à implementação dos acordos da Rodada do Uruguai, em que havia temas de interesse dos países em desenvolvimento. O Brasil fez propostas sobre dois temas muito importantes. Um tinha relação com os chamados **Trims**, que é a sigla em inglês do Acordo sobre Medidas de Investimentos Relacionadas ao Comércio; e outro ligado à relação entre o Acordo de Propriedade Intelectual, o chamado **Trips**, e a convenção de diversidade biológica. Só para ilustrar, tínhamos também **antidumping** ou crédito exportação, que estiveram por trás do nosso conflito com o Canadá, Embraer-Bombardier. São questões que poderiam também surgir, seja dentro de implementação, seja em outro capítulo chamado normas, ou regras, que se discutia na OMC. Apenas para ilustrar que o nosso interesse era mais amplo. Mas, obviamente, a medida da possibilidade de se fazer progresso ou não era agricultura.

Em agricultura, o que aconteceu, tentando ser breve, foi essencialmente o seguinte: a exemplo do que ocorreu em muitas rodadas anteriores – isso é uma coisa que teremos talvez que rever no futuro –, a sabedoria convencional era de que só se poderia ter um avanço se houvesse um acordo ou um pré-acordo entre a União Européia e os Estados Unidos. Isso tem alguma lógica, porque sendo os dois não só as duas maiores potências comerciais, mas também os dois grandes subsidiadores, portanto, os dois principais responsáveis pelas distorções no comércio internacional de produtos agrícolas, se não tivessem um pré-acordo de até onde poderiam ir, seria difícil para os demais avançarem. Essa era a sabedoria convencional. Mas a expectativa sempre foi, embora não cumprida no passado, que esse pré-acordo fosse depois modificado para levar em conta os interesses dos outros países, ou que, melhor ainda, já embutisse interesses de outros países, sobretudo países em desenvolvimento ou países do grupo de kermes, que é

esse grupo de produtores agrícolas dentro desse pré-acordo. O que aconteceu dessa vez é que cerca de um mês, mais ou menos, antes da reunião de Cancun, a União Européia e os Estados Unidos fizeram esse pré-acordo. Como a União Européia e os Estados Unidos são grandes subsidiadores e também criam grandes obstáculos por meio de barreiras tarifárias e não-tarifárias ao acesso a mercados, eles poderiam ter chegado a um ponto de equilíbrio em vários níveis diferentes. E a nossa expectativa – devo dizer que eu era relativamente otimista – era de que o nível desse equilíbrio fosse relativamente elevado. Isso não ocorreu. Predominaram considerações protecionistas dos dois lados, e o nível de equilíbrio a que chegaram era um nível de ambição muito baixo, certamente muito desfavorável para países do Grupo de Cairns, formado pelos países exportadores de produtos agrícolas – países desenvolvidos e em desenvolvimento. No Brasil, quando vimos que a dinâmica das reuniões nos era pouco favorável, o que pensamos e imediatamente conversamos com outros países? Que era importante haver uma coligação de países interessados na reforma do comércio agrícola, mas que, ao mesmo tempo, preservasse interesses essenciais dos países em desenvolvimento. E por quê? Já havíamos percebido, em rodadas anteriores e mesmo nessa, que o programa reformista do Grupo de Cairns, do qual o Brasil faz parte, era sempre desqualificado politicamente, ou pelo menos havia a tentativa de desqualificá-lo politicamente, sobretudo por parte da União Européia, com o seguinte raciocínio: se o Grupo de Cairns conseguir o que quiser e se houver uma liberação geral do comércio agrícola, os agricultores da Índia, do Egito, do Paquistão, dos países sem grande competitividade na área agrícola, teriam sua produção destruída por essa produção dos países do Grupo de Cairns e pelos Estados Unidos.

Qual foi a novidade em termos de articulação política para essa conferência? Abro aqui um parêntese. Esses países também sofrem com os subsídios agrícolas da União Européia e dos Estados Unidos, porque eles também têm condições de exportar, embora alguns não sejam exportadores líquidos hoje – mas poderiam ser – e, além disso, sofrem com esses subsídios nos seus próprios mercados. Portanto, há um interesse comum de todos esses países, sejam os do Grupo de Cairns ou países como Índia, Egito e outros, de que haja condições mais equilibradas no comércio internacional e, sobretudo, de diminuir e eliminar substancialmente os subsídios agrícolas.

Por essa razão, conseguimos criar uma aliança de países em desenvolvimento, em geral, inicialmente o G-20, que construiu uma plataforma alternativa, que havia sido apresentada pela União Européia e pelos Estados Unidos. O interessante é que essa plataforma não era retórica nem obstrucionista e também não era uma plataforma apenas para jogar para a platéia; era uma plataforma muito bem embasada tecnicamente e que seguia, inclusive, a mesma estrutura da proposta da União Européia e dos Estados Unidos, alterando naturalmente aquilo que mais nos interessava.

Abro novamente um parêntese dando um passo atrás. Por volta de abril ou maio, o Presidente do Comitê Agrícola da OMC havia preparado um texto das chamadas modalidades, com números etc. Constatou-se, durante uma reunião realizada em Montreal, que seria difícil elaborar um texto com números. O texto da União Européia e dos Estados Unidos não possui números, assim como o nosso. Mas a maneira como a equação estava desenhada no texto da União Européia e dos Estados Unidos conduzia necessariamente a números baixos ou ruins, enquanto que a equação que desenhamos resultaria mais provavelmente em números mais favoráveis para nós.

Fizemos isso, conversando primeiramente com a Argentina, com a Índia, com a África do Sul, países com quem sempre mantivemos contato. Rapidamente se montou, em Genebra, uma aliança de 20 países, abrangendo praticamente todos os países da América do Sul, à exceção da Guiana, do Suriname e do Uruguai, e de vários países, incluindo alguns países da América Central e o México, bem como países de outras regiões, como a África do Sul, vários países asiáticos, inclusive Índia e China; portanto, grandes países. Tínhamos, praticamente, os maiores países de todas as regiões, com pouquíssimas exceções, além de países pequenos, pois era importante também ter países pequenos para demonstrar que não se tratava apenas de uma aliança de países grandes, lutando por seus interesses egoístas.

Havia, pois, além dos países grandes, países pequenos e países médios, como o Chile, um grande exportador agrícola, com uma economia muito liberal. Portanto, não poderia haver nenhum tipo de acusação de que se tratava de um terceiro-mundismo ideológico. Esse era um argumento que se desmanchava à primeira vista. E não podia também mais haver o argumento, usado antes pela União Européia, de que a aliança dos países iria destruir a produção justamente dos países em desenvolvimento, porque justamente os maiores países em desenvolvimento, com as maiores populações rurais, entre eles a Índia e a China, estavam fazendo parte do grupo.

Essa foi a aliança que fizemos. Inicialmente, eram vinte países; no curso da reunião de Cancun, saiu um e entraram três, que estão entre os maiores países do mundo também – o Egito, que, se não me engano, é o maior país árabe em população; a Indonésia, que é o maior país muçulmano do mundo; e a Nigéria, que é o maior país africano. Contando já com China, Índia, Brasil e México, tinha-se, em termos absolutos, os maiores países em desenvolvimento, mas também vários dos pequenos e dos médios, que lá estiveram conosco. Além disso, embora não tenham entrado para o nosso grupo, porque tinham interesses mais específicos pelos quais lutar, mantivemos um diálogo constante com outros países africanos, com os países menores, de desenvolvimento relativo etc.

Então, em que se constituiu essencialmente a "Batalha de Cancun", se é que posso usar essa expressão um pouco pleonástica? Em primeiro lugar, fazer com que esse grupo fosse aceito como interlocutor, não meramente como um grupo de pressão, que falaria nas reuniões plenárias, mas que desapareceria na hora em que chegássemos às mesas de negociação. E isso foi o que conseguimos. Primeiramente, houve uma batalha de procedimentos em torno de que texto seria a base, ou não; o texto que o Presidente do Conselho-Geral, que era uruguaio por sinal – e talvez isso explique a ausência do Uruguai... De nossa parte, defendíamos que não podia ser assim, porque o nosso texto devia ter um **status** igual. Enfim, os senhores, que são Parlamentares, sabem muito bem a importância de ter o texto base.

O fato é que conseguimos, digamos, eludir essa questão, até porque, como todos os textos seguiam mais ou menos a mesma estrutura, como eu já disse, os chamados pilares básicos – agricultura, apoio doméstico, acesso a mercados e subsídios da exportação –, pudemos conseguir que o Presidente fizesse uma declaração dizendo que todas as contribuições seriam consideradas e que as discussões seriam feitas tema por tema. Era o que queríamos: cada um puxava o seu tema e a sua formulação. E essa foi a maneira como levamos e foi uma primeira, pequena, porém importante, vitória que tivemos.

A outra coisa importante era, digamos, evitar que se tentasse – como se tentou – desacreditar ou dividir o, a essa altura, G-21, que depois se tornou G-22. Eram constantes os boatos de que ia haver divisão. Até o boato de que o Brasil ia sair do G-21 eu ouvi – imaginem, nós, que estávamos liderando! Bastava sair da sala e se encontrar com um membro do grupo de Cairns da Austrália, ou se encontrar com um europeu, que já vinha o boato de que alguma coisa ia acontecer, e, sobretudo, que haveria pressões sobre os pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Só pediria que V. Exª esclarecesse a grafia desse nome, para efeito da taquigrafia, porque não é tão conhecido – Cairns. Talvez V. Exª pudesse até historiar um pouco sobre o porquê deste nome, porque não é tão comum e conhecido. Soletra-se: C-a-i-r-n-s. Qual é a origem do nome?

O SR. CELSO AMORIM – A história é que um grupo de produtores agrícolas, de países produtores e exportadores agrícolas liderados pela Austrália durante a Rodada Uruguaia fez uma reunião numa cidade balneária australiana que se chama Cairns. É um grupo que reúne países desenvolvidos e em desenvolvimento, exportadores agrícolas.

Mas, enfim, cada vez que havia um contato, havia uma tentativa ou de desacreditar ou de dividir. Houve, também, sabemos, por parte das grandes potências comerciais, reuniões específicas com todos os países que estavam negociando acordos de livre comércio com eles, com o objetivo de talvez impressioná-los quanto a uma eventual pouca conveniência de continuar pertencendo ao G-21.

Eu diria que conseguimos manter a unidade do grupo por meio de dois pontos principais: primeiro, uma mobilização permanente. Tínhamos reuniões diárias, às vezes mais de uma por dia, em nível de ministros ou de altos funcionários do G-21; e, segundo, por meio de uma grande objetividade, digamos assim, de uma "desemocionalização" das questões, evitando a retórica, evitando uma postura confrontacionista.

Essa posição permitiu que todos os países, desde aqueles que têm uma aliança estratégica com uma das duas grandes potênicas até os que têm, digamos, uma fragilidade econômica qualquer, continuassem se sentindo confortáveis no grupo. E, com uma única exceção, chegamos a um grupo acrescido no final.

Isso fez com que também não só a Mesa diretiva da conferência, mas os próprios interlocutores nos aceitassem e nos respeitassem como interlocutores. Eu diria, sem nenhum exagero, que as principais reuniões estruturadas que se realizaram em Cancun foram as que se fizeram entre União Européia e G-21; entre Estados Unidos e G-21 e, depois, uma reunião trilateral entre União Européia, Estados Unidos e G-21.

Talvez o que tenha provocado o impasse no final tenha sido a ausência de um tratamento semelhante nos outros temas, nos chamados temas de

Cingapura, em que os países que tinham dificuldade com o tema mal foram chamados.

Durante essas negociações, a nossa postura objetiva, propositiva, concreta, pragmática foi se afirmando, a tal ponto que, até contrariamente do que interpretam hoje os jornais, dizendo que provavelmente o Bob Zoellick estava se referindo ao Brasil, quando falou que alguns países foram lá mais para pontificar do que para negociar. Posso dizer a V. Exªs que, ao final da última reunião plenária antes da conclusão, na noite do sábado, quando o Brasil falou em nome do Grupo dos Vinte e Dois, depois dessa reunião, em uma conversa privada que tive com o Zoellick, onde havia testemunhas, ele disse: "Vocês fizeram o discurso com o qual não estou de acordo em muitos pontos, mas tenho que reconhecer que o discurso foi pragmático..." – em inglês, ele disse **business like** – "...e, nesse sentido, um sinal positivo". Então, foi essa a colocação do próprio negociador americano.

Essa idéia de que houve confrontação, como expresso hoje por um parlamentar americano, ou seja, de que o Brasil teria sido culpado do fracasso da reunião de Cancun, é totalmente absurda, até porque continuamos a negociar e, depois dessa reunião, apesar de termos feito críticas ao papel revisado que surgiu depois das três reuniões que mencionei, já tínhamos prontas as nossas emendas e estávamos prontos a continuar a negociar. Ainda mais: mesmo que tivesse havido um impasse nos outros temas, estaríamos prontos a negociar. Creio que teríamos conseguido. Não sei se teríamos chegado a um resultado final – isso é impossível de saber. É como em um jogo de futebol, em que, antes de acabar, é impossível saber quem ganha ou se haverá um resultado positivo. Todavia, estávamos prontos a engajar.

Se houve uma área em que se pode dizer que ocorreram avanços em Cancun, foi na agrícola. Não foram suficientes, mas houve avanços. Portanto, essa alegação de que a reunião não teria avançado em relação à agricultura é totalmente infundada.

Para concluir esses comentários, queria dizer o seguinte: por que a reunião não foi adiante? Por causa dos chamados temas de Cingapura; por uma intransigência, eu diria até uma certa arrogância de parte das grandes potências ou de algumas delas, uma vez que acharam que poderiam impor um certo resultado. No caso, não era tanto com relação ao Brasil, que tinha até uma certa flexibilidade para negociar esses temas dentro de certos parâmetros, mas em relação a outros países. Eu diria, portanto, que houve uma certa arrogância ao se tentar colocar esses temas na mesa quase que na base do rolo compressor.

Quando perceberam que isso não era possível e que tinham que voltar atrás e flexibilizar – e, de fato, flexibilizaram, pois os temas de Cingapura eram quatro e, no final, se sobrasse um, já seria muito –, já era um pouco tarde, os ânimos já haviam se acalorado entre alguns desses países, sobretudo os de menor desenvolvimento relativo, e foi praticamente impossível reatar as negociações. O Presidente preferiu concluir a reunião naquele ponto a passar por uma discussão que provavelmente seria desgastante. Foi adotada, então, a declaração, que todos conhecem e que tem um lado positivo, repito, diferentemente de Seattle, que instrui os negociadores em Genebra a continuarem o trabalho e a levarem em consideração todas as propostas feitas.

Em primeiro lugar, acredito que as negociações serão retomadas. Será uma prova de insensibilidade política imensa por parte das grandes potências comerciais– União Européia e Estados Unidos – não continuarem as negociações. Não creio que isso ocorra. Creio que podem demorar, mas vão continuar. Em segundo lugar, chegaremos às negociações política e tecnicamente fortalecidos, pois realizamos muito trabalho técnico também. E gostaria de render tributos aos Embaixadores Clodoaldo Huguenei e Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que comandaram o trabalho. E não apenas o Brasil, mas todos os outros países, conjuntamente. Segundo o Ministro da África do Sul, Alec Erwin, não somamos apenas nossas capacidades políticas, nosso peso político, somamos nossas capacidades técnicas, de modo a dialogar de igual para igual com a União Européia e com os Estados Unidos, não apenas do ponto de vista da firmeza política, mas também do ponto de vista técnico.

Em terceiro lugar, se retomarmos, como creio que retomaremos – isso sempre aconteceu após os outros "fracassos" –, as conversações em Genebra, já as retomaremos de um ponto mais avançado, em dois sentidos. Primeiro, na agricultura, onde já havíamos conseguido alguns avanços – insuficientes, mas alguns avanços – e a compreensão de que somos um ator que não pode ser ignorado. E, segundo, porque em relação aos outros temas, sobretudo os novos, que eram, digamos, um excesso de lastro que havia nas negociações, creio que já há a compreensão de que não será possível tentar ser ambicioso em relação a eles. Provavelmente, alguns até ficarão de fora.

Para encerrar, diria que, em função desses fatores, nossa posição ganhou legitimidade política. As pessoas podem até dizem que se trata de uma posição defendida pelas ONGs – o que não seria pouco –, ou pelo Terceiro Mundo etc. Mas não; há o editorial

do **The New York Times** de ontem, para quem quiser ler. Há artigos nos jornais ingleses e na grande imprensa internacional, no **Corriere Della Serra**, **Le Monde**, e muitos outros, que, claramente, demonstram que a reforma agrícola e a maneira como a defendemos é o que tem que ser feito. Claro que pode haver diferenças em detalhes, mas o sentido geral da negociação deve caminhar no sentido que propusermos.

Dessa forma, estou confiante de que as negociações prosseguirão e de que o Brasil sai fortalecido. Sai fortalecido em sua liderança – não nos esquivemos de utilizar a expressão, pois ela foi empregada pelos outros em relação a nós –, e sai fortalecido também na capacidade negociadora, que não é algo para ser utilizado de maneira retórica, triunfalista, ou apenas como se fosse um brilho efêmero, mas para obter resultados concretos, que é o que desejamos em agricultura e em outras áreas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria de sugerir, dado que esta reunião será enxuta, até em razão do plenário, que possamos ouvir todos os Senadores inscritos para que, em seguida, o Ministro, então, responda a todos.

Estamos de acordo? (Pausa.)

Peço, então, que todos sejam sintéticos, considerando que há vários oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Ministro, antes de fazer duas perguntas, gostaria de dizer que tive três alegrias nos últimos tempos, em relação ao Ministério. Aliás, duas alegrias e uma tristeza. A primeira alegria está relacionada com a saudação efusiva por parte de todos os Parlamentares ao Embaixador Souza-Gomes. Nunca vi tantos elogios nestes meus dois mandatos no Senado Federal. Confesso que tive medo que S. Exª enfartasse. Realmente é a primeira vez que vejo um Embaixador ser tão elogiado.

A segunda alegria foi ao ver o Brasil brilhar em Cancun. V. Exª saiu-se extremamente bem, deixando-nos orgulhosos. Havia uma mágoa, porque sempre achei que fugíamos da OMC, dos seus julgamentos, dos debates e, pela primeira vez, enfrentamos e lideramos. Meus parabéns! Para mim motivo de orgulho e alegria muito grande.

A tristeza, tenho certeza de que não é culpa do Ministério, inclusive fiz um pedido ao Senado no sentido de enviar condolências à família do Embaixador Rui Vasconcelos, nosso Embaixador na Tunísia, que foi vítima de enfarte fulminante, aliás, seu passamento se deu às vésperas de assumir a Embaixada na Holanda. Para minha tristeza, foi a Tunísia quem pagou o traslado do corpo até o Brasil. Faço um apelo ao Ministério no sentido de que não mais isso seja permitido. Sei que faltam recursos ao Ministério, talvez tenha sido a pressa, a burocracia, enfim, mas realmente isso aconteceu. Por outro lado, quando o corpo aqui chegou, havia uma autoridade presente, apenas: o Ministro Viegas, porque eram amigos de infância.

É uma pena!

Transmito minhas condolências.

Portanto, peço ao Ministério que, se possível, tome as devidas providências em favor do nosso Embaixador, que morreu em seu posto na Tunísia. Aliás, o Embaixador Vieira de Mello morreu em decorrência de um atentado, mas o Embaixador Rui Vasconcelos estava preparando a festa comemorativa do 7 de setembro.

Em relação às duas perguntas, nas barreiras criadas por eles, além das que V. Exª citou, as fito-sanitárias também estão incluídas?

Nesta semana, houve, aqui, uma reunião muito importante sobre biodiversidade, principalmente sobre os princípios ativos das plantas da Mata Atlântica e da Região Amazônica. O Ministério possui algum órgão que acompanhe este assunto, ou apenas acompanhamos via Ministério da Ciência e Tecnologia?

Vieram cientistas de todo o mundo. O encontro foi muito importante, sendo liderado pela Embaixada da Suíça. No entanto, entristeci-me ao ver que o Brasil foi representado por autoridades de pequena monta para discutir assunto de tamanha importância, já que o nosso País tem uma das maiores biodiversidades do mundo, senão a maior. Então, pergunto ao Ministro se fazemos algum acompanhamento nesse sentido.

Por último, pergunto ao Ministro se, nas próximas viagens do Presidente da República, estão incluídos os países árabes e a África, os quais não têm cota, e, se possível, a Líbia. Está incluída a parte comercial na próxima viagem do Presidente da República?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A palavra será dada a todos os Senadores.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, vou resumir e começar pelo fim, seguindo a metodologia do Ministro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ao fazer comentários sobre a nossa Embaixada na Tunísia, o fiz porque tenho muito respeito aos diplomatas, que são a face do Brasil lá fora, os quais eu gostaria que sempre estivessem bem e nunca mal posicionados.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Muito bem.

A pergunta é a seguinte: O G-22, que se uniu em torno dos temas agrícolas, ele poderia avançar sobre os temas de Cingapura, por exemplo, ou seja, ampliar e consolidar essa unidade em torno dos temas de Cingapura?

Farei um comentário: os problemas de nossa sociedade são de ordem política, está muito claro. Perdemos, nessa relação de troca com os países ricos, ao longo de toda a nossa História, desde a presença do primeiro português até as transferências ocorridas na vida do País: saíram os portugueses, entraram os ingleses; depois os americanos e, por último, a globalização com sua pressão muito grande.

A partir do momento em que a sociedade brasileira toma a decisão política de estabelecer uma alternância no poder, isso cria as condições para uma reviravolta nessa negociação que sempre determinou perdas para nós.

É isso que está acontecendo na política externa. Ela reflete a posição da sociedade brasileira, expressa na eleição de um trabalhador, de um sindicalista. Isso estaria acontecendo e por isso o Brasil é capaz de mobilizar-se e fazer com que nos sintamos realmente muito orgulhosos da nossa posição no cenário internacional, até ser objeto de editoriais do **The New York Times** como líder de um processo de negociação de extrema complexidade e de grande dificuldade e que historicamente sempre perdemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLIO FORTES (PFL-PI) – Sr. Ministro, tive a oportunidade de participar de um encontro paralelo que ocorria em Cancún, indicado que fui pelo Parlatino, envolvendo os Parlamentos Europeu e o Latino Americano. A minha primeira surpresa ao chegar foi o fato de o Itamaraty estar atento aos parlamentares que chegavam. Alguém no aeroporto me procurou, já com a autorização para fazer o credenciamento para a reunião paralela que lá se realizava. Pela primeira vez quero confessar – e o Ministro, há pouco, deixou bem claro o porquê de tê-lo feito – que o time estava bem treinado para entrar em campo. Eu vi uma equipe organizada que ia contaminando inclusive o bloco de parlamentares que ali estava presente.

Ao longo de sete mandatos tenho participado de vários desses encontros e pela primeira vez vi a empolgação tomar conta dos parlamentare ali presentes. A viagem deixou de ser formal para transformar-se em viagem de trabalho, em que todos participávamos ativamente. Estive com alguns Deputados e Senadores, mas, de maneira muito especial, com o companheiro permanente, o Senador Jonas Pinheiro, meu colega de Casa.

Acredito que nada mais positivo para o Brasil do que a nossa participação nesse encontro, pela posição de liderança que assumiu, liderança natural, não programada. Apenas vejo que o Brasil foi mais bem preparado do que os outros países, com os temas mais estudados e com a capacidade e a experiência de articulação do nosso Ministro, a quem quero render as homenagens de justiça. Embora sendo de um partido de oposição ao atual Governo, por dever de justiça, repito, faço esse registro.

Temos que observar que toda reação esboçada pelos maiores países, os poderosos, naquele encontro vai servir para nos balizar também com relação aos passos que precisamos tomar na decisão de participar ou não da Alca. Todas essas dificuldades, todas as barreiras criadas são um anúncio, uma prévia do que irá acontecer com relação à boa vontade no assunto Alca, e, mesmo que nada se tivesse conseguido, conseguiu-se que o jogo ficasse na mesa, que as cartas fossem colocadas a partir de agora, nos dando uma visão mais clara do que vamos contar daqui para frente.

Já sabemos, Sr. Ministro, que a Agenda de 2005 morreu. Dificilmente, vai prosperar, a não ser que haja uma reversão de expectativas e de pensamento por parte daqueles que endureceram o jogo, porque a grande verdade, como acontecia em outras ocasiões, é que os países fortes chegavam com o jogo feito, e nada de novo acontecia. Tivemos o primeiro episódio de Seattle e pequenos episódios, mas nada tão marcante como esse, cujo ritmo foi exatamente dado pelo Grupo 20 e depois pelo Grupo 25.

Portanto, faço esse registro, deixando duas perguntas ao Ministro. Existe a perspectiva de adesão de novos países? Existem pressões para que os países que compõem o G-25 deixem o Grupo?

Se examinarmos o que a imprensa internacional tem publicado, chega-se à conclusão de que as pressões estão existindo. Uma reunião desse tipo nunca teve tanta cobertura internacional, como está tendo agora. O Ministro se referiu ao **The New York Times**

de ontem, mas creio que **The Washington Post** também abordou o tema. Toda a imprensa tem dado destaque, ora favorável à nossa posição, ora desfavorável, mas o importante é que nos coloca em condição de igualdade para a discussão que considero da maior importância neste momento.

Feito esse registro e essas perguntas, Sr. Presidente – por isso sugeri, ontem, que se fizesse o convite ao Ministro das Relações Exteriores –, saio com duas impressões de Cancún: de um amadurecimento rápido e concreto da nossa diplomacia brasileira. Tivemos, pela primeira vez, uma posição – como disse aqui inicialmente – madura e corajosa.

Como o Ministro relatou aqui, vimos nos corredores a contra-informação, principalmente no meio parlamentar. Enquanto se realizava no Centro de Convenções a reunião da OMC, participei da reunião da União Européia, e a contra-informação fez, inclusive, que, em determinado momento, saíssemos, antecipadamente para saber o que estava acontecendo. Quanto a isso, sou testemunha do Ministro.

Eu e meu amigo, Senador Jonas Pinheiro, saímos de Cancún com o mesmo sentimento: preciso voltar porque não conheci Cancún. Vi que a água de Cancún é muito bonita, da janela do hotel; a culinária, não. Ficamos resumidos a sanduíche, Senador Marcelo Crivella, e ao traslado entre o Centro de Convenções e o hotel. Não tivemos absolutamente tempo, o que mostra que o encontro empolgou a todos. Via-se, inclusive, a disputa por lugares nos debates, para que não se perdessem esses lances.

Faço esse registro, parabenizando o Ministro Celso Amorim e toda sua equipe, pois foi um trabalho de equipe, juntamente com outros Ministros que participaram.

Como minha última palavra, Sr. Ministro, quero parabenizar o Itamaraty pelo espetáculo que tivemos ontem, com a aclamação do Embaixador Souza Gomes. Ontem, trabalhamos contra o Senado, porque sua aprovação determinou o rompimento dessa convivência tão afetiva. Para mostrar a maneira afetiva com que os Senadores trataram até a última hora o Embaixador Souza Gomes, ontem criamos uma barreira, com a expectativa de que não haveria votação, que haveria um movimento para sabotar sua aprovação e vi que o coração de S. Exª é resistente. Até a última hora, enquanto o Embaixador temia pela aprovação ou não do seu nome, o resultado foi consagrador, e não poderia ser de outra maneira, até porque S. Exª cavou, ao longo desses quatro anos de convivência, o resultado que obteve ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Exª, os Senadores Jonas Pinheiro e José Maranhão, embora não pertencendo à nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foram designados pelo Presidente José Sarney e estão aqui trazendo seu testemunho. Já o fizeram em plenário, mas, aqui, com a presença do Ministro, é muito importante que possam enriquecer o conhecimento do que foi a reunião de Cancún com o próprio testemunho de ambos.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Embaixadores e Ministros aqui presentes, já tive oportunidade de falar sobre o assunto por duas vezes, durante a semana, no plenário. E ontem, falamos e abrimos um debate sobre o assunto. Esse debate vai continuar porque foi em Cancun que se deu essa rodada da OMC para os interesse do Brasil.

Em todas essas oportunidades, comentei sobre a eficiência da equipe brasileira que lá esteve comandada pelo Embaixador Celso Amorim, assessorado também pelo Ministro da Agricultura, que estava com uma equipe de técnicos extraordinária, o Ministro Luiz Fernando Furlan, que participou ativamente do processo e também o Ministro Miguel Rossetto.

Como disse o Senador João Capiberibe, nós que estivemos lá e vimos o desempenho dos brasileiros, ficamos bastante orgulhosos. Foi a primeira vez que participamos de uma convenção desse tipo, mas vimos como os interesses dos outros países giravam em torno do Brasil. Por isso, acreditamos que vamos continuar o trabalho.

Ainda ontem, em Goiânia, em um grande congresso brasileiro de algodão, onde se esperavam 1.500 inscritos, compareceram 2.700 pessoas. Já fomos grandes exportadores de algodão, passamos vergonhosamente a ser importadores há cinco ou seis anos, mas já recuperamos toda a produção, com uma perspectiva de produção, nesta safra que está entrando, de mais de 1,2 milhão de toneladas de algodão em pluma. Isso faz com que tenhamos um excedente para exportação de mais de 300 mil toneladas de pluma.

Eu disse aos produtores reunidos que podemos confiar na equipe de negociadores do Brasil, pois essa tonelagem de excesso de algodão não apodrecerá nos campos brasileiros.

Sr. Ministro, desejo fazer apenas mais uma pergunta. Como sabemos, vai ocorrer, como foi marcado pela declaração final de Cancun, um encontro em Ge-

nebra no dia 15 de dezembro. As últimas palavras eram de que o material recolhido em Cancun seria discutido em Genebra. V. Exª tem alguma expectativa em relação a algum dos assuntos tratados em Cancun pela OMC? Será que haverá tempo para o mundo acompanhar algum avanço do que aconteceu em Cancun? É a pergunta que faço a V. Exª, elogiando, mais uma vez, toda a sua equipe, que teve um comportamento extraordinário tendo em vista que participou pela primeira vez de um acontecimento desse tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Jonas Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, nosso Vice-Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, inicio solidarizando-me com os meus colegas e enviando os mais efusivos aplausos ao brilhante Embaixador João Carlos Souza Gomes, que ontem estava preocupado em que o tiroteio entre o Governo e a Oposição pudesse resvalar em sua pessoa por meio de uma bala perdida. Penso que é coisa de novela. Na verdade, não foi uma bala, mas ele colheu um buquê de parabéns, que consagrou a sua brilhante carreira. Tenho certeza de que isso o credencia a um mandato extraordinário na Venezuela.

Sr. Ministro, cada vez que V. Exª, em Cancun, no México, disputava por nós, tínhamos a sensação de que estava em quadra o Guga, dando raquetadas no Zoellick e recebendo outras também. A sociedade brasileira aguardava o resultado das negociações.

Sr. Ministro, antes de formular minha pergunta, quero refletir, junto com a nação brasileira, sobre o que está acontecendo no mundo de hoje. Até 1850, éramos um bilhão de pessoas. De 1850 para cá, somos seis bilhões de pessoas. Deve-se arrumar comida para todas essas pessoas. Esse é o fato. Evoluímos de uma fase de recursos econômicos escassos para recursos econômicos abundantes. Ao mesmo tempo, involuímos de uma fase de recursos naturais abundantes para uma fase de recursos naturais escassos. Essa equação não fecha.

O que tem acontecido é que os subsídios à agricultura forçam países em desenvolvimento a crescer na sua agricultura em ritmo de aventura. Até 1950, um hectare produzia uma tonelada de comida. Hoje, no sertão, onde tenho uma plantação irrigada, temos de produzir quase três toneladas de comida para poder disputar mercado, porque os subsídios jogam os preços para muito baixo. Isso exige uma quantidade imensa de agrotóxicos e de fertilizantes, que vêm de nações mais ricas. Fico pensando se não existe uma contra-espionagem maligna para que, forçando-nos a cada vez mais chegar aos limites de produção da terra, não sejamos também exportadores de um potássio barato, para sermos importadores de um fertilizante muito caro.

Quando chegamos a 100 milhões de toneladas de grãos produzidos por ano, perdemos bilhões em toneladas de solo, que ficam inválidos pela erosão. A Agenda 21, hoje, no Brasil, é fundamental. Estamos avançando nos banhados do nosso Pantanal, estamos avançando nos nossos cerrados, nas nossas savanas, estamos desmatando grandes áreas da Amazônia.

Sr. Ministro, na minha fazenda, a Fazenda Nova Canaã, temos 100 hectares irrigados. Já, por várias vezes, fui aconselhado a plantar duas vezes por ano e até mesmo a tentar uma aventura industrial. Mas não faço isso. A irrigação na parte setentrional do Nordeste deve se ater a repor, na plantação de cerqueiro, a chuva mal distribuída.

Lembro de uma história interessante de um sujeito que conheci na época em que eu era menino na roça. Ele se chamava Chico Fogaça. Ele tinha uma mania curiosa de dobrar a bainha da perna direita da calça e andar com uma garrucha. Perguntávamos o motivo e ele dizia: "É uma simpatia. Como vou a muitas fazendas, eu descobri que, dobrando a bainha da perna direita da calça, o cachorro não morde". Perguntamos se a simpatia funcionava e ele disse: "Quando a simpatia não funciona, pego a garrucha e dou um tiro no cachorro".

Então, acredito que um sistema de irrigação é assim. No Nordeste, chove tanto quanto chove na Europa, mas a chuva é mal distribuída. Ninguém erra a primeira chuva. Olha-se para o céu, vê na Internet, prepara a terra, compra a semente e, quando chove, planta. Entretanto, se a segunda chuva – aquela que precisa cair 45 dias depois, quando flora a plantação – não vier em vinte dias, perde-se tudo o que plantou. Esse é o momento de se abrir a torneira, puxar a garrucha e irrigar.

Agora, não é isso que o Brasil está fazendo. Para disputar mercado, o Brasil está plantando e irrigando. E aí vêm os transgênicos, e são inevitáveis. E somos, talvez, os maiores clientes das grandes multinacionais, em termos de fertilizantes e agrotóxicos, criando pragas, no futuro, que dificilmente serão combatidas. Eu já tive problemas imensos com a mosca branca no sertão. Imaginem, mosca branca no sertão!

Sr. Presidente, portanto, eu gostaria de deixar essas considerações para a reflexão de V. Exª. Ressalto a importância que V. Exª tem para o nosso País

neste momento estratégico. Pergunto: como soa, diante de seus adversários econômicos, nesse diálogo de parceiros, o caso dos dez principais produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos terem uma taxação de mais de 30%, como dizem os jornais, e os dez principais produtos americanos serem importados pelo Brasil com a média de 14%.

Eu gostaria que V. Exª tecesse alguns comentários sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella. Eu apenas gostaria de complementar, com algumas breves perguntas, a primeira delas relacionada à questão já feita pelo Senador Heráclito Fortes: em que medida o resultado de Cancun vai afetar as reuniões relativas à ALCA?

O Ministro Celso Amorim poderia nos informar a respeito dos últimos passos relacionados ao esforço do Presidente Lula para a integração dos países da América do Sul e do Mercosul, sobretudo o evento mais recente, a viagem que S. Exª fez junto com o Presidente Lula à Cartagena, Colômbia, onde houve um diálogo prolongado de duas horas entre o Presidente Lula e o Presidente Alberto Uribe.

No caminho para cá, o Ministro Celso Amorim me relatava que tem notado, pela sua experiência e pelas reflexões de muitas pessoas, que na vida não é tão importante o talento, a capacidade e a genialidade das pessoas, mas tudo isso só se efetiva quando há a determinação do trabalho.

S. Exª expressava isso como uma análise do Presidente Lula. Mas, na verdade, é o Presidente Lula que tem um Ministro que trabalha tão intensamente quanto ele próprio. Disso temos sido testemunhas. Segue o Ministro, parece-me que no sábado, à ONU para uma nova visita, para um pronunciamento de enorme relevância do Presidente, junto à Assembléia Geral da ONU. Uma visita ao México e à Cuba. V. Exª, portanto, poderia nos falar a respeito desse esforço. E quero aqui cumprimentar o Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim, porque observo que, além do esforço de integração que se está procurando realizar, há também um esforço de contribuição para a paz.

O Presidente Lula fala não apenas sobre a questão do café, de trazer a Colômbia para o Mercosul, mas coloca o Brasil como um possível lugar de diálogo entre as Farc e o Governo do Presidente Álvaro Uribe. Sabemos que esse é um diálogo que demora cinco décadas sem resolução.

Mas com a participação e a colaboração do Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, o Presidente Lula expressou que poderá a reunião realizar-se no Brasil. Se o Ministro puder nos dar alguma informação sobre a questão creio que seria muito importante.

O mesmo Presidente constituiu os Amigos da Venezuela, proporcionando um caminho de democratização e de pacificação na Venezuela em um momento em que estava para haver uma ruptura do processo democrático. O Presidente Lula conseguiu unir, aproximar, pessoas com distanciamento, como o Presidente George Walter Bush e Hugo Chávez. Eu mesmo fui portador de mensagens do Presidente Lula, ao Primeiro Ministro Ariel Charon e ao Presidente Yasser Arafat. Sua Excelência observou que os brasileiros descendentes de judeus, árabes e palestinos, aqui, dão um exemplo de como a paz pode ser conseguida. Cumprimento-lhe por esses esforços.

Creio que na primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – eu não estava lá, soube por terceiros –, a Senadora Marina Silva relatou que há muitos anos foi a Nova Iorque e lá encontrou o mais jovem embaixador do Brasil. Afirmou que pensou: "Quem sabe um dia, quando chegarmos ao Governo, esse embaixador, o mais jovem de todos, Celso Amorim, possa ser o nosso Chanceler." Contou com muita alegria que teve esse desejo, que veio a ser realizado.

Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Sr. Presidente, assim, de emoção em emoção, fica difícil manter a necessária tranqüilidade para responder às perguntas.

A Ministra Marina Silva, V. Exª e o Presidente Lula foram muito generosos comigo, assim como foram os demais Senadores que falaram.

Vou tentar ser o mais objetivo possível. Gostaria de começar fazendo um comentário sobre a questão do Embaixador Rui Vasconcelos, embora não seja diretamente o tema que me trouxe aqui. Farei, inclusive, porque o Embaixador Rui Vasconcelos era meu amigo. Ontem, mandamos rezar uma missão em memória do Embaixador. É uma pessoa que não pode, nem postumamente, receber distinções adicionais. Tanto S. Exª quanto sua mulher, pelos difíceis momentos que passaram em Angola, já têm a distinção máxima da Ordem do Rio Branco, a mesma que hoje utilizamos. Dentro do Itamaraty não há condições de fazer mais.

Compreendo e aprecio muito a preocupação de V. Exª. V. Exª tem-se preocupado, freqüentemente, com o nosso Ministério, com a importância da imagem externa do Brasil, que se reflete, também, nas condições de vida dos nossos diplomatas. Tomo

como extremamente positivo. Gostaria, apenas, de fazer um esclarecimento. Segundo a informação breve que pude obter nos poucos momentos em que prosseguia esta reunião, é que o Governo da Tunísia ofereceu, esponte própria, como gesto de cortesia à família, que aceitou, arcar com os custos locais de preparação do corpo. O transporte foi pago pelo Governo brasileiro, de Tunis ao Rio. Foi sepultado no Rio por decisão da família. O corpo foi recebido, na Base Aérea do Galeão, com honras militares, honras praticamente idênticas às que foram dadas a Sérgio Vieira de Mello. E, lá, estavam presentes o Embaixador Mauro Azeredo, que é o chefe do escritório do Rio de Janeiro, e o Conselheiro Carlos Pena, do meu gabinete, que me representou pessoalmente.

Como V. Exª sabe, eu estava viajando, bem como vários dos meus colaboradores, exercendo outras funções. Enfim, creio que as homenagens – justíssimas, aliás – que o Embaixador Vasconcelos merecia foram devidamente prestadas.

Antes de responder às perguntas, Sr. Presidente, peço a sua permissão para fazer um comentário de natureza geral. Uma das coisas de que se falou aqui foi sobre a importância da presença dos Parlamentares na reunião. Creio que, de fato, isso é algo muito importante. Um dos momentos importantes que tive em Cancún foi o encontro com cerca de 25 ou 30 – não sei ao certo, porque não sei quem era parlamentar e quem era assessor, mas não eram menos de 20 –parlamentares norte-americanos, entre senadores e deputados de diversas comissões, presididos e coordenados naquela reunião pelo Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara dos Deputados, que lá é muito poderosa, como se sabe.

Nessa ocasião, tive a oportunidade de transmitir alguma coisa que me parece muito relevante, à luz até dos comentários que outros senadores e outros deputados norte-americanos têm feito: é que, na realidade, qualquer tipo de alegação de que o G-21 teria dificultado as negociações é totalmente improcedente. Mencionei o editorial do **The New York Times** de ontem, não porque não tenha saído em outros jornais, na verdade, saíram, mas é que essa edição capta essencialmente a mesma coisa que eu disse – é claro que não terá sido por isso – a esses parlamentares presentes: que conheço muito bem a agenda norte-americana, porque fui Embaixador em Genebra por muito tempo e, em determinado momento, fui, inclusive por sugestão da então embaixadora norte-americana, indicado para ser presidente do comitê de agricultura e fui vetado pela União Européia por causa dos interesses protecionistas.

Então, conheço muito bem a agenda norte-americana. E deixando de lado detalhes que naturalmente nem se colocavam antes, porque isso somente ocorre no momento da negociação, mas, em termos de objetivos gerais, de 70 a 80% dos objetivos gerais do G-21 são idênticos aos que os Estados Unidos tinham. Então, quem mudou não fomos nós, foram os Estados Unidos. Por alguma razão de natureza que não me cabe comentar, os Estados Unidos preferiram uma agenda mais modesta e que acomode também os problemas e os interesses protecionistas da União Européia, provavelmente para acomodar os seus próprios interesses.

Então, o que reflete o editorial do **The New York Times** de ontem é exatamente essa mesma percepção, mas isso não impedirá que alguns parlamentares, sobretudo, aqueles que são mais ligados aos setores que se beneficiam de subsídios nos Estados Unidos, de continuem a defender a posição, ou desqualificar nossa posição. Digo isso porque é muito importante para os negociadores. Sempre insisto no mesmo ponto, e o Presidente sabe disso: para os negociadores brasileiros, a começar pelos ministros, é muito importante continuarem a contar com esse apoio parlamentar. Com críticas também, eventualmente, é claro, mas estamos sempre prontos a discutir esse aspecto da nossa atuação, mas esse interesse, esse apoio dos parlamentares brasileiros é fundamental para que nós – utilizando até uma expressão que uma jornalista utilizou comigo ontem –, ao contrário da Rodada do Uruguai, quando éramos negociadores solitários, tenhamos, junto conosco, os congressistas, a sociedade civil, os empresários e os trabalhadores.

Eu queria dizer que, além do grande número de parlamentares – essa foi, talvez, a característica mais importante –, tivemos a presença de empresários, trabalhadores e outros segmentos da sociedade civil como membros da nossa delegação, não como meros observadores, portanto, com acesso a todas as reuniões.

Passo agora às questões mais específicas, o mais breve possível.

Os temas fitossanitários estão sempre presentes em todas as negociações – eu não diria que são os temas centrais nesse momento. Eu já disse aqui que, num longo prazo, o tema fitossanitário e os ligados a ele, como as questões ambientais e outras de barreiras técnicas, provavelmente sejam os temas mais importantes no comércio, porque a sustentabilidade de outras formas de proteção vai sendo cada vez mais erodidas, mas digamos, apenas para responder à sua pergunta, que, hoje em dia, existem

código sobre barreiras fitossanitárias. Há discussão sobre ele, mas é marginal dentro do contexto da negociação. O centro da negociação são esses três pilares que mencionei: apoio interno, que são os subsídios domésticos, à proteção; a questão de acesso a mercados, que são as barreiras tarifárias e não-tarifárias e as formas de apoio subsidiados à importação, sejam subsídios diretos, pagamentos, sejam – digamos – formas de financiamentos subsidiadas, até ajuda alimentar, que muitas vezes é usada de maneira disfarçada para fazer **dumping** de alimentos em certos mercados.

Esses são os temas centrais.

Com relação à biodiversidade, temos uma grande preocupação. Obviamente, o Itamaraty não tem especialistas em cada um dos temas importantes. Há pessoas tanto na área de meio ambiente quanto na área comercial, mais ligada à agricultura, que conhecem razoavelmente o tema de biodiversidade. Quando digo razoavelmente quero dizer que essas pessoas têm a capacidade necessária para participar das negociações internacionais, mas não são peritos. Lamento se não havia ninguém do Itamaraty na reunião promovida por V. Exª. É um erro que, da próxima vez, procuraremos corrigir. O tema da biodiversidade é tão importante que uma das propostas brasileiras dentro do **chapeau** geral de implementação é justamente a compatibilização do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual com a Convenção sobre Diversidade Biológica. Portanto, a preocupação existe de maneira muito presente.

Com relação aos países árabes, a intenção do Presidente é visitar cinco ou seis deles em dezembro. Estamos refinando ainda com eles a questão das datas. Obviamente, quando o Presidente se desloca, os objetivos são também políticos, porque toda vez que um Presidente da República sai do país ele está também em uma missão política, mas certamente são também de natureza comercial e econômica, em um sentido mais amplo. Os países árabes têm um grande potencial de mercado – mais variável, dependendo do país, desde frango até obras civis – e também são fontes de financiamento. Então, há essa preocupação muito presente.

Quanto às considerações do Senador João Capiberibe, se entendi bem, sobre se o G-22 poderia se estender também em relação aos temas de Cingapura, fundamentalmente o G-22 foi formado em função da questão agrícola. A união desses 22 países é em torno desses temas. Isso não exclui muitas conversas sobre outros temas também. Por exemplo, o Brasil tem mantido um diálogo muito intenso com outros países, sobretudo com a África do Sul e também com a Índia, afora os próprios países do Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) e da América do Sul, sobre a questão de serviços e as ofertas de serviços. Desse modo, há um campo a ser explorado, mas, se houvesse uma tentativa agora de alargar o âmbito de preocupação do G-22, provavelmente teríamos dificuldades, porque há países, por quaisquer razões que sejam, que não têm as mesmas preocupações nossas e certamente não têm as mesmas preocupações que a Índia tem, por exemplo, ou que a China possa ter em relação a esses temas. Então, essas alianças podem se expandir, elas facilitam o diálogo, possibilitam conversa sobre outros temas, mas, na realidade, elas estão centradas em agricultura.

Eu só chamaria a atenção para o fato de que vários desses países já estão até discutindo entre si, incluindo o Brasil, a possibilidade de termos acordos de livre comércio. É o caso do Mercosul com relação à União Aduaneira da África Austral – o sul da África, é o caso do Mercosul em relação à Índia, mas também à área econômica, ao espaço econômico da Ásia do Sul, e é o caso agora do início de conversações do Mercosul com a China. Se depois conseguirmos congregar tudo isso em uma única área de livre comércio, será provavelmente extremamente benéfico. Repito sempre: isso não é uma alternativa absoluta, não é uma alternativa que substitua o nosso comércio com os países desenvolvidos, mas ajuda a enfrentarmos os desafios.

Quanto à postura do Governo brasileiro como reflexo das mudanças da própria sociedade, da mudança política e a nossa atitude em política externa, considero que as coisas estão ligadas. Não quero aqui, em cinco minutos, arriscar-me em uma análise sociológica, mas o fato de o povo brasileiro ter dado uma demonstração de confiança e de auto-estima durante as eleições certamente nos reforça também nas negociações internacionais. E eu diria que, embora as negociações da OMC tenham um substrato muito técnico, muito específico, muito voltado até para temas econômicos muito detalhados, na realidade essas coisas todas estão ligadas: o esforço pela integração da América do Sul, as relações especiais com a África do Sul, as relações especiais que estamos montando com a Índia, com outros países, com a China.

Tudo isso, de certa maneira, contribui e cria um clima de confiança indispensável para a constituição de um grupo como o G-21. Até mesmo a maneira como o Brasil tem atuado na América do Sul, reconhecendo a necessidade de admitir assimetrias nos seus acordos comerciais, como fez recentemente

com o Peru, de certa maneira, reforça nossa capacidade de liderança.

O Senador Heráclito Fortes perguntou-me sobre a Alca e sobre adesões ou defecções em relação ao grupo que S. Exª já aumentou para G-25, mas, na realidade, não sabemos exatamente de quantos países será formado – atualmente chamamos de G-20 Plus, porque, na realidade, tem aumentado freqüentemente. Perdemos um membro, mas ganhamos três. Em termos de população, como eu disse, o maior país árabe, o maior país muçulmano e o maior país africano aderiram em Cancun.

O SR. *(Orador não identificado)* – Qual saiu?

O SR. CELSO AMORIM – El Salvador.

Não estamos trabalhando necessariamente por adesões, porque a gravitação é muito grande. Já temos mais da metade. Antes de termos a Indonésia, o Egito e a Nigéria, três grandes países que devem somar quase 400 milhões de habitantes, tínhamos mais da metade da humanidade, mais de 65% da população agrícola. Então, é claro, quem quiser se juntar a nós é bem-vindo, mas não se trata de uma batalha por adesões.

Sobre lições para a Alça, com uma única palavra, eu diria o seguinte: espero que as pessoas entendam por que Cancun não foi adiante. Entre outras razões, utilizarei uma imagem que já usei outras vezes: tratava-se de um avião com excesso de peso. Penso que esse fato foi compreendido no final, quando a União Européia e alguns outros países concordaram em tirar da agenda termos como "investimento", "concorrência" e, no limite, até concordariam em tirar "transparência em compras governamentais". Dos quatro temas novos sobraria apenas "facilitação de comércio", que, digamos assim, é mais autenticamente comercial. Se houver semelhante compreensão no caso da Alca, penso que teremos uma chance razoável de avançar. Claro que haverá dificuldades, mas não há impossibilidades.

Com relação à pergunta feita pelo Senador Jonas Pinheiro, sobre o que ocorrerá proximamente em Genebra, penso que o principal é confiar que as grandes potências comerciais terão a grandeza de digerir o resultado que tiveram de enfrentar em Cancun. Havia dificuldades entre elas, mas estavam acostumadas a, sempre que chegavam a um acordo, ver os outros assinarem embaixo, propondo apenas pequenas mudanças de vírgulas ou de acento tônico. Dessa vez, o mesmo não ocorreu. Houve nova posição negociadora e isso precisa ser digerido – espero que o seja – rapidamente e com grandeza, para que possamos passar rapidamente às negociações em Genebra.

Com relação às considerações feitas pelo Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, obviamente, os pontos de reflexão eu os registrei com muito interesse. Com relação às perguntas, concentram-se, de maneira especial, na negociação de acesso a mercados. Dentro da Alca, estamos, evidentemente, absolutamente atentos. Os Estados Unidos, que têm uma média tarifária muito mais baixa do que a brasileira, como muito bem disse V. Exª, quando se trata de produtos do nosso interesse, aplicam uma tarifa muito mais alta, enquanto que a tarifa aplicada aos que exportam para nós é muito mais baixa. Não são apenas os jornais que relatam esse fato, mas também o registram as análises técnicas muito bem fundamentadas feitas pela nossa Embaixada em Washington.

Diria que temos uma dificuldade em obter resultados nesse campo dentro da Alca, porque muito da dimensão dessas barreiras decorre de medidas não-tarifárias, do tipo **antidumping** ou salvaguardas que envolvem mudanças nas regras gerais de comércio. E precisamos batalhar por essa questão na OMC. Será muito mais difícil tentar fazer isso dentro da Alca, até porque já recebemos claras indicações de que não ocorreria. Isso não quer dizer que, até por outros motivos, pelo que tenho ouvido, os Estados Unidos não venham, por exemplo, abaixar ou eliminar salvaguardas, pois isso causa problemas para a própria indústria americana, que passa a ter de pagar mais caro pelo aço, etc.

Sr. Presidente, em relação à primeira pergunta de V. Exª, sobre o impacto sobre a Alca, necessito de tempo para fazer uma análise realmente responsável. Mencionei um aspecto das lições que poderiam ser tiradas de Cancún, mas, se vamos tentar analisar globalmente, prefiro não me arriscar neste momento e voltar com uma análise mais detalhada. O único ponto que volto a sublinhar sempre é que nenhuma negociação com países desenvolvidos, seja a Alca, sejam as negociações birregionais entre o Mercosul e a União Européia, é substituta para a OMC. Temos de continuar batalhando na OMC, porque é lá que as regras mais importantes, justamente essas que mencionei, e os subsídios agrícolas são discutidos.

Quanto as últimos passos na América do Sul, como V. Exª assinalou, o Presidente volta de uma viagem à Colômbia, que implicou grande sacrifício até pessoal – digamos assim –, porque o Presidente terminou uma cerimônia à meia-noite na Hebraica, em São Paulo. Eu estava ligando para minha mulher porque já havia chegado na Colômbia, e ela disse que estava vendo o Presidente saindo correndo. Sua

Excelência viajou sete horas, chegou, com a diferença de horário, às 5h em Cartagena, descansou duas ou três horas, teve duas horas de conversa com o Presidente Álvaro Uribe, mais duas ou três horas de conversa com a imprensa, ligada ao café, e voltou para o Brasil. Obviamente, mais do que qualquer outra coisa, isso revela um profundo empenho. Isso não passa despercebido. Já falei com V. Exª também sobre o empenho que temos tido em outras ocasiões.

A mídia brasileira deu importância, mas talvez não tenha dado a merecida relevância por culpa totalmente nossa, em geral. Mas, dessa vez, trabalhamos melhor com a mídia em Cancún, mas, certamente, por falha da nossa parte, ela não deu toda a relevância que teve o acordo Mercosul/Peru. Acho que isso foi um acordo verdadeiramente histórico, porque ele abre caminho, efetivamente, de maneira concreta, para o acordo Mercosul/Comunidade Andina. Para usar a expressão que o Presidente Toledo então usou, isso é – digamos – o embrião da comunidade sul-americana de nações. É algo para o qual estamos trabalhando ativamente.

Falar sobre as próximas viagens – ONU, México, Cuba – seria talvez... A ONU é a própria agenda total da humanidade, por tratar de tantos temas. Certamente, o Presidente levará a mensagem de paz que sempre tivemos. O Brasil, obviamente, foi contra o uso da força no caso do Iraque, primeiro, porque achava que não era necessário, pois ainda havia uma via pacífica a ser perseguida; e, segundo, porque – isso também é muito importante –, naquele caso, não havia autorização do Conselho de Segurança. Certamente essa mesma preocupação com a paz estará presente. A necessidade das reformas na ONU estará presente. Também haverá, obviamente, mensagens atualizadas, como a que o Presidente levou a Davos e a Evian sobre a necessidade de justiça social num plano internacional. As lições de Cancún têm de ser absorvidas nessa mensagem.

Quanto às viagens ao México e a Cuba, México será uma curta viagem de trabalho, mas importante também. Evidentemente, é um grande parceiro comercial brasileiro. Queremos continuar desenvolvendo nossos acordos comerciais, nossos entendimentos. Em Cuba, também temos um agenda intensa, voltada, principalmente, para a cooperação, baseada no preceito, que já enunciei em outras ocasiões, de que a melhor maneira de colaborar com Cuba e com o povo cubano, até mesmo no que diz respeito à questão dos direitos humanos, não é isolar, mas ter uma relação de efetiva parceria.

A última pergunta de V. Exª se refere à questão específica da Colômbia, num contexto mais amplo da paz. O que o Brasil tem procurado, em primeiro lugar, é criar um clima de confiança. Hoje há um clima de confiança nas relações Brasil/Colômbia. Enfim, não posso dizer que nunca houve esse clima, mas não o vi antes. Acho que isso se deve muito ao diálogo do Presidente Lula com o Presidente Uribe.

Cito apenas um episódio, sem querer reabrir outras questões, mas acho que ele é ilustrativo: quando estive na Colômbia, o episódio do avião francês ainda não estava totalmente esclarecido. Havia várias especulações. Comecei minha conversa particular com o Presidente Uribe, mas na presença dos Ministros do Exterior e da Defesa, relatando absolutamente tudo o que eu sabia sobre o episódio. O Presidente Uribe me ouviu, durante uns dez minutos, e depois disse assim: "Olha, eu lhe agradeço muito a atenção, mas não era necessário, porque temos confiança absoluta no Brasil e no Governo brasileiro, no Presidente Lula, no Chanceler." E mais ou menos a mesma coisa foi dita agora novamente a propósito dessa questão.

A nossa atitude em relação a esse tema é a seguinte: não queremos nos intrometer, não queremos mediar, nem se menciona, no momento, o problema de mediação. O que se menciona, no momento, é a possibilidade de se reentabular o diálogo entre as Farcs e as Nações Unidas. Como esse diálogo se dará e em que ele dará não sabemos. O que dissemos? Fomos sondados se estaríamos dispostos a ajudar, sobretudo oferecendo o território nacional para esse diálogo, e a resposta do Presidente Lula foi afirmativa, sempre que, naturalmente, solicitados.

Em resumo, a nossa atitude é a de prestar, nesse caso, auxílio à medida que o auxílio seja solicitado. Mas na questão de mediação, como às vezes se pergunta, ou de envolvimento na negociação está muito longe, até porque, no momento, o diálogo que se cogita é aquele entre as Farcs e as Nações Unidas. Seria um começo, de qualquer maneira.

Isso, evidentemente, sempre tendo o acordo e a confiança do Governo colombiano, um governo legitimamente eleito, o Governo do Presidente Alvaro Uribe, que, portanto, tem toda autonomia e legitimidade para tomar as decisões que deva tomar a esse respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só uma palavrinha com relação ao Grupo de Amigos da Venezuela. Após a presença do Embaixador João Carlos de Souza-Gomes lá, as coisas andarão com muito mais facilidade quando o Presidente Hugo Chávez conhecer o apoio de que S. Exª goza no Congresso brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A presença do Embaixador João Carlos de Souza-Gomes colaborará em muito para essa aproximação.

Saliento que também avalio que o Presidente Lula está em condições excepcionais para, na sua viagem a Cuba, contribuir para a reaproximação do Governo, do povo dos Estados Unidos com o povo cubano e o Governo cubano. Tenho a convicção de que V. Exª dará um grande auxílio, dentro do espírito que estava aqui mencionando: a melhor maneira de contribuir para que Cuba possa respeitar os direitos humanos, caminhar na direção da democratização é interagir e não deixá-la tão distante.

Agradeço os seus esclarecimentos, bem como a presença dos Embaixadores João Carlos de Souza-Gomes, Mauro Vieira, Clodoaldo Hugueney, Jerônimo Moscardo de Souza, e os demais membros do Itamaraty que o acompanham nesta tarde.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h17min.)

Ata da Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: **JEFFERSON PÉRES, AELTON FREITAS, GILBERTO MESTRINHO, RODOLPHO TOURINHO e AUGUSTO BOTELHO.** Não havendo número regimental, o Senhor Presidente declara adiada a reunião. Sendo assim, encerra-se a reunião às 11 horas e 11 minutos. Para constar, eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não havendo número regimental em decorrência do fato de grande parte dos Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fazerem parte também da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que trabalhou até as seis horas da manhã no exame da Proposta de Emenda Constitucional da reforma previdenciária, apesar de estarem presentes os Senadores Rodolpho Tourinho, Gilberto Mestrinho, Jefferson Péres, Aelton Freitas, transferimos o conteúdo da pauta desta reunião para a próxima quinta-feira, podendo inclusive haver acréscimos se tivermos que ouvir algum chefe de missão diplomática. Então fica transferida a reunião de hoje para a próxima quinta-feira, às 10 horas. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h11min.)

Ata da Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dois de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia dois de outubro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **PEDRO SIMOM** e **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO ALBERTO SOUZA, JEFFERSON PÉRES, PEDRO SIMON, RODOLPHO TOURINHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, JOÃO CAPIBERIBE, HÉLIO COSTA, TIÃO VIANA, LUIZ OTÁVIO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, EDUARDO AZEREDO, MARCELO CRIVELLA, HELOÍSA HELENA, MARCO MACIEL, JOÃO RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, JOSÉ AGRIPINO, ARTHUR VIRGÍLIO e GILBERTO MESTRINHO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e informa que os dois primeiros itens estão sobrestados por se tratarem de projetos em caráter terminativo. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta: **Item três:** Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2002, de autoria do Senador Carlos Wilson, que altera a redação dos artigos 67 e 89 da lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980, (Altera o Estatuto do

Estrangeiro – dispõe sobre a extradição e julgamento de estrangeiro por delito praticado em solo brasileiro). O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **JEFFERSON PÉRES** que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. O **Item quatro:** Projeto de Lei (SF) nº 281, de 2003, de autoria do Senador Efraim Morais, que "Institui a obrigação do ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronática", é adiado a pedido do Relator Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**. Passa-se ao **Item cinco:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 523, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL celebrado em Assunção, em 14 de junho de 1999". Os Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES e PEDRO SIMON** fazem uso da palavra para considerações sobre as missões e viagens do Senado no exterior. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, Relator do projeto que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. O Senhor Presidente faz uma sugestão aos membros da Comissão para que o Presidente do Senado, sempre que designar Parlamentares para as viagens ao exterior acompanhando o Presidente da República, possa informar e submeter à apreciação do Senado a designação feita. A sugestão foi aprovada pela Comissão. Segue apreciação do **Item seis**: Projeto de Resolução do Senado Nº37, de 2003, de autoria do Senador Alberto Silva que "institui o Grupo Parlamentar China-Brasil e dá outras providências". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **RODOLPHO TOURINHO**, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item sete**: Requerimento (SF) Nº403, de 2003, de autoria desta Comissão, que "requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, esclarecimentos a respeito das propostas do Governo de Portugal apresentadas no âmbito do Tratado de Amizade Brasil-Portugal, Subcomissão de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas, tendo em vista os problemas vividos por brasileiros em Portugal e considerando as informações relatadas pelo Excelentíssimo Embaixador português, Sr. Antonio Manuel Franco, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em 29 de maio de 2003". É dado conhecimento à Comissão do parecer. **Item oito**: Requerimento (SF) Nº429, de 2003, de autoria desta Comissão, que "requer, nos termos regimentais, informações ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, informações contidas no Ofício nº 154/03-CRE, acerca da íntegra das propostas apresentadas pelo Governo brasileiro e pelo Governo dos Estados Unidos no âmbito do processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA". O Senhor Presidente informa que a resposta é de caráter sigiloso e está à disposição dos Senadores. Em seguida, aprecia-se o **Item nove**: Requerimento (SF) Nº603, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aprovada Moção de Apoio e Solidariedade ao povo de São Tomé e Príncipe, manifestando o nosso firme desejo de que seja encontrado, o mais breve possível, o caminho da paz e da harmonia, em prol da convivência democrática das nações e da manutenção dos laços fraternos que unem o Brasil àquele país amigo". Os Senhores Senadores **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES e MOZARILDO CAVALCANTI** fazem uso da palavra para discutir sobre a aprovação do comunicado que será feito ao Presidente do Senado. Decide-se que será apresentada uma sugestão ao Presidente do Senado. Então, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO**, Relator do item nove para ler seu parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. Retoma-se a discussão sobre as viagens e missões ao exterior. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, EDUARDO AZEREDO, HELOÍSA HELENA, LUIZ OTÁVIO** e **HÉLIO COSTA**. Passa-se ao **Item dez:** Requerimento Nº01, de 2003/SSPCBE, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e João Capiberibe, que "requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aprovada Moção de Aplauso à Embaixada do Brasil na Grã-Bretanha, com especial destaque para o Embaixador José Maurício Bustani, pelo êxito das negociações com o Ministério do Interior Britânico (Home Office) para o repatriamento de brasileiros daquele País". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **MARCELO CRIVELLA**. Discutiram a matéria os Senadores **HÉLIO COSTA, EDUARDO AZEREDO, AELTON FREITAS, PEDRO SIMON e HELOÍSA HELENA.** É

submetido à votação e é aprovado o Requerimento. Em seguida, passa-se a apreciação do **Item onze**: Requerimento N° 29, de 2003/CRE, de autoria dos Senadores Gilberto Mestrinho e Marco Maciel, que "solicita que seja convidada a Sra. Maria Pelar Rodriquez, Pesquisadora do Centro de Ingeniería Genética y Biotecnología – Havana – Cuba, para reunião de Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional destinada a Analisar a Situação dos Alimentos Transgênicos, com o objetivo de debater aspectos relativos à pesquisa de Organismos Geneticamente Modificados". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**. Segue a apreciação do **Item três de Extra-Pauta** sobre o mesmo assunto: Requerimento N° 33, de 2003/CRE, de autoria do Senador João Capiberibe, que "solicita que seja convidada a Sra. Maria Pelar Rodriguez, Pesquisadora do Centro de Ingeniería Genética y Biotecnologia – Havana – Cuba, e o Dr. Herbert Cavalcante de Lima, pesquisador e especialista na área agroambiental, atualmente Diretor da EMBRAPA, para participarem de Audiência Pública desta Comissão destinada a analisar a situação dos alimentos transgênicos e debater aspectos relativos à pesquisa de OGMs – Organismos Geneticamente Modificados". Passa a palavra ao Senador **JOÃO CAPIBERIBE** para considerações sobre o Requerimento. Discutiram os Requerimentos os Senadores: **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, HELOÍSA HELENA, MARCELO CRIVELLA e HÉLIO COSTA.** Os Requerimentos foram aprovados com sugestão à Ministra Marina Silva e ao Ministro Roberto Rodrigues de indicação de dois nomes para enriquecer os debates. Passa à apreciação do **Item doze** – Requerimento N° 30, de 2003/CRE, de autoria do Senador Jefferson Peres, que "requer, nos termos dos arts. 50, *caput*, da Constituição República e 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os senhores ministros de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, e da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, doutor Roberto Rodrigues, para a prestação de esclarecimentos em Plenário acerca da reunião da Organização Mundial do comércio (OMC), encerrada em Cancun, México, na última semana". O Senhor Presidente salienta que o Senhor Ministro Celso Amorim já foi ouvido na Comissão sobre este assunto. O Requerimento é prejudicado pela Audiência Pública do dia 18 de setembro de 2003, realizada por esta Comissão. **Item treze** – Requerimento N° 31, de 2003/CRE, de autoria do Senador Jefferson Peres, que "requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Casa manifeste formalmente ao governo do Estado de Israel sua censura pela forma intransigente e violenta como o primeiro-ministro Ariel Sharon e seu gabinete têm tratado a questão palestina, numa escalada de intimidações que chegou a seu clímax com ameaças de desalojar, pela força, o presidente Yasser Arafat". O Requerimento é prejudicado pela Comissão já haver se manifestado a respeito. A Senadora **HELOÍSA HELENA** faz uso da palavra. Em seguida, inicia-se o exame da **Extra-Pauta. Item um** – Requerimento N° 32, de 2003/CRE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Efraim Morais, José Agripino Maia e Jefferson Peres, que "requerem que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional manifeste ao Governo de Cuba, por intermédio da Embaixada desse país em Brasília, bem como ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a apreensão do Senado Federal, diante do episódio da prisão do cidadão brasileiro, PAULO HENRIQUE SELEME HILEL, preso em Havana, desde 11 de janeiro de 2003 e, especialmente, pela negativa do Governo cubano de prestar quaisquer informações à família do acusado". O assunto já havia sido discutido. Sendo assim, o Requerimento é aprovado. Extra-Pauta: Item dois – Projeto de Decreto Legislativo (SF) N° 522, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **MARCO MACIEL**, que faz a leitura do parecer favorável. Discutiram a matéria os Senadores **HÉLIO COSTA, PEDRO SIMON** e **MARCELO CRIVELLA.** Não havendo mais quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa ao **Item quatro de Extra-Pauta**: Requerimento N° 34, de 2003/CRE, de autoria do Senador João Capiberibe, que "requer, nos termos regimentais, sejam convidados como palestrantes na Audiência Pública sobre Alca, aprovada pelo Requerimento n° 27, de 2003/CRE, os Senhores João Pedro Stedile (MST), Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Osvaldo Moreira Douat (CNI), Mário Magnini (Fiesp), Antônio José Polanczyk (IBS), Fátima Melo (FASE), Professor Ignacy Sachs, Professor Paulo Sandroni, Ministro Celso Amorim, Embaixador Adhemar Bahadian,

Marco Aurélio Garcia, Fábio Comparato, Dalmo Dallari, Durval de Noronha, Salete Maccaloz, Luciano Coutinho, Senador Aloísio Mercadante, Embaixador Rubens Ricupero, Hélio Jaguaribe, Hermann Wever, Horácio Lafer Piva, Delben Leite (Abimaq), Kjeld Jakobsen, Paulo Nogueira Batista Jr. e Fernando Resende, Representante da Confederação Nacional da Agricultura". O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador **JOÃO CAPIBERIBE**. Discutem o Requerimento os Senadores **MARCELO CRIVELLA** e **RODOLPHO TOURINHO.** O Senador Rodolpho Tourinho sugere que as Audiências da ALCA sejam realizadas em conjunto com a Comissão do Mercosul. O Senhor Presidente tece algumas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dois de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos à apreciação das matérias.

A Medida Provisória nº 125, de 2003, encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal. Por isso, o Item 1, que é o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1995, terminativo, e o Item 2, Projeto de Lei do Senado nº 03, também terminativo, ficam sobrestados.

Vamos ao **Item 3**: Projeto de Lei do Senado nº 21, que altera a redação dos arts. 67 e 89 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Altera o Estatuto do Estrangeiro e dispõe sobre a extradição e julgamento de estrangeiro com delito praticado em solo brasileiro. A autoria é do Senador Carlos Wilson. A relatoria é do Senador Gilberto Mestrinho. O parecer é favorável.

Peço ao Senador Jefferson Péres que seja o Relator **ad hoc**.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pois não, Sr. Presidente.

O projeto de lei visa a alterar a Lei dos Estrangeiros, de forma a determinar que eventuais procedimentos de expulsão ou de extradição de estrangeiros, em caso de indiciamento ou de condenação penal, somente sejam concluídos após o encerramento do processo. O projeto admite a exceção de expulsão e extradição antes desses prazos, se autorizadas pelo Presidente da República.

Há uma longa análise, que me permito não ler, porque está à disposição dos membros da Comissão. Dessa forma, passo a ler a conclusão.

Pelo exposto, corroborando os argumentos apresentados pelo Senador Carlos Wilson em sua justificação, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 21, de 2002, que altera a redação dos arts. 67 e 89 da Lei 6.815, bem como pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Luiz Otávio.

Assinado pelo Relator, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Em discussão. (Pausa.)

Se ninguém quer se manifestar, em votação. (Pausa.)

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Passemos ao **Item 4**: Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003, que institui a obrigação do ensino de Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A autoria é do Senador Efraim Morais. O brilhante Relator, com a expectativa de todos nós, é o Senador Mozarildo Cavalcanti, de quem aguardamos o parecer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, eu já havia apresentado o parecer, inclusive com o voto favorável, mas recebi hoje documento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha que apresenta algumas ponderações sobre esse projeto. Portanto, requeiro que ele seja retirado de pauta hoje, para que eu possa examinar esse documento e apresentar um relatório, que será o mesmo ou com as alterações propostas pela Cruz Vermelha Internacional.

Portanto, requeiro que o Item 4 seja adiado para uma próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, atenderemos à solicitação de V. Exª. O Item 4 está retirado de pauta.

Passemos ao **Item 5**: Projeto de Decreto Legislativo nº 523, que aprova o texto do acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados Parte do Mercosul, celebrado em Assunção, em 14 de julho de 1989.

Eu gostaria de registrar que haverá uma visita importante do Presidente Lula a um dos Estados integrantes do Mercosul, à Argentina, no próximo dia 18, e recebemos um apelo do Ministro Celso Amorim no sentido de que possa um dos tratados referentes ao Mercosul – e com a Argentina, especialmente – ser apreciado pelo Senado antes dessa viagem.

Solicitei, então, a atenção do Senador Jefferson Péres, designando-o como Relator do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul.

Seria importante que pudéssemos apreciá-lo na próxima quinta-feira. O Senador Jefferson Péres se dispôs a rapidamente preparar o parecer.

Como o prazo para a apresentação de emendas irá até o dia 07, terça-feira, se algum dos Srs. Senadores quiser apresentá-las, pode encaminhá-las ou dialogar a respeito com o Senador Relator Jefferson Péres, a quem agradeço a atenção.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, é a propósito da viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina.

Certa vez, ponderei a V. Exª que a Presidência do Senado fizesse cumprir o Regimento, que estabelece que, em todas as viagens e missões do Senado no Exterior, a Comissão de Relações Exteriores, de preferência, se faça representar ou seja consultada para indicar um membro.

Da mesma forma, penso que deveria ser praxe do Presidente da República, quando se deslocasse para qualquer país, convidar um membro ou o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado e da Câmara.

Fico muito à vontade para fazer isso, Sr. Presidente, porque não faço turismo internacional à custa dos cofres públicos. Acabei com isso porque penso que deve haver regras nesse sentido. A viagem não deve ser uma benesse da Presidência. Acabei de declinar um convite que me honrou muito do Presidente José Sarney para ir à Organização das Nações Unidas como observador.

Penso que isso deve ter regras, e a Comissão de Relações Exteriores deve estar presente.

Permita-me sugerir a V. Exª que entre em contato com o Presidente do Senado para que o Regimento seja cumprido e para que sugira ao Presidente da República incluir o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, sempre que possível, em suas viagens ao exterior.

Da mesma forma que o faz a Presidência do Senado – e não é só o Presidente José Sarney, mas todos –, faz o Presidente da República. Simplesmente Sua Excelência convida um Deputado ou Senador para acompanhá-lo.

Penso que isso deveria ser tratado institucionalmente. O Presidente da República deveria pedir aos Presidentes do Senado e da Câmara que designassem um Parlamentar para acompanhá-lo ao exterior.

Isso não me agrada, Sr. Presidente. O princípio da impessoalidade, que é um dos princípios da administração pública inserido na Constituição, deveria ser mais observado, principalmente pelos Chefes de Poder.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para tratar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Pedro Simon, para tratar sobre a matéria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo respeito, Senador, estou fechando 24 anos no Senado, e, há mais de 20, trato dessa matéria. Foram vários projetos. Inclusive, quando o Dr. Ulysses foi candidato à Presidência da República, fiz uma anticandidatura minha à Presidência do Senado. Contudo, fiz a minha plataforma de candidato, e o meu gabinete me disse que, se eu votasse em mim, eles cairiam fora, porque nem o meu gabinete aceitava.

Uma das teses era essa a que V. Exª se referiu.

Eu dizia que as viagens ao exterior são algo da maior importância. Penso, sinceramente, que viajar para o exterior, a simples viagem – até penso que estão fazendo uma injustiça com a Benedita da Silva. Até para ir rezar na Argentina...A viagem ao exterior é sempre positiva.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sempre. Desde que designada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem vai e como vai são as perguntas que faço. A fórmula que vejo – e defendi – é o cidadão apresentar-se, ou o

seu Líder, mas com votação no plenário. O Plenário vota. Assim, o cidadão vai representando o Senado, por indicação. O Plenário vota o nome dele e, na volta, fará sua prestação de contas.

Diga-se de passagem que, depois de minha luta em favor desta tese, na volta, muitos Senadores têm feito relatórios brilhantes expondo o que fizeram.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Reapresente o seu projeto, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Posso até reapresentá-lo, Senador. Na verdade, é algo fantástico. O Líder quer ter em suas mãos a barganha de indicar. Não estou falando de hoje, mas de vinte e quatro anos. O Presidente, por vaidade, também quer indicar. Eu, Pedro Simon, estou há vinte e quatro anos sem nenhuma viagem oficial ao exterior. Apresentei o projeto, e não foi aceito. Inclusive, agora, tive a honra de receber um ofício do Presidente José Sarney com um convite para ir à ONU. Agradeci muito, mas não vou. É uma daquelas viagens que não somam para o Congresso Nacional. O Líder, para manter-se Líder, para agradar os seus colegas de Bancada, o Presidente para ser simpático... Há coisas mais sérias. Sinceramente, sem votação, se vou à ONU... Se o Presidente convidar o Senador Jefferson Péres, provavelmente S. Exª aceitará e será indicado. É muito difícil que não o seja. Será indicado pelo Plenário. Quer dizer, o Presidente pode fazer o mesmo trabalho democraticamente, sem fazer uma escolha por fora, mas algo oficial. Lamentavelmente, isso tem acontecido. É uma das coisas tristes que nós temos.

Já que estamos falando nisso, há outra tão triste quanto essa e para a qual não vejo mais solução. Apresentei meu projeto, minha plataforma, estabelecendo que o Senador teria direito a uma viagem por mês para o seu lugar de origem. Defendi a tese de que, na última semana do mês, o Plenário do Senado se reuniria e aprovaria a plataforma apresentada pela Mesa, dos trabalhos do mês seguinte. O que temos no mês de outubro? Na semana anterior, haveria uma reunião para saber qual seria a votação no mês de outubro, estabelecendo-se os dias etc. E trabalharíamos segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado, domingo. Alguém pode perguntar se terá que trabalhar no sábado e domingo. Com a nossa televisão, o Brasil vai dizer: "Os caras trabalham sábado e domingo". Até fará bem. Terminado o nosso trabalho, esgotada a pauta no dia 19, teríamos 11 dias para ficar em nosso Estado de origem. Se a pauta esgotar-se no dia 25, teremos 5 dias. Se a pauta não for esgotada não sairíamos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. Exª me permite um aparte?

Creio que eu e V. Exª somos almas gêmeas. Também já fui anti-candidato à Presidência do Senado, com uma carta de princípios. Tive doze votos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi melhor do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Presidência vai conceder a palavra ao Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Encerrado esse item, farei uma sugestão a respeito do objeto da reflexão dos Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, o projeto em análise na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2003, aprova o texto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Parte do Mercosul, celebrado em Assunção, em 14 de julho de 1999.

Há um longo relatório analisando, inclusive, os artigos que já foram distribuídos.

Concluo a análise, dizendo que o Acordo possui grande potencial de melhoria dos recursos humanos nos Estados Parte na área científico-tecnológica e, destarte, de incremento da capacidade regional dos mesmos setores.

Portanto, diante do exposto, o meu voto é favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2003, pela conveniência e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Gostaria de pedir desculpas a V. Exª e aos membros da Comissão, pois tenho que me retirar, porque estou sendo convocado para uma reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me apenas informar que gostaria de fazer da su-

gestão de ambos os Senadores Pedro Simon e Jefferson Péres uma recomendação ao Presidente José Sarney, em nome da Comissão. Nos seguintes termos: uma possibilidade seria de o Senador Pedro Simon reapresentar o seu projeto, e, até mesmo sem a existência do projeto, sugerir ao Presidente José Sarney que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, primeiro, considera importante obedecer ao que está no Regimento Interno sobre indicações da Comissão para as viagens ao exterior. E, naquilo que rezar o Regimento, peço à Secretaria que me informe exatamente qual é o item do Regimento para aqui registrá-lo. Que possa o Senador José Sarney, Presidente do Senado, por ocasião da designação de representantes do Senado nas inúmeras viagens, poder comunicá-los e submeter a decisão à apreciação do Plenário, e dizer que essa é uma sugestão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, até mesmo antes da apreciação de projeto que o Senador Pedro Simon possa encaminhar.

Pergunto a todos se estariam de acordo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Até acharia interessante, com toda sinceridade, nem falar em projeto do Senador Pedro Simon. Se fosse o caso, que ele viesse como resultado da questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, poderia ser uma sugestão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovada hoje, para que o Presidente do Senado, sempre que designar Parlamentares para as viagens, seja para nos representar na ONU, nas reuniões do Mercosul, da Alca, da OMC e outras, acompanhando o Presidente da República, possa informar e submeter à apreciação do Senado a designação feita. Se todos estiverem de acordo, na sessão de hoje à tarde, perante o Sr. Presidente José Sarney, farei essa comunicação.

Os que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6:

Projeto de Resolução do Senado que institui o Grupo Parlamentar China-Brasil e dá outras providências.

Informo que, ainda ontem, como houve a recepção, por ocasião do aniversário da República Popular da China, o Embaixador da China no Brasil falou-me da importância deste Grupo Parlamentar China-Brasil.

O autor do projeto é o Senador Alberto Silva; o Relator é o Senador Jefferson Péres, mas S. Exª precisou ausentar-se. Se o Senador Rodolpho Tourinho puder ler o parecer, agradeço.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2003, que institui o Grupo Parlamentar China-Brasil e dá outras providências.

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o projeto instituindo o Grupo China-Brasil.

Uma das principais potências a projetar-se na arena internacional do século XXI, a China destaca-se por suas grandes dimensões. É o país mais populoso do mundo, são cerca de um bilhão e trezentos milhões de habitantes, o terceiro maior em extensão rural, além de já se mostrar com uma das principais economias do planeta, com um PIB que ultrapassa a U$1 trilhão.

Admitida recentemente na OMC, a China tem buscado ampliar os seus laços comerciais com diversas nações do globo.

No caso do Brasil, trata-se de um parceiro de grande relevância. É um dos principais mercados na Ásia, com um comércio bilateral aumentando a cada ano em relação ao Brasil, com perspectivas bastante positivas para a economia dos dois países. Há, não obstante, muito a ser desenvolvido em termos de relações comerciais.

Por se tratar de potência política mundial, sendo um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, também a aproximação política com o Governo chinês deve ser considerado. Acima de tudo, entre o Brasil e China, que se permitam aos dois países posições coincidentes em diversos fóruns multilaterais.

Além da cooperação econômica, a China se revela também parceira de relevo do Brasil nas áreas cientifica e tecnológica, merecendo destaque a parceria dos dois países na área aeroespacial de satélites. Convém lembrar que os chineses dominam tecnologia de ponta nos setores estratégicos, como energia nuclear.

E, finalmente, cabe ressaltar que o incremento das relações com a China, juntamente com a Índia, encontra-se entre as prioridades de políticas externas do atual Governo brasileiro.

Portanto, a instituição de um Grupo Parlamentar China-Brasil vem em muito boa hora. De fato, por meio desse Grupo, o Senado Federal garante a sua participação efetiva em um processo de aproximação de dois gigantes, contribuindo também para a cooperação entre os nossos povos.

Convém lembrar, outrossim, que a Câmara dos Deputados já dispõe de um Grupo Parlamentar Brasil-China.

Voto.

Por todo o exposto, somos pela aprovação do presente Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 7:

Requerimento para dar conhecimento à Comissão, no sentido de que sejam solicitados ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, esclarecimentos a respeito das propostas do Governo em Portugal, apresentadas no âmbito do Tratado de Amizade Brasil-Portugal.

Subcomissão de Assuntos Consulares, Circulação de Pessoas, tendo em vista os problemas vividos por brasileiros em Portugal e considerando as informações relatadas, pelo Exmº Embaixador português, Antonio Manuel Franco, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 29 de maio de 2003.

Isso é para dar conhecimento à Comissão e será distribuído aos membros, o que já foi feito.

Item 8:

Requer informações ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acerca da íntegra das propostas apresentadas pelo Governo brasileiro ao Governo dos Estados Unidos, no âmbito do processo de negociação da Alca.

Informo aos Srs. Senadores que a resposta, em caráter reservado, está à disposição dos Srs. Senadores. Trata-se de matéria sigilosa. Então, cada Senador poderá consultar a resposta enviada pelo Ministro Celso Amorim.

Item 9:

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja aprovada a moção de apoio e solidariedade ao povo de São Tomé e Príncipe, manifestando o nosso firme desejo de que seja encontrado o mais breve possível o caminho da paz e da harmonia em prol da convivência democrática das nações e da manutenção dos laços paternos que unem o Brasil àquele país amigo.

De autoria do Senador Marcelo Crivella, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Peço a gentileza do Senador Hélio Costa para, se puder, ler o parecer. (Pausa.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O Senador Eduardo Azeredo está presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Perdão. O Senador Eduardo Azeredo está presente.

V. Exª chegou tão de manso, Senador, que eu não havia observado a sua presença. Desculpe-me.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Senador Hélio Costa faria muito bem a leitura e eu ficaria muito honrado, mas, já estando presente, posso fazê-la.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ouvi pelo rádio algum debate sobre o problema de viagens etc. Quero que conste que me abstive de votar e que não votei nem de uma forma nem de outra, porque sempre considerei que o Presidente poderia fazer, de acordo com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a indicação ou não; S. Exª tem liberdade e os Líderes Partidários também de indicar as pessoas dos seus Partidos. De maneira que, discordando e estando ausente, não votei, abstive-me.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª, que presidiu o Senado Federal, teve muita experiência com respeito a esse tema. Ponderamos que seria interessante que o Presidente do Senado Federal, mesmo tendo a liberdade de indicar nomes, consultando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e os Líderes, visse esses nomes aprovados. Normalmente serão aprovados pelo Senado Federal, mas a idéia é que haja maior responsabilidade por parte dos Senadores que participam dessas missões de também fazer os relatórios, seja perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seja perante o Senado Federal, das viagens que realizaram em missões oficiais. O propósito é de dar maior transparência e responsabilidade a todos os designados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aliás, nas pouquíssimas vezes em que viajei como membro e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou como Presidente do Congresso Nacional, sempre apresentei relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, esse assunto foi debatido, mas não foi objeto de deliberação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Consultei a Comissão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Conversamos sobre consultar o Presidente, mas não houve deliberação da Comissão para que S. Exª tenha de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não, apenas consultei a Comissão sobre a proposição dos Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon no sentido de sugerir ao Presidente que, quando designada uma pessoa, seu nome seja comunicado ao Plenário, que pode, inclusive, dar a sua anuência. Sugerimos que possa o Presidente também faça aquilo que está regimentalmente explicitado, como consultar a Comissão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, deixo bem claro que entendi que, como sugestão, V. Exª, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, conversaria com o Presidente do Senado Federal; porque, se for uma deliberação da Comissão nesse sentido, também voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas trata-se de uma sugestão ao Presidente, porque não se trata de um projeto de lei. Foi com o sentido de sugestão da Comissão ao Presidente do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, primeiramente, faço um relato sobre São Tomé e Príncipe. Uma ilha descoberta pelos portugueses no século XV, a República Democrática de São Tomé e Príncipe foi um entreposto de escravos no período colonial, tendo sofrido todas as vicissitudes da colonização e da descolonização européia, obtendo sua independência apenas em 1975, com a ativa participação do seu povo na luta emancipatória.

Em 12 de julho de 1975, passou a integrar a Organização das Nações Unidas, tendo conhecido o pluripartidarismo e a democracia somente em 1990, quando, juntamente com o Brasil e com outros cinco países, participou da formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Desde 1980, São Tomé e Príncipe tem sofrido considerável deterioração na qualidade de vida. O baixo preço pago pelo cacau, responsável por 90% das suas exportações, e as dívidas crescentes contribuíram para a fragilidade das finanças públicas, aumentando as tensões sociais e fragilizando as instituições de Governo.

As reservas de petróleo revelam-se promissoras fontes de riqueza, mas geram, contudo, conflitos políticos.

O recente golpe liderado por uma junta militar, em 16 de julho de 2003, é exemplo emblemático a comprometer a estabilidade socioeconômica do pequeno e frágil arquipélago africano.

Em 16 de julho de 2003, uma junta militar, mediante golpe de Estado, assumiu o poder em São Tomé e Príncipe, quando o Presidente Fradique de Menezes se encontrava fora do país, em viagem à Nigéria. O grupo decretou toque de recolher e aprisionou ministros do Governo deposto e deputados em pleno exercício de mandato. O Presidente pôde retornar ao País somente no dia 23 de julho, uma semana após a assinatura de acordo entre os militares, comandados pelo Major Fernando Pereira, os responsáveis pelo golpe e mediadores internacionais.

Como parte das negociações, os golpistas foram anistiados e uma legislação deverá ser aprovada pelas partes em conflito para disciplinar a utilização dos recursos obtidos com a exploração do petróleo. Como resultado, cenas de grande violência vitimaram milhares de pessoas em todo o País que, apesar de dispor de apreciáveis recursos econômicos, como foi dito anteriormente, tem uma população paupérrima e, em grande medida, abandonada à sua própria sorte.

O Brasil, a mercê de sua importante posição entre os países da CPLP, pelas raízes históricas comuns e pela identidade cultural revelada sobretudo pela língua, não pode estar alheio aos lamentáveis fatos que têm ocorrido em São Tomé e Príncipe, com o qual tem procurado estreitar relações bilaterais ao abrir recentemente missão diplomática, buscando incremento de relações comerciais e culturais.

Pelo exposto, Sr. Presidente, considerando oportunos e convenientes aos interesses nacionais o estreitamento dos laços de amizade entre os dois países, bem como a busca e a manutenção da paz em São Tomé e Príncipe, somos pela aprovação do Requerimento nº 603, de 2003, em que se propõe moção de apoio e solidariedade ao povo são-tomense.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em votação. (Pausa.)

As SRAs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A propósito da discussão, gostaria de recordar o que diz o Regimento Interno nos Itens nºs 67 a 70. Em verdade, o que deliberamos sugerir ao Presidente está previsto no Regimento. Por isso, penso que seria importante recordar.

Senador Pedro Simon, o Regimento Interno já prevê aquilo que estávamos considerando.

Da Representação Externa.

Art. 67. O Senado, atendendo a convite, poderá se fazer representar em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, mediante deliberação do Plenário por proposta do Presidente ou a requerimento de qualquer Senador ou comissão.

Art. 68. A representação externa far-se-á por comissão ou por um Senador.

Art. 69. É lícito ao Presidente avocar a representação do Senado quando se trate de ato de excepcional relevo.

Art. 70. Na impossibilidade de o Plenário deliberar sobre a matéria, será facultado ao Presidente autorizar a representação externa para:

I – chegada ou partida de personalidade de destaque na vida pública nacional ou internacional;

II – solenidade de relevante expressão nacional ou internacional;

III – funeral ou cerimônia fúnebre em que, regimentalmente, caiba essa representação.

Parágrafo único. O Presidente dará conhecimento ao Senado da providência adotada na primeira sessão que se realizar

Quanto à comunicação ao Plenário, o que se está sugerindo adicionalmente é que haja uma aprovação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, Sr. Presidente, modifique o Regimento, pois ele dá todo o poder ao Presidente. Pelo que V. Exª leu, o Presidente tem todo o poder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Deverá comunicar sempre ao Plenário a sua decisão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A decisão. Então, devemos apenas pedir a S. Exª que cumpra o Regimento. O Plenário pode aceitar a sugestão dos Senadores Pedro Simon e Jefferson Péres, mas modificando o Regimento. V. Exª leu o Regimento pensando que seria favorável, mas foi desfavorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, caberia uma proposta de modificação do Regimento para que o nome, além de ser comunicado, seja aprovado pelo Plenário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, com todo o respeito à opinião do Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem muita experiência política, e ao Senador Pedro Simon, penso que uma aprovação prévia poderia trazer alguma dificuldade para o funcionamento desta Comissão, que se reúne semanalmente. Pode haver um convite ou uma demanda em que a Comissão de Relações Exteriores deva se fazer representar, mas não haja tempo hábil para uma aprovação prévia. Colocaria apenas essa observação. Não sei se poderíamos colocar tão rigidamente assim, talvez as duas coisas: se possível aprovar previamente, senão o Presidente continua com a delegação de poder fazer essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Note, Senador Eduardo Azeredo, que aqui estou me referindo à Presidência do Senado e ao Plenário do Senado. O Presidente desta Comissão não tem poder de designar membros para representar o Senado, somente o Presidente do Senado. Não há obrigatoriedade de o Presidente da Casa consultar esta Comissão, nem regimentalmente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Imaginei que seria o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não, é Presidente do Senado. Então, regimentalmente, não há necessidade de consultar a Comissão de Relações Exteriores. Essa é uma atribuição do Presidente.

Passemos ao Item 10.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Também V. Exª não irá abordar o Presidente hoje no plenário, como disse.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senadora Heloísa Helena.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sei que tenho pouca autoridade para falar em reflexão, porque às vezes sou camicase, mas penso que neste momento talvez seja bom refletir.

Sr. Presidente, desculpe-me. Acabei de chegar e logo fui me dedicar à matéria do Senador Crivella, lida pelo Senador Eduardo Azeredo, e não acompanhei. Apenas faço a sugestão, como vários outros Senadores já fizeram, de, antes de propor a alteração do Regimento, que conversemos um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quando li a matéria, o Senador Antonio Carlos não ouviu inteiramente. Portanto, vou repetir.

Como a Secretaria da Mesa chamou a atenção, convém repetir, para que todos fiquem cientes.

Art. 67. O Senado, atendendo a convite, poderá se fazer representar em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, mediante deliberação do Plenário por proposta do Presidente ou a requerimento de qualquer Senador ou comissão.

Portanto, somente na impossibilidade de o Plenário deliberar sobre a matéria, será facultado ao Pre-

sidente autorizar a representação externa. Em princípio, o Regimento diz que o Presidente designa e é aprovado pelo Plenário, ou seja, não precisamos fazer a sugestão daquilo que já está...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não são os nomes que são aprovados. No caso, o que é aprovado é a viagem.

Leia até o final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Lerei de novo:

Art. 67. O Senado, atendendo a convite, poderá se fazer representar em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, mediante deliberação do Plenário por proposta do Presidente ou a requerimento de qualquer Senador ou comissão.

Art. 68. A representação externa far-se-á por comissão ou por um Senador.

Art. 69. É lícito ao Presidente avocar a representação do Senado quando se trate de ato de excepcional relevo.

Art. 70. Na impossibilidade de o Plenário deliberar sobre a matéria, será facultado ao Presidente autorizar a representação externa para:

I – chegada ou partida de personalidade de destaque na vida pública nacional ou internacional;

II – solenidade de relevante expressão nacional ou internacional;

III – funeral ou cerimônia fúnebre em que, regimentalmente, caiba essa representação.

Parágrafo único. O Presidente dará conhecimento ao Senado da providência adotada na primeira sessão que se realizar

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Presidente poderá avocar a qualquer hora, basta considerar de relevo, e dar conhecimento ao Plenário. É o que está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – De qualquer maneira, vou transmitir ao Presidente...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, sugeriria a V. Exª um parecer da Consultoria técnica do Senado Federal. Com certeza, a Consultoria dará uma opinião, um parecer que poderá esclarecer todas as dúvidas. Posteriormente, V. Exª trará o assunto para a reunião e, com o parecer, poderá tomar a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Podemos fazer uma proposta de mudança no Regimento para explicitar melhor aquilo que se pensou considerar, ou seja, que a designação dos Senadores feita pelo Presidente também possa ser objeto de deliberação do Senado, tornando clara essa matéria. Isso ficaria explicitado como uma proposta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão. Entendo que o que já deu certo ou que é um procedimento normal no próprio Congresso Nacional possa ser utilizado como sugestão. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, da qual fui Presidente, sempre que uma questão internacional solicitava a presença de um Parlamentar para tratar de assuntos pertinentes à Comissão, nós indicávamos o nome ao Presidente da Câmara os Deputados, que o aprovava ou não. Mas a indicação era do Presidente da Comissão. Entendo que, todas as vezes que V. Exª julgar importante a participação de um integrante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em um evento internacional, V. Exª deve fazer a indicação ao Presidente do Senado. Cabe a S. Exª aprovar ou não a sua indicação, mas V. Exª precisa e deve indicar, porque os assuntos tratados aqui devem ter uma representação, lá fora, dos Senadores que participam desta Comissão e que estão acompanhando atentamente esses assuntos. Portanto, a indicação deve ser de V. Exª, com a aprovação do Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Levando em conta a sugestão do Senador Hélio Costa, sugiro o seguinte: sempre que os membros desta Comissão considerarem que há uma viagem relevante em que esta Comissão deva estar representada, encaminhem a sugestão a esta Presidência. Na medida do possível, se houver reunião em tempo, comunicarei a decisão a todos e, se for emergencial, encaminharei ao Presidente de pronto. A sugestão formulada pelo Senador Hélio Costa é de bom senso, e eu a acato. Acho que é no espírito daquilo que estávamos dialogando. Está bem assim? (Pausa.)

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Creio que o Regimento é muito claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim. Inclusive, abre a possibilidade de efetivarmos essa sugestão do Senador Hélio Costa. É condizente. Só quero que seja uma prática. Peço aos Senadores que me comuniquem sempre que avaliarem importante uma reunião prevista, em que houver necessidade de

representação da Comissão. Então farei a indicação de nomes ao Presidente ou, pelo menos, falarei da necessidade de representação da Comissão. Se houver sugestão de nomes, faremos; se houver a necessidade de dizer apenas que precisa de representação, assim o faremos.

Item 10. Requerimento nº 1, de 2003. Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, seja aprovada moção de aplauso à Embaixada do Brasil na Grã-Bretanha, com especial destaque para o Embaixador José Maurício Bustani, pelo êxito das negociações com o Ministério do Interior Britânico – **Home Office** – para o repatriamento de brasileiros daquele País. Senadores Marcelo Crivella e João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, esse requerimento de minha autoria e do nobre Senador João Capiberibe tem por objetivo realçar a atitude enérgica e brilhante do Embaixador brasileiro em Londres, que abortou o que seria um navio negreiro do século XXI: a deportação de 94 brasileiros que estavam trabalhando na Inglaterra, embora sem o **work permanent up dated**, mas prestando um serviço, pagando seus impostos, com residência fixa, com um número de **social security**. Portanto, mereciam respeito de pessoas que estavam construindo, de maneia profícua, aquela nação. Tenho temor de que um precedente como esse possa ser aplicado mais tarde em outros países onde a colônia de brasileiros cresce a cada dia, estigmatizando nossos emigrantes, os brasileiros que emigram para tentar uma vida melhor em outras partes do mundo.

O Embaixador Bustane já tem, no seu currículo, atitudes como essa de defesa da consciência, do bom senso, de medidas justas e direitos humanos. Muitas vezes, diante de poderosos opositores. Já há casos precedentes. Lá no Reino Unido, S. Exª mostrou a mesma disposição. Por isso, Sr. Presidente, peço o apoio dos meus pares, em meu nome e em nome do Senador João Capiberibe, para que possamos, a título de incentivo e reconhecimento, enviar essa moção de aplauso ao nosso Embaixador na Inglaterra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar os Senadores Marcelo Crivella e João Capiberibe pela apresentação desse requerimento. É, sim, uma moção muito especial que devemos enviar ao Embaixador Bustane.

Aproveito a presença do Senador Marcelo Crivella, que é o Presidente da Subcomissão dos Brasileiros no Exterior, para fazer uma sugestão que tem uma relação direta com este assunto. Ontem, fui procurado pelo Deputado João Magno, que representa a região do Vale do Aço, em Minas Gerais. É uma região que vai de Governador Valadares até perto da cidade de Teófilo Otoni e está sempre presente nas questões de deportação de brasileiros, quando há algum caso específico – como ocorreu recentemente – de morte de uma pessoa que tentava chegar aos Estados Unidos atravessando o rio Grande. O Deputado João Magno me procurou a fim de sugerir algo para que eu estava preparado para fazer ao final desta reunião. Com a apresentação do requerimento, vejo que este é o momento ideal. Sugiro que façamos uma audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara, que poderia ocorrer neste plenário, para tratarmos de um assunto que está preocupando toda a comunidade de Governador Valadares e da região do Vale do Aço: a prisão, em condições desumanas, especialmente no Texas, especificamente na cidade de Houston, de brasileiros que foram presos ao cruzar ilegalmente a fronteira atravessando o rio Grande. A informação que temos é a de que existem casos, inclusive, de maus-tratos aos brasileiros. Não podemos, em circunstância alguma, Sr. Presidente, permitir, aceitar essa situação. Pode ser que as informações não sejam precisas. Pode ser que a informação tenha sido exagerada, aumentada. Normalmente, quem fala do assunto pode aumentar, mas não inventar. A sugestão que faço é no sentido de que V. Exª marque uma reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado.

Ao mesmo tempo, vou sugerir, para um tema tratado nesta reunião, que V. Exª designe dois ou três Senadores para, juntamente com dois ou três Deputados, irem em missão oficial do Congresso brasileiro aos Estados Unidos investigar as prisões e conversar com os brasileiros que estão presos. Segundo informações que recebi, há maus-tratos. Alguns casos, segundo as informações que chegaram ao Deputado João Magno, são de tortura. Isso não podemos aceitar. Então, eu faço essa sugestão a V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na mesma linha da fala do Senador Hélio Costa, trago um assunto que já foi abordado neste Congresso referente a outro valadarense detido em Cuba. Trata-se de Paulo Henrique Seleme. Ele está detido lá em condições ainda não muito bem esclarecidas. Precisamos que a Comissão também acompanhe esse caso. A mãe do valadarense esteve com o Presidente Lula, durante sua visita a Cuba, pedindo a interferência do Governo brasileiro. Parece-me, na mesma linha em que está colocada a questão da Grã-Bretanha e a dos Estados Unidos, mencionada pelo Senador Hélio Costa, está o caso de Seleme, que é de uma família tradicional de Governador Valadares. Pedimos o esforço do nosso Governo perante o de Cuba para repatriamento desse cidadão.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Como Senador mineiro, também parabenizo o Senador Marcelo Crivella e o Senador João Capiberibe, principalmente o Senador Marcelo Crivella, por ser Presidente da Subcomissão dos brasileiros no exterior. Engrosso a fileira com os dois Senadores mineiros, Senador Hélio Costa e Senador Eduardo Azeredo, porque, proporcionalmente, a maior parte dos mineiros que estão nos Estados Unidos são da região de Governador Valares. Ouvimos esse tipo de comentário, de reclamação e manifestamos nossa preocupação com todos os mineiros que estão lá. Também quero expressar aqui a minha solidariedade e meu apoio ao Senador Hélio Costa, que sugeriu que V. Exª designe uma Comissão para ver de perto o que está acontecendo e fazer o que for possível em prol dos nossos irmãos que estão nessa situação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

Senador Hélio Costa, permita que o Senador Marcelo Crivella se manifeste, pois S Exª já estava iniciando a sua participação. Depois V. Exª usará da palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de informar que, pela manhã, na residência do Senador Rodolpho Tourinho, participamos de um encontro com o Presidente do Banco do Brasil e o do Sebrae, em um café da manhã – excelente café, com tapioca, cuscuz e todos os quitutes da cozinha baiana, oferecidos pelo bom anfitrião que é o nobre Senador Tourinho; e já aceitamos inscrições para o próximo –, para tratarmos especificamente...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senador Antonio Carlos Magalhães não esteve presente ao café?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – O Senador Antonio Carlos Magalhães esteve presente nos comentários que todos fizemos a sua figura querida e brilhante.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se o Senador Antonio Carlos não foi, não houve café.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, durante mais de uma hora, tratamos desse assunto, que o Senador Hélio Costa, com veemência, aborda na nossa Comissão.

Tratamos dos brasileiros que estão no Japão. Sr. Presidente, nós somos, infelizmente, a primeira comunidade, em número de presos no Japão. São 930 presos, aliás, em se tratando de adultos, estamos em segundo lugar, desculpem-me. Perdemos apenas para os chineses. Há quase 400 adolescentes brasileiros presos, hoje, no Japão. Somos a primeira comunidade, a primeira nação com tantos prisioneiros. Isso significa um demérito muito grande e requer uma reação, uma providência do Parlamento brasileiro.

Se V. Exª encaminhasse ao nosso Presidente essa proposta apresentada pelo Senador Hélio Costa, certamente, poderíamos prestar um relevante serviço a essa comunidade brasileira no exterior. Poderíamos divulgar isso em um **site.** Assim, daríamos segurança a esses brasileiros que estão fora do Brasil.

Gostaria de anunciar a presença do Deputado e bispo Rodrigues, que vem abrilhantar o plenário desta Subcomissão. S. Exª foi efusivamente saudado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, no momento da sua entrada, celebrando laços profundos de amizade. S. Exª foi bispo na Bahia, durante muito tempo, quando o Senador Antonio Carlos Magalhães era Governador, embora as divergências eclesiásticas fossem profundas.

Retomando o nosso tema, se V. Exª puder dar a devida atenção a esse requerimento, eu gostaria de candidatar-me para participar, fazendo um levantamento a fim de, depois, trazer um relatório aos meus

companheiros, visando que nunca mais se torture um brasileiro nas prisões do exterior, pois eles saem do nosso País em busca de uma vida melhor.

Parabéns, Senador Hélio Costa!

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Acrescento ainda, Sr. Presidente, que, na pauta extra que V. Exª apresenta a esta Comissão, no item 1, há um requerimento de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Efraim Morais, José Agripino e Jefferson Péres, exatamente sobre a questão levantada pelo Senador Eduardo Azeredo com respeito ao cidadão brasileiro Sr. Paulo Henrique Seleme Hilel, preso em Havana desde 11 de janeiro de 2003, objeto, inclusive, de discussões quando da visita do Presidente Lula a Cuba.

Temos a informação de que o Sr. Paulo Henrique, segundo está acertado com o Governo brasileiro, será deportado para o Brasil. Mas seria importante, evidentemente, que, atendendo à solicitação do Senador Eduardo Azeredo, se fizesse um requerimento ao Itamaraty, para que oficialmente informe quais os entendimentos havidos em Havana entre o Presidente Lula e o Presidente Fidel Castro com relação a esse cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostaria de ouvir o pensamento da Senadora Heloísa Helena sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senadora Heloísa Helena, V. Exª deseja pronunciar-se?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Faz uma semana que eu não ouço a palavra da Senadora Heloísa Helena, Sr. Presidente.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Senador Pedro Simon, no plenário, quando votarmos a reforma da previdência e a tributária, eu irei também ali cobrá-lo.

Sr. Presidente, eu não estava aqui no momento em que foi votado o projeto de lei que altera a lei dos estrangeiros; estava em outra reunião.

Mas esse projeto de lei votado há pouco tempo determina os eventuais procedimentos de expulsão ou extradição de estrangeiros – foi o que V. Exªs acabaram de votar. Inclusive, acabaram de aprovar duas alterações feitas pelo Senador Luiz Otávio, como Relator; mas a adoção do caráter facultativo para expulsão que está aqui se restringe, entretanto, aos crimes puníveis com a pena de privação de liberdade.

É evidente que há preocupação, como foi exposto pelos Senadores. E o Senador Hélio Costa nos informou sobre a conversa que eu não sabia que havia existido. Por se tratar de um tema que mexe com nossa alma e nossos corações, como bem sabe o Senador Pedro Simon, todos nós, em cada um desses casos ocorridos, buscamos as informações necessárias. E a Embaixada do Brasil em Havana nos informou as condições do brasileiro que está privado de liberdade em Cuba.

Infelizmente, como há tráfico de pessoas usando Cuba como plataforma para chegar a Miami, os Estados Unidos pressionam aquele País. Além de toda a pressão do bloqueio comercial, atribuem a Cuba a culpa de servir de plataforma para o ingresso e o tráfico ilegal de pessoas até Miami. Então, eles exercem pressão de duas formas.

Por isso, a legislação cubana estabelece a pena de privação de liberdade para intermediação e tráfico de pessoas como medida disciplinar. E o cidadão brasileiro Sr. Paulo Henrique estava intermediando essas pessoas.

É claro que conhecemos o sonho de entrar na terra da liberdade, que várias vezes foi discutido nesta Comissão. Se aquela fosse de fato a terra da liberdade, Bispo Crivella, não haveria um gigantesco muro de concreto na fronteira, nem matariam os pobres sul-americanos que querem entrar lá com tiro ou com choque elétrico ou expondo-os ao frio. Há cinco meses, uma brasileira morreu de frio diante do muro, na travessia México-Estados Unidos.

Sei que, diante da dor, do sofrimento, da miséria crescente, do desemprego, muitas pessoas ainda sonham entrar lá. E o cidadão mineiro, o cidadão brasileiro estava com um grupo de pessoas, intermediando a passagem, e acabou sendo preso. Como a pena prevista na legislação cubana para o tráfico de pessoas é a de privação da liberdade, acabou acontecendo isso.

A embaixada havia nos informado que a advogada constituída pela família, Drª Cabreira, estava acompanhando todos os processos. O próprio chefe do setor consular do posto da embaixada brasileira em Cuba também estava trabalhando para providenciar a volta dele o mais rápido possível.

É claro que a informação do Senador Hélio Costa é mais nova. E as informações que eu tinha – e todos nós que estamos extremamente preocupados com a repercussão internacional de casos que se relacionam com Cuba – eram as que tinham sido repassadas pela Embaixada do Brasil em Havana.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senadora, V. Exª me permite um aparte?

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo um aparte ao nobre Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Gostaria de sugerir que V. Exª pedisse ao Presidente que a sua declaração não constasse como oficial, porque, na realidade, Paulo Henrique, segundo seus advogados, não aceita a tese de que ele estava em Cuba para fazer tráfico de pessoas. Segundo o próprio Paulo Henrique, ele estava em Cuba numa viagem de turismo. V. Exª fazendo essa declaração aqui, o advogado de acusação poderá usá-la e dizer que se trata de afirmação de uma Senadora da República. Isso pode complicar a vida de Paulo Henrique lá.

Eu sugeriria que V. Exª refizesse a sua declaração.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Senador Hélio Costa, acabei de dizer aqui que estava prestando as informações que a Embaixada do Brasil – e o Embaixador brasileiro, indicado pelo Presidente Lula, não é um irresponsável – em Havana nos deu. Não sou testemunha de defesa nem de acusação, porque não conheço o fato. O fato dar-se-á... E, segundo V. Exª informou, já se trata de relação diplomática: alguém cochicha no ouvido do outro e libera. Então, isso é uma outra discussão. Jamais...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A minha preocupação é saber se essa informação da embaixada brasileira a V. Exª é confidencial ou se é uma informação pública.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – É uma informação que, inclusive, acabou de ser repassada pela consultoria do bloco de sustentação do Governo. Embora eu esteja suspensa, sempre me preocupo com essas questões, até porque várias declarações já foram atribuídas ao embaixador brasileiro em Cuba e provocaram uma confusão pública gigantesca. Então, a informação foi repassada pela consultoria do bloco de sustentação do Governo. Posso até ler o que está aqui, para evitar qualquer dúvida: "Os seis acusados [segundo a informação] confessaram às autoridades cubanas que queriam embarcar para as Bahamas, num barco chamado Fish Finding, e de lá seguiriam para Miami, onde [segundo consta aqui] entrariam ilegalmente em território norte-americano. E aí, o Sr. Paulo Henrique, que também tem cidadania norte-americana [conforme ele mesmo disse às diversas autoridades], estava atuando como intérprete e guia, para que os cidadãos brasileiros pudessem entrar nos Estados Unidos, onde ele receberia a remuneração de mil dólares".

Então, se isso não corresponde à verdade, eu é que não tenho condições de fazer juízo de valor. Como fui agradavelmente provocada – e digo "provocada" no bom sentido, porque tenho muita admiração pelo Senador Pedro Simon, que proporciona os grandes debates –, eu acho que ninguém tem que ficar nos malditos esconderijos. Portanto, é até bom quando ele provoca, para que possamos debater.

As informações que aqui foram prestadas – de que a embaixada vem prestando toda a assistência consular e mantendo informada a família, de que o próprio chefe do setor consular do posto tem feito as visitas e informado à família e ao advogado constituído pela família que o Sr. Paulo Henrique está em condições apropriadas –, eu apenas as passei, mas posso até fazer por escrito o pedido.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Se V. Exª me permite, o texto lido por V. Exª coincide rigorosamente com o que acabo de dizer. Ele está alegando – e a embaixada nesse texto confirma – que é intérprete e guia. É rigorosamente o que diz.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Mas intérprete e guia para os que queriam entrar ilegalmente em Miami.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Problema deles. Ele era intérprete e guia.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Não conheço o caso, Sr. Presidente, então não atuarei como testemunha de defesa nem como testemunha de acusação. Apenas relatei o fato. Quando quero, sou testemunha, mas, no caso específico, apenas li o material que tinha sido apresentado. Se tivesse juízo de valor sobre o fato, eu o emitiria, como é meu costume fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em primeiro lugar, submeto a discussão e votação o requerimento sobre o Embaixador José Maurício Bustani e o êxito das negociações com o Ministério do Interior do Reino Unido para o repatriamento dos brasileiros.

As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com respeito a essas questões, inclusive às relacionadas à viagem do Presidente da República a Cuba, conversei por telefone com o Ministro Celso Amorim. Dado o grande interesse dos Senadores, que, nesta semana, comentaram a viagem do Presidente à ONU, ao México e a Cuba, talvez fosse interessante S. Exª o Ministro nos fazer uma breve exposição sobre o tema, que foi objeto, hoje, da entrevista

coletiva do Presidente Lula às emissoras de rádio. O Ministro me informou que iria dialogar com o Presidente, mas o próprio Presidente explicou, na sua entrevista, que conversou privadamente com o Presidente Fidel Castro a respeito de inúmeros assuntos, entre os quais este.

Há na Comissão requerimentos propondo novamente convidarmos o Ministro Celso Amorim. Assim, eu gostaria de perguntar aos Srs. Senadores se consideram adequado que o convidemos mais uma vez, para nos relatar as viagens do Presidente.

Aliás, estará no Brasil, na próxima semana, o Embaixador Tilden Santiago, que, eventualmente, poderia vir junto. Não precisaria ser algo extenso, mas seria bom.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, seria extremamente importante que o convite fosse estendido ao Embaixador Tilden Santiago, uma vez que ele está no Brasil, mas que fosse na próxima semana, na terça-feira especialmente. Seria mais importante ele, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Na terça, não, na quinta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na quinta-feira, porque, se passar da próxima quinta-feira, perde sentido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Confesso que acho desnecessários tanto o convite ao Chanceler quanto o convite ao Embaixador. No máximo, V. Exª poderia, em nome da Comissão, conversar com ambos e trazer um relato, porque existem questões diplomáticas que nem o próprio Presidente Lula, o Embaixador ou o Chanceler podem tornar públicas.

V. Exª poderia ser encarregado, como Presidente da Comissão, de conversar com ambos e de trazer uma impressão da viagem. Considero isso melhor, mas V. Exª é quem decide.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como não houve a formalização de requerimento nesse sentido, acredito que posso fazer uma visita ao Ministro Celso Amorim e trazer as informações.

Se a Comissão considerar necessário formalizar um novo convite a ele, que já esteve aqui diversas vezes este ano, assim o faremos. Então vou acatar a sugestão do Senador Antonio Carlos para mantê-los informados.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de expressar-lhe o meu apoio. Creio que é mais prudente que V. Exª faça dessa maneira, atendendo ao que foi proposto pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado.

O Item 11 é o requerimento para que seja convidada a SRA Maria Pelar Rodrigues, pesquisadora do Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia, de Havana – Cuba, para a reunião de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional destinada a analisar a situação dos alimentos transgênicos, com o objetivo de debater aspectos relativos à pesquisa de organismos geneticamente modificados, dos Senadores Gilberto Mestrinho e Marco Maciel.

Há também a proposição do Senador João Capiberibe no mesmo sentido, mas acrescentando o Dr. Hebert Cavalcanti de Lima, pesquisador especialista na área agroambiental, Diretor da Embrapa, para participar de audiência pública para analisar a situação dos alimentos transgênicos e debater aspectos relativos à pesquisa de organismos geneticamente modificados.

Então ambos os requerimentos tem o mesmo objetivo.

Tem a palavra, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, não vou me alongar em considerações, mas devo dizer que, como esse é um tema que se encontra em debate no Congresso Nacional e, por que não dizer, na sociedade brasileira, seria muito bom que nós pudéssemos oxigená-lo, trazendo o depoimento de pessoas habilitadas para orientar melhor o posicionamento do Congresso Nacional.

O primeiro subscritor do requerimento é o Senador Gilberto Mestrinho. Pelo fato de S. Exª não estar presente, considerei de bom alvitre eu me manifestar na defesa do requerimento, com o acolhimento do aditamento que faz o Senador Capiberibe. Esse é o meu sentimento, salvo juízo em contrário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Capiberibe, concedo-lhe a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Queria somar-me à voz do Senador Marco Maciel, para que tenhamos a oportunidade, realmente, de esclarecer o tema sobre o uso de organismos geneticamente modificados.

Trata-se de um tema que nos divide por falta de informação. O objetivo de trazer os pesquisadores a esta Comissão é a tentativa de esclarecer, porque brevemente teremos que nos posicionar, teremos

que decidir sobre a medida provisória que autoriza o plantio de soja e também deverá chegar ao Senado uma lei sobre biossegurança.

Então esse processo de esclarecimento deve ser promovido para afastar as dúvidas sobre o mérito do uso dos organismos geneticamente modificados e saber se teremos segurança ou alguma garantia com base nas exposições dos dois pesquisadores: da pesquisadora Maria Pelar e do Dr. Herbert. A Embrapa desenvolve há muitos anos um trabalho de pesquisa nessa área, portanto esses dois pesquisadores poderiam nos ajudar a esclarecer as dúvidas que pairam sobre todos em relação aos OGMs. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A SRA Maria Pelar Rodriguez reside em Havana?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – A informação é do Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então teríamos que fazer o convite em ocasião em que ela pudesse comparecer. Teríamos que conversar com o Presidente do Senado porque, nesse caso, haveria o convite para que ela viesse para o Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para o debate ser mais amplo, mais produtivo, poderíamos aditar alguns outros nomes que conheçam o problema. Eu gostaria que V. Exª deixasse em aberto o requerimento para que outras pessoas que V. Exª julgasse conveniente pudessem ser convocadas para vir debater, de um lado e de outro, sobre os benefícios e malefícios.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sugeriria V. Exª a Ministra Marina Silva e o Ministro Roberto Rodrigues?

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Excelente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Esses dois são ótimos.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Desculpe-me, Sr. Presidente, desculpe-me, Senador, acabei interrompendo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Primeiro V. Exª disse que seria excelente, e depois...

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sou suspeita para falar, porque a Marina é como uma irmã para mim. E como ela derramou lágrimas nessa história toda, não deve ser tão fácil assim. Acho justa a preocupação de que sejam vistos os dois lados.

A pesquisadora cubana que aqui vem defende os transgênicos. Ela é uma pesquisadora muito competente e defende os transgênicos. Por isso houve a sugestão de que também viesse um pesquisador brasileiro da Embrapa com posição contrária.

Agora, se existem outros nomes que possam fomentar o debate, não há problema nenhum que participem também.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Na minha terra se diz que elogio em boca própria é vitupério, mas vou fazer uma observação preliminar.

Fui autor do projeto de lei que, enriquecido no Senado e na Câmara, converteu-se na Lei de Biossegurança. E ainda esta semana participei de um encontro brasileiro e latino-americano sobre questões de biossegurança.

Fiz este prólogo para dizer que o Brasil tem, sob esse aspecto, uma legislação que está servindo de modelo para o mundo. Aliás, todos os países latino-americanos estão seguindo o modelo brasileiro na área de biossegurança. E muitos países do Primeiro Mundo não tinham o diploma na época em que formulei o projeto.

Acredito que, na medida em que nós internacionalizamos o debate, podemos acolher sugestões e subsídios que venham permitir o aprimoramento da legislação relativa ao tema, mesmo porque, como estamos vivendo um tempo de grande aceleração da história, com grande desenvolvimento da ciência e da tecnologia, é importante que estejamos sempre acompanhando essas mudanças, para que possamos ter uma legislação que compatibilize o desenvolvimento da ciência com o atendimento a algumas prescrições éticas.

Recordo-me de que, há 15 anos, o Papa João Paulo II, numa manifestação na Academia de Ciências da Áustria, citou muito bem a questão ao dizer que a toda técnica tem que corresponder uma ética, a toda ciência tem que corresponder uma consciência. E penso que esse é o grande desafio. O desenvolvimento da biotecnologia e da engenharia genética nos põe diante dos princípios relativos ao primado do ser humano e à preservação dos princípios morais e éticos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Cedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa e, em seguida, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É apenas para sugerir a V. Exª que faça um convite à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para que participe conjuntamente dessa audiência. Na realidade, também o assunto é pertinente àquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quando realizarmos a reunião, vamos propor reunião conjunta com a Comissão de Educação.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Se vão chamar agentes governamentais, penso que seria bom chamar um representante ou o próprio Ministro da Ciência e Tecnologia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, por questão de consciência, gostaria de sublinhar o assunto levantado pelo Senador Marco Maciel.

Estamos vendo a agricultura brasileira crescer em ritmo de aventura, Srs. Senadores. Até 1950, um hectare de terra – um campo de futebol de 100x100 – produzia em torno de uma tonelada de grãos neste País. Hoje, produz quase três toneladas de grãos. Isso ocorre a custa de muito agrotóxico e de muito fertilizante. Não sei se os subsídios à agricultura no Primeiro Mundo fazem com que o preço dos alimentos despenque, e os nossos agricultores, para competir, tenham que produzir cada vez mais, avançando em cima dos nossos banhados, das nossas savanas, dos cerrados, até mesmo da Amazônia – o que, futuramente, poderia gerar pragas tremendas neste País, levando a conseqüências desastrosas.

Quando o Senador fala de ciência com consciência, fico profundamente tocado. O Senador Antonio Carlos Magalhães lembra que fui sertanejo, fui agricultor no sertão, mas, ali, tínhamos consciência. Eu plantava na época das chuvas. E V. Exªs sabem que a cultura do feijão precisa de três águas. A primeira é na plantação. Essa ninguém erra, porque quando chove, joga-se a semente no chão. Tudo já está arado, o trator contratado, não tem erro. A segunda chuva é a grande loteria, porque, depois que o feijão ou o milho floram, temos 20 dias para receber uma chuva. Se ela não cair, perde-se tudo. É nesse instante – e somente nesse instante – que a irrigação deve funcionar. Nesse momento, abre-se a torneirinha, as mangueiras começam a pingar água contabilizada – no sertão não podemos desperdiçar nada – e a molhar o pezinho do feijão para que, na segunda chuva, o grão possa nascer. A terceira água, como diz o sertanejo, é a água da panela, é a de que se necessita para cozinhar o feijão.

Portanto, essa é uma agricultura consciente, porque se tira a água do poço, mas, como é época de chuva, o poço se repõe. E assim se vai vivendo, não para fazer riqueza, mas para sobreviver com conforto. Ciência com consciência. Agora, imaginem se eu fosse competir ali e plantar duas vezes por ano. Ia usar muito agrotóxico e fertilizante, exaurindo o solo e a água. Não é possível! É preciso que tenhamos essa consciência, como diz o Senador, e saibamos usar as nossas riquezas naturais com sabedoria.

Lembro que viemos de uma época de capital escasso, mas capital natural abundante, e estamos indo para outra era, que é a de capital financeiro abundante, mas capital natural escasso. Em 1850, havia 1 bilhão de pessoas; agora, há 6 bilhões de pessoas. É muita gente. Se não usarmos com consciência o nosso terreno, não sei o poderá acontecer. Portanto, esse debate é fundamental na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Todos os elementos indicam a importância de aprovarmos o requerimento e convidarmos os dois cientistas propostos.

Consultarei a data em que poderão estar aqui juntos a SRA Maria Pelar Rodriguez e o Dr. Herbert Cavalcante de Lima.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, mantendo o princípio sugerido há pouco de que venha um convidado favorável à matéria e outro contrário, alguns Senadores poderão fazer sugestões e a Mesa as encaminhará.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim. Farei a consulta à SRA Maria Pelar, por telefone.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, quero acrescentar uma preocupação, porque dois pesquisadores vão discorrer sobre os efeitos e impactos produzidos na cadeia biológica, no meio ambiente. Eles vão analisar do ponto de vista da vida humana e do meio ambiente. Uma outra preocupação são os impactos econômicos que produzirá a utilização em escala dos OGMs.

Sugiro que busquemos dois economistas ambientais, ou um economista ambiental e um clássico, que possam avaliar os efeitos econômicos, porque essas sementes têm um controle único produzido por um único grupo. Qual é o efeito disso na cadeia econômica? Seria importante localizarmos dois economistas que pudessem nos ajudar nesse mesmo dia, completando o ciclo da informação biológica e econômica.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Uma forma seria consultar a Ministra Marina Silva e o Mi-

nistro Roberto Rodrigues a respeito de possíveis nomes.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Até porque o Dr. Herbert, que é uma pessoa muito importante da Embrapa, analisa a questão econômica. Talvez, se fosse para analisar à luz da preocupação do Senador Marco Maciel, de pesquisa, o indicado fosse o consultor do Ministério do Meio Ambiente, que é o Dr. Rubens Nodári, que tem trabalhado mais nisso e não está aí.

Talvez o acordo pudesse ser este: sugestões de nomes, desde que ficasse preservado o princípio do contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então ficam aprovados os dois nomes...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ficaria mais fácil aprovar esses nomes, mais um indicado pela Ministra Marina e outro pelo Ministro Roberto Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem assim?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, considero a Embrapa uma instituição muito acatada, muito respeitada, etc. Assim, não sei se a Embrapa, já que a Senadora Heloísa Helena lembrou o nome, não poderia mandar um documento que envolvesse toda a questão dos transgênicos, inclusive porque ela desenvolveu muitas pesquisas nesse campo.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Antes da audiência?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Posso fazer essa solicitação, acatando a sugestão de V. Exª.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Para subsidiar o debate, porque penso que a Embrapa tem uma visão muito abrangente. Poucos países do mundo têm uma instituição tão respeitada nesse campo quanto a Embrapa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, se todos estiverem de acordo, fica aprovado o requerimento, com essas sugestões adicionais. Solicitaremos um documento da Embrapa sobre os transgênicos e formularemos a sugestão à Ministra Marina Silva e ao Ministro Roberto Rodrigues de indicação de dois especialistas para estarem aqui enriquecendo o debate.

Em discussão a proposta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero apenas observar que, na discussão ampla, aberta, irrestrita e democrática, fugimos um pouco do objetivo do requerimento.

O objetivo do requerimento, ao convidar a SRA Maria Pelar Rodriguez era ver a experiência estrangeira, a experiência de uma pesquisadora de outro país sobre a questão dos transgênicos, mas estamos transformando isso tudo em uma discussão de transgênicos de modo geral. Na realidade, o que compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é a visão dessa pesquisadora estrangeira. A discussão sobre os transgênicos pode ser levada à Comissão de Assuntos Econômicos, à Comissão de Educação, ao Plenário do Senado, a todos os lugares.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Aqui também.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Fugimos um pouco. Muito embora seja mais enriquecido o debate, devemos nos ater exatamente, em princípio, à proposta de ouvir a SRA Maria Pelar Rodriguez, uma experiência cubana sobre alteração genética.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa, o problema é que foi acrescentado, pelo Senador João Capiberibe, o nome do Dr. Herbert Cavalcante de Lima. São, então, dois requerimentos.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Era apenas para complementar, até porque esse é um debate que infelizmente não está mais circunscrito à pesquisa ou ao campo ambiental, mas abrange também as relações comerciais internacionais, a soberania alimentar dos países, a soberania da produção científica e tecnológica. Trazer à Comissão de Educação, como sugeriu o Senador Marco Maciel, ou até a Comissão de Assuntos Econômicos, quem quiser participar também...Mas realmente hoje o debate sobre os chamados organismos geneticamente modificados passa pelos interesses comerciais, pelas relações comerciais das diversas nações do mundo. Em sendo assim, é interessante que consigamos fazer esse debate também na nossa Comissão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, quero prestar uma informação.

Na terça-feira, dia 7, no auditório Nereu Ramos, haverá um debate sobre OGM com um grupo de pesquisadores franceses. Talvez pudéssemos convidá-los para durante 15 ou 20 min virem aqui, a nossa Comissão, na próxima semana. Em não sendo isso possível, os que estão muito interessados no tema te-

rão uma boa oportunidade de ouvir os pesquisadores franceses na terça-feira, no auditório Nereu Ramos, a partir das 8h30min.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Fica dada a informação a todos os Srs. Senadores.

Está aprovado aquele requerimento com o entendimento havido.

Requerimento nº 30, item 12, para que sejam convidados os Ministros Celso Amorim e Roberto Rodrigues para prestar esclarecimentos sobre a reunião da OMC, em Cancun.

Gostaria de salientar que já ouvimos o Ministro Celso Amorim sobre o assunto. Em sendo assim, esse requerimento de autoria do Senador Jefferson Péres estaria prejudicado.

Requerimento nº 31, item 13, que requer que esta Casa manifeste formalmente ao Governo de Israel sua censura pela forma intransigente e violenta como o 1º Ministro Ariel Sharon e seu gabinete têm tratado a questão Palestina, em uma escalada de intimidações que chegou ao seu clímax com ameaça de desalojar, pela força, o Presidente Yasser Arafat. O Senador Jefferson Peres...(Pausa)

Lembro que a Comissão já se manifestou a respeito. Esse requerimento apenas repetiria a questão.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Como diz o Senador Pedro Simon, todo dia há uma lamentável nova em relação ao episódio. Certamente por isso os Senadores ficam preocupados e apresentam novos requerimentos sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vejamos rapidamente os itens extrapauta.

O primeiro, já mencionado pelo Senador Eduardo Azeredo, dos Senadores Arthur Virgílio, Efraim Morais, José Agripino Maia e Jefferson Péres, é para que esta Comissão manifeste ao Governo de Cuba, por intermédio da embaixada desse país em Brasília, bem como ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a apreensão do Senado Federal diante do episódio da prisão do cidadão brasileiro Paulo Henrique Seleme Hilel, que já foi objeto de discussão.

As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo em manifestar a sua preocupação queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 2. Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, para impedir o uso ilegal de precursores e substâncias químicas essenciais para o processamento de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999.

O Relator seria o Senador João Ribeiro, que não está presente.

Eu pediria ao Senador Marco Maciel a gentileza de ler o relatório do Item 2, extrapauta.

Há apenas um outro requerimento, do Senador João Capiberibe, extrapauta.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, conforme V. Exª fez questão de anunciar, trata-se do texto de um acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, para impedir o uso ilegal de precursores e substâncias químicas essenciais para o processamento de entorpecentes e substâncias psicotrópicas. Esse acordo foi celebrado em La Paz, em 1999.

O texto foi encaminhado à Câmara dos Deputados em maio de 2000 e o projeto em tela foi apresentado ao Senado Federal em agosto do ano corrente.

Em síntese, o acordo em tela pretende aprofundar, conforme atesta o seu preâmbulo, os compromissos estipulados em convênios anteriores.

Acredito que, por todas as razões, se trata de um acordo que merece ser aprovado não somente em razão das nossas relações com a Bolívia, um dos nossos vizinhos, com os quais temos longas e extensas fronteiras, mas também pelo fato de dizer respeito à medida que vai ajudar – e muito – que se coíbam atividades ilícitas que se desenvolvam na fronteira entre os dois países.

Sr. Presidente, o parecer do Relator, Senador João Ribeiro, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 522, de 2003, por sua conveniência e oportunidade.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é extremamente importante que se faça uma observação a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 522, porque todos os que já cruzaram as fronteiras comuns do Brasil na América do Sul sabem da facilidade com que as cargas passam de um país ao outro.

O projeto faz menção a alguns produtos que, a partir de agora, são proibidos de serem transportados de um país para outro, como o ácido lisérgico, a efe-

drina, a ergometrina, e sobretudo a acetona e o éter – são inúmeros os carregamentos de acetona e éter que passam pela fronteira Brasil/Bolívia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como vão ficar as unhas das mulheres?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Nós vamos ter que limpar com outra coisa, Senador.

O mais importante é lembrar que toda vez que passa um caminhão de éter ou acetona pela fronteira volta uma carga de cocaína. Isso tem que ser realmente levado em consideração, porque esse projeto é extremamente oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, o Senador Hélio Costa tocou em um ponto que precisa ficar no coração e na mente de todos nós, Senadores. Infelizmente, o Brasil é um dos grandes fornecedores de éter para o narcotráfico. E esse éter passa por uma fronteira muito mal vigiada.

Portanto, é de grande relevância esse tema. Nós precisamos acabar com isso, Sr. Presidente. O meu Estado do Rio de Janeiro tem sido vítima disso, pois setecentas mil pessoas consomem cocaína no meu Estado, segundo dados da Polícia Federal. Setecentas mil pessoas! Mais de cinqüenta mil pessoas vivem do tráfico, recebem salário, são "vaporzinhos". O Rio de Janeiro tem 15 milhões de habitantes. Esse tráfico localizado no Grande Rio é algo que tem trazido um dano incalculável ao tecido social.

Portanto, peço a Deus que essa medida diminua a importação e a produção de cocaína na Bolívia e seu conseqüente ingresso no território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Finalmente, há o requerimento do Senador João Capiberibe, que foi designado por esta Comissão para ser o Relator das questões relativas à discussão da Alca. Diz o requerimento: "Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados como palestrantes, na audiência pública sobre a Alca, aprovada pelo Requerimento nº 27/2003-CRE, os Srs. João Pedro Stedile (MST), Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Osvaldo Moreira Douat (CNI), Mario Magnini (Fiesp), Antônio José Polanczyk (IBS), Fátima Melo (FASE), Prof. Ignacy Sachs, Prof. Paulo Sandroni, Ministro Celso Amorim, Embaixador Adhemar Bahadian, Marco Aurélio Garcia, Fábio Comparato, Dalmo Dallari, Durval de Noronha, Salete Maccaloz, Luciano Coutinho, Senador Aloizio Mercadante, Embaixador Rubens Ricupero, Hélio Jaquaribe, Hermann Wever, Horácio Lafer Piva, Delben Leite (Abimaq), Kjeld Jakobsen e Prof. Paulo Nogueira Batista Júnior."

São alguns nomes que o Senador João Capiberibe, inclusive consultando membros e a Presidência da Comissão, sugere para palestrantes. Esta Presidência sugere uma reunião em outubro, uma reunião em novembro, possivelmente continuando em dezembro e nos meses do ano que vem, já que este tema é de enorme interesse e da competência da nossa Comissão.

Eu gostaria de informar que a Comissão Mista do Mercosul sugeriu que realizássemos uma reunião conjunta no próximo dia 16 de outubro, daqui a duas quintas-feiras, para apresentação, pelo Prof. Fernando Rezende, de um estudo sobre o sistema tributário nos países do Mercosul. Sugeri, nessa seqüência, que pudéssemos ter alguns dos nomes aqui colocados também nesta reunião com o Prof. Fernando Rezende. Um possível nome, que submeto à apreciação do Relator, seria o do Prof. Paulo Nogueira Batista Júnior, em função de ter ele feito e publicado um estudo de grande fôlego sobre a Alca. Talvez ele possa apresentar esse estudo que foi publicado no último número da revista **Estudos Avançados**, da Universidade de São Paulo. Um complementaria o outro. Consulto os Srs. Senadores.

Primeiramente, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, para saber como S. Exª pensa sugerir que esta Comissão realize essa seqüência de audiências.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, a experiência que vivemos juntamente com o Senador Azeredo, ao participar do comitê de negociação da Alca, nos mostrou que carecem de legitimidade as negociações internacionais, porque os parlamentos não estão presentes. Foi a primeira vez que dois parlamentares, com a anuência, evidentemente, do Ministério das Relações Exteriores, puderam participar de um comitê de negociação. Na Alca, na OMC e nas instituições que negociam as questões de livre comércio não está presente o parlamento de nenhum dos países.

Considero que estamos entrando atrasados no debate, visto que já se cogita e se inicia a discussão para formar o parlamento do Mercosul. Considero fundamental que esta Comissão manifeste o seu interesse na formação desse parlamento, para dar legitimidade ao processo, já iniciado, da integração dos países da América do Sul com os países andinos.

A série de debates sobre a Alca vai nos permitir recuperar esse tempo em que o parlamento ficou fora da discussão, porque há uma diferença muito grande entre debater sem participação direta e acompanhar de perto.

Então, os nomes são esses. Concordo plenamente com o Sr. Presidente, que sugere o Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior e o professor Fernando Rezende. Sugiro que nos dividamos em grupos, porque precisamos de muita informação para consolidar algumas convicções a respeito das negociações. Um leque de convidados amplo vai nos permitir ter visão dos vários setores da sociedade brasileira.

Sugiro que sejam convidados quatro debatedores de cada vez, intermediando a representação dos diversos setores da sociedade. Sugiro também que programemos, até o final do ano, a conclusão dessas audiências. Se fosse possível, o melhor era que ocorressem antes da reunião ministerial da Alca a ser realizada em Miami.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao nosso Plenário se não seria de bom alvitre ouvirmos a Embaixadora do México – que já esteve aqui conosco –, para saber a posição de um país que já participa da Alca e que nos poderia dar subsídios para esse acordo baseados no própria experiência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Já havia um requerimento aprovado. Havíamos convidado a Embaixadora Cecilia Soto Gonzales, que não pôde vir no dia e ficou de marcar um outro. Já está aprovado o requerimento, só falta marcar o dia.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que não vejo como não ouvirmos os representantes da agricultura. A parte integrante de toda essa discussão tem de ser a agricultura. Imagino que devemos ouvir a Confederação Nacional da Agricultura e a Confederação Nacional da Indústria, mesmo porque, na discussão da Alca, a agricultura é a que mais pode ser afetada, positiva ou negativamente.

Além do mais, gostaria de, a exemplo do que discutíamos anteriormente sobre os transgênicos, assegurar um equilibro nesse debate de prós e contras. Terceiro, também devemos acrescentar aqui a visão do Mercosul. Ou seja, sempre que possível, devemos fazer reuniões conjuntas com a Comissão no Mercosul. Também não vejo discussão sobre a Alca sem falarmos de Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, vamos sempre sugerir à Comissão do Mercosul para que participe dessas audiências. Isso será feito. Queria propor então, se o Senador João Capiberibe estiver de acordo, que a primeira reunião desse seqüência se faça daqui a duas quintas-feiras, dia 16 de outubro, com a presença de quatro dos daqui indicados: Professor Fernando Rezende, que é um acréscimo, Paulo Nogueira Batista Júnior...(Pausa)

O Senador Rodolpho Tourinho está sugerindo que seja acrescido o nome do Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ele próprio ou alguém indicado por dele.

Para essa reunião do dia 16, dentre esses nomes, quais outros dois sugeririam V. Exªs que estivessem presentes?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sugiro o Embaixador Bahadian, porque ele é co-presidente da Alca, juntamente com o representante dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E o quarto nome? Ou só serão esses três?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sugiro o representante do CNA, da Confederação Nacional da Agricultura, o indicado da Confederação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Para essa Mesa. Veja que vamos examinar o sistema tributária e o estudo sobre a Alca.

Poderia então, nesse mesmo dia, ser chamado o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura. Está bem. Serão os quatro convidados para esse dia, em reunião conjunta do Mercosul.

Quero informar, ainda, à Comissão que recebi uma carta do Inesc, sobre o lançamento do relatório brasileiro de cidadania, que eles gostariam de fazer aqui junto com a Comissão de Relações Exteriores para o dia 3 de dezembro. Pediria que seja considerado isso para verificar se é quinta-feira e organizar, porque daí convidaríamos todos para essa finalidade.

Gostaria de informar que, como fui convidado pelo Embaixador, através do Embaixador Sérgio Florêncio, do Equadro, para visitar o Equador, estive ali nos últimos idas, 20, 21 e 22, quando fui recebido em audiência pelo Presidente da República, pelo Presidente do Congresso Nacional do Equador. Proferi palestra na Flacso. Na ocasião, o Presidente, Lúcio Gutierrez informou-me que inclusive até dezembro deverá o Equador se manifestar a respeito de sua vontade de se associar ao Mercosul, a exemplo do Chile, da Bolívia e do Equador. Expressou o desejo de logo ser concluída a colaboração do Brasil com o Equador

para a construção da Hidrelétrica de São Francisco. Tanto para o Presidente do Equador como para o Presidente do Congresso equatoriano, Guilherme Landazuri, para os parlamentares que me receberam, como também na Flacso – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais -, tive a oportunidade de fazer uma palestra sobre a renda de cidadania. A respeito dessa minha viagem, o Embaixador Sérgio Florêncio me encaminhou relatório, que peço seja registrado na íntegra nas notas taquigráficas como relatório de minha viagem, porque é bastante detalhado.

Se houver alguma pergunta, esclareço de pronto.

Muito obrigado a todos as SRAs. Senadoras e Srs. Senadores.

Está concluída a pauta.

Assim, encerro a nossa reunião.

Obrigado a todos pelo empenho.

(Levanta-se a reunião às 12h40min.)

Ata da Vigésima Segunda Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezesseis de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia dezesseis de outubro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **EDISON LOBÃO, JOÃO CAPIBERIBE, GILBERTO MESTRINHO, JEFFERSON PÉRES, MOZARILDO CAVALCANTI, FLÁVIO ARNS, EDUARDO AZEREDO, LUIZ OTÁVIO, MARCO MACIEL, RODOLPHO TOURINHO, HÉLIO COSTA, PEDRO SIMON, HELOÍSA HELENA, LÚCIA VÂNIA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, ARTHUR VIRGÍLIO, TIÃO VIANA e PATRÍCIA SABOYA GOMES.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta: **Item um: Mensagem (SF) nº 192, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO BARCELLOS TELLES, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **GILBERTO MESTRINHO** que procede à leitura do relatório. O Presidente concede a palavra ao indicado para que faça sua exposição. Passa-se ao **Item dois: Mensagem (SF) nº 200, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos". O Senador **PEDRO SIMON**, Relator da matéria, faz a leitura de seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao indicado para fazer sua exposição. Segue a argüição dos Embaixadores. Após pergunta do Senador **PEDRO SIMON**, considerada delicada e requer reunião secreta. O Senhor Presidente comunica que os Embaixadores foram aprovados por unanimidade. Passa-se à deliberação do **Item três**: Requerimento (SF) N° 268, de 203, de autoria do Senador Pedro Simon, que "requer o apoio do Senado Federal à Candidatura da "Pastoral da Criança" ao Prêmio Nobel da Paz de 2004". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador MARCO MACIEL, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta – Item um**: Projeto de Lei do Senado N° 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que "acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei n° 6815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro". O Senador **GILBERTO MESTRINHO**, Relator da matéria, faz a leitura do parecer, favorável nos termos do substitutivo. Não havendo quem queira discutir, procede-se a votação nominal. Faz uso da palavra a Senadora **HELOÍSA HELENA**. Prossegue a votação nominal. Com dez votos a favor do substitutivo, o projeto vai a turno suplementar. O Senhor Presidente tece algumas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Segunda Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezesseis de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As SRAs e o Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Dispensada.

Passemos agora à apreciação das matérias constantes da pauta.

Item 1. Mensagem nº 192, do Senado Federal, que submete à apreciação a indicação do Sr. Sérgio Barcellos Telles, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Solicito ao Senador Gilberto Mestrinho que faça a gentileza de ler o relatório, preparado pelo Senador Augusto Botelho, indicando-o como Relator **ad hoc**.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, a matéria trata da indicação do Sr. Sérgio Barcellos Telles, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

O Relator, Senador Augusto Botelho, fez uma análise circunstanciada da indicação e ressaltou as qualidades do indicado, que foi conselheiro encarregado dos negócios em Tóquio e em Moscou.

Saliento que quando estive em Moscou, o Embaixador acompanhou-me, ainda no tempo da União Soviética.

Foi Ministro Conselheiro em Paris, Embaixador em Kuala Lampur, em Brunei e em Beirute.

A sua indicação agora para a Tunísia é importante por se tratar de um país do norte da África, que já foi protetorado francês por muito tempo e que chegou à independência. É um país meio fechado para a América do Sul; o seu relacionamento maior é com a Europa e com a Comunidade Européia, pelas suas próprias origens.

O Embaixador Sérgio terá um grande trabalho a fazer, procurando abrir oportunidades e fazer intercâmbios entre Brasil e Tunísia, especialmente na busca de complementaridade de atividades econômicas, de modo a permitir que o Brasil possa participar do mercado europeu com as vantagens de que a Tunísia goza. Já houve um entendimento inicial com fábricas de calçados que pretendiam estabelecer-se na Tunísia.

Creio que o Embaixador Sérgio, pelo seu currículo, pelo seu conhecimento, pela sua experiência e por haver trabalhado em países distintos, de primeiro mundo e em países emergentes – assim como trabalhou em Paris e Moscou, trabalhou em Kuala Lampur e em Beirute –, poderá prestar um grande serviço ao País. Daí a indicação ser merecida e o voto, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como o Relator do próximo item, Senador Pedro Simon, está por chegar, concedo a palavra ao Sr. Sérgio Barcellos Telles, Embaixador indicado para Tunísia, para fazer a sua apresentação.

O SR. SÉRGIO BARCELLOS TELLES – Muito agradeço a V. Exªs pela presença. Muito me honram. É a terceira vez que vejo meu nome elevado à consideração e à aprovação do Senado Federal. Para mim, é um privilégio muito grande grande. Um privilégio e, ao mesmo tempo, uma alegria.

A primeira vez que estive diante desta Comissão preparei um pequeno roteiro e desenvolvi o tema por ele. Depois aprendi com o meu colega e meu querido amigo Simas Magalhães, é a primeira vez, então vou apenas sugerir que, na segunda, na terceira, na quarta, na quinta, ele produza um documento que, no fundo, é o mesmo exercício que fazemos para apresentar aqui.

Posteriormente, terei a grande satisfação de submeter a V. Exªs um programa preliminar com algumas reflexões sobre a Tunísia e as possibilidades de desenvolvimento do intercâmbio.

Teria a grande honra e a satisfação de receber as críticas, os comentários, as sugestões agora ou depois, que, certamente, enriquecerão muito a minha missão.

Sr. Presidente, V. Exª me permite uma ousadia, mas não queria deixar parabenizá-lo pelo oportuno e importante projeto sobre a renda da cidadania, que já foi amplamente aprovado.

Farei uma revisão muito rápida desse trabalho, para não tomar o tempo dos senhores. Dividi o traba-

lho em dois capítulos básicos. O primeiro, a Tunísia, o resumo histórico, a economia, a política externa da Tunísia. O segundo capítulo é Brasil/Tunísia, atualidade e sugestões. No elenco dessas sugestões estão as políticas comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais.

O resumo histórico que procurarei resumir ainda mais, evidentemente, vou lidar com um país de três mil anos de história, com uma sucessão de civilizações, onde se encontra hoje o território da Tunísia que, além dos povos primitivos, africanos e do norte da Europa, a Tunísia é uma sucessão de civilizações – fenício-cartaginesa, romano-bizantina, árabe, turca e ocidental francesa a partir do protetorado de 1881.

A grande figura da liderança da independência, Habib Burguiba, que todos nós conhecemos muito bem, que, a partir da Primeira Guerra Mundial iniciou um movimento nacionalista, sendo preso, deportado para a França em 38. Depois, com a Segunda Guerra Mundial, quando a Tunísia foi invadida e ocupada pelos alemães, ele retomou o processo da independência e a França, que estava próxima da Argélia, com toda a instabilidade local, preferiu negociar com os rebeldes e concedeu a independência em 56.

Burguiba ficou no poder durante 30 anos e inaugurou um Estado laico, o que é extremamente importante para um Estado mulçumano. Quer dizer, a Tunísia é um dos poucos países mulçumanos, talvez o único, que não esteja subordinado a Chariah. Isto é, o Estado laico, o Direito Civil e o Direito Criminal são subordinados ao Estado.

Mas, ao mesmo tempo, de uma maneira muito inteligente, eles estimulam o islamismo moderado, a interpretação moderada do Corão, o que dá à Tunísia uma imagem moderadora importante no mundo árabe.

Burguiba foi sucedido por Bem Ali, que era um general que foi trazido como Ministro do Interior para repressão dos fundamentalistas islâmicos mais radicais. Ministro do Interior, Primeiro Ministro e sucedeu a Burguiba, que já estava num processo de senilidade avançado.

O Bem Ali procurou um serviço ao país de reconciliação nacional. Ele atenuou a censura, deu continuidade à garantia dos direitos da mulher. A Tunísia, dentre os países árabes, é o único que tem uma constituição que garante os direitos da mulher. O Ben Ali também desenvolveu a parte industrial, tem um índice de alfabetização de 90%, o que importante. Nesse desenvolvimento, é muito difícil encontrar um mendigo na Tunísia, o que é também raro no contexto de países mais contrastados.

No entanto, a tendência fundamentalista radicalizou-se, na medida em que houve descontentamentos na parte econômica.

O Ben Ali desenvolveu a assistência hospitalar e chegou a esse índice extraordinário de 90% de alfabetização no país.

Muito rapidamente, quanto à economia, há um setor pesqueiro e agrícola importantes. De recursos naturais, há pouco petróleo, gás natural, fosfato, minérios de ferro, chumbo e zinco, e o setor industrial responde hoje por 34% do PIB, que é de US$25 bilhões.

A economia, como bem lembrou o ilustre Senador Gilberto Mestrinho, era realmente fechada, estatizante, de um Estado autoritário, mas com grande abertura para o Ocidente, o que é muito importante.

Um dos setores de cooperação importante será o turismo, porque o turismo na Tunísia produz US$6 bilhões. São seis milhões de visitantes anuais e há uma infra-estrutura turística muito bem organizada, e certamente podemos conversar sobre uma hipótese de cooperação.

A economia tunisiana é condicionada pelo acordo com a União Européia, com as diretrizes do FMI e com uma certa dependência do setor externo. No entanto, existe uma abertura importante, porque eles precisam aumentar a competitividade da indústria tunisiana e, por aí, existe um nicho de possível cooperação com o Brasil, na medida em que criaram um fundo de investimento para produção – como bem lembrou, o nobre Senador – e a partir dos acordos de cooperação com a União Européia, os industriais brasileiros que desejarem se estabelecer na Tunísia vão se beneficiar desse acordo certamente.

Um fator importante é que a estabilidade política, que é mantida com uma severidade habitual na região, diminuiu o risco país. Na repressão ao radicalismo islâmico, o governo do Ben Ali teve maior compreensão após os atentados de 11 de setembro, porque também houve um atentado em Gerba, na Tunísia, e interessa evidentemente ao Ocidente que os radicais islâmicos não extrapolem e não criem instabilidade interna.

Então, a política externa da Tunísia é balizada pela associação com a Europa e o Magrebe, procurando maior integração com o mundo islâmico, mas, repito, extremamente atenta aos excessos do fundamentalismo mais radical.

O acordo de associação com a União Européia, em vigor desde 1998, contempla a maior cooperação política, social e cultura, financeira e em termos de segurança e prevê a criação de uma Zona de Livre

Comércio em 2008, e é considerado um modelo regional. Claro que a União Européia, sobretudo a França, trata de preservar os seus interesses e a sua influência.

Com relação ao Brasil e a Tunísia, atualidades e sugestões, a situação atual – também bem lembrou o nobre Senador -, temos um comércio modesto, discreto e que anda às voltas, em termos bilaterais, de US$90 milhões, o que ainda é muito pouco. Existe um desconhecimento recíproco ainda muito grande e que precisa ser atenuado.

O Ministro das Relações Exteriores esteve no Brasil para uma troca de impressões sobre integrações regionais possíveis, o que foi muito importante. Nessa visita, ficou muito clara a convergência de posições moderadas brasileiras, visando sobretudo o processo de paz palestino/israelense.

A Tunísia abrigou a OLP e o próprio Arafat, de 1984 a 1994, e é um Estado muito preocupado, evidentemente, com a criação do Estado Palestino democrático e economicamente viável. E isso converge com os interesses brasileiros também. E, claro, denuncia freqüentemente os excessos de Israel.

O Brasil pode desenvolver, na sua política externa com a Tunísia, sobretudo a exportação de **commodities** até uma indústria de ponta. Há um nicho também de possibilidade de venda de aviões da Embraer, mas o processo é longo. Na Malásia, esse processo está demorando mais ou menos sete anos. E existe a hipótese de venda de três aviões da Embraer.

O Senador Heráclito concedeu a grande gentileza de me visitar lá, e tive a honra de estar com S. Exª na Tunísia e de hospedá-lo na Malásia.

A reabertura da embaixada em Túnis contribuiu para o crescimento e intercâmbio comercial de US$40 milhões para US$66 milhões. Quer dizer, passamos de 50%.

Os acordos bilaterais são conhecidos: cooperação de institutos diplomáticos, cooperação técnica, isenção parcial de visto, carta de intenção, programa de cooperação cultural, etc.

Sugestões. Começaria pelas sugestões políticas.

É impossível ou muito difícil o embaixador trabalhar no exterior se realmente não contar com a cumplicidade, a parceria dos segmentos políticos do nosso País. Considero extremamente importante que se organizem missões parlamentares à Tunísia e vice-versa. O Presidente da República poderá perfeitamente visitar a Tunísia, se assim o desejar, assim como o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, V. Exª. Isso criará um fluxo de conhecimento extremamente importante para a compreensão recíproca. Claro, com a vinda de jornalistas tunisianos, no contexto do programa de formação de opiniões, etc.

É importante o intercâmbio de iniciativas que atenuem, por exemplo, a exclusão social, como a recém-criada Secretaria de Promoção dos Direitos da Mulher pelo Presidente Lula.

As sugestões comerciais começam pela hipótese de criação do setor de promoção comercial da embaixada. Por que um setor de promoção comercial? É evidente, se tenho uma assistência técnica para um setor de promoção comercial, podemos estimular os empresários a participarem de eventos importantes na Tunísia, desenvolver pesquisas preliminares de mercado e vice-versa. O setor de promoção comercial é chave para desenvolvermos essa atividade comercial. Evidentemente, estamos num período de contenção de despesas que provavelmente se amenizará com o tempo.

É preciso uma negociação de um acordo bilateral de cooperação aeronáutica, troca de missões técnicas setoriais, estímulo institucional e a participação de empresários tunisianos no Brasil.

Na cooperação científica e tecnológica, começaria pelos seminários de cooperação em áreas de possível complementação, como, por exemplo, a gestão de recursos hídricos.

Todos nós, que conhecemos a história da região, sabemos que os grandes conflitos regionais começaram pela carência da água. Então, a água é um capital extremamente importante. E o Brasil tem uma grande experiência nisso. Então podemos partir para a construção de barragens, sistemas de irrigação, fornecimento de água, melhoria da condição do abastecimento de água, redes de esgotos, etc., que são conseqüentes.

O intercâmbio de pesquisa agrícola – estou passando por cima, para não tomar muito tempo – com a Embrapa pode ser feito mediante o Instituto das regiões áridas de Medenine e a Companhia de Fosfatos de Gafsa, evidentemente, depois de identificar oportunidades de investimentos recíprocos de criações de camarão, psicultura, industrialização, etc.

Considero muito importante o Brasil exibir no exterior até com grande ênfase os setores de excelência, por exemplo, em Medicina. Por exemplo, a prevenção e o tratamento da Aids é um modelo de referência da ONU e é perfeitamente factível a produção associada de medicamentos genéricos. Convidaram os médicos tunisinos a estágios no Brasil para ci-

rurgia cardíaca, ortopédica, transplantes de todo o tipo, como já fizemos no intercâmbio com a Ucrânia.

A importância dessas visitas está ligada à compra de equipamentos médicos brasileiros. Então, eles vêm aqui, conhecem e se familiarizam com os equipamentos e, evidentemente, há possibilidade, pelo menos, de compra. Pode haver intercâmbio no tocante à telemedicina, obstetrícia, profilaxia, produção de antídotos contra serpentes venenosas, escorpiões,etc. Há muitas cobras lá.

A criação do Comitê Executivo do Governo eletrônico e respectivas câmaras técnicas, com muita atenção ao Projeto da Cúpula da Sociedade de Informação, prevista para Genebra, no final deste ano, e para Tunis, em 2005.

Quanto aos aspectos educacionais – já estou terminando –, há o peso da França, que é muito importante. Existe uma cooperação muito intensa com a França, mas sempre haverá hipóteses também de abertura, por exemplo, para convênios de professores visitantes que possam criar essa ligação e inclusive propiciar hipótese de venda de equipamentos brasileiros.

A cooperação cultural é mais que óbvia. V. Exª sabe perfeitamente o que é necessário fazer em nível de promoção de eventos, troca de partituras e convênios com conservatórios e academias. Inclusive, o Centro de Músicas Árabes e Mediterrâneas da Tunísia, Comissão Nacional de Músicas do Brasil, montagem de módulos culturais para exposições regionais itinerantes.

Quanto ao setor cultural, eu e o meu querido colega do Marrocos temos possibilidade de convidar solistas, músicos, compositores que atuam na Europa. Então, é muito fácil trazer um músico que já está residente na Europa para atuar lá. Inclusive, a Tunísia tem organizado freqüentemente os festivais internacionais de Cartago, de Hamamete, El Jeam, jornadas teatrais e cinematográficas de Cartago.

No tocante à cooperação esportiva – e vou terminando por aí –, já temos lá cinco treinadores de futebol, alguns jogadores e – quem sabe – poderemos promover algum torneio amador ou profissional.

Há também o apoio à tradução de antologias de autores brasileiros e tunisianos. Deixo com V. Exªs este trabalho que abordei superficialmente para não tomar tempo. Por favor, estejam à vontade para tecer quaisquer críticas, sugestões, comentários, pois vão enriquecer muito a minha missão. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Embaixador Sérgio Barcellos Telles.

Informo que, como há **quorum**, teremos a oportunidade de examinar um projeto relativo à emissão de vistos para Taiwan, cujo relator é o Senador Eduardo Azeredo. Há necessidade de **quorum**, porque se trata de projeto terminativo e, como foi desobstruída a pauta, hoje poderemos examiná-lo em seguida à argüição dos Embaixadores.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, Relator da matéria referente à indicação do Sr. Carlos Alberto Simas Magalhães, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao reino do Marrocos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, prezados colegas, fomos chamados a opinar sobre a indicação do Sr. Presidente de S. Exª, o Sr. Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao reino do Marrocos.

Nasceu em Milão. Não é qualquer um que tem essa regalia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas é brasileiro, de acordo com a Constituição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Claro, nós sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O seu pai era Cônsul na Itália.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB- RS) – Conforme o seu currículo, foi Terceiro Secretário em 1975, Segundo Secretário por merecimento, Primeiro Secretário, por merecimento, em 1981, Conselheiro, por merecimento, em 1987, Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em dezembro de 1994, Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em dezembro de 2001.

Foi Chefe de Divisão das Nações Unidas, de 1975 a 1979, Chefe do Centro de Documentação, de 1987 a 1989, Chefe de Divisão da América Meridional, de 1989 a 19991, Chefe da Divisão do Mercosul, de 1994 a 1997.

Em Washington, Segundo Secretário, de 1982 a 1983; em La Paz, Primeiro Secretário, de 1982 a 1983; Paris, Primeiro Secretário, de 1984 a 1987; em Washington, OEA, de 1991 a 1994; Genebra, organismos especializados, de 1997 a 1999.

Representante especial substituto do Presidente da República para assuntos do Mercosul desde 2001.

Sr. Presidente, sou inteiramente favorável à indicação. Creio que é um dos grandes nomes da nossa diplomacia. Tenho a maior satisfação em votar favoravelmente, acrescentando que tenho absoluta confiança no trabalho que S. Exª vai desempenhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos à parte de argüição de ambos os chefes de missões diplomáticas. Se algum dos Senadores ou dos Embaixadores avaliarem que precisarão falar reservadamente, transformaremos a reunião em reservada. Se não houver essa necessidade, continuaremos em sessão aberta, se todos estiverem de acordo.

Estão abertas as inscrições. Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Como foi feito com o Embaixador Sérgio, seria interessante se o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães fizesse a sua exposição agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certo. V. Exª lembra muito bem.

Tem a palavra o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Muito obrigado, Sr. Presidente. É, para mim, uma honra estar nesta Comissão e nesta Casa.

O Presidente Lula houve por bem indicar-me para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos, portanto compareço a este exercício, que considero salutar e democrático para o meu nome contar com o endosso e a ratificação desta Casa.

Confesso que fiquei um pouco surpreso, no início, diante das opções que me foram oferecidas para o meu primeiro posto diplomático. Tinham mais a ver, talvez, com a minha experiência mais recente, digamos. Nos últimos dez anos, tive por função básica não só me preocupar com o Mercosul. Estive em Ouro Preto, no ato fundacional do Mercosul, tratei disso durante dois anos adicionais, estive, na seqüência, em Genebra, onde fui representante junto à Organização Mundial de Comércio, retornei e vim trabalhar como meu querido chefe, colega e amigo, o Embaixador José Botafogo Gonçalves, na representação especial do Presidente da República para assuntos do Mercosul.

É um título algo curioso, uma função que, no fundo, constituiu uma homenagem muito merecida ao Embaixador Botafogo, que, durante tantos anos, cuidou desses temas de tão grande importância para nós.

Mesmo assim, nós nos dedicamos não só a alguns aspectos da agenda interna do Mercosul, mas também, sobretudo, diria eu, à coordenação das nossas negociações comerciais. Por isso participei e coordenei a negociação do Mercosul com a União Européia, acompanhei os primórdios da negociação com a Índia e com a África do Sul e, mais recentemente, durante esse sementre, me vi, de uma maneira ou de outra, também envolvido na negociação da Alca.

Eu disse que fiquei um pouco surpreso porque, em certa medida, é muito difícil aproveitar um diplomata com uma formação essencialmente comercial em qualquer posto, sobretudo em termos de transição de tipo de agenda, o que terá, necessariamente, que ser feito. Mas depois me dei conta de que existe efetivamente uma oportunidade e um momento que se deve aproveitar.

Não vou me deter longamente sobre a história do Marrocos, senão teria que remontar ao sutanato de Tanger e talvez um pouco mais longe do que isso.

Creio que o ponto central do Marrocos é a transição do reinado do Rei Assan II para o Rei Mohamed VI, o que trouxe um elemento de inovação e de modernização do país muito importante.

No caso das mulheres, por exemplo, é fundamental registrar que, nessa semana mesmo, durante a visita do Presidente Chirac ao Marrocos, o Rei Mohamed VI finalmente apresentou e endossou a chamada reforma do Código Familiar do Marrocos, o que significará mudanças profundas dentro de um país de religião e profissão islâmicas, a equiparação da mulher ao homem em termos de direitos e obrigações, a possibilidade do divórcio por iniciativa da mulher, todos os elementos que mostram a figura do Mohamed VI e uma transição importante em relação a Assan II, seu pai, cujo reinado foi, obviamente, marcado por sérios problemas de segurança. Os atentados de 1971 e 1972 realmente criaram uma situação bastante complicada no Marrocos sob o ponto de vista de segurança.

Ao aceitar o Marrocos como eventual destino, uma vez ratificado o meu nome por esta Casa, preocupei-me em saber o que um Embaixador do Brasil poderia fazer que correspondesse não só às nossas necessidades, mas respeitando o que será possível efetivamente fazer.

Creio que todo o arco norte da África, o chamado Magreb árabe, sofre – tenho certeza de que o meu colega compartilha essa visão – uma certa negligência benigna da parte do Brasil.

As relações são cordiais, elas existem. O Marrocos, por exemplo, teria sido um dos primeiros, senão o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, no sutanato de Tanger ainda. É um registro histórico curioso. Mas as relações pecam seja pela pouca infra-estrutura de que dispomos nas nossas representações diplomáticas no continente africando como um todo, na maioria dos casos, somos um embaixador e um diplomata, quando temos sorte de contar

com algum junto de nós também, seja pelos poucos recursos de que dispomos para idéias mais ambiciosas, mas não pecam justamente por uma certa empatia fundamental entre o Brasil e os povos árabes como um todo. Um bom exemplo disso, evidentemente, é a grande migração que recebemos deles.

Marrocos é curioso, porque é um mosaico de culturas e de diferentes etnias inclusive. Os bérmeres, a migração árabe propriamente dita e outros elementos fazem com que o país seja muito diferenciado entre as suas regiões também.

Era, até recentemente, uma das maiores populações judias depois da diáspora. Eram 800 mil judeus que viviam no Marrocos. Com a criação do Estado de Israel, grande parte acabou migrando. Existe algo em torno de vinte a trinta mil judeus ainda localizados no Marrocos. Curiosamente, parte dessa migração ocorre no norte do país.

Inclusive eu estava conversando com o antigo embaixador deles aqui, Odemalamalique, que me confirmou isso, inclusive esteve com essa descendência marroquina de origem judia, de fé judia, portanto.

Isso faz com que os interesses sejam diversos, mas uma coisa é absolutamente verdadeira: a presença da União Européia no norte da África, sobretudo na Tunísia e no Marrocos é absoluta. Diria que é massacrante no bom sentido talvez. Eu não queria dar uma conotação que não deveria à presença francesa no Marrocos, que é fundamental para aquele país em termos de cultura, de tradições e outros, mas ela pelo menos suscita a questão do interesse do Brasil em relação a esses países. Por que temos que nos preocupar com eles? Por que eles representam um arco de países que reúnem a dupla condição de africanos e árabes ao mesmo tempo?

Creio que há várias razões para isso. Primeiro, o fato de que estamos, há vários anos, com particular ênfase na atual administração do Presidente Lula, tentando rever os conceitos de grande parte dos nossos relacionamentos com vários países, sobretudo com os países árabes e africanos que já estiveram na pauta da democracia brasileira em termos prioritários, arrefeceram um pouco essa participação e estão voltando a merecer a nossa atenção em termos prioritários.

Só para dar um exemplo em termos de comércio, recebemos, recentemente, no Brasil, a visita do Rei da Noruega. Pois bem, o comércio com o Marrocos é maior do que com a Noruega. Movimentamos algo em torno de US$80 e tantos milhões e temos um superávit de US$80 milhões no comércio com a Noruega.

Começamos a aparecer nas estatísticas de maior fornecedor para o Reino do Marrocos, em décimo lugar, o que é pouco, considerando a variedade de assuntos, de produção brasileira, a diversidade da nossa pauta. Se fizéssemos uma análise dos 100 ou 200 principais produtos de exportação e importação recíprocas entre os dois países, rapidamente poderíamos constatar que existe um potencial enorme.

Permitam-me uma pequena digressão sobre a questão do Saara, que realmente envenenou a capacidade de articulação conjunta desses países do norte da África. A questão do Saara realmente dificultou muito a relação argelina/marroquina, a Líbia estava complicada naquele momento também e a Tunísia, que por si só, não dava peso suficiente. Tanto é que eles mesmos se deram conta disso e criaram algo chamado União do Magreb Árabe, que seria, no momento de sua criação, elemento inicial e fundamental para uma área de livre comércio entre eles.

Rapidamente eles perceberam que, no momento em que as relações políticas são cordiais, afetuosas, necessárias, isso cria a massa crítica necessária também para a intensificação das relações comerciais.

Então, se há algo que pretendo fortemente explorar não só com relação ao Marrocos, mas também com os meus colegas do Magreb árabe é a possibilidade de que, a exemplo do que estamos fazendo com a Índia e a África do Sul, comecemos a pensar seriamente num acordo de preferências fixas comerciais com esses países.

É um acordo contido, compreensível, onde se maximiza a oportunidade de importação e exportação reciprocamente. Com isso, a minha expectativa é de, talvez indiretamente, contribuir também para uma certa diminuição das tensões e a busca para o futuro imediato, ou de longo prazo, de alguma solução mais razoável para a questão do Saara, que, como o senhores sabem, continua um pouco "engarrafada", digamos assim.

O Plano B queria as últimas iniciativas das Nações Unidas com relação a isso, mas não foram aceitas integralmente nem pelo Saara nem pelo Governo de Rabat, nem por Marrocos.

Creio que tenho competência técnica, pois já participei de várias dessas negociações. Essa não é uma negociação complicada, mas relativamente simples, que deixa de lado certos temas que suscitam paixões maiores hoje em dia. Tenho indicações de que haveria uma grande receptividade da parte do Reino do Marrocos possivelmente; que a Argélia dispõe de um potencial enorme; que, em breve, estarei trocando idéias mais precisas com meu colega em

Tunis depois da nossa sabatina sobre como encaminhar isso, sobre quais documentos básicos precisamos e sobre como fazê-los. Em relação ao Marrocos, já os tenho todos.

Procurei, obviamente, preparar-me para a transição, visitando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, na Apex, mais precisamente; estive na Embraer, e estamos, já há alguns anos, negociando a venda de cinco aeronaves para o Marrocos; estive na Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, em São Paulo, que recentemente realizou uma grande viagem exploratória aos países árabes, com cerca de 60 empresários brasileiros, oportunidade em que notei um grande entusiasmo pela idéia.

Portanto, o propósito é abrir a concessão, abrir a oportunidade e acoplar esse exercício à promoção comercial tradicional brasileira, tentando aproveitar ao máximo as oportunidades que os negociadores brasileiros, no caso o Embaixador do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores, possam criar.

Penso que são basicamente esses os objetivos que tenho com relação a minha missão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães.

Temos hoje a oportunidade de argüir dois embaixadores que estarão próximos, no norte da África.

Gostaria de consultar as senhoras e os senhores membros da Comissão de Relações Exteriores. Muitas vezes, quando estamos ouvindo os embaixadores, penso que poderíamos estar olhando o mapa-múndi e nos localizar bem. Por isso, pedi a senhora Lúcia que adquirisse um, e o Senado já o adquiriu. Gostaria de saber se todos consideram adequada essa idéia. Claro que todos os Senadores são exímios conhecedores da geografia, mas nada como sempre olhar o mapa.

Não estive ainda no Marrocos, nem na Tunísia. Se todos considerarem uma boa idéia, pedirei para ser feito o enquadramento necessário, e, a partir da próxima semana, teremos um mapa-múndi aqui ao lado do relógio. Se todos estiverem de acordo, será providenciado e saberemos exatamente para onde enviamos os embaixadores.

Se algum dos embaixadores ou Senadores considerar importante que a reunião seja reservada, pode nos comunicar.

Estão abertas as inscrições para os Senadores que desejem formular quaisquer perguntas a ambos os embaixadores.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não posso fugir de perguntar ao nosso amigo que está indo para a Tunísia, mas que está vindo do Líbano, como está a situação lá. Se melhorou, se está mais tranqüila. As últimas notícias que recebi são as de que houve um bombardeamento no sul. Pensei que a questão já estava mais ou menos solucionada.

O SR. SÉRGIO BARCELLOS TELLES – A resposta ostensiva é complicada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Embaixador Sérgio Telles avalia que para esta questão seria importante uma reunião reservada. Portanto, solicito que estejam presentes os Senadores. O Senador Pedro Simon faz uma pergunta bastante delicada, e, portanto, vamos transformar em reservada a reunião, já informando que, após a argüição, teremos ainda um item em caráter terminativo para ser examinado extrapauta.

Então, será transformada em reunião reservada, inclusive sem a transmissão pela **TV Senado**.

Informamos que as Senadoras Lúcia Vânia e Heloísa Helena procederam à apuração. Compareceram 12 Srs. Senadores, que votaram "sim" tanto para o Embaixador Sérgio Telles como para o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, a quem cumprimentamos. Desejamos a V. Exªs ótimo desempenho em suas respectivas missões.

Prossigamos com a nossa reunião com breves itens.

O primeiro item tem como autor o Senador Pedro Simon e Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes e requer apoio do Senado Federal à candidatura da Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz de 2003. Obviamente, seria Prêmio Nobel da Paz do próximo ano – 2004 -, porque já houve deste ano.

Nesses termos, se todos estiverem de acordo com a proposição do Senador Pedro Simon, que acredito seja tranqüila, poderemos considerá-la aprovada.

As SRAs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Todos nós sabemos do valor da proposição do Senador Pedro Simon.

Extrapauta.

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, decisão terminativa, que acrescenta dispositivo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de vista a estrangeiro portador de documento de viagem emitido não reconhecido pelo Governo brasileiro.

Autor: Senador Moreira Mendes.

Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

O parecer é pela aprovação do projeto, nos termos de substitutivo.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, para proferir o relatório.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, o projeto trata de concessão de visto àquelas pessoas oriundas de países que não têm o reconhecimento do Brasil, mas que mantêm negócios com o País. O exemplo mais marcante é Taiwan, com quem o Brasil tem extensa pauta de negócios. Taiwan é considerada província rebelde da China e há o compromisso nas reuniões de o Brasil e os demais não reconhecerem Taiwan. Isso, porém, não impede que haja relação especial constante e ampla de interesse do Brasil e dos chineses.

Assim, o que se quer é seja dado aos oriundos deste país o visto, desde que estejam em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica, para facilitar a tramitação, reduzir despesas e aproximar mais o Brasil desse povo.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2003, com parecer pela aprovação da matéria na forma do substitutivo.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª está aqui como Senadora do Bloco e não foi excluída da relação. Então, V. Exª continua como Senadora do Bloco.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu não fui excluída, graças a Deus, do coração de V. Exª, mas é evidente que do Bloco, sim. Tanto oficialmente suspensa, como impedida de ter acesso à rede e, portanto, às orientações de voto. Claro que alguns consultores de lá democraticamente me forneceram, mas fui impedida oficialmente. Mas isso é outra história e sei que V. Exª nada tem a ver, para que eu esteja aqui resmungando, mas eu faço questão de dizer: tudo bem, para mim, voto "sim", Sr. Presidente.

(Prossegue a votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Portanto, foram 10 votos a favor, está aprovado.

A matéria vai a turno suplementar na próxima reunião de acordo com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Informo aos Srs. Senadores que o Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Comissão, está hoje, inclusive, me representando na reunião na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a convite do Ministro-Chefe daquela instituição. Como esta reunião até terminou em tempo razoável, talvez eu possa ali comparecer ainda, se possível.

Agradeço a presença de todos, lembrando que na próxima quinta-feira às dez horas teremos nesta Comissão o debate sobre a Alca, tendo sido convidados o Embaixador Adhemar Bahadian, que é um dos chefes de negociação relativamente à Alca, questão do Mercosul, o professor Paulo Nogueira Batista Júnior, o Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), aliás, conforme o Senador Rodolpho Tourinho havia indicado, o Sr. Antônio Ernesto de Salvo indicou o vice-Presidente, que tem sido especialista e participante das negociações, ele comparecerá, já confirmou – o professor Paulo Nogueira Batista Júnior, e o professor Fernando Rezende, que tem um compromisso também, mas, se puder, estará aqui. Então, são quatro os convidados. Portanto, próxima quinta-feira é um debate sobre a Alca, o Mercosul, na seqüência dos debates que programamos um a cada mês nos próximos meses.

Então, esgotada a matéria, muito obrigado a todos, damos por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h)

Ata da Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Nona Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura, realizada conjuntamente no dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comis-

são de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy E Rodolpho Tourinho, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul com a presença dos Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Jefferson Péres, Flávio Arns, Pedro Simon, João Capiberibe, Hélio Costa, Sibá Machado, Rodolpho Tourinho, Luiz Otávio, Tião Viana, Edison Lobão, Heloísa Helena, Marcelo Crivella, Antônio Carlos Magalhães, Fernando Bezerra, João Ribeiro, João Alberto Souza, Aelton Freitas, Leonel Pavan E Ideli Salvati. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Inverte-se a pauta. Item dois – Turno Suplementar do Projeto de Lei do Senado N° 03, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que "acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei n° 6815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro". A deliberação do projeto é adiada pedido do relator, Senador Gilberto Mestrinho. Item um – a presente reunião destina-se a Audiência Pública com presença do Embaixador Adhemar Bahadian, Co-Presidente do Processo Negociador da ALCA e dos Senhores Gilman Viana Rodrigues – Vice-presidente para Assuntos Internacionais da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Fernando Rezende – Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Professor Paulo Nogueira Batista Júnior, professor e economista da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, com o intuito de apresentar aos Senhores. Senadores maiores informações com relação às negociações que estão se desenvolvendo visando a possível constituição da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em atendimento aos Requerimentos nºs 27/03 – CRE e 34/03 – CRE de autoria dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e João Capiberibe, respectivamente. O Senhor Presidente anuncia a ausência dos Senhores Fernando Rezende e Paulo Nogueira Batista Júnior por motivos particulares. Faz uso da palavra o Senador Jefferson Péres. Passa-se a palavra ao Senhor Embaixador Adhemar Bahadian que faz sua exposição. O Senhor Presidente registra a presença do Ministro da Ciência e Tecnologia, Senhor Gilberto Amaral. Faz uso da palavra a Senadora Heloísa Helena. Em seguida, o Senhor Gilman Viana Rodrigues faz sua exposição. O Senador Sibá Machado pede a palavra pela ordem. Passa-se à argüição. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: Pedro Simon, Jefferson Péres, João Capiberibe, Rodolpho Tourinho, Hélio Costa, João Alberto Souza E Ideli Salvati. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira De Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, realizada no dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a 9ª reunião Ordinária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos à apreciação das matérias. Informo que, com respeito ao item 2, o Relator, Senador Gilberto Mestrinho, solicita o adiamento da matéria, ou seja, da apreciação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, que acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

Não houve emendas, por enquanto, mas o Senador Gilberto Mestrinho solicita o adiamento da matéria, para melhor exame, atendendo solicitação do Ministério da Justiça.

Hoje, ouviremos o Embaixador Adhemar Bahadian, Chefe das negociações do Governo brasileiro no que diz respeito à Área de Livre Comércio das Américas e também nosso Embaixador na Argentina, e o Sr. Gilman Viana Rodrigues, Vice-Presidente para assuntos internacionais da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil. O Sr. Gilman Rodrigues foi designado pelo Presidente da CNA, Antônio Ernesto de Salvo, para representar a entidade e

expor o ponto de vista da Confederação Nacional da Agricultura relativamente à conveniência, e em que termos, da formação da Alca.

Informo que os professores Fernando Rezende e Paulo Nogueira Batista Júnior tiveram compromissos nesta manhã. O professor Fernando Rezende poderá comparecer no dia 06 de novembro, e o professor Paulo, um pouco mais adiante.

Vamos aguardar a chegada do Senador João Capiberibe, Relator dessa seqüência de atividades sobre a Alca, para, então, escolhermos os nomes que estarão presentes nas reuniões em que comparecerão esses professores.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, pela ordem. O professor Fernando Rezende é ou não francamente favorável à Alca?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O professor Fernando Rezende fez um estudo sobre o sistema tributário dos países do Mercosul. Dada a relevância desse estudo, foi sugerido que ele fizesse aqui uma exposição sobre o assunto. Também são muito relevantes os aspectos de integração dos países do Mercosul e a Alca. Não conheço todo o seu ponto de vista...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Mas conheço o ponto de vista do Embaixador Paulo Nogueira Batista. S. Exª é radicalmente contrário à Alca. É um direito dele, mas acho que sempre deve haver o contraponto, o equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O propósito hoje é justamente...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Pelo professor Paulo Nogueira Batista, o Brasil não devia nem negociar a Alca. S. Sª é contra, assim como o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. É um direito deles, mas que sempre se faça o equilíbrio, que venha alguém que seja favorável à Alca. Do contrário, desequilibra e isso não é correto. Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Jefferson Péres, hoje teríamos quatro opiniões, e o propósito do Senador João Capiberibe era esse.

Houve um impedimento a que o Sr. Paulo estivesse presente hoje. S. Sª propõe vir mais adiante, em novembro. Eu estava esperando o Senador João Capiberibe, mas há uma lista de mais de 20 nomes que aprovamos, e desejo ouvir V. Exªs sobre quais sugeriremos.

No dia 6, o Professor Fernando Rezende poderá vir. Se o Senador João Capiberibe quiser sugerir, ao longo de nossa reunião ou ao final, os nomes dos que poderão vir com o Professor Fernando Rezende e, depois, mais adiante, no final de novembro, no dia em que vier o Professor Paulo, levando-se em consideração a sugestão do Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Minha sugestão é no sentido de mesclar, Sr. Presidente, os que sejam favoráveis e contrários, porque senão será uma exposição monocórdia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Este será o propósito, Senador Jefferson Peres, o de sempre ouvirmos as diversas opiniões.

Pediria a V. Exªs, portanto, que considerem essa possibilidade, e, ao final da nossa reunião, poderemos ver os nomes.

Agora, ouviremos o Embaixador Adhemar Bahadian, a quem agradecemos a vinda. Pedimos que nos esclareça seu ponto de vista e, ao mesmo tempo, diga como se estão desenvolvendo as negociações relativas à Alca, até mesmo a partir dos diálogos havidos no início desta semana. De segunda-feira a quarta-feira, houve, no Congresso Nacional, um importante simpósio, realizado na Câmara dos Deputados, do qual o Embaixador Adhemar Bahadian teve a oportunidade de participar. S. Exª dialogou diretamente com representantes de outros países das Américas, inclusive o Embaixador Peter Allgeier, o negociador pelos Estados Unidos, em contrapartida a ele próprio. Houve uma série de diálogos e debates informais, que certamente enriquecerão o seu ponto de vista.

Tem a palavra o Embaixador Adhemar Bahadian.

O SR. ADHEMAR BAHADIAN – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Em primeiro lugar, agradeço à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional esta oportunidade de prestar alguns esclarecimentos que considero absolutamente necessários não só a esta Casa, mas também ao povo, à sociedade brasileira.

Tenho a honra de ter sido designado pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil como co-Presidente da Alca, o que faz de mim não necessariamente o negociador brasileiro, mas o responsável pela condução dessas negociações juntamente com os Estados Unidos da América.

Por decisão política de alto nível tomada em 1995, se não me equivoco, definiu-se que a parte final da negociação da Alca teria dois Presidentes, na realidade, dois co-Presidentes: o Brasil, de um lado, e os Estados Unidos, de outro. De maneira que estamos nessa fase. É uma atividade que exige muita negociação, embora seja da Presidência. Queria ressaltar que a co-Presidência tem uma dimensão negociadora nesse processo.

Eu queria também dizer, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, que hoje estou aqui não como co-Presidente, nem como diplomata, mas como brasileiro, como cidadão brasileiro que quer, de maneira tão clara quanto possível, mencionar para a sociedade brasileira o que está em jogo para o futuro do País, para a economia do País, não somente a curto prazo, mas, inclusive, a muito longo prazo. Nós estamos fazendo negociações que terão repercussões, pelo menos, para os próximos 50 anos. De maneira que quero deixar bem claro que hoje não estou aqui com o chapéu da imparcialidade, o chapéu da co-presidência. Estou aqui como brasileiro. E, como brasileiro, falarei, hoje, aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª permite-me apenas, Embaixador Adhemar Bahadian uma intervenção, pois, como estamos em reunião conjunta da Comissão Mista do Congresso Nacional e do Mercosul, o Senador Pedro Simon, que é Vice-Presidente da Comissão e está aqui representando o Presidente, Deputado Dr. Rosinha, gostaria de convidá-lo para compor a Mesa, co-presidindo a reunião.

V. Exª pode prosseguir, Embaixador.

O SR. ADHEMAR BAHADIAN – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como foi anunciado aqui, eu tive o prazer de participar do seminário, realizado nas últimas 48 horas, no Congresso Nacional, mais especificamente na sede da Câmara dos Deputados, sobre as negociações da Alca. Naquela ocasião, Sr. Presidente, fiz um largo histórico sobre a evolução das negociações da Alca e coloquei à disposição do público e dos assistentes de Deputados de outros países, inclusive, das Américas que ali estavam, um texto que historiava a minha própria intervenção. Creio, Sr. Presidente, que eu não deveria, para poupar o tempo dos Srs. Senadores, repetir esse exaustivo histórico das negociações e me permitiria dizer que colocarei à disposição da Mesa e dos Srs. Senadores que assim o desejarem, esse texto, como também à disposição da imprensa que estiver nele interessado.

Eu apenas me concentrarei naqueles aspectos que me parecem fundamentais, para que se possa compreender o que realmente hoje está em jogo e o que realmente hoje é o mais importante nessa negociação dentro da Alca.

Recordarei, simplesmente, como eu disse na Câmara, que desde 1994 e ao longo do processo negociador então deflagrado, a evolução da política comercial dos Estados Unidos vem demonstrando haver, naquele país, uma evidente dificuldade para negociar determinados temas da agenda da Alca. Isso se reflete nos reiterados discursos americanos sobre a existência de temas sistêmicos que somente poderiam ser tratados na OMC, não em âmbito hesmiférico, como o apoio doméstico à agricultura e a aplicação de medidas **antidumping**.

Na última reunião do comitê de negociações comerciais da Alca, em Trinidad e Tobago, a delegação americana reconheceu, de modo explícito e inequívoco, a impossibilidade de seu País negociar qualquer desses dois temas na Alça, sob o argumento de que se trata de temas globais.

Ora, o que isso demonstra é que mesmo o país com a maior economia do hemisfério, e responsável por tomar a iniciativa de propor a criação de uma área de livre comércio das Américas, também tem profundas sensibilidades nacionais e quer vê-las integralmente consideradas na negociação do pacote final da Alca. O pecado aqui é o não reconhecimento, em contrapartida, de que essas dificuldades implicam um redesenho das negociações como um todo.

Ao excluírem esses dois temas da Mesa, os Estados Unidos quebraram o precário balanço de perdas e ganhos que poderíamos ter nessas negociações com os outros países e tornaram inevitável o rearranjo do processo negociador.

Muito bem, Sr. Presidente, essa é a essência do que procurei chamar a atenção, na Câmara, e que levou ao debate, hoje, exaustivamente colocado à imprensa, entre o co-Presidente americano, meu colega Embaixador Peter Allgeier, e eu próprio.

Sr. Presidente, temos que ver com muita clareza – e é isso que queria hoje explicar a esta Comissão, porque o Brasil está propondo que se retirem da Alca temas como: compras governamentais, propriedades industriais, serviços e investimentos. Estou lendo o texto distribuído pelo Embaixador Peter Allgeier, na sede da Câmara, e vou me permitir ler um parágrafo desse pronunciamento.

Estou citando: "Da perspectiva norte-americana a Alca deve pretender chegar o mais próximo possível do nível de ambição e benefícios mútuos que o Chile e Cingapura atingiram em seus acordos comerciais com os Estados Unidos."

Então, isso também é muito importante, porque, pela 1ª vez, de maneira muito clara – e acho que aqui, no caso, até, muito bem-vinda –, os Estados Unidos estão definindo, de público, o que eles entendem por essa linguagem meio críptica de nível de ambição na Alca. Então, agora, está claro, o nível de ambição desejado pelos Estados Unidos, na Alca, é que todos os países do hemisfério, veja-se, portanto, Brasil, pos-

sam se perfilar, possam se associar às mesmas obrigações, às mesmas responsabilidades, às mesmas concessões que foram feitas pelo Chile.

Sr. Presidente, queria aqui fazer uma ressalva, estou citando o Chile, porque o Embaixador Peter Allgeier o citou. Estou trazendo à colação o que foi feito pelo Chile, porque o próprio Embaixador americano citou de público. De maneira que não há outra alternativa senão me referir a esse acordo, para que possamos entender o que está em jogo.

Quero dizer, por outro lado, que respeito que qualquer país faça o acordo que bem entender, é soberano e conhece os seus direitos e as suas obrigações. O que apenas discuto e o que quero transmitir é que, na visão do Ministro Celso Amorim, não é absolutamente transferível o que pode ser aceito para um país como o Chile, para um país como o Brasil. E é isso que procurarei, tão claramente quanto possível e através de exemplos tão objetivos quanto o possível, explicar aos Srs. Senadores.

Sr. Presidente, o Acordo Chile/Estados Unidos não trata dos dois temas que os Estados Unidos dizem não poderem negociar no hemisfério: subsídios à agricultura e regras novas de **antidumping**. Esse é o primeiro ponto. Já o acordo bilateral exclui isso que para nós é do maior interesse.

Em contrapartida, Sr. Presidente, em todas as áreas de interesse americano, áreas não necessariamente comerciais como propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais, foram introduzidas obrigações que, se estendidas a países como o Brasil, limitariam fortemente nossa capacidade de elaborar e implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do País. Apresento alguns exemplos do Acordo Estados Unidos/Chile, com base na fonte insuspeita: o próprio Governo americano.

Tenho aqui, Sr. Presidente, se for necessário, o documento que foi apresentado pelo próprio Governo americano ao Congresso americano, para defender e passar pelo Congresso o Acordo Chile/Estados Unidos. E é nele que me vou basear, Sr. Presidente.

Então, dizia eu, são políticas que limitam fortemente a nossa capacidade de fazer políticas para o desenvolvimento do país e que essas são baseadas na própria explicação do Governo americano.

Vou começar com compras governamentais.

Como V. Exªs sabem, compras governamentais podem variar desde a compra de uma plataforma petrolífera da Petrobras até a merenda escolar ou a carteiras para escolas do interior do país.

Os governos federal, estaduais e municipais chilenos, depois de assinar esse acordo, não podem favorecer empresas chilenas em suas licitações. Têm de tratá-las da mesma maneira que tratarão as empresas americanas, seja para compra de uma plataforma de petróleo, seja para...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sr. Embaixador, peço desculpas por interrompê-lo, mas eu queria fazer o registro da presença do Ministro de Ciência e Tecnologia, Sr. Roberto Amaral.

Seja bem-vindo, Sr. Ministro.

Podemos prosseguir, Sr. Embaixador.

O SR. ADHEMAR BAHADIAN – Pois não. Então, dizia eu que, com a assinatura do acordo Chile/Estados Unidos, as empresas chilenas passaram a ter um tratamento idêntico às empresas americanas dentro do Chile. Com isso, obviamente, todas as licitações chilenas estão abertas à participação de empresas americanas. Isso em compras governamentais.

Para que V. Exªs tenham uma idéia, isso envolve não só as licitações do Governo federal como também das empresas estatais, dos 13 governos estaduais do Chile e dos 350 municípios, quer dizer, é uma obrigação vertical que atinge desde o Governo central até o nível municipal.

Em propriedade intelectual, Sr. Presidente, o acordo chileno/estadunidense faz com que as obrigações que todos assumimos, inclusive o Brasil, chamadas Obrigações de TRIPs, da Organização Mundial do Comércio, sejam estendidas, quer dizer, passem a ir muito mais longe do que o que existe hoje no marco internacional. E essas são obrigações que jamais foram negociadas em nenhuma área internacional e atingem marcas, patentes, direitos autorais. Há, por exemplo, possibilidade de extensão de prazos das patentes, extrema limitação da capacidade do Governo chileno de impor o licenciamento compulsório e a introdução de penalidades em casos de implementação insuficiente de leis.

Eu queria, neste momento, fazer um breve parêntese, porque a minha vida diplomática foi toda concentrada na chamada Diplomacia Parlamentar – e por isso sinto-me muito à vontade hoje aqui –, e comecei tratando desse tema Propriedade Industrial, em Genebra, na época, nos chamados Órgãos BIRP, que se transformaram depois na Organização da Propriedade Intelectual.

Naquela época, Sr. Presidente – e creio que este esclarecimento seja importante –, o que regulava a propriedade intelectual no mundo era a chamada Convenção de Paris, que era uma convenção sábia,

porque permitia que os países aderissem a diferentes protocolos. O Brasil, por exemplo – e aqui faço um parêntese –, é muito acusado de ser um País pirata, mas é preciso se recordar que o Brasil é um País pioneiro da proteção da propriedade industrial. A primeira pessoa que se preocupou em fazer com que houvesse no País uma legislação de proteção à propriedade industrial foi nada mais nada menos que D. Pedro II. É daí que deriva o nosso respeito à propriedade industrial.

Mas dizia eu, portanto, que, à época em que o Brasil aderiu à Convenção de Paris, fomos aderindo a diferentes protocolos até o ano de 1925. A partir daí, o Brasil não mais aderiu às diferentes renovações. E ficamos assim, Sr. Presidente, até o aparecimento do Acordo TRIPs, da Organização Mundial do Comércio.

Para lhe dar um exemplo do impacto disso para a política nacional, devemos lembrar que na Convenção de Paris havia uma clara determinação de que todos os países signatários poderiam não patentear medicamentos, alimentos e processos referentes a esses dois grandes produtos. Por essa razão, o Brasil poderia, tranqüilamente, por razões de saúde pública, não aceitar patentear determinados processos medicamentosos etc.

Quando chegou o Acordo TRIPs, a negociação do tema propriedade industrial na OMC, não só passamos a engessar muito a capacidade brasileira de legislar sobre esses assuntos, como perdemos inteiramente essa possibilidade, ficamos obrigados a patentear medicamentos. O mais grave é que ficamos vinculados a todo tipo de retaliação comercial, caso tomássemos decisões consideradas negativas em relação às nossas obrigações com o Acordo TRIPs.

Por isso, Sr. Presidente, há um ano, foi necessária uma grande batalha na OMC para que o Brasil conseguisse ter uma espécie de suspensão de obrigações no que toca a nossa política de medicamentos genéricos e ao atendimento aos aidéticos no Brasil. Sem essa suspensão não seria possível, dado o elevado custo do medicamento importado e das patentes como elas hoje existem neste tema.

Com o Acordo do Chile, Sr. Presidente, esse tema não só se aprofundou, mas foi mais longe. Atualmente, não só existe a reiteração da obrigatoriedade da patentiabilidade de produtos medicamentosos ou de medicamentos em geral, mas se concede um prazo adicional às empresas e aos laboratórios internacionais, para que o período de **marketing** de instalação de uma empresa – a expressão é exatamente essa – seja depois absorvido no prazo de validade de uma patente.

Na realidade – não só com o Acordo do Chile, mas desde o Acordo TRIPs – quebrou-se um dos elementos centrais do problema da patentiabilidade e da propriedade industrial. A patente, Sr. Presidente, é um direito de monopólio concedido pela sociedade a um inventor, mas traz uma contrapartida: que esse monopólio reverta-se em benefício da sociedade e possa ser explorado.

Ora, nos últimos anos, algo ocorreu nos "acordos de última geração", como são chamados hoje, na linguagem críptica das negociações internacionais. Não sei por que denominam assim, pois as gerações que o fazem são as últimas que sobreviverão. De toda maneira, os acordos chamados de última geração prevêem hoje essa possibilidade de conceder um monopólio sem contrapartida alguma.

O Brasil tinha uma política muito mais vinculada ao desenvolvimento econômico quando exigia que a exploração industrial da patente concedida fosse feita no País. Hoje essa obrigação não existe mais, Sr. Presidente. Hoje temos que dar o direito da patente, e o seu detentor não só pode impedir a exploração industrial no País, como pode impedir que se importe o produto dele de uma área qualquer. Há hoje um monopólio absoluto com o Acordo TRIPs, estendido no acordo bilateral com o Chile, que torna, portanto, draconianas as regras vigentes para o Governo chileno nessa área, Sr. Presidente.

O tema investimentos é outro capítulo que o Brasil, por intermédio do Ministro Celso Amorim, por determinação do Presidente Lula, vem propondo que seja retirado das negociações na Alca. Por quê? Vejamos o que temos no Acordo do Chile, que foi – recordo – colocado pelo Embaixador Allgeier como o parâmetro que se deveria atingir na Alca.

Em primeiro lugar, todas as formas de investimentos estão cobertas pelo acordo, não só os investimentos diretos, mas também as dívidas, os capitais de portifólio, as concessões e os contratos em geral.

Os investidores americanos – e isso é muito importante, Sr. Presidente – podem recorrer a mecanismo de solução arbitral em caso de litígio com o Governo, ou uma empresa chilena, ou seja, acabou, no acordo bilateral Chile/Estados Unidos, a justiça comercial chilena. Não há mais, por exemplo, num conflito entre uma empresa americana sediada no Chile e o Estado chileno, ou com uma empresa chilena no Chile, a obrigação de recorrer aos tribunais. E isso não é uma opção; isso é uma obrigação que o Estado aceitou. Então, com isso, se acabou a legislação e o direito comercial chileno autonomamente.

Isso se quer transpor para o Brasil. Então, pergunto-lhe, Sr. Presidente, com toda honestidade: isso é anti-americanismo? Isso é ideológico? Ou isso é defesa do interesse nacional?

Então, temos que ver claramente o que está em jogo para a sociedade brasileira se aceitasse um tipo de resultado de negociação como essa.

Temos uma legislação transparente no comércio internacional, temos uma lei de investimento de capital estrangeiro conhecida; as empresas que estão sediadas no Brasil conhecem muito bem a nossa legislação e, se aceitássemos um acordo como esse, que é lei, porque é um tratado – isso não é uma associação entre amigos, isso é uma lei que se passaria a viger no Brasil –, estaríamos abrindo mão de toda a nossa capacidade de legislar, de disciplinar e manter o espírito e o clima de investimento no Brasil.

É importante que a sociedade brasileira saiba o que está em jogo e o significado do que se está falando quando os americanos falam em nível de ambição na Alca – as palavras corretas seriam nível de cobiça, Sr. Presidente, e não nível de ambição.

Com relação a serviços, que é outro tema, o Brasil não pede, não está propondo que se retirem da pauta as negociações de serviços. Estamos, pura e simplesmente, dizendo que não podemos aceitar, dentro do hemisfério, regras sobre serviços que sejam diferentes das regras que hoje existem na Organização Mundial do Comércio, porque toda a filosofia que existe no processo da Alca é fazer com que não só se negociem na Alca produtos, que é uma negociação clássica comercial, mas que também se negociem regras e que vão mais longe do que foi negociado internacionalmente.

Em serviço, por exemplo, o que aconteceu com o acordo Chile/Estados Unidos? As negociações basearam-se em enfoque de listas negativas – isso é muito importante –, ou seja, o Governo chileno identificou algumas poucas atividades que excluiu da oferta aos norte-americanos. Em todas as demais, as empresas americanas poderão vender serviços livremente no mercado chileno. Foram feitas diversas concessões específicas, nas mais diversas áreas, incluindo o sistema financeiro, telecomunicações, correio expresso, programação de computadores, serviços audiovisuais, construção civil, publicidade, distribuição e até mesmo educação de adultos, Sr. Presidente. Está no acordo; isso é letra do acordo. E mais: há, no acordo, a aplicação de multas financeiras e de retaliações comerciais pelo não cumprimento dessas normas previstas no próprio acordo, que é também um aspecto que temos que ter presente.

No acordo, uma vez feito – e a Alca também seria assim – se houvesse, por exemplo, infringimento de uma área qualquer como a área de serviço, haveria a possibilidade de retaliação não só naquela área como em outra, a agrícola por exemplo. Está aqui nosso correspondente da Confederação Nacional da Indústria. Se houvesse um infringimento do Brasil numa área de serviço, a retaliação poderia ser em um produto de exportação agrícola para os Estados Unidos. Isso faz parte do acordo.

Portanto, Sr. Presidente, a resistência brasileira em negociar regras hemisféricas dessas áreas não é mero expediente de reação à atitude norte-americana. Temos, efetivamente, o interesse primordial em evitar que o disciplinamento hemisférico nessas áreas cerceie nossa capacidade de formular e implementar políticas públicas de nosso mais alto interesse.

A rodada uruguaia, Sr. Presidente, deixou-nos a lição, aprendida na dura realidade da implementação de seus acordos, de que não podemos aceitar compromissos em áreas fundamentais, como foi o caso que acabei de citar, da política de patenteamento e saúde pública, afetados pelo acordo de Trips e da política de incentivos e contrapartidas à instalação de empresas estrangeiras no País, afetadas também pelo acordo de Trims.

O desejo de regular e criar regras hemisféricas em áreas como serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais aponta para essa mesma direção perigosa, e é por isso que devemos evitar compromissos que nos sairão caros no futuro.

Sr. Presidente, o Congresso brasileiro já deu mostras, de modo sereno e soberano, que não pode e não quer aprovar acordos de investimentos que venham a ferir princípios constitucionais básicos e interesses fundamentais do País, o que não tem impedido absolutamente que os investidores estrangeiros apostem no Brasil e gozem de seus direitos. O Congresso, Sr. Presidente, como V. Exª sabe, rejeitou cerca de 16 acordos propostos pelo Executivo, com muita alegria de minha parte, porque havia uma clara liberalidade excessiva.

Não poderia terminar, Sr. Presidente, sem recordar que, como disse abundantemente, que, entre os temas mais graves em jogo na negociação da Alca, está a questão das compras governamentais. Como disse, Sr. Presidente, se aceitarmos que compras governamentais possam ser compartilhadas por empresas americanas no Brasil, nós estaremos correndo o risco de termos até a merenda escolar sendo objeto de licitação hemisférica e eventualmente podendo ser ganha por empresas americanas. Temos

que ter muita clareza com isso, porque está claramente imposto no acordo com o Chile. Envolve o Estado central, a federação, como a parte estadual e os Municípios.

Gostaria de terminar, Sr. Presidente, citando o professor Bhagwatti, que é um indiano residente nos Estados Unidos, conhecido de todos, se não me engano Prêmio Nobel de Economia e professor da Universidade de Columbia, que não poderia ser mais insuspeito, que diz o seguinte: temas como propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais não são temas da agenda comercial e só foram introduzidos nas negociações comerciais por interesse e pressão dos países ricos.

Irônico – aí quem diz sou eu – é que ao mesmo tempo temas como comércio agrícola e **antidumping**, assuntos comerciais por excelência, têm sido tratados de modo absolutamente marginal, justamente por pressão e interesse desses mesmos países ricos, o que mostra um desequilíbrio brutalmente desfavorável para países como o nosso e que os Estados Unidos querem trazer agora para o seio das negociações hemisféricas.

Sr. Presidente, estaria absolutamente à disposição de V. Exªs para as perguntas, mas não poderia terminar sem uma vez mais ressaltar os seguintes pontos que penso devem ser essenciais para nossa discussão.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao abrir o seminário sobre a Alca, há cerca 48 horas, claramente determinou que devíamos negociar de cabeça erguida; não somos negociadores para negociar de cabeça baixa. Nessa mesma ocasião ou em ocasiões diversas, o Ministro Celso Amorim tem determinado claramente que o Brasil tem interesse em uma Alca com acordo justo, equilibrado, sem detrimento dos nossos interesses, de nossas políticas legítimas.

É lamentável o que está ocorrendo no nosso País, pois estamos confundindo a defesa dos interesses nacionais com eventuais manifestações dessa ou daquela ideologia ou eventuais manifestações de simpatia ou antipatia por esse ou aquele país.

Espero que esse seminário, essa reunião que se está realizando agora possa colocar o debate nos seus devidos e necessários termos, para que a sociedade brasileira possa definir o seu destino e para que os representantes desta Casa possam definir o que é ou não aceitável nas negociações internacionais.

Com muita serenidade, Sr. Presidente, lembro que, quando eu era jovem, apareceu no Brasil, nos anos 50, um geólogo americano de nome Link – hoje parece portal de Internet – por aqui passou e deixou um diagnóstico de que no Brasil não havia petróleo, de que o Brasil jamais teria uma só gota de petróleo. Com isso, imaginava-se, naquela época, minar e evitar que se criasse no Brasil a Petrobras. A Petrobras hoje existe e é uma empresa que tem de todos nós o maior respeito e a maior presença no cenário internacional.

Lembro que, naquela época, a campanha nas ruas era dizer que o petróleo é nosso. Hoje, como as coisas que estão ocorrendo, com toda serenidade, sem bravata, deveríamos lembrar que o Brasil é nosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Embaixador Adhemar Bahadian, informo que já estão inscritos, além do autor do requerimento e Relator dessa seqüência de debates sobre a Alca, o Senador João Capiberibe, os Senadores Rodolpho Tourinho, Hélio Costa, Jefferson Péres, Pedro Simon e Marcelo Crivella.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT-AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT-AL) – Para atender ao Senador Pedro Simon, com saudável provocação, esse é um tema extremamente importante. Saúdo os membros desta Comissão, o Senador João Capiberibe pela iniciativa, e os convidados. Segundo um muito antigo Salmo de Davi, belíssimo, a pior cegueira era daqueles que, mesmo tendo olhos, não querem ver. Hoje, imaginem, vou ter de ir ao Ministério da Fazenda tentar resolver um problema do setor agrícola, porque, por mais que eu aqui tivesse dito, nas emendas que propus, na medida provisória da repactuação do saldo devedor, parte da base de bajulação e alguns irresponsáveis disseram que estava tudo resolvido, mas, efetivamente, não estava. Então, infelizmente, vou ter que me ausentar para ir até lá, mas, com certeza, estaremos aqui muito bem representados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vou deixar inscrita a Senadora Heloísa Helena, porque pode dar tempo de S. Exª ir e voltar.

Vamos, agora, passar a palavra ao Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Gilman Viana Rodrigues, que, inclusive, se tiver oportunidade de comentar os aspectos, sobretudo para a agricultura, que foram objeto das reflexões do Embaixador Adhemar Bahadian, teremos enriquecido o nosso debate, que está sendo promissor.

V. Sª tem a palavra.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Muito obrigado, Senador Suplicy, um agradecimento pessoal pelo convite que nos foi deferido.

Cumprimento os Srs. Senadores, os demais presentes e o Embaixador Bahadian.

Primeiro, a respeito do próprio convite, onde está escrito "comentar as vantagens e desvantagens do Mercosul, Alca, etc.", tiro a palavra "desvantagem". Só há vantagem. O sucesso está em como negociar. Eu começaria por aí.

Em relação a alguns temas que o Senador abordou, há um pano de fundo na dificuldade, no discurso do representante americano, que chama ano eleitoral com um candidato chamado George Bush. Há de tudo de palanque, no sentido de defender uma imagem de apoio, de adesão, de nacionalismo americano neste momento.

Agrega-se ainda a isso o 11 de Setembro de 2001, em que o governo americano, para manter apoio às ações que ele está desempenhando – o Embaixador deve saber disso; na minha área, sei até muita coisa –, tem desenvolvido uma política de proteção americana para receber o apoio dos americanos. É um negócio incrível a parte dos subsídios de apoio, de política de apoio à agricultura por parte do governo americano, conseqüência obviamente do **lobby** que existe implantado na regra do próprio sistema político americano. O governo americano gosta e percebeu que é interessante proteger o americano e falar disso para receber o seu apoio neste momento em que quer apoio pessoal.

Esse é um pano de fundo preocupante com o calendário da negociação. Creio que a Alca, tendo data para terminar, 2004, e a eleição americana, que também termina em 2004, se confundem nessa hora.

Em relação aos acordos do Chile, de Singapura e de outros países, Embaixador Bahadian, somente foi possível fazê-los porque os países parceiros dos Estados Unidos não são grandes exportadores agrícolas. Para o país que tem necessidade de rever a oportunidade para o parceiro agrícola, os acordos não prosperam, o que tem sido uma tônica.

No caso do México, que não é um grande produtor agrícola, mas tem agricultura, não houve procedimento adequado no pouco produto agrícola que tinha. Hoje, o milho e o algodão do México estão sendo desalojados, porque o milho e o algodão subsidiados dos Estados Unidos estão ocupando o lugar do milho e do algodão existentes no México.

Certamente, os acordos bilaterais que já se instalaram até hoje entre os Estados Unidos e outro país tiveram a facilidade de serem viabilizados em função de a agricultura competente e a agricultura competitiva não estarem incorporadas.

Sobre os subsídios agrícolas terem a sua agricultura em relação à prática do apoio interno à produção, é bom dizer que há um outro texto que menciona o subsídio, que é muito mais mensurado, que são os subsídios à exportação e outros. Estamos falando mais dos subsídios à produção, que são as medidas de apoio interno.

Creio que vale a pena explicar o que é isso.

Os produtores, podemos falar, americanos e europeus não têm um custo de produção que permita colocar os produtos no mercado internacional em preço competitivos. E não têm tampouco capacidade de colocar no mercado interno produtos com um preço que interesse ao consumidor.

O governo apóia, subsidia esse produtor dando-lhe dinheiro, para complementar o preço de sua renda com um produto que foi ineficientemente produzido. É errado falarmos que a agricultura americana é competitiva e é errado falar que a agricultura européia é produtiva. O tesouro americano é competitivo e o tesouro da União Européia é competitivo – o mais correto é isso.

Hoje, o agricultor americano tem uma renda de cerca de 42%. O que ele recebe de líquido dessa produção vem do Tesouro. No caso do europeu, 46% vem do Tesouro. Então, são praticamente funcionários públicos rurais sem carteira assinada e que têm a receita concreta. E há uma distorção muito perversa: o subsídio é o discurso do subsídio para aprovar a legislação necessita preservar o produtor do campo. Precisa preservar a atividade rural. Na Europa há até um cenário muito agradável: aquele homem é guardião da terra, é preservador da paisagem. É ele que mantém a terra fértil porque a cultiva. Então, ele precisa ser beneficiado com recursos.

Nesta hora, como o subsídio, o apoio é dado por produção, um agricultor que produz 10 mil toneladas, obviamente, mensura quanto recebe e, ao dormir de uma noite para o dia seguinte, pensa que se produzir o dobro irá receber o dobro do subsídio e, obviamente, desenvolver um processo cultural de aumento das produções concentradas nas mãos dos competentes.

E para onde foi isso? Se eu quero plantar mais na Europa, por exemplo, onde os limites territoriais já são substratos, é preciso comprar ou arrendar a propriedade dos outros. E vai arrendar e comprar de quem? Do grande igual a ele? Esse está na mesma

briga, procurando também horizontes maiores. Vai comprar ou arrendar dos menores.

Acontecendo isso, se formos hoje visitar a fazenda francesa e a fazenda alemã, encontraremos lá um casal de adultos – até um casal de velhos – sem jovens morando na fazenda, porque os jovens todos saíram da propriedade. Então, a política de incentivo desses dois países não cumpre o fundamento para a qual foi criada, que é manter o produtor no campo. Mantém as grandes propriedades no campo. E essas grandes propriedades articulam o **lobby** político, o **lobby** parlamentar, que é regra aceita sem crítica no procedimento eleitoral, e mantém os representantes defensores do processo político no campo.

Então, nessa direção há uma clara defesa de interesses corporativistas interferindo na política externa. E isso implica que, na hora em que vamos tratar do justo, o justo tem uma aparência suportada e definida pela conveniência.

Queria comentar ainda sobre o que o Embaixador Bahadian falou sobre o modelo do Chile – voltarei a esse assunto mais tarde – sobre o que negociar. Entendo que o acordo que o Chile fez com os Estados Unidos nenhum país que procura soberania pode fazer.

Gostaríamos, Embaixador, que fôssemos capazes de gerarmos uma proposta alternativa para investimentos que não agredisse o Brasil. Vamos tratar disso na seqüência da agricultura em si. O Brasil não pode mais esperar buscar o orçamento para seus investimentos. Onde buscar investimentos para infra-estrutura, para saúde, para a educação? E não estou falando nesses recursos para o acordo regional.

Mas, se tivermos capacidade de criar um marco regulatório onde o investimento em infra-estrutura e serviços no Brasil possa ser atraído para viabilizar a existência da infra-estrutura no País sem agressão a esses princípios que o Chile permitiu – e que não somos obrigados a permitir – sem dúvida, podemos até perder, mas deveremos ter a disposição de estudar a proposta de uma oferta de investimentos que interesse ao Brasil. Porque todas as propostas de investimentos, obrigatoriamente, não serão iguais ao do Chile.

Gostaria de pedir permissão para pedir socorro às minhas transparências para dar seqüência às minhas colocações.

A próxima, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me apenas informar, Sr. Gilman Viana Rodrigues, que dado o grande interesse de audiência que está havendo, colocamos o telão na sala 13 desta ala. Então, se não houver lugares para todos dentro da sala, poderão assistir à presente conferência no telão da sala 13. Pode prosseguir.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem, tendo em vista essa pequena pausa. O Senador levantou um ponto muito importante: se nós teríamos acesso aos documentos e às apresentações feitas pelos dois convidados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Serão distribuídos. Pediria, inclusive, para distribuir. A Secretaria irá providenciar a cópia imediatamente. Algumas cópias já poderão ser distribuídas e a Secretaria da Mesa distribuirá em seguida.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Sem nenhuma cerimônia e já tem disquete à disposição na mesa também. Já distribuí cópias, mas tem também um disquete e V. Exª pode multiplicar indefinidamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Obrigado.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, peço que a Secretaria da Mesa distribua, por favor.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Um ponto ainda de fundo, em relação ao agronegócio, é que temos uma situação, hoje, em que o agronegócio foi desafiado por regras negociais. Quando se implantou o Plano Real e antes do Plano Real, no Governo de Collor, que abriu o mercado a produtos básicos do mundo e vieram para cá produtos subsidiados, fomos desafiados a sobreviver com essas regras e conseguimos, via eficiência, preservar o setor produtivo do Brasil no agronegócio. Hoje, como o setor do agronegócio é muito competitivo, não tem proteção tarifária concorrencial, é muito importante para o Brasil não desprezar uma oportunidade de abrir mercados para o setor do agronegócio, ampliar mercados externos, porque temos capacidade de aumentar a produção, mas a produção agrícola não prospera no seu crescimento se não houver consumidores. O nosso consumo interno está relativamente estacionado e, certamente, os ganhos de riqueza do agronegócio brasileiro estão muito conectados com a expansão do mercado externo, daí o pleito do setor produtivo agrícola brasileiro de que todos os esforços sejam enfocados e exercitados, no sentido de se buscarem negociações que ampliem o negócio agrícola brasileiro com o mundo.

Estamos falando de um setor de País que tem um PIB de US$1,320 trilhão. O setor primário, formado pela agricultura e pecuária, corresponde a

US$126 bilhões, com 99,5%. Já o agronegócio, a agricultura e o industrializado, vai a US$424 bilhões, quase a metade do PIB, com 32% dos negócios, uma terça parte.

Nas exportações do Brasil em 2002, que foram de US$60 bilhões, as exportações do agronegócio atingiram 41%, ou seja, US$25 bilhões, e o emprego agrícola corresponde a 27% da população economicamente ativa do Brasil. Então, se estimularmos negócios que procurem aumentar a produção agrícola, estamos fazendo uma grande vertente social, que é aumentar o emprego.

Seguinte, por favor. Aqui tem três colunas em cada gráfico. Uma coluna é do ano de 2001, outra de 2002 e outra de 2003. Elas mostram como a pecuária, isoladamente, cresceu de 2001 para 2003. A agricultura cresceu de 72 milhões para 81 milhões, a agropecuária cresceu de 102 para 113, e o agronegócio, como um todo, cresceu de R$391 bilhões, em 2001, para R$424 bilhões, em 2002, conforme o gráfico anterior, mas está estimado que vamos a R$450 bilhões em 2003. Essa distância entre o valor da produção da agropecuária e o valor da produção do agronegócio chama-se interface da agregação de valor de R$135 bilhões para R$450 bilhões, em função da tecnologia que a agroindústria brasileira vem adotando, melhorando a sua eficiência no processamento de produtos agrícolas, transformando em alimentos e em medicamentos.

Aqui um outro dado que vale a pena comentar. Esta curva começa em 1990. Está aqui a linha do balanço comercial. Tivemos um saldo comercial, em 1990, de US$12 bilhões. Em 2002, chegamos com um saldo de US$25 bilhões. Por quê? Porque a agricultura, nos produtos processados no Brasil – aqui está incluída à da agroindústria e à do agronegócio – é a que menos depende de importados para gerar o produto exportável. Sem nenhum denodo para a indústria de aviação, ao exportar um avião de US$150 milhões, foi preciso importar US$90 milhões em componentes. Na agricultura não é assim. Nada contra a Embraer, quero mais dez Embraeres no Brasil. Essa é a peculiaridade da agricultura: gerando empregos e onerando menos a balança comercial.

A seguinte, por favor.

Antes, gostaria de colocar um outro ponto. Somados os anos de 2002 e 2003, as indicações são de crescimento do PIB em 3%. O agronegócio vai crescer 13%. Então, se o resultado do agronegócio é 13% e a média é 3%, há setores do conjunto do PIB que estão negativos. Da mesma maneira, o saldo comercial do Brasil, em 2002, foi 13 bilhões e meio, e o saldo da balança agrícola, de 20 bilhões. Estamos dizendo que algum setor não agrícola provocou um déficit na balança comercial de 6,5 bilhões. Daí a validade de termos negociações que preservem a oportunidade do agronegócio crescer. Porque é o produto, é o segmento que tem resposta imediata para as angústias de balança, no Brasil, no momento. Esse quadro, esse tabuleiro aí, Embaixador, desculpe-me o desenho, quem é jogador de xadrez deve entender bem isso. O jogador de xadrez tem uma exigência de, ao jogar, perceber a reação do seu adversário para analisar o manejo seguinte que ele fará – isso o negociador tem que fazer muito, não é Embaixador? Então, quando temos um bom jogador de xadrez, ele começa a desafiar mais de um adversário ao mesmo tempo. O Mekinho, de São Paulo, uma vez desafiou dez adversários. Ficam os dez jogando do outro lado, em dez tabuleiros, e ele só jogando de um lado. Ele ganhou dos dez. E aí é a exigência da nossa preparação. Já temos três tabuleiros obrigatórios: a Alca, a OMC e o Mercosul com a União Européia. E os jogadores somos nós, para jogarmos simultaneamente com os outros três. Precisamos nos preparar.

A seguinte, por favor.

O Mercosul começou, em 1986, com a Ata de Integração, assinada pelo Presidente José Sarney e o Presidente Alfonsín.

Em 1988, houve o Tratado de Integração entre o Brasil e a Argentina, visando a eliminação de tarifas e a organização de políticas macroeconômicas em dez anos.

Em 1991 foi que efetivamente começou o Mercosul, com o Tratado de Assunção, com os quatro membros, que define mecanismos para as zonas de livre comércio e a União Aduaneira.

A desgravação tarifária intrabloco seria a partir de 31 de dezembro de 1994, que foi o Acordo de Ouro Preto.

Nesse momento, foi previsto o estabelecimento da Tarifa Externa Comum, a TEC, em 1/01/95.

Vou explicar esse ponto, Senador, para não ficar obscuro.

Há graduações dos acordos comerciais. Há um nível de acordo chamado de preferências comerciais. Como o Brasil está concluindo, ou já concluiu, um acordo automotivo com o México, é tratamento de preferência tarifária em um produto, como acordo automotivo, ou a preferência parcial em todos os produtos, mas não integralmente. É acordo de preferência comercial.

O acordo de livre comércio prevê um prazo em que todas as mercadorias, todos os produtos, terão tarifa zero ao final do acordado. E a maneira de chegar até lá, que se chama de gradualização, é negociada – daí o prazo da negociação. Além disso, há a união aduaneira, a forma como o Brasil se insere hoje no Mercosul. A união aduaneira vai além do acordo de livre comércio. Os países que fazem parte de um acordo de união aduaneira obrigam-se a usar a TEC, Tarifa Externa Comum. Todos os países que fazem parte do bloco ao importarem de qualquer outro país externo obrigam-se a aplicar a mesma tarifa de importação. Com isso, quebra-se a competição na importação entre os membros. Então, se o Brasil quer importar computador ou avião, a tarifa de importação sobre qualquer produto tem de ser a mesma que Uruguai, Argentina e Paraguai usarão, o que harmoniza a inserção dos países com relacionamento no mercado externo.

A situação do Mercosul hoje aumentou bem o fluxo de comércio e de capitais dos primeiros anos. E depois, o que ocorreu? Com a paridade cambial na Argentina e a desvalorização do real – isso não foi muito simultâneo, não –, a balança comercial tendeu a ficar favorável ao Brasil, e começaram os atritos. O que isso implicou? O que ocorreu com o Mercosul? Tenho falado com o Embaixador Celso Amorim sobre o assunto. Quando o Mercosul teve sucesso comercial, não nos preocupamos em estruturá-lo, em estabelecer regras. Como todos estavam alegres e vendendo mais, acharam que não precisavam fazer nada, e não se estruturou, não se fez a harmonização macroeconômica, o que faria com que os países praticassem fatores de produção idênticos para convergir num bloco. Não tendo isso, quando a Argentina se viu em dificuldade para cumprir o acordo de união aduaneira, porque precisava importar bens de capital, sobretudo bens de informática, ela furou o acordo e estabeleceu uma tarifa para importar esses bens diferente da acordada com o Mercosul. Depois, o Uruguai furou também em bens de capital. Então, começou-se a furar um acordo porque ele não tinha uma estrutura, e a estrutura não foi criada enquanto havia sucesso.

Houve uns agendamentos. Na própria consulta interna do Mercosul, há a famosa Agenda de Las Leñas, uma agenda aprovada com muito entusiasmo para cumprir as aplicações das regras da harmonização do bloco – e nada foi aplicado. Então, o Mercosul ficou fragilizado a ponto de o Brasil ter de recorrer na OMC contra a Argentina, porque ela queria impor preços mínimos a entrada de frangos na Argentina. Nós brasileiros tivemos de recorrer contra a Argentina, contra o **dumping** de leite – e ganhamos. O Brasil continua impossibilitado de vender açúcar à Argentina. O açúcar não foi, como dizem alguns executivos, 'mercosulizado', pois há exceções.

Há algo curioso com o açúcar. Vendemos açúcar para a Argentina tarifado em 23% – privilégio que a Argentina adquiriu num acordo –, e a Argentina, com o açúcar brasileiro, fabrica balas, caramelos, bombons e nos vende sem tarifa nenhuma. Isso também está permitido. Há ainda outros conflitos na área de aço e de automobilismo, em que sempre se negocia, porque as concessões não têm repercussões externas, mas apenas no bloco.

Com as novas idéias e com os novos Presidentes, Brasil e Argentina tentam mais uma vez reerguer o Mercosul. Fala-se em parlamento comum e até mesmo em moeda única. O que está precisando ser feito? Algo que já, meio redundantemente, deveria ter sido feito. Até hoje não entrou em vigor o código aduaneiro. Não temos código aduaneiro, e somos um mercado comum aprovado em 1994 – são dez anos de aprovação. Também não houve harmonização de padrões fitossanitários. Cada vez que há um problema de negócio que comercialmente desagrada um comprador, ele usa o argumento fitossanitário, porque o nosso código não foi negociado.

Negocia-se em conjunto com a Alca, a OMC e a União Européia. É lamentável relatar a V. Exªs um fato. Tive uma reunião com o comissário Pascal Lamy, em São Paulo, juntamente com empresários. Ele perguntou-me com quem deveria falar no Mercosul; eu respondi: fala com o Brasil e diz que está falando com o Mercosul. A exploração que os nossos contendores fazem com essa desarrumação do Mercosul prejudica o Brasil.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Desculpe-me, mas o Código Aduaneiro foi assinado há 9 anos e ainda não entrou em vigor?

O SR.GILMAN VIANA RODRIGUES – Não entrou em vigor.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Isto é brincadeira.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Por favor, o seguinte.

Aqui, no Ofício, Senador, quando V. Exª coloca qual é a sugestão, qual é a avaliação, na minha impressão – o Embaixador Bahadian deve ser testemunha disto e pode até discordar do que vou falar, mas do fato é capaz de ele não discordar – há um valor enorme do nome Mercosul nas mesas negociadores.

Há uma busca em ver o Mercosul para se falar: "Quero conversar com o Mercosul". É impressionante o quanto significa falar em Mercosul.

O SR. ADHEMAR BAHADIAN – Eu não discordo; apóio.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Não é verdade? Então, por que nós não valorizamos esse conteúdo, essa "cardápio" que interessa ao contendor, que se chama Mercosul?

Precisamos tratar de consolidar o Mercosul. Se não tivermos o Mercosul consolidado, vamos querer sempre novos desenhos de blocos, como agora estão falando do Bloco da América do Sul. Convidam o Chile e o Chile fala que vira parceiro, vira sócio, mas não entra para o bloco. Se o Mercosul fosse um bloco visivelmente competente, visivelmente organizado, não precisava convidar nenhum país para entrar; estaríamos selecionando os pedidos de entrada. Temos 10 anos de Mercosul e ele não tem uma fotografia, uma visibilidade que desperte a intenção dos outros de querer fazer parte. É preciso adular.

Nessa parte, há uma história curiosa que é a que entra no problema de investimento, Embaixador: integrar, fisicamente, o Mercosul.

Na frente, passarei uma transparência sobre esse problema de integração do Mercosul. O Mercosul é um desejo; não vou dizer ficção porque está acordado. Não se tem facilidade de cumprir a integração do Mercosul. É um transtorno a viagem de mercadorias pelos Andes do Brasil para o Chile. Quer dizer, nada foi tratado para tornar o Mercosul uma realidade e isto cria um olhar externo: "Será que eu vou assistir esse filme? Está saindo tanta gente de cabeça baixa do cinema! Eu não vou assistir esse filme, não".

O Mercosul não conseguiu – por falta da sua existência percebível – tornar-se atraente.

A integração física e política do Mercosul, isso é casual. Estou percebendo, agora, que os discursos dos Presidentes Kirchner e Lula têm um sinal de duração, mas outros discursos de início de Governo ocorreram também e não se preservaram. Integrar socialmente o Mercosul é, ainda, um problema, uma separação incrível como o próprio problema de contrato de executivos. Integrar monetariamente seria o coroamento do sucesso das atitudes anteriores. Eu acho difícil demais falar-se, hoje, em parlamento do Mercosul e moeda única no Mercosul, num Mercosul em que não se consegue colocar onde está. A parte comercial, a parte física, a parte macroeconômica harmonizada são fundamentos básicos para se chegar a um Mercosul visível que, certamente, atingiria os seguintes. Aí, sim, serviria de modelo para estimular outras integrações. Há o perigo de exceção de alguns produtos: tem que se tratar do açúcar e tirar a desobediência quando ocorrer dificuldade.

O Mercosul é um encanto. Namora, namora, namora. Quando acha que o outro é mais bonito, sai para o outro lado. Agora, na rodada geral de Cancún, o Presidente Geral do Conselho da OMC é um uruguaio, o Embaixador Peres de Castilho. Ele tinha a missão de fazer o **draft** em que ele iria para Cancún. Por causa disto, ele não fez parte da posição do Brasil junto com o G-20 para não ficar sob suspeição, mas o material que o próprio **draft** preparou absorveu muita coisa que não interessa ao próprio Uruguai. Interessa muito mais à União Européia e aos Estados Unidos.

O seguinte, por favor.

Este aí é um sonho – não vai demorar muito na tela porque é só um sonho. Se começássemos a integrar o Mercosul, o sul do Brasil com o Chile, Uruguai, Argentina. O Chile seria um parceiro natural e para tratar da América Latina, sobre o que o Brasil já começa a conversar, teríamos um colosso de eixos de escoamentos rodoferroviários e fluviais também que faria uma integração física da maior qualidade para viabilizar a vontade política, que precisa ser materializada com resultados comerciais e sociais.

Esse projeto já existe e sua demanda chama-se recurso.

Qual o tamanho da economia desses países?

Estados Unidos: US$10,5 trilhões de PIB, com 228 milhões de habitantes e renda **per capita** de US$36 mil;

Canadá: US$715 bilhões, com a renda de 23 mil;

México: US$617 bilhões, com a renda de 6 mil;

Brasil: US$506 bilhões, com a renda **per capita** de 3 mil;

Argentina: US$ 270 bilhões de PIB, com a renda **per capita** de 7 mil.

Alca: PIB de US$13 trilhões, com 850 milhões de habitantes e renda **per capita** de 15 mil;

Nafta – Canadá, Estados Unidos e México: renda de US$11,7 trilhões e renda **per capita** de 28 mil;

América Latina e Caribe: PIB de US$1,7 trilhões e renda de 3,2 mil;

Mercosul: PIB de US$796 bilhões e renda **per capita** de 3,6 mil.

O dado do PIB da Alca e do PIB dos Estados Unidos é, sem dúvida, um desbalanceamento de Tesouro importante, com o qual devemos ter cuidados – inclusive já mencionados pelo Embaixador – ao negociar. Mas é importante negociar.

A Alca tem uma estrutura institucional, há uma reunião ministerial a cada ano. A próxima será em Miami. Dispõe de um Conselho de Negociações Comerciais, que se reúne anualmente – a última reunião foi em outubro de 2003, e de grupos negociadores. Esses grupos são divididos por atividades como, por exemplo, patentes, investimentos, agricultura, compras governamentais. Cada um deles tem a representação de cada governo, na parte oficial, e também de cada setor privado, como assistente.

Na situação atual, já foram aprovadas as modalidades de desgravação. O que é isso? Elege-se um grupo de produtos que tem a desgravação imediata. Cada país faz suas ofertas, determinando quais produtos quer que sejam desgravados no momento. O Brasil define os seus, que podem estar diferentes de outro país.

Categoria B – desgravar até cinco anos:

Categoria C – desgravar até dez anos:

Categoria D – desgravar por mais de dez anos.

Nesse caso, aproximando-se a data de fechar o acordo, tem que definir se mais de dez anos é 198, 2.400 anos, mais 5 anos, mais 3 anos. Isso é meio uma válvula de escape.

Em fevereiro, foi feita a lista de oferta. Cada país manifesta à sede da organização, no caso a sede da secretaria da Alca, o que propõe liberalizar: bens, serviços, todo o ambiente negociador. No caso do Mercosul, os Estados Unidos pediram a liberação em bens industriais, serviços e propriedade intelectual e não fez proposta sobre agricultura. Fez quatro propostas e a do Mercosul foi a menos ambiciosa, especialmente para a agricultura. Aqui os Estados Unidos cometeram outra arbitrariedade. Ao propor a integração regional de trinta e quatro países, apresentaram quatro propostas diferentes, em valores diferentes, para grupos de países, sendo a pior para o Mercosul.

O Embaixador não usa o termo, mas eu, do setor privado, posso usar: hipocrisia.

O SR.ADHEMAR BAHADIAN – Mas no setor público também.

O SR.GILMAN VIANA RODRIGUES – Então, estamos sócios.

E o Mercosul, obviamente, provocou um acesso em bens agrícolas mas também em bens industriais, pois o mercado da América Latina é um comprador de bens elaborados do Brasil.

Em 1998, tiveram início as negociações, e, em março de 2003, foi feito... Estavam previstos, no calendário, pedidos de melhora. Aquele país que falou "só desgravo 50%". Então, ele tem direito de pedir ao país que melhore a oferta dele. Então, em julho, vieram as listas melhoradas.

O tempo para as conclusões dessas negociações – de reuniões, maturação, debate – está previsto para terminar em 31 de dezembro de 2004 ou 1° de janeiro de 2005.

A seguinte, por favor.

A proposta americana na Alca não inclui medidas de apoio interno, subsídios a exportações para terceiros mercados e **antidumping**. Essa história de subsídios a exportações para terceiros mercados é até uma condição muito curiosa que eu quero exemplificar. Quando tratamos do comércio intra-regional, todos, naturalmente, por uma questão até de ética, aceitam que não vão praticar subsídios à exportação – aquela maneira de exportar por cem um produto que vale, no mercado, 80, e o país vendedor banca os 20 para o empresário poder vendê-lo por cem.

Então, há um acordo que ninguém quer isso. No entanto, os Estados Unidos não querem que se tire também o subsídio do produto que concorre com o produto de outro parceiro do Mercosul, quando esse produto vai para o terceiro mercado.

Essa figuração é o seguinte: o Brasil vai vender frango para o Egito por US$1 mil a tonelada; ao chegar lá, encontra um frango dos Estados Unidos a US$900 a tonelada. Aquilo não custou US$900 para ser produzido; ele foi subsidiado para chegar lá por esse valor.

E, a nossa proposta, do setor empresarial, seria de tirar essa oportunidade: que o parceiro do acordo regional deixasse de ser um concorrente com ajuda oficial em terceiros mercados.

Ele quer ainda a eliminação de barreiras para bens industriais e de consumo, até 2015.

A proposta americana: a eliminação imediata, desde que com reciprocidade, para setores que são competitivos, como química, eletroeletrônicos, equipamentos médicos, tecnologia da informação e mineração. Trata-se aqui de discutir o cronograma, ou seja, em quanto tempo isso é possível.

E a proposta do Canadá teve uma curiosidade. Na categoria A, que desgrava imediatamente todos os produtos de Estados, ele incluiu 72% do universo agrícola. E ele não incluiu leite e frango – zero para leite e frango.

A seguinte, por favor.

Esse aqui é só um gráfico do que eu falei. A proposta americana foi diferente para o Caribe, para a América Central, região andina e Mercosul. Há uma diferença de 91% para 58% de desgravação para os

blocos diferentes, em um período e em outro período – os produtos agrícolas e os produtos não-agrícolas.

De qualquer forma, os Estados Unidos já começaram a adotar uma regra fora das normativas da OMC. A integração regional tem dois princípios básicos – Embaixador, ajude a fiscalizar o que vou falar: não pode deixar de atender a nação mais favorecida, porque todo bom tratamento dado a um produto em uma nação tem que se estender aos outros; e não pode fazer propostas diferenciadas entre parceiros. Correto?

O SR. ADHEMAR BAHADIAN – Perfeito.

O SR.GILMAN VIANA RODRIGUES – E isso está cinicamente proposto, quebrando essa regra.

A seguinte, por favor.

Em contrapartida, a proposta do Mercosul também foi modesta. Uma proposta com apenas 38,5% das categorias "A", "B" e "C", oferta reduzida até "B" para bens agrícolas, propõe retirar da agenda investimentos, compras governamentais e serviços. A metodologia é a pior oferta para os quatro membros.

Isso aqui aconteceu em uma ação, também, que me causou surpresa. O setor privado agrícola brasileiro preparou, para entregar ao Governo, uma sugestão de oferta, tratando de todos os itens tarifários, classificando em "A", "B", "C" e "D" todo o universo tarifário. Entregamos ao Governo. Essa proposta seria analisada pelo Governo, alterada ao sabor do Governo, e, junto com os outros membros do Mercosul – mais três –, geraria a proposta do Mercosul. E nos surpreendemos com o Governo brasileiro aceitando, como proposta do Mercosul, a proposta da Argentina, que era a mais conservadora, reduzindo o nível, que não sei se posso chamar de ambição, da proposta negociadora. Inclusive, houve um acidente reconhecido pelo próprio Itamaraty como indesejável. O açúcar brasileiro é muito competitivo. Somos o maior exportador de açúcar do mundo e produzimos o açúcar mais barato do mundo. O preço do açúcar brasileiro, no custo, é um terço do açúcar da Europa. Concorremos com o açúcar da Europa, o terceiro mercado, ela vendendo açúcar mais barato do que o nosso. Então, estamos brigando na OMC contra o subsídio do açúcar no mundo, sobretudo na Europa. Ao aceitar a proposta da Argentina – como a Argentina produz pouco açúcar e lá o açúcar é sensível –, na proposta do Mercosul, o açúcar foi considerado sensível. Esse não seria o desejo do Brasil.

A seguinte, por favor.

Ainda na Alca, há alguns pontos a serem abordados. V. Exªs estão se lembrando de que, há um ano e pouco, os Estados Unidos aprovaram a nova lei agrícola, introduzindo mais US$118 bilhões de subsídios em seis anos para os agricultores – para os coitadinhos. Isso foi na contramão de uma proposta de acordo regional de comércio. Na medida em que se aplicam medidas extorsivas que o acordo quer combater, está-se contrariando o que se está falando. Isso tem sido usual.

Criou-se ainda outro instrumento, o TPA, autorização para negociação comercial, que o Congresso dá ao Executivo para que negocie em determinados limites. Se ele negociar, o negociado vem para o Congresso, que o aprova ou o rejeita. Se não houver [illegible] autorização, o que o Executivo negociar pode ser modificado pelo Congresso. Isso inviabiliza o prosseguimento da negociação.

Esse TPA foi aprovado e incluiu 521 itens que não podem ser negociados sem consulta permanente às Comissões do Congresso. Então, criou e não criou a liberdade comercial. Nesses 521 itens, há muitos agrícolas. Tal fato criou uma abertura aos produtos de interesse... porém, não se deve deixar de negociar para ...de contrapartida. Essa regra limita porque não se tem certeza. O Embaixador esteve muito atento para isso outras vezes e agora também. Não devemos nos descuidar em entender o que está sendo ofertado pelos Estados Unidos e pelos outros parceiros e aceitar coisas que estão escondidas atrás do biombo, assuntos que nos agridem, como o dos 521 itens que estão na reserva de consulta do TPA.

A seguinte, por favor. Deve estar acabando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os Senadores querem ter o tempo para argüição também.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Pois é.

Essa diz respeito à União Européia e ao Mercosul, mas não é tema do convite.

Pode passar à seguinte, por favor.

Se desejamos, se queremos – sempre queremos –, ela é fundamental para a consolidação econômica. Um país do tamanho do Brasil, com a população e os recursos naturais que tem, com a eficiência que já tem, se conquistar integração para ocupar espaços, realizará um negócio da maior qualidade, que precisa ir além das providências comerciais. Precisa exatamente ter espaço político.

A seguinte.

A Alca pode ser uma grande oportunidade se bem negociada. Deve-se priorizar a redução de patrocínios agrícolas e garantir-se a ampliação de

ações a mercados à maior economia mundial. Ou seja: quer-se Alca bem negociada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente da CNA Gilman Viana Rodrigues.

O primeiro inscrito será o requerente, Senador João Capiberibe.

Passo a palavra ao Co-Presidente da Comissão do Mercosul, Senador Pedro Simon, porque tem um compromisso e precisa se ausentar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Agradeço a gentileza. Realmente tenho um compromisso. Não é para falar no Ministério da Fazenda, mas é uma solenidade no Ministério da Agricultura.

Esta reunião foi muito importante. De acordo com o que falava o Senador Jefferson Péres, os dois foram controvertidos. Deu para perceber os dois lados. O nosso Embaixador tem uma posição clara e objetiva, e o nosso Presidente do Conselho Nacional da Agricultura, uma posição que não consigo entender bem, mas que é antipática ao Mercosul, não vê com muita simpatia o Mercosul, vê muita dificuldade no Mercosul; e que a Alca está aí. E que então nosso problema é negociar com a Alca, pedir que os Estados Unidos tirem alguns produtos, coloquem alguns produtos.

Com toda a sinceridade, faço questão de salientar meu ponto de vista. Para nós, o importante seria fazermos uma força dramática pelo Mercosul porque, assim como há o Japão e o grupo do Oriente, assim como há os Estados Unidos, o americano boicotou o Mercado Comum Europeu e fez o que pôde e o que não pôde; a Inglaterra, até o último minuto estava lá representando os Estados Unidos para boicotar que não saísse "Mercado Comum Europeu", que era muito mais interessante para o americano conversar só com a França, só com a Inglaterra e só com a Alemanha, porque, de repente, pode aparecer um PIB quase igual ao dele, uma população maior que a dele, e é um fato novo. Quer dizer, o americano pode ter poder e decidir, como decidiu no Iraque, porque ele tem a força militar que os outros não têm; mas quando se trata de economia, os outros dialogam. Para nós, uma maravilha para a América Latina seria Mercosul, Alca, Mercado Comum Europeu, Japão e, mais dia menos dia, China e Índia vão aparecer. Isso, para nós, é o ideal.

Quanto a essas negociações, em primeiro lugar, o americano já está fazendo negociação sozinho com o Paquistão, negociação isolada com o Chile, negociação isolada com o Nafta e agora, na verdade, estão buscando que na América Latina, que sempre viram como quintal, não apareça de repente uma América Latina organizada, tendo voz e tendo vez.

Concordo com tudo o que o senhor disse da América Latina, temos mil dificuldades. Quer dizer, temos um PIB de dar pena, temos uma média de renda que é dolorosa; a renda que está ali como média não é verdadeira, porque os ricos têm uma enormidade, e há uma miséria que passa fome e que não tem renda nenhuma.

A mim, parece-me que o grande problema do Mercosul é o medo que eles têm do Brasil. Muitos de outros países dizem que para eles o Mercosul é a mesma coisa, o Brasil está querendo que, em vez de comprarem dos Estados Unidos, comprem do Brasil. Para nós não interessa. O Brasil tem como adversário o fato de eles acharem que se o Mercosul for forte, o Brasil, automaticamente, passará a ser um país diferente.

Acredito que devemos jogar tudo no Mercosul, com toda a sinceridade. Quando o senhor aponta as resistências do Mercosul, concordo com elas; as dificuldades, concordo com elas. Por exemplo, ontem houve um seminário da maior importância, as ligações do Atlântico com o pacífico. Como podemos falar de Mercosul se o Brasil ainda não tem saída para o Pacífico? Isso é piada. Como vamos exportar nossos produtos tendo que dar uma volta? Saídas para o Pacífico são absolutamente necessárias, um diálogo maior é absolutamente necessário. Considero absolutamente normais os qüiproquós que tivemos com a Argentina; quando ela está em baixa, nós estamos em alta. Essas coisas são absolutamente normais. Não vamos esquecer que o Mercado Comum da Europa levou 40 ou 50 anos para ser implantado, começou como algo impossível. Lá havia guerras intermináveis, ódio mortal. Começaram o Mercado Comum logo depois de a França e a Inglaterra se esfacelarem contra a Alemanha, foi em cima dos escombros e do sangue dos que morreram na guerra que eles construíram o Mercado Comum Europeu. Não temos isso na América Latina, temos um povo integrado.

Em segundo lugar, na América Latina temos o essencial, temos terra, água, produtos minerais, petróleo. A rigor, se fosse determinado um fechamento de fronteiras, a América sobreviveria porque não faltaria água, não faltaria terra, não faltaria comida, não faltaria petróleo e não faltaria minério. Há indústrias superpotentes como as dos americanos que impõem. Como V. Exª disse bem, impõem e não deixam entrar nosso açúcar, por exemplo.

Deixemos claro que hoje quem deveria estar mais favorável e mais unido com o Itamaraty, na mi-

nha opinião, é o produtor agrícola, porque toda a nossa luta é para defender a produção agrícola. Quer dizer, o grande debate que temos é em torno da produção agrícola. Mas, se o agricultor confia em entrar na Alca e que o americano, como bem diz V. Exª, vai tirar aqueles 400 produtos que estão ali... Ele vai tirar de mentirinha, porque, na verdade, ele está revelando sua intenção, ele não a esconde. Creio que o americano é exageradamente franco nesse sentido. Ele não deixa cláusula. O que ele diz é de uma clareza tão clara que a gente assusta, porque ele não deixa no ar. Ele não é diplomata, ele não tem elegância: "Vamos fazer assim!" Ele é duro.

Por isso, creio, com toda a sinceridade, que o Brasil deve jogar a alma no Mercosul, deve jogar o que deve e o que não deve no Mercosul. Concordo que deva discutir, debater sobre a Alca, analisá-la. Contudo, o ideal seria, ao mesmo tempo, conversar sobre a Alca e firmar acordo com o Mercosul, pois, daqui a um determinado momento, daqui a uns dois, três anos, ainda não estará em vigor, o Mercosul poderá sentar na mesa e debater sobre a Alca. Quer dizer, o Mercosul, organizado, poderá sentar na mesa com os países interessados na Alca, com o Mercado Comum Europa e também fazer suas propostas. Com toda a sinceridade, penso assim. Peço desculpas por sair, mas sou obrigado a fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, o Sr. Gilman Viana Rodrigues gostaria de dizer-lhe umas breves palavras antes de sua ausência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu, pelo menos, senti que houve mais pontos de convergência entre as ambas as exposições, inclusive sobre o Mercosul do que a sua percepção. Mas S. Sª mesmo gostaria de fazer-lhe esclarecimentos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Perdão, concordo. Desculpe-me. Concordo que os pontos de entendimentos foram imensos e V. Sª deixou claro na sua exposição que os problemas que estamos vivendo são da agricultura. Quer dizer, toda a grande discussão é a agricultura, porque o que temos de competição está na agricultura. Nos outros setores, não dá nem para começar. Entendi a posição de V. Sª. Por favor. Se me expressei de forma diferente, não fui feliz.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Tive a impressão de que fui avaliado que não gostei do Mercosul. Sinto forte falta do Mercosul para negociar a Alca.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O que eu disse foi que V. Sª faz uma análise pessimista de como está o Mercosul, com a qual até concordo. Falou sobre as dificuldades que ele está enfrentando e que são reais.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Isto eu faço.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É isto o que estou dizendo. É neste sentido que estou falando.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Eu gostaria que não houvesse esse problema. Se tivéssemos um Mercosul forte, não teríamos nenhuma dificuldade com relação à Alca. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – De quanto tempo dispomos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dependo do bom senso entre os Srs. Senadores. Temos o tempo que for necessário. Não há limitação.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Tomara que todos sejam sensatos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E há bom senso entre nós. O Senador João Capiberibe é autor do requerimento. O Senador Rodolpho Tourinho está inscrito, mas inclusive é autor do requerimento para a CNA estar aqui presente. Vamos dar oportunidade a todos! Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, Srs. Convidados, observei com clareza a manifestação de desejo de negociações do Sr. Gilman Viana, em relação à Alca, mas também os obstáculos que foram erguidos principalmente pelos Estados Unidos no caminho dessas negociações. O Sr. Gilman Viana conclui dizendo que é possível ganho significativo, contando que tenhamos bons negociadores. Mas, nas circunstâncias que S. Sª mesmo descreveu, em face dos obstáculos, também já citados pelo Embaixador Bahadian, tem que ser gênio da lâmpada para negociar nas condições de extrema dificuldade que estão postas. E o que é interessante observar – e o fizemos com clareza – é que o Sr. Gilman destacou o Mercosul como um trampolim para a Alca ou para outras negociações e parece absolutamente razoável consolidar esse processo negociador de integração, incluindo a integração social e a econômica. Imagino, por exemplo, o que significaria para o Nordeste e até para o Norte brasileiros a integração viária com a Venezuela, a Colômbia e que são projetos que estão já estudados. Inclusive há proposta de

financiamento junto ao BID e junto ao BIRD, em que podem, evidentemente, na medida em que haja disposição política de consolidar toda essa integração com os países. E é de interesse do nosso País.

Do ponto de vista de um representante da Confederação Nacional da Agricultura, os obstáculos na negociação da Alca são imensos, são intransponíveis, em função dos subsídios. E concordo plenamente com o Senador Jefferson Péres que precisamos ouvir opiniões diversificadas. Agora, o próximo poderia ser algum representante da indústria, do parque industrial brasileiro. Porque já sabemos que, se continuarem as ofertas dos Estados Unidos da forma como foram colocadas... E tivemos a oportunidade de acompanhar, no Comitê de negociações de San Salvador, a imensa dificuldade, porque os americanos falam com clareza quase imperial o que querem, e dividiram, fazendo propostas diferenciadas.

No caso da indústria, por exemplo, para o Caribe, eles desagravam em até 91%. Mas vamos ver qual é a produção industrial do Caribe. Para o Brasil, 58%. Hoje, uma série de produtos brasileiros entram nos Estados Unidos com tarifas absurdas. Então, parece-me fundamental que possamos entender aquilo que foi colocado pelo Senador Jorge Bornhausen. A negociação deve continuar, mas os interesses da sociedade brasileira, falo em interesse do conjunto, interesse do agronegócio, interesse da indústria, têm que prevalecer, até porque estamos em um gargalo. O nosso gargalo do desenvolvimento está posto. A indústria brasileira desemprega – não só a indústria brasileira; a indústria no mundo todo. Então, temos que criar... as negociações, para nós, só têm sentido na medida em que possamos ampliar a oferta de emprego no nosso País.

Não há sentido de nenhum tipo de negociação em que não seja colocado como um fator fundamental a geração de emprego, porque estamos sitiados nas grandes cidades. Nas grandes cidades brasileiras tem-se um núcleo ativo, conectado, economicamente participativo, rodeado dos excluídos, atraídos pelo processo de industrialização e de modernização do agro. Então, essa população não tem alternativa. Precisamos criar atividades econômicas. E não só empregos, mas ocupações, para um exército imenso de pessoas excluídas, desempregadas, sem teto, sem terra, sem políticas de qualquer tipo. Então, nas negociações, tem que prevalecer...

Estamos diante de um impasse: não crescemos este ano. A perspectiva de crescimento econômico para o ano que vem é mínima, é reduzida, e, do jeito que vai, praticamente 50% do esforço produzido na sociedade é só para pagar juros e serviços da dívida. Por que o Orçamento público deixou de ser importante no País? Porque ele já tem dono. Toda a arrecadação de tributos, a metade dela já é consignada para honrar os compromissos da dívida pública, seja ela interna ou externa. Então, não podemos mais contar com o Orçamento público, porque ele está comprometido com uma política que nos está levando a um desespero cada vez maior. Temos que repensar essa política econômica, pois perdemos a soberania sobre ela.

E o Embaixador tem inteira razão quando diz que uma negociação mal conduzida pode nos levar a perdas imensas, assim como perdemos na condução da política econômica dos últimos 15 anos. Em função da dívida, devemos. E pelo fato de devermos, passamos a ser tutelados.

Para encerrar e atender a todos os Senadores, gostaria de contar um caso que nem está inscrito dentro dos princípios da Alca, das obrigações. O Governo brasileiro tomou um empréstimo do Banco Mundial para equipar as escolas públicas brasileiras. Já que a gente falou da obrigatoriedade das licitações internacionais, o Banco Mundial fez um acordo com o Brasil e nesse acordo, além do empréstimo, já vinham as regras de concorrência pública e entre elas, regras internacionais. Meu Estado é na Amazônia, vivo no meio da floresta, estou cercado de árvores e de madeiras por todo os lados, e me vi na obrigação de fazer uma licitação para comprar móveis de metal dobrável, de forma que lá na China, ou em qualquer outro país do mundo, pudesse participar da licitação. Eu não podia comprar o móvel fabricado no moveleiro da esquina, porque a regra do Banco Mundial estabelecia que eu não podia, meus filhos, as crianças do meu Estado não podiam sentar-se numa cadeira fabricada de madeira de lei, de alta qualidade que temos na Amazônia. Então, essa dependência é absurda.

Na mesma linha da dependência, temos também um caso, hoje, emblemático na sociedade brasileira, que são os transgênicos. O uso de semente transgênica cria dependência, temos que refletir, principalmente com a presença do Vice-Presidente da Confederação aqui, não podemos colocar em risco à conquista do agronegócio brasileiro que independe de transgênico, que independeu dessas empresas multinacionais. O crescimento que tivemos esses anos todos, na produção agrícola, foi claramente, fartamente demonstrado, não foi com transgênico, foi com a ciência e a tecnologia desenvolvida pela Embrapa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pergunto ao Srs. Senadores se gostariam que houvesse oportunidade aos quatro de se pronunciarem.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em seguida, os senhores responderão a todos.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Eduardo Suplicy, Sr. Embaixador Adhemar Bahadian; Sr. Gilman Rodrigues, Vice-Presidente da CNA, eu havia solicitado ao Presidente Eduardo Suplicy a convocação da Confederação Nacional da Agricultura, por entender a importância desse setor hoje para o Brasil. Entendo que grande parte de nossas mazelas, que desde relação dívida/PIB, desde altas taxas de juros, elas advêm muito da nossa baixa inserção no comércio internacional. Então, entendo que, hoje, a agricultura com o nível de exportação do que tem, em torno de 40% das exportações brasileiras, acho fundamental se pensar e repensar talvez todo esse modelo do agronegócio. O Vice-Presidente, Gilman, inclusive, colocou aquela diferença que é uma diferença fundamental entre agricultura e indústria da Embraer, que todos queremos que tenha muito mais. Mas há uma posição de qualidade na agricultura que é muito importante levar em conta.

Esse era o objetivo de solicitar a presença aqui de olhar bem essa questão da agropecuária. Nós, inclusive, temos trabalhado junto agora na reforma, meu partido, o PFL, trabalhou e apresentou as três emendas em relação àquilo que havia sido colocado aqui numa audiência pública pela Confederação Nacional da Agricultura, ou seja, a questão dos insumos agrícolas, a questão de você equiparar à pessoa física, à pessoa jurídica, à micro-empresa, para que pudesse, efetivamente, haver um desenvolvimento harmônico e não haver aumento de carga tributária para a agricultura.

Nossa preocupação, além dessa área, e essas propostas, inclusive essas emendas, Sr. Presidente, foram aceitas, e o relatório do Senador Jucá e elas se referem aos problemas do comércio internacional. O que entendo, quando discutimos essa questão dos subsídios – e não é uma pergunta, talvez seja mais uma observação, ou até um tema de discussão –, nós, Embaixador, abrimos, candidamente, mão de qualquer subsídio. Acho que no tratado lá em Maraqueche, não sei exatamente porque – gostaria até se o senhor tivesse a explicação para nos dar – nós abrimos mão de qualquer tratamento diferenciado para nossos produtos. Abrimos mão inclusive da parte transitória. Creio que somos o único país que, além de renunciar aos subsídios, também renuncia aos mecanismos de proteção temporária. Gostaria de entender isso, se o senhor pudesse nos revelar, pois para mim é esquisito. Os Estados Unidos junto com a Europa concedem mais de US$200 bilhões de subsídios. O subsídio que conseguimos para a agricultura, num país que precisa gerar emprego e renda, é por intermédio de operações de crédito, de certa forma até contingenciadas, o que não atende à necessidade do País, e com taxa de juros de 8,5% – como se 8,5% de juros fosse subsidio! É subsídio se considerarmos as taxas de juros em vigor no País, mas não tem nada de subsídio. Em termos de mercado internacional, é indecente.

Portanto, coloco claramente a questão: por que renunciamos aos subsídios? Por que renunciamos aos mecanismos de proteção temporária? Somos, a meu ver, o único país do mundo de alguma importância a ter feito isso. E, do ponto de vista da agricultura, desde que precisamos ou podemos aumentar nossa produção – é preciso mercado para isso –, é fundamental negociar com o Mercosul e com a Alca. O que isso afetaria? Em que medida seria necessário, Sr. Vice-Presidente da CNA também, rever a questão dos subsídios ou da taxa de juros, a fim de que pelo menos nossa agricultura conte com as mesmas condições de competitividade em relação aos subsídios?

Era o que gostaria de perguntar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de cumprimentar V. Exª por trazer o Embaixador Adhemar Bahadian e o Sr. Gilman Vieira Rodrigues para esta exposição. Confesso que principalmente a exposição do Embaixador Adhemar Bahadian provocou um resultado devastador em minha posição. Antes eu defendia que o Brasil não podia aceitar os termos impostos – principalmente pelos Estados Unidos, evidentemente – para participar da Alca a partir do ano que vem, por assim dizer, pois devemos concluir as negociações até dezembro do próximo ano.

Sr. Embaixador, agora fiquei com raiva, fiquei aborrecido. Realmente, querer comparar econômica e comercialmente o Brasil com Cingapura! Cingapura não produz nada. Estive em Cingapura duas vezes. Foram as duas noites mais chatas que passei em minha vida. É uma ilha de 20 km de largura por 40 km de

extensão, um paraíso fiscal subserviente ao capital internacional, aos Estados Unidos e à Inglaterra. Produz o quê? E vamos ser comparados a Cingapura? É simplesmente um paraíso fiscal, nada mais. Existe uma parte nova e uma parte velha. Não se pode ir à parte velha porque é perigoso, e na nova não há o que fazer.

Pois bem, então comparamos com o Chile. Também não é a comparação que devemos fazer. O Chile tem demonstrado, no decorrer desses anos todos, que é um parceiro dos Estados Unidos. Não é um parceiro da Alca. Teremos que convencer os chilenos a participar da Alca. Até porque eles compram tudo e não perguntam de onde vem. Acabaram de gastar milhões de dólares na compra de aviões americanos e esqueceram de perguntar se havia instrumentos de navegação necessários para disparar os foguetes que vieram nos aviões. Compraram os aviões, pagaram US$1 bilhão de dólares, possuem os foguetes e não sabem como dispará-los. São péssimos compradores. Certamente, cedem todos os seus direitos aos Estados Unidos. Também não é a relação que devemos ter para firmar um entendimento comercial com os países da América.

Estive com o Sr. Peter Allgeier e fiquei realmente surpreso de ver que em sua fala aqui no Congresso Nacional, onde o Sr. Embaixador falou anteriormente, S. Exª foi muito duro com o Brasil. Na verdade, ele colocou uma questão, em inglês, **take it or leave it,** que quer dizer: ou é assim ou então não nos interessa. Ele faz imposições.

A primeira pergunta é qual foi a resposta de V. Exª, já que V. Exª é co-Presidente do processo negociador – e fico muito feliz ao ver uma pessoa competente como V. Exª sendo nosso negociador. Qual foi a resposta que V. Exª, por intermédio do Governo brasileiro, encaminhou ao Sr. Peter Allgeier sobre a declaração aqui feita? Se o Brasil não quiser entrar, paciência, faremos a Alca de qualquer maneira – foi como ele colocou. Qual é a resposta oficial do negociador do Brasil para a Alca?

Em segundo lugar, gostaria de perguntar se V. Exª tem, preparada em sua agenda, alguma oportunidade para conversar com os industriais paulistas. E, nesse caso, em particular, gostaria de fazer um apelo ao Senador João Capiberibe. Que, antes que os empresários paulistas aqui compareçam, V. Exª passe por lá, converse com eles e mostre a posição do Brasil, por que o Brasil não pode definitivamente negociar nesses termos.

Na verdade, a impressão que tenho, conversando com a maioria dos empresários paulistas, é que são quase todos a favor da entrada do Brasil na Alca. Será que eles conhecem os dados que V. Exª acabou de colocar, sobre os investimentos, sobre a arbitragem que vamos perder, com o foro de negociar as pendências, sobre os serviços que não podem ser aceitos no hemisfério, essas coisas todas? A é esta: se V. Exª tem condições de passar tais informações aos empresários brasileiros que estão tão a favor da Alca.

Além disso, fiquei muito surpreso ao conversar com os americanos, pois quando utilizei argumentos freqüentemente utilizados nas discussões da Alca, em comissões e no plenário, de que os dez produtos que mais importamos dos Estados Unidos, ao chegarem aqui, são taxados em apenas 14%, e de que os dez produtos que mais exportamos para os Estados Unidos, ao chegarem lá, são taxados em 40%, eles me afirmam que isso não é verdade. Gostaria que V. Exª, como co-Presidente do processo negociador, enviasse por ofício, Sr. Embaixador, os dez produtos que mais exportamos, quanto impomos na negociação das taxas de impostos, e os dez produtos que mais importamos, e quanto cobramos, a fim de que possamos oficialmente tirar a questão a limpo.

Com relação ao Sr. Gilman, pessoa extremamente respeitada e conhecida em Minas Gerais, como Presidente da Federação Estadual de Agricultura e hoje Vice-Presidente da Federação Nacional, concordo com S. Sª que nada avança quando falamos de acordo do agronegócio com os Estados Unidos. Basta colocar o agronegócio e, automaticamente, cessam as negociações.

Com relação à carne, por exemplo, nós, em Minas Gerais, seríamos muito beneficiados se pudéssemos exportá-la para os Estados Unidos. Exportávamos há quatro, cinco anos, US$400 milhões. Hoje exportamos US$1,5 bilhão em carne, e não exportamos um único quilo para os Estados Unidos. Ou seja, a tendência é que a União Européia, apesar das imposições fitossanitárias, etc, ainda assim nos abra um mercado melhor do agronegócio do que os americanos.

E gostaria de fazer uma observação. A relação do agronegócio com o produto industrializado de alta tecnologia, como é o caso da Embraer e dos aviões, creio que é um erro, Sr. Gilman. Em toda negociação internacional temos que comprar e temos que vender. Ainda bem que estamos vendendo após comprarmos deles e vendermos para eles mesmos. Compramos noventa milhões, transformamos em um avião e vendemos por cento e quarenta milhões. Ótimo. Estamos preenchendo a cota de compra, porque ninguém só vende e ninguém só compra.

A Embraer é resultado da tecnologia nacional, uma empresa que se destaca no mundo inteiro. Nas

viagens que faço, levanto os olhos para o céu, vejo um avião da Embraer e fico muito orgulhoso. Isso, certamente, tem que ser sempre levado em consideração. Não pode passar simplesmente porque a Embraer leva dois bilhões de dólares, ou de reais, do BNDES para exportação e de repente a agricultura exporta muito mais. Não! A agricultura hoje é o grande negócio brasileiro. Não tenham a menor dúvida! Vamos vencer todos os nossos obstáculos com o agronegócio, investindo nele, que é o futuro, mas a alta tecnologia tem o seu espaço, tem o seu lugar e precisa ser respeitada.

Faria apenas uma pergunta ao Dr. Gilman: com o agronegócio brasileiro, que já se manifesta poderoso, competente, capaz de criar essa euforia tanto no mercado interno como no externo, realmente, na sua análise de homem que conhece o agronégocio nacional, precisamos da Alca para chegar ao mercado americano, ou não precisamos? Na verdade, estamos com esse sucesso extraordinário. Quase metade de tudo que se exporta do País provém do agronégocio. Os Estados Unidos, por sua vez, com toda a tecnologia de que dispõe, tem 56% de toda sua exportação proveniente do agronegócio. O Brasil vai chegar ao mesmo ponto ou mais. Precisamos da Alca para vender para os Estados Unidos?

É a pergunta que lhe faço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres,

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Em primeiro lugar as minhas congratulações ao Sr. Gilman pela objetividade, pelo pragmatismo da sua exposição. A minha posição coincide com a de S. Exª.

Quanto à Alca, vamos negociar. Se for conveniente ao nosso interesse, ingressamos; se não, tchau, tchau, até logo para os americanos e todos eles. É tão difícil isso? Qual é o problema?

Embaixador Bahadian, em relação à posição do Governo brasileiro na mesa de negociações da Alca, eu daria dez às posições brasileiras e zero ao discurso. E digo por que penso assim. Em primeiro as posições são corretíssimas. Os americanos exigem que se incluam compras governamentais, serviços de investimento, propriedade intelectual; não querem incluir: subsídios agrícolas e legislação **antidumping**. O Brasil diz não, tem que incluir. E o Brasil está corretíssimo.

O ingresso na Alca com desoneração tarifária não interessa a nós; é um suicídio. O Brasil está corretíssimo. Podemos dizer tudo isso rindo. Os negociadores mais duros que conheci na vida eram os que sorriam. Os que entravam em uma reunião gritando depois cediam a quase tudo.

O embaixador americano Peter Allgeier está certo. Quando exige que seja igual ao acordo feito com Cingapura e o Chile, S. Exª não quer dizer que seja aquilo ou nada. S. Exª está fazendo algo que é elementar em negociação: pede cem para acabar obtendo cinqüenta, sessenta ou setenta. É claro que se mantiver a posição intransigente, não chegaremos a um acordo. Tudo bem! Não sei por que dramatizam tanto as coisas na América Latina.

Agora, vão as minhas perguntas objetivas a V. EXª.

Brasil e Chile.

Embaixador, o Chile é muito diferente do Brasil. A estrutura econômica daquele país é muito diferente da nossa. Nem tudo que é bom para o Chile é bom para o Brasil. Isso é obvio! Mas da forma como colocam as coisas, parece que os chilenos são burros e não são patriotas. A estrutura é muito diferente. O Brasil é uma potência industrial, o Chile não o é; o Brasil é um agroexportador imenso; o Chile exporta praticamente peixes e frutas. Essa é que a verdade. O Chile fez o que lhe pareceu melhor. O Chile tem como presidente – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª o conhece – Ricardo Lagos, que é do Partido Socialista, histórico, Partido Socialista chileno. Esses chilenos são muito ciosos da sua soberania e o Chile nos dá lições, Embaixador, em tudo. Estabilidade macroeconômica, dá banho no Brasil; crescimento econômico, dá banho no Brasil; indicadores sociais, saúde, habitação, educação, dá banho no Brasil. Eles sabem o que é bom para eles. É uma atitude arrogante pensar que os chilenos não são patriotas, porque é o que esta implícito. Nós somos patriotas e inteligentes, eles não o são.

Desculpe, mas é isso que dá a parecer posturas assim.

E agora, permita-me, como velho combatente do " O petróleo é nosso", Embaixador, como sou mais velho que o senhor, eu participei da campanha "O Petróleo é nosso". Criei a Petrobras, ajudei a criar. Disse isso no discurso cinqüentenário ao Sr. José Eduardo Dutra aqui. E fui para as ruas, Embaixador, xingar o Valter Linck como estando aqui a serviço da **Shell**. E depois me penitenciei. Embaixador, não faça mais isso, não. O geólogo Valter Linck era um dos geólogos mais qualificados do mundo.

Peça o Relatório Valter Linck ou então releia. O que diz o Relatório Valter Linck, que eu xinguei, eu pedi a expulsão do Valter Linck. Meus arroubos naci-

onalista. Dizia simplesmente que o estudo das bacias sedimentares no continente não indica existência de grande quantidade de petróleo. E que a Petrobrás deveria dar preferência às perfurações nas plataformas continentais marítimas. A Petrobrás não tinha perfurado um poço na plataforma. O Valter Linck tinha razão. Em respeito à memória daquele homem de bem, não vamos chamá-lo implicitamente de canalha a serviço (?), que ele não era. Não faça isso, Embaixador.

Finalmente, a última pergunta. Nota dez para a posição brasileira. Nota zero para o discurso. Subscrevo o que disse hoje um respeitado articulista do **O Estado de S.Paulo**, título: "Os chineses não precisam de valentia; quem tem realmente peso internacional não perde tempo falando em soberania". Permitam-me ler um trecho, em dois minutos:

"Na sessão inaugural, do encontro parlamentar sobre a ALCA, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva mencionou pelo menos sete vezes em atuar com altivez, agir de forma soberana e defender a soberania nacional nas negociações. Foi um discurso típico de chefe de governo de país desimportante. Ele citou "o indeclinável dever de zelar pela nossa soberania". Afirmou "sem subserviência nem confrontação", de forma "transparente e soberana". Disse que o Governo quer "uma posição pragmática e soberana", para "fazer valer os interesses eminentemente nacionais", e prometeu negociar "de cabeça erguida". Enfim, declarou que – discutindo de igual para igual – "este País cresceu, amadureceu e agora chegou a nossa vez de dizer o que somos, quem somos e o que queremos para o nosso povo".

V. Sª, Embaixador, mencionou quatro vezes a palavra "soberania", falou "em defesa dos interessas nacionais", e falou de cabeça "erguida". Por isso dou nota zero ao discurso. É um direito meu. Desculpe, eu respeito. A sua posição, parece, é de quase todo o Governo. Por que esse discurso? Porque reiterar tanta soberania nacional. Em todas as vezes que escuto isso, sou eu quem me sinto diminuído, pois parece que o Brasil não é importante. Quando vejo um Parlamentar subir à tribuna e dizer "eu sou honesto, não sou ladrão", ponho um pé atrás. Parece que o Parlamentar quer que os outros acreditem naquilo que ele próprio não acredita. Quem é honesto age honestamente. País soberano atua soberanamente, não precisa proclamar isso. Isso só nos diminui.

Permitam-me a franqueza, mas eram essas as minhas objeções.

Entretanto, parabéns pelas posições brasileiras. É isso mesmo. Estamos fazendo na Alca o que devemos fazer, mas sem retórica latino-americana ou terceiro-mundista, para falar português claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria de fazer um esclarecimento. O Sr. Gilman Viana Rodrigues mencionou que os Estados Unidos estavam concedendo, em seis anos, US$ 118 bilhões. Isso significa, portanto, em torno de US$ 20 bilhões por ano, em seis anos. O Sr. Peter Allgeier, na sua exposição, quando questionado sobre o montante de subsídios concedidos pelo governo norte-americano aos agricultores, mencionou uma cifra em torno de US$19 bilhões. Pergunto se é isso que anualmente está realmente ocorrendo.

Se for essa a cifra, gostaria de observar um outro tema importante que não sei até que ponto os Embaixadores e negociadores brasileiros e de outros países da Alca têm levado em consideração. Eu me refiro a uma outra forma de subsídio, mencionada pelo Senador Rodolpho Tourinho, o subsídio creditício. Pergunto se o Governo brasileiro ou a CNA têm uma estimativa do subsídio que o Governo brasileiro proveria aos agricultores brasileiros, seja em incentivos fiscais, seja em incentivos creditícios. Se isso tem sido mensurado, gostaria de saber qual o seu valor e se o Governo brasileiro tem alguma estimativa a respeito.

Há uma forma de subsídio que países desenvolvidos conferem a suas empresas que nem sempre tem sido objeto de apreciação e consideração da parte dos agricultores, dos industriais ou do Governo. Pergunto se o que vou descrever tem sido considerado. Os Estados Unidos da América, neste ano, concedem, por meio de seu governo, US$ 35 bilhões – portanto, mais que os US$ 19 bilhões concedidos aos agricultores – às pessoas que trabalham na economia, aos trabalhadores, inclusive os da agricultura. Toda pessoa, nos Estados Unidos, que trabalha e não tem um rendimento que alcance determinado nível de renda anualmente tem o direito de receber uma forma de imposto de renda negativo, um crédito fiscal por remuneração recebida, ali denominado **earned income tax credit**. Neste ano, para isso, estão previstos em torno de US$ 35 bilhões.

O senhor conhece como funciona esse mecanismo?

O SR. ADHEMAR BAHADIAN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Para dar um exemplo, se uma pessoa – digamos o pai ou a mãe – numa família com pai, mãe e duas ou mais crianças tem uma renda anual que seja inferior a cerca de US$32 mil, tem direito de receber esse complemento de renda. Se a sua renda vai até US$10 mil, recebe 40% do que ganha. Se ele tem US$8 mil de ren-

da, tem mais a US$3.2 mil, portanto, sua renda vai para US$11.2 anualmente. Se estiver na faixa de US$10 a US$13 mil, ele tem direito a 40% a mais, além do limite de US$3 mil. Portanto, são US$4 mil. Se a sua renda for de US$12 mil, a família passa a receber US$16 mil. Se estiver na faixa de US13 mil a US$33 mil, o EITC, ou Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, será de US$4 mil menos 21% do acréscimo de renda em relação US$13 mil até chegar aos mais de US$30 mil. A partir daí, ele vai passar a pagar imposto de renda.

Ou seja, se a sociedade norte-americana resolveu prover com um complemento de renda as famílias que trabalham e não recebem renda suficiente da condição de pobreza, isso significa que as empresas estão pagando um valor "X", sabendo que uma parte adicional é paga àquele trabalhador como um complemento de renda.

Da mesma maneira como o senhor citou que os agricultores recebem algo como mais de 40% na Europa e nos Estados Unidos a mais do que recebem por sua remuneração direta, o acréscimo é feito pelo Governo, pois bem, boa parte dos trabalhadores, na agricultura norte-americana, recebe tal complemento. O que o senhor poderia contabilizar como acréscimo, provavelmente, àquilo que o senhor já contabilizou.

Na Europa, ocorre processo de transferência de renda como no Reino Unido. Como o Reino Unido compete tão diretamente com a economia norte-americana, eles desenvolveram um mecanismo semelhante, o **family tax credit**, muito próximo do IATC. E lá também é muito significativo. Nos diversos países da União Européia há diversas formas de rendimento mínimo, de imposto de renda negativo.

O que observo é que nós, inclusive aos estarmos negociando tais questões, precisamos estar cientes de que isso ocorre lá. Talvez não precisemos ter uma reação do tipo "Vocês não podem estar fazendo isso. Vocês devem extinguir o EITC". Eu jamais diria isso.

O que eu gostaria de dizer é que nós, no Brasil, precisamos adotar algum mecanismo nessa direção. Aqui, justamente, coloco é que o mecanismo mais racional é estabelecermos uma fórmula de renda básica, o qual não vou agora descrever, mas apenas citar, porque é importante que levemos em consideração isso. Aliás, o Senado já aprovou. Então, não preciso estar a persuadir os meus colegas, que, por unanimidade, o aprovaram.

Podemos agora inverter.

Primeiro, tem a palavra o Sr. Gilman Viana Rodrigues. Em seguida, o Embaixador Adhemar Bahadian.

Quero dizer que foi excelente a sugestão do Dr. Rodolfo Tourinho de propor que a CNA estivesse presente, porque foi extremamente enriquecido o nosso dialogo com o Embaixador Adhemar Bahadian, com a sua presença.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Muito obrigado. Se não dei lucro, espero não ter dado prejuízos ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com certeza contribuiu positivamente.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Vou tentar fazer uma abordagem seguindo a ordem das falas de S. Exªs.

Em primeiro lugar, o Senador João Capiberibe.

Nas argumentação que faço e nas que ouço, observo que, na maioria, há convergência. Não há como deixar de negociar. Há apenas que se negociar o que convém. Contudo, houve uma percepção – e talvez não tenha sido defeito do Itamaraty, nem do Governo – na qual já se estava pré-anunciando à sociedade que não iríamos mais negociar. Desse jeito não serve. E a negociação termina em dezembro de 2004.

Então, o negociador tem que insistir. Será em dezembro de 2004 ou em janeiro de 2005, daqui a mais um ano e pouco. Não tenho nenhum receio de cara feia. Não vou deixar de fazer proposições sobre o que penso e creio que deve ser do interesse de todos.

No final, o Senador falou sobre transgênicos. É algo curioso. Estamos, aqui, sendo muito mais polêmicos com a questão dos transgênicos, estamos tendo um debate muito mais acirrado do que houve no mundo todo, que já usa transgênicos há muito mais tempo. Não sei se V. Exª se lembra de quando foi lançado o milho híbrido na agricultura do Brasil. Foi um deus-nos-acuda. Foi um sucesso de eficiência na agricultura no mundo. Hoje, todo produto adaptado para alguma região possui cruzamentos.

O transgênico é outra coisa. Outro dia, recebemos a visita do Comissário da União Européia para Saúde e Proteção do Consumidor e perguntei-lhe: "Como estão trabalhando os transgênicos?" Ele me disse: "Não há mais o que trabalhar. Resolvemos rotular e liberar a produção e a comercialização". Recebi também a Embaixadora do Canadá com um grupo de técnicos e produtores rurais canadenses e fiz a mesma pergunta. A resposta foi: "Lá os transgênicos são livres, mas identificados". Até me falou, em tom de brincadeira: "Vocês, aqui, devem usar óleo de canola, que é muito bom para a saúde". Todo o óleo de

canola que o Brasil importa dos Estados Unidos é de canola transgênica.

Estava, outro dia, em reunião com uma pessoa que entendia que o transgênico faz mal, provoca queda de cabelos, entorta o pescoço etc. No final, verifiquei que era um médico. Perguntei-lhe: "O senhor, por acaso, receita insulina aos seus clientes?" Ele respondeu: "Receito". Disse-lhe: "Então, o senhor está matando seus clientes, porque a insulina vem dos transgênicos".

É preciso conhecer mais.

Ontem, ouvi uma palestra muito boa, no Rio, de um geneticista. É curioso. Ele disse que não via geneticistas discutindo transgênicos, apenas gente que não é da área. A ciência precisa ser conhecida e não só debatida. Não vejo nenhuma dificuldade.

Há outra coisa interessante sobre o mercado. A Argentina tem 97% de sua produção agrícola transgênica. Não fica um grão em estoque em cada fim de safra. Sua agricultura está crescendo em velocidade maior que a brasileira, embora a nossa também esteja crescendo espantosamente. Não há um argumento claro no sentido de que o transgênico é nocivo. Quando falamos sobre impacto ambiental, não sabemos como ele será avaliado sem o uso dos transgênicos: por teorias, pela imaginação? É preciso usá-lo, monitorá-lo e criar parâmetros.

Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB-AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB-AP) – Há uma diferença que devemos observar. Os híbridos são estéreis, não se reproduzem no meio ambiente. Com os transgênicos, há o rompimento da barreira entre espécies, pois eles se reproduzem. Há pesquisas claras dos impactos provocados no meio ambiente, que já começam a existir. O que se pesquisou foi a técnica da transgenia, mas não o impacto que se pode provocar no meio ambiente. É muito recente. Falo, com muita insistência, que a política do fato consumado leva ao desrespeito generalizado às leis. Se temos que aceitar o contrabando, a ilegalidade na introdução da soja transgênica no Brasil, daqui a pouco haverá uma MP da maconha, de tudo o que for fato consumado e criminoso na sociedade brasileira. É o que menciono. Não sou contra a ciência e a biotecnologia, que são fundamentais, mas isso não pode ser feito da forma que foi feito no Brasil. Os canadenses legalizaram depois de estudos e não permitiram a subversão da lei; os europeus também não. A matéria me preocupa, tanto que estou pedindo às Lideranças que indiquem nomes para que investiguemos como houve o contrabando dessas sementes no País, sem entrar no mérito até da discussão dos transgênicos.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Então, sem entrar no mérito da discussão, vou dar um exemplo, que é fora do produto, mas é típico: estava nos Estados Unidos, num evento, com um companheiro aqui de Brasília, e, ao sair para o almoço, ele disse: "Gil, estou precisando comprar uma impressora para o meu computador". Casualmente, passamos em frente a um magazine só de material de informática. Entrou, comprou, só que achou a caixa muito grande. "Como faço para levar isto para o Brasil?", perguntou ao vendedor, que respondeu em português: "É fácil! Não só mandamos como vendemos para o Brasil!" E aí me interessei: "E vende?" Ele falou: "Vende." "Quanto é o custo para vender para o Brasil?" "Depende. É legal ou ilegal o que o senhor quer?" Veja bem, é a resposta para a soja. Aí, eu disse: "E pode?" Ele disse: "É claro! Das nossas vendas para o Brasil, 80% são ilegais!" Oitenta por cento! Então, o que esse cidadão está falando para um brasileiro? Está falando que, quando aqui falamos de rede de controle de fronteira, estamos controlando apenas 20%; o resto continua entrando. Isso se chama defesa do comércio, defesa contra o contrabando. Aí é outra coisa, e não o motivo desta reunião, mas que guarda relação com a sua pergunta de como a soja entrou. Entra, como tudo, pela Ponte da Amizade, no Paraguai. Enfim, esse não é o tema, mas a resposta é comprida.

Senador Rodolpho Tourinho, de novo sobre o problema de Marraqueche! Temos uma situação legal e acordada. Existe uma coisa curiosa, da OMC para cá, da Rodada do Uruguai para cá, mudou de GATT para OMC. Enquanto era GATT, todos os países-membros acordavam os procedimentos, mas não eram obrigados a cumprir. Era consenso, mas não eram obrigados a cumprir. A partir da OMC, criou-se um estatuto de funcionamento em que todos acordam, por consenso, e todos são obrigados a cumprir. A partir de Marraqueche, ficou proibida a introdução de subsídios novos. O Acordo de **Blair House**, que fechou o Acordo da Rodada do Uruguai, foi trabalhado justamente para permitir que a maneira de usar os termos da Rodada do Uruguai permitisse aos países desenvolvidos continuarem a nos colocar para escanteio. Ficou acordado isso. Então, para você atribuir um produto novo fora do limite que você está autorizado a usar, é impossível. Tem que ser dentro da faixa. Você tem uma história passada que foi oferta-

da, como se usa na reunião do Uruguai, para você ter o limite. Esses são os motivos que geram essas brigas, como a Embraer e, do nosso lado, o açúcar, que estamos tentando denunciar.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, será que o Dr. Gilman me permitiria um comentário para que possa estabelecer uma posição que vejo ser do interesse daqueles que nos estão acompanhando pela TV Senado e, sobretudo, para os presentes?

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Perfeitamente!

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Identifico, Sr. Gilman, duas correntes dentro do Senado com relação à questão dos transgênicos. Existe uma corrente que se opõe ao processo científico da obtenção desse produto, ou seja, opõe-se aos produtos geneticamente modificados. Essa é uma corrente. Existe um grande debate sobre isso, se ainda temos ou não as pesquisas que deveríamos ter etc. Como defende aqui o Senador João Capiberibe.

Existe uma outra corrente que se opõe à questão dos transgênicos do ponto de vista estritamente comercial, por se tratar de um produto patenteado, que pertence a uma empresa, e só ela vende essa semente. Se, amanhã, a nossa soja, que representa, hoje, um grande fator da exportação brasileira, ficar toda ela comprometida como soja transgênica, vamos igualar o nosso produto ao produto americano. Hoje, temos um mercado extraordinário, na Europa principalmente, pelo fato de a nossa soja não ser transgênica. Agora, quando estivermos presos a uma semente que só é vendida por uma empresa... É como se fosse um sal mineral. Quer dizer, o sal, aquele instrumento que compramos para colocar num avião, só é vendido por uma empresa, da qual nós dependemos. Se assim for, vamos ficar totalmente dependentes. O que se advoga aqui, essa outra corrente, é que o Brasil tem uma empresa chamada Embrapa, que o senhor conhece também, que é perfeitamente capaz de produzir soja transgênica. Dê prazo, dinheiro e recurso à Embrapa, que não tem absolutamente nenhum, que ela produzirá uma soja transgênica brasileira, nossa, e não precisamos ficar, evidentemente, na dependência da empresa estrangeira, como é o caso da Monsanto, que é o que vai acontecer.

Era só esse o esclarecimento, de que existem essas duas correntes. Evidentemente, estou muito mais para a defesa da questão comercial do que da questão da transgenia.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Muito obrigado, Senador.

Devo dizer que a Embrapa já tem vinte espécies de soja transgênica identificada. Só não pode pesquisar, porque a Lei Ambiental não deixa. E ela cobra **royalty** para o mercado, como a Monsanto vai cobrar. Isso é parte desse mundo que está por aí. Só que a Embrapa já tem o produto desenvolvido.

Posso seguir?

Já havia respondido para o senhor, agora vou passar para o Senador Hélio Costa. Na questão das tarifas que o senhor informou, há um dado para aferir. Tem uma maneira de calcular. Eles calculam dez tarifas: uma é dezessete, outra é vinte etc. Se você tomar esses números e tirar a média, você tem um valor; mas, se você pegar a tarifa de dez, qual é a quantidade de produto que é vendido na tarifa de dez e qual é a quantidade de produto que é vendido na tarifa de dezessete, você tem a chamada média ponderal, e vice-versa, para um fluxo e para o outro. E os dois estão usando números diferentes.

Quem fez um uso bem-feito foi a Embaixada Brasileira nos Estados Unidos, o Embaixador Rubens Barbosa – e o Marcos Ianque tem esse trabalho –, que pondera isso. Não interessa vender apenas uma vez na vida um produto com 300% de tarifa, e não vender mais. Isso não tem expressão de impacto comercial na concorrência. Mas, se é um produto freqüente, com uma tarifa de 15%, por exemplo, pode ter um impacto maior do que vender uma vez só um produto com 300% de tarifa. Então, vale a pena ponderar isso e a resposta é a nosso favor, mesmo ponderado, certo?

Falei da Embraer, e vou procurar agora dar ênfase ao meu amor pela Embraer, porque adoro tecnologia. Inclusive, quando falamos em agricultura eficiente – não aceito muito a história de falar que precisa agregar valor, agregar tecnologia –, não podemos ser eficientes na agricultura se não temos uma tecnologia na retaguarda. O que fizemos, aumentando, em doze anos, 100% da produção, numa área que aumentou apenas 12%? É a tecnologia antes do grão, do produto. Não é só a partir do produto que se tem tecnologia.

Sou apaixonado por tecnologia, adoro, inclusive gosto de avião e da Embraer.

Apenas, para comparar, como sou rural, o que quero dizer é que não se pode adorar a tecnologia, em que o alcance nosso não é total, em desprezo da agricultura, que está nos ajudando, gerando a receita pela qual estamos alegres.

O senhor perguntou se precisamos da Alca, não é? Há uma coisa curiosa, a Alca não é propriamente uma necessidade. A meu ver, a Alca é uma conseqüência. O grande fato que está no mundo do comér-

cio chama-se globalização. Você não tem como impedir que eu queira comprar um produto mais barato da China, porque é preciso comprar o mais caro brasileiro, porque se acaba contrabandeando, como está a questão dos computadores, como dei o exemplo do americano. A regra é você trazer a verdade comercial para o regulamento comercial, certo?

Então, o que são os blocos comerciais? São articulações entre países para conviver dentro da globalização. O que a Alca é, então, em termos desse mundo doido que pressiona para vender e aí entra a questão dos créditos subsidiados... Quem falou do BID? Foi V. Exª, Senador? Esse negócio do BID, o Brasil está fazendo hoje com o Equador e com a Colômbia. Oferecendo dinheiro do BNDES, desde que eles comprem máquina nossa, está certo? É o poder do Tesouro. O americano faz isso há muito tempo, em vários modelos, e há exemplos curiosos sobre isso.

Então, o arranjo da União Européia com o Mercosul é para estabelecer um convívio preferencial com a selva, que é a globalização. Não é por precisar, mas para saber se pode tirar proveito da Alca. Sem tirar proveito, não se deve querer, mas rejeitar. Ela é um desenho de convívio dentro de um universo maior, que é a globalização.

E aí entra a história das barreiras, que temos de tratar, em relação à renda da agricultura. Por que vendemos 1,5 milhão de toneladas de carne e estamos achando ruim? Porque a carne brasileira, que é vendida, em média, por US$2 mil a tonelada para a Europa, quando chega ao primeiro atacadista é entregue a US$5 mil, porque, ao desembarcar, recebe uma tarifação de 113 euros por tonelada e mais uma percentagem **ad valorem**, que agrega US$3 mil ao valor que saiu daqui. Por isso é preciso negociar, para diminuir a repartição da oportunidade na cadeia dos negócios internacionais.

Continuamos vendendo, mas podíamos estar recebendo mais dinheiro pela carne, para investir mais no Brasil, implantar mais frigoríficos, melhorar os rebanhos, ter mais eficiência e ocupar mais espaço no mundo. Hoje vendemos a carne para 85 mercados distintos, mas a Europa compra quase 50% disso. Então, há peculiaridades.

Senador Jefferson Péres, obrigado pela solidariedade honrosa.

Senador Eduardo Suplicy, na parte que me cabe sobre a Farm Bill, ela é um adicional sobre a roça, o plantio existente. Foi uma regra que colocou na mão dos produtores rurais uma quantia enorme de recursos, para lhes assegurar intimidade com o governo. Aí entra o modelo de subsídio, os créditos, é isso que eu queria contar. Um dia encontrei o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes, muito meu amigo, e falei: "Edivar, pára de comprar picanha dos Estados Unidos. Não posso apoiá-lo mais nas negociações internacionais". Ele falou: "Como vou parar de comprar? Eles me dão dois anos de prazo, com juros de 1% ao ano; vendo aqui com 60 dias, aplico o dinheiro a 20% ao ano e, quando voltar, compro dez picanhas". Quer dizer, isso se chama subsídio por meio do crédito. São dois anos. E desaloja-se o fornecedor. O trigo dá dez anos, Senador.

O SR. (Orador não identificado) – Mas, se não pagar, não há como devolver o produto.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Não há. É só criar a clientela cativa, essa é uma maneira indireta. Falar só em subsídio direto ao produto é pouco; tem-se que ver o universo das implicações. E, na parte de crédito, há uma coisa curiosa. Existem dois itens que vale a pena mencionar. Há um mecanismo de crédito chamado Loan Price. O governo americano empresta ao produtor para produzir soja – existe uma medida chamada **bushel** – a US$5 o **bushel**. Pois bem, na hora da venda, se o mercado está US$3,5, o cidadão só paga ao banco US$3,5, não precisa pagar o resto. O subsídio é de 30%. Esses subsídios implicam o quê? Um conforto da produção, em que o produtor não tem risco em produzir mais, porque, quanto mais produz, mais benefício tem, gerando-se uma situação muito crítica, que é o excedente interno. Esse excedente interno normalmente se dirige ao mercado mundial. E como, com que preço? Está caríssimo. Aí vem o subsídio da exportação, que é a outra mão: vende barato, que completo o seu custo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quer dizer que, além dos US$19 bilhões por ano... É essa quantia, de fato? US$19 bilhões anualmente?

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Fora essa, há outras formas que o senhor está mencionando.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Há penduricalhos. E, se tratarmos da Europa, há prêmio para matar boi velho e bezerro desmamado; subsídio para matar vaca que saiu da lactação. É um universo, uma barbaridade!

Agora, há outra coisa que vale a pena colocar, que é a história do direito do País de dar subsídio ao seu produtor. Não se pode dizer: você não vai ajudar o seu produtor; deixe-o morrer de fome. Não é isso que discutimos. Discutimos o subsídio que distorce o

comércio, o subsídio que é tão atraente e tão sem risco para o produtor que o faz aumentar a produção de tal maneira que é preciso exportar. Essa exportação, produzida não por competência, mas por dinheiro do Tesouro, entrará no meu mercado, e eu não tenho subsídio para com ela competir.

Então, estamos procurando um caminho contra esse subsídio de apoio interno e não tentando impedir que o país ajude os seus agricultores. Se o Brasil puder dar a cada agricultor brasileiro US$100 mil por ano, será uma maravilha. Mas não pretendemos isso, sabemos que não é possível, nem é esse o caminho. Como o direito de dar é soberano, nos limites da regra da OMC, estamos discutindo com argumentos em prol da justiça no comércio, porque esses excedentes que vão ao mercado desalojar a minha oferta são os que distorcem o comércio.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Sr. Presidente, poderia interromper para solicitar um esclarecimento em função do que o expositor acaba de mencionar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Gostaria que fosse reavivada na minha memória essa questão relativa ao problema do trigo. O Brasil tem uma indústria florescente de trigo. V. Sª quer dizer que o trigo que vem para o Brasil deverá ser pago em dez anos? Se é verdade, foi isso que acabou com a nossa indústria de trigo; houve um verdadeiro **dumping** que acabou com a nossa florescente indústria de trigo. Quero confirmar: o pagamento da importação pode ser feito em dez anos?

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Sim.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – O crédito é para dez anos?

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Dão o crédito ao vendedor do trigo e esse o transfere para cá.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Transferem para pagar em dez anos?

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Sim.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Não há quem possa resistir.

O SR. GILMAN VIANA RODRIGUES – Tenho uma notícia melhor para V. Exª. Como o trigo americano teve problema sanitário e como, depois do Mercosul, o Brasil passou a dar preferência ao trigo da Argentina, acabou essa sombra. Mas veio uma tempestade. O Brasil já produziu 85% do trigo que consome. E por que deixou de produzir? Entra, então, a história do Governo comparecendo com o que lhe cabe. A garantia do preço mínimo do trigo, quando produzíamos 85% da demanda, representava um valor superior ao preço do trigo que a Argentina oferecia ao País. Então, o Governo começou a não cumprir a garantia do preço mínimo e, não a cumprindo, o produtor ficou sem escada e sem a brocha, no ar. Com isso, deixou de plantar, e o Brasil passou a comprar trigo da Argentina. Quando a agricultura de trigo brasileira estava desestruturada, o argentino disse que seu preço não era mais aquele, mas 30% superior. E o Brasil não tinha como começar a plantar trigo imediatamente. Passamos oito anos com um déficit enorme. Até hoje, o trigo consta da nossa balança agrícola de importação. Agora está-se estimulando a reintrodução de apoio à triticultura brasileira, a fim de recuperar o trigo nacional.

Mas era desse jeito. Não está tendo agora, mas era assim, e muitos equipamentos ainda são comprados dessa maneira, para dar preferência à indústria detentora do crédito. Chega ao ponto que mencionei: uma briga de Tesouros. Se o Brasil pudesse dar dez anos de prazo aos vendedores norte-americanos, daria também.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Embaixador Adhemar Bahadian.

O SR. ADHEMAR BAHADIAN – Sr. Presidente, depois dessa brilhante aula sobre agricultura, penso que serei poupado de responder ao Senador Rodolpho Tourinho as perguntas que fez sobre agricultura, porque o que disse o representante do Conselho Nacional de Agricultura é exatamente o que se passou, na realidade, nas negociações na Rodada do Uruguai. Os compromissos que assumimos nos impedem hoje de conceder subsídios, e os subsídios, e os existentes permanecem. Obviamente, é uma descompensação. Esse é até um gancho para o que eu disse com insistência durante a nossa conversa: ao colocar mal colocados os termos da negociação, sempre haverá conseqüências. Eu quis demonstrar que estamos colocando a negociação na Alca de forma desequilibrada, porque, como repeti no início – pena que o Senador Jefferson não esteja presente porque, em parte, estou respondendo a S. Exª – já houve a retirada prévia dos Estados Unidos, de maneira unilateral, das negociações que nos interessam muito, que são essas que têm a ver com subsídios à exportação, subsídios internos. Os Estados Unidos, unilateralmente, retiraram essa negociação da mesa. Assim, obviamente, ficamos com uma agenda desequilibrada, que estamos procurando equilibrar.

Quero responder hoje às perguntas, na medida do possível. Talvez algumas fiquem para outra ocasião, como as perguntas sobre listas de produtos.

Senador Hélio Costa, quero dizer que não tive outro objetivo nesta exposição que não o de ser o mais claro possível com os formadores de decisões brasileiras. É importante que se diga claramente o que está acontecendo. Acredito que foi importante V. Exª ter-se decepcionado um pouco com o que ouviu, pois o que está sendo dito é para decepcionar mesmo. Não posso fazer nada. A verdade é que não é rósea essa negociação. Ela é muito complicada e espinhosa.

V. Exª me fez uma pergunta muito objetiva: qual foi a resposta oficial do Brasil à alegação do Embaixador Peter Allgeier, de que "se o Brasil não quiser, que saia". Temos respondido de maneira muito tranqüila, serena, à arrogância sistemática do negociador americano, explicando que não queremos nos desligar da negociação porque temos uma proposta concreta: retirar da negociação as áreas sensíveis do Brasil, da mesma forma como eles retiraram as deles. O que eles não aceitam, como disse aqui, é que haja esse equilíbrio. Eles não aceitam que o Brasil possa ter dificuldades e não queira negociar. Então, Senador, a resposta foi dada. E eu diria até que a bola está do lado dos americanos, porque eles continuam nos embromando – o termo é esse –, empurrando sempre com a barriga, não respondendo se vão aceitar uma proposta de grande flexibilidade, feita por mim, mas que na realidade é do Ministro Celso Amorim e do Governo brasileiro.

Com relação aos dez produtos, já respondi, em parte, a questão tarifária. De qualquer forma, pedirei aos órgãos competentes do Itamaraty que, por meio dos meus colegas que estão aqui, façam chegar a V. Exª as explicações possíveis.

Agora quero me referir às perguntas e questões levantadas pelo Senador Jefferson Péres. Não sei se S. Exª retornará ou não, porque fico em uma situação delicada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com certeza, S. Exª sabe que o Sr. Embaixador Adhemar Bahadian estará respondendo às suas perguntas. Talvez esteja vendo pela televisão. Pelo que conheço do Senador Jefferson Péres, S. Exª está sempre às 14h30 no plenário. Talvez precise almoçar, mas esteja ouvindo com atenção as suas respostas. Com certeza as notas taquigráficas chegarão ao Senador.

O SR. ADHEMAR BAHADIAN – Muito obrigado, Sr Presidente.

Quero dizer ao Senador Jefferson Péres, cuja biografia respeito, que não houve de minha parte nenhuma intenção. Em primeiro lugar, talvez eu tenha sido infeliz na minha colocação inicial, porque, desde o início, eu disse que eu estava trazendo o exemplo do Chile porque ele foi trazido pelo negociador americano. V. Exª se recordará disso, Sr. Presidente. Eu não estava trazendo o Chile, um país irmão e amigo, com o qual temos laços estreitos de afinidade, porque eu queria mostrar, como se alegou indiretamente, que eu desconfiava do patriotismo ou da capacidade negociadora dos representantes chilenos. Eu trouxe esse exemplo porque o Embaixador Allgeier o citou. Ele disse: "Nós queremos fazer na Alca o que fizemos com o Chile". Eu trouxe para cá o que foi feito com o Chile e expliquei. Será que é isso que podemos fazer? É só isso. Não há nenhuma intenção da minha parte de denegrir a cidadania chilena e o próprio governo chileno.

Há um outro aspecto que o Senador falou, que não tem muito a ver com essa parte, mas que é muito importante porque representa uma filosofia grave, a meu ver, de negociação. S. Exª disse que dá 10 para a posição brasileira e zero para o discurso, e disse que nós deveríamos negociar, negociar, negociar e, no fim, ver o que vai fazer. Em relação a essa filosofia, já aprendemos que ela nos leva a, às 2 horas da madrugada de um dia, em uma organização qualquer, em que reservamos as nossas posições em vários sentidos, sofrer uma pressão enorme da coletividade para que, naquela hora, você aceite, porque você negociou até aquele ponto.

O que está ocorrendo hoje na Alca, Sr. Presidente, é que estamos dizendo claramente que nós já vemos que, se seguir nessa direção, a negociação nos levará a impasses muito sérios e a posições inteiramente inaceitáveis para o Governo brasileiro. Estamos sendo francos, objetivos e diretos. É a mesma coisa se eu estivesse negociando — desculpem-me a vulgaridade do exemplo — a compra de uma casa e o vendedor me dissesse: "Você vai levar a casa, mas nunca terá água". Não posso comprar uma casa dessa forma, porque eu já sei que estou sendo apenado nesse tipo de acordo.

O que estamos querendo definir é o que exatamente vamos negociar. E estamos dizendo: se você retirou isso e isso nos prejudica muito, também não podemos aceitar isto. Queremos negociar esse sistema como vocês querem negociar, no âmbito internacional, no âmbito da OMC. Não há nada de diferente, não há nada complicado, não há nenhum comportamento antiamericano, negativo. Queria esclarecer

muito isso, porque tenho um grande respeito pelo Senador Jefferson Péres e acho que isso não foi compreendido.

Sr. Presidente, o outro aspecto negativo nessa filosofia é que já estamos negociando assim há nove anos. Essas negociações não começaram ontem. Nós não podemos ser acusados de estarmos sendo prematuros nas nossas decisões, porque essas negociações têm nove anos de duração. As negociações da Alca têm sete mil **brackets**, como se diz no jargão diplomático, que significa que são sete mil pontos de desacordo. As negociações da Alca implicam um desgaste do orçamento do Itamaraty absolutamente pesado, desgaste de pessoas e financeiro. Nós não podemos continuar assim, porque sabemos que, se vamos, por exemplo, a uma reunião sobre agricultura e os americanos nos dizem que não vão negociar objetivamente agricultura e subsídios, eles vão para a mesa como se fossem, como que a dizer: a qualquer hora dessas, a gente apresenta.

O que aconteceu com Trinidad e Tobago foi que eles declararam que não vão apresentar. Por isso, estamos querendo mudar as regras de negociação. Negociar por negociar, já estamos fazendo há nove anos. Não é de ontem. Temos que ver o custo/benefício de todas essas ações.

Sr. Presidente, outro ponto: ele falou no comportamento do sorridente chinês etc. Para início de conversa, o chinês jamais aceitaria nenhuma dessas regras que hoje estão colocadas na mesa. O chinês tem, hoje, o maior índice de investimento estrangeiro, com regras perfeitamente bem definidas e claras. Regras em chinês, que, eu diria, são até mais difíceis de entender.

De qualquer forma, não é por causa disso que os Estados Unidos deixaram ou deixarão de investir no Brasil, porque o que atrai o investimento é o mercado. Ninguém investe por essa ou por aquela razão. E temos um mercado, assim como a China tem um mercado.

Eu queria dizer que não é pelo nosso sorriso que virá o investimento. O que fará vir o investimento é termos – como temos – regras claras e bem definidas. À medida que se aceitem essas novas regras, talvez aplicáveis a um país diminuto, a uma ilhota ou ao que quer que seja, e se tenta transferir isso para o Brasil, penso que diminuirão os investimentos, haverá desinvestimentos e saída de empresas do Brasil.

Como disse o Senador João Capiberibe, a visão do emprego, do impacto no nível de emprego é muito importante, e devemos ter isso em conta, porque, se há algo que está ocorrendo e que poderá ocorrer se aceitarmos essas regras e esse tipo de negociação, é a clara diminuição de investimento e de emprego no Brasil. Quanto a isso, não tenho a menor dúvida.

Eu queria terminar e, mais uma vez, tenho de me referir ao Senador Jefferson Péres, por cuja biografia reitero o meu respeito, quando S. Exª disse que eu deveria respeitar um pouco mais a personalidade do geólogo Walter Link. Eu queria dizer que, nesse caso também, fui mal interpretado, porque o que eu disse foi que, por força das declarações e dos estudos feitos à época pelo Sr. Walter Link, a Petrobras não teria nascido. Eu não estava dizendo que ele pode ser responsabilizado por não ter havido pesquisa na plataforma submarina. O que eu estava dizendo é que aquela decisão, aquela recomendação levaria a que a Petrobras não tivesse nascido, com as conseqüências de que todos sabemos. Portanto, permaneço com as mesmas observações que fiz inicialmente sobre o fenômeno.

Sr. Presidente, eu queria terminar, mas considero muito importante dizer algo sobre um aspecto extremamente político do problema: não podemos continuar como estamos, negociando como estamos. E a razão é muito simples: os americanos, sobretudo os Estados Unidos da América, estão dividindo a sociedade brasileira com má informação, com desinformação. Estamos vendo isso cotidianamente na imprensa. Trinidad e Tobago não foi um fracasso, mas o começo do conserto das dificuldades que estamos tendo hoje. Mas o chefe da delegação americana, declaradas e reiteradas vezes, disse à imprensa brasileira que o Brasil estava isolado, que o Brasil estava sendo abandonado pelo Mercosul, que o Brasil estava prestando um mau serviço à causa hemisférica – todas inverdades de natureza política, que teriam de ser respondidas.

Quando o Sr. Peter Allgeier vem aqui e diz que o Brasil ou entra, ou cai fora, é um blefe. O que ele quer é que haja no Brasil o temor de que sejamos excluídos de um processo que, na concepção deles, é muito interessante – mas, como estamos mostrando, não é – e que o Brasil pense que não possa se afastar dele.

O que o Brasil quer, o que o Presidente Lula nos determinou, o que o Ministro Celso Amorim determina é que façamos uma negociação equilibrada. Srs. Senadores, a retirada desses temas agrícolas, acompanhada da retirada dos temas aqui analisados, ainda levará a uma boa massa crítica de negociação, exatamente em pontos como, por exemplo, o lembrado pelo Senador Hélio Costa, do interesse dos industriais. Não excluo que haja o interesse dos industriais quando se fizer uma negociação de produtos, que

pode ser feita. E quero aqui dizer que estou à inteira disposição dos Senadores João Capiberibe e Hélio Costa para ir a quantas reuniões de empresários forem necessárias, porque quero esclarecer os pontos. Sei distinguir muito bem as áreas em que podemos ter negociações muito interessantes. Aliás, o Brasil está fazendo com a Argentina – ontem fez – propostas na área de serviços, nas áreas industriais, e tenho certeza de que há um espaço para negociar de interesse brasileiro.

Não estou dizendo que acabaremos com a Alca, mas que temos de inserir a Alca em uma perspectiva correta, a perspectiva em que possamos negociar sem lesivos compromissos para a política brasileira de desenvolvimento econômico.

Era o que eu queria esclarecer, mais uma vez agradecendo esta oportunidade que me foi dada e colocando-me à disposição desta Comissão e de outras. Virei tantas vezes quantas forem necessárias, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria fazer uma retificação. V. Exª muito me honrou, no início da minha palestra, ao se referir que eu seria Embaixador do Brasil na Argentina. Eu sou simplesmente o Cônsul-Geral do Brasil na Argentina. O Embaixador é o meu colega José Botafogo Gonçalves. Mas, fiquei muito honrado, porque, por alguns momentos, senti essa honra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço a retificação da informação. Estamos cientes de que o Embaixador do Brasil na Argentina é o Embaixador José Botafogo Gonçalves. V. Exª, sendo o nosso Cônsul-Geral ali, é o negociador e co-preside as negociações da Alca.

A Senadora Ideli Salvatti gostaria de fazer uma observação.

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a minha ausência na audiência, tendo em vista, para variar, aquelas nossas coincidências de atividades. A abertura da Conferência das Cidades atrasou muito, e só consegui me retirar de lá há poucos minutos.

Eu tinha muito interesse em participar deste debate, mas acompanhei, pelo menos, as respostas ao Senador Jefferson Péres, que foram bastante elucidativas.

Eu não ouvi as perguntas, Sr. Embaixador, mas, com certeza, pelas respostas, imagino o que foi perguntado. Creio que se deixou bastante claro a posição que o Brasil vem desenvolvendo, posição que entendo profundamente correta no encaminhamento das negociações.

Não pude ouvir o pronunciamento do Sr. Gilman Viana Rodrigues.

Aproveito para registrar que não sou membro da Comissão de Relações Exteriores. Sou membro da Comissão Mista do Mercosul, e lá me deram uma tarefa não muito simples, que é a de ser a Relatora do projeto que define o plebiscito sobre a Alca. Esse projeto, originalmente, coloca o plebiscito sob a ótica da suspensão das negociações. Isso não é muito simples de relatar, porque temos a plena consciência de que a população brasileira tem o direito de se posicionar a respeito desta importante questão que decide os destinos do nosso País.

Todos sabemos que o resultado desta negociação será decisivo para toda relação brasileira no mercado internacional, com os nossos vizinhos do continente. Mas temos também a convicção de que em hipótese nenhuma podemos suspender as negociações. A população brasileira tem o direito de se manifestar e de ser consultada, para que opine e consagre ou não o acordo. Porém isso só pode ser feito quando o acordo estiver delineado, quando as negociações estiverem concluídas, quando ele estiver, de alguma forma, chegado ao seu limite, em termos de negociação.

Estamos apresentando um substitutivo garantindo a realização do plebiscito, que será realizado a partir do momento que a Presidência da República encaminhar ao Congresso Nacional, ao Senado da República, o acordo para que o Senado o ratifique. Como há um prazo de um ano para a ratificação do acordo, a realização do plebiscito se daria nesta ocasião, o que considero bastante viável. Com isso, poderemos possibilitar à população brasileira opinar a partir das informações feitas de forma correta, sob a ótica do interesse brasileiro, e não sob a ótica do interesse das autoridades americanas, pois temos sido permanentemente bombardeados, como o próprio Embaixador Adhemar registrou, o que nos causa muita indignação, pois acabamos sendo monitorados pelos interesses dos outros, e não pelos interesses do nosso País, do nosso povo.

Eu gostaria apenas de deixar este registro.

Buscarei atentamente nas notas taquigráficas a exposição e o debate aqui realizados, porque este é um dos temas que, em termos de país, considero mais importantes. E que todos nós, principalmente aqui, no Senado, que temos essa tarefa de cuidar das relações internacionais do nosso País, não podemos abrir mão de estarmos profundamente atentos e

acompanhando todas as tratativas e a evolução do processo de negócios que estão sendo realizados.

Então, eu queria agradecer e pedir, mais uma vez, desculpas por não ter acompanhado a audiência como um todo. E deixo aqui registrado que nós estamos apresentando, na Comissão do Mercosul, esse Substitutivo, entendendo que desta forma nós estaremos atendendo as duas questões importantes: dar continuidade às negociações sob a ótica do interesse do Brasil e dar a garantia de que a população possa opinar, ser consultada e dar o seu voto – favorável, ou não – ao acordo, assim que ele estiver concluído.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa, tem V. Exª a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Eu agradeço a V. Exª a oportunidade de voltar e acrescentar algo à minha fala inicial, porque considero da maior importância um item que ficou faltando, principalmente com relação à pergunta que eu gostaria de ter feito ao Embaixador Adhemar Bahadian.

Entre as imposições que os americanos fazem com relação à entrada do Brasil na Alca não está – conforme V. Exª deixou bem claro – a questão das compras governamentais. Na verdade V. Exª citou investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais.

Muito bem, nós temos uma herança que vem do Governo Fernando Henrique: a proposta de compra de aviões para a FAB. Chega a em torno de R$1 bilhão o comprometimento de recursos para a compra dos aviões. São jatos supersônicos que o Brasil vai comprar e cujo custo chegará a cerca de R$1 bilhão. Existem várias propostas de inúmeras companhias e nós todos conhecemos praticamente todas elas. Mas a informação que nós temos – e eu procuro sempre fazer o meu discurso em torno disso – é de que deve ser privilegiada, eu diria assim, aquela empresa que se proponha a criar empregos no Brasil, a fazer esse avião aqui, a fim de que o País participe, por meio das suas empresas de tecnologia, no mínimo da montagem desses aviões, ao invés de simplesmente pegar US$1 bilhão, comprar aviões e trazê-los para cá.

No momento em que nós estamos falando de compras governamentais, por que razão, na herança do Governo passado, nós estamos permitindo que se faça uma concorrência pública internacional para a compra desses aviões, se o Governo não precisa fazer a concorrência? Ele pode decidir o que é melhor para o Brasil, para a Força Aérea e comprar os aviões. Ele não precisa fazer a concorrência. No entanto, nós herdamos essa proposta de concorrência que me parece ser uma imposição do Fundo Monetário Internacional nessas negociações todas de superávit primário etc.

Eu gostaria de perguntar qual é a posição de V. Exª nesse sentido? Como negociador, como negociaremos essa proposta? Se nós não permitimos, nas negociações da Alca, que se faça qualquer concessão com relação a compras governamentais, como é que nós já estamos fazendo uma concessão de permitirmos uma concorrência internacional de US$1 bilhão que é totalmente desnecessária?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu aproveito e peço ao Embaixador Adhemar Bahadian que acresça as informações que tiver à Senadora Ideli Salvatti e ao Senador Hélio Costa.

Se ontem V. Exª ouviu as minhas observações relativas ao projeto de um mandato negociador que estabeleça normas diretrizes para o Governo Brasileiro e sendo V. Exª, Embaixador Bahadian, quem está à frente das negociações, considera adequado um projeto nesse sentido, que guarda relação com o **Trade Promotion Authority**? V. Exª tem a palavra.

O SR. ADHEMAR BAHADIAN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu me permitiria começar pelo fim, por essa sua observação. Aqui V. Exª vai me permitir falar muito mais em caráter pessoal, porque eu não tenho, nesse caso, o mandato do meu Ministro para falar. Creio que estaria até interpretando um pouco o pensamento dele, mas queria ressalvar que estou falando, neste caso, em caráter pessoal. Eu acho de grande importância para todos nós, para a sociedade brasileira, que se institua, com a maior urgência, esse tipo de norma.

Eu quero me felicitar com V. Exª por esse projeto. Eu acho que nós negociadores teríamos uma vida muito mais fácil, se tivéssemos esse tipo de orientação. Se essa discussão que nós estamos tendo hoje aqui precedesse o início das negociações sobre a Alca e tivéssemos recebido, por exemplo, um tipo de orientação que emergisse do Senado Federal e dissesse que nas negociações sobre a Alca o Governo brasileiro não deverá – porque é assim que fazem os americanos: não deverá colocar em risco a possibilidade de se continuar a ter as políticas nacionais de compras governamentais de investimentos. A lei nacional não deverá ser, em hipótese alguma, negociada no foro internacional. Eu seria muito mais feliz. E eu teria, como os americanos têm aquela pachorra de dizer assim: "A o Senado não quer que eu faça isso." Esse negócio é muito antigo. Tive um velho amigo, a

quem devo e aprendi muito, embaixador Jorge Maciel, infelizmente falecido, em que ele tinha essa fase de negociação em que os americanos, sobretudo na área de café, em que chegavam e diziam: "o meu Congresso não deixa." Estávamos em outra fase política. E ele, apertado, dizia: "Olha, vocês têm o seu congresso, e eu tenho meus generais." Naquela época era a possibilidade que se apresentava. De qualquer forma, colocar diretrizes para os negociadores brasileiros é extremamente importante.

A pergunta que me faz o Senador Hélio Costa, eu, sinceramente, não saberia responder. Creio que, como V. Exª já indicou na sua própria pergunta, há condicionante do próprio Fundo Monetário, mas eu desconheço o assunto. Agora, se aceitarmos na ALCA como está sendo proposta as compras governamentais, que não vai ser possível exigir mais, é que se compramos um avião desses é exigir que ele seja fabricado aqui ou que nos transfiram tecnologia. Já está lá e já está escrito: "não peçam isso, porque não é possível. É uma compra e estamos conversados" O que é um impacto enorme na transferência de tecnologia. Veja o acordo do Chile, quando se faz a transferência de tecnologia em qualquer área e que dizem que não se pode pedir que o governo chileno não pode pedir que transferência de uma percentagem de tecnologia; não pode permitir que se exija que a fabricação do produto aqui tenha uma determinada quantidade de produto nacional. Tudo isso acabou, Sr. Presidente, e existia antes. Quero agradecer a presença da senhora, sempre agradável e tranqüilizadora. Já estivemos juntos em várias negociações, assim como tive o prazer de estar com o Senador Capiberibe. Quero dizer que, cada vez mais, a participação dos congressistas conosco, até que haja essa legislação, já é um grande conforto. Não vou me pronunciar sobre o plebiscito. Mas é uma grande sabedoria colocar que esse plebiscito se faça depois do acordo. Concordo em gênero, número e grau. Não está na proposta do Governo brasileiro se retirar das negociações. Queremos continuar negociando, como disse, dentro de uma moldura correta. Simplesmente isso, Sr. Presidente. Quero agradecer a gentileza de ter-me convidado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero muito agradecer as presenças do Sr. Gilman Viana Rodrigues, da Confederação Nacional de Agricultura, e do Embaixador Adhemar Bahadian. Os dois deram uma contribuição de grande valia e significado para nós.

Senador João Capiberibe, sobre os requerimentos, será importante termos a apreciação deles com todos presentes. Na próxima reunião, que não vai haver a continuidade, teremos tempo para definir os próximos convidados.

Está encerrada a presente reunião. Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h46min.)

Ata da Vigésima Quarta Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura, realizada no dia trinta de outubro do ano de dois mil e três, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de outubro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Pedro Simon, Rodolpho Tourinho, Jefferson Péres, Luiz Otávio, João Capiberibe, Tião Viana, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Sibá Machado, Heloísa Helena, Mozarildo Cavalcanti, Marcelo Crivella E Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. Havendo número regimental, a reunião é aberta dispensando a leitura da ata da reunião anterior. Inverte-se a pauta. Extra-Pauta: Item um – Visita do Senhor Deputado FRANCISCO GUTERRES, Presidente do Parlamento do Timor-Leste, e delegação composta pelos Senhor Deputado JOSÉ MANUEL FERNANDES (FRETILIN) – Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros, Segurança e Defesa Nacionais; Senhor Haroldo Moucho – Assessor Político do Presidente e a Senhora Cristina Ferreira – Assessora Jurídica do Parlamento Nacional. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Deputado Francisco Guterres que faz sua exposição. Fazem uso da palavra para interpelação os Senhores Senadores: Eduardo Azeredo, Jefferson Péres, Pedro Simon. Os Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Pedro Simon fazem uso da palavra para considerações sobre o tratamento dado a brasileiros no exterior. O Senhor Presidente faz a leitura de Ofício Nº 889, de 2003, enviado pelo Senador Marcelo Crivella, que "solicita ao Senador Eduardo Suplicy que se digne apressar a tramitação de um pedido do eminente Senador Hélio Costa ao Presidente do Senado Federal para indicação de uma comitiva de dois Deputados e dois Senadores a fim de procederem a oitiva dos brasileiros que se encontram nessa situação e buscar uma solução para o problema". Faz uso da palavra o Senador Jefferson Péres. Retoma-se a deliberação da Extra-Pauta:

Item dois – Requerimento N° 37, de 2003/CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Péres, que "requerem, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para prestar esclarecimentos no plenário desta Comissão os Senhores José Viegas, Ministro de Estado da Defesa; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luís Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica; Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, responsável pela Comissão para a Coordenação do Projeto SIVAM; e Gregory D. Vuksich, presidente da Raytheon". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Jefferson Péres. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. Os dois primeiros itens da pauta estão sobrestados. Passa-se ao Item três – Projeto de Lei do Senado N° 281, de 2003, de autoria do Senador Efraim Morais, que "institui a obrigação do ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Jefferson Péres, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o projeto foi aprovado. Passa-se ao Item quatro – Projeto de Decreto Legislativo N° 663, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, celebrado em Montevidéu, em 21 de agosto de 2002". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador PEDRO SIMON, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir o projeto foi aprovado. Passa-se a apreciação do próximo item. Item cinco – Indicação N° 03, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "sugere à Comissão de Relações Exteriores e, por seu intermédio, à Subcomissão da Amazônia, o estudo de medidas legislativas para evitar a biopirataria na Amazônia". Tem a palavra o Senador Jefferson Péres, Relator da matéria que faz a leitura de seu parecer, favorável. Discutiram a matéria, os Senadores Pedro Simon, João Capiberibe E Heloísa Helena. Não havendo mais quem queira discutir, a indicação é aprovada. Extra-Pauta: Item três – Requerimento N° 38, de 2003/CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "requer nos termos dos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado voto de censura ao Serviço de Imigração do Governo dos Estados Unidos da América, em razão dos fatos recentes ocorridos com a cidadã brasileira, a cardiologista Dra. Márcia Barbosa, e que não se constitui em caso isolado na prática imigratória daquele país". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Eduardo Azeredo. Discutiu o Requerimento, o Senador Jefferson Péres. O Requerimento é aprovado. O Item seis é adiado a pedido da Relatora. Item sete – Requerimento N° 869, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "requer Voto de Aplauso ao Tribunal de Recursos Islâmicos de Katsina e ao Governo da Nigéria, por intermédio da Embaixada em Brasília, pela sentença que anulou a condenação de Amina Lawal à morte por apedrejamento". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador PEDRO SIMON que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o requerimento é aprovado. Item oito – Requerimento N° 884, de 2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura ao atentado terrorista na cidade colombiana de Florência, acontecido no dia 28 de setembro de 2003, causando a morte de dez pessoas e ferindo dezenas de outras". Designado Relator "Ad Hoc", o Senador Jefferson Péres, faz a leitura do relatório, favorável. O Requerimento é aprovado. Item nove – Requerimento N° 35, de 2003/CRE, de autoria do Senador João Capiberibe, que "requer, nos termos do artigo 90, incisos II, III e XIII do Regimento Interno do Senado Federal: a) A realização, por esta Comissão, de diligência no Centro de Lançamento de Alcântara, Maranhão, para exame dos graves incidentes lá ocorridos, com a morte de 21 técnicos que participavam das atividades do programa espacial brasileiro; b) A realização de audiências públicas na sede do município, para exame desses incidentes; c) Convite aos Exmos. Srs. Ministros da Defesa, Embaixador José Viegas, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, para que acompanhem a referida diligência". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador João Capiberibe. O Senhor Presidente solicita ao Ministro José Viegas a providência do relatório sobre o acidente de Alcântara que havia sido prometido na Audiência Pública do dia quatro de setembro de 2003. Retorna-se ao Item seis – Requerimento N° 770, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que "requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, que o Senado Federal apresente junto ao Comitê do Prêmio Nobel da Paz, do Parlamento Norueguês, voto de apoio à candidatura da Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz de 2004". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador

PEDRO SIMON que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente tece algumas considerações pertinentes à Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia trinta de outubro do ano de dois mil e três, às nove horas e trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estamos tendo a honra, nesta 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de receber o Presidente do Parlamento Nacional do Timor Leste, Deputado Francisco Guterres, que se encontra acompanhado do Sr. Haroldo Moucho, Assessor Político do Presidente, e da SRA Cristina Ferreira, Assessora Jurídica do Parlamento Nacional.

Com muita honra, prezado Presidente Francisco Guterres, recebemos V. Exª, pois é vontade manifesta do Senado Federal estreitarmos as relações entre o Brasil e o Timor Leste.

Acompanhamos muito de perto todo o processo de luta pela independência do Timor Leste.

Informo às SRAs e aos Srs. Senadores que Francisco Gueterres, também conhecido como Lu-Olo, nasceu no Timor Leste, em 4 de abril de 1954. Foi membro ativo da resistência timorense à ocupação Indonésia, tendo participado da reestruturação da guerrilha em 1981. Foi casado com uma guerrilheira, que foi morta nas montanhas durante a resistência.

Segundo seus companheiros de guerrilha, Lu-Olo era um estudioso e preferia leitura ao combate. É Deputado pela Fretilin, Frente Revolucionária do Timor Leste Independente, Partido que detém a maioria do Parlamento de Timor Leste.

O atual Parlamento Nacional de Timor Leste sucedeu à Assembléia Constituinte, formada durante a administração transitória das Nações Unidas.

Gostaríamos de dar a palavra ao Presidente Francisco Guterres para uma saudação e nos informar sobre como está o Timor Leste para, em seguida, ouvirmos os Srs. Senadores que desejem qualquer esclarecimento.

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Muito obrigado, Sr. Presidente!

Srªs e Srs. Senadores, é um grande privilégio para minha delegação estar hoje com V. Exªs neste trabalho da Comissão de Relações Exteriores.

Como foi apresentado agora por S. Exª, o Presidente, o Timor Leste é um pequeno país que foi invadido em 1975 pelas forças indonésias. A partir dessa data, o povo de Timor Leste ofereceu resistência durante 24 anos, até que, em 1999, deu-se o fim da resistência contra a ocupação militar Indonésia por meio de um ato referendário, em Timor Leste, supervisionado pelas Nações Unidas.

Timor Leste conseguiu, então, sua vitória a partir dessa data. O povo estava consciente de que estava ao lado de uma razão, que levou o povo de Timor Leste a resistir tenazmente contra a ocupação brutal da Indonésia. Podemos dizer que Timor Leste foi muito bem acompanhado pelo povo irmão do Brasil, que, como disse muito bem o Sr. Presidente, sempre acompanhou de perto a situação de Timor Leste na sua luta e, claro, depois daquela luta, a independência de Timor Leste.

Estamos agora numa nova fase, a fase do governo e da reconstrução do país. Nós, os timorenses, estamos empenhados nessa difícil missão com a mesma determinação que sempre tivemos durante os 24 anos na luta contra a ocupação militar na Indonésia.

Ficamos muito satisfeitos por estar com V. Exªs e pela apresentação feita pelo Sr. Presidente do Senado Federal. Desejamos que o Timor Leste e o Brasil, embora sejam países separados pela distância, pois localizam-se em continentes distintos, tenham a melhor amizade e cooperação no futuro do Timor Leste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, saúdo o Deputado Francisco Guterres, Presidente do Parlamento Nacional do Timor Leste. Gostaria apenas de que S. Exª nos explicasse um pouco mais sobre a organização política atual do Parlamento e como está a representação popular no Timor Leste depois da independência.

Registro também que o nosso colega, Senador Rodolpho Tourinho, falou da proximidade do Timor Leste, mesmo porque o sotaque é muito mais nosso do que português.

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Muito obrigado.

Sr. Presidente, o Parlamento Nacional do Timor Leste saiu da Assembléia Constituinte, formada depois das eleições gerais, em agosto de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me perguntar: no Parlamento no Timor Leste, os Deputados falam português? Todos falam português?

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Só alguns falam. Muitos falam o tetun.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas a linguagem normal é...

O SR. FRANCISCO GUTERRES – A linguagem normal é o tetun. Algumas vezes, as intervenções são feitas em língua portuguesa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – São quantos membros?

O SR. FRANCISCO GUTERRES – São 88 membros e 12 partidos políticos com representação no Parlamento Nacional. A maioria é do meu Partido, a Frente Revolucionária do Timor Leste, que tem 55 Deputados.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É bicameral?

O SR. FRANCISCO GUTERRES – É unicameral.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O País não tem representação de Estados? É unificado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quais são as divisões políticas no Timor Leste? No Brasil, há Estados e Municípios.

O SR. FRANCISCO GUTERRES – No Timor Leste, há distritos e subdistritos. Os distritos englobam uma série de subdistritos. Há de quatro a cinco distritos, no máximo, e há os subdistritos e os sucos, que são aglomerados de famílias. De 300 a 400 famílias fazem um suco; e depois há as aldeias e mais outro aglomerado de familiares – e há de 50 a 100 familiares em um aglomerado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Bom-dia, Sr. Francisco Guterres. Infelizmente não pude assistir a sua exposição e não sei se V. Exª já falou sobre todos os assuntos. Tenho curiosidade de saber alguns aspectos a respeito do Timor Leste.

Primeiramente, pergunto se o aparelho institucional do País já está implantado. Além do Parlamento, o Poder Judiciário, o Banco Central, enfim, todos os órgãos públicos estão implantados e funcionando ou o País ainda está em fase de...

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Já estão implantados, Senador. Há o Parlamento Nacional; o Executivo, ou seja, o Governo liderado pelo Primeiro-Ministro, que é Secretário-Geral do meu Partido, e a Presidência da República com o Sr. Presidente Kay Rala Xanana Gusmão. O Supremo Tribunal de Justiça ainda não foi instalado e o órgão que exerce todas as competências do Supremo Tribunal de Justiça, o Tribunal de Recursos, que é liderado, portanto, por jurista luso-timorense.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Segundo, como está a economia? Está normalizada, estabilizada? Vou-lhe fazer as perguntas sobre alguns pontos que gostaria saber.

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Está bem, Sr. Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Como estão o crescimento econômico e o índice de inflação?

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Sr. Senador, não posso, portanto, apresentar exatamente a situação econômica do território. Como sabe, o Timor Leste foi completamente destruído depois do anúncio do resultado das eleições ou do **referendum** de 1999.

Estamos, agora, praticamente do zero e, a partir do zero, é que queremos, portanto, erguer a nossa nação e temos a Constituição, a lei-base da nação, que define, portanto, a economia do nosso Estado independente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – A ajuda internacional, a ajuda do Banco Mundial tem sido satisfatória?

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Sim.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Outros Governos têm ajudado o Timor a reerguer-se?

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Têm ajudado o Timor até aqui. Portanto, mediante os parceiros de desenvolvimento, que inicialmente chamávamos países doadores. Mas deu-se, mais tarde, o nome de parceiros de desenvolvimento a vários países que estão, atualmente, a dar apoio ao Timor Leste.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Finalmente, uma última pergunta. O Timor esteve sob domínio da Indonésia durante muito tempo. É um país emergente, portanto, um país que recém adquiriu sua independência e, nessas circunstâncias, é difícil um

país ter um Estado Democrático de Direito pleno. Eu sei que há limitações. Então, a pergunta objetiva que lhe faço é a seguinte: apesar dessas dificuldades, V. Exª diria que em Timor as liberdades fundamentais, que são três – de associação, de expressão e de reunião –, estão plenamente asseguradas?

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Plenamente asseguradas, Sr. Senador. Apesar de o Timor Leste ter sido submetido a uma guerra ou mergulhado numa guerra durante muitos anos, nós, os timorenses, sabemos por que lutamos. Lutamos também por uma democracia, por liberdade. É exatamente por isso que estamos agora, nesta fase, embora com muitas dificuldades, como disse muito bem o Sr. Senador, de aprendizagem e vamos, pois, afirmar a nossa própria identidade política, cultural, social, em todos os aspectos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Muito bem. É uma satisfação, Senador Eduardo Suplicy, ouvir alguém lá do outro lado do mundo falando um português mais próximo do sotaque brasileiro do que o do lusitano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É verdade.

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Em primeiro lugar, agradeço ao nosso Presidente, Senador Eduardo Suplicy, pela feliz oportunidade de contarmos com a presença do Presidente do Parlamento.

Temos, de um lado, um sentimento de culpa. Durante muito tempo, os senhores, um povo irmão, viveram uma luta e o Brasil, lá trás, não deu o apoio e o estímulo que deveria ter dado. Mas, desde que houve uma compenetração nesse sentido – e foi o ex-Presidente da República Itamar Franco que fez uma manifestação aos brasileiros, chamando a atenção para o nosso compromisso e a nossa responsabilidade de colaborarmos com o Timor Leste –, o problema foi abraçado pela nação brasileira. E, principalmente, quando o Prêmio Nobel da Paz foi dado exatamente aos heróis do Timor Leste, o mundo inteiro, de certa forma, tomou conhecimento daquilo que é estranho, que num mundo tão global passava despercebido, que era a luta, o esforço, o sacrifício que os senhores faziam, o regime de terror que os senhores viviam. E está provado que, quando as grandes nações não têm o interesse diretamente ligado, ficam assistindo: os americanos não tinham nenhuma preocupação, os outros também não. Mas os senhores têm um grande mérito nessa independência, nessa luta que fizeram e nessa reconstrução do País.

Como V. Exª disse, lutavam para garantir a independência, mas com democracia e Justiça social. Penso que os senhores devem estar vivendo um momento de grande emoção de poder construir um País, principalmente V. Exª, um guerrilheiro que lutou, que perdeu sua esposa no meio dessa caminhada, sente hoje a importância de que a luta valeu a pena, e o País está aí.

Acredito que o Governo brasileiro dentro do possível... Vivemos um drama que não dá nem para falar para os senhores: o pagamento da nossa dívida externa, os problemas da miséria... O Brasil é um País tremendamente injusto na distribuição de renda, temos grandes riquezas e grandes acúmulos nas mãos de alguns, mas também imensas regiões de fome e de miséria, mas, mesmo assim, V. Exª, Presidente Suplicy, penso que deveríamos conversar com o Presidente do Parlamento no que for possível – pode haver até intervenção desta Comissão –, o Brasil tem obrigação e, para nós, muitas vezes, é algo mais singelo e mais simples e pode ser algo de significativo, de importância para o Timor Leste.

Por isso, Senador Suplicy, penso que seria importante uma conversa de V. Exª como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, ou uma ida do nosso Chanceler, para ver, dentro do possível, além de tudo o que já está sendo feito, em que o Brasil pode ajudar mais, naquilo que pode significar uma colaboração nossa para o Timor Leste.

É uma alegria muito grande vê-lo aqui, e, como dizem os meus Colegas, ficamos emocionados ao ver um irmão falando português do outro lado do mundo, e melhor do que nós, com mais fluência e mais castiço.

Um abraço muito fraterno a V. Exª.

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu pediria, complementando as observações do Senador Pedro Simon, que, se puder, o Presidente Francisco Guterres nos informasse, nestes dias em que está no Brasil, que acompanhou todos os esforços sobre a cooperação do Brasil pelo Governo brasileiro, pelas diversas instituições, pelas universidades, em que medida está isso e como é que poderíamos, nós, no Senado Federal – vou tomar essa providência que o Senador Pedro Simon está sugerindo e conversar com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a respeito da disposição –, pois é a vontade aqui

expressa pelo Senado Federal, tenho certeza, por consenso, que apoiamos toda a cooperação que o Governo brasileiro e instituições brasileiras. Sei da iniciativa de diversas instituições, inclusive, no âmbito das universidades, que têm mesmo pessoas que se voluntariaram até se apresentaram ao Governo brasileiro, porque gostariam de estar cooperando com o Timor Leste.

Então, se puder, que nos desse um balanço da informação mais atualizada desta cooperação e como poderíamos aumentar a cooperação. Por favor.

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante estes dias, tenho tido encontros com várias entidades do Brasil e o que depreendemos desses encontros. Em primeiro lugar, existe uma amizade muito profunda, solidária e íntima para com a nossa delegação do Timor Leste em visita oficial a este País. Portanto, devo agradecer a V. Exªs por esse gesto de solidariedade manifestado pelas várias instituições do Brasil.

Em segundo lugar, assinaremos protocolos de cooperação do Brasil com o Timor Leste em vários níveis: Câmara dos Deputados com o Parlamento Nacional do Timor Leste, com outras instituições e também com o Executivo, além de diversas áreas como a educação, pelo fato de o Timor Leste, como disseram V. Exªs, estar do outro lado do mundo, apesar de falarmos a Língua Portuguesa. E é este idioma que nos faz diferentes naquela região onde estamos inseridos. E essa mesma diferença é que nos faz igual a outros povos, a outros países independentes da CPLP de Portugal e do Brasil onde estamos agora.

Daí, realçamos a necessidade de um reforço de cooperação do Brasil com o Timor Leste na área da formação técnica profissional dos timorenses. Isso é muito importante para nós, porque estamos a olhar mais para a frente e não apenas para a nossa geração. Olhamos para o futuro e o Timor Leste tende a caminhar para lá. Temos recursos humanos. No entanto, não temos qualidade. Por isso, queremos aperfeiçoar nossos conhecimentos para melhor nos capacitarmos, por intermédio de escolas e cursos de treinamento. Pretendemos também que essa cooperação se estenda para outras áreas como a do Executivo, por exemplo.

Concluindo, teremos um protocolo de cooperação com o Brasil inclusive no âmbito do Legislativo e do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – No período de transição, após a realização do plebiscito até a posse do Presidente Chanana Gusmão, esteve como administrador interino o Sr. Sérgio Vieira de Melo, representando a ONU, que, infelizmente, acabou sendo tragicamente morto no Iraque, no cumprimento de uma outra missão, também muito importante, em agosto passado.

Durante aquele período, houve uma decisão de que a moeda utilizada no Timor Leste seria a da Indonésia. Portanto, no período de transição, passou-se a utilizar o dólar.

O Presidente Chanana Gusmão, em sua última visita ao Brasil, nos informou que estava sendo considerada, quando as condições econômicas fossem propícias, a possibilidade de o Timor Leste instituir uma moeda própria. Porventura, isso já foi concretizado? Gostaria que V. Exª nos informasse se porventura houve algum passo, alguma consideração ou algum estudo a respeito dessa decisão. Por favor.

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Bem, é ponto de vista pessoal de Sua Excelência o Senhor Presidente Kay Rala Xanana Gusmão, mas, a princípio, pessoalmente também partilho da sua idéia, pois enfrentamos uma situação muito crítica. Não podemos definir a nossa própria moeda, mas, ao longo do tempo, poderemos fazê-lo. Portanto, pessoalmente, também partilho da idéia do Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradecemos ao Presidente do Parlamento Nacional do Timor Leste, Francisco Guterres pela honrosa visita. Todos os Senadores desejam estreitar relações com o Parlamento do Timor Leste, por meio das formas de cooperação. Seguiremos a sugestão do Senador Pedro Simon de dialogar com o Ministro Celso Amorim.

V. Exª estará no Brasil até o final da semana, é isso?

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Até o fim deste mês.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Até sexta-feira?

O SR. FRANCISCO GUTERRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Interromperemos a reunião por um minuto para os cumprimentos ao Presidente do Parlamento do Timor Leste. (Pausa.)

Informo aos Srs. Senadores que, em diálogo com o Senador Jefferson Péres, diante do noticiário a respeito do projeto Sivam, solicitei que fosse apresentado requerimento no sentido de podermos convidar o Ministro da Defesa, José Viegas Filho, o Comandante da Aeronáutica, o Superintendente responsável pelo projeto Sivam e possivelmente o Presi-

dente da Raytheon, a fim de nos trazer esclarecimentos com relação ao andamento do projeto, diante do noticiário. O requerimento está pronto, mas faremos um breve intervalo a fim de nos despedir do Presidente Francisco Guterres.

Passo às suas mãos de V. Exª o livro **Renda de Cidadania** e a correspondência que enviei a Sérgio Vieira de Mello para o Iraque, mas que vale também para o Timor Leste. Fica como uma contribuição para V. Exª.

A reunião está suspensa por um minuto. (Pausa.)

Reaberta a reunião, estamos prestes a conseguir **quorum**. Adianto a leitura do requerimento – pois já havia combinado com o Senador Jefferson Peres – que acredito seja do interesse de todos os Srs. Senadores. Solicito que, se estiverem de acordo, todos possamos assiná-lo.

Passo a ler o requerimento:

Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para prestar esclarecimentos ao Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Sr. José Viegas Filho, Ministro de Estado da Defesa, o Tentene-Brigadeiro-do-Ar Luís Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica, o Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, responsável pela Comissão para a Coordenação do projeto Sivam, e Gregory Vuksich, Presidente da Raytheon. Repercute bastante na opinião pública os fatos recentes que envolvem a execução e a operacionalização do Sistema de Vigilância da Amazônia – Sivam. A imprensa divulgou que, passados seis anos da assinatura do contrato, a Raytheon, empresa responsável pela implantação do sistema, ainda não entregou os aparelhos de comunicação VHF para funcionar entre as bases terrestres e os aviões. Por conta desse atraso, o Sivam decidiu suspender o pagamento à empresa. Desde 1997, já foram repassados US$688 milhões. E os US$72 milhões restantes só seriam liberados quando a empresa americana instalasse os aparelhos devidos. É extremamente preocupante que um sistema dessa magnitude, com custo total de US$1.400 bilhão, com a importância de que se reveste para o controle aéreo, vigilância ambiental, criminal na extensa área, deixe de funcionar ou não opere a contente para a carência de tais componentes, acarretando inclusive a decisão de suspensão de pagamento das parcelas restantes.

Nesse sentido, consideramos de grave importância os fatos ventilados. Encarecemos aos nossos ilustres pares a aprovação desse requerimento.

Queria informar que, na semana passada, o Sr. Gregory Vuksich, Presidente da Raytheon, fez uma visita a mim e, em seguida, ao Senador Jefferson Péres, colocando-se À disposição de quaisquer esclarecimentos, pois havia surgido a informação de uma decisão judicial, no Rio Grande do Sul, que sustava o acordo da Raytheon com o Governo brasileiro. Este recorreu.

Esse assunto já seria para o Senado Federal, que aprovou o projeto Sivam, na legislatura, foi em 1995, salvo engano, que ocorreu essa autorização. Portanto, somos responsáveis por fiscalizar os atos do Executivo, mas mais ainda a respeito do desenvolvimento desse projeto.

Nesses últimos três dias, surgiu essa outra notícia. Então, conversei com o Senador Jefferson Peres, que é Presidente da Subcomissão da Amazônia, que, por si, já também poderia tomar essa iniciativa, mas avaliamos que essa é uma questão para toda a Comissão.

Então, poderíamos providenciar uma reunião conjunta da subcomissão e da Comissão de Relações Exteriores para ouvirmos os aqui mencionados.

Como já se iniciou a reunião no plenário, ainda não temos o número suficiente, faria a seguinte sugestão: que, em princípio, os presentes acordassem, assinássemos todos. E, obtendo as assinaturas de praticamente toda a Comissão, tenho certeza, aqui neste requerimento, poderíamos considerá-lo aprovado. E, em podendo, o Ministro José Viegas, dada a relevância da matéria, convidá-lo-íamos para, na próxima quinta-feira, se todos tiverem de acordo, essa finalidade.

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Senador Suplicy, considerarmos aprovado é uma solução. Mas há outra também. A Subcomissão da Amazônia, cerca de 20 dias, aprovou a formulação de um convite ao Ministro Viegas para vir falar na Subcomissão a respeito da ação das Forças Armadas na Amazônia. Como havia convite a mais dois outros ministros, até hoje não fiz contato com o Ministro Viegas.

A solução seria V. Exª entrar em contato com ele para vir atender a esse convite, já aprovado na Subcomissão, mas ele viria à Comissão e falar também sobre o Projeto Sivam.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O convite, portanto, ficaria abrangendo toda a situação relativa às Forças Armadas e à Amazônia. Isso também envolve o Projeto Calha Norte e outros, e especificamente sobre o Projeto Sivam.

Portanto, assim poderemos considerar, se todos estiverem de acordo. Vou pedir a todos os presentes que assinem esse requerimento que consideramos como pré-aprovado. Vou pedir à Secretária Lúcia para que obtenha a assinatura dos demais membros. Assim, significará que todos estarão de acordo. Será na forma de um convite. O Ministro José Viegas, ontem conversei com o seu substituto, Almirante, não me recordo o nome, que me informou que ele está chegando do exterior agora, às 10h30min.

Então, na próxima quinta-feira, teremos a reunião ordinária, convidando o Ministro José Viegas, o comandante da Aeronáutica, o brigadeiro responsável pelo projeto Sivam. O presidente da Raytheon poderá também ser convidado para prestar quaisquer esclarecimentos. O objetivo da reunião serão as ações do Ministério da Defesa em relação a toda a Amazônia e o projeto Sivam especificamente. Os demais temas da reunião de hoje podem ser transferidos para a próxima reunião. Dessa forma, poderemos ir ao plenário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Antes do encerramento,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Um esforço para conseguirmos **quorum**, porque só falta mais um membro da Comissão. Poderíamos, então, aprovar o requerimento antes do fim da reunião. (Pausa.)

Só falta um? Peço mais dois minutos, porque temos a notícia de que a Senadora Lúcia Vânia está chegando, completando o **quorum** para a aprovação do requerimento e, talvez até, de outros requerimentos.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, encaminharei à Presidência em seguida o registro faço de mais uma, digamos assim, violência da imigração norte-americana, o que motivou um manifesto da Associação Médica de Minas Gerais.

A Drª Márcia Barbosa, cardiologista de Belo Horizonte, que já esteve nos Estados Unidos mais de vinte vezes, para turismo e congressos, encaminhou-se para aquele país na última semana com o objetivo de participar de mais um congresso médico.

Entretanto, por ter sido sincera e não dizer que o motivo de sua viagem era turismo e, sim, um congresso, ela foi detida na imigração, passou por constrangimentos, teve seu visto cancelado, o passaporte devolvido, tendo que voltar ao Brasil. Isso ocorreu apenas porque, em vez de preencher o formulário dizendo que o motivo da viagem era turismo, disse que era para congresso. Para isso, o tipo de visto era B2 e não B1. Ela já havia estado nos Estados Unidos por mais de 20 vezes, mas teve de ficar detida em uma sala com uma traficante, segundo as informações passadas à imprensa mineira.

Isso mostra mais uma vez a maneira como estão sendo tratados os latinos nos Estados Unidos. Isso não pode continuar. É evidente que todos sabemos da soberania americana, sabemos do maior controle resultante do terrorismo existente, mas abusos como esses têm-se repetido. A Associação Médica de Minas Gerais se posicionou claramente a esse respeito e, posteriormente, entregarei o documento escrito a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É muito importante essa manifestação, Senador Eduardo Azeredo. Acredito que tenha o respaldo e a solidariedade de todos os Srs. Senadores.

Agradeço se puder enviar-me esse documento e a manifestação de V. Exª. Enviarei à Embaixadora Donna Hrinak a manifestação desta Comissão, que acredito possa ser por todos referendada no sentido do que V. Exª está aqui expressando.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – No mesmo sentido, realizamos aqui no Congresso, uma reunião do Parlamento Latino-americano, quando se discutiu sobre a Alca. Na ocasião, falou o representante dos Estados Unidos, o encarregado de...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Embaixador Peter Allgeier.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Falou, debateu, expôs as suas idéias e declarou que a Alca saia com o Brasil, sem o Brasil, com a Argentina, sem a Argentina. É um direito de S. Exª dizer o que pensa, como é direito também da imprensa brasileira e de alguns Parlamentares responderem, criticando-o. A crítica foi praticamente generalizada. Ele saiu daqui e foi para a Argentina. Lá, ele não somente repetiu que a Alca sairia sem Argentina, sem Brasil, sem tudo o mais, como também respondeu, quando lhe perguntaram sobre o que ele tinha a dizer sobre a reação no Brasil: "Não tenho nada a dizer. Naquele dia, não tinha futebol, eles não tinham nada mais sobre o que falar e falaram aquilo". Foi outra grosseria. Em se tratando de um diplomata, é uma grosseria gratuita que ele praticou contra nós. Aliás, ele mentiu, porque tinha tido jogo casualmente – tinha dito no dia anterior

e no dia em que ele estava ali. Não foi por causa disso.

Então, penso que, dentro do mesmo contexto, deve-se pelo menos constar da ata da nossa reunião o profundo mal estar causado pela deselegância e grosseria desse diplomata, que não tinha razão de ser.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Essa manifestação do Senador Pedro Simon também é importante. Nós nos solidarizamos com esse sentimento. É importante que o Governo dos Estados Unidos, pela Embaixadora Donna Hrinak, saiba do mal-estar causado a todos nós, brasileiros, por essa declaração.

A propósito também desse mesmo assunto abordado pelo Senador Eduardo Azeredo e, agora, pelo Senador Pedro Simon, leio a carta do Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Comissão e Presidente da subcomissão sobre os estrangeiros no exterior, nos seguintes termos:

"Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente expediente para relatar graves fatos verificados nos Estados Unidos da América do Norte, relacionados aos brasileiros. Segundo consta, existem aproximadamente mil brasileiros presos naquele país, acusados de imigração ilegal. Ao que parece, o Governo norte-americano quer extraditá-los em avião fretado, situação que não é aceitável pela diplomacia brasileira. A falta de um acordo tem perpetuado essa situação injusta e injustificada. Assim, na qualidade de Presidente da Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, solicito a V. Exª que se digne a apressar a tramitação de um pedido do eminente Senador Hélio Costa ao Presidente do Senado Federal, para a indicação de uma comitiva de dois Deputados e dois Senadores, a fim de procederem à oitiva dos brasileiros que se encontram nessa situação e buscar uma solução para o problema. Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e consideração."

Então, havendo respaldo de todos os Senadores, vou tomar a providência de dialogar com o Presidente da Casa, Senador José Sarney, para que esta comitiva seja formada de dois Senadores e dois Deputados, para irem aos Estados Unidos tratarem do assunto correlato ao mencionado pelo Senador Eduardo Azeredo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, quanto à manifestação do Senador Pedro Simon, S. Exª tem inteira razão. Foi uma grosseria do Embaixador Peter Allgeier.

Entretanto, Senador Pedro Simon, penso que, nestes casos, já me acostumei a ter uma posição muito altiva em relação aos outros países. Penso que o Brasil devia ter estatura para ser altivo. À grosseria de um diplomata norte-americano, deve-se simplesmente menosprezar ou responder com outra grosseria. O que ele disse foi uma imbecilidade. Foi apenas desprezível.

Quanto à manifestação do Senador Marcelo Crivella, essa é uma situação difícil, para qual não vejo muitas soluções. As leis de imigração norte-americanas são muito rígidas. Eles são implacáveis com os clandestinos que lá entram. Eles já cumpriam estritamente as leis, mas isso se aguçou ainda mais com a paranóia gerada com a explosão das torres-bombas. Então, o problema é o seguinte: os brasileiros tentam entrar clandestinamente, e eles repatriam em um avião fretado, evidentemente, por economia. Querer que mil brasileiros sejam repatriados em vôos comerciais... Quem vai pagar isso? O Brasil? Os americanos, evidentemente, não vão querer arcar com esse ônus. Para eles voltarem dignamente ao Brasil, concordo, deveriam vir em vôo comercial, mas quem pagará isso? O governo americano não irá pagar evidentemente, pois são clandestinos. Estão cumprindo as leis do país.

Se o Governo brasileiro quiser arcar com as despesas, tudo bem. Não podemos exigir que o governo americano coloque imigrantes ilegais em vôos comerciais. Eu lamento isso. Digo que tendo em vista o lado humano, é lamentável que pessoas tentem sair do Brasil para entrar nos Estados Unidos em busca de melhores condições de vida. O problema humano é terrível. Eu me solidarizo com eles. Contudo, é difícil exigir que o governo americano custeie isso, que ele pague o repatriamento de imigrantes ilegais. Eu não vejo solução para o problema, a não ser que o Governo brasileiro pague.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eles pagavam.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Mas agora são mil. Transportar mil imigrantes ilegais em vôos comerciais representa um custo muito alto. Daqui a pouco, serão dez ou vinte mil.

Sejamos razoáveis. A situação é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Estive na Embaixada dos Estados Unidos, conversando com a Embaixadora Donna Hrinak a respeito de uma pessoa cuja família é de Goiás, por solicitação da Se-

nadora Íris de Araújo. Eu a acompanhei nessa conversa com a Embaixadora.

Nesse caso, a pessoa estava detida, havia manifestado intenção de retornar ao País, e a família expressou o desejo de custear a volta. Então, o rapaz pôde voltar ao Brasil sem problemas.

Aqui se trata de uma situação que precisaria ser estudada. De qualquer modo, vou encaminhar ao Senador José Sarney essa manifestação, mas trata-se, obviamente, de uma situação mais complexa.

Agora há **quorum** e podemos examinar uma situação relacionada com o fato, bastante importante para os países do Mercosul. Há os acordos para permitir total liberdade de movimento de pessoas. Hoje vamos votar o parecer sobre o acordo Brasil/Uruguai que trata dessa matéria.

À medida que houver maior liberdade de movimento de seres humanos nas três Américas, inclusive nos Estados Unidos, esse problema desaparecerá.

Como há **quorum**, vou colocar em votação o requerimento já mencionado, de autoria dos Senadores Jefferson Péres e Eduardo Suplicy e por todos assinados, convidando o Ministro José Viegas e demais autoridades para falarem sobre o projeto Sivam e defesa da Amazônia.

As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Podemos rapidamente concluir a pauta. O Item 1 está sobrestado. Trata-se da concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem não reconhecido pelo Governo brasileiro.

Eu gostaria de informar que o Ministério da Justiça avaliou que esse assunto precisa ser mais bem estudado. A matéria encontra-se em tramitação.

Há também um projeto sobre exportação de bens sensíveis, de minha autoria. É terminativo e, portanto, está sobrestado.

Item 03:

Projeto de Lei do Senado que institui a obrigação do ensino de Direito Internacional Humanitário nas escolas acadêmicas militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, de autoria do Senador Efraim Morais. O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti, que é favorável nos termos de duas emendas que apresenta. Poderia o Senador Jefferson Péres fazer a gentileza de ler o parecer do Item nº 3? Os nºs 1 e 2 são terminativos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Pois não, Sr. Presidente. Estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim.

O SR. RELATOR AD HOC (Jefferson Péres) – Trata-se de projeto de lei do Senado que institui a obrigação do ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Análise. O ensino do Direito Internacional Humanitário, nos programas de instrução militar, foi estabelecido pelas quatro convenções de Genebra de 1949 e pelos seus dois protocolos adicionais de 1977. O Brasil é signatário tanto das convenções quanto dos protocolos.

Voto. Por todo o exposto, que é favorável, somos pela aprovação do presente projeto de lei do Senado com as seguintes emendas:

Emenda nº 1 – Acrescente-se ao art. 2º do PLS o seguinte inciso: Inciso VI do art. 2º – Tratados de que o Brasil seja parte referentes a mês e método de combate.

Emenda nº 2 – Acrescente-se ao PLS o seguinte artigo, renumerando-se os demais: Art. 3º – Os acordos internacionais relacionados no art. 2º deverão constar nos manuais que acompanham a doutrina militar difundida pelas escolas de formação, de aperfeiçoamento e de altos estudos das Forças Armadas.

O parecer, portanto, é favorável, com as duas emendas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4:

Projeto de Decreto Legislativo nº 663, de 2003, que aprova o texto de acordo entre os governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, para a permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios celebrado em Montevidéu, em 20 de agosto de 2002. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Solicito ao Senador Pedro Simon, que mora junto à fronteira com o Uruguai, que leia o seu parecer.

O SR. RELATOR AD HOC (Pedro Simon) – O parecer é favorável, Sr. Presidente. O ato internacional foi encaminhado ao Congresso para aprovação.

É a Mensagem nº 167, de 2003, que foi aprovada na Câmara dos Deputados e agora chega a esta Casa.

O acordo em exame, diz o Embaixador Celso Amorim, visa a permitir o ingresso para residência,

estudo, trabalho, Previdência Social e concessão de documento especial de fronteiriço aos nacionais, às partes signatárias residentes nas localidades fronteiriças que figuram no anexo de localidade vinculada.

Sou totalmente favorável, Sr. Presidente. É importante que se vote este projeto, porque nas zonas de fronteira, principalmente nas zonas de fronteira com o Uruguai e o Brasil, que é no Rio Grande do Sul, quando não se tinha assinado o Tratado do Mercosul, isso praticamente era rotina. Em Rivera e Livramento, Chuí e do outro lado, não havia carteira, não havia absolutamente nada, mas era praticamente um povo só. Não havia dúvida alguma, nem interrogação, os de lá vinham comprar aqui. O que valia era a situação do mercado. Havia momentos em que, no Uruguai, a situação era melhor, e Rivera se enchia de brasileiros que iam lá, e o comércio de Livramento não tinha chance nenhuma. Daí a um ano, seis meses, era o contrário, era de lá para cá, eles é que vinham comprar aqui.

Isso ocorreu a tal ponto que até dizem que haveria certos excessos, que nesses Municípios de fronteira há um número alto de brasileiros que votam no Brasil e no Uruguai, têm títulos no Uruguai. E a recíproca é verdadeira, há uruguaios que votam aqui.

Lembro-me que nas campanhas eleitorais, íamos à fronteira, a Livramento e Riviera, que tem uma televisão local, na qual falávamos à vontade, inclusive fora do horário político, quando o mesmo já estava esgotado, porque estávamos em outro país, mas, na verdade, era na mesma cidade, porque toda a cidade de Livramento acompanhava.

O que quero dizer é que, antes de assinar os tratados, eles tinham uma integração muito grande que agora está dificultada. Os tratados estão em vigor e já não é mais tão fácil. Por exemplo, entrava-se no Uruguai normalmente, passava-se a fronteira e não havia problema nenhum. Agora, não, a fronteira está ali e é preciso ter um despacho. Às vezes chega-se à fronteira e é preciso voltar à cidade para pegar a assinatura do despachante, ou de quem o valha.

Então, penso que isso vem em boa hora e é absolutamente justo e correto, principalmente com o Uruguai, onde as relações sempre foram as melhores. Não me recordo de nenhum incidente, ao longo da história, que tenha havido nas fronteiras do Brasil com o Uruguai. Estou totalmente de acordo e, não apenas dou o parecer favorável, mas faço questão de o fazer com louvor e dizer que ele será muito bem recebido lá na nossa fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

As SRAs e os Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Ressalto que também considero de grande relevância a aprovação desse acordo de livre circulação entre uruguaios e brasileiros, com a finalidade de residirem, estudarem e trabalharem. É um avanço muito importante que ocorre entre os países do Mercosul. E, quem sabe, a integração verdadeira se dará quando tivermos não apenas a livre circulação de bens, serviços e capitais, como também dos seres humanos.

Passamos ao Item 5, que trata da Indicação que sugere à Comissão de Relações Exteriores, por seu intermédio e da Subcomissão da Amazônia o estudo de medidas legislativas para evitar a biopirataria na Amazônia.

A autoria é do Senador Arthur Virgílio, e o Relator é o Senador Jefferson Péres que tem a palavra.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres) – Esta Comissão é chamada a opinar sobre a Indicação nº 3, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, por seu intermédio, à Subcomissão da Amazônia, o estudo de medidas legislativas para evitar a biopirataria na Amazônia. A referida indicação toma por base os arts. 224, 226 e 227 do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise.

Um dos grandes patrimônios da Nação, há décadas, a Amazônia tem sido vitimada por ações criminosas que atualmente são denominadas biopirataria. Entre os ilícitos de maior monta podemos destacar o envio ilegal ao Exterior de frutos, essência, madeira, folhas e sementes da flora amazônica, bem como o contrabando de animais silvestres, para os diversos fins das indústrias de cosméticos e alimentícias à pesquisa farmacológica de ponta.

Nesse sentido, convém lembrar que o tráfico de plantas e animais constitui a terceira atividade criminosa internacional mais lucrativa, atrás apenas do narcotráfico e do tráfico de armas.

A biotecnologia encontra-se entre as bases técnicas dominantes do século XXI, sendo o recurso mais importante dessa base técnica o estoque genético que a natureza nos oferece.

Constantemente, a imprensa tem noticiado o patenteamento, por pessoas e organizações estrangeiras, de produtos com o nome de frutas da região amazônica, como o cupuaçu e o açaí. Milhares de dólares são gerados pela indústria alimentícia dos países desenvolvidos com o comércio de alimentos e bebidas e essências de frutas da Amazônia.

Ademais, indústrias farmacêuticas têm patenteado princípios ativos de substâncias cujas origens se encontram na Amazônia, muitas das quais obtidas pelos laboratórios por meio do contrabando de plantas e animais.

Tais pesquisas resultam em medicamentos cujas fórmulas são disponibilizadas aos laboratórios brasileiros às custas de pesados **royalties**. Enquanto laboratórios e outras indústrias enriquecem com os direitos pagos pelas patentes de produtos amazônicos, as populações da região sofrem na miséria.

O Congresso Nacional e, mais especificamente, o Senado Federal, não podem ficar indiferentes à exploração de recursos da Amazônia, que tem na biopirataria um de seus principais eixos. Ademais, temos que preservar nosso patrimônio genético, riqueza ímpar da Amazônia brasileira e cobiçada internacionalmente.

Por todo o exposto e tendo em vista a necessidade de manifestação ativa desta Casa quanto a medidas para coibir a biopirataria e proteger o patrimônio nacional encontrado na Região Amazônica, somos favoráveis à aprovação da Indicação nº 03, de 2003.

Apenas acrescento, extra parecer, Sr. Presidente, que este é um problema muito complexo, que não depende só de leis brasileiras, depende de convenções internacionais. Os outros países têm que reconhecer as medidas contidas na lei brasileira ou elas se tornarão inócuas. A biopirataria é de dificílimo controle porque material genético pode ser levado no bolso da calça de uma pessoa. De forma que a adoção de medidas para coibir internamente, sim, todas as medidas que vierem serão bem-vindas, o Congresso Nacional deve abrir amplo debate sobre isso para saber o que se pode fazer e o Itamaraty deve ser acionado para tentar levar o caso aos fóruns internacionais. Repito que, sem a colaboração dos outros países, é quase inútil tudo o que fizermos aqui. Mas é uma indicação para que se tomem medidas, e eu não poderia deixar de aplaudi-la com entusiasmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa.)

Permita-me, Senador Pedro Simon.

Faltou a palavra referente ao Item 4 em discussão. Comentei, mas não disse que estava aprovado.

Então, votação referente ao Item 4 – o acordo Brasil-Uruguai de livre circulação de pessoas –: as SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Registrado.

Com a palavra o Senador Pedro Simon para discutir o Item 5.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Acho absolutamente correta a manifestação do Senador Jefferson Péres. Todos estamos muito contentes em ver S. Exª presidindo uma Comissão tão significativa como esta. Creio que a Casa toda pensa a mesma coisa, que V. Exª não tem melhor nome para presidir uma Comissão.

Digo a V. Exª, Senador – com toda sinceridade –, eu, que sou do Rio Grande do Sul, e vou dizer mais uma vez: se me perguntarem os grandes problemas que o Brasil vive hoje, que deviam ser atacados em primeiro lugar, eu diria que o primeiro é a fome, porque temos milhões de brasileiros passando fome, e o segundo é a Amazônia, porque acho que não lhe damos a importância que merece.

O que estou sentindo é que o mundo inteiro vê com simpatia a internacionalização da Amazônia. Vejo manifestações. Não é como o Iraque, que foi o americano, mas o mundo inteiro ficou contra. Se de repente a ONU (Organização das Nações Unidas) decidir que é importante para a humanidade a internacionalização da Amazônia, criar uma resolução e etc., o mundo inteiro estará de acordo, e lá pelas tantas eles vão encontrar motivos: que não estamos fazendo o que devíamos fazer, que estamos explorando de maneira errada e essa coisa toda.

Então, acho que o mínimo que temos que fazer é nos preocuparmos pela Amazônia. Como diz bem V. Exª, o que se fizer é bom, porque o pior é não fazer nada. Concordo com V. Exª que essa é uma realidade muito difícil.

Andei várias vezes pelo interior da Amazônia e o que mais me impressionou foi o número de religiosos ou cientistas, não apenas americanos, mas também europeus, que estão lá há um ou dois anos estudando não sei o quê. Acampam numa casa religiosa e passam anos por ali. Ficamos um tempo com um deles; estava estudando não sei o quê. E como entrou no País? Entrando. É muito fácil entrar no Brasil. Ficam na Amazônia ao lado de pessoas que, acredito, estão divulgando religião ou de cientistas que estão preocupados com alguma questão ou buscando algo. Deve haver uma enormidade de pirataria. Concordo com S. Exª: podem levar material até mesmo no bolso das calças. Há coisas oficializadas lá, e não acontece nada.

Penso que, para começar, deveriam fazer um levantamento de quem está no interior da Amazônia, saber a que pretexto e como está. Isso seria razoável. O americano não cria mil dificuldades ridículas para autorizar a entrada de pessoas nos Estados Unidos?

Poderíamos ter alguém que cuidasse desse assunto. Deveria ser necessária uma autorização do Governo ou de alguma entidade ou haver alguém que dissesse que o senhor fulano de tal, dia tal, entrou no Brasil com autorização para permanecer um ano. Seria muito importante saber quem está na Amazônia e o que está fazendo. Estou falando apenas **en passant**.

Sr. Presidente, encontrei pessoas que haviam entrado na Amazônia há um ou dois anos, não haviam renovado a entrada e absolutamente nada foi feito. Continuam ali. Penso que o que se fizer para resolver a questão será importante.

O problema da biopirataria, da droga e das armas é dramático, mas mais sério é o problema dos medicamentos. O Brasil deveria, em primeiro lugar, ter condições de criar um laboratório experimental ligado ao Ministério da Saúde ou ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Se há tantos estrangeiros ali, por que não há nenhum brasileiro pesquisando? Assim também teríamos material, começaríamos a fazer e usar experiências, tomar conhecimento das questões. É um absurdo que só fiquemos sabendo do que acontece por notícias internacionais.

Querido Presidente desta Comissão, mais de uma vez, da tribuna, vi V. Exª discorrer sobre este assunto. Penso que deve estar cansado de ver as coisas se repetirem. Não sei se irrita ver pessoas repetirem fatos que estão sendo ditos há dez ou vinte anos que, entretanto, não dão em nada. Entretanto, Sr. Presidente, devo dizer que deposito muita confiança nesta Comissão. Penso que, ainda que as medidas que venham a ser tomadas não sejam revolucionárias, começarão a atender ao nosso anseio.

Sou apaixonado pelo Projeto Calha Norte. Havia um grupo de Ministros, do qual fazia parte juntamente com o General Rubens Bayama Denys, da Casa Militar, tratando da questão. Eu era um dos apaixonados pelo assunto. Lutei, defendi o projeto e o considerei espetacular quando fui conhecê-lo. Foi um absurdo ter parado, um crime terem esvaziado o Calha Norte, porque não se trata de um projeto militar, como alguns ainda pensam, mas de um projeto de ocupação tremendo. Visitei um hospital da Marinha, único hospital existente no local, e era espetacular.

Com toda sinceridade, o que a nossa Comissão puder fazer em prol da Amazônia será bom; estará cumprindo com uma obrigação. Sou um homem de idade. Graças a Deus, morrerei vendo um Brasil do mesmo tamanho que tinha quando eu nasci, mas não sei se meus filhos terão a mesma sorte, porque, da maneira como vai, tenho um medo danado.

O que se vê é isto: todos os técnicos dizendo que este século não é o do petróleo, mas da água. E, em termos de água, o Brasil é a grande reserva; em termos de floresta tropical, de terras agricultáveis, o Brasil é a grande reserva. Não é como a China, de que ninguém vai querer tirar dois metros, por causa de seus 1,5 bilhão de habitantes, quer dizer, é piada. Ninguém vai quer meter-se com a Rússia, porque ou já está ocupada, ou já há 40 nações distribuídas naquele território, ou o resto é gelado. O Brasil, não; é um país que tem a cobiça de todos.

Por isso, no que se refere a olhar para a Amazônia, a destinar-lhe dinheiro, dou muito mais importância a isso, do que à Zona Franca de Manaus, que é muitíssimo importante, mas que não atinge o objetivo que imaginamos com relação à Amazônia.

Meu apoio é total, Sr. Presidente, bem como minha confiança em que o Senador Jefferson Péres, na Presidência da Comissão, fará um grande trabalho, profundo, sério, sem espalhafato, com propostas objetivas, compreendendo não só pessoas como eu, que falam até demais sem estar lá, mas também o profundo sentimento que temos de respeito, de carinho e de amor pela defesa da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, creio que todos nós temos convicção – e o Senador Pedro Simon, que é lá do Rio Grande do Sul, mais do que todos nós que somos da Amazônia e temos uma região preservada. Lá no Estado de S. Exª, sobraram 3% a 4% da Mata Atlântica; houve, portanto, uma redução drástica da biodiversidade de toda a costa atlântica brasileira.

Na Amazônia, mais do que a floresta, preservamos um conhecimento milenar acumulado e diversificado. Em função da presença européia, da presença dos negros, levados escravizados para aquela região, construímos um saber sólido, fundamental no aproveitamento econômico da região. Esse saber construído na Amazônia – o Senador Jefferson Péres sabe disso – é um conhecimento profundo sobre plantas medicinais. Sabemos, hoje, que algo em torno de 50% dos medicamentos utilizados correntemente têm algum princípio ativo de plantas medicinais.

Existem, na Amazônia, além dessa experiência acumulada de sobrevivência cultural da região, alguns institutos importantes de pesquisa, mas não há um processo de integração na ação, uma política capaz de juntar esses institutos todos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sim, vários institutos de pesquisa importantes. E há produção até mesmo de fármacos, a partir do conhecimento tradicional. Há um inventário feito desses conhecimentos, bem como o aproveitamento deles em forma de medicamentos – no caso específico dos medicamentos.

Alguns Estados da Amazônia já dispõem de leis de acesso e proteção da biodiversidade. Essas leis só podem ser cumpridas à medida que haja mobilização e participação das comunidades – que acompanham, estão de olho em toda a Amazônia, porque vivem nas beiras de rios e de estrada. Vivemos experiências muito interessantes, visto que há uma lei, no Amapá, que protege e permite o acesso, de forma protegida e acompanhada.

Tramita, no Senado Federal, um projeto da Senadora Marina Silva que prevê exatamente a proteção e o acesso à biodiversidade, o que impediria a biopirataria, porque, na medida em que o País tem leis no campo internacional, é obrigado a respeitá-las.

Então, é fundamental aprovarmos esse requerimento e fazermos uma recuperação de tudo que já existe, inclusive a medida provisória do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas não podemos esquecer que nenhuma lei no País pega se não tiver um forte componente comunitário. As comunidades ribeirinhas, que são detentoras desse conhecimento, devem ter uma função na proteção e ser contempladas dentro da lei.

Confesso que construímos, em toda a região amazônica, uma bela experiência de construção econômica e organização social. Estamos numa imensa expectativa de ouvir o Ministro Ciro Gomes sobre o programa Amazônia Sustentável, para que possamos reafirmar nossas experiências construídas e garantir aquilo que o Senador Pedro Simon teme, de que tenho convicção. Se a sociedade brasileira é incapaz de formular e formatar políticas para a região, vamos perder sim a soberania na região, com uma alegação muito simples. Perdemos o direito – faço uma relação muito estreita – e a soberania sobre a política econômica em função do endividamento. Endividamo-nos e deixamos de lado. Reafirmo isso porque o endividamento nos levou a que o Presidente da República tenha autoridade em apenas 50% do Orçamento; o restante já está consignado. E o Orçamento é o instrumento fundamental da política. Todos sabemos disso. Fazemos política com o Orçamento público, que é resultado da contribuição da energia produzida pela sociedade.

A Amazônia vai no mesmo caminho. Se não tivermos políticas claras que envolvam as comunidades locais e a sociedade brasileira, vamos ter mutilações gradativas da soberania sobre a região.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Gostaria apenas de prestar um esclarecimento ao Senador Pedro Simon. Na verdade, a pesquisa estrangeira está regulada em lei aqui. Os cientistas e pesquisadores estrangeiros que vão à Amazônia para pesquisar submetem o plano de pesquisa ao Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. O trabalho deles é acompanhado e, ao saírem, eles têm que deixar uma cópia do trabalho feito no Inpa. O problema é a pesquisa clandestina, mas os que vêm oficialmente são controlados.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT-AL) – Sr Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT-AL) – Sr. Presidente, embora eu seja de uma região completamente diferente da Amazônia, sempre lembro que, todas as vezes que íamos conversar, de forma muito especial, sobre recursos hídricos, eu ficava com a minha querida companheira, Senadora Marina Silva, a me lamentar dos rios que secam e dos problemas gravíssimos, embora saibamos que o problema do Nordeste não é a seca, mas a oligarquia horrorosa, cínica e insensível. É uma realidade extremamente diferente.

Aproveitei o momento para saudar o Senador Arthur Virgilio e meu querido companheiro Senador Jefferson Péres. Como já bem foi dito pelos outros Senadores, com certeza, todos sabemos não apenas da competência de S. Exª, mas da sua responsabilidade e sensibilidade em relação ao tema.

Quando o Senador João Capiberibe respondia ao Senador Pedro Simon, também víamos a sua paixão em relação ao tema. Aliás, quando V. Exª era Governador do Amapá, todos temos conhecimento da vitalidade científica que foi dada ao instituto Iepa (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Pará) por V. Exª.

Então, esse é um momento muito importante. Alguns pensam que é mania de perseguição, delírio

persecutório a serem resgatados, em muitos momentos, debates importantes já feitos no parlamento americano e em vários parlamentos europeus sobre a soberania limitada e a administração compartilhada da Amazônia. Isso não é uma coisa qualquer. Existem mecanismos concretos, não necessariamente eficazes, mas que, em muitos momentos, já foram levantados, até mesmo pelas instituições de financiamento multilaterais, hoje praticamente as únicas que investem na Amazônia, porque há fragilidade no debate do Orçamento pelo Congresso, porque fazemos pose de que mexemos no Orçamento, mas, de fato, garimpamos recursos e saímos por aí distribuindo-os para algumas áreas que entendemos importantes, conforme a nossa concepção e a nossa visão de mundo.

Acho que é muito importante e, com a coordenação do Senador Jefferson Péres, talvez possamos nos debruçar melhor sobre a legislação em vigor, sobre os mecanismos disponibilizados pela legislação. Entretanto, como bem o Senador Jefferson Péres lembrou, muito da legislação hoje em vigor no País constitui um abismo entre o conquistado na lei e os mecanismos de controle, a realidade objetiva nesses mecanismos de controle. Por isso, o Senador Pedro Simon lembrou questões amplamente divulgadas, não apenas nos meios de comunicação, mas também na própria comunidade científica nacional e internacional.

Portanto, eu não poderia, Senador, até em homenagem também à nossa querida Senadora Marina Silva, deixar de saudar a iniciativa do Senador Arthur Virgílio e compartilhar com o que disse o Senador Pedro Simon da nossa constante esperança numa comissão dirigida pelo Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do Senador Jefferson Péres queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Temos talvez 3 minutos ainda até a Ordem do Dia, que estou prevendo será às 11 horas e 15 minutos. Então, teríamos 3 minutos para rapidamente... Há um requerimento, objeto de anúncio pelo Senador Eduardo Azeredo, agora formalizado, o qual lerei rapidamente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Tenho um requerimento, o Item 9 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Chegarei lá.

Requerimento do Senador Eduardo Azeredo, que já foi objeto de manifestação e o qual lerei rapidamente:

Requeiro, nos termos dos arts. 222 e 223 do Regimento Interno, seja formulado voto de censura à Embaixada dos Estados Unidos, ao Serviço Consular dessa Embaixada e ao Serviço de Imigração do Governo dos Estados Unidos da América, em razão dos fatos recentes ocorridos com a cidadã brasileira, a Cardiologista Drª Márcia Barbosa, que não se constitui em caso isolado na prática imigratória daquele país.

A SRA Márcia Barbosa foi vítima de ação violenta e arbitrária da imigração norte-americana, chegando ao ponto de ter sido deportada pelo singelo fato de, ao chegar aos Estados Unidos para um congresso médico internacional, ter declarado que esse era o seu objetivo, ao invés de informar ser de turismo, qualificação do visto em que estava habilitada.

O absurdo do constrangimento motivou manifestação da Associação Médica de Minas Gerais, sendo importante registrar que a Drª Márcia Barbosa já esteve, por 20 vezes, nos Estados Unidos, tendo endereço e profissão registrados no nosso País, nada justificando o excesso ocorrido e a grave violação dos direitos individuais da cidadã brasileira.

Em anexo inclui-se o manifesto da entidade mineira, divulgado pela imprensa.

O Senador já se manifestou.

As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu só tenho uma dúvida aqui: voto de censura ao Serviço de Imigração dos Estados Unidos, sem dúvida alguma, é correto, porque a SRA Márcia foi vítima de uma violência, mas à Embaixada dos Estados Unidos, Senador, não seria um pouco impróprio censurarmos a Embaixada americana pelo que ocorreu lá, na entrada da médica nos Estados Unidos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu concordo com o Senador Jefferson Péres: na verdade, é ao Serviço de Imigração. Só ao Serviço de Imigração.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Só ao Serviço de Imigração?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Serviço de Imigração, porque é um órgão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Serviço de Imigração do Governo dos Estados Unidos. Está bem.

Então, com essa retificação, o Senador Eduardo Azeredo vai assinar novamente. Fica aprovado, com a sugestão do Senador Jefferson Péres.

Nós temos um requerimento do Item 6. A Senadora Lúcia Vânia pede que aguardemos a sua presença como Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – **Item 7**:

Requerimento (SF) nº 869, DE 2003. Requer voto de aplauso ao Tribunal de Recursos Islâmicos de Katsina e ao Governo da Nigéria, por intermédio da Embaixada em Brasília, pela sentença que anulou a condenação de Amina Lawal à morte por apedrejamento. O autor do requerimento é o Senador Arthur Virgílio, sendo Relatora a Senadora Fátima Cleide.

Esse assunto já foi objeto de consideração de nossa parte. Se o Senador Pedro Simon puder relatar pela Senadora Fátima Cleide, estamos todos de acordo.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – **Item 8**:

Requerimento (SF) nº 884, DE 2003. Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura ao atentado terrorista na cidade colombiana de Florência, acontecido no dia 28 de setembro de 2003, causando a morte de dez pessoas e ferindo dezenas de outras. A autora do requerimento é a Senadora Lúcia Vânia, sendo Relator o Senador Sibá Machado, que oferece parecer favorável.

Podemos considerar que estão todos de acordo?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Jefferson Péres tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Julgo o vocábulo "censura" muito brando. Seria voto de repúdio ou de repulsa. Censurar um ato terrorista? Eu acho que é repudiar, manifestar repulsa, porque qualquer ato terrorista é algo repulsivo. Parece-me que é mais do que censurável.

Se os demais concordarem... Infelizmente, a autora não está aqui. Seria deselegante mudarmos um requerimento sem a anuência dela.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – De qualquer maneira, fica a expressão do sentimento da Comissão, manifestado por V. Exª.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – **Item 9**:

Requerimento nº 35, DE 2003-CRE. Nos termos do artigo 90, incisos II, III e XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro: a) a realização, por esta Comissão, de diligência no Centro de Lançamento de Alcântara, Maranhão, para exame dos graves incidentes lá ocorridos, com a morte de 21 técnicos que participavam das atividades do Programa Espacial Brasileiro; b) a realização de audiências públicas na sede do Município, para exame desses incidentes; c) convite aos Exmºs Srs. Ministros da Defesa, Embaixador José Viegas, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, para que acompanhem a referida diligência. O autor do requerimento é o Senador João Capiberibe.

Eu me recordo de que o Ministro José Viegas já esteve nesta Comissão com os responsáveis pelo Centro de Lançamento de Alcântara, ocasião em que, em um estádio de apuração dos fatos, nos relataram que havia sido constituída a Comissão para, no prazo de trinta dias, completar o relatório de apuração dos fatos.

Ficaram os responsáveis de nos enviar a cópia do referido relatório, que ainda não chegou. Peço à Secretaria que solicite ao Ministro José Viegas e ao representante do Centro de Lançamento de Alcântara que providenciem, de pronto, o envio do relatório prometido a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, o objetivo do deslocamento da nossa Comissão até Alcântara, eu gostaria de fundamentar sobre a experiência que vivemos lá, no Pontal do Paranapanema. Foi exatamente nos deslocando para a verificação da situação dos presos do MST que pudemos descobrir que aquelas terras são absolutamente improdutivas. São milhares e milhares de quilômetros de terra que só tem cerca de um lado para o outro. Se não tivéssemos ido lá, eu nunca iria compreender o nascimento do movimento daquela região. Hoje, tenho uma compreensão absolutamente clara da concentração fundiária naquela região e da improdutividade daquelas terras.

A mesma coisa seria com relação a Alcântara. O Município de Alcântara é um dos mais antigos do nos-

so País, e eu estive lá, no final do ano passado. Vi a absoluta exclusão da comunidade de Alcântara do Projeto do Centro de Lançamento. Mais da metade do Município foi desapropriado para se poder implantar a base, e houve uma segregação brutal da comunidade.

Quero acrescentar, no item "a", em que falo da participação das atividades do Programa Espacial Brasileiro, e, sobretudo, ouvir a comunidade de Alcântara na sua relação com o Centro de Lançamento.

É inadmissível, do meu ponto de vista, que um projeto de tamanha importância, um projeto estratégico, possa estar divorciado da comunidade local. Aliás, isso é antagônico! Se existem adversários do Programa Aéreo Espacial Brasileiro não é a comunidade, não são os quilombolas, não são os pescadores de Alcântara. Não são eles. Ao contrário, o Centro de Lançamento tem que conquistar essa comunidade do entorno para o projeto estratégico para a sociedade brasileira, e nunca segregá-lo. Portanto, me parece fundamental que esta comissão se desloque para fazer uma visita e compreender melhor aquele espaço, ocupado pelo Centro de Lançamento, e ouvir, numa audiência pública, de forma organizada, as comunidades de pescadores, de quilombolas, de pequenos agricultores, o prefeito, os vereadores e as lideranças locais.

Sei que há um interesse do atual Governo, do Governo do Presidente Lula, de desenhar um programa de desenvolvimento para o Município, buscando essa aproximação, e a nossa presença é no sentido de aproximar o projeto do Centro de Lançamento de Alcântara à comunidade de Alcântara.

Por isso, eu pediria o apoio e a aprovação da matéria aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero sugerir, Senador João Capiberibe, que, como é quase certo que teremos a presença do Ministro José Viegas, na próxima quinta-feira, vou transmitir a ele o desejo de recebermos, quem sabe ele possa trazer aquele relatório a que me referi, e então teríamos mais elementos para, tendo estudado o relatório, haver o deslocamento da comissão à Base de Alcântara. Apenas como procedimento.

Em votação o requerimento.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Falta apenas um item. Senador Pedro Simon, se V. Exª puder fazer a gentileza de substituir a Relatora, a Senadora Lúcia Vânia...

Item 6:

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, que o Senado Federal apresente, junto ao Comitê do Prêmio Nobel da Paz, do Parlamento Norueguês, voto de apoio à candidatura da Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz, de 2004.

Parecer favorável.

Se o Senador Pedro Simon puder ler ou sintetizar o parecer da Senadora Lúcia Vânia, eu agradeceria.

O SR. RELATOR AD HOC (Pedro Simon) – Claro que somos totalmente favoráveis, Sr. Presidente. Ele é da maior importância. O nosso ilustre Presidente do Senado, Senador José Sarney, autor do requerimento, propõe ao Comitê do Prêmio Nobel da Paz, do Parlamento Norueguês, o voto de apoio à candidatura da Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz, de 2004. Esta Casa já tem se manifestado sobre matéria mais ou menos idêntica. E é muito importante votarmos com esta antecedência, para que, depois, se for o caso, fazermos um esforço para que as manifestações cheguem até os promotores do evento para que não fique como nas outras vezes, quando tentamos, mas... Da última vez, propusemos o nome do ilustre brasileiro morto no Iraque. Depois, apareceu a candidatura do Presidente Lula e terminou ganhando quem ninguém imaginava: uma senhora lá do mundo árabe.

Sou totalmente favorável. Acho altamente positivo. Felicito o Senador Sarney pela iniciativa e a Senadora Lúcia pelo parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Finalmente, gostaria de registrar o ofício encaminhado pelo Sr. Ernesto Costa de Paula, Chefe de Gabinete do Ministério de Ciência e Tecnologia que, com enorme satisfação, comunica a esta Comissão o sucesso de lançamento do segundo satélite sino-brasileiro de recursos terrestres, fruto de nossa parceria com a China, ocorrida neste 21 de outubro de 2003, encaminhando cópia do artigo do Presidente da Agência Espacial Brasileira, Prof. Luís Bevilacqua sobre o tema, o artigo "Brasil e China, Parceria de Sucesso", em que fala do sucesso do empreendimento e de como o Brasil se sente satisfeito de cooperar

com o país, a República Popular da China, que tem alcançado avanços consideráveis na área espacial.

O lançamento levou um astronauta ao espaço, em 15 de outubro, e demonstra a capacidade de realizar o ciclo completo da operação com envio e retorno de um tripulante com grande sucesso, o que não é uma tarefa fácil. São necessários vários anos de estudos e desenvolvimento de todas as tecnologias. Assim, para o Brasil é muito bom ter um parceiro dessa qualidade. Gostaria de informar que, com respeito à nova audiência sobre a Alca, poderíamos programar, uma vez que o Professor Fernando Resende volta ao Brasil, para quinta-feira de 11 de dezembro. Seria, então, um convite ao Professor Paulo Nogueira Batista Júnior, ao Prof. Fernando Resende e, por sugestão do Senador João Capiberibe, um convite ao representante da FIESP, já com requerimento aprovado, Sr. Mário Magnaíne, Em princípio, a Comissão fará o convite para o dia 11 de dezembro. Será nesse dia, porque Fernando Resende viajará e só retornará nessa oportunidade.

Esgotada a pauta, dou por encerrada a reunião. Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h29min.)

Ata da Vigésima Quinta Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura, realizada no dia seis de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia seis de novembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, Reúne-Se A Comissão De Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senhores Senadores Jefferson Péres, Edison Lobão, Fátima Cleide, Pedro Simon, Mozarildo Cavalcanti, Aelton Freitas, Eduardo Azeredo, Duciomar Costa, Luiz Otávio, Heloísa Helena, Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, José Agripino, Rodolpho Tourinho, Arthur Virgílio, João Capiberibe, João Alberto Souza E Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Após a leitura da pauta, o Senhor Presidente esclarece o motivo da ausência do Ministro da Defesa, Senhor José Viegas Filho. O Senador **JEFFERSON PÉRES** faz uso da palavra. Inicia-se a Audiência Pública. **Item um** – a presente reunião destina-se a Audiência Pública com a presença dos Senhores Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luís Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica; Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, responsável pela Comissão para a Coordenação do Projeto SIVAM; e Gregory D. Vuksich, presidente da Raytheon Brasil Sistemas de Integração e a Senhora Ângela Moraes, Diretora Técnica da Raytheon objeto dos Requerimentos nºs 37/2003 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Matarazzo Suplicy e Jefferson Péres, e 04/2003 – SSPA de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. Passa-se a palavra ao Senhor Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luís Carlos Da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica que faz sua exposição. Em seguida, o Senhor Ramon Borges Cardoso confirma o que foi dito pelo expositor anterior. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Gregory D. Vuksich que faz sua exposição. Passa-se à argüição. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e Augusto Botelho. O Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Pedro Simon para relatar o primeiro item de Extra-Pauta. Item um – Requerimento N° 1064, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que "manifesta integral apoio à candidatura de Celso Furtado ao prêmio Nobel de Economia de 2004". O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Eduardo Suplicy que faz a leitura do seu parecer, favorável. Os Senadores Marco Maciel, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo discutem a matéria. Não havendo mais quem queira discutir o Requerimento é aprovado. Em seguida é aprovado o Requerimento Nº 41/CRE, de 2003, *(através de um Requerimento oral)* de autoria dos Senadores Marco Maciel e Tasso Jereissati, propondo à mesa diretora do Senado Federal a republicação de Uma Política de desenvolvimento econômico para o Nordeste de autoria do ex-Ministro, Acadêmico e Professor Celso Furtado. Passa-se ao Item dois – Requerimento N° 39/CRE, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas, que "requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater o Anteprojeto de Lei sobre Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal, em data a ser posteriormente definida, em sessão conjunta com a Comissão de Legislação Participativa (CLP) e a presença das autoridades discriminadas." O Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Aelton Freitas para justificar o Requerimento. Não havendo quem queira discutir a matéria, o Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente agradece a presença dos expositores. O Se-

nhor Luís Carlos Da Silva Bueno presta esclarecimentos. O Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Quinta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia seis de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Temos a presença hoje dos Srs. Luís Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica; do Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, responsável pela Comissão para Coordenação do Projeto Sivam; do Sr. Gregory Vuksich, Presidente da Raytheon Brasil Sistemas de Integração; objeto dos Requerimentos nº 37, de 2003, dos Senadores Eduardo Matarazzo Suplicy e Jefferson Péres, e também do Requerimento nº 4, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Temos a presença também da SRA Ângela Morais, que está auxiliando o Sr. Gregory Vuksich, Presidente da Raytheon, que fala português, mas qualquer esclarecimento ela estará aqui à disposição, como tradutora.

Quero informar que, para a audiência pública sobre o Projeto Sivam, não teremos necessariamente alguma votação, então poderemos dar início de pronto à audiência. Informo a todos os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que a audiência sobre o Projeto Sivam está-se iniciando neste instante.

Teremos hoje também como extrapauta o requerimento de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que manifesta integral apoio à candidatura do economista Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia de 2004. Teríamos urgência em examinar essa matéria, uma vez que a chegada de indicações à Academia de Ciências da Suécia vai até o dia 29 próximo. Por isso, seria bom que pudéssemos apreciar esse requerimento ainda nesta reunião; para isso, deveremos aguardar o **quorum**.

Há também um requerimento de autoria do Senador Aelton Freitas para a realização de uma audiência pública, a fim de debater o anteprojeto de lei sobre cooperação judiciária internacional.

Senador Jefferson Péres, V. Exª, como Presidente da Subcomissão da Amazônia, deveria estar aqui ao meu lado também.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço.

Vamos iniciar passando a palavra ao Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro-do-Ar Luís Carlos da Silva Bueno.

Gostaria de informar que o Ministro José Viegas, convidado também para esta reunião, conversou comigo ontem pelo telefone informando que terá o maior prazer de vir a esta Comissão, atendendo o convite da Subcomissão da Amazônia, para discutir todos os temas relativos à Amazônia, numa próxima reunião, mas considerou que, para informar da forma mais completa possível a respeito do Projeto Sivam, o Comandante da Aeronáutica e o Brigadeiro Ramon estariam em condições de dar todas as informações.

O Comandante Luís Carlos da Silva Bueno tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra pela ordem o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Apenas para dizer que o Ministro José Viegas teve a gentileza de me telefonar ontem à noite dando-me essa explicação. As razões alegadas por S. Exª pareceram-me perfeitamente procedentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Então, Comandante Luís Carlos da Silva, por favor, V. Exª tem a palavra sobre o Projeto Sivam.

O SR. LUÍS CARLOS DA SULVA BUENO – Obrigado, Senador. É uma honra muito grande estar aqui na qualidade de Comandante da Força Aérea para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre os acontecimentos que foram indagados e relatados, de modo que fique esclarecido tudo que está ocorrendo no âmbito do Sistema de Vigilância da Amazônia.

Passaria a ler rapidamente uma pequena nota a respeito do que foi falado, do que foi ventilado e espero que, após a leitura, possamos responder às dúvidas que por acaso existirem.

Gerenciamento contratual dos VHF Raytheon.

O sistema de VHF em implantação do Sivam é composto de 27 estações remotas, instaladas em diversas localidades na Amazônia, e uma central de controle e supervisão, instalada no centro de vigilância AR no CVA, em Manaus.

Cada estação remota é composta de cinco transmissores de VHF, cinco receptores de VHE, correspondente aos transmissores, e hardwares softwares de controle à estação central. O VHF ou Very High Frequency é um sistema de rádio que tem normalmente divisão direta e que tem uma facilidade muito grande de comunicação muito clara, não sofre interferência de situações atmosféricas e permite uma clareza e uma precisão muito grande, um entendimento não só do solo, com as aeronaves, mas também entre as aeronaves.

A estação central é composta de um computador com um aplicativo de comunicação e interface gráfica que permite ao operador utilizar as possibilidades existentes nos sistemas remotos, assim como monitorar a situação técnico-operacional do seu **hardware**, ou seja, essas 27 estações estão distribuídas e todas elas se comunicam entre si e com a central, e não há necessidade de ter o operador no sistema afastado, porque esse sistema é comandado à distância, o que reduzi muito o número de pessoas envolvidas na operação em si.

A aceitação de cada estação remota é realizada utilizando-se procedimentos aprovados pelos engenheiros da CCSivam, de acordo com as normas técnicas e operacionais dos equipamentos. O caderno de recebimento é gerado com base na especificação contratual do sistema e o seu escopo abrange os requisitos técnicos logísticos e operacionais. O mesmo se aplica à estação central.

Para comprarmos esses VHFs, foi feito um edital de licitação à época. Nesse edital foram estabelecidos quais seriam os parâmetros que esses equipamentos teriam que obedecer. E a especificação técnica de recebimento, o que chamamos de cadernos de especificação, seria para compararmos se o que estava previsto no caderno de fabricação estaria sendo entregue da mesma maneira.

O controle do espaço aéreo exige uma confiabilidade de 99.9% dos equipamentos instalados, o que obriga a instalação de equipamentos redundantes e com possibilidade de transferência de funções de maneira a garantir que o diálogo entre os controladores de pilotos seja sempre obtido em quaisquer circunstâncias. Essa confiabilidade é exigida não só para possibilitar o gerenciamento do tráfego aéreo, mas, principalmente, para garantir as seguranças das aeronaves e vidas.

Esse equipamento é muitíssimo importante para a sobrevivência e para a boa utilização. Já tivemos vários casos, na Amazônia ou em outras partes do Brasil de, em situações críticas... E por incrível que pareça, toda vez que a situação se torna crítica, ou seja, uma aeronave... Tivemos um problema há pouco tempo, há uns dois anos, de uma aeronave que decolou de Manaus para Porto Velho, fora de um horário de expediente. Quando chegou em Porto Velho, o tempo estava ruim, o que obrigou a que o piloto fizesse três tentativas de pouso. Como não conseguiu e o combustível acabou, a aeronave caiu na reta final. Durante todo esse tempo, houve o contato com a aeronave e tudo isso foi gravado. Em decorrência disso, ficou comprovado que não houve falha por parte do serviço de proteção e de ajuda, e sim por falha dos equipamentos de vôo. Tudo isso é gravado e demonstra a segurança que é oferecida, mas, muitas vezes, o companheiro que está no ar facilita, e acontecem acidentes.

O sistema de VHF, em questão, foi desenvolvido com exigências de alto grau de automatismo, daí V. Exªs vêem que uma de nossas exigências é de 99,9% de segurança dos equipamentos instalados.

Então, há exigência de alto grau de automatismo, controle e supervisão remotos e confiabilidade gerenciados a partir de uma estação remota, devido às condições peculiares da região. Essa região é extremamente quente, como todos sabemos, e extremamente úmida, o que a diferencia de outras regiões do País e do mundo também.

Devido às condições da região onde está operando, com alto grau de umidade, dificuldades no fornecimento de energia elétrica e operação não assistida por técnicos, o sistema tem uma complexidade muito maior do que uma simples estação local de VHF instalada em outros pontos do País, com condições ambientais diferenciadas.

Bom, agora vou falar um pouquinho sobre o histórico dos acontecimentos.

De abril a setembro de 2002, foram realizados testes de aceitação de quatorze estações remotas. Em função dos resultados dos testes, foram solicitadas correções no sistema – isso de abril a setembro de 2002 –, para atender aos requisitos contratuais de qualidade e de logística.

O sistema não apresentou, no momento, pendência de ordem técnica ou operacional em 2002.

Entre setembro de 2002 e fevereiro de 2003, sete dos quatorze sistemas instalados sofreram atualizações, que permitiram a sua aceitação de qualidade e logística, após serem feitos novos testes em campo, para verificar a solução dos problemas encontrados.

Com a operação normal do sistema VHF, a CC-SIVAM constatou que o número de falhas nos transmissores e receptores mostrava-se muito elevado, acima dos requisitos da especificação dos equipamentos, caracterizando um problema sistêmico, repetitivo, de acordo com os termos do contrato.

O tempo médio entre falhas, que chamamos de MTBF, previsto para os transmissores era de 30 mil horas de operação. Então, eles deveriam durar. Entre as falhas deveriam haver um intervalo de 30 mil horas. E os dos receptores era de 50 mil horas.

No entanto, as falhas estavam acontecendo com cinco mil horas de operação, quer dizer, praticamente um décimo do que estava previsto.

Como a Raytheon não apresentou um relatório técnico que explicasse o motivo da queima prematura dos sistemas instalados, cujo valor total é de US$11.626,804,00, a CC-Sivam, de acordo com o contrato, suspendeu as atividades de aceitação em campo, interrompendo, com isso, a implantação de sistema VHF, a fim de evitar custos extras e mais problemas com os equipamentos que aguardavam a implantação.

Já tínhamos instalado quatorze e não havia motivo para continuar instalando, pois detectamos que havia necessidade de correções. Além disso, foram constatados problemas de comunicação entre as estações remotas e a central, o que dificultou o controle e a supervisão de equipamentos instalados nas diversas localidades.

Por essas razões, a CC-Sivam também suspendeu o pagamento de alguns eventos contratuais, relacionados com o sistema VHF, em um montante de US$9.750,000,00, mantendo o pagamento normal dos demais eventos, conforme a Raytheon realizava as suas inúmeras tarefas previstas no contrato.

Dentro do processo normal de correção de problemas, em julho de 2003, a Raytheon apresentou um programa de atualização do sistema VHF, no qual definia alterações de **hardweare** e **softweare**, necessárias ao correto funcionamento do sistema, havendo, portanto, a necessidade de trocar componentes eletrônicos nos receptores e nos transmissores.

Também a estação central deveria sofrer correções de **hardweare** e de **softweare**, para atender os requisitos exigidos pelo contrato.

Esse programa foi dividido em três fases: implementação das modificações, testes e acompanhamento por um período de noventa dias, para avaliação das correções.

Todo esse trabalho foi acompanhado por engenheiros do CC-Sivam e se encontra na fase final.

A fase de testes começou no dia 24 de outubro de 2003, com resultados positivos e, em novembro, teve início o acompanhamento da estabilidade do sistema a fim de comprovar se as correções efetuadas atendem às necessidades apresentadas pela Sivam e que o desempenho do equipamento está compatível com a especificação técnica, podendo ser aceito pela Comissão.

O sistema de VHF que está sendo implantado pela Raytheon é, necessariamente, muito acima, técnica e operacionalmente, dos demais equipamentos ao redor do País, porque há uma exigência por questões climáticas, porque não temos esses climas nos outros locais. As correções necessárias podem ser consideradas normais na implantação de um Projeto com tecnologia arrojada e sem precedente que permitisse uma possível avaliação dos problemas.

Análise do controle do tráfego aéreo – disseram que a região estava sem controle de tudo: isto não é verdade.

É importante ressaltar que o problema de VHF, a Raytheon em nada prejudicou o controle do espaço aéreo na região, porque todo o sistema, anteriormente utilizado pelo comando, foi mantido em operação e está em condições de atender as necessidades dos órgãos de controle. Esse sistema somente será desativado após a aceitação técnica e operacional dos novos equipamentos, permanecendo, no entanto, como alternativa, durante o período em que os dois sistemas estiverem executando uma operação paralela. Nós não podemos descartar o antigo ainda porque ainda não tivemos a aprovação do novo e com o antigo temos, ainda, condições de manter com segurança a operação do sistema. Portanto, está claro: esse antigo cada vez vai se deteriorando mais vai ficando mais velho e, por isto, nós estamos substituindo já com um sistema muito mais elevado e de qualidade.

É necessário ressaltar que o Projeto Sivam – a análise do Projeto Sivam – é mais do que apenas o controle do espaço aéreo, apesar da grande importância que esta atividade tem para o sistema como um todo. O subsistema que compõe o Sivam/Sipan

estão em operação normal e não houve qualquer impedimento, de qualquer tipo de ação, devido à falta dos equipamentos atualmente contratados.

Para efetuar o controle do espaço aéreo, os radares implantados estão operando normalmente. As aeronaves R-99, ou seja, aquelas com antena em cima e aqueles que fazem o levantamento terrestre, estão disponíveis para atender a qualquer tipo de operação e o sistema de comunicação encontra-se operando de acordo com as condições previstas. Sobre tudo isto, nós tínhamos feito um modelo e estamos acompanhando que estava previsto.

Em momento algum, houve declaração da capacidade operacional ou comprometimento da segurança, estando em andamento todas as atividades técnicas, logísticas e operacionais previstas para 2003. A implantação do Projeto prossegue conforme planejada, estando comprometida apenas pela falta de Orçamento para pagamento das atividades já executadas em 2003, mas tenho a impressão que, anteontem, à noite, foi aprovado pelo Congresso o montante necessário para a quitação daquilo que já foi entregue – nós recebemos e não tínhamos condições. Agora, porém, temos condições de efetuarmos o pagamento.

Foi solicitado um crédito de 111 milhões que foi atendido e 18.300.000 para o sistema de aeronaves. Além desse crédito, em 2004, sim, temos a necessidade de 220 milhões e 134 milhões para 2005, para, assim, de maneira que possamos completar o Projeto.

Então, senhores, a respeito do que foi veiculado daquilo que foi comentado, infelizmente, foram comentadas coisas que não eram verdadeiras, mas nós estamos prontos, aqui, para colocá-los a par daquilo que está acontecendo e explicar aos senhores sobre as dificuldades em conseguirmos fazer a imprensa entender as coisas que estão acontecendo. Muitas vezes, são coisas que são buscadas, mas não buscadas na profundidade e no local desejado. Quero dizer a V. Exªs, para a imprensa e para todos que o Projeto é completamente aberto. Nós não escondemos nada. Há um acompanhamento freqüente do TCU e acredito que, semestralmente, mas o TCU tem um elemento acompanhando, permanentemente, o desenrolar do processo e esse processo fica inteiramente à disposição dos senhores para o que quiserem saber. Se quiserem nos visitar, aonde quiserem nos visitar – podem nos perguntar que nós estaremos prontos a responder tudo aquilo para os senhores. Se nós não tivermos resposta, vamos procurar a resposta para dizer o que está corretamente acontecendo.

Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Comandante Silva Bueno, da Aeronáutica.

Vamos passar agora a palavra ao Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, responsável pela comissão para coordenação do Projeto Sivam, que poderá, então, completar as informações proporcionadas pelo comandante da Aeronáutica.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Muito obrigado, Senador. Acho que o Brigadeiro Bueno já fez as explanações sobre tudo o que está acontecendo. Da minha parte, não tenho mais nada a complementar. Se houver alguma pergunta, vamos responder, mas o que está acontecendo na comissão é exatamente o que Brigadeiro Bueno falou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos passar a palavra ao Sr. Gregory Vuksich, Presidente da Raytheon Brasil Sistemas de Integração. Há duas semanas, fez uma visita tanto a mim, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como ao Senador Jefferson Péres, Presidente da Subcomissão da Amazônia, e se colocou à disposição para dar quaisquer informações ao Senado Federal.

Ambos avaliamos que seria importante ter a oportunidade de esta Comissão ouvir tanto a Aeronáutica, a coordenação do Projeto Sivam, quanto o senhor, para que aqui pudesse trazer todo e qualquer esclarecimento sobre este importante projeto. O Senador Pedro Simon e eu, em dezembro de 1994, discutimos profundamente sobre a autorização de um empréstimo bastante volumoso da ordem de US$1,4 bilhão para a realização do Projeto Sivam, aprovado por este Senado. Eu mesmo tinha dúvidas a respeito, na ocasião, por uma questão de prioridades e de não ter toda convicção de que deveríamos envolver tantos recursos. Votei contrariamente à época, mas obviamente, tendo sido aprovado, constituí a responsabilidade, inclusive constitucional, do Senado Federal de fiscalizar os atos do Executivo. Tendo o Senado aprovado o Projeto Sivam, é nossa responsabilidade acompanhar de perto tudo que está ocorrendo. Como surgiram essas notícias, seja da interrupção do projeto por uma medida judicial, seja depois, pela questão dos rádios, que V. Sª teve agora a possibilidade de nos explicar, também será importante ouvir a palavra do Presidente da Raytheon.

Tem a palavra o Sr. Gregory Vuksich.

O senhor pronuncie corretamente, por favor, o seu nome, primeiramente.

O SR. GREGORY VUKSICH – Exatamente correto, Sr. Senador. Gregory Vuksich.

Sr. Presidente da Comissão, Exmº Senador Eduardo Suplicy, Srs Senadores aqui presentes, Brigadeiro Bueno, Comandante da FAB – Força Aérea Brasileira, Brigadeiro Ramon, Diretor da Comissão de Coordenação do Projeto Sivam, é uma honra poder vir a esta Casa e tentar colaborar com os trabalhos desta Comissão, atendendo aos requerimentos dos Exmºs Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Jefferson Péres e Mozarildo Cavalcanti, relativos aos aparelhos de comunicação VHF, equipamentos integrantes do Sistema de Vigilância da Amazônia – Sivam.

Meu nome é Gregory Vuksich, sou Presidente da empresa Raytheon Brasil Sistemas de Integração Ltda. Nesta função, sou responsável pelas operações, no Brasil, da empresa Raytheon Company. Essa tarefa inclui o Projeto Sivam, mas peço desculpas à Comissão por ainda não falar bem o português. Então, solicito a gentileza da Comissão de trazer a diretora-técnica da empresa, a SRA Engenheira Ângela Moraes, para me ajudar com a língua.

Ao ser convidado por esta Comissão, gostaria de abordar a situação atual do sistema da rádio VHF Terra-Ar do Projeto Sivam.

Em termos gerais, a Raytheon é a principal fornecedora de hardware e software para o Projeto Sivam. Iniciamos os trabalhos em julho de 1997, e as operações da empresa visam à rápida finalização do projeto.

No que concerne à Raytheon, a situação geral do projeto, em 15 de outubro de 2003, é a seguinte: 100% do projeto de engenharia realizados; 99% dos equipamentos já se encontram no Brasil; 88% das instalações estão finalizadas; 84% dos testes de aceitação já foram realizados. As instalações necessárias para o teste de interconexão do sistema, o teste final, que demonstrará a total operação do Sivam, estará pronto em março de 2004. E a entrega do projeto está prevista, agora, para julho de 2004.

Neste momento, eu gostaria de abordar, especificamente, o sistema de rádio VHF Terra-Ar. O sistema faz comunicação entre os controladores de vôo do Centro de Vigilância Aérea (CVA), em Manaus, e aeronaves de vôos comerciais. Os rádios estão localizados, como o comandante explicou, em 27 estações remotas instaladas na Amazônia, e o sistema conecta os controladores de Manaus com as estações remotas, via satélite, e, então, conecta as estações remotas com as aeronaves, via rádio VHF. Isso permite a troca, por voz, das informações de vôo, entre a tripulação da aeronave e os controladores. O Sivam aumenta a cobertura, de 5 para 27 estações, em todo o território da região Amazônica.

A Raytheon assumiu a responsabilidade pela fabricação dos rádios VHF, em janeiro de 2000. A proposta foi aprovada pelo Governo, em dezembro de 2000, e a aceitação, em fábricas, da primeira estação remota foi feita em abril de 2001.

Todos os equipamentos encomendados pela comissão coordenadora do Sivam à estação central de Manaus e às 27 estações remotas já se encontram no Brasil, mais cinco conjuntos dos equipamentos para estações remotas, oferecidos gratuitamente pela Raytheon, encontram-se no Brasil ou em uso para pesquisa nos Estados Unidos agora.

O primeiro teste de aceitação da estação central de Manaus foi feito em julho de 2002, e a aceitação final foi em janeiro de 2003.

Neste momento, 21 estações remotas já estão instaladas, três estações remotas estão em fase de instalação, e as três estações remotas remanescentes serão instaladas até janeiro de 2004. Até agora, 13 dessas estações remotas foram atualizadas com os requisitos operacionais do sistema, e algumas já estão em uso operacional pela FAB, em paralelo com as estações existentes, como o comandante já explicou.

Em relação à situação técnica, eu comentaria que, após testes iniciais, foram observados alguns problemas que limitaram o desempenho operacional do sistema dos rádios VHF.

A CCSivam, com o Brigadeiro Ramon, e a Raytheon desenvolveram projetos para solucionar as questões técnicas.

A Raytheon imediatamente disponibilizou os mais qualificados recursos tecnológicos e humanos para focar ainda o sistema da rádio VHF, times técnicos nos Estados Unidos e no Brasil focados na solução das questões de **hardware** e **software**. Transferimos mais quinze especialistas para a Amazônia, para abordar esses problemas e montamos um laboratório especializado em Manaus, para acelerar o diagnóstico e reparo do sistema VHF.

Hoje, todos os aspectos técnicos que poderiam limitar a operação já foram resolvidos. Foram realizados, em dez sítios, testes de confiabilidade para confirmar as soluções adotadas. Os testes terminaram em 22 de outubro com bons resultados, e o plano de implementação dessas soluções, em todas as situações, está sendo executado agora.

Subseqüentemente, como foi dito, a FAB e a Raytheon iniciaram um período de validação de noventa dias. A intenção é que as soluções apresentadas sejam observadas e validadas. Os aspectos téc-

nicos remanescentes continuarão sendo examinados e soluções desenvolvidas.

Minhas conclusões são as seguintes:

Primeira: o sistema da rádio terra-ar VHF tem um componente importante de controle de tráfego aéreo civil do sistema e, como o Comandante disse, já expandiu o nível existente de segurança e eficiência dos vôos na Região Amazônica. Esse sistema não tem impacto nas operações militares aéreas, nem tem impacto nos aspectos ambientais, científicos, sociais ou econômicos do Sivam.

Segunda: o Governo brasileiro e a empresa reagiram rapidamente e efetivamente para solucionarem as questões técnicas, à medida que surgiram.

Terceira: conclusão – os maiores problemas técnicos já foram separados. As soluções já estão sendo implementadas em todas as inspeções. Questões técnicas que não limitam a capacidade operacional do sistema estão sendo continuadamente analisadas.

Quarta: diversas estações remotas já estão sendo usadas pela FAB no controle aéreo de operações.

E, finalmente, o sistema de rádio VHF estará pronta para o teste de intraconexão o sistema até março de 2004.

Agradeço muito pela oportunidade de apresentar o ponto de vista da minha empresa. Estou à sua disposição para responder às questões adicionais de V. Exªs sobre o sistema da rádio VHF.

Agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado ao Sr. Gregory Vuksich. Passamos a palavra, então, ao Senador Jefferson Péres, Relator do requerimento e também Presidente da Subcomissão da Amazônia.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Brigadeiro, é desnecessário salientar a importância do Sivam para a Amazônia e o Brasil. É também supérfluo dizer o especial interesse que um Parlamentar como eu, representante do Amazonas, tem nesse projeto.

Participei intensamente aqui, em 1995, dos debates. A questão foi muito polêmica e, apesar de todas as restrições que apresentaram, como o problema da disputa entre as duas empresas, votei a favor.

Eu e o Senador Eduardo Suplicy pedimos a sua presença porque, diante do noticiário da imprensa, era preciso que, numa Casa como o Senado – que é exposta –, essas questões fossem totalmente esclarecidas.

Sr. Brigadeiro, formularei algumas perguntas. Sugiro-lhe que as anote.

Em primeiro lugar, qual era o cronograma inicial do Sivam, da instalação dos equipamentos até o final. Esse cronograma não está sendo cumprido. Houve atrasos. Por quê? Qual a razão desse atraso?

Não adianta implantar um sistema tecnicamente de ponta, evoluído, evidentemente se não houver, em primeiro lugar, uma integração interna com todos os órgãos governamentais e, em segundo lugar, uma integração com os países vizinhos também. Essa integração está havendo para que as detecções de irregularidades possam ser realmente reprimidas, combatidas?

Outra pergunta: existe a chamada Lei do Abate. Entretanto, falta um decreto regulamentador, sem o qual a lei não entrará em vigor. E o Governo brasileiro, com razão, reluta em baixar esse decreto porque se trata de algo muito sensível, que diz respeito a vidas humanas. Por outro lado, sem poder de abate, também se torna, de certa forma até certo ponto, ineficaz a detecção. Pergunto-lhe qual é a sua opinião a respeito?

Outra: há uma empresa nacional, a Atech, se não me engano. Qual a função e o papel dessa empresa no projeto? Ela realmente está atendendo ao contrato firmado?

Última pergunta: parece-me que o contrato com a Raytheon previa transferência de uma parte, pelo menos, de tecnologia. Isso realmente está ocorrendo. São essas as perguntas que faço a V. Sª.

Ao Presidente da Raytheon farei duas perguntas. Em primeiro lugar, o equipamento VHF é fabricado pela Raytheon ou por terceiros contratados por ela? Se o é pela Raytheon, se a empresa já tem experiência na fabricação desses equipamentos, por que eles têm as falhas apresentadas, que são muito acima do nível mínimo aceitável?

Em segundo lugar, existe uma ação judicial no Rio Grande do Sul contra a empresa, que já obteve uma liminar. Qual é o caráter dessa ação? Eu gostaria que V. Sªs nos explicassem quais os fundamentos da ação e em que fase se encontra essa ação judicial.

Sr. Presidente, em síntese, é o que tenho a dizer. Depois, reservo-me o direito de tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Informo-lhes que o texto da exposição inicial do Comandante Luiz Carlos da Silva Bueno estará sendo distribuído em instantes para todos os Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Comandante Luís Carlos da Silva Bueno.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Jefferson Péres, muito obrigado pelas perguntas. Elas são muito elucidativas. Espero ter resposta para todas.

Cronograma inicial até o final: estava previsto que esses projetos terminassem no ano passado, em junho de 2002. Infelizmente, por razões que conhecemos de dificuldades no Orçamento, não pudemos encerrá-lo. Desde o começo fomos retardando os pagamentos e o recebimento do material, até mesmo das obras necessárias à implantação do sistema.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Das obras civis?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Das obras civis. Por isso houve retardo no recebimento dos equipamentos para serem instalados. Esse é o primeiro problema.

A pergunta é se não está sendo cumprido, quais são os atrasos e por quê.

Os atrasos são, logicamente, por falta dos recursos para que fizéssemos os pagamentos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – E quanto à integração?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Quanto à integração, estamos, desde o começo – e temos feito várias palestras –, colocando as informações do que o sistema é capaz de realizar. Temos sistemas de controle da água. O Sivam não é apenas um sistema de controle do espaço aéreo, é um sistema que trabalha para o Brasil, trabalha para o Sipam, tem uma série de informações que estão sendo disponibilizadas e poderiam ser utilizadas pelo Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, Ministério do Meio ambiente, vários Ministérios. Essas informações estão à disposição.

Ontem mesmo, eu estava conversando com o Brigadeiro Ramon a respeito da qualidade da água, que é um assunto muito importante para nós. Nesse sistema, em torno de 200 estações estarão sendo colocadas, das quais tenho impressão de que pouco mais de 100 estão instaladas.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – As 200 já estão instaladas.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – As 200 estações estão instaladas e podem coletar esse material. Então, é necessário que os outros Ministérios também participem, porque é importante, até para corrigirmos, para sabermos se essas informações que estão sendo corrigidas estão dentro da expectativa, porque não sabemos se algumas coisas estão realmente funcionando.

Já tivemos até participação fora do Brasil, com países vizinhos. Há uma procura da Colômbia, da Venezuela e do Peru e deveremos assinar acordos bilaterais. Não nos interessa fazer um acordo coletivo, interessa-nos sim fazer um acordo bilateral com cada país para vermos o que podemos passar. Para determinados países não podemos passar algumas informações, pois vão além do que gostaríamos que fossem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, solicito silêncio, por favor. Estou sendo perturbado, não posso concentrar-me para ouvir o que o Brigadeiro está dizendo. Vou esperar, então, que se faça silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu peço aos Srs. Senadores que abreviem as ligações telefônicas para não prejudicarem a exposição.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Brigadeiro, eu espero.

Pois não, Sr. Presidente.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Há um interesse muito grande em participarmos também. Senador, é muito comum vir dos outros países para nós. Então, se esses países tiverem conhecimento do que está ocorrendo neles, poderão transmitir-nos. Estamos dispostos a passar as informações de tráfico também para eles.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Já existe acordo bilateral com algum País?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Estão sendo providenciados. Como falei, o Ministro da Defesa já foi procurado pela Colômbia, pela Venezuela e pelo Peru. Está em andamento. Já vieram peruanos que voaram conosco, viram a importância dos nossos meios e estão muito interessados. Inclusive, para esse sistema, posso citar também a África do Sul, que esteve aqui, voou e ficou maravilhada com o sistema, porque está precisando para a área vizinha do Zimbábue.

Então, já existe uma possibilidade. Isso é importante para a indústria nacional e para a troca de informações, porque podemos avaliar melhor a situação.

V. Exª perguntou-me qual é a minha opinião sobre a Lei do Abate. Há pouco, estava falando sobre o assunto e explicando o que ocorre. Ontem, fizemos uma operação na Amazônia, em que dois aviões foram contatados, fazendo até gestos obscenos, não deram importância aos nossos aviões, que os detectaram e os acompanham até sairem do território nacional, e passaram incólumes. Já me manifestei e tenho me manifestado sobre essa questão. Uma análise nos mostra que, antes dos nossos aviões – Air 99 –

voarem, havia cerca de 3.500, 3.800 tráfegos não conhecidos voando sobre o Brasil. Depois disso, essa quantidade foi reduzida para 1.200, 1.500. Se houver uma Lei do Abate, acredito que haverá uma redução mais substancial, o que não quer dizer que, com a Lei do Abate, atiraremos a torto e a direito contra qualquer avião. Regras muito rígidas deverão ser seguidas. A única autoridade que praticamente poderá permitir um abate serei eu, como Comandante da Força Aérea, de modo que há vários filtros até que se chegue a essa situação. Porém, seria importantíssimo que houvesse uma aprovação para que o respeito fosse infundido até pela força. Não se abateria um avião sem critérios, mas poderíamos, diante de determinadas situações, ordenar um pouso para verificação. Isso é muitíssimo importante.

Sou muito favorável à aprovação da Lei do Abate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me questioná-lo a respeito de um detalhe que V. Sª mencionou. Que tipo de avião foi perseguido até a fronteira?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Tive essa informação ontem à tarde. Não sei exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Era um avião pequeno?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Era um avião pequeno. Normalmente são aviões pequenos. Tenho certeza de que era um avião pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não era um jato?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Não era jato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E o piloto fez algum gesto da cabine?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Fez. Ele deu uma "banana".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E foi filmado?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Não foi filmado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Projeto Sivam não filma esses...

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Com a Lei do Abate.... Temos filmado, temos gravado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O avião ultrapassou a fronteira e foi embora?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – E foi embora. Já passei e tenho as gravações. Quando V. Exªs quiserem, poderemos trazer e mostrar as fotografias. Foi realizada uma ação, juntamente com a Polícia Federal. Trata-se de um Cesna 240, que saiu do Paraguai, adentrou o Estado de Mato Grosso e continuou. O avião foi fotografado. Inicialmente, a primeira gravação diz: "Pai, pai. O avião pegou eu. Pai, o avião pegou eu". Então, o pai, no Paraguai, responde: "Jogue tudo fora. Abra a porta e jogue tudo fora". Depois de alguns instantes, ele volta e conversa: "Ele não faz nada. Já jogou fora? Não jogou". O filho diz: "Pai, o tio está chorando do lado dele". O irmão do pai estava ao lado do piloto. Depois, o pai retorna e diz: "Então, volta. Então, volta". E ele voltou. O pai pergunta: "Você não jogou fora, não é?" E filho responde: "Não joguei, não". E o pai diz: "Não joga fora, porque ele só tira fotografia". E o filho pergunta: "Quem garante que ele só tira fotografia?"

Realmente, nós... V. Exªs estão entendendo?

Acredito que esse avião teria pousado no Brasil; ninguém o abateria. Era um garoto, transportando 400 quilogramas de cocaína. A Polícia Federal tinha as informações. Estávamos seguindo o avião, juntamente com a Polícia – e a Polícia em terra também estava fazendo o acompanhamento. Ninguém abateria esse avião. Entretanto, se houvesse a Lei do Abate, forçosamente, há 99% de chance de que o avião pousaria no Brasil. Assim, confiscaríamos e apreenderíamos a carga, porque o garoto e o pai são brasileiros. É possível identificar perfeitamente as vozes. Essas atitudes facilitariam muito a nossa vida, a vida do brasileiro, de maneira geral, porque teríamos realmente força.

Qual a função da Atech No projeto, a Atech é uma companhia brasileira, que trabalhou juntamente com a Raytheon, para a assimilação de tecnologia. Como exemplo, posso citar que a Atech foi responsável por repassar à Embraer a tecnologia da integração dos sistemas de radares. Atualmente, a Embraer já está vendendo aviões semelhantes aos nossos para a Grécia e para o México com a tecnologia que a empresa adquiriu. Os radares meteorológicos que também estão sendo implantados, o **software**, a maneira de mexer na integração desse **software** foi repassada para a Atech. Então, tata-se de uma empresa onde há muita gente inteligente trabalhando. Os nossos consoles de controle de tráfego aéreo estão sendo fabricados por ela. Os quatro mil consoles que estão sendo instalados também são tecnologia que têm vindo para nós.

Creio que respondi as perguntas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – E quanto à transferência de tecnologia?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – A Atech tem recebido transferência de tecnologia, que tem sido repassada inclusive para a própria Embraer.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – A Raytheon fez transferência de tecnologia?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Essa parte do **software** da Raytheon ela transferiu e nós.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – **Software**?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Do **software** também. Ela vendeu o **hardware**, coisa praticamente simples de fazer hoje em dia. Mas o ponto crucial realmente é a área de **software**.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Isso já estava previsto no contrato?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Estava previsto no contrato. Do contrário, ninguém passa, Senador. Antes de o assinarmos, temos que exigir essas coisas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Obrigado.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Posso passar a palavra para o Brigadeiro Ramon? Tenho a impressão de que tem mais informações para transmitir a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Brigadeiro Ramon Borges Cardoso.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Senador Jefferson Péres, complementando as respostas do Brigadeiro Bueno, quanto ao atraso do cronograma das obras civis, tivemos vários problemas por causa do transporte do material. V. Exª, como homem da Amazônia, sabe muito bem das dificuldades de só podermos levar equipamento durante o período da cheia e, se o material não chegar ao local, temos que esperar até o próximo ano, já que não é fácil fazer o transporte de material para esses locais. Eirunepé, por exemplo, é um local específico onde todas as pedras utilizadas na sua construção saíram de Manaus; em Aldeia Tiriós, tudo foi transportado de aeronave. A única coisa que se utilizou o local foi a água para executar todas as obras civis.

Então, houve uma quantidade muito grande de interferências climatológicas, que nos obrigaram a fazer uma redução na velocidade de implantação.

Falando sobre o orçamento, na realidade, o que precisamos é apenas a autorização para gastar. Não são necessários recursos do Tesouro, porque o financiamento existe, o dinheiro está disponível, e só precisamos da complementação de crédito orçamentário para que esses recursos possam ser utilizados e para que sejam efetuados os pagamentos correspondentes. Como esses recursos não foram na proporção programada no contrato, tivemos que fazer esse atraso para prorrogar o contrato, lembrando apenas ao senhor que o limite que foi dado por esta Casa é 25 de julho de 2005, como prazo final de implantação do sistema e de utilização dos recursos do financiamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, não sei se seria mais prático eu concluir o diálogo com o Brigadeiro e depois ouvir a exposição do Presidente da Raytheon.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sim, V. Exª poderá completar as perguntas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Brigadeiro, a Lei do Abate preocupa-me muito, porque dar o poder de abater um avião é o mesmo que instituir a pena de morte sem julgamento, por mera suspeita. Esse é o aspecto que me preocupa, porque a medida está sujeita a erros como aqueles cometidos no Peru, em que houve um abate de um avião civil que resultou na morte de dois missionários.

Pergunto: havendo perfeita integração com os países vizinhos – talvez não haja ainda, mas se houver –, o avião clandestino sendo escoltado até a fronteira e de lá escoltado por outro avião, não seria eficaz esse controle sem necessidade de abate, pois, acabando o combustível, o avião teria de pousar em algum lugar? Esse acompanhamento, embora de elevado custo, não resolveria o problema sem necessidade de abatê-lo, sem a certeza dos fatos ou até por infração pequena, como um cidadão levando alguns quilos de cocaína e, por isso, acabar morrendo?

É complicado o abate de um avião. Haveria eficácia nesse acompanhamento aqui e além-fronteira pela Força Aérea Colombiana ou não?

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Eu acredito que sim. Inclusive, estamos conversando também com a Força Aérea Paraguaia, com a Força Aérea Uruguaia e com a Força Aérea Argentina, porque os nossos radares cobrem também esses países. E temos uma pequena comissão que tem trocado informações e a nossa idéia... porque, por exemplo, o Uruguai não tem radar, mas a gente passa para eles... e a Força Aérea Uruguaia não pode nem acompanhar, mas, através da polícia, a gente passa para a Força Aérea, que passa para a polícia, que acompanha. Havendo uma cooperação dos países vizinhos e uma possibilidade onde, por exemplo, que

é um território bem grande e o Peru também, havendo um acompanhamento da Força Aérea deles, tenho certeza absoluta de que resolveríamos o problema.

Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – As duas perguntas que fiz ao presidente da Raytheon.

O SR. GREGORY VUKSICH – Exmº Senador Jefferson Péres, vou tentar responder pessoalmente, em português, efetivamente. Para a primeira questão, Raytheon é o fabricante desses equipamentos de rádios VHFs. A empresa tem grande experiência nesse setor de telecomunicações. Para mim, é um problema, porque não entregamos esses rádios pelo cronograma. E eu diria que tem três categorias de questões que causaram essa situação. Como o Brigadeiro explicou, esse sistema não é só um sistema de VHF. É bem sofisticado e complexo porque o operador não está ao lado de rádio. Ele está operando, na maioria dos casos de Manaus, remotamente, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, por causa da situação específica na Amazônia, fizemos várias mudanças nos equipamentos para acostumar com a situação lá e por isso precisamos desenvolver outros aspectos. E, finalmente, como o Brigadeiro Ramon Borges Cardoso mencionou, a situação na Amazônia mesmo, as condições lá são bem difíceis e precisamos adaptar os equipamentos para acomodar a situação natural e também de infra-estrutura lá na selva, especificamente a situação para utilizar a energia lá, mas todos as soluções necessárias foram feitas e eu estou com certeza agora que o sistema vai operar sem problema.

A outra questão...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – A ação judicial.

O SR. GREGORY VUKSICH – Obviamente eu não sou advogado, mas eu tenho responsabilidade na parte da empresa para monitorar isso e, como entendo agora, essa situação é baseada em vários aspectos específicos de lei de contratos brasileiro. A nossa empresa está cooperando com os advogados do Governo e também com os advogados de parceiro a Atech, para abordar essa situação em Porto Alegre. Se V. Exª quiser, vou mandar-lhe uma resposta por escrito amanhã por fax, com mais satisfações.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Estou satisfeito.

O SR. GREGORY VUKSICH – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quem sabe o Brigadeiro Ramon Borges Cardoso pudesse completar a informação a respeito desta questão judicial, se o Governo brasileiro e a coordenação do Projeto Sivam com respeito a essas ações judiciais que teriam obtido uma suspensão do contrato, como agiu e em que situação está.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Realmente houve essa solução, que foi aplicada, de que o Projeto Sivam deveria ser cancelado. Quem entra com a ação são as pessoas jurídicas que estão envolvidas, isso é, o Governo, por meio da AGU, responsável por fazer o pedido, e as duas outras firmas, Raytheon e a Atech, que entraram com as liminares pedindo que essa medida seja cancelada, tendo em vista que o processo já está na fase final.

Temos 92% do projeto implantado, faltando apenas 8% para sua complementação; e ele foi autorizado por todos os órgãos competentes. Assim, não haveria cabimento o projeto ser cancelado nessa fase. Os procedimentos judiciais previstos foram tomados por esses órgãos competentes. Em nosso caso, pela AGU.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, também autor do requerimento. Em seguida, falarão os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Caro Comandante, Sr. Diretor da Raytheon, Brigadeiro encarregado do Sivam, na verdade, o meu requerimento foi apresentado na Subcomissão da Amazônia, pertencente a esta Comissão, e tinha como objetivo o convite a vários Ministros, entre os quais os da Defesa, da Integração Nacional, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio, da Agricultura, da Pecuária e Abastecimento, para que viessem explanar os planos dos Ministérios para a região Amazônica.

Coincidentemente, o Presidente da Comissão houve por bem também aproveitar, uma vez que havia o convite por meio de outro requerimento, a sua vinda a esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A complementação do objeto do requerimento ainda estará em vigência.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Por isso, fiz essa introdução.

Na verdade, as perguntas do Senador Jefferson Péres são as que estão na cabeça de todos os Senadores, principalmente os da Amazônia. Preocupa-nos muito a questão, por reconhecermos a importância do Sivam e do Sipam para a Amazônia, todavia tantas são as informações verdadeiras ou não que se ouvem desde o início desse projeto que realmente muitas são as indagações.

O Senador Jefferson Péres perguntou sobre a questão da transferência de conhecimento para as empresas nacionais. Esse é um aspecto importante que me parece estar previsto no contrato. Mas outro aspecto que entendo ter muita relação com a parte de inteligência é o fato de os Estados Unidos terem essas informações de alguma forma, paralela ou até prioritariamente, em relação ao Brasil.

Não estou querendo fazer nenhum tipo de intervenção xenófoba, pelo contrário, tenho até uma grande admiração pela forma como os Estados Unidos se preocupam com a inteligência e com a defesa da soberania do seu território. No entanto, como brasileiro e como amazônida, preocupo-me muito com a soberania da Amazônia e, considerando esse aspecto, gostaria de saber que mecanismo de defesa efetivo o Governo brasileiro possui para que essas informações não sejam, paralela ou prioritariamente, do conhecimento do governo americano antes do governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Comandante Luís Carlos da Silva Bueno.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Temos recebido visitas em instâncias, com muita insistência para que passemos as informações do nosso projeto Sivam para o Comando Sul dos Estados Unidos. Naquele país, há divisão em vários comandos militares, e quem comanda essa área da América do Sul, do México para baixo, é o Comando Sul, de Miami.

Já que V. Exª perguntou, responderei. Penso que todos começamos a perceber que, com essa instância, eles não conseguem obter as informações que desejam. Dessa forma, como estou dizendo, há alguns países para os quais não passaremos informações, porque, logo depois, o Comando Sul ficará sabendo. Por essa razão, pretendo filtrar. E não abro mão de filtrar. Quero fazer país com país. E para cada um vou dizer o que vão formar. Sinal de que não recebem as informações. Realmente gostariam de comandar, mas pagamos um bilhão e quatrocentos a eles a fim de obter as informações de que precisamos. O Brasil pode até vender. Mas penso que não podemos dar nem vender porque são informações estratégicas que possuímos. Precisamos ter o respaldo do desconhecimento de outros países também. Não nos interessa abrir tudo ou fazer uma divisão de informações ou passar todas as informações de que dispomos. Possuímos informações necessariamente nacionais, de interesse nacional, e não há necessidade de passá-las a outros.

Portanto, Senador, apenas isso é uma demonstração de que eles têm inclusive tentado com países vizinhos nossos – Argentina, Paraguai e Bolívia –, insistindo que nos forcem. E os países com os quais mantemos contato e dividimos muitas das informações também entendem que não podemos. Do contrário, passaremos todas as informações do nosso bloco.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Nosso controle é absoluto sobre as informações?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Sobre as informações é. Posso garantir a V. Exª. E existem bloqueios que impedem que sejam de conhecimento externo essas informações. Poderia pedir ao Brigadeiro Ramon que complementasse. Pois ele vive a situação diariamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Seria possível complementar a informação com um exemplo, hipotético mesmo? Não precisa dar a informação. O que seria tão importante para manter uma informação?

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Senador, a parte do conhecimento, da tecnologia, realmente nós ganhamos. No desenvolvimento do software, foi necessário colocar pessoas nos Estados Unidos a fim de que pudessem acompanhar o desenvolvimento da Raytheon e que realmente fôssemos os donos dos programas fonte. De maneira que, a partir de agora, o sistema dentro do Brasil poderá sofrer as modificações que quisermos, independente dos americanos que participaram no desenvolvimento, pois havia uma equipe aprendendo como fazer esse desenvolvimento. Atualmente, recebemos essa tecnologia que fazia parte do contrato, pagamos por ela. Existem equipes que são da Atech, pessoas responsáveis por realizar esse trabalho de desenvolvimento de software. Assim como a Embraer, que conseguiu integrar vários equipamentos dentro de um avião, tarefa de que não tínhamos conhecimento.

Em relação à parte de informações, há três níveis. O primeiro deles é com relação à coleta geral de todas as informações, que irão para os Centros Regionais de Vigilância. Dentro desses centros, serão colocadas em posições diferenciadas. A primeira delas: as informações que são proprietárias do Estado e que não serão divulgadas para ninguém. Por exemplo, durante um trabalho de pesquisa que estejamos realizando, descobrir onde é a maior possibilidade de encontrar petróleo ou uma planície de minérios que poderia ser utilizada no futuro a fim de que o Governo concedesse autorização a alguma firma de executar a prospecção e a implementação de uma mina naquele local. Portanto, são informações proprietárias, Senador, que o Governo pode utilizar para seu planejamento estratégico. Ele vai definir o que vai fazer

com as informações. Elas ficam em um banco de dados que não são de acesso geral.

O segundo nível diz respeito a uma informação proprietária dos diversos órgãos que fazem parte do sistema. Isto é, todos os Ministérios e demais organizações, como a Polícia Federal, a Funai, o Ibama, o IBGE, o Inpe, essas organizações colocam algumas informações que poderão ser utilizadas por todos os participantes do sistema e que poderão ser divulgadas também para universidades, para trabalhos de mestrados, para novas pesquisas. Essas informações serão filtradas e colocadas à disposição de acordo com regras a serem estabelecidas pelo conselho gestor do projeto Sipan.

O último nível é a informação geral que foi conseguida por meio de todos esses equipamentos instalados, mas que podem ser divulgadas para quaisquer pessoas, elas serão colocadas em um computador à parte, aberto para consulta via **Internet** e qualquer pessoa pode ter acesso a esse sistema. Obviamente são sistemas diferenciados, esse sistema na **Internet**, que todos sabemos que é bastante vulnerável a **rackers**, já que poderão serão invadidos, mas todas as informações constantes lá são de conhecimento geral, de que toda a sociedade tem conhecimento ou pode ter conhecimento.

Já num nível em que as informações são mais sigilosas não estão ligados a equipamentos de acesso externos, só terão acesso a esses equipamento ou a essas informações os órgãos participantes. O último nível, que é informação proprietária do Estado, a esse nem os ministérios terão acesso direto, apenas de acordo com senhas, em condições especiais e a algumas pessoas autorizadas a tomar conhecimento.

Acredito que dessa maneira conseguimos colocar barreiras para que essas informações não extravasem para pessoas que a elas não deveriam ter acesso.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Esse é o Projeto Sipam? Essa última ...

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Essa parte é feita pelo Centro Gestor do Sipam, que está subordinado à Casa Civil da Presidência da República e que estabelece esses recursos e critérios de divulgação das informações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Quero dizer que acredito que ninguém tem dúvidas, eu muito menos, de que as Forças Armadas são as instituições que efetivamente se preocupam de maneira muito profunda com a nossa soberania e segurança, a Amazônia, temos que reconhecer, é o ponto mais vulnerável do País, porque se algum tempo atrás nos preocupávamos com a Argentina, hoje, com certeza, até por informações partidas das próprias forças Amadas, o foco lógico é a Amazônia, não só pelo narcotráfico, contrabando de armas, enfim, todo tipo de delito é praticado naquela região.

O número de vôos clandestinos que o comandante da Aeronáutica disse que são vistos é uma quantidade inacreditável para uma região como a Amazônia. Por isso me preocupo, e esses dois pontos mencionados, as informações estratégicas e, ouvi uma palavra muito importante, o bloqueio, portanto, existem esses bloqueios para que possamos, nós brasileiros, ter segurança em relação a essas informações estratégicas, fico mais despreocupado, mas quero dizer que ainda não fico tranqüilo, ainda estou alerta.

Repito, admiro até a forma veemente e eficiente como os Estados Unidos cuidam dessa questão em seu país, e acredito que seja um exemplo a seguir. Particularmente, com relação ao Sivan e ao Sipan creio que deveria haver uma maior divulgação começando pelo Congresso para que tivéssemos a consciência da sua importância, e também para a sociedade como um todo. Porque a Amazônia, lamentavelmente é conhecida, até por nós brasileiros, que não somos de lá, somos do Sul, do Sudeste, e principalmente do litoral, de uma maneira muito romântica, distorcida e fabricada por uma mídia que nem é nacional, e que a nossa mídia, a nacional, repete infelizmente. Precisamos mudar isso e um dos caminhos é a divulgação, uma agressividade maior no excesso dessas informações para o público, mas muito especialmente para o Poder Legislativo, que é quem está no contato diário com esses problemas, especialmente os Senadores e Deputados federais da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Queria até, complementando a pergunta do Senador Mozarildo Cavalcanti, como o Comandante Bueno tinha falado a respeito da possibilidade de a comissão conhecer mais de perto a situação, pergunto: que proposta haveria se formos fazer uma visita? Que lugares deveríamos visitar? Quanto tempo seria necessário para uma visita de conhecimento produtiva? Se puderem fazer uma sugestão, seria ótimo. Depois isso poderia ser melhor detalhado, mas o Comandante e o Brigadeiro poderiam organizar a visita talvez para o recesso – se houver. Para ser bem feito, precisaríamos de alguns dias; mas, eventualmente, um número de Senadores poderia se dispor a fazer uma

visita organizada a alguns lugares. Portanto, seria bom que nos dissesse que lugares seriam mais interessantes para conheceremos de perto, assim atendendo a esse propósito, que penso ser de todos.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Eduardo Suplicy, era isso o que eu queria falar. V. Exª não sabe como ficamos felizes que essa proposta seja feita. Já havíamos conversado um pouco a respeito.

Proponho que V. Exªs digam os lugares que querem visitar e que nós acrescentemos mais lugares que merecem ser visitados. Não aconselharíamos a não ir a nenhum dos lugares que V. Exªs propusessem, ou seja, há liberdade total de escolha. Também apresentaríamos mais lugares para que V. Exªs fossem até lá verificar as coisas. Penso que isso é muito importante. Penso que não há ninguém melhor que o Congresso Nacional, que são representantes de todos os lugares do Brasil, para transmitir, nos seus lugares de origem, o que é importante para o Brasil – e V. Exªs vêem que isso é muitíssimo importante para o Brasil, não é para a Força Aérea, pois temos um órgão acima que é o Sipam, que abrange toda as outras coisas.

Colocaríamos o avião. Tenho impressão de que, por Brasília, são 26 lugares ou 24 pessoas, para poder se colocar mais bagagem.

Então, V. Exªs fariam uma proposta, nós diríamos quanto tempo seria ideal – oito ou dez ou quinze dias – e, aí, faríamos uma proposta também, complementando os lugares escolhidos por V. Exªs. Ficaria melhor, não, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Penso que é bom, mas, é preciso analisar, porque o senhor está falando em oito ou dez dias e o Presidente pode vir a convocar o Congresso Nacional extraordinariamente. Entretanto, imagino que pelo menos três ou quatro dias seriam mais viáveis, para que um número maior de Senadores pudesse participar. Depois, então, poderemos dialogar para fazer um roteiro. Em princípio, aceitamos a proposta de fazer uma visita ao projeto.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – V. Exª não quer marcar uma data? Quando se fala: "Vamos fazer uma visita", aí, vão aparecendo os problemas. Janeiro ou fevereiro ou dezembro, embora esse não seja um mês bom, porque fica muito curto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Provavelmente em janeiro, dependendo de haver convocação extraordinária ou não, que dependerá dos Líderes.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Penso que o mais prático seria programarmos para o início do próximo período legislativo. Há uma possível convocação e, depois, um recesso em seguida. Creio que, no início do período legislativo seguinte, faríamos um trabalho muito mais eficiente, com as pessoas descansadas, e poderíamos tirar maior proveito dessa viagem. Por mim, eu iria amanhã, mas, do ponto de vista prático...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Do ponto de vista realista, se houver convocação extraordinária, em janeiro, estaremos trabalhando. A primeira semana de fevereiro, provavelmente, seria um momento em que não teríamos sessão aqui e haveria...

O SR.LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – (fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então, temos os primeiros quinze dias como uma possibilidade. Mas poderemos combinar esses detalhes depois.

O SR. (Orador não identificado) – Sim, Sr. Presidente. Mas já ficamos contentes com a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Fica a vontade de ir e a determinação.

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, a pergunta que eu faria já foi respondida quando do Senador Jefferson Péres. Para mim, está muito esclarecido por que uma parte atrasava e por que a outra parte retardou o pagamento.

Sou entusiasta do Projeto Sivam e seu defensor, mesmo quando alguns inadvertidamente o viam como escândalo. Na verdade, se tratava de obra polêmica, única no mundo em tamanho, envolvendo duas empresas de porte. Nunca imaginei que aquele fosse um jogo de freiras contra freiras ou, como se supunha, que teria bastidores duros; mas jamais desconfiei de que a Força Aérea Brasileira não fosse capaz de conduzir com sensatez e honra o projeto.

Hoje, ele é uma realidade que tem de ser implantada em todas as suas etapas, para que renda todos os seus frutos, até os militares. O projeto é mais do que militar, sem dúvida, tem cunho estratégico – volto a falar no militar – e econômico, com repercussões econômicas absolutamente proveitosas para o Brasil, a partir do que a região Amazônica representa para nosso País. Aos poucos, os brasileiros vão descobrindo que grande parte do futuro que se possa descrever neste País depende do tratamento mais ou menos sábio que se dê à região.

Portanto, ao mesmo tempo que digo que me sinto absolutamente tranqüilo com a resposta, aproveito para – talvez saindo do assunto, não sei se completamente – comunicar aos Srs. palestrantes, aos Srs. debatedores, ao Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, e à Casa que, junto com os Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho, estou protocolando pedido de informações ao Ministro Viegas a propósito de notícias inquietantes ainda não confirmadas.

Trata-se da existência de um acampamento das FARCs no Município de São Gabriel da Cachoeira – aliás, um dos pilares do Projeto Sivam.

Se confirmado, penso que o Governo brasileiro tem de agir com toda a energia, não tolerar de forma alguma invasão de solo brasileiro, que, pela proximidade, permitirá o recrutamento de pessoas para uma guerrilha que, além de antiética e imoral, por ser na verdade uma "narcoguerrilha", é completamente insana, pois representa um pensamento político que não é resposta para a Colômbia ou para qualquer país que se pretende uma nação civilizada.

Portanto, trago essa preocupação à Casa e à Comissão de Relações Exteriores, notícia que eu gostaria de não ver confirmada, mas que, se verdadeira, pede providências imediatas e enérgicas do Governo brasileiro.

No mais, quero reiterar a V. Exª a idéia, que cheguei a amadurecer conversando com o Senador Pedro Simon, de fazermos em algum momento reuniões sobre temas de política internacional às sextas-feiras.

Nessas reuniões, não teríamos o prazer de ouvir palestrantes, não haveria votação de embaixadores, mas seriam ouvidas as nossas preocupações com mais tempo, ampliadas, e poderíamos convidar Senadores que não participam diretamente da Comissão para que apresentem temas que têm de ser maturados.

A Alca é um deles. Temos que analisar cada um de seus ponto, pois há repercussões econômicas e políticas que um país não pode se dar ao luxo de não levar na primeira conta de importância.

Houve uma época em que o Brasil era tão fechado que a política externa era de somenos importância. Hoje, acredito que o Mercosul seja tema de campanha eleitoral mais forte no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina do que em outros Estados; mas amanhã esse tema será nacional, também a Alca, que mexe com a vida de todos nós.

O Brasil, na medida em que tem uma sociedade que vai derrubando os muros, globalizando os mercados, conseqüentemente, são colocados outros desafios para que saibamos manter as nossas identidades culturais. Como é inevitável que haja uma interação econômica cada vez mais forte, eu me pergunto como o Brasil não coloca o debate da política externa no primeiríssimo plano da vida de seus cidadãos. Para mim, esse aspecto é vital. E esta Comissão, tão competentemente presidida por V. Exª, tem um papel brilhante a desempenhar, está desempenhando muito bem, mas há um papel brilhante a desempenhar.

Portanto volto a lembrar a preocupação de fazermos algumas reuniões para, escolhendo um tema que possa ser debatido exaustivamente ou até mesmo deixando tema livre, vermos o que ocorre aos Srs. Senadores para podermos relatar da nossa preocupação com a relação do Brasil com o mundo.

Parabenizo aos Srs. Debatedores, ao Sr. Brigadeiro, ao representante da empresa, a todos. Dou-me por satisfeito com as explicações aqui dadas e torço para que o Projeto Sivam seja implantado na sua inteireza o mais rapidamente possível, porque o Brasil tem muito a ganhar, tem muito a ganhar nas áreas estratégica, econômica e social; até porque a Amazônia haverá de dar respostas melhores para o País se esse dado da sua perspectiva de desenvolvimento for bem elucidado. O Sivam é importante, é uma grande obra, que, conhecida dos brasileiros, será muito respeitada por todos aqueles que a ela tiverem acesso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Complementaria a indagação do Senador Arthur Virgílio, pedindo ao Tenente-brigadeiro Luís Carlos da Silva Bueno que adiante a esta Comissão se de fato ocorreu a descoberta de um acampamento das FARCs em São Gabriel da Cachoeira ou não, e se o Sivam, normalmente, toma alguma providência em um caso como esse.

Fato esse que também está relacionado ao diálogo que tem ocorrido entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Álvaro Uribe, da Colômbia, pois foi noticiado que no último encontro de ambos, em Cartagena, há um mês, houve o propósito de, e colaborando com o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, poder se realizar em território brasileiro, possivelmente na Amazônia, um encontro entre representantes do Governo colombiano, das FARCs e da ONU, numa tentativa de entendimento.

Aproveto a oportunidade para informar que, como de domingo para segunda estive no Panamá, representando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do centenário daquele país, ali dialoguei com alguns chefes de Estado, dentre os quais o Presidente Álvaro Uribe, e perguntei-lhe a respeito desse

possível entendimento. A reação de S. Exª foi dizer: Bom, as FARCs, vamos liquidar com elas. Como se não houvesse a possibilidade de um diálogo. Mas o fato é que foi noticiado esse diálogo do Governo colombiano com as FARCs em território brasileiro, sob os auspícios da ONU. Então, isso, de alguma maneira, pode estar relacionado ao que o Sivam tem acompanhado ou de outros grupos da Colômbia em território brasileiro.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, posso adiantar que o Sivam, na parte de controle de espaço aéreo e terrestre, não está observando, vamos dizer assim, nenhum movimento além do normal daquele observado nas incursões que rotulamos de tráfico de drogas, narcotráfico; a parte terrestre está mais ligada ao Exército, com quem estamos trabalhando em São Gabriel da Cachoeira, onde temos já montada uma base para deslocamento, para, havendo necessidade, colocarmos tropas imediatamente, não há problema algum, sobre isso já contamos com todo o apoio. Mas não há notícias de nenhuma, vamos dizer, fixação ou tentativa de fixação de tropas das FARCs na Região de São Gabriel da Cachoeira. Isso aí realmente deverá estar sendo apurado pelo Exército, porque na parte aérea não temos vislumbrado nenhum transporte de maior porte que poderia ser um transporte de pessoal da FARC.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – De qualquer maneira, já escolheria São Gabriel da Cachoeira como um dos lugares para visitarmos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Permita-me só fazer um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Comandante, o senhor que é um chefe militar deve concordar comigo: creio que não interessa às FARCs brigar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está certo.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Eu também não acredito mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

Quero informar aos Srs. Senadores que, com o quorum, teremos a possibilidade de examinar o requerimento sobre a indicação do Professor Celso Furtado em seguida à conclusão da nossa audiência pública.

O Senador Augusto também está inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, ilustres depoentes considero que os esclarecimentos já feitos aqui são realmente satisfatórios, são bons e deixam clara a questão da segurança necessária em um projeto desta magnitude, com a questão da soberania brasileira preservada, a confiança que todos temos na Aeronáutica e nas Forças Armadas brasileiras.

Eu apenas quero finalizar com alguns pontos mais localizados, por exemplo, quanto à questão de data de funcionamento efetivo, como vai entrar, sei que não entra de uma vez, entra em fases.

Quanto à questão do aspecto financeiro, o Brigadeiro Ramon Cardoso falava que faltam 8%, mas os dados aqui falam em coisa em torno de R$500 milhões a serem liberados para o final deste projeto; 111 deste ano, mais 18, 140, 130 para esse ano; 220 para 2004; e 134 para 2005; dano um total de R$484 milhões aqui em um projeto de R$2,1 bilhões já liberados, cerca de US$700 milhões. Estaríamos, então, com um pedaço um pouco maior, algo em torno de 25% ainda do projeto global.

Quanto à questão final sobre a atualização técnica, temos um contrato com a Raytheon de manutenção; então, qual é questão da atualização que vamos ter permanentemente? Porque essa questão da tecnologia ela evolui a cada ano. Ou seja, daqui a cinco anos, seguramente teremos que ter uma outra versão pronta.

Esses são os pontos que colocarei aos Brigadeiros Luís Carlos e ao Brigadeiro Ramon Cardoso.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Eu acredito que o Brigadeiro Ramon poderia explicar mais precisamente, pontualmente cada pergunta que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Brigadeiro Ramon Cardoso.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Exmº Sr. Senador, respondo as perguntas de V. Exª. A primeira questão é em termos de prazos. Já temos dentro da concepção do Sistema, três centros regionais de vigilância: um em Belém, um em Porto Velho e outro em Manaus. O de Manaus e o de Porto Velho já estão operando. Os de Manaus desde julho de 2002; o de Porto Velho desde janeiro de 2003; e o de Belém está pronto, está em fase final de recebimento por parte do Censipam. Acreditamos que até o final do mês de novembro, já tenhamos entregue este último centro. Então, os três centros regionais estarão prontos.

O Centro de Coordenação Geral que fica em Brasília está atrasado. Motivo: ele havia sido desconsiderado. Não seria mais construído aqui em Brasília. Então, paramos com todos os trâmites de execução deste centro geral.

Em março deste ano, foi decidido novamente pelo Governo, que ele deveria ser feito. Então, estamos executando, e o prazo para ele ficar pronto é março de 2005. Mas esse centro de Brasília será muito importante para a coleta geral dos dados, mas todas as funções poderão ser executadas por esses três centros regionais, principalmente o de Manaus, que tem a maior capacidade de executar todas as funções previstas para o Sivam regionalmente. E se precisarmos ter uma informação geral de toda a Amazônia, poderemos concentrar esses dados em Manaus e, obviamente, quando esse centro aqui de Brasília estiver pronto, repassaremos todas as informações para cá.

Em relação à diferença de dinheiro, uma parte dele está reservada para a compra do material sobressalente, e isso só ocorre no final do contrato. Então, estamos instalando equipamentos, verificando quais são os que precisam de manutenção e, ao final do contrato, recebemos uma grande quantidade de material, de suprimento, para que possamos executar a manutenção desses equipamentos durante um período maior. Por isso é que há uma parte desses recursos que não está adequada aos 8% físicos que faltam da implementação.

Estávamos imaginando que, com todos os recursos recebidos até o final deste ano, faltariam US$110 milhões para a execução durante os dois próximos anos, 2004 e meados de 2005, ficando o restante desse dinheiro para a compra de material sobressalente.

Por último, em termos de manutenção técnica, não estamos fazendo nenhum contrato de manutenção técnica com a Raytheon ou com qualquer companhia, porque hoje já temos a capacidade instalada no País e nós mesmos podemos fazer os avanços necessários. E os equipamentos não são especiais para o Projeto Sivam, mas equipamentos que podem ser comprados em qualquer loja. O nosso ideal é este: se tivermos no Brasil companhias que tenham a capacidade de produzir esses equipamentos, compraremos aqui; senão, compraremos em qualquer lugar do mundo que tenha disponibilidade de venda desses equipamentos, a parte de **hardware**, porque o **software** será desenvolvido pelo nosso próprio pessoal, tanto da Força Aérea, quanto dessa firma que foi contratada, a TEC, que está formando pessoas que irão trabalhar dentro do projeto Sipam com o Censipam, de maneira que não há uma previsão de continuidade de contrato com a Raytheon ou com qualquer uma das companhias.

Com essa transferência de tecnologia que foi paga, teremos a nossa própria capacidade de fazer esse desenvolvimento daqui para frente e, se for o caso, até passarmos para os países vizinhos esses conhecimentos que adquirimos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com relação aos recursos para os próximos anos, toda a parte econômica de qualquer Governo é sempre difícil. Queria saber se tem havido a sensibilidade necessária para o Orçamento do próximo ano.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Infelizmente, para o ano que vem, estamos precisando de cerca de 220 milhões e, no Orçamento, são nove milhões, mas a briga já começou. Eternamente, temos brigado com os Governos a respeito dos Orçamentos necessários para cumprir os contratos já assinados.

O grande problema é este, que o contrato já é assinado e ficamos em **default**. Mas, normalmente, na última hora, ou um pouquinho depois, recebemos. Às vezes nos falam que não cobramos multas, que atrasaram, mas normalmente ficamos atrasados no pagamento, e é até bom que não cobremos multa, por algum motivo, porque normalmente somos nós que atrasamos no pagamento. Mas há uma grande vantagem que sempre falo para todos os nossos vendedores, e quero aproveitar que a Raytheon está aqui: nunca deixamos de pagar.

O Governo nunca deixou de honrar o seu compromisso. Isso é uma realidade. Podem vender, pois acabam recebendo. E ficamos muito preocupados quando, às vezes, dizem que o Governo não pagou, o que não é verdade, porque o Governo sempre paga. Muitas vezes não pode ser naquele momento, pois pode haver um problema de caixa, mas realmente conseguimos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero aproveitar para informar que, na próxima semana, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deverá apreciar as emendas que o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa sugerirão à nossa Comissão, isso porque temos o direito de apresentar emendas e iremos fazê-lo.

Que isso já fique assinalado.

O Senador Augusto Botelho é o último inscrito e em seguida examinaremos o requerimento sobre o Professor Celso Furtado.

V. Exª tem a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sou Senador do Estado de Roraima. É lógico que o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) é muito bem recebido lá, com todo carinho, pela nossa população, pela segurança que vai. Nós – eu e o Senador Mozarildo Cavalcanti – temos histórias de pessoas, de aeronaves que caíram e nunca se acharam. Muito depois, na época do garimpo, começaram a achar pessoas, inclusive da área de saúde, que desapareceram na selva por falta de segurança. A segurança dos pequenos aviões ficou 99,9% melhor com o nosso projeto.

Tenho uma preocupação em relação à segurança, e eu gostaria de fazer algumas perguntas para entender melhor.

As nossas 27 estações se comunicam pelo sistema VHF (Very High Frequency). O tipo de freqüência vai direto de uma estação para outra ou vão todas direto para a estação de Manaus?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Pode haver transferência. Caso detectemos, no sistema central, que uma estação não está funcionando, podemos fazer um relé e outra estação assume, de modo que todas elas se comunicam entre si, uma é redundante da outra. Por isso temos essa segurança de 99,9%, para não dizer 100%.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Então nossas informações são passadas e coletadas em Manaus, e há as barreiras de segurança.

Quando as nossas informações passam pelo satélite?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Na hora. Tudo é feito via satélite.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Tudo é feito via satélite?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Chamamos de VHF estendido.

Sou da velha geração, todos os aviões que operei...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Não é de uma estação direto para outra?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Sempre se faz o relé via satélite. Ela fala aqui, o satélite fala para a estação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – E esse satélite é nosso?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Esse é alugado. Ainda não temos, por isso essa grande importância – vamos sair para outro...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Então não podemos ser donos, totalmente, da informaçao. Não somos donos totalmente.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Não, porque um dia podem desligar o satélite ou negarem o satélite. Isso aí...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – E a informação do satélite pode passar para outra pessoa também, para outro país, não pode?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – O Brigadeiro Ramon Borges Cardoso pode falar melhor sobre isso.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Deixe-me complementar um pouco mais tecnicamente para V. Exª, Senador.

As estações se comunicam com o centro, em Manaus, via satélite, e com o avião por meio de comunicação, que é o VHF, que é a transmissão direta. Quando o piloto fala, na realidade quem está escutando é o controlador em Manaus, não importa onde ele esteja na Amazônia, porque vai para uma dessas 27 estações. Esse tráfego entre a estação e o controlador em Manaus é que é feito via satélite.

No entanto, por esse meio de locomoção, só são transmitidas as informações controlador-piloto. Elas não têm interesse estratégico, é apenas para o controle daquelas aeronaves que estão voando e para a segurança daquelas aeronaves.

Realmente temos um problema porque o satélite não é nosso, como os nossos satélites de comunicação do Sistema Nacional de Telecomunicações não são nossos, apenas alugamos os **transponders**.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Certo.

As informações sobre minério, sobre petróleo, sobre essas coisas passam pelo satélite também?

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Não, Excelência.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – É isso que eu queria saber. Então não passam pelo satélite.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Não, Excelência.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – São nossas, coletadas por nós mesmos, diretamente.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Sim, Excelência.

O SR.LUIS CARLOS DA SILVA BUENO – Ainda há mais uma informação que posso passar a V. Exª,

que é a seguinte: quando os aviões, os nossos R99, estão falando, há um sistema chamado **datalink**, que são cerca de dez ou doze ou vinte mil modificações de freqüência a cada segundo, então é impossível que algum outro avião consiga receber essas informações. E essas informações são passadas da seguinte maneira: do avião para a estação e da estação para outro avião. Se um avião chamar outro, ele fala dessa maneira. Então, ninguém consegue interceptar essa informação que é passada entre um avião e outro.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Tenho mais uma questão: temos condições, pelo Sipam (Sistema de Proteção da Amazona) ou pelo Sivam, de fazer zoneamento sócio-econômico ou agro-econômico das áreas?

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Sim, Excelência. E já posso contar a V. Exª uma coisa que está ocorrendo no Mato Grosso. Hoje, no momento em que é dado o certificado de propriedade de uma fazenda, no seu verso vem uma imagem em radar da área correspondente àquela fazenda, delimitando o que pode ser plantado, o que é área de preservação, o que é área que deve ser mantida ou que pode ser utilizada para agricultura, ou que pode ser utilizada para criação de gado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Feito por nós, pelo Sivam.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Feito pelo...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pelo sistema.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Entregamos apenas a imagem para eles e eles trabalham nisso. É válido por cinco anos. Quando o dono daquela fazenda for refazer o seu certificado, nova imagem será comparada com a anterior. E aí será possível verificar se ele cumpriu aquele zoneamento que estava previsto, se ele plantou em área que não estava prevista, se ele desmatou área que não estava prevista. E isso poderá ser feito em toda a região amazônica. Obviamente, precisamos fazer isso em área selecionada, porque a Amazônia, como um todo, é muito grande. Se colocarmos os nossos aviões para fazer um levantamento da Amazônia hoje, em seis meses, teríamos um levantamento completo, de toda a região amazônica. E se colocássemos todos os computadores para fazer a análise desses dados, seriam necessários dez anos para que tivéssemos um resultado. Então, obviamente, temos que fazer em regiões e em pontos específicos, que sejam de interesse. E aí compete aos governos estaduais dizer em quais pontos eles querem que trabalhemos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Se meu Estado tiver interesse em fazer um levantamento em uma área de assentamento rural, podemos fazer por meio do sistema dos senhores?

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Sim, senhor.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Está bom, era isso o que eu queria saber. E isso, por si só, vai ser um diferencial, porque a nossa Amazônia não é bem explorada, porque não se tem isso. Geralmente, os assentamentos são feitos aleatoriamente sem informações prévias. Isso vai pagar o Sivam. Só esse direcionamento da exploração agropecuária e econômica.

O SR. RAMON BORGES CARDOSO – Posso complementar um pouco mais essa informação para V. Exª. Hoje, as imagens de satélites que compramos já vêm prontas. Com esse sistema nosso, não acontece isso. Na imagem de satélite, elas vêm com as informações de modo que, quem analisa passa para a gente. No momento em que uso o avião, e posso fazer tomadas de avião em vários campos, em várias faixas de freqüência, faço a análise dessas faixas de freqüência e determino, inclusive, a biomassa, como está o estado de uma plantação, por exemplo, se está na hora de ser colhida, ou não. Por meio de imagens termais, podemos descobrir se existem água ou rios subterrâneos ou fontes subterrâneas que possam ser utilizadas naquele local. Então, temos a capacitação para fazer a análise dessa imagem agora, independentemente de outras pessoas.

Então, creio que isso é um ganho fantástico para o Brasil também, porque não dependemos da análise de outras pessoas. Temos a possibilidade de saber exatamente o que está acontecendo em qualquer local.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Possa dar uma complementada na resposta, Senador?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Há imagem de satélite que recebemos três meses depois. Ela pode ser maquiada como quiser. Como avião, recebemos imediatamente após o pouso, e sabemos exatamente o que há naquele local. Porque pelo outro sistema pode pintar, pode-se dizer que é uma coisa, mesmo sendo outra. Agora, teremos a realidade. Isso é muitíssimo importante.

Quanto a essa parte de rios subterrâneos, de poços, etc, é muito importante para as cidades, principalmente para o Nordeste. Essa é uma coisa maravilhosa que poderemos usar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Eu queria perguntar ao Comandante e ao Brigadeiro se podem permanecer mais um pouquinho na nossa re-

união, porque faremos apenas o exame de um requerimento e daí concluiremos os trabalhos.

Eu pediria ao Senador que presidisse a reunião, porque preciso relatar, como relator designado por mim próprio, o requerimento de autoria do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Passa-se à apreciação do item extrapauta.

Item 01: Requerimento que manifesta integral apoio à candidatura de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia de 2004.

Autor: Senador Aloizio Mercadante.

Relator: Senador Eduardo Suplicy.

O parecer é favorável.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, SRAs e Srs. Senadores, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do permissivo regimental, o Requerimento nº 1.064, que manifesta integral apoio à candidatura de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante.

O requerimento vem fundamentado em consistentes motivações, entre as quais vale registrar, para realçar os fundamentos da proposição e da importância das obras de Celso Furtado nas ciências econômicas para todos os brasileiros e latino-americanos, que, considerando a influência decisiva que a obra de Celso Furtado teve e tem na formação de economistas e cientistas sociais em todo mundo, por sua originalidade, consistência teórica e ousadia intelectual, Celso Furtado teve sempre clara consciência da função social que cabe aos intelectuais empenhar, e, por isso, deu à sua obra um nítido sentido pedagógico, dirigido a orientação às ações transformadoras dos países periféricos para a superação da sua condição de subdesenvolvimento. Destacando que além da extraordinária qualidade, a obra de Celso Furtado avulta-se também por sua abrangência temática, influência internacional, sendo ele o economista latino-americano mais lido em todo o mundo.

O Prêmio Nobel de Economia é uma homenagem às pessoas que mais se destacaram por desenvolverem avanço de grande significado para a ciência econômica. As obras de Celso Furtado contribuíram expressamente para a erradicação da pobreza, superação do subdesenvolvimento das economias periféricas. O autor inovou as análises econômicas vigentes e conceitos inovadores de centro e periferia, de trocas desiguais entre a produção de matérias primas **versus** manufaturas no comércio internacional. Juntamente com seu mentor Raúl Prebisch, desenvolveu postura crítica à teoria hegemônica das vantagens de especialização induzidas pelo livre comércio internacional. A grande contribuição da obra de Celso Furtado à economia é a construção de uma complexa relação entre teoria e história.

Conforme assinala Chico de Oliveira, segundo essa abordagem, não há uma teoria que se aplique à história nem, ao contrário, uma história que seja explicada pela teoria. A dinâmica analítica se dá através de uma relação interativa e auto-estruturante, em que a história é teoria e teoria é história. Dessa forma, refuta-se, **a priori**, a aplicação e a utilização de modelos teóricos atemporais e desprovidos de contextos históricos na explicação da realidade.

A obra de Celso Furtado também é um clássico do pensamento brasileiro. Furtado, em seus livros, busca compreender as origens, a identidade e o destino do Brasil. Juntamente com Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Raimundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, constituem o que denominamos interpretes do Brasil, no sentido de que elaboraram interpretações que moldaram a nossa compreensão da formação da sociedade, do Estado, da Nação, com suas formas sociais, econômicas, políticas e culturais, que nos imprimiram as nossas especificidades e particularidades. Esses autores teceram representações do País que se tornaram insubstituíveis para quem quiser entender a dinâmica da sociedade brasileira.

Como muito bem anotou Maria da Conceição Tavares, em artigo Subdesenvolvimento, Dominação e Lutas de Classes, publicados no livro Celso Furtado e o Brasil, pela Fundação Perseu Abramo, Celso Furtado teve uma luta incansável pela verdadeira emancipação nacional. Suas preocupações recorrentes com o tema da construção nacional diante das diversas formas de dominação internacional e do impacto interno de dominação estão presentes em quase todos os seus escritos, desde 1964. A separação para fins analíticos entre as dimensões econômicas, políticas e sociais do nosso subdesenvolvimento nunca o impediu de ter uma visão histórica, cultural, estrutural capaz de abranger as três dimensões.

Celso Furtado não é reconhecido apenas pela sua obra e por sua vida pública e acadêmica, ele é daqueles homens que, através de sua inteligência, ações, sintetizam o projeto de uma geração, a esperança de uma época, de um povo, é movido pelos grandes valores da humanidade, não apenas pela

busca do interesse próprio, mas pela busca da ética, da solidariedade, da justiça, da liberdade e da democracia.

Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, sertão da Paraíba, em julho de 1920. Gradua-se em Direito no Rio de Janeiro. Convocado pelo Exército brasileiro, enfrenta os horrores da Segunda Guerra Mundial, servindo com a Força Expedicionária Brasileira na Itália. Em 1948, obtém o título de Doutor na Universidade de Paris, Sorbone, com a tese Economia Colonial Brasileira. Após uma rápida passagem pela Brasil, instala-se em Santiago do Chile, para integrar a recém criada Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas, berço do original pensamento econômico latino-americano. Em 1949, o economista argentino Raul Prebisch assume a Secretaria Executiva da Cepal, pensador que irá influenciar significativamente as obras do brasileiro. Nesse período, Furtado é nomeado a Diretor da Divisão de Desenvolvimento. E, até 1957, cumpre missões em diversos países do continente, onde tem contato direto com os problemas do desenvolvimento dos países latino-americanos. Em 1953, preside o grupo misto Cepal/BNDE, que elabora um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento. O relatório do grupo misto, editado em 1955, será a base do plano de metas do Governo Juscelino.

De volta ao Brasil, no final dos anos 50, retorna, desliga-se, definitivamente, da Cepal, assume a diretoria regional do BNDE e, como membro do grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste, elabora para o Governo brasileiro um estudo, uma política de desenvolvimento para o Nordeste, origem da criação, em 1959, da Sudene, com sede em Recife, de que será superintendente nos Governos Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.

Em 1962, é nomeado, no regime parlamentar, o primeiro titular do Ministério do Planejamento, quando elabora o plano trienal, apresentado ao País pelo Presidente João Goulart, por ocasião do plebiscito, visando a confirmar o parlamentarismo ao restabelecer o presidencialismo.

No ano seguinte, deixa o Ministério do Planejamento e retorna à Sudene, quando concebe e implanta a política de incentivos fiscais para o investimento na região.

O Ato Institucional nº 1, publicado três dias depois de 31 de março, cassa os seus direitos políticos por dez anos. Têm início seus anos de exílio. Retorna à Universidade de Paris, onde assume a cátedra de desenvolvimento econômico. Permanecerá nos quadros da Sorbonne por vinte anos. É o primeiro estrangeiro nomeado por uma universidade brasileira por decreto presidencial do General de Gaulle.

Em janeiro de 1985, é convidado pelo recém-eleito Presidente Tancredo Neves para participar da comissão do plano de ação do Governo. Integra também a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, para elaborar projeto de nova Constituição.

Em março de 1986, é nomeado Ministro da Cultura do Governo do Presidente Sarney. Sob sua iniciativa, é aprovada a primeira lei de incentivos fiscais à cultura. Em julho de 1988, pede demissão do cargo, retomando as atividades acadêmicas no Brasil e no exterior. Em 1997, assume a cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras.

Assim, em sintonia com a proposição do Senador Aloizio Mercadante, um número significativo de economistas e intelectuais do Brasil e de outros países, dentre os quais me incluo, decidimos indicar o nome do professor Celso Furtado para ser laureado com o Prêmio Nobel de Economia. Há uma extensa relação de obras que anexo aqui, Sr. Presidente. Está aqui para todos conhecerem a extraordinária obra de S. Exª.

Por todo o exposto, somos pela aprovação da proposição do Senador Aloizio Mercadante.

Hoje, aos 83 anos, o professor Celso Furtado é um exemplo para todas as gerações brasileiras. Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, nos últimos dias, tenho lido a autobiografia de Celso Furtado, em três volumes. Ali estão contos que S. Exª escreveu, por exemplo, quando era expedicionário na FEB, também o relato de como desenvolveu o seu pensamento, os dias em que S. Exª viveu na Universidade de Cambridge, em 1953 e depois em 1957. Ali S. Exª conheceu os principais discípulos de John Maynard Keynes, o Professor James Edward Meade, um prêmio Nobel de Economia. S. Exª, inclusive, tornou-se amigo de Amartya Sen. Há poucos dias, escrevi uma carta ao Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen, sugerindo que S. Exª também se engajasse nesse propósito, já que foi um dos laureados com o Prêmio Nobel. O professor Amartya Sen, ontem, no telefone, disse que está respondendo a minha carta. Ainda não recebi, mas a aguardo com muito interesse.

Também gostaria de ressaltar que, do ponto de vista ético, o professor Celso Furtado é um dos exemplos. Ainda ontem, um grupo de jovens de Campinas veio me perguntar a respeito: como pode alguém viver tanto tempo na política e manter uma postura ética? Disse: felizmente, aqui, no Senado, convivo com

muitas pessoas que sempre mantêm uma correção ética, uma postura, mas gostaria de lhes dar um exemplo de um homem que, durante toda a sua vida, como professor, como Ministro, como uma pessoa que participou da vida política, sempre manteve uma postura ética que dignifica a todos nós brasileiros, o Prof. Celso Furtado.

O meu voto é inteiramente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de uma breve intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Tem a palavra V.Exª.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, Sr. Comandante da Aeronáutica, demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, eu gostaria de, em breve depoimento, manifestar meu total apoio à proposta do Senador Aloizio Mercadante, relatada pelo Senador Eduardo Suplicy.

Conheci Celso Furtado ainda estudante de Direito e líder estudantil, quando aprendi a admirá-lo sobretudo naqueles momentos em que S. Sª, por designação do Presidente da República, estava incumbido da tarefa de instalar a Sudene, a primeira e bem-sucedida experiência de uma instituição voltada para promover, de forma orgânica e articulada, o desenvolvimento regional.

De mais a mais, Celso Furtado, ao longo de sua vida pública, também fez muitas incursões em outras áreas, incluindo o campo cultural, tendo sido também Ministro da Cultura. Além disso, é em especial um humanista. Para S. Sª pode-se dizer o que disse certa feita Terêncio: "Nada do que é humano tenho por estranho.

Daí por que S. Sª é merecedor desse reconhecimento. Acho que a Comissão procede bem em aprovar esta medida, que, em se convertendo numa manifestação do Senado, pode contribuir para que o seu nome seja reconhecido, inclusive pela contribuição que S. Sª vem dando, não somente por meio de seu pensamento econômico, mas também por suas ações políticas, no sentido de criar condições para que o País – e por que não dizer a América Latina? – tenha maior interlocução nas grandes questões mundiais.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de devolver a Presidência ao Senador Eduardo Suplicy, eu não poderia deixar de dizer algumas palavras com relação à matéria votada.

Acho que o Senador Aloizio Mercadante e os economistas como V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, que tiveram essa idéia foram de uma rara felicidade. Creio ser difícil encontrar no Brasil alguém em condições de ganhar um prêmio internacional tão significativo como Celso Furtado – S. Sª e o Prêmio Nobel de Economia.

V. Exª disse muito bem, Senador, que, ao olharmos para trás, podemos ver na vida pública a figura daquele absolutamente unânime no respeito e na credibilidade, ainda que tenha sido cassado, ainda que tenha tido posições em relação às quais tenha havido divergências – S. Sª é unanimidade no Brasil.

Não podemos esquecer que, no Governo João Goulart, S. Sª foi exatamente o autor, o grande coordenador do Plano Trienal, primeiro plano que no Brasil se fez visando a uma política global para todo o Governo e não apenas para o dia-a-dia.

Houve a criação da Sudene. Mas o mais importante é a sua vida, a história que conta e o conhecimento de quem ele era; quando conta como vivia em Paris, ele e a esposa, até mesmo de como vive, e chamando atenção para isso, a classe média brasileira e a classe média na França, dizendo que esta última vive um regime de pobreza, e que S. Sª, dentro da classe média, era considerado classe média alta, porque lecionava em duas faculdades e a mulher, em outra faculdade.

Eles tinham um carrinho pequeno para os dois. A sua mulher guiava o carro e o deixava na faculdade; ele ia lecionar, voltava para casa e ia de metrô para a segunda faculdade lecionar. E voltava para casa.

Ele contava que como a imensa maioria da classe média da França, de Paris, não vai veranear naquelas praias espetaculares que conhecemos, mas na Espanha, nas praias do sol, porque são muito mais baratas e têm maior condição de vida.

Ele contou a vida e análise que faz do povo brasileiro; aquilo que o Sr. Marcos terminou de dizer. Ele viveu a alma brasileira. Eu tive a honra de conviver com ele no Ministério. Lamentavelmente, o máximo que nós conseguimos para ele foi o Ministério da Cultura, porque desejávamos – e lutávamos para isso – que ele fosse o Ministro da Fazenda, ou o Ministro da Economia, ou o Ministro do Planejamento. Mas den-

tro daquela realidade da hora que se vivia, ele aceitou com a maior humildade.

Ele veio de Paris. Houve um telefonema – e foi deixado o recado de que ele não estava em casa – do Presidente Tancredo Neves dizendo: Eu preciso de você. Ele não sabia para o que era e veio. Foi um dos coordenadores do plano do trabalho do Presidente e na hora sobrou para ele o Ministério da Cultura. Ele o exerceu, porque tinha todas as condições para ser o Ministro, mas evidentemente precisava ter uma posição mais significativa dentro da sua área. Ele aceitou e teve um grande desempenho e significado.

Desculpem-me, mas eu tenho uma emoção muito grande quando falo no Sr. Celso Furtado, porque tenho um carinho, um amor, um respeito pela simplicidade. É um homem que apesar da sua genialidade, quando se fala com ele parece que se é muito superior, porque ele é uma pessoa humilde, simples e otimista. Nós não vemos no Sr. Celso Furtado um derrotista que diz que as coisas estão mal. Não! Ele diz que este País tem um grande futuro e haverá de chegar lá; nós teremos condições de ser a Nação para a qual nós fomos traçados.

Por isso eu acho que talvez nós que não temos um Prêmio Nobel em nada: cultura, literatura, romance, em coisa nenhuma, dessa vez vamos acertar, devido ao conhecimento que o mundo tem do Sr. Celso Furtado, os intelectuais e os economistas de toda humanidade. Ele não é um nome apenas nosso, do Brasil, que nós vamos mostrar ali fora e alguém vai perguntar: quem é esse? O que ele fez? O que ele não fez? No momento em que aparecer o nome do Sr. Celso Furtado, – ele já tem a credibilidade internacional – eu acho que desta vez nós vamos ganhar.

Meus cumprimentos a toda esta Casa.

Aprovado.

O Sr. Arthur Virgílio solicita a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – E o Senador Tasso Jereissati também gostaria de se pronunciar, sobre o tema.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, endosso as palavras que V. Exª, muito emocionado, estendeu sobre o Ministro e sobretudo grande economista Celso Furtado. E queria trazer de volta uma certa memória do Plano Trienal, no Governo João Goulart. O Plano Trienal na verdade se compunha de três itens básicos. O primeiro, uma proposta de enfrentamento da inflação que ameaçava o tecido da economia brasileira. De fato temos que reconhecer que o Governo não conseguiu manter o padrão de austeridade recomendado pelo Sr. Celso Furtado àquela altura.

Segundo, certos aumentos – inclusive, em determinada altura o aumento das montadoras que se instalavam no País – de preço foram vitais para que a inflação não se mantivesse nos níveis propostos pelo Sr. Celso Furtado. Ele propôs certas metas fiscais, ou seja, ele trabalhava com a idéia do ajuste fiscal, sim, – com a idéia de que o País gastasse menos do que arrecadava – como base para que se pudesse dar sustentabilidade ao crescimento econômico.

E o terceiro item, Sr. Presidente, eram as reformas de base. Ele preconizava nessa ordem mesmo. Primeiro a inflação e o ajuste fiscal e em seguida se eclodiria no País, por aquele Governo e pelos demais, o processo visando às reformas de base que modernizariam as estruturas brasileiras com vistas ao futuro.

As dificuldades que o Governo João Goulart encontrou foram grandes. Eu não quero entrar em julgamento histórico, enfim. O meu pai foi Líder do Governo Goulart e eu tenho por ele o maior carinho. Mas o fato é que quanto à inflação, não se saiu bem. E a culpa não foi do Sr. Celso Furtado. Talvez do conjunto de forças em torno do Governo.

Em relação à questão fiscal, também. E a culpa não foi de Celso Furtado, que alertou, deu o diagnóstico, que me parecia o mais correto para o momento. E as reformas de base, que eram aparentemente o mais indolor dos remédios, que dava a oportunidade da pregação em praça pública, essas foram tomadas como bandeira, pelo Governo e por amplos setores da vida pública brasileira, e sabemos do restante. Em algum momento, deu-se o impasse; em algum momento, deu-se a ditadura de 1964, que durou até 1984, e sabemos, enfim, o quanto o Brasil pagou.

Mas, é hora de dizermos – e V. Exª agora me deu um susto, porque eu não tinha me dado conta de que o Brasil nunca tinha obtido um Prêmio Nobel, nunca. E não é por falta de valores, não é por falta do esporte e da ciência, não é por falta de pessoas merecedoras desse laurel.

Considero que é hora de se lembrar Celso Furtado por tudo que ele é, por essa modéstia com a qual também já convivi, por essa decência que é intrínseca nele, do ponto de vista pessoal, do ponto de vista administrativo, do ponto de vista intelectual. Mas, lembrar que, em algum momento, no início ainda dos anos 60, na primeira metade dos anos 60, um brasileiro pensava o Brasil do ponto de vista da saúde fiscal, do ponto de vista da inflação como inimigo público nº 1 e trabalhava a idéia de reformas estruturais que, se levadas a cabo e efeito, naquele momento, talvez ti-

vessem nos dado uma outra perspectiva de país, pelos anos que se seguiram, e lá se vão mais de 40 anos, isso foi em 1961, 1962, acho que já vão uns 42 anos, a partir dessa tentativa de Celso Furtado.

Quero aqui louvar o grande brasileiro, o grande cidadão do mundo. Quero louvar também o intelectual arguto, que diagnosticou a crise brasileira com realismo, nos anos 50, e teve condição, como Ministro, de colocar em prática um belíssimo projeto, que, infelizmente, não foi completado nos seus efeitos. E, volto a dizer, que a culpa, de forma alguma, foi dele.

Portanto, parabéns a V. Exª pela fala com que nos brindou e parabéns ao Senador Eduardo Suplicy pela idéia. É com entusiasmo, com respeito, com reverência que aqui consigno no meu voto a indicação de Celso Furtado para o Prêmio Nobel.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, Senador Eduardo Suplicy, eu não poderia, de maneira alguma, deixar de dar, como nordestino, a minha palavra sobre a justeza desta iniciativa. Afinal de contas, eu comentava com o Senador Marco Maciel que Celso Furtado foi o ideólogo do Nordeste. O Nordeste, como é pensado hoje, não existiria sem Celso Furtado. Foi Celso Furtado quem criou, por meio do chamado GTDN, primeiro grupo de trabalho e desenvolvimento do Nordeste, a verdadeira visão do Nordeste geográfico, do Nordeste sócio-político, do Nordeste econômico, e que criou a auto-estima do nordestino, porque ele foi o primeiro a falar – e talvez, até hoje, é a base do pensamento nordestino – que o problema do nordeste não era a seca, a seca era uma conseqüência do subdesenvolvimento nordestino, e uma conseqüência, mais grave ainda, da miséria e da pobreza dos nordestinos. E começou a pensar, por meio desse GTDN, o que é a base de tudo, hoje. Aliás, nunca se fez mais nenhum trabalho da mesma profundidade e que desse seqüência, com a mesma profundidade, ao que Celso Furtado criou, em que ele pensou no Nordeste como uma área integrada, com problemas sócio-econômicos, geográficos e geopolíticos semelhantes. E que o desenvolvimento, de uma maneira integrada também, porque não via – e colocou isso com muita clareza em suas discussões, apenas como problema econômico –, o desenvolvimento do Nordeste, em sua abrangência total: educação, saúde, os direitos, os acessos às políticas públicas, infra-estrutura e, também, econômico, é que traria a solução para o problema da seca. E o GTDN fez esse planejamento integrado da região. Então, eu fui criado, por exemplo, Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy, me mirando em Celso Furtado. Quando eu era garoto, quando a gente falava Celso Furtado disse, quando a gente queria discutir o Nordeste. Celso Furtado disse, Celso Furtado pensou... O que será, na época da ditadura, nós tínhamos um grupo no Ceará, em que procuramos Celso Furtado fora do Brasil e nós procurávamos pensar o que Celso Furtado diria naquele momento. Eu tive a felicidade e a honra de ter sido, talvez, quem trouxe, pela primeira vez, de volta o Celso Furtado para o Brasil para fazer uma conferência no Centro Industrial do Ceará, ainda na época da ditadura, e foi um grande acontecimento na região. E eu que o conhecia apenas de nome, de literatura... Foi uma grande emoção ter o primeiro contato pessoal e físico com Celso Furtado. Assim como o Senador Simon falou, a minha perplexidade e surpresa de ver aquele homem simples, profundamente simples e humilde que, em vez de chegar, naquela época todos nós jovens, dando lições do sobre o que nós deveríamos fazer, ou falar, ou propor naquele momento sobre o Nordeste, ele disse que queria aprender e queria ouvir. E nos fez uma série de perguntas. E ficamos profundamente surpresos naquela época, então do autoritarismo, da prepotência e da arrogância, com aquele homem que tinha até – não sei se é por causa da idolatria – ele tinha em determinado momento, Senador Pedro Simon é que gosta disso, até um aspecto de santo: a placidez... Ele tem uma coisa assim meio de santo...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Aliás, a postura toda dele é nesse sentido: a humildade, a simplicidade a singeleza. É verdade mesmo...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Que nos deixou meio... A gente não sabia o que dizer a ele, não sabíamos o que perguntar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Também poderíamos propor a Paulo II... Propor à Academia de Ciências da Suécia e ao Papa João Paulo II, pelo testemunho do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Ele não tem mais idade... É a única dúvida que eu tenho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Não tem mais idade? Para ser santo?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Para ser Papa...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Não, é para ser santo...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Para ser santo tem de morrer...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Realmente, se existe alguém que merece ter a honra de ser o primeiro Nobel brasileiro... E Nobel da economia, porque é um inovador do pensamento econômico. Um inovador do pensamento econômico de regiões subdesenvolvidas, dedicado à regiões subdesenvolvidas é o grande Celso Furtado. E eu queria me congratular e dizer do nosso entusiasmo e falo aqui, não em meu nome, tenho certeza, mas de todos os cearenses, de todos os nordestinos, de que queremos nos congratular realmente por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Concedo a palavra ao Senador Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon; Sr. Senador Eduardo Suplicy; SRAs e Srs. Senadores, como representante de Minas Gerais, terra do Presidente Juscelino Kubistchek, quero também trazer aqui o meu apoio a esta indicação. Celso Furtado teve um papel fundamental no Governo de Juscelino. Diria até que poderíamos fazer até um paralelo com um assunto que estamos discutindo nesta manhã – o SIVAM –, pois Celso Furtado enxergou o Brasil como um país que precisava ter uma atenção inteira, não apenas as fronteiras, as praias, a parte litorânea do Brasil. Ele foi realmente um grande auxiliar de Juscelino naquele governo que ficou para a história, marcando essas preocupação, como bem lembrou o Senador Tasso Jereissati, a preocupação com o Nordeste e com o País mais amplo e que precisamos ter sempre a sua ocupação. Tenho repetido sempre a minha preocupação com a questão da demografia do País. Se tivermos um País concentrado como temos tido em grandes regiões metropolitanas, a qualidade de vida será sempre pior, a violência será sempre aumentada, e o caminho para o Brasil, o caminho econômico, eu diria até, é esse da ocupação do nosso vasto território, a melhor distribuição da população. E Celso Furtado foi e é um economista que sempre se preocupou com esse aspecto da melhor distribuição da economia, da melhor distribuição da produção, da melhor distribuição da população.

De maneira que eu quero trazer aqui o meu apoio a esta importante moção do nosso Presidente Eduardo Suplicy.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Apenas para permitir uma sugestão que foi lembrada pelo Senador Marco Maciel, que esta Comissão, aproveitando o ensejo e a oportunidade do momento, que o Senado pudesse – a sugestão – voltar a publicar esse GTDN, que é um documento histórico, esse primeiro estudo de planejamento sobre o Nordeste brasileiro, feito por ele.

Eu queria aproveitar a sugestão do Senador Marco Maciel.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sugiro que seja feita a sugestão como um requerimento, oralmente aceito, e que a Comissão, presidida nestes termos pelo Senador Pedro Simon, aprove o requerimento, porque dessa maneira o encaminharemos ao Presidente José Sarney como uma sugestão de toda a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Vamos botar em votação o requerimento oral e, depois, V. Exª põe no papel.

Em votação.

Primeiro está em votação a indicação de Celso Furtado para o Prêmio Nobel.

As SRAs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

Em votação a proposta dos Senadores Marco Maciel e Tasso Jereissati.

As SRAs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

Em votação a proposta dos Senadores Marco Maciel e Tasso Jereissati de a Comissão propor à Mesa do Senado a publicação do documento referido.

As SRAs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passo a presidência ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O último item da pauta é um requerimento do Senador Aelton Freitas, no sentido de realizarmos audiência pública para debatermos o anteprojeto de lei sobre cooperação judiciária internacional em matéria penal, em data a ser definida, em sessão conjunta com a Comissão de Legislação Participativa e com a presença de autoridades como o Dr. Paulo Sérgio Domingues; Dr. Fernando Moreira Gonçalves, da Jufe; Nicolau Dina de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Embaixador Marcos Caramuru, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Coaf; Valder de Freitas Chagas, Secretário Nacional de Justiça; Ministro Manuel Gomes Rodrigues, do Ministério das Relações Exteriores e chefe da divisão jurídica; Dr. Ricardo Liao, Presidente do Banco Central do Brasil.

Tem a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Queria fazer uma correção em tempo: o último – e que não foi mencionado – o Dr. Antenor Madruga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E Antenor Madruga, Presidente da Advocacia-Geral da União.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Eu queria fazer essa correção que, ao invés de representante da Advocacia-Geral da União, ele é Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Órgãos do Ministérios da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Então faremos esse em cooperação com a Comissão de Legislação Participativa, que é presidida pelo Senador Magno Malta.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero informar que na próxima quinta-feira, em razão de estar sendo convidado para participar de um congresso sobre a renda básica da cidadania na Ásia, em Maneras, nas Filipinas, deverei estar ausente. Então, o Senador Marcelo Crivella presidirá a reunião.

Com respeito ao requerimento sobre o Professor Celso Furtado, será examinado em plenário na terça-feira próxima.

Eu gostaria de informar que na próxima semana esta Comissão de Relações Exteriores deverá examinar as emendas, ou na terça-feira ou na quarta-feira, em sessão extraordinária por causa do prazo. As emendas relativas à defesa nacional e a relações exteriores, ambos os Ministérios encaminharão sugestões que serão do conhecimento dos Srs. Senadores, para a nossa apreciação e deliberação na próxima semana.

O relator sobre esta matéria é o Senador João Capiberibe.

Queremos informar que está Comissão está bastante em dia com todos os itens. Quero informar ao Senador Arthur Virgílio que fez a sugestão, que como a Comissão está caminhando muito bem com respeito a todos os nossos deveres e nossas obrigações, talvez na próxima semana tenhamos – aí será presidida pelo Senador Marcelo Crivella – uma ou duas indicações para chefes de missões diplomáticas, mas poderíamos até, em reunião regular da semana seguinte, termos o diálogo, o debate que o Senador Arthur Virgílio propôs sobre os temas da política externa brasileira, sem prejuízo de que em dezembro, creio que seis de dezembro, já termos aqui marcada a presença do Professor Paulo Nogueira Batista, do Fernando Rezende e de um representante da Fiesp, sobre Alca, Mercosul, na continuidade dos debates que temos tido.

Agradeço ao comandante da Aeronáutica, Comandante Luís Carlos da Silva Bueno; ao Brigadeiro-do-Ar, Sr. Ramon Borges Cardoso, Coordenador do Sivam; ao Sr. Gregory Vuksich, Presidente da Raytheon. É importante essa disposição da Raytheon, do Sr. Vuksich de estar aqui prestando todos os esclarecimentos. Se desejarem uma palavra final...

Está com a palavra Comandante Bueno.

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA BUENO – Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente desta Comissão; SRAs e Srs. Senadores, Sr. Gregory Vuksich; Sr. Brigadeiro-do-Ar Ramon Cardoso, eu gostaria de agradecer esta atenção que nos foi dispensada, ou seja, a oportunidade de virmos aqui e transmitirmos um pouco mais daquilo que conhecemos que muitas vezes fica um pouco desconhecido de V. Exªs. Isso é muito importante para nós.

Quero manifestar, realmente, a nossa alegria em saber que V. Exªs nos farão visitas – e poderemos mostrar e estaremos mostrando para o povo brasileiro também, para uma pequena parcela do povo. Gostaríamos que houvesse uma programação não só de uma visita, mas de várias visitas, intempestivamente no dia que quiserem, a hora que quiserem para que conheça um trabalho que está sendo executado. Isso é muito importante para a Força Aérea, principalmente para aqueles que labutam lá no Sivam, e estão lá em situações, muitas vezes, de desconforto, mas que o fazem com muito boa vontade e sabendo que estão trabalhando para o nosso País.

Gostaria de manifestar também que fico muito orgulhoso pelas manifestações de confiança no nosso trabalho. Isso é muito importante para gente e vamos transmitir aos nossos subordinados que eles são olhados e são vistos como pessoas confiáveis e que estão executando o trabalho como necessário.

É um orgulho muito grande de ser comandante da minha Força e saber que o pensamento do Senado, que é o órgão político maior nosso, confia na Forças Aérea, confia nos seus integrantes e que estamos trabalhando em benefício do nosso País; estamos todos juntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigada.

Esgotada a Ordem do Dia, damos por encerrada a reunião.

Agradecemos a todos pela presença.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h58min.)

Ata da Vigésima Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia treze de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas dia treze de novembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Educação, sob a Presidência do Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente em exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: Tião Viana, Hélio Costa, Lúcia Vânia, Flávio Arns, Fátima Cleide, Sibá Machado, Patrícia Saboya Gomes, João Ribeiro, João Capiberibe, Jefferson Péres, Aelton Freitas, Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti, Duciomar Costa, Pedro Simon, Heloísa Helena e Luiz Otávio. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta. A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual para 2004 e ao Plano Plurianual de investimentos 2004/2007. Item um: Emendas ao Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. O Senador João Capiberibe, Relator das emendas, faz a leitura do seu parecer. Faz uso da palavra para discussão os Senadores Jefferson Péres, Tião Viana E Mozarildo Cavalcanti. O relatório é aprovado com a substituição da emenda seis pela emenda sete e a alteração do valor da emenda cinco de quarenta milhões para sessenta milhões. São aprovadas as **Emendas nº 01** que trata do "adestramento e operações militares do Exército – Alimentação de Pessoal". Unidade Orçamentária: Comando do Exército. Autor: Senador Marcelo Crivella. Montante: R$ 543.405.000,00. **Emenda nº 02** que trata do "Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil – obtenção de meios navais". Unidade Orçamentária: Comando da Marinha. Autor: Senador Luiz Otávio. Montante: R$ 998.563.950,00. **Emenda nº 03** que trata do "Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira – modernização e revitalização de aeronaves". Unidade Orçamentária: Comando da Aeronáutica. Autor: Senador José Agripino. Montante: R$ 2.868.916.665,00. **Emenda nº 05** que trata do "Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro – Implantação de Pelotões Especiais de Fronteiras". Unidade Orçamentária: Comando do Exército. Autor: Senador Tião Viana. Montante: R$ 60.000.000,00. **Emenda nº 07** que trata da "implantação de unidades militares na Região da Calha Norte". Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa. Autor: Senador Mozarildo Cavalvanti. Montante: R$ 280.000.000,00. Passa-se ao **Item dois**: Emendas à Lei Orçamentária Anual de 2004. O Senhor Presideoão Capiberibente concede a palavra ao Senhor Senador J, Relator da matéria, que faz a leitura do relatório com parecer pela aprovação das Emendas nºs sete, nove, dez, doze com alteração do valor de vinte milhões para quarenta milhões e a emenda treze, considerando prejudicadas as demais emendas. Não havendo quem queira discutir, o relatório é aprovado. São aprovadas as Emendas nº 07 que trata da "obtenção de meios navais". Unidade Orçamentária: Comando da Marinha. Autor: Senador Luiz Otávio. Montante: R$ 240.889.697,00. Emenda nº 09 que trata da "alimentação de pessoal do Exército". Unidade Orçamentária: Comando do Exército. Autor: Senador Marcelo Crivella. Montante: R$ 164.243.163,00. Emenda nº 10 que trata da "modernização e revitalização de aeronaves". Unidade Orçamentária: Comando da Aeronáutica. Autor: Senador José Agripino. Montante: R$ 1.501.222.728,00. Emenda nº 12 que trata da "Implantação de Pelotões Especiais de Fronteira". Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa. Autor: Senador Tião Viana. Montante: R$ 40.000.000,00. Emenda nº 13 que trata da "construção de Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque (Fronteira Brasil/Guiana)". Unidade Orçamentária: DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes). Autor: Senador Edison Lobão. Montante: R$ 12.000.000,00.O Senhor Presidente tece considerações sobre os expositores da ALCA. Fazem uso da palavra os Senadores Jefferson Péres, João Capiberibe E Heloísa Helena. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 11 horas e 25 minutos. Para constar, eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Sexta Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, realizada no dia treze de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Declaro aberta a 26ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa)

Dispensada.

Os Srs. Senadores Delcídio Amaral e João Ribeiro irão participar da 8ª reunião ministerial da Alca em Miami. Os Srs. Senadores prestarão esclarecimentos sobre a viagem na próxima reunião ordinária desta Comissão, quinta-feira, dia 20 de novembro.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão à lei orçamentária anual para 2004 e ao Plano Plurianual de Investimentos 2004/2007.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Senador João Capiberibe, relator das emendas, para ler seu relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou aqui com os dois relatórios, um do PPA, outro da lei orçamentária. Vou começar pelo relatório do PPA, que certamente terá conseqüências já a partir do ano que vem, no orçamento anual.

Recebemos sete proposições para a consideração desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para efeito de encaminhamento da emenda ao PL nº 30, de 2003, do Congresso Nacional, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2004/2007. Todas elas dizem respeito à defesa nacional e foram apresentadas nos prazos previstos na convocação.

A Emenda nº 1 refere-se a adestramento e operações militares do Exército, particularmente alimentação de pessoal, prevendo-se um acréscimo de R$543.405.000,00 a dotações existentes no projeto.

A Emenda nº 2, no valor de R$998.563.950,00, prevê reaparelhamento e adequação da Marinha do Brasil.

Visa a Emenda nº 3 o reaparelhamento e adequação da Força Aérea Brasileira com a modernização e revitalização de aeronaves, tendo o valor de R$2.869.916.665,00.

A Emenda nº 4, que prevê o acréscimo de R$64.055.389,00, diz respeito à implantação de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte.

A implantação de pelotões especiais de fronteira é o objetivo da Emenda nº 5, vinculando um reaparelhamento e adequação do Exército brasileiro, com o valor previsto de R$40 milhões.

A Emenda nº 6 estabelece a dotação de R$200 milhões para a construção de embarcações para o controle de seguranças de navegação fluvial da região da Calha Norte.

Enfim, o objetivo da Emenda nº 7: implantação de unidades militares na região da Calha Norte, com o valor previsto de R$280 milhões.

Análise:

Os objetivos das emendas, de todo louváveis, são garantir às Forças Armadas Brasileiras recursos necessários à consecução de suas funções constitucionais.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porém, a indicação de cinco emendas apenas ao PL nº 30, de 2003, do Congresso Nacional, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2004/2007.

A elevação prevista na Emenda nº1, dos recursos destinados ao adestramento e operações do Exército, se impõe sob pena de se repetir no futuro a redução do tempo de serviço, de duração do serviço militar inicial, como ocorreu em 2002 e 2003.

Trata-se de recursos indispensáveis à alimentação dos efetivos, assim como seu preparo e adestramento, além do atendimento aos doentes baixados nos hospitais militares.

Os recursos fixados na Emenda nº 2 destinam-se à reposição e modernização dos meios navais, em decorrência da natural degradação e obsolescência de seus equipamentos.

As restrições orçamentárias impostas à Marinha do Brasil nos últimos anos não têm permitido o cumprimento das rotinas de manutenção previstas, contribuindo para a redução da vida útil desses meios, assim como por sua inadequação às crescentes exigências de modernização.

O reaparelhamento e adequação da Força Aérea Brasileira constituem antiga aspiração de nossa Aeronáutica, tendo enfrentado sucessivas frustrações.

Visa a Emenda nº 3 resolver ou ao menos atenuar esse problema, dando seqüência aos Projetos F-5, BR, modernização de aeronaves de defesa aérea, possibilitando uma revitalização estrutural, PX, aeronave de patrulha anti-submarina e o PMFFAB, modernização da frota.

Prevê a Emenda nº 4 alocar ao Programa Calha Norte um montante maior de recursos nas ações de infra-estrutura básica dos Municípios da região, iniciativa extremamente louvável tendo em vista as condições em que vive a população local. Constitui objeto também de outras proposições sob exame.

Já as Emendas de nºs 5 e 7, com diferentes valores, buscam reforçar a presença do Exército brasileiro na região de fronteira, onde ainda se encontram grandes áreas desguarnecidas. Essa presença é indispensável para inibir ações de narcotraficantes e de contrabandistas, entre outros.

A Emenda nº 6, enfim, tem como objetivo a construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial em toda a região da Calha Norte. Trata-se de ação essencial não apenas para reforçar a logística militar em áreas nas quais é necessária maior presença do Estado como para garantir indispensável fiscalização da navegação. Não é necessário lembrar que os gravíssimos acidentes que costumam se verificar na região com a perda de preciosas vidas e parar prestar assistência à população desassistida.

Diante do exposto, o nosso voto recomenda a aprovação pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional das Emendas nº 1, adestramento e operações militares do Exército – fundamental, já foi explicitada; nº 2, reaparelhamento e adequação da Marinha do Brasil; nº 3, reaparelhamento e adequação da Força Aérea brasileira; nº 5, implantação de unidades militares na região da Calha Norte; e a nº6, construção de embarcações para controle e segurança na navegação fluvial na região da Calha Norte. Consideramos prejudicadas as de nºs 4 e 7.

Este é o relatório do PPA.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Gostaríamos de colocar a matéria em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, SRAs. e Srs. Senadores, é uma tarefa muito difícil para qualquer Relator designado apreciar propostas de emendas ao Orçamento, porque tudo o que é apresentado, ou quase tudo, é importante. Às vezes, é uma Escolha de Sofia decidir o que cortar e o que aproveitar. A tarefa do Senador João Capiberibe não foi fácil.

Creio que S. Exª distribuiu muito bem as cinco emendas a que a Comissão tem direito: três para as Forças Armadas, uma para cada Arma – uma para o Exército, outra para Marinha e a terceira para a Aeronáutica –, e duas para o Calha Norte – uma para a implantação de pelotões especiais de fronteira, também para o Exército, mas para a área da fronteira norte; e de nº 6, construção de embarcações para controle de segurança na navegação fluvial na região do Calha Norte.

Aqui, Senador João Capiberibe, reside a minha dúvida. Gostaria de ponderar a V. Exª se não seria melhor trocar uma dessas duas emendas pela de nº 4, que é a implantação de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região do Calha Norte – Municípios do seu Estado, o Amapá, como São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel, que não dispõem de saneamento básico. Não têm rede de esgoto, o serviço de água precário, não têm nem infra-estrutura urbana. São, portanto, investimentos de elevado sentido social em Municípios que não são pobres, são paupérrimos.

Senador João Capiberibe, gostaria de fazer essa ponderação a V. Exª sobre a Emenda nº 4, implantação de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes – é difícil dizer qual é o mais carente. V. Exª preferiu a construção de embarcações, que considero algo discutível, e mesmo a implantação de pelotões especiais de fronteira. Penso que a nº 4 tem um sentido de segurança porque, afinal de contas, melhorar a qualidade de vida de toda a população dos municípios do arco da fronteira relaciona-se com segurança nacional, indiretamente, e tem um elevado sentido social. Mas gostaria de ouvir V. Exª, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Senador Jefferson Péres, concordo em gênero e grau com os argumentos de V. Exª, até porque ontem foram encerradas as comemorações dos 100 anos do Tratado de Petrópolis. Quem expandiu e garantiu as fronteiras deste País, não só a fronteira do Acre, foi o povo brasileiro. Senador Tião Viana, a luta do povo acreano, dos seringueiros, terminou consolidando aquele que hoje é um espaço nacional.

A mesma coisa ocorreu na fronteira norte do Amapá, que teve uma região contestada durante mais de 300 anos. Só no início do século XX é que a metade do que é hoje (?) do Amapá terminou sendo incorporado ao Brasil. A verdade é que esses Municí-

pios são absolutamente excluídos, isolados de políticas públicas. Conheço muito bem. No Oiapoque, na fronteira com o departamento francês da Guiana, houve um tempo que tínhamos apenas um agente federal para cobrir uma fronteira terrestre de 650 quilômetros. Há realmente um abandono cruel das regiões de fronteira, não só da região amazônica mas também do centro-sul brasileiro. O que acompanhamos pela televisão é que sobre a fronteira, que deveria ser a mais guarnecida em razão da infra-estrutura existente e concreta do centro-sul brasileiro, só ouvimos falar em contrabando. Contrabandeiam-se cargas, cigarros, uísque, sementes transgênicas.

Temos quatro emendas do Calha Norte e a implantação da infra-estrutura nos Municípios já está contemplada em outras emendas, inclusive emendas de bancada e individuais. Há mais um detalhe: eu diria que essa atividade foge um pouco da função da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ela não estaria dentro do marco que define as funções da nossa Comissão. Entre as emendas propostas para o projeto Calha Norte, escolhemos, para não deixar ninguém de fora – estavam as três forças já – mais o Calha Norte no PPA.

De sete emendas tínhamos de escolher cinco. Então, procuramos analisar e nos cercar de todas os critérios. Confesso que fui muito tentado, Senador Jefferson Péres, a incluir a de infra-estrutura dos Municípios. No entanto, esbarra também nesta questão de que foge ao escopo da atuação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Isso terminou pesando porque esses aspectos da legalidade precisam ser considerados na hora das nossas decisões. Também procurei levantar, de várias emendas que já estão beneficiando os Municípios do Calha Norte.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Realmente, o argumento do Senador João Capiberibe é forte. O sub-Relator pode apegar-se exatamente a esse aspecto temático de que a questão não se enquadra bem nas atribuições da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Isso aumentaria o risco de rejeição. De forma que concordo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, Líder do Bloco do Governo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, cumprimento os eminentes Senadores Jefferson Péres e João Capiberibe. S. Exª que traz um relatório sensível, discutido com os Parlamentares e à altura de uma visão de defesa, numa relação de reflexão partilhada com as Forças Armadas, com o Ministério da Defesa, o que é muito importante para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu faria apenas uma ponderação ao Relator, Senador João Capiberibe, para que tentasse fazer uma adequação, que é possível tecnicamente, da minha emenda que S. Exª acolheu. É a emenda de R$ 20 milhões – implantação de pelotões especiais em áreas de fronteira. Que se pudesse adequar o valor para R$60 milhões. Penso que esse valor daria mais estabilidade ao que é uma previsão de investimento e de implantação do próprio Exército. O Exército tem uma demanda já definida, e o valor citado, infelizmente, ficou aquém da expectativa. Isso pode ser feito pelo Relator, sem nenhuma dificuldade técnica. Essa é a ponderação que faço.

No mais, tenho total concordância com o que o Senador João Capiberibe fez e reconheço que foi uma falha minha não colocar um valor à altura do que seria uma implantação mais sólida do Exército nessas unidades em áreas de fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Ouviremos, então, a palavra do Relator da matéria. A relatoria acolhe a modificação?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Eu tinha o entendimento de que o Relator não poderia alterar os valores. No entanto, se há o entendimento de que pode, acato perfeitamente a sugestão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Qual é o valor?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Vinte milhões.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – De vinte milhões para quanto?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – De R$ 20 milhões para R$ 60 milhões.

Estive com o Comandante do Exército, que informou que, para a implantação completa de toda a infra-estrutura necessária para manter uma unidade numa área estratégica, como a nossa fronteira de 1300 quilômetros, que é descoberta, seria algo em torno de R$40 milhões. Agora mesmo, na Comissão de Assuntos Sociais, havia uma emenda de 12 Senadores, de R$ 92 milhões para a Fundação das Pioneiras Sociais, e o Relator, Senador Osmar Dias, adequou-a para R$150 milhões. Então, é apenas um ajuste de valor, já que o Relator-Geral fará a adequação, baseada na distribuição dos recursos.

É bom lembrar que o corte é muito grande. Por exemplo, se o Relator-Geral estabelece um corte uniforme de 70%, essa emenda ficaria com R$6 milhões,

que não dariam para fazer absolutamente nada. É apenas uma proteção de um futuro corte do Relator-Geral.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Parece que a dotação, no Orçamento, para as emendas de Comissões e de Bancadas é de pouco mais de R$ 1 bilhão. Convenhamos que deve haver cerca de R$10 bilhões propostos. Não tenhamos ilusão de que a tesoura do Relator vai funcionar a fundo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senador Tião Viana, gostaríamos de pedir a V. Exª que analisasse o que está sendo discutido: o relatório lido é do PPA. Parece-me que essa emenda de V. Exª está na LOA. O relatório da LOA ainda não foi lido.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas o Relator-Geral pode adequar, colocar R$40 milhões também. Não tem problema.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – No PPA, já estão R$40 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – No PPA, já consta, na Emenda nº 5, de autoria do Senador Tião Viana, R$ 40 milhões: implantação de pelotões especiais de fronteira, no valor de R$ 40 milhões.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Permita-me, Sr. Presidente. Podemos ficar como estamos, mas o resultado – eu passei quatro anos na Comissão do Orçamento. Só quero alertar que eles fazem um corte horizontal. Então, quando ele estabelece um corte de 60% para todas as emendas, o que é um milhão e um bilhão e meio vai cair para o que tem de cair; o que são 20 milhões vai cair. Já não está vinculado nem ao PPA nem ao LOA. Ficamos, então, em uma situação de impasse.

Eu tentei proteger, mas de qualquer forma... Entendo as limitações...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senador Tião Viana...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – O problema é que preservamos R$40 milhões no PPA. Então, a sugestão do Senador é que elevemos para R$60 milhões no PPA ou na LOA?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Seria no PPA. Na LOA se colocaria um aumento que fosse o limite. Porque o corte será um corte uniforme do Relator-Geral.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Então, seria R$ 60 milhões no PPA e R$60 milhões na lei.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E R$40 milhões na lei.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Para discussão, com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao nosso Relator. A minha emenda ao PPA, a de número 06, que trata da construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial na região do Calha Norte, foi acolhida.

Ocorre que emenda semelhante foi acolhida na Câmara dos Deputados. Então, os assessores do Ministério da Defesa e do Calha Norte me fizeram um apelo para que houvesse, como é praticamente o mesmo valor e o objetivo é semelhante, a substituição pela implantação de unidades militares na região do Calha Norte, que seria a Emenda nº 07. Assim, seria a substituição da Emenda nº 06 pela Emenda nº 07, já que identicamente à de nº 06 foi aprovada na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Agora, é preciso que o Relator verifique que há um aumento na dotação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Poderá até ser compatibilizado. O importante é que haja a mudança da finalidade.

Essa é a proposta que faço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senador João Capiberibe, V. Exª acolhe a sugestão do Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª poderia repetir?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – A Emenda nº 06 trata da construção de embarcações para controle e segurança...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Que V. Exª acolheu em seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sim, acolheu. Eu estou dizendo que idêntica emenda foi acolhida na Câmara dos Deputados. Estou apelando, atendo até uma solicitação da assessoria do Ministério, que em vez de acolher a Emenda nº 06, acolha-se a Emenda nº 07. Os valores são semelhantes e poderão, portanto, ser equivalentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – A Emenda nº 06 tem valor de R$200 milhões e a de nº 07 são R$280 milhões.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Portanto, compatibilizam-se.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – A peça já está acolhida?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – A proposta do Senador Mozarildo...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – A nº 05 é sobre implantação de pelotões especiais de fronteira...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Mas isso não é na região do Calha Norte, Senador João Capiberibe. É toda a fronteira do Brasil. A outra é especificamente na região do Programa Calha Norte, que pega o Amapá, Roraima, uma parte do Pará e do Amazonas.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Não tem problema. Penso que podemos acatar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – S. Exª, o Relator, acata a sugestão do Senador Mozarildo e o relatório, então, em vez do item nº 06 – defesa nacional e aeroportos, Calha Norte, construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial na região do Calha Norte, no valor de R$200 milhões – passa a valer, então, no relatório a Emenda nº 07 ao PPA – implantação de unidades militares na região do Calha Norte, no valor de R$280 milhões.

Não havendo...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu peço que a Secretaria remetesse aos gabinetes dos membros da Comissão a relação das emendas aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Sua solicitação será atendida.

Não havendo mais Senadores que queiram discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório do Senador João Capiberibe.

As SRAs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador João Capiberibe queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Eu gostaria de pedir ao Relator que fizesse a leitura do texto do relatório da LOA.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Relatório sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Foram apresentadas 15 proposições à consideração da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para efeito de encaminhamento de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Cabe à Comissão de Relações Exteriores apresentação de apenas cinco emendas ao referido projeto, nos termos das normas vigentes.

Referem-se as emendas, conforme o quadro a seguir, a diferentes ações, tanto na esfera de defesa nacional quanto nas áreas de atividades das missões diplomáticas brasileiras e da defesa civil.

Os acréscimos previstos, da mesma forma, apresentam grande variação, que se explica pela diversidade de propósito e pela existência no texto original na proposta de Orçamento-Geral da União, ora sob exame no Congresso Nacional, de dotações já previstas para diversas áreas em questão.

No quadro a seguir apresentamos um sumário das emendas propostas com as ações previstas e o valor do acréscimo, além do autor.

Ação.

Aquisição de imóveis para a instalação de missões diplomáticas no exterior no valor de R$100 milhões.

Sr. Presidente, não sei se nos analisaríamos uma por uma? Bom é melhor analisarmos as cinco e os critérios que nos utilizamos para a escolha.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – A Presidência agradece.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Modernização e recuperação de bens móveis e imóveis do Hospital das Forças Armadas no Distrito Federal, R$50 milhões; conservação de rodovias na região da calha norte, R$ 3 milhões; construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial na região da calha norte, R$50 milhões; implantação da unidade militar na região da calha norte, R$70 milhões; implantação de infra-estrutura básica dos municípios mais carentes da região da calha norte, R$16 milhões; obtenção de meios navais, R$240 milhões; assistência consular brasileira R$1.719; alimentação de pessoal do Exército brasileiro, R$164 milhões (estou dando números arredondados); modernização e revitalização de aeronaves, R$1.501 bilhão; manutenção e suprimentos e engenharia de construção, R$20 milhões; implantações de pelotões especiais de fronteiras, R$20 milhões; construção binacional sobre o rio Oiapoque, BR-156, R$12 milhões; recuperação de danos causados por desastre, ações emergenciais e de defesa civil, R$100 milhões; apoio às famílias de falecidos no exterior, repatriamento de corpos, R$100 milhões.

Análise.

Embora reconheçamos os elevados méritos das proposições apresentadas, cumpre-nos lembrar que, nos termos do art. 25, da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, a Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional pode apresentar ate cinco emendas relativas às matérias que lhes são afetas regimentalmente.

Nessas condições, propormos dois critérios para, além do mérito, apreciarmos as proposições encaminhadas para análise. Primeiro, considerar a abrangência e a importância social da ação proposta e, segundo, avaliar sua adequação às proposições feitas pelo PL nº 30, de 2003, do Congresso Nacional, que dispôs sobre o Plano Plurianual.

Nessas condições, como já aprovamos o PL nº 30, já aprovamos aqui as emendas para o PPA, a inclusão de recurso no Orçamento de 2004 tem que estar em consonância com o PPA.

Nesse sentido propomos o seguinte às cinco emendas:

Obtenção de meios navais, R$249.889.697,00 no Orçamento de 2004.

A alimentação do pessoal do Exército brasileiro, R$164.243.163,00.

Modernização e revitalização de aeronaves R$1.501.222.728,00.

Implantação de pelotões especiais de fronteira, aí teríamos que fazer alteração, na ordem de R$20 bilhões, que passariam para R$40 bilhões.

Construção da binacional sobre o rio Oiapoque e BR-156, R$12 milhões.

Diante do exposto, votamos por que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional delibere pela aprovação das seguintes Emendas: as de nº 7 e nº 9.

A de nº 7 no Orçamento, é preciso, depois, nós compatibilizarmos com o PPA, porque houve duas modificações.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Inaudível.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – A de nº 7 do Orçamento. A que trata de obtenção de meios navais no valor de R$ 240 milhões... Defesa... Implantação de unidade militar no Calha Norte. A nº 7 é a que acatamos por sugestão do Senador Mozarildo Cavalcanti. A de nº 9 – alimentação do pessoal do Exército, no valor de R$164 milhões. A de nº 10 – modernização e revitalização de aeronaves, R$1,501 bilhão. A de nº 12 – implantação de pelotões especiais de fronteira, no valor de R$20 milhões, alterada por proposta do Senador Tião Viana. A de nº 13 – constituição binacional sobre o rio Oiapoque.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional seja incumbida de proceder às necessárias adequações, assim como formalizar a apresentação das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo Senadores inscritos, esta Presidência encerra a discussão, mas antes felicita o Relator. Esta Comissão tem a honra, no Senado Federal, de verbalizar e adequar o Orçamento dos nossos irmãos da Farda, e V. Exª foi muito feliz, porque escolheu emendas dando prioridade a uma região estratégica do nosso País, que é o Norte, que é a nossa Amazônia, onde o Exército presta um trabalho extraordinário.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador João Capiberibe, do Amapá, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, indago aos Srs. Senadores presentes se concordam com a vinda, na próxima semana, dos juristas Professor Dalmo de Abreu Dallari e Juíza Salete Marccalóz, citados no requerimento já aprovado do Senador João Capiberibe, para falarem sobre a Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, sempre defendo que, quando se trata de temas relevantes e polêmicos, se possível, sejam trazidos debatedores com posições contrárias. Eu gostaria de ouvir aqui um favorável à Alca e outro contrário a ela, ou não tão favorável, ou não tão contrário. Enfim, que se ouçam posições divergentes, porque é isto que se quer: o contraditório.

Se forem duas pessoas inteiramente favoráveis ou inteiramente contrárias à Alca, até me dispenso de vir a esta Comissão, porque penso que aí é algo orientado, dirigido. Isso não me agrada. Gosto do contraditório. Democracia é o contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – V. Exª tem toda a razão. Vamos apenas aguardar o retorno do Senador João Capiberibe, que foi autor do requerimento, para perguntarmos a ele se as posições são antagônicas. S. Exª já está voltando.

Enquanto isso, eu gostaria de avisar ao Srs. Senadores que, ontem, a Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, ligada a esta Comissão, esteve reunida com o Cônsul-Geral dos Estados Unidos no Brasil para tratar de um assunto da maior relevância. Há quase três anos, 800 brasileiros encontram-se detidos em Houston, no Texas, e em Boston, Massachusetts. Esses brasileiros

não voltam não porque tenham cometido algum crime. São apenas imigrantes ilegais, mas são presos comuns.

Há três anos, o Brasil e os Estados Unidos disputam uma queda de braço. Os americanos querem fretar aviões e mandar esses brasileiros de volta. Eles alegam que, em **charters**, a passagem é mais barata. O Itamaraty considera que é **not human being**, desumano, de tal maneira que os brasileiros permanecem presos por três anos.

A Subcomissão propôs ao Presidente da Casa que nomeasse uma comissão de Senadores que fosse ouvir os brasileiros presos e saber qual a opinião de cada um deles. Ontem, o Cônsul-Geral dos Estados Unidos acatou nosso pedido e estará abrindo as prisões de Houston e de Boston para que, com cinegrafista, possamos trazer a esta Comissão aquilo que for colhido dos brasileiros presos e, assim, possamos nos manifestar e, quem sabe, trazer esses brasileiros antes do Natal, porque eles já estão presos há três anos nos Estados Unidos.

Gostaria de indagar ao Senador João Capiberibe sobre a posição do professor Dalari e da Juíza Salete Maccalóz porque, muito pertinentemente, o Senador Jefferson Péres disse para a Comissão que, pelo debate e pelo argumento, precisávamos ter debatedores que tivessem posições antagônicas, divergentes para enriquecer o debate. V. Exª poderia nos dizer se o professor Dalari e a Juíza Salete Maccalóz têm posições congruentes ou divergentes?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Conheço muito bem o professor Dalari, um constitucionalista dos mais renomados no País. Mas não conheço a posição dele, até porque não tenho conhecimento sobre a Alca. É que estou...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – O requerimento de V. Exª é sobre a Alca.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Confesso que não conheço nem a posição do professor Dalari nem da Juíza Salete Maccalóz. Se alguém conhece, pode me ajudar. Sei que o professor Dalari é um grande jurista. Confesso que não conheço sua posição sobre a Alca.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Dizia há pouco que tenho a maior dificuldade de falar do professor Dalmo Dalari porque S. Sª depôs favoravelmente a mim na comissão de ética do meu Partido. Diante desse fato, sinto-me absolutamente impossibilitada de fazer juízo de valor.

Talvez possamos aprovar o requerimento, questionar os consultores que fizeram a sugestão ao Senador João Capiberibe e, igualmente, acatando a sugestão do Senador Jefferson Péres, solicitar duas outras pessoas que tivessem posições diferentes. De qualquer maneira, já conseguiríamos adiantar alguma coisa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Exatamente. Poderíamos solicitar à Fiesp, pois sei que alguns empresários têm posição favorável à Alca. Ainda não li nenhum artigo escrito por um jurista francamente favorável à Alca.

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu também não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Essa é uma dificuldade. Mas podemos pesquisar. Na última aula magna do professor Dalari a qual assisti, pela televisão, pude perceber S. Sª magnetiza os seus interlocutores. Penso que a exposição do professor Dalari, independentemente de sabermos ou não a sua posição, será uma aula para nós, pois se trata de um constitucionalista. O que vamos pedir a S. Sª, não sei se...

A SRA HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – É porque S. Sª é um dos maiores estudiosos sobre o Estado nacional. Mas esse problema pode ser resolvido.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois não, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, ninguém questiona o conhecimento jurídico do professor Dalari, que são notórios, mas o que menos está em discussão na Alca são os aspectos jurídicos. Nunca vi ninguém fazer qualquer contestação sobre a inconstitucionalidade ou violação de direitos internacionais da Alca. Isso não está em questão. Os aspectos são políticos e econômicos. É impossível alguém vir aqui dizer que há alguma ilegalidade no acordo internacional da Alca. Ainda nem foi assinado e nem está sendo considerado.. Problemas econômicos e políticos – esses são relevantes e altamente polêmicos.

Não me oponho a que chamem o Professor Dalari, a Professora Maccaloz, desculpe se não estou acertando o nome.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Juíza Salete Maccaloz.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas gostaria que, em torno de qualquer tema relevante e controverso, fossem colocadas sempre duas pessoas com posições não digo antagônicas, que, às vezes, coincidem em alguns pontos, mas divergentes, diria. Se os nomes do Professor Dalari e da Professora foram propostos, penso que não custaria deixar isso em suspenso e consultar informalmente os dois sobre as suas posições, porque assim eu não vetaria os dois, procuraria dois nomes com posições divergentes. Só isso. Quero garantir o contraditório e não em datas diferentes, na mesma data.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Essa Presidência acolhe a sua sugestão. Penso que o Senador João Capiberibe também.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Acho muito difícil encontrarmos pessoas com posições extremadas a respeito de um assunto que divide as pessoas e sobre o qual há um certo desconhecimento, especialmente no campo jurídico: quais os efeitos jurídicos da Alca em relação à economia nacional, em relação à sociedade brasileira. Mas posso atender o Senador com a maior satisfação, buscar entre os indicados. Se não houver, posso localizar alguém, sugerir. Podemos aprovar. Fique certo de que resolveremos, Senador.

Há inclusive um episódio muito interessante. A OMC terminou condenando os Estados Unidos em relação ao protecionismo sobre o aço, e esse aspecto jurídico da globalização nos interessa profundamente. Então, vamos até ver quem foram os advogados brasileiros que atuaram nessa ação movida na OMC, porque a OMC e a Alca estão muito relacionadas. Faço questão que busquemos satisfazer essa demanda do Senador, para que haja posições divergentes e aprofundamento da discussão, se for possível, porque não conhecemos o efeito ainda de um acordo como o da Alca nas questões jurídicas, até porque os tratados sob controvérsia estão distantes de terem qualquer encaminhamento nas negociações da Alca. Mas eles são fundamentais porque já temos vários problemas no Nafta.

Podemos também trazer alguém do Nafta que já tenha tido a experiência de as empresas acionarem os Estados em função do descumprimento do Acordo de Livre Comércio.

Encarrego-me, Senador, de buscar alguém. Se não encontrar, vou lhe dizer também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Gostaria de sugerir a V. Exª a Embaixadora do México no Brasil, Cecília, que tem uma posição francamente favorável.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Há requerimento meu. A Embaixadora do México chegou a ser convidada, marcou, desmarcou, remarcou, e acabamos desistindo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Ela tem uma posição muito favorável à Alca.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Podem vir dois e pode vir um terceiro. Creio que não há problema. Devemos aproveitar essa oportunidade, pois o ano está se encerrando e as negociações também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Então, fica marcado para 27 de novembro.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Quem está previsto para vir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – O Professor Dalari e a Juíza Salete Maccaloz. E V. Exª vai verificar a posição de ambos, para que consigamos ter um contraditório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Vou procurar um nome.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Não havendo nada mais a discutir e nenhum assunto da pauta, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h30min.)

Ata da Vigésima Sétima Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura, realizada no dia vinte de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia vinte de novembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senhores Senadores **DUCIOMAR COSTA, JEFFERSON PÉRES, AELTON FREITAS, EDUARDO AZEREDO, RAMEZ TEBET, EDISON LOBÃO, TIÃO VIANA e VALDIR RAUPP.** Deixam

de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente comunica a presença da Senhora Deputada Lili Nabholz, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara da Suíça e do Senhor Jürg Leutert, Embaixador da Suíça no Brasil por ocasião da instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça. O Senhor Presidente passa a palavra à Deputada **LILI HABHOLZ** que faz sua exposição em alemão com a tradução simultânea do Embaixador **JÜRG LEUTERT**. Fazem uso da palavra os Senadores **NEY SUASSUNA** e **JEFFERSON PÉRES.** Não havendo número regimental, o Senhor Presidente declara adiada a pauta desta reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Sétima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia vinte de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Temos a honra de receber, hoje, a SRA Deputada Lili Nabholz, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados da Suíça, juntamente com o Sr. Embaixador da Suíça, Jürg Leutert, por ocasião da instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça.

Temos aqui a honrosa presença do Deputado Paulo Bauer. Essa iniciativa do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça é do Senador Ney Suassuna, que se encontra presente aqui.

Assinalamos ainda a presença do Cônsul Alberto Holderegger e do Ministro Roberto Steiner da Embaixada da Suíça.

Agradecemos muito a presença da SRA Deputada Lili Nabholz e queremos dizer quão importante para nós é o desenvolvimento das relações do Brasil com a Suíça. Há perspectivas muito positivas de maior relacionamento entre os dois povos.

Gostaria de passar a palavra a SRA Deputada Lili Nabholz, informando que ela falará em alemão. Teremos a gentileza do trabalho de tradução do Embaixador Jürg Leutert, que nos transmitirá em português as suas palavras.

Como a Deputada Lili Nabholz fala alemão e inglês, vou dizer algumas breves palavras para ela em inglês.

(Pronunciamento em língua estrangeira.)

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Muito obrigada, Sr. Presidente, vou continuar em alemão, esperando que todos entendam o que tenho que falar.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – É uma grande honra para mim poder falar aqui nesta Comissão de Relações Exteriores.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Tive ontem a oportunidade de falar com Deputados, e é muito interessante, hoje encontrar representantes do Senado e ouvir suas opiniões.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Os Congressos brasileiros e suíços têm muita coisa em comum no sentido de que os dois Congressos são bicamerais.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Como no seu Congresso, na Suíça também, todos os assuntos têm que passar pelas duas Câmaras, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Entendi que, no Congresso brasileiro, as Casas – a Câmara dos Deputados e o Senado Federal – são iguais, e que assuntos, negócios e leis são mandados de uma Casa para a outra.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Também anotei o simbolismo arquitetônico desses prédios, a Câmara dos Deputados sendo representada por uma cunha aberta para cima, e o Senado Federal sendo fechado no outro sentido.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Na Suíça, não temos esses símbolos arquitetônicos, mas simbolizamos essa situação com uma palavra.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Chamamos o Senado de "a Casa da Reflexão".

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Significa concretamente que a Câmara, na Suíça, é uma Casa, uma instituição muito agitada, cheia de temperamento. Às vezes, ocorre de o Senado acalmar as coisas, como está simbolizado aqui na arquitetura.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Há uma diferença: no nosso sistema, as reuniões das Comissões não são públicas, não são abertas, não há imprensa, pois são reuniões fechadas.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Lamento isso, porque acho que reuniões também de comissões deveriam ser transparentes e abertas. E eu gostaria muito de ouvir de vocês sobre as experiências que estão fazendo ou fazem com reuniões públicas.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Na Suíça, as reuniões das Comissões não são abertas, são fechadas, mas não significa que há segredos sendo discutidos.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – A filosofia é que acreditamos que é mais fácil não ter debates abertos sendo publicados.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Isso também permite a um Senador ou a um Deputado que expressou uma opinião na comissão mudar de opinião no plenário sem ficar envergonhado.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Talvez o nosso conceito seja um pouco antigo, mas como é diferente do de V. Exªs, demonstra a importância das trocas entre Congressos, como o brasileiro e o nosso.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – O Grupo Parlamentar Brasileiro-Suíço também nos ajuda muito a aprender com as experiências do sistema de V. Exªs.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Essa é a razão principal da minha vinda e das discussões que tive com o Senador Eduardo Suplicy e (inaudível). Aprendi muito. S. Exª encorajou-me a trabalhar em prol da fundação de um grupo também na Suíça.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Quero encerrar citando uma frase famosa de um filme muito conhecido chamado Casa Blanca.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. TRADUTOR (Jürg Leutert) – Este é o início de uma longa amizade.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradecemos as palavras da Srª Lili Nabholz, Presidente da Comissão de Relações Exteriores na Câmara dos Deputados.

Para nós, foi muito importante a iniciativa de realizar reuniões públicas não apenas nas comissões, mas também no plenário. Desde o início dos anos 90, as sessões do Senado Federal passaram a ser transmitidas pela TV Senado, podendo ser vistas em todo o Território brasileiro pela população. Isso teve um impacto muito grande na população.

(Pronunciamento em língua estrangeira.)

Há ocasiões em que temos oportunidade de fazer reuniões reservadas; quando chefes de missões diplomáticas têm a responsabilidade de dizer algo que for considerado reservado, a reunião torna-se reservada. Em geral, elas são abertas.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador, V. Exª pode falar nas duas línguas; traduza a si próprio, por favor.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Estou muito feliz de poder dizer que V. Exª é bem-vinda. Tenho certeza, Deputada, de que, embora o relacionamento entre Brasil e Suíça seja bom, vai crescer mais

rápido e vai-se intensificar com a criação desse grupo parlamentar.

Como já explicou o Senador Suplicy, temos a televisão nas comissões e em todos os nossos eventos, às vezes por 16, 18 horas num dia. Sabemos que não é fácil. Qualquer ator de televisão passa uma hora na frente da câmera e acha que é muito; aqui, não fazendo papel de ator, temos de ficar 16, 18 horas. Mas é bom que toda a República, que todo o País veja qual o comportamento e como estamos representando o povo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – A **TV Senado** tem uma audiência altíssima neste País, pela classe elitizada e pela popular. Às vezes, quando usamos a mesma gravata – quantas vezes recebi telefonemas do meu Estado –, dizem: "Está com a mesma gravata de ontem, Senador. Por que não trocou?" É uma coisa interessante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, há tradutor?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se V. Exª quiser, posso traduzir.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Ah, sim, por favor, sou monoglota.

Deputada, V. Exª é Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados da Suíça?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – *(Tradução) Sim.*

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – A minha pergunta é a seguinte: a Suíça tem, tradicionalmente, uma posição isolacionista – foi assim sempre –, de neutralidade: não quis ingressar na ONU, não ingressa na União Européia. Sei que as decisões na Suíça são freqüentemente tomadas via plebiscito; são decisões tomadas pelo povo e não pelos políticos.

Eu perguntaria se S. Exª vê perspectiva, a médio e a longo prazo, de a Suíça abandonar essa posição isolacionista. É claro, é uma decisão soberana do povo suíço, mas para o mundo todo creio que seria melhor que a Suíça se integrasse mais.

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – *(Tradução) Muito obrigada pela pergunta. É verdade que é típico da Suíça a participação da população nas tomadas de decisão na área da política exterior.*

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – *(Tradução) É também uma obrigação de membros do Congresso trabalhar a população, tentar convencê-la a votar favoravelmente em caso de votação, com referendo ou plebiscito, sobre assuntos internacionais.*

A SRA LILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – *(Tradução) Por isso, a decisão da Suíça em aderir às Nações Unidas demorou tanto. Há pouco mais de um ano, a população votou favoravelmente para a adesão da Suíça. Agora, faz um ano que a Suíça é membro das Nações Unidas.*

A SRA LIILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – *(Tradução) A adesão da União Européia é uma questão de longo prazo.*

A SRA LIILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – *(Tradução) Então, neste momento, estamos tentando resolver problemas não por uma adesão, mas com uma negociação bilateral entre a Suíça e a União Européia.*

A SRA LIILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – *(Tradução) Porque é a população que tem de decidir. Estamos falando de soberania.*

A SRA LIILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – (Tradução) Temos de trabalhar muito e convencer a população. Temos de preparar os nossos dossiês de forma muito sólida, porque, cada lei, cada acordo internacional, através de uma coleção, recolhe 50 mil assinaturas e pode fazer objeto de um referendo. Bastam 50 mil assinaturas para que uma lei e um acordo que o Congresso aprovou seja submetido a um referendo.

A SRA LIILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – É uma população de quantos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – *(Tradução) De 50 mil assinaturas.*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – E, na Suíça, a população é de quantos no total?

A SRA LIILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – *(Tradução) Na Suíça, são 7,5 milhões.*

A SRA LIILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – (Tradução) Por isso, temos quatro plebiscitos a cada ano, e temos de convencer a população em assuntos muito complexos e complicados na lei. Temos de convencer e explicar, o que não é muito fácil.

A SRA LIILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – (Tradução) Eu falei do referendo. São 50 mil assinaturas, para que o Parlamento seja obrigado a fazer aprovar uma lei para a população. Há uma outra coisa: com 100 mil assinaturas, pode-se introduzir uma mudança na Constituição.

A SRA LIILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – (Tradução) Como V. Exªs podem ver, a população tem um papel muito importante na nossa vida política. Por isso, temos de trocar opiniões e de estar em contato permanente com a população.

A SRA LIILI NABHOLZ – (Pronunciamento em língua estrangeira.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – (Tradução) Espero que tenha conseguido mostrar um assunto muito complexo, que é a vida política na Suíça.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nós queremos muito agradecer a presença da SRA Lili Nabholz, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Suíça; do Embaixador Jürg Leutert; do Deputado Paulo Bauer; do Sr. Cônsul Alberto Holdereger e do Sr. Roberto Steiner.

Eu gostaria de dar à SRA Deputada Lili Nabholz uma cópia de pronunciamento que fiz em Genebra, em setembro passado, no IX Congresso Internacional da **Basic Income European Network**, e duas palestras mais recentes.

Nós queremos agradecer muito e desejar êxito ao Grupo Parlamentar Brasil-Suíça. Vamos estar colaborando intensamente. Queremos dizer que está aberta a possibilidade de outros Parlamentares participarem.

Os Senadores Ney Suassuna, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho e eu próprio já aceitamos o convite para sermos membros do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça. O Senador Eduardo Azeredo, que foi Governador de Minas Gerais...

(Pronunciamento em inglês.)

Então, o Embaixador certamente agradece. Quem sabe outros...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nós estamos com um requerimento de criação do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça no Senado e pediríamos a V. Exª que fizesse o que fosse possível para agilizá-lo, para que na próxima semana tenhamos também oficializada nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está muito bem.

Já foi designado o relator no dia de ontem e será examinado na próxima reunião.

Eu quero informar aos Srs. Senadores que, para a próxima semana, nós havíamos convidado três juristas: o professor Dalmo Dalari; a Juíza Federal, Salete Maccalóz, e o professor Fábio Comparato, para conosco analisarem os aspectos jurídicos referentes à integração das Américas e a Alca. O professor Fábio Comparato estará viajando e não poderá comparecer; mas, após a confirmação do professor Dalmo Dalari e da Juíza Salete Maccalóz, teremos a audiência com eles, além da reunião regular em que estaremos examinando os itens da pauta de hoje, inclusive alguns que seriam terminativos e hoje não poderão ser examinados por causa da pauta estar trancada. Como se está iniciando daqui a instantes uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame da reforma tributária, a nossa reunião hoje se encerrará neste instante, para termos uma reunião regular, portanto, na próxima quinta-feira.

Eu agradeço a presença de todos. Muito obrigado.

Damos por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h57min.)

Ata da Vigésima Nona Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quatro de dezembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

Às dez horas do dia quatro de dezembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Aelton Freitas e Marco Maciel, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Juvêncio Da Fonseca, Flávio Arns, Tião Viana, Edison Lobão, Lúcia Vânia, Sibá Machado, Aelton Freitas, Hélio Costa, Antônio Carlos Magalhães, João Capiberibe, João Alberto Souza, Luiz Otávio e Marco Maciel. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e informa que os três primeiros itens de pauta serão adiados. O Senhor Presidente inverte a pauta: **Item quatro:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 702, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 23 de dezembro de 2000". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Aelton Freitas, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item cinco:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 761, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos entre os Estados Partes do Mercosul, concluído em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000". O Senador João Alberto Souza faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item seis:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 762, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Imposto de Renda, Prevenir e Combater a Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em 20 de setembro de 2000". O Senador Flávio Arns faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. O Projeto do Item *sete* foi encaminhado ao Plenário em caráter de urgência e aprovado no dia vinte de novembro do corrente. **Item oito:** Projeto de Resolução do Senado nº 47, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "institui o Grupo Parlamentar Brasil-Malásia e dá outras providências". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Aelton Freitas, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item nove:** Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "institui o Grupo Parlamentar Brasil-Líbia e dá outras providências". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Luiz Otávio, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item dez:** Projeto de Resolução do Senado nº 50, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "institui o Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia e dá outras providências". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Aelton Freitas, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item onze:** Projeto de Resolução do Senado nº 51, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "institui o Grupo Parlamentar Brasil-Grécia e dá outras providências". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador João Alberto Souza, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item doze:** Projeto de Resolução do Senado nº 52, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "institui o Grupo Parlamentar Brasil-Irã e dá outras providências". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Flávio Arns, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item treze:** Requerimento (SF) nº 929, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO à advogada iraniana Shirin Ebadi, agraciada com o Prêmio Nobel da Paz, pelo seu efetivo trabalho em defesa dos direitos humanos, na promoção da democracia e na luta contra a pobreza." O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Aelton Freitas, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item quatorze:** Requerimento (SF) nº 935, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outro(s) Sr(s). Senador(es), que "requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, Voto de Aplauso ao Papa João Paulo II, pelo transcurso do seu 25º aniversário como Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana". O Senador Marco Maciel faz a leitura do seu parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o Requerimento é aprovado. O **Item quinze** é adiado pela au-

sência do autor do Requerimento-CRE. Passa-se à apreciação dos itens de **Extra-Pauta: Item um:** Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2003, de autoria da Presidência da República, que "dispõe sobre a Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro – TFPC e altera dispositivos do Decreto nº 24602, de 06 de julho de 1934, que dispõe sobre instalações e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas". O Senador MARCELO CRIVELLA, Relator da matéria, faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. O Senhor Relator solicita encaminhamento de urgência do projeto que é aprovado pelo Plenário. Segue apreciação do **Item dois**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 760, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, assinada em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002, que modifica o Protocolo de Las Lenãs, promulgado no Brasil pelo Decreto Federal nº 2067, em 12 de novembro de 1996". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Flávio Arns, que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item três**: Projeto de Resolução do Senado nº 46, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "institui o Grupo Parlamentar Brasil-Taiwan e dá outras providências". O Senador Luiz Otávio, Relator da matéria, faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item quatro**: Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "institui o Grupo Parlamentar Internacional do Café e dá outras providências". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador **FLÁVIO ARNS,** que faz a leitura do parecer, favorável. Não havendo quem queira discutir, o parecer foi aprovado. Em seguida, aprecia-se o **Item cinco**: Requerimento (SF) Nº925, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outro(s) Sr(s). Senador(es), que "requerem, nos termos do artigo 223, combinado com o artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto De Censura e de Repúdio à Relatora de Direitos Humanos do ONU, Asma Jahangir, por ter proposto que aquele organismo internacional envie emissário para inspecionar a Justiça do Brasil, manifestação de inaceitável interferência nos assuntos internos do País". O Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Luiz Otávio, que faz a leitura do parecer, contrário. O Senador Flávio Arns faz uso da palavra. Não havendo mais quem queira discutir, o parecer foi aprovado. **Item seis**: Requerimento Nº42, de 2003/CRE, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "requer, com amparo no §1º do art. 50 da Constituição e nos termos do inciso III do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja ouvido, em Audiência Pública, perante esta Comissão, o Exmo. Ministro de Estado da Defesa para informar e esclarecer detalhes da anunciada aquisição de aeronaves militares para o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira". O Senador Marcelo Crivella, autor do Requerimento, faz uso da palavra para justificar o Requerimento. Não havendo mais quem queira discutir, o parecer foi aprovado. Passa-se à Audiência Pública "com a presença dos Senhores, Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ/IBASE) e Jairo Jorge da Silva, Secretário Adjunto da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; as Senhoras Amélia Cohn (CEDEC/Rede Dawn) e a Deputada Maria José Maninha (CREDN/CD) para o Lançamento Do Relatório Social Watch Brasil 2003". O Senhor Presidente concede a palavra à Deputada Maria José Maninha que faz sua exposição, seguida pela exposição da Senhora **AMÉLIA COHN**. Logo após, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **FERNANDO CARDIM** para considerações, seguido do Senhor **JAIRO JORGE DA SILVA (Secretário Adjunto do Ministro Tarso Genro).** Fazem uso da palavra o Senador **FLÁVIO ARNS** e o Deputado **ROSINHA.** O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor **PEDRO JOSÉ DE CASTRO**, Presidente da Federação das Associações de Moradores do estado do Rio de Janeiro. O Senhor Presidente tece agradecimentos finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Marcelo Crivella**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Vigésima Nona Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia quatro

de dezembro do ano de dois mil e três, às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa)

Dispensada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Projeto de Decreto Legislativo 702, de 2003. Inversão de pauta, página 6 da nossa pauta. Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre isenção de visto em passaportes comuns celebrado em Brasília, 23 de dezembro de 2000. Autoria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator: Senador Rodolpho Tourinho, parecer favorável.

Designo o Senador Aelton Freitas para proceder à leitura do relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (Aelton Freitas) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella; Senador Flávio Arns, Senhoras e Senhores, com fundamento no disposto no art. 49 do Item 1 da Constituição Federal, o Poder Executivo, através da Mensagem 625 de 11 de julho de 2002, submete ao Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a isenção de visto em passaporte comum celebrado em Brasília em 23 de dezembro de 2000.

O acordo foi primeiramente apreciado pela Câmara, e foi aprovado em12 de julho de 2002. A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a chancela daquela Casa em 30 de setembro, sendo encaminhado ao Senado Federal em 13 de outubro do subseqüente. Aqui na Casa a proposição sob comento foi distribuída a esta Comissão de Relações exteriores em 07 de outubro de 2003 ao Relator signatário em 16 de outubro seguinte, após o prazo regimental sem apresentação de emendas.

O voto do Senador Rodolpho Tourinho, por todo exposto por considerarmos ser conveniente aos interesses do País, opinamos pela aprovação do projeto de decreto legislativo 702, de 2003, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a isenção de visto em passaporte comum celebrado em Brasília em 23 de dezembro de 2000, corrigindo-se a redação do art. 1º para constar da data correta da assinatura do referido acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Em discussão o parecer do Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Matéria aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Projeto de Decreto Legislativo 761, de 2003, aprova o texto do acordo sobre o isenção de visto entre os Estados partes do Mercosul. Senador João Alberto Souza é o Relator com parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza, Relator da matéria para ler seu relatório.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, este relatório que já foi distribuído aos Srs. Senadores tem uma conclusão mansa e pacífica. É um acordo sobre isenção de visto entre os Estados partes do Mercosul. O voto do Relator é 'em face de todo exposto, opino pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 761 de 2003 que aprova o acordo sobre isenção de visto entre os Estados partes do Mercosul elaborado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

É apenas uma ratificação, Sr. Presidente.

É o voto do relator pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, o relatório está aprovado.

Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2003, que aprova o texto da convenção para evitar a dupla tributação em matéria de imposto de renda, prevenir e combater a evasão fiscal e sobre matérias aduaneiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Paraguai, em 20 de setembro de 2000. O relator é o Senador Flávio Arns, cujo parecer é favorável.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, relator da matéria, para proferir seu relatório.

O SR. RELATOR (Flávio Arns) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2003, aprova o texto da convenção para evitar a dupla tributação em matéria de imposto de renda, prevenir e combater a evasão fiscal e sobre matérias aduaneiras, celebrado entre o Governo da República Federa-

tiva do Brasil e o Governo do Paraguai, em Brasília, em 20 de setembro de 2000.

Por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, diploma internacional em pauta, foi submetido ao exame preliminar da representação brasileira na Comissão Parlamentar do Mercosul, à luz do disposto no inciso I, §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996. A referida representação recomendou a aprovação da convenção em tela pelas demais comissões temáticas do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação, aprovada por todos os órgãos colegiados supramencionados. A matéria foi a Plenário, em que foi aprovada em 9 de outubro de 2003, e enviada ao Senado Federal.

No relatório, fazemos também a análise do projeto.

O voto, em função de todas as considerações feitas, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2003, que aprova o texto da convenção para evitar a dupla tributação em matéria de imposto de renda, prevenir e combater evasão fiscal e sobre matérias aduaneiras, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Paraguai, em Brasília, em 20 de setembro de 2000.

Este foi o relatório e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O relatório está aprovado.

Projeto de Resolução do Senado Federal nº 47, de 2003, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Malásia e dá outras providências. O autor é o Senador Ney Suassuna.

Solicito ao Senador Aelton Freitas que fizesse a leitura do relatório.

O SR. RELATOR (Aelton Freitas) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Srs. Senadores João Alberto Souza e Flávio Arns, vem a esta comissão para exame, nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Resolução do Senado Federal nº 47, de 2003, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Malásia e dá outras providências.

O Brasil e a Malásia são signatários de importantes acordos bilaterais. Entre eles, o acordo comercial de 1996, o acordo para isenção parcial da exigência de visto de 1996 e o acordo aéreo que aconteceu em 1995. O memorando de entendimento na área de cooperação científica e técnica deu ensejo ao profícuo diálogo entre a Embrapa e a sua congênere malaia para a negociação de instrumentos bilaterais na área de agropecuária e para continuidade da cooperação na área de pesquisa agrícola, mormente nos setores de frutos tropicais e biotecnologia.

Ademais, Brasil e Malásia têm-se mostrado bem aliados em fóruns ambientais, multilaterais e em particular na discussão sobre florestas e biodiversidade e na defesa internacional do direito dos países de origem sobre seus próprios recursos.

No aspecto econômico, apesar da modesta participação do Brasil e da Malásia nas respectivas balanças comerciais, que são de apenas 0,5% das transações comerciais para ambos os países, vislumbrasse a possibilidade do aumento do fluxo do comércio entre os dois países e, sobretudo, das exportações brasileiras para a Malásia.

A Malásia importou no ano de 2002 um valor correspondente a 96,6% do seu PIB e reafirmou, naquele ano, a tendência histórica ao aumento desse índice. Além disso, a Malásia poderá tornar-se parte da entrada dos produtos brasileiros nos mercados dos Países que constituem a cooperação econômica da Ásia e do Pacífico, a APEC, os quais concentram as conhecidas cifras de 40% da população mundial. São 18 trilhões do Produto Interno Bruto mundial e 43,85% do comércio global.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o Senador Ney Suassuna é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 47, de 2003; por sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e conveniência da oportunidade.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Matéria em discussão.

Não há Senadores inscritos.

As SRAs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Matéria aprovada.

Projeto de Resolução do Senado nº 49.

Instalação de Grupo Parlamentar Brasil-Líbia. A autoria é também do Senador Ney Suassuana.

Designo o Senador Luiz Otávio para a leitura do relatório.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, quero agradecer primeiro a participação no relatório do Senador Aelton Freitas, que conseguiu localizar o relatório.

Na verdade, o relator é o Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Perdão.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2003, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Líbia, e dá outras providências.

A Líbia, fugindo do seu isolacionismo torna-se claramente um mercado atraente e receptível, Sr. Presidente. É importante que a aproximação com a Líbia que se pretende fazer é fomentar com um grupo parlamentar proposto nesta resolução e que está em exame na Comissão das Relações Exteriores é um instrumento hábil e eficiente para promover a inserção do Brasil em uma região totalmente inexplorada pela nossa econômica, contribuindo ademais para que consolidemos a imagem de porta voz das aspirações de países em desenvolvimento, papel que notoriamente nos tem sido atribuído e buscado pela política externa brasileira.

Com a Líbia resolvendo os impasses que a têm isolado internacionalmente, não há porque o Brasil se manter afastado do rico e promissor Estado africano, colaborando para a sua desejável democratização e plena inserção no concerto das nações.

Estimamos, tomando em conta as razões aqui exaradas que o grupo parlamentar Brasil-Líbia, que ora se quer instituir, constitui valioso instrumento de diplomacia parlamentar, apito a trazer benefícios aos países partícipes.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses do País, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação do projeto de Resolução nº 49, de 2003, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Líbia, e dá outras providências.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, coloco-a em votação.

As SRAs e os Srs. que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Relatório aprovado.

Projeto de Resolução Parlamentar nº 50.

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia. A autoria é do Senador Ney Suasssuna e a Relatoria é do Senador Juvêncio da Fonseca.

Eu peço ao Senador Aelton Freitas que, como Relator **ad hoc**, faça a leitura do relatório. É o Item nº 10 da nossa pauta.

O SR. RELATOR AD HOC (Aelton Freitas) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, vem à Comissão de Relações Exteriores o Projeto de Resolução nº 050/2003 que institui o grupo Parlamentar Brasil/Ucrânia e dá outras providências.

No complexo industrial ucraniano predomina a indústria pesada, especialmente a metalurgia à base de ferro, carvão e construção de máquinas. O setor metalúrgico representa 23% do PIB daquele País e é o principal setor de exportação da economia.

A balança comercial da Ucrânia, no entanto, aponta dependência de importações de petróleo e gás provenientes da Rússia e do Turcomenistão. A Rússia revela-se grande parceiro comercial, respondendo por 25% das importações e comprando 32% das importações ucranianas.

Filiada à Organização do Tratado do Atlântico Norte – Otan, a Ucrânia participa na formação da seguridade européia coletiva para um futuro próximo. A Ucrânia prepara-se, também, para tornar-se membro da Organização Mundial do Comércio, buscando sua plena inserção internacional e cogitando a criação na Zona de Livre Comércio entre Ucrânia e União Européia.

Em Outubro de 1995, pouco tempo após os estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Ucrânia, o Presidente Leonid Kuchma visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinada uma declaração conjunta marcando o início da cooperação bilateral na importante área espacial. No documento, as agências especializadas dos dois países revelaram interesse em promover a utilização do espaço exterior para fins exclusivamente pacíficos em busca de benefícios mútuos que possam ser compartilhados por toda a humanidade.

Em face o exposto e por consideramos conveniente e oportuno aos interesses dos dois países, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 050/2003, que institui o Grupo Parlamentar Brasil/Ucrânia, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Senador.

Não havendo oradores inscritos, a matéria está em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria foi aprovada.

Projeto de Resolução do Senado nº 051/2003. Institui o Grupo Parlamentar Brasil/Grécia e dá outras providências. O autor é o Senador Ney Suassuna.

Peço ao Senador João Alberto que seja Relator **ad hoc**. É o Item nº 11 da nossa pauta. V. Exª poderá fazer a leitura do relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Resolução nº 051/2003 institui o Grupo Parlamentar Brasil/Grécia, e dá outras providências.

Como a economia emergente do Mediterrâneo, a Grécia é um país que se moderniza celeremente sob um influxo positivo da União Européia. Cumpre, ainda, assinalar que o exercício da diplomacia parlamentar, substancialmente fomentada por grupos de cooperação como o que se quer implantar, é de grande utilidade para a moderna vida pública dos Estados. Tais iniciativas devem ser destinatárias da maior consideração e reconhecimento. Nosso relatório foi distribuído a todos os Srs. Senadores.

O voto do Relator, em face do exposto e por considerar conveniente e oportuno aos interesses do aís, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 058/2003 que institui o Grupo Parlamentar Brasil/Grécia e dá outras providências.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Senador.

Não havendo oradores inscritos, a matéria está em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria foi aprovada.

Projeto de Resolução do Senado nº 052/2003 que institui o Grupo Parlamentar Brasil/Iran. O autor é o Senado Ney Suassuna. A Relatora é a Senadora Maria do Carmo Alves.

Peço ao Senador Flávio Arns que faça a leitura do relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (Flávio Arns) – Projeto de Resolução nº 052/2003, que institui o Grupo Parlamentar Brasil/Iran de proposição do nobre Senador Ney Suassuna.

Há uma fundamentação em relação a vários aspectos, principalmente no que concerne à densificação das relações nas áreas econômica, cultural, política. Existe já a instauração do grupo parlamentar por meio do qual se poderá estimular o diálogo a respeito de tópicos importantes entre os dois países. Existe também uma confiança do Brasil em relação ao Governo iraniano, no encaminhamento adequado do problema de violações dos direitos humanos. A questão do armamentismo ainda vem sendo debatida, e essa possibilidade de se ter esse grupo parlamentar pode influir nesse sentido.

E, no âmbito econômico, as autoridades iranianas têm-se manifestado também no sentido de contribuir na reversão dos seguidos déficits da balança comercial do nosso País, e, além disso, o Irã, como está exposto no relatório também apresentado pela Senadora Maria do Carmo Alves, também pode servir como porta interessante de entrada dos produtos brasileiros na Ásia Central.

Em função dos motivos expostos, o relatório opina pela constitucionalidade, juridicidade, conveniência e oportunidade do projeto em tela, não lhe cabendo reparos de qualquer ordem. O voto, portanto, é favorável, Sr Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Não havendo oradores inscritos, colocamos a matéria em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão.

Requerimento aprovado.

Requerimento nº929, de 2003, voto de aplauso à Advogada iraniana Sherin Ebade, agraciada com o Prêmio Nobel da Paz. A autoria é do Senador Arthur Virgílio, e a relatoria é o Senador João Capiberibe. Pediria ao nobre Senador Aelton Freitas que fizesse essa leitura.

O SR. RELATOR AD HOC (Aelton Freitas) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o aplauso à SRA Shirin Ebadi nos parece justo e pertinente. Trata-se de pessoa que lutou duramente toda a sua vida em prol dos direitos humanos e das soluções pacíficas de controvérsias.

Shirin Abadi adota uma nova interpretação no Direito Islâmico, em consonância com os Princípios de Igualdade e de Liberdade e com os direitos fundamentais de pessoa humana.

Nesse espírito, defendeu a liberdade religiosa da comunidade (inaudível) e dos direitos dos refugiados. Criou a Associação de Apoio aos Direitos da Criança no Irã, e foi advogada das famílias dos escritores e intelectuais assassinados entre 1999 e 2000, entre outros casos emblemáticos.

Além disso, mantém carreira acadêmica na Universidade de Teerã, tendo publicado importantes estudos sobre os direitos humanos. Por sua conduta, Ebade foi presa varias vezes e perdeu a condição de juíza, após a Revolução Islâmica de 1979. Mas já se furtou a seguir a sua trajetória de liderança na defesa da dignidade humana em seu País.

A concessão do Prêmio Nobel da Paz a Shirin significa, portanto, acontecimento de alta significação internacional.

Portanto, Sr. Presidente, o voto do Relator é favorável à aprovação do Requerimento de nº929, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Não havendo oradores inscritos, coloco em discussão. Desculpe, não preciso colocar em discussão, mas coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão.

A matéria está aprovada.

Item nº14, Requerimento nº935, voto de aplauso ao Papa João Paulo II pelo transcurso do 25º aniversário como Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana. Autoria: Arthur Virgílio. Relator: Senador Marco Maciel.

Pediria ao nobre Senador Flávio Arns, Dom Flávio Arns, para que fizesse a leitura do relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (Flávio Arns) – Obrigado aí pelo Dom Arns!

Chegou o Relator. Ia justamente ler o relatório de V. Exª em relação ao Papa João Paulo II, mas devolvo, então, com alegria a Dom Marco Maciel!

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Senador Dom Marco Maciel receba de volta o relatório de Dom Flávio Arns.

O SR. RELATOR (Marco Maciel) – Antes de mais nada, Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, gostaria de dizer que melhor estaria esse projeto se relatado pelo prudente Deputado e atual Senador Flávio Arns. Mas, já que me concede a palavra, não gostaria de deixar de dizer que o meu parecer é favorável ao voto de aplauso ao Papa João Paulo II pelo 25º aniversário do seu pontificado. Creio por ser um fato de domino público desnecessário dizer das razões e da homenagem. E gostaria sem querer recorrer a um trecho que preparei sobre o assunto e para ser também mais breve, eu gostaria, Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, de dizer que o Papa João Paulo II foi o quarto Papa cujo o pontificado é o mais longo de toda a igreja apostólica romana e que tem três grandes características: em primeiro lugar, porque ele foi o Papa que continuador da obra de Pedro, porque tem procurado ao longo do seu pontificado difundir os princípios evangélicos; em segundo lugar, João Paulo foi também um continuador da obra de João, o evangelista. E marcou também a sua passagem o evangelista por uma busca excepcional no sentido de difundir a fé e mais do que isso pregar aquilo que constitui a essência da mensagem cristã.

E por fim João Paulo foi também Paulo o apóstolo da gente. Ele é caracterizadamente um Papa peregrino. Como São Paulo que foi uma espécie de global (Fora do microfone – inaudível) como se diz em tempos modernos.

O Papa João Paulo II consegue ser também o Paulo o apóstolo da gente. Um apóstolo peregrino que era sempre de São Paulo que falou na europagos. O João Paulo II falou nos europagos de todo o mundo inclusive na ONU. E isso não foi apenas no campo da defesa dos princípios dos evangelhos, mas também uma ação que diria política condenado a guerra, defendendo a paz e mais do isto buscando constituir uma sociedade mais solidária no mundo caracterizado por uma globalização excludente.

Daí porque eu concluiria a minha fala dizendo que considero oportuno legal, constitucional e (Fora do microfone – inaudível) legislativa a proposição apresentada pelo Senador Arthur Virgílio e outros no sentido de que seja depois de ouvido o Plenário aprovado um voto de aplauso pelo transcurso do 25º aniversário do Papa João Paulo II, do seu pontificado.

Este é meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Em discussão.

Não havendo oradores inscritos.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Matéria aprovada.

Item 15:

Requerimento nº 40. Fica suspenso por causa da ausência do Senador Eduardo Azeredo.

Vamos ao itens extrapauta.

Item 01:

Eu pediria ao Senador Aelton Freitas que assuma a Presidência já que vou apresentar o relatório deste projeto de lei da Câmara nº 75, de 2003, que trata sobre a fiscalização de produtos controlados pelo Exército brasileiro. Se V. Ex[puder...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella para o seu relatório.

O SR. RELATOR (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem à nossa comissão, o relatório que trata do Projeto de Lei da Câmara nº 75, que é da iniciativa do Poder Executivo e dispõe sobre a taxa de fiscalização dos produtos controlados pelo Exército brasileiro – a TFPC, e altera dispositivos do Decreto nº 24.602, de 06 de julho de 1934, que dispõe sobre a instalação, fis-

calização de fábricas, comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos e matérias correlatas.

A proposição, que não recebeu emendas, no prazo regimental, objetiva atualizar os valores da taxa de fiscalização dos produtos controlados, que são expressos em ORTN, índice econômico que perdeu o seu significado. Pretende ainda alterar dispositivos dessa lei antiga, de 1934, visando o aprimoramento e a fiscalização desses produtos controlados.

A iniciativa não fere disposições constitucionais.

Quanto ao seu mérito, no que tange à defesa nacional, é relevante.

A proposta concorre para o atendimento do comando constitucional, que dá à União a incumbência de autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico. Os produtos controlados incluem armas e seus componentes, apetrechos, explosivos e qualquer insumo que seja considerado crítico para a obtenção de material de emprego bélico. É evidente que esse controle deva ser feito pela União e tenha repercussões diretas no interesse da segurança nacional.

Dito isso, gostaria de dizer ao Plenário que somos inteiramente favoráveis à aprovação do projeto de lei da Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de pedir a V. Exª, também, que colocasse em discussão e à apreciação do nosso Plenário um requerimento para que essa matéria que acabamos de aprovar tramite em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Atendendo à solicitação do Senador Marcelo Crivella, em discussão a proposta. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As SRAs e os Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O projeto será encaminhado em regime de urgência.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Suspendo a reunião e retorno a Presidência ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – O Item nº 2 da extrapauta aprova o texto da emenda de protocolo, cooperação e assistência jurisdicional em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa, ntre os Estados parte do Mercosul, assinado em Bu - enos Aires, em 5 de julho de 2002.

É de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O relator é o Senador José Agripino.

Pediria ao Senador Flávio Arns, se puder, para ser o relator **ad hoc** dessa matéria.

O SR. RELATOR AD HOC (Flávio Arns) – O diploma aqui apreciado, que modifica o protocolo de cooperação judiciária pré-existente no Mercosul, pretende dinamizar e facilitar as relações entre os países signatários do tratado de Assunção, de 25 de março de 1991.

Há uma exposição de motivos, formulada pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial.

Sabemos que a integração regional e a construção de blocos econômicos não é uma proposta eminentemente retórica, em medidas concretas e que dêem efetividade ao querer político.

Ao se facilitar a comunicação processual, dinamizando-se e dando maior fluidez à circulação de cartas rogatórias, entre os países do Mercosul, a emenda, ao protocolo de Las Lenhas, que examinamos, é de todo conveniente e oportuna aos interesses nacionais. A construção de um espaço jurídico harmônico, no qual as medidas judiciais possam ser tomadas sem empecilhos e fronteiras injustificáveis, em espaços econômicos que pretendem ser comuns, é medida urgente e necessária à consecução de um Mercosul mais efetivo e consistente.

Sem segurança jurídica não há integração regional.

Face ao exposto, o voto, é para considerarmos conveniente aos interesses do País, constitucional e legalmente, e versado em boa técnica legislativa. Opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2003.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 3:

O Relator é o Senador Luiz Otávio. Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Taiwan. A autoria é do Senador Ney Suassuna.

Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Mais uma vez, Sr. Presidente, quero agradecer a colaboração do Senador Aelton Freitas, que está com o relatório, também em mãos, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Resolução nº 46, de 2003, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Taiwan e dá outras providências. O projeto é do Senador Ney Suassuna.

O relatório que vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, é do Projeto de Resolução nº 46, que institui esse grupo.

Apresentada no dia 14 de outubro de 2003, a proposição, de autoria do Senador Ney Suassuna, foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e no mesmo dia distribuída ao Relator.

O projeto de resolução tem como mérito trazer a lume a moderna atividade congressual de cooperação conhecida por diplomacia parlamentar por intermédio da proposta de instituição do Grupo Parlamentar Brasil-Taiwan, com vistas a incentivar o desenvolvimento das relações bilaterais entre os poderes legislativos de ambos os países.

O incremento das relações comerciais bilaterais demonstra a conveniência da proposição. No ano de 2002, as exportações brasileiras para Taiwan alcançaram o montante de 285 milhões de dólares, concentradas nos grãos de soja, seguidos de ferro, aço e outros produtos semimanufaturados, ferro fundido bruto, minério de ferro e outros produtos que, como estes, apresentam maior valor agregado do que os produtos agrícolas líderes da pauta de exportação brasileira.

Em 2001, o Governo de Taiwan anunciou a intenção de intensificar as relações comerciais com o Brasil por intermédio do programa de investimento que vislumbrava a aplicação, em 2005, da quantia de US$2 bilhões, 70% deles destinados à tecnologia da informação e Internet no nosso mercado.

A aproximação com Taiwan traz a vantagem adicional de formar mais uma ponte entre o Brasil e os demais membros da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), os quais, somados, reúnem, pelas cifras de 1997, 2 bilhões e 200 milhões de potenciais consumidores, ou seja, 40% da população mundial, cerca de 18 trilhões do Produto Interno Bruto mundial e 43% do comércio global.

Portanto, Sr. Presidente, o voto, em face do exposto, é pela aprovação do projeto de resolução por sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, conveniência e oportunidade.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 4: Institui o Grupo Parlamentar Internacional do Café. A autoria é do Senador Eduardo Azeredo. O Relator é o Senador Ramez Tebet. Peço ao nobre Senador Flávio Arns que seja o Relator **ad hoc** dessa matéria.

O SR. RELATOR AD HOC (Flávio Arns) – Sr. Presidente, esse é o Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que institui o Grupo Parlamentar Internacional do Café e dá outras providências.

Análise do projeto.

A influência dos parlamentos nas relações internacionais vem se ampliando em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como a União Interparlamentar e o Parlamento Latino-Americano.

A par dessa tendência, é possível identificar-se também um interesse maior entre os Parlamentares pelos rumos que tomam as relações internacionais. Tal interesse decorre do fato de que tais relações já não mais se resumem às grandes questões bélicas e estratégicas, porquanto, com o fim da Guerra Fria, a agenda internacional voltou-se essencialmente para o comércio, investimentos e as questões de cooperação. Assim, nesse sentido, o Brasil é o maior exportador mundial de café, fato que confere ao setor cafeeiro posição de destaque em nossa agenda agrícola.

A criação de um Grupo Parlamentar Internacional do Café reflete o anseio, por parte dos membros integrantes do Poder Legislativo, de participação nos processos que cercam a evolução do comércio internacional, chamada Diplomacia de Cooperação Interparlamentar, e passa a revestir-se de acentuada importância no cenário internacional globalizado, promovendo o debate interparlamentar sobre determinados temas de grande interesse dos países e estimula uma produção legislativa harmonizada.

É importante destacar que não se trata, em relação ao grupo proposto, de entidade com **status** jurídico análogo ao do Parlamento Latino-Americano ou ao da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, ambos órgãos parlamentares internacionais e institucionalizados por meio de tratados firmados pelos Governos dos estados-partes.

Por outro lado, cumpre ressaltar que, do ponto de vista regimental, nada obsta à criação de grupos parlamentares de natureza internacional voltados para uma temática específica, como é o caso em tela, uma vez que não desfrutam de competência propositiva deliberativa no seio do Congresso Nacional.

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2003, que institui o Grupo Parlamentar Internacional do Café e dá outras providências.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Marcelo Crivella) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo oradores inscritos, encerra-se a discussão.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 5:

Voto de censura e de repúdio à Relatora de Direitos Humanos da ONU, Asma Jahangir, por ter proposto que aquele organismo internacional envie emissário para inspecionar a Justiça do Brasil. Autor: Senador Arthur Virgílio. Relator: Senador Sibá Machado. Relator **ad hoc**: Senador Luiz Otávio.

O SR. RELATOR AD HOC (Luiz Otávio) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, falarei sobre o Requerimento nº 925, de 2003, que requer voto de censura e de repúdio à Relatora de Direitos Humanos, Asma Jahangir, por ter proposto que aquele organismo internacional envie emissário para inspecionar a Justiça do Brasil.

O Relator da matéria é o Senador Sibá Machado.

Nos termos do art. 223, combinado com o art. 222, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, solicitam os subscritores do Requerimento nº 925, de 2003, voto de censura – repete-se o que foi dito inicialmente – e fundamentam os autores da iniciativa que o Senado não pode silenciar sobre a insólita sugestão de as Nações Unidas enviarem ao País emissário para inspecionar a Justiça brasileira.

Da análise.

Sr. Presidente, o requerimento de voto de censura e de repúdio, apesar de pretender proteger o sistema judiciário brasileiro, assenta-se em premissas mal-interpretadas. O sistema das Nações Unidas de proteção internacional de direitos humanos possui como um de seus mecanismos de promoção e proteção dos direitos humanos o chamado procedimento especial ou extraconvencional. Esse tipo de mecanismo é criado por resolução de órgãos das Nações Unidas, nomeadamente a Comissão de Direitos Humanos e o Conselho Econômico e Social ou a Assembléia Geral.

A Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas possui basicamente dois tipos de mandato.

Sr. Presidente, desculpe-me por fazer toda a leitura, mas trata-se de assunto da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Senador Marcelo Crivella) – V. Exª tem todo o direito.

O SR. RELATOR AD HOC (Luiz Otávio) – Futuramente não poderão dizer que aprovamos ou não matéria cujo relatório nem foi lido.

O Relator desse mandato é especialista em determinada área dos direitos humanos e sua função é visitar países e, a partir de denúncias ou informações substanciais de diversos setores internos, relatar suas conclusões e recomendações. O Relatório busca auxiliar o saneamento dos respectivos problemas e adequar práticas domésticas com obrigações internacionais e internas em torno dos direitos humanos.

Quanto aos Relatores, frisa-se que vêm em missão oficial e são dotados das prerrogativas de funcionário internacional, somente estabelecem as verificações **in loco** mediante convite oficial do Estado a ser visitado.

O Brasil, desde 2000, tem convidado vários relatores temáticos para nos visitarem, a exemplo de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, direito à alimentação e venda de crianças, prostituição, pornografia infantil, além dessa própria Asma Jahangir.

A sugestão dessa própria Asma é estranhamente polemizada. Foi de convidar o relator sobre independência de juízes e advogados. O Sr. Leandro. O mandato do relator sobre a independência de juízes e advogados, criado em 1994, atualmente tem por base a Resolução 2.003/43, também da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. E recorre à implementação de vários princípios e dispositivos internacionais. E aqui o relator cita toda a jurisprudência do assunto.

Assim as Nações Unidas não têm poder de enviar emissários para inspecionar, como mencionam os subscritores do Requerimento 925, de 2003. Ao Governo brasileiro é que caberia convidar o relator para avaliar a situação da independência de nossa Justiça, a fim de fazer recomendações sem caráter obrigatório. Ademais, os objetivos primordiais do relator temático em questão são o de garantir a liberdade e independência dos operadores do Direito e o de defenderem a imparcialidade do Judiciário, além de promover o devido processo legal e a integridade do sistema judicial. Dessa forma, o Parlamento brasileiro deveria festejar a sua vinda e não hostilizá-la.

Ademais, o argumento de que a situação do sistema universal e regional de direitos humanos importa interferência inaceitável nos assuntos internos do País sempre foi defendido por governos autoritários ou por autoridades em busca da impunidade. Trata-se da conhecida doutrina do domínio reservado do Estado, que teve com um de seus grandes defensores, por exemplo, a África do Sul, no tempo do **apartheid**.

E graças à rejeição dessa doutrina foi possível, por exemplo, a Corte Internacional de Direitos Humanos manter a integridade no Tribunal Constitucional peruano no período do Presidente Fujimori.

Após alguns ministros daquela Corte terem sido sumariamente exonerados por sentenciarem contra os interesses do Executivo, no caso do Chile. Tem-se a certeza de que nem os subscritores do requerimento, nem os membros do Judiciário que protestaram contra as declarações da relatora Jahangir estejam de acordo com idéias contrárias à proteção internacional de pessoa humana, mas apenas as mal interpretaram.

Este é análise do relatório Sibá Machado.

Voto

À vista do exposto, somos de parecer contrário de aprovação do Requerimento nº 925, de 2003.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Srs. Senadores, estamos diante de um impasse. O Senador Líder do PSDB nesta Casa pede um voto de censura, e o relator é contrário.

Portanto, a matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLAVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Diria que a defesa propugnada pelo Senador Sibá Machado no sentido de não acolhimento do requerimento é bastante clara. Acho que há equívocos na apresentação do requerimento de que o próprio Governo brasileiro convidaria, convida ou não, conforme o relatório lido pelo Senador Luis Otávio. Então, o encaminhamento me parece bastante claro. Diria, inclusive, que a própria conclusão do relatório no sentido de que houve na verdade um equívoco de interpretação em função das notícias dos jornais, dos meios de comunicação.

Nesse sentido, sou favorável à aprovação do relatório do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Não havendo mais orador inscrito, coloco a matéria em discussão.

Aqueles que aprovam o relatório do Senador Sibá Machado contrário ao requerimento do Senador Arthur Virgílio permaneçam como estão.

Aprovado o relatório do Senador Sibá Machado. A matéria vai ao arquivo.

Gostaria de anunciar aos Srs. Senadores que daqui a alguns instantes vamos ter uma audiência pública da maior relevância. Há até um cartaz aqui ao lado, Observatório da Cidadania, e há alguns convidados que aguardam, com paciência, na nossa sala de espera. Estamos no último item da pauta.

Para cumprirmos toda a pauta, peço ao Senador Marco Maciel que, por gentileza, assuma a presidência da reunião para que eu pudesse fazer a leitura desse requerimento, que é o último item da nossa extrapauta, para que pudéssemos passar para a nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente e Presidente em exercício desta Comissão, para que possa relatar o último processo em análise nesta Comissão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Requeiro, com amparo no § 1º do art. 50 da Constituição e nos termos do inciso III, que seja ouvida, em audiência pública, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Exmo. Ministro de Estado da Defesa para informar e esclarecer detalhes da anunciada aquisição de aeronaves militares para o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira.

Sr. Presidente, o art. 90 do nosso Regimento Interno cita que às Comissões compete convocar ou convidar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos subordinados à Presidente da República para esclarecerem à Comissão sobre assuntos pertinentes. Acho que se trata do caso agora do reaparelhamento das nossas Forças Armadas, com a aquisição desses aviões de defesa. Acho que cada um de nós, Senadores, gostaria de participar do debate e ouvir do Sr. Ministro informações valiosas sobre as nossas Forças

Armadas. Por isso, Sr. Presidente, peço que o requerimento seja aprovado pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel) – Em discussão. (Pausa.)

Se o Plenário está de acordo, considero aprovado o referido requerimento.

Solicito ao Senador Marcelo Crivella que reassuma as funções de Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Sem mais delongas e pedindo desculpas pelo atraso, peço ao Senador Flávio Arns que acompanhe ao plenário o Sr. Fernando Cardim de Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Assuntos Sociais e Econômicos; o Sr. Jairo Jorge da Silva, Secretário Adjunto da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; a SRA. Amélia Cohn, do Cedec Rede Dawn e a Deputada Maria José Maninha, que hoje estarão fazendo lançamento do relatório Social Watch Brasil 2003. O relatório é realizado desde 1995 por uma articulação da sociedade civil brasileira: o Inesc, o Ibase, entre outros. Trata-se do acompanhamento e monitoramento dos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro no âmbito das conferências do ciclo social das Nações Unidas. Essa publicação é feita em diversos outros países, e o Social Watch é reconhecido pela Organização das Nações Unidas como um dos principais interlocutores mundiais da sociedade civil organizada.

Por favor, Deputada Maninha, vamos tomar assento à Mesa. (Pausa.) Gostaríamos de convidar quem desejar e os assessores que quiserem participar da reunião, sentados aqui às mesas, poderão fazê-lo se assim desejarem.

Como eu dizia, o relatório é realizado desde 1995, pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, também por diversas ONGs do gênero e pelo Centro de Cultura Contemporânea e a Rede Dawn. É um relatório que busca acompanhar e monitorar o avanço das políticas sociais do Brasil de acordo com seus compromissos na Organização das Nações Unidas.

Anuncio, com muito gosto, a presença da Exma SRA Deputada Federal Maria José Maninha, ex-Deputada Distrital, com seu lindo **tailleur** vermelho PT, a quem concedo a palavra.

A SRA MARIA JOSÉ MANINHA (Bloco/PT-DF) – Obrigada, Senador Marcelo Crivella. Na verdade, fui tomada até de surpresa nessa concessão da palavra.

Estou aqui representando, em parte, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em que sou Vice-Presidente, mas quero dizer que, no lançamento desse Relatório 2003 do Observatório da Cidadania, tive o cuidado de fazer uma leitura, e aí eu convidaria também o Deputado Dr. Rosinha, que comigo faz parte da Bancada do PT na Câmara dos Deputados, para que fizéssemos uma leitura aprofundada do prefácio do relatório, o qual é tão profundo que me limitei, por enquanto, a ler o prefácio.

Do prefácio, começamos a perceber o quanto é importante a análise conjuntural e política dos fatos. Trata-se de um relatório que consegue reunir uma percepção que vem desde a avaliação político-conjuntural do momento que o nosso País está vivendo com a eleição do Presidente Lula, com os milhões de votos que o nosso Presidente teve, e a esperança popular de que este Governo seja um governo de profundas modificações que responda ao anseio dos que o elegeram e da sociedade como um todo. O relatório mostra que a população está vivendo, neste momento, uma espécie de compasso, porque ainda não conseguimos implementar a nossa proposta de programa eleitoral. Ainda estamos dando prosseguimento a políticas que sabemos, num determinado momento, teremos de alijar e começar a implantar o novo, o novo por que o povo brasileiro tem expectativa.

O prefácio continua tratando também do que tão importante o nosso Governo fez. Aqui nos referimos à política externa do nosso País, nessa busca que o nosso Presidente, criticado por alguns, mas tenho certeza de que pela maioria apoiado, tem feito em relação ao acesso de novos mercados comerciais, na busca de novos parceiros nesse empreendimento, demonstrando que não podemos nos submeter à lógica estabelecida comercialmente de que teremos apenas um parceiro preferencial, os Estados Unidos da América. Aliás, a presença do Deputado Dr. Rosinha reforça muito bem a alternativa que a nossa política externa está determinando no reforço do Mercosul – na Comissão Especial do Mercosul, o Presidente é o nosso Deputado Dr. Rosinha –, na busca de parcerias e de propostas que nos reforcem, no processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas, bem como na alternativa de buscar parceiros como a China, a Índia, na formação do chamado G-20, na negociação de Cancún, da OMC, estabelecida durante este ano.

O prefácio vai mais além de descrever aqui o cenário internacional, quando mostra o grande momento que estamos vivendo, após o 11 de setembro, em que a política externa americana está demonstrando

ser não só uma política imperialista, mas também militarista, de imposição, de guerra, de voltar todo o mercado externo dos Estados Unidos e o seu mercado interno na busca de dominação, do ponto de vista mundial.

Então, tudo isso nos leva à conclusão de que, na verdade, necessitamos que mais observatórios de cidadania existam neste País, porque a sociedade precisa estar atenta e examinar os passos que os Poderes estão dando. Aqui, falo dos três Poderes: do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. E estamos aqui para falar do Poder Legislativo. Portanto, precisamos saber como o nosso Legislativo pode estar inserido nesse contexto nacional e internacional.

Nós, na Câmara Federal, estamos a fazer discussões acerca do nosso papel. Frente à política local, nós sabemos; mas, frente à política internacional, estamos buscando um papel mais ativo, não somente de meros espectadores de acordos e de tratados que o nosso País possa assinar. Nos temos de ser, na verdade, agentes também desse processo. Os Parlamentares não só têm de acompanhar as discussões da Alca, de estar presentes na Comissão do Mercosul; mas, mais do que isso, acreditamos que temos de interferir, de fato, e não sermos apenas homologadores de tratados e de propostas que o Executivo mande ao nosso Legislativo.

Por isso, creio que, neste momento, do lançamento do Relatório de 2003, somente temos aqui de aplaudir e dizer que este é um material que nós, como Parlamentares, temos de ler atentamente, e utilizar nas nossas iniciativas parlamentares e nos nossos discursos, porque se trata de um material extremamente rico, cujo prefácio me deixou muito, eu diria, comovida. Ao mesmo tempo, estou inscrita para o Grande Expediente de segunda-feira e utilizarei esse material para o meu discurso, que seria já um discurso de avaliação política do primeiro ano do Governo Lula em relação à sua política externa.

Portanto, deixo aqui os meus parabéns ao observatório da cidadania e acrescento que esse relatório é extremamente importante. Quiçá, a sociedade pudesse ter acesso a ele. Mas, sabemos que aqueles que puderem ter acesso, farão um grande uso do relatório de 2003.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito bem, com esse caloroso apoiamento de bem-vindo, eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Fernando Cardim de Carvalho, que é do Ibase.

A SRA AMÉLIA COHN – Como somos uma iniciativa da sociedade civil, pediremos para fazer uma ligeira desobediência civil, solicitando se eu poderia falar primeiro, na qualidade de membro participante do grupo de referência, responsável pelo relatório. V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Pois, não. Sem problema nenhum. Com a palavra a Dr. Amélia, que é do Cedec.

A SRA AMÉLIA COHN – As palavras da Deputada me deixam muito envaidecida e orgulhosa, como participante desta iniciativa, pois o Social Watch, que é o nome internacional, traduzido aqui para observatório da cidadania, possui uma especificidade brasileira muito grande que penso não ser de se transformar em um instrumento de monitoramento internacional, portanto, para fora – não que não seja importante – do cumprimento dos governos nacionais, das metas e dos compromissos que assumiram na agenda social da ONU, mas de, ao mesmo tempo, e, talvez, sobretudo, de enfatizar a elaboração deste material como instrumento para a própria sociedade.

Nesse sentido, quero transmitir, em nome dos meus colegas de iniciativa, a satisfação ao saber que isso será um material utilizado aqui na Casa, da mesma forma como o empenho, sobretudo capitaneado pelo Ibase, de distribuir esse relatório para as organizações não governamentais é um empenho extremamente forte no sentido exatamente de esse material se transformar num instrumento para monitoramento das políticas nacionais e no caso específico, o brasileiro.

E nesse sentido eu queria ressaltar dois aspectos do relatório. É claro que na medida em que se propõe a ser um documento que está monitorando o cumprimento, no caso do Brasil, dos compromissos por ele assumidos, transforma-se também num relatório de monitoramento ou avaliação de governo. Mas é bom que se esclareça, para evitar equívocos ou expectativas injustas para o nosso lado, que esse não é um relatório de avaliação de Governo Lula, até porque a elaboração do relatório se inicia muito precocemente. Nós começamos a pensar isso mais ou menos em maio, junho, etc. É óbvio que alguns dos dados que aqui estão e algumas das análises, ou todas elas, estão inspiradas nessa experiência e, sobretudo, inspiradas a partir da expectativa que a eleição do Presidente Lula apresentou para a sociedade e para todos nós brasileiros.

Quanto à parte que me cabe mais de perto, a área social, eu queria destacar alguns aspectos que o relatório toca e que eu acho extremamente importantes. O primeiro deles é a questão de gênero e discrimi-

nação no mercado de trabalho, sobretudo no setor agrário. O segundo é a questão da aids e o terceiro é a questão racial. Parece-me que essas são as grandes questões sociais que ainda crivam a nossa sociedade.

Quanto a mim, eu fiquei com uma parte talvez um pouco mais complicada e ao mesmo tempo mais tranqüila, na medida em que não mexe com temas tão candentes r exatamente chama a atenção para a dimensão do problema de enfrentar a questão social neste País, quer pela relação complicada que nós sempre tivemos entre políticas econômicas e políticas sociais, que são tidas no geral como antagônicas ou antinômicas, ou seja, uma vai buscar economizar e a outra é a área gastadora, quer, sobretudo, por uma tradição das nossas políticas sociais em programas segmentados e fragmentados, o que prejudica e impede a formação ou construção de uma concepção do sistema de proteção social, no País, que seja baseado na ótica da desigualdade e não na da pobreza. Talvez esse seja o grande desafio que o atual Governo esteja enfrentando.

Na medida em que persistirmos no fato de que política social é política compensatória das desigualdades da economia, nós vamos reproduzir o que o Brasil vem fazendo há séculos e com isso fragmentando ainda mais a nossa sociedade. E paradoxalmente, ao mesmo tempo em o Brasil ganha em alguns indicadores sociais, aprofunda ou reforça as desigualdades sociais no País.

Então, talvez essa seja a grande questão que englobe a riqueza do material sobre as especificidades das desigualdades e das iniqüidades da nossa sociedade.

Quanto à área econômica eu não me atrevo a falar, sobretudo com o Sr. Fernando aqui na Mesa, porque ele se encarregará, certamente, de tocar no assunto.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Nós que agradecemos. O relatório é da maior importância para o nosso País.

Com a palavra o Dr. Fernando Cardim de Carvalho, do Ibase do Rio de Janeiro. V. Exª dispõe de vinte minutos para expor o seu ponto de vista.

O SR. FERNANDO CARDIM DE CARVALHO – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos os Senhores aqui presentes.

Gostaria só de fazer um pequeno esclarecimento inicial. Sou conselheiro do Ibase, desde a sua fundação, mas, não falo pela instituição. Na verdade, minha afiliação permanente é com o Instituto de Economia da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Portanto, o que está contido, inclusive na parte econômica do relatório, é assinada, portanto, não envolve necessariamente a concordância do Ibase, como instituição, ou das outras ONGs envolvidas aqui na Coordenação dessa publicação.

A parte talvez mais econômica do relatório a respeito da situação brasileira é o que me coube preparar e, fundamentalmente, talvez tenha sido, junto com a política social, um dos pontos mais discutidos e, de certa forma, mais surpreendentes para praticamente todos nós, nesse ano de 2003, que foi, enfim, a natureza das políticas econômicas adotadas e que, então, são discutidas em algum detalhe e foram relativamente atualizadas. A Amélia citou que o relatório não foi preparado agora, ele foi preparado a cerca de, pelo menos, dois meses atrás, que os textos já estão prontos, ainda que a maior parte das tendências já estavam relativamente claras.

Fundamentalmente, o centro do relatório talvez seja a discussão de três expectativas centrais que se tinha, o ano passado, com relação à eleição do Presidente Lula e das suas políticas de governo; e nas preocupações que essas três expectativas centrais têm gerado num número razoavelmente grande de analistas. A 1ª expectativa que se tinha, naturalmente, talvez a mais publicamente visível, era de uma mudança de prioridades, em termos de política macroeconômica, onde houvesse uma focalização mais concentrada, mais forte, na questão do pleno emprego, ou seja, na questão do combate ao desemprego bastante elevado, que tem caracterizado a economia brasileira, por um longo tempo; e na retomada do desenvolvimento de longo prazo, pensando-se num horizonte um pouco maior, ou seja, o primeiro ponto, portanto, seria que a 1ª expectativa que se tinha era de que o governo mudaria, um pouco, os pesos, não se trata de ruptura, não se trata de nada particularmente revolucionário, mas, de alteração de metas, parte do nosso desemprego, obviamente, está relacionada à incapacidade da economia crescer, nos últimos anos, e, portanto, um estímulo de demanda que era esperado. E, novamente, a avaliação que se tem é de que essa mudança de prioridades não se concretizou como se esperava.

A 2ª grande expectativa que se tinha, inclusive a partir da própria trajetória do Partido dos Trabalhadores e da produção de teses e documentos por parte do partido do Presidente, era a tomada de medidas de redução da vulnerabilidade externa. A economia brasileira, nos últimos 10 anos, viveu vários períodos de quase retomada, de 1994 para cá passamos por

vários períodos de recuo, inclusive, durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas, toda vez que uma retomada se ensaiava, ela era abortada por uma crise de balanço de pagamentos. Então, a 2ª expectativa que se tinha, até porque alguns estudos do PT, previamente a 2003, mostravam uma clareza bastante aguda com relação a esse problema. Então, se imaginava que haveria uma série de iniciativas nessa direção, onde, eventualmente, também, há uma certa frustração.

E a 3ª expectativa tem muito a ver com que a Amélia acabou de mencionar, é que se imaginava uma aplicação talvez um pouco mais decidida de políticas redistributivas, que, pelo menos, compensassem a natureza altamente regressiva das políticas macroeconômicas que se adota. Políticas, que obviamente gira em torno do superávit primário para cobertura da dívida, têm um efeito regressivo intrínseco, e o que se esperava então era a adoção de políticas compensatórias desse efeito regressivo. Então se esperava mudança de prioridades, redução de vulnerabilidade e ênfase maior em redistribuição. E grande parte, digamos, do desconforto de uma parte dos críticos da política que tem sido adotada até o momento tem sido exatamente a falta de definições nessas três áreas.

O que preocupa, em particular e para futuro – e é com isso eu obviamente não quero fazer um resumo apressado do que está aqui; eu realmente convidaria a leitura do relatório em todas as suas partes onde esses argumentos são desenvolvidos –, exatamente nessa perspectiva, é a relativa falta de espaço para políticas mais agressivas, para políticas que eventualmente se voltem para essas expectativas, tanto pelo lado da política fiscal, que está bastante presa às metas de superávit primário, que são projetadas, na verdade, para vários anos a frente pela Lei Orçamentária; a falta de espaço da política monetária, que tem sido usada com uma timidez apontada amplamente no País; e, em particular, há uma preocupação central muito importante com a orfandade da política cambial. O Banco Central se recusa a assumir responsabilidade pela política cambial, o Ministério da Fazenda não se define e é algo que é absolutamente crucial para qualquer esforço de crescimento, que vai passar necessariamente por uma expansão de exportações; isso é inevitável, isso tem que ser um dos pilares dada exatamente a dependência externa da economia brasileira. Mas como fazer isso com uma política cambial bastante indefinida, onde aparentemente ninguém assume essa responsabilidade, torna essa expansão de exportações dependente de sorte? Sorte no sentido de tornar dependente do que acontece no resto do mundo. Neste momento é um momento de alguma sorte porque a economia americana estar-se expandindo, deve demandar mais produtos, mas, enfim, o destino do País não deveria estar dependente de sorte.

Então basicamente esse é o centro das discussões e das preocupações que o texto aqui veicula e que tenta, na verdade, mais ou menos captar o que uma parcela razoavelmente significativa da comunidade de analistas econômicos tem discutido com relação aos eventos, aos caminhos adotados em 2003.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Dr. Fernando.

Gostaria de passar a palavra ao Dr. Jairo Jorge para que teça seus comentários.

O SR. JAIRO JORGE DA SILVA – Trago a todos e a todas a saudação do Ministro Tasso Genro, que, por um problema de ordem pessoal, não pôde estar aqui. Quero deixar uma saudação especial ao nosso Senador Marcelo Crivella, que está presidindo esta sessão, ele que é conhecido, como cidadão e político, pela sua atuação na área social. Em nome dele, quero cumprimentar os demais Parlamentares integrantes da Comissão ou não que estão aqui presentes, em destaque aos meus colegas de mesa: Deputada Maninha, Amélia e Fernando.

Neste lançamento do relatório 2003 do Observatório e Cidadania, eu gostaria de propor uma reflexão em três áreas: novo modelo de desenvolvimento; mercado, direitos, carências e interesses; e as premissas para um crescimento sustentado.

Para que eu possa-me ater ao tempo prolixo, procurei ordenar isso e vou tentar numa leitura comentada apresentar essas reflexões para que possamos aprofundar esse debate, que no nosso entender é muito importante, e é muito importante que seja realizado aqui. Para nós é uma honra estarmos presentes na Comissão, está aqui no Senado Federal.

Eu gostaria de inicialmente falar sobre o novo contrato social – e todas essas questões estão relacionadas aos textos e às reflexões feitas nesse relatório – e a sua relação direta com o novo modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, pensando desenvolvimento com inclusão social.

Durante a campanha eleitoral o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi enfático, ele manifestou por diversas vezes, na disputa eleitoral que o País precisa de um novo contrato, ou seja, o contrato social vigente ele é insustentável, ou seja, ele está esgotado. É necessário, portanto, um novo modele de desenvolvimento que possa conjugar crescimento com inclusão.

É preciso lembrar três sintomas importantes que evidenciam esse quadro de esgotamento do contrato social vigente. Primeiro é a financerização da economia, que é o resultado direto de uma nova etapa do capitalismo mundial com a globalização, marcado pela instabilidade dos mercados, a supremacia do capital financeiro, a volatibilidade do fluxo de capitais e a vulnerabilidade do Estado com o crescimento da dívida pública. Como produto disso, as altas taxas de juro, a estagnação da economia, gerando um segundo e grave sintoma, que é o aumento da informalidade. Ou seja, a falta de competitividade, as dificuldades para inserção no mercado externo, os limites de um mercado interno estagnado, levam, sem dúvida alguma, à paralisia das empresas, o aumento do desemprego, da miséria e, conseqüentemente, da informalidade.

Com o crescimento da pobreza e do aumento da informalidade, percebe-se o terceiro sintoma, que é a fragilização do Estado. Um quadro que estimula o crescimento do crime organizado e atrás do crime organizado a corrupção. E hoje é possível, inclusive Rio de Janeiro, vemos algumas áreas nas grandes metrópoles, onde o Estado não penetra, não tem mais o controle, e isso é um dado extremamente preocupante, pois um estado fraco, ele não consegue ser indutor do desenvolvimento, ou seja, ele não tem condições de gerar os elementos para superação da vulnerabilidade, que é fundamental para qualquer processo de desenvolvimento.

Portanto, há um ciclo vicioso que pode e precisa e superado através da construção, do que chamamos de um novo contrato social. Agora, para construção, para discussão, para o desenho deste novo contrato social, são três questões básica – e que o Presidente Lula enfatizou na campanha: uma nova idéia de Nação, uma nova relação entre o Estado e a sociedade e um novo modelo de desenvolvimento.

Com relação ao primeiro elemento, a pactuação de um novo contrato social, ela exige um novo projeto de Nação. Temos sempre presente nessa discussão de um novo projeto de Nação a diversidade, a pluralidade que marca o nosso País, seja no ponto de vista da cultura, ou mesmo do ponto de vista étnico da nossa população.

É necessário também gestar isso, um dos motores, digamos, do nosso trabalho, é uma nova relação entre os Estados, Municípios e o Governo Federal. Queremos fazer esse novo desenho de Nação.

Dessa forma, através dessa mudança na relação é possível, acima de tudo, recuperar a auto estima dos brasileiros e ocupar uma posição de destaque no cenário internacional. Sem dúvida a nossa política externa ofensiva tem recuperado, mas isso só é possível, a longo prazo, se mantendo, se nós, efetivamente, redesenharmos essas relações.

O segundo elemento, e acho que é um palco privilegiado para discutir isso, é o controle social do Estado, ou seja, nós precisamos constituir uma nova relação, entre sociedade civil e o Estado – a sociedade política, se preferem –, onde a sociedade subordina o Estado, e ao fazer isso civiliza o Estado. E essa, digamos, é o grande desafio para todos nós.

Por fim, o terceiro elemento, que é a transição para um novo modelo de desenvolvimento. Agora é importante dizer que não há experiências internacionais acumuladas, que possam nos levar, sem ruptura radicais e muitas vezes desestabilizadoras da democracia e da vida cotidiana de milhões de pessoas de um modelo neoliberal para outro, que seja humanista, inclusive, integrador. Nosso desafio, portanto, é transitar em ordem, para um outro modo de inserção internacional e de desenvolvimento econômico social, com taxas de crescimento superiores e sustentáveis, combinadas com distribuição de renda e resgate da dívida social. Quer dizer, esse é, em síntese, o grande desafio, já que nós tivemos no nosso País vários momentos de crescimento sem inclusão social, sem distribuição de renda.

Pela ausência de um acúmulo teórico e prático, essa discussão ela precisa ser apropriada, tanto pelo Governo – é um desafio que o Governo tem – mas é um desafio também para a sociedade, pois precisamos buscar respostas novas, novos problemas que estão colocados no nosso País.

Neste mundo globalizado, como disse o pensador norte-americano, Frederick Jamilson, de máquinas e edifícios que tornam todos os lugares do mundo parecidos entre si, há um novo desafio para a esquerda e para a centro-esquerda.

A sociedade contemporânea vive o que podemos chamar de presentificação, ou seja, uma espécie de presente definitivo, sem passado e sem futuro. Em razão da instantaneidade da informação, fruto da revolução tecnológica como da mídia, vivemos uma dissolução da memória histórica, onde fatos e acontecimentos surgem para todos os indivíduos como elementos desconectados, sem origem e sem conseqüências. Neste mundo instável e fragmentado, marcado pela mercantilização da vida, insegurança social, pelo consumismo, pela atomização dos indivíduos, pelo crescimento da violência, pela ausência de hierarquização e da volatibilidade do fluxo de capitais e,

sem dúvida, da instabilidade do mercado, a incerteza passa a ser uma categoria central da política.

Diante disso, no imaginário das pessoas, a destruição do presente é sempre vista como uma destruição para o pior, pois atinge o seu patrimônio atual, aquilo que produz, a estabilidade e segurança.

Portanto, o grande desafio da esquerda hoje, como diz o Ministro Tarso Genro, é secundarizar as ações demarcatórias e tornar predominante as ações que oriente os indivíduos e grupos sociais com projetos políticos que combatam a incerteza. Portanto, a mudança não nasce da ruptura mas nasce da luta democrática, do avanço pelas reformas, da ampliação do diálogo social, que é fundamental e que possam, desta forma, permitir a estabilidade de novos consensos transformadores.

O Presidente Lula tem enfatizado que o diálogo é o caminho para a mudança. No entanto, a nossa história é marcada pelo autoritarismo e pela exclusão. As relações na nossa história sempre se deu intraclasses, ou seja, ou trabalhadores e empresários não discutiam negócios de estado, não há um diálogo policassista. A ampliação do diálogo social é uma das marcas e um dos desafios deste governo que tem no nosso Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social um de seus ícones. Obviamente, o Conselho não é o único caminho porque a nossa sociedade é plural e tem um tecido social organizado vasto e rico. Portanto, temos vários elementos de interlocução e de pressão da sociedade sobre o Estado. Mas é uma importante renovação porque cria o que podemos chamar de uma nova esfera pública não-estatal, que traz à cena pública, às opiniões e interesses, criando um mecanismo de regulação dos conflitos, onde os diversos setores representados têm condições, a partir dessa cena pública, de superar os seus interesses fragmentados e discutir o que chamamos da rés pública ou coisa pública.

Eu diria que o Conselho tem três grandes tarefas, o primeiro os Srs. conhecem e foi importante o debate com o Senado da distinção do Conselho com o papel que o nosso Congresso tem, que é formação do juízo político do Presidente, quer dizer, pela primeira vez na história da nossa república esse juízo não é formado pelos dirigentes políticos ou pela tecnocracia, é formado a partir de uma interação com a sociedade civil, o que é inédito na história da república.

O segundo é promover a discussão de um novo contrato social, que é fundamental para o nosso País, que não é um debate restrito e sim amplo e a viabilização, na nossa opinião, de um novo bloco dirigente para o nosso País para realizar as transformações e a construção desse novo modelo.

Este novo contrato social e este novo bloco dirigente exigem uma nova cultura política que chamamos de cultura da consertação, ou seja, construir esse novo caminho não significa suprimir as divergências e nem as opiniões contrárias, numa espécie pausterização do debate. Muitas vezes a mídia trata o conflito como um problema. O conflito é o caminho para a construção do consenso na medida em que se visualiza as divergências e se caminha para as convergências e consensos.

Neste processo que estamos iniciando de discussão de um novo contrato social é importante dizer que os parceiros estratégicos nem sempre estarão de acordo e nem sempre serão os mesmos, nem sempre andarão juntos, mas são parceiros todos aqueles que acreditam e têm vontade de construir um novo futuro para o nosso País.

Quero falar do segundo ponto que é mercado carências e direitos. Vivemos hoje uma sociedade que é regulada pelo mercado e não o contrário onde o mercado é regulado pela sociedade. Isto, na minha opinião, é o grande desafio que temos que enfrentar, especialmente no debate sobre o novo modelo de desenvolvimento e no novo contrato que fiz referência.

O grande efeito do neoliberalismo é a privatização no campo das políticas sociais e o encaminhamento dos fundos públicos para o setor privado. O neoliberalismo implica não só na destruição do campo democrático, mas a destruição do campo republicano, na medida em que privatiza o fundo público, dirigindo para a acumulação e reprodução do capital.

A Professora Marilena Chauí faz uma distinção interessante entre direito e necessidades e interesses. Os dois últimos são particulares, são específicos, enquanto que o Direito nunca é particular nem específico, ele é sempre geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais.

A universalidade é, portanto, ou ela é reconhecida porque são os mesmos direitos para todo ou são reconhecidos como direitos universalmente por todos. Essa é a marca que a carência e o interesse não têm. Creio que aqui reside a distinção entre o que podemos chamar de universalização e focalização. Aliás, isso tem uma abordagem de forma muito rica e interessante pelo artigo da Célia Lessa, e que concordo inteiramente com a abordagem que ela faz.

A ação do estado, é importante dizer, sempre é universalizadora quando tratamos do direito e é sempre focalizada quanto tratamos de carências ou inte-

resses. Portanto, universalização e focalização são complementares e não antagônicas. Essa falsa polarização, na minha opinião, ela insiste um desejo de suprimir direitos. A sociedade pode e deve, a qualquer momento, revisar os direitos, alterando-os, reduzindo-os ou ampliando-os porque isso é natural da democracia e necessário, um processo legítimo. No entanto, esse debate precisa ser feito de forma clara e não travestido de uma discussão sobre um método de ação do estado, onde se desconstituiu um direito e o transforma, a carência, pela vontade única e exclusiva de alguns tecnocratas.

Gostaria de lembrar que o autoritarismo social e as desigualdades fazem com que a sociedade brasileira esteja polarizada entre as carências das camadas populares e os interesses das classes abastadas inominantes. Exatamente a razão disso, não conseguem nunca ultrapassar a esfera da carência e do interesse e alcançar a esfera dos direitos. Os interesses, portanto, não se transformam em direitos e tornam-se privilégios de alguns.

Portanto, nosso grande desafio, o desafio de um governo de centro-esquerda, como é o governo Lula, é transformar carências e interesses, quando portadores de universalidade em direitos, quebrando a tradição do estado brasileiro e construção de privilégios. Portanto, a universalização é o caminho para enfrentar os privilégios e não a focalização.

Para finalizar, quero falar sobre os desafios do futuro e encerrar a minha intervenção. Todos, é um desejo comum, sem dúvida, queremos um Brasil economicamente forte e socialmente justo, mas essa visão de futuro que nós desenhamos, o nosso desejo, nasce de quatro premissas fundamentais: o fortalecimento da democracia, das instituições republicanas, com a construção dde mecanismos de participação que possam recriar uma cena pública que mobilize a cidadania; estimular o empreendedorismo, ações que possam retomar a nossa competitividade, que possam desenhar uma política industrial, que possam estimular a micro e pequena empresa e novas formas de organização, até porque os desafios que estão colocados nos revelam novas tutelas. A idéia do emprego como era visto na estrutura Fordista, hoje está profundamente transformada; a gestação de um estado que seja indutor do desenvolvimento, quer dizer, nem um estado mínimo, nem um estado máximo, o estado necessário, fundamental para criar as bases desse novo modelo de desenvolvimeno que conjuga a inclusão, participação, cidadania; e, por fim, a geração de conhecimento, através de investimentos na educação, na cultura, na pesquisa, nas nossas universidades e na inovação tecnológica.

Queria, rapidamente, lembrar um dado. A Coréia, quando saiu, esse exemplo tem sido muito utilizado por algumas instituições. A Coréia, no pós-guerra, tinha 25% da sua população alfabetizada apenas. Em 1980, o Brasil registrou em patente nos Estados Unidos 32 patentes de inovações de produtos. A Coréia apresentou 30. Em 2000, o Brasil apresentou 125 patentes e a Coréia apresentou 3000. Essa é a diferença no investimento real em educação, nas universidades, na pesquisa que é fundamental hoje na sociedade do conhecimento.

Este é o grande desafio do nosso governo e isso está presente, quem teve oportunidade de ler nas Diretrizes de uma Política Industrial a preocupação que temos hoje de enfrentar isso, porque essas quatro questões que mencionei estão relacionadas às cinco ações importantes que, hoje, estão sendo desenvolvidas, que é a estabilidade macroeconômica, talvez não tenhamos a dimensão de como estava o nosso País, eu só queria dar rapidamente alguns dados, estamos falando hoje de um crescimento de 0,4% do nosso PIB, quero só citar alguns dados de variação do PIB, após crise cambiais semelhantes à que tivemos em alguns países. A Argentina, por exemplo, em 2002, teve uma queda do PIB de 11%; o Uruguai, em 2002, de 10,8%; a Tailândia, em 1998, teve uma redução do seu PIB de 10,5%; a Malásia, em 1998, teve uma redução de 7,4; a Coréia do Sul, em 1998, de 6.7%, e a Rússia, em 98, de 4.9%. Portanto, esse crescimento é pequeno, é pífio, mas representa um avanço, na medida em que situações similares, é claro, cada país tem a sua conjuntura, suas peculiaridades, mas isso, sem dúvida, revela uma tendência que conseguimos superar. Então, a estabilidade macroeconômica é a pré-condição para pensar qualquer estágio em um novo modelo de desenvolvimento.

O segundo é um laço entre a sociedade formal e informal e transformar isso numa ação central de Governo. E, aqui, penso que a questão do Fome Zero é emblemática porque se traz para o centro de governo a questão da política social, fazendo esse enlace entre a sociedade formal e informal.

O terceiro elemento é a viabilização das reformas estruturais que o nosso Congresso está discutindo de forma corajosa, produtiva e muito importante para o futuro do Estado brasileiro.

O quarto é a inserção soberana, que é um processo que estamos vivendo, que é fundamental para o nosso País, e estamos ocupando um espaço de destaque, e o próprio Presidente hoje, com esta via-

gem ao Oriente Médio, estamos com isso também ampliando novos mercados e fortalecendo a nossa relação.

E o quinto e último elemento, que é a ampliação do diálogo social com a construção de mecanismos de controle social do Estado.

Quer dizer que esse tipo de debate e esse tipo de relatório é fundamental para o Governo, porque é preciso entender que a pressão de fora para dentro, feita, claro, na forma de um processo democrático, é fundamental para qualquer governo, porque a lógica deste é manter os processos vigentes, manter a espontaneidade. E, para que possamos romper esta espontaneidade, esta lógica que perfaz, portanto, a máquina estatal e as suas políticas, é necessário que seja oxigenado – é aquilo que eu dizia, que seja civilizado pela sociedade civil. Portanto, documentos com essa natureza são fundamentais para que os rumos possam ser ajustados e que o debate seja feito porque é também uma questão, muitas vezes, o tempo, a velocidade do que está acontecendo, e o Governo naturalmente tem que fazer esse debate com a sociedade civil. Então, este debate é muito rico e é fundamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Obrigado, Dr. Jairo, que é o Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula, pelo seu discurso apaixonante.

Há algum orador inscrito que queira falar? Senador Flávio Arns. Para fazer uma análise sobre o relatório. V. Exª viu que, aqui, na mesa, temos nos preocupado com os destinos do nosso País, da economia, o Governo falando sobre as medidas compensatórias adotadas.

Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sem dúvida alguma, é um momento importante, em termos de uma parada, de uma reflexão, de uma análise da caminhada que não só o Brasil mas tantos outros países que foram analisados no relatório vêm desenvolvendo. No então documento que estamos recebendo hoje, ouvindo também as ponderações de tantos quantos já se pronunciaram a respeito do documento, sabemos que os desafios são difíceis, são complicados, mas todos temos que, através da nossa competência, capacidade, da necessidade de enfrentamento dos grandes desafios do Brasil acharmos também os caminhos adequados para o nosso País. Preocupa-me, por um lado, também os desdobramentos desse relatório, para não ficarmos só nisto, como a Deputada Maninha já colocou antes, penso que deve ter desdobramentos. A própria Comissão de Relações Exteriores também pode promover, já que está sendo apresentado aqui, debates com o próprio Executivo a respeito das conclusões que estão aqui e vermos também, cotejarmos os posicionamentos estampados no relatório com os posicionamentos do próprio Executivo, do Legislativo. Eu acho que isso permitiria até um seminário, alguma coisa para nos aprofundarmos nisso. Eu próprio tenho todo o interesse em estudar detalhadamente os resultados que estão sendo apresentados nesta audiência pública, por um lado.

Por outro lado, eu só gostaria de fazer algumas observações em relações às falas também. Eu estava lendo rapidamente quem escreveu todas as ponderações que estão no relatório. Nós vimos que existe uma contribuição grande e importante a área acadêmica. Eu particularmente acho que deveríamos enfatizar muito o outro lado. Ou seja, como o povo está vendo tudo isso, aquele povo que trabalha em termos de movimentos sócias. Refiro-me à questão da pobreza. Como ela é vista do ponto de vista de todos que atuam na área da excepcionalidade, na área da Pastoral da Criança, na área do atendimento de crianças e jovens em situação de risco. Quer dizer, como eles estão vendo tudo isso? Até para que pudéssemos cotejar o ponto de vista acadêmico com o ponto de vista cotidiano. Aliás, o acadêmico tem que levar muito em conta essa questão sociológica, antropológica, para que isso não fique muito desvincule muito da realidade, não fique muito teórico. Nós sabemos que há sempre uma preocupação grande em relação aos trabalhos acadêmicos. Mas, ao mesmo tempo, sabemos que há muito gente com formação acadêmica forte e que tem um pé muito forte na realidade também. Não vamos generalizar. Acho que o ponto de vista da sociedade é muito importante.

Com relação aos desafios, eu fico pensando muito nesta questão observatório da cidadania, **social watch** e Relatório Anual da Sociedade Civil sobre os Avanços para Erradicar a Pobreza e Alcançar a Equidade Étnica e de Gênero no Brasil e no Mundo. Eu penso que temos que avançar muito na questão de realmente sabermos dialogar com a sociedade. Apesar de todos os esforços – eu sou Senador do Partido dos Trabalhadores -, apesar de haver o Fórum Nacional, que foi mencionado, o diálogo com os governadores, o diálogo com a comunidade americana internacional, acho que estamos falhando muito fazendo essa auto-análise, inclusive nessa área do entendimento e do diálogo com a sociedade. Isso dá a impressão de que existe esse conflito interno do

que deve ser feito. Ou seja, se é o Poder Público que tem que fazer ou será que a gente pode confiar naquele poder social que é público, não estatal.

Assim, a gente vê muita disputa desnecessária que poderia perfeitamente ser evitada também. É aquela idéia de governar não para o povo e que está muito enrustida ainda em muitos setores, inclusive do atual Governo, mas governar com o povo. O povo tem tantas idéias para dar, para dizer como é que deve ser feito, como as coisas devem caminhar, mas com compromisso do nosso Presidente Lula, inclusive na sua campanha, que o maior sinal de que um país vai bem é olhar para o seu povo. Ou seja, se o povo vai bem, o país vai bem. Se o povo vai mal, o país vai mal. Temos que dizer que o povo está indo mal nesse sentido. Temos que mudar , como foi dito antes, políticas econômicas. É preciso haver rompimento com muitas coisas. O desemprego está aí. O maior sinal de realização do ser humano é o ser humano inserido no mundo do trabalho. A gente vê taxas extraordinárias de desemprego, sem perspectivas, gerando problemas de segurança, levando á prostituição infantil, juvenil, com superávits de mais de 5%. Eu penso que 5% são R$14 bilhões, R$20 bilhões que deixam de ser investidos na economia. E aí, a gente sabe que o Poder Público é o indutor ainda. A gente tem que mudar esse modelo, mas é o indutor, assim, de realmente geração de emprego, de dinamização da economia. Então, acho que esse relatório veio uma hora boa para a gente dizer: Olhe, vamos pensar. Vamos sentar. Acho quem está no Governo, quem está num partido não deve achar que vai tudo bem. Também não achar que vai tudo mal, não é? Mas fazermos essa análise crítica, porque o que o brasileiro espera da gente é que a gente acerte o rumo, que haja cidadania. Cidadania são direitos fundamentais respeitados na sua caminhada, desde a concepção até a velhice. E há coisas positivas, mas acho que nós podemos avançar muito mais se fizermos, assim, com muita consciência aí alterações que são extremamente necessárias para um Brasil mais justo, economicamente melhor e mais justo. Econômico se subordine ao social também, para avançar na nossa maior riqueza aí que é o ser humano, que eu havia mencionado.

Mas fico satisfeito. A gente tem que estudar, discutir, como eu falei, isso aqui vou levar também para a Comissão de Assuntos Sociais. Levo, também, para a Comissão de Educação. E a gente pode, na seqüência, pensar como utilizar bem o material para fazermos esse debate que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Deputado do Paraná, do PT, Rosinha. Florisvaldo, não é verdade?

O SR. DR. ROSINHA (Bloco/PT-PR) – É. (Risos) O nome de nascença.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Mas o nome político: Dr Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (Bloco/PT-PR) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Acabei de sair de um debate agora da Comissão do Mercosul, a qual presido, e estávamos debatendo justamente uma questão importante, que é plebiscito ou não na Alca. O relatório está pronto e estava na pauta de votação. Acabamos adiando a votação, que será feita no primeiro semestre do próximo ano, após a uma audiência pública na Comissão. E saí dessa reunião, que estava presidindo, e vim para cá debater um tema extremamente importante que trouxe para a sociedade civil, através do Observatório da Cidadania.

E lendo também rapidamente o observatório, a apresentação já tem o título que chama estilo Robin Wood às avessas. E não precisamos ir longe para ver onde é que está o Robin Wood. Por isso que é importante a presença do nosso colega de Governo, porque somos do Governo. E às vezes a gente é do Governo, mas não é escutado lá dentro. Então, tem alguém aqui para nos escutar. Sabe quanto pagamos de serviço da dívida de janeiro a setembro? 110.787.686.000 de dívida interna. De dívida externa, pagamos 33.954.465.000. Isso dá um montante de 144. 742.151.000: é o que o Governo brasileiro pagou. O Lula é culpado? Não. Não é culpado.

Agora, há uma responsabilidade de um modelo econômico que temos o compromisso como Governo de mudar – e compromisso assumido na campanha. Isso dá 396.000.000 por dia, superior ao orçamento do Ministério da Cultura para um ano. Nós temos que ter isso claro, porque quando eu vou discutir a soberania de um país, eu passo por todo o debate, mas acho que fundamental, na raiz de tudo, é a questão cultural. Eu tenho que mudar não só a cultura na concepção de cultura, mas a cultura econômica do País, que é aquela que hoje mais temos que atuar se nós quisermos ver resultado político e social.

Não dá nem para entrar no debate se vamos segmentar ou vai universalizar, mas tem que entrar no debate que o modelo econômico que está hoje é impossível de ser mantido e que não há como eu dar resposta resposta social se a minha proposta é a de Robin Hood às avessas, como está no relatório.

Então, esse é o debate fundamental. Alegar que o Brasil vai crescer 0,4 é muito pouco, é medíocre o crescimento, é fruto de uma política herdada, mas só que o crescimento de 0,4 é para o banqueiro ainda, acabei de dar os dados. Essa é a situação que se coloca. Então, quando vou discutir o desequilíbrio macro-econômico que equilibrei, ótimo, equilibrei, mas isso, Senador Flávio, meu colega da partido, quem ganhou com o equilíbrio? Precisava equilibrar? Precisava. Mas quem ganhou, quem levou? Esse debate, que traz o observatório da cidadania, é extremamente importante e é importante porque vem de fora para dentro para o Congresso. Tomara que venham muito mais demandas, muito mais propostas de reflexão, porque elas se fazem necessárias e se fazem necessárias quando vamos entrar num outro debate daqui a pouco, o chamado PPP, o Plano Privado Público, Parceria Privada Pública. É a melhor parceria para eu abrir mão do papel do estado. Essa é uma visão resumida. Na hora em que dou trinta anos de concessão para explorar o serviço público, por trinta anos não entra mais no debate qual será a política do governo para aquela área, porque já está dado, porque por trinta anos a água vai ficar na mão de fulano, que foi o mecanismo de privatizar. Ao privatizar, vamos debater... Nas últimas eleições, debatemos qual era a proposta das telecomunicações estratégica para o país? Não debatemos, já estava privatizado, acabou. Então, acho que é um debate fundamental, que traz o observatório da cidadania, porque todos esses temas estão sendo abordados nos relatórios. As privatizações, as terceirizações, as concessões... Vejo como importante, parabenizo as entidades todas que participaram na elaboração e espero que ele faça com que esse relatório, que o diálogo não se dê só dentro do Congresso Nacional com a sociedade, mas que se dê também o diálogo principalmente com o Poder Executivo. Eu, que sou governo, tem gente ouvindo em casa, provavelmente vai ouvir, que esse diálogo se dê principalmente com a área econômica do nosso governo, porque é ali que precisa ter esse debate. O nosso ministro Palocci tem que ler esses relatórios e tem que debater com a sociedade essa crise que estamos vivendo, mudar o modelo, porque não podemos ser um Robin Hood às avessas e os banqueiros ganhando, mesmo o pouco que temos de crescimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Nós agradecemos pela vossa análise brilhante, nobre Deputado Dr. Rosinha. Gostaria de conceder finalmente a palavra ao Sr. Pedro José de Castro, que é presidente da Famerj, Federação da Associação dos Moradores do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PEDRO JOSÉ DE CASTRO – Bom dia a todos. O nobre Deputado Dr. Rosinha está corretíssimo em sua análise. Cheguei às 9h30min, não dá para lermos totalmente, mas é correto que o observatório está... Tenho a perspectiva de que temos de mudar o modo de viver o social do nosso país. Não vejo só o estado do Rio de Janeiro, de onde eu venho. Vejo o território nacional como um todo, não só lá como nos rincões do Nordeste, onde a coisa é a mesma. Não adianta fazer o social de se beneficiar, de se segurar a carência, a pessoa na miséria para se manter no poder, porque o que se faz em vários estados é isso, temos que mudar isso. Temos que ver um meio... O trabalhador quer dignidade. O que temos que ter é que o trabalhador, por mínimo que receba, receba alguma coisa para chegar dignamente em casa levando o seu pão de cada dia, comprando aquilo de que necessita, o lápis e o caderno, tudo aquilo que ele precisa para sua criança em casa e não simplesmente receber uma cesta básica na mão, não simplesmente receber um bujão de gás ou outra coisa qualquer, porque o que acontece em vários estados é isso. Enquanto se dá isso ele vai ficando vagabundo, ele vai ficando preguiçoso, porque ele não tem emprego, ele aprendeu, ele lutou, foi criado pelos seus pais assim, que ele tinha que ser trabalhador para ter um salário digno. Hoje não acontece isso em nosso País na sua maioria. Podemos dizer que hoje 60% da população do País vive de benesses, ele tem o saber profissional, mas não tem o seu emprego.

Tem que ter o incentivo de volta aos empresários, às indústrias, vamos ver isso. Pediria ao nosso nobre Senador, Crivella, do nosso Estado, e aos outros, que vissem com uma melhor visão. Não vamos colocar a culpa somente em cima do Presidente da República, não, o povo, a sociedade tem um pouco de culpa nisso? Tem, mas os governos estaduais têm a maior culpa, porque foram travando, foram esquecendo, não dão incentivo à indústria, ao comércio. O nosso Estado é exemplo disso, chega-se na avenida Brasil, têm inúmeras fábricas fechadas, vai a Caxias têm inúmeras fábricas fechadas. Por quê? Falta de incentivo. O trabalhador não tem lugar para trabalhar, e quando tem um firma muito grande trabalhando traz, fazem o contrário das pessoas de outros países, trazem profissionais de outros países ganhando fortunas, para fazer a mesma coisa que o brasileiro faz ganhando menos e não dão o emprego a ele, só dão o emprego para varrer e dar cafezinho.

Temos que mudar essa política. Fazendo isso vamos fazer uma boa política, vamos ajudar o nosso Presidente a governar, a mudar este País, vamos mudar. Votamos neste novo Governo para mudar, não foi para continuar essa coisa de dar cesta básica a ninguém. Não. Até é necessário em certo momento.

Sou testemunha, dou o meu testemunho aqui do que aconteceu no Rio de Janeiro com um camelô. Não foi com o camelô credenciado que tem sua barraca formada, é aquele cidadão que está há uma semana, dois meses desempregado e não sabe o caminho, e em casa falta o que comer. Em casa falta o leite para a criança, ele arrumou um pára-queda e fica esperando, ansioso que aquela guarda pretoriana do Sr. César Maia saia para almoçar e eles vêm para a rua vender uma bala, um chiclete, um carrinho, que ele consegue comprar lá a centavos e vende a um centavo a mais, para sustentar o filho em casa. Ele é barbaramente espancado, estão há vinte dias presos. Quando eles dizem um guarda morreu, coitado, um trabalhador, aquele guarda é um trabalhador que sofreu por erro de quem está tomando conta dele, que é um coronel e que sabe como tem que lidar com trabalhador na rua. Ele tem um serviço paramilitar, ele esteve dentro de um quartel e aprendeu a fazer as coisas, e não deve se agir paramilitarmente dentro de uma sociedade, porque aquilo é serviço para policial que saiba como lidar com a sociedade e não aquele que aprende que tem que bater. Ele vai á rua com o instinto de que tem que bater em alguém. E não é isso, ele tem que ser civilizado, mas aquela guarda não é civilizada, é uma guarda pretoriana. Ela já vai à rua batendo. Os camelôs estavam sentados na calçada, aguardando o tempo. É errado, está errado sim, mas o que não está errado no nosso País. O que não está errado no meu Estado? Está tudo errado. Se o cidadão não tem emprego e a família está com fome ele prefere trabalhar do que pedir na rua ou roubar. E o que está acontecendo no nosso Estado – Rio de Janeiro – é isso, espancamento. Aquilo foi brabo, aquilo não teria que ser o guarda a ser punido, teria quem mandou o guarda bater no camelô e o camelô não tinha que estar preso. Ele está preso e nós da sociedade estamos recolhendo alimentação para dar às famílias que estão passando fome nesses dias que eles estão presos, porque ganham hoje para comprar amanhã para seus filhos. Eles estão todos presos.

E como se muda esse aspecto social?

Era só isso, não vou me alongar.

Muito obrigado por me permitir falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Nós é que agradecemos, Sr. Pedro, por um depoimento tão bonito, verdadeiro de um presidente de uma associação de moradores do sofrido Estado do Rio de Janeiro.

O nosso Parlamento viveu hoje um momento bonito, de um lado os observadores da nossa economia, a SRA Amélia falando da discriminação racial, o problema da AIDS, da discriminação de gênero na agricultura trabalhista, em que se envolve o nosso País. O Dr. Fernando, com muita competência, falou e cobrou as políticas compensatórias aos efeitos regressivos, e, sem sombra de dúvidas, intrínsecos, das medidas que temos de tomar e dos compromissos e superávits de nossa economia.

O Dr Jairo Jorge falou do novo contrato social. Eu viajei com o Presidente Lula para a África, para a Europa e tive o privilégio de compartilhar da sua companhia em várias viagens pelo Brasil. S. Exª não fala outra coisa, inclusive nessas viagens internacionais, durante a noite. Quero dar o meu testemunho de geração de emprego, de crescimento, de melhorar a economia.

Mas, precisamos entender que o nosso País, hoje – somos 170 milhões de brasileiros; 20 milhões de aposentados; 50 milhões trabalhando; o restante excluído; 10 milhões de famílias hoje que possuem R$ 1 milhão, R$ 800 investidos nos bancos, e que têm uma cultura de que é nobre enriquecer sem trabalhar. Esses credores da dívida pública interna, que receberam de janeiro a setembro mais de R$ 100 bilhões, se o Governo baixar os juros da maneira que deseja, será que aplicarão o dinheiro na geração de emprego ou trocarão em dólar e fazer a invasão?

Há pouco conversava com uma das pessoas mais ricas do Brasil – claro, não posso citar o nome – que possui o dinheiro investido a 1,5% ao ano. Ele me disse: "Senador, o meu **broker** me ligou e disse o seguinte: se eu quiser atrelar o perfil do meu investimento a títulos da dívida externa brasileira, eu poderei receber 7,5% ao ano. Eu não quis, porque não confio neste País." É um problema cultural: falta solidariedade, falta um novo contrato social, e todos nós pedimos a Deus, diariamente, que o nosso Presidente, com o seu perfil e currículo, possa inspirar nosso País e nosso povo a dias melhores.

Muito obrigado. Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h37min.)

Ata da Décima Primeira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia nove de dezembro do ano de dois mil e três, às onze horas e trinta minutos.

Às onze horas e trinta minutos do dia nove de dezembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores João Capiberibe, João Alberto Souza, Tião Viana, Arthur Virgílio, José Agripino, Jefferson Pérers, Pedro Simon, Luiz Otávio, Aloizio Mercadante, Rodolpho Tourinho, Marcelo Crivella, Flávio Arns, Aelton Freitas, Eduardo Azeredo, Antônio Carlos Magalhães, Fernando Bezerra, Tasso Jereissati, Duciomar Costa e as Senhoras Senadoras Lúcia Vânia, Patrícia Saboya Gomes e Fátima Cleide. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da Mensagem (SF) nº 213, de 2003, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia". O Relator da matéria, Senador Luiz Otávio, faz a leitura do relatório. Item dois: Mensagem (SF) nº 218, de 2003, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Marcos Caramuru De Paiva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia". O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senhor Senador Pedro Simon que procede à leitura do relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao indicado que faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati. **Item três: Mensagem (SF) nº 245, de 2003**, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América. O Relator, Senador Marco Maciel, faz a leitura do relatório. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao indicado para fazer sua exposição. Faz uso da palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães. Extra-Pauta – Item um: Mensagem (SF) nº 244, de 2003, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Cezar Augusto de Souza Lima Amaral, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Jamaica. O Relator, Senador Eduardo Azeredo, faz a leitura do relatório. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao indicado para fazer sua exposição. O Senhor Presidente informa que a Senadora Heloísa Helena enviou ofício justificando sua ausência. Passa-se à argüição. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Pedro Simon e Marcelo Crivella. Os Embaixadores fazem uso da palavra para considerações finais. Após a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Marcelo Crivella e Pedro Simon para escrutinarem os votos. O Senhor Presidente adia o item quatro. Após a apuração, o Senhor Presidente anuncia a aprovação dos indicados por dezesseis votos cada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Décima Primeira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia nove de dezembro do ano de dois mil e três, às onze horas e trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está aberta a 11ª Reunião Extraordinária da 1ª Seção Legislativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Dispensado.

Passamos, agora, à apreciação das matérias de pauta.

Item 1. Mensagem nº 203, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de 1ª Classe da carreira de Diplomacia do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia. Autoria, Presidência da República.

Concedo a palavra, ao Sr. Senador Luiz Otávio, Relator da Mensagem, para ler o seu relatório.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 203, de 2003, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em nome do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves, para, cumulativamente com o com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia exercer esse cargo, a Constituição Federal, no seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa do Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes em missão diplomática de caráter permanente, o Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher o requisito do Regimento Interno desta Casa, elaborou o **curriculum vitae** do candidato.

De acordo com esse documento, o Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1944. É Diplomata de carreira desde fevereiro de 1966, tendo sido promovido a 2º Secretário em 1968 e, por merecimento, a 1º Secretário em 1974, a Conselheiro em 1978, a Ministro de 2ª Classe em 1983 e a Ministro de 1ª Classe em 1987.

Na Secretaria de Estado exerceu várias funções de relevância, entre as quais podem ser destacadas a de Chefe de Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, de 83 a 85, de Chefe da Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas, de 84 a 85, de Chefe do Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, de 1985 a 1988, e de Secretário de Planejamento Diplomático, de 99 a 2001.

Em representações do Brasil no exterior, o Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves serviu em Nova Iorque, como Cônsul Adjunto, de 69 a 72. Em Hong Kong, como Cônsul Adjunto, de 72 a 73, e Encarregado de Negócios em 1973.

Em Taipé, como Encarregado de Negócios também, em 1973, e, em Buenos Aires, como 2º Secretário, em 1974. E 1º Secretário, de 74 a 77.

Em Genebra, como Conselheiro, de 79 a 83. Em Nova Iorque, como Cônsul-Geral, de 88 a 92 e, na Cidade do México, como Embaixador, de 92 a 96.

Em Houston, também, como Cônsul-Geral e, atualmente, em Moscou, como Embaixador, em 2003.

Consta do processado, além do **curriculum vitae**, documento informativo sobre a República da Geórgia, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores. Foi por este demonstrado que o Governo brasileiro reconheceu independência da República da Geórgia em dezembro de 91 e estabeleceu relações diplomáticas desde 28 de abril de 1993, sendo a Embaixada do Brasil em Moscou designada em 1996 para representar nossos interesses perante aquele país.

O Brasil e a Geórgia possuem volume de comércio bilateral baixo, em cerca de US$ 24 milhões. Isso se deve aos problemas políticos e econômicos desse país, mas também pelo desconhecimento recíproco das oportunidades de negócio.

A Geórgia, liderada pelo ex-Chanceler Mikail Gorbatchev, Eduardo Shevardnadze, tem postura de alinhamento ocidental e tensa relação com a Rússia. Com duas regiões separatistas, a Geórgia não faz parte do mecanismo de segurança coletiva da Comunidade dos Estados Independentes. Ao contrário, a Rússia mantém bases militares e acusa a Geórgia de não monitorar sua fronteira com a Chechênia, o que já provocou medidas hostis por parte da Rússia, como a imposição de vistos e a suspensão de fornecimento de energia à Geórgia.

À parte esse contexto, a Geórgia mantém um significado interesse comercial pelo Brasil, seja em área agrícola e da produção de alimentos, seja na área de turismo, transportes aéreos e marítimos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Portanto, registro, com muito prazer e muita satisfação, que, além de ser o Relator e de ter aprovado

com louvor, com mérito, a indicação do Embaixador, o parecer logicamente só poderia ser favorável, Sr. Presidente.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Procederei à discussão e à votação do relatório do Senador Luiz Otávio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2.

Mensagem do Senado Federal nº 218, de 2003.

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Marcus Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia. De autoria da Presidência da República.

O Relator é o Senador Fernando Bezerra. Peço ao Senador Pedro Simon a gentileza de ler o parecer do Senador Fernando Bezerra a respeito do Embaixador Marcus Caramuru de Paiva.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, é chamado para opinar sobre a indicação do Senhor Presidente da República o Sr. Marcus Caramuru de Paiva para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia.

A Constituição Federal, em seu art. 52, atribui competência exclusiva ao Senado. O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno, elaborou **curriculum vitae** do candidato, que segue em anexo e toda a Casa já conhece.

De acordo com esse documento, o Sr. Marcus Caramuru nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1954. É diplomata de carreira desde fevereiro de 1975, sendo promovido sempre por merecimento: Segundo Secretário, Primeiro Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe em 2000.

No exercício de sua carreira política, exerceu várias funções de relevância, entre as quais Chefe de Gabinete da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento; Conselheiro e Membro da Delegação Negociadora da dívida externa brasileira; Diretor-Executivo do Brasil no Banco Mundial; Secretário de Assuntos Internacionais no Ministério da Fazenda e Presidente do Coaf – Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Consta do processado, além do **curriculum vitae** relatado, documento informativo sobre a Federação da Malásia, cujo sistema político é de monarquia parlamentarista, sendo o rei escolhido entre os nove sultões para o período de cinco anos. O Sr. Primeiro-Ministro, desde 1981, é Mahathir Mohamad.

Nos últimos anos, o Primeiro-Ministro, denunciado por corrupção, é acusado de outros crimes, principalmente por conseguir opositores, com base na Lei de Segurança Nacional, tendo aproveitado o acontecimento de 11 de setembro para legitimar sua ação repressiva contra mulçumanos.

Sr. Presidente, o parecer é totalmente favorável e com louvor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero fazer uma consulta aos Srs. Senadores. Peço a atenção da SRA Lúcia.

Há três Embaixadores, e o Ministro Celso Amorim pediu que realizássemos, na medida do possível, a argüição dos três nesta semana: Embaixador Marcus Caramuru de Paiva, Embaixador Roberto Abdenur e Embaixador César Amaral, que se encontra presente.

Consideramos a possibilidade de realizar uma reunião extraordinária na quinta-feira para ouvirmos o Embaixador César Amaral. No entanto, estou sendo informado que, na próxima quinta-feira, inclusive quando haveria uma audiência pública com os professores Fernando Rezende e Paulo Nogueira Batista Júnior sobre a Alca e o sistema tributário, é praticamente certo que haverá, desde de manhã, sessão extraordinária para votarmos todas as matérias como a reforma da Previdência, a reforma Tributária, Imposto de Renda, Cofins, então a previsão de trabalho é intensa em plenário, desde as 10 da manhã, amanhã e depois. Isso significa que talvez fosse adequado nós, ainda que teríamos que ter aqui a disponibilidade do Embaixador César Amaral também hoje, em seguida aos dois, de o ouvirmos. Eu pergunto – que teria que, inclusive, avisar o Senador Eduardo Azeredo, que é o Relator, para fazermos ainda hoje, em seguida a esta reunião, a argüição. Então, pergunto se o Embaixador César Amaral estaria de acordo e se os Srs. Senadores estariam de acordo, porque assim concluiríamos a designação dos treze Embaixadores ainda hoje, nesta manhã.

Em todos estando de acordo, então o Embaixador César Amaral está pronto, então vou pedir à SRA

Lúcia para avisar ao Senador Eduardo Azeredo que assim procederemos.

Bom dia, Senadora Fátima Cleide.

Então, passo a palavra ao Embaixador Marcos Caramuru de Paiva para a sua exposição.

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de tudo eu queria dizer quão honrado estou com a minha indicação para ser Embaixador na Federação da Malásia, em estar presente aqui à Comissão e gostaria também de agradecer o relatório do Senador Fernando Bezerra e às palavras do Senador Pedro Simon sobre a minha indicação.

Eu queria fazer três comentários muito breves, realmente, um sobre o sudeste da Ásia, outro sobre a Malásia e outro sobre as relações do Brasil com a Malásia. Acho que há duas perguntas hoje freqüentes em relação ao Sudeste da Ásia, a seu futuro. Primeiro, se as taxas de crescimento verificadas depois da crise de 97 de fato vão se manter ao longo do tempo ou se há riscos, ainda, de que a região possa voltar a sofrer momentos de turbulência econômico-financeira.

A segunda está relacionada com a consolidação da democracia neste País e com todo o processo de amadurecimento de vida democrática. As respostas mais freqüentes às duas perguntas são:

1) as taxas de crescimento efetivamente deverão manter-se em nível elevado. A economia internacional, de alguma forma, vai ajudar, porque está num processo de recuperação;

2) as próprias economias internas vão passar por um processo de formação de uma classe média, enfim, de uma massa de consumo, que vai fazer com que as economias dependam menos de exportação, e consolidarão o seu perfil econômico.

Quanto aos processos políticos, eles têm mostrado uma natural tendência de amadurecimento na vida democrática e deverão consolidar-se nessa direção.

A Malásia, nesse contexto – e vou a minha segunda observação –, se insere precisamente nesses dois pontos de uma forma muito positiva. Primeiro, porque, já registrando taxas de crescimento em torno de 4% ao ano, depois de um período mais difícil em 2001, com o desafio relacionado ao fato de que esse crescimento é muito motivado pelo consumo do setor público, pela presença do setor público e, portanto, o grande desafio para o País é construir um setor privado mais forte ainda do que o que existe e uma massa de consumo interno mais forte, que faça com que o País consiga equilibrar riscos entre exportação e venda em seu próprio mercado interno. E no âmbito político existe uma mudança recentemente, em 31 de outubro deste ano, o Primeiro-Ministro, que estava há 22 anos na posição, saiu, assumindo então o novo Primeiro-Ministro, Abdullah Badawi, que é do mesmo partido e deve prosseguir o processo de consolidação.

Vou a meu terceiro comentário que é sobre as relações com o Brasil. Temos tido um comércio que tem se ampliado com a Malásia, nossas exportações estão na faixa de cento e sessenta e cento e setenta milhões e representam em torno de 0,4% das nossas exportações totais e também as exportações Malásia-Brasil representam valor semelhante no contexto da própria Malásia.

Esse período de transformação econômica, pelo qual haverá menos crescimento motivado pelo setor público e mais motivado pelo setor privado, permitirá que se abram muitas oportunidades novas para que o Brasil possa se inserir mais diretamente na economia do País e exportar mais, aumentar o seu grau de interação com as próprias empresas malasas.

Acho que, do ponto de vista político, o novo Governo fortalecendo ainda mais a idéia de amadurecimento da democracia irá criar, cada vez mais, condições propícias para um diálogo positivo com o Brasil. A Malásia tem uma presença clara na vida internacional. Este ano foi Presidente da Conferência Islâmica. Portanto, tem também um interesse muito preciso e muito amplo em temas internacionais.

Esse é um ponto importante de diálogo com o Brasil na parte política e, portanto, tanto do ponto de vista de consolidação dos processos políticos no País em paralelo com a vitalidade da democracia brasileira, quanto do ponto de vista de novas oportunidades na área econômica em função das transformações que são esperadas na economia local e de oportunidades que se abrirão para os países que foram um esforço exportador e de associações com o setor privado malaso quanto o diálogo internacional serão ainda mais vivas e importantes dos que se apresentaram até recentemente.

A nossa pauta de trabalho naquele país será explorar ao máximo a potencialidade nessas três vertentes, enfim, fazendo com que a nossa presença, sobretudo comercial em que as oportunidades estão mais evidentes com grandes empresas brasileiras com interesses marcados na área de serviço quanto na de exportação de bens de alta tecnologia como aviões e outros, há a oportunidade que se afiguram e que pretendo explorar da maneira mais eficiente e mais ampla o possível. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Faremos a apresentação dos Embaixadores que hoje ex-

põem, tanto do Embaixador Marcos Caramuru de Paiva e do Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur.

Gostaria de informar aos Senadores que agora chegaram que fiz a consulta à Comissão e, tendo em vista que na próxima quinta-feira, provavelmente vamos ter a sessão desde as dez horas, em Plenário, sobre a possibilidade de argüimos também hoje o Embaixador César Amaral. Presente agora o Senador Eduardo Azeredo de maneira que isso foi acordado. Gostaria de convidar o Embaixador César Amaral para também esta à Mesa porque iremos concluir a apreciação dos três.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Havia dito isso informalmente ao Embaixador Roberto Abdenur, estamos em via de consumar a votação do primeiro turno da reforma tributária e o PSDB tem tido uma participação muito significativa nesse processo procurando não-só aparar as arestas políticas como oferecer dados de aperfeiçoamento do texto que chegou da Câmara.

Estamos em permanente reunião com a nossa bancada. Disse, há pouco, ao Embaixador Abdenur que não foi para agradar ao Embaixador pois a confiança nele é tanta que teria votado nele antes de iniciar a sessão. A mesma coisa com o Marcos Caramuru, com o Roberto e com o Embaixador César Amaral.

O Itamaraty, de fato, tem essa burocracia muito preparada e muito competente. E eu, que sou parlamentarista, tenho a impressão de que se existe um setor no País preparado para o parlamentarismo, é precisamente o Itamaraty, entre outros. Mas o Itamaraty, seguramente, oferece um dos pressupostos do parlamentarismo, que é uma burocracia consistente, preparada e capaz. Os quatro embaixadores formam, a meu ver, parte da elite do Itamaraty, e são capazes de responder de maneira magnífica às demandas de seus postos. Portanto, eu até me antecipei. Não ouvi nenhuma das exposições. Infelizmente, o perdedor sou eu. Mas já votei nos quatro, a favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas são três.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Três?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Três.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, coloquei um a mais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas um é cumulativo. V. Exª tem razão.

Ouviremos o Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos. Antes, porém, o Senador Marco Maciel fará a leitura do parecer a respeito.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Peço a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª tem a palavra, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Enquanto aguardamos o Senador Marco Maciel, gostaria de reforçar as palavras de meu Líder, Senador Arthur Virgílio, sobre a confiança e a admiração que temos pelo trabalho dos embaixadores hoje sabatinados pelo Senado Federal, por esta Comissão, e que seguramente conferirão a qualidade necessária que exige a nossa representação tanto na Malásia quanto nos Estados Unidos da América quanto na Jamaica. Votaremos com certeza expressiva. E mais expressivo ainda é o voto de confiança e admiração que temos pelo trabalho de V. Sªs.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem. Senador Marco Maciel. São quatro, de fato, pois há um com cargo acumulativo. São três expositores, mas quatro votações.

Com a palavra o Senador Marco Maciel para ler o parecer.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da carreira de diplomata para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América do Norte. A Constituição Federal atribui, como se sabe, competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente. O **curriculum vitae** do Embaixador Roberto Abdenur é extremamente expressivo. Até diria, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que seria desnecessário lê-lo. É um currículo, quer sob o ponto de vista acadêmico quer sob o ponto de vista profissional, dos mais completos dentre os nossos diplomatas. Ele inclusive realizou duas grandes missões de caráter permanente no exterior. E me refiro à penúltima, quando teve a oportunidade de ser

Embaixador do Brasil na Alemanha, função que exerceu por mais de cinco anos, talvez, e ultimamente se encontrava, ou se encontra ainda, chefiando a missão do Brasil na Áustria. Além disso, possui um currículo, conforme chamei a atenção, extremamente rico. Foi agraciado por merecido reconhecimento com diferentes ordens, quer brasileiras quer no exterior, e agora vem sendo indicado pelo Senhor Presidente da República para exercer a função de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América do Norte.

Creio, Sr. Presidente, desnecessário tecer mais considerações sobre o indicado. Conheço o Embaixador Roberto Abdenur de longa data, o admiro pelo seu excelente desempenho nas diferentes funções que exerceu e exerce, e isso se deve ao extremo profissionalismo com que ele desempenha suas funções. Além de muito competente intelectualmente, é muito trabalhador, e se preocupa também, de forma muito apreciada, em bem representar o país nas missões que tem desempenhado.

Daí porque, Sr. Presidente, feitas essas considerações, devolverei a palavra a V. Exª para ouvirmos as respectivas discussões, para que depois désemos naturalmente a nossa conclusão. E, no meu caráter pessoal, voto favorável, portanto, estou de acordo com a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur.

O SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR – Sr. Presidente, Srs. Senadores, me sinto naturalmente muitíssimo honrado com a designação para Washington e profundamente agradecido ao Ministro de Estado, Celso Amorim, e ao Sr. Presidente da República.

Fico, também, muito sensibilizado com as amáveis e generosas palavras do Senador Marco Maciel, a quem conheço de tanta data. Devo dizer-lhes que já me sinto, de certo modo, ligado a esta Casa, porque esta é nada menos do que a 5ª vez que, perante ela, compareço. Vim aqui, pela 1ª vez, no final de 1984, por ser designado Embaixador do Brasil no Equador, país onde ficaria 4 anos. Depois, por uma indicação muito honrosa do então Presidente da República, José Sarney, hoje Presidente do Senado, voltei a essa Casa no final de 1988, quando designado Embaixador na China, país onde viveria uma extraordinária experiência, ao longo de 4 anos e meio, num período decisivo para a história da China e para as relações bilaterais entre nossos países.

Estive em Pequim, do início de 1989 até meados de 1993. E, em meados de 1993, a convite do hoje, pela 2ª vez, Chanceler Celso Amorim, voltei para Brasília e assumi a Secretaria-Geral do Itamaraty, de 1º de setembro de 1993 até o final do governo Itamar Franco, em dezembro de 1994. Fui, posteriormente, designado Embaixador na Alemanha, país onde fiquei quase 6 anos e meio, além do que o normal, onde dediquei muita energia ao revigoramento e à expansão de uma relação de sentido também estratégico para o Brasil. E estou, a cerca de um ano e meio, em Viena, onde me toca, de um lado, o trabalho de representação bilateral, perante os governos da Áustria, da Croácia e da Eslováquia, e o trabalho multilateral, que é o trabalho que mais me ocupa, perante as representações das Organizações das Nações Unidas, sediadas em Viena.

Me alegro com minha presença aqui, porque o Itamaraty e eu próprio atribuímos a maior importância ao envolvimento do Legislativo em questões de política externa. Essa Casa é a máxima representação da nossa sociedade civil e seu envolvimento ativo em questões de política externa é de decisiva importância, para a nossa orientação, para a nossa inspiração e para uma mais efetiva promoção dos interesses brasileiros.

Devo dizer-lhes, e disso me orgulho, que, em todos os meus postos, no Equador, na China e na Alemanha, dediquei muita atenção à promoção dos contatos diretos entre os parlamentos de nossos países, e tenciono fazer isso também se for designado para Washington.

Gostaria de fazer um comentário inicial sobre as relações Brasil/Estados Unidos. Como os Senhores vêem, pelo meu currículo, fui Embaixador em dois parceiros estratégicos do Brasil, a China e a Alemanha. E me orgulho de haver contribuído, em não pequena medida, para a configuração de parcerias estratégicas, no sentido próprio e expresso da palavra, não apenas como gentileza retórica. Trabalhei muitíssimo e consegui, ao cabo de longos anos de trabalho, nesses países, contribuir – de maneira ativa – com a montagem de uma tessitura de relações verdadeiramente estratégicas.

Os EUA serão o terceiro posto de sentido de significado estratégico para o Brasil, mas eu não tenho nenhuma intenção e ilusão de buscar uma parceria estratégica com os Estados Unidos. No caso dos EUA, a assimetria é tão grande que não é possível nem desejável uma parceria estratégica. Ela poderia degenerar numa relação indesejável, naturalmente, de subordinação e passividade. Mas não podemos deixar de reconhecer o fato de os EUA serem um país estratégico para o Brasil e para o mundo inteiro, tam-

pouco podemos subestimar a importância do Brasil para os EUA. Os Estados Unidos são estratégicos, no plano global, porque são um país definidor da ordem internacional. Justamente estamos vivendo, neste momento, uma situação de transição de profundas mudanças em todo o ordenamento internacional com um governo nos EUA que aplicam uma política, por vezes, de extremado unilateralismo em detrimento de toda a arquitetura internacional desenvolvida ao longo de mais de meio século desde a Segunda Guerra Mundial. Esta será, naturalmente, uma dimensão importante do meu trabalho: a análise crítica, objetiva, serena e madura da política externa americana e de sua repercussão sobre toda a ordem internacional. Mas, além do seu sentido estratégico global, naturalmente são os EUA um país estratégico para o Brasil, especificamente, porque são uma referência básica para a nossa projeção externa e para a nossa própria estratégia de desenvolvimento. Há aspectos positivos. Há uma contribuição, em muitos aspectos, positiva dos EUA, como investidor e como mercado, para o nosso desenvolvimento. Há, por vezes, problemas na relação bilateral com obstáculos criados, particularmente, para a ampliação de nossas exportações na direção do mercado norte-americano. Gostaria de observar, em segundo lugar que, como é de todos sabido, hoje – não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, fora das fronteiras americanas – há uma visão muito crítica e negativa da política externa dos EUA. No que diz respeito ao Brasil, é importante que essa visão não venha a toldar aquilo que é a percepção de aspectos positivos da relação do Brasil com os EUA. Estes são países com uma matriz histórica semelhante e uma composição étnica extremamente diversificada, uma profunda comunidade de valores democráticos, respeito aos direitos humanos, apego a uma economia de mercado eficiente. Fui embaixador na China e exerço, atualmente em Viena, ao longo deste ano, a Presidência do chamado Grupo dos 77: o Grupo dos Países em Desenvolvimento que se articula para a defesa de seus interesses no diálogo e, às vezes, nos embates com os países altamente desenvolvidos. Sinto-me muito solidário e muito ligado à China, à Índia, à África do Sul, à Argentina, aos países africanos, porque com eles partilhamos condições semelhantes. São países em desenvolvimento que se defrontam com numerosos obstáculos no plano internacional. Certamente não compartilhamos com os EUA uma condição comum, porque somos, ainda, um país em desenvolvimento e os EUA são os mais poderosos e um dos mais desenvolvidos do planeta. Mas compartilhamos, sim, uma série de afinidades culturais e de valores que não devem ser subestimados. Gostaria de observar uma situação interessante. Há três países no mundo com o qual o Brasil tem uma relação humana muito profunda: Portugal, pelos vínculos óbvios da nossa colonização. Hoje temos uma comunidade, além da portuguesa, historicamente formadora de nossa nacionalidade, temos – em Portugal – um número grade de cidadãos brasileiros, descendentes, muitos deles, de portugueses ou até de terceira nacionalidade. Nós temos também uma comunidade brasileira, de certo modo, retornada, muito temporariamente, ao Japão. No caso dos EUA, que não foram um país formador da nacionalidade brasileira, diferente de Portugal e Japão, temos uma comunidade que hoje está em 1 milhão de brasileiros em múltiplas cidades e regiões dos EUA. Essa vinculação humana com os EUA é algo que deve ser percebido na sua importância e na sua projeção histórica. Nós teremos, daqui a alguns anos, uma geração de brasileiro-americanos, um grande número de pessoas com dupla nacionalidade nos Estados Unidos e no Brasil. De modo que esse é um fenômeno que precisa ser encarado nos seus aspectos emergenciais – disso eu falarei depois – naquilo que diz respeito à assistência aos brasileiros que vivem nos Estados Unidos, ou aqueles que lá tentam entrar ou viver ilegalmente, ou aqueles que se defrontam com situações constrangedoras ao desembarcar nos aeroportos dos Estados Unidos nos dias de hoje, pós 11 de setembro, mas precisamos colocar esse fato na sua devida perspectiva histórica para o futuro como um vínculo crescentemente poderoso entre duas nações.

Naturalmente fui embaixador na Alemanha e há um certo número de brasileiros na Alemanha e há milhões e milhões de brasileiros descendentes de alemães, mas nós não temos na Alemanha uma comunidade brasileira tão significativa como a que temos nos Estados Unidos de um lado, no Japão e em Portugal de outro. Eu gostaria de chamar a atenção para este fato que considero muito importante.

Eu gostaria de comentar agora qual é o significado mais preciso dos Estados Unidos para o Brasil, do ponto de vista brasileiro? Bom, os Estados Unidos são, isoladamente e de longe, o maior investidor no Brasil. Pelas estatísticas dos Estados Unidos, que são confiáveis, afinal são os donos do dinheiro, os Estados Unidos têm um capital acumulado no Brasil até hoje de cerca de US$ 32 bilhões. O Brasil só perde para o México como país de inversão externa dos Estados Unidos; os Estados Unidos têm US$ 58 bilhões investidos até hoje no Nafta, muito disso em anos recentes, pós criação do Nafta, mas o capital

americano investido no Brasil é de US$ 32 bilhões contra apenas US$ 10 bilhões na China. De modo que o Brasil ainda é três vezes mais importante do que a China como país de instalação de empresas americanas. E das 500 maiores empresas, nada menos do que mais de 400 estão instaladas e operando no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me apenas esclarecer: esses US$ 32 bilhões referem-se a uma quantia acumulada desde o início dos investimentos? Desde que época se passou a mensurar esses... se há...

O SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR – Eu não saberia dizer-lhe exatamente desde quando, mas é o valor total acumulado até hoje.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que naturalmente os Estados Unidos são o maior mercado para nossas exportações. Até há alguns anos atrás, a União Européia em seu conjunto levava uma ligeira vantagem. Nesses últimos tempos, os Estados Unidos passaram a União Européia em seu conjunto como o nosso maior mercado. E fato da maior importância: os Estados Unidos sozinho respondem por 40% do atual saldo comercial do Brasil. De modo que nossa relação comercial com os Estados Unidos é de decisiva importância para a preservação do objetivo estratégico brasileiro de ampliação das exportações, de obtenção de saldos comerciais expressivos, com vistas a reduzir o peso da dívida externa e da dívida pública brasileira.

Em terceiro lugar, os Estados Unidos são naturalmente uma fonte importante de conhecimentos científicos, de tecnologia, são um país líder do mundo nessa tecnologia de informação que hoje transforma a economia internacional e promove a globalização, são uma fonte importante de bens de capital, são também o país cuja moeda ainda é dominante. Apesar da acessão do euro, o dólar é de longe a moeda que mais serve às transações internacionais, e estamos vinculados economicamente à área do dólar. É, em suma, a maior economia do mundo e como tal, por todas as razões, as nossas relações com essa economia devem de ser levadas em conta com a maior atenção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Lamento interromper o futuro chanceler, o embaixador Abdenur, mas queria votar, porque tenho vários compromissos com Marco Maciel e outros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª está autorizado a votar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas eu queria votar, fazendo um grande elogio aos três embaixadores que aqui estão, em particular os dois que mais conheço, que são Abidelu, em primeiro lugar, e Caramuru – e o Dr. César também – ambos estão em condições, e o terceiro também, para representarem muito bem o Brasil e que o Governo fez boas escolhas, talvez até pudesse ter um posto maior. Mas, de qualquer maneira, gostaria de votar, mas não sair sem antes aplaudir a escolha do Presidente da República.

O SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR – Muito obrigado. Agradeço as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Continuando com os comentários, gostaria de dizer que naturalmente os Estados Unidos são importantes para nós também pelo simples fato de terem presença muita importante no nosso continente, na América Latina e na América do Sul, presença essa que se manifesta em alguns aspectos de maneira positiva, em termos de convergência com o nosso interesse de preservação da democracia nesses países, fortalecimento de suas economias e por vezes manifestam sob formas que suscitam válidas preocupações de nossa parte, como é o caso do envolvimento militar no combate ao narcotráfico na Colômbia.

Em suma, é importante salientar que por cima do noticiário hoje muito carregado de notícias negativas sobre a relação Brasil-Estados Unidos, há uma relação densa, profunda, muito boa, madura e equilibrada e que de forma alguma deve ser avaliada de maneira distorcida.

Inversamente, gostaria de fazer alguns comentários agora sobre o significado do Brasil para os Estados Unidos. Em primeiro lugar, o Brasil é um país tradicionalmente amigo dos Estados Unidos, que tem muitos inimigos mundo afora ou muitos adversários e este nunca foi e nunca será o caso do Brasil e isso é algo muito valorizado além do que o Brasil é o único País de dimensões continentais e grandes populações que abdicou total e completamente de um poderio militar ofensivo ou da posse e desenvolvimento de armas de destruição em massa. De forma que, o Brasil não é, de modo algum, uma ameaça estratégica nem real e nem potencial aos interesses de segurança dos Estados Unidos, como pode se dar no caso da China, da Rússia, da Índia ou de outros países.

O Brasil é, assim como os Estados Unidos, um país definidor da situação na América Latina e particularmente na América do Sul. O Brasil está construindo o Mercosul, uma área de livre comércio na América do Sul, nós estamos dando um fato inédito, verte-

bração política e econômica à América do Sul, cuja identidade antes era diluída num conceito algo etéreo de América Latina, conceito válido que tem validade e aplicação política mas que também tem elementos de vagueza, de imprecisão e que anteriormente nos levavam a superestimar a idéia de América Latina sem perceber que precisamos atuar sobretudo na nossa vizinhança, com a qual compartilhamos o mesmo espaço físico, econômico e político.

Em suma, o Brasil é um país estratégico para os Estados Unidos porque somos, o Brasil não é um definidor unilateral de questões globais, mas é um país influente no debate e no encaminhamento das questões globais e determinante no que diz respeito à situação na América do Sul. Veja a situação na Venezuela, a nossa atuação na sustentação da democracia como em episódios de instabilidade em países vizinhos como Paraguai e Bolívia recentemente. Isto é algo que realmente muito valoriza o Brasil aos olhos dos Estados Unidos da América.

E, embora de maneira seguramente menos poderosa do que os Estados Unidos, o Brasil é um país com presença ativa, criativa e construtiva no ordenamento internacional, nas discussões internacionais, nas questões globais de paz, segurança, meio ambiente e economia. Basta citar o papel ativo do Brasil nas Nações Unidas e em suas múltiplas agências especializadas, nossa presença e nossa voz ativa e altiva nas questões de segurança e paz internacional como o desarmamento, em linhas gerais, ou a situação específica do Iraque nos dias de hoje e nosso papel de grande influência nas discussões de ordem econômica, no Fundo Monetário, na Organização Mundial do Comércio, no Banco Mundial ou no Banco Interamericano e outras organizações.

Isto é algo naturalmente que os Estados Unidos de modo algum ignoram. O Brasil é importante porque é entre os países em desenvolvimento daqueles que mais articulações é capaz de fazer com países de outras regiões, vejam os Srs. hoje o belo desenvolvimento que é a formação do G-3, grupo que une Brasil, África do Sul e Índia, que esperamos ver transformado em G-5, com a incorporação da China e da Rússia. Essa projeção extracontinental do Brasil é algo muito singular, mesmo a China, mesmo a Índica não têm com outros continentes alheios à tessitura de relações que tem o Brasil com a África, com o Oriente Médio, país, área onde está hoje o nosso Presidente, ou com a Ásia.

Finalmente, o Brasil é também naturalmente uma das 10 maiores economias do mundo, um grande mercado, um mercado potencialmente muito maior, na medida em que o país retome maiores níveis de crescimento e consiga melhor distribuir a renda de modo a incorporar ao mercado consumidor milhões de brasileiros ainda em extrema pobreza.

Em suma, isso me leva a algumas reflexões sobre o momento atual das relações. Essas relações eu escolhi de maneira muito refletida certos adjetivos que considero, ilustram e definem bem o que são as relações Brasil/Estados Unidos. Essas relações são boas, como disse, basicamente, boas, muito melhores hoje do que no passado.

Em segundo lugar, elas são fluídas. Por que fluídas? Porque o diálogo é aberto, é pragmático, é honesto, é franco, é objetivo, leva a resultados.

Em terceiro lugar, são pragmáticas porque justamente não estamos emperrados em choques e confrontações estéreis, mesmo onde há fortes conflitos de interesse, há sempre uma busca da solução de conciliação, a busca de movimento.

Em quarto lugar, são relações politicamente equilibradas, não há como negar a assimetria entre o poder econômico, tecnológico ou militar dos Estados Unidos e o brasileiro. Mas, isso pouco ou nada conta numa mesa de negociação ou num fórum internacional e aí as relações são equilibradas e o diálogo é muito leal e desabrido. São relações maduras, não são relações que começaram ontem, têm uma larguisse , uma trajetória, uma evolução muito rica em acontecimento, por vezes, problemas, tensões, dificuldades mas que atingiram hoje um nível de serenidade, de frieza em sua condução, que é louvável e que deve ser preservado e até fortalecido.

O nosso Presidente Lula esteve em Washington, em meados de dezembro, ainda como Presidente eleito, entabulou, desde então, uma relação pessoal, amistosa e positiva com o Presidente Bush, que é uma pessoa muito sensível ao aspecto pessoal das relações humanas. E voltou aos Estados Unidos como Presidente, com uma comitiva de nada menos do que 10 Ministros de Estado para um encontro inédito de Gabinetes, por sugestão não do Brasil, mas do próprio Presidente Bush. Dessa reunião resultou a criação de 3 mecanismos novos de consulta e coordenação, 3 grupos de trabalhos especiais foram criados sobre a promoção do crescimento econômico,a discussão de problemas agrícolas, temas vitais para o Brasil e questoes energèticas.

Além disso, os Presidentes Lula e Bush se encontraram à margem de reuniões do Grupo dos 8 e na Assembléia Geral da ONU, há poucos meses atrás.

O ano que termina, me informa meus colegas da Embaixada em Washington, registrou nada menos do que 15 visitas ministeriais, nos dois sentidos, das quais duas importantes visitas americanas ao Brasil, o representante especial de comércio e o Secretário do Tesouro, que tem sido entusiástico nas palavras de elogio à política econômica brasileira, coisa que tem muito valor em termos de reforço das confiança dos mercados internacionais do Brasil.

Senador, se V. Exª me permite mais 2 minutos, gostaria de descrever em breves linhas o que será o contexto de minha missão em Washington, se para ela por V. Exªs aprovado. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que assumirei o posto no que será o ano decisivo, o ano final das negociações da Alça.

O Embaixador do Brasil em Washington, é preciso dizer, não será propriamente um negociador da Alça. Negociadores são os altos funcionários e Ministros de Estado que, em Brasília, conduzem o processo. Mas o Embaixador naturalmente não será um observador distante, passivo e alheio, ele precisa ser um partícipe construtivo, ele será um algodão entre cristais, ele deve ser um fiel intérprete e defensor dos interesses e posicionamentos do Brasil e um frio e objetivo analista das posições americanas e deve dar fluidez ao diálogo na busca de um resultado satisfatório, com o qual, de resto, estão nossos dois Governos comprometidos no seu nível mais alto, inclusive, segundo o comunicado da visita do Presidente Lula aos Estados Unidos.

Em segundo lugar, estaremos também na etapa final de outros importantes processos de negociação de profundo significado para o Brasil e para os Estados Unidos, que são as negociações comerciais multilaterais na Organização Mundial do Comércio e as negociações paralelas à Alca entre o Mercosul e a União Européia. Devo chamar a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que há uma emulação entre os dois processos, e os europeus se fazem mover na direção do Mercosul com tanto mais boa vontade, flexibilidade e interesse quanto mais andem as negociações da Alca. Isso é um dado estratégico, quer dizer, é uma consideração de grande significado que devemos ter em mente também no que diz respeito à relação com os Estados Unidos. Há uma alimentação recíproca entre os dois processos, a Alca, de um lado, Mercosul e União Européia, de outro.

Em terceiro lugar, será um ano eleitoral nos Estados Unidos, será, portanto, um momento de grande efervescência, isso já começa hoje em dia, há uma grande incerteza sobre qual será o resultado das eleições, não está de modo algum garantida a reeleição de Bush, muito vai depender do que aconteça no Iraque, e, em termos da recuperação econômica dos Estados Unidos e, naturalmente, muito dependerá também de quem seja o candidato democrata e da capacidade que tenha esse candidato democrata de empolgar o que haja de insatisfação, seja com a política externa, seja com a política econômica do Governo Bush.

Fato de grande importância, que, seguramente, provocará importantes desenvolvimentos no diálogo Brasil/Estados Unidos, é que o Brasil ingressa, a partir do próximo dia 15 de janeiro, no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Isto naturalmente nos porá, seguramente, em diferentes ocasiões, em situação de divergência com os Estados Unidos porque há uma divergência profunda, em termos das concepções das nossas políticas externas em relação ao papel das Nações Unidas e em relação a questões específicas candentes como, por exemplo, a situação no Iraque e o conflito no Oriente Médio. Porém, essa presença do Brasil hoje como membro não permanente do Conselho se dá também num momento decisivo, porque há, hoje, depois de um longo período de estagnação, o debate sobre uma reforma das Nações Unidas com uma ampliação do Conselho de Segurança e uma possível inclusão de novos membros permanentes, entre os quais o Brasil, e esse debate tem boas chances de prosperar nos anos vindouros.

De modo que este será um período muito importante para a condução do não fácil, talvez muito difícil, exercício, que é o diálogo ou o debate político entre Brasil e Estados Unidos. Fundamentalmente, há uma contraposição entre uma visão americana hoje muito marcada pela prioridade ao combate ao terrorismo e a visão brasileira muito marcada pela percepção da importância de sustentação das Nações Unidas e do multilateralismo. Enquanto os Estados Unidos hoje privilegiam na agenda internacional as questões de segurança internacional, o terrorismo, a não proliferação, o Brasil sem, de modo algum, subestimar a importância dessas questões, privilegia as questões do desenvolvimento, a agenda do desenvolvimento, a agenda da promoção da liberação do comércio internacional e de maior apoio aos países em desenvolvimento.

Ano que vem, será também uma ano importante, no que diz respeito à definição da situação econômica nos Estados Unidos, que é a maior economia do mundo, quase 30% do produto bruto mundial, é o maior comércio, o maior volume de importações do mundo, de modo que precisamos estar muito atentos a esses desenvolvimentos e ter em mente que, ano que vem, a economia americana deverá crescer entre 3 a

4%. E a Europa que, este ano, está quase estagnada com um crescimento de cerca de 0.4%, também deverá crescer em torno de 3%. E o Japão começa a sair de uma profunda recessão.

De modo que, ano que vem e, possivelmente, os anos vindouros, serão muito positivos em matéria de revigoramento da economia brasileira e de revigoramento da economia americana, européia e japonesa, o que representa uma ampliação dos mercados a nosso alcance, o que exigirá da Embaixada em Washington e de todo o serviço exterior brasileiro e de toda a máquina governamental e empresarial brasileira um esforço redobrado de promoção de exportações.

Gostaria de chamar a atenção dos senhores para dados impressionantes que me foram dados pela Embaixada em Washington, ilustrativos de como o Brasil perdeu a chance de ocupar um lugar maior no mercado norte-americano. Vejam os Srs. Senadores que, de 1985 a 2002, foi a seguinte a evolução das exportações do Brasil, China, México e Coréia do Sul. Ao longo de uma década e meia, o Brasil apenas dobrou suas exportações para os Estados Unidos de US$7,5 bilhões em 1985 para US$16 bilhões no ano passado. A China, em 1985, exportava para os Estados Unidos US$4 bilhões apenas, a metade do que o Brasil exportava. Ano passado, a China exportou para os Estados Unidos, senhores, pasmem, US$125 bilhões! Portanto, multiplicou por 30 as exportações para os Estados Unidos, sem gozar de nenhum esquema preferencial. O México, gozando do esquema preferencial da Alca, aumentou nesse período suas exportações de US$19 bilhões para US$134 bilhões, um aumento de seis a sete vezes, e a Coréia do Sul aumentou suas vendas de US$10 bilhões para US$35 bilhões, multiplicou-as, pois, por mais de três vezes.

Naturalmente, isso é expressivo de um lado, ou seja, do protecionismo americano, que afeta nossas exportações, mas é também expressivo, pelo fato de que, durante longos períodos, o Brasil não fez o esforço exportador que deveria ter feito, por injunções variadas.

Hoje, porém, há consenso nacional quanto à importância estratégica das exportações e, naturalmente, pela importância da economia do mercado americano, o trabalho de promoção comercial da Embaixada em Washington e, sob sua coordenação, dos nossos Consulados lá são um trabalho que está sendo muito bem feito e que será aprofundado em anos vindouros.

Termino minha intervenção, Senador Eduardo Suplicy, Sr. Presidente, com algumas observações sobre quais serão minhas prioridades se nomeado para Washington. Em primeiro lugar, como eu disse anteriormente, as relações são fluidas e minha intenção é contribuir para azeitar ainda mais o diálogo bilateral, buscando contribuir para o entendimento, a conciliação, a superação de problemas, cuidando de participar dos processos sem neles interferir indevidamente.

Um processo como a Alca, por exemplo, de extrema complexidade, delicadeza, sensibilidade, está sendo conduzido, de maneira extremamente competente e lúcida e, ao mesmo tempo, firme e flexível, pelo Ministro Celso Amorim e demais negociadores brasileiros, e o papel do Embaixador em Washington será apoiá-los, ajudá-los, secundá-los, contribuir para uma melhor compreensão recíproca entre as duas partes.

Pretendo conduzir esse diálogo no plano político-diplomático, sobre questões internacionais; no plano da segurança internacional e da segurança continental; naturalmente, no plano do comércio bilateral no que diz respeito à Alca, à Organização Mundial do Comércio, e queria reiterar aos senhores minha intenção de princípio de contribuir para intensificação do diálogo face a face entre V. Exªs e seus contrapartes norte-americanos. Creio que um diálogo desabrido entre políticos dos dois lados, à margem dos canais diplomáticos e burocráticos estabelecidos, pode ser muito frutífero em matéria da melhora das relações bilaterais, de melhor compreensão e de mais fácil busca de solução para uma série de problemas.

Um problema que o Brasil tem em relação aos Estados Unidos é o relativo pouco conhecimento nos Estados Unidos do Brasil. Fui Embaixador, como os senhores ouviram, durante quase seis anos e meio, na Alemanha e lá fiz um trabalho pioneiro, uma espécie de prova de laboratório de um trabalho sistemático, conduzido em bases profissionais para ampliação de informações sobre o Brasil em relação ao público em geral e na direção de formadores de opinião, políticos, empresários, acadêmicos, intelectuais. Esse trabalho foi feito na Alemanha, em anos recentes, mediante a contratação de uma empresa alemã especializada em pesquisas de opinião e relações públicas. E foi feito justamente como uma experiência-piloto que o Itamaraty espera poder reproduzir nos Estados Unidos e na Argentina em anos vindouros. Naturalmente isso exige recursos e no caso dos Estados Unidos serão recursos vultosos. No caso da Alemanha, nós gastamos, ao longo de três anos, cerca de US$1milhão. Esse trabalho foi positivo porque não apenas fizemos uma campanha intensa nesse período, mas também nos instrumentalizarmos para dar seguimento à embaixada em Berlim. Nosso consulados na Alemanha estão levando adiante essa campa-

nha feita, nos primeiros três anos, com o apoio de uma empresa especializada.

Desejo, naturalmente, levar mais informações sobre o Brasil aos formadores de opinião, ao Congresso americano, á imprensa, à academia. Precisamos mostrar aos americanos, que são grandes emissores de turismo, a importância do Brasil como destino para turistas americanos.

Em terceiro lugar, este é um papel muito importante. O embaixador do Brasil em Washington deve ser uma ponte adicional com instâncias decisórias, decisivas para nossos interesses no Fundo Monetário, no Banco Mundial, no Banco Interamericano e particularmente junto ao Tesouro americano, cuja atuação é decisiva para nossos interesses em situações difíceis no campo financeiro internacional.

Nós temos naturalmente representantes diretos da diretoria do Fundo, do Banco Mundial, do Banco Interamericano. Eles não estão subordinados ao embaixador, mas o embaixador deve trabalhar a quatro mãos com eles. O embaixador deve ser um elo político mais elevado e naturalmente junto ao Tesouro americano, porque é o embaixador que deve fazer esse diálogo, em apoio ao ministro da Fazenda, ao presidente do Banco Central e outras autoridades econômicas brasileiras.

Essa será uma das minha prioridades e eu lá reproduzirei o que fiz na Alemanha, mediante contato com o então poderoso Bundesbank, o banco central alemão, os empresários e banqueiros alemães.

Nosso futuro embaixador na Malásia, Marcos Caramuru e eu, pudemos trabalhar a quatro mãos, junto com o então Ministro da Fazenda,Malan, no esforço de contribuir para a superação da gravíssima crise financeira vivida pelo País, com a desvalorização do dia 13 de janeiro de 99.

Esse é um capítulo interessante, mas que agora não vem ao caso.

Em quarto lugar, como observei, por todas as razões será um prioridade da embaixada dar continuidade, aprofundar e desdobrar ainda mais o excelente trabalho que a embaixada vem realizando na área de promoção comercial.

Temos aqui na sala um futuro colega e companheiro meu de trabalho em Washington, o Ministro Carlos Alfredo Lazari Teixeira, que levará para Washington, como chefe do setor de promoção comercial a extensa bagagem que tem de trabalho e de contatos nessa área com setores de governo e com setores da iniciativa privada. Com ele trabalhei quando na Alemanha e me alegro de reencontrá-lo agora como um colega direto na embaixada em Washington.

Trabalharei naturalmente também junto à comunidade de banqueiros e industrias com vistas à atração de investimentos para o Brasil e também procurarei, naquilo que couber, atualizar, modernizar e expandir a agenda do nosso intercâmbio na área de ciência, tecnologia, educação, cultura. O Ministro da Ciência e Tecnologia esteve, em junho, em Washington e ficou decidido que os dois governos farão um reexame das suas relações de cooperação científica e tecnológica para ver como identificar novas áreas e ampliá-las e modernizá-las.

Eu fiz um exercício semelhante na Alemanha e pretendo repeti-lo nos Estados Unidos. Como lhes disse, por todas as razões, será objeto da mais alta prioridade por parte da embaixada em Washington a ação coordenada com os consulados na defesa dos interesses de cidadãos brasileiros, tanto aqueles que residem permanente e legalmente nos Estados Unidos como aqueles que têm a infelicidade de serem detidos ao entrarem nas fronteiras ou já dentro dos Estados Unidos ou aqueles que sofrem constrangimentos nos aeroportos internacionais.

Nós devemos ter em mente naturalmente que há limites para o que se pode conseguir, porque há leis, há regulamentos, há hoje uma preocupação obsessiva e até compreensível nos Estados Unidos com os problemas de segurança, depois do cataclismo que foi o onze de setembro.Eu assisti ao onze de setembro, pois estava naquele dia no Rio de Janeiro. Eu fiquei pasmo e desde cedo percebi que aquilo não era apenas uma grande tragédia humana, mas era um cataclismo político. Cataclismo é algo que mexe com os céus e a terra, que altera a morfologia do mundo.

Infelizmente, isso deixou uma marca profunda nos Estados Unidos, isso está afetando muito sua política exterior, isso tem impacto sobre todos nós, mas a embaixada estará sempre atuante, presente. De resto está, desde logo, desde sempre tem estado, mas continuará a buscar crescente coordenação com os consulados, com as autoridades americanas e brasileiras, de modo a tentar resolver o mais possível esses problemas emergenciais e, de outro lado, deitar raízes nos Estados Unidos, porque devemos ver a comunidade brasileira nos Estados Unidos e seus descendentes como um vínculo especial, como uma espécie de investimento que se faz a serviço do futuro das gerações bilaterais.

Sr. Presidente, peço-lhe mil desculpas, falei muito, falei demais, mas a vastidão e a complexidade das relações com os Estados Unidos exigiam de mim

um esforço de cobrir um território muito vasto. Peço desculpas aos Srs. Senadores se abusei de seu tempo e de sua paciência. Reitero a satisfação em estar aqui nada menos do que pela quinta vez e espero contar com a confiança dos Senhores para o exercício de minhas funções.

Gostaria de terminar, Senador Suplicy, dizendo que é minha intenção é manter um contato estreito, pessoal, direto, com os Senhores, com o Congresso brasileiro sempre que aqui vier, informalmente ou sob a forma de apresentações perante esta nobre Comissão, além daquilo que farei via Itamaraty, através da nossa assessoria parlamentar, em termos de suprimento regular de informações a esta Comissão sobre o desenvolvimento do meu trabalho em Washington e novos desdobramentos de maior relevo que possam ocorrer na relação Brasil/Estados Unidos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero informar ao senhor que, com relação ao último tema que o senhor nos expôs, o senhor poderá ter a intensa colaboração e interação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, até porque foi aqui estabelecida também uma Subcomissão dos brasileiros no exterior, e gostaria de informar que os Senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa estão programados de irem proximamente aos Estados Unidos para exatamente observar as condições daqueles brasileiros que estão lá detidos e, com essas dificuldades, de pronto, já queria iniciar essa interação, dada a ênfase que o embaixador Roberto Abdenur deu a esse ponto, que é uma das preocupações de nossa Comissão. Vou pedir a compreensão, mas, para termos a eficiência de conseguir concluir os três, teríamos agora que passar à leitura do parecer do Senador Eduardo Azeredo, a respeito do Sr. Cezar Augusto de Souza Amaral, Ministro de Segunda Classe da carreira diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Jamaica. Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, Srs. Embaixadores. O parecer é favorável à indicação do ilustre embaixador César Augusto de Souza Lima Amaral para a embaixada do Brasil no Jamaica. Quero salientar que das últimas funções desempenhadas no exterior pelo ilustre embaixador destaca-se a de Conselheiro em Roma, de 1988 a 1991, Conselheiro em Bogotá de 1992 a 1993, e Ministro Conselheiro em Estocolmo de 1995 a 1997. A ressaltar ainda do brilhante currículo encaminhado pelo Itamaraty que o diplomata em apreço foi agraciado com o prêmio Lafaiete de Carvalho e Silva pelo segundo lugar no concurso para o ingresso no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, bem como com a Ordem do Mérito da República italiana, em 1991, a Ordem do Rio Branco em 1992 e a Ordem do Amarante Grau IV, na Suécia, em 1996. A Jamaica é um país que tem boas relações com o Brasil, tendo no turismo a sua principal fonte de economia. Acredito que podemos ter, com a presença do embaixador, representando o Brasil na Jamaica, um aumento das nossas relações com a Jamaica. Meu parecer, portanto, é favorável. Gostaria, aproveitando que estou com a palavra, de cumprimentar o embaixador Marcos Caramuru, que conheci há muito tempo, na época em que era governador de Minas, pela sua participação em diversos projetos internacionais, financiamentos internacionais, que pudemos levar para os nossos estados.

Essa sua indicação para a Federação da Malásia, indicação muito bem vinda. Quero cumprimentar o Itamaraty, desejar muito sucesso, ao mesmo tempo ao Embaixador Roberto Abdenur, que da mesma forma pude conhecer de perto, em missão diplomática. Governador acaba sendo diplomata, né. A missão do Governo de Minas na Alemanha, em especial quando pudemos também levar a divulgação do nosso Estado, evidentemente divulgando o nosso Estado e divulgando o Brasil. O Embaixador Roberto Abdenur se saiu muito bem no seus seis anos em que esteve à frente da Embaixada do Brasil na Alemanha.

Portanto, acredito também que seja muito bem vinda indicação do embaixador, principalmente aos Estados Unidos, no momento em que o Brasil precisa de estar com pé no chão nas suas relações internacionais para que possamos ter, evidentemente, uma ampliação de relações com outros países, países menores, mas não nos esquecendo dos principais parceiros comerciais com o Brasil, no caso os Estados Unidos é o primeiro deles.

O meu voto, evidentemente, é favorável aos três embaixadores e também ao embaixador que vai acumular as funções na Geórgia, Embaixador Carlos Augusto Santos Rego Neves, hoje embaixador do Brasil na Rússia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Embaixador César Amaral tem a palavra.

O SR. CÉSAR AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria inicialmente agradecer ao Presidente Lula da Silva e ao Chanceler Celso Amorim pela honra de ser comissionado como Embaixador na Jamaica. Queria agradecer também ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, do Senado, por ter viabilizado a minha antecipação da sabatina, que havia sido prevista, inicialmente, à próxima semana quinta-feira.

Gostaria de mencionar a presença aqui do ex-Embaixador na Jamaica, Sérgio Arruda, que fez um notável trabalho de aproximação com aquele país.

Tentarei ser breve e farei uma rápida cobertura do relacionamento bilateral apenas mencionando que o quadro político atual na Jamaica é de estabilidade política, havendo o atual Ministro Percival Paterson conseguido se reeleger o que vem a ser o seu quarto mandato, nas eleições de 2002. Apesar dessa reeleição, houve uma certa erosão eleitoral em função de uma certa austeridade, seguida na linha econômica próxima a receitas do Fundo Monetário.a maneira o país tem tido um crescimento positivo, apesar de uma queda considerável na receita turística depois dos atentados das torres nos Estados Unidos.

Basicamente, a Jamaica tem tido, no relacionamento bilateral, uma aproximação no plano cultural, basicamente na música. O Gilberto Gil esteve lá algumas vezes como cantor, em várias apresentações, lançou, inclusive, recentemente no Brasil um disco em homenagem ao Bob Marley. E pelo futebol, no tempo do Embaixador Sérgio Arruda, o Brasil ofereceu como cooperação, um programa de cooperação esportiva um técnico de futebol que conseguiu classificar a Jamaica, pela primeira vez, à Copa do Mundo de Futebol. Isso foi muito benéfico, trouxe muito prestígio para o Brasil na época.

Basicamente no plano político existe um certo distanciamento do Caribe Anglófono, não apenas com relação à Jamaica. O Itamaraty tem uma percepção desse distanciamento e deseja reduzir um pouco essa distância, e há considerações a respeito de uma visita do Presidente da República à região. Lula já foi recentemente a Cuba e se está considerando a possibilidade de uma visita a um país anglófono da região. Na segunda-feira passada, a Embaixadora da Jamaica no Brasil, que é não residente em Brasília, é uma autoridade em Kingstown, entregou uma carta do Primeiro Ministro da Jamaica, convidando o Presidente Lula para uma visita, de acordo com a disponibilidade de agenda nossa e se dispôs a convidar Chefes de Governo da região para um encontro em Kingstown. A respeito do relacionamento comercial, existe uma presença muito ativa do Brasil na região, que tem exportado muito para o Caribe e bastante para a Jamaica, considerando-se a dimensão do mercado, apenas 2,7 milhões de habitantes, exportamos produtos manufaturados basicamente carne, frango, só que não importa nada. Temos uma diferença muito grande no volume de exportações para as importações. Temos uma previsão de exportações neste ano de 92 milhões, e importação de apenas US$60 mil. Nessa visita ao Brasil para entrega de credenciais, numa das reuniões no Itamaraty, discutimos possibilidades de incrementar importações, e na Fiesp também, acompanhei a Embaixadora a São Paulo, numa visita à Fiesp, em que o Diretor Titular de Relações Internacionais da Fiesp procurou ver se tinha alguma forma de compensar, diminuir um pouco esse desequilíbrio, o que talvez seja difícil, talvez seja difícil importar da Jamaica, mas, de qualquer maneira, estamos considerando formas de cooperação, como já houve de forma bastante ativa no passado, reativarmos um pouco a cooperação bilateral de forma a compensar esse desequilíbrio.

Em visitas à Embrapa, verificamos a possibilidade de auxílio para combate a doenças de coqueiros, mamoeiros papaya, e prestar assistência técnica em culturas específicas que o Governo da Jamaica iria ainda definir.

Fizemos uma visita também à Embraer, [illegible] semana passada, onde existem negociações bilate[illegible] negociações da **Air Jamaica** com a Embraer, bastante promissoras. Temos também possibilidades de auxílio na área de cooperação de administração urbana. Visitamos a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, e há uma agenda bastante positiva, concreta, de assistência à cidade, não só a Kingstown, mas talvez alguma outra cidade importante da Jamaica.

Estou fazendo uma apresentação bastante sucinta. Espero ter uma atuação de promoção de cooperação com a Jamaica, que, creio, é a principal maneira que temos de nos aproximar da região.

E menciono, finalmente, um aspecto que talvez não seja visualizado pela imprensa brasileira: o Caricon apóia e tem uma linha muito próxima do Brasil nessas negociações da Alca. O negociador-chefe do Caricon para a Alca é um jamaicano, que, por sinal, está vindo a Brasília esta semana, de quem temos, pelo menos, um apoio numérico de 14 votos. Portanto, talvez contrariando alguns artigos no passado de que o Brasil estava isolado, na verdade, o Brasil não estava isolado nessas negociações da Alca, tínha-

mos não só o apoio do Mercosul e da Venezuela, mas visivelmente o do Caricon também, 14 votos.

Acho que tenho que ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado Embaixador César Amaral.

Consulto as SRAs. e Srs. Senadores se podemos proceder de uma maneira aberta, ainda, ou, claro que se houver perguntas, sejam da parte dos Senadores ou que os Embaixadores avaliarem devam ser respondidas reservadamente, transformaríamos a reunião em reservada, apenas para os SRAs. e Srs. Senadores. Mas como por vezes a reunião se dá de uma maneira que é muito interessante, inclusive para que todos os espectadores da **TV Senado** possam acompanhar. Se não houver objeções, continuaremos com a reunião em aberto, sempre mantendo a possibilidade de ser transformada de maneira reservada.

Então, Senador Pedro Simon havia pedido. Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Concordamos, Sr. Presidente, que continue aberta.

O SR. PRESIDENTE(Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Pedro Simon. Para os três, como queira, como desejar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, por razões lógicas,... Não esqueça de votar, pelo menos. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero aproveitar esse breve intervalo para informar, então, que nós tendo ouvido os três não teremos reunião quinta-feira próxima. Argüição com Fernando Resende e Paulo Nogueira Batista ficará para o próximo ano, dado a intensidade de trabalho que teremos na quinta-feira. De maneiras que essa será última reunião regular, poderemos ter eventualmente extraordinária se necessidade houver nas próximas semanas. E também informo que a Senadora Heloisa Helena mandou uma justificativa sobre a impossibilidade dela hoje estar presente na reunião.

Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É claro que a gente fica na interrogação do trabalho do nosso Embaixador nos Estados Unidos. Eu achei que V. Exª fez, e foi muito feliz, um quadro altamente positivo e construtivo com relação à relação Brasil-Estados Unidos.

Vejo, quando V. Exª diz que o americano no momento que avança a Alça ele olha também o avanço do Mercosul e vice-versa. Mas vejo que de certa forma o que ele quer mesmo no avanço da Alça é terminar com o Mercosul. Que o normal, o ideal que pudesse acontecer é que nós pudéssemos registrar o Mercosul, oficializar o Mercosul e para fazer as negociações da América Latina com a Alça via Mercosul. Mas ele já fechou agora com o Chile e ele está partindo para fazer as negociações direta, país a país e buscar o esvaziamento do nosso Mercosul.

Por outro lado, vejo que o Presidente Lula, ele – acho até que é muito raro, eu não me lembro de um caso anterior que em questão de onze meses um novo presidente fazer um posicionamento tão rápido, tão... uma volta ao mundo praticamente e bem delineada, porque é América do Sul, é a África onde ele defendeu o diálogo nosso, da América do Sul com a África, é agora no extremo oriente, no Oriente Médio onde ele, inclusive com um ou dois Presidente, assinou documentos pedindo a retirada dos americanos do Iraque e há previsão já marcada, já em janeiro ele estará visitando a Índia. E não sei se... mas ainda no primeiro semestre do ano que vem ele estará visitando a China. Então, eu acho que o nosso amigo Bush não está olhando com muita simpatia toda essa movimentação do Presidente brasileiro. É uma movimentação meio diferente daquela do Presidente Fernando Henrique que foi mais um diplomata. Em todas as idas dele, ele mostrava mais identificação com o americano do que ter uma atividade diferente. Eu acho que o Brasil – o Presidente Lula e o Itamaraty – estão, realmente – encontraram um vazio e estão querendo ocupar esse espaço e, realmente, eu acho isto muito importante e muito positivo. Não sei até que ponto nós vamos conseguir manter essa posição sem levar uma "bola nas costas" do governo americano. Sinceramente, não saberia responder como. Por outro lado, eu tenho dito e tenho pensado e V. Exª deveria ver a sua posição, aliás, dos três Senadores, dos três Embaixadores, porque eu acho que neste ano, tirando esse aspecto das viagens internacionais do Presidente e de uma administrações que ele teve a nível internacional. Aqui, no Brasil, o que nós verificamos foi que o PT e o Governo do PT foi um Governo quase mais dócil com relação ao Fundo Monetário, ao Banco Mundial do que o próprio Governo do Fernando Henrique. No Governo de Fernando Henrique nós víamos, ainda, algumas manifestações – não digo hostis – mas algumas manifestações de independência que não ocorreram, assim, com relação à política interna, diferente daquilo que

prega o Fundo Monetário, inclusive um documento que saiu, se debateu mas não se aprofundou e que teria sido assinado entre o Brasil e o Fundo Monetário. É um documento surpreendente pela docilidade. E onde falam – dá a entender, inclusive no documento – na Reforma Tributária, na Reforma Administrativa e em algo mais. Seriam adotados e dando como certo que seriam criadas aqui. Mas se diz que na política, no referente às medidas adotadas pelo Governo no corte das despesas internas, elas, inclusive, foram superiores e às próprias exigências do Fundo Monetário. Inclusive, o superávit primário – que nós sabemos o que significa para nós, aqui, dentro – também foi superior aos exigidos lá fora. O pagamento dos juros da dívida – diz a imprensa que neste ano se pagou 46% a mais do que no ao passado. Quer dizer, os pagamentos de dívida externa foram 46% superiores ao ano passado que, aliás, é fácil de entender porque os juros aumentam a dívida e, aumentando a divida, aumentam os juros da dívida.

A pergunta que se faz – e eu acho que isto é muito importante: de um lado, há um grupo até de pessoas do próprio PT, de economistas importantes do PT e simpáticos do PT, intelectuais do mundo internacional que estão fazendo manifestações contrárias à essa ação que o PT vem realizando.

Eu fico me perguntando o seguinte – e é nisto que eu gostaria de ver o pensamento de V. Exªs. Custa-me crer que o Lula e que o PT tivessem adotado, neste ano, essa transformação que ficou, por exemplo, na parte da reforma... Na reforma previdenciária, foi doloroso para... Inclusive, os que estão votando, no PT, estão votando com o coração cortado, estão dando um exemplo de fidelidade, mas se nota um ambiente de tristeza, de peso, de mágoa, porque, na verdade, estão indo de encontro a tudo aquilo que eles fizeram ao longo de toda a sua caminhada.

E o que eu quero dizer é o seguinte: a mim, custa acreditar que isso tenha sido... O Governo mudou, alterou, esqueceu, se adaptou, se acomodou, e que esse é o rumo que o Governo do PT terá. Eu não sei se é desejo meu, se é sonho meu, mas eu tenho a convicção de que esse primeiro ano... E se falava muito que o Governo do PT daria muita confusão e, na parte da economia, as dificuldades seriam enormes, os empresários não queriam investir aqui, porque as transformações... Já no final da campanha se dizia que "ou é Serra ou é o caos", se criando um clima muito negativo na vitória do PT.

Eu imagino, analiso, não sei se estou sonhando, mas eu faço para mim a convicção de que isso foi uma coisa meio que pré-determinada pelo Lula e pela sua equipe: nesse primeiro ano, nós vamos fazer como é. Porque eles está fazendo sob dois ângulos. Ele está já se preparando para o ano que vem, com África, com Oriente Médio, com o Mercado Comum Europeu, onde ele está se apresentando como alguém que quer defender alguma coisa. E, do outro lado, é isso que eu disse, uma cabeça baixa em uma posição até triste para aqueles que esperavam alguma coisa do Governo ver o que tem aí.

Eu acho que ele... Nesse primeiro ano, ele fez isso que fez para fugir da confusão que seria se ele tivesse feito diferente, mas se preparando para uma posição nova e firme, agora no segundo ano, quando ele tem todas as condições, no mundo inteiro... Quer dizer, o Secretário do Tesouro americano, o Presidente do Banco Mundial, em todos os cantos, reconhecem que o juro internacional que o Brasil está pagando é um absurdo.

E pode começar exatamente por aí, mostrando: "Olha, eu paguei 146 bilhões. Eu estou... Lancei um programa Fome Zero e fiquei feito bobo com esse programa, porque não tinha nada para aplicar, não tenho dinheiro para aplicar. Eu estou sem condições de fazer o mínimo necessário. Estou sem condições, em nível internacional, e estão cortando a luz das nossas embaixadas, porque... Então, isso, como está, não pode continuar. Eu preciso... Paguei, não pedi moratória, estou cumprindo as determinações, estou fazendo, mas não é justo que o americano pague juros de 1%, que o Japão pague juros de 2% e que nós... O nosso... Era dois mil, três mil, hoje está em quatrocentos... O **spread** brasileiro".

Eu acho que tudo isso leva a ele ter uma conversa franca e fazer uma renegociação, a tempo, da política internacional, a ver que os juros, efetivamente, podem baixar a níveis racionais, ao lado da outra posição, que vai ser o das relações de vários países, que é o americano, que é o Mercado Comum Europeu, que vão ter que permitir que os outros países também respirem, e não livre comércio, no que tange ao americano entrar e os europeus entrarem, e recessões, fecha aqui, em sentido contrário.

Eu acho que o Lula vai aparecer, e o Governo brasileiro vai aparecer com um tipo diferente, quer dizer, vai botar uma posição, uma linha que vai modificar em âmbito internacional, e ele vai mostrar a autoridade que tem, pelo ano que fez, de querer trazer profundas transformações. Porque, se isso não acon-

tecer, se não conseguir, de maneira harmônica, ver a credibilidade que adquiriu em poder executar e se não partir para virar a mesa, o Governo do PT era uma vez. Vai sofrer um desgaste de tal ordem, internamente, que sinceramente não sei.

Peço desculpas, mas é o que se passa no meu cérebro e que gostaria que o senhor pudesse-me dizer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem! Embaixador Roberto Abdenur

O SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR – Senador Pedro Simon, agradeço-lhe muito pelas suas reflexões, que são importantes e devem ser objeto de reflexão e de avaliação.

Gostaria de fazer algumas observações sobre pontos que o senhor mencionou no que diz respeito ao Mercosul, como tal. Concordo com o senhor que os Estados Unidos talvez preferissem que não existisse o Mercosul. Fui o primeiro negociador da Alca, porque a Conferência de Miami, de dezembro de 1994, na qual se assumiu o compromisso com a conformação de uma área de livre comércio foi preparada ao longo do ano de 1994 pelos vice-chanceleres das Américas, e eu, como Vice-Chanceler do Brasil, coordenei o lado latinoamericano, porque o Brasil tinha, naquela época, a Presidência do grupo do rio. E, para lhe dar uma idéia das dificuldades que havia em atuar de forma coesa no diálogo com os Estados Unidos mais cedo no processo, o departamento de estado não aceitava, por exemplo, visitas conjuntas de embaixadores latinoamericanos do Mercosul ou do grupo do Rio, o grupo de coordenação política. Só admitia conversar com eles isoladamente.

Agora, isso foi há dez anos. De lá para cá, o Mercosul, apesar de todas as dificuldades, se consolidou como uma instituição e como um ator no plano internacional, adquirindo maior credibilidade, maior respeito, maior aceitação.

Já naquela altura, no final do processo negociador de preparação da Cúpula Presidencial de Miami, de dezembro de 1994, os Estados Unidos entenderam e reconheceram a importância do Mercosul como um ator dentro do processo Alca. E hoje isso está já consagrado inclusive sob a forma de um compromisso explícito, formal, de negociação, de acesso ao mercado, sob o guarda-chuva da Alca, entre os Estados Unidos e o Mercosul em seu conjunto. Em outras palavras, o acordo quatro mais um.

Mais cedo no processo, eu era Embaixador na Alemanha, via a nítida diferença de atitudes em relação ao Mercosul. Enquanto os europeus vêem no Mercosul a única tentativa de replicar a maravilhosa, bela experiência européia de integração, que está permitindo a Europa a superar um passado de séculos de guerras, conflitos terríveis, devastadores, de repercussão mundial, a Europa sempre foi muito benigna e favorável ao Mercosul, mais cedo no processo, e os Estados Unidos algo adversário.

Isso mudou, e, hoje, creio que os Estados Unidos reconhecem a importância do Mercosul, inclusive como fator de estabilização e sustentação das democracias na região. Porque a cláusula democrática do Mercosul nos obriga a expulsar algum membro onde haja um golpe de estado e nos tem levado a atuar de forma coordenada na sustentação da democracia na região.

Então, por razões econômicas e políticas, hoje o Mercosul é bem visto e bem recebido pelos Estados Unidos. De modo que aquele problema do passado foi plenamente superado.

No que diz respeito às viagens do Presidente da República, elas são um imenso e profícuo investimento no plano internacional. E não cabe aos Estados Unidos dizerem se gostam ou não, se aprovam ou não tal ou qual roteiro de viagem, tal ou qual visita.

Veja o senhor, no passado, houve uma grande variabilidade nas atitudes dos Estados Unidos para com o Iraque, por exemplo, que foi, de longe, o principal parceiro do Brasil no Oriente Médio. Enquanto cuidava de assuntos de petróleo, vinte anos atrás, no gabinete do então Chanceler Saraiva Guerreiro, importávamos um bilhão e meio de dólares de petróleo da Arábia Saudita e vendíamos 100 milhões, quando muito, e não conseguíamos superar esse desequilíbrio. Nós tivemos uma relação razoavelmente equilibrada, o único ´país do oriente médio com a qual tivemos foi o Iraque muito anterior as guerras do Golfo. E nós vimos ao longo da História os Estados Unidos considerarem o Iraque amigo, inimigo, agora ocuparam o Iraque. Se o Brasil se deixar levar pelas variações na política externa americana terá prejuízos porque os Estados Unidos são um País indispensáveis aos demais. O Brasil pode ser importante, mas indispensável só será talvez a dos seus vizinhos imediato.

Então se o Brasil deixar de ter boas relações com a Síria ou a Líbano ou a Índia, porque os Estados Unidos gostam ou não gostam. Estaremos cometendo um equívoco muito grande.

O senhor vai me permitir, Senador, dizer que eu não concordo com a idéia de que o Governo está sendo dócio com o fundo monetário internacional. Nesta idéia vai um pouco implícita a idéia de que o Fundo Monetário é uma entidade acima dos países. O Brasil é sócio o fundo monetário é uma organização internacional na qual os países participam das deliberações, é claro que há influências maiores e menores. Os Estados Unidos da América têm influência decisiva no Fundo Monetário Internacional.

Eu vou contar ao Senhor um episódio, se o senhor me permitir Senador Eduardo Suplicy, que eu vivi, e isso conhece bem mais do que eu em certos aspectos o embaixador Caramuru. Eu quando embaixador na Alemanha, cedo na minha gestão, pedi uma entrevista com um dos papas do sistema financeiro internacional, o Presidente do Banco Central Alemão. E eu fiz isso digamos com um pouco de folga, porque eu achava que ele não iria me receber. E ele me recebeu amigavelmente. E para minha surpresa conversamos quase uma hora. E eu sai da conversa, por uma lado contente, por ter sido recebido por ele e por outro lado frustrado porque eu não consegui falar, ele falou o tempo todo. Isto em tempos tranqüilos. Quando começou a crise na Ásia, eu comecei a Frankfourt, eu estavam na Embaixada em Bonia e ia de carro em Bonia para conversa em Frankfourt, o pessoal dele, por vezes ele próprio e conversas com banqueiros privados para avaliar a situação que claramente era ameaçadora para o Brasil. A crise começou na Ásia, em outubro de 1997, atingiu vários países, Coréia do Sul, Tailândia, Malásia, Indonésia, Balançou Hong Kong e a china e no dia 13 de janeiro de 1999, aos treze dias do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso deu-se a caótica e temível desvalorização da moeda brasileira.

Os Estados Unidos ainda antes disto, em 1998, tiveram um papel decisivo na montagem de um pacote de financiamento para o Brasil. O, então, Ministro da Fazenda, alguns meses depois fez uma visita à Alemanha, e nós fomos conversar com Tito Maia e ele nos disse o seguinte: "Senhores, a Alemanha é muito amiga do Brasil, nós gostamos muito do Brasil, agora a Alemanha não aceitará uma segunda vez engolir um pacote de ajuda ao Brasil montado pelo Fundo Monetário sobre a influência do Estados Unidos sem ser ela previamente consultada.

Então, isso mostra como em certas situações de crise, por vezes, são os Estados Unidos que têm mais capacidade de atuação no Fundo Monetário ou em outras situações internacionais.

Isto não quer dizer, obviamente, que nós nos devamos integrar facilmente aos desígnios norte-americanos. Agora o Fundo Monetário cometeu muitos erros e hoje é uma crítica e uma autocrítica do fundo monetário. O fundo monetário, por exemplo, de certo modo ficou passivo diante do passivo que foi a política monetária Argentina da conversibilidade do dólar um a um fixado em lei que resultou nesta tragédia que nos afeta tanto, porque a Argentina durante os últimos dois anos encolher imensamente as suas exportações no Brasil, o País agora começa a se levantar do fundo do poço.

O fundo monetário cometeu muitos erros, mais eu fui testemunha naquela crise Senador da preocupação dos meios financeiros internacionais com o que então era já considerado um índice excessivo de endividamento para um País como o Brasil que tem uma dívida de curto prazo com um perfil menos favorável do que a dívida de países desenvolvidos. A Itália tem uma dívida de mais de 100% do seu produto bruto, mas ela rola essa dívida sem dificuldade, porque ela não tem um histórico que teve o Brasil de alta instabilidade econômica, moratória em 1987 e uma série de problemas.

Então, eu fui testemunha desta fragilidade brasileira e naquela época a nossa dívida, o Embaixador Caramuru me corrigirá, se eu estou enganado, a relação dívida/PIB era de 47, 48%. Hoje estamos com 56% por uma série de erros nossos também. De modo que considero que o Governo está sendo muito lúcido e muito pragmático nas tratativas, não só com o fundo monetário, mas com a comunidade de investidores no Brasil. E essa comunidade inclui a nós, porque parte da dívida externa brasileira é financiada por capitais brasileiros e não há como separar a dívida externa da dívida interna, e uma tentativa de renegociação da dívida externa agora, seguramente, provocaria uma reversão da atual tendência à diminuição da taxa de juros no Brasil.

De modo que não vejo nenhuma contradição, vejo uma complementação entre política econômica e política externa e, justamente, procurarei em Washington trabalhar nesse sentido. Estou profundamente otimista quanto ao Brasil. Acho que, agora, pela primeira vez, em muitos anos, vamos entrar em um período de crescimento sustentável.

Seria fácil para o Governo soltar as amarras, ter um déficit fiscal e permitir uma grande festa por alguns meses, mas aí viria em seguida um cenário catastrófico.

E realmente o Brasil ainda tem um certo caminho a percorrer para readquirir, ou melhor, readquirir não é a palavra correta, para adquirir, credibilidade no plano internacional, porque infelizmente nosso passado econômico, ao longo das últimas décadas, foi de tamanha instabilidade que essa credibilidade foi muito afetada.

Mas agradeço a V. Exª por seus comentários e reitero aqui, Senador Eduardo Suplicy, minha intenção de vir prestar contas a V. Exªs daquilo que venho fazendo na Embaixada em Washington, inclusive nesse campo muito importante, que V. Exª assinalou, com razão, Senador Pedro Simon, que é o do diálogo, com o Fundo Monetário, com o Tesouro americano, com os bancos privados americanos e com os empresários em geral. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, vice-presidente desta comissão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Srs. Embaixadores, com muita alegria, mas brevemente, gostaria de registrar o prazer que tive em ouvir os Srs. Embaixadores, meus colegas Senadores. É claro que a nossa discussão, até por falta de tempo, caminha para essa relação Brasil – Estados Unidos, e esse importante posto que o senhor vai assumir em Washington, pelo motivo, de que o Brasil este ano atraiu muito poucos investimentos, e o senhor sabe que os maiores investidores no Brasil, de longa data, e provavelmente no futuro, são os nossos parceiros norte-americanos.

Quando eu viajava com o Presidente Lula, para a Europa, eu conversei com o Ministro da Indústria e Comércio sobre a verdadeira colcha de retalhos que vemos da janela do avião, que é a Europa. Nós vamos, de Portugal para a Inglaterra, depois vamos para a Espanha, cortamos a Europa, e nos Estados Unidos é a mesma coisa.

É impressionante como insistimos na tecla de lutar contra os subsídios agrícolas, na Europa e nos Estados Unidos, quando é uma vocação natural, tanto de americanos como de europeus, cultivarem seu solo. É impressionante como esses subsídios fazem com que a agricultura brasileira cresça a ritmo de aventura.

Eu fui irrigador no sertão, num projeto social, e vi como invadimos as nossas chapadas, até a floresta amazônica, os Pampas gaúchos e, a custa desses subsídios, para que possamos competir, temos que produzir muito.

O homem chegou até a década de 50 produzindo uma tonelada de grãos por hectare. De 50 para cá, já chegamos a quase três toneladas por hectare, a custo de muito agrotóxico, de muita irrigação e também de fertilização química e erosão do solo.

De tal maneira que, nos dez anos que morei na África, gostaria de citar esse exemplo, verifiquei que, depois da Embaixada Americana, que é linda, na Zambia, na Botsua, na Namibia, em países inexpressivos como no Malau, a outra embaixada que chama mais atenção é a da China. Agora, com o Presidente da República, novamente, em Moçambique, constatei a mesma coisa: a Embaixada da China, em Moçambique, é extraordinária. Fiquei surpreso quando soube que a China, a partir de 1980, aumentou sua exportação para os Estados Unidos em mais de trinta vezes, enquanto o Brasil patina importando de R$20 a R$30 bilhões. Eles são agressivos e não insistem, como nós fazemos, em lutar contra subsídios que historicamente não abaixam. Procuram a pauta de importação do País e verificam como oferecerão um preço menor, seja no açúcar, na máquina de costura industrial, nos automóveis, nos tratores, nos implementos agrícolas. Não só os chineses, mas os tailandeses e os sul-coreanos são extremamente competitivos. Como não conseguem vencer, tentam levar empresas sul-africanas, moçambicanas, seja de onde for, para produzir no seu País, aproveitando uma mão-de-obra muito barata.

No Brasil, patinamos na flexibilização da nossa legislação trabalhista que, muitas vezes, ao invés de proteger, acaba tirando emprego do brasileiro.

Fico muito feliz por ouvir que o nosso embaixador carioca tem a mesma visão – por ser carioca, tenho certeza de que tem essa visão. Aliás, nesta Comissão, há dois cariocas e um paranaense, sem nenhum demérito, porque foi adotado pelo meu Estado – vi em seu **curriculum** que se formou na universidade Federal do Rio de Janeiro. Eu teria restrições em votar favoravelmente à indicação de um Embaixador em Washington com o perfil do Embaixador Samuel Guimarães; não sei se votaria a favor. Entre-

tanto, vejo que, em Washington, teremos alguém que consegue entender que as conquistas que temos com os americanos e nossa falta de competência em conquistar mercados não pode, de maneira nenhuma, conter os avanços, que são fundamentais para a nossa economia.

Como imigrante que vive há dez anos na África, quero dizer que, ainda que o nosso Embaixador consiga comparecer a todas as solenidades protocolares, ainda que possa trazer investimentos dos maiores bancos da Malásia, dos Estados Unidos ou da Jamaica ou aumentar a inserção dos nossos produtos no exterior, se não cuidarmos dos brasileiros, mesmo daquele mais humilde, a nossa missão não será completa. Ainda que V. Exª consiga – Deus o abençoe! – ser o patrono da diminuição dos subsídios e destine os 100 bilhões de toneladas de grãos que produzimos na nossa safra recorde, conseguindo uma grande inserção no mercado americano, ainda que negociemos a Alca de maneira soberana, levando e trazendo da Organização Mundial de Comércio para o foro interno assuntos que nos interessam, se não cuidarmos dos brasileiros que estão presos na fronteira do México, não tivermos atenção para com eles, pouco fizemos.

Faço este apelo: há brasileiros presos nos Estados Unidos há três anos, vítimas de uma queda de braço diplomático. Não sei qual a posição de V. Exª a respeito do tema, mas arde o meu coração. São brasileiros que têm sentença de expulsão dos Estados Unidos. Os americanos querem mandá-los de volta em aviões fretados, mas nossa chancelaria considera isso desumano e eu também. Aliás, fui autor de uma moção elogiosa ao Embaixador Bustane, na Inglaterra, quando S. Exª impediu isso, mas lá os brasileiros tinham apenas três meses de detenção ou nem chegaram a ter todo esse período. Nos Estados Unidos, já são três anos. Precisamos encontrar uma solução.

Coloco à disposição do senhor a nossa Subcomissão de defesa dos brasileiros que vivem no exterior. Que Deus abençoe os nossos três Embaixadores, que tenham muito sucesso e contem conosco aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Ontem tive a oportunidade de conversar com o Embaixador Roberto Abdenur. Mostrei a ele um projeto de lei que aqui tramita de minha autoria relativo a algo que guarda contrapartida com o trade autority actor dos Estados Unidos. O Senador Pedro Simon foi o relator na Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Marcelo Crivella é o atual relator do parecer. Estamos aguardando a volta do Ministro Celso Amorim para que possamos ter um diálogo com ele a respeito. Se tiver alguma sugestão a respeito. O relator que já deu parecer favorável, mas o relator que está magoado de aperfeiçoamento, agradeceria se pudesse fazer em complemento às observações do Senador Marcelo Crivella alguma observação.

Gostaria de dar aos três Embaixadores cópia do pronunciamento que fiz na forma de uma carta aberta ao Presidente da África do Sul, e assim também fazer o registro oficial da palestra que fiz, na semana passada, em Soweto, convidado pela conferência da coalizão por uma renda básica na África do Sul. Informo que 27 instituições, como a Conferência Nacional dos Bispos Católicos, o Conselho Nacional de Igrejas e tantas outras formaram uma coalizão para instituir na África do Sul, representam 12 milhões de pessoas, uma renda básica, a exemplo do já que foi aqui aprovado pelo Senado e está prestes a ser aprovado pela Câmara dos Deputados. Distribui o texto dessa palestra aos Srs. Senadores e vou distribuir também aos Srs. Embaixadores.

Tem a palavra o Sr. Embaixador Roberto Abdenur e, em seguida, os demais para suas considerações finais.

O SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR – Obrigado, Senador. Gostaria de fazer alguns comentários com relação às reflexões do Senador Marcelo Crivella. Senador, reitero a minha determinação de trabalhar com muito denodo, com muito empenho para tentar, se não resolver de todo, pelo menos minimizar os diferentes tipos de problemas enfrentados pelos brasileiros nos Estados Unidos. E, nesse sentido, manterei contato não só com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o seu plenário, mas também muito especificamente a subcomissão encarregada de defesa dos brasileiros no exterior.

Tive ocasião de conversar com V. Exª dias atrás, para melhor me interar do assunto e da extrema preocupação dos Srs. Senadores, do Congresso brasileiro com essa situação.

De modo que V. Exª não tenha dúvida de que estarei sempre à sua disposição e estarei ativamente empenhado. A Embaixada em Washington e os consulados já se têm desdobrado nesse trabalho. Ele se

desdobra ao longo do tempo, situações evoluem, por vezes há que se ajustar posições a novas situações e até os desejos das pessoas envolvidas. Precisamos ser firmes, mas ser flexíveis. Tendo vivido quatro anos e meio na China, considero um símbolo chinês que é muito aplicável às idéias da política externa que é o bambu, ao mesmo tempo extremamente firme e extremamente flexível. Não quebra, porque evita ser demasiado rígido, mas é suficiente rígido para resistir aos ventos mais fortes. Penso que isso deve ser feito em matéria de política externa.

V. Exª falou da China, é um país que me sinto profundamente ligado depois da experiência marcante que lá tive. Queria dizer a V. Exª que uma coisa que admiro na China é justamente o fato de que é um país que vê política externa como um investimento, e não gasto, mobiliza-se intensamente, tem uma máquina de política externa muito grande e em diferentes níveis, inclusive em nível de atuação do Parlamento – o Congresso Nacional do Povo, como dizem eles, além do Partido Comunista – e, naturalmente, da máquina de Governo como tal.

Eu queria dizer a V. Exª, no que diz respeito a subsídios agrícolas, que não é uma obsessão e não é descabida a nossa insistência nesse ponto. Há 20 anos, na Rodada Uruguaia, houve um compromisso solene da comunidade internacional e dos países desenvolvidos em trabalhar decididamente em favor de uma maior liberalização nessa área. Em troca disso, nós e outros países em desenvolvimento concordamos com a chamada Cláusula da Paz, pela qual se deixou a questão de subsídios algo à margem do debate.

Esse compromisso não foi cumprido. O grande potencial de aumento a curto prazo em nossas exportações está na área agrícola. É claro, essa estatística impressionante que dei sobre a diferença entre o desempenho exportador brasileiro e o desempenho exportador da China, da Coréia do Sul e de outros países é uma evidência da nossa incapacidade de diversificar as exportações. Estou inteiramente de acordo com V. Exª em que o Brasil precisa ser mais agressivo em aumentar e diversificar a sua pauta exportadora.

Nesse sentido, aliás, é um fato positivo que a pauta exportadora brasileira para os Estados Unidos contenha um componente industrial, manufatureiro, mais alto do que a pauta de nossa exportação para a União Européia. E devemos, naturalmente, em ambos os casos, aumentar a presença de produtos de maior valor agregado.

Contarei a V. Exª uma pequena anedota que me deixou impressionadíssimo e que evidencia a gravidade da política agrícola comum européia. Ela é uma decisão política que responde a **lobbies** muito interessados. A maior parte dos subsídios agrícolas nos Estados Unidos e na Europa não vão para o pequeno agricultor, vão para agricultores bem estabelecidos, com maiores extensões de terra, ou para cooperativas muito influentes politicamente.

Uma vez aproximava-se o Natal em Berlim e, na Alemanha toda, nas semanas que antecedem o Natal, é tradicional a instalação de mercados de rua, muitos com barraquinhas, vendendo produtos de Natal, enfeites de árvore de Natal, comida e tal, e isso virou já um grande comércio, porque aí se compra de tudo. Eu vinha com minha mulher num bairro em Berlim, Potsdam, e ao entrar no bairro em que havia essa feira vi parado um imenso caminhão, aberto, com muita luz. E vi de relance uma grande quantidade de produtos lá dentro. Mais adiante vejo que há muito movimento e barulho numa barraquinha e uma grande fila, e fomos ver e acabamos entrando na fila. A fila era pela seguinte razão: por 20 marcos alemães – hoje 10 euros –, chegava-se lá e um vendedor enchia uma grande sacola com queijos franceses, manteigas, iogurtes e vinho. Em suma, era uma desova de estoque. Comprava-se por 10 euros, e eu saí carregando quase 10kg de comida. Era uma desova de estoques.

A agricultura européia não morrerá naquilo que ela tem de bom e são se houver uma redução ou até a eliminação de certos subsídios. A Europa não morrerá de fome, mas muita gente deixará de morrer de fome no Brasil e em outros países em desenvolvimento na medida em que possamos aumentar as nossas exportações agrícolas.

Permita-se V. Exª dizer, V. Exª se referiu ao nome de um colega por quem tenho muito respeito, é amigo de toda a vida, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto. Sei que S. Exª é conhecido no Ministério, inclusive, como uma pessoa com certas características pessoais, mas é um diplomata de grande competência, de grande integridade, de grande patriotismo e que está dando o melhor de si numa posição que eu ocupei. Senador Marcelo Crivella, posso dizer a V. Exª: Secretário-Geral do Itamaraty é uma das posições mais difíceis, mais desgastantes que há na Esplanada dos Ministérios, com todo respeito por muitas outras que também são difíceis. É um trabalho muito grande.

O Secretário-Geral não é mais o chefe da casa, como foi no passado. Há 20 anos trabalhei, durante três anos, com o Secretário-Geral, que depois virou Ministro de Estado. Na época o Secretário-Geral quase não viajava. Hoje o Secretário-Geral é uma espécie de Ministro alterno das Relações Exteriores, com o ônus adicional de ter de dirigir a casa, inclusive nos seus aspectos administrativos. De modo que eu me permito, neste caso, respeitosamente divergir de V. Exª em defesa de um colega por quem tenho muito respeito e apreço.

Obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Divergimos quanto à indicação dos Estados Unidos, não contra a competência. Trata-se de pessoa que admiro, que tem posições contrárias à Alca, e acho que neste instante em que o Presidente viaja para o mundo árabe e faz declarações um tanto quanto incitantes, V. Exª tem um perfil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Notem que o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto tem colaborado, em grande sintonia, com o Ministro Celso Amorim e o Presidente Lula, para estar assertivamente declarando os pontos consistentes com a exposição que o Embaixador Roberto Abdnur aqui fez do nosso diálogo com os Estados Unidos, o Mercosul e demais países.

Agradeceria se os Senadores Pedro Simon e Marcelo Crivella, além de votarem, pudessem fazer a contagem dos votos.

São quatro contagens.

Por favor, ainda falta o Embaixador Marcos Caramuru para as suas considerações finais.

O SR. MARCOS CARAMURU – Eu queria primeiramente reiterar o meu compromisso de buscar, o mais possível, o espaço para a presença econômica e comercial brasileira na Malásia. Acho que toda política econômica externa que tenha a vocação e o desejo de ser uma política universal tem de buscar espaço nos países grandes e pequenos com o mesmo grau de interesse, com o mesmo grau de intensidade.

Acho que as oportunidades na Ásia, nesse particular, serão bastante promissoras. Na Malásia também serão promissoras, com as taxas de crescimento tão elevadas que a economia está apresentando. O desejo dos empresários da Malásia e também da própria política comercial malaia, de ampliar as parcerias entre empresários do País e empresários de outros países e, em terceiro lugar, com as oportunidades que a própria Malásia abre para algumas empresas com as quais já tive contato de avaliar e ampliar sua presença na região, a partir de bases em vários lugares e, em particular, na própria Malásia. Essa é a minha primeira observação.

A segunda observação que eu queria fazer, em resposta de alguma forma ao comentário do Senador Marcelo Crivella, é que há uma comunidade de brasileiros na Malásia, muito pequena, mas que merecerá por parte da Embaixada uma atenção dedicada, uma política de portas abertas e o desejo de assistir essa comunidade da melhor maneira possível.

Como terceiro e último comentário, acho que uma boa política externa brasileira deve ter dois pilares: o primeiro, a defesa permanente dos interesses nacionais, a busca de mostrar o País na sua melhor forma, no que ele tem de melhor e, o segundo, credibilidade, que está muito associada às próprias políticas internas.

Acho que hoje em dia há certamente um consenso universal de que o País, para ter credibilidade, deve seguir a políticas que envolvam uma sólida política fiscal, uma política monetária compatível com inflação baixa, políticas sociais que façam sentido, que atendam a população, respeito aos contratos e aos compromissos internacionais.

Tenho muito confiança na política econômica que está sendo seguida pelo Governo, como de resto por todas as demais vertentes da política do atual Governo. Acho que essa conquista, essa garantia de credibilidade é um ponto essencial, sobretudo para um País como o nosso, que ainda tem uma taxa de poupança baixa e que, para financiar o investimento e o crescimento, precisa contar com o investimento externo, precisa contar com a poupança externa e, portanto, para que ganhe e mantenha graus de credibilidade na área internacional, deve mesmo mostrar o seu compromisso forte e decidido, com políticas sólidas internas.

À parte isso, eu queria mais uma vez agradecer aos Senadores a demonstração de confiança que ouvi em alguns comentários à minha indicação. Espero também, como o Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, poder manter um canal aberto de diálogo e de presença nesta Comissão e nas Subcomissões desta Comissão, com o Presidente da Comissão, e não só buscar isso, mas poder atender a toda e qualquer demanda que possa ser dirigida a mim, como funcionário, como Embaixador, ou à Embaixada, nas suas funções regulares, no desempenho das suas funções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Com a palavra o Embaixador César Amaral.

O SR. CÉSAR AMARAL – Obrigado, Sr. Presidente. Desejo igualmente expressar minha disponibilidade para poder, na Jamaica, servir de canal para demandas a partir do Legislativo.

Considero relevante adicionar à minha breve apresentação também o empenho que espero poder demonstrar na defesa da comunidade brasileira, no interesse de pessoas físicas, mas que são fundamentais para o resguardo da comunidade brasileira.

Finalmente, desejo agradecer aos Srs. Senadores pelas expressões e manifestos de apoio e também pela antecipação da minha sabatina, de forma a poder ser submetido à apreciação do Plenário neste ano. Muito obrigado aos Srs. Senadores pela gentileza.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur pede ainda uma breve palavra.

O SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR – Apenas 30 segundos, Sr. Presidente, para agradecer vivamente pela atenção, pelo tempo dedicado pelos Srs. Senadores em meio a tanto trabalho e tantas responsabilidades.

Deixei de comentar – não tenho, naturalmente, no momento, condições de reagir de maneira mais precisa e específica –, mas considero muito louvável e muito interessante a sua iniciativa de definição de certos parâmetros para negociação econômica pelo Brasil no plano internacional.

Vejo isso com muito interesse porque sou muito favorável a um maior envolvimento do Legislativo em questões de política externa. Devo dizer que também, de outro lado, vejo isso com certos cuidados pela necessidade de evitar que um texto legal, portanto compulsório, de implementação compulsória, amarre indevidamente ou venha a impor limites, digamos, não-factíveis ou não realistas aos negociadores brasileiros, que precisam ter margem de flexibilidade. Mas estou seguro de que no diálogo entre V. Exª e esta Casa, de um lado, e o Ministro Celso Amorim e o Itamaraty de outro, chegar-se-á a um texto que, ao mesmo tempo, reforçará o papel do Legislativo nessas negociações sem de modo algum desmerecer ou prejudicar a liberdade de atuação do Executivo no cumprimento de seu mandato constitucional.

Queria, finalmente, felicitar vivamente V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, pelo papel que vem desempenhando na promoção da idéia da renda básica, da renda mínima, inclusive com viagens internacionais. Entendo que se aproxima o momento de aprovação de um importante projeto de lei nesse sentido, isso é um fato de imensa repercussão e imenso significado para o Brasil, e me alegro de poder estar aqui compartilhando este momento com V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado.

Informo que o Professor Kevin Boyle, do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Essex, que foi o principal assessor de Mary Robinson no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, fará uma palestra amanhã às 8 horas e 45 minutos, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, Podem as Nações Unidas fazer mais pelos direitos humanos?, e os Srs. Senadores são convidados, no Programa de Mestrado e Direito na Universidade de Brasília.

Está adiado o Item 4, projeto de lei, para a próxima reunião. E eu pergunto aos Srs. Senadores o resultado da votação?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Os três foram aprovados por unanimidade. Dezesseis a zero e nenhum em branco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E também o quarto indicado para...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Os quatro. Perdão! Os quatro estão aprovados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Então cumprimento aos Srs. Embaixadores e agradeço pela atenção.

Está esgotada a nossa Ordem do Dia e encerrada a sessão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 14h e 18min.)

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e três, às nove horas.

Às nove horas do dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Rodolpho Tourinho, Jefferson Péres, Aelton Freitas, Eduardo Azeredo,

Sibá Machado, Mozarildo Cavalcanti, Fátima Cleide, Hélio Costa, Pedro Simon, Tião Viana, Fernando Bezerra e Luiz Otávio. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta: **Item um:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 855, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001". O Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator da matéria, faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa-se ao **Item dois:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 856, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para o Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002". O Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senhor Senador Rodolpho Tourinho Que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa-se ao **Item três:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 857, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto da Decisão CMC nº 17/02, do Conselho do Mercado Comum, que altera a Decisão CMC nº 1/98, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da XXIII Reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002". O Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Eduardo Azeredo, Que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa-se ao **Item quatro:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 891, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico, celebrado em Wellington, em 3 de outubro de 2001". O Presidente designa Relator "Ad Hoc", Senador Pedro Simon, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa-se ao **Item cinco:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 893, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Décimo primeiro protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevidéu, em 19 de junho de 2001". O Presidente designa relator "Ad Hoc" o Senhor Senador Jefferson Péres, que faz a leitura do parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa-se a apreciação da **Extra-pauta; Item um**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 859, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita, entre os Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000". O Presidente designa relator "Ad Hoc" o Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti, que faz a leitura do parecer favorável. Faz uso da palavra o Senhor Senador Eduardo Azeredo. Não havendo mais quem queira discutir, o Projeto é aprovado. Passa-se ao **Item dois:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 892, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003". O Relator, Senador Sibá Machado, faz a leitura do parecer, favorável. Fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Azeredo e Jefferson Péres. Não havendo mais quem queira discutir, o Projeto é aprovado. **Item três:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 895, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos "projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica" (PN 2001.6657.9) e "Amazônian Regional Protected Areas – ARPA – (PN 2002.6551.2), concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003". O Senador Rodolpho Tourinho, Relator do projeto, faz a leitura de seu parecer, favorável. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Hélio Costa, Eduardo Azeredo e SIBÁ MACHADO. Não havendo mais quem queira discutir, o Projeto é aprovado. O Presi-

dente faz a leitura da carta da Embaixadora dos Estados Unidos da América, Donna Hrinak, referente à viagem da Doutora Márcia Barbosa. Faz uso da palavra o Senhor Senador Jefferson Péres. Aproveitando a oportunidade, o Senhor Senador Hélio Costa anuncia que já agendou, junto com o Senador Marcelo Crivella e o Deputado João Magno, uma visita aos brasileiros presos nos estados do Texas e Arizona, nos Estado Unidos da América. Faz uso da palavra o Senhor Senador Eduardo Azeredo. Em seguida, o Presidente informa sobre Audiência com o Ministro Celso Amorim, onde reiterará a sugestão da Embaixadora Norte-Americana. Em seguida. O Presidente apresenta um Requerimento, que só poderá ser apreciado em fevereiro, sobre a prisão do ex-presidente do Iraque Saddam Roussein. Tecem comentários sobre o assunto os Senhores Senadores: Hélio Costa, Jefferson Péres, Pedro Simon, Eduardo Azeredo e Demóstenes Torres. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Primeira Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Extraordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e três, às nove horas e trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo **quorum** regimental, declaro aberta a primeira reunião ordinária, da segunda sessão legislativa extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto à comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem deacordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Dispensada.

Passamos agora à apreciação das matérias da pauta.

Item 1. Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2003, que aprova o texto do acordo de assistência mútua, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, para a prevenção, investigação e combate à infrações aduaneiras, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001.

Passo a palavra ao relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, para ler o seu parecer, que é favorável.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, vou passar diretamente ao voto.

O texto do acordo de assistência mútua, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, para a prevenção, investigação e combate das infrações aduaneiras, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001, não apresenta vezo de inconstitucionalidade ou injuridicidade.

Opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2.

Projeto de Decreto Legislativo nº 856, que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional, para o prosseguimento de estudos de pós-graduação das universidades dos Estados-parte do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.

Relator: Senador Marcelo Crivella.

Solicitaria ao Senador Rodolpho Tourinho a gentileza de ler o parecer como relator **ad hoc**.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, esta comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2003, que aprova o texto do protocolo de integração educacional para o prosseguimento de estudos de pós-graduação nas universidades dos Estados-parte do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em dezembro de 2002.

O protocolo em tela fortalece os vínculos educacionais existentes entre os Estados-parte do Mercosul e da Bolívia, possibilitando o incremento da pesquisa conjunta e contribuindo para o processo de integração entre os países signatários.

Dessa maneira, promove-se o desenvolvimento científico e tecnológico do Cone Sul condição fundamental para a modernização dos países da região.

Visa também o protocolo, segundo esclarece o seu preâmbulo, formar uma base de conhecimento científico, de recursos humanos e de infra-estrutura institucional, para apoiar o processo de tomada de decisões estratégicas do Mercosul.

Destaca-se a reedição do art. 4º ao protocolo, segundo o qual os títulos reconhecidos pelos organismos competentes dos Estados-parte, não habilitam o exercício da profissão. O dispositivo é de todo pertinente, tendo em vista a assimetria existente entre os currículos universitários na região.

Resguarda-se, portanto, o interesse de proteção dos destinatários de serviços profissionais.

Por todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Decreto Legislativo nº 856.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 3.

Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 857, de 2003, que aprova o texto da decisão do CMC, de 17 de fevereiro, do Conselho do Estado Comum, que altera decisão do CMC nº 198, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro, de 2002.

Relator: Senador Marcelo Crivella.

O parecer é favorável.

Solicito ao Senador Eduardo Azeredo, se puder, para ler o parecer, como relator **ad hoc**.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o diploma legal em apreço foi submetido ao exame preliminar da representação brasileira, na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que emitiu relatório favorável à sua aprovação pelas demais comissões técnicas do Congresso Nacional.

Foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 30 de outubro de 2003, tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

A citada decisão regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, o nome, sigla e emblema do bloco, condicionando a sua utilização à prévia autorização das autoridades competentes.

Tais exigências revelou-se de difícil operacionalização no Brasil em virtude das dimensões do território Nacional.

O instrumento em tela estabelece que os símbolos do Mercosul poderão ser utilizados sem prévia autorização por pessoas físicas e jurídicas nacionais dos Estados-parte do Mercosul desde que de forma compatível com os objetivos do tratado de assunção e com as diretrizes estabelecidas em seus artigos 4 e 5.

No caso específico das sociedades comerciais, deverão ser observados os requisitos como o que é falado no Mercosul, não seja utilizado isoladamente, mas formando parte da denominação e da razão social; que essa denominação tenha relação com o objetivo social e que não seja utilizada de maneira enganosa que induza a erro ou confusão com os organismos oficiais.

O art. 6º dispõe que cada Estado-parte assegurará, de acordo com sua legislação, a adoção de medidas para coibir o uso indevido do símbolo do Mercosul e, para tanto, os Estados-parte estenderão e assegurarão aos símbolos do Mercosul proteção equivalente à conferida aos símbolos nacionais nos respectivos ordenamentos jurídicos internos, o que se refere a sanções pelo descumprimento do disposto na referida decisão.

A análise é favorável. Lerei rapidamente.

O ato internacional em exame vem equacionar a dificuldade gerada por decisão anterior do Conselho do Mercado Comum, a qual exigia a prévia autorização das autoridades competentes para o uso dos símbolos do Mercosul, exigência essa, como dito anteriormente, que se mostrou de difícil operacionalização, em virtude das dimensões do Território brasileiro.

Por outro lado, entendemos que a ampla disseminação dos símbolos do Mercosul muito contribui para consolicar a identidade do bloco junto às populações dos quatro Países-membros e para formar a consciência regional.

Destaca a exposição de motivos do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores que, uma vez incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, a decisão que ora apreciamos alterará o Decreto nº 1.800 de 1996, que, com a redação dada pelo Decreto nº 3.344 de 2000, veda, no Brasil, o registro de empresas mercantis com nome que inclua ou reproduza em sua composição siglas ou denominações de organismos internacionais.

Por todo o exposto, o voto é favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 857 de 2003 que aprova o texto da Decisão CMC 17-02 do Conselho do Mercado Comum, que, por sua vez, altera a Decisão CMC 1 de 1998, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul, aprovada por ocasião da 23ª reunião do referido órgão do Mercosul, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4.

Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2003, que aprova o acordo entre o Governo do Brasil e da Nova Zelândia sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo, militar e técnico, celebrado em Wellington, em 3 de outubro de 2001. Relator: Senador João Ribeiro.

Peço ao Senador Pedro Simon a gentileza de, como Relator **ad hoc**, ler o parecer do Senador João Ribeiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 891, que aprova o texto do acordo que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo, militar e técnico, celebraram em Wellington, em 3 de outubro de 2001.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada. Enviada ao Senado Federal, a matéria foi distribuída a esta Comissão.

Visa o ato internacional em tela permitir que os dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo, técnico ou militar de uma das partes signatárias, designados para exercer missão oficial na outra, como membro da missão diplomática, repartição consular ou missão permanente do Estado-creditante junto à organização internacional sediada no Estado-acreditado e por ele reconhecida, poderão ser autorizados a exercer atividade remunerada no Estado-acreditado.

Entretanto, à luz do que dispõe o art. 1º, a autorização para que os dependentes exerçam atividade remunerada no Estado-acreditado tem por base o princípio da reciprocidade.

Segundo o art. 2º, são considerados dependentes: o cônjuge, o companheiro permanente, os filhos solteiros menores de 21 anos, os filhos solteiros de até 25 anos que estejam estudando em curso de horário integral e que propicie qualificação substantiva em uma universidade ou centro de ensino superior reconhecido por cada Estado e filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

O art. 5º contém também dispositivo estabelecendo que a autorização para o exercício de atividade remunerada terminará tão logo cesse a condição de dependente-beneficiário da autorização ou da data em que as obrigações contratuais tiverem sido cumpridas ou, ainda, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente.

O art. 6º determina que a autorização mencionada supra não considerar ao beneficiário o direito de residir no Estado-acreditado, uma vez terminada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente.

O art 8º contém ressalva segundo a qual o acordo interno não implicará o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior, o que é de todo conveniente, em virtude das disparidades dos parâmetros que regem os diversos países e haja visto o fato de que essa matéria é disciplinada em tratados internacionais específicos.

O parecer é favorável, Sr. Presidente. É uma matéria da maior importância, do maior significado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – As SRAs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item nº5, 893/2003, Projeto de Decreto Legislativo que aprova o Décimo Primeiro Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica 36, firmado entre os Governos dos Estados do Mercosul e do Governo da Bolívia.

Senador Arthur Virgílio é o relator. Peço a gentileza do Senador Jefferson Péres para ler o parecer favorável, como relator **ad hoc**.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A principal inovação introduzida pelo ato internacional em exame, em relação ao antigo regime de solução de controvérsias do ACE 36, consiste na adoção de um procedimento arbitral, ao qual qualquer das partes poderá recorrer caso não haja sido possível solucionar a controvérsia por meio dos instrumentos previstos nos capítulos II e III, ou seja, respectivamente pela via de negociações diretas e pela intervenção de comissão administradora ou ainda quando hajam vencidos os prazos previstos naqueles capítulos sem que tenham sido cumpridos os trâmites correspondentes.

O autor do parecer ainda faz ainda algumas considerações, sua análise para concluir: Em face do todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação

do projeto de Decreto Legislativo nº893/2003, que aprova o Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica 36, firmado entre os Governos dos Estados parte do Mercado Comum do Sul, Mercosul, e o Governo da República da Bolívia, concluída em Montevideo em 19 de junho de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pauta extra, Item 1. Projeto de Decreto Legislativo 859, de 2003, aprova o texto acordo sobre benefício de Justiça gratuita, assistência jurídica gratuita entre os Estados do Mercosul, celebrado em Florianópolis em 15 de dezembro de 2000. Relator o Senador Antonio Carlos Magalhães. Parecer favorável.

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti a gentileza, como relator **ad hoc**, de relatar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, do ponto de vista do processo de integração do Mercosul, o acordo em tela reveste da maior importância pois incentiva o desenvolvimento do marco jurídico comum entre os Estados parte, contribuindo para o fortalecimento do processo de integração em curso.

A sistematização das normas existentes na região sobre o benefício da Justiça gratuita e assistência gratuita em um corpo único de normas fortalece ao mesmo tempo os mecanismos de cooperação de jurisdicional na região.

O acordo em pauta atende ademais a dispositivos da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos ao permitir ao mais necessitados efetivo acesso à Justiça.

Voto. Em face de todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº859, de 2003, que aprova o texto do Acordo sobre benefício de Justiça gratuita, assistência jurídica gratuita entre os Estados parte do Mercosul, celebrado em Florianópolis em 15 de dezembro de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero apenas registrar com muita satisfação essa discussão que estamos fazendo aqui, porque, sem dúvida alguma, a falta de direito elementar à defesa a algum cidadão brasileiro que esteja fora do País é uma questão com a qual não podemos conviver. Esse assunto, portanto, traz uma visão de grande importância para que os Estados-partes possam ter esse atendimento gratuito, aqueles que assim precisarem. Portanto, gostaria apenas de registrar a importância. Sou sempre muito preocupado com a questão da justiça no Brasil. Onde estão as Defensorias Públicas, que exercem um papel fundamental no País, no atendimento às pessoas que necessitam da Justiça sem poderem por ela pagar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Também manifestamos a importância desse entendimento.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2 da pauta extra:

Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 892, que aprova o texto do acordo entre o Governo do Brasil e da Bolívia, para a construção de uma ponte sobre o rio Acre, nas proximidades da cidade de Brasiléia e Cobija, assinada em Brasília, em 28 de abril de 2003. O Relator, Senador Sibá Machado, emitiu parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, esta proposição chega num momento muito importante, quando o Brasil está passando por investidura no sentido de uma nova relação econômica, social e cultural com os países da América do Sul, e a fronteira tem sido na Amazônia um dos principais problemas preocupantes para a defesa nacional, porque, em alguns pontos de nossa fronteira, tem-se assistido a situações como o período da entrada de guerrilha, o problema do narcotráfico e assim por diante.

Na Bolívia, há uma situação muito tranqüila no que diz respeito à cidade de Brasiléia com a cidade de Cobija, que é a capital de Pando naquele país. Louvamos a iniciativa do Governo Lula de materializar cada vez mais esta integração.

Lembro, ainda, que a ponte vai favorecer muito o intercâmbio comercial dos Estados do Centro-Oeste com Rondônia e principalmente com o Estado do Acre.

Estamos buscando incessantemente essa interligação do Brasil, uma saída pelo Pacífico via Bolívia ou Peru ou quem sabe até os dois. Nesse sentido, procedo à leitura apenas do voto, já conhecido de todos, que é pela aprovação do Projeto de Decreto Le-

gislativo nº 892, de 2003, para o qual peço a atenção de todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria apenas de solicitar um esclarecimento do Senador Sibá Machado não quanto ao mérito, pois acredito que todos nós estamos de acordo com a necessidade de infra-estrutura, especialmente de ligar as regiões de fronteira aos países vizinhos, com a perspectiva de saída para o Pacífico. Entretanto, existe um questionamento com relação ao art. 4º.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Esse dispositivo já foi modificado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não existe o art. 4º?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Sibá Machado está retirando a observação no novo relatório.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estamos retirando essa observação, que já está devidamente contornada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pois é, mas no voto – creio que ocorre o inverso – está-se aprovando como está o decreto. Meu questionamento é justamente com relação ao art. 4º.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Relator apresentou um novo relatório substituindo esse questionamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Este voto aqui não ressalva isso. O voto que está valendo é este?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Foi distribuído um novo voto em que não existe a ressalva. Originalmente, havia, mas S. Exª acaba de apresentar um novo relatório em que isso não consta.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pois é, mas não é o inverso? Quer dizer, estou questionando o art. 4º, que realmente prevê que é uma obra de um outro país, mas que está sendo paga pelo governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas já estava feito o acordo. O Senador Sibá Machado, porém, vai esclarecer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Só peço-lhe uma explicação, Senador, porque eu estaria de acordo com a primeira versão, porque me estranha realmente que o Estado seja obrigado a pagar por uma decisão da União, ainda que seja Estado amigo do Partido do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Provavelmente, houve entendimento com o Governador Jorge Viana, mas o Senador Sibá Machado vai esclarecer as coisas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Haverá uma compensação em outras obras de saúde?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em todas as obras do Governo no Estado do Acre, principalmente as rodovias federais, sempre houve essa parceria muito forte com o Governo do Estado. Em alguns momentos, o Governo tem cumprido algumas dessas obrigações. No caso da ponte, até mesmo para acelerar os processos e para evitar um trâmite muito burocrático e a perda de prazo, este art. 4º veio a complementar que o Governo do Estado vai executar toda a obra, complementando o que for necessário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Bom, tudo bem, se o Governo estadual aceita pagar uma responsabilidade que seria do Governo Federal, só esperamos que o Governo Federal depois retribua ao Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, com o devido respeito ao Senador Eduardo Azeredo, haja ou não compensação, seja ou não bom para o Acre, se o Governo do Acre aceitou, eu é que não questionarei isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Deve ter havido um entendimento ali.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 3:

Projeto de Decreto Legislativo nº 895, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos: Demonstrativo Grupo A, PDA, Subprograma Mata Atlântica e Amazonia Regional Protected Areas – ARPA, concluídos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003. O Relator é o Senador Rodolpho Tourinho. Ressalto que a Ministra Marina Silva pediu até mesmo o empenho do Senado Federal para que pudéssemos votar essa matéria ainda nesta semana.

Solicito ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho, que leia o relatório.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Em análise, Sr. Presidente, de acordo com a exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o preâmbulo do acordo em tela, o disposto no instrumento em análise refere-se a negociações intergovernamentais teuto–brasileiras sobre cooperação financeira e técnica, realizada nos dias 19 e 20 de novembro de 2001. Guarda paralelo com o Acordo sobre Cooperação Financeira para Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais de 1997 a 2000.

O acordo determina que a República Federal da Alemanha facilitará ao Governo brasileiro e suas entidades a obtenção de recursos não-reembolsáveis da ordem de 35.338.756,44 junto ao Instituto de Crédito para Reconstrução Alemã, em Frankfurt am Mein.

Tal soma será dividida em dois projetos relacionados ao Ministério do Meio Ambiente brasileiro: um destinado à proteção da Mata Atlântica; outro, relacionado à criação de áreas protegidas na Região Amazônia. O art. 2º do Acordo de Cooperação define que a GTZ, em contrato com o Instituto de Crédito de Frankfurt, desempenhará as funções de consultoria independente para a análise de aplicação de recursos para os projetos de preservação da floresta tropical mencionados.

Ressalta-se, igualmente, que o acordo de cooperação em questão, por seu art. 4º, estende-se a outras combinações financeiras não reembolsáveis, a serem repassadas pela Alemanha ao Brasil se forem constatadas outras necessidades para execução dos projetos beneficiados pelo acordo de cooperação.

Portanto, são inequívocos os benefícios ao meio ambiente brasileiro trazidos pelo presente acordo bilateral de cooperação financeira.

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2003, por sua conveniência e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é apenas para fazer um apelo na esperança de que esse acordo, tão bem elaborado e que certamente será tão importante para o Brasil, para a Mata Atlântica e para o meu Estado, entre outros, não prejudique o trabalho social que essa agência extraordinária alemã faz no Brasil, a qual, nos últimos anos, investiu, inúmeras vezes, em grandes e em pequenas cidades, em comunidades carentes, principalmente na recuperação de meninos de rua e jovens.

É a primeira vez que vejo um projeto tão grande feito por meio de um convênio com essa agência, que se destaca no Brasil pelo seu trabalho social. Minha única esperança é que continuem a obra social também. Proteger a Mata Atlântica é muito importante, mas proteger as crianças pobres e carentes do Brasil talvez seja tão importante quanto.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Concordando com o Senador Hélio Costa, quero cumprimentar o trabalho que a GTZ realiza no Brasil, especialmente lá no nosso Estado de Minas Gerais.

Sobre essa questão aqui me parece que exatamente há um avanço a mais nas atuações da GTZ: trata-se de uma doação de 35 milhões. Uma boa parte desses recursos já foi objeto de assinatura de convênios em Minas Gerais, com a presença da Ministra Marina Silva. Esses recursos, na verdade, são até de um período anterior. Mas, no período do Governo anterior, não foi possível, no caso de Minas Gerais, a participação nesse projeto, com seis milhões de Euros, que, na época, Minas Gerais não pode utilizar.

Na verdade, está retornando a utilização, no caso de Minas Gerais, desses recursos, agora já assinados. Dessa maneira, dou os cumprimentos ao Governo Federal, por ele estar avançando, e ao Governo de Minas Gerais, de Aécio Neves, por haver restaurado um projeto que havia ficado parado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) apenas para lembrar que sou uma testemunha ocular do sucesso desse Programa, que, já há algum tempo, atua na Amazônia, o PDA, na Amazônia. Devo dizer aos Senadores de minas Gerais, como aos de todos os Estados que compõem a Mata Atlântica, que S. Exªs poderão dispor de experiências, na sociedade em geral, que possa aplicar projetos de desenvolvimento econômico em áreas até então tidas como desassistidas pelo Poder Público. Eu somente tenho aqui de parabenizar a Ministra e o Relator, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Eu informo a todos os Srs. Senadores que, em novembro último, o Senador Eduardo Azeredo, e depois também o Senador Hélio Costa, se pronunciaram para aprovarmos um requerimento, para que pudéssemos enviar à Embaixada dos Estados Unidos, à Embaixadora Donna Herinak, um posicionamento crítico sobre o que ocorreu com a Drª Márcia Barbosa, quando ela viajou ao Texas, em 19 de outubro. Sobre esse assunto, a Embaixadora Donna Herinak enviou-nos uma carta que passo a ler, dada a relevância desta matéria, já que, conforme aquele dia, tinha havido, conforme tínhamos exposto, naquele dia, nesta Comissão, inúmeros casos relacionados ao problema ocorrido:

"Sr. Senador, agradeço a oportunidade concedida à Embaixada dos Estados Unidos de responder à carta referente à viagem da Drª Márcia Barbosa Dalas, Texas, no dia 19 de outubro, para participar de um Congresso médico em Clevelend, Ohio.

Embora segundo a legislação dos Estados Unidos, não possa comentar detalhes deste ou de qualquer outro caso específico de visto, a Embaixada lamenta profundamente o incidente e a inconveniência causados à Drª Barbosa. Quem viaja entre os Estados Unidos e o Brasil deve portar o visto adequado ao tipo da visita. Tanto os Estados Unidos como o Brasil fazem distinção entre viagem de turismo e de negócios, embora nem todos os países o façam. Muitos brasileiros, ao serem informados da taxa adicional para o visto de negócios, acabam solicitando apenas o visto de turismo.

Muitas pessoas, então, tentam utilizar vistos de turismo, para entrar nos Estados Unidos a negócios, desde os ataques terroristas de 11 de setembro, nos Estados Unidos, inspetores nos portos de entrada do País têm sido mais criteriosos no sentido de assegurar que o viajante tenha em seu passaporte o visto correto, ou seja, que ele corresponda ao real propósito de sua visita aos Estados Unidos.

Ao tentar utilizar o visto inadequado para visitar os Estados Unidos, os viajantes são, às vezes, impedidos de entrar no País. Como as taxas de visto são cobradas, com base no princípio da reciprocidade, a Embaixada dos Estados Unidos vem negociando com o Governo Brasileiro a eliminação da taxa de US$ 60 exigida de quem viaja a negócios ao Brasil.

Como temos sugerido em diversas ocasiões, o Governo norte-americano está disposto a eliminar todas as taxas recíprocas, excluindo aquela necessária ao processamento dos pedidos de visto, que é atualmente de US$ 100, se o Governo do Brasil concordar em fazer o mesmo.

A Embaixada dos Estados Unidos acredita que as taxas recíprocas constituem impedimento desnecessário para a liberdade de viagem aos nossos países. Se a taxa recíproca de visto de negócios fosse eliminada, poderíamos emitir rotineiramente vistos combinados de turismo e de negócios – B1, B2 – para todos os brasileiros, independentemente do motivo da viagem ser de negócio ou de turismo. A medida reduziria imediatamente a possibilidade de surgirem outros casos, como o que envolveu a Dr. Barbosa.

Em relação ao tratamento recebido por brasileiros em portos de entrada nos Estados Unidos, estrangeiros impedidos de entrar no País são geralmente mantidos sob custódia, até que o vôo seguinte os leve de volta aos seus países de origem. Embora as acomodações sejam espartanas, as pessoas sob custódia têm geralmente permissão para fazer telefonemas e têm sempre acesso à comida, à água e outras necessidades básicas.

V. Exª pode ter certeza de que a Embaixada dos Estados Unidos considera esses incidentes muito seriamente e está trabalhando ativamente para evitá-los no futuro. O Departamento de Estado já entrou em contato com o Departamento de Segurança Nacional em relação ao tratamento recebido por brasileiros no Aeroporto de Dallas. Por outro lado, estamos trabalhando junto às companhias que operam vôos do Brasil para os Estados Unidos no sentido de que se assegurem que seus passageiros viajem com o tipo adequado de visto. Também estamos trabalhando com a imprensa para divulgar os procedimentos que envolvem a solicitação de visto. Além de todos esses esforços, estamos dando prosseguimento às nossas negociações com o Governo brasileiro para abolir as taxas de visto cobradas reciprocamente.

Agradeço a gentileza de trazer o caso da Drª Barbosa à nossa atenção. Continuaremos a fazer todo o possível para evitar ocorrência desse tipo de incidente. Atenciosamente, a Embaixadora Donna Hrinak.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Eu quero fazer um ligeiro comentário. Se os termos da carta da Embaixadora são verídicos, e eu acredito que sejam, duas coisas chamam a atenção. Em primeiro lugar, essa taxa adicional de US$60 para quem viaja a negócios – é uma taxa de RS$100 para o pedido de visto e mais US$60 se a viagem for a negócio – só existe, segundo a Embaixadora, porque o Brasil, o Governo brasileiro se recusa a abrir mão da taxa semelhante para quem viaja dos Estados Unidos ao Brasil a negócios. Segundo a Embaixadora, se o Governo brasileiro concordar, os Estados Unidos, pelo princípio da reciprocidade, eliminariam a taxa. Portanto, nós é que não queremos a eliminação.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, os turistas brasileiros precisam entender que os americanos têm, como todos os povos saxônicos de modo geral, o culto à lei. Lei é para ser cumprida. Quem se isenta da taxa de US$60 declarando viajar a turismo e lá tenta fazer qualquer coisa que não seja passeio, vai ter problemas, Sr. Presidente, porque lei, lá, é para valer. De forma que é muito esclarecedora a carta da Embaixadora.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Hélio Costa tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu vou um pouquinho além da preocupação expressa pelo ilustre Senador Jefferson Péres. Acho que nós devíamos submeter ao Itamaraty primeiro a abolição pura e simples dessas taxas, tanto para o turista quanto para aqueles que vão a negócios aos Estados Unidos. Eu acho totalmente desnecessária a imposição dessas taxas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Há uma parte que deve ser de custo administrativo de procedimento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sim, mas não é de US$100. Evidentemente que seria muito menos do que US$100. Antigamente não existia taxa nenhuma, depois criou-se uma taxa.

Eu acho que isso aí dificulta a relação entre países. Evidentemente que prejudica aqueles que já estão indo – como se diz – com o mínimo **minimorum** para poder fazer uma viagem, seja de turismo ou a negócios. E certamente leva a essa situação criada com a chegada da Drª Márcia Barbosa aos Estados Unidos com o visto de turista para participar de um congresso. E a interpretação que se deu na alfândega, no momento que ela entrava, é de que ela estava a negócios. Muito bem. Um pouco falta de boa-vontade também, porque se quisessem trocavam o visto dela na hora, ali mesmo no aeroporto. Mas cumpriu-se a lei, como disse o Senador Jefferson Péres.

Bem, a solução é a proposta que se faz. Até porque eu vejo, aqui no Item 3 da carta da Embaixadora Hrinak, que ela diz: "Como temos sugerido em diversas ocasiões, o Governo americano está disposto a eliminar todas as taxas recíprocas, excluindo aquela necessária ao procedimento de pedido de visto, que é atualmente de US$100, se o governo do Brasil concordar em fazer o mesmo. Muito bem, certamente, se concordarmos, ela retira, o governo americano retiraria a taxa de 60 dólares.

Mas, conforme disse, iria além, porque o que estamos fazendo, na realidade, é impedindo que aumente o fluxo de turistas dos Estados Unidos ao Brasil e, até mesmo, de negócios. Talvez a comparação seja feita com o seguro de saúde. A gente faz seguro de saúde é para não usar. Aqui, infelizmente, está parecendo que a reciprocidade é assim: se eles estão cobrando, nós também vamos cobrar. Mesmo que eles cobrassem, ainda seria vantajoso para o Brasil não cobrar. Agora, pela reciprocidade, lamentável, idiota, às vezes, estão cobrando então também vamos cobrar. Ora, é evidente que também temos interesse em trazer turistas americanos aqui. Quanto mais facilitarmos a vinda desses turistas, melhor. Agora, se vamos colocar todas as barreiras, imagina o que está acontecendo, hoje, entre Brasil e Estados Unidos. Está acontecendo o oposto, no momento, por causa do 11 de setembro. Quem vai viajar para os Estados Unidos passa por uma verdadeira maratona, quer dizer, já começam sem saber se consegue o visto, seja médico, advogado, professor, não interessa. Você chega lá, aparece um idiota de um funcionário americano e dá um carimbo no seu passaporte e olha para a sua cara e diz que você não entra, sem lhe dar nenhuma explicação. Depois é que vem a explicação.

Agora, é uma situação especial. Estamos vivendo um pós 11 de setembro, que entendo perfeitamente a preocupação do governo americano com a entrada de qualquer cidadão no seu território. Mas, evidentemente, que o histórico do Brasil com os Estados Unidos, as relações entre Brasil e Estados Unidos, não permitem mais coisas dessa natureza. Conversei, longamente, com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, Senador Jeffeson Péres, a cerca de duas semanas, exatamente sobre esse caso da Drª Márcia Barbosa, porque o que aconteceu com ela foi rigorosamente o que está exposto aqui na carta da embaixadora. Ela chegou e disse, à entrada, que iria participar de um congresso, certamente estava com o visto errado, porque

tinha um visto de turista. Cumpriu-se a lei, ela teve que retornar ao Brasil. Quer dizer, não há nada que se possa fazer, nesse caso. Agora, por quê? Por causa de imposições brasileiras, se eles querem retirar a taxa, retiramos a nossa também.

E quero, também, aproveitar essa oportunidade, Sr. Presidente, para indicar que, depois de dois adiamentos sucessivos, quando fomos solicitados pela liderança do governo e, também, pela própria Casa para que permanecêssemos para a votação das reformas importantíssimas, que acabamos de votar no Plenário do Senado, tanto a Reforma da Previdência, quanto a Reforma Tributária, agora, conseguimos acertar com as autoridades americanas os dias, entre 5 e 10 de janeiro, para fazermos as visitas, que estavam programadas, às prisões e, certamente, às penitenciárias e às casas de detenção, em dois estados americanos, no Texas e no Estado do Arizona, onde 922 brasileiros estão presos. E sei que estão ansiosos, todas as famílias têm estado permanentemente ao telefone. Eu talvez tenha recebido mais de 200 telefonemas, nesses últimos 30 dias, desde o instante em que anunciamos que iríamos lá, numa tentativa de trazer de volta esses brasileiros, porque 349 deles já foram ouvidos pelos juízes e já podem voltar, estão apenas aguardando o procedimento de retorno, que seria o repatriamento, para não dizer, expulsão do país. E, agora, iremos esperar que os 922 possam voltar.

Então, estou indo com o Senador Marcelo Crivella e com o Deputado João Magno, que é do PT de Minas Gerais, da região do Vale do Aço, especificamente da cidade de Patinga, que fica próxima a cidade de Governador Valadares, que é onde detectamos a procedência do maior número desses brasileiros que estão detidos na região sul dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Queria informar que V. Exª e o Senador Marcelo Crivella contam com total respaldo dessa Comissão, de todos nós, nessa missão tão importante. Senador Eduardo Azeredo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na verdade, se V. Exª me permite, foi até por sugestão de V. Exª e desta Comissão de Relações Exteriores, que tomamos a iniciativa de propor a viagem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, como autor do requerimento a respeito da viagem da Drª Márcia Barbosa, quero registrar a importância da resposta da Embaixadora dos Estados Unidos sobre esse assunto. Certamente a Drª Márcia não obteve o visto de negócios, não foi para burlar o pagamento de 60 dólares, pela sua situação financeira, certamente não foi isso... Posso afirmar que foi por desconhecimento, daí a importância do último parágrafo em que a Embaixadora disse estar providenciando junto às empresas aéreas e junto à imprensa essa divulgação, ou seja, de que existe uma necessidade de visto especial para o congresso. Se a Drª Márcia tivesse preenchido como se estivesse a turismo, teria passado e entrado nos Estados Unidos. Seu erro, em termos processuais, foi o de ter sido sincera quando informou que iria, também, a um congresso, além de fazer algum turismo. Então, esta é a questão que me parece mais grávida. Houve uma rigidez excessiva, porque se existia um visto de turismo válido e o objetivo era um congresso, não o de trabalhar nos Estados Unidos, também não era uma viagem de negócio, no sentido claro da palavra, apenas um congresso que não se trata especificamente de um negócio, pois é uma situação um tanto quanto mais híbrida. Considero, portanto, que a resposta é satisfatória e poderíamos, então, encaminhar um pedido ao Itamarati para que acelere a discussão sobre a taxa. Mas nesse caso específico, tenho certeza de que não foi a existência de taxa, mas o desconhecimento da necessidade de um visto especial quando se trata de congressos, ao invés de apenas ter sido um visto de turista. A providência de divulgação será muito adequada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero informar aos Srs. e SRAs Senadoras que, hoje às 17 horas, terei uma audiência com o Ministro Celso Amorim. Em tendo ouvido o sentimento consensual dos Srs. Senadores, levarei a cópia deste ofício da Embaixadora Donna Hrinak e, com a recomendação da Comissão, que possa haver, de fato, esse entendimento para a eliminação da taxa de turismo. Teríamos, então, concluído os itens da pauta, mas como surge um fato de extraordinária relevância e de repercussão mundial, gostaria de trazer uma reflexão aos Srs. Senadores. Refiro-me à prisão do ex-Presidente Saddam Hussein do Iraque e o que a ele se sucederá. Na Convocação Extraordinária, está explicitado que não poderíamos estar aqui, como item de pauta, a incluir outros temas que não fossem os acordos internacionais e o previsto na convocação extraordinária. Então, imaginei de hoje fazer um requerimento sobre o assunto. Como não podemos votá-lo, podemos, pelo menos, ler um requerimento e refletir a respeito. Posteriormente, votaremos ao retornarmos em fevereiro. Então, formularia uma sugestão para que todos possam, eventualmente, também fazer o seu pronunciamento. Contudo, este requerimento só poderá ser

examinado em fevereiro. Em princípio, a idéia – mas pode ter a colaboração de todos – seria:

"Requeremos nos termos regimentais que o Senado Federal manifeste-se junto ao governo dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e junto ao governo Provisório do Iraque, bem como junto à Organização das Nações Unidas, no sentido de se garantir ao ex-Presidente do Iraque, Saddam Hussein, recentemente capturado, o direito a julgamento por Corte Internacional, excetuando-se a possibilidade de uso da pena de morte."

Seria apenas isso. Senador Hélio Costa quer se pronunciar?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Tenho algumas reservas com relação a essa colocação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª quer a pena de morte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não, necessariamente. É uma situação constrangedora. Por mais que eu queira me solidarizar com V. Exª no que diz respeito à pena de morte... Sou basicamente contra a pena de morte. Creio que este homem tem uma vida pautada pela transgressão de todos os acordos internacionais, todas as leis. Feriu todos os direitos humanos. Foi um dos ditadores mais sanguinários que a história registrou e, de repente, porque ele aparece acuado, barbado, sujo na hora da prisão, ficam todos com pena do ditador.

Essa é a idéia que todos tiveram lamentavelmente, porque fizeram uma bobagem. Aquela foto talvez nem tivesse que ter sido publicada, porque gerou este tipo de sentimento: ter pena de um ditador sanguinário.

Confesso a V. Exª que eu gostaria, sim, de ver aquilo que o Papa João Paulo II falou há três dias. É rigorosamente o que deve ser feito: esta situação tem que ser cuidada, a partir de agora, pelas Nações Unidas.

Se os Estados Unidos tinham uma missão a cumprir, já cumpriram. Se queriam prender Saddam Hussein, está preso. Agora, por favor, que entreguem o comando dessas ações às Nações Unidas, para que possa fazer a transição para a democracia.

Acho fundamental nesse sentido. Ainda bem que não vamos poder votar hoje, porque, neste momento, Senador, eu, lamentavelmente não votaria com esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem, mas queria dizer que estou de pleno acordo com o que V. Exª propôs, que, de acordo, inclusive, com o apelo do Papa, possam os Estados Unidos transferir à ONU o quanto antes o processo para autonomia e soberania do Iraque.

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Presidente, vou na linha do Senador Hélio Costa. Sinto-me, ainda, sem condições de emitir uma opinião a respeito do seu requerimento, porque não sei se competirá ao povo iraquiano mesmo, como parecem querer os Estados Unidos, julgar um homem que dominou aquele País por mais de vinte anos, cometendo inúmeras atrocidades contra o seu próprio povo, ou se ele mereceria ir a uma Corte internacional, uma vez que li, ontem, que o Governo do Irã iria levar o caso à ONU, porque ele invadiu o Irã em 1980, travou uma guerra de oito anos contra o Irã.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT -AM) – Senador Pedro Simon, sempre ponho um pé atrás, como diziam os Estados Unidos. Os Estados Unidos não são uma pessoa. Eu, brasileiro, não tenho nada a ver com os brasileiros que escravizaram africanos há 150 anos. O que tenho com isso?

Então, quando vem dizer, com o apoio dos Estados Unidos. O Bush, hoje, deve dizer: o que eu tenho com o que os americanos e o Governo americano passado fizeram? Neste caso, são as pessoas, são os governos. O que é que o Lula tem a ver com o que fizeram os militares no Brasil? Dizia: foi o Brasil.

Não concordo com isso, não. O que os Estados Unidos fizeram no passado de errado, o Governo americano não tem nada a ver com isso. Com o apoio do Governo americano de então ou não, o Saddam Hussein invadiu o Irã, numa guerra de oito anos, Senador. Custou um milhão de vidas e, segundo o Governo iraniano, cerca de trezentas mil com armas proibidas; trezentos mil iranianos. V. Exª imagina o que são trezentas mil pessoas mortas? Com armas iranianas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Lá vem o Pedro Simon. Não interessa. Os culpados são os Estados Unidos. Se existisse o Governo americano no ano zero, a crucificação de Cristo teria a CIA por trás. Com absoluta certeza, Sr. Presidente.

É aquilo que o autor francês chamou o anti-americanismo obsessivo, mas também, se não fossem os Estados Unidos, ter-se-ia, talvez, a Gestapo, hoje, aqui. Correto.

Não julgo países, Sr. Presidente. Julgo pessoas, Governo. Culpar o Governo Lula pelo que fez o

Governo brasileiro no passado não é racional, mas se o Senador Pedro Simon pensa assim, continue pensando. Respeito a sua opinião e fico com a minha.

O Saddam Hussein é um bandido. O Saddam Hussein é um bandido, seja qual for o padrão de julgamento que se faça, Sr. Presidente.Ele invadiu, depois de oito anos de guerra contra o Irã, o Kuwait e anexou. Da Segunda Guerra Mundial para cá é o único caso no mundo, Senador Demóstenes Torres, ter invadido outro e anexado. Sabe por que foi a invasão e anexação do Kuwait? Porque o Kuwait havia emprestado dinheiro a ele antes e ele não queria pagar. Era um calote de US$20milhões que ele queria dar, além de se apossar dos campos de petróleo. O que os Estados Unidos tem a ver com isso? Ao contrário, foram os soldados americanos que foram lá e morreram para garantir a soberania do Kuwait.

Não idolatro países e nem execro países. Julgo pessoas, julgo governos e não julgo países. Não me venham culpar pela escravidão brasileira, pelas atrocidades dos militares porque eu, como brasileiro, não tenho nada ver com isso. Eu respondo por mim.

Sr. Presidente, eu não sei se o Saddam Hussein deve ser julgado pelo Iraque ou por um tribunal internacional. Sou contra a pena de morte. Oxalá ele fique na prisão até o fim de seus dias. Não gostaria que ele fosse fuzilado, mas não sei como me manifestar diante deste requerimento e fico em dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nós só poderemos votar um requerimento sobre este assunto em fevereiro e até lá outros fatos irão ocorrer mas a reflexão que está realizada hoje é muito importante para a nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu não sou anti-americano, tenho o maior respeito e admiração pelo governo e pelo povo americano. Não há dúvida, como diz o Senador, que os americanos tiveram um papel decisivo na última Grande Guerra e não foram eles que tivesse tomado conta do mundo. O americano dá exemplos enormes de cultura, ciência, atingindo um desenvolvimento econômico, político, tecnológico e intelectual que nenhuma nação do mundo chegou. Mas daí eu ser apaixonado pelos americanos e achar que eles agem sempre certo não.

Sou obrigado a reconhecer que os americanos, assim como a Inglaterra, que antes dos Estados Unidos dominavam praticamente o mundo na época do colonialismo, as grandes colônias como Estados Unidos, Canadá, Índia, tinha um estilo de fazer o seu domínio. O americano, desde que terminou a Segunda Grande Guerra, vem praticamente há 50 anos com supremacia absoluta do mundo. Com a derrocada da Rússia e ficou provado que era uma fantasia a União Soviética e na verdade o poderio que ela tinha era somente militar. Ela não se preocupou com a agricultura, indústria e fez durante 50 anos uma luta de guerra espacial e atômica, mas se despreocupou do desenvolvimento da sua economia.

O americano é senhor como nunca aconteceu hoje na humanidade um caso semelhante. Quando digo isso não estou dizendo que tenho qualquer tipo de antipatia contra os Estados Unidos. Estou dizendo que hoje no mundo há supremacia cultural, intelectual, econômica, política e militar dos Estados Unidos.

Esse caso, por exemplo, meu amigo e Senador Jefferson Péres, poderia ter citado que os americanos entraram num conflito à revelia das Nações Unidas. As Nações Unidas disseram não, pois nós é que temos que decidir, tomar conta e fazer. Os americanos desmoralizaram as Nações Unidas, ridicularizando-a Uma decisão do Conselho das Nações Unidas os americanos não tomaram conhecimento, à revelia do mundo e das pesquisas do mundo inteiro que diziam não, eles invadiram porque o Sr. Bush achou que deveria invadir. Se isso não merece repulsa – e teve repulsa em praticamente toda a humanidade – eu não não entendo. O que tem a ver o Saddam Hussein com a escravatura no Brasil?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não posso aparteá-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª foi até a escravatura, eu vou até a ONU, quer dizer, estou no mesmo ano, quer dizer, V. Exª veio 400 anos antes. V. Exª invocou 400 anos antes e eu estou invocando 6 meses antes.

Aconteceu o que aconteceu, foi uma guerra que não foi guerra, invadiu, tomaram conta e ganharam. O Sr. Hussein é, o Sr. Hussein é bárbaro? É. O Sr. Hussein é violento? É. É um sanguinário? É. Cá entre nós, ele é como foi o Augusto Pinochet, ele mais do que o Pinochet, muito mais do que o Pinochet.

Quis dizer que o americano adotou uma política de interesses e que é absolutamente repulsiva no Oriente Médio. Primeiro, o americano era íntimo, amigo, o americano fez do Exército do Irã o melhor Exército que já existiu fora da Rússia e dos Estados Unidos. Montou o Exército do Irã espetacular, era um Exército exemplo.

Derrubaram o governo entrou o Aiatolá Komeini, começou a fazer mudanças, o Xá do Irã era um

elemento dos americanos, fazia a política americana no Oriente Médio, estava à serviço do americano. Entrou o Xá e rompeu com essa política, expulsou o Xá da Pérsia e fez uma aproximação com os russos, começou a se aproximar dos russos.

O que o americano fez? Montou um outro Exército para o Iraque e pegou esse sanguinário, deu a esse sanguinário, que já era sanguinário, todo Exército, toda força, todo poder e sustentou o Iraque durante não sei quantos anos nessa guerra contra o Irã para destruir o Irã porque o Irã era pró-americano. Essa é a triste realidade. Até hoje não se sabe a estupidez daquele ato do Saddam Hussein de invadir o Kuwait. É que nem diz o Senador, e ele tem razão, é um absurdo, é uma estupidez tão grande que ninguém entendeu. Por que ele, ali, na luta que tava, recém terminando com o Iraque, vai se atirar num país inofensivo que não tem armamento, não tem nada e que não tinha absolutamente nada a ver com a questão. É fácil de saber que a repercussão mundial como houve repercussão mundial. Tem gente que diz que houve interesses outros que fizeram ele de bobo e ele foi pensando que tinha o apoio e quando foi ver, o apoio não lhe foi dado.

Ele, para fazer isso, se atirar contra o Iraque, ele teria o apoio americano e que depois lhe faltou. Essa questão devia ser analisada que é o que aconteceu com relação a essa situação. Para mim, sou contra o Sr. Saddam Hussein hoje e sempre fui contra. Fui contra a ditadura na América Latina, a brasileira, a chilena, a Argentina, ontem, e sempre fui. Fui contra o Fulgêncio Batista quando era criança lá no início quando ele fazia os horrores, as roubalheiras que ele fazia, bancado pelo americano. E fui contra depois.

Quero dizer que o americano, lamentavelmente, tem interesse e, nessas questões, ninguém pode me chamar nem de comunista nem de socialista, nem de anti-americano. Sou brasileiro, defendo o tratado da América do Sul, como Minitro de Estado, como Governador, participei desde o início do Mercosul, acho que ele é muito importante, acho que a organização dos estados europeus é uma situação espetacular, é a nova realidade que surge, importante para o mundo. Acho o crescimento da China, no extremo, é muito importante.

Quero o mundo polarizado, quero o mundo polarizado onde esteja o americano, o europeu, o chinês, onde esteja a China, onde esteja a Índia, onde esteja a Rússia, onde esteja lugar para o Brasil. Apenas isso que quero. Vejo que o maior inimigo para que isso aconteça no mundo, hoje, é o americano, que também é o maior adversário da economia brasileira, que nos impede de entrar nos Estados Unidos, e, por estar vendo surgir o Mercosul, porque quer negociar diretamente com a Bolívia, com a Venezuela, com o Paraguai, e, neste caso, seria diferente, pois, seriam condições diferentes de dialogar. Então, não sou anti-americanista, não tenho pensamento contrário a ele, apenas faço a análise da realidade diante do que é.

Aprovar qualquer que a Comissão aprovar de repulsa ao Sr. Saddam Hussein que ele deve ser condenado, não sei, já fui contra a pena de morte, hoje já penso duas vezes sobre isso porque existem situações no mundo que até para um cidadão, não sei se é melhor morrer do que ficar a vida inteira... Não sei qual é o maior castigo. Eu mesmo pensando em mim, se amanhã eu fosse preso, por qualquer situação, não sei o que seria pior eu ficar preso 30 anos na cadeia ou morrer de uma vez, ainda mais eu que sou espiritualista, eu acho que eu preferiria morrer.

Por isso, Srs. Senadores, acho que essa moção é importante, mas a idéia de V. Exª de não votar hoje, até porque isso vai levar tempo, não é uma coisa nem para hoje nem para amanhã. Deixar para conversarmos sobre isso na reunião ordinária é o melhor que poderíamos fazer.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Antes que ela cause uma guerra, não é, Senador Simon? Antes que esta moção cause uma guerra entre os Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Eduardo Azeredo, em seguida, Senador Demóstenes Torres.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, os argumentos colocados pelos Senadores que me antecederam são realmente importantes e muito válidos, de maneira que eu queria apenas me posicionar. Desculpe-me, mas, neste caso também, se tivesse que votar hoje, eu também não votaria favoravelmente ao requerimento. Vamos aguardar os acontecimentos até o mês de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, naturalmente para todo país que domina o mundo existe sobre ele uma espécie de antipatia generalizada. Já foi assim com a Inglaterra, com Roma, e é a prepotência, naturalmente, que, em decorrência disso, até de terem dominados e dominadores, conseqüentemente uma antipatia grande quanto aos americanos. Eu, particularmente,

não tenho antipatia em relação a ninguém. Penso que, neste aspecto, o Senador Jefferson Péres me pareceu absolutamente pragmático, temos que julgar o que as pessoas fizeram. E penso que a nossa política externa é absolutamente equivocada, Sr. Presidente. O Presidente Lula está visitando pessoas que, amanhã, podem estar na mesma situação do Saddam Hussein. Por exemplo, visita um ditador sanguinário como Muamar Kadhafi. Para que? Qual o objetivo disso? É também para arrostar os Estados Unidos. Amanhã, o próprio povo líbio pode fazer isso, pode ter lá uma revolução, destituí-lo, e ser julgado, porque é um criminoso, um criminoso internacional. Então, penso que estamos com a política externa equivocada. Em relação ao Sr. Fidel Castro, que viola sistematicamente os direitos humanos, até hoje, tem a instituição do paredão. Qual a finalidade do Presidente da República do Brasil fazer uma visita a um homem desse quilate? É claro que ele foi um ícone da esquerda brasileira. Eu mesmo, na adolescência, acredito que todos nós, fomos admiradores de Fidel Castro. Tinha um livro "A Ilha", que era um espetáculo, mostrava que Cuba era algo que transcendia profundamente ao modelo convencional, era algo que deveria ser copiado pelo resto do mundo, e, depois, descobrindo o que era realmente Cuba. E Cuba, hoje, é nada, inclusive, em termo de exemplo, se ela comovia pessoas de bem, hoje, está no chão. Qual o objetivo do Presidente Lula visitar o Sr. Presidente, desculpem-me, o Sr. Ditador Fidel Castro, logo em seguida a uma execução sumária condenada pelo mundo todo.

Acho que se nós tomássemos uma posição como essa sugerida por V. Exª, nós inclusive estaríamos imiscuindo em uma ação ou num problema interno do Iraque. Mas o governo iraquiano hoje é ligado aos Estados Unidos. Assim, indiretamente seriam os Estados Unidos julgando o Saddam Hussein. Saddam Hussein tem crimes bárbaros internos: eliminação de inimigos, de adversários políticos. Aliás, ele era único, como em Cuba, não tinha adversário político.

Acredito que se ele fosse julgado pelo povo iraquiano, nós não teríamos a ver com isso. Se ele for julgado por uma corte internacional também, porque ele cometeu crimes sérios contra a humanidade: o genocídio contra os curdos, a invasão do Kuwait, o terrorismo internacional que ele financiou durante muitos anos; na guerra contra Israel, enviou mísseis, matou israelenses. Aí já vem outra conversa; ou seja, então Israel è muito bom? Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Nós temos que julgar o fato.

Mesmo em países de legislação muito branda, como o Brasil, em que a legislação penal praticamente inexiste. Nós temos uma espécie de "queridismo penal".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O que é "queridismo penal"?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – "Queridismo penal" é aquele grupo que hoje dominas as universidades, que fez uma espécie de usucapião nos Ministérios, eles se sucedem. Eles eram defensores dos direitos humanos na época do regime militar e agiram muito bem. Todos nós somos defensores dos direitos humanos. Na época do regime militar eles defendiam os direitos humanos e hoje defendem o crime organizado, quase todos eles. São advogados de....Não defendem pragmaticamente, mas defendem efetivamente. Já foram defensores de CPI dos Precatórios, muitos têm remessa para o exterior não explicadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A favor da CPI?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Defensores daqueles delinqüentes dos precatórios de São Paulo e muitos outros. Eles saíram da defesa dos presos políticos e foram para essa defesa intransigente dos delinqüentes.

Vou dar exemplos concretos. Vou agora o caso da Lei de Execução Penal. Sob o pálio de que deveríamos soltar delinqüentes leves, delinqüentes que praticaram crimes leves, acabaram com o chamado exame criminológico. O que o exame criminológico previa? Um exame da pessoa depois que ela cumpriu o interstício da pena – exame feito por psiquiatras, por psicólogos, por pessoas que têm formação própria, para verificar se são ou não pessoas perigosas... Em decorrência de uma convicção baseada na defesa intransigente da delinqüência nós vamos soltar, no Brasil, no mínimo 40 mil pessoas até o Natal. O que é que chamam de criminosos leves? Criminosos leves são aqueles... Como no Brasil ninguém vai para a cadeia com uma pena inferior a oito anos, são estupradores, são seqüestradores, são latrocidas, esses são os que serão chamados para a rua.

Assim, o "queridismo penal" não admite qualquer espécie de punição penal, nem para os crimes mais graves. É isso que domina o Brasil hoje. São essas pessoas que fizeram, vou repetir, uma espécie de usucapião no Ministério da Justiça. O Brasil vive essa balbúrdia penal. Nós não temos polícia unificada. Eles são contra e dizem a que a polícia não pode ser militar, tem que ser civil. Não pode haver controle. A legislação é extremamente permissiva. O Supremo Tribunal Federal que no mundo inteiro julga casos de

relevância, no Brasil julga até brigas de propriedade, briga de cachorro de madame em Copacabana.

É isto que eu chamo de "queridismo penal"; ou seja, a ausência de qualquer limitação. Quero dizer que são todas pessoas honradas, pessoas decentes, pessoas honestas, mas que efetivamente o pensamento é que não me agrada. O "queridismo penal" é uma oposição ao terrorismo penal. O terrorismo penal é aquele que também só enxerga punição e o outro não enxerga nada. Então, temos o extremo oposto. Mesmo em países que esposam o que ele diz no Penal, como o Brasil, tem a pena de morte no caso de guerra. Está lá previsto no Código Penal Militar. Então, temos a pena de morte no Brasil. Sou contra a pena de morte também, jamais admiti isso, mas como é vamos recomendar a um país que tem a instituição da pena de morte, como o Iraque, ou mesmo se for julgado por uma corte internacional... Na Segunda Guerra Mundial, muitos que foram à corte foram executados logo em seguida ou ficaram um bom lastro, um bom tempo na cadeia. Como é que vamos interferir na opinião do julgador? Além de querer subtrair do Iraque o direito de julgar o seu criminoso ainda estamos sugerindo o tipo de pena que ele deve aplicar por questões humanitárias, a bem da verdade. Não faço parte da Comissão, mas, se fizesse, Senador Suplicy, V.Exª sabe da admiração que tenho por V. Exª, e não é apenas retórica, ela é verdadeira. Admiro V. Exª como um ícone, um homem que tem um pensamento definido, claro, posiciona-se em decorrência disso, mas, apesar disso, apesar de suas boas intenções, também não votaria esse requerimento favoravelmente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Só queria primeiro agradecer todas as reflexões que foram feitas aqui pelos Srs. Senadores, foi até bom que apresentasse o requerimento mais como uma reflexão, porque estou aprendendo com as reflexões de todos os Senadores. Até fevereiro teremos mais tempo para refletir e estou de pleno acordo que, idealmente, será ótimo se puder ser apressado o processo de soberania do Iraque para que eles próprios possam chegar a um governo inteiramente legítimo, democrático, e possam inclusive tomar a decisão, porque estou de acordo com o que foi expresso. Na verdade, Saddam Hussein tem motivos para ser réu tanto nacionalmente, dentro do Iraque, quanto internacionalmente. Então, acho que deveríamos até adaptar aqui, porque ele, pelo que fez, há razões para ser julgado pelo povo do Iraque e internacionalmente. Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em primeiro lugar, Senador Suplicy, para cumprimentar V. Exª exatamente pela sua posição como presidente desta Comissão tão importante, de saber pautar os assuntos que são colocados em discussão e que geralmente podem criar esse grande debate em torno de situações do momento, que dizem respeito ao nosso país, que têm a preocupação de cada um dos Srs. e das SRAs. Senadoras. V. Exª está de parabéns. Acho que passamos, durante esses últimos dez meses, por momentos de intensa discussão, de debates acalorados de assuntos importantíssimos, que foram realmente trazidos por V. Exª dentro da pauta dos trabalhos da nossa Comissão.

Queria também fazer uma rápida observação sobre a questão que foi levantada insistentemente, no que diz respeito a Iraque, Saddam, o poder que tem as grandes nações de influenciarem certamente no destino de outros povos, como é o caso específico neste instante, Estados Unidos, Iraque, guerra, etc.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, de, há alguns anos, como correspondente internacional da televisão brasileira, fazer uma das entrevistas mais interessantes da minha carreira, que foi com o ex-secretário de estado norte-americano Henry Kisinger. Na verdade, essa entrevista foi feita durante o período em que ele era o secretário de estado americano, o todo poderoso. Foi, na realidade, o homem que negociou o fim da guerra do Vietnã, teve uma participação absolutamente decisiva no encontro da solução que pôs fim a um conflito que roubou a vida de 50 mil americanos, lamentavelmente, e que mexeu com a sociedade americana a tal ponto que ela saiu do apoio decisivo à guerra, como foi no caso, inicialmente com o presidente Lindon Jonhson, que mandou 500 mil homens para o sudeste da Ásia, até os jovens que foram às ruas para exigir o fim do conflito. E o Henry Kisinger, com todos os seus defeitos, com todas as suas posições, às vezes dramáticas e prejudiciais ao nosso país, diga-se de passagem, tinha uma teoria, que ele expressou nessa longa entrevista que com ele fiz, que talvez explique a situação que estamos vivendo hoje na questão do Iraque. Dizia ele que o mundo tinha que ter o equilíbrio do poder e este se dava da seguinte maneira: todas as vezes que um grupo de nações se manifestava com uma posição, cabia ao outro grupo apoiar o outro lado. Então, o exemplo que ele dava era o seguinte: os Estados Unidos tinham naturalmente, tradicionalmente, uma relação muito amistosa com a Índia e tinha dificuldades com o Pa-

quistão, que era apoiado pela então União Soviética e a Índia era apoiada pelos Estados Unidos. Mas na medida em que naquele instante da guerra Índia/Paquistão a União Soviética se posicionou para ajudar a Índia, os Estados Unidos, automaticamente, passaram para o outro lado para ajudar o Paquistão. Aí eles diziam: Só assim evitamos a guerra, porque fizemos o equilíbrio do poder. Na realidade, o que aconteceu no Iraque/Irã foi a mesma coisa. Tradicionalmente, o aliado dos Estados Unidos era o Irã, através da Dinastia Rheza Parlevi. Na medida em que cai o Parlevi e sobe o Aiatolá, os Estados Unidos têm dificuldades com o Irã. Então, o que ele faz? Ele vê que tem que se recolher. Ao se recolher, entra a União Soviética apoiando o Irã. O que fazem os Estados Unidos? Vão ajudar o Iraque. Aí monta um poder bélico extraordinário em cima de uma ditadura que era já a ditadura de Saddam Hussein. Quer dizer, mais uma vez, chamava-se a isso de equilíbrio de poder. Vejo que estamos novamente passando por essa situação e certamente não vamos ver pela última vez essas questões. Sr. Presidente, quero finalizar a minha observação dizendo que hoje é o Dia Internacional do Migrante e, por extensão, também do imigrante. Essa data foi definida a partir da aprovação da Assembléia Geral da ONU, da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e de seus familiares. Essa Convenção foi aprovada em 18 de dezembro de 1990. Desde então, desenvolveu-se pelo mundo uma campanha para que os países ratifiquem essa convenção, que traz em seu conteúdo um grande avanço no âmbito da proteção que deve ser dispensada aos trabalhadores migrantes, estejam eles em situação de irregularidade legal ou não. Protege-se os seres humanos, proteção dos seres humanos, evidentemente, e do respeito à dignidade. Talvez isso tenha um pouco a ver com a missão que vamos desempenhar na próxima semana, porque estamos indo aos Estados Unidos em busca de resposta para as inúmeras cartas e telegramas que vêm falando sobre a situação desses brasileiros que foram para os Estados Unidos à procura de um trabalho e que hoje estão presos junto com criminosos comuns. O que queremos é apurar a realidade, saber se essas denúncias são verdadeiras. Se forem, vamos encaminhar esse procedimento através do Itamaraty, que é o órgão competente, e através do Congresso, evidentemente. Mas esperamos que não. Temos contato com o apoio decisivo, inclusive, das autoridades americanas, que têm feito de tudo para nos ajudar na nossa missão. Estarão nos acompanhando, evidentemente, a todas as prisões penitenciárias que vamos visitar, conseguiram liberar todas as dificuldades que tivemos inicialmente para poder fazer os contatos, e só tenho a agradecer a toda a equipe americana que está nos ajudando nesse sentido. Tenho certeza de que seremos bem sucedidos no nosso trabalho. Portanto, quero fazer essa menção ao Dia Internacional do Migrante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – V. Exª conta com o apoio de todos os membros da Comissão nessa reflexão sobre os migrantes e, obviamente, na missão que com o Senador Marcelo Crivella fará aos Estados Unidos. Quero agradecer as manifestações de todos, sobretudo pela dedicação de todos os membros da Comissão durante o ano todo. Quero dizer que as manifestações serão por mim objeto de reflexão para um requerimento mais de acordo com aquilo que foi por todos observado, isso poderemos apresentar em fevereiro, mudarei os termos do requerimento. Diante da manifestação do Senador Demóstenes, eu queria observar que o fato de o Presidente Lula ir a Cuba e à Líbia não significa a aprovação dos atos sobre os quais temos aqui discordâncias, inclusive, manifestadas por requerimentos aprovados nesta Comissão, mas o fato de estarmos nas nações árabes, por exemplo, pode ter repercussões num amplo sentido. E quero aqui reiterar que o Ministro Celso Amorim tem tido a preocupação de estar sempre interagindo conosco, inclusive, ainda hoje à tarde, estarei com ele, levando esta carta da Embaixadora Donna Hrinak.

Enfim, quero agradecer a todos pela dedicação que tiveram este ano para com a Comissão.

Quero dizer que estaremos indo, eu e o Senador Demóstenes Torres, comunicar-me com a Embaixada dos Estados Unidos, para tentar resolver mais um problema de brasileiros e com vistos.

Muito obrigado a todos.

Bom Natal e bom ano.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h e 15min.)

Ata da Vigésima Reunião Ordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 23 de setembro de 2003 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte e três de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, João Batista Motta, Eurípedes Camargo, Serys Slhessarenko, João Ribeiro, Valdir Raupp,

Fátima Cleide, Valmir Amaral, Gilberto Mestrinho, Rodolpho Tourinho, Duciomar Costa, Leonel Pavan, Magno Malta, Luiz Otávio, César Borges, Jonas Pinheiro, Ideli Salvati, Antonio Carlos Valadares, Gérson Camata, Sibá Machado, Amir Lando, Paulo Octávio, Augusto Botelho, Roberto Saturnino, Ana Júlia Carepa, Fernando Bezerra e Ney Suassuna. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores(as) Teotônio Villela Filho, José Maranhão, Sérgio Guerra e Marco Maciel. Reúne-se ordináriamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Audiência Pública – 1ª Parte da Reunião. Item nº 01 – Audiência Pública com a Drª Ermínia Maricato, Secretaria Executiva do Ministério das Cidades e Dr. João Luis da Silva Dias, Presidente da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos-CBTU; Dr. Antônio Imbassahy, Prefeito de Salvador, representado pelo Secretário Municipal de Transportes e Obras, José Henrique Ratter; Dr. Fernando Dueire, Secretário de Infra-Estrutura do Estado de Pernambuco; Dr. Ricardo Mendanha Ladeira, Representante da Prefeitura de Belo Horizonte; Deputado Estadual Célio Moreira, Presidente da Comissão Especial do Metrô da Cidade de Belo Horizonte da Assembléia Legislativa da Minas Gerais. Após as exposições da Senhora Secretaria Executiva e dos demais convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários a respeito dos assuntos abordados os senhores Senadores César Borges José Jorge, Eurípedes Camargo, Amir Lando, Aelton Freitas, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati. 2ª Parte da Reunião – Matérias Deliberativas– Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002. Terminativo. Ementa: "Altera a redação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre rodovias BR-482 e Br– 262, no Estado do Espírito Santo. Autor: Senador Gérson Camata. Relator: José Maranhão. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Item nº 02 –Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2003. Terminativo. Ementa: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na redação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR". Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Valmir Amaral. Relatório: Favorável a aprovação com duas emendas que apresenta. Obs: Finalizada a discussão, a matéria encontra-se em fase de votação. Resultado: Adiado. Item nº 03– Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2003. Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973 (acesso ao cais de Capuaba – Porto de Vitória à BR–262/ ES). Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador Sibá Machado. Relatório: Favorável à aprovação do projeto com três emendas. Obs: Finalizada a discussão, a matéria encontra-se em fase de votação. Resultado: Adiado. Item nº 04– Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002. Não Terminativo. Ementa: "Dá nova redação ao artigo 22 da Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos". Autor: Comissão Especial – Rio São Francisco (SF). Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Relatório: Contrário à aprovação do projeto. Obs: Concedido vista ao Senador Eurípedes Camargo em 02/09/2003 e devolvido sem voto em separado. Resultado: Adiado. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2003. Terminativo. Ementa: "Altera a redação das artigos 13 e 14 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. (Estabelece critérios na aplicação de recursos para a universalização dos serviços públicos de energia elétrica)." Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: Senador Paulo Octávio. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que as regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado." Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador João Batista Motta. Relatório: Favorável na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Obs: Em 06/05/03, após a leitura do relatório é concedido vista coletiva aos Senadores Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior, não tendo os mesmos se manifestado através de voto em separado. Em 05/08/2003, a matéria foi reexaminada e posteriormente devolvida pelo relator. Item nº 07– Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003. Não Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre a alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cametá -Limoeiro (PA-156) à BR–422 (Novo Repartimento) à BR–230 (Transamazônica) na relação descritiva do Sistema Rodoviária Federal." Autor: Deputado Gerson Peres. Relator: Duciomar Costa. Relatório: Favorável a aprovação do pro-

jeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, dia 23 de setembro de 2003, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13.

As Sras os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores que a pauta desta primeira parte da reunião consta de um item: audiência pública, cujo assunto é o esclarecimento de informações sobre os problemas financeiros que as empresas gestoras de metrôs de diversas Capitais do País estão enfrentando. Os autores do requerimento são os Senadores José Jorge, César Borges e Magno Malta.

As autoridades convidadas são a Drª Ermínia Maricato, Secretária Executiva do Ministério das Cidades, a quem peço que se dirija à mesa; o Dr. Antônio Imbassahy, Prefeito de Salvador, que não pôde vir aqui e que enviou como representante o Sr. José Henrique Ratter, a quem peço para que se sente aqui; o Dr. Ricardo Mendanha Ladeira, representante da Prefeitura de Belo Horizonte, a quem também peço para se sentar conosco; o Dr. Fernando Dueire, Secretário de Infra-Estrutura do Estado de Pernambuco, que não pôde vir a esta reunião e que nos enviou um ofício dizendo as razões; e o Deputado Estadual Célio Moreira, Presidente da Comissão Especial do Metrô da Cidade de Belo Horizonte e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a quem também peço que fique conosco.

Inicialmente, passo a palavra à primeira convidada, a Secretária Executiva do Ministério das Cidades, Drª Ermínia Maricato, que dispõe de vinte minutos para fazer a sua exposição. Depois, eu passarei a palavra para os demais convidados.

Estão abertas as inscrições para os Senadores que desejarem participar dos debates.

V. Sª tem a palavra, Drª Ermínia Maricato.

A SRA ERMÍNIA MARICATO – Eu gostaria somente de perguntar, Sr. Presidente, se posso chamar o Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, João Luiz Dias, para completar a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

Convido o Dr. João Luiz Dias para também compor a Mesa.

A SRA. ERMÍNIA MARICATO – Falarei muito rapidamente, porque o Dr. João Luiz possui as informações mais detalhadas.

Primeiramente, agradeço ao Sr. Presidente da Comissão, aos Senadores Augusto Botelho, Valdir Raupp e César Borges e à Senadora Ideli Salvatti, aqui presentes. Eu gostaria de agradecer a V. Exªs, pois acredito que estejamos diante de alguns problemas e precisamos fazer todo o esforço e somar as nossas energias e as nossas iniciativas para resolvê-los.

Há quatro projetos de construção de metrôs em andamento: os de Salvador, Recife, Belo Horizonte e Fortaleza. Já houve a estadualização dos metrôs de São Paulo e do Rio de Janeiro. Eles são importantíssimos. A questão dos transportes está se tornando, principalmente nas metrópoles, muito complexa.

No Ministério das Cidades, temos discutido, por exemplo, a viabilidade de um grupo de trabalho interministerial e também intergovernamental para tratar da questão das tarifas. Muitos Prefeitos estão perplexos com os custos e com a inviabilidade de a população arcar com o aumento de tarifas. No entanto, existe uma situação de desencontro, de desarticulação, de certa irracionalidade, do ponto de vista da regulação principalmente dos transportes metropolitanos. Não há – e gostaríamos de buscar isso no Ministério das Cidades – um marco regulatório da integração dos transportes intermodais, sejam eles sobre rodas ou sobre trilhos. Hoje, há uma verdadeira "trombada" entre os transportes nas regiões metropolitanas, e isso implica certo desperdício de recursos.

Quando da discussão sobre a estadualização dos metrôs de Belo Horizonte e Pernambuco, fica claro o problema da necessidade de uma racionalização nos transportes.

Vamos nos reportar a metrôs e a algumas obras que se iniciaram em 1996 e a outras que estão paralisadas há mais de um ano. Vamos falar de longos períodos de construção, por soluços, e há elevação do preço pelo fato de a construção ser interrompida várias vezes. Falaremos também de projetos que, infelizmente, são insustentáveis do ponto de vista financeiro.

Dificilmente, haverá uma demanda adequada para uma tarifa adequada. Quanto à estadualização – pelo menos com relação ao que foi feito –, todo custo, todo passivo trabalhista ficou com o Governo Federal. Temos dívidas imensas. A operação, o custeio e as obras estão a cargo do Governo Federal, principalmente.

Estamos trabalhando com uma proposta de estadualização que antes não estava relacionada ao desempenho e à integração dos transportes. Esta é uma de nossas principais propostas: a de estadualizar, mas relacionando a estadualização ao desempenho e à integração dos transportes, para que possamos diminuir o déficit operacional desses transportes.

Após essa rápida introdução, falará o Presidente da CBTU, que, sem dúvida nenhuma, dará a V. Exªs todas as informações detalhadas que devemos e temos a obrigação de oferecer-lhes.

Gostaríamos de trocar algumas idéias em função da complexidade do quadro existente pela frente e das propostas que trazemos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço a V. Sª.

Passo a palavra ao Presidente da CBTU, Dr. João Luiz da Silva Dias.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Sr. Presidente, Senador José Jorge; Sras e Srs. Senadores; autoridades presentes, agilizaremos a nossa apresentação ao máximo por se tratar de tema extenso.

Sr. Presidente, transmitiremos a V. Exªs a idéia, a mais completa possível, com relação àquilo com que estamos envolvidos: um programa de descentralização dos trens urbanos. Além disso, falaremos das possibilidades que estão sendo abertas para que possamos fazer uma discussão franca sobre o transporte urbano como um bem público que exige um tratamento adequado para atender a toda a população.

Acerca do programa de descentralização, falaremos, rapidamente, sobre os objetivos, o modelo, a estratégia desse modelo adotado, sua implementação – como vem sendo tocado – e crítica ao propósito do novo modelo.

Basicamente, a CBTU tinha nove sistemas. A Trensurb é o sistema de Porto Alegre. Realmente, não cabe ao Governo Federal operar o transporte urbano de trens. Então, o programa consiste na transferência desses sistemas para os Governos locais.

Os objetivos são:

1) melhorar a eficiência administrativa da gestão e aproximá-la dos usuários, dos trabalhadores;

2) integrar o sistema metroferroviário à rede de transporte local – essa é uma questão básica, porque sempre os nossos sistemas foram estranhos, ou seja, havia interferências federais nas cidades, com problemas de toda ordem, sem nenhuma interação com o sistema de transporte local;

3) integrar o planejamento do sistema ao planejamento urbano, inclusive mitigando impactos negativos sobre o uso do solo, passagens de níveis, viadutos, passarelas, drenagem, além, como política urbana, das definições de uso e ocupação do solo – as áreas que o trem percorre são áreas de adensamento preferencial ou devem ser áreas de adensamento preferencial na medida em que temos um sistema de alta capacidade;

4) permitir estabelecer na empresa operadora uma estrutura organizacional adequada à realidade local.

A CBTU, ou como era a rede ferroviária, é uma empresa nacional que não atende a realidade de cada cidade. São Paulo, Natal, João Pessoa, Maceió, enfim, cada cidade tem sua singularidade e requereria um desenho específico.

A Lei nº 8.693, de 1993, estabeleceu que seria promovida a cisão da CBTU, que se transformaria em nove empresas locais. As ações da União na CBTU seriam transferidas para os Estados e Municípios onde os serviços são realizados. A União responde pelos passivos trabalhistas ou cíveis contraídos até a data da transferência, inclusive os pendentes de decisão judicial – a empresa transferida é livre dos seus passivos. E o Governo local, Estado ou Município, assume o sistema e passa a responder pelo seu funcionamento e manutenção.

Esse, em linhas gerais, é o desenho da Lei nº 8.693/93.

Quanto à estratégia do modelo, a União aprova projeto para a recuperação do sistema, sua modernização e expansão, com a contratação de empréstimo externo de organismo internacional, devendo tal fato representar a disposição firme de executar o projeto no objeto e prazo ajustados.

É uma questão importante, porque transferir o subúrbio de São Paulo ou o do Rio de Janeiro ou os nossos subúrbios em geral para o Governo significa transferir um grande encargo. Isso estava muito no bojo do que se denominou na época, na Constituição de 1988, de "operação desmonte". Com a repartição fiscal, a União transfere encargos para os Estados. E esse é um grande encargo, como vamos ver em seguida. O Governo assumia, no primeiro momento, a

recuperação desses sistemas, que eram bastante degradados.

A União assume outros encargos não diretamente relacionados com o sistema a ser transferido como compensação ao Governo local, de acordo com cada caso. O caso mais expressivo é o do Rio de Janeiro, em que a União não só assumiu a dívida que era do Estado com o metrô – que não tinha nada a ver com o subúrbio, pois já era um projeto do Estado –, como, além do mais, absorveu o passivo do Banerj, Banco que nada tinha a ver com o sistema.

O Governo local, sempre nessa relação, nessa negociação, procura extrair o máximo de investimentos a fundo perdido no sistema, inclusive buscando uma adequação urbana melhor do projeto.

Vou falar da implementação. Esses foram os três projetos em que já está feita a descentralização. Em São Paulo, foi feita a descentralização em maio de 1994, com investimentos da ordem de R$301 milhões. Na verdade, só uma parte da empresa que vai surgir, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, vem da CBTU; a outra parte já era o subúrbio do próprio Governo do Estado, que era a Fepasa. Então, foi feita a fusão dos dois sistemas, criando a CPDM. No Rio de Janeiro, em dezembro de 1994, foi criada a empresa Flumitrens, com investimentos da ordem de US$322 milhões. Em Fortaleza, foi feita a descentralização, em junho do ano passado, com a Metrofor, com investimentos da ordem de US$502 milhões. No caso de Fortaleza, houve, de fato, dois financiamentos: o financiamento do banco japonês, o Gebic, e, posteriormente, foi contratado, no ano passado, um financiamento com o Banco Mundial para a Linha 2.

Apresento dados, para mostrar o que se imaginava do projeto existente no momento. Em São Paulo, em 1994, quando da regionalização, 444 mil passageiros eram transportados ao dia, com uma tarifa média de 47 centavos de dólar, o que representava uma taxa de cobertura, que é a relação entre tarifa e custos operacionais do sistema, de apenas 53%. O Governo estava transferindo para o Governo de São Paulo uma empresa que dava US$56 milhões de déficit por ano na operação do sistema.

A meta do projeto era transportar um milhão e oitenta e quatro mil passageiros pagantes por dia, e havia uma expectativa de equilíbrio, de auto-sustentação, com uma tarifa de US$0,36. Então, a tarifa se reduziria, aumentaria o número de passageiros, e haveria o equilíbrio.

O que houve em 2002?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Peço apenas um minuto, para dar um aviso.

Estamos recebendo muitos telefonemas de pessoas querendo assistir ao debate pela televisão, que, normalmente, é transmitido pelo canal Vip 43. Como esse canal está com defeito, a transmissão está sendo feita pelo Canal 55, e os interessados podem acessá-lo.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – A meta foi estabelecida no projeto aprovado no Banco Mundial. Então, imaginava-se que o projeto de São Paulo seria auto-sustentado em 1996. De fato, há um atraso na implantação do projeto, e, em 2002, havia 679 mil passageiros pagantes por dia, uma tarifa de US$0,46 e uma taxa de cobertura de 63%. Em termos absolutos, o Governo de São Paulo, graças à sua capacidade, está arcando com subsídios da ordem de US$56 milhões por ano, para que o sistema funcione.

No Rio de Janeiro, haverá dois estágios diferentes. Quando da regionalização, em 1994, estávamos transportando 373 mil passageiros, com uma tarifa de US$0,30, que representava uma cobertura de apenas 13%, ou seja, a tarifa cobria apenas 13% dos custos operacionais, e o déficit era da ordem de US$225 milhões por ano. Não é por outra razão que o Governo do Rio de Janeiro resistiu muito à regionalização e negociou muito alto, entrando para isso a dívida do metrô e o saneamento do Banerj. Imediatamente após à regionalização, o Governo do Estado começou a aumentar a tarifa para tentar reduzir o impacto, e o Governo Federal bancou a folha da Flumitrens por um ano, o que não permitiu que se sentisse o déficit no primeiro ano.

Em 1996, a meta seria o transporte de 1,1 milhão de passageiros por dia, com uma tarifa de US$0,26, o que representaria uma taxa de cobertura de 47% e um déficit de US$100 milhões por ano. Na verdade, o Governo do Rio de Janeiro não conseguiu fazer frente a esse déficit, tentou aumentar tarifa para reduzir o déficit, e houve queda de passageiros. Imediatamente antes da privatização de 1998, quando assumiu a concessionária SuperVia, havia menos de 200 mil passageiros pagantes por dia. A SuperVia assumiu em 1998 e reduziu a tarifa. A SuperVia assumiu apenas parte do sistema, permanecendo as linhas sociais de cabeceira com o Governo do Estado, que cria a empresa chamada Central. No ano passado, havia 285 mil passageiros por dia.

É importante observarmos esse dado, porque, em São Paulo, há um número muito baixo de passageiros com relação à meta. Da meta de 1,1 milhão de passageiros, alcançamos no ano passado apenas

285 mil. Entretanto, a taxa de cobertura é bem mais elevada, ao que chamamos de equilíbrio privado, ou seja, a empresa consegue, pela sua modernização e pelo enxugamento de custos, um equilíbrio maior, mesmo praticando tarifas promocionais.

A SuperVia sempre, na forma do contrato de concessão, reajusta a tarifa e, em seguida, concede descontos promocionais. Graças a essa política, tem tido um número mais significativo de passageiros, aproximando-se do equilíbrio. Ainda assim, chamaríamos de déficit os 800 mil passageiros que não estão sendo transportados em um projeto cujos investimentos levaram a isso. Há uma infra-estrutura para transportar 1,1 milhão de passageiros, mas estamos transportando em torno de 300 mil.

No caso de Fortaleza, trata-se de um projeto mais recente, e deveria ter sido concluído o investimento da Linha Sul. Mas havia 28 mil passageiros transportados, uma tarifa de US$0,18, uma taxa de cobertura de 25% e um déficit da ordem de US$5 milhões. A meta do projeto para 2005, que não será alcançada, pois o projeto está paralisado, seria de 180 mil passageiros/dia, com uma tarifa de US$0,48, projetando-se um equilíbrio no sistema.

Quanto a Belo Horizonte e Recife, esses dois projetos foram contratados ao mesmo tempo, com financiamento do Banco Mundial. O projeto de Belo Horizonte foi contratado no valor de US$240 milhões, e o de Recife, no valor de US$203 milhões. A participação do Banco Mundial, no caso de Belo Horizonte, é de US$99 milhões, e no caso de Recife, de US$102 milhões.

Em Salvador, o projeto é de 1999, com US$150 milhões de financiamento do Banco Mundial. É um projeto, no total, da ordem de US$307 milhões, com a participação do Estado no investimento. Inclusive, nessa participação, estava prevista uma parceria com o setor privado.

Com relação aos dados do sistema, Belo Horizonte transportava, em 1996, 50 mil passageiros – a meta do projeto é de 326 mil passageiros –, mas, em 2002, estava transportando 86 mil passageiros. A expectativa era a de que o sistema seria auto-sustentado. A tarifa de US$0,45 permitiria o equilíbrio do sistema. O que há hoje? No ano passado, transportávamos 86 mil passageiros/dia; hoje estamos transportando, em Belo Horizonte, 108 mil passageiros. A taxa de cobertura é de 40%, o que significa um déficit da ordem de US$10 milhões.

Em Recife, em 1996, havia 114 mil passageiros, com uma taxa de cobertura de 24%, o que significava um déficit de US$50 milhões por ano. A meta do projeto para 2002, que não foi alcançada – o projeto está bastante atrasado, como o de Belo Horizonte –, seria a de transportar 353 mil passageiros, com uma tarifa de US$0,41, o que levaria a uma taxa de cobertura de 95%, quase 100%, e a um déficit de US$2,5 milhões. O que existe em 2002? São 132 mil passageiros. Isso mudou um pouco. Em dezembro do ano passado, houve a inauguração da extensão rodoviária Camaragibe, que acrescentou 20 mil passageiros na linha. Então, em Recife, hoje, há cerca de 150 mil passageiros.

Em relação a Salvador, os dados de 2002 dizem respeito apenas ao subúrbio ferroviário: 10 mil passageiros/dia, com uma tarifa de US$0,14, uma taxa de cobertura de 12% e um déficit de US$3 milhões. A meta apresentada ali é a meta do metrô. E vamos mostrar que o metrô e o subúrbio ferroviário são duas coisas diferentes. O metrô deverá transportar 194 mil passageiros, a uma tarifa de US$0,60, com uma taxa de cobertura projetada, o que é diferente de todos os demais projetos, de 59%, representando um déficit da ordem de US$22 milhões.

Em Salvador, claramente se percebeu o desequilíbrio entre a capacidade de pagamento dos usuários e os custos dos serviços. Então, já se previa que, na época, a concessionária iria operar com uma tarifa, que era o pagamento dos usuários, em torno de R$1,00 e estaria sendo remunerada por R$1,58, que corresponderia a sua tarifa de remuneração, com a diferença a ser coberta pelo Fundetrans.

Vamos falar rapidamente dos sistemas. Quanto ao de Belo Horizonte, a linha escura é a chamada Linha 1, que está sendo expandida da Estação São Gabriel, no ramo norte, até o Vilarinho. E, em laranja, está a Linha 2, em que apenas o trecho entre o Vilarinho e Calafate foi começado. Dando uma percepção da Linha 1, da Estação São Gabriel/Vilarinho, há uma extensão de seis quilômetros.

Em relação à evolução do orçamento, é importante observar que há um desequilíbrio entre três situações distintas: a proposta que se elabora, tendo em vista o que foi contratado com o Banco Mundial e as previsões de capacidade de realização do projeto; o orçamento, a LOA e mais os créditos especiais, estabelecendo recursos normalmente muito inferiores às necessidades do projeto – as necessidades são aquelas contratadas com o Banco Mundial; e, finalmente, o limite, a execução orçamentária, os limites foram dados. Observamos que temos um nível de realização extremamente inferior ao do orçamento. E, no nosso caso, em 2003, para um orçamento de R$28 milhões, apenas para a linha 1, temos o limite

de R$18 milhões, quando a necessidade da linha 1 seria de R$44 milhões.

Na linha 2, trecho Barreiro/Calafati, apenas aquele trecho em azul, o ramal que alcança a linha 1, estamos com essas obras que paralisaram agora. Elas foram tocadas este ano sem pagamento, estão todos em produção sem pagamento, sem ser processado, na transposição da gameleira, passagem inferior na Tereza Cristina, obras de contenção junto à Mannesmann, vedação da faixa. E a evolução do orçamento também da linha 2 e que observamos a mesma coisa. Um orçamento da ordem de R$8 milhões, R$30 milhões, R$31 milhões, e uma execução extremamente baixa, e, neste ano, não contamos com recursos liberados no orçamento para execução. Temos R$32 milhões, e essa obra está paralisada.

Em Recife, tínhamos a linha que vai em direção norte, a linha centro, e aquela ponta daquele ramal que vai em direção a Camaragibe é a extensão que foi feita da rodoviária até Camaragibe. É um trecho de cerca de 4 km. O que está em implantação é o que está em vermelho é a linha sul, é a antiga linha do subúrbio que vai até o cabo, daí até Cajueiro Seco. Estamos operando com o subúrbio **diesel**, e ele faz um desvio ali para a linha de carga e vai até Curado. Mas a linha que está em vermelho está interrompida, é onde está se implantando, então, o metrô a linha sul.

Algumas fotos: a estação Recife é comum às duas linhas, é a estação principal na vértice do sistema; a Estação Joana Bezerra é uma estação importante de integração, também comum aos dois sistemas; a Estação Largo da Paz, já na linha sul, está praticamente pronta, mais não é alcançada pelo trem ainda; a eletrificação entre Joana Bezerra e Imbiribeira; a estação Imbiribeira; a estação Porta Larga também praticamente pronta; estação Prazeres, em Cajueiro Seco, que é o último trecho dessa linha sul que está sendo implantada agora, a última estação.

A climatização dos trens. São 25 trens que estão operando desde 1985. Esses trens estão sendo reformados, a climatização é o que chama mais atenção e é extremamente importante o que está sendo feito de recuperação do equipamento, principalmente, o de controle automatizado de tráfego, o ATC.

A evolução do orçamento. Observa-se a mesma coisa, as propostas e as necessidades do projeto, em função do contrato celebrado com o Banco Mundial; em seguida, o que é colocado na lei orçamentária, o que se viabiliza de recursos na lei orçamentária com os créditos, muito inferior às necessidades e, finalmente, o que tem sido liberado, também muito inferior ao que tem sido colocado no orçamento. Neste ano, o orçamento é da ordem de R$46 milhões. Precisaríamos para tocar as obras cerca de R$46 milhões, e estamos contando com R$35 milhões para ser realizado. O limite de empenho autorizado até dezembro, os R$35 milhões, e as execuções que estamos em curso. Vamos ter interrupção agora entre Recife e Joana Bezerra, para implantar o trecho comum às duas vias. A implantação daquele trecho que vimos na foto entre Recife e Imbiribeira. A conclusão da reforma e ampliação da Estação Recife, que está sendo modernizada, a nova estação. A conclusão da superestrutura metroviária, acabamos a transposição do canal Jordão. A revisão e climatização de quatro trens e a implantação da telecomunicação e início da sinalização do trecho rodoviário Camaragibe. É importante dizer que o trecho rodoviário Camaragibe começou a operar no ano passado mas sem a sinalização. Então, não temos condição de operar a plena carga. Além disso também o terminal não recebeu todos os investimentos necessários à potencialidade que existe. É um terminal extremamente importante, essa extensão é muito importante, porque permitiu para a cidade de Recife drenar toda a demanda da região de Camaragibe, São Lourenço, que vinha pelo Corredor Caxangá e que agora se transforma em sistema alimentador na Estação de Camaragibe, poupando o tráfego na Caxangá e trazendo também uma relação para a câmara de compensação extremamente importante. Isso porque as linhas que foram colocadas no sistema como linhas alimentadoras eram deficitárias na câmara de compensação.

Salvador tem uma peculiaridade. O metrô, que está em vermelho, é uma linha totalmente nova. O que estamos falando de regionalização, no caso, se refere ao nosso subúrbio, que vai de Calçada a Paripe, que vai ser modernizado. A implantação do metrô é uma linha totalmente nova. As duas últimas estações, Lapa e Pólvora são subterrâneas, já na área central da cidade.

Podemos olhar, pelas fotografias, o vulto dessa obra. Uma obra impactante, no centro da cidade, nos principais corredores da cidade, obras em elevados, a estação do acesso norte, a via subterrânea, o Emboque, o Elevado da BR-324, Estação Juá, Elevado Fonte Nova, Elevado Jaqueira.

Essas são intervenções em que estamos na ponta da linha em superfície, depois elas entram em elevados e já, na chegada, em túnel. Essa é uma obra de grande impacto urbano.

Esse foi um projeto contratado com o Banco Mundial para ser realizado em 36 meses. Estamos já no quarto ano e sem perspectivas de acabarmos isso

antes de 2005. Há propostas sobre a necessidade de contrato com o Banco Mundial, estabelecendo orçamento sempre da ordem de 150 milhões, em média. O orçamento é sempre na faixa de 48, 104, 102, 71; quer dizer, na faixa de setenta e poucos milhões. De outro lado, a realização: 33 milhões, em 2000; 98, em 2001; 42 milhões, em 2002; neste ano, apenas 21 milhões. É claro que, nesses 21 milhões, não estão contabilizados restos a pagar. Tivemos 17 milhões de restos a pagar. Já foram pagos 11 milhões; restam 6 milhões de restos a pagar, que estão sendo liquidados neste mês.

Limites de empenho autorizados para a obra do metrô: 17 milhões, além daqueles 17 milhões de restos a pagar. De transferência, temos de fluxo financeiro para o metrô: 34 milhões. Execução prevista: conclusão das três estações, a conclusão do túnel, a conclusão do alargamento da Avenida, a continuidade das demais obras, visando a inauguração do trecho entre a Estação Lapa e o Acesso Norte, com extensão de 5,7 quilômetros.

A modernização do subúrbio, que é o sistema a ser transferido e envolve a recuperação da via permanente, troca da Subestação de Lobato, que é, talvez, a mais antiga em funcionamento no País, com gás de mercúrio; recuperação da linha aérea, substituição de material rodante; a construção de estações de integração e calçada em Paripe; substituição da estrutura metálica da ponte São João; recuperação de túneis; urbanização da faixa lindeira. Colocamos isso em verde, porque esse elemento não está tratado no projeto até agora e, como nós veremos em seguida, é fundamental que seja incorporado.

Exemplo de via do subúrbio, tomada pelo mato, em más condições de conservação. Pode-se observar que a obra de drenagem para a preservação da via se transforma para a comunidade em seu esgotamento sanitário.

Esse é um quadro muito forte e que se repete em todos os nossos sistemas, Natal, Maceió e João Pessoa. Os investimentos que fazemos para a preservação da via do trem é o pouco investimento urbano de que a comunidade dispõe. As pessoas andam pela via, andam pisando nos dormentes para fazer as suas caminhadas, para chegar até a estação e usar o trem. As nossas obras de drenagem normalmente se transformam nas obras de esgotamento sanitário.

A Ponte São João tem sua estrutura metálica comprometida. Foi feito o reparo há pouco tempo, mas se impõe a substituição de toda a estrutura metálica. As fotos mostram o comprometimento da estrutura.

O Túnel Periperi é composto de dois túneis para cada uma das linhas, e um deles está interditado. Vamos ver na foto seguinte o emboque. Caiu lá a borda, e essa linha está interditada. Nesse último trecho, estamos operando de forma pendular. O trem vai e volta na mesma linha. Aí está o trecho que caiu. Mas não é só isso. Todo o trecho precisa ser retratado, porque as moradias que existem sobre o túnel, com as suas fossas, já provocaram drenagem nas paredes do túnel, que estão comprometidas. O limite de empenho para o subúrbio é de apenas R$3,3 milhões, e estamos cuidando de internalizar os equipamentos de sinalização e iniciar a licitação para o serviço de reabilitação do sistema, sobretudo para a fabricação da nova estrutura metálica da Ponte São João.

Em Fortaleza, existe a linha sul, que é um financiamento mais antigo, de 1998, com o banco japonês, e a linha oeste, que foi contratada no ano passado com o Banco Mundial. As fotos não estão boas. Aí é um estacionamento na ponta da linha, em Vila das Flores, onde há o pátio de manutenção, a área de manutenção de estrutura metálica, oficina, via permanente. O grande investimento feito em Fortaleza até agora foi a segregação da linha de carga e a implantação da linha do trem, o que provocou inclusive a paralisação do trem de Vila das Flores, onde estamos fazendo uma operação com um ônibus. Isso está tendo um custo muito elevado, porque era uma operação provisória, enquanto se fazia a intervenção. Só que a intervenção tem se arrastado, e, com isso, estamos convivendo com o fretamento de ônibus para fazer o transporte de passageiros nesse trecho que está interditado. Aí está a oficina de manutenção. Aí são as estações do centro, a Estação Benfica, a Estação Sobredito, que são estações do trecho central, que serão subterrâneas.

Eis a evolução do projeto. É um projeto em que, como os demais, os recursos necessários, comprometidos com a Agência Internacional, com o Gbic, nunca puderam ser aportados, nunca puderam ser colocados na Lei Orçamentária, e, ainda assim, o que tem sido liberado é insuficiente.

E aí é o caso mais grave, que é Fortaleza, o caso mais pesado nosso. A obra está paralisada desde setembro do ano passado. Passamos o ano com R$20 milhões em produção estocada, e não houve limite orçamentário nem para que esse valor fosse inscrito em "restos a pagar". Nem entrou como restos a pagar. Os restos a pagar de Fortaleza são da ordem de R$2 milhões, que estamos liquidando agora, e há R$20 milhões que nem puderam ser processados, porque não houve limite orçamentário no ano passa-

do. O limite oferecido até agora é de apenas R$8,4 milhões, o que não é suficiente para quitar esses compromissos e inclusive os custos decorrentes da manutenção dos canteiros.

Muito rapidamente, para encerrarmos e fazermos outras considerações, vou falar sobre a grande questão desse modelo de regionalização. A primeira grande questão é a falta de compromisso com o transporte público como serviço essencial à economia urbana. Trata-se de um serviço que não admite a exclusão, é um bem público e, como tal, é um bem universal. Cabe ao Poder Público, ao Governo, assegurar que a população seja alcançada. A União, embora tenha maior capacidade de financiamento do que os Estados e Municípios, jamais, em sua história, conseguiu evitar a degradação dos subúrbios, dos trens urbanos. Vimos diversas vezes os subúrbios de São Paulo e do Rio de Janeiro serem modernizados e, quase simultaneamente, serem degradados. Nunca o Governo conseguiu estabelecer um fluxo estável de recursos para custeio, reposição, investimentos de manutenção e expansão da oferta frente à pressão da demanda.

Os projetos de modernização e ampliação que foram construídos com financiamento externo, como estratégia de persuasão dos Governos locais – Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Ceará –, desenharam uma sustentabilidade que não é alcançada e a busca de um equilíbrio privado, como tal, excludente. É o que estamos vendo no caso do Rio de Janeiro com a SuperVia, que está alcançando o equilíbrio privado, mas com um sistema que atende 325 mil passageiros, quando ele está projetado para transportar 1,1 milhão de passageiros. Então, o déficit do sistema são os milhares de passageiros que não estão sendo transportados.

O que há de se compreender é que, quando falamos em déficit na saúde, estamos nos referindo à mortalidade infantil, por exemplo; quando falamos de déficit em educação, referimo-nos aos analfabetos; quando falamos de déficit em transporte urbano, estamos fazendo referência a pessoas não transportadas, à baixa mobilidade urbana, a uma cidade em que não se circula.

O equilíbrio privado, mesmo quando alcançado, é ineficaz, excluindo contingente significativo de pessoas, propiciando redução da mobilidade e a indução de modo de transporte menos eficiente, até mesmo com deslocamento a pé. A cidade de São Paulo, hoje, contabiliza que 32% da população desloca-se a pé. E não são deslocamentos a pé para se chegar ao domicílio ou ao trabalho, mas sim deslocamento de ponta a ponta.

A proposta do modelo se aplica a Recife, a Belo Horizonte e a Salvador, mas poderá também ser aplicada em Fortaleza, que é um sistema regionalizado e transferido no ano passado, mas ainda dependente dos investimentos da União e do subsídio da União. A CBTU responde pelo pagamento da folha, R$800 mil por mês, até janeiro de 2007. E há os sistemas que teremos que viabilizar para serem transferidos: os de Natal, Maceió e João Pessoa.

Como previsto na lei, a descentralização começa com a cisão. Temos que transformar cada sistema numa nova empresa local, em que a transferência das ações se faz de forma progressiva, conforme acordo de acionistas, e a subvenção federal está vinculada a um contrato de gestão em que desempenho e integração regional à rede de transportes são requisitos essenciais.

A União, por intermédio da CBTU, responderá pelos investimentos de modernização e expansão dos sistemas e pela subvenção à operação dos limites e termos do contrato de gestão.

Preconizam-se, nesse novo modelo, dois estágios distintos. No primeiro estágio, estaríamos substituindo um subsídio que hoje está se fazendo para Fortaleza, para o Metrofor, pelo custeio da mão-de-obra por prazo determinado e pela subvenção econômica associada a um contrato de gestão. A longo prazo, substitui-se a subvenção econômica da União pelo financiamento da jurisdição fiscal ao seu próprio sistema de transporte urbano.

Isso ocorrerá em estágio posterior em que se discuta a quem deve caber a responsabilidade de pagar o transporte da cidade de Belo Horizonte. O entendimento é o de que os moradores da cidade de Belo Horizonte, não necessariamente os usuários do sistema, devem arcar com isso, do ponto de vista de recursos vinculados, cobrados, pagos e arrecadados na jurisdição fiscal e aplicados no seu próprio sistema.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, esse §2º e a frase "substitui-se a subvenção econômica da União pelo financiamento da jurisdição fiscal ao seu próprio sistema de transporte urbano" dizem que todas as pessoas daquele local subsidiarão o sistema.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – A União permanece como acionista da empresa, com participação no controle acionário proporcional à participação da subvenção no custo da operação, inclusive depreciação, até a assunção plena da jurisdição fiscal.

A concessão do serviço, quando adotada, deve estar precedida de garantias institucionais da integração multimodal e se estabelecerá em função de metas de desempenho: passageiros transportados, nível de serviço, regularidade e subvenção mínima.

O que se está dizendo aqui é que a subvenção que se viabiliza, porque estamos falando de um sistema que se paga por meio de tarifa, de receitas não operacionais da exploração comercial das estações de publicidade e de subvenção. Então, dentro dessa construção, podemos ter a empresa privada operando, mas dentro dessa visão ampla; não é como a SuperVia, hoje, que busca um equilíbrio privado. Não, o objetivo é transportar um milhão e cem mil pessoas, e é nesse sentido, então, que se estabelece a tarifa e a subvenção.

O programa de centralização dos trens urbanos se transforma num projeto-piloto de novo modelo de financiamento, gestão e operação do transporte urbano no Brasil.

Para resumir um pouco o quadro dos nossos quatro sistemas, temos uma situação extremamente desfavorável do ponto de vista de fluxos de recursos. Não temos contados até agora, como a Drª Ermínia chamava a atenção no início, com um fluxo regular nos orçamentos. Temos, de um lado, uma contratação feita pelo próprio Governo com as agências internacionais que previa, por exemplo, no caso de Salvador, para construir o metrô em trinta e seis meses. Já ultrapassamos os trinta e seis meses e o metrô está indo bem, do ponto de vista já das intervenções feitas, mas falta muita coisa para ser realizada. Então, temos uma diferença entre o que o Governo contrata e celebra e o que ele aporta do ponto de vista de orçamento.

E a segunda questão é do ponto de vista de fluxos de recursos. Temos orçamentos que são estabelecidos para o ano de 2003. Necessidade de investimentos para esses quatro projetos totalizava R$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais). O orçamento totalizou R$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais). Com o orçamento que está sendo executado chegaremos, no máximo, até R$82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais). Então, quer dizer, nessa cadência de orçamento que se aprova e se suspende imediatamente, contingencia-se imediatamente, temos a pior forma. O que se está discutindo e que se encaminhou agora para consideração do Congresso é um orçamento realista, extremamente modesto, que nos frustra muito, a todos nós, do ponto de vista das nossas necessidades, mas estabelece uma outra forma de se trabalhar.

Para o ano que vem o nosso orçamento apresentado até agora é para os quatro projetos, de apenas R$148.000.000,00 (cento e quarenta e oito milhões de reais). Mas, em compensação, é um orçamento que se aprova e imediatamente se estabelecem os duodécimos para serem executados. Então todos nós, os governos, os órgãos executores e os empreiteiros, os nossos parceiros, sabemos com quanto vamos contar. Não é o melhor dos mundos, melhor seriam recursos ao nível das nossas necessidades para que esses investimentos se concluam rapidamente, mas é melhor do que o quadro que temos vivido até hoje, porque não sabemos de quanto recurso dispomos.

Temos uma situação extremamente desfavorável em Recife, onde já existe um sistema integrado de ônibus, uma rede integrada metropolitana, e agora o metrô está sendo incorporado com um papel extremamente positivo. O nosso subsídio inclusive está contaminando a câmara de compensação das empresas de ônibus de uma maneira positiva, porque o empresário de ônibus é uma empresa privada e tem que ser inteiramente ressarcido por aquilo que produz. Então, a câmara de compensação do sistema estrutural integrado de Recife, que estava em déficit, agora se equilibra com a participação do Metrorec no sistema. E temos, em nível institucional, uma articulação extremamente positiva entre o Governo do Estado e as prefeituras para conformação de um novo formato institucional.

O desenho de Belo Horizonte também é extremamente positivo. A tarifa, no documento do Banco Mundial, é uma tarifa liquida do metrô. Significa o quê? Significa que a tarifa arrecadada para o metrô é para cobrir os seus custos, mas não é a tarifa paga pelo usuário. Ora, se existe um sistema ônibus que se incorpora em todos os nossos casos, a demanda é da rede de transporte, conseqüentemente os ônibus são fundamentais para sua composição, e os custos têm que contabilizar o custo do ônibus. A tarifa paga pelo usuário é o somatório do custo do ônibus mais a tarifa do metrô. Esse tipo de projeção não foi feito nos nossos diversos projetos, com exceção da Bahia. A Bahia foi o único caso que assumiu, de uma maneira clara, que a tarifa paga pelo usuário teria que ser muito menor do que os custos do serviço e que nós teríamos que viabilizar a subvenção. Essa realidade está mascarada em todos os outros sistemas. Todos os Governos, por razões óbvias, Minas Gerais, Pernambuco, têm protelado a assunção do sistema. O que estava contratado com o Banco Mundial, com o Governo Federal, com o Governo de Minas, com a Pre-

feitura de Belo Horizonte, com o Governo de Pernambuco era: assim que os investimentos alcançassem 60% os Governos assumiriam. Não assumiram até hoje. E a pressão, o que se tem falado sempre é que tem havido atraso etc., e o Governo Federal deve continuar respondendo pela folha até dezembro de 2006. Ora, isso faz um subsídio absolutamente arbitrário entre as diversas realidades. Para pegar os casos extremos: Recife, a empresa mais pesada tem 1.300 trabalhadores. Então, subsídio seria isso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Eu gostaria de dizer a V. Exª que como o seu tempo já foi ultrapassado bastante, eu pediria que deixasse alguns detalhes para a fase de questões.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas pode encerrar.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Então, só encerrando. Fazendo a comparação Pernambuco e Bahia; quando se fala em regionalização, a Bahia é o subúrbio, não é o metrô. Então o subsídio para a Bahia seria apenas o pessoal do subúrbio e não alcançaria em nada o pessoal do metrô. É uma situação absolutamente desigual entre os diversos entes federados. Nós temos aí uma comparação entre os modelos, mas acho que não há necessidade. Nós já abordamos os temas em geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a V. Sª, agradecemos à Secretária e vamos passar para os outros debatedores também convidados.

Em primeiro lugar, vou passar para o representante do Prefeito de Salvador, Dr. José Henrique Ratter.

V. Sª tem 10 minutos. Como cada um vai discorrer sobre um metrô, o tempo pode ser menor.

Eu também quero avisar a todos que, posteriormente a esta audiência pública, teremos aqui uma votação para indicação ao DNTT – Departamento Nacional de Transportes. Ao meio-dia mesmo que não tenha se encerrado a audiência pública, vou abrir a votação para que os Srs. Senadores que tenham outras obrigações possam cumpri-las. Passo a palavra para o Dr. José Henrique Ratter.

O SR. JOSÉ HENRIQUE RATTER – Eu queria agradecer a possibilidade de estar aqui junto aos senhores; cumprimento o Senador José Jorge, Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Drª. Ermínia Maricato demais colegas de trabalho.

O Presidente João Luiz fez uma apresentação bastante criteriosa do que são os diversos projetos do metrô, em específico sobre Salvador. Não cansarei os senhores repetindo o que já ficou apresentado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Eu pediria um pouco de silêncio a vocês. Estão atrapalhando aqui. Obrigado.

O SR. JOSÉ HENRIQUE RATTER – Entretanto, eu gostaria de enfatizar algumas questões que distinguem bastante os projetos tanto de metrô, quanto de estadualização do sistema ferroviário, no caso da Bahia. Nós temos dois projetos em andamento. Uma de modernização de uma ferrovia do subúrbio numa área extremamente carente de infra-estrutura da cidade e de fundamental importância para que se faça inclusão social de um grande contingente da população da cidade de Salvador.

Chegamos a estudar diversos projetos ao longo dos últimos sete anos e concluímos que havia a necessidade, realmente, de que o melhor projeto de integração urbana, de infra-estrutura urbana para a cidade de Salvador, e não apenas para a cidade de Salvador, mas também para a região metropolitana, haja vista a conurbação existente naquela região com os Municípios de Simões Filho, de Dias d'Ávila e Camaçari e partimos para efetivar esse projeto junto com o Governo Federal. E uma das primeiras distinções que vale se salientar, neste caso no Estado da Bahia, é a grande participação do Governo do Estado, devido ao seu elevado interesse, junto com a Prefeitura de Salvador, em ver viabilizado toda a infra-estrutura metrô-ferroviário no sistema de transporte da cidade, chegou a admitir uma participação de até 32%, fato que é bastante diferente em relação aos demais projetos em andamento, em que a União, praticamente, na sua totalidade, assume todos os investimentos, à exceção do caso de Fortaleza, em que participa com cerca de 58 milhões em um dos financiamentos, o que corresponde a cerca de 10%.

Este fato, aliado a diversos estudos, fez com que o projeto de metrô de Salvador...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Peço licença por somente cinco minutos, pois sou relator de um projeto aqui na Comissão de Educação. Então, o Senador Vice-Presidente da nossa Comissão ficará em meu lugar. Vou lá e volto rapidamente.

O SR. JOSÉ HENRIQUE RATTER – Esse projeto de Salvador, com essa característica, não é apenas um projeto de metrô. A importância dele para a cidade, para a população de Salvador é fundamental, pois ele faz parte de um grande projeto de reformulação do sistema de transporte da cidade. Ele não é uma linha isolada ou subúrbio ferroviário... Não está integrado de uma maneira isolada, mas faz parte de

um grande programa de integração entre os diversos modais: ferroviário, rodoviário e metroviário. Inclusive, eu gostaria de esclarecer que diversos investimentos estão sendo efetuados também no sentido de facilitar a mobilidade daqueles que andam a pé.

Salvador tem características peculiares de topografia, o que faz com que tenhamos, muitas vezes, uma segregação natural devido aos acidentes geográficos entre os diversos bairros. Estamos possibilitando a implantação de um amplo programa de passarelas que permite a ligação entre esses bairros. Ele até chega a afetar uma opinião que existia nacionalmente em diversos setores de transporte que diziam que Salvador, no seu sistema de transporte, chegava a desmentir uma lei da Física segundo a qual a menor distância entre dois pontos é uma reta, mas que, no caso de Salvador, devido a sua topografia, a menor distância muitas vezes era uma espiral.

Face a esse processo todo, termos um projeto de metrô e a recuperação da ferrovia do subúrbio no menor espaço de tempo possível é de fundamental importância, haja vista que outros investimentos, de cerca de R$200 milhões, estão sendo feitos no sistema de transporte de Salvador como uma maneira acessória de permitir todo o processo de integração, de mobilidade, de acessibilidade e até de inclusão. Mas ele carece de um horizonte para que a população possa utilizar os meios de transporte metroviário e ferroviário.

Recentemente, estivemos numa reunião com o Presidente da CBTU, que expôs todo esse processo aqui apresentado, essa nova modalidade de gestão, entretanto há uma questão que é necessário que fique clara: é preciso que tenhamos uma série de outras reuniões para que fiquem estabelecidas algumas questões, como um marco regulatório para o setor de transporte de maneira que possamos buscar um processo de concessão.

No caso de Salvador, como foi aqui apresentado, buscamos um processo de concessão que, devido a uma questão macroeconômica e questões relativas também à ausência de marcos regulatórios definidos, fez com que o Estado assumisse um volume de investimento previsto inicialmente mais significativo na expansão dos trens.

Acontece que, diante dos fatos aqui apresentados e de orçamentos aprovados e já insuficientes para fazer frente às necessidades do projeto, orçamentos aprovados e imediatamente contingenciados em sua maior parte, e que muitas vezes os executores dos projetos só vão saber aproximadamente qual o montante disponibilizado no ano em junho ou julho, já decorrido metade do exercício, é extremamente difícil se programar as obras.

Vale salientar também que essa questão que tem ocorrido com o Orçamento da União tem levado a um processo de encarecimento dos custos dos sistemas. E esse processo de encarecimento tem sido suportado principalmente pela população. Na medida em que se tem feito um volume de investimentos para poder gozar de um benefício, e esse benefício se atrasa ao longo do tempo, é toda a população quem paga.

Fora isso, há também uma questão ligada ao problema do emprego. No caso de Salvador, recentemente, em razão da ausência de recursos, tivemos que paralisar a maioria das frentes de serviço, o que significou o desemprego de cerca de mil pessoas diretamente vinculadas à obra e mais de três mil indiretamente vinculados à obra. Então, essa questão também posterga não apenas o problema do emprego, a geração de renda durante a execução da obra, mas também os quase cerca de mil empregos que seriam gerados durante o processo de operação e outros 3,5 mil, 4 mil empregos que seriam gerados indiretamente, em razão da operação do trem.

No nosso caso, por exemplo, diante do exposto, dentro de um projeto do PPA do Governo Federal, mais recentemente, nossa expectativa de ter o projeto do metrô concluído em 2004 foi postergada para 2007, pela sinalização até então apresentada. Isso corresponde a um atraso de mais três anos, ou seja, se for cumprido o PPA previsto no Governo Federal, estaremos com cerca de 125% do prazo previsto inicialmente para aplicação.

Então, eu gostaria de salientar a necessidade de que esse projeto, esse novo modelo, seja acompanhado de providências que realmente identifiquem a origem e a aplicação efetiva desses recursos, de maneira que possamos cumprir o papel de executor de um grande projeto com essa natureza.

Quanto à situação já exposta, por exemplo, este ano, chegamos ao exercício de 2003, em Salvador, com cerca de R$17 milhões de restos a pagar de 2002, dos quais só agora, a partir de abril, maio, foram transferidos cerca de R$11 milhões. Ainda temos que receber R$6 milhões de restos a pagar, já no mês de setembro. O Orçamento de 2003 começou a ser executado somente agora, no mês de setembro. Dos R$63 milhões previstos e orçados inicialmente, apenas 17 milhões foram concedidos de limite, e, desses R$17 milhões, até então só foi transferido R$1,5 milhão. E há uma previsão de transferência, até o final do mês, de mais R$4 milhões. É praticamente impossível realizar uma obra com tecnologia, com requisi-

tos de investimento, como um metrô, sem o casamento prévio entre o fluxo financeiro e o fluxo de produção da obra. Essa é uma prática desaconselhável, que encarece bastante qualquer tipo de obra, como acontece no nosso caso.

No caso de Salvador, independentemente do financiamento específico com o Banco Mundial, há também todos os outros investimentos, aproximadamente R$200 milhões que têm sido investidos pelo Governo do Estado e pela Prefeitura, que carecem do sistema em funcionamento para que tenha eficácia. A não conclusão do projeto obriga-nos a adotar uma série de medidas também onerosas, com a utilização do sistema de ônibus e do sistema de transporte complementar, micro-ônibus, para atender parte das demandas projetadas para serem atendidas com o metrô.

Vale salientar também, como uma missão do prefeito Antonio Imbassahy, a abordagem da questão da tarifa no sistema de transporte, não apenas no sistema de metrovias ou de ferrovias. Essa tem sido uma questão bastante angustiante para os prefeitos e para todos os gestores públicos e cidadãos.

Os custos crescentes do setor de transporte têm provocado um afugentamento da população, devido à sua incapacidade de arcar com esses custos, que provocam uma verdadeira espiral de retroalimentação para a sua elevação, tanto é que existe, hoje, um movimento – do qual o Prefeito Antonio Imbassahy faz parte, juntamente com outras entidades, como a Prefeitura de Belo Horizonte e outras associações – pela inclusão social por meio da revisão do modelo de remuneração e de política tarifária para o setor de transporte, que passa desde uma revisão sobre a questão fiscal incidente, as taxas impostas incidentes sobre o sistema de transporte, até uma série de outros incentivos, dentre os quais o custeio das gratuidades.

Essa era a questão que gostaria de apresentar para os senhores, assim como de apresentar uma outra questão fundamental: é preciso que nós tenhamos, além de um plano coerente, uma aceleração desse processo do sistema metroviário, porque todas as capitais se ressentem, são custos bastante elevados e os projetos estão em ponto de bala para serem tocados. Eles podem ser tocados rapidamente. Há condições para isso, mas carece de um posicionamento orçamentário financeiro mais definido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

O próximo a fazer a sua exposição seria o Dr. Fernando Dueire, Secretário de Infra-Estrutura do Estado de Pernambuco. No entanto, ele justificou a ausência e, em razão disso, vamos passar a palavra ao seguinte, Dr. Ricardo Medanha Ladeira, representante da Prefeitura de Belo Horizonte.

O SR. RICARDO MEDANHA LADEIRA – Bom dia a todos. Senador Presidente, Ermínia, Srs. Senadores, Deputado Patrus, queria agradecer, em nome do Prefeito, Fernando Pimentel, antes de mais nada, o convite e dizer que os problemas do recurso de gestão, hoje, não são exclusivos da questão metroviária, por isso vou falar um pouco dos problemas maiores da gestão de transporte urbano, englobando um pouco nisso a questão metroviária e, no final, algumas propostas.

Estou, hoje, também como Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte, então, diria que já discutimos amplamente nesse fórum e falarei em nome dos demais Secretários de Transportes Municipais, Secretários e Dirigentes de Transporte.

Primeiramente, quanto à pobreza, os senhores estão cansados de saber disso, todos nós, mas só para lembrarmos, hoje, pelos dados do IPEA, 34% da população, 55,4 milhões são pessoas pobres – neste caso, são aqueles que ganham até um salário mínimo – e, desses, 76% vivem nas áreas urbanas, sendo 48 nas regiões metropolitanas.

Então, a situação é muito crítica e isso tem gerado insuficiência de renda, principalmente privação de acesso. As pessoas não têm acesso aos serviços essenciais, saúde, educação, transporte, aos direitos da vida e, principalmente, envolve questões ligadas à raça: mulher, gênero: crianças.

Mas estou lembrando essa questão para dizer que temos, hoje, um processo de exclusão social violento na área de transporte. Um crescente número de viagens a pé, lembrando que 34% da população, que já falamos, estão totalmente excluídos do acesso ao transporte. Dados do IPEA, em pesquisa recente também, mostram que, até três salários mínimos, que engloba mais de 50% das pessoas, 20% da renda dessas pessoas está comprometida com o transporte público.

Então, o que acontece? As pessoas estão cada vez andando mais a pé, a redução da mobilidade, as pessoas deixam de sair de casa, o empregador só contrata quem mora perto, para ter menos custo com transporte, e isso gera uma perda contínua de passageiros. O final de semana mostra claramente isso. A redução é muito maior, a perda é muito maior.

Em Belo Horizonte, temos um exemplo. Saímos de dois milhões de passageiros/dia em 1994 e estamos, hoje, com um 1,350 milhão de passageiros/dia, ou seja, 33% das pessoas deixaram de andar de ônibus nos últimos dez anos. Agora, por quê? O que está causando isso?

Apresentamos duas causas, e a primeira delas são os incentivos ao transporte individual. Além da questão da pobreza, da exclusão, houve uma lógica do incentivo ao transporte individual muito grande, com financiamento ao incentivo de novas montadoras; redução de impostos sobre automóveis – os veículos obsoletos estão hoje com sobrevida; financiamento público federal, inclusive para veículos de transporte clandestino nas cidades; investimento basicamente em avenidas, elevados e túneis, sem tratamento preferencial para o transporte coletivo. Houve um abandono do transporte público, de forma geral. Portanto, a primeira política levou a investimentos que basicamente se encaminham para o automóvel e para as estradas; as cidades é que acabam pagando a conta.

Houve ausência do Governo Federal, sem políticas urbanas, desde a década de 80. Houve a extinção da EBTU, e, principalmente, a partir da Constituição de 1988, houve uma transferência da responsabilidade para os Municípios sem alocação de recursos para isso.

O corte de subsídio é linear; não interessa qual o serviço, mas se corta simplesmente. O investimento federal, até agora, era feito muito mais para se livrar do problema. Os investimentos de regionalização do metrô e de continuação dos metrôs regionais eram feitos muito mais para transferi-los para os Municípios e largar o problema.

Os insumos têm aumentado muito. Há o aumento nos salários dos rodoviários, que têm uma capacidade de mobilização muito maior que a de outras categorias. Hoje, um rodoviário pára as cidades, afeta a cidade como um todo. Qualquer greve de rodoviários leva a um aumento dos salários muito maior do que o de outras categorias. Não é um fenômeno brasileiro; no mundo inteiro, isso tem acontecido cada vez mais.

Há também outras questões. Por exemplo, nos sistemas metroferroviários, a cobrança da energia elétrica é feita pelo pico, que é a hora em que mais se precisa do metrô, e o custo acaba sendo muito maior. Portanto, o Governo está analisando uma forma de alterar essa questão de imediato.

O preço do diesel aumentou muito mais que o da gasolina nos últimos quatro anos. A política era a de acabar com o subsídio do diesel, o que trouxe muitos problemas.

O resultado de tudo isso é o seguinte: as moradias estão cada vez menos distantes, o que é um novo requisito para a seleção de funcionários, de empregados. As pessoas estão contratando quem mora perto do trabalho. O entorno dos locais de trabalho é onde as pessoas estão requisitando os trabalhadores, e 56 milhões de brasileiros não conseguem pagar a tarifa do transporte, ou seja, só andam a pé.

O custo afeta muito mais, obviamente, a população de baixa renda. Estima-se que, hoje, no Rio de Janeiro, um em cada quatro moradores de rua da cidade esteja empregado, mas sem recursos para voltar para casa. Ele dorme na rua e, só na sexta-feira, vai para casa. Volta para o trabalho na segunda-feira, quando novamente dorme na rua, porque não tem dinheiro para ir para casa.

O vale-transporte é dado exclusivamente para o trabalhador formal. Hoje, quase metade dos trabalhadores está na área informal e, portanto, não recebe vale-transporte.

Há ainda o problema da gratuidade, que acaba transferindo renda do pobre para o mais pobre. Na medida em que se cria alguma gratuidade, quem a paga, em 99% dos casos, é a própria tarifa de ônibus. Portanto, o próprio pobre distribui dinheiro ao outro mais pobre.

Um exemplo muito interessante se refere à ocupação de renda e espaço. Hoje, quem ganha menos de R$240,00 de salário ocupa um total de espaço de 6,1%, numa proporção de espaço por metro quadrado. Para quem ganha mais que R$1,8 mil de renda familiar, o percentual é de 52%. Ou seja, 764% a mais de espaço no sistema viário é ocupado hoje pelas pessoas que ganham mais, porque estas saem mais, viajam mais, uma vez que têm mais dinheiro, e, conseqüentemente, ocupam e usufruem da cidade muito mais.

O resultado dessa política é: exclusão, visto que as pessoas não conseguem emprego, porque não conseguem ter acesso ao transporte; poluição, que é cada vez maior, pelo número de veículos; e aumento do número de acidentes.

Numa composição intitulada "Um dia sem meu carro", que recebeu uma premiação em Belo Horizonte, no Imaco, uma escola de Segundo Grau, o aluno concluiu da seguinte forma: "O rico sai de casa e pega o carro; o pobre sai de casa, e o carro pega". Creio que esse é um exemplo muito claro dessa lógica do acidente, que basicamente atinge as pessoas mais pobres.

SRAs e Srs. Senadores, existem problemas, mas existem soluções, alternativas. O problema não é só, como vimos, do sistema metroferroviário, mas também dos sistemas urbanos em geral.

Experiências exitosas no mundo, para vermos que existem alternativas: primeira, priorização do transporte público. Não há solução para resolver os problemas das cidades sem priorizar o transporte, aumentar a velocidade, construir transportes metroferroviários; a tarifa tem que ser apenas uma das fontes de custeio da operação. Os exemplos estão nos países europeus principalmente, mas mesmo nas cidades americanas que ainda têm transporte público ele é extremamente subsidiado.

Há necessidade de existirem recursos orçamentários estáveis, vinculados, comprometidos em planos plurianuais. Não se pode esperar, como disse o João e o companheiro de Salvador, que venha o dinheiro este ano, no outro, não. Tem que ser estável, deve estar vinculado e temos que trabalhar com a utilização de modos de transporte não poluentes.

Citando a experiência exitosa de um modelo mais tradicional, na França, hoje, o usuário, ao pagar a tarifa do metrô ou do ônibus, está pagando basicamente um terço do custo total do sistema; os dois terços restantes são subsidiados por meio dos empregadores e do próprio Governo, via orçamento.

Para termos uma noção, a taxa de cobertura da tarifa que é paga pelo usuário no ônibus em algumas capitais do mundo vão desde 25%, no caso de Amsterdã, a 27%, em Atenas, em Roma, são 10%. Enfim, na maioria das cidades, o nível de subsídio é extremamente alto. O usuário não é o único responsável pelo pagamento das contas do transporte.

O que estamos propondo? Como vamos trabalhar? Qual é a proposta hoje discutida pelos secretários e dirigentes de transportes em geral – e na Prefeitura de Belo Horizonte temos tentado trabalhar essa questão?

Primeiro, é preciso um pacto federativo. Não adianta pensarmos que o problema é da União ou do estado; o município também tem a sua parcela e tem que contribuir com desoneração em investimento – tanto estados como municípios. E a União tem que garantir pelo menos 25% da Cide, além de avalizar financiamentos para o setor, para que possa haver investimentos na área.

Quando falamos em subsídio, que é considerado um palavrão no País, pensamos que isso é um absurdo total. Para se ter uma idéia, num estudo feito conjuntamente pela BH Trans, em Belo Horizonte, com a Fundação João Pinheiro, mostramos que é possível, apenas fazendo a incorporação integral dos impostos incidentes hoje sobre o combustível, quer dizer, pegando toda a região metropolitana de Belo Horizonte e toda a carga tributária que já incide sobre a gasolina e o diesel, se todos esses recursos fossem revertidos para subsidiar o transporte público, seria possível que a tarifa média fosse de R$0,30, não só em Belo Horizonte como em toda a região metropolitana. Ou seja, é muito dinheiro para subsidiar, mas não é nada assim tão fora do mundo. São valores que já existem hoje, disponíveis.

O que queremos do Congresso? Não temos dúvida de que isso hoje seria inviável. Tirar dinheiro do orçamento hoje significa deixar de construir escolas, metrôs, hospitais, mas, se não começarmos a discutir esse assunto hoje, nem amanhã ou depois de amanhã conseguiremos viabilizar um transporte público de qualidade e acessível a toda a população.

Então o que pensamos em discutir? Primeiro, a Cide, no percentual de 25%. Lembrando, a Cide é Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico; foi criada para melhorar a qualidade do transporte no País e, na negociação que foi feita ano passado, garantiam-se 25% para o transporte urbano, mas esse artigo acabou sendo vetado pelo Governo anterior. Essa discussão subsiste na reforma atual.

É importante termos, efetivamente, recursos perenes para investir nos transportes urbanos das cidades brasileiras. Sem isso não conseguiremos dar um salto de qualidade.

Segundo, está diretamente associado à discussão sobre a reforma tributária ter um tratamento tributário para o transporte urbano, semelhante àquele que é dado à cesta básica. Transporte coletivo hoje tem que ser encarado como um componente da cesta básica. Não há como sobreviver na cidade sem ter acesso ao transporte público, ao consumo, ao lazer. Enfim, é fundamental que esse tratamento tributário seja dado e discutido agora, durante a reforma tributária.

Finalmente, é preciso quebrar o paradigma de que o custo deve ser coberto somente pelo usuário. Mesmo que hoje não tenhamos capacidade financeira no País para destinar recursos para o transporte urbano, tirando-o de outras áreas? Acredito ser possível, no mínimo, quebrar esse paradigma, iniciar esse processo de discussão. Não existe transporte de qualidade acessível à população no País se ele não for subsidiado, se não se estabelecerem algumas formas de financiamento para ele.

Esse tipo de transporte vai afetar o dinamismo da cidade como um todo, na medida em que a cidade se tornará mais dinâmica, haverá um aumento do nível de emprego e da demanda e uma redução da tarifa. Com isso, haverá maior acesso aos meios de produção. A isso, chamamos de "círculo virtuoso".

Concluindo, baratear a tarifa, hoje, significa para nós inclusão social, permitindo que o cidadão brasileiro tenha acesso aos diversos serviços que a cidade lhe proporciona. A população terá acesso a isso. Com isso, serão gerados empregos.

Lembro ainda um dado: hoje, somente na região metropolitana de Belo Horizonte, o transporte público oferece mais empregos diretos – motoristas, cobradores, encarregados da manutenção, despachantes administrativos – do que toda a indústria automobilística do País inteiro. Então, o transporte público faz com que haja geração de emprego também. Entendo que temos que investir nisso.

Por fim, baratear tarifa, hoje, significa também combate direto à fome. Por exemplo, em Belo Horizonte, a tarifa é de R$1,45. Se conseguirmos reduzi-la pela metade, seriam mais R$1,50 que o trabalhador estaria levando para casa no final do dia, ou seja, um almoço ou um jantar nos restaurantes populares de Belo Horizonte. Com isso, leva-se diretamente subsídio ao bolso do trabalhador, tanto o da economia formal como o da informal.

Essa discussão do barateamento das tarifas é imprescindível no processo. É fundamental discutirmos recursos e experiências para investirmos nos transportes urbanos, em metrô, em corredores de ônibus, mas também é fundamental iniciarmos um processo de discussão, para que consigamos baratear as tarifas do transporte público por meio da desoneração de impostos, por intermédio de, no médio e longo prazo, subsídio ao transporte. Ao fazermos isso, estaremos contribuindo para uma cidade melhor, para que a economia do País como um todo seja melhor. Reduzindo os custos – custo Brasil, custos existentes na cidade –, estaremos contribuindo para que haja uma melhor qualidade de vida do cidadão brasileiro.

Temos um papel fundamental: colocar essa discussão na rua e introduzi-la no Senado Federal, no Governo Federal, nos Governos Estaduais e Municipais, para que possamos, efetivamente, contribuir para essa questão, que é fundamental à sobrevivência das cidades brasileiras hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço a participação do Dr. Ricardo Mendanha Ladeira.

Passo a palavra para o quinto expositor de hoje, Deputado Estadual Célio Moreira, Presidente da Comissão Especial do Metrô da Cidade de Belo Horizonte, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo. Inclusive, na oportunidade, agradeço o convite do Senador José Jorge, Presidente desta Comissão. Agradeço ao Dr. José Henrique, à Drª Ermínia Maricato, ao Dr. João Luiz, ao Dr. Ricardo Mendanha Ladeira e às SRAs e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, serei bastante objetivo.

Na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, foi proposta essa Comissão Especial para debater essa situação do metrô, que se arrasta há aproximadamente três décadas. Parece-me que, desta vez, tem havido boa vontade no sentido de que realmente o metrô se torne uma realidade, principalmente o da cidade de Belo Horizonte.

O metrô de Belo Horizonte já consumiu aproximadamente US$850 milhões. A comunidade está apavorada em vista de paralisação, principalmente na linha dois, ramal Calafate-Barreiro. A Drª Ermínia esteve em Belo Horizonte, em conferência, e levou para a comunidade uma esperança muito grande; o mesmo fez o Presidente da República, em Pouso Alegre, no sentido de que estaria dando prioridade ao metrô. Isso trouxe uma expectativa muito grande para Belo Horizonte, que hoje é a terceira capital do País em população e tem uma engenharia de trânsito bastante complexa em razão do traçado da cidade, que é convergente. Assim, estamos discutindo na Assembléia Legislativa a situação financeira.

Foi colocado pelo Dr. José Henrique, que lembrou bem, que é levado para o orçamento, é aprovado, tem dotação, mas, infelizmente, depois, o dinheiro é contingenciado, haja vista que, para 2003, da dotação aprovada de R$35,3 milhões, o liberado até agora foi de R$254 mil, portanto 0,7%.

Isso no Orçamento de agora para o ano, principalmente no ramal Calafate-Barreiro, que é zero, que já vem e tem projetos para esse braço que foi apresentado, que vai transportar aproximadamente 300 mil pessoas/dia; atualmente transporta aproximadamente 110 mil pessoas.

Estamos solicitando à bancada mineira de Deputados Federais, temos presente o Deputado Patrus Ananias, majoritário na região, principalmente do Calafate-Barreiro, uma região operária com aproxima-

damente 500 mil habitantes; com toda certeza, concluído esse trecho do metrô, tirará da rua oito mil viagens de ônibus, trazendo mais tranqüilidade e conforto, um transporte mais barato para a comunidade.

Tive oportunidade de conversar com a Drª Ermínia Maricato e pedimos, urgentemente, o descontingenciamento de 8,5 milhões até o final do mês para a compra de equipamentos de sinalização da Estação São Gabriel-Vilarinho, pois por falta desses equipamentos houve um acidente grave em Belo Horizonte. Hoje é feita uma baldeação na Estação Vilarinho a São Gabriel, que não interessa para o usuário porque resulta numa espera de aproximadamente 26 minutos, e o metrô ajudaria bastante a vida dos usuários.

A paralisação dessas obras, que vimos nas transparências que o Dr. João Luiz apresentou, às quais fizemos uma visita **in loco** com o pessoal da CBTU, da Assembléia e da imprensa – as fotos apresentadas, principalmente do ramal Calafate-Barreiro, são mais antigas, e as obras de engenharia, dos viadutos, das estações estão bastante adiantadas. Não enviar recurso para esse trecho significará a possível invasão da área de domínio, porque há uma parte que foi indenizada, mas as pessoas estão retornando, estão invadindo e jogando lixo. Isso ficará mais caro para o Governo.

Nos anos anteriores, aconteceu o mesmo: as obras começavam e paralisavam e hoje, se não houver recurso e renovação do contrato, pois parece que não há dinheiro nem para pagar os vigias, o trabalho de terraplanagem estará perdido. Portanto, vai haver uma frustração muito grande para a comunidade vizinha, que aguarda a desapropriação.

Com relação à deterioração dos serviços executados – como foi mencionado: a questão da vedação, das obras especiais, as passarelas e a deterioração da terraplanagem –, com a chegada das chuvas, acreditamos que haverá uma perda muito grande de dinheiro público. Solicitamos ao Presidente João Luiz, à Drª Ermínia Maricato, aos Senadores Eduardo Azeredo, Aelton Freitas e Hélio Costa e Deputados Patrus Ananias e Virgílio Guimarães que se empenhem. Como disse, creio que está havendo boa vontade, ou pela Bancada ou pelo próprio Relator, no sentido de incluir os recursos. Ou então – como estava até brincando com a Drª Ermínia Maricato, que é a dona do dinheiro –, que se dê a liberação do dinheiro, que é urgente e resolverá a vida de milhares e milhares de pessoas que encontram em Belo Horizonte um transporte bastante deficitário.

Foi colocada aqui pelo Presidente da BH Trans, Ricardo Mendanha, a questão do transporte clandestino, e percebe-se que o usuário não tem outra opção. Em Belo Horizonte, a situação do transporte clandestino foi combatida e ainda é deficiente – a passagem é cara e não há ônibus adequados.

Quanto ao metrô, penso que foi mal projetado, já que não passa pelo centro de Belo Horizonte, criando a situação de as pessoas terem de andar a pé por muito tempo. Existe a proposta de mais um braço da linha um, estendendo até a área hospitalar, pois entendemos que seria importante passar, pelo menos, no centro de Belo Horizonte.

Sr. Presidente, qual é o futuro dessa linha? O que se pode fazer para evitar a paralisação da obra e a possibilidade de abertura de linha de crédito?

O Barreiro é uma cidade dentro de Belo Horizonte. Sempre digo que, se o Barreiro fosse emancipado hoje, seria a sétima ou oitava cidade de Minas Gerais. Estou dizendo que o Barreiro é considerado uma cidade dentro de Belo Horizonte, com aproximadamente 350 mil habitantes. É uma esperança muito grande, uma área industrial com dificuldades de transporte, nas duas saídas, e sua massa trabalhadora terá no metrô a solução de muitos problemas.

Então, solicitamos empenho à Drª Ermínia Maricato, ao Sr. João Luiz, aos Srs. Senadores e Deputados, a fim de que o metrô de Belo Horizonte se torne uma realidade. O metrô de Belo Horizonte se tornou, nas últimas eleições, matéria de campanha: "o metrô está chegando". Chegam as eleições, e o metrô não chega. Vem outra eleição, o metrô está chegando. O que nós percebemos é que basta boa vontade. Sabemos da dificuldade de caixa. Não queremos em sete, oito, nove meses, cobrar do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministério que o realizem, de vez, no primeiro ou no segundo ano. No entanto, sabemos que existe um projeto, um novo modelo, que poderá contemplar e viabilizar a situação do metrô de Belo Horizonte.

É essa a nossa solicitação. Na oportunidade, desejo agradecer aos Senadores Aelton Freitas e Magno Malta, que elaboraram o requerimento solicitando nossa presença, a fim de passarmos para a Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal as dificuldades e os problemas que Belo Horizonte vem enfrentando.

Então, solicitamos de V. Exªs um empenho e uma ajuda, porque sabemos que, com o metrô, não só de Belo Horizonte, mas como também o de Salvador, de Recife e Fortaleza, para não acontecer, como foi registrado aqui, aquela questão de Salvador: as obras podres. Podemos dizer o seguinte: as linhas, a questão de saneamento, a comunidade lindeira jo-

gando o esgoto, na questão da drenagem. Portanto, se não houver realmente um empenho maior, acontecerá isso, o que não queremos ver.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade e contar com esta Comissão, com o empenho das SRAs e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com o fim das exposições, daremos início às interpelações.

Concedo, portanto, a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador César Borges, que terá cinco minutos para sua interpelação. Em seguida, falará o Senador Eurípedes Camargo. Depois dos dois Senadores, os interpelados terão a palavra para suas respostas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, quero saudar a todos os presentes, Drª Ermínia Maricato, Dr. João Luiz, os demais componentes da Mesa, em especial o Dr. José Henrique, representando a capital do meu Estado.

Realmente este é um debate da maior importância, que cada dia mais assume a pauta nacional: a questão do transporte público, sua viabilidade. E Salvador foi um exemplo recente de uma instabilidade social, causando um transtorno muito grande à comunidade da cidade de Salvador. E isso, parece-me, não é nem de longe um caso particular de Salvador. Isso está acontecendo no Brasil inteiro. Nesse sentido, a exposição do Dr. Ricardo Ladeira foi muito elucidativa, do ponto de vista de que, ou tratamos a questão dos transportes urbanos como um elemento de inclusão social, de estabilidade social, ou vamos ter graves problemas sociais, inclusive de perturbação da ordem pública nas principais capitais do País.

Esse não é um assunto para se brincar. É um assunto muito sério. E não é apenas se analisando, fazendo diagnósticos, achando o que pode estar errado no modelo e querendo propor um modelo novo que não sabemos exatamente em que horizonte vai ser implantado, que vamos resolver a questão.

Creio que o Governo Federal tem a obrigação com as populações urbanas do nosso País, metropolitanas, das principais capitais, de tomar imediatamente uma providência junto com os governadores de Estado e com os prefeitos, para que possamos subsidiar efetivamente para permitir o acesso ao transporte público à nossa população. Sem sombra de dúvida. Não adianta jogar o assunto para adiante. Esse é um assunto que está aí premendo a estabilidade pública nessas diversas capitais. Portanto, esse é um assunto fundamental para o País.

No entanto, estou sentindo que mais uma vez o Governo Federal faz um diagnóstico, faz crítica no passado, propõe um novo modelo, mas não dá horizontes, não explica efetivamente quando vamos ter uma solução específica para o problema, inclusive com quatro grandes capitais que têm necessidade de transporte metropolitano, têm projetos que estão em pleno andamento, implicações seriíssimas nas suas paralisações. Isso é o que está acontecendo na realidade. E está acontecendo com Salvador, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. Infelizmente, desde que o Governo assumiu, ouvimos muitas discussões, mas necessariamente o que vimos e pudemos constatar foram protelações.

Há um problema fiscal no País? Há, e ninguém duvida disso. Há necessidade de ajuste fiscal, há um problema fiscal? Há. Temos compromisso com o FMI? Temos. E daí? O povo brasileiro vai fazer o quê? Vai morrer? Vai ficar preso em sua casa porque não vai poder ter direito a um transporte viável, principalmente rápido e mais barato? Não há uma solução prevista. Vi aqui a apresentação. Há um modelo, mas não há horizonte. Não há, no Orçamento deste ano, absolutamente nada que viabilize a continuidade dessas obras, elas estão paralisadas. Para o Orçamento de 2004, idem, porque poderiam dizer que o Orçamento de 2003 foi uma herança do Orçamento de 2002, ou melhor, do Governo que estava em 2002 e que fez o Orçamento para 2003. Porém, o Orçamento de 2004 repete os mesmos equívocos, que estavam, segundo o Governo atual, presentes no Orçamento de 2003.

O que se propõe, pelo que tenho em mãos, é uma brincadeira, Drª Ermínia Maricato. Quero fazer a ressalva de que não lhe colocarei qualquer ônus sobre esse assunto, porque sei que não depende unicamente do Ministério das Cidades, muito menos de V. Sª e do Ministro, mas depende de uma política governamental que passa pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério do Planejamento e por uma decisão presidencial. Está previsto que essas obras serão concluídas em 2007, e, mesmo assim, da forma como foram alocados recursos e distribuídos ao longo dos anos, é uma brincadeira.

No caso específico de Salvador, para 2003, tem 6,4% dos recursos para terminar a obra; para 2004, 13%; para 2005, 14% e, para 2006, 19%. Sabem quanto há para 2007, que não é mais no Governo atual? A não ser que ele esteja pensando que se perpetuará no poder. Em 2007, que será o novo governo, há a previsão de 46%.

Se olharmos para o caso de Fortaleza, é mais grave ainda. A previsão para o Orçamento de 2007 é de 70%. Ora, isso é uma brincadeira, não podemos levar isso a sério. Isso é um engodo, não existe. Falta prioridade do Governo Federal, como em tantos outros setores. Sabemos que o Governo não vai enfrentar os problemas das estradas, da educação, da saúde tendo um programa fiscal, mas alguns setores são vitais para a vida da população brasileira. O transporte público é um deles.

No caso da Bahia, temos sofrido. Uma obra desse porte foi apresentada aqui pelo Dr. João Luiz da Silva Dias. Somos o único Estado que participa com 32% dos quatro sistemas. Fortaleza participa com 12%, mas os recursos de Belo Horizonte e de Recife são do OGU, não existe recurso do Estado nem da prefeitura. De Salvador, temos 32%, que é a participação do Estado. Previamos uma participação do setor privado, que não foi possível pela situação macroeconômica do País. O Estado está entrando com recursos na compra dos trens que serão disponibilizados com recursos próprios do Estado. Somos parceiros, há um contrato assinado, vimos numa seqüência. Se havia descumprimento e não estava atualizado, reconhecemos do ponto de vista do Governo anterior que não estava alocando como deveria os recursos. Mas essa obra avançou bem e tem hoje, do ponto de vista físico, 55% das suas obras civis, 70% da via subterrânea, 90% dos elevados, 45% das estações metroviárias concluídas. Não podemos ficar com o elefante branco, esperando o ano de 2007, quando teremos 46% e não será mais responsabilidade deste Governo.

Estou extremamente preocupado com essa situação, até porque, Drª. Ermínia, na minha cidade, ela se transformou numa questão política eleitoral visando à sucessão do próximo ano. Como disse o Deputado Estadual Célio Moreira, a cada eleição municipal, só passa quem vai alocar os recursos e quem não vai. Aqueles adversários da atual administração estadual e municipal que são do Partido dos Trabalhadores acusam o Governo do Estado de não ter colocado sua parcela, acusam a Prefeitura de não ter colocado sua parcela, o que não é verdade. O Estado tem alocado, com todo sacrifício, sua parcela. Agora, precisamos continuar a parceria: o Governo Federal alocando a sua parte, por meio dos recursos do BIRD. O FMI disse que investimento com recursos de empréstimo do BIRD é déficit fiscal, mas isso não interessa, o povo não quer saber disso. O povo precisa de transporte mais barato e rápido. O metrô de Salvador não pode esperar. Está sendo penalizada toda a população. Então, fica uma questão política, querendo se empurrar para o Governo do Estado e a Prefeitura, quando estamos dispostos a continuar toda a parceria com o Governo Federal. Mas o orçamento não reflete essa parceria desejada. Se há uma previsão orçamentária de R$64 milhões, descontingencia-se apenas R$17 milhões, e desses R$17 milhões, financeiramente autoriza-se apenas R$11 milhões? Então, está evidente, está claro que o Governo Federal não está priorizando essa obra em seu orçamento. E não é só essa, a de Recife também. Recife até foi mais bem contemplada. Talvez a presença do Prefeito do PT em Recife tenha influenciado. Mas, dentre as quatro obras, ainda é a que está mais bem contemplada. Não faz justiça à importância da capital que é Recife. Contemplou-se Belo Horizonte com alguma coisa; Salvador, praticamente irrisória, se se considerar que a obra vai ficar paralisada por mais três anos até o final do Governo; e Fortaleza, onde a situação é pior ainda, paralisação completa.

Esta é uma realidade que não podemos admitir. O que queremos é que o Ministério das Cidades conte com o apoio do Senado. Precisamos de uma resposta clara do Governo Federal, se vai ou não alocar recursos no Orçamento; se vai ou não descontingenciar esses recursos; se vai ou não atender a população brasileira e ficará apenas no ajuste fiscal prestando contas aos acordos com o Fundo Monetário Internacional.

Essa é a minha colocação, Sr. Presidente. Trata-se de um assunto da maior gravidade. Minha cidade já sofreu com isso, e não podemos ver essa cena se repetir em outras capitais, muito menos na cidade de Salvador.

São as colocações que eu queria fazer, agradecendo a oportunidade e parabenizando a iniciativa da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado ao Senador César Borges.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, quero me inscrever, mas, além disso, quero saber se, consultando o Plenário, poderíamos resolver um impasse. Esta é uma discussão importante para o País e para o Senado Federal. Se pudéssemos, consultado o Plenário, abrir uma exceção, pois há aqui um tema que está pendente, gerando uma deficiência muito grande na administração. Trata-se do item 1. Se pudéssemos votá-lo, é uma votação secreta.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª quer consultar o Presidente ou o Plenário?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Não, consulto V. Exª para que consulte o Plenário. V. Exª poderá definir, mas, se entender que não deve abrir uma exceção...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Eu posso definir se V. Exª me consultar.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Eu consultaria V. Exª, mas, quando invoquei o Plenário, eu o fiz porque entendo que há também, por parte do Plenário, uma certa urgência em votar. Seria uma votação muito simples, breve. Terminada a votação, poderia continuar a discussão porque não atrapalha, já que é secreta.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, convocamos a votação da indicação de um dos dirigentes do Departamento Nacional de Transportes Terrestres para hoje ao meio-dia, para facilitar a obtenção de **quorum**, tendo em vista que, na reunião passada, a Bancada do Governo não conseguiu obter o **quorum** necessário, mesmo com a nossa colaboração.

A minha idéia anterior à consulta do Senador Amir Lando era abrir a votação ao meio-dia, conforme combinado, para votarem os titulares, porque os suplentes só poderão votar depois de encerrado o prazo da votação.

Atendendo à solicitação do Senador Amir Lando, vamos consultar se o Plenário concorda. (Pausa.)

Então, vou abrir agora. Os titulares que quiserem podem me procurar que vou dar o voto ou, então, as pessoas votam e posteriormente à votação dos titulares, se algum suplente quiser votar, abriremos e encerraremos a votação.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, aceito a decisão de V. Exª. Se V. Exª definir, eu dispenso o Plenário. Não há necessidade, apenas se trata de uma matéria importante e talvez V. Exª não quisesse suspender. Entretanto, V. Exª poderá deferi-lo, sem consulta do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Já consultei o Plenário e o Plenário já concordou com V. Exª.

Então, aqueles que são titulares e que quiserem votar poderão fazê-lo. Somente os titulares.

Fica aberta a votação.

Continuaremos o debate, porque, para votar, não se precisa falar mais nada.

O Senador Eurípedes Camargo, que é o próximo inscrito, tem a palavra.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Serei rápido.

Eu queria apenas abordar a questão da importância do transporte como uma integração da cidade como um todo e da falta de planejamento, que, às vezes, torna eleitoreiro o problema do transporte.

No Distrito Federal, temos um exemplo claro sobre isso, com o metrô. O metrô, como transporte de massa, é eficaz, competente e importante, mas, infelizmente, há outras prioridades. Então o metrô transforma-se num projeto inacabado. Estamos com doze anos no processo de construção do metrô.

Pela explanação de onde é o próprio projeto e das necessidades claras nas quatro cidades abordadas, há uma população grande que precisa do transporte de massa. Parece-me que é deficitário em todo o sistema. Isso é uma realidade apresentada. É claro que isso está dado para a qualidade de vida da população.

Em Amsterdã, por exemplo, é subsidiado também, como é todo metrô, todo sistema, mas há também uma política de uso de outro tipo de alternativa de condução. Sabemos que lá há políticas de incentivos para as bicicletas. Em Taipei, existe o metrô, mas também há um outro tipo de incentivo para outro transporte, que são as vespas.

Precisamos averiguar a abrangência, porque, senão, setorizamos a questão ao invés de discutirmos sobre todos os meios de locomoção. Temos um planejamento da cidade e é claro que não se pode dissociar o transporte do planejamento.

Acredito que o Ministério das Cidades tem um papel estruturante na política habitacional como um todo. Agora, tem de se arremendar todo esse processo. Não dá para as obras ficarem paradas, porque alguns bilhões estão enterrados no Brasil todo.

Sei que continua deficitário mesmo assim, mas, como a questão é socialmente justa, penso que é possível a questão do incentivo fiscal. É preciso o subsídio, mas é necessário analisar a sua dimensão como um todo e não setorizado apenas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na verdade, ficou combinado com o Vice-Presidente que daríamos a palavra a dois Senadores e, posteriormente, à Secretária convidada.

Secretária, V. Sª tem a palavra para responder.

A SRA ERMÍNIA MARICATO – Pois não.

Eu gostaria que a nossa discussão não se restringisse à questão de recursos, porque eles são escassos mesmo. Essa é uma realidade que temos de enfrentar. Aceito as críticas, mas realmente teremos que buscar saídas. Eu diria que os recursos são escassos, mas o ambiente no qual eles têm sido aplicados é, no mínimo, inadequado. Não estamos aplican

do bem, digamos assim, no âmbito da federação brasileira, os recursos na área de transportes. Não temos – vou repetir – uma integração entre a ação municipal, a estadual e a federal. E quem paga por essa desintegração é a população brasileira. Pena que o Senador César Borges não esteja aqui, porque S. Exª gosta de provocar e eu também. (Risos.)

A atribuição do transporte urbano não é federal pela Constituição brasileira! Eu penso que isso tem de ficar bem claro. E penso que o Governo Federal não pode sair desses projetos – quero também deixar isso bem claro; mas esses projetos têm de ter uma formulação que seja viável, porque vão se estender mesmo se dependerem apenas de recursos federais, como tem sido, com exceção de Salvador e uma pequena parcela do Metrofor, o metrô de Fortaleza.

Antes de continuar, gostaria que o João desse alguns esclarecimentos sobre os recursos para o metrô de Salvador, para que possamos corrigir alguns entendimentos no que foi falado. Depois, eu gostaria de voltar a uma discussão que não seja apenas do financiamento.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Como o Senador César Borges expôs muito bem, todos nós sabemos que estamos trabalhando diante de uma forte contingência, de uma absoluta restrição fiscal. Estamos trabalhando com falta de dinheiro. Contudo, não é verdade que esteja havendo algum tipo de preferência entre um projeto e outro, senão as realidades trazidas pelos próprios projetos. O projeto de Recife e o de Salvador têm recebido um aporte de recursos semelhante. Estamos trabalhando com cerca de R$35 milhões para Recife e com igual magnitude para Salvador. Só que, em Salvador, houve R$17 milhões de "restos a pagar". Já pagamos R$10 milhões e vamos liquidar o restante, os R$6 milhões, agora. Então, quitaremos a conta. Até o final do mês, alcançaremos algo em torno de R$27 milhões já realizados e chegaremos aos R$35 milhões entre o recurso conseguido nesse Orçamento pequeno. Retiramos de tudo para que não tivéssemos as obras paralisadas. Infelizmente, no caso de Salvador, isso não foi suficiente para que a obra não ficasse paralisada. Mas a magnitude é semelhante nos dois casos.

O caso mais grave, extremamente grave, é o de Fortaleza. Com os recursos escassos com que contamos, R$58 milhões, buscávamos agora não parar. A obra do metrô de Fortaleza já estava parada desde setembro do ano passado. Então, encontramos em Fortaleza um projeto com R$20 milhões que sequer puderam ser inscritos em "restos a pagar", ou seja, foi uma produção realizada que não teve abrigo no Orçamento de 2002. Encontramos essa situação, com uma obra paralisada.

Então, entre as obras que estavam em andamento, com poucos recursos – os que foram dados aos nossos projetos -, buscou-se dar andamento ao de Recife, de Salvador e a linha 1 de Belo Horizonte. A linha 2 de Belo Horizonte também foi paralisada agora, por insuficiência de recursos.

Conforme eu havia mencionado aqui, o que se coloca para o Orçamento do próximo ano é, em primeiro lugar, uma mudança profunda com relação ao que temos até aqui. A grande queixa que se faz é que esses projetos, na sua maior parte, não deveriam estar ainda em execução, mas deveriam ter sido concluídos há muito tempo, conforme se havia estabelecido nos contratos. Nós estamos agora tentando retomá-los e assegurar a sua continuação, mas estabelecendo um orçamento. Um orçamento estabelecido com base no que a realidade de hoje permite projetar para 2004/2007, o Orçamento Plurianual, e para o Orçamento especificamente do próximo ano é um orçamento mais realista. É extremamente modesto – ficando nos R$148 milhões ou algo mais que possa ser acrescentado -, mas é um Orçamento que, se aprovado, é para serem estabelecidos imediatamente os duodécimos com que vamos trabalhar.

Essa é uma diferença profunda. Isso não soluciona o nosso caso mais grave que é o de Fortaleza. O caso de Fortaleza é extremamente grave. Com relação à Linha Sul, os recursos não são suficientes. Os R$8 milhões aplicados agora e o que está destinado para o ano que vem não é suficiente sequer para quitar os compromissos já realizados e mais os custos da manutenção – canteiros e ônibus operando na interrupção.

O mais grave é o contrato que foi celebrado no ano passado com o Banco Mundial, para que se fizesse a Linha Oeste, a linha para Caucáia. Para esse projeto, não foi destinado um tostão neste ano, e não há qualquer previsão no Plano Plurianual para os próximos quatro anos. Essa é uma questão extremamente grave. Se não se apresenta uma solução para os recursos fiscais à disposição do Governo, este tem que cancelar o contrato. Não faz sentido o que temos vivido. Nesse caso mais extremo do contrato da Linha Oeste de Fortaleza, não faz sentido o Governo contratar um financiamento para ser executado em três anos e sobre o contrato passar a pagar taxa de compromisso, não desembolsando os valores. E o pior é que, no caso de Fortaleza, todos os nossos contratos estão onerados por taxas de compromisso e de permanência maiores do que as previstas no contrato.

No caso particular de Fortaleza, isso significaria que ficaríamos cinco anos com o contrato aberto, sem utilizar um tostão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Peço um pouco de silêncio, para que possamos ouvir o palestrante.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Estamos diante de uma situação grave. Estamos passando para uma realidade orçamentária. Passa a ser, de fato, uma programação de orçamento que se executa e sobre a qual se exercita.

Na apreciação dessa proposta, na revisão que se faz dos relatores, nas emendas que se viabilizam, devem estar todas elas nesse contexto de um orçamento que é aprovado para ser cumprido. Aliás, já se coloca para o ano que vem uma discussão. Além do Plano Plurianual constitucional que se coloca para o segundo ano do Governo, para o primeiro ano do Governo seguinte, e que se elabora com base na realidade que hoje nos autoriza, podemos também passar a trabalhar com um orçamento plurianual móvel. Em 2005, de acordo com as novas informações da realidade econômica, é preciso permitir uma nova revisão do próprio Plano Plurianual e obter novas projeções. Assim, pode-se trabalhar continuamente, olhando sempre cinco anos à frente. Assim, passar-se-á a contar com um orçamento mais adequado às demandas desse projeto.

São investimentos extremamente pesados. O investimento marginal, requerido para completar os US$100 milhões, colocará em funcionamento US$400 milhões já investidos e ociosos. A maior resposta que se pode ter são os investimentos feitos nesse sistema.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos passar a palavra aos próximos Senadores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente; SRA Secretária Executiva do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato; Srs. palestrantes; Dr. João Luiz Dias; SRAs e Srs. Senadores, é surpreendente o que está sendo mencionado no Plano Plurianual para o metrô de Fortaleza. Eu diria que, se não conhecêssemos a boa vontade e seriedade do Governo, poderíamos até crer que era uma gozação.

Não estou com a tabela aqui, mas se destinam R$8 milhões neste ano e R$19 milhões para o próximo ano. No último ano de Governo, se não me engano, são R$40 milhões e, depois que o Governo acaba, no ano seguinte, R$150 milhões. Evidentemente, parece-nos uma brincadeira de muito mau gosto. Trata-se de uma obra fundamental para dois milhões de pessoas, e uma pequena participação, 12%, já vem sendo efetuada – como aqui foi dito já há alguns anos – com sacrifício muito grande para o Estado do Ceará. O Ceará é um Estado pobre, que fez um esforço gigantesco para poder dar essa infra-estrutura urbana à população de Fortaleza em função de perceber que essa infra-estrutura era fundamental para a melhoria da qualidade de vida, da habitação, dos transportes, da própria renda da população mais pobre da área urbana de Fortaleza. É fundamental, inclusive, para os conflitos de renda urbanos que levam à violência urbana. Esse tipo de transporte, como os senhores todos conhecem, faz parte do programa de diminuição da violência ou das perspectivas de violência, numa cidade de dois milhões de habitantes, com vários contrastes, importantes contrastes, de renda.

O que foi estipulado para esse ano não vai dar para pagar as dívidas do ano passado; no ano que vem, ocorrerá praticamente o mesmo. E vai causar também sob o ponto de vista estritamente econômico à União, à Nação um prejuízo muito maior. Trata-se de uma obra parada e que foi feita basicamente com recursos, empréstimos e financiamentos do Eximbank japonês. É o mesmo que pegar recursos e não aplicar praticamente, porque eles não estão sendo utilizados. Estamos pagando juros – vamos já começar a pagar – e não só juros, como as parcelas desse principal, e a obra está parada; e provavelmente – ainda não está ocorrendo – vai ocorrer – está previsto, o que é pior, pois é a morte anunciada – a deterioração da obra, porque o que está previsto aqui é praticamente a paralisação das obras nos próximos três anos.

Então, é a morte anunciada. Vamos pagar juros, pagar principal e estragar – não é deixar de fazer, não –, jogar fora e aquilo que já foi feito.

Isso para mim não dá para entender. Realmente, é impossível entender qual é a lógica disso. Todos sabemos da crise fiscal, dos problemas fiscais, etc, mas existem prioridades.

Quanto à Sra Ministra, à Sra Secretária Executiva, estava agora mesmo vendo – eu estava fazendo determinadas comparações – no jornal venezuelano a discussão sobre o financiamento do Governo brasileiro ao metrô de Caracas com a Odebrecht, sobre se ia ser aumentado ou diminuído, visto que o Governo brasileiro estava financiando o metrô de Caracas.

Não sei se V. Exªs estão sabendo disso, mas acredito que estejam sabendo. Deixo registrados a minha perplexidade, o meu protesto e a minha – mais do que isso – indignação em relação a como está sendo feito e tratado esse projeto, como está sendo tratada a população do meu Estado, a população da minha cidade. Sem dúvida alguma, o Governo Lula, pelo que foi eleito, em nome do que foi eleito, pelas esperanças que se acenderam, não merece dar à população de um dos estados, de uma cidades mais pobres do País um tratamento como esse. No que puder, vou fazer o possível para mudar essa realidade.

Gostaria também de ter um pedido de informação sobre esse metrô de Caracas. Quero entender por que o metrô de Caracas é prioritário ao metrô de Belo Horizonte, de Fortaleza, de Salvador ou de Recife.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Tasso Jereissati, o próximo inscrito é o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, a primeira pergunta é baseada numa afirmação da Secretária, Drª Ermínia Maricato, de que a atribuição do transporte público não é federal. Então, por que o atraso na estadualização do metrô de Belo Horizonte? A pergunta seria feita para o Dr. João Luiz e para a Secretária, já que o Dr. João Luiz, até o fim do ano passado, era um adepto de que fosse estadualizado e municipalizado o metrô de Belo Horizonte. Entretanto, já estamos no mês de setembro, e gostaria de saber o que está segurando essa estadualização.

Acompanho essa questão do metrô de Belo Horizonte há muito tempo. Quero também dizer aqui que não concordo quando se diz que o metrô de Belo Horizonte está inacabado. A primeira linha do metrô de Belo Horizonte, que tinha financiamento internacional, já está pronta. Ela começou a ser construída realmente em 1982 e sofreu uma paralisação. Quando eu era Prefeito, ela foi retomada – justiça se faça até a um adversário meu hoje, o então Vice-Presidente Itamar Franco, que ajudou na retomada desse projeto. Então, pudemos avançar na linha básica do metrô, que está concluída; é o chamado Eldorado-São Paulo.

Quanto à extensão da Linha 1 até Vilarinho, um bairro de Venda Nova, o Sr. Patrus Ananias, que estava aqui até há pouco, era Prefeito quando se conseguiu um segundo financiamento internacional. Eu já era Governador eleito e me lembro bem de que, dois ou três dias depois da eleição, S. Exª me procurou, junto com técnicos do Banco, e ficou acertado esse segundo financiamento.

Quanto à questão da linha do Barreiro, essa linha que o Deputado Célio Moreira expõe aqui com muita clareza já está no projeto diretor de Belo Horizonte desde 1982. Desde quando foi começado o projeto de Belo Horizonte, já havia essa linha do Calafate-Barreiro. Ela foi anunciada, sim, em 1998 e iniciada. É uma linha importante, porque aquela é uma região com mais de 400 mil pessoas. Não posso concordar com afirmativas anteriores de que essa parte não teria projeto. Ela tem projeto, que pode ser que esteja desatualizado. Mas projeto ela sempre teve. Se se tem que atualizar projeto, cabe à atual administração fazê-lo.

Com relação também à questão propositiva, eu queria que pudéssemos trabalhar essa questão de metrô para frente. Vamos resolver essa questão, vamos conseguir recursos. Está aí a Cide (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico), e o Governo Federal não diz nada sobre a Cide. Foi vetada a regulamentação da Cide em dezembro do ano passado. Já estamos em setembro, e não há ainda uma definição sobre esses recursos. Eles estão todos no caixa do Governo, para se fazer um superávit superior àquele que o FMI exige.

Creio que o caminho não é permanecer – desculpe-me o Mendanha, meu conterrâneo – nessa tecla de abandono do transporte público, ficar só nessa crítica. V. Sªs são Governo, e, então, está na hora, realmente, de acabar com esse abandono do transporte público, já que ele existe. Vamos aumentar as verbas para o metrô de Fortaleza, vamos terminar o metrô de Salvador, vamos terminar o de Belo Horizonte. Fala-se que não há políticas urbanas desde 1980, que 56 milhões de pessoas não conseguem pagar a tarifa de transportes. Só está incluído nesses 56 milhões quem mora em cidades do interior; às vezes, essas pessoas não têm mesmo que andar de ônibus, têm que andar a pé, porque a área é menor, porque é um trecho pequeno.

Eu poderia citar, se é para politizar o debate, o cancelamento da Câmara de Compensação Tarifária de Belo Horizonte. Havia uma Câmara de Compensação Tarifária em que quem pegava um ônibus numa linha menor dentro da cidade pagava um pouquinho mais para subsidiar quem morava na periferia; portanto, havia um preço médio. Esse cancelamento foi feito na administração do PT, que terminou essa Câmara de Compensação Tarifária, fazendo com que as pessoas que moram longe venham pressionar o centro da cidade, na submoradia, ou fiquem alijadas do mercado de trabalho porque têm que pagar um vale-transporte mais caro. A Câmara de Compensa-

ção Tarifária foi cancelada. Se é para dizer de abandono, vamos incluir também nas suas transparências a questão do cancelamento da Câmara de Compensação Tarifária, que era um instrumento social muito importante.

Continuo defendendo: a Câmara de Compensação Tarifária deve voltar. Temos que tratar de transporte metropolitano, e, com isso, as pessoas que estão num trecho menor devem pagar um pouco mais, para subsidiar quem tem que morar mais longe porque lá o aluguel é mais barato, a casa é mais barata e assim por diante.

Então, a minha proposta é mais nesse sentido. Mendanha, se são destinados 25% da Cide para transporte público urbano, está perfeito. Pode contar com meu apoio. A nossa disposição é realmente que o transporte público urbano tenha o recurso necessário. Mas o problema não está propriamente na nossa mão; ele está agora nas mãos do Governo. Se o Governo manda uma proposta com valores tão irrisórios como os que estão aí, não haverá o término dessa novela nunca, ela vai continuar sempre. E vai se dizer que a culpa foi do Governo Fernando Henrique, a culpa foi do Governo Lula, a culpa foi de tal Governo. Ficará assim. Eu poderia dizer que, no Governo Fernando Henrique, toda a área de transportes esteve entregue ao PMDB – se houver algum colega do Partido aqui, poderá confirmar. O PMDB direcionava a área de transportes e teve um desempenho ruim. Entretanto, apesar de não considerar bom o desempenho do PMDB na área de transportes, não ficarei criticando porque, afinal de contas, o Governo era do meu Partido.

Pergunto: por que o atraso na instalação do metrô de Belo Horizonte? E qual será a proposta para o futuro, além dessa de 25% da Cide? Precisamos parar de criticar e dar continuidade ao projeto.

O antigo Presidente da CBTU, Luiz Otávio Ziza Valadares, fez o que pôde. Disseram que, dos projetos, restaram R$20 milhões em dívidas em Fortaleza. E houve atraso, sim. V. Exª também já ocupou cargos públicos e certamente deixou dívida em outros órgãos que dirigiu. O Ziza deixou dívidas na CBTU, sim. Recursos não foram liberados no fim do Governo. Então, houve restos a pagar. Penso que todos que já ocuparam cargos públicos sabem que, infelizmente, a realidade do setor público é esta: não conseguimos, quando estamos nos cargos, cobrir todos os pagamentos devidos. Precisamos acabar com isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos o Senador e concedemos a palavra à Drª Ermínia Maricatto, que responderá as perguntas dos dois Senadores anteriores.

A SRA ERMÍNIA MARICATTO – Quero falar, principalmente ao Senador Tasso Jereissati, da nossa angústia. É evidente que estamos preocupados com a população de Fortaleza e que queremos transportes bons em todas as cidades brasileiras. Sabemos perfeitamente o quanto a mobilidade está ligada à pacificação da nossa sociedade. Vim da academia e pude constatar que o número da população masculina ociosa na periferia das nossas cidades tem tudo a ver com a violência.

Pediria que fôssemos solidários na questão dos recursos para o metrô de Fortaleza. Tenho o maior respeito pelo Governador Lúcio Alcântara, temos conversado muito e sei que S. Exª conversou com o Presidente Lula sexta-feira. O que podemos fazer diante da ausência de recursos? Lembrar que os recursos existentes estão sendo mal aplicados. Não quero dizer de que partido é a culpa, não culparei ninguém.

Lembrem-se da exposição feita pelo Luiz Otávio, Presidente da CBTU. Sou urbanista, estou aprendendo muito de transporte agora. Ele mostrou que as obras dos metrôs são enormes, que os projetos não foram rigorosos do ponto de vista da sustentabilidade e têm perspectiva de um déficit operacional altíssimo. Existe sedução pelo metrô. Lembro que temos, por exemplo, duas linhas fora do orçamento – não foi vontade do Ministério das Cidades tirar – que são: a Linha 2 de Belo Horizonte e a Linha 2 de Fortaleza. Gostaríamos que fossem incluídas no Orçamento.

Existem também outras questões que precisam ser discutidas. Começaremos mais uma obra sem perspectiva de terminar? Exªs, estamos discutindo algo que exige pacto federativo, como disseram. Estamos sustentando a operação onde ela está se dando, a folha de salários, etc. Fortaleza, até 2007, teria recursos para sustentar a obra? Tudo isso está causando problema para o Governo. Estou na Presidência do Conselho da CBTU e por isso posso dizer que estamos sustentando a folha de salários das obras que estão em operação em sete cidades. Os recursos para essas obras entram como custeio. Não está na mão da Prefeitura ou do Governo do Estado – temos um problema seriíssimo, por exemplo, com o pagamento de hora extra. Há uma situação de ilegalidade porque isso entra como custeio e não como pessoal. E queremos resolver a situação.

Repetimos: estamos tratando de obras de longo prazo que andaram por soluços, são obras deficitárias operacionalmente e o Governo Federal está sustentando folha, custeio e obras.

Temos, nos subúrbios que estão em andamento, uma deterioração mostrada aqui e que nos preocupa demais, porque estamos lidando com a vida de pessoas, como, por exemplo, o caso daquela ponte de Salvador. Essa deterioração é séria e esses subúrbios – um dos Senadores falou aqui – são os que mais estão atingindo a população excluída.

Nos subúrbios, estamos cobrando tarifa de R$0,50 a R$0,80. É alguma coisa ignorada no País e ignorada até agora. Não estou culpando governo nenhum; estou dizendo que temos uma série de sistemas de subúrbios absolutamente deteriorados, que são os que servem à população pobre, que são profundamente deficitários. E como vamos fazer para recuperá-los? Eles são muito importantes e estão com problemas também de invasão nas áreas lindeiras pela população pobre. Precisamos fazer articulação com alguma política na área de habitação.

Há uma redução fortíssima na área de transporte de usuários por conta do aumento das tarifas. Em Recife – gosto de citar essas situações para termos uma idéia dos detalhes e a partir deles termos uma idéia do todo –, o João estava me dizendo, o usuário entra no ônibus e depois pega o metrô. Ele paga a tarifa no ônibus, depois toma o metrô, que não fica com a tarifa. Ele chega de ônibus num terminal e toma o metrô. Em Recife estamos fazendo papel de sanduíche, e o metrô não recebe nada.

O que estamos sugerindo não é um modelo vazio, não é empurrar com a barriga, não é evitar encarar o que precisamos encarar, que é o fato de que precisamos conseguir recursos, sim, mas é o problema da integração modal. Não é mais possível continuar com o transporte sobre roda separado do transporte sobre trilho e não é mais possível desconhecer que isso vai ter que resultar numa integração e num cálculo de tarifa que custeie todos os modos.

Estamos vendo problemas no traçado de algumas linhas. Agora já foi, não é? Em Recife, tomei um metrô climatizado que atravessa fazendas. Nunca vi isso. Acredito que nem na Alemanha se tem um investimento que atravessa a baixa densidade, vendo-se galinhas e vaquinhas pela janela do metrô. Discuti isso com o Banco Mundial e perguntei como pode ser. E, realmente, outras áreas, como a linha sul, muito mais necessária agora, é que estão precisando de investimentos.

Eu queria apresentar, Senador e ex-Governador Tasso Jereissati, uma idéia de esperança em darmos um salto para a modernidade no que se refere ao arranjo institucional. Por exemplo, em Fortaleza é necessário insistir muito na articulação da Prefeitura com o Governo do Estado. Será necessário insistir muito, nós todos. Não podemos admitir mais competição entre Prefeito, Governador e Governo Federal porque são de partidos diferentes. A população não suporta mais esse custo. Então precisamos discutir tudo isso.

Tenho esperança de que consigamos diminuir o custo das cidades brasileiras. É necessário fazer isso na área de saneamento, de transporte e de moradia, fazendo valer a função social da propriedade. Estou com muita esperança, Senador, de que consigamos fazer com que o investimento no social não seja considerado despesa. A perplexidade é minha também. Nosso País está sendo sangrado. A perplexidade também é minha, no momento em que o setor público não pode pegar empréstimo. Talvez, por isso, o BNDES esteja financiando o metrô da Venezuela, porque há um problema de restrição de empréstimo ao setor público no Brasil.

Tenho esperança de que superemos esse quadro neste fim de ano e possamos atender aquilo que o rebela, com razão.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos continuar. O próximo inscrito é o Senador...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A minha pergunta não foi respondida, Sr. Presidente.

A SRA ERMÍNIA MARICATO – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo novamente a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A senhora mencionou que defende uma boa relação entre o Governo e a Prefeitura. No caso de Belo Horizonte, existe essa relação entre o Governo do Estado e a Prefeitura. Então, o que se está esperando para estadualizar o metrô?

A SRA ERMÍNIA MARICATO – Pois não.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – É uma boa pergunta, inclusive porque o metrô já deveria estar estadualizado há muito tempo. Nos termos em que foi celebrado o contrato entre o Governo Federal, o Estado, a Prefeitura e o Banco Mundial, assim que os investimentos alcançassem 60%, ou até 31 de dezembro de 1996, o que acontecesse primeiro, o metrô deveria ser regionalizado. Em 31 de dezembro de 1996, os investimentos eram irrisórios. Então, passaram-se a considerar os 60%. Hoje, o percentual é de 90%, e o

metrô não foi regionalizado porque o Governo do Estado não quer assumir, a menos que o Governo Federal assuma o custo da folha até 2006. Isso não está no contrato.

O previsto numa medida provisória foi que, quando se inaugurasse a Estação São Gabriel, o que deveria ocorrer até o final do ano passado, o Governo Federal estaria bancando a folha até 30 de junho de 2003, que já passou. Já teríamos, de qualquer forma, cumprido até mais do que as condições básicas, porque isso não era previsto no contrato original, que previa que, assim que se chegasse a 60%, o Governo local assumiria, com o encargo da manutenção do sistema. Bancar a folha foi adicionado posteriormente numa medida provisória, que já venceu.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, mas me parece que medida provisória é um instrumento legal. Não é isso?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – É claro. Que se já cumpriu.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Então, se é um instrumento legal, essa previsão de o Governo Federal pagar até 2006 tem amparo legal, porque assim foi combinado.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Não, não. Até 2006, não existe essa medida provisória. Essa foi uma pretensão que se estabeleceu no final do ano passado, ao apagar das luzes...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não é do ano passado, não. Desculpe-me, mas essa questão de o Governo Federal pagar até 2006 é bem anterior. A condição era a de que realmente aguardaria que chegasse até a Estação de Vilarinho, que tem maior movimento e maior número de pessoas sendo transportadas, e nesse momento se faria a estadualização. A estadualização esteve para ser assinada em dezembro do ano passado. Ela não foi assinada por solicitação da equipe de transição do Governo, que não quis fazer essa estadualização. Havia já o "de acordo" do Governador Aécio Neves, em dezembro do ano passado. Todas as condições já estavam previstas, e houve a solicitação de que não se assinasse naquele momento.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Conseqüentemente, não existe essa medida provisória, que era apenas uma pretensão. O que existia e estava em vigor era bancar a folha até 31 de junho deste ano, o que já ficou ultrapassado.

Com relação ao fato de não haver projeto da linha do Barreiro, quero dizer que não há projeto até hoje. O projeto original, que começou a ser feito em 1998, era um ramal do subúrbio de um projeto da década de 1970, totalmente ultrapassado. Cinqüenta por cento da linha seria lançada totalmente fora do atual leito ferroviário. Hoje, a linha coincide integralmente.

O projeto está sendo refeito ao vivo, porque não estão definidos sistemas. Começou a ser construída a Estação Amazonas, onde a plataforma não pôde ser feita, porque não se sabe que material rodante circulará ali. Os trens da Linha 1 não poderão rodar, porque o raio de curva é de 250 metros, o que penalizaria a operação. Ou seja, o projeto está sendo feito ao vivo, simultaneamente aos investimentos de recursos que não existiam. Ao contrário da Linha 1, quando se tomou a extensão da Estação São Gabriel até Vilarinho, isso foi feito com base num projeto de regionalização, com a participação do Banco Mundial e do Governo Federal. A Linha 2, não. O chamado ramal Barreiro–Calafate não pode operar como ramal, pois não há como injetar um trem dessa linha na linha um, esse ramal foi iniciado sem recursos, em um ano de eleição, foi tocado e assim vem sendo.

Nós fizemos, outro dia, uma comparação de que, se trabalharmos neste projeto com base no que foi colocado de 1998 até hoje, ou seja, oito milhões para o orçamento de 600 milhões somente para um ramal que sequer terá condições de operar, levaremos 75 anos somente para construir esse ramal, com a notação de que o trem que estaria operando ali não seria possível injetar na linha um. Hoje, isso faz parte do Plano Diretor sobre Trilhos, Deputado Célio Moreira, e é importante destacarmos isso.

O Senador Eduardo Azeredo chamava a atenção de que temos um projeto que foi iniciado de Eldorado até São Gabriel; chamava-se São Paulo, mas, de fato, é o Bairro São Gabriel. Esse era um projeto que tinha 60 km de extensão. Na primeira etapa se implantava isso, com o ramal Barreiro-Calafati e a linha indo até Betim. Esse projeto foi reformulado. No processo de regionalização, no primeiro momento, terminava aí.

Veio o novo projeto de extensão. Como ocorreu em Recife, em que há uma extensão da Linha Centro até Camaragibe e a implantação da Linha Sul. Posteriormente, nós estamos trabalhando a Linha 2. Esse ramal que foi feito e que, hoje, não poderá ser um ramal, é a linha 2.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Sr. João, um aparte, por favor. Não é possível entender isso, porque praticamente 70% desse ramal estão prontos. A Prefeitura investiu 60 milhões na construção do Shopping (Via Shopping), já com a estação de integração ônibus-metrô. Ele está praticamente pronto. Falta aquele

trecho da Mannesman até a estação. Não dá para entender o que já foi gasto e investido, e que não existe projeto. A informação é de que existe projeto. E que, conforme o senhor registrou na audiência pública, foram projetos pára-quedas, que foram caindo durante os anos.

Mas o investimento, a obra daquele ramal como está, eu não a compreendo. Então, aquilo significa jogar dinheiro público, realmente, pelo ralo, pois se está gastando dinheiro ali. A preocupação de toda a comunidade é de que não será investido o que está no orçamento, ou seja, não há um centavo no que existe no orçamento. O que solicitamos do Secretário e do senhor é o empenho pois, se não liberar esses oito milhões e quinhentos para comprar os dispositivos eletrônicos para a sinalização, o prejuízo será muito grande. Como se faz uma obra daquela dimensão e não existe projeto?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas complementando, permita-me, o ramal funcionaria realmente como outros trens diferentes. Ele não era com o mesmo trem do metrô. Então, o preço era bem reduzido; era cem milhões, para funcionar como ramal. Para funcionar como metrô, com trens mais modernos, sim, pode se chegar a esse número de 600 milhões. Acredito que sim. Acredito também que a CBTU tenha um bom corpo técnico. Espanta-me que o corpo técnico da CBTU tenha dado seguimento a um projeto dessa magnitude, sem haver manifestado a sua repulsa.

Portanto, eu não acredito que vivamos mais uma época em que basta o Presidente da empresa mandar fazer, e seja feito. Eu acredito que não. Penso que, se esse ramal foi iniciado, porque o corpo técnico também viu a sua viabilidade, ainda que como ramal.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. V. Sª deseja acrescentar algo? Eu pediria que fosse breve.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Com relação ao que o Senador Tasso Jereissati dizia e complementando o que a Drª Ermínia já disse, o investimento do metrô de Caracas, que deve ser do BNDES, não pode ser considerado um investimento de metrô. Trata-se de exportação de serviços. Ele não entra na nossa dívida pública, o que nos amarra hoje, ou seja, a situação absurda de termos empréstimos, de contratarmos empréstimos, e não internalizarmos as divisas, não aplicarmos, porque a aplicação corresponde ao aumento do déficit público.

Então, vivemos essa incongruência e, assim, há a distinção entre o metrô de Caracas, como exportação de serviços, e os nossos investimentos, sofrendo todas essas restrições da política fiscal.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Sou o próximo inscrito. Então, eu pediria ao Senador César Borges para ficar aqui no meu lugar para eu fazer as perguntas. Depois, o Senador Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Pela ordem de inscrição, a palavra está com o Senador Presidente desta Comissão José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Eu gostaria de ser rápido, mesmo porque já estamos no adiantado da hora.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que, na verdade, no caso específico do metrô de Recife ou de Pernambuco – o metrô ali atende a toda região metropolitana – já há uma integração, desde o início. O sistema de transporte coletivo de Recife é integrado ao metrô. Não somente ele é integrado entre si, às diversas linhas de ônibus, de uma forma que foi implantada há cerca de 15 anos. O sistema de transporte coletivo ali melhorou bastante, mesmo em nível de ônibus. Depois, houve a participação do metrô. Hoje, podemos dizer que temos um sistema de transporte que, se não é bom, pelo menos é bem melhor do que o que havia antigamente.

Então, uma série de deficiências que foram colocadas aqui em geral não vale no caso específico de Recife, cujo metrô tem uma atuação bastante positiva do ponto de vista do contexto da cidade. E concluída a ampliação, realmente ele atenderá a uma parcela ponderável da população em áreas carentes, etc.

Eu gostaria de fazer duas perguntas: em relação à questão financeira especificamente, as informações que tenho são as de que entre 1999 e 2002, portanto em quatro anos, foram investidos cerca de R$360 milhões no metrô do Recife – em 1999, 2000, 2001 e 2002 –, o que significa aproximadamente 90 milhões por ano para dar um ritmo razoável ao metrô durante esses quatro anos. É verdade que, às vezes, parava um pouco e, depois, vinha o recurso, como costuma ocorrer com as obras públicas aqui no Brasil.

Então, para este ano e para o ano que vem, etc., estão previstos cerca de 35 milhões. Na realidade, o investimento anual do metrô foi reduzido para um terço do que vinha sendo investido antes: de 90 milhões para 30 milhões, em média, vamos dizer. Isso é algo muito grave do ponto de vista do emprego, do andamento da obra e de todo o resto.

Eu queria saber, na realidade – porque não conheço este assunto em detalhes –, o que foi que mudou no ano 2002, 2001, 2000, 1999? O que fez com

que o metrô de Recife tivesse a sua capacidade de investimento bastante reduzida?

Outra coisa também que me deixou em dúvida se eu abordaria aqui é a questão das nomeações políticas que ocorreram em relação ao metrô. O de Recife sempre teve uma equipe técnica dirigindo-o, e eles têm quatro diretores. Havia, inclusive, uma integração muito grande com o Governo do Estado, etc. Era um grupo técnico que dirigia o metrô e, por sinal, com consciência. Mas agora foi nomeada uma equipe absolutamente política, dividindo duas diretorias para o PT e duas diretorias para o PSB. Isso é algo que pode não ter nenhuma influência. Quer dizer, espero que essas pessoas – cuja maioria não era do setor e foi nomeada somente pelas ligações políticas, ao contrário do que ocorreu anteriormente – não deixem acontecer nada de errado na condição do metrô. Mas, de qualquer maneira, é importante que o Presidente da CBTU esteja atento e dê a assistência técnica necessária para que isso possa continuar funcionando bem, porque são milhares de pernambucanos que usam diariamente o metrô.

Então, também estou bastante preocupado, como já disse, creio, o Senador Tasso Jereissati, com a sua autoridade de Governador do Ceará por três vezes – quatro é daqui a três anos –, um político bastante importante. Eu também estou com esse mesmo nível de preocupação. Creio que precisamos trabalhar em conjunto, inclusive com o Ministério da Cidade. Estamos dispostos a dar a nossa colaboração para que isso seja resolvido.

Por último, em relação à questão do investimento público ser considerado déficit, quero dizer que o acordo com o FMI acaba no fim do ano. Então, acabado o acordo com o FMI, essa regra se acabou. Já que o acordo com o FMI vai acabar, por que não investir aquilo que for necessário e esquecer essa questão de déficit público, que era apresentada como sendo do FMI?

Espero que o Ministro Olívio Dutra, juntamente com seus assessores, tenha a força necessária no Governo para conseguir os recursos para que seus programas avancem. Creio que essa é também uma obrigação do Ministro. Já fui Ministro, já fui Secretário de Estado por três vezes, e, na verdade, nunca ninguém pingou dinheiro na minha horta. Eu vivia brigando para arrumar qualquer tostão. E brigava com quem? Com o Secretário da Fazenda e com o Secretário de Planejamento. E o Secretário da Fazenda no Governo Marco Maciel, em que eu era Secretário de Habitação, era nada mais nada menos do que Everardo Maciel. Então, os senhores podem imaginar o que sofri, mas, de qualquer maneira, continuei lutando para conseguir esses recursos.

Eram essas as questões que eu gostaria de abordar.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem de inscrição...

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Pela ordem, pediu a palavra, inicialmente S. Exª. Senador Amir Lando, peço a sua paciência.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – No meu caso, vou falar pela ordem de inscrição apenas.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Então, concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. JOSÉ HENRIQUE RATTER – Sr. Presidente, queria apenas fazer um esclarecimento. Foi falado aqui em planejamento intermodal. O metrô de Fortaleza também foi feito todo numa visão intermodal; ele foi todo planejado. E, quanto à questão da sua sustentabilidade, foi feito também um planejamento rigoroso, que, inclusive, percebia, em determinado momento, a necessidade de subsídio. Era esta a nossa visão: a de que, em determinados momentos, se não sempre, há necessidade de subsídio governamental para atender as populações mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Não foi verdadeiramente uma questão de ordem, mas aproveito para dizer que também o de Salvador foi planejado da mesma forma, com sistema intermodal. Acho que não há muita novidade se o sistema tiver essa concepção.

Agradeço a compreensão da Secretária Ermínia Maricato.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu a ouvirei, porque é importante o esclarecimento dela. Talvez ele me auxilie.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra à Secretária Ermínia Maricato

A SRA ERMÍNIA MARICATO – O esclarecimento é feito para o Presidente da Comissão, mas acho que pode ser dado em seguida. Existe uma paralisação das obras em Recife por conta de problemas jurídicos e não orçamentários. Seria importante que o Senador obtivesse essa informação. Estamos esperando uma resposta do Banco Mundial para retomar a licitação, e o João pode falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando, Líder do Governo no Congresso Nacional.

V. Exª tem a palavra por cinco minutos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sras Srs. Senadores, Sras e Srs. expositores, devo dizer que esse tema merece uma reflexão mais profunda. Não há dúvidas de que o transporte de massa deve ser sempre incluído no centro das políticas públicas, não há como fugir à responsabilidade de qualquer nível da Federação.

A responsabilidade legal, constitucional, é municipal, mas não é por isso que a União não se furta a fazê-lo, como não tem se furtado e como não se furtará agora no Governo de Lula, porque há uma preocupação sobretudo de criar esse Brasil para todos. E esse Brasil para todos começa por esse direito de liberdade de ir e vir. E liberdade de ir e vir é exatamente poder se deslocar por meios de transportes disponíveis; não é andar com as próprias pernas, não é o deslocamento exclusivamente com a força física, mas há toda uma tecnologia disponível. Por isso, vamos chegar a um ponto já apresentado: os transportes coletivos precisam ser olhados de forma diferente. Não é apenas o lucro que os move, mas sobretudo os serviços que prestam.

Esse é o enfoque que deve ser mudado, porque construímos toda essa questão dentro de um plano das privatizações. Não podemos perder a memória.

Houve um sucateamento do serviço público. O serviço público foi descartado como algo desprezível, como algo que não se sustentava, como algo deficitário, e é isso que temos que mudar. Aqui está em jogo um direito elementar da sociedade, um fator de pacificação, de inclusão, como já expressamente exposto. Esse é o enfoque que temos que dar, e é com isso que o Governo se preocupa.

Fala-se neste quadro dramático, trágico, eu diria. E o que é trágico? É a verdade "stripteasada", a verdade sem roupa, a verdade nua e crua. As fotos são eloqüentes a demonstrar que estamos diante de uma situação que precisa de uma intervenção rápida, urgente, por todas as formas. É claro que verificamos as dificuldades de recursos, pois, hoje, vivemos um aperto fiscal sem precedentes. E o Governo Lula – parece-me – vai conquistando um espaço importante até para mudar o enfoque de que investimentos na área social não sejam computados como déficit, mas, sim, como objeto de novos recursos e empréstimos. Isso veio no Plano Nacional de Desestatização. As empresas públicas não podem tomar qualquer tipo de empréstimo. Foi a forma de sucateamento das empresas públicas. Essa é uma política perversa, que entrou com uma idéia sedutora de privatização, de diminuir os gastos públicos, mas, em verdade, o que existe é esse quadro negativo.

Por isso, temos que, em conjunto – Municípios, Capitais, grandes cidades, Governo Federal e Governos Estaduais –, em um grande fórum, discutir a matéria. Chegou a hora de o Legislativo, técnicos e todos aqueles que têm idéias participarem desse processo, porque é preciso construir, sobretudo com inteligência, e ser capaz de inventar o futuro, de criar a felicidade. Não há outra fórmula senão essa.

Portanto, diante de um projeto de largo alcance social, de interesse e de urgência, não há quem possa negar-lhe os recursos necessários. Vamos buscá-los da melhor maneira possível. Inclusive, na nova negociação que se faz com o FMI, entendo que abriremos uma porta importante para a solução de problemas.

Não há dúvidas de que o Governo está comprometido – falo como Líder do Governo – com essa idéia e quer a solução. O drama é de todos, mas os sofrimentos são dos excluídos, sobretudo. Por isso a responsabilidade vai além dos Partidos e das críticas. Mas é verdade que recebemos um quadro aterrador e que alguns desses projetos se prolongam há mais de sete anos. Por outro lado, se o Governo faz uma proposta até 2007, não são mais sete anos e sim mais quatro anos.

É dentro desta linha que todos estão convocados. O País está convocado, o Poder Legislativo está fazendo essa discussão, mas entendo que as partes interessadas devem, em conjunto, buscar uma solução para frente, que não apenas se volte para trás, pois atrás é o ocaso. Sobretudo, parece-me interessar olhar a aurora que surge de esperança, e esse é o compromisso claro e sincero do Presidente Lula. O nosso caminho é o da solução, e haveremos de encontrá-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao Senador Amir Lando o pronunciamento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero fazer apenas um breve comentário: caso essa questão seja transferida para 2007 e o Presidente Lula resolva se candidatar à reeleição, sendo reeleito, ficará o problema para Sua Excelência. Não adianta jogar o problema para frente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos esperar que Sua Excelência se candidate à reeleição e que ganhemos para Sua Excelência.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – É a soberania popular que vai definir isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Para encerrar o assunto, antes de passar a palavra para a Secretária Executiva, gostaria de dar oportunidade para alguns suplentes votarem, tendo em vista que, há mais de uma hora, está aberta a votação referente à escolha do Dirigente da Agência ANTT.

Então, há duas vagas de suplente no chamado Bloco de Apoio ao Governo, que são vagas referentes ao Senadores Sibá Machado e Magno Malta. Agora, vou chamar os suplentes. Depois que os suplentes votarem, o Senador titular, se chegar aqui, evidentemente, não poderá mais votar. São os Senadores Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Heloísa Helena, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra e Marcelo Crivella. Dois poderão votar. A primeira é a Senadora Ana Júlia Carepa.

Do PMDB, há duas vagas: a dos Senadores Gilberto Mestrinho e José Maranhão. Então, vou chamar os Senadores Mão Santa, Luiz Otávio, Pedro Simon, Renan Calheiros, Ney Suassuna e Romero Jucá.

Do PFL, há uma vaga: a do Senador Marco Maciel. Vou chamar o Senador César Borges.

Dos suplentes do PSDB, há duas vagas: a dos Senadores Sérgio Guerra e Teotônio Vilela Filho. Vou chamar os Senadores Arthur Virgílio e Reginaldo Duarte.

Do PDT, não há vaga. O Senador Augusto Botelho já votou.

Do PPS, também não há vaga. O Senador João Batista Motta já votou.

Então, na realidade, aqui já está fechado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Ela vai responder. Depois, passo a palavra a V. Exª.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, a minha pergunta é só uma. Assim, se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É melhor. V. Exª é o último inscrito. Depois da pergunta de V. Exª, concederei a palavra à Secretária. Aí encerramos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero só fazer um comentário também, mas é bom que ela já responda depois do Senador Aelton Freitas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tem a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, muito obrigado por sua compreensão.

Mesmo não fazendo parte da Comissão de Infra-Estrutura, tivemos oportunidade de enviar o ofício a V. Exª, o qual foi acatado, convidando o nosso Deputado Estadual, Presidente da Comissão Especial do Metrô de Belo Horizonte, e também o Presidente da CBTU.

Como um Senador de Minas, preocupado com a situação do metrô de Belo Horizonte, estamos aqui com um projeto feito pelo próprio Demetrô que já mostra alguns valores de investimento nas linhas do metrô. E, por estar na Comissão de Educação – V. Exª me chamou na hora em que eu estava relatando outro projeto –, eu me atrasei.

Eu queria que o nosso Presidente da CBTU e a Secretária Executiva do Ministério das Cidades se manifestassem a esse respeito. Ouvi falar algo sobre a Linha 1 e a Linha 2, mas não senti que foi respondida a pergunta do Senador Eduardo Azeredo, a nossa pergunta e também a do nosso Presidente da Comissão, Deputado Célio Moreira. Muito nos preocupa a situação do metrô.

As obras estão relativamente avançadas, e, no ano de 2003, foi aprovada uma dotação de R$35,3 milhões, mas até agora só foram liberados R$254 mil. A dotação aprovada em 1998 foi de R$20 milhões, e foram liberados R$8,050 milhões. Em 1999, havia uma dotação aprovada de R$22,4 milhões, mas foram liberados R$3,244 milhões. Em 2000, havia uma dotação de R$30 milhões, mas foram liberados R$9,9 milhões. Em 2001, havia uma dotação de R$20 milhões, mas foram liberados R$17,213 milhões. Em 2002, de uma dotação de R$32,160 milhões, foram liberados apenas R$7,133 milhões. Para este ano, de uma dotação prevista de R$35,3 milhões, que se encontra contingenciada, até agora foram liberados apenas R$254mil.

Sabemos da importância, da necessidade e da dificuldade, como foi bem dito aqui pelo ex-Governador e Senador Eduardo Azeredo, da população que se encontra mais distante do centro.

Queria ouvir uma resposta objetiva. Sou do Bloco de Apoio do Governo, somos do PL de Minas, e há toda uma interação, municipal, estadual e federal no nosso Estado, principalmente na nossa Capital, tendo até como Presidente da Comissão um Deputado do nosso Partido, Célio Moreira.

Temos muito interesse nesse aspecto. E, em Minas Gerais estamos tendo problema de infra-estrutura de toda natureza. Não cabe aqui agora discutir isso, mas há problemas no que tange também ao setor aeroviário, ao aeroporto da Pampulha. Enfim, há

problemas de toda natureza. Mas é o metrô que julgamos mais emergente e de maior necessidade.

Portanto, pedimos a atenção e um apreço muito especial do nosso Governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo. Com isso, encerramos as participações.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero dizer à Secretária, ao Dr. João Luiz e ao Dr. Mendanha que terminamos a audiência ainda com a expectativa ações. Eu diria que temos que deixar de lado, realmente, como a senhora colocou bem, essa questão política e buscar uma solução. Qual é a solução? No caso da linha 2 de Belo Horizonte, se não é possível tocar o projeto mais antiquado que custava 100 milhões, se tem que ser um projeto novo que custa 600 milhões, qual é a providência para se buscar um financiamento internacional ou coisa desse tipo?

Segundo, quanto à questão de passar para o Estado, quer dizer, estadualizar, se prevalecer essa postura, João Luiz, não vamos chegar a lugar nenhum. O Governo Federal vai ficar pagando, já está pagando as despesas de pessoal, o metrô de Belo Horizonte continua federal, só quer passar para o Estado se este assumir imediatamente ou a partir de janeiro as despesas de pessoal. Se for isso, vamos ficar 10 anos. Então, temos que buscar o entendimento. Essa proposta de que até 2006 o Governo Federal pagaria as despesas de pessoal foi uma proposta intermediária, uma proposta de acordo, quer dizer, em vez do Governo Federal pagar 10 anos, paga mais três e o Estado assume o restante. E não é só o Estado; a Prefeitura de Belo Horizonte também é sócia dessa empresa, Belo Horizonte, Contagem. A empresa não é só estadual.

E mais, SRA Secretária, vamos buscar alternativas, financiamento internacional para terminar esses projetos, entendimento para poder fazer a estadualização. E esse projeto que é fundamental para Belo Horizonte, para Recife, para Fortaleza, precisa avançar, quer dizer, é necessário que o transporte urbano do Brasil seja realmente concluído nas suas linhas básicas pelo menos. Sei que nunca será concluído. A imprensa sempre fala assim: o metrô inacabado de Belo Horizonte será sempre inacabado, porque o metrô de Paris é inacabado, todo dia está fazendo uma linha; tem umas trinta linhas, cada dia está fazendo mais uma, então espero que Belo Horizonte também nunca termine, porque, depois que terminar a linha 2, vamos fazer linha 3, linhas 4, 5, 6. É assim que deve ser feito. Pelo menos o que está colocado só pode ser concluído através do entendimento e não, volto a dizer, nessa coisa já superada de ficar dizendo que no passado foi assim ou assim. Estamos vendo que o Senador Aelton Freitas está mostrando este ano, quer dizer, o desempenho dos anos passados foi ruim, o deste ano é sofrível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Secretária, V. Sª tem a palavra para não só responder as questões, mas fazer seus comentários finais.

A SRA ERMÍNIA MARICATO – Vou pedir para o João falar sobre a questão do Recife, o que está acontecendo com as obras, mas vou só responder ao Senador Eduardo, por favor, também comentando a realização orçamentária do metrô de Belo Horizonte, dizendo o seguinte: não sei se V. Exª estava presente durante a apresentação. Estamos, ao contrário, tentando fazer um contrato de gestão com a participação do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal, tendo em vista todos os problemas que temos pela frente e que o Governo Federal não tem condições de bancar sozinho. Então, o entendimento está sendo feito, parece que está indo muito bem, já conversamos com todos os setores do Governo Federal e com o Banco Mundial sobre esse novo modelo que implica que o Governo Federal participa da gestão até o momento em que está colocando recursos, depois sai. Então, seria importante V. Exªs tomarem contato com a proposta, até para fazer sugestões, dar opinião.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Conheço a proposta. Não participei de toda a apresentação, mas de parte, tendo em vista que somos membros de várias Comissões, mas a questão de ter uma gestão compartilhada, esse modelo não mudou muito. O modelo anterior já era assim, compartilhado. A empresa de Belo Horizonte era composta pelo Governo de Estado, pela Prefeitura de Belo Horizonte, pela de Contagem, a Diretoria terá um diretor da Prefeitura de Belo Horizonte, outros Diretores do Estado. Então, agora, além de compartilhar com o Estado e Município, o Governo Federal permanece também na gestão?

Não tenho esse mesmo otimismo que a senhora está colocando, não.

A SRA ERMÍNIA MARICATO – Acho que essa discussão...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – ...está perto de conclusão, não. Essa informação não é a que tenho. A informação que tenho do Governo do

Estado é de que existe uma resistência da CBTU em fazer a estadualização.

A SRA ERMÍNIA MARICATO – Pois é, não é verdade. Acho que deveremos recomeçar essa discussão, gostaria de convidá-lo para um encontro no Ministério para que conversássemos, então, sobre essa questão. Não há resistência, a competência não é federal, e nós queremos repassar. No entanto, repassar como foi feito em Fortaleza – ou seja, repassar, pagar tudo e não fiscalizar –, isso não queremos. Não temos nenhuma possibilidade de fiscalização na gestão e estamos pagando a conta. Isso não está correto.

Essa é a discussão que queremos ter, para, inclusive, mudar o padrão. Quer dizer, os recursos vão ser fornecidos a partir de indicadores de desempenho. Hoje, a estadualização não incentiva o governo local a fazer uma racionalização. Nós queremos que ela aconteça.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Secretária, eu não tenho por que desconfiar do Governador Aécio Neves, nem do Prefeito Fernando Pimentel. Mas, tudo bem. Se o Governo Federal quer fiscalizar, que fiscalize, coloque alguém junto da empresa.

A SRA ERMÍNIA MARICATO – Não se trata de desconfiança de prefeito. Por favor, não personalize.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A senhora está dizendo que não tem sentido colocar dinheiro no metrô de Belo Horizonte – está personalizado – porque não se pode colocar dinheiro lá e não fiscalizar.

A SRA ERMÍNIA MARICATO – Não, desculpe-me. Estamos falando...Senador...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A gestão lá será feita por pessoas indicadas pelo Prefeito Pimentel, do PT, pelo Governador Aécio Neves, do PSDB. A gestão será feita por pessoas indicadas pelos dois níveis de governo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador, vamos deixar a Secretária responder. Depois, eu passo a palavra para V. Exª.

A SRA ERMÍNIA MARICATO – Perdoe-me, mas acho que as minhas palavras estão sendo distorcidas. Inclusive, V. Exª está me indispondo com o Governador, o que não é o meu desejo. Tenho plena confiança.

Nós estamos tratando de entes federativos, e não de pessoas.

Creio que o mais importante é analisarmos as questões relativas a recursos. Gostaria de dizer temos feito e estamos fazendo ações. Nosso problema principal são os recursos. Nós queremos aplicar os recursos a partir de uma matriz, de um modelo, de um marco regulatório que faça a integração modal. Disso não abrimos mão, e tenho a certeza de que V. Exª concorda comigo.

Por favor, João.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Vou rapidamente falar sobre cada projeto e sua questão central.

Nosso projeto de Recife é o mais bem-estruturado do ponto de vista de rede, do ponto de vista de uma integração já efetiva com o sistema de ônibus. Até por ser o sistema de ônibus antecessor, ele já era um sistema estruturado desde o início dos anos 80.

Nós tivemos um projeto de US$202 milhões para completar a linha centro, aquela extensão para Camaragibe, e para implantar a linha sul. Esses US$202 milhões não são suficientes. Já realizamos 90%, e os 100% deixarão a obra inacabada. Hoje, para concluir o projeto, teremos necessidade de US$245 milhões.

Nós tivemos um problema extremamente grave na execução da implantação da infra-estrutura da linha sul. Quatro empreiteiras foram contratadas. A obra foi dividida em quatro lotes. Os projetos e os contratos sofreram diversos aditivos e alterações para atender a demandas, inclusive feitas pela própria cidade, não só pelo Prefeito de hoje, João Paulo, mas também pelo ex-Prefeito Roberto Magalhães. Há demandas de integração do sistema dentro da cidade. Em função disso, o contrato foi aditado em 25% e, mesmo assim, foi necessária a subtração de diversos pontos. Os contratos se encerraram sem que as extrações fossem concluídas. Temos lá um espetáculo extremamente desagradável. Desde abril de 2001, as Estações Boa Viagem e Tancredo Neves estão inacabadas, paralisadas, sofrendo processo de degradação.

Foi feita uma licitação em novembro de 2001; essa licitação atravessou o ano passado quase inteiro e só se abriu em junho do ano passado. Os resultados ultrapassaram o valor máximo do orçamento da CBTU. Foi feita uma nova oferta, uma nova proposta comercial. Novamente, não se alcançou o resultado, e o Banco Mundial não aprovou. O Banco Mundial participa de todos os contratos. Todos os contratos têm que ter o **no objection** do Banco Mundial. Não foi dado. A CBTU, em vez de simplesmente cancelar imediatamente a licitação e iniciar novo processo, pediu reconsideração ao Banco Mundial, o que seria uma situação estranha. O Banco Mundial não deu a reconsideração. O pedido foi feito de novo. Nós atravessamos todo o ano passado, todo o segundo semestre, todo o período eleitoral, na expectativa de

que o contrato, a licitação pudesse ser validada, e não podia. Finalmente, na nossa mão chegou e tivemos que cancelar a licitação, tendo sido lançada uma nova licitação, dividida em dois lotes.

Esperamos que possamos tocar rapidamente e concluir essas obras. Temos a sinalização, que é fundamental. A obra mais importante, hoje, é a da sinalização e a da reforma dos trens. No nosso projeto de Belo Horizonte, no projeto da linha 1, falta a sinalização. Ela foi a nossa prioridade. Pelos poucos recursos que foram colocados à disposição, você tem que atender a alguma coisa. Então, entre mortos e feridos, atende-se aos feridos. É uma obra que tem mais dificuldades, pois os recursos escassos. Assim, estamos operando até Vilarinho sem sinalização. Inclusive, aconteceu um acidente com um prejuízo enorme. Temos dois trens imobilizados pelo prejuízo de uma trombada em função das más condições em que aquilo foi colocado em operação, sem sinalização, sem treinamento adequado. Portanto, os trens estarem lá imobilizados é um grande prejuízo.

A nossa prioridade, então, é implantar a sinalização. Mas temos que fazer a estação de integração de Vilarinho, pois já temos uma estação concluída, com toda a linha pronta, mas é uma estação de integração estratégica, porque não há nenhum passageiro lindeiro naquela ponta. Temos dois vetores na cidade: o vetor norte, que pega toda a região de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e tudo o mais; e a região de Vilarinho, de Venda Nova indo até Ribeirão das Neves. Então, essa estação tem que ter uma estação de integração.

Fez-se uma licitação indecorosa, a qual tivemos que suspender. Em decorrência disso, houve uma comissão parlamentar de inquérito e essa licitação, agora, está diante do jurídico para ser anulada em todos os seus efeitos, com o Tribunal de Contas, inclusive, tendo levantado essa impropriedade, essa inconformidade.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Essa não é a opinião do ex-Presidente Valadares, que informa que está tudo feito de acordo com a legalidade. O modelo dessa estação é o mesmo que a Prefeitura de Belo Horizonte usou na Estação do Barreiro, onde também há um shopping da iniciativa privada, que foi implantado no mesmo molde.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – É absolutamente diferente, porque eu fiz o projeto da Estação de Barreiro. Portanto, é uma operação urbana absolutamente distinta daquilo que se tentou fazer com uma lei de 1967, Lei de Parcelamento de Uso, que se fazia com o direito real de uso de um **shopping**, usando e ignorando a Lei de Concessão, ignorando a própria Lei de Licitação e ignorando o direito real de uso de parcelamento de solo de 1967.

A matéria está sob julgamento do Tribunal de Contas. Agora, perdemos um tempo enorme e esse tempo é um prejuízo porque, feita a sinalização, temos como operar a linha com toda a frota e não temos passageiro. Com relação à linha 2, vamos buscar recursos para tocar, para saldar os compromissos já assumidos. A prioridade, em um primeiro momento, é fazer-se o projeto da linha 2, fazer-se o projeto com a definição dos sistemas, do material rodante, implantar a faixa, no que está posto, de Barreiro até o Calafate, e implantar a faixa até o Barreiro. A prioridade é implantar-se a faixa, fazer-se essa desapropriação, implantar a infra-estrutura, fazer as passagens, o viaduto, etc., implantar a faixa. Enquanto isso, contratar-se o projeto e, como o Senador muito bem colocou, tem-se que buscar uma fonte de financiamento firme, tem-se que trabalhar para se ter um financiamento, como fez o Governador Tasso Jereissati, quando, trabalhando a linha sul, sentiu absoluta necessidade de trabalhar a linha oeste.

Então, a linha sul tinha o financiamento do GBIC, trabalhou-se o financiamento do Banco Mundial para a linha oeste. A linha 2, de Belo Horizonte, Barreiro e Calafate, foi começada e está-se movendo com emendas de bancada. E, diante de um contingenciamento severo como o que estamos vivendo, nenhum recurso foi aportado. Precisamos, rapidamente, pagar o que já foi feito e assegurar primeiro a conclusão da faixa e, segundo, o projeto com a definição dos sistemas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Luiz, não é preciso ir tão longe, no Ceará. Em Minas Gerais também foi assim. Essa extensão da linha de São Paulo também foi assim. Foi emenda de bancada. O Governador, na época, era eu, que, junto com o prefeito, buscamos o financiamento do Banco Mundial. Então, não precisa ir para o Ceará para buscar exemplo. Em Minas também temos.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Mas a extensão da linha 2 não foi bem as cinco emendas de bancada da linha 1. A linha de extensão de Vilarinho foi uma mobilização da cidade de Belo Horizonte, enfrentando inclusive um projeto de VLT, que o Governo do Estado estava bancando naquele momento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Projeto VLT foi no Governo de Fernando Henrique Cardoso, há mais de 10 anos. Vamos olhar para a frente, Dr. João Luiz, não fique preocupado com esse problema de ficar vendo problema de licitação que foi

feita, de não sei mais o quê. Se a licitação está errada, deixa que a Justiça verifica. A informação que tenho é que não está errada, é o antigo presidente que está dizendo isso. Agora, vamos tocar para frente, vamos trabalhar para conseguir recurso, vamos melhorar o sistema de transporte urbano do Brasil, vamos trabalhar para que a Cide seja descontingenciada, que parte dos recursos deixe de ir para o superávit. Não tem sentido ficar falando em VLT. Isso foi no governo Nilton Cardoso, Sr. Presidente, que acabou em 1990. Não tem jeito, vamos ficar discutindo aqui o que foi feito há treze anos. Vamos fazer esse projeto para frente. V. Exª foi diretor da Metrobel, à época do governo Francelino Pereira, ainda no Regime Militar. Agora, as coisas mudaram, vamos fazer um processo novo, ao invés de ficar nessa catilinária, de fazer críticas a todo momento. Não posso concordar com isso. Estamos aqui com espírito desarmado para avançar. O PSDB está trabalhando no Senado para aprovar reformas. Vamos aprovar a reforma da Previdência. Agora, se continuarem, como membros do Governo Lula, com essa postura de ficar remoendo o passado, não vamos chegar a um denominador comum. Desculpe-me, mas não vai ser assim.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – V. Exª levanta o problema, dou a explicação, e eu é que removo o passado?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – V. Sª sabe muito bem que sou eterno adversário do Nilton Cardoso. Então, estão dizendo que o Governo quer fazer VLT. Na verdade, esse projeto de Vilarinho teve sua negociação iniciada no fim de 1994...

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Começo de 1993...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Patrus estava aqui. Ele me procurou, foi depois da eleição de 1994. Aí é que foi feito o entendimento com o Banco Mundial e assinado o financiamento. O Paulo Hadad era o consultor à época. Então, foi depois da eleição, no fim de 1994, início de 1995.

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Aí já foi a assinatura de contrato.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Foi concluído quando precisou ter o apoio geral do governo para isso. Então, a minha posição, SRA Secretária, é nesse sentido. V. Sª está pedindo ao João Luiz para ficar mais calmo também. A posição é esta: vamos caminhar no sentido positivo, não tem sentido essa questão de ficar brigando com a diretoria anterior da CBTU. Não tem sentido isso. Temos de ter disposição de resolver o problema do metrô de Belo Horizonte, de Fortaleza, de Recife. Esse é o caminho para chegarmos à solução que a população deseja.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Só quem pode pedir a palavra pela ordem é Senador, mas darei a palavra a V. Exª.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Pois não, Sr. Presidente, obrigado pela compreensão. Desculpa. Eu gostaria de voltar para Belo Horizonte com a resposta à pergunta que tanto o Senador quanto eu fizemos à Secretária Executiva e ao João Luiz, sobre o descontingenciamento dos R$8,5 milhões necessários para a compra do equipamento de São Gabriel – Vilarinho. Se não for liberado neste mês de setembro, a CBTU não poderá emitir a ordem de serviço. Então, ainda não nos foi respondido se os recursos serão liberados.

A CBTU tem técnicos competentes, profissionais que elaboraram os projetos no ramal Calafati/Barreiro. Inclusive, Drª Ermínia, solicitamos uma audiência com o Ministro, por intermédio da Comissão da Assembléia, e até hoje não tivemos um retorno. Aliás, tivemos um retorno de que poderíamos nos reunir com o Presidente da CBTU, Dr. João Luiz, que tão gentilmente compareceu à Assembléia. O que tínhamos a tratar com o Dr. João Luiz nós tratamos. Acredito que seria importante a presença do Dr. João Luiz para discutir a estadualização do metrô. A nossa Comissão tem um prazo regimental de 60 dias, podendo ser renovado por mais 60, mas precisamos concluir esse nosso relatório, e é necessária essa audiência com o Sr. Ministro, para que possamos caminhar. O Governador também está interessado, assim como o Prefeito de Belo Horizonte, mas é a comunidade que está apreensiva diante de tudo que foi colocado. É preciso renovar o contrato. Aquilo que foi feito ali não pode parar, é um dinheiro que vai ser julgado, é um dinheiro público que será desperdiçado. E precisamos recuperar isso. Então, solicito encarecidamente que V. Exª que libere esse recurso, porque, como o Presidente disse, foi um acidente sério que comprometeu dois trens, e uma comunidade, da região do Barreiro, está sendo penalizada.

Não vou entrar na questão de por que funcionou ou não, porque não tinham os dispositivos de segurança, mas há uma comunidade muito grande ali; será resolvido o problema na vida desse pessoal que está atento e na expectativa de que esses recursos sejam liberados agora para que seja dada a ordem de serviço. E a CBTU ainda terá mais trinta dias para pagar o restante.

Então, é isso que gostaria de ouvir da senhora. E pedir ao Dr. João Luiz o que defenda mais um pouco essa questão do Barreiro. O senhor conhece o Barreiro, sabe da carência, da necessidade do transporte ali. Gostaria de considerá-lo realmente como companheiro, lutando para que realmente o metrô chegue àquela estação, que já está pronta praticamente, do Via Shopping. E gostaria de pedir ao senhor o empenho, porque os vereadores, alguns deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais pensam que o senhor não quer. Falei, não, vamos conversar com o Dr. João Luiz. Sei que não é algo pessoal e o senhor não vai levar para isso, mas gostaríamos que houvesse empenho maior do senhor nessa questão do ramal Calafati/Barreiro.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Chamaria o Senador Eurípedes Camargo e o Senador Aelton Freitas para fazerem a apuração dos votos da indicação do DNTT enquanto V. Sª responde, porque, depois, já poderemos encerrar a reunião.

Com a palavra o Dr. Ricardo Mendanha Ladeira, representante da Prefeitura de Belo Horizonte.

O SR. RICARDO MENDANHA LADEIRA – Vou responder ao Senador Eduardo Azeredo.

O senhor me desculpe, mas quem tentou colocar.... Primeiro, eu, da Prefeitura de Belo Horizonte, principalmente estou aqui não como representante do Governo Federal, então não adianta julgar-nos, os três, como se fôssemos uma coisa só. Inclusive essa proposta não é nossa, de Belo Horizonte, somente; foi feita conjuntamente com o Secretário de Curitiba, de Salvador, de outros partidos, com o Secretário de Fortaleza, de Vitória. E a idéia é colocar essa questão do abandono. E acreditamos que continua abandonado, não resolveu o problema não. O Governo atual ainda não conseguiu sair disso, que tem muito a ver com uma coisa muito maior que só o problema da disputa partidária. A cultura do automóvel no País existe há quarenta anos, apesar de, dentro do meu Partido, ser também muito forte; é uma das bases inclusive de sustentação dele, o setor metalúrgico e tudo. Então, essa disputa do "rodoviarismo" contra o "ferroviarismo" é muito maior, inclusive, do que só uma questão partidária, a briga é muito maior para conseguirmos rompê-la. Então essa discussão para garantir o transporte público é fundamental.

Voltando à Prefeitura de Belo Horizonte, temos hoje informação até atualizada: de uns quinze dias para cá, foi feita uma reunião com o Governo do Estado, a Prefeitura e o CBTU; avançou bastante. Teremos amanhã, no Ministério do Planejamento, uma reunião para tentar fechar esse novo acordo. Creio que caminhou bem.

Realmente o senhor tem razão, não tínhamos propostas, mas agora temos, concreta, de uns quinze dias para cá. O próprio Secretário Estadual de Transporte, Dr. Agostinho, tem participado. Aparentemente, estaremos fechando uma proposta e deverá ser definindo. Espero que até o final do ano realmente consigamos concretizar essa questão. Creio que é possível fazer.

Só aproveitando duas questões: primeiro, a questão da CCT, subsídio de pobre financiando o mais pobre; isso não resolve o problema do transporte, não terá solução. E, no caso específico, foi uma discussão com base numa proposta concreta de controle dos sistemas de transportes que não estava ocorrendo naquele momento por parte do Estado, então estávamos subsidiando desperdícios por parte de algumas empresas. Na verdade, não estava subsidiando o usuário; estava subsidiando algumas empresas. Tanto que, logo que acabou, as próprias empresas racharam e separaram, quase que tiraram aquelas que estavam ganhando dinheiro demais lá no momento e conseguiu controlar.

Quanto à outra questão, que o senhor citou também, o Projeto e o CL da Estação Barreiros, quer dizer, é uma estação em que a Prefeitura gastou R$6 milhões, e o empreendedor gastou cerca 30, quase...

O SR. – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. RICARDO MENDANHA LADEIRA – Não. A Prefeitura colocou R$6 milhões e o empreendedor privado colocou o restante. A Prefeitura tirou do bolso R$6 milhões exclusivamente. No caso da Estação Vilarinho, eram R$18 milhões; um projeto cujo montante era até menor. Essa é a diferença básica. Uma das questões que colocamos e vimos foi essa.

Mais importante do que a discussão de PMDB, PSDB, PT, PFL, a situação do transporte público nas cidades hoje é fundamental. Haverá, amanhã, uma reunião em Salvador, para a qual o Prefeito Imbassahy está convidando a Frente Nacional de Prefeitos, juntamente com o Fórum de Secretários, para discutir a questão do barateamento. E, na quinta-feira, às 10 horas, no auditório Nereu Ramos da Câmara Federal, será lançado um movimento em defesa do transporte barato e de qualidade no País, e convido todos a participarem. Envolve a Frente de Parlamentares em Defesa do Transporte Público, Frente de Prefeitos, fórum de secretários, fabricantes, empresários, associações de usuários, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Transporte, enfim, todos os segmentos envolvidos na questão dos transportes, para lan-

çar esse movimento, que considero muito maior do que qualquer questão partidária, pois passa por todos os setores. Se não nos envolvermos na luta por um transporte de qualidade e barato, as nossas cidades vão piorar cada vez mais.

Obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para fazer um comentário também. É minha última intervenção, não vou falar mais.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Antes de passar a palavra a V. Exª, informo que fizemos a apuração da votação da indicação do Sr. Francisco Oliveira Filho para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT, para cumprir o mandato restante do Dr. Reinaldo Alves Costa Neto. O resultado foi: 15 votos "sim"; 4 votos "não" e nenhuma abstenção.

Foi aprovado o nome do Sr. Francisco Oliveira Filho.

Será feita a devida comunicação, e o projeto será levado ao Plenário.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, a BH Trans foi criada quando eu era Prefeito. Foi um processo de municipalização do transporte, o que não existia em Belo Horizonte. Era o Estado que cuidava do transporte em Belo Horizonte. Então, foi um avanço significativo, sim. A BH Trans é uma empresa que tem um trabalho bem-feito.

Quanto à questão do terminal do Barreiro, não tenho nada contra. Fui lá, achei um belo projeto. Não tenho nada contra a parceria com a iniciativa privada. Eu só não gosto quando começa aquela questão de que o monopólio da coisa certa está na mão de determinado grupo político. Com isso não posso concordar. Não tenho nenhuma crítica, não conheço o aspecto legal nem de uma licitação nem de outra. De antemão, acho que está todo mundo correto, bem-intencionado. De antemão, eu não acho que todo mundo esteja mal intencionado, não. Para mim, está todo mundo bem-intencionado, querendo resolver. Essa é a minha postura inicial. Quem acusa é que deve mostrar as provas do que está acusando.

Não tenho nada contra o projeto do Barreiro. Trata-se de um belo projeto, um terminal bonito. Fui lá conhecer. Considero a BH Trans uma empresa importante. Agora, com a Câmara de Compensação, não concordo muito, não. Acho que quem mora, digamos, na Cidade Jardim, em Belo Horizonte, não é pobre na hora em que pega o ônibus para o centro, não. Ele está pegando um trecho pequeno; portanto, paga um pouquinho mais caro do que quem mora realmente mais longe, lá em Ribeirão das Neves, na Grande Belo Horizonte, que é uma pessoa que está tendo que morar num lugar mais barato. Continuo defendendo fortemente o sistema de Câmara de Compensação para termos uma tarifa única na região metropolitana. Aí aparece a questão do vale-transporte, que foi abordada aqui numa transparência. Há empresas que não contratam determinado cidadão porque ele mora longe demais, o custo do vale-transporte é maior. Se tivermos uma tarifa única, esse problema desaparece.

Sr. Presidente, peço desculpas por ter falado várias vezes. Mas o assunto do metrô de Belo Horizonte é apaixonante; um assunto que acompanho desde a época em que era Prefeito; depois, como Governador, e vou continuar apoiando aqui, como Senador, com o objetivo de que sejam concluídas as linhas iniciais e que possamos ter eternamente novas linhas sendo construídas.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Pelo contrário, nós é que agradecemos a participação de V. Exª que serviu para, inclusive, chamar a atenção sobre diversas questões que estavam aqui sendo discutidas.

Lamento ser o Presidente desta comissão, senão certamente teria uma participação idêntica à de V. Exª em relação ao metrô de Recife. Mas, como presidente, tenho que ficar aqui bem comportado.

Agradeço a presença da secretária e de todos os senhores aqui presentes.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, não fui respondido, e vim de Belo Horizonte para obter a resposta à pergunta que fiz. Eu gostaria de ouvir do Sr. João Luiz e da secretária se há possibilidade, se já foi liberado ou não esse recurso, se está disponibilizado. Preciso voltar e...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então vou passar a palavra ...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – E a solicitação que fiz ao Presidente João Luiz...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, João Luiz. O senhor gostaria de responder ou não, pois não é obrigado a responder.

O SR. JOÃO LUIZ SILVA DIAS – Claro. Não, mas com todo prazer. Primeiro, do empenho nosso na Linha 2. Foi um projeto mal-nascido. O Senador não gosta de mencionar isso, mas infelizmente se trata de um projeto mal-nascido. Porém, é absolutamen-

te necessário para a cidade não é por outra razão que nós, da BH Trans, através das comissões de transportes, passamos a trabalhar todo o ano para dar apoio político ? do movimento popular às emendas parlamentares que foram feitas. Esse projeto de 1998 para cá se move através de emenda de bancada, todo ano é emenda de bancada e apoiamos, demos suporte inclusive para que o movimento popular pudesse se deslocar até Brasília para fazer presença aqui e manifestar seu interesse. Portanto, isso deixa claro o nosso sentimento com relação ao projeto.

Todavia, com relação ao orçamento, o que temos esse ano são essas ironias da vida. Tínhamos na proposta do Governo ano passado um pouco mais de trinta milhões colocados no orçamento, foi feita uma emenda de bancada e simplesmente desapareceu a proposta do Executivo e foi substituída pela emenda de bancada. E todos nós sabemos que na hora que é feito um contingenciamento, o primeiro ponto a ser contingenciado são as emendas, seja de bancada, de revisor e tudo o mais. Então, não contamos até hoje com nenhum recurso descontingenciado. O recurso com que contamos até agora são os 85 milhões que foram liberados para os quatro sistemas.

Estamos atentos, estamos trabalhando e temos certeza de que se o Governo tiver condições de aportar mais algum recurso certamente teremos algo para contemplar não só a Linha 2 mas também a situação de Fortaleza. É neste sentido que estamos trabalhando. A situação é mais aguda?? onde os recursos, se disponíveis, devem ser levados.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Hoje são 23 e o que quero saber é o seguinte: esses 8,450 milhões para a sinalização onde houve o acidente têm possibilidade de serem liberados, já foram liberados?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Esse já está alocado, já está em liberação.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Na audiência que tivemos na Assembléia, até a Secretaria tinha-nos dito que imaginava que já tivesse sido liberado. E lhe disse que a resposta que havíamos tido na Assembléia não tinha sido essa. Então já está liberado?

O SR. JOÃO LUIZ DA SILVA DIAS – Já está liberado e com embarque feito e tudo o mais.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Penso que está resolvida essa questão.

O Sr. José Henrique também pede a palavra para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ HENRIQUE RATTER – Quero agradecer aos senhores e basicamente dizer que quatro pontos basicamente ficaram muito claros para mim. Primeiro, o entendimento é de que finalmente se assumiu qual a questão que segura a execução dos metrôs de Salvador e de outras capitais. Segundo, gostaria de esclarecer tanto ao Dr. João Luiz quanto ao Dr. Hermínio que, no caso do metrô de Salvador, a nossa integração se dá tanto no aspecto modal quanto no aspecto institucional. Gostaria inclusive de agradecer a parceria que o Sr. João Luiz tem tido conosco ultimamente, que tem sido bastante elucidativa. E gostaria também de, apoiando Ricardo e em nome do Prefeito Imbassay, pedir aos Srs. Senadores o total apoio para a questão do transporte urbano e o barateamento das tarifas. Esse realmente é um problema sério. Tivemos um princípio de movimento em Salvador e eu diria que ele não se extinguiu. Pelo contrário, penso que ele criou uma expectativa de soluções e essas soluções passam pela parceria entre o Governo Federal, o municipal e o estadual e a sociedade, não apenas a parte executiva, mas também legislativa e até mesmo judiciária. E gostaria também de agradecer aqui a uma explicação do Dr. João Luiz Dias. Espero que se consiga efetivamente fazer esse aspecto aqui abordado. O Dr. João Luiz mencionou que nós, executores de metrô, estaríamos vendo um problema sério sendo resolvido no Orçamento no próximo ano e no subseqüente, que é a questão. Não basta termos Orçamento, é preciso que ele seja executado. Entendi o Dr. João Luiz ao dizer que esses Orçamentos previstos nesses momentos são mínimos, mas constituem o que é possível. Eu gostaria que isso ficasse bastante claro, Dr. João Luiz. Precisamos ter uma mensagem desse tipo: que não só ele será totalmente executado, como ainda há uma perspectiva de que, no ano de 2004, esse PPA possa ser reformulado e que possamos vir a ter recursos significativos, alocados de maneira que se possa antecipar a conclusão dos metrôs. Entendo assim porque acredito que seja essa a questão fundamental neste momento, para qualquer executor de obra pública que tenha uma parceria com o Governo Federal.

Então, era essa a questão que eu gostaria de apresentar, e, desde já, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – A Secretária tem a palavra para fazer suas considerações.

A SRA. ERMÍNIA MARICATO – Creio que a hora está muito adiantada, e estou com o Ministro do Senegal me esperando no Ministério, mas eu queria deixar bem claro, em função inclusive do que ouvi agora, que o problema dos quatro metrôs não está suficientemente claro para a sociedade brasileira. É um problema que se estende, que vem de muito tempo, há muitos problemas de gestão, e nós precisamos

continuar conversando, negociando e nos entendendo sobre como levar essa questão.

Eu posso ter entendido mal, mas eu queria que ficasse claro, no fim desta audiência pública, que esse problema está longe de ser resolvido. E vamos nos reunir quantas vezes forem necessárias para viabilizarmos uma solução que não depende apenas de recurso. Recurso é muito importante.

Eu queria agradecer muito ao Presidente da Comissão pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço, também, a presença de todos.

Esse é um primeiro debate que se faz sobre essa questão dos metrôs, e creio que foi muito importante. Certamente, há muita coisa a ser discutida. Há recursos que precisam ser alocados, temos uma responsabilidade social com a população. Particularmente, preocupo-me com o metrô de Pernambuco, obra em que se investiram R$90 milhões por ano, nos últimos quatro anos, mas precisamos fazer com que voltem os investimentos para que ele fique pronto e se preste mais serviço ainda à população.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h05min)

Ata da 21ª Reunião Ordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de novembro de 2003 às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quatro de novembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador José Jorge, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Eurípedes Camargo, João Ribeiro, Valdir Raupp, Fátima Cleide, Valmir Amaral, Rodolpho Tourinho, Duciomar Costa, Magno Malta, Luiz Otávio, Gérson Camata, Paulo Octávio, Augusto Botelho e José Maranhão. Deixa de comparecer por motivo justificado o senhor Senador Leonel Pavan. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores(as) Serys Slhessarenko, Ppatrícia Saboya, Gilberto Mestrinho, Teotônio Villela Filho, Sibá Machado, Amir Lando, Sérgio Guerra e Marco Maciel. Reúne-se ordináriamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. – Matérias Deliberativas – Item nº 01– Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2003. Terminativo. Ementa: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na redação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR". Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Valmir Amaral. Relatório: Favorável a aprovação com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2003. Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973 (acesso ao cais de Capuaba – Porto de Vitória à BR 262/ ES). Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador Sibá Machado. Relatório: Favorável à aprovação do projeto com três emendas. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 03– Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002. Terminativo. Ementa: "Altera a redação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre rodovias BR-482 e Br– 262, no Estado do Espírito Santo. Autor: Senador Gérson Camata. Relator: José Maranhão. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Concedido vista da matéria ao Senador Delcídio Amaral. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2003. Terminativo. Ementa: "Altera a redação das artigos 13 e 14 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. (Estabelece critérios na aplicação de recursos para a universalização dos serviços públicos de energia elétrica)." Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: Senador Paulo Octávio. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor da matéria. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002. Terminativo. Ementa: "Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que as regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado." Autor: Senador Ricardo Santos. Relator: Senador João Batista Motta. Relatório: Favorável na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Obs: Em 06/05/03, após a leitura do relatório é concedido vista coletiva aos Senadores Delcídio Amaral e Geraldo Mesquita Júnior, não tendo os mesmos se manifestado através de voto em separado. Em 05/08/2003, a matéria foi reexaminada e posterior-

mente devolvida pelo relator. Item nº 06 - Projeto de Lei da Câmara nº 026, de 2003. Não Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre a alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cametá – Limoeiro (PA–156) à BR- 422 (Novo Repartimento) à BR- 230 (Transamazônica) na relação descritiva do Sistema Rodoviária Federal." Autor: Deputado Gerson Peres. Relator: Duciomar Costa. Relatório: Favorável a aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 07 – Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2003. Terminativo. Ementa: Revoga o inciso VII do artigo 38 do Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1996, alterado pela Lei nº 9134, de 14 de novembro de 1996, para retirar do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) a exigência como elemento de instrução do requerimento de concessão de lavra, "prova de disponibilidade e fundos ou da existência de compromissos de financiamento necessários para execução do plano de aproveitamento econômico e operação da mina." Autor: Senador José Jorge. Relator: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável à aprovação do projeto, com alteração sugerida na ementa do projeto. Resultado: Aprovado. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma, oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 08 – Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2003. Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação de colete salva-vidas em embarcações destinadas ao transportes de passageiros. Autor: Senador Valmir Amaral. Relator: Senador Leonel Pavan. Relatório: Favorável à aprovação do Projeto, com quatro emendas apresentadas. Resultado Adiado. Item nº 09 – Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002. Não Terminativo. Ementa: "Dá nova redação ao artigo 22 da Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos". Autor: Comissão Especial – Rio São Francisco (SF). Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Relatório: Contrário à aprovação do projeto. Obs: Concedido vista ao Senador Eurípedes Camargo em 02/09/2003 e devolvido sem voto em separado. A matéria foi reexaminada pelo relator em 15/09/03. Resultado: Em virtude do reexame da matéria, foi concedido vista para a Senadora Fátima Cleide. Item nº 10 – Requerimento nº 23, de 2003. Assunto: Requeremos, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma reunião da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura desta casa, a realizar-se no dia 25 de novembro corrente, com a participação dos convidados abaixo relacionados, para o aprofundamento da disscussão sobre a questão do Gás Natural e a Geração Termoelétrica, como alternativa de "energia de segurança", para minimizar os riscos de racionamento de energia em nosso país, bem como o exame das minutas de Portarias referentes ao livre acesso ao Transporte de Gás Natural, presentemente disponível para consulta pública na Agência Nacional de Petróleo-ANP: Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do MME – Dra. Maria das Graças Silva Foster; Superintendente de Comercialização e Movimentação de Gás Natural da ANP– Dr. José Cesário de Cechi; Presidente da GASPETRO – Dr. Djalma Rodríguez de Souza; Fórum dos Secretários de Energia – Dr. Eraldo Tinoco; ABRAGET – Dr. Xisto Vieira Filho; IBP – Dr. João Carlos de Luca; ABEGÁS – Dr. Romero de Oliveira e Silva. Autores: Senador Delcídio Amaral e Senador Rodolpho Tourinho. Resultado Aprovado. Iniciada fase de discussão da matéria, fazem uso da palavra os senhores Senadores Delcídio Amaral, Rodolpho Tourinho, Gérson Camata e Eurípedes Camargo. Na fase de votação a matéria foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta de hoje consta de dez itens. O Item nº 10 é um requerimento, que passo a ler, assinado pelo Senador Delcídio Amaral e pelo Senador Tourinho.

Requerimento de nº 22, de 2003.

"Requeremos, nos termos do art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma reunião da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura desta Casa, a realizar-se no dia 25 do corrente mês, com a participação dos convidados abaixo relacionados, para o aprofundamento da discussão sobre a questão do gás natural e geração termoelétrica como uma alternativa de energia de segurança para minimizar os riscos de racionamento de energia em nosso País, bem como o exame das minutas de portaria referente ao livre acesso ao transporte de gás natural, presentemente disponível para consulta na ANP – Agência Nacional do Petróleo.

Os convidados seriam:

1. Secretária de Gás e Petróleo do Ministério de Minas e Energia, Drª Maria das Graças Silva Foster;

2. Superintendente de Comercialização e Movimentação de Gás Natural, da ANP, Dr. José Cesário de Cechi;

3. Presidente da Gaspreto, Dr. Djalma Rodriguez de Souza;

4. Representante do Fórum dos Secretários de Energia, Dr. Eraldo Tinoco, Secretário da Bahia;

5. Representante da Abraget, Dr. Xisto Vieira Filho;

6. Representante do Instituto Brasileiro do Petróleo, Dr. João Carlos De Luca;

7. Representante da Abegás, Dr. Romero de Oliveira e Silva.

Assinados Senadores Delcídio Amaral e Rodolpho Rourinho.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, creio que o objetivo primeiro desse requerimento é fazer uma discussão ampla da geração térmica a gás natural.

Eu gostaria de registrar que hoje o gasoduto Bolívia/Brasil está transportando 20 milhões de metros cúbicos/dia, despachando a Termoelétrica de Três Lagoas em testes; Piratininga, Ibirité as usinas do Rio e Canoas também, quer dizer, mostrando, efetivamente, que as térmicas começam a ser despachadas, são fundamentais para o sistema, até porque hoje já se verificam dificuldades no suprimento da energia de algumas regiões do País, e mais importante, no novo modelo, as térmicas a gás natural serão contempladas como um seguro para todo o sistema de geração brasileira, conseqüentemente, trazendo aquilo que se procurava desde há muito, ou seja, com a garantia das térmicas e a gás natural, efetivamente, evitar que o País tenha problemas, não só de apagão, em determinados casos, como de racionamento de energia que V. Exª sabe muito bem as conseqüências de um racionamento para a economia de um País como o Brasil.

A outra questão também que eu gostaria de registrar é a questão do transporte de gás. São as audiências públicas promovidas pela Agência Nacional de Petróleo e que discutem o livre de acesso de empresas produtoras aos gasodutos. Isso é importante, porque o Governo tem um projeto de massificação de gás natural, conseqüentemente, vamos ter um quadro de competição forte. Acredito que nada melhor do que esse momento para a gente discutir também essa questão, com os principais atores que estão aqui representados. Creio que essa audiência vai ser muito importante no sentido de se debater essas questões.

Só queria fazer uma ponderação, que a Assessoria da Liderança do Governo também ponderou, quanto ao número de pessoas presentes nessa audiência: se a gente, eventualmente, poderia separar uma audiência da outra, ou, de comum acordo, faríamos essas discussões no mesmo dia, tratando num só dia de todas essas questões que são fundamentais para o mercado de gás natural no Brasil.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido-ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, para discutir.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, considero importante se a gente puder fazer essa audiência pública, é um assunto que precisa ser debatido, para o qual a opinião pública precisa ser melhor informada, esse problema do gás está assim um problema um pouco caixa-preta, mas temos que abrir uma ampla discussão sobre isso. Temos que colocar, e vou pedir que se coloque entre os assuntos, acho que será necessário colocar, o problema também do aproveitamento das jazidas de gás do Brasil. O da Bolívia estamos aproveitando bem, estamos desenvolvendo as centrais a gás, mas no Espírito Santo, por exemplo, tínhamos 3 centrais que estavam projetadas, prontas, com o terreno desapropriado para se instalarem lá, uma em São Mateus, uma em Linhares e outra em Vitória, com gás do Espírito Santo. Pararam, não tem mais projeto, e não foi o atual Governo que parou não, parou ainda no Governo passado.

Um outro problema que temos que estudar porque Vitória, agora, por exemplo, começa a ser abastecida com gás natural, as residências, prédios, bairros inteiros e os postos de gasolina. E o que é que está havendo? Ninguém quer colocar o gás natural,

embora seja muito mais barato, tanto no carro, pouca gente coloca, tanto nas residências. Eles acham que está tão barato que o Governo vai meter imposto pesado em cima, tão logo todo mundo instale, que o Governo não vai deixar o brasileiro feliz com energia e gás barato.

O que temos que dar às pessoas? Temos que dar a certeza que, por exemplo, durante 5, 10 anos, as tarifas não vão subir e que também o Governo não vai colocar em cima desse gás um imposto tão alto que as pessoas que fizeram investimento para transformar seus automóveis, para pagar a canalização do gás, para suas cozinhas, não sejam depois obrigadas, a novamente, tendo gasto aquele dinheiro da tubulação, ter que arrancar os tubos e ter que colocar o botijão em casa. O pessoal tá desconfiando que quando todos aplicaram o dinheiro, o Governo percebendo que há muitos consumidores, aplica uma tributação pesada em cima.

Acredito que a primeira coisa para incentivar é dar a certeza de que pelo menos durante 5, 10 anos, as pessoas vão ter um preço mais ou menos estável, é claro que subindo com a inflação, mas que não seja abusivo ou que não seja através de uma tributação muito pesada e se tornar novamente proibitivo.

Isso é um assunto muito importante, quero cumprimentar os Senadores Delcídio Amaral e Rodolpho Tourinho pela iniciativa da audiência pública, pois é muito bom que se converse sobre isso aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, para discutir.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, entendo que esse assunto do gás natural, e V. Exª bem sabe, é de extrema importância para o país para essa mudança de matriz energética que vem sendo feita aos poucos.

Queria só não iniciar na discussão, porque vamos ter essa audiência pública, mas só lembrar ao Senador Gerson Camata que, a rigor, não estou nem defendendo o Governo passado, quando V. Exª se referiu que foi no Governo passado, porque o que tem impedido e impediu o desenvolvimento do mercado de gás natural é o preço do gás. Considero muito próprio quando V. Exª coloca a questão do gás do Espírito Santo, porque vamos carimbar que ele é um gás nacional e que não pode estar sujeito a preço em dólar. Da mesma forma que a Petrobrás continua raciocinando dessa forma, da mesma forma que com o gás de Urucu, há 5 anos, não era possível se fazer um aproveitamento, porque era o mesmo preço do gás da Bolívia, o preço do Urucu, porque não tem para onde sair o gás.

É um assunto antigo, é um assunto que considero que devemos discutir realmente, porque o problema da Bolívia continua. O preço do gás comprou-se num preço numa base de **take-or-pay**, ou seja, use ou não use vai pagar em dólar como se o gás fosse **commodities**, e o gás não é **commodities** nenhuma. Não podemos deixar acontecer o que aconteceu no passado, porque o gás do Espírito Santo que, possivelmente, Senador Camata, está sendo reinjetado hoje ou queimado ou escondido de alguma forma, a distribuidora de gás da Bahia vende 20% a menos do que poderia estar vendendo por falta de gás, por falta da ligação entre o Espírito Santo e a Bahia.

É um assunto extremamente importante, o Senador José Jorge bem conhece esse assunto e creio que vamos tirar muito proveito em relação a essa discussão que o Delcídio Amaral teve a lembrança de trazer para cá e que apoiamos, em razão de toda essa problemática que existe.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (PT – DF) – Essa questão da credibilidade do uso do gás, do combustível, tivemos também o exemplo do álcool. Então, na verdade, o povo tem razão, porque tem uma descontinuidade, dependendo da questão nacional, você muda os parâmetros e aí deixa as pessoas na mão.

O outro lado é uma questão doméstica mesmo, é ao ter esse combustível, popularizando o uso dele, vai ter distribuidoras, até essa questão da forma como é manuseada a distribuição desse ou daquele produto, também traz conseqüência e traz uma situação diferenciada, por exemplo, onde vão ser os depósitos, porque vai ter uma disputa da distribuição interna dentro das cidades, porque cada um regulamenta isso, muda de posição, o Prefeito muda as regras, enfim, é uma questão complicada. Se não estivermos atentos, isso tudo serve para desacreditar, não dar credibilidade ao produto que queremos tornar acessível à população e que tenha credibilidade.

Esse é um dos problemas.

A outra questão é de onde vem o gasoduto. Estamos nos deparando com isso na reforma tributária: vai ser na origem ou no destino? Porque aí também vai ter uma distribuição, o gasoduto vai ser encanado, já chega naquela cidade. Onde vai ser tributado? Este é um tema que está colocado na Ordem do Dia. Sobre tudo isso precisamos nos debruçar.

Quero parabenizar a proposta, porque, realmente, precisa haver essa discussão para a sociedade entender que a questão é séria, até alguns tabus, se não, começa a virar monstro, e, quando vira monstro, todo mundo fica com medo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está bom. Muito obrigado.

Na realidade, não havendo mais quem queira discutir, vou colocar em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores a favor do requerimento permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 6, não terminativo, cujo Relator e autor estão presentes. O autor é o Deputado Jefferson Péres, e o Relator é o Senador Duciomar Costa.

Então, passo a palavra ao Senador Duciomar Costa para que ele possa realizar o seu relatório.

O SR. RELATOR (Duciomar Costa) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão de Infra-estrutura, para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003, de nº 4.161, de 2001, na Casa de origem, e visa a incluir um novo trecho rodoviário na relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário federal no plano nacional, aprovado pela Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973.

Trata-se da extensão de 262 Km que interliga os Municípios paraenses de Limoeiro do Ajuru, Cametá e Tucuruí. Este no entroncamento da BR-422, que, por sua vez, liga Tucuruí à BR-230, a chamada rodovia Transamazônica. O projeto é acompanhado em anexo contendo informações sobre as características físicas e o mapa de localização.

A rodovia em anexo é a única ligação rodoviária da região do Baixo Tocantins com a Transamazônica, a BR-230, e que constitui o prosseguimento natural da BR-422, a qual não estaria completa sem a integração do trecho.

No que atinge os aspectos legais, o projeto em exame encontra-se respaldado no art. 22 da Constituição Federal que inclui o transporte na reserva de competência legislativa da União. Assim, cabe ao Congresso Nacional, no art. 38, **caput**, bem como a qualquer um de seus membros, no art. 61, é iniciativa para a proposição da lei sobre tais matérias. O projeto não apresenta vícios de iniciativa, de inconstitucionalidade ou injuridicidade que o desabonem.

Considerando as razões expendidas e tendo em conta que os projetos relativos ao PNV segue formato já consagrado julgamos necessário promover a adequação do texto da proposição aos argumentos arrolados, razão pela qual elaboramos emenda.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003, com as emendas que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O parecer é favorável.

Em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DELCÍDO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma correção....

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª quer discutir o projeto? Na verdade, eu já tinha colocado o projeto em votação. Infelizmente, V. Exª tinha que estar atento.

O SR. DELCÍDO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu estava exatamente buscando informação sobre esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Como o projeto é não terminativo, V. Exª terá que...

O SR. DELCÍDO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu posso pedir vista do projeto?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não, porque ele já foi colocado em votação. Acabei de colocá-lo em votação.

O SR. DELCÍDO AMARAL (Bloco/PT – MS) – V. Exª é muito rápido, Presidente. Não deu tempo nem para que pudéssemos discuti-lo.

A SRA FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu também gostaria de registrar que estava me inteirando do projeto, ouvindo a relatoria e, de repente, o projeto foi votado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na verdade, a obrigação do Presidente é ser rápido e não lento.

Vamos para o próximo item.

O SR. DELCÍDO AMARAL (Bloco/PT - MS) – O projeto está aprovado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está aprovado. Mas como esse é um projeto não terminativo, V. Exªs terão outra oportunidade, em outras etapas, no plenário, onde poderão dar parecer contrário.

O SR. DELCÍDO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de discutir esse projeto referindo-me à conceituação do Ministério dos Transporte, principalmente no que diz respeito àquelas rodovias que devem ser consideradas como rodovias federais e aquelas que são coletores primários.

Acho que essa questão tem que ser bem colocada, sob risco de colocarmos em cheque inclusive a própria descentralização de várias rodovias que podem ser muito mais bem cuidadas e muito mais bem implementadas pelos Municípios ou pelos Estados...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Sem dúvida.

O SR. DELCÍDO AMARAL (Bloco/PT – MS) –...do que propriamente pela União, até pelas dificuldades que todos sabem que a União tem, no que se refere a investimentos na área de infra-estrutura, especialmente nas rodovias.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Nós temos diversos outros projetos que tratam desse mesmo tema. Assim, esse projeto poderá ser novamente discutido.

Vamos agora para o Item nº 9, não terminativo.

Vou pedir ao Senador Delcídio que leia o relatório, se for possível, porque o Senador Gilberto Mestrinho não está presente.

Este projeto dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 94/3, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a política nacional de gerenciamento de recursos hídricos, para alterar a destinação de recursos financeiros provenientes das cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

A autoria é da Comissão Especial do Rio São Francisco. Essa é uma comissão que tivemos aqui na Legislatura passada.

O Relator é o Senador Gilberto Mestrinho,que é favorável à aprovação do projeto, com emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio para que ele possa ser o relatório do Senador Mestrinho, já que S. Exª não se encontra presente, porque está participando da Comissão de Orçamento, da qual é presidente.

O SR. RELATOR AD HOC (Delcído Amaral) – Sr. Presidente, eu gostaria de consultar V. Exª se eu poderia falar rapidamente sobre esse projeto em vez de ler todo o parecer, toda a análise.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, o parecer já é conhecido.

O SR. RELATOR AD HOC (Delcído Amaral) – É bastante conhecido.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Se todos concordarem, talvez seja interessante V. Exª dar uma explicação a respeito.

V Exª tem a palavra para discutir o projeto.

O SR. RELATOR AD HOC (Delcído Amaral) – Esse projeto toca num assunto vital, importante – no século XXI, quem tiver água doce vai ter futuro – e dentro de uma conceituação de se cobrar pela água. A proposta principal, razão desse projeto, é no sentido de aquilo que é cobrado em função das várias bacias hidrográficas brasileiras ficarem esses recursos concentrados efetivamente nas áreas de abrangência ou nas áreas impactadas por essas bacias hidrográficas.

Evidentemente existem posições pós e posições contra, até algumas divergências dentro do próprio Governo com relação ao seguinte: ou se aplicam esses recursos única e exclusivamente nas bacias hidrográficas onde eles foram cobrados, até para que quem recolhe esses recursos possa saber dos investimentos que estão sendo proporcionados, ou para que eventualmente isso possa fazer parte de um grande fundo, que não necessariamente vai levar a aplicação desses recursos somente na bacia hidrográfica onde eles foram recebidos.

A posição do Relator Gilberto Mestrinho é no sentido de que ao se receber esses recursos advindos das bacias hidrográficas, os mesmos venham a ser investidos especificamente nas bacias onde eles foram recebidos e onde efetivamente a população contribuiu.

Essa é a posição dele, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está em discussão o projeto.

Não sei se algum Senador gostaria de discutir este projeto. Na realidade, uma explicação adicional que poderia ser dada é que a Agência Nacional de Águas tem uma posição favorável a que cada recurso fique especificamente na sua bacia, o que facilita a mobilização da comunidade em torno daquela bacia. Na hora em que criar um fundo virá para a comunidade como se fosse um imposto, basicamente, porque ela não vai ver diretamente a aplicação. Então, gostaria de consultar mais uma vez, atendendo ao apelo da Senadora Fátima Cleide, se algum Senador gostaria de discutir. Vou colocar em votação. Os que forem a favor do parecer do Senador Gilberto Mestrinho permaneçam como estão.

A SRA FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vistas sobre esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Acredito que já foram concedidas vistas. Na realidade, a Assessoria está me explicando que já foram concedidas vistas a esse projeto, mas como o relator pediu para reexaminar e ofereceu uma nova emenda, poderá ser concedida vista novamente à V. Exª, Senadora Fátima Cleide, e retornará nas próximas reuniões.

Vamos agora para os projetos terminativos na ordem em que estão apresentados.

Projeto nº 1 da pauta, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na relação descritiva do sistema rodoviário federal a rodovia que especifica sob a designação de BR. Autor o Senador Aelton Freitas, relator o Senador Valmir Amaral, que não está presente. Pediria ao Senador Tourinho que lesse o relatório dele.

O SR. RELATOR "AD HOC" (Rodolpho Tourinho) – Projeto de Lei do Senado nº 162, que visa incluir um novo trecho rodoviário na relação descritiva das rodovias do sistema federal do Plano Nacional de Viação. O trecho rodoviário em questão tem extensão de 97km e deverá ligar as rodovias BR-365 e BR-497, coincidindo nessa extremidade, com a cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais. O autor, Senador Aelton Freitas, argumenta que a nova rodovia é fundamental para o escoamento da produção do Pontal do Triângulo Mineiro, região que interliga as hidroelétricas e os portos fluviais de Águas Vermelhas, no Rio Grande, e de São Simão, no Rio Parnaíba. O projeto não recebeu emendas e a análise dele faremos a seguir. O projeto em exame encontra respaldo na Constituição Federal, que inclui os transportes de reserva de competência legislativa da União. Assim, cabe ao Congresso Nacional, bem como a qualquer de seus membros, a iniciativa para a proposição de leis sobre tais matérias. A proposição, ademais, ater-se-ia aos critérios para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação ao possibilitar a ligação entre duas rodovias federais já existentes. O projeto, pois, não apresenta vícios de iniciativa, inconstitucionalidade ou injuridicidade que o desabone. No que concerne aos aspectos de mérito, consideramos que a inclusão da rodovia pretendida na relação descritiva das rodovias do PNV justifica-as como uma das formas mais seguras para se obter recursos federais para a execução das obras, além de conferir maior importância à via como vetor de crescimento, de desenvolvimento da região. Por esses atributos, considero meritória a proposição. Observa-se, entretanto, que a proposição estaria mais harmonizada com os objetivos do Plano Nacional de Viação se formulada como alteração da diretriz da BR-461, já constante da relação descritiva das rodovias.

De fato, o trecho proposto estabelece conexão equivalente a da BR-461, planejada para qual seja a ligação entre a BR-365 e a BR-497. Apresenta tradicionalmente a vantagem de promover a interligação entre hidrelétricas e os portos fluviais de Águas Vermelhas e de São Simão.

Não é demais lembrar que o acesso a instalações federais de importância ou portos marítimos fluviais ou lacustres é um dos critérios relacionados para justificar a inclusão de rodovias no PNV.

Considerando as razões despendidas e tendo em conta que os projetos relativos ao PNV seguem formato já consagrados, julgamos necessário promover a adequação do texto da proposição aos argumentos arrolados. Razão pela qual elaboramos emendas ao projeto.

O voto, a vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162/2003, com as emendas que apresentamos.

A 1ª Emenda:

Dê-se a ementa do Projeto de Lei do Senado 162 a seguinte redação: "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o plano nacional de viação para modificar a descrição da rodovia Br-461 na relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário nacional".

A 2ª Emenda:

Dê-se ao art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº 162 a seguinte redação: "Art. 1º, a descrição da rodovia BR-461, constante da relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário federal e plano nacional de viação. Subitem, ligações aprovadas pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação: 2.22 – relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário federal, pontos de passagem. BR-461, divisa São Paulo/Minas Gerais, hidrelétrica de Água Vermelha, Barra Iturama, entroncamento com Br-497/União de Minas/entroncamento com BR-265. Extensão de 120km Unidade da Federação, Minas Gerais".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O projeto está em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 236/2003, que dispõe sobre a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. Acesso ao cais de Capuaba, Porto de Vitória, BR-262, Espírito Santo. Autor Senador Magno Malta. Relator Senador Siba Machado. Não estando presente, pediria ao Senador Gerson Camata, que deve entender bem do assunto, para fazer a leitura do relatório.

O SR. RELATOR "AD HOC" (Gerson Camata) – Sr. Presidente, tive um projeto desses aprovado aqui no Senado e na Câmara na Legislatura, só que

chegou ao Presidente da República, o Presidente Fernando Henrique não o sancionou, e o Presidente Lula vetou o projeto, porque ele tinha um viciozinho. No lugar de dizer cais de Capuaba ele dizia porto de Capuaba. Era só vetar a expressão porto que não tinha problema, mas aí o Senador Magno Malta pegou o meu projeto, com a mesma redação e só trocou a palavra cais por porto, de modo que é necessária. O Porto de Vitória, na parte que fica no continente, no Município de Vila Velha, hoje está estrangulado por falta dessa rodovia, onde ficam os cais de containeres, o transporte mais moderno hoje, e os navios de containeres muitos não param mais em Vitória porque há um estrangulamento no acesso ao Porto filas, caminhões. Acho que é muito importante. Como serve a um porto federal, liga a BR-262, BR que vem parar aqui em Brasília. Vai daqui de Brasília, escoa toda a produção de Minas, as siderúrgicas, todas. Quando chegam ali têm de passar pelas ruas, destruindo as ruas da prefeitura, congestiona o trânsito. Como liga um porto federal a uma rodovia federal acho que para o Brasil, diminuição do custo Brasil é muito importante. O meu parecer, o parecer do Senador Sibá é pela aprovação do Projeto do Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Em discussão o projeto.

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3:

Projeto de Lei do Senado nº 239, autor o Senador Gerson Camata, que altera a relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 10.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão na rodovia de ligação entre rodovias BR-442 e BR-262 no Estado do Espírito Santo.

O autor é o Senador Gerson Camata, e o relator é o Senador José Maranhão, que caba de chegar, portanto, pode ler o seu relatório.

O SR. RELATOR (José Maranhão) – Acabei de assinar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra como relator do projeto.

O SR. RELATOR (José Maranhão) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e SRAs Senadoras, o parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002, que altera a redação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovias de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262 do Estado Espírito Santo.

Relatório.

Chega à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para apreciação o Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002, de autoria do nobre Senador Gerson Camata. O projeto visa incluir na relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário federal do Plano Nacional de Viação, PNV, aprovado pela Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973, um novo trecho entre as rodovias BR-482 e BR-262.

O trecho rodoviário em questão tem extensão de 97 quilômetros e deverá ligar as cidades de Castelo e Muniz Freire do Estado do Espírito Santo.

O autor justifica seu projeto como uma forma de fomentar o desenvolvimento econômico da região que "conta com alto potencial exportador de café", além de "importante produção agropecuária e de hortifrutigranjeiros destinados ao mercado interno".

O projeto visa ademais permitir melhor aproveitamento turístico da área, cuja vocação se revela pela presença de montanhas, onde se encontram "florestas e cachoeiras belíssimas".

Submetida à apreciação desta Comissão em caráter terminativo a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

Análise

A rodovia de que trata a proposição compunha o sistema viário estadual, onde cumpre importante papel no escoamento da produção do interior do Estado, favorecendo, segundo seu autor, cerca de 4.500 produtores rurais. A inclusão da rodovia pretendida na relação descritiva das rodovias do PNV justifica-se como forma de viabilizar recursos federais para execução de obras de manutenção, além de conferir maior importância à via, como vetor de desenvolvimento da região.

Por esses atributos, consideramos meritória a proposição. No que tange aos aspectos legais, o projeto atende aos critérios exigidos para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação ao possibilitar a ligação entre duas rodovias federais já existentes. Além disso, não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade e está vazado na boa técnica legislativa.

Voto

À vista do exposto, somos de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador José Maranhão.

Em discussão o projeto.

Com a palavra o Senador Delcídio para discutir.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, queria fazer algumas considerações que é um pouco alinhado às minhas preocupações anteriores, segundo o parecer do Ministério dos Transportes, o trecho citado na proposição é classificado como coletor primário, rodovia que atende ao tráfego intermunicipal proporcionando mobilidade e acesso dentro de uma área específica do Estado. E, portanto, não se enquadrando nos requisitos para inclusão do Plano Nacional de Viação – PNV. A conversão de rodovias estaduais ou municipais em rodovias federais contraria o princípio de descentralização constante das orientações estratégicas do Plano Plurianual 2000/2003, que se avalia deverão ser mantidos no PPA 2004/2007. Quer dizer, em vista disso, Sr. Presidente, a despeito da competência do Senador Gerson Camata, da importância que essa rodovia tem para o Estado do Espírito Santo pelo potencial de produção, pelo potencial turístico, mas dentro dos critérios do Ministério dos Transportes e do PPA isso me leva a colocar uma posição contrária a proposta apresentada pelo competente Senador José Maranhão, Relator do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Senador Gerson Camata, V. Exª gostaria de discutir?

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Eu gostaria de fazer um apelo. Veja, V. Exª, quando foi aprovada aqui a Cide, inúmeros Senadores... Tanto que hoje já foram aprovados três projetos iguais a esse. Por que os prefeitos, os vereadores, as lideranças e o povo estão pedindo essa rodovia? Porque com a promessa da Cide se dizia que em três anos o Brasil recuperaria todas as suas rodovias e ia sobrar dinheiro para fazer estrada. Mas o governo pegou a Cide e jogou no bolo comum, na vala comum dos dinheiros que vão pagar o serviço da dívida, então tivemos esse problema. Eu, há poucos dias, estive com o Ministro dos Transportes, que me disse que se tivesse a Cide dois anos, integral, o Brasil ia virar um tapete, as melhores rodovias da América, depois de dois anos. Um dia a Cide vai voltar e quando voltar essas estradas poderão ser feitas, poderão ser realizadas. Se não voltar, no dia em que os Estados puderem colocam essas estradas de volta e as asfalta, dependo da importância econômica que têm essas estradas. Gostaria de pedir ao Delcídio para retirar essa posição, porque como vou explicar ao povo do Espírito Santo de que no Pará pode, em Minas pode, no Espírito Santo não pode? Esse é um problema difícil de explicar, como o Senado vai explicar?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Gostaria de aduzir aqui um argumento, mas é um argumento de fato, pode até não ser um argumento de direito. É curioso esse dispositivo da lei que proíbe ou que dificulta a federalização de estradas estaduais. Como Governador da Paraíba tive que fazer um trecho de 100 quilômetros, duplicar um trecho entre as cidades de João Pessoa e Campina Grande, as duas maiores cidades do Estado para atender às necessidades do tráfego e da segurança das pessoas. E por que assumi essa responsabilidade? Porque esperar pelo Governo Federal isso não ia acontecer nunca, porque o Governo Federal não está cuidando das estradas, isso é velho no Brasil. Fizemos um convênio de delegação. Pelo convênio, o estado se obrigava a investir 10% do valor do contrato, do valor da obra, e eu terminei investindo 67% porque pela marcha normal das liberações, se assim não o fizesse, essa estrada só seria concluída 20 anos depois, quer dizer, quando se concluísse o último trecho, o primeiro já estaria deteriorado outra vez. Então acho que não devera haver essa distinção tão rigorosa entre rodovias estaduais, rodovias federais, rodovias municipais, porque as rodovias, a questão do ente federativo é uma questão apenas de direito, é uma questão de ficção de direito. Na realidade, a estrada é do povo, é da sociedade, e, quando ela não é feita, economia de cada região é que sofre com isso. Agradeço a generosa referência à competência do Relator, mas eu preferia dispensar os elogios e ganhar os galões, como se diz. Queria que V. Exª modificasse o seu voto, porque, realmente, esse Parecer visou aqui a utilidade da proposição: a sua importância para a sociedade e para o povo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Eu não sei. Talvez V. Exª pudesse pedir vistas, porque, como V. Exª queria no projeto anterior, aí nós teremos um prazo maior para que pudéssemos, talvez, chegar a um acordo em vez de colocar em votação agora.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu só gostaria, até de enfocando...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, só para registrar o seguinte. No caso, no

primeiro projeto, que é o projeto lá de Minas Gerais, é importante registrar que essa rodovia, ela substitui a BR-461 que já estava projetada. Quer dizer, substitui uma rodovia federal. É importante registrar isso a despeito de todas as ponderações que foram feitas.

O outro projeto que, inclusive, como o próprio Senador Gerson Camata, como foi aqui apresentado pelo Senador Duciomar Costa, a PA-156 – eu morei lá no Pará – a PA-156 coincide com o traçado da BR-422. Então, foram esses os argumentos, não querendo de forma nenhuma questionar as colocações do Senador Gerson Camata, como grande político e Senador que é, do Senador Ney Maranhão. Então, foram essas as razões, que dizer, há um critério, há um conceito claro para caracterizar como BR ou não. De qualquer maneira, acato a sugestão de V. Exª e peço vistas ao processo, até para conversando com o nosso Senador Gerson Camata, conversando com o Ministro dos Transportes, Senador, a gente encontre uma solução que, eu sei, o povo do Espírito Santo espera. Espera de um Senador eficiente, como V. Exª o é.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Então, é concedida vista do Item nº 3 ao Senador Delcídio Amaral.

O Item nº 4 é um projeto do Senador Rodolpho Tourinho sobre a questão da energia elétrica, universalização, que há um pedido seu para tirar da pauta, porque esse assunto foi tratado naquela MP do setor elétrico que nós votamos há quinze dias. E nós vamos então aguardar, que dizer, o Senador Gerson Camata, aliás o Senador Rodolpho Tourinho, e nós vamos aguardar os vetos ao projeto, se vai haver veto ou não, dependendo da versão final do projeto, porque ele ainda voltou para a Câmara. Acho que na Câmara, não sei se foi aprovado, dependendo da versão final do projeto nós vamos saber se realmente ele merece ou não merece ser alterado por esse projeto. Não é isso, Senador?

O SR. (Orador não identificado) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está bom, então será retirado da pauta.

O Item nº 5 é um item também terminativo, cujo Relator, Senador João Batista Motta, saiu da Comissão. Ele mudou de Partido, do PPS para o PMDB e com isso ele não é mais membro da nossa Comissão. Por isso, eu gostaria de designar um novo Relator para examinar o projeto.

Eu não sei se o Senador Valdir Raupp poderia fazer o relatório desse projeto na próxima reunião. V. Exª examina e então na próxima... Ficaria como o novo Relator no lugar do Senador João Batista Motta.

O Item nº 6 já foi votado.

Item nº 7:

Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2003, que revoga o inciso VII, do art. 38 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1996, alterado pela Lei nº 9134, de 14-10-1996, para retirar do Código de Mineração o Decreto Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 a exigência como elemento de instrução de requerimento de concessão de lavra, prova de disponibilidade de fundos ou da existência de compromissos de financiamento necessário para execução do plano de aproveitamento econômico e operação da mina. O autor, Senador José Jorge, e Relator, Senador Valdir Raupp.

V. EXª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Sr. Presidente, SRAs. e Srs. Senadores, venho a esta Comissão de Serviço de Infra-Estrutura para decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado de nº 373, de 2003. De autoria do Senador José Jorge, que preside esta reunião e que revoga o inciso VII, do art. 38 do Decreto-Lei Nº 277, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996.

Conforme justifica o autor, o objetivo do Projeto de Lei é o de retirar do mundo jurídico uma exigência inócua que consta do Código de Mineração instituído pelo Decreto–Lei nº227, de 28 de fevereiro de 1967.

Atualmente a Lei exige que o requerimento de concessão de lavra venha instruído com prova de disponibilidade de fundos ou da existência de compromisso de financiamentos necessários para a execução do Plano de Aproveitamento Econômico e Operação da Mina.

Não foram apresentadas emendas à Proposição.

Da análise: segundo o autor do Projeto, a exigência da comprovação da disponibilidade de fundos, na forma como consta na legislação em vigor, além de representar entraves de natureza burocrática, vem tornando o minerador refém de instituições financeiras que impõem descabidas obrigações como condição para a obtenção do documento. Cita-se, como exemplo, o fato de os bancos exigirem que o interessado deixe depositado em conta-corrente ou em aplicações financeiras o montante integral dos investimentos requeridos para a implantação do projeto de aproveitamento econômico da jazida.

Argumenta o autor que os mineradores, normalmente, só conseguem financiamento junto aos agentes financeiros quando já têm em mãos a concessão de lavra. Assim, para aqueles que não dispõem da integralidade dos recursos necessários à operação e que precisam, efetivamente, de financiamento, a le-

gislação representa um obstáculo intransponível. É ressaltado, também, que, ao longo do tempo, a declaração dos bancos vem perdendo o seu valor, uma vez que esses insistem em incluir no documento a ressalva de que não se responsabilizam pelo cumprimento das obrigações financeiras previstas no Projeto. O que resulta desse dispositivo é um enorme obstáculo às empresas de mineração, mormente as de pequeno e médio porte, que representam cerca de 89% do universo empresarial do setor.

Apesar dessas empresas contribuírem com apenas 20% da produção mineral do País elas geram um grande número de emprego e, por isto, precisam ter a sua atividade desobstruída. Por outro lado, vale mencionar que semelhante exigência constava do Código de Mineração em relação ao Requerimento de autorização de Pesquisa – a Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, no intuído de simplificar os procedimentos para obtenção dos títulos minerais pôr fim a essa exigência. Falta, agora, fazer o mesmo para o Requerimento de Concessão de Lavra. Além disto, como bem ressaltou o autor do Projeto, não será jamais o atestado de capacidade financeira que irá impedir aventura leviana. Ela é, na verdade, desestimulada pelos próprios custos ambientais e administrativos. Riscos, multa, perda do título de cada cidade e obrigações que o concessionário assume quando ingressa na etapa crucial da produção. Há, contudo, um pequeno reparo a fazer à Emenda do Projeto de Lei e o Decreto-lei nº 227 do ano de 1967 e não de 1996 – como consta na Emenda.

O voto.

Em decorrência do exposto, somos de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2003, com a alteração sugerida na Emenda do Projeto.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Em discussão o Projeto.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Com a palavra o nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero louvar o Projeto de V. Exª porque, realmente, é uma coisa que não faz o menor sentido – essa questão de atestado de capacidade financeira. Eu acho que os bancos, durante muito tempo, ganharam dinheiro com isto e eles não têm nenhuma responsabilidade – absolutamente nenhuma – em cumprir isto. Eles atestam que têm capacidade financeira e cobram um determinado percentual e o atestado de capacidade financeira não se equipara a uma fiança financeira. Se fiança financeira fosse – e que, também, acho que seria um exagero porque isto só iria encarecer os projetos, além de tornar centenas deles inexeqüíveis, sobretudo das firmas de pequeno e médio porte.

De forma que tenho muito que louvar o Projeto de V. Exª, Sr. Presidente, e acho que ele vem em boa hora no sentido de, cada vez mais, se abrir essa questão da mineração, tão importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado a V. Exª.

Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Agradeço ao nobre Senador Valdir Raupp.

A Presidência indaga a V. Exªs se há mais algum Companheiro que deseja fazer uso da palavra. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, a Presidência declara encerrada a pauta dos trabalhos.

Encerramos, então, a presente reunião, convocando outra para a próxima terça-feira, às 14 horas e 30 minutos.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h50min.)

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 11 de novembro de 2003, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia onze de novembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador **JOSÉ JORGE**, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Eurípedes Camargo, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp, Rodolpho Tourinho, Duciomar Costa, José Maranhão, Marco Maciel, patrícia Saboya, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Luiz Otávio, César Borges, Ideli Salvati, Sibá Machado, Paulo Octávio, Augusto Botelho, Roberto Saturnino, Ana Júlia Carepa e Ney Suassuna. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores(as) Fátima Cleide, Valmir Amaral, Gérson Camata, Gilberto Mestrinho, Leonel Pavan, João Ribeiro, Teotônio Villela Filho, Amir Lando

e Sérgio Guerra. Reúne-se extraordinàriamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Audiência Pública – 1ª Parte da Reunião. Item nº 01 – Audiência Pública com o Dr. Guido Mantega, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Assunto: Esclarecimentos e informações sobre os investimentos públicos e privados em projeto prioritários de infra-estrutura entre os anos de 2004 a 2007, período abrangido pelo Plano Plurianual – PPA. Autores: Senador José Jorge e senador Valdir Raupp. Após a exposição do Senhor Ministro, fazem uso da palavra para tecerem comentários a respeito dos assuntos abordados os senhores Senadores José Jorge, Valdir Raupp, Roberto Saturnino,Ideli Salvati, Augusto Botelho, César Borges, Antonio Carlos Magalhães, Euripedes Camargo, Sérgio Guerra e Ana Júlia Carepa. 2ª Parte da Reunião – Matérias Deliberativas – Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2003. Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação de colete salva-vidas em embarcações destinadas ao transportes de passageiros". Autor: Senador Valmir Amaral. Relator: Senador Leonel Pavan. Ralatório: Favorável à aprovação do projeto com quatro emendas apresentadas. Resultado: Adiado. Item nº 02 – Projeto de Resolução do Senado Federal nº 058, de 2003. Não Terminativo. Ementa: Denomina "Sala Senador Apolônio Salles" a sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal. Autor: Senador José Jorge. Relator: Senador Marco Maciel. Relatório: Favorável à aprovação da matéria. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria, não houve oradores inscritos para discuti-la, passa-se a votação da mesma oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 610, de 1999. Não Terminativo. Ementa: "Institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços e dá outras providências." Autor: Senador Geraldo Melo. Relator: Senador João Ribeiro. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esclareço às SRAs e aos Srs. Senadores que a pauta de hoje consta, como primeiro item, de audiência pública com o Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o assunto são informações e esclarecimentos sobre investimentos públicos e privados em projetos prioritários de infra-estrutura entre os anos de 2004 a 2007, período abrangido pelo Plano Plurianual – PPA. Os autores do requerimento são os Senadores José Jorge e Valdir Raupp.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Um minutinho, Senador Marco Maciel.

Além disso, temos uma pauta posterior com duas matérias: o Item nº 1, Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2003, terminativo, e Item nº 2, Projeto de Resolução do Senado Federal nº 58, de 2003, não-terminativo.

Com a palavra o Senador Marco Maciel pela ordem.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Caro Presidente, desejo solicitar a V. Exª seja feita uma inversão de pauta: que o Item nº 2, por se tratar de projeto de iniciativa de V. Exª, seja relatado agora, tendo em vista ser matéria sem maior complexidade, o que acho também facilitaria em muito os trabalhos da Comissão, já que seria o tempo em que chegariam outros Senadores e Senadoras, permitindo, assim, um maior debate por ocasião do comparecimento do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, se todos concordam, coloco em votação o pedido de inversão de pauta.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

V. Exª é o Relator, Senador Marco Maciel.

Item 2:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SF Nº 58, DE 2003

NÃO TERMINATIVO

Ementa: Denomina "Sala Senador Apolônio Salles" a sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Autor: Senador José Jorge.

Relator: Senador Marco Maciel.

Relatório: Favorável a aprovação da matéria.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão para ser apreciado o Projeto de Resolução do Senado nº 58, de 2003, de autoria do nobre Senador José Jorge. A iniciativa visa denominar Sala Senador Apolônio Salles a sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura desta Casa do Congresso Nacional.

Afirma o autor da proposição, Senador José Jorge, tratar-se de justa homenagem a um grande político pernambucano que honrou esta Casa do Parlamento, durante mandato eletivo entre 1946 e 1959, pelo Partido Social Democrático – PSD, tendo ocupado, inclusive, a Presidência do Senado Federal.

Ao justificar a iniciativa, o autor destaca aspectos relevantes da biografia do homenageado, os quais vão desde sua formação acadêmica em Agronomia, até as funções que exerceu de professor universitário, Secretário de Agricultura do Governo de Pernambuco, Ministro da Agricultura, Senador em duas oportunidades, Líder da maioria, Presidente e Vice-Presidente do Senado Federal, além de monografias que escreveu com foco no desenvolvimento econômico e social do País.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Passo, Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, a fazer uma análise da proposição.

Destina-se a presente iniciativa a homenagem Apolônio Salles, extraordinário homem público e ilustre Parlamentar do meu Estado, Pernambuco, cuja biografia o distingue como um dos mais notáveis vultos da história do Senado Federal.

Nesta Casa, exerceu dois mandatos para os quais foi eleito: em 1946 e reeleito em 1950. No primeiro mandato, foi membro da Comissão Especial Mista de Leis Complementares à Constituição, além da Comissão de Finanças. No segundo, cujo exercício interrompeu temporariamente para assumir o Ministério da Agricultura no Governo do Presidente Getúlio Vargas, foi Líder da maioria e chegou à Vice-Presidência da Casa.

No cargo de Vice-Presidente, permaneceu por três mandatos consecutivos, de 1956 a 1958. Àquela época, os mandatos eram de apenas de 1 ano, em virtude de reeleição.

Engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura de São Bento do Una, Pernambuco, a biografia de Apolônio Salles registra fortes ligações com o setor elétrico e com a agricultura brasileira. Sua notável dedicação à causa da agricultura levou-o a ocupar funções de destaque no Poder Executivo, seja na administração estadual, seja na administração federal.

Assim é que em 1937 assumiu a Secretaria de Agricultura do Governo do Estado e, no período de 1942 a 1945, esteve à frente do Ministério da Agricultura, pasta à qual retornaria em 1954, a convite novamente do Presidente Getúlio Vargas.

À passagem de Apolônio Salles pelo Ministério da Agricultura associam-se inúmeras realizações. E, Sr. Presidente, sem querer descer a muitos detalhes, eu poderia mencionar o estímulo que ele deu ao associativismo e sobretudo ao movimento cooperativista, dotando-o, inclusive, de uma legislação mais adequada, bem como os esforços que fez para promover o ensino agropecuário e a preocupação muito grande que tinha com a melhoria do desempenho do setor primário de economia.

Devo também dizer que ele muito se preocupou, por ser nordestino, com a questão da seca nordestina, que é ainda, infelizmente, uma restrição que se verifica, no Nordeste, ao processo de desenvolvimento mais integrado do nosso País.

Mas devo dizer que talvez o passo mais significativo de Apolônio Salles tenha sido em algo que tem muita pertinência com esta Comissão, que foi justamente a sua preocupação com o aumento da geração de energia e, de modo particular, com a obra redentora do Nordeste, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, a qual é hoje um símbolo não somente nacional, mas internacional. E muito se deve à capacidade empreendedora do então Senador e Ex-Ministro da Agricultura Apolônio Salles. Ele foi Presidente da Empresa, reeleito em várias ocasiões. Em 1974, assumiu a administração da empresa e integrou, ainda, como membro, o Conselho de Administração da Eletrobrás e o Conselho Deliberativo da Sudene.

A indicação de Apolônio Salles tem, portanto, uma forte e densa justificativa: sua preocupação com

a infra-estrutura econômica e física e, sobretudo, com a questão energética, que são matérias objeto desta Comissão, mas também por ser um homem público exemplar, modelo de cidadão, de chefe de família, de político e – por que não dizer – de escritor, já que deixou muitas e variadas obras, dos mais diferentes campos, inclusive o energético.

Além disso, Apolônio Salles deixou uma família que continua contribuindo para a conformação da nacionalidade brasileira. E, de modo especial, Apolônio Salles também deixou muitas lições que são úteis não somente para o melhor conhecimento do nosso País, mas para todos aqueles que fazem vida pública, já que foi uma figura que tem tido um reconhecimento cada vez maior.

Rui Barbosa, de certa feita, disse que a morte não divorcia e aproxima. Eu diria que, quanto mais distante fica o passamento do Sr. Apolônio Salles dos nossos dias, mais cresce a admiração por seu trabalho, por sua ação como homem público e, sobretudo, pelo que fez pelo desenvolvimento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, pelo muito que fez pela ampliação da capacidade energética do nosso País. Não se pode pensar em desenvolvimento sem energia, que é o seu grande combustível. E ele o fez de forma muito competente, merecendo, assim, o reconhecimento de todos nós.

Em face do exposto, Sr. Presidente, por considerarmos meritória e oportuna a iniciativa e por não vislumbrarmos óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, pronunciamo-nos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 58, de 2003, de autoria de V. Exª.

Este é o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

O projeto está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vou interromper, durante alguns minutos, os trabalhos, para que o Ministro Guido Mantega possa entrar. Em seguida, daremos início à segunda parte da reunião.

Muito obrigado.

(Suspensa a reunião às 10h40min, é reaberta às 10h50min.)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está reaberta a sessão.

Vamos, então, reabrir a reunião, para que possamos realizar o Item 1 da pauta, audiência pública com o Dr. Guido Mantega, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. O assunto é a informação e o esclarecimento sobre os investimentos públicos e privados em projetos prioritários de infra-estrutura, como é atribuição dessa comissão, entre os anos de 2004 e 2007, período abrangido pelo Plano Plurianual de Investimentos – PPA. Os autores do requerimento são os Senadores José Jorge e Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Ministro Guido Mantega, para que S. Exª possa iniciar sua apresentação. Posteriormente, passaremos a palavra aos Senadores que se queiram inscrever. As inscrições já estão abertas. Os Srs. Senadores poderão se inscrever para, então, discutir sobre o PPA.

V. Exª tem a palavra, Sr. Ministro. E aproveito a oportunidade para agradecer a V. Exª pela presença,

O SR. GUIDO MANTEGA – Muito obrigado, Senador José Jorge, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

Antes de mais nada, agradeço pelo convite e pela oportunidade de, nesta Comissão, falar sobre o Plano Plurianual 2004/2007 e sobre o projeto de parcerias público-privadas. São dois projetos bastante complexos, tanto o Plano Plurianual quanto o projeto de parceria. Portanto, serei sintético na minha exposição. Não poderei entrar em detalhes, principalmente no caso do Plano Plurianual. Procurarei direcionar minhas observações para a infra-estrutura, que deve ser o interesse maior desta Comissão. Preparei um **powerpoint** para facilitar a minha exposição.

O Plano Plurianual 2004/2007 é uma peça fundamental da estratégia macroeconômica do governo Lula. O objetivo dessa estratégia macroeconômica é promover o desenvolvimento econômico e social no País, certamente desejo de todos os brasileiros.

Essa estratégia do governo já começou a ser posta em prática em 2003. Começamos combatendo a crise econômica que assolava o País no ano passado. O combate à crise exigiu uma posição bastante dura do Governo no que diz respeito à área fiscal. Tínhamos uma dívida crescente no País, que fugia ao controle e que exigia medidas drásticas. Em decorrência disso, tivemos que fazer um ajuste fiscal severo, aumentando a meta de superávit primário para o ano de 2003. Dessa maneira conseguimos estancar a hemorragia no País, que levava a suspeitas de que pudesse entrar em moratória. Foi afastado o perigo

da moratória e o ajuste fiscal foi feito sem nenhum pacote tributário, ou seja, o governo procurou acomodar o ajuste fiscal, a redução de gastos fiscais a partir de um corte nas suas despesas. Então, com isso, ele não prejudicou ainda mais o cidadão brasileiro, que já paga um volume considerável de tributos.

Um outro problema para o País era a inflação, que, em novembro do ano passado, ameaçava ultrapassar o índice de 30%. Então, isso exigia também uma política de aperto monetário, como a elevação da taxa de juros, de modo a refluir essa pressão inflacionária e estabilizar a economia. Também trabalhamos no sentido de reduzir a vulnerabilidade externa do País, a partir de uma política externa mais agressiva, de modo a depender de menos capitais externos para fechar nossas contas.

O resultado dessa estratégia, colocada em prática no início do ano de 2003, pode ser observada nos indicadores que estão ali no quadro. A inflação, em outubro do ano passado, estava na faixa de 1,31%, pelo IPCA. Se pegarmos outros indicadores como o IGPM, seria maior que isso: chegou a 3,5%. No índice do IPCA, em outubro, tínhamos 1,31% e, em outubro deste ano, tínhamos 0,29%. Isso demonstra que a batalha contra a inflação foi vencida pela política que colocamos em prática.

A confiança no País foi restabelecida. Havia uma grande desconfiança no ano passado de que não pudéssemos pagar as nossas contas. Ela foi restabelecida e o risco País continua caindo, está abaixo de um patamar histórico de 700 pontos. Ontem, se não me engano era menos de 580 pontos. Houve uma recomposição da confiança, o que permitiu que as empresas brasileiras pudessem rolar a sua dívida externa, os títulos que tinham dificuldades até o ano passado. Houve também valorização do real. O dólar, que estava na casa de R$3,64, em outubro do ano passado, hoje está na casa de R$2,85 ou R$2,90.

A balança comercial também apresenta um resultado muito favorável. Estamos com um superávit comercial acumulado de R$20 bilhões. Deveremos fechar o ano com cerca de R$22 bilhões de superávit. Portanto, é um recorde na história do País, e é o caminho adequado para a redução da nossa vulnerabilidade externa. Ou seja, o País produz moeda forte e, com essa moeda, poderemos resgatar a nossa dívida externa e diminuir a instabilidade cambial por que vínhamos passando.

O saldo de transações correntes será positivo, pela primeira vez, em 10 anos. Agora são US$3,8 bilhões, talvez um pouco menos no final do ano, mas será muito gratificante comemorar o primeiro saldo de transações correntes positivas nesse período de dez anos.

Em função desse quadro de maior estabilidade – a inflação sob controle, a confiança retornando – a taxa de juros, que havia atingido um patamar muito elevado, passou a declinar. O Banco Central tem feito reduções sistemáticas da taxa de juros. Estamos em novembro, e a taxa Selic de outubro é de 19%. Ainda é uma taxa alta, mas continuará declinando até atingir um patamar que seja satisfatório para estimular os investimentos produtivos.

Em função dessas medidas e do ajuste fiscal, conseguimos reduzir o tamanho da dívida líquida que, em outubro do ano passado, representava 62,5% do PIB, e, em setembro deste ano, está em 57,73% do PIB. Ainda é um patamar elevado, mas ele deverá declinar, na medida em que o PIB começar a crescer a uma taxa mais elevada e a taxa de juros, que faz com que ela cresça, também seja inferior. Então, esses dois fatores nos encaminharão para uma relação dívida/PIB mais razoável para a economia brasileira.

Ao longo do ano, o Governo procurou pôr em prática um conjunto de medidas anticíclicas de modo a restabelecer um nível de atividades que, em um primeiro momento, declinou. Em função da política fiscal e monetária, evidentemente, houve um desaquecimento da economia, necessário para enfrentar a crise do ano passado. Assim que essas condições melhoraram, o Governo pôs em prática medidas anticíclicas, principalmente de caráter financeiro e creditício.

O Governo tomou várias medidas procurando reconstituir o crédito para a agricultura, para a micro, pequena e média empresas, contas especiais para a população de baixa renda, que não tinha acesso ao crédito e passou a ter. Vou falar rapidamente para não tomar muito o tempo dos senhores.

Passemos, então, para a próxima lâmina. Temos o BNDES que liberou R$3 bilhões para as pequena e média empresas, no primeiro semestre; o Plano Safra de R$32 bilhões; ultimamente, crédito com desconto em folha, que significa reduzir o custo de captação para os trabalhadores; redução de IPI de automóvel, que estimulou consideravelmente a venda de automóveis nos últimos dois ou três meses; e a continuação do Moderfrota, que é um programa que já existia e que continua sendo praticado por este Governo.

Em função dessas medidas que o Governo tomou, primeiramente as medidas de saneamento e depois as medidas já anticíclicas de estímulo à economia, já podemos verificar os resultados disso a partir de um

início de crescimento econômico, que começou a se verificar a partir de agosto ou setembro deste ano.

Então, a produção industrial medida pelo IBGE, setembro em relação a agosto, já demonstrou um crescimento de 4,3%. Também, se comparada a setembro deste ano com setembro do ano passado, houve um crescimento de 4,2%. É interessante notar que é o setor de bens de capitais que está puxando esse crescimento da produção industrial. Isso significa que o crescimento que está se esboçando agora se dá, de um lado, pelo aumento do consumo, estimulado pelo aumento do crédito, embora ainda tenhamos um patamar de renda insuficiente, porém o crédito já deu um estímulo; crédito e confiança que aumentaram estão levando o cidadão a aumentar o nível de consumo, porém é importante salientar que o nível de investimento está crescendo. Temos ali a indústria de bens de capital crescendo 8% em setembro em relação a agosto.

Um outro indicador importante é a importação de máquinas e equipamentos, que cresceu 30% em outubro de 2003 em relação a outubro de 2002. Portanto, significa que as empresas estão comprando equipamentos para aumentar a sua capacidade produtiva.

As horas trabalhadas também aumentaram, e a utilização da capacidade instalada.

Dessa maneira, poderemos reverter os indicadores negativos que tivemos no primeiro semestre para indicadores positivos de crescimento do produto no terceiro e quarto trimestres, caminhando para um patamar, no último trimestre, de mais de 2% de crescimento do PIB.

Dessa maneira, a projeção do PIB para 2003 será da ordem entre 0,8 e 0,9%. Não é um patamar desejável, gostaríamos que tivesse uma taxa de crescimento maior, mas é o que se pôde fazer num ano de ajuste importante da economia brasileira, um ano de ajuste de uma crise que foi muito severa, que nos acometeu no ano passado. Outros países, para fazer esse mesmo ajuste, tiveram que sofrer até declínio do PIB, como a Coréia, o México, a Rússia. Todos os países que passaram por crises cambiais severas, no primeiro ano de ajuste, tiveram PIB negativo: 4, 6, 8, 10%, sem falar na Argentina que teve um PIB negativo superior a isso.

Então, felizmente, podemos dizer hoje que conseguimos superar a crise que nos acometia com um sacrifício, digamos, menor possível para a sociedade, ainda conseguindo ter um PIB positivo para este ano.

Em função disso, a nossa tarefa agora é fazer com que este crescimento, que já se esboça na economia brasileira, que dá fortes sinais de que está acontecendo, se transforme um crescimento sustentado. Não seja apenas um crescimento de final de ano, um aquecimento sazonal, mas que seja um crescimento sustentado, que se mantenha para o próximo ano e para os anos seguintes também. E, para isso, é preciso estimular o investimento, e principalmente investimentos em infra-estrutura, para que a economia brasileira possa crescer a taxas de 4, 4,5, 5%, que é o desejo de todos do Governo e da sociedade, é preciso ampliar o nível de investimento e é preciso haver uma oferta de infra-estrutura à altura desse crescimento.

O crescimento das exportações, do setor externo, é preciso ter estradas, ferrovias, hidrovias para que as mercadorias sejam transportadas; é preciso que haja portos para escoar rapidamente essa produção; é preciso que haja energia elétrica; e tudo isso requer investimentos de infra-estrutura.

É nesse sentido que vem atuar o Plano Plurianual de 2004/2007, cujo montante global de recursos envolve R$1,840 trilhão; é um Plano de desenvolvimento para quatro anos, que foi esboçado de forma realista, ou seja, procuramos ser modestos na projeção dos investimentos factíveis – poderíamos ter colocado números maiores aí, mas procuramos colocar uma projeção mais próxima possível da realidade, portanto, são investimentos passíveis de serem feitos nesse período e é um plano que, como V. Exªs sabem, foi discutido com a sociedade. Eu diria que talvez seja o primeiro plano de desenvolvimento que passa por um crivo de uma discussão social intensa em vários níveis da sociedade, de governos estaduais, da sociedade civil, organizações não governamentais, enfim, toda a sociedade organizada, de alguma forma, participou desse plano.

Passando para a emenda seguinte. Os destaques deste plano são, na área social, alguns tópicos que coloquei aqui neste quadro. Vou citar os tópicos da área de infra-estrutura que dizem respeito mais a esta Comissão. Por exemplo, o terceiro item, água para o Nordeste, que seria o resultado do projeto de revitalização das águas da bacia do São Francisco que deverá beneficiar cerca de 11 Estados que estão compreendidos neste roteiro dessa bacia. Então, toda uma região do semi-árido nordestino passaria a ter as águas a partir desse projeto de longa duração.

Também interligação do sistema elétrico brasileiro que vai possibilitar uma distribuição melhor dos recursos de energia que, hoje, são concentrados em

regiões talvez onde não haja uma concentração de consumo da energia. Então, temos regiões que têm oferta maior de energia e que não há demanda naquela região e outras regiões que têm mais demanda do que oferta, com linhas de transmissão poderemos fazer essa distribuição melhor.

Auto-suficiência em petróleo, deveremos atingir, nos próximos 3 anos. Hoje, produzimos 1,5 milhão de barris de petróleo por dia, deveremos atingir 2 milhões de barris de petróleo, que é o consumo que teremos daqui a 3 anos. Em 2006, deveremos atingir essa meta. Também na área de infra-estrutura, é muito importante o início da mudança da matriz de transporte brasileiro, que, hoje, é muito voltado para o transporte rodoviário, que é mais caro, mais custoso, cerca de 70% do transporte brasileiro é rodoviário, portanto, temos que investir mais no transporte ferroviário e hidroviário, que são as modalidades menos custosas de transporte. Isso não se faz de uma hora para outra porque toda a malha de transporte, toda a logística de transporte hoje está baseada no transporte rodoviário, então, temos que recuperar a malha rodoviária e, ao mesmo tempo, ir construindo essas alternativas que possam ser viabilizadas nos próximos anos.

E um último ponto de destaque, são apenas os destaques, integração regional e da América do Sul. Criar uma infra-estrutura que facilite a integração dos países da América do Sul, de modo que possam formar blocos econômicos, políticos e sociais à semelhança do que aconteceu em outros países. A União Européia é um exemplo muito bem-sucedido de uma aliança de um bloco regional que poderia ser seguido, imitado no caso brasileiro.

Passando para a próxima lâmina. São os resultados que se procura alcançar a partir do conjunto de projetos e ações do Governo que compõem o Plano Plurianual. Espera-se uma taxa de crescimento do PIB entre 3,5 a 5% nos próximos 4 anos, 3,5% para 2004 e, progressivamente, haverá um aumento do PIB nos próximos anos de 3,5 para 4, 4 para 4,5 até alcançar 5% em 2007. Talvez seja até um patamar modesto de crescimento, porque penso que o Brasil tem condições de crescer mais do que isso, mas é melhor que sejamos modestos na projeção para errar para menos do que para mais. Isso nos possibilitaria um crescimento acumulado de 18% no período de 2004 e 2007, isso geraria cerca de 7,8 milhões de novos postos de trabalho. Essa é uma das questões cruciais da sociedade brasileira: a economia tem que crescer para criar postos de trabalho, pois temos, hoje, um nível de desemprego elevado e o crescimento que tivermos no período recente ainda é incipiente para produzir um aumento do número de emprego. Porém, à medida que a capacidade ociosa for absorvida e que novos investimentos forem feitos, começa um processo de absorção dessa mão-de-obra que está desempregada e a criação de novos postos de trabalho para absorver a juventude brasileira. Se conseguirmos 18% de crescimento de 2004 a 2007, geraremos 7,8 milhões de novos empregos, consolidando o crescimento que vamos ter nesse período. Será um crescimento com estabilidade.

A taxa de inflação prevista para esse período até 2007 será uma taxa que começa com os 9% do IPCA de 2003, período em que houve uma pressão inflacionária trazida do ano passado; em 2004, já deveremos ter 5,5% a 6% de inflação, que continuará declinando sob controle até 2007, quando finalmente poderemos realizar o nosso sonho de crescimento com estabilidade. As duas coisas não se estarão colidindo, mas se somando.

Para que esse crescimento se consolide no Brasil, é preciso aumentar o nível de investimento. Essa é uma variável-chave. Podemos ter crescimento na base de aumento de consumo, mas em geral um crescimento fugaz, que acaba nos levando a pontos de estrangulamento, causando problemas de oferta. É preciso que o crescimento da demanda, do consumo, seja acompanhado pelo crescimento da oferta, portanto dos investimentos.

No ano em curso, infelizmente, o nível de investimento está aquém do desejável; deverá fechar o ano com 17,8%. Porém, estamos criando vários mecanismos de estímulo ao aumento do investimento, da poupança, com a criação de fundos que vão alavancar o nível de investimento de modo a que ele cresça sucessivamente nos próximos anos até atingir o patamar superior a 21% em 2007.

Pela próxima lâmina, podemos ver quais os componentes do financiamento da infra-estrutura que estão contidos no Plano Plurianual. Os maiores financiamentos serão para o setor elétrico, petróleo e gás, que representam R$207 bilhões. Trata-se de financiamentos para os quatro anos que compreendem o Plano Plurianual.

Em segundo lugar, estão os financiamentos para infra-estrutura de transporte e logística, R$41 bilhões; em terceiro lugar, habitação, R$21,5 bilhões, e saneamento, com R$22,6 bilhões. Depois, ainda temos infra-estrutura hídrica, com R$5,9 bilhões – fundamentalmente um projeto de revitalização do São Francisco e alguns outros projetos.

A principal fonte de financiamento são os investimentos das empresas estatais, que representam

R$135,2 bilhões; em seguida, vêm os fundos e bancos públicos, BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Basa, que são R$99,2 bilhões. Depois, temos os fundos privados e parcerias – esse é um filão importante para viabilizar os investimentos; atração de investimentos privados que deverão se somar aos investimentos públicos. Finalmente, há os recursos orçamentários de R$ 27,7bilhões para os próximos quatro anos.

Na verdade, as duas telas estão detalhadas por setor e por fonte de financiamento. O setor de transporte e logística terá recursos orçamentários – para os próximos quatro anos, período do PPA – de R$11,24 bilhões; R$5,9 bilhões irão para investimentos nas estatais, nos setores de transporte e logística; para fundos de financiamento, abrangendo também Estados – trata-se de parcerias com Estados e Municípios –, serão R$21,39 bilhões; e para o setor privado, com parcerias, estão reservados R$2,44 bilhões para os quatro anos. É claro que esse número – 2,44 – é modesto. Poderíamos aumentá-lo significativamente, principalmente a partir das parcerias públicas-privadas. Total para o setor de transportes e logística, R$41 bilhões. Para o setor elétrico, petróleo e gás, temos um orçamentário pequeno, porque são feitos fundamentalmente com investimentos da Petrobras, Eletrobrás e com investimentos privados. Então, R$3,6 bilhões de orçamentário. O grosso vem do investimento das estatais: R$129 bilhões das estatais, R$40 bilhões de financiamento e R$33 bilhões do setor privado, empresas privadas em regime de concessão no setor elétrico principalmente.

No setor de saneamento e infra-estrutura, recursos orçamentários de R$4 bilhões. Aí não está compreendido ainda o efeito do acordo com o Fundo Monetário, que deverá ampliar esse valor de gás com saneamento e infra-estrutura – estatais não fazem investimento nesse setor –, financiamento dos bancos públicos: R$18,6 bilhões. Aqui há um erro, porque se deveria prever a possibilidade de parcerias nesse setor de saneamento – depois vamos atualizar esse quadro, Dr. Sebastião – e, finalmente, um total de R$22,6 bilhões de saneamento e infra-estrutura.

Habitação: R$2,83 bilhões de orçamentário. O principal é volume de recursos de financiamento – Caixa Econômica e outras entidades; 18,7 bilhões, total de 21,58 bilhões. E onde existe a possibilidade de parceria, ali também haverá a possibilidade de colocarmos números positivos.

Infra-estrutura: fundamentalmente um setor que requer recursos orçamentários. Em um primeiro momento, é difícil fazer projetos de parceria. A implantação tem de ser feita pelo Estado mesmo. Depois, quando já houver produção de água potável, será possível fazer algum regime de concessões e trazer a iniciativa privada. Então, os totais estão ali colocados, discriminados entre orçamentário, estatal, financiamento público, financiamento privado: total de R$298 bilhões para essa área de infra-estrutura das diversas fontes de financiamento.

Na lâmina seguinte, temos as grandes metas do setor de energia elétrica. Ou seja, implantando todas as hidrelétricas que já estão licitadas ou já estão em construção, as termelétricas e mais a energia eólica, teremos, até 2007, um acréscimo de energia de 14.085 **megawatts** de potencia adicional. É como se fosse uma nova Itaipu sendo construída nesse período. Portanto, não haverá escassez de energia nesse período de 2007 e 2008.

Acréscimo de linhas de transmissão, são 12.500 quilômetros de linhas de transmissão que poderão também alocar melhor essa energia. E um projeto importante é a universalização do serviço de energia elétrica na área rural. O objetivo do Governo é levar luz a todos os domicílios brasileiros. Existem cerca de dois domicílios brasileiros que ainda não têm energia elétrica. Então, o Governo tentará cobrir pelo menos 1 milhão e 700 mil domicílios com energia elétrica nos próximos quatro anos.

Petróleo e gás: ampliação da produção de petróleo de 1,6 para 2,2 milhões de barris/dia, quando teremos ultrapassado a meta da auto-suficiência de petróleo até 2007. Aumento da capacidade de refino, o que significa ampliar as refinarias existentes e não está aí a construção de pelo menos duas novas refinarias, que serão financiadas principalmente com recursos privados.

Ampliação da malha de gasodutos, são 2.479 quilômetros de gasodutos, suprindo o gás para várias regiões que são carentes de energia mais barata.

Disponibilização de gás, são 34 milhões de metros cúbicos/dia de gás a mais para o Brasil como um todo.

No setor de transportes, o objetivo central é a recuperação e a manutenção da malha rodoviária, que hoje está em um estado de grande deterioração. O objetivo é recompor 70%, 80% dessa malha, que representa 43 mil km. Esse processo já se iniciou, já está em curso em 2003 e terá prosseguimento nos próximos anos.

Construção e adequação de novas rodovias significa ampliação, duplicação de rodovias e tudo o mais; reconstrução de rodovias que, praticamente, desapareceram do mapa de tanto que se deterioram

– 5.500km, e também importante construção de novas ferrovias: Transnordestina, Norte-Sul, etc – 2.400 km. Já há investimentos importantes em curso nessa área, cerca de 3 bilhões de investimentos do setor privado, já para 2003, implantação de hidrovias, melhoria da navegabilidade em cerca de 10 mil km de hidrovias brasileiras e ampliação da capacidade portuária em 200 milhões de toneladas até 2007.

Passando para o próximo

Aí estão os recursos hídricos que são, fundamentalmente, programa de revitalização da bacia do São Francisco. É um programa de longo prazo que estaria implantado até 2012, mas tem etapas que podem ser cumpridas. Então, nos primeiros 4 anos, pode-se cumprir uma etapa importante, aumentando o fornecimento de água potável para várias localidades, cerca de 200 localidades do semi-árido seriam beneficiadas. Também o Programa Pró-Água, que tem financiamento externo, aumentariam os metros cúbicos de água que estão sendo ofertados e também o aumento da irrigação da agricultura, aumento da área irrigada em cerca de 83% do que existe hoje implantado.

Passando para a próxima lâmina.

Trata-se, também, de saneamento. Hoje, só 50% da população possui serviço de coleta e tratamento de esgoto; portanto, é um problema sério para o Brasil. O investimento em saneamento possibilitaria a redução de problemas de doenças e mortalidade infantil, e tudo o mais. Então, a meta de ampliação dos serviços de 50 para 58% em 2007. A ampliação dos Municípios com tratamento de resíduos sólidos: 29% dos Municípios são, hoje, abarcados pelo programa; serão 43% dos Municípios brasileiros em 2007.

Passando para a próxima lâmina.

No setor de habitação, o objetivo é financiar e apoiar a produção de pelo menos 1,2 milhão novas habitações nestes 4 anos e regularização fundiária para a população de baixa renda, emitindo títulos de propriedade, pelo menos 780 mil novos títulos.

Para a viabilização de todos esses investimentos que foram mencionados no Plano Plurianual é preciso recursos e, certamente, mais do que aqueles de que o Erário dispõe. Ao longo dos anos, os orçamentos fiscais têm sido sacrificados, reduzidos na sua capacidade de investimento. O aumento de gastos obrigatórios, a necessidade de ajuste fiscal fez com que os recursos destinados para investimentos venham encolhendo ao longo do tempo. Não é um problema só do último ou do penúltimo ano, mas já de vários anos. A capacidade de investimento do Estado tem encolhido ao longo do tempo. Então, é preciso buscar alternativas para potencializar os investimentos de infra-estrutura. É nesse sentido, então, que o Governo vai apresentar ao Congresso um projeto de parcerias público-privadas. Pretendo entregá-lo amanhã aos Srs. Congressistas, de modo que possa nos ajudar a cumprir essas metas do Plano Plurianual. Portanto, as parcerias público-privadas são um instrumento importante para viabilizar investimentos fundamentalmente em infra-estrutura e serviços de utilidade pública. Constitui um novo padrão de financiamento para esses serviços de utilidade pública, portanto, uma nova forma de parceria, uma nova modalidade de relacionamento entre o Estado e o setor privado.

Na próxima lâmina.

Por que utilizar esse projeto de parceria? Porque o crescimento sustentável exige investimentos em infra-estrutura, que são elevados, exigem grandes volumes de capital e têm longo prazo de maturação, o que é uma complicação. Então, no passado, quem arcava com esse tipo de investimentos era o Estado. Na História brasileira, se pegarmos de 1940 em diante, foi o Estado que promoveu os grandes projetos de infra-estrutura no Brasil. Se pegarmos o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, o trinômio era: transporte, energia e telecomunicações. Mas era o Estado que investia, por meio de empresas públicas.

Então, era o Estado que tinha essa capacidade de investir, mas ela foi sendo reduzida ao longo do tempo. A partir das crises fiscais – e o Brasil vive crise fiscal há pelo menos vinte anos, não é de agora, é claro que estamos pagando dívidas contraídas no passado, justamente para implantar uma parte dessa infra-estrutura –, houve a elevação das despesas obrigatórias e, finalmente, o aumento do superávit primário para contornar a crise, conforme já foi mencionado. Isso implicou a restrição do investimento governamental.

Para termos um termo de comparação, nos anos 70, para ser mais preciso, em 1974, o Estado respondia com 50% de todos os investimentos que eram feitos no País. Os investimentos, naquela época, correspondiam a cerca de 22% do PIB. Hoje, correspondem a quase 18%. Naquela época, 22% do PIB era a chamada Formação Bruta de Capital Fixo. Os investimentos, 22%, em tudo, para o setor privado, para o setor público. Desses 22%, 11% eram feitos pelo Estado.

Em termos atuais, só para termos uma idéia de grandeza, corresponderiam hoje a 160 bilhões. A parte só do Estado, só do investimento do Estado, cerca de 160 bilhões. Era uma beleza. Mas, infelizmente, a nossa capacidade de investimento estatal encurtou e

hoje esse montante está reduzido – estou falando de 2003, esse é o dado de 2003, na verdade, de 2004 –, são cerca de 30 bilhões das empresas estatais e 7 bilhões do orçamento fiscal direto. Portanto, houve uma queda.

Mudando a lâmina.

Qual a alternativa para essa escassez? Atrair investimento privado, de preferência nacional, mas não só nacional, de qualquer nacionalidade, mediante parcerias público-privado.

É bom esclarecer que não se trata de uma privatização, porque não se tem um ativo, não se está transferindo um ativo, está-se criando um ativo novo. É o próprio setor privado que vai implantar o ativo, que vai investir e constituir o ativo. Então, não é uma privatização, porém, é uma maneira de garantir que certos projetos estruturantes de interesse do País sejam efetivados. São projetos para os quais a iniciativa privada não iria espontaneamente. São, digamos, projetos de interesse das regiões brasileiras, pólos de desenvolvimento, pólos que poderiam fomentar o desenvolvimento em regiões. Nesse primeiro momento, esses projetos não são suficientemente lucrativos para atrair o setor privado, mas o serão em breve.

O Governo faz uma parceria com o setor privado, em que ele garante parte da rentabilidade do investimento. E, com isso, viabiliza a implantação daquele projeto, garante a efetivação desses projetos.

Então, o setor privado é o que cria o ativo novo. O Estado, em vez de fazer a imobilização de capital, fazer o investimento, apenas está contratando os serviços, ou seja, ele passa a ser contratante de serviços de utilidade pública. E podem ser criados, dessa maneira, pólos de desenvolvimento.

Para dar alguns exemplos rápidos, a BR-101, no trecho Nordeste, desde o Rio Grande do Norte até a Bahia, desde Natal até Salvador, Feira de Santana, seria um projeto cuja duplicação de rodovias em construção, fomentaria o turismo em todos esses seis Estados, compreendidos por esta rodovia. Neste momento, não é uma rodovia que tem um fluxo de tráfego importante, porque pela precariedade da rodovia tem um potencial enorme. Então, duplica-se, implanta-se a rodovia, que se torna atraente. Num primeiro momento, o Estado ajuda a fazer a implantação, paga uma parte da remuneração, até que ela se torne auto-suficiente. E, com isso, é estimulado o crescimento do turismo, o crescimento do comércio, das comunicações nessa região.

Outro exemplo é a BR-163, de Cuiabá até Santarém, que corta uma região que hoje tem um grande desenvolvimento de produção agropecuária e ajuda, inclusive, o escoamento da produção industrial da Amazônia.

Há grande interesse nessa rodovia. Uma parte dela já está construída; outra tem uma pavimentação precária. Ela fomentaria essa produção de soja, de gado, etc. A ferrovia transnordestina também poderá ser feita com apoio da iniciativa privada, só para dar alguns exemplos. O mesmo poderia ocorrer com o acesso ao porto de Santos, o acesso ao porto de Sepetiba, a rodovia BR-101, no trecho Florianópolis/Osório, e assim por diante.

Assim, esses projetos requerem uma participação do setor público, pois não se viabilizam só com o setor privado. No entanto, o setor privado tem interesse e pode arcar com uma parte dos investimentos e da manutenção da rodovia.

Quais são as vantagens das parcerias público-privadas? Elas permitem restabelecer o planejamento. Assim, não é uma privatização. Alguns pensam que PPP é privatização. Não é privatização.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL– PE) – É muito "p", e privatização começa com "p" também.

O SR. GUIDO MANTEGA – Vai ver que é por causa disso, mas é "p" de parceria.

Nessa parceria, o Estado recupera a sua capacidade de planejamento, ao contrário da privatização, em que o Estado se desfaz do patrimônio e o entrega ao setor privado. Nesse caso, o Estado diz quais são os projetos estruturantes que estão aqui delineados no Plano Plurianual. Por exemplo, essa rodovia não interessa nesse momento ao setor privado, mas é importante para o desenvolvimento da região. Assim, o Estado recompõe a sua capacidade de planejamento.

Com essas parcerias, podemos ir além dos limites orçamentários. Pelo limite orçamentário, não poderíamos estar fazendo todas essas rodovias, ferrovias, hidrovias. Teríamos limites maiores; porém, sem transgredir a Lei de Responsabilidade Fiscal – isso é muito importante, pois não podemos transgredi-la. Poderemos ir além dos limites orçamentários, porque o setor privado vai arcar com o investimento, e o governo vai inscrever nos seus orçamentos a despesa que vai ser gerada a partir dessa parceria, mas não o investimento com um todo.

Para dar um exemplo, implantamos uma rodovia que custa R$3 bilhões. Não vamos inscrever uma despesa de R$3 bilhões. Vamos inscrever o custo, o aporte de recursos que o governo dará para a manutenção dessa rodovia, a complementação do fluxo de tráfico, por exemplo. É quase como um **leasing.** O

governo paga um **leasing** e, depois de trinta anos, esse ativo passa para o setor público.

Para garantir que a Lei de Responsabilidade não seja transgredida, será criado um conselho para aprovação dos PPPs em escala nacional. É como se fosse a Cofiex, que hoje regulamenta a aprovação de empréstimos externos para o País. Só são liberados aqueles projetos que estão enquadrados nas normas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se o Estado está endividado, já ultrapassou os limites de endividamento, não poderá promover uma parceria público-privada. Se não está poderá fazê-lo. Esse conselho zelará para que isso aconteça.

Esse tipo de parceria aumenta a eficiência do gasto público. Por quê? Hoje em dia, quando o Estado vai fazer o investimento, acaba havendo uma descontinuidade no projeto. Assim, começam a fazer a rodovia, o dinheiro do Estado acaba, faz-se um contingenciamento, e as obras são paralisadas. Fica lá o canteiro de obras. Quando o Estado passa a ter dinheiro novamente, coloca lá os recursos, e os trabalhos são retomados. Depois, paralisa de novo, os trabalhos são retomados. Tudo isso significa um custo adicional, infelizmente. Perde-se tempo e aumenta-se o custo.

O setor privado, por sua vez, não tem esses problemas. Ele poderá fazer a obra em tempo mais rápido e com custo reduzido. Assim, aumenta a eficiência de implantação desse projeto.

Para que o setor privado possa interessar-se por esses projetos, é preciso que ele tenha a segurança de que os governos futuros venham a cumprir aquilo que foi estabelecido. Por exemplo, uma empresa faz um contrato com um governo e não quer sofrer o risco de que, quando mudar o governo, não se cumpra o compromisso dos pagamentos ou que se faça contingenciamento. Isso implicaria prejuízos para essa empresa que fez um investimento pesado, investimentos de grande monta.

Assim, para que não haja esse perigo, nós vamos criar um fundo garantidor. O próprio Governo cria um fundo garantidor, coloca ativos do Governo, que são a garantia para o pagamento dessa contrapartida que o Governo dará. Então, caso haja o descumprimento do contrato estabelecido esse fundo garantidor fará o pagamento em nome do Governo e colocará lá ações, por exemplo, o Governo tem títulos da dívida, tem ações recebíveis e assim por diante. Isso é uma garantia. Além disso, a preferência no pagamento. Então, o Governo tem um conjunto de investimentos que está fazendo, o pagamento por conta das parcerias terão prioridade no pagamento dos demais investimentos que estão sendo feitos.

É um compromisso que se está assumindo de que vai ser feito aquele pagamento. Isso faz com que o Governo faça menos investimentos, se for o caso, para poder cumprir o pagamento que já contraiu.

Um outro problema que poderia surgir é quem vai financiar esses projetos, o setor privado muitas vezes tem interesse em fazer um investimento, mas ele precisa de uma fonte de financiamento, então, o Governo vai ajudar à criação de fundos de investimentos que poderão ser constituídos com a combinação de bancos públicos e privados, consórcios de bancos privados, sindicatos de bancos privados poderão entrar. Os bancos multilaterais também têm recursos disponíveis e interesses de entrar nos projetos, no caso: o BIRD, o BID, o CAF, o Banco japonês. Então, todos eles têm interesse de participar desses fundos de investimentos, mesmo porque hoje eles têm poucas oportunidades de investimentos. E os fundos de pensão também terão aqui uma oportunidade de fazer investimentos sólidos, garantidos, de longo prazo de maturação, que vão garantir o pagamento das pensões no futuro.

O que não está na lei é, por exemplo, como será o fundo garantidor. Está mencionado que será constituído o fundo garantidor, mas a lei não diz como ele vai ser constituído. Então, isso requer uma regulamentação posterior. Mesmo também o fundo de investimentos também não poderia ser na mesma lei. A lei diz, os investimentos poderão ser garantidos por um fundo garantidor a ser constituído, mas a lei não... e também o objetivo é atrair outros atores interessados.

O setor de construção civil hoje no País está às moscas, há muitos anos não consegue trabalhar. Com capacidade ociosa em 40, 50%. Então, daremos oportunidade que esses empresários tenham uma atividade, que diga-se de passagem, emprega muita mão-de-obra, possam fazer. Então, eles vão entrar no projeto. Seja como executor da obra e depois como administrador. Eles poderão, como é o caso das concessões de rodovias que já foram postas em práticas, fornecedores de bens de capital e usuário do serviço. Por exemplo, uma grande empresa mineradora, que tem interesse em ter uma ferrovia que faça o escoamento da sua produção. Então, essa mineradora poderá estar interessada em ajudar a implantar o empreendimento. Ela vai ter um serviço, implantar o serviço e, ao mesmo tempo, poderá explorar, porque essa ferrovia poderá transportar carga de outras atividades.

A criação de fundos de investimento para financiar o PPP terá a capacidade de estimular o mercado de capitais. Sabemos que hoje o Brasil tem um mercado de capitais bastante acanhado, não corresponde à capacidade produtiva do País e a criação das parcerias público privadas, a implantação das parcerias juntamente com essa arquitetura financeira, a criação de fundos e investimentos, possibilitará o estímulo ao mercado de capitais. Por quê? Vamos ter mais títulos no mercado que correspondem aos investimentos que estão sendo feitos. Então, haverá um estímulo ao mercado primário e secundário do setor de mercado de capitais. Teremos debêntures, ações, títulos etc.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tenho que relatar um projeto na Comissão de Educação, por isso, eu pediria à Senadora Ideli Salvatti que me substitua aqui durante cinco ou dez minutos, enquanto vou e volto.

Muito obrigado.

A SRA PRESIDENTE (Ideli Salvatti) – Continua com a palavra o Sr. Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Passando para o último, ou penúltimo, slide, se não me engano, qual é o campo de aplicação dessas parcerias? O campo é bastante amplo, porque tanto a União, quanto Estados e Municípios e mesmo empresas estatais poderão fazer parceria público-privada.

Poderão ser postos em prática projetos de todos os setores de infra-estrutura. O setor de transporte, todo ele, é passível de parceria público-privada. Também o é o setor de energia, em todas as suas modalidades, o setor de saneamento, o setor de habitação, o setor de recursos hídricos. Enfim, essas parcerias abrem um leque de alternativas, de possibilidades que poderão movimentar todo o setor de infra-estrutura.

Em rápidas palavras, é nisso que consiste o projeto de parceria público-privada, que será um instrumento muito importante para a viabilização do Plano 2004-2007.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Senadora.

A SRA PRESIDENTE (Ideli Salvatti) – Ministro, agradecemos a sua explanação.

O primeiro Senador inscrito seria o Senador José Jorge, autor do requerimento, em conjunto com o Senador Valdir Raupp. Tendo em vista a ausência do Senador José Jorge, vou passar imediatamente a palavra ao Senador Valdir Raupp, garantindo que, tão logo o Senador José Jorge chegue, S. Exª figure lista de inscrição, conforme a sua chegada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sra Presidente, Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento, Sr. Guido Mantega, SRAs e Srs. Senadores, na verdade, a maioria das perguntas que eu tinha em mente já foram praticamente respondidas na explanação do Ministro. Uma delas, seria quanto às garantias para esse programa que está tão comentado, o PPP, Programa de Parceria Público-privada.

Há uma indefinição muito grande por parte dos investidores para que se preparem para fazer esses investimentos. Refiro-me às garantias. Que tipo de garantias poderão ser dadas aos investidores? O Ministro já respondeu praticamente esse questionamento. S. Exª disse que será por meio desse fundo garantidor e de títulos colocados no mercado.

Outra pergunta é a respeito dos Municípios. Vários prefeitos estão recebendo informações em alguns ministérios de que obras em seus Municípios só poderão ser feitas mediante empréstimos. E, como hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal impede que a grande maioria dos municípios brasileiros contraiam dívidas, fica meio complicado fazer esses investimentos nos Municípios.

Em relação aos marcos regulatórios importantes para o modelo do PPP e para o novo desenho das agências, como efetivamente pretende o Governo atuar para tranqüilizar e atrair os investidores, que hoje estão um pouco assustados com a queda de contratos? O Ministro falou também na questão da garantia dos contratos, mas a Justiça, de vez em quando, tem quebrado, via judicial, esses contratos, como no caso das tarifas dos serviços públicos já concedidas.

Faço também um questionamento ao Ministro quanto a algumas obras referentes ao gás. Temos duas obras importantes na Amazônia. Uma que vai para Manaus, da Bacia do Urucu, do gasoduto Quari-Manaus, que já está no PPA e prestes a ser iniciada. Mas há também o gasoduto Urucu-Porto Velho, o qual vai gerar energia numa termoelétrica de 400 megawatts de potência, que já está pronta, gerando energia a óleo diesel, gastando um milhão de litros de óleo diesel por dia. Portanto, R$45 milhões de gastos mensais em óleo diesel, que poderá gerar gás – o gás natural está sendo desperdiçado, grande parte queimado na atmosfera e outra parte é ejetado no solo, isso daria uma economia ao país muito grande e uma energia mais limpa e mais barata na geração do gás e, para a nossa surpresa, esse gasoduto estava para ser incluído no PPA, e quando saiu o PPA não consta do PPA. É uma obra importantíssima para a Região Norte do país que já tem linha de transmissão de Ron-

dônia ao Acre, a Rio Branco do Acre, já foi construída essa rede, inaugurada e não está ligada em função da falta dessa geração de energia do gás natural. Outra questão são as rodovias, em muitos Estados não consta do PPA a construção de rodovias. No meu Estado de Rondônia estamos tentando colocar no PPA, por meio de emenda, para que seja incluída a construção de rodovia do PPA, porque de nada adianta um parlamentar de Rondônia, do meu Estado, colocar emenda no orçamento para construção de rodovia porque se não consta no PPA não pode ser feito. Fui informado também que os fundos de pensões, o Sr. Ministro confirma isso, poderão investir R$75 bilhões no Programa de Parceria Público Privado. E, Sr. Ministro, sabemos que o mercado, se o governo não atrapalhar, ele por si só cresce. E estamos aqui torcendo para que realmente o nosso PIB cresça nessa faixa de 3,5 chegando a 4, 5, 6 nos próximos anos. Isso seria, diria numa linguagem bastante popular, a salvação da lavoura. Seria a geração de emprego que o governo está anunciando, e nós do PMDB, estamos apoiando o governo na expectativa e torcendo para que realmente isso aconteça, porque queremos o bem do país, o bem do nosso povo, o bem do nosso país, e para isso o governo precisa dar a sua contribuição também. Além de não atrapalhar o mercado, à iniciativa privada crescer, precisa também investir, e este ano foi um ano difícil. O senhor já falou que foi o ano de ajuste, o ano da travessia, transição, mas foi um ano muito duro para o nosso país, para os nossos estados, para os nossos municípios, investimento quase zero. Fomos olhar os investimentos deste anos e foi quase zero. Acho que o país não suportaria o ano de 2004 como foi o ano de 2003, então esperamos realmente que esse Programa de Parceria Público Privado saia, além dos investimentos diretos do orçamento da União, para que a economia possa ser alavancada não só pela iniciativa privada mas por meio das ações do governo através dos investimentos federais. Era isso. Muito obrigado.

A SRA PRESIDENTE (Ideli Salvatti) – Agradecemos ao Senador Valdir Raupp.

Passo imediatamente a palavra ao Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senadora Idelli. O Senador Valdir coloca várias questões aqui que vou procurar responder em relação às garantias, já coloquei que uma das preocupações que tivemos foi justamente colocar garantias, caso contrário, não teríamos nenhum interesse do setor privado. Aqui no Brasil o setor privado é digamos gato escaldado, já acostumou tomar prejuízo em outras circunstância e, portanto, não estaria interessado em fazer um investimento de monta de longo prazo de maturação, você vai fazer uma hidrelétrica 4, 5, 6, investimentos, e depois se deparar com a dificuldade de receber aquilo que foi contratado. Então procuramos introduzir cláusula de garantia que, por sinal, são inovações em relação aos projetos, aos contratos PPP que existem em outros países, porque essa não é uma inovação, essa modalidade de PPP não fomos nós quem inventamos, já existem, já estão sendo praticados em outros países, é bom que digamos, já temos a experiência de outros países para ver os acertos e os erros do PPP. Então já são usados na Inglaterra, na Irlanda, em Portugal, na Espanha, na Itália, então já há uma experiência, mesmo aqui na América Latina, mas modestamente no Chile também, então procuramos olhar os contratos, as leis que foram elaboradas nesses países e adaptamos às nossas necessidades. Então diria que a lei brasileira é mais complexa e responde aos programas brasileiros, um deles é a questão das garantias. Sem dar garantias, mas acredito que esses fundos e essa prioridade que é colocada responde tanto que tivemos vários contatos com a iniciativa privada de atestar isso, porque não adianta fazer um projeto que não tem ressonância. Então, procuramos conversar e chegamos a um projeto que é aceito pela iniciativa privada.

Quanto aos Municípios que hoje se deparam com limites de endividamento, o PPP é justamente a saída, uma vez que não implica endividamento adicional. Às vezes o município não pode contratar um serviço de saneamento, por exemplo. Ele até tem dinheiro; tem na Caixa Econômica, tem no BNDES, mas não pode acessá-lo. No entanto, pode fazer uma parceria, porque quem vai contrair o empréstimo com o BNDES não é o município, mas a empresa. O município faz uma parceria com a empresa, a empresa se endivida no BNDES e o que o Município vai fazer é garantir uma parte da remuneração daquele serviço. Digamos que se trata de um serviço de água e esgoto numa cidade onde a população tem baixa renda e não pode pagar por inteiro aquele serviço. Se pudesse, seria apenas uma concessão – e isso também será estimulado pelo Governo. Mas digamos que o poder aquisitivo permita pagar apenas uma parte. A prefeitura se compromete, por um período, a pagar aquela diferença, mas ela não faz o endividamento e não faz o investimento. Assim, viabiliza o projeto. Eu diria que o PPP é a saída para os municípios.

O marco regulatório é importante, sem dúvida. E tivemos também algumas experiências, em um período recente, onde o marco regulatório estava mal ela-

borado, mal estruturado e causou problemas. Mas isso está sendo superado. Estamos finalizando o marco regulatório do setor elétrico e o teremos em breve, como também em outros setores.

Agora, é bom que se diga que a lei de PPP já é um marco regulatório. O PPP, em si, já é um marco regulatório, porque vai falar da forma de remuneração, da correção, dos reajustes de preços, já que vamos fazer uma legislação geral. Além dessa legislação, depois teremos que fazer contratos específicos para cada segmento. Assim, para o setor de saneamento, será um tipo de contrato com um tipo de remuneração, diferente do setor de transporte. O setor de transporte vai complementar o pedágio. É, repito, um tipo de remuneração. E já no contrato se estabelece isso. É um marco regulatório, que tem que ser muito bem feito e tem que ser cumprido, evidentemente. Vamos usar a experiência recente e aperfeiçoar o marco regulatório.

Quanto aos gasodutos que foram mencionados, o Quari-Manaus consta do projeto. Na verdade, essa é a proposta da Petrobras. É a Petrobras que vai realizar, não sendo investimento direto do Governo.

O Urucum-Porto Velho deve ser feito com PPP-BNDES, porque a Petrobrás não tinha recursos suficientes para fazê-lo. A Petrobras tem cerca de US$7 bilhões, US$8 bilhões por ano para investimento, e aí ela já compõe um programa de investimentos. Não cabia esse segundo gasoduto, embora todas as suas razões, todas as suas alegações fossem fundamentadas. Hoje em dia, a energia se produz a partir de queima de óleo diesel, que tem um custo muito grande, mas grande poluição ambiental. Então, procura-se evitar isso, evidentemente aproveitar essas reservas de gás que existem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Mas a Petrobras, Sr. Ministro, é parceira nesse projeto, nessa obra. Então, o que está nos causando estranheza é que a Petrobras não tenha entrado. Se a Petrobras é parceira e portando deveria investir também nesse gasoduto e não consta no PPA, logo, ela não poderá participar do projeto.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas ela não tinha ainda essa possibilidade de PPP. Com o PPP, a própria Petrobras pode fazer parceria. Com isso, amplia-se muito a capacidade de investimento da Petrobras. Hoje, a Petrobras só faz investimentos no limite dos seus recursos e de alguns que ela pode captar lá fora. De repente, ela pode estar fazendo parcerias – aliás, até já fez algumas parcerias; na Plataforma Marlim 1 e 2, ela fez um tipo de parceria.

Agora, com a criação de uma lei, uma legislação mais clara, ela terá a possibilidade de fazer muito mais parcerias e ampliar a sua capacidade de investimento. Logo, mesmo esse gasoduto poderá ser viabilizado.

Quanto às rodovias, há duas previstas no PPA em Rondônia: a BR–364, que é uma recuperação e ligação com o Sul, e a reconstrução da BR–319, que liga Manaus a Porto Velho. Estão compreendidas na relação de rodovias do Plano Plurianual.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Na verdade, o projeto sobre o qual tínhamos muito interesse diz respeito à BR–429 e BR–421.

Peço licença ao Sr. Ministro porque estão solicitando a minha presença na Comissão de Assuntos Econômicos. O Governo está precisando de votos lá.

O SR. GUIDO MANTEGA – Pois não, Excelência.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Outras rodovias poderão ser viabilizadas a partir do PPP, a partir das parcerias, havendo algum interesse do setor privado. Poderemos acrescentá-las na definição final do Projeto.

A última questão diz respeito aos fundos de pensão. Os fundos de pensão têm interesse em realizar projetos de parceria, porque hoje estão em busca de alternativas de investimento mais sólidas. Alguns fundos de pensão perderam dinheiro no passado, fazendo investimentos em atividades não muito sólidas. Esse tipo de empreendimento de infra-estrutura constitui empreendimento sólido para muitos anos. Se montamos uma hidrelétrica, ela tem uma duração de 50 a 60 anos. Esses são empreendimentos de longo prazo, onde há garantia de retorno dos seus investimentos, porque a demanda é praticamente assegurada. Eles já estão se interessando em entrar para esse tipo de projeto. É claro que terão que verificar que projetos estão sendo oferecidos, qual a solidez desses projetos, e eu tenho certeza de que se interessarão, principalmente na medida em que cair a taxa de juros, porque hoje temos a conveniência de fazermos aplicações financeiras. Então, uma parte dos recursos financeiros está deslocada para aplicações financeiras, mas com a queda dessa taxa, vai se começar a buscar melhores alternativas de investimentos. Daqui a pouco, a aplicação produtiva será mais rentável do que a aplicação financeira – é o que todos estamos esperando. Com isso, os fundos de pensão poderão ser atraídos para projetos do PPP. Não sei se no valor de R$75 bilhões, não dá para prever ou para falar em números.

Os fundos de pensão, hoje, movimentam cerca de R$190 bilhões. Esse volume de ativos que possuem está crescendo, e novos fundos de pensão estão sendo constituídos. Essa poupança está crescendo. Esse aqui é o projeto ideal para que eles possam canalizar os seus recursos.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti) – Agradeço a V. Exª, Sr. Ministro.

Passo a palavra, agora, ao próximo inscrito, Sr. Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Ministro, são duas questões tão breves e objetivas quanto possível. Uma delas se refere à questão do investimento público, que, como V. Exª mostrou, teve um caráter decisivo no passado. Na época de grande crescimento no Brasil, o investimento público chegou a ser de 11% do PIB. V. Exª disse que vários fatores determinaram a sua redução – a crise fiscal, a questão das despesas obrigatórias e o superávit fiscal.

Prevê-se, também, uma redução, tanto dessas despesas obrigatórias, com a redução de juros, quanto do superávit fiscal, porque não terá sentido ficar mantendo um superávit tão alto, na medida em que a relação dívida PIB caia. Os investimentos públicos podem também recuperar, ainda que não cheguem a 11% do PIB.

Sr. Ministro, eu quero externar, aqui, a minha opinião. Acho que essa questão do investimento público é essencial à retomada de um crescimento pleno, próximo do potencial brasileiro de crescimento capaz de gerar emprego para toda a população excluída. Não estou me manifestando contrariamente às parcerias públicas privadas. Acho que essa questão tem que ser discutida. Tenho escutado também opiniões de que, conforme as exigências que o investimento privado venha a colocar para acorrer ao chamado do setor público, isso pode acabar se constituindo, também, numa outra forma de endividamento que eventualmente pode vir a ser muito cara também para os cofres públicos. Então, eu acho que, em relação à parceria público privada, nós temos que ir com cautela, com cuidado, dimensionando bem, porque há elementos de dúvida quanto as suas conseqüências, ao passo que o investimento público, no momento em que forem reduzidas essas razões do seu encolhimento hoje, terá um papel desenvolvimentista inquestionável e produzindo uma resposta inclusive sobre o investimento privado, porque o investidor privado, pelo menos no Brasil, está acostumado a esse sinal. Quando o setor público começa a investir, ele vai junto porque sabe que a economia vai crescer e o desenvolvimento virá.

Enfim, essa é uma primeira questão que faço em torno da indagação sobre investimento público e as perspectivas de redução dos juros e por conseguinte das despesas obrigatórias e do superávit fiscal, muito alto ainda hoje.

A segunda questão é específica e diz respeito à usina nuclear de Angra III, no meu Estado. Trata-se de uma questão polêmica, delicada que temos que discutir e discutir muito com os ambientalistas. Penso ser muito importante do ponto de vista de aumento da capacidade geradora e numa relação benefício X custo baixa porque há equipamentos já adquiridos e estocados. Ela também vai gerar a possibilidade de o Brasil entrar no ramo do enriquecimento de urânio e produzir urânio enriquecido não só para as três usinas mas também para exportação, que seria uma fonte de receita muito importante. E vai gerar também tranqüilidade para o meu Estado, o Estado do Rio, que é ponta de linha e por algumas vezes tenho sido informado de que Angra II tem segurado uma possibilidade de blecaute no Estado do Rio e a construção da usina Angra III é muito importante para, enfim, a garantia do suprimento de energia para o Estado do Rio.

Eu gostaria de pedir uma opinião de V. Exª sobre a construção dessa usina, a previsão de início, de fim e a discussão com os ambientalistas. Avalio que essa é uma decisão delicada e tem que ser tomada após uma discussão profunda com os ambientalistas.

Era isso.

A SRA PRESIDENTE (Ideli Salvatti) – Pois não, Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senadora Ideli.

Senador Saturnino, concordo com V. Exª que é muito importante que o setor público faça investimentos e que no passado esse investimento foi crucial, foi fundamental para que o Brasil se tornasse um país industrializado, tivesse um parque produtivo considerável. Todos nós compartilhamos essas idéias.

O PPP não vem para substituir o investimento que possa ser feito pelo setor público. Infelizmente ele vem suprir uma carência. O setor público fará todo o investimento que puder fazer, porque há projetos que não têm nenhum interesse para o setor privado, então só o setor público poderá fazê-los e eles são importantes, são cruciais, porém não atendem a lógica de mercado, então é o setor público – eu sou partidário de fazer o máximo de investimentos que os orçamentos possam agüentar; o problema é que a nossa capacidade de investimento vem encolhendo. E quando falo de despesas obrigatórias não estou de falando de juros,

estou falando de Previdência, folha de pagamento, gasto com saúde, educação, essas são as despesas obrigatórias. Então hoje o Orçamento federal tem um conjunto de despesas obrigatórias que absorvem mais de 90% dos recursos disponíveis. Então, digamos, o fator de ajuste é investimento e cada ano que passa o investimento vem encolhendo.

É claro que a redução do custo financeiro vai nos ajudar, só que ainda estamos num período de transição, absorvendo toda essa crise que herdamos, todo esse problema do passivo e da dívida pública que se acumulou ao longo de muitos e muitos anos que estamos tentando administrá-la. O ideal seria reduzir ao máximo os juros e daí o serviço da dívida ser pequeno. Mas existe um período de transição. Para o próximo ano, a nossa taxa real de juros estimada é em torno de 8%. Estamos saindo de um patamar enorme para, no próximo ano, ter 8%. O objetivo é chegar a 3% de taxa de juros real. Então, a rolagem da nossa dívida será menor e, aí, sim, sobrará mais dinheiro.

Estamos em um período de transição e, nesse período, é preciso aumentar os investimentos, porque o País, para crescer e não ter pontos de estrangulamento, tem que fazer investimentos já. Não pode esperar 2007, 2008, para fazer investimentos no setor de energia elétrica, senão, teremos novamente problemas nessa área. É preciso começar já os investimentos.

Então, o PPP não substitui, apenas complementa. É uma medida, digamos, uma saída que encontramos para salvaguardar um volume de investimentos suficiente e salvaguardar o papel do Estado. V. Exª deve ter reparado que isso não é privatização. O Estado é que define onde a população precisa de um projeto de uma estrada, de uma rodovia. Isso é muito importante. Preserva-se o planejamento estatal. O Estado não abre mão, preserva o planejamento, mas não tem dinheiro. Então, trazemos a poupança privada para poder viabilizar.

Portanto, quando o Estado puder, fará investimentos de maior vulto, o que, sem dúvida, concordo, tem um efeito multiplicador, indutor e viabilizador de investimentos do setor privado. Concordamos perfeitamente.

Quanto à Usina Angra 3, ela está em discussão. Uma boa parte já está constituída, mas ela não está funcionando. E há uma grande discussão, porque há questões sendo levantadas: se a usina vai ferir princípios ambientais ou não; o custo da energia que ela vai produzir; os benefícios secundários; a questão do enriquecimento do urânio e outras. Há uma intensa discussão em torno dessa usina.

Então, é uma solução difícil de se chegar. Não é fácil, pois é uma questão que envolve vários aspectos. No entanto, essa discussão está sendo amadurecida, está em curso, e acredito que os especialista do setor, o Ministério das Minas e Energia, juntamente com a Eletronuclear, chegarão a uma definição, em breve.

A SRA PRESIDENTE (Ideli Salvatti) – Eu pediria ao Senador César Borges para me substituir, porque sou a próxima inscrita.

Devolvo ao PFL a Presidência da Comissão, para poder fazer meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Ministro, eu queria fazer três indagações a V. Exª. A primeira delas diz respeito às implicações do que vem sendo tratado nas negociações do novo acordo com o FMI sobre os indicadores e as metas estabelecidas no PPA.

De forma muito especial, vimos acompanhando todo o debate a respeito da perspectiva de podermos ter alguma folga na questão do superávit, para podermos fazer os investimentos na área de saneamento, da ordem de R$2,6 a R$2,9 bilhões. Então, eu queria saber se, além dessa questão do saneamento, existe alguma outra margem nas negociações, relativamente ao superávit fiscal, inclusive porque o Ministro Antônio Palocci tem dito que, com ou sem o acordo do FMI, será feito o superávit de 4,25%. Então, como essa questão tem repercussões no PPA?

A outra questão eu não chamaria de paroquial, mas tem relação direta com os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Inclusive, recentemente, houve uma reunião com V. Exª, o Ministro Anderson Adauto e representantes do meu Estado, a respeito da obra de duplicação da BR-101. Pela verba que está no PPA, não se duplica, e, se for necessário entrar em parceria público-privado, isso significa eliminar toda a questão de licitação em andamento, que está pronta. Ou seja, teríamos que eliminar tudo, começar da estaca zero, aguardar toda a aprovação do PPP, toda essa engenharia que se está construindo para poder ter isso como alternativa, e iniciar da estaca zero, o que retardaria a obra em dois ou três anos. Isso, para nós, é uma angústia, tendo em vista que é uma rodovia que traz prejuízos incalculáveis em termos de vidas, mas também em termos econômicos.

Então, precisaríamos ter algo mais claro, para que a duplicação do trecho sul da BR-101 não entrasse na questão do PPP.

Por último, temos acompanhado, bastante animados, os resultados da prospecção de gás, e os números são realmente muito animadores, inclusive com o Presidente da Petrobras anunciando que temos, a curtíssimo prazo, em três a quatro anos, uma possibilidade de inversão de matriz energética em nosso País. Ou seja, de que o gás passe a ser efetivamente o grande motor, uma das principais forças de desenvolvimento de infra-estrutura de base do desenvolvimento da nossa economia.

Portanto, quero saber se, na apresentação que V. Exª fez, já está contemplada essa projeção e qual é efetivamente a repercussão da questão do gás, dessa perspectiva nova que está sendo aberta em termos de desenvolvimento. Quero saber o que isso implicará em termos de contrato, do acordo com a Bolívia, porque é um gás muito mais caro e, a partir do momento em que o gás brasileiro entrar nos gasodutos, como é que vamos lidar com o contrato feito com a Bolívia? Sabemos que se está tentando revisá-lo, orque é profundamente prejudicial ao interesse bra - sileiro.

Seriam, assim, essas três questões, Ministro Guido Mantega, que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra, Ministro Guido Mantega, para responder.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador José Jorge. Em primeiro lugar, quero dizer que o acordo a ser firmado com o FMI não tem nenhuma implicação maior nos números do PPA. Na verdade, ainda não existe um acordo. É bom deixar claro. Existe uma intenção de acordo, com algumas regras que poderão ser adotadas ou não. O acordo não foi firmado. O Ministro Antonio Palocci já me expôs os principais parâmetros, mas eles ainda não foram submetidos ao Presidente. Mas, pelo que entendi, não há nenhuma repercussão direta.

A questão do superávit primário não depende do acordo com o Fundo Monetário. Essa meta de 4 e 25, é bom deixar claro, foi uma meta que o Governo resolveu adotar e apresentou na LDO, em abril deste ano.

Diante do quadro em que nos encontrávamos, do problema da perda de controle sobre a dívida pública, os riscos que o País corria, achamos que tínhamos que fazer esse sacrifício – claro que é um sacrifício, porque reduz capacidade de investimento de gás –, mas tivemos que passar por esse sacrifício e propor uma meta de 4 e 25 para o ano de 2004, sem nenhuma interferência do Fundo Monetário. O Fundo Monetário não entrou na discussão. Posso garantir: é uma decisão de Governo. E é claro que, se dentro de um outro cenário, porque estamos hoje num cenário mais confortável, o Brasil superou aquela situação, eu diria que a dívida está sob controle, se no bojo desse acordo, pudermos ter uma folga para gastos maiores de saneamento, no caso estão se cogitando R$2,9 bilhões a mais, que era o superávit adicional que havia em setembro, mas não haverá no final do ano. Havia em setembro, mas, nos próximos meses, esse recurso será gasto, porque faz parte da programação de gastos dos Ministérios.

Então, não encerraremos o ano com o superávit, mas o que interessa é o superávit de setembro, porque lá é que fecha o acordo, que fecha o prazo do primeiro acordo. Ele poderá ser acrescido nos gastos de saneamento do próximo ano. Portanto, isso será positivo. Mas ainda temos que ver como isso será implementado, será posto em prática. Ainda não sabemos. Mas a perspectiva de gastos adicionais em saneamento é 2,9 bilhões, o que é muito importante porque a área de saneamento é prioritária para o País.

No caso da BR-101, no trecho Florianópolis-Osório, de fato o volume de recursos que ficou no PPA é insuficiente para levar avante a licitação. E tivemos aquela conversa com a Bancada de Santa Catarina, que esteve no Ministério. Vamos fazer alguma mudança no PPA, no bojo das modificações que estão sendo feitas, reforçar a dotação porque também acho que para a implantação dessa duplicação é preciso mais recurso público. Depois, acho que ela pode ser passível de PPP, sim, porque ela tem um grande fluxo de tráfego, é a principal rodovia do corredor Mercosul. Então, ela tem um fluxo que poderá ser usado para um pedágio. Temos de fazer algo misto. Mas, de fato, para dar início, é preciso reforçar a dotação. Já estou me comprometendo a, no bojo do PPA, reforçar essa dotação, aliás como havíamos conversado.

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Inclusive com a negociação com o BID, que teria financiamento externo.

O SR. GUIDO MANTEGA – Garantindo que o financiamento externo do BID seja mantido. Não sei se no mesmo volume porque ele está superestimado. Quando foi contraído o dólar, a relação dólar real era diferente. Hoje, precisa-se de menos. Mas ele será mantido.

Quanto à questão da nova matriz enérgica, usando mais o gás, sem dúvida, para nós, isso é muito importante porque se reduz o custo. Depois que foram descobertas as jazidas na região de Santos, que

poderemos levar à auto-suficiência o País, a Petrobras vai explorar essa modalidade. Já existe projetado no PPA muitos investimentos na área de canalização de gás. São mais de 2 mil quilômetros, se não me engano, que ligam praticamente o Norte ao Sul, todo o litoral. O Nordeste fica todo ligado. Teremos muitos investimentos na área de canalização de gás no sentido de melhorar a matriz.

Todos sabem que o acordo com a Bolívia foi mal feito. Essa questão está sendo contornada. Há negociações em curso do Governo. Vamos ver como conseguimos, sem ferir muito os interesses e sem romper contratos, de modo que o interesse brasileiro seja preservado. Nós pagamos caro e em dólar esse gás. A Bolívia não tem para quem entregar. Se ela não entregar para o Brasil, ela não entrega para ninguém. Está em curso uma negociação cujo desfecho ainda não temos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao Ministro.

O próximo inscrito sou eu mesmo.

Passo a Presidência ao Senador Roberto Saturnino enquanto faço as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, SRAs e Srs. Senadores, na realidade, o setor de infra-estrutura é muito amplo. Portanto, teria muitas perguntas a fazer, mas vou me restringir a três perguntas, uma sobre cada setor, para ser mais breve.

Nesta Comissão, temos ouvido todos os Ministros setoriais e estamos ouvindo agora V. Exª. Pela própria função de Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sou obrigado a acompanhar diariamente todo o noticiário que surge sobre o setor.

Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre cada setor. No caso específico do setor de telecomunicações, é o setor de infra-estrutura principal que tem a estrutura mais montada, que está em funcionamento bastante razoável. Temos disponibilidade de telefones tanto fixo, quanto celular. Há uma grande divulgação para que a população use e etc, assim como na área de Internet. Enfim, de maneira geral, é um setor mais arrumado. Temos urgência, temos, enfim, tudo, mais ou menos, funcionando. Tivemos uma questão tarifária relativamente grave, que causou alguns problemas, ninguém sabe como vai ser no futuro, mas, de qualquer maneira, é um setor que está caminhando.

Em segundo lugar, eu gostaria de falar sobre o setor transporte. O setor transporte não tem um financiamento próprio, principalmente no transporte terrestre e nas estradas há uma atuação pequena do setor privado. Portanto, é necessário um financiamento público para esse setor. O financiamento público previsto foi a Cide. Quando a Cide foi aprovada, era previsto que ela seria usada no setor de transportes. Chegou a se aprovar um projeto no Congresso que depois foi vetado, no qual cerca de 70% dos recursos, se não me engano, ou 75%, seriam específicos para a utilização do setor transporte. Mas, como no ano passado, neste ano a Cide não vem sendo utilizada como deveria ser para o setor de transporte, que ficou sem financiamento.

Tenho duas questões. Primeiramente, quanto à Cide. Como a Cide será utilizada para financiar o setor de transporte? Em segundo lugar, sobre a questão dos metrôs. Temos quatro metrôs ou mais sendo construídos no Brasil, particularmente em Recife, que é a minha cidade. Temos em Salvador, em Fortaleza e, quando o Ministro das Cidades esteve aqui, mostrou o que seria utilizado nos metrôs e praticamente caía de um investimento anual médio de 90 milhões para cerca de 20 ou 30. V. Exª não colocou o metrô entre as prioridades do PPA, exatamente porque talvez o investimento seja menor. Falou-se de números mais altos, mas eu gostaria de saber de V. Exª como será a abordagem dessa questão dos metrôs.

A energia elétrica é um setor que já tem modelo e tem uma agência. Temos, atualmente, apesar do racionamento, depois das declarações do Ministério, cerca de 7.500 megawatts médios de energia sobrando. Temos para o próximo ano, também, pelo Ministério de Minas e Energia de 9.500 a 10 mil megawatts. Então, temos um certo tempo para realizar as mudanças necessárias. O certo é que os investimentos em energia elétrica têm prazos amplos. Portanto, a decisão de hoje repercutirá daqui a cinco anos, as conseqüências sempre vêm depois. Então, na realidade, teremos que rapidamente definir isso.

Minha preocupação é a de que, quando o Governo assumiu, mesmo antes de assumir, declarou que mudaria o modelo do setor elétrico. Isso é uma declaração um pouco perigosa, porque, na verdade, quando se diz que mudará o modelo, todo mundo pára para esperar o modelo novo. Por exemplo, seu eu disser que mudarei algo em minha casa, ninguém faz nada, a empregada pára de trabalhar. Posso até ir mudando, mas não direi antes que mudarei tudo. É o que disseram, que mudarão tudo e, mas, na realidade, isso está completando um ano, foi dito antes de o Governo assumir, logo depois da eleição. Estamos ansiosos aguardando a chegada desse novo modelo.

Por quê? Porque isso permitirá que o Congresso defina, porque, quando um modelo é feito pelo Executivo, nem sempre quando ele vem para o Congresso sai do jeito que veio. Tivemos a experiência daquela medida provisória que veio resolver a questão das distribuidoras com o BNDES e, quando chegou na Câmara, incluíram universalização, uns três ou quatro assuntos que não tinham a ver com a medida provisória original, o que está ocorrendo bastante.

É necessário que esse modelo do setor elétrico venha rapidamente, porque ainda é necessário que ele passe pela etapa de ser discutido pelos agentes. Antes de mandar para o Congresso, normalmente o Governo coloca na internet para esperar que os agentes sugiram, porque até agora só se colocou um documento preliminar.

Essa é uma preocupação muito grande. Esse modelo precisa ser rapidamente concluído e enviado ao Congresso.

Solicito a V. Exª que nos dê uma informação sobre como está caminhando essa questão do novo modelo do setor elétrico.

Por último, há a questão do saneamento, que é o que, de certa maneira, mais me preocupa. Sabemos que o PPA tem sido historicamente no Brasil uma série de diretriz, é um sonho que isso ocorrerá. É necessário ter, inclusive, para que se orientem os diversos investimentos, mas verificamos, inclusive pela informação de V. Exª, que dos 37 bilhões de investimentos previstos, apenas R$7,5 bilhões estavam previstos para este ano para o setor público. O restante destina-se ao setor estatal ou privado.

O SR. GUIDO MANTEGA – Somente estatal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Apenas estatal. O restante seria propriamente do Governo.

Verificamos que é muito importante a presença do setor privado. Aparentemente, já existe um convencimento disso no setor elétrico, mas não me pareceu, pelas audiências públicas que realizamos, que essa questão fosse uma prioridade do Ministério das Cidades, particularmente na área de saneamento básico. Quando o Ministro Olívio Dutra e seus assessores estiveram nesta Comissão, fiz um resumo do que disseram e concluí que, na realidade, essa solução do saneamento, do abastecimento de água, viria do setor público, embora S. Exª não tenha explicitado isso. Talvez o Ministro tenha informado o contrário, mas, nas entrelinhas, havia, sim, uma prioridade bastante pequena para a participação do setor privado, que não é apenas importante para complementar os investimentos quando o Governo não tem condições de fazê-lo, mas para a produtividade, que é baixíssima no setor de saneamento.

Ontem, li uma notícia – não sei se V. Exª também teve a oportunidade de ler –, publicada no jornal **O Globo**, na coluna do jornalista George Vidor, que comparava o sistema de Niterói com o do Rio de Janeiro, mostrando que o sistema de Niterói é privado e o do Rio de Janeiro é público. A perda da produtividade no Rio de Janeiro estava em torno de 57% e, em Niterói, 22%, embora o nível internacional ideal seja de 20%. As tarifas de Niterói são 7% mais baratas do que as do Rio de Janeiro, e o atendimento de Niterói já está praticamente atingindo toda a população – faltam apenas cinco mil residências ou cinco mil pessoas. Além de tudo, a Prefeitura ainda recebe 3,75% como **royalties** pela exploração do serviço.

Portanto, creio que essa participação do setor privado no setor de saneamento é muito importante. Quando V. Exª apresentou o projeto sobre PPP, levantou a questão de que o setor privado não estava na tabela e pediu até ao Dr. Sebastião Soares para consertar. No entanto, acredito que o Dr. Sebastião está certo. Na realidade, pelo que se percebeu, até agora, quanto à política para o setor de saneamento, não está prevista, pelo menos de forma importante, a participação do setor privado. Realizamos uma audiência pública, e esse assunto ficou mais ou menos explícito.

Sr. Ministro, essa foi a última pergunta que gostaria de fazer a V. Exª. O setor de saneamento não tem agência nem marco regulatório e está muito mais atrasado do que os outros em relação à utilização do setor privado para apoiar essas ações e conseguir os investimentos necessários para que se atinjam as metas programadas pelo Ministério das Cidades.

Sr. Presidente, eram essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador José Jorge. V. Exª é um grande conhecedor dessa área de infra-estrutura, inclusive porque já foi Ministro. V. Exª formulou questões muito importantes e interessantes para serem respondidas.

Começarei pelo fim, respondendo à questão de saneamento. Informo a V. Exª que o Governo pretende, sim, utilizar iniciativa privada para o setor de saneamento. Essa é uma determinação do Presidente da República, que deve ser cumprida por todos os Ministérios. Ela não foi inserida no PPA, porque a tabela ainda é aquela que apresentamos no fim de agosto, e esse projeto de PPP amadureceu meses depois.

Posso assegurar-lhe que queremos e vamos utilizar a iniciativa privada para ajudar-nos a fazer investimentos nesse setor, que exige um volume grande de investimentos. O setor público não dispõe de meios para ajudar, e as Prefeituras estão endividas. Portanto, cabe recorrer, sim, ao setor privado.

Já conseguimos, neste ano de 2003, aumentar muito os investimentos de saneamento em relação ao período anterior. Tenho notícias de que, até mais ou menos agosto deste ano, a Caixa Econômica Federal já havia liberado cerca de R$650 milhões para a área de saneamento especificamente, contornando aqueles limites de endividamento apresentados. E vamos ultrapassar esses limites, sim, com parceria, pois é possível fazê-la. O marco regulatório é importante e está sendo promovido pelo Ministério das Cidades. Entretanto, para determinado tipo de parceria, não há necessidade exatamente de um marco regulatório. Os problemas que existem no setor de saneamento são de jurisdição, quem detém o setor – empresa estatal, estadual ou municipal. Mas, se há parceria entre uma Prefeitura e uma empresa privada, não há esse problema. As Prefeituras, os Municípios têm autonomia para fazer projetos de parceria e poderão fazê-lo. E nós vamos encaminhar nessa direção. Então, queremos que a iniciativa privada participe, pois é importante. Essa é a orientação do Governo.

Quanto à questão do transporte, V. Exª mencionou que a atuação do setor privado tem sido modesta no setor, mas pretendemos ampliá-la. Vamos retomar o sistema de concessões, que está parado. Havia até já uma licitação em curso que foi interrompida porque havia uma orientação do Tribunal de Contas da União que questionava alguns dispositivos da licitação. Logo, vamos reformular os moldes da licitação, o edital e reabrir.

Pretendemos, sim, prosseguir com o sistema de concessões, o qual permite viabilizar estradas que tenham uma rentabilidade razoável. Então, sete lotes serão licitados num primeiro momento, que são aqueles que estavam em curso. Haverá uma segunda licitação com mais 18 lotes, que deverá também ser processada o mais rapidamente possível. O Ministro dos Transportes tem orientação do Presidente para fazer isso o mais rapidamente possível. Com isso, poderemos conferir concessão a uma boa parte das rodovias federais que ainda estão nas mãos do Governo.

Outras rodovias serão passíveis de PPP, porque não têm a mesma capacidade de rentabilidade, não são auto-rentáveis com pedágio. Então, precisam de complementação e o setor público vai entrar nisso.

O problema da Cide é o problema comum da falta de recursos do setor público. Se liberássemos todos os recursos que são arrecadados pela Cide, teríamos que reduzir outros gastos, porque eles se somam, vão diretamente à despesa primária. O Ministério dos Transportes, para 2004, tem R$2,3 bilhões de recursos – se não me falha a memória. Se liberássemos R$10 bilhões – digamos que a Cide vá arrecadar R$8 bilhões –, teríamos que reduzir gastos de outras áreas, como educação, saúde, até as que são proibidas por lei. Então, temos esse constrangimento orçamentário que V. Exª bem conhece, Ministro que foi. V. Exª sabe que não é possível liberar – e também não o fez. Não sei se a Cide já havia sido aprovada no seu tempo. Caso estivesse vigendo, V. Exª não poderia liberar, a menos que reduzisse os gastos de outros setores.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas eu nunca fui Ministro do Planejamento. Nunca tive esse poder de liberar.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas V. Exª foi dos Transportes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, fui de Minas e Energia.

O SR. GUIDO MANTEGA – Minas e Energia. Mas, certamente, V. Exª tinha muita influência. O Ministro do Planejamento tem que observar a totalidade. Portanto, não pode só liberar para o setor de Transportes. Precisa verificar o conjunto do Orçamento. Não fecha a questão, porque tem que restringir os gastos de transporte, infra-estrutura, mesmo que sejam extremamente necessários. Esta é a razão pela qual uma parte dos recursos da Cide fica num fundo financeiro, numa reserva financeira. Se houver oportunidade, poderão ser gastos.

No bojo desta Reforma Tributária, parece-me que uma parte desses recursos da Cide será repassada para os Estados e os Municípios, então, aumentará o gasto, o dispêndio. Logo, uma parte maior da Cide será despendida em 2004 até quem sabe chegarmos a despender toda ela com o setor de infra-estrutura.

Quanto à questão da energia elétrica, de fato, V. Exª tem razão. Hoje existe energia sobrando. Porém, neste caso, temos que pensar no longo prazo. Não convém pensar no curto prazo. Portanto, é com essa preocupação que estamos viabilizando um conjunto expressivo de investimentos na área de energia. Há 17 hidrelétricas de médio porte ou em fase de licitação ou já em construção no País, o que nos dará segurança, de modo que, no período de 2004 a 2006, não haverá falta de energia. Temos que pensar mesmo com antecedência – V. Exª tem toda a razão – e é o que estamos fazendo.

A questão do modelo elétrico, infelizmente, o senhor conhece a dificuldade de se realizar o modelo elétrico. O Governo anterior levou uns dois anos para fazer um modelo elétrico que sabemos no que deu. É um modelo que, infelizmente, nos levou à crise de 2001.

É difícil mesmo fazer um modelo elétrico – eu admito –, e nós estamos procurando refazer um modelo elétrico que possa atender às necessidades do País, não incorrendo nos mesmos erros do modelo anterior, em tempo recorde. A Ministra Dilma Rousseff está correndo contra o tempo, os outros Ministérios estão auxiliando, temos um conselho que faz esse modelo e estamos na fase final. S. Exª fez uma consulta à sociedade, uma consulta aos produtores e, em função disso, em breve, teremos um novo modelo de energia.

Essa área estava parada não só porque anunciamos que haveria um novo modelo, mas porque havia um passivo enorme a ser absorvido. O setor apresentava um passivo que tinha que ser digerido de alguma forma, sem o qual novos investimentos não seriam feitos, porque uma boa parte das distribuidoras brasileiras estavam no vermelho quando assumimos o Governo e penduradas no BNDES, como é o caso da AES. Então, tivemos todo um trabalho de assimilação, de equacionamento desse passivo, sem o qual as empresas não conseguiriam novos empréstimos, por exemplo. As empresas que estavam com esse passivo não conseguiam que bancos viessem a fazer aporte de recursos para fazer os novos investimentos.

Isso está sendo equacionado, eu diria que de forma bastante satisfatória, já os novos projetos estão começando a ser viabilizados. Caminhamos para uma situação de normalidade.

Quanto ao transporte urbano, de fato existem sete metrôs sendo construídos no País. Além desses que o senhor mencionou, há Recife, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul também tem o metrô, se não me engano.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Brasília.

O SR. GUIDO MANTEGA – Brasília já tem o metrô em andamento?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Parcialmente.

O SR. GUIDO MANTEGA – Parcialmente. Então, é muito metrô para este País, certo? Oito metrôs ao mesmo tempo, haja capacidade de financiamento! Sabendo-se que o metrô é uma atividade que dá prejuízo. Em qualquer país do mundo, a tarifa do metrô não consegue cobrir o seu custo. Então, tem que ser subsidiado e requer investimentos vultosos para sua implantação. Então, eu diria que o País começou a fazer um excessivo número de metrôs.

Os metrôs de São Paulo e do Rio de Janeiro buscam financiamentos próprios. Até esses dias, a Cofiex aprovou uma nova fase do metrô de São Paulo a partir de financiamento externo, se não me falha a memória. Os metrôs de Salvador, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza estão tendo prosseguimento. Com pouca verba, é verdade, porque este ano tivemos que reduzir a disponibilidade, mas terão continuidade, no próximo ano são R$178 milhões previstos.

O próximo ano será um pouco melhor do que 2003, mas não é muito melhor, ainda há um constrangimento forte, e acreditamos que os anos sucessivos do Plano Plurianual teremos uma situação mais favorável e os metrôs são importantes. Vamos tentar terminar trechos desses metrôs. Eles estão andando – esses dois principais – com R$17 a R$18 milhões, é pouca coisa. O de Fortaleza está caminhando mais lentamente porque está mais atrasado, embora o Governador esteja pleiteando mais recursos. Estamos tentando acomodar essas necessidades. No próximo ano, vai andar mais rapidamente e, nos anos sucessivos, vamos procurar alocar mais recursos, porque eles são importantes para essas cidades.

Acho que respondi a suas questões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JORGE (PFL-PE) – Eu gostaria só de fazer uma observação final. Na realidade, acho que para implantarmos o PPP, quer dizer, qualquer programa de incentivo à participação do setor privado, temos que ter um marco regulatório bem definido, para atrair investimentos que sejam mais vultosos, vamos dizer assim. Acho que esse foi um passo, mas esses setores, como, por exemplo, o saneamento, que não tem marco regulatório; eles têm que ter. É verdade que pode haver, aqui ou ali, um acordo entre uma prefeitura. No mais, é necessário uma agência, um marco regulatório.

As decisões legais que V. Exª citou aqui que precisam ainda de saneamento, penso que isso terá que ser feito rapidamente. Quanto ao setor elétrico, na verdade, o modelo anterior não respondeu quando deveria, mas quero dizer que mesmo tardiamente respondeu, tanto que hoje temos energia sobrando. Trata-se de um modelo que fez com que se ampliasse a capacidade de instalação de nova energia, de cerca de mil e duzentos megawatts por ano no período anterior para cerca de três mil, então, respondeu.

O mais grave – se o modelo A ou o modelo B é melhor – é se criar uma nova transição. Realmente, o grande motivador, a meu ver, da questão do racionamento, foi menos o modelo e mais a transição, que foi muito longa. Ao se mudar de um modelo para outro, por menos que se queira, sempre há uma transição.

O que me preocupa no modelo elétrico é que temos que ser rápidos para apresentar soluções e tentar minimizar esse período de transição, para que não tenhamos o mesmo problema no futuro. Agradeço a V. Exª pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Exm.º Sr. Ministro, irei me ater à área da saúde.

Estamos muito felizes com o crescimento da economia. As coisas começam a melhorar, mas ainda temos um problema: a nossa saúde, que, em todos os Estados do Brasil, está ferida.

Ministro, poderemos ter esperanças de que o valor de R$1.400 bilhão que estão contigenciados seja liberado para que possamos fazer as correções?

Saúde é uma algo fundamental. Até a metade do primeiro semestre, no programa de hanseníase, foram liberados menos de 2%. Para a saúde da mulher, menos de 1% do previsto. Na vigilância epidemiológica, que previne, que cuida das doenças, muito pouco foi liberado. Quero dizer a V. Exª que essa área específica é bastante sensível, porque, se não há liberação de recursos, à frente teremos prejuízos. Há o aumento da epidemia de dengue, da hanseníase, uma doença que não pode ter pausa no tratamento assim como no de tuberculose. Vejam V. Exªs: há um bom resultado nos programas dessas doenças, de repente, faltam recursos, fazendo com que o índice de cura caia sensivelmente. Tais programas não incluem apenas remédios, há o quesito alimentação, que também é muito importante.

Há esperança de esse dinheiro ser liberado até o final do exercício?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. GUIDO MANTEGA – Senador Augusto Botelho, V. Exª está se referindo aos recursos de 2003?

Na verdade, esses recursos serão inferiores a R$1.400 bilhão em razão do PIB. São cerca de R$24 bilhões destinados à saúde, em 2003. Então, segundo meus cálculos, faltam R$900 milhões a serem liberados para completar a PEC nº 29. Há um programa para, até o final do ano, liberar esses recursos. A lei será cumprida. Portanto, não há possibilidade de falhas. Quem faz a alocação dos recursos é o Ministério da Saúde, não me cabe dizer onde o recurso está sendo liberado. O que posso dizer a V. Exª é que o Ministério da Saúde é um dos Ministérios que têm uma execução orçamentária completa. Ou seja, todos os recursos disponíveis estão sendo gastos. Portanto, o nível de realização do Ministério da Saúde é o mais alto dentre os demais. Então, se liberaram menos, por exemplo, para a saúde bucal ou para a hanseníase, é uma questão da administração interna. Eu não saberia lhe responder. Significa que para alguns programas já foram liberados até 90% e, por alguma razão, deixaram para trás esse programa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Ministro, a sua explanação tratou da estratégica macroeconômica do Governo. Recordo-me de que, talvez até antes de assumir o Ministério do Planejamento, V. Exª fazia declarações otimistas com relação à economia, o que nos levava a crer que a condução do Governo seria por uma política heterodoxa, por algo novo. Aliás, o Partido de V. Exª prometeu à Nação que tinha como resolver o problema da dívida brasileira.

No entanto, implantado e decorridos os primeiros meses de Governo, vimos prevalecer uma política ortodoxa, já conhecida do Fundo Monetário Internacional, que vinha sendo adotada pelo Governo anterior e que foi adotada por este Governo apenas com um aperto fiscal muito maior do que o praticado anteriormente. Demonstrou-se que, infelizmente, o Ministério do Planejamento deixou de efetivamente cumprir a função de planejamento macroeconômico e passou a atender aos ditames econômicos do Ministério da Fazenda.

No início, houve inclusive declarações divergentes do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e de V. Exª. O Brasil enveredou neste ano por uma política de aperto fiscal muito grande. É claro que os defensores dessa ortodoxia, que não são novos, já vêm do FMI. Essas políticas são aplicadas em muitos outros países, assim como no Governo passado. Dizem que é a única maneira de um país superar uma dívida brutal como a do Brasil e que, a partir daí, conseguiremos o sonho desejado do crescimento com estabilidade.

V. Exª apresentou uma série de dados positivos na macroeconomia, dados essencialmente de mercado, de riscos referentes ao País. No entanto, deixou de falar do preço altíssimo que a Nação pagou e está

pagando por esse ajuste, porque não houve investimento – e não houve efetivamente. O Governo investiu, segundo os dados de que disponho, até o presente momento R$2,6 bilhões, o que representa 18% dos R$14,4 bilhões previstos na Lei Orçamentária. O Governo foi mais realista que o rei, pois havia um acordo com o FMI de 3,75, e praticou um superávit primário de 4,25.

Segundo um Ministro do passado, os dados negativos devem ser escondidos, e os positivos, apresentados. Com relação aos dados negativos, houve um aumento no número de desempregados, o nível de desemprego bateu recordes, principalmente em cidades como São Paulo. Houve uma queda acentuada na renda do trabalhador brasileiro. Inclusive, os investimentos externos despencaram. Neste ano, devem alcançar US$8,5 bilhões, uma redução de quase 50% em relação ao ano de 2002.

Ou seja, a economia do País, Sr. Ministro, queiram ou não reconhecer V. Exª e o Governo – é claro que não podem fazer esse reconhecimento –, está estagnada.

V. Exª e o Ministro Antonio Palocci estiveram presentes na Casa, no início do ano. Sempre fiz questão de indagar ao Ministro Antonio Palocci que previsão tinha com relação à taxa de crescimento do País. S. Exª disse, textualmente – está gravado nos Anais da Casa –, que seria de 2,8%, que poderia aplicar essa medida ortodoxa. Sei que V. Exª inicialmente não concordava – talvez tenha sido levado a aceitar, como Ministro do Planejamento – com a política defendida por alguns economistas do País. Mas dizia S. Exª que o País cresceria 2,8%. Hoje vejo, pelos seus números, uma esperança de que a previsão para o terceiro trimestre, que ainda não está devidamente apurado, é de 1,1%; que a projeção para o quarto trimestre é de 2,1%, para chegar a 0,9%. Portanto, a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto nacional foi decrescendo ao longo do ano, diante do aperto monetário e fiscal praticado, inclusive em muitos momentos, aliás, antes de assumir o Governo, com aumento da carga tributária.

Hoje se apresenta ao País um plano plurianual que, a meu ver, é mais um sonho, como é o do crescimento com estabilidade, porque esse plano, de que temos conhecimento, é, como disse o Senador José Jorge, um sonho, não uma peça de boas intenções, porque desprovido da necessária base financeira do orçamento federal.

O exemplo é o Orçamento de 2004, o orçamento feito pelo atual Governo não contempla, de forma proporcional, os investimentos necessários a se alcançar essas metas que aqui estão. Indago a V. Exª: será que esse 4,25% não foi um excesso? A Argentina fala em discutir 3% de uma situação bem pior, 3% do PIB, porque não é suportável para a nação um superávit primário como o que está sendo praticado no País e que não resolve o problema da nossa dívida ainda. Então é um sacrifício imposto ao País pelo Fundo Monetário Internacional, para o pagamento de uma dívida, que, sabe V. Exª, a longo prazo, é impagável. O povo brasileiro não tem a capacidade de pagar essa dívida que era dito seria auditada, seria renegociada, o perfil seria alongado, mas nada disso, infelizmente, aconteceu.

Esse dados, pergunto a V. Exª, em vez dessa lei orçamentária, prevista para 2004, não se poderia fazer um maior nível de investimento se não houvesse esse compromisso alto assumido pelo Governo de 4,25%?

Darei um exemplo a V. Exª sobre o rio São Francisco. O PPA prevê, no período de 2004 a 2007, o investimento de R$289 milhões, para obras de revitalização e recuperação da bacia – não estamos falando em transposição, não, revitalização e recuperação, obras fundamentais para posterior transposição, se um dia acontecer. O projeto da lei orçamentária de 2004, Ministro, prevê a destinação de R$10 milhões para essa ação, R$10 milhões de um total de R$ 289 milhões, quer dizer, 3,5%. Então V. Exª terá que cumprir, nos próximos três anos, 96,5% para concluir essa meta, Senador Roberto Saturnino. Efetivamente não há como acreditar que se vá cumprir de forma realística o que está preconizado no PPA.

Por outro lado, o que sentimos é que os entes federativos brasileiros estão destruídos, os Estados, os Municípios brasileiros cada vez passando maiores dificuldades; e fala-se em um PPP, um dos P de parceria, inclusive com esses Estados e Municípios que não têm hoje capacidade de fazer parceria com ninguém. Precisamos é distribuir melhor os recursos tributários da Nação para salvar os entes federativos.

Mas veja bem, Ministro, não há efetivamente uma política clara e definida para combater as desigualdades regionais. Se há aqui, tramitando no Congresso Nacional, a recriação da Sudene, havia uma urgência constitucional que foi retirada a pedido do Governo Federal. A Sudene está aí parada, paralisada; teve a sua recriação anunciada com pompa e circunstância, mas não existe. As políticas de combate às desigualdades regionais não são consistentes, não estão existindo. O FPE e o FPM dos Estados e Municípios têm caído, porque o nível de atividade

econômica caiu, levando a um aperto insuportável dos Municípios e também dos Estados brasileiros.

Essa é uma realidade muito dura, muito difícil. Portanto, deixo essas questões para V. Exª. Gostaria apenas de tocar na questão do metrô. O metrô não depende de recursos do Governo Federal, que tem uma pequena contrapartida. No caso da minha cidade, Salvador, é de 50% apenas que o Governo precisa entrar e com dinheiro do Banco Mundial; a parcela do Governo Federal é de 15%. E o Ministro das Cidades apresentou um cronograma de liberação, porque a internalização, segundo o Fundo Monetário, significa déficit primário, vai contra compromisso do superávit primário, que fez o cronograma da seguinte forma: R$15 milhões em 2004 – este ano não será sequer isso –, mais R$19 milhões, em 2005; em 2006, mais R$20 milhões e, quando chegar 2007, que não é sequer mais o Governo do PT, está prevista uma liberação de mais de US$100 milhões, a internalização do Banco Mundial.

Enquanto isso, o Brasil está pagando taxa de permanência, sem utilização desses recursos, porque foram contratados e já deveriam estar internalizados.

Essa é uma realidade dos metrôs brasileiros, ou seja, são obras que não serão concluídas e quem será prejudicada é a população brasileira, Sr. Ministro.

Sei das dificuldades, da tentativa de ajuste macroeconômico dar confiança ao mercado, mas não podemos matar de carência, de investimento a Nação brasileira, as estradas destruídas. A saúde, como disse bem o Senador Augusto Botelho, tendo essas dificuldades de liberação, obras paralisadas. Não há investimento federal em área nenhuma, Sr. Ministro.

Hoje, o investimento federal, o total liberado, que acabei de citar, de um pouco mais de R$2,6 bilhões de investimento, que são 18% dos R$14,4 bilhões previstos, são suficientes para manter, sem a destruição do que já existe, o que acarreta custo adicional quando de sua retomada. O pouco que é liberado mal dá para manter sem que haja uma deterioração rápida das obras.

Apresento estas questões objetivamente: por que 4,25? Ficar com menos 3,75 daria folga para mais investimentos. Como será realizada a revitalização e recuperação da bacia do São Francisco, quando Orçamento de 2004 feito pelo PT só tem R$10 milhões, e se prevê R$290 milhões para as obras de revitalização no PPA. Finalmente, quanto às políticas de combate a desigualdades regionais, porque está-se acentuando a concentração da riqueza neste País, principalmente nos Estados mais desenvolvidos, em detrimento das regiões mais pobres.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, muito obrigado, Senador César Borges. Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra para responder.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de esclarecer, em primeiro lugar, que política que praticamos no início do nosso Governo não foi nem ortodoxa, nem heterodoxa. Foi uma política emergencial, para tirar o Brasil da crise na qual estava mergulhado no ano passado. Está mergulhado por equívocos do Governo anterior. Portanto, não dava para pensar se era ortodoxa ou heterodoxa, mas para salvar o País, tirar o País do buraco.

Estamos à beira de uma moratória. Havia a suspeita de vários investidores de que o Brasil não tem capacidade de pagamento, que ele vai quebrar. Então, estávamos em uma situação muito perigosa.

Nesse momento, não dava para ficar pensando, fazendo uma discussão filosófica se ortodoxa ou heterodoxa. Temos que tirar o País do sufoco, tirar o País desse perigo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Só que é um caminho ortodoxo.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não. O problema era a dívida pública, que crescia exponencialmente, tinha alcançado 63% do PIB e vinha crescendo. O crédito externo tinha sido suprimido totalmente. O empresário brasileiro não conseguia rolar um centavo da dívida externa. Estávamos com a corda no pescoço. Todos, olhando para a Argentina, diziam: "O Brasil vai seguir o caminho da Argentina".

Não podíamos deixar que isso acontecesse. Tínhamos que colocar o País na UTI e, é claro, demos remédios que têm efeito colateral. Mas o preço pago foi o dos equívocos cometidos antes – é bom que se diga –, mas não pusemos em prática o preço da política. Esse dinheiro foi gasto antes. O Governo não tem recursos em 2003 porque eles já tinham sido gastos em período anterior.

Fizemos a única coisa que poderia ter sido feita: recolocar o País no eixo. E eu diria que isso foi feito com bastante sucesso. Recuperamos em tempo recorde a confiança no País. Tiramos o País da beira do precipício. Esse risco da moratória já está afastado. Todos reconhecem. O Brasil está novamente caminhando no prumo; consegue empréstimos externos. Qualquer empresário brasileiro que queira rolar seus títulos, sua dívida, consegue recursos no mercado internacional.

Então, eu diria que o Governo até fez uma proeza de, em curto espaço de tempo, tirar o País da crise

aguda na qual estava mergulhado. Isso é reconhecido por todos.

É claro que isso não se faz colocando o pé no acelerador. Tínhamos um perigo inflacionário. A inflação anualizada, no final do ano passado, chegou a 30%, dependendo do índice que adotássemos. Sabemos que não podemos deixar a inflação voltar ao País. O Brasil é um país que tem inflação no seu DNA. É como uma pessoa que, no passado, teve um vício; se ela se descuidar, cai novamente no vício, e vai tudo por água abaixo. Então, tínhamos esses dois problemas sérios: a inflação que era perigosa, tinha de ser debelada, e o risco de moratória. O País tinha de reverter esse quadro. Ele foi revertido. É claro que, em função disso, crescemos menos. O nosso desejo era que crescesse 2,8% neste primeiro ano, mas não foi possível fazê-lo.

Repito: outras economias, que também tiveram crises financeiras e cambiais parecidas com a brasileira, tiveram de pagar um preço muito mais alto por esse ajuste. É o caso da Coréia, com uma economia até bem constituída, que, em 1997, passou por uma crise semelhante à nossa e que, em 1998, cresceu menos 4%. É o caso do México, que, em 1994, teve uma crise cambial e que também passou um ano com crescimento negativo do PIB. Isso sem falar da Argentina, mas não vou nem comparar o Brasil com a Argentina. Há o caso da Rússia também, quando teve a sua crise, em 1998. Eu diria até que nos saímos muito bem. Se conseguirmos 0,7% ou 0,8% de crescimento neste ano, vamos ter pagado um preço menor para superar uma crise, que era de grandes proporções. Nós nos esquecemos, mas, se nos lembrarmos do Brasil há um ano, vemos o salto que demos, a melhoria que conseguimos construir. Infelizmente, não deu para crescer 2,8%.

Não há nenhuma discordância entre o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda. Há uma perfeita consonância. A necessidade de se estabelecer um superávit primário de 4,25% resultou de comum acordo, mesmo porque é o Ministério do Planejamento que pratica esse ajuste, que é muito doloroso. É difícil fazer um corte adicional em um orçamento que já está bastante sacrificado, mas não havia alternativa. Eu sempre fui contra superávits primários elevados e continuo sendo contra. Entretanto, num caso emergencial, é necessário pegar o extintor e apagar o incêndio. Do contrário a casa toda será destruída. Então, quando não há alternativas, usam-se medidas mais drásticas mesmo. E isso foi feito.

Agora, já ao longo deste ano, estamos reconstituindo uma política que não é ortodoxa. O Governo não está trilhando a política ortodoxa – é bom que isso fique claro. Fizemos apenas um ajuste, que já está passando. A inflação está sob controle, a dívida está sob controle, e já podemos colocar em prática políticas ativas. Estamos pregando um plano plurianual que prevê uma participação importante do Estado. O planejamento está sendo reconstituído no País. Isso não tem nada de ortodoxo. A ortodoxia é contra planejamento, é contra a participação do Estado, é contra o Estado ser indutor do desenvolvimento. Nós consideramos que é importante que o Estado seja indutor do desenvolvimento, particularmente do desenvolvimento regional. Sabemos que o mercado não resolve as disparidades regionais que existem no País. É preciso que o Estado tenha iniciativas de modo a diminuir as desigualdades do País.

O PPA não é uma peça de ficção. Esse que fizemos não é. Sobre os anteriores, eu não sei. Fizemos um plano plurianual que é para valer, tanto que ele é relativamente modesto. É claro que ele conta também com investimento privado, para que ele se viabilize. Reconhecemos que a situação orçamentária continua difícil e apertada. Aliás, não é somente no Governo Federal. Os vários governos estaduais compartilham dessa situação de aperto fiscal.

Eu gostaria de ter um superávit menor que esse ou até de zerá-lo, se fosse possível. Penso que, para o próximo ano, ainda não será possível. Vamos ter de fazer um superávit forte, porque a situação da dívida brasileira ainda inspira cuidados, mas eu diria que já estamos indo para o caminho certo. A reação positiva da economia já está acontecendo. Tivemos seis, sete, oito meses de desaquecimento da economia, mas a economia já está retomando o crescimento. A confiança que existe nessa política econômica está expressa nas pesquisas. As pesquisas dizem que o empresariado vai voltar a investir e já está começando a fazê-lo. Portanto, o País vai retomar o crescimento. Então, é possível que, a partir do próximo ano, já tenhamos 3,5% ou 4% de crescimento do PIB. Aí já esqueceremos as polêmicas: se é ortodoxa ou heterodoxa. O País vai crescer com política industrial, que está sendo finalizada – e política industrial não é ortodoxa...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ministro, isso está sendo gravado. Daqui a um ano estaremos aqui todos para confirmar os 4,5% de crescimento.

O SR. GUIDO MANTEGA – Se eu estiver no Governo daqui a um ano, terei um imenso prazer em vir aqui prestar contas daquilo que foi feito. A política industrial vai ser apresentada em breve ao País. Ela significa uma atuação do Estado estimulando determinados setores – não é política ortodoxa. Portanto,

diria que esses passos estão sendo dados. Neste ano e no próximo, infelizmente, não dá para reduzir o superávit primário.

Eu gostaria muito de ter mais sete ou oito bilhões para...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – O Orçamento de 2004 é o necessário para reaquecer a economia, com os valores de investimento em sete bilhões apenas?

O SR. GUIDO MANTEGA – São escassos. Com trinta bilhões das empresas estatais, são 37 bilhões. Isso não é o suficiente. Por isso estamos empreendendo esse projeto de parceria que vai estimular o setor privado. O setor privado está tendo uma reação positiva, porque ele também precisa de empreendimentos para realizar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Quanto àquela questão sobre o São Francisco, V. Sª acha que ao final do Governo terão sido aplicados os 290 bilhões, quando só tem 10 para este ano?

O SR. GUIDO MANTEGA – Sim, eu acredito que terá aplicado. Procuramos fazer um PPA o mais realista possível. Por exemplo, do setor privado o que se espera é 36 bilhões em quatro anos. Isso não é muita coisa. Poderemos até conseguir mais do que isso.

Em todo caso, não dá para cravar o número perfeito. Teremos de verificar a reação, que pode ser a esperada ou melhor do que a esperada, ou não. Teremos que ver isso ao longo do tempo.

Em relação ao metrô, os recursos para o metrô, para 2003, são 70 milhões. Considero-os insuficientes mesmo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Todos os metrôs.

O SR. GUIDO MANTEGA – Sim. São 70 milhões. Salvador, parece-me que tem...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – São 17 milhões.

O SR. GUIDO MANTEGA – Dezessete milhões foi a verba da última liberação que fizemos.

No caso da revitalização do São Francisco, o primeiro ano é um ano em que se realizam projetos. Então, você conta com menos recursos para começar. A primeira fase para a implantação é fazer o projeto de viabilidade técnico-econômica. Para isso você precisa de menos recursos. A partir do segundo ano, vão acelerar os recursos.

Posso lhe garantir que estudamos o cronograma de desembolso desse programa, que é muito caro ao Presidente, detalhadamente. Ele, portanto, tem que ser viabilizado. Ele sairá do papel, isso eu lhe garanto.

Quanto aos Estados e o PPP, existem vários Estados que querem realizar parcerias públicas-privadas, inclusive que estão apresentando aos seus Poderes Legislativos, projetos de parceria. É o caso de Minas Gerais, que já apresentou projeto de parceria. O Ceará também nos pediu o modelo de projeto de lei que estamos finalizando. Vários Estados – tenho percebido – têm interesse, porque isso permite amplificar os investimentos que lá serão feitos.

A Sudene, que foi extinta pelo Governo anterior, foi recriada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não. O projeto de lei está no Congresso e dele foi retirada a urgência constitucional que havia, a pedido do Governo.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não sei os detalhes de encaminhamento do projeto no Congresso, mas o Governo quer que a Sudene seja recriada e que tenha uma ação importante na Região Nordeste.

O FP e a FPN foram reduzidos porque o nível de atividade caiu. V. Exª tem razão. Nesse ano, em que houve uma queda do nível de atividade, a arrecadação cai. Contudo, já existe uma recuperação. Inclusive, no âmbito dos Estados, o ICMS já apresenta uma melhoria.

Portanto, com o aquecimento que já estamos observando, haverá uma reconstituição desses fundos e de todas as receitas, tanto no âmbito Federal como Estadual. No primeiro semestre do próximo ano, eu diria que já teremos uma situação mais favorável.

Em relação aos recursos externos para o metrô, infelizmente, encontramos no Ministério do Planejamento uma carteira de empréstimos externos muito ampla. São R$6,5 bilhões de projetos já aprovados, mas que não estavam sendo efetivados por falta de limite orçamentário, porque quando se toma um empréstimo, ele é contabilizado como gasto primário. Não faz diferença colocar um recurso orçamentário ou pegar dinheiro emprestado do BID ou do Bird. Ele tem a mesma conotação – é inscrito no gasto primário e na dívida.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Isso é ortodoxia, Ministro.

O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA – Isso era ortodoxia do governo anterior. Nós estamos fazendo uma revisão dessa carteira, porque, de fato, não se pode ficar pagando taxa...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É aceitar os ditames do FMI.

O SR. GUIDO MANTEGA – Absolutamente, não estamos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – ... do superávit primário.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não estamos pelo seguinte, Senador: nós, aqui, estabelecemos 4,25; não foi o FMI. Nós assinamos um protocolo no ano passado – V. Exª deve estar lembrado – antes da eleição presidencial. Viemos a publico e assinamos um protocolo, dizendo que o Partido dos Trabalhadores concorda com um superávit de 3,75; quando entramos no Governo, achamos que isso não era suficiente para debelar a crise. Isso não é ortodoxia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É perversidade.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não é perversidade. Essa é a situação de emergência. É tirar o País do sufoco.

Então, infelizmente nós fomos obrigados a fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª encerrou.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu diria que sim.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Só uma coisa, Sr. Presidente. O Ministro está falando em metrôs.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Quer V. Exª falar pela ordem?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – O Senador Antonio Carlos Magalhães, na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, aprovou um requerimento. Eu não sei se S. Exª falar sobre o assunto; se for eu não falarei – sobre os metrôs?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Vou falar sobre os metrôs.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Então, passarei a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Não, não.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – O Senador Antonio Carlos Magalhães aprovou um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos. Há alguns metrôs em execução, alguns em final de construção; no caso de Brasília, faltam 100 milhões para chegar ao trecho mais importante, que é de Ceilândia. O Senador Eurípedes Camargo conhece bem, até porque é morador de Ceilândia. E o dinheiro está contingenciado, está preso. O apelo que fazemos, em nome do Distrito Federal, é pela liberação desses recursos. Não é muito, está no Orçamento, está aprovado e é importantíssimo para finalizar essa obra.

Passo a palavra ao Senador, porque justamente comentava o seu requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos. É que antes de S. Exª usar da palavra, eu já fiz um aparte.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas eu não concedera a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que é o próximo inscrito, diga-se de passagem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Sr. Ministro Guido Mantega, eu não participei – estava na Comissão de Assuntos Econômicos – de toda esta reunião e lamento até bastante.

Acredito que o Senador César Borges já tenha exposto muito bem o problema do metrô, mas tomei conhecimento de que V. Exª declarou o número excessivo de metrôs; e que são investimentos altos, deficitários no mundo inteiro; por isso, precisam ser subsidiados.

Pela lógica de V. Exª, o mundo inteiro fecharia os metrôs, e a população mais carente, que usa metrô, não teria o seu transporte mais barato.

Logo, acredito que os argumentos de V. Exª, homem bem intencionado, não sejam válidos em relação às quantias, que não são grandes, pelo menos, dos metrôs de Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre e Distrito Federal, como acabou de salientar o nosso Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – E Belo Horizonte.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – E Belo Horizonte.

Desse modo, acredito que o Presidente Lula vai a Belo Horizonte e declara: "eu só vou fazer o de Belo Horizonte porque está no final e tal", depois se arrepende, porque foi uma declaração infeliz. Acredito até que V. Exª tenha dito a Sua Excelência que errou, porque deve tratar todos os Estados igualmente e tal. V. Exª deve ter dito isso, fazendo-o mudar a linguagem. E eu tenho ouvido de ministros importantes do Governo que é necessário e indispensável a conclusão dessas obras dos metrôs.

No entanto, pelo que V. Exª falou, mesmo em resposta ao Senador César Borges, essa esperança vai-se frustrar para todas as populações carentes do Brasil. As quantias são poucos significativas, e o que vai haver é o que houve na Bahia ainda há pouco: paralisa-se totalmente a obra de metrô, demitem-se milhares de funcionários que estavam trabalhando; depois, chega uma pequena injeção de recursos e aí, então, voltam-se determinadas obras e depois as paralisam novamente.

Para quem critica indiretamente, como V. Exª está fazendo, e não estou defendendo o Governo

passado, acredito que essa política também não é certa. Penso que V. Exª deveria dar prioridade a essas obras que estão em andamento. Já ouvi de vários Ministros que isso vai ocorrer até o final do ano, mas já chegamos ao fim do ano, e a situação não melhorou; ao contrário, agora, cada Ministro usa uma linguagem mais negativa em relação a esse problema. Dessa forma, no caso baiano, creio que o Senador César Borges salientou isso, nós entramos com recursos próprios.

V. Exª diz que alguns Estados estão querendo fazer parceria, mas nós não, nós fizemos com recursos próprios, negociamos com os estabelecimentos internacionais, diretamente, com o aval da União. Enquanto isso, vemos uma excepcionalidade de quinhentos milhões para a Prefeitura de São Paulo, o que jamais se daria sem que V. Exª autorizasse.

Sei do prestígio de V. Exª no Governo e acredito que essa excepcionalidade também é de V. Exª. Agora, por que a excepcionalidade para São Paulo? Reclamava-se tanto do Presidente Fernando Henrique, do número de Ministros que tinha, mas hoje se tem muito mais. Eu não vou falar, que não é o caso de V. Exª, do aproveitamento de tantos derrotados, magoados, no Governo, o que evidentemente não leva o Governo a bom termo. V. Exª apresenta, e tem direito de apresentar, alguns números positivos do Governo, que reconhecemos e achamos que resultam do esforço grande do Ministro Palocci e de V. Exª, sem o qual a situação estaria muito pior.

É possível que V. Exª tenha realmente encontrado um quadro muito ruim, mas vamos falar também a verdade, o quadro ficou ruim porque obras foram feitas. Neste se paralisou tudo internamente, enquanto externamente V. Exª viu a oferta de dinheiro para toda a América Latina, para a África e outros países.

Isso seria de bom alvitre? Seria com o apoio de V. Exª? Sacrificar as obras internas do Brasil, como esses metrôs e, ao mesmo tempo, dar dinheiro ao estrangeiro, diante da pobreza brasileira? Talvez o Brasil seja mais carente do que muitos. Devemos estar em situação pior do que a Namíbia, porque o Presidente disse que a Namíbia não era a África, de maneira que devemos estar piores do que a Namíbia.

Penso que V. Exª deve fazer um reexame de sua consciência em relação a esses problemas dos metrôs. É a população carente! E, como disse o Senador César Borges, os recursos, em larga escala, só chegarão em 2007. Prevejo que o Governo acredita que será reeleito, o que pode acontecer, mas, caso isso não aconteça, estará deixando para o próximo algo que V. Exª estava reclamando agora de Fernando Henrique. Dessa forma temos que ver que essas coisas não são bem assim como pensamos à primeira hora.

Quanto ao ajuste fiscal feito há dez anos – não é só neste Governo, mas, há dez anos –, os Estados e Municípios são vítimas desse arrocho fiscal e perde receita enquanto a União ganha receita. V. Exª é Ministro do Planejamento e sabe que estou dizendo uma verdade.

A situação dos Estados é péssima e a dos Municípios ainda é pior. De forma que eu tenho o dever de falar assim com V. Exª, dado o respeito à sua autoridade, à sua capacidade e até mesmo à tradição de V. Exª no seu partido. Levanto esse ponto, para V. Exª pensar sobre ele, ou repensá-lo, se for possível, e dar esses recursos a esses metrôs, que a população de baixa renda... Aqui, provavelmente, ninguém anda de metrô, nem mesmo em São Paulo, que tem um bom metrô, nem no Rio de Janeiro. Ninguém anda de metrô, cada um tem seu carro, ou então um ônibus melhor, refrigerado, que até existem muito hoje em São Paulo. A coisa é outra, é totalmente diferente da nossa vida, sobretudo no Nordeste.

A população do Distrito Federal, essa tem uma situação muito boa porque é a Capital da República e tem um auxílio razoável do Governo Federal, já constitucionalmente.

Uma outra coisa que eu gostaria de saber de V. Exª era sobre o Orçamento impositivo. Quando converso com todos os técnicos e o PT... Quando eu era Presidente do Congresso Nacional e apresentei essa proposta, recebi discursos, de todos os segmentos do PT, favoráveis ao Orçamento impositivo.

Quando esteve aqui o Ministro Antonio Palocci, S. Exª deu uma declaração – que repetirei no plenário hoje – extremamente favorável ao Orçamento impositivo, que é um Orçamento que – simplesmente eu diria a V. Exª – para não ter maior medo, porque o Congresso Nacional muitas vezes erra no problema orçamentário, o Congresso Nacional tem culpa, também, nesse problema de Orçamento, muito mais até do que o Governo, em algumas coisas.

O Ministro Antonio Palocci foi 100% favorável ao Orçamento impositivo. Sabemos que V. Exªs é que ditarão a receita, e se houver um superávit, aí, em combinação com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, será empregado nas obras que estão em curso. Se houver um déficit, vamos cortar, de acordo, com a vontade do Governo...

(Corte na gravação)

(Cont. o Sr. Antonio Carlos Magalhães) – ... esse excesso de verba que foi posto no Orçamento, mesmo de acordo com o Governo. De maneira que o Orçamento impositivo é o que torna o Brasil real. Facilitará – tenho certeza – a vida de V. Exª e do Governo. Não ficará Senador ou Deputado atrás dessa verba que foi contingenciada, diminuirá a corrupção em todo o mundo. Quase todo mundo tem Orçamento impositivo, poucos países têm Orçamento autorizativo, porque o Orçamento impositivo é o retrato da administração pública.

Daí por que eu queria saber – com toda a humildade, porque sou autor desse projeto e tenho o apoio de quase toda a Casa... Mas o PT pediu vista. Isso me deu um tremor, porque quando o PT, que era todo favorável, pede vista, e pede para ouvir Pedro, Paulo e João, e não pede para ouvir o Ministro Palocci, creio que isso é uma manobra protelatória.

Como sei que V. Exª, nesse ponto, é incapaz de não dizer a verdade e não criará problemas protelatórios, se V. Exª disser sou contra por isso ou aquilo, dirá com toda a franqueza. Mas eu queria saber de V. Exª, com toda a humildade, se V. Exª é a favor. Porque se V. Exª for a favor, acredito que daremos um passo muito grande no progresso do Brasil em matéria de Orçamento, onde – repito – este Congresso Nacional é tão ou mais responsável pelos erros do que o Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Passo a palavra para o Ministro Guido Mantega para responder.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

Eu queria começar esclarecendo a questão dos metrôs. Dei aqui a impressão de ser contra o transporte de metrô, o que é uma inverdade. Penso que foi uma imprudência começarem tantos metrôs ao mesmo tempo num País que carece de recursos orçamentários. Em vez de termos sete metrôs em andamentos – Goiás também quer começar o seu metrô – deveríamos ter apenas três ou quatro. Assim, concentraríamos os recursos nesses e os terminaríamos, em vez de termos sete metrôs em que se anda um trechinho aqui e outro acolá, por uma questão de racionalidade econômica.

É bom esclarecer que sou totalmente favorável ao metrô, pois penso ser o melhor sistema de transporte, pois beneficia a população trabalhadora; é o transporte mais rápido que existe. O problema é que temos pouquíssimo dinheiro, por isso temos de dar R$17 milhões para o metrô de Salvador, R$16 milhões para o de Fortaleza; R$7 milhões para o do Ceará, e as obras não andam. Sabemos que R$17 milhões para Salvador é pouco. Precisaríamos colocar R$100 milhões no metrô de Salvador para que ele pudesse completar trechos e imediatamente prestar serviços à população. É esse o meu ponto de vista.

Não sou contrário ao metrô. O problema é: como poderemos colocar R$200, R$300, R$400 milhões no metrô se não temos recursos? O nosso problema é termos recursos escassos, por isso, temos de tirar de outro lugar para colocar no metrô e essa divisão de recursos é muito difícil, pois colocamos despesa social no âmbito da saúde, medicina preventiva – V. Exª é médico e entende desse assunto mais do que eu – aí a bancada da saúde reclama, para a saúde, é preciso alocar mais R$2 ou R$3 bilhões. Tira-se dinheiro de onde? De infra-estrutura, de investimento, etc. Então, vivemos um dilema muito difícil de resolver.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V. Exª me permite interrompê-lo?

O SR. GUIDO MANTEGA – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – A Bahia, na questão do metrô, se adiantou a muitos outros Estados e está com quase 60% das obras concluídas. Esse é o primeiro ponto que queria abordar.

O segundo ponto, direi com muita coragem – talvez a imprensa, amanhã, me massacre – que penso que o Governo estava correto quanto colocou nutrição, que é fome, e saneamento na área da saúde. Eu também colocaria. Considero correta a atitude do Governo. Poucas pessoas terão coragem de dizê-lo, porque seriam e são massacradas pela imprensa, mas penso ser do meu dever dizer que, nesse ponto, o Governo está correto.

O SR. GUIDO MANTEGA – Essa é a nossa dificuldade. Gostaríamos de terminar todas as linhas de metrô, mas não é possível. O Governo do Distrito Federal precisa de R$100 milhões para terminar a linha de metrô. Talvez tenha de utilizar os fundos do GDF, pois poderá dispor de mais recursos até do que o próprio caixa da União. Não sei como resolver todos esses problemas.

Ao longo do tempo, creio que disporemos de mais recursos para investimento. Diria que 2003 e 2004 serão os piores anos em termos de disponibilidade de recursos. A partir de 2005 e 2006, haverá recursos adicionais, de modo que poderemos levar adiante todos esses projetos.

Penso que também falta recurso fiscal, ao longo destes últimos dez anos, porque o País tem crescido

pouco. E a melhor fonte de recurso fiscal é o crescimento. O País tem crescido à taxa de 1,5%, 2% ou, ás vezes, um pouco mais, mas é insuficiente para aumentar a receita. E não podemos impor mais tributos, pois já estamos cobrando o máximo possível. A partir de um crescimento maior, haverá uma arrecadação maior por parte do Estado e poderemos dispor de mais recursos para essas obras de investimento.

Senador, confesso que não conheço o projeto de orçamento impositivo de V. Exª. Solicitarei à minha assessoria que imediatamente que requisite esse projeto para que eu possa dar minha opinião, mas, sem ler o projeto, tenho alguma experiência orçamentária, já administrei vários orçamentos, posso dizer que, num País onde as finanças públicas são alvo de muitas alterações, tenho um pouco de receio de um orçamento impositivo. Não teria se estivéssemos num País onde as finanças públicas têm uma regularidade maior, onde não há sobressaltos, mas, infelizmente, no Brasil, temos visto muito sobressalto. Começa-se o orçamento, de repente, temos que contingenciar. Aí reduz o orçamento. Para esse tipo de situação, o orçamento impositivo, a meu ver, é temerário. Isso implicaria muitas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quer dizer que não devo hoje dar a declaração do Ministro Palocci a favor do orçamento impositivo?

O SR. GUIDO MANTEGA – A opinião do Palocci é do Palocci, a minha, quer dizer, não há uma posição de Governo em relação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O Governo não tem...

O SR. GUIDO MANTEGA – Não há uma posição de Governo em relação a isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Ouvi da maior autoridade, da quase maior autoridade do Governo, que já tinha.

O SR. GUIDO MANTEGA – A opinião dele é respeitável. Agora, gostaria de dar a minha opinião depois de ter analisado o seu projeto. Farei de forma rápida, mas diria que, nessas circunstâncias que nos encontramos, tenho certo receio que tornar o orçamento impositivo vá complicar muito a sua gestão. É essa a minha impressão, mas posso estar errado, pode ser que os termos que V. Exª colocou lá criem os instrumentos que facilitem a sua operação, mesmo sendo um orçamento impositivo. Depois, comprometo-me a transmitir a S. Exª a minha posição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, o próximo inscrito é o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Senadora Ana Júlia Carepa, falamos aqui sobre a questão energética, do petróleo, de energia elétrica, da infra-estrutura, mas há um debate nesta Casa e na sociedade sobre a bioenergia. Há inclusive sobre isso uma exposição da Câmara. Vi hoje na imprensa que o Estado do Ceará está implantando na rua uma frota de ônibus usando energia a partir da mamona. Essa é uma situação de parque industrial. Há uma concorrência de tipo de energia, principalmente com a energia do petróleo. Como seria essa relação e qual a programação desses tipos de energias diferenciadas? E qual seria a importância de ter o potencial, que o nosso País tem, de todos os tipos de energia eólica, elétrica, combustível, petróleo, a bioenergia? Como seria essa relação nesse planejamento do PPA, de dotar, de estar acompanhando, de estar potencializando? E essa relação vai ser estabelecida dos diversos tipos de energia de interesse comercial? A outra questão é qual seria, no planejamento dos PPPs, por onde estaria o potencial de interesse por parte das parcerias empresariais por onde iniciaria. Claro que há interesse mais ou naquela proposta de investimento. Isso na sua visão. Por onde seria a frente que o empresariado responderia mais de imediato, mais rápido?

O SR. GUIDO MANTEGA – Diria que a partir da crise de energia que tivemos em 2001, colocamos para funcionar a criatividade brasileira, tanto em termos de redução do consumo corrente, na energia elétrica, quanto na descoberta de novas fontes de energia. E o Brasil é um País que oferece grandes possibilidades nesse sentido, desde a energia do bagaço de cana até a energia eólica, em que o Brasil tem um grande potencial.

Agora, são formas de energia que requerem um certo tempo para sua implementação. No caso do bagaço de cana, está um pouco mais avançado, porque até de forma bastante modesta se utiliza. A energia eólica ainda requer um desenvolvimento maior. São questões que levam tempo, estão no âmbito do Ministério das Minas e Energia essas iniciativas que vão permitir o avanço nessas formas.

Existem propostas que estão sendo postas em prática, embora o Brasil ainda seja um País que tem a maior fonte de energia hidroelétrica do mundo. No período de crise, tivemos um certo descuido. O Governo achou que devia construir termoelétricas, que produzem uma forma de energia poluidora e de custo mais

elevado, mas ainda temos um enorme potencial. Se não me engano, ainda são 90 mil megawatts de potência hidroelétrica disponível. Temos que aproveitá-la, sem descuidar dessas formas alternativas, que também são úteis, embora algumas delas sejam mais caras do que o potencial hidroelétrico. Temos que pesar vantagens e desvantagens. Portanto, seria, mais ou menos, isso que eu teria a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – A última inscrita é a Senadora Ana Júlia Carepa. V. Exª tem cinco minutos.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Serei rápida. Estava na Comissão de Assuntos Econômicos. Por isso, não pude estar presente, mas gostaria de apresentar, primeiro, uma questão que considero importante, em relação a essa questão de concentrar em grandes obras, em vez de pulverizar recursos. O Governo propôs três, no PPA, em relação à implantação de hidrovias, mas alocando a maior quantidade de recursos à Hidrovia Araguaia-Tocantins, que é importantíssima, principalmente para a nossa região, que fica justamente no Estado do Pará. Aliás, é uma forma de transporte, inclusive bem mais barato. Todos sabemos que o transporte fluvial, dos três modais, é o mais barato. Nesse aspecto, o Governo está de parabéns por ter, justamente, feito um planejamento positivo.

Ministro, quero pedir um esclarecimento a V. Exª em relação à questão da dívida externa. Realmente, temos um grande desafio de hoje pagar mais de 100 bilhões e ter um valor tão pequeno para investimento. O grande desafio é desatar esse nó. Sabemos dos custos de uma moratória, mas também sabemos que, em outros tempos, os países desenvolvidos do mundo renegociaram, deixaram de pagar dívidas e conseguiram crescimento, sem dúvida alguma. Por que e se o Governo pretende, na minha opinião, deveria fazer, já disse isso, o Governo não perguntou. O acordo deveria ser, inclusive, discutido e aprovado no Senado. Deve ser. Acredito que vá passar porque diz que tem que passar pelo Senado da República. Por que não fizemos, ou se pretendemos fazer, uma auditoria em relação à dívida? Por que o País paga juros de risco de tão altos se nunca deixou de pagar? Essa é uma questão.

Estivemos com o Ministro da Reforma Agrária. Hoje, o Ministro da Justiça está em Altamira, no Pará, assistindo a situações extremamente difíceis e conflitantes numa região hoje que, se não houver uma intervenção rápida, urgente e consistente, para que seja feita uma regularização fundiária, uma reforma agrária... Estamos propondo um PPP para a Santarém-Cuiabá, que pode simplesmente ser, se não houver regularização fundiária antes, um desastre para a região amazônica, porque hoje já existe uma completa invasão daquelas regiões. Naquela região, há a última reserva de madeira nobre, o mogno, e a invasão e a violência são totais, inclusive há crime organizado naquela região. Matam pessoas a um custo muito pequeno. Portanto, o que quero mencionar aqui é que essas coisas não são desconectadas. Temos até uma proposta de PPP e, é lógico, o Ministério do Meio Ambiente também está acompanhando isso, mas o que eu queria dizer é isso. Brincávamos, quando estávamos lá em Altamira, dizendo: "Olha, precisamos trazer aqui o Sr. Joaquim Levy, o Ministro Guido Mantega, o Ministro Antonio Palocci, para virem aqui a esta região conhecer um pouco dessa realidade tão cruel que tanto precisa de investimentos."

Pergunto isso, Ministro, porque sou Senadora do Pará, um Estado que acho tem potencial para o País imenso, não de problemas, mas de soluções para o País. Com certeza, se conseguirmos fazer esse planejamento de forma a que tenhamos o desenvolvimento sustentável nessa região, não só nessa região, mas também no País todo, mas é lógico que existe um débito com a nossa região, tanto é que o Fundo de Desenvolvimento Regional proposto na reforma tributária é voltado para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Reconhece-se um débito para com essas Regiões. Acho que precisamos fazer isso.

Pergunto por quê, se pretendemos ainda fazer uma auditoria e rever essa situação de pagamento contra investimento.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Obrigado, Senadora Ana Júlia Carepa.

V. Exª tem a palavra para responder a S. Exª, Sr. Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador José Jorge.

Começando pela questão das hidrovias, de fato uma das prioridades no PPA é a viabilização da Hidrovia Araguaia-Tocantins, a qual necessita de duas eclusas, a de Tucuruí e de Lajeado. A de Tucuruí já está em obras e tem recursos para que, em 2 anos, seja concluída, mesmo porque o Governo do Pará tem interesse e fará parceria; portanto, ela é mais viável. A de Lajeado demorará um pouco mais, mas também deverá ser feita.

Além dessa, existem mais duas hidrovias de grande porte. O desassoreamento, a revitalização do São Francisco permitirá também a sua navegalibilidade. A Hidrovia Tietê-Paraná também está com obras

complementares e também é uma outra hidrovia que, como consta, deverá ser feita.

Em relação à questão da dívida, é um equívoco pensar que estamos pagando alguma dívida. A dívida não está sendo paga. O que fizemos foi estancar o crescimento da dívida pública e a relação dívida/PIB. É isso o que tem de mudar. O que não podemos ter é uma dívida crescente, como estávamos tendo o ano passado, porque ela se torna impagável, e os credores podem dizer que essa dívida não será paga nunca. Entretanto, uma vez estabilizada a dívida, pode-se mantê-la naquela posição, em valores absolutos. Se o PIB cresce mais e o juro cresce menos, a relação dívida/PIB fica mais favorável, o que não quer dizer que se está pagando a dívida. Em geral, a dívida não se paga, mas é rolada. Essa é uma questão não só no Brasil, mas também em outros lugares.

É verdade. Peguemos, por exemplo, a Itália, que tem uma dívida de 100% do PIB. E o que ela faz? Cumpre os compromissos, paga os juros, quando vence um título, ela o resgata e coloca outro, como fazemos aqui. Aquela idéia de que o Brasil está pagando a dívida, mas não está fazendo investimento não existe. O que queremos é: por exemplo, a dívida externa está hoje na casa dos US$215 bilhões aproximadamente. Ela pode até subir um pouco se o setor privado resolver contrair mais dívida. O importante é que a relação entre volume de exportações e dívida fique diferente. A capacidade exportadora é que gera a moeda forte, com a qual temos capacidade de pagar se for necessário. Mas não é necessário que ela seja paga e não está sendo paga.

O que se faz é a rolagem. O que ocorre é que há títulos que vencem ao longo do ano que são substituídos por outros títulos. O problema se dá quando não se consegue substituir, quando o País perde a credibilidade, ou seja, quando os credores imaginam que não pagaremos, daremos o calote, não conseguimos renovar o título. Há o título que vence e colocamos um novo **C-Bond**, mas o mercado não aceita ou pede juros altíssimos para recolocá-lo. Mas não estamos pagando, Senadora. E, mesmo com a dívida interna, ela continua subindo em valores absolutos. Então, não a estamos pagando, mas rolando a dívida interna. Mas precisamos ter condições de rolá-la.

Todos os países têm dívida. Até os Estados Unidos. Os Estados Unidos têm uma dívida do tamanho da nossa. Os países europeus têm dívida. O problema não é ter dívida, mas ser ela administrável.

Em alguns momentos, a dívida foge de controle – como aconteceu, por exemplo, na Argentina –, e há o calote. A dívida da Rússia também fugiu de controle. Então, nós tivemos de tomar medidas, para que a nossa dívida fique sob controle. Podem olhar: a dívida interna hoje é de quase um trilhão; a dívida mobiliária é menos que isso, deve ser R$900 milhões. Mas ela precisa ter capacidade de ser rolada. O que o Governo deve fazer é rolá-la com juros cada vez menores; isso é o que tem de ser feito, para que ela não pese.

Não sei se eu faria auditoria; não sei o que descobriríamos com ela. Nós precisamos criar as condições para que o País pague juros menores, e é isso que estamos conseguindo. Vê-se que o risco hoje é de aproximadamente 570 e já foi mil ou dois mil. Quinhentos e setenta e poucos significam que os nossos títulos estão pagando juros cada vez menores. E queremos que o risco chegue a 300, o que significa juros de 3%. Isso é aceitável; passa a sê-lo, percebe? É isto: criar as condições para que os juros sejam cada vez menores para a rolagem da dívida é o que estamos esforçando-nos para fazer.

Em relação à 163, de fato, esses riscos que a Senadora mencionou são reais, e nós estamos preocupados, tanto que propomos não a mera construção de uma rodovia. Na verdade, até já existe a rodovia; ela não está asfaltada, mas já existe a rodovia.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – O problema é que, quando chove, ninguém passa.

O SR. GUIDO MANTEGA – Quando chove, ninguém passa, evidentemente, o que não beneficia. É uma região que tem uma grande capacidade de expansão econômica; não podemos frear a expansão econômica das regiões. Agora, o que queremos é implantar um projeto de desenvolvimento regional, e não apenas fazer uma rodovia. Inclusive, já estamos estudando a transformação dessa rodovia num projeto de desenvolvimento regional, para ver como todas as facetas da questão podem ser contempladas.

É preciso impedir que haja especulação imobiliária e invasão desenfreada das terras, porque isso, sim, causa danos, como sabemos. Estamos preocupados com isso e com a questão da preservação ambiental. É preciso haver equilíbrio entre esses fatores, mas não se deve impedir que essa rodovia se realize, porque a ali há um pólo de desenvolvimento, e a população precisa de emprego e desse crescimento. A região deve crescer e se desenvolver, mas com todas essas cautelas.

Então, não é mais um projeto de rodovia, mas um projeto de desenvolvimento regional, que está sendo feito por três Ministérios: o Ministério dos Transportes, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Meio Ambiente. V. Exª sabe mais do que eu que isso está certo.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Eu só queria um direito à réplica do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Eu pediria a V. Exª para ser rápida, porque estamos há quatro horas em reunião.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Eu vou ser rápida. Só quero deixar clara uma questão ao Sr. Ministro. Eu sou uma das pessoas que mais lutou pela BR-63, penso que a Transamazônica não pode ser esse desastre que é hoje em dia, não tenho dúvida em relação às eclusas. Isso faz parte da nossa luta.

O que mencionei, Sr. Ministro, é que, ainda que destinemos recursos para obras de infra-estrutura, para a regularização fundiária, para investimentos em reforma agrária – algo que, na nossa região, é muito importante –, essas decisões não se transformam em um plano de desenvolvimento regional sustentável. Nós devemos caminhar juntos. A minha preocupação é a de que teríamos um ano antes do asfaltamento, para fazer tudo isso.

Se temos um ano para tudo, então precisamos de um aporte de recursos no Orçamento. O de hoje não é real para a necessidade que o próprio Governo apresentou nesse aspecto.

Quanto à dívida, sabemos que ela não está sendo paga, ao passo que os juros estão. Por isso, levantei a questão da auditoria no seguinte sentido: para nós, o que importa é o impacto na vida real do Brasil real, para o qual nós temos poucos recursos de investimento. O que importa é o que estamos pagando. Sabemos que o principal são os juros, os serviços, mas o que importa é que esses juros e serviços impactam o Brasil real.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – O Sr. Ministro está com a palavra para responder.

O SR. GUIDO MANTEGA – Em relação à BR-163 (Cuiabá-Santarém), não temos nenhuma divergência. Concordo perfeitamente. Temos que combinar todas essas ações, para que possamos ter um desenvolvimento sustentável. E sustentável quer dizer exatamente isso: o meio ambiente, as atividades econômicas. Então, estamos de perfeito acordo. Esbarramos sempre nos recursos, que são escassos para viabilizar todas essas nossas necessidades, mas vamos ver, porque é até um projeto novo. Depois que lançamos a idéia da BR-163, surgiram essas questões, que agora estamos transformando num projeto de desenvolvimento sustentável da região. Então, é um problema novo, que ainda vamos definir, porque precisamos equacionar os recursos, mas existe uma preocupação nesse sentido. E o setor privado está disposto a nos ajudar, quer aplicar recursos nessa rodovia, o que facilita.

Quanto à dívida, insisto, o nosso desafio é conseguir reduzir a taxa de juros incidente, porque existem dívidas perfeitamente administráveis, como a brasileira ou até maiores, com uma taxa de juros pequena. É bom que o Estado tenha uma certa dívida, pois, se ele utilizar só recursos próprios, não é possível fazer nada; o que é verdadeiro para uma empresa também. Se uma empresa privada utiliza apenas recursos próprios, ela não vai muito longe. Ela precisa se endividar, pegar recursos financeiros no mercado, para ampliar suas atividades. Essa é uma regra mundial. E o Estado também deve proceder assim.

Então, a maioria dos países têm dívidas, umas maiores, outras menores, e a maioria delas é administrável, porque a taxa de juros é civilizada. E no Brasil tivemos uma taxa não-civilizada durante muito tempo, mas estamos caminhando nessa direção.

Esse é o objetivo: reduzir essa taxa. Esse é um mercado complexo, divide-se em mercado de C-Bond e mercado de não sei o quê, mas reduzimos muito as taxas de remuneração. Para se ter uma idéia, os títulos brasileiros chegaram a pagar 49% de taxa de remuneração. Hoje, estão pagando 6%, 7%. Então, houve uma redução bastante grande, principalmente a dívida externa, C-Bond e tudo mais. É que não aparece tanto.

Então, temos que continuar reduzindo isso. É possível baixar a níveis pagos pelo México, pela Coréia, e depois sossegamos. Não existe mais esse problema. E a taxa é também sobre a dívida interna, em Selic, e tem que ser reduzida para tornar o País mais viável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, último inscrito.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Senador Eurípedes, fico muito feliz em vê-lo presidindo esta reunião. Ministro Mantega, não sou economista e não tenho o conhecimento do assunto que V. Exª tem e demonstra. Mas dediquei parte da minha vida à atividade empresarial. Quando jovem, montei uma empresa e tive uma vivência empresarial muito rica. Desde cedo me afastei dos bancos. Vi muitos companheiros, amigos, empresários também, terem suas empresas dilapidadas pelos débitos bancários no Brasil, que atingiram, em alguns momentos, números muito altos, pelas crises que o Brasil viveu, pelos pacotes econômicos com que convivemos. Foram momentos realmente muito difíceis. Ser empresário no Brasil é

um pouco de heroísmo, apesar de o brasileiro ser muito empreendedor. E o Brasil precisa de empreendedores. Temos que estimular essa juventude a entender que tem de buscar esse caminho.

Preocupo-me, logicamente, com essa ânsia do Governo na arrecadação. Na semana passada, o Governo editou uma medida provisória aumentando o Cofins de uma forma absurda. No caso de Brasília, eu diria que é impagável. A cidade tem muitas empresas de serviços, que não vão conseguir sobreviver, até porque muitas que conheço têm uma margem de lucro muito reduzida. Fiquei muito feliz com o pronunciamento do Senador Eurípedes, ontem, no Senado, sobre esse assunto. Há empresas que têm margem de lucro de 3% e 4%, imagine o Cofins aumentando de 3% para 7.6%. Ou as empresas aumentam os preços rapidamente dos seus produtos, ou encerram os contratos que têm ou, então, fecham as suas portas. Eu não entendo essa ânsia arrecadatória do governo. Isso vai desestimular o empreendedorismo. O Brasil precisa de empresários, mas quem quiser ser empresário hoje tem que pensar três vezes, não duas vezes. Em primeiro lugar, quero indagar do senhor de como podemos conviver com isso. O Brasil precisa criar empresas e de incentivar empresários e a carga tributária aumentando todo o dia. Quando não é com reforma tributária é com medida provisória. Acho lamentável essa medida provisória que veio agora na última semana. Foi um baque para os Senadores. Justamente quando estávamos examinando a reforma tributária no Senado, veio uma medida provisória que não foi discutida com ninguém. Perguntei até a alguns Líderes que apóiam o Governo, Líderes de Partidos aliados que não sabiam. Na segunda-feira, eles estavam perplexos. Entendo que não foi em bom momento esse envio da medida provisória. Isso em relação à tributação. Quero que o senhor dê um panorama de como vamos ficar com essa carga tributária tão alta. Ao mesmo tempo, pergunto: temos, como o senhor colocou, uma dívida de US$215 bilhões. Gostaria de saber o que temos de previsão para pagamento de juros dessa dívida em 2004. Até porque, quando a gente fala R$100 milhões do metrô de Brasília que faltam, mas vai beneficiar 1 milhão de pessoas – eu senti que o senhor considerou um valor alto – mas, ao mesmo tempo, o valor que pagamos de juros construiria não sei quantos metrôs por ano. Nossa dívida interna, vejo aqui pelos indicadores econômicos. Isso é só para se ter uma idéia. A dívida interna, vejo pelos indicadores econômicos que estão muito positivos. Quero cumprimentar sua equipe pelos indicadores. Cenário atual: juros caíram de 22 para 29. Parabéns. A dívida líquida caiu. Câmbio, caiu. O risco país melhorou. A inflação caiu. Parabéns. Os indicadores são ótimos. Agora, em relação a essas duas dívidas: a dívida interna e a externa. Em alguns momentos, ouço muito algumas pessoas a dizer que o Brasil não terá condições de pagar essas dívidas. Nossa dívida externa é de US$215 bilhões, não sei exatamente quanto é, depois o senhor irá me responder e, depois, nossa na dívida interna é de R$1trilhão, a juros de 19% como está aqui. O senhor considera, sinceramente, que esse aumento da carga tributária é para pagarmos essa dívida em 2004, ou será para investimento no País? Por que esse aumento da carga tributária tão alto, se estamos, justamente, levando grande parte do País à sonegação? Em grande parte do País já existe a clandestinidade. Muitas empresas que iriam abrir, não abrirão mais, e muitas empresas que existem vão fechar. Como o senhor vê, realmente, o momento atual da classe empresarial brasileira que, realmente, sustentam o Governo. São as empresas que geram empregos, que alavancam a economia e que dão sustentabilidade ao Governo que precisa de tantos recursos. O Brasil tem boas condições para os próximos 2 anos?

O SR. GUIDO MANTEGA – São várias questões, Senador Paulo Octávio. Inicialmente, vou falar sobre a questão tributária que diz respeito a essa mudança que é feita na Cofins. Na verdade, essa mudança é divulgada há muitos anos, desde que o PIS foi transformado em tributo de valor agregado, já se estabeleceu que a Cofins, em seguida, deveria perder essa sua cumulatividade. O que se está a fazer agora é transformando a Cofins de um tributo acumulativo para agregado. E, para isso, deve-se mudar sua alíquota. Ele repercutiu em segmentos que têm uma cadeia produtiva maior em uma redução de tributos e, nos segmentos que têm uma cadeia menor, em uma elevação de tributos. Há setores que ganharam e há setores que perderam. Agora, não dá para fazer omeletes sem quebrar os ovos, não dá para tirar essa cumulatidade sem que haja repercussão em alguns setores. Todos os setores da cadeia produtiva, setores de produção, foram beneficiados, vão ter uma redução da carga de Cofins; o setor de serviços vai pagar uma taxa adicional, isso é verdade. Fica difícil contentar todo mundo. Então o setor de serviços vai pagar algum preço por causa disso.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Só lembrando que o setor de serviços é o maior gerador de empregos; o setor de serviços é o que mais gera empregos no País.

O SR. GUIDO MANTEGA – Certo. O Governo não pretende elevar a carga fiscal, ele não está pretendendo elevar a carga fiscal, mesmo porque sabemos que a carga fiscal já é elevada no País, ela já veio sendo elevada ao longo desses últimos anos, e sabemos que isso atrapalha a atividade produtiva.

Por outro lado, não é o momento ainda de reduzirmos essa carga, porque o Brasil tem que resolver os problemas fiscais. Poderíamos reduzir toda a arrecadação do Governo, cobrar a metade dos tributos; aí o Governo quebraria, as contas públicas quebrariam, haveria um desajuste fiscal, e o País iria para o buraco. Então não dá. Quer dizer, é um momento delicado onde é necessário que haja um equilíbrio fiscal, infelizmente.

Então, temos que manter essa carga elevada, que nós já encontramos no País, que chega a 35, 36% do PIB, que, de fato, reconheço, é uma carga bastante elevada, que ao longo do tempo poderá ser reduzida. Quando o Estado readquirir esse equilíbrio fiscal e começar a haver uma arrecadação maior, vamos poder começar a reduzir a carga fiscal. Já nessa reforma tributária, já há planos de reduzir o IPI, por exemplo, sobre bens de capital, que são estímulos ao investimento e à produção. Então também há, em alguns aspectos, redução da carga.

Em relação ao serviço da dívida, aos juros da dívida externa, desses US$215 bilhões, mais da metade é dívida privada, é o setor privado que contraiu e, portanto, cabe a ele pagar. O total de pagamento em relação a essa dívida deve ser algo como US$15 a 16 bilhões de dólares, só que, como eu disse, uma boa parte é o setor privado. A rigor, o setor público nunca ficou inadimplente. Nem no ano passado...

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Só a parte do Governo?

O SR. GUIDO MANTEGA – US$ 15 bilhões.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Só a parte do Governo.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não, é o conjunto. Estou calculando 7 a 8% de taxa. Há aí **breadies** antigos, que têm uma taxa menor de juros; títulos novos, **C-bonds** novos têm taxas maiores; então algo como US$15 a 16 bilhões deve ser o custo anual, multiplicado por três dará uns R$45 bilhões de custo dessa dívida externa. Mas, repito, o setor privado tem autonomia para contrair ou não; no limite, é ele que paga essa dívida.

Então, não há uma relação entre uma coisa e outra. Não temos que cobrar uma carga fiscal elevada para poder pagar essa dívida. Eu diria até que a dívida externa, se houver esse equilíbrio cambial, é a menos custosa, ela custa menos do que a dívida interna, a taxa de juros é melhor. Por isso inclusive que o setor privado toma empréstimos em dólares. Então não deve ser a nossa preocupação. Conseguindo uma estabilidade cambial, até o custo dessa dívida é menor. E, quando se trata da dívida com organismos multilaterais, melhor ainda, porque a taxa de juros deles é muito pequena hoje, há uma certa liquidez no mercado internacional.

A carga fiscal é alta, porque o Brasil foi caindo numa crise fiscal recorrente ao longo desses últimos anos, e o Governo anterior achou por bem equacionar essa questão via aumento de tributos. Em vez de criar as condições para baixar, por exemplo, o custo financeiro, que foi, a meu ver, o que elevou consideravelmente essa dívida – porque, em 1994, a dívida pública brasileira era de 30% do PIB e hoje ela é o dobro e subiu fundamentalmente por causa da taxa de juros, da política cambial e monetária que foi praticada nesses últimos anos, dobrou o pagamento de juros. Só que hoje herdamos essa massa e temos que administrá-la. E aí como o Governo anterior resolveu isso? Subindo a tributação pelo caminho mais fácil, digamos. O caminho mais fácil é subir o custo financeiro, aumentar a tributação, aumentar a alíquota disso e daquilo e tudo mais, e foi subindo a arrecadação para poder pagar isso. Então temos que desativar essa situação. Sabemos que uma carga fiscal elevada prejudica os negócios e os investimentos, e provoca uma desvantagem da empresa brasileira em relação à estrangeira. O Brasil tem que ter capacidade competitiva internacional. Hoje em dia, com a globalização, a competição tem que ser total. O empresário brasileiro tem que ter crédito barato e uma carga fiscal mais leve, senão, ele não consegue competir. Temos consciência disso, e queremos criar as condições para que isso aconteça, e que um dia a sua empresa possa tomar dinheiro emprestado no mercado financeiro, porque autofinanciamento limita muito a capacidade de expansão nos seus negócios, sabemos disso. Mas foi o caminho que o empresário brasileiro encontrou, porque também contrair empréstimos a taxas de juros mirabolantes, 40%, 50%, 60%, 70% reais é um suicídio, sabemos disso. O senhor fez muito bem em não contrair – e várias outras empresas brasileiras seguiram o mesmo caminho. É por isso que a economia brasileira funciona com um dos menores volumes de crédito do mundo, 23%, 24% do PIB. Outros países chegam a 100%, ou seja, têm um PIB inteirinho de crédito disponível para as empresas fazerem investimentos. E, aqui, no Brasil, é uma pe-

quena fatia de mais ou menos 20%. Pretendemos mudar essa realidade, inclusive estimulando o mercado de capitais, porque é melhor captar no mercado de capitais do que diretamente dos bancos e rebaixar todo esse custo financeiro, de modo que a empresa brasileira possa ser alavancada também pelo crédito financeiro.

Obrigado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Entendo, Sr. Ministro, que, no Brasil, o sistema financeiro durante este tempo todo tem sido inimigo do sistema produtivo. Até porque o sistema financeiro tem, no Governo, um grande tomador de recursos. Como disse V. Exª, temos, aí, quase R$1 trilhão que o Governo deve e com juros muito bons, os juros são excelentes. Então, os bancos brasileiros não estão preocupados com a produção, nunca estiveram, pelo menos nos últimos anos. Penso que o grande caminho seria mudarmos a mentalidade e investir, os bancos têm que ter esse dom de aplicar os seus recursos junto com as empresas, com o setor produtivo, juros pagáveis e alavancar a nossa economia. Mas ainda é impossível, hoje, qualquer empresário ir a um banco, pegar um empréstimo a 3% ou 4% e pagar. Não vejo negócio nenhum no Brasil com essa capacidade de pagamento.

Quero terminar minha intervenção dizendo da minha preocupação. V. Exª falou que algumas empresas serão beneficiadas com a nova modalidade do Cofins, penso que sim, aquelas empresas muito industrializadas e que exportam. O Governo está muito preocupado com a exportação e está se esquecendo da pequena empresa. Aquelas que são de ponta, que têm uma grande transformação, uma cadeia produtiva muito grande, essas vão ser beneficiadas, vão ter um Cofins menor. Mas o grosso, 90% das empresas brasileiras, desculpe-me V. Exª, o setor de produção foi prejudicado, o setor de turismo, de hotelaria, serviços, todo mundo vai pagar mais. Então, no momento em que todo mundo está esperando do Governo um alento para uma carga tributária menor, todas as empresas pelo menos e, principalmente, dos Estados mais pobres – São Paulo talvez ganhe um pouco porque tem indústria de ponta que vão ser beneficiadas. Mas os outros Estados, desculpe-me V. Exª, como é o caso de Brasília, do Centro-Oeste, vão, sim, ser prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra para resposta.

O SR. GUIDO MANTEGA – Bom, em relação à possível contradição entre o setor financeiro produtivo, não sei se existe. Penso que, no passado, os Governos propiciaram taxas, lucros de tesouraria muito mais elevados que as operações de crédito. Para que fazer operações de crédito se se pode ganhar facilmente 40% a 60% de juros aplicando em títulos do Tesouro? Não há estímulo. É uma questão de oportunidade. Se se pode ter lucro maior numa operação fácil, por que se vai correr um risco de emprestar dinheiro para uma atividade empresarial? Mas a redução da lucratividade financeira leva os bancos a se preocuparem em fornecer crédito, porque, senão, eles vão ter prejuízo e perder dinheiro. Eles já se estão preocupando com o estímulo ao crédito. Eles também vão associar-se ao aumento do consumo e do investimento quando a taxa selic cair. Parece-me que esse é o ponto principal.

Em relação à Cofins, não acredito que 90% das empresas tenham sido prejudicadas. Não tenho esse dado, mas uma parte vai pagar mais e outra, menos. Mas vai permanecer o equilíbrio. As pequenas e médias empresas têm sido beneficiadas pelo Governo com o crédito. O crédito para pequenas e médias empresas no nosso Governo, concedido pelo BNDES, pela Caixa Econômica e pelo Banco do Brasil, cresceu de forma bastante importante. No início da minha exposição, tive oportunidade de mencionar os dados do BNDES. Foram mais de R$3 bilhões concedidos.

A carteira do BNDES cresceu muito no item de empréstimos a pequenas e médias empresas, que estão pagando juros menores, que se estão beneficiando. Há muita empresa pequena e média no setor agrícola. Destinamos R$5,2 bilhões para a pequena agricultura familiar, que são pequenas empresas. O grosso das pequenas empresas está situado nesse segmento, que está tendo vantagens bastante expressivas e que certamente poderá compensar algum eventual prejuízo que tenha com a Cofins. O Governo deve avaliar o impacto que a Cofins pode ter no conjunto das empresas, porque todas as medidas novas, em geral, causam algum tipo de resistência, mas não podemos deixar de fazê-las em nome de algum prejuízo setorial.

A eliminação da cascata da Cofins é uma reivindicação antiga, de todo o segmento empresarial. Todos sempre falaram que tínhamos de acabar com a cumulatividade de todos os impostos brasileiros, começando pelo PIS e pela Cofins. O Governo está fazendo exatamente isso. Pode haver uma discussão de alíquota, se é adequada ou não, mas, fundamentalmente, o Governo está fazendo isso, tirando a cumulatividade. É um avanço, é importante, mesmo que algum setor possa sair prejudicado.

Temos de avaliar o setor que foi prejudicado, para ver o que se pode fazer, como se pode minimizar esse impacto negativo que eventualmente tenha sido realizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – O último inscrito foi o Senador Paulo Octávio.

Em nome dos autores do requerimento de convite para audiência pública, aprovado por unanimidade pelos demais membros da Comissão, agradecemos ao Ministro pela presença. Agradecemos também ao Sr. Ministro a explanação feita sobre o PPA, que é um programa de médio, curto e longo prazo, pela importância que tem para o País. S. Exª respondeu prontamente a todas as questões, dando um bom andamento aos trabalho, e a Comissão agradece a S. Exª pela participação e presença nesta Casa.

O SR. GUIDO MANTEGA – Sr. Presidente, agradeço à Comissão pelo convite que me fez e pela oportunidade que me deu de explicar, de poder debater com os Srs. Senadores as propostas do Plano Plurianual. Coloco-me à disposição desta Comissão, sempre que for necessário, para voltar e esclarecer todos os pontos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Encerro a audiência pública, tendo em vista estarem atendidos todos os nossos objetivos.

(Levanta-se a reunião às 14h03min.)

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Ordinária Legislativa da 52º Legislatura da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 13 de novembro de 2003.

Às onze horas e trinta minutos do dia treze de novembro de dois mil e três, na sala de reunião da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sob a Presidência do Senhor Senador José Jorge, com a presença dos Senhores(as) Senadores(as) Rodolpho Tourinho, Duciomar Costa, Leonel Pavan, Fátima Cleide, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, João Ribeiro, Ana Júlia Carepa, Roseana Sarney, Sibá Machado, Marco Maciel, Delcídio Amaral, Luiz Otávio e Magno Malta. O senhor Presidente declara aberto os trabalhos, para discussão e votação das emendas da Comissão a Lei Orçamentária Anual – LOA (PLN Nº 31/2003) e ao Plano Plurianual 2004/2007 (PLN Nº 30/2003). A Presidência designou o Senhor Senador Rodolpho Tourinho para relatar as emendas apresentadas e esclarece que, como de praxe na Comissão, serão aprovadas cinco emendas, divididas pelas regiões geográficas do país, uma para cada região. Após a leitura do ralatório pelo senhor ralator, fazem uso da palavra para discutir as emendas os senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Delcídio Amaral e Roberto Saturnino. Em discussão a emenda relativa a região Norte, apresentada pelo Senhor Senador João Ribeiro, "Construção da Ferrovia Norte-Sul – Trecho Estreito – Darcinópolis"– VALEC– (Nacional), no valor de R$ 100.000.000,00, após discutida, foi aprovada pela maioria dos presentes, com voto contrário da Senhora Senadora Ana Júlia Carepa. Passa-se a discussão da emenda acolhida pelo relator referente a Região Nordeste, apresentada pelo Senhor Senador José Jorge, "Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana – Obras de Infra-Estrutura Urbana em Localidades do Patrimônio Mundial no Brasil" (Nacional), no valor de R$ 80.000.000,00, discutida a emenda, passa-se a votação da mesma , ocasião em que foi aprovada por unanimidade. Discussão da emenda de autoria do Senhor Senador Delcídio Amaral, relativa a Região Centro-Oeste, "Implantação do Gasoduto da Unificação" (Nacional), no valor de R$ 400.000.000,00, oportunidade em que após a discussão, a mesma foi aprovada por unanimidade. Passa-se a discussão das duas emendas incorporadas pelo senhor relator referentes a Região Sudeste, apresentadas pelos Senhores Senadores Gérson Camata e Marcelo Crivela, relativas a "Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes" (Nacional), no valor de R$ 100.000.000,00, após a discussão a mesma foi aprovada por unanimidade. Passa-se a discussão da quinta emenda de autoria do Senhor relator, Senador Rodolpho Tourinho, referente a "Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira" (Nacional), no valor de R$ 20.000.000,00, encerrada a discussão, a mesma foi aprovada por unanimidade. Foi acolhida também pelo senhor relator, uma (1) Emenda ao Texto (Programa-PPA) – "Apoio ao Desenvolvimento Urbano". Após a discussão final, são colocadas em votação e aprovadas pela Comissão as seguintes Emendas a Lei Orçamentária Anual – LOA: Nº 01-CI, referente a "Construção da Ferrovia Norte-Sul – Trecho Estreito-Darcinópolis – VALEC– (Nacional), no valor de R$ 100.000.000,00; Nº 02-CI, referente a "Implantação, Ampliação ou Melhoria de

Obras de Infra-Estrutura Urbana – Obras de Infra-Estrutura Urbana em Localidades do Patrimônio Mundial no Brasil" (Nacional), no valor de R$ 80.000.000,00; Nº 03-CI, referente a "Implantação do Gasoduto da Unificação" (Nacional), no valor de R$ 400.000.000.00; Nº 04-CI, referente a Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População de 30.000 a 250.000 Habitantes" (Nacional), no valor de R$ 100.000.000,00; Nº 05-CI "Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira" (Nacional), no valor de R$ 20.000.000,00. Passa-se a discussão das cinco emendas ao Plano Plurianual, para o período 2004/2007.O senhor relator se pronuncia em relação a emenda nº 01, "Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira" (Nacional), no valor de R$ 100.000.000,00, após discutida foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Emenda nº 02 relativa a "Obras de Infra-Estrutura Urbana em Localidades do Patrimônio Mundial no Brasil" (Nacional), no valor de R$ 80.000.000,00, oportunidade em que após a discussão da mesma foi aprovada por unanimidade. Emenda nº 03– relativa a "Implantação do Gasoduto da Unificação" (Nacional), no valor de R$ 400.000.000,00, após discutida e colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Emenda nº 04, relativa a "Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes" (Nacional), no valor de 200.000.000,00, após discutida a emenda, a mesma foi aprovada por unanimidade. Emenda nº 05 referente a "Manutenção da Malha Rodoviária Federal – Restauração de Rodovias" (Nacional), no valor de R$ 900.000.000,00, após a discussão, passa-se a fase de votação, oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Após a discussão final, são colocadas em votação e aprovadas as seguintes Emendas ao Plano Plurianual – PPA para o período 2004 a 2007: Nº 01-CI, referente a "Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira" (Nacional), no valor de R$ 80.000.000,00; Nº 02-CI, referente a "Obras de Infra-Estrutura Urbana em Localidades do Patrimônio Mundial no Brasil" (Nacional), no valor de R$ 80.000.000,00; Nº 03-CI, referente a "Implantação do Gasoduto da Unificação" (Nacional), no valor de R$ 2.400.000.000,00; Nº 04-CI, relativa a "Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes" (Nacional), no valor de 200.000.000,00; Nº 05-CI referente a "Manutenção da Malha Rodoviária Federal – Restauração de Rodovias" (Nacional), no valor de R$ 900.000.000,00. Emenda ao Texto (Programa-PPA) – "Apoio ao Desenvolvimento Urbano". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada conjuntamente com as notas taquigráficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço às Sras e aos Srs. Senadores que a pauta de hoje consta de um único item: discussão e votação das cinco emendas ao Orçamento de 2004 e das cinco emendas ao PPA para o período 2004/2007.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, Relator da matéria, para leitura de seu relatório.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Srs. Senadores, apresento parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 31, de 2003 – Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2004 – e ao Projeto de Lei nº 30, de 2003 – Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004/2007 –, nos termos da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

Conforme regularmente convocada, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura reuniu-se no dia 13 de novembro para receber, analisar e discutir projetos das emendas a serem apresentadas. No prazo estabelecido da convocação, foram apresentadas 15 propostas de emendas ao PPA e 44 propostas de emenda ao Orçamento de 2004, conforme discriminação abaixo.

Sr. Presidente, como o relatório está sendo distribuído aos Senadores, solicito a V. Exª a dispensa da leitura, caso a caso, do relatório que também é do conhecimento de todos. Passo imediatamente à questão do critério utilizado para a análise de todas essas emendas.

A análise focalizou preliminarmente...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está na página 13?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Página 8.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos para a página 8.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Diretamente na página 8. Todos já estão com o documento?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Estamos tirando umas cópias. Peço ao Senador Sibá Machado para sentar ao lado da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senadora Ana Júlia Carepa, sente-se no meio, porque não há cópia para todos.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – E a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Darei a minha cópia para V. Exª. O Presidente precisa sacrificar-se.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – A análise focalizou preliminarmente o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente e a critérios de prioridade, conveniência ou mérito. Em especial, tais propostas foram examinadas à luz dos seguintes dispositivos.

Estabelecemos critérios de caráter legal e de caráter normativo. Os critérios de caráter legal referem-se, no Item A, à Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional – o A-1 refere-se ao art. 21.

Então, as emendas de caráter legal: as emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual e aos projetos de lei de créditos adicionais que propõem inclusão ou acréscimo de valor somente poderão ser aprovadas pela Comissão, no caso esta, caso não sejam constituídas de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas.

Portanto, no enquadramento, sempre que houvesse mais de uma ação naquela emenda proposta, ela seria rejeitada pelo art. 21, inciso III, da Resolução nº 1 do Senado Federal.

O A-2 refere-se ao art. 25, inciso I, que diz: "Aos projetos de lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual poderão ser apresentadas emendas coletivas, cuja iniciativa caberá às comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas a matérias que lhe sejam afetas regimentalmente e de caráter institucional ou nacional, acompanhadas da ata da reunião deliberativa até o limite de cinco emendas por comissão permanente". Emendas foram rejeitadas por não terem caráter institucional ou nacional e por constituírem matérias que não eram afetas regimentalmente à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Isso em relação aos aspectos legais.

O Item B diz que, em relação às normas para apreciação dos projetos de lei do Plano Plurianual 2004/2007, no seu art. 11, aplicam-se ao projeto de lei do Plano Plurianual, no que couber, as demais normas que regem a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Quanto ao Item C, atinente ao parecer preliminar à proposta para 2004, no Item 1, Subitem 3 da parte especial: "A admissibilidade de emenda ao projeto de lei orçamentária que venha a resultar na inclusão de ação nova dependerá de sua existência na proposta do Plano Plurianual ou da apresentação da correspondente emenda à proposta do Plurianual, conforme determina o § 3º do art. 166 da Constituição Federal." Ou seja, para que a emenda seja aprovada no Orçamento, é preciso haver o correspondente no PPA.

Em virtude dos motivos acima descritos, não foram admitidas as emendas abaixo descritas na lei orçamentária.

Na região Norte, as emendas 33, 32, 31, 09, 08, 06, 05, pelos motivos que estão indicados à direita ou por prever diversas ações do que não é permitido pela lei ou por não ter caráter nacional, que também não é permitido pela lei, ou por não estar previsto no PPA e não ter havido um correspondente pedido de emenda de PPA.

Na região Nordeste, rejeitada a proposta nº 11, por não ter caráter nacional. Ainda dentro de aspectos estritamente legais, nenhum tipo de julgamento outro a não ser o enquadramento dentro da lei.

Na região Centro-Oeste, recusadas as propostas 02 e 04, por não estarem previstas no PPA. Na região Sudeste, recusadas as de nºs 26 e 27, por não terem caráter nacional. E na região Sul, as de nºs 29 e 25, 40 e 41, todas elas por não estarem previstas no PPA – estou na página 11. Ademais, as de nºs 40 e 41, por preverem diversas ações.

Então, essas rejeições – repito – são em caráter de não enquadramento no aspecto legal. Adotamos os mesmos critérios para avaliação na região Norte, mas não conseguimos enquadrar as propostas nºs 06 e 07, por não terem caráter nacional. Na região Sudeste, a proposta nº 8 foi rejeitada também por não ter caráter nacional.

Além desses critérios de caráter legal, estabelecemos também outros critérios de aceitação tendo em vista uma análise mais detalhada de cada emenda e apurar qual seria realmente, dentro dessas

emendas, as mais estruturantes e importantes para o País.

Então, além dos critérios normativos, propõe-se que sejam adotadas as seguintes condições para aceitação das propostas das emendas: primeiro, que privilegie ações cujo objeto seja mais afeto à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Quer dizer, além de seu aspecto legal, aqui também enquadramos como aspecto normativo.

Um outro ponto é existir fontes e recursos próprios. Quer dizer, para aquelas ações em que já existem fontes próprias, recursos próprios, isso não seria prioritário no enquadramento.

Um outro ponto aqui, apenas de não aceitação, é que quando se tem duplicidade, uma das duas acaba ficando prejudicada, mas atendida pela outra.

Então, em virtude dos motivos acima descritos, não puderam ser acolhidas as seguintes emendas: na Região Norte, as Emendas 21 e 20, por não ser ação típica da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; na Região Nordeste, as Emendas 13, 42 e 44 – a Emenda nº 13, por não ser ação típica da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e a 42 e a 44 por estarem sendo atendidas por duplicidade: atendidas por duplicidade, essa emenda é atendida ou ela atende a outra; na Região Centro-Oeste, todas as emendas não atendidas, que são a 01, 03, 16, 37, 38 e 39, porque não são ações típicas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Por exemplo, emendas que tenham entrado na área de turismo não foram aceitas porque não são ações típicas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; na Região Sudeste, o número da proposta é 43, essa foi atendida por duplicidade; na Região Nordeste é a Proposta 02, porque é ação não típica da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, e na Região Centro-Oeste, a Proposta 09, porque teria sido atendida por outra.

Critério para seleção das emendas: como critério para a seleção das cinco emendas a serem apresentadas para deliberação por esta Comissão, conforme o disposto no art. 25, inciso I, da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, adotamos a abrangência e a importância quanto à agregação de valor à infra-estrutura do País.

Em virtude dos motivos acima descritos – há erro de português – não puderam ser acolhidas as emendas descritas no...

A SRA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Em destaque?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Creio que vamos colocar em discussão tudo depois, não tenho nenhuma... tudo será discutido.

Na Região Norte, no orçamento, as Propostas 15, 14 e 07; na Região Nordeste, a Proposta 17 e a Proposta 10 e, em relação ao PPA, adotando esse mesmo tipo de critério, não puderam ser atendidas as Emendas 14 e 15; na Região Nordeste, as Emendas de nºs 01 a 03 e a Emenda 12; na Região Sul, a Emenda nº 10.

Esse é o relatório, e o voto do Relator, então, é o seguinte:

Diante do exposto, votamos por que esta Comissão apresente as seguintes emendas nos termos da lei, nos termos previstos no inciso I do art. 25 da Resolução 01 de 2001.

I – Ao texto do PPA 2004/2007, o número da Emenda é 13, Apoio ao Desenvolvimento Urbano, ao PPA 2004/2007, aprovada a Emenda nº 5, Desenvolvimento de Faixa de Fronteira; a Emenda nº 12, o Apoio ao Desenvolvimento Urbano; a Emenda nº 16, Brasil com todo o Gás – implantação de gasoduto; a Emenda nº 4, Corredor Nordeste, de recuperação de rodovias federais; e a Emenda nº 5, a Manutenção da Malha Rodoviária Federal – restauração de rodovias.

E ao projeto de Lei Orçamentária... (Pausa)

O SR. – (*fora do microfone*)

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Negativo. Essa é ferrovia norte-sul, mas não é esse valor que está aqui. Aqui há um erro. Peço desculpas, mas recebemos ontem à noite, praticamente às nove da noite, essas mais de 50 emendas...

O SR. – (*fora do microfone*)

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não, não pode ser. É esse aqui que é o desenvolvimento da faixa de fronteiras. O problema é só no valor, que é grande, mas existe a emenda. Para estabelecer um critério, escolher as emendas e preparar um relatório até agora, de forma que ocorreu aquele erro de português do relatório e, além desse, há um erro de valor.

Esse trata da construção da ferrovia norte-sul.

Depois, a segunda aprovada é a de nº 35 que são obras de infra-estrutura urbana em localidades do patrimônio mundial no Brasil, e a outra é a de nº 36, que trata da implantação do gasoduto da unificação. A de nº 34 trata do apoio à gestão integrada de resíduos sólidos em Municípios com população entre 30 e 250 mil habitantes.

O SR. – (*fora do microfone*)

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Eu sei que eu estava certo. São 100 milhões a ferrovia nor-

te-sul e... Isso aqui também está errado. O DMTI não é isso. Restauração da malha rodoviária federal...

O SR. (*fora do microfone)* – Quinhentos milhões.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Quinhentos milhões. E não é Denit, isso é restauração de...Não sei se o número a esta altura é esse.

O SR. – (*fora do microfone)*

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Essa aqui, mas é a restauração da malha rodoviária federal. Esse é, com perdão desses pequenos tropeços de datilografia e de números, o nosso voto, evidentemente, estamos dispostos a rever qualquer tipo de colocação que seja feita pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou abrir para o debate. Há cinco Senadores inscritos, e vou conceder a palavra pela ordem de inscrição.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao nosso Relator o trabalho que realizou. Quando o convidei para relatar as emendas o fiz exatamente pelo conhecimento técnico que tem de toda essa situação financeira, por ser um ex-Secretário da Fazenda, ex-Ministro, uma pessoa de formação técnica, mas não sabia que era uma coisa tão difícil no sentido em que o prazo era muito curto.

Na realidade, o prazo para apresentar as emendas terminou praticamente ontem, no final da terça-feira, foram mais de 60 emendas. S. Ex.ª teve muito pouco tempo, e é muito difícil julgar qual emenda é melhor ou pior, e o Relator teve que fazer todo um sistema de critérios. S. Ex.ª fez questão de fazer tudo por escrito e explicitar todos esses critérios.

Portanto, cabe-nos, como Presidente da Comissão, agradecer o esforço e a dedicação que o Senador Rodolpho Tourinho teve na elaboração do relatório.

Iniciaremos o debate para, depois, fazermos a votação.

O primeiro inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti a quem concedo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, gostaria de tirar algumas dúvidas com o Sr. Relator. Inicialmente, há o acolhimento no PPA da Emenda nº 13, que é apoio ao desenvolvimento urbano e da Emenda nº 12, que é sobre o desenvolvimento urbano, embora esta especifique que é em localidade do patrimônio mundial do Brasil.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Essa tem o sentido de ser internacional. Foi um dos objetivos que colocamos como enquadramento e não especificamente em uma determinada localidade.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Na coluna nº 13, que é para o desenvolvimento urbano indago se não abrange também a característica.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Eu sou o autor dessa emenda para o patrimônio mundial.

No Brasil, temos diversas cidades e, mesmo quando não são cidades, são coisas naturais como montanhas, florestas, enfim, que a Unesco vem considerando, pouco a pouco, patrimônio mundial e não nunca demos uma resposta ao que a Unesco faz de declarar determinadas cidades patrimônio mundial, como podemos tomar conhecimento, de vez em quando, pela televisão. Aconteceu com Ouro Preto, com Olinda, e acontece com outras cidades, muitas vezes, sem condições. E o Governo não contribui com nenhuma forma de apoio a essas cidades, quando sabemos que, se a cidade possuir a infra-estrutura necessária, constituirá um importante ponto de incentivo ao turismo e à ação econômica.

Portanto, fiz questão de apresentar uma emenda nacional, pois isso já existe em quase todos os Estados. E em Estados onde ainda não existe, amanhã poderá vir a existir, pois há muitas candidaturas a patrimônio mundial. Creio que não tem nada a ver com desenvolvimento urbano normal, pois se trata de projeto que já existe no PPA.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Senador Mozarildo Cavalcanti, reforçando o que foi colocado, gostaria de registrar que isso não ficou regionalizado, mas localizado, em termos nacionais. Foi um dos critérios que adotamos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Faço a pergunta porque restarão seis emendas.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Seis emendas acolhidas.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – A outra, a de número três, é apenas emenda de texto, não de...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – A de número treze.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – A de número treze... É emenda de texto.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Por essa razão, a minha dúvida. Se não era a mesma coisa. Apesar da argumentação do Presidente, poucos Estados possuem localidades que são patrimônio mundial. A minoria dos Estados.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não creio que seja a minoria, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Na região Norte não conheço nenhuma.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Mesmo que não possua, isso não quer dizer que amanhã não possa possuir. Existem patrimônios importantes no Brasil inteiro: no Maranhão, em Pernambuco, no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais – que é um dos Estados que mais possui –, em Mato Grosso, na Bahia, etc.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Bem, essa é minha primeira dúvida. Entendo que, ao acolher apoio de desenvolvimento urbano, poderia estar acolhendo a idéia de proteger a localidade que seja patrimônio mundial.

Outra dúvida, Sr. Relator, é a seguinte: foi acolhida a Emenda nº 5, que trata do desenvolvimento da faixa de fronteira no PPA. Mas na LOA não há previsão para essa emenda.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Essa emenda, pelo menos, não está aqui. Ela consta do PPA. Foi apresentada e aprovada a que estava no PPA, o que significa que não pode ter início neste ano, apenas no outro ano. Mas está no PPA. Não pode, Senador Mozarildo Cavalcanti, porque, se existe uma emenda no Orçamento que não estiver incluída no PPA, ela não vale. Mas se estiver no PPA e não no Orçamento, vale.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Entendi.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Porque seria então utilizada no outro ano.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Mas o objetivo da argumentação é conseguir uma forma de incluir também no Orçamento. Porque a faixa de fronteira vai de Norte a Sul do Brasil, ou seja, do Amapá ao Rio Grande do Sul. Seria uma forma de... Não posso garantir se não está nas emendas apresentadas na LOA. Se V. Exª, como Relator, pudesse...

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – O grande problema é que, quando recebemos a emenda, há outros tipos de emendas apresentadas só ao PPA. Ou seja, cabe a nós julgar naquele momento o que está sendo pedido. E não acrescentar. Mesmo porque, até ter recebido, não poderíamos fazer nenhuma modificação, a não ser aqui. Se incluirmos uma outra emenda agora na Lei Orçamentária para o ano de 2004, terei que tirar uma outra. Mas não tenho restrição alguma. O Plenário decide.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Gostaria que incluíssemos este, Senador, porque as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, fazem parte de uma área importantíssima. E entendo que poderia ser feito um ajuste de forma a contemplar essa região toda da fronteira com países que são problemáticos. O Brasil, portanto, precisa investir nessa região de fronteiras. Faço esse apelo, caso realmente possamos ajustar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – O relator tem inteira razão de tentar dar prioridade, na LOA, às obras estruturantes, como ferrovias e gaseodutos. Realmente, precisa se dar bastante ênfase a esse tipo de atendimento.

Sobre o item 35, infra-estrutura urbana nas localidades do patrimônio mundial no Brasil, eu queria sugerir se é possível remeter o item 35 para o lugar do item 5. Então, o item 5 iria para o lugar do item 35, que iria para o lugar do item 5.

A única dúvida é se consta....

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Senador Sibá Machado, não entendi direito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Um é orçamento, e outro é...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Correto, mas, quando se está no orçamento, obrigatoriamente tem de se estar também no PPA. Então, se o relator aprovou, significa que está correto nesse ponto.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não significa isso, não.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não foi aprovado ainda pela Comissão.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Primeiro, eu não aprovei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Desculpe a forma de falar, então.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Segundo, pode-se colocar uma ação no PPA – foi isso até que julguei nesse caso e em outros casos que fossem dessa forma – que já se sabe que não pode começar neste ano e que somente vai começar no outro ano. Então, não se ia precisar da cobertura da lei orçamentária para 2004. É uma ação prevista para 2005, que teria de entrar no orçamento de 2005.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Concordo com V Exª, mas quero apenas lembrar: o Item 18, ferrovia; o Item 36, gaseoduto; o Item 34, resíduos sólidos; e o Item 24, malha rodoviária.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Estamos falando do orçamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – É o orçamento. Então, são todas obras estruturantes, portanto, cabíveis de uma atenção toda especial.

Entretanto, o Item 35 fala de infra-estrutura urbana em localidades do patrimônio mundial no Brasil. Eu queria saber se é possível V. Exª remeter o Item 35 para o lugar do Item 5, que está previsto no PPA. O Item 5 iria para o lugar do Item 35, que poderia ser passível de uma execução já no ano 2004.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas o Item 35, que S. Exª está querendo tirar, já está no PPA, que é o Item 12. Ele tem de entrar no PPA e no Orçamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Então, estou com o papel errado?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está com papel certo. É que são dois orçamentos diferentes. Um é o PPA. Então, por exemplo, nesse projeto, foram apresentadas emendas ao PPA e ao Orçamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Nos dois?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Sim, porque, como ele não estava no PPA... Para entrar no Orçamento, ele tem de estar no PPA.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Em relação a esse que S. Exª falou e que é o mesmo que V. Exª falou, sobre a faixa de fronteira, não foi apresentada emenda ao Orçamento. Então, S. Exª não pode colocar, porque não existe a emenda.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Está explicado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Não é um projeto novo ao PPA. Pretendemos apenas incluir como da comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Sim, mas, no PPA, ele está incluído. Entretanto, como não tem emenda para o Orçamento, ele não pode ser incluído no Orçamento.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Em 2004. Pode ser para 2005.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo inscrito é o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, primeiro, registro a minha tristeza, porque o Relator acatou apenas uma das minhas quatro emendas. S. Exª rejeitou três, mexendo com saneamento, meu caro Relator.

Quero fazer uma pergunta. Estou vendo algumas emendas que foram aprovadas por V. Exª, associadas à faixa de fronteira e a ferrovias. Regimentalmente, não é possível eventualmente se agregar, expandirem-se essas emendas para ou aumentar um pouco mais os investimentos em faixa de fronteira ou, eventualmente, atender outros projetos de ferrovias. É possível isso?

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Aumentar o valor de desenvolvimento da faixa de fronteira, no PPA, já que não consta do Orçamento, é inteiramente factível, viável e, no meu entendimento, deveria ser feito. Isso depende do Plenário.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Até porque foi muito bem colocado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti uma emenda de fronteira para a Amazônia...

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – A Amazônia está...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Mas no texto aqui está Amazônia.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Foi corrigido pelo relatório.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Foi corrigido pelo relatório? Sim. Com isso se atenderia também...

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Até o Rio Grande do Sul.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sim. Mas acho pouco. São 14 milhões de reais que constam aqui.

Considero muito pouco, Sr. Presidente, até pelo impacto que isso traz

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Não há dúvida disso.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – ...até pelo impacto que isso traz para todos os Estados brasileiros que fazem fronteiras com os países vizinhos.

No caso das ferrovias, eu pergunto também – vejo uma emenda do competente Senador de Tocantins sobre a Valec(*). Eu gostaria de avaliar, quanto às ferrovias, se esse raciocínio pode ser estendido também à Novoeste(*), no Mato Grosso do Sul.

Confesso, Sr. Presidente, que estou em dúvida. Por isso estou levantando essas duas questões. A questão de fronteira, penso que já foi devidamente esclarecida. Se houver um acordo podemos aumentar.

Com relação à ferrovia, é possível se fazer alguma coisa ou se incluir eventualmente a ferrovia Novoeste?

A SRA JULIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Como eu vou falar sobre esse assunto, talvez seja bom...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, V. Exª fala, e depois respondemos.

V. Exª tem a palavra, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Eu, primeiro, gostaria de parabenizar o Relator, que teve o cuidado de colocar os critérios que já existem na legislação. Mas também vou defender o meu direito de contestar alguns entendimentos. Eu diria que, no mínimo há controvérsias.

Por exemplo, a emenda que eu apresentei foi rejeitada pelo Relator com o argumento da abrangência e importância quanto à agregação de valor à infra-estrutura do País.

Eu defendo que o DNPM(*), que é o Departarmento Nacional de Produção Mineral, tem uma potencialidade de agregar valores imensos. Essa é a verdade. Se formos ver a função do DNPM e o nobre Senador Rodoupho Tourinho, que foi Ministro tanto quanto o nobre Presidente desta Comissão, Senador José Jorge, sabe desse potencial.

Então, entendo que isso não seria motivo para rejeitar uma emenda sobre o DNPM. Pelo contrário, ele tem grandes possibilidades, não só pelo seu papel de pesquisa como também o de fiscalização.

Então, tem um potencial imenso em relação a isso. Pelo contrário, é a falta de recursos no DNPM que faz com que não tenhamos mais ainda pesquisas que podem agregar significativos recursos ao País.

Bem, essa é a minha contestação em relação ao critério. Eu gostaria de fazer uma contestação em relação à proposta...

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Eu poderia responder à primeira indagação?

A SRA ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Pois não.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Evidentemente, Senadora, eu entendo que a sua emenda é importantíssima, até pelo que temos trabalhado junto na Subcomissão de Mineração. E seria até, se eu não tivesse absoluta convicção no que estou fazendo, sendo relator desta Comissão, algo que não seria possível entender.

Mas tenho uma outra compreensão. Ao estabelecer determinados critérios ficamos muito a vontade para discutir qualquer assunto, dentro desses critérios.

Então, é que não foi bem explicado: eu precisaria talvez de mais 24 horas para acabar melhor a locação desses critérios todos.

No caso específico, quando não há essa agregação é porque quem deve cuidar, no meu entendimento, da DNPM, que tem recursos próprios – estamos até cuidando que tenha mais recursos próprios –, chama-se Ministério de Minas e Energia, especificamente, porque tem recursos próprios destinados a isso.

Para mim, esse é um ponto essencial. E digo: a minha experiência, até como Ministro nessa área, foi que esse não era um assunto prioritário dentro das atribuições várias do Ministério.

Portanto, o que precisamos dar é uma outra posição à área de mineração. Acho que esse tipo de emenda não estaria dentro porque o DNPM tem recursos. Tem gente pior do que ele, em bom português, está certo?

A SRA ANA JÚLIA CARPEA (Bloco/PT-PA) – Até posso achar que tem gente pior. Ela tem caráter nacional inclusive.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Da mesma forma, tivemos... É nacional, não tenho dúvida. É importantíssimo, mas ele tem recurso.

Pela mesma razão, exatamente a mesma razão, existe aqui uma emenda, cujo mérito é muito importante, para obtenção de dados pela ANP, de geologia e geofísica aplicada à prospecção de petróleo e de gás natural, a questão de abastecimento de petróleo. Só que a ANP tem recursos. Pela mesma razão, foi recusada essa da ANP.

O próprio sistema – não fui eu – montado se encarregou de dizer: "Essa tem recursos específicos." O que a ANP sofre hoje? Um contingenciamento, que é um outro problema.

Acho que não podemos enfrentar o problema do contingenciamento, um problema do Governo em face das limitações existentes hoje, porque estaríamos tapando o sol com a peneira neste exato momento.

E mais: no caso da ANP, diferente do DNPM, ela tem orçamento próprio. Eu também me lembro de que cuidei de separar...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – A DNPM é diferente de ser agência; a ANP é agência.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – De separar. Quer dizer, com mais razão ainda na ANP, para não se atender, porque ela tem orçamento próprio. Agora, o orçamento deve ser respeitado. O que temos de fazer aqui, nesta Comissão, Senador José Jorge, é tratar desses assuntos e verificar o que tem de ser feito.

Acho um desserviço hoje ao País impedir a prospecção, na área de petróleo e de gás natural, por falta de recursos, pois os recursos existem, são provenientes dos **royalties**(*) do petróleo, que não podem, por lei, ser contingenciados, ainda há mais essa. Não é

este Governo, o outro fazia a mesma coisa. Não estou acusando governo algum. Acho que precisamos ter soluções nacionais para esse tipo de problema. Aqui acho que estaríamos fugindo dessa briga.

Acredito que temos, nesta Comissão, de brigar agora para resolver de vez com o problema do DNPM, bem como da ANP...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Vamos continuar brigando. Então, vamos aprovar o nosso projeto lá, não é, Senador?

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Lá? Sim, claro, porque haverá recursos para isso.

Agora, o que acho não poderá ocorrer é, depois de todo esse trabalho que estamos tendo naquela Comissão, Senadora Ana Júlia Carepa, é de repente colocarmos mais recursos para o DNPM e não fazerem orçamento para o DNPM. Aí será o próprio, eu não diria nem contingenciamento, mas o próprio engessamento.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Senador, vamos continuar, senão fica... Não terminei de falar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tudo bem. V. Exª falou sobre o primeiro tema, sabemos disso.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – É que eu queria responder sobre o primeiro tema.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pronto: S. Exª respondeu ao primeiro tema, e o Senador Delcídio...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Então, deixe-me concluir...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, V. Exª conclui e passo para S. Exª.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Ah, porque S. Exª queria também...

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Conclua.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Conclua, Senadora.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Eu queria falar sobre essa questão da emenda também que V. Exª considerou.

Se é um dos critérios ter caráter nacional, teremos de definir aqui. Eu sou contra a construção da Ferrovia Norte-Sul. Aqui está, inclusive, colocado: trecho estreito da (inaudível). Sou contrária, voto contra isso aqui. Acho que isso não tem caráter nacional. Tem caráter nacional a emenda que menciona: restauração da malha ferroviária federal; tem caráter nacional a emenda para o Ministério do Meio Ambiente: apoio a projeto de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos de municípios com população entre 30 mil e 250 mil habitantes.

Isso são emendas de caráter nacional. É uma emenda de caráter nacional essa emenda em relação à implementação do gasoduto que acredito, inclusive, que esta Comissão deveria colocar a implantação de gasoduto, e talvez não seja fosse o caso de definir qual. Eu não sei se há necessidade técnica de definir qual. Por quê? Porque aí ficaria a critério. Nós estamos colocando uma emenda de caráter nacional. Pelo menos foi assim que entendi, pelo menos quando foi colocado, quando se fizesse emenda, que observasse: "Olha, a emenda não pode ter caráter nem regional, nem estadual; tem que ter caráter nacional. Por isso, inclusive, escolhi fazer até a DNPM. Mas eu quero dizer particularmente que essa de nº 18, quero dizer que acho que não é uma emenda de caráter nacional.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Senadora, eu quero explicar qual foi o critério no caso. Quer dizer, essa questão de caráter nacional seria muito visível, por exemplo, na área de saúde que se tivesse uma alocação para o Brasil inteiro, para combate de uma determinada endemia, alguma coisa. No caso de uma infra-estrutura, não pode ser nacional só aquela estrada ou aquela rodovia que viesse do Oiapoque ao Chuí. Está certo? Eu estou exagerando, mas no fundo é isso. E agora quando se colocou aqui, por que não de gasoduto? Porque eu não posso modificar as emendas; eu tenho que analisar as emendas que foram apresentadas. E escolher... O Plenário, para mim, é que definirá isso.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Na Comissão de Assuntos Sociais ainda há pouco, modificamos, juntamos, fizemos uma série de ajuste.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não tem problema, o Plenário, para mim, é que deve fazer isso, que é soberano para isso. Eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Ele está dizendo que, como Relator, teria que examinar as emendas que tinha. Agora, aqui, no Plenário pode mudar, como já vamos mudar algumas os valores...

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Aqui é soberano para mudar o que quiser... E eu não coloco nenhum tipo de obstáculo àquele consenso que existia aqui no Plenário.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, e que como na verdade era o terceiro orador inscrito, eu só queria pedir a V. Exª, porque como a Senadora Ana Júlia falou...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não, eu vou lhe dar a palavra. Primeiramente, ao Senador

Delcídio Amaral para encerrar, porque eu tomei a sua palavra de forma abrupta.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, resumindo as minhas ponderações aqui, uma questão é a questão de investimentos em áreas de fronteira que acho esse assunto de fronteira de fundamental importância para o País, e temos que dar um tratamento especial, inclusive, com valores orçamentários maiores.

O segundo ponto: volto a insistir no que se refere às ferrovias. As ferrovias hoje representam talvez a maior fonte de preocupação do Governo Federal pela competitividade que as ferrovias trazem necessariamente para o País, baixando o custo dos nossos produtos, e a necessidade dessa integração, como é o caso da ferrovia norte-sul, muito bem colocada aqui pelo Leomar e pelo João, como também é a nossa ferrovia Novo Oeste. E eu gostaria de ponderar para que adotássemos talvez valores orçamentários maiores para que venhamos atender a outras ferrovias, e, no caso específico que eu quero registrar aqui, a Novo Oeste, que hoje, infelizmente, é uma vergonha nacional.

E o terceiro ponto que eu gostaria também de registrar, primeiro o acatamento, apesar de o Relator ter rejeitado, eu tirei nota 2,5, deveria ter tirado dez, e o Relator me deu 2,5, mas queria registrar aqui a importância da Emenda 36, que é o gasoduto, o famoso da unificação, o projeto de integração nacional, o projeto de interiorização do gás natural no Brasil. Estamos dando um passo de extrema relevância e importância.

Eu queria registrar e louvar inclusive a sensibilidade do Relator, Senador Rodolpho Tourinho, porque esse é um dos projetos de integração mais importantes do País, pois os outros gasodutos já estão bem definidos, é o Bolívia-Brasil*, são os gasodutos do Nordeste, é o gasoduto do Sul, é o gasoduto Urucu-Porto Velho*, é o gasoduto Coari-Manaus*, e esse sim, esse é um gasoduto nacional, porque ele atenderá Goiás, Brasília, Tocantins, Maranhão, Pará, Piauí, e efetivamente interiorizará a utilização do gás natural no Brasil.

Então, quero cumprimentá-lo, Relator Senador Rodolpho Tourinho, porque acho que estamos dando um grande passo não só para a inclusão no PPA – o que é fundamental – e para os recursos necessários para começar essa obra, que – diga-se de passagem – foi contemplada pela Medida Provisória nº 127, recém aprovada no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador João Ribeiro, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero primeiro iniciar enaltecendo o trabalho do nosso ilustre Relator, profundo conhecedor dessa área de infra-estrutura, que é o motivo maior desta nossa Comissão.

Até solicito à Senadora Ana Júlia Carepa que repense sua posição, mesmo porque dizer que a Ferrovia Norte-Sul não é de caráter nacional... Eu perguntaria o que é de caráter nacional, então. Uma obra com sua importância, uma obra de integração, que sai do Maranhão e vem à cidade de Anápolis.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – V. Exª já está respondendo: Maranhão é Nordeste.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Inclusive tenho aqui, Sr. Presidente, uma proposta que a Valec* me encaminhou – infelizmente só chegou depois, senão eu teria feito a emenda de forma mais correta ainda –, solicitando que essa emenda seja Ferrovia Norte-Sul do trecho Estreito* a Talismã*, porque é assim que está no PPA.

Temos algumas histórias com referência à Ferrovia Norte-Sul. Até queria pedir só um pouquinho de paciência para dizer o seguinte: quando o Presidente José Sarney* lançou a Ferrovia Norte-Sul no Brasil teve a mesma oposição de quando Juscelino Kubitschek* queria fazer a Belém-Brasília. Era a "estrada da onça", era a estrada que ligava nada a lugar nenhum. A Ferrovia Norte-Sul teve quase a mesma oposição, sobretudo dos sulistas, que naquela época achavam que o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil não precisavam ser integrados.

Mais recentemente, Sr. Presidente, nos últimos acontecimentos, um dos itens, aliás o único compromisso público e claro que o Presidente Lula fez de obra inacabada no seu discurso na capital do nosso Estado, em Palmas*, foi de que iria fazer a Ferrovia Norte-Sul, que era uma reivindicação do povo, não do Tocantins, mas do Brasil, que ele reconhecia hoje como uma obra de integração nacional.

Depois disso vieram tantas outras conversações com o Ministro Anderson Adauto*, e na sexta-feira da semana passada, estivemos na cidade de Anápolis lançando o Crema (Contrato de Restauração e Manutenção da Malha Rodoviária Federal)*, uma obra extremamente importante de recuperação e restauração. V. Exª que é dessa área sabe, conhece a importância da Rodovia Belém-Brasília, a Bernardo Sayão*. Nos discursos, o Ministro Anderson Adauto e o Vice-Presidente da República, José Alencar*, fize-

ram mais uma vez um compromisso público, dizendo que o maior desejo do Presidente Lula era de construir a Ferrovia Norte-Sul.

Se não bastassem esses argumentos, ontem mesmo, conversando com o Ministro José Dirceu*, S. Exª me disse que eles estão tentando, inclusive, resolver o problema do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte* para reverter esse dinheiro para também ajudar na construção da Ferrovia Norte-Sul, dada a sua importância, dado o quanto ela é importante para o Brasil.

Os argumentos já foram colocados pelo Senador Delcídio Amaral e, portanto, dispensariam maiores comentários, mas só quero dizer que essa é uma obra de muito interesse. O ano passado, Sr. Presidente – mais outro argumento –, a emenda para a Ferrovia Norte-Sul foi aprovada por esta Comissão.

Senadora Ana Júlia Carepa, V. Exª ainda não estava nesta Casa, por isso devo informá-la de que esta Comissão já tem a prática de aprovar emenda dessa natureza. Sr. Presidente, solicito ao Relator que, se puder, amplie o valor da emenda. A Valec pediu-me para que seja feita uma modificação no trecho para Talismã-Guianópolis e que haja aumento no valor para R$300 milhões.

Sr. Presidente, confesso, sendo muito sincero com eles e com esta Comissão, que não acredito que, este ano, alguém aprove qualquer emenda ao Orçamento da União, já que serei Relator de uma área, superior a R$10 milhões. Sabemos que o valor para investimentos será muito pequeno. Portanto, não adianta propor emenda de R$300, R$400 ou R$500 milhões, porque será uma utopia. Mas repito que o pessoal da Valec solicitou-me que aumentasse o valor da emenda e que fizesse essa alteração no trecho. Quanto às demais emendas, apóio o Relator. S. Exª agiu com muito critério, portanto, conta com o meu apoio integral.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Relator.

O Sr. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Em primeiro lugar...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer um apelo ao Relator, já que minha intervenção é relativa exatamente à Ferrovia Norte-Sul. Imagino que S. Exª poderia responder os Senadores João Ribeiro, Delcídio Amaral e a nossa querida Senadora Ana Júlia Carepa incluindo meus comentários em seus argumentos.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Proponho a mudança do nome da Ferrovia. Em vez de Norte-Sul, Nordeste-Sul, porque não passa pela região Norte.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Na realidade, estou com dificuldades de compreender o raciocínio da eminente Senadora Ana Júlia Carepa, cujo Estado será um dos principais beneficiários da Ferrovia Norte-Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra a V. Exª como próximo inscrito.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pedi a palavra pela ordem para interromper o eminente Relator, mas continuo o raciocínio que vinha desenvolvendo. Entendo que o Estado do Pará, uma das mais importantes unidades da Federação, aqui brilhantemente representado pela ilustre Senadora Ana Júlia Carepa, será um dos mais beneficiados com a Ferrovia Norte-Sul. Essa Ferrovia efetivamente de caráter nacional tem o condão primeiro de provocar mudança na matriz de transporte deste País de dimensão continental. São poucos os países de dimensão continental como o Brasil que ainda não deram a importância devida à modal ferroviária. Temos uma necessidade premente de construir a multimodalidade e implementar hidrovias e ferrovias no País.

Aqui muito bem ressaltou o eminente Senador Delcídio Amaral a importância da necessidade de uma modal de transportes que reduza o custo de produção do nosso País, reduzindo efetivamente o preço do transporte utilizado. No momento em que a escassez de recursos é a tônica da economia nacional, essa rodovia se agregará à Ferrovia Carajás para alcançar um porto e dar a oportunidade a Estados mediterrâneos, como é o caso de Tocantins, de Goiás, do sul do Pará e do sul do Maranhão e de Mato Grosso, de alcançar os portos e os mercados nacionais e internacionais a um custo mais barato, podendo permitir que os nossos produtos tenham competitividade nesses mercados. Ela é de vital importância. Se sai do Maranhão e atravessa o Tocantins e Goiás para se integrar a outro sistema ferroviário já existente, ela tem caráter nacional, sim. E, quiçá, pudéssemos estar colocando no orçamento aqui os recursos suficientes para fazer todo o trecho de ferrovia Norte-Sul, que é, ao ligar-se ao trecho existente da ferrovia que nasce em Goiás e que vai para São Paulo, para o Rio de Janeiro, para a Região Sudeste , que sai para o Nordeste, aí sim, estaríamos satisfazendo a necessidade que o País tem de mudar a sua matriz de transportes.

Portanto, estamos colocando no orçamento um recurso limitado, porque sabemos das restrições or-

çamentárias. Estamos estabelecendo um trecho porque é um trecho por onde tem que passar, tem que passar por Tocantins. Isso não pode, pelo fato de estar restrito o valor e estar restrito o trecho, ter caráter regional, meramente regional. Essa rodovia é uma necessidade regional.

Por isso estou aqui referendando a emenda do Senador João Ribeiro, representando aqui os anseios do povo de Tocantins e, tenho certeza, de Goiás, do Pará, do Maranhão e do sul do Estado, porque há uma integração. Nós, no Tocantins, estágio embrionário de desenvolvimento, Sr. Presidente, utilizamos os nossos insumos para promover o nosso desenvolvimento. E não me refiro só a trator, a equipamentos, mas a roupas, alimentos, calçados, medicamentos, que a população do Estado de Tocantins, que o sul do Pará, que o sul do Maranhão e o norte de Mato Grosso utiliza, produzidos na Região Sudeste, vem por essa ferrovia. Portanto, tem caráter nacional.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente, fui citada e quero falar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – A Senadora Ana Júlia foi citada, mas muito bem citada aqui.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Obrigada, mas não precisa ser mal citada aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não precisa se defender.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Queria agradecer o Senador Quintanilha, mas quero expor a minha posição. Por que não temos nada contra? Sou uma defensora do transporte intermodal neste País. Sabemos muito bem que o transporte ferroviário tem um custo menor e, portanto, é bem melhor para a nossa atividade produtiva. E o transporte fluvial tem custo menor ainda.

Penso que deveríamos aprovar, independente de existir, porque isso foi feito na Comissão de Assuntos Sociais. Aprovamos uma emenda independente dela existir. Foi acordado na Comissão. Que fizéssemos, por exemplo, para a hidrovia Araguaia-Tocantins, que é fundamental não só para aquela região como também para o País, pois vai permitir um transporte de modal mais barato ainda do que o ferroviário.

Esclareço que a ferrovia Norte-Sul não liga o estado do Pará. O que existe é uma ferrovia da Vale do Rio Doce que liga Serra Carajás para levar o ferro até o porto do Maranhão.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Ela ligará futuramente, Senadora.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Quero lhe dizer que não liga, não é do interesse e vou continuar sendo contrária, porque se não vou receber os votos contrários e não vou ser a Senadora mais votada no meu Estado, que preferíamos, achamos que é melhor para a nossa Região, para o País. E o modal hidroviário, V. Exª há de reconhecer é o mais barato, e já consta do PPA, por exemplo. Uma das poucas obras que constam do PPA são as eclusas permitindo a hidrovia Araguaia-Tocantins.

Poderíamos fazer isso. Sou favorável. Vou continuar sendo contra, Senador, porque estou defendendo o meu Estado. Não posso aqui, neste momento, quero a compreensão, não é contra a ferrovia, mas não vou ser favorável.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Também estou defendendo o Estado de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Senador Roberto Saturnino e, logo após, passo a V. Exª, que já falou aqui.

O SR. ROBERTO SATURNINO – (Bloco/PT-RJ) – Não falei ainda, mas serei breve. Vou precisar falar rapidamente, Sr. Presidente, pedindo desculpas aos Colegas, porque vou ter que me ausentar, pois tenho um compromisso e já estou atrasado mais de vinte minutos. Queria cumprimentar o Relator e deixar o meu voto favorável ao relatório do Senador Rodolpho Tourinho, com a alteração do valor da faixa de fronteira. Realmente, está muito baixo. Acho que devemos crescer para, realmente, acolhermos toda a faixa de fronteira.

Apenas um brevíssimo comentário. Quanto à questão do caráter nacional ou regional, acho que devemos apreciar o caráter do projeto. Evidentemente, se rodou uma estrada, sempre se localiza numa região, mas ela tem um caráter nacional. Obviamente, a Ferrovia Norte/Sul tem um caráter nacional, assim como a minha Emenda nº 27, que o Senador Rodolpho Tourinho rejeitou, que é a construção do arco metropolitano do Rio de Janeiro. Na verdade, esse é o acesso ao Porto de Sepetiba*. É a ligação do Porto de Sepetiba com a Rio-São Paulo, a Rio-Belo Horizonte e a Rio-Bahia. É a estrada que colhe exatamente todos os acessos para o porto de Sepetiba, que se localiza no Estado do Rio de Janeiro, mas, obviamente, é um porto brasileiro e tem abrangência sul-americana. Não vou insistir na minha emenda, porque sei que a Câmara já aprovou. Vou apoiar inteiramente o relatório do Senador Rodolpho Tourinho, com a observação da faixa de fronteira, que acho que deve ser aumentada, pedindo que considere o meu voto, porque tenho que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Já anotamos o voto de V. Exª. Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Senador Roberto Saturnino, V. Exª está de saída, mas ainda vou apresentar um apelo à relatoria e talvez precisasse de votos. Gostaria de pedir a V. Exª se há possibilidade do voto de V. Exª para condicionar também um provável entendimento entre mim e o Relator. Apenas gostaria que V. Exª estendesse o seu voto a um provável entendimento que ainda vou tentar conseguir com o Relator. Apenas esse breve comentário. Acho muito importante a forma como estamos debatendo porque, no item chamado infra-estrutura, seja de que natureza for, Sr. Presidente, corremos o risco de, quando se generaliza, se deixar sem nome, sem uma aplicação, pulverizarmos tanto e não termos, digamos assim, uma resposta com a economia nacional. Quero dizer que o Relator está correto, assim como a apresentação dos demais Senadores, porque temos que ir complementando o que a infra-estrutura tem que responder para nossa economia. Portanto, estou de acordo com o relatório nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não há mais inscritos. Passo a palavra ao Relator para dar seu parecer final. Depois, colocaremos em votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar sobre o outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª não acabou de falar?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Não é sobre isso. Era apenas um comentário.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Nas Emendas nºs 20 e 21, quero acreditar que os argumentos, na forma que o Relator apresentou, são convincentes, mas queria fazer uma ressalva. As Emendas nºs 20 e 21 são sobre reestruturação e preservação da Bacia do Rio São Francisco. Fala Sudeste e Nordeste porque ele está ao longo disso tudo. Quero dizer que não vamos nos ater à questão regional, mas ao projeto. Tive o cuidado de conversar agora, por telefone, para saber por que a justificativa de vir para a Comissão de Infra-Estrutura, porque, pelos critérios apresentados pelo Relator, não cabe aqui. A resposta que me chegou – por isso, queria fazer o apelo – é que, primeiro, ele entra como base para o projeto da transposição das águas. O entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente, Infra-Estrutura, Casa Civil e outros é que esse projeto tem que estar muito casado com o outro, que é o da transposição das águas, e por isso caberia na infra-estrutura. E por que mais? Porque ele está previsto dentro do Orçamento do Ministério da Integração; ele já está previsto lá dentro. E como grande parte das ações do Ministério da Integração compete à Comissão de Infra-Estrutura apresentar as sugestões, eu queria pedir da possibilidade então, se for entendido assim, de resgatar esse projeto para a Comissão de Infra-Estrutura, e aí poderemos ver onde poderíamos colocar aqui no relatório, e pedir a aprovação desta Comissão. Foi isso que me chegou como argumentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Relator para a explicação final.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Ele foi não enquadrado, digamos assim, exatamente por não ser afeto a esta Comissão e, sim, à CAS. Então por isso aí, automaticamente, ele não pôde ser enquadrado, e é isso que V. Exª coloca: se haveria alguma forma de a gente rever isso aqui. Só estou reafirmando o motivo pelo qual ele foi não admitido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Mas, diante dessa observação, como está no Ministério da Integração, como se trata de um casamento perfeito com a obra da transposição das águas, se era possível a Comissão adotar isso também aqui da Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou fazer uma observação sobre esse projeto. Como esse é um projeto que envolve o Nordeste, eu gostaria de dizer a V. Exª que eu até pensei em apresentar uma emenda, exatamente referente a essa questão do São Francisco, e não a apresentei por duas razões: a primeira, que o Senador Rodolpho Tourinho falou, porque eu achei uma certa dificuldade em enquadrá-lo como função específica aqui da Comissão de Infra-Estrutura; em segundo lugar, como esse projeto é prioritário do Governo Federal – inclusive o Presidente Lula fez uma promessa específica a esse projeto, quem está coordenando é o Vice-Presidente José Alencar –, porque acho que é um projeto cujos recursos já estariam de certa forma garantidos. Quer dizer, não há necessidade de a Comissão usar uma das suas emendas para um projeto que é – pode-se dizer – a prioridade número um do Governo Federal no Nordeste.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu gostaria de insistir com relação à questão do aumento...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas já foram anotados pelo Relator a observação...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – ... e a questão da ferrovia também. Acho absolutamente procedente a iniciativa da Bancada do Tocantins, mas o atendimento também no item ferrovias, a questão da Novo Oeste, que é uma ferrovia de fundamental importância não só para a integração do País, mas para a integração via oceânica, que é um grande projeto do Governo Federal também.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O que é a integração via oceânica, Senador?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – É o acesso ao Pacífico e ao Atlântico através das ferrovias, que estamos a um prazo muito pequeno de concretizar via Antofagasta, no Chile.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Inclusive conheço essa cidade de Antofagasta.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, não para contestar o Senador Delcídio Amaral, mas só para dizer o seguinte: houve alguma emenda apresentada nesse sentido do que o Senador Delcídio Amaral disse?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não, não houve.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Porque essa emenda nossa é direcionada para a Valec, é uma obra específica e, portanto, acho que não tem como ampliar para outras ferrovias; essa emenda não tem como ampliar para outras ferrovias.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, só estou sugerindo, uma das intenções era eventualmente, num item maior voltado para ferrovias, aumentar os recursos, até porque entendo que isso seja o montante relativo à Valec, mas buscar um entendimento no sentido de agregar pelo menos a Novo Oeste. Agora, a forma, como fazer, não sei.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agora vou passar a palavra para o Relator para ele fazer então a sua observação final para que possamos então votar.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Eu queria, inclusive, responder à Senadora Ana Júlia Carepa, que não está aqui, e a uma questão que foi colocada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador, eu queria fazer uma análise junto aqui com a Comissão do critério quanto à escolha daquele item. O que o Senador coloca, não de forma tão objetiva como vou colocar, mas fico inteiramente à vontade para fazê-lo, é que, se você for analisar as emendas ao PPA, todas elas, têm caráter nacional, sem nenhum tipo de dúvida que seria nacional, com exceção da construção, ampliação e recuperação de trechos de rodovias federais na região Nordeste. Todas as outras têm um caráter absolutamente nacional. A Senadora Ana Júlia pode discutir se é Nordeste ou se é Norte, mas ficaríamos aqui dentro do caráter nacional.

Quando vamos analisar as propostas ao Orçamento, todas as cinco – pela minha avaliação aqui – têm um caráter absolutamente nacional também, sem nenhum tipo de contestação. Isso eu entendo que estaria refletindo o seu pensamento, Senador.

Então, eu quero discutir esse assunto. Por que eu coloquei essa emenda do corredor Nordeste, que é uma região só e não atravessa mais de uma região? Eu vou explicar e quero colocar a decisão para o plenário. Nós recebemos quinze emendas do PPA, quarenta e quatro propostas ao Orçamento. Eu vou analisar aqui com V. Exªs essas quinze emendas, para ver porque eu coloquei isso.

A primeira delas, que é na região Norte, foi desenvolvimento de fronteira, que foi aceita.

A segunda tratava-se de saneamento ambiental urbano para especificamente a região Norte, com cidades até quinze mil habitantes. Essa é uma que seria elegível, digamos.

A outra seria para saneamento ambiental urbano na região Norte também.

A outra seria implantação e melhoria de obra de infra-estrutura urbana. São obras de infra-estrutura. Essa nós entendemos que não cabia. Era um projeto geral para abrigar outros projetos e nós o retiramos, por esta razão.

Depois, na região Nordeste é o corredor do São Francisco. Entendemos que nesse caso a questão colocada era quase a mesma do Senador Sibá Machado; essa era do Senador César Borges. Eram obras complementares da hidrovia.

Turismo, que achamos que não cabia, era outra emenda ao PPA.

Corredor do São Francisco e da mesma forma rodoviárias do São Francisco somente na região do São Francisco. Achamos que era algo que iria acabar somente na Bahia.

Depois, apareceu a construção, ampliação e recuperação de trechos na região Nordeste. Estradas federais.

Em seguida, apoio a desenvolvimento urbano nas cidades de patrimônio mundial, que é no Brasil inteiro e acatamos.

Após, uma que é Emenda de Redação, aquela nº13.

Depois, era o projeto do Brasil com todo gás, da unificação.

Na região Sudeste era sistema de transporte ferroviário em municípios do Estado do Rio de Janeiro, o que o Senador Roberto Saturnino coloca, mas dentro pelo menos das limitações dos critérios deste ano e também do número de emendas, ele ficou de fora.

E na região Centro-Oeste seriam aquelas que eu me referi da ANP, da implantação de abastecimento de petróleo, e a duplicação de trechos rodoviários. Isso é mais para manutenção. Foi uma do Sul. É em manutenção e não em construção.Tanto que a nacional desse mesmo Senador até acabou sendo atendida em manutenção da malha rodoviária.

Então nós ficaríamos, a rigor, com duas alternativas para decidir, das quinze emendas. Nós tiramos cinco. As duas alternativas são: ou essa de corredor das rodovias federais no Nordeste, ou a questão de saneamento no Norte.

E eu quero, nesse momento, colocar para o plenário decidir qual das duas deve acatar. Eu não quero ser o responsável, muito mais por ser da região Nordeste. Eu não quero de forma nenhuma definir dessa maneira. Não fujo à responsabilidade do enquadramento. Escolhi realmente. Agora, acho que isso deve ser definido pelo plenário e não por mim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Bom, em primeiro eu quero dizer, Sr. Relator, que a minha argumentação – eu até fui argumentar em particular com V. Exª, porque entendo, como disse o Senador Saturnino, que essa definição de âmbito nacional é muito questionável, até porque, por exemplo, uma rodovia, uma BR, seja em qual estado for, por exemplo, no meu estado, a BR-174 vai se conectar com outra BR e termina, portanto, acho que é uma obra de interesse nacional. E se for uma obra que atinja vários estados da Região Norte, é uma obra de interesse nacional. Acho que não é de interesse nacional, por exemplo, uma vicinal, de um município para outro. Aí, não é uma obra de interesse nacional ou uma obra menor que atinja somente aquele estado especificamente.

Mas, o que fui questionar justamente é porque, coincidentemente, aqui na folha 15, dentro dos argumentos que V. Exª colocou, as emendas selecionadas, por exemplo: desenvolvimento da faixa de fronteira, atinge três regiões; o apoio do desenvolvimento urbano, atinge várias, nesse caso, e pega a casa do patrimônio mundial e deixa várias de fora também.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – No futuro estarão todas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – O futuro a Deus pertence. O Brasil com todo o gás pegou vários estados, também. A manutenção da malha rodoviária federal idem. E somente o corredor Nordeste é só uma região. Não estou tirando o mérito e nem discordando, em tese, de que considero também de interesse nacional, porque realmente abrange um conjunto de rodovias federais que interessam à Região Nordeste e, conseqüentemente, interessam ao Brasil. Apenas uma argumentação para colocar no critério.

Mas eu, por exemplo, voto favoravelmente. Vou voltar ao apelo, que já foi feito, de melhorarmos o valor da questão da faixa de fronteira. E, se possível, até porque temos um prazo que foi dilatado até o dia 19, colocar também no orçamento recursos para a faixa de fronteira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, vamos ver se consigo sugerir uma coisa interessante a todos. No item 24 – Da Denit, diz aqui que é para a restauração da malha rodoviária federal e está preservada na LOA. E fala na Emenda nº 11 – Restauração de rodovias da malha federal, e o item 4 – Corredor nordeste. A minha pergunta é se, neste caso, poderíamos já entender que o corredor nordeste poderia já estar contemplado no 11 concomitantemente com o 24.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Eu queria colocar claramente, para decisão do Plenário, a verificação desta questão do corredor – acho que é até um argumento favorável, que se coloque o Norte, se acharmos que isso estaria contemplado. E votar entre colocar ou essa ou então a questão da emenda do saneamento no Norte. Eu proporia que isso fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, para o PPA, estamos examinando especificamente a situação do PPA, há quatro emendas que são claramente nacionais. Teve a quinta, e depois da análise de todas as emendas feitas ao PPA,sobraram duas na qual ele teve que optar. Uma, que tem mais de uma emenda sobre questão de saneamento na Região Norte, e uma outra que tem a questão dos corredores da Região Nordeste. Então ele está querendo que o Plenário, quer dizer, nós, no caso, decidamos entre as duas.

Aqui na Casa, Senador, V. Exª tem que dizer a sua opinião, que V. Exª já deu, que é a do Nordeste. Porque aqui sempre nos baseamos a favor ou contra o relator. Então, na realidade, a opinião dele, que foi a colocada no relatório, é de que prevaleça a dos corredores do Nordeste.

Não sei se poderíamos, talvez, para atender às duas regiões, colocar corredores Norte e Nordeste, porque de toda maneira há essa ligação.

O SR. (Orador não identificado) – Eu teria uma sugestão de retirar essa proposta do Nordeste e colocar então a proposta de saneamento. Duas propostas de saneamento.

O SR. (Orador não identificado) – Mas eu tenho saneamento também.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas V. Exª não tem do PPA. Estamos discutindo o PPA.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Existem duas emendas do Norte. A primeira é a seguinte:

"Implantação, ampliação, melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário para prevenção e controle de agravos em municípios de até 15 mil habitantes na região Norte."

Esta é uma delas. No valor R$89.600 milhões. É uma emenda ao PPA.

A segunda é:

Implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água para controle de agravos em municípios de até 15 mil habitantes na região Norte.

São essas duas emendas que estão aqui e que poderemos substituí-las.

O SR. (Orador não identificado) – Elas podem ficar juntas

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Pode. Creio que, na medida em que se coloca esgotamento e água.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, farei uma proposta aqui sobre este PPA.

O SR. (Orador não identificado) – Poderia dar uma sugestão, dentro dessa proposta que S. Exª está apresentando?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. (Orador não identificado) – Podia fazer a fusão das duas emendas e, ao invés de dizer região Norte, falar-se-ia em faixa de fronteira.

O SR. (Orador não identificado) – Mas no PPA já está incluso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, vou colocar em votação as emendas para o PPA. São aquelas quatro com esta modificação. O Parecer do Relator com a modificação única de que saem as estradas do Nordeste e entra a questão do saneamento e abastecimento d'água.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Preciso complementar. Peço que, na manutençao da malha rodoviária federal, que é nacional, este valor pudesse ser aumentado e nós tiraríamos aquela parte do Nordeste. Passaríamos, talvez, para a CPPA. Se fosse para atender, uns 900... Tiraríamos do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Reitero. Não seria mais interessante que, ao invés de colocar só região Norte, colocarmos faixa de fronteira. Assim abrangeria a região Norte e mais outra região.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Mas isso já está no PPA. Precisamos rever o valor da faixa de fronteira. Este valor, em vez de R$14.000.011 milhões... Não sei... Não sei o problema... O que seria...

O SR. – Sugiro R$50 milhões.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pronto. R$50 milhões. Então, vou colocar em votação as emendas do PPA com as observações do Senador Tourinho.

Em votação.

Aqueles que forem favoráveis...

O SR. (Orador não identificado) – Essa questão do saneamento, Senador Tourinho, só aplicável ao Norte ou é uma emenda de caráter nacional.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Só existe emenda para o Norte.

O SR. (Orador não identificado) – Existe emenda para o Centro-Oeste também, praticamente nos mesmos termos.

O SR. (Orador não identificado) – No PPA?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – No PPA, não.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Posso fazer uma proposta conciliadora, assim como fizemos na Comissão de Assuntos Sociais. Esta pergunta já vai para os técnicos para saber de sua pertinência... É sobre o PPA. Uma sugestão é quanto ao fato de ser até 30 mil habitantes. Existe esta possibilidade? A outra é a seguinte: temos discutido muito, na reforma tributária, a questão de um débito do País com as regiões menos desenvolvidas. Nesse caso, os programas são divididos por região, ou poderíamos colocar – pergunto também à área técnica – essa emenda voltada para municípios da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 30 mil habitantes. Poderíamos construir tudo isso se houver um acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Se o Relator concordar...

O SR. (Orador não identificado) – O Relator concorda desde que fique muito clara aquela troca inicial do Nordeste pelo Norte.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Estou preocupado com uma emenda mais abrangente quanto a essa questão de saneamento no Brasil inteiro.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Senador Delcídio, com o espírito de uma discussão profunda que abordasse o Fundo de Desenvolvimento Regional... Regionalização do Orçamento, algo que temos discutido. Seria o caso aqui de nós, na prática, estarmos fazendo isso: estamos direcionando ações para essas regiões que são mais pobres, sim. Acho que precisamos fazer isso.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Qual o valor que...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Olha, Senador, propus – não sei se V. Exª ouviu – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª não devia estar falando no telefone celular.

O SR. (Orador não identificado) – Não é, é o governador. O governador está cobrando essa posição minha.

O SR. (Orador não identificado) – Então, o Senador Rodolpho Tourinho vai fazer a proposta.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Então, ao invés, retira-se aquela proposta que era do Nordeste e coloca-se saneamento Norte, Nordeste e Centro-Oeste acima de 30 mil habitantes.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Até 30 mil.

O SR. (Orador não identificado)– Desculpem-me, até 30 mil habitantes. Essa seria só para esgoto. Só pode ser para isso?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – É, porque existe, e é para até 30 mil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Que aliás é o problema, água não é tanto o problema. Agora, acho que deveríamos aumentar aquele valor, porque, se você estar saindo de uma taxa de 89 milhões para três regiões.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Concordo. Concordamos, Senador.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Gostaria que V. Exª propusesse qual o novo valor. O valor está em 89.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Pode botar 200 milhões.

O SR. (Orador não identificado) – De minha parte, Sr. Presidente, está claro para mim.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está claro para todos?

O SR. (Orador não identificado) – Claro, só cumprimentando V. Exª.

O SR. – Falta o Orçamento ainda.

O SR. (Orador não identificado) – Quero dar os parabéns ao Presidente e ao Relator pela forma...

O SR. (Orador não identificado) – Não, mas ainda falta o Orçamento.

O SR. (Orador não identificado) – Não, por enquanto. Pela forma parcimoniosa com que trataram o assunto PPA.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço então, Senador.

Vou colocar então em votação o parecer do Relator com as modificações que S. Exª acabou de citar.

As SRAs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Estão aprovadas as cinco emendas ao PPA.

Então agora vamos para as cinco emendas ao Orçamento.

Peço ao Relator que dê o seu parecer com as novas observações que foram feitas.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Toda essa discussão havida estava em torno do PPA e sobrava um problema que vejo de difícil solução, mas vamos tentar construir a solução, que é a questão orçamentária da faixa de fronteira.

O SR. (Orador não identificado) – Para o qual não há emenda.

O SR. (Orador não identificado) – Agora, aí teria que retirar alguma, porque, como são só cinco. Esse é que teremos problema.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não sei se V. Exª quer fazer alguma proposta. Tem essa do Ministério do Meio Ambiente que, na realidade, também é uma... essa é de lixo.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Veja bem: aqui cada uma dessas emendas, Sr. Presidente, representa uma Região. Acho que nós só poderemos fazer troca dentro da própria Região. Se retirarmos aqui – essa do Meio Ambiente é da Região Sudeste –, deveremos colocar alguma coisa da Região Sudeste, e não de outra Região.

O SR. (Orador não identificado) – Não entendi. Então a Emenda nº 34 atende mais à Região Sudeste?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Atende mais, não; ela é nacional, proposta pelo Sudeste.

O SR. (Orador não identificado) – Porque o número aqui, a população já de 30 a 250 mil.

A ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Não é que seja da Região, Senador; foi proposta por gente da Região, não é isso?

O SR. (Orador não identificado) – É, pelos Senadores da Região Sudeste.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Mas ela atende ao Brasil inteiro, porque no Brasil inteiro tem Município com população entre 30 e 250 mil.

O SR. (Orador não identificado) – Mas aqui é o Sudeste, não é?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – É. Olha, evidentemente, nós, ao fazermos essa avaliação, também levamos em conta na divisão aqui aquilo que foi proposto por Parlamentares do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

O SR. (Orador não identificado) – Achei o critério muito justo, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Agora, acho o seguinte: essa Emenda nº 24 do DNIT, na realidade, é uma emenda nacional, mas para o qual, na realidade, já existem recursos também. Quer dizer, ela é geral demais, ela é restauração da malha rodoviária federal. É muito geral. Quer dizer, é uma Emenda que, na realidade, não acrescenta muito. Não sei se gente poderia talvez...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, ela pode até cair lá na Comissão de Orçamento em função de já haver recursos.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Evidentemente, as pessoas que me procuraram estavam muito preocupadas com essa questão do estado, das rodovias federais hoje no Brasil. É uma questão de decisão, realmente, não tenho nenhum ponto de vista fechado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, como V. Exª falou...

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Na realidade, talvez propunha que se substituísse essa da restauração da malha rodoviária federal porque acho que essa é tão geral, enquanto que essa da faixa de fronteira, bem ou mal, é uma coisa bastante específica porque é uma coisa que realmente tem que ter uma certa prioridade. A malha rodoviária federal é uma obrigação, vamos ter recurso da CIDE, vamos ter uma série de questões que ainda podem ser....

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – O relator não tem nada a opor.

O SR. (Orador não identificado) – Queria complementar com o que V. Exª mesmo anunciou no projeto que anteriormente argumentei, que, certamente, também é dentro de um raio de prioridade tão grande, de tantas pessoas, certamente a Câmara, todos devem estar falando sobre isso.

Acho que concordo com V.Exª.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não tenho dúvida nenhuma, não tenho nada contra.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos colocar em votação a questão das emendas do orçamento com essa mudança que atende aos estados de fronteira. Em vez da Emenda nº 24, uma emenda de relator especificamente sobre a questão da faixa de fronteira.

Com isso, concordamos nas 5 emendas.

Vou registrar o voto de V. Exª.

As Sras e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados.

Aprovado contra o voto da Senadora Ana Júlia.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Calma, contra o voto da Senadora Ana Júlia não, é só em relação a uma emenda, as outras emendas, todas, eu concordo. Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Aprovada as emendas com a observação da Senadora Ana Júlia.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, quero voltar à questão da discussão dessa ferrovia, entendendo o pleito da bancada do Tocantins, mas queria ver se não haveria possibilidade da Noroeste porque é uma ferrovia de fundamental importância par o país.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos continuar em outra reunião essa discussão.

Infelizmente, para este ano...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, aí não, dá, outra reunião já foi, é só ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É que V. Exª estava falando com o Governador na hora da votação.

O SR. (Orador não identificado) – O Governador até disse a ele que até ia ser acatada essa questão da Noroeste.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a presença de todos, o bom humor e a forma amiga como todos trabalharam nesta reunião.

Obrigado, mas o agradecimento maior vai para o Senador Rodopho Tourinho.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h.)

Ata Da 24ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Ordinária Legislativa da 52º Legislatura da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 13 de novembro de 2003.

Às treze horas e trinta minutos do dia treze de novembro de dois mil e três, na sala de reunião da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ JORGE, com a presença dos Senhores(as) Senadores(as) Rodolpho Tourinho, Duciomar Costa, Leonel Pavan, Fátima Cleide, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, João Ribeiro, Ana Júlia Carepa, Roseana Sarney, Sibá Machado, Marco Maciel, Delcídio Amaral, Luiz Otávio e Magno Malta. O senhor Presidente declara aberto os trabalhos, para discussão e votação das emendas da Comissão a Lei Orçamentária Anual – LOA (PLN Nº 31/2003) e ao Plano Plurianual 2004/2007 (PLN Nº 30/2003). A Presidência designou o Senhor Senador Rodolpho Tourinho para relatar as emendas apresentadas. Após a leitura do seu relatório e a discussão final do mesmo, são colocadas em votação e aprovadas pela Comissão as seguintes Emendas a Lei Orçamentária Anual – LOA: Nº 01-CI, referente a "Construção da Ferrovia Norte-Sul – Trecho Estreito-Darcinópolis – VALEC– (Nacional), no valor de R$ 100.000.000,00; Nº 02-CI, referente a "Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana – Obras de Infra-Estrutura Urbana em Localidades do Patrimônio Mundial no Brasil" (Nacional), no valor de R$ 80.000.000,00; Nº 03-CI, referente a "Implantação do Gasoduto da Unificação" (Nacional), no valor de R$ 400.000.000.00; Nº 04-CI, referente a Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População de 30.000 a 250.000 Habitantes" (Nacional), no valor de R$ 100.000.000,00; Nº 05-CI, referente a "Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira" (Nacional), no valor de R$ 20.000.000,00.

Após a discussão final são colocadas em votação e aprovadas as seguintes Emendas ao Plano Plurianual – PPA para o período 2004 a 2007: Nº 01-CI, referente a "Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira" (Nacional), no valor de R$ 80.000.000,00; Nº 02-CI, referente a "Obras de Infra-Estrutura Urbana em Localidades do Patrimônio Mundial no Brasil" (Nacional), no valor de R$ 80.000.000,00; Nº 03-CI, referente a "Implantação do Gasoduto da Unificação" (Nacional), no valor de R$ 2.400.000.000,00; Nº 04-CI, relativa a "Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes" (Nacional), no valor de 200.000.000,00; Nº 05-CI referente a "Manutenção da Malha Rodoviária Federal – Restauração de Rodovias" (Nacional), no valor de R$ 900.000.000,00. Emenda ao Texto (Programa-PPA) – "Apoio ao Desenvolvimento Urbano". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada conjuntamente com as notas taquigráficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

AS SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço às SRAs e aos Srs. Senadores que a pauta de hoje consta de um único item: discussão e votação das cinco emendas ao Orçamento de 2004 e das cinco emendas ao PPA para o período 2004/2007.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, Relator da matéria, para leitura de seu relatório.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Srs. Senadores, apresento parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 31, de 2003 – Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2004 – e ao Projeto de Lei nº 30, de 2003 – Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004/2007 –, nos termos da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

Conforme regularmente convocada, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura reuniu-se no dia 13 de novembro para receber, analisar e discutir projetos das emendas a serem apresentadas. No prazo estabelecido da convocação, foram apresentadas 15 propostas de emendas ao PPA e 44 propostas de emenda ao Orçamento de 2004, conforme discriminação abaixo.

Sr. Presidente, como o relatório está sendo distribuído aos Senadores, solicito a V. Exª a dispensa da leitura, caso a caso, do relatório que também é do

conhecimento de todos. Passo imediatamente à questão do critério utilizado para a análise de todas essas emendas.

A análise focalizou preliminarmente...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está na página 13?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Página 8.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos para a página 8.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Diretamente na página 8. Todos já estão com o documento?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Estamos tirando umas cópias. Peço ao Senador Sibá Machado para sentar ao lado da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senadora Ana Júlia Carepa, sente-se no meio, porque não há cópia para todos.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – E a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Darei a minha cópia para V. Exª. O Presidente precisa sacrificar-se.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – A análise focalizou preliminarmente o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente e a critérios de prioridade, conveniência ou mérito. Em especial, tais propostas foram examinadas à luz dos seguintes dispositivos.

Estabelecemos critérios de caráter legal e de caráter normativo. Os critérios de caráter legal referem-se, no Item A, à Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional – o A-1 refere-se ao art. 21.

Então, as emendas de caráter legal: as emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual e aos projetos de lei de créditos adicionais que propõem inclusão ou acréscimo de valor somente poderão ser aprovadas pela Comissão, no caso esta, caso não sejam constituídas de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas.

Portanto, no enquadramento, sempre que houvesse mais de uma ação naquela emenda proposta, ela seria rejeitada pelo art. 21, inciso III, da Resolução nº 1 do Senado Federal.

O A-2 refere-se ao art. 25, inciso I, que diz: "Aos projetos de lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual poderão ser apresentadas emendas coletivas, cuja iniciativa caberá às comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas a matérias que lhe sejam afetas regimentalmente e de caráter institucional ou nacional, acompanhadas da ata da reunião deliberativa até o limite de cinco emendas por comissão permanente". Emendas foram rejeitadas por não terem caráter institucional ou nacional e por constituírem matérias que não eram afetas regimentalmente à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Isso em relação aos aspectos legais.

O Item B diz que, em relação às normas para apreciação dos projetos de lei do Plano Plurianual 2004/2007, no seu art. 11, aplicam-se ao projeto de lei do Plano Plurianual, no que couber, as demais normas que regem a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Quanto ao Item C, atinente ao parecer preliminar à proposta para 2004, no Item 1, Subitem 3 da parte especial: "A admissibilidade de emenda ao projeto de lei orçamentária que venha a resultar na inclusão de ação nova dependerá de sua existência na proposta do Plano Plurianual ou da apresentação da correspondente emenda à proposta do Plurianual, conforme determina o § 3º do art. 166 da Constituição Federal." Ou seja, para que a emenda seja aprovada no Orçamento, é preciso haver o correspondente no PPA.

Em virtude dos motivos acima descritos, não foram admitidas as emendas abaixo descritas na lei orçamentária.

Na região Norte, as emendas 33, 32, 31, 09, 08, 06, 05, pelos motivos que estão indicados à direita ou por prever diversas ações do que não é permitido pela lei ou por não ter caráter nacional, que também não é permitido pela lei, ou por não estar previsto no PPA e não ter havido um correspondente pedido de emenda de PPA.

Na região Nordeste, rejeitada a proposta nº 11, por não ter caráter nacional. Ainda dentro de aspectos estritamente legais, nenhum tipo de julgamento outro a não ser o enquadramento dentro da lei.

Na região Centro-Oeste, recusadas as propostas 02 e 04, por não estarem previstas no PPA. Na região Sudeste, recusadas as de nºs 26 e 27, por não terem caráter nacional. E na região Sul, as de nºs 29 e 25, 40 e 41, todas elas por não estarem previstas no PPA – estou na página 11. Ademais, as de nºs 40 e 41, por preverem diversas ações.

Então, essas rejeições – repito – são em caráter de não enquadramento no aspecto legal. Adotamos os mesmos critérios para avaliação na região Norte, mas não conseguimos enquadrar as propostas nºs 06 e 07, por não terem caráter nacional. Na região Sudeste, a proposta nº 8 foi rejeitada também por não ter caráter nacional.

Além desses critérios de caráter legal, estabelecemos também outros critérios de aceitação tendo em vista uma análise mais detalhada de cada emenda e apurar qual seria realmente, dentro dessas emendas, as mais estruturantes e importantes para o País.

Então, além dos critérios normativos, propõe-se que sejam adotadas as seguintes condições para aceitação das propostas das emendas: primeiro, que privilegie ações cujo objeto seja mais afeto à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Quer dizer, além de seu aspecto legal, aqui também enquadramos como aspecto normativo.

Um outro ponto é existir fontes e recursos próprios. Quer dizer, para aquelas ações em que já existem fontes próprias, recursos próprios, isso não seria prioritário no enquadramento.

Um outro ponto aqui, apenas de não aceitação, é que quando se tem duplicidade, uma das duas acaba ficando prejudicada, mas atendida pela outra.

Então, em virtude dos motivos acima descritos, não puderam ser acolhidas as seguintes emendas: na Região Norte, as Emendas 21 e 20, por não ser ação típica da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; na Região Nordeste, as Emendas 13, 42 e 44 – a Emenda nº 13, por não ser ação típica da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e a 42 e a 44 por estarem sendo atendidas por duplicidade: atendidas por duplicidade, essa emenda é atendida ou ela atende a outra; na Região Centro-Oeste, todas as emendas não atendidas, que são a 01, 03, 16, 37, 38 e 39, porque não são ações típicas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Por exemplo, emendas que tenham entrado na área de turismo não foram aceitas porque não são ações típicas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; na Região Sudeste, o número da proposta é 43, essa foi atendida por duplicidade; na Região Nordeste é a Proposta 02, porque é ação não típica da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, e na Região Centro-Oeste, a Proposta 09, porque teria sido atendida por outra.

Critério para seleção das emendas: como critério para a seleção das cinco emendas a serem apresentadas para deliberação por esta Comissão, conforme o disposto no art. 25, inciso I, da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, adotamos a abrangência e a importância quanto à agregação de valor à infra-estrutura do País.

Em virtude dos motivos acima descritos – há erro de português – não puderam ser acolhidas as emendas descritas no...

A SRA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Em destaque?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Creio que vamos colocar em discussão tudo depois, não tenho nenhuma... tudo será discutido.

Na Região Norte, no orçamento, as Propostas 15, 14 e 07; na Região Nordeste, a Proposta 17 e a Proposta 10 e, em relação ao PPA, adotando esse mesmo tipo de critério, não puderam ser atendidas as Emendas 14 e 15; na Região Nordeste, as Emendas de nºs 01 a 03 e a Emenda 12; na Região Sul, a Emenda nº 10.

Esse é o relatório, e o voto do Relator, então, é o seguinte:

Diante do exposto, votamos por que esta Comissão apresente as seguintes emendas nos termos da lei, nos termos previstos no inciso I do art. 25 da Resolução 01 de 2001.

I – Ao texto do PPA 2004/2007, o número da Emenda é 13, Apoio ao Desenvolvimento Urbano, ao PPA 2004/2007, aprovada a Emenda nº 5, Desenvolvimento de Faixa de Fronteira; a Emenda nº 12, o Apoio ao Desenvolvimento Urbano; a Emenda nº 16, Brasil com todo o Gás – implantação de gasoduto; a Emenda nº 4, Corredor Nordeste, de recuperação de rodovias federais; e a Emenda nº 5, a Manutenção da Malha Rodoviária Federal – restauração de rodovias.

E ao projeto de Lei Orçamentária... (Pausa)

O SR. – (*fora do microfone*)

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Negativo. Essa é ferrovia norte-sul, mas não é esse valor que está aqui. Aqui há um erro. Peço desculpas, mas recebemos ontem à noite, praticamente às nove da noite, essas mais de 50 emendas...

O SR. – (*fora do microfone*)

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não, não pode ser. É esse aqui que é o desenvolvimento da faixa de fronteiras. O problema é só no valor, que é grande, mas existe a emenda. Para estabelecer um critério, escolher as emendas e preparar um relatório até agora, de forma que ocorreu aquele erro de português do relatório e, além desse, há um erro de valor.

Esse trata da construção da ferrovia norte-sul.

Depois, a segunda aprovada é a de nº 35 que são obras de infra-estrutura urbana em localidades do patrimônio mundial no Brasil, e a outra é a de nº 36, que trata da implantação do gasoduto da unificação. A de nº 34 trata do apoio à gestão integrada de resíduos sólidos em Municípios com população entre 30 e 250 mil habitantes.

O SR. – (*fora do microfone*)

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Eu sei que eu estava certo. São 100 milhões a ferrovia norte-sul e... Isso aqui também está errado. O DMTI não é isso. Restauração da malha rodoviária federal...

O SR. (*fora do microfone*) – Quinhentos milhões.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Quinhentos milhões. E não é Denit, isso é restauração de...Não sei se o número a esta altura é esse.

O SR. – (*fora do microfone*)

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Essa aqui, mas é a restauração da malha rodoviária federal. Esse é, com perdão desses pequenos tropeços de datilografia e de números, o nosso voto, evidentemente, estamos dispostos a rever qualquer tipo de colocação que seja feita pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou abrir para o debate. Há cinco Senadores inscritos, e vou conceder a palavra pela ordem de inscrição.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao nosso Relator o trabalho que realizou. Quando o convidei para relatar as emendas o fiz exatamente pelo conhecimento técnico que tem de toda essa situação financeira, por ser um ex-Secretário da Fazenda, ex-Ministro, uma pessoa de formação técnica, mas não sabia que era uma coisa tão difícil no sentido em que o prazo era muito curto.

Na realidade, o prazo para apresentar as emendas terminou praticamente ontem, no final da terça-feira, foram mais de 60 emendas. S. Ex.ª teve muito pouco tempo, e é muito difícil julgar qual emenda é melhor ou pior, e o Relator teve que fazer todo um sistema de critérios. S. Ex.ª fez questão de fazer tudo por escrito e explicitar todos esses critérios.

Portanto, cabe-nos, como Presidente da Comissão, agradecer o esforço e a dedicação que o Senador Rodolpho Tourinho teve na elaboração do relatório.

Iniciaremos o debate para, depois, fazermos a votação.

O primeiro inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti a quem concedo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, gostaria de tirar algumas dúvidas com o Sr. Relator. Inicialmente, há o acolhimento no PPA da Emenda nº 13, que é apoio ao desenvolvimento urbano e da Emenda nº 12, que é sobre o desenvolvimento urbano, embora esta especifique que é em localidade do patrimônio mundial do Brasil.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Essa tem o sentido de ser internacional. Foi um dos objetivos que colocamos como enquadramento e não especificamente em uma determinada localidade.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Na coluna nº 13, que é para o desenvolvimento urbano indago se não abrange também a característica.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Eu sou o autor dessa emenda para o patrimônio mundial.

No Brasil, temos diversas cidades e, mesmo quando não são cidades, são coisas naturais como montanhas, florestas, enfim, que a Unesco vem considerando, pouco a pouco, patrimônio mundial e não nunca demos uma resposta ao que a Unesco faz de declarar determinadas cidades patrimônio mundial, como podemos tomar conhecimento, de vez em quando, pela televisão. Aconteceu com Ouro Preto, com Olinda, e acontece com outras cidades, muitas vezes, sem condições. E o Governo não contribui com nenhuma forma de apoio a essas cidades, quando sabemos que, se a cidade possuir a infra-estrutura necessária, constituirá um importante ponto de incentivo ao turismo e à ação econômica.

Portanto, fiz questão de apresentar uma emenda nacional, pois isso já existe em quase todos os Estados. E em Estados onde ainda não existe, amanhã poderá vir a existir, pois há muitas candidaturas a patrimônio mundial. Creio que não tem nada a ver com desenvolvimento urbano normal, pois se trata de projeto que já existe no PPA.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Senador Mozarildo Cavalcanti, reforçando o que foi colocado, gostaria de registrar que isso não ficou regionalizado, mas localizado, em termos nacionais. Foi um dos critérios que adotamos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Faço a pergunta porque restarão seis emendas.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Seis emendas acolhidas.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – A outra, a de número três, é apenas emenda de texto, não de...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – A de número treze.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – A de número treze... É emenda de texto.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Por essa razão, a minha dúvida. Se não era a mesma coisa. Apesar da argumentação do Presidente, poucos Estados possuem localidades que são patrimônio mundial. A minoria dos Estados.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não creio que seja a minoria, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Na região Norte não conheço nenhuma.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Mesmo que não possua, isso não quer dizer que amanhã não possa possuir. Existem patrimônios importantes no Brasil inteiro: no Maranhão, em Pernambuco, no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais – que é um dos Estados que mais possui –, em Mato Grosso, na Bahia, etc.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Bem, essa é minha primeira dúvida. Entendo que, ao acolher apoio de desenvolvimento urbano, poderia estar acolhendo a idéia de proteger a localidade que seja patrimônio mundial.

Outra dúvida, Sr. Relator, é a seguinte: foi acolhida a Emenda nº 5, que trata do desenvolvimento da faixa de fronteira no PPA. Mas na LOA não há previsão para essa emenda.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Essa emenda, pelo menos, não está aqui. Ela consta do PPA. Foi apresentada e aprovada a que estava no PPA, o que significa que não pode ter início neste ano, apenas no outro ano. Mas está no PPA. Não pode, Senador Mozarildo Cavalcanti, porque, se existe uma emenda no Orçamento que não estiver incluída no PPA, ela não vale. Mas se estiver no PPA e não no Orçamento, vale.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Entendi.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Porque seria então utilizada no outro ano.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Mas o objetivo da argumentação é conseguir uma forma de incluir também no Orçamento. Porque a faixa de fronteira vai de Norte a Sul do Brasil, ou seja, do Amapá ao Rio Grande do Sul. Seria uma forma de... Não posso garantir se não está nas emendas apresentadas na LOA. Se V. Exª, como Relator, pudesse...

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – O grande problema é que, quando recebemos a emenda, há outros tipos de emendas apresentadas só ao PPA. Ou seja, cabe a nós julgar naquele momento o que está sendo pedido. E não acrescentar. Mesmo porque, até ter recebido, não poderíamos fazer nenhuma modificação, a não ser aqui. Se incluirmos uma outra emenda agora na Lei Orçamentária para o ano de 2004, terei que tirar uma outra. Mas não tenho restrição alguma. O Plenário decide.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Gostaria que incluíssemos este, Senador, porque as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, fazem parte de uma área importantíssima. E entendo que poderia ser feito um ajuste de forma a contemplar essa região toda da fronteira com países que são problemáticos. O Brasil, portanto, precisa investir nessa região de fronteiras. Faço esse apelo, caso realmente possamos ajustar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – O relator tem inteira razão de tentar dar prioridade, na LOA, às obras estruturantes, como ferrovias e gaseodutos. Realmente, precisa se dar bastante ênfase a esse tipo de atendimento.

Sobre o item 35, infra-estrutura urbana nas localidades do patrimônio mundial no Brasil, eu queria sugerir se é possível remeter o item 35 para o lugar do item 5. Então, o item 5 iria para o lugar do item 35, que iria para o lugar do item 5.

A única dúvida é se consta....

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Senador Sibá Machado, não entendi direito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Um é orçamento, e outro é...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Correto, mas, quando se está no orçamento, obrigatoriamente tem de se estar também no PPA. Então, se o relator aprovou, significa que está correto nesse ponto.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não significa isso, não.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não foi aprovado ainda pela Comissão.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Primeiro, eu não aprovei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Desculpe a forma de falar, então.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Segundo, pode-se colocar uma ação no PPA – foi isso até que julguei nesse caso e em outros casos que fossem dessa forma – que já se sabe que não pode começar neste ano e que somente vai começar no outro ano. Então, não se ia precisar da cobertura da lei orçamentária para 2004. É uma ação prevista para 2005, que teria de entrar no orçamento de 2005.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Concordo com V. Exª, mas quero apenas lembrar: o item 18, ferrovia; o item 36, gaseoduto; o item 34, resíduos sólidos; e o item 24, malha rodoviária.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Estamos falando do orçamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – É o orçamento. Então, são todas obras estruturantes, portanto, cabíveis de uma atenção toda especial.

Entretanto, o Item 35 fala de infra-estrutura urbana em localidades do patrimônio mundial no Brasil. Eu queria saber se é possível V. Exª remeter o Item 35 para o lugar do Item 5, que está previsto no PPA. O Item 5 iria para o lugar do Item 35, que poderia ser passível de uma execução já no ano 2004.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas o Item 35, que S. Exª está querendo tirar, já está no PPA, que é o Item 12. Ele tem de entrar no PPA e no Orçamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Então, estou com o papel errado?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está com papel certo. É que são dois orçamentos diferentes. Um é o PPA. Então, por exemplo, nesse projeto, foram apresentadas emendas ao PPA e ao Orçamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Nos dois?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Sim, porque, como ele não estava no PPA... Para entrar no Orçamento, ele tem de estar no PPA.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Em relação a esse que S. Exª falou e que é o mesmo que V. Exª falou, sobre a faixa de fronteira, não foi apresentada emenda ao Orçamento. Então, S. Exª não pode colocar, porque não existe a emenda.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Está explicado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Não é um projeto novo ao PPA. Pretendemos apenas incluir como da comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Sim, mas, no PPA, ele está incluído. Entretanto, como não tem emenda para o Orçamento, ele não pode ser incluído no Orçamento.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Em 2004. Pode ser para 2005.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo inscrito é o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, primeiro, registro a minha tristeza, porque o Relator acatou apenas uma das minhas quatro emendas. S. Exª rejeitou três, mexendo com saneamento, meu caro Relator.

Quero fazer uma pergunta. Estou vendo algumas emendas que foram aprovadas por V. Exª, associadas à faixa de fronteira e a ferrovias. Regimentalmente, não é possível eventualmente se agregar, expandirem-se essas emendas para ou aumentar um pouco mais os investimentos em faixa de fronteira ou, eventualmente, atender outros projetos de ferrovias. É possível isso?

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Aumentar o valor de desenvolvimento da faixa de fronteira, no PPA, já que não consta do Orçamento, é inteiramente factível, viável e, no meu entendimento, deveria ser feito. Isso depende do Plenário.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Até porque foi muito bem colocado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti uma emenda de fronteira para a Amazônia...

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – A Amazônia está...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Mas no texto aqui está Amazônia.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Foi corrigido pelo relatório.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Foi corrigido pelo relatório? Sim. Com isso se atenderia também...

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Até o Rio Grande do Sul.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sim. Mas acho pouco. São 14 milhões de reais que constam aqui.

Considero muito pouco, Sr. Presidente, até pelo impacto que isso traz

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Não há dúvida disso.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – ...até pelo impacto que isso traz para todos os Estados brasileiros que fazem fronteiras com os países vizinhos.

No caso das ferrovias, eu pergunto também – vejo uma emenda do competente Senador de Tocantins sobre a Valec(*). Eu gostaria de avaliar, quanto às ferrovias, se esse raciocínio pode ser estendido também à Novoeste(*), no Mato Grosso do Sul.

Confesso, Sr. Presidente, que estou em dúvida. Por isso estou levantando essas duas questões. A questão de fronteira, penso que já foi devidamente esclarecida. Se houver um acordo podemos aumentar.

Com relação à ferrovia, é possível se fazer alguma coisa ou se incluir eventualmente a ferrovia Novoeste?

A SRA JULIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Como eu vou falar sobre esse assunto, talvez seja bom...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, V. Exª fala, e depois respondemos.

V. Exª tem a palavra, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Eu, primeiro, gostaria de parabenizar o Relator, que teve o cuidado de colocar os critérios que já existem na legislação. Mas também vou defender o meu direito de contestar alguns entendimentos. Eu diria que, no mínimo há controvérsias.

Por exemplo, a emenda que eu apresentei foi rejeitada pelo Relator com o argumento da abrangência e importância quanto à agregação de valor à infra-estrutura do País.

Eu defendo que o DNPM(*), que é o Departamento Nacional de Produção Mineral, tem uma potencialidade de agregar valores imensos. Essa é a verdade. Se formos ver a função do DNPM e o nobre Senador Rodoupho Tourinho, que foi Ministro tanto quanto o nobre Presidente desta Comissão, Senador José Jorge, sabe desse potencial.

Então, entendo que isso não seria motivo para rejeitar uma emenda sobre o DNPM. Pelo contrário, ele tem grandes possibilidades, não só pelo seu papel de pesquisa como também o de fiscalização.

Então, tem um potencial imenso em relação a isso. Pelo contrário, é a falta de recursos no DNPM que faz com que não tenhamos mais ainda pesquisas que podem agregar significativos recursos ao País.

Bem, essa é a minha contestação em relação ao critério. Eu gostaria de fazer uma contestação em relação à proposta...

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Eu poderia responder à primeira indagação?

A SRA ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Pois não.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Evidentemente, Senadora, eu entendo que a sua emenda é importantíssima, até pelo que temos trabalhado junto na Subcomissão de Mineração. E seria até, se eu não tivesse absoluta convicção no que estou fazendo, sendo relator desta Comissão, algo que não seria possível entender.

Mas tenho uma outra compreensão. Ao estabelecer determinados critérios ficamos muito a vontade para discutir qualquer assunto, dentro desses critérios.

Então, é que não foi bem explicado: eu precisaria talvez de mais 24 horas para acabar melhor a locação desses critérios todos.

No caso específico, quando não há essa agregação é porque quem deve cuidar, no meu entendimento, da DNPM, que tem recursos próprios – estamos até cuidando que tenha mais recursos próprios –, chama-se Ministério de Minas e Energia, especificamente, porque tem recursos próprios destinados a isso.

Para mim, esse é um ponto essencial. E digo: a minha experiência, até como Ministro nessa área, foi que esse não era um assunto prioritário dentro das atribuições várias do Ministério.

Portanto, o que precisamos dar é uma outra posição à área de mineração. Acho que esse tipo de emenda não estaria dentro porque o DNPM tem recursos. Tem gente pior do que ele, em bom português, está certo?

A SRA ANA JÚLIA CARPEA (Bloco/PT-PA) – Até posso achar que tem gente pior. Ela tem caráter nacional inclusive.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Da mesma forma, tivemos... É nacional, não tenho dúvida. É importantíssimo, mas ele tem recurso.

Pela mesma razão, exatamente a mesma razão, existe aqui uma emenda, cujo mérito é muito importante, para obtenção de dados pela ANP, de geologia e geofísica aplicada à prospecção de petróleo e de gás natural, a questão de abastecimento de petróleo. Só que a ANP tem recursos. Pela mesma razão, foi recusada essa da ANP.

O próprio sistema – não fui eu – montado se encarregou de dizer: "Essa tem recursos específicos." O que a ANP sofre hoje? Um contingenciamento, que é um outro problema.

Acho que não podemos enfrentar o problema do contingenciamento, um problema do Governo em face das limitações existentes hoje, porque estaríamos tapando o sol com a peneira neste exato momento.

E mais: no caso da ANP, diferente do DNPM, ela tem orçamento próprio. Eu também me lembro de que cuidei de separar...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – A DNPM é diferente de ser agência; a ANP é agência.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – [illegible] separar. Quer dizer, com mais razão ainda na ANP, para não se atender, porque ela tem orçamento próprio. Agora, o orçamento deve ser respeitado. O [illegible] temos de fazer aqui, nesta Comissão, Senador [illegible] Jorge, é tratar desses assuntos e verificar o que [illegible] de ser feito.

Acho um desserviço hoje ao País impedir a prospecção, na área de petróleo e de gás natural, por falta

de recursos, pois os recursos existem, são provenientes dos **royalties**(*) do petróleo, que não podem, por lei, ser contingenciados, ainda há mais essa. Não é este Governo, o outro fazia a mesma coisa. Não estou acusando governo algum. Acho que precisamos ter soluções nacionais para esse tipo de problema. Aqui acho que estaríamos fugindo dessa briga.

Acredito que temos, nesta Comissão, de brigar agora para resolver de vez com o problema do DNPM, bem como da ANP...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Vamos continuar brigando. Então, vamos aprovar o nosso projeto lá, não é, Senador?

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Lá? Sim, claro, porque haverá recursos para isso.

Agora, o que acho não poderá ocorrer é, depois de todo esse trabalho que estamos tendo naquela Comissão, Senadora Ana Júlia Carepa, é de repente colocarmos mais recursos para o DNPM e não fazerem orçamento para o DNPM. Aí será o próprio, eu não diria nem contingenciamento, mas o próprio engessamento.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Senador, vamos continuar, senão fica... Não terminei de falar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Tudo bem. V. Exª falou sobre o primeiro tema, sabemos disso.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – É que eu queria responder sobre o primeiro tema.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pronto: S. Exª respondeu ao primeiro tema, e o Senador Delcídio...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Então, deixe-me concluir...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, V. Exª conclui e passo para S. Exª.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Ah, porque S. Exª queria também...

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Conclua.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Conclua, Senadora.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Eu queria falar sobre essa questão da emenda também que V. Exª considerou.

Se é um dos critérios ter caráter nacional, teremos de definir aqui. Eu sou contra a construção da Ferrovia Norte-Sul. Aqui está, inclusive, colocado: trecho estreito da (inaudível). Sou contrária, voto contra isso aqui. Acho que isso não tem caráter nacional. Tem caráter nacional a emenda que menciona: restauração da malha ferroviária federal; tem caráter nacional a emenda para o Ministério do Meio Ambiente: apoio a projeto de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos de municípios com população entre 30 mil e 250 mil habitantes.

Isso são emendas de caráter nacional. É uma emenda de caráter nacional essa emenda em relação à implementação do gasoduto que acredito, inclusive, que esta Comissão deveria colocar a implantação de gasoduto, e talvez não seja fosse o caso de definir qual. Eu não sei se há necessidade técnica de definir qual. Por quê? Porque aí ficaria a critério. Nós estamos colocando uma emenda de caráter nacional. Pelo menos foi assim que entendi, pelo menos quando foi colocado, quando se fizesse emenda, que observasse: "Olha, a emenda não pode ter caráter nem regional, nem estadual; tem que ter caráter nacional. Por isso, inclusive, escolhi fazer até a DNPM. Mas eu quero dizer particularmente que essa de nº 18, quero dizer que acho que não é uma emenda de caráter nacional.

O SR. RELATOR (Rodoupho Tourinho) – Senadora, eu quero explicar qual foi o critério no caso. Quer dizer, essa questão de caráter nacional seria muito visível, por exemplo, na área de saúde que se tivesse uma alocação para o Brasil inteiro, para combate de uma determinada endemia, alguma coisa. No caso de uma infra-estrutura, não pode ser nacional só aquela estrada ou aquela rodovia que viesse do Oiapoque ao Chuí. Está certo? Eu estou exagerando, mas no fundo é isso. E agora quando se colocou aqui, por que não de gasoduto? Porque eu não posso modificar as emendas; eu tenho que analisar as emendas que foram apresentadas. E escolher... O Plenário, para mim, é que definirá isso.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Na Comissão de Assuntos Sociais ainda há pouco, modificamos, juntamos, fizemos uma série de ajuste.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não tem problema, o Plenário, para mim, é que deve fazer isso, que é soberano para isso. Eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Ele está dizendo que, como Relator, teria que examinar as emendas que tinha. Agora, aqui, no Plenário pode mudar, como já vamos mudar algumas os valores...

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Aqui é soberano para mudar o que quiser. . E eu não coloco nenhum tipo de obstáculo àquele consenso que existia aqui no Plenário.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, e que como na verdade era o terceiro orador

inscrito, eu só queria pedir a V. Exª, porque como a Senadora Ana Júlia falou...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não, eu vou lhe dar a palavra. Primeiramente, ao Senador Delcídio Amaral para encerrar, porque eu tomei a sua palavra de forma abrupta.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, resumindo as minhas ponderações aqui, uma questão é a questão de investimentos em áreas de fronteira que acho esse assunto de fronteira de fundamental importância para o País, e temos que dar um tratamento especial, inclusive, com valores orçamentários maiores.

O segundo ponto: volto a insistir no que se refere às ferrovias. As ferrovias hoje representam talvez a maior fonte de preocupação do Governo Federal pela competitividade que as ferrovias trazem necessariamente para o País, baixando o custo dos nossos produtos, e a necessidade dessa integração, como é o caso da ferrovia norte-sul, muito bem colocada aqui pelo Leomar e pelo João, como também é a nossa ferrovia Novo Oeste. E eu gostaria de ponderar para que adotássemos talvez valores orçamentários maiores para que venhamos atender a outras ferrovias, e, no caso específico que eu quero registrar aqui, a Novo Oeste, que hoje, infelizmente, é uma vergonha nacional.

E o terceiro ponto que eu gostaria também de registrar, primeiro o acatamento, apesar de o Relator ter rejeitado, eu tirei nota 2,5, deveria ter tirado dez, e o Relator me deu 2,5, mas queria registrar aqui a importância da Emenda 36, que é o gasoduto, o famoso da unificação, o projeto de integração nacional, o projeto de interiorização do gás natural no Brasil. Estamos dando um passo de extrema relevância e importância.

Eu queria registrar e louvar inclusive a sensibilidade do Relator, Senador Rodolpho Tourinho, porque esse é um dos projetos de integração mais importantes do País, pois os outros gasodutos já estão bem definidos, é o Bolívia-Brasil*, são os gasodutos do Nordeste, é o gasoduto do Sul, é o gasoduto Urucu-Porto Velho*, é o gasoduto Coari-Manaus*, e esse sim, esse é um gasoduto nacional, porque ele atenderá Goiás, Brasília, Tocantins, Maranhão, Pará, Piauí, e efetivamente interiorizará a utilização do gás natural no Brasil.

Então, quero cumprimentá-lo, Relator Senador Rodolpho Tourinho, porque acho que estamos dando um grande passo não só para a inclusão no PPA – o que é fundamental – e para os recursos necessários para começar essa obra, que – diga-se de passagem – foi contemplada pela Medida Provisória nº 127, recém aprovada no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador João Ribeiro, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero primeiro iniciar enaltecendo o trabalho do nosso ilustre Relator, profundo conhecedor dessa área de infra-estrutura, que é o motivo maior desta nossa Comissão.

Até solicito à Senadora Ana Júlia Carepa que repense sua posição, mesmo porque dizer que a Ferrovia Norte-Sul não é de caráter nacional... Eu perguntaria o que é de caráter nacional, então. Uma obra com sua importância, uma obra de integração, que sai do Maranhão e vem à cidade de Anápolis.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – V. Exª já está respondendo: Maranhão é Nordeste.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Inclusive tenho aqui, Sr. Presidente, uma proposta que a Valec* me encaminhou – infelizmente só chegou depois, senão eu teria feito a emenda de forma mais correta ainda –, solicitando que essa emenda seja Ferrovia Norte-Sul do trecho Estreito* a Talismã*, porque é assim que está no PPA.

Temos algumas histórias com referência à Ferrovia Norte-Sul. Até queria pedir só um pouquinho de paciência para dizer o seguinte: quando o Presidente José Sarney* lançou a Ferrovia Norte-Sul no Brasil teve a mesma oposição de quando Juscelino Kubitschek* queria fazer a Belém-Brasília. Era a "estrada da onça", era a estrada que ligava nada a lugar nenhum. A Ferrovia Norte-Sul teve quase a mesma oposição, sobretudo dos sulistas, que naquela época achavam que o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil não precisavam ser integrados.

Mais recentemente, Sr. Presidente, nos últimos acontecimentos, um dos itens, aliás o único compromisso público e claro que o Presidente Lula fez de obra inacabada no seu discurso na capital do nosso Estado, em Palmas*, foi de que iria fazer a Ferrovia Norte-Sul, que era uma reivindicação do povo, não do Tocantins, mas do Brasil, que ele reconhecia hoje como uma obra de integração nacional.

Depois disso vieram tantas outras conversações com o Ministro Anderson Adauto*, e na sexta-feira da semana passada, estivemos na cidade de Anápolis lançando o Crema (Contrato de Restauração e Manutenção da Malha Rodoviária Federal)*, uma obra extremamente importante de recuperação e res-

tauração. V. Exª que é dessa área sabe, conhece a importância da Rodovia Belém-Brasília, a Bernardo Sayão*. Nos discursos, o Ministro Anderson Adauto e o Vice-Presidente da República, José Alencar*, fizeram mais uma vez um compromisso público, dizendo que o maior desejo do Presidente Lula era de construir a Ferrovia Norte-Sul.

Se não bastassem esses argumentos, ontem mesmo, conversando com o Ministro José Dirceu*, S. Exª me disse que eles estão tentando, inclusive, resolver o problema do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte* para reverter esse dinheiro para também ajudar na construção da Ferrovia Norte-Sul, dada a sua importância, dado o quanto ela é importante para o Brasil.

Os argumentos já foram colocados pelo Senador Delcídio Amaral e, portanto, dispensariam maiores comentários, mas só quero dizer que essa é uma obra de muito interesse. O ano passado, Sr. Presidente – mais outro argumento –, a emenda para a Ferrovia Norte-Sul foi aprovada por esta Comissão.

Senadora Ana Júlia Carepa, V. Exª ainda não estava nesta Casa, por isso devo informá-la de que esta Comissão já tem a prática de aprovar emenda dessa natureza. Sr. Presidente, solicito ao Relator que, se puder, amplie o valor da emenda. A Valec pediu-me para que seja feita uma modificação no trecho para Talismã-Guianópolis e que haja aumento no valor para R$300 milhões.

Sr. Presidente, confesso, sendo muito sincero com eles e com esta Comissão, que não acredito que, este ano, alguém aprove qualquer emenda ao Orçamento da União, já que serei Relator de uma área, superior a R$10 milhões. Sabemos que o valor para investimentos será muito pequeno. Portanto, não adianta propor emenda de R$300, R$400 ou R$500 milhões, porque será uma utopia. Mas repito que o pessoal da Valec solicitou-me que aumentasse o valor da emenda e que fizesse essa alteração no trecho. Quanto às demais emendas, apóio o Relator. S. Exª agiu com muito critério, portanto, conta com o meu apoio integral.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Relator.

O Sr. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Em primeiro lugar...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer um apelo ao Relator, já que minha intervenção é relativa exatamente à Ferrovia Norte-Sul. Imagino que S. Exª poderia responder os Senadores João Ribeiro, Delcídio Amaral e a nossa querida Senadora Ana Júlia Carepa incluindo meus comentários em seus argumentos.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Proponho a mudança do nome da Ferrovia. Em vez de Norte-Sul, Nordeste-Sul, porque não passa pela região Norte.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Na realidade, estou com dificuldades de compreender o raciocínio da eminente Senadora Ana Júlia Carepa, cujo Estado será um dos principais beneficiários da Ferrovia Norte-Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra a V. Exª como próximo inscrito.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pedi a palavra pela ordem para interromper o eminente Relator, mas continuo o raciocínio que vinha desenvolvendo. Entendo que o Estado do Pará, uma das mais importantes unidades da Federação, aqui brilhantemente representado pela ilustre Senadora Ana Júlia Carepa, será um dos mais beneficiados com a Ferrovia Norte-Sul. Essa Ferrovia efetivamente de caráter nacional tem o condão primeiro de provocar mudança na matriz de transporte deste País de dimensão continental. São poucos os países de dimensão continental como o Brasil que ainda não deram a importância devida à modal ferroviária. Temos uma necessidade premente de construir a multimodalidade e implementar hidrovias e ferrovias no País.

Aqui muito bem ressaltou o eminente Senador Delcídio Amaral a importância da necessidade de uma modal de transportes que reduza o custo de produção do nosso País, reduzindo efetivamente o preço do transporte utilizado. No momento em que a escassez de recursos é a tônica da economia nacional, essa rodovia se agregará à Ferrovia Carajás para alcançar um porto e dar a oportunidade a Estados mediterrâneos, como é o caso de Tocantins, de Goiás, do sul do Pará e do sul do Maranhão e de Mato Grosso, de alcançar os portos e os mercados nacionais e internacionais a um custo mais barato, podendo permitir que os nossos produtos tenham competitividade nesses mercados. Ela é de vital importância. Se sai do Maranhão e atravessa o Tocantins e Goiás para se integrar a outro sistema ferroviário já existente, ela tem caráter nacional, sim. E, quiçá, pudéssemos estar colocando no orçamento aqui os recursos suficientes para fazer todo o trecho de ferrovia Norte-Sul, que é, ao ligar-se ao trecho existente da ferrovia que nasce em Goiás e que vai para São Paulo, para o Rio de Janeiro, para a Região Sudeste , que sai para o Nordeste, aí sim, estaríamos satisfazendo a necessi-

dade que o País tem de mudar a sua matriz de transportes.

Portanto, estamos colocando no orçamento um recurso limitado, porque sabemos das restrições orçamentárias. Estamos estabelecendo um trecho porque é um trecho por onde tem que passar, tem que passar por Tocantins. Isso não pode, pelo fato de estar restrito o valor e estar restrito o trecho, ter caráter regional, meramente regional. Essa rodovia é uma necessidade regional.

Por isso estou aqui referendando a emenda do Senador João Ribeiro, representando aqui os anseios do povo de Tocantins e, tenho certeza, de Goiás, do Pará, do Maranhão e do sul do Estado, porque há uma integração. Nós, no Tocantins, estágio embrionário de desenvolvimento, Sr. Presidente, utilizamos os nossos insumos para promover o nosso desenvolvimento. E não me refiro só a trator, a equipamentos, mas a roupas, alimentos, calçados, medicamentos, que a população do Estado de Tocantins, que o sul do Pará, que o sul do Maranhão e o norte de Mato Grosso utiliza, produzidos na Região Sudeste, vem por essa ferrovia. Portanto, tem caráter nacional.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente, fui citada e quero falar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – A Senadora Ana Júlia foi citada, mas muito bem citada aqui.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Obrigada, mas não precisa ser mal citada aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não precisa se defender.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Queria agradecer o Senador Quintanilha, mas quero expor a minha posição. Por que não temos nada contra? Sou uma defensora do transporte intermodal neste País. Sabemos muito bem que o transporte ferroviário tem um custo menor e, portanto, é bem melhor para a nossa atividade produtiva. E o transporte fluvial tem custo menor ainda.

Penso que deveríamos aprovar, independente de existir, porque isso foi feito na Comissão de Assuntos Sociais. Aprovamos uma emenda independente dela existir. Foi acordado na Comissão. Que fizéssemos, por exemplo, para a hidrovia Araguaia-Tocantins, que é fundamental não só para aquela região como também para o País, pois vai permitir um transporte de modal mais barato ainda do que o ferroviário.

Esclareço que a ferrovia Norte-Sul não liga o estado do Pará. O que existe é uma ferrovia da Vale do Rio Doce que liga Serra Carajás para levar o ferro até o porto do Maranhão.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Ela ligará futuramente, Senadora.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Quero lhe dizer que não liga, não é do interesse e vou continuar sendo contrária, porque se não vou receber os votos contrários e não vou ser a Senadora mais votada no meu Estado, que preferíamos, achamos que é melhor para a nossa Região, para o País. E o modal hidroviário, V. Exª há de reconhecer é o mais barato, e já consta do PPA, por exemplo. Uma das poucas obras que constam do PPA são as eclusas permitindo a hidrovia Araguaia-Tocantins.

Poderíamos fazer isso. Sou favorável. Vou continuar sendo contra, Senador, porque estou defendendo o meu Estado. Não posso aqui, neste momento, quero a compreensão, não é contra a ferrovia, mas não vou ser favorável.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Também estou defendendo o Estado de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Senador Roberto Saturnino e, logo após, passo a V. Exª, que já falou aqui.

O SR. ROBERTO SATURNINO – (Bloco/PT-RJ) – Não falei ainda, mas serei breve. Vou precisar falar rapidamente, Sr. Presidente, pedindo desculpas aos Colegas, porque vou ter que me ausentar, pois tenho um compromisso e já estou atrasado mais de vinte minutos. Queria cumprimentar o Relator e deixar o meu voto favorável ao relatório do Senador Rodolpho Tourinho, com a alteração do valor da faixa de fronteira. Realmente, está muito baixo. Acho que devemos crescer para, realmente, acolhermos toda a faixa de fronteira.

Apenas um brevíssimo comentário. Quanto à questão do caráter nacional ou regional, acho que devemos apreciar o caráter do projeto. Evidentemente, se rodou uma estrada, sempre se localiza numa região, mas ela tem um caráter nacional. Obviamente, a Ferrovia Norte/Sul tem um caráter nacional, assim como a minha Emenda nº 27, que o Senador Rodolpho Tourinho rejeitou, que é a construção do arco metropolitano do Rio de Janeiro. Na verdade, esse é o acesso ao Porto de Sepetiba*. É a ligação do Porto de Sepetiba com a Rio-São Paulo, a Rio-Belo Horizonte e a Rio-Bahia. É a estrada que colhe exatamente todos os acessos para o porto de Sepetiba, que se localiza no Estado do Rio de Janeiro, mas, obviamente, é um porto brasileiro e tem abrangência sul-americana. Não vou insistir na minha emenda, porque sei que a Câmara já aprovou. Vou apoiar inteiramente o relatório do Senador Rodolpho Tourinho, com a observação da faixa de fronteira, que acho que deve ser au-

mentada, pedindo que considere o meu voto, porque tenho que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Já anotamos o voto de V. Exª. Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Senador Roberto Saturnino, V. Exª está de saída, mas ainda vou apresentar um apelo à relatoria e talvez precisasse de votos. Gostaria de pedir a V. Exª se há possibilidade do voto de V. Exª para condicionar também um provável entendimento entre mim e o Relator. Apenas gostaria que V. Exª estendesse o seu voto a um provável entendimento que ainda vou tentar conseguir com o Relator. Apenas esse breve comentário. Acho muito importante a forma como estamos debatendo porque, no item chamado infra-estrutura, seja de que natureza for, Sr. Presidente, corremos o risco de, quando se generaliza, se deixar sem nome, sem uma aplicação, pulverizarmos tanto e não termos, digamos assim, uma resposta com a economia nacional. Quero dizer que o Relator está correto, assim como a apresentação dos demais Senadores, porque temos que ir complementando o que a infra-estrutura tem que responder para nossa economia. Portanto, estou de acordo com o relatório nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não há mais inscritos. Passo a palavra ao Relator para dar seu parecer final. Depois, colocaremos em votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar sobre o outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª não acabou de falar?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Não é sobre isso. Era apenas um comentário.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Nas Emendas nºs 20 e 21, quero acreditar que os argumentos, na forma que o Relator apresentou, são convincentes, mas queria fazer uma ressalva. As Emendas nºs 20 e 21 são sobre reestruturação e preservação da Bacia do Rio São Francisco. Fala Sudeste e Nordeste porque ele está ao longo disso tudo. Quero dizer que não vamos nos ater à questão regional, mas ao projeto. Tive o cuidado de conversar agora, por telefone, para saber por que a justificativa de vir para a Comissão de Infra-Estrutura, porque, pelos critérios apresentados pelo Relator, não cabe aqui. A resposta que me chegou – por isso, queria fazer o apelo – é que, primeiro, ele entra como base para o projeto da transposição das águas. O entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente, Infra-Estrutura, Casa Civil e outros é que esse projeto tem que estar muito casado com o outro, que é o da transposição das águas, e por isso caberia na infra-estrutura. E por que mais? Porque ele está previsto dentro do Orçamento do Ministério da Integração; ele já está previsto lá dentro. E como grande parte das ações do Ministério da Integração compete à Comissão de Infra-Estrutura apresentar as sugestões, eu queria pedir da possibilidade então, se for entendido assim, de resgatar esse projeto para a Comissão de Infra-Estrutura, e aí poderemos ver onde poderíamos colocar aqui no relatório, e pedir a aprovação desta Comissão. Foi isso que me chegou como argumentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Relator para a explicação final.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Ele foi não enquadrado, digamos assim, exatamente por não ser afeto a esta Comissão e, sim, à CAS. Então por isso aí, automaticamente, ele não pôde ser enquadrado, e é isso que V. Exª coloca: se haveria alguma forma de a gente rever isso aqui. Só estou reafirmando o motivo pelo qual ele foi não admitido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Mas, diante dessa observação, como está no Ministério da Integração, como se trata de um casamento perfeito com a obra da transposição das águas, se era possível a Comissão adotar isso também aqui da Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou fazer uma observação sobre esse projeto. Como esse é um projeto que envolve o Nordeste, eu gostaria de dizer a V. Exª que eu até pensei em apresentar uma emenda, exatamente referente a essa questão do São Francisco, e não a apresentei por duas razões: a primeira, que o Senador Rodolpho Tourinho falou, porque eu achei uma certa dificuldade em enquadrá-lo como função específica aqui da Comissão de Infra-Estrutura; em segundo lugar, como esse projeto é prioritário do Governo Federal – inclusive o Presidente Lula fez uma promessa específica a esse projeto, quem está coordenando é o Vice-Presidente José Alencar –, porque acho que é um projeto cujos recursos já estariam de certa forma garantidos. Quer dizer, não há necessidade de a Comissão usar uma das suas emendas para um projeto que é – pode-se dizer – a prioridade número um do Governo Federal no Nordeste.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu gostaria de insistir com relação à questão do aumento...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas já foram anotados pelo Relator a observação...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – ... e a questão da ferrovia também. Acho absolutamente procedente a iniciativa da Bancada do Tocantins, mas o atendimento também no item ferrovias, a questão da Novo Oeste, que é uma ferrovia de fundamental importância não só para a integração do País, mas para a integração via oceânica, que é um grande projeto do Governo Federal também.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O que é a integração via oceânica, Senador?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – É o acesso ao Pacífico e ao Atlântico através das ferrovias, que estamos a um prazo muito pequeno de concretizar via Antofagasta, no Chile.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Inclusive conheço essa cidade de Antofagasta.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, não para contestar o Senador Delcídio Amaral, mas só para dizer o seguinte: houve alguma emenda apresentada nesse sentido do que o Senador Delcídio Amaral disse?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não, não houve.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Porque essa emenda nossa é direcionada para a Valec, é uma obra específica e, portanto, acho que não tem como ampliar para outras ferrovias; essa emenda não tem como ampliar para outras ferrovias.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, só estou sugerindo, uma das intenções era eventualmente, num item maior voltado para ferrovias, aumentar os recursos, até porque entendo que isso seja o montante relativo à Valec, mas buscar um entendimento no sentido de agregar pelo menos a Novo Oeste. Agora, a forma, como fazer, não sei.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agora vou passar a palavra para o Relator para ele fazer então a sua observação final para que possamos então votar.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Eu queria, inclusive, responder à Senadora Ana Júlia Carepa, que não está aqui, e a uma questão que foi colocada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador, eu queria fazer uma análise junto aqui com a Comissão do critério quanto à escolha daquele item. O que o Senador coloca, não de forma tão objetiva como vou colocar, mas fico inteiramente à vontade para fazê-lo, é que, se você for analisar, as emendas ao PPA, todas elas, têm caráter nacional, sem nenhum tipo de dúvida que seria nacional, com exceção da construção, ampliação e recuperação de trechos de rodovias federais na região Nordeste. Todas as outras têm um caráter absolutamente nacional. A Senadora Ana Júlia pode discutir se é Nordeste ou se é Norte, mas ficaríamos aqui dentro do caráter nacional.

Quando vamos analisar as propostas ao Orçamento, todas as cinco – pela minha avaliação aqui – têm um caráter absolutamente nacional também, sem nenhum tipo de contestação. Isso eu entendo que estaria refletindo o seu pensamento, Senador.

Então, eu quero discutir esse assunto. Por que eu coloquei essa emenda do corredor Nordeste, que é uma região só e não atravessa mais de uma região? Eu vou explicar e quero colocar a decisão para o plenário. Nós recebemos quinze emendas do PPA, quarenta e quatro propostas ao Orçamento. Eu vou analisar aqui com V. Exªs essas quinze emendas, para ver porque eu coloquei isso.

A primeira delas, que é na região Norte, foi desenvolvimento de fronteira, que foi aceita.

A segunda tratava-se de saneamento ambiental urbano para especificamente a região Norte, com cidades até quinze mil habitantes. Essa é uma que seria elegível, digamos.

A outra seria para saneamento ambiental urbano na região Norte também.

A outra seria implantação e melhoria de obra de infra-estrutura urbana. São obras de infra-estrutura. Essa nós entendemos que não cabia. Era um projeto geral para abrigar outros projetos e nós o retiramos, por esta razão.

Depois, na região Nordeste é o corredor do São Francisco. Entendemos que nesse caso a questão colocada era quase a mesma do Senador Sibá Machado; essa era do Senador César Borges. Eram obras complementares da hidrovia.

Turismo, que achamos que não cabia, era outra emenda ao PPA.

Corredor do São Francisco e da mesma forma rodoviárias do São Francisco somente na região do São Francisco. Achamos que era algo que iria acabar somente na Bahia.

Depois, apareceu a construção, ampliação e recuperação de trechos na região Nordeste. Estradas federais.

Em seguida, apoio a desenvolvimento urbano nas cidades de patrimônio mundial, que é no Brasil inteiro e acatamos.

Após, uma que é Emenda de Redação, aquela nº13.

Depois, era o projeto do Brasil com todo gás, da unificação.

Na região Sudeste era sistema de transporte ferroviário em municípios do Estado do Rio de Janeiro, o que o Senador Roberto Saturnino coloca, mas dentro pelo menos das limitações dos critérios deste ano e também do número de emendas, ele ficou de fora.

E na região Centro-Oeste seriam aquelas que eu me referi da ANP, da implantação de abastecimento de petróleo, e a duplicação de trechos rodoviários. Isso é mais para manutenção. Foi uma do Sul. É em manutenção e não em construção.Tanto que a nacional desse mesmo Senador até acabou sendo atendida em manutenção da malha rodoviária.

Então nós ficaríamos, a rigor, com duas alternativas para decidir, das quinze emendas. Nós tiramos cinco. As duas alternativas são: ou essa de corredor das rodovias federais no Nordeste, ou a questão de saneamento no Norte.

E eu quero, nesse momento, colocar para o plenário decidir qual das duas deve acatar. Eu não quero ser o responsável, muito mais por ser da região Nordeste. Eu não quero de forma nenhuma definir dessa maneira. Não fujo à responsabilidade do enquadramento. Escolhi realmente. Agora, acho que isso deve ser definido pelo plenário e não por mim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Bom, em primeiro eu quero dizer, Sr. Relator, que a minha argumentação – eu até fui argumentar em particular com V. Exª, porque entendo, como disse o Senador Saturnino, que essa definição de âmbito nacional é muito questionável, até porque, por exemplo, uma rodovia, uma BR, seja em qual estado for, por exemplo, no meu estado, a BR-174 vai se conectar com outra BR e termina, portanto, acho que é uma obra de interesse nacional. E se for uma obra que atinja vários estados da Região Norte, é uma obra de interesse nacional. Acho que não é de interesse nacional, por exemplo, uma vicinal, de um município para outro. Aí, não é uma obra de interesse nacional ou uma obra menor que atinja somente aquele estado especificamente.

Mas, o que fui questionar justamente é porque, coincidentemente, aqui na folha 15, dentro dos argumentos que V. Exª colocou, as emendas selecionadas, por exemplo: desenvolvimento da faixa de fronteira, atinge três regiões; o apoio do desenvolvimento urbano, atinge várias, nesse caso, e pega a casa do patrimônio mundial e deixa várias de fora também.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – No futuro estarão todas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – O futuro a Deus pertence. O Brasil com todo o gás pegou vários estados, também. A manutenção da malha rodoviária federal idem. E somente o corredor Nordeste é só uma região. Não estou tirando o mérito e nem discordando, em tese, de que considero também de interesse nacional, porque realmente abrange um conjunto de rodovias federais que interessam à Região Nordeste e, conseqüentemente, interessam ao Brasil. Apenas uma argumentação para colocar no critério.

Mas eu, por exemplo, voto favoravelmente. Vou voltar ao apelo, que já foi feito, de melhorarmos o valor da questão da faixa de fronteira. E, se possível, até porque temos um prazo que foi dilatado até o dia 19, colocar também no orçamento recursos para a faixa de fronteira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, vamos ver se consigo sugerir uma coisa interessante a todos. No item 24 – Da Denit, diz aqui que é para a restauração da malha rodoviária federal e está preservada na LOA. E fala na Emenda nº 11 – Restauração de rodovias da malha federal, e o item 4 – Corredor nordeste. A minha pergunta é se, neste caso, poderíamos já entender que o corredor nordeste poderia já estar contemplado no 11 concomitantemente com o 24.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Eu queria colocar claramente, para decisão do Plenário, a verificação desta questão do corredor – acho que é até um argumento favorável, que se coloque o Norte, se acharmos que isso estaria contemplado. E votar entre colocar ou essa ou então a questão da emenda do saneamento no Norte. Eu proporia que isso fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, para o PPA, estamos examinando especificamente a situação do PPA, há quatro emendas que são claramente nacionais. Teve a quinta, e depois da análise de todas as emendas feitas ao PPA,sobraram duas na qual ele teve que optar. Uma, que tem mais de uma emenda sobre questão de saneamento na Região Norte, e uma outra que tem a questão dos corredores da Região Nordeste. Então ele está querendo que o Plenário, quer dizer, nós, no caso, decidamos entre as duas.

Aqui na Casa, Senador, V. Exª tem que dizer a sua opinião, que V. Exª já deu, que é a do Nordeste. Porque aqui sempre nos baseamos a favor ou contra o relator. Então, na realidade, a opinião dele, que foi a colocada no relatório, é de que prevaleça a dos corredores do Nordeste.

Não sei se poderíamos, talvez, para atender às duas regiões, colocar corredores Norte e Nordeste, porque de toda maneira há essa ligação.

O SR. (Orador não identificado) – Eu teria uma sugestão de retirar essa proposta do Nordeste e colocar então a proposta de saneamento. Duas propostas de saneamento.

O SR. (Orador não identificado) – Mas eu tenho saneamento também.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Mas V. Exª não tem do PPA. Estamos discutindo o PPA.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Existem duas emendas do Norte. A primeira é a seguinte:

"Implantação, ampliação, melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário para prevenção e controle de agravos em municípios de até 15 mil habitantes na região Norte."

Esta é uma delas. No valor R$89.600 milhões. É uma emenda ao PPA.

A segunda é:

Implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água para controle de agravos em municípios de até 15 mil habitantes na região Norte.

São essas duas emendas que estão aqui e que poderemos substituí-las.

O SR. (Orador não identificado) – Elas podem ficar juntas

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Pode. Creio que, na medida em que se coloca esgotamento e água.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então, farei uma proposta aqui sobre este PPA.

O SR. (Orador não identificado) – Poderia dar uma sugestão, dentro dessa proposta que S. Exª está apresentando?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. (Orador não identificado) – Podia fazer a fusão das duas emendas e, ao invés de dizer região Norte, falar-se-ia em faixa de fronteira.

O SR. (Orador não identificado) – Mas no PPA já está incluso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, vou colocar em votação as emendas para o PPA. São aquelas quatro com esta modificação. O Parecer do Relator com a modificação única de que saem as estradas do Nordeste e entra a questão do saneamento e abastecimento d'água.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Preciso complementar. Peço que, na manutenção da malha rodoviária federal, que é nacional, este valor pudesse ser aumentado e nós tiraríamos aquela parte do Nordeste. Passaríamos, talvez, para a CPPA. Se fosse para atender, uns 900... Tiraríamos do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Reitero. Não seria mais interessante que, ao invés de colocar só região Norte, colocarmos faixa de fronteira. Assim abrangeria a região Norte e mais outra região.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Mas isso já está no PPA. Precisamos rever o valor da faixa de fronteira. Este valor, em vez de R$14.000.011 milhões... Não sei... Não sei o problema... O que seria...

O SR. – Sugiro R$50 milhões.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pronto. R$50 milhões. Então, vou colocar em votação as emendas do PPA com as observações do Senador Tourinho.

Em votação.

Aqueles que forem favoráveis...

O SR. (Orador não identificado) – Essa questão do saneamento, Senador Tourinho, só aplicável ao Norte ou é uma emenda de caráter nacional.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Só existe emenda para o Norte.

O SR. (Orador não identificado) – Existe emenda para o Centro-Oeste também, praticamente nos mesmos termos.

O SR. (Orador não identificado) – No PPA?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – No PPA, não.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Posso fazer uma proposta conciliadora, assim como fizemos na Comissão de Assuntos Sociais. Esta pergunta já vai para os técnicos para saber de sua pertinência... É sobre o PPA. Uma sugestão é quanto ao fato de ser até 30 mil habitantes. Existe esta possibilidade? A outra é a seguinte: temos discutido muito a reforma tributária, a questão de um débito do com as regiões menos desenvolvidas. Nesse caso, os programas são divididos por região, ou poderíamos colocar – pergunto também à área técnica – essa emenda voltada para municípios da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 30 mil habitantes. Poderíamos construir tudo isso se houver um acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Se o Relator concordar...

O SR. (Orador não identificado) – O Relator concorda desde que fique muito clara aquela troca inicial do Nordeste pelo Norte.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Estou preocupado com uma emenda mais abrangente quanto a essa questão de saneamento no Brasil inteiro.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Senador Delcídio, com o espírito de uma discussão profunda que abordasse o Fundo de Desenvolvimento Regional... Regionalização do Orçamento, algo que temos discutido. Seria o caso aqui de nós, na prática, estarmos fazendo isso: estamos direcionando ações para essas regiões que são mais pobres, sim. Acho que precisamos fazer isso.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Qual o valor que...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Olha, Senador, propus – não sei se V. Exª ouviu – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª não devia estar falando no telefone celular.

O SR. (Orador não identificado) – Não é, é o governador. O governador está cobrando essa posição minha.

O SR. (Orador não identificado) – Então, o Senador Rodolpho Tourinho vai fazer a proposta.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Então, ao invés, retira-se aquela proposta que era do Nordeste e coloca-se saneamento Norte, Nordeste e Centro-Oeste acima de 30 mil habitantes.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Até 30 mil.

O SR. (Orador não identificado)– Desculpem-me, até 30 mil habitantes. Essa seria só para esgoto. Só pode ser para isso?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – É, porque existe, e é para até 30 mil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Que aliás é o problema, água não é tanto o problema. Agora, acho que deveríamos aumentar aquele valor, porque, se você estar saindo de uma taxa de 89 milhões para três regiões.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Concordo. Concordamos, Senador.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Gostaria que V. Exª propusesse qual o novo valor. O valor está em 89.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Pode botar 200 milhões.

O SR. (Orador não identificado) – De minha parte, Sr. Presidente, está claro para mim.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está claro para todos?

O SR. (Orador não identificado) – Claro, só cumprimentando V. Exª.

O SR. – Falta o Orçamento ainda.

O SR. (Orador não identificado) – Quero dar os parabéns ao Presidente e ao Relator pela forma...

O SR. (Orador não identificado) – Não, mas ainda falta o Orçamento.

O SR. (Orador não identificado) – Não, por enquanto. Pela forma parcimoniosa com que trataram o assunto PPA.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço então, Senador.

Vou colocar então em votação o parecer do Relator com as modificações que S. Exª acabou de citar.

As SRAs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Estão aprovadas as cinco emendas ao PPA.

Então agora vamos para as cinco emendas ao Orçamento.

Peço ao Relator que dê o seu parecer com as novas observações que foram feitas.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Toda essa discussão havida estava em torno do PPA e sobrava um problema que vejo de difícil solução, mas vamos tentar construir a solução, que é a questão orçamentária da faixa de fronteira.

O SR. (Orador não identificado) – Para o qual não há emenda.

O SR. (Orador não identificado) – Agora, aí teria que retirar alguma, porque, como são só cinco. Esse é que teremos problema.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não sei se V. Exª quer fazer alguma proposta. Tem essa do Ministério do Meio Ambiente que, na realidade, também é uma... essa é de lixo.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Veja bem: aqui cada uma dessas emendas, Sr. Presidente, representa uma Região. Acho que nós só poderemos fazer troca dentro da própria Região. Se retirarmos aqui – essa do Meio Ambiente é da Região Sudeste –, deveremos colocar alguma coisa da Região Sudeste, e não de outra Região.

O SR. (Orador não identificado) – Não entendi. Então a Emenda nº 34 atende mais à Região Sudeste?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Atende mais, não; ela é nacional, proposta pelo Sudeste.

O SR. (Orador não identificado) – Porque o número aqui, a população já de 30 a 250 mil.

A ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Não é que seja da Região, Senador; foi proposta por gente da Região, não é isso?

O SR. (Orador não identificado) – É, pelos Senadores da Região Sudeste.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Mas ela atende ao Brasil inteiro, porque no Brasil inteiro tem Município com população entre 30 e 250 mil.

O SR. (Orador não identificado) – Mas aqui é o Sudeste, não é?

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – É. Olha, evidentemente, nós, ao fazermos essa avaliação, também levamos em conta na divisão aqui aquilo que foi proposto por Parlamentares do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

O SR. (Orador não identificado) – Achei o critério muito justo, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Agora, acho o seguinte: essa Emenda nº 24 do DNIT, na realidade, é uma emenda nacional, mas para o qual, na realidade, já existem recursos também. Quer dizer, ela é geral demais, ela é restauração da malha rodoviária federal. É muito geral. Quer dizer, é uma Emenda que, na realidade, não acrescenta muito. Não sei se gente poderia talvez...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, ela pode até cair lá na Comissão de Orçamento em função de já haver recursos.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Evidentemente, as pessoas que me procuraram estavam muito preocupadas com essa questão do estado, das rodovias federais hoje no Brasil. É uma questão de decisão, realmente, não tenho nenhum ponto de vista fechado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, como V. Exª falou...

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Na realidade, talvez propunha que se substituísse essa da restauração da malha rodoviária federal porque acho que essa é tão geral, enquanto que essa da faixa de fronteira, bem ou mal, é uma coisa bastante específica porque é uma coisa que realmente tem que ter uma certa prioridade. A malha rodoviária federal é uma obrigação, vamos ter recurso da CIDE, vamos ter uma série de questões que ainda podem ser....

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – O relator não tem nada a opor.

O SR. (Orador não identificado) – Queria complementar com o que V. Exª mesmo anunciou no projeto que anteriormente argumentei, que, certamente, também é dentro de um raio de prioridade tão grande, de tantas pessoas, certamente a Câmara, todos devem estar falando sobre isso.

Acho que concordo com V.Exª.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Não tenho dúvida nenhuma, não tenho nada contra.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos colocar em votação a questão das emendas do orçamento com essa mudança que atende aos estados de fronteira. Em vez da Emenda nº 24, uma emenda de relator especificamente sobre a questão da faixa de fronteira.

Com isso, concordamos nas 5 emendas.

Vou registrar o voto de V. Exª.

As SRAs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados.

Aprovado contra o voto da Senadora Ana Júlia.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-AC) – Calma, contra o voto da Senadora Ana Júlia não, é só em relação a uma emenda, as outras emendas, todas, eu concordo. Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Aprovada as emendas com a observação da Senadora Ana Júlia.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, quero voltar à questão da discussão dessa ferrovia, entendendo o pleito da bancada do Tocantins, mas queria ver se não haveria possibilidade da Noroeste porque é uma ferrovia de fundamental importância par o país.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos continuar em outra reunião essa discussão.

Infelizmente, para este ano...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, aí não, dá, outra reunião já foi, é só ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É que V. Exª estava falando com o Governador na hora da votação.

O SR. (Orador não identificado) – O Governador até disse a ele que até ia ser acatada essa questão da Noroeste.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos a presença de todos, o bom humor e a forma amiga como todos trabalharam nesta reunião.

Obrigado, mas o agradecimento maior vai para o Senador Rodopho Tourinho.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h.)

Ata da 25ª Reunião Ordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de novembro de 2003 às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador **JOSÉ JORGE**, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Eurípedes Camargo, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Fátima Cleide, Valmir Amaral, José Maranhão, Amir Lando, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Rodolpho Tourinho, Duciomar Costa, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Marco Maciel Teotônio Villela Filho, Magno Malta, Luiz Otávio, Patrícia Saboya, Roberto Saturnino, Heloísa Helena, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvati, Ney Suassuna, Romero Jucá, César Borges, Jonas Pinheiro, Roseana Sarney e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores(as) Gérson Camata, Paulo Octávio e João Ribeiro. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Audiência Pública – Item nº 01 – Mensagem (SF) nº 220, de 2003. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o artigo 52, inciso III, da Constituição Federal, combinado cm o artigo 13 da Medida Provisório nº 2156-5, de 24 de agosto de 2001, o nome do Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo – ANP. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Valdir Raupp. Resultado: Foi aprovado em escrutínio secreto por 22 votos favoráveis e 01 contrário. A Presidência designou como escrutinadores os senhores Senadores Augusto Botelho e Rodolpho Tourinho. Iniciada a argüição do indicado fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os Senhores(as) Senadores(as) Valdir Raupp, Alberto Silva, Sérgio Guerra, Delcídio Amaral, Rodolpho Tourinho e Eurípedes Camargo. Após a apuração dos votos a Presidência proclama o resultado, dando como aprovada a indicação, por 22 votos favoráveis e 01 contrário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Esclareço às SRAs e aos Srs. Senadores que na pauta da reunião consta um único item de audiência pública para sabatina.

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 13 da Medida Provisória nº 2156– 5, de 24 de agosto de 2001, o nome do Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Autoria: Presidência da República e relatoria do Senador Valdir Raupp.

Pediria às Senadoras Fátima Cleide e Ideli Salvatti, Vice-Líder do Governo, que convidasse o ex-Deputado Haroldo Lima para que sentasse ao nosso lado.

Gostaria de em meu nome e também no nome das Senadoras e Senadores da Comissão de Infra-estrutura de saudar o ex-Deputado Haroldo Lima, um companheiro antigo da Câmara. Tive a oportunidade de ser parlamentar juntamente com S. Sª durante 20 anos. Chegamos juntos na Câmara dos Deputados em 1983 e ficamos todo esse tempo e tivemos a oportunidade de trabalhar conjuntamente em muitos momentos, inclusive na Constituinte, normalmente em lados opostos.

Gostaria também de dizer que na última vez que eu fui eleito Senador, examinei o almanaque com o nome de todos os Deputados e tive a oportunidade de ver que apenas 15 deputados eram desse grupo nosso, quer dizer, tínhamos chegado juntos à Câmara e ainda éramos Deputados. Portanto, temos muita alegria de receber o Deputado Haroldo Lima para que possa ser sabatinado.

Passo a palavra para o Senador Valdir Raupp, Relator e posteriormente para o sabatinado Haroldo Lima.

Gostaria também de saudar diversos deputados, ex-companheiros nossos na Câmara que estão presentes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Senador José Jorge; Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs. Senadores que prestigiam esta sessão, nos termos do

art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 13 da Medida Provisória nº 2156– 5, de 24 de agosto de 2001, o Sr. Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após argüição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar.

O currículo do Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, anexado à mensagem presidencial demonstra que a sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima cursou a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e formou-se Engenheiro Eletricista. Sua experiência profissional é muito ampla e diversificada. Trabalhou como Engenheiro da General Eletric S.A. e foi Chefe da Divisão de Operação e Manutenção da Companhia de Eletricidade da Bahia – Coelba. Dedicou-se desde cedo à carreira política. Foi fundador e dirigente nacional da Ação Popular e também Dirigente Nacional do Partido Comunista do Brasil. Foi eleito Deputado Federal, pela primeira vez, em 1983, e concluiu seu quinto mandato em 2003. Teve participação ativa durante a Assembléia Nacional Constituinte e integrou dentre outras Comissões a de Sistematização entre os anos de 1982 e 1986. Esteve filiado ao PMDB. Sua filiação ao PcdoB deu-se em 1986. Como Deputado Federal já participou, ao longo dos anos, de inúmeras Comissões Parlamentares, destacam-se sua atuação na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio e na Comissão de Minas e Energia. Teve assento também em inúmeras Comissões Especiais, dentre estas, podemos citar aquelas que trataram de questões referentes ao setor de petróleo, Comissão Especial da PEC nº 6/95 sobre o monopólio do petróleo, Comissão Especial da PEC nº 81/95 que cria imposto sobre distribuição de combustível, Comissão Especial da PEC nº 277/2000 sobre combustíveis e Comissão Especial do PL nº 1.210/95 sobre a Política Nacional do Petróleo. Foi também membro de Comissões Externas, inclusive, a que investigou a plataforma da Petrobras, a P36.

Vale ressaltar, igualmente, sua participação em inúmeras missões oficiais da Câmara dos Deputados. Em 1999, foi Chefe da Delegação da Câmara à República Popular da China, integrou também as Delegações Oficiais da Câmara á Índia, à Coréia do Sul e à Tailândia. É autor de diversas publicações que tratam de uma grande variedade de temas com ênfase em questões políticas. Sua ampla experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, estão comprovadas no currículo do indicado.

Fica, assim, a Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, ANP.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, pelo relatório de V. Exª.

Agora, vamos passar a palavra ao indicado sabatinado ex-Deputado Haroldo Lima. V. Exª tem a palavra.

O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA – Exmº Sr. Presidente desta Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal, Senador José Jorge; Exmªs SRAs e Srs. Senadores; Deputadas e Deputados Federais que acorreram a esta reunião; minhas senhoras e meus senhores, gostaria de manifestar de início a honra, a satisfação e a confiança que tenho ao me apresentar a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal para submeter-me à sabatina pela qual deve passar, segundo as leis do País, todo candidato a Diretor da Agência Nacional do Petróleo.

Aprendi a admirar este Senado ao conviver diuturnamente com esta Instituição por 20 anos consecutivos, aqui ao lado, na condição de Deputado Federal, especialmente, no período da Constituinte de 86, quando Senadores e Deputados trabalhamos juntos como Constituintes. Pude perceber que a Casa de Ruy Barbosa, de Teotônio Vilela e de Josaphat Marinho continua a ser uma paliçada da democracia. A minha presença nesta Comissão na condição de realça características novas do momento político por que passa o nosso País. É que a minha eventual nomeação depende da decisão que, depois desta sabatina, vier a ser tomada por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, mas se o meu nome aqui chegou foi porque o Presidente Lula teve a audácia de indicar para tal função – para a alta função de Diretor da Agência Nacional do Petróleo – uma pessoa, eu próprio, Engenheiro de formação profissional e prática, mas que, também, foi alguém que militou de 1964 a 1985 no enfrentamento antiditatorial em nosso País, que passou cerca de 10 anos lutando na clandestinidade, que amargou perto de 3 anos de prisão política, precedida das habituais torturas e que, anistiado, foi

Deputado Federal por 20 anos consecutivos, desenganadamente na Esquerda – o tempo todo – e, com muito orgulho e transparência, dirigente do Partido Comunista do Brasil.

O nosso País palmilhou caminho longo e íngreme até chegar à situação política de hoje – de liberdades e de garantias institucionalizadas. Enfrenta, agora, outro desafio básico e urgente. É que no período que vem do fim da Segunda Guerra Mundial até os primeiros anos da década de 70, gravamos na estatística mundial um desenvolvimento médio espetacular, da ordem do 7% do PIB, um dos maiores do mundo, o maior do planeta em diversos anos. Depois, paramos de crescer. Veio a chamada década perdida de 80 e, tal qual de 90, se nivelou. E nesses primeiros anos do Século XXI, por enquanto, desenvolvimento de fato também não houve. Há décadas, velejamos entre a estagnação e um crescimento pífio, nós, que chegamos a ser a oitava economia do mundo, resvalamos, aí, talvez, para a 12ª posição. A realidade social que foi se plasmando com esse processo e que se esconde por trás de números aparentemente frios é trágica e aparece no cortejo onde se misturam os desempregados e os excluídos em diversas magnitudes.

O projeto nacional de País soberano e democrático, apoiado em desenvolvimento sustentado, integrado, fisicamente, com ampla diversidade mas sem exclusão social e cultural, esse projeto, há anos, foi perdendo substância. Não se achava o caminho do desenvolvimento e quanto mais o de desenvolvimento sustentado. O tecido social foi se esgarçando, se dilacerando, pressionado pela exclusão que se acentuava e pelo fosso que crescia entre regiões, entre classes e entre camadas das mesmas classes. A própria soberania foi ficando vulnerável a decisões vindas de fora que condicionam as nossas políticas públicas.

Daí porque o desafio básico e urgente que o novo Governo do Presidente Lula enfrenta é o do desenvolvimento do País com a criação de empregos e inclusão social, destravando o processo há tempos entravado e elevando a retomada do desenvolvimento do País, necessidade imperiosa pela qual todos nos batemos.

A questão do petróleo deve ser apreciada com este pano de fundo, exatamente porque ela é parte substancial da solução do problema, o problema do desenvolvimento.

Desde o início do século passado, a questão do petróleo se pôs no núcleo dos desafios do mundo, mas ela vai assumindo contornos diferentes com o avançar do tempo. A distribuição completamente desigual dos mananciais de petróleo no planeta é a base que tem condicionado grandes disputas internacionais. Utilizando números aproximados e arredondados, poderíamos dizer que cerca de 80% de todos os mananciais petrolíferos estão em oito países: Arábia Saudita, Iraque, Kuwait, Irã, Abu Dabi, Venezuela, Rússia e México. Desses, cinco deles têm 63% de todo o petróleo do mundo, e todos esses cinco estão na mesma região: o Oriente Médio. Os restantes 20% das reservas, também, são não bem distribuídas – quase todas ficam em posição entre os Estados Unidos, a China, alguns países do norte da África, da América e da Europa.

Importante considerar, sob outro ângulo, que quem mais consome esse petróleo são os países ricos e alguns grandes em desenvolvimento. Os Estados Unidos sozinhos consomem 25% de todo o óleo refinado na terra; a Europa ocidental fica com 21%; o Japão, com 8%; Canadá, China, Rússia, Índia e Coréia do Sul juntos consomem cerca de 25%. Isso significa que em torno de 80% de todo o petróleo consumido no mundo o são pelos países ricos e três em desenvolvimento. O paradoxo fica evidente. Quem tem muito petróleo consome muito pouco; quem tem pouco petróleo e está com jazidas declinantes consome uma enormidade.

Reservas de consumo são, assim, os dois pólos do problema que se arrastou durante todo o século XX. Grandes empresas transnacionais baseadas em países centrais organizaram-se para terem em suas mãos o consumo do mundo ou que dele importava. Foi a época do amplo domínio das sete irmãs: Esso, Shell, British Petrolium, Mobil, Chevron, Gulf e Texaco. Como dominavam o mercado ou quem importava dele, exibiam irresistível poder de persuasão para controlar as fontes produtoras.

Isto começou a dar sinais de mudança pelos anos 60 e tomou feição completamente diferente durante as décadas de 70 e 80 do século passado. Foi quando passou a haver a ascensão de grandes estatais no setor do petróleo e gás. Estatais no setor já existiam desde a década de 20 do século passado, sendo justo que se recorde aqui que a primeira estatal criada no mundo na área de petróleo foi a Yacimientos Pretoliferos Fiscales, da nossa vizinha Argentina, em 1922. Em seguida, o México nacionalizou seu petróleo em 1938, criando a Petróleos Mexicanos – Pemex. O Brasil cria a Petrobrás em 1953 e diversas estatais se organizaram em países como Inglaterra, Itália, França, Canadá, Japão, Noruega etc. Mas a situação se modificou realmente a partir da criação de estatais em países detentores de grandes mananciais como a Petróleo da Venezuela S.A – Pedevesa, que

surgem em 1960, e a Petrokimia, que assume o controle acionário da antiga Aranco em 1967, na Arábia Saudita.

Ao final de 1992 um quadro novo já estava formado no mundo do petróleo: 83% dos grandes mananciais petrolíferos estavam sob o controle de vinte e oito grandes estatais, enquanto as vinte e duas maiores empresas privadas detinham 4,5% das reservas. A própria definição do que era grande empresa de petróleo passou a ficar dependente do critério usado. Se o critério for o volume de vendas, das dez maiores empresas petrolíferas do mundo só duas são estatais. Se o critério for o volume do refino, das dez maiores quatro são estatais. Se o critério for a produção de petróleo, das dez maiores sete são estatais. E se o critério for a posse das reservas, das dez maiores nove são estatais.

Essa situação levou a que na década de 90 o mundo do petróleo fosse tensionado por três fatores completamente novos: os extraordinários custos do negócio petróleo exigiam cada vez mais que as empresas do ramo procurassem escala; as poderosas estatais verticalizavam sua produção e avançavam na conquista de mercados; e as multinacionais privadas. A partir do controle dos grandes mercados não tinham poder, mas partiam céleres para adquirir novas reservas a qualquer custo.

Enquanto essas mudanças ocorriam em nível internacional, alterações significativas também se processavam no Brasil. Nossas primeiras descobertas de petróleo deram-se na década de 40, quando o óleo brota em Candeias, Aratu, Dom João e outros campos baianos, todos de pouca expressão.

Entre as décadas de 50 e 60, ainda na fase terrestre de exploração, a Petrobras chega a Carmópolis, em Sergipe, e ultrapassa os campos baianos, mas ainda tem pouco significado.

Entre as décadas de 70 e 80, a Petrobras entra no mar, mas ainda em águas rasas, e identifica campos maiores, como Guaricema, Albacora, Guarupa.

Finalmente, no final da década de 80, a Petrobras desenvolve tecnologia para exploração e produção de petróleo em águas profundas, descobre grandes bacias, como a de Campos e a de Santos, e encontra campos gigantes, alguns comparados aos que existem no Oriente Médio, como Marlin, Roncador, Barrancuda.

As conseqüências desses fatos valem ser acentuadas. O problema das reservas petrolíferas do mundo é crucial. Entre 2001 e 2000, as reservas mundiais de petróleo cresceram apenas 0,3%, mas as reservas européias diminuíram 2,6%. As da América do Norte caíram 1,4%, e as da América Central e do Sul cresceram 1,1%. Se olharmos mais atentamente, o pequeno crescimento de 0,3% é um crescimento médio, porque, na verdade, só cresceram mesmo as reservas dos países da Opep. As reservas dos países não membros da Opep decresceram 0,6%.

De passagem, lembremos que isso nos aponta que o predomínio do combustível fóssil no mundo tem um horizonte de mais ou menos 30 anos de vida, o que nos deve alertar para a importância de trabalharmos com a idéia de construirmos um futuro na qual a Petrobras seja uma grande empresa de energia.

Mas olhemos a questão das reservas petrolíferas no Brasil e ampliemos o nosso referencial para 20 anos atrás, quando começam as grandes descobertas da Petrobras. Nesse período, as reservas provadas da Petrobras foram as que mais cresceram no mundo, e chegaram, em 2002, a 8,5 bilhões de barris de petróleo, a 16ª reserva mundial de petróleo, dado de grande significado, mas que situa o Brasil como detentor de apenas 0,8% das reservas mundiais de petróleo.

É à luz desses dados básicos e das tendências do negócio de petróleo hoje no mundo que se pode identificar o interesse nacional na formulação de política de petróleo no Brasil. O pano de fundo é esse: grandes multinacionais de petróleo, com parcas reservas, estão sequiosas por adquiri-las, e a Petrobras passa a ter reservas expressivas e crescentes, mas que não podem ser disponibilizadas.

Entende-se, assim, porque, de vez em quando, perpassa por aí a idéia da privatização da Petrobras. No período da revisão constitucional de 1993 e 1994, verdadeira campanha foi feita para desacreditar a grande empresa brasileira. Matérias foram divulgadas, plenas de falsidade. A revista **Veja**, em sua edição de 30 de março de 1994, apresentou reportagem de 10 páginas, não assinada por nenhum jornalista, depreciando a Petrobras. A empresa, que chegaria a ser campeã de descoberta de reservas no mundo, foi apresentada como empresa ineficiente na descoberta de reservas. A empresa, que, em 1992, entre impostos e royalties, pagou US$4.3 bilhões, foi destacada em box especial, como "nota zero" em impostos. Mas o certo é que a tese da privatização da Petrobras, insinuada, discutida, nunca chegou a ser apresentada, e a eleição de Lula a sepulta de vez.

Em nove de novembro de 1995, o Congresso Nacional promulgou a Emenda à Constituição nº 9, que dá nova redação ao art. 177 da Constituição, que trata da questão do petróleo. A União continua com o

monopólio das atividades básicas da pesquisa e lavra, da refinação do petróleo, da importação e exportação do óleo e derivados, e do transporte marítimo do petróleo, de origem nacional e de derivados, e através de dutos. Mas diz a emenda:

"A União poderá contratar, com empresas estatais ou privadas, a realização dessas atividades, segundo as condições estabelecidas em lei."

A partir dessa situação, diferentes agentes econômicos passaram a exercer, no Brasil, atividades ligadas ao petróleo e gás, o que tornou imperioso o surgimento de um órgão regulador do monopólio da União, que regulamentado pela Lei nº 9.478, conhecida como a Lei do Petróleo, é a Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Sem essa regulação e sem a fiscalização dela resultante, os interesses nacionais ficariam desguarnecidos, os consumidores desassistidos, sujeitos a abusos, e o meio ambiente ficaria exposto a agressões descontroladas.

Constituída acerca de cinco anos, a Agência Nacional do Petróleo se estruturou e tem procurado cumprir as funções que lhe estão destinadas pela Lei do Petróleo, em particular pelo seu art. 8º, definidor de suas finalidades e tarefas.

Nos termos da Lei, a Agência terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo.

Em outras tarefas, deverá implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo e gás, contida na política energética nacional.

Ocorre que a política nacional de petróleo e gás não estava explicitada. Foi quando a Ministra das Minas e Energia do Governo do Presidente Lula, Sra Dilma Roussef, tomou a iniciativa de preencher esta lacuna, fazendo aprovar, em 21 de julho de 2003, a Resolução nº 08 do Conselho Nacional de Política Energética, que estabelece a política de produção de petróleo e gás.

Naturalmente, qualquer novo Governo de uma nação precisa repensar o que supostamente estava estabelecido, não para desorganizar, mas para organizar de forma mais condizente com o seu programa de Governo. É o que tem encaminhado serena e prudentemente o Governo do Presidente Lula, com relação às agências reguladoras.

De início, devemos afastar qualquer idéia de que as agências reguladoras seguem modelo testado, amplamente aceito, definitivo, e o Governo Lula não teria por que mexer nessa questão. Não é assim. As agências reguladoras, criadas no Brasil, sobretudo a partir de 98, com a chamada Reforma do Estado, são distintas de antigas agências que, no Brasil, existiam; inspiram-se no modelo americano, anglo-saxônico, de agências com amplos poderes. Entre as de âmbito federal e estadual, são cerca de trinta agências, nove de âmbito federal.

Recentemente, realizou-se o III Fórum Mundial de Regulação de Energia, em Roma, do qual participou Helder Queiroz, Professor da UFRJ, com mestrado em Planejamento Energético e ex-Consultor da Agência Nacional do Petróleo.

Respondendo à enquete de revista técnica, o Professor Helder afirmou que estudo comparativo das agências de regulação de cerca de trinta países, deixou claro que não existe um único modelo regulatório definitivo no mundo que, diz ele, controlar uma rede de agentes, com diferentes tipos de contrato, ninguém sabe a melhor forma de fazer.

Duas observações de fundo foram feitas pelo Professor Helder. A primeira é a de que não é um problema fácil de resolver o do estabelecimento das fronteiras entre o Executivo e os reguladores, por isso que, assinala o Professor, há muito dinamismo entre os modelos institucionais existentes.

A pergunta "se é natural que as regras mudem", o Professor respondeu de bate pronto: "É claro. Quem pode imaginar uma regra estável, engessá-la por trinta anos, que é o tempo médio de duração de um projeto?"

Ante a insistência por algo estável, respondeu: "O importante é dar previsibilidade em relação ao norte das mudanças. As mudanças devem seguir princípios básicos que, estes sim, não devem ser alterados. É disso que as pessoas precisam".

A segunda observação do Professor é de que o poder de concessão não deve ficar na mão do órgão regulador e agregou: "No exterior, a concessão é uma atribuição dos Ministérios, porque só eles estruturam a política energética do País como um todo.

Muitos estranham quando digo que a concessão no Brasil é dada pelas agências. Além disso, atribuições de concessão, sobretudo no caso do petróleo, remete a posições políticas de longo prazo. Parte destacada nas forças que apóiam o Governo Lula não esteve em defesa dessas agências federais quando foram constituídas. Hoje muitos outros agentes econômicos já estão presentes nas diversas atividades setoriais.

O papel das agências reguladoras para definir as regras de operação dos grupos que já se encon-

tram em setores tão decisivos como petróleo e gás é fundamental. Importa dar a essas agências praticidade e prestígio para que inspirem confiança, em primeiro lugar, no povo, cujos interesses devem ser preservados quanto a negociatas que empobreçam sua Nação e contra trapaças, tipo práticas monopolistas e fraudes, que lhe saqueiam como cidadão.

As agências devem ganhar também a confiança dos que expressam o pensamento do povo, como o Governo eleito, e devem ganhar a confiança dos investidores, a quem desejamos atrair e que precisam ter garantias nas regras do negócio que se dispõem a fazer.

Posso assegurar-lhes que a posição da Ministra Dilma Rousseff, refletindo a opinião do Governo Lula, é no sentido de reconhecer a importância das agências, fortalecê-las e prestigiá-las. Essas agências devem ser reforçadas, realizando concursos públicos para ampliar seus quadros técnicos, ampliando contratos com universidades, garantindo a seus funcionários proventos condizentes com o mercado. É justamente para fortalecer as agências que o Governo movimenta-se para aprimorá-las, levando em conta a experiência dos últimos anos e o aprendizado que diversos países têm a respeito da questão.

Nesse contexto, devem ser entendidos dos dois anteprojetos de lei expostos à consulta pública pela Casa Civil da Presidência da República e publicados no Diário Oficial da União de 23 de setembro passado.

A proposta mais importante das que foram apresentadas nesses dois projetos refere-se à definição da fronteira entre o Executivo e o órgão regulador, no que diz respeito à prerrogativa da outorga de áreas para exploração e produção de petróleo. Como vimos acima, no depoimento do Professor Helder Queiroz, esse é parte de um dos problemas mais discutidos nos diversos países que procuram formatar suas agências. A proposição procura recuperar para o Executivo a decisão política dos processos que conduzem a outorga. Já vimos que é assim que a ampla maioria ou a totalidade dos países procede.

De qualquer forma, até que alguma nova decisão legislativa seja tomada, a Lei do Petróleo está de pé e deve prevalecer o entendimento entre a ANP e o Conselho Nacional de Política Energética, presidida pela Ministra de Minas e Energia, que tem, por força da própria Lei do Petróleo, que o criou, a prerrogativa, entre outras, de promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País. Foi, aliás, isso que aconteceu, quando da realização da quinta rodada de licitação da ANP, há pouco efetivada. Resolução aprovada pelo Conselho, em julho deste ano, terminou se projetando nas condições apresentadas pela ANP para a quinta rodada, em particular na fixação do percentual mínimo de conteúdo nacional para o fornecimento de bens e serviços utilizados na exploração e produção de petróleo e gás natural.

Na formulação da política de petróleo e gás deve-se assegurar cada vez mais o interesse nacional, relacionado com o incremento do desenvolvimento brasileiro e o interesse dos consumidores. No quadro da desigualdade de reservas que mostramos acima, cuidados devem ser tomados, como, por exemplo, a recusa, a ênfase a contratos para exportação de petróleo. Não podemos permitir explorações predatórias ou licitações de blocos sobre os quais nosso conhecimento é muito precário. Toda atenção é pouca para monitorar a relação reserva– produção. A fiscalização, que deve ser atividade cada vez mais eficiente, precisa ser vista, inclusive, como propiciadora de divisas expressivas para o Estado. Nesse sentido, são dignas de nota as conclusões da recém terminada CPI dos Combustíveis. As ditas conclusões contêm muitas apreciações sobre o trabalho positivo da ANP, sobre suas habilidades e encerra diversas sugestões para melhoria da sua atividade fiscalizadora.

As melhorias sugeridas em geral envolvem recursos que também são difíceis. Mas tudo deve ser analisado a partir da conclusão clamorosa que chegou à CPI, a de que, num negócio de combustíveis no Brasil, que envolve cerca de R$100 bilhões, dos quais mais ou menos R$50 bilhões são de tributos federais ou estaduais, há uma fuga de capital por sonegação e fraude da ordem de R$10 bilhões a R$15 bilhões.

Sr^as^ e Srs. Senadores, agradeço a atenção que me dispensaram. Ouço agora os comentários que V. Ex^as^ desejarem fazer. Estarei disponível para, na medida de minhas possibilidades, esclarecer e comentar o que V. Ex^as^ desejarem.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Agradeço ao Deputado Aroldo Lima sua apresentação.

Iniciaremos agora os debates.

Sou o primeiro inscrito. Solicito que o Senador Roberto Saturnino me substitua.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Como Presidente, tenho essa prerrogativa de fazer com que os outros me ouça,

Minhas perguntas são muito simples, e logo abriremos a votação.

Fomos colegas por 20 anos, e conheço muito bem a carreira de V. Sª, porque, na realidade, V. Sª sempre teve uma participação muito ativa como Parlamentar na Câmara dos deputados, foi Líder diversas vezes e, enfim, um Parlamentar muito conhecido e bastante atuante.

Eu gostaria de levantar algumas pequenas questões. Em primeiro lugar, em relação a essa questão da participação privada no setor de petróleo. Sei que V. Sª sempre foi um combativo defensor da Petrobras e da não abertura do setor privado do mercado de petróleo. Naquela época se dizia que havia grande risco de a Petrobras se acabar, ter dificuldades, mas hoje vemos que, pelo contrário, a Petrobras cresceu e é, como na época, a maior empresa brasileira, é uma das empresas mais importantes do setor petrolífero mundial e hoje temos uma situação inversa, temos um mercado que foi aberto por diversas licitações para a participação de diversas empresas no setor de petróleo, hoje temos 42 empresas participando somente na busca de novos poços de petróleo e todas ganham licitação, pagando **royalty** e gerando emprego. Enfim, há uma estrutura completamente diferente do que havia na época, quando só a Petrobras perfurava. Isso, no entanto, não prejudicou a Petrobras, pelo contrário, a Petrobras cresceu.

Eu gostaria de saber qual é avaliação que V. Sª faz agora do que está acontecendo no setor de petróleo. V. Sª é favorável a que essas empresas continuem participando ou se a Petrobras deve continuar sendo uma empresa monopolista, dentro daqueles argumentos anteriores.

Em segundo lugar, também em relação à Petrobras, eu gostaria de levantar uma questão sobre o poder monopolista que a Petrobras tem. Todos nós vimos na semana passada que a Petrobras teve neste ano um lucro bastante alto, no primeiro trimestre deste ano, de R$14,7 bilhões. Esse lucro ocorre em virtude do preço da gasolina, do diesel, ou seja, dos produtos que a Petrobras vende no mercado. Hoje em dia, o mercado é aberto. Portanto, a Petrobras define seus próprios preços. Praticamente não existe concorrência, porque não se conseguiu ainda importar nem petróleo nem gasolina. O preço estabelecido até agora não viabilizou essa estrutura, de tal maneira que a Petrobras pratica um preço monopolista. Aparentemente, esse preço está mais alto do que poderia ser e, por isso, há esses lucros excepcionais.

Na verdade, o Governo dispõe de apenas 30% dos 100% do capital da Petrobras. Por exemplo, R$1 bilhão dos R$3,2 bilhões dos dividendos que serão distribuídos será entregue ao Governo Federal, detentor dos 30%; os outros 70% vão para os investidores privados, sendo mais da metade estrangeiros. De certa forma, estamos retirando recursos dos consumidores de gasolina e diesel, ou seja, do povo de uma maneira geral, para repassar esse dinheiro aos investidores nacionais – se não me engano, 30% ou 40% são estrangeiros.

Gostaria de saber a opinião de V. Exª sobre o papel da ANP no sentido de coibir esse tipo de medida, se V. Exª for contra evidentemente.

Por último, farei um questionamento referente às agências. Pelo que entendi, V. Exª é a favor de que as concessões na área de petróleo, atualmente feitas pela ANP, sejam realizadas diretamente pelo Governo. Pergunto se V. Exª confirma essa afirmação. Até agora, todas essas concessões foram feitas pela ANP, conforme política definida pelo Governo. No entanto, a ANP realiza as licitações. Se esse fato ocorrer, será necessário que o Ministério ou outro órgão responsável monte uma estrutura para realizar essas concessões, retirando-as da ANP. Quero saber quais são as vantagens que V. Exª percebe em retirar essas concessões da ANP e passá-las ao Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Dr. Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA – Como lembrou o Senador José Jorge, meu colega de Câmara durante vinte anos, já nos conhecemos bastante. S. Exª faz esse tipo de formulação há vinte anos. Também faço as minhas considerações há muitos anos, mas convenhamos que o tempo muda. Por conseguinte, as realidades se configuram de maneira diversa, e precisamos fazer apreciações adaptadas à nova situação.

Senador José Jorge, a primeira pergunta de V. Exª refere-se à participação do capital privado no mercado de trabalho. Na realidade, quando ocorreu a quebra do monopólio estatal do petróleo, diversas forças que hoje apóiam Lula foram contrárias a essa situação. O PCdoB, meu Partido, ficou contrário – na época, eu era Líder do Partido –, assim como o PT. De lá para cá, passaram-se anos.

Como muito bem disse o Senador, parece que pouco mais de 42 empresas de capital privado – salvo engano são 46 empresas – já participam do negócio do petróleo no Brasil. A maioria ganhou blocos de exploração de petróleo nas cinco rodadas de licitações feitas pela ANP. O resultado objetivo é que a Petro-

bras não se enfraqueceu nesse processo. Pelo contrário, os dados concretos demonstram que a Petrobras tem crescido bastante. Chamei a atenção para o fato de que, quanto à descoberta de reservas, nos últimos vinte anos, a Petrobras ganhou o primeiro lugar no mundo em índices de descoberta de reservas. Evidentemente, as suas reservas foram descobertas com muita rapidez, mas, em um montante, é uma reserva limitada – 0,8% das reservas mundiais.

Porém, os outros países não descobriram nesses últimos tempos tanto assim. De sorte que considero, Senador, que hoje o mais importante para nós é termos uma agência reguladora, no caso específico da ANP, como de outras agências, como a Anatel e a Aneel, que são agências que vão encontrar o mecanismo de normalizar a relação entre todos esses agentes econômicos que estão participando do negócio do petróleo e de outros negócios. Creio que a experiência que tem tido até agora a ANP tem sido positiva, no sentido de que não há mais condições de retroagirmos à História do Brasil. No negócio de petróleo no Brasil, já estão presentes dezenas de empresas, muitas delas estrangeiras e muitas delas grandes, entre as quais a Petrobrás tem que se situar, e o consumidor brasileiro e o interesse do Brasil devem também ser levados em conta. Quem vai ter condições de fazer uma administração geral desses interesses é justamente a agência. De sorte que considero, assim, a resposta que eu daria ao Senador José Jorge, no sentido de que a agência hoje é uma imperiosidade e ela precisa ser prestigiada. Penso eu, Senador, que ela deve ser prestigiada, deve ser fortalecida, no sentido de que ela deve, inclusive, ganhar mais recursos.

Estive conversando com diretores da agência, conversas ainda iniciais, rápidas, mas os diretores têm-me colocado que há uma precariedade grande, por exemplo, na fiscalização. A fiscalização da ANP é feita por menos de 50 agentes fiscais em todo o Brasil. E a CPI dos Combustíveis faz uma apreciação de que, pelos dados que computaram, seriam necessários cerca de 500 agentes em todo o Brasil, o que significa que estamos, então, de certa maneira, experimentando formas de realizar essa agência e ainda estamos com debilidades. Mas pensamos que temos condições de crescer e de enriquecer e fortalecer essas agências.

A Petrobrás, de fato, teve um lucro de cerca de 14,7 bilhões de reais este ano. Entendo, Senador, que esse é um problema que temos que examinar melhor. Acho que a própria agência, no que diz respeito a apreciar a destinação desse dinheiro e que parcelas dos tais 30% ficaram para o Governo Federal, quer dizer, isso aí é ainda um capítulo que ainda está, na minha compreensão, por ser feito. Não foi ainda examinado em profundidade e diz respeito a este momento que estamos vivendo, em que estamos, de certa maneira, assim eu entendo, avançando para esse novo patamar de relação entre o Executivo e as agências reguladoras.

Por último, sua pergunta sobre a questão da prerrogativa das agências de fazer as concessões diárias e que, em sua compreensão, minha formulação aqui achou que deveria ficar com o Executivo. Chamei a atenção aqui, Senador José Jorge, para o fato de que este problema da relação entre Executivo e agência reguladora é um problema que, no mundo de hoje, é muito elástico. Acabou de acontecer em Roma o III Fórum Mundial de Agências Reguladoras. Isso foi feito em Roma. E o professor brasileiro que citei aqui fez uma espécie de balanço analítico entre 30 países, de como estavam as experiências sobre agências reguladoras nesses 30 países e chegou à conclusão de que o único dos países em que a concessão de áreas que seriam destinadas à exploração e produção de petróleo feita por agência reguladora era o Brasil, que em todos os demais países isso diz respeito à política de Governo, razão pela qual considera ele, dizia ele no depoimento que citei aqui, tirado da revista Brasil Energia:

"Eu ficava com dificuldade em explicar para os demais colegas do mundo que no Brasil isso é diferente".

Razão pela qual – não sei se foi exatamente essa a razão – a Casa Civil da Presidência da República apresentou dois anteprojetos de lei para uma consulta pública, e um dos projetos pretende fazer essa modificação. Isso está sendo submetido à consulta pública; o prazo, parece-me, inclusive, já se encerrou. Disse eu aqui que, entretanto, a lei que está em vigor é a Lei do Petróleo. Isso é uma discussão, é uma idéia. E nós, atentos às mudanças que estão ocorrendo no Brasil e no mundo, devemos também examinar esta questão.

Enquanto isso, prevalece a lei e, mais do que isso, prevalece o entendimento entre a Agência Nacional do Petróleo e o Ministério de Minas e Energia ou, particularmente, o Conselho Nacional de Política Energética que é presidido pela Ministra de Minas e Energia e que, no caso da rodada número cinco da ANP, houve um entendimento muito profícuo, muito positivo em que muitas opiniões foram levadas à Resolução nº 08 do Conselho Nacional de Política Energética foi apresentado a ANP que incorporou muitos

pontos que estavam postos na licitação e o resultado foi positivo, de consenso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Agradeço ao Deputado Haroldo Lima e gostaria de dizer que, quando V. Ex.ª estiver na ANP, contará não só com a minha colaboração, mas também com a de todos os companheiros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Espero que possa, na diretoria da ANP, fazer um trabalho tão dinâmico e tão participativo como fez aqui como Deputado e que possa também usar toda a sua inteligência para fazer com que tenhamos muitos investimentos na área de petróleo não só estatal, mas de acordo com a lei, privado e sempre defendendo o interesse nacional. Parabéns e boa sorte. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Estão inscritos ainda os Senadores Alberto Silva, Sérgio Guerra e Eurípedes Camargo.

Com a palavra o Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB-PI) – Não sei se chamaria de Deputado, Parlamentar ou Engenheiro.

Certamente V. Exª tem um currículo invejável. Tive o cuidado de ler e sei que, além do mais, é um nacionalista, uma pessoa que defende os interesses do País. Fui Presidente, com muita honra, desta Comissão durante dois anos e tive a oportunidade de aqui, juntamente com os companheiros, aprovarmos muitos membros de várias agências e órgãos públicos inclusive da ANP.

Sinto, todavia, que nesse instante, a ANP está ganhando um brasileiro de escol, um engenheiro. Por sinal, somos da mesma profissão. V. Exª da Bahia e eu de Itajubá. Somos engenheiros eletricistas e, durante a minha vida e a do seu currículo, vimos que lidamos com energia em vários sentidos e em várias ocasiões.

Creio que pergunta, propriamente, não teria a fazer a V. Exª, mas entendo que esta Comissão, ao aprovar o seu nome, está dando ao País uma espécie de reforço na qualidade da fiscalização que teremos na ANP com a sua presença naquele órgão, seguramente pelas suas atitudes, pelo seu trabalho em favor do País, como muitos outros companheiros, inclusive, o Presidente José Jorge que, com V. Ex.ª, estiveram juntos durante vinte anos.

Eu não tenho 20 anos de Congresso, mas tenho quase vinte: quatro, na Câmara; oito, no Senado e novamente no Senado Federal. Creio que todos nós temos uma obrigação para com o País e para com o setor de energia, pois é um fator fundamental para gerar emprego e bem-estar.

Lembro-me que tivemos uma rápida conversa, e V. Ex.ª acabou de dizer que são necessárias pelo menos 500 empresas fiscalizadoras para ajudar a ANP a evitar a fraude nos combustíveis e na venda e que há realmente um trabalho, vamos dizer, predatório em prejuízo do País. Na ocasião, recordei que, com a presença de V. Exª na ANP, gostaria que defendesse aquela idéia de que não se desse essa fiscalização senão a órgãos como as universidades.

Quantas universidades existem no Brasil? Tantas quantas se poderia criar como na minha Universidade Federal do Piauí em que foi criado pela ANP um relatório muito completo e muito capaz de poder ajudar na fiscalização das fraudes cometidas na comercialização do petróleo.

Parece que vi um documento em que a ANP dizia que não tinha recurso para isso. Creio que está na hora, se depender de nós ou de alguma legislação própria – por exemplo, posso não estar no rumo certo, mas se a Petrobras obteve um lucro de 14 bilhões, que seja reservada uma parcela dessa quantia para arrumar a vida do petróleo no País: fiscalização, por exemplo. Que se crie, de preferência em universidades e escolas técnicas do País, laboratórios que garantam a fiscalização. Creio que pretendem fazer isso na empresa privada. E, a meu ver, quem sabe, os interesses privados podem coincidir com outros interesses. Em uma universidade haveria garantia, tenho certeza. Cito o caso do Piauí e o caso das outras 17 ou 35 universidades que já possuem laboratório.

Gostaria de conhecer o pensamento de V. Sª com relação, já que as reservas de petróleo, como muito bem mencionou, estão disponíveis para os próximos 30 anos, aos combustíveis alternativos e o biodiesel. Sou uma espécie de pioneiro na matéria, pois há 30 anos, quando eu era Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, financiamos, com recursos da empresa, o primeiro biodiesel fabricado no Brasil, na Universidade Federal do Ceará, no curso de Química. E há poucos dias pudemos ver na Câmara dos Deputados uma mostra dessa pesquisa, que agora está se tornando realidade. No Piauí, estaremos inaugurando em um mês a primeira usina produtora de biodiesel, com pequena capacidade, mas com uma escola de termodinâmica e de engenharia para os alunos da nossa universidade. Oxalá com a Petrobras e com V. Sª agora na Agência de Petróleo, reguladora e estimuladora da pesquisa e do desenvolvimento, possamos caminhar.

E cito apenas um exemplo. Se empregarmos cinco milhões de lavradores do semi-árido nordestino e dermos a cada um deles nada mais que 2 hectares

para plantar mamona, e entre a mamona plantarem feijão, teremos comida e energia. E mais alguma coisa. É que cada hectare de mamona arranca do ar alguns quilos de CO^2 por mês e por ano. Podemos criar a energia alternativa, o biodiesel. O Brasil produz soja e pode produzir mamona em uma escala tão elevada que cada 2 hectares poderá gerar um emprego – testamos em meu Estado – de aproximadamente R$1 mil por mês, meu caro colega.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Sª tem a palavra. Deseja fazer algum comentário? Na realidade, S. Exª não fez nenhuma pergunta específica.

O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA – Com muito prazer, faço um comentário ao Senador Alberto Silva, que sempre ilustra qualquer debate com suas intervenções, não apenas lúcidas, como também criativas. A particularidade conhecida do Senador Alberto Silva é justamente a inventividade. O Senador, em uma breve colocação, contribui com diversas opiniões inovadoras e interessantes. Ficamos muito atentos, Senador. Se eu conseguir chegar à Agência Nacional do Petróleo procurarei V. Exª a fim de recolher subsídios, opiniões e sugestões tão interessantes quanto as que acaba de formular.

Mas gostaria de opinar a respeito de um ponto que V. Exª menciona. Com relação ao petróleo, ao biodiesel e a combustíveis alternativos, inequivocamente estamos envolvidos na história do petróleo, e temos que encontrar petróleo, e que o negócio do petróleo sirva ao Brasil e alavanque o seu desenvolvimento. Isso é o nosso problema. Agora, não podemos de vista que todos os analistas e todos os dados que são levantados apontam que dentro de mais ou menos 30 anos esse negócio do petróleo acabou, os combustíveis fósseis estão em declínio no mundo. Os países quem têm grandes reservas, o Oriente Médio, por exemplo, é uma coisa, quem não tem, como nós e outros, tem uma situação difícil.

Acredito, Senador, que V. Exª tem inteira razão. A própria Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo têm que começar a pensar esse assunto estrategicamente, ou seja, não podemos estar com uma empresa enorme, como é a Petrobrás, com uma vida útil prevista para cerca de 30 anos, quem sabe 25 anos ou um pouco mais. Não é possível! É necessário começar a pensar em transformar a Petrobras na Petrobras Energética, ou seja, numa grande empresa de energia do Brasil, e que, por conseguinte, não esteja estribada apenas no petróleo, mas que ela comece desde de já a explorar combustíveis alternativos, como muito bem V. Exª lembrou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo inscrito é o Senador Sérgio Guerra.

V. Exª tem a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, Deputado Haroldo Lima, com quem tive uma convivência duradoura e hoje aqui está sendo sabatinado por esta Comissão.

Nos três mandatos em que fui deputado federal foi S. Exª seguramente, de todos, o mais nacionalista dos parlamentares presentes. Não é mau, é bom que alguém que tenha essa consistência acumulada participe da direção da Agência Nacional do Petróleo. Recomendável até.

Não direi que concordo com seus pontos de vistas gerais, mas todos reconhecem em S. Exª uma convicção segura em defesa do seu País e da sua população.

Petrobrás é mais do que uma empresa brasileira, é uma instituição do Brasil, símbolo nacional que sucessivos desgovernos foram incapazes de desmantelar. Há uma certa preocupação agora sobre uma possível desmontagem da Petrobras com a nomeação de funcionários, aparentemente, pouco habilitados, por critérios, digamos, "políticos". Não estou afirmando, mas é uma consideração bastante ouvida em vários círculos informados. Não seria esse o problema do Deputado Haroldo Lima na Agência Nacional do Petróleo. Problema grave é o da evasão fiscal nesse setor e da falta de fiscalização com relação à qualidade do produto distribuído. Na medida em que não se consegue proteger o consumidor, o cidadão o sistema todo está equivocado. Isso produz desgaste para as instituições.

Os problemas das agências têm várias explicações, uma delas, a mais óbvia, a falta de recursos técnicos e materiais. Mas há que entender que uma agência para controlar, fiscalizar os sistema de distribuição e produção de petróleo, de energia não pode ser tratada senão de forma responsável, com orçamento adequado, com qualificação suficiente, com meios competentes para produzir uma fiscalização num sistema que atinge a comunidade, a sociedade em todos os lugares e de todas as formas.

Quero dizer que mesmo sendo de um partido que não tem a posição do partido que sempre foi a sua bandeira tenho certeza de que a sua presença de na Agência Nacional de Petróleo vai ajudar a Petrobrás, o Brasil e o cidadão brasileiro. Não o conheço senão dizendo as coisas que acredita e tenho certeza de que não fará diferente, que não acontecerá com o

Deputado Haroldo Lima o que acontece com tantos que mudam tão rapidamente de opinião. Vai continuar nacionalista, vai continuar a defender os fundamentos que produziram a sua brilhante vida pública e a de seu partido, e vai honrar o Congresso por esse voto, através desta Comissão, na delegação que é dada pelo Presidente da República, com o nosso, tenho certeza, apoio geral, reconhecimento ao seu mérito, a sua competência e na esperança de que V. Exª ajude muito o Brasil, o petróleo e as instituições em geral.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo inscrito é o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Sr. Deputado Haroldo Lima, eu diria que, pelo **curriculum** apresentado, pelas palavras dos meus Pares nesta Casa e pelo conhecimento que tenho das trajetórias dos políticos nacionais, pelo que construíram, ao longo de minha participação pequena e modesta, observando a trajetória de várias personalidades que hoje compõem o Governo, o Senado e a Câmara Federal, percebo a importância de V. Exª entre esses expoentes da política nacional.

Portanto, tanto do ponto de vista político, como no ético e moral, V. Exª tem todas as condições e importância para essa função. Eu não tenho propriamente uma pergunta a fazer, mas nos seis meses em que estou nesta Casa ouço muito sobre as agências reguladoras. Elas, em vez de regular estariam desregulando ou desmontando...Parece-me que são muito novas também. No aspecto político e administrativo do País.

Eu gostaria de saber de V. Exª se as demais agências reguladoras, de outras organizações governamentais, têm uma política diferenciada de sua estrutura física, política, enfim. E qual a diferença que há entre a ANP e as demais agências reguladoras? Temos, entre outras, a ANA.

É nesse sentido que eu gostaria de ouvir sobre a estrutura para estarmos apoiando a sua gestão à frente da ANP.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O Sr. Deputado Haroldo Lima tem a palavra.

O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA – Senador Eurípedes, na realidade, V. Exª diz que se fala muito pelos corredores, nas conversas, que está havendo um processo de desmantelamento das agências no Brasil.

Na verdade, levantam-se de vez em quando idéias de que estariam sendo contestadas as agências e de que haveria um processo desse tipo em curso.

Eu posso dizer a V. Exª que isso não é verdade. A minha própria indicação para membro de uma dessas agências já situa um pouco o problema. Seria um pouco estranho que o Presidente Lula indicasse para participar de uma agência que está sendo desgastada e esvaziada uma pessoa que é vinculada a um dos Partidos mais próximos a ele.

Por outro lado, tive oportunidade de conversar nesse processo ou período com autoridades do Governo, particularmente com a própria Ministra. Vejo aqui também a Secretária Petróleo e Gás do Ministério das Minas e Energia, Sra. Maria das Graças Silva Foster, que está ali. Posso dizer a V. Exª que o que existe é uma disposição de fortalecer e prestigiar as agências, de encontrar um mecanismo mais ajustado de relação entre as agências e o Poder Executivo.

Não podemos perder de vista que algumas coisas que acontecem entre nós não podem ser vistas como algo anômalo. Discussões para ajustamento mais preciso entre as agências e o Poder Executivo estão sendo feitas no mundo inteiro. A pergunta que V. Exª faz é essa mesmo. Realizou-se no mês de outubro o Fórum Mundial de Agências Reguladoras.

Segundo um depoimento que eu ouvi, o ponto mais realçado é justamente como fazer uma justa articulação entre o Poder Executivo e a agência reguladora. E se isso está sendo feito em todos os países, por que não estaria sendo feita também? Longe de ser anormal ou que pode ser vista como a depreciação das agências. Não é isso. É um fortalecimento, um ajustamento, um aperfeiçoamento do processo que surgiu no Brasil há cinco anos e no mundo há pouco tempo. As antigas agências relacionadas ao Governo possuíam outra feição, não são essas que estão em questão. Surgem no mundo, mais recentemente, essas agências que tem como objetivo de, justamente, formatar uma situação nova que passou a existir entre grupos privados importantes e o Estado em serviços públicos essenciais, como é o caso específico da Agência Nacional do Petróleo.

A minha resposta é que devemos ficar como V. Exª está: atento à evolução dos acontecimentos para compreender os dados e participar. Precisamos ficar confiantes de que está em pauta no Brasil, a partir do Governo Lula e da Agência Nacional do Petróleo, é a busca de um melhor entrosamento entre essas duas esferas importantes para o exercício do poder em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos ao próximo inscrito. Falo do Relator, Senador Valdir Raupp. Peço desculpas a V. Exª, que deveria ter falado

em primeiro lugar. Como era o primeiro, esqueci-me de V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Estava ouvindo com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE(José Jorge) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Gostaria de fazer alguns questionamentos.

Sr. Deputado Haroldo Borges, V. Exª, em seu pronunciamento, citou o Brasil entre as principais economias do mundo e mencionou que já perdemos algumas posições. Talvez, estivéssemos em 12º. Já somos o 15º. Perdemos 7 posições na última década. É difícil conceber para um País que é praticamente auto-suficiente em petróleo, que possui uma Empresa como a Petrobras, que deve gerar um superávit em torno de R$20 bilhões a R$22 bilhões este ano. Temos, hoje, praticamente R$55 bilhões em reservas, em caixa para superávit primário. No entanto, somos um País com tantas desigualdades. Tenho certeza de que V. Exª vai trabalhar ao lado de uma empresa rica, a Agência Nacional do Petróleo, para que essas riquezas possam ser utilizadas para diminuir as desigualdades sociais existentes no País. Hoje, o Brasil só se compara aos países da África, países que tiveram processos de colonização duros até há pouco.

A pergunta que faço é em relação ao orçamento da ANP. Sei que a ANP deve arrecadar, este anos, mais de R$2 bilhões, que tem uma receita própria oriunda das concessões, das jazidas de petróleo, e só tem R$19 milhões no orçamento. Como vão ficar as frentes de pesquisa? Será que essa auto-suficiência na área do petróleo não poderá ser, daqui há alguns anos e sem a continuidade das pesquisas, dependente novamente? Não teremos dinheiro para fazer pesquisa se não melhorarmos o orçamento de R$19 milhões.

Quero, também, contar com o apoio de V. Exª para um projeto que temos na Amazônia. Falo do gasoduto de Urucu/Porto Velho. São 550 km de gasoduto. Vai ser feito o gasoduto Manaus/Coari, resolvendo o problema de Manaus e ficando pendente o problema de Porto Velho. Falo isso porque está havendo um desperdício de petróleo muito grande. Um milhão de litros de óleo diesel são queimados por dia. Há quarenta e cinco milhões de reais em petróleo na Termonorte, uma usina térmica de quatrocentos **megawatts**. Temos, ainda, a geração proveniente de pequenas centrais hidrelétricas como, por exemplo, a Samuel. A empresa distribuidora de energia elétrica em Rondônia só arrecada R$7 milhões por mês. Essa é a receita da empresa distribuidora de energia. São gastos, só em óleo diesel na Térmica de Porto Velho, 1 milhão de litros/dia, que ficam soltando fumaça na atmosfera. O gás de Urucu está sendo re-injetado no solo. Estou aproveitando para falar porque temos pessoas, aqui, do Ministério das Minas e Energia. Gostaria de saber o que está acontecendo em Rondônia, o meu Estado. Queimamos 1 milhão de litros por dia. Enquanto com relação ao gás, já se arrasta há três anos. Poderíamos ter iniciado e já estar concluindo para inaugurar e ter uma energia mais limpa e mais barata em nosso Estado.

Peço a V. Exª que nos ajude nessa situação.

O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA – Sr. Relator, observo que V. Exª acompanhou o meu raciocínio e o retocou, corrigindo num ponto lamentavelmente importante, que é a questão da pujança do nosso País e da nossa economia. E fiz uma observação para o fato de que a nossa economia tinha saído da 8ª economia do mundo há alguns anos e passado a ser, ao que parece, a 12ª. V. Exª estava-me corrigindo, uma vez que seria a 15ª economia do mundo. Isso é uma coisa absurdamente trágica, tendo por trás todo um cortejo de problemas particularmente sociais, de desigualdades não só interregionais etc.

Tudo isso, digamos, acentua a importância de tratarmos bem os pontos fortes que temos. E um deles seria a capacidade de, por meio do petróleo, investirmos, alavancando a situação do País. Estou atento para o fato de que existem muitos problemas correlacionados com tudo isso que estamos discutindo aqui. Por exemplo, a Petrobras, assim como outras grandes estatais, tem uma disponibilidade de caixa razoável que poderia ser traduzida em investimentos, o que ajudaria em muito a alavancagem do desenvolvimento do Brasil. Entretanto, certas injunções internacionais relacionadas a opiniões do próprio FMI terminam dificultando que essa coisa apareça dessa forma.

V. Exª fala também no orçamento da ANP. E, mais à frente, V. Exª pede, na hipótese de vir a participar da ANP, que acompanhe um pouco mais de perto essa questão, o que farei caso seja indicado por V. Exªs para a ANP. Pretendo acompanhar mais de perto, sim, todos esses problemas que afligem os diversos setores, como essa questão do gasoduto de 500 km lá na Amazônia.

Agora, o orçamento da ANP, Senador, é uma questão que também precisava, aqui no Senado, ser acompanhada mais de perto. No primeiro contato que tive numa visita protocolar que fiz à diretoria da Agência, os diretores todos me colocam que, como ex-Parlamentar que sou, que pudesse dar uma mão nessa

questão do orçamento da ANP para o ano de 2004, que, como V. Exª bem acentuou, já está carente de recursos para, inclusive, fomentar questões básicas à sua atividade, como é o caso da pesquisa.

Então, creio que tenhamos que trabalhar um pouco mais juntos nessa questão, reafirmando que, se estiver nessa Agência Nacional de Petróleo tendo uma participação mais efetiva, não esquecerei de procurá-lo para trocarmos mais idéias a respeito dessa temática lá da Amazônia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao Deputado.

O próximo inscrito é o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente!

Gostaria de saldar o Deputado Aroldo Lima, registrando, em primeiro lugar, a satisfação de estar aqui com V. Exª, saldando-o pela história de V. Exª como engenheiro eletricista pela Politécnica da Bahia, como ex-funcionário da General Electric, uma empresa de ponta no que se refere à tecnologia, como eletricitário, que fui também, chefe de operação e manutenção da Coelba, e pela história que V. Exª tem, principalmente na Câmara dos Deputados e na Comissão de Minas e Energia especialmente.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer dois registros importantes, Sr. Deputado.

O primeiro registro é com relação a um dos maiores desafios da Agência Nacional de Petróleo, que é a questão, como disse muito bem o Senador Alberto Silva, da fraude e da verdadeira indústria de liminares implantada na questão das distribuidoras de combustíveis, desde o solvente na gasolina até a mistura de álcool anidro e álcool hidratado até a perda de competitividade das empresas sérias onde se trabalha com margem aí de R$0,40 (quarenta centavos) e, quando alguém tem uma liminar, ou deixa de pagar uma Cide, praticamente essa competição passa a não existir, prejudicando empresários sérios em prol de pessoas que atuam como uma verdadeira máfia nesse mercado de combustíveis. Então, gostaria de registrar e destacar essa questão, que creio seja o maior desafio da Agência Nacional de Petróleo pelo que representa a questão da distribuição de combustíveis e essas dificuldades associadas não só às misturas nos combustíveis consumidos como também na questão das liminares.

Por último, ressaltar também, Deputado, e V. Exª é um homem que acompanha essa questão do petróleo e da energia como um todo permanentemente, inclusive na carreira parlamentar, a questão do gás natural. E gostaria de aproveitar a oportunidade de registrar que ele merece, até pela complexidade, pela sofisticação do mercado de gás natural, uma atenção especial no sentido de se viabilizar, de se construir uma legislação específica para a utilização do gás natural, que tenho absoluta convicção de que será um dos combustíveis mais importantes do País, da mesma maneira como ocorre não só na Europa, como também nos Estados Unidos e em outros continentes.

Gostaria, então, de aproveitar e saudá-lo mais uma vez, ressaltando que estaremos sempre juntos e à disposição de V. Exª para que tenha um desempenho à altura de toda a sua carreira e de toda a sua história na Agência Nacional de Petróleo.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vou passar a palavra ao último orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Sr. Deputado Haroldo Lima, é um prazer muito grande poder estar aqui neste momento, num momento em que V. Exª vem trazer suas idéias. Vimos aqui discutir sobre o petróleo e o gás, e gostaria de ir, outra vez, direto no ponto do gás natural levantado pelo meu companheiro Delcídio.

Aquilo a que temos assistido no País em relação ao gás natural foge às raias daquilo que seja uma coisa racional. Nosso Senador Valdir Raupp já citou aqui, e não é a primeira vez que ele nem eu citamos Urucu. Quantas vezes, Senador, já citamos aqui o que acontece com o gasoduto Urucu em Porto Velho? Ou seja, nada. Não acontece nada! Queima-se um milhão de m³, por dia, de óleo diesel, e há muito tempo isso vem acontecendo.

O País comprou o gás da Bolívia para um mercado, aliás, que não tinha. Pagou caro, pagou em dólar. E a Petrobras adotou, inclusive, uma política absolutamente inflexível em relação ao preço do gás natural brasileiro, que, no meu tempo, quando assumi o Ministério, queimava 9 milhões de m³, por dia. O gás da Bolívia comprado era de 30 milhões de m³, por dia, aliás, comprado para um mercado que não existia.

Tentamos fazer com que esse mercado âncora fosse o programa prioritário de termoeletricidade que o País precisava para evitar o problema da falta de energia que acabou acontecendo. Porque, se o Programa Prioritário de Termoeletricidade, depois transformado em Programa Emergencial, tivesse entrado à época certa, não teria tido problema. E o problema

básico era a discussão do preço do gás. E aí, Deputado, creio que seja muito bom que V. Exª seja baiano, para, juntos, lutarmos por uma outra coisa.

A distribuidora de gás natural da Bahia é a terceira do País hoje e vende cerca de 4 milhões de metros cúbicos, por dia. Mas podia estar vendendo 5 ou 6, e não temos gás. Só que temos gás descoberto há bastante tempo, ali perto de Maraú, que é a construção de um gasoduto que resolve esse problema durante muito tempo, porque, praticamente, dobraria o consumo feito na Bahia, hoje, que são cerca de 6 milhões de metros cúbicos diários de Camamu, ali perto de Maraú, que poderiam seguir para lá e não foram até hoje. E nunca sabemos o que ocorre.

Tenho receio dessa política nova que está sendo implementada pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), não sei se com algum tipo de influência natural ou sobrenatural da Petrobras, porque é difícil tirar a Petrobras de algo quando ela se fecha num determinado nicho de pensamento. E não entendemos por que isso não é feito. Estamos perdendo mercado.

Hoje – é outro assunto a que o Senador José Jorge sempre se refere – a única saída que temos, Deputado, para o problema energético no Nordeste são termelétricas a gás. Não podemos explorar nada mais do rio São Francisco, não temos mais o que fazer. Linha de transmissão a mais será sempre saída adicional, nunca uma saída de geração local de energia. O gás é absolutamente necessário. O gás é absolutamente necessário para o Ceará, para o Maranhão, que hoje tem uma demanda reprimida imensa.

E pergunto: o que custa a ANP efetivamente assumir essa política, essa... Não digo o comando porque o comando é do Ministério, mas entrar junto com o Ministério para que esse gasoduto que vai hoje – previsto – do Ceará para o Maranhão, por que isso não pode ser feito logo pela Petrobras? Por que continuar com essa demanda reprimida? Por que a Petrobras não leva o gás para o Maranhão e vai buscar depois os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético, que já estão destinados.

É tanto absurdo que se vai somando a essa política de gás, que nos perguntamos por quê. E deixo a última pergunta para o senhor – outra vez, como é bom que o senhor seja baiano, vamos trabalhar juntos nisso. O preço do gás, Deputado, que estamos pagando na Bahia... O senhor lembra que há três minutos eu disse que pagamos caro pelo gás da Bolívia em dólar. O preço que estamos pagando no posto da BR é mais caro do que o da Bolívia, e é em dólar. Acho que não há nenhuma razão para isso.

Acho que V. Sª terá um grande trabalho à frente disso, e quero contar com essa nossa "baianidade" para que possamos efetivamente resolver vários problemas, porque ao resolvermos – quero tirar talvez esse caráter exclusivista da Bahia – o problema da Bahia, resolvemos o problema do Nordeste inteiro, que também é a construção do gasoduto do Sudeste-Nordeste. Estaríamos resolvendo o problema de toda uma Região, indo até o Maranhão, sendo que no caso do Maranhão acho que o assunto pode ser resolvido ainda mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O Deputado Haroldo Lima fará algumas observações.

O SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA – Eu queria agradecer as referências feitas pelo Senador Rodolpho Tourinho. Sem dúvida alguma S. Exª levanta muitos problemas importantes, que demandarão uma apreciação mais ajustada, mais metódica, e também pretendo, Senador, em assumindo as funções para as quais me candidato neste instante, debruçar-me sobre esses problemas com muita desenvoltura.

Na minha história, por enquanto pelo menos, não tenho cansado fácil. Vou em frente, não há problema. Então, quanto a essas questões que são levantadas aqui, penso, seguramente, em retomá-las, sob o ângulo seja da Bahia, como V. Exª mostrou, seja, sobretudo, essa questão mais do Nordeste mesmo. Na verdade o problema do Nordeste sob o ângulo dessa questão do gás... V. Exª fala aí em termelétricas a gás, é um desafio que está posto e ficamos sempre a nos indagar por que essas coisas não prosperam, por que não vão, por que demandam tanto tempo, e o resultado objetivo é que o Nordeste vai ficando sempre atrasado relativamente ao conjunto do País, ao restante do País.

Fico desejoso de que, nas novas funções que porventura venha a assumir, eu possa entrar em contato com V. Exª, um nordestino, mais precisamente um baiano, para trocarmos idéias a respeito desses pontos e darmos encaminhamentos conseqüentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Está encerrado o debate.

Em votação a matéria.

A maioria dos titulares votaram. Votaram os Senadores: Delcídio Amaral, Eurípedes Camargo, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Fátima Cleide e Duciomar Costa. O Senador Magno Malta não está presente.

Chamo, então, os suplentes do Bloco de apoio ao Governo: Senador Roberto Saturnino, Senador Antonio Carlos Valadares, Senadora Heloísa Helena, Senadora Ana Júlia Carepa.

Peço que avisem ao Senador Ney Suassuna, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que chamarei os titulares do PMDB. O Senador Luiz Otávio está presente.

Titulares do PMDB:

Senador Gerson Camata. Já votaram os Senadores: Amir Lando e Valdir Raupp. Não estão presentes os Senadores Valmir Amaral, Gilberto Mestrinho e José Maranhão. Então, chamo os suplentes: Senador Mão Santa e Senador Luiz Otávio.

Titulares do PFL:

Não estão presentes os Senadores João Ribeiro e Paulo Octávio. O Senador Rodolpho Tourinho ainda não votou. Os Senadores José Jorge e Marco Maciel já votaram. O Senador César Borges, suplente, não votou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, votei agora.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O Senador Jonas Pinheiro não está presente. O Senador Efraim Morais, a Senadora Maria do Carmo Alves e a Senadora Roseana Sarney, todos do PSDB, votaram. Também já votaram os Senadores Leonel Pavan, Sérgio Guerra e Teotonio Vilela Filho. Os votos do PSDB estão completos.

Chamo os Senadores do PDT.

O Senador Augusto Botelho ainda não votou. Seu suplente é o Senador Osmar Dias. Aguardarei um pouco.

Titulares do PPS.

A Senadora Patrícia Saboya Gomes votou, conseqüentemente, o suplente não votará.

Em resumo, dos titulares do chamado Bloco de apoio ao Governo, temos sete votos, de seis titulares e de um suplente, portanto, estão completos os votos. Do PMDB, temos o voto de dois titulares e de um suplente, portanto, ainda existem três vagas. Do PFL, temos o voto de três titulares e dois suplentes, portanto, está completo. Do PSDB, temos o voto de três titulares, está completo. Do PDT, ainda não temos nenhum voto e do PPS temos o voto de um titular, portanto, está completo. Então, três Senadores do PMDB ainda podem votar.

Chamarei o Senador Ney Suassuna e peço desculpas pela demora.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, não há problema algum. Estou aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Depois chamarei o Senador Augusto Botelho, do PDT. Então, estão completos os votos do PDT. Chegou o Senador José Maranhão. Senador Ney Suassuna e Senador José Maranhão.

Com isso, votaram os titulares, e dos que não estavam votaram os suplentes. Peço aos Senadores Rodolpho Tourinho e Augusto Botelho que fizessem a apuração dos votos.

Peço que os Senadores e assessores tomem seus lugares, para que possamos anunciar o resultado.

O nome do ex-Deputado Haroldo Lima foi aprovado pela Comissão.

Votaram SIM 22 Srs. Senadores e NÃO 1 Sr. Senador.

Em meu nome e em nome da Comissão gostaria de dar os parabéns e desejar boa sorte ao ex-Deputado Haroldo Lima. (Palmas)

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h29min.)

Ata da 26a. Reunião Extraordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 25 de novembro de 2003 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador **JOSÉ JORGE**, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Eurípedes Camargo, Sibá Machado, Valmir Amaral, Valdir Raupp, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Magno Malta, Luiz Otávio, Roberto Saturnino, César Borges, Efraim Morais, Osmar Dias, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Paulo Octávio e João Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores(as) Serys Slhessarenko, Fátima Cleide, Duciomar Costa, José Maranhão, Amir Lando, Gilberto Mestrinho, Sérgio Guerra, Marco Maciel, Teotônio Villela Filho, Patrícia Saboya e Gérson Camata. Reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Audiência Pública – Item nº 01 – Assunto: Esclarecimentos e informações sobre a questão do Gás Natural e a Geração Termoelétrica, como alternativa de "energia de segurança", para minimizar os riscos de racionamento de energia em nosso país, bem como o exame das minutas de portarias referentes ao livre acesso do transporte de

gás natural, presentemente disponível para consulta pública na Agência Nacional do Petróleo – ANP. Autores Senador Delcídio Amaral e Senador Rodolpho Tourinho. Autoridades e Convidados Dr. Eraldo Tinoco – Vice-Governador do Estado da Bahia – Presidente do Fórum dos Secretários de Energia; Dra. Maria das Graças Silva Foster – Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia; Dr. José Cesário de Cechi – Superintendente de Comercialização e Movimentação de Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo – ANP; Dr. Djalma Rodríguez de Souza – Presidente da GASPETRO; Dr. Xisto Vieira Filho – Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios e Planejamento da ABRAGET;Dr. João Carlos de Luca – Presidente da IBP;Dr. Romero de Oliveira e Silva – Presidente da ABEGÁS. Após a exposição dos senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os Senhores(as) Senadores(as) Rodolpho Tourinho, Delcídio Amaral, Eurípedes Camargo e Valdir Raupp. Extra-Pauta – Item 01– Requerimento nº 24 de 2003 – Assunto: Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir a regulamentação do Programa "Luz para Todos" estabelecido pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, na nova redação dada ao § 13 do artigo 14 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Para tanto sugiro o convite ao Diretor do Departamento Nacional de Política Energética do Ministério de Minas e Energia, Sr. João Nunes Ramis, ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica– Aneel, Sr. José Mário Miranda Abdo, ao Diretor Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica– ABRADEE, Sr. Luiz Carlos Guimarães, e ao Presidente do Foro de Secretários de Estado para Assuntos de Energia, Sr. Eraldo Tinoco Melo. Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Resultado. Aprovado. Item 02– Requerimento nº 25 de 2003. Assunto: Requeiro, com fundamento nos arts. 90-V e 104 do Regimento Interno, sejam convidados o Presidente do Instituto AERUS de Seguridade Social, Comandante Odilon Junqueira, o Presidente da Associação dos Pilotos da VARIG, Comandante Márcio Marssillac, o Sr. Misael Vaz, ex-Presidente da Associação Brasileira dos Fundos de Previdência Privada e o Dr. Leonel de Castro, especialista em Fundos de Pensão, para prestar esclarecimentos quanto às expectativas e propostas já apresentadas pelos negociadores da fusão sobre os atuais empregados de ambas as empresas, bem assim quanto ao plano de recuperação da VARIG elaborado juntamente com as Associações dos Pilotos, Comissários e Mecânicos da empresa. Autor: Senador Marcelo Crivella. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Infra-Estrutura.

As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta da reunião consta de um único item. Audiência pública. Assuntos. Esclarecimento e informações sobre a questão do gás natural e a geração termoelétrica como alternativa de energia de segurança para minimizar os riscos do racionamento de energia em nosso País bem como o exame das minutas de portaria referente ao livre acesso do transporte de gás natural presentemente disponível para consulta pública na Agência Nacional de Petróleo, ANP.

Autores: Senadores Delcídio Amaral e Rodolpho Tourinho.

Temos os seguintes convidados, Dr. Eraldo Tinoco, Vice-Governador do Estado da Bahia e Presidente do Fórum dos Secretários de Energia, Drª Maria das Graças Silva Foster, Secretária de Petróleo e Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia, Dr. José Carlos Cesário de Cechi, Superintendente de Comercialização e Movimentação de Gás Natural da Agência Nacional de Petróleo, Dr. Djalma Rodrigues de Souza, Gerente-Geral da Gaspetro, Dr. Xisto Vieira Filho, Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios de Planejamento da Abraget, Dr. João Carlos de Luca, Presidente do IBP, Instituto Brasileiro de Petróleo, e Dr. Romero Oliveira e Silva, Presidente da Abegás.

Gostaria de convidar, na realidade, todos os convidados para ficarem conosco na mesa, mas, como são muitos, pensei que ficaria mais confortável, inclusive para eles, que ficassem nas mesas, onde há microfones também, e, quando chegar a hora de cada um expor o seu pensamento inicial, então convi-

daremos para vir aqui à mesa. Mas convido para ficar comigo na mesa o Dr. Eraldo Tinoco, Vice-Governador do Estado da Bahia, e a Drª Maria das Graças Silva Foster, Secretária de Petróleo e Gás, que serão os primeiros a exporem seus pensamentos.

Então, vamos iniciar. A formatação da reunião é iniciarmos, dando a palavra aos diversos candidatos, para audiência pública. Posteriormente, então, abriremos inscrições para os senadores que desejarem levantar alguma questão, para alguns dos convidados. Mas, na realidade, esta é uma audiência pública basicamente de informações para a Comissão de Infra-Estrutura e para o Senado, em geral. Esta reunião será transmitida pela TV Senado, para todo o Brasil, e também transmitida agora para o gabinete de todos os Senadores. Portanto, é uma audiência que pode ser muito esclarecedora. Agora, infelizmente, a minha idéia era dar 15 minutos, inicialmente, a cada um dos debatedores, dos convidados, pedindo que sejam, no seu ponto de vista, o mais objetivo possível, tendo em vista que, na realidade, o número de convidados é bastante grande. Sendo assim, poderemos ouvir todos, cada um naquele aspecto que julgar mais relevante; e depois os senadores. Cada um que queira acrescentar algum ponto, poderá fazê-lo.

Vamos iniciar, dando a palavra, por quinze minutos, ao Dr. Eraldo Tinoco, Vice-Governador do Estado da Bahia, ex-Deputado, meu colega durante tantos anos que já tenho até vergonha de dizer, e Presidente do Fórum do Secretário de Energia, também ex-Secretário de Educação, ex-Ministro da Educação, uma pessoa muito importante no setor da educação.

Então, passo a palavra ao Dr. Eraldo Tinoco, por cinco minutos, posteriormente à Drª Maria das Graças e assim por diante, de acordo com a lista dos convidados.

O SR. ERALDO TINOCO – Exmº Sr. Presidente, Senador José Jorge; Drª Maria das Graças; Srs. Senadores, Srs. Expositores, SRAs e Srs, em reunião realizada no último mês de setembro, na Cidade do Rio de Janeiro, o Fórum de Secretários de Energia discutiu amplamente a questão do gás natural no Brasil, tendo, inclusive, a participação de praticamente todas as autoridades que vão-se manifestar na manhã de hoje.

Gostaria de ler aqui, da Resolução do Fórum do Rio de Janeiro, apenas três dos seus pontos.

É fundamental a melhor interligação de todos os subsistemas de transferência de gás, principalmente da Região Sudeste com o Nordeste, para atender as demandas já existentes, visando dar flexibilidade à transferência entre regiões de volumes excedentes ocasionados pelo consumo interrupto das usinas termelétricas. Nessa linha, destaca-se a importância do Projeto Malhas, sob condução da Petrobras, e a ligação da bacia de Camamu ao sistema Nordeste.

Ponto 3.

Os projetos de encaminhamento das linhas-tronco devem ser planejados em perfeita interface com os Governos estaduais e suas concessionárias de distribuição, visando proporcionar a viabilização de uma malha de distribuição para maximizar o desenvolvimento do mercado secundário e redução dos desequilíbrios econômicos e regionais.

Ponto 4.

As linhas-tronco de gás natural devem ter tratamento de investimento de infra-estrutura do ponto de vista de taxa de retorno, prazo de depreciação e linhas de financiamento especiais e sua viabilização de forma a não gerar aumento tarifário que inviabilize a sua aplicação em novos mercados.

Lerei apenas esses três pontos da chamada Carta do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, por considerá-los os que mais interessam na abordagem que faremos neste momento.

Eu diria que, sem dúvida alguma, a implantação das usinas térmicas cria efetivamente um lastro de tranqüilidade no que diz respeito a alguma dificuldade que venha a ocorrer no sistema de produção da energia hidráulica no nosso País.

Esse colchão de tranqüilidade, efetivamente, se encarado do ponto de vista do Brasil como um todo, não tem nenhum aspecto que não recomende o funcionamento dessas térmicas do ponto de vista da disponibilidade do gás natural. Mas isso apenas se olharmos do ponto de vista do País como um todo, porque se olharmos do ponto de vista regional, podemos constatar que ocorrerão problemas muito sérios.

No caso do Nordeste, temos hoje uma situação de equilíbrio entre a oferta e a demanda do gás natural. Entretanto, esse equilíbrio ocorre apenas neste momento porque as térmicas não estão em operação na sua totalidade. Se tivermos uma necessidade de funcionamento dessas usinas térmicas, teremos sérias dificuldades para os demais setores, especialmente o setor industrial, na nossa região.

Poderemos aqui citar alguns números. Hoje, com as unidades que estão em funcionamento na Região Nordeste, temos um consumo de cerca de 4 milhões e meio m^3/dia. Com as próximas unidades que deverão entrar em funcionamento, praticamente dobra essa necessidade de consumo de gás natural na

Região Nordeste, e não há oferta para atender a essa demanda.

Se hoje tivéssemos, por exemplo, a necessidade de funcionamento de todas as usinas já implantadas e mais da entrada em operação de outras que devem estar prontas nos próximos meses, teríamos um déficit na região de cerca de 5 milhões m^3/dia de gás natural, e esse é um problema muito sério porque efetivamente a produção de energia numa situação dessa passa a ser prioridade absoluta, mas temos que ter a consciência de que isso trará sérias dificuldades para os demais setores.

Quero citar o caso específico do Estado da Bahia.

Perdoem-me citar números detalhados de apenas uma Unidade da Federação. Hoje temos, na Bahia, uma disponibilidade de gás natural de quase 6 milhões de metros cúbicos/dia. Desse total, cerca de 750 mil são utilizados para a produção de energia, sendo que 550 mil metros cúbicos/dia estão sendo utilizados pela Chesf, por uma usina de Camaçari que ainda está em fase de testes. Se essa usina estiver sendo utilizada em sua plenitude e também a usina da TermoBahia, que tem uma necessidade de consumo de 1,2 milhão – a usina da Chesf requereria 1,650 milhão – teremos uma necessidade de consumo total de 3,250 milhões de metros cúbicos/dia, de uma disponibilidade de energia de 6 milhões dia. Isso significa que o setor industrial, que hoje consome cerca de 3,2 milhões, geraria sérias dificuldades para o setor de gás.

Sr. Presidente, cito esses números porque há uma peculiaridade no que diz respeito ao Estado da Bahia, que é o fato de ter um mercado estabelecido que necessita imediatamente consumir mais gás natural. É evidente que nossa atitude hoje não difere daquela do período em que não tinhamos as usinas implantadas. Diariamente rezamos ou oramos para que as chuvas cheguem de forma adequada, porque se houver necessidade de operação das térmicas, inclusive das já instaladas, teremos um sério problema no mercado, com grande impacto negativo.

No caso do Nordeste como um todo e da Bahia em particular, diríamos que a situação é muito diferente daquela das outras regiões, ou pelo menos das regiões Sul e Sudeste – a região Norte também tem problemas de oferta de gás e de distribuição; há oferta, mas o gás não chega aos consumidores.

Então, diria que, do ponto de vista geral, temos tranqüilidade com relação à interligação do sistema Centro-oeste com o Nordeste através da linha tronco de Serra da Mesa e Governador Mangabeira. Entretanto, se houver um problema geral no sistema hídrico, teremos sérias dificuldades. Precisamos buscar soluções imediatamente. Felizmente, se houver agilidade, o problema poderá ser resolvido em dois anos, já que o campo de Camamu está perfeitamente dimensionado e o poço de Manati tem condições de entrar em operação. Claro que todas essas etapas, entre licenciamento ambiental, detalhamento de projetos e construção não apenas da plataforma como também do gasoduto, poderíamos ter um horizonte de dois anos para termos essa oferta adicional de 6 milhões de m^3/dia. Isso para a Bahia, para o Nordeste é fator de vida ou morte. Claro que, a médio e em longo prazo, a solução, diria até definitiva, e que possa implicar não apenas incentivar o mercado por meio de implantação de novas térmicas, como também os outros mercados de gás natural, diz respeito à implantação do gasoduto ligando a rede Sudeste à rede Nordeste, o chamado Gasene, que pelas informações que temos, e o Dr. Djalma poderá confirmar isso aqui, que já vem sendo estudado pela Petrobrás, com horizonte de talvez cinco anos, sete anos, para que esteja em operação.

Devo destacar com toda a ênfase que o Nordeste não pode aguardar este tempo de 5 a 7 anos para ter a disponibilidade do gás natural. Em função desses números, que são muito claros, a nossa necessidade é imediata, e tão imediata que esperamos, e é até contraditório, que não haja necessidade de funcionamento dessas térmicas, inclusive as já instaladas, até que essa disponibilidade de gás natural ocorra no nosso mercado. Pelo contrário, teríamos dificuldades em plantas industrias, como a da usina siderúrgica da Bahia, que usa o gás natural como redutor siderúrgico, o pólo petroquímico sofreria grande impacto pela falta de disponibilidade de gás natural. Então, se há uma mensagem que quero deixar neste momento é a necessidade de implantação desses empreendimentos.

Claro que o projeto malhas, como um todo, deve ser encarado com a máxima urgência. E essa é a posição do Fórum de Secretários muito bem consubstanciado nesse item da resolução aprovada em setembro. É fundamental a melhor interligação de todos os subsistemas de transferência de gás, principalmente o da Região Sudeste com o Nordeste para atender as demandas já existentes, visando a dar flexibilidade a transferência entre regiões de volumes excedentes ocasionados pelo consumo das usinas termoelétricas. Nesta linha, destaca-se a importância do projeto Malhas sob a condução da Petrobrás e a ligação da Bacia de Camamu ao sistema Nordeste.

Este é um posicionamento que reafirmo em nome do Fórum dos Secretários de Energia do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sendo disciplinado no tempo estabelecido por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Exatamente, ainda sobrou 53 segundos. Dar uma de Senador Mão Santa preside e participa.

Vamos a segunda autoridade convidada, Maria das Graças Silva Foster, Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. V. S tem a palavra durante 15 minutos.

A SRA MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom dia. Quero agradecer a oportunidade ao Senador Rodolpho Tourinho, ao Senador Delcídio, ao Senador José Jorge, ao Dr. Eraldo por estar aqui podendo falar para V. Exªs sobre as preocupações do Ministério de Minas e Energia, sobre as ações do Ministério em relação à tomada do crescimento do gás natural no Brasil.

Vou tomar a liberdade de passar alguns **slides**, e queria pedir ao meu colega Rafael que ficássemos no tempo.

Passaremos o primeiro **slide** e lembraremos aqui da nossa indústria de petróleo e gás, uma indústria bastante jovem se tivermos em mente quando inauguramos a perna norte do Gasoduto Bolívia-Brasil, em março de 1999, e depois a perna sul do Gasoduto. Nessa indústria infante, são 4, 5 anos efetivos de gás no Brasil. Uma marca registrada dessa capacidade e o dever do desenvolvimento no mercado se dão exatamente no momento em que fazemos as importações de gás da Bolívia, porque o nosso gás das nossas bacias sedimentares, próximo ao mercado gás associado – e fica muito difícil desenvolver um mercado de gás com gás associado. À medida que estamos praticamente a um passo da auto-suficiência, o nosso volume de gás associado é cada vez maior. Cada vez mais, para sermos produtores de petróleo, precisamos ser bons comercializadores de gás natural no Brasil, o que poderia comprometer a nossa auto-suficiência, fora a importação do nosso gás da Bolívia.

Hoje temos a nossa indústria há 4 ou 5 anos. Temos produtores hoje, principalmente na Petrobras, alguma coisa sendo produzida pela Shell de gás não associado. Nossos produtores na Bolívia, até mesmo com a participação da Hepson, da Petrobras, produtores na Argentina, e somos demandantes desse gás da Bolívia e da Argentina a fim de complementar o nosso energético, para desenvolvimento do nosso mercado. Como importadores, temos a Petrobras, a British Gas, a Sulgas. Temos i a importação de gás para a Térmica de Cuiabá, Transportador Transpetro, TBG, TSB, gás do ocidente para ir para a térmica, como comercializadores os mesmos importadores e, das 25 distribuidoras no Brasil, 18 estão operando.

Dessa forma, por favor, completando aqui o eslaide, hoje o volume de gás que registramos ontem, 31,3 milhões de metros cúbicos/dia, e a nossa vocação, até então, é uma vocação industrial.

Para uma indústria infante neste País do petróleo, dos poucos combustíveis renováveis, a exceção do álcool, temos acumulado um investimento significativo não só em infra-estrutura, como também aquele investimento aportado pelas distribuidoras junto aos seus clientes.

E como fica daqui para a frente? Temos uma bacia sedimentar, da qual 3% está em fase de exploração. Como eu já havia dito, estamos com uma proximidade bastante grande da auto-suficiência, uma relação reserva/produção de 18 anos, que, a partir da Resolução CNPE deste ano, editada pelo Ministério de Minas e Energia, traz para o Ministério de Minas e Energia e para o Governo Federal a responsabilidade da gestão da reserva e da produção no País. São 3% de gás, de bacia sedimentar sendo explorada, e hoje, após a quinta rodada de licitações, temos iguais áreas sendo prospectadas pela Petrobras e pelas outras 42 operadoras no Brasil, o que traduz oportunidades reais para o desenvolvimento da indústria de petróleo e do gás natural.

Reservas recentes que temos hoje, descobertas recentes apontadas principalmente pela Petrobras, no final de 2002, início de 2003, volume significativamente grande de óleos em vários dos setores das nossas bacias sedimentares, mas aqui, tratando especificamente do gás natural, expressiva oportunidade para incremento do desenvolvimento do mercado por intermédio da Bacia de Santos, R$419 bilhões de volume descoberto. Não são reservas ainda incorporadas, porque dependem do desenvolvimento do mercado. Esse é um desafio bastante grande daqueles **players** que atuam no mercado do gás, que não só a Petrobras para o desenvolvimento da produção desse campo.

Como eu já havia dito no início da minha fala, uma marca significativa da nossa indústria crescente do gás natural é a existência do Gasoduto Bolívia–Brasil, um símbolo de desenvolvimento de dois países, da Bolívia e do Brasil.

Hoje, trabalhamos e temos uma idéia absolutamente clara com relação à utilização desse gás e com relação à utilização do mercado, o que é desafio e o que são facilidades. Mas, à época, se nos remeter-

mos à história, temos informações e coleções de meio século, desde o início da oportunidade e da vontade de fazer o gasoduto até a sua efetiva inauguração em março de 2000.

Isso é exatamente uma grande oportunidade. Hoje nos perguntamos o que fazer para aumentar a nossa malha de distribuição. Talvez se tivéssemos feito essa pergunta e se não tivesse vindo resposta a essa pergunta, quando veio uma resposta de que gasoduto é uma resposta para desenvolvimento econômico do País, talvez hoje não estivéssemos sentados aqui, porque não faria o mínimo sentido, não poderíamos ter projetado as nossas térmicas e nem montado a nossa redistribuição se não houvesse havido esta âncora de desenvolvimento.

Com relação à infra-estrutura de gasoduto hoje, temos a Transpetro, uma transportadora da Petrobrás; temos o gás nacional em trânsito; temos a TBG, colocando no mercado uma capacidade de 30 milhões de metros cúbicos; a Argentina, com dois e meio; hoje, temos um grupo de trabalho em final de conclusão para fechamento na Região Sul – uma conclusão da TSB – e o gás boliviano importado para a térmica de Cuiabá, através do Gasoduto lateral.

Fechando esse eslaide: essa é a nossa malha de distribuição ativa atual. A oferta de gás nacional hoje para o mercado totaliza 50 milhões de metros cúbicos de gás e um consumo de 31,3 milhões de metros cúbicos de gás. Temos uma extensão de gasoduto de 8.500 km de gasoduto e uma rede de distribuição de 9 mil quilômetros de gasoduto.

Essa é a nossa estrutura para distribuição de gás no Brasil. A expansão da malha de gasodutos, por todas as razões que foram colocadas aqui, de demanda real não atendida pelo comercializador, pela Petrobrás hoje, temos necessidade de mercados já claramente definidos de expansão dessa malha. Temos a região amazônica hoje que demanda, por questões sociais, por questões elétricas para desenvolvimento de mercado, inclusive, industrial, de gás natural, da monetização dessas reservas de gás. E a interligação da nossa costa brasileira, fazendo a conexão da nossa descoberta da bacia de Santos.

Hoje, a capacidade de atendimento de mercado pelo Gasoduto Bolívia-Brasil, pela descoberta de Santos, a implantação da Bolívia para a termelétrica de Cuiabá e os 2,5 da Argentina, teremos gás por 20 anos para fazer um desenvolvimento de mercado de 138 milhões de metros cúbicos. Hoje, esta é a nossa capacidade. Há a monetização, a utilização para comercialização desse gás de que dispomos hoje já depende de infra-estrutura de transporte.

Essa expansão que mostramos ali significa alguma coisa em torno de 4.500 km de extensão de malha nova de interligação para que pudéssemos sustentar esses 138 milhões de metros cúbicos de gás, comercializá-los e transformar a descoberta da bacia de Santos em reserva.

No próximo eslaide, mostramos também outros objetivos com relação à expansão da nossa malha, que é o gasoduto da unificação. Colocamos esse gasoduto e chamamos da interiorização da infra-estrutura de transporte, a interiorização do gás, a minimização das diferenças regionais por estar levando o gás natural a outras regiões que ainda não têm um mercado definido como não tínhamos o mercado definido à época do Gasoduto Bolívia-Brasil.

Esse é um projeto, como a maioria dos senhores aqui conhecem, elaborado em três fases, que se inicia pelo primeiro trecho no nordeste do Brasil.

É absolutamente necessária a interligação das nossas duas regiões – do Sudeste ao Nordeste – e a monetização de reservas de Camamu também para se somar ao volume necessário para o desenvolvimento no Maranhão e no Piauí.

Bom, rapidamente, nós temos mercado de gás no Brasil? Nós somos um país tropical, aqui não faz frio significativo e o nosso mercado é totalmente diferente do mercado de gás dos Estados Unidos e da União Soviética. Nós temos que nos olhar como um país tropical e olhar para os países tropicais que desenvolveram o seu mercado.

O gasoduto Bolívia-Brasil e a descoberta da Bacia de Santos próxima ao melhor parque de desenvolvimento da Nação. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, toda região Sudeste. Uma atividade industrial já desenvolvida e estabelecida. Ali eu listei algumas principais atividades de metal mecânico, a metalúrgica. Nós temos esse trabalho. Quando eu digo isso, um mercado de gás e o Ministério de Minas e Energia totalmente mapeado, nós temos o PIB ali, de R$900 bilhões, quando o PIB do Brasil é de 1,1. Se o gás natural não der certo ali, é difícil que dê em outro lugar.

Na seqüência, nós temos agora, na Bacia do Solimões; Bacia de Santos; Bacia de Camamu, que não está colocada ali; as descobertas de Camamu. A região Nordeste foi bastante bem colocada aqui pelo Sr. Eraldo, em que ele coloca exatamente a demanda já não atendida da Bahia. Dos 6,2 milhões de metros cúbicos/dia de gás, 3,2 milhões de metros cúbicos de gás da Bahia.

Eu entrei para o gás natural. A minha área é a de exploração e produção. Sou engenheira de perfura-

ção. Sou nova no gás. Estou há seis anos no gás natural. Mas olhamos ali e desde que eu estou no gás e fui para a Petrobras eu vejo a Bahia querendo o gás e chamando por ele.

O meu trabalho na área de petróleo começou há vinte e quatro anos atrás. Então, não é bem novidade essa questão da Bahia, essa demanda projetada não atendida. Pernambuco também. Olhamos ali e vemos agora na região Nordeste. Nós temos reservas. Eu queria pedir ao Rafael para complementar ali. Eu deixei o setor elétrico de lado e puxei ali mais especificamente a Região Amazônica.

Nós temos ali oitenta e seis bilhões de metros cúbicos de reservas totais. Só de provadas são quarenta e sete bilhões de metros cúbicos de gás. Juruá parou já há muito tempo, porque não pode produzir. Urucu qualquer hora dessas, na Bacia do Solimões, também terá que parar. E aí precisamos monetizar aquelas reservas.

(Intervenção fora do microfone.)

Exatamente. A reinjeção de gás tem efeitos deletérios à integridade do reservatório. Se injeta gás até um determinado volume, por um determinado tempo, porque caso contrário começa o comprometimento da matriz que compõe aquela estrutura de hidrocarbonetos de gás.

Nós temos ali reservas disponíveis. Eu peço para você completar, Rafael. E já colocamos ali aquele gasoduto Urucu-Porto Velho; colocamos também projeto da Petrobras e nós, como Governo, apoiamos e cobramos a realização desses empreendimentos: Urucu-Manaus. E um mercado termoelétrico para mil **megawatts**, mais um mercado termoelétrico de quatrocentos **megawatts** na Rodônia. E fora tudo o que significa o desenvolvimento do mercado termoelétrico, nós temos ali a disponibilidade de gás industrial e automotivo. Ou seja, é uma nova Região Amazônica interligada e desenvolvendo o seu mercado industrial e automotivo tão bem, por conta da geração de termoeletricidade e viabilização dos gasodutos.

Na seqüência, nós estamos bastante próximos do final. Nós temos ali a Bacia do Solimões. Urucu-Juruá. Nós podemos ter a monetização daquelas reservas de gás por meio da transformação física e química do gás, seja por compressão, transformação em metanol ou por meio da liquefação, para atendimento do mercado, inclusive do Nordeste, com gás liquefeito nosso, do nosso País para nós. Se liquefaz ali e se leva para Pernambuco, para a Bahia ou para onde for. É uma alternativa mais complicada do ponto de vista de licenciamento ambiental, mas uma alternativa de monetização de reservas.

E a transformação do gás em diesel, transformação e liquefação?

O SR. (Orador não identificado) – Solimões produz petróleo.

A SRA MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Tem ainda a produção de petróleo. É para de produzir se não resolver o problema do gás.

E aí vem dentro da petroquímica. Nós vocacionamos o nosso gás todo para o mercado termoelétrico, mas o grande demandador do gás natural é a petroquímica e são volumes grandes.

Então, nós temos hoje um parque petroquímico que precisa crescer, desenvolver. O mercado nacional e internacional pede os produtos petroquímicos. Nós temos um esforço bastante grande para desenvolver a petroquímica do nosso País. Ali temos o Mato Grosso do Sul como um candidato real a ter um pólo petroquímico.

Agente chega ali olha o trabalho incrível, porque você montar 25 distribuidoras de gás, neste País, é um esforço bastante grande e feito num tempo Record. Ali temos de tudo, temos a Congás, que ele dispõe, hoje, de um volume de onze milhões de metros cúbicos dia de gás, com toda sua história, dos seus parceiros, a vontade de vender gás e dispomos, hoje, também de outras distribuidoras, como por exemplo, o Mato Grosso do Sul, que tem um consumo, a linha com gás é toda não térmica; e no caso do Mato Grosso Sul – a nossa MS-Gás – um consumo de 530 mil metros cúbicos dia, basicamente um consumo de termoeletricidade.

Saindo desse gráfico e volta para o anterior, e seguimos para terminar.

Bom, colocar 100 milhões de metros cúbicos dia de gás, 138 milhões metros cúbicos dia de gás você não pode esquecer a economia que existe hoje. Hoje você tem gasolina, você tem óleo diesel, você tem um perfil, você tem treze refinarias, hoje, que sustentam o negócio dos combustíveis de petróleo; você tem uma oportunidade real e um projeto, hoje, da Petrobrás, principalmente investimento de 6 bilhões, para você sair daqueles 18% de óleo combustível, passar para oito; passar a exportar mais óleo combustível, ou dar um destino químico qualquer a esse gás, e abrir tratar aquela disponibilidade – naquele cor de abóbora do gráfico – para colocar, efetivamente, o gás natural.

Passamos para esse **slide**, onde mostramos que quando uma térmica entra ela puxa gas, e ela resolve um problema econômico que aconteceu aí durante um período, infelizmente, por um problema na técnica de Canoas, da quebra de um transformador nos podermos

estar acima da (inaudível), ou seja, a térmica entrou, puxou deu uma energia de qualidade ao sistema e nós cumprimos a nossa meta com a Bolívia.

Monetização das reservas: Temos a Bacia de Santos com 400 bilhões de metros cúbicos dias, e o mercado ávido pela exportação de gás. Sobre esse ponto temos que prestar muita atenção, ali temos duas plantas, GTL na Malásia e GNL também na Malásia. Um país com grande volume gás, extremamente pobre, exportando muito gás para o Japão, muito rico. Devemos que cuidar muito bem da nossa exportação.

Balanço de gás: olhamos ali para Trinidad e Tobago, por exemplo, um outro exportador de gás muito parecido com Brasil, em termos de temperatura média, um país tropical com o nosso País, um País que tem reservas... Se introduzirmos os 400 milhões de metros cúbicos dia transformarmos volume em reserva efetiva ficamos parecidos ali, muitíssimos parecidos com Trinidad e Tobago. Agora o PIB dele é quarenta vezes menor do que o nosso PIB. Ou seja, a capacidade que temos em descobrirmos gás, porque estamos apenas com 3% da nossa bacia sedimentar sendo explorada, temos um PIB 40 vezes maior do que Trinidad e Tobago, a nossa capacidade de desenvolver gás nacional para o nosso País, de certo é maior do que a capacidade de Trinidad e Tobago.

Malásia tem um PIB algumas vezes, 50 vezes, 60 vezes menor do que o nosso PIB, reservas de três bilhões de metros cúbicos de gás, é natural imaginar a Malásia exportando gás natural.

A Bolívia tem um volume gigantesco de gás, ou pelo menos bastante grande, com um PIB muito pequeno e uma necessidade real.

Mostro isso aí para deixar vocês a seguinte mensagem: Vamos procurar desenvolver o mercado de gás natural no País.

Na seqüência, fechando esse **slide** – nos Estados Unidos –, os Estados Unidos consomem, na média, 1,75% bilhões de metros cúbicos dia de gás. A relação reserva-produção de gás natural daquele país é de 9 anos. E o consumo deles é de 1,75 milhões. Se pegarmos os nossos 741 bilhões de metros cúbicos de gás, aquele gás que está em Santos, e o gás que temos e exportarmos eles consumirão em 422 dias, rápido. Qual o preço de exportação desse gás? Qual o valor que agregamos ao País pela exportação do gás? 422 dias. Em um ano ele queima o nosso gás todo.

Precisamos somar, sem considerar o Gasun de mais 5 mil quilômetros de gasodutos, fora o Gasun. Precisamos discutir a questão do acesso aos dutos, precisamos de investimentos para 5mil quilômetros de gasoduto no nosso País para ontem e quando a Bahia coloca aqui corretamente que o problema dela é para ontem ainda assim terá que esperar porque gasoduto não se constrói para hoje. Você define política para hoje, passa a ter vontade da construção e determinação hoje para atender o mercado daqui para frente, de um ano a dois, se não tivermos questões ambientais a superar.

Precisamos ter uma discussão – e isso está em pauta – as nossas diretrizes e orientações passadas à Agência Nacional de Petróleo há três meses e que concebeu as portarias que foram para audiência pública hoje estão sendo tratadas pela agência, vamos discutir, voltar a rever as posições de mercado, mas precisamos entender que para desenvolver o mercado de gás natural no Brasil precisamos de 5mil quilômetros de dutos e precisamos discutir o arcabouço regulatório que dê conforto ao investidor para acreditar neste mercado de gás no Brasil.

Para terminar, foi publicado no dia 17 de novembro de 2003 a Portaria nº 432 para definição da política de gás natural no Brasil. Esta foi uma exigência do Presidente da República, Presidente Lula e da Ministra Dilma Rousseff, no sentido de que teríamos 120 dias para definir a política de gás natural no Brasil. A Ministra Dilma nomeou a secretária de petróleo e gás e o embaixador, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo para juntos com o mercado definirmos a política, que tem por objetivo o desenvolvimento do mercado de gás.

No último slide nós deveremos estar definindo diretrizes que propiciam o desenvolvimento do mercado de gás natural, ampliando a participação do gás na matriz energética brasileira, de forma aderente aos outros combustíveis que estão hoje no mercado, os renováveis, o etanol, o biodiesel que vai entrar, o diesel, a gasolina. Esta economia existe no Brasil porque para o gás entrar deverá ser com competitivo e deverá deslocar os energéticos que hoje estão em intensidade adequada à sustentabilidade do gás natural.

Diretrizes para formação de preços de gás natural, considerando seus competidores de origem fóssil e renovável. Diretrizes para aproveitamento das reservas de gás natural do Brasil. Vamos falar especificamente da questão da exportação de gás natural, da importação de gás da Bolívia, da Argentina, da importação de gás liquefeito. Diretrizes para aproveitamento das reservas, diretrizes para adequação do marco regulatório da indústria do gás, ou seja, essa portaria que foi colocada em audiência pública tem uma audiência pública, uma série de discussões e volta ade-

rente obviamente à política de gás, com a valoração que o mercado colocou.

Diretrizes para expansão da infra-estrutura de transporte e distribuição de gás, considerando os modais alternativos, GNL, GNC e GTL.

Eu termino por aqui. Muito obrigado e desculpe o atraso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Bom, nós vamos continuar. Posteriormente, eu... Já inscrevi todos três. V. Exªs já estavam inscritos por serem autores do requerimento e agora inscrevo o ex-Governador Raupp.

Eu vou convidar mais dois para ficarem conosco aqui na mesa, mas V. Sª pode permanecer também, porque nós temos mais dois lugares. E depois, então, eu vou dar a palavra a um e outro. Aguarde, que nós vamos, então, renovando cada um. O Dr. José Cesário Cecchi, da ANP, Dr. Djalma Rodrigues de Souza, da Gaspetro. Aparentemente, o Dr. Cesário vai precisar mexer no computador... Já está arrumado? Está arrumado, já? (Pausa)

Então, o Dr. Cesário pode ficar à vontade. O Djalma senta aqui, o Dr. Cesário senta aí. Então, V. Sª tem quinze minutos.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Bom dia a todos. Primeiro, agradecer o convite do Presidente da Mesa da Comissão dos Serviços de Infra-Estrutura, Senador José Jorge, e parabenizar o Senador Delcídio Amaral e o Senador Rodolpho Tourinho pela iniciativa de convocar esta audiência pública. Eu vou abordar um tema que a secretária já teceu alguns comentários no final, mas eu gostaria de contextualizar esse debate, ou seja, o que se encontra em discussão é o modelo de desenvolvimento da indústria de gás natural no Brasil. Se esse modelo vai ser baseado na livre competição, na livre concorrência, no suprimento de gás, ou seja, no setor onde efetivamente pode existir uma certa concorrência, um poder de regulação forte na área de monopólio natural, que é o transporte de gás e a distribuição de gás, que se caracterizam por ser monopólio natural porque o único agente atende de forma ótima à sociedade e existem grandes economias de escala. E a comercialização é livre. Ou seja, essa indústria, essa cadeia de gás natural tem características: elos competitivos, elos caracterizados por monopólio natural. Monopólio natural regula-se. Elos competitivos, concorrência implantada para oferecer um maior benefício ao consumidor final.

Então, o que vou fazer é uma leitura crítica da legislação atual e algumas propostas e mostrando os resultados que a própria – disse a secretária – a ANP seguindo diretrizes do Ministério de Minas e Energia, disponibilizou para consultas públicas as portarias em vigor. Então, o processo de regulamentação do livre acesso: isso vai exigir um pouquinho só – não vou ocupar os 15 minutos; provavelmente o Djalma tem muito mais a falar do que eu – para descrever todos os projetos que a Petrobrás está desenvolvendo:

Verifica-se hoje que a reforma do setor de gás natural realizada no final da década de 90 foi superficial, incompleta. O arcabouço legal é inadequado. Ou seja, a Lei do Petróleo – conhecida como Lei do Petróleo –, como o próprio nome diz, trata o gás natural como um derivado de petróleo, enquanto o gás natural é o principal concorrente dos derivados de petróleo – ele substitui a nafta, substitui o óleo combustível, substitui o óleo **diesel**, substitui a gasolina, substitui o álcool, substitui todos os derivados de petróleo. Ou seja, a mesma empresa incumbente comercializa, tem margens de negociação tanto para derivados líquidos quanto para gás natural. Como ela vai agir estrategicamente com relação a isso é uma pergunta, ou seja, é o modelo que vai ser questionado.

Apesar de direcionar por um modelo macro de abertura, como aconteceu na área de petróleo, ou seja, onde a própria secretária mostrou que 42 empresas novas entraram no mercado de AIP – não fornece os instrumentos necessários para sua implementação. A estrutura regulatória é frágil. Então, por haver um arcabouço legal, pouco consistente na Lei 9.478, que é uma lei voltada para o setor de petróleo, a atuação do regulador depende exclusivamente de negociações e da publicação de portarias. Não há poder de **inforcement**, ou seja, a ANP não tem poder nenhum hoje para implementar o modelo que foi concebido para o setor petróleo.

A Superintendência de Comercialização da agência está complementando o marco regulatório. Então, através de... Já se concluiu o período de consulta pública, ela colocou durante dois meses portarias de livre acesso, critérios tarifários e exceção de capacidade. E são fundamentais essas portarias, porque essas portarias é que vão definir o modelo da indústria de gás natural. Se houver livre acesso, há competição no suprimento. Se cada supridor de gás tiver que criar a sua infra-estrutura de transporte de gás, provavelmente ele vai aguardar momentos mais oportunos para comercializar esse gás.

Critérios tarifários e exceção de capacidade. Excepcionalmente?? **(inaudível)**, inicia-se um projeto de elaboração de uma proposta de projeto de lei para o gás natural, que consolide as sinalizações atuais, dê maior consistência e diminua as incertezas re-

lacionadas ao arcabouço jurídico-institucional do setor de gás natural, ou seja, num projeto de lei. Esse quadro é só para mostrar que cada país tem um tratamento, não existe um modelo único.

A Argentina é um mercado maduro, onde o gás natural representa 46% da sua matriz energética não acessa a infra-estrutura, o acesso é negociado, é acesso livre, regulado pela Enargas, é o ente regulado. As tarifas reflexo do **drive** mostrando as vantagens comparativas entre os mercados consumidores e as fontes produtoras, e a Enargas resolve conflitos.

No Chile, que é um mercado que experimentou altas taxas de crescimento nos últimos anos, livre acesso é negociado a exemplo do Brasil, mas, previamente, existe um concurso aberto, onde é dado a todos os carregadores, ou seja, a todos os produtores acessarem aquele gasoduto comprando capacidade de transporte, e a (inaudível), que é o correspondente à ANP de lá, resolve os conflitos.

Na Espanha, também, um mercado em franca expansão, deverá ser regulado pela CNE, **Comisión Nacional de Energía**, a tarifa é postal porque as dimensões da Espanha não são significativas, ou seja, não é um país de dimensão continental como o Brasil, e a CNE resolve conflitos.

Na França, o regulado, tarifas em função da distância, com o (inaudível) o preço máximo, e o Ministério autoriza acesso, e o regulador resolve conflitos.

Ou seja, cada mercado tem as suas especificidades, e o Brasil vai ter que ser criativo para criar o seu, visando o desenvolvimento do mercado de gás natural de forma saudável, sustentável, internalizando os benefícios ambientais, etc, etc.

Fazendo um paralelo, porque o transporte de gás corresponde à transmissão de energia elétrica e, fisicamente, os dois têm um paralelismo, legalmente, completamente diferentes. No transporte de gás, a autorização, na transmissão de energia elétrica, concessão. No transporte de gás, é livre iniciativa, autorização, quem quiser, vai lá e pede para a ANP, desde que cumpra com os requisitos, tem autorização, na transmissão de energia elétrica, o planejamento é determinativo, a Aneel promove as licitações. No livre acesso, acesso negociado, regulação tarifária indireta, ou seja, só se não chegar num acordo entre as partes da tarifa de transmissão é que recorre à ANP para resolver o conflito, na transmissão de energia elétrica, o acesso é regulado, e a tarifa é regulada pela Aneel em Reais.

Operações no transporte de gás por cada transportador, na transmissão de energia elétrica, operação independente do sistema, a ANS é que determina quem vai passar o que, por que linha de transmissão.

No transporte de gás, o risco de mercado é assumido pelos carregadores, ou seja, compram o (inaudível), assinam o contrato de (inaudível), etc., etc., e assumem, se o mercado não se desenvolver, provavelmente, a conta da Petrobras está negativa em US$1,1 bilhão no mercado de gás natural, na unidade de negócio gás energia.

Na transmissão de energia elétrica, não há risco de mercado, todos os consumidores pagam.

No transporte de gás, a tarifa reflete algum percentual de distância, na transmissão de energia elétrica, esse percentual 80% é postal, e 20% é função da distância, não reflete sinal locacional nenhum, então, uma usina provavelmente localizada no Acre que vende energia para São Paulo, pode-se pagar a mesma tarifa de transmissão que uma usina no centro de carga de São Paulo.

O mercado brasileiro, essa é a discussão, livre acesso x risco de mercado. O mercado brasileiro de gás é incipiente, os riscos de mercado são elevados. A discussão sobre a escolha de um modelo de livre acesso está diretamente relacionado com a forma com que esses riscos de mercado são assumidos, uma vez que são assumidos pelos carregadores, ou seja, produtores de gás. A princípio, existem diversas alternativas, quem assume é o transportador, ausência de contrato de (inaudível) ou PPA, o equivalente ao **PPA** da Térmica (inaudível), serviço vendido em base volumétrica, só paga aquilo que ele, efetivamente movimenta. O interesse do transportador é exclusivamente vender serviços de transporte, supondo estrutura desverticalizada. Os prós é compatível com livre acesso e concorrência no suprimento. Os contras, não financiável, ou seja, não existe no Brasil o transportador independente, que ganhe dinheiro prestando esse tipo de serviço. O produtor assume o risco, carregadores e produtores assumem o risco de mercado, baseados em contratos de longo prazo com cláusula de (inaudível) como transportador, viabiliza investimentos em transporte de gás com interesse em (inaudível) suas reservas. Essa é a finalidade deles. Financiabilidade, grandes empresas asseguram receitas, qualquer uma grande empresa aqui representada está assinando contrato de (inaudível) tem receita suficiente para garantir. Conflito de interesse com relação a acesso, ou seja, o produtor que bancou a infra-estrutura de transporte, provavelmente vai utilizar de todos os mecanismos possíveis para impedir que o seu concorrente, no suprimento de gás, acesse aquela infra-estrutura que o carregador original assu-

miu os riscos. O distribuidor, os bons distribuidores assinam contratos de longo prazo, com cláusulas de (inaudível), compatível com o livre acesso e concorrência no suprimento, só que menos financiável. As distribuidoras encontram um mercado incipiente, etc., não têm suficientemente garantias, para dar aos grandes financiadores.

O consumidor:

A tarifa de gás para os consumidores, com parcela para cobrir todos os custos em investimento e transporte, exige maior regulação do Governo, para determinar quais custos devem ser recuperados. Prós, compatível com o livre acesso e concorrência no suprimento. Contra, o mercado pode não ter escala para absorver todos os custos. O mercado de gás tem um volume movimentado extremamente tímido.

O Governo, utilização de recursos públicos, para financiar investimentos em infra-estrutura, CDE's principalmente, compra antecipada de capacidade para posterior revenda, financiamento a fundo perdido. É compatível o livre acesso e concorrência no mercado, restrições orçamentárias, os contras e as disputas para onde esses recursos vão ser canalizados.

De novo, por favor:

No caso brasileiro existe uma pressão pelo lado da oferta, ou seja, hoje existe uma sobre-oferta de gás e os riscos de mercado são assumidos pelos produtores, que têm interesse em monetizar as suas reservas.

Nesse contexto e considerando a precariedade do arcabouço legal existente, surgiu a discussão sobre modelos de acessos mais ou menos abertos. Então, mais abertos é sem restrições. Todos os dutos novos existentes ou a serem construídos, os transportadores são obrigados a darem livre acesso a carregadores que expeçam ou solicitem esses acessos.

Investimento em transporte não deve antecipar muito o desenvolvimento do mercado, por quê? Porque os produtores apenas compram a capacidade quando estão seguros sobre o mercado, que vão ocupar ou deslocar o energético concorrente.

O maior incentivo é investimentos em exploração e em produção por empresas privadas, proposta na consulta pública de 2002. Mas restrito a período de carência para novos gasodutos e novos mercados.

Há incentivo sobre investimentos em transporte de forma antecipada ao crescimento do mercado. Privilegia o agente dominante, por quê? Porque ele vai prevalecer como agente dominante, porque está mais apto a assumir risco de mercado para manter a sua posição.

Reflete as diretrizes políticas do MMA e portarias atualmente de consulta pública, encerradas no dia 19 de novembro.

Aqui apresento uma breve trajetória da regulamentação do livre acesso no mercado de transporte de gás natural do Brasil. Portaria ANP 169, vigorou de 26 de novembro de 1998 a 19 de abril de 2001. Nesse período, a NP resolveu três conflitos: um, referente à (inaudível), pedia transporte não (inaudível) no gás, todos eles com gás, tendo como objeto o desejo dos novos carregadores; dois, da DG, para atender o mercado de São Paulo, controlado por ela com o gás. Ambos foram resolução de conflitos, ambos mostram uma imaturidade no mercado, no sentido de negociação de tarifa de transporte, a ponto de chegar a um acordo. O gás (inaudível) apresentava uma alta taxa de ociosidade, etc.

A primeira consulta pública, a revisão da Portaria ANP 169, de 7 de fevereiro a 9 de março de 2001. A 98 estabeleceu concurso aberto, acho que na gestão do Senador José Jorge, para atendimento do programa prioritário termoelétrico, e houve uma demanda por nova capacidade de transporte, que somava 67 milhões de m³ por dia. A ANP 254 regulamenta os procedimentos para a resolução de conflitos. Foi publicada a 2 de setembro. A segunda consulta pública, quatro portarias: livre acesso, critérios tarifários, cessão de capacidade e informações.

Bom, a terceira, isso daqui é muito detalhado, podemos ... E audiência pública encerrada em 19 de novembro e vai ter no dia 4 de dezembro no prédio da ANP audiência pública com relação às três portarias, encerradas no dia 19 de novembro.

Portarias em elaboração e que foram disponibilizadas: livre acesso, manutenção da aderência como princípio do art. 58.

Principais mudanças: foram a introdução desses dois novos conceitos, novas instalações de transporte e mercado emergente. Quatro anos. O transportador, para novas instalações de transporte, durante quatro anos o transportador não é obrigado a dar livre acesso a terceiros interessados no serviço de transporte.

E para mercados emergentes o transportador não é obrigado a dar livre acesso durante oito anos.

Restrições:

Proteção a investimentos em infra-estrutura, poderia ser chamado também assim. Benefício ao consumidor final, através de regra que estimula a inserção de novos supridores, que ofertem preços mais competitivos de gás natural. Critério de alocação de

capacidade de transporte, pelo menor preço do gás ofertado.

Critérios tarifários e cessão de capacidade só cabe chamar a atenção na cessão de capacidade, o procedimento é para a cessão de capacidade de um carregador para outro, se for por prazo menor de dois anos pode haver livre negociação. Acima de 2 anos, concurso público para a locação que oferece melhor preço. Nos critérios tarifários, destacar que os critérios tarifários ficarão submetidos aos princípios e objetivos da política energética nacional que, certamente, aumenta a percepção de riscos de investidores, uma vez que a tarifa de transporte pode mudar, conforme a política e os objetivos da política energética nacional. E não uma lei específica para isso.

O SR. (Orador não identificado) – Quem são afetados, quais são os mercados afetados por essas, do jeito que foram apresentadas para consulta pública?

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Sulgás, só tem livre acesso ao mercado do Sulgás pelo gás ball em outubro de 2007. Até lá ninguém mais atende a Sulgás, a não ser a TSB por outro duto, estou falando do gás ball.

SC-gás, Santa Catarina, dezembro de 2007, Compagás, 2007, MS-gás, 2007, gás natural SPS, setembro de 2000 e gás brasiliano, fevereiro de 2010. Todas as outras, o livre acesso já está em vigor.

Se V. Exª me permite continuar...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pode continuar, inclusive, o tempo de V. Sª já encerrou, mas pode continuar.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – O próximo quadro que viria seguir, se referia à aplicabilidade daqueles novos conceitos de novas instalações de transporte que não vou entrar em detalhe.

Como resultado da consulta pública, para finalizar, houve 27 sugestões: IBP,Bgás, Abras, Apine, Fiesp, Sindisal, Sindicato do Sal, 4 empresas de transporte de gás natural, duas pessoas físicas, um governo do estado do Rio de Janeiro, empresa de petróleo ABG, Petrobras, Epsol, Shell, Total, Panamérica e gás brasiliano. Escritório de advogacia, dois consultores, Câmara de Comércio Americana e a Revista Brasil Energia, entre outros.

Comentários: contrários aos prazos de proteção, ou seja, aquelas restrições que fomentariam investimentos em infra-estrutura. Questiona quanto à legalidade da proposta, ou seja, questionamento jurídico. Imposição à reserva de mercado impede a competitividade à livre concorrência. Prejudica o mercado consumidor impedindo acesso ao menor preço, a nova regulamentação constitui um retorno a situação de monopólio, a nova proposta privilegia o papel da empresa incumbente e cria moratória no princípio estabelecido na lei do petróleo que norteou a decisão de investimento na exploração e produção.

Tem os agentes, depois, disponibilizo-os para V. Exªs.

Prazos de proteção para as novas instalações e aos mercados emergentes.

Comentários favoráveis. As novas regras representam avanço com relação a proposta – Petrobrás.

Proteção e redução da percepção de risco e incentivos aos novos investimentos em nova infra-estrutura em áreas não desenvolvidas de gás natural. Parte dos associados do IBP, Secretaria de Energia e Petróleo do Rio de Janeiro, Total, Petrobrás, Epsol, sócias da Petrobrás no empreendimento da TSB, favoráveis aos mecanismos de proteção.

Sugestão de aumento de prazos e de proteção: Transpetro e Epsol.

Empresa favorável à redação proposta na minuta que foi disponibilizada, TBG.

No que se refere ao transporte interruptivo, ou seja, aquele que só paga pelo volume efetivamente movimentado.

Comentários contrários: inibe a otimização da infra-estrutura IBP, Parque dos Associados, Abegás, Abrasf, IBG e Epsol.

Favorece a empresa incubente, estabelece o monopólio de fato Repsol.

Inibe o desenvolvimento do mercado de gás, ABGás, permite que o agente incumbente administre o suprimento de gás no mercado de acordo com os seus interesses: IBP, Parque dos Associados, Abrasf, que representa os grandes consumidores de energia, Centro Brasileiro de Infra-Estrutura e Gás Brasiliano, concessionária do Estado de São Paulo.

Consulta por restrição ao transporte, comentários favoráveis a essa proteção.

Mantém a restrição prevista na redação original e propõe restrição adicional, associada à definição de capacidade ociosa, TBG. Mitiga o risco ao associado e a colocação dos contratos de compra de gás que permitam viabilizar a implantação de infra-estrutura e transporte, IBP, Parque dos Associados.

IBP é sempre Parque dos Associados. Por quê? Porque tem a Petrobrás e seus associados e os outros. Então, uns são favoráveis e outros contra, é sempre o padrão. A empresa é favorável à redação proposta na minuta, a Petrobras e a Gaspetro. Era isso o que tinha a falar. A consulta pública terminou

no dia 19 de novembro e a equipe técnica da superintendência está em processo de análise desses comentários e de elaborar novas versões das portarias que cuidam do critério tarifário, o livre acesso e cessão (inaudível) de capacidade.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos ao José Cesário Cecchi. Vou passar a palavra a Dr. Djalma Rodrigues de Souza, Presidente da Gaspetro, e vou convidar o Dr. Xisto Vieira Filho para tomar posição aqui no lugar do Dr. Cezareo, que, espero, aguarde os debates. Então, o Dr. Djalma tem a palavra por 15 minutos.

O SR. DJALMA RODRIGUES DE SOUZA – Sr. Presidente da Comissão, Senador José Jorge, demais Senadores presentes. É realmente uma satisfação vir falar a respeito de projetos de termoelétricas e gás natural aqui, na Comissão de Infra-Estrutura do Senado, pela importância que estamos colocando, pela primeira vez, esse estudo em termos de infra-estrutura, estudo de gasodutos e a presença das termoelétricas como a importância do complemento da infra-estrutura para o desenvolvimento do país. Então, gostaria de colocar alguns pontos aqui como presidente da Gaspetro, que é a sócia dos empreendimentos na área de gás natural, e como gerente executivo de gás natural da Petrobrás, que é o responsável pelos negócios em que acontecem as participações e envolvimento e desenvolvimento de mercado de gás natural na Petrobrás. Temos hoje um parque instalado quase pronto, como colocou o vice-governador Eraldo Tinoco. Temos duas termoelétricas em Manaus que podem ser convertidas ou substituídas por gás natural, uma termoelétrica em Rondônia, duas termoelétricas no Ceará, uma em fase de negociação de construção já com equipamentos no local, no Rio Grande do Norte, a Termo Azul S.A., temos uma em Pernambuco, três na Bahia, sendo duas com a Petrobrás participando e uma da Chesf, temos três basicamente prontas no Rio de Janeiro, uma em Mato Grosso, uma em Mato Grosso do Sul pronta e uma em fase de conclusão de negociação para ser construída, temos uma em Minas Gerais, uma no Paraná, duas no Rio Grande do Sul e uma terceira em fase de negociação para uma fusão numa térmica só. Estamos falando de um parque já comprado, investimento feito em 22 termoelétricas no Brasil, que representarão, funcionando, basicamente 10% do sistema de geração térmica no Brasil. Hoje, temos uma capacidade de basicamente 70 mil mega instalados, com 8 mil a 9 mil mega na termoelétrica, estamos falando das termoelétricas representando no total em torno de 10% do parque instalado de geração térmica que, devido às vantagens, às facilidades de instalação e de posicionamento das termoelétricas, garantem, dão uma garantia ao sistema hidroelétrico brasileiro, porque as termoelétricas a gás natural não foram idealizadas nem planejadas nem discutidas para serem feitas, para substituir gerações hidroelétricas, mas sim como uma energia complementar para dar segurança ao parque e ao fornecimento de energia no Brasil. Isso também nos dá um consumo médio instalado de 40 milhões de metros cúbicos de gás por dia para suprimento dessas termoelétricas. Devido à diversidade da localização dessas térmicas, temos com certeza pólos alavancadores de gasodutos, que permitirão levar o gás natural a diversos pontos do Brasil, permitindo uma descentralização maior desse desenvolvimento, porque, se observarmos, o Brasil tem toda a sua infra-estrutura desenvolvida à beira-mar. Temos basicamente 90% do PIB brasileiro a menos de 200km da costa, o que gera uma dificuldade e uma concentração muito grande de pessoas e de pobreza ao longo da costa brasileira. Então, gasodutos são o marco fundamental da interiorização do desenvolvimento do país hoje. Isso tem de ser encarado pelo governo, pelo Congresso, o gasoduto tem de ser encarado como infra-estrutura para levar desenvolvimento, para permitir que tenhamos um deslocamento da área produtiva da costa brasileira.

Quando isso foi discutido... Temos hoje em torno de 8.500km de gasoduto, de transporte instalado no Brasil, dos quais mais de 2.000km do gasoduto podem vir via Brasil, que tirou uma linha reta do interior, lá de Corumbá, foi até a beira-mar de São Paulo e daí seguiu a beira-mar. Como todo o investimento brasileiro temos, fora isso, o nordestão hoje, que é um gasoduto que vai da Bahia ao Ceará, Pecem – no Ceará –, a 50km de Fortaleza, que também tem sua capacidade já praticamente, totalmente preenchida, sem nenhuma condição de aventar a oferta.

Temos hoje um gasoduto Rio-Belo Horizonte, que também está com a sua capacidade totalmente tomada, sem nenhuma condição de melhorar a oferta a Minas Gerais. Temos alguns outros gasodutos pequenos no Rio Grande do Sul, vai até Uruguaiana; temos em Mato Grosso, que vai da fronteira do Brasil com Mato Grosso do Sul até Cuiabá; e temos uma necessidade grande de investimentos nessa área, para poder colocar o gás natural como fator primordial de desenvolvimento para atender àquilo que foi um projeto de governo, um projeto de País, para participação das matrizes energéticas brasileiras, para finalidade de garantir e criar um novo insumo no mercado

de produção, não só para a queima da termelétrica, mas sim para as indústrias e também para matéria-prima.

Há alguns projetos em estudo de criação do Pólo de Gás Químico, no Mato Grosso do Sul, também em algumas indústrias do Rio Grande do Sul, e o Nordeste tem hoje uma necessidade fundamental de gás natural, tanto para atendimento ao crescimento dos pólos lá existentes, que utilizam gás químico, gás natural, como para instalações de novas unidades fabris que com esse produto serão beneficiados.

Como a secretária já falou aqui, se compararmos com alguns países, o consumo de gás natural é basicamente inexistente no Brasil. Temos uma população de mais de 150 milhões de habitantes, com consumo de 30 milhões de metros cúbicos de gás, e temos os Estados Unidos, que é um ponto fora da curva, que consome 1 bilhão e 700 metros cúbicos de gás por dia, mas a Argentina consome acima de 100 milhões e quaisquer países: Itália, França, têm um consumo bem maior que o Brasil, mesmo desconsiderando as dimensões, mesmo descontando o frio, se lá faz frio aqui faz calor, são os dois componentes que permite a utilização do gás natural.

Então, é fundamental isso aí. Por que estamos falando tudo isso? Porque as Portarias que estão sendo colocadas vão regulamentar a utilização do transporte de gás natural. Temos que analisar. É como se fala sempre: temos que olhar o passado para planejar o futuro. Não se pode colocar aqui o que já acontece na Itália, na França, na Inglaterra e em alguns países que primeiro criaram a sua infra-estrutura para depois colocar isso à disposição de toda a população, de toda a classe empresarial para que aqui fosse desenvolvido.

Por exemplo, na Itália, em alguns gasodutos de Veneza tem mais de 120 anos de uso, são os mesmos gasodutos e estão com 120 anos com uma estrutura instalada. A Petrobrs só tem 50 anos, a indústria de gás natural no Brasil só está sendo levada a sério como produto de retorno a partir do ano de 98, 99, com a conclusão do gasoduto Bolívia/Brasil, até essa data não se tinha garantia de suprimento. Então só se pode oferecer um produto como gás natural, por exemplo, que não pode faltar, quando se tem a garantia se suprimento, e para isso também que é fundamental o investimento infra-estrutura em transporte natural.

Ninguém faz investimento em infra-estrutura de transporte de gás natural se não tiver a garantia de que terá como pagar esse investimento, porque senão – como dizia um economista famoso – não se pode punir quem inova, quem investe, porque se é feito um investimento num gasoduto para transportar o seu produto, para colocar no mercado, e tem certeza de que outro vai entrar, só se faz no limite de sua capacidade hoje. Isso não é viável para nenhum empreendimento desse porte.

Não estou aqui contestando o fato de ter livre acesso ou não.Estou dizendo que temos que ter cuidado com a capacidade de (inaudível). Quando foi construído o Gasbol, participei aqui e o Ministro Tourinho também na época participou junto, não foi negada participação no projeto do Gasbol a nenhuma empresa que é sócia hoje do gasoduto. Mas nenhuma quis comprar capacidade, quis dar garantia de contrato de transporte para esse gás que veio da Bolívia. Só a Petrobras fez o contrato de 30 milhões de metros cúbicos de gás por dia, dando esse contrato como garantia para financiar e construir esse gasoduto.

Então, hoje fica difícil dizer que vai abrir o Gasbol, vai entrar um contrato, onde eu não coloquei os 30 milhões que compramos – estou colocando eu como Petrobrás. Só foram colocados os 30 milhões de compromisso de compra. Porque, na época – o Gasbol é uma empresa que tem alguns sócios privados – época não houve interesse em dar contrato como garantia de transporte.

Como o Gasene, está aí para ser construído, o Gasoduto Sudeste-Nordeste, um empreendimento que deve chegar aos 2 bilhões de dólares de investimentos, não apareceu interessado até agora em ser sócio colocando dinheiro num gasoduto Sudeste-Nordeste. Até agora nenhum potencial produtor ou proprietário de gás natural apareceu interessado em se associar e colocar dinheiro na construção do gasoduto Sudeste-Nordeste.

Depois da obra pronta, dá-se um direito de produção, onde eu não coloquei o meu produto no mercado, porque o livre acesso não pode ser negado se não tem oferta para quem é proprietário do gasoduto, isso em qualquer país do mundo. O livre acesso não pode ser negado se há uma necessidade. Por exemplo, se tivesse um gasoduto hoje no Nordeste e não tivesse a capacidade preenchida e não tivesse gás para transportar para o Dr. Eraldo consumir na Bahia seria uma aberração eu negar o acesso ao gasoduto para outros que tivessem o gás e pudessem transportar.

Então, tem que se verificar a análise como um todo, porque, se não houver uma garantia do retorno do investimento, não se faz investimento em infra-estrutura, porque, comprovadamente, infra-estrutura não é para dar retorno, mas para gerar desenvolvi-

mento. Infra-estrutura não pode ser atividade comercial. Tem que ser uma atividade para gerar desenvolvimento.

Esse desenvolvimento é para colocar o meu produto no mercado, o petróleo produzido hoje o seu transporte até à refinaria está no custo do produto, não está no transporte até à refinaria.

Quando se discute gasoduto tem que ser observar bem, quando é que vou poder ter no Brasil o gasoduto com livre acesso. Isso será possível quando tiver o mercado maduro, consolidado. Hoje, temos 30 milhões de metros cúbicos de gás por dia colocado no mercado, temos 25 distribuidoras – só somos sócios de 20 – e temos que criar esse mercado, amadurecê-lo para termos acesso de qualquer produto, caso contrário não se constrói gasoduto.

As empresas têm que observar como é que vão pagar esses investimentos. Não se paga com a tarifa de transporte. Algumas pessoas que defendem isso sabem muito bem que investimento em gasoduto não se paga com tarifa de transporte, porque se pagasse estaríamos cheios de gasodutos no Brasil.

Temos necessidade de experimentar, a longuíssimo prazo, algo em torno de 15 a 16 mil quilômetros de gasodutos no Brasil. Isso era pouco, porque se chegar na Itália, por exemplo, tem algo em torno de 30 mil quilômetros de gasoduto. O Brasil uma necessidade de investimento de chegar em torno de 15 mil quilômetros de gasodutos. Você não vê nenhum projeto de gasoduto, fora esse da Petrobras.

Vemos muitas discussões em torno de livre acesso aos gasodutos construídos. Pasmem, tem gente pedindo livre acesso para gasodutos que ainda vão ser construídos. Então, isso pode viabilizar em termos de atividades que se fazem tão necessárias para a atividade de gás natural.

Temos que ter uma discussão muito centrada de como vamos desenvolver esse gás natural e garantir o desenvolvimento deste País com um sistema elétrico seguro, porque isso as termoelétricas, com certeza, podem nos garantir. Com as suas localizações em pontos estratégicos, com a garantia de funcionamento, não quando o sistema hidrelétrico ficar crítico, mas quando houver um certo risco, que esse grau, com certeza, o BNDES e a Eletrobrás sabem dimensionar. Aí sim, teremos capacidade de colocar o gás natural como uma garantia de fornecimento de participação energética no cenário nacional, no país. Agora se não cuidarmos de gasodutos, se a gente punir quem investir, vai ser difícil consolidar essa malha. Agora, assim, depois que a malha é consolidada, o mercado criado, porque não existe mercado de gás natural, como digo sempre, não existe mercado para estradas. Você faz uma estrada e não passava nenhum carro, então não existe mercado para gás natural, o mercado tem que ser criado, e não mercado de ... mercado de crescimento. Não temos que levar o gás natural para substituir o óleo diesel, gasolina, energia elétrica, temos que levar o gás natural para criar uma nova fonte de crescimento. E aí se não tivermos condições de investir nisso aí, nessa infra-estrutura primordial para o novo passo de desenvolvimento do país que é o gasoduto de gás natural, se não tivermos essa garantia, fatalmente vamos ter alguns percalços no que se planeja, no que o país precisa para um novo horizonte de desenvolvimento. Então gostaria só de colocar essas palavras, Senador, agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Gostaria de agradecer a V. Exª porque falou exatamente no seu tempo. Zero agora.

Vamos passar ao próximo orador, próximo convidado, o Dr. Xisto Vieira Filho, Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios e Planejamentos da Abraget e solicitar ao Dr. João Carlos De Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo que substitua o Djalma no lugar em que ocupou. Então, Dr. Xisto, V. Sª tem a palavra por 15 minutos.

O SR. XISTO VIEIRA FILHO – Obrigado, Senador. As apresentações estarão à disposição de todos os senhores, vamos falar uma vez que está com esse problema aqui... Exatamente. Bom, tudo bem, o principal ponto aqui...

O SR. (Orador não identificado) – Uma questão de ordem. Se estão instalando um novo projetor, sugeriria outros oradores que já foram convidados tiveram uma exposição verbal, porque a palavra que o Dr. Xisto vai apresentar é uma palestra em que a questão gráfica é importantíssima até pelo que ele vai mostrar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos ver aqui. Temos três que não falaram ainda: Dr. Xisto, Dr. João Carlos de Luca e Dr. Romero. Algum dos três não precisa de projeção?

(Fora do microfone)

Dr. Xisto, Dr. João Carlos e Dr. Romero vão precisar. Todos três vão precisar, então a sugestão de V. Exª, infelizmente... a não ser que V. Exª ache que a dele talvez precise mais...

O SR. (Orador não identificado) – A apresentação do Dr. Xisto é fundamental para que as pessoas visualizem claramente a questão da geração de energia.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Então vamos passar a palavra ao Dr. João Carlos de Luca.

O SR. JOÃO CARLOS DE LUCA – Eu também preciso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Dr. Romero dá para ser a sua?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só quero fazer o registro de que tem muito pernambucano nessa mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É verdade, mas tem baiano também. Vamos pedir ao Dr. Romero para fazer a apresentação e depois voltaremos quando este projetor estiver pronto.

Então, o Dr. Romero tem 15 minutos. S. Sª é Presidente da Distribuidora de Gás de Pernambuco e Presidente da Abegás.

O SR. ROMERO DE OLIVEIRA E SILVA – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador José Jorge, agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui presente e destacar a minha grande satisfação pessoal e de todo o grupo da Abegás que aqui represento por este momento que é significativo a todos os que trabalham em defesa do gás natural. Este momento dá seqüência às conquistas do passado e serve de plataforma aos avanços do futuro. Fico confortado, porque aqui estou rodeado por um seleto grupo de pessoas que já dedicaram e ainda dedicam muito tempo do seu dia-a-dia pelo progresso e desenvolvimento o gás. Exaltar o desenvolvimento de uma grande maioria, exaltar o desconhecimento de uma grande maioria das pessoas formadoras de opinião sobre o gás natural e as suas principais questões, que reforça a importância desse encontro, para a formulação de uma ação mais adequada para a sua difusão.

Gostaria também de enfatizar a importância que devemos dar para a identidade própria do gás natural. Gosto de citar, como exemplo, algumas criações do passado, quando havia um verdadeiro arranjo para acomodar o gás natural nas siglas de algumas instituições, tais como se observa na ANP, ONIP, IBP (inaudível), onde o gás é mudo nas suas siglas. E aí a gente precisa dar um maior corpo para que o gás possa ocupar o seu devido espaço.

O gás já tem história suficiente para usá-la na difusão de sua própria identidade e, assim, tocar os brios dos nossos colaboradores. Para tanto, precisaríamos robustecer os mecanismos que valorizem ainda mais as publicações do setor, onde sempre nos deparamos com produtos interessantes, como posso citar a tecnologia para o desenvolvimento do mercado, do gás natural coordenado pela rede de gás, o gás em Pernambuco, coordenado pela Copergás. E, mais recentemente, uma publicação sobre o mercado de gás na indústria química no setor hospitalar do Brasil.

Por isso mesmo não precisamos economizar elogios, primeiramente, ao Senador José Jorge, como presidente desta comissão e entusiasta do gás. E ainda, na seqüência, também agradecer ao Delcídio e ao Tourinho pelas constantes defesas em plenário, onde poderia me arriscar a dizer que, juntos, eles dão início à bancada do gás natural no Senado Federal.

Isso colocado, antes mesmo de fazer a apresentação, que, no caso, se ela entrar, a gente ainda pega carona nela, gostaria de chamar a atenção para alguns pontos. E aqui, no decorrer das apresentações anteriores, a gente vê bem ressaltados esses pontos, que vão servir de reflexão para as discussões que virão a seguir. O que a gente percebe, nitidamente, é que existe uma malha de transporte para o gás natural que é insuficiente. Porque é importantíssimo que a gente possa, em conjunto, influenciar o Congresso e o Governo Federal para que se garanta a utilização da Cide na ampliação da malha de gasodutos, como foram construídas no passado as linhas de transmissão para o setor elétrico. E influenciar, junto ao governo e à Petrobrás, para que sejam afastados de uma vez por todas o fantasma da falta do gás natural, que sempre ronda. E a gente viu um exemplo claro aqui com relação à área do Nordeste, onde esse conflito de oferta e demanda prejudica demais a evolução e a aplicação do gás natural. Não existe como você dar segurança ao empresariado se ele está ainda com o fantasma de ter ou não ter o gás natural. Como distribuidora que está na ponta, a gente percebe isso nitidamente. Quando eu me relaciono com os empresários que chegam para poder fazer a implantação de sua indústria, e a gente vai conversar, e ele sente que existe no ar uma questão não resolvida sobre a oferta do gás, isso vai afastá-lo e ele não tem espaço para poder progredir.

E acho, e aí vejo, e aos cinco anos que já estamos à frente da Copergás, se não houver um planejamento integrado do setor elétrico, do setor do gás, isso tem que ser coordenado no sentido de ter um planejamento que permita esse entrosamento dos demais energéticos, porque, se não, você vai ter sempre sustos, vamos conviver com sustos, por uma falta de energia elétrica, aí vai o gás socorrer. Como é que o gás, numa condição dessa, pode socorrer um sistema como o setor elétrico, que já está com cinqüenta anos de implantado?

(*Intervenção fora do microfone. Interrupção para correção de problema técnico.*)

A tecnologia também tem esse problema. Ajuda quando funciona, quando não funciona, ela causa algumas dificuldades, que, às vezes, são mais difíceis de corrigir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Aproveito, agora, este intervalo para colocar em votação dois requerimentos de audiência pública que ainda teremos.

Enquanto se faz as correções, temos estes dois requerimentos de audiência pública – um de autoria do nobre Senador Rodolpho Tourinho que passo a ler:

"Nos termos do art. 93, Item 2, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir a regulamentação do Programa Luz Para Todos, estabelecido pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, com a nova redação dada ao §3º, do art. 14, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Para tanto, sugiro Convite ao Diretor do Departamento Nacional de Política Energética do Ministério de Minas e Energia, Sr. João Nunes Ramis, ao Diretor da Aneel, Dr. José Mário Miranda Adbo, ao Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, Dr. Luiz Carlos Guimarães e o Presidente do Fórum de Secretários de Estado para Assuntos de Energia, Dr. Eraldo Tinoco que estará aqui novamente."

Em votação o Requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento é de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella, que passo a ler:

"Considerando que ainda está em fase de negociações a proclamada fusão da Varig e da Tam e considerando que, no âmbito do Senado e da mídia, tem, predominantemente, tratado da matéria sob o enfoque econômico, com algumas referências à futura personalidade da empresa resultante da fusão, requeiro, com fundamento no art. 90, Itens 5 e 104 do Regimento Interno, que seja convidado o Presidente do Instituto Aerus de Seguridade Social, o Comandante Odilon Junqueira, Presidente da Associação dos Pilotos da Varig, Comandante Marcio Marsillac, o Sr. Mizael Vaes, ex-Presidente da Associação Brasileira do Fundo de Previdência Privada, Dr. Leonel de Castro, especialista em fundo de pensão, para prestarem esclarecimentos quanto a expectativa de proposta já apresentada pelos negociadores da fusão, sob os atuais empregados de ambas as empresas, bem como quanto ao Plano de recuperação da Varig, elaborado, juntamente com a Associação dos Pilotos, Comissários e Mecânicos da empresa.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passo a palavra, agora, ao nobre Senador Romero, já com a sua apresentação.

O SR. ROMERO DE OLIVEIRA E SILVA – Dando continuidade, e, agora, de posse dos slides, eu retomo, fazendo, já, uma apresentação no sentido de caracterizar quais a distribuidoras que, hoje, já estão espalhadas – a Sra Graça, inclusive, fez alusão a isto – e, diga-se de passagem, o Amapá que, agora, foi criado mas que, ainda, não está na Associação mas é mais uma distribuidora dentro do conjunto.

Mas, reforçando, basicamente, os aspectos aqui – para que pensemos na evolução da indústria do gás no País, nós, basicamente, vamos nos apoiar na falta do sistema de transporte, na questão da demanda – a relação oferta e a demanda – e uma que ainda não foi tocada aqui que é a questão de preço. Nós vamos avançar nas complementações. Não existe como nós avançarmos com esse energético – pegarmos um espaço já constituído com os outros energéticos e nós vamos ter que deslocar os outros energéticos se não tiver preço competitivo para ele.

Com relação ao sistema de transportes que já foi colocado aqui – o que temos, hoje, de extensão são 5 mil quilômetros – a Sra Graça colocou a questão de mais 5 mil que nós iremos ver no Gás-I e, mesmo assim, nós precisaríamos de mais alguma coisa e nós vamos observar que o que nós temos, quando comparado com outros países, é uma coisa insignificante. Então, você tem uma Bolívia com 3,5, o Brasil com 5,1, a Argentina com 13, os Estados Unidos com 48 mil. Esses números, então, mostram o quanto estamos dentro, ainda, daquela indústria infante (Fora do microfone – inaudível) – como já foi colocado aqui na mesa.

Pode avançar.

Com relação ao sistema de distribuição – e não adianta nada – esta é a nossa visão – se ter um sistema de transporte ou até investir num sistema de transporte se não tiver um sistema de distribuição.

Portanto, em termos de sistema de distribuição, quando você compara os números – aí, novamente, você vai ver que o nosso número de rede de distribuição é muito insignificante. Como se trata de uma indústria – como foi abordado aqui pelo Djalma que, a partir de 1998, toma um corpo maior – eu diria que este

momento aqui é singular, porque há um desconhecimento de causa com relação ao produto, e agora temos um espaço, com relação ao Senado Federal. E depois de amanhã, novamente, estaremos fazendo algumas colocações em outra Comissão da Câmara dos Deputados. Começa-se a dar um desenvolvimento, um conhecimento. E, logicamente, com isso, começam a surgir novas forças que vão agregar valor ao próprio produto de desenvolvimento do produto.

Em termos de reservas provadas, já podemos ir avançando, mas a mudança é significativa em razão da descoberta da reserva de Santos. Após essa descoberta de Santos, o que o Rio de Janeiro representava ficou numa condição representando apenas um pedaço dessa "pizza". Imaginem o que há ainda de descoberta para acontecer. E há essa descoberta – antes, não se tinha o conhecimento –, agora, mas entre esse novo conhecimento e a chegada desse gás ao consumidor final, passa-se por todo o desenvolvimento do transporte e da distribuição.

Perspectivas de ampliação – aqui está o sistema em que já foram colocadas malhas. Basicamente, tem-se, para cada região, um investimento associado. E, como o Djalma disse, não existe como se fazer, se não houver projetos com a iniciativa tipo malhas.

O único cuidado que devemos ter – e aqui está a nossa preocupação com relação ao custo final – é que, se não houver competitividade, e esse custo for transferido, mais uma vez, vamos engarrafar lá na ponta, porque se não houver preço competitivo na distribuição, vamos correr o risco de fazer um projeto belíssimo e ele engarrafar na hora de distribuir para o consumidor final.

Essa também é outra que faz parte de um conjunto para se ter aquele avanço significativo. Quando olhamos, vê-se que todas as regiões estão premiadas com expansões em termos de transporte. E o sistema de distribuição vai caber às distribuidoras, naturalmente, pelo próprio sistema que hoje está estabelecido, o papel de fazer os investimentos para poder escoar toda essa produção que possa vir a ganhar corpo por esse transporte que venha a ser implantado.

O Gasun é um outro projeto que já foi bem colocado aqui. Observando-se a experiência vivida no País em termos de integração de sistema, percebe-se que, enquanto o setor elétrico levou 50 anos para entender que precisaria unir as suas bacias, esse aqui é um reforço que se dá em tempo para poder se unirem-se as reservas e, com isso, integrar o País de norte a sul. Então, esse projeto passa a ser fundamental, porque ele faz um fechamento da malha e integra, inclusive, com a Bolívia; com a parte de São Paulo com Santos; com Urucum, mais à frente, e não se pode também desperdiçar o que está previsto em termos de o projeto para regaseificação, porque na hora em que se tem uma reserva e poderá haver plantas de liquefação no País, também serão necessários projetos de regaseificação do gás natural.

Com relação à evolução de consumo, sentimos, quando analisados de 2000 para cá, que existe uma rampa de crescimento, que poderá ter inclinações diferenciadas, se tiver como drenar. E aí precisam ser criadas condições. E são essas condições que estamos criando, porque todos que estão aqui estão dentro de um mesmo ambiente, que é favorável: todo mundo está querendo colocar a sua contribuição. E devemos aproveitar esse movimento, porque aqui não há nenhuma facção contrária a isso. Para poder se somar a esses valores e podermos ordenar as nossas direções, vai ser necessária uma coordenação maior. E advogo que deve-se pensar sobre isso para se buscar como fazer esse exercício.

Evolução de consumo da geração termelétrica. Aqui, percebemos o quanto ele é instável: há aqui uma sazonalidade muito grande, não há aquela perenização em termos de crescimento. Então, é um sobressalto. Eu diria até que, do ponto de vista das distribuidoras, a âncora da térmica é muito importante. Agora, tem aspectos muito mais importantes que estabilizam o mercado de gás no País, que seria a própria co-geração, a geração distribuída, que aí permitiria, sim, de fato, distribuir e potencializar a capacidade das distribuidoras e, conseqüentemente, ter um avanço com relação à aplicação do produto.

As ações de incentivo que a associação entende como contribuição para colocar aqui, na mesa, seria, para poder se buscar o incentivo do gás natural para geração termelétrica, tem-se que buscar o desenvolvimento dos mercados interruptivos. Na hora em que se tiver um processo de sazonalidade com relação à aplicação e ao uso do produto para geração termelétrica, vai-se ter um período de ociosidade em função das próprias bacias.

Reformulação da política tributária na cadeia. Isso já temos, diria assim, com a contribuição dada ao Ministério, que, hoje, já colocou como uma política maior, até cobrada pelo próprio Presidente da República dentro dos próximos cento e vinte e dias e a contribuição que a Abegás poderia fazer – essa já está na mão do Ministério –, agilizar financiamentos junto ao BNDES – isso é a desburocratização, porque as distribuidoras precisarão fazer uso dessa linha de crédito e é importantíssimo e precisa ter uma ação de Go-

verno, uma ação estruturada para poder buscar a evolução sobre esse assunto.

O aperfeiçoamento do macrorregulatório, que também foi muito bem abordado pelo Cesário, e essas integrações ANP, Ministério, Associação, Congresso, congregando todos esses valores.

Não tenho dúvida de que vamos conseguir, em tempo rápido, chegar a uma condição mais adequada à aplicação do gás.

E aqui, reforçando a CDE e CIB, insisto nessas condições, porque se existe isso aqui e já está destinado, é preciso arregimentar forças que possam tornar, de fato, o que está escrito lá. O que está escrito lá já dá destinação para o gás, e não poderemos, a exemplo do que foi apresentado pelo Djalma, ficar refém da Petrobras para poder o desenvolvimento desse projeto ocorrer.

Podemos ter, com essas linhas, uma participação de Governo que possa estruturar essa rede de forma mais adequada.

Redução de percentuais de **take or pay** e **ship or pay** são questões que temos que trabalhar para poder buscar a competitividade do produto.

Revisão de critério de preço de comoditties do transporte também está integrada à questão da política de preço do produto. Pode avançar.

Em termos de situações vantajosas para a co-geração, que não deixa de estar dentro da linha da geração, co-geração, geração termelétrica, não deixa de ser uma geração termelétrica, só que busca uma eficientização que é preciso estar cada vez mais alinhado.

Estamos vivendo um processo de modernização, um mundo muito mais moderno e exigente sob o aspecto de meio ambiente, em que a co-geração tem um fator crucial, em que se estaria fazendo o uso racional de energia. Enquanto o setor elétrico levou um tempo para poder chegar à aplicação mais racional do uso da energia elétrica, já se estaria, desde já, com a aplicação muito mais acertada para o uso do gás, e a co-geração se presta muito bem para isso. Teria, com isso, a oportunidade de venda da energia elétrica de forma distribuída e se poderia estar buscando os degraus, pois se tem dificuldade da energia elétrica, em que se tem um horário de pico e outras questões que poderiam ser trabalhadas muito bem e, com isso, melhorar até o próprio funcionamento do setor elétrico.

A mitigação de vulnerabilidade do sistema com base na multiplicidade de fontes e suprimento, geração de emergência, pico cheio e geração contínua. Tudo isso seriam situações em que se torna vantajosa a aplicação da co-geração.

Participação da co-geração, só para termos uma idéia de que não poderíamos estar sonhando e já existe uma realidade palpável, quando se observa, como os outros países estão estruturados para a co-geração. Observa-se que a nossa participação, hoje, que tende para zero, estaria com chances de chegar a estágios como a Dinamarca, hoje, que já está em torno de 40%.

Basicamente essas eram as considerações a ser feitas pela Abegás, que procura, com esse material, estar congregando valores para que, em conjunto, aqui possa se buscar uma melhor penetração do gás natural em nível nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo orador, já com o stand funcionando, é o Dr. Xisto, Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios da Abraget, e pediria ao Dr. João Carlos de Luca, Presidente do IBP, que tomasse o lugar de Romero.

O senhor dispõe de quinze minutos.

O SR. XISTO VIEIRA SILVA – Obrigado, Sr. Presidente, Senadores presentes aqui, o Senador Delcídio Amaral, Senador Rodolpho Tourinho, parabéns pela iniciativa dessa importante reunião no Senado. Gostaria de mostrar o objetivo dessa apresentação. Existem dois objetivos de fato: primeiro é mostrar a importância da geração térmica no sistema elétrico brasileiro e, evidentemente, mostrar como isso tem de se encaixar com a parte da infra-estrutura do gás natural.

Essa primeira parte é interessante porque, aparentemente, alguém pode duvidar que alguém tenha dúvida sobre isso. Muita gente tem dúvida. Um racionamento não foi suficiente para que o pessoal entendesse claramente a situação. Para o racionamento de 2001, foram dadas diversas razões. Podem dar 200 ou 300 razões. Mas a razão principal é que o nosso sistema é hidroelétrico, quase 90% de hidroeletricidade, o combustível é a água, e o remédio é térmica. Como não havia nem água nem térmica, realmente não foi possível suprir a demanda.

O seguinte, por favor. O Senador Rodolpho Tourinho e o Senador Delcídio Amaral, que eram da Petrobras e do Ministério respectivamente, deram início a esse PPT, que era uma das coisas mais importantes que existia no setor elétrico. Hoje vemos que, com essas térmicas materializadas graças à Petrobras, há apenas 5,5% dessa geração de gás natural e quase 85% de hidroelétricas.

O problema da necessidade da geração térmica no Brasil é fundamental para dar confiabilidade enérgica e elétrica. Confiabilidade energética significa que esse sistema é complementar. E segurança enérgica significa que, quando não há combustível ou água, devem-se usar as térmicas. Pode surgir a pergunta: "Por que também não posso dar essa complementaridade com hidroelétrica"? Poder, pode. Mas tem-se que escolher hidroelétrica em bacias de regime hidrológico distinto – isso está, mais ou menos, esgotado – e se precisa de transmissão robusta. Atualmente, fica bem mais caro se fazer essa complementaridade por meio de hidroelétricas. Assim, a térmica é a segurança energética natural do sistema.

Próxima: este desenho mostra de forma irrefutável o que estamos dizendo. Podemos ver que, desde a década de 70 até agora, a capacidade de armazenamento dos nossos reservatórios teve uma redução drástica. Por quê? V. Exªs podem observar que as hidroelétricas mais recentemente construídas são praticamente a fio d'água. Elas não são usinas de reservatório. Torna-se cada vez mais caro, difícil e complexo fazermos usinas com grandes reservatórios principalmente por questões ambientais, sem dúvida alguma.

Apenas para corroborar o que estamos falando, todos diziam que há um sistema plurianual de armazenamento. E o nosso reservatório plurianual é Furnas. Esse é o gráfico real do comportamento do reservatório de Furnas. Podemos ver que esse reservatório de Furnas, que era o nosso plurianual, passa do máximo para praticamente o mínimo em um ano. Então, ele não é mais plurianual, é um reservatório anual. Isso mostra, de forma clara, que temos terminado com essa capacidade de armazenamento cada vez mais.

Então, como mencionamos, foi concebido o PPT, cujo cronograma final era cerca de 11.500 **megawatts**. Hoje até 2004, temos apenas 6.870 **megawatts**. Não temos a menor dúvida de que temos uma deficiência de geração térmica e de que, com esse montante de geração térmica, se tivermos outro período hidrológico crítico, teremos outro racionamento. É simples! Não há mistério.

Aí vem a pergunta extremamente importante: qual é o montante de geração térmica que vocês da Abraget consideram adequado? Pensamos muito sobre isso. Esse é um problema extremamente interessante. Vou-me deter um pouco mais nessa transparência porque é extremamente importante.

Reparem o seguinte: o critério de planejamento no Brasil, desde a década de 70, o critério de planejamento do sistema elétrico era o seguinte: de uma forma meramente determinística planejávamos o sistema para ter um risco de déficit de 5%. A partir daí, fazemos um trabalho para minimizar o custo do investimento. Essa era a metodologia de planejamento utilizada. A pergunta é a seguinte: por que 5% de forma determinística? O que significa submetermos o País ao risco de ter uma vez a cada 20 anos um racionamento? Então, como sabíamos que isso envolvia questões macroeconômicas de porte, contratamos uma consultora de grande porte na área de macroeconomia, a Tendências. Exatamente nesta semana estamos terminando esse trabalho com a Consultoria Tendências que muda completamente o paradigma de planejamento. O que esse estudo faz? Diz que o risco de déficit de 5% determinístico não tem razão, vamos transformar isso num custo do déficit, que tem uma probabilidade de acontecer. Esse trabalho, ao invés de minimizar o custo de investimentos com risco de déficit de 5%, ele minimiza o custo do déficit mais o custo de investimento. Assim, ele chega ao risco de déficit ótimo – se isso for possível – e a um montante de investimento ótimo.

Esse trabalho é uma mudança de paradigmas extremamente importante. Eu gostaria de oferecer esse trabalho como contribuição da Abraget ao Senado Federal, ao Ministério de Minas e Energia. Até já mandei uma correspondência à Ministra Dilma Rousseff nesse sentido. É uma contribuição extremamente importante, pois é um relatório feito por pessoas de primeira linha na área de macroeconomia.

Outro problema extremamente importante é o problema da confiabilidade elétrica. Essas gerações térmicas são colocadas próximas ao centro de carga, portanto, reduzem o carregamento nos grandes troncos de transmissão, minimizando os riscos de desligamentos em cascata. Aliás, vale à pena mencionar, Senador Rodolpho Tourinho, que logo que V. Exª assumiu o Ministério, lembro-me que ocorreu um blecaute de grande porte e o Senador conduziu o estudo desse blecaute. Uma das conclusões fundamentais nesse estudo era a de que faltava uma base térmica que minimizasse os carregamentos nesses grandes troncos de transmissão.

Outra transparência interessante é a de que mostramos nas décadas de 70, 80, 90 e 2000 as participações das gerações térmicas, 12%, mas na década de 70 foi quando começaram as interligações dos sistemas. Depois, na década de 80 era de 8%; na década de 90 era de 7% e, na década de 2000, 10%. Vimos ali que na década de 80 tivemos um racionamento no Sul e dois no Nordeste, três blecautes de grande

porte, do mesmo porte do de 99. Na década de 90 tivemos aquele blecaute de 1999 de grande porte e, na década de 2000, tivemos o racionamento em 2001 e os blecautes de 2002. Então, vejam quanto custou tudo isso para o País.

Há um outro problema, que é uma outra falácia. Muitos dizem que estou falando algo, mas geração térmica não é competitiva. Não discutirei se é ou não competitiva. Eu só gostaria de demonstrar claramente que os benefícios da geração térmica não são reconhecidos em termos de preço, o que, realmente, reduz a competitividade. Por exemplo, a térmica não tem risco hidrológico. Como se apreça isso? Ela é está próxima aos centros de carga e utiliza menos a transmissão. Ela não utiliza menos a transmissão e, como falaremos aqui, na tarifa de transmissão a térmica paga mais que a hidroelétrica. É espantoso dizermos isso, mas, infelizmente, trata-se de uma metodologia eu não se sabe como foi implantada.

Um outro ponto que está sendo reconhecido, até onde estamos sabendo, nesse novo modelo que está sendo analisado pelo Ministério, é que as térmicas têm um menor tempo de construção. Então, com isso, posso otimizar o planejamento, ou seja, posso fazer o planejamento em dois **steps**: um de cinco anos e depois outro de três anos. Otimiza-se o planejamento utilizando essa característica da geração térmica.

Falamos da tarifa de transmissão. Tenho aqui uma cópia da resolução da Aneel. V. Exªs podem perceber que, no primeiro bloco, estão as usinas térmicas e, no bloco de baixo, estão as usinas hidrelétricas – esses são alguns exemplos. A tarifa de transmissão é engraçada, porque as térmicas pagam mais do que as hidrelétricas, o que realmente não é competitivo. Essa é uma metodologia tecnicamente inadequada que já deveria ter sido revisada há muito tempo.

Há outro ponto que sempre mencionamos: os encargos sistêmicos. Vários encargos são cobrados diretamente na tarifa da distribuidora e existem única e exclusivamente porque o nosso sistema é hidrelétrico. Por exemplo, CCC – Conta de Consumo de Combustível – é um seguro contra hidrologia crítica, criado quando todas as nossas térmicas eram a óleo combustível. A CCC entra diretamente na tarifa das distribuidoras, e não diz se é hidrelétrica ou termelétrica. Já falamos sobre tarifa de transmissão – (inaudível) –; tarifa de transporte Itaipu; problema de perda – as hidrelétricas proporcionam muito mais perdas do que as termelétricas –; e seguro-apagão. São encargos que entram diretamente nas tarifas das distribuidoras. Se analisarmos o caso da Eletropaulo, que também está no **site** da Aneel, e compararmos os dados, verificaremos que as condições são mais ou menos equivalentes.

Com relação ao mercado de gás natural no Brasil, muito já foi falado nesta reunião, mas ressalto aquilo que o Secretário Eraldo mencionou. Esse tema é extremamente importante. Estamos falando sobre a importância da geração térmica a gás natural como complementaridade. Dr. Eraldo, como V. Sª falou, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste – depois examinaremos o caso do Nordeste –, se fosse necessário despachar as térmicas hoje existentes na base, sem uma térmica adicional, deveriam ser colocados cerca de 30 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural. Demonstraremos que isso ultrapassaria a capacidade total, somando-se com o mercado não térmico, como é chamado.

Na região Nordeste, também há esse montante. Percebemos essa situação com as térmicas existentes.

Em 2004, no Sudeste, por exemplo, se fosse preciso despachar as térmicas na base, isso ultrapassaria os 50 milhões de metros cúbicos por dia que seria a capacidade disponível. Então, é realmente fundamental que haja um esforço concentrado nessa parte de infra-estrutura.

Outro ponto fundamental é o Projeto Malha da Petrobras. Deve-se dar toda a força a esse projeto extremamente importante.

Na região Nordeste, ocorre a mesma situação. O déficit é muito grande, e o Projeto Malhas também vai resolver esse problema, conforme mencionado, ou vai minimizá-lo, principalmente nas regiões do Rio Grande do Norte e Ceará.

Na região Norte, a estratégia de expansão do Sistema Norte tem sido realizada com o gás natural de urucu – os gasodutos –, conforme demonstrado. A interligação elétrica entre essas regiões – Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste – certamente não é econômica e trará problemas de confiabilidade. Esse é um problema para se discutir mais tarde.

Alguns expositores já abordaram anteriormente a necessidade da compatibilidade do gás natural e os requisitos de geração térmica. Esse é um ponto muito importante. Como funciona um sistema elétrico no sistema hidrotérmico? O problema é o seguinte: há geração hidrelétrica e geração termelétrica. A geração termelétrica... O NS aumenta o despacho de geração quando as condições hidrológicas ficam mais críticas e para otimizar o sistema, segundo o paradigma atual, quando as condições hidrológicas melhoram, o despacho das térmicas deveria ser reduzido, mas o problema é que muitas vezes o despacho tem

que permanecer elevado devido aos problemas de (Fora do microfone – inaudível).

Próxima.

Então, temos dois requisitos aparentemente conflitantes que seriam o requisito do setor de gás seria um (inaudível) para remunerar os investimentos e o requisito do setor elétrico seria flexibilidade operativa para otimizar a geração de um modo geral.

Próxima.

A pergunta é a seguinte: essas coisas podem ser compatíveis ou são incompatíveis? Vemos que temos que nos concentrar em duas coisas. Primeira, o paradigma de otimização desse sistema hidrotérmico tem que mudar. O sistema hidrotérmico atual é somente minimizar vertimentos de água em períodos chuvosos e garantir a segurança nos períodos secos, mas temos que levar em conta que tem que inserir o gás natural nessa matriz e nessa operação.

Realmente, todo o paradigma tem que ser mudado e vem sempre aquela dúvida "mas, se despacharmos mais geração térmica será que, nos períodos hidrológicos favoráveis, vamos verter?" Então, o estudo que o IBP fez extremamente interessante que foi apresentado e aprovado na Abraget que mostra que essa diferença para o nosso sistema é absolutamente irrisória quando se despacha um **take or pay** elevado com um menor. A diferença de cerca de 4% que é absolutamente irrisória com o preço da água lá embaixo.

As propostas para a viabilização do uso do gás natural e da geração térmica primeiro é a infra-estrutura de disponibilidade do gás natural. Isso foi muito mencionado e é absolutamente importante. Temos que dar continuidade a todos esses projetos.

O preço do gás natural é outra coisa que tem que ser estudada. Temos que levar em conta isso porque tem que mudar um pouco essa matriz de preços que, ao tempo do PPT, era feita com outra realidade. Temos que levar em conta novas descobertas que entrarão a médio e a longo prazo. Próxima.

O problema das margens adequadas das distribuidoras tem que ser analisado, é base de discussão. Na questão tributária foi mencionado o ICMS em algumas regiões, incentivo ao transporte de gás natural. Existia uma lei que permitia a utilização dos recursos da CDE para a rede de transporte natural para atender produtores independentes. Próxima.

O Cesário explicou muito bem a questão da regulamentação do gás natural e acho que isso é fundamental. Temos um desafio muito grande que é, por uma lado, incentivar os novos agentes e, por outro lado, garantir as remunerações e os direitos dos agentes que investiram em infra-estrutura de transporte.

O SR. (Orador não identificado) – (fora do microfone)

O SR. XISTO VIEIRA SILVA – Gostaria somente de trazer aqui um ponto para os nossos reguladores da área de gás natural. Se olharmos uma comparação do sistema de produção e transporte de gás com o sistema elétrico veremos que neste um ponto relevante para o mercado justo seria o livre acesso à linha de transmissão. Quer dizer, isso é absolutamente indispensável termos livre acesso dos geradores às linhas de transmissão.

O que acontece? O NS avalia se há necessidade de reforços na transmissão, todos os investimentos na rede básica de transmissão são remunerados pelos custos e a licitação das linhas é feita pelo Aneel. O Cesário e o Djalma mencionaram as diferenças do gás natural. O desafio é descobrirmos o que precisamos fazer para chegar mais perto disso sem prejudicar ninguém. Esse é o desafio. Pode pular.

Finalmente, as conclusões. A geração térmica é fundamental no setor de energia elétrica a fim de minimizar os riscos de racionamento e aumentar a confiabilidade. Importância do reconhecimento dos benefícios da geração térmica. A inserção se dará de forma cada vez mais competitiva com o desenvolvimento do mercado de gás natural. Desenvolvimento da área de infra-estrutura. Pode passar. Reanalisar o paradigma de otimização do sistema hidrotérmico. Analisar a composição do preço de gás natural. E, finalmente, os aspectos que mencionamos na regulamentação do gás natural.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado a V. Sª pela palestra simples e elucidativa. O Dr. Eraldo Tinoco, Vice-Governador da Bahia, terá que se ausentar. Assim sendo, seu assessor, Presidente da Bahiagás, Dr. Petrônio Lerche Vieira, aqui permanecerá para qualquer questão que venha a ser levantada.

Passo a palavra, por quinze minutos, ao último dos convidados, o Dr. João Carlos de Luca, meu amigo e Presidente do IBP.

O SR. JOÃO CARLOS DE LUCA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador José Jorge, Secretária Maria das Graças, ilustres senadores Delcídio Amaral e Rodolpho Tourinho, a quem gostaria de estender o comentário feito pelo Sr. Romero, nosso colega da Abegás. E eu diria que esse trio formado por três ilustres ex-Ministros das Minas e Energia constitui a bancada de petróleo e gás, apoiada pelos demais sena-

dores. Conhecemos a história do Senador Roberto Saturnino, ligada à história da criação da Petrobras e tudo mais.

Mas gostaria de registrar o agradecimento formal da indústria do petróleo, em nome do Instituto Brasileiro de Petróleo, e o apoio que estamos recebendo. Temos feito um esforço cívico saudável junto ao Ministério das Minas e Energia, na pessoa da Ministra Dilma Rousseff, da Secretária Maria das Graças e de toda sua equipe. Os desafios do setor são muito grandes. Temos que encontrar os meios de destravar o setor, criar possibilidades a fim de que a indústria de petróleo e gás natural cresçam e que investimentos possam ser feitos. E esse esforço tem sido feito. Registramos, de público, nosso agradecimento a todo o apoio que estamos recebendo de V. Exªs.

Estão presentes aqui empresas associadas ao IBP, que gostaria de saudar: a Petrobras, a Repsol, a BG, a Ipiranga, entre outras.

Senhoras e senhores, é muito oportuno trazer ao debate temas tão importantes como o do gás natural, lembrando que estamos ainda na infância com relação ao assunto. Quando observamos a Argentina, que possui um terço da nossa capacidade, em população e tudo mais, e que chega a consumir no inverno 120 milhões de metros cúbicos por dia de gás, e nós, um país de dimensões continentais, não chegamos aos 30 milhões como média anual, o que demonstra que a indústria de gás natural ainda está na infância. E muita coisa deve ser feita.

Na visão do Instituto Brasileiro de Petróleo, o que precisa ser feito? Antes de prosseguir com os temas, apenas para os que não conhecem o Instituto Brasileiro de Petróleo, é um órgão que existe há 46 anos. No último dia 21 completou seu 46º aniversário. A nova missão do IBP, aprovada agora, há duas semanas, pelo Conselho de Administração, é promover o desenvolvimento do setor nacional de petróleo e gás natural, visando uma indústria competitiva, sustentável, ética e socialmente responsável. O IBP é um órgão isento. É o fórum para as grandes discussões do setor, e é um órgão apolítico. Portanto, sempre que possível, buscamos unanimidade. E defendemos essa unanimidade. Mas a obrigação do IBP é, quando não existe consenso entre seus associados, levar as diferentes posições para as autoridades, a fim de poder, de certa forma, até auxiliar na definição das políticas para o setor. O IBP possui 202 empresas do "poço ao posto", como se costuma dizer, empresas de exploração de petróleo, de produção, refinadoras, petroquímicas, empresas lubrificantes, fabricantes de equipamentos, e tudo mais. E 21 comissões, das quais participam mais de 900 executivos e especialistas em caráter de voluntariado.

No setor de gás, há importantes comissões. A Comissão Técnica de Gás Natural, a Comissão Setorial dos Comercializadores de Gás Natural, a de Transportadores Rodoviários e a do Gás Natural Veicular. Portanto, o gás natural merece total atenção do IBP pela importância que representa no momento.

Aqui, V. Exªs podem observar a relação das empresas específicas de petróleo e gás nacionais e estrangeiras que participam do IBP. A opinião do IBP é bastante sólida e busca retratar a opinião de todos os representantes e de todos os interesses do setor.

Basicamente, o que podemos notar aqui nesse gráfico, e a minha apresentação talvez seja facilitada pela exposição dos meus colegas que me antecederam, é basicamente porque podemos notar o seguinte: o gráfico mostra a evolução de consumo de gás natural no País. Aqui as Regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Temos dois pontos de reflexão importantes, que pediria a atenção dos Srs. Aqui, em 1999, com a entrada do gás da Bolívia, que começou a crescer muito o consumo de gás natural no Brasil. E posteriormente, em 2002, que tivemos quase uma estagnação do crescimento do consumo do gás natural, principalmente o importado da Bolívia.

O Srs. podem notar aqui em baixo, que vínhamos com uma taxa de crescimento, a partir de 1999, 16, 48, 21, 24% e, nesse ano, basicamente, estamos na ordem de 1,5%. Praticamente não houve crescimento no consumo se compararmos 2003 e 2002. Por quê? Basicamente, se notarmos por segmento, o industrial cresceu 12%, de 12 milhões para 14. Continua crescendo o segmento industrial. Isso é importante. Isso é a média do primeiro semestre. Devemos chegar a 18 o acumulado do ano. O setor residencial, representado aqui por esta fatia pequena, cresceu também 13%. O setor de GNV cresceu de 2 milhões para 2,600 milhões, com 26%, dados ainda do primeiro semestre. E o setor de térmico e congelação descresceu 28%. Esses números aqui, podem notar, tínhamos quase 7 milhões em 2002, caímos para 5 milhões este ano. Aqui incluídas as térmicas de Uruguaiana, de Cuiabá, que já existiam antes do problema do racionamento que tivemos. Esse número, seguramente, deveria ser da ordem de 12, 13 milhões, se a máxima normal do mercado estivesse acontecendo.

Então, a questão do mercado do gás natural tem uma dinâmica que é um problema de escala, quer dizer, tem uma curva de crescimento. E estamos, infelizmente, nessa curva inicial, com um mercado em desenvolvimento. Temos poucos atores,

poucos agentes, e alternativas, contratos de longo prazo, o próprio contrato que viabilizou a vinda do gás da Bolívia, baseado, e assim tem que ser para poder ser sustentado como projeto. Ter um compromisso de **take or pay**, **ship or pay**, para os transportadores. E temos que romper essa escala e ter um ganho de escala, em que vamos sair desse estágio, de 22, 30 milhões de metros cúbicos para um mercado de 76 ou acima disso. Achamos que pode acontecer em cinco anos, desde que as medidas possam efetivamente ser tomadas neste momento. E vamos evoluir para um mercado desenvolvido, um mercado maduro, que poderemos ter transportes interrompíveis, estocar distribuição, trocas de posição de gás do Norte com Sul, enfim.

A próxima. Quero falar sobre relação térmica, embora já tenha sido comentado com mais propriedade, pelo especialista no setor. Porém, a nossa visão do setor da parte térmica – a próxima – Aqui existe uma grande dicotomia. Como é o processo de tomada de decisão? Vamos utilizar os reservatórios? Não vamos? E vamos permitir operações de térmicas? E aqui diria que existe uma discussão apaixonada e temos de desapaixonar (não sei se existe esse termo). Temos de trazer para o nível, descontaminar essa discussão, que é uma discussão infrutífera e trazê-la para o nível do razoável, porque aqui podemos ver: se quando utilizamos o reservatório, se o regime hidrológico é bom, temos as hidrelétricas cheias, as conseqüências operativas, não há nenhum problema, mas quando temos um período de seca, temos um déficit, com um conseqüente custo para a sociedade, que já foi demonstrado aqui. E a questão de utilizar as térmicas dentro do modelo do setor elétrico, quando existe um nível hidrológico alto, vamos ter que inverter as térmicas. E quando não existem, vão atender o sistema. Então, a grande questão é saber qual o custo do investimento **versus** o custo do déficit de um racionamento. E é para isso que o IBP desenvolveu estudos, com três estudos específicos, que gostaria de mostrar rapidamente para os Srs.

Na visão do IBP, a geração termoelétrica será sempre complementar, não será nunca por si só um objeto único. Existem duas opções de reserva técnica de segurança. A opção 1 seria a flexível, que só opera quando é preciso, que é muito mais cara. Daí vem um pouco, digamos, da antipatia, se é que assim podemos dizer, em relação à operação das térmicas, porque obviamente se elas ficam paradas dois, três anos, esperando para operar durante um, dois meses, quando forem necessárias, elas têm um custo bastante elevado. A opção dois seria tornar parte delas inflexível, ou seja, que parte delas opere em regime contínuo e que sejam mais baratas.

As grandes perguntas a serem respondidas. Qual é a melhor alternativa para o sistema? Qual o efeito do (Fora do microfone – inaudível) mínimo sobre o vertimento, como é possível se quantificar isso? E qual o impacto das térmicas no planejamento (Fora do microfone -- inaudível) do sistema?

A próxima, por favor.

Esse estudo a que o Dr. Xisto se referiu foi feito por especialista do setor elétrico, pessoa de renome, o Dr. Mário Veiga, conhecido especialista do setor. Aqui procuramos estudar a comparação, este é um gráfico complicado, não vou explicar em detalhes, apenas a sua conclusão, queríamos ver qual era a operação das térmicas, digamos, num regime flexível, paradas e só operarem quando precisar, o que seria um regime incerto, ou operar num regime contínuo, ainda que com uma fração da sua capacidade total e agregando uma segurança importante para o sistema elétrico.

Este gráfico, na realidade, cresce, de lá para cá, a importância, as vantagens, em dólar por quilowatt/ano. Basicamente, se uma térmica não opera, olhando este caso aqui, a térmica não opera, então tem um **take or pay** zero e tem um custo de US$ 40.00 por **megawatt** quando operar; e esta curva, demonstrada por uma modelagem feita para este trabalho, mostra que o custo dessa térmica não operando e tendo um custo de US$ 40.00, quando necessário, é o mesmo de que se a térmica operar com 40% da sua capacidade e com um custo marginal de US$15.00 por **megawatt**.

Então, usando-se o valor do PPT, que está definido em torno de US$ 12.00, quando colocamos este valor mostramos que se as térmicas operarem com 40% de sua capacidade, as já existentes, que têm um total de capacidade de 5.000 **megawatts**, então 40% daria uma geração de 2.000 **megawatt**, apenas para dar uma idéia, com um custo marginal de US$ 12.00, eles têm uma relação de contribuição por sistema ainda melhor do que essa térmica estivesse parada ou (Fora do microfone – inaudível) operando a US$ 40.00.

Essa conclusão é bastante importante, é uma conclusão poderosa a que o Dr. Xisto se referiu. O Ministério de Minas e Energia já tem conhecimento desse estudo que foi amplamente divulgado e debatido na Abraget, um dos principais agentes do setor elétrico também, e para nossa felicidade, digamos, dentro do modelo elétrico, o Ministério está contemplando agora a alternativa de as térmicas operarem com uma operação parcial, em torno de um valor que será defi-

nido, mas que efetivamente vai proporcionar uma garantia para o sistema e o custo para a sociedade, obviamente, será menor.

A próxima.

O segundo ponto sempre questionado é que dizem que queimar gás é muito mais caro do que verter água. Então estamos trabalhando nos cenários hidrológicos do próprio ONS, e aqui as curvas pontilhadas seriam o nível das hidroelétricas, comparadas com a capacidade máxima dos reservatórios aqui, então quando nível está baixo, se as térmicas operarem, porque vão aumentar um pouco a capacidade de geração para o País, o **take or pay** não causará vertimento nenhum. Então aqui não há nenhum problema.

Quando o nível hidrológico é este daqui se as térmicas operarem, obviamente, aqui, haverá necessidade de um vertimento, mas o **take or pay** causa vertimento, mas o efeito econômico é reduzido, pois o armazenamento já era elevado; nesse outro caso, em que as hidroelétricas estão muito cheias, de qualquer forma já haveria o vertimento.

Então essa foi outra conclusão importante que esse estudo produziu e que está servindo de base para a tomada de decisão agora dentro do novo modelo.

A próxima.

E quanto custa esse vertimento, quanto perdemos em **megawatt**, esse vertimento? Esse modelo estudou que, comparado com as demandas previstas para os próximos quatro anos, em 2004 perderemos, em média, 22,9% **megawatt**, em 2005, 42%, e assim por diante, ou seja, a grande conclusão, para que chamaria a atenção dos senhores, o despacho mínimo termoelétrico influencia muito pouco o rendimento (Fora do microfone – inaudível) do sistema. Em média, 30 **megawatt** no período de 2004/2007 por ano. Se o senhor notar que estamos gerando 2.000. Quer dizer, 30 representar 1,5% basicamente. E a segurança que dá ao sistema e mais do isso, resolver um problema do impasse dos investidores que acreditaram no chamado do País, um momento importante, fizéramos seus investimentos, estão hoje, de certa forma, com os seus investimentos descontinuados. Hoje, o gás temo grande dilema: o mercado não cresce porque o preço do gás é alto e o gás não vem porque não existe o mercado. O preço não baixa porque não tem no mercado. Então um fica correndo atrás do outro. Basicamente, com a térmica despachando permitirá um aumento do volume de gás na Bolívia, vai permitir um barateamento do gás e vai permitir inserção de um gás mais barato em toda a matriz energética.

Também na parte da modelagem, não sou especialista no setor, destaco isso, os senhores sabem que uma hidrelétrica entre o momento da decisão e ela estar pronta, leva de cinco a seis anos no mínimo. Cumprimento especialista no setor, nosso Presidente. E a térmica e ter dois a três anos. Se tomamos um cenário do mercado um cenário baixo, se tomamos uma decisão – aqui quero comprar como as térmicas podem operar como complemento,um ajuste da demanda. Se tomarmos um cenário alto, erroneamente imaginarmos que temos de dotar de mais hidrelétricas o sistema do País e não ocorre o cenário alto, podermos estar gerando aqui, no cenário alto, uma capacidade para o País de 72mil **megawatts** e se ocorre cenário baixo, a demanda será de 58Mw. Estaremos gerando 14mil **megawatts** a mais e esse custo das hidrelétricas será repassado para as tarifas. Ou seja, a sociedade vai acabar pagando automaticamente esse custo.

O que estamos recomendando é que mesmo para a fase de planejamento do sistema, as térmicas podem vir servindo de ajuste. Vamos pensar as hidrelétricas dentro do cenário de referência, ou cenário mais baixo, ajustando as demandas dos cenários mais altos com as próprias termoelétricas que em pouco temo podem atender ao mercado.

A renegociação do contrato com a Bolívia. Eu queria apenas fazer um rápido comentário porque o Ministério e o Governo brasileiro têm discutido com muita atenção e prioridade e entendemos que a renegociação, em nível dos produtores, e aqui não falo mais com o BMT, mas falo das experiências das empresas que estão envolvidas nesse setor. A renegociação com a Bolívia já está madura, não em nível de governo-governo porque entendemos a própria decisão do Governo brasileiro de, nesse momento mais delicado, o Governo da Bolívia não conduzir essa discussão governo-governo.

Em nível dos produtores, há uma consciência de que se o mercado brasileiro reagir positivamente com aumento de consumo pode-se dar desconto em preço sim. Então estamos bastante avançados; o Ministério tem participado de todas as discussões conosco no sentido de tentar equacionar no menor prazo de tempo possível essa discussão em nível de produtores com a Bolívia. Então posso dizer aos senhores que se hoje estamos pagando (Fora do microfone – inaudível); o IBTU já chegou a US$3.60; US$370, se trabalharmos também na matéria-prima que é o gás e trabalharmos no setor de transporte poderemos pensar em valores de gás ao mercado brasileiro na faixa de US$2.60; um pouco mais ou um pouco me-

nos vai depender do avanço que se possa conseguir na questão do transporte.

Acreditamos que com esse preço o gás industrial pode acontecer mais rapidamente, o gás (Fora do microfone – inaudível) E então o gás definitivamente começa a penetrar na matriz energética.

Eu queria aqui então... O que é preciso é um choque de competitividade, ou seja, o Governo brasileiro dá sinais efetivos de que está apoiando a indústria de gás na área da (Fora do microfone – inaudível). E o despacho mínimo das térmicas também. Mais uma vez quero agradecer o papel do Ministério que tem nos apoiado integralmente nesse sentido.

Esse modelo está sendo testado pela Petrobrás, ou seja, a Petrobras está testando o sistema de despachar todas essas térmicas a gora, dentro daquilo que eu disse que é melhor as térmicas operarem com 40% do que estar ali paradas, pode ver que o volume de gás cresceu no último mês de consumo de térmica de 4 milhões para quase 10 milhões.

A capacidade de geração termoelétrica, ou seja, o mercado está começando a acontecer. A Petrobrás está testando esse modelo. Mas para sua garantia e efetivação necessita ter esse acordo em nível dos produtores.

Vamos à próxima.

Aqui, o marco regulatório da indústria que já foi amplamente comentado. Nós entendemos que esses pontos devem ser sempre considerados. Precisamos ter uma definição de política energética de longo prazo, e a Secretária Graça comentou a Portaria que foi criada agora, no dia 17, para definir a política de gás natural e definir qual será a matriz energética do Brasil em 2010, 2020; qual é o papel do gás natural nessa matriz; como atingir os objetivos definidos pela política energética; qual é a estrutura de mercado; qual é o modelo setorial; a competição em que parte da cadeia; qual será a participação do capital privado na indústria – isso também é importante ser definido -, em que seguimentos; a verticalização e a desverticalização; qual é o papel da Petrobrás; de que forma o modelo proposto será colocado em funcionamento; qual é a regulamentação adequada para indústria; livre acesso ou proteção para investimento; tarifa de transportes; contratação de capacidades...

Vamos à próxima – tenho apenas mais duas transparências.

Sobre o marco regulatório, o próprio Dr. Cesário Cechi, da ANP, e a Secretária Graça já comentaram. O arcabouço regulatório é inadequado. Temos uma Lei do Petróleo que está fazendo as vezes, para a Lei do Gás. Nos países que têm uma política de gás madura há uma lei específica para ele. Nós temos de começar a trabalhar nessa nova lei do gás natural.

Estrutura do mercado indefinido. Ainda não existe uma definição de qual será a estrutura do mercado, qual modelo a ser adotado – coisa que deve ocorrer nesse grupo de trabalho a que me referi.

A estrutura regulatória é frágil ainda. O órgão regulador necessita de uma diretriz estratégica de longo prazo para orientar a regulação da indústria de gás. A divisão do poderes aqui dificulta a implantação de políticas integradas e digo a razão: porque parte do setor é regulamentado pela ANP e outra, pelas agências estaduais.

Então, isso deve estar mais ou menos em linha, porque, do contrário, cada um estará caminhando para um lado.

Livre acesso à infra-estrutura. Não faz sentido discutir o livre acesso sem que as questões precedentes tenham sido tratadas. O livre acesso é uma das ferramentas para implantar a competição na indústria.

Vamos à próxima e última.

Aqui, tenho de explicar a posição do IBP. Como eu falei, não temos consenso nisso. Aliás, sempre uso a questão do gás natural como um dos exemplos de que o IBP sempre tem de remeter para a sociedade e para os poderes constituídos as tendências e opiniões do setor e de seus associados.

Então, o livre acesso é a portaria mais polêmica, sem dúvida, porque ela tem interesses conflitantes. O IBP encaminhou à ANP os comentários dos agentes, através de suas diferentes comissões. Pontos polêmicos já citados aqui: o conceito da nova estrutura de transporte; mercado emergente; nível de utilização dos dutos – e esse é um dos pontos mais sensíveis eu diria – o uso dos dutos de transferência.

Essa audiência pública a que já se referiu o Dr. Cesário... gostaria de debater, para debater os seus pontos de vista. As posições divergem tanto no livre acesso total, por algumas empresas. Até a proteção para nós em investimentos de transporte, utilizando regulamentos semelhantes aos da Comunidade Econômica Européia, que dá de 08 a 10 anos de proteção para aqueles investidores que entram no setor.

As próprias empresas que participam hoje do seguimento de distribuição no Rio de Janeiro e em São Paulo têm 12 anos de proteção para seus mercados. Essa é uma questão que tem de ser bastante discutida.

O ponto ótimo em nossa opinião deveria ser a do equilíbrio entre o incentivo a novos investimentos, porque, claro, se o novo investidor não tiver a garantia de que ele terá o direito do uso do seu duto durante um certo tempo ele não irá investir. E se não for investir, conforme foi de demonstrado por todos os palestrantes que me antecederam, não vamos atender a demanda enorme que temos de gasodutos e tudo o mais. Também não teremos a entrada de nova agenda...

Então, o problema aqui que devemos atacar diretamente é o de regras que podem eventualmente deixar pouco transparente o setor. É como o critério de não liberar o livre acesso antes dos 70% de ocupação da capacidade.

Esse é um tema de muita sensibilidade entre os associados do IBP. Também algumas empresas que são investidoras em exploração temem que necessariamente teriam de vender o seu produto só pela Petrobrás, não estimulando o mercado aberto.

Essas são as discussões que estão colocadas, como o Dr. Cesário resumiu muito bem. Nós enviamos as nossas contribuições. É um grande tema para discutir.

Basicamente era isso o que eu gostaria de trazer aos senhores. Agradeço e peço desculpas por ter me alongado um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao nosso último convidado.

Agora vamos iniciar a parte dos Senadores. É verdade que essa é uma audiência diferente. Foi mais para instruir futuras discussões da Comissão de Infra-estrutura do Senado, tendo em vista que convidávamos sete pessoas ao mesmo tempo, enquanto que normalmente são dois pessoas. Creio que, para nós, serviu como uma espécie de pós-graduação. Realmente, tudo o que discutíamos, tudo o que discute e lê na mídia, foi mencionado sob um ângulo diferente. Na verdade, se no final formos resumir essa palestra, as sete participações, vamos ver que há muito incomum, que os principais pontos estão identificados. Daí, então, poderemos começar a discutir.

Como estamos observamos, nós que somos reles Parlamentares, uma das coisas que muito gente falou, praticamente mais da metade dos palestrantes, é que há necessidade de uma lei específica sobre a questão do gás. Temos a lei do petróleo, mas uma lei específica sobre a questão do gás é algo que, no final, terminará passando pelo Senado, pela Câmara, e deve ser feita o mais rapidamente possível.

Tendo em vista o avançado da hora, vou passar a palavra ao primeiro inscrito, um dos autores do requerimento. Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. participantes deste encontro, concordo inteiramente com V. Exa quando menciona que, realmente, foi uma pós-graduação. Os temas foram muito variados e entendo que vamos ter que aprofundá-los daqui para a frente.

Gostaria de mencionar algumas dúvidas que, para mim, são muito prementes, urgentes, e devem ser revistas, sobretudo quando o Ministério das Minas e Energia anuncia um novo modelo, que não conhecemos, mas que deve passar pelo gás, por termelétricas.

Toda a questão térmica, no meu entendimento, surgiu depois do blecaute a que se referiu o Dr. Xisto, depois de 1999. Houve um blecaute de imensa extensão no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste. Só não afetou o Nordeste. A rigor, a conclusão de que o ONS já deveria ter chegado naquele momento, de imediato, era exatamente a falta de geração local. Esse, creio, foi a verdadeira culpa por aquele blecaute, mas foi atribuída a um raio. Isso, aliás, não atrasou que se iniciasse a pensar em um programa de geração local. É claro que o raio existiu, não quero tirar sua importância. Mas deu-se importância demais ao raio, como se fosse apagar toda a questão que realmente existia.

O que era necessário, verificou-se posteriormente com os grandes especialistas que foram chamados – especialistas no mundo nessa área – a falta de geração local. Isso só podia ser feito por meio da geração termelétrica, da geração de energia no centro da carga (Fora do microfone – inaudível).

Começou-se um programa prioritário para eletricidade a gás. Por que a gás? Porque era a única opção que existia. Por quê? Porque o Brasil tinha celebrado com a Bolívia um contrato para a obtenção de gás em condições altamente desvantajosas para o País, essa era a verdade. Era um gás que, aliás, ainda não existia lá e para o qual não havia mercado aqui. Fez-se um **take or pay** altíssimo e o preço em dólar era alto, no nosso entendimento.

Iniciou-se, dessa forma, o programa prioritário em termeletricidade. Depois, verificou-se logo imediatamente que o Brasil precisava, até 2004, de 26 mil **megawatts** de potência instalada para não ter problemas com as taxas de crescimento do PIB que beiravam, se não me engano, 5% ao ano. Verificou-se que desses 26 mil **megawatts** só 15 mil **megawatts** estavam prontos ou para entrar em funcionamento, ou seja, tínhamos 4 anos, basicamente, para fazer uma nova Itaipu, o que era impossível. Só existia uma opção: o programa prioritário de termoeletricidade, que

foi montado e que começou a sofrer uma série de problemas, a começar pelo preço: a inflexibilidade do preço pago, a inflexibilidade da Petrobras, a falta de marco regulatório, as dificuldades de transporte, todas as possíveis e imaginárias restrições, inclusive da Petrobras.

Entendo que, no caso específico da Petrobras, é uma coisa curiosa. Reputo das melhores empresas do mundo, em nível tecnológico, em nível de tudo, mas quando a Petrobras não quer fazer uma coisa, ela não faz. E a Petrobras nunca teve o gás como uma coisa importante. O importante sempre foi o petróleo. Quando cheguei ao Ministério, a Petrobras queimava 9 milhões de m³ de gás natural por dia. E isso era um programa que podia alimentar boa parte das térmicas. Não se precisava ficar discutindo preço de gás da Bolívia, de gás em dólar, para isso. Isso era um ponto. E conseguiu-se apenas fazer um mix desse gás que queimava para ele, também em dólar, também diminuir o preço do gás para baixar para aqueles 2.86, a que alguém se referiu aqui, hoje.

Outra vez, sendo em dólar, aí tivemos uma série de problemas contrários à questão do gás. A Aneel, julgando-se mais independente do que autônoma, deixou que graçasse dentro dela uma teoria de que não se poderia haver preço em dólar, porque isso passaria para a energia, em dólar, apesar de Itaipu já representar, naquele momento, o que representava.

Enfim, para encurtar a conversa, o Programa Prioritário de Termoeletricidade foi transformado em emergencial, exatamente para chamar a atenção de todos esses pontos que existiam, de todas as inflexibilidades, de todas as discussões.

E o que vejo no que foi colocado aqui é que vários daqueles pontos ou quase todos continuam a existir. Isso, Sr. Presidente, é que, quando V. Exª se referiu a que estaríamos fazendo um PhD, aqui, estamos, mas vamos precisar, é responsabilidade nossa, desta Comissão de Infra-Estrutura, entrar cada vez mais a fundo nesse problema.

Fico surpreendido, e ontem fiz um discurso aqui no Senado, que foi basicamente em consonância de tudo aquilo que o Vice-Governador e Secretário Eraldo Tinoco colocou da Bahia. A distribuidora de gás da Bahia vende, hoje, 20% a menos de gás do que podia vender. Mas o problema não é esse. O problema maior é que nós dois, Senador José Jorge, temos uma responsabilidade muito grande com o Nordeste. Fomos Ministros das Minas e Energia e sabemos as limitações de se gerar energia nova para o Nordeste. É muito difícil. Não temos rios. Não podemos continuar pretendendo que se vá fazer Belo Montes, para que o Nordeste tenha uma energia adicional, porque, de outra forma, não pode. Fui muito criticado, quando lancei a linha de transmissão que está inaugurada agora, que vai de Serra da Mesa à Bahia. E, se não fosse isso, creio que estaríamos com um imenso problema já hoje. Temos uma energia fluente, hoje, de 30% da média histórica do Nordeste. Os reservatórios devem atingir 13% já. E não podemos, Senador José Jorge, a menos que sacrifiquemos o pólo petroquímico da Bahia, que será sacrificado, no fim, a menos que sacrifiquemos a indústria de fertilizantes da Petrobras de Sergipe, a menos que sacrifiquemos a indústria de fertilizantes da Bahia, também da Petrobras, a menos que sacrifiquemos a usina siderúrgica da Bahia, a menos que sacrifiquemos outros empreendimentos industriais em cuja utilização industrial do gás natural a Bahia foi a pioneira. Não temos gás natural, Sr. Presidente, para fazer com que as térmicas que estão prontas funcionem! Essa que é a verdade, dita da forma mais simples, mais crua, mais verdadeira, mais autêntica e mais indignada. Por que a indignação? Descobriu-se há algum tempo na Petrobras, no bloco perto de Camamu, a menos de 100km de Salvador, que pode aportar cerca de 5 a 6 milhões m³/dia e isso já podia estar funcionando porque já existe há muito tempo. No meu tempo na Petrobras, no tempo do Senador Delcídio Amaral na Petrobras, aprovamos na Diretoria e no Conselho da Petrobras os valores que eram necessários para fazer esse gasoduto, entre 70 e 100km, e não foi feito, e continua sem ser feito, e não sabemos o que está ocorrendo com esse gasoduto.

O gás está lá, a 70 ou 80km de Salvador, e evitará uma crise energética no Nordeste. O Nordeste não interessa, só se pensa no Sul. É possível que seja isso. Por isso mesmo acho que temos que continuar esse tipo de ação que estamos tendo hoje aqui e convocar, saber exatamente o que está ocorrendo com esse gasoduto, porque é vital. Por que ele não foi feito? Por que ele não está sendo feito?

Aliás, fala-se até que a Petrobras só quer fazer o gasoduto depois de tirar os sócios (Fora do microfone – inaudível) que tem. Não sei, não deve ser verdade. Não pode ser verdade. Mas então venha explicar, venha dizer por que não foi feito até hoje. Esse é um ponto.

Acho que a Petrobras tinha que se envolver muito mais na questão do gasoduto de Urucu a Porto Velho. Há quanto tempos estamos nisso? São problemas ambientais, mas sabemos que quando o Governo quer, se o Governo colocar o peso da sua força, enfim, pegar aquilo como um problema realmente, deixar de queimar um milhão de litros de óleo diesel

por dia... Então, são coisas que não entendemos. Por que não faz Coari-Manaus? Não dá para entender.

E por que não se explica também o Sudeste e o Nordeste? Isso é fundamental para nós, do Nordeste, para frente. Quando falo nesse de Camamu é para salvar a pele nos dois anos, mas o outro não, o outro é para garantir que o Nordeste venha a ter energia, senão não vai ter, porque ele não terá outra condição de ter energia, e ele só ficará pronto em 2008.

E ninguém fala nisso, a Petrobras não fala. A Petrobras aprova o Projeto Malhas, que é um projeto importantíssimo, que subentende que para fazer o Malhas tem que fazer a ligação, mas não fala na ligação. Então, entendo que devemos continuar aqui.

Senti essa indignação na Drª Maria da Graça Foster também, e me animou muito a que aumentasse a minha, Drª Maria da Graça Foster. Tenho uma profunda admiração pela Petrobras, que entendo de uma eficiência tremenda, mas acho que estamos precisando pegar esse problema, que é muito um problema político, também, agora. Tenho certeza, porque já conversei com a Ministra Dilma Rousseff, que também tem o maior interesse e a maior convicção de que isso precisa ser feito, mas precisamos tornar isso realidade, porque senão voltaremos a ter problema.

O Sr. Xisto Vieira Filho apresentou um outro quadro que diz o seguinte: se não chegarmos a um mínimo também ali – que tinha apresentado antes – de implantação das térmicas, poderemos ter problemas em 2006 ou 2007 por causa de geração. Hoje assistimos ao contrário. Não se pode acreditar na hidrologia e depender dela sem tomar os cuidados necessários. Atualmente recebemos energia do Sul: 1.500 **megawatts**. Se não me engano, mandarão 2.400 **megawatts** – sinal inverso. Deveria estar ocorrendo o contrário. Quanto ao Nordeste ocorre o mesmo. Então, as coisas mudam. Não podemos dizer que teremos quase 7.500 **megawatts**, porque isso muda com muita rapidez. Quando olhamos a fluência no São Francisco, de 30% da média histórica, vemos que isso é um problema.

Sr. Presidente, já tomei muito tempo, mas não poderia deixar de fazer essas considerações e de pedir que aprovássemos os nomes das pessoas que deveriam vir conversar conosco. Não sei se serão representantes da Petrobras ou do Ministério de Minas e Energia. Podemos perguntar à Dra. Graça, a fim de podermos auxiliar nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Obrigado.

Concedo a palavra ao último inscrito, Senador Delcídio Amaral. Posteriormente, terá a palavra quem desejar fazer alguma observação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, muitos oradores foram convidados para participar desta reunião. Não me lembro de nenhuma reunião organizada no Senado Federal com tamanha abrangência. O posicionamento do Ministério de Minas e Energia foi transmitido pela competente Drª Graça, companheira de Petrobras e uma das pessoas mais eficientes deste Governo, principalmente na área de gás, petróleo e combustíveis alternativos. A Drª Graça tem uma longa história na companhia, portanto, conhece o mercado como poucas pessoas. Também não poderia deixar de comentar a exposição do querido Presidente da Gaspetro, Djalma Rodrigues, que tem história dentro da companhia, é competente e grande conhecedor do mercado de petróleo e gás. Registro a presença do Presidente da Abegás, Romero de Oliveira, companheiro do setor elétrico de muitos e muitos anos, que desenvolveu um brilhante trabalho à frente da Abraget. Também está presente o companheiro João Carlos de Luca, Presidente da IBP, um dos melhores executivos do setor de petróleo não só do Brasil como do exterior e o Secretário Eraldo Tinoco, além do Presidente da Agência Nacional de Petróleo José Cesário, meu velho rival da época de Petrobras, no eterno embate Petrobras X Agência Nacional de Petróleo, que é muito competente e parceiro.

Sr. Presidente, queria fazer alguns registros que entendo importantes. Primeiro, abordo a forma como a Srª Graça falou rapidamente sobre o mercado de gás e petróleo, especialmente sobre a consolidação e massificação do gás natural na matriz energética brasileira, um importante gás. Uma das telas que trouxe mostrava a questão do óleo diesel, do óleo combustível e o espaço que o gás natural pode vir a ocupar em função de uma política estruturada exatamente com o intuito de fazer esse deslocamento. V. Exª falou rapidamente, e penso que seja um dos problemas cruciais no que ser refere à questão do gás natural.

Fica absolutamente claro, pelas exposições aqui feitas, o primeiro, a necessidade de se discutir uma regulamentação própria para o gás natural. O mercado de gás natural é complexo, veio como um acessório na lei do petróleo, mas na verdade ele tem que ter um tratamento específico. Gosto de ver, De Luca, Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. O próprio IBP já segregou porque já viu que é diferente, como já sabia há muito tempo. Então a importância de se estabelecer uma legislação específica para o gás natu-

ral. Somente para despertar um debate que acontecerá, essa conceituação de gás natural commodity ou não, considero isso muito importante. A Graça falou muito bem, o gás natural sendo utilizado em vários tipos de segmentos da economia. Costumo repetir muito, já de anos, discutíamos pólos de siderurgia com redução a gás natural, como a Bahia tem, fazendo isso no Espírito Santo, fazendo isso em São Luis do Maranhão, em Corumbá, em Mato Grosso do Sul. O gás natural precisa atender esse segmento, precisa atender a indústria petroquímica. E aí, Graça, penso que o Ministério e também a Ministra Dilma está tocando o dedo na ferida. Essa questão da indústria petroquímica. Não só a Nafta, mas a gás natural especialmente. Fico feliz quando vejo na apresentação também esse estudo de uma indústria petroquímica a gás natural na fronteira com a Bolívia.

E vamos, no Senado, debater a questão da petroquímica no Brasil, o papel da Petrobrás com relação a petroquímica e todas as conseqüências disso entre outros Estados.

Todas as palestras apresentaram, a força do mercado industrial e tem que ser assim mesmo. Mas isso associado à geração de energia, à utilização comercial, à utilização residencial, veicular, efetivamente, vamos construir uma política de gás natural competente e que sinalize para todas as empresas de petróleo e gás que estão aqui representadas o destino do Brasil, como as autoridades do Governo brasileiro enxergam o mercado de gás natural e a sua importância para o futuro do Brasil.

Aproveitando essa oportunidade, gostaria de ressaltar, dentro da sua exposição, Xisto, no que se refere à complementação térmica, as usinas térmicas a gás natural dentro do sistema interligado brasileiro. É por isso que esse primeiro encontro é importante, vai crescer cada vez mais. A bancada do gás hoje é uma bancada já com muitos parlamentares aqui no Senado. Os Senadores aqui presentes são alguns dos componentes da bancada do gás. A bancada é muito maior. Então, esse tema vai crescer muito aqui no Congresso, especificamente aqui no Senado Federal.

Primeiro, um grande equívoco associado a geração de energia. Um discurso favorável às usinas hidrelétricas, o que não questiono porque evidentemente a energia brasileira será predominantemente hídrica, mas não podemos construir um sistema que só dependa de São Pedro. Estamos vendo rapidamente a mudança de cenário. O Sul do Brasil já com problemas de suprimento de energia. O Nordeste com vazões afluentes do São Francisco muito aquém do que se projetava e um sistema para garantir, e aí, Dr. Xisto, o Sr. fala muito bem para garantir o futuro, que é esse estudo que me parece V. Sª apresentará sexta-feira, em São Paulo, a economia do País não pode sofrer qualquer tipo de risco em função de uma falha no suprimento de energia. Basta ver o que ocorreu em 2001.

Portanto, é absolutamente fundamental que a (inaudível) e Casagas natural operem de maneira flexível, com **take or pay** próximo de 40% ou níveis assemelhados, porque esse estudo que se apresentou, De Luca, é muito interessante, um estudo que inclusive pautará a nossa discussão aqui não só com relação à política de gás, mas também à proposta de reforma do modelo do setor elétrico, que a Ministra Dilma Rousseff está encaminhando aqui para o Congresso Nacional, um estudo de fundamental importância, que caracteriza nitidamente a necessidade de haver um sistema híbrido para garantir a confiabilidade do sistema para quem precisa investir, produzir e gerar emprego.

É importante, e vejo pela Drª Graça, uma pessoa fundamental lá no Ministério que assessora a Ministra Dilma Rousseff, a convicção, como também de todo o mercado de petróleo, da importância do gás natural, tendo como âncora, entre outros segmentos, a geração de energia para garantir a confiabilidade do sistema. Teremos de nos debruçar muito, Graça, sobre uma regulamentação clara para a questão do gás natural.

Também não posso deixar de falar aqui da Medida Provisória nº 127, que, para mim, foi um grande avanço – o Sr. Djalma citou isso – do Governo, que introduziu o conceito de gasoduto de infra-estrutura, fundamental para dar solidez ao mercado de gás natural no Brasil. Acho que houve um avanço substancial nessa proposta encaminhada pelo Governo e pelo Ministério de Minas e Energia.

Eu não poderia também deixar de registrar, como observação, que é curioso, meu caro De Luca, há 3 anos, crescíamos 24 ou 25% e, em 2003, temos um crescimento próximo a 1,5%. O que será que deve ter ocorrido? É uma pergunta que talvez discutamos mais adiante, mas é estranho que uma indústria com crescimentos próximos a 24, 25% tenha tido um crescimento tão pequeno em 2003, muito aquém do que a média verificada. Alguma coisa existe, estamos enfrentando algum problema que precisamos encarar com seriedade e, acima de tudo, com lucidez. Aliás, o mercado de gás natural precisa de lucidez, de seriedade, para ser encarado de maneira pragmática e absolutamente com um sinal claro de que o gás natural veio e para ficar. As indústrias aqui presentes

acreditam no mercado de gás natural, investiram em exploração, investem e investiram em produção e efetivamente temos de ter a responsabilidade de estabelecer o marco regulatório competitivo, com um apresssamento compatível para que venhamos a consolidar o o combustível mais usado no mundo. Basta ver que as reservas de gás natural e de petróleo já hoje se equiparam pela importância do gás natural em vários continentes. Não é uma moda, mas um combustível que veio para ficar.

Isso mencionado, com as observações todas feitas, eu só gostaria de fazer uma pergunta, Graça. Estamos debatendo o projeto malhas, estamos discutindo Urucu-Porto Velho, (Fora do microfone – inaudível), mas o que ocorre – com o pouco conhecimento que tenho do andamento desses projetos, já estruturaram o financiamento. Existem grupos dispostos a investir conjuntamente com a Petrobrás. Os projetos estão bastante evoluídos na companhia e, eventualmente, com os futuros sócios. O que ocorre, em função do que foi apresentado aí, daqui a pouco a não-compatibilidade do mercado com a infra-estrutura disponível, o que efetivamente está ocorrendo e que não leva à implantação de gasodutos, que são fundamentais para atender a expansão do mercado?

Se existe financiamento e a vontade do investidor, onde estamos pecando, pois esses projetos patinam permanentemente e não são implantados? Eu estou fazendo essa pergunta ao senhor, pois, recentemente, estive com várias pessoas envolvidas nesses projetos e eles estão com dificuldades na mobilização, na colocação, inclusive, dos equipamentos que já foram disponibilizados para construção desses gasodutos. E, aparentemente, por alguma razão, isso não caminha. Era a pergunta que eu gostaria de fazer, exatamente, para aproveitarmos a presença de vocês, para que tenhamos, pelo menos, um esclarecimento e, para dizer Graça que estamos à disposição. Nós somos companheiros, companheiros da Ministra Dilma e contem conosco para que, efetivamente, venhamos a atuar muito juntos com o Ministério de Minas e Energia, para consolidar a área de energia, que é fundamental para o nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Bom, eu passo a palavra para a Drª Maria da Graça, para que ela responda a essa questão. Posteriormente, encerraremos os trabalhos.

A SRA MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Bom, eu responderei à pergunta do Senador Delcídio e incluirei nessa resposta comentários a respeito do que foi colocado pelo Senador Tourinho. Dentro da indústria do gás, pela atividade que temos tido nesses 25 anos da indústria de petróleo e gás, a motivação pelo gás provoca, no mínimo, muita ansiedade.

Então, quando o senhor coloca a minha preocupação ou a indignação, ela é absolutamente real. É exatamente como o senhor colocou. Conhecemos o mercado de gás; sabemos a possibilidade da sua penetração; sabemos das dificuldades reais que o Nordeste tem, pois ele precisa do gás para ontem, e precisamos de dois anos para viabilizar a infra-estrutura de transporte; e sabemos das dificuldades que existem, de fato, em quaisquer empresas que são produtoras de petróleo, de tal forma que elas possam harmonizar os seus combustíveis e auferir lucro, ter os seus investimentos remunerados, quando ela tem a sua carteira de combustível a ser colocada no mercado.

Então, entendemos essa posição. Sabemos que, de fato, a penetração do gás, no mínimo, começa por ter preços competitivos com a realidade dos Estados. Há Estados em que há um alto consumo de energia, que tem um parque industrial perfeitamente bem desenvolvido e temos outros Estados que demandam oportunidades para desenvolver, por exemplo, o segmento industrial.

Então, é necessária a harmonização dessas oportunidades, porque não podemos tratar o gás natural como um problema. Ele é uma oportunidade. O nosso País é produtor de gás. Temos 3% das nossas bacias sedimentares em atividades exploratórias. A oportunidade da descoberta de mais gás é real. É uma questão de tempo. Então, precisamos desenvolver essa política de gás natural, de tal forma que ela comporte as oportunidades para o País; que a colocação do gás signifique não ser um problema, mas uma oportunidade. Um País que dispõe de energéticos não pode tratar esse energético como problema.

Então, esse trabalho da política de gás que nos foi colocado pelo nosso Presidente da República é um exercício claro, uma oportunidade clara, do desenvolvimento desse exercício, que é harmonizar os combustíveis neste País, buscando minimizar as desigualdades regionais do País; dar oportunidades ao desenvolvimento industrial; utilizar-se, para a geração de energia elétrica, daquela energia que significa o desenvolvimento econômico e industrial. Então, tudo isso vai ser feito não somente porque o modelo agora será colocado para avaliação, mas como um dever de quem está definindo essa política do gás.

Nós temos cinco diretrizes bastante claras a serem definidas. Uma delas passa pela revisão do arcabouço regulatório, pela formação de preço, por dar sustentabilidade ao gás de uma forma sinérgica, com

os outros combustíveis que aí estão colocados, pelo desenvolvimento de infra-estrutura, pelo melhor uso das nossas reservas de gás.

A portaria, como foi colocada, passa por considerar a participação de muitos dos agentes que estão aqui. Tem sido uma marca do Ministério de Minas e Energia trabalhar com o mercado. É muito raro eu olhar para um rosto aqui e não saber de onde ele veio e de que indústria é, porque nós temos trabalhado bastante juntos.

Eu gostaria de convidar os Senadores aqui presentes – e mais do que convidar eu gostaria de pedir – que participem conosco do exercício de definição dessa política e nos tragam aqui, para passar para V. Exªs, nesses quatro meses, em que estágio de desenvolvimento nós estamos, para que V. Exªs possam interferir efetivamente nessa política de gás, que tem por objetivo o desenvolvimento do mercado de gás no País, o aumento da competitividade do gás e o trabalho no mercado competitivo entre agentes. Esse é um ponto fundamental. Então, eu gostaria de convidar os Senadores Rodolpho Tourinho, Delcídio Amaral, José Jorge e todos os Senadores que estão aqui para participarem conosco. Mas eu não estou convidando, estou pedindo para que V. Exªs possam colaborar conosco. A indignação, a preocupação e a ansiedade são grandes, viu? Eu gostaria que V. Exª soubesse que acertou em ler aqui a minha posição na minha fala.

Com relação à questão dos gasodutos na região Amazônica, esta região, no nosso País, passa pelos mesmos desafios na área ambiental que o mundo hoje passa. A indústria de petróleo e gás passa por dificuldades mundiais. O desenvolvimento de atividades exploratórias, seja por petróleo ou por gás natural em qualquer parte desse mundo é cada vez mais difícil do ponto de vista dos deveres ambientais que as operadoras têm, e que os governos dos países têm em colaborar para que efetivamente nós tenhamos uma aderência entre o empreendimento do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Eu reputo as dificuldades que temos tido, que são coerentes, como desafios pelos quais nós precisamos passar, mas não somente em relação à região Amazônica, para todos os cinco mil quilômetros de gasodutos que nós precisamos fazer para desenvolver o mercado, fora o gasoduto que integrará, num futuro próximo, a região Norte e a região Sul do País, se considerarmos também a perna sul e a entrada de gás também pela Argentina.

São desafios reais. Eu reputo especificamente sobre as questões ambientais. As questões ambientais são absolutamente e literalmente relevantes e nós devemos obedecê-las. É preciso que haja um planejamento e a gestão para superar essas dificuldades. Esse é o ponto que eu entendo que seja o dever do Ministério de Minas e Energia exercitar esse trabalho junto ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama, e que a Petrobras busque as melhores práticas – e seus sócios, evidentemente – para que o gasoduto possa sair e trazer os bens econômicos que a nossa região Amazônica precisa, sem ter atividade predatórias naquela região.

Eu reputo a questão ambiental e a necessidade de que nós façamos um trabalho de planejamento melhor organizado para superar os desafios que são do mundo. Hoje, quanto ao petróleo e ao gás natural as tecnologias deverão vir cada vez com mais talento e criatividade, para que nós possamos produzi-los no Brasil e em qualquer lugar do mundo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Tem a palavra pela ordem V. Exª.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu gostaria de formalizar o requerimento que disse que faria, que viesse nos explicar aqui a situação do gasoduto, Coari/Manaus, Urucu/Porto Velho, Camamu, Pólo Petroquímico da Bahia, Sudeste, Nordeste. Perguntaria a Drª Graça quem seria que pudesse vir nos auxiliar nesse processo de entendimento para que a gente possa também auxiliar nesse processo todo.

A SRA MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Essa é uma tarefa que gostaria já de me colocar como voluntária a sentar com V. Exªs, para que a gente definisse o que queremos ouvir, especificamente, fazer uma agenda bem apertada para não dar espaço para que tenhamos que ouvir aquilo que já é fato relevante, está na mídia. Aí me coloco como voluntária a colaborar que V. Exªs para definirmos uma agenda, definir nomes e trazermos para cá aqueles que precisam falar para nós a situação atual do planejamento, da superação das dificuldades; para que possamos ter esses gasodutos aí, operando muito em breve.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Se eu pudesse fazer uma proposta, Sr. Presidente, seria no sentido de que a Drª Graça coordenasse isso, conversasse, mesmo porque o requerimento já estaria apresentado nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não.

Então vamos, posteriormente, designar alguém.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Obrigado, Sr. Presidente, acho que até aproveitando a oportunidade que a Garça está nos dando. Acho, Graça, que hoje demos um empurrão aí nesse assunto, mas você tocou num ponto que eu acho importante, é termos uma oportunidade de discutir até o estado da arte hoje com relação ao gás natural, o que está sendo feito. Independentemente, essas questões são de fundamental importância também, mas temos essa necessidade de nos aprofundar para ajudar o Ministério, a Ministra tem sensibilidade para essa questão do gás natural para que a gente caminhe não só com essa legislação, mas ataque essas questões de infra-estrutura, que vão ser fundamentais, não só para a Bahia, também para a Região Amazônica, que com toda sua elegância Graça, volto a dizer que algum problema há. Preocupa-me muito a questão do licenciamento ambiental em função das coisas que temos visto aí pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, Srs. convidados, sei que as questões já foram amplamente debatidas – tive que dar uma saída, participava de outras comissões, da CAE e da Educação – aqui pelo Senador Tourinho e pelo Senador Delcídio e por V. Exª também que tem debatido muito esta questão do gás, como alternativa energética do nosso País.

O que nos indigna, como falou o Senador Tourinho, é a questão de Rondônia, o Gasoduto Urucu/Porto Velho, secretário esteve lá num seminário com a comissão da energia da Amazônia, da Câmara dos Deputados, onde pus me fazer presente, esse gás já era para ter chegado a uns dois anos em Porto Velho e por questões ambientais. Acredito que o Governo, como de uma certa forma ele controla também os órgãos federais, tinha que haver uma sintonia mais afinada entre o meio ambiente e o Ministério das Minas e Energia, a Eletrobrás, a Petrobrás. Estamos queimando essa térmica de Porto Velho, de 400 **megawatts**, foi concebida para abastecer Rondônia e o Acre, tendo em vista que as usinas hidroelétrica, pequenas, de Rondônia não estavam dando mais conta. E se não tivesse construído essa térmica – que hoje era diesel ciclo combinada, ela era a diesel para depois passar à gás -, hoje já estaríamos em colapso, tanto Rondônia como o Estado do Acre. Já tem uma linha de transmissão de Porto Velho a Rio Branco que os motores de Rio Branco já teriam estrangulado se não tivesse chegado a energia da térmica de Porto Velho em Rio Branco do Acre. De forma que queimamos hoje um milhão de litro de diesel por dia – se formos fazer as contas isso chega a R$40 milhões, R$ 45 milhões/mês. E o gás está sendo extraído junto como petróleo, parte queimado na atmosfera e parte sendo reinjetado para, posteriormente, ser extraído novamente, para transportar para Manaus e Porto Velho.

Então vejo um prejuízo muito grande para o País, sobretudo para a nossa região, queimando óleo diesel que é mais poluente do que o gás, se poderia já estar sendo usado esse gás?

E o entrave hoje é apenas ambiental. Sei que não é mais problema da Petrobrás, da Eletrobrás, do Ministério das Minas e Energia e, sim, apenas do meio ambiente. Teve um problema também de questão jurídica do Ministério Público Federal de Manaus que impetrou uma ação contra a licença provisória do meio ambiente para construção do gasoduto.

Não posso culpar apenas o governo atual, porque vem debatendo desde o governo anterior, mas está faltando uma sintonia dos órgãos governamentais para a construção dessas obras importantes para o País. Se esperarmos pela boa vontade do meio ambiente não iremos ter obra nenhuma de infra-estrutura no País. Hoje é o gás, amanhã serão as hidrelétricas e já estamos trabalhando no rio Madeira com uma capacidade de 7 mil **megawatts** para abastecer o Brasil, porque futuramente se o País crescer, como é a expectativa da equipe econômica do Presidente Lula, de 3,5 no ano que vem; 4,5 em 2005; 5,5 em 2006 e daí por diante, dentro de quatro ou cinco anos não teremos mais energia para abastecer nossas indústrias.

De forma que, essas obras são importantes, tanto as obras de gás quanto as hidrelétricas, para a sustentabilidade do crescimento do nosso País. Então, esse é o reforço que quero fazer e indagar da SRA Secretária se essa questão do gasoduto Urucum-Porto Velho sairá ou ficará mais um ano ou dois, da forma que está vindo agora.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao Senador Raupp e passo a palavra à Secretária Graça para que dê uma resposta.

A SRA MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Quanto a Urucum-Porto Velho nós temos estado intensamente próximos da área ambiental, em especial com a secretaria que trata da região Amazônica especificamente. Tivemos reuniões que foram questionadas uma série de ações com relação ao licenciamento ambiental, para promover as licenças que o gasoduto demandam e a secretaria colocou que uma série

de exigências teriam que ser revistas e que melhorias deveriam ser feitas.

Então, o Ministério de Minas e Energia se colocou à disposição para responder a todas as perguntas, junto com os agentes, de tal forma que identificássemos o real problema para cobrarmos do mercado respostas corretas e inquestionáveis do ponto de vista ambiental, porque o Ministério das Minas e Energia se soma ao Ministério do Meio Ambiente para que façamos as nossas obras de infra-estrutura corretamente.

Então, recebemos da secretaria da região amazônica 8 perguntas, que foram respondidas. Não me lembro exatamente a data, mas na primeira semana de dezembro teremos um encontro de quantas horas forem necessárias para juntos com especialistas da área, com toda a documentação que registra toda a história, desde o primeiro momento que se rabiscou no papel esse gasoduto, toda a documentação para que possamos responder todas as questões

Então, estamos bem preparados, o Ministério de Minas e Energia, a Petrobras e os outros parceiros da Petrobras e nós também temos o Ministério do Meio Ambiente bem preparado. Acreditamos que a primeira semana de dezembro signifique um marco de superação das dificuldades ambientais, pelo menos do ponto de vista de esclarecimento do que fazer, o que você quer que eu faça, o que você quer que eu responda, com que intensidade eu preciso responder.

Esse é o ponto e tem sido um trabalho bastante interessante com o MMA e entendo que vamos superar essas dificuldades específicas do gasoduto Urucum-Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Gostaria de agradecer e dizer a todos e dizer que, na realidade, todos esses projetos, tanto do gás quanto do modelo do setor elétrico, participam de um debate interno no Ministério em que Senadores e Deputados e convidados podem participar. Eu que sou um Senador do Partido de Oposição prefiro discutir no Congresso Nacional, onde há uma discussão mais aberta e nos deixa mais liberdade para levantar determinados pontos de vista. Dou o exemplo da utilização da CDE para os gasodutos na verdade foi colocada no Congresso, não foi proposta do Executivo. A proposta do Executivo não tratava deste assunto. Era uma medida provisória que tratava do financiamento das distribuidoras do setor elétrico.

Então, penso que aqui, no Senado, temos que também montar uma estrutura técnica de apoio, não só internamente, como também com diversas instituições que se dedicam ao tema, como tivemos diversas aqui, para que possamos, chegado o projeto, ter uma opinião técnica com a mesma estrutura que o Ministério tem, porque, na realidade, sempre ficamos no nível de inferioridade técnica. Mas, com mobilização, com o apoio das diversas instituições ligadas ao setor, o Senado pode dar a sua colaboração, a Câmara também, como deram na medida provisória.

Então, agradecemos a Drª Maria das Graças Foster; o Dr. Eraldo Tinoco, que já não está mais aqui; o Dr. José Carlos Cesário de Cechi; ao amigo, Djalma Rodrigues; ao Dr. Xisto Vieira Silva; ao Dr. João Carlos de Luca, Presidente do IBP; e ao Romero, pernambucano como eu.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 13h50min.)

Ata da 27ª Reunião Ordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 2 de dezembro de 2003 às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dois de dezembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador José Jorge, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, João Ribeiro, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Fátima Cleide, Luiz Otávio, Gérson Camata, Augusto Botelho, Leonel Pavan, João Tenório, Ana Júlia Carepa e José Maranhão. Deixa de comparecer por motivo justificado o senhor Senador Magno Malta. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores(as) Eurípedes Camargo, Duciomar Costa, Paulo Octávio, Patrícia Saboya, Valmir Amaral, Rodolpho Tourinho, Amir Lando, Sérgio Guerra e Marco Maciel. Reúne-se ordinàriamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. – Matérias Deliberativas – Item nº 01– Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2003. Terminativo. Ementa: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação de colete salva-vidas em embarcações destinadas ao transportes de passageiros. Autor: Senador Valmir Amaral. Relator: Senador Leonel Pavan. Relatório: Favorável à aprovação do Projeto, com quatro emendas apresentadas. Resultado: Aprovado. Na discussão da matéria fazem uso da palavra os senhores Senadores Gérson Camata, Delcídio Amaral e Leonal Pavan. Passa-se a fase de votação da matéria, oportunidade em foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 02– Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002. Terminativo. Ementa: "Altera a redação des-

critiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre rodovias BR-482 e Br– 262, no Estado do Espírito Santo. Autor: Senador Gérson Camata. Relator: José Maranhão. Relatório: Favorável à aprovação do projeto. Resultado: Aprovado. Obs: Concedido vista da matéria ao Senador Delcídio Amaral, e devolvido sem voto em separado em 11/11/2003. Fazem uso da palavra para discutir o projeto, o seu autor, senhor Senador Gérson Camata e o senhor Senador Delcídio Amaral. Passa-se a fase de votação da matéria oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002. Não Terminativo. Ementa: "Dá nova redação ao artigo 22 da Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos". Autor: Comissão Especial – Rio São Francisco (SF). Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Relatório: Favorável à aprovação do projeto com uma emenda apresentada. Obs: Concedido vista ao Senador Eurípedes Camargo em 02/09/2003 e devolvido sem voto em separado. A matéria foi reexaminada pelo relator em 15/09/03. Em virtude do reexame da matéria, foi concedido vista para a Senadora Fátima Cleide, que devolveu no dia 11/11/2003, sem voto em separado. Resultado: Aprovada. Não havendo oradores inscritos, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 610, de 1999. Não Terminativo. Ementa: "Institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços e dá outras providências." Autor: Senador Geraldo Melo. Relator: Senador João Ribeiro. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: Rejeitada. Não havendo oradores inscritos, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2003. Não Terminativo. Ementa: Modifica o art. 37 da Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios federais. Autor: Senador Paulo Octávio. Relator Senador Teotônio Villela Filho. Relatório: Favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado. OBS: Decisão Terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: Concedido vista coletiva da matéria.. Item nº 06 – Projeto de Lei da Câmara nº 072, de 2003. Não Terminativo. Ementa: Altera o Anexo da Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a BR– 422, no Estado do Pará. Autor: Deputado José Priante. Relator: Senador Duciomar Costa. Relatório: Favorável à aprovação do Projeto. Resultado: A Comissão decidiu pela prejudicialidade do projeto, em virtude da matéria já ter sido contemplada com a sanção da Lei nº 10789, de 28 de novembro de 2003. Extra-Pauta – Item nº 01 – Requerimento nº 26, de 2003. Assunto: Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir e esclarecer o andamento dos projetos para construção do Gasoduto Camamu/Salvador e do Gasoduto Sudeste/Nordeste– GASENE. Para tanto sugiro o convite ao Diretor de Gás e Energia da Petrobrás, Sr. Ildo Sauer, ao Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, Sr. Guilherme Estrela, ao Presidente da GASPETRO, Sr. Djalma Rodrigues de Souza e ao Diretor da Empresa Queiroz Galvão Perfurações S/A, Sr. Antônio Augusto Galvão. Resultado: Aprovado. Não havendo oradores inscritos, passa-se a fase de votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço que a pauta de hoje consta de seis itens, além de alguns extrapauta. Há alguns requerimentos extrapauta que vou colocar logo sob apreciação enquanto se completa o quórum.

Requerimento: nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer audiência pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de discutir e esclarecer o andamento dos projetos de construção do Gasoduto Camamu – Salvador

e do Gasoduto Sudeste – Nordeste, chamado Gasene. Como todos sabem, esses dois gasodutos são fundamentais para o abastecimento de gás no Nordeste, que hoje tem o seu consumo bem maior do que a oferta. Para tanto, sugere convite ao Diretor de Gás e Energia da Petrobras, Sr. Ildo Sauer, ao Diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Sr. Guilherme Estrella, ao Presidente da Gaspetro, Sr. Djalma Rodrigues de Souza, e ao Diretor da Empresa Queiroz Galvão Perfurações S.A., Sr. Antônio Augusto Galvão. Autor: Senador Rodolpho Tourinho.

Em votação o requerimento.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esse requerimento foi uma conseqüência da reunião anterior que fizemos sobre gás.

Vamos passar à pauta de hoje.

Item 2, cujo Relator é o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Sr. Presidente, informo-lhe que já fiz a leitura do relatório na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002, terminativo, que altera a relação descritiva da Rodovia do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de dezembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre as duas rodovias BR-422 e BR-262, no Estado do Espírito Santo. Autor: Senador Gerson Camata, que está presente. Relator: Senador José Maranhão, que também está presente.

O relatório é favorável à aprovação do projeto e já foi lido na reunião anterior. Foi concedida vista ao Senador Delcídio Amaral e devolvido sem voto em separado em 11/11/03.

Em discussão o projeto.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, foi efetivamente pedida vista, mas conversamos com o Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto, e suspendemos o pedido de vista ao relatório do Senador José Maranhão, como do projeto do Senador Gerson Camata, importante para o Estado do Espírito Santo. Conseqüentemente, não temos nenhum óbice à sua aprovação até porque, assim, damos um tratamento isonômico a outros casos aqui apresentados e aprovados na última reunião da Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Continua em discussão.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Sr. Presidente, efetivamente, naquela mesma reunião, haviam sido aprovados dois projetos semelhantes a este. Um deles, inclusive, era bem igual porque unia duas BR's, como o que dispõe esse projeto. No Municípios de Muniz Freire e no Município de Castelo pretendemos também a federalização.

Agradeço a intervenção dos ilustres Senadores Duciomar Costa e Sibá Machado e outros junto ao Ministério dos Transportes. Agradeço também o relatório do Senador José Maranhão que nos ajuda muito e favorece esse grande Município do sul do Espírito Santo com a possibilidade futura – sei que é bem futura – de a estrada ser asfaltada.

Muito obrigado a V. Exª pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado ao Senador Gerson Camata.

Como, aparentemente, todos estão favoráveis ao projeto, considero-o aprovado por unanimidade.

Parabéns ao autor, Senador Gerson Camata; ao Relator, Senador José Maranhão, e ao Senador Delcídio Amaral, pela colaboração.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo projeto é de autoria do Senador Gilberto Mestrinho. Pedirei a outro Senador que leia o relatório, porque a matéria já esteve na pauta.

O Senador Gilberto Mestrinho é Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Normalmente, a Comissão de Infra-Estrutura e Serviços funciona no mesmo horário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. É impossível S. Exª estar presente em dois lugares ao mesmo tempo.

Item 3:

Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002, não-terminativo. Ementa. Dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a política nacional de gerenciamento de recursos hídricos para alterar a destinação de recursos financeiros provenientes da cobrança, pelo uso, de recursos hídricos. Autor: Comissão Especial do rio São Francisco. Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

O relatório é favorável à aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

Foi concedida vista, em 2 de setembro de 2003, ao Senador Eurípedes Camargo e devolvido sem voto em separado. Em 15 de setembro de 2003, foi encaminhado ao Relator para reexame da matéria e devolvido com modificações. Foi concedida vista à Senadora Fátima Cleide e devolvido sem voto em separado, em 11 de novembro de 2003. O relatório já foi lido pelo Relator e devolvido, após pedido de vista, sem voto em separado.

Em discussão o projeto com a emenda.

Algum dos Senadores deseja discutir o projeto? (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Relator e a emenda.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4:

Projeto não-terminativo. Institui normas para a fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de tratamento sanitário no País. Regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços e dá outras providências.

O autor é o Senador Geraldo Melo e o Relator é Senador João Ribeiro.

O relatório é pela rejeição da matéria.

Peço ao Senador Gerson Camata que leia o relatório do Senador João Ribeiro.

O SR. RELATOR "AD HOC" (Gerson Camata) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um projeto de autoria do Senador Geraldo Melo cujo parecer foi redigido pelo Senador João Ribeiro.

Esse projeto, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebeu várias emendas que o aperfeiçoaram. No entanto, na análise do projeto o Senador João Ribeiro termina propondo a rejeição. S.Exª afirma que, a despeito das intenções meritórias do autor, a proposição não merece prosperar uma vez que as regras propostas dificilmente atingirão os objetivos almejados.

Com relação ao atendimento dos usuários de baixa renda, o projeto cria um sistema rígido que congela uma situação e tabela o valor das tarifas, impedindo qualquer ajuste posterior.

Também é na esfera local que se decide sobre a conveniência de conceder serviços à iniciativa privada. A matéria acaba entrando na competência do Municípios e até dos Estados que, às vezes, são os detentores das concessões dos serviços que o projeto pretende regulamentar. Por outro lado, exige aporte de capital privado feito mediante ampliação do capital das empresas que são privatizadas na área. Com isso, induz as empresas ao gigantismo. Assim, uma pode acabar com o aporte de capital das outras, tornando-se monopólios, oligopólios.

Diante do arrazoado que apresenta, S. Exª conclui pela rejeição do projeto de lei.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao Senador Gerson Camata.

Em discussão o projeto.

Aqueles que quiserem discutir o projeto queiram manifestar-se. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Relator com a emenda.

As Srªs e os Srs. Senadores que forem favoráveis ao relatório, ou seja, pela rejeição do projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O relatório foi aprovado. Conseqüentemente, o projeto foi rejeitado.

Item 5:

Projeto não-terminativo. Modifica o art. 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica nos rios federais.

Autor: Senador Paulo Octávio.

Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Favorável ao projeto na forma do substitutivo que apresenta.

Peço ao Senador João Tenório, que é o suplente do Senador Teotônio Vilela Filho, que é agora membro titular desta Comissão, que lesse, então, o Relatório.

O SR. RELATOR "AD HOC" (João Tenório) – Sr. Presidente, exatamente como V. Exª disse, substituindo o Senador Teotônio Vilela Filho, que se afastou por razões pessoais, por algum tempo, sem muita intimidade com o assunto, eu gostaria de, em vez de comentar, exatamente ler o Relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, pode ficar à vontade.

Tem a palavra V. Exª para ler o Relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (João Tenório) – O projeto de lei em exame, de autoria do Senador Paulo Octávio, foi apresentado em 19 de fevereiro de 2003, sendo distribuído à Comissão de Assuntos Sociais para decisão terminativa. Com a aprovação do Requerimento nº 55, de 2003, subscrito pelo Senador Tião Viana, a proposição foi submetida à Comissão de Serviços de Infra-estrutura. Coube a nós relatar a

matéria. Trata-se de proposição formulada com o objetivo de modificar o art. 37 da Lei nº 9.433 de 1997, para ampliar as condições de criação dos comitês da bacia hidrográfica. Segundo a proposta, esses comitês passam a atuar em sub-bacias hidrográficas de tributários do curso de água principal da bacia até a sub-bacia hidrográfica do rio de quinta ordem, de acordo com a sistemática oficial de ordem dos rios federais, bem como em sub-bacia hidrográfica de tributário de curso de água principal da bacia do rio acima de quinta ordem, desde que a situação socioeconômica e ambiental o justifique, a critério do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Segundo o autor, a redação vigente no art. 37 contraria os fundamentos da referida lei, no que tange à implantação na política nacional de recursos hídricos e à descentralização da gestão, com participação do Poder Público dos usuários e das comunidades, ao admitir a criação do comitê da bacia hidrográfica somente para rios de até terceira ordem.

O Distrito Federal, ainda segundo o Senador Paulo Octávio, encontra-se impossibilitado de estabelecer em conjunto com o Governo Federal o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto, por este ser um rio de quinta ordem, o que comprometeria, a respeito, a qualidade de disponibilidade de água nessa unidade da Federação, onde se localiza a capital federal. A situação atual prejudicaria os rios de partes altas das bacias, além de resguardar o comando do gerenciamento a estruturas vinculadas a rios de maior caudal.

Como a análise é um tanto longa, eu sugeriria aos Srs. membros da Comissão apenas que aceitassem a leitura do voto final. Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2003, na forma do seguinte substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É bom V. Exª ler o projeto, apenas o projeto.

O SR. RELATOR "AD HOC" (João Tenório) – O projeto...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – É curtinho.

O SR. RELATOR "AD HOC" (João Tenório) – V. Exª fala da análise?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não, o projeto.

O SR. RELATOR "AD HOC" (João Tenório) – Certo.

Modifica o art. 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para autorizar a criação do Comitê de Bacia do Rio Descoberto, que banha o Goiás e o Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 37 da Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o parágrafo anterior:

Art. 37. (...)

§ 1º (...)

§ 2º Poderá ser instituído o Comitê de Bacia Hidrográfica para o rio Descoberto, que banha o Goiás e o Distrito Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Relator: Teotônio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Muito obrigado.

Então, está em discussão.

Senador Gerson Camata, V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido-ES) – Quero primeiro cumprimentar o autor do projeto, o ilustre Senador Paulo Octávio, mas é um projeto que modifica de uma maneira muito radical uma legislação oriunda de 89 depois modificada em 97. Isso precisa de um estudo mais profundo talvez em uma audiência pública em que possamos fazer porque expande até os rios de quinta grandeza.

No decreto anterior dizia que toda água que a confluência se dá direção da bacia principal. Praticamente quase a mesma coisa, mas é bom que se tenha – ainda nessa época em que a água está sendo um produto de primeira necessidade, aliás sempre foi, mas o mundo começa a despertar para isso – um estudo mais profundo. De modo que pediria licença ao ilustre Relator para pedir vistas e darmos uma estudada mais aprofundada no projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Assim, fica concedida a vista a V. Exª. Também concordo que a vista seja necessária, embora o Presidente não precise concordar, porque o pedido de vista é regimental, mas entendo que esse projeto mereceria uma análise mais detalhada.

Fica concedida a vista ao Senador Gerson Camata, a mim e ao Senador Delcídio Amaral.

Item 6:

Projeto de Lei da Câmara nº 272/2003, cuja emenda altera o anexo da Lei nº 5.917 de 10 de setembro de 1973 para incluir a BR-422 no Estado do Pará. O autor é o Deputado José Priante e o Relator e o Senador Dulciomar Costa. O relatório é favorável à aprovação do projeto.

Pediria ao Senador Valdir Raupp para ler o relatório do Senador Dulciomar Costa. Tem a palavra V. Ex.ª

O SR. RELATOR "AD HOC" (Valdir Raupp) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, chega à Comissão de Infra-Estrutura para apreciação o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2003 (nº 4068, de 2001 na Casa de origem) que visa incluir um novo trecho rodoviário na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917 de 10 de setembro de 1973.

O trecho rodoviário em questão interliga os Municípios paraenses de Tucuruí, Cametá e Limoeiro do Ajuru, sendo este localizado no entroncamento da BR-422 que liga Tucuruí à BR-230, a chamada Rodovia Transamazônica.

O projeto é acompanhado de anexo contendo informações sobre as características físicas e mapa de localização do trecho rodoviário em defesa da proposição, argumenta-se que a rodovia em exame é a única ligação rodoviária da região do Baixo Tocantins com a Transamazônica BR-230 e que constitui o prosseguimento natural da BR-422, a qual não estaria completa sem a agregação do novo trecho.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado com o substitutivo na Comissão de Viação e Transportes pela não-implicação da matéria com aumento ou diminuição de receitas ou de despesas públicas.

Na Comissão de Finanças e Tributação, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste e do substituto adotado pela Comissão de Viação e Transporte, da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa deste e do substitutivo da Comissão de Viação e Transporte do Senado, submetido à apreciação desta Comissão não recebeu emendas no prazo regimental.

Da análise quanto ao mérito. A proposta de inclusão da rodovia na relação descritiva das rodovias do PNV encontra pleno respaldo no âmbito desta Comissão. O aumento das acessibilidades é um dos itens mais importantes para o desenvolvimento de uma região como a Amazônia, onde as grandes distâncias e a precariedade das vias de comunicação limitam a mobilidade da população e comprometem o acesso dos habitantes aos serviços sociais e econômicos.

No que tange aos aspectos legais, o projeto em exame encontra respaldo no art. 22, § 11, da Constituição Federal, que inclui os transportes na reserva de competência legislativa da União. Assim, cabe ao Congresso Nacional (art. 48), bem como a qualquer de seus membros (art. 61), a iniciativa para a proposição de leis sobre tais matérias. O projeto não apresenta vícios de iniciativa, inconstitucionalidade ou juridicidade que o desabonem.

Voto.

À vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2003.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Em discussão o projeto.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, gostaria de lembrar, a despeito do posicionamento do Relator, que o Projeto de Lei da Câmara nº 072 já foi sancionado. Foi contemplado pela Lei nº 10.789, na última sexta-feira, dia 28 de novembro de 2003. Portanto, minha ponderação é de que rejeitássemos o parecer do Relator, até porque já foi contemplado o projeto através da Lei nº. 10.789, de sexta-feira, dia 20 de novembro, quando foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Na realidade, o projeto é que foi contemplado. Foi a estrada, no caso. O objetivo do projeto era incluir uma estrada no Plano Nacional de Viação. Portanto, o objeto do PLC nº 072, que é o que estamos discutindo, já se encontra contemplado com a sanção da Lei nº 10.789, na última sexta-feira, dia 28 de novembro de 2003, cuja ementa reproduzo a seguir:

"Altera a Lei nº 5.917 de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a modificar a descrição da rodovia BR-422 na relação descritiva do Sistema Rodoviário Nacional".

Nesse caso, o projeto torna-se inócuo. Considero-o prejudicado.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – V. Exª me permite uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Como o projeto veio da Câmara dos Deputados, e observamos o tratamento que é dado naquela Casa aos projetos do Senado Federal, acredito que devemos fazer algo diferente: comunicar ao autor do projeto na Câmara dos Deputados que o projeto esteve aqui. Não foi rejeitado, mas retirado de pauta diante da decisão presidencial de atender o objetivo do projeto. Foi retirado de pauta e devolvido ao seu autor. Dessa forma, o autor tem a oportunidade de ver que o escopo pretendido foi atingido, e não pode dizer que projeto de sua autoria foi sepultado nesta Comissão, como sói acontecer com nossos projetos naquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado. Na realidade, podemos dizer que o projeto foi prejudicado.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – É. Foi prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Portanto, devolvido. Penso que a palavra técnica é "prejudicado".

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – Gostaria de ter muitos projetos prejudicados dessa maneira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Prejudicado pelo atendimento. Portanto, o projeto é considerado prejudicado e é retirado de pauta. Retorna à Câmara dos Deputados.

Item 1:

Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2003, terminativo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de dotação de colete salva-vida em embarcações destinadas ao transporte de passageiros. Autor: Valmir Amaral. Relator: Senador Leonel Pavan. O relatório é favorável à aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta. Senador Leonel Pavan, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Leonel Pavan) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de enaltecer e cumprimentar o nobre Senador Valmir Amaral por tentar, por intermédio de um projeto de lei, criar meios de fazer com que possamos trazer mais segurança às pessoas que usufruem de embarcações.

O projeto do Senador Valmir Amaral contém cinco artigos: o primeiro anuncia a determinação expressa na ementa; o segundo estabelece a necessidade da instalação dos coletes em locais de fácil acesso; o terceiro remete à regulamentação do Poder Executivo os casos em que o uso dos coletes pelos passageiros seja obrigatório, bem como as sanções aplicáveis em caso de inobservância da lei; o quarto ressalva o transporte de passageiros, objeto de tratados internacionais; e o quinto, cláusula de vigência.

Porém, na análise, a Constituição Federal determina, em seu art. 22, inicio X, que a competência para legislar sobre navegação lacustre, fluvial e marítima é exclusiva da União. Além disso, a matéria do projeto é da competência do Congresso Nacional, conforme o disposto no art. 48, e não apresenta reserva de iniciativa, conforme o art. 61, podendo ser apresentada por um Senador isoladamente.

Quanto ao mérito, concordamos que é necessário disciplinar, por meio de lei, tão importante matéria. Na medida em que todas as embarcações que circulam no território nacional sejam obrigadas a portar coletes salva-vidas em quantidade superior ao número de passageiros embarcados. Estaremos dando as condições necessárias para que o maior número de vidas humanas sejam preservadas na hipótese de ocorrerem acidentes.

Gostaríamos apenas de ressaltar que a exigência de que trata o projeto é o mínimo necessário, sendo conveniente prever que a regulamentação do Poder executivo poderá instituir outras formas de garantir a segurança do transporte aquaviário de passageiros. Este é o objetivo da emenda que encaminhamos em anexo a este parecer.

Sr. Presidente, em relação à técnica legislativa, o PLS nº 376, de 2003, encontra-se de acordo com as diretrizes fixadas na lei complementar LCP nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis, com as alterações promovidas pela LCP nº 107, de 2001.

Acreditamos, contudo, que algumas pequenas emendas de redação poderão contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho legislativo do ilustre Senador brasiliense: primeira, na ementa, coloca a palavra "colete" no plural; segunda, no § 2º do art. 1º, substitui o termo "criança" por "menores de 12 anos", isso aumentando sua precisão; e terceira, no art. 2º, substitui a palavra "instalados" por "dispostos", que denota melhor facilidade de acesso que se pretende garantir. Esse motivo é em função de essa disposição pode estar no porão, e instalado tem que estar instalado em lugar visível. Então, onde estão os coletes? Estão aí à disposição. Então, dispostos estão à disposição em qualquer lugar, e instalados estão em local visível.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 376, de 2003, com as seguintes emendas.

Então, fica mudada: colocar a palavra "colete" no plural; em vez de colocar "criança", colocar "menores de 12 anos", aumentando, assim, sua precisão. Essas seriam minhas emendas.

O voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O projeto está em discussão.

Senador Camata, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-ES) – O projeto, Sr. Presidente, do Senador Valmir Amaral, é de importância vital. Estamos acostumados a ver por aí, principalmente na Região Norte do País, centenas de acidentes, perdas de vidas, inclusive. E não preciso mencionar só a Região Norte, aqui no nosso litoral freqüentemente também tem ocorrido isso.

O nobre relator, Senador Leonel Pavan, melhorou, aperfeiçoou o projeto e ainda introduziu a possibilidade, o que considero de uma lucidez muito grande, de não excluir da lei que outros regulamentos pos-

sam ser emitidos, melhorando ainda mais a segurança daqueles que usam o transporte aquaviário.

Meus cumprimentos, Senador, pelas três emendas apresentadas, pelo excelente relatório que trouxe à Comissão; creio que este é um dos projetos que merece uma rápida aprovação no Senado e também a sanção presidencial no futuro.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Em discussão.

Senador Delcídio, V. Exª tem a palavra.

O SR. DELCÍCIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Presidente, é apenas para registrar também os meus parabéns ao Senador Leonel Pavan pela iniciativa.

Acredito que temos, de maneira contumaz, acompanhado problemas sérios não só na Amazônia, como foi muito bem lembrado aqui, mas em todas as regiões do País, no Centro-Oeste, no litoral brasileiro.

Quero aproveitar para parabenizá-lo pelas emendas muito bem colocadas e que aprimoram o texto e, mais uma vez, registrar a importância da aprovação, pela Comissão de Infra-Estrutura, deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Continua em discussão.

O SR. RELATOR "AD HOC" (Leonel Pavan) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Senador Leonel Pavan, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR "AD HOC" (Leonel Pavan) – O projeto do Senador Valmir Amaral, por nós relatado e emendado, do qual fiz questão de ser o relator, principalmente, porque fui prefeito três vezes de uma cidade litorânea, o Balneário de Camboriú, de praias consideradas calmas e que, mesmo assim, foi local de acidente com uma embarcação de propriedade de um argentino que levava inúmeras idosos. E quando várias pessoas perderam a vida, existiam os coletes, porém estavam em local de difícil acesso.

Podemos citar inúmeros acidentes ocorridos no Brasil, inúmeros. Às vezes, são colocadas 200 pessoas ou 100 pessoas, e há somente 50 coletes. Estamos pedindo neste projeto que o número mínimo de coletes seja exatamente o mesmo da capacidade de passageiros e que as embarcações estejam em condições de uso.

Nós, que falamos em turismo, que queremos construir um turismo de qualidade, precisamos apresentar embarcações de qualidade, e já não há muitas; agora, a segurança, podemos fazer por meio de leis, quem quiser colocar algum equipamento, que venha a trazer benefício ao próprio proprietário ou à empresa de turismo, que também coloque equipamentos com toda a infra-estrutura desejada.

Por isso penso que este projeto é importante, depois de tantos e tantos anos de demora, porque vai se transformar em uma lei que tornará obrigatório o uso do colete.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir coloco em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa)

O projeto está aprovado.

Com isso encerramos a nossa pauta, se ninguém mais deseja falar encerro a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 15h39min.)

Ata da 28ª Reunião Ordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 09 de dezembro de 2003 às 14:30 horas.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia nove dezembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 13, sob a Presidência do Senhor Senador José Jorge, presentes os Senhores(as) Senadores(as) Delcídio Amaral, Gérson Camata, Eurípedes Camargo, Sibá Machado, Fátima Cleide, Valmir Amaral, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Rodolpho Tourinho, Duciomar Costa, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, João Tenório, João Ribeiro, Magno Malta, Luiz Otávio, Patrícia Saboya, Roberto Saturnino, Ana Júlia Carepa, Jonas Pinheiro, Efraim Morais, Osmar Dias, Pedro Simon, Antonio Carlos Valadares, Roseana Sarney e Augusto Botelho. Deixa de comparecer por motivo justificado a senhora Senadora Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores(as) Amir Lando, José Maranhão, Marco Maciel e Paulo Octávio. Reúne-se ordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Audiência Pública – Item nº 01 – Mensagem (SF) nº 260, de 2003. Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Pedro Jaime Ziller de Araújo para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Rodolpho Tourinho. Resultado: A Presidência proclamou à aprovação do indicado em escrutínio secreto por 20 votos favoráveis e 00 contrário e 00 Abstenção. Iniciada a argüi-

ção do indicado fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os(as) Senhores(as) Senadores(as) Rodolpho Tourinho, Ana Júlia Carepa, João Ribeiro, Gérson Camata, Augusto Botelho, Roberto Saturnino e Eurípedes Camargo. Após a realização da sabatina do senhor indicado, a Presidência designou escrutínadores da votação secreta o Senhor Senador Heráclito Fortes e Senador Luis Otávio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigraficas. – Senador **José Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª reunião ordinária da Comissão.

As SRAs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Solicito à Senadora Ana Júlia Carepa que conduza à Mesa, juntamente com os demais Senadores que lá se encontram, o Sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo, indicado para exercer o cargo de membro do Conselho Nacional da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

A audiência pública, hoje, é o item único desta sabatina. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que primeiramente vai falar o Relator; em segundo lugar, vou conceder a palavra ao indicado, Dr, Pedro Jaime Ziller de Araújo, para fazer sua exposição.

Em relação à questão dos votos, como muitas vezes os Senadores têm outros compromissos, vamos conduzir da mesma forma que fizemos nas anteriores. Só vamos relembrar: após o encerramento da parte inicial da palestra do Dr. Pedro Jaime Ziller, os Senadores titulares poderão votar e, se quiserem ausentar-se, poderão fazê-lo. Será, então, aberto o debate. Concluído o debate, serão chamados novamente os titulares e, se houver vaga, chamaremos os suplentes. Em suma, os titulares poderão votar logo após a palestra inicial e os suplentes, somente ao final.

Gostaria de aproveitar o ensejo para pedir desculpas ao Senador Gérson Camata, o qual me solicitou que antecipasse esta reunião, e eu, na realidade, disse-lhe que não podia fazê-lo, porque tínhamos audiência pública hoje sobre universalização, requerida pelo Senador Rodolpho Tourinho. Todavia, posteriormente, a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, mandou um ofício dizendo que o Ministério não estava ainda preparado para participar da audiência. Assim, a audiência foi cancelada e, então, pudemos realizar a reunião hoje, atendendo ao apelo não do Senador Gérson Camata, como também dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Heráclito Fortes. Portanto, eu, particularmente, peço publicamente desculpas ao Senador Gérson Camata, pois não sei se fui bem diplomático quando S. Exª falou comigo.

Antes de conceder a palavra, por 30 minutos ao Dr. Pedro Jaime Ziller de Araújo, concedo a palavra ao Relator.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo, o relatório da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura versa sobre a Mensagem nº 260, de 2003 (nº 673, de 2003, na origem), do Sr. Presidente da República, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo, para exercer o cargo de membro do Conselho da Agência Nacional de Telecomunicações.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o Sr. Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo, para exercer o cargo de membro do Conselho da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

De acordo com o dispositivo constitucional anteriormente citado, cabe privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a aprovação de Conselheiros da Anatel, indicados pelo Poder Executivo.

A Lei nº 9.472, de 1997, conhecida como a Lei Geral das Telecomunicações, criou a Anatel e instituiu como seu órgão máximo um Conselho Diretor composto de cinco Conselheiros, com mandato de cinco anos.

O **curriculum vitae** anexado à Mensagem presidencial evidencia que o Sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, o Sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo desenvolveu sólida carreira profissional no sistema Telebrás, especialmente na empresa Telemig, em que, no período de 1980 a 2002, ocupou diversos cargos, como gerente de desenvolvimento de sistemas, coordenador de rede de comunicação de dados, entre outros.

Destaca-se também a sua profícua atuação no campo sindical. Ocupou cargos de direção no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais (Sinttel) e na Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel). Teve também atuação política no Partido Socialista brasileiro (PSB), ao qual foi filiado entre 1989 e 2001.

Desde abril deste ano, o Sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo exerce o cargo de secretário de telecomunicações do Ministério das Comunicações. O currículo apresentado pelo Dr. Pedro Jaime Ziller de Araújo inclui também uma experiência profissional entre 1970 e 1971 na Petrobrás como analista de sistemas – que foi o começo aí – , na Telesp de 1971 a 1997 como analista de sistemas, gerente de desenvolvimento de sistemas, administrador de dados, na Telebrás, como assessor especial da Vice-Presidência, e na Telemig durante 22 anos como gerente de desenvolvimento de sistemas, inicialmente assessor de planejamento, coordenador de projetos de rede, gerente de planejamento de redes, gerente de implantação de redes de comunicação de dados e no Ministério das Comunicações, assessor do secretário-executivo e atualmente, como já foi dito, secretário de telecomunicações.

Além de ter sido diretor de ciência e tecnologia do Sinttel, diretor-adjunto do Sinttel, do Fittel, como já me referi, e o que quero dizer com essas considerações é no sentido de enfatizar a experiência profissional e técnica do Dr. Jaime Ziller de Araújo, de quem faço hoje o relato aqui.

Como disse antes, desde abril deste ano, o Sr. Jaime exerce o cargo de secretário de telecomunicações do Ministério das Comunicações. Essas funções e cargos exercidos – volto a repetir – evidenciadas em seu currículo naquilo que foi dito, naquilo a que me referi, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado o currículo, revelam o nível de qualificação profissional e formação acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo para exercer o cargo de membro do Conselho da Agência Nacional de Telecomunicações.

Era o que tinha a declarar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador João Ribeiro...

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Tenho que ir à Comissão de Orçamento porque fui convocado pelo Relator-Geral, sou um dos Relatores setoriais. Não sei se V. Exª me permite um minuto, até antes de o Pedro falar, porque era para eu ir às duas e meia lá e eu... se é possível, se o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Não, o Regimento permite que V. Exª fale. Só não permite que V. Exª vote antes de falar.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Então, vou preferir ficar porque não posso sair sem votar.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não. Mas logo que S. Exª terminar de falar, passo a palavra a V. Exª e depois V. Exª vota.

Pois não. O Dr. Pedro Ziller, então, tem a palavra para fazer sua exposição.

V. Exª dispõe de trinta minutos. Se for necessário...

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Exmo Sr. Senador José Jorge, Presidente da Comissão dos Serviços de Infra-Estrutura do Senado, Exmo Sr. Senador Rodolpho Tourinho, Relator da mensagem que indica meu nome para ser argüido por esta Comissão, com vistas à nomeação, se aprovado pelo Senado, para o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações, Exmas Sras Senadoras, Exmos Srs. Senadores, inicialmente manifesto quanto me sinto honrado por estar nesta sessão pública diante dos Exmos Srs. Senadores, representando os interesses dos Estados e da Nação. Aqui, onde são debatidos os grandes temas nacionais e, não por acaso, tomadas as decisões nos momentos certos, as decisões certas, decorrentes da prática democrática que permeia este Parlamento, ter sido indicado como candidato a conselheiro da Anatel é para mim, que sou profissional de telecomunicações, há mais de trinta anos, uma honraria que provoca uma emoção indescritível.

Em 1971, recém-contratado pela antiga Companhia Telefônica Brasileira – CTB, não poderia imaginar que participaria de toda a evolução ocorrida nas telecomunicações brasileiras desde aquela data até os dias de hoje. Tive, assim, a oportunidade de acompanhar como profissional as modificações ocorridas no setor nas últimas décadas.

Nos anos 60, a telefonia brasileira estava em crise com mais de novecentas empresas operando no País, inexistência de padronização, tarifas congeladas, investimentos escassos e o setor necessitava de remodelagem urgente.

No início dos anos setenta, o governo brasileiro optou pela estatização do setor. A Embratel consolidou-se como empresa de serviços de longa distância nacional e internacional e, em 1972, foi criada a Telebrás, empresa **holding** das operadores dos serviços locais e interurbanos regionais.

Nos anos seguintes, a absorção de centenas de empresas municipais ou regionais deu origem ao

STB – Sistema Telebrás. Para incentivar o desenvolvimento da indústria e da tecnologia nacionais foi criado o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPQD. Este tornou-se o mais importante centro de pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações ao sul do Equador e o quinto do planeta.

O CPQD propiciou ao País o domínio de tecnologia de ponta, dentro outros, a fibra ótica, o carão indutil para telefonia pública e as centrais programadas por armazenamento – CPA´s.

O serviço telefônico passou de uma densidade de 1,72 terminais para cada cem habitantes em 73 para 11,7 terminais por cem habitantes em 97. O sucesso do modelo estatal é inegável e esse reconhecimento consta na Exposição de Motivos nº 231 do Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso que encaminhou o projeto que deu origem à Lei nº 9472/97 – LGT, Lei Geral das Telecomunicações. Cito.

Ao longo de sua existência, a Telebrás desenvolveu um trabalho notável. Em vinte anos, enquanto a população brasileira aumentou em 20% e o PIB cresceu 90%, a planta instalada cresceu mais de 500%. Entretanto, é também verdade que nesse mesmo período, o tráfego telefônico local havia crescido 1.200% e o interurbano 1.800%.

O atendimento a essa demanda exigia novos e vultosos investimentos. A indústria de telecomunicações era então e ainda o é um dos mais atraentes e lucrativos mercados para o capital privado nacional e internacional. Esses dois fatores eram suficientes para se buscar, através de um novo modelo, uma solução que garantisse a retomada do desenvolvimento das telecomunicações brasileiras.

Em 1997, o sistema Telebrás foi privatizado. De lá para cá, é também inegável o crescimento da planta instalada de telefones fixos e principalmente da telefonia móvel. Esta suplantou em muito as previsões mais otimistas. Os números demonstram inequivocamente os fatos.

Na telefonia fixa, a densidade passou de 11,7 terminais por cem habitantes em 97 para 23 em outubro de 2003. Na móvel, onde se previa que em 2003 chegássemos a nove milhões e quinhentos mil terminais, atingimos em setembro deste ano, quase quarenta e dois milhões de usuários, superando inclusive o número de telefones fixos. Assim, apesar da tão falada crise nacional do setor, no Brasil, ele dá mostra de solidez.

Quanto à universalização, vista sob a ótica de comunicação de voz, as metas previstas no Plano Geral de Universalização que vigorará até 31/12/2005, conforme dados da Anatel estão sendo cumpridas. O Parlamento brasileiro, ao elaborar a Lei nº 9998, de 2000, redefiniu os objetivos e melhorou o conceito de universalização expandindo o serviço de acesso a serviços digitais em banda larga, garantindo ainda 30% de recursos para aplicação nas áreas da Sudam e da Sudene como forma de reduzir as desigualdades sócio-econômicas.

Assim, o acesso à Internet, à informação rápida e ao conhecimento ficou possível a todos os cidadãos brasileiros, mesmo àqueles que habitam em regiões remotas de fronteira ou na zona rural. Apesar dessa evolução conceitual, a universalização da banda larga não teve avanço significativo nos três últimos anos.

Quanto à pesquisa e desenvolvimento há um distanciamento do País nas tecnologias de ponta em telecomunicações, o que contribui para a redução de nossa produção industrial. A necessidade de modernização e expansão dos operadores fez com que elas buscassem fornecedores do exterior, agravando a crise da indústria de comunicações no País. Segundo a Abinee – Associação Brasileira de Indústria Eletroeletrônica -, a utilização da capacidade produtiva desse segmento caiu de 75% em 1998 para 32% em 2002. Com vistas à evolução e consolidação do modelo das telecomunicações, infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento do País, temos os seguintes objetivos a perseguir: promover a inclusão digital, retomar as pesquisas e o desenvolvimento tecnológico e industrial do setor, e incentivar a competição.

Na Secretaria de Telecomunicações do Ministério, criado no final de março deste ano, tivemos a oportunidade, mais que isso, tivemos a incumbência de elaborar propostas visando a consecução desses objetivos. Em conformidade com o arcabouço legal em vigor, buscou-se a formulação de políticas públicas, especialmente contra a universalização e competição, pilares da LGT, a inclusão digital e a retomada da pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações.

Assim, surgiu o Decreto nº 4.733/03, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações. A consulta ao Tribunal de Contas da União com relação à utilização dos recursos do Fust e o Decreto nº 4.901/03, que institui a pesquisa do Sistema Brasileiro de TV Digital – SBTVD. O Decreto nº 4.733 reitera o disposto na LGT, enfatizando, entre outros, a obrigatoriedade do compartilhamento das redes, a portabilidade do número do telefone, a disponibilização de medidor de pulsos na casa do assinante e o detalhamento das chamadas nas contas telefônicas. Propõe, ainda, métodos a serem considerados para a fixação

de tarifas de interconexão e de público. Todas essas políticas voltadas a promover a competição devem ser implementadas pela Anatel.

A renovação dos contratos de concessão do STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado – propiciou profícua interação entre os técnicos da Anatel e a Secretaria de Telecomunicações. Entre os resultados obtidos pela co-participação desses órgãos, destaco, entre outros: o Plano Geral de Meta de Universalização, a vigorar a partir de 2006, a regulamentação do AICE – Acesso Individual Classe Especial, do STFC -, e, ainda em andamento, a implementação do novo serviço de telecomunicações em banda larga, este último em concordância com o disposto no Acórdão nº 1.107/2003, do TCU, em resposta à consulta formulada pelo Ministério das Comunicações.

Conforme o Item 921 do referido Acórdão, a utilização dos recursos do Fust implica a outorga de concessões pela Anatel de uma nova modalidade de serviços de telecomunicações a ser prestado em regime público. Consoante essa disposição, técnicos da Agência e da Secretaria de Telecomunicações, em trabalho conjunto, traçaram as linhas mestras do novo serviço. O regulamento do SCD – Serviço de Comunicações Digitais – foi colocado em consulta pública pela Anatel no dia 24 próximo passado. Os demais documentos, planos de outorgas, plano geral de meta de universalização, plano de meta de qualidade, contratos de concessão e edital de licitação estão em elaboração pela Agência e também serão brevemente colocados em consulta pública. Tem-se como meta o quarto trimestre de 2004 para início da instalação do SCD nas escolas públicas, bibliotecas e hospitais.

Com vistas ao desenvolvimento tecnológico industrial das telecomunicações e a inclusão digital, foi proposta pesquisa do SBTVD – Sistema Brasileiro de Televisão Digital. A televisão no Brasil possui características próprias. Noventa por cento da população sintoniza a TV aberta. Quarenta e sete por cento dos televisores dispõe apenas de antena interna. Mais de quatro milhões de domicílios recebem o sinal através de antenas parabólicas. O televisor está presente em quase 90% dos Municípios brasileiros, só sendo suplantado, em número de domicílios, pelo fogão. Essas peculiaridades de nosso país, aliadas à possibilidade de utilização do canal de retorno para acesso à Internet, indicam a necessidade de uma pesquisa para se definir o padrão de TV digital mais adequado ao Brasil. Em agosto passado, reuniram-se na Unicamp, em Campinas, mais de 130 pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa públicos e privados, que elaboraram uma proposta básica para o projeto. Dia 26 passado, foi editado o Decreto nº 4.901/03, referente ao Sistema Brasileiro de TV Digital. O inciso VIII do art. 3º do Decreto define o produto a ser obtido pelos pesquisadores no prazo de 12 meses, quais sejam: definição do modelo de referência do Sistema Brasileiro de TV Digital, padrão da TV a ser adotado pelo País, forma de exploração do serviço, período e modelo de transição. O desenvolvimento do SBTVD contará com a participação das entidades que desenvolvam atividades relacionadas à tecnologia de televisão, como preceitua o art. 5º do decreto.

O desenvolvimento do SB TVD configura-se como forte incentivo à retomada à pesquisa tecnológica das telecomunicações do País.

O sistema brasileiro desenvolvido será comparado aos padrões existentes. A deliberação do modelo a ser adotado seguramente envolverá também o Congresso Nacional.

Para finalizar, destaco a justa preocupação da Anatel quanto ao seu quadro de pessoal. Em ofício encaminhado ao Ministério das Comunicações, a agência informa que a partir deste mês de dezembro, passará a perder pessoal temporário, que hoje representa 50% da força de trabalho. Até junho de 2004, um total de 638 empregados terão seus contratos vencidos sem possibilidade de renovação.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhor Relator, Excelentíssimas Senhoras Senadoras e Excelentíssimos Senhores Senadores, de maneira sucinta procurei apresentar breve histórico e panorama atual das telecomunicações brasileiras e propostas para a consecução dos objetivos de desenvolvimento tecnológico e industrial do setor, a competição e universalização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos as palavras do Dr. Pedro Jaime. Na realidade, deu para todos verem que ele é uma pessoa que efetivamente entende do setor, tem uma vida inteira dedicada ao setor. Nem sempre tem sido assim nessas indicações das agências, infelizmente, mas V. Sª deu uma demonstração de que realmente, pelo menos do meu ponto de vista, está habilitado a exercer essa função.

Mas, antes de passar a palavra, pela ordem, ao Senador João Ribeiro...

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, posso seguir a seqüência natural, porque a reunião foi cancelada, transferida para mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Ótimo, então. Na verdade, saímos ganhando com a presença de Vossas Excelências aqui, ganhou todo o Senado.

Então, antes de passar a palavra, pela ordem de inscrição – o Senador Tourinho é o primeiro inscrito -, eu gostaria de ressaltar um aspecto que o Dr. Pedro Jaime falou exatamente no final, que é sobre essa questão da finalização dos contratos da Anatel. Isso não acontece só com a Anatel. Isso acontece com a Anatel, com a Aneel e com outras agências. Portanto, quero dizer que esse é um ponto importante para sair uma medida provisória, o Governo poderia usar esse instrumento da medida provisória para prorrogar a autorização desses contratos. Não medida provisória para redefinir todo o setor elétrico brasileiro. Acho que da mesma maneira que esse é um caso específico para uma medida provisória, essa prorrogação de contrato, que é uma coisa simples, a definição de todo o setor elétrico brasileiro é razão para um projeto de lei que deve ser enviado e discutido por todas as Casas.

Dito isso, vou passar a palavra ao primeiro inscrito, que é o Senador Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, fiz questão, quando apresentei o Relatório, de enfatizar muito essa questão do **curriculum vitae** do Dr. Jaime. Como também V. Exª enfatizou, acho também que é muito importante que esses cargos sejam ocupados por pessoas com tradição, com experiência, convivência no setor.

Eu queria, Dr. Pedro Jaime, saber mais um pouco sobre uma avaliação de V. Sª, quando até apresenta números tão interessantes em relação à quantidade de televisores nas residências hoje, que, comparados, só perdemos para fogão. Quer dizer, isso mostra a que ponto chegou não só a questão da tecnologia, mas também em relação à questão da informação, como essa informação se propaga hoje através da televisão. Mas uma avaliação do senhor em relação a outras formas que podem surgir agora na televisão em termos de tecnologia e que o Ministro Miro tem discutido muito. Se o senhor puder nos dar essa informação, inclusive sobre a questão do desenvolvimento a cabo e outras tecnologias, um resumo disso, que tenho a impressão de ser extremamente interessante não só para nós como para os telespectadores que nos assistem hoje aqui na TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – O que poderíamos dizer é que, no um do inteiro, o modelo de TV digital tem variantes de características do local. Por exemplo, os Estados Unidos é uma sociedade totalmente 'cabeada', ou seja, mais de 90% do país assiste TV a cabo. Então não há maiores problemas de implantar um sistema de TV digital com a qualidade de som e imagem que possui o modelo americano. Já no Japão existe uma preocupação em relação à movimentação, o telefone móvel. Quer dizer, o japonês quer ver no aparelho móvel, andar pela cidade assistindo TV enquanto está se deslocando. Na Europa, o modelo é um pouco dividido, um pouco parecido com o americano. Li nos jornais de hoje que os três grandes modelos, japonês, europeu e americano estão estudando o desenvolvimento de um padrão único de televisão. Isso foi colocado que aqui no Brasil também o que estamos fazendo é um sistema a ser comparado, porque não queremos reinventar a roda. O brasileiro não tem, porque uma TV digital custa hoje R$30 mil. Temos que fazer uma coisa no País que seja acessível ao povo brasileiro. A idéia é fazer uma caixinha, que seja um conversor colocado em cima da TV e a pessoa recebe o sinal digital e converte para analógico. Ou seja, o aparelho nacional, o aparelho hoje analógico utilizado continuará sendo utilizado.

O modelo de transição levara de 10 anos a 15 anos até que se transformem todos os aparelhos de TV. E essa caixinha, esse conversor terá uma conexão à Internet que se poderá plugar um teclado. A conexão não será por cabo, mas sim pelo ar. Essa é uma característica do Brasil muito importante. A maioria das televisões brasileiras não têm antena externa; 47% tem aquela antena que a gente fala que é do bombril para melhorar a imagem. Ora, isso em TV analógica não tem maior dificuldade. O sinal fica ruim mas a pessoa acaba conseguindo assistir.

Na TV digital não existe isso, ou se assiste ou não se assiste; ou tem sinal ou não tem sinal. Então o Brasil tem uma característica bem diferente, a qual chamamos de robustez. A TV digital brasileira tem que ter uma robustez que não é necessária no modelo europeu, americano e japonês.

Não sei se esclareci ao senhor o use deseja mais algumas informações adicionais.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Vamos para o segundo inscrito que é a Senadora Ana Júlia.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador José Jorge, que preside a Comissão, Sr. Pedro Jaime de Araújo, que está sendo indicado pelo Presidente para fazer parte do Conselho da Anatel. Eu só queria fazer algumas considerações.

Primeiro recebi uma ligação ainda há pouco do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, que não

pode estar aqui, mas solicitou-me fazer um registro, que ela gostaria de estar, mas teve que fazer uma viagem ao Estado acompanhando ao Vice-Presidente da República, que está como Presidente em exercício, para resolver uma situação de conflito, mas que gostaria de fazer o registro de que se ela aqui estivesse votaria favoravelmente.

Quero fazer referência como já fez o Senador Rodolpho Tourinho em relação ao seu currículo e à sua experiência. É muito importante vemos pessoas serem indicadas e que não tem questionamento, no sentido de denúncia ou qualquer tio de irregularidade. Infelizmente, às vezes em alguns casos temos de enfrentar. Isso é muito positivo. Particularmente considero a sua colocação em relação à Anatel muito importante, porque hoje até para a sociedade a Anatel é muito vista como quem lacra as rádios comunitárias, principalmente quando se trata de rádios comunitárias que são ligadas a sindicatos de trabalhadores rurais, entidades que representam a população, mas faço questão de registrar também que parece que começa a se alterar, inicia-se um processo de mudança desse tipo de concepção. A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), inclusive, criou uma superintendência, exatamente para acompanhar plano de metas de universalização das telecomunicações no País. Isso é fundamental. Tenho esperança, confio que essa mudança esteja se dando na prática.

Quero até fazer o registro de que a Anatel, agora recentemente, no meu Estado, realmente cumpriu o seu papel, fechando uma rádio pirata, que não era uma rádio de trabalhadores, mas uma rádio de um importante político, de um Prefeito de um Município. Então, isso mostra, sim, que não é mais a Anatel uma perseguidora de rádio comunitária, como era, na verdade, a visão da sociedade, essa percepção que a própria sociedade tinha de que cuidava mais disso do que realmente de verificar as tarifas, de verificar se efetivamente estavam sendo cumpridas as metas de universalização.

Fizemos uma audiência pública semana passada e ficamos de continuar essa audiência em outra oportunidade por conta de que no mesmo dia havia sido convocada, já no final da tarde do dia anterior, uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, exatamente para discutir a PEC 77, que ficou conhecida como PEC paralela, da Previdência, e não pudemos ter, com certeza, a participação de muitos Senadores e Senadoras. Essa audiência pública era exatamente para discutir essa questão do plano de universalização, as metas de universalização em relação ao que a Controladoria-Geral da União encontrou nas suas investigações em diversos Municípios brasileiros.

Não sei se V. Sª tem conhecimento, mas existe no Senado Federal uma Subcomissão Permanente, que faz parte da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, criada por uma iniciativa minha, através de um requerimento, que atualmente presido e que tem como objetivo exatamente acompanhar e fiscalizar as agências reguladoras no nosso País. Percebemos a importância da nossa participação, e algumas alterações precisam ser feitas – acredito – na legislação. Eu queria até fazer o registro de uma, não sei se V. Sª concorda.

Hoje, por exemplo, as escolas e as unidades de saúde têm o direito de ter um telefone público. O problema é que a maioria não sabe que para ter esse direito é preciso fazer um ofício. A Anatel comunicou para os Prefeitos, mas acho que ainda é insuficiente essa forma de comunicação através de um ofício. Essa é uma coisa que precisaria mudar, porque muita gente nem sabe, muito diretor ou diretora de escola sequer sabe que basta fazer um ofício e solicitar e que é inclusive obrigatório o atendimento, num determinado tempo, dessa reivindicação. Sou de um Estado que tem o tamanho de um continente, onde cabem duas Franças e meia, e é um Estado com uma característica exatamente de dificuldade de acesso, um Estado ainda carente nessa área da comunicação.

Mas quero fazer esse registro do avanço da Anatel e da importância das agências reguladoras, que acho que esse Governo compreende, e inclusive dos ajustes necessários na legislação, até porque, quando elas foram criadas, com certeza, com a pressa, com a celeridade e a necessidade, por conta da privatização dos serviços, quem estava no Congresso Nacional à época precisou fazer. Então quero só aqui registrar também que acho que foi uma decisão bastante acertada do Presidente da República indicar V. Sª, que está plenamente preparado para exercer o seu papel na Anatel como uma agência fiscalizadora dos serviços que foram privatizados, de telecomunicações, com o objetivo de atender ao consumidor, mas também de garantir os serviços e a sua universalização.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Passo a palavra ao Dr. Ziller, caso S. Sª queria fazer alguma consideração.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, agradeço as palavras tão gentis a minha pessoa. Posso garantir à senhora que o que temos feito até agora é o trabalho que vamos continuar fazendo. A Anatel existe para regular o serviço, para garantir os

investimentos, para garantir a competição e a universalização.

Esse é o papel da Anatel, é isso que ela deve fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O próximo inscrito é o Senador João Ribeiro. V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Senador José Jorge; Dr. Pedro Jaime Ziller de Araújo, primeiro quero declarar o meu voto. Embora secreto o voto, eu já votei no senhor. Se depender do meu voto, o senhor já está indicado.

Eu penso que o eleitor deve ter o direito, inclusive o voto secreto deveria ser aberto para todos, em todos os sentidos. Há alguém que defende isso e eu também defendo essa tese.

Mas quero dizer ao Dr. Pedro, que a exemplo dos dois oradores, do Senador e da Senadora que me antecederam, eu também gostaria de dizer da minha alegria de poder estar apoiando um cidadão capacitado, preparado e com experiência na área.

Eu sou daqueles que defendem que em todos os órgãos, até mesmo aqueles cargos de confiança deferiam ser ocupados e preenchidos – é o caso da Funasa, do Incra entre outros órgãos – por funcionários de carreira. Funcionários que têm aptidão e conhecem da área com que vão lidar.

Em muitos casos, o cidadão é indicado e, quando chega lá, está como cego em tiroteio. Não sabe o que está fazendo. Até pegar o "fio da meada" as coisas se complicam muito. Já se perdeu muito tempo.

No caso do senhor, o País ganha com isso.

Fica aqui a minha declaração de voto e de apoio.

E quero fazer rapidamente algumas considerações também dizendo que nesta semana, ou melhor, ontem fiz um pronunciamento da tribuna do Senado, quando apresentei um projeto de lei para alterar o Código Civil, o Código Penal a respeito da questão dos bancos de dados cadastrais dos cidadãos.

Até fiz um comentário nesta semana com o Ministro Ciro, digo Miro – "Ciro" e "Miro" se parecem muito. Até o jeito de agirem – exatamente sobre a minha preocupação. É bom que o senhor esteja indo para a Anatel, para que mudemos algumas coisas na Anatel e ela realmente seja uma agência fiscalizadora, porque o cidadão comum, o consumidor – e infelizmente o Código de Defesa do Consumidor está muito defasado. Teremos de alterá-lo em muitas coisas. Até para se reclamar para uma telefonista para fazer qualquer tipo de reclamação – e eu trato mais da questão relacionada ao telefone – a atendente nos deixa até 30 minutos aguardando um telefone. É a coisa mais absurda que eu já vi. E não acontece nada.

Eles pegam a conta de um cidadão mandam ao Serasa, órgão cujo nome é para mim é o nome mais conhecido do Brasil. Se fosse candidato e a ação dele não fosse para alguns tão maléfica, eu acho que seria eleito em qualquer pleito, não haveria nome mais popular do que o Serasa.

Houve um Deputado que me disse que quando o filho dele nascesse iria colocar o nome de Serasa, porque quando fosse candidato, já estava feita a campanha.

Embora não esteja na área de V. Exª o Serasa, não tem nada a ver, ficamos preocupados porque o cidadão comum tem o nome enviado ao Serasa pela companhia telefônica, sem comunicá-lo – e não comunica a ninguém – negativa o nome do cidadão. Se ele quiser discutir, tem de pagar aquela conta. Paga primeiro, depois você discute. E aquele que não pode pagar, como fica? Inadimplente. Fica impedido e muitas vezes passa vergonha, quando vai fazer uma compra em uma loja. Portanto, é um assunto que gostaria que V. Exª, chegando à Anatel, procurasse verificar uma forma de modificar uma pouco essa situação vergonhosa e vexatória que estamos vivendo. Recebo reclamações todos os dias. Falei sobre isso ontem da tribuna e, anteriormente, no primeiro semestre. É realmente um absurdo.

Dentro da mesma área. Segundo dados, o maior número de reclamações existentes no Brasil é sobre a questão da telefonia. Votei pela privatização e estou arrependido. Votei porque acreditava que seria melhor para o setor e que a população que seria mais bem atendida. Cheguei à triste conclusão de que não foi bom. Por exemplo, no meu Estado, Tocantins, em muitos Municípios, naquela época, como era um órgão estatal, estavam ligados ao Governo Federal. Tínhamos acesso para discutir e programar a instalação de telefones em algumas cidades. Às vezes a força política, Senador Saturnino, resolvia um pouco. Hoje, ficamos desgarrados. Eles simplesmente não instalam. A Senadora Ana Júlia falou agora há pouco a respeito do telefone público na escola. Até com um telefone público temos dificuldades. É o choro de alguém que está ouvindo os reclamas da população, de alguém que está apoiando o Governo, de alguém que está apoiando essa sua indicação e que vai continuar apoiando. No entanto, não deixo de falar, de reclamar. Temos que corrigir os desvios que existem. Portanto, no meu Estado muitas cidades onde estava prevista a instalação de telefones até hoje estão sem. Os prefeitos e a comunidade estão cobrando de mim.

Dizem que agora, que virei Senador, preciso resolver. "Como Deputado você prometeu, foi feito um levantamento. Estava programado, mas não instalaram o telefone." Se as empresas de comunicação querem o filé vão ter que roer o osso também. Não tem essa história de quererem só as cidades grandes, só onde é altamente lucrativo. Temos que endurecer o jogo, Senadora Ana Júlia, para que mudem essa forma de tratamento para com as pequenas cidades brasileiras, que é o grande problema do Brasil.

Estamos, agora, vendo a questão da reforma tributária e vamos ter que reparar essa questão. Passam por dificuldades as cidades que dependem do FPM. No meu Estado, mais de 70% das cidades vivem de FPM. Eles não querem. As companhias telefônicas não querem colocar telefones onde é deficitário ou onde o lucro é pequeno.

Deixo o meu apoio a V. Exª, o meu apoio ao Ministro Miro Teixeira. E dessa vez não Ciro. Ciro também é um bom Ministro. Apoio V. Exª e peço que volte os olhos para as questões que aqui mencionei.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Pois não, Dr. Ziller. V. Sª tem a palavra para fazer suas observações.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Senador João Ribeiro, também agradeço suas palavras com relação à minha indicação.

As metas de universalização e os contratos de concessão exigem um atendimento pessoal. Foi colocado o número de cidades que ia ser atendidas, o número de habitantes. Essas coisas são observadas cuidadosamente para os próximos contratos de concessão. A partir do final da vigência do contrato deste ano há um novo plano de metas de universalização.

Nesse novo plano geral de metas temos duas figuras bastante importantes. A primeira é a dos postos de serviços telefônicos que estão sendo instalados em um lógica que favorece primeiro as cidades mais distantes, as menores cidades, para depois ir às cidades menores. Também há um tipo de serviço chamado unidade de atendimento de cooperativas rurais, que também está previsto no novo PGMU. A implementação disso é a partir de 2006. De qualquer forma, é uma luz no fim do túnel no sentido de que as solicitações de V. Exª serão atendidas. Além disso, o novo serviço de comunicação de dados com o Fust também vai contemplar, primeiro, as pequenas cidades. Para o senhor ter uma idéia, no Brasil, existem, hoje, 105 mil escolas rurais. E pretendemos, em nossas metas, que, em quatro anos, a partir do início da instalação, estejam todas instaladas e ligadas por meio desse novo serviço. É isso o que posso dizer ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradecemos. Passo a palavra ao próximo inscrito, que é o Senador Gerson Camata. V. Exª tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, primeiro, Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela realização desta reunião, com quorum, numa hora difícil. V. Exª, efetivamente, não está sendo só um Presidente desta Comissão, mas um Líder desta Comissão, fazendo com que volte a operar de maneira como em algumas vezes na história do Senado funcionou.

Não vou fazer uma pergunta ao Dr. Pedro Jaime. O relatório do Senador Rodolpho Tourinho, o currículo do Dr. Pedro Jaime e, se não fosse tudo isso, a exposição que acaba de fazer o recomenda ao voto unânime desta Comissão.

Ele faz parte, Sr. Presidente, SRAs e Srs. Senadores, de uma geração que fez uma revolução no Brasil e que merece a gratidão do povo brasileiro. Começou lá na Escola de Comunicação do Exército, depois vem o CPQD, depois vieram esses grandes presidentes da Telebrás que tivemos. E ele mostrou os números dessa que não foi uma evolução, foi uma revolução que essa geração fez no Brasil.

Investiram bilhões de dólares, e vemos homens modestos, sérios, que dedicaram a sua vida ao progresso do Brasil. V. Exª é uma dessas figuras. E atuou ainda no Movimento Sindical, merece mais uma medalha e merece chegar, logo depois da aposentadoria, à posição que chegou.

Preciso cumprimentar aqui o Ministro Miro Teixeira, porque o relatório que V. Exª apresenta, na sua atuação na Anatel, é um hino à atuação do Ministro Miro Teixeira, um companheiro nosso, colega nossa, um grande parlamentar que vai a um cargo executivo, mostrando-se um excelente Ministro, um excelente executivo, um dínamo na atuação do Ministério das Comunicações.

De modo que o entrosamento de V. Exª com o Ministro o credencia, além de toda a sua carreira, a essa posição que V. Exª vai exercer agora.

Assim sendo, quero apenas, usando da palavra, desejar a V. Exª muito sucesso pelo bem do Brasil, que V. Exª ama mais ou igual a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado!

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Só gostaria de agradecer suas palavras. Muito obrigado, Senador!

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço em nome de V. Exª também.

Então passo a palavra ao próximo Senador inscrito que é o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, Sr. Pedro Jaime Ziler, gostaria de parabenizá-lo. Sei que o Ministro Miro Teixeira e o Presidente Lula fizeram uma boa escolha. O senhor é um homem que tradicionalmente vive nas telecomunicações. E o Brasil só vai ter a ganhar com a sua posição na Anatel.

Mas gostaria de lhe fazer uma pergunta objetiva. É que o meu Estado tem quinze municípios, que têm em torno de 12 mil, 10 mil habitantes, os municípios do interior. E também existem muitas vilas, assentamentos agrícolas, rurais, que possuem em torno de cem, duzentas casas, e eles estão reclamando, desde que houve a privatização. Concordo com a privatização e também acredito que antigamente as reclamações não eram muitas, porque não havia muito telefone. Poucas pessoas tinham telefone, poucas reclamavam. Reclamações são maiores. Não existe aquela humanização que havia antes. É muito fria a relação das teles com o usuário. Mas, então, em relação a essas famílias, porque eles têm reivindicado. O meu Estado é pequeno, assim como no Pará tenho certeza disso também. Mas me alegam que existe uma distância da sede do município, que eles têm que respeitar e tal, tal, tal, põem uma porção de dificuldades, e não conseguimos avançar. Continuo sendo cobrado pela população de Roraima, das pequenas vilas. Gostaria de saber se existe alguma possibilidade de essas pessoas virem a ser atendidas, porque é justo que tenham telefone em suas residências.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Augusto Botelho, agradeço as palavras de V. Exª.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Exmº Senador Augusto Botelho, a resposta para isso é exatamente a consulta pública ao TCU com relação reserva do FUST. É previsto para a região da Sudam e da Sudene que 30% do valor dos recursos do FUST sejam aplicados exatamente na universilização desses recursos.

Conforme o senhor sabe, quando ele estava fazendo três anos – O FUST é de 2000 – em 17 de agosto deste ano, do dia 13, o TCU conseguiu nos dar uma resposta com muito esforço porque eles trabalharam fortemente para chegar lá, a questão foi formulada em março. Então, no prazo recorde, o TCU, com todo o esforço para poder ajudar a população brasileira, apresentou uma solução o que tornou possível a utilização do FUST.

Muito bem! Então, esse novo serviço que vai entrar em funcionamento e o FUST podendo ser utilizado, o que vai acarretar o seguinte: que a partir do quarto trimestre, do ano que vem, do nosso objetivo, então, esses recursos serão aplicados. Como a área das Sudam e da Sudene tem garantidos 30% desses recursos, certamente a gente vai ter essa possibilidade.

O que nós solicitamos, Srs. Senadores, foi todos os ministérios envolvidos, dos diversos programas, inclusive o próprio Ministério das Comunicações, nós temos uma pilha de solicitação deste tipo, de Mato Grosso, de Roraima, do Acre, etc, como o Senhor relatou, que a gente vai fazer também um programa universalização neste setor. Essa que é a idéia que seja seguida, mas nós temos que aguardar esse ano passar para poder o tal de serviço em funcionamento.

Muito obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino Braga, próximo inscrito.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Dr. Pedro Jaime, Srs. Senadores, eu queria antes de tudo também cumprimentar a V. Exª pela qualidade, pela excelência da exposição feita que infunde a todos nós no que diz respeito a sua gestão nesta agência, cargo para o qual V. Exª está sendo submetido à apreciação desta Comissão.

Eu queria basicamente fazer duas indagações, sendo que são indagações de opinião, que ouviu, na opinião de V. Exª a respeito desses dois pontos.

O primeiro é o seguinte: Eu também sou favorável até por uma série de razões, até por princípio isso não cabe aqui, enfim a justificativa, mas eu sou favorável ao exercício pelo Estado direto dos serviços essenciais, inclusive a telecomunicações. Porém, não é o caso brasileiro de hoje, mas eu defendo, com bastante ênfase e também com muitas razões, que não sendo o Estado, que seja, pelo menos, feito por empresas efetivamente nacionais, empresas do capital nacional sujeitas a um controle por parte da sociedade brasileira mais efetiva.

E hoje fala-se estar na Imprensa, fala-se na operação de venda da Embratel, que é a maior empresa de longa distância, e um dos candidatos é o fundo de pensão telos, que me parece que sozinho também não disporia de recursos para fazer a aquisição integral. Mas eu pessoalmente acho que outras entidades nacionais, o BNDE, por exemplo, deveria se interessar e até participar junto com o telos com o

pensão na.... Acho muito importante que a Embratel volte ao controle nacional brasileiro, porque é uma empresa de longa distância, de comunicação de longa distância que tem um caráter estratégico. É muito difícil pensar-se que será possível estabelecer uma concorrência. A meu juízo a Embratel será monopolista de fato desse tipo de comunicação de longa distância e é muito importante que ela esteja, a meu juízo, também soube controle nacional.

Então, eu queria que V. Exª nós dissesse algumas palavras sobre o que sabe a esse respeito, porque nós só sabemos pela imprensa e um pouco da sua opinião de como deveria ser feita essa operação de venda da Embratel. E a segunda questão diz respeito a esse tema tão discutido na nossa sociedade que é o chamado controle de conteúdo das comunicações de conteúdo das comunicações dos programas de televisão.

Isso me parece que hoje está na alçada da Anatel, embora ela não tenha perfil – eu até julgo – preparo adequado, para exercer esse tipo de atividade. Mas é uma atividade necessária que precisa ser exercido com muita adequação, com muita sutileza, delicadeza para não ferir o princípio de liberdade de comunicação, mas para defender a sociedade, de uma maneira ou de outra, quanto a agressividades de certas emissoras de televisão.

Agora, eu penso que se for criada como está programada a Ancinave, isto é, a programação da Ancine que é a Agência de Cinema e Televisão, aí caberá a Ancinave, talvez exercer esse controle. Eu quero ouvir a opinião de V. Exª a esse respeito, como seria essa divisão de competências, uma vez criada a Ancinave e a Anatel que vai abarcar também, enfim a comunicação de televisão.

Eram essas duas questões que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Nós agradecemos a V. Exª e passo a palavra para o Dr. Ziller.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Quero dizer ao Senador Roberto Saturnino, que eu começar com a questão mais fácil, se V. Exª me permite.

A questão das fiscalização ela antigamente teve pelo Contel, e também havia, mesmo depois da LGT, haviam escritórios dos Ministérios das Comunicações dos Estados. Depois que eles terminaram foi feito um convênio entre o Ministério das Comunicações e a Anatel para que a Anatel fiscalizasse, mas a competência de julgar este processo continua no Ministério das Comunicações.

Essa é a razão que ocorre hoje. Quer dizer, os processos, etc, de avaliação, eles são gerados pela Anatel por convênio com o Ministério e são gerados pelo Ministério na Secretaria de Comunicação Eletrônica.

Eu confesso ao Senhor, não sou especialista, não é a minha área de atuação, a gente atua diretamente no Ministério das Comunicações, mas eu estou informado por isso, porque trabalhamos em conjunto no Ministério. Aliás o Governo como um todo trabalha em conjunto e eu tenho essa informação, mas é esta a situação.

Eu acho que realmente se for criado uma nova agência reguladora e fiscalizadora de tevê, sem dúvida alguma essas atribuições poderiam passar para ela, seria um caso de mais um grande debate aqui nesta Casa. Como é que ficaria?

Outra questão realmente é um tanto quanto mais complicada. Porque eu só tenho conhecimento da questão da Embratel pelos jornais como o senhor. Então, eu vi o interesse e foi publicado, na semana passada, uma notícia que a Telmex, do México, estaria comprando a Embratel. E essa informação foi negada pela própria Embratel, porque não havia proposta, essa semana no domingo a **Veja** publicou e depois, na segunda-feira, se não me engano, ela foi reforçada pela Agência Estado, que a SRA Solange, que é da Embratel, havia também demonstrado interesse nesta negociação.

O mercado tem que resolver esta situação pela lei atual. Quer dizer, tanto o Ministério quanto a Anatel eu entendo tenha acompanhado este processo com cuidado e no caso da Anatel ela deve instruir o CADE na questão de fusões e transferências do controle acionário que está prevista na LGT que a Anatel instruiu o CADE.

Então, eu acho que isso é que deve ser feito, vamos acompanhar essa situação para que não aconteça aquilo que o senhor chamou de uma concentração de mercado. Não é isso.

É importante ser observado, eu acho que é esse o interesse que está colocado na LGT e eu acho que é esse o seu procedimento tanto no seu Ministério que tem sido até agora e como está na Anatel.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Hoje em dia qual é o percentual de serviço que é atendido pela Embratel mais ou menos pelas outras?

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Hoje a informação que tenho com esse dado, mais ou menos, a Embratel deve ter hoje aproximadamente 60% do mercado de dados e deve ter mais ou menos disso no mercado a longo distância.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Bom, o último inscrito, Senador Eurípedes Camargo, por até cinco minutos.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Senador José Jorge, Dr. Pedro Jaime, ouvi atentamente o que disseram os meus pares, a explanação feita por S. Exª e pelo Relator, os argumentos do nosso Presidente e do Plenário. Também sou pela aprovação, por entender que se trata da pessoa certa para o cargo, no momento certo.

Outro dado citado aqui que considero extremamente importante é o medidor de pulso domiciliar. É pertinente a reclamação. Existe um sistema eletrônico, um relógio que mede o consumo de eletricidade e de água, mas faltava um sistema para a telefonia.

Outra questão importante abordada pelo Senador Augusto Botelho é a distância. O sistema de telecomunicações avançou muito, mas tornou muito distante a relação entre a empresa e o consumidor. Esse não é um problema das pequenas cidades, do interior, mas também das grandes cidades. Moro em Brasília, em uma cidade chamada Ceilândia, onde havia um escritório de telefonia que não existe mais. Atualmente não sabemos com quem falamos. A relação entre o consumidor e a empresa ficou muito distante. Conversamos com a máquina e, ás vezes, não recebemos a resposta que queremos. Não conhecemos a pessoa que opera a máquina; ficou muito impessoal. Não sei como a questão deveria ser resolvida. Toda a população reclama desse fato. Ficou universal a distância entre os consumidores e a empresa. Todas as lojas têm balcões, têm um gerente. O dono pode não estar presente, mas há sempre alguém que responde pelo serviço. Temos a quem reclamar.

Pergunto: qual é o ativo a ser distribuído? Quais são os títulos? Qual é o valor, o volume disso?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Dr. Ziller para responder.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Desculpe, Senador, não entendi a segunda questão.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Qual é o ativo da empresa? Qual é o dividendo? Sei que é a Anatel que fiscaliza, mas gostaria de saber quais são as obrigações da empresa.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Entendi o que o senador quis dizer. A Anatel deve fiscalizar a empresa, mas esta deve ter determinadas metas.

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Sim. Qualidade, etc.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Ter postos, qualidade. Como a Embratel fiscaliza?

O SR. PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Entendi. Com relação aos postos de atendimento, Senador, V. Exª tem toda a razão. Essa questão tem sido freqüentemente debatida na imprensa, nos Procons, etc. Os atuais contratos de concessão prevêem o atendimento pessoal. As empresas fecharam a maioria dos postos, mas a Anatel tem aplicado as devidas sanções nos últimos tempos. Acompanho a questão pelos jornais. Tenho dados de que a Anatel tem aplicado diversas multas a grandes empresas exatamente por não terem postos de atendimento.

O Plano Geral de Universalização e o contrato de concessão especificam a existência desses postos. Para os próximos contratos, incluímos facilidades para as empresas como, por exemplo, exigir a instalação de postos de serviços telefônicos que poderão servir também como postos de atendimento. A empresa poderá buscar várias soluções. A Anatel tem trabalhado nesse sentido, tentando encontrar uma solução para essa questão que é realmente séria.

Nas grandes cidades, as pessoas têm costume em lidar com computador, não têm dificuldade para resolver problemas por telefone, falando o número para a maquininha. Evidentemente, as populações de menor conhecimento têm mais dificuldade. Por isso são necessários os postos de atendimento. Realmente deve ser observado pela Anatel o cumprimento das metas constantes dos contratos.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Muito obrigado.

Na realidade, penso que as indústrias de telefone pensam que por telefone se resolve tudo. Então, elas botam todo o seu sistema montado em cima de telefone. Os bancos também, mas nas empresas de telefone isso é mais justificável, porque, como trabalham com telefone, acham que telefone é o caminho.

Então, com isso demos a palavra ao último inscrito.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Foram vinte votos "sim".

O Dr. Ziller foi aprovado por unanimidade por esta Comissão.

Vou colocar em votação o requerimento de urgência.

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem nº 260, de 2003, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Pedro Jaime Ziller de Araújo para exercer o cargo de membro do Conselho Nacional de Telecomunicações, Anatel.

Assinado Senador José Jorge e Senador Rodopho Tourinho.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado o requerimento de urgência.

Cabe-nos parebenizar o Dr. Ziller, desejar-lhe boa sorte e que zele por esta agência que é muito importante para o Brasil.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16h e 5min.)

Ata da 4ª Reunião Realizada em 3.7.03

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às dez horas e cinquenta minutos, na sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senadora Íris de Araújo, Senador Juvêncio da Fonseca, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Suely Campos, Deputada Janete Capiberibe, Deputado João Magno e Deputado Luiz Couto, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião administrativa em caráter reservada destina-se a leitura, discussão e votação de Requerimentos e assuntos diversos. A Senhora Presidente determina a Secretaria que tome as providências necessárias para a desocupação do Plenário, para transformar a Reunião em caráter reservada. Após, a Senhora Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para a leitura dos Requerimentos a seguir relacionados: **1)** Requerimento nº 001/2003, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que requer seja inserido o Estado do Rio Grande do Norte na agenda das Audiências Públicas a serem realizadas por esta Comissão; **2)** Requerimento nº 002/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer a efetivação de convite a uma expositora e ao mesmo tempo requer que a sua exposição e o seu nome seja mantido em sigilo; **3)** Requerimento nº 003/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a realização de Audiência Pública em Fortaleza/CE, para ouvir diversos depoimentos capazes de esclarecer a situação das redes de exploração sexual que atuam no Estado; **4)** Requerimento nº 004/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer seja solicitado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Vicente da Costa, cópia do Relatório produzido pelo Ministério Público Estadual sobre as redes de prostituição infantil (exploração sexual); **5)** Requerimento nº 005/2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer seja convidado o Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, para prestar esclarecimentos a esta CPMI, em data a ser agendada posteriormente, à respeito da atuação da Polícia Federal quanto a repressão no território nacional e no combate ao tráfico de crianças e adolescentes, inclusive nas ações conjuntas com órgãos internacionais; **6)** Requerimento nº 006/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Sr. Márcio de Jesus Costa Negão, Coordenador de Comunicação do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares para comparecer ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a atuação dos Conselhos Tutelares quando constatados casos de exploração sexual de crianças e adolescentes; **7)** Requerimento nº 007/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja oficiado ao Dr. Raimundo Nonato de Carvalho, Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão, solicitando levantamento de informações junto aos Promotores de Justiça das Comarcas do interior e da Capital do Estado do Maranhão, sobre locais e casos de exploração sexual infanto-juvenil, a fim de instruir os trabalhos a serem realizados por esta Comissão naquele Estado; **8)** Requerimento nº 008/2003, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer seja convidado o Sr. Marcel Theodoor Hazeu, Coordenador Regional de Estudos do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da República de Emaús – CEDECA, do Estado do Pará, a fim de expor sobre a Pesquisa sobre "Tráfico de crianças e mulheres para fins de exploração sexual na Amazônia", que foi lançada no dia 12, próximo passado; **9)** Requerimento nº 009/2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que requer seja convidado os Diretores de Programação das redes de Televisão de canal aberto no Brasil (Rede Bandeirantes, Rede Globo, Rede Record, SBT e Rede TV), para prestar esclarecimentos junto a esta CPMI sobre o conteúdo da programação das televisões; **10)** Requerimento nº 010/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja encaminhado a

esta CPMI, cópias dos Inquéritos Policiais nº (s) 3931/03/100304, 5909/03/100808, 2574/03/100805, 1036/03, 166/03/A, 0221/03, 0254/03/A e 263/03/A, que se encontram sob investigação em delegacias subordinadas a Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; **11)** Requerimento nº 011/2003, de autoria do Deputado João Magno de Moura, que requer seja realizada Audiência Pública no Município de Itaobim, no Vale do Mucuri/Jequitinhonha de Minas Gerais, para debater e conhecer "in loco" a realidade das condições que levam esta região ser apontada entre aquelas que mais registram casos graves de exploração e abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes de ambos os sexos; **12)** Requerimento nº 012/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja realizada Audiência Pública na cidade de São Luiz/MA, com a finalidade de investigar os casos de situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão, **13)** Requerimento nº 013/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja convidada a Dra. Lítia Cavalcanti, do Ministério Público do Estado do Maranhão, para prestar depoimento sobre os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado, e **14)** Requerimento nº 014/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a realização de Audiência Pública no Estado do Rio de Janeiro, destinada a ouvir os Senhores Dr. Márcio Almeida – Promotor de Justiça, Dra. Fávia Feher – Coordenadora das Promotorias Criminais do Rio de Janeiro e o Dr. Carlos Basília – Coordenador do Fórum de Enfrentamento a Violência Sexual do Rio de Janeiro, em data a ser agendada posteriormente. A seguir, a Presidência coloca em discussão e posteriormente em votação os Requerimentos, sendo todos aprovados por unanimidade dos membros. A Senhora Presidente consulta ao Plenário quanto a um pré agendamento e quanto a forma de realização de Audiências Públicas nos Estados ao mesmo tempo em que concede a palavra para aos Parlamentares para procederem as suas propostas. Fizeram uso da palavra a Deputada Terezinha Fernandes, Deputado Luiz Couto, Senadora Fátima Cleide, Deputada Sandra Rosado, Senadora Íris de Araújo, Deputada Maria do Rosário, Senadora Serys Slhessarenko, Deputado João Magno, Senador Juvêncio da Fonseca e a Deputada Ann Pontes. A Presidente convoca reunião da Comissão a realizar-se no próximo dia nove de julho às dez horas para ouvir os Coordenadores da PESTRAF, assim como, comunica a realização de Audiência Pública na cidade do Rio de Janeiro no próximo dia dez do corrente mês. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

Ata da 5ª reunião realizada Em 9.7.03

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às onze horas e dez minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Marco Maciel, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senadora Íris de Araújo, Senador Reginaldo Duarte, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Suely Campos, Deputada Janete Capiberibe, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Thelma de Oliveira, Deputado Reginaldo Lopes, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições das Senhoras Dra. Janete Cruz – Coordenadora da PESTRAF da Região Sul e da Dra. Lítia Cavalcanti – Promotora do Ministério Público do Estado do Maranhão. A Senhora Presidente passa a leitura de expedientes remetidos à Comissão e, após, informa que há diversos Requerimentos sob a Mesa dos Trabalhos, passando-os à Senhora Relatora para proceder a leitura dos mesmos a seguir relacionados: **1)** Requerimento nº 015/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer Audiência Pública em data a ser agendada, com a participação do Sr. Paulo César Caldas Jardim, Delegado e Coordenador do SECOPI (Serviço de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil), vinculado à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Deputado Fabiano Pereira, Presidente da Subcomissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Movimento pelo Fim da Exploração Sexual no

Rio Grande do Sul, Ministério Público Estadual, Coordenação dos Conselhos Titulares Estaduais e Varas do Juizado da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; **2)** Requerimento nº 016/2003, de autoria do Deputado Severiano Alves, que requer seja convidado para participação em Audiência Pública, a Dra. Hélia Maria Amorim Santos Barbosa, Coordenadora Executiva do CEDECA-BA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, no Estado da Bahia; **3)** Requerimento nº 017/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer autorização para organização e realização, juntamente com outros Parlamentares desta Comissão, de diligência na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em 10 de julho do corrente ano, para ouvir o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Dr. Antônio Vicente da Costa Júnior, a Coordenadora das Promotorias Criminais, Dra. Flávia Ferrer, a Promotora Coordenadora da Primeira Central de Inquérito, Dra. Mônica Costa Depiero e os Senhores Promotores de Justiça Hedel Nara Ramos Júnior, Márcio Almeida, Valéria Videira e Jorge Magno Reis Vidal e outros; **4)** Requerimento nº 018/2003, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer seja enviada uma Comissão de Parlamentares a cidade de Belém, no dia 27 de agosto do corrente ano, onde serão julgados cinco acusados da morte de menores emasculados na cidade de Altamira, no Estado do Pará; **5)** Requerimento nº 019/2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer seja convidados os Senhores Promotores Marinho Mendes Machado, João Manoel de Carvalho e Herbert Douglas Targino, para prestarem depoimentos sobre a apuração de denúncias e fatos de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado da Paraíba; **6)** Requerimento nº 020/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja realizada Audiência em data a ser agendada, com o intuito de colher os depoimentos da Sra. Isa Ferreira, Diretora do Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) e a Sra. Suely Ruiz – Coordenadora deste mesmo programa em Foz do Iguaçu/PR, e demais entidades do movimento social que compõem o Comitê Trinacional de Prevenção da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Tríplice Fronteira e a Ciranda; **7)** Requerimento nº 021/2003, de autoria da Deputada Ana Júlia, que requer a presença da Sra. Isa Ferreira, Diretora do Programa Binacional de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, da Sra. Suely Ruiz – Coordenadora do Comitê Local de Foz do Iguaçu/PR, a fim de prestar informações sobre as investigações sobre as investigações da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, no âmbito do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil – IPEC, e o **8)** Requerimento nº 022/2003, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que requer a inclusão do Estado de Minas Gerais no escopo da atuação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – "Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes". A seguir, a Presidência coloca em discussão e votação os Requerimentos, sendo que os Requerimentos de números 015/2003; 016/2003; 017/2003; 018/2003 e 019/2003; foram aprovados, os de números 020/2003 e 021/2003, aprovados em bloco e o de número 022/2003 prejudicado. A seguir, a Senhora Presidente convida para tomar assento à Mesa dos Trabalhos a Dra. Lítia Cavalcanti, concedendo-lhe a palavra dar inicio a suas considerações, e, logo após, passa a palavra a Senhora Relatora para os seus questionamentos. A Presidência determina a Secretaria que tome as providências necessárias para transformar a Reunião em caráter reservada para dar continuidade ao depoimento da Dra. Lítia Cavalcanti, devido a gravidade dos fatos a serem relatados. Fizeram uso da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputada Laura Carneiro, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Janete Capiberibe, Senadora Fátima Cleide e Senador Reginaldo Duarte. Reaberto os trabalhos da Reunião em caráter público, a Senhora Presidente convida a Dra. Janete Cruz para tomar assento à Mesa concedendo-lhe a palavra para as suas considerações iniciais. Após, a Presidência concede a palavra a Relatora para os seus questionamentos. Pela ordem de inscrição, fizeram uso da palavra as Senhoras Deputadas Laura Carneiro e Ann Pontes. Ao final, a Presidente convoca os membros para a próxima reunião da Comissão a realizar-se no dia dezesseis de julho, às dez horas para leitura, discussão e votação de Requerimentos e a Exposição dos Coordenadores da PESTRAF das Regiões Nordeste, Sudeste e Norte. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calhão*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom dia a todos os Parlamentares.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – SRA Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Requeiro a V. Exª a dispensa da leitura da Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aprovada.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se à exposição das SRAs Drª Janete Cruz e Drª Lítia Cavalcante.

Há expediente a ser lido:

Sra Presidente, tendo exercido dois mandatos de Deputado Estadual da Paraíba e sempre trabalhando na defesa dos direitos humanos, realizei, na qualidade de Relator, juntamente com meus colegas, investigações acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes que culminaram neste relatório da CPI, que encaminho em anexo a esta Comissão, para servir de subsídio ao trabalho que irá ser desenvolvido por esta CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito nacional, que também investigará a exploração sexual infanto-juvenil no País.

Na certeza de que este trabalho irá contribuir na apuração dos fatos, em particular no Estado da Paraíba, onde os fatos continuam em evidência, agradeço, renovando minhas considerações.

Atenciosamente

Deputado Federal Luiz Couto (PT – PB)

Sra Presidente, encaminho em anexo relatório da CPI da Câmara Municipal de João Pessoa, Paraíba, que investigou e apurou a exploração sexual de crianças e adolescentes naquele município. O referido relatório servirá como subsídio a CPI Mista e com certeza irá colaborar de forma positiva para o andamento dos trabalhos.

Reitero minhas considerações,

Deputado Federal Luiz Couto (PT – PB)

Segue cópia do Relatório da Comissão Especial da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que investigou os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado, do Deputado João Magno.

Antes de darmos início à presente reunião, informo que a Secretaria desta Comissão recebeu diversos requerimentos que ora passo às mãos da SRA Relatora, Deputada Maria do Rosário, para proceder à leitura dos mesmos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – São estes os requerimentos:

Do Deputado Reginaldo Lopes:

Cumprimentando cordialmente, serve-se do presente para solicitar a V. Exª a inclusão do Estado de Minas Gerais, no escopo da atuação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A inclusão se faz necessária dado o forte avanço desse crime em Minas Gerais, em especial nas regiões mais pobres.

Requerimento do Deputado Federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – SRA Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem V. Exª a palavra para discutir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Entendo a preocupação do Deputado Reginaldo Lopes, mas, perdoem-me, acho um absoluto despropósito, porque não se trata só de Minas; todos os Estados estão incluídos na CPI. Esta CPI é nacional. Imaginem se cada Deputado apresentar um requerimento para incluir seu Estado. Obviamente todos os Estados estão incluídos. Não há por que incluir Minas Gerais. Minas Gerais faz parte do Brasil e esta é uma CPI nacional. Portanto, ele está incorporado aos trabalhos da CPMI.

Perdoe-me, Sra Presidente, mas não consigo entender o sentido do requerimento.

A SRA PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Deputado Reginaldo Lopes se encontra no recinto?

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Penso da mesma forma que a Deputada Laura Carneiro, porque, na verdade, já aprovamos na reunião passada requerimento do Deputado João Magno destinado a apurar circunstâncias bem específicas em Minas Gerais. Então, a proposta do Deputado João Magno, que já foi aprovada, trabalha com locais específicos e com a denúncia de forma mais específica. Então, penso que está prejudicado o requerimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sra Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA.. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sra Presidente, V. Exª poderia declarar prejudicado o requerimento, pois, se obviamente há um fato concreto num dos Estados, há que se fazer requerimento não para apurá-lo, mas, sim, para ouvir os depoimentos necessários às investigações da CPI, nunca para pedir a inclusão de uma matéria. Todas as matérias estão automaticamente incluídas. Então, esse requerimento, assim entendemos, simplesmente está prejudicado.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esta Presidência entende que, por se tratar de matéria sobre a qual a CPI atuará em todos os Estados, por meio de seus parlamentares, esse requerimento fica prejudicado.

A SRA.. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – A Deputada Ann Pontes, em seu requerimento, solicita que seja enviada uma comissão de parlamentares à cidade de Belém, no dia 27 de agosto do corrente, onde serão julgados cinco acusados da morte de crianças emasculadas na cidade de Altamira, no Estado do Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA.. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – O Deputado Severiano Alves, em seu requerimento, solicita seja convidada a Drª Hélia Maria Amorim Santos Barbosa, Coordenadora Executiva do Cedeca, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, da Bahia, para prestar subsídios a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os trabalhos por eles desenvolvidos com relação ao combate à exploração e ao tráfico de crianças naquele Estado. Esse requerimento vem acompanhado de um currículo de extenso trabalho desenvolvido pela Drª Hélia Barbosa.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celcita Pinheiro.

A SRA.. CELCITA PINHEIRO (PFL – MT) – Sra Presidente, a meu ver, isso será muito bom. Na revista **Época** desta semana, há uma matéria sobre tráfico de crianças, e é bom para tomarmos conhecimento do assunto e enriquecermos o nosso relatório.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em votação o requerimento.

As SRAs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA.. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento da Deputada Maria do Rosário solicitando autorização para organização e realização, juntamente com outros parlamentares desta Comissão, de diligência na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de julho do corrente ano, para ouvir o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Dr. Antônio Vicente Costa Júnior; a Coordenadora das Promotorias Criminais, Drª Flávia Ferrer; a Promotora e Coordenadora da 1ª Central de Inquéritos, Drª Mônica Costa Di Piero; e os Srs. Promotores de Justiça Hedel Nara Ramos Júnior, Márcio Almeida, Valéria Videira e Jorge Magno Reis Vidal, frente às graves denúncias de violação e exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado já investigadas pelo MP.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

A SRA.. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sra Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA.. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sra Presidente, desejo mais fazer uma sugestão do que discutir. A nobre Relatora, Deputada Maria do Rosário, pretende viajar amanhã. Já conversamos, e participarei junto com S. Exª dos trabalhos. Mas, talvez, o ideal fosse não restringir nomes e, sim, aprovar uma diligência precursora, ou seja, de elaboração de uma pauta de trabalho investigativo no Estado do Rio de Janeiro, o que também poderia ser feito em todos os Estados. Mas, em especial, nesse requerimento, não adianta especificar os promotores e, sim, determinar, designar, por meio da Comissão, a Deputada Maria do Rosário e qualquer outro Deputado para representar a Comissão nessa audiência precursora, porque, se eventualmente houver outro promotor, não poderemos ouvi-lo. Então, fica difícil se especificarmos nomes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sra Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sra Presidente, a diligência tem uma direção, mas isso não significa que a Relatora ou qualquer outro membro não pos-

sa ouvir outras pessoas, e são fundamentais essas audiências, inclusive porque já há dados publicados na imprensa a respeito do mapa da exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro.

Mas não podemos restringir, ou seja, porque, no momento da diligência, poderá surgir um fato novo. Nessa ocasião, a Comissão presente deverá estar sempre atenta, procurar ouvir também outras pessoas. Ao apresentar um nome, não estamos excluindo outros membros, Sra Deputada, mas, sim, indicando aqueles que têm algum esclarecimento que precisa ser conhecido. Contudo, se há outros promotores, outros agentes, creio que a Comissão deve estar aberta para ouvir todos.

Portanto, poderíamos aprovar o requerimento, destacando que, efetivamente, as Comissões estão prontas a ouvir outras pessoas que queiram também falar sobre esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sra Presidente, não gostaria de deixar de ouvir esses promotores de forma nenhuma. Desejo apenas ter a possibilidade de ouvir outros. Dentre os relacionados, acrescentaríamos alguns mais. Temos certeza de que são essas pessoas que serão ouvidas, mas, eventualmente...

A Deputada Maria do Rosário já entrou em contato com outras pessoas, eu fiz o mesmo. Amanhã às 10 horas, haverá uma reunião com entidades da sociedade civil e, à tarde, com a promotoria do Estado do Rio de Janeiro. Então, a partir do que ocorrer pela manhã, poderemos ter audiência com outras pessoas à tarde – sempre, claro, de forma reservada.

Aliás, creio que devemos conversar sobre o assunto – não sei se este é o momento. Para que todos possamos participar de alguma maneira, poderíamos realizar essas diligências precursoras nos Estados ou nas regiões, para, primeiro, colher os elementos necessários a uma posterior investigação.

Creio que esse tema será tratado pelA Sra. Presidente e pelA SRA. Relatora, mas, de qualquer maneira, seria importante que essa diligência precursora ocorresse antes da audiência pública. Se formos ao Estado fazer a audiência pública sem antes ter feito audiência pública em Brasília, será absolutamente enlouquecedor.

Nesse ponto, faz sentido o requerimento do Deputado Reginaldo Lopes, pois S. Exª alega que se vamos ao Rio, teremos que ir a Minas. Mas não se trata disso. Sendo a CPI nacional, o trabalho inicial deve ser feito em Brasília, só iremos aos Estado quando o trabalho crescer.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Para discutir, concedo a palavra a Deputada Janete Capiberibe. Mas antes, Deputada, se me permite, na reunião passada, definimos que iríamos...

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Gostaria de exatamente lembrar, SRA Presidente, que definimos, votamos a ida ao Rio de Janeiro na quinta-feira, para audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Janete, gostaria de justificar, explicar o que aconteceu.

Na reunião passada, definimos que faríamos uma audiência pública no Rio de Janeiro, tendo em vista os últimos acontecimentos, e pela importância mobilizadora desta CPMI.

Logo após a reunião, estivemos, eu e a Deputada Maria do Rosário, acompanhadas de alguns membros da Polícia Federal, que já está à disposição desta CPMI. Aqui conosco, o delegado Glorivan, em conversa informal, nos relatou, pela experiência que tem, a importância da audiência pública para obtermos dados mais concretos. Basicamente – se não me falha a memória – o mesmo que levantou, em questão de ordem, o Deputado Luiz Couto, ou seja, a necessidade de que esta CPMI, durante este mês de julho, levante fatos, acontecimentos, denúncias que estão chegando constantemente a esta Comissão, para que possamos estar mais preparados para essas audiências públicas.

Eu e a Deputada Maria do Rosário consideramos sensata a ponderação do delegado Glorivan. E, pela necessidade da apuração dos fatos do Rio de Janeiro, até para que possa aquele Estado ser o primeiro, deliberamos com a Deputada Maria do Rosário que seria importante sua ida àquele Estado, juntamente com a Deputada Laura Carneiro e o Delegado que está nos acompanhando. Lá, então, conversariam com os Promotores Públicos encarregados dos recentes fatos sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Fiz até um requerimento, em caráter excepcional, sobre essa viagem. Talvez não agora, mas em breve teremos que discutir a forma de atuação da CPI para que não nos percamos no meio do caminho. Existem denúncias de diversos Estados. Há o desejo, natural e compreensivo, de todos os Parlamentares de que esta CPI esteja em cada Estado. Mas, evidentemente, ela não poderá ocorrer, no prazo de 180 dias, estar a todos os lugares ao mesmo tempo.

Na próxima reunião administrativa, colheremos algumas sugestões, que já nos chegaram, sobre a forma de atuarmos efetivamente para que o resultado desta CPI, cujo objetivo é exatamente investigar, desbaratar algumas redes de exploração sexual, a questão denunciada já pela Pestraf (Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes par Fins de Exploração Sexual e Comercial), sejam objetivos e concretos, possibilitando definitivamente apontar políticas públicas de combate à exploração sexual.

Ninguém aqui evidentemente é ingênuo de imaginar que esta CPI irá acabar com a exploração sexual. Esse é um conjunto de fatores, de atitudes, de atividades de mobilização da sociedade que contribuirão para um resultado importante, visando acabar com a exploração sexual em nosso País.

Portanto, essa discussão dar-se-á em outro momento. Pensamos ser oportuno comunicar isso hoje, nesta reunião, antecedendo a quinta-feira, para que todos os membros, todos os Parlamentares tomassem conhecimento e se pronunciassem a respeito dessa idéia. Depois de conversar detalhadamente com a Deputada Maria do Rosário, pois estamos permanentemente discutindo com alguns membros desta CPI, colhendo inclusive a experiência de outros Parlamentares, em outras CPIs, com a Secretaria que está nos auxiliando, nos orientando, deixo a minha sugestão. Penso ser muito importante observamos os fatos para que, depois, as audiências públicas realmente ocorram e obtenhamos resultados importantes, concretos e objetivos para esta CPI.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, concluindo...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Janete Capiberibe, desculpe-me por ter tomado a palavra de V. Exª, mas queria só dar essa explicação.

A SR JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Não tem problema.

É sensata essa decisão tomada pela Presidência, pela Relatora, pelo Sr. Delegado da Polícia Federal, pela Deputada Laura Carneiro, que também tem experiência por haver atuado na CPI do Narcotráfico. Devemos ouvir a Deputada Laura Carneiro, que esteve no meu Estado, ocasião em que acompanhei os trabalhos da CPI de Combate ao Narcotráfico no Brasil. Alegra-me ouvir essa decisão agora, porque, na reunião passada, estávamos no início do nosso trabalho, aprendendo. Várias Deputadas, Deputados e Senadores não estavam presentes naquela reunião.

Sra Presidente, fui ao meu Estado recentemente, visitei a Polícia Federal, o Ministério Público Estadual, a Pastoral do Menor, colhi ali denúncias de fatos concretos. Mas não vou apresentar requerimento, solicitando a ida da CPI agora, neste momento. Vou fazer um trabalho prévio e, após contar com o apoio da CPMI, apresentarei um requerimento solicitando a ida da CPI, a fim de realizar audiência pública no meu Estado, um Estado fronteiriço com casos graves. Mas só da Amazônia há o Amapá, Roraima, Rondônia, Pará, Acre, estados que têm fronteira internacional. O quadro dos dados da geografia da fome no Brasil, que está ligado a esse crime, coloca a Região Norte como aquela em que há maior incidência do crime, mas não é por esse motivo que eu vou apressar-me e querer que seja o Amapá o Estado aonde a CPMI vá em primeiro, segundo ou terceiro lugar. Nós temos até dezembro para concluir o nosso trabalho. Temos, então, muita tranqüilidade para avançar com muita segurança, dando uma grande contribuição à sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço as sugestões e as ponderações da nobre Deputada Janete Capiberibe. S. Exª tem nos auxiliado e nos ajudado muito nesta Comissão. Na próxima reunião, nós iremos discutir exatamente esse assunto. Antecipo a V. Exª. Deputada Janete, que essa idéia trará a participação efetiva de todos os Parlamentares, que é essencial, em seus Estados e regiões. Portanto, o exemplo da nobre Deputada Janete Capiberibe – tomando essas providências – só irá contribuir para o bom andamento desta CPMI.

Em votação o requerimento da nobre Deputada Maria do Rosário.

As Sras e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Sra Presidente, matéria votada, permita-me uma consideração.

De fato, Deputada Laura Carneiro, considero que nós ouviremos o Ministério Público e também outras pessoas que estiverem lá, porque a reunião, já agendada com o Procurador-Geral do Estado, será com essas pessoas já citadas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – SRA Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra V. Exª, pela ordem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu só queria saber se foi votado o requerimento, porque V.

Exª não colocou em votação o adendo da expressão "dentre outras".

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, eu coloquei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eventualmente, já foi inscrito?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada a V. Exª.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento do Deputado Luiz Couto:

Requeiro que esta Comissão solicite à Procuradoria Geral da Justiça a Paraíba informações acerca das providências tomadas em relação ao Relatório da CPI da Prostituição Infanto-Juvenil da Assembléia Legislativa da Paraíba.

Portanto, esse é o teor do requerimento do Deputado Luiz Couto.

Antes de colocar o requerimento do Deputado Luiz Couto em votação, quero informar V. Exªs a respeito das providências que a Secretaria desta CPI já tomou. Estamos encaminhando ofício a todos os Ministérios Públicos Estaduais do País a fim de que nos remetam todo o material relativo a qualquer tipo de investigação ou apuração feita sobre o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Da mesma forma, também estamos encaminhando a todas as Superintendências da Polícia Federal dos Estados. Isso facilitará o nosso trabalho. Portanto, não sei se o Deputado Luiz Couto gostaria de discutir ou se já se considera atendido.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sra Presidente, como Relator e como Parlamentar, encaminhei, diversas vezes, expediente à Procuradoria, inclusive um relatório sobre o qual o Ministério deveria tomar providência e sequer recebi resposta. Eu quero que, agora pelo menos, eles informem à CPI Mista sobre as providências tomadas. A cada relatório, é designada uma comissão para se ver o que será feito. Depois haverá o encaminhamento ao Ministério Público. Somos acusados pelo fato de a CPI terminar em pizza, mas nós fazemos o trabalho e, muitas vezes, ao chegar ao Ministério Público – não estou dizendo que isso sempre acontece -, as providências não são encaminhadas.

Portanto, é neste sentido que estou pedindo providências. Aí, faço um adendo a fim de que V. Exª também encaminhe esse ofício ao Ministério Público Federal, porque há casos de estrangeiro cometendo crime de exploração de menores, crime da jurisdição da Justiça Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Isso também já foi providenciado,Deputado. Desculpe-me por não ter comunicado, mas essa providência já foi tomada; tanto a Superintendência quanto o Ministério Público Federal já foram comunicados.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – SRA Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem V. Exª a palavra, para discutir a matéria.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na verdade, eu quero fazer uma sugestão ao nobre Deputado Luiz Couto, autor do requerimento. Talvez isso significasse o início de um trabalho efetivo na Paraíba. V. Exª, Deputado Luiz Couto, poderia alterar o seu requerimento e ir ao Ministério Público, em nome da Comissão, a fim de lá colher os dados, porque, até o Ministério Público mandar os documentos, já terá acabado a CPI. Se é como V. Exª está dizendo – no Rio de Janeiro, as coisas são rápidas; nos outros Estados também. Mas V. Exª está dizendo que, como Relator que foi da CPI estadual, fez esse requerimento várias vezes e nunca foi respondido. Agora, V. Exª deveria modificar seu requerimento – e pode fazer de ofício ou oralmente – e simplesmente ir, em nome da Comissão, como se fosse uma diligência prévia, verificar junto ao Ministério Público o que aconteceu a partir do trabalho já desenvolvido pela Comissão estadual.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Consulto o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não há objeção de minha parte, inclusive acato a sugestão, já que a Presidente encaminhou expediente solicitando todas as informações. Caso as informações referentes à Paraíba não cheguem a esta CPI num tempo em que possamos fazer as chamadas diligências, então, de antemão, eu iria, em nome da Comissão – ou outros membros da CPI que fossem designados. Isso deve ocorrer em relação a qualquer Estado que não responder à solicitação da Presidente. Nesse caso, designaríamos membros da CPI para, **in loco**, dizer se há ou não. É nesse sentido que penso podermos acatar a sugestão da Deputada Laura Carneiro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pelo que entendi, ficaria então o requerimento arquivado.

Passemos ao próximo.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Mais um requerimento do Deputado Luiz Couto.

Requer que esta Comissão convide os Srs. Promotores Marinho Mendes Machado, João Manoel de Carvalho e Herbert Douglas Targino para prestarem depoimento sobre a apuração de denúncias e fatos de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado da Paraíba.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sra Presidente, gostaria de discutir e defender o requerimento.

Três promotores, na Paraíba, atuam no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. O promotor Marinho Mendes, no momento em que investigava, foi afastado para outro Município porque estava na linha de investigação que envolvia inclusive pessoas graúdas da sociedade nessa questão. É importante a vinda do promotor Marinho Mendes Machado, que tem uma larga experiência nessa investigação e no combate à exploração.

Outro é o Dr. João Manoel de Carvalho, com quem estivemos no ano passado – eu e o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Orlando Fantazzini. Participamos de uma audiência em que escutamos várias menores e pais de menores sobre o envolvimento de uma rede de exploração sexual de crianças, exportando meninas para Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Caruaru, inclusive para a região polarizada pelo crime organizado, pelo narcotráfico em Pernambuco.

Nesse sentido, é importante a vinda do Dr. João, que denunciou inclusive várias personalidades.

V. Exª vai receber depois um material que mostra que essas pessoas foram condenadas em primeira instância, mas, infelizmente, quando o processo chegou à Câmara do Tribunal de Justiça, elas foram absolvidas com a justificativa de que as meninas não eram mais virgens e aquela velha versão de que "elas foram porque quiseram". Ou seja, não dá para aceitar essa justificativa.

Quanto ao convite ao Dr. Herbert Targino, tenho a dizer que há um caso emblemático de Campina Grande de uma menor – e vou depois solicitar a V. Exª que entre em contato com o programa de proteção a testemunhas para ouvi-la, pois tenho certeza de que já fez 18 anos – que fez um relatório – vou encaminhá-lo a V. Exª, em caráter reservado, a fim de que possamos investigar - em que apresenta uma lista de pessoas envolvidas, revelando o horário, o local, enfim, e ela hoje está no programa de proteção às testemunhas. Então, o Dr. Herbert é o promotor que acompanha essa realidade. Por isso, considero importante, para que possamos ter um quadro de como acontece isso na Paraíba, o que pode ser emblemático também para outros Estados. Então, nesse sentido, defendo a aprovação desse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento do Deputado Luiz Couto.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento da Deputada Maria do Rosário, que deseja seja realizada audiência, em data a ser agendada, com o intuito de colher depoimentos dA SRA. Isa Ferreira, Diretora do Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira – Brasil, Argentina e Paraguai -, e dA SRA. Sueli Ruiz, Coordenadora desse mesmo programa em Foz do Iguaçu, e demais entidades do movimento social que acompanha o Comitê Trinacional de Prevenção à Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Tríplice Fronteira e Ciranda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento da Deputada Maria do Rosário.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Sra Presidente, quero me referir também a um outro requerimento, de mesmo conteúdo, da Senadora Ana Júlia Carepa. Não citei o local para que possamos decidir se vamos lá ou se chamaremos aqui primeiro. Ela também não...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sugiro a V. Exª que coloque os dois requerimentos para serem votados em bloco.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Pode ser. Os dois seriam apensados – eles são idênticos -, votados e aprovados juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Votaremos, então, em bloco os dois requerimentos.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e Srs. Deputados e Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Requerimento da Senadora Lúcia Vânia:

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que Goiás seja incluído no roteiro de Estados a serem visitados pela CPI que investiga essas situações de violência e redes de exploração de crianças e adolescentes no Brasil.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sra Presidente, Sra Relatora, entendi as ponderações da Presidente em relação às viagens. Creio que procedem, concordo plenamente, mas eu gostaria de chamar a atenção para a questão de Goiás.

A imprensa tem trazido, nos últimos dias, todo um enfoque em relação ao tráfico de mulheres em Goiás, dando um destaque especial à rede, e tomei a iniciativa – antecipando a sugestão da Deputada Laura – de buscar, em nome da Comissão, o relatório de uma CPI realizada na Câmara dos Vereadores que detecta toda a rede de prostituição da cidade.

Tomei a liberdade também de pedir à Delegada da Delegacia da Mulher que fizesse um levantamento de todos os casos que foram notificados ali, bem como o Programa Sentinela, que tem sede na capital, em todo o entorno da capital. Estaremos com esse material todo já recolhido e o encaminharemos à Comissão.

Gostaria de voltar, novamente, ao meu requerimento, se a Comissão assim entender, para realizar essa audiência pública em Goiás, já com esse material todo em mãos.

Era o que tinha a dizer. Agradeço e prefiro que o requerimento seja colocado em votação um pouco à frente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a compreensão da Senadora Lúcia Vânia e também o fato de já nos estar nos ajudando, em seu Estado, com documentos que serão certamente importantíssimos para que esta Comissão possa trabalhar.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Sra Presidente, em uma situação bastante semelhante está o requerimento da Deputada Francisca Trindade, que, aliás, ingressou na Câmara dos Deputados em 21 de maio – portanto, antes mesmo da nossa CPI. Ficou com a Presidência da Câmara, foi-nos enviado pelo Presidente João Paulo Cunha somente após a instalação oficial da CPI, e chegou para nós em 17 de junho.

A Deputada Francisca Trindade solicita que instalemos os trabalhos da CPI no Piauí. S. Exª justifica.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – S. Exª não está aqui, está?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Não está. S. Exª não acompanha nossa Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Deputada não está presente. Como devemos estabelecer o mesmo critério, a apreciação do requerimento fica adiada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Adiamos a apreciação do requerimento e coletamos informações. É uma boa prática. Assino solidariamente com a Deputada, mas concordo com a medida. Adiamos, então, o requerimento.

O último requerimento é de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja realizada audiência pública com data a ser agendada com a participação do Sr. Paulo César Calda Jardim, Delegado e Coordenador do Secopi, Serviço de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil, vinculado à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; do Sr. Deputado Fabiano Pereira, Coordenador da Jornada pelo Fim da Exploração Sexual e Presidente da Sub-Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembléia; do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Movimento pelo Fim da Exploração Sexual; da Coordenação Estadual dos Conselhos Tutelares e das Varas da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O requerimento da Deputada Maria do Rosário trata do mesmo assunto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Somente para justificar, podemos dar o mesmo encaminhamento.

O Rio Grande do Sul estabeleceu, no início deste ano, um serviço especializado na Polícia Civil gaúcha voltado à exploração sexual de crianças e adolescentes e identificou, no mês de março, uma rede de taxistas que exploravam sexualmente meninas e meninos com vínculos com hotéis, motéis, comerciantes e saunas. Já existem, pelo menos, sete inquéritos sobre pessoas diferentes. Foi aprovada hoje a solicitação da cópia dos inquéritos. Já foi aprovada, na Comissão, a vinda dos materiais. Já fizemos a caminhada que as Deputadas buscam realizar nas Polícias locais, Ministério Público, Assembléia e Câmara.

Dessa forma, não acredito ser necessário o adiamento, mas os documentos estão conosco e posso solicitá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Maria do Rosário, peço sua compreensão para usarmos os mesmos critérios que temos utilizado. Evidentemente, o Rio Grande do Sul, pela seriedade dos fatos, será foco da nossa ida e da nossa investigação.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Concordo, Sra Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, para discutir.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sra Presidente, em primeiro lugar, sugiro a V. Exª que também seja feito um encaminhamento aos Presidentes dos Tribunais de Justiça solicitando cópia de todos os inquéritos arquivados ou não sobre exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em segundo lugar, poderíamos estabelecer dois momentos. Poderíamos convocar o delegado e coordenador para que viesse aqui em audiência. Depois, num segundo momento, nas diligências, se o caso assim exigisse, poderíamos ir ao Rio Grande do Sul. Votemos apenas a vinda do delegado e coordenador para audiência nesta CPMI.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro para discutir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O caso específico do requerimento já diz de testemunhas ou pessoas que podem contribuir para a elaboração do trabalho. Antes de decidirmos qual será o procedimento da CPMI, poderíamos aprovar o requerimento, o que não significa estabelecer onde e quando será ouvido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Deputada não colocou data.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aprovemos o requerimento que tem nomes especificadamente. V. Exª decidirá, Sra Presidente, como é sua atribuição, quando e onde serão ouvidos. E nós nos livraríamos de ter de aprovar esse requerimento. O que é diferente de se dizer: "Vamos a um Estado." Não vamos a um Estado, quer dizer, vamos a todos; ou não vamos, vão as Comissões. Esse é um procedimento que discutiremos num outro momento. O importante é que, se já existem nomes nos lugares, como já fizemos em outros requerimentos, aprovamos. Onde houver nomes, aprovamos. Isso não quer dizer que as pessoas sejam ouvidas amanhã, nem aqui, nem lá. Serão ouvidas em algum momento. Penso que poderíamos adotar isso como procedimento.

A exemplo do requerimento da Senadora Lúcia Vânia, S. Exª pede para ir a Goiás. Obviamente, com o material que está colhendo, será necessário ir a Goiás, mas S. Exª vai trazer esse requerimento, que será votado, aí, sim, no momento em que trouxer os documentos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se todos acatam a sugestão da Deputada Laura Carneiro, colocaremos em votação o requerimento. (Pausa.)

Em votação.

As Sras e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento da Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Sra Presidente, são esses os requerimentos. Creio que podemos passar à audiência em si.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de ler mais um ofício que nos chegou às mãos, do Instituto Latino Americano de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que nos apresenta o relatório das atividades do sistema nacional de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos, para submetê-los à apreciação desta CPI.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sra Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, pela ordem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É só um pedido de informação. Na semana passada, não tivemos a oportunidade de ouvir a Drª Rosário, que é a coordenadora da pesquisa na região Nordeste, que nos interessa bastante. Hoje, pelo que sei, ela não estará novamente aqui. Para nós, do Nordeste, que é a segunda rota internacional, com 69 casos, seria importante que ela viesse. Não sei se é uma questão de agenda ou de saúde. Da outra vez, era saúde, mas, caso a Drª Rosário não esteja, eu solicitaria a V. Exª que nos fornecesse, pelo menos, o teor da pesquisa feita no Nordeste, porque isso nos interessa, para que possamos fazer algumas diligências naquela região.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Apenas para esclarecer, Deputado Luiz Couto, esta-

mos tendo algumas dificuldades em virtude de se tratar do mês de julho. Alguns dos coordenadores se encontram em recesso ou em férias. Nenhum, absolutamente, se recusou a vir a esta CPI. Todos estão prontamente dispostos, mas apenas por se tratar deste período de julho, temos tido algumas dificuldades. Portanto, hoje ouviremos uma das coordenadoras da pesquisa e ouviremos também a Drª Lítia, que é promotora do Estado do Maranhão. Assim que retornarem, ouviremos, com certeza, todos, até porque isso foi uma deliberação desta CPI, no sentido de que pudéssemos ouvir todos os coordenadores da Pestraf.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Sra Presidente, apenas para contribuir, quero dizer ao Deputado Luiz Couto e a todos os Parlamentares que encaminhamos cópia da pesquisa, fizemos chegar um disquete a cada um, em que a pesquisa é apresentada, na sua íntegra, possibilitando verificar a situação do Nordeste. É claro que isso não é a mesma coisa que uma apresentação, porque, para além do que está publicado, o depoimento dos coordenadores acrescenta, até pela experiência de terem realizado a pesquisa.

V. Exª deve ter recebido esse disquete.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não o recebi. Por isso é que estou cobrando.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Se não o recebeu, vamos providenciar isso imediatamente, Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos checar. Aqueles que não o receberam, com certeza, irão recebê-lo.

Convido à Mesa dos trabalhos a Drª Janete Cruz e a Drª Lítia Cavalcante, para que possam fazer as suas exposições. (Pausa.)

Creio que vinte minutos para cada expositor serão suficientes.

Concederei, primeiramente, a palavra à Sra Lítia Cavalcante, porque A SRA. Janete Cruz ainda está preparando o **data show** que solicitou agora. (Pausa.)

Contamos com a presença da Drª Lítia Cavalcante, Promotora do Ministério Público do Estado do Maranhão, que tem muito a nos dizer. E para que possa haver a participação de todos os Parlamentares, a Presidência estipulou o prazo de vinte minutos para a exposição da Drª Lítia, que, na verdade, precisaria de muito mais tempo para manifestar-se. Eu já fiz esse apelo a S. Sª, até para que todos os Parlamentares participem do debate fazendo suas perguntas.

Concedo a palavra à Drª Lítia Cavalcante.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – Exmª SRA. Presidente desta CPMI, Exmª SRA. Relatora, Srs. Deputados e Srs. Senadores, farei um resumo dos casos que nós, no Maranhão, investigamos na Promotoria de Justiça. O prazo destinado ao meu pronunciamento é curto exatamente para que haja tempo para os debates e para os questionamentos.

Os tópicos que abordarei referem-se aos casos de que eu realmente participei e que investiguei. Esses casos ocorreram em Caxias, minha comarca no Maranhão e terceira maior cidade do Estado, em Teresina, em Codó e em Porto Velho, no Estado de Rondônia.

O nosso trabalho em Caxias começou em 1999, em decorrência de várias denúncias sobre a exploração sexual de crianças e de adolescentes. Em Caxias, assim como em muitos locais do Norte e principalmente do Nordeste, áreas de que tenho conhecimento, existe uma tradição cultural de que explorar criança e adolescente é algo absolutamente normal.

Portanto, diante das denúncias que chegaram ao Ministério Público, iniciamos uma investigação, sem contar com nenhum apoio da Polícia. Verifica-se que, nesse tipo de trabalho, existe a questão da conivência tanto da Polícia Civil quanto da Militar, além do desamparo. Infelizmente, faço essa afirmação porque vivenciei pele a situação e a senti, além de saber que os policiais são pessoas que também freqüentam esses locais. Nesse caso, a dificuldade é muito grande.

Na época, em Caxias, houve denúncias sobre determinado local. E já havia um trabalho prévio de enfrentamento da violência sexual, embora, na época, não existisse legislação contundente que pudesse punir veementemente, como estabelece a Constituição Federal, os casos de exploração sexual. Existia somente o art. 218, que tratava da corrupção de menores.

Diante das denúncias, dirigimo-nos aos locais onde haveria exploração sexual, a denúncia e, para a nossa surpresa, as pessoas que estavam lá, que freqüentavam esse local e exploravam crianças entre 12 e 17 anos, eram de renome, eram formadores de opinião local. À época, eram dois juízes, o Comandante da Polícia Militar, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, médicos e vereadores, ou seja, uma série de pessoas que tinham posição social.

Quando começamos a realizar o trabalho, no início estava tudo bem. Não havia nenhum problema, até porque estávamos investigando e ainda não havíamos nos confrontado com ninguém que tivesse poder de manipular, comprar e alterar depoimento. Começamos a tomar os depoimentos e constatamos

que, em todos os casos – até hoje impunes -, havia a participação do juiz da comarca, que retornou ao trabalho, atuando no processo e avalizando toda a ação ocorrida em 1999, durante o tempo em que foi juiz.

Trouxe alguns depoimentos, porque a unanimidade dos casos de Caxias e dos depoimentos prestados pelas adolescentes citava o juiz de Direito – todos – inclusive com denúncia de estupro e de exploração. Todos esses depoimentos e outros existentes no Maranhão citam o caso desse juiz. Depois dessa investigação – estou fazendo uma síntese de tudo para que possamos dispor do tempo necessário – foi investigado também o Presidente da OAB. Na época, representamos perante a Ordem sobre a conduta dele, mas nada aconteceu. Fomos obrigados a pedir sua prisão preventiva. Existem vários depoimentos, que, porém, não disporei de tempo de ler. Neles se observa como os adolescentes, as adolescentes principalmente, eram tratados como meros objetos. Verificou-se que, pagando-se R$10,00, uma calça jeans, uma viagem, a pessoa conseguia fazer um programa. Então, as adolescentes eram submetidas a todo tipo de constrangimento. Gostaria de ter a oportunidade de ler o caso de uma das meninas que foi violentada por esse juiz e, hoje, o que causa maior indignação, ele continua trabalhando no mesmo local onde cometeu o crime.

Então, eu queria só um breve espaço de tempo, para ler o depoimento prestado por uma adolescente que se encontrava na prostituição desde os 11 anos, para que os senhores tenham uma noção de que todos os depoimentos constantes aqui citam não só ele, mas outras pessoas de relevância. O referido caso de estupro chamou muita atenção:

Que na primeira vez que saiu com o Adnaldo, juiz de Direito, foi bastante espancada pelo mesmo. Que foi espancada no rosto, tendo a mesma ficado com vários hematomas, tendo inclusive a declarante exibido neste ato uma pequena marca próxima ao olho esquerdo, já cicatrizada; que Adnaldo bateu na declarante, porque queria manter relação sexual com a mesma. Entretanto, esta não concordou. Que a declarante conseguiu fugir do veículo onde estava e ameaçou a contar todo o caso, ou seja, registrar ocorrência na Delegacia da Mulher; que Adnaldo respondeu-lhe que poderia ir, pois nada iria acontecer com o mesmo, haja vista que é juiz. Que, de fato, a declarante tomou providências, dirigindo-se até a Delegacia da Mulher e, apesar de ter exibido o rosto machucado, as autoridades daquela Especializada nada fizeram. Como é normal, a adolescente, que é vítima de exploração sexual, não tem credibilidade social. Que a declarante ainda estava na porta da Delegacia, quando Adnaldo encontrou-a, perguntando à mesma se ele seria preso, oportunidade em que ainda chamou-a de abestada, dizendo à mesma que esta morava em um cabaré. Que depois de 15 dias voltou a se encontrar com Adnaldo no Bar do Gaguinho. Que, nesta oportunidade, a declarante não lhe deu atenção, tendo-se atirado para o local Veneza. Que, logo em seguida, Adnaldo foi até o local. Que neste local foi convidada para fazer um programa por um colega de Adnaldo, conhecido por Léo, o qual levou a declarante para o Motel Vênus. Que, ao chegar ao quarto do motel, a declarante encontrou com Adnaldo deitado na cama, trajando apenas roupas íntimas. Que a declarante começou a chorar, pedindo a Léo que a tirasse daquele local. Entretanto, o rapaz informou-lhe que tinha sido Adnaldo que havia mandado o mesmo levar a declarante para o motel, a fim de que ele pudesse manter relações sexuais com a mesma. Que neste dia foi obrigada a manter relações sexuais com Adnaldo contra a sua vontade. Que foi amarrada com os braços para trás, tendo Adnaldo, utilizando-se de um lençol, imobilizado a declarante. Que Adnaldo chupou os seios da declarante, enquanto a mesma, humilhada, chorava, além de pedir ao mesmo que não fizesse aquilo. Que Adnaldo apenas sorria, dizendo à declarante, em tom ameaçador, que a mesma iria pagar-lhe por não ter ficado com o mesmo anteriormente. Que Adnaldo ainda obrigou a declarante a fazer sexo oral no mesmo. Que, apesar de a declarante relutar bastante, Adnaldo manteve relações sexuais com a mesma à força. Que Adnaldo tentou manter relação anal com a declarante. Que Adnaldo foi embora, deixando a declarante sozinha, oportunidade em que lhe deu dinheiro para pagar a conta do motel, além de advertir à mesma que ninguém poderia saber que ele estivera ali em virtude de este ser juiz.

Logo, em relação a este caso e todos estes outros, constam estes depoimentos. Ocorre que os depoimentos, quando chegaram ao nível de instrução, foram alterados, o que é comum em qualquer depoimento de promotor de justiça que for colhido aqui e em qualquer investigação de exploração sexual. Ou seja, encontrar-se-ão pessoas que têm poder de manipular, que têm condições financeiras para pagar. Então, foi denunciado no tribunal que as testemunhas e as vítimas estavam sendo manipuladas. Inclusive trouxe aqui as fotos de uma das meninas para a qual se adquiriu uma casa de palha, a fim de que alterasse o depoimento, e ela, hoje, se encontra aqui em Brasília, em local incerto e não sabido.

Então, durante todo este depoimento, o que se viu foi que, durante a instrução, a investigação foi feita

pelo Ministério Público e pela Corregedoria do Tribunal não só no que se refere ao juiz, mas ao Presidente da Ordem Subseccional de Caxias e também ao Comandante da Polícia Militar de Caxias, que hoje está ocupando o cargo em São Luís; quer dizer, todos estão como estavam. E o que fazemos? Falamos por pessoas que não há como serem socorridas. Então, são pessoas violadas nos seus direitos desde a infância, e o que percebemos é que a sociedade não se indigna com esse tipo de coisa, tanto que se chegou ao ponto de, em uma audiência na Justiça do Maranhão, chamarem uma das adolescentes e sua mãe de prostitutas. Quer dizer, você é prostituta, sua mãe deve ser prostituta. Na verdade, não existe respeito por essas adolescentes. E percebemos que, durante a instrução, pela força que eles têm de manipular – e não podemos fazer isso, porque não é legal, não é certo; é corrupção de testemunha -, conseguem alterar os depoimentos e ficar impunes de toda essa prática.

Bom, este caso é o de Caxias, que chama a atenção pela impunidade. O que temos hoje é um **habeas corpus** preventivo, uma ação penal já trancada no Superior Tribunal de Justiça, em sede de liminar, e que deve ser julgada agora em agosto. Então, a única ação penal que temos e que pode correr é essa que está no Superior Tribunal de Justiça.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Não é a ação do Adnaldo?

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – É a ação do Adnaldo. Está trancada em sede de liminar no Tribunal de Justiça. E nessa época – só para colocar, inclusive, para a própria Comissão – fizeram uma campanha veemente, quando vim aqui ao Congresso Nacional, na Comissão de Direitos Humanos: fizeram uma campanha veemente de desmoralização no sentido de desacreditar o acusador para desacreditar a acusação. Então, foi feita uma campanha com grampos telefônicos, em que minhas conversas - e minhas conversas com meu ex-marido - foram colocadas na rua, em praça pública, em rádio, degravadas em jornal, para quê? Para que as pessoas pudessem ver a minha vida pessoal. E outras: campanha de jornal em que não se vê nenhum fundamento, mas para quê? Para desacreditar. Ameaças de toda espécie.

Então, acredito que isso a CPI vai passar, porque não vamos trabalhar com pessoas que não têm... Quem explora criança, na verdade, não é só o caminhoneiro, mas principalmente pessoas que exercem esse tipo de cargo, esse tipo de função, para onde os rufiões buscam, porque são pessoas que têm condição de efetuar um pagamento razoável.

Então, vou deixar depois a critério, para as perguntas.

O outro tópico que eu queria colocar e que me indigna até hoje é o caso de Porto Velho. Vou ler em três segundos – em três segundos não dá, só dá para ler o início, mas eu queria ler, porque neste caso aqui fui convidada a fazer uma investigação... É porque me deram vinte minutos, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, mas já está estendido.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – Já está estendido? Como lá em Caxias temos um trabalho, então as pessoas denunciam mesmo, porque sabem que na hora em que chega uma denúncia ao Ministério Público... Hoje a sociedade de Caxias tem essa consciência. Então, chegou uma denúncia ao Ministério Público, pegamos um carro, porque, na época, o carro que foi usado para investigação, a estrutura toda, foi lá do Ministério Público, porque a Polícia não participava, exatamente por quê? Porque o Comandante da Polícia estava envolvido. Então, no decorrer da investigação, soubemos o porquê de não haver uma investigação, de não haver carros, de não haver homens, de não haver nada, quando havia 120 homens na rua, e ninguém conseguia achar o rufião. Mas toda a sociedade ligava: ele está ali, ele está ali, ele está na prefeitura... Todo mundo sabia. Mas a Polícia ficou cega, estava de bicicleta, só podia ser, porque não conseguia ver.

Então, a gente percebe, é um fato, que nós temos que sensibilizar a Polícia, porque não adianta querermos impor à Polícia uma conduta que ela não vai ter, porque ela não se sensibiliza, porque ela não conhece. Por exemplo, em Timon, no Maranhão, há um prostíbulo do lado da delegacia, colado – e lá é uma rede com Teresina: Caxias-Teresina e Timon-Teresina. Portanto, é uma rede, inclusive com denúncias graves de pedofilia, na Praça da Bandeira. Então, o que acontece? A Polícia não tem sensibilidade, por isso tem-se que fazer um trabalho de capacitação dos policiais, para que essa corporação de muitos homens venha para o nosso lado, e não passe a freqüentar, como na última diligência que fiz, em que encontrei um PM e um da Polícia Civil dentro de um cabaré em Santa Inês. Ou seja, é um fato que penso não ser novidade para ninguém.

Um outro tópico que eu queria colocar e que me causa muita revolta, pois até hoje a única coisa que o inquérito da Polícia Federal fez foi pedir prazo para mais diligências, e nenhuma diligência, e mais diligências, e nenhuma diligência, é o caso de uma menina de Caxias: ela foi para Porto Velho desde novi-

nha, e lá passou a fazer parte de uma rede de pedófilos para fins de fotografia na Internet. Venho denunciando isso há exato um ano, e nada, absolutamente nada, foi feito. Então, o que tenho de Porto Velho é muito grave e é de indignar. Quero ler, para demonstrar um pouco o que as crianças de Porto Velho estão vivendo, para que, pelo menos, a CPMI possa fazer alguma coisa, já que até hoje, embora eu tenha enviado milhões de ofícios pedindo socorro para todo mundo, ninguém fez nada. Ontem eu liguei para Porto Velho e não havia nenhuma posição sobre o inquérito. O inquérito era só pedindo prazo, pedindo prazo, pedindo prazo. É a informação que tenho.

Bem, essa menina chegou em Caxias e foi prestar um depoimento por abandono pela mãe. A intenção do depoimento era apurar o abandono, pois a mãe é de Fortaleza, ela é de Fortaleza, e a gente queria apurar o abandono praticado pela mãe. No entanto, esse foi um dos piores depoimentos que ouvi em toda a minha vida – vou ler alguns trechos. Ela hoje tem 11 anos, mas as lesões causadas pelo abuso reiterado desde a infância são – acredito que no caso dela – irreversíveis.

Quero ler, porque não me conformo com a impunidade e a inércia das autoridades no caso:

> *Que Heloísa, a declarante, juntamente com os demais, foram para o quarto nº 04 [isso em Porto Velho]; que, atrás da declarante, vieram duas crianças, chamadas Graciele e Aline, com outros adultos. Eles foram para outro quarto e, que, dentro do quarto nº 04, estavam Heloísa, Artur, Vanda, Edu, Dandara, de 12 anos, e Tainá, de 4; que Heloísa e o Artur foram namorar e a Vanda e o Edu também. Que, enquanto Heloísa e Artur transavam, Vanda e Edu filmavam; que, enquanto isso, a declarante e suas coleguinhas ficaram brincando dentro de uma piscina; que a declarante e as outras crianças perceberam que estavam sendo filmadas por um homem chamado Gambá; que Gambá e outro homem pegaram as três crianças e abriram suas pernas para serem filmadas; que as duas outras crianças estavam nuas; que, além das filmagens, os homens tiravam muitas fotos; que Gambá mandava a declarante fazer poses. Primeiramente, Gambá mandou a declarante ficar de pernas cruzadas e fotografou...*

Isso é típico de pedófilo: primeiro a criança vestida e, depois, uma série de outras fotos.

Depois, tirou as calcinhas das crianças e mandou ficarem de bunda para cima; que as crianças choraram muito e, por isso, o Gambá rasgou suas roupas e disse que queria ver elas se vestirem; depois, Gambá amarrou a boca e mandou fazer pose; depois, Edu e Gambá vendaram os olhos das crianças e mandaram as três chuparem o seu pênis; que as crianças choravam muito, mas chuparam o pênis de Gambá, enquanto Edu tirava várias fotografias; que Gambá chamava as crianças de "gostosinhas"; que Gambá e Edu ingeriram álcool e cocaína e estavam armados, cada um com um revólver; que, de repente, Edu e Gambá ficaram violentos e tentaram estrangular a declarante e estraçalhar a sua cara; que, enquanto Gambá tentava estrangular a declarante, Edu tirava as fotos; que Gambá estuprou Dandara.

Nesse momento, eu acho que Gambá estuprou a minha depoente, a minha menina, a criança que estava depondo para mim e ela refletiu aquilo na outra criança, por ser muito dolorido para ela dizer que isso aconteceu com ela mesma. Isso é natural da criança que é abusada: ela fragmenta até mesmo o próprio corpo, ela tende a não sentir nada da cintura para baixo, como uma forma de defesa.

Que Gambá estuprou a Dandara, que chegou a sangrar pela vagina; que Dandara chorou muito; que enquanto Gambá estuprava Dandara, Edu filmava e fotografava; que Edu mandava Gambá fazer pose enquanto estuprava Dandara.

Aí vêm outros aspectos, e outro trecho que acho importante:

> *"Que a declarante se escondeu debaixo de uma escada..." (Pausa.) Ah, desculpe-me, se bem que...*

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Quando ela começou a falar me preocupei, mas como é só o primeiro nome...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pedimos à imprensa presente para omitir o nome das crianças.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTE – Certo, falamos os nomes dos adultos, porque esse cidadão saiu caminhando da Polícia Federal.

Que em um dos dias, Gambá e Edu entregaram um papel...; que, no quarto da casa-hotel, tocavam as crianças; que a declarante se escondeu debaixo de uma escada que tinha no motel e adormeceu; que a declarante achou que tomou alguma droga, pois não sabe o que aconteceu; que a declarante acordou em cima da cama do motel junto com Gambá, Edu e mais

dois homens que ela não conhece; que a declarante acordou com muita vontade de vomitar; que normalmente Gambá, Edu e outros homens iam para a casa-hotel na sexta-feira e ficavam até segunda-feira [nesse caso aqui, eles ficavam fazendo orgias].

Vou para outro trecho:

Que Gambá ficava em cima de Elisângela para tirar fotografias [mas ela não é criança, é uma mulher adulta]; que a Vanda e a Ivânia ficavam mandando as crianças fazerem pose para serem fotografadas; que Edu mandava as meninas ficarem com as pernas cruzadas sobre o sofá; que o Edu transou com a de 10 anos, enquanto Eduardo filmava; que, depois, chegou um ladrão, roubou as drogas [nesse trecho, observa-se que isso é um filme montado, é um filme que elas não sabiam que estava sendo um filme, mas que é um filme montado em uma realidade]; que, depois, chegou um ladrão, roubou as drogas e queria matar as crianças; que o ladrão amarrou as crianças com as mãos para a cima com uma corda, vendou os olhos das crianças, todas nuas, e amendrontou-as dizendo que ia estuprar as meninas com um toco; que o ladrão estava com um espeto na mão e queria furar as meninas; que, neste momento, Elói filmava as cenas; que o ladrão estava com uma peruca; que chegou Marcão, um homem grande e, após quebrar as coisas da casa, jogou um vaso na cabeça da declarante; que a declarante sangrou na cabeça; que tudo era filmado pelo Edu.

Quer dizer que isso, na verdade, era um filminho que eles estavam montando, e não uma situação verdadeira. Mas para elas era uma situação verdadeira, até porque nesse momento elas foram novamente submetidas a abuso.

Posso obter cópias deste depoimento, assim como de todos os outros.

Fomos a Porto Velho. A Polícia Federal, não sei por que motivo, não demonstrou o interesse que deveria ter demonstrado. Conseguimos localizar o Gambá. Pegamos uma menina cujo apelido é Princesa. Ela tem 8 anos. Cheguei a vê-la. A menina foi prestar depoimento na Polícia Federal. Pelo fato de a menina ser virgem – ela tirou fotografia e disse que manteve relação sexual com Gambá -, a Polícia Federal entendeu que não havia crime, que o processo estava morto. E como uma criança de 8 anos entende o que é relacionamento sexual? Pois quando temos 8 anos, pensamos que beijo na boca engravida. Então, ela não tinha consciência do que era relacionamento sexual. Fui, junto com dois agentes, atrás do Gambá. Chegamos na casa dele e pedimos – não havia mandado, então tínhamos de ir com certa cautela – para entrar a fim de buscar drogas e armas. Não havia mandado, não podíamos cometer um abuso, até porque não era minha comarca. Ele disse que podíamos entrar, não havia problema. Entramos. A Polícia Federal procurou as fotografias. Só que as fotografias... Pegamos uma mala. Quando pegamos a mala, ele empalideceu. Eu disse: "Aqui tem alguma coisa", porque ele mudou a feição. Foi quando encontramos um fundo falso com várias fotografias de adolescentes nuas, com ursinho, em situações... Inclusive na própria casa do pai da Princesa. Existe uma rede lá, uma empresa que faz revelação de fotografias, e todas as fotografias eram reveladas nessa empresa. Um dos funcionários dessa empresa foi depor, e disse que eles estavam inclusive brigando, porque haviam negociado as fotografias das crianças e, por trás, estavam acusando os funcionários de terem negociado as fotografias sem autorização do Gambá.

Pegamos o Gambá, levamos para a Polícia Federal e fizemos lá todo um trabalho. O Juiz Federal só nos esperando para dizer: "Pode vir que o mandado está pronto". E o cara saiu andando. Não houve nada. No mínimo, houve um abuso reiterado de duas crianças que prestaram depoimento na Polícia Federal. E está impune. E o que percebemos... Em Porto Velho, fiquei em um hotel chamado Sambaíba. Todos enviados pelo Ministério da Justiça estavam no mesmo hotel. Víamos, na nossa cara, meninas de 14, 15 e 16 anos fazendo programa direto. Porque em Porto Velho não se vê criança. Esse é um depoimento da própria Conselheira Tutelar de lá, não se vê meninos e meninas nas ruas, porque eles estão em hotéis e motéis, fazendo programas, orgias sexuais com adultos.

Naquele momento, naquele único dia que passei em Porto Velho, tive a oportunidade também de saber que uma menina tinha sido enviada para a Bolívia, uma freira denunciou a remessa de uma menina para a Bolívia, e ela conseguiu ser resgatada em Porto Velho. Ela conseguiu ser devolvida para Porto Velho. E foi para a Bolívia para fins de exploração sexual. Naquele mesmo único dia que passei em Porto Velho, ouvi o depoimento de parentes de uma vítima de tráfico de mulheres que foi para a Espanha. Inclusive em Teresina temos também denúncias de tráfico de mulheres para a Espanha. E a menina, dizem, se suicidou. Ela está morta. E estavam apurando exatamente se houve suicídio ou homicídio.

Todos esses dados, talvez a própria Polícia Federal de Porto Velho tenha mais conhecimento. Agora, durante um ano inteiro, o que eu sei é que não houve nenhuma ação em cima do processo do inquérito na questão da menina de Caxias. E, durante este

ano, muitas outras crianças foram violentadas, abusadas e usadas como material pornográfico para pedófilos. E isso está absolutamente impune.

Posso continuar? Porque são tantos casos que, às vezes, queremos resumir ao máximo e talvez nem transmitimos exatamente o que temos a dizer. Há um outro caso gravíssimo, ao qual penso que a CPMI deve dar uma atenção especial: é o caso de Teresina, em que existem praças onde se vende cafezinho, mas, na verdade, negociam-se crianças. Lá é comum chegarem, às 9 horas da manhã, pessoas de uma certa idade com carros grandes e dizerem: "Olha, eu vim tomar um café". Na verdade, estão negociando com a mãe um programa com uma criança. O cidadão sai com a criança, leva a criança para o programa, e depois devolve. Inclusive uma rede de televisão chegou a filmar isso. E lá em Caxias existe esta conexão, Caxias-Timom, onde eles estão usando vans para pegar meninas de Timom para fazer programas em Teresina. Então Teresina é outro antro de exploração sexual de adolescentes e de crianças que deve ser visto na tabuleta onde existem caminhoneiros que devem ser investigados. Inclusive lá uma promotora fez um bom trabalho na época, porque denunciou e, por isso, foi muito perseguida. Ela tem grande conhecimento da exploração sexual em Teresina, onde houve denúncia de pessoas novamente, porque isso é "normal", de relevância social, dentro da exploração sexual.

Basicamente, era isso o que eu queria denunciar, não com todos os detalhes necessários.

Além de tudo, antes que eu me esqueça, temos uma denúncia que ainda não foi apurada, de um Parlamentar de Codó. Ele teve um relacionamento, vem explorando crianças e, no caso, explorou uma menina de 17 anos, depois explorou a irmã, que ficou grávida e abortou. E isso também está impune. Como muitos outros casos no Brasil estão impunes, porque na verdade estamos trabalhando com o silêncio dessas crianças que não têm para quem gritar, a quem se socorrer, a quem se apegar. Então acredito que esses casos são gravíssimos.

Acredito que, até hoje, dentro das ações do Governo, o que há de maior relevância, de concreto, é esta CPMI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Drª Lítia, a Secretaria me orienta a pedir os documentos necessários para que possamos analisá-los.

Temos aqui a sugestão de que esta audiência passe, a partir deste momento, a ser reservada, até pela seriedade das denúncias, pelos nomes que de alguma forma terão que ser expostos, porque os membros da Comissão precisam tomar conhecimento desses nomes. Mas, até para que possamos ter os resultados, há essa sugestão – porque agora passamos ao momento das perguntas dos Parlamentares – de que esta audiência passe a ser reservada apenas para os membros da CPMI e para a sua Secretaria.

Peço também que a televisão encerre sua transmissão. Obrigada.

(Torna-se reservada a reunião)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFl – RJ) – Senadora Patrícia, não sei se falará apenas a Drª Lítia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Depois falará também a Drª Janete. Mas, como os assuntos são diferentes e essa questão é muito específica, há o caso específico do Maranhão, faremos as perguntas agora. É claro que vou pedir aos Parlamentares – sei que todos estão ansiosos para fazer perguntas – que realmente delimitem seu tempo, para que todos tenham oportunidade de perguntar e, em seguida, possamos ouvir a Drª Janete, que está aqui conosco para também expor a pesquisa do Sul.

Peço à assessoria técnica da Presidência e da Relatoria que permaneçam na sala, e a Drª Neide Castanho também. (Pausa)

O Tarcísio é da assessoria. (Pausa.)

A nossa primeira inscrita é a Deputada Laura Carneiro.

Peço ao Senador Reginaldo Duarte que me substitua um minuto na Presidência.

Convido a Drª Janete Cruz para tomar assento à Mesa. (Pausa.)

A Drª Janete precisará de aproximadamente 20 minutos para fazer a sua exposição e, antes de tudo, eu queria agradecer a sua presença, porque S. Sª está gripada. Peço aos Parlamentares até que tentem poupá-la, sendo breves nos questionamentos após sua exposição e tendo o cuidado de ouvi-la com muita atenção, até para que não lhe perguntemos o que já tiver sido mencionado. Vamos poupar a Drª Janete Cruz, Coordenadora Regional da Pestraf na Região Sul.

Concedo a palavra à Drª Janete Cruz.

A SRA. JANETE CRUZ – Desejo boa-tarde a todos. Procurarei ser bem concisa, na medida do possível.

Inicialmente, gostaria de fazer um esclarecimento sobre a pesquisa na Região Sul. Ela aconteceu na maioria das regiões e durou um ano. Na Região Sul, nós a realizamos em dois meses, devido a algumas dificuldades que tivemos, primeiramente com a nossa coordenadora do Paraná, que perdeu

um familiar num acidente. Ela mesma sofreu problemas bastante graves.

No decorrer da pesquisa, a Deputada Maria do Rosário, então Deputada Estadual, assumiu a Coordenação Regional, e eu, a Coordenação Regional Executiva dessa pesquisa na Região Sul.

Quem coordenou a pesquisa na Região Sul foi a Subcomissão dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social no Rio Grande do Sul, a Teia, Instituto de Cidadania e Direitos Humanos, numa parceira com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, o Centro de Ciências Humanas; o programa de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Criança e o Adolescente.

Exporei parte do nosso objetivo, que era apresentar os resultados obtidos pela pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fim de exploração sexual e comercial referentes à Região Sul. A pesquisa aconteceu somente em dois Estados: Paraná e Rio Grande do Sul. As cidades onde foram coletados os dados foram Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, e Foz do Iguaçu, no Paraná.

Na pesquisa, foram seguidos os instrumentos da Pestraf: questionários, gravação, transcrição dessas gravações. O período de realização foram os meses de abril e maio de 2002. As fontes de pesquisa foram organizações governamentais e não-governamentais. Houve também fontes secundárias, tais como conselhos tutelares, **sites**, conversas com informantes. Todas as pessoas que colaboraram foram as fontes secundárias.

Apresentarei agora alguns dados sobre a população residente, por município, situação e domicílio:

A população do Rio Grande do Sul é de 10.187.798 habitantes. A população total urbana é de 8.317.984 habitantes, residindo na sede 8.027.369 pessoas. A população rural é de 1.869.814 habitantes.

A população de Uruguaiana é de 126.936 pessoas. O total da população urbana é de 118.538 habitantes. Na sede, residem 117.162 pessoas; e 8.398 habitantes constituem a população rural. Estou fazendo essa exposição, para as pessoas terem idéia dessas cidades, pois há pessoas de várias regiões do País aqui.

Aqui está a população total de homens e de mulheres do Rio Grande do Sul e a população de homens e mulheres de Uruguaiana. Uruguaiana é uma das duas cidades que escolhemos, por serem cidades de fronteira já com inquéritos instaurados de tráfico de pessoas.

É uma cidade de fronteira, a maior porta de entrada de turistas no Estado, registrando mais de 100 mil turistas do Prata, pessoas que vêm do Chile, do Paraguai e da Argentina. É a sede do maior porto seco da América Latina: 80% da população nacional atravessam a ponte internacional que fica em Uruguaiana. Essas características comerciais fizeram surgir em torno do porto seco um cinturão com casebres, bares, casas de hóspedes e domicílios, em função do grande fluxo de passageiros que existe no local. Motoristas de caminhão são os que mais circulam, porque esse porto atravessa a parte rodoviária e a ferroviária também. Esse conglomerado, denominado Cobec, recebeu esse nome em função da Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio, que era responsável pela parte aduaneira. Atualmente, a Estação Aduaneira de Fronteira – EAF, é responsável por essa parte, mas o conglomerado permaneceu com o nome de Cobec, que é um bairro de Uruguaiana, um local conhecido pela população como um ponto de prostituição. O comércio sexual ocorre nessa região. Há uma enorme circulação de caminhões que movimenta todo o bairro. Há um grande movimento no local em função da passagem desses motoristas, porque eles freqüentam bares e trazem e levam pessoas.

Seguem dados sobre o desaparecimento de pessoas no Estado no ano de 2000: 2.885 crianças desaparecidas e 3.147 adultos desaparecidos.

Em 2001, houve 3.195 desaparecimentos de crianças e de adolescentes, e 3.177 desaparecimentos de adultos. Em Uruguaiana, em 2000, houve 25 desaparecimentos de crianças e adolescentes e 20 desaparecimentos de pessoas adultas. Somente uma pessoa desaparecida foi localizada. Em 2001, cresceu o número de desaparecimentos, passando para 51 desaparecimentos de crianças e de adolescentes e 56 de pessoas adultas. Dezesseis desaparecidos foram localizados.

Esse são dados do Conselho Tutelar. São ocorrências verificadas na própria cidade. Vou trazer um pouco mais desses dados, mais do que a pesquisa apresenta. Eles pesquisaram 123 fichas dos Conselhos. O total de fichas não aproveitadas, em que não se conseguiu verificar, foram 11; o total de fichas de pessoas encontradas foi 31, e o total de desaparecimentos, 81.

Como se pode ver, para uma cidade como Uruguaiana, com essa população, é bastante alto esse número de desaparecimentos. O que facilita essa circulação é justamente pela flutuação da população,

além da questão do turismo. Sendo assim, há uma facilidade muito grande. Esses caminhoneiros tanto trazem pessoas de outros Estados e de outras cidades como levam pessoas atravessando a fronteira para a Argentina. Isso se dá de uma forma muito fácil porque não há necessidade de ter passaporte para circular.

Uma outra questão importante é que os desaparecimentos demoram a ser comunicados. Isso dificulta, porque, quando se faz a ocorrência, já se está num outro País, já se saiu de uma outra cidade. Também há dados de que alguns vão para São Paulo e outros casos de desaparecidos que vão para o Rio de Janeiro, seguindo, então, as rotas internacionais.

Uruguaiana também é um lugar que tem essa questão do roubo de caminhões. Então, há todo um processo de crime organizado. Mais adiante, vou relatar o depoimento de um delegado da Polícia Federal sobre como funcionam esses agenciadores, como eles fazem, porque, apesar de não ter necessidade de passaporte, na verdade, há um número bastante alto de passaportes emitidos.

Alguns dados da população de crianças e adolescentes de Uruguaiana levantados pelo Conselho Tutelar, por sexo, por cor, por raça, com relação aos casos atendidos são: 52 casos de sexo feminino; 29, de masculino; 1, da raça negra; 24, de pessoas brancas; um, da raça indígena; e 28, da cor morena. Esse material é assim apresentado por ser como a pessoa se identifica.

Trago diversos dados que considero importantes. Das 31 fichas de pessoas encontradas, 22 eram do sexo feminino; 9, do sexo masculino. Quanto à idade, foi constatada uma menina com 10 anos, uma com 11 anos, cinco meninas com 12 anos, três com 13 anos, cinco com 14 anos, quatro com 15 anos, uma com 16 anos de idade, uma com 17 anos e uma com idade não declarada. Entre os meninos, constatou-se dois com idade de 9 anos, três com idade de 10 anos, um com idade de 12 anos, um com 13 anos, um com 14 anos e um com 15 anos. A faixa etária de maior desaparecimento fica entre 12 anos e 15 anos.

Não há uma explicação, na pesquisa, sobre a questão de que os meses de maior desaparecimento são os meses de frio.

Não foi possível fazer análise de muitas coisas, devido ao pouco tempo em que ocorreu a pesquisa. Então, há algumas lacunas na análise, dados que, mais adiante, pretendemos voltar a trabalhar.

Os motivos dos desaparecimentos encontram-se vinculados a aspectos de gênero e relacionados à moral, a costumes, a conflitos com autoridade paterna, à proibição de passeios, namoros, amizades. Esses são indicados como possíveis motivos de desaparecimento. Em muitos casos, uma amiga ou um suposto namorado está relacionado com o desaparecimento; convites para ir a outro país realizar algum tipo de trabalho, na verdade, alguma atividade relacionada à exploração sexual.

A Conselheira Tutelar relaciona esses desaparecimentos às facilidades de sair da cidade, ao comércio sexual e à agilidade da rede de favorecimentos, que inclui taxistas e policiais.

Aqui, temos o seguinte relato:

> *Recebemos a denúncia, que encaminhamos para a Polícia, de que havia uma mulher levando as meninas daqui para fora de Uruguaiana. Ela recebia uma quantia por cada menina. Encaminhamos a questão para a Polícia Civil, inclusive porque é caso de Polícia.*

Devemos esclarecer que a pesquisa ocorreu em 2002.

No ano passado, tivemos o registro de que algumas adolescentes fugiram de uma casa de prostituição. Elas estavam machucadas; tinham sido agredidas pelo dono da casa. Depois, à noite, foi realizada uma operação – porque elas também declararam que haviam ficado outras adolescentes no estabelecimento. Isso ocorreu de manhã cedo. À noite, quando a polícia chegou, já não havia mais ninguém. Como dizem, há uma rede, porque, quando ocorrem operações da Polícia à noite e eles "visitam" quatro, cinco, seis casas, o que acontece? Quando se chega à terceira, não há ninguém.

Como o local de fluxo do tráfico de crianças e adolescentes para fim de exploração sexual comercial, a via principal de recrutamento são rodovias e os que nelas trabalham. A complexidade do fenômeno se manifesta claramente na configuração de uma rede, articulando e desarticulando policiais, taxistas, aliciadores, casas de prostituição, boates. Os mecanismos de coibição do comércio não conseguem fazer frente a essa rede.

Quanto aos passaportes.

Em Uruguaiana, de 1996 e 2001, foram emitidos 1704 passaportes para homens e 1969 passaportes para mulheres, sendo que 134 foram cancelados.

Aqui, há um depoimento do Delegado da Polícia Federal, em que se lê:

> *Eles fazem por etapa. Por exemplo, um agenciador vem a Uruguaiana, leva*

duas ou três ou cinco meninas e "vende". Ele tem um salário, por exemplo, de US$ 500 para cada menina que ele leva para Buenos Aires. Essa [essa é a pessoa que as recebe em Buenos Aires], por sua vez, ganha entre US$ 1500 e US$ 2000, para botar essas meninas na Espanha, ou em Portugal, ou na Itália, ou na Suíça, ou em Israel. São várias etapas. É difícil de quebrar essa conexão, porque eles não conhecem o limite. Ele conhece bem o mercado dele e não vai além disso.

Aqui não fala, mas deve ter sido perguntada a idade dessas meninas, e diz ele:

Essas meninas já têm 18 anos e já tem o documento do passaporte. Vêm aqui, apresentam as fotografias, pagam a taxa, trazem o requerimento, apresentam o título de eleitor, a carteira de trabalho, a certidão de nascimento e fazem o Passaporte. Vêm sozinhas.

Geralmente é exigida a documentação. Se a menina é menor de idade exige-se a presença dos pais. Quando é dito que o objetivo do passaporte é a escolha de trabalhar no exterior, nós orientamos: sempre que, independentemente do fato de ela ir como empregada doméstica ou estudante, ocorrendo qualquer tipo de problema, deve procurar o Consulado brasileiro. Essa é a orientação.

A primeira pessoa a quem deve pedir socorro lá fora é o Consulado brasileiro. Se tiver dificuldade para sair do local, deve ligar para o telefone da Delegacia Federal para esta intervenha onde originou a queixa.

Então, na verdade, pelo que trouxemos até aqui e pelo que estamos acompanhando, sabemos que existem esses passaportes usados para fins de comércio sexual; sabe-se que essas meninas não têm 18 anos. Mas, na verdade, não se consegue uma ação realmente efetiva de enfrentamento, porque existem muitas pessoas que vivem dessa rede.

Quando você consegue instaurar os processos, não há quem vá testemunhar, porque há muita gente envolvida nisso. Assim, perde-se tudo, passa o tempo, não se tem a testemunha e o réu acaba não sendo preso porque não houve como obter provas.

Temos muito mais coisas com relação às rotas. Saem por Uruguaiana, Itaqui, que é cidade próxima, e por São Borja. Algumas têm aeroporto que funciona bem em virtude da fronteira, das cargas. Então, há situações em que vão direto para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para Buenos Aires, ou vão direto. Não conseguimos ainda mapear essas rotas -apenas levantamos dados – pela falta de informação.

A cidade de Foz do Iguaçu faz fronteira com a Argentina e com o Paraguai. É uma situação bastante similar à de Uruguaiana, mas com um histórico um pouco diferente. Ela foi uma cidade que, na década de 70 atraiu muitas pessoas por causa da hidrelétrica de Itaipu – a maioria homens sem família. Isso triplicou a população. Houve uma reorganização urbana. A idéia de ganho fácil também aproximou agenciadores e traficantes nessa região. Foz do Iguaçu, assim como Uruguaiana, é um lugar de muito fácil passagem.

Em Foz do Iguaçu, eles não chegaram a conseguir, apesar da pesquisa, dados sobre a saída com, ou sem, passaporte. Há uma facilidade enorme de cruzar a fronteira para o Paraguai especialmente.

Depois, há a zona de livre comércio com a Ciudad del Leste, no Paraguai. De tudo isso resultava uma circulação enorme de pessoas, e Foz do Iguaçu passou a ser uma cidade de turismo, e o turismo sexual veio junto, apesar de não ser muito mencionado, como o é no Nordeste. Lá também existe o turismo sexual bastante forte e com o mesmo sistema: os taxistas e o sistema hoteleiro fazem esse agenciamento e atravessam a ponte para o Paraguai. Então, vão de carro porque o taxista facilita. Existem também os, mas não com a mesma intensidade que aparecem em Uruguaiana.

Em Foz do Iguaçu 70% da população recebe até três salários mínimos e apenas 7% com rendimentos superiores a dez salários mínimos.

Com a implantação do Mercosul, em 1995, o comércio começou a entrar em declínio. Houve um agravamento dessa situação de pobreza em Foz do Iguaçu, que reforçou ainda mais o crescimento das atividades ilícitas que já existiam, mesmo porque uma cidade onde sempre se pensou no ganho fácil

Há um cenário de prostituição adulta que, tanto em Uruguaiana quanto em Foz do Iguaçu, acaba envolvendo crianças e adolescentes. Há crianças em Uruguaiana que alegam que não ficam em casas de prostituição, que é uma vizinha que cuida delas. Não é verdade, ficam e muito cedo acabam sendo exploradas sexualmente.

A mesma coisa ocorre em Foz do Iguaçu. As profissionais do sexo adultas também acabam sendo aliciadoras. Em ambas as cidades, o negócio é bastante rentável. Nem precisaria dizer.

Em Foz do Iguaçu há 56 favelas. É uma situação diferente da de Uruguaiana, que concentra tudo

na região chamada Codec. A questão da prostituição está concentrada em um grande bairro.

As fronteiras do sul do Brasil oferecem condições para que o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes seja um negócio seguro e rentável. As características estruturantes do sistema econômico local – turismo, exportação, importação -, e os baixos níveis de institucionalidade dos Municípios e seu grau de internacionalização oferecem todas essas condições. Existe, realmente, uma baixa visibilidade do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes por ser um negócio rentável, pela liberdade de trânsito nas fronteiras, pela informalidade que existe e pela falta de trabalho. Tudo isso acaba fazendo com que haja investimento na economia do crime, que vira um mercado.

Doze casos de inquérito foram levantados na região Sul. Não englobam só Uruguaiana. Há casos em Uruguaiana, em Caxias do Sul, que é uma cidade do Rio Grande do Sul, sete em Foz do Iguaçu e dois casos em Curitiba.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Peço a palavra pela ordem.

Solicito a V. Exª que peça à expositora que, se os casos tiverem citações de nomes de pessoas não condenadas, ainda em fase de investigação, ela se reserve para falar depois. Se os casos já estiverem resolvidos, são para nossa análise. Caso contrário, não valem a pena.

A SRA. JANETE CRUZ – Nem pensei em mencionar casos. Trouxe casos que ocorreram entre 1997 e 2001. Em nenhum desses casos foram instaurados inquéritos. Houve prisão da maioria dos acusados, mas ninguém chegou a ser condenado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – As pessoas foram presas?

A SRA. JANETE CRUZ – Foram presas porque eram situações de flagrante. Depois, foram soltas porque não houve provas para a condenação. As testemunhas recuaram, não havendo possibilidade de encaminhar a denúncia ao Ministério Público.

Não foi possível colocar com exatidão a questão da circulação. Mas havia transporte. Sai da cidade de Uruguaiana. Só pudemos pesquisar duas cidades, mas elas nos deram informações de que há muito mais cidades com problemas seriíssimos. Já havíamos apontado isso no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Tínhamos dez ou doze cidades a serem pesquisadas, mas, por questão de tempo e dos problemas que ocorreram, só pudemos trabalhar em duas, pelos inquéritos já instaurados nelas. Mas a pesquisa apontou-nos algumas situações. Por exemplo, em Caxias do Sul, a Promotora que trabalhava com o problema era de Uruguaiana. Ela teve um olhar mais sensível para essa questão e conseguiu apontar algumas situações. Infelizmente, não houve nenhuma condenação nesses casos.

Houve alguns depoimentos. Por exemplo, com relação aos motoristas, foram entrevistados seis taxistas em diferentes pontos da cidade e um caminhoneiro. Esse número reduzido deveu-se ao alto risco que envolvia a realização dessas entrevistas, uma vez que, como pudemos perceber, a grande maioria dos taxistas está envolvida nos esquemas de prostituição e tráfico de drogas na cidade. Inclusive o motorista que nos deu a informação afirmou que é impossível sobreviver em Foz do Iguaçu somente fazendo corridas e que o que dá dinheiro para o taxista é transportar drogas e moças que trabalham na prostituição. Declarou, ainda, que os motoristas têm um acordo com as casas de prostituição, que funciona da seguinte maneira: o cliente escolhe a moça que deseja, algumas vezes menor de idade, por meio de um álbum de fotos. Em seguida, a moça é contratada, e o motorista de táxi vai apanhá-la para a realização do programa. No final, ela é conduzida novamente à sua casa pelo mesmo motorista.

Todos declaram ter conhecimento do desaparecimento, seqüestro de mulheres, crianças e adolescentes. Inclusive alguns já declararam que eles próprios já levaram, várias vezes, meninas para Porto Iguaçu, na Argentina, para trabalharem como prostitutas. Contaram que, quando a situação econômica na Argentina era estável, chegavam a levar de 3 a 4 meninas, por semana, para lá. E que, agora, levam uma de vez em quando. Um deles até afirmou que faz pessoalmente o agenciamento de moças para trabalhar na Argentina. Declaram todos, no entanto, que não sabem do envolvimento de mulheres, crianças e adolescentes em atividades ilícitas. Então, aqui há uma contradição.

Foram relacionados os seguintes fatores que facilitam o aumento da prostituição e atividades afins: falta de trabalho, pobreza, livre trânsito de estrangeiros na cidade e falta de fiscalização.

Declararam, ainda, não terem recebido denúncias. Sobre o fato de mulheres, crianças e adolescentes pedirem carona, a maioria declarou que esse fato sempre ocorre, principalmente pelas crianças, mas que nunca concordam em dar carona. Todos declaram que não é permitido transportar crianças e adolescentes sem a permissão dos pais. No entanto, um taxista declarou que, na região da Ponte da Amizade,

isso ocorre com freqüência, sem que a fiscalização tome providência alguma.

Foram apontadas como soluções, pelos próprios entrevistados, mais investimento em educação, geração de novos empregos, criação e aplicação efetiva de legislação mais rígida e fortalecimento da economia local, que está decadente.

Só ficariam faltando as considerações da pesquisa. Se houver necessidade, depois as apresentamos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se todos concordarem, passarei a palavra para a primeira inscrita, pois estipulamos 20 minutos e já estamos com 35 minutos. Talvez a expositora pudesse concluir a exposição durante as perguntas. Se faltar algo, ao final, passo-lhe a palavra novamente.

Todos concordam?

Então, a primeira inscrita é a Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Obrigada, Sra Presidente.

Primeiro, gostaria de cumprimentar A SRA. Janete Cruz, assistente social que tem um trabalho importantíssimo nessa área e que participa da coordenação de um movimento pelo fim da violência e exploração sexual.

Observo, sobre Uruguaiana, que a Conselheira Tutelar, Soraia Salomão, analisa a possibilidade de um nexo entre o grande número de desaparecimentos de crianças e adolescentes com a possibilidade de elas terem sido levadas para o outro lado da fronteira com a questão da exploração sexual.

Quero ouvir da senhora como isso pode estar relacionado, a questão do desaparecimento de crianças; se isso acabou sendo analisado de forma mais profunda pela Polícia Civil, se a conselheira trouxe também ao conhecimento da Pestraf e trabalhou também com as autoridades policiais ou não.

Essa é uma das questões.

A outra, sobre Uruguaiana ainda, diz respeito a depoimentos mesmo; por exemplo, sobre a leitura da Pestraf, especialmente da forma mais detalhada não do relatório final, mas a Pestraf também tem a sua forma detalhada por Estados e indica, a partir do depoimento dA SRA. Ângela Martins, do Posto Policial da Mulher, que confirma a existência de adolescentes de 15 anos. Diz que elas vão investigar determinadas circunstâncias; existem documentos falsificados, que tipo de documentos é esse, enfim, se isso denota, na sua opinião, a existência de uma rede mais organizada, que falsifica documentos. Sobre os passaportes, inclusive recebi o depoimento recentemente do superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul no sentido de que os passaportes também se relacionam à própria venda desse documento.

Segundo o superintendente da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, Senadora Patrícia Saboya, um passaporte, no mercado internacional, tem um valor acima de US$10 mil. Portanto, realmente, trata-se de um crime que se soma a este, até porque, nos depoimentos, observamos que adolescentes têm os seus passaportes apreendidos. Quando são levados para dentro das redes do tráfico, normalmente esse documento lhes é retirado, e o explorador mantém consigo esse documento, que é a impossibilidade de o adolescente sair dali e se dirigir a outros lugares.

Então, eu lhe pergunto se a senhora acredita que se trata de uma rede organizada com conexão na Argentina; se a senhora acredita que esse caminho tenha sido traçado por adolescentes brasileiras, com saídas a partir de Uruguaiana, e se há, nos inquéritos também, adolescentes de outros lugares que saem pela Ponte da Amizade, portanto, a partir de Uruguaiana, mas que vem de outras cidades do Rio Grande Sul.

A SRA. JANETE CRUZ – Vou começar pela última pergunta, Deputada.

Nos inquéritos, inclusive, não temos essa confirmação, porque não se consegue. Em relação ao desaparecimento, quando elas são encontradas, isso não é comunicado por ninguém, a não ser quando a própria polícia localiza. Mas, do contrário, não se tem a informação de que forma retornou. Então, isso dificulta saber como as coisas ocorrem de fato.

Portanto, acreditamos que sim. O Conselho Tutelar, em algumas situações, conseguiu. No caso da menina que veio de Itaqui, eles conseguiram. Houve uma denúncia, e eles conseguiram em tempo. No local em que esse caminhoneiro afirmava ter deixado a menina, conseguiram localizar e impedir. Mas havia toda uma indicação de que poderia ser levada para fora do País.

Ontem, ainda, conversei com a conselheira Soraia Salomão e, na verdade, lá não tem... Do que se precisa? Precisamos de uma rede integrada para agir e unir o Conselho Tutelar, as organizações governamentais e não-governamentais nesse enfrentamento; e é necessária uma ação realmente firme da polícia, porque o que é caso de polícia não dá para as organizações não-governamentais atuarem. Então, é preciso haver essas ações.

Acredito que foi aquela CPI de dez anos atrás que realmente detectou a existência de uma rede, da qual não se falava no Rio Grande do Sul e que havia

um Buda. Tudo aquilo começou em função da visita da CPI, quando a Sra Deputada fez aquele convite para visitarem o Rio Grande do Sul.

Então, se formos investigar, com certeza tem, porque as pessoas somem, nós perdemos de vista, não aparecem mais, as famílias ficam naquela luta, sem saber para onde ir, buscando um auxílio, uma orientação e até um apoio emocional, mas isso não caminha, porque essas pessoas não aparecem nunca mais.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Eu me baseei em quatro inquéritos na pergunta que fiz a V. Sª, dois deles muito coincidentes, com origem em Uruguaiana. Os dois são de 1997, com diferença, da primeira autuação, de um mês. O primeiro é de 01 de outubro de 1997 e o segundo, de 17 de novembro. O primeiro é sobre o aliciamento de mulheres para prostituição em Múrcia, na Espanha, e o segundo, de crianças e adolescentes para prostituição, como consta do inquérito, para Santa Luzia, na Argentina. Esses dois inquéritos encontram-se inconclusos.

O outro, que eu gostaria de citar, é o de Caxias do Sul, onde houve um trabalho importante da Polícia Federal, de aliciamento de adolescentes para prostituição em Hong Kong e Taiwã, e na China de um modo geral.

Eu teria mais uma pergunta para fazer a V. Sª, especialmente sobre Foz do Iguaçu, e quero sugerir aos colegas que façam uma leitura dos depoimentos das adolescentes, anexos da Pestraf. Uma vez que a Pestraf não foi um inquérito, mas uma pesquisa, às vezes vamos buscar no depoimento registrado o elemento para a realização do nosso objeto, a investigação.

Há pelo menos um depoimento bastante importante, de uma jovem, APSS, de 17 anos, nascida em Foz do Iguaçu, que foi levada em 2000, quando contava 15 anos, para trabalhar numa casa noturna em Vinhedo, São Paulo. Ela fez um extenso depoimento sobre diferentes lugares, inclusive citando bares, onde foi levada à prostituição, à situação do cárcere e tudo mais. Eu acredito que esse relato nos faz perceber que a vulnerabilização de adolescentes existe na região de Foz do Iguaçu, tanto para o tráfico interno, quanto para fora do País.

Há também o depoimento de uma mulher que vivenciou a situação da prostituição em Porto Iguazu, na Argentina. O seu depoimento é no sentido de ter convivido com adolescentes levadas.

Além disso, há os taxistas e caminhoneiros ouvidos, obviamente sem terem se apresentado publicamente, mas o fazendo para o depoimento da pesquisa, que afirmaram que levavam, sim, adolescentes para fora do País.

Então, eu quero citar a importância desses depoimentos para o trabalho que estaremos desenvolvendo.

Não sei se a senhora teria alguma consideração sobre essa situação de Foz do Iguaçu.

A SRA. JANETE CRUZ – Com relação a Foz do Iguaçu, penso que já temos uma caminhada interessante no sentido do trabalho que vem acontecendo, da tríplice fronteira, em parceria com a OIT, a respeito da exploração e da erradicação do trabalho infantil, na perspectiva da exploração sexual e comercial como uma das formas mais cruéis de trabalho de crianças e adolescentes.

Eu já fiz uma indicação de alguns nomes de pessoas que poderiam ser ouvidas porque estão em contato direto, fazendo esse trabalho e criando uma referência com essas crianças e adolescentes que circularam e que já passaram por essas situações e que não houve denúncia, a família ficou com as crianças durante um período. Isso também dificulta, porque, como eles têm uma facilidade de ir e vir, às vezes passam até dois dias pensando-se que eles estão na casa de alguém. E, passado oito horas, não se acha mais, especialmente quando é para se tirar do País, porque ali é fronteira. Já em Porto Alegre, a capital, nós já temos a avaliação de que depois de determinadas horas não se localiza mais, imaginem na fronteira.

Na semana passada, domingo à noite, em Porto Alegre, desapareceu uma menina. A responsável por esta menina procurou o Conselho; não a atenderam; procurou a polícia; os policiais queriam o endereço de quem a levou: uma prostituta, ex-companheira de um traficante. As pessoas viram a menina, no ônibus, acompanhando essa pessoa e, até ontem não se tinha nenhuma informação. Então, a mãe esperou até terça-feira, tendo ido buscar uma referência no local em que a menina freqüentava: um serviço de apoio sócio-educativo, que a menina freqüentava em um turno inverso ao da escola. Então, eles foram a referência. Daí eles me ligaram e fomos à Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente. Só então ela conseguiu. E mais: chegando à Delegacia – no dia anterior havia combinado tudo com a delegada – havia um policial, na porta, que não a deixou entrar – a mãe. Então, só na terça-feira que ela conseguiu realmente fazer a ocorrência.

Pergunto: desde o ocorrido, quanto tempo se passou?

Então, ter essas pessoas como referência – no caso de Foz do Iguaçu esse trabalho vem sendo feito em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) – é muito importantes, porque, a partir daí temos uma rede informal para nos dar informações dessas crianças e das próprias famílias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nossa primeira inscrita é a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agradeço à Sra Janete Cruz. Segundo o que disse, S. Sª já entregou parte dos nomes de pessoas que podiam ajudar à Deputada Maria do Rosário. No entanto, fiquei um pouco angustiada quando S. Sª disse que não poderia mapear essas rotas. Se a Drª Janete, que faz um trabalho maravilhoso nessa área, não consegue mapear, como é que nós, conseguiremos fazê-lo? Mas, de alguma maneira, V. Sª já nos forneceu os nomes.

Quando V. Sª ouviu os seis taxistas, um deles – se ouvi bem – era o próprio agenciador. V. Sª tem acesso às pessoas que participaram da pesquisa ou não?

A SRA. JANETE CRUZ – Não, não tenho acesso a elas. Devido à falta de tempo e ao curto espaço de tempo, não fui eu que participei da pesquisa em Foz do Iguaçu e, sim, um grupo, indicado por pessoas que são nossas referências, e que inclusive está executando o trabalho que aqui mencionei, em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), que também, em parceria com a universidade e algumas pessoas de Foz do Iguaçu, realizou a pesquisa lá. Não tive como ir. Nem aqui, no Rio Grande do Sul, participei diretamente.

Trabalhamos, por intermédio da Subcomissão e do movimento justamente nesse esforço, em parceria com a Deputada, para podermos, em um curso espaço de tempo, se não há quem faça esse trabalho de articular com a polícia, com o Governo do Estado, ter alguém que possa fazê-lo, porque eles sequer teriam acesso. Então, fizemos esse trabalho de abrir as portas, mas não participamos diretamente na execução da pesquisa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Além da pesquisa, em nenhum momento, a partir dos dados coletados, como funcionava isso na relação da pesquisa com a polícia, por exemplo, para abertura de inquérito, para auxiliar nas investigações? Como isso funcionava? Ou não funcionou?

A SRA. JANETE CRUZ – Os inquéritos já existiam.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas o inquérito era para investigar. Como estavam coletando dados, em algum momento houve essa comunicação?

A SRA. JANETE CRUZ – Não houve. Esses levantamentos partiram dos inquéritos já existentes, em que foram preenchidos os questionários tendo como base pessoas que participavam dos Conselhos Tutelares, mas não havia subsídios que pudessem, naquele momento, vir a ajudar, nem concretamente, para que pudéssemos fazer alguma denúncia de um caso novo. Todas as informações são muito complicadas, mas a CPMI nos ajuda a mapeá-las, porque permite entrar por outro viés, ir ao local com um outro caráter. Apenas para pesquisar, fica difícil ter acesso às pessoas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Entendi. Como vocês fazem apenas pesquisas, têm a possibilidade de obter mais informações do que aqueles que investigam. Até que ponto isso chegou do outro lado?

A SRA. JANETE CRUZ– Foi bastante difícil ter acesso a isso com os informantes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas vocês conseguiram alguns informantes?

A SRA. JANETE CRUZ – Bem poucos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E disponibilizaram para a Rosário?

A SRA. JANETE CRUZ – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Obrigada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Deputada Laura Carneiro, se me permite usar a palavra, gostaria de dizer do ordenamento técnico feito pela Prof. Maria Lúcia Leal na pesquisa. A professora coordenou tecnicamente a pesquisa, adotando critérios fossem absolutamente rigorosos, ou seja, os mesmos critérios e o mesmo tipo de análise e investigação em todos os Estados brasileiros. Então, em princípio, as fontes da pesquisa são as fontes oficiais. Aquilo que pode ser quantificado são fontes comprovadas, inquéritos do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, polícias locais e Polícia Federal. Portanto, há sempre um limite na própria Pestraf. Ela foi além porque conseguiu, nos seus anexos, colocar subjetividade, que são os depoimentos. Eu não tinha como agir, até porque esse foi o primeiro trabalho com toda a cidade, coordenado pela Professora Maria Lúcia Leal, e, nos Estados, valeu-se de organizações não-governamentais, dos movimentos, dos Parlamentos locais, usando o mesmo critério tanto para o Pará quanto para o Rio Grande do Sul justamente

para poder estabelecer um parâmetro comparativo analítico e científico.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro, V. Exª encerrou suas perguntas?

Concedo a palavra à última inscrita, Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dra. Janete, na pesquisa realizada, constatou-se a prática de tráfico direto na região? Outra questão: a pesquisa verificou qual tem sido a atuação do Ministério Público nessas cidades, diante do elevado número de desaparecimentos? E ainda: a pesquisa constatou nessas cidades se há políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade? A pesquisa aferiu, de alguma forma, qual o sentimento da sociedade, mais particularmente nessas duas cidades, com relação ao fato? É um fato que incomoda. Há organizações para cobrar, pressionar os órgãos públicos para que tome uma medida, ou esse fato é indiferente, pois vem de uma cidade com um trânsito muito grande, onde não seria possível ter um controle mais efetivo. Qual o posicionamento da sociedade diante desses fatos? O Ministério Público teve acesso à pesquisa?

A SRA. JANETE CRUZ – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De posse dessa pesquisa, houve alguma alteração no quadro? De alguma forma, tomaram medidas visíveis nessas cidades?

A SRA. JANETE CRUZ – A primeira pergunta que V. Exª faz é a questão do tráfico direto. O que se observa não é um tráfico direto. Sempre existe algum outro fato. Às vezes, trata-se de trabalho. No caso de pessoas adultas, sim, um dos casos mencionados foi a necessidade de se sustentar. A pessoa já trabalhava como profissional do sexo e recebeu um convite de colegas para ir à Argentina, porque lá havia a possibilidade de ganhar mais. Na verdade, até aí, não se pode considerar tráfico, pois ela foi de livre e espontânea vontade. Passará a se caracterizar quando a pessoa não pode mais retornar, fica com seus documentos presos, sem dinheiro, tem que fugir ou nem retorna mais. As pessoas adultas vão sabendo, e têm uma perspectiva de uma vida melhor. Elas não foram seqüestradas, traficadas. Foram sabendo o que iria acontecer.

Com relação à criança e ao adolescente, a situação é diferente. Temos muita dificuldade em trabalhar com isso, porque os inquéritos são arquivados. Não conseguimos mapear, trabalhamos com uma parte da cidade. Há o desejo de trabalhar com uma perspectiva para o Estado. Acho que essa pesquisa é um esforço nacional no sentido de mapear, e se mapearam rotas, e foram muitas. Mas ainda há determinadas coisas que não conseguimos ter, são sempre de forma muito subjetiva.

Com relação às políticas públicas...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Drª Janete, desculpe-me interromper-lhe. Fiz a pergunta porque li no jornal – sou do Norte – e na pesquisa publicada em um jornal de circulação local foi colocada uma característica muito específica da Região Norte de que lá estaria ocorrendo o tráfico direto. Fiquei curiosa em saber o que seria tráfico direto. As próprias crianças e adolescentes se oferecendo para participarem desse tráfico sexual. Fiquei curiosa em saber se é somente na Região Norte que acontece isso, daí ter-lhe questionado.

A SRA. JANETE CRUZ – Não temos conhecimento disso. Sempre existe, até onde se tem informação, um aliciador. Não temos essa informação.

Com relação à população, como funciona isso? Nas duas cidades, traz um pouco dessa naturalização, porque na parte que li, ao mesmo tempo, o taxista diz levar, cobrar, ao mesmo tempo diz que não está fazendo nada de errado, que dá carona para as crianças, que isso não é ilegal. E aqui também revela que em todas as famílias em Foz do Iguaçu é difícil que não haja alguém que não seja agenciador ou que não tenha passado pela prostituição. Acaba havendo uma banalização, uma naturalização desses fatos. Quem se movimenta são organizações que trabalham com mulheres, crianças e adolescentes. Podemos ver isso, apesar de a cidade de Uruguaiana ser no interior, nas capitais há mais facilidade de esses movimentos existirem de forma organizada.

Ficará aqui uma cópia dessa pesquisa, que traz uma série de organizações que existem na cidade de Uruguaiana. Foz do Iguaçu não constou da pesquisa, mas sei que também existem muitas organizações não-governamentais trabalhando, e são elas que fazem essa pressão até para que o Governo tome a frente e pressione para que as coisas aconteçam.

Por parte da população, por questões culturais, questões de gêneros, em ambas as cidades, existe uma certa naturalização, ou até banalização dessa situação.

O que se precisa também é de materiais informativos, esclarecendo mais a população, trabalhando isso especialmente com as famílias, porque, às vezes, não entendem o que vai acontecer com a crian-

ça. As crianças são levadas com a idéia de que terão uma vida melhor. Então, as famílias precisam realmente saber o que acontece.

O Ministério Público já recebeu uma cópia desta pesquisa. Existe um movimento no Rio Grande do Sul no sentido de ter as Varas especializadas para crimes contra crianças e adolescentes. Há um movimento para isso que, com certeza, nos ajudaria até na agilização dos processos e julgamentos. Foi um movimento importante, no ano passado, a Deputada Maria do Rosário ter conseguido a aprovação de um projeto de lei para busca imediata de crianças e adolescentes desaparecidos. Havia um tempo para a busca, porque a criança poderia voltar para a casa. Hoje, no Rio Grande do Sul, quando desaparece uma criança, um adolescente ou um portador de deficiência, independentemente de idade, a busca é imediata. Para nós, isso é importante. Hoje as delegacias estão conseguindo isso para nós.

No ano passado, fizemos uma parceria com a Secretaria da Justiça, os movimentos e as organizações não-governamentais, pelo fim da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Foz do Iguaçu também faz esse movimento. Prova disso é esse trabalho muito importante que vem sendo feito em parceria com a OIT.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pela ordem, Sra Presidente. V. Exª me concede a palavra para mais um questionamento? Se não puder, entenderei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Drª Janete, fiquei um pouco intrigada em relação à liberação de emissão de passaportes para crianças e adolescentes, de forma mais específica. Como V. Sª vê a idéia, que me passou pela cabeça, de que fossem exigidos novos critérios e requisitos, como, por exemplo, a autorização do Juizado da Infância e Adolescência, para que este pudesse fazer uma audiência prévia com os pais para saber o motivo da viagem e o interesse? O que V. Sª acha disso?

A SRA. JANETE CRUZ – Acho muito importante porque, além de haver o trabalho de combate policial e jurídico, precisamos ter essas ações. O que V. Exª está propondo não deixa de ser uma ação jurídica, porque vai estar envolvendo o juizado. Acho muito importante, porque, nesse momento, até seria a possibilidade de esclarecer e o próprio juizado ter, talvez, um serviço de orientação para ouvir as famílias que desejam que as crianças viajem. Fazer, realmente, um trabalho de orientação. Seria muito importante ter, além da questão do passaporte, um serviço de orientação às famílias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, agradeço a participação da Drª Janete Cruz, que nos trouxe dados e subsídios da sua pesquisa, que têm servido a esta CPI, inclusive tendo servido de orientação ao nosso requerimento de instalação da CPI. Agradeço à Drª. Janete, inclusive porque estava gripada. Temos certeza de que esses dados e informações serão muito ricos, para que possamos, realmente, ao final da CPI, ter os resultados que nossas crianças, jovens e, certamente, toda a sociedade brasileira desejam. Muito obrigada à Drª Janete.

Alguém ainda deseja se manifestar?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pela ordem, Sra Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De fato, é uma pesquisa, um processo investigatório que cabe à CPI ou à polícia fazer. Essa é uma primeira observação. Não podemos exigir que a Drª. Janete, nem ninguém, traga elementos resultantes de inquéritos ou notícias veiculadas em jornais e de alguns casos que foram analisados. É uma pesquisa que teve toda uma metodologia.

Em segundo lugar, a Drª. Janete já disse que há casos em que o passaporte é falso; ou seja, também há uma máfia que, infelizmente, no País, vende passaportes falsos e consegue passar com muita facilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sra Presidente, li, mais ou menos, os depoimentos do caso anterior e entendo que V. Exª deveria, aos cuidados da Relatora, pedir à Polícia Federal que fizesse depois uma revisão. Fiz um microrrelatório apenas com os nomes de cada um dos casos, mas seria importante que houvesse um trabalho mais minucioso de leitura, com mais tranqüilidade, para que pudéssemos dar sentido a essa matéria.

Por outro lado, no mesmo documento do Maranhão, foi citado o caso de Rio Branco. Trata-se de outro caso. Li além do que foi dito e percebi que o caso também é grave e necessita de procedimento imediato.

Devolvo a documentação e posso ficar com isso. Coloco-me à disposição para, posteriormente, ajudar no que for necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Laura Carneiro, agradeço a partici-

pação e as sugestões de V. Exª. Os membros da Polícia Federal que estão conosco certamente nos ajudarão a examinar todos esses documentos para que possamos tomar as providências cabíveis.

Convoco uma nova reunião para a próxima quarta-feira. O horário das reuniões tem-se modificado, às vezes às 10 horas ou às 11 horas. Porém, gostaria de sugerir que ouvíssemos os convidados – a Secretaria desta Comissão já está procurando entrar em contato com o restante dos coordenadores da Pestraf para saber se poderemos ouvi-los na próxima semana -, se todos estiverem de acordo, às 11 horas, iniciando, a partir das 10 horas, uma reunião administrativa apenas com os membros da CPMI para que procedamos a algumas deliberações.

Se todos estiverem de acordo, fica assim deliberado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h38min)

Ata da 6ª Reunião Realizada em 16.07.2003

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às dez horas e vinte minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Marco Maciel, Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Fátima Cleide, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Severiano Alves, Deputada Janete Capiberibe, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Miraim Reid e Deputado Reginaldo Lopes, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições dos Coordenadores da PESTRAF, Dr. Welinton Pereira da Silva – Região Sudeste, Dr. Marcel Hazeu – Região Norte e a Dra. Rosário de Maria da Costa Ferreira – Região Nordeste. A seguir, a Presidência passa a leitura dos expedientes remetidos à Comissão, Ofício nº 0100/2003, datado de 15 de julho do corrente, justificando a ausência da Deputada Terezinha Fernandes em virtude de compromissos agendados anteriormente na cidade de Imperatriz e do Ofício/GAB nº 048/03, datado de 14 de julho do ano em curso, que justificando a ausência da Deputada Suely Campos, pelo fato de estar participando do I Fórum para Debates de Temas de Interesse da Amazônia Ocidental, na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. A seguir, a Senhora Presidente passa às mãos da Senhora Relatora os Requerimentos para que a mesma possa proceder a leitura: 1) Requerimento nº 023/2003, de autoria da Deputada Francisca Trindade, subscrito pela Senhora Relatora, que requer a presença, no Estado do Piauí, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional que investiga a Prostituição Infanto-Juvenil; **2)** Requerimento nº 024/2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer diligência, em Porto Velho, Rondônia, juntamente com a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de Rondônia destinada a apurar fatos correlatos aos desta Comissão, a fim de se investigar rede de pedofilia naquele Estado; **3)** Requerimento nº 025/2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer Audiência Pública no Estado da Paraíba, para ouvir vítimas, testemunhas, indiciados e autoridades, acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado; **4)** Requerimento nº 026/2003, de autoria da Deputada Janete Capiberibe, que requer a CPMI apresente como indicação ao Secretário de Segurança Pública – e que conste no Relatório Final – que no Plano Nacional de Segurança Pública do Governo Federal, garantindo como política pública, estejam os cursos de formação/capacitação e sensibilização para as polícias municipais, estaduais e federal para tratamento adequado da questão da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes; **5)** Requerimento nº 027/2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer a CPMI, através do GAVTA – Gerência de Assistência a Vítimas e Testemunhas ameaçadas, intime a adolescente V.O.R. para depor na qualidade de testemunha, sobre casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Campina Grande – Paraíba ; **6)** Requerimento nº 028/2003, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que requer nos termo regimentais, seja oficiada a Procuradoria de Justiça do Estado do Rio Janeiro requisitando a montagem de Grupo de Trabalho necessário ao acompanhamento e manutenção dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – "Exploração Sexual" – no Estado do Rio, indicando os Srs. Promotores a seguir identificados

para integrá-lo: Mônica Costa di Piero, Ana Lúcia Silva Melo, Jorge Magno Reis Vidal, Agnes Murrliner, Hedel Nara Ramaos Júnior, Márcio Almeida Ribeiro da Silva, Flávia Ferrer, Valéria Videira, Romero Lyra e Marcio Mothé, e **7)** Requerimento nº 029/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência, em caráter reservado pra ouvir os Promotores de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Hedel Nara Ramos Júnior, Marcio Almeida e Jorge Magno Reis Vidal e o Delegado da Polícia Federal do referido Estado, o Sr. Mrcelo Berttoluci. A Senhora Presidente coloca em discussão e votação os Requerimentos, sendo todos aprovados por unanimidade dos membros. A seguir, a Presidente convida para tomar assento à Mesa dos Trabalhos os Senhores Expositores, concedendo a palavra inicialmente ao Dr. Welinton Pereira da Silva, após a Dra. Rosário de Maria da Costa Ferreira e por último ao Dr. Marcel Hazei, para as considerações iniciais. A Presidência passa a palavra a Senhora Relatora para seus questionamentos. A Presidência consulta aos membros quanto a realização de perguntas aos Senhores expositores em bloco para maior celeridade dos trabalhos, sendo acatada a sugestão. Fizeram uso da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputado Severiano Alves, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, o Deputado Eduardo Barbosa, a Deputada Laura Carneiro, a Senadora Ana Julia, e o Deputado Luiz Couto. Após, a Presidente informa que fica transferida para a próxima reunião da Comissão leitura, discussão e votação dos Requerimentos que se encontram no aguardo de apreciação, assim como, o relato da Deputada Maria do Rosário e da Deputada Laura Carneiro a respeito da Diligência realizada no Estado do Rio de Janeiro. Ao final, a Senhora Presidente convoca os membros para a próxima reunião da Comissão a realizar-se no dia vinte e três de julho, às dez horas e, não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por intermédio do Requerimento nº 02, de 2003 – CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la como aprovada. (Pausa.)

A ata é considerada aprovada.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se à exposição dos coordenadores da Pestraf, Dr. Welinton Pereira da Silva, da Região Sudeste, Dr. Marcel Hazeu, da Região Norte, e Drª Rosário de Maria da Costa, da Região Nordeste.

Há expediente a ser lido.

A Deputada Terezinha Fernandes justifica a ausência, a ser comunicada aos integrantes da CPMI.

Aqui são ofícios encaminhados à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, marcada para o dia 16 do corrente, visto que a Deputada Suely Campos estará participando do fórum de debate de temas de interesse da Amazônia.

Há ofício do Deputado Federal Luiz Couto, que encaminha em anexo, em caráter confidencial, um relatório de viagem elaborado pela assessora em direitos humanos, quando da participação em audiência de inquirição de declarantes, realizada no fórum da cidade de Patos, na Paraíba, no dia 16 de abril, oportunidade em que foram ouvidos 14 adolescentes vítimas de exploração sexual, que revelaram a rede de exploração existente naquela cidade, com extensão aos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Esse é o relatório.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – PB) – Há um outro relatório, também confidencial.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já está aqui o relatório.

"Encaminho a V. Exª, para que seja analisado, em caráter confidencial, por esta CPI, cópia do relatório elaborado pela adolescente V.O.E, principal testemunha e denunciante da rede de exploração sexual infanto-juvenil que atua na cidade de Campina Grande, Paraíba."

Trata-se de um relatório – desculpe-me, Deputado, pensei que fosse o mesmo...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – PB) – Não. São 2 relatórios. Essa menor, inclusive, está no programa de proteção, e há um requerimento solicitando que ela seja ouvida, nesse caso, dirigido à Presidência.

A relatoria deverá encaminhar ofício para a Drª Nilda Tuma, para que, no momento em que ela for ou-

vida, possa apresentar, uma vez em que ela está num programa de proteção e sua identidade deverá ser mantida sob segredo, para não ser revelada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Convidamos, para compor a Mesa, o Dr. Welinton Pereira da Silva, Coordenador da Pestraf da Região Sudeste. (Pausa.)

Ouviremos o Dr. Welinton e os outros dois coordenadores, que devem estar chegando pois estavam no aeroporto, para, em seguida, formularmos as perguntas, começando pela Relatora.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, pela ordem.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – PB) – Como os outros não chegaram, sugiro que aproveitemos este momento para que as Deputadas Laura Carneiro e Maria do Rosário apresentem relato das diligências feitas no Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, propomos justamente inverter a ordem, isto é, ouvir primeiro os coordenadores, até porque a reunião do relato das Deputadas Laura Carneiro e Maria do Rosário deverá ser reservada, haja vista as informações que têm a nos passar. Por isso, invertemos a ordem.

Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, pela ordem.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Gostaria de saber se a Coordenadora da Pestraf da região Nordeste encontra-se presente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ainda não, Deputada. Ela chegará logo.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Eu ia sugerir inversão da pauta.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Cumprimento as SRAs e os Srs. Senadores presentes e também o público que assiste a esta reunião. Estou gaguejando por dois motivos: primeiro, porque sou gago mesmo; segundo, estou nervoso por estar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pode ficar calmo, que estamos em casa.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pode ficar tranqüilo. Estamos todos aqui para ouvi-lo. Já ouvimos outros dois coordenadores. Na verdade, é uma exposição tranqüila. Sabemos da importância da Pestraf e só queremos conhecer o resultado do trabalho feito na região Sudeste, no qual pretendemos basear-nos, a exemplo do que foi feito no requerimento da CPI. Então, pode ficar tranqüilo. Sinta-se em casa.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Obrigado. Vou falar mais sobre a região Sudeste, da qual fui coordenador da pesquisa. Inicialmente o objetivo da pesquisa era abranger a região Sudeste toda, contudo, por falta de recursos financeiros, o projeto inicial foi reduzido e tivemos que priorizar os dois Estados onde a incidência é maior, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo. Então, priorizamos esses dois Estados. Infelizmente, não pudemos estender a pesquisa para Minas e Espírito Santo, embora isso fosse importante, pois não tínhamos recursos para essa finalidade.

Para a pesquisa, houve a aliança entre algumas universidades, ONGs – represento uma ONG chamada Visão Mundial – e alguns movimentos sociais que lidam principalmente com a questão da mulher e da criança.

Algo que nos assustou a princípio foi simplesmente a falta de dados. A equipe da pesquisa se defrontou com essa situação. É como se na região Sudeste não existisse nenhum caso de exploração sexual ou de tráfico de mulheres e crianças com essa finalidade. Então, uma coisa era o que às vezes nós e as pessoas que militam na área dos direitos humanos, especialmente no que tange à mulher e à criança, víamos na mídia; outra coisa era a realidade criminal. Em São Paulo, de uma maneira especial, em que me detive mais por residir lá, alguns poucos casos que havia ainda eram por haver crianças ou adolescentes, e eram considerados como segredos de justiça. Às vezes, não tínhamos muito acesso a esses casos. Então, essa é uma dificuldade muito comum nessa área. Às vezes, é muito difícil conseguir bons resultados.

A primeira coisa que eu poderia colocar, talvez como um eixo fundamental na questão da região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo, é que a maioria das mulheres e adolescentes que iam principalmente para a Europa, para Israel, tinha como ponto de passagem a cidade de São Paulo, de repente por causa de uma estrutura, de agências. Então, São Paulo é muito mais como uma cidade que recebe mulheres de outros Estados, e algo que detectamos é que ali a maioria dos casos não era de pessoas da cidade, e, sim, de Goiás, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Norte, do Nordeste e, também, do interior. Fizemos o estudo de um caso em que não houve tráfico internacional, e sim aquele que chamamos de tráfico interno, que na lei não é caracterizado como tráfico. Inclusive, acreditamos que isso é algo que deveria ser mudado na lei, porque há um grande número de

tráfico de pessoas de um Estado para outro que simplesmente não é considerado crime. Um desses casos, sobre o qual nos debruçamos muito, um caso exemplar, foi o de uma pessoa enviada para Santa Catarina e mantida lá num regime de semi-escravidão. Com muita dificuldade, a mãe dessa moça, depois de muita luta, conseguiu que a filha retornasse para casa, e simplesmente não houve crime algum. Apenas a pessoa foi considerada desaparecida e, na hora em que foi encontrada, foi à delegacia como se tivesse aparecido de novo. Portanto, não houve nada, não houve crime. Então, acreditamos que essa é uma situação que precisaria ser mudada, porque acontece muito desse tipo de crime, em que adolescentes e mulheres são enviadas de um Estado a outro. No momento em que isso é descoberto, simplesmente não se caracteriza nenhum crime, porque, pela nossa legislação, não configura crime.

Outra coisa que nos chamou muito a atenção foi o tráfico de mulheres, às vezes negras, principalmente para a Europa, onde há toda uma mística da mulher negra em que detectamos, por meio de uma parceria com o movimento de mulheres negras, como que a questão de gênero é possível ser levada em conta. Para, afinal, propormos alguma política, alguma legislação que possa atender essas mulheres.

Um caso que foi muito incomum em São Paulo principalmente foi a situação de um chinês que estava levando uma moça para Hong Kong e a polícia conseguiu descobrir antes que ele estava tirando os documentos da moça e conseguiram prender o chinês com a moça no avião. Mesmo assim, depois de anos, esse caso foi arquivado. E aí está a nossa dificuldade, dos que militam na área, que atua para, de alguma forma, inibir esse crime, porque é muito difícil conseguir levar, em um caso desses, a pessoa a ser criminalizada.

Algo que gostaríamos de apresentar e que precisaria ser levado em conta é a conivência que há de agências de viagens e turismo, pois a maioria de meninas tira passaporte quando ainda são menores, mas conseguem tirar o documento como maior de idade e conseguem visto. Assim, há toda uma rede que contribui de maneira a que essa menina ou essa mulher consiga legalizar alguns documentos falsos que propiciam a viagem.

Detectamos boates, restaurantes, agências que anunciam empregos para mulheres irem a Europa, aos Estados Unidos para trabalharem tomando conta de criança, de garçonete. A rede é muito bem montada e como São Paulo é uma cidade em que a maioria do turismo é feita com a finalidade de negócios torna-se bem mais fácil para uma pessoa que vem a negócios conseguir uma companheira e acabar usando até por conta das suas relações com outros meios.

Um outro aspecto que queríamos citar é o de dois acontecimentos que chamam muito a atenção: um na região de Campinas, especificamente na cidade de Hortolândia, onde foram detectados alguns casos, e na cidade do litoral norte de São Paulo, na região que pega Ubatuba, Caraguatatuba. Foi talvez uma relação entre o Rio e aquele eixo da divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Uma coisa que talvez também valha a pena citar é que essa pesquisa que desenvolvemos foi a primeira do gênero. A idéia que a maioria das pessoas tinham, de início, era de que não havia esse tipo de crime, inclusive de algumas instituições e organizações que lidam com mulheres e com crianças. É como se houvesse apenas a exploração sexual. Temos, por exemplo, alguns levantamentos com algumas instituições que lidam diretamente com mulheres, e essa não. Aqui, no caso, nunca houve algum. E fizemos também uma entrevista com uma delegada da Delegacia de Mulheres. Ela não conseguiu identificar se tinha havido algum tipo de tráfico de mulheres. E ficamos questionando o porquê disso. Porque, na maioria das vezes, o tráfico e a exploração são embutidos em outro tipo de crime. E aí é muito difícil, às vezes, para a Polícia, talvez por não ter uma certa capacitação, identificar que aquele caso em si é um caso de tráfico. A pessoa foi realmente traficada ou foi explorada.

Outra questão há é a do consentimento da vítima. É como se a pessoa tivesse ido a algum lugar porque quis, porque foi da sua vontade, porque queria melhorar de vida, queria ganhar dinheiro, e então isso não se configura crime. E na hora que a pessoa retorna, nem sempre tem condições, tem objeto para poder denunciar. Ela acaba também se calando.

Já estou finalizando. A nossa proposta que temos, como região Sudeste, mais precisamente na questão de São Paulo, que foi nosso objeto maior de estudo, porque na pesquisa configurou o Norte, em primeiro lugar, na questão da exploração, depois o Nordeste e o Sudeste. E no Sudeste, em São Paulo, por ser a maior economia, configurou-se muito mais essa situação.

A proposta que deveria acontecer é a de se aprofundar mais esse levantamento, de maneira que se pudesse conhecer, em bloco. Já mapeamos essas rotas, já temos hoje mapeadas as rotas de onde costumam sair as mulheres, as meninas, onde costumam embarcar, onde estão, por exemplo, os principais instrumentos que são utilizados para poder facili-

tar a ida dessas pessoas, com quem essas pessoas contam, por exemplo, com as empresas de fachada, quer dizer, isso significa que já temos mapeado onde a coisa se dá. O que precisa é aprofundar esse conhecimento mais **in loco** – acredito que a CPI tem mais poder para isso – e achamos que isso é principalmente uma questão de legislação. É impossível conseguirmos combater esse tipo de crime se não acontecer uma mudança substancial nessa ordem. Creio que não se admite um país, por exemplo, que tem contado números de carros que são roubados, número de objetos furtados, e com a pessoa urbana não há número, nada de concreto onde se pudesse pesquisar.

Então, essa pesquisa foi um primeiro passo e acreditamos que esta CPI vai ajudar muito mais em aprofundar esse primeiro passo que foi dado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Dr. Welinton, pela sua exposição.

Gostaria de chamar a Drª Rosário para compor à Mesa. A Drª Rosário é a Coordenadora da Pestraf na Região Nordeste.

Peço a Secretária que a conduza até a mesa. (Pausa)

Com a palavra a Drª Rosário, que terá 15 minutos para fazer sua exposição.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Bom-dia a todos aqui presentes nesta reunião da CPI da Exploração Sexual.

Meu nome é Rosário de Maria da Costa Ferreira, sou psicóloga e nasci em Belém do Pará e residi nos últimos seis anos em Fortaleza. Faço esse histórico porque ele tem a ver com os relatos que farei aqui.

No entanto, antes de começar, quero parabenizar essa iniciativa da CPI, nas pessoas da Senadora Patrícia Saboya Gomes e da Deputada Federal Maria do Rosário, pois considero que esta CPI, hoje, compõe uma série de iniciativas neste País que fazem parte do plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no sentido de enfrentarmos uma realidade que tem a ver com o que estamos denominando de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. E quando falamos desse tipo de fenômeno, temos que nos remeter à questão do mercado do sexo mundial, de uma indústria do sexo mundial, que tem interesses que passam pela questão do lucro principalmente. Então, são redes poderosas que estamos enfrentando no dia-a-dia.

Não vou entrar no mérito de discussões teóricas, conceituais e metodológicas da pesquisa, até porque isso já foi feito nas falas de Maria Lúcia Leal e Vanderlino Nogueira, mas queria, antes de tudo, antes do relato dos dados que farei, mencionar algumas questões.

Esse fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes não é recente, como algumas pessoas pensam, principalmente no que se refere à prostituição e ao tráfico. Digo isso não só pelos dados históricos do nosso País com relação ao tráfico de pessoas e à própria prostituição, mas por experiência e convivência com mulheres prostitutas em Belém do Pará.

Ouvi de uma dessas mulheres, que lidera um dos grupos organizados de mulheres que se encontram nessa condição, que na década de cinqüenta uma delas viveu uma situação de violência sexual; relatou-me o que ela sofria, em Pernambuco, quando trabalhava como doméstica na casa de algumas pessoas, foi violentada pelo filho do patrão e largada numa praça pública, de onde foi acolhida por um travesti que conhecia casas de prostituição na região Nordeste, e dali, na década de cinqüenta, ela foi levada para São Luís do Maranhão e logo em seguida para Belém do Pará. Naquela época ela tinha 17 anos. Então, repito, esse não é um fenômeno recente no País.

Esse tipo de informação, sobre a prostituição e o tráfico, serve para pensarmos em que país vivemos e em que condições para que essas situações ocorram.

Acredito que já foi falado e reforçado em vários momentos que a situação de exploração sexual comercial, seja na modalidade de prostituição, do turismo sexual, do tráfico ou da pornografia, se dá num contexto de desigualdades sociais muito grande, em que a pobreza e a miséria vitimam e vulneram as pessoas, em que as desigualdades de gênero também colocam mulheres e meninas em situações de vulnerabilidade, em que o racismo também coloca mulheres e meninas negras como maiores vítimas desse tipo de exploração, além de outras desigualdades e discriminações como a orientação sexual, em que meninos e rapazes são discriminados na sua orientação sexual e acabam vendo como única saída do exercício da sexualidade a prostituição, no caso michês e travestis.

Também temos que abordar a questão, já que estamos falando de crianças e adolescentes, da relação de poder entre adultos e crianças. Vivemos em uma sociedade em que a educação ainda acontece

de forma punitiva, em que a palmada, a pancada ainda são vistas como instrumentos pedagógicos.

Fazendo um consenso sobre o assunto, temos que pensar que o tráfico é um fenômeno econômico global, sim, está ligado à atividade do crime organizado internacional, sim, mas é um elemento desse contexto de intensas desigualdades e de processos de transformação cultural por que nosso País vem passando. A pornografia e o turismo sexual, formas modernas dessa exploração e outras que estamos descobrindo agora, temos que ver como fenômeno mais recente.

A nossa pesquisa queria levantar informações sobre uma dessas modalidades que tem a ver com o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para esses fins de exploração sexual, não pretendíamos fazer levantamento de dados, queríamos mapear o fenômeno. No caso do Nordeste, região em que coordenei a pesquisa sobre tráfico, encontramos todas essas condições. Se verificarmos os indicadores sociais e econômicos e de desigualdades de gêneros e outras desigualdades veremos que é um campo fértil onde esse mercado do sexo se alimenta.

Além dessas condições sociais e econômicas de extrema pobreza e desigualdades, também encontramos um projeto de desenvolvimento do turismo que não é pensado na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, muito pelo contrário, os grandes investimentos chegam naquela região, as famílias que residem ali já se encontram em situação de pobreza, são vulnerabilizadas mais ainda com a abordagem desses grupos que ali chegam, expulsam famílias de suas áreas. Além dessa abordagem, há também os homens que para ali vão querendo serviços sexuais, em busca de sexo com mulheres, crianças e adolescentes. É nesse contexto que fizemos a pesquisa de tráfico no Nordeste.

Quando começamos a falar sobre isso entre nós da equipe, precisamos fazer um estudo e um nivelamento conceitual, mas nos deparamos com essa dificuldade de trabalhar o tema com os agentes públicos, com as autoridades. Não se fala de tráfico de pessoas, e, toda vez que falávamos de tráfico, as pessoas remetiam para a questão do tráfico de drogas e outras situações, menos o tráfico de pessoas, e muito menos o entendimento do que é a exploração sexual comercial nessa linha do tráfico e do turismo sexual, por exemplo, apesar de muito difundido no Nordeste. Encontramos essa dificuldade de trabalhar com o tema, o que chamamos de invisibilidade, porque as pessoas não queriam falar sobre o assunto. A limitação legal, que considera tráfico só para fins de exploração de mulheres na prostituição, e de caráter internacional também dificulta a abordagem dessa questão pelos agentes públicos, mas encontramos muita coisa lá.

Muitas situações tornam vulneráveis essas meninas, crianças e adolescentes, e também meninos. A pesquisa fez um recorte de gênero, por uma questão de ordem metodológica, mas soubemos de casos de meninos levados, por exemplo, de Fortaleza para São Paulo, para lugares onde são explorados sexualmente, recebendo doses diárias de silicone, sendo "bombados", como eles dizem. Essa denúncia foi feita no Conselho Tutelar de Fortaleza, e esse tipo de situação continua ocorrendo.

Encontramos que situações? Que redes de tráfico são essas que diariamente exploram e violam os direitos humanos e sexuais dessas crianças e adolescentes?

No Nordeste, o tráfico tem uma relação muito forte com o turismo sexual – isso é muito presente. No caso das cidades de Fortaleza, Natal e Recife, há denúncias e casos de redes de exploração sexual envolvidos em um projeto de turismo sexual, de exploração pelo turismo sexual.

Quando discutimos redes, temos que pensar nelas na perspectiva de uma rede informal, que ocorre de acordo com a dinâmica e o contexto local, e de outras redes mais organizadas e mais formais. No caso da exploração sexual de meninas que vêm do interior do Estado, por exemplo, para o trabalho doméstico nas capitais, há algumas figuras de mulheres gerenciadoras que fazem o recrutamento dessas meninas inicialmente para um trabalho doméstico, mas que depois acabam colocando-as numa situação de exploração sexual em casas, em prostíbulos nas cidades. Isso foi muito presente no Maranhão, por exemplo, mas também identificamos isso em Fortaleza, Recife e Natal.

Outra situação também muito presente, no caso de portos, como no Maranhão, é a saída de mulheres e jovens em barcos pequenos para navios que ficam ancorados nesses portos. O Porto do Itaqui, no Maranhão, é um ponto de saída de mulheres para países da Europa. No nosso relatório, há o caso de uma mulher que saiu dessa forma. O Porto de Itaqui, no Maranhão, é um ponto de saída.

No caso de Fortaleza, termos uma informação que pode ser checada com a Polícia Federal, de saída das mulheres fazendo esse trabalho de ida aos navios, mas não sabemos se elas saem para outros países. A Polícia Federal do Estado do Ceará tem essas informações.

Além disso, presenciamos nos aeroportos a chegada de turistas e seus encontros com essas meninas. O Welinton já falou aqui do envolvimento das agências de viagens e de turismo nesses esquemas. Eles ficam nos aeroportos esperando. Uma simples observação – pelo menos no aeroporto de Fortaleza, mais de 70 câmeras podem estar registrando esse tipo de atividade – seria só o caso de fazer uma investigação mais detalhada, uma investigação por um serviço de inteligência.

A questão dos portos, dos aeroportos e das estradas – estradas nas quais os caminhoneiros acabam tendo uma função muito importante. Por exemplo, o caso de um caminhoneiro que leva uma menina de carona e chega num bordel. Lá, a mulher aceita que aquela menina fique. Vejam bem, não havia nenhuma intenção desse caminhoneiro de estar fazendo esse tipo de agenciamento, mas a mulher vira para ele e diz: "Se você encontrar mais meninas como essa, traga para a gente." Assim, esse caminhoneiro passa a fazer parte de uma pequena rede, levando meninas para essas mulheres. Assim como essas, há outras situações.

Recentemente, tivemos uma CPI nacional para investigar a prostituição infanto-juvenil e outra para investigar o turismo sexual, mas as investigações não tiveram o aprofundamento que o fenômeno merece. O que precisamos ter realmente é um serviço de inteligência dedicado à investigação desse tipo de situação. Informantes sobre essa situação nós temos, mas nós temos que pensar na segurança, na proteção dessas pessoas que decidem falar sobre o assunto.

No caso da pesquisa, colocamos dois casos na publicação e temos outros casos de inquéritos e processos que se encontram em andamento, mas aos quais não temos acesso. Além disso, temos informações de pessoas que sabem de situações, mas que não as denunciaram – os casos não foram transformados em processos ou inquéritos. Essas pessoas podem ser ouvidas, mas temos de protegê-las, temos de garantir de alguma forma que essas pessoas possam falar sobre essa rede de tráfico informal ou formal de uma forma segura e protegida.

Acredito que a invisibilidade do tráfico é devida à falta de uma política de responsabilização dos agressores e de defesa e proteção das vítimas mais eficaz. Deve-se também à ausência de uma investigação em que possamos realmente apontar os agentes públicos e autoridades que estão envolvidos nesses casos – leia-se o caso do Maranhão e de outros estados que podemos citar depois.

O envolvimento de alguns setores, de agentes públicos, de algumas instituições complica o processo de responsabilização dos culpados. Acredito que precisamos enfrentar esse problema. Precisamos ter uma política voltada para o turismo mais eficaz quanto à fiscalização da entrada e da permanência de estrangeiros na região Nordeste por exemplo. Precisamos ter um controle maior disso.

Há um outro dado sobre o qual precisamos ter controle. Quando chegamos ao Juizado da Infância e da Juventude em Fortaleza, conversamos com uma pessoa – não foi com o juiz – e pedimos o levantamento das autorizações de saída de adolescentes para fora do País. A resposta obtida foi que não se dispunha desse levantamento nem se registrava o motivo pelo qual essas famílias pediam autorização. Nessa mesma ocasião, estava no juizado uma família com um estrangeiro de seus 75 anos – havia uma outra pessoa comigo que pode confirmar isso. Eles estavam pedindo autorização para uma menina de 17 anos viajar para a Europa, porque ela ia se casar com aquele estrangeiro.

Temos que ter no Juizado da Infância e da Juventude um processo mais criterioso – acredito que isso já vem sendo de alguma forma – na liberação dessas autorizações, mesmo que haja a anuência da família, pois muitas vezes ela pode estar recebendo alguma coisa em troca.

O que confirmamos no Nordeste é que existe tráfico internacional de mulheres. Para a Europa? Existe. Esse tráfico envolve adolescentes também, porque estamos lidando com um problema de falsificação de documentos – alguém provar que é maior de idade tornou-se muito fácil, pelo menos em alguns lugares onde fomos. Essa questão da falsificação de documentos e da autorização de viagens para adolescentes precisa ser mais criteriosa para podermos realmente evitar o tráfico. O tráfico doméstico interno precisa de uma legislação própria que possa impedir ou exercer maior controle sobre o deslocamento dessas meninas entre estados e entre cidades.

Se houver na polícia rodoviária, nas empresas de ônibus e nos próprios terminais rodoviários uma fiscalização maior, pode-se reduzir esse tipo de tráfico interno no interior do País.

Temos o caso de tráfico de Iguatu para Fortaleza – caso famoso de um travesti que agenciava meninas. Era simples: ele colocava as meninas dentro do ônibus – como ele mesmo disse no seu depoimento -, dava-lhes um banho de loja e, a partir daí, agenciava essas meninas. Agora, se ele está ou não articulado com uma rede internacional... E se alguém ligado ao cri-

me organizado, que trafica pessoas, aproxima-se de um sujeito como esse, tem ali um campo fértil para conseguir pessoas para prestarem esses serviços sexuais.

Penso que temos de começar a discutir, neste País, na questão do tráfico de pessoas para fins sexuais, interno ou externo, o porquê que acontece isso. Estamos lidando com serviços sexuais que atendem a uma demanda sexual de clientes que têm essa demanda, sejam eles brasileiros ou não. Então, estamos lidando com isso. Estamos lidando com o mercado do sexo, que tem uma parte que é formal e legalizado e que precisa ser mais fiscalizado. Mas há também uma parte por trás desse mercado do sexo que não aparece, que é justamente isso.

Concluímos que temos de discutir o tráfico não apenas na relação de traficantes de pessoas e vítima que é traficada. Temos de discutir todo um contexto: ela está aqui, com a questão da pobreza e outras situações de desigualdades, e ele está ali, com uma demanda por sexo. Entre os dois, existe uma rede que pensa muito bem como esse mercado pode funcionar: aqui há uma pessoa que presta serviços sexuais e lá há uma demanda, que é um cliente que quer sexo com crianças e adolescentes. O encontro disso se dá dentro desse contexto de impunidade, de desigualdade e de falta de políticas eficazes.

Está na hora de realmente pensarmos que as polícias têm um papel muito importante. Nós, da área social, estamos investigando e discutindo. Estão aí o plano nacional, os fóruns e uma CPI como esta. Entretanto, a polícia tem de fazer o seu papel, pois serviço de inteligência é essencial em um trabalho dessa natureza.

Neste momento em que estamos discutindo essas questões, estão aqui todos os documentos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que está com 13 anos, e a Convenção dos Direitos das Crianças. Está tudo posto. O que falta realmente é operacionalizar tudo isso em ações públicas, que realmente responsabilizem essas pessoas. Muito poucas pessoas são presas por causa de exploração sexual neste País. Temos quantos turistas presos aqui por causa disso? Nesta hora em que estamos fazendo esta discussão, uma menina ou um menino está sendo recrutado, com certeza, para esse mercado do sexo, porque pobreza, fome, desigualdade de gênero e outras desigualdades mais estão postas no nosso dia-a-dia. Além do que, há uma sexualidade da qual não falamos e não queremos falar. Esse mercado do sexo sobrevive disso.

Às vezes, os agentes públicos fazem parte desse mercado do sexo, como agenciadores. Apontamos o barraqueiro, o taxista, o que trabalha em restaurante – está na CPI do Turismo Sexual e em outras, a relação dos restaurantes. Em Fortaleza, há envolvimento de italiano, de português, de espanhol. Está tudo na CPI. As sete meninas que foram depor na CPI da Exploração Sexual e outras meninas que poderiam estar depondo não falam mais, porque não podem falar, já que suas vidas estão em risco. Cabe a esta CPI e ao Poder Público garantir segurança a essas pessoas, para que realmente tenhamos uma ação efetiva contra o tráfico.

Agora, cheguei ao aeroporto e vi escrito que tráfico de animais é crime. Então, também vamos anunciar, a toda hora e a todo lugar, que tráfico de pessoas é crime. Vamos dar visibilidade a isso. Vamos falar para as pessoas, para a mãe e para o pai da menina, que, na porta da escola, ela pode ser abordada. Em 1988, quando comecei a trabalhar como educadora de rua, com crianças e adolescentes, já ouvia falar das abordagens na porta da escola e já ouvia falar das meninas de rua que eram usadas sexualmente, na prostituição e em outras situações.

Esta CPI tem de ouvir os profissionais do sexo deste País, sejam homens, mulheres ou travestis, porque eles sabem de muita coisa também, pois vivem nessa situação. E eles são contra. Hoje, a Rede Nacional de Prostitutas se posiciona contra a prostituição infanto-juvenil e contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, temos de ouvi-los, sim. Há muitas pessoas que podem ser ouvidas e que podem colocar o dedo na ferida.

Entretanto, temos de pensar a questão de uma forma séria. Nem eu vou falar tudo aqui.

Então, temos de pensar isto: tráfico é rede de crime organizado, é algo sério, é lucro. Tráfico de armas, de drogas e de pessoas são as três maiores rendas do crime organizado. Quem vai mexer com isso? Quem vai mexer com autoridade que tem envolvimento com isso? Quem é que vai mexer com isso no interior do Ceará, onde há juiz envolvido? Quem vai mexer com gente que explora as meninas no interior do Ceará? Quem vai à Ceasa de Pernambuco falar para os caras pararem com isso?

Passa pelo poder público, sim; passa pelos agentes públicos. O mesmo drama que estamos enfrentando com relação ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro e em outras situações, enfrentamos nessa área. Só não enfrentamos mais porque ainda não ousamos realmente agir contra esse tráfico de pessoas, de crianças e de adolescentes. E não enfrentamos ainda uma discussão neste País sobre uma condição que está posta antes: crianças e adolescentes são

explorados sexualmente na prostituição e no turismo sexual. Quando o tráfico e a pornografia na Internet vem e encontra todo esse povo disponível, é muita grana para essa garotada. Infelizmente, uma mulher que sai do nosso País só o faz para viver uma vida melhor. Ela entende que aquele homem é melhor, que irá comer melhor, que irá ganhar melhor. É disso que falamos.

Os dados estão todos aqui, as rotas estão aqui. A Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, a Polícia Civil, serviço de inteligência eficaz e uma discussão séria neste País sobre sexualidade, direitos humanos e sexuais, de todos, inclusive de crianças e adolescentes.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Drª Rosário. A sua exposição certamente será de muita utilidade para esta CPMI.

Vamos ouvir o terceiro coordenador, que acaba de chegar, a quem convido para compor a mesa, Dr. Marcel Hazeu, da Região Norte. (Pausa)

O Dr. Marcel terá, da mesma forma, 15 min para expor a pesquisa sobre a Região Norte.

O SR. MARCEL HAZEU – Bom dia! Desculpem meu atraso, mas foi em função dos vôos.

Meu nome é Marcel Hazeu, trabalho no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Emaús, em Belém. Coordenei uma pesquisa sobre o tráfico na Região Amazônica aproveitando a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual que nós temos na Região, chamada Txai, e que tem representações em cada Estado. A melhor forma de trabalhar contra o tráfico é organizando-se em redes.

Quero comentar alguns pontos a respeito do tráfico na Amazônia que, na minha opinião, têm muito a ver com a nossa possibilidade de intervenção.

A Região Amazônia tem uma história de ocupação e migração muito forte e voltada para o sexo masculino. Sua ocupação deu-se por meio de ocupações que empregam homens: garimpo, seringal e o Exército, para a defesa de fronteiras. Houve grandes projetos com mineração e assim por diante. Ao pensarmos na Amazônia, temos que pensar em migração masculina. Essa ocupação trouxe uma segunda vertente de migração, a feminina, vinculada à prestação de serviços, principalmente sexuais, aos homens que estavam circulando na região. Criou-se a cultura de que os empregos para mulheres, vinculados à migração, tinham a ver com a prostituição. É uma cultura que até hoje está presente. Fala-se da migração da mulher em busca de trabalho na prostituição.

Sabendo disso, todos os planos de desenvolvimento para a Região partem do princípio de gerar recursos para o Estado, para as empresas, de empregar mão-de-obra masculina, sem considerar as mulheres da Amazônia.

A mulher na Amazônia, como falou a Ministra do Meio Ambiente, veio em busca de emprego na prostituição, no tráfico. Desde aquela época, até hoje, é chamado de "aviamento" na Região. Tem o mesmo sistema que o tráfico. Na Amazônia, temos o maior percentual de gravidez precoce e de adolescentes mães do Brasil. Vinte e três por cento das meninas entre 15 e 19 anos são mães ou estão grávidas de seu primeiro filho. A média, no Brasil, é de 18%. Temos uma grande quantidade de mulheres e de meninas mães solteiras e responsáveis pela família. Por outro lado, não são oferecidos empregos para essas mães e meninas. São oferecidos empregos secundários, empregos domésticos ou na prostituição.

Há outro fator que influencia muito quando pensamos em tráfico: a questão da imensidão da área, as fronteiras abertas com um grande número de países como o Suriname, a Guiana Francesa, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia, etc. O mais interessante é que esses países não são mais ricos do que o Brasil. Não conhecemos qualquer rota de tráfico de mulheres daqueles países para o Brasil. Mas temos bastante prostituição, também, na região. Temos rotas de tráfico de mulheres e meninas da Amazônia para todos os países vizinhos.

Temos um mercado interno de prostituição na Amazônia muito forte, por causa dessa forma de desenvolvimento e também pela decadência das áreas que foram desenvolvidas até agora.

Manaus, que gerava um investimento enorme na Zona Franca, onde se empregava muita gente, teve uma crise enorme e provocou o desemprego de 40 mil pessoas. São 40 mil pessoas que estão procurando sobreviver, correndo atrás de oportunidades, como sempre se fez na Amazônia. Não se fixa, corre-se atrás de oportunidades. Se é aberta uma estrada, abre-se uma estrada de prostituição; se é aberta uma nova frente de trabalho, abre-se uma nova frente de prostituição; se se investe em turismo, investe-se em turismo sexual. Tudo está sempre voltado para a possibilidade de a mulher sobreviver e se dar bem por meio da prostituição.

Não temos idéia da dimensão que isso tomou na Amazônia.

Tudo será registrado?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Se V. Sª considerar que alguma questão deve ser dita de forma reservada, por favor, avise-nos. Pode fazer um depoimento genérico sobre o processo, ficando, em seguida, reservado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em seguida, teremos um momento reservado. Nesse momento, poderíamos expor essas informações.

O SR. MARCEL HAZEU – Só para se ter uma idéia da dimensão do problema: onde moro, só na minha rua, conheço cinco famílias cujas mães ou irmãs estão trabalhando no exterior na prostituição. Deixam seus filhos com alguém conhecido ou vivem sozinhos e lhes mandam dinheiro.

Quando dou oficina para jovens, meninas e meninos, e toco nesse assunto, sempre há pelo menos um, num grupo de 23, que tenha alguém da sua família vivendo na Espanha, em Portugal, na Holanda ou no Suriname. Então, é muito comum para as famílias sobreviver por meio da prostituição. Para os jovens, para as famílias e para todo o mundo que está envolvido, isso não é considerado um crime, uma impossibilidade, e sim uma oportunidade. As casas mais bonitas da minha rua são dessas famílias.

Aí vem a grande discussão na região: se é culturalmente aceito, se as mulheres sabem que elas vão-se prostituir e se têm o consentimento de todos, trata-se de tráfico ou não se trata de tráfico? É sempre a discussão. Mas elas sabem que é melhor essa vida do que viver de um salário mínimo num **shopping center**.

A mesma pergunta pode ser feita para os homens: por que, então, os homens não viajam atrás de prostituição para sobreviver melhor? Porque para a mulher é dada essa oportunidade e para os homens se dão outras oportunidades de sobrevivência. Por que tenho que me separar dos meus filhos para garantir a sobrevivência por meio de serviços sexuais que, de forma alguma, agradam às próprias mulheres e adolescentes? Essa oportunidade é muito limitada. Até a palavra "consentimento" mostra que não se tem muita possibilidade. A pessoa dá o seu consentimento para escolher entre os dois piores.

Temos, na Amazônia, três tipos de migração atrás da prostituição, que denominamos tráfico: a primeira é a regional ou local, ou seja, de uma cidade para a outra. Essa é a de maior fluxo, com grande fluxo de adolescentes e até de crianças, que vão aos garimpos, aos grandes projetos, a Boa Vista. Hoje em dia, há um fluxo muito grande em direção a Boa Vista e também ao Nordeste, principalmente Fortaleza e São Luiz.

O segundo é o tráfico nas fronteiras, do Oiapoque para a Guiana Francesa, para o Suriname, que é um destino muito procurado; à Venezuela, pela possibilidade de se ir ao Caribe, aos Estados Unidos e a outros mercados também é muito procurada, principalmente depois da abertura da estrada de Manaus/Boa Vista, porque Manaus, agora, com essa crise, é o principal fornecedor de meninas e mulheres para Boa Vista e para a Venezuela. Há a Bolívia, o Acre e Rondônia, que, na fronteira, têm fortes formas de tráficos, uma, inclusive, já denunciada pela **IstoÉ**. Uma pessoa que trabalha na Secretaria de Assistência e que toma conta de um projeto que atende meninas prostituídas, envolvidas com droga, principalmente na fronteira, está sendo ameaçada de morte, e até hoje não conseguimos avançar muito naquela região.

Quero citar quatro casos que acho muito interessantes. O primeiro deles é o caso de Itaituba.

Itaituba foi a primeira cidade denunciada, na Região Amazônica, em 1991, de ter a profissão infanto-juvenil nos garimpos. Gilberto Dimenstein escreveu um livro sobre Cuiú-Cuiú. Houve uma grande onda de intervenção da Polícia Federal, as pessoas tentaram fazer alguma coisa. O que está acontecendo em Itaituba hoje? Os garimpos estão em grande decadência, mas, mesmo assim, ainda há uma população de garimpeiros circulando, e mulheres e adolescentes prostituindo-se. A cidade de Itaituba é povoada pelos filhos e filhas de garimpeiros e das mulheres que trabalham nos garimpos. Da mesma forma como as meninas adolescentes, que sobrevivem com o dinheiro que as mães do exterior mandam, Itaituba também tem uma geração de adolescentes abandonadas, deixadas à própria sorte, que, muitas vezes, é a prostituição.

Em 1997, foi desmantelada, em Itaituba, uma rede de prostituição e pornografia que envolvia principalmente crianças de 10 a 14 anos, com fotografias, álbuns, um esquema que envolviam boates, comerciantes locais. A Polícia Federal também se envolveu, e a Promotora foi muito atrás.

Estamos, agora, em 2003. Todos os acusados estão soltos, e ninguém mais sabe onde estão as meninas, nenhuma delas. Estavam envolvidas quase 40 adolescentes. O processo está correndo sob sigilo da Justiça. Então, como pesquisadores, não temos acesso, para saber por que esse processo não anda. Temos suspeitos. Todos esses comerciantes estão atuando, ainda, na cidade de Itaituba e, realmente, foram flagrados com todas as provas possíveis. São

donos de farmácia, de boates, de restaurantes... Sempre donos, que têm poder lá. E as meninas, muitas vezes, foram abandonadas por seus pais e estão vivendo na cidade.

Em um caso parecido no Acre, que também envolve uma rede de meninas de 9 a 16 anos, infelizmente, já julgado em última instância, um senhor foi absolvido; o processo foi arquivado.

Gostaria de ler para V. Exªs por que foi arquivado o processo, que envolve inúmeras meninas e um homem que era Assessor-Chefe de Comunicação Social do Governo do Acre na época, 1992 a 1996, cujo nome é Mário Emílio Malaquias. Ele foi flagrado em um motel, com meninas de 9 a 14 anos, com um monte de instrumentos sexuais, álbuns de fotografias, fotos envolvendo crianças e adolescentes de todas as idades. Os depoimentos são horrorosos. Eu tenho uma parte do processo aqui. Mas, depois de várias instâncias, esse cidadão foi absolvido, e o juiz, no voto que foi decisivo, falou o seguinte: "A iniciativa não foi do réu e, sim, das menores. Todas elas tinham conduta duvidosa; estavam envolvidas em programas. Se considerássemos só o crime que realmente ocorreu por ocasião do flagrante, sobraria pouca coisa. Quanto à violência presumida, temos que considerar que o Código Penal é de 1940, época em que não havia rádio ou televisão.

Tive a oportunidade de ver um bocado de fotografias. Nenhuma dessas meninas estava triste ou chorando. Todas elas estavam felizes, sorrindo, satisfeitas.

Isso envolve crianças que eram sempre..."

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Essa é a sentença do juiz. É parte da sentença.

O SR. MARCEL HAZEU – É parte da sentença.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – O senhor tem o nome do juiz aí?

O SR. MARCEL HAZEU – Está escrito aqui Desembargador Francisco Praça, mas aqui no processo há um outro voto que usa mais ou menos a mesma declaração, do Sr. Desembargador Elieser Scherrer.

Os senhores têm que saber que esse caso foi adubado com provas, fotografias de todas elas, vinte depoimentos, comprovando que ele procurava essas meninas nas portas das escolas e as usava para convidar outras meninas; e que ele batia nas meninas, quando não levavam novas meninas. Ele era um pai de família e considerado figura de peso no Governo da época. Por isso, foi arquivado, depois de o Ministério Público recorrer várias vezes.

Eu gostaria que essas pessoas fossem chamadas para explicar a intenção delas no combate à violência sexual, ao prolatar uma sentença dessas. Não eram erros processuais; ou porque o advogado era esperto – mas simplesmente por desconsiderar tudo o que as meninas sofriam.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Ele era Secretário do Governo?

O SR. MARCEL HAZEU – Não ele era Assessor Chefe de Comunicação Social em 92. O caso foi em 97.

Em Roraima, só para se ter uma idéia, a exploração sexual e o tráfico envolvem muitas vezes pessoas do Governo e da Polícia. Um dos piores exemplos foi a Delegada da Delegacia da Mulher, em Roraima, que era dona de boate e aliciava meninas de Manaus para se prostituírem em Boa Vista e a segurança era feita por policiais vinculados à Delegacia da Mulher – à Delegacia da Mulher, repito.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Só uma dúvida: ela ainda é Delegada?

O SR. MARCEL HAZEU – Não. Ela foi afastada, mas o processo não correu; parou. Fomos atrás desse processo este ano, mas ninguém mais sabe desse processo que chegou a ser uma matéria na **IstoÉ**, em 1997. Ela foi afastada, começou a sofrer um processo disciplinar, mas até hoje não sabemos o que aconteceu, se ela foi punida.

Isso mostra que, dentro da Polícia, dentro do Governo e entre os comerciantes, pessoas que têm certo poder nas comunidades locais, é justamente onde encontramos as pessoas que exploram. E para quem correr, então, quando se quer combater?

Temos uma entrevista com um Policial Federal no Oiapoque, em que ele diz que não dá para combater isso, até porque as meninas querem ir, que todo mundo quer ir e ele ia fazer alguma coisa contra a melhoria da vida delas. Essa é uma visão muito presente: a oportunidade que elas têm para melhorar a vida é essa; então eu não vou impedir, eu vou até aproveitar. No dia em que os pesquisadores foram embora, eles passaram na frente da boate, onde muitas meninas se prostituíam e lá estava o Agente da Polícia Federal com duas meninas. Ele pensou que o pesquisador não o tinha visto e chamou o pesquisador: Ei! Eu estou aqui. Em outras palavras, o homem realmente não tem noção do papel dele.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCEL HAZEU – Isso tenho no relatório, mas o pesquisador me pediu que não... Mas temos, sim.

Quero só mostrar que pode ser diferente: em Rondônia, temos dois casos onde, até a última instância, a rede foi desmantelada e um desembargador aposentado, que mexia com meninas do prédio dele, que prostituía um monte de meninas, foi preso e foi mantida a prisão dele até a última instância. Isso só ocorreu porque o vizinho dele era Juiz. No momento do flagrante, não havia autorização do Juiz, o vizinho deu a autorização, e eles conseguiram entrar. Foi uma articulação entre aquele Juiz, que se indignava com o que estava acontecendo, com o Conselho Tutelar e com a polícia. Mas, para surpresa de todos, até nas instâncias da Justiça, essa prisão foi confirmada, e ele foi condenado.

Em outro caso, que é parecido com o do Acre, uma orientadora pedagógica de um colégio percebeu que um grupo de meninas se comportava de maneira muito diferente, meninas de doze a dezesseis anos lideradas por uma menina de treze. Elas começaram a falar o tempo todo com essas meninas até perceberem que elas estavam envolvidas numa rede de prostituição. Elas começaram a trabalhar com cada família separadamente, chamaram o Conselho Tutelar, a polícia e conseguiram dar um flagrante nos aliciadores e afastar um grande grupo dessas meninas dessas redes de prostituição. Os aliciadores foram presos e condenados. Mas foi a escola que começou a intervir porque, muitas vezes, essas redes começam nas escolas.

Quando apresentamos essa pesquisa regional, sempre enfatizo sete pontos, rapidamente. Primeiro, se queremos enfrentar o tráfico e a exploração sexual, acredito que o primeiro passo não é pensar exatamente em repressão, é pensar na mudança de visão sobre o desenvolvimento da Amazônia. Se não considerarmos a importância de empregar, de garantir acesso a emprego e melhoria de vida para as mulheres e meninas na Amazônia, nenhuma repressão surtirá efeito porque a prostituição é uma válvula de escape da pobreza, da miséria, é uma forma de poder garantir a sobrevivência dos filhos, de muitas meninas e mulheres. Estou querendo que isso seja considerado no PPA (Plano Plurianual), nos créditos que o Basa (Banco da Amazônia S.A.) dá, nos programas da ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia), que vai financiar, que pensem o que isso significa para o emprego para a mulher, o que isso significa para a posição da mulher, e que não se pensou nos grandes projetos de mineração, que sempre têm a mesma história: garantem emprego para os homens e garantem a exploração sexual das meninas e mulheres.

Eu queria também estimular e ampliar a contratação de mulheres em todas as instâncias de enfrentamento de violência sexual. Infelizmente – também sou homem, posso até confirmar -, como é difícil não ser influenciado pela visão machista quando vamos enfrentar a violência sexual. Um policial, um comandante, um assistente social, homem é homem e é contextualizado numa cultura de permissividade, de machismo, de achar a menina "gostosa", maravilhosa, bonitinha. É muito difícil encontrar instâncias onde os homens realmente conseguem enfrentar essa situação diferentemente.

Temos que pensar em investir onde se trabalha com esse público, as meninas e mulheres, na fiscalização, na repressão, mas também no atendimento, onde se pode empregar mais mulheres. Apesar da Delegada da Delegacia da Mulher de Roraima – que era uma exceção, espero -, a visão de mulher muitas vezes é diferente e ela é menos facilmente seduzida pelas meninas e mulheres que fazem da prostituição sua possibilidade de sobrevivência. Então, o jogo está sempre presente na pesquisa, no enfrentamento da questão, na fiscalização, etc.

Devemos considerar as necessidades dessas mulheres. Nenhuma delas está incluída no Programa Bolsa Escola, porque ganham bem mais do que o valor que permite a elas serem consideradas pobres. Então, não chegam a ser atendidas nem por esse programa nem pelo Fome Zero ou qualquer outro, apesar de serem extremamente necessitadas, até mesmo emocionalmente. Como poderão trabalhar novos projetos de vida se não têm nenhum suporte?

Devemos abrir uma linha de crédito para mulheres chefes de famílias e adolescentes grávidas, porque os homens não assumem esses filhos. Precisamos de assessoria jurídica para orientar-nos a respeito de maior responsabilização dos pais no sustento dos filhos. A defensoria atua, obriga o pai, o genitor do filho a pagar pensão, mas, posteriormente, ele se desemprega, viaja, não paga, e a mulher tem de batalhar para conseguir algum dinheiro, como se não fosse responsabilidade dos dois de sustentar o filho. Esse deve ser um dos primeiros programas a serem elaborados envolvendo pais.

Sobre o pré-natal, o pai deve ser responsabilizado, assim como pelo registro do filho. É preciso ser muito mais duro, para que o homem assuma um papel diferente.

Há que se pensar num programa de saúde da mulher. É considerada a possibilidade de a mulher estar envolvida em prostituição e tráfico. Devemos

elaborar projetos alternativos para a vida dessas mulheres.

O Brasil é elogiado pela propaganda contra o sexo-turismo. Já ganhou vários prêmios. Mas pouca informação é oferecida às meninas e mulheres que viajam do Brasil para o exterior. Que informação alguém possui ao viajar para o exterior a fim de se aventurar na vida? Por que não investimos num programa de informação sobre os riscos, sobre possibilidades e sobre onde procurar ajuda em todos os aeroportos, em todos os vôos internacionais. Isso pode constar até da própria passagem.

Deve-se informar não somente aos turistas que exploração sexual é crime, que pode levar à cadeia. Mas, se se vai ao exterior procurar emprego, não há informação. Devemos dizer onde encontrar ajuda e para levar sempre o passaporte ou cópia etc. Devemos dar as informações básicas de que muitas não dispõem. Chegam a outros países sem saber onde procurar ajuda.

Quanto ao nível de repressão, pessoalmente sou contrário ao aumento de fiscalização nos aeroportos, nos portos e nas fronteiras e a favor de intensificar as investigações da polícia para desmantelar redes criminosas de tráfico. A fiscalização só recai como repressão sobre as meninas e mulheres. Não se captura um traficante fazendo fiscalização, apenas mandam as meninas de volta para casa. Posteriormente, tentarão fazer o mesmo.

Podemos apoiar as meninas e mulheres e, ao mesmo tempo, investir na repressão das redes de tráfico. Infelizmente, falei com o pessoal da Polícia Federal do Pará, e, apesar de todas as denúncias e de todos os estímulos para o enfrentamento do tráfico de meninas e mulheres, atualmente não há nenhuma investigação em andamento. Apesar de haver várias denúncias, estão mais ocupados com o tráfico de drogas, com a ocupação de terras, com a demarcação de terras indígenas. Não existe uma articulação entre as polícias do Suriname, da Venezuela e do Brasil para fazer uma investigação a fim de capturar toda a rede.

Sou a favor de que, em todos os programas de saúde e educação, sejam trabalhados dois valores. Primeiramente, o maior valor da mulher da Amazônia deve ser sua beleza, sua sensualidade, sua sexualidade. Não conheço nenhum País do mundo onde a mulher pode ser atendida pelos maiores créditos possíveis, mas só chega ao máximo se posar na **Playboy.** Isso é uma inversão de valores muito grande. A mulher tem que ser valorizada. Tem que desmistificar a idéia de que sua única qualidade é a sua sexualidade, e também deve haver uma reeducação dos homens, porque também eles têm responsabilidade na criação de seus filhos. Eles devem saber que também são responsáveis pela continuidade da exploração sexual se tratam mulheres como objetos sexuais. Penso que esse é um trabalho a ser realizado pelas áreas da saúde e da educação.

Muitas vezes, só participa do pré-natal a mulher, é quase proibido ao homem o acompanhamento do parto de seu filho. Se o parto for feito pelo SUS, o pai não entra. Está comprovado: será muito improvável que o pai que veja nascer seu filho ou filha abuse desse filho, porque ele cria um vínculo, participa do milagre do nascimento; mas é proibido – e não sei por que.

Quanto à política internacional, o Brasil tem que batalhar para que o protocolo sobre tráfico seja ratificado por um grande número de países – nem sei se o Brasil já o fez.

Desculpem-me, cheguei aqui inadvertidamente.

Quero oferecer à Comissão – já mandei à Senadora Ana Júlia – exemplares com informações sobre o tráfico na região Norte.

Gostaria de aqui citar um caso em Roraima, onde foi desmantelada uma rede de tráfico. Um traficante venezuelano foi preso, mas, entrementes, tendo conseguido um **habeas corpus,** pôde aguardar em liberdade o resultado do processo. Assim, logicamente, viajou prontamente para a Venezuela e até hoje não foi extraditado. Não sabemos se a extradição foi realmente pedida, se temos possibilidade de fazer isso, porque esse enfrentamento com a rede de tráfico fica virtual. O único traficante que conheço que está preso na região Amazônica é um holandês – também sou holandês. Preso no Pará, ele tem apelado muito, mas ainda se encontra preso. Ele estava envolvido com a rede de tráfico que ia de Belém para Suriname, de Suriname para a Holanda. Acho interesse saber como está o processo contra esse cidadão da Venezuela. O seu nome está registrado na pesquisa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quero agradecer ao Dr. Marcel pelas informações, pela exposição da pesquisa.

Passo às indagações, a começar pela Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pela ordem, SRA Presidente .

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pela ordem, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Penso que as perguntas poderiam ser feitas de forma re-

servada, até porque creio que a questão mais geral foi abordada por todos os palestrantes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A pesquisa é pública, foi publicada. Pergunto, no entanto, aos palestrantes se existiria algo que não tenha sido publicado e que possa nos ajudar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Drª Rosário foi clara ao dizer que não falaria tudo, até porque ela acreditava que as pessoas não têm a proteção necessária, que algumas pessoas poderiam ser informantes.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Temos essa publicação da pesquisa nacional, em que há alguns dados e informações sobre processos, inquéritos e rotas, e as iniciais das pessoas, estudo de casos sobre os quais conseguimos ter mais informações. Fora isso, há os relatórios regionais, alguns publicados outros, não. Temos informação e informantes – certo, Marcel e Welinton? – que não sei se, no diálogo com o grupo, poderíamos detalhar mais algumas coisas, porque acho que, televisionado, fica mais complicado conversar. É a minha opinião. O próprio Marcel falou uma situação... Não sei se poderia ser...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, e se fizéssemos nossas considerações e, em seguida, na resposta, se houver algo que deva ser trabalhado de forma fechada, nossa painelista levanta, enfim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Indago ao Plenário se essa solução...

O SR. MARCEL HAZEU – Se, no diálogo, nas indagações, temos que estar restringido isso para depois... Acho que não flui. Vamos ficar...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Se V. Exªs preferem, acho que...

O SR. MARCEL HAZEU – Vamos ficar patinando numa coisa: isso não pode agora, tem que ser daqui a pouco. Acho que é uma questão de tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se todos concordam, para que os expositores possam também se sentir mais à vontade para responder as indagações e perguntas, sugiro que possamos fazer essa reunião reservada da mesma forma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sra Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não, Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A pesquisa é pública. Os resultados também foram publicados. Acho que, no processo de CPI, quando há necessidade de alguns dados serem colocados de forma reservada, convoca-se uma reunião depois para isso, porque atrapalharnos o fato de que algumas informações são públicas. Se os expositores têm informações que não repassaram e que são importantes, que façamos, depois, um momento reservado, para que elas sejam repassadas. Mas é claro que, no momento, as questões mais gerais sobre a pesquisa poderiam ser colocadas agora abertamente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Tudo bem, pode ser.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, percebi, em alguns dos Srs. Parlamentares que desejam fazer perguntas, que algumas delas não poderão ser respondidas publicamente. Também percebi, ao questionar os expositores, que alguns poderiam se sentir mais à vontade se pudessem estar numa reunião reservada.

Logo em seguida a essas perguntas, teremos uma nova reunião, em que as Deputadas Maria do Rosário e Laura Carneiro irão fazer alguns relatos sobre a viagem ao Rio de Janeiro. Poderíamos aproveitar essa sugestão. Coloco-a novamente ao Plenário para que possamos, até para maior tranqüilidade dos expositores, fazer essa reunião reservada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – V. Exª decide, Sra Presidente. Apóio a decisão de V. Exª.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Sra Presidente, não concordo. Acho que a reunião reservada deve ser em outro momento porque, na verdade, a exposição foi no geral, todos assistiram a ela. Penso que também deveríamos colocar aqui no geral. As perguntas reservadas ou as informações detalhadas podem ser dadas pelos expositores na próxima reunião. Se a reunião fosse reservada, tudo bem, mas não o foi. Fizemos a reunião geral. Então, transformar agora em reservada, sem discutir o geral, não.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – SRA Presidente, se V. Exª me permite, terá uma parte reservada depois.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Severiano, entendo, mas, às vezes, há a necessidade, durante uma reunião, mesmo que seja pública, de que se torne reservada pela seriedade ou pelos fatos que serão relatados, e até para que a CPI possa ter um bom encaminhamento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Peço a palavra pela ordem, SRA Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sra Presidente, a sugestão é minha e vou fazer uma sugestão alternativa: os Deputados e Senadores que se inscreveram e têm perguntas gerais sobre a pesquisa que o façam inicialmente. Por exemplo, não me inte-

ressa nenhuma pergunta sobre a pesquisa até porque posso lê-la, mas, eventualmente, os Deputados e Senadores que não querem fazer perguntas sobre o geral da pesquisa o fariam na continuação dessa reunião, que seria a transformação desta reunião pública em reservada. Nesse momento, os Deputados e Senadores que, eventualmente, desejam fazer perguntas gerais o fariam, mas já sabendo que os palestrantes não poderão responder as perguntas específicas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a contribuição de todos. Minha preocupação, na verdade, foi porque recebi a informação de que alguns dos expositores preferiam que essas questões fossem colocadas de forma reservada, mas, havendo consenso... Pergunto, novamente, ao Plenário se poderemos proceder dessa forma.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – PB) – Inclusive, SRA Presidente, porque o direito de se reservar é do expositor. No momento em que a pergunta é feita, ele pode dizer: "A essa quero responder reservadamente." É um direito dele e não somos nós quem impediremos que as pessoas falem. Agora, se a reunião começa de forma reservada ou secreta, aí sim. Mas no sentido como a pergunta é feita, a pessoa poderá dizer: "Reservo-me o direito de responder a isso numa reunião reservada."

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De qualquer forma, obrigada, Deputado Luiz Couto. Procederemos dessa mesma forma, mas volto a dizer que, em alguns momentos, se houver necessidade de que a reunião, mesmo tendo sido convocada para ser pública, torne-se reservada, assim será feito, não só para a segurança daqueles que estão depondo, como também para o bom encaminhamento e andamento da CPMI.

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário para que comece as suas indagações.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – SRA Presidente, quero, inicialmente, cumprimentar o Sr. Welinton Pereira da Silva, A SRA. Rosário de Maria da Costa Ferreira e o Sr. Marcel Hazeu pelos pronunciamentos aqui nesta Comissão. Demonstram, mais uma vez, que essa pesquisa combinou uma profundidade científica, um ordenamento que nos estabeleceu a possibilidade de critérios comparativos sobre os Estados e as Regiões, com uma grande atuação militante das organizações não-governamentais especialmente, que buscaram a atuação responsável dos agentes públicos, que devem e podem fazer o enfrentamento dessa violência.

Quero também cumprimentá-los por trazerem uma visão global do tema, exatamente em sua dimensão multifacetada, tratando questões como a situação da mulher nas diferentes regiões, das crianças e dos adolescentes, a situação étnica e cultural, como fatores determinantes.

Quero dizer à Deputada Ann Pontes, que coordena os nossos trabalhos neste momento, que, de fato, por conta desse trabalho dos coordenadores, dos pesquisadores é que temos esse instrumento fundamental que é a Pestraf.

Quando nos aprofundamos, buscamos no texto da pesquisa, identificamos que a Região Sudeste tem 35 rotas de tráfico nacional e internacional; a Região Nordeste, 69 rotas, e a Região Amazônica e a Região Norte de um modo geral, 76 rotas, tanto de tráfico nacional quanto internacional. Verificamos que em todas essas regiões, portanto, há circunstância objetiva, ação organizada do crime contra crianças e adolescentes, instrumentalizados para exploração sexual.

Dum ponto de vista mais geral, eu gostaria de perguntar aos 3 responsáveis pela Pestraf nas 3 regiões, num primeiro momento: como funciona o aliciamento das adolescentes, justamente com o objetivo de caracterizarmos as diferenças que existem, as particularidades que existem de região para região. Ouvindo A SRA. Rosário de Maria, observamos aqui que o trabalho feminino doméstico das adolescentes é um fator de vulnerabilidade para exploração sexual no Nordeste. Esse é um fenômeno que na Região Sudeste é relevante, quando falamos nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, ou há um outro tipo de aliciamento, mais vinculado, enfim, a outras formas de violência e do crime, como o tráfico de drogas, o extermínio de pessoas – o Deputado Luiz Couto tem pesquisado esse trabalho com muita relevância na nossa Câmara -, o extermínio realizado no Brasil inteiro? De que forma se dá o aliciamento e que resultados, ou seja, como é que, objetivamente, essas crianças e esses adolescentes, depois de aliciados, são tratados? Eu gostaria de verificar, em cada região dessas, como isso é realizado.

Como funcionam as redes de favorecimento? odemos dizer que, em todas essas regiões, há vín - culo com todas essas ações criminosas, especialmente, meu caro Welinton, na Região Sudeste. Estivemos lá e faremos um relato em seguida, mas adianto que observamos uma articulação de outras ações criminosas com a exploração sexual e comercial de crianças e de adolescentes. O turismo sexual é uma realidade nessas três regiões.

Do ponto de vista dos inquéritos, e mesmo dos processos, é possível dizer que os inquéritos têm tido resolutividade, ou seja, eles chegam a oferecer, ver-

dadeiramente, indicativos que comprovem os fatos? Na fala do Sr. Marcel, podemos observar, por exemplo, no caso de Itaituba, em 1997, que nove pessoas foram presas, mas que não houve, depois, uma condenação que levasse a uma responsabilização dessas pessoas. O Sr. Marcel trouxe ainda, no caso de Itaituba, o desaparecimento de quarenta adolescentes que não voltaram a prestar depoimento. Eu gostaria que V. Sª precisasse essa informação, até porque a Senadora Patrícia Gomes me pediu que apresentasse essa questão.

Eu faço essa pergunta, porque, na Região Sudeste, nós observamos fato semelhante. No momento inicial, as autoridades chegam a um prostíbulo, a uma sauna, a um lugar onde esteja sendo realizada a exploração sexual, e identificam a presença de adolescentes. Mesmo que presa em flagrante aquela pessoa responsável por aquele local ou todos os envolvidos adultos, obviamente, as crianças e adolescentes envolvidos não devem e não poderiam realmente ser tidas como criminosas. E elas não são mantidas. Entre o primeiro depoimento à polícia e um segundo depoimento a ser feito ao Ministério Público, as adolescentes já não são mais encontradas.

Então, nas regiões pelas quais V. Sªs são responsáveis – pela Pestraf, mesmo sabendo que a Pestraf não é inquérito, mas uma pesquisa -, já foi identificado esse fenômeno do desaparecimento das adolescentes? Os depoimentos depois não são confirmados? Elas não são encontradas? Os depoimentos são modificados? Em juízo há toda uma pressão para que elas não apontem os responsáveis? Enfim, faço esse questionamento aos três integrantes, porque gostaria, na verdade, que essas três considerações fossem trabalhadas com as especificidades de cada região.

Eu faço um esclarecimento: estamos fazendo indagações aos três ao mesmo tempo, já que a Senadora Presidente optou por não fazermos a indagação ao final do depoimento de cada um. Em alguns momentos, teremos de modificar esse procedimento e fazermos a indagação exatamente quando o depoimento é colhido de cada um. No entanto, por se tratar da Pestraf, estamos ouvindo os três. Estou questionando os três, para verificarmos as diferenças, enfim, a especificidade de cada região.

Bem, ainda me dirijo ao responsável pela pesquisa no Sudeste. Do trabalho desenvolvido no Sudeste, Sr. Welinton, verificamos São Paulo foi mais trabalhado. V. Sª afirma que São Paulo é um lugar de onde partem as pessoas do Brasil inteiro, até pelo pólo econômico, para o exterior. Nesses inquéritos que V. Sªs pesquisaram, tanto no Ministério Público, quanto na Polícia Federal, qual é a incidência de adolescentes? Eu justifico o questionamento, porque é certo que temos mulheres envolvidas, e a situação delas fora do País é gravíssima. O tráfico de mulheres – estamos puxando aqui uma ponta – é gravíssimo. Há mulheres vítimas da sua condição de pobreza, que vão do Brasil para o exterior buscar uma vida melhor, e que encontram lá o cárcere e a violência. Existem trabalhos importantes em relação ao assunto. A Pestraf também se dedicou a isso.

Como a nossa CPI tem como objeto fundamental a exploração sexual e as redes vinculadas à criança e ao adolescente, as mesmas redes, Sr. Welinton, que promovem o tráfico de mulheres, nós podemos compreender como aquelas que promovem o tráfico, também, de adolescentes? Há coincidência quando são mulheres adultas e homens adultos, porque existem também, e adolescentes?

Eu gostaria que V. Sª retomasse o assunto e dissesse se foi possível identificar os Estados de onde essas adolescentes que quase foram levadas para outros países, a partir de São Paulo e se há crianças.

Sr. Welinton, V. Sª disse que a maioria das meninas é adolescente, mas tem visto de maioridade. V. Sª teve em mãos documentos falsos? Que inquéritos trabalham com essa questão da falsidade dos documentos? V. Sª possui essas informações? Nós podemos ter acesso a elas?

Nós recebemos aqui o documento da Região Norte, que é o documento extensivo da Pestraf, o qual está reduzido na sua versão final; mas há um documento de cada região. V. Sª poderia passar esse documento da Pestraf na sua globalidade para a Região Sudeste?

Existe especialmente uma questão sobre a via Dutra. Como os senhores trabalharam esse tema? Na Via Dutra foram identificados prostíbulos em beira de estrada? Nós recebemos essa denúncia por outros meios.

Essas questões estão dirigidas ao Sr. Welinton.

Sobre o trabalho realizado pela Drª Rosário de Maria, gostaria de dizer que nós recebemos várias denúncias sobre o Maranhão – Caxias em conexão com Porto Velho. V. Sª tem conhecimento dessas denúncias? Sobre os procedimentos realizados na Região Nordeste, a seu juízo, eles têm levado à responsabilização dos agentes de Estado envolvidos? V. Sª diria, de modo genérico, obviamente de forma aberta, que existem agentes do Estado envolvidos diretamente na exploração sexual de crianças e adolescentes?

V. Sª tem notícia de pessoas que estão no Programa de Proteção a Testemunhas, além da citada aqui? Nós recebemos essa informação hoje. O Deputado Luiz Couto fez, no início dos trabalhos, a solicitação de que seja ouvido alguém que está protegido pelo Programa de Proteção a Testemunhas. V. Sª tem conhecimento desses casos e pode depois nos passar a informação? Não é necessário que seja agora.

Por último, cumprimento o Sr. Marcel por todas as suas ponderações e pergunto-lhe se além das quarenta adolescentes desaparecidas, de fato as investigações para além da fronteira têm, na sua avaliação, contado com algum trabalho articulado? V. Sª considera que nós estamos conseguindo tratar as redes além do local, ou ainda estamos atuando sobre situações periféricas, uma ou outra situação?

Em geral, – eu quero dizer isso aos Parlamentares – quando nós observamos alguma punição em alguma dessas redes, ela atinge uma pessoa. Mas o crime não é operado por apenas uma pessoa. Então, existe uma pessoa aqui, outra ali. Na verdade, se estamos trabalhando contra uma ação organizada do crime, precisamos debelar e atuar de maneira a alcançar verdadeiras quadrilhas organizadas. Eu pergunto a V. Sª se há essa possibilidade.

Eu quero destacar ainda, no depoimento do Sr. Marcel, a alusão que ele fez a uma orientadora pedagógica. Se de um lado nós temos a tristeza de saber que há agentes do Estado envolvidos diretamente na manutenção dessas redes criminosas, alimentando-as, de outro lado há a boa notícia da presença de uma escola, de uma orientadora pedagógica, de um grupo de educadores que atuou concretamente. Eu gostaria de saber exatamente qual é essa escola, porque desses exemplos positivos são importantes. É bom ouvir que vêm do trabalho de uma escola vinculada que fez a denúncia e levou-a até a responsabilização de alguns agentes.

Obrigada.

As considerações que eu estou buscando aqui podem ser dadas publicamente, até porque o Marcelo já fez uma exposição muito farta de nomes, inclusive com o responsável pela área jornalística no Acre, e acho que teremos que trabalhar nisso. Acho que é emblemática a leitura da sentença do Desembargador Francisco Praça. Certamente, estamos, Sr. Presidente, numa fase em que não vamos querer debater a sentença de quem quer que seja na atribuição que lhe é garantida constitucionalmente. Mas vamos debater o conteúdo dessas sentenças e estaremos acompanhando esses procedimentos, porque o Judiciário brasileiro também tem que estar aberto a ouvir a sociedade brasileira. Não se pode ter um Legislativo amplamente fiscalizado, como queremos que ele seja cada vez mais, como temos o nosso Congresso Nacional, as assembléias, o Executivo permanentemente, como tem que ser, fiscalizado, o Judiciário também tem que estar aberto a escutar a sociedade.

Certamente, aqui fica o nosso repúdio absoluto à sentença e aos termos com que essa sentença banaliza a violência sexual contra as crianças e os adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço as indagações da Deputada Maria do Rosário, Relatora.

Concedo a palavra aos expositores, para que possam responder. Antes, sugiro ao Plenário que façamos as perguntas dos Parlamentares em bloco, para que todos possam participar e para que possamos, logo em seguida, ouvir o relato da Deputada Laura Carneiro e da Deputada Maria do Rosário a respeito da viagem feita ao Rio de Janeiro.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Acho que já conversamos e temos conversado bastante sobre como funciona o aliciamento e sobre o **modus operandi** dessas redes.

Na verdade, há uma abordagem de mulheres, às vezes amigas, conhecidas das meninas, ou mesmo de homens desconhecidos. É uma abordagem que pode se dar em motéis de grande freqüência, na própria rua, em outros locais. E na abordagem sempre é oferecida uma oportunidade, ou de trabalho doméstico ou de outro trabalho, de dançarina ou modelo. E a menina acaba sendo convencida por uma oportunidade de trabalho, assim como meninos também.

Há também uma abordagem que às vezes tem a ver com uma proposta de casamento. Lá mesmo no Ceará, na pesquisa, tivemos a oportunidade de saber de um anúncio, que saía nos jornais, de alemães que queriam casar. Uma das pesquisadoras fez o contato pelo telefone e eles pediram para que ela mandasse uma fotografia, de biquíni, porque os homens queriam saber como ela era. Então, esse tipo de abordagem pode ser tanto pessoalmente ou através de um anúncio de classificados. Se olharmos atentamente, veremos que isso acontece muito em anúncios de classificados: homens de outros países que querem se casar com as mulheres daqui do Brasil.

Então, essa rede funciona assim, com várias formas de seduzir aquelas meninas, que, na sua maioria, são adolescentes e mulheres adultas. A rede de favorecimento da exploração sexual comercial e do tráfico tem relação com outras redes de tráfico. No

Ceará, temos um caso, que está na pesquisa, de mulheres e adolescentes que foram levadas de Manaus para Fortaleza. Chegamos a tentar fazer um cruzamento, em termos de rotas, e vimos que essa rota Fortaleza/Belém/Manaus é uma rota de tráfico de drogas e também de tráfico de mulheres e adolescentes. Então, já temos isso numa denúncia que foi feita. Foi um caso em que duas mulheres foram detidas, mas, pelo que estamos sabendo, não estão mais presas, e temos o número do processo aqui. Junto com elas estavam duas jovens. As mulheres que estavam cuidando da casa foram presas, mas não o agenciador, que fez todo o processo de convencimento e de transporte das mulheres. Existe essa relação. Se fizermos esse exercício, assim como a polícia, acho que dava para fazer o cruzamento da rede de tráfico de drogas e a rede de tráfico de pessoas para a exploração sexual.

A questão dos inquéritos e processos, em termos de resolutividade, eu diria que os que acompanhamos no Nordeste só teve um caso, no Maranhão, que a menina foi devolvida para a família – ela tinha sido levada de Fortaleza para São Luiz -, e os outros casos estão todos em andamento.

Acho que o Marcel deu uma dica aqui, e podíamos estar reforçando isso, que talvez essa CPI possa, ou na ida aos Estados ou fazer um evento, uma reunião com delegados de delegacias especializadas da criança e do adolescente, delegacia da mulher e Polícia Federal. Penso que essas pessoas têm muitas informações sobre esses processos e inquéritos, e poderíamos estar argüindo sobre os próprios pareceres dos juízes com relação a alguns casos. Penso que seria uma boa idéia.

Penso que essa questão das mulheres fora do Brasil e das adolescentes que possam estar, em virtude de estarem com algum documento falso... Por exemplo, a Decec, que é a Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes, lá do Ceará, Fortaleza, que inclusive a delegada é a Drª Rena Gomes, ela tem muitos casos de meninas com documentos falsos. Penso que pode ser feito um trabalho também no sentido de um investimento maior no enfrentamento dessa questão de falsificação de documentos de jovens para se apresentarem como sendo maiores.

Penso que há coincidência, sim, entre o tráfico de mulheres e tráfico de adolescentes. Os dois casos que aparecem aqui, a menina de Bilbao, que foi do Rio Grande do Norte, Natal, para Bilbao, na Espanha; ela vai como adolescente, hoje ela já está numa outra condição, mas penso que se formos atrás dessa questão dos documentos falsos, vamos acabar vendo um pouco dessa coincidência da rota das mulheres com a rota das adolescentes. E muitas vezes elas podem estar indo com a autorização dos pais. Tem que estar sendo mais bem investigado isso aí nos juizados.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Essa menina ainda está na Espanha e é adulta agora.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Ela é adulta. Inclusive a pessoa que fez o levantamento desse caso está lá, mora lá agora, é uma pessoa que está fazendo um trabalho. Ela viu em Bilbao e fez contato com várias meninas.

Penso que uma dica boa para começarmos fazer um trabalho também fora do Brasil, porque também muitas vezes o tráfico internacional só se caracteriza quando a mulher chega lá e vê a situação em que ela fica em cárcere privado, o passaporte lhe é retirado, ela não fala a língua, não tem documentos, não consegue circular. Uma forma seria fazermos parceria com esses países, onde se identificou maior número de ida de mulheres, porque recebem mais número de mulheres brasileiras, para fazermos um trabalho lá de atendimento e campanha junto com ONGs que fazem esse trabalho.

Penso que vocês terão oportunidade de fazer uma visita a Salvador e visitar o projeto de uma entidade que existe lá e está citada no relatório, o Chame, que tem um trabalho com uma instituição na Suíça, que faz esse atendimento às mulheres, tanto que um dos casos que consta na pesquisa é resultado dessa parceria, dessa comunicação. Acho que falta a gente fazer isso lá, porque muitas vezes o tráfico só se caracteriza lá. Então isso é uma coisa que podemos resolver.

Com relação aos relatórios da Região Nordeste, pode ser disponibilizado. Acho que não só os relatório regionais, mas o Cecria – a sua coordenadora está presente, Drª Neide de Castanha pode estar vendo isso com vocês de que os relatórios estaduais também possam ser colocados à disposição, e vocês estarão indo aos Estados e também podem conversar com as equipes de pesquisa no local porque elas têm muitas informações também.

A questão dos procedimentos, a realidade do Maranhão e outras situações no Nordeste, penso que ainda não tem levado a responsabilização dos agentes públicos. Penso que precisaríamos estar indo a alguns Municípios, lá no Ceará, por exemplo, que a gente tem o envolvimento de pessoas que precisam ser mais bem investigados. Só para lembrar essa relação tráfico de drogas, tráfico de armas e exploração

sexual comercial, existe um Município, que chama Novo Oriente, lá no Ceará. Esse Município tem uma realidade seriíssima de prostituição masculina envolvendo jovens, tráfico de armas e tráfico de drogas também. Então é um Município que pode também ser visitado; a realidade está lá nua e crua; todo mundo sabe dessa situação lá.

Essa é a minha contribuição com relação às questões levantadas pela Deputada Maria do Rosário.

Gostaria de fazer uma observação com relação ao desaparecimento de adolescentes.

Se vocês estiverem indo a Fortaleza, seria interessante uma conversa com a juíza da vara especializada que apura crimes contra crianças e adolescentes, Drª Ilna. Chegamos a fazer um levantamento – eu e o coordenador do Fórum, Renato Roseno – mas não conseguimos muito. Queríamos ver onde estavam as meninas que tinham sido vítimas de uma situação de exploração sexual, de favorecimento de prostituição, porque tráfico é difícil de caracterizar, e encontramos um bom número de meninas que não estavam mais no Brasil. Então, acontece isso. Seria interessante vermos as sete adolescentes que fizeram um depoimento na CPI do Turismo Sexual em Fortaleza, agora que está no processo de investigação. Há um relatório da época do depoimento da CPI do Turismo Sexual, ao qual todos podem ter acesso. A Relatora foi a Vereadora Luziane Lins, numa época inclusive em que a Senadora Patrícia também estava acompanhando. Aquelas sete adolescentes depois ficaram totalmente desamparadas. Quando eu passei, elas voltaram e estavam na mesma esquina. Duas delas estavam até preocupadas por estar em Fortaleza ainda. Então, penso que temos que saber um pouco a trilha dessas meninas que são vítimas da exploração sexual e saber o que acontece com elas depois. Creio que as autoridades têm informações sobre essas questões, que algumas vezes têm que ser tratadas de forma sigilosa por conta do processo de investigação, mas elas podem depor para esta CPI, a partir de toda a documentação que têm. E mais uma vez, reforçando a articulação das máfias, ficou provada a situação em Fortaleza com a CPI do Turismo Sexual. O envolvimento de italianos com o turismo sexual em Fortaleza ficou muito claro. Inclusive tínhamos informação no processo de investigação de uma mulher que teve um envolvimento com um dos italianos e que até hoje está desaparecida, por exemplo, e era uma pessoa que tinha uma relação afetiva, sexual com ele.

Eu penso que existe articulação entre essas máfias, mas deve haver todo um cuidado no processo de investigação para fazer esses cruzamentos todos e chamar essas autoridades para falar sobre esses inquéritos, porque eles andam rápido ou não, porque alguns resultados acontecem. Às vezes também é por falta de provas, testemunhas. É muito difícil lidar com esse tema.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Só uma questão. A senhora poderia abordar um pouco melhor sobre os meninos "bombados" a que se referiu. São meninos que recebem doses de silicone. São meninos do Nordeste levados para outros Estados.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Essa foi uma denúncia no Conselho Tutelar de Fortaleza. O próprio Cedeca – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – fez uma articulação com o pessoal em São Paulo. Era um prédio em que havia na maioria prostituição masculina, de homens e jovens. Então, há tanto a figura do michê quanto a figura do travesti. São adolescentes, sim. Inclusive pode-se falar com o Grupo de Resistência Asa Branca, um grupo de defesa de direitos de homossexuais, ou com outros grupos do Nordeste, para ver se eles conhecem essas situações. Mas são meninos que saem do Nordeste para o Sudeste, principalmente, e depois para outros países. Assim como a Deputada Maria do Rosário falou da situação das mulheres na Europa, também é muito conhecido o caso de homens, na maioria travestis, que fazem esse tipo de atividade.

Tivemos a oportunidade de um contato com um menino que hoje está nas ruas de Fortaleza, mas ele não quis falar. Esse menino foi atendido inclusive pelo pólo central, na ex-Febence, Secretaria de Trabalho e Ação Social. Ele, por exemplo, chegou a ir com um homem para a Itália, morou um tempo lá, trabalhando na prostituição, sendo explorado sexualmente, e hoje ele está nas ruas de Fortaleza, mas não quis falar sobre isso. Tivemos uma conversa por acaso com uma assistente social que nos relatou o caso e fomos conversar com ele. Ele conversou, mas não queria que esse caso fosse relatado, ficava preocupado. Ele voltou para o Brasil numa situação muito difícil. Na época em que ele saiu com este homem, era adolescente, e o homem arrumou todos os papéis para ele. Mas são casos em que as pessoas não querem falar, não viram denúncias, não há um inquérito sobre isso. São várias situações que configuram, sim. Penso que o que já existe de inquérito e processo e de provas dá uma cara mais oficial para essa realidade. E as pessoas podem estar sendo ouvidas nos seus Estados e os relatórios regionais e estaduais

creio que conseguem detalhar mais ainda essas informações.

Muito obrigada.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Com relação ao aliciamento, percebemos algumas formas de síntese. No Rio de Janeiro, por exemplo, há um chamado esquema, em que a mulher toma conhecimento por meio de uma amiga que há um esquema onde a pessoa entra e ela acaba indo para Europa. Então, ela concorda em entrar nesse esquema.

Vemos muito no Rio de Janeiro a questão do menino. Tive com o pessoal que está na pesquisa lá na orla de Copacabana, conversei pessoalmente com alguns meninos, que desciam do morro, arrumavam namorado por ali, na maioria turistas que estão por ali e acabam indo para Europa, para vários países. O aliciamento se dá muito entre eles mesmos. O próprio adolescente que conhece o amiguinho, que acaba convidando para participar disso.

Em São Paulo, percebemos um aliciamento que se mistura com a rede de favorecimento, que são as casas de jogos, onde há várias máquinas, videogames onde, às vezes, os meninos ficam o dia todo. Essas casas geralmente estão próximas às escolas e os meninos aproveitam para matar aula e ficam ali jogando. Então essa é uma das formas de aliciamento.

E muito também nas boates, nos bares. Uma pessoa na pesquisa disse: "Eu não batia na casa de ninguém para convidar a ir para outro lugar. Não fui lá na casa dela e bati na porta. Encontrei a pessoa numa boate, num bar, em alguma casa de **show**. Então quer dizer, é como se fosse uma coisa mais natural.

Sobre a rede de favorecimento, poderíamos dizer que, ao mesmo tempo, é uma rede informal, é uma rede extremamente organizada, em que o taxista conhece a pessoa da boate, a pessoa da boate conhece alguém da agência de turismo, essa pessoa conhece alguém da agência de emprego. É como se não houvesse nenhuma articulação entre si, como se fosse uma coisa espontânea. São elos de uma corrente que eu diria se articulam de maneira muito bem estruturada.

Em São Paulo uma coisa que há muito são as feiras de negócio. Não há esse turismo muito para conhecer praias, há também, mas talvez a coisa mais forte lá são essas feiras de negócios, para onde vêm pessoas do Brasil todo, e nessas feiras acaba sendo incluindo esse pacote da menina ou do menino. Um amigo meu mesmo ficou hospedado em um hotel que até consideramos sério e lá ofereceram a ele uma menina. Então, isso é muito comum.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Welinton, sobre esse hotel, como é que era oferecido no hotel? Com **books**, são fotografias, como funciona isso? Esse hotel fica em São Paulo?

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Isso.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – É um hotel, portanto, de classe média alta, para pessoas com maior poder aquisitivo.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA– Não, eu não poderia revelar o nome agora, mas podemos ver depois.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Se isso é feito com fotografias, enfim. Portanto, este seu amigo chegou a ver fotografias de várias adolescentes num...

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA– Não, não foi mostrado nada de foto, apenas oferecido se ele queria. É lógico que talvez se ele colocasse que sim, de repente haveria uma continuidade. Como ele negou de imediato, não houve nem assim nada mais.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Sim, obrigada.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA– Com relação aos inquéritos, acredito que São Paulo é um caso à parte. Para vocês terem uma idéia, a única maneira de conseguirmos acessar alguns processos da Polícia Federal foi mantendo contato com a Polícia Federal aqui de Brasília, e por meio da ajuda do Cecria, do Ministério da Justiça, e de uma pessoa da Polícia Federal aqui de Brasília, que nos repassou os inquéritos, porque não conseguimos ter acesso diretamente lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Infelizmente, é uma matéria de segredo de justiça. Por mais que qualquer polícia gostasse de passar o documento, nenhum pesquisador nem ninguém, salvo os juízes e os advogados das partes, têm acesso àquele processo, por isso, você não conseguia.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Mas Deputada Laura, talvez a matéria não tivesse segredo de justiça, porque se o Cecria conseguiu em Brasília...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com criança, tem que ter segredo de justiça, é automático.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Mas foi repassado para vocês?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Criança e adolescente é automático o segredo de justiça. Se foi repassado, não o foi oficialmente.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA– O que a gente queria não era nem ter muito acesso ao pro-

cesso, mas no mínimo aos números, de que maneira que se deu, para, no mínimo, ter conhecimento. Na questão do tráfico internacional, na maioria, o que predomina é o de mulheres adultas, e, na questão do tráfico interno, há a predominância de adolescentes. Vimos, por exemplo, o episódio de um anúncio num jornal de Campinas por uma menina dizendo que um comércio, um bar da região do ABC queria contratar meninas para trabalhar e, na verdade, era para prostituição, boate. Então, é esse trânsito entre uma cidade do interior e a Capital, e geralmente, na hora em que a polícia vai fazer alguma batida, os donos da boate já conhecem, já sabem que vai acontecer a batida, então, acaba que não se consegue nada. Isso é uma coisa muito comum. É muito difícil uma batida policial do Conselho Tutelar conseguir algum resultado concreto na visita a alguma boate, porque algum meio de comunicação impede isso.

A última coisa com relação a documentos falsos. Eu não teria assim, efetivamente, algum documento em mãos, até me disponho a olhar no nosso material da pesquisa. Temos lá pilhas de questionários, vários documentos, mas o que é sabido é isto: como a pessoa que é menor consegue esse documento como se fosse adulta. E não conseguimos ir a fundo na questão da rota da via Dutra, que é uma rota até conhecida, principalmente por ser o maior tráfego de caminhoneiros no País e onde há **boites.** Essas meninas acabam por migrar de uma cidade para outra, de cidades do interior, por meio da via Dutra.

Eu acho que é isso.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos passar a palavra ao Dr. Marcel, só fazendo uma sugestão e um apelo ao mesmo tempo de tentarmos, tanto nas perguntas quanto nas respostas, ser um pouco mais objetivos, pelo adiantado da hora. Já são quinze para uma, temos dez inscritos e, logo em seguida, ainda uma outra reunião em que iremos debater o assunto da viagem ao Rio de Janeiro. Então, faria este apelo aos Parlamentares e aos expositores para que possamos ser um pouco mais objetivo nas respostas. Eu sei que há muito assunto, mas infelizmente, pelo adiantado da hora, nós precisaremos reduzir o tempo.

Dr. Marcel.

O SR. MARCEL HAZEU – Então, como são aliciados. Eu tenho uma leitura do aliciamento que tem a ver também com o enfrentamento. A gente fala que são amigas, são colegas que elas conhecem que levam outras para entrar na prostituição, na rede de tráfico. É justamente como funciona o tráfico.

Uma vez que você entra nessa rede de tráfico, sua família entra como inteiro, porque você é aliciado com sua família toda. Eles fazem contato com sua mãe, eles convencem sua família, até para trabalhar alguma coisa melhor, até falam que é da prostituição. Uma vez lá dentro, não temos oferecido nada para poder sair. Quem oferece para sair são clientes.

Se eu não posso sair, posso fazer carreira lá dentro, para ver se eu pelo menos seja menos explorado do que quando era somente traficado, alicidado. Eu vou aliciar colegas, eu vou ganhar um pouco a mais, eu vou subir um degrau que é normalmente o máximo que consegue subir nesse rede de tráfico.

Nesse sentido, quando há uma investigação ou um flagrante, quem são pegos em flagrante são justamente essas mulheres e meninas que, dias antes, eram aliciadas e se tornaram aliciadoras nessa mesma rede. Elas são pegas em flagrante como traficantes e, assim, tratadas e condenadas. Tem que haver juízes muitos sensíveis para perceber que eles estão tratando da mesma menina mulher, que foi traficada e que agora por única possibilidade para dar melhor dentro dessa rede se tornará aliciadores.

É justamente a pergunta sobre os inquéritos. Os inquéritos partem sempre de uma denúncia feita por alguém que foi traficar, ou alguma mãe que está preocupada com sua filha que desapareceu. Eu não vi nos inquéritos. Nós temos três processos por completo, tanto Tocantins, Pará e Roraima – a gente pode disponibilizar isso para vocês -, onde a Polícia fez investigação. São depoimentos das meninas que foram dar a denúncia. Só se trabalha com depoimentos. Não se trabalha com investigação que manda agente secreto para as **boites** para saber como funciona. Não faz interlocução com as outras polícias de outros países para saber quem mais está envolvido. Não faz nada disso. Trabalha com denúncia, trabalha com depoimento e como muitos inquéritos, infelizmente de outras áreas, no Brasil.

Então, as redes de aliciamento são familiares, onde as pessoas fazem carreiras, mais ou menos, até um certo nível dentro dessas redes. E para as próprias mulheres e meninas não são consideradas como redes de exploração. E para quem pesquisa, muitas vezes, também não.

Eu achei tão engraçada essa característica – sempre quando estou no Brasil – as pessoas falam paralelamente. Mas tudo bem!

O que acontece. Na Holanda, eu pesquisei um pouco mais aprofundadamente – e seria interessante para a Comissão também acessar – um documento de pesquisa que foi feita sobre tráfico de mulheres e adolescentes para a Europa, focalizando Holanda, Bélgica e Itália que, recentemente, foi publicado e pode ser acessado, via Internet – posso dar o **site** depois -, em inglês, completo, com todas as informações de como funciona o tráfico para lá. Lá tem um ou dois casos de brasileiras, entre os 400 e poucos pesquisados, mas, quando você vai ver, a maior parte das prostitutas são holandesas. O segundo maior grupo não é da Rússia, nem da Polônia, é da América Latina: Brasil, República Dominicana e Equador. Mas lá, não há caso de tráfico identificado, apesar de ser proibido trabalhar na Holanda em prostituição. Mesmo a Holanda permitindo a profissão de prostituta, não a permite para pessoas que estão fora da Comunidade Européia.

Então, como essas mulheres, essas meninas entram, como são tratadas lá dentro? Ninguém considera essa migração para a prostituição como tráfico.

É muito estranho que quase todos os casos falem da Polônia, da Rússia, em que a grande máfia está atrás. No Brasil, organiza-se de forma diferente, por meio de redes familiares, de conhecidos. Conhece-se a família de quem foi aliciado.

Na minha família, há adolescentes cujos namorados têm mães que trabalham lá fora. As pessoas que aqui são os contatos dessas mães sabem onde as meninas moram, e essas crianças têm que buscar o dinheiro na agência dessas pessoas, para poderem sobreviver.

Então, a mãe, lá fora, sabe muito bem que qualquer coisa que faça lá pode entrar no programa de testemunha na Holanda, na Europa, mas a filha, o filho e a mãe estão aqui, e todo mundo tem acesso a essa família. E a denúncia não é feita de jeito nenhum. A única possibilidade talvez seja sair por meio de um cliente. Essa é a única possibilidade. O senhor pode ler todas as pesquisas. Vi que a possibilidade que foi encontrada foi a de se casar com um cliente. Talvez os melhores combatentes do tráfico sejam os próprios clientes, que o provocam.

Com relação aos documentos falsos, temos um documento falso xerocado em Roraima. Não sabemos se isso está vinculado ao tráfico de mulheres e meninas. Há muitas denúncias lá, mas não se trata de passaportes falsos, não se trata de RGs falsos. Trata-se, normalmente, de certidão de nascimento falsificada, que é muito mais fácil de se falsificar.

Com uma certidão de nascimento falsa, pode-se pedir passaporte nada falsificado. Portanto, o problema encontra-se também nos cartórios, não só nas delegacias que fornecessem os documentos, apesar de que há um caso de Roraima, que também está no relatório, com muitos nomes e informações, que foi procurado. O endereço dessas meninas, que foram vítimas desse caso de tráfico, que foi processado, etc., não encontraram os documentos na Polícia. Depois de muito pesquisarem, descobriram que os documentos eram falsos, mas que havia saído da própria delegacia. Mas parou por aqui, porque, de repente ... É em Manaus. Mas a pessoa responsável pela pesquisa, em Manaus, pode explicar melhor isso, porque isso não foi documentado dentro da pesquisa, porque parou no meio dessa investigação.

Por que não há documentos dessas meninas, que foi expedido por aqui? O documento era oficial, não era falsificado. Há problemas administrativos, etc., mas, no final, percebeu-se que esses documentos eram falsificados ou eram expedidos realmente por lá, de forma irregular.

Essa criança recebia o nome da Escola em Rondônia. Trata-se da Escola Municipal Joaquim Vicente Rondon, que fez o trabalho de identificar o que estava acontecendo, até conseguir a responsabilização dos agressores e também um tratamento às meninas que saíram da prostituição. Não todas, mas muitas sim.

Quero, também, citar Guajará-Mirim, em que a técnica da Secretaria de Assistência Social, especificamente a orientadora educacional da Prefeitura de Guajará-Mirim, elaborou um dossiê sobre o tráfico naquele Município, porque ela está atendendo a esse programa para essas meninas, que contém inúmeros depoimentos de meninas que foram atendidas, além de um amontoado de fotos que foram entregues, com meninas viciadas que se prostituem na Bolívia.

O dossiê está guardado nos cofres do quartel, e a orientadora já sofreu várias ameaças e atentados.

Ela havia pedido para não divulgarmos o seu nome. Mas a **IstoÉ** divulgou o seu nome completo, com fotos, não com a nossa orientação.

Mas tenho também um trabalho desta Secretaria, aliás, o único trabalho que nós realmente conhecemos. Ou seja, a Secretaria identificou o problema e tenta fazer algo.

Tudo isso está na página 73 do relatório da Região Norte.

Com relação à Itaituba são 40 adolescentes, que foram identificadas por intermédio de fotografias

apreendidas. Tanto é que os que foram identificados e encontrados deram seus depoimentos. Alguns deles foram atendidos pela Secretaria de Assistência do Município; outros foram levados para abrigos, e outros para Belém, tendo em vista terem sofrido ameaças de morte. Mas, como o processo está demorando, os acusados foram liberados. Como os programas não têm um trabalho bem estruturado para atender esses meninos que, muitas vezes, não têm familiares para sustentá-los quando de sua volta para casa, eles começaram a sair e sofrem muitas ameaças. Então, a Assistente Social do Município, a Lourdes, que trabalha há muito tempo nessa área, disse que atualmente nenhum desses meninos se encontra em Itaituba. No momento da denúncia, suspeitou-se do tráfico de meninos, porque eles não eram todos de Itaituba – vinham de Goiás, de Belém e de outras partes -, mas que passaram por lá, pelas mãos desses exploradores e foram para outros lugares.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esse inquérito está sob a responsabilidade de quem? Já foram indiciados?

O SR. MARCEL HAZEU – Está na Vara Criminal de Itaituba. A Promotora, que foi superatuante nesse caso, não está mais lá. Aliás, esse é um outro problema, porque você encontra profissionais superdedicados, mas que são sempre deslocados para outros lugares e o processo pára. Aí, vem outro Promotor que, às vezes, não tem a mesma paixão para enfrentar esse problema. O processo está com o novo Promotor, que está atuando nele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passaremos, agora, ao bloco de perguntas.

Somos dez inscritos. Portanto, acredito que três minutos para cada pergunta é o suficiente, já que devemos ser o mais conciso possível.

O primeiro inscrito é o Deputado Severiano Alves; em seguida está o Deputado Ann Pontes e depois a Deputada Sandra Rosado.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Sra Presidente, quero dizer que cada vez mais aumenta a minha satisfação em participar deste trabalho. Talvez eu seja o menos experiente, mas estou procurando pesquisar e me informar. Estou gostando muito. Parabéns a V. Exª e à Drª Maria do Rosário.

Indiquei o nome da Drª Edna Barbosa, que faz parte do Cedeca da Bahia, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, que faz um trabalho excelente, inclusive no que diz respeito à exploração sexual. Aliás, o Cedeca enviou-me farto material de divulgação de seus trabalhos, o qual vou passar para V. Exª em seguida.

A Drª Rosário chamou a nossa atenção para uma questão importante, ou seja, a de que dispomos de instrumentos. O Marcel também falou que não adianta a repressão, mas investigar a causa. Nós nos preocupamos com isso, com a solução imediata dos efeitos desse tráfico vergonhoso. Precisamos utilizar os instrumentos legais de que dispomos. Por isso acredito que esta CPI, com a ajuda desse pessoal, que já tem muita experiência, e com a vocação da Senadora Patrícia Saboya, que está determinada a chegar a um resultado final, e da Drª Maria do Rosário – chamo a atenção para o seguinte: V. Exª já observou os extremos geográficos e também dos nomes: Maria do Rosário do Extremo Sul, Rosário de Maria do Extremo Norte, considerando o Maranhão, e também que ela tem um bom perfil para o exercício parlamentar? Ela já está lá no Norte.

Parabenizo os expositores. Detalhes. Muitas informações. Também vi a coragem do Welinton, de assumir a condição de gago e dizer que estava nervoso, por isso ele conseguiu falar, senão não conseguiria. Parabéns. Estou satisfeito, quero colaborar no que foi possível. Tenha certeza de que esta CPI vai nos apresentar resultados fantásticos neste governo, que tem um compromisso inclusive de palanque, de dar solução a essa causa. Por isso estamos aqui, para levar adiante esses fatos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputado Severiano Alves. Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sra Presidenta, Srs. Parlamentares, ilustres convidados. Para o Dr. Welinton. Ao longo de sua exposição, foi colocado que outros tipos de crimes acabam mascarando o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, enfim, para os fins de exploração sexual. Quais seriam esses outros crimes que, de alguma forma, estariam entrelaçados a essa prática?

E, nas exposições anteriores, fiz uma espécie de característica, perfil dessas rotas, e elas seriam extremamente estruturadas e dinâmicas. Diante da divulgação dessa pesquisa, elas automaticamente teriam mudado essas rotas, esse perfil? De que forma tentar identificar essa nova reorganização que elas possam ter vindo a assumir?

Com relação à Drª Rosário. Sou do Estado do Pará, nasci em Belém, mas me criei pelo interior do Estado, mais precisamente no Sudeste, e vem muito a calhar que o Dr. Marcel coloque – é uma das minhas reivindicações nesta Casa – que não se planeje de-

senvolvimento para as regiões sem que se conheçam as peculiaridades das mesmas. Sou de Tucuruí e, com a construção das reclusas de Tucuruí, na primeira etapa, tivemos um bairro inteiro de prostíbulo e, infelizmente, com a segunda etapa, veio essa terrível mazela. Então, é preciso de fato ter um olhar diferenciado dentro da concepção desses projetos e fazer o custo social e econômico para a nossa população. Lá, um jornalista acabou dizendo que de elétrico a população só tem o choque.

Drª Rosário, a pesquisa no Nordeste, deu para quantificar de alguma forma se essa questão é tratada como prioridade junto aos Poderes Públicos?

Uma outra questão. Quando a Senhora coloca que as pessoas não querem falar. Quais são essas pessoas? As que vêem, as que estão de alguma forma inseridas, os agentes públicos que, em tese, deveriam acompanhar, denunciar, eles também temem falar?

Para concluir, Dr. Marcel, esse relatório foi entregue aos Ministérios Públicos da Região Norte? Eles tomaram ciência desse relatório? Um outro questionamento com relação especificamente ao Estado do Pará. Além da cidade Itaituba, elencada por V. Exª, haveria um outro Município com uma incidência elevada desse tipo de prática? Qual seria a média de idade das crianças e adolescentes envolvidas no tráfico sexual na nossa região? É verdade que o tráfico direto é muito forte? Segundo li numa reportagem publicada num jornal de lá, as próprias crianças e adolescentes estariam se oferecendo para esse tipo de trabalho, que eles identificaram como tráfico direto? A pesquisa chegou a verificar, a mensurar algum tipo de tráfico sexual junto às índias?

Para concluir, a informação que os turistas têm falam das "qualidades" das nossas mulheres e, por tabela, das nossas crianças e adolescentes. Isso tem de ser revertido, colocando a questão da criminalidade, as conseqüências e principalmente orientando essas crianças e adolescentes que são vítimas; a quem elas podem recorrer do outro lado, quando já estão efetivamente fora do território nacional; de que forma podemos mobilizar os institutos internacionais, para que eles também possam dar esse acompanhamento, esse **feedback.** Pelo que pude verificar aqui, é um caminho sem volta, e isso me angustiou profundamente. Além de ter políticas preventivas, precisamos de políticas reparativas, no sentido de que, quando essas crianças e adolescentes retornarem ou conseguirem ser resgatadas, que elas possam ter uma opção de vida diferente, e não a da prostituição.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada Deputada Ann Pontes.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Inicialmente, parabenizo os três expositores, que, com muita clareza, fizeram seus depoimentos. Tenho impressão de que, infelizmente, há uma contradição. Nós, principalmente do Nordeste, defendemos que a indústria do turismo é importantíssima para o nosso desenvolvimento; no entanto, ela vem carregada de vícios, e chegamos a perguntar: é melhor ter a indústria do turismo ou não ter, se ela traz tantos problemas.

A Drª Rosário de Maria, que falou sobre a nossa Região Nordeste fez algumas colocações, e pode até haver alguma repetição neste sentido. O turismo tem sido identificado, realmente, como um caminho para a prostituição? Houve denúncias e comprovação de envolvimento de agências de turismo e policiais e também de falsidade de documentos? Existe algum processo em andamento com relação a cartórios ou autoridades que forneceram esses documentos falsos? Há notícia de algum acompanhamento de turistas estrangeiros, evidentemente, em pontos reconhecidos do turismo nordestino? Em Fortaleza, Natal e Recife, há os **points**, os lugares que eles freqüentam mais. Há um acompanhamento da polícia ou do setor competente da Justiça em relação, principalmente, àqueles turistas que organizam vôos para o Nordeste, muitas vezes identificados como vôos salvadores da nossa região, vôos **charters**? São tantos turistas que vêm. Eles são acompanhados nisso?

Gostaria de solicitar aos três os relatórios das regiões.

A Drª Rosário de Maria falou no drama daquelas crianças levadas para o exterior, que voltam e não têm acompanhamento. Eu vejo isso muito em Natal e Fortaleza: crianças que ficam à beira-mar. Parece-me que elas não têm acompanhamento; elas têm um temor – quando um carro se aproxima e elas vêem que não é alguém para explorá-las, elas correm. Existe alguma política pública nesse sentido? Eu não tenho muito conhecimento, apesar de ser assistente social. Infelizmente, eu não vejo ainda no meu Estado – Rio Grande do Norte – nenhum acompanhamento dessas crianças vítimas do tráfico para o exterior.

Quanto ao Sudeste, eu ia fazer uma pergunta, mas creio que a Deputada Maria do Rosário já a fez: se existe alguma associação entre o tráfico de mulheres e de crianças e adolescentes. Eu já tive a resposta.

Com relação ao Norte, Dr. Marcel, eu gostaria de saber se as famílias de sua rua já foram denuncia-

das e processadas. Alguém já foi processado por conta disso? V. Sª falou que, na sua rua, muitas famílias encaram, talvez com naturalidade, a ida dos filhos para a exploração. Na minha cidade eu já vi que as famílias ficam felizes e contam com muita alegria que os filhos que foram para o exterior estão mandando dólares para sustentá-las. Essas famílias foram denunciadas?

Por último, uma pergunta que tinha anotado com relação ao Dr. Marcel, mas é para os três: os senhores e a senhora consideram que está havendo um relaxamento do Poder Judiciário, das polícias, tanto a federal como as outras, com relação a esses casos que são relatados? Tenho certeza de que é de conhecimento deles – da Polícia Rodoviária, da Federal, da Civil, da Militar, do Poder Judiciário e das promotorias. Está havendo conivência ou relaxamento com relação a esse drama que é tão terrível?

Gostaria só de registrar que, na sexta-feira, solicitei ao Juiz da Infância e da Juventude da capital – depois vou partir para o interior – fazermos uma reunião ampla com juízes, promotores, representantes de ONGs, instituições que cuidam desse trabalho de criança e de adolescente na cidade de Natal, exatamente para colher mais subsídios a respeito desse problema.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Sandra Rosado, penso ser muito importante que os parlamentares se envolvam com o problema em seus Estados, buscando subsídios, informações sobre o que queremos apurar por meio desta CPI.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Antes que V. Exª conceda a palavra ao próximo inscrito, gostaria de fazer uma consideração.

Cumprimentando a Deputada Sandra Rosado, quero dizer que estamos produzindo um instrumento que, talvez, contribua para a busca de informações, um instrumento de fácil preenchimento, para que possamos fazer o levantamento das políticas existentes e dos inquéritos, enfim, para organizarmos esse levantamento que os senhores parlamentares estão fazendo no sentido de organizar ao máximo esse trabalho de pesquisa, elemento central e mobilizador das comunidades.

Vamos, oportunamente, apresentá-lo como uma proposta de abordagem nessas reuniões.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Drª Rosário.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – O Deputado Severiano Alves citou uma pessoa que se chama Célia Barbosa, alguém que sempre se pôs em defesa da criança e do adolescente da Bahia. Ela tem méritos, porque foi uma das primeiras pessoas – junto com outras, como Márcia Dangremon, do Coletivo Mulher Vida de Recife, Pernambuco – a iniciar todo esse trabalho de enfrentamento da violência sexual neste País, ao lançar campanha de âmbito nacional e, há mais de dez anos, atuar no enfrentamento dessa questão. Hoje, são vários centros de defesa no Brasil, como foi bem lembrado pelo deputado. Penso que todo o material do Cedec tem contribuído bastante para essa discussão.

É bom encontrar pessoas aqui do Pará, como Ann Pontes e Ana Júlia Carepa, com quem tivemos encontros quando eu trabalhava com as mulheres prostitutas em Belém do Pará.

Essa questão das mulheres no Brasil, muito bem colocada e reforçada por Marcel, é uma questão que precisamos discutir, precisamos nos aliar à Secretaria Nacional da Mulher, com os movimentos de mulheres e fazer uma campanha intensa contra a desigualdade de gênero, discriminações feitas principalmente pela mídia, pela propaganda e outros usos e abusos.

Realmente falta algo nessas políticas de desenvolvimento. Assim como a política de desenvolvimento turístico no Nordeste, por meio do Prodetur I e do Prodetur II, devemos incluir na discussão desses projetos de desenvolvimento algo mais, falar dessas pessoas que moram nesses lugares como pessoas que têm sexo, sejam pessoas adultas, crianças, pessoas que sobrevivem de atividades que ali são realizadas, e pensar um desenvolvimento sustentável.

Precisamos estar de olho em exemplos como os de Tucuruí e outros grandes projetos, porque esse projeto de desenvolvimento turístico vai crescer cada vez mais. Devemos negociar com as agências que financiam esses projetos o que, em contrapartida, deve-se ter na área social em termos de emprego, geração de renda e qualidade de vida para as pessoas, principalmente impactos no meio ambiente, algo que também afeta a vida dessas pessoas.

Penso que V. Exª tem razão. Já vimos percebendo que esse comércio do sexo se reorganiza a cada dia, as tecnologias são muitas. Temos um caso que está na Polícia Federal, lá em Fortaleza, uma denúncia que de Caucaia, de um padre belga que estava envolvido na pornografia infantil, envolvendo adolescentes. Não sei nem como está esse caso em Fortaleza. Mas as fotos são veiculadas pela Internet e isso é um recurso que vem sendo utilizado, assim como os **books** em hotéis.

Tomamos conhecimento desses **books** em um grande hotel em Belém, quando eu ainda estava em Belém do Pará, e depois soubemos que essa pessoa, esse agenciador, que em Belém já tinha sido denunciado sobre agenciamento de pessoas, hoje tem uma casa noturna em Fortaleza. Coincidentemente, pelo nome, pudemos identificar junto com a Drª Rena, da Desec, que esse agenciador era a mesma pessoa. Então, eles mudam de lugares, de tipo de negócios e tal. A rede se reorganiza com uma rapidez enorme. Portanto, temos que ter muita competência, e o serviço de inteligência da nossa polícia pode se aperfeiçoar e usar as tecnologias modernas para nos auxiliar.

Penso que já estamos vivendo esse problema há muito tempo. E, hoje, com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, penso que definimos uma série de políticas e de ações. E na área da mobilização, os fóruns de enfrentamento da violência sexual têm possibilitado essa discussão entre Governo e sociedade civil, no sentido de equacionar essa questão.

Mas a dificuldade passa pela responsabilização das pessoas envolvidas. O que o Marcelo coloca é o que concordamos: queremos responsabilização para aqueles que estão envolvidos nesses crimes e proteção para as vítimas e que elas não sejam tratadas como criminosas. Realmente, nos depoimentos, nas denúncias, nos inquéritos, só ouvimos a fala da menina envolvida, da mulher e muito pouco de outras pessoas que possam estar envolvidas por trás desses agenciadores, como o Marcelo já colocou. E as pessoas não querem falar mesmo, Ana. Não querem falar.

O Marcelo já deu exemplo de pessoas que foram ameaçadas. Temos exemplos, em alguns países do mundo, de casas que protegem mulheres que foram resgatadas do tráfico de pessoas e foram metralhadas, invadidas, pessoas que foram, sei lá... Então, as pessoas não querem falar porque é crime organizado, é máfia. Estamos falando em um nível de rede organizada. E temos que nos preocupar com isso.

Temos a indústria do turismo, e queremos o turismo, pois temos riqueza, temos a questão histórica, temos tantas belezas para mostrar, mas precisamos pensar qual o modelo de turismo que queremos. Em Natal, no Rio Grande do Norte, a Casa Renascer fez um seminário e lançou um documento que é o Código do Turismo. Então, penso que devemos pensar em um código de turismo para este País e que todos os Estados e Municípios adotem esse código de turismo, pois estariam previstas todas essas questões que estamos colocando aqui: o desenvolvimento do turismo dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável que contemple e que preserve os direitos humanos, o direito de homens, mulheres, crianças e adolescentes.

Na questão do turismo, qual é a relação dele com a prostituição? Na mesma história que o Marcelo coloca, dos grandes projetos, é a questão de mão-de-obra, de trabalho para essas mulheres. Não sobra alternativa para essas mulheres e para os seus filhos principalmente. A questão do envolvimento de agências de turismo é porque elas vêem esse mercado como altamente rentável. E é rentável também para a menina e para a mulher, muitas vezes. Podemos até pensar que elas ganham bem, mas o agenciador ganha muito mais e aquele que está por trás do agenciador, muito mais ainda.

Com relação ao acompanhamento de turistas, é aquilo que falei, penso que falta um controle maior da entrada e permanência desses turistas no Brasil. Só que há muitos interesses envolvidos. Há turistas que entram com muito dinheiro e usam alguém da comunidade local, isto é, financia um pequeno comércio, lavagem de dinheiro, essa coisa toda. Precisamos, pois, ter um acompanhamento.

Em Fortaleza, por exemplo, tem a Delegacia do Turista, mas é para apurar os crimes contra o turista. Muitas vezes, meninas chegam na delegacia porque tentaram roubar os turistas. Não há uma política eficaz de acompanhamento. E dentro desse perfil do turista, quais são os que merecem realmente um acompanhamento? Penso que teríamos que ver isso.

O Brasil, hoje, tem uma política pública definida pelo plano nacional. Há um programa nacional chamado "Sentinela", que tem atendimentos, mas precisa ser melhorado. O atendimento precisa ser mais qualificado e as condições desse atendimento precisam ocorrer. Por exemplo, tanto no Cipea quanto no "Sentinela", na ficha de atendimento, a questão tráfico não está colocada. Coloca-se abuso sexual, sedução, os tipos penais que existem, mas, por exemplo, a menina fala, muitas vezes, de uma situação que é tráfico e como não se tem a compreensão, o entendimento do que é tráfico, enquadra numa outra situação. Então, o Cipea e o "Sentinela" precisam, incluir tal crime nas suas fichas – acho que o pessoal já está discutindo isso -, no sistema de notificação. Então, tem esse plano nacional, tem o "Sentinela".

Hoje, o governo brasileiro está numa parceria com uma agência internacional para o desenvolvimento de um programa nacional de ações integradas de enfrentamento de algumas situações de exploração sexual, comercial, dentre elas o tráfico. Alguns dos Municípios onde esse programa está sendo desenvolvido constam na pesquisa nacional sobre tráfi-

co de mulheres, crianças e adolescentes e na pesquisa que mapeou a questão dos índices de AIDS. Foi o cruzamento dessas duas pesquisas que resultou nas cidades de Ipacará, Manaus e outras mais. Seria interessante até chamar as pessoas que estão envolvidas nesses programas, porque elas estão indo aos Municípios, estão realizando reuniões e trabalhos com as pessoas.

Relaxamento das Polícias Federal, Rodoviária e Civil. Estamos discutindo hoje no Brasil o fato de existir uma cultura dentro das nossas polícias que tem que ser revista, do compromisso dos agentes públicos, de como eles podem estar sendo envolvidos nessa discussão. O Marcel pegou um pouco disso também. São homens e mulheres formados dentro de uma cultura machista, de compreensão de que a prostituição, às vezes, é um mal necessário e a única alternativa de renda. Essas pessoas, muitas vezes, esses homens que estão nesses lugares são clientes, são consumidores desses serviços sexuais, mas acho que já conseguimos chegar à conclusão de repensar as nossas polícias. A Polícia Rodoviária: um caso muito bom. Lá no Ceará, no Município, no entroncamento, uma menina chegou lá e estava fazendo programa todo dia, e o pessoal, a Polícia Rodoviária, lá perto, viu o movimento e tudo. Essa menina teve uma gravidez, um aborto, ela tinha um problema de deficiência mental, essa coisa toda. A Polícia Federal só foi se tocar de toda a história, de que era uma adolescente, quando o pessoal envolvido no programa de atendimento à criança adolescente soube da situação e fez o atendimento. Mas aquela menina estava ali do lado da Polícia Rodoviária, daquelas cabines, estava lá a vida inteira fazendo programa, era adolescente, alguns até iam lá e faziam programa. Então, assim, qual é a compreensão que os agentes públicos têm dessa questão da prostituição? Porque a sociedade brasileira também pensa a menina, garotinha, pequenininha, vítima de abuso sexual como vítima, mas vimos em vários Municípios lá no Ceará, numa pesquisa que o Unicef realizou – seria interessante chamar a coordenadora da pesquisa, da qual participei, Celina Elen...

Trata-se de uma pesquisa sobre exploração sexual de criança e adolescente em 15 Municípios do Ceará, financiada pela Unicef, e que a UEC, Universidade Estadual do Ceará, coordenou. Vimos que, no caso das adolescentes, a população eos agentes públicos acham que as adolescentes são sem-vergonhas, culpadas e que querem estar lá. Então, quando vemos adolescente na história, muda um pouco a nossa visão, porque somos muito moralistas nessa história de sexualidade. Então, nem a menina chega na gente, nem a gente chega na menina, porque, quando a gente chega na menina, a gente acha que ela tem culpa. E ninguém neste País fala sobre o cliente, sobre consumidores de sexo. Não estou falando numa perspectiva moralista, repressiva e conservadora, porque não o sou, mas dentro de uma perspectiva de discussão de direitos, de direitos sexuais de crianças e adolescentes. Então, essa abordagem tem que passar pelas instituições, pelas polícias, para que realmente tenhamos o agente público com uma outra visão. Por isso é que há mulheres que cometem esse tipo de coisa que o Marcel colocou, porque temos essa cultura.

Então, está tudo articulado, é isso que digo. O tráfico está dentro desse contexto e esse contexto precisa ser mexido. Então, precisa-se chamar o movimento de mulheres, o movimento de prostitutas, o movimento de homossexuais, outros movimentos, como o da criança e do adolescente, para discutir nua e cruamente. Perdemos essas meninas e meninos porque não conseguimos falar com eles sobre o que eles estão vivendo, que é a questão da sexualidade. Isso nos agride; e nós temos muitos valores. E, muitas vezes, podemos ser consumidores desses serviços sexuais que usam crianças e adolescentes. Então, acho que é por aí que temos que pensar. Então, penso que o relaxamento das Polícias passa pelo relaxamento das instituições de pensarem essas questões todas dentro de uma perspectiva de gênero e de direitos humanos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dr. Welinton.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Não vou repetir aquilo que a minha colega já disse. Quando falamos de alguns crimes que são mascarados, referimo-nos, principalmente, ao desaparecimento de pessoas. Há o exemplo que citei da pessoa que foi raptada, ficou um ano em outro local, num sistema privado, e, depois, quando a pessoa retornou, foi simplesmente dado como um desaparecimento que se conseguiu resolver, e acabou. Não houve nisso nenhum tipo de crime.

E tem a questão da violência doméstica. Acho que vai muito, também, do olhar da polícia na hora. Às vezes, há um caso que poderia ser configurado como clássico, mas não é porque as pessoas não vêem aquilo, pois a situação é muito complexa.

Com relação às rotas, não estou muito convencido de que elas mudam, porque a certeza da impunidade é tão grande que as pessoas não querem mudar

nada, haja visto o exemplo de Itaiutuba, no Pará, onde se iniciou essa denuncia e, hoje, a situação naquela cidade continua quase que a mesma. Então, a certeza da impunidade é bem maior. Ainda não somos uma ameaça para essa rede. Eles não estão nem aí para nós. Infelizmente, acho que é isso. Oxalá que consigamos avançar, mas a realidade hoje é essa.

Eu não citei, na minha abordagem, a questão do Vale do Jequitinhonha, que não foi objeto da nossa pesquisa, mas há um índice muito grande de exploração. Seria viável que a CPI visitasse **in loco**. Há meninas sendo oferecidas a R$1,99 com uma propaganda explícita na BR. Então, é uma situação que merece um cuidado especial.

Acho que esta Comissão deveria retomar a discussão sobre o Código de Ética. Por mais que Natal seja uma cidade muito bonita, esse Código não deveria se restringir a Natal, mas abranger todo o País. Nós já tivemos algumas discussões e reuniões com a Embratur no outro Governo, mas não houve avanços. Talvez, não tenha havido muita vontade política de fazer a coisa realizar e havia muitos interesses de algumas ONGs, de Associações de Hotéis. Creio, então, que a Comissão deveria retomar a discussão para tornar esse Código nacional.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – Quero fazer apenas uma rápida observação. O Governo Federal lançou o Plano Nacional de Turismo. Seria interessante se fazer uma discussão de como é que, dentro desse Plano Nacional de Turismo, está embutida a discussão do Código de Conduta ao Turismo na questão da exploração sexual.

O SR. MARCEL HAZEU – Eu concordo com ela. Eu acho que as rotas não se sentiram muito ameaçadas por esta pesquisa. Inclusive, não conheço nenhuma investigação feita a partir dessa pesquisa. Elas se sentem bastante impunes. Estão de tal forma organizada, que ainda não estão sendo ameaçadas.

As pessoas que estão envolvidas questionam: por que eu iria falar? O que eu posso ganhar com isso? O que a minha família pode ganhar com isso? O que eu posso perder com isso? Na verdade, elas não têm nada a ganhar, porque a punição daquele que está explorando é o máximo que elas podem esperar, mas elas ficarão marcadas naquele mundo de prostituição e de exploração. Elas vão estar sem recursos naquele momento, porque estavam ganhando lá, e nós não estamos oferecendo nada – no máximo, a proteção à testemunha, que é um programa limitado. Então, por que falar? Não é difícil conversar com elas. Se você vai a qualquer boate, entra lá e tem uma abordagem diferente, você vai conversar. Levei duas jornalistas até aquela região – e será publicada uma reportagem, espero que muito boa, na **Marie Claire** de setembro sobre assunto. Elas conseguiram falar com muitas meninas e mulheres, o que não é difícil. É possível conversar com elas. E, ao mostrar interesse por elas e com a promessa de que seus nomes não serão divulgados, elas contam as rotas que já foram, como foram tratadas, por que estão lá, o sofrimento que vivem, a questão da sua sexualidade. Falando com elas, observa-se que a sexualidade delas é tão diferente da nossa. Para entendermos o sofrimento delas temos que passar por um entendimento também cristão de como estão vivenciando a sua sexualidade. Não é difícil falar com elas.

Todavia, elas não têm qualquer interesse em depor para uma CPI, porque estão sobrevivendo disso, vão ficar marcadas depois por conta do seu depoimento e não temos uma alternativa para oferecer. Pela mesma razão, com meus vizinhos...depois falo para ela...apresentou um relatório para o Ministério Público, inclusive nos organizamos junto com o Ministério Público do Trabalho para o lançamento em Belém, convidamos a Assembléia Legislativa, contamos com a presença do Prefeito, do representante do Governador, da Polícia Federal e todos receberam a pesquisa do Ministério Público Federal, a qual discutimos. O próximo passo agora é sentar com cada um e saber qual será a mudança em suas atuações.

Fiquei sabendo que a Polícia Federal não teve nenhuma atuação. Há um equívoco ou uma cultura dentro da Polícia de não querer investigar por falta de denúncia formalizada; é essa a alegação da Polícia. Todos sabem que, em casos de violência sexual, abuso sexual, é necessário haver a queixa da vítima. Porém, em caso de tráfico, de exploração sexual isso não existe. Qualquer suspeita pode ser investigada e processada. Não precisa haver a queixa da vítima para se proceder à investigação. Isso está demonstrado na pesquisa. É muito fácil mostrar que, no Processo Penal, tráfico, aliciamento, favorecimento de prostituição dentre outros são crimes públicos e, portanto, devem ser apurados mesmo que não haja nenhuma manifestação da vítima. Alegar que a mãe não queria mais a investigação não é argumento; o crime tem que ser investigado.

Além de Itaituba, sabemos que há muitos outros Municípios no Pará que têm fluxo e estão envolvidos na rota de tráfico, principalmente os Municípios localizados na beira da estrada, como Paragominas, Rondon do Pará, enfim, todos aqueles Municípios que têm festividades de veraneio, como Salinas. São muitos Municípios nessa situação. Itaituba tem realmente uma história

de prostituição, como Tucuruí, Oriximiná, Porto Trombetas, regiões onde há grandes projetos. A Companhia Vale do Rio Doce finalmente vai decidir investir novamente no Pará, então haverá um novo pólo. Barcarena, onde há um pólo de alumínio. Nesses pontos, o tráfico e a prostituição se encontram.

Eu queira enfatizar justamente Itaituba, pois poderíamos evitar que aconteça ali o que aconteceu no Acre. Poderíamos mostrar à sociedade de Itaituba que não esquecemos do que está acontecendo lá, mesmo estando longe.

O Pará também tem sua prostituição vinculada ao turismo. Não temos o turismo que tem o Nordeste, mas, se chegam iates ou barcos em Alter do Chão, em Santarém, a prostituição também já se organizou lá, as meninas são levadas – adolescentes e às vezes até crianças. Eles querem levar **charteres** que estão chegando em Fortaleza também para Belém.

Temos que pensar que turismo queremos que favoreça o desenvolvimento local, a valorização local da natureza, da população e não aquele turismo devastador, que vai lá para tirar, como sempre se tira tudo da Amazônia. Da Amazônia se tira tudo até as meninas e a sexualidade dos jovens.

Também procuramos muito saber se há casos de prostituição e tráfico de meninas indígenas. Só temos denúncias e nada comprovado em Roraima, onde havia um delegado de polícia da Delegacia de Cidadania que estava investigando isso, mas foi demitido. Ele disse que tem um dossiê enorme, mas não quer abri-lo, porque se sente sem amparo lá. Não sei por que ele foi demitido. Ele já tinha falado conosco para poder contribuir. Quando chegamos, já tinha sido demitido e retraiu-se, infelizmente.

Não denunciei as minhas vizinhas e vizinhos e não vou denunciar. O que estou fazendo é um trabalho... Moro em um bairro bastante popular, o Guamá, e estou organizando um encontro na minha rua, em um bar, no qual falarei com as pessoas que querem ouvir as vantagens e desvantagens de a mulher trabalhar no exterior, porque muitas me procuram para saber como podem trabalhar na Espanha e na Holanda, se há vaga. Mesmo que eu conte como é o trabalho, as pessoas perguntam quanto tempo levam para comprar uma casa, se forem para o exterior. Quero refletir com elas sobre essa realidade, para ver a possibilidade posterior, se elas têm interesse e possibilidade de denunciar. Meu interesse não é jogar uma bomba na minha rua e depois saber que muita coisa se pôde mudar; quero incentivar essa discussão inicial, que não existe só na minha rua, mas em todas. Esse é só um exemplo, como V. Exª também já falou.

Posso até falar de um hotel, ao qual o Prefeito Edmilson Rodrigues foi para o lançamento da pesquisa do tráfico em Belém. S. Exª disse que o Hotel Hilton, na praça da República, oferece um **book** com meninas se prostituindo. S. Exª fez uma denúncia naquele momento. Infelizmente, ninguém se levantou e disse que investigaria. A Delegacia da Criança e do Adolescente fica parada, assim como o Ministério Público. S. Exª fez essa denúncia em público, por isso acredito que tenha informações. Se fizermos essas confirmações, como do que aconteceu em Manaus, que é um pólo turístico na região, onde os hotéis têm pacotes com meninas... Em uma reunião interna, alguém falou o nome do hotel, que foi publicado no jornal. O hotel processou o Unicef por difamação, que não conseguiu comprovar. Lá, quando se pergunta pelo **book**, não se consegue vê-lo; um policial disfarçado deve ir ao hotel, dizer que é empresário e perguntar pelo serviço. Deve-se fazer a investigação e não chegar lá, perguntando pelo **book**. Isso descredencia o nosso trabalho; deve-se ser sério.

Eu tenho que encerrar, mas ainda quero falar de duas coisas que foram apresentadas. Quais são as políticas de amparo que temos para as meninas e mulheres que voltam? Tenho uma colega, intérprete de português na Holanda, que participou várias vezes de operações da Polícia de intervenções em boates, nas quais foram encontradas várias brasileiras ilegais. Elas, simplesmente, são devolvidas ao Brasil; chegam ao aeroporto – mesmo quando vêm do Suriname e da Guiana Francesa – e vão para suas casas, sem o dinheiro que poderiam trazer, porque a Polícia cortou essa possibilidade. E aqui ninguém pergunta ou oferece alguma coisa.

O único atendimento que conheço, em Belém, é o que se destina às mulheres ou meninas que se contaminam com o HIV no Suriname. Elas são imediatamente expulsas, porque lá se fazem testes regularmente, para saber se estão doentes, caso em que são mandadas de volta. E elas são atendidas em Belém, fechando-se o ciclo. Elas vêm do Suriname, sem possibilidade de atuar na profissão; são expulsas e tratadas como doentes, responsáveis por suas vidas a partir disso, agora com HIV. E algo interessante: os casos denunciados, muitas vezes, passam primeiro pela imprensa. Por exemplo, no Estado do Amapá, não encontramos, na imprensa, uma linha sobre tráfico de meninas ou mulheres. Por exemplo, do Oiapoque a Guiana Francesa, todos sabem. Naqueles municípios, todos sabem que há serviços que trabalham com isso. No caso do Acre, que era sobre um assessor de comunicação, eles conseguiram que não fosse

colocado na imprensa. Era um caso público e que, mesmo público, não se tornou público; foi abafado. Em Tocantins, acontece o mesmo: não há uma linha, nos jornais, sobre o tráfico. Foi denunciado um caso na Polícia Federal sobre o qual houve grande repercussão na comunidade local, mas que não foi divulgado na imprensa. A imprensa pode questionar. Nós podemos questionar.

Eu gostaria de saber também como podemos trabalhar melhor com a imprensa. A CPMI, por meio da sua assessoria de imprensa, ao chegar aos Estados, tem que chegar também como notícia: "Será que, nos Estados, também acontece isso? Onde posso denunciar?" Sem a imprensa, as pessoas não tomam conhecimento do trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passamos aos próximos oradores inscritos, Deputado Eduardo Barbosa...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sra Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem a palavra V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sra Presidente, daqui a pouco, começará a sessão do Senado. Quem quer se inscrever, como eu, para breves comunicações, tem de estar no plenário do Senado, no mínimo, quinze minutos antes, pois só podem se inscrever três Srs. Senadores. Na nossa Comissão, temos 10 inscritos neste momento?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, agora só temos quatro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A minha sugestão seria fazermos as perguntas em bloco.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A idéia é que procedêssemos às perguntas do Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Laura Carneiro, da Senadora Ana Júlia e do Deputado Luiz Couto, que fizéssemos esse bloco de quatro, buscando resumir e objetivar, até porque muitos questionamentos já foram feitos, provavelmente alguns deverão ser repetidos.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Claro, temos que cooperar.

Também quero cumprimentar os de militância na área de defesa da criança há muitos anos e nos traz de forma extremamente didática e com conhecimento de causas e experiências desastrosas na questão da exploração sexual.

Queria duas coisas bem objetivas, porém, elas não são simples de serem respondidas. A minha preocupação nessa CPMI é a nossa condução. Em primeiro lugar, acho que uma CPMI com esse tema temos que ser extremamente cautelosos, solidários, discretos porque nunca podemos passar uma imagem de reforçar uma situação vexatória de milhares e milhares de brasileiros conterrâneos nossos. Acho que o auge desta mesa foi isso, vocês passaram para nós uma visão extremamente humanista, pedagógica do trato da questão, inclusive a todo momento nos mostrando que temos que estar discutindo a questão conceitual, cultural em relação à sexualidade e talvez esse seja o grande desafio da nossa geração: como fazer essas transformações e essas mudanças, realmente fazendo discussões de profundeza, de valores na sociedade. Não simplesmente com aparato desmantelar em busca a caça às bruxas que sabemos que pode funcionar em alguns aspectos, mas que não reverte uma situação cultural que já estamos vivendo e que tem outros aspectos que ainda fazem com que ela se desponte cada vez mais: aspectos econômicos, de desigualdades, como foi colocado aqui.

A cultura machista é um valor importante a ser combatido, acho que você colocou isso muito, acho que até a agressão da sua cultura de país de origem com a nossa, isso deve aflorar ainda mais, como as pessoas não conseguem reverter essa visão. As experiências que temos também são dessa forma, as juízes entendem que a menina é sem-vergonha, ela quis isso, ela é que procura. As mães, às vezes, falam isso também, essa não tem jeito, ela é sem-vergonha mesmo, nasceu assim e é melhor que seja assim porque ela traz dinheiro para casa porque se eu reprimir não traz dinheiro nenhum. É isso que escutamos e na abordagem isso é extremamente complexo, como abordar essa situação.

Gostaria de saber duas coisas de vocês, pela experiência e pela pesquisa que vocês coordenaram. O que vocês esperam dessa CPMI? Em que ela contribui, em que ela pode, de fato, trazer, de novo, não no diagnóstico, de sair caçando rotas porque vocês já trouxeram que se déssemos conta de investigar um pouco mais essas rotas, ficaríamos aqui uma legislatura inteira. Mas, dentro das pesquisas nas regiões em que vocês foram responsáveis, vocês identificam, de fato, pontos que devemos que detalhá-los, aprofundá-los, que vocês tiveram restrição na profundidade e isso pode ser repassado para essa Comissão? Na Região Norte merece um olhar específico, isso, isso, isso, etc.

Se for isso que vocês esperam da CPMI, mas isso tem a ver com a resposta de vocês, porque todos elogiaram que a CPMI é importante. Para dar visibili-

dade à questão, para mostrar o diagnóstico que existe? Para mim, isso é muito pouco. Poderemos estar fazendo isso em outros fóruns, às vezes, até globais para poder dar visibilidade à questão. Mas, em que a CPMI pode contribuir para essas mudanças?

Em relação à rede de favorecimento, aos diagnósticos, ao perfil que vocês têm desses que estão entre o cliente e o que é abusado, isso também pode ser identificado no diagnóstico que vocês fizeram, na pesquisa que vocês fizeram. Em cada região vocês identificam essas redes com nome e endereço para que possamos ter uma abordagem mais diretiva ou vocês acham que temos que trabalhar como foi trabalhado no Governo anterior com a questão da Embratur, por exemplo, buscando as grandes redes hoteleiras e trabalhando a questão do código do turismo e assuntos afins? Os senhores pensam que temos que perseguir esse caminho de trabalhar com as grandes incorporações, corporações dessas redes, para tentar chegar nas agências lá de baixo? Ou isso não funciona? Teremos que trabalhar de baixo para cima mesmo, com uma ação mais diretiva na esfera municipal, por exemplo, ou temos que trabalhar com as grandes campanhas? Isso é que dá o resultado?

Para terminar, pergunto se aquela campanha da Embratur surtiu algum efeito na experiência dos senhores de envolver os hotéis nesse processo? Aquilo trouxe resultado positivo? São essas as duas questões.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sra Presidente, imagino que não teremos muito tempo para fazer os questionamentos na sessão reservada, portanto, vou fazer as perguntas e algumas delas vou pedir, de antemão, que não respondam agora. Podem responder por escrito, depois entreguem à Presidência ou o façam num contato mais pessoal.

Obviamente, em primeiro lugar, agradeço a aula de cidadania que recebemos hoje. É importante para a nação brasileira a conscientização dessa matéria, e as pessoas, que eventualmente já trabalharam e que já leram, fazem parte do assunto e sabem bem dessa realidade. Mas essa não é uma realidade conhecida pela nação brasileira e penso que a CPI tem que, talvez como objetivo inicial, dar essa visibilidade, que o Marcel muito bem falou, nessa explanação.

Farei algumas perguntas bem práticas, mas, por favor, não respondam agora. Especificamente para o Welinton: o senhor falou da questão da costa verde, do Rio de janeiro e de São Paulo, que se unem próximo a Paraty e Ubatuba. Na pesquisa, os senhores fizeram alguma abordagem específica nessa região, por região, ou não? Fizeram no âmbito geral ou há algum estudo de caso na região? Além de ser uma região hoteleira, recebemos algumas informações, no Rio de Janeiro, que seriam importantes checarmos.

A senhora Rosário levantou uma questão específica sobre as agências de viagem e, nesse momento, falou da existência de gravações constantes de um aeroporto do Ceará. Essas gravações foram acessadas? Na segunda parte dos trabalhos, a senhora poderia falar um pouco sobre isso e, especialmente, sobre os agentes públicos que considera que são cúmplices desse processo e dos informantes que a senhora tem.

Creio que uma questão levantada aqui, que pode ser fruto de estudo da CPI, pela senhora Rosário, mais do que isso, de legislação específica, foi o levantamento dos pedidos de autorização para viagem, que a senhora considera muito deficientes em Fortaleza. Talvez essa fosse uma matéria específica, e poderíamos transformar ou modificar a legislação vigente, especificamente na área da criança. Penso que seria uma contribuição importante que a CPI pode oferecer. Talvez a senhora tivesse algum dado mais específico sobre isso, algum número, em função da pesquisa que fez.

Dentre os casos enumerados, preocupou-me o caso do Acre, do senhor Mário Emílio Malaquias, e queria saber se o senhor Marcel sabe informar se o senhor Malaquias ainda se encontra no Estado do Acre, e se teria ligação com algum agente público. Não precisa falar isso agora, mas na sessão reservada.

Sobre a questão do Ceará, especificamente, em que jornal foi localizado esse anúncio dos alemães, nos classificados, propondo casamento? Na investigação, os senhores chegaram à conclusão de que não era casamento nenhum, mas um aliciamento de menores. Gostaria de saber o nome do jornal que recebeu esse tipo de classificado.

Fiquei feliz em imaginar que os senhores pegaram um relatório do Ceará, da CPI do narcotráfico, e cruzaram com a pesquisa, ou, pelo menos, tentaram. Por acaso, o relatório do Ceará, na questão do narcotráfico, é de minha autoria. Imagino a questão exatamente como a descreveu.

Talvez a questão mais importante do narcotráfico do Ceará seja a lavagem de dinheiro. Efetivamente essas questões podem estar interligadas, pois estamos falando exatamente de dinheiro. É verdade que o que satisfaz essas redes é a velocidade com que se consegue dinheiro.

Posteriormente, gostaria de que o Welinton declinasse o nome do hotel em São Paulo, mesmo que

de forma reservada, e que o Marcel dissesse publicamente o nome do **site** que divulga essa pesquisa de tráfico internacional, embora seja em inglês.

Faço ainda duas breves perguntas aos três convidados. Nas pesquisas, eventualmente analisou-se e especializou-se em alguma rede de pedofilia? O Marcel falou sobre o assunto das redes familiares. Poderiam dizer se realmente há redes familiares ou **grand bosses**, grandes tubarões? Efetivamente, trata-se de redes localizadas que, eventualmente, podem interligar-se ou haveria várias grandes redes? No narcotráfico há organizações criminosas como o comando vermelho e o PCC. Existe o mesmo na área da exploração sexual da criança e do adolescente e no tráfico de seres humanos?

Gostaria ainda que dissessem como conseguir elaborar esse código de turismo, pois também significaria uma contribuição importante para a legislação brasileira. Devemos tratar desse assunto na Comissão, transformando esse código em lei nacional.

Agradeço a todos a explanação, a aula que deram para o Brasil. Estou certa de que continuarão contribuindo com a CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada. Tentarei não ser repetitiva, embora pense que tudo já foi dito e que não haja novidades.

Parabenizo não só os representantes de cada região, mas toda a equipe que trabalha com esse tema que, no meu entendimento, é difícil de ser trabalhado por vários aspectos: pela cultura, não só a cultura machista, mas pelos costumes do povo brasileiro em várias regiões. Falo como representante do Estado do Pará, região onde a prostituição e a exploração de menores faz parte da cultura das famílias. Como disseram, é bom, normal, não tem problema. Muitas pessoas encaram a prostituição e a exploração de menores como algo absolutamente normal. Esse é um problema que nós legisladores deveremos considerar mais adiante e discutir sobre como contribuir para uma mudança da própria legislação.

Faria uma pergunta sobre os objetivos da CPI, mas o Deputado já abordou o assunto. A exposição foi extremamente importante, mas gostaria de aprofundar mais o assunto.

O primeiro pronunciamento que fiz como Senadora da região amazônica foi exatamente a respeito da necessidade de se ter um novo modelo de desenvolvimento para a região. Não tenho a menor dúvida de que o modelo implantado nas últimas décadas, pelo menos nos últimos trinta anos, no Estado do Pará, é um dos principais responsáveis por essa situação. Grandes projetos foram implementados na nossa região, no nosso Estado, mas tiveram um único objetivo. A hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo, não foi instalada para levar energia para a região amazônica, mas para grandes projetos como, por exemplo, da Albras, no norte. Esses grandes projetos implementados na nossa região, como também o Projeto Carajás, não tiveram e não têm em vista um modelo de desenvolvimento que inclua a população da nossa região. Tenho frisado esse assunto desde o primeiro dia do meu mandato. Ou alteramos, ou não vamos mudar absolutamente nada – essa é a verdade -, pois tal situação, em grande parte, surgiu devido a esse estado. Cheguei até a fazer um requerimento solicitando a criação de CPI para o Estado, uma vez que tínhamos de pensar não só no Estado, mas na própria região.

Portanto, é fundamental definirmos o que fazer na região. Para nós, Deputados e Senadores, o principalmente é alterar a legislação, utilizando como base a contribuição de V. Sªs, das pesquisas realizadas. É salutar estipular o que a CPI poderá propor em termos de políticas públicas, tendo em vista alterar essa realidade cruel, mais ainda quando disfarçada, quando não é vista como problema que deve ser encarado de frente.

No nosso Estado do Pará, por exemplo, a Polícia Federal não considera essa situação como a mais importante, pois entende que há outras prioridades. Esse comportamento é o resultado de um poder público, de uma máquina pública, de um Estado que foi, durante muito tempo, sucatado. Como predominava a idéia de que o Estado tinha de ser mínimo, hoje, nossos órgãos públicos encontram-se em uma situação terrível. Nossos órgãos públicos apresentam dificuldades de enfrentamento de todas as necessidades que – digamos – os problemas atuais nos impõem. Essa é uma realidade concreta.

Entretanto, não se pode pensar que essa responsabilidade é unicamente do policial. Devemos, pois, definir como propor políticas públicas, o que, embora já tenha inserido no requerimento, poderíamos fazer de comum acordo com os senhores, a fim de que realmente aprofundemos a questão.

Isso já foi feito em outras CPIs. Todavia, esta deve ir mais além: não só investigar alguns casos, porque, só identificar meninas e famílias atingidas pela exploração sexual, não chegaremos à interligação das redes de tráfico de pessoas, nem ao próprio

poder público, quando, pelo meu entendimento, o principal é descobrir a rede de tráfico de drogas, pois elas são utilizadas pelas redes de tráfico de pessoas.

Essa é a sugestão que queria fazer. Meu desejo principal não é fazer perguntas, mas dar parabéns a esta CPI, por oferecer, como resultado, a apresentação de propostas concretas.

Fiz questão de participar desta CPI porque penso que podemos dar a nossa contribuição para o Brasil, especialmente para as regiões mais sofridas, devido às desigualdades regionais, do contexto socioeconômico, que, pela falta de opção, vitima a juventude e as mulheres.

Sou testemunha de que a bolsa-escola não resolve o problema. Prova disso é que, no Município de Belém, 90% de seus beneficiários são mulheres, mães de família. Na camada mais pobre da sociedade, a mulher é o chefe da família; mas, uma vez prostituída, a bolsa não mais adianta, um salário apenas não resolve o seu problema, pois a jovem passou a ter outro tipo de expectativa.

Portanto, devemos ter políticas públicas que ofereçam, mediante a educação e a formação profissional, oportunidade a todos. Aí, sim, haverá alteração dessa realidade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT – PB) – Sr. Presidente, não poderei fazer perguntas, pois já há uma pessoa esperando em meu gabinete.

Em primeiro lugar, cumprimento os senhores, que não são apenas pesquisadores, mas militantes em defesa da criança e do adolescente. Acho que esse é um aspecto importante. Poderia haver aquela pesquisa científica, os dados, mas sentimos a emoção e o compromisso dos senhores na defesa da criança e do adolescente.

Eu daria apenas uma informação. Sei que na pesquisa lá do Nordeste, Drª Rosário de Maria da Costa Ferreira, a Paraíba não foi investigada. Foram citados apenas dois casos, ocorridos em Campina Grande – de uma que vai para o Rio de Janeiro e de uma adolescente que vai para Maceió. Acho que a Paraíba tem dados que merecem um levantamento, uma relação das meninas que são exportadas para o Ceará, para o Rio Grande do Norte e para Pernambuco.

Há um aspecto que chama a atenção. Por trás de tudo isso, há sempre um poder, econômico ou político, ou até um poder local da força policial, que muitas vezes é conivente. Os inquéritos, na grande maioria, são malfeitos, para não dar em nada, principalmente quando há figurão -feitos para serem arquivados. Na realidade, a vítima passa a ser acusada depois, dizem que foi leviana, não aconteceu aquilo. O juiz que foi acusado aparece de bonzinho, há toda uma repercussão na cidade, e até defesa. Então, as vítimas são obrigadas até a sair do local, porque há toda uma reação da cidade, porque acusaram de forma leviana o juiz ou autoridade, quando na realidade não é isso.

Assim como o grupo de extermínio tem o apontador, que é aquele que aponta, para que o pistoleiro, o exterminador, depois vá fazer o serviço, na Paraíba existe a figura do caçador, que caça meninas, tira fotografias, depois passa essas informações para alguém próximo da família, dizendo: "Olhe sua menina daria muito bem para ser um modelo fotográfico. Vai estudar, a senhora deixa, eu cuido dela". Trata-se de alguém que tem a confiança da família, e a família termina mandando a adolescente para a cidade – ou para João Pessoa, ou para Campina Grande -, e lá é claro que a menina é transformada em objetos de exploração sexual. O mais grave é que, depois, as adolescentes são jogadas à rua, quando não servem mais, principalmente quando vão para casas de família, porque elas são pagas – nem pagas, são exploradas – também no trabalho, que não é permitido, e depois são exploradas, porque servem como iniciadoras sexuais dos meninos das famílias ricas. Depois engravidam e são jogadas fora, e não têm outra saída a não ser entrar no processo de prostituição. Aí já se transformam, com o tempo, em cafetinas menores, que vão aliciando outras pessoas.

Normalmente, esse caçador é alguém – e o povo gosta muito de fotografia, todo mundo gosta de tirar retrato – que diz: "Olhe, você vai receber um prêmio, vai ser publicado na revista, vai ter isso aqui". Então, esse caçador depois se transforma também num aliciador. Ele trabalha para outro, recebe o dinheiro, mas é claro que tira para si uma cópia e fica também fazendo o seu aliciamento. Ele vai aos bares, oferecendo: "Olhe aqui, você quer qual? Tem essa aqui, que mora no sítio tal. Essa aqui está aqui". Então, na realidade, sentimos que essa rede funciona com muita intensidade.

A Drª Rosário mencionou a questão de Novo Oriente, lá no Ceará. Recebi uma denúncia de Várzea Alegre, também no Ceará, de exploração. O Ceará está muito presente, como acho que todo o Nordeste está. Uma coisa que aparece com muito destaque são as chamadas festas fora de época, os carnavais fora de época, S. João fora de época e tudo o

mais em que, na realidade, há todo um processo de aliciamento.

Na Paraíba há um caso de Patos em que a cafetina com a rede pegava as meninas, colocava em uma van e ia para as festas dos padroeiros, da padroeira e do padroeiro e, em uma casa, oferecia. Havia uma relação de telefones e dizia "olha, venha para cá que temos aqui a menina que você quer". Na realidade, há um aspecto que chama a atenção que é o do uso dessas festas para também a exploração sexual.

Vocês levantaram a questão da granja. Lá temos granjas que servem como espaço para exploração, pousadas, coberturas, flats, hotéis, postos de gasolina onde os caminhoneiros deixam seus caminhões e, mesmo dentro do caminhão, da carreta. Há também agências de viagem, ou seja, na realidade, a cada dia, cresce a relação.

Hoje entreguei um relatório que é reservado, mas a menor dá o nome de todos os hotéis, motéis e postos de gasolina de Campina Grande. O fato de Campina Grande é que vai demonstrar que isso acontece em todos os Estados.

Não vou poder ficar, mas quero dizer da importância dessa pesquisa. Sei que ela deve ter uma continuidade e acho que esta CPI tem a responsabilidade de mostrar que, por trás da rede, há sempre uma autoridade que alimenta, que acoberta a impunidade das pessoas e que consente que essa prática possa acontecer. Infelizmente é isso o que acontece.

Fico triste que, na realidade, esses continuam sendo...Parece que lá tem um juiz, o Francisco Praça, que não é uma boa praça.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Acabaram a lista e fiquem a vontade. Quem quiser começar a responder, pode fazê-lo da direita para a esquerda ou da esquerda para a direita.

A SRA. ROSÁRIO DE MARIA DA COSTA FERREIRA – O que esperamos desta CPI, em primeiro lugar, que, cada vez mais, iniciativas que dêem maior visibilidade ao tema. Precisamos realmente dar muita visibilidade ao tema e colocar na rua para as famílias, para as escolas, dentro das políticas públicas e acho que a CPI contribuiu para isso.

A CPI vai ajudar a completar um diagnóstico de que a pesquisa de tráfico não conseguiu dar conta. O Marcelo falou de um exemplo, mas temos outros exemplos no Ceará, ou seja, quando estávamos chegando perto de algumas coisas, a pesquisa por uma questão de tempo, financiamento, recursos e, por isso também, alguns Estados do Nordeste – só cinco foram escolhidos dos nove – por conta dessas limitações, mas ela vai ajudar a complementar um diagnóstico que não concluímos principalmente no que se refere às informações oficiais que as policias têm.

A CPI pode ter esse papel para identificarmos o tamanho real dessa rede porque, até agora, porque somos pesquisadores, educadores, militantes, mas não conseguimos. Quando estávamos próximos, não conseguíamos chegar mais além do papel que uma pesquisa pode ter. E, como a Ana Júlia falou, pode propor a alteração de legislação.

Acho que temos que ficar de olho, no campo dessas discussões de desigualdade e gênero, porque há uma séria de legislações sendo propostas para a questão da mulher em que podemos fazer o diálogo para ver que legislações são essas em que podemos dar uma força para que ajude a mudar um pouco o cenário de violação dos direitos das mulheres principalmente na violência doméstica, sexual, em questões como o aborto e outras que vêm a violência como de saúde pública. Temos que começar a ver por aí.

Quando o Marcelo traz o dado de alguém que retorna para o País na condição de doente, com uma vulnerabilidade, que vai para um serviço de saúde, nunca conseguimos fazer um histórico e alcançar a situação de tráfico.

Propor também políticas públicas, mas políticas públicas com o olhar que estamos discutindo aqui. Sempre digo que, enquanto feminista e socialista, com esse olhar que tem a perspectiva de gênero, com esse olhar que tem a questão do desenvolvimento sustentável, de uma sociedade mais justa, e políticas púbicas, como disse a Ana.

Temos um campo de prevenção hoje, na discussão dos currículos. Na área da educação, quando se fala em discussão da sexualidade, violência sexual, devemos começar a falar com os meninos e as meninas nas escolas o que é essa história de pornografia na Internet. Todos gostam de bater fotos nas portas das escolas. No Ceará, em Fortaleza, há dois colégios particulares em tais situações. Só que são escolas particulares, aliás; escolas que não saem. Então, temos que começar a falar. Já existe experiência nesse sentido. O pessoal do Cedeca, do Chame, na Bahia, também tem, e em outros lugares, de um diálogo com o jovem sobre o que é esse pessoal quando faz a abordagem, quando conversa, essa história toda.

Portanto, creio que há isto: as políticas preventivas, que estão no campo da saúde e da educação, principalmente, e as políticas reparativas de redução de danos, em alguns aspectos, porque temos que tra-

balhar com redução de danos, e outras que possam reverter a situação de renda, a condição dessas pessoas envolvidas, para que consigam perceber algum ganho no sentido de mudar as suas vidas.

A campanha da Embratur trouxe um resultado muito pequeno. Primeiro, porque o material foi pouco. Pelo menos lá, no Ceará, chegou muito pouco material. Aí não dá para se distribuir em todos os vôos, porque não há muito material, etc., ou seja, não tem o efeito que deveria ter.

Creio que a linguagem precisa ser mais enfática. Não precisa ser apenas no sentido repressivo, como diz o Marcel, mas creio que tem que haver um diálogo com a sociedade civil organizada, que já tem muito com o que contribuir. É preciso uma linguagem voltada para o explorador, o agenciador, para os clientes. Qual é a propaganda que temos hoje para falar um pouco dessa história da pedofilia e de outras práticas? Não temos. Não há nada direcionado para o cliente. E uma linguagem voltada também para as meninas que possam vir a ser vítimas ou que já são vítimas dessa situação.

Agências de viagem, imagens de vídeo no aeroporto, as autoridades de Fortaleza têm tudo isso. Não tivemos acesso às imagens do aeroporto. São mais de 70 câmeras. Essas imagens existem. Perguntamos para a Infraero o que eles fazem com isso, como a Polícia Federal trabalha com isso, porque a Polícia Federal está dentro do aeroporto, principalmente nesses vôos que vêm de fora. Então, deve-se falar com o pessoal da Infraero.

Agentes públicos cúmplices? Há. Há agentes públicos cúmplices sim. Quem são vamos ver. Inclusive, há um relatório no Ceará que fala um pouco disso. Depois, poderemos conversar mais sobre isso, porque é de uma instituição.

Creio que tem de haver um controle maior em relação à autorização de viagens. O que vimos lá é que o juizado da infância e da juventude não tem um trabalho em cima disso. Um rapaz, que estava ali presente, nos contou esse fato. Mas isso não fica registrado. Eles fazem um atendimento, mas isso não vira material que possa ser investigado e não há conhecimento sobre a história.

Ocorre, sim, lavagem de dinheiro. A CPI do Turismo Sexual de Fortaleza mostrou pessoas envolvidas no tráfico de drogas. Compram sim. Compraram muitos flats. A Patrícia sabe disso. Muitos flats foram comprados e outras coisas maiores, outros negócios. Isso acontece.

Rede de pedofilia, há um documento. Inclusive em nosso relatório regional, Fortaleza foi incluída dentro de um **site** que fala sobre pedofilia no mundo, voltado para pedófilos, em que é citada essa rede. E há uma pessoa que participou da pesquisa que fez um estudo sobre sexo na Internet e que tem um material muito interessante. É uma pessoa da universidade.

Creio que há redes familiares sim, como o Marcel disse, e creio que só chegamos a essas. Mas penso que temos outras redes também. Quando falamos que existe uma relação do tráfico de drogas com esse mercado, é porque há lucro. E sabemos que quem está mexendo com tráfico de drogas não são só as redes familiares, que são importantíssimas, e estamos fazendo um trabalho para mudar um pouco esse cenário e chegar nesse pessoal maior.

O Código de Conduta do Turismo, o pessoal do Cecria tem, outras pessoas têm, nós temos. No **site** Renascer também tem. Acho que temos que criar um código nacional de conduta do turismo para inserir todas essas questões e penso que temos que discuti-lo com o Plano Nacional do Turismo, que foi lançado agora.

A respeito do que disse a Ana Júlia sobre a cultura do nosso País, sobre a cultura regional: temos que trabalhar isso. Temos que começar a falar para as pessoas que algumas coisas são crimes de violação de direitos humanos; falar em direitos sexuais mais do que falar em direitos reprodutivos; abordar a violação desses direitos. Tudo já é previsto em convenções, em declarações e na própria legislação nacional. Precisamos alterar a lógica perversa que está aí, com esse modelo de desenvolvimento que coloca em risco e torna vulneráveis as pessoas moradoras dessas cidades. Temos que começar a fazer um movimento político articulado para discutir todas essas questões.

O tráfico se alimenta disso, está dentro desse contexto. Se não mudamos esse contexto – é aquilo que o Marcel falou -, fica difícil termos outra alternativa. Creio que devemos dialogar com movimentos de prostitutas, sim, porque, inclusive, a nossa fala, o tempo inteiro, não é no sentido de perseguição e de punição de mulheres adultas autônomas – não temos nenhum posicionamento contra a atividade sexual para o fim de obtenção de alguma renda, muito pelo contrário. Acredito que, com a CPI, podemos discutir tudo isso. A CPI, inclusive, pode fazer a articulação da discussão com os programas que hoje estão voltados para isso. Há o programa "Sentinela", que também é em âmbito nacional, está em todos os Municípios, inclusive, muitas das informações nessa pesquisa do

Unicef foram obtidas junto ao pessoal do "Sentinela" nos municípios.

A situação a que o Deputado Luiz Couto se referiu sobre as granjas: há municípios no Ceará em que há sorteio de carros com meninas peladas dentro – está tudo no relatório – , as meninas ficam nuas dentro do carro e é feito o sorteio. E são vários homens, inclusive são pessoas com grana – isso foi notícia lá no Ceará. Isso acontece muito. São vários espaços, vários lugares, casas de massagem e outras coisas mais. Precisamos fazer o mapeamento disso tudo.

Temos que chamar, sim, as autoridades, ver as histórias dos inquéritos e processos. Temos que chamar para o diálogo os programas que estão atendendo esses casos. E esses programas teriam o olhar voltado – o que o Welinton falou é muito legal – para a possibilidade de aquela pessoa que está na sua frente, falando sobre exploração sexual comercial, ser vítima do tráfico também, poder estar numa situação de exploração pela via da prostituição, do turismo sexual, poder estar sendo usada para fotos pornográficas, na internet ou não.

A CPI nos possibilita ir além da pesquisa – pesquisa que teve suas limitações de tempo, de orçamento e outras limitações de diálogo com alguns setores que tinham informações e não nos repassaram. A CPI tem esse poder de fazer a articulação de toda essa produção que está aí e propor ações concretas. É isso que espero desta CPI.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dr. Welinton.

O SR. WELINTON PEREIRA DA SILVA – Um dos resultados que espero desta CPI é a mudança da legislação. Isto ficou muito claro: a defasagem que há na nossa legislação na questão do tráfico. Quando falo da legislação, já incluo essas normativas internacionais, de modo que possamos colhê-las da maneira necessária.

Outro ponto que a CPI poderia tratar é a questão dos aeroportos. Penso que o aeroporto é a porta de entrada e de saída dessas mulheres, dessas crianças e adolescentes. E é óbvio que há a conivência de funcionários. Às vezes não temos acesso a esse pessoal, mas creio que a CPI poderia contribuir muito nesse sentido.

Sobre a questão que o Eduardo apresenta sobre a campanha da Embratur, acredito que houve duas fases da Embratur. Na primeira, fez a campanha sozinha, sem ouvir ninguém. A campanha foi muito criticada por isso e também por ter feito uma abordagem negativa da criança. Houve outra fase em que a empresa ouviu, e aí vejo que melhorou muito pelo menos o nível da campanha. Ainda há muito que avançar, mas já houve uma contribuição da Embratur nesse tema.

Outra área em que a CPI poderia ajudar diz respeito à Internet. O que se discute é que se há o crime virtual, se há um filme em que aparecem crianças ou adolescentes sendo exploradas sexualmente, ele também é real, porque foi filmado em algum lugar. A nossa legislação não contempla esse tipo de crime. Há uma organização de São Paulo, em São José dos Campos, que, há muito tempo, está colhendo assinaturas com o objetivo de tentar chamar os provedores de Internet de maneira que pudessem tomar alguma atitude com relação ao assunto, mas o que ouvimos é que não há muita disposição em agir dessa forma. Acredito que valeria a pena esta Comissão se debruçar também sobre a questão da Internet. Essa ONG lá de São Paulo chama-se censura.org.br.

Outro tema levantado é relativo ao litoral norte, chamado de costa verde. Essa região não foi objeto da nossa pesquisa, e alguns acontecimentos são mais recentes, não haviam ocorrido na época da pesquisa. As denúncias foram feitas depois. Acredito que a pesquisa motivou essa discussão, mas não foi possível, na época, debruçarmos sobre essa realidade específica do litoral norte. Houve muito mais contato nosso com o litoral sul. Há um movimento mais articulado das meninas na região do Porto de Santos, onde há incidência na região norte.

Por fim, acredito que esta Comissão terá a oportunidade de colocar esse assunto na agenda e debatê-lo com mais profundidade. O Presidente deu um passo importante ao eleger esse tema como prioridade. Entretanto entendo que não se deve pedir à polícia que faça batidas em boates. Não será dessa forma que iremos resolver esse problema. É preciso haver uma discussão mais aprofundada, buscar mais as fontes, as origens desse problema de maneira que consigamos de fato mudar esse quadro.

Muito obrigado.

O SR. MARCEL HAZEU – O que espero principalmente desta CPI não é que ela desvende novas rotas, novos crimes, outros envolvidos, mas que chame à responsabilidade quem deveria ter tomado alguma atitude. Por isso, estou sugerindo aprofundar em quatro ou cinco casos, onde procuremos saber não quem são os aliciadores ou os exploradores, mas por que o atendimento dos juízes, do desembargador ou da delegacia de polícia não funcionou. Por exemplo, uma pedagoga está fazendo um trabalho em Guaja-

rá-Mirim não pode fazer nada com isso, porque está sendo ameaçada de morte e o Poder Público fica omisso, observando o que está acontecendo, para ver se ela se queima ou não.

Espero que a CPI provoque isso no Poder Público – no Judiciário, no Legislativo e no Executivo, por meio de suas secretarias -, para que ele tome uma posição. Por que nesses casos concretos que conhecemos não atuamos? É bonito falar, mas temos casos concretos nos quais percebemos a omissão.

Seria interessante que a CPI chamasse o Itamaraty, para saber das embaixadas no mundo todo, dos consulados, se já se pronunciaram, se estão batendo boca nos países de destino dessas mulheres. O que a Embaixada brasileira no Suriname já fez? Chamou o Governo daquele país... Está tudo público lá. Há, inclusive, um bairro chamado Pequena Brasília e uma rua chamada Belém. O Itamaraty deve tomar uma posição também, não é só a respeito de outras questões.

Achei interessante que fizemos o mesmo levantamento a respeito da autorização para viagem. A juíza que autorizou nem sabia para onde realmente era a autorização. Ela colocava Europa e depois nunca dava para saber o que aconteceu, para onde foi a criança. Se a mãe autoriza, ela autoriza. Ela levou um susto quando dissemos que ela poderia ter autorizado tráfico. Ela ficou surpresa. Na autorização de viagem, é interessante, não se questiona praticamente nada.

Quando falei em redes familiares, eu não quis dizer que sejam redes organizadas ou criminosos organizados internacionalmente, mas que usam relações familiares para aliciar, para se organizar e para ficar um pouco fora do foco da repressão. Em geral, qualquer rede internacional não é puramente familiar, mas usa as relações familiares das mulheres e meninas aliciadas. A Rosário também deu um exemplo. Um dono de boate se casa com uma brasileira, que vai aliciar aqui, tendo relações que envolvem proximidades. Mas elas são organizadas, porque viajar de Belém para Paramaribo, onde algumas boates fazem uma seleção para Amsterdã ou para outros bordéis na Europa, não é simples. Isso pede uma organização interna que aceite as mulheres de modo normal, porque assim funciona também no Brasil. Como funciona internacionalmente, funciona também no Brasil. O tráfico internacional de meninas e mulheres para prostituição não é um grande negócio diferente, é um negócio que faz a mesma coisa além das fronteiras, talvez até ganhando melhor. É a oportunidade, dentro de uma carreira, de poder ganhar mais. A exploração, a repressão, o aliciamento, o tráfico e as ameaças são os mesmos. Elas já convivem com isso, para elas não é uma novidade entrar numa rede internacional.

Uma entidade que trabalha com esse público é a Pastoral dos Migrantes, em Manaus. Ela tem um código de ética que não lhes permite liberar informação para ninguém, pois dizem que, se o fizerem, não serão mais procurados para dar apoio. Não liberam informações para nós nem para a polícia. Dão apoio mesmo a migrantes de outros lugares do Brasil, muitas vezes meninas que foram aliciadas para a região Norte.

Espero que esta CPMI tenha sucesso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Acabou a lista de inscritos, todos já fizeram seus questionamentos. Eu gostaria de sugerir ao Plenário, pelo adiantado da hora, porque muitos já tiveram que se retirar e agora temos sessão, para que possa mos fazer o relato do Rio de Janeiro na próxima reunião, na próxima quarta-feira. São 14 horas e 30 minutos e muitos Parlamentares já têm que cumprir outras responsabilidades, inclusive no Plenário.

Sugiro quer possamos adiar, se todos estiverem de acordo, para a próxima reunião.

Convido a Deputada Maria do Rosário que possamos ler os requerimento e votá-los imediatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sra Presidente, peço a palavra. Quero pedir desculpas. V. Exª podia colher as informações específicas, principalmente os nomes necessários, o nome do hotel. Enfim, os nomes que puderam dar. Eu queria pedir desculpas, mas fui convocada para presidir uma sessão no Plenário 8 da Câmara especificamente sobre a questão do Primeiro Emprego. Sendo assim, vou precisar me ausentar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Gomes) – À vontade. Muito obrigada, Deputada Laura Carneiro, por sua grande contribuição, hoje e sempre, a esta Comissão. Eu gostaria de agradecer a presença dos expositores, da Drª Rosário, do Dr. Welinton, Dr. Marcel pela exposição, pela dedicação e, como foi dito, pela aula de cidadania, pela paixão por essa causa. Agradeço a cada um de vocês pela determinação em poder dar uma grande contribuição, evidentemente não só a esta CPI, mas ao trabalho que já vêm desenvolvendo, ao longo dos anos de dedicação a essa causa.

Para nós, é um exemplo muito importante de algo que será guardado e que nos servirá muito para que, ao final dos trabalhos desta CPI, possamos apresentar à sociedade os resultados concretos, não somente da busca de desbaratar essas redes que exploram nossas crianças e adolescentes, como tam-

bém de punir esses responsáveis, culpados, esses criminosos, eu diria, que utilizam as nossas crianças e adolescentes, mobilizando mais uma vez a sociedade para mostrar a tamanha crueldade de um crime, talvez um dos maiores contra os direitos humanos, os direitos de crianças e adolescentes.

Agradeço, muito sensibilizada a boa vontade que foi demonstrada, imediatamente, de cada um dos coordenadores e expositores da Pestraf de estarem aqui nos ajudando e nos auxiliando nesse trabalho.

Passo então os requerimentos à Deputada Maia do Rosário para que posas mos colocá-los em votação.

Antes, gostaria de ler um ofício encaminhado pela Deputada Ann Pontes.

"Sra Presidente, nos termos regimentais, requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário dessa Comissão, que seja enviada uma comissão de Parlamentares á cidade de Belém no dia 27 de agosto do corrente onde serão julgados cinco acusados da morte de menores emasculados na Cidade de Altamira, no Estado do Pará."

Não preciso ler a justificativa mas pergunto se a comissão gostaria de nomear o número de Parlamentares que pudessem estar acompanhando a Deputada Ann Pontes no dia 27 e agosto. Só para que posamos antecipar esse trabalho. Evidentemente, a propositora do requerimento, que é a Deputada Ann Pontes, se nesse momento não tiver aqueles outros que desejem ir a essa viagem a Secretaria da Comissão ira consultar os outros Parlamentares para que possamos encaminhar com S. Exª essa audiência.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Sra Presidente, o primeiro requerimento é da Deputada Francisca Trindade. Esse requerimento foi exatamente aquele que adiamos na reunião anterior. Não sei se V. Exª quer propor o adiamento. Ele requer a presença do Estado do Piauí na CPI e faz uma denúncia com justificativa da Deputada Francisca Trindade. Subscrevo do requerimento da Deputada Francisca Trindade até porque no depoimento da Promotora Lítia Cavalcanti o Piauí foi citado nas mesmas cidades referidas pela Deputada Francisca Trindade. Então, ela requer a presença, no Estado do Piauí, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional que investiga a Prostituição Infanto-Juvenil e a Exploração Sexual: "Nos termos regimentais, venho requerer a V Exª que a CPMI que investiga a exploração sexual vá ao Estado do Piauí ouvir o Ministério Público Estadual, as vítimas da violência sexual e seus familiares, em face da alarmante quadro detectado denunciado pela própria Procuradoria-Geral de Justiça".

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – O requerimento da Deputada Terezinha Fernandes solicita a V. Exª que seja encaminhado um ofício ao Exmo. Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, solicitando que seja designada a Promotora Drª Lítia Cavalcanti para assessorar a CPMI, pois a referida Promotora é profunda conhecedora desse tipo de delito que ocorre no Estado do Maranhão.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Até pela ausência da Deputada Terezinha Fernandes, se a relatora e os Parlamentares concordarem, sugiro que apreciemos esse requerimento em outro momento, mesmo porque considero que a questão de pessoas que possam auxiliar a CPMI deveria ser tratada administrativamente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está adiado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – O requerimento da Senadora Fátima Cleide solicita, nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno, que se realizem diligências em Porto Velho, Rondônia, juntamente com a CPMI da Assembléia Legislativa de Rondônia, destinada a apurar fatos correlatos aos desta comissão, a fim de investigar rede de pedofilia naquele Estado.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – O requerimento do Deputado Luiz Couto solicita que esta comissão realize audiência pública no Estado da Paraíba, para ouvir vítimas, testemunhas, indi-

ciados e autoridades acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – O requerimento da Deputada Alice Portugal requer a realização de audiência pública da CPMI na Assembléia Legislativa da Bahia.

A Deputada Alice Portugal nos apresenta o suplemento do Jornal **A Tarde** a respeito da violência sexual. É um suplemento de um jornal sediado em Salvador, do dia 17 de maio, véspera do Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual. Já conhecemos esse documento, que é relevante e investigativo. Ele cita que exploradores usam crianças e adolescentes por R$ 5,00. São dados bem objetivos.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos apreciar o requerimento, mas antes alertamos para aquilo que já discutimos na reunião passada: evidentemente, a CPMI não terá condição de estar em todos os Estados em que há interesse, por parte dos Parlamentares, de que estejamos.

Como começamos com o procedimento de que iríamos atender aos requerimentos, mas, conversando com a Deputada Maria do Rosário, esperamos poder apresentar, no começo de agosto, uma estratégia objetiva de atuação da CPMI, pergunto ao Plenário se colocamos o requerimento em votação agora ou se o adiamos também, até que possamos oferecer ao Plenário essa estratégia de atuação CPMI. Evidentemente, já votamos outros requerimentos dessa mesma natureza, para que possamos ter audiências públicas em outros Estados. Por isso, pergunto ao Plenário, talvez pela ausência da Deputada, se não valeria a pena que o votássemos em outra reunião.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Concordo com V. Exª. Penso que poderíamos aguardar o início de agosto, com esses outros requerimentos que ingressaram.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Há outros da mesma natureza?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Sim, SRA Presidente, mais um requerimento.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aprovamos agora dois requerimentos para a realização de audiências públicas.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Um deles é para diligências. Poderemos indicar servidores. Quanto à diligência, parece haver uma mobilidade maior sobre como realizá-la. A dificuldade é quando aprovamos a situação de audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aqui acabamos de aprovar uma do Deputado Luiz Couto. Isso é apenas para ser justa e não correr o risco de estar sendo injusta com um ou outro Parlamentar.

Se todos concordarem, a Secretaria me avise. Podemos também aguardar esse requerimento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Sra Presidente, nós já aprovamos. Entendo que temos dificuldade. Faço esse apelo a V. Exª. O que aprovamos temos de dar por aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, decidiremos os próximos. Está certo?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Concordo com o encaminhamento de V. Exª. Em face desse esclarecimento, há um requerimento com o mesmo sentido; dois, na verdade, o da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer seja realizada audiência pública na cidade de Belém, no Estado do Pará. A Senadora justifica, mas é no mesmo sentido.

O outro é da Senadora Lúcia Vânia, que já adiamos na reunião anterior.

Penso que poderíamos adiar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como as Senadoras não estão presentes, podemos votar na próxima reunião.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Da Deputada Janete Capiberibe, que requer, com base na Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado Federal, que esta CPMI apresente ao Secretário Nacional de Segurança Pública, e que conste do relatório final, que no Plano Nacional de Segurança Pública do Governo Federal, garantidos como política pública, estejam cursos de formação, capacitação e sensibilização para as Polícias municipais, estaduais e Federal, para o tratamento adequado da questão da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento da Deputada Janete Capiberibe. (Pausa)

Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sra Presidente, quero acrescentar apenas que o nosso desejo é que, no Plano Plurianual que está sendo trabalhado este ano, já conste que deva acon-

tecer, como vem fazendo o Governo Federal, ir a cada um dos 27 Estados brasileiros para obter a adesão das unidades da Federação na Secretaria Nacional e que isso comece já.

No meu Estado, presenciei a assinatura do protocolo de intenções. Em seguida, virá o convênio com recursos financeiros já para isso. Ainda há tempo para este ano.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As SRAs e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo queiram permanecer sentados (Pausa)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – E aprovado com louvor.

Requerimento do Deputado Luiz Couto. S. Exª requer, nos termos do art. 36 do Regimento Interno da Câmara e do art. 148 do Regimento Interno do Senado e a Constituição Federal, seja ouvida a senhorita – S. Exª não cita o nome, apenas as iniciais -, na qualidade de testemunha que se encontra sob proteção do Programa Federal de Proteção às Vítimas e Testemunhas ameaçadas para prestar depoimento sobre caso de exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Campina Grade, na Paraíba.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Maria do Rosário, S. Exª diz o local onde deverá ser ouvida a vítima?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Não. S. Exª nos apresenta, portanto, a oportunidade de que seja ouvida aqui mesmo em Brasília.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Gomes) – Em discussão o requerimento do Deputado Luiz Couto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Há um requerimento da Deputada Laura Carneiro, que, nos termos regimentais, solicita seja oficiada à Procuradoria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, requisitando a montagem de grupo de trabalho necessário ao acompanhamento e manutenção dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no Estado do Rio, indicando os Srs. Promotores abaixo identificados para integrá-los: Mônica Costa, Ana Lúcia Silva Melo, Jorge Magno Reis Vidal, Agnes Müssliner, Hedel Nara Ramos Júnior, Márcio Almeida Ribeiro da Silva, Flávia Ferreira, Valéria Videira, Romero Lyra e Márcio Mothê.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já foi tratado antes?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Em verdade, Sra Presidente, a Deputada Laura Carneiro nos trouxe pronto e eu subscrevo com a Deputada Laura Carneiro.

Na visita que fizemos ao Rio de Janeiro, o Ministério Público Estadual, que prontamente nos atendeu, possui um grupo de trabalho já atuando em relação à questão da exploração sexual. Oficiaríamos, dizendo que estaremos trabalhando conjuntamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT – RS) – Muito obrigada.

Há, ainda, um último requerimento desta relatora.

Nos termos da Constituição e do Regimento do Senado Federal, solicito a realização de audiência em caráter reservado para ouvir os Promotores de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: o Sr. Hedel Nara Ramos Júnior, Sr. Márcio Almeida, Sr. Jorge Magno Reis Vidal e o Delegado da Polícia Federal do referido Estado, Sr. Marcelo Bertolucci.

Sugiro a V. Exª que, aprovado o requerimento, convide-os a prestar depoimento na próxima semana.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sugiro que, além de ouvir as pessoas citadas, antes da audiência possamos ouvir o relato das Deputadas Maria do Rosário e Laura Carneiro que se dirigiram ao Rio e já ouviram os procuradores. Que S. Exªs possam estar presentes quarta-feira que vem e que a reunião seja em caráter reservado.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Indago aos Srs. Parlamentares se ainda querem fazer uso da palavra.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h55min.)

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 13 e 15 de maio de 2003.

Aos treze e quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta no 11/2003. Foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Ary Vanazzi, Benedito de Lira, Carlito Merss, Carlos Melles, Cézar Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elimar Máximo Damasceno, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Leão, João Magno, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Leonardo Mattos, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Milton Monti, Moreira Franco, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – Senadores titulares: César Borges, Efraim Morais, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Magno Malta, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral e Sérgio Guerra; – Deputados suplentes: Agnaldo Muniz, Alex Canziani, André Luiz, André Zacharow, Carlos Nader, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, João Correia, Josué Bengtson, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Manato, Marcelino Fraga, Marcos Abramo, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Vander Loubet e Welinton Fagundes. – Senadores suplentes: Antero Paes de Barros, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Heráclito Fortes e Paulo Octávio. Registrou-se a presença do Deputado não-membro Coriolano Sales. O Deputado Machado e o Senador Mozarildo Cavalcanti justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: – Deputados titulares: Arnon Bezerra, Elaine Costa, Gilberto Nascimento, Jorge Bittar, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Mauro Lopes, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pauderney Avelino e Paulo Bernardo; – Senadores titulares: Álvaro Dias, Duciomar Costa, Garibaldi Alves Filho, Heloísa Helena, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Romero Jucá e Serys Slhessarenko. ABERTURA: Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia treze de maio, o Presidente em exercício, Deputado Claudio Cajado, de acordo com o *art. 8º da Resolução nº 01 de 2001, do Congresso Nacional*, declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da ausência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Às dezoito horas e vinte e dois minutos do mesmo dia, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, reiniciou a reunião e suspendeu-a novamente, em razão da persistência da falta de quorum para deliberação na representação do Senado Federal. Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia quinze do mesmo mês, o Presidente retomou condução dos trabalhos informando que não seria apreciada naquele momento a ata da 5ª Reunião Ordinária, tendo em vista a falta de quorum para deliberação na representação do Senado Federal. AVISOS: 1) O Presidente informou, conforme questão de ordem apresentada pelo Deputado Alberto Goldman e aprovada na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 31/08/99, que foi solicitada à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, bem como à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, elaboração de nota técnica conjunta sobre o teor das Mensagens nºs 314 a 322, 336 a 343 e 348/2002-CN e a de nº 10/2003, referentes à abertura de créditos suplementares por decreto. Anunciou, ainda, que a referida Nota Técnica será encaminhada aos membros oportunamente. 2) O Presidente comunicou a abertura do prazo, de 15 a 16 de maio de 2003, para apresentação de emendas aos Relatórios e aos Projetos de Decreto Legislativo referentes aos Avisos nºs 92-137 e 57/2002-CN. Em seguida, solicitou ao Deputado Ary Vanazzi que procedesse à leitura da correspondência recebida pela Comissão. EXPEDIENTE: Correspondência interna recebida: – Expedientes encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Na Câmara dos Deputados: **1)** Ofício nº 31, de 24 de fevereiro, do Senador

Aloizio Mercadante, indicando o Deputado Sérgio Miranda como representante da Liderança do Governo. **2)** Ofício nº 159, de 26 de fevereiro, do Deputado Valdemar Costa Neto, Líder do PL, indicando o Deputado Welinton Fagundes. **3)** Ofício nº 27/Plen, de 23 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Carlito Merss. **4)** Ofício nº 635, de 29 de abril, do Deputado Jutahy Júnior, Líder do PSDB, indicando o Deputado Anivaldo Vale. **5)** Ofício nº 353, de 06 de maio, do Deputado Eduardo Campos, Líder do PSB, indicando o Deputado Renato Casagrande. No Senado Federal: **1)** Ofício nº 94, de 28 de abril, do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, indicando o Senador Sérgio Guerra. **2)** Ofício nº 148, de 28 de abril, do Senador Tião Viana, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, indicando a Senadora Serys Slhessarenko. **3)** Ofício nº 107, de 28 de abril, do Senador José Agripino, Líder do PFL, indicando o Senador Leomar Quintanilha. **4)** Ofício nº 75, de 29 de abril, do Senador Antônio Carlos Valadares, Líder do PSB, indicando o Senador João Capiberibe. **5)** Ofício nº 79, de 29 de abril, do Senador Jefferson Péres, Líder do PDT, indicando o Senador Almeida Lima. **6)** Ofício nº 167, de 29 de abril, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, indicando o Senador Luiz Otávio. – Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Ofício nº 53, da Senadora Heloísa Helena, e Ofício nº83, do Senador Antero Paes de Barros, de 11 de março, justificando ausência à reunião realizada na mesma data. **2)** Ofício nº 37, de 24 de março, do gabinete do Deputado Cleonâncio Fonseca, justificando ausência no período de 12 a 27 de março. **3)** Ofício nº 98, de 25 de março, do Senador Antero Paes de Barros, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 18 e 25 de março e 1º e 08 de abril. **4)** Ofícios nºs 154 e 155, de 08 e 09 de abril respectivamente, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 01 a 03 e de 08 a 10 de abril. **5)** Ofício nº 93, de 10 de abril, do Deputado Milton Monti, justificando ausência no dia 27 de março. **6)** Ofício nº 112, de 22 de abril, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência à reunião realizada na mesma data. **7)** Ofício nº 167, de 23 de abril, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência no período de 14 a 16 de abril. **8)** Ofício nº 115, de 23 de abril, do gabinete do Deputado Milton Monti, justificando ausência nos dias 08 e 10 de abril. **9)** Expediente de 24 de abril, do Deputado João Correia, justificando ausência no dia 23 de abril e nos dias 28 a 30 do mesmo mês. **10)** Expediente de 24 de abril, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 23, 28 e 30 de abril. **11)** Ofício nº 138, de 28 de abril, da Deputada Professora Raquel Teixeira, justificando ausência nos dias 21 a 25 de abril. **12)** Ofício nº 36, de 29 de abril, do Deputado Anivaldo Vale, justificando ausência no dia 29 de abril. **13)** Ofício nº 35, de 30 de abril, do gabinete do Deputado Machado, justificando ausência no dia 29 de abril. **14)** Ofício nº 121, de 06 de maio, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência nos dias 24 e 29 de abril. **15)** Ofício nº 103, de 07 de maio, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, justificando ausência no dia 07 de maio. **16)** Ofício nº 134, de 07 de maio, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência nos dias 29 de abril e 06 de maio. – Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004: . Ofício nº 28/Plen, de 23 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Paulo Bernardo, do PT/PR. – Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007: . Ofício nº 016/2003 – Bloco, de 24 de abril, encaminhado pelo Líder do PT e Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Tião Viana, indicando o Senador Roberto Saturnino, do PT/RJ. – Expedientes diversos: **1)** Ofício nº 063, de 27 de fevereiro, do 1º Vice Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, encaminhando Ofício do Presidente do Banco Central do Brasil, que trata da *avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.* **2)** Ofício nº 050, de 27 de março, do Senador Romero Jucá, solicitando emissão de parecer desta Comissão acerca da redução da meta de superávit primário para o setor público que, estando consolidada em 3,75 por cento do PIB para 2003, conforme Anexo de Metas Fiscais constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, foi ampliado por Decreto Presidencial para 4,25 por cento, conforme explicitado no Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2003, de autoria do Senador Romero Jucá. O Presidente informou que o Deputado Sérgio Miranda havia sido designado para relatar a referida matéria. **3)** Ofício nº 26, de 14 de abril, do Deputado João Leão, em que solicita, na qualidade de relator do Aviso nº 04/2002-CN, seja dado conhecimento ao Plenário da Comissão do Estudo re-

alizado e das informações solicitadas ao Banco do Nordeste e ao Tribunal de Contas da União para embasar seu Relatório acerca do referido Aviso, que *"Encaminha as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao exercício de 2002, de acordo com o art. 20, § 4º, da Lei 7.827, de 27.09.89."* O Presidente informou que cópia desse estudo já havia sido distribuída ao Plenário e que o pleito do Deputado João Leão estava atendido. **4)** Aviso nº 263, de 28 de abril, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Waldir Pires, encaminhando o Balanço Geral da União referente ao exercício de 2002. **5)** Ofício Pres/Interno nº 030, de 30 de abril, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, através do qual encaminha convite para participação de audiência pública a ser realizada no dia 07 de maio, às 14 horas, no plenário 03 da Câmara dos Deputados, para ouvir dirigentes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sobre a utilização de recursos de emenda ao Orçamento da União de autoria daquela Comissão. **6)** Ofício nº 114, de 13 de maio, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando correção de emenda de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. – Correspondência externa recebida: **1)** Ofício nº 356 de 13 de dezembro, enviado pelo Secretário de Controle Externo de Rondônia, Fábio Arruda de Lima, encaminhando cópia da Decisão nº 253, de 2002, e do Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de melhoria da navegação das hidrovias do Corredor Oeste-Norte do Rio Madeira no trecho Porto Velho – Foz do Madeira. **2)** Expediente nº 96 de 26 de dezembro, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, encaminhando resposta ao Ofício nº 459, desta Presidência. **3)** Ofício Circular nº 01, de 29 de janeiro, da Associação Brasileira de Orçamento Público, encaminhando a programação de cursos para 2003 e o programa de Curso sobre Convênios Federais. **4)** Ofício nº 08, de 11 de fevereiro, da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, encaminhando o programa do Seminário Internacional sobre "A Colaboração dos Poderes do Estado na Administração", a ser realizado em Santiago, no Chile, no período de 31 de março a 04 de abril. **5)** Ofício nº 82, de 20 de fevereiro, da assessoria parlamentar do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, informando o comparecimento no dia 25 de fevereiro do Secretário do Tesouro Nacional e do Secretário de Orçamento Federal. **6)** Ofício Conjunto nº 74 do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, e do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci Filho, propondo a data de comparecimento perante o Plenário da Comissão, com vistas a prestar esclarecimentos sobre o Contingenciamento dos recursos do Orçamento Geral da União para 2003, para o dia 18/03/2003, às 15 horas. **7)** Expediente 852, de 13 de março, da assessoria parlamentar do Banco Central do Brasil, em que confirma a participação do Dr. Henrique Meirelles, Presidente do referido Banco, na reunião de audiência pública conjunta a ser realizada no dia 1º de abril, às 15 horas, no plenário desta Comissão. **8)** Expediente de 21 de março, do Secretário-Executivo do Banco Central do Brasil, Dr. Antônio Carlos Monteiro, encaminhando documentação referente à reunião conjunta a ser realizada no dia 01 de abril, em atendimento ao disposto no *art. 9º § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.* – Aviso/GP, de 20 de dezembro, enviado pelo (então) Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: . Aviso nº 1.590, em atendimento aos Decretos Legislativos nºs 14, 39 e 46, de 05/07/2002, encaminhando informações sobre o acompanhamento físico financeiro dos contratos relativos aos referidos Decretos. – Avisos/SGS, de 23 e 30 de janeiro, respectivamente, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 002 (Acórdão nº 012/2003): auditoria realizada em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 22, de 2002, sobre o subtítulo Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí. **2)** Aviso nº 40 (Acórdãos nºs 35 e 40/2003): recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. – Aviso/SGS, de 05 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 74 (Acórdão nº 74/2003): inspeção realizada no Projeto "Perímetro de Irrigação Salangô", em cumprimento à Decisão nº 693/97-TCU. – Aviso/SGS, de 14 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 120 (Acórdão nº 95/2003): auditoria realizada para verificar a execução das obras relativas à construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Distrito Federal – Setor "C" do Complexo Penitenciário da Papuda/DF. – Aviso/SGS, de 19 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 132 (Acórdão nº 123, 125 e 126/2003): auditoria nas obras de construção da

Barragem Umari, em Upanema, no Estado do Rio Grande do Norte. – Avisos/SGS, de 26 de fevereiro, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 204 (Acórdão nº 168/2003): Representação sobre eventual superfaturamento de preços nas obras de recuperação da rodovia BR-319, entre os quilômetros 606 e 640. **2)** Aviso nº 209 (Acórdão nº 157/2003): inspeção referente à implantação do sistema de transmissão associado à UHE de Xingó em Pernambuco (180 km de linha de transmissão em 500 KV e de 6 subestações com 1.240 MVA). **3)** Aviso nº 210 (Acórdão nº 159/2003): auditoria realizada na licitação relativa às obras da adutora Alto Sertão e sertaneja, no Estado de Sergipe. **4)** Aviso nº 224 (Acórdão nº 130/2003): acompanhamento das publicações e do envio ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2002, pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal. – Avisos/SGS, de 19 de março, enviados pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta: **1)** Aviso nº 293 (Acórdão nº 245/2003): auditoria realizada pela SECEX/PI nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, no Piauí. **2)** Aviso nº 314/2003 encaminhando os seguintes Acórdãos: Acórdão nº 236/2003: auditoria nas obras de recuperação e melhoramento da infra-estrutura portuário dos Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, na Bahia. Acórdão nºs 237/2003: auditoria realizada em Contrato firmado pela CODERN, referente às obras de ampliação do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte. Acórdão nº 238/2003: auditoria relativa ao acompanhamento semestral da execução físico-financeira do trecho Calafate-Barreiro, da obra do Trem Metropolitano de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Acórdão nº 250/2003: Representação referente à auditoria realizada na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN. Acórdão nº 252/2003: fiscalização realizada pelo Secretaria de Macroavaliação Governamental – SEMAG para acompanhar as limitações de empenho e de movimentação financeira promovidas pelo Poder Executivo. **3)** Aviso nº 335 (Acórdão nº 244/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação dos Molhes do Porto de Itajaí, em Santa Catarina (obra incluída no Quadro VII da Lei 10.407/2002). **4)** Aviso nº 336 (Acórdão nº 241/2003): auditoria operacional para avaliar o desempenho dos controles aduaneiros relacionados ao Regime Especial de Admissão Temporária de bens destinados a atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural e à Valoração Aduaneiro de mercadorias. **5)** Aviso nº 338 (Acórdão nº 244/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação dos Molhes do Porto de Itajaí, em Santa Catarina. – Aviso/SGS, de 26 de março, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 357 encaminhando os seguintes Acórdãos: Acórdão nº 266/2003: inspeção nas obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal. Acórdão nº 268/2003: auditoria nas obras de conservação preventiva a, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso. Acórdão nº 269/2003: auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso. Acórdão nº 270/2003: inspeção nas obras de ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande/RS e dragagem de aprofundamento do Canal de Acesso no Estado do Rio Grande do Sul. – Aviso/SGS, de 28 de março, enviado pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Mota: Aviso nº 382/2003 (Acórdão nº 456/2003): tomada de contas especial sobre representação sobre o pagamento de serviços em duplicidade e de indícios de superfaturamento na planilha de serviços extras da obra de construção do edifício-sede do TRT/RN. – Aviso/SGS, de 02 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 406/2003, encaminhando os seguintes Acórdãos: . Acórdão nº 304/2003: inspeção na execução de convênios celebrados entre o Ministério da Saúde e a Fundação Cristiano Varella, destinados à construção, à aquisição de equipamentos e à manutenção do Hospital do Câncer, em Muriaé-MG, em decorrência de solicitação da Comissão Mista de Orçamento. . Acórdão nº 310/2003: auditoria nas obras de recuperação da infra-estrutura portuária do Porto de Santos, em São Paulo . Acórdão nº 312/2003: construção de ponte sobre o Rio Poty em Teresina, no Piauí. . Acórdão nº 313/2003: obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Divisa MT/PA – Santarém. – Aviso/SGS, de 09 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 452/2003, encaminhando os seguintes Acórdãos: . Acórdão nº 342/2003: auditoria realizada nas obras de construção das eclusas do Rio Tocantins. . Acórdão nº 343/2003: auditoria relativa à construção de pontes no Corredor Oeste-Norte – BR-319/RO. . Acórdão nº 346/2003: auditoria realizada nas obras de infra-estrutura hídrica – Sistema de Integrados de Abastecimento D'água das Barragens de Inhúmas II/Mundaú II/Pacas, em

Pernambuco. . Acórdão nº 347/2003: obras de Macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió, Alagoas. – Avisos/SGS e GP, de 16 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 508/2003 (Acórdão nº 377/2003): auditoria realizada nas obras do Anel Expresso de Fortaleza, no Ceará. **2)** Aviso nº 509/2003 (Acórdão nº 378/2003): auditoria realizada nos demonstrativos contábeis do Banco Central do Brasil – BACEN – de 1994 a 2000. **3)** Aviso nº 517/2003 (Acórdão nº 380/2003): relatório de impacto de auditoria de desempenho realizada no Reforsus. **4)** Aviso nº 403-GP/2003: em resposta ao Ofício nº P-90/2003-CMO, de 08 de abril, desta Presidência, informa que foram tomadas as providências cabíveis junto à Unidade Técnica competente daquele Tribunal quanto à análise e avaliação de relatórios de gestão fiscal. **5)** Aviso nº 503 (Acórdão nº 374/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, rodovia BR-330/PI, no trecho que vai de Bom Jesus/PI à divisa entre os Estados do Piauí e do Maranhão. – Expediente encaminhado em atendimento ao disposto no *art. 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003*: . Ofício nº 515, de 30 de dezembro de 2002, do Ministério dos Transportes. – Avisos/SGS de 23 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 542 (Acórdão nº 396/2003): auditoria realizada nas obras e serviços de construção, fornecimento e instalação de equipamentos e sistema do Aeroporto Internacional de Palmas, no Estado do Tocantins. **2)** Aviso nº 545 (Acórdão nº 397/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais, no Estado do Pernambuco. – Aviso-GP de 30 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 466-GP, que encaminha informações sobre os acompanhamentos físico-financeiros da execução dos contratos sobre empreendimentos especificados nos Decretos Legislativos do Congresso Nacional nºs 49, 51, 52, 55, 56, 59 a 63, de 08/11/2002; 64, de 18/11/2002 e 75, de 25/11/2002. – Avisos/SGS, de 30 de abril, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 566 (Acórdão nº 419/2003): pedidos de reexame pelos responsáveis contra o Acórdão nº 230/2000 sobre auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde do Amapá – FUNASA/CORAP. **2)** Aviso nº 571 (Acórdão nº 420/2003): pedidos de reexame interpostos pelos responsáveis contra o Acórdão nº 128/99, sobre auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde do Amapá – FUNASA/CORAP. **3)** Aviso nº 576 (Acórdão nº 425/2003): auditoria realizada no Programa de Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga, no Estado do Rio de Janeiro. **4)** Aviso nº 579 (Acórdão nº 429/2003): auditoria realizada nas obras de construção e recuperação de obras de infra-estrutura-aproveitamento hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Alagoas. **5)** Aviso nº 580 (Acórdão nº 430/2003): auditoria realizada na execução orçamentária referente à implantação, aparelhamento e adequação de unidades de saúde do SUS, no Estado de Minas Gerais. **6)** Aviso nº 582 (Acórdão nº 431/2003): tomada de contas especial instaurada pelo extinto INAMPS contra o ex-Prefeito de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, sobre a construção de hospital psiquiátrico. **7)** Aviso nº 593 (Acórdão nº 424/2003): auditoria realizada nas obras de melhoria da infra-estrutura na retroárea do Cais de Capuaba, no Estado do Espírito Santo. **8)** Aviso nº 597 (Acórdão nº 427/2003): auditoria realizada nas obras de construção de contornos rodoviários no Corredor Araguaia/Tocantins Noroeste (BR-060/GO). – Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos *artigos 54 e 55, da Lei de Responsabilidade Fiscal*, e *artigo 5º da Lei nº 10.028/2000*, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2002, dos seguintes órgãos: .Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. . Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª a 3ª, 5ª, 8ª, 9ª a 11ª, 13ª, 15ª, 17ª a 21ª, 23ª e 24ª. . Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União e Senado Federal. Tendo sido atingido o quorum para votação, às dez horas e cinqüenta e três minutos, o Presidente procedeu à apreciação da Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 06 e 07 de maio de 2003. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. De acordo com o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno*

da Comissão, o Presidente declarou a Ata **aprovada**. **ORDEM DO DIA** - PAUTA Nº 11 - Apreciação do Relatório apresentado para disciplinamento das relações jurídicas geradas pela eficácia da seguinte Medida Provisória: **Item 01** - Medida Provisória nº 31, de 2002, que "Abre crédito extraordinário, no valor global de R$ 209.600.000,00, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, para os fins que especifica". Relator: Deputado Anivaldo Vale. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** Às dez horas e cinqüenta e sete minutos, por solicitação do Deputado João Almeida, o Presidente encerrou a reunião, em virtude da inexistência, no recinto, de número regimental para deliberação, de acordo com o disposto no *§ 2º do art. 29 do Regimento Comum*. Antes, convocou os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia vinte de maio, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – Senador **Gilberto Mestrinho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Cajado) – Declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação.

Convoco a continuação desta reunião para as 18h de hoje.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação na representação do Senado Federal.

Convoco a continuação desta reunião para a quinta-feira, 15 de maio, às 10h.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11/2003.

Temos as atas das reuniões dos dias 6 e 7 de maio de 2003.

Aguardaremos número no Senado – faltam ainda dois Senadores para que se chegue ao *quorum* regimental – para darmos início à votação.

Avisos.

1) Conforme questão de ordem aprovada em 31 de agosto de 1999, foi solicitada às Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a elaboração de nota técnica conjunta sobre o teor das Mensagens nºs 314 a 322, 336 a 343 e 348/2002-CN e a de nº 10/2003, referentes à abertura de créditos suplementares por decreto.

Posteriormente será encaminhada aos membros da Comissão as referidas notas técnicas.

2) Informo a abertura do prazo para apresentação de emendas aos relatórios e aos projetos de decreto legislativo referentes aos Avisos nºs 92-137 e 57/2002, de 15 e 16 maio de 2003.

Convido o Deputado Ary Vanazzi para sentar-se à Mesa, a fim de proceder à leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI – Correspondência interna recebida:

– Expedientes encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

– Na Câmara dos Deputados:

1) Ofício nº 31, de 24 de fevereiro, do Senador Aloizio Mercadante, indicando o Deputado Sérgio Miranda como representante da Liderança do Governo.

2) Ofício nº 159, de 26 de fevereiro, do Deputado Valdemar Costa Neto, Líder do PL, indicando o Deputado Welinton Fagundes.

3) Ofício nº 27/Plen, de 23 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Carlito Merss.

4) Ofício nº 635, de 29 de abril, do Deputado Jutahy Junior, Líder do PSDB, indicando o Deputado Anivaldo Vale.

5) Ofício nº 353, de 6 de maio, do Deputado Eduardo Campos, Líder do PSB, indicando o Deputado Renato Casagrande.

– No Senado Federal:

1) Ofício nº 94, de 28 de abril, do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, indicando o Senador Sérgio Guerra.

2) Ofício nº 148, de 28 de abril, do Senador Tião Viana, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, indicando a Senadora Serys Slhessarenko.

3) Ofício nº 107, de 28 de abril, do Senador José Agripino, Líder do PFL, indicando o Senador Leomar Quintanilha.

4) Ofício nº 75, de 29 de abril, do Senador Antônio Carlos Valadares, Líder do PSB, indicando o Senador João Capiberibe.

5) Ofício nº 79, de 29 de abril, do Senador Jefferson Péres, Líder do PDT, indicando o Senador Almeida Lima.

6) Ofício nº 167, de 29 de abril, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, indicando o Senador Luiz Otávio.

– Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: 1) Ofício nº 53, da Senadora Heloísa Helena, e Ofício nº 83, do Senador Antero Paes de Barros, de 11 de março, justificando ausência à reunião realizada na mesma data.

2) Ofício nº 37, de 24 de março, do gabinete do Deputado Cleonâncio Fonseca, justificando ausência no período de 12 a 27 de março.

3) Ofício nº 98, de 25 de março, do Senador Antero Paes de Barros, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 18 e 25 de março e 1º e 8 de abril.

4) Ofícios nºs 154 e 155, de 08 e 09 de abril respectivamente, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 01 a 03 e de 08 a 10 de abril.

5) Ofício nº 93, de 10 de abril, do Deputado Milton Monti, justificando ausência no dia 27 de março.

6) Ofício nº 112, de 22 de abril, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência à reunião realizada na mesma data.

7) Ofício nº 167, de 23 de abril, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência no período de 14 a 16 de abril.

8) Ofício nº 115, de 23 de abril, do gabinete do Deputado Milton Monti, justificando ausência nos dias 08 e 10 de abril.

9) Expediente de 24 de abril, do Deputado João Correia, justificando ausência no dia 23 de abril e nos dias 28 a 30 do mesmo mês.

10) Expediente de 24 de abril, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 23, 28 e 30 de abril.

11) Ofício nº 138, de 28 de abril, da Deputada Professora Raquel Teixeira, justificando ausência nos dias 21 a 25 de abril.

12) Ofício nº 36, de 29 de abril, do Deputado Anivaldo Vale, justificando ausência no dia 29 de abril.

13) Ofício nº 35, de 30 de abril, do gabinete do Deputado Machado, justificando ausência no dia 29 de abril.

14) Ofício nº 121, de 06 de maio, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência nos dias 24 e 29 de abril.

15) Ofício nº 103, de 07 de maio, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, justificando ausência no dia 07 de maio.

16) Ofício nº 134, de 07 de maio, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência nos dias 29 de abril e 06 de maio.

– Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004:

Ofício nº 28/Plen, de 23 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino, Líder do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Paulo Bernardo, do PT/PR.

– Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007:

. Ofício nº 016/2003 – Bloco, de 24 de abril, encaminhado pelo Líder do PT e Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Tião Viana, indicando o Senador Roberto Saturnino, do PT/RJ.

– Expedientes diversos:

1) Ofício nº 063, de 27 de fevereiro, do 1º Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, encaminhando Ofício do Presidente do Banco Central do Brasil, que trata da *avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.*

2) Ofício nº 050, de 27 de março, do Senador Romero Jucá, solicitando emissão de parecer desta Comissão acerca da redução da meta de superávit primário para o setor público, que, estando consolidada em 3,75% do PIB para 2003, conforme Anexo de Metas Fiscais constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, foi ampliada, por decreto presidencial, para 4,25%, conforme explicitado no Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2003, de autoria do Senador Romero Jucá.

Informo que o Deputado Sérgio Miranda foi designado para relatar esta matéria.

3) Ofício nº 26, de 14 de abril, do Deputado João Leão, em que solicita, na qualidade de Relator do Aviso nº 04/2002-CN, seja dado conhecimento ao Plenário da Comissão do estudo realizado e das informações solicitadas ao Banco do Nordeste e ao Tribunal de Contas da União para embasar seu relatório acerca do referido aviso, que *"encaminha as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao exercício de 2002, de acordo com o art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989"*.

Cópia deste estudo já foi distribuída ao Plenário. Portanto, a solicitação do Deputado João Leão já foi atendida.

4) Aviso nº 263, de 28 de abril, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Waldir Pires, encaminhando o Balanço Geral da União referente ao exercício de 2002.

5) Ofício do Presidente Interno nº 030, de 30 de abril, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, através do qual encaminha convite para participação de audiência pública a ser realizada no dia 07 de maio, às 14 horas, no Plenário nº 03 da Câmara dos Deputados, para ouvir dirigentes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua sobre a utilização de recursos de emenda ao Orçamento da União de autoria daquela Comissão.

6) Ofício nº 114, de 13 de maio, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando correção de emenda de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004.

– Correspondência externa recebida:

1) Ofício nº 356, de 13 de dezembro, enviado pelo Secretário de Controle Externo de Rondônia, Fábio Arruda de Lima, encaminhando cópia da Decisão nº 253, de 2002, e do relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de melhoria da navegação das hidrovias do Corredor Oeste-Norte do Rio Madeira, no trecho Porto Velho-Foz do Madeira.

2) Expediente nº 96, de 26 de dezembro, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, encaminhando resposta ao Ofício nº 459, desta Presidência.

3) Ofício Circular nº 01, de 29 de janeiro, da Associação Brasileira de Orçamento Público, encaminhando a programação de cursos para 2003 e o programa de Curso sobre Convênios Federais.

4) Ofício nº 08, de 11 de fevereiro, da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, encaminhando o programa do Seminário Internacional sobre *A Colaboração dos Poderes do Estado na Administração*, a ser realizado em Santiago, no Chile, no período de 31 de março a 04 de abril.

5) Ofício nº 82, de 20 de fevereiro, da Assessoria Parlamentar do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, informando o comparecimento, no dia 25 de fevereiro, do Secretário do Tesouro Nacional e do Secretário de Orçamento Federal.

6) Ofício Conjunto nº 74, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, e do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antonio Palocci Filho, propondo a data de comparecimento perante o Plenário da Comissão, com vistas a prestar esclarecimentos sobre o contingenciamento dos recursos do Orçamento Geral da União para 2003, para o dia 18 de março de 2003, às 15 horas.

7) Expediente nº 852, de 13 de março, da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, em que confirma a participação do Dr. Henrique Meirelles, Presidente do referido Banco, na reunião de audiência pública conjunta a ser realizada no dia 1º de abril, às 15 horas, no plenário desta Comissão.

8) Expediente de 21 de março, do Secretário-Executivo do Banco Central do Brasil, Dr. Antônio Carlos Monteiro, encaminhando documentação referente à reunião conjunta a ser realizada no dia 1º de abril, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

– Aviso/GP, de 20 de dezembro, enviado pelo então Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

Aviso nº 1.590, em atendimento aos Decretos Legislativos nºs 14, 39 e 46, de 05 de julho de 2002, encaminhando informações sobre o acompanhamento físico-financeiro dos contratos relativos aos referidos decretos.

– Avisos/SGS, de 23 e 30 de janeiro, respectivamente, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 002 (Acórdão nº 012/2003): auditoria realizada em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 22, de 2002, sobre o subtítulo *Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí*.

Aviso nº 40 (Acórdãos nºs 35 e 40/2003): recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

– Avisos/SGS, de 05 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 74 (Acórdão nº 74/2003): inspeção realizada no Projeto Perímetro de Irrigação Salangô, em cumprimento à Decisão nº 693/97, do Tribunal de Contas da União.

– Aviso/SGS, de 14 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 120 (Acórdão nº 95/2003): auditoria realizada para verificar a execução das obras relativas à construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Distrito Federal – Setor "C" do Complexo Penitenciário da Papuda, Distrito Federal.

– Aviso/SGS, de 19 de fevereiro, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 132 (Acórdão nº 123, 125 e 126/2003): auditoria nas obras de construção da Barragem Umari, em Upanema, no Estado do Rio Grande do Norte.

– Avisos/SGS, de 26 de fevereiro, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 204 (Acórdão nº 168/2003): representação sobre eventual superfaturamento de preços nas obras de recuperação da rodovia BR-319, entre os quilômetros 606 e 640.

Aviso nº 209 (Acórdão nº 157/2003): inspeção referente à implantação do sistema de transmissão associado à UHE de Xingó em Pernambuco (180 km de linha de transmissão em 500 kw e de 6 subestações com 1.240 mw).

Aviso nº 210 (Acórdão nº 159/2003): auditoria realizada na licitação relativa às obras da adutora Alto Sertão e Sertaneja, no Estado de Sergipe.

Aviso nº 224 (Acórdão nº 130/2003): acompanhamento das publicações e do envio ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2002, pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal.

– Avisos/SGS, de 19 de março, enviados pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta:

Aviso nº 293 (Acórdão nº 245/2003): auditoria realizada pela SECEX/PI nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, no Piauí.

Aviso nº 314/2003, encaminhando os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 236/2003: auditoria nas obras de recuperação e melhoramento da infra-estrutura portuária dos Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, na Bahia.

Acórdão nº 237/2003: auditoria realizada em contrato firmado pela CODERN, referente às obras de ampliação do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte.

Acórdão nº 238/2003: auditoria relativa ao acompanhamento semestral da execução físico-financeira do trecho Calafate-Barreiro da obra do Trem Metropolitano de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Acórdão nº 250/2003: representação referente à auditoria realizada na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN.

Acórdão nº 252/2003: fiscalização realizada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – SEMAG para acompanhar as limitações de empenho e de movimentação financeira promovidas pelo Poder Executivo.

Aviso nº 335 (Acórdão nº 244/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação dos molhes do Porto de Itajaí, em Santa Catarina (obra incluída no Quadro VII da Lei nº 10.407/2002).

Aviso nº 336 (Acórdão nº 241/2003): auditoria operacional para avaliar o desempenho dos controles aduaneiros relacionados ao Regime Especial de Admissão Temporária de bens destinados a atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural e à Valoração Aduaneiro de mercadorias.

Aviso nº 338 (Acórdão nº 244/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação dos molhes do Porto de Itajaí, em Santa Catarina.

Aviso/SGS, de 26 de março, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 357 encaminhando os seguintes Acórdãos:

Acórdão nº 266/2003: inspeção nas obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal.

Acórdão nº 268/2003: auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso.

Acórdão nº 269/2003: auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso.

Acórdão nº 270/2003: inspeção nas obras de ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande/RS, e dragagem de aprofundamento do canal de acesso no Estado do Rio Grande do Sul.

– Aviso/SGS, de 28 de março, enviado pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Mota:

Aviso nº 382/2003 (Acórdão nº 456/2003): tomada de contas especial sobre representação sobre o pagamento de serviços em duplicidade e de indícios de superfaturamento na planilha de serviços extras da obra de construção do edifício-sede do TRT/RN.

– Aviso/SGS, de 02 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 406/2003, encaminhando os seguintes Acórdãos:

Acórdão nº 304/2003: inspeção na execução de convênios celebrados entre o Ministério da Saúde e a Fundação Cristiano Varella, destinados à construção, à aquisição de equipamentos e à manutenção do Hospital do Câncer, em Muriaé/MG, em decorrência de solicitação da Comissão Mista de Orçamento.

Acórdão nº 310/2003: auditoria nas obras de recuperação da infra-estrutura portuária do Porto de Santos, em São Paulo.

Acórdão nº 312/2003: construção de ponte sobre o Rio Poty em Teresina, no Piauí.

Acórdão nº 313/2003: obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Divisa MT/PA – Santarém.

– Aviso/SGS, de 09 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 452/2003, encaminhando os seguintes Acórdãos:

Acórdão nº 342/2003: auditoria realizada nas obras de construção das eclusas do Rio Tocantins.

Acórdão nº 343/2003: auditoria relativa à construção de pontes no Corredor Leste-Norte – BR-319/RO.

Acórdão nº 346/2003: auditoria realizada nas obras de infra-estrutura hídrica – Sistema de Integrados de Abastecimento D'água das Barragens de Inhúmas II/ Mundaú II/ Pacas, em Pernambuco.

Acórdão nº 347/2003: obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió, Alagoas.

– Avisos/SGS e GP, de 16 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 508/2003 (Acórdão nº 377/2003): auditoria realizada nas obras do Anel Expresso de Fortaleza, no Ceará.

Aviso nº 509/2003 (Acórdão nº 378/2003): auditoria realizada nos demonstrativos contábeis do Banco Central do Brasil – BACEN, de 1994 a 2000.

Aviso nº 517/2003 (Acórdão nº 380/2003): relatório de impacto de auditoria de desempenho realizada no REFORSUS.

Aviso nº 403-GP/2003: em resposta ao Ofício nº P-90/2003-CMO, de 08 de abril, desta Presidência, informa que foram tomadas as providências cabíveis junto à unidade técnica competente daquele Tribunal quanto à análise e avaliação de relatórios de gestão fiscal.

Aviso nº 503 (Acórdão nº 374/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, rodovia BR-330/PI, no trecho que vai de Bom Jesus/PI à divisa entre os Estados do Piauí e do Maranhão.

– Expedientes encaminhados em atendimento ao disposto no art. 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003:

Ofício nº 515, de 30 de dezembro de 2002, do Ministério dos Transportes.

– Avisos/SGS de 23 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 542 (Acórdão nº 396/2003): auditoria realizada nas obras e serviços de construção, fornecimento e instalação de equipamentos e sistema do Aeroporto Internacional de Palmas, no Estado do Tocantins.

Aviso nº 545 (Acórdão nº 397/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais, no Estado de Pernambuco.

– Aviso-GP de 30 de abril, enviado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 466-GP, que encaminha informações sobre os acompanhamentos físico-financeiros da execução dos contratos sobre empreendimentos especificados nos Decretos Legislativos do Congresso Nacional nºs 49, 51, 52, 55, 56, 59 a 63, de 08/11/2002; 64, de 18/11/2002 e 75, de 25/11/2002.

– Avisos/SGS, de 30 de abril, enviados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 566 (Acórdão nº 419/2003): pedidos de reexame pelos responsáveis contra o Acórdão nº 230/2000 sobre auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde do Amapá – FUNASA/CORAP.

Aviso nº 571 (Acórdão nº 420/2003): pedidos de reexame interpostos pelos responsáveis contra o Acórdão nº 128/99, sobre auditoria realizada na Coor-

denadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde do Amapá – FUNASA/CORAP.

Aviso nº 576 (Acórdão nº 425/2003): auditoria realizada no Programa de Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos campos petrolíferos de Barracuda e Caratinga, no Estado do Rio de Janeiro.

Aviso nº 579 (Acórdão nº 429/2003): auditoria realizada nas obras de construção e recuperação de obras de infra-estrutura e aproveitamento hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Alagoas.

Aviso nº 580 (Acórdão nº 430/2003): auditoria realizada na execução orçamentária referente à implantação, aparelhamento e adequação de unidades de saúde do SUS, no Estado de Minas Gerais.

Aviso nº 582 (Acórdão nº 431/2003): tomada de contas especial instaurada pelo extinto INAMPS contra o ex-Prefeito de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, sobre a construção de hospital psiquiátrico.

Aviso nº 593 (Acórdão nº 424/2003): auditoria realizada nas obras de melhoria da infra-estrutura na retroárea do Cais de Capuaba, no Estado do Espírito Santo.

Aviso nº 597 (Acórdão nº 427/2003): auditoria realizada nas obras de construção de contornos rodoviários no Corredor Araguaia/Tocantins Noroeste (BR-060/GO).

– Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos arts. 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 5º da Lei nº 10.028/2000, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2002, dos seguintes órgãos:

Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª a 3ª, 5ª, 8ª, 9ª a 11ª, 13ª, 15ª, 17ª a 21ª, 23ª e 24ª.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União e Senado Federal.

O SR PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, nobre Deputado.

Passaremos à apreciação da ata da 5ª reunião ordinária realizada em 6 e 7 de maio de 2003, já que alcançamos o *quorum* no Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno das Comissões, a ata é declarada aprovada.

Ordem do Dia.

Apreciação do Relatório apresentado para disciplinamento das relações jurídicas geradas pela eficácia da seguinte Medida Provisória:

Item 1.

Medida Provisória nº 31, de 2002, que "abre crédito extraordinário, no valor global de R$ 209.600.000,00, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, para os fins que especifica".

Relator: Deputado Anivaldo Vale, que opinou pelo arquivamento da matéria.

Esta matéria já foi aprovada pela Câmara e pelo Senado e apenas espera nossa manifestação para disciplinamento das relações jurídicas geradas pela referida medida provisória.

O parecer do Relator está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O Deputado João Almeida tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, cheguei agora a esta reunião e fiquei perplexo. V.Exa. invocou a opinião dos Srs. Senadores, mas estão presentes apenas V.Exa. e o outro ilustre Senador que compõe a Mesa. A Comissão está inteiramente esvaziada. Não temos número para conduzir os trabalhos. Os Deputados presentes somos apenas eu, que cheguei agora, e o ilustre Deputado Pedro Novais, que é mais aplicado. Desse modo, acho sensato suspender a reunião da Comissão, porque não há como deliberar sem a presença sequer do Relator da matéria em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – É evidente que não há *quorum* no plenário, embora haja no livro.

No entanto, tendo em vista a manifestação do Deputado João Almeida contra a diminuta presença de membros da Comissão para tomar resoluções, encerramos a reunião, marcando outra a próxima para terça-feira, dia 20, às 14h30.

Está encerrada a reunião.

Ata da Sétima Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada no dia 20 de maio de 2003.

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência de seu titular, Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes das Pautas nº 11-A e 12/2003. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Benedito de Lira, Carlos Melles, Cézar Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elimar Máximo Damasceno, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Herculano Anghinetti, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Moreira Franco, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra e Serys Slhessarenko; – **Deputados suplentes:** André Luiz, André Zacharow, Carlos Nader, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, José Pimentel, Jovair Arantes, Kátia Abreu, Luiz Carreira, Mário Negromonte, Paulo Afonso, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas e Telma de Souza. – **Senadores suplentes:** Amir Lando, Augusto Botelho e Delcídio Amaral. Registrou-se a presença do Deputado não-membro Coriolano Sales. O Senador César Borges justificou ausência. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Carlito Merss, Dr. Rosinha, Elaine Costa, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, João Leão, José Priante, Márcio Reinaldo Moreira, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Pedro Novais, Roberto Balestra, Sérgio Miranda e Wellington Roberto; – **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Duciomar Costa, Efraim Morais, Garibaldi Alves Filho, Heloísa Helena, Lúcia Vânia e Magno Malta. **ABERTURA:** Às quinze horas e dois minutos, o Presidente declarou aberta a reunião informando que não seria apreciada naquele momento a ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 e 15 de maio de 2003, tendo em vista a falta de quorum para deliberação na representação do Senado Federal. Procedeu, em seguida, à leitura da correspondência recebida pela Comissão. **EXPEDIENTE** – Correspondência interna recebida: – Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Na Câmara dos Deputados: Ofício nº 179, de 15 de maio, do Deputado Roberto Freire, indicando o Deputado Cezar Silvestri como representante da Liderança do PPS. – Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: Ofício nº 124, de 07 de maio, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência no dia 07 de maio. Ofício nº 405, de 14 de maio, do Deputado Roberto Jefferson, Líder do PTB, justificando ausência do Deputado Félix Mendonça nos dias 06 e 07 de maio. Ofício nº 219, de 15 de maio, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência nos dias 13 a 15 de maio. Ofício nº 43, de 14 de maio, do Deputado Machado, justificando ausência no dia 15 de maio. – Expedientes diversos: . Ofício nº 214, de 16 de maio, da Senadora Lúcia Vânia, em que solicita a retirada de pauta do Requerimento nº 06/2003, de sua autoria. Correspondência externa recebida – Avisos/SGS, de 07 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 624 (Acórdão nº 471/2003): auditoria realizada nas obras de modernização e adequação de unidades de saúde da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. **2)** Aviso nº 627 (Acórdão nº 473/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins – BR-235 – Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso. **3)** Aviso nº 631 (Acórdão nº 461/2003): auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Mercosul/BR-386/RS – Lajeado – Canoas, no Rio Grande do Sul. **4)** Aviso nº 633 (Acórdão nº 464/2003): auditoria realizada nas obras de implantação da Avenida

Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Estado de São Paulo. **5)** Aviso nº 635 (Acórdão nº 467/2003): relatório de inspeção realizado nas obras de ampliação e modernização das instalações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 76/2002. **6)** Aviso nº 637 (Acórdão nº 472/2003): auditoria realizada nas obras de implantação do Sistema de Transmissão do Amapá. – Aviso/SGS, de 09 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 648 (Acórdão nº 692/2003): auditoria realizada na Caixa Econômica Federal no período de abril de 1996 a março de 1997. – Avisos/SGS, de 14 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 685 (Acórdão nº 514/2003): auditoria realizada nas obras complementares relativas à Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás. **2)** Aviso nº 686 (Acórdão nº 506/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, BR-226/RN, no trecho que vai de Currais Novos/RN à divisa entre os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. **3)** Aviso nº 688 (Acórdão nº 507/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte, Rodovia BR-432/RR, no trecho entrada BR-401/RR – entrada BR-174, que vai de Cantá a Novo Paraíso. **4)** Aviso nº 690 (Acórdão nº 508/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação e instalação do Porto de Laguna, no Estado de Santa Catarina. **5)** Aviso nº 692 (Acórdão nº 509/2003): auditoria realizada nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, da Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó, no Rio Grande do Norte. **6)** Aviso nº 693 (Acórdão nº 510/2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – construção de trechos rodoviários no Estado de Goiás. **7)** Aviso nº 694 (Acórdão nº 511/2003): auditoria realizada nas obras de recuperação de infra-estrutura portuária no Porto de Santos, São Paulo. **8)** Aviso nº 699 (Acórdão nº 513/2003): auditoria realizada nas obras de Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul/SC e Guaramirim. **9)** Aviso nº 705 (Acórdão nº 515/2003): auditoria realizada nas obras de construção da Via Expressa Sul, que liga o centro de Florianópolis à região sul da Ilha e ao Aeroporto Hercílio Luz. **10)** Aviso nº 710 (Acórdão nº 517/2003): auditoria realizada no programa de recuperação de rodovias federais no Estado de Santa Catarina. Às quinze horas e onze minutos, tendo persistido a inexistência de quorum para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente suspendeu os trabalhos. A reunião foi reiniciada às dezesseis horas e cinqüenta e um minutos. O Presidente procedeu à apreciação da Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 e 15 de maio de 2003. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. De acordo com o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão*, o Presidente declarou a Ata **aprovada**. **AVISOS:** o Presidente ressaltou a importância do comparecimento às reuniões da Comissão, que não têm sido realizadas por inexistência de quorum no Livro de Presença e/ou no recinto. Em seguida, solicitou o efetivo comparecimento dos parlamentares às reuniões, tendo em vista o estabelecido no *§ 1º do art. 6º da Resolução nº 01/2001-CN*, que dispõe sobre o desligamento de membro titular. **2)** O Presidente informou que até a última sessão legislativa da legislatura anterior, o Comitê de Acompanhamento e Fiscalização da Execução Orçamentária e Financeira era composto por sete membros, sendo cinco Deputados e Senadores. Em seguida, solicitou aos representantes de Liderança junto à Comissão o encaminhamento da indicação dos membros para integrarem o referido Comitê. **ORDEM DO DIA** – PAUTA Nº 11-A /2003. O Presidente informou aos membros que iniciaria a apreciação pelas matérias cujos relatores estivessem presentes no recinto do plenário. Apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Avisos: **Item 05** – Aviso nº 052/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º Trimestre de 2002". Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Voto: pelo arquivamento da matéria. Estando na condução dos trabalhos, o Presidente solicitou ao Senador Mozarildo Cavalcanti que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 18** – Aviso nº 087/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 875, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de melhoria da navegação da hidrovia do Rio Madeira, no trecho entre Porto Velho e a foz, que abrange o chamado "Corredor Oeste-Norte". Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti. Voto: Pelo arquivamento da

matéria, uma vez que não requer nenhuma providência adicional no âmbito do Congresso Nacional. O Presidente solicitou ao relator que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 19** – Aviso nº 098/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 996, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão em Manaus, compreendendo 313,3 km de linha de transmissão e subestações associadas com 645,3 Mva (PT 25.752.0297.3398.0013) (TC nº 003.485/2002-0)". Relator: Deputado João Magno. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O Presidente solicitou ao relator que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, tendo em vista a ausência do Deputado Pedro Novais, o Presidente consultou os membros sobre a possibilidade de indicar outro parlamentar para a leitura dos votos referentes aos Pareceres de sua relatoria. O Plenário assentiu. **Item 02** – Aviso nº 006/ 2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 212, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Mercosul / BR-386 / RS – trecho Lageado – Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte (PT 26.782.0233.5727.0013) (TC nº 003.602/2001-0)": Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Presidente solicitou ao Deputado Ary Vanazzi que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 03** – Aviso nº 023/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 109, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizado na construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins/BR (BR-135/MA, trecho Colinas-Orozimbo), firmado entre o extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Maranhão – DER/MA (TC nº 004.187/2001-4)": Relator: Senador Jonas Pinheiro. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Presidente solicitou ao Deputado Vignatti que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 04** – Aviso nº 031/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 152, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Relatório de Auditoria sobre as irregularidades em obras de barragens da Companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI (TC nº 011.588/1999-3). Relator: Deputado Pauderney Avelino. Voto: pelo arquivamento da matéria. Estando ausente o relator, o Presidente solicitou ao Deputado Elimar Máximo Damasceno que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de apreciação em bloco das matérias correspondentes aos itens 06, 08 a 15, 17, 20 a 24 e 26 da Pauta nº 11-A, tendo em vista o relator, Deputado Pedro Novais, haver manifestado em seus Pareceres voto pelo arquivamento das respectivas matérias. O Deputado Ary Vanazzi discutiu o assunto. O Deputado Vignatti concordou com a apreciação em bloco, à exceção dos itens 13, 17 e 26. O Plenário assentiu. Em votação, a apreciação em bloco dos itens **06, 08 a 12, 14, 15, 20 a 24** da Pauta nº 11-A foi **aprovada** unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 06** – Aviso nº 056/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 621, de 2002-TCU, (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado na construção do açude de Tingüis, em Piracuruca/PI – COMDEPI (TC nº 004.742/2001-5)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 08** – Aviso nº 060/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 217, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado nas obras de dragagem no Porto de Santos/SP, CODESP (TC nº 003.606/2001-9)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 09** – Aviso nº 062/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 653, de 2002, TCU

(Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção (conclusão) do Hospital Central do Estado de Mato Grosso (TC nº 004.949/2002-5)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 10** – Aviso nº 063/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 666, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de implantação do Sistema de Transmissão Associado à UHE de Xingó, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, no Estado de Pernambuco (TC nº 003.646/2002-2). Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 11** – Aviso nº 066/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 664, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria realizada na Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa/GO, cujas obras encontram-se concluídas e em funcionamento desde 1998 (TC nº 003.256/2002-7)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 12** – Aviso nº 071/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 695, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT – 10º Distrito Rodoviário Federal/RS, Adequação de trechos rodoviários no Corredor Mercosul/BR-386/RS – Lajeado – Canoas (TC nº 003.396/2002-8)" Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 14** – Aviso nº 075/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 765, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado pela Secex/PI nas obras de construção da barragem Poço do Marruá e adutoras, no Município de Patos/PI, sob a execução da Companhia de Desenvolvimento do Piauí – Comdepi (TCs nº 004.750/2001-7, 003.520/2002-0 e 003.521/2002-8)" Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 15** – Aviso nº 080/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 838, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado pela Secex/RN nas obras de construção das penitenciárias de Alcaçuz, Panamirim, Canguaretama e Presídio Provisório de Caraúbas, relativas ao Programa de Trabalho nº 14.421.0661.1844.0031 – Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais no Estado do Rio Grande do Norte (TC nº 008.580/2001-3)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Item 20** – Aviso nº 102/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1134, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de Auditoria na Construção de anel rodoviário no Corredor Fronteira Norte BR-364/AC em Rio Branco (TC nº 007.373/2002-1)." Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **Item 21** – Aviso nº 106/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1257, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria para acompanhamento da construção de trechos rodoviários no Corredor Leste BR-365/MG – Ervália – Muriaé – Divisa MG/RJ (TC – 004.535/2002-8)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **Item 22** – Aviso nº 110/ 2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 360, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (em extinção), sobre a utilização de R$ 265.000,00 (viaduto do corredor do Mercosul/BR-116/RS, situado no cruzamento da Rua Rincão, em Novo Hamburgo, subrecho entroncamentos RS-239-p Campo Bom – e RS -116/RS com a Av. Sete de Setembro, em Novo Hamburgo – Km 240-6 ao Km 241,6. (TC nº 003.603/2001-7)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **Item 23** – Aviso nº 111/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1390, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a verificação de irregularidades em contratos firmados pela Construtora IKAL com órgãos da Administração Pública Federal, na execução das obras da Barragem de Ingazeira/PE (TC nº 006.457/1999-1)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. **Item 24** – Aviso nº 114/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1643, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a le-

vantamento de auditoria nas obras de implantação do projeto de irrigação denominado Perímetro de Irrigação Tabuleiro de São Bernardo, no Estado do Maranhão. (TC – nº 008.969/2002-6)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Não houve debate. Em votação em bloco, os Pareceres do relator, Deputado Pedro Novais, referentes aos **Avisos 56**, **60**, **62**, **63**, **66**, **71**, **75**, **80**, **102**, **106**, **110**, **111** e **114**, todos de 2002, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 13** – Aviso nº 073/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 772, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a relatório de auditoria nas obras de dragagem no Porto de Santos/SP, na Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP (TC nº 003.615/2002-6)" Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Deputado Vignatti, ao discutir o assunto, solicitou o adiamento da apreciação da matéria e foi atendido pelo Presidente. **Item 17** – Aviso nº 086/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia das Decisões nºs 885 e 886, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que as fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado pela Secex/RR, em cumprimento à Decisão Plenária nº 098/2002, de 20.02.2002, nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor fronteira-norte, BR-401/RR com início no km 106,2 e término no km 184". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O Deputado Vignatti, ao discutir o assunto, solicitou o adiamento da apreciação da matéria e foi atendido pelo Presidente. – Apreciação do Relatório apresentado ao seguinte Projeto de Decreto Legislativo: **Item 26** – Projeto de Decreto Legislativo Nº 10/2000-CN, referente à liberação da execução orçamentária ao subtítulo "Obra de conclusão do edifício-anexo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro – RJ", contida no Decreto Legislativo nº 08/2000-CN. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O Deputado Vignatti, ao discutir o assunto, solicitou o adiamento da apreciação da matéria e foi atendido pelo Presidente. Em seguida, o Presidente retomou a apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Avisos do Congresso Nacional: **Item 07** – Aviso nº 58/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 623, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado na Prefeitura Municipal de Arapiraca/AL (TC nº 004.946/2002-3)". Relator: Deputado Félix Mendonça. Voto: pelo arquivamento da matéria. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Vignatti fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Anivaldo Vale solicitou o encerramento dos trabalhos, tendo em vista a inexistência de quorum no recinto. O Presidente, ao manifestar concordância com o exposto, informou que havia, no Livro de Presença, quorum para deliberação. Continuando, informou que as matérias apreciadas tinham parecer pelo arquivamento e reafirmou a dificuldade para realização das reuniões ordinárias da Comissão. Em seguida, solicitou ao Deputado Anivaldo Vale que retirasse a solicitação. Os Deputados Vignatti, Wasny de Roure e Ary Vanazzi concordaram com o Presidente. O Deputado Jorge Bittar apresentou proposta no sentido de que o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão realizassem reunião para exame prévio das matérias a serem incluídas na pauta. O Deputado Pauderney Avelino solicitou ao Deputado Anivaldo Vale que retirasse a solicitação para encerramento da reunião e, em seguida, apresentou o **Requerimento de Informação nº 07/2003**, em que solicita esclarecimentos ao Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, sobre previsões de despesas com subsídios e subvenções constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesa, referente ao 1º bimestre de 2003. Em seguida, o Deputado Anivaldo Vale atendeu à solicitação do Presidente e solicitou à Secretaria da Comissão que contactassem os gabinetes dos membros da Comissão para que se encaminhassem ao Plenário. Em seguida, o Deputado Jorge Bittar apresentou o **Requerimento nº 08/2003**, em que solicita seja formulado convite ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, para expor a orientação estratégica do Plano Plurianual/2004-2007, bem como a metodologia de consulta à sociedade e ao parlamento na sua elaboração. O Deputado Jorge Bittar solicitou a inclusão deste Requerimento na pauta. O Presidente consultou o Plenário acerca da inclusão dos dois Requerimentos em extrapauta. O Plenário assentiu. Em votação, o Requerimento de Informação nº 07/2003, de autoria do Deputado Pauderney Avelino foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em votação, Requerimento nº 08/2003, de autoria do Deputado Jorge Bittar, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente retomou a apreciação das demais matérias constantes da pauta. **Item 25 -** Aviso nº 002/2003-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 095, de 2003-TCU (Plenário), aprovado pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 12/02/2003, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Relatório de Levantamento da Auditoria, realizada pela 3ª Secex no Departamento Penitênciário Nacional - Depen, unidade do Ministério da Justiça no período de 21/03 a 12/04/2002, objetivando verificar a execução das obras relativas à construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Distrito Federal - (TC nº 004.550/2002-4)". Relator: Senador Romero Jucá. Voto: Pelo arquivamento da matéria, uma vez que não requer nenhuma providência adicional no âmbito do Congresso Nacional. Em virtude da ausência do relator, o Senador Jonas Pinheiro fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. - Apreciação do Relatório apresentado à seguinte Mensagem: **Item 27**- Mensagem nº 379/2001-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 3º do artigo 14 da Lei nº 10.171, de 05 de janeiro de 2001, os esclarecimentos sobre as medidas saneadoras adotadas quanto ao programa Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte - BR 174/AM -Divisa MT/AM Divisa AM /RR". Relator: Deputado João Grandão. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Wasny de Roure fez a leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.- Apreciação dos seguintes Requerimentos: **Item 28 -** Requerimento nº 004/2003. O Presidente declarou o Requerimento **prejudicado**, conforme o estabelecido no *artigo 334, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal.* **Item 29 -** Requerimento nº 005/2003. O Presidente declarou o Requerimento **prejudicado**, conforme o estabelecido no *artigo 334, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal.* **Item 30 -** Requerimento nº 006/2003. O Presidente informou que o Requerimento havia sido retirado de pauta pela autora, Senadora Lúcia Vânia, em 16/05/2003. Em seguida, o Presidente informou que não havia consenso para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 12/2003. **ENCERRAMENTO:** Às dezessete horas e cinqüenta e um minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou os membros para reunião ordinária a ser realizada no dia vinte e sete de maio, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – Senador **Gilberto Mestrinho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 7ª reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes das Pautas nºs 11-A e 12, de 2003.

Tão logo haja número suficiente, votaremos a apreciação da ata da reunião anterior.

Expediente.

Correspondência interna recebida.

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

Ofício nº 179, de 15 de maio, do Deputado Roberto Freire, indicando o Deputado Cezar Silvestri como representante da Liderança do PPS.

Expedientes encaminhando justificativa de falta a reuniões da Comissão:

1) Ofício nº 124, de 7 de maio, do Senador Sérgio Cabral, justificando ausência de S.Exa. nesse dia.

2) Ofício nº 405, de 14 de maio, do Deputado Roberto Jefferson, Líder do PTB, justificando ausência do Deputado Félix Mendonça nos dias 6 e 7 de maio.

3) Ofício nº 219, de 15 de maio, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência nos dias 13 a 15 de maio.

4) Ofício nº 43, de 14 de maio, do Deputado Machado, justificando ausência no dia 15 de maio.

Expedientes diversos:

Ofício nº 214, de 6 de maio, da Senadora Lúcia Vânia, em que solicita a retirada de pauta do Requerimento nº 6, de 2003, de sua autoria.

Correspondência externa recebida.

Avisos/SGS, de 7 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 624 (Acórdão nº 471, de 2003): auditoria realizada nas obras de modernização e adequação de unidades de saúde da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

2) Aviso nº 627 (Acórdão nº 473, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia/Tocantins – BR-235, divisa Tocantins-Mato Grosso, trecho Pedro Afonso.

3) Aviso nº 631 (Acórdão nº 461, de 2003): auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários do Corredor MERCOSUL – BR-386, Lajeado-Canoas, no Rio Grande do Sul.

4) Aviso nº 633 (Acórdão nº 464, de 2003): auditoria realizada nas obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Estado de São Paulo.

5) Aviso nº 635, Acórdão nº 467, de 2003): relatório de inspeção realizado nas obras de ampliação e modernização das instalações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 76, de 2002.

6) Aviso nº 637 (Acórdão nº 472, de 2003): auditoria realizada nas obras de implantação do Sistema de Transmissão do Amapá.

Aviso/SGS, de 9 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

Aviso nº 648 (Acórdão nº 692, de 2003): auditoria realizada na Caixa Econômica Federal no período de abril de 1996 a março de 1997.

Avisos/SGS, de 14 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Aviso nº 685 (Acórdão nº 514, de 2003): auditoria realizada nas obras complementares relativas à Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás.

2) Aviso nº 686 (Acórdão nº 506, de 2003): autoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, BR-226, Rio Grande do Norte, no trecho que vai de Currais Novos/RN à divisa entre os Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará.

3) Aviso nº 688 (Acórdão nº 507, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte, Rodovia BR-432, no trecho entrada BR-401, Roraima, entrada BR-174, que vai de Cantá a Novo Paraíso.

4) Aviso nº 690 (Acórdão nº 508, de 2003): auditoria realizada nas obras de recuperação e instalação do Porto de Laguna, no Estado de Santa Catarina.

5) Aviso nº 692 (Acórdão nº 509, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, da Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó, no Rio Grande do Norte.

6) Aviso nº 693 (Acórdão nº 510, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, construção de trechos rodoviários no Estado de Goiás.

7) Aviso nº 694 (Acórdão nº 511, de 2003): auditoria realizada nas obras de recuperação de infra-estrutura portuária no Porto de Santos, São Paulo.

8) Aviso nº 699 (Acórdão nº 513, de 2003): auditoria realizada nas obras de Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, e Guaramirim.

9) Aviso nº 705 (Acórdão nº 515, de 2003): auditoria realizada nas obras de construção da Via Expressa Sul, que liga o centro de Florianópolis à região sul da Ilha e ao Aeroporto Hercílio Luz.

10) Aviso nº 710 (Acórdão nº 517, de 2003): auditoria realizada no programa de recuperação de rodovias federais no Estado de Santa Catarina. *(Pausa.)*

Não há *quorum* regimental no Senado Federal. Em face disso, suspendemos a reunião e a transferimos para as 16h30min.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Está reaberta a 7ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 11-A e 12, de 2003.

A apreciação data da seguinte reunião: 6ª reunião ordinária, realizada em 13 e 15 de maio de 2003.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata, devido à sua distribuição antecipada.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, a ata está aprovada.

Ressalto a necessidade de comparecimento dos membros da Comissão para realizarmos as reuniões normais de trabalho, tendo em vista o estabelecido no § 1º do art. 6º da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, que dispõe:

"Art. 6º.....

§ 1º Será desligado da Comissão o membro titular que não comparecer, durante

a sessão legislativa, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, convocadas para votação nos termos do art. 39 desta Resolução".

Nova composição do Comitê de Acompanhamento e Fiscalização da Execução Orçamentária e Financeira.

Até a última Sessão Legislativa da Legislatura anterior, o comitê era composto por 7 membros, sendo 5 Deputados e 2 Senadores.

Se o Plenário concordar que continue desta forma, esta Presidência fará a indicação de novos membros.

Então, solicito aos representantes de Liderança junto à Comissão que encaminhem a indicação dos membros para integrar este Comitê. (*Pausa.*)

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti que leia o relatório do Item 5, do qual sou o Relator.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – O relatório do Item 5, referente ao Aviso nº 52, de 2002, do Congresso Nacional, é pelo arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Item 18 tem como Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Estou pulando alguns, porque os Relatores não estão presentes – o princípio é que só se coloque em votação a matéria quando o Relator estiver presente. Quase todos eles são de autoria do Senador Pedro Novais, que está ausente.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Trata-se da apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 87, de 2002, que "*encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 875, de 2002, do Tribunal de Contas da União (Plenário) (...)*"

O voto é pelo arquivamento da matéria, uma vez que não requer nenhuma providência adicional no âmbito do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 19. O Relator é o Deputado João Magno. Trata-se do Aviso nº 98, de 2002 – CN, que "*encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 996, de 2002, do TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria nas obras de implantação do sistema de transmissão em Manaus, compreendendo 313,3 quilômetros de linha de transmissão e subestações associadas com 645,3 MVA (...)*"

Com a palavra o Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, vale informar inicialmente que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estar a obra ali relatada incluída no Quadro II anexo à Lei Orgânica de 2002, mantendo sua execução suspensa até a deliberação desta Comissão.

Contudo, tais informações não foram apreciadas tempestivamente por esta Comissão ao longo do exercício de 2002. Verifica-se que, em relação à obra, objeto do aviso em exame, não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos e restos a pagar. De forma que não há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange àquele exercício.

Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras e identificados indícios de graves irregularidades pelo Tribunal de Contas da União durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, as quais culminaram com a elaboração do Quadro II anexo à Lei Orgânica de 2003, no qual a obra sob análise não foi incluída. Ainda quanto ao exercício de 2003, a relação de obras dos indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro VII anexo à Lei Orgânica de 2003, elaborado com base nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União. De forma que o presente aviso nada acrescenta em face daquele quadro. Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito em face da prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seu principal efeito, a liberação da execução dos recursos contidos na LOA 2002.

Em face do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 98, de

2002, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O voto é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa*).

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado.

Na maioria dos processos em que o Relator é o Deputado Pedro Novais S.Exa. opina pelo arquivamento.

Consulto ao Plenário se poderemos designar um presente para fazer a leitura e colocar em votação.

Item 2: Aviso nº 006, de 2002-CN, que *"encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 212, do TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários do Corredor MERCOSUL – BR-386, Rio Grande do Sul, trecho Lageado-Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras de arte (...)"*

Com a palavra, em substituição ao Deputado Pedro Novais, o Deputado Ary Vanazzi.

É o Item 2.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI – Sr. Presidente, é só para ler o resultado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Só o voto.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI – Voto do Relator.

Vale informar, inicialmente, que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estar a obra nele relatado incluída no Quadro VII anexo à LOA/2002, mantendo sua execução suspensa até deliberação desta Comissão. Esta Comissão, acompanhando parecer apresentado pelo nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, concluiu, em 20 de maio de 2002, pelo não saneamento das irregularidades, mantendo suspensa a execução da obra.

Foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre a referida obra, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003 (Aviso nº 1467-GP/TCU, de 2002, as quais culminaram com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003, no qual a obra sob análise não foi incluída.

Verifica-se que, em relação à obra objeto do aviso em exame, não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos em restos a pagar, de forma que não há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange àquele exercício.

Nesse sentido, entendo que não é cabível um novo exame das informações referentes à obra em tela quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seu principal efeito, que é a liberação dos recursos contidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002.

Em face do exposto, voto por que esta Comissão tome conhecimento no Aviso nº 6, de 2002, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento."

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O relatório é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*). Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*). Aprovado no Senado Federal.

O Item 3 da pauta tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro.

S.Exa. encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 109, de 2002, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado na construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, (BR-135/MA, trecho Colinas-Orozimbo), firmado entre o extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Maranhão.

Peço ao Deputado Vignatti que proceda à leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Voto do Relator.

Diante do exposto, considerando que a forma encontrada é de indícios graves de irregularidades na obra ora em tela e que a mesma se encontra inscrita no Quadro VII da Lei nº 10.640, de 2003, e da LOAS, de 2003 – e o Tribunal de Contas da União tomou medida acerca do ordenamento jurídico e a matéria não requer também providência adicional alguma no âmbito do Congresso Nacional -, opinamos que esta Comissão tome conhecimento da decisão já referida, considerando que a do TCU não se manifestava sobre a desordenação da obra mencionada, assim

como nenhuma informação adicional foi traduzida a respeito do mérito da questão. Mantenha-se a inscrição do quadro da obra no indício da irregularidade no Orçamento de 2003 da Lei nº 10.640/03.

Sala das Comissões. 15 de março de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O relatório é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*).

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado.

Item 4. Aviso nº 31, de 2002, que "*encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 152, de 2002, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria sobre as irregularidades em obras de barragens da Companhia do Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI (...)*"

O Relator é o Deputado Pauderney Avelino. Como S.Exa. está ausente, de acordo com entendimento do Plenário, solicitamos ao Deputado Elimar Máximo Damasceno que faça a leitura do Item 4 do parecer.

O SR. DEPUTADO ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO –

"Voto do Relator:

Vale informar, inicialmente, que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estarem as obras nele relatadas incluídas no Quadro VII anexo à LOA/2002, mantendo sua execução suspensa até deliberação desta Comissão. Contudo, tais informações não foram apreciadas tempestivamente por esta Comissão, ao longo do exercício de 2002.

Verifica-se que, em relação às obras objeto do aviso em exame, não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos em restos a pagar, de forma que não há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange àquele exercício.

Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, as quais culminaram com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003. Ainda quanto ao exercício de 2003, a relação de obras com indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro VII anexo à LOA/2003, o qual foi elaborado com base em informações encaminhadas pelo TCU, mais atualizadas que as objeto do presente aviso. Convém destacar que as obras objeto do presente aviso não estão incluídas no anexo supracitado.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seus efeitos adequados, quais sejam, a liberação da execução dos recursos contidos na LOA/2002.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 31, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Sala das Comissões, março de 2003."

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O relatório é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os relatórios dos Itens 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 22, 23, 24 e 26 são pelo arquivamento da matéria e foram relatados pelo Deputado Pedro Novais.

Indago ao Plenário se concorda que se faça votação global de todos eles.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI – Sr. Presidente, pelo bom andamento dos trabalhos da Comissão, que tem tido dificuldade de *quorum* para adiantarmos a pauta – e logo adiante vamos discutir a LDO, o Orçamento -, nós, da bancada do PT, concordamos que todos esses pareceres sejam votados em bloco.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, por precaução, solicito que se repitam os números.

Não temos encaminhamento contrário, mas é apenas para verificar se há concordância.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – São somente os relatórios assinados pelo Deputado Pedro Novais: Item 6, Aviso nº 056; Item 7, Aviso nº 058; Item 8, Aviso nº 060; Item 9, Aviso nº 062; Item 10, Aviso nº 063; Item 11, Aviso nº 066; Item 12, Aviso nº 071; Item 13, Aviso nº 073; Item 14, Aviso nº 075; Item 15, Aviso nº 080; Item 17, Aviso nº 086; Item 20, Aviso nº 102; Item 21, Aviso nº 106; Item 22, Aviso nº 110; Item 23, Aviso nº 111; Item 24, Aviso nº 114; e Item 26, que trata do Decreto Legislativo nº 10, também pelo arquivamento. Todos têm como Relator o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, há concordância, exceto em relação aos Itens 13, 17 e 26, que, se for possível, devem ser discutidos à parte. Nos demais, há concordância pelo pleno arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, em discussão os demais itens, com exceção dos de nºs 13, 17 e 26, por solicitação do Deputado Vignatti.

Em discussão.

Não havendo quem queira se manifestar, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o arquivamento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltemos agora ao Item 13.

Peço que, em substituição ao Deputado Pedro Novais, o Deputado Ary Vanazzi faça a leitura do parecer do Item 13 – Aviso nº 073, de 2002, do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI –

"Voto do Relator.

Vale informar, inicialmente, que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estarem as obras nele relatadas e incluídas no Quadro VII anexo à LOA/2002, mantendo sua execução suspensa até deliberação desta Comissão. Contudo, tais informações não foram apreciadas tempestivamente por esta Comissão, ao longo do exercício de 2002.

Verifica-se que, em relação às obras objeto do aviso em exame, não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos em restos a pagar, de forma que não há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange àquele exercício.

Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, as quais culminaram com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003. Ainda quanto ao exercício de 2003, a relação de obras com indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro VII anexo à LOA/2003, o qual foi elaborado com base em informações encaminhadas pelo TCU, mais atualizadas que as objeto do presente aviso.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seus efeitos adequados, quais sejam, a liberação da execução dos recursos contidos na LOA/2002.

Em face do exposto, voto por que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 73, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em 9 de maio de 2003.

Deputado Pedro Novais."

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – É o relatório que propõe o arquivamento.

Com a palavra o Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, não sei qual é o procedimento, tendo em vista que o Relator não está aqui para responder. Persiste uma dúvida entre nós: se a obra prosseguir em irregularidade grave em 2003, achamos que fica difícil arquivar, porque teria de haver resposta saneadora. É a mesma situação do Item nº 17.

Então, no meu entendimento, não estariam sanadas todas as dúvidas necessárias para possibilitar o voto de arquivamento na data de hoje. Não sei se podemos remeter tal indagação, tendo em vista que o Relator não está presente, ou se devemos tirar os itens indicados de pauta e retomá-los em outro momento, quando S.Exa. estiver aqui. Tanto o de nº 17 como o de nº 13 estão na mesma situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O Deputado se refere aos Itens nºs 13, 17 e 26.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Isso. O de nº 26 é outra situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Mas é parecida, porque o Relator também não está presente.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – É, também o de nº 27.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, em face das ponderações justas do Deputado Vignatti, retiramos de pauta os Itens nºs 13, 17 e 26 para examiná-los em uma próxima reunião.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Item nº 7. Aviso nº 58, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 623, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Arapiraca. Também pelo arquivamento. O Relator é o Deputado Félix Mendonça.

Como o Deputado Félix Mendonça não está presente, peço que o Deputado Vignatti relate a matéria.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI –

"Voto do Relator.

Vale informar, inicialmente, que o presente aviso foi encaminhado tendo em vista o fato de estarem as obras nele relatadas e incluídas no Quadro VII anexo à LOA/2002, mantendo sua execução suspensa até a deliberação da Comissão. Contudo, tais informações não foram apreciadas tempestivamente por esta Comissão, ao longo do exercício de 2002.

Verifica-se que, em relação à obra objeto do aviso em exame, não há recursos relativos ao Orçamento de 2002 inscritos em restos a pagar, de forma que não há possibilidade de iniciar a execução da mesma no que tange àquele exercício.

Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, as quais culminaram com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003. Ainda quanto ao exercício de 2003, a relação das obras com indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro VII anexo à LOA/2003, o qual foi elaborado com base em informações encaminhadas pelo TCU, mais atualizadas que as objeto do presente aviso. Convém destacar que a obra objeto do presente aviso não está incluída no anexo supracitado.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade que gerasse seus feitos adequados, quais sejam, a liberação da execução dos recursos contidos na LOA/2002.

Em face do exposto, voto por que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 58, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Deputado Félix Mendonça."

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O parecer é pelo arquivamento.

Em discussão o parecer.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos agora ao Item 16.

Aviso nº 82/2002-CN, que "*encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 828, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado pela SECEX Piauí em cumprimento ao Plano Especial de Auditoria em Obras referentes à implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos no Estado do Piauí (...)*"

O Relator é o Senador Jonas Pinheiro.

O voto é pela anexação dos Avisos nºs 50 e 51, de 2002, do Congresso Nacional, e pelo arquivamento da matéria.

Vou pedir ao Deputado Ary Vanazzi que faça a leitura.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI –

"Análise da matéria.

O contingenciamento dos recursos orçamentários para as obras do Projeto de Irrigação Tabuleiros Li-

torâneos do Estado do Piauí foi determinado pelo Congresso Nacional, em face de indícios de irregularidades graves, apuradas pelo Tribunal de Contas da União na execução do Contrato nº 17/87, celebrado entre o DENOCS e a EIT – Empresa Industrial Técnica S/A, responsável pela execução das obras do projeto.

confrontarmos o relatório do TCU, que encaminha o resumo dos relatórios de levantamentos de auditoria de obras realizados em 2002, verificamos que aquela Corte de Contas reconhece existirem indícios de irregularidade de contas; porém, que não é recomendável a paralisação da obra.

Verificamos que não existem inscrições em restos a pagar em 2002, não ensejando liberação posterior.

Trata-se, como se pode perceber, de obra com 15 anos de execução, já que o Contrato nº 17 data do ano de 1987. Essa, na verdade, é uma das grandes chagas existentes no País, em que empreendimentos têm início e arrastam-se indefinidamente por conta da falta de escrúpulos de administradores mancomunados com empresas contratadas. Nesse processo, a sociedade é a grande perdedora, especialmente a sofrida população do Nordeste brasileiro, que, com muita freqüência, enfrenta as vicissitudes decorrentes de condições climáticas hostis ao homem que ali habita. Uma obra que poderia trazer esperança a milhares de pessoas volta-se contra essas mesmas pessoas, na medida em que são apenadas com o pagamento de tributos e não vêem resultar em benefícios o produto desse sacrifício.

Em que pese a necessidade de responsabilizar o(s) agente(s) por eventuais prejuízos ao Erário, parece-nos descabida a paralisação de uma obra com 98% de seu Plano de Trabalho concluído, sujeitando-a a cinco anos de deterioração e privando a sociedade em cinco anos de seus benefícios.

É o relatório.

Voto do Relator.

Diante do exposto e considerando que a obra objeto deste parecer não mais se encontra entre as constantes do Quadro VII da LOA/2003 (Obras com Indícios de Irregularidades Graves) e a matéria não requer nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, do Senado Federal ou desta Comissão, opinamos por que esta Comissão:

a) dela tome conhecimento;

b) anexe a ela os Avisos nºs 50 e 51 do TCU (nºs. 6.523 e 6.532, na origem); e

c) delibere pelo envio dos autos ao arquivo.

Sala da Comissão, em 29 de março de 2003.

Senador José Carlos Aleluia, Presidente.

Senador Jonas Pinheiro, Relator da matéria."

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O relatório é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, eu queria apelar para V.Exa. no sentido de suspender a reunião, considerando a nítida ausência de Deputados e Senadores. Trata-se de uma Comissão altamente representativa, a mais importante do Congresso Nacional, com quase 80 membros. Já votamos a metade da pauta. Apelamos aos Deputados para que compareçam. Assim, evitaremos verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em princípio, o nobre Deputado tem razão. No entanto, é visível que a Comissão não tem tido a presença de seus membros com a assiduidade devida. As matérias têm-se acumulado. A pauta tem de ser esgotada. Há muitos itens cujos processos são passíveis de arquivamento. Se nós esperarmos sempre o *quorum* visual e não o virtual, tão cedo teremos sessões.

Peço a V.Exa., Sr. Deputado, por questão de elegância com a Comissão, que retire a proposta.

Daremos continuidade à reunião para esgotar a pauta.

Concedo a palavra ao Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, é compreensível e pertinente a preocupação do Deputado que me antecedeu. Cabe às Lideranças partidárias e a esta Comissão encaminhar correspondência aos Deputados para explicar a necessidade da presença nesta Comissão.

Porém, Sr. Presidente, concordo com o encaminhamento de V.Exa. Por 3 oportunidades estive na Comissão e não houve reunião. Poderíamos votar as matérias que não são polêmicas. Deixaremos aquelas que são polêmicas para serem votadas quando houver *quorum* qualificado. Se houver divergência

em relação a alguma matéria, nós a votaremos em outro momento. Podemos fazer acordo nesse sentido. Enquanto isso, ganhamos tempo. Daqui a pouco discutiremos as emendas relativas à LDO e ao PPA, que irão tomar muito tempo da Comissão. Com certeza, a Casa estará cheia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, reforço as palavras do Deputado Vignatti. Mais grave ainda é que nem os próprios Relatores da matéria estão presentes. Qualquer tentativa de obtenção de esclarecimento adicional ficará prejudicada. Como a maioria dos pareceres tem sido pelo arquivamento, não vejo maior dificuldade. Mas creio que a ausência dos Relatores na Comissão – repito – prejudica bastante a apreciação das matérias.

Concordo com a orientação do Deputado Vignatti para que aceleremos os trabalhos, a fim de que esta Comissão não fique com a pauta acumulada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Ary Vanazzi.

O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI – Sr. Presidente, faço uma ponderação. A proposta de suspensão desta reunião tem embasamento jurídico e regimental. Mas é importante salientar que é inconcebível o número de vezes que suspendemos as sessões desta Comissão. Marcamos uma outra para terça-feira, depois para quinta-feira. Conseguimos *quorum* no livro que registra a presença dos Deputados, mas para o debate S.Exas. não estão aqui.

Esta é uma das Comissões mais importantes da Câmara dos Deputados, pois debate o orçamento. Temos essa responsabilidade. É evidente que outras atividades estão ocorrendo, inclusive no plenário. As matérias que estamos votando, embora não chamem muito a atenção, tratam do Orçamento de 2002 e 2001. Há obras que não têm verbas previstas para o Orçamento de 2003. Precisamos limpar a pauta para realizar um profundo debate sobre a LDO e o Plano Plurianual, posteriormente.

Sr. Presidente, faço essa ponder.ação para seguir o encaminhamento de V. Exa, no sentido de dar continuidade à discussão.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – ...eu tive oportunidade de conversar um pouco com os Parlamentares e percebi que existe preocupação no sentido de que, antes de construirmos a pauta de nossas reuniões, realizarmos sempre aquilo que se tornou tradição: uma reunião dos Líderes, para que se possa, de alguma maneira, fazer um exame prévio da matéria. Assim as coisas ficam melhor encaminhadas. Desta vez não foi possível se fazer isso. Eu acho que não haveria problema. Apelo para que prossigamos com a reunião, para que seja retirada a solicitação de verificação de **quorum**, a fim de que possamos dar continuidade aos trabalhos de hoje. Mas que haja o compromisso para as reuniões futuras de previamente reunir o Colégio de Líderes desta Comissão com o objetivo de analisar as matérias, determinar as prioridades, enfim, proceder a tudo aquilo que é tradição nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para o nobre Deputado Anivaldo Vale. Esta reunião é praticamente administrativa. Ela tem por escopo principalmente a apreciação de um sem-número de propostas, de avisos e questões que a meu ver não ensejam discussão tão acirrada que leve a Oposição, no caso o PFL e o PSDB do nobre Deputado Anivaldo Vale, a pedir verificação de **quorum**.

No momento oportuno, também estarei atento quando não houver **quorum** em reunião importante. Neste caso, tomaremos posição de oposição. Mas agora acredito que não haja nenhuma necessidade de proceder à verificação. Apelo para o companheiro Anivaldo Vale nesse sentido.

Antes de concluir, Sr. Presidente, gostaria de levantar questão relevante. Terei de me ausentar, em função da votação que está havendo. Na qualidade de Relator do decreto de contingenciamento, Deputado Jorge Bittar, nós solicitamos por intermédio da Consultoria da Comissão de Orçamento informações sobre os subsídios implícitos desse decreto e não obtivemos sucesso. Então, tomamos a iniciativa de fazer um requerimento de informações, que eu gostaria de passar ao Presidente para ser formalizado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Esse requerimento visa obter informação do Executivo sobre volume e metodologia aplicada relativamente ao contingenciamento, a fim de que possamos incluir os dados no relatório. Não queremos criar problema para o Executivo quando da elaboração desse relatório. Nós queremos as informações e também que haja respeito com o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, passo às mãos de V.Exa. o requerimento.

SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, meus caros colegas Deputados, vou atender ao apelo do Deputado Jorge Bittar, Líder do novo partido governista, e do Deputado Pauderney Avelino, meu companheiro e Vice-Presidente da Comissão. Vamos dar andamento aos trabalhos e votar as matérias, mesmo porque há medida provisória na pauta.

De minha parte, faço um apelo à Presidência da Comissão no sentido de que peça à nossa secretária que telefone para os gabinetes dos Deputados e Senadores solicitando comparecimento. Os temas que estão na pauta são verdadeiramente importantes, sim. Quero ser elegante, como sempre procurei ser, enquanto membro do partido do Governo, mas quero também ter a sensação do dever cumprido.

É natural que esta Comissão acorde na reunião de Líderes, discuta e vote, mesmo não contando com a presença física de todos os Deputados. Os Relatores da maioria desses processos – inclusive, medida provisória – também não estão presentes.

Vou atender ao apelo de V.Exa. Vamos dar continuidade à votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Muito obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, quero levantar questão de interesse de todos os Parlamentares presentes, referente ao Ministro do Planejamento, Guido Mantega. Ontem, segundo a imprensa, S.Exa. apresentou na reunião ministerial orientações estratégicas para a elaboração do PPA dos próximos anos, entre elas metodologia de consulta aos Governos Estaduais, à sociedade e ao próprio Parlamento.

Como se trata de matéria de enorme relevância, penso que esta Casa e particularmente esta Comissão não devem estar ausentes desse debate. Por isso, solicito seja incluído na pauta de hoje requerimento de minha autoria no sentido de que o Sr. Ministro Guido Mantega seja convidado para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos acerca do Plano Plurianual e da metodologia de consulta à sociedade. Queremos saber também como nós, Parlamentares, iremos oferecer nossas contribuições para a elaboração do PPA.

Como há uma série de dúvidas em torno dessa matéria, aproveitaremos a presença do Ministro para indagar a S.Exa. sobre o contingenciamento e outras questões de interesse da Casa. Por isso, solicito a inclusão desse requerimento na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Há uma questão regimental a ser considerada. Pela rotina processual, os 2 requerimentos teriam de entrar em pauta para serem votados. Neste caso, somente na próxima reunião.

No entanto, se o Plenário concordar – e o Plenário é soberano para tomar essa decisão -, poderemos submeter os 2 requerimentos à votação ainda hoje.

Em discussão.

Primeiro trataremos do requerimento do Deputado Pauderney Avelino, que pede esclarecimentos ao Sr. Ministro da Fazenda. Depois, do requerimento do Deputado Jorge Bittar, que convida o Ministro Guido Mantega para prestar esclarecimentos sobre o PPA.

Em votação na Câmara dos Deputados a inclusão dos requerimentos.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal a inclusão dos requerimentos.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o requerimento do Deputado Pauderney Avelino.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal, o requerimento do Deputado Pauderney Avelino.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o requerimento do Deputado Jorge Bittar.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal, o requerimento do Deputado Jorge Bittar.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Daremos continuidade à pauta.

25. Aviso nº 002/2003-CN, que tem como Relator o Senador Romero Jucá.

Peço ao Senador Jonas Pinheiro que proceda à leitura do relatório, do voto e das razões do arquivamento. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 002/2003-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 095, de 2003, aprovado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União.

Passo a ler a conclusão do Senador Romero Jucá, Relator da matéria.

"*Voto do Relator.*

Diante do exposto e considerando que a obra objeto deste parecer não consta do Quadro VII (Obras com Indícios de Irregularidades Graves) da Lei nº 10.407/2002 (LOA 2002) nem do correspondente quadro da lei orçamentária para o presente exercício de 2003 (Lei nº 10.640/2003) e que a matéria não requer nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, do Senado Federal ou desta Comissão, opinamos no sentido de que esta Comissão:

a) dela tome conhecimento;

b) delibere pelo envio dos autos ao arquivo."

Esse é o voto do Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O relatório é pelo arquivamento.

Em discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item 26 foi retirado de pauta.

Item 27. Mensagem nº 379/2001-CN, que "*encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 14 da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, os esclarecimento sobre as medidas saneadoras adotadas quanto ao programa Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR 174/AM – Divisa MT/AM, Divisa AM-RR*".

O Relator é o Deputado João Grandão.

Tendo em vista que o Relator não está presente, peço ao Deputado Wasny de Roure que proceda à leitura.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Do relatório e do voto, Sr. Presidente, ou só do voto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Só do voto.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE –

Voto do Sr. Relator.

Vale informar, inicialmente, que a presente Mensagem foi encaminhada tendo em vista o fato de estarem as obras nela relatadas incluídas no Quadro V anexo à LOA/2001, mantendo sua execução suspensa até deliberação desta Comissão.

Verifica-se que, em relação às obras objeto de aviso em exame, não há recursos relativos a orçamentos anteriores ao atual inscritos em restos a pagar, de forma que não há possibilidade de reiniciar a execução das mesmas no que tange àqueles exercícios.

Além disso, foram encaminhadas ao Congresso Nacional novas informações sobre as obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU, durante apreciação do projeto de lei orçamentária para 2003, as quais culminaram com a elaboração do Quadro VII anexo à LOA/2003. Ainda quanto ao exercício 2003, a relação de obras com indícios de irregularidades graves é regulada pelo Quadro VII anexo à LOA/2003, o qual foi elaborado com base em informações encaminhadas pelo TCU, mais atualizadas que as objeto do presente aviso. Convém destacar que as obras objeto do presente aviso não estão incluídas no anexo supracitado.

Nesse sentido, entendo que não é cabível qualquer exame do presente aviso quanto ao mérito, em face da sua prejudicialidade decorrente da perda de oportunidade para que gerasse seus efeitos adequados, quais sejam, a liberação da execução dos recursos contidos na LOA/2001.

Em face ao exposto, voto por que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 379 do Congresso Nacional e determine o seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O relatório é pelo arquivamento.

Agradeço, Deputado Wasny de Roure, a leitura do voto.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Os Itens 28 e 29 estão prejudicados, de acordo com o art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. E o Item 30, o Requerimento nº 06/2003, foi retirado por solicitação da autora, em 16 de maio de 2003.

Assim, fica encerrada a Pauta nº 11, com 3 itens transferidos para a pauta da próxima reunião.

A Pauta nº 12 trata de matérias polêmicas e sujeitas a discussão. Então, é visível que contraria o que foi acertado aqui.

Em face disso, encerro a presente reunião, convocando outra para terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

Ata da Oitava Reunião Ordinária da Comissão Mistade Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização,realizada nos dias 27 e 29 de maio de 2003.

Aos vinte e sete e vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência de seu titular, Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 13/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Carlito Merss, Carlos Melles, Cézar Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Roberto Balestra, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Efraim Morais, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral e Serys Slhessarenko; – **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Almir Moura, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Darcísio Perondi, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Gervásio Silva, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, João Castelo, João Correia, José Pimentel, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Kátia Abreu, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Marcos Abramo, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Silas Brasileiro, Telma de Souza, Welinton Fagundes e Zezéu Ribeiro; – **Senadores suplentes:** Amir Lando, Augusto Botelho, Heráclito Fortes e Romeu Tuma. Registrou-se a presença dos Parlamentares não-membros, Deputados Alexandre Santos, Coriolano Sales e Gastão Vieira; e Senador Papaléo Paes. Os Senadores João Ribeiro e Lúcia Vânia justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Benedito de Lira, Dr. Evilásio, Herculano Anghinetti, Jackson Barreto, José Priante, Moreira Franco, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Ricardo Barros e Sérgio Miranda; – **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Duciomar Costa, Heloísa Helena, Reginaldo Duarte e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** Às quinze horas do dia vinte e sete de maio, o Presidente declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da ausência de número regimental para deliberação. Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e nove do mesmo mês, o Presidente reiniciou os trabalhos e procedeu à apreciação da Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de maio de 2003. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. De acordo com o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão*, o Presidente declarou a Ata **aprovada**. **AVISOS:** O Presidente convidou os parlamentares a participarem da 4ª Reunião de Audiência Pública, a ser transmitida para as Assembléias Legislativas Estaduais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal através do sistema de videoconferência do INTERLEGIS – rede virtual de comunicação do Legislativo. Palestrante convidado: Dr. Guido Mantega, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Tema: Orientação estratégica do Plano Plurianual/2004-2007, bem como a metodologia de consulta à sociedade e ao parlamento na sua elaboração. Data: 03/06/2003 (terça-feira), às 15 horas. Local: auditório do Interlegis localizado na Av. N-2, Edifício Anexo "E" do Senado Federal. Acrescentou

que a reunião contará com a presença dos relatores indicados para o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004-2007, Senador Roberto Saturnino, do Projeto de Lei Orçamentária para 2004, Deputado Jorge Bittar, e do Relator do Projeto de Lei nº 02/2003 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004), Deputado Paulo Bernardo. **EXPEDIENTE:** Correspondência interna recebida: – Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Na Câmara dos Deputados: Ofício nº 468, de 15 de maio, do Deputado Eunício Oliveira, indicando o Deputado José Borba como representante da Liderança do PMDB. Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissões: **1)** Ofício nº 24, de 21 de maio, do Deputado Júlio César, justificando ausência nos dias 13 e 15 de maio. **2)** Ofício nº 126, de 21 de maio, do Senador César Borges, justificando ausência no dia 20 de maio. **3)** Ofício nº 28, de 27 de maio, do gabinete do Deputado Wellington Roberto, justificando ausência no dia 27 de maio. **4)** Expediente de 27 de maio, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 20 a 23 de maio. **5)** Ofício nº 104, de 27 de maio, do Deputado João Ribeiro, justificando ausência no período de 29 de maio a 19 de junho. – Aviso-SGS, de 14 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: . Aviso nº 722 (Acórdão nº 518/2003): Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica – construção do sistema de abastecimento de água Pão de Açúcar/Olho D'água das Flores – Alagoas. – Aviso-GP, de 20 de maio, encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 574, de 20 de maio (Acórdão nº 468/2003): Obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/GO. – Avisos-SGS, de 21 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 757, (Acórdão nº 550/2003): Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe, no Estado do Piauí. **2)** Aviso nº 768 (Acórdão nº 548/2003): obras de ampliação de rede rural de distribuição de energia elétrica de Alagoas. – Expediente encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos *artigos 54 e 55, da Lei de Responsabilidade Fiscal*, e *artigo 5º da Lei nº 10.028/2000*, referente ao 1º quadrimestre de 2003, dos seguintes tribunais: **1)** Tribunais Regionais do Trabalho da 5ª, 11ª e 13ª Regiões. **2)** Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados do Rio de Janeiro, Amapá e Goiás. **3)** Tribunal de Contas da União. **4)** Supremo Tribunal Federal. **ORDEM DO DIA:** PAUTA Nº 13. **Item 01** – Aviso nº 001/ 2003-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 074, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório da Inspeção realizada no Projeto Perímetro de Irrigação Salangô da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação e Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado do Maranhão, no Município de São Mateus (TC Nº 350.268/1997-5)". Relator: Senador Jonas Pinheiro. Voto: Pela continuidade da vedação da execução. O Parecer foi alterado pelo Relator, em 15/05/2003. Estando ausente o relator, o Presidente solicitou ao Deputado Félix Mendonça que procedesse à leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente propôs ao Plenário que fossem apreciados inicialmente os Pareceres com voto do relator pelo arquivamento. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 05** – Aviso nº 073/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 772, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria nas obras de dragagem no Porto de Santos/SP, na Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP (TC nº 003.615/2002-6)". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Estando o relator ausente naquele momento, o Presidente solicitou ao Deputado Félix Mendonça que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **rejeitado** na representação do Senado Federal. O Parecer do relator foi **rejeitado,** conforme o disposto no *art. 43, § 1º, do Regimento Comum, do Congresso Nacional.* **Item 06** – Aviso nº 086/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia das Decisões nºs 885 e 886, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que as fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado pela Secex/RR, em cumprimento à Decisão Plenária nº 098/2002, de 20.02.2002, nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor fronteira-norte, BR-401/RR com início no KM 106,2 e término no KM 184". Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria: Estando ausente o relator naquele momento, o Presidente

solicitou ao Deputado Félix Mendonça que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **rejeitado** na representação do Senado Federal. O Parecer do relator foi **rejeitado,** conforme o disposto no *art. 43, § 1º, do Regimento Comum, do Congresso Nacional.* Em seguida, o Presidente consultou o Plenário sobre a retirada de pauta das matérias cujos relatores se encontravam ausentes do recinto. Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado manifestou-se favorável à substituição do relator nos casos de ausência a reuniões consecutivas. Não havendo consenso entre os membros, o Presidente retomou a apreciação dos itens remanescentes da pauta. **Item 02** – Aviso nº 057/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 622, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado nos serviços de duplicação de trechos rodoviários no corredor transmetropolitano, divisa MG/SP, DNIT (TC nº 003.954/2002-0)". Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando o relator ausente naquele momento, o Presidente solicitou ao Deputado Gilmar Machado que procedesse à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Senador Geraldo Mesquita Júnior apresentou **Requerimento** de inversão de pauta para a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2000-CN. Em votação, o Requerimento de inversão de pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 08** – Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2000-CN, referente à liberação da execução orçamentária ao subtítulo "Obra de conclusão do edifício-anexo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro – RJ", contida no Decreto Legislativo nº 08/2000-CN. Relator: Deputado Pedro Novais. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Às onze horas e seis minutos, estando ausente o relator naquele momento, o Senador Geraldo Mesquita Júnior procedeu à leitura do Relatório. Ao discutir a matéria, o Deputado Félix Mendonça solicitou vista do Parecer. Em virtude do disposto no *art. 38, inciso IV, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*, o Presidente comunicou a impossibilidade de concessão de vista. Em seguida, o Deputado Félix Mendonça solicitou o adiamento da apreciação da matéria. O Deputado Gilmar Machado propôs o retorno da apreciação na reunião seguinte. No uso da palavra, o Senador Geraldo Mesquita Júnior ressaltou que o Relatório estaria sendo retirado de pauta pela segunda vez. Finalizando, houve consenso no Plenário pelo **adiamento** da matéria. Após, o Deputado José Rocha usou da palavra para comunicar a apresentação de Requerimento de sua autoria para inclusão na pauta do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 119, de 2003. Em virtude do encerramento do prazo de tramitação da matéria na Comissão ser naquela data, o Presidente anunciou que a matéria passaria a ser item da Pauta, não havendo necessidade de apresentação do referido requerimento. Em discussão, o Deputado Anivaldo Vale posicionou-se contrário à matéria, não contra o mérito, mas afirmou haver desigualdade de tratamento em relação a outras Medidas Provisórias, que deixaram de ser apreciadas pela Comissão. No uso da palavra, os Deputados João Grandão, Ary Vanazzi e Wasny de Roure posicionaram-se favoravelmente à apreciação da matéria. O Presidente informou que era prerrogativa da Comissão a apreciação de medida provisória com abertura de crédito extraordinário à lei orçamentária anual, conforme o estabelecido no *art. 2º, § 6º, da Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional.* O Deputado Pauderney Avelino teceu comentários acerca das dificuldades de quorum para realização das reuniões da Comissão. Referindo-se à iniciativa do Poder Executivo de lançar Fóruns Estaduais para sugestões na elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2004/2007, a ser lançado no dia trinta de maio seguinte, o Deputado ressaltou a prerrogativa do Congresso Nacional para a apreciação do referido Plano. Salientou, ainda, o fato do Poder Executivo não ter encaminhado o Anexo de Metas e Prioridades ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, ressaltando que o Partido da Frente Liberal havia apresentado emendas a esse Anexo. Quanto à apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004/2007, o Presidente respondeu que a matéria, a exemplo do que ocorre com o Projeto de Lei de Orçamentária Anual, compõe-se de duas fases distintas, a executiva e a legislativa. Explicou que o momento em questão seria o da fase executiva, enquanto a fase legislativa se daria a partir de 31 de agosto, com o início da tramitação da Proposta Orçamentária no âmbito do Poder Legislativo. Em seguida, o Presidente considerou incluída na pauta, com a anuência do Plenário, a Medida Provisória nº 119, de 2003.

Após o Deputado Anivaldo Vale fazer uso da palavra, o Presidente retomou a apreciação dos itens remanescentes da pauta. **Item 03** – Aviso nº 064/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 672, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nos serviços de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Fronteira-Norte – BR-432/RR – Ent.BR-401-Cantá-Novo Paraíso-Entr. BR-174/210, do Governo do Estado de Roraima (TC nº 004.501/2002-0)". Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Fazendo-se presente ao recinto do plenário, o relator procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente reiterou o convite aos membros para a 4ª Reunião de Audiência Pública, a ser transmitida para as Assembléias Legislativas Estaduais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal através do sistema de videoconferência do INTERLEGIS. O Deputado Pauderney Avelino solicitou que a reunião fosse realizada no plenário da Comissão, ressaltando que os trabalhos poderiam ser transmitidos através da TV-Câmara e da TV-Senado. O Senador Amir Lando informou que haveria restrições de ordem técnica para a realização da audiência no referido plenário. O Presidente acrescentou que embora o local adequado para os trabalhos fosse o plenário da Comissão, a reunião seria no auditório do INTERLEGIS em razão de ser dotado de equipamentos específicos para interatividade. O Deputado Pauderney Avelino concordou com as considerações feitas. O Senador Roberto Saturnino também discutiu o assunto, observando que na Câmara dos Deputados somente o Auditório Nereu Ramos possuiria equipamento compatível para a realização da videoconferência. O Presidente encerrou a discussão do tema acrescentando que solicitaria estudo para verificar a possibilidade de realização das próximas reuniões com videoconferência no plenário da Comissão. A seguir, retomou a apreciação dos itens remanescentes da pauta. **Item 04** – Aviso nº 072/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 766, de 2002, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria no açude Algodão II no Estado do Piauí, realizado na Companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI (TCs nºs 005.289/2001-9 e 003.522/2002-5)". Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 07** – Aviso nº 92/2002 que "Encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002", quanto aos itens: 092-001, 092-003, 092-010, 092-013, 092-014, 092-015, 092-018, 092-023, 092-024, 092-028, 092-031, 092-032, 092-037, 092-039, 092-041, 092-043, 092-045, 092-049, 092-051, 092-054, 092-057, 092-059, 092-062, 092-064, 092-065, 092-068, 092-069, 092-071, 092-072, 092-074, 092-075, 092-076, 092-077, 092-079, 092-082, 092-083, 092-085, 092-086, 092-087, 092-088, 092-090, 092-092, 092-094, 092-095, 092-096, 092-097, 092-098, 092-099, 092-103, 092-108, 092-110, 092-111, 092-112, 092-114, 092-118, 092-122, 092-123, 092-124, 092-126, 092-128, 092-134, 092-137, 092-139, 092-141, 092-144, 092-145, 092-146, 092-147, 092-150, 092-151, 092-155 e 092-158/2002-CN. Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentas emendas. Voto: Pela autorização da execução do Item 92-137, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado e o pelo arquivamento das demais matérias. O relator leu o voto. Os Deputados Ary Vanazzi e Wasny de Roure discutiram a matéria. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com voto de abstenção do Senador Augusto Botelho. Em seguida, o Deputado Pauderney Avelino encaminhou à Mesa o Requerimento nº 09/2003, de sua autoria, solicitando que seja convidado o Presidente da PETROBRÁS, Dr. José Eduardo Dutra, a comparecer perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de investimentos das empresas do grupo, objeto dos Projetos de Lei nºs 05 e 06/2003-CN. Em seguida, o Presidente passou à apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 119/2003-CN**, que "abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R$ 89.128.000,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado José Rocha. Foram apresentadas 40

emendas. Voto: Favorável à aprovação da Medida Provisória na forma proposta pelo Poder Executivo, com rejeição das emendas apresentadas. O relator fez a apresentação do Parecer. O Senador Amir Lando, na qualidade de Líder do Governo no Congresso Nacional, posicionou-se favoravelmente. O Deputado Anivaldo Vale manifestou-se contrariamente, ao tempo em que solicitou esclarecimentos do relator. O Deputado Pauderney Avelino solicitou o adiamento da matéria, não tendo sido atendido pelo Presidente, visto que o prazo para tramitação na Comissão seria encerrado naquele dia. O Deputado Pedro Novais manifestou-se favoravelmente, e permanecendo polêmica sobre o assunto, explicou que o propósito da referida matéria seria para corrigir erros anteriores. O Senador Amir Lando, teceu esclarecimentos sobre o assunto. O Deputado João Almeida propôs a suspensão dos trabalhos para dirimir as dúvidas e sua proposta não foi acatada pelo Presidente, em virtude da exigüidade do prazo para apreciação da matéria. Os Deputados Pauderney Avelino, João Almeida e Anivaldo Vale solicitaram que o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Amir Lando, firmasse compromisso no sentido de resolver a questão. O Deputado Cézar Silvestri discutiu o assunto. Tendo sido encerrado o debate, o Presidente passou à votação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 119/2003-CN, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente anunciou o **requerimento** do Deputado Pauderney Avelino para inclusão na pauta do Requerimento nº 09/2003, de sua autoria, solicitando que seja convidado o Presidente da PETROBRÁS, Dr. José Eduardo Dutra, a comparecer perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de investimentos das empresas pertencentes ao grupo, objeto dos Projetos de Lei nºs 05 e 06/2003-CN. Não houve discussão. Em votação, o requerimento para inclusão na pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Requerimento nº 09/2003**, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, solicitando que seja convidado o Presidente da PETROBRÁS, Dr. José Eduardo Dutra, a comparecer perante o Plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a redefinição de prioridades de investimentos das empresas pertencentes ao grupo, objeto dos Projetos de Lei nºs 05 e 06/2003-CN. Não houve debate. Em votação, o Requerimento nº 09/2003 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Wellington Roberto apresentou **requerimento** para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Aviso nº 005/2003-CN. Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA Nº 01 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 005/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 268 e 269 de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso, (TC nº 005.958/2002-9) e auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso TC nº 006.835/2002-3)". Relator: Deputado Wellington Roberto. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator fez a leitura do Relatório. Encerrada a leitura, o Deputado Ary Vanazzi manifestou-se favoravelmente. Em votação, o Parecer do Relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Requerimento** para inclusão na pauta do Relatório apresentado à Mensagem nº 201/2002-CN. Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA Nº 02 - Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 201/2002-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do artigo 18 da Lei nº 10266, de 24 de julho de 2001, o relatório de avaliação do cumprimento da meta do resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financeiras, fixada para o segundo quadrimestre de 2002". Relator: Deputado Pauderney Avelino. Voto: Pelo arquivamento da matéria. O relator apresentou o voto do seu Parecer. Não houve debate. Em votação, o Parecer do relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente convocou os membros para as reuniões a serem realizadas no dia três de junho de 2003, de acordo com as seguintes informações: às 15 horas – 4ª Reunião de Audiência Pública, a ser transmitida para as Assembléias Legislativas Estaduais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal através do sistema

de videoconferência do Interlegis; e às 16 horas – reunião extraordinária, a ser realizada no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Às treze horas e nove minutos, o Presidente encerrou a reunião. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Gilberto Mestrinho,** Presidente.

Ata da Nona Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 10 e 12 de junho de 2003.

Aos dez e doze dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência de seu titular, Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação da matéria constante da Pauta nº 14/2003. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Carlito Merss, Carlos Melles, Cézar Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Carlos Elias, José Priante, José Rocha, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Moreira Franco, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Vignatti, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Magno Malta, Roberto Saturnino e Sérgio Guerra; – **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alex Canziani, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Francisco Dornelles, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, João Castelo, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Marcelino Fraga, Mário Negromonte, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Vander Loubet, Welinton Fagundes e Zezéu Ribeiro. – **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Amir Lando e Ana Júlia Carepa. Registrou-se a presença dos Deputados não-membros Coriolano Sales, Dr. Heleno e Pompeo de Mattos. Os Senadores Heloísa Helena, João Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti justificaram ausência. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Benedito de Lira, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Herculano Anghinetti, José Borba, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Pedro Novais, Rose de Freitas e Virgílio Guimarães; – **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Reginaldo Duarte, Sérgio Cabral e Serys Slhessarenko. **ABERTURA:** Às quatorze horas e cinqüenta e oito minutos do dia dez de junho, o Presidente declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da ausência de número regimental para deliberação. Antes, convocou os membros para a continuação dos trabalhos após a realização da 5ª Reunião de Audiência Pública, com início às quinze horas, para ouvir o Senhor Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy. Às dezesseis horas e dezoito minutos do mesmo dia, a reunião foi reiniciada. O Presidente comunicou a persistência da falta de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal e solicitou empenho dos membros com relação ao comparecimento à reunião, visto que constava da pauta matéria de deliberação terminativa, com votação nominal em cada Casa do Congresso Nacional, com a exigência do *quorum* mínimo de 33 Deputados e 12 Senadores presentes no recinto, em cumprimento ao disposto no *artigo 109 do Regimento Interno do Senado Federal.* O Deputado Welinton Fagundes discutiu o assunto. Às dezesseis horas e vinte minutos, os trabalhos foram suspensos. Às dez horas e trinta e dois minutos do dia doze do mesmo mês, o Presidente retomou a condução dos trabalhos. **EXPEDIENTE: I)** Correspondência interna recebida: – Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissões: 1) Expediente de 27 de maio, da Senadora Heloísa Helena justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 13 e 20 de maio. O Presidente indeferiu a justificativa de falta do dia 13 de maio, em virtude do não cumprimento do prazo estabelecido no *art. 11 do Regulamento Interno da Comissão.*

Ofício nº 29, de 29 de maio, da Deputada Elaine Costa, justificando ausência nos dias 02 a 07 de junho, por estar em missão oficial. **2)** Ofício nº 50, de 05 de junho, do Deputado Helenildo Ribeiro, justificando ausência nos dias 03 e 04 de junho, por estar de licença médica. **3)** Ofício nº 258, de 30 de maio, da Senadora Lúcia Vânia, justificando ausência no dia 29 de maio, por estar por estar presidindo outra Comissão. **4)** Ofício nº 51, de 05 de junho, do Deputado Machado, justificando ausência no dia 03 de junho, por estar participando de outra reunião. **5)** Ofício nº 255, de 05 de junho, do Deputado Neuton Lima, justificando ausência no dia 03 de junho, por estar em outra audiência. **6)** Ofício nº 288, de 06 de junho, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência no período de 09 a 12 de junho, para cumprimento de compromissos político-partidários. **7)** Ofício nº 303, de 09 de junho, justificando ausência da Senadora Serys Slhessarenko no período de 09 a 12 de junho, para cumprimento de missão oficial no México. **8)** Ofício nº 068, de 10 de junho, do Deputado Rogério Teófilo, justificando ausência em face de compromissos assumidos anteriormente. – Expedientes encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: **1)** Ofício nº 489, datado de 29 de abril e recebido na Comissão em 04 de junho, do Deputado Pedro Henry, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Balestra. **2)** Ofício nº 39, datado de 21 de maio e recebido cópia na Comissão em 11 de junho, do Senador Tião Viana, Líder do PT, indicando o Senador Roberto Saturnino em substituição à Senadora Serys Slhessarenko. – Expedientes diversos: **1)** Ofício nº 160, de 28 de maio, do Deputado Wagner Lago, solicitando a retirada da emenda nº 1.527, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. **2)** Ofício nº 202, de 29 de maio, do Deputado Milton Monti, Vice-Líder do PL, em que encaminha cópia da ata na qual consta sua eleição como coordenador-geral da Bancada do Estado de São Paulo. – Expediente encaminhando indicações para o Comitê de Acompanhamento da Fiscalização da Execução Financeira e Orçamentária: Ofício nº 549, de 03 de junho, do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, indicando o Deputado Pauderney Avelino (PFL/AM), em substituição ao Deputado Pedro Fernandes. III) Correspondência externa recebida: Ofício nº 1.135, de 23 de maio, da Escola Superior de Guerra do Ministério da Defesa, em que informa sobre o Curso de Gestão de Recursos de Defesa. – Expediente encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: Aviso nº 658-GP,de 30 de maio, que encaminha informações sobre o acompanhamento físico-financeiros da execução dos contratos referentes aos Decretos Legislativos do Congresso Nacional de nºs 65, de 18/11/2002; 66, 67, 69 a 74 e 76, de 25/11/2002; 79 e 80, de 29/11/2002; e 81, 87, 88, 91 a 94, 96 e 97, de 20/12/2002. – Avisos/SGS, de 28 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 813 (Acórdão nº 603/2003): auditoria nas obras de reforma e modernização do Bloco A do Fórum da Circunscrição Judiciária de Brasília. **2)** Aviso nº 830 (Acórdão nº 602/2003): auditoria nas obras de despoluição da Lagoa da Jansen, em São Luís do Maranhão. **3)** Aviso nº 834 (Acórdão nº 584/2003): auditoria nas obras de 2ª etapa da Adutora do São Francisco, no Estado de Sergipe. **4)** Aviso nº 836 (Acórdão nº 587/2003): auditoria nas obras de Adequação de Trechos Rodoviários na BR – 101, no Estado do Rio Grande do Sul – Divisa SC/RS – Osório. **5)** Aviso nº 874 (Acórdão nº 583/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor São Francisco, abrangendo a restauração e a duplicação da BR-101/SE, entre a divisa AL/SE e a divisa SE/BA, em trecho de 206, 1 KM. **6)** Aviso nº 875 (Acórdão nº 591/2003): auditoria nas obras de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul – Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Paraná – pavimentação da BR-476/PR, trecho Adrianópolis/Bocaiúva do Sul). **7)** Aviso nº 877 (Acórdão nº 592/2003): auditoria nas obras de melhoria das instalação do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte. **8)** Aviso nº 878 (Acórdão nº 593/2003): auditoria na obra de recuperação da infra-estrutura portuária no Porto de Santos. **9)** Aviso nºs 879 e 880 (Acórdãos nºs 594 e 595/2003): auditoria nas obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária, no Porto de Santos/SP. **10)** Aviso nº 881 (Acórdão nº 596/2003): auditoria nas obras de construção do trecho da BR-487, entre Porto Camargo e Campo Mourão – construção de trechos rodoviários no Corredor Mercosul. **11)** Aviso nº 889 (Acórdão nº 600/2003): auditoria na Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA– construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica – construção da Adutora Firaparma, no Estado de Pernambuco. **12)** Aviso nº 895 (Acórdão nº 586/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos da BR-153 entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara/GO. **13)** Aviso nº 897 (Acórdão nº 588/2003): auditoria nas obras de construção

de implantação de hidrovias no Corredor Araguaia-Tocantins. **14)** Aviso nº 899 (Acórdão nº 589/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-060, no Estado de Goiás - Divisa DF/ - entroncamento BR-153/GO. **15)** Aviso nº 900 (Acórdão nº 590/2003): auditoria nas obras de construção de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul - construção de contornos/acessos em rodovias federais no Estado de Santa Catarina. **16)** Aviso nº 902 (Acórdão nº 597/2003): auditoria nas obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte - BR-364/163/MT - Adequação do Trecho Trevo do Lagarto - Entroncamento MT-246. - Avisos/SGS, de 04 de junho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: **1)** Aviso nº 970 (Acórdão nº 639/2003): auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação do Rio Bálsamo, no Estado de Alagoas. **2)** Aviso nº 972 (Acórdão nº 644/2003): auditoria na obra de Despoluição da Lagoa da Jansen, em São Luiz do Maranhão (obra constante do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2003). **3)** Aviso nº 978 (Acórdão nº 631/2003): auditoria nas obras de recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Salvador, no trecho Calçada-Paripe. **4)** Aviso nº 980 (Acórdão nº 632/2003): auditoria nas obras de construção do edifício da Delegacia Regional do Banco Central do Brasil em Curitiba/PR. **5)** Aviso nº 981 (Acórdão nº 634/2003): auditoria nas obras de Adequação de Contornos Rodoviários na BR-116, em Curitiba, Contorno Leste, no Estado do Paraná. **6)** Aviso nº 983 (Acórdão nº 635/2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Paraná. **7)** Aviso nº 985 (Acórdão nº 636/2003): auditoria nas obras de Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101, no Estado de Santa Catarina, Palhoça/SC-Divisa SC/RS - duplicação com restauração (obra constante do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2003). **8)** Aviso nº 986 (Acórdão nº 638/2003): auditoria nas obras de pavimentação de rodovias no Estado de Mato Grosso - MT-475 (trecho Glória D'Oeste / entroncamento com a BR-174) e a MT-250 (trecho Mirassol D'Oeste / entroncamento com a MT-170, em Curvelândia) (obra constante do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2003). **9)** Aviso nº 990 (Acórdão nº 640/2003): auditoria no programa de Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica - Construção do Sistema de Abastecimento de Água Pão de Açúcar/Olho D'Água das Flores/AL. **10)** Aviso nº 992 (Acórdão nº 641/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-230, no Estado da Paraíba, trecho João Pessoa/Campina Grande. **11)** Aviso nº 993 (Acórdão nº 642/2003): auditoria nas obras de construção, ampliação, recuperação e melhoria da infra-estrutura dos *campi* das universidades estaduais da Bahia. **12)** Aviso nº 995 (Acórdão nº 643/2003): auditoria nas Obras Complementares no Complexo do Prodasen - Senado Federal. - Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos *artigos 54 e 55, da Lei de Responsabilidade Fiscal*, e *artigo 5º da Lei nº 10.028/2000*, referente ao 1º quadrimestre de 2003, dos seguintes órgãos: - Tribunal Superior do Trabalho; Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 9ª, 13ª, 17, 18ª, 20ª, 21ª e 24ª. - Tribunal Superior Eleitoral; - Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Sergipe; e Senado Federal. Em seguida, o Presidente informou que o *quorum* havia sido atingido na representação do Senado Federal e procedeu à Apreciação das Atas da 8ª Reunião Ordinária, realizada em 27 e 29 de maio e da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 03 de junho de 2003. Por concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Não houve discussão. Conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno* da Comissão, o Presidente declarou as Atas **aprovadas**. **ORDEM DO DIA:** O Deputado Gilmar Machado apresentou requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 07/2003-CN. O Presidente informou que o requerimento seria analisado após a apreciação da matéria da pauta. PAUTA Nº 14. - Apreciação do Relatório apresentado ao seguinte Aviso: Item 01 - **Aviso nº 005/2003-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 268 e 269 de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso, (TC nº 005.958/2002-9) e auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso TC nº 006.835/2002-3)". Relator: Deputado Wellington Roberto. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O Presidente informou que a matéria estava retornando à pauta para ter votação nominal na representação de cada Casa, em cumprimento ao disposto no *artigo*

109 do Regimento Interno do Senado Federal. Em virtude de não haver *quorum,* no recinto, para deliberação, o Presidente **adiou** a apreciação da matéria. Ainda sobre o assunto, o Deputado Júlio César comunicou que apresentaria requerimento para inclusão na pauta da minuta do Projeto de Resolução que "Altera o *artigo 43 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*". O Presidente informou que o requerimento seria apreciado posteriormente. Em seguida, passou à apreciação do **requerimento** de inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 07/2003-CN. Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2003-CN,** que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R$ 675.827.380,00 (seiscentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e sete mil, trezentos e oitenta reais), para os fins que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Ricardo Barros. Foi apresentada uma emenda ao Projeto. Voto: Pelo desmembramento do projeto, na forma dos substitutivos apresentados. O relator fez a apresentação do Relatório. O Deputado Gilmar Machado e o Senador Amir Lando, Líder do Governo no Congresso Nacional manifestaram-se favoráveis. Em votação, o Parecer do Relator foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Requerimento** para inclusão na pauta da minuta do projeto de resolução que "Altera *o artigo 43 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*", proposta pelo Deputado Júlio César. Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação da **minuta** do projeto de resolução que "Altera *o artigo 43 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*". O Deputado Júlio César apresentou a matéria e, antes de finalizar, solicitou empenho dos membros para que, uma vez aprovada no âmbito da Comissão, fosse incluída na sessão do Congresso Nacional marcada para aquela data. O Senador Amir Lando, Líder do Governo no Congresso Nacional, o Deputado Welinton Fagundes, representante do PL na Comissão, e o Deputado João Grandão manifestaram-se favoráveis. O Deputado Roberto Balestra sugeriu a inclusão de "obras ou serviços" no texto do artigo, que passaria a ter a seguinte redação: "Art. 43. A aprovação pela Comissão de parecer que conclui pela apresentação de projeto de decreto legislativo autorizando a execução de dotações constantes na lei orçamentária anual sob condição suspensiva, no caso de subtítulos, convênios, contratos, parcelas ou subtrechos de obras ou serviços, em que foram identificados indícios de irregularidades graves levantados pelo TCU, dependerá de justificação quanto às medidas saneadoras adotadas pelo órgão responsável e terá caráter terminativo, salvo recurso ao Plenário do Congresso Nacional. § 1º O parecer a que se refere o caput, será votado pelo processo simbólico, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Resolução. § 2º O recurso para apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional deverá ser assinado por um décimo dos representantes de cada Casa, e interposto no prazo de cinco dias úteis a partir da publicação do avulso do Parecer da Comissão". Em votação, a minuta do projeto de resolução foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente informou que a minuta do Projeto de Resolução seria encaminhada para apreciação do Plenário do Congresso Nacional. **ENCERRAMENTO:** Às onze horas e onze minutos, o Presidente encerrou a reunião. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. – Senador **Gilberto Mestrinho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número legal, declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação. Assim sendo, suspendo esta reunião, que terá continuação após a realização da audiência pública, que será aberta a seguir.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da Pauta nº 14, de 2003.

Não há *quorum* para deliberação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Temos, na pauta, o Aviso nº 5 do TCU, que exige votação nominal nas duas Casas. De acordo com os avisos do TCU, de 2003, os projetos serão votados nominalmente nas duas Casas. Como não há *quorum* nem na Câmara nem no Senado, convocamos reunião para a próxima quinta-feira, às 10 horas, deixando claro que deve haver *quorum* para que haja votação nominal.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Em nome do Mato Grosso, gostaria de pedir a esta Comissão, à Presidência e ao Líder do Governo esforço no sentido de mobilizarmos os Deputados e conseguirmos *quorum* para a próxima reunião, porque se trata de obras extremamente importantes. Todo o Brasil hoje encontra-se com suas estradas esburacadas.

Enfim, já votamos esse assunto, mas infelizmente é preciso votação nominal. Por isso, repito, peço mobilização de toda a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Reitero a informação de que precisaremos de presença, não apenas no livro, de pelo menos 33 Deputados e 12 Senadores, segundo o art. 109 do Regimento do Senado Federal. As decisões deliberativas nas Comissões serão tomadas com presença nominal e maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Assim, faço um apelo aos Srs. Líderes para que convoquem seus liderados, a fim de realizarmos a votação na próxima quinta-feira, às 10 horas.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 9ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da Pauta nº 14/2003.

Expediente.

Expediente de 27 de maio, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 13 e 20 de maio.

Esclareço que foi indeferida a justificativa de falta do dia 13 de maio, em virtude do não-cumprimento do prazo estabelecido no art. 11 do Regimento Interno da Comissão.

Ofício nº 29, de 29 de maio, da Deputada Elaine Costa, justificando ausência nos dias 2 e 7 de junho, por estar em missão oficial.

Ofício nº 50, de 5 de junho, do Deputado Helenildo Ribeiro, justificando ausência nos dias 3 e 4 de junho, por estar de licença média.

Ofício nº 258, de 30 de maio, da Senadora Lúcia Vânia, justificando ausência no dia 29 de maio, por estar presidindo outra Comissão.

Ofício nº 51, de 5 de junho, do Deputado Machado, justificando ausência no dia 3 de junho, por estar participando de outra reunião.

Ofício nº 255, de 5 de junho, do Deputado Neuton Lima, justificando ausência no dia 3 de junho, por estar em outra audiência.

Ofício nº 288, de 6 de junho, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência no período de 9 a 12 de junho.

Ofício nº 303, de 9 de junho, justificando ausência da Senadora Serys Slhessarenko no período de 9 a 12 de junho.

Ofício nº 68, de 10 de junho, do Deputado Rogério Teófilo, justificando ausência em face de compromissos assumidos anteriormente.

Expedientes encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão.

Ofício nº 489, datado de 29 de abril e recebido na Comissão em 4 de junho, do Deputado Pedro Henry, Líder do PP, indicando o Deputado Roberto Balestra.

Ofício nº 39, datado de 21 de maio, cuja cópia foi recebida na Comissão em 11 de junho, do Senador Tião Viana, Líder do PT, indicando o Senador Roberto Saturnino, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Expedientes diversos.

Ofício nº 160, de 28 de maio, do Deputado Wagner Lago, solicitando a retirada da Emenda nº 1.527, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004.

Ofício nº 202, de 29 de maio, do Deputado Milton Monti, Vice-Líder do PL, em que encaminha cópia da ata da qual consta sua eleição como coordenador-geral da bancada do Estado de São Paulo.

Expediente encaminhando indicações para o Comitê de Acompanhamento da Fiscalização da Execução Financeira e Orçamentária.

Ofício nº 549, de 3 de junho, do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, indicando o Deputado

Pauderney Avelino, do PFL do Amazonas, em substituição ao Deputado Pedro Fernandes.

Correspondência externa recebida.

Ofício nº 1.135, de 23 de maio, da Escola Superior de Guerra do Ministério da Defesa, em que informa sobre o Curso de Gestão de Recursos de Defesa.

Expediente encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

Aviso nº 658-GP, de 30 de maio, que encaminha informações sobre o acompanhamento físico-financeiro da execução dos contratos referentes aos Decretos Legislativos do Congresso Nacional de nºs 65, de 18 de novembro de 2002; 66, 67, 69 a 74 e 76, de 25 de novembro de 2002; 79 e 80, de 29 de novembro de 2002, e 81, 87, 88, 91 a 94, 96 e 97, de 20 de dezembro de 2002.

Avisos/SGS, de 28 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

Avisos/SGS, de 28 de maio, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

Aviso nº 813 (Acórdão nº 603/2003): auditoria nas obras de reforma e modernização do Bloco "A" do Fórum da Circunscrição Judiciária de Brasília.

Aviso nº 830 (Acórdão nº 602/2003): auditoria nas obras de despoluição da Lagoa da Jansen, em São Luís do Maranhão.

Aviso nº 834 (Acórdão nº 584/2003): auditoria nas obras de segunda etapa da Adutora do São Francisco, no Estado de Sergipe.

Aviso nº 836 (Acórdão nº 587/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-101, no Estado do Rio Grande do Sul.

Aviso nº 874 (Acórdão nº 583/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor São Francisco, abrangendo a restauração e a duplicação da BR-101/SE, entre a divisa AL/SE e a divisa SE/BA, em trecho de 206,1 quilômetros.

Aviso nº 875 (Acórdão nº 591/2002): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL – construção de trechos rodoviários no Estado do Paraná – pavimentação da BR-476/PR, trecho Adrianópolis-Bocaiúva do Sul.

Aviso nº 877 (Acórdão nº 592/2003): auditoria nas obras de melhoria das instalações do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte.

Aviso nº 878 (Acórdão nº 593/2003): auditoria na obra de recuperação da infra-estrutura portuária no Porto de Santos.

Aviso nº 881 (Acórdão nº 596/2003) : auditoria nas obras de construção do trecho da BR-487, entre Porto Camargo e Campo Mourão – construção de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL.

Aviso nº 889 (Acórdão nº 600/2003): auditoria na Companhia Pernambucana de Saneamento – COMMPESA -- construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica; construção da Adutora Pirapama, no Estado de Pernambuco.

Aviso nº 900 (Acórdão nº 590/2003): auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL – construção de contornos/acessos em rodovias federais no Estado de Santa Catarina.

Aviso nº 902 (Acórdão nº 597/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte

Avisos de 4 de junho, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

Aviso nº 970 (Acórdão nº 639/2003): auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação do Rio Bálsamo, no Estado de Alagoas.

Aviso nº 972 (Acórdão nº 644/2003): auditoria na obra de despoluição da Lagoa da Jansen, em São Luís do Maranhão (obra constante do Quadro VII da lei orçamentária para 2003).

Aviso nº 978 (Acórdão nº 631/2003): auditoria nas obras de recuperação do sistema de trens urbanos de Salvador, no trecho Calçada-Paripe.

Aviso nº 980 (Acórdão nº 632/2003): auditoria nas obras de construção do edifício da Delegacia Regional do Banco Central do Brasil em Curitiba, no Estado do Paraná.

Aviso nº 981 (Acórdão nº 634/2003): auditoria nas obras de adequação de contornos rodoviários na BR-116, em Curitiba, Contorno Leste, no Estado do Paraná.

Aviso nº 983 (Acórdão nº 635/2003): auditoria nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Paraná.

Aviso nº 985 (Acórdão nº 636/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-101, no Estado de Santa Catarina, Palhoça/SC-divisa SC/RS – duplicação com restauração. Obra constante do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2003.

Aviso nº 986 (Acórdão nº 638/2003): auditoria nas obras de pavimentação de rodovias no Estado de Mato Grosso.

Aviso nº 990 (Acórdão nº 640/2003): auditoria no Programa de Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – construção do Sistema de Abastecimento de Água Pão de Açúcar/Olho D'Água das Flores/AL.

Aviso nº 992 (Acórdão nº 641/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-230, no Estado da Paraíba.

Aviso nº 993 (Acórdão nº 642/2002): auditoria nas obras de construção, ampliação, recuperação e melhoria da infra-estrutura dos *campi* das universidades estaduais da Bahia.

Aviso nº 995 (Acórdão nº 643/2003): auditoria nas obras complementares no Complexo do PRODASEN – Senado Federal.

Expedientes encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto nos arts. 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 5º da Lei nº 10.028, de 2000, referente ao primeiro quadrimestre de 2003, dos seguintes órgãos: Tribunal Superior do Trabalho; Tribunais Regionais do Trabalhos das seguintes regiões – 1ª, 2ª, 3ª, 9ª, 13ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 24ª ; Tribunal Superior Eleitoral; Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados – Acre, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo, Sergipe ; Senado Federal.

Avisos nºs 879 e 880 (Acórdãos nºs 594 e 595/2003): auditoria nas obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária, no Porto de Santos/SP.

Aviso nº 895 (Acórdão nº 586/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos da BR-153 entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara/GO.

Aviso nº 897 (Acórdão nº 588/2003): auditoria nas obras de construção de implantação de hidrovias no Corredor Araguaia-Tocantins.

Aviso nº 899 (Acórdão nº 589/2003): auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-060, no Estado de Goiás – Divisa DF – entroncamento BR-153/GO.

Tendo-se completado o *quorum* no Senado Federal, passaremos à apreciação das atas das seguintes reuniões: 8ª Reunião Ordinária, realizada em 27 e 29 de maio de 2003, e 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 3 de junho de 2003.

Havendo concordância do Plenário, fica liberada a leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro as atas aprovadas.

Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, solicito inclusão na Ordem do Dia de hoje do item Extrapauta nº 3: o Projeto de Lei nº 7, de 2003, que abre crédito aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tão logo termine a apresentação da Ordem do Dia, colocaremos em votação.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Apreciação do relatório apresentado ao seguinte aviso:

Item 1. Aviso nº 005/2003-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia dos Acórdãos nºs 268 e 269, de 2003 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referente à auditoria nas obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias em Mato Grosso e auditoria nas obras de restauração de rodovias federais em Mato Grosso.

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela autorização da execução da obra, na forma do projeto de decreto legislativo apresentado.

Informo que a matéria está retornando à pauta para votação nominal em cada Casa, em cumprimento ao disposto no art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal, que leio a seguir:

"Art. 109. As deliberações terminativas nas Comissões serão tomadas pelo processo nominal e maioria de votos, presente a maioria de seus membros".

é evidente que não há *quorum* suficiente em plenário, a matéria sai de pauta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Pois não, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – A LDO de 2003 diz que a votação dos Avisos do TCU tem caráter terminativo. O art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal diz que, nessas condições, a votação terá de ser nominal. Como estamos com problema de *quorum* para votação nominal, encaminhei à Mesa projeto de resolução que altera esse dispositivo para que a votação em caso terminativo seja simbóli-

ca. A matéria encontra-se com a Mesa. Trata-se de item extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tão logo seja votado o requerimento do Deputado Gilmar Machado, o requerimento de V.Exa. será apresentado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tão logo seja votado o item extrapauta solicitado pelo Deputado Gilmar Machado, passarei à votação do requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – O.K.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Requerimento para inclusão na pauta do parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 7, de 2003, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de 675 milhões, 827 mil, 380 reais, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

O requerimento está em votação no Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Passaremos à apreciação do Item Extrapauta nº 03.

Apreciação do parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 7, de 2003, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de 675 milhões, 827 mil, 380 reais, para os fins que especifica, e dá outras providências.

Relator: Deputado Ricardo Barros.

Foi apresentada uma emenda ao projeto.

O voto é pelo desmembramento do projeto, na forma dos substitutivos apresentados.

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, Srs. colegas, não obstante o que indica a ementa, já lida pelo Sr. Presidente, este projeto de crédito especial extravasa o conteúdo típico dos créditos adicionais ao propor, de forma inusitada, também a modificação do texto da lei orçamentária, ao dispor sobre alterações nos limites e especificações estabelecidos na Lei Orçamentária Anual – LOA em vigor, Lei nº 10.640, de 2003 (em seu Anexo VI), no que tange às autorizações para despesas com pessoal (criação de cargos e concessão de benefícios). Caracterizamos a iniciativa como inusitada por 3 razões: primeira, porque, nos termos do que dispõe a Constituição Federal, em seu art. 169, § 1º, tal autorização deve ser dada de maneira específica pela Lei de Diretrizes Orçamentárias; segunda, porque o fato de a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO vigente ter, de modo discutível, delegado, por seu art. 77, à lei orçamentária anual o detalhamento de tais autorizações por intermédio de anexo específico não significa automática autorização para a posterior modificação desse anexo, vez que o ato de delegação se restringe às autorizações constantes de anexo específico sem estendê-lo às modificações posteriores; terceira, porque tal autorização, ainda que entendida legítima, deve ser buscada não por meio de crédito especial – que tem finalidade específica na ordem jurídica vigente (incluir dotações) -, mas, sim, por projeto de lei ordinária especificamente orientado para mudança do texto da lei orçamentária anual, uma vez que o Anexo VI é instrumento de detalhamento desta, ou seja, orientado para fixar disposições normativas e não a explicitação de dotações.

Conforme assinalamos, a LDO delegou à LOA o atendimento ao dispositivo constitucional anteriormente referido por meio de anexo específico com tais autorizações. Apontamos que isso nos parece questionável, por achá-lo impróprio, em conflito com o que estabelece o art. 165, § 8º, da Constituição Federal, que exclui, de forma clara e peremptória, das LOAS as matérias estranhas que não sejam relacionadas ou com previsão de receita ou com fixação de despesa, excetuando apenas as autorizações para abertura de créditos suplementares e as contratações de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. Portanto, ainda que admitida como legítima a delegação feita pela LDO, mesmo porque esta já foi implementada com a concordância do Legislativo e do Executivo, sem recursos ao Judiciário, isso não quer dizer que a utilização de crédito especial para a modificação do Anexo VI seja o procedimento correto.

O projeto enviado pelo Sr. Presidente da República pretende num só ato obter 3 efeitos distintos: primeiro, alteração do Quadro VI da Lei nº 10.640, de 2003, com a definição do limite de 675 milhões, 827 mil, 380 reais, destinados à concessão de vantagem pecuniária individual, no valor de R$59,87, a todos os

servidores públicos federais, ativos e inativos, e aos pensionistas; segundo, elevação do número de vagas para admissão de pessoal de nível superior e intermediário no âmbito do Poder Executivo, relativamente à área de seguridade social, passando de 4.200 para 4.800 vagas no INSS; terceiro, autorização, por meio de crédito especial, para realização das despesas.

De outra parte, cumpre-nos informar que o presente projeto de lei, além de conflitar com as normas da Lei Complementar nº 95, de 1998, que orienta no sentido de que matérias distintas sejam tratadas por projetos específicos, contraria também o disposto na LDO para 2003, em seu art. 61, § 7º, que estabelece que os créditos adicionais destinados a despesa de pessoal e encargos sociais devam ser encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

Em que pese aos argumentos acima discorridos, é necessário considerar que a atual lei orçamentária já contempla em seu texto tais imperfeições, o que, de certo modo, propicia a ocorrência de novas, embora se deva atuar no sentido do mais estrito acatamento às disposições constitucionais. Cabe-nos objetivar a retificação possível, tornando o projeto de lei factível de acolhimento, apesar de discordar, em tese, da associação, em diplomas legais comuns, de matérias díspares, que, em nosso entender, afronta toda a sistemática adotada pelo Direito Financeiro, e que foi revalidada pela Carta de 1988, no que tange ao processo orçamentário. Dessa forma, propomos o desmembramento do projeto de lei em 2 projetos autônomos, na forma dos substitutivos apresentados, solicitando a devida atenção desta Comissão para que no futuro proposições como esta constem ou sejam objeto apenas de leis de diretrizes orçamentárias.

Emendas.

No prazo regimental, nesta Comissão, foi apresentada uma emenda, de autoria do Deputado Anivaldo Vale, objetivando separar em projeto autônomo os arts. 3º, 4º e 5º do presente projeto de lei.

Somos pela aprovação da emenda, entendendo ser esta a forma factível de dirimir a questão à luz do estabelecido pela conjugação do art. 166, *caput*, da Constituição Federal, com o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, Resolução nº 1, de 1970.

Voto.

Desse modo, somos pelo desmembramento do Projeto de Lei nº 7, de 2003, constituindo 2 projetos autônomos, na forma dos substitutivos apresentados, passando o Projeto de Lei nº 7 a dispor apenas sobre o crédito adicional e o Projeto de Lei nº 7-A a conter a alteração do Quadro VI da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.

Este é o voto. Gostaríamos de obter a apreciação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Continua em discussão o parecer do eminente Relator, que é pelo desmembramento do projeto em 2 outros, conforme apresentado.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, quero apenas cumprimentar o Deputado Ricardo Barros pelo parecer apresentado. Concordamos com o desmembramento, que está correto. Vamos votar favoravelmente a ele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Ricardo Barros, que fez um ajuste técnico. Procedem inteiramente as ponderações feitas por S.Exa. no brilhante parecer. Juridicamente está correta a proposta de desmembramento.

Por isso, o Governo recomenda a aprovação dos substitutivos, ou seja, das duas proposições: Projetos de Lei nºs 7 e 7-A, de 2003.

A proposta atende plenamente ao objetivo da matéria, que a nada mais visa além de dar suporte ao aumento de pessoal e à bonificação estabelecida por lei, já em tramitação na Câmara dos Deputados. Para dar curso e efetividade a ela, tais recursos são indispensáveis.

Nesse sentido, o Governo se pronuncia favoravelmente ao parecer e pela aprovação de ambos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Continua em discussão o parecer.

Não havendo mais quem queira discutir, passaremos à votação.

Em votação o parecer na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação o parecer no Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Requerimento, de autoria do Deputado Júlio Cesar, para inclusão na pauta do projeto de resolu-

ção que altera o art. 43 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

O requerimento está em discussão.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Gostaria de fazer a leitura e a justificação do projeto, uma vez que ele foi apresentado ontem...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado, agora estamos discutindo apenas a inclusão. Em seguida será a votação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Os Srs. Deputados que aprovam a inclusão na pauta do item extrapauta permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa.)

Aprovada no Senado Federal.

Passaremos à análise de minuta de projeto de resolução que altera o art. 43 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trata-se de projeto de resolução que altera o art. 43 da Resolução nº, de 2001, do Congresso Nacional.

A proposição está assim redigida:

"Art. 1º. O art. 43 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, passa a ter a seguinte redação:

'Art. 43. A aprovação pela Comissão de parecer que conclui pela apresentação de projeto de decreto legislativo autorizando a execução de dotações constantes na lei orçamentária anual sob condição suspensiva, no caso de subtítulos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades graves levantados pelo TCU, dependerá de justificação quanto às medidas saneadoras adotadas pelo órgão responsável e terá caráter terminativo, salvo recurso ao Plenário do Congresso Nacional.

§ 1º O parecer a que se refere o caput será votado pelo processo simbólico, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Resolução.

§ 2º O recurso para apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional deverá ser assinado por um décimo dos representantes de cada Casa, e interposto no prazo de cinco dias úteis a partir da publicação do avulso do Parecer da Comissão'.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, junho de 2003".

O presente projeto visa a adequar a Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, às necessidades de celeridade da execução orçamentária e financeira dos recursos federais sem retirar a eficácia do mecanismo desenvolvido pelo próprio Poder Legislativo para controle das obras com indícios de irregularidade há mais de 6 anos e que vem demonstrando ser de grande valia.

Indubitavelmente, a Comissão, como órgão técnico do Congresso Nacional em matéria orçamentária, por força de disposição constitucional expressa, encontra-se plenamente capacitada política e tecnicamente para apreciar, em caráter final, os Avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União, considerando saneadas ou não as obras constantes do Anexo de Obras com Indícios de Irregularidade existente nas leis orçamentárias.

Cumpre ressaltar estar resguardada a faculdade, presente nos Regimentos das Casas, de recurso ao Plenário do Congresso Nacional quando apresentado por um décimo dos senhores membros de ambas as Casas.

Sr. Presidente, eu pediria, se aprovado, fosse o projeto incluído na pauta da sessão do Congresso Nacional ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Quero esclarecer ao Plenário que estamos votando uma indicação...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Indicação de minuta de projeto a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Exatamente. A minuta será objeto de votação na primeira reunião do Congresso Nacional, como matéria de iniciativa da Comissão de Orçamentos.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, queremos louvar a Comissão pela iniciativa, sob a chancela do Deputado Júlio Cesar.

Trata-se de providência – parece-me – de ordem prática, que vai dar celeridade ao processo. Sabemos das dificuldades que tem a Comissão em aprovar matérias dessa natureza em votação nominal. Por isso, a Comissão verificou a necessidade de alterar a Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

Estamos de acordo. Em nome do Governo, sugerimos a aprovação da proposta da Comissão, de iniciativa do Deputado Júlio Cesar. Parabéns pela iniciativa! Nossa recomendação é a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Sr. Presidente, em nome do nosso partido, o PL, também parabenizamos o Deputado Júlio Cesar pela iniciativa.

Entendemos que a proposta dará mais celeridade ao processo. Temos encontrado dificuldades na Comissão: às vezes, quando há *quorum* na Câmara dos Deputados, não há no Senado Federal, e vice-versa. Além do mais, a Comissão tem realmente condições técnicas de apreciar a matéria de forma terminativa.

Portanto, também apoiamos a matéria. Temos certeza de que a medida contribuirá em muito para a celeridade do processo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, também não poderia deixar de me manifestar sobre a matéria.

Se existe algo a reivindicar, seria, primeiro, o atendimento ao princípio do Direito de economia processual, que, em minha avaliação, tem tudo a ver com a matéria que estamos apreciando, e, em segundo, a celeridade do processo.

Se conseguíssemos fazer com que todos os processos atendessem a esses 2 princípios do Direito, tenho certeza de que poderíamos fazer justiça a tempo de atender à questão social.

Esta Comissão é diversa das outras, uma vez que – disto temos plena convicção – por ela passa praticamente a vida econômica do País.

Quero parabenizar o Deputado Júlio Cesar pela iniciativa e afirmar que votamos favoravelmente ao projeto com toda a tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, mesmo concordando com a matéria, gostaria de apresentar uma sugestão.

O que temos visto na Casa é que às vezes o texto, por mais explícito que seja, ainda deixa dúvidas. Por exemplo, no art. 43 da Resolução em exame:

> *"Art. 43. A aprovação pela Comissão de parecer que conclui pela apresentação de projeto de decreto legislativo autorizando a execução de dotações constantes na lei orçamentária anual sob condição suspensiva, no caso de subtítulos, convênios, parcelas ou subtrechos ..."*

Sugiro acrescentarmos a expressão "de obras ou serviços". Por quê? Porque, na discussão, alguém argumentará que não está escrito que se trata de obras e de serviços, e ficará a dúvida.

Muitas vezes, fazer o pessoal entender as coisas é difícil. Se não estiver bem escrito, ninguém entende. No mais, está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O Sr. Relator tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Concordo plenamente. Fica mais explícito, mais claro. De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Vai ser acrescida também a palavra "contratos".

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Pediria também que fosse colocada a palavra "contratos".

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação a matéria na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação a matéria no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, um esclarecimento, por favor. A alteração proposta pelo Deputado foi incluída, não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Foi incluída.

Solicitamos às Lideranças e aos Srs. Parlamentares que façam gestão junto aos colegas para que a matéria seja objeto de votação hoje ainda no Congresso Nacional.

Esgotada a pauta, declaro encerrada a reunião

Ata da Décima Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 24, 25 e 26 de junho de 2003.

Aos vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência de seu titular, Senador Gilberto Mestrinho, para apreciação das matérias constantes das Pautas nos 15, 16 e 17/2003. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Benedito de Lira, Carlito Merss, Carlos Melles, Cézar Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Priante, Júlio Cesar, Lael Varella, Leonardo Mattos, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Moreira Franco, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Pedro Chaves, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Efraim Morais, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Magno Malta, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral, Sérgio Guerra e Serys Slhessarenko – **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Carlos Nader, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Heleno Silva, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, João Pizzolatti, José Pimentel, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Manato, Marcelino Fraga, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Silas Brasileiro, Tarcísio Zimmermann, Telma de Souza, Vander Loubet e Welinton Fagundes – **Senadores suplentes:** Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sibá Machado e Valdir Raupp. Registrou-se a presença dos Deputados não membros, Coriolano Sales, Dr. Heleno, Paes Landim, Pompeo de Mattos e Romeu Queiroz. O Deputado Machado justificou a ausência. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Ary Vanazzi, Félix Mendonça, Humberto Michiles, Jackson Barreto, José Rocha, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho e Rose de Freitas – **Senadores titulares:** Álvaro Dias, Hélio Costa, Heloísa Helena, Mozarildo Cavalcanti e Reginaldo Duarte. **ABERTURA:** Às quinze horas do dia vinte e quatro de junho, o Presidente declarou aberta a reunião e informou que somente seria encerrada após a votação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, constante da Pauta nº 17, tendo em vista tratar-se da última semana de trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional. Em seguida, leu o disposto no *art. 57, § 2º, da Constituição Federal*: "*A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.*" Em virtude da inexistência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente anunciou que não apreciaria as Atas naquele momento e suspendeu a reunião. Antes, fez a convocação para as reuniões do dia 25 de junho, nos seguintes horários: às 10 horas – reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias. Local: gabinete do Presidente da Comissão; e às 10h30min – continuação da 10ª Reunião Ordinária para apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 e outras matérias constantes das Pautas nºs 15 e 16. Local: plenário 02 da Câmara dos Deputados. Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e cinco do mesmo mês, o Presidente deu continuidade à reunião. Apreciação das Atas das seguintes reuniões: 9ª Reunião Ordinária, realizada em 10 e 12 de junho de 2003; e 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 10 de junho de 2003. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Não houve discussão. O Presidente declarou as Atas **aprovadas,** conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão.* **EXPEDIENTE:** O Deputado Pedro Novais fez a leitura do expediente. Correspondência interna recebida: Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: **1)** Ofício nº 256, de 05 de junho, do Deputado Neuton Lima, justificando ausência nos dias 11 de março, 08, 15, 22 e 24 de abril. A justificativa foi deferida pela Presidência em caráter excepcional. **2)** Ofício nº 176, de 12 de junho, da Senadora Heloísa Helena, justificando ausência às reuniões realizadas nos dias 27 de maio, 4, 5, 10 e 12 de junho. A justificativa de falta referente o dia 27 de maio foi indeferida pela Presidência, conforme o disposto no *art. 11 do Regulamento Interno.* **3)** Ofício nº 57, de 16 de junho, do gabinete do Deputado Machado, justificando ausência no período de 16 a 18 de junho por estar em missão oficial. **4)** Ofício nº 307, de 17 de junho, do Senador Mozarildo Cavalcanti, justificando ausência nos dias 17 e 18 de junho por estar em compromissos políti-

co-partidários. **5)** Expediente de 17 de junho, do Deputado João Correia, justificando ausência nos dias 10 e 12 de junho por estar relatando projeto na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. **6)** Ofício nº 155, de 24 de junho, do Senador Sérgio Guerra, justificando ausência à reunião do dia 24 de junho, por estar tratando de assuntos de interesse do seu partido. **7)** Ofício nº 146, de 24 de junho, do Deputado Leonardo Moura Vilela, justificando ausência no dia 24 de junho, por estar participando do Seminário "Transgênicos e a Sociedade Brasileira." **8)** Ofício nº 189, de 24 de junho, do gabinete do Senador Delcídio Amaral, justificando ausência no dia 24 de junho, por estar cumprindo compromissos partidários no Estado. – Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: . Ofício nº 137, de 16 de junho, do Líder do PDT, Deputado Neiva Moreira, indicando o Deputado Dr. Hélio. Correspondência externa recebida: **1)** Aviso nº 244, de 20 de junho, do Ministro de Estado da Fazenda Interino, Dr. Bernard Appy, encaminhando os documentos referentes às previsões de despesas com subsídios e subvenções constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 1º bimestre de 2003. O Presidente informou que o referido documento havia sido enviado à Comissão em resposta à solicitação contida no Requerimento de Informação nº 07/2003, de autoria do Estados: Ceará, Mato Grosso, Pernambuco e Rondônia. **ORDEM DO DIA:** O Deputado Pedro Novais solicitou inversão da pauta, no sentido de que a Pauta nº 17 fosse apreciada preliminarmente. O Deputado Pedro Chaves perguntou sobre a apreciação das matérias das Pautas nºs 15 e 16 e foi-lhe respondido que seriam apreciadas posteriormente. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **AVISOS:** O Presidente reiterou o aviso dado anteriormente no sentido de que a reunião somente seria encerrada após a votação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, constante da Pauta nº 17, em virtude de ser a última semana de trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional. Em seguida, leu o disposto no *art. 57, § 2º, da Constituição Federal*: *"A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias."* PAUTA Nº 17. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 002/2003-CN**, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências". Relator: Deputado Paulo Bernardo. Foram apresentadas 2.022 emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. O Deputado Pedro Novais solicitou a dispensa da leitura do Parecer por ter sido distribuído antecipadamente. O Deputado Jorge Bittar solicitou que apenas os pontos mais relevantes fossem apresentados pelo relator e foi atendido. O relator fez a apresentação dos tópicos mais importantes do Parecer, ao tempo em que explicou ter sido realizada reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão no dia 18 de junho, em que solicitou a apresentação de sugestões ao seu Parecer até o dia 20 do mesmo mês. Em seguida, o relator leu o Adendo elaborado em conformidade com as sugestões recebidas no prazo fixado, incluindo as alterações propostas na reunião do Colegiado realizada naquela manhã. Às doze horas e vinte e cinco minutos, o Presidente anunciou o início da discussão e a abertura de prazo para a apresentação de destaques. O Senador Geraldo Mesquita Júnior e o Deputado Eduardo Valverde comunicaram que apresentariam destaques. Em discussão, usou da palavra o Deputado Jorge Bittar. Após, o Presidente informou que seria rigoroso quanto ao prazo de três minutos a ser utilizado no debate e transferiu a palavra ao Deputado Paes Landim. Em seguida, o Deputado Roberto Balestra solicitou ao relator que prestasse esclarecimentos acerca do resultado da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão realizada naquela manhã. O relator fez uma recapitulação das últimas reuniões do Colegiado: explicou que durante a reunião ocorrida no dia dezoito daquele mês ficou acertado que receberia sugestões até o dia vinte. No dia vinte e cinco, pela manhã, o Colegiado reuniu-se novamente para chegar ao consenso quanto à apreciação do Adendo. Após a exposição do relator, o Deputado Roberto Balestra usou da palavra para propor a não apresentação de destaques tendo em vista o acordo firmado entre os Líderes. Nesse sentido, o Presidente solicitou que os Representantes das Lideranças orientassem suas bancadas. O Deputado Pauderney Avelino manifestou-se contrário à proposta do Deputado Roberto Balestra, ressaltando a inadmissibilidade de cerceamento ao direito de apresentação de destaques. Acrescentou, ainda, que não havia tido acesso às modificações constantes do Adendo elaborado em conformidade com as sugestões recebidas pelo Colegiado. O Deputado Welinton Fagundes discutiu o assunto. Em seguida, o Presidente propôs que os Representantes das Lideranças se pronunciassem a respeito do tema em questão. Manifestaram-se favoravelmente os Deputados Carlito Merss e Roberto Saturnino, na qualidade de Líderes do PT na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, respectivamente. A seguir, o Deputado Welinton Fagundes concordou em retirar os destaques de sua autoria. Posicionaram-se a favor do acordo os Deputados Renato Casagrande, pelo PSB, Cezar Silvestri, pelo PPS, e Sérgio Miranda, pelo PcdoB. O Deputado Pauderney Avelino solicitou ao relator pronunciamento acerca de suas demandas, tendo sido atendido. O Presidente retomou a condução do debate, passando a palavra aos Deputados Ricardo

Barros, Wasny de Roure e Claudio Cajado, que solicitou registro em ata sobre seu posicionamento no sentido de que o Anexo de Metas constituísse parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. O Senador Sérgio Guerra solicitou esclarecimentos acerca do resultado da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão realizada naquela manhã. O Deputado Pauderney Avelino prestou os esclarecimentos ao Senador. Em seguida, o Presidente propôs ao membros o início da votação do relatório, ressalvados os destaques, que poderiam ser apreciados separadamente no período da tarde daquele dia. O Deputado Anivaldo Vale observou que o direito à apreciação dos destaques deveria ser preservado, a despeito da existência do acordo. Em seguida, manifestou-se o Senador Amir Lando. O Deputado Virgílio Guimarães teceu considerações sobre os destaques de sua autoria acerca de dotações relativas ao processo eleitoral. Solicitou ao relator que os referidos destaques constassem como parte integrante do acordo firmado pelo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. O Presidente informou que o pleito seria submetido ao Colegiado de Líderes. Nesse momento, o Deputado Pauderney Avelino observou que durante a reunião realizada naquela manhã os membros do Colegiado haviam discutido o assunto em questão, ao tempo em que solicitou ao relator para pronunciar-se a respeito. Após, o Presidente informou que os destaques apresentados pelo Deputado Virgílio Guimarães estavam acatados tendo em vista o acolhimento pelo Colegiado de Líderes, e passou a palavra ao relator para a leitura das alterações finais do Adendo elaborado em conformidade com as sugestões recebidas pelo Colegiado. O Deputado Pauderney Avelino solicitou cópia do Adendo. Em seguida, o Presidente anunciou o encaminhamento para votação do Parecer do relator com as modificações decorrentes do Adendo, ressalvados os destaques. Usaram da palavra para encaminhar a votação os seguintes Parlamentares: Deputado Pauderney Avelino, pela representação do PFL; Deputado Anivaldo Vale e Senador Sérgio Guerra, pela representação do PSDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, respectivamente; Deputado Carlito Merss, pela representação do PT; e Deputado Roberto Balestra, pela representação do PP. Em votação, o Parecer do relator com as alterações finais do Adendo elaborado em conformidade com as sugestões recebidas pelo Colegiado, ressalvados os destaques, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às treze horas e cinqüenta e três minutos, o Presidente suspendeu a reunião e convocou os membros para a continuação dos trabalhos às dezessete horas daquele dia, com vistas à apreciação dos destaques. Às dezessete horas e trinta e quatro minutos do mesmo dia, de acordo com o *art. 8º da Resolução nº 01 de 2001, do Congresso Nacional*, o Deputado João Leão, no exercício da Presidência, declarou reaberta a reunião suspendendo-a em seguida, em virtude da realização da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às vinte horas e trinta e três minutos, o Presidente deu continuidade aos trabalhos. Em seguida, passou a palavra ao relator para proferir parecer aos destaques apresentados. O relator deu parecer pela rejeição de todos os destaques. O Deputado Carlito Merss apresentou proposta de votação dos destaques em globo. Os Deputados Pauderney Avelino, Anivaldo Vale e Eduardo Cunha manifestaram-se contra. O Deputado Jorge Bittar propôs que alguns dos destaques fossem apreciados separadamente e o restante em globo. O Deputado Cezar Silvestri manifestou-se favorável à proposta. Não havendo consenso no Plenário para votação dos destaques em globo, o Presidente iniciou o processo de chamada nominal dos membros cujos destaques seriam analisados separadamente. Embora tendo iniciado esse processo, o Plenário consensualmente decidiu adotar outra metodologia para análise dos destaques. Em seguida, o relator apresentou proposta no sentido de que todos os destaques a emendas com o objetivo de criação do Anexo de Metas tivessem parecer pela prejudicialidade. Debateram a proposta os Deputados Pauderney Avelino e José Priante. O Presidente anunciou que esse assunto já havia sido abordado em reunião com o Colegiado de Líderes com assento na Comissão. O Deputado Cláudio Cajado fez registro acerca do seu posicionamento contrário à exclusão do Anexo de Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. Em votação, a proposta foi **aprovada** contra os votos dos Deputados Pauderney Avelino, Cláudio Cajado e Anivaldo Vale, na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. O Deputado Pauderney Avelino solicitou a interrupção dos trabalhos para realização de reunião com o Colegiado de Líderes com o objetivo de atingirem consenso acerca dos destaques. O Deputado José Priante discutiu o assunto. Após, às vinte e uma horas e vinte e um minutos, a reunião foi suspensa. O Presidente deu prosseguimento à reunião às vinte e duas horas e dezenove minutos do mesmo dia. Em seguida, leu a lista dos destaques decorrente do acordo efetuado no Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. O Deputado Cláudio Cajado solicitou a manutenção do destaque 137 e, logo após, solicitou a sua retirada. Os Deputados João Grandão e Pauderney Avelino discutiram o assunto. Os Deputados José Borba e Anivaldo Vale solicitaram que o acordo do Colegiado de Líderes referente aos destaques fosse cumprido. A Professora Raquel Teixeira falou sobre o destaque 118, de sua autoria. O Senador Sérgio Guerra e os Deputados

Jorge Bittar e Sérgio Miranda solicitaram ao relator que o acordo referente aos destaques fosse mantido. A seguir, o Deputado José Priante apresentou proposta no sentido de que os destaques do acordo fossem votados em bloco, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **I)** Destaques com parecer do relator pela aprovação conforme o acordo realizado no Colegiado de Líderes: destaque 33, à emenda 185, do Deputado Eduardo Cunha; 38, à emenda 1.161, do Senador Geraldo Mesquita Júnior; 104, à emenda 993, do Senador Leomar Quintanilha; Destaques 158 e 159, do Deputado Anivaldo Vale, às emendas 65 e 66, respectivamente; e nova redação para as emendas dos seguintes destaques: 74, à emenda 1.692, do Deputado Ricardo Barros, 166, à emenda 516, do Deputado José Priante e 168, à emenda 420, do Deputado José Borba. O Presidente informou que a nova redação para os destaques 74, 166 e 168 foi resultado do acordo realizado por todos os representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **II)** Destaques apreciados separadamente: **1)** Destaque 69, do Deputado Ricardo Barros, à emenda 1.681. O autor fez a apresentação do destaque. O Deputado Anivaldo Vale manifestou-se favorável e o Deputado Carlito Merss, contrário. O relator deu parecer contrário. O Presidente informou que havia anunciado o destaque nº 68 inicialmente e o autor havia apresentado o de nº 69. Em votação, o destaque 69 foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados Ricardo Barros e Anivaldo Vale na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, em virtude do disposto no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **2)** Destaque 68, do Deputado Ricardo Barros, à emenda 1.680. O autor fez a apresentação do destaque. O relator deu parecer contrário. O Deputado Sérgio Miranda questionou a admissibilidade do destaque. Os Deputados Anivaldo Vale e João Magno discutiram o assunto. O Deputado Jorge Bittar solicitou esclarecimentos sobre a dúvida levantada pelo Deputado Sérgio Miranda, em virtude do disposto no *§ 1º do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal* e não foi respondido pelo Presidente. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, em virtude do disposto no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **III)** Destaques com parecer pela prejudicialidade por já terem sido atendidos: 122, 187, 239, 153 e 154. O Presidente declarou **prejudicados** os referidos destaques. **IV)** Destaques com parecer contrário do relator: Em votação em bloco, os demais destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, em virtude do disposto no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* Em seguida, o Deputado Ricardo Barros anunciou que, conforme o acordo do Colegiado de Líderes, estava acertado que o destaque 33 não seria objeto do veto presidencial. O Deputado Jorge Bittar apresentou questão de ordem no sentido de excluir do Projeto de Lei nº 02/2003-CN os relatórios de avaliação da situação financeira e atuarial previstos no *inciso IV, § 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal*, ficando mantidas todas as outras peças integrantes do referido Projeto. O Presidente **deferiu** a questão de ordem, tendo em vista que o mesmo procedimento havia sido realizado no ano anterior. Às vinte e três horas e treze minutos, o Presidente suspendeu os trabalhos e convocou sua continuação para o dia seguinte, às dez horas, com vistas à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 15 e 16. A reunião foi reiniciada às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis do mesmo mês. Após o Presidente declarar inexistência de número regimental para deliberação, no recinto, o Deputado Welinton Fagundes solicitou que a reunião fosse suspensa e reiniciada após a realização da sessão do Congresso Nacional. O Parlamentar comunicou sua intenção em incluir na pauta da referida sessão o Projeto de Resolução que "Altera o *artigo 43 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*". O Presidente ressaltou que a sessão possivelmente seria marcada para às dezenove horas e que após o seu término haveria dificuldade de comparecimento efetivo dos membros na reunião da Comissão, embora já houvesse número regimental no Livro de presença. Em seguida, a reunião foi suspensa. Às quatorze horas e dezessete minutos do mesmo dia, de acordo com o *art. 8º da Resolução nº 01 de 2001, do Congresso Nacional*, o Deputado Sérgio Miranda, no exercício da Presidência, declarou reaberta a reunião. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da realização, naquele momento, de sessão no Plenário do Congresso Nacional para apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Gilberto Mestrinho,** Presidente.

EDIÇÃO DE HOJE: 880 PÁGINAS